ANAIS DO 16º
ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

JAÚ - SP. NOVEMBRO, 2019

FACULDADES INTEGRADAS DE JAÚ

ANAIS DO 16° ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DAS FIJ

Jau – SP
Novembro de 2019

Anais do 16° Encontro de Iniciação Científica (ENIC). Jaú - SP: Faculdades Integradas de Jau, novembro de 2019.

As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores

Ficha Catalográfica

E562

ENIC: Anais do 16º Encontro de Iniciação Científica. Novembro de 2019. / Jaú-SP. Fundação Educacional "Dr.Raul Bauab" – JAHU / Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2019.

1- Estudos Científicos Periódicos. 2. Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão - Periódicos. I. Faculdades Integradas de Jaú. - I. Título

CDD 001.42

As ideias emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.
É permitida a reprodução dos artigos desde que citada a fonte.
Catalogação na fonte Bibliotecária: Yone da Silva – CRB 8/7465

FACULDADES INTEGRADAS DE JAU

Direção das Faculdades Integradas de Jaú
Jorge dos Santos Gomes Soares
Leonel Capeti

Coordenadora do Núcleo Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica - NIPIC
Solimar Guindo Messias Bonjardim

Responsável Geral pelo 16º Encontro de Iniciação Científica – FIJ
Solimar Guindo Messias Bonjardim

Responsável Técnico pelo 16° Encontro de Iniciação Científica – FIJ
Ademilson Cassiano da Silva

Comissão Organizadora

Ademir Testa Junior
Nathalia Mariah Mazzeo Issa Vieira
Paulo Fernando do N. Afonso
Solimar G. Messias Bonjardim
Tanize do Espírito Santo Faulin

Comissão Científica

Ademir Testa Junior
Ana Vera Niquerito
Celia Regina Auler Pereira Furuta
Eliete Janaina Bueno Bighetti
Evandro Antonio Correa
Giovanna Castilho Davatz Lopes
Isabella Unterrichter Rechtenthal
Jamile Goncalves Calissi
Karina Ferraz Tozze
Lucia Helena Ormelese De Barros
Nathalia Mariah Mazzeo Issa Vieira
Paulo Fernando Do Nascimento Afonso
Renato Zanolla Montefusco
Rossana Teresa Curioni Mergulhao
Solimar Guindo Messias Bonjardim
Tanize do Espirito Santo Faulin
Thiago de Souza Candido
Vanderlei de Freitas Nascimento Junior
Viviane Rodrigues
Wanderlei Sebastiao Gabini

Comissão Avaliadora

Adriana Campos Meiado
Adriane Lopes
Ana Claudia Ferrari Dos Santos
Antonio Henrique Barbosa Real
Bianca Didoni
Bianca Giordana Zaniratto
Bruno Dadalto Bellini
Cassia Fernanda Segantini Sampaio
Celso Henrique Nicola
César Willian Furqui Massoco
Cintia Milene Favaro Bochembuzio
Danilo Brancalhao Berbel
Danilo Pires de Azevedo
Deivide Telles De Lima
Eduardo Henrique Aranda
Eduardo T. Arruda Galvao De Franca
Elaine Cristina Gardinal Pizato
Elaine Regina Cassoli
Eliete Janaina Bueno Bighetti
Eliomar Borges Furquim

Evandro Antonio Bertoluci
Evandro Antonio Correa
Evandro Aparecido Pecori
Gercilene Cristiane Silveira
Giovanna Castilho Davatz Lopes
Grasiela Lima
Guilherme Augusto Martines
Gustavo Rossanezi
Heloisa Donzella
Isabella Unterrichter Rechtenthal
Ivana Regina Goncalves
Jamile Goncalves Calissi
Joao Guilherme da C. F. Silva D'Arcadia
Jose Augusto Pereira Ribeiro
Jose Fernando Barbieri
Juliana Zacarias Fabre Tebaldi
Laura Boletti de Castro
Lauro Simoes De Castro Netto
Liara Rodrigues de Oliveira
Lucia Helena O. De Barros
Magda C. Scipioni Verissimo
Marcel Henrique Bertonzzin
Marcelo Mott Peccioli Paulini
Marcia Cristina Vicari
Marco Aurelio Silva Luchetta
Maria Madalena L. Kawashima
Murilo Ronchesel
Nagila Garcia Galan De Oliveira
Nathaly B. Marcondes Cesar
Patrícia Adolf Lutz
Patricia Pelegrina Rosseto
Paula Grippa Sant Ana
Pedro E. Miranda Rampazo
Perla Savana Daniel
Renan Floret Turini Claro
Renata Cristina de Oliveira Souza Castro
Silvana C. Martiello Ferrari
Silvana Turchiai de Conti
Silvio Ferracini Junior
Solimar Guindo M. Bonjardim
Susana G. Ragazzi Candido
Suselaine Ap. Zaniolo Mascioli
Suzana Abrunhosa
Thiago de Souza Candido
Vanderlei de F. Nascimento Junior
Vania Ap. Borim Moretto Delpino
Vicente A. de Lucca Neto
Viviane Rodrigues
Wanderlei Sebastiao Gabini
Wilson Cesar Lima Junior

Capa
Luiz Francisco Ananias Junior

Diagramação e Editoração
Rafael Matos de Deus
Solimar Guindo Messias Bonjardim

APRESENTAÇÃO

As Faculdades Integradas de Jaú realizaram no dia 09 de novembro de 2019 o 16º ENIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PESQUISA DAS FACULDADES INTEGRADAS DE JAÚ e o 2º ENIC Jr – Encontro de iniciação científica e pesquisa destinado aos alunos do Ensino Médio.

O ENIC retrata o interesse da comunidade acadêmica das FIJ pela pesquisa, nas mais diversas áreas do conhecimento, refletindo a busca dos docentes e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da Instituição na elaboração e aprimoramento dos saberes.

Em 2019 ocorreu a continuidade e aprofundamento das discussões e comprometimento dos anos anteriores sobre diversos temas, além da divulgação das pesquisas realizadas na região de Jaú. Este evento consolida o empenho da Instituição na busca do conhecimento por intermédio da reflexão, da investigação, da discussão e do crescimento profissional dos participantes.

Neste ano o evento aconteceu das 08h30 às 16h30 nas dependências das FIJ com palestra, stands, apresentação de trabalhos nas modalidades: Oral e Painel/Banner. Participaram do evento os alunos e professores dos cursos de graduação e pós-graduação vinculados as Faculdades Integradas de Jaú; como também egressos das FIJ, profissionais em geral e alunos e professores do Ensino Médio (na categoria Iniciação Científica Junior).

Comissão Organizadora do 16° Encontro de Iniciação Científica
Núcleo Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica - NIPIC
Faculdades Integradas de Jaú - FIJ

SUMÁRIO GERAL

RESUMO EXPANDIDO	07
RESUMO – ENIC JR.	16
ÍNDICE DOS TRABALHOS POR AUTOR	1966

SUMÁRIO GERAL

A ANSIEDADE À MATEMÁTICA EM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II	17
A APLICABILIDADE DA TEORIA GERAL DO CRIME NO DIREITO PENAL BRASILEIRO	24
A APLICABILIDADE DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO MODELO CIVIL LAW BRASILEIRO: BREVE ANÁLISE	30
A APLICABILIDADE DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	36
A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PENAIS NA ESFERA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	42
A COLABORAÇÃO PREMIADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	48
A COMPLEXIBILIDADE DA IDEAÇÃO SUICIDA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: FATORES DESENCADEADORES	53
A COMPREENSÃO PSICANALÍTICA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL	59
A CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	65
A CONTABILIDADE GERENCIAL NO ÂMBITO DO TERCEIRO SETOR: ANÁLISE DE FERRAMENTAS APLICADAS EM UMA ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS	71
A CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS	76
A CRIMINALIZAÇÃO DO DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA FRENTE AOS MOTIVOS DE SUA TIPIFICAÇÃO PENAL.	83
A CRISE NO SISTEMA PENITENCIARIO BRASILEIRO	89
A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR: DO DIREITO À SANÇÃO	94
A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS: DESAFIOS DA PEDAGOGIA NO CÁRCERE	98
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	103
A ERA DA FAKE–NEWS E SUAS CONSEQUENCIAS LEGAIS	109
A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0 E OS SEUS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO DA MICRORREGIÃO DE JAÚ	116
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES TEM FOCO NA EFICIÊNCIA OU NA INFLUÊNCIA PARA A RECONSTRUÇÃO DA ESCOLA?	119
A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO NO ARTIGO 421 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: UMA DISCUSSÃO SOBRE RECENTES ALTERAÇÕES	124
A GESTÃO DE TEMPO DEMOCRATIZA A SALA DE AULA	131
A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA A PRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL	136
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL	140
A IMPORTÂNCIA DA EMPATIA NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NOS ANOS INICIAIS	143
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	147
A IMPORTÂNCIA DA FIGURA FEMININA NA OBRA O CONTINENTE, DE ÉRICO VERÍSSIMO	151
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR	154
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO	158
A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	164
A IMPORTÂNCIA DA PONTUAÇÃO NO SENTIDO DO TEXTO	167
A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE COM ENFOQUE NO BALLET EM CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS.	173
A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE INFANTIL COMO PREVENÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	179
A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	185
A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NO AUXÍLIO AOS ALUNOS COM TDAH	190
A IMPORTÂNCIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	195
A IMPORTÂNCIA DE UM LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA	202
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR E DO MOVIMENTO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	205
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS CONTRIBUIÇÕES DA BRINCADEIRA E DO BRINQUEDO	209

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NOS ANOS ESCOLARES INICIAIS	214
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE GERENCIAL	220
A INCIDENCIA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS AGENTES POLÍTICOS	227
A INEFICIÊNCIA NAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS QUANTO A PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES AMBIENTAIS.	233
A INFLUÊNCIA DA INICIAÇÃO ESPORTIVA SOBRE O DESENVOLVIMENTO MOTOR NA INFÂNCIA	240
A INFLUÊNCIA DO ESTRESSE EM ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO	243
A INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE OVÁRIO – UM RELATO DE CASO.	247
A INSERÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR: A PRENDENDO UMA SEGUNDA LÍNGUA BRASILEIRA	254
A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E OS ASPECTOS BIOPSICOSSOCIAIS E EDUCACIONAIS	259
A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: CRIMES DE PECULATO E CORRUPÇÃO PASSIVA	264
A LITERATURA INFANTIL PARA CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO FEMININO	267
A MODALIDADE AVALIATIVA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	272
A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA.	277
A PEDAGOGIA DAS CORES E MÉTODO FONOVÍSUOARTICULATÓRIO: NOVAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS DE SALA DE AULA	281
A PRÁTICA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE NO PRÉ-OPERATÓRIO IMEDIATO DE CIRURGIA ELETIVA.	288
A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS DURANTE A GESTAÇÃO	295
A PROPAGANDA ELEITORAL E O DIREITO AO ESQUECIMENTO	301
A PSICOLOGIA NO TRABALHO DE HUMANIZAÇÃO DOS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS.	307
A PSICOMOTRICIDADE ATRELADA AO LÚDICO NA TERCEIRA IDADE	313
A PSICOPEDAGOGIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UM TRABALHO INTEGRADO A FAVOR DA APRENDIZAGEM	320
A RELAÇÃO DA OSTEOARTROSE COM OS EXERCÍCIOS FÍSICOS	326
A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA-SOCIEDADE: OS BENEFÍCIOS DESSA UNIÃO PARA OS ENVOLVIDOS NO PROCESSO.	329
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR POR ACIDENTE DE TRABALHO À LUZ DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÚMERO 828.040	334
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO	339
A SUPERLOTAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO FRENTE À RESSOCIALIZAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO	346
A TECNOLOGIA E SEUS IMPACTOS NA PRODUTIVIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA	351
A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO	354
A UTILIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS NA SELEÇÃO E DETECÇÃO PRECOCE DE TALENTOS ESPORTIVOS	361
ABORDAGENS COMUNICATIVAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA: ENSINO BASEADO EM PROJETOS	366
ABORTO PATERNO: DISCUSSÕES JURÍDICAS E SOCIAIS	373
ABRANGÊNCIA DA COBERTURA DO PLANO DE SAÚDE EM CONFLITO COM O DIREITO À SAÚDE	380
ADAPTAÇÃO CURRICULAR: ESTRATÉGIAS PARA A INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DI	386
ADICÇÕES E GRUPOS DE MÚTUA AJUDA: REFLEXÕES À LUZ DA PSICANÁLISE	391
ADOLESCENTE E LIBERDADE ASSISTIDA: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA PSICOSSOCIAL SOB O OLHAR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	398
ALIENAÇÃO PARENTAL E A SINDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS CONSEQUENCIAS PSICOLÓGICAS E JURIDICAS	406
ALUNOS COM BAIXA VISÃO NO MEIO ESCOLAR	413
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE SIMULAÇÃO REALÍSTICA NO ENSINO E TREINAMENTOS EM ENFERMAGEM	420
ANÁLISE DA SENTENÇA E INTERPRETAÇÃO DO CASO “TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE” A LUZ DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	425
ANÁLISE GERAL DA EMENDATIO LIBELLI E MUTATIO LIBELLI	431
ANÁLISE GERENCIAL DE FLUXO DE CAIXA	436

APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO DA DELAÇÃO PREMIADA EM IMPROBIDADE ADMINSTRATIVA	440
APRESENTAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO ASSISTENCIAL E DO ENFERMEIRO ADMINISTRATIVO NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	446
APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA	452
AS ALTERAÇÕES DO ENSINO DA ARTE COM A IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)	457
AS CLÁUSULAS PÉTREAS DEVEM SER INTERPRETADAS DE FORMA ESTRITA, OU HÁ MARGEM PARA INTERPRETAÇÃO, INCLUINDO NESTE ROL OS DIREITOS SOCIAIS?	461
AS CONTRIBUIÇÕES DA ARTE PARA O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	467
AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO LÍDER NA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	470
AS LINGUAGENS ARTÍSTICAS NAS SÉRIES INICIAIS	474
AS ORIGINAIS VELOCIDADES DO DIREITO PENAL APLICADAS AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: DA CRÍTICA DE NUCCI À DOUTRINA DE SILVA SÁNCHEZ	478
AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E A EDUCAÇÃO.	485
ASPECTOS DE ENFERMAGEM NA DOAÇÃO DE CÉLULAS TRONCO HEMATOPOIÉTICAS	489
ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DA PARÓQUIA DIVINO ESPÍRITO SANTO DE JAÚ	496
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO CLIENTE CONVIVENTE COM HIV/AIDS	502
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM PACIENTES COM TRAUMA RAQUIMEDULAR: UMA ATUALIZAÇÃO.	508
ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM EM PORTADORES DA SÍNDROME DE LA TOURETTE	514
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO ACOLHIMENTO EM UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA VINCULADAS AOS SUS	520
ASSISTÊNCIA DOMICILIAR DE ENFERMAGEM À PESSOA IDOSA COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA	524
ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES	531
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA PEDIÁTRICA	537
AVALIAÇÃO DE HABILIDADES SOCIAIS EM CUIDADORES DE IDOSOS	541
AVALIAÇÃO MEDIADORA: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO QUE SUPERA A PRÁTICA CLASSIFICATÓRIA	547
BADMINTON: UMA FERRAMENTA DE PROMOÇÃO A SAÚDE	552
BANCO DE DADOS DE PERFIS GENÉTICOS PARA FINS CRIMINAIS: UM PANORÂMA NACIONAL	557
BARREIRAS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	565
BENÉFICOS DA PRÁTICA DO JIU JITSU EM CRIANÇAS COM AUTISMO	570
BENEFÍCIOS DO FUTSAL EM CRIANÇAS COM DIABETES TIPO 1	577
BRASIL SEM EDUCAÇÃO É BRASIL SEM FUTURO	583
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RESPONSABILIDADE PENAL DO SERVIDOR PÚBLICO E SUA TUTELA NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO.	588
CAMPANHA PUBLICITÁRIA: MARIA JOANA CAFÉ & BAR	593
COLABORAÇÃO PREMIADA: A LEGITIMIDADE DO DELEGADO DE POLÍCIA	599
COLPOCITOLOGIA ONCÓTICA E A ATUAÇÃO DO BIOMÉDICO NO RASTREAMENTO DO CÂNCER CERVICAL	606
COM TATO: REVISTA ADAPTADA PARA DEFICIENTES VISUAIS	612
COMENTÁRIOS ACERCA DA CONDENAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO E A POSSÍVEL ABSOLVIÇÃO.	616
COMPLIANCE - PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DA LEI ANTICORRUPÇÃO	620
COMPLIANCE, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA	627
COMPLICAÇÕES RELACIONADAS A CATETERES VENOSOS PERIFÉRICOS	631
COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS ATRAVES DO PROTOCOLO SPIKES	635
COMUNICAÇÃO SUPLEMENTAR ALTERNATIVA	642
CONHECENDO MELHOR A ARNICA MONTANA: USOS CLÍNICOS, DENOMINAÇÕES FARMACOLÓGICAS E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA UTILIZAÇÃO EM HOMEOPATIA E FITOTERAPIA	646
CONTADOR: PROSPECÇÃO DA PROFISSÃO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS	650

CONTROLADORIA NA GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE GESTÃO DE UMA EMPRESA NO SETOR CALÇADISTA DE JAÚ	655
CONTROLE INTERNO DOS ESTOQUES EM HOSPITAIS NA REGIÃO DE JAÚ-SP	662
CORRUPÇÃO NO SISTEMA LICITATÓRIO	667
CRIANÇAS COM DISLEXIA: UM OLHAR PARA ALÉM DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	674
CRIME DE PECULATO E SUAS DEFINIÇÕES	681
CRIME LICITATÓRIO DO ADMINISTRADOR IMPROBO	686
CRIMES CIBERNÉTICOS CONTRA HONRA E UTILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	693
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA OU ESPECIAL - ARTIGO 319-A.	699
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: VIOLAÇÃO DO SIGILO FUNCIONAL EM COLISÃO COM O DIREITO A PRIVACIDADE	703
CRIMES CONTRA A HONRA DA PESSOA JURÍDICA	707
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA: ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS E ILICITOS PENAIS	714
CUIDADOS PALIATIVOS: BENEFÍCIOS PROPOSTOS JUNTO A PSICOLOGIA HOSPITALAR.	718
CULTURA ORGANIZACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	724
CUSTOS DA PRODUÇÃO DE CAFÉ ARÁBICA NA REGIÃO DE TORRINHA	729
DA EXISTÊNCIA DO BIS IN IDEM NA PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA E PENAL AO CRIME DE PECULATO	732
DA LEI MARIA DA PENHA E SEUS REFLEXOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS	737
DA PREMENTE NECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS	744
DA PRISÃO EM FLAGRANTE E DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.	748
DELAÇÃO PREMIADA: UMA ANÁLISE COM ENFOQUE NA OPERAÇÃO LAVA JATO	753
DELÍRIOS DE UMA POLÍTICA MEMETIZADA - MEMES COMO PROPAGADORES DE MITOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES DE 2018, DO SEGUNDO TURNO.	760
DEPRESSÃO INFANTIL: UMA REALIDADE PRESENTE NA ESCOLA	766
DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NAS RELAÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	771
DESEMPENHO COGNITIVO EM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DIAGNOSTICADOS COM DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM	775
DESENVOLVENDO AS FUNÇÕES EXECUTIVAS E HABILIDADES SOCIAIS NO ÂMBITO ESCOLAR	782
DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SUAS IMPLICAÇÕES PENAIS	786
DEVER DE CUIDAR: A RESPONSABILIDADE CIVIL APLICADA AO ABANDONO AFETIVO DOS FILHOS	793
DEVER DO ESTADO NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS	799
DIFICULDADES E HABILIDADES ENVOLVIDAS NO TRABALHO GERENCIAL DO ENFERMEIRO EM PRONTO SOCORRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA.	805
DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	812
DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE INDEVIDA DE LICITAÇÃO FACE AO ARTIGO 89 DA LEI 8666/93	819
DOS CRIMES FALIMENTARES E A LEI 11.101/2005.	826
É CORRETO FALAR SOBRE CRIME DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA?	832
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A EXPERIÊNCIA DO CEEJA	838
EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS: REPRODUÇÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA POLÍTICA NA ESCOLA	842
EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA EMPREENDEDORES	849
EDUCAÇÃO SEXUAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O EXERCÍCIO CONSCIENTE DA SEXUALIDADE EM FACE AO COMBATE DA VIOLÊNCIA	853
EFEITO DA DOAÇÃO DE SANGUE NOS NÍVEIS FÉRRICOS DOS DOADORES	860
EFEITO DO TREINAMENTO DE FORÇA NAS ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA DOS IDOSOS	866
EFEITOS DA NATAÇÃO EM ASMÁTICOS	873
EFEITOS DO TREINAMENTO INTERVALADO DE ALTA INTENSIDADE NA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA GESTACIONAL: UM ESTUDO DE CASO	878

ELAS NA PAUTA: FINANCIAMENTO E PROFUNDIDADE JORNALÍSTICA NOS PORTAIS AZMINA E UNIVERSA	884
ERA DIGITAL DA PORNOGRAFIA INFANTIL	891
ESCOAMENTO DA SOJA BRASILEIRA PARA À CHINA PELO OCEANO PACÍFICO	896
ESCOLA DEMOCRÁTICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DO CIDADÃO CRÍTICO	902
ESCOLA E EDUCAÇÃO: UMA CONCEPÇÃO FREIREANA	908
ESCUTA, ACOLHIMENTO E PSICOEDUCAÇÃO COM PACIENTES, ACOMPANHANTES/FAMILIARES E FUNCIONÁRIOS DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE PEDERNEIRAS	913
ESTADO CONFESSIONAL E A CONSTITUIÇÃO CRISTÃ DOS ESTADOS	920
ESTRESSE EM ESTUDANTES DO ÚLTIMO ANO DE ENFERMAGEM DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	927
EXERCÍCIO RESISTIDO PARA MULHERES: ESTÉTICA E SAÚDE?	934
EXERCÍCIOS FÍSICOS NA PREVENÇÃO DA OSTEOPOROSE	940
EXERCÍCIOS RESISTIDOS EM INDIVÍDUOS ADULTOS HIPERTENSOS	944
EXISTENCIALISMO DE HEIDEGGER E EVIDÊNCIAS PSICANALÍTICAS NO CONTO “AMOR” DE CLARICE LISPECTOR	951
FATORES DESENCADEANTES DO PROCESSO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL E LITIGIOSO	957
FERRAMENTAS DA INDÚSTRIA 4.0	961
FLAVONOIDES DE AÇÃO CENTRAL: A AÇÃO DA QUERCETINA	968
FORMAÇÃO DE CUSTOS NA PRODUÇÃO DE OVOS FÉRTEIS DE AVES AVÓS	973
FORMAÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM PROL DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	980
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FRACASSO ESCOLAR: UM OLHAR IMPORTANTE PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	986
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM AMBIENTE QUE SE RETROALIMENTA DA PRÁTICA SOCIAL E HUMANA	991
FORMAS DE PROVIMENTO E DESLIGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	995
FRAUDE NA LICITAÇÃO PÚBLICA	1002
GESTÃO DE PESSOAS NA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS	1009
GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ATUAL	1015
GESTÃO FINANCEIRA: UMA ABORDAGEM SOBRE A DIFICULDADE DA GESTÃO DE CAIXA PARA MICROEMPREENDEDORES NA CIDADE DE JAÚ-SP	1022
GINÁSTICA ABDOMINAL HIPOPRESSIVA NO TRATAMENTO DE DISFUNÇÕES DO ASSOALHO PÉLVICO	1027
GOLAÇO: UM PROGRAMA JORNALISTICO PARA O RÁDIO SOBRE AS TRANSMISSÕES ESPORTIVAS NO INTERIOR DE SÃO PAULO	1032
GRAVIDEZ NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	1039
GURU DO EMPREENDEDOR: UMA PLATAFORMA DE MARKETING PARA MICROEMPREENDEDORES	1046
HEIDEGGER A PARTIR DA LINGUAGEM	1052
HIDROGINÁSTICA: BENEFÍCIOS PARA O PÚBLICO IDOSO	1059
IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL – FÁBULA	1066
IMPORTÂNCIA DO REGIME DE CAIXA E COMPETÊNCIA	1070
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS CIVIS E PENAIS DA AÇÃO COMPETENTE	1075
INCOMPLETUDE DO CALENDÁRIO VACINAL INFANTIL	1082
INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA ESCRITA DO ADOLESCENTE	1089
INFLUÊNCIA DO DESENHO ANIMADO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL	1093
INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO AERÓBIO E ANAERÓBIO NA MASSA DE GORDURA CORPORAL DE ADOLESCENTES OBESOS	1098
INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO INTERVALADO EM ADOLESCENTES OBESOS	1104
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA INDÚSTRIA 4.0	1111
INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS	1115
INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM COLABORADORES DE UM ABRIGO PARA IDOSOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO	1120

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO PERFIL PSICOPATA	1126
IRISINA: UM HORMÔNIO SECRETADO NA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS	1132
JURISPRUDÊNCIA SOBRE O CRIME DE DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO	1140
LEI 11.340/2006: ASPECTOS FUNDAMENTAIS RELATIVOS À VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER.	1147
LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1153
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO AMBITO MUNICIPAL	1160
LEITURA NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	1167
LEVANTAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DE PAIS E CUIDADORES SOBRE A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO INDIVÍDUO PORTADOR DE PARALISIA CEREBRAL	1172
LITERATURA E TV: ADAPTAÇÃO DA OBRA "OS MAIAS" DE EÇA DE QUEIRÓS	1177
MASSACRES NAS ESCOLAS: PRECISAMOS FALAR SOBRE O BULLYING	1181
MATERIAIS ADAPTÁVEIS PARA DEFICIENTES VISUAIS.	1186
MEDIAÇÃO APLICADA AOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL	1189
MEDICALIZAÇÃO DO IDOSO NA ATENÇÃO BÁSICA: RISCOS E CUIDADOS	1196
MENOS POBRE MAIS DESIGUAL	1203
MERCADOS DE CAPITAIS	1206
METAMORFOSE: UMA REVISTA SOBRE A DESCONSTRUÇÃO DOS PADRÕES ESTÉTICOS FEMININOS	1210
MÉTODOS DE TREINAMENTO INTERVALADO NA PREVENÇÃO DA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA	1214
MODA NO YOUTUBE: A NOVA FORMA DE LEVAR INFORMAÇÃO PARA O PÚBLICO FEMININO	1221
MORTALIDADE DE MULHERES POR AGRESSÕES NO BRASIL: PERFIL E ESTIMATIVA (2016-2017)	1228
MOTIVOS DA INSATISFAÇÃO CORPORAL EM ADOLESCENTES RESULTANTE DA SITUAÇÃO SOCIODEMOGRAFICA E DA INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS E DA MÍDIA	1234
MUSCULAÇÃO VS AERÓBICO: QUAL O MÉTODO MAIS EFICAZ PARA O EMAGRECIMENTO	1239
NEUROCIÊNCIA E AQUISIÇÃO DA ESCRITA: COMO O CÉREBRO APRENDE	1244
NEUROCIÊNCIA: UMA POSSIBILIDADE PARA DESFAZER O ESTIGMA DAS AULAS DE MATEMÁTICA	1251
NOVAS TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES DESSA RELAÇÃO	1256
O AMADURECIMENTO DA CRIANÇA PERANTE AO RIO NA LITERATURA	1261
O APRENDER NO HOSPITAL: A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR	1267
O ASSÉDIO MORAL NOS ESPORTES COLETIVOS	1272
O COMBATE A LAVAGEM DE DINHEIRO NO BRASIL	1278
O CORTEJO DO ESDRÚXULO: VEIGUEANO E FREUDIANO	1285
O CRIME DE CONCUSSÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1290
O CRIME DE ESTELIONATO E A ATUALIDADE	1296
O CUIDADOR DA PESSOA COM DOENÇA DE ALZHEIMER: ASPECTOS SOCIAIS E EMOCIONAIS DO CUIDADO E DO LUTO	1300
O CURRÍCULO OCULTO: UMA PRODUÇÃO DE APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS QUE INFLUENCIAM AS ATITUDES, COMPORTAMENTOS E PERCEPÇÕES DIANTE DOS PROBLEMAS DA VIDA.	1307
O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS PARENTAIS: UM ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	1313
O DESRESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTES BRASILEIROS COM A MAJORAÇÃO DO PIS/COFINS SOBRE COMBUSTÍVEIS PROMOVIDO PELO DECRETO 9.101/2017	1320
O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO PENAL	1328
O DISCURSO PERIFÉRICO DE BEZERRA DA SILVA	1332
O EFEITO DO EXERCÍCIO FÍSICO NA DIMINUIÇÃO DO ESTRESSE OXIDATIVO	1336
O ENSINO ALÉM DOS CONTEÚDOS, VOLTADO PARA A PRÁTICA DO PROFESSOR REFLEXIVO.	1340
O ENTRAVE CAUSADO NA VIDA DOS OPERADORES DO DIREITO PELO ESTRESSE, NO ÂMBITO PESSOAL E JURISDICIONAL.	1343
O GRITO DE SOCORRO VELADO: A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER	1350

O IMPACTO DO EXERCÍCIO FÍSICO EM ASMÁTICOS	1354
O IMPACTO PSICOSSOCIAL DA MASTECTOMIA EM MULHERES DIAGNOSTICADAS COM CÂNCER DE MAMA	1359
O MERCADO DE EVENTOS	1365
O PAPEL DAS EMPRESAS PARA A REDUÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELAS EMBALAGENS PLÁSTICAS	1370
O PAPEL DE ENFERMAGEM FRENTE A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE	1377
O PAPEL DO ENFERMEIRO EM UTI NA PREVENÇÃO DE PNEUMONIA ASSOCIADA À VENTILAÇÃO MECÂNICA	1383
O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR NAS AULAS DE ARTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIATIVIDADE INFANTIL	1388
O PAPEL DO PROFESSOR NA RELAÇÃO COM A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DISLEXIA	1392
O PARADOXO DA TOLERÂNCIA: COMENTÁRIOS DE RAWLS E WALZER NO TOCANTE AO PROBLEMA ENGENDRADO POR KARL R. POPPER	1397
O PECULATO DE USO SOB A ÓTICA PENAL E ADMINISTRATIVA DA LEI 8.429 DE 1992	1402
O PERFIL DE LIDERANÇA EM CARGOS DE GESTÃO DE SUPERMERCADOS	1409
O PODER CENTRADO NO GESTOR: UM ÁLIBI PARA O FRACASSO	1413
O POLIAMOR NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA EXPLANAÇÃO DO ASSUNTO EM FACE DO DIREITO AO POLIAMOR RECONHECIDO COMO ENTIDADE FAMILIAR	1417
O PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM UMA SOCIEDADE CULTURALMENTE DIVERSIFICADA	1422
O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DA CRIANÇA COM DISLEXIA	1426
O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA E O TDAH	1433
O PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	1442
O PROCESSO EVOLUTIVO DO DIREITO PENAL E A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	1447
O SANTO GRAAL NA LITERATURA INGLESA ANTIGA E MODERNA	1453
O SONHO DE UM PAÍS MODERNO	1458
O TEMPO E O FANTÁSTICO NA OBRA CEM ANOS DE SOLIDÃO DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ	1461
O TRANSTORNO DE PERSONALIDADE LIMITROFE E A APRENDIZAGEM	1467
O ÚLTIMO RESPIRO DA SOLIDÃO: UM FOTODOCUMENTÁRIO SOBRE IDOSOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA	1473
OBESIDADE NA INFÂNCIA, CONSEQUÊNCIAS NO FUTURO E COMO COMBATÊ-LA	1479
ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA FAMILIAR: INFORMAÇÕES E FERRAMENTAS PARA OBTER A SAÚDE FINANCEIRA DOMÉSTICA	1484
ORGULHO DE SER CAIPIRA - PODCAST SERTANEJO	1488
ORIENTAÇÃO DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM À FAMÍLIA E PACIENTES DE LLA SUBMETIDOS A MADIT	1492
ORIENTAÇÕES DE ENFERMAGEM A ADOLESCENTES MÃES QUANTO AOS RISCOS DE AMAMENTAÇÃO CRUZADA.	1498
ORIENTAÇÕES DE ENFERMAGEM PARA CRIANÇAS, SOBRE PREVENÇÃO AOS ACIDENTES DOMÉSTICOS.	1505
OS CONCEITOS DA CULTURA POPULAR E A EDUCACAO	1510
OS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DA IGREJA CATÓLICA	1517
OS IMPACTOS DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	1523
OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA 4.0 NA CADEIA DE SUPRIMENTOS	1530
OS JOGOS E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA	1534
OS MÉTODOS DE ENSINO DOS ESPORTES COLETIVOS	1539
OS VÁRIOS INGLESES: PRODUTOS DO INGLÊS GLOBAL	1544
PAPO DE PRETO: UM PODCAST SOBRE AS TEMÁTICAS DA CULTURA NEGRA	1550
PARA ALÉM DO CÁRCERE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	1555
PARTICIPAÇÃO DA INTERLEUCINA–15 ESTIMULADA PELO EXERCÍCIO FÍSICO NA REGULAÇÃO DO METABOLISMO DURANTE O ENVELHECIMENTO DA PELE	1560
PEDAGOGIA ALTERNATIVA: ESTARÃO AS ESCOLAS BRASILEIRAS PREPARADAS PARA ATENDER OS NOVOS OBJETIVOS DO SÉCULO XXI?	1567

PEDAGOGIA E LETRAS DAS FIJ: AS TARDES DE DOMINGO NO PARQUE DO RIO JAÚ	1571
PEDAGOGIA EMPRESARIAL: UMA NOVA VISÃO DE APRENDIZAGEM NAS ORGANIZAÇÕES	1576
PERCENTUAL DE GORDURA E CAPACIDADE AERÓBIA EM CRIANÇAS.	1580
PESQUISA DE MERCADO PARA CAMPANHA PUBLICITÁRIA: BROOKS HAMBURGUERIA – JAÚ	1587
PONDERAÇÕES ACERCA DO CRIME DE PECULATO	1594
PRÁTICAS DE LETRAMENTO ALIADAS AO MÉTODO FÔNICO	1601
PRÁTICAS EXPRESSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	1606
PRINCÍPIOS DE ATENDIMENTO EM PRIMEIROS SOCORROS E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ACADEMIAS	1611
PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	1615
PROBLEMÁTICAS VIVENCIADAS NAS UNIDADES PRIMÁRIAS DE SAÚDE QUE PODEM INFLUENCIAR NA ALTA DEMANDA EM OUTROS NÍVEIS DE COMPLEXIDADE	1621
PROCEDIMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE	1627
PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM SURDEZ	1634
PRODUÇÃO DE ENERGIA: BIOELETRICIDADE	1640
PRODUÇÃO DE ENERGIA: PETROLEO E GÁS NATURAL	1645
PRODUTIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA	1650
PROFICUIDADE DA CRISPR-CAS9 NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE COLO UTERINO CAUSADO PELO PAPILOMAVÍRUS HUMANO	1654
PROFISSIONAL DO DIREITO, FUTURO E TECNOLOGIA.	1660
PROJEÇÕES SOBRE OS EFEITOS DA ANSIEDADE NO DESEMPENHO FÍSICO EM PRATICANTES DE CROSSFIT UMA REVISÃO A PARTIR DE ESTUDOS EM OUTRAS MODALIDADES	1668
PROJETO EXPERIMENTAL: CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA ESTÚDIO DE TATUAGEM TSURU TATTOO	1672
PROJETO EXPERIMENTAL: CLIENTE: BROOKS HAMBURGUERIA - JAÚ	1675
PROPOSTAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM AUTISMO	1682
PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: UMA BUSCA PELA IDENTIDADE E EMPATIA	1686
PSICOPEDAGOGIA EMPRESARIAL: O PSICOPEDAGOGO AUXILIANDO NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM EM AMBIENTES FABRIS	1691
QUININA: FARMACOTERAPIA NA MALARIA	1696
REFLEXOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA SAÚDE PÚBLICA	1700
REGGIO EMILIA: A ABORDAGEM QUE INSPIRA A EDUCAÇÃO INFANTIL	1706
REGIME TRIBUTÁRIO E SUAS ESCOLHAS	1712
REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E A DISPENSA DO HABITE-SE	1715
RELAÇÃO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS E ATIVIDADES FÍSICAS EM IDOSOS COMO FORMA DE TRATAMENTO NA DEPRESSÃO	1720
RELAÇÃO ENFERMEIRO E PACIENTE: A EMPATIA COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO PARA A RESTAURAÇÃO DA SAÚDE	1725
RELAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS ALÉRGICOS E A MICROBIOTA HUMANA	1730
RELATO DE ESTÁGIO COM ENFOQUE EM HABILIDADES SOCIAIS DESENVOLVIDA EM UM NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAÚ	1737
RESGATE DE MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS - PROJETO DE ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA	1742
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS SOB A ÓTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA	1748
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO EM ACIDENTES RODOVIARIOS	1753
RESPONSABILIDADE PENAL NOS CRIMES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1758
RISCO DE INFECÇÃO RELACIONADO À PUNÇÃO VENOSA PERIFÉRICA	1764
SANÇÕES PENAIS NO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1769
SATISFAÇÃO E AUTOCONFIANÇA DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM EM CENÁRIOS CLÍNICOS SIMULADOS COM PRESENÇA DE FERIDAS	1775
SATISFAÇÃO NO TRABALHO COMO FATOR GERADOR DA QUALIDADE DE VIDA: A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO	1779
SAÚDE MENTAL EM FOCO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO REALIZADO NO HOSPITAL THEREZA PERLATTI DE JAÚ E SUAS REPERCUSSÕES	1785

SEGURANÇA DO PACIENTE: IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	1790
SEGURANÇA DO PACIENTE: 6 METAS INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA DO PACIENTE	1797
SENE NÃO É APENAS UMA PLANTA. UM ALERTA SOBRE O USO INDISCRIMINADO DE GLICOSIDEOS ANTRAQUINONICOS DE AÇÃO SISTEMICA.	1803
SÍNDROME DE BURNOUT NA ENFERMAGEM: UMA ANÁLISE DA LITERATURA	1808
SÍNDROME DE DOWN E A INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR	1813
SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS – ESOCIAL	1819
SUICÍDIO ENTRE OS ADOLESCENTES NA ÚLTIMA DÉCADA NO BRASIL: UMA EPIDEMIA DE RISCO SILENCIOSA	1825
SUPORTE PSICOSSOCIAL JUNTO AOS MORADORES DO ABRIGO SÃO LOURENÇO DE JAÚ	1832
SUPORTE PSICOSSOCIAL JUNTO AOS REEDUCANDOS DO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO EM JAÚ	1838
TIPOS E CONSEQUÊNCIAS DE CRIMES AMBIENTAIS PRATICADOS NO BRASIL	1843
TOXIDADE DA CARAMBOLA NO PACIENTE RENAL CRÔNICO	1848
TRABALHO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR	1853
TRABALHO PREVENTIVO DO PSICOPEDAGOGO NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: IDENTIFICAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DOS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM	1857
TRÁFICO DE PESSOAS E A EXPLORAÇÃO SEXUAL	1862
TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR	1868
TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: FORMAÇÃO DO PROFESSOR	1873
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM ENFOQUE NAS HABILIDADES SOCIAIS	1880
TRANSTORNO MENTAL COMUM EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM ENVOLVIDOS NO CUIDADO ONCOLÓGICO	1886
TREINAMENTO EM COMUNICAÇÃO NA EMPRESA VIDROCOR	1892
TRISSOMIA DO CROMOSSOMO 21: UMA ABORDAGEM SOBRE A NÃO DISJUNÇÃO CROMOSSÔMICA E A TRANSLOCAÇÃO ROBERTSONIANA	1897
UM “PROJETO SOCIAL DE REFORÇO” NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE PARA TRANSFORMAR O DOMÍNIO TEÓRICO/PRÁTICO.	1902
USUÁRIAS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA GRAVIDEZ, PREJUÍZOS AO FETO E RECÉM-NASCIDO: INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM	1907
VACINAÇÃO CONTRA HERPES-ZÓSTER EM ADULTOS E SUA RELAÇÃO COM A QUEDA DA MORBIDADE E DE COMPLICAÇÕES DA DOENÇA	1914
VALERIANA OFFICINALIS L. E SUA AÇÃO NO SISTEMA NERVOSO CENTRAL	1920
VARIÁVEIS AFETIVAS NA AQUSIÇÃO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: A IMPORTÂNCIA DE ARRISCAR-SE	1925
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	1932
VIVÊNCIAS ACADÊMICAS: FATORES ASSOCIADOS AO ADOECIMENTO PSÍQUICO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	1936
YOGA COMO TRATAMENTO COMPLEMENTAR DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	1943

INICIAÇÃO CIENTÍFICA JUNIOR

A ESTÉTICA NA INFLUÊNCIA DA AUTOESTIMA, AUTOMOTIVAÇÃO E BEM-ESTAR DO HOMEM NA BUSCA DE UM PADRÃO DE BELEZA	1950
A ESTRUTURA DE UM TRIBUNAL DO JÚRI: ASPECTOS E FUNCIONAMENTO	1951
A IMPORTÂNCIA DA CORES NA PERCEPÇÃO VISUAL DO CONSUMIDOR	1952
A INFLUÊNCIA DOS PAIS NA VIDA ACADÊMICA DE SEUS FILHOS	1953
A INTERAÇÃO DA INTERAÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA COM A FAMÍLIA	1954
A LEI EM CASOS DE CRIMES COMETIDOS POR PESSOAS COM DISTÚRBIOS PSICOLÓGICOS	1955
A SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS POLICIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO	1956
A UTILIZAÇÃO DE MICROORGANISMO NA DECOMPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS: UMA ALTERNATIVA ECOLÓGICA PARA A REDUÇÃO DE RESÍDUOS PROVENIENTES DO REFEITÓRIO ESCOLAR	1957
COMPORTAMENTOS DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOW	1959
GESTÃO DE PRODUÇÃO E LOGÍSTICA. ESTUDO DE CASO: MVK – MATERIAIS METÁLICOS E MDF	1960
LOGÍSTICA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO NA INDÚSTRIA DE BEBIDAS VILLA JAHU	1961
O EFEITO DO ÁLCOOL NO ORGANISMO	1963
O FORO DE SÃO PAULO E SUAS INFLUÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA	1964
PASSAGEM SÓ DE IDA: AS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS ENTRE JAHU E O ASILO COLÔNIA AIMORÉS NOS ANOS 1930 E 1940	1965

A ANSIEDADE À MATEMÁTICA EM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Fernando T. Lemos, João S. Carmo, Vânia Ap.Borim M. Delpino, e-mail: fer.trindadelemos@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A disciplina matemática faz parte dos conteúdos obrigatórios e fundamentais da Educação Básica em todo o território nacional. Apresenta relevância escolar e social à medida que instrumentaliza os indivíduos ao exercício da cidadania consciente, possibilitando seu uso e aplicação em diferentes áreas da ação humana e fundamentos de preparação ao exercício de muitas profissões de nível superior.

Investigações em torno da aprendizagem da Matemática têm identificado a presença de transtornos como acalculia, discalculia do desenvolvimento (DD) e ansiedade à matemática (AM) (ARDILA; ROSSELLI, 2002).

A literatura internacional apresenta alta produção em dados referentes à AM e DD em comparação a quantidade de estudos produzidos em âmbito nacional com resultados e contribuições relacionados. A produção de muitos erros e reações emocionais negativas faz parte do quadro conhecido como AM e está diretamente relacionada a uma história ambiental de punição ao longo do ensino de Matemática, tendo origem ambiental, estando centrada na ontogênese (CARMO, 2011).

A AM ainda é pouco conhecida no Brasil e é definida por um padrão composto por três conjuntos de reações: fisiológicas, operantes e cognitivas. As reações fisiológicas podem ser apresentadas como taquicardia, hiper ou hipotensão, sudorese, náuseas, dores no estômago. As reações operantes apresentadas como operações de fuga e de esquiva a situações de estudo e de provas de Matemática. Já as reações cognitivas podem trazer confusão mental, esquecimentos e pensamentos depreciativos como, “não consigo aprender matemática”, “me sinto burro em matemática” (CARMO; GRIS; PALOMBARINI, 2019).

Estas reações não necessariamente caracterizam a AM, ou seja, o fato de apresentar tais reações em, digamos, uma prova de matemática, não é sinônimo de AM, pois pode se tratar de um episódio isolado ou esporádico; mas, a intensidade da estimulação aversiva e a alta frequência de controle aversivo e de reações emocionais

são parâmetros fundamentais na caracterização da AM (CARMO; GRIS; PALOMBARINI, 2019).

A AM pode ser identificada por meio da Escala de Ansiedade à Matemática (EAM), utilizado no presente projeto; trata-se de um instrumento brasileiro desenvolvido para estudantes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio (CARMO, 2008).

Indivíduos com AM podem frequentemente apresentar limitações em habilidades numéricas básicas, mas também apresentam reações fisiológicas operantes e cognitivas (DEVINE et al., 2018). A partir desta problemática descrita, objeto do presente estudo, formula-se a seguinte questão de pesquisa:

Existem diferenças entre gênero, turno e rede de ensino (escola pública ou privada) quando analisamos resultados de AM?

A primeira constatação que sustentou esta pesquisa é o pouco conhecimento, entre educadores, do transtorno de aprendizagem da Matemática aqui apresentado, portanto, as informações obtidas podem oferecer mudanças no cotidiano escolar quanto ao planejamento, ensino e avaliação, pois professores melhor informados tendem a refinar suas ações em sala de aula.

Os dados obtidos representam acréscimos à literatura e lançam luz às questões educacionais presentes no ensino e na aprendizagem da Matemática escolar.

Dados resultantes de pesquisas e relações entre variáveis de gênero, redes de ensino, turnos e idade podem contribuir ao incentivo de estudos entre culturas regionais em âmbito nacional, visto que, no Brasil tais dados são escassos.

O objetivo da pesquisa foi investigar a ocorrência de AM em amostra de escolares do Ensino Fundamental II, verificando correlações entre gênero, tipo de rede de ensino e turnos escolares.

2 METODOLOGIA

A amostra foi composta de 37 estudantes, sendo 24 de escola da rede pública e 13 de escola da rede particular de ensino, de ambos os gêneros, dos 6os anos do Ensino Fundamental II, sem critérios seletivos, como desempenho em Matemática, classe social, presença ou ausência de deficiência ou desenvolvimento atípico; somente na rede pública de ensino houve a participação de alunos do período da tarde.

Inicialmente o Projeto de Pesquisa, foi aprovado pelas escolas participantes, seguidamente encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) das Faculdades Integradas de Jaú para apreciação e aprovação, recebendo o Certificado de

Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 14066919.3.0000.5427, posteriormente sendo iniciada a coleta de dados. Esta fase aconteceu entre abril e maio de 2019.

Após o consentimento da participação através da assinatura do TCLE encaminhado aos responsáveis, cada estudante individualmente consentiu sua participação assinando o termo de assentimento antes da aplicação do instrumento.

As aplicações foram realizadas coletivamente em local preparado, indicado pela direção das escolas participantes, livres de interferências externas como barulhos, ou circulação de pessoas, em condições climáticas e de iluminação adequadas.

Cada estudante recebeu as orientações detalhadas sobre sua participação, como o que é ansiedade, sendo comparado o termo ao nervosismo, tensão para que pudessem compreender. Foi reforçado que os testes da qual participaram são parte de uma pesquisa e que a identidade ou ainda qualquer dado da pesquisa seriam mantidos em sigilo e que a participação não lhes proporcionaria nenhuma premiação ou influência em suas notas da escola. Em seguida foi feita a seguinte pergunta “diante de determinada situação, como eu me sinto?” para a compreensão de resposta a cada questão apresentada.

O instrumento utilizado para coleta e análise de dados de AM foi a **Escala de Ansiedade à Matemática (EAM),** que é uma escala do tipo Likert, composta por 25 situações comuns relativas à matemática. Em cada situação o participante escolhe uma dentre cinco alternativas: nenhuma ansiedade; baixa ansiedade; ansiedade moderada; alta ansiedade; extrema ansiedade. É fundamental que para cada situação seja escolhida uma, e apenas uma das possibilidades. Uma forma simples de calcular o resultado de cada estudante através da somatória de pontos: nenhuma ansiedade: até 25 pontos; baixa ansiedade: 26 a 50 pontos; ansiedade moderada: 51 a 75 pontos;alta ansiedade: 76 a 100 pontos e extrema ansiedade: 101 a 125 pontos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram apresentados em resultados da aplicação da Escala de Ansiedade à Matemática (EAM), comparações entre redes de ensino pública e privada, períodos e gênero; para tais comparações foi utilizado o teste t de Student no programa estatístico SPSS. O valor *p* é definido como a probabilidade a um valor da estatística maior ou igual ao encontrado.

A média entre todos os participantes é de 64,84, classificando esta média em grau de ansiedade moderada com desvio padrão de 20,009, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 Comparações – Redes de ensino e Turnos.

Rede de Ensino	Turno	P(Sign.)	N	Média	D. Padrão	Grau de Ansiedade
Particular	Manhã	0,482	13	53,54	17,505	Moderado
Pública			14	65,36	17,750	Moderado
Pública	Ma+Ta	0,401	24	70,96	18,550	Moderado
Particular	Ma		13	53,54	17,505	Moderado
Pública	Ma	0,445	14	65,36	17,750	Moderado
Pública	Ta		10	78,80	18,330	Alto

Legenda: Ma – Manhã/ Ta – Tarde/ P(Sign) – Significância P/ D. Padrão – Desvio Padrão;
Fonte: dados obtidos no presente estudo.

Tabela 2 Comparações – Redes de ensino, Gêneros e Turnos.

Rede de Ensino	Turno	Gên.	P(Sign.)	N	Média	D. Padrão	Grau de Ansiedade
		F	0,352	20	61,75	20,822	Moderado
		M		17	68,47	18,974	Moderado
Pública	Manhã	F	0,224	9	66,00	20,255	Moderado
		M		5	64,20	14,202	Moderado
Pública	Tarde	F	0,201	5	73,80	14,687	Moderado
		M		5	83,80	21,856	Alto
Particular	Manhã	F	0,325	6	45,33	17,818	Baixo
		M		7	60,57	14,943	Moderado

Legenda: Gên– Gênero/ F - Feminino/ M - Masculino/ P(Sign) – Significância P/ D. Padrão – Desvio Padrão;
Fonte: dados obtidos no presente estudo.

Quando comparadas, às redes de ensino particular e pública no período da manhã o valor de *p* foi 0,482. A rede pública neste período contou com a participação de 14 estudantes, apresentou média de escores de 65,36 e DP de 17,75, enquanto a rede particular contou com uma mostra de 13 estudantes e apresentou média de escores de 53,54 e desvio padrão de 17,505. Apesar de classificadas em grau de ansiedade moderado, a rede pública apresenta média mais alta em relação à rede particular de ensino no período da manhã com a diferença de 11,82 pontos.

Em comparação entre os dois períodos, a rede pública apresentou *p* 0,445. O período da tarde, em comparação com o período da manhã, apresentou média de 78,80, com DP de 18,33, obtendo classificação em alto grau de ansiedade.

Houve a ocorrência de um único caso de grau de extrema ansiedade no presente estudo, apresentando 116 pontos na rede pública de ensino no período da tarde; nenhum estudante apresentou grau de baixa ansiedade neste período.

Na comparação entre gêneros, para os 37 participantes, o valor de *p* é 0,352. A

variável de gênero feminino contou com 20 estudantes e teve média 61,75 e desvio padrão de 20,822; o gênero masculino contou com a participação de 17 estudantes, apresentou média de escores de 68,47 e desvio padrão de 18,974; entre os gêneros a classificação do grau de ansiedade à matemática dos participantes é moderado. Nesta comparação, apesar da média do grau de ansiedade ser classificado em moderado, o gênero masculino obteve escore mais alto com diferença de 6,72 pontos.

Na rede pública de ensino no período da manhã existem 14 participantes, sendo 9 do gênero feminino e 5 do gênero masculino. O valor de *p* entre os gêneros é 0,224. Sua média de escores do gênero feminino é de 66,00 com desvio padrão de 20,255; o gênero masculino apresenta média de 64,20 e seu desvio padrão é 14,202. Estas variáveis de gêneros estão classificadas em grau de ansiedade moderado.

A rede pública de ensino no período da tarde, contou com amostra de 5 estudantes do gênero feminino e 5 do gênero masculino; o valor de *p* entre os gêneros neste período é de 0,201. A média de escores do gênero feminino alcançou 73,80 pontos com desvio padrão de 14,687, sendo classificado em grau moderado, sobretudo o gênero masculino, alcançou média de escore 83,80 com desvio padrão de 21,856, promovendo a classificação em alto grau de ansiedade à matemática. A diferença entre as duas médias de gênero neste período é de 10 pontos.

Quanto à rede de ensino particular participaram 13 estudantes, sendo 6 estudantes do gênero feminino e 7 do gênero masculino; o valor de *p* entre os gêneros é de 0,325. A média de escores do gênero feminino é de 45,33 e seu desvio padrão é de 17,818, classificando a variável em grau de ansiedade baixo (entre 26 a 50 pontos). O gênero masculino nesta rede de ensino obteve a média 60,57 e desvio padrão de 14,943; a variável em questão apresentou significativa diferença em relação ao gênero feminino de 15,24 pontos, classificando-o em grau moderado de AM.

Embora a média total da amostra apresente um grau de AM moderado, os dados da aplicação da EAM neste estudo identificaram diferentes graus de AM entre os participantes distribuídos por redes de ensino, períodos e gênero.

Os dados proporcionam a verificação de distribuição entre graus de AM a partir das variáveis de comparação, porém apresentam diferenças quando comparados à literatura, como por exemplo, em relação aos períodos.

A média resultante da amostra do período da tarde neste estudo, que apresenta alto grau de AM, difere do grau de ansiedade apresentado por Fassis, Mendes e Carmo (2014), que em sua amostra, embora fosse bastante diversa em tamanho (266 alunos),

apresentou média de 56,55 com DP de 16,52, classificando a amostra em grau de AM moderada. Quanto às médias do gênero feminino em relação ao gênero masculino neste período, apresentam graus diferentes, sendo grau alto de ansiedade para o gênero masculino, discrepante com os dados encontrados na literatura; em Fassis, Mendes e Carmo (2014) às médias entre os dois períodos não diferem entre graus, pois apresentam grau de AM moderado em ambos os períodos, com média do período da tarde, acima mencionada, porém nas amostras do gênero feminino e masculino em seu estudo, as médias respectivamente foram de 54,87 com DP de 16,92 e 54,87 com DP de 16,95, ambos apresentando AM em grau moderado, embora (FASSIS; MENDES; CARMO, 2014).

Os graus de ansiedade apresentados neste estudo, quando comparados entre as redes de ensino pública e privada, são corroborados com os dados apresentados por Araújo et al. (2006) indicando que níveis de ansiedade maiores são predominantes em escolas da rede pública em relação à rede privada.

Em algumas distribuições dos resultados deste estudo, pode ser verificado o alto grau de ansiedade, em relação a gênero e turno. Os resultados podem estar supostamente atribuídos à mudança de professores em sala de aula, ou ainda ao aumento do grau de dificuldade em relação à disciplina, pois se trata de estudantes dos 6os anos correspondentes Ensino Fundamental II.

Outra discrepância é o baixo grau de ansiedade constatado na variável do gênero feminino em escola da rede particular em comparação ao gênero masculino, pois de acordo com Mendes (2012), os níveis de ansiedade à matemática entre gêneros não apresentam significância. Tais diferenças supostamente são relacionadas ao método de ensino adotado pela escola, embora Carmo (2012) indique que não haja possíveis relações de gênero, mas sugere maior nível de ansiedade em mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de contar com uma amostra reduzida, o estudo realizado apresentou através da ocorrência de AM, correlações entre gênero, turnos escolares e redes de ensino na amostra de estudantes participantes. Considerando a importância da disciplina Matemática na vida acadêmica e profissional, através dos resultados apresentados este estudo oferece possibilidades de maior conhecimento entre os educadores sobre os transtornos de aprendizagem da Matemática, consequentemente a possibilidade de mudanças no cotidiano escolar em relação ao planejamento, ensino e avaliação do

ensino e aprendizagem.

As escolas participantes contam com públicos distintos e envolvem realidades também distintas, em que pese a necessidade de atender às implicações de objetivos e metas, podem influenciar em ritmos de atividades de estudantes, promovendo a AM;

Em consideração às atuais tecnologias inovadoras, apesar de proporcionarem acesso a muitos conteúdos com interatividade exemplar, as escolas, que deveriam garantir o prazer do estudo e aprendizado através dessas tecnologias e métodos de ensino diferenciados, ainda promovem situações aversivas, como em exemplo aos resultados do estudo presente.

Ampliando a quantidade de dados nacionais sobre AM, pode ser enfatizada a proposta de olhares diferenciados ao ensino de matemática, dando espaço a futuras intervenções que busquem combater esta ansiedade entre outras respostas aversivas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, P. V. S., CARMO, J. S. COSTA, E.C.P., FIGUEIREDO, R.M.E., NOGUEIRA, M.F.. Descrição de graus de ansiedade à matemática em estudantes do ensino fundamental II. Anais II **Cong. Amazônico sobre Violência nas Escolas.** p. 1-4. 2006.

ARDILA, A., ROSSELLI, M.. Acalculia and dyscalculia. **Neuropsychology Review,** 12 (4). p.179-231. DOI 1040-7308/02/1200-0179., 2002.

CARMO, J. S. Ansiedade à matemática: identificação, descrição operacional e estratégias de intervenção. Em CAPOVILLA, F. (Org.) **Transtornos de aprendizagem**: progressos em avaliação e intervenção preventiva e remediativa. p. 249-255. São Paulo. Memnon. 2011.

CARMO, J. S. Escala de Ansiedade à Matemática (EAM). Texto não publicado. Universidade Federal de São Carlos. 2008.

CARMO, J. S., GRIS, G., PALOMBARINI, L. S.,Mathematics anxiety: definition, prevention, reversal strategies and school setting inclusion**.** In David Kollosche et al. (Eds), **Inclusive mathematics education.** Springer. 2019.

DEVINE, A., HILL, F., CAREY, E., SZUCS, D.Cognitive and emotional math problems largely dissociate. **Journal of Educational Psychology** v. 11. p. 431-444 Cambridge-UK. 2018.

FASSIS, D., MENDES, A. C.; CARMO, J. S.. Diferentes graus de ansiedade à matemática e desempenho escolar no ensino fundamental. **Psicologia da Educação,** São Paulo, n. 39, p. 47-61, 2014.

MENDES, A. C.. Identificação de graus de ansiedade à matemática em estudantes do ensino fundamental e médio: **contribuições à validação de uma escala de ansiedade à matemática.** UFSCar. São Carlos-SP. 2012.

A APLICABILIDADE DA TEORIA GERAL DO CRIME NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

Tamara Turini Gomes, Luiz Fernando Kakoi, Perla Savana Daniel, e-mail: tamaturini@hotmail.com; fernando.598@hotmail.com; perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Durante o estudo do Direito Penal em sua parte geral, nos deparamos com diversos conceitos, dentre eles, o conceito de crime. Inserido na Teoria Geral do Crime, este tem como principal objetivo traçar o caminho entre a conduta praticada pelo agente e o seu enquadramento nos crimes tipificados pela legislação penal.

Atualmente no Brasil, existe certa divergência quando o assunto é a Teoria Geral do Crime. Há doutrinadores que acreditam na aplicação da teoria bipartida; outros na tripartida; enquanto alguns adotam a teoria quadripartida.

Defendida por grandes estudiosos do Direito Penal, nosso país adotou como majoritária a Teoria Tripartida, a qual preconiza que uma conduta para ser considerada crime exige a presença de três elementos: fato típico, antijurídico e culpável.

Esse trabalho tem como finalidade o estudo da Teoria Tripartida do Crime, analisando, de forma otimizada, seus elementos, características e as principais razões que a configuram, sem as quais não existiria crime.

2 METODOLOGIA

A metodologia de um trabalho consiste no caminho seguido pelo pesquisador, com a formulação de um problema até a comprovação de uma hipótese, ou seja, a resposta ao problema, que será dada ao final da pesquisa. É por meio do método que um pesquisador consegue atingir seus objetivos.

Os métodos de abordagem utilizados para a realização de um trabalho científico são os de caráter mais geral, os quais são responsáveis pelos critérios selecionados para o desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com o que está sendo exposto pelo trabalho, o método empregado foi o indutivo, considerando este um dos destaques dentro dos métodos de

abordagem. O indutivo é responsável pela generalização, sendo seu objetivo levar o pesquisador a encontrar conclusões mais amplas, partindo de uma questão particular para uma geral.

O presente trabalho foi elaborado através de pesquisas realizadas em bibliografias e sites especializados. Ainda em construção, até este momento, apresenta o conceito de crime dentro da Teoria Tripartida, suas principais características, bem como sua atuação e aplicação ao Direito Penal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partindo do conceito analítico de crime, a teoria tripartida entende que crime é fato típico, antijurídico e culpável.

Para reforçar essa concepção e definição de crime, a Teoria Tripartida adotou como uma de suas regras norteadoras a Teoria Naturalista ou Causal da Ação (Teoria Clássica), concebida no século XIX, por Franz von Liszt, a qual aduz que a existência do fato típico resulta daquilo que foi praticado pelo agente e o que está descrito na lei, não levando em consideração nenhum aspecto de ordem subjetiva, a lesividade originada pela conduta e sua relevância. Para essa teoria, posta em um momento positivista, em que não havia campo para a interpretação das normas e que se valia somente do que estava escrito na lei, interessavam somente dois fatores: saber quem foi o causador da ação e se seu resultado era definido na lei como crime. Quanto aos elementos dolo e culpa (aspectos de ordem subjetiva), imprescindíveis para a existência do crime, a Teoria Naturalista sustentava que estes integravam a culpabilidade, não pertencendo ao tipo.

O fato típico de um crime é entendido como uma conduta, através da qual se produz um resultado que é reprovável pelo Direito Penal, tendo como base o princípio da anterioridade, com fundamento no artigo 1º do Decreto Lei nº 2848/40 (Código Penal), bem como na Constituição Federal, artigo 5º, inciso XXXIX, que diz que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. Por sua vez, essa conduta pode ser classificada como crime ou contravenção penal, a depender de cada caso concreto. Há quatro elementos que compõem o fato típico. São eles: conduta, resultado, nexo causal e tipicidade.

A conduta é a exteriorização do ato humano por meio de uma ação ou omissão, que pode ser dolosa ou culposa. Existem algumas teorias que buscam explicar a conduta. Dentre elas, pode-se destacar a teoria naturalista ou causal, que conceitua

a conduta como uma ação ou omissão voluntária e consciente que determina movimentos corpóreos; a teoria finalista, que determina que conduta é a ação ou omissão, voluntária e consciente, voltada a um propósito; a teoria social, que coloca a conduta como um comportamento voluntário e consciente socialmente relevante; e a teoria funcional, que preceitua a conduta como a ação ou omissão voluntária e consciente capaz de tornar nítida uma manifestação da personalidade do ser humano. Cabe destacar que para a caracterização da conduta, é indispensável a existência de dois elementos: vontade e consciência.

O resultado é compreendido como a modificação do mundo exterior produzido pela conduta humana. Há duas teorias que permeiam o resultado. A primeira delas é teoria naturalística que diz respeito aos eventos que ocorrem no mundo real, como por exemplo, a morte em um homicídio. Porém, é importante destacar que nem todo crime possui resultado naturalístico, já que existem infrações que não produzem alterações no mundo real ou se produzem, podem ser irrelevantes. A segunda teoria, denominada jurídica ou normativa, aduz que toda lesão ou ameaça de lesão deverá agredir um bem jurídico tutelado, pois do contrário, não há que se falar na existência de crime.

Em relação ao nexo causal, este é conceituado como a existência de um vínculo entre a conduta do agente e o resultado por ele produzido, sendo necessário que através de sua ação decorra o resultado. É importante destacar que a aferição do nexo causal independe de qualquer apreciação jurídica, ou seja, não é preciso a verificação de dolo ou culpa por parte do agente. No Brasil, existem duas teorias acerca do nexo de causalidade: a teoria da equivalência dos antecedentes, adotada pelo Código Penal brasileiro, que defende a ideia de que toda e qualquer conduta, ainda que minimamente tiver contribuído para a produção do resultado, deve ser considerada sua causa e a teoria da causalidade adequada, que sustenta que um determinado evento só será consequência da ação humana se tiver sido apta e idônea a gerar o resultado.

A tipicidade é entendida como a adequação do fato à norma, ao tipo penal; é a associação dos tipos concreto (fato do mundo real) e abstrato (fato do mundo normativo). Em outras palavras, é a subsunção, o enquadramento de uma conduta praticada à lei. Mais uma vez, torna-se importante salientar o princípio da anterioridade, que norteia o elemento tipicidade, consagrado pela Constituição Federal e também pelo Código Penal.

Como um dos requisitos que compõem o conceito de crime dentro da Teoria Tripartida, a ilicitude, mais conhecida como antijuridicidade, é a conduta típica contrária ao que está regulamentado pelo ordenamento jurídico, e que por meio de uma ação ou omissão, causa efetiva lesão a um bem jurídico tutelado. A princípio, parte-se do pressuposto de que todo fato típico também é ilícito. No entanto, essa ilicitude (antijuridicidade) pode ser analisada a contrário sensu, na hipótese de ocorrência de um fato típico, mas que não seja ilícito, devido à ocorrência das causas excludentes de ilicitude. É o caso, por exemplo, de um homicídio praticado em legítima defesa: há um fato típico, porém não ilícito, o que se leva a concluir que não há crime nessa hipótese.

As causas excludentes de ilicitude, elencadas no artigo 23 do Código Penal, são: estado de necessidade, legitima defesa, estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito. Considera-se estado de necessidade quando o agente para se salvar de perigo atual, não provocado por ele, pratica algum ato a fim de proteger direito próprio ou de terceiros. A legitima defesa é compreendida como um ato necessário para repelir uma injusta agressão, mas, para que se configure, o agente deve utilizar-se dos meios necessários de forma moderada. O estrito cumprimento do dever legal diz respeito ao ato praticado em conformidade com a lei, mesmo que cause lesão a terceiros, como na hipótese de uma prisão em flagrante delito executada por agente policiais. Vale ressaltar que o ato deve ser praticado dentro dos limites impostos, sem excesso, pois caso haja, haverá a punição daquele que o excedeu. O exercício regular de direito é a conduta autorizada em lei, em que o indivíduo exercerá seu direito previsto sem que pratique um crime. Entretanto, na incidência de excessos, este também será punível.

O requisito culpabilidade, que também integra o conceito de crime, é conceituado, segundo o entendimento doutrinário, como “o juízo de reprovação social, o qual incidirá sobre a conduta típica e ilícita praticada pelo autor”. Existem duas vertentes no campo da culpabilidade que são analisadas sob a ótica formal e material. A culpabilidade formal nada mais é que a censurabilidade imposta ao autor do fato e que norteia os legisladores na construção do tipo penal. Já culpabilidade material serve de auxílio para que o magistrado fundamente a pena do crime a ser aplicada.

A culpabilidade também possui elementos, cuja análise se torna necessária para a configuração do crime. São eles: a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. A imputabilidade é o elemento que

analisará a conduta do agente para que se possa determinar se sua conduta será ou não considerada crime, pois caso o indivíduo pratique algo sem ter conhecimento de seu caráter ilícito, não poderá ser responsabilizado. Caminhando conjuntamente com a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude se baseia na verificação das condições em que o agente praticou a ação, com o objetivo de identificar se no momento em que o fato foi praticado, o agente poderia entender ou conhecer a ilicitude de seu ato. A exigibilidade de conduta diversa é entendida como o fato de um sujeito praticar um ato em desconformidade com ordenamento jurídico, quando outra conduta, por ele, poderia ter sido praticada. Analise-se, portanto, as condições em que o agente se encontrava no momento da conduta, pois diante dessas não poderia ser exigido comportamento diverso do praticado.

Diante do exposto, é através da Teoria Tripartite e sua dependência com os requisitos mencionados e explicados anteriormente, é que se chega a uma conclusão válida ou não sobre a ocorrência de um fato típico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações acima realizadas tiveram como finalidade demonstrar, de forma objetiva e clara, o conceito de crime analisado sob a ótica da Teoria Tripartida, trazendo suas características e apresentando a maneira na qual a presente teoria foi aceita no ordenamento jurídico brasileiro, mais especificamente no direito penal. Assim, fica evidente o real valor que se deve atribuir à análise dos elementos, sem os quais, não se poderia suscitar a configuração de um crime. Destaca-se, ainda, que os elementos que permeiam o conceito analítico de crime são mutuamente interligados, o que leva a um estudo em conjunto de tais elementos.

Destarte, a pesquisa teve como principal escopo expor a teoria predominante no Brasil acerca da Teoria Geral do Crime, elucidando as definições do fato típico, antijurídico e culpável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 27 set. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 out. 2019.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal.** 22. ed. – São Paulo: Saraiva, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal.** 12. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

A APLICABILIDADE DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO MODELO CIVIL LAW BRASILEIRO: BREVE ANÁLISE

Matheus Muntú da[1] Silva, Jamile Gonçalves Calissi[2], email: jamilecalissi@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O Pleno do Supremo Tribunal Federal reconheceu, em dezembro de 2003, que os Tratados de Direitos Humanos possuem maior valia que Leis Ordinárias (HC 87.585-TO e RE 466.343-SP) – decisão que altera, por consequência, a Pirâmide de Kelsen, que tem como referência maior a Magna Carta. Estavam em pauta duas teses: a que defendia o valor supralegal dos Tratados de Direitos Humanos e a que sustentava o valor constitucional destes tratados. A primeira tese venceu e, com a EC 45/04, fora colacionado o § 3º ao artigo 5º da Constituição Federal, em que, um tratado de direitos humanos aprovado por quórum qualificado e, ratificado pelo Presidente da República, terá valor de Emenda Constitucional, ficando, os demais tratados, com status supralegal (valerão mais que leis ordinárias, mas menos que a Constituição Federal).

Vê-se, portanto, que toda lei ordinária deverá ser compatível não só com a Lei Maior (controle de constitucionalidade), mas também com os tratados de direitos humanos ao qual o Brasil é signatário (controle de convencionalidade). Valério Mazzuoli, mestre em Direito Internacional, em tese de doutorado, defende a existência de quatro modalidades de controle, quais sejam: de legalidade, de supralegalidade, de convencionalidade e de constitucionalidade. Para ele, os tratados que não forem aprovados com quórum de Emenda Constitucional, terão status de norma materialmente constitucional, constituindo um paradigma de controle difuso de convencionalidade – ao qual, é permitido a todo e qualquer juiz ou tribunal realizar, no caso concreto, a análise sobre a compatibilidade do ordenamento jurídico com a Constituição; em contrapartida, se aprovado pela maioria qualificada, esses tratados passarão ser material e formalmente constitucionais, constituindo paradigmas de controle concentrado de

[1] Estudante do 6º período de Direito das Faculdades Integradas de Jaú, e-mail: muntu.matheus@outlook.com
[2] Orientadora do trabalho. Professora do curso de Direito das Faculdades Integradas de Jaú

convencionalidade – procura-se, no controle concentrado, a obtenção da declaração de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo em tese, independentemente da existência de um caso concreto, visando-se a garantia das relações jurídicas, que não podem ser pautadas em normas inconstitucionais.

Com isso, ficam os legitimados pelo artigo 103 da Lei Maior[3], a propositura de ações que visem a retirada da validade de uma norma interna que viole algum tratado de direito humano vigente no país, ainda que esta norma encontra-se em conformidade com a Constituição Federal Brasileira.

O presente trabalho se propõe a apresentar argumentos e conceitos, por meio de pesquisa documental e doutrinária, sobre a existência de um controle de convencionalidade no ordenamento jurídico brasileiro e a forma como este controle poderá ser realizado nas mãos de seus legitimados.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do referido estudo científico, foi utilizado o método dedutivo analítico, fundado em revisões de literatura, baseado em pesquisas na legislação, livros, doutrinas, jurisprudências, artigos científicos e casos verídicos ocorridos em território nacional e internacional até o período do presente artigo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A supremacia constitucional é elemento essencial para que não haja desrespeito às normas presentes na Magna Carta. Para que ela exista, é necessário se fazer uma constituição rígida, posto que determina uma forma solene de alteração, qual seja, através de Emenda Constitucional, aprovada em dois turnos, por três quintos dos membros das duas casas do Congresso Nacional. O controle de constitucionalidade, portanto, é aquele que impedirá o ataque de normas domésticas aos direitos e garantias previstos constitucionalmente, uma vez que a Constituição é elemento que funda o Estado. Há, portanto, uma hierarquia jurídica, que se estende da norma constitucional às demais normas, quais sejam, leis, decretos, portarias e medidas provisórias.

O controle de constitucionalidade possibilita que sejam detectadas normas que em desacordo com a Lei Maior. Notadas as diferenças relevantes entre os dispositivos, aquela norma que não atender aos ditames constitucionais deve ser invalidada é

[3] Determina quem são os legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.

anulada; portanto, ainda que permaneçam vigentes, essas normas devem ser invalidadas e retiradas do ordenamento jurídico a fim de que a Constituição mantenha sua posição de supremacia e, assim, seja mantida sua obrigatoriedade.

Para tanto, têm-se que entender a diferença entre vigência e validade da norma: a vigência se baseia nos requisitos formais dispostos em lei e que permitem à lei existir no plano do Direito. Para ser vigente, deverá, a lei, passar pelo processo de edição no parlamento e ter o período de vacatio legis respeitado (caso houver). Em contrapartida, a validade somente surge com uma análise do conteúdo da norma, que deverá estar materialmente compatível com leis e normas hierarquicamente superiores. Atualmente, preza-se a teoria da dupla compatibilidade vertical material para que uma norma tenha valia; ao qual tal norma deverá atender ao texto constitucional e tratados internacionais comuns recebidos pelo ordenamento jurídico brasileiro com status de supralegalidade (MAZZUOLI, 2009) – está acima da lei ordinária e abaixo da Constituição Federal.

A eficácia, por sua vez, é a possibilidade e concretização dos efeitos de tal norma naquela sociedade. Portanto, depende da congruência com a realidade social daquele Estado. Nesse sentido, trata Mazzuoli (2009):

> [...] não há como dissociar a eficácia das normas à realidade social ou à produção de efeitos concretos no seio da vida social. O distanciamento (ou inadequação) da eficácia das leis com as realidades sociais e com os valores vigentes na sociedade gera a falta de produção de efeitos concretos, levando à falta de efetividade da norma e ao seu consequente desuso social.

Servirão de parâmetro para o controle de constitucionalidade não somente os direitos expressos no texto constitucional, mas também aqueles que se encontram implícitos, decorrentes dos princípios por ela adotados e dos tratados internacionais em que faz parte (FERREIRA FILHO, 2010).

O controle difuso, ocorre somente no curso de um caso concreto e sob iniciativa de uma das partes, por meio de exceção ou de defesa – nesse caso, o único efeito é o de não aplicação daquela norma ao caso. Nesse controle, portanto, nada impede que a mesma norma volte a ser utilizada em outro caso-processo. Em contrapartida, o controle concentrado (abstrato) é aquele que impetrado diretamente ao Supremo Tribunal Federal, pelos legitimados do artigo 103, da CF, motivo pelo qual não se faz necessária a existência de um caso concreto para sua apreciação. Nesse caso, a lei anulada gerará efeitos erga omnes e vinculante (exceto ao legislativo); não podendo ser novamente aplicada em qualquer outro caso-processo.

Ocorre que por muitas vezes o Estado-jurisdição deixa de ser suficiente para enfrentar alguma questão, passando esta ser debatida em âmbito internacional. O

indivíduo, portanto, deixa de ser parte de um grupo, transformando-se em sujeito de ordem internacional. Como sujeito que é, inicia-se então, uma fase de promoção de conferências e elaboração de tratados que saiam à proteção das pessoas; consequência de uma nova visão internacional que deixa de ser centrada no Estado e passa ser centrada na pessoa humana. Nessa vertente, os direitos humanos já reconhecidos, uma vez que com finalidade da busca pela dignidade da pessoa humana, devem ser observados por todos que a estes estejam vinculados. Dessa forma, a justificação pela soberania para desrespeitar ou ignorar normas internacionais, passa ser bem menos aceita e cria-se um constitucionalismo em que ordem interna e externa se comunicam (transconstitucionalismo).

Visando efetivar o transconstitucionalismo, surge, no ordenamento brasileiro, a inserção do § 3º ao art. 5º da Constituição Federal (advindo da EC 45/04), que trata da caracterização do tratado como EC desde que aprovado por quórum de emenda. Mas, surgem, assim, dois tipos de tratados de direitos humanos: aqueles aprovados pelo rito especial e que ingressam no ordenamento jurídico equiparados a emenda constitucional (material e formalmente constitucionais) e aqueles que foram ratificados por maioria simples (materialmente constitucional). [4]Ambos possuem natureza constitucional, em respeito à cláusula de abertura trazida pelo § 2º do art. 5º da CF e passam ser protegidos pelo art. 60, § 4º, do mesmo diploma legal[5]; no entanto, para cada um dos dois tipos, haverá um parâmetro para a compatibilidade vertical das normas infraconstitucionais. O intuito, aqui, é garantir a eficácia das legislações internacionais e permitir que sejam dirimidos conflitos entre normas internas e internacionais.

No caso dos tratados equiparados à EC (materialmente e formalmente constitucionais), há que se falar em controle concentrado de convencionalidade, ao qual permite o STF analisar, a partir da propositura de ação pelos legitimados do art. 103, CF, a validade ou não de uma lei (ressalta-se a não necessidade de existir um caso concreto). Em contrapartida, aqueles que aprovados por maioria simples (materialmente constitucional) – controle difuso de constitucionalidade, dependerão de um caso concreto para da análise da aplicabilidade ou não da norma (por juízes e tribunais), devendo seu efeito ser reduzido somente às partes daquele caso; podendo ser novamente utilizados em diversos outros casos.

[4] Denominados de supralegais.

[5] Dispõe sobre cláusulas pétreas (não podem ser abolidos através de EC).

Em 2006, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, pela primeira vez, no caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile, manifestou-se sobre um controle de convencionalidade das leis. Para Mazzuoli (2013), este caso confirma que a Corte Interamericana defende que a realização do controle de convencionalidade por tribunais locais deve ser tida como questão de ordem pública internacional:

> Tais decisões da Corte Interameticana somadas demonstram claramente que o controle nacional da convencionalidade das leis há de ser tido como o principal e mais importante, sendo que apenas no caso da falta de sua realização interna (ou de seu exercício insuficiente) é que deverá a Justiça Internacional atuar, trazendo para si a competência de controle em último grau (decisão que tem o Estado o dever de cumprir).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que parece, o controle de convencionalidade, trazido efetivamente pela Emenda Constitucional nº 45/04, visa dar maior efetividade e proteção aos direitos e garantias fundamentais do ser humano. Para que seja mantido e protegido o direito pessoal, é necessário um diálogo entre as Cortes, o que permite que esses direitos já enraizados se expandam internacionalmente.

Independentemente do quórum de aprovação dado ao tratado de direito humano, este deve estar em paralelo com o controle de convencionalidade à ele aplicado. Nesse caso, o diferencial se dá pela forma de se analisar sua constitucionalidade – aqueles que aprovados com quórum de EC devem ser objeto de ação perante o STF pelos legitimados do art. 103, CF e aqueles que aprovados por maioria simples, pelo juiz ou tribunal ao que o caso fora apresentado. A Corte Interamericana já manifestou-se no sentido de que, tribunais locais, utilizam-se do controle de convencionalidade como questão de ordem pública.

REFERÊNCIAS

_____. **Curso de direito internacional público**. 11. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

_____. **Curso de Direito Internacional Público**. 7. Ed. São Paulo: RT, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 out. 2019.

FERREIRA FILHO, M. G. **Direitos Humanos Fundamentais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, 344 p.

HOLZ, W. L. C.; SILVA, T. R. da; TAUCHERT, M. R. Controle de convencionalidade brasileiro e a teoria da dupla compatibilidade vertical e material. **JusBrasil**, [S.l.], 18 set. 2017. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/60631/controle-de-convencionalidade-brasileiro-e-a-teoria-da-dupla-compatibilidade-vertical-e-material. Acesso em: 1 out. 2019.

MAZZUOLI, V. de O. Teoria geral do controle de convencionalidade no direito brasileiro. **Revista Direito e Justiça**, [S.l.], v. 9, n. 12, mar. 2009. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/322641459.pdf.

NUNES, K. A. L. O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE DAS NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO. **Direito em Ação**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 50-110, jul./dez. 2015. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDA/article/view/7176/4454. Acesso em: 2 out. 2019

OEA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Case of the Dismissed Congressional Employees (Aguado - Alfaro et al.) v. Peru**. 24 novembro de 2006. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_158_ing.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

A APLICABILIDADE DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Gian Luca Paes dos Santos[1], Perla Savana Daniel, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, email: vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Evidente que, atualmente, muito se fala sobre o instituto da colaboração premiada, posto que veiculado com grande intensidade em assuntos midiáticos de grande notoriedade em nosso país, tudo porque a aplicação desta ferramenta se tornou quase que um procedimento fundamental para o combate e prevenção de crimes de corrupção. Entretanto, embora tenha sido apenas regulamentado na década de 90, mais especificamente com a vigência da Lei 8.072/90, a qual trata dos crimes hediondos no Brasil, este instrumento não é tão recente quanto pensamos, sendo realidade em nosso ordenamento jurídico desde os tempos de colônia, trazida pelas Ordenações Filipinas.

Ainda que antigo e muito usado durante toda história da espécie humana, uma vez que a colaboração premiada tem por finalidade a prevenção e a repressão de ações criminosas, tornando-se fortemente eficaz no combate a organizações criminosas, as quais com o passar dos anos se atualizaram e sofisticaram a forma como agem, estando comumente a frente dos procedimentos investigativos, deixando toda a sociedade vulnerável às práticas ilícitas, causando claro temor social diante das impunidades.

Com a sofisticação das condutas criminosas, se fez necessário procedimentos capazes de inibir toda a criminalidade, sendo assim, o instituto da colaboração premiada demonstra ser capaz de atingir toda a estrutura destas organizações. Contudo, diante desta recém-chegada ferramenta em nosso ordenamento jurídico, o qual exclusivamente se trata de um procedimento processual penal, sua aplicação muitas vezes se faz necessária em crimes de cunho cível, como por exemplo, crimes de improbidade administrativa. Ocorre que a Lei 8.429/92, em seu artigo 17, parágrafo 1º veda a colaboração premiada.

Deste modo, observando esta lacuna em nosso ordenamento jurídico é que o presente trabalho vem com o objetivo de reconhecer a aplicação desta ferramenta tão

[1] (gianluca.jau@gmail.com)

importante que se mostrou capaz de prevenir crimes de corrupção e ações de organizações altamente sofisticadas.

2 METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa foi elaborado através da coleta e análise de dados, tendo como referência doutrinas e artigos científicos que abordam o tema em questão, fontes bibliográficas, arquivos presentes na rede mundial de computadores e, predominantemente, a utilização de jurisprudências, capazes de delimitar a existência ou não de uma postura pacífica dos magistrados quanto a aplicabilidade do instrumento processual denominado como colaboração premiada.

Comparando os entendimentos jurisprudenciais e suas diversidades, abordando de maneira quantitativa/qualitativa, de forma dedutiva, partindo da dogmática da exegese com as técnicas de pesquisas pertinentes.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Preliminarmente, cumpre conceituar colaboração premiada. Nas palavras de Aranha (1994, p.99):

> [...] delação premiada trata-se da afirmativa feita por um acusado, ao ser interrogado em juízo ou ouvido na polícia, e pela qual, além de confessar a autoria de um fato criminoso, igualmente atribui a um terceiro a participação como seu comparsa.

No mesmo sentido, Capez (2003, p. 298) conceitua a colaboração como sendo: "(...) a afirmativa feita por um acusado, ao ser interrogado em juízo ou ouvido na polícia. Além de confessar a autoria de um fato criminoso, igualmente atribui a um terceiro a participação como comparsa."

Desta forma, conclui-se que a colaboração premiada além de ser causa de perdão judicial, redução ou substituição de pena consistente num ato praticado voluntário pelo interrogado/acusado, o qual poderá recair na conduta criminosa de um terceiro, como sendo seu coautor ou partícipe, revelação da estrutura hierárquica, entre outros resultados possíveis. Entretanto, não se confunde colaboração com confissão, pois, para que a confissão se configure, o fato deve ser somente dirigido a quem propriamente depõe. Também não se pode confundir com testemunho, pois quem presta testemunho não tem relação de participação com os autores envolvidos.

Assim, para que se configure a colaboração, não basta que o interrogado somente atribua um fato a terceiro, sem confessar, pois, nesta hipótese, estará prestando somente

testemunho, haja vista que a delação ocorre quando o delator também confessa. Corroborado por inteiro o princípio da verdade real, se tratando, então, de instrumento que ajuda na investigação e repressão de crimes, principalmente os que se apresentam de maneira organizada.

Com o passar dos anos a evolução histórica e jurídica trouxeram adaptações importantes para nosso ordenamento jurídico, o qual se fortificou e se aprimorou no combate a condutas ilícitas que pudessem auferir vantagem para um único indivíduo ou para seu grupo. Deste modo, na busca de obter informações capazes de prevenir crimes foi que se passou a aplicar o instituto em tela tanto em benefício pro societate quanto em benesse do próprio acusado.

Objetivando garantir um procedimento judicial mais célere e, principalmente, mais eficaz é que o judiciário utiliza do instrumento, porém, em muitos casos carentes de resolução tal ferramenta não está sujeita a aplicação, como é caso dos crimes de improbidade administrativa (Lei 8.429/92), os quais poderiam se valer da colaboração para solução de casos de alta complexidade.

Evidente que as ações de improbidade administrativas são regidas pelo processo civil, contudo, possuem tramitação assemelhada ao procedimento penal. Nesta seara, todo o rito processualístico utilizado nos julgamentos destes casos, guarda muitos pontos em comum com as instruções procedimentais penais que versam sobre crimes cometidos por agentes públicos.

Entretanto, a própria legislação em vigor veda qualquer forma de acordo ou transação, o que torna inviável a aplicação do instituto de colaboração premiada para alguns magistrados. Nesta senda, a Lei nº 8.429/92, em seu art. 17, parágrafo 1º, dispõe o seguinte:

> Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar. § 1º - É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.

Em comparação entre ilícitos penais e ilícitos administrativos resta claro que há similaridade em termos de condutas e consequências, tanto dos sujeitos ativos quanto de sujeitos passivos, bem como suas ações muitas vezes recaem sob a tutela de idênticos bens jurídicos.

Ainda que a lei de improbidade administrativa seja considerada um importante inibidor da corrupção, esta entra em colisão durante seu percorrer investigatório, os quais

podem refletir na punição do infrator e nos resultados de toda instrução, transparecendo um teor de impunidade a toda sociedade.

Sobre as dificuldades investigatórias existentes no trâmite processual da Ação de Improbidade Administrativa, colocou-se Faria em sua tese (publicada no portal de teses do MPSP):

> Os atos de improbidade muitas vezes envolvem organizações criminosas ou uma cadeia de agentes com características piramidais (mentores da fraude no topo e muitos subordinados na base da pirâmide). Dessa forma, são vários os envolvidos, principalmente na base das fraudes administrativas, ficando os principais autores impunes ante a ausência de provas e a impossibilidade de obtenção de confissões importantes acerca das práticas ímprobas ocorridas em determinado caso concreto.

Considerando que para os ilícitos penais existe a possibilidade de atenuação da pena através da confissão espontânea, não se mostra razoável aplicar uma penalidade, vista do prisma administrativo, sem que haja a possibilidade de a colaboração efetivamente prestada pelo acusado reverberar na dosimetria da pena a ser aplicada.

Sobre a delação premiada e seus efeitos nos feitos que versem sobre improbidade administrativa, posicionou-se a promotora de justiça Karina Cherubini (op. cit., p. 1.):

> Se a confissão nos processos cíveis, especificamente nos feitos de improbidade administrativa, fosse reconhecida como atenuante da sanção e mais, se fosse estendido a esse tipo de feito os demais benefícios da delação premiada, haveria um avanço na instrução do inquérito civil e na própria instrução processual, obtendo-se peças de um quebra-cabeça que, de outra forma, pode seguir incompleto, mesmo que se obtenha um deslinde condenatório.

Por fim, aliado a outros argumentos é que se sustenta a aplicação do instituto da delação premiada nas Ações de Improbidade Administrativa com base na observância dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade.

Conforme dito, o trâmite investigatório de uma Ação de Improbidade Administrativa muitas vezes se esbarra em óbices, fato que impõe a atuação de acusado colaborador para desenrolá-lo da intrincada situação e obter sucesso no deslinde do caso e também na efetividade da punição dos infratores.

Levando em consideração que os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade impõe, na tomada da decisão do agente público, a adoção de meios coerentes para se atingir meios adequados, não se mostra plausível que a efetiva colaboração do agente não influa na dosimetria da sua pena.

Neste sentido, vale colacionar a jurisprudência do Egrégio TJDFT (BRASIL, 2013, p. 171):

> [...] 11. Ainda que o instituto da delação premiada não se destine ao caso dos autos, em que se discute a improbidade administrativa cometida pelo réu, que é de natureza cível, política e administrativa, não resta dúvida que o magistrado

> poderá levar em conta a colaboração do réu para a fixação das penalidades previstas na Lei nº 8.429/92. *12. Neste aspecto, correto o posicionamento do juiz a quo que, atento aos princípios constitucionais da proporcionalidade e razoabilidade, fixou as penalidades do apelante em patamar inferior às dos demais réus.* 13. Apelos improvidos.

Assim, diante da patente dificuldade investigatória existente no desenrolar do trâmite processual das ações de improbidade, aliada a ausência de qualquer empecilho legal na sua aplicabilidade, a delação premiada mostra-se instrumento legítimo e necessário à desarticulação de organizações criminosas instaladas na democracia contemporânea.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inegável que a corrupção que assola nosso país está em constante crescimento, açoitando diariamente os noticiários quanto aos desmandos no núcleo da Administração Pública, transparecendo a toda sociedade que tanto corrupção quanto a impunidade não terão fim.

Contudo, não podemos nos abalar com as impunidades já passadas, posto que caibam as autoridades públicas e a todos os operadores do direito apurar e, consequentemente, punir os infratores, fazendo necessário que os órgãos responsáveis pela persecução instruam de forma adequada a relação processual.

Nesta senda, é que carecemos de medidas mais eficazes no combate à corrupção, precisando de mobilização investigativa e avanços na instrução processual fortificados, aplicando, por exemplo, o instrumento da colaboração premiada no bojo da Ação de Improbidade Administrativa.

Deste modo, caso à confissão nos feitos de improbidade administrativa fossem garantidas mediante os benefícios da delação premiada, obtendo informações fundamentais para o deslinde dos casos, seguindo a instrução processual de maneira mais branda ao delator, conseguiríamos alcançar um número maior de colaboradores do que os atuais, e, consequentemente, soluções apareceriam de formas mais claras e eficazes.

Resta claro a inviabilidade de aplicação de uma penalidade para um único indivíduo, isto é, administrativamente, sem dar-lhe a chance de colaborar com a persecução penal e na prevenção de novos crimes, fosse por outros ou quem sabe pelo grupo do próprio acusado.

Portanto, não se admite a aplicabilidade do instituto da colaboração premiada na seara administrativa, demonstra muitas vezes deixar de tutelar bem jurídico primordial, como a moralidade administrativa, em garantia da impunidade.

REFERÊNCIAS

_____. Colaboração premiada. **Dizer o Direito**, [S.l.], 14 set. 2015. Disponível em: https://www.dizerodireito.com.br/2015/09/colaboracao-premiada.html. Acesso em: 05 ago. 2017.

BRASIL**. Lei nº 12.850, de 02 agosto de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 07 ago. 2017.

BRASIL**. Lei nº 8.429**, de 02 de junho de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL**.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (5ª Turma) Acórdão n.694786, 20050111347466APC, Relator: JOÃO EGMONT, Revisor: Luciano Moreira Vasconcellos, Cível, Data de Julgamento: 12 jun. 2013, Publicado no DJE: 22 jul. 2013, p. 171. Disponível em: https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj. Acesso em: 04 out. 2019.

CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 9. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003.

CHERUBINI, K. G. Ampliação da delação premiada aos atos de improbidade administrativa. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 12, n. 1519, 29 ago. 2007. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/10340. Acesso em: 14 dez. 2018.

FARIA, A. C. C. de O. **Colaboração premiada na Ação de Improbidade Administrativa**. Disponível em: www.mpsp.mp.br/.../COLABORAÇÃO%20%20PREMIADA%20. Acesso em 01 nov. 2018

A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PENAIS NA ESFERA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Ana Flavia Cancian Scatambulo, Caroline Ferreira, Rafaela Marreti, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou de forma pontual demonstrar conceitos presentes na seara do Direito Administrativo, com viés principal na aplicação de sanções penais que orbitam o exercício de cargo, função ou emprego público por parte dos indivíduos atualmente nominados na doutrina como “agentes públicos”, esclarecendo e pontuando conceitos como de Improbidade Administrativa e dos crimes contra a administração pública passíveis de apuração.

Entretanto, corte metodológico é necessário para focar a presente pesquisa à sua premissa maior, qual seja, a problemática sobre qual modelo jurídico do ordenamento jurídico pátrio é capaz de aplicar sanções que traduzem a verdadeira eficácia social da punibilidade ao agente entendido como ímprobo, tendo em vista que a Administração Pública, por si só, não tem competência para realizar persecução penal quiçá aplicar penas de natureza criminal ou civil que poderiam ser cabíveis ao agente público por ato de improbidade.

Neste contexto, o estudo em tela buscará demonstrar que, independentemente de possível sanção por ato de improbidade baseado na Lei n° 8.429/1992, há possibilidade de outras espécies de reprimenda cumulativas à improbidade. O STF afirma a independência entre instâncias administrativa, penal e civil permanecendo atual o enunciado da Súmula nº 18: “*Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor* público”.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa de iniciação científica foi o método analítico-dedutivo com o necessário levantamento bibliográfico a doutrinas específicas ao tema, além da análise da legislação e jurisprudência pátria.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao iniciar as pesquisas sobre o tema “A aplicação das sanções penais na esfera da lei de improbidade administrativa” foram observadas discussões com escopo de definir que probidade não deve ser confundida com moralidade.

> Entende-se por ato de improbidade má qualidade, imoralidade, malícia. Juridicamente, lega-se ao sentido de desonestidade, má fama, incorreção, má conduta, má índole, mau caráter”. Portanto, moralidade e probidade administrativa são noções nitidamente distintas, em que a probidade é gênero, do qual a moralidade é espécie (FERRACINI, 1997, p. 16).

No artigo 37, caput, da Constituição Federal, se faz referência à administração pública, onde são apontados os princípios fundamentais que norteiam a atividade pública, conhecidos como princípios expressos do regime jurídico administrativo, entre eles, indica a moralidade, sem referência à probidade. Já no § 4°do artigo 37, da Constituição, a improbidade administrativa é exposta. A CF/88 afirma que atos de improbidade resultarão em suspensão de direitos políticos, perda de função, indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário sem que haja prejuízo à ação penal cabível. Nesse contexto é necessário observar que responsabilidades administrativas, civil e penal não se prejudicam, conforme mencionado acima pelo princípio da independência entre instâncias.

A Lei n° 8.429/1992, Lei de Improbidade Administrativa, regulamenta as disposições constitucionais, classificando os atos de improbidade em três categorias previstas nos artigos 9°, 10 e 11, respectivamente:

I) Atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito;
II) Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;
III) Atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

Os dispositivos supramencionados definem atos de improbidade que importam no enriquecimento ilícito, que causam prejuízo ao erário, e que atentam contra os princípios da administração pública. Nesse contexto, de fundamental importância vislumbrar os mandamentos normativos na forma de exemplificada: a) exemplo da 1ª modalidade: adquirir, para si ou para outrem, no exercício do mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público; b) exemplo da 2ª modalidade: ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento; c) exemplo da 3ª modalidade: praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.

O fato a ser desnudado é que, cada um desses artigos (arts. 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa) define genericamente o ato de improbidade no caput e deu uma definição mais apurada em vários incisos evidenciados na legislação, o que ensejará, certamente, uma interminável discussão quanto à taxatividade ou exemplificatividade das hipóteses elencadas, a exemplo do que ocorreu com a lista de serviços municipais.

A mesma lei ainda define quais as pessoas consideradas como passíveis de sanção pela prática de atos de improbidade, sendo eles: a) Qualquer agente público, servidor ou não, em relação a atos de improbidade praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, reputando-se agente público, para os efeitos da lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades acima mencionadas, e; b) Qualquer pessoa que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie por qualquer forma direta ou indireta.

Sendo assim, *sujeito ativo* do ato de improbidade administrativa é o agente público, entendido como todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades que figuram como *sujeito passivo* do ato de improbidade administrativa. Abarca não só os servidores públicos, como também, os membros de Poderes ou agentes políticos.

A Lei n° 8.429/1992 não se preocupa em definir crimes. Os atos tipificados nos artigos já mencionados, 9°, 10 e 11 desta lei, não constituem crimes no âmbito da referida lei. Muitas das condutas descritas são de natureza criminal, porém, em outras leis, a exemplo do Código Penal e da Lei n° 8.666/93 que versa sobre contratos administrativos e licitações públicas.

Contudo, não sendo crimes, existe sanção de natureza política ou civil, cominada na lei sob comentário, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica.

Deste modo, os atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito estão sujeitos às cominações previstas no artigo 12, I, da referida lei:

> a) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio;
> b) ressarcimento integral do dano, quando houver;
> c) perda da função pública;
> d) suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos;
> e) pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial; e
> f) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez ano."

Já no caso de atos de improbidade que causem prejuízo ao erário, as sanções aplicáveis estão previstas no inciso II do mesmo artigo:

> a) ressarcimento integral do dano, se houver;
> b) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância;
> c) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos;
> d) pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano; e
> e) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

Em relação aos atos de improbidade que atentam contra a moralidade e demais princípios da administração, tem como sanções previstas também no artigo 12, inciso III:

> a) ressarcimento integral do dano;
> b) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos;
> c) pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente; e
> d) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefício ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Diante das sanções administrativas, não é considerado crime, mas pode corresponder igualmente a outro delito definido em lei, sendo a condenação proferida na jurisprudência penal, ainda que exprimida na jurisdição civil, conforme lições de Zaffaroni e Pierangeli:

> [...] a lei penal em sentido estrito é a que associa a uma conduta uma pena: lei penal em sentido amplo é a que abarca todos os preceitos jurídicos que precisam as condições e os limites do funcionamento desta relação (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2004, p. 101).

Vale mencionar o Recurso Especial 721190/CE sendo relator o eminente Ministro Luiz Fux:

> É uníssona a doutrina no sentido de que, quanto aos aspectos sancionatórios da lei de improbidade, impõe-se exegese idêntica à que se empreende com relação às figuras típicas penais.

Acontece que para haver a punição penal é preciso que haja uma conduta omissiva ou comissiva, fato típico, nexo causal e desde que o agente haja dolosa ou culposamente provocando assim a ofensa ao bem jurídico tutelado causando assim resultados danosos.

Em uma corrente doutrinária paralela, insurgem as opiniões de Arnoldo Wald e Gilmar Mendes que, em artigo intitulado:

> Competência Para Julgar Ação De Improbidade Administrativa, afirmam que as sanções legais são dotadas "de forte conteúdo penal", pela simples possibilidade de suspensão de direitos políticos, ou a perda da função pública, isoladamente consideradas. (MENDES; WALD, 1998, p. 213/216).

Contudo, a lei de atos de improbidade possui características de sanções que se baseiam na lei penal, não tendo outro ramo jurídico que possa abranger esse tipo de conduta aplicando a sanção que melhor se adequa ao caso concreto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no diálogo de fontes acima apresentado, a aplicação das sanções penais na esfera da lei de improbidade administrativa, deve observar as devidas competências jurisdicionais, respeitado o princípio da autonomia das instâncias, para a imposição de sanção. No caso das sanções penais em face da improbidade administrativa, a competência para legislar é da União.

Neste diapasão, as sanções do art. 12 da Lei de Improbidade Administrativa nada mais são do que penas aplicadas como consequência da violação aos preceitos primários.

Portanto, a lei de Improbidade Administrativa prevê severas sanções, a ponto de permitir a suspensão dos direitos políticos, ou seja, durante determinado período de tempo, a pessoa pode vir a ser condenada uma sanção, ainda que temporariamente, o impede o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

_____. STF. **Súmula nº 18**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2096. Acesso em: 15 out. 2019.

_____.STJ. RECURSO ESPECIAL: REsp721.190. CE. (2005/0014047-2). Relator: Ministro Luiz Fux. DJ: 02/06/2014. **JusBrasil**, 2005. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7177034/recurso-especial-resp-721190-ce-2005-0014047-2-stj/relatorio-e-voto-12915449. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.** Lei de Improbidade Administrativa. Brasília, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Acesso em: 02 out. 2019.

FERRACINI, L. A. **Improbidade Administrativa**. São Paulo: Julex, 1997. 16. p.

MENDES, G.; WALD, A. Competência para julgar ação de improbidade administrativa. **Revista de Informação Legislativa**, n. 138, p. 213-216, abr./jun. 1998. Disponível em: http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/378. Acesso em: 02 out. 2019.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manuel de Direito Penal Parte Geral.** 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. 101. p.

A COLABORAÇÃO PREMIADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

José Guilherme Lameza, Márcio Américo Mageste, Luiz Fernando Sartori, Wagner Elias Jacob, e-mail: marciomagestedc@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a dinâmica da atual conjuntura do quadro da segurança pública do Brasil, que há tempos vem se deteriorando a níveis inaceitáveis, buscou o legislador uma maneira realmente efetiva de se diminuir a criminalidade, especialmente aquelas diretamente condicionadas às organizações criminosas.

O trabalho irá abordar a evolução histórica do instituto, desde o seu nascimento, passando pelas legislações mais importantes para o desenvolvimento do presente instituto, como a italiana e a americana. Após a análise da evolução histórica do instituto da delação premiada, o presente trabalho irá analisar a sua aplicabilidade frente a Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013), de maneira meramente explicativa.

O presente trabalho foi desenvolvido através de pesquisa em livros físicos, bem como através de pesquisas realizadas na internet. O conhecimento foi sendo construído a partir da leitura de artigos publicados elaborados por pesquisadores do tema.

O instituto foi criado para aqueles que, tendo cometido algum delito, se demonstraram dispostos a colaborar com a revelação de todo o grupo criminoso, receberam por consequência, uma cuidadosa análise de sua situação para com a justiça.

O instituto da delação premiada no âmbito do Direito Penal Brasileiro consiste no auxílio do Estado na persecução criminal, utilizando-se de benesses dada ao agente que acaba por dilatar um ou demais comparsas.

O instituto pode ser utilizado basicamente em relação a qualquer crime, mas na prática, sua aplicação é destinada principalmente aos ilícitos praticados por organizações criminosas.

Atualmente, tais organizações gozam de um alto padrão de sofisticação e preparo tecnológico quanto ao acometimento de seus delitos, e, devido a isso, necessário se faz a efetivação de munir o Estado com recursos como este para o efetivo cumprimento da segurança nacional.

Este trabalho tem como objetivo demonstrar ao leitor o que é a delação premiada, como ela se desenvolveu na sociedade estrangeira e brasileira, como ela se aplica em relação à legislação vigente.

O segundo capítulo tratar-se á da delação premiada na sua origem no sistema jurídico brasileiro, abordando seu conceito, natureza jurídica, aspectos históricos e conceito, bem como abordará os princípios constitucionais que tange o presente instituto, conversando com princípio do Devido Processo Legal, dos acordos pertinentes a delação, do valor probatório, bem como a atual problematização acerca da delação premiada no Brasil.

No terceiro capítulo, serão analisadas as legislações referentes à delação premiada, na Itália e nos Estados Unidos, com intuito de viabilizar um quadro comparativo com a legislação brasileira vigente.

Em seu quarto capítulo, portanto, serão analisadas as principais Leis pertinentes ao instituto, como por exemplo, a Lei dos Crimes Hediondos, a Lei Contra Crime Organizado, a Lei de Drogas e a Lei de Proteção à Vítimas e Testemunhas.

O quinto e último capítulo, versará a respeito de algumas características particulares ao estudo e compreensão do instituto da delação premiada, enquanto no capítulo quinto serão abordados os princípios pertinentes à delação.

O presente trabalho não visa esgotar toda a matéria, tampouco analisar a jurisprudência pátria a esse respeito, mas, apenas, apresentar o instituto dentro da realidade legislativa brasileira, valendo-se de diferentes pontos de vista de renomados estudiosos do Direito, destinando-se a propor uma reflexão crítica acerca do tema.

2 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a estrutura do instituto da colaboração premiada, em muito colaborou com o combate à corrupção em nosso país, verificando os pontos positivos e negativos do instituto, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma metodologia lógico-dedutiva, explorando a mais moderna doutrina e atual jurisprudência dos órgãos superiores, sempre utilizando como guia de interpretação a Constituição Federal de 1988, bem como o Código de Processo Penal e o Código Penal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tema do presente trabalho é de extrema importância para o presente e futuro do país. Isso porque, o Instituto da Colaboração Premiada visa combater, coibir e desmantelar quadrilhas que visam lucro e poder, e para isso, dependem de diversos atos

ilícitos, como o tráfico de drogas, tráfico de armas, assaltos a carros fortes, agências bancárias e outros atos ilícitos que colaboram com a insegurança pública do nosso país, mas também através desta ferramenta jurídica, foi descoberto e desmantelado o maior esquema de corrupção já visto no Brasil. A Operação Lava Jato trouxe números impressionantes, que somente com a colaboração de delatores foi possível descobrir uma parte do que foi sugado dos cofres públicos.

Segundo o site do Ministério Público Federal, durante a Operação Lava Jato, foram feitos 176 acordos de colaboração premiada, que resultaram até o momento do presente artigo, 215 condenações, contra 140 pessoas, contabilizando mais de 2036 anos de pena. O valor total de ressarcimento pedido pelo Ministério Público Federal é de R$38,1 bilhões de reais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados coletados e informações no trabalho exposto foi abordado a complexidade do instituto da delação premiada, que vem sido utilizado desde o tempo remoto, porém, ganhou maior relevância atualmente devido a situação política no país. O Estado Democrático de Direito que visa principalmente a luta pela justiça e proteção do cidadão também contribui para o retorno efetivo do instituto que tem como finalidade combater o crime.

A delação premiada no Direito Brasileiro revela um instrumento vantajoso no combate à criminalidade organizada. Aparentemente, a delação premiada age de forma simples, em qualquer momento da persecução penal ou mesmo na execução e, os requisitos objetivos para a concessão dos benefícios do perdão judicial ou da redução de pena são alternativos.

Em suma, a delação premiada é um mecanismo que facilita as investigações e se realizada de forma correta é um enorme aliado contra o combate à criminalidade, principalmente ao crime organizado, devendo assim ser aplicado cada vez mais em nosso sistema penal.

Enfim, o presente trabalho objetivou demonstrar como a delação premiada pode ser utilizada para combater o crime organizado e, também, incentivar a delação, no sentido de trazer a verdade como um dever de todo cidadão. De fato, o instituto da delação premiada no Brasil trouxe uma importante contribuição na elucidação dos delitos cometidos por grandes organizações criminosas.

REFERÊNCIAS

BITTAR, W. B.; PEREIRA, A. H. Delação Premiada. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

BOLDT, R. Delação premiada: o dilema ético. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 10, n. 783, ago. 2005. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/7196. Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. LEI Nº 11.343, DE 23 AGOSTO DE 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. LEI Nº 11.689, DE 09 DE JUNHO DE 2008. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/l11689.htm. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986. Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 jun. 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L7492.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03 /Leis/L8072.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 dez. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8137.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.269, DE 2 DE ABRIL DE 1996. Dá nova redação ao § 4º do art. 159 do Código Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 abr. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9269.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.613, DE MARÇO DE 1998. Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro

para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 4 mar. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9613.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

CARVALHO, N. O. de. **A delação premiada no Brasil.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CINTRA, A. C. de A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria Geral do Processo.** 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

CUNHA, R. S. **Limites Constitucionais da Investigação.** 1. ed. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2011.

CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. **Crime Organizado**: comentários à nova Lei sobre o crime organizado – Lei nº 12.850/2013. São Paulo: Juspodivm, 2013.

FRANCO, S. A. **Crimes hediondos**. 5. ed. São Paulo: RT, 1992.

NUCCI, G. de S. **Manual de Direito Penal**. 12. ed. ver. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SILVA, M. R. A colaboração premiada como terceira via do direito penal no enfrentamento à corrupção administrativa organizada. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, v. 3, p. 285-314, jan./abr. 2017. Disponível em: http://www.ibraspp.com.br/revista/index.php/RBDPP/article/vi ew/50. Acesso em: 25 abr. 2019.

TUCCI, R. L. **Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

A COMPLEXIBILIDADE DA IDEAÇÃO SUICIDA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: FATORES DESENCADEADORES

Juliana Cristina Antonio, Tamíris Cristina Destro, Adriana Campos Meiado, e-mail: dri.meiado@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O suicídio tem sido um tema bastante discutido nos dias atuais e uma das justificativas para isso são as estimativas apontadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de que, no ano de 2020, cerca de 1,53 milhões de pessoas cometerá suicídio, o que representa um ato suicida a cada dois segundos (BERTOLOTE; FLEISHMANN, 2002 *apud* MELEIRO et al., 2004).

A ideação suicida é o ato sem resultado letal no qual o indivíduo deliberadamente causa danos a si mesmo, porém, é considerado o maior preditor clínico de futura tentativa de morte por suicídio (CORREA; BARRERO, 2006). Desta forma, ideação suicida se refere aos pensamentos de autodestruição e ideias suicidas, englobando assim, desejos, atitudes e planos que o indivíduo tem para então colocar um fim à própria vida (BORGES; WERLANG, 2006).

Os fatores predisponentes para a ideação suicida em crianças podem ser decorrentes a conflitos familiares com dinâmica permeada por tensões, rigidez e ausência de diálogos; separação ou divórcio dos pais; negligência dos pais; isolamento social e desamparo; desempenho escolar; bullying; histórico de abuso físico, sexual e emocional (SOUZA; SANTOS et al., 2017).

Já a fase da adolescência, é marcada por um período de desenvolvimento e transição, no qual refletem em alterações físicas, psíquicas e sociais do indivíduo, onde as relações podem vir acompanhadas de conflitos, dúvidas e angústias. Desta forma, tendo em vista esses fatores, a ideação suicida na adolescência pode ser subestimada com relação ao comportamento autodestrutivo, a mudança e a construção dos ideais de vida (ROSKOSZ; CHAVES; SOCZEK, 2017).

O comportamento suicida classifica-se em três categorias distintas, sendo ideação suicida, tentativa de suicídio e suicídio consumado. A ideação suicida fica em um dos extremos, o suicídio consumado no outro e a tentativa de suicídio entre eles (WELANG; BORGES; FENSTERSEIFER, 2005).

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através de pesquisa qualitativa, foram realizadas leituras de artigos de 2005 a 2019, revistas científicas, pesquisas em sites, sendo SCIELO, Google Acadêmico e BVS Psicologia Brasil. Os critérios de seleção dos artigos foram através de identificação do conteúdo que correspondia à necessidade da pesquisa, além disso, alguns livros foram consultados a respeito do assunto. As palavras chaves utilizadas foram: Ideação Suicida, Criança, Adolescentes e Fatores Desencadeadores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstram que a frequência do suicídio está se deslocando dos idosos para os mais jovens. A maioria dos suicídios ocorre entre crianças maiores de 14 anos, principalmente no início da adolescência, entretanto, está ocorrendo, em alguns países, um aumento alarmante nos suicídios entre crianças menores de 15 anos, bem como na faixa etária dos 15 aos 19 anos (OMS, 2000).

A palavra suicídio surgiu por volta do século XII, antes disso não existia uma definição em relação à morte voluntária, só havia formas de descrever o ato (NETTO, 2013). Em alguns dados pesquisados é citado que Desfontaines foi o primeiro a utilizar a palavra suicídio. Seu significado possui origem no latim, na junção das palavras sui (si mesmo) e Caederes (ação de matar), entretanto, é um ato de matar a si mesmo, de por fim a própria vida (THANS, 2016).

A ideação suicida pode ser considerada um fator de risco para o suicídio efetivo, junto com a depressão e a desesperança (BORGES; WERLANG, 2006) não podendo, portanto, ser menosprezada (WERLANG; BORGES; FENSTERSEIFER, 2005). Atitudes de arrogância e enfrentamento, que procuram demonstrar muita força interior, na realidade, pode ser um pedido de ajuda, de limites, de carinho, de expressão de dúvidas e angústias (BORGES; WERLANG; COPATTI, 2008).

As crianças verbalizam menos o desejo de morrer quando comparadas aos adolescentes. Estudo na Noruega constatou que 68% dos adolescentes verbalizaram seu desejo de morrer e apenas 29% das crianças haviam expressado verbalmente a ideação suicida ou escrito um bilhete que denota se o esvaziamento das forças para viver. Outro estudo na Noruega sinalizou que 40,9% haviam dado avisos verbais sobre

o suicídio, expressando seu comportamento suicida para colegas e professores (PALACIOS-ESPINOSA et al., 2007).

As crianças tendem a manifestar seu desejo de morrer na semana que antecede o ato (PALÁCIOS-ESPINOSA et al., 2007). Estudo sobre os bilhetes suicidas deixados por menores de 14 anos reportou que 61% escreveram bilhetes nos dias e meses que antecederam o suicídio, o que sugere o desafio em identificar precocemente o comportamento suicida nessa faixa etária (WEINBERGER et al., 2001).

Em crianças pré-escolares (idade até seis a sete anos), a manifestação clínica mais comum é representada pelos sintomas físicos, tais como dores, principalmente de cabeça e abdominais, fadiga e tontura. Em crianças escolares (idade entre seis a sete anos até doze anos), o humor depressivo já pode ser verbalizado e é frequentemente relatado como tristeza, irritabilidade ou tédio. Apresentam aparência triste, choro fácil, apatia, fadiga, isolamento, declínio ou desempenho escolar fraco, podendo chegar à recusa escolar, ansiedade de separação, fobias e desejo de morrer. Também podem relatar concentração fraca, queixas somáticas, perda de peso, insônia e sintomas psicóticos humor-congruentes como alucinações auditivas depreciativas e, menos frequentemente, delírios de culpa e pecado (SOUZA, 1984).

A adolescência é um período de desenvolvimento onde se estrutura a identidade e exige diversas mudanças em todos os níveis: sociais, familiares, físicos e afetivos do adolescente. Essas mudanças, que são normais, geram ansiedades e angústias que fazem aumentar os riscos de problemas emocionais, dentre elas a depressão e o risco de suicídio (ORES et al., 2012).

De acordo com Moreira e Bastos (2015), o adolescente entra em conflito consigo mesmo a partir do momento em que não se identifica mais como criança, porém também ainda não possui habilidades sociais e psíquicas necessárias para a resolução de problemas complexos da vida adulta. Por isso, na adolescência é comum a manifestação de sentimentos ambivalentes e comportamentos autodestrutivos. Estes comportamentos tendem a se extinguir conforme o amadurecimento do indivíduo, porém quando o adolescente não consegue elaborar soluções para os problemas dessa transição a não ser pela finalização da vida, esta questão precisa ser acompanhada de forma mais próxima e de maneira mais efetiva.

Muitos dos comportamentos apresentados pelos adolescentes, segundo Moreira e Bastos (2015), são típicos dessa fase, por isso deve-se atentar às frustrações demonstradas, para identificar e compreender o que é patológico do que não é.

O acompanhamento psicológico é fundamental quando se trata do suicídio, Fukumitsu (2014) aponta que a prevenção do suicídio não é possível ser realizada de maneira solitária, mas sim em um trabalho grupal, multidisciplinar, contando com a interação da família e outros profissionais, como psiquiatras, enfermeiros, médicos, etc.

Para avaliação e manejo clínico, antes das intervenções e prevenções, três características psicopatológicas são comuns no estado mental dos suicidas e precisam ser avaliadas, sendo: (1) Ambivalência: desejo de morrer e viver, possui o desejo de fugir da dor com a morte, mas de sobreviver; (2) Impulsividade: por mais que seja planejado, o ato suicida é desencadeado por eventos psicossociais negativos do cotidiano; (3) Rigidez: os pensamentos e ações estão muito restritos, o indivíduo pensa constantemente sobre o suicídio e é incapaz de ver outras saídas ou soluções, o comportamento está inflexível quanto a sua decisão (ABP, 2014).

O tratamento de paciente com ideação suicida é semelhante ao tratamento de pacientes com depressão. Neste caso o psicólogo atua, na prevenção ao suicídio desenvolvendo táticas para alterar a ideação suicida, a fim de proporcionar esperança a este paciente (MARBACK; PELOSOLI, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do desenvolvimento do presente trabalho, foi possível constatar a complexidade do tema e a relevância de sua discussão, visto que os resultados apontam taxas alarmantes de ideação suicida e de suicídio entre crianças e adolescentes, devido a aspectos sociais, psicológicos, familiares e outros fatores agravantes. Além disso, contribuiu para uma pesquisa acerca dos fatores desencadeadores que podem estar presentes na vida da criança e adolescente com ideação suicida ou daquele que concretizou o ato, proporcionando a melhor compreensão ao indivíduo em sofrimento.

A questão do suicídio na infância e adolescência deve ser combatida, evitando-se que mais crianças e jovens recorram à morte voluntária como forma de enfrentamento de dificuldades encontradas ao longo de seu desenvolvimento.

Embora a identificação dos fatores de risco ao suicídio seja importante para a prevenção, os profissionais da saúde devem estar atentos para saber interpretá-los e manejá-los de forma adequada.

Torna-se imprescindível ressaltar que ao psicólogo cabe um importante trabalho a ser realizado em atendimentos de ideação suicida, envolvendo intervenção não só ao paciente como também à equipe multidisciplinar e aos familiares.

Dessa forma, faz-se necessário que programas e estratégias de prevenção dos comportamentos suicidas sejam incluídos na pauta das políticas de educação e saúde pública, uma vez que a perda prematura de crianças e adolescentes por suicídio pode e deve ser evitada.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Suicídio:** informando para prevenir. Associação Brasileira de Psiquiatria, Comissão de Estudos e Prevenção de Suicídio. Brasília: CFM/ABP, 2014.

BORGES, V. R.; WERLANG, B. S. G. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 13 a 19 anos. **Psicologia, Saúde e Doenças,** 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v7n2/v7n2a04.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

BORGES, V. R.; WERLANG, B. S. G.; COPATTI, M. Ideação suicida em adolescentes de 13 a 17 anos. **Revista de Departamento de Ciências Humanas.** Barbarói, 2008. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/192>. Acesso em: 02 fev. 2019.

CORREA, H.; BARRERO, S. P. **O suicídio:** definições e classificações. Em H. Correa, & S. P. Barrero (Orgs.), Suicídio uma morte evitável, p. 29-36, São Paulo, Atheneu, 2006.

MARBACK, R. F.; PELISOLI, C. Terapia cognitivo-comportamental no manejo da desesperança e pensamentos suicidas. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas,** v. 10, n. 02, p. 122-129, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180856872014000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2019.

MELEIRO, A. M. A. S.; BAHLS, S. C. **O comportamento suicida.** In: MELEIRO, A. M. A. S; TENG, C. T; WANG, Y. P. Suicídio: Estudos Fundamentais, p. 13-16. São Paulo. Segmento Farma, 2004.

MOREIRA, L. C. O.; BASTOS, P. R. H. O. Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional,** vol. 19, n. 3, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n3/2175-3539-pee-19-03-00445.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2019.

NETTO, N. B. **Suicídio:** uma questão de saúde pública e um desafio para a psicologia clínica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Suicídio e os desafios para a psicologia. Brasília: CFP, Cap. 01, p. 15-24, 2013.

ORES, L. C. et al. Risco de suicídio e comportamentos de risco à saúde em jovens de 18 a 24 anos: um estudo descritivo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 02, p. 305-312, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000200009&lng=en&nrm=iso>.Acesso em: 15 ago. 2019.

Organização Mundial da Saúde. Departamento de Saúde Mental. Transtornos Mentais e Comportamentais. Prevenção do suicídio: manual para professores e educadores, 2000. Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_phc_port.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

PALACIOS-ESPINOSA, X.; LORA, A. M. B.; RODRIGUEZ, M. O.; AYLA, M. E. P. Análisis bibliométrico de la producción científica sobre suicídio entre niños en el período de 1985-2005. **Avances en Psicologia Latinoamericana,** vol. 25, n. 02, 2007.

ROSKOSZ, F. L. S.; CHAVES, S. K.; SOCZEK, K. L. **Suicídio na adolescência e terapia cognitivo-comportamental.** Faculdade Sant'Ana. 2017. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/tcc/article/view/96/43>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SOUSA, G. S.; SANTOS, M. S. P.; SILVA, A. T. P.; PERRELLI, J. G. A.; SOUGEY, E. B. Revisão de literatura sobre suicídio na infância. **Ciência e Saúde Coletiva,** vol. 22, n. 09, p. 3099-3110, 2017.

SOUZA, P. R. Depressão endógena em criança de oito anos - relato de caso. **Revista da Associação Brasileira de Psiquiatria,** vol. 06, n. 21, p. 67-9, 1984.
THANS, A. T. Desvendando suicídio e comportamento suicida. **Revista Circuito**. Cotia, SP. Disponível em: < http://www.revistacircuito.com/arquivos/16926>. Acesso em: 15 ago. 2019.

WERLANG, B. S. G.; BORGES, V. R.; FENSTERSEIFER, L. Fatores de risco ou proteção para a presença de ideação suicida na adolescência. **Revista Interamericana de Psicologia**, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/284/28439210.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

A COMPREENSÃO PSICANALÍTICA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

Ana Beatriz Vilela, Bruna Gomes dos Santos, Letícia Alves de Lima, Marcel Henrique Bertonzzin, e-mail: lealima189@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual é considerado por Malgarim e Benetti (2010) como um fenômeno universal que atinge diferentes classes sociais, idades, religiões e culturas, possuindo um alcance de níveis distintos, sendo uma questão que envolve o núcleo familiar, ambiente social e a saúde pública. Se define no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002) como uma prática que objetiva a estimulação sexual de uma pessoa em posição de vítima para obtenção de satisfações sexuais evidenciadas por realizações de atos eróticos com ou sem contato físico ou penetração ou indução de sua vontade além de violência física e ameaças e ainda exploração sexual com fins lucrativos e pornografia.

O alcance do tema dentro das áreas da saúde e ciências sociais é abrangente, porém, as denúncias e notificações no Brasil relativas ao abuso sexual não apresentam diminuição. Segundo o Ministério da Saúde (2018), no período do ano de 2011 a 2017, foram notificados 184.524 casos de abuso sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%), contra adolescentes. A necessidade de profissionais da área da psicologia surge, portanto, para avaliação, tratamento e suporte ao assistido e o interesse pelo tema aparece também em meios legislativos, acadêmicos e socioculturais, onde esse profissional se faz indispensável (BRANDÃO; RAMOS, 2010).

Para Kernberg (2006), considerando o impacto no desenvolvimento psíquico do indivíduo abusado, a psicoterapia psicanalítica objetiva compreender as alterações estruturais de ego causadas pelos conflitos inconscientes defensivos, busca assim revelar as situações conflitantes originais para trazê-las à luz da consciência almejando a ressignificação da experiência e o cessar do sofrimento.

Freud, ao observar suas pacientes histéricas, desenvolve a Teoria da Sedução e nela mostra a existência de confusão na recordação de cenas reais ou fantasmáticas de sedução entre o adulto e a criança (FREUD, 1895-1897). Ele ainda divide o trauma em dois tempos sendo o primeiro na infância onde ocorre o abuso sexual propriamente dito que, para a criança, permanece como “pré-sexual” (já que em seu desenvolvimento

psíquico não há condição somática para compreender a experiência). E o segundo tempo, após a puberdade, momento no qual, por um novo acontecimento (que pode ou não ser de origem sexual) é desencadeada a recordação da cena de sedução anterior. Agora, num corpo que amadurece e em diferente fase do desenvolvimento psíquico, a lembrança provoca fluxo de excitação e sofrimento.

Há relação, para Freud (1924), com o desenrolar do Complexo de Édipo. Neste, dos 3 aos 5 anos, temos o desenvolvimento libidinal infantil caracterizado pela ligação afetuosa com (normalmente) o genitor do sexo oposto e assim, postura de hostilidade ao genitor de mesmo sexo numa disputa. Até que seja solucionada a fase Edípica, Freud diz que a criança vê o incesto como algo permitido, porém, quando solucionado o conflito, a mesma abandona a fantasia incestuosa e, dessa resolução, surge a estrutura psíquica denominada Superego (responsável pela internalização das regras e valores sociais e morais, que equilibrarão a vida em sociedade). Posteriormente, em Totem e Tabu (FREUD, 1914), ele estabelece o Complexo de Édipo como responsável pela proibição de relações de consanguinidade ao considerar esse um fenômeno universal e o estabelecer como orientador para relações de aliança e reciprocidade.

2 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado para o presente trabalho foi o levantamento bibliográfico como revisão de literatura. Dentro de um modelo de pesquisa teórica de caráter qualitativo, o objetivo é a busca de embasamento em escritos anteriores para o aprofundamento no tema, em decorrência da necessidade atual de discussão e entendimento. Nele, foram utilizados artigos científicos e livros referentes à compreensão psicanalítica em casos de abusos sexuais na infância. Especificamente, situações de abuso sexual, físico e psicológico de crianças pertencentes à primeira infância caracterizada por Freud de zero aos seis anos de idade. Nesse período, o autor define o Complexo de Édipo como um fator de observação relevante ao se tratar de abuso, devido à visão distorcida da criança para com seus cuidadores, a rivalidade com um e desejo para com outro. Isso, muitas vezes, abre os caminhos para as justificativas de abusos, a compreensão errônea de adultos quanto aos sinais da criança e a exposição precoce à sexualidade, assim como suas consequências traumáticas na vida durante a infância, a adolescência e a vida adulta.

3 REVISÃO DE LITERATURA

No texto de Ferenczi “Confusão de língua entre adultos e crianças*”,* é explicitada a diferença de entendimento das linguagens nessas fases do desenvolvimento. Aponta o que é confusão de linguagem entre o adulto e a criança e a exemplifica como sendo particularmente responsabilidade do adulto presente na relação, visto que a criança quando expõe sua ternura não apresenta nenhum desejo ou intuito sexual relacionado ao ato, sendo claro no trecho:

> As seduções incestuosas produzem-se habitualmente assim: um adulto e uma criança amam-se; a criança tem fantasias lúdicas, como desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. O jogo pode assumir uma forma erótica, mas conserva-se, porém, sempre no nível da ternura. Não é o que se passa com os adultos se tiverem tendências psicopatológicas [...] confundem as brincadeiras infantis com os desejos de uma pessoa que atingiu a maturidade sexual, e deixam-se arrastar para a prática de atos sexuais sem pensar nas consequências. (FERENCZI, 1992, p. 116)

Logo, as crianças têm uma forma distinta ao adulto de visualizar a relação estabelecida. Enquanto ela pensa a partir do ponto de vista Edípico, apenas de forma fantasiosa sobre o amor que sente e a posição que gostaria de ocupar em relação ao adulto objeto do desejo, esse, ao contrário, quando há inclinações psicopatológicas, confunde o amor e o apreço infantil, com o olhar maduro da paixão adulta, a qual a criança não é capaz de identificar. O conflito de linguagens é evidenciado, já que ocorre uma diferenciação nas interpretações de sinais da criança, pois, na infância ela não é capaz de visualizar ou ambicionar uma relação de cunho sexual referente ao ato propriamente dito.

Freud, autor cujas obras criadas norteiam a Psicanálise, foi de grande importância para compreender o paradigma do abuso sexual. O livro “Estudos sobre a histeria” denota diversos casos onde após a ocorrência de um evento de sexualidade precoce e traumática, a lembrança do mesmo é bloqueada e mantida na inconsciência do indivíduo. Tal situação é ocasionada pelos mecanismos de defesa que, segundo Freud tem a função de manter fora da consciência os conteúdos traumáticos, vergonhosos ou que não acordam as regras sociais impostas com a finalidade de preservar o ego do sujeito.

No mesmo livro, o autor relata o caso de Katharina, que aos quatorze anos, sofreu abuso sexual por parte de um tio (em 1924 se revela que na verdade era seu pai), que mantinha também um caso extraconjugal com a empregada. Mesmo após muitos anos passados ainda sofria de sintomas como falta de ar, o seu redor sem expressão, pálpebras que se fechavam à força, um martelar e zumbido em sua cabeça, como também, via um rosto assustador de olhos terríveis a olhando, fazendo com que nesses dias em que se sentia assim, não conseguia realizar nenhuma tarefa. Freud destaca que

é possível comparar as experiências eróticas a momentos traumáticos, mas que há distinção entre a vivência e a representação. Ressalta, portanto, que mesmo que as representações sexuais não apresentem efeitos na vida infantil, manifestam potenciais traumáticos em vivências posteriores.

Dessa forma, é observada uma dualidade de sentimentos, onde dividida entre o amor ao genitor e o ódio da violência física e emocional por esse exercida, a criança apresenta ambivalência afetiva e as proporções atingidas por tal tornam o ego ainda em formação vulnerável ou sem condições de suportar (AZEVEDO, 2001). Segundo Freud (1920), o trauma provém do excesso de excitação das experiências externas ao passo que a representação mental do evento não é possibilitada e a energia associada incapacita a liberação do acontecimento e assim, se inicia o trauma. Os mecanismos de defesa se instalam e impedem que ocorra a reorganização saudável da instância psíquica. Como exemplo de defesa, é possível citar o recalque, nesse mecanismo seja qual for a agressão, ela deixa de existir enquanto realidade exterior, e ao longo do transe traumático a criança consegue manter a situação de ternura anterior, mesmo assim, recuperado de tal agressão, ela continuará em situação de conflito interno, dividida entre sentir-se inocente e culpada (FERENCZI, 1992).

Freud (1916), em suas investigações, observou que a maioria dos conflitos que sofriam repressão, se referiam aos acontecimentos dos primeiros anos de vida e, portanto, afirma que as experiências vivenciadas em tenra idade marcam de forma significativa e profunda a estrutura da personalidade. Dessa forma, um trauma ocorrido na infância pode trazer prejuízos para a vida psíquica na fase adulta levando a perturbações e a descontentamento de sua relação consigo e com o mundo. Alguns dos sintomas apresentados como resultantes do trauma são dores ou incômodos físicos que não possuem implicações biológicas e são chamados de somatizações, sintomas psicológicos convertidos ao corpo que representam e dão escape a conflitos inconscientes.

De acordo com Ferenczi, ainda:

> A consequência imediata de cada traumatismo é a *angústia.* Esta consiste num *sentimento de incapacidade* para adaptar-se a situação de desprazer: (1°) subtraindo seu Si mesmo a irritação (fuga); (2°) eliminando a irritação (aniquilamento de força exterior). (FERENCZI, 1992, p. 127)

Assim como explicado por Freud anteriormente sobre os sintomas que prejudicam a vida e o psiquismo do sujeito, Ferenczi também a apresenta como incapacidade de adaptação, no caso, a situação que gerou o trauma. Se trata da não aceitação do fato e assim, se torna inevitável agir de forma a (1°) abster-se de reagir, afastar da mente o

problema, tomar a distância necessária para que não haja mais incômodo com o tema e, (2°) aniquilamento de força exterior como liberação de energia ligada à excitação externa traumática.

A culpa é apontada por Freitas e Medeiros (2018) como um sentimento recorrente do trauma do abuso pelo fato de se pensar sobre o que deveria ter feito e não fez de modo que para si seria o correto, supondo ter podido evitar e/ou ter sentido prazer, responsabilizando-se pelo ato, portanto, tem impulsos de punição e repetição no sentido de entender como merecido o sofrimento que vivenciam.

Os sintomas do trauma são, portanto, respostas de um inconsciente marcado por conflitos emocionais decorrentes da repressão da situação perturbadora ao ego, uma proteção para manter o ego afastado do que causa dor. Apesar de estarem no inconsciente, os conteúdos traumáticos aparecem através de sonhos, lembranças, impulsos, erros e atos falhos que influenciam a estrutura da personalidade. Assim, um trauma infantil provoca os mais variados sintomas que, por sua vez, refletem abruptamente no sujeito adulto e transformam significativamente sua relação consigo e com o mundo, mas podem ser amenizados através de reconhecimento profundo de seu trauma e a procura por ajuda profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das pesquisas realizadas, conclui-se que o abuso sexual assombra diferentes culturas, idades, raças e religiões, não se limitando a um público em específico. Seus impactos causam graves interferências na qualidade de vida do indivíduo que o sofre, muitas vezes, não sendo aparente desde o princípio, mas provocando um grande fluxo de excitação e sofrimento psíquico ao decorrer do tempo. No âmbito infantil, é notório que ocorre a ‘confusão de linguagens’, onde a ternura da criança é interpretada de maneira equivocada pelo adulto que possui tendências psicopatológicas, levando-o a ter intenções maliciosas e práticas de cunho sexual com a criança, sendo esta vítima de prejuízos severos em sua personalidade, nos relacionamentos e na vida psíquica quando adulta.

Também se entende que, a partir do trauma gerado, são desenvolvidos mecanismos de defesa responsáveis por manter fora da consciência do indivíduo todos os conteúdos vergonhosos e perturbadores. Esses mecanismos impedem a reorganização psíquica, pois trabalham para que a representação mental do evento traumático não ocorra, permitindo a estabilização do conflito interno.

Dessa forma, a psicoterapia psicanalítica vem para contribuir com o rompimento desses desalinhamentos. Através dela, é possível identificar as alterações no ego, que são desencadeadas a partir desses conflitos internos, fazendo com que eles se tornem conscientes e que haja a ressignificação da experiência vivida, culminando na diminuição do sofrimento psíquico.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elaine Christovam. "**Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual"**. Psicologia: ciência e profissão, 2001.

BRANDÃO JUNIOR, Pedro Moacyr Chagas; RAMOS, Patrício Lemos. "**Abuso sexual: do que se trata? Contribuições da psicanálise à escuta do sujeito"**. *Psicologia clínica*, 2010.

BREUER, Josef.; FREUD, Sigmund. **Estudos sobre a histeria**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

CALVI, Bettina. "**A problemática do abuso sexual infantil em psicanálise: o silêncio das mulheres"**. Estilos da Clínica, 1999.

COSTA, Rui Alexandre Nunes da. **A evolução da perspectiva psicodinâmica no abuso sexual de crianças: da Psicanálise da Teoria da Sedução a Psicanálise do Complexo de Édipo.** Universidade do Minho, Portugal, 2007.

FERENCZI, Sandor. **"Obras Completas, Psicanálise IV"**, Editora Martins Fontes - WMF,São Paulo, 2ºedição - 2011.

FREUD, S. **PRIMEIRA PUBLICAÇOES PSICANALITICAS**: 1893-1899 -edição standard brasileira - Vol. 3 - editora: Imago, 1996.

FREUD, S. **ALEM DO PRINCIPIO DE PRAZER**, PSICOLOGIA: 1920-1922 edição standard brasileira - Vol. 18 - editora: Imago, 1996.

FREUD, S. **CONFERÊNCIAS INTRODUTORIAS SOBRE PSICANÁLISE: PARTE III** – 1915- 1916) - edição standard brasileira - Vol. 16 - editora: Imago 1996.

FREITAS, Edson de Oliveira; MEDEIROS, Leila Maria Vieira. "**Abuso Sexual: Cicatriz Traumática à Luz da Clínica Psicanalítica"**. Revista eletrônica Psicologado, 2018.

MALGARIM, Bibiana Godoi; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. "**O abuso sexual no contexto psicanalítico: das fantasias edípicas do incesto ao traumatismo"**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos 2010.

PRADO, Maria do Carmo Cintra Almeida, CARNEIRO, Terezinha Féres. **"Abuso sexual e traumatismo psíquico."** Interações 10.20 (2005).

A CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Guilherme Leonardo Albertin Moraes, Luana Cristina Falavigna, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, e-mail: vanderlei.adv.jau@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Diante o abarrotamento do Poder Judiciário e a enorme quantidade de processos pendentes de julgamentos no Judiciário brasileiro, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça, houve a necessidade de analisar os métodos alternativos para a solução de conflitos, com o objetivo de desafogar, juízes e tribunais da imensa quantidade de processos que são levados até o Judiciário e dar maior celeridade às demandas.

Nesse sentido, o legislador originário preocupado com o acesso à justiça, especialmente em relação àquelas pessoas financeiramente hipossuficientes, que muitas das vezes deixavam de tutelar seus direitos, devido à pequena monta e a complexidade garantidos por conta altos custos para se ingressar no judiciário, determinou no artigo 98, inciso I, a criação dos Juizados especiais, competentes para a conciliação e julgamentos de causas de menor complexidade.

Assim, no ano de 1995, foi promulgada a Lei n° 9.099 que dispõe sobre o funcionamento, procedimentos e organização dos Juizados Especiais, que aplicam a conciliação como forma de enfatizar a utilização de métodos alternativos que visam o acesso à jurisdição, possibilitando o efetivo acesso à justiça e a pacificação social.

No entanto, o modo como vem sendo aplicada a conciliação nos Juizados Especiais aponta uma defasagem problemática, visto que existente a obrigatoriedade de audiência de conciliação, muitas vezes as partes ignoram essa etapa processual, ou, firmam acordos forçados ou mau debatidos, por inexperiência de seu advogado para tanto ou por má formação do conciliador.

A defasagem na aplicação desse método alternativo como exemplificado acima, instrui-se na inexistência de conhecimento da real acepção da conciliação, que certamente foi implementada em busca de celeridade, mas com ênfase na efetivação de acesso à justiça, e mais que isso, no diálogo que deve existir entre as partes.

Indubitavelmente, ao se resolver um litígio com um acordo em que houve prejuízo desproporcional a uma das partes apenas em busca de celeridade, afasta completamente a essência da conciliação que mais do que diminuir o abarrotamento do judiciário, nasceu com a ideia de diminuir processos para o futuro através do diálogo entre as partes, comprovando que quando estas analisam e debatem seus próprios litígios chegam a um resultado mais benéfico, tornando necessária a apreciação do poder judiciário somente em casos mais complexos.

Assim, o tema procura externar a realidade da conciliação nos Juizados Especiais, com ênfase nos problemas causados por sua aplicação errônea.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa de iniciação científica foi o método dedutivo analítico, pautado numa específica revisão de literatura, tais como consulta a doutrinas, jurisprudências e legislações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o advento da Constituição Federal de 1988, reconhecido em seu art.5º, XXV, a apreciação do poder judiciário a qualquer lesão ou ameaça ao direito, o poder judiciário passou a ser sobrecarregado com inúmeros processos e uma repleta morosidade, afastando assim o efetivo acesso à justiça.

Dessa forma, com a facilidade de acesso ao judiciário, o brasileiro adotou a judicialização dos conflitos de interesses como única forma de resolução de conflitos. Não importa qual problema seja, a parte quer ver sua lide resolvida por uma sentença do juiz, mesmo sem, ao menos, tentar um acordo com a parte contrária.

E essa judicialização de conflitos, não pode ter a sua culpa atribuída somente às partes litigantes, na verdade, na maioria dos casos, são os advogados que preferem levar as lides até o judiciário imaginando que o direito do cliente é muito bom para ser resolvido em um acordo, ou esperando uma alta remuneração em decorrência de um possível dano moral.

Com tudo, as decisões em primeira instância, geralmente, estão sujeitas a recurso. Recursos que levam a causa até os tribunais e eventualmente aos superiores tribunais, que acabam por aumentar a morosidade do judiciário para a resolução de conflitos. E por mais simples que seja o conflito, um pedido de dano moral, por exemplo, pode levar de dois a dois anos e meio para que se chegue a uma decisão definitiva.

É por essas razões e pela grande demanda de ações no Poder Judiciário que a conciliação se mostra como um instrumento efetivo no que se refere a pacificação social e quanto a celeridade processual, destacando a conciliação nos Juizados Especiais Cíveis, que muito contribui para a resolução de diversas demandas e colaborando com a diminuição do volume processual, pela sua eficácia na resolução de conflitos, mesmo com diversos problemas.

Os Juizados Especiais criados pela Lei n° 9.099/95, tem como método alternativo de resolução de conflito a conciliação que é buscada em todos os momentos processuais, seja na audiência obrigatória de conciliação, na audiência de instrução e julgamento, ou até mesmo na execução.

A Conciliação mesmo sendo um método efetivo como meio alternativo de resolução de conflitos ainda apresenta grande defasagem em sua aplicação.

No relatório analítico propositivo de mediação e conciliação avaliadas empiricamente pela USP para o CNJ, no presente ano apontou a necessidade de maior capacitação de conciliadores. Os principais argumentos baseiam-se na necessidade de imparcialidade e na forma forçosa de como se apresenta o acordo, fazendo as partes acreditarem que se caso continuassem sempre será desfavorável a sentença posterior, o que há se dizer, não é certo.

Ainda no mesmo relatório, apontou-se que a maioria dos advogados, por conta de suas formações jurídicas e acadêmicas, não foram preparados para resolver os conflitos de seus clientes mediante a utilização de métodos alternativos de resolução de conflitos, estes foram formados para litigarem e obter a resolução através de uma sentença judicial, sendo ressaltado o que segue:

> O grande obstáculo, no Brasil, à utilização mais intensa da conciliação, da mediação e de outros meios alternativos de resolução de conflitos, está na formação acadêmica dos nossos operadores de Direito, que é voltada, fundamentalmente, para a solução contenciosa e adjudicada dos conflitos de interesses. Vale dizer toda ênfase é dada à solução dos conflitos por meio de processo judicial, onde é proferida uma sentença, que constitui a solução imperativa dada pelo juiz como representante dos Estados. É esse o modelo ensinado em todas as Faculdades de Direito do Brasil. Quase nenhuma faculdade oferece aos alunos, em nível de graduação, disciplinas voltadas à solução não-contenciosa dos conflitos (WATANABE; KAZUO, 2007).

Assim, torna- se difícil haver uma aplicação com excelência da conciliação nos Juizados Especiais Cíveis.

Há, também, de se falar que uma triagem inadequada, que, equivocadamente, direcione casos para conciliação ou mediação, pode gerar acordos mal negociados que retornem a demanda ao Judiciário em momento posterior, ocasionando uma percepção

negativa das partes em relação à justiça do processo e à validade dos métodos alternativos de resolução de conflitos.

Outro ponto a ser debatido é a forma de calcular os índices de conciliação. Segundo o CNJ:

A forma como o índice de sucesso dos meios alternativos é calculada também pode configurar risco, pois leva em consideração apenas a taxa de sucesso e de redução de demandas, gerando uma mensagem negativa de que o Judiciário não deve ser sobrecarregado com casos que poderiam ser direcionados para os ADR (JUSTIÇA, 2019, p. 27)

Segundo dados do CNJ, o índice de conciliação nos Juizados Especiais Estaduais foi de 18% das suas demandas, sendo um percentual que faz grande diferença no volume processual, mas que ainda se encontra muito distante do que deveria ser considerado ideal.

De acordo com Salomão (1999):

> Outrossim, o sistema dos Juizados Especiais valoriza extremamente a conciliação (artigos 21/2 e 57). Realmente, a conciliação é forma histórica e pacífica de resolução dos conflitos de interesse, mais adequada para o restabelecimento da paz social e para a maturidade do povo jurisdicionados. Deve, pois, não só o conciliador, mas também o juiz (togado ou leigo) atentar sempre para o espírito de conciliação imposto pela lei. Na conciliação, não há uma solução ditatorialmente imposta. As partes, em consenso, encontram um caminho para resolução do conflito. Nesse particular, segundo penso, a posta de um e de outro, no âmbito dos Juizados Especiais, não pode ser a mesma da Justiça comum (SALOMÃO, 1999, p. 23),

Dessa forma, a conciliação tem prioridade no procedimento do Juizado Especial, podendo ser ofertada a qualquer tempo.

A influência dos advogados para efetivação dos métodos alternativos de resolução de conflitos ainda é um dos grandes empecilhos a ser enfrentados, pois em grande maioria dos casos aqueles ainda acreditam que o litígio é a única forma de resolução de conflitos.

> Porém, é importante verificar que, independentemente de opinião positiva ou negativa, todos concordam que há uma grande influência dos advogados. Muitos entrevistados mencionaram que é necessário mudara percepção dos advogados sobre a conciliação. Eles entendem que boa parte deles não conhece muito bem o instituto e que, por isso, acabam mal utilizando, entendendo que se trata de um meio de produção de prova, por exemplo. É urgente que a OAB (Ordem dos Advogados Brasileiros) seja instada a divulgar, entre os advogados, as informações sobre a importância da conciliação (JUSTIÇA, 2019, p. 169).

No que tange ao conciliadores, estes são peças fundamentais na efetividade e concretização das resoluções de conflitos através da conciliação, no entanto, o cenário

atual apresenta muitos dos conciliadores despreparados para lidar com as partes e com o próprio litígio.

A conciliação pauta-se essencialmente na pacificação social, além da busca incessante de diálogo entre as partes, ocorre que em busca de diminuir o número de processos que obstruem o judiciário, o conciliador muitas das vezes acaba por coagir a parte a aceitar determinado acordo, mesmo que não benéfico a ela.

Tais situações que apresentam a falta de técnica do conciliador e como já apontado dos próprios advogados que acreditam ser o litígio o único modo de resolução de conflitos, acaba por descredibilizar os meios alternativos de resolução de conflitos, afastando o empoderamento das partes a um diálogo, colocando em questão a verdadeira eficácia da conciliação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inquestionável que a conciliação como meio alternativo de resolução de conflitos no âmbito dos juizados especiais, é benéfica a um sistema judicial mais célere e eficiente para o acesso à justiça.

No entanto, como apontado, ainda existem defasagens problemáticas a serem resolvidas, a maior capacitação dos conciliadores e advogados com toda certeza apresenta-se como uma das principais causas de descrédito a conciliação.

Isso porque, o número de acordos realizados de forma forçosa e a cultura do litígio ainda se apresentam como essência nos processos judiciais.

Deve-se aumentar a conscientização da verdadeira estrutura da conciliação que visa como fundamento a pacificação social, evitando que tais litígios voltem ao judiciário, a celeridade e a diminuição de processos são consequências benéficas da sua efetiva aplicação.

Assim, a conciliação no âmbito dos juizados especiais, inquestionavelmente é benéfica, porém sua aplicação demanda avanço para existência de real efetividade, o diálogo deve ser o princípio a ser buscado e o litígio afastado das conciliações, sendo a redução de processos judiciais mera consequência de uma aplicação correta da conciliação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 26 set. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm. Acesso em: 09 out. 2019.

CNJ - Conselho Nacional da Justiça. **Justiça pesquisa:** Relatório analítico propositivo. Mediação e conciliação avaliadas empiricamente. Brasília: CNJ, 2019. 193 p. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/arquivos/2019/7/art20190717-05.pdf

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. Departamento de Pesquisas Judiciárias. **Justiça em números 2019**. Brasília: CNJ, 2019. 236 p. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf.

FREGAPANI, G. S. B. Formas alternativas de solução de conflitos e a lei dos juizados especiais cíveis. **Revista de Informação Legislativa,** [Brasília], v. 34, n. 133, p. 99-107, jan./mar. 1997. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/199. Acesso em: 06 out. 2019.

SALOMÃO, L. F. **Roteiro dos Juizados Especiais Cíveis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Destaque, 1999

THEODORO JÚNIOR, H. *et al.* **Novo CPC** – Fundamentos e sistematização. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

WATANABE, K. A mentalidade e os meios alternativos de solução de conflitos no Brasil. *In:* BRAGA NETO, A. *et al.* **Mediação e gerenciamento de processos: revolução na prestação jurisdicional**: guia prático para instalação do setor de conciliação e mediação. São Paulo: Atlas, 2007. p. 6-10. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4556616/mod_resource/content/0/WATANABE%20-%20A%20mentalidade%20e%20Meios%20Alternativos.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

A CONTABILIDADE GERENCIAL NO ÂMBITO DO TERCEIRO SETOR: ANÁLISE DE FERRAMENTAS APLICADAS EM UMA ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS

Daniele Santos, Lucas Carvalho, Silvana Cristina Martiello Ferrari, e-mail: carvalho_361@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as entidades sem fins lucrativos denominadas Terceiro Setor, tiveram um crescimento considerável com o passar dos anos; isto pode ser associado com as visíveis limitações do Governo, o qual se vê na obrigação de delegar responsabilidades a estas organizações, uma vez que não consegue suprir a necessidade da população em sua totalidade. Desta forma, as entidades espalhadas por todo país ocupam cada vez mais espaço que até então eram exclusivos do Governo (ALVES JUNIOR; FARIA; FONTENELE, 2009).

Estas entidades, por sua vez, buscam minimizar as desigualdades entre as classes e proporcionar o bem-estar social, através de projetos realizados nas áreas da saúde, entretenimento, segurança, educação, entre outros. Entretanto, o terceiro setor ainda carece de profissionais capacitados que saibam lidar com as peculiaridades destas organizações que o compõe. Além disso, convivem diariamente com dificuldades financeiras e administrativas, desafios impostos por serem entidades privadas, mas que buscam objetivos sociais ao invés de lucro, dificultando e ameaçando ainda mais sua continuidade (PEREIRA, 2013).

Por outro lado, a contabilidade gerencial é um ramo das Ciências Contábeis que envolve um conjunto de técnicas a fim de proporcionarem informações sintetizadas aos gestores, tendo a capacidade de trazer relevante contribuição para as organizações. Por este motivo é utilizada, em maior parte, nas empresas privadas; e quando utilizada de maneira correta, irrefutavelmente torna os processos de controle interno mais precisos promovendo uma fonte segura para tomadas de decisão (PIZZOLATO, 2004).

Diante do exposto, questionou-se como as ferramentas da contabilidade gerencial podem ser aplicadas nas organizações do terceiro setor, de maneira que, de fato, auxiliassem as entidades em seus aspectos administrativos para própria subsistência.

Portanto, este projeto de pesquisa busca realizar uma análise das ferramentas utilizadas nas entidades sem fins lucrativos advindas da contabilidade gerencial como, por exemplo, análise financeira, orçamentos, demonstrativos contábeis e apuração de custos. Além de discutir como tais ferramentas, por sua vez, auxiliam no gerenciamento dos recursos, tomadas de decisão e futuro do terceiro setor.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de pesquisa

Tomando por base a sistemática apresentada por Gil (2002) na qual qualifica a pesquisa de acordo com dois aspectos: objetivos gerais e procedimentos utilizados; este projeto foi classificado como o que segue.

No que se refere aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois tem como foco principal o apontamento e a verificação de ferramentas gerenciais contábeis utilizadas no terceiro setor, fazendo-se necessário a familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. Possui também um planejamento flexível o que torna possível a consideração de diferentes pontos de vista e o aprimoramento de ideias.

2.2 Procedimentos utilizados

Quanto aos procedimentos a serem realizados nesta pesquisa, podem ser classificados:

a) Pesquisa bibliográfica

Serão realizadas buscas em materiais já elaborados como livros, artigos científicos e sites para o levantamento do referencial teórico necessários nesta fase.

b) Coleta de dados

Procede-se com o levantamento de dados de forma documental, ou seja, com a utilização de documentos oficiais, como balancetes, convênios, planos de aplicação e ademais.

c) Estudo de caso

Será realizada análise de duas ferramentas da contabilidade gerencial em uma entidade sem fins lucrativos, na cidade de Bariri/SP, através de análise dos documentos coletados, são elas: planejamento estratégico e orçamento.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Apesar das entidades do terceiro setor desempenharem funções sociais de extrema importância, essas entidades ainda são cercadas de desconfiança no Brasil, isto porque muitas ainda se escondem atrás de uma figura filantrópica para “fugirem” das obrigações, usufruindo dos benefícios previstos em lei (SOARES; CATÃO; LIBONATI, 2014).

Por outro lado, essa desconfiança acarreta outro problema: a pouca atenção dada a estas entidades, no que diz respeito a possibilidade de serem fomentadas e aplicadas novas técnicas contábeis e gerenciais na busca de melhores resultados. Além disso, em sua grande maioria, acabam enfrentando diariamente problemas com relação a administração, os quais podemos citar: a) normas contábeis especificas para este setor escassas; b) falta de recursos financeiros; c) necessidade de um sistema de informação interno fiel as operações realizadas; d) profissionais capacitados; entre outros (SOARES; CATÃO; LIBONATI, 2014).

Diante deste contexto, a contabilidade gerencial através de suas ferramentas pode auxiliar as organizações do terceiro setor no que tange o gerenciamento de seus recursos de maneira eficiente e eficaz, a fim de garantirem sua continuidade no mundo globalizado (MARIO; et al, 2013).

As ferramentas da contabilidade gerencial devem ser utilizadas e aprimoradas no terceiro setor, isto significa que devem ser adaptadas às condições em que estas organizações estão inseridas e de acordo com sua área de atuação para que, consequentemente, possam dar suporte a fim de melhorarem o desempenho destas instituições (ARRUDA; et al, 2013).

Entretanto, é importante ressaltar que no que diz respeito a gestão das organizações do terceiro setor, há muito a ser aprimorado. Investir em melhorias de gestão, embora traga resultados a curto prazo, deve ser um dos passos a ser considerado. Isso se deve ao fato de que interpretar a administração/gestão como a solução de todos os problemas é um tanto quanto equivocado (FALCONER, 1999).

A simples aplicação das técnicas gerenciais advindas do setor privado não devem justificar todo um conjunto de falhas. Não devendo ser objetivado apenas estratégias de sobrevivência; mas sim, a busca por maior efetividade das ações sociais proporcionadas por este setor, visto que esta é a principal razão para existência das organizações do terceiro setor (ALVES JUNIOR; FARIA; FONTENELE, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O terceiro setor, sem dúvidas, trouxe grande benefício para toda uma sociedade, tanto brasileira como também em âmbito global. Entretanto, este setor ainda busca maior visibilidade no meio social em que está inserido, além de haver a necessidade de se corrigir muitas falhas, principalmente no que tange sua administração.

Neste contexto, o qual foi estudado, percebe-se que cada vez mais as entidades sem fins lucrativos estão buscando melhorar sua administração, utilizando-se de ferramentas existentes na contabilidade gerencial. Estas ferramentas, por sua vez, são de extrema importância para as empresas, por se tratar de técnicas que auxiliam no alcance de objetivos e, consequentemente, a obtenção de lucros. Porém, estas ferramentas, observando as que foram estudadas, também auxiliam na obtenção de melhores resultados nas entidades do terceiro setor, uma vez que atuam de forma a otimizar os recursos financeiros ou não financeiros já existentes. Além disso, sem dúvida, o planejamento estratégico e o orçamento visam projetos futuros, ou seja, a entidade ao fazer uso destes procedimentos estará saindo da mesmice de apenas “sobreviver” para realmente se manter no meio social e desempenhar seu papel de forme efetiva, alcançando o maior número de pessoas possível.

É evidente que não bastará apenas isto, visto que ainda há muito o que ser aprimorado no que diz respeito a competência dos próprios gestores. Entretanto, a implementação de tais ferramentas poderá ser o primeiro passo que efetivamente aperfeiçoará a atuação do terceiro setor no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES JUNIOR, M. D.; FARIA, M. V. C. M.; FONTENELE, R. E. S. **Gestão nas organizações do terceiro setor:** contribuição para um novo paradigma nos empreendimentos sociais - XXXIII Encontro ANPAD. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1546.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

ARRUDA, L. L. et al. **Ferramentas de contabilidade gerencial no terceiro setor:** um estudo comparativo entre as WWF Brasil e Itália. v. XI, n. 22, 2013. Disponível em: <http://www.observatorio-iberoamericano.org/ricg/N%C2%BA_22/Leila_Arruda;_Simone_Voese;_Marcia_Bortolocci_Francisco_Vieira.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/andres_falconer.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em: <http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf >. Acesso em: 13 de maio de 2019.

MARIO, P. C. et al. **A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewFile/1645/1466>. Acesso em: 01 de setembro de 2019.

PEREIRA, M. et al. **Gestão para organizações não governamentais**. 1. ed. Florianópolis: Editora Tribo da Ilha, 2013. 224 p. Disponível em: <http://www.institutofonte.org.br/sites/default/files/Livro%20Gest%C3%A3o%20Para%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20N%C3%A3o%20Governamentais%20-%202013.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

PIZZOLATO, N. D. **Introdução à contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.

SOARES, E. A. R.; CATÃO, G. C.; LIBONATI, J. J. **A contabilidade como um sistema de informação de apoio ao processo decisório nas entidades do terceiro setor**. 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Gustavo_Catao/publication/229010854_A_contabilidade_como_um_sistema_de_informacao_de_apoio_ao_processo_decisorio_nas_entidades_do_terceiro_setor/links/00b4952dd34594c151000000.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2019.

A CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS

Rita de Cássia Oliveira, Viviane Rodrigues,
e-mail: riticadecassia.oliveira@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A audição é essencial para que haja a aquisição e a evolução da linguagem oral. É evidente que por meio da audição a criança consegue perceber seu universo, compreender seus semelhantes, adquirir conhecimentos e organizar seus pensamentos e sentimentos através da linguagem, que se desenvolve por meio da interação. Logo, a linguagem falada estrutura o pensamento e por essa razão os órgãos da audição são importantes do ponto de vista intelectual. Os benefícios proporcionados pela audição ao indivíduo se iniciam no sexto mês gestacional, período em que as estruturas auditivas estão completamente formadas e funcionantes (MIRANDA; SENRA, 2012).

Atualmente a surdez é considerada um importante caso de saúde pública, pois pode causar vários problemas no desenvolvimento humano, linguístico e social. A incidência de surdez congênita no mundo é estimada em 1 para cada mil recém-nascidos. No Brasil, pelo censo demográfico realizado em 2000, constatou-se que existiriam aproximadamente 24,5 milhões de pessoas com surdez, ou seja, 14,5% da população total da época. Destes, 3,4% declararam incapacidade com alguma ou grande dificuldade de ouvir. O Estado de São Paulo apresentou a menor prevalência de deficientes (11,35%) e o Estado da Paraíba, a maior (18,75%) (FERNANDES; NOZAWA, 2010; CRUZ et al., 2012).

Na realidade brasileira, a proposta da construção de um sistema educacional inclusivo encontra-se amparada legalmente e em princípios teóricos fundamentados em ideais democráticos de igualdade, equidade e diversidade. No entanto, muitas vezes, as práticas inclusivas se distanciam sobremaneira das proposições teóricas e legais (OLIVEIRA; LEITE, 2007).

A inclusão de crianças com surdez se apresenta como um fato novo para a maioria dos professores e profissionais ligados à educação, surgindo como um grande desafio para todos, pois, uma escola inclusiva deve oferecer ao aluno surdo

possibilidades reais de aprendizagem, caso contrário realizará uma inclusão precária (RIJO, 2009).

O fracasso escolar é uma realidade que permeia a educação brasileira, de forma geral, por sua vez, várias ações no intuito de minimizar a porcentagem deste fracasso já foram realizadas, entre elas, a ajuda de profissionais como psicólogos, que realizavam trabalhos extraclasse com alunos que apresentassem dificuldades de aprendizagem. Logo, a psicopedagogia utiliza-se de métodos, técnicas e estratégias da Psicologia e da Pedagogia, entre outras teorias, para atender a esses alunos que apresentam necessidades educacionais especiais para sanar as dificuldades na aprendizagem em seus respectivos percursos escolares (BRUNN; BLUMER, 2011).

A psicopedagogia é semelhante aos pontos que entrelaçam uma teia, podendo colaborar na educação de surdos como aquele espaço em que os saberes se encontram, dialogam e possibilitam o emergir de uma educação em que o foco é o sujeito linguístico. Por conta disso, considera-se que há necessidade de aprofundar a discussão e promover a emersão de outros saberes que venham a colaborar com a discussão sobre possíveis contribuições referentes a psicopedagogia institucional e a educação de surdos no Brasil (VERAS, 2015).

Tem-se por objetivo entender a importância do psicopedagogo na inclusão do aluno com surdez no processo pedagógico.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho tem caráter de revisão bibliográfica que, segundo Conforto et al. (2011) é a linha limítrofe da pesquisa que se deseja desenvolver, considerando uma perspectiva científica. Ainda, segundo o autor, na revisão bibliográfica é preciso definir os tópicos chave, autores, palavras, periódicos e fontes de dados preliminares. Nesse sentido, ela é considerada um passo inicial para qualquer pesquisa científica.

O mesmo autor lembra que, desenvolvida com base em material já elaborado como livros, artigos e teses, a pesquisa bibliográfica, a revisão bibliográfica possui caráter exploratório, pois permite maior familiaridade com o problema, aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições. Isso proporciona um aprofundamento do levantamento bibliográfico referente ao tema cuja finalidade é detectar quais são os principais fatores que levam ao surgimento da surdez e como a criança pode ser inserida na escola regular.

Assim, o levantamento bibliográfico ocorre por meio de pesquisa em *sites* nacionais sobre o referido tema, o que se mostrou abundante, em virtude da importância do assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A audição é um dos sentidos mais importantes para a vida humana. É a chave para a comunicação oral e uma forma de perceber o mundo. Dependendo do período de aquisição, do grau, do tipo e da etiologia da perda auditiva ocorrem diferentes consequências e impactos, tanto em nível social, linguístico, cognitivo como emocional. Quando a perda auditiva é congênita a criança deixa de estar exposta ao estímulo da comunicação oral desde a vida intrauterina, provocando a privação da percepção dos sons do meio ambiente e, em especial da fala, acarretando alterações linguísticas, psicológicas e comportamentais importantes na vida da criança surda independente do grau da perda auditiva. Se a perda auditiva for adquirida após o nascimento, dependendo da idade, grau e etiologia, as implicações no desenvolvimento de linguagem serão distintas. Pode-se dizer, de uma forma geral, que quanto menor for o grau da perda e mais experiências linguísticas a criança tiver antes de ser acometida pela surdez, melhores serão os prognósticos para a intervenção (SPERI, 2013).

A privação da audição traz atrasos no desenvolvimento da linguagem que resulta em problemas escolares e cognitivos podendo, assim, afetar aspectos sócio emocionais. A surdez é muito mais frequente do que se imagina, tendo grande impacto na qualidade de vida das pessoas. Ela afeta a relação com o meio ambiente e a forma de comunicação com os semelhantes (HILU; ZEIGELBOIM, 2007; BARBOSA et al., 2013).

A identificação de uma criança com surdez antes dos 12 meses de idade e seguida pelo tratamento imediato são fundamentais para o seu desenvolvimento. Tem sido considerado período crítico os primeiros dois anos de vida para a aquisição e desenvolvimento da linguagem e das habilidades auditivas, e é o período em que ocorre a maturação do sistema central. Nesta etapa os sons são imprescindíveis (ISAAC;MANFREDI, 2005).

São diferentes os métodos usados no processo de (re)habilitação de um bebê com alterações sensoriais e uma com alterações condutivas ou centrais. Portanto, sabendo o local, o grau, o momento em que ocorre e a origem do problema será mais fácil adequar ao processo de (re)habilitação para cada caso. Quanto mais cedo for realizado o diagnóstico e iniciar-se a (re)habilitação, mais rápidos e efetivos serão os

benefícios. Quando o diagnóstico e a intervenção são precoces, os bebês obtêm grande progresso, sendo mais bem sucedidos nas escolas, tornando-se adultos mais produtivos na sociedade (MORETO et al., 2005).

A perda auditiva na infância promove um impacto importante para a criança, que repercute na sua família e no seu meio. A referida alteração interfere no desenvolvimento da linguagem e das capacidades verbais, o que pode acarretar dificuldades de aprendizagem e efeitos deletérios sobre a evolução emocional, cognitiva, acadêmica e social da criança (FARIAS et al., 2012).

Para Ottonelli (2014) nas últimas décadas, a inserção social de todos tem sido discutida e abordada por diversos estudos, com o intuito de defender e concretizar a ação da inclusão. Contudo, é impossível não pensar na educação como uma instituição capaz de atender a todos independente das habilidades e limitações de cada um, a qual se constitui como direito e responsabilidade social e política do Estado e de cada cidadão. Assim, no Brasil e no mundo, cada vez é maior a preocupação de pesquisadores em relação à integração de alunos com deficiências no ensino regular.

Conforme Glat (2007), para que o aluno com necessidades educacionais especiais goze de uma educação adequada no ensino regular, as escolas necessitam dispor de um sistema de suportes (material, pessoal e de conhecimento) que lhe permita aplicar métodos e práticas de ensino e avaliação, incorporando recursos e adaptações necessárias para promover o desenvolvimento e a aprendizagem deste aluno, bem como a inclusão de serviços especializados.

Assim, Ferreira e Paz (2009) afirmam que a surdez perpassa por diversos campos de pesquisa como na psicologia, educação, audiologia, medicina entre outros em que cada um desses campos contribui com respostas a partir de suas concepções como a psicologia se preocupa com o cognitivo, afetivo e social, já a educação enfatiza a aprendizagem do aluno com surdez na sala de aula, enquanto a medicina diagnóstica o déficit auditivo. Sendo que neste trabalho abordaremos a deficiência no âmbito educacional. Então, o atendimento educacional especializado para pessoas com surdez tem como objetivo estabelecer a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades individuais no processo de ensino-aprendizagem, no qual será de ajuda também no seu desenvolvimento pleno.

Na concepção de Rijo (2009), para que o aluno surdo construa o seu conhecimento em uma sala de aula inclusiva, ele deve ser estimulado a pensar e raciocinar, assim como os alunos ouvintes. Portanto, o professor deve desenvolver

estratégias pedagógicas que despertem o interesse do aluno surdo. No entanto, em muitas escolas, o ensino é transmitido pelos professores numa perspectiva tradicional, sem levar em consideração as necessidades especiais do aluno surdo. Sendo assim, este aluno não desenvolve uma aprendizagem significativa.

O psicopedagogo institucional, profissional que atua com o objetivo de favorecer os processos de aquisição de conhecimento, trabalha com as questões de vínculo nas relações entre professor e aluno e orienta o educador na escolha de procedimentos que integrem o afetivo e o cognitivo nas atividades a serem desenvolvidas, preocupando-se com as questões referentes ao currículo e a formação docente, pode prestar suas contribuições ao processo de inclusão escolar (MARTINS, 2011).

No entendimento de Veras (2015), a psicopedagogia, no contexto institucional, é semelhante aos pontos que entrelaçam uma teia, podendo colaborar na educação de surdos como aquele espaço em que os saberes se encontram, dialogam e possibilitam o emergir de uma educação em que o foco é o sujeito linguístico. Por conta disso, considera-se que há necessidade de aprofundar a discussão e promover a emersão de outros saberes que venham a colaborar com a discussão sobre possíveis contribuições referentes a psicopedagogia institucional e a educação de surdos no Brasil.

O autor acima lembra que a psicopedagogia institucional, enquanto saber que atravessa o campo pedagógico contribui para a reflexão e expansão do modo como o surdo, os professores, a gestão e a família podem entrelaçar conhecimentos e viabilizar o processo educacional, com ênfase na garantia de direitos linguísticos e culturais do surdo e de sua família em meio a diversidade de sujeitos que compartilham o espaço educacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo concluiu que a maioria dos casos de surdez infantil é estritamente congênita. A detecção precoce é o melhor caminho para ajudar a identificação de uma criança com surdez, pois o diagnóstico precoce leva ao tratamento imediato e é fundamental para o seu desenvolvimento. A mais grave das consequências da surdez diz respeito à aquisição de habilidades fundamentais de linguagem, sociais e cognitivas, além de trazer dificuldades em relacionamentos interpessoais, conflitos familiares, dificuldades de comunicação que, muitas vezes, induz o isolamento social e a baixa estima.

O estudo concluiu também que dentre todos os benefícios trazidos pela inclusão escolar, houve também o investimento no professor e nas práticas pedagógicas que contribuíram em muito para a alfabetização das crianças com surdez. Além de tal investimento, considera-se que os avanços tecnológicos também têm contribuído grandemente para que as práticas pedagógicas alcancem seus objetivos.

Assim, é de grande importância que o psicopedagogo inserido nesse processo esteja aberto às novas tendências tecnológicas e, devidamente preparado para atender essa clientela de alunos que, como as crianças “normais” tenham o privilégio de serem alfabetizadas e, assim, incluídas na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRUNN, E. J. P.; BLUMER, L. A psicopedagogia e a educação inclusiva: aluno com surdez. **Rev. Conteúdo**, Capivari, v. 1, n. 6, ago./dez. 2011.

CONFORTO, E. C. et al. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. **VIII Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto – CBGDP**. Porto Alegre/RS, 2011.

CRUZ, M. S. et al. Prevalência de deficiência auditiva referida e causas atribuídas: um estudo de base populacional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1123-1131, maio, 2009.

FARIAS, V. V. et al. Ocorrência de falhas na triagem auditiva em escolares. **Rev. CEFAC**, v. 14, n. 6, p. 1090-1095, nov./dez. 2012.

FERNANDES, J. C.; NOZAWA, M. R. Estudo da efetividade de um programa de triagem auditiva neonatal universal. **Rev. Ciên. Saúde Colet**., v. 15, n. 2, p. 353-361, 2010.

FERREIRA, A. P. A.; PAZ, C. A. Estudo de caso de um jovem com surdez na escola complexo educacional Edson Lobão (CEGEL). **III Seminário Linguagem e Identidades**: múltiplos olhares. 2009.

GLAT, R. **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

HILÚ, M. R. P. B.; ZEIGELBOIM, B. S. O conhecimento, a valorização da triagem auditiva neonatal e a intervenção precoce da perda auditiva. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 563-570, out./dez. 2007.

MARTINS, B. A. Contribuições da psicopedagogia institucional à inclusão da criança com deficiência na escola regular. **VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina, 2011.

MIRANDA, J. B.; SENRA, L. X. **Aquisição e desenvolvimento da linguagem**: contribuições de Piaget, Vygotsky e Maturana. 2012. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0306.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

MORETO, A. F. S. et al. **O conhecimento e a realização da triagem auditiva neonatal no município de Jaú**: entrevista com mães de bebês atendidos em postos de saúde. 2014. 63f. Monografia (Bacharel em Enfermagem) – Faculdades Integradas de Jaú. Jaú/SP, 2014.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 511-524, out./dez. 2007.

OTTONELLI, J. C. **Rede de atendimento aos alunos inclusos nas escolas do campo**: o desafio da inclusão. 2014. 159f. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Frederico Westphalen/RS, 2014.

RIJO, M. **Inclusão de alunos surdos nas escolas públicas de Passo Fundo, Cuiabá/MT**. 2009. 42f. Monografia (Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva) – Instituto Federal do Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2009.

SPERI, M. R. B. A criança com deficiência auditiva: da suspeita ao processo de reabilitação fonoaudiológica. **Rev. Verba Volant**, v. 4 n. 1, p. 40-64, jan./jun. 2013.

VERAS, N. C. O. Psicopedagogia institucional e educação de surdos no brasil, possíveis encontros. **Rev. Educ. Artes e Inclusão**, v. 11, n. 1, p; 74-88, 2015.

A CRIMINALIZAÇÃO DO DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA FRENTE AOS MOTIVOS DE SUA TIPIFICAÇÃO PENAL.

Jackeline Xavier da Silva, Murilo Henrique Svet da Silva, Rebeca Milani Plassa, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel, e-mail: murilosvet1@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo analisar as motivações que culminaram na tipificação penal do descumprimento de medidas protetivas de urgência na lei 11.340/06, através da promulgação da Lei 13.641/18, que acrescentou o artigo 24-A, ao referido estatuto de proteção especial a mulher e trouxe consigo a primeira norma de caráter *jus puniendi*da Lei Maria da Penha.

A lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), logo em suas disposições iniciais, mais precisamente no art. 1° deste estatuto já expõe de pronto sua finalidade primeira, qual seja, a criação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica contra mulher, bem como estabelecer medidas de assistência e proteção ás mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Com esta perspectiva, Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto, pontuam que:

> A Lei 11.340/2006 extraiu do caldo da violência comum uma nova espécie, qual seja, aquela praticada contra a mulher (vítima própria), no seu ambiente doméstico, familiar ou de intimidade (art. 5.º). Nesses casos, a ofendida passa a contar com precioso estatuto, não somente de caráter repressivo, mas, sobretudo, preventivo e assistencial, criando mecanismos aptos a coibir essa modalidade de agressão (CUNHA; PINTO, 2018, p. 31).

Com isso, a própria Lei 11.340/06, define em seu art. 5°, *caput*, o que é a violência doméstica ao dispor que "configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, Lei 11.340/06)", apontando também em seus incisos todo o seu campo de abrangência, qual seja, o âmbito da unidade doméstica (inciso I), familiar (inciso II), e qualquer relação intima de afeto (inciso III).

Nesta perspectiva, com o intuito de resguardar a mulher violentada e sua família, tornou-se necessário, a criação de uma ferramenta que em tese fosse apta a conter de alguma forma o agressor a fim de se evitar a ocorrência de um mal maior as vítimas de violência doméstica. Assim, tencionado a proporcionar segurança pessoal e patrimonial a estas mulheres, olegislador inovou trazendo as chamadas Medidas Protetivas de Urgência, que se tornaram fundamentais na busca pela efetivação dos direitos humanos e a devida proteção a mulher que se encontra em situação de violência.

Fato é que houve por parte do legislador certa omissividade em definir o procedimento pormenorizado das medidas protetivas de urgência e frente a isso coube aos aplicadores e operadores do direito estudarem e definirem conceitos na tentativa de dirimir ou suprir tais lacunas normativas e assim solucionar com maior efetividade os casos que envolvam estes institutos. Tais lacunas deixadas pelo legislador acabaram por instalar no sistema deJustiça Brasileiro uma grande controvérsia acerca da tipicidade da desobediência na hipótese de descumprimento dasmedidas protetivas estabelecidas pela Lei Maria da Penha, onde após sucessivas interpretações jurisprudenciais firmou-se o entendimento no sentido da atipicidade do fato.

Com base neste entendimento, devido ao grande índice de descumprimento de tais medidas protetivas e ao fato destes mecanismos de proteção e prevenção não estarem cumprindo com sua finalidade e com a eficácia pretendida pelo legislador quando da sua criação, fez-se necessário que o Estado enfrentasse tal questão e regulasse tais impunidades,uma vez que, a mulher mesmo em posse das medidas protetivas de urgência não gozava de segurança jurídica alguma se a nova violência por ela suportada após a concessão de tais institutos não fossem graves ao ponto de ensejarem a prisão preventiva de seu agressor.

A partir deste contexto, este trabalho analisará mais a fundo como o Estado enfrentou e resolveu está controvérsia jurisprudencial e com quais fundamentos criminalizou através da Lei 13.641/18 o descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência, e como está lei tratou o tema em questão.

2 METODOLOGIA

Para elaborar o presente trabalho, será utilizado o método dedutivo, em pesquisa do tipo teórica e qualitativa, com emprego de material bibliográfico

diversificado em livros, artigos de periódicos, teses, dissertações e jurisprudências atualizadas, tendo por base o conhecimento de caráter transdisciplinar, contidos entre searas distintas do Direito Constitucional, Direito Penal e Direito Processual Penais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na teoria, uma vez decretada em favor da mulher à concessão das medidas protetivas de urgência, esta possuiria um instrumento de efetivação de seus direitos humanos, que a resguardaria dos possíveis males que seu agressor pudesse lhe causar ou até mesmo novas lesões, uma vez que, estaria em posse de uma decisão judicial que deve ser respeitada e estritamente cumprida por ele, contudo, a realidade brasileira está bem longe desta teoria.

Antes da entrada em vigor da lei 13.641/18, que criminalizou a prática do descumprimento das medidas protetivas, a Lei 11.340/06 era totalmente omissa no sentido de determinar qualquer providência específica que garantisse a efetividade da aplicação destes institutos no caso concreto. Desta forma diante da ocorrência do descumprimento de tal determinação judicial, se não houvesse nova lesão á vítima que ensejasse a prisão preventiva do agressor nos termos do art.° 20 da Lei 11.340/06 c/c art. 312 e 313 do CPP, nenhuma reprimenda ou sanção prática era imputada ao agressor, uma vez que, após muitas controvérsias sobre a tipificação do crime de desobediência diante da prática do descumprimento de medida protetiva de urgência, o Superior Tribunal de Justiça pacificou através do informativo n°0538 de 30 de abril de 2014, o seguinte entendimento:

> DIREITO PENAL. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA PREVISTA NA LEI MARIA DA PENHA. O descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha (art. 22 da Lei 11.340/2006) não configura crime de desobediência (art. 330 do CP). De fato, o art. 330 do CP dispõe sobre o crime de desobediência, que consiste em "desobedecer a ordem legal de funcionário público". Para esse crime, entende o STJ que as determinações cujo cumprimento seja assegurado por sanções de natureza civil, processual civil ou administrativa retiram a tipicidade do delito de desobediência, salvo se houver ressalva expressa da lei quanto à possibilidade de aplicação cumulativa do art. 330 do CP (HC 16.940-DF, Quinta Turma, DJ 18/11/2002). Nesse contexto, o art. 22, § 4º, da Lei 11.340/2006 diz que se aplica às medidas protetivas, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 do CPC, ou seja, no caso de descumprimento de medida protetiva, pode o juiz fixar providência com o objetivo de alcançar a tutela específica da obrigação, afastando-se o crime de desobediência.Vale ressaltar que, a exclusão do crime em questão ocorre tanto no caso de previsão legal de penalidade administrativa ou civil como no caso de penalidade de cunho processual penal. Assim, quando o descumprimento da medida protetiva der ensejo à prisão preventiva, nos

> termos do art. 313, III, do CPP, também não há falar em crime de desobediência. (REsp 1.374.653-MG, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 11/3/2014.)

Tal orientação passou a ser seguidas pelos Tribunais Estaduais, que começaram a descaracterizar a tipificação do crime de desobediência por eventual descumprimento de medidas protetivas e consequentemente devido à falta de previsão legal mantinham impunes os casos de descumprimento de menor gravidade, que raras vezes levavam a prática se quer de um ilícito civil com pagamento de multa.

A título de exemplo pode-se citar os casos em que é determinada a proibição de contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação (art. 22, III, “b”) e o agressor passa a ligar constantemente para a vítima, descumprindo assim a medida imposta, contudo, pelo fato deste não lhe proferir ameaças ou ofensas que ensejem a decretação de sua prisão preventiva, este permanece importunando a vítima, que muitas vezes ainda traumatizada psicologicamente com o ocorrido, vê de perto a impunidade de seu algoz que não teme em descumprir a medida imposta, pois tem conhecimento de que o desobedecimento da medida judicial não configura crime e tão pouco haverá por parte do Poder Judiciário qualquer reprimenda a sua conduta, reduzindo assim a decretação das medidas protetivas de urgência a um mero escrito em um papel timbrado.

Essa sensação de impunidade e insegurança jurídica que a aplicação prática das medidas protetivas causava as mulheres vítimas da violência doméstica e familiar mostrava-se totalmente incompatível com a finalidade para qual este estatuto de proteção especial foi elaborado, qual seja: coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, sendo inconcebível a ideia de que a mulher devesse aguardar ser submetida a mais um episódio de agressão para obter a proteção estatal, o que exatamente ocorria quando da prática do descumprimento, por si só era interpretado pelos Tribunais como fato atípico, o que impedia a autuação em flagrante do agressor. Dentro deste cenário, através do Projeto de Lei n°173 - A de 2015, apresentado pela Senadora Gleisi Hoffmann, foi sancionado pelo então Presidente da República Michael Temer, em 03 de abril de 2018, a Lei 13.641/18 que criou um tipo penal específico para punir o descumprimento a decisões judiciais que impõem medidas protetivas acrescentando a Lei 11.340/06, o artigo 24-A, que dispõe do seguinte enunciado:

> Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:
> Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.
> § 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.
> § 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.
> § 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis. ”

A primeira observação importante acerca deste novo tipo penal é que apesar de vir apenado com detenção de três meses a dois anos, sendo em tese, um crime de menor potencial ofensivo, por força da expressa proibição do art. 41 da Lei 11.340/06, é vedada a aplicação da Lei 9.099/95, bem como seus institutos despenalizadores em relação a crimes perpetrados no contexto de violência doméstica e familiar, cumprindo ressaltar também que por opção do legislador somente se admite o arbitramento de fiança pelo juiz aos casos referentes ao descumprimento de medida protetiva, facultado ao Delegado de Polícia o arbitramento de fiança nos demais casos previstos em lei.

O legislador ainda preocupou-se em não distinguir a origem da decretação das medidas protetivas de urgência, uma vez que, “na maioria dos casos, o deferimento de medidas protetivas se dá por ordem de um juiz criminal, face aos termos do art. 33 da Lei 11.340/06” (SANCHES; PINTO; 2018, p. 223).

Por fim, este dispositivo deixa clara a ideia de que além das medidas previstas no art.24-A, outras sanções poderão ser aplicadas conforme análise do caso concreto, como por exemplo, a própria prisão preventiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a todo exposto, vimos que a criminalização do descumprimento de medidas protetivas da Lei 11.340/06, se fez necessário para garantir a eficácia das aplicações das medidas protetivas, bem como, garantir à mulher a segurança jurídica e proteção contra a prática da violência doméstica e familiar objetivada e fidelizada pela Lei Maria da Penha, e a partir desta nova tipificação penal, alcançou-se como consequência também o bem e a manutenção da ordem judicial que não será mais desacatada sem qualquer punição efetiva por parte do Poder Judiciário,

sendo este mais um importante passo na luta contra a violência doméstica e familiar na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm.Acessado em 23/08/2019.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 1 Ago. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Brasília, 07 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 23 Ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018.**Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13641.html. Acessado em 23/08/2019.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Brasil. **Relatório Anual 2000. Relatório 54/01**. Diário Oficial da União. Caso 12.01. Maria da Penha Maia Fernandes, 04 abr. 2001. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm. Acesso em: 23 jul. 2019. Compilado.htm>. Acesso em: 28/08/2019.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência Doméstica**: Lei Maia da Penha - 11.340/06 comentado artigo por artigo. 7°. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689
PROJETO DE LEI N.º 173-A, DE 2015. Alceu Moreira. **Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas da Lei11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha; tendo parecer daComissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C2D607CEECC6D03940284A44257758FD.proposicoesWebExterno2?codteor=1357665&filename=Avulso+-PL+173/2015. Acessado em 28/09/2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso Especial: RESP 1374653 mg 2013/0105718-0.**Relator: Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 11/3/2014. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25033723/recurso-especial-resp-1374653-mg-2013-0105718-0-stj/inteiro-teor-25033724?ref=juris-tabs. Acessado em: 28/09/2019.

A CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Lucas Rocha, Elico Coura, Pablo Gustavo da Silva, Caio Roberto Mora, Perla Daniel Savana, e-mail: elicocoura@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é de suma importância para demonstrar as principais problemáticas enfrentadas em nosso sistema prisional Brasileiro. Assim mostrando um dos maiores desafios sociais e econômicos enfrentados pela sociedade brasileira contemporânea, a precariedade do sistema carcerário brasileiro, situação que apresenta causas, sobretudo ligadas à falta de estrutura, bem como à ineficiência da ressocialização.

O sistema prisional brasileiro tem apresentado um número de presos muito maior do que o de vagas. Esse problema só tende a aumentar, pois segundo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), o número de encarceramento teve um crescimento alarmante nas últimas décadas, chegando no final de 2018 com mais de 840 mil, terceiro maior do mundo, atrás apenas daqueles dos Estados Unidos e da China e Rússia, conforme gráfico abaixo.

Fonte: SENADO NOTÍCIAS, 2019

O problema da superlotação tem gerado inúmeros problemas aos presos, pois diante da precariedade e insalubridade, cumulação com a má alimentação, sedentarismo e uso de drogas, tornam as prisões um ambiente propício a proliferação de epidemias e ao contágio de doenças, sem falar na falta de distinção entre presos perigosos e presos de crime menos graves. Nessa senda, vemos um total desrespeito aos direitos dos presos, ferindo os artigos 40 e 41, ambos da Lei de Execução Penal (LEF).

Um grande exemplo para uma possível solução sobre o sistema penitenciário é o da Noruega onde conta com o menor índice de reincidência do mundo os detentos que deixam a cadeia, lá o sistema prisional admite penas um pouco quanto curtas, na maioria dos casos não passam de um ano.

Nesse sistema os presos podem trabalhar dentro das prisões como se fosse pessoas normais, sem diferença sobre o mundo exterior, podendo até conversar pelo telefone com amigos e familiares, jogar vídeo game e sair para o pátio várias vezes ao dia.

Diante dessas informações conseguimos ver o quanto o sistema penitenciário brasileiro é falho, pois devido às más condições na quais os presos são obrigados a permanecer, os tornam mais agressivos e perigosos quando retornam para a sociedade.

2 METODOLOGIA

Diante desta complexa causa, desenvolvemos o estudo, baseado em pesquisa de natureza exploratório-descritiva, buscando identificar fatores do atual modelo sobre a crise no sistema penitenciário brasileiro. Os dados foram coletados por meio da internet e consultas a artigos científicos. Para a análise dos dados coletados, utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo, na modalidade de análise temática. Os resultados são apresentados em cinco categorias finais: a superlotação, o trabalho prisional, a identidade no sistema prisional, a ressocialização idealizada, o trabalho prisional no desenvolvimento pessoal e as condições do trabalho prisional.

3 RESULTADOS

A Lei de Execução Penal (LEP) visa regulamentar os regimes prisionais, bem como elencar sobre os direitos e deveres do apenado, dos estabelecimentos penais e sobre a integração social do egresso. Contudo é difícil falar em ressocialização quando o estado em suas políticas de governo não tem como base a reestruturação do sistema prisional falido. Assim o sistema prisional não oferece as condições para a aplicação do

que está estabelecido no art. 83 da LEP, que traz o seguinte: “o estabelecimento penal, conforme sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva”. Na realidade, as condições precárias do sistema prisional acabam acarretando uma difícil probabilidade de ressocialização.

Diante desse quadro caótico, caracterizado pela ausência de estrutura adequada, ocasionando a falta de vagas, reafirmamos a necessidade do Estado cumprir as normas estabelecidas na Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984), que determina em seu art. 10: "A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso."

Assim, em conformidade com a norma acima, é dever do Estado assegurar esses direitos instituídos pela Lei de Execução Penal, com vistas a sanar as violações de direitos e degradação da dignidade da vida. O sistema prisional precisa garantir condições que assegurem a dignidade da pessoa humana, sendo este, um princípio constitucional.

Paradoxalmente, segundo estudos trazidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público Brasília – CNMP, mostra que nem sempre o problema foi falta de verbas para investir e garantir ao preso condições para viver com dignidade nos presídios, mas sim ato de improbidade administrativa por parte da administração pública, que ao firmar convênios com a união para investirem nos sistema prisionais e, injustificadamente, não executam os projetos, findando por devolver as verbas não investidas.

Logo, cabe ao estado através de seus três poderes, executivo, judiciário e legislativo implementar uma política de segurança, a fim de, garantir de forma efetiva todos os princípios fundamentais, dentre eles, o instituto da ressocialização.

4 DISCUSSÃO

Diante deste quadro caótico apresentado, aliado com a falta de segurança das prisões e atividades aos detentos, leva ao surgimento de rebeliões e chacinas no interior das unidades. Outro importante tema que cerca este debate é a privatização e terceirização de presídios, elemento que coloca em cheque a eficiência das ações realizadas das empresas nas unidades com a lógica lucrativa da iniciativa privada.

Desse modo, o Sistema Penitenciário Brasileiro, tem se mostrado falho, e os presos têm sido vistos como uma escória pelo Estado e pela sociedade. Com esse

descaso não há como se falar em ressocialização em um ambiente degradante como se encontra na maioria das prisões pelo Brasil. Assim podemos concluir que a Lei de Execução Penal, no âmbito prático não tem sido cumprida como deveria e a sua ineficiência tem levado ao aumento da violência.

Com base nisso tem-se verificado a possibilidade da privatização do sistema prisional. Mas seria essa a solução para o Brasil? Com base em dados estatísticos, reunidos por João Ozorio de Melo, em 2016, os Estados Unidos obtiveram um aumento da população carcerária, mediante o reflexo da política “guerra às drogas", ocorrendo uma superlotação dos presídios americanos, tendo que recorrerem à privatização dos serviços.

Há também críticas de renomados autores sobre tal privatização como por exemplo, segundo Araújo Júnior:

> É de destacar também que do ponto de vista ético será intolerável que um indivíduo, ademais de exercer o domínio sobre outro, aufira vantagem econômica, do trabalho carcerário. Tal trabalho, faz parte da natureza da pena, manifestação do poder soberano do Príncipe.

Entendendo-se que para o autor, auferir lucro à um particular pelo trabalho humano de um detento ou simplesmente lucrando em um serviço que deveria ser dever do estado prestá-lo, é intolerável na maneira ética.

A constituição brasileira, em seu artigo 175, dá possibilidade ao ente público conceder ou permitir mediante licitação o serviço público, desta forma permitindo o particular exercer alguma atividade estatal.

5 CONCLUSAO

Não há dúvidas que hoje em dia o sistema penitenciário brasileiro é defeituoso. Pode-se haver um senso comum quando se pensa em presos, pelo fato de estarem lá por erros cometidos por eles mesmos. Mas pensar sobre o caráter ressocializador de tal medida é essencial para garantir que os mesmos não voltem a cometer ilícitos penais, e possam voltar a viver em sociedade com as demais pessoas.

A superlotação demonstra uma falha, não só no sistema penitenciário, mas uma falha na economia do Brasil, o qual deveria investir recursos para que os presos possam ter um tratamento humano. Sabe-se que atualmente vivemos em um período de crise financeira e os recursos estão escassos, motivo pelo qual não só abala o sistema carcerário, mas também a educação, o lazer, a alimentação entre outros.

A partir desse ponto, temos verificado a possibilidade da privatização do sistema carcerário, mostrando-se talvez uma solução para o Brasil. Mas para que se possa

chegar a uma conclusão sobre, há a necessidade de debates e pesquisas, pois pelo o que foi relatado nesta pesquisa, há autores que são a favor da privatização e outros que vão contra tal possibilidade, necessitando um maior estudo para saber qual seria a solução ideal para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JUNIOR, J. M. de. **Privatização das prisões**. São Paulo: Revista dos Tribunais**,** 1995, p. 13.

ASSIS, R. D. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, v. 11, n. 39, p. 74-78, out./dez. 2007. Disponível em: https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/949. Acesso em: 2 out. 2019.

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público. **A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro** – 2016. Brasília: CNMP, 2016. 344 p. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Escola_Superior/Biblioteca/Biblioteca_Virtual/Livros_Digitais/ESMP%203355_sistema_prisional_web_7_12_2016.pdf.

MELO, J. O. de. Governo dos EUA decide fechar presídios privados federais. **Consultor Jurídico**, [S.l.], 19 ago. 2016. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2016-ago-19/governo-eua-decide-fechar-presidios-privados-federais2. Acesso em: 29 ago. 2019.

TEIXEIRA, J. C. País tem superlotação e falta de controle dos presídios. *In:* Senado Federal. **Senado Notícias**, Brasília, 24 jan. 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/24/pais-tem-superlotacao-e-falta-de-controle-dos-presidios. Acesso em: 03 out. 2019.

A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR: DO DIREITO À SANÇÃO

Gabriel Marcelino Rodrigues, Gustavo Donisete Bussada Júnior, Jamile Barbieri Espindola, Paulo César Vasconcelos, Fernando Frederico de Almeida Júnior, e-mail: frederico.jau@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Código Civil de 1916 estabeleceu o pátrio poder, sendo que, na época, era de responsabilidade exclusiva do pai zelar pelos direitos dos filhos. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, § 5º (BRASIL, 1988), trouxe o princípio da plena isonomia entre gêneros ou igualdade na chefia familiar. Nesta senda, o Código Civil/2002, na intenção de se adequar ao estabelecido pela Lei Maior, substituiu a expressão *pátrio poder* por *poder familiar*, conforme se extrai do seu artigo 1.634 (BRASIL, 2002), alterando a ideia de que apenas o pai é responsável pelos filhos e trazendo tal responsabilidade também para a mãe.

O artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) estabelece os deveres inerentes aos pais em relação aos filhos e, ainda, traz a igualdade de direitos e responsabilidades entre pais e mães.

Quando o poder familiar não é exercido da forma que a lei estabelece, pode ele ser suspenso ou até mesmo perdido, o que ocorrerá por decreto judicial, após apuração dos fatos em procedimento próprio, conforme dispõe o artigo 24 da Lei 8.069/90 (BRASIL, 1990), sendo que as hipóteses de suspensão e perda do poder familiar estão dispostas nos artigos 1.637 e 1.638 do Código Civil (BRASIL, 2002).

Neste trabalho buscou-se entender os motivos pelos quais o magistrado toma a medida excepcional de destituição do poder familiar. Procurou-se, outrossim, evidenciar a mudança do titular dos direitos dos filhos, trazida pelo Código Civil de 2002, que adotou a denominação “poder familiar” em detrimento da expressão “pátrio poder”.

Objetivou-se, então, analisar as hipóteses de suspensão e perda do poder familiar, assim como todo o procedimento para tanto, desde a notícia da negligência dos pais até a efetiva restituição.

2 METODOLOGIA

Para o presente estudo utilizou-se o método dedutivo analítico, por meio de referências bibliográficas, pesquisa na legislação, livros, doutrinas, artigos científicos e jurisprudências, tudo acerca do tema escolhido.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O Código Civil de 2002 inovou ao trazer um novo conceito ao zelador dos direitos dos filhos, qual seja, o "poder familiar", passando a ser titular do referido poder o pai e a mãe (BRASIL, 2002), substituindo o antigo "pátrio poder", onde referida incumbência era exclusivamente do pai.

Tal inovação se respaldou no artigo 226, § 5º, da Constituição Federal/88, que traz o princípio da plena isonomia entre gêneros ou igualdade na chefia familiar, quando diz que "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher" (BRASIL, 1988), ou seja, deixa de ser exclusivamente paterna a chefia familiar, passando a ser exercida em igualdade de condições pelos genitores.

Ainda sobre a nova nomenclatura, o artigo 22, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente também traz a ideia de igualdade de direitos, deveres e responsabilidades entre o pai e a mãe, ao dizer que:

> A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei (BRASIL, 1990).

Resta claro, então, que a intenção do legislador foi trazer igualdade de condições ao pai e à mãe, adequando a lei à situação atual do país e à Constituição Federal de 1988.

Ocorre que referido poder familiar pode sofrer mutações, podendo ser destituídos os pais de sua titularidade, seja através da extinção, da suspensão ou da perda do mesmo.

A extinção do poder familiar ocorre por advento de uma das hipóteses do artigo 1.635 do Código Civil (BRASIL, 2002), possuindo caráter definitivo e, em regra, acontece naturalmente, sem que haja a intervenção do poder judiciário, exceto na hipótese do inciso V, que faz referência à perda do poder familiar, que necessita de decisão judicial.

Já a suspensão do poder familiar ocorre nos termos do artigo 1.637 do Código Civil (BRASIL, 2002) e não possui caráter definitivo, embora também deva ocorrer

mediante decisão judicial. Para Guilherme de Souza Nucci, a suspensão do poder familiar pode ocorrer de forma liminar:

> Funcionando a suspensão como medida liminar e a destituição como o pedido de mérito. Propõe-se apenas a suspensão do poder familiar quando o Ministério Público vislumbra a possibilidade de reconexão da criança ou adolescente com os seus pais ou familiares. Necessita-se retirar, por um período, o menor dos cuidados de quem lhe está ocasionando algum mal; por isso, enquanto transcorre o trabalho da equipe interprofissional para a reorganização da família, suspende-se o poder familiar (NUCCI, 2014).

É possível, ainda, a perda do poder familiar, que é a forma mais grave, extrema e excepcional de destituição do poder familiar. Ocorre mediante decisão judicial e nas hipóteses do artigo 1.638 do Código Civil (BRASIL, 2002), casos em que é inviável a recolocação da criança ou do adolescente na família natural, dada a gravidade do fato que ensejou a perda do referido poder.

Antes que ocorra a instauração do procedimento judicial, deve o Conselho Tutelar tomar todas as medidas possíveis para a manutenção do filho junto à sua família natural. Findando sem êxito todas as possibilidades, deve representar junto ao Ministério Público, informando todos os fatos apurados.

Como dito, para que haja a suspensão ou a perda do poder familiar deve ser instaurado procedimento judicial, que terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, nos termos do artigo 155 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Importante ressalta-se que no curso do processo o juiz pode decretar a suspensão do poder familiar, de forma liminar, ante motivo grave, a requerimento do Ministério Público, nos termos do artigo 157 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), sendo necessária a realização de estudo psicossocial.

Aos pais que estão sendo “investigados”, deve ser assegurado o respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, uma vez que podem se “defender” das ações que lhes estão sendo imputadas, conforme dispõe o artigo 158 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Tem-se, ainda, que o procedimento judicial deve durar por no máximo 120 (cento e vinte) dias, dada a gravidade dos fatos que estão sendo analisados, sendo que toda a apuração ocorrerá nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, utilizando-se subsidiariamente o que dispõe o Código de Processo Civil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo extrai-se que a destituição do poder familiar, em qualquer de suas formas, se trata de um direito da criança ou adolescente que tem seus direitos violados ou negligenciados por seus pais ou responsáveis. Além disso, trata-se de uma sanção aos titulares de deveres para com os filhos, cujos atos ou omissões prejudicam a vida, o crescimento e o desenvolvimento da criança ou adolescente que está sob seus cuidados.

O processo de destituição do poder familiar deve ser minuciosamente observado por todos os profissionais que dele participam, quais sejam, conselheiros tutelares, psicólogos, assistentes sociais, promotores e juízes, haja vista se tratar de uma medida extrema e excepcional. Além do mais, uma vez perdido o poder familiar, será muito difícil sua restituição.

Em outras palavras, por se tratar de medida grave e urgente, por privar a criança ou o adolescente do convívio familiar, o procedimento judicial deve seguir rigorosamente o disposto nos artigos 155 a 163 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), com o que se diminuirão as chances de injustiças e interferências danosas no processo de crescimento e formação da criança ou do adolescente. Reitera-se que, uma vez destituído o poder familiar, sua restituição é trabalhosa e, para que ocorra devem ser preenchidos alguns requisitos, tais como a cessação do motivo que levou à perda, ausência de adoção da criança ou adolescente e prova de que a medida atende melhor ao interesse dos filhos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, 10 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 28 out. 2019.

NUCCI, G. de S. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2014. 920 p.

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS: DESAFIOS DA PEDAGOGIA NO CÁRCERE

Fernanda Góes Reis Gonçalves, Graziela Lima, e-mail: fernanda.goesreis@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece a educação como direito humano fundamental, cujo objetivo principal é o pleno desenvolvimento da personalidade humana. A Constituição Federal do Brasil, por sua vez, traz a educação no âmbito dos direitos sociais, constitutiva dos direitos fundamentais, o que determina sua aplicação imediata.

Nesse sentido, a educação é uma prática social fundamental para a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária onde o cidadão tenha plena consciência de seus direitos e seus deveres. A emancipação intelectual só se dá através da educação informal, mas, sobretudo da formal.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), de 2017, o direito ao acesso à educação tem alcançado índices satisfatórios, levando em conta que 95,5% das crianças de 6 a 10 anos estavam nos anos iniciais do ensino fundamental. Contudo, o oferecimento da educação escolar para as pessoas privadas de liberdade, direito assegurado pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pela Lei de Execuções Penais (LEP) não está sendo cumprida de forma eficaz.

A educação nas prisões, tanto a escolar como a formação profissional, é condição fundamental para a ressocialização dos apenados e sua efetiva reinserção social. Essa questão está fundamentada na LEP, no seu artigo 10, que garante a assistência ao apenado como um dever do Estado, na forma de assistência material e jurídica, assim como assistência à saúde, à inclusão social e à educação, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência social.

Para Foucault (1987, p.224) além de ser um direito do preso é uma necessidade: “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento, ela é a grande força de pensar.”

Legalmente, a educação no cárcere é um tipo de educação de adultos que visa escolarizar, formar e qualificar pessoas temporariamente encarceradas para que, depois que cumpram o tempo de privação da liberdade, possam reinserir-se com dignidade no mundo social e do trabalho, já que essas pessoas, em sua maioria, têm baixa ou nenhuma escolarização (PEREIRA, 2011, P. 40)

Contudo, apesar desse direito ser assegurado pela legislação e pelas políticas públicas, o oferecimento dessa educação ainda é muito escasso, alcançando apenas uma minoria da população carcerária. Segundo um levantamento realizado em 2017 pelo site Justificando ,apenas 13%das unidades prisionais cumprem a lei. O Brasil não dispõe de espaços suficientes e nem mesmo profissionais especializados para atender a demanda carcerária, ou quando isso acontece os espaços são apenas adaptados para o atendimento educacional.

Entre tantos os desafios que a educação nas prisões encontra, uma delas é o preconceito da sociedade em achar que a educação dentro dos presídios é um tipo de privilégio para aqueles que deveriam estar ali apenas sendo “castigados” pelo crime cometido. É necessário que a sociedade entenda que apenas o encarceramento não se recupera uma pessoa, e quando essa recuperação não acontece quem deixa de ganhar não é apenas o indivíduo, mas toda a sociedade.

Sendo assim, o objetivo do trabalho é levantar dados sobre a situação educacional nos presídios brasileiros e o impacto que gera quando a mesma é oferecida ou quando se tem esse direito negado, garantia que é de responsabilidade do Estado,onde o mesmo é omisso,ferindo a dignidade e os princípios humanos do encarcerado.

2 METODOLOGIA

A realização desta pesquisa se deu a partir de um levantamento bibliográfico e da legislação relacionada ao direito à educação, assim como sobre o sistema prisional, procurando-se compreender como está de fato o direito à educação das pessoas que se encontram em situação de privação de liberdade.

Dessa forma, procedeu-se a uma revisão de literatura no campo educacional no que se refere à educação nas prisões, e no campo das ciências jurídicas no que se refere ao sistema de execução penal.

Assim, o levantamento bibliográfico foi realizado por meio de livros, artigos, teses e dissertações,assim como pesquisa em diplomas legais que tratam da garantia de direitos dos apenados, sobretudo do direito à educação e à profissionalização.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a população carcerária brasileira alcançou no ano de 2018 um número extremamente preocupante de 840.000 presos, colocando o Brasil entre os três países com maior número de encarcerados no mundo. Esses dados apontam um aumento de 267,32 % na população carcerária, excedendo a média mundial de presos por habitantes que é de 144 para cada 100 mil habitantes. No Brasil, a média é de 306 para cada 100 mil, e permanecendo esse percentual, acredita-se que até o ano de 2025 o país alcançará a marca de 1,47 milhões de presos.

As taxas de reincidência giram de 40% a 70% do total de presos, deixando claro a necessidade de uma política pública que realmente funcione e que esteja de acordo com a Constituição Federal, onde os direitos fundamentais sejam respeitados, inclusive o direito à educação, visando uma reinserção do indivíduo na sociedade.

Em Centros de Ressocialização, os CRs, as taxas de recuperação do interno é de 70%, podendo alcançar a marca de 98%.Nesses locais, o preso passa o seu dia trabalhando e estudando,inclusive com acesso a biblioteca e salas de informática.

Figura 1

Fonte: seguranca.mg.gov.br

Hoje, mesmo que ainda de maneira lenta, começou-se aliar a educação dentro dos presídios com a qualificação profissional, dando ao preso uma chance de ampliar as suas oportunidades de se recolocar no mercado de trabalho, já que quando o mesmo ‘ganha’ a sua liberdade o preconceito que enfrenta é grande.

Além dos benefícios da instrução escolar, o preso pode vir a participar de um processo de modificação capaz de melhorar sua visão de mundo, contribuindo para a formação de senso crítico, principalmente resultando no entendimento do valor da liberdade e melhorando o comportamento na vida carcerária (PEREIRA, 2011, p. 53 apud JULIÃO, 2010, p. 3).

A educação, na maioria das vezes, promove um impacto positivo na vida do preso, não só durante o cumprimento de sua pena, mas principalmente quando conquista sua liberdade, pois é a educação escolar e profissional constituem aspectos fundamentais para o sucesso da reinserção social do apenado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e pesquisas realizados por especialistas apontam que a efetividade da educação no sistema prisional é extremamente relevante no que se refere à emancipação dos sujeitos em situação de privação de liberdade.

É necessário que a educação dentro dos presídios cumpra o seu papel ressocializador, sobrepondo suas dificuldades e desafios. É de extrema importância que o egresso do sistema prisional tenha a chance de dar continuidade aos seus estudos quando estiver fora dos muros da prisão e que tenha a chance e oportunidades concretas de ingressar no mercado de trabalho.

Busca-se, assim, uma educação no sistema carcerário que respeite a legislação que lhe é pertinente, e que promova a cidadania e construa possibilidades efetivas e reintegração social dos egressos deste sistema de maneira emancipada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. LEI Nº 7.210 11 de julho de 1984. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 16 set 2019.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça.** Disponível em:https://www.cnj.jus.br/.Acesso em 16 set 2019.

FOCAULT,Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão.1.ed.São Paulo: Editora Vozes,2014. Acesso em: 12 set 2019.

JULIÃO, Elionaldo. Uma Visão Socioeducativa da Educação como Programa de Reinserção Social na Política de Execução Penal. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/elionaldo.pdf>. Acesso em: 12 set 2019.

MARCÃO,Renato..**Consultório Jurídico.Remição é Aplicável a Condenado Por Crime Hediondo**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br//>. Acesso em: 12 set 2019.

OLIVEIRA, Leandra Salustiana da Silva; ARAÚJO, Elson Luiz. A Educação Escolar nas Prisões: um olhar a partir dos direitos humanos. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 1, mai. 2013. Programa de Pós-Graduação em Educação: UFSCar. Acesso em: 12 set 2019.

PEREIRA, Antonio. A Educação-Pedagogia no Cárcere, no Contexto da Pedagogia Social: definições conceituais e epistemológicas. **Rev. Educação Popular**, Uberlândia, v. 10, p. 38-55, jan./dez. 2011. Acesso em: 12 set 2019.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ana Paula Scalco Ramos, Viviane Rodrigues, e-mail: anapaula.scalco@hotmail.com

1.INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino, destinada para os que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos. Dentro do EJA temos outra modalidade que é o CIEJA, que são cursos do Ensino Fundamental oferecidos em 4 anos, contendo os seguintes ciclos: alfabetização, básica, complementar e final. O ensino médio tem duração de apenas dois anos. Outra modalidade dentro do EJA é o PROEJA, que é um programa de integração profissional.

Conforme Oliveira (2007, p.4) atualmente, o EJA é um direito de todos, mas nem sempre foi assim. Segundo dados do IBGE, temos uma ideia de como é tratada a educação de jovens e adultos no Brasil. A atual situação demonstra que no Brasil ainda não foi possível garantir, que na prática, a educação chegue a todas as pessoas como a Constituição Federal aponta. Nesse país, ainda existem 14 milhões de pessoas que não foram alcançadas por esse direito básico que é a educação.

De acordo com Fausto (1972) olhando para o passado, podemos perceber que a luta contra o analfabetismo sempre foi tratada de forma inconsequente pelas autoridades políticas do país, o processo histórico da educação de jovens e adultos traz uma herança do passado. É preciso compreender a história, para que possamos viver o presente e olhar para o futuro. Em um determinado momento histórico, a alfabetização deixou de ser um direito e era somente um ato de solidariedade. Durante esse período histórico, houve vários movimentos para a erradicação do analfabetismo como o movimento chamado escolanovismo, que aparece com as ações de Paulo Freire, junto com os movimentos sociais. Em 1932 foi criado o Plano Nacional da Educação (PNE), tornando o ensino primário obrigatório e gratuito para os alunos. Um seleto grupo de educadores assinou um documento, concretizando as ideias de um movimento que foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

De acordo com Medeiros (1999, p. 182) em 1938 foi criado o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e a partir de suas pesquisas e estudos, foi fundado em 1942 o

Fundo Nacional do Ensino Primário com o objetivo de realizar programas que ampliassem e incluíssem o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945, este fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos fossem empregados na educação de adolescentes e adultos.

Conforme Di Pierro (2003) diante da pressão internacional que o nosso país sofria devido ao alto índice de analfabetismo, foi criado a Organização das Nações Unidas (ONU), e Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com a orientação de desempenhar o desenvolvimento das nações atrasadas. Deixando claro que os programas de educação instalados queriam mais pessoas formadas, mas não se preocupavam com a qualidade do que era ensinado, ou seja, queriam quantidade e não qualidade.

De acordo com Stephanou (2005) outro fator que contribuiu à uma educação de massa, é a consideração da pessoa analfabeta como ignorante, incapaz, cabeça dura, sem jeito para as letras. Nesse caso, as pessoas adultas que não fossem alfabetizadas deveriam receber a mesma educação empregada na educação de crianças, pois esses adultos analfabetos estavam inaptos a compreender.

Conforme Medeiros (1999, p. 189) o governo militar cria seu próprio modelo de alfabetização, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), ficando limitada a habilidade de ler e escrever. Com grande sentido político o Mobral buscava encarregar o sujeito de sua situação analfabeta, desconsiderando o seu papel de produtor de cultura, as pessoas eram vistas como “vazias sem conhecimento, a ser socializada”. Na verdade, esse tempo usava a educação como modo de controlar as pessoas.

Na década de 90 surgiram novos movimentos como o Movimento de Alfabetização (MOVA), Programa de Alfabetização Solidária (PAS), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e o último criado em 2003, Programa Brasil Alfabetizado.

Paulo Freire é um dos mais importantes teóricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, de fato que suas contribuições são percebidas até os dias atuais. Sua influência foi tão significativa, revolucionando a história da EJA no Brasil e em muitos países. Ele criou seu próprio método de alfabetização, não sendo simplesmente um método qualquer. A cultura da sociedade é respeitada, como também os seus conhecimentos prévios são considerados. É um instrumento de mediação da educação, na qual esta se dá de forma mútua, não existindo o dono do saber.

Na Educação de Jovens e Adultos, é preciso ter um currículo orientado, que esteja pautado na cultura dos sujeitos educativos, com um novo posicionamento de professores e gestores referente às expressões culturais próprias dos alunos. O diálogo com a

diversidade cultural do aluno é uma poderosa postura metodológica capaz de orientar a escolha de conteúdos e de procedimentos de ensino em sala de aula.

Conforme Brasil (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 2001, p. 163) proposta curricular da EJA indica que a complexidade da vida moderna e o exercício da cidadania plena impõem o domínio de certos conhecimentos sobre o mundo a que jovens e adultos devem ter acesso desde a primeira etapa do ensino fundamental. Esses conhecimentos deverão favorecer uma maior integração dos educandos em seu ambiente social e natural, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida.

Sendo assim, as atividades devem ser feitas em sala de aula, a seleção de conteúdos deve partir da realidade dos alunos e da intenção de preparar para o mundo do trabalho, a avaliação dos conteúdos deve ser mais flexível e a carga horária das disciplinas deve ser mais bem distribuídas.

No currículo da EJA, a questão da leitura e da escrita é um fator importante, pois muitos alunos retornam à escola com o objetivo de aprender a ler e a escrever para o uso em sua vida social e pessoal, e mais, para a participação ativa no mercado de trabalho.

Desse modo, as principais funções do EJA são: a função reparadora, a função equalizadora e a função qualificadora. Trabalhando com a pedagogia de projetos, junto com os eixos temáticos.

O objetivo do trabalho descrito é compreender a Educação de Jovens e Adultos, revendo todo o processo histórico pelo qual passou, a importância e o método de Paulo Freire que é usado até os dias atuais, compreendendo como está o EJA hoje, mostrando o currículo orientado que muitas vezes é pautado na cultura dos alunos, suas principais funções e características, preparando para o mercado de trabalho, explicitando as propostas de trabalho pedagógico voltado à esta população adulta analfabeta. Compreender também a importância do EJA para a população que não teve a oportunidade de ir à escola, e a importância do professor que irá dar aula nessa modalidade de ensino.

2.METODOLOGIA

Para a realização do trabalho, foi feita pesquisa bibliográfica, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir do tema, as fontes para a pesquisa são livros, artigos, documentos monográficos, e textos disponíveis em sites confiáveis.

Cada detalhe para reproduzir este processo foi levantado através de pesquisas bibliográficas publicadas em livros, sendo o mais utilizado: Elizabete Rodrigues Oliveira

Mathieu e Eva Chow Belezia: formação de jovens e adultos: reconstruindo a prática pedagógica do ano de 2013, e também por intermédio de revistas eletrônicas e artigos.

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados expostos neste trabalho nos mostram que muitas coisas ainda não mudaram. Conforme Oliveira (2007) nos dias atuais o EJA é um direito de todos, isso foi resultado de uma longa jornada, porém mesmo sendo um direito as taxas de analfabetismo continuam elevadas, nos mostrando que infelizmente a educação não chegue para todos.

Mas por outro lado, de acordo com Fausto (1972), no passado uma pessoa analfabeta era tratado com desrespeito, eram ignorados pelos políticos do país, sendo também um ato de solidariedade essa modalidade de ensino, e como foi mostrado acima, atualmente a educação se tornou um direito de todos, muitas vezes não alcançando todos que precisam mais é um direito. Nesse período aparece o movimento escola nova, e um dos teóricos mais importantes na educação de jovens e adultos, Paulo Freire, com seu método de alfabetização, método esse que é usado nos dias atuais.

De acordo com os autores citados que são: Medeiros (1999) e Stephanou (2005), a educação de jovens e adultos, traz uma herança histórica que nos mostra os movimentos criados na luta contra o analfabetismo, a maneira como as pessoas analfabetas eram tratadas. Atualmente não existe o desrespeito, e todos tem o direito à educação, porém, ainda falta o incentivo para os alunos do EJA visto que muitos sofrem de baixa estima.

Conforme Mathieu (2013 p.11) o Brasil tem uma dívida social imensa com milhões de jovens e adultos que precisaram abandonar seus estudos na infância ou na adolescência por diferentes motivos, como: inadequações do sistema e ensino ou exclusão escolar, ingresso da criança ou do adolescente no mercado de trabalho, carência de recursos para custeio de estudo e etc.

Pensar a possibilidade de reinserção de grande parte desses Brasileiros na educação escolar representa não apenas um sonho, mas também uma esperança de proporcionar aos jovens e adultos condições concretas de construir sua trajetória profissional, de resgatar sua autoestima, de participar efetivamente na sociedade civil, apontando na direção da melhoria da qualidade de vida e da atuação ativa desses cidadãos na sociedade democrática.

Por fim, o educador de jovens e adultos tem um papel importantíssimo no processo de resgate dessa dívida social. No entanto, é imprescindível que esse educador compreenda a dimensão da tarefa atribuída a ele pela sociedade. Os desafios são imensos, especialmente neste contexto histórico no qual milhões de cidadãos brasileiros pretendem

se inserir no universo escolar, em busca de requalificação profissional, de reinserção social e de concretizar planos pessoais que não puderam ser realizados anteriormente.

Uma dessas tarefas é a reeducação permanente de sua visão de mundo e de suas ações como um ator social comprometido com a educação escolar. Rever concepções enraizadas e se libertar de um mundo de amarras constituem elementos cruciais nessa tarefa de superar-se a si mesmo, buscando tornar-se um educador de novos tempos, de novas tecnologias e de novas relações interpessoais.

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de pesquisas bibliográficas, com a utilização de livros e artigos foi possível verificar que embora haja muito empenho dos professores, e muitos movimentos para ajudar na erradicação do analfabetismo, a taxa de alunos que não sabem ler e escrever continua alta. O governo não dá o total apoio que EJA necessita, dificultando o aprendizado que é um direito e um dever de todos.

Existem fatores externos que são os alunos que apresentam, como por exemplo a baixa estima, pouca vontade de aprender, se sente envergonhado de voltar a estudar com certa idade, o desânimo, o cansaço de trabalhar o dia todo e precisar frequentar a escola no período noturno. Muitos não levam a sério o saber ler e escrever, muitas vezes não foi mostrado a importância na vida de cada um. Enfim, muitos precisam do apoio familiar, para que se sintam motivados a voltar aos estudos.

Entretanto, cada indivíduo tem seu modo de compreender o que acontece ao seu redor. Por isso é muito importante entender o que um aluno da educação de jovens e adultos necessita, para não só o ajudar, mas, para que ele não abandone de novo a escola. Pessoas não alfabetizadas podem ter problemas emocionais, de baixa estima, e de insegurança. Isso sem a pessoa perceber pode acarretar insucesso na vida profissional e pessoal também.

REFERÊNCIAS

BELEZIA. **Formação de jovens e adultos:** reconstruindo a prática pedagógica. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n°9394, de 26 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional Diário Oficial da União, Brasília, DF

DI PIERRO. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil:** informe apresentado à oficin regional da UNESCO para América Latina y Caribe. São Paulo: Ação Educativa –

Assessoria, Pesquisa e Informação, 2003. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/dowloads/relorealc.pdf Acesso em: 02 de junho de 2007.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930:** historiografia e história. 2ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

MEDEIROS, Maria do Socorro de Araújo. **A Formação de Professores para a Educação de Adultos no Brasil:** da história à ação. Palma de Malorca: Tese de Doutorado pela Universitat de Ies Illes Balears, 1999. Disponível em: http://www.periodicos.sbu.unicamp.br Acesso em: 06 de maio de 2019.

OLIVEIRA, Romualdo L. Portela. **Educação de Jovens e Adultos:** o direito à educação. In: Mesa Redonda: Direitos Educativos e a EJA no Brasil. 16° Congresso de Leitura do Brasil – COLE, X Seminário de Educação de Jovens e Adultos. Campinas: UNICAMP, 11 a 13 de julho de 2007, disponível em: http://www.alb.com.br/anais16/prog_pdf/prog01_01.pdf Acesso em: 05 de maio de 2008.

STEPHANOU, Maria. **Histórias e Memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

A ERA DA FAKE–NEWS E SUAS CONSEQUÊNCIAS LEGAIS

Bruna P. Candido, Jacqueline Ramos Pereira, Juliane Fonseca Sipliano, Perla Savana Daniel, email: perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A construção do presente trabalho buscou tratar sobre Fake-News (Notícias Falsas) tendo em vista o crescimento da temática no período eleitoral brasileiro no ano de dois mil e dezoito pois, a propagação de notícias falsas pode estar ligada aos crimes de calúnia, injuria e difamação.

A disseminação de notícias falsas pode influenciar o comportamento dos indivíduos da sociedade, principalmente dentro da seara digital, isso porque a tipificação de crimes cibernéticos, ainda não possui uma coercibilidade ao ponto de intimidar os possíveis delinquentes, pois, se tem a falsa sensação de que a internet é terra de ninguém.

O presente trabalho tem como base o estudo sobre Fake-News, com a proposta de discutir as mudanças trazidas pela evolução da comunicação digital, pois, com o uso da internet em especial nas redes sociais, e a dificuldade de identificação da autoria das calúnias no âmbito digital.

Este fenômeno tem tomado proporções globais com a disseminação de notícias falsas sob vários assuntos, e no subterfúgio da internet cada vez mais conteúdos caluniosos e difamatórios têm surgido sob égide da fonte desconhecida o que tem ganhado proporções e impactos negativos aos envolvidos sobretudo com o uso das redes sociais e o seguinte e rápido compartilhamento.

Nesse contexto, destaca-se o conceito de *"*Fake-News*"*, como uma expressão que pode ser entendida por "notícia falsa" e a qual, em verdade, se refere a uma "mentira contada na forma de notícia". Esta prática tem várias origens e motivadas por aspectos como econômicos, sociais, eleitorais entre outros que podem influenciar a opinião pública.

A explosão de novos meios de comunicação no ambiente digital, além da globalização produz números inimagináveis com as redes sociais em relação a uso de divulgação de notícias o que dificulta a identificação da autoria e torna a tarefa

extremamente difícil, pois, como poderão ser elaboradas, mais leis voltadas a punição de crimes cibernéticos se não existir um sistema capaz de identificar de qual servidor surgiu determinada informação caluniosa ou difamatória.

Isto posto, verifica-se a falta de consciência na propagação de informações, o que pode colocar sua mensagem ou ponto de vista o que leva a aspectos legais, morais e éticos pois envolve terceiros.

Com o presente trabalho, busca-se obter um entendimento acerca da Fake-News, visto que ainda são poucas as referências sobre essa temática. Desse modo, acredita-se que o estudo auxiliará a compreender o que ocorre no cotidiano das pessoas diante de fatos vinculados de forma deturpada.

A propagação das notícias e a rapidez que a internet proporciona demonstra a necessidade de compreensão de que ela produz prejuízos irreparáveis para aquelas pessoas que dela são vítimas, dentro desse aspecto podemos citar os inúmeros casos de pessoas que são acusadas de estupro e tem suas imagens vinculadas a esse crime nas redes sociais fazendo com que a sociedade crie seu pré-julgamento.

Uma notícia falsa como essa pode resultar inclusive na morte de inocente é o que ocorreu em 2014 em Guarujá-SP “Ela foi agredida após ser acusada de praticar magia negra com crianças. Moradores registram vídeos mostrando a agressão e postaram na internet” (G1, 2014). É nesse sentido que se busca mostrar os impactos causados por *Fake-News* pois, neste caso a vítima de Fake-News veio óbito.

Atualmente as leis de combate a Fake-News ainda são escassas e não se tem um tipo penal definindo o que seja Fake-News, sua pena, mas, sim através dos crimes de calúnia, difamação, injuria e da lei Carolina Dieckmann de n° 12.737 de 2012, esta lei por sua vez dispõe sobre delitos informáticos dentre outras providencias.

2 METODOLOGIA

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, será feita a análise sobre dados, doutrinas e legislações.

Foram escolhidos dados de uma pesquisa que abordam a temática de um alto índice de crimes cibernéticos.

O estudo deste trabalho será fundamentado em ideias e pressupostos teóricos que apresentam significativa importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise.

Assim sendo, o trabalho transcorrerá a partir do método conceitual-analítico, visto que utilizaremos conceitos e ideias de outros autores, semelhantes com os nossos objetivos, para a construção de uma análise sobre o nosso objeto de estudo.

O método de pesquisa escolhido favorece uma liberdade na análise de se mover por diversos caminhos do conhecimento.

As referências sobre a era da Fake News, sob algumas características que serão apresentadas neste trabalho, não apresentam previsões irreversíveis, já que as possibilidades de análise são inúmeras quando se trata da expressão sociocultural de uma sociedade e crimes cibernéticos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil possui um alto índice de crimes cibernéticos, o avanço tecnológico e a popularização da internet abriram espaço para diversas práticas ilegais no meio digital, muitos destes já tipificados no Código Penal tais como extorsão, calúnia, notícias falsas, espionagem e até terrorismo atinge cada vez mais usuários na internet.

Os crimes cibernéticos se tornaram uma epidemia digital global silenciosa. A maioria dos usuários de Internet mundialmente já foi vítima e se sente incrivelmente impotente em relação a esses criminosos cibernéticos anônimos.

A MAIORIA SILENCIOSA, pela primeira vez, este relatório revela que quase dois terços dos adultos mundialmente já foram vítimas de algum tipo de crime cibernético (65%).

Os hosts posts onde os adultos vivenciaram crimes cibernéticos incluem:

83 % China

76 % Brasil /India

73 % EUA

Crimes cibernéticos ocorridos mundialmente:

51% Vírus/malware

10% Golpes online

9% Phishing

7% Roubo (hacking) de perfis de redes sociais

7% Fraudes de cartão de crédito online

7% Assédio sexual

A fragilidade legislativa provoca o aumento da criminalidade pois, a certeza da impunidade, traz uma sensação de segurança ao infrator, pois, é comum nutrir a ideia

que crimes realizados no ambiente digital faz com que a possibilidade de preso seja menor do que a comparada pelo crime de tráfico de entorpecentes por exemplo.

Quando se parte do pressuposto de que onde há sociedade há crime, e por compreender que a internet é a maior sociedade em crescimento no mundo, por conseguinte não raro é o crescimento de crimes nessa “terra sem lei”. Discursos de ódio foram mais aflorados e são cada vez mais corriqueiros, porém para que haja notoriedade principalmente no que tange às grandes mídias jornalísticas é necessário que se tenha um filtro de veracidade, implicando inclusive em responsabilidade.

Atualmente existem as delegacias especializadas em crimes cibernéticos, por outro lado por se tratar de uma nova temática, o quantitativo dessas unidades ainda é pequeno de acordo com a demanda tendo em vista principalmente porque pode-se contabilizar uma delegacia especializada por estado, como nos exemplos de São Paulo e Goiás, mas deve-se também depreender que existem estados como o Pará e Rondônia que não dispõem desse tido de delegacia.

Segundo Martins, perceberemos que a atuação delituosa da internet tem se tornado uma prática da vez mais comum vejamos:

> Destarte, o mundo cibernético tem sido alvo da atuação crescente de criminosos, que encontram na internet um meio fácil de cometer crimes, muitas vezes, aproveitando-se do anonimato, o que é vedado pela Constituição Federal, e da falsa impressão de que são impunes, ou pela falta de legislação específica, ou pela dificuldade na investigação criminal em encontrar os autores. É importante ressaltar que os usuários facilitam muito a prática destes ilícitos, tornando-se presas fáceis, pois ao acessar informações bancárias utilizando dados sigilosos, bem como a exposição da imagem, sem os devidos cuidados, acabam por favorecer a criminalidade cibernética (MARTINS, 2012).

Nesse diapasão encontra-se a linha tênue entre os crimes cibernéticos que são caracterizados principalmente pela invasão, exclusão ou quaisquer outras condutas que prejudiquem terceiros com a propagação de Fake News, isso porque a disseminação de notícias falsas trazer diversas consequências ao ofendido, seja na esfera psicológica ou também em sua esfera material e profissional.

Veja-se alguns exemplos de Fake News cibernéticas com desfechos jurídicos e psicológicos que poderiam ser evitados se houvesse uma legislação objetiva a tratar da temática:

> A mãe que perdeu 2 filhos para o sarampo por acreditar em 'fake news' sobre vacinas: Ela conta que não vacinou as crianças porque havia lido notícias falsas dizendo que a vacina fazia muito mal. "Sinto raiva, porque eu não deveria ter dado ouvidos à TV e ao Facebook." “Deveria ter protegido meus filhos, assim eles não teriam pegado sarampo", desabafa. Há uma vacina segura e efetiva disponível. Mas controvérsias a respeito de uma nova vacina contra a dengue, chamada Dengvaxia, espalharam informações incorretas e sensacionalistas (BBC NEWS, 2019).

Segundo o relato publicado pela BBC News em 2019, nas Filipinas uma mãe não realizou as vacinas periódicas de seus filhos em decorrência da propagação de notícias falsas a respeito de efeitos negativos que poderiam se desenvolver nos organismos das crianças, em decorrência dessa Fake News, aliado a condição climática das Filipinas e o surto de Sarampo que tem dissipado cada vez mais vida, essa senhora perdeu os dois filhos.

Vejamos, caso houvesse um órgão fiscalizador de informações, ou consequências jurídicas para as entidades, mídias sociais e até mesmo jornalística se teria evitado uma grande quantidade de mortes, pois, a precaução e a vacinação precoce são uma das formas de prevenção a esses surtos.

Já em outro campo as notícias falsas disseminadas dentro do âmbito eleitoral podem inclusive, no Brasil, segundo o artigo 222 do Código Eleitoral, se devidamente comprovado poderá ocasionar a anulação do resultado da eleição vejamos o texto legal "Art. 222. É também anulável a votação, quando viciada de falsidade, fraude, coação, uso de meios de que trata o Art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei" (CÓDIGO ELEITORAL, 1965).

Diante do exposto em 6 de junho de 2019 houve aprovação no parlamento sobre o texto do crime de divulgação de Fake News, ocorrerá quando alguém divulgar, com propósito eleitoral, ato ou fato atribuído falsamente a outrem, mesmo sabendo de sua inocência.

Com a incorporação do trecho à lei 13.834/19, a pena para quem divulgar notícias com objetivo eleitoral será de dois a oito anos de reclusão.

A pena somente será aplicada quando for comprovado que o acusado tinha conhecimento sobre a inocência do alvo das notícias disseminadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema Era da Fake News e suas Consequências legais visa principalmente uma análise a respeito do fenômeno da Fake News no Brasil e sua Ascensão ligado principalmente ao direito eleitoral e a utilização dessa ferramenta como forma propagar uma notícia sabidamente falsa para o eleitor o que influencia em diversos aspectos dentro da sociedade.

Há o questionamento de o porquê de notícias falsas vinculadas a figuras públicas, principalmente em períodos eleitorais não foram punidas na forma da legislação brasileira, questionando assim atuação das mídias nessa temática e também de

particulares que ao expressarem sua opinião pública não buscavam checar quais as fontes de determinada informação e as propagavam como verdade.

Vale ressaltar que o termo Fake-News não surgiu nos períodos eleitorais brasileiros de 2018, mas sua propagação se deu principalmente nas eleições americanas de 2016, onde a figura pública e atual presidente Donald Trump e outros candidatos tiveram suas imagens interligadas a fatos negativos com intuito de impedir a eleição fundamentada em verdades comprovadas.

Faz-se necessário debater a respeito dessa temática procurar para ela uma alocação jurídica justamente por ser compreensível que tais condutas ligadas ao Fake-News podem ser enquadradas nos crimes de injuria, calúnia ou difamação, nos termos da legislação vigente.

Pois, se faz necessário conhecer o conteúdo divulgado a fim de evitar o compartilhamento de notícias falsas, é importante que a sociedade esteja atenta a fonte de notícias, e que sua reprodução indevida pode gerar impactos negativos na vida do indefinido que as propaga.

No que tange ao desenvolvimento do trabalho buscou-se abordar uma construção social e da Fake News como forma de demonstrar que a criação de mentiras a serem utilizadas como forma de manipulação da opinião pública, existe desde os primórdios e o que é novo nessa temática é justamente a nomenclatura e a existência da internet.

Buscou-se tratar do direito de resposta a Fake News na imprensa escrita, nas emissoras de rádio e televisão, no horário eleitoral e na propaganda eleitoral demonstrando que a legislação buscou regulamentar inclusive questões procedimentais de averiguação e retratação nas redes sociais.

Assim, buscou-se tratar do referido tema por compreender que a Fake News é um problema social.

REFERÊNCIAS

_____. A mãe que perdeu 2 filhos para o sarampo por acreditar em “fake News” sobre vacinas. *In:* BBC. **BBC News Brasil**. [S.l.], 21 jun. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48726373. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRASIL. **LEI N° 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.** Altera as Leis n º 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Brasília, 29 set. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. **LEI N° 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília, 30 set. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm. Acesso em: 25 ago. 2019.

HOFFELDER, J. T.; CASTRO, M. F. de. Estelionato eletrônico: necessidade de tipificação legal? **Anuário Pesquisa e Extensão UNOESC São Miguel do Oeste,** [S.l.], v. 3, nov. 2018. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/19789.

Justiça Eleitoral. **Seminário Internacional Fake News e Eleições (manhã).** [S.l.]: justiçaeleitoral, 17 maio 2018. 1 vídeo (3 hrs, 8 min, 12 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bnpR1RB08HE. Acesso em: 26 ago. 2019.

LIMA, L. D. V. **A tênue fronteira entre a tipificação das fake news e o cerceamento à liberdade de expressão.** Boa Vista, 2018.

NORTON. **Relatório de crimes cibernéticos**: o impacto humano. https://www.symantec.com/content/en/us/home_homeoffice/media/pdf/cybercrime_report/Norton_Portuguese-Human%20Impact-A4_Aug18.pdf.

PRIOLLI, G. A era da pós verdade. **Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, 13 jan. 2017. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/563940-a-era-da-pos-verdade. Acesso em: 21 ago. 2019.

ROSA, A. B. **Fake News**: o impacto das notícias falsas em um ano de eleições. Blog Huf.

ROSSI, M. Mulher espancada após boatos em rede social morre em Guarujá, SP. *In:* Globo Comunicação e Participações. **G1 Santos e Região.** Santos, 5 maio 2014. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-espancada-apos-boatos-em-rede-social-morre-em-guaruja-sp.html.

SAMPIERI, R. H. *et al.* **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.

A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0 E OS SEUS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO DA MICRORREGIÃO DE JAÚ

Antonio Henrique Valenzola, Gabriel Rojo, Leonardo Felipe Rubio Farinha, Lucas Polizel Nave, Clerison José de Souza Bueno, e-mail: lucas.pnave@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Indústria 4.0 é um tema atual e muito discutido nos dias de hoje por conta dos impactos provocados e relacionados com o confronto entre homem e tecnologias. Com a evolução dos processos e das tecnologias envolvidas e a busca incessante de métodos para agilizar a produção e o custeio de produtos, as máquinas que surgem cada vez mais inteligentes acabam por roubar os postos de trabalho e em alguns casos até eliminar a função.

O objetivo do trabalho é mostrar ao público em geral as novas mudanças e os impactos que vão acontecer no curto e longo espaço de tempo em todo o planeta. Visto que a globalização tem parte neste modelo de negócios, gerados a partir da ideia de produção em massa a custos baixos e com a melhor qualidade possível aos consumidores.

O tema é de grande importância para estudantes estarem preparados para às mudanças e poder assim saber como criar novas metodologias para gerir a organização e assim sobreviver em um ambiente altamente concorrido.

2 METODOLOGIA

O estudo é uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, onde o objetivo é responder as questões-problema, e consiste em uma revisão bibliográfica de artigos e relatórios de estudo, na maior parte, do Fórum Econômico Mundial; publicações em periódicos e livros sobre o assunto. As palavras chave são requalificação, mercado de trabalho, tecnologia e indústria 4.0.

3 REVISÃO DE LITERATURA

É fato que computadores e robôs estão se tornando exponencialmente mais complexos e melhores no entendimento do mundo e é amplamente discutido o impacto

“catastrófico” que isso trará para o mercado de trabalho. Naturalmente, há sempre dois pontos de vista: o otimista e o pessimista. Mas, apesar dos avanços tecnológicos serem inevitáveis nos mais diversos âmbitos, segundo Burrow (2019), são os humanos que irão delimitar os impactos desses avanços, serão escolhas feitas pelos governos, empresas, trabalhadores e a sociedade como um todo que definirão a marcha da digitalização, robotização e como as inovações tecnológicas afetarão os produtos, serviços e a vida.

Os sindicatos inclusive estão querendo definir esses parâmetros de um novo contrato social reconhecendo que o futuro da produção não será algo definido pelas tecnologias, mas que será moldada por políticas sociais e escolhas econômicas. O assunto “trabalho” foi fortemente pautado na Conferência Internacional do Trabalho pela Organização Internacional do Trabalho (2019), onde a conferência declarou que “é imperativo agir com urgência para aproveitar todas as oportunidades para construir um futuro do trabalho mais justo, inclusivo e mais seguro, com pleno emprego e trabalho digno para todos”. Esse contexto esbarra em problemas bem atuais, como trabalhadores que não ganham o suficiente, segundo Burrow (2019) cerca de 300 milhões de trabalhadores apesar de empregados não conseguem sair da zona de pobreza, e a população desempregada que é por volta de 190 milhões mundialmente; boa parte dos empregados ainda se encontram em empregos informais ou empregos formais precários ou temporários.

É a partir daí que os pontos de vista, seja otimista ou pessimista, ganham importância na discussão pois historicamente outras revoluções industriais modificaram o mercado de trabalho eliminando funções existentes, gerando demanda para novas funções que passaram a exigir novas habilidades. O mérito do aprendizado esbarra também em duas novas palavras que surgiram nesse cenário de mudanças profissionais: upskilling and reskilling.

Segundo Suria Barbora (2019), upskilling é um termo para “aprimoramento”, descreve a situação em que se precisa aprimorar os conhecimentos em uma área que já se atua, desenvolvendo habilidades que agreguem valor e ampliem possibilidades dentro da qualificação atual. Reskilling é um termo para “requalificação” e implica na necessidade de aprender novas habilidades. O Fórum Econômico Mundial realizou um estudo (2019) sobre a situação dos Estados Unidos frente a requalificação dos funcionários, onde 95% dos 1,4 milhões de trabalhadores podem ser realocados na próxima década para cargos com habilidades similares, mas o custo aproximado para

essa requalificação seria próximo de um estimado de 34 bilhões de dólares, algo próximo de 24 mil dólares por funcionário. Quem deveria arcar com os custos da requalificação?

Para o governo, o custo de não revalorizar um funcionário para o mercado de trabalho tem implicação no pagamento de assistência social, oportunidades perdidas de receita tributária e os impactos sociais. Essa questão está se tornando urgente na visão de Briony Harris (2019), que diz que é um momento de empresas e governo unirem estratégias para reduzir os custos dessa requalificação com redução de taxas e investimentos sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como a indústria 4.0 está evoluindo e impactando o mercado de trabalho, provocando preocupação em empresas e governo no âmbito da responsabilidade social para garantir emprego para todos em um mundo cada vez mais automatizado. Além disso o processo de recapacitação de um funcionário deve ser uma preocupação tanto pela necessidade de realocação no mercado de trabalho quanto para os custos desse processo, que dependem de ações para serem viabilizados.

REFERÊNCIAS

BURROW, S. **It's people, not technology, that will decide the future of work**, weforum.org, [S.l.]. 2019. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2019/05/people-not-technology-will-decide-the-future-of-work/>. Acesso em: 30/08/2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Documento final do Centenário da OIT**. [S.l.]. 2019. Disponível em: < https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_706928.pdf>. Acesso em: 30/08/2019.

BARBORA, S. **Upskilling e reskilling: duas formas de desenvolvimento para o profissional da era da inovação**. [S.l.]. 2019. Disponível em: < https://www.napratica.org.br/upskilling-reskilling-conheca-termos/>. Acesso em: 30/08/2019.

HARRIS, B. **Who should pay for workers to be reskilled?**. [S.l.]. 2019. Disponível em: < https://www.weforum.org/agenda/2019/01/who-should-pay-for-workers-to-be-reskilled-1/>. Acesso em: 30/08/2019.

FORUM ECONOMICO MUNDIAL. **Towards a Reskilling Revolution: Industry-Led Action for the Future of Work**. [S.l.]. 2019. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/WEF_Towards_a_Reskilling_Revolution.pdf>. Acesso em: 09/10/2019.

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES TEM FOCO NA EFICIÊNCIA OU NA INFLUÊNCIA PARA A RECONSTRUÇÃO DA ESCOLA?

Daiane Angélica Nazzi Monte, Lúcia Helena Ormelese de Barros, e-mail: daia62009@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a formação inicial do professor não detém os saberes necessários para atender as necessidades de uma sala de aula, desse modo, deve realizar uma formação continuada a fim de ressignificar suas práticas diárias, buscando aprimorar seus conhecimentos.

Isso define a qualidade de ensino que é determinada pela formação contínua dos professores, que deve desenrolar-se nos aspectos sociais, econômicos, culturais e educacionais que pode ser eficaz para aproximação do saber-fazer.

A formação continuada de professores no Brasil traz consigo uma longa trajetória desde o final da década de 70 e início dos anos 80. Tal trajetória tem sido sustentada por diferentes tendências e concepções de ensino. Atualmente, no mundo contemporâneo e globalizado, há sempre a exigência de mudanças, de adaptações, novas tecnologias e aperfeiçoamento, o que inclui também o profissional docente, exigindo atualização constante de seus conhecimentos e práticas para que possa adequar sua prática a realidade e a demanda oferecida pela sociedade, contribuindo para a transformação social.

Desse modo, a formação de professores coloca-se à altura de sua importância na tendência histórico crítica que se encontra hoje, pois a formação contínua é uma ferramenta de transformação pedagógica que influencia na reconstrução da escola e no alcance da excelência na educação.

Segundo Saviani (2000) a tendência Histórico Crítica traz consigo a ideia de uma teoria da educação voltada aos interesses e necessidades da classe trabalhadora, prezando por uma transformação social, com uma prática educativa questionadora e emancipatória. Tal tendência constitui-se num avanço frente às que predominavam anteriormente, sendo um importante instrumento que estabelece as diretrizes adequadas

para atingir os objetivos da prática docente, inclusive do Projeto Político Pedagógico da escola.

É importante destacar também a importância das políticas públicas presente na evolução da formação de professores no Brasil, já que tais leis são fundamentais para que a educação avance frente às melhorias e qualidade do ensino, visando à educação emancipatória e transformadora, respaldada nas questões sociais e culturais.

Frente às evoluções ocorridas na formação docente o que chama atenção são as abordagens da educação, que tem papel fundamental, segundo Mizukami (1986), de contextualizar e guiar a formação desse profissional que perpassa desde a concepção tradicional até chegar na abordagem sociocultural guiada por Paulo Freire, em busca de ocasionar uma verdadeira participação do povo como parte integrante do processo cultural.

Elencado a trajetória da formação docente conclui-se que a formação continuada constitui uma essencial ferramenta para a prática pedagógica, dessa maneira, o objetivo desta pesquisa consiste em compreender a importância da formação continuada para uma prática docente reflexiva, considerando principalmente a melhoria e eficiência do exercício pedagógico no contexto escolar.

Libâneo (UNIVILLE, 2012, p.20) afirma que a formação continuada é a:

> [...] condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores e especialistas. É na escola, no contexto de trabalho, que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho e, com isso, vão promovendo mudanças pessoais e profissionais.

Os professores enfrentam e resolvem problemas, criam e recriam estratégias de trabalho como uma ação interventora. E assim, parte de aspectos da formação continuada que delimita uma abordagem metodológica, enfocando o cotidiano, no sentido de refletir e compreender os desafios enfrentados dentro da realidade de sala de aula. Isso auxilia com novas possibilidades de realização de atividades, contribuindo para o processo ensino-aprendizagem.

Contudo, esta pesquisa, não se esgota neste estudo, mas favorece para que este seja o início de novos olhares a respeito da formação continuada dos professores. Sabe-se que muitos obstáculos são colocados durante a trajetória desses profissionais, sendo o conhecimento através da formação contínua a forma mais eficaz de combatê-los.

2 METODOLOGIA

Para a efetivação deste estudo sobre a formação continuada de professores foi realizada uma revisão de literatura e pesquisas bibliográficas já existentes e realizadas na área de acordo com o tema proposto. Foram utilizados como ferramenta de base as matérias contidas em livros, revistas, pesquisas, jornais, artigos científicos, teses, dissertações, monografias etc.

Segundo Manzo (LAKATOS, 2010, p. 166), o uso de bibliografias “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizam suficientemente”. Ainda sobre esse tipo de metodologia Trijulo (LAKATOS, 2010, p.166), afirma ser “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”.

Ainda sobre os autores referidos acima, utilizar bibliografias é considerado um mecanismo para investigação do tema sob novas concepções, alcançando amplos objetivos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos estudos a formação continuada de professores foi discutida no contexto escolar que pode promover mudanças significativas e positivas tanto na postura, quanto no fazer pedagógico, refletindo na prática docente uma carga de fundamentação teórica e uma análise crítica das questões que abarcam o cotidiano escolar.

Através deste estudo foi possível perceber que a formação continuada do profissional docente consiste em uma valiosa ferramenta para a transformação da prática pedagógica, onde a mesma servirá como um respaldo para ressignificar as ações do professor, pois este não ficará estagnado somente na formação inicial, ao contrário, o profissional que forma-se continuamente estará sempre aberto a ampliar seus horizontes e de seus educandos, apoiando-os na construção do conhecimento. Além de melhorar significativamente sua didática, a formação continuada auxiliará em novas e melhores estratégias de ensino e promoverá o engajamento e fortalecimento de vínculos entre educadores e educandos. Tal ferramenta fortalecerá a prática do profissional docente, o que tem extrema importância, pois, segundo Ibernón (2011, p.121):

> O contato da formação com a prática educativa faz com que o conhecimento profissional se enriqueça com outros âmbitos: moral e ético, além de permitir que se fomente a análise e a reflexão sobre a prática educativa, tentando uma recomposição deliberativa dos esquemas, concepções e crenças que o conhecimento pedagógico tem sobre o ensino e aprendizagem. Permitirá trabalhar em benefício do professor e da educação da humanidade.

Pode se dizer que a atualização constante deste profissional ocasionará mudanças significativas para todos os envolvidos no processo, inclusive a sociedade. Nesse caso, a Formação Continuada passa a ser uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) 9394/96, sendo que os professores necessitam conhecer as leis que regem seus direitos e deveres, para que, assim, possam cobrar mais das autoridades competentes, sejam elas entidades públicas ou privadas.

Outro resultado coletado na pesquisa é que o profissional docente que tem formação contínua sabe melhor tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas as preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumir coletivamente a responsabilidade pela escola, investir no seu desenvolvimento profissional. Mas, principalmente aprendendo sua profissão, esta é a ideia-chave do conceito de formação continuada. Colocar a escola como local de aprendizagem da profissão de professor significa entender que é na escola que o professor desenvolve saberes e as competências do ensinar, mediante um processo ao mesmo tempo individual e coletivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o estudo desenvolvido e considerações realizadas, foi possível elencar a importância da formação continuada para uma prática docente mais eficiente e reflexiva, que contribuirá positivamente para a sociedade em que vivemos hoje, enfatizando que a formação do profissional docente não deve resumir se somente a sua formação inicial, ao contrário, deve se estender por toda a sua carreira profissional. É claro que os professores desenvolvem sua profissionalidade primeiro no curso de formação inicial, na sua história pessoal como aluno ou nos estágios.

A formação continuada proporciona ao professor o corrigir de possíveis lacunas que possam ter sido deixadas na sua formação inicial, além de ter a oportunidade da experimentação de algo que seja novo, que ocorre num processo de reflexão sobre sua prática, perpassando bem mais do que somente aprimorar ou complementar suas habilidades técnicas.

Para que ocorra a formação continuada de forma eficaz ela precisa ser feita dentro ou fora da escola, ou seja, precisa-se querer ser um profissional atualizado e aberto à mudanças, conforme as necessidades dos alunos. Pode-se citar, também, algumas formas de formação continuada, cursos de pós-graduação, cursos online na escola ou

plataformas, cabendo ao professor fazer sua escolha do que melhor satisfaça suas necessidades.

Então, é reconhecido o valor da teoria, da reflexão e do conhecimento, pontos relevantes e indispensáveis para a construção da práxis. Estudos, ações e até políticas públicas devem apontar, cada vez mais, caminhos para a construção da formação continuada do docente, para que este possa alcançar projetos de ascensão profissional e fundamentar teoricamente sua práxis educativa.

Por final, espera-se, por meio deste artigo, um mínimo de reflexão e conscientização por parte de todos os envolvidos, da importância da formação continuada para o futuro dos professores, para a qualidade do ensino e para o desenvolvimento do aluno.

REFERÊNCIAS

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O significado da Formação Continuada Docente**. *In*: Congresso Norte Paranaense, Confep, Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomoral2.pdf>. Acesso em: 01 Set. 2019.

IBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional**: Formar-se para mudança e a incerteza. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, Marina. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas.2010.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: As Abordagens do Processo. São Paulo: Epu. 1986.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico Crítica**: Primeiras Aproximações. Campinas SP: Autores Associados, 2000.

TOZETTO. **A Formação Inicial de Professores no Contexto das Reformas Curriculares**: Análise da Identidade Docente num Curso de Pedagogia. *In*: Congresso Nacional de Educação, EDUCERE, Paraná, 2009. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3501_1967.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2019.

UNIVILLE, Márcia De Souza Hobold. **A Implicação do trabalho do coordenador pedagógico na formação continuada do professor**. *In*: Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, UNICAMP, Campinas, 2012. Disponível em: <htttp//www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2436c.pdf>. Acesso em 23 Jul. 2019.

A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO NO ARTIGO 421 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: UMA DISCUSSÃO SOBRE RECENTES ALTERAÇÕES

Ademir Fernando Amadeu, Nathália Mariah Mazzeo Issa Vieira, e-mail: afamadeu@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A complexidade na interpretação de normas jurídicas é algo bastante recorrente, sobretudo pelo fato de ser necessário levar em conta elementos que não dizem respeito tão somente ao texto escrito. Por essa razão, elementos de interpretação foram surgindo e, nas palavras de Dimoulis (2011 p. 147), tais métodos são capazes de dar respostas satisfatórias, ainda que haja controvérsias. É nesse sentido que atua a Hermenêutica Jurídica, ramo do Direito que auxilia o intérprete no trabalho de extração/construção do sentido da norma.

Surge, no entanto, em especial na segunda metade do século XX - sobretudo a partir das Grandes Guerras na Europa e na redemocratização do Brasil -, uma nova ideia de Constituição. A Carta Magna, outrora restrita às determinações de caráter político, toma efetivo poder normativo e, nas palavras de J. J. Gomes Canotilho (1994, p. 12), torna-se dirigente, impositiva. Nesse sentido, o caráter normativo da Constituição estabelece um mandamento constitucional que deve ser observado em todo o ordenamento jurídico, de modo que aquilo que se faz presente na Constituição deve, necessariamente, fazer parte também das demais relações, de modo a se efetivar os direitos fundamentais.

Nesta seara de "constitucionalização do direito infraconstitucional"[1], todos os conjuntos normativos passam a olhar com maior atenção às determinações da Constituição Federal.

Não foge desta perspectiva o Código Civil, uma vez que, conforme afirma o próprio idealizador do projeto do Código Civil de 2002 (Miguel Reale), de acordo com Tartuce

[1] Sobre essa temática da Constitucionalização do direito, ressalte-se o posicionamento de Luiz Edson Fachin (2015, p. 9), para quem a própria expressão é em si redundante – motivo pelo qual optou-se neste trabalho por trazê-la entre aspas. Isso porque, a partir da consideração da própria supremacia hierárquica da Constituição Federal, a necessária adequação de todo o ordenamento a esta Carta Magna é absolutamente indiscutível. O que se ressalta somente com a expressão é a desconstrução do raciocínio civilista machista, patriarcal e moralista típico das ideologias próprias do início do século XX (momento da promulgação do Código Civil de 1916).

(2019, p. 44), todos os institutos civilistas seriam baseados nos princípios da eticidade, socialidade e operabilidade. É por esse motivo, por exemplo, que o artigo 421 do Código Promulgado em 2002 preceituava: “A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”. Tal artigo, por exemplo, não foi escolhido por acaso e será o objeto de discussão do presente texto, pois foi alterado mediante a Lei 13874/19 que dispõe a respeito da liberdade econômica, recebendo, agora, a seguinte roupagem:

> 421. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)
> Parágrafo único. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

Embora pareça, de plano, uma alteração nada grandiosa ou complexa, este texto pretende abordar as consequências da alteração legislativa, os danos e as diferenças na interpretação do dispositivo. Ressalta-se que a relevância da discussão é cada vez maior, tendo em vista o fato de o ato negocial constituir também uma fonte do Direito. Assim, as relações jurídicas dele decorrentes e as consequências dele derivadas importam em uma construção de sentido no ordenamento jurídico brasileiro que pode definir os contornos teleológicos e axiológicos que o contrato deverá ter a partir deste momento.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi essencialmente decorrente do levantamento bibliográfico, incluindo pesquisa à doutrina, sites de Tribunais e legislação sobre o tema. A pesquisa exploratória, neste ponto, pretende levantar a problemática atual que pode ser instalada a partir da interpretação da alteração legislativa promovida no art. 421 do Código Civil, em especial no *caput* do dispositivo. As discussões, assim, encaminham o leitor para uma conclusão dedutiva a partir dos dados ofertados por este trabalho, bem como pelas convicções teórico-jurídicas de cada um.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, trouxe princípios positivados pelo legislador que condicionam a aplicação do Direito. À época, questionamentos surgiram, por exemplo, a respeito daquilo que seria a boa-fé e os usos e costumes, presentes no artigo 113 do texto citado. O organizador da obra, que

contou com a parceria de renomados civilistas, explicou e deixou claro o que seriam tais definições. No caso, a boa-fé seria a lealdade à declaração de vontade expressada no passado e os usos e costumes fariam com que o indivíduo não reduzisse a aplicação e interpretação do direito civil, privado, somente ao direito subjetivo, mas observasse à sua volta os costumes locais.

O princípio da socialidade, segundo Tartuce (2019, p. 45), foi um dos mais importantes que passaram a fazer parte do Código Civil, numa tentativa de superar o caráter individualista e dar lugar à perspectiva social do direito civil. Destaques foram feitos na família, na propriedade, na posse, na responsabilidade civil e nos contratos, objeto deste trabalho.

Importante ressaltar que, muito embora a função social da propriedade estivesse na Constituição Federal desde 1988 (art. 5º, XXII e XXIII; art. 170, III), foi ela reforçada no Código Civil, prevendo, desta forma, que "A liberdade de contratar será exercida *em razão e nos limites* da função social do contrato" (grifo nosso). Trata-se de um princípio de ordem pública que obriga o intérprete a visualizar os contratos de acordo com a sociedade. Bastante polêmico em seu surgimento, imaginava-se que a questão da função social do contrato fosse capaz de acabar com o *pacta sunt servanda*. Explicou o autor que, pelo contrário, o segundo é reforçado pelo primeiro, de modo que a função social faz com que os contratantes ajam, entre si, com a probidade e a boa-fé, também elementos fundamentais sociais.

Diante de todas essas importantes questões já sedimentadas no Direito Civil Brasileiro, o motivo de discussão vem, agora, de uma alteração nesta legislação, que acrescenta que a função social deverá ser observada a partir da liberdade econômica.

A questão da defesa da liberdade econômica foi exaltada no ordenamento jurídico brasileiro pela inserção da MP 881 de 30 de abril de 2019. Referida Medida Provisória tinha como objetivo ressaltar regras sobre livre iniciativa e livre exercício de atividade econômica. Dentre algumas características emblemáticas da MP (consideradas inclusive reprováveis por parte de analistas políticos e jurídicos), havia a determinação do fim de licenças e alvarás e de restrição de horário para atividades econômicas de baixo risco, a autorização para funcionamento destas atividades em qualquer horário ou dia da semana e algumas alterações do próprio Código Civil.

No que toca a este último, além de pontuais alterações do Livro do Direito das Coisas da Parte Especial do Código Civil e na Parte Geral, houve também a alteração dos arts. 421 e 423.

A despeito da relevância do tema da interpretação/revisão dos contratos, o presente trabalho se debruça sobre a questão da função social do contrato, motivo pelo qual nos restringiremos à análise do art. 421 citado. Pois bem, foi a redação dada pela Medida Provisória:

> Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato, observado o disposto na Declaração de Direitos de Liberdade Econômica.
> Parágrafo único. Nas relações contratuais privadas, prevalecerá o princípio da intervenção mínima do Estado, por qualquer dos seus poderes, e a revisão contratual determinada de forma externa às partes será excepcional.

Nesta primeira proposta redacional (em parte alterada pela Lei Federal que substituiu a MP) vê-se que havia sido mantida a redação original do art. 421 – já mencionada, ressaltada somente a necessidade de observância do disposto da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. A inclusão do parágrafo único, no entanto, deixa transparecer uma antiga preocupação positivista clássica (para não dizer exegética) de que os pactos privados fossem arbitrária e inadvertidamente alterados pelo Poder Judiciário (*locus* por excelência em que se pleiteiam alterações contratuais não acordadas pelas partes). Esse temor de que o Estado interfira no espaço de decisão privado, particular, coaduna-se bem a momentos pós revolucionários em que o risco de arbitrariedades por parte do Estado (então absolutista) era de fato uma ameaça aos direitos individuais recém adquiridos.

Essa visão pessimista do ordenamento jurídico (e, especial, da atuação do Judiciário brasileiro) foi mantida, no entanto, na redação final do artigo 421 do Diploma civilista pátrio, dado pela Lei n. 13.874 de 20 de setembro de 2019, já mencionada anteriormente e que, por didática, repete-se aqui:

> Art. 421. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)
> Parágrafo único. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

Veja-se que, ao invés de incluir ressalvas ao *caput* do artigo, foi suprimida a expressão “em razão”, que antecedia a expressão “nos limites da”. Essa pequena (em tamanho) alteração redacional pode parecer insignificante, mas a nosso ver, tem por objetivo alterar toda a sistemática teleológica de formação dos contratos.

A despeito da discussão acerca da efetividade da pretensão legislativa alteradora (sobre o que manifestaremos opinião nas considerações finais), convém indicar que os

contratos sempre respeitaram a função social em pelo menos dois paradigmas distintos: o da finalidade e da limitação. Quando a lei mencionava que contratos são criados em razão de sua função social isto significava afirmar que há um objetivo a ser alcançado com os instrumentos privados: a consumação da pretensão constitucional da função social. Ora, o caráter solidarista do Código Civil de 2002 consiste em repartir a responsabilidade sobre os objetivos do Estado com todos os cidadãos. Foi-se o tempo em que o direito civil atuava à margem das preocupações constitucionais e Estatais, irresponsavelmente realizando no âmbito privado toda sorte de contratações (por mais contrárias à dignidade humana ou socialmente reprováveis que fossem).

Retirar a finalidade da função social da letra da lei tem por clara intenção afirmar que os contratos não são instrumentos de desenvolvimento social. Mas se o comportamento dos cidadãos (que é basicamente o que se realiza nos contratos – manifestação de vontade) não puder ser considerado fenômeno poderoso de alteração do *status quo*, dificilmente qualquer outro instrumento o será.

Veja-se que, neste ponto, não se sustenta sequer a alegação de fortalecimento do princípio do *pacta sunt servanda* (força obrigatória dos contratos) e da autonomia privada – justificativas trazidas pela Lei da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica para realizar as alterações.

Isso porque só há se falar em verdadeira liberdade de atuação das partes no contrato quando estiver respeitado um equilíbrio entre elas quer permita afirmar que as decisões e cláusulas ali pactuadas não provêm de uma imposição decorrente de um privilégio (econômico ou material).

Sobre esse tema, Ripert (in SERPA LOPES, 1996 p. 39) já comentava:

> O erro do liberalismo reside na circunstância de considerar que o contrato se forma e se executa livremente, entre forças volitivas as mais díspares, isto devido à erronia ainda maior do pressuposto adotado de uma liberdade natural, de caráter absoluto, em paralelo com a igualdade.

Assim, a presença do elemento teleológico da função social do contrato na anterior (e original) redação do referido artigo 421 não constitui mera expressão desvinculada de sentido. Sua presença tinha por objetivo indicar que os contratos firmados entre particulares na verdade são poderosos mecanismos de desenvolvimento social, porquanto moldam as vontades das partes à compreensão maior de que a responsabilidade pela consecução das finalidades constitucionais em verdade é de todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estudo preliminar formulado nestas breves linhas, ressalta-se que a temática do direito contratual constitui tema de excepcional importância na teoria do Direito.

É que, muito embora os temas de direito penal, por exemplo, revelem grande entusiasmo dos estudantes de Direito, as temáticas do direito civil são as que se apresentam mais próximas da realidade cotidiana da maioria das pessoas. E, dentre os temas de direito civil, os problemas relacionados ao direito contratual revelam-se diariamente.

Nesse panorama, a nova sistemática nacional de tratamento de matérias econômicas e sociais trouxe à baila uma alteração sensível no diploma civil brasileiro. O artigo 421 do Código Civil teve sua redação alterada para suprimir a expressão “em razão”. Essa mudança, que a princípio pode parecer insignificante, reduz sobremaneira a sistemática solidarista proposta pelo Código quando de sua publicação em 2002.

Não sem motivo, essa sistemática originária coaduna-se perfeitamente com as pretensões constitucionais de função social da propriedade.

A despeito desta mudança e de tudo que ela pretende realizar, sustentamos neste trabalho que a principiologia que norteia a intepretação do Código Civil, bem como as disposições expressas da Constituição Federal acerca do tema (art. 5º, XXII e XXIII; art. 170, III) são suficientes para manter sem restrições a concepção anterior de consideração do contrato como um instrumento de modificação social.

A retirada de parte do texto, portanto, não altera a forma como os contratos devem continuar sendo construídos e interpretados. Algo maior que a letra da lei vige incólume quando a Constituição Federal é tomada em seu aspecto normativo, dirigente e transformador.

REFERÊNCIAS

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador**: contributo para a compreensão das normas constitucionais. Coimbra: Coimbra Editora, 1994.

DIMOULIS, Dimitri. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito Civil**: sentidos, transformações e fim. Renovar: Rio de Janeiro, 2015.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. **Curso de Direito civil**. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996. v. III.

TARTUCE, Flávio. **Manuel de Direito Civil: volume único**. 9ª ed. São Paulo: Método, 2019.

A GESTÃO DE TEMPO DEMOCRATIZA A SALA DE AULA

Bruna Firmino de Souza, Paloma Cristina Gonçalves, Lúcia Helena Ormelese de Barros, e-mail: bruna-firmino@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A gestão do tempo em sala de aula de maneira eficiente e organizada descreve os caminhos da gestão democrática e identifica o papel do professor perante a sociedade, de modo a considerar uma convivência harmoniosa no ambiente de aprendizagem.

Nos últimos anos a escola vem sendo questionada sobre seu papel na sociedade, o qual passou por diversas transformações até chegar nos dias de hoje, sendo mais tradicional, tecnicista, progressista, democrática ou participativa. Para isso foi preciso que o professor se ajustasse a todas essas mudanças, até mesmo adequar sua gestão do tempo para planejar atividades e desenvolver nos alunos o anseio de aprender, tornando-os sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem.

Os estudos realizados partem do pressuposto que o panorama atual da sociedade do conhecimento busca inovações e desenvolvimentos, contando com a rapidez de informações e o avanço das novas tecnologias, modificando, portanto, o modo de pensar e de viver das pessoas. Desse modo, o caminho da gestão de tempo democratiza a sala de aula e traz consigo autonomia e versatilidade para o professor atuar, garantindo a participação social de todos da escola e da comunidade.

A escola e os indicadores de sucesso envolvem o papel do professor perante a sociedade como um exemplo de emancipação de novos paradigmas para a convivência em sala de aula. Lidera de forma democrática e participativa para um ambiente de aprendizagem e disciplina saudável, comprometido e focado no desenvolvimento dos alunos.

É necessário que a gestão da sala de aula seja produtiva e voltada para a cidadania, com uma didática que faça parte desse contexto, pois esta ocupa-se de métodos e técnicas de ensino destinados a colocar em prática as diretrizes pedagógicas, estudando os diferentes processos de ensino-aprendizagem. Isso dá suporte para o professor ressignificar o tempo do trabalho em sala de aula na perspectiva de verificar

quais estratégias serão utilizadas para administrar a distância entre o que foi planejado e o realizado.

Portanto o objetivo desse trabalho é entender como o professor lida com o tempo de aprendizagem de cada aluno e as exigências prescritas pelo tempo escolar. Outro ponto relevante é como o professor realiza o seu trabalho na sala de aula em meio a tantas rupturas e continuidades da sociedade que se expressa no interior das escolas.

Sendo assim, a organização do tempo em sala de aula é vista como um grande desafio, pois é necessário um planejamento detalhado, aulas mais dinâmicas e uso de ferramentas tecnológicas que vão auxiliar o educando positivamente no decorrer da aprendizagem, fazendo com que este participe ativamente do processo e descubra o seu real papel para poder se posicionar diante das situações diversas da sociedade em que vive.

2 METODOLOGIA

Buscou-se responder ao objetivo do estudo sobre a gestão de tempo que democratiza a sala de aula através dos princípios qualitativos de pesquisa por fontes bibliográficas e artigos científicos, dissertações e teses disponibilizadas em meio eletrônico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As profundas transformações que acompanham a acelerada introdução na sociedade do conhecimento e nas tecnologias trata-se de uma nova etapa da sociedade pós-industrial que tem a intenção de identificar e entender o alcance destas mudanças no âmbito teórico, onde a realidade se adianta para impor suas regras. Devido às transformações que ocorreram ao longo do tempo, fez com que se implantasse um novo modelo de gestão, agora sendo democrática e participativa, inovando ideias e métodos de ensino.

Segundo Paro (1998, p. 9), para se ter uma gestão democrática é preciso ter participação dos pais, educadores, alunos e funcionários, mas essa participação acaba sendo utópica. Ainda não existe perfeição, mas é algo desejável para a solução dos problemas de uma instituição escolar.

> Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO, 1998, p.10).

A escola só poderá desenvolver um papel transformador se os objetivos estiverem voltados para os interessados, alunos e comunidades, atendendo diretamente seus interesses e possibilidade de crescimento pessoal e profissional. Sendo assim, quando a escola tem os objetivos e a participação de seus membros de forma coletiva nas tomadas de decisões, pode-se acreditar na descentralização de funções e, possivelmente, teremos uma escola de qualidade e mais democrática.

Esses fatores e indicadores da qualidade do ensino têm importância garantida. No caso das escolas brasileiras a efetivação de uma escola de qualidade é complexo e desafiador, porém precisa-se entender a definição de educação para discutir sobre a qualidade da mesma. Um indicador de sucesso é o respeito ao espaço social, socioeconômico e cultural dos envolvidos no contexto, mostrando a necessidade de projetos interdisciplinares com temas transversais. Nesse caso, há necessidade de efetivar uma gestão escolar que considere a identidade e a trajetória dos alunos, tendo em vista o desenvolvimento integral com uma aprendizagem significativa (DOURADO, 2009).

Segundo Klausen (2015), o papel do professor para promover uma aprendizagem com sentido e significado é desafiar os conhecimentos aprendidos anteriormente, para que eles se reorganizem de forma ampliada e organizada, tornando-os abertos para novos conhecimentos. Para ele, planejar uma aula significativa é buscar novas formas criativas e estimulantes de desafiar os alunos.

Portanto surge a necessidade de o professor participar ativamente das atividades escolares na sala de aulas e, também, como se dá a organização e a gestão do trabalho escolar, para que ele possa planejar com antecedência suas aulas de acordo com as características dos alunos, para que os mesmos possam participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem.

Então, “a gestão em sala de aula, como um prolongamento da gestão escolar, pressupõe um espaço onde, com a orientação do professor, possam ser produzidos, manifestados e experimentados comportamentos democráticos” (STEDILE, 2009, p. 3). Sendo assim, a sala de aula é um espaço onde os alunos agem de maneira coletiva, respeitando cada indivíduo.

> O fazer em sala de aula envolve, ainda, antecipação, ou seja, a previsão do tempo para o desenvolvimento do trabalho em todas as etapas. Todas as atividades requerem a atenção e o acompanhamento do professor, que deve organizar e sequenciar os conteúdos, prevendo o tempo para a realização das atividades (STEDILE, 2009, p. 6).

Portanto, quando o professor planeja suas aulas e atividades com antecedência ele promove maior qualidade do ensino, proporciona melhores condições de aquisição do conhecimento, devendo administrar bem o tempo e o espaço que tem disposto no ambiente escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a escola é uma instituição com uma gestão democrática e participativa, contando com a colaboração dos envolvidos no contexto escolar. A gestão se preocupa com a coletividade e passa a tomada de decisão para todos de forma horizontal de maneira inclusiva e responsável.

Nesse sentido, a gestão democrática e participativa desencadeia uma organização do trabalho docente e dos alunos, levando em conta os programas de ensino, a sequência (preparação, desenvolvimento e avaliação da aula) das atividades realizadas, as normas da escola, os calendários e as ferramentas pedagógicas.

Com isso, a gestão permite ampliar a compreensão sobre o trabalho real do professor em sala de aula e predomina uma concepção de tempo cronológico e sucessivo. A gestão de tempo em sala de aula é uma ferramenta desafiadora para o educador em sua prática relacionada com a realidade do seu cotidiano. É exigido um planejamento das aulas, organização de atividades e o seu tempo em sala de aula, para que seja produtivo e faça sentido e significado na aprendizagem dos alunos. Sendo assim, os alunos sentirão integrados no processo de ensino-aprendizagem tornando-os receptores e participantes ativos.

A gestão do tempo no trabalho docente se dá no enfrentamento, organização e reordenação da situação de sala de aula. O professor planeja o tempo em sala de aula que possibilita novas formas de ressignificação das atividades frente aos acontecimentos gerados pela indisciplina e pelas interferências externas, o que requer uma ação imediata do professor e, às vezes, uma reordenação das atividades desenvolvidas.

Então é preciso que o professor como mediador da aprendizagem deve estar em constante estudo e formação para que o seu conhecimento seja atualizado e aprimorado, tornando capaz de acompanhar os novos recursos e demandas que é exigido frente às novas tecnologias. É necessário esse novo perfil de professor, inovador e mediador para que haja transformação no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

DOURADO, L. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Revista Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ ccedes/ v29n78/v29n78a04.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

KLAUSEN. L. S. Aprendizagem significativa: um desafio. *In:* XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- EDUCARE, 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos**... Curitiba: EUCARE, 2015 Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25702_ 12706.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PARO, V. H. **A gestão da Educação Ante as Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública**. Dissertação (Trabalho apresentado no V Seminário Internacional Sobre Reestruturação Curricular). Porto Alegre, 1998. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/a _gestao_da_educacao_vitor_Paro.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

STEDILE, M. I. **O professor como gestor da sala de aula.** Artigo apresentado à secretaria de Estado da Educação, Maringá, 2009. Disponível em: <http://www.diaadia educacao.pr.gov.br/ portals/lpde/arquivos/2145-8.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lívia Maria dos Santos, Adriana Marques de Oliveira,
e-mail: liviasantos28@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A contação de histórias é uma importante ferramenta para a educação infantil, instigando nas crianças a criatividade, a imaginação, a curiosidade, desenvolvendo seus conhecimentos e oferecendo a possibilidade de vivenciar situações de alegria, tristeza, medo, raiva, coragem, entre outros, permitindo assim que ela consiga lidar com seus sentimentos e emoções.

Para Bettelheim (2009), as histórias simbolizam, de maneira criativa, aquilo em que se baseia o processo sadio de desenvolvimento humano. O conto não poderia ter seu impacto psicológico sobre a criança se não fosse primeiro e antes de tudo uma obra de arte.

A prática de contar histórias além de colaborar e trabalhar com os sentimentos e emoções, também amplia o vocabulário, desenvolve a oralidade, fomenta o gosto pela leitura, e facilita a expressão de ideias. Todos esses benefícios são essenciais, pois é durante a infância que todos os hábitos se formam.

Para Abramovich (1989), a relevância da contação de histórias para crianças consiste no fato de que escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, é também suscitar o imaginário, é ter a curiosidade respondida em relação a tantas perguntas, é encontrar outras ideais para solucionar questões.

Durante a rotina da Educação Infantil a contação de histórias é uma excelente e importante ferramenta de trabalho para o professor, um caminho fundamental para a aprendizagem da criança, favorecendo assim a formação de futuros leitores.

Gillig (1999) salienta que os pedagogos do ensino infantil reconhecem a importância da hora do conto para as crianças pequenas e o fascínio que podem exercer sobre elas através desta atividade.

Frente ao exposto, este estudo de revisão propõe responder a seguinte pergunta: Qual a relação entre a contação de histórias e o desenvolvimento infantil?

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da internet entre outras fontes. Gil (2002), afirma que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Apesar de que em quase todas as pesquisas seja necessário algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas unicamente a partir de fontes bibliográficas. O benefício da pesquisa bibliográfica consiste no fato de possibilitar ao investigador o alcance de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Ela é desenvolvida ao longo de uma série de etapas, e sua construção depende de muitos fatores, tais como a natureza do problema, o nível de conhecimento que o pesquisador dispõe sobre o assunto, e o grau de precisão que se deseja atribuir à pesquisa.

Mediante ao exposto, o objetivo deste estudo é discutir a importância da contação de histórias durante a educação infantil, compreender a importância da literatura infantil e verificar quais as contribuições da contação de histórias no processo de aquisição da linguagem oral e escrita.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa será de cunho bibliográfico, mediante consulta de artigos científicos e livros pertinentes ao tema discorrido, selecionados através de leituras que vem ao encontro do conteúdo abordado. Para que essa pesquisa pudesse ser feita, foram consultadas as seguintes fontes: SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), google acadêmico, monografias, teses e livros de autores como: Abramovich, Cademartori, Bettelheim, entre outros que discorrem sobre a importância da contação de histórias e sua relevância para a aprendizagem durante a etapa da educação infantil). Foram utilizadas as seguintes palavras – chave para o desenvolvimento da mesma: contação de histórias, educação infantil, literatura infantil, aquisição de linguagem oral e escrita, desenvolvimento infantil e oralidade. A seleção dos materiais, o modo de inclusão das informações na pesquisa, foi elaborado através de leitura e análise dos resumos dos materiais achados, demonstrando assim, sua relevância com o tema. Sendo assim, o conteúdo averiguado encontra-se explanado nos capítulos do desenvolvimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante aos materiais consultados a importância de contar histórias para as crianças é bastante citado. Abramovich (1997) afirma que ouvir histórias é um precedente para a formação do leitor, além de incitar seu imaginário para responder tantas questões existentes no mundo infantil, consegue capacitar, socializar e encantar as crianças. É uma ferramenta que motiva o interesse pela leitura, expande o vocabulário e o mundo de ideias, desenvolvendo a linguagem e o pensamento, trabalha a atenção, a memória e a reflexão, desperta a sensibilidade, a descoberta da identidade, adapta as crianças ao meio ambiente, assim como desenvolve funções cognitivas para o pensamento como comparação, raciocínio lógico, pensamento hipotético e convergente e divergente.

As histórias infantis se apresentam sob várias modalidades como: contos de fadas, contos populares, lendas, fábulas, apólogos, ou o que, simplesmente, se denomina conto de fadas. E o mais importante é que nelas estejam inseridas predominantemente a expressividade verbal e imagística, que sua linguagem seja apropriada a capacidade cognitiva do leitor em formação e as suas competências vocabular e textual.

Para Cadermatori (2010), se a literatura exerce papel no desenvolvimento linguístico e intelectual do homem, razão de sua inserção nos interesses que a escola propala como seus, cabe a tentativa de explicitar qual poderia ser a relação da literatura com a criança a partir do início da escolaridade.

A importância da literatura nos anos iniciais é destacada pela autora enfatizando que o livro e a leitura, quando mostrados à criança nos seus primeiros anos de vida, podem apresentar a ela uma irresistível razão para o empenho realizado no processo de alfabetização. O papel da literatura nos anos iniciais é primordial para que se estabeleça uma relação ativa entre falante e língua, o que não acontece sem envolvimento de afeto e emoções.

Para Seidel, (2007), além de ler histórias, é importante que esses contos também sejam narrados aos alunos, para que assim o vocabulário da criança seja desenvolvido, possibilitando também a aprendizagem da escrita mediante o contato com a linguagem oral.

Essa autora salienta que a linguagem é um instrumento mediador entre as relações sociais das crianças com o ambiente em que frequenta, transformando-as em um ser social, histórico e cultural. Quando este educando ao ouvir histórias é tomado pelo desejo de ler histórias, se torna um leitor. O contar histórias ou lê-las é o impulso

inicial que mais tarde atrairá o aluno para a leitura. A fim de que a criança possa aprender a ler ou escrever é preciso praticar, e para isso é fundamental que o professor ajude o seu aluno a encontrar prazer nesses momentos de leitura e escrita.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil é uma das etapas mais importantes da vida de uma criança, sendo a escola um lugar de desenvolvimento e construção de conhecimentos. Durante esse processo de desenvolvimento, a contação de histórias tem um papel primordial nessa construção, pois ela contribui para uma aprendizagem significativa, sendo uma ferramenta valorosa e fundamental para o professor empregar em sala de aula, favorecendo de diversas maneiras na educação das crianças, instigando nelas a imaginação, a criatividade, o interesse e o gosto pela leitura.

A contação de histórias proporciona também o contato das crianças com a linguagem oral e escrita, levando-as a aprender e conhecer novas palavras, desenvolvendo a imaginação, a oralidade, a criatividade, o pensamento crítico, e um vocabulário rico e diversificado.

É através da contação de histórias que o professor pode instigar as crianças, despertando um maior interesse e participação no decorrer das aulas, impulsionando o processo de ensino aprendizagem, sanando suas dificuldades e proporcionando várias oportunidades de fazer a sua construção desse conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil: Gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1989. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 1997. Acesso em: 12 set. 2019.

BETTELHEIM, B**. A psicanálise dos contos de fadas. São Paulo**: Paz e Terra S/A, 2009. Acesso em: 12 set. 2019.

CADERMATORI, L. **O que é literatura infantil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
GILLIG, J. M. **O conto na psicopedagogia**. Porto Alegre: Artmed, 1999. Acesso em: 12 set. 2019.

SEIDEL, E. S. **O professor, a história e a criança: as aventuras e desventuras entre o Era uma vez e o Foram felizes para sempre**. 2007. 231f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89670/245025.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 set. 2019.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Emilly Marsola Sbardellini, Luana Berto Marcos, Luana Frigerio Bonatti, Evandro Ap. Pecori, e-mail: luanafrigeriobonattiitaju@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No antigo panorama da sociedade brasileira, com a aplicação das crenças religiosas e costumes que progrediram durante a formação dos indivíduos e desenvoltura do cristianismo, a partir do século 323 d.C., a educação sexual passou a ser um tema que, ainda hoje, gera inúmeras discussões em razão dos preconceitos norteados pelas mesmas tradições, essas voltadas para visão de que aquela é assunto de família ou apenas propensa para as relações sexuais. Para a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Audrey Azoulay, “A orientação promove uma aprendizagem estruturada sobre sexualidade e relacionamentos de uma maneira positiva e centrada nos interesses dos jovens (...)" Azoulay também afirma que é papel da escola formar cidadãos que reconheçam onde os direitos começam e acabam respeitando diferenças de gênero, sexualidade, renda, cor e posição social.

No contexto atual, ainda que a sexualidade seja tratada mais abertamente, se comparada a séculos anteriores, a falta de liberdade de se expressar com relação a isso faz com que os jovens contemporâneos busquem informações com pessoas e fontes sem a devida orientação. Por essa razão, a UNESCO e a Organização Mundial da Saúde (OMS) apoiam regularmente a inserção desse componente curricular nas escolas do mundo, querendo gerar um debate mais amplo com intenção de impedir a intolerância, visto que, segundo a pesquisa, coordenada pela professora e psiquiatra da Faculdade de Medicina da USP, Camila Abdo, a grande maioria dos jovens iniciam suas relações entre 13 e 17 anos, o que demonstra a importância da orientação através da escola para impedir que esses jovens sofram com gravidez inesperada e IST’s.

Pautados nessa problemática, cujo panorama abre debates para a eficiência ou ineficiência do sistema educacional com relação à orientação da educação sexual, neste artigo discutimos, por meio de estudos quantitativos, a importância da implantação de debates mais amplos e diversos em escolas de ensino público, visando orientar pessoas

marginalizadas e que são dependentes desse sistema para esclarecimentos, combatendo os riscos de informações por fontes ilegítimas.

Para que haja uma diminuição significativa nos índices de agravantes da falta de educação sexual como receio de conhecimento do próprio corpo, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), gestação indesejada, exclusão de gênero, ausência de habilidades de comunicação, recusa e negociação do corpo é necessário implantá-la dentro das escolas, sendo incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), programa que norteia o ensino nas escolas brasileiras, regulamentada pelo Ministério da Educação (MEC) juntamente com o Plano Nacional da Educação (PNE), sendo os dois responsáveis pela grade curricular das instituições públicas e privadas.

As aulas propostas devem ser ministradas por especialistas no assunto e no comportamento humano, como psicólogos e sexólogos, contando com o apoio governamental, colaborando com a teoria a ser passada contida em apostilas e folhetos bem estruturadas, sendo incluídas desde o período da pré-escola até o ensino médio. Portanto, concluímos que é vantajoso implantar a grade curricular na qual devem ser incluídos debates em torno dos relacionamentos, atitudes, habilidades, cultura, Direitos Humanos, desenvolvimento, comportamento sexual, vida sexual e reprodutiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: https://www.mec.gov.br/. Acesso em 12/10/2019 às 9h41min.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em 12/10/2019 às 9h38min.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação (PNE).** Disponível em: http://pne.mec.gov.br/. Acesso em 12/10/2019 às 9h44min.

ABDO, Camila. **Pesquisa Mosaico 2.0.** Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/adolescentes-iniciam-vida-sexual-cada-vez-mais-cedo/. Acesso em 30/09/2019 às 15h20min.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Disponível em: https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/. Acesso em 12/10/2019 às 9h48min.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem.** Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762. Acesso em 11/10/2019 às 15h20min

UNESCO. **ONU incentiva abordagens de educação em sexualidade.** Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/un_urges_comprehensive_approach_to_sexuality_education/. Acesso em 03/10/2019 às 18h40min.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/.** Acesso em 12/10/2019 às 9h27.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem.** Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762. Acesso em 11/10/2019 às 15h20min

A IMPORTÂNCIA DA EMPATIA NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NOS ANOS INICIAIS

Ana Carolina Colognese, Ana Vera Niquerito Bozza, e-mail: carolina.colognese@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a importância da empatia na relação professor-aluno para que ocorra uma aprendizagem significativa. Busca-se apresentar esse vínculo como um aspecto essencial para um desenvolvimento assertivo nas áreas: afetiva, cognitiva e comportamental.

Apesar de ser um tema relativamente novo, existem muitos estudos sobre a empatia em diversas áreas do conhecimento, como na psicologia, na filosofia e, a mais recente, na neurociência.

De acordo com Goleman (2012) entende-se a empatia:

> Capacidade essencial na consciência social é a empatia – sentir o que os outros estão pensando e sentindo, sem que eles nos digam em palavras. Estamos continuamente enviando sinais aos outros sobre nossos sentimentos por meio do tom de voz, da expressão facial, dos gestos e numerosos canais não verbais. As pessoas variam grandemente em sua habilidade para ler sinais (GOLEMAN, 2012, p.87).

Neste sentido, compreende-se que a empatia é uma habilidade desenvolvida ao longo da vida, tornando-se indispensável para um convívio saudável, através de suas particularidades, como, respeito ao próximo, carinho, entendimento com sentimentos e pensamentos de outrem, compreensão sobre as diferenças e estar pronto para ajudar.

No contexto escolar, a presença de um professor empático é imprescindível para a aprendizagem do aluno. Esse vínculo afetuoso tem a capacidade de conduzir a uma relação saudável, baseada no diálogo, no entendimento e no respeito entre eles, o que resulta em um desempenho positivo no processo de ensino-aprendizagem. Afinal, os alunos aprendem melhor os conteúdos quando encontram um professor compreensivo, que consegue ensinar de uma forma simples onde todos possam entender (ZANARDO, 2017).

Há uma necessidade de um olhar humanizado do professor para os seus alunos, na intenção de compreender cada um deles, cada um em seu contexto, e de saber ouvir,

pois, cada aluno traz para a escola uma história de vida, medos, dúvidas, e sentimentos que não conseguem expressar. Assim, o professor não deve apenas mediar os conteúdos das matérias e transmitir conhecimento, mas também é necessário observar com atenção o que acontece com seu aluno e entorno dele, para que exista confiança e que ele seja um indivíduo motivado e participativo em seu meio escolar e também em toda parte de sua vida, criando vínculos com seus professores e colegas.

De acordo com Zanardo (2017), essa relação empática torna-se, para os professores, um processo metodológico que contribui para a aprendizagem, pois essa interação afetiva faz com que melhore o desempenho do aluno e sua aprendizagem seja significativa.

Enfim, entende-se que a educação parte da compreensão e do afeto, função própria da empatia, e é a partir deles que as aulas passam a ter motivação, encantamento e significado.

2 METODOLOGIA

O trabalho consiste em revisão bibliográfica considerada metódica e transparente, podendo ser narrativa ou sistemática. Através da revisão sistemática pode-se reduzir a possibilidade de erros e alcançar melhores resultados permitindo ao pesquisador uma avaliação rigorosa e confiável sobre estudos previamente realizados por outros autores. Por se tratar de uma compilação de resultados, permite a realização de mapeamento dos trabalhos já existentes visando compreender, explorar, avaliar e analisar evidências entre um estudo e o outro (CONFORTO; AMARAL; SILVA; 2011).

Pretende-se, portanto, combinar as principais – e atuais – literaturas imbricadas ao tema de pesquisa que unem estudos sobre tecnologia, adolescência e psicologia.

Para tanto, foram utilizados livros acadêmicos, artigos e revistas científicas relacionadas ao tema do projeto através de plataformas de buscas como BVS/LILACS, SciELO e Google Acadêmico.

Do total de artigos, livros e revistas encontradas, quatro foram selecionados para a produção do trabalho em questão. O critério de exclusão dos demais materiais se baseou respectivamente em: ano de publicação no período de 2010 a 2019; Língua Portuguesa; combinação entre as palavras-chaves principais quando o volume de trabalhos encontrados foi superior a 50 unidades. Essa associação foi usada em artigos que envolviam as palavras-chaves “empatia, afetividade, aprendizagem, professor-aluno”; artigos e revistas repetidas em mais de uma plataforma de busca; leitura dos

resumos e verificação da contribuição para a elaboração do projeto com base nos objetivos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos estudos feitos sobre a empatia e sua importância na relação do professor-aluno, foram analisados princípios relevantes, na qual, a criança começa adquirir essa habilidade desde o nascimento, e seu desenvolvimento acontece no decorrer de convivências com outras pessoas. Segundo Zanardo (2017), a empatia é considerada relevante aos professores no processo de ensino-aprendizagem e no seu convívio com os alunos, sendo capaz de ter uma relação mais humana, fundamentada no diálogo. Neste sentido, convém ao professor adaptar-se ao mundo do aluno, assim, estará auxiliando de forma empática o desenvolvimento do discente.

Alguns estudos na área da Pedagogia, apresentam que nos últimos cinco séculos, os professores vêm se empenhando em se colocar no lugar do outro, no simples ato de planejar suas aulas ou até mesmo criar um novo método de ensinar, para que seu aluno tenha um aprendizado expressivo e eficaz (ZANARDO, 2017.).

Neste sentido, fica explícita a importância da empatia no contexto escolar, ou seja, na relação do professor com seu aluno. De acordo com Goleman (1995), quando há essa sintonia entre professor e aluno uma forte relação é definida, e consequentemente, eles se mantêm mais motivados e afetuosos entre si e preparados para uma interação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas e reflexões realizadas, foi possível identificar e descrever a importância da empatia na relação do professor com o seu aluno. Os estudos apontam que para um aprendizado significativo e para ter uma boa convivência no contexto escolar, os professores não devem desprezar os sentimentos dos alunos, mas sim, manter uma relação saudável, pautada no diálogo, no entendimento, na expectativa de auxiliar na resolução dos problemas e favorecer sua aprendizagem, para que ela seja efetiva.

Entretanto, mesmo com todos esses fundamentos ainda existem professores que insistem em passar apenas os conteúdos programáticos, sem se preocupar com a história de vida dos seus alunos e com seus sentimentos. A empatia nos relaciona com o meio externo, ou seja, quando entramos em contato com o mundo do outro e somos

capazes de compreender seus pensamentos e sentimentos, conseguimos então, uma interação harmoniosa que proporciona um ambiente de aprendizado descomplicado.

Enfim, pode-se concluir que a figura de um professor empático em sala de aula, transmite ao aluno confiança, e a partir desse momento, é estabelecida uma relação genuína entre ambos. O professor empático sabe ouvir, consegue reconhecer, pelo jeito, gestos e vozes, se seus alunos estão com alguma dificuldade, seja em casa ou na escola. Há, portanto, necessidade de professores que sejam humanos, que enxerguem seus alunos como são, cada um com sua singularidade, que os ajudem, que os motivam para uma aprendizagem significativa e eficaz.

REFERÊNCIAS

CONFORTO, E.; AMARAL, D.; SILVA, S. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. *In*: 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO – CBGDP, 2011, Porto Alegre. **Anais e Resumos**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205710/mod_resource/content/1/Roteiro.%20para%20revisão%20bibliográfica%20sistemática.pdf>. Acesso em: 20.ago.2019.

GOLEMAN, D. **O cérebro e a inteligência emocional:** novas perspectivas, Tradução de Carlos Leite da Silva, Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GOLEMAN, D**. Inteligência emocional:** a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente, Tradução Ana Amélia Schuquer, Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

ZANARDO, K**. Empatia e alteridade no processo de ensinar e aprender:** um diálogo com alunos do ensino fundamental II de uma escola pública. Dissertação de pós-graduação, Americana: UNISAL, 2017. Disponível em: <https://unisal.br/wp-content/uploads/2018/03/Dissertação_Kátia-Regina-Zanardo.pdf>. Acesso em: 10.set. 2019.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Valdirene Josiane da Silva de Proença, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail: valdirenepedagoga95@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente falar sobre o tema escolhido é algo bastante prazeroso, principalmente pelas ideias de melhorias para a educação que vão surgindo, pois é perceptível que são dois fatores importantes para um bom desenvolvimento, primeiro a saúde, depois a educação, sendo que essa é iniciada ainda no meio familiar, onde a criança se sente protegida e amparada pelos seus pais ou responsáveis.

Pensando nesse processo educativo, tem-se a escola que funciona como uma complementação desse grande desenvolvimento, pois ela irá contribuir para esse crescimento, principalmente, se na base familiar houver um fracasso, ampliando assim, seu papel e função. Dessa forma, propõe-se que haja uma harmonia entre escola e família, pois ambas possuem a função de realizar um trabalho educativo cujo foco principal é formar indivíduos capacitados e autônomos, ou seja, uma geração bem-sucedida na sociedade a qual pertence.

No ambiente escolar, uma vez atendida às demandas psicológicas, sociais, culturais e cognitivas, esse desenvolvimento irá acontecer de forma mais estruturada e pedagógica que no ambiente doméstico e familiar.

Diante desse contexto, questiona-se por que os pais creem que é responsabilidade da escola o processo de ensino e educação ao aluno?

A harmonia entre a escola e a família é baseada em divisões de funções, de forma que as principais recaiam sobre a família e as outras devam ser obrigações da escola. Afinal, a família também tem importância para a capacitação do indivíduo, pois as pessoas aprendem continuamente e nos mais diversos campos de conhecimento. Dessa forma, o papel da família se torna fundamental e essencial, pois é um fator determinante para que as crianças aprendam valores e normas que os capacitarão para tomarem decisões adequadas nas diversas fases da vida.

O objetivo deste trabalho é apresentar quais são os benefícios que são apresentados às crianças quando as escolas criam um plano de ensino adequado envolvendo e desenvolvimento do aluno.

2 METODOLOGIA

A configuração da pesquisa foi qualitativa de forma que os resultados que foram apreciados e apresentados consistem em meios analíticos e descritivos. Fortin (1999) preceitua que a pesquisa científica consiste em um meio particular para a aquisição de conhecimentos de forma ordenada e sistemática para o encontro de respostas com sua apresentação por meio da contextualização dissertada. E isso ocorre através de uma investigação para descrever e explicar os fatos e acontecimentos.

A fase metodológica realça uma série de meios e atividades em resposta às questões de investigação para as hipóteses para a formulação na fase conceitual, assim a pesquisa foi separada por partes para a sua descrição mais precisa e classificando os objetivos em caráter exploratório e descritivo. O foco é obter insights e familiaridade com a área e o assunto para aprofundamento.

Partindo desses pressupostos, o trabalho bibliográfico foi baseado em uma pesquisa por meio das fontes bibliográficas que foram realizadas por pesquisas em livros e artigos publicados pela internet para que o leitor compreenda a importância da família no processo de ensino aprendizagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As escolas e as famílias trabalham em um consenso quanto à necessidade de aproximação dos vínculos entre elas. Para isso, se utilizam de algumas estratégias, como por exemplo, fazer reuniões para reforçar o elo entre ambas as partes, pois isso irá construir uma aliança e as crianças irão se sentir protegidas, tanto no âmbito familiar quanto no escolar.

Essa convivência gera um relacionamento estreito e profícuo, que é fundamental, muitas escolas já trabalham a ideia de que são muitos existem projetos que envolvem uma participação colaborativa da família.

Quando os pais participam efetivamente do processo educacional das escolas, comparecem em reuniões ou se envolvem nos eventos e projetos pedagógicos da instituição, acabam por participar de forma dinâmica do cotidiano dos filhos, favorecendo que os alunos se dediquem cada vez mais, se esforçando para atingir metas escolares.

Importante também destacar que a participação ativa dos pais no espaço escolar faz com que os filhos se sintam amados, amparados, dentre outros fatores positivos para com esses alunos, pelos pais procurarem e demonstrarem interesse quanto aos ensinamentos e rendimento desses alunos.

O ambiente escolar e familiar em que o aluno está envolvido pode acarretar um desempenho escolar deficitário, até mesmo pela falta de incentivo familiar ou das péssimas qualidades de ensino, sendo que esses fatores são essenciais para uma boa evolução do aluno. Portanto, é necessário que as relações entre família e escola sema aprimoradas, pois uma educação escolar e uma convivência familiar sadia fazem muita diferença quando se trata de desempenho escolar.

É na família que a criança deveria aprender a cultivar valores essenciais e importantes, os quais levarão para o resto de suas vidas, repassando esses ensinamentos aos seus descendentes, como o afeto, o respeito, a autoestima, a responsabilidade e a solidariedade, qualidades de grande importância para com o processo de desenvolvimento e favorecendo uma boa criação e educação com os filhos.

Já a escola é o local que é frequentado diariamente pela criança e que deveria ser bastante amplo para que a família dos alunos pudesse participar e construir uma relação dialogável, crítica e libertadora. Essa relação poderia fazer com que os pais fossem estimulados a se envolverem com o contexto escolar de seus filhos, atendendo aos projetos desenvolvidos pelas escolas, fazendo com que essas não sejam unicamente responsáveis pela educação e formação das crianças. (SOUZA, 2009).

Essa parceria, que é fundamental tanto para a família como para a escola, colaborará para com o crescimento das crianças em todos os âmbitos, seja intelectual, cultural, social, cognitivo, crítico, científico ou espiritualmente, pois ambas acabam exercendo um papel de qualidade quando se permitem delegar responsabilidades, cumprindo adequadamente as funções e deveres que lhes recaem.

De acordo com Dessen e Polonia (2005) a escola deve reconhecer e valorizar a importância da participação da família no contexto escolar e no desenvolvimento do aluno, de modo a auxiliá-la no cumprimento de suas funções em relação à educação, evolução e progresso dos filhos; sendo assim, propiciará, consequentemente, a transformação da sociedade. Dessa forma, o trabalho realizado em conjunto pelas duas instituições, família e escola, faz com que haja uma melhoria tanto no desenvolvimento escolar do aluno, quanto em suas relações em outros contextos sociais, tais como o âmbito familiar.

A educação, sendo uma responsabilidade tanto institucional quanto da família, implica que os pais mantenham um acompanhamento periódico das atividades escolares dos filhos, para um melhor desempenho acadêmico destes, bem como, para que os laços afetivos sejam fortalecidos.

É bastante perceptível o desinteresse, o péssimo comportamento ou até mesmo as baixas notas escolares e tudo o que diz respeito a uma qualidade educacional, quando os pais não se interessam pelo acompanhamento escolar dos filhos, pois se os próprios pais não detêm o interesse por essa fase tão importante, as crianças não terão em quem se espelhar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O procedimento desta pesquisa proporcionou uma observação das possibilidades dos benefícios que são gerados quando existe um elo entre a escola e a família em despertar o interesse dos alunos em saber e aprender novas coisas.

A família e a escola são como pontes para auxiliarem e ajudarem as crianças/alunos a descobrirem e perceberem as coisas que os cercam, por intermédio da educação, pois a família tem um valor primordial, além de ser como um alicerce e já a escola tem o papel de complementar esse crescimento e ensinamento.

A falta de participação da família quanto aos estudos e no acompanhamento escolar das crianças contribuirá para um péssimo rendimento acadêmico, pois elas perceberão que seus responsáveis não creditam aos estudos muito valor ou importância.

REFERÊNCIAS

COLLIN, Jill. **Pesquisa em Administração**: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação/Jill Collis e Roger Hussey; trad. Lucia Simonini. 2 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2005.

DESSEN. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia** (Ribeirão Preto) [online). Disponível em: <www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acesso em 4 out.2009

FORTIN M. F. **O processo de investigação**: da concepção à realização., Editora Lusociência, Loures, 1999.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família/escola:** a importância dessa relação no desempenho escolar. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

A IMPORTÂNCIA DA FIGURA FEMININA NA OBRA *O CONTINENTE*, DE ÉRICO VERÍSSIMO

Larissa Manteca de Faria, Ana Clara Galluppe Maghiani, Caroline Aparecida Catto, Marcelo Mott Peccioli, e-mail: larissamanteca@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar a figura feminina na obra *O Continente*, da trilogia *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo. Publicado em 1949, o livro retrata a formação do Estado do Rio Grande do Sul, no século XVIII, através de importantes famílias citadas no decorrer da trama. Considerando o contexto social da época, as personagens femininas viviam sob um rígido patriarcado que, entretanto, foi abalado por personagens como Ana Terra e Bibiana.

O objetivo desta monografia é explicitar a importância da mulher na literatura do século XIX que costuma ter como heróis personagens masculinos. Aqui as figuras femininas mostram-se ativas e não são postas num segundo plano pelo autor. As mulheres descritas por Érico Veríssimo eram, naturalmente, sofridas e de histórias repletas de barbáries. Ana Terra, por exemplo, experiencia péssimas situações, como quando teve o rancho de sua família invadido por castelhanos, momento em que sente a vida desmoronar, mas encontra forças para continuar na árdua batalha.

É de conhecimento geral que a mulher não tinha voz e espaço naquela sociedade. No entanto, o livro propõe uma visão um tanto diferente sobre essa questão. Considerando isso, como Érico Veríssimo valorizou a figura feminina em sua obra?

> "Em *O Tempo e o Vento*, o heroísmo não é uma exclusividade masculina, ao contrário, o heroísmo feminino é tão ou mais representativo. A mulher é o tempo que fixa raízes, e o homem é o vento, conquistador e passageiro." (BORGES, 2009).

O machismo sempre esteve presente em nossa sociedade. Este fator culminou no processo de inferiorização da mulher, juntamente à misoginia, o que favorece, continuamente, situações de violência e discriminação, comprometendo a liberdade de expressão e integridade físico social.

As personagens na obra em questão, apesar de serem fortes, ainda estão inseridas em uma sociedade patriarcal, na qual são os homens que comandam. Bibiana exemplifica tal afirmação, pois, apesar das traições de Rodrigo, mantém-se ao seu lado, situação que

expõe tal submissão. Por outro lado, a determinação de Ana Terra é imensa e, mesmo com as dificuldades em sua vida, segue em frente.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado através de uma pesquisa bibliográfica descritiva, na qual o principal objetivo foi o de analisar a importância da figura feminina na obra *O Continente*, de Erico Veríssimo. Para tanto, além da obra em questão, fez- se a leitura de artigos e teses.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ana Terra é a matriarca da família Terra. Filha de imigrantes portugueses que chegaram ao Rio Grande do Sul no século XVIII, mostra-se como uma personagem resistente, que tem garra e obstinação frente às necessidades que acometem sua vida, acabando por representar um símbolo da mulher gaúcha. Logo de início, ela e sua família passam por diversas dificuldades, no lar onde mora, em consequência das disputas de fronteiras bem como da falta da intervenção das autoridades locais numa região desprovida de leis.

Érico Veríssimo, em seu trabalho, utilizou-se de muita simbologia para descrever Ana Terra, apresentando-nos como uma mulher intensa e corajosa. Sendo marcada pela solidão do lugar onde vive, longe de tudo, é participante ativa de toda narrativa, sendo o ponto culminante a paixão que desenvolve pelo índio Pedro Missioneiro. Com efeito, ela engravida do índio e vê-se forçada a contar a verdade à família.

A garra de Ana Terra é muito evidenciada no episódio em que é estuprada pelos castelhanos; também, como e o quanto resiste a toda violência sofrida, fruto de sua resiliência às adversidades. Além do mais, como parteira Ana Terra representa uma metáfora de vida, estabelece associações entre o vento e acontecimentos significativos de sua vida.

Um aspecto importante n*'O Continente* é a resistência feminina, mulheres que há séculos foram modeladas por uma sociedade sempre tendenciosa ao preconceito, à marginalização e à desvalorização das mulheres. Afinal, figuras como a de Ana Terra valorizam a liberdade da mulher e suas vitórias. Inspiram a coragem à medida que evidenciam as conquistas da mulher brasileira num passado tão remoto.

Mesmo a família Terra sendo patriarcal, Ana Terra mostra-se ativamente movida pelo desejo de mudança, responsabilizando-se pela continuidade da família, sendo considerada a personagem central, fulcral para o desenrolar do enredo.

Em semelhante situação, apareceu a personagem Bibiana (neta de Ana Terra) quem se apaixona por Rodrigo Cambará e que, apesar das traições do marido, mostra-se forte tal qual sua avó havia sido por toda vida. Com efeito, pode-se encontrar em um dos capítulos uma frase em que o autor demonstra a igualdade entre ambas as personagens: “Bibiana e a avó eram dessas que só gostam dum homem em toda a vida”.

Érico criou essas personagens como verdadeiras guerreiras, sempre prontas para as adversidades da vida e que levam consigo, com muito orgulho, seu sobrenome Terra, o qual significa *raiz*. Afinal, são mulheres com força, que desafiam o machismo em que estão inseridas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da leitura do romance, foi possível identificar a importância das personagens Ana Terra e Bibiana no livro conjunto da trilogia *O Tempo e o Vento*. Apesar das questões sociais e do machismo marcantes na obra, evidencia-se, como narrativa moderna que é, a valorização da figura feminina, caracterizando-a como “empoderada”, em contraponto ao patriarcalismo da época, sendo imortalizada através da obra de Érico Veríssimo.

REFERÊNCIAS

BORGES, G.R. **Análise da figuração feminina em *O Tempo e o Vento,* de Érico Veríssimo**. **Eletras**, vol. 18, n 18, jul. 2009. Disponível em: <http://universidadetuiuti.utp.br/eletras/ea/eletras18/texto/artigo_18.6_Gisele_Borges_Analise_figuracao_Feminina_em_O_tempo_e_o_vento.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2019.

LIMA, W.S. **A representação literária da mulher, o caso de *O Continente*, de Érico Veríssimo**. UNICRUZ, out. 2011. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais2011/humanas/A%20REPRESENTA%C3%83%E2%80%A1%C3%83%C6%92O%20LITER%C3%83%C2%81RIA%20DA%20MULHER%2C%20O%20CASO%20DE%20O%20CONTINENTE%20DE%20%C3%83%E2%80%B0RICO%20VERISSIMO.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2019.

VERÍSSIMO, E. **O Continente.** Companhia das Letras.Volume 1. 2004.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR

Giovana Bertoloto, Lúcia Helena Ormelese de Barros, e-mail: gyovanna12@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir a prática da escrita e da leitura no ensino superior, uma vez que as mesmas têm obtido pouca relevância na grade curricular dos cursos de licenciatura. Os índices mostram-se assustadores quando se pensa na pouca importância dada à leitura nesse país. Ao contrário do que muitas vezes se pensa, ela não é apenas preocupação do ensino fundamental, mas faz-se imprescindível até o ensino superior.

A escrita é fundamental, pois além de formar um cidadão eficiente para os ambientes acadêmicos e profissionais, ela tem a funcionalidade de definir personalidades pelo modo de falar ou escrever. A leitura por sua vez, dinamiza o raciocínio e a interpretação, aprimorando o vocabulário e favorecendo os conteúdos significativos. Sendo importante citar que atualmente, os indivíduos possuem inúmeras fontes de informações e conhecimentos, seja por mídias sociais ou através de livros e jornais para que este possa se aprimorar, e o professor passa ser o mediador do processo.

Há necessidade de incentivar a leitura e escrita, principalmente no meio acadêmico, mostrando que há alternativas diversas para que a prática que se utiliza da pesquisa torna o ensino mais eficiente, significativo e duradouro. Isso mostra que quando a disciplina de Língua Portuguesa se faz presente, melhora o desempenho e compreensão do trabalho pedagógico nos aspectos de leitura e escrita

Pereira e Stockamanns (2017) aborda que “compreender a escrita e a reescrita de um texto é conhecer o sujeito que a produz, suas ideias, suas crenças, seu contexto histórico-cultural e de que forma manifesta seu pensamento”. Para que ocorra essa reflexão sobre o texto é preciso desenvolver competências e habilidades durante a vida escolar, pois os conhecimentos são adquiridos sistematicamente. Nesse sentido, o ensino superior favorece a aquisição de conhecimentos reflexivos, sendo um lugar de transmissão e formação de um cidadão ativo e proativo na sociedade, possuidores da

ética e da moral, sendo críticos e funcionais nas ações e nas resoluções de problemas do dia a dia.

Portanto, os alunos ao chegar no ensino superior necessitam saber ler, escrever, entender, compreender, analisar, identificar e pesquisar para poder construir textos e refletir sobre eles e assim, se posicionar na sociedade.

2 METODOLOGIA

A metodologia foi elaborada através de uma revisão bibliográfica de valor qualitativo em livros e artigos científicos, buscando novas abordagens que venham favorecer o ensino de qualidade, diferenciado e na perspectiva de encontrar novos conhecimentos e opiniões que se diferem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio de observações os estudantes universitários têm grande dificuldade em redigir um bom texto, falar e fazer leituras publicamente. O que é preocupante é se estes sabem interpretar o texto de forma absoluta, fazendo uma boa reflexão?

Segundo SILVA (1991) é preciso que “o leitor se conscientize de que o exercício de sua consciência sobre o material escrito não visa o simples reter ou memorizar, mas o compreender e o criticar”. Nesse contexto, a falta de hábito de leitura e escrita traz consequências não só para as gerações presentes, como também para as futuras, uma vez que esse problema será repassado de geração em geração.

Ler se tornou um grande desafio para as escolas, sendo preciso estimular através de atividades que agreguem várias situações, já que os alunos fazem uma leitura por obrigação e, por isso, não é realizada com êxito. Para tal, há alguns projetos no ensino superior que disponibilizam algumas monitorias para alunos que se interessam em ampliar esses conhecimentos através do gosto pela leitura. Na busca de um melhor resultado nas avaliações externas (ENADE) das próprias universidades, e para as oportunidades no mercado de trabalho.

Segundo Kleiman (1989), uma boa leitura seria aquela em que o leitor conseguisse perceber que além da significação explícita, existe a significação implícita que está ligada a intencionalidade do emissor. Assim, defende a ideia de que o texto apresenta uma multiplicidade de interpretações ou de leituras, não sendo possível atribuir apenas uma interpretação como única e verdadeira. Porém, nem toda compreensão é válida; pois a compreensão de um texto consiste na apreensão das

significações possíveis que são representadas através de marcas linguísticas que funcionam como pistas para que o leitor faça a decodificação adequada.

Koch (1996) ressalta a importância do ensino da leitura para que o aluno se torne sujeito do ato de ler e seja capaz de ler o mundo, demonstrando crítica diante da realidade em que está inserido. Para que o aluno se torne apto para isso, o professor exerce papel fundamental. Durante as atividades na sala de aula, o professor deve mostrar ao aluno que um texto apresenta diversos níveis de significação.

Então, a língua é o maior bem cultural, pois através dela demonstra-se o pensar, o sentir, quem sou e quem são os outros, sendo que seu valor é inestimável, é por meio dela é que somos indivíduos únicos com vasto conhecimento. Desde a infância ela é apresentada de diversas maneiras, processada com vários objetivos, é o recurso importante para a formação individual, cultural e social de cada cidadão.

No entanto, não pode deixar de citar que um dos maiores agravantes da leitura e escrita é o fato de que o contexto social interfere, o qual tem deixado graves consequências nas práticas, de modo que a ineficiência dos governos para com a educação, principalmente pública, tem sido marcado por um grande déficit na aprendizagem de alunos. Desse modo, quando ingressam nas universidades, encontram dificuldades até mesmo nas áreas específicas, por não saberem se expressar de forma concreta pelo pouco conhecimento adquirido. Portanto, as universidades devem ter o papel fundamental para ampliar e aplicar novos conteúdos, pois esses alunos possuem dificuldades trazidas ao longo da educação básica.

Pereira e Stockamanns (2017) apresenta a correlação entre a escrita e a situação social que a envolve, afirmando que no momento em que se escreve não há como separar da situação social, das condições que o escritor possui ao fazê-la seus motivos para a produção. Nesse sentido, é necessário que as licenciaturas ampliem suas grades com um número maior de aulas de Língua Portuguesa, leitura e escrita, desde o início do curso até seu ano de conclusão, utilizando-as e interligando-as com as demais disciplinas. Isso fará com que o contato com a leitura e escrita a longo prazo ocorra a melhoria no processo educacional, pois os profissionais formados passarão esses conteúdos adiante de forma eficiente.

Visto que, a importância dessas duas práticas tem se tornado cada vez mais esquecida pela sociedade atual, por decorrência disso é fato que os cursos de licenciatura tem se tornado cada vez mais raros, não apenas por conta da atual situação educacional do país, mas também pela pouca magnitude que tem se dado a ela, portanto

para que os profissionais da área sejam reconhecidos é necessário que o os alunos tenham discernimento sobre o mérito dessa profissão, e só assim entenderão o quão necessária ela se faz na vida de um cidadão que busca o crescimento dilatado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a palavra escrita o instrumento mais eficiente para a expressão e fixação da cultura e dos conhecimentos científicos na sociedade, a leitura constitui a mais importante atividade de aquisição de saberes. Com a escrita e a leitura, o processo de comunicação ocorre e torna-se a essência do mundo moderno.

Logo, a realização da leitura e da escrita é de extrema importância para nossas vidas, e deve ter um enfoque nas universidades, essas que podem contribuir de modo completo para a movimentação dessas práticas, uma vez que lidam com um público que busca o conhecimento, mas que não possuem o prazer em fazê-lo, pelo pouco incentivo dado a maioria, para isso o estudo comprova que há a necessidade de ter uma boa escrita e uma boa leitura, pois além do conhecimento adquirido, também amplia o nosso leque de oportunidades tanto acadêmico quanto profissional.

A prática da leitura e da escrita estão inteiramente interligadas, pois o hábito de ler automaticamente aperfeiçoa a escrita, desenvolvendo uma facilidade em ter coesão e coerência nas produções textuais, facilitando e aumentando o vocabulário e ampliando o nível cultural do ser humano, tornando-o um ser pensante e preparado para viver em sociedade.

A maior inserção do português, matéria que estuda essas vertentes nas grades curriculares acadêmicas do ensino superior, teria a função de fazer com que essas instituições de ensino formem profissionais qualificados, que os alunos consigam se expressar através de seus textos redigidos ou apresentações orais. Tendo a ajuda de professores qualificados que servirão de orientadores e facilitadores para essa temática, rompendo com o tradicionalismo.

É de conhecimento que a leitura e a escrita ocorrem num processo contínuo, mas além disso, é ainda uma ferramenta que desenvolve a reflexão e o espírito crítico, sendo uma fonte inesgotável de assuntos para melhor compreender o mundo em que se vive.

REFERÊNCIAS

CORTES, C,L N. **A importância da leitura para estudantes universitários.** Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/conteud/artig/direito/importancia-da-leitura-para-etudantes-universitários.html> Acesso em: 01 out. 2019.

KLEIMAN, A. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 1989.
KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, E, T. **O ato de ler:** fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura 5ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

STOCKMANNS. **A escrita acadêmica:** desafios do ato de escrever na educação superior, Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdg2017/2502912171.pdf> Acesso em: 02 de out. 2019.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

Laiza Adriana Canola, Isabella Unterrichter Rechtenthal, e-mail: laizacanola@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A importância da leitura para a formação do leitor crítico será pesquisada com o intuito de expor qual o papel da leitura na sociedade, como ela ajuda no desenvolvimento do leitor crítico, um dos principais fatores importantes para o progresso de uma sociedade. Quando o indivíduo chega a essa fase, consegue ter consciência de todos os seus direitos e lutar por eles. Ressaltaremos também quais as dificuldades encontradas por professores e alunos ao ler e a influência que a escola pode proporcionar para a leitura.

Em seguida será discutido como os contos de fadas e curtos mitos infantis contribuem para a aprendizagem da criança, pois a literatura infantil é um dos estágios para desenvolver o leitor crítico. Ela é a porta de entrada para o mundo da leitura e da literatura e, além disso, é o marco inicial de uma cultura. Assim, visa-se responder à seguinte questão: de que forma a leitura contribui para a formação do leitor crítico?

Como objetivos, visa-se, ao final da pesquisa, demonstrar a trajetória da leitura e como ela se desenvolveu dentro das sociedades; discutir qual a importância que ela tem na sociedade, de que forma contribui para o progresso do indivíduo crítico, como as escolas e os pais ou adultos que estejam próximos aos jovens e crianças influenciam os alunos no mundo da leitura. Propõe-se responder também quais as dificuldades encontradas pelos professores e alunos ao ler; e por fim compreender que a literatura infantil é um dos estágios de desenvolvimento da inteligência e interação entre as crianças, capaz de levar a formação do leitor crítico. No entanto deve-se ressaltar que, essa pesquisa se encontra em estágio inicial e por isso há poucos resultados a serem discutidos.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento desta pesquisa leva em consideração uma revisão de literatura inicial através de autores como BRITO (2010), COELHO (1982), AZEVEDO

(2003), entre outros. Ela tem por objetivo expor a importância da leitura para a formação do leitor crítico. Para alcançar esse objetivo será usado como procedimento uma pesquisa bibliográfica realizada a partir da leitura de livros e materiais disponíveis em meios virtuais abordando autores que falem sobre a importância da leitura, o mundo da leitura e sua trajetória, como ela é trabalhada nas escolas e por último como os contos de fadas e mitos infantis ajudam no desenvolvimento da criança. Os artigos serão encontrados por meio de palavras-chave no *google* acadêmico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Brito (2010), o livro surgiu há seis mil anos atrás, sendo que há 40.000 anos o homem já conseguia se expressar através das pinturas nas paredes das cavernas. Para arquivar as informações desejáveis, diversos tipos de materiais eram utilizados, dentre os quais podemos ressaltar os tijolos usados pelos sumérios, as folhas de palmeiras que serviam para os indianos fazerem seus livros, entre outros. Os maias e os astecas antes do descobrimento da América escreviam em uma superfície macia que fica entre a casca da árvore e a madeira, os romanos em tábuas cobertas com cera, já os egípcios desenvolveram a tecnologia do papiro. Nesse sentido, Coelho (1982) nos diz que a Literatura, tanto oral como escrita, foi o principal meio de transmissão de geração para geração da história das culturas.

Através dessas afirmações pode-se perceber que os ancestrais já costumavam registrar suas conquistas e manifestações culturais para que elas não caíssem no esquecimento. A partir desses relatos é possível explorar, analisar e compreender o passado para depois compará-lo ao presente, permitindo que o indivíduo se posicione e procure diversas formas para modificar o meio em que vive.

Brito (2010) afirma que ler não é decifrar os significados, mas sim reformulá-los quantas vezes forem necessárias a partir das novas ideias e opiniões; daí vem a conclusão de que é nos textos que se adquire a capacidade de agir criativamente.

Pode-se observar então que, a partir do processo de aprendizagem da leitura, o indivíduo consegue compreender o texto e obter inúmeras interpretações, que proporcionará a ele a capacidade de analisar os fatos, questioná-los, refleti-los e chegar ao discernimento, proporcionando a capacidade de solucionar os problemas e as limitações impostas pela vida.

De acordo com Fleck (2007), o aprendizado da leitura dá o acesso ao mundo da literatura e a sua prática é responsável por conduzir os indivíduos ao posicionamento

crítico. Silva (2003, p.515), afirma que “O papel da escola é o de formar leitores críticos e autônomos capazes de desenvolver uma leitura crítica do mundo.” Nesse sentido Silva (2003), também afirmou que nas escolas os alunos precisam ler para poder fazer exercícios, avaliações e outras atividades, então, para os alunos, ler se torna uma obrigação. Essa concepção de leitura faz com que a voz do aluno seja apagada, mas é na troca de experiências e histórias de leitura que acontece a interação entre o texto e o leitor - dessa forma, parece que a escola não incentiva o aluno no mundo da leitura.

A partir das afirmações do autor, pode-se concluir que a escola exerce um papel fundamental na formação dos leitores ao despertar o interesse dos alunos pela leitura. Isso se dá através da contribuição de todo o corpo docente e não de apenas alguns professores específicos, é muito importante a participação de todos. O profissional da educação sempre é observado pelos alunos e se ele demonstrar prazer em ler, esse sentimento também poderá desabrochar nos discentes.

Convém ressaltar que, segundo Brito (2010), muitos estudantes leem o texto, mas não conseguem compreender a informação que está presente nele, sendo que para um leitor capacitado o principal objetivo da leitura é a compreensão da mensagem que o autor quer transmitir. Para um leitor inexperiente, como uma criança quando aprende a ler, seu principal objetivo é decifrar as letras para depois compreender o texto. Um dos estímulos para essas crianças é a leitura em voz alta, dessa forma ela ouvirá vários modelos de leitura, já que o professor é o modelo de leitor. A leitura promove muitos benefícios na sociedade, e pertence aos pais e aos professores o dever de estimular as crianças a lerem, porque a leitura é um dos meios mais importantes para adquirir novas aprendizagens, permitindo a construção de novas ideias.

De acordo com a autora, é possível observar que as crianças passam primeiramente pela fase de aquisição da linguagem, e inicialmente querem apenas decodificar os signos linguísticos, só quando elas obtêm o domínio da linguagem que começará a tentar compreender os textos, durante esse processo o interesse da criança terá que ser despertado por terceiros e compete a eles também mostrar aos discentes a importância que a leitura exerce ao decorrer da vida.

Nos dizeres de Azevedo (2003), as crianças e jovens que têm uma situação social equilibrada e que possuem contato com pais ou adultos leitores têm chances de tornarem-se leitores também; já aquelas que pertencem às classes sociais elevadas e possuem contato com adultos que recomendam a leitura e, na verdade, não são leitores, dificilmente se tornarão adultos com hábitos de leitura. Pode-se concluir então que

diversos fatores exercem impactos sobre o desenvolvimento da leitura, mas também deve-se considerar o fato que muitos estudantes só leem por obrigação, porque precisam cumprir seus deveres escolares, e poucos são aqueles que realmente sentem prazer ao ler.

Segundo Coelho (1982), a literatura age de forma profunda e duradoura, dando forma e divulgando os valores culturais que impulsionam uma sociedade ou uma civilização. A Literatura Infantil, além de entreter os leitores, faz com que eles percebam e questionem o mundo que os rodeia e a si mesmo de forma fácil e lúdica, norteando seus interesses e propondo-lhes objetivos e ideais.

"O mundo dos Contos de Fadas são oportunidades ímpares de poder para a formação de excelentes e permanentes leitores." (BRITO, 2010, p. 28). A partir das afirmações da autora conclui-se que a literatura infantil é uma das fases do desenvolvimento do leitor crítico, ela é a responsável por despertar a criatividade, a imaginação, a curiosidade, a ilusão, os sonhos, as fantasias, entre outros, que proporcionarão o conhecimento da realidade, que só acontece através do sensível, do emotivo.

Além disso, Coelho (1982) afirmou que muitas obras famosas na literatura para adultos passaram por uma adaptação ao longo do tempo e foram transformadas em divertimento às crianças. Todas as obras transformadas em clássicos da Literatura Infantil, nasceram no meio popular, e tinham a intenção de transmitir valores ou padrões que seriam respeitados pela sociedade ou incorporados pelo comportamento dos indivíduos.

Segundo Pereira (2007 p.8), a criança que entra em contato com a literatura desde cedo "terá a oportunidade de desenvolver seu potencial criativo e alargar seus horizontes da cultura e do conhecimento; terá, ainda, uma visão melhor do mundo e da realidade que a cerca."

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do embasamento teórico inicial foi possível observar que a leitura contribui para o desenvolvimento da criticidade no indivíduo, porém é verídico que os professores e os alunos se deparam com inúmeras dificuldades neste percurso, que se inicia com a literatura infantil, responsável por despertar o interesse das crianças em relação à leitura. Com base no que foi pesquisado até agora pode-se chegar à essas conclusões superficiais, e a partir disso prosseguiremos a pesquisa com o intuito de aprofundar como

a leitura foi se desenvolvendo e o papel que ela exerce atualmente sobre a sociedade, explanaremos também quais são as dificuldades encontradas pelos indivíduos e como se dá a relação das crianças com a literatura infantil. Isso só será possível a partir de novas coletas de dados, que serão introduzidas nos capítulos iniciais da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ricardo. A didatização e a precária divisão de pessoas em faixas etárias: dois fatores no processo de (não) formação de leitores. **Literatura e Letramento – Espaços, suportes e interfaces – O jogo do livro**, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.ricardoazevedo.com.br/wp/wp-content/uploads/A-didatizacao-e-a-precaria-divisao-de-pessoas-em-faixas-etarias.pdf>. Acesso em: 16 jun.2019.

BRITO, Danielle Santos de. A Importância da Literatura na Formação Social do Indivíduo. **Periódico de Divulgação Científica da FALS.** Disponível em: < http: // fals.com.br/revela/ REVELA%20XVII/Artigo4_ed08.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019. Acesso em: 16 jun. 2019.

COELHO, Nelly Novaes. **A Literatura Infantil**. São Paulo: Global, 1982.

FLECK, Gilmei Francisco. O Papel da Literatura Infantil e Infanto-Juvenil na Formação do Leitor**. Revista Língua & Literatura.** URI/ Frederico Westhalen**.** v. 10 n. 14 p. 13 - 27 Jul 2007. Disponível em:<http://revistas.fw.uri.br/index.php/ revistalinguaeliteratura/ article /view/ 72/137>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PEREIRA, Maria Suely. A Importância da Literatura Infantil nas Séries Iniciais. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 6, n. 1, jun 2007. Disponível em:<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/ 283/189>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SILVA, Ivanda Maria Martins**. Literatura em sala de aula: da teoria literária à prática escolar**. Recife: Anais do Evento PG Letras 30 Anos Vol. I. Tese em Teoria da Literatura. Programa de Pós-graduação em Letras. UFPE, 2003.

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Amanda Nascimento, Mariana Martins, Marina Fabiana Martins, Isabella Unterrichter Rechtenthal, e-mail: amand.nascc@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A importância da literatura infantil é incentivar a formação do hábito de leitura na idade em que todos os conhecimentos e valores se formam na infância, sendo ela um caminho que leva a criança a desenvolver a imaginação, emoções e sentimentos de forma prazerosa e significativa.

A literatura infantil é essencial para a formação da criança no desenvolvimento social, emocional e cognitivo e, ao longo dos anos, a educação preocupa-se em contribuir para a formação de um indivíduo crítico, reflexivo, responsável e atuante na sociedade. Isso porque se vive em uma sociedade onde as trocas sociais acontecem rapidamente, seja através da leitura, da escrita, da linguagem oral ou visual (Cunha, 1968).

Atualmente não é enfatizada a necessidade de só se estudar a língua e, sobretudo a literatura, através de textos. Por outro lado, é notável a nossa pobreza bibliográfica no que se refere à teoria da literatura infantil. Tais problemas parecem deixar claro o pouco valor que se atribui a literatura para as crianças. E o efeito natural disso é evidenciado quando encontramos depoimentos entre as professoras primárias: elas próprias não têm ideia bem clara da importância e da beleza dessa literatura.

Os educadores não podem e nem deve se limitar à ideia de que a leitura é uma simples decodificação de símbolos, mas devem buscar, na sua essência, os pressupostos básicos para fazer aflorar o senso crítico nos seus alunos, partindo de uma necessidade própria de instigar constantemente, socializar a curiosidade, sabendo julgá-la quando necessário. Para que possamos formar leitores críticos, é necessário, portanto, propiciar, nas salas de aula, a dinamização da cultura viva, diversificada e criativa.

Desse modo, o presente trabalho visa apresentar as falhas na formação e conhecimento de literatura de professores do Ensino Fundamental I, bem como refletir sobre a contribuição dessa para a formação do aluno leitor.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a dedutiva com abordagem qualitativa, sendo a coleta de dados feita através de livros. É através dessa literatura que a leitura é melhorada, possibilitando transformar a criança em um leitor pensante, com capacidade de se destacar como cidadão, enxergando sua realidade na sociedade, dessa maneira transformando o seu futuro. O procedimento metodológico é de natureza qualitativa sendo desenvolvida através de pesquisa bibliográfica exploratória, onde foi usado para essa pesquisa os livros *Como ensinar Literatura Infantil* e *Literatura Infantil: Teoria & Pratica* de Maria Antonieta Antunes Cunha.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através das leituras e do levantamento bibliográfico realizado, observa-se que transferir o conhecimento para as crianças é algo que se torna uma dificuldade muito grande para os professores e, para desenvolver o hábito da leitura, as professoras precisam atrair os alunos com recursos que os façam se interessar pelo assunto, como: coleção de gibis, revistas infantis, dentre outros. Após esse primeiro contato, eles se familiarizam com a leitura fazendo visitas à biblioteca constantemente. As crianças demonstram interesse por determinados livros, ou quando ouvem comentários de outros colegas se motivando a ler histórias e a praticar o tão esperado hábito da leitura (Cunha, 1968).

Os autores de literatura infantil contribuem escrevendo histórias na linguagem da criança, de acordo com sua faixa etária, e conseguem envolver os futuros leitores com livros de títulos criativos e sugestivos, figuras coloridas e textos de fácil compreensão, efetivando assim o gosto pela leitura, contribuindo para ajudar e facilitar o trabalho com a leitura dos alunos nas séries iniciais. Percebe-se também que os alunos de séries iniciais têm certa curiosidade em ler e reler as histórias de Lobato, no momento que a criança passa a ler o livro deixa uma reflexão embutida dentro de um contexto histórico, ligando o imaginário com a realidade, os livros de Lobato mostram a importância de valores morais da sociedade em função de melhorar a vida do indivíduo e também cria uma forma para reivindicar os verdadeiros direitos do ser humano. Misturando a fantasia com a realidade através de seus livros proporciona à criança um interesse maior pela leitura (Cunha, 1987).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o livro de cunho infantil também pode proporcionar o desenvolvimento de forma lúdica para trabalhar o letramento e alfabetização; as histórias em quadrinhos também podem ser uma aliada à literatura infantil para proporcionar o gosto pela leitura. No entanto, há uma questão a ser discutida em relação ao tipo de livro produzido para crianças, como qual seria o mais adequado à faixa etária de cada um, mostrar a importância de inserir essas crianças de séries iniciais ao mundo da leitura e principalmente ao mundo da literatura.

É importante que em sala de aula o professor desenvolva diferentes estratégias de leitura e usar a literatura infantil, sempre de maneira lúdica atraindo as crianças para esse mundo, para que elas sejam críticas, reflexivas, construtivas e que buscam autonomia. Segundo Freire, a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (Cunha, 1987).

REFERÊNCIAS

CUNHA, Maria Antonieta. **Literatura Infantil: Teoria e Prática.** 6. ed. São Paulo: Editora Ática S.A. 1991.

CUNHA, Maria Antonieta. **Como Ensinar a Literatura Infantil**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A. 1970.

LOBATO, Monteiro. **Obras Completas**. São Paulo: Brasiliense, 1922.

A IMPORTÂNCIA DA PONTUAÇÃO NO SENTIDO DO TEXTO

Ana Beatriz S. Santos, Maria Gabriele Rossini, Stephanie Santos, Cintia Milene Favaro Bochembuzio, e-mail: magabrielerossini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde as primeiras civilizações, os seres humanos já se comunicavam por meio de gestos, sons, expressões e pinturas rupestres. Por volta de 4000 a.C surgiram as primeiras formas de escrita, como a cuneiforme na Mesopotâmia. Com o passar do tempo houve uma grande evolução na comunicação e surgiu então o alfabeto. Acredita-se que o alfabeto latino moderno, usado na língua portuguesa, tenha origem no alfabeto fenício (1000 a.C), passando por transformações com os gregos (750 a.C) e com os latinos (500 a.C).

Com a formalização da escrita através de um alfabeto, surge a necessidade de normas para que a comunicação seja eficaz como as regras de acentuação, pontuação, entre outras que são necessárias para construção de textos compreensíveis.

A pontuação é um aspecto fundamental no desenvolvimento de um determinado conteúdo, pois funciona como um modo de sinalização para a compreensão esperada, guiando e organizando o texto a ser lido. Assim como no trânsito existem as placas, na escrita existem os sinais, que direcionam para um momento de pausa, introdução ou conclusão. São eles que chamam a atenção e auxiliam para o que deve ser feito, gerando um modo sistemático de dirigir. Sem os sinais, o “trânsito” seria um caos.

Durante a leitura, se a pontuação não existisse as pessoas iriam seguir descontroladamente as palavras, gerando ambiguidade e confusão, não sentiriam o prazer e não teriam um ritmo adequado, tornando a leitura um exercício cansativo, sem transmitir a emoção e o pensamento claro que o autor deseja passar para o receptor, pois a leitura deve ser um meio de interação entre eles. Também não se pode esquecer que um escritor atinge milhares de leitores e, com os sinais bem empregados, afasta a possibilidade de haver uma interpretação equivocada daquilo que foi escrito.

Para que o texto tenha uma direção e um determinado sentido, o produtor de textos tem que conhecer e fazer o uso correto de todos os sinais de pontuação. Sendo assim, desde cedo a escola precisa apontar a importância desses elementos para que os alunos

desenvolvam competências necessárias para a construção da clareza e da coerência textual.

Diante disso, este trabalho pretende um estudo sobre a importância da pontuação ser discutida desde os primeiros anos de escolarização. Pois muito tem se trabalhado questões gramaticais e linguísticas durante o segundo ciclo do ensino fundamental e o ensino médio, com um professor especialista, mas há aspectos essenciais para a produção textual – como a pontuação - que precisam ser abordados desde o início da alfabetização.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho de iniciação científica do curso de Pedagogia com o intuito de discutir a importância da pontuação nas produções textuais em língua portuguesa, bem como a necessidade de estudar as diferenças de sentidos construídas pelos sinais de pontuação desde o início da alfabetização.

O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância de abordar aspectos relativos à pontuação desde o início da escolarização, pois seu uso adequado na produção textual é essencial para a construção do sentido e para o sucesso da comunicação com a compreensão esperada do leitor.

A pesquisa, ainda preliminar, pretende abordar revisão de literatura sobre o tema de maneira qualitativa, com o estudo de livros acadêmicos e artigos científicos.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Nos dias de hoje, muitos brasileiros demonstram falta de conhecimento sobre a língua materna. Para muitas profissões, não é necessário que dominem a norma culta plenamente, porém as regras básicas para uma boa comunicação estão sendo “esquecidas”.

A leitura e a escrita sempre causam dúvidas em muitos que não têm as noções básicas sobre a língua, os alunos muitas vezes terminam o ensino médio sem ao menos conseguir ler e compreender textos. Isso acarreta grandes dificuldades ao longo da vida na escola, universidade, no trabalho e no próprio cotidiano. De acordo com Tania Maria Nunes de Lima Camara (UNISUAM, 2016):

> No ensino fundamental, os índices brasileiros de repetência nas séries iniciais estão diretamente ligados à dificuldade que a escola tem de ensinar os alunos a ler e a escrever. No nível universitário, a dificuldade de os alunos, muitas vezes, compreenderem os textos propostos para leitura e de organizarem ideias por escrito tem-se apresentado uma realidade enfrentada, inclusive no curso de Letras.

As dificuldades com os textos vão se alastrando até a graduação e isso acaba se tornando um grande problema para o aluno. Quando o estudante muda de ciclo, passando do ensino médio para a vida acadêmica, passa a ter consciência sobre a sua falta de conhecimento, gerando grandes dificuldades de adaptação, pois quando a faculdade recebe seus alunos, acredita que eles já tenham, ou deveriam ter uma bagagem cultural mais completa.

Visto esse contexto na área da disciplina língua Portuguesa, em relação à produção de texto, CAMARA (2016) afirma que: “Ao levar em conta os livros didáticos adotados com mais frequência nas escolas de ensino médio, percebemos que a preocupação maior é a memorização de regras sintáticas no emprego dos diferentes sinais [...]”, e não um uso social da língua em que o aluno se coloque como produtor textual, treinando e usando os sinais de pontuação de modo que entenda a sua importância no sentido do texto, e como leitor, de maneira que possa compreender aquilo que foi escrito.

Assim, é necessário que a pontuação do texto seja vista como instrumento de estudo em sala de aula, colocando os alunos, desde o início da escolarização, em contato com atividades que exijam uma reflexão sobre os sinais de pontuação e suas possibilidades de sentido.

Fiorin e Savioli (2006) discutem a importância da pontuação para a coerência textual. A coerência deve ser entendida como unidade de sentido do texto. Um texto coerente é um conjunto harmônico, em que todas as partes se encaixam de maneira a se complementar. “No texto coerente, não há nenhuma parte que não se solidarize com as demais” (idem, p. 261).

A coerência textual está sempre relacionada aos elementos de coesão, que são as várias palavras que, num texto, assumem a função de conectivo ou de elemento de coesão, como as preposições: a, de, para, com, por, etc; as conjunções: que, para que, quando, embora, mas, e, ou, etc; os pronomes: ele, ela, seu, sua, este, esse, aquele, que, o qual, etc; os advérbios: aqui, aí, lá, assim, etc. Esses elementos são essenciais para conduzir uma pontuação adequada e, consequentemente, construir-se um texto coerente.

Para Fiorin e Savioli (2006):

> O uso adequado desses elementos de coesão confere unidade ao texto e contribui consideravelmente para a expressão clara das ideias. O uso inadequado sempre tem efeitos perturbadores, tornando certas passagens incompreensíveis. (2006, p. 272)

O que se coloca como mais importante no uso dos elementos de coesão é que cada um deles tem um valor típico. Além de ligarem partes do discurso, estabelecem entre elas um certo tipo de relação semântica: causa, finalidade, conclusão, contradição, condição,

etc. Dessa forma, cada elemento de coesão manifesta um tipo de relação distinta. Ao escrever, deve-se ter cuidado de usar o elemento apropriado para exprimir o tipo de relação que se quer estabelecer. (FIORIN, 2006, p. 279)

No entanto o sistema de pontuação não é apenas um conjunto de regras a ser aplicado, como um padrão a ser seguido; pois, além de funções pré-definidas, os sinais de pontuação podem ser usados para variadas expressões, em que cada pessoa usa de acordo com seu estilo, de maneira que possa dar sentido à construção do texto. Porém, muitas vezes sem perceber, o produtor de textos pode tornar o sentido completamente contrário ao desejado, por não empregar adequadamente os sinais de pontuação.

Segundo NASCIMENTO (CUNHA, 2008, p.373):

> Os sinais de pontuação podem ser classificados em dois grupos: o primeiro grupo compreende os sinais que, fundamentalmente, se destinam à marcação das pausas: a) a vírgula (,) b) o ponto (.) c) o ponto e vírgula (;); o segundo grupo abarca os sinais cuja função essência é marcar a melodia, a entoação: a) os dois pontos (:) b) o ponto de interrogação (?) c) o ponto de exclamação (!) d) as reticências (...) e) as aspas (" ") f) os parênteses (( )) g) os colchetes ([ ]) h) o travessão (—)

Para exemplificar os principais sinais apresentados no primeiro grupo, pode-se citar a vírgula que, além da pausa entre ideias, pode ainda apresentar uma sequência no sentido de adição, como uma enumeração: “Amo meu pai, minha mãe, meus irmãos e meu filho”.

Já o segundo, que marca melodia e entonação, está também diretamente relacionado a sentidos variados de acordo com o sinal selecionado, como em:

(a.a) Você chegou tarde?

(a.b) Você chegou tarde!

Diante da mesma frase, foram usados dois pontos diferentes, em que podemos notar a mudança no sentido e na entonação, em que a (a.a) traz um questionamento, uma pergunta, já na (a.b) a frase se torna uma afirmação com ênfase emocional.

A posição dos pontos ou a ausência deles é muito significante no momento da escrita. Seu uso irá mudar todo o sentido da frase, veja exemplos apresentados por SILVA (DAHLET, 1998 p.97):

> (a.a) Os alunos que se atrasaram serão punidos.
> (a.b) Os alunos, que se atrasaram, serão punidos.
> (b.a) Ele morreu naturalmente.
> (b.b) Ele morreu, naturalmente.
> (c.a) Pedro encontrou Maria, Cláudio, Roberto.
> (c.b) Pedro encontrou Maria; Cláudio, Roberto.

Diante das sentenças, é possível observar que a mesma frase pode ter mais de um sentido mediante o local de sua pontuação, é o que acontece no (c.a) onde a vírgula descreve que Pedro encontrou três pessoas e a (c.b) em que Pedro encontra Maria e Cláudio, Roberto.

A falta da pontuação na construção textual faz com que o leitor fique sem entender, ou use a sua imaginação para compreender aquilo que foi escrito, um exemplo se encontra no texto “O Testamento - A Pontuação Faz a Diferença”, que apresenta um enredo em torno do trecho: "Deixo meus bens à minha irmã não a meu sobrinho jamais será paga a conta do padeiro nada dou aos pobres".

Nessa frase, o leitor não consegue interpretar por faltar o uso dos pontos. Ao se colocar uma vírgula após “irmã”, entende-se que os bens ficam para ela, ou se usar após o “não”, o sentido é completamente contrário. Ou seja, o uso da pontuação transforma sentidos, por isso não podem ser moderados, devem estar presentes na construção. Veja mais um exemplo:

(1.1) Ela terminou com o namorado que falava demais.

(1.2) Ela terminou com o namorado, que falava demais.

Na frase (1.1) o sentido transmitido é que ela tem mais de um namorado e terminou com aquele que falava demais. Já com o uso da vírgula na (1.2) quem escreve tinha apenas um namorado, e terminou com ele porque falava demais.

É imprescindível que essas propostas de construções sejam analisadas em sala de aula frequentemente para que os alunos possam refletir sobre a importância da pontuação para a produção de sentidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da construção de um texto, ou uma frase, por mais simples que seja, o uso da pontuação é o que determina o sentido. O autor quando escreve deve se atentar a isso, e ver a importância que os sinais de pontuação apresentam para a construção da coesão e da coerência textual.

As crianças precisam reconhecer que a pontuação é muito mais que uma pausa na leitura, ou o término de um ritmo de leitura. O uso adequado da pontuação pode trazer emoção, entonação, melodia e o mais relevante a compreensão daquilo que foi escrito.

Atividades constantes de leitura, para a análise dos sentidos produzidos, e de escrita, para o emprego adequado da pontuação, devem fazer parte da rotina escolar desde os primeiros anos escolares.

REFERÊNCIAS

CAMARA, Tania M. N. **A importância da pontuação na produção de sentidos do texto literário.** Rio de Janeiro: UNISUAM, 10 nov 2016. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno08-01.html>. Acesso em: 4 set. 2019.

FIORIN, J. L. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2006.
SILVA, A. C. **A pontuação e a constituição de sentidos: um estudo dialógico em texto midiático impresso.** Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 73-93, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v11n1/v11n1a05.pdf>. Acesso em 4 set 2019.

NASCIMENTO, R. F. S. **A importância dos sinais de pontuação na fluência da Língua Portuguesa.** WebArtigos, 14 fev 2013. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-dos-sinais-de-pontuacao-na-fluencia-da-lingua-portuguesa/103844/>. Acesso em: 1 set. 2019.

SILVA, AC. **A pontuação e os efeitos de sentido: um estudo sob o viés bakhtiniano.** Taubaté, p. 1-148, 2009. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/diserta_online/Anderson_Silva.pdf>. Acesso em 1 set 2019.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE COM ENFOQUE NO *BALLET* EM CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS

Jéssica Fernanda dos Santos Pereira, Elaine Gardinal Pizato, Renan Floret Turini
Claro, e-mail: Jessicaf.psico@hotmail.com

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca mostrar como a dança pode ser uma importante aliada da educação, no sentido que, através dela, a criança desenvolve simultaneamente aspectos motores, emocionais e cognitivos. Aspectos esses, que interagem e se completam (AMORIM; FALSARELLA, 2008).

De acordo com Fonseca (1995), embasado na teoria de Wallon (1930-1947), a motricidade ocupa um lugar especial. Desde o nascimento, e mesmo ao longo do desenvolvimento intra-uterino, ela é uma das mais ricas formas de interação com o envolvimento externo, e é, na sua essência, um instrumento privilegiado de comunicação da vida psíquica.

Para Le Boulch (1984, p. 24), a educação psicomotora deve ser considerada como uma educação de base na escola infantil. Ela condiciona todos os aprendizados pré-escolares; leva a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar seu tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos, auxiliando na construção da personalidade, organizando o cognitivo da criança, através de atividades que podem trabalhar o andar, brincar, dançar.

O desenvolvimento psicomotor quando é desenvolvido harmoniosamente prepara a criança para a vida social próspera, pois, já consegue dominar seu próprio corpo e o utiliza com desenvoltura, o que torna fácil e equilibrado o seu contato com o outro. As reações afetivas e aprendizagens psicomotoras estão interligadas. A psicomotricidade é abrangente e pode contribuir de forma plena para com os objetivos da educação (MENDONÇA, 2004 p.25).

O *Ballet* proporciona ao estudante uma educação global e pode ser praticada por qualquer criança que queira experimentar o prazer do movimento (DIAS, 2006). Sendo assim, uma das opções de atividades escolhidas na infância é um meio de

desenvolvimento motor, ganhando assim disciplina mental e corporal, que os permite se expressarem influenciando-os assim, em diversos aspectos de suas vidas.

É importante ressaltar que a psicomotricidade faz parte do dia a dia, por isso o presente artigo traz como objetivo formar futuras crianças que tenham capacidade de se expressar através de seu próprio corpo de forma prazerosa, divertida e lúdica, favorecendo seus movimentos, gestos, equilíbrio, flexibilidade, percepção, além de trabalhar os aspectos de musicalidade e socialização.

2.METODOLOGIA

Este artigo é de natureza exploratória, sendo ela uma pesquisa de revisão bibliográfica, na qual segundo o autor Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

Esta pesquisa foi realizada por meio de estudos bibliográficos, a partir da base de dados, sendo materiais publicados na Internet (artigos, monografias, reportagens), Google Acadêmico, Scielo e Pepsic. As palavras-chave utilizadas foram psicomotricidade, desenvolvimento infantil, psicomotricidade e a dança/ballet, desenvolvimento psicomotor, desenvolvimento humano.

Os artigos selecionados foram escolhidos com base nas teorias sobre psicomotricidade, tendo esses que atender ao critério de obter no resumo ou título o tema “psicomotricidade e *ballet*”. Também foram escolhidos artigos e monografias que trouxessem em seu conteúdo contribuições sobre desenvolvimento infantil. Dessa forma, mesmo com um número elevado de artigos encontrados, os que não eram favoráveis à elaboração do trabalho foram descartados. Também foi utilizado o livro de Fonseca (1995) e de outros autores que tinham relação com o assunto tratado, para embasamento teórico no desenvolvimento deste artigo.

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando nascemos somos integrados em um ambiente social e físico no qual iremos agir, reagir e interagir durante toda nossa vida, sofrendo influências e modificações, podendo também influenciá-lo ao longo da nossa existência. A psicologia do desenvolvimento humano estuda as mudanças e maturação ao longo dos estágios que

ocorrem no ser humano durante sua vida, desde a concepção até o falecimento do indivíduo (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Piaget (1896-1980) acreditava que o desenvolvimento humano se faz através de estágios, que se sucedem na mesma ordem em todos os indivíduos. Todas as pessoas, desde que tenham um desenvolvimento normal, passam por estas fases, na mesma ordem, embora possam variar as idades (CAVICCHIA, 2010). Este estudo se aprofundará em um dos primeiros estágios pré-operatórios, que vai dos 2 aos 7 anos. Pois é nessa fase em que a criança utiliza-se da função simbólica, com referência em símbolos, signos, imagens e conceitos representativos da realidade (O faz de conta). Nessa fase, é muito fácil e prazeroso representar, pois ela tem a capacidade de internalizar o mundo, onde a fantasia e o real se confundem.

O desenvolvimento psicomotor quando é desenvolvido harmoniosamente prepara a criança para a vida social próspera, pois, já consegue dominar seu próprio corpo e o utiliza com desenvoltura, o que torna fácil e equilibrado o seu contato com o outro. As reações afetivas e aprendizagens psicomotoras estão interligadas. A psicomotricidade é abrangente e pode contribuir de forma plena para com os objetivos da educação (MENDONÇA, 2004 p.25).

O *Ballet* Clássico atualmente são aulas destinadas às crianças com o objetivo de fazer com que a criança descubra o seu corpo através da experimentação de movimentos variados, expressão corporal, trabalhadas através do lúdico. De acordo com Porcher (1982) durante as aulas de *baby class* devem ser criadas situações que favoreçam as aptidões sensório-motoras próprias desta idade de 3 a 6 anos.

A dança é uma das formas de movimentos que responde às necessidades da criança de expressar seus pensamentos, sentimentos e ideias. Através dela a criança tem a oportunidade de se expressar de um modo único utilizando seu repertório motor (GALLAHUE, 2008).

Segundo Bambirra (1993), a dança é tão necessária para a formação psicomotora da criança, como o alimento é indispensável ao seu desenvolvimento físico. A dança exerce grandes influências no desenvolvimento cognitivo, físico, psicossocial e nos processos mentais dos alunos; trabalhando a criatividade, criticidade, visão artística e estética com relação à arte e livre expressão do corpo.

Conforme Dias (2006), incluir a psicomotricidade nas aulas de ballet pode contribuir na prevenção, tratamento, recomendação médica como correção de postura,

problemas de coluna, coordenação, maneira de andar, fortalecimento dos músculos do corpo, equilíbrio, entre outros.

De acordo com Bambirra (1993), o professor é o mediador, deve ter consciência de que seu papel é o de proporcionar que o aluno se conheça enquanto corpo e criatividade. É ele quem conduzirá as crianças em todas as atividades, buscando sempre novas formas de manter uma boa aula. Para isso, o professor precisa ter ciência de que os limites dos alunos são opostos aos seus, respeitando a idade cronológica de cada aluno, pois cada um tem seu próprio limite. O professor cria momentos de concentração e atenção sem perder o lado divertido e lúdico da aula, lembrando que as aulas de *ballet* infantil também ensinam a criança a ter disciplina, um exemplo maior surge pelas roupas adequadas, o cabelo arrumado, sapatilhas; ensinando ao aluno a ter disciplinas.

Para tanto, com base nas referências de Bambirra (1993, p.40) a psicomotricidade procura integrar e desenvolver importantes áreas, sendo motora, afetiva e cognitiva. Numa aula de *ballet* infantil, a habilidade motora envolve os exercícios sendo o desenvolvimento do músculo esquelético, uma boa postura, correção de defeitos naturais dos pés e coluna, harmonia na execução dos movimentos, aumento na elasticidade do corpo e coordenação motora. A afetiva se dá através das emoções, sentimentos e ideias, estimulando o lado social, com a interação grupal, abstraindo a timidez ou aproveitando o lado desinibido do aluno. Na parte cognitiva, trata-se da concentração do aluno aos exercícios, na memorização, e na assimilação dos ensinamentos, quando apresentados de maneira lúdica e simbólica levam a uma melhor aprendizagem.

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados, pode-se compreender que a utilização do *ballet* como agente auxiliar no desenvolvimento psicomotor de uma criança, trabalhando lado a lado, traz benefícios para a saúde das mesmas.

O objetivo de incluir a psicomotricidade nas aulas de *ballet* não diz respeito somente em dançar perfeitamente e fazer os passos com perfeição, mas sim o executar de cada movimento e conhecimento do mesmo, auxiliando no processo de conhecimento do indivíduo: físico e emocional.

A psicomotricidade incluída nas aulas de *ballet* apresenta outro lado do olhar psicomotor. Esta inclusão é não somente para que a criança seja uma linda bailarina e execute os passos técnicos do *ballet* clássico com perfeição, mas sim para que a criança,

futuramente consiga ter um bom caminhar, uma boa postura, que consiga correr de maneira adequada, lateralidade, tenha noção de espaço e tempo, para que este aluno (a) simplesmente consiga abaixar para pegar um lápis ou qualquer outro objeto.

Deste modo, não se trata da criança enfrentar um passo de *ballet* perfeito, mas sim desenvolver o seu corpo e sua mente ambos em equilíbrio. As aulas lúdicas são mediadas pela professora e acontecem de maneira harmoniosa e prazerosa, possibilitando a criação do pensamento do fazer, desenvolvendo a criatividade e a liberdade de movimento. Tudo com o objetivo de fazer com que a criança consiga dominar seus próprios passos, movimentos e seu próprio corpo com precisão.

REFERÊNCIAS

AMORIM, D. B., FALSARELLA, A. P. **A importância da dança no desenvolvimento psicomotor de crianças e adolescentes**. Conexão, v. 6, p. 306-317, 2008.

BAMBIRRA, W. **Dançar e sonhar:** a didática do Ballet infantil. Belo Horizonte: I. Arte, 1993.

CAVICCHIA, D. C. O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida. **IN Caderno de Formação: Formação de Professores Educação Infantil-Princípios e Fundamentos**, v. 1, p. 13-27, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/224/1/01d11t01.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

DIAS, C. **A importância da psicomotricidade nas aulas de Ballet para crianças de 4 a 6 anos**. 45 pág. Monografia (Especialização em Psicomotricidade) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro. 2006.

Desenvolvimento da Aprendizagem. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/conbrale/trabalhos/TRABALHO_EV080_MD1_SA7_ID452_30062017141936.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FONSECA, V. Manual de Observação Psicomotora-significação dos fatores psicomotores. 1995.

GALLAHUE, D. L. **Educação física desenvolvimentista para todas as crianças**. Phorte, 2008.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

LE BOULCH, Jean. A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

MEDEIROS, M.K. e LIMA, F. D. **A contribuição de Piaget e Vigotsky no desenvolvimento da aprendizagem. 2017.** Disponível em: <TRABALHO_EV080_MD1_SA7_ID452_30062017141936.pdf (editorarealize.com.br)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MENDONÇA, R. M. Criando o ambiente da criança: a psicomotricidade na educação infantil. In: ALVES, Fátima. Como aplicar a psicomotricidade: uma atividade multidisciplinar com amor e união. Rio de Janeiro: Wak, 2004. p.19-34.

PAPALIA, E. D; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre. AMGH Editora, 2013.

PORCHER, L. **Educação Artística-Luxo Ou Necessidade?**. Grupo Editorial Summus, 1982.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE INFANTIL COMO PREVENÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Rosimeire Fernanda da Silva Sabatel, Suselaine Aparcida Zaniolo Mascioli, e-mail: fpmel@yahoo.com.br

1.INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica do curso de pós-graduação em psicopedagogia, tem por tema a importância da psicomotricidade infantil como prevenção das dificuldades de aprendizagem, seu objetivo principal é apontar a relevância do desenvolvimento das habilidades psicomotoras como forma de prevenção das dificuldades de aprendizagem.

Considerando a necessidade do desenvolvimento de um trabalho de qualidade exercido desde a etapa da educação Infantil, faz-se relevante a compreensão da importância da Educação psicomotora nesta faixa etária para prevenção de Dificuldades de Aprendizagem.

O termo “psicomotricidade” primeiramente aparece no discurso médico no final do século XIX, é reconhecida como uma prática independente no século XX, porém passa a existir de fato quando o homem compreende que o corpo não é apenas feito de carne e transforma-se em corpo falado (LEVIN, 2009).

Le Boulch (1990) defende a Psicocinética, a chamada teoria geral do movimento, propõe meios práticos que, por meio dos movimentos a criança desde o nascimento possui potencialidades para se desenvolver que não necessita apenas da maturação dos processos orgânicos, mas também da relação com o outro.

De acordo com Santos (1998), em grande parte das escolas o corpo da criança é apenas um objeto, que deve ser manipulado para ser um "produto útil”, caminhando na contramão de uma pedagogia fundamentada na expressividade livre e ludicidade da criança. O mundo da fantasia, da alegria e espontaneidade da criança são substituídos por um conjunto de ordem, rotinas repetitivas e muitas vezes intolerantes às crianças. Esquecendo-se do principal e essencial às crianças: a expressividade em falar, correr, brincar, sorrir, jogar e explorar os ambientes para que futuramente possa entender seu papel sociocultural (SANTOS, 1998).

Segundo Oliveira (2014), alguns pré-requisitos são necessários para a aprendizagem diante do aspecto psicomotor, como o bom domínio do gesto e do objeto, assim como uma boa coordenação global sabendo-se movimentar-se no espaço, noções de localização, dominância, lateralidade resultando na orientação espaço-temporal. É necessário que para isso a criança tenha uma base de entendimento entre o espaço e tempo, sendo de imensa importância os primeiros anos de escolaridade da criança para o desenvolvimento desses.

O esquema corporal é um aspecto de suma importância, pois compreende a expressão da individualidade do indivíduo, não é um conceito aprendido com os outros elementos, não dependendo de treinamento, é organizado pela experienciação do corpo da criança, em síntese é a construção mental que a criança desenvolve gradativamente de acordo com a utilização que faz do seu corpo, é o resumo de suas experiências corporais, como afirma Oliveira (2014):

> Para uma criança agir através de seus aspectos psicológicos, psicomotores, emocionais, cognitivos e sociais, precisa ter um corpo "organizado". Esta organização de si mesma é o ponto de partida para que descubra suas diversas possibilidades de ação e, portanto, precisa levar em consideração os aspectos neurofisiológicos, mecânicos, anatômicos, locomotores (OLIVEIRA, 2014, p. 48).

Para iniciar a explanação do conteúdo deste trabalho, será apresentado um breve histórico da Psicomotricidade, Educação Psicomotora na prevenção das Dificuldades de Aprendizagem e suas contribuições para educação infantil.

Para que haja a compreensão da importância da psicomotricidade infantil como prevenção das dificuldades de aprendizagem, utilizou-se para este trabalho o procedimento técnico bibliográfico, sendo de caráter exploratório descritivo. Empregou-se como base em pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que permite que se tome conhecimento dos materiais já publicados sobre o tema.

2.METODOLOGIA

Este trabalho faz uso de procedimento técnico bibliográfico, sendo de caráter exploratório descritivo. Buscou-se como base em pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que permite que se tome conhecimento dos materiais já publicados sobre o tema. Utilizou-se a base de dados online e livros. Adotou-se o critério de inclusão de alguns trabalhos publicados a partir do ano de 1990, e a maior parte de materiais publicados a partir do ano de 2000 para melhor atualização sobre o tema pesquisado.

Para a pesquisa qualitativa, o próprio pesquisador é um instrumento ao observar ações e contextos e, com frequência, ao desempenhar intencionalmente uma função

subjetiva no estudo, utilizando sua experiência pessoal em fazer interpretações. O pesquisador quantitativo faz escolhas metodológicas e de outros tipos com base, em parte, em suas preferências pessoais, mas geralmente tenta coletar os dados de forma objetiva, e não subjetiva (STAKE, 2011).

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para discussão dos resultados obtidos, optou-se por destacar os principais discursos entre os autores, a fim de mencionar os objetivos que foram propostos, sendo este, um trabalho de pesquisa bibliográfica e de cunho qualitativo, que aborda a importância da Psicomotricidade Infantil como prevenção das dificuldades de aprendizagem e, de que forma a psicomotricidade contribui para minimizar as dificuldades de aprendizagem.

Os autores apontam que o desenvolvimento psicomotor é de suma importância na prevenção de problemas de aprendizagem, pois o corpo é o ponto de referência que o ser humano possui para conhecer e interagir com o mundo, e este servirá de base para o desenvolvimento cognitivo e para a aprendizagem de conceitos tão importantes para a alfabetização.

Segundo Oliveira (2014), alguns pré-requisitos são necessários para a aprendizagem diante do aspecto psicomotor, como o bom domínio do gesto e do objeto, assim como uma boa coordenação global sabendo-se movimentar-se no espaço, noções de localização, dominância, lateralidade resultando na orientação espaço-temporal. É necessário que para isso a criança tenha uma base de entendimento entre o espaço e tempo, sendo de imensa importância os primeiros anos de escolaridade da criança para o desenvolvimento desses.

Sabe-se que certos tipos de dificuldades de aprendizagem podem ser amenizados ou até mesmo sanados ao usar o recurso da psicomotricidade, mas para isso, é necessário um trabalho educativo que venha desenvolver as potencialidades do educando, ou seja, uma educação e reeducação psicomotora de base, utilizando-se de uma metodologia adequada às suas necessidades para superação das dificuldades escolares (BARBIERI; VIEIRA, 2013).

De acordo com Oliveira (1997), as dificuldades encontradas na escrita como troca de letras e escrita espelhada se devem em grande parte a problemas psicomotores e que tais dificuldades podem ser diminuídas com uma reeducação psicomotora especificamente na área da discriminação visual e auditiva. Uma criança com dificuldade

de aprendizagem facilmente pode apresentar déficit de percepção visual e auditiva, na sua capacidade para responder, na memória, na organização espacial, na lateralidade e estas áreas influenciam o desempenho na leitura e também na escrita.

Diante da colocação de Lopes (2016), pensar no professor como mediador no processo de aprendizagem na alfabetização remete a alguém, capaz de proporcionar ao aluno um contato direto com o seu objeto de aprendizagem, ou seja, possibilitar a interação do sujeito com o conhecimento. Um segundo fator de extrema importância com relação à mediação da aprendizagem é o docente trabalhar pedagogicamente com o ambiente e com as experiências informais que os alunos trazem promovendo o conhecimento científico e a formação do sujeito.

Enfim, a psicomotricidade contribui de maneira expressiva para a formação e estruturação do esquema corporal e tem como objeto principal incentivar a prática do movimento em todas as etapas da vida de uma criança. Por meio das atividades elas se divertem, criam, interpretam e se relacionam com o mundo em que vivem. Por isso, cada vez mais, os educadores recomendam que os jogos e as brincadeiras ocupem um lugar de destaque no programa escolar desde a Educação Infantil (ROSA, 2015).

A psicomotricidade sendo trabalhada na educação infantil e primeiros anos do Ensino fundamental I apresentam-se como uma ação preventiva às dificuldades de aprendizagem, pois proporciona estímulos e desenvolvimento de capacidade que serão evidenciadas ao longo da vida do indivíduo.

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou refletir sobre a importância da Psicomotricidade Infantil como prevenção das dificuldades de aprendizagem e de que forma a psicomotricidade contribui para minimizar as dificuldades de aprendizagem, pois é através do seu corpo que a criança percebe o mundo a sua volta e que seu desenvolvimento é estabelecido por meio das trocas que ela realiza com o meio. A educação psicomotora é um instrumento auxiliador nesse processo, pois desenvolve os aspectos motor, psicossocial e afetivo.

Atualmente os problemas de aprendizagem constituem uma grande preocupação dentro das instituições escolares, portanto, se faz necessário que o docente trabalhe pedagogicamente com o ambiente e com as experiências informais que os alunos trazem promovendo o conhecimento científico e a formação do sujeito para poder entender

melhor os fatores que estão influenciando a maioria das dificuldades e como podem ser trabalhados de forma a minimizá-los no dia a dia escolar.

Para tanto, a escola também precisa recorrer a um trabalho interdisciplinar com auxílio de profissionais que trabalhando juntos possam estruturar ações, estratégias e intervenções que venham contribuir como solução para diminuir os problemas de aprendizagem, pois o aluno é sujeito de transformação e de aquisição de aprendizagens.

A psicomotricidade no desenvolvimento da criança contribui para melhorar a coordenação motora, tarefas de praxia global e fina, que por sua vez ajudará na aprendizagem da leitura, escrita, concentração e raciocínio lógico. Para isso, precisa ser estimulado em seu psicomotor, respeitando-se a individualidade de cada um como ser único, e permitindo a autonomia de forma que respeite as diferenças individuais e possibilite a esta criança alcançar a autonomia. E para que isso ocorra é importante que ela vivencie experiências diversas no processo do seu desenvolvimento, onde o educador precisa criar condições para que desenvolvam suas capacidades num todo.

Pode-se concluir que as dificuldades de aprendizagem podem ser cercenadas através de estímulos psicomotores desde a educação infantil, e que os educadores não podem considerar apenas que são exercícios estimuladores e isolados, mas sim ter em mente uma ação capaz de proporcionar estímulos para o desenvolvimento saudável da vida intelectual e emocional da criança, sendo assim, as atividades psicomotoras não devem ser realizadas de forma mecânica, mas associadas a jogos, brincadeiras, atividades lúdicas em que se priorizem a relação afetiva, a livre expressão e ainda o potencial de cada educando.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, M. J., VIEIRA, A. P. A importância da psicomotricidade para superação das dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. **Cadernos PDE**, vol.1. Paraná, 2013.

LE BOULCH, J. **O desenvolvimento psicomotor**: Do nascimento aos 6 anos. 6.ed. Porto Alegre: Artes Médicas,1990.

LEVIN, E. **A clínica psicomotora**: O corpo na linguagem. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 341p.

LOPES, T.A.M. Dificuldade de aprendizagem na alfabetização. **Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica**. Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/54018?show=full>. Acesso em: 09 Ago. 2019.

OLIVEIRA, G.C. **Psicomotricidade**: Educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.48.

_____. **Psicomotricidade:** Educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROSA, L. R. “O conhecimento psicopedagógico e suas interfaces: compreendendo e atuando com as dificuldades de aprendizagem”. **IV CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**. Uberlândia, Nov/2015.

SANTOS, A. **Jogos e atividades lúdicas:** Na alfabetização. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. 154p.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. 1.ed. São Paulo: Penso, 2011.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Renata Ribeiro, Suselaine Mascioli, e-mail: susezan@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como seu principal objetivo evidenciar a importância da psicomotricidade no Transtorno do Espectro Autista. Buscou-se a explanação do tema para evidenciar a trajetória da psicomotricidade, ressaltar seu envolvimento com a criança com TEA e auxiliar aqueles que atuam nas instituições educacionais, na área clínica e famílias. A falha nesse processo inicia-se muitas vezes pelo pré-conceito do educador que se sente ameaçado pelas mudanças que se fazem necessárias, esta pesquisa baseia-se em levantar dados que comprovem a hipótese de que é a transformação no olhar do educador, que se faz compreender que ensino-aprendizagem da criança com o TEA não é um processo linear que caminha em uma única direção, mas sim multifacetado apresentando parados, saltos, buscas e transformações.

Explanou-se a identificação do que vem a ser o Transtorno do Espectro Autista. Sendo assim verificou-se que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado um distúrbio global do desenvolvimento que atinge a linguagem, a cognição e a interação social (CASTRO, et al., 2016). Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-5), o TEA é um distúrbio do desenvolvimento neurológico, caracterizado por atrasos e desvios sociocomunicativos e manifestação de comportamentos restritos e repetitivos (AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION APA, 2013).

Buscou-se modelos de ensino, onde família e escola pudessem trabalhar juntas e falando a mesma língua, por esta razão explorou-se o modelo TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children). O TEACCH tem como maior preocupação proporcionar a independência da pessoa com autismo, tendo maior autonomia e qualidade de vida, explorando no ambiente a força que precisa para construir conceitos e organizar a vida dessa pessoa desde a primeira infância através da psicomotricidade. É um programa que funciona na prática que acompanha a pessoa na escola, em casa, no trabalho e em todos os ambientes (FONSECA; CIOLA, 2014).

Outro ponto a ser estudado foi do que é importante o educador saber para trabalhar com uma criança autista. Primeiramente o professor precisa ver o mundo através do mundo autista, nessa interação, primeiro quem aprende é o professor com seu aluno autista. O princípio mais importante para a criança autista não é sua capacidade acadêmica e sim a aquisição de capacidades sociais e sua autonomia (CUNHA 2017).

2 METODOLOGIA

Este trabalho faz uso de procedimento técnico bibliográfico, sendo de caráter exploratório descritivo. Buscou-se como base em pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que permite que se tome conhecimento dos materiais já publicados sobre o tema. Utilizou-se a base de dados online e livros. Adotou-se o critério de inclusão de alguns trabalhos publicados a partir do ano de 1990, e a maior parte de materiais publicados a partir do ano de 2000 para melhor atualização sobre o tema pesquisado.

Para a pesquisa qualitativa, o próprio pesquisador é um instrumento ao observar ações e contextos e, com frequência, ao desempenhar intencionalmente uma função subjetiva no estudo, utilizando sua experiência pessoal em fazer interpretações. O pesquisador quantitativo faz escolhas metodológicas e de outros tipos com base, em parte, em suas preferências pessoais, mas geralmente tenta coletar os dados de forma objetiva, e não subjetiva (STAKE, 2011).

Para elaboração deste trabalho na busca de melhor estruturação de conteúdo, pesquisou-se livros e artigos que contemplassem novos conhecimentos sobre a temática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A psicomotricidade se apresenta como um recurso a ser desenvolvido tanto em sala de aula como fora dela, favorecendo o desempenho escolar. “Uma ação pedagógica faz-se necessária e esta deve enfocar a educação global, em que devem ser respeitados os potenciais intelectuais, sociais, motores e psicomotores” (OLIVEIRA, 2014).

Segundo Barbosa (2010), cada vez mais as clínicas psicopedagógicas recebem alunos com dificuldades de aprendizagem. É de grande relevância lembrar que o ser que aprende no olhar psicopedagógico é compreendido como um indivíduo capaz de conhecer o mundo e a si próprio. Um ser cognoscente, que aprende, explora e que busca a mobilização diante de novas situações que oportunizem a aprendizagem, um ser em evidência que se move em direção ao objeto da aprendizagem corporalmente. Na

intervenção psicopedagógica é necessário trilhar objetivos que possibilitem o movimento externo e interno do indivíduo.

O termo “autismo” é de origem grega, onde “autos” significa “de si mesmo”, ou seja, alguém que está voltado para si mesmo (CARNEIRO, 2017). É um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por prejuízo na interação social recíproca, comunicação social e padrões de comportamento estereotipados e repetitivos (CANNONE et al., 2017).

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-5), o TEA é um distúrbio do desenvolvimento neurológico, caracterizado por atrasos e desvios sociocomunicativos e manifestação de comportamentos restritos e repetitivos, déficits persistentes na comunicação social e nas interações sociais, falta de reciprocidade social, comportamentos motores ou verbais estereotipados, ou comportamentos sensoriais incomuns (AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION APA, 2013).

O programa TEACCH visa compreender o pensamento da pessoa autista, como ela vive, aprende e responde ao ambiente, com o objetivo de desenvolver aprendizagem de forma independente, autônoma e funcional. O programa associa muitos recursos psicopedagógicos, mas não é especificamente para pessoas em idade escolar, preocupa-se em trabalhar com as pessoas com autismo ao longo de sua vida. Sendo assim, o programa não é um método ordenado por regras a serem seguidas e sim um conjunto de princípios destinados ao entendimento do autismo para que se possam criar meios para que o autista possa compreender o mundo, seguido de uma ordem e organização (FONSECA; CIOLA, 2014).

Outro aspecto muito importante a ser lembrado, é de que além de escolher o que pode fazer parte do currículo das crianças com autismo, é preciso trabalhar a conscientização dos familiares sobre o prejuízo da infantilização. Ressaltando os benefícios do aprendizado voltado para a independência visando o desenvolvimento do máximo de potencialidades do indivíduo com autismo. Os pais precisam ter consciência de que não serão eternos. Assim já tendo o cuidado de preparar o seu filho para a vida independente possível. Sendo de imenso valor nessa fase para os pais reconhecerem as potencialidades, individualidade e a capacidade criativa de seus filhos com autismo (SERRA, 2010).

Para a intervenção baseia-se na teoria cognitiva, comportamental e do desenvolvimento fundamentado na prática que entende o homem em constante

desenvolvimento. Pelo autismo ser um transtorno do desenvolvimento, uma desorganização neurobiológica, é extremamente necessário que se tenha uma estrutura. Sendo de grande valor também a análise, observação e a associação entre comportamentos, ambiente e aprendizagem. Os profissionais que fazem uso do modelo TEACCH comprometem-se a serem educadores, além de terapeutas, pois o processo ensino-aprendizagem acontece a todo o momento nesse modelo de intervenção (FONSECA; CIOLA, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que este trabalho buscou evidenciar a inter-relação da psicomotricidade com o TEA na ação preventiva e clínica, valorizando a questão de como o educador pode trabalhar na configuração de um novo contexto para as crianças com dificuldades de aprendizagem através da psicomotricidade.

Utilizou-se o procedimento técnico bibliográfico de cunho qualitativo, de caráter exploratório descritivo, para que assim pudesse explorar livros e artigos já publicados.

Pode-se concluir que todo o desenvolvimento que a criança irá se submeter, se manifestará em primeiro momento num ambiente particular, o da família. Neste sentido, tudo aquilo que se evidencia está de certa forma dependente desse primeiro contexto. Portanto, a qualidade da relação da criança com o meio, e a forma de explorar os ambientes na busca de sua função sociedade, possui uma importância renomada.

O modelo de ensino estruturado que esse trabalho propôs foi fundamentado no modelo TEACCH que demonstrou-se ter grande validade no que sugere. A proposta desse modelo é de ser facilitador para a independência, autonomia e funcionalidade da criança autista em todos os ambientes em que vive, sendo base para a criação de rotas estruturadas e individualizadas para cada criança, trabalhando vários aspectos como capacidades cognitivas, sensoriais, sociais, comunicacionais e comportamentais. Sendo um método que trabalha com a criança em todos ambientes de sua vivência, pode-se concluir que sua proposta tem muito a agregar a escola, aos profissionais envolvidos e a família.

Diante dos fatores pesquisados, ficou evidente a extrema importância da psicomotricidade na prática do psicopedagogo, que deve expandir seu olhar tanto para história, quanto para o projeto pessoal de cada aluno com TEA, e proporcionar novas metodologias junto à escola, tornando o aprendizado significativo. Por esta razão, a escola não pode limitar o aluno dentro do ambiente educacional, principalmente na

educação infantil, distanciando-os das experiências e práticas sociais necessárias para seu desenvolvimento psicomotor.

Este trabalho teve seus objetivos alcançados buscando ser base para novas pesquisas sobre o tema em questão.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION - APA. **DSM-V-TR -** Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5th ed, n.1, p. 59-66, 2013.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Intervenção psicopedagógica:** No espaço da clínica. Curitiba: Ibpex, 2010. 229 p.

CANNONE, L. A. R. et al. **Personalidade das mães e gravidade de sintomas de transtorno do espectro do autismo nos filhos.** Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 6, n. 2, p. 66, 2017. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1197>. Acesso em: 01 set. 2019.

CARNEIRO, R. U. C. **Inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino fundamental II.** Temas em Educação e Saúde, v. 13, n. 2, p. 260–270, 2017. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/tes/article/view/9549>. Acesso em: 01 set. 2019.

CASTRO, C. B.; LIN, J.; SAKAE, T. M.; MAGAJEWSKI, F. R. L. **Aspectos sociodemográficos, clínicos e familiares de pacientes com o transtorno do espectro autista no sul de Santa Catarina.** Revista Brasileira de Neurologia, v. 52, n. 3, p. 20–28, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rbn/article/view/5185>. Acesso em: 01 set. 2019.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão:** Psicopedagodia e práticas educativas na escola e na família. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Wak Ed., 2017.

FONSECA, M. E. G.; CIOLA, J. DE C. B. **Vejo e Aprendo - Fundamentos do programa TEACCH:** o ensino estruturado para pessoas com autismo. 1. ed. Ribeirão Preto, SP: Book Toy, 2014.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade**: Educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 150 p.

SERRA, D. **Autismo, família e inclusão.** Polêmica**,** v. 9, n. 1, p. 40–56, 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2693/1854>. Acesso em: 01 set. 2019.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. 1 ed. São Paulo, SP: Penso, 2011.

A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NO AUXÍLIO AOS ALUNOS COM TDAH

Louise Bianco Soares Rafani, Fábio Henrique Pinheiro, e-mail: louise@soares.com.br

1 INTRODUÇÃO

Na nossa atualidade onde a tecnologia faz parte de quase tudo que envolve o ser humano, a proposta desta pesquisa torna-se relevante para demonstrar o quanto os recursos tecnológicos podem contribuir com a educação, facilitando tanto o trabalho dos educadores, quanto o aprendizado dos alunos. Assim, a pesquisa terá como objetivo analisar a importância desses recursos para atender alunos com TDAH.

De acordo com o RCNEI, algumas ferramentas são fundamentais no auxílio do trabalho do educador, fazendo com que se enriqueça o trabalho realizado em sala de aula, e trazendo a possibilidade de se trabalhar com uma grande quantidade de recursos tecnológicos potencializando o ensino das crianças, principalmente as que possuem algumas especificidades que os recursos tecnológicos podem auxiliar.

A problemática que envolve essa pesquisa está voltada para alguns questionamentos, dentre eles estão: Qual a importância de se utilizar recursos tecnológicos no espaço educativo? E entender: Como fazer da tecnologia assistiva uma aliada no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TDAH?

Neste sentido esta pesquisa irá trazer algumas das melhorias que os recursos tecnológicos propiciam no trabalho com alunos especiais, promovendo a inclusão educacional de forma efetiva.

Ressaltando que esses recursos podem contribuir para o aprendizado dos alunos, auxiliando e facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, a tecnologia na educação deve ser utilizada para a transformação do ensino tradicional e para construir um espaço em que a produção do conhecimento aconteça de forma criativa e participativo (Kenski, 2003), sendo o papel da escola promover ações que favorecem as atividades educativas de forma dinâmica, mas fazendo o uso consciente da ferramenta tecnológicos.

Dessa forma, os objetivos da pesquisa cursaram com a necessidade de detalhar alguns recursos tecnológicos que podem auxiliar alunos com TDAH, no espaço

educativo, bem como entender o uso da tecnologia como uma ferramenta que contribui para o ensino e aprendizagem de alunos com TDAH.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, foram analisadas bibliografias de artigos científicos e livros objetivando delinear as concepções de diversos autores sobre os temas tratados no texto. Buscou-se verificar a importância de se utilizar os recursos tecnológicos como facilitadores do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TDAH.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A informática é algo que contribui para aprendizagem escolar, pois por meio da tecnologia os alunos têm a possibilidade de se envolverem em atividades mais dinâmicas e lúdicas, o que facilita o entendimento e melhora a absorção dos conteúdos.

Ao unir tecnologia e ludicidade, é quase impossível não alcançar os objetivos que se pretende alcançar no que se refere à transmissão de conhecimentos. Nas palavras de Ponte (2000), temos:

> As TIC's poderão ajudar na aprendizagem de muitos conteúdos, recorrendo a técnicas sofisticadas de simulação e de modelação cognitiva baseadas na inteligência artificial. No entanto, não me parece que será desse modo que elas vão marcar de forma mais forte as instituições educativas, mas sim pelas possibilidades acrescidas que trazem de criação de espaços de interação e comunicação, pelas possibilidades alternativas que fornecem de expressão criativa, de realização de projetos e de reflexão crítica. (p.14)

Portanto é importante que se tenha o pleno conhecimento de que os alunos com TDAH, precisam de uma atenção diferenciada, ou seja, quando unimos as tecnologias nas práticas educativas, além de envolvê-las em atividades lúdicas, conseguimos captar mais a atenção destas crianças e também é possível perceber que o crescimento intelectual das crianças é mais eficaz.

Santarosa (2001, p. 8) destaca que o cooperativismo e a colaboração propiciados pela informática abrem possibilidades de desenvolvimento cognitivo por meio da comunicação, da linguagem e de dimensões sócio-afetivas.

Neste sentido, quando envolvemos as crianças em atividades que buscam uma maior interação entre elas, estamos indiretamente proporcionando uma socialização, é um trabalho em equipe que a criança com TDAH não está habituada a realizar.

Ao incluir as TICs no processo de ensino e aprendizagem de crianças com TDAH, existem alguns aspectos positivos e negativos. Dentre os aspectos positivos estão: os jogos pedagógicos que facilitam o entendimento das crianças e atrai a atenção, melhora a concentração e potencializa a responsabilidade, já que alguns jogos pedem que se conclua alguma fase para que se possa passar para a fase seguinte. De acordo com Huizinga (2004) o jogo é toda e qualquer atividade humana, está presente em tudo que nos cerca; é um fenômeno cultural e não biológico. O autor caracteriza o jogo da seguinte maneira:

> Atividade livre, que se não for voluntária e existir ordens teremos uma "imitação forçada" do jogo; - "não-séria", mas ele pode ocorrer na seriedade; - exterior à vida habitual; - absorve o jogador intensamente e totalmente, ele é fascinante e excitante; - atividade desligada de interesses materiais, ele se realiza na satisfação da sua realização; - é praticado dentro de limites espaciais e temporais próprios; - segue determinadas regras; - "fazer de conta"; - possui ordem e cria ordem; - ajuda na formação de grupos sociais (p. 16).

Neste sentido com as tecnologias e atividades envolvendo jogos pode trazer inúmeros benefícios no espaço educativo, fazendo com que as crianças interajam e se socializem cada vez mais.

No entanto as TICs podem trazer alguns aspectos negativos, pois elas podem fazer com que as crianças não queiram adquirir os conhecimentos através de métodos tradicionais, ou seja, a criança pode querer se isolar e ficar somente no computador, e isso prejudique a socialização que a criança deve ter no espaço educativo.

É papel do pedagogo e do psicopedagogo, envolver a criança em jogos cooperativos que buscam a interação entre as crianças para melhorar a socialização entre a criança com TDAH e as demais, fazendo com que entendam que a tecnologia é um facilitador do processo de ensino e aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos elencados nesta pesquisa é importante compreender que a tecnologia está presente no cotidiano das crianças desde pequenas, portanto ao utilizar os recursos tecnológicos para facilitar o ensino aprendizagem dos alunos, o educador está envolvendo as crianças em atividades que trazem conteúdos que devem ser passados, mas levando as crianças a buscar conhecimentos através da tecnologia.

O uso de recursos tecnológicos no espaço educativo, principalmente com crianças com TDAH, facilita o aprendizado da criança e o trabalho do educador.

Quando trabalhos são realizados em laboratórios de informática, conteúdos que se pretende transmitir para os alunos, o educador cria um ambiente agradável, pois já faz parte das tarefas diárias das crianças.

Vale ressaltar que vivemos na era digital, sendo assim, quase tudo envolve tecnologia, quando pensamos que as crianças podem adquirir conhecimentos por meio de um jogo digital é importante entender que se faz uma aprendizagem significativa.

A pesquisa nos mostra que os avanços tecnológicos precisam ser utilizados no intuito de facilitar a aprendizagem dos alunos com TDAH, portanto se faz necessário que os educadores estejam sempre se especializando e buscando novas tecnologias que auxiliam no processo de aprendizagem e seja também um facilitador para que a inclusão seja realmente efetiva no nosso país.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **a dimensão de uma mudança: atenção, criatividade, disciplina, distúrbios de aprendizagem. Propostas e projetos.** Campinas-SP. São Paulo: Papirus, 1999.

CONDEMARÌN, Mabel; GOROSTEGUI, Maria; MILICIC, Neva. **Transtorno do Déficit de Atenção: Estratégias para o diagnóstico e a intervenção psico-educativa**. São Paulo: Planeta, 2006.

COOMBS, P.H. **A crise mundial da Educação**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

CRUZ, Sônia Aparecida Belletti; STEFANINI, Maria Cristina Bergonzoni. **Dificuldades de aprendizagem e suas causas**: o olhar do professor de 1º a 4º séries do ensino fundamental. Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 1 (58), p. 85-105, Jan./Abr. 2006.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: O jogo como elemento da cultura**. São Paulo: perspectiva.2004.

KEARSLEY, G. **Educação tecnológica.** São Paulo: Cortez, 1993.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

LABRUNIE, Maria das Graças Lino. **TIC's na escola: uma tipologia sobre as práticas**.

LOPES, M. C. L. P. **Formação tecnológica: um fenômeno em foco**. Campo Grande: UCDB, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a turma toda. Pátio**, Porto Alegre, ano 5, n. 20, p. 18-19, 2002.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas.** Brasília: SEESP/MEC, p. 82-86, 2005.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 12. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

MOREIRA, M. **O uso de computador na educação: pressupostos psicopedagógicos**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n.4, p. 13-17, 1986

PONTE, João Pedro da. **Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: que desafios?** Revista Ibero Americana, nº 24, setembro/dezembro, 2000.

SANCHO, Juana M. **Para uma tecnologia educacional**. Disponível em: <Lição para usar tecnologia (diaadia.pr.gov.br)>. Acesso em 19 de setembro 2019.

SANTAROSA, L. M. C**. Integração. Brasília: secretaria da educação Especial. ano13**, n. 23, p. 6-13, 2001.

SANTOS, M. E. V. **Desafios pedagógicos para o século XXI.** São Paulo: Lisboa, 2006.

SILVA, Ana Beatriz B. **Mentes inquietas: TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SMITH, C. STRICK, L**. Dificuldades de aprendizagem de A a Z.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar.** Rio de Janeiro: DP & A. 1977.

A IMPORTÂNCIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Janaina Cristina de Campos, Vânia Moretto Borim Delpino, e-mail: janainacampos05@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Estágio da Infância é concebido como um período crucial na formação de pessoas em diferentes tipos de desenvolvimento, físico, emocional, social e intelectual. Nesse sentido, a escola de hoje deve acompanhar paralelamente essas necessidades, essas demandas sociais, através de modelos e teorias de aprendizagem, estratégias, abordagens e recursos que favoreçam o desenvolvimento dessas capacidades nos alunos.

O sistema educacional deve ser capaz de fornecer treinamento destinado ao desenvolvimento de conhecimento que permita às pessoas dar sentido às coisas, entender, fazer julgamentos, analisar como as coisas funcionam, incentivar a observação, curiosidade, bom senso e criatividade. Klemann e Nunes (2015) destacam a necessidade de aprender a cooperar e o domínio de idiomas para permitir aos cidadãos maior mobilidade trabalhista e cultural. Em suma, é necessário preparar uma sociedade capaz de funcionar em um mundo em mudança, resolver problemas e lidar com a rapidez das informações.

Em toda essa estrutura, a teoria das inteligências múltiplas proposta por Gardner (1995) se configura como um paradigma emergente no campo do ensino e da aprendizagem, que poderia ser uma alternativa para atender às necessidades planejadas para o processo de ensino-aprendizagem na educação Infantil. Esse novo paradigma é, portanto, concebido como um modelo alternativo nessa etapa, mas também adequado para todo o ensino obrigatório, devido ao grande valor pedagógico que tem adquirido nos últimos anos.

Desta forma, o presente estudo teve como objetivo investigar a Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner na Educação Infantil através de uma revisão bibliográfica.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa e descritiva, baseada principalmente em livros de diversos autores da área de Pedagogia com ênfase em Altas Habilidades e Inteligência Múltipla como, por exemplo, Gardner (1995, 2001), Antunes (2011), Almeida et al. (2009), Silver, Strong e Perini (2010), Antunes (1998), entre outros. Foi realizado também um levantamento de informações sobre o tema em revistas, artigos, documentos, relatórios, periódicos, entre outras fontes de pesquisa dos últimos 10 anos. Foram utilizados os seguintes descritores: inteligências múltiplas e educação infantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cérebro aprende de maneiras diferentes, nos últimos anos tem se falado de como o cérebro é capaz de aprender de maneiras diferentes e usando várias estratégias e elementos do ambiente. Uma das contribuições significativas para essa peculiaridade do cérebro foi realizada por Gardner (1995) em sua pesquisa sobre as múltiplas inteligências que compõem o cérebro humano, publicada em 1983. Gardner (1995) explica, em sua teoria, que o cérebro não tem apenas um tipo de inteligência, mas com várias inteligências que estão interconectadas, mas podem trabalhar de forma independente e ter um nível individual de desenvolvimento. Ele mostrou como uma pessoa pode ter um alto nível de conhecimento do mundo usando música, corpo ou linguagem. Considerando a filosofia das Inteligências Múltiplas para delinear o seu trabalho, o autor propõe diferentes atividades de aprendizagem ou de programação que ocorrem na sala de aula, permitindo que os alunos usem recursos diferentes (de suas inteligências múltiplas) para a aprendizagem e desenvolvimento de competências.

De acordo com Gardner (2001), o cérebro aprende com estilos diferentes. Muitas vezes, as aulas são planejadas e realizadas apenas explorando estilos de aprendizagem, tais como visual, auditivo, linguístico ou lógico. No entanto, devido a enorme capacidade do cérebro humano para aprender através de diferentes estilos, o professor deve fornecer uma gama de ideias e propor alternativas para a aprendizagem, facilitando o desenvolvimento de todas as habilidades de pensamento dos alunos.

Embora o cérebro de cada ser humano seja geneticamente programado para aprender, processar e consolidar conhecimento em seres humanos com desenvolvimento normal, é importante que os educadores consideram que os alunos também têm a capacidade de aprender de maneira reflexiva, impulsiva, analítica, global, conceitual, perceptual, motora, emocional, interpessoal e intrapessoal. Um pensamento

programático de classes de diferentes maneiras de ensinar para diferentes formas de aprendizagem é, sem dúvida, uma oportunidade real para o desenvolvimento humano (SILVA, MORINO, 2013).

Com base nos tipos de inteligência, Antunes (2011) aponta que Gardner alerta sobre a necessidade de estimular nos canais em sala de aula o desenvolvimento de habilidades potenciais presentes nos alunos e introduzir conceitos como: Inteligência não é única, as inteligências são múltiplas; dinâmicas que variam com o desenvolvimento, dentro e entre indivíduos, podem ser identificadas e descritas; o uso de uma das inteligências pode servir para desenvolver outra inteligência e sua capacidade de ancorarem-se umas nas outras. De acordo com Almeida et al. (2009), cada pessoa é uma mistura única de inteligências dinâmicas; é difícil que uma pessoa possua apenas um tipo; portanto, ela merece a oportunidade de reconhecer e desenvolver a multiplicidade de inteligências. Todas as inteligências fornecem recursos alternativos e potencialidades para o desenvolvimento humano, independentemente da idade ou circunstância.

Para Mariano et al. (2009), se o processo de ensino-aprendizagem é visualizado na escola, são observados alunos com inteligência linguística que preferem escrever histórias, ler, brincar com rimas, trava-línguas e aprender outras línguas com muita facilidade. Todo professor de qualquer nível ou modalidade do sistema e qualquer que seja sua especialidade deve desenvolver esse tipo de inteligência, pois envolve o desenvolvimento de processos de comunicação, a transmissão de ideias e a capacidade de se relacionar mais eficazmente com as pessoas. Esse estudante é personificado pelo falante, poeta, escritor, jornalista, e professor social.

Enquanto os alunos que desenvolvem a inteligência lógico-matemática, analisam, visualizam e resolvem problemas facilmente, com a capacidade de seguir uma linha de pensamento, identificam e compreendem padrões, relações entre símbolos e fenômenos reais. Mariano et al. (2009) apontam que os sujeitos que possuem inteligência lógica matemática brincam com ideias, precisam entender a causa e o porquê das coisas e fenômenos. Esse tipo de inteligência é personificado por contadores, engenheiros, programadores, estatísticos, designers, todos os professores de especialidades, tais como: Matemática, Comercial, Ciência da Computação, Química, Física, Desenho Técnico, Música.

Quanto aos alunos que fazem planos, diagramas, tabelas e mapas, conceituais e mentais, para aprender um assunto desenvolvem a inteligência visual-espacial, esse tipo

é personificado principalmente por pintores, escultores, marinheiros, aviadores, designers, artesãos, professores de artes e ciências. Silver, Strong e Perini (2010) apontam que os sujeitos que têm esse tipo de inteligência sonham acordados e imaginam com frequência, desfrutam de atividades artísticas, montam quebra-cabeças, resolvem labirintos e fazem construções tridimensionais.

Aqueles alunos que gostam de sons de todos os tipos e seguem o ritmo rítmico, têm mais inteligência musical desenvolvida. Essa inteligência é personificada principalmente por músicos, compositores, amantes da música, professores de música e engenheiros de som. Os professores de música devem desenvolver essa inteligência que Mariano et al. (2009) apontam para identificar, lembrar uma peça de melodia e/ou reconhecer quando um instrumento é dissonante. Na escola, essas inteligências podem ser identificadas, nos alunos habilidosos em atividades esportivas, dança, expressão corporal e manuseio de instrumentos. Esse tipo é personificado principalmente por atletas, dançarinos, cirurgiões, artesãos. Os professores que devem aprender a desenvolver em seus alunos esse tipo de inteligência são os de Arte, Educação Física e Ciências Naturais. As crianças que apresentam esse tipo de inteligência relacionam conceitos e ação, comunicam-se através de gestos, expressões faciais e praticam esportes (AGNOLON, MASOTTI, 2016).

Quanto à inteligência interpessoal, esta aparece naqueles que são excelentes em grupos, são convincentes e sociais, são personificados principalmente por atores, políticos, vendedores e professores. Antunes (1998), Silver, Strong e Perini (2010) relatam que indivíduos com esse tipo de inteligência reconhecem e promovem as habilidades das pessoas em um grupo, contando com isso para maximizar seu potencial, estabelecer fortes laços de amizade e mediar conflitos sociais.

A inteligência intrapessoal é mais desenvolvida pelos estudantes atenciosos e assertivos, conscientes das mudanças internas de humor, intenções, motivações, sentimentos e sonhos. Esse tipo de inteligência é observado principalmente em teólogos, psicólogos, educadores e conselheiros (ANTUNES, 2011).

Deve-se notar que esses dois últimos influenciam um ao outro porque, se alguém se conhece, é possível entender os outros e vice-versa. Essas duas inteligências, as chamadas inteligências pessoais intra e interpessoais, Goleman (2003) coletivamente as chamam de inteligência emocional.

Os professores, independentemente da especialidade, devem desenvolver essas duas inteligências intra e interpessoais, porque, em seu papel de comunicador natural,

devem interagir empaticamente, com seus alunos se colocando no lugar do outro, ouvindo, gerenciando bem a comunicação verbal e não verbal. Além disso, o professor deve começar por ter informações claras sobre si mesmo, suas motivações, emoções e interesses, que lhe permitam tomar decisões válidas e ajustadas, com base em objetivos claros e definidos (ANTUNES, 2011; GARDNER, 1995).

A escola deveria fornecer uma gama de alternativas para desenvolver as inteligências de cada criança na educação infantil, eliminando uma visão homogênea dos alunos. Deveria ter ambientes que permitissem concentração, o trabalho em grupo através do acesso a diferentes fontes de informação bibliográfica e eletrônica. Ou seja, uma visão mais integradora da pessoa do aluno, mais pluralista da mente, que reconheça muitas facetas diferentes da cognição, o que levaria em conta que as pessoas têm diferentes potenciais e estilos cognitivos.

A esse respeito, Gardner (1995, 2001) e Antunes (2011) apontam que todos os alunos têm interesses e habilidades diferentes, portanto as diferenças individuais devem ser abordadas desde as primeiras etapas da educação infantil. E dessa forma, proporcionando às crianças, a oportunidade de descobrir seus interesses e habilidades específicas, enquanto na adolescência os alunos precisam de orientação para a seleção de sua carreira. Portanto, o que é ensinado, como é ensinado e avaliado em uma matéria também deve ser diferente de outras, para que se possa realmente abordar as diferenças.

Deve-se garantir o uso de estratégias metodológicas, criativas e inovadoras que gerem processos de ensino e aprendizagem mais ativos, eficientes e de melhor qualidade. Além de promover o autoconhecimento e a atualização pessoal em relação às múltiplas inteligências, em busca da melhoria do perfil da criança, os professores da educação infantil deveriam buscar meios instrucionais para o aprimoramento de uma parte da autoestima dos alunos, incentivando neles a valorização social de outras inteligências (ANTUNES, 2011).

Isso demonstra que o professor, como protagonista do sistema instrucional, deve desenvolver essas competências para ter em mente que ser habilidoso em uma inteligência não implica que ele deva ser fraco em outra, por isso tudo deve ser desenvolvido (ANTUNES, 2011). Para poder implementar essas informações na escola, é necessário que o professor seja instruído em ferramentas que lhe permitam colocar em prática em suas estratégias instrucionais diferentes técnicas e atividades em que o conhecimento de um assunto é facilitado de diferentes maneiras, levando em conta,

dessa forma, as necessidades e interesses e o tipo de inteligência das crianças, além da natureza do conteúdo a ser tratado (ALMEIDA et al, 2009).

Para Guimarães e Garms (2013), o modelo de trabalho baseado em Múltiplas Inteligências está intimamente ligado aos princípios e propósitos do Currículo de Educação Infantil, principalmente porque ambos buscam como objetivo final o desenvolvimento integral da criança. Além disso, o trabalho baseado nesse novo conceito de inteligência tem características próprias que se encaixam perfeitamente com o espírito do Currículo Infantil: oferece oportunidade a todos os alunos, destaca as diferentes capacidades das pessoas, favorece o trabalho criativo e nos projetos, possibilita trabalho de competência e trabalho cooperativo, dá especial importância ao desenvolvimento emocional, favorece a participação do aluno, motivação e autonomia, bem como a atenção à diversidade, incentiva a criatividade do aluno e promove o aprendizado da convivência e cooperação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi apresentada uma pesquisa sobre a importância de se considerar as inteligências múltiplas na educação para desenvolvimento integral do estudante. Baseado nesta pesquisa, recomenda-se que o professor em seus projetos pedagógicos use atividades como: contar histórias, usar estatísticas e modelos quantitativos, fornecer atividades manuais, usar representação de papéis, simulações, jogos, comparações, experimentos, visualização, canto e desenho e se o tópico permitir, explorar temas relacionados à natureza. Ou seja, implementar estratégias variadas, nas quais o aluno participe ativamente, onde aprende fazendo, em um ambiente acolhedor e democrático, sem discriminação na sala de aula, independentemente do número de alunos e do tipo de inteligência que possua.

REFERÊNCIAS

AGNOLON, R.; MASOTTI, D. R. A musicalização e o desenvolvimento cognitivo de crianças a partir das inteligências múltiplas. **# Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1967. Acesso em set. de 2019.

ALMEIDA, L. S. et al. Inteligências múltiplas de Gardner: É possível pensar a inteligência sem um factor g?. **Psychologica**, n. 50, p. 41-55, 2009. Disponível em: http://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/969. Acesso em set. de 2019.

ANTUNES, C. **Inteligências Múltiplas E Seus Estímulos (as)**. Papirus Editora, 1998.

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Editora Vozes Limitada, 2011.

GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas – A Teoria na Prática**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas,1995.

GARDNER, H. **Inteligência: um conceito reformulado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. 12ª Edição. Temas Editoriais. Lisboa. 2003.

GUIMARÃES, C. M.; GARMS, G. M. Z. Currículo para a educação e o cuidado da criança de 0 a 5 anos?. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 18, n. 1, p. 19-35, 2013. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/1895. Acesso em set. de 2019.

KLEMANN, A. P.; NUNES, J. M. Educação infantil na trilha das múltiplas inteligências: uma proposta de construção do conhecimento a partir de salas ambiente. **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, v. 12, n. 23, p. 44-57, 2015. Disponível em: http://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/2522. Acesso em set. de 2019.

MARIANO, W. S. et al. Teoria de Howard Gardner, das inteligências múltiplas, em escolas: públicas e privadas do município de Dourados/MS. **Cadernos da Pedagogia**, v. 2, n. 4, 2009. Disponível em: http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/download/107/64. Acesso em set. de 2019.

SILVA, F.; MORINO, C. R. I. A importância das neurociências na formação de professores. **Momento - Diálogos em Educação**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 29, jul. 2013. ISSN 2316-3100. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/2478/2195>. Acesso em set. de 2019.

SILVER, H.; STRONG, R.; PERINI, M. Inteligências múltiplas e estilos de aprendizagem. **Porto: Porto Editora**, 2010. Disponível em: http://www.edipsico.pt/files/Inteligencias-Multiplas.pdf. Acesso em set. de 2019.

A IMPORTÂNCIA DE UM LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA

Lilian Maldonado Coutinho, Fabio Henrique Pinheiro, e-mail: limrosario@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho resgata brevemente a história da Matemática e analisa a importância do laboratório de Matemática para as escolas da rede básica de ensino brasileira, tendo em vista que existem poucas escolas que utilizam ferramentas diferenciadas no ensino da Matemática. Partindo da problemática acima, utilizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, com o objetivo de elucidar dúvidas referentes à implementação e uso dos laboratórios de Matemática. Assim, diversos autores foram essenciais para a construção desse raciocínio, dentre eles destacam-se Aguiar (1999) e Lorenzato (2006).

A pesquisa que resultou neste trabalho permitiu verificar que para o desenvolvimento de um ensino lúdico e concreto, não existe a necessidade de materiais de alto valor, tornando a proposta plausível para diversos ambientes escolares, não apenas para escolas de ensino privado.

Conforme explica ROQUE; PITOMBEIRA (2012), o ensino da Matemática se torna necessário, não apenas a instrumentalização, mas também a valorização desse ensino, auxiliando o homem em sua vida cotidiana. O artigo discorre sobre os obstáculos que podem impedir o trabalho do professor e o aprendizado do aluno, segundo Barroso e Franco (2010) que discorre mais sobre essa temática no artigo “O laboratório de ensino de matemática e a identificação de obstáculos no conhecimento de professores de matemática”.

Pesquisas mostram que o ensino da Matemática direcionado à aplicabilidade torna mais significativa à aprendizagem, pois permite que o aluno associe com seu cotidiano o conteúdo aprendido, esse trabalho já vem sendo realizado em algumas escolas, sem deixar de lado o método científico, mas tornando possível que o aluno participe de forma mais ativa nesse processo, conforme explica Mendes (2002).

Desta forma o trabalho se desenvolve para orientar a construção de um laboratório dinâmico, que pode inclusive ser desenvolvido com auxílio dos educandos, Gonçalves (2002) sugere alguns exemplos de laboratórios, demonstrando diversas opções aos

profissionais da educação e levando em consideração a estrutura e capacidade de cada espaço, assim como explica Aguiar (1999) ao analisar com maior profundidade esse tipo de ambiente.

Desta forma esse trabalho teve como objetivo resgatar a história da Matemática, levando em consideração os avanços que ocorreram ao longo do tempo. Busca-se refletir sobre os avanços que ainda são necessários, direcionando para a importância do laboratório de Matemática no ambiente escolar, com o propósito de auxiliar o professor, proporcionando aulas práticas e diferenciadas. É relevante o embasamento teórico para estruturar as aulas de maneira adequada, levando o aluno a interagir como ser ativo no processo de construção da aprendizagem.

2 METODOLOGIA

Optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, buscando por meio da literatura estudiosos que se aprofundaram na área Matemática, não só conceitualmente como de forma prática, sendo capazes de identificar a importância de um laboratório voltado para essa área do conhecimento e analisando a partir de práticas quais métodos contribuíram com uma aprendizagem significativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse estudo buscou analisar por meio de pesquisas bibliográficas a importância dos laboratórios de Matemática estarem inseridos nas instituições de ensino e fazerem parte do planejamento do professor, tornando a aprendizagem mais dinâmica e significativa, Barroso e Franco (2010), explicam que a ação do sujeito sobre o objeto são fundamentais para o bom aproveitamento da atividade, fazendo-se necessário o uso de um espaço com ferramentas voltadas para o ensino aprendizagem, desconstruindo dessa forma algumas ideias tradicionalistas que estão enraizadas no ensino da Matemática.

Desta forma foi possível constatar que com o uso de algumas estratégias é possível criar um laboratório de Matemática, mesmo em escolas que não possuem um cômodo para essa finalidade, cabe ao professor se capacitar para isso, fazer uso de materiais diversificados como objetos recicláveis e inserir os alunos na elaboração de ferramentas para complementar a aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aponta para a importância de ambientes de aprendizagem com instrumentos diferenciados e a participação do aluno. Para Barroso e Franco (2010), é relevante ainda que a formação dos professores seja repensada, para que possa ampliar as discussões sobre metodologias ativas no ensino de matemática, rompendo com estereótipos que existem com relação à disciplina e aos professores de Matemática.

O trabalho esclarece que o apoio de um laboratório voltado para a disciplina de Matemática estimula os alunos a se tornarem ativos na construção de sua aprendizagem. Ao introduzir o laboratório de matemática se ampliam as oportunidades de metodologias de ensino, contribuindo para que o processo de ensino-aprendizagem não ocorra com foco no ensino tradicional, formando alunos participativos e envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, sendo co-autores de todo o processo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. **Uma ideia para o laboratório de Matemática**. São Paulo: USP. 1999.

BARROSO, M. M.; FRANCO, V. S. O laboratório de ensino de matemática e a identificação do obstáculo no conhecimento de professores de matemática. **Zetetiké.** Cempem/FE: Unicamp. v.18. n.34. jul/dez. 2010.

BARROSO, M. M.; FRANCO, V. S. O laboratório de ensino de matemática e a identificação de obstáculos no conhecimento de professores de matemática. **Zetetiké.** Cempem, FE: Unicamp. v.18. n.34. jul./dez. 2010.

GONÇALVES, A. R.; SILVA, A. L. da. **O Uso do Laboratório no Ensino de Matemática.** 2003. Paraná: Dia a dia Educação. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/82-4.pdf. Acesso: 09 maio 2019.

LORENZATO, S. **Laboratório de Ensino de Matemática na Formação de Professores**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Formação de Professores).

MENDES, P. C. **Projeto de Criação de um Laboratório de Matemática na Escola**. 2002. Disponível em: http://www.prof2000.pt:9999/users/pcam/tarefa1.htm. Acesso: 09 maio 2019.

ROQUE, T. M.; PITOMBEIRA, J. B. **Tópicos de História da Matemática.** Coleção PROFMAT. SBEM. 2012. Disponível em: 31http://www.professoresdematematica.com.br/wa_files/Topicos_20de_20Historia_20da_20Matematica_28PROFMAT_29_TatianaRoque_Pitombeira.pdf. Acesso em: 06 maio 2019.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR E DO MOVIMENTO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Ariane Roza Antonio, Wanderlei Gabini, e-mail: ariroza@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A criança se desenvolve a partir da interação do seu corpo com os objetos, com o meio em que vive, pois o corpo é a referência que a criança tem para conhecer e interagir com o mundo, e essa referência é a base para a criança desenvolver-se cognitivamente. Sendo assim, a psicomotricidade deve ser bem trabalhada na educação infantil, preparando a criança para o processo de alfabetização.

Com base nos estudos realizados sobre a psicomotricidade e a alfabetização, Rodrigues (2013) diz que através do lúdico a criança apropria-se do conhecimento de tempo e espaço, proporcionando-lhe uma ação transformadora. Oliveira (2015) afirma que as habilidades psicomotoras são necessárias para o ensino da leitura e escrita. Destaca, ainda, que um esquema corporal bem-organizado permite à criança sentir-se bem, dominar o próprio corpo, seus gestos, equilíbrio, coordenação alcançando, assim, melhorias em sua cognição

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da psicomotricidade para a alfabetização, pois a criança constrói o conhecimento através do movimento do próprio corpo. Assim, reconhece-se a psicomotricidade como ferramenta necessária para o bom desenvolvimento da criança no processo de alfabetização.

2 METODOLOGIA

O presente estudo desenvolveu-se com base em uma pesquisa bibliográfica, centrada em livros e artigos que envolviam a temática foco da pesquisa. Após a identificação dos aspectos principais que incidiam nessas publicações, organizou-se os pontos que seriam debatidos no presente estudo, constituindo-se grandes categorias de discussão.

O movimento dentro da sala de aula nem sempre é visto como comportamento adequado, fazendo dele um inimigo para a aprendizagem. Muito se perde com essa

conduta, os alunos não desenvolvem algumas habilidades devido a falta de estímulo e ampliação do seu desempenho motor. Rodrigues complementa:

> A criança precisa movimentar para descobrir a partir do seu corpo A organização do corpo passa por uma sequência onde a criança toma consciência dos seus limites, aprende sobre seu corpo e passa pela fase da identificação. A construção do conhecimento ocorre através das sensações sentidas através das brincadeiras. O Lúdico proporciona ação transformadora na criança nesse contexto às crianças apropriam se do conhecimento de tempo e espaço (2013, p. 9)

Dessa maneira, buscou-se entender como a Psicopedagogia contribui com essa realidade, podendo auxiliar o desenvolvimento motor para que consequentemente seu desempenho escolar aconteça de maneira mais eficaz e efetiva. Alguns autores afirmam que a psicomotricidade tem um caráter preventivo e educativo, nesse contexto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Muitas obras publicadas enfatizam a importância da brincadeira e do movimento no processo de desenvolvimento do ser humano. De acordo com Machado e Tavares (2010), desde a antiguidade havia uma grande valorização do corpo humano, e hoje é possível comprovar essa importância do movimento através da psicomotricidade. “Etiologicamente, a psicomotricidade tem sua origem no termo grego psyché, que significa alma, e no verbo latino moto, que significa mover frequentemente, agitar fortemente” (NEGRINE,1995, p. 33).

De acordo com Oliveira (1996), a psicomotricidade cria as condições mínimas necessárias para um rendimento escolar satisfatório, a qual se utiliza do movimento para que aconteça um grande desenvolvimento intelectual. Além da contribuição na percepção da criança de seu corpo, possibilita à criança se expressar por meio dele. Segundo Wallon (1988, p. 21, apud SISTO,1996, p.177), “o movimento é o pensamento em ato, e o pensamento é o movimento sem ato”, e isso já tem seu início dentro da barriga da mãe.

É necessário que o professor compreenda a psicomotricidade de maneira abrangente, pois envolve não apenas o movimento de maneira isolada, mas a relação entre o uso das habilidades motoras para se atingir as habilidades mais elaboradas da psique. Sendo assim, é muito importante que os professores atentem que o movimento e o intelecto estão integrados. Sobre isso, afirma Oliveira:

> A psicomotricidade tem sido muito mal interpretada. Muitos professores acreditam que seu objeto de estudo seja apenas o movimento cada vez mais

> perfeito, como um fim em si mesmo.Pensando assim , estimulam um treinamento intensivo com seus alunos e não percebem que estão desenvolvendo nada mais que gestos automáticos e mecânicos (apud SISTO, 1996, p.176).

O trabalho com a educação psicomotora envolve a compreensão da interação entre o movimento e o intelecto, pois assim a criança poderá adquirir habilidades necessárias que influenciarão em sua aprendizagem acadêmica. Conforme Oliveira (2015):

> Ele precisa levar em consideração o fato de que as crianças que chegam aos bancos escolares não progridem de forma homogênea, pois possuem ritmos diferentes. As habilidades psicomotoras necessárias para o ensino da leitura e escrita nem sempre estão desenvolvidas (p.135).

Em muitas situações, a criança não consegue realizar as atividades escolares por não dominar o movimento que essas tarefas exigem. A atividade corporal faz a ligação entre o simbólico e o concreto, pois através da imaginação a criança concretiza o conhecimento. Com isso, é muito importante que o educador observe o desenvolvimento motor da criança, para então auxiliá-la em seu desenvolvimento cognitivo e integral. Ou seja, é necessário que a criança tenha o corpo organizado para que consiga evoluir e desenvolver-se integralmente.

Oliveira (2015) afirma que um esquema corporal bem organizado permite à criança se sentir bem, dominar o próprio corpo, seus gestos, equilíbrio e coordenação, alcançando, assim, melhorias em sua cognição. De acordo com Fonseca (apud SISTO, 1996, p.179), “é pela motricidade que a inteligência se materializa, pois por seu intermédio as percepções se afirmam, as imagens são elaboradas e se constroem as representações”.

Como consequência da interação do corpo com o meio em que vive, a criança evolui em seu desenvolvimento, portanto, o ambiente em que ela vive deve proporcionar a realização de atividades que envolvam a integração de habilidades psicomotoras para estimular o processo de maturidade e desenvolvimento dela.

Usar o momento da brincadeira para o ensino e a aprendizagem, proporcionando à criança construir o conhecimento e ao mesmo tempo, administrar a sua relação com o outro, é uma importante estratégia do educador. Santos (2013), afirma que:

> O uso de brincadeiras e jogos no processo de ensino-aprendizado faz despertar diferentes sentidos e sentimentos sobre a vida e leva as crianças a enfrentarem os desafios que surgem com maior facilidade. Nesse sentido o lúdico possibilita diferentes interações, interpretações e aprendizados pelas crianças , além de ser uma opção que também possibilita e desenvolve a capacidade de criar diferentes meios de solucionar o mesmo “problema” (p.12).

O lúdico faz parte do mundo infantil. Assim, os jogos e brinquedos fazem parte da infância das crianças, no qual a realidade e o faz de conta se misturam. O olhar sobre o lúdico não deve ser apenas como um momento de diversão; deve-se compreender a sua importância no processo de ensino-aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A brincadeira funciona como um elo integrador entre os aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais, no qual a criança desenvolve facilidade para a aprendizagem e para o desenvolvimento como um todo.

O lúdico deve ser utilizado pelo professor como um instrumento para prevenir, diagnosticar, mediar e intervir no desenvolvimento integral da criança. Sendo assim, é necessário um planejamento criterioso do que, como e de que forma efetivar esse trabalho pedagógico, aliando o lúdico com uma proposta de aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil:** Psicomotricidade-alternativas pedagógicas. Porto Alegre: Prodil, 1995.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. 20 ed. Rio de janeiro: Vozes, 2015.

RODRIGUES, Patrícia Tomaz Mattão. **O desenvolvimento psicomotor por meio de atividades lúdicas na pré-escola.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdades Integradas Promove, Guará, DF, 2013. Disponível em:http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/fb0f34261f4e6bab32fe6890b765a00a.pdf. Acesso em: 09 fev. 2017.

SANTOS, Ercília Carneiro dos. **A importância do lúdico no desenvolvimento infantil**. 2013. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4380/1/MD_EDUMTE_2014_2_32.pdf. Acesso em:07 fev.2017.

SISTO, Fermino Fernandes. **Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem Escola**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOARES MACHADO, Fernando; MARIA TAVARES, Helenice. Psicomotricidade: da prática funcional à vivenciada. **Revista Em Extensão**, v. 9, n. 1, p. 19-32, jan./jul. 2010. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20522/10950. Acesso em: 10 nov. 2017.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS CONTRIBUIÇÕES DA BRINCADEIRA E DO BRINQUEDO

Ana Laura Americo Aureliano, Suselaine A. Zaniolo Mascioli, e-mail: analauraamerico@outlook.com

1.INTRODUÇÃO

A criança é compreendida como um sujeito de direitos que foram conquistados ao longo do tempo, a Lei n 8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante à criança em seu artigo 16, parágrafo IV o direito de "Brincar, praticar esporte e divertir-se", e ainda em nível nacional e internacional o artigo 31 da convenção de Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) diz:

> Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística.

Partindo destes pressupostos, o presente trabalho tem como objetivo enfatizar a importância do brincar no desenvolvimento infantil, trazendo instrumentalização teórica que aborda a temática em faces da brincadeira e do brinquedo.

Toda criança além do direito tem a necessidade de brincar. "A brincadeira é um espaço educativo fundamental da infância, pois, por meio do brincar, a criança pode construir uma identidade autônoma, cooperativa e criativa" (MASCIOLI, 2012 p. 109).

O ato de brincar se faz presente na sociedade desde tempos remotos, visto que não são apenas os humanos que praticam tal ação, os animais também se apropriam dela. Distinguir os termos jogo, brinquedo e brincadeira é uma tarefa mais complexa do que se pode imaginar, algumas vezes os mesmos são caracterizados de formas indistintas, por alguns autores.

Dentro do vasto arcabouço cultural das palavras, o que é brinquedo? O que é brincadeira? O brinquedo é entendido como o objeto utilizado de suporte para a brincadeira, ou seja, está a serviço da brincadeira, Brougère (apud KISHIMOTO, 1998, p.29) aponta que os brinquedos construídos para as crianças só adquirem o sentido lúdico quando são de fato utilizados para esse fim, caso contrário eles não passam de objetos. A brincadeira, por sua vez, é compreendida como uma conduta estruturada, composta por regras.

> A brincadeira na perspectiva sócio-histórica e antropológica, é um tipo de atividade cuja base genética é comum à da arte, ou seja, trata-se de uma atividade social, humana, que supõe contextos sociais e culturais, a partir dos quais a criança recria a realidade [...] (WAJSKOP, 1997, p. 28).

Frente a diversidade dessas nomenclaturas o jogo e a brincadeira são tratados como sinônimos, porém nesse trabalho trará o termo jogo, quando abordado situações estruturadas pelo próprio material como, por exemplo, em jogos de tabuleiro.

2.METODOLOGIA

A metodologia foi elaborada com fundamentação teórica em artigos científicos, livros, leis e pesquisas em artigos na área em estudo, que abordam a perspectiva do brincar na infância e suas contribuições para o desenvolvimento.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

A concepção de criança foi modificada ao longo dos tempos, ela nem sempre foi vista como um ser de direitos que necessita de cuidados, mas sim como um adulto em miniatura. Atualmente, como já exposto, a infância detém de múltiplos direitos, entre eles o brincar, contudo ainda é negligenciado, principalmente em escolas que predominam a tradição “conteudista”. O conceito do brincar é muito antigo e vem se difundindo desde tempos remotos, mas tem conquistado mais visibilidade como recurso auxiliar no desenvolvimento da criança e aprendizagem, em especial, em creches, escolas maternais e jardins de infância, nos tempos atuais.

> A brincadeira é uma atividade que se distingue das outras, no sentido que não deve ser considerada de modo literal, nela se faz-de-conta, ou melhor, o que se faz só tem sentido e valor num espaço e em um tempo delimitado [...]. Portanto a brincadeira deve ser diferenciada das atividades comuns (de primeiro grau) nisso ela se aproxima de teatro, da ficção e do humor, de outras atividades de segundo grau que integram tudo que não se deve levar ao pé da letra (BROUGÈRE, 2003, p.207).

O brincar é uma atividade intrínseca da infância, por meio dele, a criança torna-se protagonista, pode expressar emoções, aprender, interagir consigo, com o mundo, objetos e pessoas ao redor, fazendo a passagem do mundo real para o da fantasia. Na brincadeira a criança depara-se com elementos importantes como: a imaginação e as regras (Vygotsky 1992 e 1998) e ainda reporta a sua leitura de mundo através de sistemas simbólicos e projeta a realidade adulta, para saciar o seu desejo de ser um. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCN) diz:

> [...] para brincar é preciso haver consciência da diferença existente entre brincadeira e realidade imediata que lhe forneceu o conteúdo para realizar-se. Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata que lhe forneceu conteúdos para realizar-se. Essa peculiaridade da

> brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. (BRASIL, 1998, p. 27).

Ao observar a brincadeira de uma criança é possível detectar aspectos enraizados que necessitam ser trabalhados ou recriados em relação ao mundo externo. Diante disso é perceptível a importância da observação da criança pelo professor enquanto brinca.

> Por meio das brincadeiras os professores podem observar e construir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens assim, como de suas capacidades sociais e de recursos afetivos e emocionais que dispõem (BRASIL, 1998, p. 28).

Entretanto, em algumas escolas a atividade lúdica não é zelada da forma como deveria, enquanto a criança brinca o educador não está à disposição da cuidadosa observação, intitulando a brincadeira infantil como um tempo ócio, já que, o pedagogo tem pelo brincar não um momento de aprendizagem e educação, mas sim um passa tempo, todavia para as crianças é um momento de desenvolvimento e interação como já citado por Mascioli (2005) permeado de prazer. “A professora de educação infantil precisa de uma formação de qualidade que lhe permita o desenvolvimento de uma prática que integre o cuidar-educar-brincar de maneira indissociável” (ASSIS, 2006, p.102).

> A brincadeira do faz-de-conta que recebe denominações variadas como: jogo de papeis, jogo imaginativo ou jogo sociodramático Bomtempo (1997), do ponto de vista vygotskyano, inicia-se aos 3 anos de idade. São brincadeiras como: brincar de escolinha, casinha, cabo de vassoura como se fosse cavalo, que são arrebatadas pela imaginação.

Nesse momento a criança ainda assume um papel social, como ao brincar de escolinha, torna-se a professora, nesse caso é necessário que se porte de uma forma mais avançada que a idade dela para reportar o modelo de professora, ação essa que fomenta o desenvolvimento e elabora experiências passadas, pois

> As crianças são capazes de lidar com complexas dificuldades psicológicas através do brincar. Elas procuram integrar experiências de dor, medo e perda. Lutam com conceitos de bom e mau. O triunfo de bem sobre o mal dos heróis protegendo inocentes é um tema comum na brincadeira das crianças, (BETTELHEIM, 1986, apud BOMTEMPO, 1997, p. 67).

Além do mais, a brincadeira fomenta a interação social entre a criança e seus pares e também com os adultos que a rodeia, diante dessas conjecturas Wajskop (1997), destaca:

> A brincadeira pode ser um espaço privilegiado de interação e confronto de diferentes crianças com diferentes pontos de vista. Nessa experiência elas têm de resolver a contradição da liberdade de brincar no nível simbólico em contraposição às regras por elas estabelecidas, assim como o limite da realidade ou das regras dos próprios jogos aos desejos colocados. Na vivência desses conflitos, as crianças podem enriquecer a relação com seus coetâneos, na

> direção da autonomia e cooperação, compreendendo e agindo na realidade de forma ativa e construtiva. (WAJSKOP, 1997, p. 33)

Ao longo do tempo com a troca de experiência e interação a criança apropria-se da cultura lúdica, termo abordado por Brougère (ANO) e dentro dessa estrutura recorre-se ao brinquedo como instrumento auxiliar, que atualmente existem diversas marcas que fazem representações fieis dos objetos da realidade para enriquecer a ação, nessa perspectiva, Brougère aborda:

> [...] já as meninas, em numerosos casos, utilizavam o boneco para reproduzir a vida quotidiana (comer, dormir...), reproduzindo esquemas de ação usados com bonecas. Descobre-se assim uma combinação, uma negociação entre as significações veiculadas pelos objetos lúdicos [...] (BROUGÈRE, 2002, p. 28).

Evidenciando as contribuições de Brougère (2002) fica evidente o papel do brinquedo como instrumento que vem para agregar a brincadeira e reforçar a interação no ambiente escolar.

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

A brincadeira é uma atividade lúdica e inerente às crianças que transcorre de geração para geração, ou seja, é historicamente construída, portanto, compreende-se uma criança saudável, aquela que desfruta do seu direito de brincar e desenvolver ali suas potencialidades múltiplas.

O professor da educação infantil, tem por sua vez, o papel de enriquecer a brincadeira, proporcionando espaço e condições de um brincar de qualidade, No entanto, primeiramente, se faz necessário o educador infantil compreender a importância do brincar nesse período de vida das crianças pequenas.

Outro fator importante nessa perspectiva do brincar é o papel do brinquedo, um instrumento enriquecedor e auxiliar, ajudando a projetar e reproduzir o mundo que o cerca, assim Brougère afirma “o brinquedo pode ser considerado uma mídia que transmite à criança certos conteúdos simbólicos, imagens e representações produzidas pela sociedade que a cerca” (BROUGÉRE, 2001, p. 63).

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. S. S. Práticas de cuidado e de educação na instituição de educação infantil. In: ANGOTTI, MARISTELA (Org). **Educação Infantil para que, para quem e por quê?.** Campinas: Alínea, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial nacional para a educação infantil**. Brasília; MEC/SEF, 1998.

BROUGÈRE, Gallis. **Brinquedo e Cultura.** São Paulo: Pioneira,2001.

BROUGÈRE, Gallis. **Brinquedos e companhia**. São Paulo: Cortez, 2004.

BROUGÈRE, Gallis. **A criança e a cultura lúdica**. In KISHIMOTO, TIZUKO MORCHIDA (Org). Brincar e suas teorias. São Paulo, 2002.

BOMTEMPO, Edda. Metáfora e pensamento: considerações sobre a importância do jogo na aquisição do conhecimento e implicações para educação pré-escolar. In: KISHIMOTO, TiZUKO MORCHIDA (Org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1998.

MASCIOLI, S. A. Z. Brincadeira cantada. In: ANGOTTI, Maristela (Org). **Educação infantil em diálogos.** Alínea, 2012.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na Pré-Escola**. São Paulo: Cortez, 1997.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NOS ANOS ESCOLARES INICIAIS

Heloisa Andreia Botura, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli, e-mail: heloisabotura@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O brinquedo antes de tudo é uma excelente oportunidade para o desenvolvimento infantil. Brincando a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e confere novas habilidades. Além de estimular a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração.

Segundo Hendler ao considerar que a ludicidade tem um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e social das crianças é de extrema necessidade usufruir desta ferramenta de forma multidisciplinar, no sentido de motivar e despertar o interesse da criança para a construção do seu próprio conhecimento.

Diversos estudiosos contribuíram para explicar a importância dos jogos e recreação no desenvolvimento infantil. Porém, o artigo em questão abordará dois autores em destaque: Piaget e Vygotsky. Sendo que um apresenta o aspecto cognitivo e o outro o meio social em que os jogos acontecem.

Segundo Rios e Silva (APUD KISHIMOTO, 2005, p. 67) “as brincadeiras desenvolvem a inteligência, facilitando assim o estudo. Todo pedagogo deveria dar forma lúdica aos conteúdos”. O brincar é uma atividade extremamente saudável que vai trabalhar desde a saúde mental dessa criança até o bem-estar físico. Estudos sinalizam que, quando a criança brinca, ela demonstra prazer em aprender (RIOS e SILVA APUD KISHIMOTO, 1993; ALMEIDA, 2003). A brincadeira possibilita a satisfação, tornando as crianças mais seguras e confiantes no enfrentamento de seus medos e barreiras. O principal objetivo deste trabalho é destacar a importância da ludicidade nas séries iniciais do ensino fundamental, considerando o lúdico enquanto instrumento de mediação no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Piaget (1962) é nessa fase que a criança desenvolve com mais intensidade a imaginação e criatividade. Através da leitura de estudos nesta área, buscou-se compreender a construção da cultura lúdica através do simples ato de brincar. Buscou-se mostrar também que segundo Rios e Silva a ludicidade enquanto ferramenta metodológica e pedagógica é um instrumento importante

para auxiliar docentes das séries iniciais do Ensino Fundamental. Assim como motivar e despertar o interesse das crianças para a construção do seu próprio conhecimento.

O artigo tem como objetivo principal analisar como a ludicidade está ligada ao desenvolvimento da criança. Como ela constrói sua personalidade por meio do ato de brincar. Como ela relaciona as situações no momento das brincadeiras com situações cotidianas.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, mediante consulta de artigos científicos e livros pertinentes ao tema discorrido, selecionados através de leituras que vem ao encontro do conteúdo abordado. Foram consultadas as seguintes fontes: Google acadêmico, monografias, teses e livros de autores como: Piaget, Vygotsky, entre outros que discorrem sobre a importância do brincar nos anos escolares iniciais. Foram utilizadas as seguintes palavras – chave para o desenvolvimento da mesma: ludicidade, jogos, brincadeiras, desenvolvimento infantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diversos estudiosos contribuíram para explicar a importância dos jogos e recreação no desenvolvimento infantil. Porém, as contribuições de Piaget e Vygotsky foram primordiais para que outros estudiosos começassem a ver as crianças como seres em desenvolvimento; sujeitos de processos e que, portanto, deveriam ser respeitadas e resguardadas em suas habilidades e capacidades de transformarem e pensarem o mundo em que vivem, alterando suas relações e interagindo com o meio.

A curiosidade de Piaget pelo desenvolvimento da criança fez com que o mesmo procurasse descobrir em que momento a criança desenvolve sua capacidade de aprendizagem e como a criança aprendia. Acreditava que entender a criança tornaria fácil compreender o adulto.

> Depois dos estudos de J. Piaget, nem pais, nem educadores, nem pediatras, nem psicoterapeutas, ninguém que trate com crianças tem o direito de orientá-las ou intervir em seu processo de crescimento sem verificar em que estádio de desenvolvimento se encontra. Em cada estádio, a criança é um indivíduo com comportamentos típicos, de modo que já não tem sentido chamá-la simplesmente criança. (FONSECA, apud LIMA, 2001, p.39-40).

Em todas as fases de desenvolvimento da criança, Piaget associou o jogo, do mais simples ao mais completo, como uma forma de seu desenvolvimento.

Através de seus estudos e pesquisas a criança passou a ser aceita como um ser em desenvolvimento e a recreação e os jogos passaram a fazer parte de sua formação. A partir de seus estudos há uma maior valorização do cognitivo infantil – onde a criança começa a receber atenções necessárias para a sua inserção futura na sociedade dos adultos.

Vygotsky (1998) se preocupou com o aspecto social da aquisição do conhecimento. Para o mesmo, o brinquedo infantil não era instintivo, mas, precisamente humano, atividade objetiva, que, por constituir a base da percepção que a criança tem do mundo dos objetos humanos, determina o conteúdo de suas brincadeiras.

> Para a criança, neste nível de desenvolvimento físico, não há ainda atividade teórica abstrata, e a consciência das coisas, por conseguinte, emerge nela, primeiramente sob a forma de ação. Uma criança que domina o mundo que a cerca é a criança que se esforça para agir neste mundo. FONSECA, APUD VYGOTSKY (1998, p. 120).

Nos estágios iniciais de desenvolvimento infantil a criança vai construindo suas relações com os mundos: concretos e abstratos das coisas – as relações entre homens e propriedades. O brinquedo é caracterizado pelo fato de seu alvo residir no próprio processo e não no resultado da ação; ou seja, o importante é a construção que a criança faz com o mesmo – a transmissão das estruturas neles inseridas; entre outros.

> Tem-se dito que o brinquedo é o resultado de um certo excesso de energia na criança, gasta durante a brincadeira. É claro que é necessário algum excesso de energia para que uma criança seja capaz de galopar ao redor de uma sala em um cavalo de pau, mas isto não constitui ainda uma explicação, porque todo o problema consiste em saber por que é que ela despende sua energia precisamente desta maneira, e não de outra forma qualquer, isto é, por que exatamente ela galopa e precisamente em um cavalo de pau? Esta questão é frequentemente respondida da seguinte maneira: uma criança galopa em um cavalo de pau porque sua fantasia foi estimulada; ela imagina que se trata de um cavalo e, correspondentemente, age como se assim o fosse, isto é, ela o monta e cavalga. Esta explicação não é apenas realmente falsa, mas é, em princípio, infundada. Este é apenas um tipo de explicação, um tipo de estudo da atividade infantil que a deduz a partir de mudanças já existentes em sua consciência e formadas alhures, enquanto a linha principal da análise psicológica deveria tomar sempre a direção oposto. FONSECA, APUD VYGOTSKY (1998, p. 124-125).

Assim Vygotsky mostra que sua preocupação não é somente descrever o interesse da criança pelo brinquedo, mas como a consciência desse brinquedo é construída, como o meio social molda e transforma os seres humanos – imprimindo a sua marca, seu ritmo e ideologias.

Embora o enfoque entre Piaget e Vygotsky sejam diferentes: um foca mais no sujeito e o outro no meio onde esse sujeito se forma, temos que ter em mente que uma teoria caminha paralela a outra.

> Especificamente na área do jogo, Piaget permitiu uma melhor compreensão de suas regras, que é o mais característico nos jogos tradicionais. Piaget analisa de forma minuciosa o processo de desenvolvimento do indivíduo detalhando e explicando a função do jogo no desenvolvimento intelectual da criança e sua evolução nos diferentes estágios. O que os soviéticos vieram acrescentam refere-se, sobretudo, à questão cultural e ao contexto social que determinam a atividade lúdica e à questão das interações sociais. FONSECA APUD FRIEDMANN (2002, p. 26).

Piaget enfatiza no jogo infantil a *formação do símbolo na criança*. Nos jogos simbólicos que vão até os 6/7 anos; onde a criança usa símbolos para representar um objeto ausente; onde a função dos jogos simbólicos se soma ao prazer de se sujeitar à realidade.

O jogar é estar no mundo; envolve emoções, reações e aprendizagens e essa capacidade de aprender através dos jogos é que deve ser enfatizada e valorizada pelas pessoas que estão envolvidas no processo de formação da criança – seja na escola ou outro espaço em que a criança se encontre.

Através dos jogos o professor pode enfrentar situações onde os problemas e desafios das crianças podem estar todos representados e mostrar a ele quais as melhores formas de enfrentá-los.

Nas relações sociais, no contato com o outro é que a criança aprende a brincar, conhecer limites, superar as decepções, conviver com as derrotas e partilhar vitórias. O contato que as brincadeiras propiciam permitem um desenvolvimento contínuo da criança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Assis (Revista acadêmica Educação e Cultura em Debate, pág. 122), a vida da criança está entregue à sua imaginação. A realidade é o presente vivido sentido de maneira direta e imediata. A maioria delas consegue viver em seu mundo do faz de conta sem reais preocupações ou com planejamentos.

Para a criança, viver é brincar e brincar é viver. A brincadeira é algo sério, onde o quanto se brinca reflete no quanto se aprende.

Esse caráter lúdico da vida infantil deve ser preservado. A partir das brincadeiras as crianças recriam a realidade através da utilização de sistemas simbólicos próprios.

Deve-se considerar o brinquedo como um elemento da brincadeira, pois contribui para a atribuição de significados. Tem um importante valor simbólico e expressivo. O brinquedo é um importante objeto cultural produzido pelos adultos para as crianças e que ganha ou produz significados no processo da brincadeira, pela imagem que a realidade representa e transmite.

A utilização do lúdico na escola caracteriza-se como um recurso pedagógico riquíssimo na busca da valorização do movimento, das relações, solidariedade. O lúdico é uma necessidade humana e proporciona a integração com o ambiente onde vive, sendo considerado como meio de expressão e aprendizado.

Hendler considera que as atividades lúdicas possibilitam a incorporação de valores, desenvolvimento cultural, assimilação de novos conhecimentos, desenvolvimento da sociabilidade e da criatividade. Por intermédio do lúdico, a criança encontra o equilíbrio entre o real e o imaginário, oferece a oportunidade de desenvolvimento de maneira prazerosa. Brincar é um ato criador, que deve ser melhor aproveitado no ambiente escolar.

É necessário haver uma reflexão constante do aluno quanto à construção e o fazer pedagógico do professor, que seja capaz de transformar as ações mecânicas em atividades lúdicas transformadas.

O planejamento dos professores deve ser ampliado, de modo a contemplar a diversidade dos alunos. É preciso conhecer profundamente a clientela escolar; o que ela faz fora da escola, com quem brinca, onde brincar, como brinca, entre outros elementos que possam auxiliar os professores a planejar suas aulas à luz da matriz curricular e da realidade dos alunos, para que as aulas sejam proveitosas e comprometidas com a ludicidade que forma cidadãos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M R. **O lúdico no processo de desenvolvimento da imaginação e criatividade na criança**. Disponível: Revista acadêmica Educação e Cultura em debate. Disponível em: < http: www.revistas.unifan.edu.br>article>. Acesso em: 02/10/2019.

FONSECA, G. A. N. **O Lúdico Nas Aulas De Educação Das Séries Iniciais Do. Ensino Fundamental**. Disponível: <www.ufrgs.br › ceme › uploads › 1391171796-Monografia_Gercilia_Alve... >. Acesso em 03/10/2019.

HENDLER, V. B. **O lúdico nas primeiras séries do ensino fundamental**. Disponível em: <http:/WWW.lume.ufrgs.br>bitstrean>handler>. Acesso em 04/10/2019.

LIMA, L. O. **Por que Piaget?** A Educação pela inteligência. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978. Portal Nova Escola, Educação infantil lugar de aprendizagem. Disponível em:< https://novaescola.org.br/conteudo/118/educação-infantil-lugar-aprendizagem-creche-preescola / >. Acesso em 10/08/2019.

RIOS, P. S., SILVA, T. O. **O Lúdico Nas Séries Iniciais Do Ensino Fundamental: A Brincadeira Deve Continuar –** Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA9_ID6544_01082018100933.pdf>. Acesso em 01/10/2019.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

A IMPORTANCIA DO CONTROLE INTERNO NAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE GERENCIAL

Ana Carolina Garcia, Larissa Magnani Gonçalo, Mara Janaina Gomes de Oliveira, e-mail: anacarolinagarciag@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As alterações na economia interna e externa faz com que as empresas procurem ferramentas de suporte à gestão, de maneira estratégica, para tomadas de decisões e elaboração de ações necessárias na busca de sua permanência num mercado acirrado e competitivo.

A inclusão de processos de controle interno, segundo Crepaldi (2013), dentro da organização, pode ser considerado estratégia para se obter equilíbrio financeiro, garantir a fidedignidade das informações que auxiliam a alta gestão e os setores das empresas, para o desenvolvimento das ações precisas.

Verifica-se que grande parte das empresas possuem controles internos, a questão principal é analisar se as informações geradas são coerentes ou não com as ações planejadas. A qualidade das organizações está diretamente relacionada com a forma que são geridas e controladas internamente. Com isso, faz-se indispensável à incorporação de processos de controles internos consistentes, possibilitando os gestores entenderem a cenarização da gestão administrativa e financeira em todos os setores da empresa, orientando a execução e o acompanhamento das atividades em seu ambiente de atuação.

O tema abordado neste trabalho é de importância nas organizações, que estão inseridas em um mercado competitivo, e; independentemente do tamanho de sua estrutura, trabalham por planejamento e controle interno, para garantir sustentabilidade econômica em longo prazo.

Dessa forma, o profissional responsável pela controladoria interna, também conhecido como *controller*, possui habilidades e conhecimentos necessários para aplicar na empresa ferramentas que possam auxiliar no controle interno, de forma estratégica, favorecendo a tomada de decisões da alta gerência.

Este estudo traz uma abordagem da literatura, juntamente com o estudo de caso, que visa avaliar se a empresa objeto utiliza corretamente os controles internos disponíveis em sua organização e analisar as melhorias possíveis de serem aplicadas.

2 METODOLOGIA

Este capítulo expõe os métodos de pesquisa que foram utilizados nesta pesquisa científica, discriminando as pesquisas, fontes e coletas de dados.

A pesquisa elaborada classifica-se como descritiva, a fim de coletar, analisar e descrever os resultados do estudo de caso realizado, utilizando como base as demonstrações contábeis de empresa do ramo supermercadista, da região Centro Oeste de São Paulo, avaliando os exercícios de 2016, 2017 e 2018, através das análises e índices.

A rede supermercadista elegida é uma associação fundada em 10 de setembro de 2008 com a união dos empresários de diferentes cidades da região centro-oeste do estado de São Paulo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Conceitos introdutórios

Para compreender a necessidade do controle interno e as análises financeiras nas organizações, é preciso entender que as empresas têm um ciclo de vida (nascem, crescem, amadurecem e caem ao declínio), desta forma é essencial se renovarem e reinventarem constantemente para se anteciparem as mudanças econômicas.

Para Matarazzo (2010), com um cenário de negócios globalizado, a evolução da tecnologia, produtos e serviços, empresas tendem a buscar formas de diferenciar-se das demais, sentem a necessidade de transformar decisões em ações, e levar o planejamento e os objetivos à prática, traçando um processo estratégico para o êxito da diferenciação competitiva.

Por isso a intensificação de medidas que estimulam e obrigam empresas, de acordo com suas características, a implantarem sistemas de controles internos a fim de evitar fraudes e diminuir erros na divulgação das demonstrações financeiras.

O mundo empresarial remete à necessidade do entendimento dos objetivos, das atividades e dos resultados das organizações, principalmente das condições e fatores influentes. Com isso, Crepaldi (2013) afirma ser necessário que as empresas tenham total domínio sobre si, adotando processos e rotinas de controle e análises, de

natureza contábil e financeira, com o intuito de garantir a continuidade dos negócios, organizando a empresa para que seus colaboradores compreendam, respeitem e cumpram as metas traçadas pelas diretrizes administrativas estabelecidas; protegendo a integridade dos seus patrimônios e verificando a exatidão e a fidelidade de seus dados contábeis.

Quanto ao profissional responsável pelo controle interno, que desempenham as análises financeiras, além dos diversos processos de controles adotados pelas instituições, são profissionais das áreas administrativas, contábeis, engenharias, com níveis de responsabilidade que dependem do setor e do porte da organização.

Crepaldi (2013) salienta que estes profissionais devem possuir alguns atributos essenciais, tais como a capacidade de prever os problemas que poderão surgir e de coletar os dados necessários para gerar informações que auxiliam nas tomadas de decisões da alta gerencia, possuir discernimento para tomar a iniciativa na elaboração de relatórios, fornecer as informações específicas a cada usuário (interno ou externo), preparados com uma linguagem de fácil entendimento, deve traduzir os desempenhos passados e presentes em gráficos e índices, exercer o seu papel de consultor na busca de solução para os problemas, e ter habilidade para analisar e interpretar dados contábeis e estatísticos de tal forma que se tornem a base para futuras ações necessárias.

Para Silva (2010, p.29) “Na função do controle, é fundamental o uso da informação. Daí a necessidade de confrontar os resultados atingidos com as metas estabelecidas, de modo que permitam a ação gerencial sobre as causas que eventualmente tenham inibido ou dificultado o alcance dos objetivos preestabelecidos”.

3.1.1 Controles contábeis

Ao comporem uma empresa, são definidas situações como o tipo de sociedade, capital que será integralizado, regime tributário e os objetivos sociais almejados. Com isso, todas as movimentações que ocorrem à medida que a empresa desenvolve suas atividades e nos elementos constitutivos do patrimônio, expressos em valores monetários, criam fatos que geram lançamentos contábeis, que se tornam dados para a geração de informações e controles contábeis para apoio das decisões gerenciais.

Os controles contábeis englobam princípios para salvaguardar o patrimônio e a veracidade dos registros contábeis.

Para Crepaldi (2013, p.473) os controles contábeis são compreendidos por:

a) Segregação de funções: cria independência entre as funções de execução operacional, custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização;
b) Sistema de autorização: controla as operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos; e
c) Sistema de registro: compreende a classificação dos dados dentro de uma estrutura formal de contas, existência de um plano de contas que facilita o registro e preparação das demonstrações contábeis, e a utilização de um manual descritivo para o uso das contas.

3.1.2 Controles administrativos

A administração de uma empresa tem necessidade de avaliar seus resultados, com isso, os controles administrativos bem como as análises financeiras servem como suporte de verificação sobre os resultados alcançados.

"Controles Administrativos compreendem o plano de organização, bem como os métodos e procedimentos relacionados com a eficiência das operações, voltadas para a política de negócios da empresa e, indiretamente, com os registros financeiros". (Attie, 1985, p.61)

Para Crepaldi (2013, p. 473) os controles internos administrativos são compreendidos por:

a) Normas salutares que observam as práticas saudáveis aos interesses da empresa no cumprimento dos deveres e funções; e
b) Pessoal qualificado, que esteja apto a desenvolver suas atividades bem instruído e supervisionado por seus responsáveis.

3.1.3 Controles financeiros

O setor financeiro é um dos pontos fortes de uma organização, tendo em vista sua responsabilidade de lidar com funções de grande importância, tais como administrar as disponibilidades da empresa, apuração das causas das diferenças ocorridas entre o fluxo de caixa projetado, que se trata da demonstração dos pagamentos e recebimentos a serem efetivados, do fluxo de caixa realizado, que apresenta as entradas e saídas de fato realizadas; complementando o conjunto de dados para ocorrer a análise financeira, informações como as relativas à administração da organização, à concorrência, ao grau de tecnologia, as mudanças do mercado que a empresa está inserida, são instrumentos de trabalho do analista "*controller".*

As causas que motivam o desenvolvimento da análise financeira em uma organização são de cunho econômico-financeiro. Consistem na averiguação detalhada dos dados contábeis e financeiros da empresa, a estrutura organizacional, competência gerencial, fatores de ordem política, econômica e concorrência. Sendo assim, a análise financeira supera as demonstrações contábeis, onde as mesmas servem como canais de informação sobre a organização, analisando as decisões tomadas anteriormente, bem como viabilizar elementos para o planejamento financeiro, tendo em vista o futuro da empresa.

3.1.4 Controle interno como estratégia nas empresas

As organizações têm sentido a relevância em se apurar a situação econômico-financeira, de se readequar aos processos de mudanças na economia dos seus respectivos setores, isto faz com que as empresas desenvolvam ferramentas estratégicas para apoiar o processo decisório, fazendo com que as ações sejam assertivas.

A busca por parte das empresas, segundo Crepaldi (2013), na construção de um plano de atuação bem estruturado para execução, dentro de um contexto operacional e estratégico. A análise financeira é uma ferramenta que propicia a avaliação da empresa, através de um enfoque abrangente da estratégia da empresa, as decisões de investimento, financiamento, e as operações. Os processos estratégicos compreendem os meios para atingir os objetivos almejados, fazendo com que a empresa execute sua estrutura organizacional, e se mantenha competitiva no mercado em que está inserida.

3.1.5 Análises de demonstrações financeiras com ênfase em controle interno

As demonstrações financeiras fornecem dados sobre a empresa, seguindo a estrutura básica determinada pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, modificada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09).

A análise das demonstrações financeiras produzem relatórios escritos em linguagem corrente, pode-se utilizar de gráficos simplificando as conclusões complexas, e permitem a visão estratégica sobre a situação financeira, econômica, desempenho, eficiência na utilização de recursos, evolução dos números, causas das alterações na situação financeira e rentabilidade, evidências de erros da administração, apontamentos de alternativas econômico-financeiras para planos futuros, estimando as limitações e potencialidades da empresa analisada.

Segundo a legislação Lei nº 6.404/76, modificada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09), as demonstrações financeiras obrigatórias são o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros e prejuízos acumulados ou demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa, contendo critérios de avaliação de ativo e passivo e a determinação do lucro líquido da entidade. As análises através de índices desenvolvidas pelo *controller* transformam os dados coletados em informações eficientes para eventuais tomadas de decisões, visando maximizar o patrimônio e a sobrevivência da entidade.

Entende-se por índice a relação entre as contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras que evidenciam os aspectos econômicos ou financeiros da empresa. As análises dos aspectos econômicos e financeiros são subdivididas, sendo que os índices das situações financeiras são de estruturas de capitais e índices de liquidez, já os da situação econômica, são índices que avaliam a rentabilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise das demonstrações contábeis pode-se avaliar relevantes índices econômicos e financeiros, contribuindo para a tomada de decisões da alta gerencia. Nas análises horizontais e verticais, é possível mensurar suas oscilações positivas ou negativas no decorrer dos exercícios analisados, e verificar a representatividade das principais contas dentro da organização.

Quanto aos demais índices de avaliação, pode-se observar a capacidade de liquidação de suas obrigações, composição do endividamento, margem líquida, quanto a renovação do estoque, prazos de recebimento das vendas e pagamento dos fornecedores.

Por fim, concluí-se que através do estudo e análise das demonstrações contábeis, é possível obter conhecimento quanto a saúde financeira da empresa, servindo como suporte para as tomadas de decisões e planejamentos futuros para a permanência da organização dentro do mercado.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria:** Conceitos e aplicações. Atlas, 1985.

BRASIL. Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976. **Lei das sociedades por ações, 1976.** Brasília, 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>, Acesso em: 12 set. 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil:** Teoria e prática. Atlas, 2013.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços.** Abordagem Gerencial. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

A INCIDENCIA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS AGENTES POLITÍCOS

Ana Carolina Contador Zaccheo, Tâmara Cesário de Moura, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, email: anacarolinacontador@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A aplicação da Lei de Improbidade Administrativa aos agentes políticos tem causado diversos desentendimentos, principalmente no que concerne a aplicação cumulativa da Lei de Improbidade Administrativa juntamente com a Lei dos Crimes de Responsabilidade e o meio legal para o seu processamento

Alguns doutrinadores defendem que os agentes políticos não estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa, visto que já possuem uma norma específica para tratar sobre o assunto, presente no artigo 85, inciso V, da Constituição Federal e também na Lei nº 1.079/1950, que prevê os crimes de responsabilidade. Por outro lado, alguns doutrinadores defendem que os agentes políticos devem ser sujeitos aos regimes sancionatórios das duas leis, tanto a Lei de Improbidade Administrativa, quanto a Lei dos Crimes de Responsabilidade.

O presente trabalho propõe-se a analisar, a eficiência do sistema jurídico no que concerne a repressão dos atos de improbidade administrativa, principalmente referente a possibilidade da sujeição dos agentes políticos, tanto em relação ao regime especial da Lei dos Crimes de Responsabilidade, como também às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

O que se busca, através desse estudo, é verificar a adequação da Lei de Improbidade Administrativa às normas constitucionais, principalmente em relação aos dispositivos referentes à administração pública e aos agentes públicos, estabelecendo a amplitude da aplicação do regime de responsabilidade da Lei nº 8.429/1992 em relação aos agentes políticos e também às razões que legitimam a referida aplicação.

O trabalho iniciará com uma breve análise histórica sobre o assunto e posteriormente será analisada a possibilidade da sujeição dos agentes políticos tanto ao regime especial dos Crimes de Responsabilidade, bem como ao regime da Lei de Improbidade Administrativa.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho apóia-se no método analítico-dedutivo econtará com análise dos termos relativos ao assunto, baseando-se em doutrinas especializadas, bem como diplomas normativos pertinentes, de forma a basear tal estudo.

Far-se-á um paralelo entre as normas da Constituição Federal, a Lei dos Crimes de Responsabilidade (nº 1.079/1950), bem como a Lei de Improbidade Administrativa (nº 8.429/1992).

Será utilizado, ainda, artigos científicos publicados na Revista Digital de Direito Administrativo da Universidade de São Paulo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, a moralidade só passou a ser seguida como princípio norteador do direito administrativo após a promulgação da constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã), passando a ganhar força normativa, devendo a partir de então não ser analisada de forma desconexa ao direito, mas sim considerando-o como juízo de legalidade, tendo em vista a repressão as condutas ímprobas por agente públicos, políticos e aqueles que assim concorrerem para tal.

Maria Sylvia Zanella DI Pietro, relata que a lesão a probidade administrativa sempre foi tipificada como crime de responsabilidade, matéria disciplinada pela Lei 1.079/50, trazendo em seu artigo 9º a definição dos crimes de improbidade administrativa, devendo-se ater a ressalva de que os mesmos atos definidos em lei, podem ser aplicados a administração pública, nos moldes da lei 8.429/92.

Os crimes de responsabilidadesão nomeados e tipificados como crime, porém tratam-se condutas ou comportamentos inteiro conteúdo político, infrações político administrativo, regulado pela lei 1.079/50 cuja as penas são opostas ao Presidente da República, ministros do Estado, Ministros do Supremo, Tribunal Federal, Procurado da Republica, Governadores e Secretários de Estado, devendo os crimes cometidos pelos prefeitos e vereadores ser regidos pelo decreto lei nº 201/67.

Salienta-se, que a imposição das penas previstas na LIA, não obstam a aplicação da lei de crimes de responsabilidade, conforme dispõem Art. 37, §6º, 52 da Constituição Federal e artigo 3º da 1.079/50

> **Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

> **§ 4º** Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.(grifo nosso)
>
> **Art. 52**. Compete privativamente ao Senado Federal:
> **Parágrafo único**. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.(grifo nosso)
>
> **Art. 3º** A imposição da pena referida no artigo anterior não exclui o processo e julgamento do acusado por crime comum, na justiça ordinária, nos termos das leis de processo penal. (grifo nosso)

Ocorre que o fato do agente político ou público estar inserido em determinada esfera, não o exime de ser responsabilizado nas demais, sendo elas civis, penais ou administrativas. Isso porque, a Constituição Federal além de não obstar por determinada forma de aplicação, estabelece somente o modo de processamento das infrações previstas.

Em contrapartida, decidiu o Superior Tribunal de Justiça – Questão de Ordem na Ação de Improbidade Administrativa: QO na AIA DF 2008/0188380-8, assim ementado:

> PROCESSO CIVIL. QUESTÃO DE ORDEM EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMNISTRATIVA. AGENTES POLÍTICOS E AGENTES ADMINISTRATIVOS. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido **da impossibilidade de propositura da ação de improbidade, quanto aos agentes políticos, que se sujeitam à ação penal por crime de responsabilidade. aplicabilidade** no âmbito do STJ. Ação proposta contra membro do tribunal de contas de estado da federação. peculiaridades, quanto à sua tipificação da conduta contida na ação de improbidade, que afasta a orientação preconizada pelo STF. Possibilidade de sua responsabilidade pelo regime de ação de improbidade. – no julgamento da Recl. 2.138/DF, o STF decidiu que o regime da ação de improbidade administrativa não se aplica aos agentes políticos, cujos atos estariam abrangidos pelos preceitos contidos da lei dos crimes de responsabilidade, com o foro privativo estabelecido n constituição federal. Haveria, portanto, para os agentes políticos, "*bis in idem*" entre os preceitos da lei de crimes de responsabilidade e a lei de improbidade administrativa. – para conselheiros do tribunal de contas do estado, a conclusão não pode ser a mesma. **A lei dos crimes de responsabilidade separa, quanto às conseqüências, as condutas praticadas pelos diversos agentes políticos**. Assim, o presidente da república e os ministros de estado podem praticar condutas que são tipificadas como crimes contra a administração, nas quais se verificaria, na visão do stf, "*bis in idem*" com as condutas previstas na lei de improbidade administrativa. Outros agentes políticos, porém, como os membros de tribunais de contas, não

> estão entre as autoridades a quem a lei reputa possível cometer tais crimes. para eles, a lei dos crimes de responsabilidade possibilita apenas a prática de crimes contra a lei orçamentária, que não se identificam, necessariamente, com os atos reprimidos pela lei de improbidade administrativa. – a peculiaridade das condutas tipificadas na lei dos crimes de responsabilidade, quanto aos membros do tribunal de contas, indica que a eles não se estende a novel jurisprudência do STF, que exclui os agentes políticos do âmbito da lei de improbidade administrativa. Portanto, a ação de improbidade, aqui, permanece cabível, não sendo, todavia competente o STJ para dela conhecer. Questão de ordem acolhida para remeter os autos ao Tribunal de Justiça da Bahia, para distribuição em primeiro grau da ação de improbidade administrativa. (stj - qo na aia: 27 df 2008/0188380-8, relator: ministra Nancy Andrighi, data de julgamento: 27/11/2008, CE - corte especial, data de publicação: DJE 09/02/2009) **(grifo nosso)**

A Constituição Federal determina que os agentes políticos, terão foro por prerrogativa de função, em decorrência do cargo ou função exercida e nas hipóteses de infrações penais comuns, não se sujeitando ao duplo grau de jurisdição, contudo, vale constar, que na problemática trazida no parágrafo anterior, no qual esses mesmos agentes, além de responderem pelos crimes de responsabilidade, caso haja a subsunção do ato a uma das condutas estipuladas na lei de improbidade, o STF entende por maioria dos votos, que o “foro privilegiado” não se estenderá as ações civis, devendo os atos de improbidade administrativa, regulada pela 8.429/92 serem processados perante juízo comum, conforme nota disponibilizada pelo Supremo em 10 de maio de 2018.

> Na sessão desta quinta-feira (10), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria de votos, que a Corte não tem competência para processar e julgar ação de improbidade administrativa contra agente político. **O foro por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal em relação às infrações penais comuns, segundo os ministros, não é extensível às ações de improbidade administrativa**, **que têm natureza civil**. O Plenário negou provimento a agravo regimental interposto contra decisão do relator originário, ministro Ayres Britto (aposentado) na Petição (PET) 3240, na qual determinou a baixa para a primeira instância de ação por improbidade administrativa contra o então deputado federal Eliseu Padilha, por atos praticados no exercício do cargo de ministro de Estado. (Notícia veiculada no portal do STF). Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=378073 acesso em 27/09/2019 **(grifo nosso)**

Ante o todo exposto importante frisar o núcleo norteador da problemática trazida em epigrafe, pois o simples fato de os agentes políticos terem norma disponível de caráter vinculado eles, ainda sim, seu cargo não o exime do cometimento de infrações o

qual a norma regente não faça jus, assim dizendo a lei de crime de responsabilidade. Nesse contexto conforme dispõe a carta magna, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”, o cometimento de crimes fora da seara dos crimes de responsabilidade deverá ser-lhes imputado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos, então, que a incidência do qual trata o presente trabalho, traz a título de conhecimento a situação hipotética da ocorrência atos ímprobos cometidos por agentes políticos com penalidades descritas no art. 37º, parágrafo 6 da CF/88, e a forma processual adepta pela doutrina e pela jurisprudência forma que faz jus ao caput do artigo 5º da CF/88.

Analisando os apontamentos acerca de tal matéria, vemos que ainda há controvérsia sobre o assunto, entretanto, a interpretação que se faz mais adequada, visando preservar os princípios basilares do nosso Estado Democrático de Direito, é aquela que impõe maior penalidade aos agentes políticos, sujeitando-os ao regime sancionatório dos crimes de responsabilidade quanto ao regime punitivo da Lei de Improbidade Administrativa.

Uma interpretação contrária, ocasionaria um verdadeiro retrocesso, visto que a eficiência do sistema de controle da corrupção tem como essência a diversidade de instrumentos de controle e combate à improbidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988- Brasília, DF, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acesso em: 26/09/2019.

BRASIL. Improbidade administrativa 1992 - Brasília, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm, acesso em: 26/09/2019

BRASIL. Impeachment 1950 - crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento - Brasília, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1079.htm. Acesso em: 26/09/2019.

PIETRO, Maria Zanella Di, Direito Administrativo. Ed. 24º. Editora Atlas - São Paulo. 2011, 826 a 832p.

SILVA, Paulo Victor. A ação de improbidade administrativa e o processo de impeachment: um olhar republicano sobre a responsabilização dos agentes políticos por atos de improbidade administrativa – Revista Digital de Direito administrativo USP,

2017. Disponível em: https://onedrive.live.com/cid=EF76EE3DF975D5BF&id=EF76EE3DF975D5BF%211032&parId=EF76EE3DF975D5BF%21993&o=OneUp

STJ - QO na AIA: 27 DF 2008/0188380-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 27/11/2008, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: --> DJe 09/02/2009. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2515516/questao-de-ordem-na-acao-de-improbidade-administrativa-qo-na-aia-27-df-2008-0188380-8?ref=serpacesso em 02/10/2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 201 de 27 de fevereiro de 1967 – Brasília, DF, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0201.htm acesso em 03/10/2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF mantém competência da primeira instância para julgar ação de improbidade administrativa contra agente político. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=378073 acesso em 27/09/2019.

A INEFICIÊNCIA NAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS QUANTO A PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES AMBIENTAIS

Ana Letícia dos Santos, Giovanna Biazotto da Cruz, Tainá Juliane Ferreira Kil, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, e-mails: ana.leticia.98@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo, apontar e dirimir a ineficiência do Estado no que tange a razoabilidade, aplicação e a falta de fiscalização nas sanções administrativas quanto à pessoa jurídica no âmbito dos crimes ambientais, descrevendo um panorama evidente para a solução dessa lide, a ponto de satisfazer um dos maiores problemas já enfrentados pela humanidade, essencialmente sistematizado e precariamente esquecido na sua forma de salientar e preservar a vida humana. Contudo, o projeto na sua forma de pesquisa desenvolverá possíveis soluções para o problema que se encontra na forma mais criteriosa e desmesurável, ao qual a maioria dos países se propôs de forma utópica a extinguir o tão inescrupuloso e relapso crime ambiental

De forma a arbitrar o esquecimento tangível do presente momento caótico em que se encontra, a literalidade da forma como será apresentada, apontarão de maneira singular os problemas e soluções, sintetizando possíveis recursos e adequar na forma da lei, a preservação do meio ambiente ao qual há tempos não vem obtendo o devido respeito.

Diante da realidade atual, é fundamental adotar medidas globais para combater a degradação da natureza e assim conseguir a obtenção de um meio ambiente cada vez mais equilibrado e capaz de viabilizar o desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O Estado como depositário do domínio constitucional da defesa e preservação do meio ambiente, deve esboçar rumos de acesso aos meios de sobrevivência dos indivíduos, cumprir seu papel de maneira ponderada, procurar superar dificuldades operacionais na busca de parceiros, idealizar vínculos entre os diversos órgãos estatais, nos três níveis de governo, e demais setores empresariais e organismos sociais.

As ferramentas estruturais que regem o meio ambiente não têm conseguido alcançar o desfecho esperado. Com isso, a responsabilização penal da pessoa jurídica

por crimes ambientais não tem obtido a efetividade correspondente ao tamanho do bem lesado, entretanto a legislação penal brasileira vem avaliando alguns progressos. A educação ambiental tem sido uma via constituída de amplas possibilidades positivas.

2 METODOLOGIA

Obviamente, é imprescindível concordar que a pessoa jurídica que não respeita o meio ambiente deve ser punida de forma severa e proporcional aos danos que causou. Tal punição deve ser observada e dosada à medida que a desenvoltura da ação ocorrer, analisando de forma dogmática os parâmetros usados na sentença penal/administrativa a ser imposta.

O objetivo principal a ser atingido é a inobservância pautada na dignidade ao meio ambiente e um comparativo argumentando de forma racional positiva de negativamente aplicando a solução mais cabível e mais sensata. A contribuição para a preservação ambiental pautada na lei, na moral e nos bons costumes visando o interesse social.

A pessoa jurídica deve ser responsabilizada/punida de forma consistente e autônoma, atingindo todo o sistema que compõe tal ente jurídico destacando a aplicabilidade e a forma como se dá a efetivação errônea e calma das sanções.

A forma como se pune, está equivocada à medida que não se alcança o objetivo esperado. A sanção, na sua forma abstrata e sutil está se tornando uma atividade típica do ente jurídico a forma de que a punição já está incorporada a sua prática diária.

a) Analisar a bibliografia em Direito Processual Penal sobre crimes ambientais;

b) Analisar a bibliografia em Direito Ambiental sobre a responsabilização da pessoa jurídica;

c) Analisar acordos e convenções internacionais sobre o tema;

d) Analisar as doutrinas e jurisprudências sobre o tema.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Levando em consideração a personalidade da pessoa jurídica, conceituada por Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald:

> A personalidade jurídica é o atributo reconhecido a toda pessoa (natural ou jurídica) para que possa atuar no plano jurídico (titularizando as mais diversas relações) e reclamar uma proteção jurídica, mínima, básica, reconhecida pelos direitos da personalidade.

O ente jurídico detentor de personalidade real deve ser plenamente capacitado a ser responsabilizado de todas as formas necessárias ao seu bom andamento dentro da norma a ser respeitada e seguida.

A doutrina majoritária nesse sentido defende a ideia de que as pessoas jurídicas são de caráter abstrato e, portanto, inconscientes, não podendo praticar ações que são de aplicabilidade da pessoa física. Argumentam ainda que as sanções têm por finalidade prevenir crimes e reeducar infratores, sendo impossível a pessoa jurídica já que por serem entes inanimados não possuem discernimento para entender a punição aplicada.

A Constituição da República Federativa do Brasil traz em seu artigo 225, §3º a caracterização do crime ambiental: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A lei dos Crimes Ambientais em seu artigo 3º caracteriza o dano quanto à pessoa jurídica: “As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativas, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade” e vai além, indicando a responsabilidade pelo fato no parágrafo único do mesmo artigo: “A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito Ambiental não pode ser caracterizado como um direito advindo do interesse público e nem tampouco advindo do interesse privado. Ele está em uma faixa intermediária. Ambos os interesses são igualmente fixados à medida que a responsabilidade se funde nas ideias de preservação. Essa ciência jurídica é quem discute os problemas ambientais e sua relação com seres humanos e entes jurídicos de uma forma geral tendo por seu objetivo principal a proteção do meio ambiente e a melhoria de condições de vida na Terra.

Com o propósito de complementar as medidas sancionatórias de caráter civil, inseriu-se no ordenamento jurídico a tutela penal do meio ambiente, incorporando medidas coercitivas para complementar as outras formas de responsabilização já existentes, por exemplo, a forma administrativa. Existem momentos em que a responsabilização penal se mostra mais eficaz à preservação ambiental, haja vista que

coíbe as condutas lesivas ao meio ambiente, prescrevendo regramentos de caráter reparatório e punitivo pela prática de crimes contra ele.

A Constituição Federal de 1988 deu valioso tratamento à defesa ambiental, consagrando o princípio da responsabilidade ambiental, disciplinando a responsabilidade civil, administrativa e penal por danos causados ao meio ambiente, sendo essas objetivas, integral e solidária. Qualquer medida que vise afastar as regras da responsabilidade objetiva e da reparação integral é contrária ao ordenamento jurídico.

A penalização da pessoa jurídica inovou ao prescrever que o ente jurídico pode dispor do tratamento correspondente à ação praticada que contrarie o direito de todos a uma sadia qualidade de vida. A missão de proteção ao meio ambiente foi disposta claramente no texto constitucional, onde se destinou ao Estado um papel primordial na defesa e preservação ambiental e à sociedade uma corresponsabilidade por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerando-se que, pela própria dinâmica das atividades econômicas, seria necessária uma rigorosa tutela penal.

A edição da Lei n° 9.605/1998, efetivou a proteção do meio ambiente, consolidando a legislação ambiental limitando penal e administrativamente as atividades lesivas ao meio ambiente, estagnando a responsabilização penal dos entes jurídicos. A regulamentação trouxe em seu conteúdo previsão de sanções penais para a ofensa a valores ambientais, com a normatização da responsabilização penal da pessoa jurídica relativa a crime ambiental.

A legislação brasileira defende a responsabilidade penal da pessoa jurídica, objetivando, com isso, a reprimir uma maior incidência quanto a criminalidade. Tal repressão advém da necessidade de assistência requerida pelo meio ambiente, da qual a preservação está intimamente ligada ao direito à vida.

Ao estabelecer a Lei de Crimes Ambientais sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a pessoa jurídica não mais ficará criminalmente impune pela prática de crimes ambientais e, com a participação da sociedade, dos órgãos ambientais e do Ministério Público, esta ferramenta lhe garantirá agilidade e eficácia na punição aos infratores do meio ambiente.

O ente jurídico não é mera ficção, mas uma realidade sociológica, seres de vida própria que nascem por imposição das forças sociais, em virtude da incapacidade do ser humano em, por si só, realizar certos fins, ultrapassando suas forças e limites individuais. Assim sendo, ele se personalizou, tornando-se passível de direitos e obrigações e se desprendeu da pessoa física que o concebia.

A pessoa jurídica é uma realidade social, resultante assim, de uma capacidade de adquirir direitos e capaz de adquirir obrigações, vindo então a possuir tanta responsabilidade civil quanto penal. Além disso, essa responsabilidade tem caráter pessoal, o que a identifica com a mesma da pessoa natural. Não há como se deixar de reconhecer que a pessoa jurídica não é apenas uma mera ficção, mas sim um ente social que possui realidade concreta e que por isso mesmo não pode deixar de ser conhecido pela realidade jurídica.

O ente jurídico é um ser impecavelmente capaz de vontade, vontade esta que não se confunde com a de seus integrantes. O ente coletivo possui assim capacidade de querer e de agir e o fazem por meio de suas instituições, da mesma forma que o ser natural norteia com sua cabeça, seus membros para executar diversas atitudes, que tanto podem resultar tanto em obrigações lícitas como ilícitas.

Dessa forma, está óbvio que as pessoas jurídicas, por serem entes ideais, somente podem desempenhar funções por intermédio de seus representantes legais. Não obstante, não se venha afirmar que o interesse que a lei lhe atribui é aparente, não sendo mais do que a vontade dos membros que a compõem, pois, apesar de só poderem atuar por meio de seus componentes, como, por exemplo, através de reuniões, deliberação, voto na assembleia geral, administração ou gerência, não resta dúvida de que tais apreciam de pessoas jurídicas, e não atos individuais dos seus representantes.

Habitualmente, quando determinada empresa comete algum ilícito, preveem-se contra ela duas principais medidas, que podem ser administrativas ou civis. Contudo, dependendo do bem jurídico a ser atingidas, as multas administrativas ou a responsabilidade civil mostram-se insuficientes para repreender a atitude criminosa do ente coletivo, uma vez que elas não têm a publicidade do processo criminal, permitem a negociação entre essa entidade e as autoridades administrativas e, por fim, não traduzem a força coercitiva que se pode atribuir às penas criminais.

Outro meio que se poderia inserir a um ilícito praticado por pessoa jurídica seria a aplicação de uma medida de segurança. Contudo, está tem caráter preventivo apenas no sentido de cura, o que toma sua aplicação inaceitável quando se trata de empresas, pois aqui não se está tratando de inimputáveis. Além disso, não há como se avaliar o momento em que estará sanada a periculosidade do ente coletivo, pois tal avaliação futura em face de um fato delituoso passado deste mostra-se inadmissível.

Sequencialmente, a busca de uma medida capaz de converter os impactos pretendidos à pessoa jurídica caso cometa algum ilícito, temos a pena como a resposta

governamental aplicável à mesma como meio de desaprovação. Assim sendo, uma vez constatada a lesão ao meio ambiente ou a outro bem jurídico protegido pelo Estado, este deverá intervir através da pena, levando-se em conta principalmente a relevância pública do ato praticado.

Assim sendo, a melhor resposta estatal ao ilícito cometido por determinado ente coletivo é a imposição de uma pena, uma vez que a punição do mesmo através de medias de segurança necessita de fundamento lógico, e as respostas administrativa e civil mostram-se por vezes insatisfatórias face às modernas formas de criminalidade praticadas pelas empresas.

Então, uma vez constatada a lesão a um determinado bem jurídico protegido pelo Estado, é dever do mesmo intervir imediatamente através da imposição de pena à entidade causadora do delito, pois, se é verdade que não se pode aplicar à mesma pena normalmente cominada a uma pessoa física, a pena privativa de liberdade, não é razoável que tal agente criminoso permaneça impune; razão pela qual o legislador brasileiro cautelosamente elencou um rol de penas passíveis de serem aplicadas aos entes coletivos, conforme se pôde observar.

REFERÊNCIAS

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB. 13ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2015

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 04 Nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a lei dos crimes ambientais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em 04 Nov. 2018.

BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispões sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em 04 Nov. 2018.

FARIZEL, Davi. Pessoa jurídica e direitos da personalidade. Disponível em <https://davifm.jusbrasil.com.br/artigos/243031205/pessoa-juridica-e-direitos-da-personalidade>. Acesso em 04 Nov. 2018.

GOMES, Luiz Flavio; Maciel, Silvio. Lei de crimes ambientais: comentários à lei 9.605/1998. 2. Ed. São Paulo: GEN – Editora Método, 2015.

MORAES, Ana Claudia. A responsabilização penal das pessoas jurídicas nos crimes ambientais. Disponível em< http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/ESMP monografias/d.penal-d.proc.penal/a.responsabilidade.penal.das.pessoas.juridicas. nos.crimes.ambientais[2007].pdf> Acesso em 04 Nov 2018.

A INFLUÊNCIA DA INICIAÇÃO AO TREINAMENTO ESPORTIVO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MOTOR NA INFÂNCIA

Maria Julia Gabriel, Mateus Borges Oliveira, Ademir Testa Junior,
e-mail: mariajuliagabriel@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde atividades mais simples até as mais complexas, o desenvolvimento motor em crianças é um fator importante para o decorrer da vida, onde pode ser utilizada em qualquer atividade apresentada e obter de forma desenvolvida, habilidades motoras fundamentais (NERIS, 2012).

Sendo assim, o provento e o desenvolvimento das habilidades motoras ocorrem com ritmos diferenciados entre os indivíduos, observando-se grande variabilidade entre desempenhos na primeira infância, decorrendo-se assim, da maturação neurológica, das especificidades da tarefa e oportunidades do ambiente (SACCANI, 2010).

De forma significativa para os estudos de crescimento físico, desenvolvimento e aprendizagem motora, a prática esportiva durante a infância vem desencadeando pesquisas da área das ciências da motricidade humana. Investigações em atividades esportivas sistematizadas possuem foco em fatores ambientais, individualidade biológica e as explicações das possíveis mudanças no nível de comportamento motor e desenvolvimento das crianças (SANTOS CR, et al, 2015).

As práticas de esporte podem potencializar as capacidades motoras físicas das crianças em desenvolvimento. Observa-se que crianças não praticantes de atividades esportivas sistematizadas, apresentam desenvolvimento típico (FERRACIOLI, 2018).

O presente estudo teve como objetivo constatar o impacto que a inicialização esportiva pode causar no desenvolvimento motor, descobrindo que, por meio da prática do esporte na infância, o indivíduo pode melhor desenvolver os aspectos motores que ocasionará mudanças ao resto de sua vida.

2 METODOLOGIA

Este referido estudo, possui caráter qualitativo, onde se baseou em uma coleta de dados através de uma revisão bibliográfica científica, que referente ao amplo espaço de

colaborações científicas sobre um determinado tema específico sobre a óptica de diferentes autores (CANDELO, 2006).

Através da base de dados “Google Acadêmico”, foram encontrados 10 artigos, dos quais utilizados 4 para o referente estudo, entre os anos de 2010 a 2018. Foram analisados dentro de um determinado período de tempo que possibilitou a elaboração de um relatório sobre o tema específico, além de colaborar para a realização de uma discussão e análise das diferentes visões dos autores, onde para a construção do mesmo utilizou-se as principais ideias e resultados dos diferentes artigos e autores.

Esse projeto revela a gama de contribuições científicas de autores sobre determinado tema, utilizando-se como palavras chaves: desenvolvimento motor/infância, inicialização esportiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Ferracioli (2018), a idade é um dos principais fatores que influenciaram na questão de destreza manual, equilíbrio, força de membros superiores, resistência muscular localizada, força de membros inferiores, resistência aeróbia e na coordenação motora geral, na grande maioria das crianças dos vários componentes avaliados, enquanto o desempenho nos componentes equilíbrio e força de membros inferior se destacou a prática esportiva.

Ainda para Ferracioni (2018), a coordenação motora é desenvolvida e aprimorada nos decorreres dos anos. Cada indivíduo possui seu próprio tempo de aquisição das capacidades de acordo com suas habilidades motoras e maturação, onde todas as experiências vividas pelos mesmos favorecem o desenvolvimento motor.

Para Santos (2015) às atividades programadas, sejam elas específicas ou gerais, podem ser determinantes para a busca de uma pré-estruturação dos níveis de comportamento motor, mostrando que se bem trabalhadas aumentam a velocidade e a facilitando a aprendizagem de novas habilidades, como também a progressão para as especializadas.

Crianças que praticam atividades esportivas extracurriculares demonstram níveis superiores de motricidade global e equilíbrio, com um resultado motor de classificação normal a superior. Contudo, em ambiente escolar, os resultados da idade motora global e equilíbrio apresentam-se normais, portanto, crianças que praticam somente às aulas de Educação Física não demonstram déficits no desempenho dos testes aplicados

apontando que a hipótese de níveis baixos de desenvolvimento motor foi refutada, de acordo com Santos (2015).

Segundo Neris (2012), desenvolvem uma melhora nos padrões manipulativos ou locomotores e nos níveis de aptidão física, crianças que praticam alguma modalidade esportiva. As características morfológicas não apresentam relações com a escolha do esporte, uma vez que a estrutura física, não traz, aparentemente, vantagens para os atletas no jogo.

Ainda para Neris (2012), os padrões motores e aptidões físicas são influenciados pelo esporte em específico, seguindo como exemplo, crianças que treinam futsal desenvolvem melhor os padrões locomotivos e membros inferiores do que a manipulação de objetos e membros superiores, por não serem trabalhados nas rotinas de treino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse trabalho, concluímos que a coordenação motora se desenvolve ao decorrer dos anos, apresentando um desenvolvimento individual, dependendo também das experiências vividas.

A prática esportiva auxilia no desempenho do equilíbrio e força de membros inferiores. Os membros superiores, resistência muscular localizada e coordenação motora geral são influenciados pela idade.

REFERÊNCIAS

FERRACIOLI, M. **Influência da prática esportiva no desenvolvimento motor e da aptidão física de escolares de fortaleza/CE**. Brazilian Journal of Motor Behavior, v. 12, n. 1, 2018.

NERIS, K. A influência das diferentes práticas esportivas no desenvolvimento motor em crianças. **ACTA Brasileira do Movimento Humano**, v. 2, n. 1, p. 58-64, 2012.

SACCANI, R. Análise do desenvolvimento motor de crianças de zero a 18 meses de idade: representatividade dos itens da Alberta Infant Motor Scale por faixa etária e postura. **Journal of Human Growth and Development**, v. 20, n. 3, p. 711-722, 2010.

SANTOS, C. Efeito da atividade esportiva sistematizada sobre o desenvolvimento motor de crianças de sete a 10 anos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, n. 3, p. 497-506, 1 set. 2015.

SANTOS, V.D. **Trabalhos Acadêmicos: Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre/RS: AGE Ltda, 2006.149 p.

A INFLUÊNCIA DO ESTRESSE EM ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO

Alejandro de Moraes Stoduto, Renan Floret Turini Claro,
e-mail: alejandro0moraes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Margis (2003) o estresse é um aumento de adrenalina no corpo que desperta nele um modo de alerta estando preparado para agir em qualquer tipo de ação que nele for imposto de forma rápida. E essa resposta pode ser influenciada tanto pelo meio externo quanto interno.

Para Nogueira e Gomes (2014) a sociedade no último século sempre viu o estresse como uma forma de descrever emoções e sentimentos ruins que as pessoas passam.

De acordo com Cruz (2009) o atleta de alto rendimento pode acabar se sentindo pressionado por conta dos fatores nele imposto partindo de princípio o treinamento de alta intensidade que busca uma melhora na sua performance

Não é só a busca da melhora de desempenho que gera estresse em um atleta, situações frequentes de dia a dia em um local de trabalho também geram stress

Além de que atletas são pessoas normais como qualquer uma, que tem problemas familiares e cotidianos.

Mas toda essa pressão pode afetar o psicológico do atleta fazendo com que ele acabe exigindo de seu corpo muito mais do que ele pode aguentar ou até mesmo patologias derivadas da questão mentais e emocionais

Segundo De Rose Jr. (2014) outro fator que gera bastante estresse é a competição em si por conta de todo o julgamento que o atleta sofre dentro da disputa para ser o vencedor.

É observável que alguns atletas dentro de sua comissão técnica já estão adquirindo psicólogos, coaching para trabalhar melhor a questão mental, fazendo com que todo o preparo do atleta não seja perdido por conta de algum infortúnio psicológico.

O presente estudo busca entender a relação entre o estresse adquirido por um atleta de alto rendimento e as influências que nele podem ser causados.

2 METODOLOGIA

O método utilizado nessa pesquisa foi revisão bibliográfica que para Marconi e Lakartos (2004) é a uma avaliação de fatos realizados, mas que podem obter um conhecimento desconhecido, partindo de um princípio de que ainda há novidades em artigos já realizados.

Por meio de uma busca de dados online fora utilizado os seguintes sites: google acadêmico <scholar.google.com.br>; Scielo**.** <https://scielo.org>

De imediato foi considerado os artigos baseando-se no resumo e no título comparando se eles condizem com o que pesquisa informa, além do que fora dado prioridades a artigos do século atual.

Além disso foi aderido os temas com que melhor se adequa com o contexto da pesquisa.

Sendo assim foram utilizados 11(onze) artigos voltados ao estresse psicológicos e suas consequências para esse artigo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após analisar os 7(sete) artigos foi observado a questão do estresse tanto para o lado de benéfico como também os quais têm malefícios.

De acordo com Kavanagh (2005) “O estresse moderado pode melhorar o desempenho porque há estímulo para manter a vigilância do indivíduo, mas não um excesso de estímulo para distraí-lo de seu objetivo. Quando o nível de stress é baixo, o indivíduo pode não estar suficientemente alerta para ter um desempenho adequado; quando é muito alto, por outro lado, a excitação excessiva pode prejudicar o desempenho “(Apud Verardi, 2012 p. 306).

Marques et.al (2003) indica que as mulheres têm um estresse psicológico, físico e geral maior quando comparados com homens, mostrando que homens adquirem estratégias diferentes em situações negativas.

Para Fabiani (2009) o atleta deve adquirir conhecimento para saber controlar o nível de estresse para que não se exceda e afete seu desempenho de preparação principalmente, sendo a família o fator que pode influenciar nessa situação.

Para manter a tensão controlada em um nível não prejudicial muitos atletas optam pelo uso da música ou da contagem sequencial 0 a 10. Fazendo com que se mantenham atento e pronto para agirem, mas sem exceder as emoções evitando abalo moral.

Como foi citado anteriormente o atleta quando busca uma melhora em uma situação de pressão dependendo o método que por ele for escolhido pode causar a conhecida “síndrome de supertreinamento” (overtraining). Isso pode causar o abandono da atividade prejudicando muitas carreiras como já aconteceu com vários Costas (2008).

Em questão de rendimento Segato (2010) diz que a questão estresse pode sim influenciar no desempenho dos atletas em pelo menos esportes em que a coordenação motora e o equilíbrio mental são necessários, no caso velejadores, mas podem ser exemplificados também o tênis, tiro esportivo.

Segundo Da Silva (2019) além de afetar sim a questão física do atleta (músculos tensos, boca seca, aumento na frequência cardíaca).

Da silva (2019) considera o estresse como uma forma de desequilíbrio do corpo sendo causado por intermédios externos ou internos, ou seja, a questão ambiental pode sim afetar o atleta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estresse sendo controlado gera benefício ao atleta, podendo ser sim um fator diferencial na questão competitiva por conta do modo alerta que ele permite com que o desportista esteja.

Mas no geral é uma questão difícil de controlar, e que afeta sim de forma maléfica a ponto de prejudicar de forma física, mental e até social.

O estresse em si deve ser uma questão em que o esportista não deveria requerer em uma competição e sim buscar controlar-se e focar na performance de forma mais calma possível para que tenha total controle de suas ações.

O atleta deve ter um acompanhamento melhor na questão psicóloga para que esses fatores não interfiram na sua performance, assim como citado acima há sim um acompanhamento, mas se engloba apenas em um pequeno grupo.

REFERÊNCIAS

COSTA, Leonardo Oliveira Pena; SAMULSKI, Dietmar Martin. Overtraining em atletas de alto nível: uma revisão literária. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 13, n. 2, p. 123-134, 2008.

CRUZ, Whyllerton Mayron da et al. Estresse e recuperação de atletas de futebol de alto rendimento em treinamento. **Trabalho de Conclusão de Mestrado - UESC** 2009.

DE ROSE JUNIOR, Dante. A competição como fonte de estresse no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 10, n. 4, p. 19-26, 2008.

DA SILVA, Danilo Louzada; DOS SANTOS, Rafael Flavio. Manifestação do estresse em atletas profissionais do futebol. **Revista de Trabalhos Acadêmicos da FAM**, v. 4, n. 1, 2019.

FABIANI, Marli Terezinha. Psicologia do Esporte: a ansiedade e o estresse pré-competitivo. In: **congresso nacional de educação: educere**. p. 12337-12345. 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. **São Paulo: Atlas**, 2004.

MARGIS, Regina et al. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. 1, p. 65-74, 2003.

MARQUES, Raquel Silva et al. Os níveis de estresse pré-competitivo de atletas classificados segundo a tipologia dos esquemas de gênero. **Motriz. Journal of Physical Education**. UNESP, p. 59-68, 2010.

NOGUEIRA, J. M.; GOMES, António Rui. Compreender o estresse no esporte: **Contribuição das perspectivas transacionais sobre a adaptação humana**. 2014.
SEGATO, Luciana et al. Estresse psicológico de velejadores de alto nível esportivo em competição. **Motricidade**, v. 6, n. 3, p. 53-62, 2010.

VERARDI, Carlos Eduardo Lopes et al. Sport, stress, and burnout. **Estudos de Psicologia** v. 29, n. 3, p. 305-313, 2012.

A INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE OVÁRIO – UM RELATO DE CASO

Ana Cláudia da Silva de Melo, Ana Flávia Souza Silva, Renan Floret Turini Claro,
e-mail: renan_turini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os ovários são glândulas que fazem parte do sistema reprodutor feminino, que fica localizado na pelve se ligando ao útero pelas trompas. Sua principal função é a produção de hormônios sexuais femininos. Sendo eles: O estrógeno e a progesterona. É composto por 3 tipos de células: as epiteliais, que revestem e protegem; as germinativas, que produzem os óvulos e a teca-granulosas, que produzem os hormônios femininos. As diferentes células que formam o ovário, podem sofrer modificações morfofuncionais inesperadas, sendo chamado esse processo de malignização. Formando as células tumorais, diferenciando pela perda das funções e modificações morfológicas no tecido ovariano, originando se a tumores benigno ou maligno (VALENTE, 2011).

O câncer de ovário tem como característica principal ser uma doença silenciosa, porque geralmente não apresenta sintoma, sinais ou manifestação em seu estágio inicial. E quando descoberto a doença já está em estágio avançado (OLIVEIRA, 2011). Com isto faz com que exames preventivos sejam fundamentais na descoberta precoce da doença (VALENTE, 2011).

O diagnóstico precoce da doença é difícil e geralmente acontece quando há alguma manifestação dos seguintes sintomas: dor pélvica, abdominal e nas costas; aumento do volume abdominal; empachamento; soma dos sintomas descritos anteriormente (LIMA et al., 2010). O câncer de ovário pode ser detectado pelos exames: ultrassonografia via transvaginal para descoberta de tumores pélvicos, ultrassonografia para descobrir a malignidade e benignidade de doença pré-existentes e marcador tumoral CA-125 (FERNANDES, 2003).

Em anamnese clínica, fatores podem ser rastreados como: o histórico familiar de parentes de primeiro grau com a doença, obesidade, e menopausa são índices de incidência de câncer de ovário (OLIVEIRA, 2011).

A doença é dividida em quatro estágios:

- ✓ Estágio I: Câncer confinado a um dos ovários (IA) ou aos dois ovários (IB);
- ✓ Estágio II: Câncer que invade estruturas próximas ao ovário por continuidade, como tubas, útero e etc.
- ✓ Estágio III: Invasão do peritônio ou dos linfonodos da pelve ou abdômen;
- ✓ Estágio IV: Metástases pulmonares, hepáticas, cerebrais, etc.

Foi comprovado aspectos positivos em casos de paciente oncológicos, onde demonstram que o exercício físico tem uma grande influência em conjunto ao tratamento de câncer. Dessa forma, o exercício físico pode ser caracterizado como tratamento não-farmacológico, sendo especifico a cada caso (VIERA, 2007). Além de ter caráter preventivo, essa intervenção pode ser importante durante e após o tratamento quimioterápico, onde os pacientes se queixam de fadiga, redução de forças musculares, dores entre outros sintomas (SEIXAS, 2010).

O exercício físico tem demostrado grandes efeitos, resultando melhora nas capacidades cardiovasculares, funcional, aumenta os níveis de energia, ajuda nos períodos de sono, descanso, melhora na resistência cardiovascular, melhora os níveis de hemoglobina, controle de peso, diminuição nos níveis de vômito, diarreia. E com os tratamentos de quimioterapia e radioterapia e o exercício físico tem uma grande associação melhorando também as percepções psicológicas e de funcionalidade dos membros inferiores (OLIVEIRA, 2015).

Diante do exposto, faz-se necessário elencar quais os resultados obtidos com a intervenção de exercício físico em paciente com câncer de ovário. É válido frisar que por conta da especificidade da patologia, foi acompanhada somente uma paciente e será levada em consideração sua individualidade. Demostrando através do nosso trabalho, estudos, informações, que o câncer de ovário é uma doença silenciosa, sendo na maioria das vezes fatal. Este é um meio de incentivo para que mulheres se atentem aos cuidados e prevenções necessárias no transcorrer da vida, especialmente na fase de maior desenvolvimento patológico. Assim, condutas adequadas auxiliam na pronta recuperação e melhor resposta ao tratamento e desenvolvimento da qualidade de vida (SEIXAS, 2010).

Adicionalmente, mostra que a junção entre exercício físico e o tratamento oncológico pode proporcionar uma melhora significativa no tratamento e, principalmente na percepção da evolução do tratamento. Além disso, este é um relato que apresenta

uma conduta profissional de educação física, que deve ser levada em consideração quando estudado o caso em populações acometidas por tal (SEIXAS, 2010).

De forma geral, o objetivo deste estudo foi descrever os benefícios e os treinamentos de corrida, de musculação e de exercícios funcionais para uma paciente com câncer de ovário.

2 METODOLOGIA

Esse estudo tem característica qualitativa, de acordo com os métodos de abordagem. Fazendo uma retrospectiva da voluntária em relação à doença constando através do método dedutivo, uma pesquisa direta descritiva em relato de caso, utilizando como ferramenta de pesquisa o Scielo, Google acadêmico, Lilacs e Pubmed com as seguintes palavras chaves: “câncer de ovário” e “exercício físico”. Este presente estudo foi submetido e aprovado pelo comitê de ética CA: 08023519.0.0000.5427.

O apresentado é um estudo de caso, particularmente representativo onde os dados são coletados, registrados com excelência, seguido de coleta de dados. Através dos exames, entrevistas e questionários com base na pesquisa de campo, análises e relatórios qualitativos (SEVERINO, 2007).

A voluntária que participou desse trabalho é natural de Barra Bonita, uma pequena cidade do estado de São Paulo, do sexo feminino. Atualmente sua maior ocupação é refletir sobre atitudes sustentáveis, viajar por vários lugares do mundo, desenvolvendo trabalhos sociais, praticando diariamente seus treinos de corrida de rua.

Antes da descoberta da doença, a voluntária tinha uma saúde perfeita, não sentia nada anormal ou diferente no seu dia a dia. A doença foi descoberta quando começou a sentir alguns sintomas diferentes. Os primeiros sinais foram o abdômen inchado e sensação de que a urina pressionava a bexiga. E foi onde decidiu ir ao médico para averiguar qual a melhor conduta com acompanhamento profissional.

Dessa forma, em outubro de 2011, a voluntária foi diagnosticada com câncer de ovário em estágio III, ou seja, com avanço da doença. Ao receber a notícia da doença, a paciente em nenhum momento deixou-se abater, pensando sempre nas pessoas que ela amava e como teria que ser forte. Realizou a cirurgia de histerectomia total, e em seguida começou a fazer a quimioterapia. Durante o processo, foram realizados 6 ciclos com repetição de dosagens há cada 21 dias. Quando o tratamento terminou, em março de 2012, estava emocionalmente fortalecida, pois tinha enfrentado o maior desafio de sua

minha vida. Com o final dos ciclos e alta, decidiu correr uma maratona que seria no mês de outubro no ano de 2013.

Apesar do desejo de completar uma corrida de longa distância, inicialmente a voluntária se encontrava sedentária. Assim, procurou um profissional de educação física para receber instruções adequadas sobre os processos de adaptações em corridas de longas distâncias. Após 7 meses de instruções e sessões de treinamento, fez sua inscrição para a maratona. Nesse período de preparação, após alta, a voluntaria se deparou novamente com a recidiva da mesma patologia. Durante o período de tratamento foram realizados alguns tipos de exames, como:

Ultrassom transvaginal, tomografia computadorizada por Emissão de Pósitrons (PET-TC) e Exames de sangue CA-125.

O treinamento físico executado teve o acompanhamento de um profissional de educação física que estruturou o processo com os exercícios descritos abaixo:

- ✓ Aquecimentos com intervalados de corridas e caminhadas;
- ✓ Alongamentos gerais;
- ✓ Exercícios posturais;
- ✓ Abdominais;
- ✓ Coordenações e educativos;
- ✓ Fortalecimento com exercícios localizados e com uso do *medicine ball* e halteres;
- ✓ Específicos, com corridas aeróbicas sem pretensão de performance e sim de adaptação e condicionamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os métodos de treinamentos utilizados no presente estudo, foi realizado pela prescrição de um profissional de educação física de acordo, a cada fase que a voluntária se encontrava em suas condições físicas. Com base em suas capacidades físicas, inicialmente foram realizados treinos de adaptação e, de acordo com o avanço do tratamento quimioterápico, foi utilizada escala de percepção subjetiva no controle da intensidade. O volume de treinamento era menor do que quando comparado ao período sem tratamento.

A prescrição do treinamento foi realizada com base nos seguintes itens:

- ✓ Os treinos eram realizados 6 vezes por semana (segunda a sábado);
- ✓ Realizados em 2 períodos, manhã/tarde;
- ✓ Duração de 1h e meia a 2 horas por dia;

- ✓ No período da manhã realizava o treino na academia de musculação e intervalados;
- ✓ No período da tarde, realizava os treinos aeróbios caracterizados pela corrida na rua, pista de atletismo e bicicleta ergométrica.

O treinador da paciente utilizou uma periodização de treinamento de acordo sua individualidade biológica durante e após o tratamento quimioterápico onde ele fazia a aplicação em sua paciente sempre com um acompanhamento.

Durante o tratamento os exercícios realizados na academia eram de 8 – 12 serie com repetições submáxima com 30 a 50% de 1 RM (intervalo de 1-3 mim). Com duração de 40 min. E após o tratamento 3-5 serie de 6-12 repetições submáximas ou 55-75% de 1 RM.

Aeróbio de eram de 8 – 12 serie com repetições submáxima com 30/ 50% com base na frequência cardíaca (intervalo de 1-3 mim). Com duração de 60 min. E após o tratamento 3-5 serie de 6-12 repetições submáximas ou 55-75%.

Diante de todo exposto, os resultados dos marcadores hematológicos são descritos todos no exame de sangue, no hemograma onde são subdivididos pelos marcadores hematológico e leucorama.

Baseado nos exames da paciente conforme os resultados, foi feito uma média dos exames e comparados aos valores de referência. Valores com base em artigos, tabelas de valores referenciais, hemogramas de acordo o método de análise. Mas foi visto que estão normalmente comparados aos valores referenciais de acordo é demonstrado na (**tabela 1).**

Tabela 1. Mostra os resultados dos macadores do leucograma da paciente. Feito uma média e desvio padrão com base nos resultados de seus exames e comparados com o valor de referência normativo.

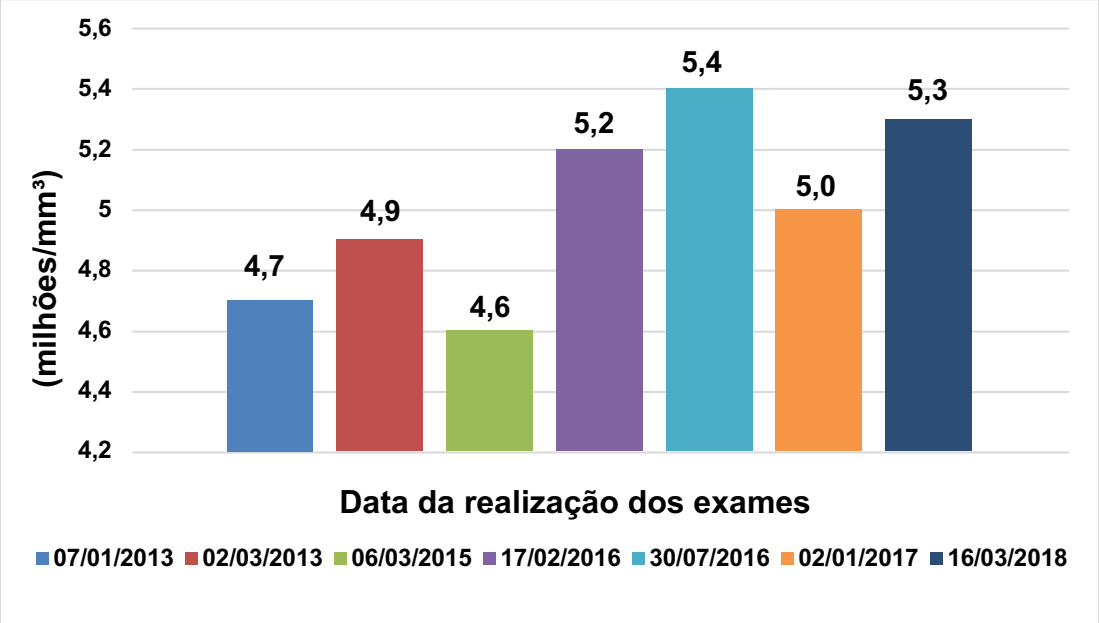
Parâmetros	Média / Desvio Padrão	Valores de Referência
Neutrófilos (/mm³)	52,1 ± 5,49	45 - 75
Metamielócitos (/mm³)	0 ± 0	0
Bastonetes (/mm³)	1,4 ± 1,40	0 -- 5
Segmentados (/mm³)	50,7 ± 5,99	40 - 65
Eosinófilos (/mm³)	1,9 ± 0,90	1-- 5
Basófilos (/mm³)	0 ± 0	0 - 2
Linfócitos típicos (/mm³)	38,9 ± 5,27	20 - 40
Monócitos (/mm³)	7,1 ± 1,87	2-- 10

VCM (u³)	84,9 ± 1,51	81 -100
CHM (pg)	27,7 ± 0,91	27- 34
CHCM (g/dL)	32,7 ± 0,72	31,5 - 36
Plaquetas (/mm³)	197,286 ± 36849,76	150,000 - 400,000

Legenda: VCM: Volume corpuslar médio; CHM: Hemoglobina corpular média; CHCM: Concentração de hemoglobina corpular media.

O gráfico abaixo, resultam os valores de marcadores hematológicos:

Gráfico 1. Demonstra os resultados dos níveis das hemácias com a intervenção da prática do exercício físico. Mantendo-se níveis normativos, não tendo alterações. Valor referencial de (3,9 a 5,9 milhões/mm³).



Com base na pesquisa, o exercício intenso, estão relacionadas as células brancas, que provem à defesa do organismo; as células vermelhas, relacionadas ao transporte de oxigênio; e as plaquetas, importantes na coagulação sanguínea, sofrem alterações. De acordo a intensidade do exercício, após sua execução os leucócitos (células brancas) aumentam consideravelmente, permanecendo com valor elevado até 24 horas após o exercício, o que não deve ser confundido com outras condições inflamatórias e infecciosas do organismo, que também cursam com aumento das células de defesa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui- se que o câncer de ovário é uma doença silenciosa e na maioria dos casos quando é descoberta está em estágio avançado. Diante deste estudo podemos concluir que a intervenção do exercício físico não provocou modificações nos exames hematológicos e provocou efeitos psicológicos positivos segundo os relatos.

REFERÊNCIAS

FERNANDES. Índice de Risco de Malignidade para Tumores do Ovário Incorporando Idade, Ultra-sonografia e o CA-125, RBGO, v. 25, n. 5, 2003.

LIMA, R. et al. Abordagem das massas anexiais com suspeita de câncer de ovário, Feminina, v.38, n. 6, p.259-261, 2010.

OLIVEIRA, K, M; OLIVEIRA, M, M; ARAÚJO, R, S. Câncer de ovário e detecção precoce: Revisão bibliográfica da literatura. Revista Científica FacMais, v. 7, n. 3, p.59- 64, 2016.

OLIVEIRA, R.A. Efeito do treinamento Aeróbio e de força em pessoas com Câncer durante a fase de tratamento Quimioterápico, Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo, v.9, n.56, p.662-670, 2015.

SEIXAS. Atividade Física e Qualidade de Vida em Pacientes Oncológicos durante o Período de Tratamento Quimioterápico, Revista Brasileira de Cancerologia, v. 56, n.3, p. 321-330, 2010.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho cientifico, 23° Edição revista e atualiza 5° reimpressão, p.122, 2007.

VALENTE. Marcadores tumorais de câncer de ovário: o que há de novo? *. Rev Bras Clin Med. São Paulo, v. 9, n. 3, p. 377- 381, 2011.

VIERA, R.A.G. Benefícios Psiconeuroimunológicos da atividade física para pacientes com Câncer, 2007.

A INSERÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR: APRENDENDO UMA SEGUNDA LÍNGUA BRASILEIRA

Sabrina da Silva Nascimento, Viviane Rodrigues, e-mail: viviane_reb@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Há em nosso país um grande número de pessoas com distúrbios relacionados à audição e à linguagem. Em detrimento da surdez, um dos maiores comprometimentos relacionados a esta deficiência, especificamente no contexto educacional, é o aspecto comunicativo. Justamente neste âmbito, evidencia-se o uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras pelas pessoas surdas. Os surdos buscam, por meio da Libras, estabelecer suas relações uns com os outros, de modo que possam se comunicar e interagir na sociedade, ou seja, esta é usada como instrumento de comunicação, de forma a garantir o desenvolvimento intelectual e social do indivíduo. Uma vez que o surdo se apropria da língua de sinais na mesma proporção que o ouvinte adquire a língua oral, aquela deve ser estimulada precocemente, a fim de que sua linguagem não se comprometa futuramente eliminando todas as barreiras que dela se originarem.

Diante desse panorama, construir escolas inclusivas para um grupo de pessoas que possui uma língua diferenciada e própria não parece ser uma tarefa fácil, mas a educação precisa ser revisada para melhor atender a todos. Mendes (2011) propõe que o pedagogo e toda a comunidade escolar, devem intervir na questão de igualdade e qualidade no ensino a esses alunos que necessitam de um currículo adaptado e um planejamento diferenciado em que o professor utiliza de metodologias diversificadas para a aprendizagem dos mesmos. Para os surdos, torna-se importante dentro da escola regular o ensino de Libras para os alunos ouvintes, assim todos interagem e constroem uma sociedade mais inclusiva. Em vista desses apontamentos, ressalta-se que o objetivo geral deste trabalho foi analisar e compreender, a partir da literatura, a importância da aprendizagem da Libras (Língua Brasileira de Sinais) para os alunos ouvintes das escolas regulares de ensino fundamental. Em relação aos objetivos específicos, o estudo pretendeu revisar a literatura acerca do tema a ser estudado, analisar a importância da aprendizagem da língua brasileira de sinais para os ouvintes, caracterizar a importância do uso da Libras na comunicação entre os ouvintes e surdos no ambiente educacional.

2 METODOLOGIA

Para este estudo foi utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, por meio de um levantamento de fontes e argumentos que comprovem o assunto e a problematização a ser discutida e estudada. Foram utilizadas quatro etapas:

1° Busca de coletas bibliográficas nos sites, Google Acadêmico e Scielo.

2° Após o levantamento de fontes bibliográficas, foram realizadas leituras.

3° Os artigos científicos que apresentavam os estudos correspondente ao tema central da pesquisa, foram separados para análise.

4° Após a análise, apenas três artigos correspondiam ao objetivo da pesquisa. Os estudos excluídos não apresentaram dados concretos e práticos do ensino de Libras aos ouvintes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para este estudo foram utilizados três artigos que comprovaram a importância do ensino de Libras aos alunos ouvintes. O primeiro estudo, do autor Isidorio (2017), o presente trabalho científico teve como base para investigação a observação participante e avaliação individual, ou seja, o pesquisador aplicou todas as aulas e avaliou para analisar as mudanças de comportamento dos alunos em relação ao uso de língua de sinais. Os participantes eram alunos matriculados no Programa Mais Educação, as aulas aconteciam uma (01) vez por semana, com duração de 01:30hs, e o programa atendia cerca de 50 alunos. Para que as aulas de Libras acontecessem de maneira produtiva foram separadas em duas turmas da seguinte forma: 1º Turma: 2º e 3º ano, 2º Turma: 4º e 5º ano, com alunos entre 7 a 12 anos.

A metodologia usada para a execução do curso de Libras foram aulas dividida em três partes primeira parte um momento sobre a comunidade surda, aspectos linguísticos e gramaticais da Libras, a segunda para o ensino de sinais divididos por tema/assunto e a terceira em criação de diálogos, dinâmicas e em atividades que exigiam memorização. Foram no total 20 aulas, totalizando 30 horas/aula. Para o processo de avaliação foi efetivado através da observação dos alunos durante as aulas, a participação nas diferentes tarefas e na motivação na execução de sinais quando era proposto.

O autor Isidorio (2017), enfatiza que em seu estudo que ao final do curso de Libras as crianças sabiam executar sinais próprios a apresentação pessoal e sinais básicos do

cotidiano além dos termos de comunicação da língua de sinais, uma observação é que as crianças não apresentaram a forma expressiva do bilinguismo. O autor relata que o estudo teve limitações, uma delas é a falta de material didático. As línguas de sinais utilizam de características espaço-visual necessitando, de material multimídia para explorar todos os parâmetros'' (ISIDORIO, 2017, p. 14). Contudo, Santos (2017) enfatiza que "o professor deve apresentar estratégias metodológicas que abranja as duas línguas, ou seja, quando o for apresentado à língua portuguesa, a mesma deve vir acompanhada da língua de sinais para que os alunos façam uma ponte entre elas'' (SANTOS, 2017, p. 8). O autor ainda afirma que o bilinguismo tem fundamental importância na vida escolar dos surdos e ouvintes, já que a Libras e a língua portuguesa serão apresentadas para eles em diferentes espaços sociais" (SANTOS, 2017, p. 9).

O segundo estudo do autor Valadão et al. (2016) relata observações expressivas sobre aprendizagem da Libras aos alunos ouvintes, o intuito do trabalho era analisar e descrever o processo de ensino e aprendizagem de Libras para crianças ouvintes de uma escola com caráter inclusivo, esse estudo teve como caraterística uma pesquisa analítico- descritiva de uma abordagem qualitativa. Em relação às técnicas de coletas de dados foram utilizados diários de campo, observação dos participantes e gravações de vídeos.

O curso de Libras aconteceu em uma escola educacional em Viçosa – MG que oferece o ensino fundamental, os participantes da pesquisa foram alunos do 1º ano ao 9º ano, o curso de Libras ocorreu na própria escola e foi oferecido pelo departamento de Letras da UFV. O presente estudo apresenta resultados do curso que foram ministrados para crianças de 1º ao 5º ano do ensino fundamental. o curso de Libras ocorreu durante oito meses, nos meses de março a novembro no ano de 2015 e foram ministradas para as turmas do primeiro segmento do Ensino Fundamental do turno da tarde, perfazendo um total de 30 horas. O número de discentes por turma variou de acordo com a seguinte distribuição: 1º ano: 8 alunos, 2º ano: 16, 3º ano A: 16, 3º ano B: 15, 4º ano A: 17, 4º ano B: 18 e 5º ano: 23 discentes. Nessas turmas não havia alunos surdos, pois os mesmos estavam matriculados nas séries finais do Ensino Fundamental em turmas que participaram do curso nos próximos semestres.

Durante o curso, foram destinados momentos para reflexões sobre possíveis mitos e crenças sobre a LIBRAS, questões sobre a surdez como diferença linguística, além de discussões sobre identidade e cultura das pessoas surdas. Nesses encontros iniciais, os alunos discutiram sobre a legitimidade da língua e sobre o uso de

terminologias inadequadas como linguagem dos sinais, surdo-mudo, mudinho. Os alunos destacaram, também, o fato de não terem conhecimentos prévios sobre a língua, mas mostraram interesse e curiosidade sobre ela. De acordo com Gesser (2009), é de extrema importância dialogar e destacar com os alunos ouvintes sobre questões de preconceitos, pois acreditam que os surdos são incapazes pois possuem uma linguagem diferente. Após essas reflexões iniciais, iniciou-se o trabalho com a língua, cujo propósito fundamental era desenvolver as competências comunicativas. A metodologia usada foi "apresentação, prática e produção'', os autores relatam que o uso de material didático-pedagógico foi fundamental para os ouvintes adquirirem o conhecimento da Libras.

Os resultados indicaram que a abordagem eleita foi pertinente ao ensino da língua, pois permitiu o desenvolvimento de habilidades comunicativas sem que as características da sua modalidade, que é visto espacial, fossem desconsideradas. No contexto escolar, a ação trouxe vários benefícios, pois incentivou a comunicação entre surdos e ouvintes, valorizou as diferenças e contribuiu para construção de um ambiente social saudável.

Sobretudo o terceiro estudo dos autores Lacerda e Morais (2013) apresentou um o relato de experiência de um projeto de ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), implementado em uma turma de educação na Rede Municipal de Florianópolis, tinha uma criança surda incluída que era acompanhada por uma professora de Libras, mas apresentava muita dificuldade de interação com as outras crianças, foi criado então um projeto de ensino de Libras, como segunda língua, para as crianças ouvintes. O projeto foi elaborado com a intenção de qualificar as interações da turma com a criança surda e, dessa forma, proporcionar às crianças ouvintes a aprendizagem de uma segunda língua.

A proposta pedagógica do projeto pautou-se na releitura do poema de Dulce Rangel, chamado "Um amor de confusão". A partir da adaptação da história do poema, criou-se uma personagem surda, que foi inserida no cotidiano da turma. A presença da personagem surda possibilitou a professora de Libras contextualizar o ensino da língua de sinais e proporcionar, às crianças, dinâmicas que problematizam as diferenças. O ensino da segunda língua na turma envolveu a apresentação de histórias da cultura surda, músicas, rodas de conversa e brincadeiras, em Libras. Ao final do projeto, constatou um objetivo significativo da aprendizagem pois, o ensino de uma segunda língua proporciona conhecimento sobre outra cultura, formando maneiras diferentes de ver o mundo e novas experiências de vida, além disso qualificou as relações das crianças dentro e fora do ambiente escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, por meio dessa pesquisa, ficou evidente a importância da aplicação do ensino de Libras como segunda Língua aos ouvintes, pois a inclusão que existe nas escolas não é suficiente. É necessário que a escola tenha condições e estratégias de ensino preparadas para as pessoas com deficiência auditiva. Tornando um espaço democrático a todos os educandos. Iniciativas de estudos como este devem colaborar para formação social e educacional, as discussões sobre o tema central do artigo, não se deve esgotar, apenas iniciar reflexões e incentivar novas pesquisas contribuindo assim para novos significados.

REFERÊNCIA

GESSER, A. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ISODORIO, A. R. Inclusão: aulas de libras (L2) para crianças ouvintes em uma escola inclusiva no programa mais educação. **Revista Virtual de Cultura Surda**. n° 20, 2017.

LACERDA. L. L,; MORAIS. C. R. C. O ensino da língua de sinais para crianças ouvintes: uma proposta de bilinguismo às avessas. **XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE.** II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade da Educação – SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba/PR, 2013.

MENDES, M.; MENDES, S. F. P. Surdez, libras e inclusão: o pedagogo como mediador.
X Congresso de Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba/PR, 2011.

SANTOS, N. J. M. Os diferentes métodos utilizados ao longo da história da educação dos surdos no Brasil: da fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos aos Dias. **VI EPEAL. VI Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas. I Encontro de Associação Nacional de Política e Administração em Educação** – ANAPE/AL, 2010.

VALADÃO. M. N. et al. **Os desafios do ensino e aprendizagem de libras para crianças ouvintes e suas relações com a educação inclusiva de alunos surdos**. Disponível em: <file:///C:/Users/sabri/Desktop/Site%20p%20o%20atigo%20-%20LIBRAS/2%20Pratica/untitled%20123.pdf>. Acesso em: 08 Ago 2019.

A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E OS ASPECTOS BIOPSICOSSOCIAIS E EDUCACIONAIS

Tifany Marques, Ana Vera Niquerito, e-mail: tifanyjau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em grande parte das escolas, os currículos tradicionais, como Matemática e Língua Portuguesa possuem uma maior valorização, em relação às aptidões pessoais essenciais, ligadas à emoção. Os currículos são imprescindíveis, mas o analfabetismo emocional pode levar a problemas como retraimento ou problemas sociais, ansiedade e depressão, problemas de atenção, agressividade, entre outros (GOLEMAN, 1996).

Este trabalho fundamenta-se na teoria da inteligência emocional e sua aplicabilidade no ensino de crianças, contribuindo na resolução de problemas cotidianos na vida adulta, considerando as emoções como instrumento de aperfeiçoamento da inteligência (SIEGEL; BRYSON, 2015).

A inteligência emocional está relacionada ao aumento da autoconsciência, a lidar mais eficientemente com sentimentos aflitivos, manter o otimismo e a perseverança apesar das frustrações, aumentar a capacidade de empatia e envolvimento, de cooperação e ligação social (GOLEMAN, 1996).

Atualmente é possível observar sinais de um crescente mal-estar emocional, sobretudo entre as crianças, as origens deve-se ao fato da mudança da infância. Os pais enfrentam uma nova realidade, o ritmo acelerado da vida leva a uma busca por orientação, para que possam ajudar seus filhos a gerir as aptidões humanas essenciais (GOLEMAN, 1996).

A inteligência emocional pode se relacionar com a infância e trazer contribuições significativas para o desenvolvimento de um ser humano hábil emocionalmente, capaz de lidar com situações adversas da vida. As interações e situações do dia a dia podem ser expressivas e tidas como oportunidades para ajudar as crianças nesse processo. Sendo assim, é fundamental o papel da família e da escola, para tornar as interações e experiências das crianças como situações de aprendizado.

A família é nossa primeira escola de aprendizado emocional. Assim, as interações emocionais entre os membros da família passam a ser a base da transmissão de valores e da formação de pessoas corretas (GOTTMAN, 1997).

A educação emocional é um processo de construção permanente, inicia-se no ambiente familiar e perpassa pela escola e por toda a vida. No ambiente escolar é importante destacar seu papel como uma forma otimizadora do processo cognitivo. No entanto, o papel do educador deve ser sensível e ir além do seu próprio conhecimento e práticas de sala de aula (SIEGEL; BRYSON, 2015).

Devido ao crescente número de casos como depressão, ansiedade e bullying, e a falta de habilidade para lidar com frustrações na infância e adolescência, o estímulo à Inteligência Emocional desde cedo pode ter um papel importante na criação do indivíduo, encorajando os jovens a lidar com seus sentimentos de forma construtiva.

O objetivo desse trabalho é analisar de que forma a inteligência emocional pode ser aplicada no ambiente educacional para um melhor desenvolvimento das habilidades emocionais e da personalidade.

2 METODOLOGIA

Consiste em uma pesquisa bibliográfica fundamentada por meio de livros, dissertações, teses, artigos científicos e fontes paralelas, como revistas, jornais, internet e informações consultadas com base nas publicações dos últimos 10 anos; referências relevantes também serão citadas mesmo que publicadas anteriormente.

Do total de artigos, livros e revistas científicas encontradas, sete foram selecionados para a produção do trabalho em questão. O critério de exclusão dos demais materiais se baseou respectivamente em: ano de publicação no período de 2009 a 2019; Língua portuguesa; artigos e revistas repetidas em mais de uma plataforma de busca.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inteligência pode impactar diversas áreas da vida, tais como o sucesso escolar e profissional (SIEGEL; BRYSON, 2015). Ela também é uma das razões que diferencia a espécie humana das outras espécies. O termo Inteligência dispõe de múltiplos conceitos acerca da sua definição e é concebido por diferentes autores, é possível observar algumas convergências de metodologias de análises sobre a natureza genética ou cultural do conceito inteligência, bem como da interação entre esses dois fatores.

Para Galton a inteligência era considerada como hereditária, ele acreditava que as pessoas já nasciam com grandes diferenças na capacidade intelectual, tão grande

que nenhuma disparidade social, econômica ou educacional conseguiria interferir de modo importante nesta predeterminação genética. Em seu primeiro livro Hereditary Genius (Gênio Hereditário), publicado em 1869, sua tese é, em resumo, que homens eminentes têm filhos eminentes. Um dos objetivos de Galton era encorajar o nascimento de indivíduos mais eminentes ou capazes e desencorajar o nascimento dos incapazes. Para ajudar a atingir essa meta, ele fundou a ciência da eugenia (a ciência que trata dos fatores capazes de aprimorar as qualidades hereditárias da raça humana), afirmando que os seres humanos, assim como os animais, podiam ser aperfeiçoados por seleção artificial (CONT, 2008).

Gardner (1994) retrata sete tipos de inteligências: linguística, lógico-matemática, espacial, musical, cinestésica, interpessoal e intrapessoal. Pressupõe que cada uma dessas inteligências dispõe de processos cognitivos próprios e cada indivíduo dispõe de graus variados de cada uma delas.

Gardner, em suas definições de inteligência, retrata a inteligência intrapessoal: “é uma aptidão correlata, voltada para dentro. É uma capacidade de formar um modelo preciso, verídico, de si mesmo, e poder usá-lo para agir eficazmente na vida” (GARDNER, 1994, p.9) .

A inteligência intrapessoal descrita por Gardner (1994), se refere à habilidade para ter acesso aos próprios sentimentos, sonhos e ideias, capacidade para formular uma imagem precisa de si próprio e a habilidade para usar essa imagem para funcionar de forma efetiva, na solução de problemas pessoais.

O termo inteligência emocional surgiu e foi definido caracterizadamente pela primeira vez em 1990, pelos psicólogos e pesquisadores estadunidenses Peter Salovey e John D. Mayer. Segundo os autores, o conceito se relaciona a um novo tipo de inteligência em que o indivíduo é capaz de identificar as expressões emocionais individuais e inerentes a ele, que pertencem ao outro, busca compreender as situações desencadeadoras de conflitos e suas possíveis consequências, buscando novas formas de utilizar essas informações de maneira que promova o bem estar e o crescimento social (BUENO, 2015).

Segundo essa definição, a inteligência emocional é constituída por um conjunto de quatro habilidades:

> 1. Percepção e expressão, que é a capacidade de identificar emoções em si mesmo, em outras pessoas e em condições físicas e ambientais; 2. facilitação emocional do pensamento, que é a capacidade de incluir as emoções no raciocínio para resolver problemas; 3. compreensão emocional, que é a capacidade de identificar tipos de situações em que as emoções costumam ser eliciadas, discriminar emoções semelhantes e opostas e o que elas transmitem;

> e 4. regulação de emoções, que envolve o entendimento das implicações de atos sociais sobre as emoções e controle emocional em si mesmo e no outro (BUENO, 2015, p. 154).

As emoções são inevitáveis na vida de um indivíduo, elas possuem influência em decisões e interferem significativamente de uma forma positiva ou negativa. Sendo assim, é necessário que haja um entendimento acerca da mesma, de modo que seu desenvolvimento se torne fundamental na formação do ser, educando-o desde a infância para que se desenvolva de uma forma integral (GOLEMAN, 1996).

A inteligência emocional é um conceito novo. Possui características como: capacidade de motivar-se e persistir diante das frustrações, domínio de impulsos, impedir que a aflição invada a capacidade de pensar, criar empatia e esperar. No entanto, o QI, como já citado acima, há muito tempo é usado como uma medida de inteligência, que prediz quem será bem sucedido na vida. O sistema educacional traz enraizado esta perspectiva do sucesso ou fracasso mediante testes que determinam a inteligência da criança, mas para Goleman (1996, p.46):

> [...] a inteligência acadêmica pouco tem a ver com a vida emocional. Os mais brilhantes entre nós podem afundar nos recifes de paixões desenfreadas e impulsos desgovernados; pessoas com altos níveis de QI são às vezes pilotos incompetentes de suas vidas particulares.

Ele enfatiza que a inteligência acadêmica não oferece praticamente nenhum preparo para a vida de uma forma geral. Embora os níveis de QI demonstrem capacidade acadêmica, a inteligência emocional possui grande importância para o destino pessoal. “[...] a aptidão emocional é uma metacapacidade, determinando até onde podemos usar bem quaisquer outras aptidões que tenhamos, incluindo o intelecto bruto” (GOLEMAN, 1996, p.48). É ela que pode oferecer suporte para lidar com os problemas da vida, de uma forma controlada, sem agir por impulsos.

A formação da inteligência emocional se dá através de um processo que pode ser iniciado desde a tenra idade. Seu desenvolvimento pode ser incitado através da família juntamente com a escola, onde juntas, podem estimular as crianças a desenvolverem aptidões pessoais e emocionais, que servirão além da vida acadêmica (SIEGEL; BRYSON, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o trabalho ainda não esteja finalizado, é possível observar que o desenvolvimento da inteligência emocional desde a infância pode trazer grandes contribuições à vida.

Atualmente os índices dos problemas de ordem emocional vem crescendo, desde a infância até a vida adulta. Transtornos como depressão, ansiedade, transtorno comportamental, bullying, estão cada vez mais comuns nos consultórios, escolas, em pessoas que convivem ao nosso redor diariamente.

Visto que as emoções têm grande influência na vida e tomada de decisões, o modo como torná-las inteligentes requer consciência e prática de algumas designações. Tais designações podem ser trabalhadas inicialmente na família e posteriormente em um trabalho conjunto à escola.

REFERÊNCIAS

BUENO, José Maurício Haas. e*t al.* Competências emocionais: estudo de validação de um instrumento de medida. **Aval. psic. Itatiba vol.14 no.1 abr.2015.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712015000100018>. Acesso em: 25 abr. 2019.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Sci. stud.**, São Paulo ,v.6, n.2, p.201-218, Jun 2008.Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167831662008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Jun. 2019.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente:** a teoria das inteligências múltiplas. Tradução Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 1994.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

GOTTMAN, John. **Inteligência Emocional e a arte de educar nossos filhos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

SIEGEL, Daniel J.; BRYSON, Tina Payne. **O Cérebro da Criança**. Tradução Cássia Zanon. São Paulo: Nversos, 2015.

A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: CRIMES DE PECULATO E CORRUPÇÃO PASSIVA

Ana Claudia Francelin, Henrique Volpe, Leandro Alexandrino de Oliveira, Leonardo Marmol Pessoto, Perla Savana Daniel, e-mail: leandroalexandrino1@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Improbidade Administrativa vem da expressão em latim *"improbus administrator",* que quer dizer "administrador desonesto ou de má-fé". A improbidade administrativa é toda conduta ilegal, desonesta, imoral, que atente a moralidade, seja dolosa ou culposa do agente público no exercício de suas funções, cargo, mandato ou emprego público, com ou sem a participação de terceiros, ferindo os princípios constitucionais da administração pública e que cause danos a esta.

A Lei n. º 8.429 de 02 de junho de 1992, prevê os atos de improbidade administrativa praticados por agentes públicos, sendo que tais atos se subdividem em quatros espécies: os que importam enriquecimento ilícito, que causam lesão ao patrimônio público, os que decorrem de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Os atos de improbidade administrativa não são tipificados como crimes, mas a mesma conduta, prevista como ímproba pode ser considerada crime, em tipos penais previstos no CP, e por isso pode haver a responsabilidade penal do agente ímprobo.

Sendo assim, a Lei 8.429/1992 não possui preceito primário e secundário de tipificação criminal, ou seja, não possui a descrição de um crime nem a pena a ele cominada.

2 METODOLOGIA

O tema abordado se baseou nos escândalos de corrupção do cenário político atual, em especial das apurações da "Operação Lava-Jato", então presidida por um Juiz de Direito Federal.

Foram realizadas pesquisas de literatura a partir de notícias veiculadas em jornais e revistas, além de artigos eletrônicos, doutrinas, jurisprudências, artigos científicos, dentre outros.

Tanto a análise dos dados consultados como as considerações finais foram obtidas através do método dedutivo analítico, propiciando um estudo elaborado e dirigido sobre a legislação vigente, sobretudo, do Direito Constitucional, Administrativo e do Direito Penal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o artigo 2º da Lei 8.429/1992, agente Público é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vinculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Direta e Indireta.

Constituem atos de improbidade administrativa, os que importam enriquecimento ilícito auferir vantagem patrimonial indevida em razão do cargo, os que causam lesão ao erário por meio de ação ou omissão dolosa ou culposa, os que atentam contra os princípios da Administração Pública e qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário disposto em lei, sendo este último acrescentado pela Lei Complementar n.º 157 de 2016.

Os artigos que definem taxativamente os atos ímprobos não prevê sanção privativa de liberdade e nem comina penas pela prática dos ilícitos praticados. Porém, o agente público responde na esfera penal, cível e administrativas.

Para tanto, para sua tipificação e responsabilização criminal, aplica-se o Código Penal, ou seja, os Crimes Praticados Contra a Administração Pública.

Segundo dispõe o artigo 312 do Código Penal, o funcionário que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou devia-lo, em proveito próprio ou alheio poderá ser condenado a reclusão de dois a doze anos, e multa.

Outra tipificação ao agente público que solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem prática a conduta de corrupção passiva, podendo ser punido com reclusão de dois a doze anos, e multa.

Existem sanções variáveis e fixas, as fixas são a perda de bens ou valores ilicitamente acrescidos, a perda da função pública, o ressarcimento do dano. As sanções

de suspensão temporária dos direitos políticos, pagamento de multa civil, e proibição de contratação com o poder público ou do recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, são variáveis, como revelam os incisos I a III do art. 12, em função do período de restrição de direitos ou de valor da pena pecuniária. A doutrina aponta que a variação sopesa a “potencialidade lesiva” de cada espécie de ato de improbidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a Lei de Improbidade Administrativa não prevê preceito primário e nem secundário para a tipificação de crimes praticados pelos agentes públicos, mas responsabiliza tal conduta improba na esfera penal, civil e administrativa, não resta dúvidas quanto à prática dos crimes existentes no nosso ordenamento jurídico, especialmente dos previstos no Código Penal Brasileiro, no Título XI – Dos Crimes Contra a Administração Pública, que prevê as condutas de peculato no caso da apropriação ou desvio de dinheiro público como também o crime de corrupção passiva praticado no exercício da função para obtenção de vantagem indevida.

Porém, no cenário político atual grandes escândalos de desvio de verbas públicas são notórios acontecimentos no Brasil, devendo levar em consideração a magnitude da lesão, tais penas deveriam ser mais rigorosas e gravosas quando praticadas por agentes políticos que representam o povo brasileiro e governam em causa própria para auferirem vasto patrimônio enquanto perdurar o seu mandato eletivo.

REFERÊNCIAS

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo** – 25ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, Renato B. **Legislação Criminal Especial Comentada**. 2ª Edição. Salvador: Juspodvim, 2014.

NUCCI, Guilherme de S. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas.** 6ª Edição. São Paulo: 2012.

MPF, **Entenda o caso**. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso. Acesso em 24 de set. de 2019.

GAZETA DO POVO, **"7 Julgamentos decisivos para Moro e a Lava jato na pauta do STF"**. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/julgamentos-decisivos-stf-moro-lava-jato/. Acesso em 24 de set. de 2019.

A LITERATURA INFANTIL E A CONSTRUÇÃO DO EMPODERAMENTO FEMININO

Vitória Theodoro Libutti, Suselaine Zaniolo Mascioli,
e-mail: vitorialibutti@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto de Iniciação Científica e se encontra em andamento. Inserida no campo das ciências humanas e na área da educação, apresenta como tema a literatura infantil e o empoderamento feminino.

Para tanto, tem como objetivo geral analisar as possibilidades de construção do empoderamento feminino por meio de algumas obras na literatura infantil.

Fernandes (2009) aponta que a literatura infantil tem uma importante contribuição na formação da identidade da criança, bem como na construção de valores morais, culturais e sociais.

> O texto literário apresenta um potencial inesgotável de ampliações do universo de significados sobre dois níveis de realidade – o social, que inclui tanto o contexto cultural, quanto o espaço particular das relações interpessoais, e o interno, constituído pelas emoções e vivências do indivíduo. (p.89).

Para Zilberman (2003, p.27) dada à situação que a criança é submetida, há uma grande míngua de conhecimento de si e do ambiente em que vive que é primeiro da família seguida pelo espaço que a cerca, pela história e a vida social, dessa forma a ficção lhe concede uma visão de mundo por meio de sua linguagem simbólica.

Visto a importância da leitura na formação da criança, passamos a usá-la como ferramenta para o ensino de uma teoria bem recente, o empoderamento feminino. Essa teoria surgiu como uma solução para as relações de poder impostas sobre as mulheres desde seu nascimento, grande parte das vezes de forma sutil, pois estão habitualmente presentes no cotidiano. Botton e Strey (2018; p. 56) afirmam também que

> Gênero é um marcador socialmente constituído sobre essas diferenças e contempla as construções sociais e históricas atribuídas ao corpo da/do bebê a partir do momento da descoberta do sexo. E, ao longo de toda a vida, essas definições seguem dividindo e moldando os sujeitos de acordo com aquilo que é esperado de uma mulher, ou de um homem.

O termo empoderamento deriva várias origens, mas seu elo está nas lutas pelos direitos civis, principalmente no movimento feminista, assumindo um significado verdadeiro para a democracia. (MARTINS, 2005).

> A palavra empoderamento encontra suas origens no termo da língua inglesa empowerment; e, no sentido de processo, seu uso tem se ampliado respectivamente nas línguas espanhola (empoderamento) e portuguesa. Contudo a palavra não é nova entre nós: a edição de 1958 do Dicionário Caldas Aulete registra o verbo reflexivo empoderar-se como sinônimo de "(...) apoderar-se, apossar-se", e o adjetivo empobrecido, significando "(...) tornado mais poderoso, crescido em poder". (p.185-186).

Sardenberg (2012, p.3) relata que muitas agências e órgãos vê o empoderamento como um mecanismo para o desenvolvimento, democracia, para erradicar a pobreza, etc., quando na verdade

> O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero.

A importância do ensino do empoderamento feminino na infância se dá, pois

> [...] baseando-se na ideia de que o trabalho com crianças é facilitado por dois aspectos: o aprendizado através da socialização de gênero e a plasticidade cerebral. Nesse sentido, são abordadas hipóteses de como esses dois fatores podem contribuir para a incorporação de conhecimentos que serão praticados no dia a dia e levados para a vida adulta, contribuindo para uma postura não sexista e para uma sociedade com mais igualdade entre mulheres e homens, meninas e meninos. (BOTTON, STREY, 2018, p. 56).

Por esse motivo, a aposta da aprendizagem sobre empoderamento na educação básica seja favorável, visto que nessa idade algumas características do desenvolvimento infantil têm muito a conciliar com o aprendizado de uma educação não sexista e, que além de tudo, leve a criança a prática desses conhecimentos no seu dia a dia. Isso porque, em todas as faixas etárias o desenvolvimento humano ocorre com intervenções de diversos tipos de estímulos, como físicos, cognitivos, emocionais, e esses dependem das relações familiares, culturais e sócios históricos que se estabelecem com esse sujeito (VIANNA; FINCO, 2009).

Considerando a relevância da interação do indivíduo com o meio, a presente pesquisa tem como referencial a teoria histórico – cultural, e em autores como Vigotsky, Luria e Leontiev. Tal teoria compreende o ser humano por meio das relações sociais que estabelecem com seu entorno social e cultural, nessa perspectiva teórica compreende-se o ser humano e sua humanidade como produto da história e da cultura arcabouço cultural criado pelo homem ao longo da história (MASCIOLI, 2012, p.21).

Para Vigotsky (1926) a educação do homem é determinada pelo meio social que ele cresce e se desenvolve. Essa influência pode ser direta ou indireta, através de sua ideologia. Define-se ideologia como "todos os estímulos sociais que se estabeleceram

no processo de desenvolvimento histórico que se consolidaram sob a forma de normas jurídicas, regras morais, gostos estéticos, etc.”.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa de cunho bibliográfico, apoia-se em base de dados de livros e artigos científicos.

Em um primeiro momento, procuramos analisar o papel da mulher na história, a trajetória da luta feminista, bem como o conceito de empoderamento feminino, tendo em vista a relevância do mesmo para o ensino com as crianças da educação básica.

O estudo aborda também o papel da literatura para o desenvolvimento infantil, tencionando sua importância e seu uso como metodologia de trabalho para a instrução sobre empoderamento.

Em um segundo momento que ainda está em construção apresentaremos alguns exemplos de livros infantis que expõem papéis femininos, isso para uma sugestão pedagógica que contribua com a construção de um empoderamento feminino já na infância.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A relevância da análise dessa pesquisa apresenta-se na busca por uma sociedade erradicada do sexismo, esperando a efetivação da mesma através do ensino do empoderamento feminino mediante a metodologia da literatura infantil.

A desigualdade entre gênero gera as construções sociais patriarcais, presentes ainda hoje em nosso corpo social. Diante disso, um dos métodos para extinguir essas diferenças impostas a mulheres e homens são as práticas de empoderamento feminino. (BOTTON; STREY, 2018).

Trazendo como aliada a literatura para esse ensino, Silva Junior, Bento e Carvalho (2012) afirmam que os livros para as crianças têm a possibilidade de fruição de um texto bem escrito, a oportunidade de se identificar com os personagens e refletir sobre os aspectos da sua vida e do cotidiano.

> Lemos um livro de outra cultura, por exemplo, podemos aprender muitas coisas sobre o modo de viver em outro lugar, sobre hábitos e costumes, aprendemos a apreciar e a valorizar outras paisagens. (p.40).

O livro infantil ao ser contemplado pela criança torna-se uma projeção da sua vida. Lá estão depositados todos os seus sentimentos, que quando penetrados, revestem-se das possibilidades de conhecimento e reconhecimento de dificuldades, conflitos e

decisões que precisam ser tomadas pela criança. E assim, recorremos ao que diz Meireles (1984, p. 128).

> A natureza e intensidade dessas emoções podem repercutir na vida do pequeno leitor de maneira definitiva. Não apenas ele se lembrará, até a morte, desse primeiro encanto, [...]; muitas vezes, a repercussão tem resultados práticos: vocações que surgem, rumos de vida, determinações futuras.

Considerando os fatos discutidos e analisados até o presente momento, cabe enfatizar que essas imposições determinantes que a sociedade faz entre homem e mulher desde a infância se torna parte da identidade dessas crianças, fazendo com que esses sujeitos aceitem essas determinações como verdadeiras, construindo assim adultos sexistas e preconceituosos, e mulheres que consente com essa desigualdade. Portanto, é inquestionável a importância de se discutir gênero e se trabalhar pela igualdade já na infância e adolescência, e não só na idade adulta, como é comum em muitas das propostas e políticas existentes.

REFERÊNCIAS

BOTTON ANDRESSA, STREY M. N. **Educar para o empoderamento de meninas: apostas na infância para promover a igualdade de gênero.** Porto Alegre, RS: 2018.

FERNANDES, M. L. O. **O texto literário na formação da criança.** In: ANGOTTI, Maristela (Org.). Educação infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

MARTINS, CLITIA H. B. **TRABALHADORES NA RECICLAGEM DO LIXO: DINÂMICAS ECONÔMICAS, SOCIOAMBIENTAIS E POLÍTICAS NA PERSPECTIVA DE EMPODERAMENTO.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, RS: 2005.

MASCIOLI, S.Z. **A Atividade Criadora mediada pela 'arte lúdica': um olhar para a formação inicial e permanente do professor da educação infantil na perspectiva da teoria histórico cultural.** Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado desenvolvido junto ao Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. 2016.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SARDENBER, CECÍLIA M.B. **Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista.** Comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO', promovido pelo NEIM/UFBA. Salvador, BH. 2012.

SILVA JUNIOR, H. BENTO, M. A. S. CARVALHO, S. P. **Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** São Paulo: Centro de Estudos das Relações de trabalho e Desigualdades – CEERT: Instituto Avisa lá – Formação Continuada de Educadores, 2012.

VIANNA, C.; FINCO, D. **Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder.** Cadernos Pagu, n. 33, p. 265-283, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S010483332009000200010>. Acesso em: 15 set. 2017.

VIGOTSKI, LIEV SEMIONOVICH. **Psicología cognitiva y Educación**. Editorial "El Trabajador de la Cultura". Moscú, 1926.

ZILBERMAN, REGINA. **A criança, o livro e a escola**. In:_____. A Literatura Infantil na Escola. 11. ed. São Paulo: Global, 2003. Cap.1, p. 15-30

A MODALIDADE AVALIATIVA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Estefanny de Oliveira Batista, Jonas Gabriel Lavelli, Lúcia Helena Ormelese de Barros,
e-mail: estefanny_oliveira@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ato de avaliar está presente em todos os momentos da vida humana, e sempre que se depara com situações avaliativas é preciso utilizar-se de questionamentos e critérios para determinar o processo e os resultados.

Para Luckesi (2018) na visão epistemológica o ato de avaliar é a investigação sobre a qualidade da realidade e se encerra no momento em que se revela. Segundo o autor, todo ato humano é avaliado, seja de modo intencional ou habitual, pois se atribui juízo de valor, variando do positivo ao negativo. Portanto, demonstra que a educação formal se difere neste aspecto e exige critérios de qualidade mais específicos para essa área.

Com isso, durante o processo de ensino a reflexão se faz necessária, pois muitas vezes a avaliação por ser reduzida apenas na aplicação de provas, sendo utilizada para progressão ou retenção com a capacidade de expressar a atual realidade nas escolas.

Desse modo, Luckesi (2001) completa explicando que o educador tem o poder arbitrário em classificar, sem oportunidade de apelação, mas o educando tem o controle em escolher a liberdade e a autonomia da aprendizagem no processo de conhecimento.

Nesse sentido, é que esse assunto nos aguçou a curiosidade de refletir os fatores históricos, sociais, econômicos e legislativos da avaliação escolar, assim como a formação continuada dos docentes e sua relação com o fracasso ou sucesso escolar, fazendo um paralelo entre o papel do professor e da gestão escolar em prol da avaliação para a melhoria da qualidade de ensino.

Na realidade escolar a avaliação é aplicada de maneira automática, apenas a fim de suprir a necessidade da atribuição de notas. Porém, em meio a variedade de modalidades e instrumentos avaliativos, fica a dúvida do docente sobre a sua função, quais utilizar, como deve proceder com os resultados obtidos e com quais critérios devem

ser apontados. Esses questionamentos levam a busca da qualidade da realidade em sala de aula e redimensiona as ideias do educador sobre o processo avaliativo.

O foco dessa investigação é compreender a avaliação como uma ferramenta essencial para melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Para tal, a pesquisa é iniciada pelos caminhos da história da educação no Brasil, as modalidades, a legislação vigente, as avaliações externas e a avaliação como instrumento de transformação social. Essa ideia leva-nos a perceber a ótica dos docentes sobre prática avaliativa que exercem e os resultados desta na prática, compreendendo as causas, e caminhos teóricos para uma avaliação mais justa e ética, voltada para a democratização do ensino, evitando reprovações consecutivas e, por conseguinte, evasões escolares.

Por fim, o intuito é desvendar a complexa tarefa de avaliar a aprendizagem dos alunos, buscando novas formas de realizá-la e que todos tenham acesso à escola e nela permaneçam com sucesso.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa científica se constitui de uma revisão bibliográfica, utilizando livros, artigos científicos, revistas e rede eletrônica sobre as questões históricas, sociais, formação docente e teóricas da educação no Brasil, suas modalidades e instrumentos avaliativos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Luckesi (2018) destaca ao apresentar a concepção de avaliação, o ato de avaliar, a atribuição de valor, a relação aluno/professor nesse processo, também relevante, Aranha (1996) traz a retrospectiva a respeito dos fatos históricos que contribuíram para a situação atual da educação no Brasil, perpassando pela ditadura militar e a redemocratização, o que contribuiu para o tipo de avaliação que se tem hoje.

Então, se percebe a complexidade do tema em questão, pois muitas vezes o professor avalia de forma inadequada, provavelmente por não saber o significado real de sua ação. É necessário ter informações que lhe possibilite refletir sobre seu papel na construção do conhecimento e ter clareza sobre a função da avaliação escolar.

A pesquisa também mostrou que os aspectos históricos compreendem a realidade atual da educação brasileira e, consequentemente, a avaliação escolar. Sendo que a maneira com que se avalia o ensino atualmente, certamente deve ser diferente daquela

avaliação que se praticava no passado, pois o conhecimento era pronto, devidamente organizado e estruturado e ensinado através de memorização.

Após a análise teórica, é possível evidenciar a relação entre a história da educação brasileira, na obra de Aranha (1996) e as rupturas de governo com suas mudanças de proposta e a perpetuação da dualidade entre a educação da classe popular e a elite. As alterações das Leis de Diretrizes e Base (LDB) no período de ditadura militar, e como as reformas nesse período trouxeram prejuízos inestimáveis para a educação brasileira.

As avaliações realizadas hoje nas escolas decorrem de concepções diversas, das quais nem sempre se tem clareza dos seus fundamentos. Se o sistema educacional exige determinado processo de ensino, a avaliação do rendimento escolar o atende: provas objetivas ou dissertativas, com ou sem reflexão em suas respostas. Porém, muitos dos professores utilizam das provas como instrumentos de ameaça e tortura prévia dos alunos, protestando ser um elemento motivador da aprendizagem.

Posteriormente, foi demonstrado que as modalidades avaliativas podem influenciar a desigualdade social e o fracasso escolar que provoca a desvalorização da cultura e a ascensão da cultura burguesa. Por tal, há a necessidade de uma reflexão sobre a prática avaliativa e sua função transformadora da realidade social, utilizando como base todos os conhecimentos teóricos abordados.

Esses fatores norteiam a prática do docente e propicia uma reflexão crítica, de modo permanente, sobre o processo de formação de professores e a formação continuada como explica Silva; Araújo (2005) e embasa a teoria/prática em uma concepção emancipatória-política, questionando o contexto sócio político, econômico e cultural para que o professor saiba, de fato, avaliar.

Luckesi (2018) aborda a importância de uma reflexão sobre o ato de avaliar, partindo da premissa de que analisar a realidade a sua volta faz parte da capacidade do homem, e complementa com a distinção de modalidades de avaliação interna e externa. Dessa forma, é relevante definir o ato de avaliar como contínuo e cumulativo, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento do processo, prevalecendo os resultados qualitativos sobre os quantitativos através da legislação vigente a LDB 9394/96.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de aperfeiçoamento da qualidade do ensino, mas geralmente acontece para classificar o aluno. Para que a

avaliação assuma o seu verdadeiro papel de diagnóstico, ela terá que estar a serviço de uma pedagogia preocupada com a transformação social. Assim, o autoritarismo e a classificação serão desarticulados para predominar uma ação democrática e autônoma.

A escolha do tipo de avaliação tem significado na vida escolar dos alunos, mas é divergente quando a proposta da Lei de Diretrizes e Base (LDB) nº 9.394/96 aborda que o ato avaliativo é contínuo e cumulativo e o uso das avaliações internas e externas que ocorrem na escola ainda é para aquisição de resultados quantitativos, assim sendo, uma ferramenta de classificação suprindo a necessidade mercadológica por resultados do sistema capitalista, mesmo que não simbolize um real avanço (BRASIL, 1996).

As avaliações externas que acontecem nas instituições de ensino, utilizam-se dos resultados quantitativos para o aprimoramento da escola, pois é uma oportunidade de reconhecer as defasagens presentes, possibilitando uma melhoria da educação qualitativa.

O uso da avaliação de forma democrática é o caminho para uma transformação social, tendo em vista um amplo conhecimento da realidade, melhores intervenções, não discrimina ou segrega, considera os fatores sociais, econômicos e culturais da comunidade. Propor uma avaliação de caráter democrático é uma afronta ao sistema capitalista e seus valores de competitividade e individualidade, assim como à educação tradicional excludente e classificatória.

Com base nesses aspectos é necessária uma reflexão sobre a prática avaliativa, levando em consideração compreender que o fracasso escolar está além do professor e do aluno presente na instituição de ensino, mas sim do contexto social, político, cultural e econômico em que se encontram.

Portanto, a avaliação escolar pode ser de caráter democrática ou autoritária, com o objetivo de inclusão ou exclusão, fica a cargo da instituição escolar refletir sobre a sua função perante a sociedade, pautando suas concepções na formação e transformação do homem, nas metodologias ou esta será mais um instrumento de perpetuação de um sistema excludente e elitista.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília,

DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

LUCKESI, C. C. **Avaliação em educação:** questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, E. M. A.; ARAÚJO, C., M. Reflexão em Paulo Freire: uma contribuição para a Formação Continuada de professores. *In*: V COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE - 36 Recife, setembro de 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15779200-Reflexao-em-paulo-freire-uma-contribuicao-para-a-formacao-continuada-de-professores.html>. Acesso em: 7 abr. 2019.

A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Lorena Luzetti, Juliana dos Santos Freire, Leticia Malmercic Vicente, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail: lore.lzt@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A música é uma forma de expressar emoções e sentimentos através de melodias, letras, ritmos. Além de poder transmitir esses significados é possível alfabetizar e utilizá-la na educação infantil, pois acaba contribuindo não só para o lazer, mas para o desenvolvimento das áreas cognitivas, afetivas, sociais e linguísticas.

Pode-se fazer uso dela na hora do lanche, das brincadeiras, no descanso e nas próprias atividades para que o conteúdo fique esclarecido e a criança consiga fazer relação e desenvolva a aprendizagem.

O objetivo desse trabalho é discutir a importância da música no ensino infantil e da sua colaboração para o processo de aprendizagem.

A música sempre esteve no meio dos povos desde os tempos antigos. Os gregos e egípcios consideravam como uma das artes mais importantes. A palavra música tem origem na mitologia grega e significa “a arte das musas”.

No Brasil ela começa sua história a partir dos nativos (índios e escravos africanos), pois os índios adoravam os deuses e faziam rituais com ritmos próprios, enquanto os escravos, para aliviar o sofrimento e a saudade da terra, cantavam para acalmar a alma.

Quando os portugueses chegaram nas terras brasileiras, os jesuítas apropriaram-se dos ritmos indígenas para infiltrar a fé cristã. Daí foram surgindo ritmos e melodias que permanecem nos dias de hoje e se infiltram na vida de todos.

2 METODOLOGIA

Para esse estudo utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, analisando-se artigos, monografias, documentos online e legislação a respeito do assunto para melhor esclarecimento.

Para Fonseca (2002, p. 32) A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Educação Infantil faz-se o uso da música para o desenvolvimento linguístico, de aprendizagem, de memória, estimular o sentido auditivo e perceber a socialização da criança. É importante ensinar que existem vários tipos de ritmos, como uma música mais calma que será utilizada para relaxamento, música mais agitada para uma festa. Assim a criança terá discernimento e conseguirá distinguir os tipos.

Loureiro (2003) analisa que a educação musical deve ser prazerosa e que ela cumpra o papel de ajudar na construção da cidadania. Por isso deve ser ensinada logo na fase inicial escolar. Para que seja utilizado as canções é necessário avaliar os cantores e suas músicas, analisando as letras e refletindo se as mesmas contribuem para o ensino, prazer e alegria das crianças.

Nesse contexto, Pales e Souza (2017, p. 1767) destacam que:

> [...] o contato da criança com a linguagem musical, promove inferências expressivas positivas, auxiliando o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Tal dispositivo pode ser considerado um importante elemento de mediação entre áreas especificas dos seres humanos como, cognição, percepção, atenção e memória. E dentro desse contexto vale discutir as contribuições da aprendizagem musical ao processo de construção humana.

A educação precisa trazer a música para um patamar de destaque na escola, não apenas de entretenimento, isso promove a ampliação das áreas do conhecimento.

Para que a musicalização na educação infantil seja então um componente ativo, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9394/96 declara em seu artigo 29 diz que:

> O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Porém, a Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, destaca que a música continua como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo no componente curricular. Continua dizendo que todos os sistemas de ensino terão no mínimo 03 (três) anos para que possam se adaptar às exigências proferidas nesta lei.

Para que o ensino musical possa ser de qualidade é imprescindível que o professor tenha conhecimento, mesmo que básico, sobre o assunto. A lei 9394/96 faz distinção de:

> Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:
>
> I – A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
> II – Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

O objetivo das leis e seus artigos é de que a cultura musical seja inserida de forma lúdica no desenvolvimento social da criança, para que ela possa ter uma infância plena com suas habilidades e competências desenvolvidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a música é um fator fundamental e auxiliador para o desenvolvimento da criança e estimula a sua aprendizagem. Mesmo que os professores não estejam preparados para adaptá-las a um componente curricular, podem inseri-las no contexto escolar com experimentos e integração ao ensino cotidiano.

Reafirmando a colocação de Loureiro (2003), a prática musical deve ser prazerosa para a criança, pois através dela é construída a cidadania. A música traz vários benefícios ao ser humano como memória, foco, linguagem estimulada e bagagem musical.

Na educação infantil existem inúmeras possibilidades de se trabalhar ritmos, letras, melodias e adaptá-las para o conteúdo em sala de aula, priorizando o estímulo das habilidades e colaborando para o desenvolvimento escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Editora do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em 03 set. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1998 Lei 11.769/08.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm>. Acesso em 13 set. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Terceiro E Quarto Ciclos Do Ensino Fundamental: Arte.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1998. Editora do

Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf> . Acesso em 03 set. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila, p.32.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. **O ensino de música na escola fundamental**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

PALES,1. M.C.; SOUZA, S. S. O. **A música, o desenvolvimento infantil e a teoria de Vygotsky. *In*: Seminário Gepraxis**, 6., 2017, Vitoria da Conquista. Anais [...]. Vitoria da Conquista: UESB, 2017, p. 1754-1769. Disponível em: <http://www.periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7324/7101> . Acesso em: 28 set. 2019.

A PEDAGOGIA DAS CORES E MÉTODO FONOVÍSUOARTICULATÓRIO: NOVAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS DE SALA DE AULA

Ana Clara Nachbar, Ludmila Freidemberg, Natália Quevedo e Lucia Helena Ormelese de Barros, e-mail: nachbar0102@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Pensando em diversos questionamentos e angústias que se fizeram presentes na trajetória da educação brasileira, na busca por mudanças no ensino e na visível necessidade de rever as práticas pedagógicas dos docentes. Sendo que seu objetivo principal é compreender a necessidade de mudanças no ensino quanto a inovação das práticas pedagógicas de sala de aula. E, também, sugerir um repensar da prática docente e o uso adequado de estratégias diferenciadas pelos professores.

Ao evidenciar que a prática pedagógica diferenciada para o processo de aprendizagem pode contribuir para um melhor desempenho no espaço escolar, tanto em nível do aluno quanto do docente, de forma a diminuir o fracasso escolar, a escola terá a oportunidade de melhorias na sua qualidade de ensino.

Passados tantos anos, é possível reconhecer a precariedade do ensino, ainda há crianças que não têm acesso ao ensino formal ou pouco frequenta, as escolas lotadas e oferecem poucas condições de um ensino de qualidade. O Brasil não investe na educação de forma adequada, ainda acrescida de desvios de verbas, metodologias inadequadas, entre outros problemas. Frente a essa visão, é preciso refletir a educação como um instrumento de manutenção ou transformação social, o que necessita de fundamentação teórica e metodológica para traçar os seus caminhos.

Este trabalho propõe, inicialmente, fazer uma reflexão sobre a educação brasileira, saber a influência do professor e como as novas metodologias podem ser grandes ferramentas de ajuda para uma escola de qualidade. Então, o processo inicial da pesquisa foi fundamentado no pensamento de teóricos como Libâneo (1996), Saviani (2006), Gadotti (2003), Freire (1974) Aranha (2006), além de Gramsci (1979) e Snyders (1998) que discutem a história da educação brasileira para assim, entender as abordagens metodológicas ocorridas durante os tempos.

Ao dar enfoque nessa temática, o trabalho de investigação parte das concepções de práticas pedagógicas de docentes e por final, pretende mapear o modelo de educação contemporânea pautada na Pedagogia das Cores e no Método Fonovisuoarticulatório (Método das Boquinhas).

Essas novas abordagens surgem com a esperança de não só criar algo novo, mas também utilizar novos meios para trabalhar o ensino através do lúdico, de uma maneira a torná-lo mais atraente e significativo para os alunos, como ferramentas inovadoras para auxiliar as práticas cotidianas de sala de aula.

A Pedagogia das Cores é um método pautado na mudança da visão de mundo, Gelles (2018) diz que o mundo é colorido e estimulante, já a escola, continua em preto e branco, engessando comportamentos, criatividades e sentidos. Ao trazer as cores para a escola é proposto uma forma alternativa de estimular os sentidos desses alunos, devendo ser aplicada desde a mais tenra idade, pois é na Educação Infantil que os fundamentados básicos são estabelecidos.

Sendo assim, as cores interagem no cotidiano sem nossa permissão. É o caso das mídias, o marketing e até o comércio que já utilizam dessa ferramenta para induzir o indivíduo por exemplo a comprar sem precisar ou comer sem ter vontade. Então, porque não trazer isso para a escola e usar as cores a favor do estímulo dos sentidos na aprendizagem, na criação, na percepção, no desenvolvimento cognitivo, na criatividade, no conforto psíquico e até no comportamento do educando.

Já o Método Fonovisuoarticulatório mais conhecido como Método das Boquinhas utiliza estratégias fônicas (fonema/som), visuais (grafema/letras) e articulatórias (articulema/Boquinhas) na Educação Infantil, com a proposta de favorecer a aquisição da leitura e escrita, em estágios iniciais do desenvolvimento, com crianças de 4 a 6 anos, oferecendo-lhes subsídios consistentes e diversificados num enfoque multissensorial. Foi desenvolvido por uma Fonoaudióloga em parceria com uma Pedagoga para ensinar/reabilitar crianças no processo de alfabetização, com a pretensão de proporcionar um aprendizado menos penoso, natural e simples.

2 METODOLOGIA

A metodologia foi elaborada através de uma revisão bibliográfica de valor qualitativo em livros e artigos científicos, buscando novas abordagens que venham favorecer um ensino de qualidade e diferenciado na Educação Infantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gasparin (2007) coloca que numa abordagem histórico-cultural, a mediação é fundamental, para que o aluno desenvolva a aquisição do conhecimento. Esta acontece pelo uso da linguagem e da fala. Assim, a aprendizagem se dá por meio de um processo de interação social entre as pessoas, as quais devem utilizar-se de metodologias diferenciadas para instigar a curiosidade do aluno e, aprender o conteúdo desejado. Dessa forma, a linguagem do professor passa a desempenhar um papel essencial no processo de apropriação do conhecimento científico.

Mizukami (1986), coloca que dentro da sala de aula os professores assumem inúmeras posturas pedagógicas, estas levam a caminhos diferenciados, quando:

> "o professor é um planejador do ensino e da aprendizagem que trabalha no sentido de dar maior produtividade, eficiência e eficácia ao processo, maximizando o desempenho do aluno. O professor, como um analista do processo, procurava criar ambientes favoráveis de forma a aumentar a chance de repetição das respostas aprendidas e de atender as expectativas de seu professor". (p.31-32)

O professor quando planeja e analisa o processo de aprendizagem atende as expectativas do aluno, através de metodologias adequadas, nesse caso, os métodos utilizados surgem para facilitar a aquisição de habilidades e competências. Um exemplo disso é o Método das Boquinhas, no qual se concretiza a associação da atividade oral-motora da fala à fonêmica (ramo linguístico que estuda a estrutura da língua no que se relaciona aos fonemas). É uma ferramenta de aprendizado da leitura e escrita que viabiliza o conversor grafema-fonema por meio da boca.

A partir da formação da consciência fonoarticulatória, adquirida no processo ativo do Método das Boquinhas, ocorre a construção da alfabetização por meio da representação interna da boca que faz sons. A intervenção desse método, quando utilizado, colabora para a aprendizagem dos alunos, pois a linguagem tem um papel prioritário no processo de alfabetização. Esse método não é algo mecanicista, ele capacita as crianças para enfrentar desafios linguísticos e, quando efetivamente aprendido, implica em uma alfabetização segura e eficaz.

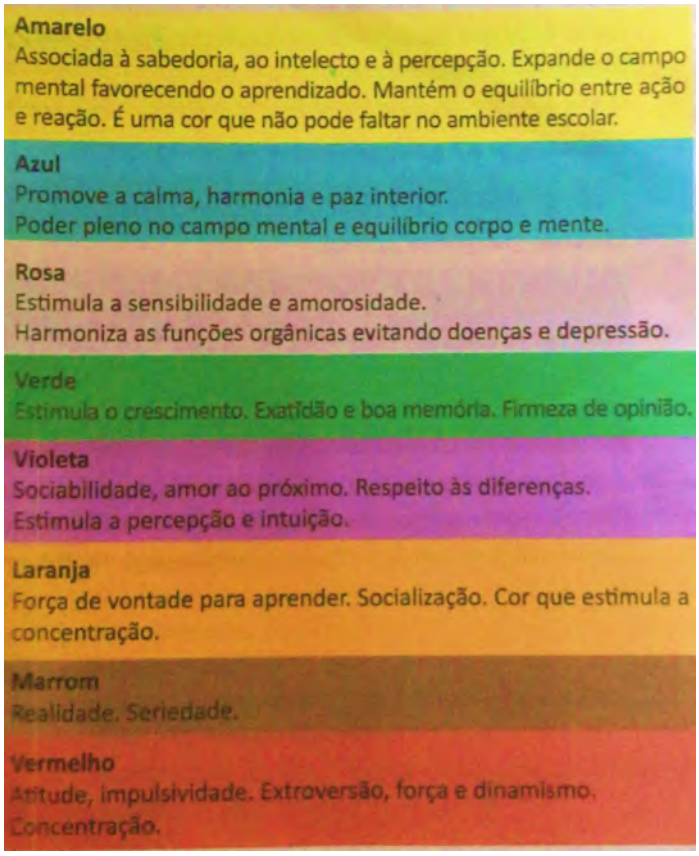
A alfabetização está estritamente ligada à consciência fonológica, pois as duas se desenvolvem de forma paralela. Na Língua Portuguesa a unidade mais saliente é o fonema, daí se dá a importância da alfabetização a partir de unidades fônicas. Quando o trabalho docente está diretamente ligado com os fonemas, o resultado é uma leitura mais segura, com maior rendimento e eficiência.

Dessa forma, não há um método alfabetizador infalível. Contudo, um fonoaudiólogo juntamente com um pedagogo, utilizando-se do Método das Boquinhas se tornou um referencial para a alfabetização em um curto espaço de tempo. Abaixo para ilustrar contém um encarte do Método Fonovísuoarticulatório (Método das Boquinhas):

Outra abordagem metodológica importante da Educação Infantil é a Pedagogia das Cores, sua influência é baseada no estímulo dado ao educando através da cromoterapia, ou seja, “a ciência que utiliza as cores do espectro solar, para restaurar o equilíbrio físico-energético em áreas do corpo atingidas por alguma disfunção”. (GELLES, P.11)

A proposta do método das cores é utilizar a cromoterapia por meio de estímulos, através de oito cores em crianças que têm dificuldades de aprendizagem. Abaixo é apresentada uma Tabela explicando o significado de cada cor:

Tabela de Cores



Fonte: Etiqueta Arco-íris: Tabela das cores. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=tabela+de+cores+na+pedagogia+das+cores>.

A trajetória da Pedagogia das Cores teve início em 2011, e utiliza as cores nos ambientes da escola para que os espaços sejam mais estimulantes. Ensinar sobre os estímulos das cores, desde a mais tenra idade, irá proporcionar à criança uma formação saudável. Ao atingir a idade adulta, ela terá uma mente sã, que pensa de dentro para fora. As cores são usadas em determinadas situações que levam o educando a conquistar aquilo que lhe falta em situações diversas, porém há contraindicações quanto a cor vermelha que se usada em excesso pode transformar um ambiente que deveria ser de força e dinamismo em um ambiente de dominação ou raiva. Mude a maneira de enxergar o mundo com a Pedagogia das Cores.

O texto aborda o uso de diferentes metodologias em sala de aula, mas é vital que o professor reconheça a construção do conhecimento infantil, uma teoria concebida por Piaget, pois assim poderá adequar a metodologia ao conhecimento, respeitando o ritmo e o desenvolvimento de cada aluno. Lembrando que o conhecimento não é concebido espontaneamente pelo educando, mas como resultado da interação entre o aluno e professor e de um planejamento didático, intencional e pedagógico adequado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a prática pedagógica através de métodos diferenciados para o processo de aprendizagem auxilia o desempenho do aluno no espaço escolar. Essas práticas desenvolvidas, Pedagogia das Cores e o Método das Boquinhas, na escola pode contribuir de forma a diminuir o fracasso escolar e coletar bons resultados durante o processo de ensino.

Através do desenvolvimento do trabalho foi possível notar que o emprego de novas práticas dentro do ambiente escolar se tornou mais intenso, a partir das dificuldades e falhas ocorridas durante a alfabetização. Com esta visão, percebeu-se que para se apropriar do saber, o professor precisa da presença de metodologias de ensino para superar o confronto entre conteúdo e a aprendizagem.

Com isso, é importante que o professor tenha consciência do que faz ou pensa a respeito de sua prática pedagógica, para assim, obter uma visão crítica dos conteúdos e buscar procedimentos metodológicos adequados em sala de aula. Também, deve adotar uma postura inovadora de pesquisador e não apenas de transmissor.

É, também, interessante ressaltar que a elaboração do uso adequado dessas práticas se faz presente quando o professor domina sua área de conhecimento e apresenta-se com uma postura de educador consciente e preparado para abordar os conteúdos de maneira que os alunos se identifiquem neles, possibilitando um despertar do interesse e o deslumbre dos alunos diante do ato de conhecer, entender, compreender, descobrir e estudar.

Dado o exposto conclui-se que o uso do método das Boquinhas e a Pedagogia das Cores vem sendo utilizados por professores da rede pública ou particular de ensino, com crianças que são estimuladas através das cores para aprender e alfabetizadas em torno de 3 a 4 meses com a proposta das Boquinhas. Essas ferramentas surgiram para estimular positivamente o educando e, consequentemente, atingir os objetivos planejados. Trata-se de alternativas atípicas diante dos métodos tradicionais tecnicistas propostos ao longo da história da educação.

Não existe um método que seja eficaz para todos, as novas metodologias surgem para suprir as necessidades de aprendizagem de maneira diferenciada, trabalhando e aplicando seus recursos que visam não só a aquisição de conhecimentos, mas o prazer durante a aprendizagem, para que seja divergente do tradicional e frutífero para o aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA,J. **Educação no Brasil**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/educacao-no-brasil/>. Acesso em: 10 de ago. 2019.

GELLES, S. D. **A pedagogia das cores: Atividades Coloridas.** São Paulo: Edicon, 1987.

GELLES, S. D. **A Pedagogia das Cores na Educação Infantil**. Disponível em: <https://www.pedagogiadascores.com.br/educacao-infantil.html>. Acesso em: 02 de out. 2019.

GASPARIN, J. L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

JARDINI, R. S. R.; SOUZA, P. T. **Alfabetização com as Boquinhas - Método fono-vísuo-articulatório.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

JARDINI, R. S. R.; SOUZA, P. T. **Alfabetização e reabilitação dos distúrbios de leitura/escrita por metodologia fono-vísuo-articulatória**. Pró-Fono Revista de Atualização Científica, Barueri (SP), v. 18, n. 1, p. 69-78, jan.-abr. 2006

JARDINI, R. **Fundamentação teórica**. Disponível em: <https://metododasboquinhas.com.br/fundamentacao-teorica/>. Acesso em: 01 de out. 2019

LACANALLO.L.F. *et al.,* **Métodos de ensino e aprendizagem: uma análise histórica e educacional do trabalho didático**. Maringá, PR. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT4%20PDF/M%C9TODOS%20DE%20ENSINO%20E%20DE%20APRENDIZAGEM%20UMA%20AN%C1LISE%20HIST%D3RICA.pdf>, Acesso em: 30 de ago. 2019.

MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino: As abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 1986.

A PRÁTICA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE NO PRÉ-OPERATÓRIO IMEDIATO DE CIRURGIA ELETIVA

Juliana Aparecida Cappa Reverth, Rute Cristiane de Souza Avelino, Adriane Lopes,
e-mail: jucappa84@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Considerando a importância da prática do enfermeiro referente ao processo que corresponde ao pré-operatório imediato em cirurgia eletiva, observa-se a essencialidade de ações de enfermagem direcionadas ao bem-estar do paciente, buscando promover principalmente, a redução dos níveis de ansiedade, contribuindo para tornar a experiência cirúrgica, menos traumática. A propósito, menciona-se que: “A assistência no período pré-operatório é um processo interativo que promove e recupera a integridade e a plenitude bio-psico-sócio-espiritual do paciente (AMTHAUER, 2014).

O objetivo central deste estudo é compreender a representatividade da prática do enfermeiro no cuidado ao paciente no pré-operatório imediato em cirurgia eletiva. Os objetivos específicos elencados são: destacar a importância de se promover uma interação entre enfermeiro e paciente no período pré-operatório imediato em cirurgia eletiva, visando a efetividade das ações de enfermagem; conhecer os principais pontos que demandam os cuidados de enfermagem no pré-operatório imediato em cirurgia eletiva; enfatizar as implicações que a falta de cuidados do enfermeiro no pré-operatório imediato em cirurgia, pode trazer para a saúde do paciente no pós-operatório.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de classificação básica de cunho qualitativo e exploratório, por meio da qual serão analisados materiais teóricos que abordam o assunto referente ao tema em questão. Os materiais de pesquisa utilizados estão indexados nas bases de dados e Google Acadêmico e Scielo e os critérios de inclusão utilizados foram: trabalhos publicados nos últimos 10 anos e os descritores aplicados foram às seguintes palavras-chaves: Consulta de enfermagem; Processo cirúrgico; Pós-operatório.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A prática do enfermeiro, em especial quando aplicada no período pré-operatório imediato em cirurgia eletiva, deve ater-se a importância de promover o bem-estar do paciente em favor do processo cirúrgico, pra que este, transcorra da maneira mais satisfatória possível. Compreender toda a dinâmica que envolve os períodos operatórios é o diferencial para uma boa prática nos cuidados de enfermagem, supondo que cada período possui particularidades que, se constatadas, permitem a realização de cuidados efetivos e de qualidade (BASTOS et al., 2013).

O pré-operatório corresponde à uma experimentação que comumente surge na realidade do indivíduo, como algo de certo modo, inesperado, ainda que seja um processo agendado. O fato é que por mais que se busque uma adaptação a esta situação, sem que exista um acompanhamento profissional, como do enfermeiro, fica muito complicado que não se evidencie manifestações emocionais a serem trabalhadas. De acordo com Correggio; Amante; Barbosa (2014), para o paciente torna-se preponderante, encontrar segurança no ambiente hospitalar, visando riscos minimizados, tendo o acolhimento e a assistência do enfermeiro.

Ressaltando que o pré-operatório imediato de cirurgia eletiva tende a ser um momento delicado para o paciente e a família, por se tratar de uma situação na qual, a maioria dos acontecimentos, são desconhecidos, acredita-se que ao se delinear as ações de enfermagem, estas devem estar direcionadas à estruturação de um clima harmonioso e ambiente o mais tranquilo possível, favorecendo processos comunicativos conduzidos a um dialogar que imprima uma relação positiva entre paciente e enfermeiro, aliada a orientações claras e precisas sobre todo o andamento cirúrgico. Conforme Silva (2014), a consulta de enfermagem, pode ter um formato esclarecedor, na medida em que abrindo possibilidades para se obter respostas às dúvidas do paciente sobre todo o processo cirúrgico, contribui, aliviando a ansiedade e diminuindo o estresse.

Em tal proposição, confere-se que a falta da interação e comunicação entre o paciente e a equipe de enfermagem no período pré-operatório, pode ser um evento capaz de gerar sentimento de insegurança e de ansiedade, os quais tendem a resultar em problemas comprometedores de uma necessária relação harmoniosa, prejudicando a consolidação das ações do enfermeiro no decorrer de todo o processo que envolve o preparo cirúrgico. Sobre isto, cita-se que: “[...] a comunicação, o diálogo, as informações, o respeito e a orientação pré-operatória embasam a relação entre profissional de saúde e paciente (CALLEGARO, 2010).

Contextualizando os apontamentos respectivos ao período pré-operatório, salienta-se que a importância de se validar a necessidade do enfermeiro procurar conhecer os anseios do paciente, visando que os cuidados sejam estabelecidos de maneira eficaz e assim sendo, o comprometimento dos profissionais enfermeiros, quanto as orientações e cuidados com o paciente de cirurgia eletiva no pré-operatório imediato, podem colaborar significativamente, com o bom andamento dos processos cirúrgicos. Segundo Camponogara et al. (2012), enfatiza que ações referentes à prática assistencial do enfermeiro no período pré-operatório, vem de encontro as possibilidades de imprimir satisfação às necessidades físicas e emocionais dos pacientes, colaborando para aumentar a capacidade de superar o medo e a insegurança quanto a realização do procedimento cirúrgico e favorecendo que o paciente, tenha uma recuperação mais plena e possa assim, retornar rapidamente a um estado de bem estar.

A qualidade da assistência da enfermagem, abarcando os cuidados no pré-operatório, torna-se então, um elemento de valor inestimável, ao se pensar nos fatores que envolvem os procedimentos desde a tomada de decisão para a realização da cirurgia, passando pelo pré-operatório e o ato cirúrgico de fato. Menciona-se, portanto, conforme Costa et al. (2011) que as ações do enfermeiro devem ser de qualidade, sobretudo, direcionada a zelar pela manutenção da segurança do paciente internado para cirurgias eletivas, desde a internação, cuidando do pré-operatório, em vista de promover a minimização ou diminuição de erros, riscos e comprometimentos ao bem-estar e saúde do paciente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados 39 artigos tratando sobre a prática da enfermagem nos cuidados com o paciente no pré-operatório imediato de cirurgia eletiva. Destes, apenas 21 corresponderam aos critérios de inclusão delimitados para esta pesquisa, considerando, estudos realizados e publicados nos últimos 10 anos.

E em observância ao material bibliográfico elencado no enquadramento do critério de inclusão e considerando os dados relevantes que puderam ser verificados quanto à temática abordada nesta pesquisa, conferem-se pontuais abordagens relatando a importância dos cuidados de enfermagem ao paciente no período pré-operatório imediato de cirurgias eletivas.

Considerando os resultados inerentes a análise do material consultado, obteve-se uma melhor compreensão sobre o papel do enfermeiro em relação aos procedimentos

que envolvem cuidados no pré-operatório imediato em cirurgia eletiva, colocando como imprescindível, a validação de ações que transmitam segurança, tranquilidade e promovam o bem-estar do paciente. De acordo com Smeltzer; Bare (2009), na medida em que as informações são transmitidas de maneira correta e atendendo as expectativas e necessidades dos pacientes, esta prática de enfermagem pode favorecer o alívio de ansiedade e medo e ser um ponto positivo na recuperação.

Corroborando, Christóforo e Carvalho (2009), comentam que no pré-operatório, a equipe de enfermagem responde por uma atuação junto aos pacientes, que inclui: a orientação, o preparo físico e emocional, além de ações avaliativas que visam minimizar os riscos cirúrgicos, ajudando na recuperação e evitando possíveis complicações no pós-operatório.

Neste sentido, Smeltzer; Bare (2009) ressaltam que ao se tratar sobre a avaliação do paciente antes e no dia da cirurgia, são abarcadas práticas como: verificação de exames físicos, condição emocional, história anestésica prévia e a busca por identificar ocorrências relacionadas às alergias ou problemas genéticos que podem comprometer o processo cirúrgico. Ademais, descrevem-se etapas concernentes à: realização do ato anestésico-cirúrgico, além do cumprimento das normas de procedimentos burocráticos e administrativos.

Ainda, observa-se que as concordâncias relacionadas ao relevante papel do enfermeiro nos cuidados com o paciente no pré-operatório imediato de cirurgia eletiva, aparecem em evidência no contexto que estrutura o conteúdo teórico consultado nesta pesquisa, demonstrando que são vários os procedimentos que devem integrar as ações da equipe de enfermagem direcionadas à orientação para o paciente. Quanto a isto, Christóforo e Carvalho (2009) destacam a questão do jejum, enfatizando a sua importância, de modo a se evitar riscos de regurgitação do conteúdo gástrico e assinala os aspectos referentes ao transporte para o centro cirúrgico, lembrando que o mesmo, tem que ser feito com o uso de maca, propiciando segurança e conforto ao paciente. O citado autor apresenta também, comentários quanto aos cuidados do enfermeiro na orientação voltada a providenciar a retirada de adornos e acessórios (anéis, correntes, brincos, etc..), aparelhos auditivos, óculos e prótese dentária e ressalta que é comum haver um constrangimento quando se trata do uso da camisola com abertura na parte das costas, somada a retirada das roupas íntimas.

Quanto à realização de exames inclusos nas providências relativas ao período pré-operatório, cada ato cirúrgico pode exigir exames específicos. Para Smeltzer; Bare

(2009), a importância dos procedimentos terapêuticos a serem realizados e de exames como: eletrocardiogramas, exames de sangue e urina, entre outros, acentuando que a avaliação de especialistas é essencial, na finalidade de se obter pareceres e de se conhecer as condutas cirúrgicas mais apropriadas.

A tricotomia é outra ação que confere cuidados ao paciente de cirurgia eletiva e refere-se à remoção do pelo no preparo pré-operatório, conforme salienta o Ministério da Saúde (2009) e algumas discussões sobre o assunto, tricotomia, surgem no contexto dos procedimentos cirúrgicos. Autores como Christóforo (2009), afirmam a necessidade da tricotomia e concordam que a mesma, deve ser realizada com a utilização de cortadores elétricos, fazendo uso de técnica correta e segura. No caso o enfermeiro, deve realizá-la antes da cirurgia.

O Ministério da Saúde (2009), por sua vez, assevera que mesmo sendo reconhecida a importância da tricotomia e ainda que se utilizem técnicas adequadas e material recomendado, é importante observar o aumento dos riscos desta prática e possíveis ocorrências de infecções na região cirúrgica, em razão de cortes microscópicos na pele, causando focos favoráveis à multiplicação bacteriana.

Nesta abordagem, diante dos resultados inerentes a temática apresentada neste estudo, discute-se que embora a relevância da prática da enfermagem nos cuidados ao paciente, no pré-operatório imediato de cirurgia eletiva, ocupe patamar elevado nas considerações referentes ao tema, os artigos demonstrando registros de pesquisas respectivas a um período que corresponde aos últimos 10 anos, revelam que ainda existem grandes lacunas na literatura. Esta constatação assinala a carência de estudos que possam relatar uma abordagem mais incisiva e ampla, sobre o tema, especialmente nos últimos cinco anos.

Em tal percepção, menciona-se que seja relevante assinalar a necessidade da ampliação do referencial teórico, visando elencar apontamentos mais precisos sobre a prática da enfermagem nos cuidados com o paciente no pré-operatório imediato de cirurgia eletiva, confere ações indispensáveis a promoção do bem-estar, integridade física e de saúde do paciente e funciona como um instrumento favorável a obtenção de

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se tratando da questão que trata sobre a prática de enfermagem ao paciente no pré-operatório imediato em cirurgia eletiva, pode-se relatar que esta pesquisa, propiciou uma melhor compreensão quanto aos aspectos que envolvem todo o processo

cirúrgico e a importância da consulta de enfermagem e a atenção do enfermeiro, tendo como enfoque, promover o bem-estar do paciente.

Considerando, os possíveis problemas relacionados às situações demarcadas por quadros de ansiedade, medo, insegurança e estresse que tendem a tomar conta do paciente no pré-operatório imediato em cirurgia eletiva, entendeu-se que as ações de enfermagem, confirmando os cuidados do enfermeiro, no sentido de orientar, informar e se dispor a dialogar com o paciente, buscando estabelecer um relacionamento de confiança, pode ser indispensável e influenciar positivamente o bom andamento do processo cirúrgico, assim como a recuperação no pós-operatório.

REFERÊNCIAS

AMTHAUER. Discursos dos profissionais de saúde da família na ótica da assistência à saúde do idoso. **Rev Fund Care Online**. 2017 jan/mar; 9(1):99-105. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158754/001014444.pdf?sequence=1> Acesso em: 2 jun.2019.

ASSIS, C. C. et al . Acolhimento e sintomas de ansiedade em pacientes no pré-operatório de cirurgia cardíaca. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 67, n. 3, p. 401-407, June 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034716720140003004 01&lng=en&nrm=iso>. access on 2 jun. 2019.

BASTOS, A. Q. et al. Reflexões sobre cuidados de enfermagem no pré e pósoperatório: uma revisão integrativa da literatura. Artigos de Revisão. **Cienc. Cuid. Saúde**. Maringá- PR, 12 (2): 328-390 Abr/Jun, 2013. FRB. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/15724>. Acesso em 25 maio 2019.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Sítio cirúrgico: critérios nacionais de infecções relacionadas à assistência à saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2009.

CALLEGARO. Cuidado perioperatório sob o olhar do cliente cirúrgico. **Rev. Rene**. 2010; 11(3): 132-42. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/4607> Acesso em 23 maio 2019.

CAMPONOGARA, S. et al . Interface entre saúde e meio ambiente na formação profissional em saúde. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 25, n. 6, p. 902-907, 2012 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002012000600012&lng=en&nrm=iso>. access on 8 maio. 2019.

CHRISTÓFORO. Cuidados de enfermagem realizados ao paciente cirúrgico no período pré-operatório. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 43, n. 1, p. 14-22, Mar. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 2 maio 2019.

CORREGGIO, T. C. Da; AMANTE, Lucia Nazareth; BARBOSA, Sayonara de Fátima Faria.. Avaliação da cultura de segurança do paciente em Centro Cirúrgico. **Revista SOBECC**. 2014; 19(2): 67-73. Disponível em: <https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/60/pdf> Acesso em 13 maio 2019.

COSTA, S. G. R. F. da et al. Caracterização das quedas do leito sofridas por pacientes internados em um hospital universitário. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre , v. 32, n. 4, p. 676-681, Dec. 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472011000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 June 2019.

SILVA, M. L. C. da. **A importância da consulta de enfermagem para o cliente no pré-operatório de cirurgias eletivas**. 2014.16f. Monografia (Especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem – Opção Urgência e Emergência) - Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173598> Acesso em 7 maio 2019.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. **Brunner e Suddarth**: tratado de enfermagem médicocirúrgica. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanaba Koogan. v.2. 2009.

A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS DURANTE A GESTAÇÃO

Erika Silva, Fabio Bassan, Guilherme Martines
e-mail: evms26@hotmail.com.br

1 INTRODUÇÃO

A gestação é uma fase muito delicada para a mulher, pois seu corpo sofre modificações e alterações corporais, bioquímicas, hormonais, psicológicas, familiares e sociais, portanto, gera preocupação e cuidados especiais (ANJOS et al., 2003).

Segundo Matsudo (2000), o exercício físico é um tipo de atividade física no qual se envolve intensidade, frequência e duração, melhorando a aptidão física e consequentemente a saúde.

Portanto, a prática de exercícios físicos, independentemente da fase da vida, traz melhorias à saúde, previne o surgimento de várias doenças e proporciona uma melhora de qualidade de vida, bem estar físico e mental (BATISTA et al. 2003).

Sabe-se que uma gestante que prática algum tipo de exercício físico tem menores possibilidades de complicações durante o parto, uma melhor recuperação pós-parto, proporcionando assim uma melhora de bem estar e um melhor relacionamento com o bebê (RODRIGUES et al., 2008).

Porém, ainda há dúvidas sobre a intensidade de sua prescrição, assim como se o mesmo é seguro ou não à gestante e se os profissionais de educação física estão preparados para lidar com esse público.

Dentre essas perspectivas o presente estudo tem por objetivo analisar a influência do exercício físico na gravidez, e seus benefícios para a mãe e o bebê.

2 METODOLOGIA

Realizou-se uma Revisão Bibliográfica, na qual se utilizou a base de dados do “Google Acadêmico” para a obtenção dos artigos por meio dos seguintes descritores: gestação, exercício físico e benefícios. Todas as referências foram lidas previamente, de forma que àquelas relacionadas ao tema da pesquisa foram lidas em sua íntegra e utilizadas para elaboração deste estudo. Caso não apresentassem relação, foram descartadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O exercício físico durante a gestação é uma prática que gera benefícios e contribuem para a diminuição dos sintomas de desconforto da gravidez, como a ansiedade e a depressão, o menor tempo de evolução de trabalho de parto e diminui a indicação de parto cesárea (CONTTI et al., 2003).

Como descrito por Batista et al. (2003), são vários os benefícios da prática do exercício físico na gestação, já que o mesmo age na redução de lombalgias, diminui dores das mãos e pés e de estresse cardiovascular; fortalece a musculatura pélvica; reduz o número de partos prematuros e cesáreas e das dores no parto; aumenta a flexibilidade e tolerância à dor; controla o ganho ponderal e eleva a autoestima da gestante.

Segundo o mesmo autor, ao feto foi observado aumento do peso ao nascer e melhoria da condição nutricional. Caso ocorra prematuridade, está se deve à atividade de intensidade excessiva, tanto física quanto ocupacional (BATISTA et al., 2003).

Antigamente, as mulheres não tinham o acompanhamento necessário durante o período gestacional, dificultando a realização da atividade física. Com o tempo, a importância de um pré-natal durante toda a gravidez foi sendo reconhecida, possibilitando uma melhor assistência à mãe e ao bebê, tornando-se possível a realização do exercício físico na gestação sem complicações (BATISTA et al.,2003).

De acordo com Chistófalo et al. (2003), algumas recomendações são necessárias para a prática de exercício nesse período da vida da mulher.

Primeiramente, é importante uma prescrição médica, devendo ela especificar as atividades não recomendadas à gestante e a intensidade ideal para o trabalho. Outro ponto importante, segundo os autores, é que não se deve objetivar o aumento do condicionamento físico, pois com a gestante ocorre exatamente o inverso, ou seja, sua resistência inicial tende a diminuir (CRISTÓFALO et al., 2003).

Deve-se também, evitar o aumento na temperatura corporal e a perda hídrica, assim como iniciar a prática de atividades físicas antes de duas semanas após a concepção (CRISTÓFALO et al., 2003).

Conforme Batista et al. (2003), nos últimos meses de gestação, a gravidez tem que ser bem supervisionada durante a realização de qualquer exercício. Nesse sentido, os profissionais deve estar sempre alerta aos sinais e sintomas de perigo apresentados durante a prática, devendo ser interrompida imediatamente caso eles apareçam.

A interrupção deve ser imediata a qualquer sinal de perda de líquido amniótico, dor no peito, sangramento anormal, dispneia, dor abdominal, contrações uterinas, redução dos movimentos fetais, náuseas e desconfortos. Todos os sintomas devem ser analisados, podendo alguns deles ser resolvidos apenas com a mudança do tipo, intensidade ou duração do exercício (BATISTA et al.; 2003).

Porém, algumas mulheres portadoras de algumas patologias como doenças cardíacas descompensadas, doença pulmonar restritiva, placenta prévia, pré-eclampsia, cérvix incompletas ou multíparas com riscos de pré-maturidade têm contraindicação absoluta durante o período gestacional (BATISTA et al., 2003).

No quadro 1, são apresentados os tipos de exercícios recomendados para esse grupo de pessoas e quais os benefícios que esse exercício os proporciona.

Quadro 1 – Tipos de exercícios e seus benefícios

Tipos de Exercícios	**Benefícios**
Musculação leve	Melhora na força, resistência e flexibilidade muscular
Pilates	Fortalecimento muscular na região pélvica melhora a distribuição do peso corporal, alivia desconfortos lombares e amplia o ganho de força para a tarefa do dia a dia.
Hidroginástica e Natação	Ajuda aliviar o peso extra da gestação e a diminuir o impacto contribui para amenizar dores do parto
Caminhada e pedalar	Ajuda manter a forma física sem sobrecarregar os joelhos
Yoga e tai-chi-chuan	Maior flexibilidade, tonificação dos músculos, melhora o equilíbrio e a circulação.
Alongamento	Agilidade, elasticidade do corpo prevenindo lesões.
Ginástica aeróbica de Baixo impacto	Equilíbrio, força, flexibilidade, resistência e coordenação.

Fonte: *Matsudo (2000); Lima e Oliveira (2005); Machado (2006).*

No quadro 2, são apresentados os tipos de exercícios não recomendados para esse tipo de grupo e os riscos que eles proporcionam.

Quadro 2 – Tipos de exercícios e seus Riscos

Tipos de Exercícios	Riscos
Saltos	Movimentos repentinos que podem levar lesões articulares.
Pratica de mergulho	Condições hiperbáricas, levam ao risco de embolia fetal, quando ocorre a descompressão
Esporte de Quadra (Futsal, Voleibol,Basquetebol e handebol)	Podem causar traumas abdominais
Exercícios na posição supino	Podem ocasionar obstrução do retorno venoso
Artes Marciais	Traumas abdominais devido ao forte contato físico.

***Fonte**: Batista (2003).*

Segundo Contti et al (2003), os estudos científicos também indicam que os benefícios dos exercícios físicos às gestantes estão relacionados a melhora psicológica e emocional, garantido também efeitos positivos mesmo depois do trabalho de parto.

No quadro 3, são apresentados os benefícios biológicos e psicológicos que ocorrem nas gestantes com a prática de exercícios físicos.

Quadro 03 – Benefícios biológicos e psicológicos

Manutenção ou melhorado condicionamento físico.
Menor ganho de peso e adiposidade materna.
Diminuição de complicações obstétricas.
Menor risco de parto prematuro.
Diminuição do risco de diabetes gestacional
Menor hospitalização e diminuição na incidência de cesárea
Melhora da autoestima e autoimagem
Melhora da sensação de bem estar
Diminuição da sensação de isolamento social
Diminuição da ansiedade, do estresse e do risco de depressão.

***Fonte**: Fisher (2003).*

No entanto, é de extrema importância que todas a precauções sejam tomadas quanto a tipo de exercício físico a ser praticado, a carga, intensidade, o local para realização dos exercícios e a posição correta que a gestante deve ficar durante a prática (FERREIRA et al., 2014).

Rodrigues (2008), afirma que os exercícios físicos devem ser de baixa intensidade com uma duração média de 40 minutos, e o profissional de educação física tem que estar atento, tendo em vista que o objetivo é realizar exercícios que promovam um bem estar e uma prática saudável pra a mãe.

Portanto, este período não deve ser marcado por um momento em que a gestante deva sair do sedentarismo, mas sim dar continuidade a prática de exercícios físicos, pois vale lembrar que é preciso que esteja tudo bem com a futura mamãe e o bebê (FERREIRA et al;2014).

Diante dos quadros apresentados com as indicações e benefícios da prática, os exercícios físicos durante o período da gestação é muito importante e pode trazer diversos resultados como apresentado, não deixando de ser indispensável à presença de um profissional de educação física e um médico durante o período de treinamento físico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o exercício físico durante a gestação promove significativas melhorias na qualidade de vida da gestante e do bebê, porém é de fundamental importância haver um rigoroso acompanhamento médico e supervisão de um profissional de educação física como forma de otimizar os resultados e garantir a segurança de ambos.

Desta forma, devem-se priorizar exercícios de baixo impacto, baixo risco de quedas e traumas, controlando rigorosamente sua intensidade, frequência e duração.

REFERÊNCIAS

ANJOS, G. C. M.; PASSOS, V.; DANTAS, A. **R. Fisioterapia aplicada á fase gestacional: uma revisão da literatura.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Fisioterapia)- Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2003.

BATISTA, D. C. et al. Atividade física e gestação: saúde da gestante não atleta e crescimento fetal. **Rev. bras. saúde mater. infant**, v. 3, n. 2, p. 151-158, 2003.

CHISTÓFALO, C.; MARTINS, A. J.; TUMELERO, S. A prática de exercício físico durante o período de gravidez. **Revista Digital**, Porto Alegre, n. 59, abr. 2003.

CONTI, M. H. S. et al. Efeito de técnicas fisioterápicas sobre os desconfortos músculo-esqueléticos da gestação. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 647-653, 2003.

FERREIRA, A. F. N. F.; ARÊAS NETO, N. T.; MORALES, A.P.; CALOMENI, M. R. Atividade física e gestação: riscos e benefícios. Persp. Online: biol. & Saúde, Campos dos Goytacazes, 14 (4), 1-8, 2014.

FISCHER, B. Os Benefícios e os riscos do exercício físico na gestação, 2003.

LIMA, F. R.; OLIVEIRA, N. Gravidez e exercício**. Rev Bras Reumatol**, v. 45, n. 3, p. 188-90, 2005.

MACHADO, C. Efeitos de uma abordagem fisioterapêutica baseada no Método Pilates, para pacientes com lombalgia, durante a gestação. Fisioterapia Brasil v.7, p. 345-350, 2006.

MATSUDO, V. K. R.; MATSUDO, S. M. **Atividade física e esportiva na gravidez.** A grávida. São Paulo: Atheneu, p. 53-81, 2000.

RODRIGUES, V.D.; ALISSON, A.G.; CÂMARA, C.S.; LAGES, R.J.; ÁVILA, W.R. **Prática de exercício físico na gestação.** Revista Digital-Buenos Aires -Año 13 -N° 126 -Noviembre de 2008

A PROPAGANDA ELEITORAL E O DIREITO AO ESQUECIMENTO

Rosane Cristina da Silva, Fernando Frederico de Almeida Júnior, e-mail: rosane_rpo@yahoo.com.br, frederico.jau@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Propaganda Eleitoral, de acordo com Miranda (*apud* SILVA 2018, p. 3), é "a propaganda com prazo certo determinado pela legislação eleitoral e visa expressamente à busca por votos dos eleitores nas eleições da vez".

Além de servir para divulgar a candidatura de determinada pessoa a determinado cargo, Fernando Silva (*apud* SILVA 2018, p. 4) esclarece que ela também tem por finalidade demonstrar que certo candidato é mais apto para o exercício de um cargo que outro. Trata-se do fenômeno da “contrapropaganda”, utilizada para “atacar” adversários políticos e apresentar aos eleitores fatos atuais e passados que podem fazer com que estes mudem de ideia e direcionem seus votos para candidatos diversos dos inicialmente escolhidos, o que muitas vezes provoca verdadeiras reviravoltas nos resultados das urnas.

Daí a importância das regras eleitorais, que buscam, acima de tudo, a manutenção da legitimidade das eleições, e devem garantir o direito que os eleitores têm de receber informações fidedignas sobre a vida pública, partidária e política de seus candidatos, mas, por outro lado, também precisam levar em consideração o direito previsto no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal, segundo o qual “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano” (BRASIL, 1988).

Consoante Vendruscolo e Silva (2014, p. 59),

> Num sistema democrático como o adotado no Brasil, em que os eleitores escolhem seus governantes através do voto direto, secreto, universal, periódico e obrigatório a informação propicia a reflexão e escolha do candidato. A questão é, diante da publicidade necessária sobre a vida pregressa do candidato, autoriza-se a divulgação de toda e qualquer informação? Entende-se que informações sobre a vida pública, partidária e política são devidas. Opiniões expressadas em questões relevantes, condutas, atitudes, avaliações feitas pelos cargos já exercidos, lisura, probidade despertam particular interesse. Nesta seara, estes dados são fundamentais para que se tenha um panorama geral da conduta do concorrente. Outras informações alheias à vida pública do candidato talvez não tenham qualquer importância.

Nesse cenário, o Direito ao Esquecimento emerge e precisa ser analisado com extrema cautela, uma vez que não se trata apenas de uma aparente colisão entre direitos fundamentais, mas de um verdadeiro embate entre vida pública e privada, em que é preciso decidir até que ponto os políticos e candidatos a cargos públicos devem ter suas vidas privadas preservadas. Ou, mais ainda, onde a vida pública dos políticos e candidatos a cargos públicos termina, e começa sua vida privada.

Importa ressaltar que o Direito ao Esquecimento é amplamente reconhecido no ordenamento pátrio, sendo sua análise realizada de acordo com o caso concreto e tomando-se como pressuposto básico o sujeito objeto da informação divulgada e alvo de uma possível aplicação do referido direito, se pessoa comum ou personalidade pública.

Para as pessoas comuns, o Direito ao Esquecimento é algo simples de se resolver. Já para as personalidades públicas, tal questão é um pouco mais complexa. E, no caso dos políticos e candidatos a cargos públicos, torna-se mais complicada ainda.

> Para cidadãos comuns, onde as informações normalmente não dizem respeito a mais ninguém, tal reconhecimento encontra respaldo no ordenamento e na jurisprudência pátria. Contudo, políticos candidatos podem requerer a exclusão de informações da propaganda eleitoral sob o mesmo argumento? Mais ainda, em se tratando de homens públicos, a aplicação do direito ao esquecimento não implicaria na omissão, censura ao direito de informação devido aos eleitores para a adequada escolha de seus candidatos? (Vendruscolo e Silva 2014, p. 71)

Dessarte, o que se pretende com o presente estudo é demonstrar que o Direito ao Esquecimento, em regra, não pode ser concedido aos políticos e candidatos a cargos públicos, de forma que a supremacia do interesse público sobre o particular seja sempre respeitada.

> Com efeito, o interesse público é a chave que leva ao resultado concreto, de modo que, se ele estiver presente, não será viável o acolhimento do pedido de remoção ou o deferimento de indenização por danos materiais ou morais. Como parece intuitivo, é tarefa árdua proceder-se à análise do que efetivamente seja interesse público, sendo certo que inexiste conceito positivado para o enquadramento em questão. Sendo assim, a análise passará necessariamente pelo crivo e por critério prudencial do juízo se o caso vier a ser judicializado. (MALDONADO 2017, p. 32)

Dessa maneira, o que o ordenamento pátrio, e em especial as normas eleitorais buscam, é que os eleitores possam sempre contar com o maior número de informações possível sobre os candidatos existentes, criando-se um ambiente propício à reflexão,

que leve ao voto consciente e, consequentemente, ao fortalecimento do regime democrático.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho fez uso da análise bibliográfica.

> A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. (AMARAL 2007, p. 5)

Assim, buscou sua fundamentação na análise de diversos trabalhos acadêmicos, livros e artigos sobre o tema, de forma a alcançar a apropriação de um sentido teórico, pragmático e atual acerca da questão do Direito ao Esquecimento e sua aplicabilidade no âmbito da propaganda eleitoral.

Buscou-se, portanto, uma leitura crítica dos diversos materiais disponíveis, baseada em critérios metodológicos, a fim de separar os documentos válidos e pertinentes, pois, ainda de acordo com Amaral (2007, p. 6), toda a ênfase de um trabalho desenvolvido segundo os moldes da análise bibliográfica "deve ser dada na metodologia científica utilizada, ou seja, no rigor científico de como foi feito o trabalho", de forma a obter uma base concreta e segura para os estudos e suas possíveis conclusões.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Primeiramente, importa destacar que o Direito ao Esquecimento se encontra consolidado expressamente tanto na jurisprudência pátria, quanto no direito comparado. A celeuma se instaura, contudo, quando as questões envolvem personalidades públicas.

Especificamente no presente estudo, torna-se relevante o fato de que tais personalidades públicas não são simplesmente estrelas do "show business", mas representantes eleitos – ou que desejam ser eleitos – pelo povo, num sistema democrático em que devem prestar contas de seus atos àqueles que os elegeram. Assim, por esta perspectiva, seria correto afirmar que tais pessoas, de certa forma, abriram mão de sua privacidade ao se colocarem como representantes do povo e responsáveis pela "res pública" de seu Município, Estado ou País?

Outro ponto fundamental tem a ver com o fato de que o Direito ao Esquecimento está indissociavelmente ligado a fatos pretéritos.

> O que precisa ficar claro é que o direito ao esquecimento é aplicado quando se trata de trazer a tona um fato passado que, pelo decurso do tempo e ausência do interesse informativo, não encontra mais razão em ser noticiado. É para estes fatos que, na contemporaneidade do acontecimento foram exaustivamente explorados e noticiados, o reconhecimento do direito de ser esquecido, deixado no passado. (Vendruscolo e Silva 2014, p. 64)

Ademais, de acordo com Sarlet e Ferreira Neto (2019, p. 49), o Direito ao Esquecimento tem a ver com o

> [...] "*"direito a um recomeço"* e/ou de um *"direito a se reinventar"*, ou seja, a possibilidade de reformatar (reconstruir) a trajetória existencial pessoal (individual) e social, [...] poder ser "esquecido" e não sofrer permanentemente e de modo indeterminado as repercussões negativas associadas a fatos (aqui em sentido amplo) do passado [...].

Nesse segmento, esclarecedora a lição de Maldonado (2014, p. 33):

> Em outras palavras, aquele que invoca o Direito ao Esquecimento reconhece a relevância de uma determinada informação no tempo passado, mas sustenta que o interesse público deixou de existir em função da fluência temporal. E é justamente nesse ponto que se concentra a maior parte das discussões e litígios sobre o tema, na medida em que a aferição da desqualificação, ou não, de uma determinada informação como sendo de interesse público é tarefa de extrema complexidade. Bem por isso, o ponto mais sensível e frequente em sede da doutrina do Direito ao Esquecimento é justamente aquele que diz respeito a pedidos formulados com relação a fatos verdadeiros e pretéritos que hajam sido disponibilizados por terceiros, ao argumento de que, no momento presente, não mais devam permanecer como revelados ante a insubsistência do interesse público.

Finalmente, imperioso ressaltar que não há casos de julgamentos no Brasil em que um político candidato buscasse o reconhecimento do Direito ao Esquecimento durante o curso de campanhas eleitorais, talvez devido ao curto tempo de duração de tais campanhas.

Bem por isso, Vendruscolo e Silva (2014, p. 77) afirmam que "abstratamente não se consegue vislumbrar a aplicação do Direito ao Esquecimento aos políticos candidatos para impedir a veiculação de quaisquer informações a seu respeito durante o período de propaganda eleitoral obrigatória".

Contudo, é necessária a realização de novos estudos com base nas normas que regem as eleições, notadamente as que definem as regras da propaganda eleitoral, de forma atenta e levando-se em conta o conceito de propaganda eleitoral definido pela Justiça Eleitoral.

> O Tribunal Superior Eleitoral, há muito, define como ato de propaganda eleitoral aquele que leva ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, a

> candidatura (mesmo que apenas postulada), a ação política que se pretende desenvolver ou as razões que induzam a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício de função pública. (PAVIM)

Assim sendo, pode-se dessumir que a propaganda eleitoral, de fato, não se restringe ao período de tempo estabelecido na norma eleitoral, podendo ocorrer inclusive de forma extemporânea, ainda que de maneira dissimulada. E tal propaganda, por óbvio, muito embora seja considerada ilícita, pode conter conteúdo que seja alvo de ação visando o reconhecimento do Direito ao Esquecimento.

Logo, há ainda um longo caminho a ser percorrido na pesquisa do tema em apreço, apresentando-se o presente como um estudo inicial que requer aprofundamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo inicial demonstrar que o Direito ao Esquecimento, em regra, não pode ser concedido a políticos e candidatos a cargos públicos, de forma que o interesse público seja sempre sobreposto ao interesse particular.

Nesta questão, encontrou respaldo na literatura pesquisada.

> São de interesse público - essencialmente dos eleitores – informações sobre políticos candidatos ou investidos em cargos eletivos. É fundamental que essas informações versem sobre a vida pública, atual e pretérita a fim de possibilitar aos representados uma correta percepção do candidato a lhes representar. Comparando-se com um cidadão comum, a publicidade e a divulgação de informações de um candidato é exponencialmente maior, mas é justificável. (Vendruscolo e Silva 2014, p. 58)

Por outro lado, o Direito ao Esquecimento parece não possuir aplicabilidade prática no âmbito da propaganda eleitoral, apesar do reconhecimento de “que no caso concreto há variáveis que precisam ser analisadas com cautela e que podem resultar no reconhecimento do Direito ao Esquecimento” (Vendruscolo e Silva 2014, p. 77).

Entretanto, levando-se em consideração a definição de propaganda eleitoral dada pelo Tribunal Superior Eleitoral, tem-se que o tema, por sua importância e extrema relevância para o Direito Eleitoral, exige um estudo mais aprofundado, de forma a permitir uma discussão mais ampla e abrangente, principalmente em função de sua complexidade e estágio inicial de amadurecimento em que se encontra.

É o que fica aqui proposto.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, janeiro de 2007. Disponível em <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf> Acesso em 10.10.2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 55ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MALDONADO, Viviane Nóbrega. **Direito ao esquecimento**. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2017.

PAVIM, André Luiz. Propaganda política e suas espécies. **Revista Eletrônica EJE**. nº 4, ano 4. Disponível em < http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-4-ano-4/propaganda-politica-suas-especies> Acesso em 12 set. 2019.

SARLET, Ingo W., FERREIRA NETO, Arthur M. **O direito ao "esquecimento" na sociedade da informação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

SILVA, Rosane Cristina da. Principais vantagens apresentadas pela propaganda eleitoral na internet. **REDESP**. n 2, junho/2018. ISSN 2564-9519. Disponível em <http://www.tre-sp.jus.br/o-tre/ejep/revista-eletronica> Acesso em 10 set. 2019.

VENDRUSCOLO, Mariana T., SILVA, Claudio Eduardo R. de F. e. Políticos candidatos e o direito ao esquecimento – (im) possibilidade de aplicação na propaganda eleitoral obrigatória do rádio e televisão. **Revista da ESMESC**. v. 21, n. 27, p. 49-80, 2014. Disponível em <https://revista.esmesc.org.br> Acesso em 3 set. 2019.

A PSICOLOGIA NO TRABALHO DE HUMANIZAÇÃO DOS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS

Beatriz Arlete Real Pereira, Caroline Fernanda Leandro, Liara Rodrigues de Oliveira,
e-mail: brealpereira@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Reforma Psiquiátrica teve seu início no Brasil por volta do ano de 1970 e teve um grande estímulo na Psiquiatria Democrática Italiana. Esse processo proporcionou mudanças no caminho das políticas públicas no campo da saúde mental como um ponto norteador importante da gestão, com o intuito da melhoria da qualidade de vida das pessoas com transtorno mental, visando a obtenção de melhorias à essa população. No decorrer da implantação das novas políticas, surgiram instrumentos legais que foram se somando às experiências para a eliminação total dos manicômios no país.

A lei da Reforma e a Instituição da Política da Saúde Nacional de Saúde Mental trouxe nesses últimos anos, um avanço com a construção de um modelo humanizado e também com uma atenção integral na rede pública especializada no setor, com a alteração do foco de atuação, que antes era centrado somente na hospitalização para tratamento aos usuários.

> A partir da Lei nº 10.216/2001, conhecida como Lei da Reforma, e a instituição da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) impulsionou-se, nos últimos anos, a construção de um modelo humanizado de atenção integral na rede pública especializada na área, mudando-se o foco de atuação, antes centrado unicamente na hospitalização para o tratamento aos usuários (Pitta AMF. Um balanço da reforma psiquiátrica brasileira: instituições, atores e políticas. Cienc. Saúde Colet. [Online]. 2011; [citado 10 fev 2015];16(12): 4579-89)

Conforme a mudança implantada no cenário de Reforma Psiquiátrica Nacional com o objetivo de desospitalização, os hospitais psiquiátricos diminuíram significativamente os leitos ofertados. Entende-se que nesses últimos anos houve uma grande expansão na rede de serviços especializados na atenção psicossocial em várias regiões e estados, em alguns municípios o quantitativo de serviços de assistência em saúde mental ainda é reduzido ou até mesmo insuficiente para atender as demandas.

Em suma, o atual cenário político e também de atenção à saúde mental brasileiro, enfrenta grandes problemas, entre eles um em especial, ligado as dificuldades na gestão do serviço, às reintegrações frequentes, reduzido quantitativo de serviços e equipamentos disponíveis, à alta demanda de usuários, desarticulação da rede de atenção psicossocial e também a própria escassez de recursos humanos qualificados para compor esses serviços.

Portanto, apresenta-se a necessidade do cuidado humanizado em saúde mental e do diálogo no conjunto de ações desenvolvidas nessa área, como capaz de contribuir no processo de reinserção social e familiar dos pacientes com transtornos mentais e também fortalecer cada vez mais o processo de Reforma Psiquiátrica. O psicólogo sendo um profissional da saúde tem um papel de destaque na instituição hospitalar, que é a busca a humanização. Uma vez que a sua atuação abrange a indicação da internação, a orientação médica, a mediação junto a equipe, a atenção aos temores do paciente, a atenção e orientação à família, o respeito à sua dignidade e sua qualidade de vida.

A motivação inicial desse trabalho partiu do estágio realizado em um hospital de saúde mental, onde pôde-se verificar a aplicação das novas políticas de saúde mental voltadas à humanização, a partir da atuação do trabalho do psicólogo junto com a equipe multidisciplinar com o olhar humanizado voltado para as formas de intervenções realizadas, a forma de inserção da família durante o processo do tratamento e da reabilitação social e a transparência das informações, processos, duração sobre o tratamento que será trabalhado com cada paciente de forma individual e em grupos, os momentos de escuta e interação voltados para as áreas sociais, psicológicas e de desenvolvimentos pessoais a partir do oferecimento de oficias, escutas, grupos e vivencias. A atuação presenciada durante essa experiência da realização de estágio em contexto psiquiátrico possibilitou o acompanhamento do desenvolvimento dos casos buscando o contexto humanizado, os reflexos que a inserção familiar traz para o sucesso ou possíveis melhoras nos casos, as consequências negativas e positivas trazidas pela falta do olhar humanizado para os transtornos, doenças ou necessidades sociais apresentadas nesse contexto.

2 METODOLOGIA

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, serão levados em conta dados e experiências levantados durante a

realização do estágio realizado na instituição hospitalar psiquiátrica da cidade de jau por alunos do quarto ano da faculdade de psicologia, através da pesquisa explicativa.

Foram escolhidas temáticas como a pratica das leis previstas pela reforma psiquiátrica, o papel da psicologia desenvolvendo intervenções nesse contexto, a inserção da família durante os tratamentos e acompanhamento participativo dos pacientes a respeito dos tratamentos e desenvolvimentos dos casos.

O estudo deste trabalho será fundamentado também em ideias e pressupostos de teóricos que apresentam significativa importância na definição e construção das políticas da realização dos serviços voltados a psiquiatria, conceitos discutidos nesta análise, tais objetos serão estudados em fontes secundárias como trabalhos acadêmicos, artigos, livros e afins, que foram aqui selecionados.

O método de pesquisa escolhido favorece uma liberdade na análise de se mover por diversos caminhos do conhecimento, possibilitando assumir várias posições no decorrer do percurso, não obrigando atribuir uma resposta única e universal a respeito do objeto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A função do psicólogo com esses pacientes que se encontram internados ocorre durante todo o tratamento do indivíduo e também em sua recuperação, a doença traz consigo reações psicológicas no paciente como a ansiedade, medo, insegurança, depressão e outras. A partir dos levantamentos durante a realização dos estágios no contexto de hospitais psiquiátrico o psicólogo vai além da aparência, compreende o significado da vida do ser humano, ele busca saber como o paciente está, qual o seu mundo, como sua identidade é desenvolvida e como ele constrói a sua história. O contato desses profissionais da psicologia com o movimento da reforma se deu principalmente pela Secretaria Municipal de Saúde/SMS, ocasiões em que foram avaliadas estratégias de implementação desses avanços de nível nacional.

Para Melman (2001), a sociedade ainda não se encontra preparada para acolher e cuidar das pessoas acometidas por transtorno mental grave. Ainda predomina a visão preconceituosa em relação ao fenômeno da doença mental, o que continua propiciando o processo de exclusão e de marginalização social e afetiva dessas pessoas que necessitam de atenção psiquiátrica. Portanto, é de função do psicólogo dar toda atenção possível aquele paciente juntamente com o apoio a sua família para que ele lute, para

que ele se sinta em um ambiente acolhedor, onde se sinta acolhido e compreendido como um todo.

Rodriguez-Marín (2003) levanta algumas questões básicas do psicólogo que trabalha em instituições hospitalares, como, a função de coordenação, relativa às atividades com os funcionários do hospital; a função de ajuda à adaptação, em que o psicólogo intervém na qualidade do processo de adaptação e recuperação do paciente internado; a função de Inter consulta, atua como consultor, ajudando outros profissionais a lidarem com o paciente; a função de enlace, intervenção, através do delineamento e execução de programas junto com outros profissionais, para modificar ou instalar comportamentos adequados dos pacientes; a função assistencial direta, atua diretamente com o paciente; e a função de gestão de recursos humanos, para aprimorar os serviços dos profissionais da organização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de objetivos buscados pela realização do estágio no contexto do hospital psiquiátrico, com a lei da Reforma e a Instituição da Política da Saúde Nacional de Saúde Mental iniciou a construção de um modelo humanizado e também com uma atenção integral na rede pública especializado no setor, com a alteração do foco de atuação, que antes era centrado somente na hospitalização para tratamento aos usuários. Foram possíveis durante a realização do estágio no campo, a observação dessas mudanças sendo colocadas em prática diariamente, o acompanhamento e atualização dos profissionais sobre novas leis e práticas destinadas ao setor, também, a busca pela mudança na visão social do que eram os antigos manicômios e quais os projetos e objetivos desenvolvidos pelos hospitais psiquiátricos atualmente, a busca pela quebra de preconceito e tabus e a valorização das novas práticas e cuidados.

Na graduação em psicologia é possível estudar sobre algumas patologias, transtornos, modelos sociais e dependências de forma ampla e teórica, com a realização do estágio em campo, é possível acompanhar o desenvolvimento, sintomas e reações, de pessoas que estão passando por esses processos na prática. Transtornos como a esquizofrenia, bipolaridade, atrasos, demências, deficiências mentais e dependências químicas foram alguns dos casos encontrados em grande número dentro dos setores observados, a partir disso, foi possível perceber sintomas e situações em comum em diversos casos, como sintomas a percepção de vultos, delírios, escuta de vozes, medo constante, agressividade, foram alguns que apareceram em grande maioria dos casos,

em diversas patologias. Fatores desencadeantes como traumas, abusos sexuais ou psicológicos, sobrevivência em situações de riscos, negligencias familiares, uso abusivo de drogas e álcool, situações de rua, medicação excessiva ou falta de realização dos tratamentos psiquiátricos fora da internação também estiveram presentes de uma forma significativa.

É a partir dos cuidados oferecidos a pessoas que se encontram em situações de crise e extremo sofrimento que conseguimos entender o quão importante são os trabalhos oferecidos pelos psicólogos, médicos, enfermeiros, para que dessa forma possam garantir, mesmo que minimamente, os direitos humanos e a capacidade de ser dessas pessoas. Essa experiência ajuda trazer um olhar diferente ao outro, para as dificuldades tanto sociais quanto psicológicas, faz perceber a necessidade de um ciclo e uma estrutura familiar bem desenvolvida e quais os reflexos que casa situação trás para as pessoas, a necessidade de redes de apoio, de busca de amparo social. Melhorar a forma como julgamos ou ajudamos as pessoas, pois a partir da realização do estágio e desse contato direto com esses pacientes foi possível observar o ser humano em situações que antes da realização desse estágio, não era imaginada.

REFERÊNCIAS

DUARTE SL; GARCIA MLT. Reforma psiquiátrica: trajetória de redução dos leitos psiquiátricos no Brasil. Emancipação. 2013;13(1):39-54.

JUNIOR, J. M. P. A política de saúde mental no contexto do hospital psiquiátrico: Desafios e perspectivas. Esc Anna Nery 2016;20(1):83-89. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v20n1/1414-8145-ean-20-01-0083.pdf.

MELMAN, J. (2001). Família e doença mental: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares (Coleção Ensaios Transversais). São Paulo: Escrituras. Disponivel em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=2824754&pid=S1413-389X201100010001500014&lng=pt

MOTA, R. A. Papel dos profissionais de saúde na política de humanização hospitalar. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 2, p. 323-330, mai./ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v11n2/v11n2a10.pdf.

PEREIRA. Perfil dos usuários de serviços de Saúde Mental do município de Lorena – São Paulo. Acta Paul Enferm. 2012;25(1):48-54. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n1/v25n1a09.
Perfil dos usuários de serviços de Saúde Mental: http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n1/v25n1a09

PITTA, AMF. Um balanço da reforma psiquiátrica brasileira: instituições, atores e políticas. Cienc. Saúde Colet. [Online]. 2011; [citado 10 fev 2015];16(12): 4579-89. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/csc/ v16n12/02.pdf

RODRÍGUEZ-MARÍN, J. En Busca de un Modelo de Integración del Psicólogo en el Hospital: Pasado, Presente y Futuro del Psicólogo Hospitalario. In Remor, E.; Arranz, P. & Ulla, S. (org.). El Psicólogo en el Ámbito Hospitalario. Bilbao: Desclée de Brouwer Biblioteca de Psicologia, 2003, pp. 831-863. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=1704548&pid=S1414-98932004000300007000018&lng=pt

A PSICOMOTRICIDADE ATRELADA AO LÚDICO NA TERCEIRA IDADE

Gabriele Priscila Dias, Suselaine A. Zaniolo Mascioli, e-mail: gabrielepd@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A expectativa de vida é um processo que vem aumentando com o decorrer do tempo. No Brasil é acompanhado por modificações no perfil de saúde da população e predomínio de doenças crônicas e limitações funcionais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), as novas projeções apontam a transição da estrutura etária, com a mudança de uma pirâmide populacional de base larga (rejuvenescida) para uma pirâmide de base estreita e de topo ampliado (envelhecida). O envelhecimento populacional é a transformação da estrutura etária que acontece em decorrência do aumento da proporção de idosos no conjunto da população e a consequente diminuição da proporção de jovens. Durante mais de 500 anos, o Brasil teve uma estrutura etária rejuvenescida. Mas isto vai mudar no decorrer do século XXI.

À medida que o ser humano envelhece, quer continuar tendo força, resistência, flexibilidade e mobilidade para permanecer ativo e independente de modo a poder atender às próprias necessidades pessoais e domésticas, como fazer compras ou participar de atividades recreativas e esportivas. (RIKLI; JONES, 2008). Para o favorecimento de tais fatores a psicomotricidade é sugerida como meio propiciador de qualidade de vida, através de atividades psicomotoras adaptadas à faixa etária, visto que a psicomotricidade baseia-se em uma concepção unificada da pessoa, que inclui as interações cognitivas, sensoriomotoras e psíquicas na compreensão das capacidades de ser e de expressar-se, a partir do movimento, em um contexto psicossocial. Ela se constitui por um conjunto de conhecimentos psicológicos, fisiológicos, antropológicos e relacionais que permitem, utilizando o corpo como mediador, abordar o ato motor humano com o intuito de favorecer a integração deste sujeito consigo e com o mundo dos objetos e outros sujeitos. (COSTA, 2002).

De acordo com Moura e Camargos (2005) o lúdico, por sua vez, é uma alternativa importante para estimulação pessoal e valorização do indivíduo. Serve

como instrumento para a promoção da saúde quando apresentado na temática de educação em saúde, e prevenção das incapacidades e dependência quando apresentado em atividades físicas e intelectuais.

Nessas premissas, o artigo teve como intuito estudar a velhice, bem como destacar atividades psicomotoras e lúdicas como meio de manutenção da qualidade de vida dos idosos, para aumentar a capacidade dos mesmos desfrutarem de um estilo de vida ativo e independente, além de analisar as contribuições da psicomotricidade para o campo da gerontologia por meio de atividades lúdicas, compreender o processo histórico do envelhecimento, os benefícios da metodologia lúdica e sua aplicabilidade como estratégia na promoção da saúde do sujeito idoso e manutenção da qualidade de vida, analisar como as atividades psicomotoras podem ser aliadas no desenvolvimento motor, cognitivo e corporal dos idosos, e explorar as atividades psicomotoras e lúdicas no intuito de promover a manutenção da qualidade de vida dos idosos, além do aumento da autoestima.

Diante do exposto percebe-se que para se ter um envelhecimento bem-sucedido, não basta apenas que o idoso almeje viver bem. É necessário que se tenham estímulos específicos e programas preventivos que lhe favoreçam viver da melhor forma possível. Nesse sentido, o intuito deste trabalho é expandir os conhecimentos de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida desses indivíduos.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, teses, dissertações e publicações científicas em meio eletrônico, abarcando as áreas da gerontologia, psicomotricidade e ludicidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na bibliografia estudada, constata-se que as atividades lúdicas envolvendo a psicomotricidade visam um envelhecer com qualidade, pois promovem a manutenção da qualidade de vida dos idosos.

O envelhecimento, processo marcado por diversas mudanças em âmbito motor, psíquico, cognitivo e social, deve ser tratado e trabalhado em suas potencialidades.

O artigo 2º do Estatuto do Idoso discorre que:

> O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que se trata esta lei, assegurando-se lhe, por meio da lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2004).

A pessoa idosa apresenta potencialidades, e isso deve ser reconhecido. Como processo de adaptação e, consequentemente, de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, as capacidades físicas podem ser exercitadas e desenvolvidas através de uma prática regular, diminuindo ou retardando perdas determinadas pelo processo de envelhecimento. (SESC, 2005).

As experiências motoras são abundantes em relação aos corpos jovens, mas o tempo e a sociedade impõem a depreciação dos gestos motores dos corpos mais velhos, por acharem que já não conseguem ser utilizados, contribuindo assim, para a perda do bem-estar, no entanto a prática psicomotora começa com o nascimento e permanece por todos os momentos da vida de uma pessoa. E ao idoso dá a oportunidade de desenvolver-se através do movimento além de englobar valores como partilhar, agir, respeitar, aprender e reaprender. (ALVES, 2013).

Barreto (2000) afirma que a psicomotricidade consiste na integração do indivíduo, utilizando, para isso, o movimento e levando em consideração os aspectos relacionais ou afetivos, cognitivos e motrizes.

Segundo Alves (2013) por meio das vivências psicomotoras, a população idosa pode manter a independência e autonomia sobre sua vida, o que favorece a reestruturação dos problemas de ordem física e mental, emocional e social, vivendo de forma ativa e participativa, buscando sempre um olhar simbólico na realização de suas atividades e, dessa forma, considerando o processo de envelhecimento com mais tranquilidade.

O trabalho psicomotor leva o idoso a ter consciência e a reapropriação do uso de seu corpo, tanto no que diz respeito à sua funcionalidade como também à sua capacidade de expressão. A atividade corporal, através de sensações proprioceptivas, permite o resgate de sensações vividas e conquistadas, propiciando a conscientização e a superação dos limites anteriormente predeterminados pelas falhas de sua memória. (GALVANI; SILVEIRA, 2016).

Para Castiglia, Pires e Boccardi (2006) a psicomotricidade explora a expressão corporal, desenvolvendo a habilidade motora e, também, o aspecto cognitivo, afetivo e social. E é nesse ponto em que psicomotricidade e ludicidade se encontram, pois as

atividades lúdicas envolvem os movimentos corporais e as atividades psicomotoras envolvem o brincar e o jogo. As atividades lúdicas também trazem benefícios, dentre eles os psicológicos, melhorando a autoestima e o relacionamento social, estimulando a criatividade, a memória e o autoconhecimento. KISHIMOTO enfatiza que:

> No lúdico o idoso não é mais do que é na realidade, permitindo-lhe o aproveitamento de todo o seu potencial. Nele o idoso toma iniciativa, planeja, executa, avalia. Enfim, ele aprende a retomar decisões, a introjetar o seu contexto social na temática do faz de conta. Ele aprende a se reeducar. O poder simbólico lúdico do faz de conta abre um espaço para a apreensão de significados de seu contexto e oferece alternativas para novas conquistas no seu mundo imaginário. (KISHIMOTO,1993, p.35).

De acordo com Carvalho (2009) exercitar-se, pensar, raciocinar, estimular tanto a mente como o corpo através de atividades lúdicas e jogos é fundamental para manter o organismo saudável. Jogos que mexem com a memória fotográfica são excelentes para aprimorar e exercitar as funções cognitivas, além de serem prazerosos como atividade grupal. A ludicidade aliada à estimulação cognitiva se torna uma arma fundamental na luta contra a falta de estímulo mental que muitos idosos sofrem. Trazer brincadeiras e jogos que eles já vivenciaram em situações anteriores faz com que sintam prazer em voltar a se sentirem crianças.

Velasco (2006) destaca que o idoso poderá encontrar, nas brincadeiras e nos jogos, uma ferramenta de vida, comunicação e relacionamento. O homem nunca perde o desejo de brincar, verifica-se que a maturidade faz diminuir, mas felizmente, nunca desaparece. As atividades físico-recreativas são identificadas constantemente como uma das intervenções de saúde mais significativa na vida dos idosos. Dentre os benefícios imediatos, pode-se citar: maiores níveis de eficácia, controle interno, melhoria na qualidade do sono e relaxamento muscular. Do ponto de vista psicológico, a recreação lúdica tem um sentimento de ganho e satisfação de vida, redução da tensão, melhora na autoimagem e autoestima e estados de ânimo positivos, contribuindo, também através da psicomotricidade, a uma maior liberdade de movimentos.

Por tratar-se de uma forma dinâmica o lúdico permite o aparecimento de comportamentos naturais, possibilitando ao ser humano desfrutar dos mais variados sentimentos, tais como: medo, contentamento, tensão, aflição, entre outros. (CÍCERO, 2007).

O ato de brincar simula e integra a vida social contribuindo com o desenvolvimento do ser humano, seja criança ou adulto, pois o lúdico colabora para

que o ser humano se torne ativo melhorando a interação no meio social, ou seja, aprimora o convívio com outras pessoas, o desenvolvimento de novos saberes profissionais, pessoais e culturais. (HUIZINGA,1996).

Alves (2013) ressalta que nunca é tarde para novas descobertas, para realizar-se por meio do corpo, resgatando tudo aquilo que não conseguiu experienciar ao longo da vida, percebendo o que esse corpo pode pôr em prática, descobrindo as belezas e o que cada pessoa deve e pode ser.

Dado o exposto entende-se que as atividades psicomotoras e as atividades lúdicas contribuem positivamente na qualidade de vida do idosos, promovendo a manutenção de uma vida mais ativa, além da satisfação pessoal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da estimativa de vida da população no Brasil repercute diretamente no crescimento da população idosa. Diante desse novo cenário, buscou-se através desse artigo inserir a psicomotricidade e a ludicidade como aliadas na manutenção de um envelhecimento saudável.

A manutenção de um idoso mais ativo, desfrutando de uma identidade própria, de dignidade, alegria e participação social, favorecem com que essa fase da vida seja vivida com maior intensidade e que o envelhecimento seja bem-sucedido dentro das suas possibilidades.

O envelhecimento é uma fase de inúmeras transformações que ocorrem causando decréscimo das funções orgânicas do idoso, perda da autoestima e isolamento. Para se ter um envelhecimento bem-sucedido, não basta apenas que o idoso almeje viver bem, é necessário que se tenham estímulos específicos e programas preventivos que lhe favoreçam viver da melhor forma possível.

Dessa forma fica evidente a importância das atividades lúdicas envolvendo a psicomotricidade aplicadas à terceira idade, pois as mesmas visam um envelhecer com qualidade, promovendo a manutenção da qualidade de vida dos idosos. Ressalta-se, no entanto, que qualquer atividade realizada com idosos devem respeitar suas limitações e seu ritmo.

Diferentes abordagens podem ser realizadas com o idoso, tanto em grupos, quanto em atividades individualizadas. Podem ser utilizados jogos de memória, jogos de tabuleiro, cruzadinhas, brincadeiras, caça-palavras, atividades manuais, dentre outras tantas, que certamente proporcionarão novas sinapses, auxiliarão no

enfrentamento da perda cognitiva, o que trará maior motivação, disposição e autoconfiança.

Além de ser fonte de aprendizagens e reaprendizagens as atividades psicomotoras e lúdicas devem procurar promover o bem-estar, o acolhimento emocional, promovendo a dignidade e desenvolvendo um acolhimento humanizado ao idoso, buscando resgatar sua autonomia.

É necessário reconhecer que o idoso, apesar de possuir certa limitação de suas habilidades físicas e sensoriais, possui outras qualidades que podem ser igualmente importantes e estas devem ser estimuladas.

Conclui-se, portanto, que as atividades psicomotoras e as atividades lúdicas são aliadas na qualidade de vida dos idosos, ressalta-se, no entanto, que esse estudo não finaliza as discussões sobre esse tema, pois ainda há muito a acrescentar na área da psicomotricidade e ludicidade voltadas à terceira idade.

REFERÊNCIAS

ALVES, F**. A psicomotricidade e o idoso**: Uma educação para a saúde. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2013.

BARRETO, S. J. **Psicomotricidade, educação e reeducação**. 2.ed. Blumenau: Livraria Acadêmica, 2000.

BRASIL. **Estatuto do idoso:** lei federal n° 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03#art-2>. Acesso em: 26 set. 2019.

CASTIGLIA, R da C; PIRES, M.M; BOCCARDI, D. Interação social do idoso frente a um programa de formação pessoal. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, p. 38-50, jan/jun. 2006. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/58/51>. Acesso em: 12 set. 2019.

CARVALHO, N. C. **Dinâmicas para Idosos**. Petrópolis: Vozes, 2009. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=rNUbBAAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=din%C3%A2micas+para+idosos&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjWqczg_9_kAhUkA9QKHV__BnUQ6AEIKDAA#v=onepage&q=din%C3%A2micas%20para%20idosos&f=false. Acesso em: 26 set. 2019.

CÍCERO, M. T. **Saber envelhecer:** a amizade. Porto Alegre: L&PM, 2007.

COSTA, A. C. **Psicopedagogia e psicomotricidade:** Pontos de intersecção nas dificuldades de aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 2002.

GALVANINI, C; SILVEIRA, N.D.R. Longevidade e psicomotricidade: envelhecer com qualidade de vida. In: FONSECA, S.C. (org). **O Envelhecimento ativo e seus fundamentos**.São Paulo: Portal Edições, 2016. p. 418- 442. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/gerontologia/ebook_-_livro_o_envelhecimento_ativo_e_seus_fundamentos.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

HUIZINGA, R. **Homo Ludens:** O jogo como elemento de cultura. 4 ed. São Paulo: Perspectiva S.A, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da População (revisão 2018), Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 30 jan. 2019.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1993.

MOURA, L.F; CAMARGOS, A.T. Atividades educativas como meio de socialização de idosos institucionalizados. **Anais Universidade Federal de Minas Gerais**. Minas Gerais. 2005.

RIKLI, R. E; JONES, C. J. **Teste de Aptidão Física para Idosos**. São Paulo: Manole, 2008.

SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **A terceira idade**. Volume 16. N° 33. P. 1-116. São Paulo. 2005

VELASCO, C.G. **Aprendendo a envelhecer:** à luz da psicomotricidade. São Paulo: Phorte, 2006.

A PSICOPEDAGOGIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UM TRABALHO INTEGRADO A FAVOR DA APRENDIZAGEM

Vanessa Serinolli, Wanderlei Sebastião Gabini,
e-mail: vanessaserinolli_@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a importância da inserção da tecnologia no trabalho do psicopedagogo para ações junto ao processo de ensino e aprendizagem, resultando no sucesso e superação de alunos com dificuldades escolares.

A tecnologia já integra a sociedade em que vivemos e o homem é extremamente influenciado pela sociedade; dessa forma, entende-se que grande parte dos alunos tem facilidade de acesso às tecnologias. Para Litto (1999, p. 100), o antigo paradigma educacional tornou-se incapaz de lidar com as constantes mudanças ocorridas na sociedade nos últimos vinte ou trinta anos; é preciso inovar a educação, torná-la atraente e significativa para o aluno. Em uma sociedade tecnológica, é muito difícil trabalhar em ambientes que não contemplem essa estrutura. A grande questão é: Como os recursos tecnológicos poderão auxiliar na aprendizagem de alunos com necessidades particulares de aprendizagem?

A tecnologia possibilita ao aluno a construção e leitura de textos, pesquisa sobre diversos assuntos, leitura e construção de imagens, tabelas, gráficos e quadros. Além do estímulo à leitura e escrita, estimula a criatividade, a coordenação motora fina, a compreensão, a busca de informações e a solução de problemas. A resposta tecnológica aos comandos do educando é rápida, dessa forma, o aluno consegue ver rapidamente o resultado de seu trabalho e assim avançar cada dia mais. Oliveira e Cortelazzo (1999, p. 128) nos trazem a ideia de que:

> A telemática vem possibilitar a superação de dificuldades contextualizadas restritas, apresentadas pelo espaço e tempo, facilitando enormemente a comunicação num ambiente de aprendizagem, fazendo, de forma ágil e espontânea, a ponte entre a vida em geral e a vida escolar. Cria condições favoráveis à discussão de temas atuais ou novas realidades, contribuindo, assim, para um maior enraizamento nos próprios valores históricos e socioculturais, bem como para uma abertura a outras crenças, valores e costumes.

Através de recursos tecnológicos alunos com tais necessidades são capazes de aprender e se desenvolver; a escola passa a proporcionar a aprendizagem para todos. Os recursos utilizados se adequam às necessidades de cada um, os alunos são estimulados e se sentem capazes. O professor e os colegas passam a valorizar o indivíduo pelas suas conquistas e o aluno se sente motivado a buscar sempre mais. Dessa forma, além de obter êxito no âmbito escolar, pode se desenvolver, chegar ao mercado de trabalho, e se sentir como um ser social, inserido em uma comunidade na qual é importante e faz a diferença.

2 METODOLOGIA

O estudo está centrado em uma pesquisa bibliográfica que utilizou livros, artigos, dissertações e publicações de legislação, a respeito do tema. Com base nessas leituras, estabeleceu-se os pontos principais que trazem debates atuais sobre o foco do estudo, criando-se os pontos fundamentais de análise. De acordo com Ruiz (2011, p. 58), esse material que a produção humana gerou cria as condições de estudo; segundo o autor, “consiste no exame desse manancial, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa científica”. Os aspectos que contribuem para o enriquecimento desse estudo estão relacionados a Psicopedagogia no contexto escolar, novas tecnologias da informação e comunicação e educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação é um dos pilares fundamentais para a construção do indivíduo. É através dela que ocorre a transmissão cultural, a significação e a cidadania. A valorização da educação é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, pois a escola pode contribuir para eliminar a seletividade social, garantir um bom ensino e transformar a vida dos indivíduos.

O mundo mudou; quando se reflete sobre esse avanço, a medicina, a ciência, a publicidade e propaganda, o mercado de trabalho e até mesmo em nossas próprias casas contamos com aparelhos tecnológicos. Nos dias atuais todas as pessoas possuem um aparelho smartphone ou um computador. No entanto, diante dessa tecnologia a educação permanece a mesma de antigamente em que há apenas lousa, giz e livros didáticos.

A tecnologia tem muito a contribuir para o processo de ensino e aprendizagem. É necessário refletir sobre o impacto da utilização do equipamento para alunos com dificuldades de aprendizagem. Com a inserção da tecnologia, pode-se contar com a valorização do aluno pelos próprios colegas, familiares e professores, pois a partir desse momento ele também é capaz de aprender. Para Ripper (1999, p. 58):

> O que é necessário é uma mudança na própria estrutura do ensino, menos preocupado com o cumprimento de rígidos currículos uniformes, estimulando iniciativas e criatividade. Para isso, é necessário preparar o professor para assumir uma nova responsabilidade como mediador de um processo de aquisição de conhecimento e desenvolvimento da criatividade dos alunos. Introduzida nesse contexto, a tecnologia pode ser uma ferramenta valiosa, facilitando esta intermediação e um atendimento mais individualizado, e ajudando a remover barreiras ao processo de descoberta e ao acesso ao conhecimento.

Os programas e softwares devem apresentar facilidades de uso para professores, alunos e psicopedagogos; apresentar design fácil e navegação adequada. Para Fagundes (1999, p. 27) no ambiente de aprendizagem enriquecido com a tecnologia informática, os procedimentos são simbólica e imediatamente representados como procedimentos programados intencionalmente pelos próprios sujeitos. Além disso, deve atender ao público que possui ou não dificuldades de aprendizagem e atender ao público com necessidades especiais.

Para Santos e Mantovani (2011, p. 297) os recursos computacionais poderão proporcionar aos indivíduos:

> • Desenvolver a capacidade de representação por meio de palavras (signos verbais) e/ou imagens mentais (símbolos imagéticos);
> • Testar diferentes caminhos;
> • Visualizar conceitos de diferentes pontos de vista;
> • Relacionar conceitos, organizar e construir conhecimentos;
> • Comprovar e formular novas hipóteses;
> • Tomar decisões e resolver problemas;
> • Aguçar a curiosidade, criatividade e imaginação;
> • Trabalhar em equipe promovendo os processos de colaboração e cooperação;
> • Promover situações que favoreçam a independência e a autonomia;
> • Instigar o desenvolvimento de diversas competências e habilidades;
> • Ampliar as possibilidades de interação por meio de atividades variadas, criativas e com nível de complexidade.

Haverá um aumento na autoestima, independência, possibilidade de se comunicar, expor seus sentimentos, dúvidas e ideias. Não há outra forma mais atrativa e fascinante senão incluir na educação a tecnologia que é tão presente na vida dos indivíduos.

Analisando a realidade, Coutinho (2008, p. 44) nos apresenta “a possibilidade de descompasso entre a escola moderna e sociedade atual, e a emergência da Psicopedagogia como alternativa para um encaixe da escola às práticas contemporâneas.” O psicopedagogo na escola poderá trabalhar com o aluno

paralelamente ao ensino regular, com o intuito de promover a evolução do educando de acordo com suas capacidades. Dessa forma, o aluno que não aprende ou possui maior dificuldade de aprendizagem poderá ter um ensino individualizado que contribua para seu desenvolvimento. O psicopedagogo na escola poderá trabalhar de forma corretiva, quando o aluno já possuir dificuldade na aprendizagem, ou de forma preventiva com o intuito de prever os possíveis problemas na aprendizagem e tratá-los de forma que não ocorram ou sejam minimizados. De acordo com Almeida (2009):

> O olhar psicopedagógico tem que buscar as respostas para as perguntas: "Por que este indivíduo não aprende?" "ou" Por que este indivíduo não estar conseguindo utilizar em plenitude as suas potencialidades?"" O que estar impedindo de se desenvolver?"

Ao professor cabe utilizar a tecnologia a seu favor e a favor da aprendizagem do aluno. Ao inserir a tecnologia no processo de ensino, o aluno aprende a buscar o seu próprio conhecimento. O trabalho do professor é facilitado e há a motivação do aluno na construção da aprendizagem.

Vale ressaltar que não se deve atribuir a função do psicopedagogo ao professor, pois o docente não possui formação inicial suficiente para lidar com educandos com necessidades próprias de aprendizagem; além disso, as condições em que se encontram as salas de aula tornam impossível essa função: são muitos alunos, o currículo é fechado, tem que se cumprir prazos de conteúdo e não há tempo suficiente para adaptação de material para cada especificidade de cada aluno.

A Ciência e a tecnologia avançam velozmente. Dessa forma, as pessoas só terão o poder igualitário através do conhecimento e o conhecimento é fornecido através da educação. Para Mendes (1999, p. 128), “a tecnologia da comunicação mais moderna tem servido como motivação para professores e alunos em sua busca de conhecimento, de si mesmos e da realidade” e isso é crucial para a formação do indivíduo e da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço escolar teve de se modificar e o computador tornou-se um aliado da educação. O professor deixa de ser o total fornecedor da informação e passa a ser o mediador, incentivando o aluno a buscar o seu conhecimento, construir sua opinião, senso crítico e cidadania.

O psicopedagogo é o profissional que poderá trazer metodologias, recursos e materiais adaptados que contribuirão de forma positiva para a aprendizagem de alunos

com necessidades específicas; somente conhecendo as dificuldades é possível trabalhar de forma efetiva sobre elas.

O computador não pode ser visto como um simples equipamento para pesquisa. É preciso ir além; são diversos programas e plataformas desenvolvidos, estrategicamente, para contribuir efetivamente com a aprendizagem. Para a inserção da tecnologia se faz necessário entender as dificuldades encontradas na escola, sendo ela na formação dos docentes, curricular, financeira, organizacional ou simplesmente de conscientização dos envolvidos.

O computador e a internet proporcionam uma experiência mais concreta e significativa sobre os conteúdos estudados, além da agilidade para acessar os mais diversos assuntos. Ainda assim, mais importante do que utilizar o computador e a internet é utilizá-los de forma coerente. Uma informação precipitada pode levar os educandos a aprenderem de forma errada e levarem isso para o seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. G. P. **Contribuições da psicopedagogia no contexto escolar**. 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/contribuicoes-da-psicopedagogia-no-contexto-escolar/26599>. Acesso em: 10 ago. 2019.

COUTINHO, D. K. **A emergência da Psicopedagogia no Brasil.** 2008. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2008.

FAGUNDES, L. C. Problemas de desenvolvimento cognitivo e a interação com a tecnologia. In: OLIVEIRA, V. B. (Org.). **Informática em psicopedagogia.** São Paulo: Editora SENAC, 1999. p. 15-34.

LITTO, F. M. Repensando a Educação em Função de Mudanças Sociais e Tecnológicas Recentes. In: OLIVEIRA, V. B. (Org.). **Informática em psicopedagogia.** São Paulo: SENAC, 1999. p. 85-110.

MENDES, H. M. A linguagem Logo e sua utilização na psicopedagogia. In: OLIVEIRA, V. B. (Org.). **Informática em psicopedagogia.** São Paulo: SENAC, 1999. p. 131-146.

OLIVEIRA, V. B.; CORTELAZZO, I. B. de. C. Telemática: proposta e desafio à educação e comunicação. In: OLIVEIRA, V. B. (Org.). **Informática em psicopedagogia.** São Paulo: SENAC, 1999. p. 111- 130.

RIPPER, A.V. O preparo do professor para as novas tecnologias. In: OLIVEIRA, V. B. (Org.). **Informática em psicopedagogia.** São Paulo: SENAC, 1999. p. 55-83.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, B. S.; MANTOVANI, A. M. Aplicação das tecnologias digitais virtuais no contexto psicopedagógico. **Revista Psicopedagogia.** Canoas. v.28. p. 293 – 305, set/nov. 2011.

A RELAÇÃO DA OSTEOARTROSE COM OS EXERCÍCIOS FÍSICOS

Denis Rafael Da Silva, Guilherme Augusto Martines
e-mail: Denisrafasil2@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Osteoartrose é uma patologia articular crônico-degenerativa que ocasiona desgaste articular. O indivíduo que apresenta esta doença queixa-se de dor, rigidez matinal, crepitação óssea e atrofia muscular (COIMBRA et al., 2002). Esta patologia acomete comumente as articulações da mão, coluna vertebral, quadril e especialmente o joelho (VASCONCELOS, 2006).

A Osteoartrose é uma patologia comum e que aumenta sua incidência com o avançar da idade. Neste sentido, observa-se sua queixa entre 44% a 70% dos indivíduos acima de 50 anos; já na faixa etária acima dos 75 anos, sua queixa eleva-se para 85% (REJAILI et al., 2005).

A Osteoartrose pode acometer tanto homens como mulheres, porém, observa-se uma prevalência superior no sexo feminino acima dos 60 anos de idade (FIGUEIREDO et al. 2011). Dessa forma, Menken et al. (2000), afirmam que a osteoartrose poderá se tornar a sétima patologia mais incidente no mundo até 2020.

Especificamente quanto ao joelho, observa-se que a osteoartrose progride de forma lenta, ocasionando dor, rigidez, instabilidade articular, deformidade, edema e fraqueza muscular, prejudicando a capacidade funcional do indivíduo, impactando negativamente em sua qualidade de vida (SILVA, 2012).

2 METODOLOGIA

Realizou-se uma Revisão Bibliográfica, utilizando a base de dados do Google Acadêmico com os seguintes descritores: Exercício Físico e osteoartrose de joelho. Após a consulta, foi realizado uma leitura prévia dos resumos.

Os artigos que apresentassem relação com o estudo foram selecionados e lidos na íntegra. Já àqueles que não possuíam relação foram descartados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em uma Revisão Sistemática realizada em 2013 analisando a osteoartrose e o exercício físico, observou-se que este recurso é frequentemente utilizado no tratamento desta patologia, visto propiciar uma redução da dor e melhora da função e mobilidade, impactando diretamente em sua qualidade de vida (DUARTE et al., 2013).

Rogind et al. (1998) avaliou 25 indivíduos, sendo 3 homens e 22 mulheres que apresentavam osteoartrose grave de joelho. Foi solicitado à amostra que realizasse em casa um protocolo, o qual se incluía exercícios de resistência, coordenação, equilíbrio, força e alongamento, 2x/semana, durante 3 meses. Após este período os indivíduos foram reavaliados, onde concluiu-se que os mesmos haviam apresentado melhorias significativas nos índices de funcionalidade, força dinâmica de quadril, velocidade e diminuição na dor.

Bukowski (2006) avaliou 15 indivíduos, onde 7 foram submetidos a um protocolo composto por exercícios de alongamento e fortalecimento muscular e os 8 restantes à exercícios específicos de Ioga. Após o término do estudo, observou-se que ambos os grupos apresentaram diminuição da dor e melhoras na qualidade de vida.

Bley et al. (2016), avaliaram 16 indivíduos sedentários, sendo 14 mulheres e 2 homens com idades variando entre 54 a 81 anos. Todos os indivíduos apresentavam Osteoartrose de joelho há mais de 2 anos e foram submetidos a um protocolo composto por exercícios de fortalecimento e alongamento 3x/semana, durante 8 semanas. Após o término do estudo, observou-se uma significativa redução na dor e na rigidez articular.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que a prática de exercícios físicos em pacientes com osteoartrose do joelho contribui significativamente na redução da incidência de dor e rigidez muscular, melhorando a capacidade funcional e, consequentemente, sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BLEY, A.S. Efeitos do treinamento de força e flexibilidade em pacientes com osteoartrite de joelho. Revista CPAQV. 2016;8(2):1-11.

BUKOWSKI, EL. The effect of iyengar yoga and strengthening exercises for people living with osteoarthritis of the knee: a case series. Int Q Community Health Educ. 2006-2007;26(3):287-305.

COIMBRA, I.B.; et al. Consenso Brasileiro para o tratamento de Osteoartrite (Osteoartrose). Rev Bras Reumatol. 2002;42(6):371-4.

DUARTE, V.S. Exercícios físicos e Osteoartrose: uma Revisão Sistemática. Fisioter Mov. 2013;26(1):193-202.

FIGUEIREDO, N.E.M. Atividade física e sua associação com qualidade de vida em pacientes com osteoartrite. Rev Bras Reumatol. 2011;51(6):544-49.

MENKEN, M. The global burden of disease study: implications for neurology. Arch neurol. 2000;57(3):418-20.

REJAILI, W.A. Avaliação do uso do Hylano GF-20 no pós- -operatório de artroscopia de joelho por artrose. Acta Ortop Bras. 2005;13(1):20-3. doi:10.1590/ S1413-78522005000100005.

ROGIND, H. The effects of a physical training program on patients with osteoarthritis of the knees. Arch Phys Med Rehabil. 1998;79(11):1421-7.

SILVA, M.P. Benefícios de um programa de exercícios funcionais no tratamento da osteoartrite de joelho. Saúde. 2012; 1(1):23-42.

VASCONCELOS. Relação entre intensidade de dor e capacidade funcional em indivíduos obesos com osteoartrite de joelho. Rev bras fisioter. 2006;10(2):213-18.

A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA-SOCIEDADE: OS BENEFÍCIOS DESSA UNIÃO PARA OS ENVOLVIDOS NO PROCESSO

Lívia Tessaroli Ret, Lucia Helena Ormelese de Barros, e-mail: liv_tret@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma investigação sobre a problemática entre a escola e a família. Com isso, surgiu um questionamento sobre “qual a participação da família na escola contemporânea?”. Essa reflexão tem como objetivo investigar teoricamente qual a participação da família no processo de gestão democrática da escola.

É importante ressaltar que as instituições oferecem vários momentos para as famílias participarem da vida escolar de seus filhos, porém muitas ainda apresentam resistência. Sendo assim, a pesquisa levantará os benefícios de quando esta união acontece, aumentando a autoestima e maior rendimento educacional dos educandos.

Isso é demonstrado, por exemplo, num relatório divulgado em fevereiro de 2016 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a partir de resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). As evidências comprovam que quanto mais as famílias se envolvem com a educação dos filhos na escola, melhores são os resultados na aprendizagem. Cabe aos responsáveis participarem ativamente, visto que uma das melhorias é a diminuição da indisciplina.

Por outro lado, Malavazi (2002), apresenta a ideia que a escola é uma instituição que acaba assumindo responsabilidades que não são suas, o que é muito preocupante, pois necessita assumir a sua real função que é a transmissão dos conhecimentos, respeitando os ritmos de aprendizagem dos educandos.

> Para muitos, não participar acaba sendo mais interessante uma vez que têm outras atividades que não podem deixar de assumir. Para a escola, a ausência da família significa poder decidir sozinha, levando em conta seus próprios interesses. Assim surge a família ausente, ou seja, aquela que transfere algumas responsabilidades que seriam suas para outros setores que acabam se ocupando, nem sempre de forma adequada, da educação da criança e do adolescente, como as escolinhas de esporte, centros musicais, academias esportivas, etc..

Em muitos casos a ausência da família faz com que se transfira a responsabilidade para a escola. E como solucionar esta problemática que assola tantas escolas? É preciso, antes de tudo, que o professor e os pais sejam empáticos, gerando

a capacidade de se colocar no lugar do outro e imaginar o que aquela pessoa sente e vivencia. Isso favorecerá o aprendizado do aluno, o qual é o centro do processo.

Várias propostas podem auxiliar na melhoria dessa relação. A instituição escolar pode proporcionar em suas reuniões bimestrais ou semestrais algumas dinâmicas ou palestras para melhor contato com sua clientela, sua comunidade escolar, bem como chamar os pais para participar dos Órgãos Colegiados, tais como Conselho de Escola, Conselho de Classe e Série e APM.

É importante trazer reflexões acerca desta temática, pois esta é uma das queixas principais das escolas, que assumem papel importante na vida das crianças e adolescentes, como mostra um dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente:

> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL,1988)

Outro documento que ressalta a importância da educação na vida da criança e do adolescente é a Constituição de 1988, não devendo o Estado assumir sozinho essa responsabilidade, mas com a colaboração da família e da sociedade como um todo:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Enfim, a relevância desta pesquisa justifica-se na medida em que, é cada vez mais necessário abordar a relação da família com a escola, pois isso contribui para melhorar a qualidade de vida dos educandos. Essa temática vem mostrar a importância da participação e contribuição da família no contexto escolar como agente mediador na vida escolar dos filhos.

2 METODOLOGIA

Foi utilizado a pesquisa bibliográfica embasada por autores como Malavazi, Luck, Silva e outros, tendo como objetivo investigar teoricamente qual a participação da família no processo de gestão democrática da escola.

Para que a pesquisa acontecesse, foi necessário o estudo em fontes como artigos, teses e livros. O estudo teve caráter qualitativo, visto que foram expostos conceitos e ideias de diferentes autores que propiciaram uma análise sobre a temática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados encontrados na pesquisa propõem uma discussão entre os responsáveis pela educação da criança e adolescente, sendo eles: Estado, família, escola e sociedade. Espera que estas dialoguem entre si e encontrem alternativas para solucionar as dificuldades como indisciplina, mau comportamento, agressividade e o gosto pelo conhecimento. O objetivo do estudo é que as instituições se unam com o propósito de beneficiar os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Uma das alternativas que o espaço escolar pode oferecer é uma gestão democrática, incentivando a participação da família por meio de órgãos colegiados. Lück (2008, p.70) defende que:

> A gestão democrática se assenta na promoção de educação de qualidade para todos os alunos, de modo que cada um deles tenha a oportunidade de acesso, sucesso e progresso educacional com qualidade, numa escola dinâmica que oferta ensino contextualizado em seu tempo e segundo a realidade atual, com perspectiva de futuro.

Silva, (2011 p.6) também destaca a importância de proporcionar a participação da comunidade:

> Art.12 –"Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: (...) VI- articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola (...)

A família é uma instituição social que varia no tempo e apresenta formas e finalidades diferentes, dependendo do grupo social em que esteja. Nesse sentido, a escola tem que saber como intervir para que a família participe do convívio escolar.

Fernandes (2006, p. 31) reforça que:

> Os pais são os responsáveis legais e morais pela educação de seus filhos. A educação escolar não os exime desta responsabilidade, sendo inegável a importância da participação dos mesmos. Porém é difícil definir o papel que cabe aos pais assim como distinguir os temas que envolvem seu papel complementar, mas, sociologicamente são os primeiros a iniciar a socialização da criança.

Entretanto, a escola tem encontrado dificuldades em assimilar as mudanças sociais e familiares e incorporar as novas tarefas, embora isso não seja recente. No entanto, a escola precisa ser pensada como um caminho entre a família e a sociedade, pois tanto a família quanto a sociedade voltam seus olhares para a escola, porque é através dela que se desenvolve e forma cidadãos críticos e conscientes.

Portanto, a história brasileira mostra que as famílias se constituem através das circunstâncias econômicas, culturais e políticas. Sendo, claro que as famílias são outras, mas o desempenho escolar das crianças continua sendo imprescindível e necessitam de apoio, participação e cuidados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como intuito discutir e refletir as problemáticas que distanciam a relação família-escola, bem como propor alternativas para que haja melhoria e união entre os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Observou-se que a escola pode proporcionar mais espaços de interação e diálogo para que as famílias se aproximem da vida escolar de seus filhos. Muitas não possuem conhecimento dos espaços que a instituição escolar oferece para que haja participação.

A família, em consonância com a escola e vice-versa, são peças fundamentais para o pleno desenvolvimento da criança e pilares imprescindíveis no desempenho escolar. Entretanto, para conhecer a família é necessário que a escola abra suas portas, intensificando e garantindo sua permanência. Lembrando que a participação dos pais em assuntos escolares é de extrema importância, uma vez que as responsabilidades educacionais não dizem respeito somente à escola.

Deve ser repensado os papéis e as responsabilidades de cada um, seja ela educacional ou familiar, ambas reassumindo seus compromissos enquanto pilares fundamentais para as crianças e adolescentes.

A interação família/escola se faz necessário para que ambas conheçam suas realidades e construam coletivamente uma relação de diálogo mútuo, buscando meios para que se concretize essa parceria, apesar das dificuldades e diversidades que as envolvem. O diálogo promove uma maior aproximação e pode ser o começo de uma grande mudança no relacionamento entre a Família e a Escola.

A escola precisa dar sua contribuição nessa parceria, é primordial que ela elabore projetos e crie mecanismos para que a família participe ativamente do cotidiano escolar. Somente assim serão parceiros na efetivação do processo ensino e aprendizagem.

A escola não pode aceitar como normal a falta de motivação e de interesse das famílias pela vida escolar dos seus filhos, mesmo compreendendo que ações contrárias, com o intuito de promover a aproximação com as famílias são lentas e demoradas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA: **Estatuto da Criança e do Adolescente.**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FERNANDES, J. **A relação escola e família no ensino fundamental da rede privada na perspectiva do coordenador pedagógico***.* 2006

LÜCK, H. **Gestão democrática e participativa.** In: LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2008, p.69-80.

MALAVAZI, M. M. In: FREITAS, L. C. (Org.). **Avaliação:** construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002.

SILVA, C.A. **Órgãos Colegiados na Gestão Escolar do Ensino Público:** O Conselho Escolar em debate. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0110.pdf> Acesso em 17/09/2019.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR POR ACIDENTE DE TRABALHO À LUZ DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÚMERO 828.040

Ana Laura Rossi Froes, Juliana Pultrin Vaccarelli, Kesia Pereira de Souza, Carlos Alberto Barbosa Ferraz, e-mail: carlos-ferraz@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar a responsabilidade civil do empregador em decorrência de acidentes de trabalho, a partir de conceitos e pressupostos básicos fixados na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, em especial o Código Civil e a Consolidação das Leis do Trabalho.

Considera-se como empregador pessoa física ou jurídica que assume o risco da atividade desenvolvida, bem como admite, assalaria e dirige a prestação de serviços. Por outro lado, o empregado é toda pessoa física que presta serviços de forma não eventual, subordinada e assalariada.

Com a celebração do contrato de trabalho cria-se o vínculo empregatício, gerador de direitos e deveres a patrão e empregado, cabendo ao empregador garantir ao funcionário ambiente de trabalho seguro, higiênico e saudável, pressupondo-se a existência de cláusula contratual implícita no contrato de trabalho, a impor ao patrão a garantia da incolumidade do empregado.

A CLT e as normas regulamentadoras que a complementam impõem aos empregadores e trabalhadores a observância de regras que objetivam garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.

Trata-se de definição do chamado acidente de trabalho típico. Todavia, por expressa determinação legal, as doenças profissionais e/ou ocupacionais são equiparadas a acidentes de trabalho.

O acidente de trabalho pode ocasionar incapacitação para o trabalho, ou até mesmo a morte do trabalhador. Em razão do acidente poderão sobrevir danos materiais, morais e estéticos, que poderão vitimar o próprio empregado, por exemplo, na hipótese de lesões corporais. No caso de morte do laborista as pessoas que dele dependiam, os denominados lesados indiretos, serão os beneficiários da indenização.

Acerca da responsabilidade civil, sob o prisma da culpabilidade, nosso ordenamento jurídico prevê duas espécies: responsabilidade civil objetiva e responsabilidade civil subjetiva. A primeira independe de dolo ou culpa, visto que é pautada na teoria do risco, ou seja, todo aquele que aufere lucro em virtude de atividade criadora de risco de danos em relação a terceiros, fica obrigado a reparar os prejuízos que de tal atividade resultar. A segunda exige comprovação de culpa em sentido amplo, ou seja, dolo do agente, ou culpa em sentido estrito por negligência, imprudência ou imperícia.

2 METODOLOGIA

O intuito do projeto foi buscar na doutrina, no ordenamento jurídico e, de modo especial, na moderna jurisprudência do STF, o atual enfoque da responsabilidade civil do empregador, utilizando-se o método dedutivo para compreensão do tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o passar dos anos houve mudança significativa no que concerne aos direitos do trabalhador. Este tornou-se destinatário de ampla proteção social e jurídica por meio de leis e normas regulamentadoras que objetivam sua higidez e segurança.

No que diz respeito à responsabilização do empregador por danos causados ao empregado em virtude de acidente de trabalho, de há muito se vem debatendo, em especial ao depois da edição do atual Código Civil, se a responsabilidade do patrão seria subjetiva ou objetiva. Como já afirmado, a responsabilidade subjetiva se baseia na ideia de culpa, sendo necessária sua comprovação para impor a obrigação de que o dano seja indenizado, isto é, a responsabilidade do causador somente se configura na ação marcada por dolo ou culpa. No tocante à responsabilidade objetiva, a principal teoria é a do risco, segundo a qual todo aquele que exerce alguma atividade geradora de risco de dano para terceiro fica obrigado à reparação do prejuízo causado, mesmo que a conduta seja isenta de culpa. O art. 193 da CLT, incisos I e II, elenca como atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica, e a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades de segurança pessoal ou patrimonial.

No campo da relação trabalhista, da leitura do art. 7º, inciso XXVIII, da Constituição Federal, dispõe que:

> São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: ... seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa".

Entende-se que a responsabilidade civil em comento, por opção do constituinte, é em regra subjetiva, porquanto a lei maior alude expressamente à presença de dolo ou culpa.

Porém, o artigo 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002, provocou grande discussão junto aos Tribunais Trabalhistas, ao prever que "Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem". Com o advento da nova lei civil, tendo em vista a disposição que elege como fonte de responsabilidade o desenvolvimento de atividade que implica em risco para os direitos de outrem, muitas vozes se ergueram defendendo a aplicação da disposição legal à responsabilidade civil por acidente de trabalho, para simplesmente encará-la como objetiva, a despeito da previsão constitucional que reclama dolo ou culpa do empregador.

Recentemente veio a lume o julgamento do Recurso Extraordinário nº 828.040, pelo Supremo Tribunal Federal, levado a efeito no último mês de setembro de 2019, no seio do qual se discutiu, à luz dos artigos 7º, inc. XXVIII, 37, § 6º, 59 e 97, da Constituição da República, a aplicação da teoria do risco, prevista no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, aos danos decorrentes de acidentes de trabalho, que oportunizou a tese de repercussão geral referente ao tema 932, que ainda não chegou a ser definida, posto que postergada sua deliberação para assentada posterior, inexistente até o momento da redação deste trabalho.

A hipótese julgada cuidou de ação de indenização movida por vigilante de carro-forte, empregado de empresa de segurança e de transporte de valores, o qual foi vítima de assalto durante o trabalho, trocou tiros, não se feriu fisicamente, mas, segundo se constatou por meio de perícia, sofreu sequelas psicológicas definitivas, quadro depressivo e transtorno do estresse pós-traumático, com perda total e permanente da capacidade laborativa para desempenhar as funções anteriormente realizadas, ficando, assim, impossibilitado de dar continuidade à sua atividade laborativa. A empresa de transporte de valores recorreu extraordinariamente ao STF contra decisão do TST que a condenara ao pagamento de indenização ao vigilante devido aos transtornos psicológicos decorrentes do assalto.

O Ministro Luis Roberto Barroso votou por negar provimento ao RE sob o fundamento de que, na atividade de risco, a responsabilidade do empregador é objetiva, nos termos do artigo 7º, *caput*, da CF, combinado com o artigo 927, parágrafo único, do CC. Para o Ministro Gilmar Mendes só se deveria admitir a responsabilidade objetiva nas hipóteses do artigo 193, da CLT.

Em seu voto vencido, o Ministro Luiz Fux dava provimento ao recurso, fundamentando que a CF é clara no sentido de que a responsabilidade do empregador é subjetiva. No caso se estaria adotando o CC em face de relação jurídica que não é civil, e sim, trabalhista. Acrescentou, ainda, que o STF utilizou a súmula 229, alegando que, se a consequência foi o fato de que o empregado ter sofrido abalo moral, significa dizer que ele não estava preparado para o exercício dessa função, porque ela pode gerar a sequela a que se referiu o processo.

Todavia, a tese prevalente foi a do relator, Ministro Alexandre de Moraes, no sentido de que não há impedimento à possibilidade de que as indenizações acidentária e civil se sobreponham, desde que a atividade exercida pelo trabalhador seja considerada de risco. Segundo o relator e prolator do voto vencedor, Ministro Alexandre de Moraes, a responsabilidade civil surgiu como forma de fazer justiça às vítimas em algumas situações em que, mesmo sem dolo ou culpa, existe a responsabilidade plena de indenizar. No seu entendimento, a exceção prevista no Código Civil deve ser aplicada aos casos em que estiver demonstrado que a atividade exercida exponha o trabalhador a risco permanente. Seguiram este entendimento os ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do Recurso Extraordinário citado no desenvolvimento, o STF firmou entendimento no sentido de que, apesar de a CF prever a responsabilidade civil subjetiva, na hipótese específica de trabalho em atividade de risco, é aplicável a regra prevista no artigo 927, parágrafo único, do Código Civil, que atine à responsabilidade civil objetiva.

Dessa forma, visto que a responsabilidade civil objetiva independe de comprovação de dolo ou culpa do empregador, cumpre a este arcar com todas as consequências danosas do acidente, tais como danos permanentes ao empregado, pagamento de pensão de o acidente causar perda de função ou debilidade permanente

física ou psicológica, que impeça o trabalhador de realizar atividades laborativas, ou, ainda, eventualmente indenizar os lesados indiretos.

Em suma, o risco deve ser integralmente suportado pelo empregador que, diante dele, deve responder objetivamente em face da responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil.** Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em 25/09/2019.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25/09/2019.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto Lei Nº 5.452 de 1 de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 25/09/2019.

_____. **Lei nº 8.213,** de 24 de Julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 04/10/2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 828040.** Disponível em: http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=422580. Acesso em 25/09/2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula 229**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=3355. Acesso em: 04/10/2019.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho** – 13 ed. São Paulo. LTr, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 4: responsabilidade civil**. 6.ed –São Paulo: Saraiva, 2011

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO

Ana Paula Leandrin, Mateus da Silva Santos, Larissa de Melo Silva, Carlos Alberto Barbosa Ferraz, e-mail: garcialopes68@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa estudar a responsabilidade civil do médico cirurgião plástico, com enfoque à obrigação do mesmo em procedimentos estéticos ou reparadores, visto que o número de cirurgias plásticas vem crescendo no Brasil e, consequentemente, constata-se aumento de ações indenizatórias ajuizadas como decorrentes da insatisfação dos pacientes.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica estima cerca de 3.500 procedimentos estéticos por dia no Brasil.

A responsabilidade civil surgiu após grande evolução histórica. Nos primórdios da civilização humana, a sociedade era regida pela ordem costumeira, onde a reparação do mal sofrido se dava por meio da justiça com as próprias mãos, até este momento prevalecia vingança privada.

O marco inicial da responsabilidade foi fincado no Direito Romano, diante da necessidade de organização de formas de reparação de danos, pelo poder público, que passou a se fundamentar na Lei do Talião, conhecida pela expressão "olho por olho, dente por dente", aplicando-se, então, a "pena do talião", a qual determinava quando e como a vítima teria o direito de revidar o ato agressivo, sendo esta compreendida como a pena ao ofensor.

Em outra fase, a pena do Talião foi substituída quando as vítimas passaram a perceber as vantagens da substituição da violência pela compensação econômica. O Estado passou a torná-la obrigatória, aplicando pena de pagamento, mediante fixação de valor em desfavor do agressor referente à sua conduta danosa para com a vítima.

Após a introdução da Lei Aquília, por força dos conceitos jus-romanísticos, houve evolução da responsabilidade civil, sendo que está lei foi o princípio norteador da reparação de danos. Foi por meio desta lei que a culpa passou a ter a aplicação dando origem à responsabilidade civil extracontratual.

Diante de todo o contexto histórico e de evolução da responsabilidade civil, houve o surgimento das responsabilidades contratual e extracontratual (aquiliana). A contratual originada dos contratos pelos quais as partes pactuam serviços a serem prestados e obrigações. Já na extracontratual não há contrato vinculando as partes, mas sim um vínculo ou dever legal.

A responsabilidade civil é utilizada dentre vários tipos de relações, bem como também rege a relação médico-paciente, que nada mais é do que uma relação de prestação de serviços, por via da qual constitui direitos e obrigações para ambas as partes, ficando o médico obrigado a utilizar-se de todos os meios necessários para o cumprimento desta obrigação, que se não cumprida cria o dever de reparar os danos causados.

Portanto, a responsabilidade civil está ligada à noção de não prejudicar o direito alheio. No decorrer do trabalho procura-se entender melhor a aplicação desta no caso do profissional ser o médico cirurgião plástico.

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado o método dedutivo, sendo analisadas doutrinas acerca da responsabilidade civil e seu desenvolvimento histórico e pressupostos, além de como a responsabilidade civil se aplica no caso de o profissional ser médico cirurgião plástico. Também foi estudada a legislação, bem como utilizados meios tecnológicos para o desenvolvimento da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

A responsabilidade civil deriva de uma agressão a um interesse jurídico em virtude do descumprimento de uma norma pré-existente, contratual ou extracontratual. Em outras palavras, pode-se dizer que a responsabilidade civil nada mais é do que a obrigação de reparar o dano causado a outrem por ato ilícito, lícito ou inadimplemento.

Vejamos o que dispõe o Código Civil:

> Art 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
> Art 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
> Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo

Maria Helena Diniz assim define a responsabilidade civil:

> Poder-se-á definir a responsabilidade civil como a aplicação de medidas que obriguem alguém a reparar o dano moral ou patrimonial causado a terceiros em razão de ato do próprio imputado, de pessoa por quem ele responde... (DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, 25 Ed, 2011, p. 50).

No entanto, o artigo 386 do Código Civil dispõe:

> Art 386. A devolução voluntária do título da obrigação, quando por escrito particular, prova desoneração do devedor e seus coobrigados, se o credor for capaz de alienar, e o devedor capaz de adquirir.

Em regra, a conduta deve ser ilícita, mas pode haver casos onde a responsabilidade civil decorre de ato lícito, como por exemplo a cirurgia plástica com a obrigação de resultado, a qual foi empregada todos os meios necessários e lícitos, porém o resultado almejado não foi alcançado. Em razão disso, a ilicitude não pode ser um elemento geral da responsabilidade civil.

Além disso, a responsabilidade civil, sob o aspecto subjetivo, tem duas modalidades, podendo ser subjetiva ou objetiva. Será subjetiva quando houver necessidade de comprovação de culpa ou dolo do agente causador do dano. Por outro lado, será objetiva quando houver necessidade de comprovação do dano e do nexo de causalidade, independentemente de culpa ou dolo.

Os elementos ou pressupostos gerais da responsabilidade civil são os seguintes: conduta ou ato humano (ação ou omissão); nexo de causalidade e; dano ou prejuízo. A culpa é um elemento acidental, portanto não se enquadra nos elementos gerais da responsabilidade civil.

A obrigação do médico pode ser de meio ou de resultado.

Na obrigação de meio é esperado que a parte contratada, no caso o médico, se utilize de prudência e cuidados para que os resultados esperados sejam alcançados. No entanto, esta obrigação independe do resultado, tendo em vista que o importante é o comprometimento do profissional em agir de forma dedicada, prudente e com total diligência, colaborando para o melhor resultado possível, ou seja, o médico se compromete a empregar seus conhecimentos técnicos visando alcançar um resultado útil para o paciente. Contudo, não é responsável pela não ocorrência do almejado resultado quando imprime seus melhores esforços. Neste caso, o médico somente responderá se houver agido de forma que tenha contribuído para o insucesso do resultado, ou seja, se tiver agir de forma dolosa ou até mesmo culposa.

Caio Mário da Silva Pereira afirma:

> Nas obrigações de meio, a inexecução caracteriza-se pelo desvio de certa conduta ou omissão de certas precauções a que alguém se comprometeu, sem se cogitar o resultado final. (PEREIRA,Caio Mario da Silva. Teoria Geral das Obrigações, vol. II, 2006, p. 214)

A obrigação de resultado, por sua vez, tem como objetivo atingir um resultado claro e definido. Nesta, o médico se responsabiliza em proceder de forma a trazer um benefício em favor de seu paciente. Desta maneira, demonstrada a existência de um contrato e a incoerência do resultado pretendido, resta ao médico a demonstração da inexistência de culpa no seu agir para ficar isento de qualquer responsabilidade ou dever de indenizar, uma vez que trata-se da responsabilidade civil subjetiva, aplicada aos profissionais liberais, a qual dispõe o artigo 14, parágrafo 4º.

> Art. 14 [...]
> § 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Silvio de Salvo Venosa comenta:

> Na primeira modalidade, obrigações de resultado, o que importa é aferição se o resultado colimado foi alcançado. Só assim a obrigação será cumprida. (VENOSA, Silvio de Saulo. Direito Civil, vol II, 2007, p.154)

Para a caracterização da responsabilidade civil do médico cirurgião plástico, é de suma importância entender a diferenciação entre as cirurgias plásticas reparadora da estética.

A cirurgia plástica estética é aquela realizada em pacientes que não apresentam nenhum problema relacionado à saúde, mas apenas insatisfação com determinada região do corpo, desejando melhorias na aparência física, podendo-se citar como exemplo as próteses de mama, para satisfação de padrões de beleza. Já a reparadora é realizada para a correção de alguma deformidade congênita ou adquirida de forma traumática, a exemplo queimaduras. Em qualquer das cirurgias é esperado que a parte do corpo operada mantenha seu funcionamento e seu aspecto natural.

Quando o paciente procura o médico, em se tratando de cirurgia plástica com o fim de embelezamento, por certo o médico não pode piorar a aparência do paciente. Neste caso, a obrigação do médico é de resultado. Entretanto, a responsabilidade do médico pode ser excluída, se o resultado se deu por culpa do paciente, caso fortuito ou força maior. Contudo, o médico tem o dever de informar ao seu paciente sobre todos os riscos que podem ser gerados, inclusive os cuidados pós-cirúrgicos necessários, mediante termo de consentimento.

Para tanto, o Código de Ética Médica, em seu artigo 59, dispõe:

> Art. 59 – É vedado ao médico: “Deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta ao mesmo possa provocar-lhe dano, devendo, nesse caso, a comunicação ser feita ao seu representante legal”.

Tratando-se de cirurgia plástica reparadora ou corretiva, intentada com o objetivo de corrigir um defeito congênito ou traumático, tais como queimaduras e cicatrizes, a obrigação é de meio. O que se pode exigir do médico neste caso é que ele realize a cirurgia de forma prudente e diligente com o intuito de reparar os defeitos já existentes.

Logo, não há que se falar em responsabilidade civil do médico na cirurgia reparadora se o dano causado após a cirurgia se deu por caso fortuito ou culpa exclusiva do paciente, bem como não se pode exigir que, no caso de reparação de uma queimadura, por exemplo, o resultado seja perfeito.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo pode-se constatar que a responsabilidade civil passou por uma evolução pluridimensional até chegar aos moldes do Código Civil atual, bem como do Código do Consumidor, tendo seu início ainda nos primórdios da humanidade, sendo que a civilização humana naquela época era dominada pela vingança com as próprias mãos e posteriormente, após uma significativa evolução, passou a ser regida pela vingança privada que foi substituída pela compensação econômica.

Da mesma forma verifica-se que, para caracterização da responsabilidade civil, são necessários alguns pressupostos imprescindíveis, os quais foram elencados ao longo do trabalho (nexo causal, dano ou prejuízo, ação e omissão e inadimplemento).

Evidencia-se que quando se fala em cirurgia plástica, o tema não envolve apenas a cirurgia em si, mas, principalmente, a importância do médico cirurgião e de sua responsabilidade civil, bem como a relação do médico com o paciente deve ser de total confiança, devendo haver transparência principalmente por parte do médico constando no termo de consentimento informado tudo que poderá ocorrer durante ou após a cirurgia, em razão de haver uma violação aos direitos básicos do consumidor caso não fornecidos todas as orientações necessárias, pois ao ocultar qualquer tipo de informação ou orientação sobre a cirurgia, o médico pode estar não só comprometendo sua carreira, como também colocando a vida do paciente em eminente perigo.

Com todo o expendido, nota-se que a responsabilidade civil do médico cirurgião plástico é tratada de maneira diferente dependendo da sua finalidade (estética ou reparadora).

Diante disso, há uma grande discussão acerca das obrigações inerentes ao tema proposto, devido às diferentes aplicações dessas nas modalidades reparadora e estética, sendo que a maior parte da discussão se concentra na modalidade estética, uma vez que há aumento de procura para este tipo de cirurgia, a qual firma a obrigação do médico como de resultado, visto que quando o paciente opta por fazer esta cirurgia deposita toda sua confiança na capacidade do médico e na evolução da medicina. Quando ocorre um erro, não estamos somente diante ao abalo psicológico e moral, mas também da lesão física, da auto estima destruída e da vaidade pela beleza que se frustrou.

Já a reparadora não é motivo de questionamentos desta natureza, uma vez que está pacificado na doutrina que se trata de uma obrigação de meio, pois o paciente está ciente de que pode não haver um resultado perfeito quanto à aparência do local em que foi submetido à cirurgia, já que o médico se obrigou a realizar a cirurgia com o intuito de colaborar para um possível resultado melhor.

Portanto, constata-se que a responsabilidade civil do médico cirurgião plástico é contratual e subjetiva, haja vista compreender uma relação de consumo e a comprovação de dolo ou culpa.

Destarte, é necessário que haja a análise do caso concreto para se identificar a obrigação do médico, as informações prestadas pelo mesmo ao paciente e, o modo pelo qual executou a cirurgia contratada.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Paulo Henrique. **A responsabilidade civil do estado decorrente de danos ocasionados por fenômenos da natureza**, Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/5415-5407-1-PB.htm, acesso em 19 de Maio de 2019.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: 25ª Ed, 2011, Editora Saraiva.
FONTANELA, Suelen. **Responsabilidade civil**, Disponível em: http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,responsabilidade-civil,37676.html, acesso em 19 de Maio de 2019.

LEITE, Revênia Márcia de Oliveira. **A responsabilidade civil e os danos indenizáveis**, Disponível em: https://www.conjur.com.br/2009-set-09/conceito-responsabilidade-civil-danos-indenizaveis, acesso em 19 de Maio de 2019.

PANAFIEL, Fernando. **Evolução histórica e pressupostos da responsabilidade civil**, Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13110, acesso em 19 de Maio de 2019.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Teoria Geral das Obrigações: vol. II, 2006, Rio de Janeiro, Editora Forense.

RIBEIRO, Rafael Antonio Pinto. **Obrigação de meio e resultado**, Disponível em: https://jus.com.br/artigos/31975/obrigacao-de-meio-e-resultado, acesso em 19 de Maio de 2019.

SOUZA, Iasmine Pereira. **A responsabilidade civil do Cirurgião plástico**, Disponível em: https://jus.com.br/artigos/61540/a-responsabilidade-civil-do-cirurgiao-plastico, acesso em 19 de Maio de 2019.

VENOSA, Silvio de Saulo. Direito Civil: vol. II, 2007, Sào Paulo, Editora Atlas.

ROCHA, Anderson. Falha em procedimentos estéticos está entre as principais queixas nos tribunais, disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/falha-em-procedimentos-est%C3%A9ticos-est%C3%A1-entre-as-principais-queixas-nos-tribunais-1.645361, acesso em 29 de outubro de 2019.

A SUPERLOTAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO FRENTE À RESSOCIALIZAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Bianca Ferrinho Burgos, Caroline Milani Andrião, Perla Savana Daniel, e-mail: perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje que a situação do sistema carcerário brasileiro está cada vez mais crítica. Pois além da superlotação, não está cumprindo seu principal papel que é o de ressocializar o preso.

Pode-se ver que nos presídios, a situação em que se encontram esses presos entra em conflito diretamente com o direito da dignidade da pessoa humana. As selas onde vivem estão em estado degradante, além de comportarem mais presos do que o ideal para cada sela, e é dessa forma que se tornou um ambiente em que os indivíduos não possuem o mínimo de dignidade para sua sobrevivência.

Um dos objetivos dos presídios quando foram criados é o de ressocializar o agente do delito para que ele seja reinserido no meio e possa voltar a conviver harmoniosamente em sociedade. Porém, esse papel fundamental não está sendo realizado com eficácia e é por isso que se observam tantos casos de reincidência.

Além de todos esses problemas, temos as disputas de facções criminosas que torna a prisão um lugar de violência brutal. Por isso e por outros motivos que um dos programas de ressocialização que tem maior eficácia para este problema é a APAC (Associação de Assistência aos Condenados), lugar este onde os detentos poderão ter sua recuperação com o mínimo de dignidade e com muita mais eficácia.

Dado o exposto, não podemos deixar de citar o Estado, que é maior responsável por todos esses problemas que acontecem pela falta de controle dentro e fora dos presídios e por não investirem como deveriam na segurança pública e no sistema penitenciário.

2 METODOLOGIA

O referido projeto de pesquisa baseia-se em levantamento de referencial bibliográfico para sustentar as informações apresentadas e defendidas. Para isso,

foram utilizados artigos científicos, dados da Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), livros e trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionado ao tema do trabalho em questão.

No momento, este se divide em:

1) Condições do preso no presídio e ressocialização;
2) Superlotação do sistema carcerário e reincidência;
3) Análise de dados da Infopen;
4) APAC;
5) Responsabilidade do Estado;

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A obra “Memórias do Cárcere” escrita pelo autor Graciliano Ramos o qual narra, em partes, a rotina de sua prisão durante o Estado Novo em 1936, é hoje um grande exemplo de como a rotina carcerária desde muito tempo atrás é para o presidiário um lugar sem condições de higiene, maus tratos e a presente falta de humanidade vivenciada todos os dias, sendo até hoje a realidade de muitos presídios Brasileiros.

O sistema penitenciário brasileiro atualmente tem como objetivo a ressocialização, educação e a referente punição de cada delito. Porém, com a superlotação no sistema carcerário, os presos vivem em situação precária, em que muitas vezes fazem suas necessidades no mesmo lugar no qual se alimentam e dormem, gerando assim um conflito com o Artigo 1°, inciso III da Constituição Federal de 98 – Princípio da Dignidade Humana. Isso também acarreta várias doenças, sendo as mais comuns, a tuberculose e a pneumonia já que são doenças respiratórias causadas pela falta de ventilação de uma sela superlotada, além de AIDS, hepatite e doenças venéreas.

A superlotação e a falência do sistema penitenciário brasileiro são assuntos bastante recorrentes, dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública apontam que houve um aumento de 113% dos presidiários, mas não houve aumento nos investimentos, acabando por ocasionar rebeliões e fugas, além de vários outros problemas como a reincidência. (SILVA, 2013)

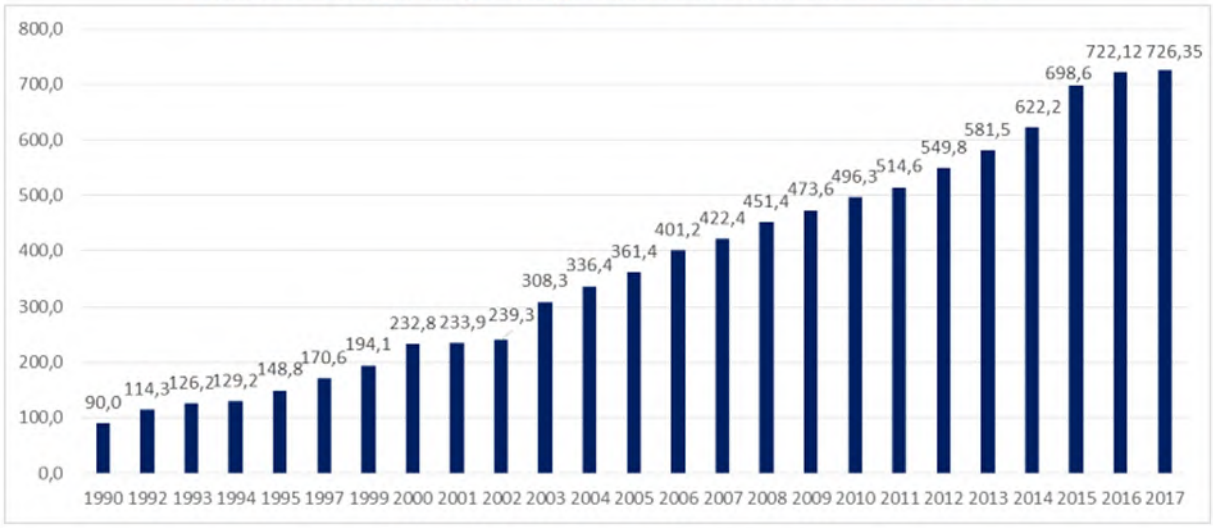
Pesquisas recentes apontam que todas as 27 unidades da federação seguem com superlotação no sistema, gerando uma média geral de 69,3% acima da capacidade. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Depen (Departamento Penitenciário Nacional) tem trabalhado para aumentar a execução e

aperfeiçoar a aplicação e o acompanhamento das obras de unidades penais, que devem gerar entre 10 mil e 20 mil vagas em 2019 e entre 20 mil e 30 mil vagas em 2020. (PORTAL G1, 2019)

A Lei n° 12.403/11, criada para reduzir a superlotação, consiste na alternativa para os presos que cometeram crimes leves e não são reincidentes, à prisão provisória com privativa de liberdade de até 04 anos, como a fiança e monitoramento eletrônico, mas mesmo assim ainda seria necessária a construções de outros presídios.

Os últimos dados referentes às informações das estatísticas que tem-se do sistema prisional brasileiro são de Junho de 2017.

Gráfico 1. Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2017[7]



Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2005, dados do Infopen

Nota: Número de pessoas em milhares

Diante do gráfico da Infopen 2017 anexado acima, podemos perceber que nos últimos anos o crescimento do sistema prisional foi bem significativo, fazendo com que atualmente o problema de superlotação nos presídios seja um tema mais alarmante do que antigamente, tendo então que ser tratado com mais urgência.

Em meio a esse cenário surgiu a APAC (Associação de Assistência aos Condenados), sendo uma associação que visa uma medida alternativa para cumprimento de penas privativas de liberdade. Ela tem por finalidade se dedicar à ressocialização e reinserção desses presos, para ajudar tanto o presidiário quanto a sociedade a qual ele será reinserido posteriormente. A APAC é uma ótima alternativa, pois trata o problema da superlotação nos presídios, acarretam em uma recuperação com o mínimo de dignidade que deveria ser nos presídios, além de operar também na parte da ressocialização de uma forma mais eficiente que os presídios normais.

Segundo estatísticas, após o tratamento feito pela APAC a taxa de reincidência de delitos cometidos é de 15%, contra 85% do sistema prisional comum. Hoje, existem aproximadamente 50 centros APAC no Brasil, integrando o sistema prisional público e custando muito menos para o Estado. (VALLINA, 2017)

Levando-se em conta tudo o que foi mencionado, o principal responsável por todos esses problemas de segurança pública e no sistema penitenciário é o Estado e providências são necessárias para solucionar a atual situação em que se encontra.

A construção de mais presídios é essencial para solucionar o problema da superlotação, além de investimentos nos presídios já existentes também é essencial para resolver a situação precária em que se encontram os detentos e a falta da ressocialização e educação do preso para que ele possa voltar a conviver em sociedade, para que assim não haja mais reincidência. Ademais, a maior implantação de penas alternativas para os presidiários com penas restritivas de liberdade ajudaria muito em todos os aspectos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os estudos e pesquisas feitas do referido tema podemos concluir que são vários os problemas gerados pela superlotação e a falta de investimento do Estado nos presídios brasileiros, entre eles a situação precária onde vivem os presos e falta de eficácia na ressocialização e educação.

Podemos perceber claramente que a maioria dos presos que cumprem sua pena privativa de liberdade e voltam a conviver em sociedade, acabam saindo das prisões, muitas vezes pior do que entraram. Motivo este pela situação em que vivem nessas penitenciarias, em meio à guerra de facções e maus tratos.

Concluímos também que a melhor solução para sessar esses problemas, seria além da criação de mais programas como a APAC, a construção de vários outros presídios espalhados por todo o Brasil, dessa forma os presos seriam melhores distribuídos. Além de vários outros investimentos feitos nos presídios que já existem, como manutenção das selas, alimentação de qualidade e contratação de mais agentes penitenciários.

REFERÊNCIAS

A APAC: o que é? 24.01.2019. Disponível em: http://www.fbac.org.br/index.php/pt/como-fazer/apac-o-que-e. Acesso em: 27\09\2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Artigo 1º, inciso III – Princípio da Dignidade Humana. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27.09.2019.

LUZ, Elias Antônio da. **Um modelo de humanização do sistema penitenciário brasileiro.** 02\10\2015. Disponível em: https://toninhodaluz.jusbrasil.com.br/noticias/204177598/apac-um-modelo-de-humanizacao-do-sistema-penitenciario-brasileiro. Acesso em 27\09\2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Superlotação de presídios: responsabilidade de quem?** 25.09.2017. Disponível em: https://guilhermedesouzanucci.jusbrasil.com.br/artigos/561211869/superlotacao-de-presidios-responsabilidade-de-quem. Acesso em: 27.09.2019.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SILVA, Elisa Levien da. **A realidade do sistema penitenciário brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana**. 14.04.2013. Disponível em: https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7926/A-realidade-do-sistema-penitenciario-brasileiro-e-o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana. Acesso em: 27.09.2019.

SILVA, Marcos Vinícius Moura. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização – Junho de 2017.** 01.06.2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf. Acesso em: 27.09.2019.

SOBREIRA, Carlos. **A superlotação carcerária e a responsabilidade do Estado ao preto infrator.** 25.09.2016. Disponível em: https://cabsobreira.jusbrasil.com.br/noticias/433362221/a-superlotacao-carceraria-e-a-responsabilidade-do-estado-ao-preso-infrator. Acesso em: 27.09.2019.

VALLINA, Lupe de la. **Presídios sem Polícia, uma utopia real no Brasil.** 25/08/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/24/politica/1503582779_209546.html. Acesso em: 27/09/2019.

VELASCO, Clara. REIS, Thiago. CARVALHO, Bárbara. LEITE, Caroline. PRADO, Gabriel. RAMALHO, Guilherme. G1 e Globo News. **A superlotação aumenta e número de presos provisórios volta a crescer no Brasil.** 26.04.2019. Disponível em: https://g1.globo.com/monitor-daviolencia/noticia/2019/04/26/superlotacao-aumenta-e-numero-de-presos-provisorios-volta-a-crescer-no-brasil.ghtml. Acesso em: 27.09.2019.

A TECNOLOGIA E SEUS IMPACTOS NA PRODUTIVIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA

Gabriel Sanches Scudilio, Eduardo Santos de Mattos, Leandro Ferreira de Souza, Marcos Vinício Brandão, Paulo Fernando do Nascimento Afonso,
e-mail: gabriel.scudilio@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento das áreas ligadas à produtividade possibilita a otimização no uso dos recursos de produção (materiais, financeiros, naturais, tecnológicos, humanos) e a consequente eficácia nos resultados almejados. Isso se estende ao cenário econômico brasileiro: o crescimento da economia depende da melhor utilização dos recursos disponíveis, seja pela eficiência, seja por inovações.

No Brasil, houve grandes avanços em áreas ligadas à ciência, pesquisa e tecnologia, podendo exemplificar com a biotecnologia, a agropecuária, a indústria e o meio ambiente, assim como investimentos na capacitação de recursos humanos. Ainda assim, investimentos de recursos públicos e privados não são realizados de maneira constante e suficiente para acelerar o desenvolvimento da área.

O objetivo dessa pesquisa é identificar como o aumento do desenvolvimento tecnológico pode contribuir de forma essencial no aumento da produtividade brasileira.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2010 e 31 de julho de 2019.

Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Atualmente, entende-se que o crescimento e a competitividade de uma economia dependem fortemente de sua capacidade de gerar e empregar novos conhecimentos. O conhecimento e o desenvolvimento tecnológico crescem e trazem benefícios à sociedade através de novas oportunidades, com meios que facilitam o cotidiano de uma geração que tem pressa e precisa de praticidade (FELIPE, 2007).

São fundamentais na geração de empregos melhores e aumento no padrão de vida das pessoas, ao reduzir preços e elevar a qualidade dos produtos consumidos. Nas empresas de grande porte por exemplo, são disponibilizados treinamentos para muitos funcionários que não tem o conhecimento tecnológico, obtendo assim bons retornos e ampliando conhecimentos para desempenho de atividades com sucesso e criação de novas alternativas.

Existe a preocupação com a possibilidade dos avanços tecnológicos reduzirem as oportunidades econômicas para os mais pobres, ao deslocar trabalhadores não qualificados em relação à demanda por mão de obra qualificada. Entretanto, a inovação abre portas para que os indivíduos menos favorecidos migrem da baixa para alta renda no espaço de uma geração (BRASIL 2018a).

Sem o aumento da produtividade brasileira, seria praticamente impossível aumentar a renda das pessoas menos favorecidas. Entretanto, para que ocorra o desenvolvimento econômico do país e consequentemente a melhoria na renda geral das pessoas, o investimento em tecnologia deve ser acompanhado da aquisição de competências por parte do indivíduo, seja na escola, seja no mercado de trabalho, para lidar com esse aperfeiçoamento (BRASIL, 2018b).

É preciso proporcionar oportunidades de educação para que os mais pobres acompanhem o crescimento tecnológico do país, entrem no mercado de trabalho e consequentemente, ascendam socialmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do desenvolvimento tecnológico e pesquisa científica possibilita o crescimento da economia, à medida que permite geração de melhores oportunidades de

trabalho e consequente aumento de poder aquisitivo. Dessa forma, beneficia tanto consumidores quanto produtores.

Possibilita também crescimento humano, visto que novas oportunidades surgem para o indivíduo ascender socialmente. Dessa forma, aumenta não apenas o poder aquisitivo, mas sobretudo a satisfação pessoal e profissional. A partir do avanço tecnológico obtém-se soluções para problemas e necessidades urgentes, seja dos produtores seja dos consumidores.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Emprego e crescimento: a agenda da produtividade. **O imperativo da produtividade no Brasil**. 2018a. Disponível em:< http://documents.worldbank.org/curated/pt/203811520404312395/pdf/123969-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P162670-EmpregoeCrescimentoAAgendadaProdutividade.pdf >. Acesso em: 23 ago. 2019.

BANCO MUNDIAL. Emprego e crescimento: a agenda da produtividade. **Crescimento da produtividade com inclusão.** 2018b. Disponível em:< http://documents.worldbank.org/curated/pt/203811520404312395/pdf/123969-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P162670-EmpregoeCrescimentoAAgendadaProdutividade.pdf >. Acesso em: 23 ago. 2019.

FELIPE, M. S. S. **Desenvolvimento tecnológico e inovação no Brasil:** desafios na área de biotecnologia. Novos Estudos CEBRAP. n. 78, São Paulo, 2007. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000200002 >. Acesso em 12 ago. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO

Bianca Priscila Herrera, Elaine Regina Cassoli,
e-mail: biancapriscila02@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O idioma inglês é língua internacional e língua franca atualmente. Nesse sentido, é inegável a importância do ensino desse idioma em todas as partes do mundo.

Levando-se em consideração a formação de professores de inglês no Brasil, é necessário que os docentes compreendam a abrangência e importância desse idioma a nível mundial, e também adquiram conhecimento sobre a história do ensino de língua inglesa no Brasil, a fim de ampliar suas perspectivas sobre o assunto, compreendendo de modo mais amplo o seu objeto de estudo, e principalmente suas origens, bem como a trajetória do ensino de língua inglesa com as abordagens e métodos utilizados em sala de aula, cerne deste estudo.

A história é um elemento importante para que analisemos todos os aspectos de um objeto de estudo. Assim, ao estudarmos a Língua Inglesa, ou mais precisamente o ensino da Língua Inglesa, com suas abordagens, métodos e técnicas, é necessário retomar o contexto histórico em que esses surgiram, para uma análise mais específica que compreenda e relacione elementos do passado, do presente e do futuro.

Segundo LE GOFF[1] (2013, apud VIDOTTI, 2016), a história pode ser definida como “[...] ciência da mutação e da explicação dessa mudança”, assim, a história do ensino de línguas é importante na medida em que objetiva não apenas o conhecimento sobre os eventos relacionados ao tema, mas busca interpretá-los, a fim de que esse estudo contribua para o ensino e aprendizagem atual de línguas, para o desenvolvimento científico dos estudos na área e para o aprimoramento da formação de professores de línguas.

Para VIDOTTI[2] (2016):

[1] Disponível em: < http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-9-no-9-12016/253-por-que-estudar-historia-do-ensino-de-linguas-no-brasil>. Acesso em: 07 out. 2019.
[2] Disponível em: < http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-9-no-9-12016/253-por-que-estudar-historia-do-ensino-de-linguas-no-brasil>. Acesso em: 07 out. 2019.

> A história do ensino de línguas no Brasil deve ser contada e interpretada de modo que extrapole clichês como conhecer o passado, compreender o presente e projetar o futuro. Há que se interpretar fatos ocorridos buscando a origem das ideias que os influenciaram, pontos altos e baixos dessas ideias e para onde elas rumaram e ainda podem rumar. Em outras palavras, é preciso estabelecer relações, juntar, colar, misturar, separar, cortar e recortar as partes para que façam sentido e iluminem o caminho de forma que compreendamos tanto o presente quanto o passado.

Uma pesquisa foi realizada pelo linguista José Carlos Paes de Almeida Filho (2015), intitulada: "A página omissa: contribuições para uma história do ensino de línguas no Brasil". Nesse documento, são citados artigos, dissertações, teses, livros e capítulos de livros relacionados ao ensino de línguas no Brasil e no mundo. A maioria das pesquisas estão relacionadas com os métodos de ensino, didática, contexto histórico das abordagens e métodos existentes, e, por fim, a história do ensino de línguas estrangeiras no país. Nesse artigo, Almeida Filho (2015) destaca a falta de estudos na área da História do Ensino de Línguas e ressalta a necessidade de implantação desse conteúdo como disciplina científica nos cursos de graduação.

Outra fonte de pesquisas nessa área é a página eletrônica denominada HELB (História do Ensino de Línguas no Brasil). Neste endereço (<www.helb.org.br>) estão localizadas as revistas HELB, periódicos anuais desde 2007 que contém estudos sobre a pesquisa histórica relacionada à AELin (Aquisição e Ensino de Línguas e da Formação de Professores). A revista HELB faz parte do projeto História do Ensino de Línguas no Brasil, pertencente à UnB (Universidade de Brasília), e seu coordenador é o maior pesquisador nessa área atualmente, o Prof. Dr. José Carlos Paes de Almeida Filho.

Assim, o estudo realizado tem por objetivo apontar as principais características do ensino de línguas estrangeiras no Brasil, em particular a língua inglesa, e sua trajetória histórica, a partir do século XIX, quando o ensino formal da língua foi estabelecido no país, até os dias atuais.

2 METODOLOGIA

Nesse artigo, estudar-se-á a trajetória do ensino da língua inglesa no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, com enfoque em algumas abordagens, métodos e técnicas de ensino que foram relevantes para a construção do ensino de línguas hoje.

Optou-se por descrever a Abordagem Estruturalista/Sistêmica e a Abordagem Comunicativa, que são as mais difundidas. Cada uma dessas abordagens, que são as

bases teóricas e filosóficas, tem um conjunto de métodos condizentes com seus princípios.

A metodologia de pesquisa utilizada é a bibliográfica dedutiva, pois se baseia na delimitação histórica do ensino de línguas estrangeiras no Brasil, com o objetivo específico de contribuir para a formação dos professores de línguas atualmente. A pesquisa é do tipo qualitativa, na medida em que parte da exposição de fatos e conceitos estabelecidos no passado que influenciam e ainda são utilizados no contexto atual.

Para a realização do estudo, foram utilizadas fontes secundárias de pesquisa, como livros, artigos, teses, dissertações, o endereço eletrônico Helb da UNB (Universidade de Brasília) e os autores José Carlos Paes de Almeida Filho e Vilson José Leffa.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Inicialmente, à época do descobrimento, até o português era língua estrangeira para os índios. Por esse motivo, iniciaremos este estudo na época em que o Brasil se tornou sede do governo português (1808), e o Brasil passou por transformações, desde a imprensa Régia, o telégrafo, até às ofertas de emprego aos brasileiros, pelas companhias inglesas. Provavelmente os professores de inglês do Brasil surgiram nesse período, com a necessidade dos novos funcionários brasileiros de compreender as instruções dos empregadores faladas em língua inglesa. Em 1809 é estabelecido o ensino formal da língua, por D. João VI, com a criação de duas escolas de língua estrangeira, uma francesa e outra inglesa. O início do ensino teve como finalidade a capacitação oral dos estudantes, visto que o único objetivo era a comunicação oral.

Já em 1837 foi criada a primeira escola que incluía a língua inglesa na grade curricular. Era o colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. O inglês, nesse período, ainda não havia substituído o francês, que era, até então, língua universal, mas já acompanhava o ensino da língua francesa nos currículos escolares, junto com as línguas clássicas (o latim e o grego). Assim, o inglês era classificado como língua moderna, assim como o francês, o alemão e o italiano. Segundo LEFFA (1999, p. 4), “o ensino das línguas modernas durante o império parecia sofrer de dois graves problemas: falta de metodologia adequada e sérios problemas de administração”, além de ser reduzido à “tradução de textos e análise gramatical” nos colégios.

No século XIX, durante o Império (1822-1889), a escola secundária perde importância e a educação livre é predominante. Por esse motivo, há poucas informações

sobre o ensino de línguas estrangeiras nesse período. O que se sabe é que as cargas horárias das aulas foram reduzidas ao longo do Império, o que comprova o desinteresse pelo ensino de línguas nesse período (LEFFA, 1999).

Já na República (1889-1930), com a Reforma Lobo de 1892, o inglês e o alemão são oferecidos de forma exclusiva: o aluno deveria escolher entre um e outro. As cargas horárias das aulas de língua estrangeira caíram pela metade, a frequência livre ainda era predominante, ou seja, as pessoas continuavam aprendendo em casa. Assim, não apenas o ensino de inglês, mas toda a educação básica passa por um processo de "desoficialização".

Com a Revolução de 1930 e o início da Era Vargas, a Reforma Francisco de Campos visava "soerguer a educação de segundo grau do caos e do descrédito em que fora mergulhada" CHAGAS (1957, p. 89, apud LEFFA, 1999). O método direto, proposto no documento da Reforma, defendia a ideia de que a língua deveria ser aprendida através da própria língua: "com foco no desenvolvimento das habilidades orais, audição e fala, o método era completamente antagônico ao anterior e proibia o ensino dedutivo da gramática, tradução e uso da língua materna" (GOMES, 2016, p.1). Porém, apesar de a teoria ser inovadora, a prática em sala de aula era a mesma: leitura, tradução, gramática. De qualquer forma, o ensino ganhou valorização nesse período, devido às influências britânicas e norte-americanas no país (contexto da Segunda Guerra Mundial). Em 1934, nasce no Rio de Janeiro a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, que ensinava inglês gratuitamente, e, junto com ela, outras instituições de ensino de línguas estrangeiras fora da escola regular.

Após esse período, com a LDB de 1971, as escolas reduziram em muito a carga horária de inglês, além de que, através de uma concessão do Conselho Federal, algumas escolas retiraram as aulas de língua estrangeira no primeiro grau, e, no segundo, era oferecida apenas uma hora por semana. A LDB de 1996 estabelece a obrigatoriedade de pelo menos uma LE no Ensino Fundamental e Médio, e, neste último, há a possibilidade do estudo de mais uma língua estrangeira além daquela imposta pelo currículo escolar, de caráter optativo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados pela primeira vez em 1997, obtiveram a função de complementar a LDB no âmbito do ensino das línguas estrangeiras. Os PCNs estabeleceram que questões sociais, a diversidade cultural e temas ambientais devem estar presentes nas aulas de inglês.

Outro movimento importante em relação ao ensino das línguas modernas estrangeiras é a expansão das escolas bilíngues pelo Brasil, com ênfase na Educação Infantil, próxima aos anos 2000, com o objetivo de aprendizagem e aquisição de língua estrangeira no ambiente escolar, em sua grande maioria o inglês. Essa é a mais nova tendência no ensino de línguas estrangeiras. O método é estabelecido de acordo com o conteúdo das aulas, assim, o conteúdo é apresentado em português, nas aulas regulares, e novamente em inglês, nas aulas bilíngues. Essa metodologia é chamada Content-Based Teaching (ensino baseado em conteúdo), mencionada na obra de Stephen B. Stryker e Betty Lou Leaver, lançada em 1997.

Mais um documento normativo deve ser analisado neste artigo: a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Finalizada em 2017, seu objetivo principal é nortear os currículos de todas as escolas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas, com a finalidade de diminuir as desigualdades em relação ao direito de aprendizagem de cada um. O ensino de língua estrangeira moderna, no qual se enquadra o inglês, deve considerar desde aspectos cognitivos e de conhecimento, até emocionais e de socialização. Além disso, a língua inglesa é denominada agora como língua franca, a partir das perspectivas da globalização e do multiculturalismo na pós-modernidade. Em relação a essa atualização, o documento explica:

> Nessa proposta, a língua inglesa não é mais aquela do "estrangeiro", oriundo de países hegemônicos, cujos falantes servem de modelo a ser seguido, nem tampouco trata-se de uma variante da língua inglesa. Nessa perspectiva, são acolhidos e legitimados os usos que dela fazem falantes espalhados no mundo inteiro, com diferentes repertórios linguísticos e culturais, o que possibilita, por exemplo, questionar a visão de que o único inglês "correto" – e a ser ensinado – é aquele falado por estadunidenses e britânicos. Mais ainda, o tratamento do inglês como língua franca o desvincula da noção de pertencimento a um determinado território e, consequentemente, a culturas típicas de comunidades específicas, legitimando os usos da língua inglesa em seus contextos locais. (BNCC, 2017, p. 239-240).

Em relação às discussões teóricas entre autores linguistas no Brasil, as abordagens mais relevantes a serem citadas são: a abordagem estruturalista ou sistêmica e a abordagem comunicativa do ensino de línguas.

A abordagem estruturalista é uma das mais tradicionais. A partir dela foram utilizados métodos como o de gramática e de tradução, e o áudio-lingual ou áudio-oral. Essa abordagem é uma das mais conhecidas mundialmente, e foi utilizada no Brasil durante muito tempo, através de diferentes métodos. Segundo Richards and Rodgers (1986, p. 17), a abordagem estruturalista parte da perspectiva de que a aprendizagem se dá a partir da compreensão dos elementos de um sistema estrutural, composto por

código e significado. Na prática, objetiva-se adquirir o domínio dos elementos desse sistema, que são: as unidades fonológicas, as unidades gramaticais, as operações gramaticais e itens lexicais.

Em 1978, inaugurou-se o movimento comunicativo no Brasil, no qual José Carlos Paes de Almeida Filho baseou sua dissertação de mestrado. Em 1993, o autor publica o livro *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*, com o objetivo de orientar os professores de línguas dos dias atuais. A abordagem comunicativa defendida por Almeida Filho foi baseada em estudos de autores europeus e visa criar situações comunicativas em sala de aula, possibilitando interações na língua-alvo. O seu foco não é a gramática, mas o sentido, o significado, determinando, dessa forma, uma visão sociointeracionista da abordagem. Assim, aprender uma nova língua se torna uma *ação social* gerada através de contextos e experiências em sala de aula. Os principais métodos ligados a essa teoria são o Planejamento Temático Baseado em Tarefas, que é uma junção do Ensino Baseado em Tarefas e do Ensino Baseado em Conteúdo Temático.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se caracteriza como uma introdução à história do ensino de língua inglesa no Brasil, a fim de apresentar uma visão geral sobre os principais acontecimentos (em formato de legislações, documentos e pesquisas sobre a prática de ensino) na área, e objetiva contribuir para a formação de professores de língua inglesa. O objeto de estudo é a história do ensino da Inglesa, mas se configura como o desenvolvimento do ensino no sentido de sua evolução, na medida em que mudanças significativas são percebidas ao longo do tempo, o que resulta, nos dias atuais, no aprimoramento e também atualização da prática de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. A página omissa: contribuições para uma história do ensino de línguas no Brasil. EntreLínguas, v. 1, n. 2, 2015.

ALMEIDA FILHO. José Carlos Paes. **Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas**. Campinas, SP: Editora Pontes, 1993.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC C_20dez_site.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

GOMES, Rodrigo Belfort**. O método direto para o ensino de inglês no Brasil: instituição e recepção**. Cadernos do Tempo Presente, n. 23, 2016.

LEFFA, Vilson J. **O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional**. Contexturas, APLIESP, n. 4, 1999.

LIMA, Gislaine P.; QUEVEDO-CAMARGO, Gladys. **Breve trajetória da língua inglesa e do livro didático de inglês no Brasil**. Anais do Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. Londrina: Eduel, 2008.

RICHARDS, Jack C. & RODGERS, Theodore S. **Approaches and Methods in Language Teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

VIDOTTI, Joselita Júnia Viegas. **Por que estudar história do ensino de línguas no Brasil?** . Revista HELB: Universidade de Brasília, n. 10. 2016. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-9-no-9-12016/253-por-que-estudar-historia-do-ensino-de-linguas-no-brasil>. Acesso em: 07 out. 2019.

A UTILIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS NA SELEÇÃO E DETECÇÃO PRECOCE DE TALENTOS ESPORTIVOS

Jonatas Luiz Godoy, João Guilherme Guizzardi, Guilherme Augusto Martines, e-mail: jonatas-l-g@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Etimologicamente, “talento” origina-se do latim *talentu* e do grego *tálanton,* referindo-se a uma medida de peso e a uma moeda corrente na antiguidade.

Com a evolução semântica, “talento” era representado como algo raro e valioso no domínio intelectual e artístico ou como aptidão natural ou habilidade adquirida (MAIA, 1996 apud SILVA, 2005).

Historicamente, o tema “talento” teve início na Alemanha, após a derrota na Segunda Guerra Mundial, e estava em condição especial socialmente e politicamente. O mundo se encontrava tenso em decorrência da Guerra Fria e a Alemanha abalada pela divisão em dois países: Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental (BOLONHINI; DAOLIO, 2009).

Diante desse contexto e do exemplo da Alemanha nazista nos jogos de 1936, ficou conhecido a capacidade do esporte na transmissão de valores e ideologia. Para isso, usou-se de propaganda dos atletas nos pódios das competições mundiais, pois o mundo veria que os melhores atletas se encontravam ali. A partir disso, através da Associação Alemã de Atletismo, fundou-se o “Conselho de Rendimento”, onde consideravam a garantia do surgimento desses atletas e o tema “talento” como o principal problema de pesquisa (BOLONHINI; DAOLIO, 2009).

Sendo assim, o termo talento esportivo, segundo Lenaro Filho e Böhme (2001), é descrito como características individuais que demonstram elevadas capacidades biológicas e psicológicas e que, dependendo do meio social em que vive e das condições ambientais adequadas, poderá apresentar um alto desempenho esportivo.

Ainda sobre talento esportivo, Gaya et al. (s/d), é descrito como um indivíduo capaz de apresentar desempenho superior num conjunto de habilidades e capacidades, assim como capaz de manter uma alta estabilidade nestas habilidades e capacidades excepcionais.

O objetivo deste trabalho é expor a utilização dos testes do PROESP e da Estratégia Z na detecção e seleção precoce de talentos esportivos.

2 METODOLOGIA

Foi realizado uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, onde utilizou-se a base de dados do Google Acadêmico para se obter referências que tivessem relação à temática do estudo.

Os resumos dos artigos encontrados e que apresentassem relação com o tema foram lidos. Encontrou-se um total de 8 artigos e 1 dissertação de mestrado, sendo que desses, todos foram selecionados e lidos integralmente, perfazendo assim, a totalidade de referências utilizadas na construção deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Matsudo, Araújo e Oliveira (2001), a detecção de talentos possibilita a efetivação de um prognóstico de longo prazo sobre uma pessoa, geralmente sobre crianças e adolescentes, evidenciando atributos e capacidades necessárias para integrar uma população de atletas. É importante ressaltar ainda, que a maturação biológica é fundamental, pois os resultados de aptidão física dependem mais da idade biológica que dá cronológica.

Uma das formas de detecção precoce de talento esportivo é através de uma bateria de testes, o qual visa avaliar capacidades físicas e motoras para o ótimo desempenho (LAMBOGLIA et al., 2014), pois para que o indivíduo se aproxime de seu potencial genético é necessário que haja estimulação adequada nas variáveis físicas, técnicas e mentais (MALINA; BOUCHARD; 2002 apud LAMBOGLIA et al., 2014).

Por intermédio da Rede Nacional de Centro de Excelência Esportiva (Rede CENESP) do Ministério do Esporte do Brasil, o Projeto Esporte Brasil (*Proesp-Br*) vem difundindo uma estratégia diretamente relacionada com a estatística Z e tem por objetivo traçar o perfil das condições de crescimento e desenvolvimento somato-motor e dos indicadores dos níveis da aptidão física relacionados ao rendimento esportivo de crianças e jovens brasileiros entre 7 e 17 anos (GAYA et al., s/d).

Pode-se destacar, entre as ferramentas do PROESP, que as baterias de testes consistem em 3 momentos: a) dimensão corporal: composta pelas medições

de massa corporal, estatura, envergadura e circunferência da cintura; b) testes de aptidão física para saúde: estimativa de excesso de peso e de gordura visceral, aptidão cardiorrespiratória, flexibilidade, resistência muscular localizada, índice de massa corporal (IMC), razão cintura-quadril, teste de corrida/caminhada dos 6 minutos, teste de sentar e alcançar e número de abdominais em 1 minuto (Sit-up); e por fim, c) testes de aptidão física para o desempenho esportivo: força explosiva de membros inferiores e superiores, agilidade, velocidade e aptidão cardiorrespiratória (GAYA; GAYA, 2016).

Para exemplificar, Gaya e Gaya (2016) apresentam os indicadores de seleção que devem ser analisados em cada modalidade esportiva:

- Basquete masculino e feminino: força explosiva de membros inferiores e superiores, envergadura, estatura, velocidade, com diferença na agilidade para o masculino e força-resistência para o feminino;

- Handebol masculino e feminino: força explosiva de membros inferiores e superiores, velocidade, agilidade, envergadura, com diferença nos indicadores de massa corporal e estatura para o masculino;

- Voleibol masculino e feminino: força explosiva de membros inferiores e superiores, velocidade, agilidade, envergadura, massa corporal, com diferença para força-resistência para o feminino.

Outra estratégia muito utilizada na detecção de talentos esportivos é a Estratégia Z CELAFISCS, que segundo Matsudo (1986) utiliza o escore Z como preditor de desempenho em práticas esportivas diversificadas. A estratégia é simples, mede objetivamente o quão melhor ou pior um talento esportista desempenha uma tarefa, como correr ou saltar, de um cidadão comum.

A medida usual para a detecção do talento esportivo é o Escore Z, onde: $Z= (X – M) / s$, sendo: X = valor obtido numa determinada variável; M = média da população e s = desvio padrão. O escore Z é um escore padrão de média zero e desvio padrão 1 (GAYA et al., s/d).

A primeira atleta a utilizar a estratégia Z foi a jogadora de basquete Hortência, onde iniciou sua carreira ainda criança e se destacava nos itens fundamentais do esporte: agilidade, velocidade e impulsão vertical. No escore Z apresentava, respectivamente, 3,5, 4,3 e 8,3, porém seu ponto fraco estava relacionado a sua potência aeróbica, onde sua capacidade de produzir energia a partir do oxigênio

respirado era equivalente a 2 no índice Z. Em compensação, a jogadora Paula do mesmo time, era tão excepcional tanto quanto Hortência com escore 7 neste índice.

Vale ressaltar que após a detecção precoce, é importante descobrir e avaliar as habilidades e dificuldades de cada indivíduo dentro dos domínios de aprendizagem, sendo necessária a intervenção metodológica sistemática, contínua e progressiva para o desenvolvimento de suas potencialidades (LENARO FILHO; BÖHME, 2001).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, conclui-se que no trabalho com seleção e detecção precoce de jovens talentos é necessária a reconsideração, reestruturação e reelaboração em cada fase de crescimento do jovem, pois o sucesso se torna dependente de um contínuo processo de acompanhamento.

Além disso, a falta de estudos que encontram e estabeleçam parâmetros ainda é o principal problema na detecção de jovens talentos, pois interferem em um prognóstico prematuro e seguro da capacidade de desempenho.

REFERÊNCIAS

BOLONHINI, L. Z.; DAOLIO, J. Subsídios para uma abordagem sociocultural sobre o talento esportivo. **Revista da Educação Física – UEM** - v. 21, n. 1, 2010. – Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/6858/5709> Acesso em: 29 de setembro de 2018.

FÓRMULA de campeão. **PESQUISA FAPESP ESPECIAL ESPORTE E CIÊNCIA**. Agosto/setembro, 2004. – Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2004/01/23/formula-de-campeao/> - Acesso em 18 de setembro de 2018.

GAYA, A. et al. **Talento esportivo: Estudo de indicadores somato-motores na seleção para o desporto de excelência**. s/d. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snear/talentoEsportivo/baseTeoricaTalentoEsportivoDesportoExcelencia.pdf>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

GAYA, A.; GAYA, A. **Manual do Projeto Esportivo Brasil**, 2016 – Disponível em: <https://www.ufrgs.br/proesp/como-aplicar-o-proesp.php>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

LAMBOGLIA, C. M. G. F; et al. Avaliação da aptidão física Segundo as normas de excelência para descobertas de talentos esportivos. **EFDepostes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Año 19, Nº196, setiembro/2014 – Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd196/aptidao-fisica-para-descoberta-de-talentos-esportivos.htm>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

LENARO FILHO, P; BÖHME, M. T. S. Detecção, seleção e promoção de talentos esportivos em ginástica rítmica desportiva: um estudo de revisão. **Rev. Paul. Educ. Física**, São Paulo,15(2): 154-168, jul./dez.2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/139898/135148http://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/139898/135148>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

MATSUDO, V. K. R.; ARAÚJO, T. L.; OLIVEIRA, L.C. Há ciência na detecção de talentos? **Diagn. Tratamento**, 2007; 12(4): 196-9 – Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2007/v12n4/a0018.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

SILVA, G. M. G. **Talento esportivo: Um estudo dos indicadores somatomotores na seleção de jovens escolares.** 2005. 109 f. Dissertação de pós-graduação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

ABORDAGENS COMUNICATIVAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA: ENSINO BASEADO EM PROJETOS

Gabriela Cristina de Oliveira, Elaine Regina Cassoli e-mail: gabi.carignato@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A aprendizagem a partir da abordagem comunicativa compreende o aluno como um integrante ativo na busca pelo conhecimento e o professor deve ser aquele que oferece o conhecimento sem tirar o protagonismo do aluno, propiciando uma aprendizagem significativa e participativa. Assim o ensino por projetos, abordado neste trabalho como uma faceta da abordagem comunicativa procura ilustrar como esse tipo de metodologia acontece em sala de aula e suas contribuições à aquisição/aprendizagem da língua inglesa. Portanto, o ensino de língua estrangeira nas escolas, mais precisamente a língua inglesa, necessita de um olhar atento à abordagem utilizada pelo professor, e também aos métodos e práticas docentes utilizadas nas aulas para que a formação integral do aluno possa ocorrer efetivamente.

Segundo Moran (2018), a aquisição/aprendizagem acontece em todos os lugares e de forma multissensorial, daí a importância de proporcionar aos educandos modelos diferenciados para tal e valorizar seus conceitos prévios, seu conhecimento de mundo, sua bagagem cultural.

O autor (op. cit.) defende que as metodologias ativas, pertencentes à abordagem comunicativa, são uma alternativa essencial e eficaz que propicia ao aluno ser o protagonista da sua aquisição/aprendizado, tornando-o autônomo para vivenciar experiências inovadoras, capaz de reconhecer suas limitações e aptidões.

Para Almeida Filho (2008), o foco do ensino comunicativo advém do comprometimento do professor em estabelecer abordagens e métodos que evidenciem o sentido, ou seja, significar a aprendizagem, levando em consideração os conhecimentos prévios dos alunos e colocando-os em situações reais de comunicação, capacitando-os a se comunicarem na língua-alvo.

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar o papel do ensino baseado em projetos na aquisição da língua inglesa e o conhecimento do mesmo pelos professores em formação inicial. Como hipótese, compreende-se que o modo de ensinar com ensino

baseado em projetos é uma alternativa para dinamizar as aulas e que, segundo suas características até aqui descritas, contribui para a formação integral do aluno, uma vez que o insere em situações reais de resolução de problemas a fim de torná-los mais críticos perante os desafios da sociedade moderna.

As abordagens comunicativas no ensino da LE levam em consideração a relação de sentido por parte do estudante com relação ao conteúdo a ser ensinado, relacionando o conhecimento prévio dos educandos aos conhecimentos que serão introduzidos pelo educador. Partindo então do pressuposto das abordagens comunicativas no qual o professor é facilitador no processo de ensino/aprendizagem, este precisa estar em constante reflexão sobre sua prática.

Diante dos fundamentos teóricos pode-se perceber a relevância da temática do estudo em questão. As abordagens comunicativas que serão estudadas e interpretadas nos capítulos subsequentes do trabalho bem como a verificação do conhecimento das mesmas pelos professores em formação, principalmente o ensino baseado em projetos, configura um estudo bastante pertinente para responder questões como: Por que o ensino de língua inglesa encontra tanta dificuldade para atingir os objetivos necessários junto aos alunos? Como a formação do professor e o conhecimento de diferentes abordagens e métodos podem fazer a diferença no ensino de língua inglesa? E ainda, como o ensino por projetos pode colaborar para uma aprendizagem significativa?

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa científica aqui entendida como um conhecimento que “possui a característica da *verificabilidade*, a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 62), tem o compromisso em apresentar materiais e subsídios para que se possam discutir as abordagens contemporâneas para o ensino de língua inglesa, especificando e aprofundando o ensino baseado em projetos e seu conhecimento por parte dos professores.

Desta maneira, essa pesquisa terá caráter bibliográfico e qualitativo, segundo Marconi e Lakatos (2015), a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como a utilização de fontes secundárias, no qual são levantados dados em livros, revistas científicas, teses, dissertações, entre outros, proporcionando ao pesquisador subsídios para avaliar e corroborar suas pesquisas sobre determinado assunto.

Para Severino (2007), a pesquisa qualitativa surgiu quando a quantificação passou a não compreender as estruturas mais inerentes do sujeito, cognitivo, a ser estudado. Assim, baseado nesse autor, pode-se intuir que a pesquisa qualitativa partiu de uma oposição às dificuldades da pesquisa quantitativa em mensurar questões subjetivas do problema em questão.

O presente estudo também se dará através da análise interpretativa e da pesquisa de campo. A primeira será estabelecida a partir da interpretação bibliográfica, de autores como Leffa (1999), Almeida Filho (1989, 2001, 2008), Goodman (2019), Moran (2018), Willian N. Bender (2014), entre outros que forem pertinentes ao estudo proposto, tanto para embasamento teórico quanto para a validação das questões respondidas pelos professores em formação inicial.

A pesquisa de campo será realizada em uma instituição de ensino superior e contará com a participação de estudantes do último semestre do curso de licenciatura em letras que responderão a um questionário, individual, de perguntas abertas, durante o período de aula dos mesmos, a respeito de seus conhecimentos sobre as abordagens contemporâneas propostas para o ensino de língua inglesa bem como o ensino baseado em projetos. Os mesmos não serão identificados por seus nomes pessoais, mas serão atribuídos nomes aleatórios e fictícios aos participantes no momento da análise dos dados obtidos.

A partir dos resultados obtidos será adotado o processo de categorização das respostas que consiste em é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles, segundo Marconi e Lakatos (2003), a categorização deve obedecer a certos princípios básicos, como ser completo, ou seja, todas as respostas obtidas devem encaixar-se em alguma categoria e “[...] derivar um único princípio de classificação.” (p.138).

A pesquisa, qualitativa de cunho interpretativo, bibliográfico e de campo, pretende, portanto, fundamentar-se de modo inicial a análise histórica do ensino de línguas estrangeiras no Brasil desde sua implantação até os dias atuais e a formação docente. Em seguida, analisar as abordagens utilizadas para o ensino de língua estrangeira, ressaltando o ensino de língua inglesa, discutir-se-á, portanto as definições de abordagem e método, as características da abordagem estrutural e comunicativa e suas contribuições para a aquisição da língua inglesa pelos estudantes, discorrendo sobre o ensino baseado em projetos, as contribuições das tarefas dentro da perspectiva da abordagem comunicativa para problematizar as atividades a serem realizadas durante o

projeto e, também a análise do questionário respondido pelos professores de letras em formação inicial.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo sobre a formação de professores tornou-se objeto de observação recorrente dentre as diferentes pesquisas sobre ensino-aprendizagem de Língua Inglesa, concomitante a isso, percebeu-se a transição no foco, que deixa de ser somente como o aprendiz assimila esse conhecimento, para quais as abordagens, metodologias e técnicas utilizadas pelo professor dentro de sala de aula.

Para responder uma das questões norteadoras da pesquisa que aborda o porquê encontra-se tanta dificuldade no ensino de língua inglesa, recorreu-se a autores como Leffa (1999), pois segundo o mesmo, a valorização e o ensino de línguas modernas só teve início com a chegada da Corte Real portuguesa ao país, era o marco histórico da oficialização do ensino de línguas estrangeiras no Brasil. Segundo Brasil (2017), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) indica que a obrigatoriedade e a permanência do ensino de LE oferecido pelas escolas públicas e particulares consolidaram-se apenas com revisão da mesma no ano de 1996, no que diz respeito ao ensino de língua, ou língua moderna como traz o documento, esta será mantida como disciplina obrigatória durante o ensino fundamental e médio.

Autores como Almeida Filho (1989, 2001, 2008); Leffa (1988, 1999, 2012) Conejo (2009) dentre outros concordam quanto à preocupação de adotar práticas reflexivas por parte dos professores de língua inglesa quando apontam a falta de conhecimento dos mesmos quanto ao método que utilizam, ou pensam utilizar, em sala de aula.

Outros estudos apontam para a preparação dessa formação reflexiva dos professores enquanto ainda estão na graduação Almeida Filho (1992, 1999); Cavalcanti e Moita Lopes (1991); Paiva (2005, 2014); para citar alguns, demonstrando que faz-se necessário que durante a licenciatura esse professor em formação seja também um pesquisador, oferecendo-lhe subsídios para refletir criticamente sobre sua ação em sala de aula e contribuir para uma formação continuada.

Cavalcanti e Moita Lopes (1991) defendem a ideia das pesquisas que focam a questão da aprendizagem, ou seja, estão direcionadas a compreender como os professores ensinam e como os alunos adquirem aquele conhecimento, para tanto justificam que a maneira mais eficaz de obter tais resultados advém da pesquisa de base

antropológica, na qual o professor pesquisador é também parte da pesquisa, cabendo a ele investigar e refletir criticamente sobre sua prática.

Dessa forma, fica explícita a importância dessa pesquisa para verificar o conhecimento dos professores em formação sobre as variadas metodologias existentes para o ensino de língua inglesa, pois através do questionário poder-se-á verificar como os mesmos compreendem a importância desse conteúdo, uma vez que inseridos dentro de sala de aula servir-se-ão de tais aprendizagens. Autores como os acima citados e outros mais serão frequentemente referenciados para amparar as respostas dos indivíduos da pesquisa quanto às questões sobre a formação de professores, seus conhecimentos quanto a metodologias, principalmente as ativas e como o ensino baseado em projetos pode colaborar para uma aprendizagem mais significativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa percebeu-se que o estudo, a permanência e a obrigatoriedade do ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil levaram muito tempo para se consolidar como conteúdo relevante no desenvolvimento cognitivo dos alunos, também por isso seu atraso nas discussões quanto às metodologias utilizadas nessas aulas e a formação do professor, seu conhecimento e autorreflexão sobre e na prática.

Segundo Leffa (1999), no que diz respeito ao ensino de língua, ou língua moderna, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394), esta será mantida como disciplina obrigatória durante o ensino fundamental e médio, este último podendo escolher uma segunda língua moderna em caráter optativo quando disponibilizado pela instituição em que está matriculado.

Como consequência da LDB outros documentos complementares resultaram das discussões sobre a nova maneira de ensinar, em 1998 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que tinham como proposta nortear princípios fundamentais para a educação básica (primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental) das escolas de todo o Brasil, segundo esse PCN (BRASIL, 1998) o ensino de língua estrangeira faz-se necessário à medida que contribui para a formação do cidadão crítico-reflexivo atuante na sociedade.

Pôde-se, também, através do estudo, perceber em autores como Almeida Filho, 2008; Bender, 2014; Bacich e Moran, 2018; Conejo, 2007; Paiva, 2014, entre outros, que os indivíduos aprendem ativamente desde que nascem, esse mesmo tipo de aprendizagem acontece quando lhes é transmitida por alguém mais experiente ou ainda, de modo mais significativo, ou seja, quando estão envolvidos com ela a partir da

experimentação. Assim, a aprendizagem baseada em projetos se faz relevante, pois tem como princípio norteador a significação da aprendizagem pelos alunos, através da resolução de problemas do mundo real.

Perante os expostos, entende-se que esta pesquisa se faz relevante, pois o professor, embora não mais detentor de todo saber, ainda é o mediador entre os aprendizes e as informações disponíveis, assim cabe a ele conduzir os alunos em uma aprendizagem significativa. A pesquisa de campo foi percebida como parte essencial do projeto, pois, à medida que o educador distingue as metodologias de ensino disponíveis pode adequá-las às necessidades dos alunos percebidas em sala de aula.

Por fim, como proposta às aulas de língua inglesa, a aprendizagem baseada em projetos, tema central desta pesquisa, pretende mostrar como as metodologias ativas, incluso na abordagem comunicativa, centraliza a aprendizagem no aluno, isto é, coloca-o como ser ativo na busca por resoluções de problemas que eles enfrentarão na vida adulta. Entende-se que esse estudo é mais uma contribuição para a constante reflexão dos professores sobre suas práticas dentro de sala de aula, esta pesquisadora não pretende extinguir as discussões sobre a temática desenvolvida, pelo contrário, o estudo pretende fomentar a pesquisa buscando respostas as constantes dúvidas que surgem na prática educativa através de uma perspectiva comunicativa no ensino de língua inglesa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas.** 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. O professor de língua estrangeira sabe a língua que ensina? A questão da instrumentalização linguística. **Revista contexturas**. v.1. p. 77-85, 1992.

ALMEIDA FILHO, J. C. P.(Org.) **O professor de língua estrangeira em formação.** Campinas: Pontes Editoras, 1999.

BACICH, L; MORAN, J. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora:**Uma Abordagem Teórico-Prática. Porto Alegre: Penso. Edição do Kindle, 2018.

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos:** educação diferenciada para o século XXI [recurso eletrônico].Tradução: Fernando de Siqueira Rodrigues. Porto Alegre: Penso, 2014.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CAVALCANTI, M; MOITA LOPES, L**.** Implementação de pesquisa em sala de aula de línguas no contexto brasileiro**. Trabalhos em linguística aplicada**, n.17, Campinas: Unicamp, 1991. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639179>. Acesso em: 30 abr. 2019.

GOODMAN, B. **Project-Based Learning.** Disponível em: http://www.fsmilitary.org/pdf/Project_Based_Learning.pdf. Acesso em: 24 mar. 2019.

LEFFA, V. J. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. **Contexturas - APLIESP**, Pelotas, n. 4, p. 13-24, 1999. http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/oensle.pdf acessado em 16 abr. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. – 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PAIVA, V. L. M. O. (Org). **Ensino de Língua Inglesa:** Reflexões e Experiências. 3 ed. Ed. Pontes. Campinas. 2005.

PAIVA, V. L. M. O. **Aquisição de segunda língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

ABORTO PATERNO: DISCUSSÕES JURÍDICAS E SOCIAIS

Brenda Leslye Marinho dos Santos, Marcos Rogério Padovani Toyosato, Saulo de Freitas Padial, Perla Savana Daniel, e-mail: saulo_padial@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Para falar sobre essa temática, é necessário definir o que é de fato, o aborto. Etimologicamente a palavra aborto tem sua origem no latim *abortacus* que é derivado de *aboriri* (“perecer”), composto de *ab* (“distanciamento”, “a partir de”) e *oriri* (“nascer”). E quanto à definição legal, o aborto é a interrupção de uma gravidez resultante da remoção de um feto ou embrião antes deste ter a capacidade de sobreviver fora do útero. Portanto, não há que se falar de aborto no que diz respeito ao homem (sexo masculino), haja vista, que este não possui útero, ou seja, não tem capacidade biológica para gestar.

A expressão aborto paterno tem sido muito discutida na atualidade e, apesar de remeter a ideia do aborto propriamente dito, não se compreende como no caso do aborto materno. Ademais, é importante salientar que se trata de um assunto que não é tão polemizado quanto o aborto materno, pois não tem uma reprovação moral tão grande quanto à do aborto materno. Enquanto o aborto materno é, salvo exceções previstas, vedado por lei, o aborto paterno se quer é tratado.

Apesar de existirem obrigações previstas em lei tanto para a mãe quanto para o pai, o homem-pai se desvincula da obrigação, seja por separação/divórcio do casal, seja pela “simples” escolha de não querer ter participação na vida da criança. Ao tomar tal atitude, ele é omisso no que tange aos deveres previstos em lei, na Constituição Federal ou em leis mais específicas como é o caso da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - art. 22).

É importante elucidar que aborto paterno, que é mais conhecido como abandono paterno, não é somente quando há a omissão do pai no reconhecimento da criança, mas também a ausência afetiva na criação da criança, algo que afeta o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e pode causar traumas irreparáveis. Quanto ao reconhecimento, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2011, apontam que há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento. Ainda segundo a mesma fonte, o Estado do Rio de Janeiro

lidera o ranking com 677.676 crianças sem filiação completa, seguido por São Paulo, com 663.375 crianças com pai desconhecido. O Estado com menos problemas é Roraima, com 19.203 crianças que só têm o nome da mãe no registro de nascimento.

"É um número assustador, um indício de irresponsabilidade social. Em São Paulo, quase 700 mil crianças não terem o nome do pai na certidão é um absurdo", diz Álvaro Villaça Azevedo, professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e diretor da Faculdade de Direito da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap). Segundo o professor, ter o nome do pai na certidão de nascimento é um direito à personalidade e à identidade de toda criança. "Além disso, é uma questão legal para que essa pessoa possa ter direito a receber herança, por exemplo", afirma. (Jornal Estadão, 10/08/2013).

Vale ressaltar que a presença do pai é fundamental para o bom desenvolvimento da criança. Karin Petermann (2018) apresenta pontos interessantes do *Grant Study*, um estudo de Harvard sobre felicidade, onde restou demonstrado que a figura paterna pode influenciar positivamente em situações não só da infância, mas na idade jovem e até velhice.

Destarte, pode-se aclarar que o aborto paterno não priva o feto/embrião à vida, como no materno, porém as suas consequências ao longo da vida podem ser tão catastróficas quanto um aborto propriamente dito.

2 METODOLOGIA

O presente artigo está embasado em Artigos da Legislação Brasileira, pesquisas realizadas em sites da internet, dados estatísticos divulgados por Instituições Governamentais, considerações e pensamentos de diferentes autores do meio jurídico. Os diferentes aspectos abordados neste artigo buscam promover uma discussão e um olhar diferenciado para o tema em questão, que por muitas vezes passa por desapercebido pela sociedade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realidade da concepção, nascimento e criação de um filho envolve diversas expectativas e possibilidades. Mesmo a genitora, mãe, aceitando a gravidez e a responsabilidade de ter um filho, nem sempre terá a ajuda do genitor, que pode não querer assumir a paternidade, ou apenas efetiva o registro do nascimento da criança e depois some da vida do infante.

Abandono paterno, um trauma que marca a vida inteira da criança. Basta olhar para seus familiares, amigos próximos ou mesmo para você, casos de pais que abandonam filhos, sequer os assume ou aparece de vez em nunca é muito mais comum do que pensa.

Segundo dados colhidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2015, o Brasil ganhou mais de 1 milhão de famílias compostas por mãe solo, em um período de dez anos. Só no Estado de São Paulo, há 750 mil pessoas, de 0 a 30 anos, sem o nome do pai no registro, de acordo com dados do governo estadual. Isso só para falar daqueles que já sumiram desde o primeiro momento, sem contar homens que abandonam os pequenos depois do nascimento ou durante o crescimento da criança. Por mais que o relacionamento não tenha dado certo com a mulher do seu filho, usar como justificativa isso para abandonar a criança não é válido, apesar de ser conveniente para muitos homens.

A ausência e abandono paterno podem acabar com a vida de uma criança. “Os prejuízos vão muito além do nome que não consta na certidão. O abandono material acarreta sérias consequências na subsistência da criança, que depende só da mãe para ser provida. No entanto, a longo prazo, o abandono afetivo acarreta traumas que jamais serão mensurados, já que a ausência paterna pode trazer inúmeros danos psicológicos”, ressalta Thaís Perico (2017), advogada especializada em assessoria para mulheres, em entrevista para o site Bebe.

As consequências de atos irresponsáveis de homens que decidem por abandonar seus filhos refletem em toda vida do pequeno, prejudicando em diversas maneiras e interferindo desde aspectos físicos e psíquico do seu desenvolvimento.

“Desde o útero, a criança já escuta e discrimina a voz dos pais devido à diferença de tonalidade. Portanto, o vínculo do bebê com a figura paterna se inicia ainda na vida intrauterina”, afirma a psicóloga Isis Pupo (2017) em citação de Massa (2018).

Muitos homens se orgulham por pagar a pensão estipulada pela justiça e acham que isto basta para cumprir sua função de pai. Uma criança exige muito mais de atenção e cuidados do que simplesmente uma porcentagem do seu salário, isto quando o cara não omite seus rendimentos para não ‘ter que dar mais dinheiro a sua ex-mulher’.

Ou seja, ser pai é muito mais do que reservar uma parte do seu salário e fazer visitas esporádicas de 15 em 15 dias, 1 mês, para ver como a criança está. Se você, homem, não esteve ao lado de uma mãe, jamais saberá o quanto de cuidados e atenção uma criança exige dos seus cuidadores.

Corneau citado por Benczik (2011) em seu texto cita que a presença do pai é que poderá facilitar a criança à passagem do mundo da família para o da sociedade. Esse mesmo autor acredita que as crianças que sentem os pais mais próximos e presentes, sentem-se mais seguras em seus estudos, na escolha de uma profissão ou na tomada de iniciativas pessoais, ao contrário da criança que tem sentimento de abandono.

Segundo Santos & Angoneze (apud TRAPP e ANDRADE, 2016): "Para um crescimento e desenvolvimento saudável do filho, a presença e a atuação da família em suas vidas mostram-se indispensáveis." Trapp e Andrade ainda continuam:

> Então, a socialização da criança inicia e tem fundamento na família, por isso a importância da presença dos pais. A criança cresce por meio da interação com os companheiros, ou seja, os pais e continua a se expandir na adolescência e juventude, para culminar na vida adulta. (2017, p. 45/53).

Eizirik & Bergamann, citados por Benczik (2011) ainda "afirmam que a ausência paterna tem potencial para gerar conflitos no desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança, bem como influenciar o desenvolvimento de distúrbios de comportamento."

É certo que a falta da figura paterna pode desenvolver na criança não só agressividade como insegurança, haja vista a necessidade que o ser humano, desde os primeiros dias, necessita de limites, direcionamento, o que geralmente é dado pelos genitores, ou responsáveis. Essa falta pode desencadear situações inúmeras, desenvolvimento anormal na escola, desestrutura financeira e emocional, atração por figuras paternas no âmbito afetivo, entre outras.

Tendem, ainda, ser incapazes de seguir leis ou respeitar autoridades, e como resultado disso podem se tornar rebeldes e adeptos da violação das regras, gerando sérias consequências negativas para ela no futuro. Tendem a não se sentirem amadas devido à ausência do pai. Isso prejudica principalmente as mulheres, já que, geralmente, a forma como a menina se relaciona com o pai é o que vai determinar como ela idealizará os seus relacionamentos amorosos.

A ausência do pai também faz com que as crianças tendem a criar um sentimento de inferioridade, rejeição: Se a criança acreditar que a falta de um pai faz dela uma pessoa defeituosa, ela pode desenvolver um complexo de inferioridade. Isso pode prejudicar muito a sua autoestima, levando-a a ter problemas de insegurança com relação a si mesma no futuro, pois se acha menos digna que os outros.

Quando as interações entre pais e filhos são desajustadas ou distantes, os resultados poderão levar a criança ou o adolescente a formas de comportamento inadequados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O "aborto paterno" não é um crime tipificado no Código Penal, todavia, a conduta gerada pelo mesmo pode ser enquadrada em outras condutas que são descritas como crime, como é o caso do abandono de incapaz, abandono material, etc., no entanto, é algo normal na sociedade atual, principalmente por, ainda, tratar-se de uma sociedade patriarcal e machista. Quando se trata do que motivou o pai a abandonar os filhos, ouve-se frases como: “Eu não consegui dar conta”, “ Eu era imaturo na época, eu não sabia o que estava fazendo”, “ Eu tinha toda uma carreira promissora pela frente, uma criança iria atrapalhar tudo”. Agora, você já parou para pensar em todos os julgamentos que uma mulher recebe cada vez que não está cumprindo o seu “papel” de mãe? E se ela falasse essas frases? Será que seria tão aceitável como é com os homens? O cenário é grave e se torna ainda mais triste quando nós percebemos que quase não se fala sobre o referido assunto. Quantas campanhas vemos sendo realizadas? Quantas vezes isso é debatido com profundidade na televisão? O que está sendo feito para que esse quadro mude?

As estatísticas refletem essa situação apontando que, entre 2005 e 2015, o número de famílias compostas só por mães subiu de 10,5 milhões para 11 milhões e 600 mil. A taxa de pobreza é maior entre famílias compostas por mulheres e com filhos. A chance de ser mãe solo na periferia é 3,5 vezes maior do que no centro expandido da cidade de São Paulo. (Jornal Estadão, publicado em 12 de Maio de 2013).

Para reparar esses danos é que foi criado o Programa Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça, que tem por objetivo estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro. A Declaração do reconhecimento de Paternidade pode ser feita pelo pai ou solicitada pela mãe e filho (maior de 18 anos), e ela é isenta de pagamento.

O Código Penal não trata especificamente sobre o Abandono afetivo, pois há alguns estudos, algumas Jurisprudências aliás, que dizem que ninguém pode ser obrigado a amar outra pessoa. A Ministra Nancy Andrighi, conforme citação de Diniz (2012) explana que “ Amar é faculdade, cuidar é dever”, (Fundamento utilizado por ela ao posicionar-se em sessão do dia 04/04/2012, no julgamento do Resp. 1.159.242/SP,

pela terceira Turma do STJ), ou seja, o pai tem o dever de cuidar do filho, mas não tem a mesma obrigação de amar, de criar um laço, um vínculo com a criança. Porém, já existem novas decisões mais recentes que determinam o estabelecimento de multa para o pai que não visita os filhos, então, é possível percebermos que já estão investindo nesse sentido.

Conclui-se que, para além das leis, é preciso nos conscientizarmos e cobrarmos uma postura, de fato paterna, dos homens que se separaram de suas esposas, mas têm filhos, e mostrar para estes que ser pai vai muito além de ceder o sêmen para fecundar um óvulo.

REFERÊNCIAS

BENCZIK, EBP. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. Rev. Psicopedagogia 2011;28(85):67-75.

DINIZ, Danielle Alheiros. Abandono afetivo: como cumprir o dever de cuidar sem amar? Jun. 2012. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/21997/abandono-afetivo-como-cumprir-o-dever-de-cuidar-sem-amar. Acesso em: 10.11.2019.

ESTADÃO. No Brasil 5,5 milhões de crianças não tem pai no registro. Ago 2013. Disponível em: https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,no-brasil-5-5-milhoes-de-criancas-nao-tem-pai-no-registro,1062741. Acesso em: 10.10.19

MASSA, Luísa. Abandono paterno: 10 relatos mostram como ele é prejudicial. Abr. 2018. Disponível em: https://bebe.abril.com.br/familia/abandono-paterno-relatos/ - Abandono paterno: 10 relatos mostram como ele é prejudicial. Acesso em: 10.10.19.

PAI MODERNO. Abandono paterno, um trauma que marca a vida inteira da criança. [201?]. Disponível em: https://www.paimoderno.com/paternidade-participativa/abandono-paterno-um-trauma-que-marca-a-vida-inteira-da-crianca. Acesso em 10.10.2019.

PETERMANN, Karin. A influência dos pais na vida dos filhos - Segundo a ciência. 10 Ago 2018. Disponível em: https://www.mamaeecia.com.br/a-influencia-dos-pais-na-vida-dos-filhos-segundo-a-ciencia/. Acesso em: 10.10.2019.
Portal O Dia. Aborto paterno interfere diretamente no desenvolvimento da criança. 21.02.2016. Disponível em: https://www.portalodia.com/noticias/piaui/aborto-paterno-interfere-diretamente-no-desenvolvimento-da-crianca-260810.html. Acesso em 10.10.19.

TRAPP, Edgar Henrique Hein e ANDRADE, Railma de Souza. As consequências da ausência paterna na vida emocional dos filhos. Revista Ciência Contemporânea. Jun./Desz. 2017, v. 2, n. 1, p. 45-53. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180301124653.pdf . Acesso em 10.10.2019

VELASCO, Clara. Portal G1. Em 10 anos, Brasil ganha mais de 1 milhão de famílias formadas por mães solteiras. 14.05.2017. Disponível em https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml. Acesso em: 10.10.19.

ABRANGÊNCIA DA COBERTURA DO PLANO DE SAÚDE EM CONFLITO COM O DIREITO À SAÚDE

Alisson Rafael de Campos, Cezar Alves Pires Neto, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: alissonrcampos@outlook.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa pretende demonstrar quais procedimentos devem ser cobertos pelo plano de saúde, se existem limites nos exames e consultas a serem fornecidos, bem como se é possível a estipulação de período de carência nos contratos celebrados.

Quando uma pessoa resolve contratar um serviço de plano de saúde, às partes entram em acordo através de um contrato, e por este são regidas.

Acontece que, no contrato assinado livremente entre as partes, algumas clausulas estipulam limites de consultas, medicamentos, insumos, curativos, sessões de fisioterapia, algumas cirurgias e estipulam tempo de carência para a cobertura de alguns procedimentos.

Ocorre que em determinados casos, o fiel cumprimento do contrato gera um dano à saúde e bem-estar do indivíduo contratante, pois limitado ao que está contratado se vê desamparado no momento em que mais necessita, desvirtuando o real sentido do plano de saúde, que é assegurar e ter seu direito à saúde protegido, resguardado inclusive pela vigente Constituição Federal que, em seu Art. 196, afirma o direito à saúde para todos desde 1988. Após isso, o Sistema Único de Saúde foi incorporado na legislação para garantir tal direito.

Os planos e seguros privados de assistência à saúde também passaram a ser regulamentos pela Lei nº 9.656/98 e também pela Lei nº 9961/00, responsável pela criação da Agência Nacional de Saúde, órgão competente para regulamentar o funcionamento do setor de saúde suplementar.

No decorrer do trabalho, será verificado se existe obrigação de cobertura por parte da empresa contratada em fornecer tratamentos ou medicamentos fora dos limites do contrato, bem como, se é legal a cláusula que limita os procedimentos a serem adotados

para a enfermidade do contratante, bem como a estipulação de tempo de carência para a cobertura.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste projeto de iniciação é a analítica-dedutiva, que tem como base a análise de disposições e princípios que regulamentam as relações contratuais em face à saúde e a verificação do conflito entre o direito à saúde e o serviço contratado pelos beneficiários dos planos de saúde e a aplicação aos casos que ocorrem por todo o território nacional, tendo em vista que há no país um grande número de problemas que se relacionam à saúde e que estão presentes na grande maioria dos Estados e Municípios do Brasil. Assim, utiliza-se conceitos jurídicos aplicados em situações cotidianas relativas às relações contratuais também de saúde privada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A saúde faz parte do bem jurídico mais importante do ordenamento jurídico: a vida, indispensável para o exercício de todos os outros bens tutelados por disposições legais e por princípios explícitos e implícitos, além de ser também um mecanismo de efetivação do direito da dignidade da pessoa humana. Assim, dispõe José Afonso da Silva:

> É espantoso como um bem extraordinariamente relevante à vida humana só agora é elevado à condição de direito fundamental do homem. E há de informar-se pelo princípio de que o direito igual à vida de todos os seres humanos significa também que, nos casos de doença, cada um tem direito a um tratamento condigno de acordo com o estado atual da ciência médica, independentemente de sua situação econômica (...) [1]

Ademais, no que diz respeito à saúde, o Brasil é um país no qual há muitas falhas e omissões em seus serviços. Diante deste cenário caótico, muitos brasileiros e estrangeiros residentes no país optam por planos de saúde privado, visando estarem assegurados caso venham a necessitar de cuidados.

O plano de saúde é pautado no princípio do *pacta sunt servanda,* ou seja, deve-se cumprir o contrato em seus exatos termos, observando sempre a boa fé e a capacidade das partes.

[1] SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 308.

A lei 9.656/98 dispõe sobre os planos de saúde privados de assistência à saúde e regulamenta por exemplo o período de carência para certos tipos de procedimentos, vejamos:

> Art.12. São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1o do art. 1o desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, segundo as seguintes exigências mínimas:
>
> V - quando fixar períodos de carência:
> a) prazo máximo de trezentos dias para partos a termo;
> b) prazo máximo de cento e oitenta dias para os demais casos;
> c) prazo máximo de vinte e quatro horas para a cobertura dos casos de urgência e emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)
>
> Art. 16. Dos contratos, regulamentos ou condições gerais dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei devem constar dispositivos que indiquem com clareza:
> III - os períodos de carência para consultas, internações, procedimentos e exames;

A definição de carência é o período temporal que um contratante ou beneficiário tem que cumprir para então adquirir o direito de cobertura de determinado procedimento ou cirurgia.

Tal cláusula é legalmente incluída no contrato, pautada em legislação federal, bem como por resolução normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que assim está escrita: Resolução Normativa n° 186 de 15/01/2009:

> Art. 2º Para efeito desta Resolução, consideram-se:
>
> III - carência: é o período ininterrupto, contado a partir da data de início da vigência do contrato do plano privado de assistência à saúde, durante o qual o contratante paga as mensalidades, mas ainda não tem acesso a determinadas coberturas previstas no contrato, conforme previsto no inciso V do artigo 12 da Lei nº 9656, de 1998, nos termos desta Resolução

Pautada na legislação vigente e devidamente acordado entre as partes por contrato, regem-se os integrantes do contrato pelas clausulas ali estipuladas.

A carência insculpida na legislação tem o intuito de preservar o desequilíbrio econômico-financeiro da operadora dos planos de saúde e consequentemente a coletividade dos associados.

Com o amparo da legislação, os planos de saúde cumprem o contrato firmado e negam a cobertura do atendimento, seja pela falta de carência, seja porque o contrato

limita exames, consultas, banhos, curativos, indeferindo o que extrapola dos limites do contrato firmado.

Ocorre que, a legislação, no caso do período de carência, põe a salvo a exceção de atendimento emergencial, dispensando o período de carência devido às circunstâncias do caso concreto.

Nesse sentido, a Súmula 103 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “É abusiva a negativa de cobertura em atendimento de urgência e/ou emergência a pretexto de que está em curso período de carência que não seja o prazo de 24 horas estabelecido na lei n. 9.656/98”.

No caso de ser o caso concreto uma situação emergencial, necessário se faz a inobservância da clausula de carência, considerando a aludida abusiva e concedendo a cobertura para o contratante do plano de saúde.

Caso isso não ocorra, nasce para o contratante do serviço de saúde a pretensão de pleitear em juízo e ver assegurado seu direito à saúde, obrigando a contratada fornecer o procedimento sem a necessidade do decurso do tempo de carência devido à abusividade da clausula.

Os contratos de plano de saúde são pautados pelo Código de Defesa do Consumidor, conforme súmula 469 do STJ assim transcrita: “Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde”.

Ser regido pelo Código de Defesa do Consumidor é de suma importância para a parte mais frágil da relação contratual, vejamos:

> Regido pelo CDC, para além da continuidade na prestação, assume destaque o dado da "catividade" do contrato de plano de assistência à saúde,
> reproduzida na relação de consumo havida entre as partes. O convívio ao longo de anos a fio gera expectativas para o consumidor no sentido da manutenção do equilíbrio econômico e da qualidade dos serviços. Esse vínculo de convivência e dependência, movido com a clara finalidade de alcançar segurança e estabilidade, reduz o consumidor a uma posição de "cativo" do fornecedor. (Resp 1106557 SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2010, DJe 21/10/2010)

Sendo o contrato de plano de saúde pautado nas regras do Código de Defesa do Consumidor, deve-se analisar o art. 47 da Lei 8.078, de 11/9/90 que assim dispõe: “as cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor. ”

O dispositivo supramencionado revela que, nos contratos de plano de saúde, as cláusulas que limitam ou excluem algum benefício ou procedimento devem ser interpretadas de forma a melhor favorecer o contratante do plano, conforme nos ensina

em julgamento da apelação cível nº 1056666-68.2018.8.26.0100 a Juíza Carolina de Figueiredo Dorlhiac Nogueira:

> Não se pode interpretar a norma restritivamente. É que o objetivo contratual da assistência médica comunica-se necessariamente, com a obrigação de restabelecer ou procurar restabelecer, através dos meios técnicos possíveis, a saúde dos pacientes.

Nesse mesmo raciocínio nos autos da apelação cível n° 1056666-68.2018.8.26.0100 extrai-se o seguinte:

> O plano de saúde pode estabelecer quais doenças estão sendo cobertas, mas não que tipo de tratamento está alcançado para a respectiva cura. (REsp 668.216/SP, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, julgado em 15/03/2007).(...) Nada obstante válido o princípio da pacta sunt servanda, não é ele absoluto e deve ser interpretado em consonância com as normas de ordem pública, com os princípios constitucionais e, na presente hipótese, com o escopo de preservar a natureza e os fins do contrato.

A cláusula que limita número de sessões no tratamento a ser efetuado, fere a boa-fé objetiva e desvirtua a finalidade do contrato, que é fornecer cobertura efetiva para o fim almejado no contrato. Estando a cláusula impedindo ou limitando o contratante do plano, deve ela ser considerada abusiva e a contratada obrigada a fornecer o tratamento necessário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo válido o princípio da pacta sunt servanda, não é ele absoluto e deve ser interpretado e analisado em consonância com as normas de ordem pública, com os princípios constitucionais e, principalmente, com o escopo de preservar a natureza e os fins do contrato.

Qualquer cláusula que limite a finalidade do contratado deve ser interpretada de forma a favorecer o contratante e não a impedi-lo de receber o tratamento necessário.

Assim, não é razoável que as contratadas para prestarem serviços particulares de saúde se eximam das responsabilidades e direitos dos contratantes que, em diversos casos, precisam recorrer ao judiciário para pleitear direitos fundamentais implícitos nessas relações de consumo, que geram uma grande arrecadação de dinheiro às empresas e muitos desconfortos aos adeptos.

Cumpre salientar que, em regra, as pessoas não buscam realizar estes procedimentos médicos por vontade própria, mas porque obtiveram uma indicação médica de que um exame e/ou procedimento é imprescindível ao correto diagnóstico do

tratamento em questão. Dessa forma, não faz sentido as operadoras custearem o tratamento médico e não as etapas deste diagnóstico.

Ademais, o objetivo da presente pesquisa é situar o direito à saúde (e consequentemente o direito à vida) como o fator mais relevante a ser analisado nos conflitos com planos e asseguradoras de assistência à saúde privada, no âmbito da negativa de exames e procedimentos de saúde, para que os contratantes não sejam prejudicados, haja vista a grande vulnerabilidade em face aos contratados, e em caso de desrespeito a esse bem constitucionalmente assegurado, cabe ao Poder Judiciário afastar lesão ou ameaça a direito, inteligência do art.5°, XXXV, da Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Df, 05 out.1988.

BRASIL. **Lei 9.656** de Junho de 1998. Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Brasília, Df, 03 jun. 1998.

BRASIL. **Lei 9.961** de Janeiro de 2000. Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Brasília, Df, 28 jan. 2000.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1106557. Impretrante: Viníciu Paride Conte e Outros. Relator: Min. Nancy Andrighi. Brasilia, 16 de setembro de 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200802625536&dt_publicacao=21/10/2010>. Acesso em: 24 de outubro de 2019.

Código de Defesa do Consumidor. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em: 24 de outubro de 2019.

LOUREIRO, J. CARLOS. **Direito à (proteção da) Saúde**. 1. Ed. São Paulo, Editora Páginas e Letras, 2008.

SALAZAR, A. LAZZARINI. **A Defesa da Saúde em Juízo**. 1. Ed. Rio de Janeiro, Editora Verbatim, 2009.

ADAPTAÇÃO CURRICULAR: ESTRATÉGIAS PARA A INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DI

Bruna Maria Mazo Cardoso, Fabio Henrique Pinheiro
e-mail: bruna_mazo2@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A deficiência intelectual (DI) é um tipo singular de deficiência, na qual podem ser verificadas características em comum a todos os indivíduos. Esta condição pode ser caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e se origina por fatores genéticos, ou por intercorrências na gestação ou complicações pós-parto. É uma condição psicopatológica que afeta as funções cognitivas do sujeito que correspondem a capacidade de aprender e compreender, sendo funções superiores que se estabelecem a partir do sistema nervoso central. Elas englobam as capacidades de linguagem, aquisição da informação, percepção, memória, raciocínio, pensamento etc., as quais permitem a realização de tarefas como leitura, escrita, cálculos, conceptualização, sequência de movimentos, dentre outras (MALLOY-DINIZ et al., 2010).

Todo aluno tem capacidade de aprender o conteúdo exigido pelo currículo escolar, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou emocionais, porém o tempo e a forma de assimilação de cada escolar podem variar por diversos motivos, sejam defasagem escolar, didática do professor ou até mesmo por quadros patológicos que o aluno possui. Nesse último caso o aluno é assegurado pela lei nº 9394/96 – lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996), que trata da necessidade de adaptação curricular para suprir todas as necessidades educacionais da criança.

> Art. 59 Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

A adaptação curricular possibilita uma aprendizagem condizente com as necessidades físicas ou intelectuais do aluno. Muitas vezes, não é necessário que a escola crie um novo currículo, apenas torne o currículo já existente mais dinâmico e

maleável para que atenda a todos os educandos. Dessa forma, o ensino implica em ações pedagógicas e deve contar com docentes preparados, sendo estes aspectos fundamentais para eficácia do processo de ensino aprendizagem.

Algumas das alternativas para adaptações curriculares são as modificações em atividades e avaliações, tornando-as menos complexas com consignas mais simples e com menos informações, dando ao aluno o máximo de oportunidade possível de aprendizagem.

Com a declaração de Salamanca o conceito de necessidades educativas especiais se expandiu pelo mundo enfatizando a necessidade das adaptações para os escolares: "todas as crianças e jovens cujas necessidades se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares" (1994:17) que surgem em determinado momento da escolaridade. À escola compete, por meio de uma pedagogia dinâmica e enfatizada na criança, educar com sucesso estes escolares, incluindo aquelas que apresentam incapacidades graves.

O uso da adaptação curricular deve promover ao aluno um acesso ao conhecimento funcional, onde ele aplique todo seu saber ao longo da vida, ou seja, também fora da escola. Principalmente se esse aluno tem alguma necessidade especial, trazendo mais autonomia e independência para sua vida. Segundo Mendes (2002) para atender os alunos com necessidades educacionais com qualidade, a escola deve modificar-se no aspecto político (construção de uma rede de suportes capaz de formar pessoal e promover serviços na escola, na comunidade, na região); no aspecto educacional (capacidade de planejar, programar e avaliar programas para diferentes alunos em ambientes da escola regular) e no aspecto pedagógico (o uso de estratégias de ensino que favoreçam a inclusão e descentralize a figura do professor, o incentivo às tutorias por colegas, a prática flexível, a efetivação de currículos adaptados).

2 METODOLOGIA

Este trabalho utiliza-se da pesquisa bibliográfica e documental que utilizou livros, artigos, dissertações e publicações de legislações a respeito do tema. Com base nessas leituras criou-se pontos fundamentais para análise do tema. Tem-se como objetivo auxiliar os professores e as equipes gestoras das escolas, contribuindo para o esclarecimento do que é adaptação curricular voltada para crianças com deficiência intelectual, apresentando seus conceitos e significados, e como construí-la e realizá-la em salas de aulas regulares da educação básica.

3 REVISÃO DA LITERATURA

O uso da adaptação curricular deve promover ao aluno um acesso ao conhecimento funcional, onde ele aplique todo seu saber ao longo da vida, ou seja, também fora da escola. Principalmente se esse aluno tem alguma necessidade especial, trazendo mais autonomia e independência para sua vida. Segundo Mendes (2002) para atender os alunos com necessidades educacionais com qualidade, a escola deve modificar-se no aspecto político (construção de uma rede de suportes capaz de formar pessoal e promover serviços na escola, na comunidade, na região); no aspecto educacional (capacidade de planejar, programar e avaliar programas para diferentes alunos em ambientes da escola regular) e no aspecto pedagógico (o uso de estratégias de ensino que favoreçam a inclusão e descentralize a figura do professor, o incentivo às tutorias por colegas, a prática flexível, a efetivação de currículos adaptados).

Brennan (1990) apresenta em seus estudos uma distinção entre necessidades especiais e necessidades educativas especiais quando analisa os efeitos de diferentes deficiências na aprendizagem e quando assinala a inexistência de uma relação simples e direta entre a gravidade da deficiência e os seus efeitos na aprendizagem. Tendo como exemplo duas crianças com problemas físicos/motores com diferentes níveis de gravidade, demonstra que: uma situação grave em termos motores pode não ter qualquer consequência no processo e progresso educativo do aluno (necessidades especiais) e uma situação mais ligeira em termos motores pode dificultar (de forma acentuada o acesso ao currículo escolar normal, ou seja, à aprendizagem promovida para os alunos do mesmo grupo de referência (necessidades educativas especiais).

Com a declaração de Salamanca (1994), o conceito de necessidades educativas especiais se expandiu pelo mundo enfatizando a necessidade das adaptações para os escolares: "todas as crianças e jovens cujas necessidades se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares" que surgem em determinado momento da escolaridade. À escola compete, por meio de uma pedagogia dinâmica e enfatizada na criança, educar com sucesso estes escolares, incluindo aquelas que apresentam incapacidades graves.

A educação de uma criança com deficiência intelectual deve ter os mesmos valores e princípios dos demais, apenas estratégias diferentes devem ser usadas para que o processo de ensino aprendizagem aconteça. Não se deve por limites para que a aprendizagem aconteça. Deve-se considerar as potencialidades do aluno e explorar

suas possibilidades, deixando um pouco de lado sua dificuldade ou limitação, para que seu desenvolvimento seja produtivo não só na vida acadêmica, mas também no âmbito da sua vida social e até profissional, se for possível, levando em consideração apenas suas peculiaridades que devem ser vistas como obstáculos e serem superados e não como barreiras que impedem o avanço da criança.

Dessa forma o professor deve proporcionar situações em que estimule o aluno a se conhecer e ver que sua deficiência não pode impor limites em sua aprendizagem. Quando o aluno passa a reconhecer seus avanços, ele reconhece todo esforço feito pelo docente, permitindo assim que uma parceria seja feita entre os dois para construir um saber.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas instituições ainda excluem pessoas com deficiência intelectual devido às suas diferenças. Muitas alegam não ter condições para receber essas pessoas, seja por não ter uma estrutura física adequada ou por falta de profissionais especializados ou simplesmente por não terem uma formação para trabalhar com a deficiência dessas pessoas. Porém nenhuma atitude é tomada para que isso se reverta. Tanto instituições quanto governo, não se manifestam para que mudanças sejam feitas ou que medidas sejam tomadas para que essas pessoas tenham acesso e acessibilidade em instituições de ensino ou seja tratada como prioridade, o que teoricamente é garantido por lei.

É preciso enxergar a pessoa com deficiência intelectual como um todo, incluindo seus sentimentos, emoções, concepções, capacidade, potencialidade.Na inclusão se reconhece a existência de inúmeras diferenças, seja elas linguísticas, pessoais, sociais, culturais; inserindo isso ao cotidiano das escolas fazendo com que o diferente se torne normal, essa clientela tem mais chances de serem aceitas em sociedade.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. **Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências, A/RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em Assembleia Geral.** 1994.

LUCIANA MOURÃO, SÉRGIO SAMPAIO & MARLI HELENA DUARTE. *Colocação Seletiva de Pessoas com Deficiência Intelectual nas Organizações: um estudo qualitativo.* **Organizações & Sociedade**, vol. 19, núm. 61, abril-junio, 2012, pp. 209-229 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil.

MATURANA, A. P. P. M.; MENDES, E. G. I*nclusão e deficiência intelectual: escola especial e comum sob a óptica dos próprios alunos*. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 209-226, out./dez. 2017

PORTAL DA EDUCAÇÃO. Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/adaptacoes/45866>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

SANTOS. Daísy Cléia Oliveira dos. *Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual*. **Educ. Pesquis.,** São Paulo, v. 38, n. 4, p. 935-948, out./dez. 2012.

SCHEILLA DE CASTRO ABBUD VIEIRA*. Deficiência intelectual: construção do conhecimento e o atendimento educacional especializado. Eixo temático: A Educação Inclusiva e os processos de ensino e aprendizagem na Educação Básica.* **1° seminário luso-brasileiro de educação inclusiva: o ensino e aprendizagem em discussão.**

STELMACHUK & HAYASHI. A.C.L. & M.C.P. *Análise Bibliométrica sobre Avaliação de Pessoas com Deficiência Intelectual para Ingresso em Serviços de Educação Especial.* REICE. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación.**

TÉDDE. SAMANTHA. *Crianças Com Deficiência Intelectual: A Aprendizagem E A Inclusão.* Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL – SP. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012.

ZANFELICI. T. O. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004*. Universidade Federal de São Carlos. **Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, SP.** Educar, Curitiba: Editora UFPR., n. 32, p. 253-256. 2008.

ADICÇÕES E OS GRUPOS DE MUTUA AJUDA: REFLEXÕES À LUZ DA PSICANÁLISE

Caio Marcelo Sertain, Marcel Henrique Bertonzzin,
e-mail: caio.sertain@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em 1935, dois alcoólatras que participavam de um movimento chamado “grupo Oxford, em um momento de “crise” e com receio em voltar a fazer uso do álcool novamente se reuniram para conversar sobre as aflições com as consequências do alcoolismo e o desejo de manter-se em abstinência. Diferente da filosofia religiosa que acreditava o grupo Oxford onde o sujeito deveria “converter-se” a uma crença religiosa e consequentemente libertar-se do "vicio do álcool”, as reuniões tinha como objetivo encontrar apoio mútuo para não precisar usar o álcool e a religiosidade pessoal ficara em segundo plano. Com o tempo, as reuniões frequentes estava tendo adesão de outros alcoólatras. Esse grupo que rapidamente espalhou-se por todo os Estados Unidos, posteriormente viria a ganhar espaços em vários Países ficou conhecido com Alcoólicos Anônimos.

Mediante ao êxito do tratamento, um tanto amador, de um alcoólatra ajudando outro alcoólatra, em 1953 com o apoio de outros alcoolistas em sobriedade Jim K., um usuário de drogas que, como os alcoólicos de AA, buscava a sobriedade, nascia então, o Narcóticos Anônimos, que adaptando o programa de AA estendia o formato dessas reuniões para usuários de drogas que queriam a sobriedade.

Para contextualizar o processo de recuperação desses grupos, o autor considerou observar alguns elementos presentes na interação desses membros justificando assim o êxito e as limitações no formato dessas reuniões. O uso abusivo de álcool e outras drogas foram objetos recorrentes de estudos da psicologia e da psicanálise nas últimas décadas. Visto a complexidade do assunto e visando entender as dificuldades e o manejo terapêutico nas técnicas psicanalíticas em tratamentos com adictos dependentes, o objeto de estudo está nos grupos de mutua ajuda e no papel terapêutico no processo de recuperação e reabilitação do álcool e outras drogas. O presente artigo debruçou, especificamente, nos grupos de mutua ajuda que se utilizam do programa de

doze passos desenvolvidos por Alcóolicos Anônimos a fim de analisar as dinâmicas interpessoais estabelecidas nas reuniões e correlacionar com o enquadre psicanalítico.

2 METODOLOGIA

A pesquisa tem especial relevância pelo objeto de estudo abordado, ou seja, distanciando-se da maioria da literatura científica, que foca numa abordagem acerca da dependência química, não nos propomos a estudar os efeitos e danos do uso abusivo de substâncias psicoativas, outrossim, temos como objeto de estudo: 1) será as estruturas da psique humana e seus mecanismos que podem levar o indivíduo a desenvolver a adicção e; 2) os métodos utilizados em centros de reabilitação que utilizam os "princípios espirituais" ou condutas morais como pano de fundo para o tratamento terapêutico; 3) hipotetizar o motivo do sucesso das Irmandades Anônimas segundo o referencial teórico da psicanálise. Embora outras abordagens da psicologia, como a TCC, tenham mostrado eficiência no tratamento da dependência química e na produção científica sobre a adicção por substâncias químicas, acreditamos que a psicanálise poderá dar maior respaldo teórico na proposta discorrendo desde os conceitos freudianos clássicos até os conceitos contemporâneos, buscando analisar a relação do formato do tratamento oferecido nessas reuniões de grupo que usam a metodologia dos "Doze passos" e seus efeitos positivos desse modelo terapêutico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Utilizaremos a terminologia "adicto", como foi dito anteriormente, uma vez que a expressão é corrente nos dois universos (literatura psicanalítica e os grupos de mutua ajuda) para nos referirmos a relação de escravidão e serviência ao objeto idealizado (droga). Adicto (adictu) tem origem do latim usado na Roma antiga para referir-se ao escravo que, para saldar uma dívida impagável, oferecia-se com tal. Segundo Gurfinkel (2011) a gênese da ideia de "vender a alma" ou de ser refém de seu bem feitor é oriunda dessa expressão. Ela nos ajudará a compreender a relação sujeito/objeto e a relação de escravidão com a compulsão e obsessão. O que leva o indivíduo a usar drogas e o porquê de uns tornarem-se adictos e outros não, variará segundo da subjetividade de cada caso analisado para o qual psicanálise já possui acervo teórico vasto. Atentaremos ao universo dos grupos de mútua ajuda analisando as relações interpessoais e os fenômenos terapêuticos relatados pelos mesmos sob o olhar psicanalítico.

> Uma última conclusão, de grande importância clínica refere-se à questão do tratamento as adicções. Uma vez que trata-se de uma dependência do

> objeto idealizado, a terapêutica deverá ter como meta possibilitar um trabalho de luto de tal objeto" (GURFINKEL, 2011, p. 234)

Segundo Gurfinkel (2011), o trabalho terapêutico não é tarefa fácil, isso também justifica alguns analistas não verem com entusiasmo a análise para adictos nos primórdios da psicanálise, uma vez que o objeto idealizado deixará aberto um enorme buraco psíquico produzindo com isso uma enorme vertigem, difícil de ser suportada. O fortalecimento do Ego e da Instancia Ideal, segundo a terminologia deste autor, é de suma importância no êxito do processo analítico do mesmo.

Podemos relacionar o modus operandi do pensamento e discurso dos adictos como sendo semelhante à rebeldia e resistência presentes na adolescência frente à expectativa de que este adolescente seja um adulto responsável e proativo, com certa repulsa às mesmas narrativas antidrogas que ressaltam os malefícios do objeto desejado (droga). Para eles, a ideia introjetada seria apenas um controle social imposto pelo mundo adulto para regular suas liberdades e o caminho para o Gozo, segundo Gurfinkel (2011)

O maior desafio do analista ao referir à dificuldade de adesão ao tratamento, citando Gurfinkel (2011), mencionado anteriormente, é abordado pelo grupo, de forma implícita, no reconhecimento do indivíduo da sua própria impotência e na valorização do adicto recém-chegado pelos membros do grupo. Segundo A.A., o recém chegado é a pessoa mais importante em nossas reuniões (ALCOOLICOS ANONIMOS, 2012). Dessa forma, o grupo promove o fortalecimento do Ego e o sentimento de estar acolhido (protegido) presente durante as reuniões. Vemos que o grupo acaba assumindo a função do "ambiente suficientemente bom" (acolhedor, que não julga e proporciona sustentabilidade emocional), que outrora a mãe deveria ter proporcionado para o desenvolvimento do indivíduo como afirma Winnicott (1955-1961), integrando o mesmo ao grupo e posteriori à sociedade, mas também a função paternal de superego auxiliar como referência do que fazer e não fazer (certo e errado) segundo a visão freudiana (1938). Podemos entender a postura de abstinência através da reflexão de Winnicott (1958) sobre a psicologia do luto. A raiva da separação (perda) do Objeto idealizado (droga) corroboram com uma postura "puritana" dessas irmandades frente as substâncias químicas, no entanto, não nos cabe julgar se tal postura é prejudicial ou não. "Quando o ego traz ao superego o sacrifício de uma renúncia instintual, ele espera ser recompensado recebendo mais amor deste último. A consciência de merecer esse amor é sentida por ele como orgulho." (FREUD,1937-1939, p.132)

Da mesma forma que a psicanálise aposta no setting psicanalítico (o início e termino da sessão, a distribuição dos móveis no consultório, o sigilo profissional do analista, a ausência de prejulgamentos, o valor de cada sessão etc.) como ferramenta do analista no qual o mesmo intervém apenas quando necessário, podemos verificar na dinâmica desses grupos regidos pelas doze tradições algo como uma extensão terapêutica nas relações interpessoais. O "enquadre" terapêutico desses grupos, independente do País que seja realizado a reunião, é o mesmo, proporcionando ao membro a mesma familiaridade do contexto independentemente do idioma utilizado na reunião. São essas características que diferenciam o que é uma reunião de A.A., por exemplo, de uma outra reunião de grupo, assim também o enquadre psicanalítico e o manejo delimitam o que é uma análise, de uma psicoterapia psicanalítica de uma psicoterapia de outra abordagem teórica, por exemplo (ETCHEGOYEN, 2003).

Embora a individualidade de cada membro seja garantida nessas reuniões, podemos afirmar que a visão de mundo político/religioso de cada indivíduo encontra sustentação, e na elasticidade do conceito poder superior, no programa de doze passos e a construção individual dos princípios espirituais são embasadas, não em dogmas morais religiosos, mas sim, de forma pragmática no que funciona e no que não funciona para o mesmo. Segundo Winnicott (1955-1951) uma espécie de democracia promovida pelo grupo, como podemos observar no funcionamento dessas irmandades, reduz as tendências do grupo a serem extremados, para isso, os membros com maior grau de maturidade fornecem a cobertura necessária para os membros menos maduros.

> A primeira forma de organização social ocorreu com uma renúncia do instinto de reconhecimento das obrigações mútuas a introdução das instituições definidas, pronunciadas invioláveis (sagradas), o que equivale a dizer, os primórdios da moralidade e da justiça. (FREUD, 1937-1939, p. 96)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar, como nessas irmandades, que o uso abusivo de drogas são apenas o sintoma e não a origem dos problemas especificamente. A adicção segundo a visão winnicottiana, pode ser fruto das experiências de "privação" de um ambiente suficientemente bom para o desenvolvimento o indivíduo, numa busca frenética por acolhimento, constante busca do verdadeiro eu e uma eterna corrida para aliviar a dor e não deparar-se com a realidade. Sobre essas experiências vivenciadas no passado, geralmente enquanto infante, Winnicott afirma que a criança tem duas alternativas:

aniquilar o seu verdadeiro eu ou sacudir a sociedade até que ela forneça cobertura (1955-1961).

Na proposta de observar as relações interpessoais desses grupos fica evidente algumas de suas limitações terapêuticas, posto que o caráter não profissional é uma característica curiosa dessas irmandades, entretanto não poderemos fechar os olhos para os resultados positivos na tentativa do indivíduo em parar de usar a droga. Justamente aí corremos o risco da imparcialidade e, por se tratar de "uma terapia amadora", ficarmos numa bolha de pensadores acadêmicos ignorando que outras tantas irmandades usam o mesmo formato para tantas outras adicções (sexuais, jogos, dependência emocional) com os resultados não diferentes dos observados no presente artigo. Não podemos perder de vista algumas máximas deixadas pelos gigantes de outrora. "No desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo" (FREUD,1920-22, p.114)

REFERÊNCIAS

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. **Alcoólicos Anônimos.** São Paulo: JUNAAB, 2012.(Titulo original: AlcoholicsAnonymous Copyright, 1939.New York, NY.Alcoholics Anonymous Word Services, Inc.)

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS**. Alcoólicos Anônimos Atinge a Maioridade.**São Paulo: JUNAAB, 2011. (Titular original: Alcoholics Anonymous Comes of Age, 1957. New York, NY . Alcoholics Anonymous Word Services, Inc)

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS, Alcoólicos Anônimos. Os doze passos e as doze tradições. 2001.

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. **Levar Adiante.** São Paulo: JUNNAB, 2000 (Título original: Pass it on, 1984. New York, NY. Alcoholics Anonymous Word Services, Inc)

CARDOSO, Ricardo Muniz Mattos. Só por hoje: um estudo sobre Narcóticos Anônimos, estigma social e sociedade contemporânea. Orientador: Adriana Facina Gurgel do Amaral. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006.

ETCHEGOYEN, R.H. (2002) **Fundamentos da técnica psicanalítica. Porto Alegre**. 2 ed: Artmed, 2007 (titilo original: los fundamentos de la técnica psicoanalítica)

FERENCZI, Sándor. Prolongamentos da "técnica ativa" em psicanálise. Sándor Ferenczi: Obras completas, Psicanálise III, p. 109-126, 1920.

FERENCZI, Sándor. Contraindicações da técnica ativa. Sándor Ferenczi: Obras completas, Psicanálise III, p. 365-376, 1926.

FERENCZI, Sandor; CABRAL, Álvaro; BERLINER, Cláudia. Diário clínico. Martins Fontes, 1990.

FREUD, S. (1913) **Totem e tabu e outros trabalhos**: Obra Completa de Sigmund Freud, vol. 13. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1920) **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos.** Obra Completa de Sigmund Freud, vol. 18. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S.(1930) **O mal-estar na civilização**: Obra Completa de Sigmund Freud, vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 2006

FREUD, S. **Moisés e monoteísmo, esboço de psicanálise**: Obra Completa de Sigmund Freud, vol. 23. Rio de Janeiro: Imago, 2006

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 7, 1921.

FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo (1939). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 23, 1996.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931). In: O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931). 1996.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1912-1913). _____. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. 13, p. 11-162, 1996.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 18). Rio e Janeiro: Imago.(Originalmente publicado em 1920), 1996.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 18). Rio e Janeiro: Imago.(Originalmente publicado em 1920), 1996.

GURFINKEL, Décio. **Adicções: paixão e vício**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2011.

JUNIOR, Coelho; ERNESTO, Nelson. Ferenczi e a experiência da Einfühlung. Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, v. 7, n. 1, p. 73-85, 2004.

LE POULICHET, Silvye. **Toxicomanías e psicoanalisis**: LasNarcosis Del Deseo. (1987) 1º Edição. Buenos Aires: Amorrortu,1990.

SALIM, Anna Luiza Dantas. Um estudo psicanalítico dos Narcóticos Anônimos. 2019.

WINNICOTT, Donald Woods. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WINNICOTT, Donald Woods. A integração do ego no desenvolvimento da criança. **O ambiente e os processos de maturação**, p. 55-61, 1983.

WINNICOTT, Donald Woods. Objetos transicionais e fenômenos transicionais (1951). **Winnicott DW. Textos selecionados: da pediatria à psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves**, 1978.

ADOLESCENTE E LIBERDADE ASSISTIDA: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA PSICOSSOCIAL SOB O OLHAR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Evelin Aparecida do Prado Mosconi, Taís Nascimento dos Santos Bonfim, Rinaldo Correr, e-mail: evi1928@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao adolescente que comete algum ato infracional é aplicada a medida socioeducativa (ECA, L8.069 – art. 112), dentre as modalidades que esta dispõe, temos a liberdade assistida. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014) traz o CREAS como o órgão responsável pela aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto, descrevendo-o como um serviço de média complexidade que visa promover o acesso à garantia dos direitos dos adolescentes.

Nesta perspectiva, os psicólogos e assistentes sociais responsáveis pelo acompanhamento da liberdade assistida são profissionais do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), e têm em suas atribuições a escuta especializada, a intervenção direta com os adolescentes e a identificação do contexto social, a fim de potencializar os recursos pessoais, utilizando-se do diálogo como forma de valorização das expectativas, experiências e conhecimentos nas ações, para o desenvolvimento psicossocial do adolescente (PORTARIA CIB/SP Nº 19, de 11 de dezembro de 2018).

O trabalho psicológico e do serviço social na aplicação das medidas socioeducativas é um importante mecanismo, por se tratar de um acompanhamento integral e que está atento às diversas áreas da vida do indivíduo, necessitando assim, de um olhar especializado e que direcione a mudanças de suas perspectivas e modos de se relacionar. Compreende-se que os profissionais envolvidos devem propiciar o desenvolvimento para a superação das condições que os levaram a prática do ato infracional, instigar o desenvolvimento de pensamento crítico, além de trabalhar junto as famílias para que sejam garantidos aos adolescentes o suporte e proteção necessária.

Segundo Sêga (2000, p. 128):

> As representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernam.

A observação da representação social que circula nos discursos, é carregada pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais (JODELET, 2001). Por essa razão, foi a metodologia escolhida para a análise discursiva dos profissionais atuantes na liberdade assistida, visto que busca compreender o contexto em que as falas estão inseridas e de que forma afeta o trabalho dos profissionais abordados.

Este projeto se justifica pela relevância do tema pesquisado, pontuando a escassez de respaldo teórico e busca pelo conhecimento acerca das representações sociais dos profissionais que atuam no cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida. Por meio da pesquisa foi possível tecer uma discussão em torno da atuação dos técnicos e dos desdobramentos que o serviço implica.

Considerando a relevância do assunto, torna-se necessário discutir a temática sob a ótica da equipe técnica, entendendo que os profissionais atuantes no serviço lidam com casos complexos e precisam garantir a qualidade do trabalho desenvolvido.

Dessa maneira, o objetivo é, de maneira geral, analisar e compreender o trabalho do psicólogo e assistente social em sua prática na intervenção com os adolescentes em cumprimento de liberdade assistida, permitindo uma percepção do assunto tratado. De forma específica, a pesquisa buscou explorar o olhar dos técnicos em relação ao trabalho executado, a remuneração, a valorização do profissional, o respaldo das políticas públicas e da rede socioassistencial, a disponibilidade de referenciais teóricos e programas de aperfeiçoamento ofertados. A partir dos dados obtidos na entrevista, foi realizada uma análise do conteúdo apresentado sob um enfoque nas representações sociais que os profissionais têm diante do seu papel dentro do serviço, explorando sua percepção de mundo, homem, sociedade, realidade, liberdade, menoridade penal e conflito com a lei.

2 METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Por essas razões, esse foi o direcionamento escolhido para a realização da pesquisa, utilizando-se, para tal, de

entrevista semiestruturada, que aborda a atuação técnica dos profissionais na execução da liberdade assistida.

2.1 PARTICIPANTES

Para a pesquisa foram selecionados quatro profissionais, os quais, utilizou-se dos seguintes critérios: a) atuar diretamente no atendimento do adolescente em cumprimento de liberdade assistida e; b) possuir formação em Psicologia ou Serviço Social e; c) demonstrem interesse em participar do estudo. Dessa maneira, não foram considerados como possíveis participantes, aqueles que não se enquadram nos parâmetros definidos anteriormente.

2.2 LOCAL

A entrevista foi realizada no CREAS, órgão responsável pela execução da medida socioeducativa de liberdade assistida. Os participantes da pesquisa foram convidados dentre aqueles que prestam o serviço em dois municípios do centro-oeste do estado de São Paulo. A entrevista foi realizada de forma imparcial e objetiva, ocorrendo a gravação desta para transcrição das falas obtidas e posterior análise de dados.

2.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética das Faculdades Integradas de Jaú – FIJ, por meio da Plataforma Brasil. O estudo atende aos critérios estabelecidos pela Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012, postulada pelo Conselho Nacional de Saúde, assegurando que os participantes não sofreram danos físicos e morais. Foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido aos participantes e autorização para os chefes das instituições abordadas.

2.4 INSTRUMENTOS E MATERIAIS

Foi utilizada uma entrevista semiestruturada exploratória contendo dezessete questões que poderão ser aprofundadas no decorrer da entrevista. A pesquisa contou com a utilização de gravador de *smarthphone* (com permissão dos participantes) a fim de não comprometer a transcrição dos dados coletados.

2.6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise do conteúdo foi realizada por meio da agrupação por categorias das respostas e considerações sobre a região onde é executada a liberdade assistida, proporcionando um panorama dos serviços dentro da perspectiva técnica. A discussão se pautou sob uma visão das representações sociais dos profissionais abordados.

A abordagem das representações sociais foi utilizada como teoria de base analítica, além do diálogo com os conhecimentos produzidos e publicados na literatura investigada. Nessa teoria, as informações são delineadas pela compreensão de seu contexto de surgimento, como uma modalidade de conhecimento prático, que é produzida a partir de construções sociais compartilhadas e formas de conhecimento (SPINK, 1993).

2.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Assim, obedecendo aos critérios éticos de uma pesquisa científica, foi solicitada a autorização para a pesquisa junto aos órgãos em que serão desenvolvidas as entrevistas. Ademais, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa de acordo com a resolução 196/96 (BRASIL, 1996), obtendo aprovação sob o número do CAAE: 15414319.4.0000.5427.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A entrevista foi aplicada em quatro profissionais atuantes na execução da liberdade assistida, serviço realizado pelo CREAS de dois munícipios do estado de São Paulo. Dentre os entrevistados, três possuem formação em psicologia e um em serviço social, todos concursados. Dois profissionais atuavam somente com liberdade assistida, os demais atendiam a esta demanda, como também, aos outros serviços designados à unidade.

O roteiro de entrevista foi dividido em categorias que enfocavam o papel do profissional que trabalha com liberdade assistida, evidenciando-se, dessa forma, a identidade profissional, campo de atuação, desenvolvimento das atividades e a visão sobre essa política. Na etapa ‘Identidade Profissional’, observou-se a evidência discursiva da escuta empática e compreensão pelo indivíduo, tendo em vista a possibilidade de transformação e garantia de direitos, sendo o profissional um mediador entre o adolescente e o serviço.

Ao abordar como se dá o trabalho interdisciplinar, ressaltou-se a dificuldade em relação aos demais serviços da rede, destacando a educação e a saúde. No estudo de Morais e Malfitano (2014), as respostas obtidas em relação a saúde destacavam a área de saúde mental, sobretudo os Centros de Atenção Psicossocial (Álcool e outras drogas, infantil e adulto) e Unidades Básicas de Saúde. Aproximando-se das respostas obtidas sobre esse quesito no presente estudo.

Sobre saúde, foi pontuado a inexistência de um programa específico para crianças e adolescentes que fazem uso de substâncias psicoativas, tendo em vista que, uma parcela considerável dos adolescentes em LA (que são público dos entrevistados), cumprem a medida socioeducativa por uso e/ou tráfico de drogas, ***sic*** "[...] porque na verdade 99% dos casos que veem para cá é tráfico de drogas [...]". Quando se encaminha esse público para o tratamento no CAPSAD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), que atende todas as faixas etárias, os usuários não aderem ao serviço por falta de identificação, ***sic*** "[...] a questão mesmo é o perfil do serviço, que por não ser separado, eles não se identificam [...]".

Morais e Malfitano (2014) relatam que nos serviços que se mantêm contato para encaminhamentos, trabalhos em conjunto, discussão de situações, dentre outras articulações, na perspectiva de trabalho em rede, destaca-se a educação. De acordo com o ECA (L8069, art. 53) toda criança e adolescente tem direito à educação, entretanto, os técnicos pontuam a dificuldade em se articular a reinserção dos usuários na escola (já que muitos encontram-se evadidos), postulando que isso só é possível, porque os adolescentes estão sob cumprimento de ordem judicial, mas que ocorre o julgamento destes, por experiências anteriores no contexto escolar.

Essa dificuldade em relação ao acesso aos demais serviços da rede, gera frustração no adolescente, familiares e profissionais, estes, se sentem limitados na sua proposta de trabalho e os usuários têm seus direitos violados.

Em detrimento desse sentimento de frustração, reproduzido pelas falhas na prestação do serviço, pode-se citar o adoecimento profissional retratado pelos entrevistados ***sic*** "[...] é uma sobrecarga de situações que demandam um aspecto emocional muito grande". Não é oferecido um programa que se atente a saúde psicológica dessa categoria, impactando nos profissionais uma autopercepção de que talvez a culpa seja individual, ou ainda, deslocando o processo de culpabilização, uma ação profissional resultante de uma formação insuficiente.

Outra categoria explorada foi a valorização profissional, no relato dos entrevistados fica eminente a sensação de crescente desvalorização do trabalho realizado, realçados pela falta de autonomia decorrente da implicação de inúmeras barreiras externas. Explanados em fala como: ***sic*** "Então, é como se qualquer pessoa pudesse executar o serviço, basta ser boazinha, e isso me leva a crer que não existe valorização do que realmente seria a minha atribuição [...]"

Seguem-se reflexões como a baixa satisfação com a remuneração e os impasses com as formas de gestão e a sujeição a um modelo assistencialista, sem impactos significativos na transformação da vida dos adolescentes e de seus familiares. O modelo assistencialista se faz muito presente dentro dos serviços socioassistenciais, os entrevistados destacam que muitas vezes não são vistos como mediadores de garantia de direitos, mas sim como fornecedores de benefícios eventuais, tais como, cestas básicas e/ou distribuição de renda. Jodelet (2001, p. 3) postula que "representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto", destacando dessa forma, a relação dos indivíduos que trabalham com serviços de garantia de direitos, onde o que se valoriza são as ideias iniciais de supressão de uma necessidade emergente e não da garantia do direito em si.

A falta da equipe mínima, para a execução da LA, foi criticada pelos profissionais ***sic*** "[...] quanto mais profissionais, mais equipe de referência, mais benefício pro usuário [...]", tendo em vista os ganhos com a contribuição de olhares interdisciplinares para uma mesma questão, assim como, uma divisão mais equiparada da demando do serviço. Segundo Morais e Malfitano (2014), pode-se inferir que, mais do que investir no aumento da equipe profissional, faz-se importante apostar em sua qualificação. A falta de preparo para trabalhar-se com a LA, fica evidenciado na fala "cair de paraquedas", mostrando uma insuficiência na formação dos profissionais e na limitação de oferta – disponibilizados pelas instituições que atuam - de especialização com a temática.

Entende-se que a liberdade assistida é uma das medidas socioeducativas que visa o acesso a garantia dos direitos assegurados por lei, ao adolescente em conflito com a lei, objetivando a reinserção social, a responsabilização pelo ato infracional, possibilidades de mudança e novos projetos de vida. Por isso, se faz importante ressaltar a necessidade do engajamento de outros serviços e outros profissionais, para a efetivação desse processo.

Apesar dos esforços e articulações que são realizados na execução da liberdade assistida, compreende-se que o tempo para tais mudanças seja curto, representado no

depoimento dos participantes, ***sic*** "[...] como é que a gente vai conseguir, sei lá, criar um impacto significativo em um período tão curto [...]". Os adolescentes em cumprimento de LA, muitas vezes, vêm de uma família que apresenta vários direitos violados, o que torna a problemática ainda maior, com o desafio do tempo, torna-se muito difícil realizar um trabalho que realmente acarrete em mudança.

Os participantes ressaltaram a relevância desse estudo, relatando que há poucos referencias teóricos, que dão respaldo à prática desses profissionais junto ao serviço, ficando sob responsabilidade dos técnicos, a maneira como vão realizar o trabalho. Os entrevistados trouxeram em suas falas, que a LA tem em sua teoria princípios muito válidos, mas sua execução não corresponde a metodologia difundida, ficando muito aquém dos objetivos propostos, necessitando uma reavaliação dessa política.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar esse estudo, realizado com quatro profissionais de psicologia e serviço social, buscou-se investigar as RS destes, partindo de suas percepções acerca do seu papel frente a demanda atendida. Através do trabalho analítico dos autores, é possível destacar algumas RS que emergiram nas entrevistas, tais como: a discrepância entre a proposta que a Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida fomenta, com a efetivação na execução do trabalho realizado, ficando muito evidente o quão falho é o serviço e as inúmeras barreiras enfrentadas pela equipe técnica; decorrentes desse processo, surgem as frustrações e o adoecimento psíquico, pontos de forte discussão no trabalho. Por outra via, o estudo denuncia o abandono crescente das políticas públicas, pela escassez de investimentos nos espaços físicos e na necessária formação continuada. Esse desmonte recai sobre os personagens deste território, os profissionais, os adolescentes que precisam desses serviços e, de forma indireta, mas muito concreta, de toda comunidade, na qual se inserem famílias, crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto – Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art97%C2%A71>. Acesso em: 24 fev. 2019.

BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Brasília, 2013. Disponível

em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO. **Portaria CIB/SP n° 19, de 11 de dezembro de 2018.** Disponível em: <http://cresssp.org.br/wpcontent/uploads/2018/12/Portaria-CIB-n-%C2%BA19-15-12-2018.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2019.

DE MORAIS, Aline Cristina; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Medidas socioeducativas em São Paulo: os serviços e os técnicos. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3/a10v26n3.pdf>. Acesso em: 01 de out. de 2019.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, p. 17-44, 2001. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Denise_Jodelet3/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_dominio_em_expansao/links/5c4897c3a6fdccd6b5c2eab1/Representacoes-sociais-Um-dominio-em-expansao.pdf>. Acesso em: 18 de set. de 2019.

SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, v. 8, n. 13, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/luhdy/Downloads/6719-20751-2-PB.pdf>. Acesso em: 03 de set. de 2019.

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 95-106, 1993. Disponível em:<https://www.scielosp.org/pdf/csp/1993.v9n3/300-308/pt>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ALIENAÇÃO PARENTAL E A SINDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS CONSEQUENCIAS PSICOLÓGICAS E JURIDICAS

Daniela Fernanda Viotto, Lais Medeiros da Silva, Nicoly Figueiredo Avanço, Verusla Veridiane Viaro Galante, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail: vaniapsico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Entende-se por alienação parental o comportamento por parte de um dos cônjuges de denegrir deliberadamente a imagem do outro perante o filho, com o intuito de que este deixe de amar ou deixe de querer estar próximo ao pai ou a mãe. Nesse contexto, os filhos são os maiores prejudicados, pois a prática da conduta alienadora envolve “a utilização de mecanismos de afastamento entre os filhos e o genitor não guardião e a implantação e falsas memórias” (SENNA; OLIVEIRA, 2014, p. 02),o que caracteriza abuso psicológico que, por sua vez, pode comprometer a qualidade do vínculo familiar como um todo (SENNA; OLIVEIRA, 2014). O artigo objetiva descrever o conceito de alienação parental, bem como, esclarecer suas consequências psicológicas e jurídicas. O tema escolhido para elaboração do artigo justifica-se pela necessidade de descrever a alienação parental como uma das razões que podem causar a síndrome da alienação parental, junto a um conjunto de sintomas que provocam danos à saúde do indivíduo e compromete o desenvolvimento da criança de maneira muito mais grave do que se supõe, além de demonstrar a necessidade de observar e examinar o fenômeno da alienação, averiguando os diversos sintomas que a criança ou adolescente desencadeia por isso, bem como, as medidas preventivas e o seu tratamento.

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) foi mencionada pela primeira vez na década de 80 por Richard A. Gardner, psiquiatra americano, citado no artigo de Rafaeli (2002). Gardner afirmava que esse fenômeno seria um distúrbio infantil causado, em sua maioria, pelas disputas de guardas judiciais, rompendo os vínculos que a criança possuía com um dos seus genitores. Seria o conjunto de problemas psicológicos, emocionais e comportamentais que passam a surgir na criança ou adolescente por conta da desmoralização e afastamento do genitor que está sendo alienado (CANABARRO, 2012).

Essa conduta alienadora envolve a construção das falsas memórias, que são lembranças e histórias que nunca ocorreram ou que não aconteceram da forma como é difundida, tendo uma distorção da situação. Assim, a criança lembra-se até de eventos, fatos e lugares que nunca foram presenciados por ela. As crianças pequenas são mais suscetíveis a essas informações, impulsionando, também, as falsas denúncias de abuso com o intuito de dificultar, ou mesmo impedir, os contatos com o genitor alienado. É preciso ressaltar que existe diferença entre a falsa memória e a mentira deliberada. Na falsa memória a pessoa realmente acredita que presenciou alguma situação, chega até lembrar-se de alguns detalhes sem ao menos tê-los vivido. Já na mentira deliberada, a falsidade é feita propositalmente. Por isso, seja através da implantação de falsas memórias ou através da mentira deliberada, a criança ou adolescente desenvolve como "verdadeiros" todos os sentimentos de repulsa que o genitor alienante causou, o que contribui ainda mais no fortalecimento da alienação, de forma que a criança desenvolve comportamentos hostis em relação ao genitor alienado, chegando até mesmo a se recusar vê-lo, fortalecendo ainda mais a campanha alienante contra o outro genitor (CANABARRO, 2012).

A síndrome também pode vir a se manifestar como doença psicossomática, de maneira que as crianças e adolescentes podem se tornar mais ansiosos, deprimidos ou até mesmo, mais nervosos e agressivos, além de apresentarem transtornos de identidade, bem como o alcoolismo ou a dependência no uso de drogas. A criança alienada, quando chega à fase adulta, também poderá ter um sentimento de culpa por fazer parte de um comportamento abusivo contra o genitor alienado, e por isso poderá, futuramente, fazer a mesma coisa com seus filhos (VIELLY, 2015). Outra consequência que a SAP pode gerar é o "efeito bumerangue", que ocorre quando o filho alienado toma consciência que passou a conspirar contra uma pessoa inocente, e que foi usado como um objeto de vingança, e começa a se culpar, expressando raiva, remorso, o que pode ocasionar uma depressão ou até mesmo um possível suicídio (VIELLY, 2015).

Desta forma, pode-se dizer que a Alienação Parental é quando a criança está em meio ao conflito dos pais durante a dissolução do casamento, já que um deles a utiliza para denegrir a imagem do ex-cônjuge, enquanto a Síndrome da Alienação Parental (SAP), é caracterizada como um transtorno, tendo um conjunto de sintomas e mudanças de comportamento, como racionalizações fracas, absurdas ou frívolas para a depreciação, falta de ambivalência com sentimentos de amor e ódio, encenações programadas, apoio automático do genitor alienante, ausência de culpa sobre a

crueldade contra genitor alienado, dentre outras que aparecem quando a criança ou adolescente são treinados a quebrar o vinculo com a figura alienada (CARDOSO, 2017).

A alienação parental tem sido destaque no que competem as ações judiciais, processos em que o genitor que foi vítima, passa a reivindicar os seus direitos por estar perdendo, ou já ter perdido totalmente, o contato com seus filhos. Os casos mais peculiares são aqueles em que, através de processos judiciais, se procede a defesa contra as acusações de abuso sexual, tendo a complexidade de reconhecer se houve ou não uma ação da alienação parental, pois estes atos são difíceis de provar, não deixando marcas físicas, e sim psicológicas. Com isso, um genitor alienado pode se transformar em um agressor sexual rapidamente.

Assim, visando criar medidas que busquem prevenir a Síndrome de Alienação Parental, foi aprovada em 26 de agosto de 2010 a Lei 12.318 que busca coibir todo e qualquer ato de alienação.Todas as crianças ou adolescentes tem o direito à convivência familiar, assim conforme demonstra no Art. 6°da Lei 12.318/10 que visa preservar totalmente a criança ou adolescente do ataque da alienação, tendo uma convivência saudável no seio familiar, pois a família é o primeiro contato que o ser humano tem, o primeiro meio de socialização e aprendizagem passando a ter um papel fundamental para o desenvolvimento social e psicológico do indivíduo. Também o Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que visa todos os direitos fundamentais dos mesmos, preconiza o direito ao desenvolvimento físico, psíquico, moral, social e espiritual, sempre em condições de liberdade e dignidade por meio de Leis ou por qualquer outro espaço de defesa de direitos.

As questões ligadas a Alienação Parental no âmbito jurídico, são de responsabilidade da Vara da Família, onde o psicólogo jurídico tem liberdade para auxiliar nas ações judiciais, pois ele traz uma realidade psicológica dos fatos ao juiz. Ultimamente, o sistema jurídico está dando preferência para os casos de guarda compartilhada, pois se evita que os filhos fiquem resguardados sob a responsabilidade de apenas um dos genitores, o que impede o controle psicológico negativo sobre o outro genitor. Caso haja evidencias de alienação, o magistrado sentenciará uma realização de perícia multidisciplinar, passando a ouvir o Ministério Público, numa avaliação bem abrangente, gerando um laudo, averiguando se há ou não alienação para finalmente, tomar as devidas providências (FRANÇA, 2004). A SAP não é um caso fácil de se reverter, mas se tratada de forma correta por especialistas da saúde

com medidas terapêuticas, pode se amenizar muito o sofrimento causado por ela. Por fim, existe outra lei sancionada recentemente para proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, Lei 13.431/17, que determina o depoimento especial, assegurando que crianças e adolescentes que sofreram violência possam ser ouvidos em locais apropriados, acolhedores, resguardando-o a privacidade.

O psicólogo pode atuar em várias áreas, jurídica, clínica, escolar ou social, e podem entrar em contato com casos de alienação parental. Os psicólogos jurídicos são os que mais se deparam com esse fenômeno por conta da demanda de ações ajuizadas de divórcios litigiosos, disputas de guarda, enquanto que os profissionais que atuam na área escolar passam a observar de perto e melhor o comportamento da criança ou adolescente, já que convivem diariamente com os mesmos nas escolas, enquanto que o psicólogo clinico poderá observar esse fenômeno nas terapias (COSTA, 2015).

Portanto é o psicólogo jurídico quem irá fazer a escuta desta criança, é ele quem irá entrevistar ambos os pais, a fim de escrever um relatório com suas observações para ajudar o juiz a avaliar e tomar a melhor decisão em relação ao caso. Entretanto o psicólogo jurídico também pode realizar mediações com o casal durante o processo de disputa de guarda a fim de que eles entrem em um consenso, o que irá beneficiar a criança (FERREIRA, 2015).

2 METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho foi realizada pesquisa de artigos científicos na base de dados do Scielo, Pepsic e Google acadêmico, e selecionados doze artigos com os descritores alienação parental dentre os aproximadamente 32.200 resultados encontrados, dentre os quais foram escolhidos 04 artigos; com os descritores síndrome da alienação parental, foram obtidos aproximadamente 115.000 resultados e escolhidos 03 artigos e com os descritores psicologia e alienação parental encontrou-se aproximadamente 190.000 resultados e escolhidos 05 artigos, correspondentes aos anos de 2004 a 2017,lidos e resumidos para elaboração desse artigo, como também artigos de leis e estatutos como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 12.318/10 e Lei 13.431/17.

Observando-se a necessidade de examinar o fenômeno e as diferenças entre a alienação parental e a síndrome da alienação parental, como também averiguar os

diversos sintomas que a criança ou adolescente desencadeia por consequência disso, bem como as medidas preventivas e o seu tratamento é que se procedeu a pesquisa bibliográfica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tema apresentado, que foi reconhecido há pouco tempo no âmbito judicial, posicionado na Lei 12.318/10, ajuda a amenizar os vários casos de alienação parental, prevenindo ao coibir todo ato que poderia promover a Síndrome de Alienação Parental.

A coleta de dados baseou-se na revisão de artigos bibliográficos cujo tema abordou a alienação parental e os prejuízos que ela pode oferecer tanto para o desenvolvimento da criança e do adolescente quanto para o genitor que é a vitima, pois ele não consegue realizar um vinculo com o seu filho. Segundo a Teoria do Desenvolvimento Emocional desenvolvida por Winnicott (TOSTA, 2013) e a Teoria do Apego de Bowlby (DA SILVA; PUJALS, 2015) o sujeito precisa de uma relação de apego segura, e uma relação saudável com os pais, e quando há um conflito o desenvolvimento deste sujeito é prejudicado.

Segundo (CANABARRO, 2012) a Alienação Parental inicia-se após o rompimento e separação conjugal, algo que está cada vez mais recorrente devido a mudança de pensamento em relação ao casamento, bem como, ao inicio das relações liquidas que segundo o sociólogo Bauman (2019), é algo que permeia as relações atuais. Desta forma, as relações estão cada vez mais volúveis e com projeções de sonhos e desejos, e quando esse fato não se realiza, ocorre a frustração, que no caso da Alienação Parental, conduz a criança para o meio do conflito conjugal. Nesse caso, a criança é utilizada como um objeto em que o individuo frustrado pode se aliviar da frustração e causar a dor no outro, rompendo um vinculo essencial, e ao mesmo tempo este individuo também se sente aliviado, pois a criança o “escolheu”, evitando mais uma frustração.

Em relação ao papel do psicólogo na situação da Alienação Parental, os artigos pesquisados ilustram a importância de que o mesmo tenha claro todos os contextos de vida da criança, e especialmente, no plano jurídico, seu papel consiste em conhecer o processo, utilizar instrumentos psicológicos para subsidiar a sentença judicial, divulgando e avaliando somente o que é necessário para o parecer ao juiz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se a síndrome da alienação parental como um dano ao desenvolvimento da criança, bem como, foi possível incluir a atuação da psicologia para compreender a gravidade de tal prática, trazendo à baila a discussão de que, apesar da alienação parental ser considerada um crime, sendo prevista em lei, a sua incidência ainda é muito grande. Como se pode observar, através da revisão da literatura e pesquisas das jurisprudências, as consequências são muitas, tanto para a criança que está sendo exposta a essa conduta alienadora, quanto para o genitor que sofre difamações e desqualificações. Assim, o psicólogo dentro das suas mais diversas áreas, como a jurídica, a social e a clinica, pode ajudar a amenizar esta situação. Portanto, é muito importante que este profissional tenha conhecimento técnico e postura ética, bem como, conhecimento da legislação jurídica em relação à alienação parental e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Além disso, ao usar como exemplo o psicólogo jurídico, observa-se que ele possui um limite para atender a criança que sofre com a Síndrome da Alienação Parental, pois só irá realizar a escuta no momento em que o juízo solicitar, devendo direcionar o seu parecer para ajudá-lo a tomar uma decisão pensando no melhor para a criança, causando o menor prejuízo possível, revelando somente o que for relevante, e dessa forma, não fazendo o acompanhamento do caso. É claro que a Alienação Parental ainda é algo novo, e que algumas vezes, o psicólogo irá se deparar com dilemas e situações onde terá que procurar ajuda em supervisões como também junto ao Conselho Regional de Psicologia (CRP), principalmente no caso das falsas memórias, em que é muito complexo avaliar se algo aconteceu ou não. O mesmo vale para as acusações de abuso sexual por parte do genitor alienador, até que ponto isso é real, de forma que o psicólogo tem que estar seguro para dar a sua analise técnica sobre a denúncia, pois senão ele poderá prejudicar um inocente. Por fim, o psicólogo também deve se sentir seguro para lidar com estes casos, pois se ele for tendencioso, ou permitir que suas referências pessoais dominem as questões técnicas, ele estará ferindo os princípios da psicologia, pois ele não estará prestando um atendimento de qualidade, podendo até mesmo prejudicar ainda mais a demanda.

REFERÊNCIAS

CANABARRO, V. D. A comprovação da síndrome de alienação parental no processo judicial. Trabalho de conclusão do curso de Direito publicado na **Pontifica Univ.Católica do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre/RS, 2012. Disponível

em:<http://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/vanessa_canabarro.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

CARDOSO, A. C. B. Alienação Parental e Síndrome da Alienação Parental. **Revista Jus Navegandi**, ISSN 1518-4862, Dez, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62851> Acesso em: 31 ago. 2019.

COSTA, J. B. et al. A prática do psicólogo no atendimento a crianças envolvidas em litígio de guarda. **Rev. Estação Cientifica**, Juiz de Fora, n°13, 2015. Disponível em:<http://portal.estacio.br/docs/revista_estacao_cientifica/02-13.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE– ECA. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 31 ago. 2019.

FERREIRA, I. K. A alienação parental e suas consequências jurídicas. **Direito Net**, Nov 2015. Disponível em:<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9467/A-alienacao-parental-e-suas-consequencias-juridicas>. Acesso em: 30 ago. 2019.

FRANÇA, F. Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. Psicologia TeoriaPrática, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 73-80. Junho 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v6n1/v6n1a06.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Lei 12.318/10. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>. Acesso em: 31 ago. 2019.

Lei 13.431/17. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm>. Acesso em: 31 ago. 2019.

SENNA, L. C.; OLIVEIRA, N. M. Alienação parental como violação do principio da solidariedade familiar. **Rev. Unifacs**,v. 31, n. 02, p. 02-19, 2014. Disponível em:<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/3321/2385>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SILVA, B. H. B; PUJALS, C. Alienação Parental e a criança à luz de JhonBowlby: separação e a angustia no rompimento dos laços. **Revista UningáReview**, v. 24, nº. 2, p. 95-104, Out-Dez. 2015. Paraná. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1688/1298> Acesso em: 30 ago. 2019.

TOSTA, M. C. Síndrome de Alienação Parental: a criança, a família e a lei. Trabalho de Conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2013, RS. Disponível em: <http://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/marlina_tosta.pdf> Acesso em: 30 ago. 2019.

VIELLY, A. M. F. A Síndrome de Alienação Parental: uma visão jurídica e psicológica. Trabalho apresentado no **II Congresso de Direito de Família no Mercosul**. Porto Alegre, jul. 2015. Disponível em:<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/aliena%C3%A7%C3%A3o-parental-uma-vis%C3%A3o-jur%C3%ADdica-e-psicol%C3%B3gica>. Acesso em: 30 ago. 2019.

ALUNOS COM BAIXA VISÃO NO MEIO ESCOLAR

Taísa Gurizan, Adriana Meiado, e-mail: taisa-gurizan@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordou o tema alunos com baixa visão no meio escolar, onde a cegueira infantil é uma comorbidade debilitante que acomete milhões de crianças no Brasil e no mundo. Segundo dados estimados por publicação da Organização Mundial de Saúde (OMS) atualmente, estima-se existiam quase 39 milhões de cegos no mundo e que 246 milhões sofram de perda moderada ou severa da visão. Aproximadamente dois terços destes cegos são por causas preveníeis e cerca de 1,4 milhão têm menos de quinze anos de idade. Das crianças portadoras de cegueira, 70 a 80% morrem durante os primeiros anos de vida, em consequência de doenças associadas ao seu comprometimento visual (CBO, 2019).

Este tema foi selecionado, por desempenhar um papel relevante no planejamento, tomada de decisões quanto à forma com que a criança será acompanhada no meio escolar devido sua especificidade, levando em consideração o presente e as metas traçadas. O olhar dado ao aluno com baixa visão no ambiente escolar é importante, pois permite acima de tudo, enxergar esses indivíduos como capazes, fornecendo incentivos e iniciativas que promovam a autonomia, através de atitudes inovadoras.

2 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa caracteriza-se em uma revisão de literatura por meio de artigos científicos publicados em revistas indexadas nacionais e nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online – SciELO, Biblioteca Virtual em Educação e Sistema Integrado de Bibliotecas da USP – SIBiUSP, onde serão considerados como critérios de inclusão artigos que abordassem o tema ou assuntos.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino não foi um processo rápido muito menos fácil, necessitou de um reposicionamento de várias entidades para que se consolidasse com sucesso. Hoje em dia vemos que a inclusão é motivo de debate, uma vez que não basta que o aluno com NEE estejam matriculados na escola regular, mais sim que a escola abrace esse aluno em todos os aspectos, fazendo com que ele sinta pertencente dessa rede de ensino. E o grande agente nesse processo é o professor, ele é quem cultiva está semente nos seus educandos, sendo o mediador dos conteúdos e relações em sala de aula (DORZIAT, 2013).

Incluir um aluno com deficiência visual (DV) em uma escola de ensino regular é dar-lhe oportunidade, para que possa participar efetivamente das aulas – aspecto positivo, porque a inclusão escolar parte do pressuposto de que os alunos com deficiência devam receber o mesmo trato pedagógico que os alunos ditos normais, ficando claro que a política da inclusão não tem fronteiras e se transformou em um processo inevitável (POSSA; NAUJORKS, 2013). Entretanto, para que essa inclusão, de fato, aconteça, os alunos, os funcionários, o corpo docente e a sociedade de modo geral precisam estar aptos e preparados para atuar com alunos que apresentam diferentes e peculiares condições para o aprendizado (NOZI; VITALIANO, 2012).

Ensinar para alunos com DV bem como para todos os estudantes, significa compreender a classe para além do conhecimento do conteúdo. É reconhecer nas diferenças oportunidades de enriquecimento coletivo, de aprendizado e de crescimento pessoal e profissional. Envolve construir tarefas que incluam todos os alunos, permitindo que todos participem da aula, negociando, interagindo, dialogando, investigando, explorando, aprendendo e ensinando uns aos outros (MARTINS, 2017).

Para que, exista esse processo de inclusão no ambiente escolar, é necessário que haja o comprometimento de todos dentro do recinto, criando subsídios previstos por lei para acolher os alunos com necessidades educativas especiais, tendo em vista que não basta somente incluir este aluno na rede escolar, mas a escola tem que se preparar para atender este aluno além da estrutura física e pedagógica. Um dos membros mais importantes nessa jornada são os professores, sendo essenciais nesse processo, porque é ele quem está em contato constantemente com o aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE), então ele deve proporcionar um ambiente que promova o respeito e individualidade a todos os alunos, para que isso aconteça o

mesmo deve utilizar métodos pedagógicos diversificados junto com técnicas e recursos para cada aluno, e com materiais didáticos apropriados para a aprendizagem do discente, além de efetuar relatórios evolutivos, integrar os pais no processo educacional das crianças e estudando estratégias apropriadas a necessidades de cada criança, para que ocorra uma inclusão com êxito (DORZIAT, 2013).

Toda criança, antes do ingresso na escola, deveria ser submetida a uma avaliação oftalmológica. Entretanto, fatores socioeconômicos e culturais impedem que isso ocorra de forma satisfatória, o que mostra a necessidade de campanhas e projetos de triagem da acuidade visual e detecção de possíveis problemas visuais na escola (TEMPORINI; KARA-JOSÉ, 2004).

A visão é um dos sentidos que mais favorecem o aprendizado desde o nascimento. É através da visão que percebemos as cores, repetimos os gestos e as falas e reconhecemos os nossos familiares e amigos. Aqueles que nascem ou que adquiriram a cegueira ou baixa visão tem uma dificuldade bem maior de aprender ou de perceber o mundo a sua volta. Devido a essa limitação, outros sentidos são desenvolvidos de uma forma mais aguçada, como a audição que passa a ser usada para identificar as pessoas e, até mesmo, os objetos, o tato e o paladar (CARVALHO, 2004).

Segundo Guerreiro (2012), o tema da acessibilidade começou a ser tratado pelo governo brasileiro na Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978 (BRASIL, 1978), assegurando às pessoas com deficiência ao acesso a edifícios e logradouros públicos. Essa abordagem da acessibilidade se limitava aos aspectos da arquitetura, não assegurando às pessoas com deficiência o direito universal de estar em todos os espaços da vida, pois regulamentava apenas o acesso às estruturas públicas.

Para Carvalho (2004), Honnef e Costas (2012) e Michels (2011), Alves (2014) a educação inclusiva tem se transformado em uma realidade no plano das leis, mas permanecem várias resistências à sua efetivação nas práticas e projetos institucionais. Instalam-se diversas formas de exclusão nos projetos arquitetônicos, as quais impedem o trânsito das pessoas com deficiência, ou nas relações de apiedamento e de negação da diferença.

Lima, Carvalho-Freitas e Santos (2013) abordam as condições de acessibilidade vinculadas à construção de afetos, pois o espaço “reflete também uma dimensão psicossocial, que é construída historicamente pelas trocas entre o indivíduo e a sociedade. (...) o espaço, como dimensão social, é incorporado ao mundo interno do

sujeito, que o recria no processo de apropriação". Esses autores afirmam que, ao ter espaço limitado para transitar com autonomia, a pessoa com deficiência pode ter limitadas "suas relações sociais e ter seu espaço pessoal invadido quando pela falta de acessibilidade necessita da ajuda de outrem para garantir seu direito de ir e vir".

A sala de aula deve ser dotada de todos os recursos necessários a um trabalho pedagógico de qualidade com todos os alunos, sobretudo com aqueles que apresentam necessidades especiais, como os alunos com DV. Assim, deve ser um ambiente adaptado aos alunos, possibilitando acessibilidade, operabilidade, ergonomia e disponibilidade (BRASIL, 2005; LORA, 2000).

As condições físicas das escolas, como mobiliário e infraestrutura, precisam ser implantadas, buscando facilitar a mobilidade e a autonomia do aluno com DV dentro do ambiente escolar. Pois nota-se que o desenvolvimento educacional dos alunos com DV ainda é muito dificultado, mesmo diante de tantos avanços na sociedade atual, ou seja, muitas barreiras precisam ser rompidas para que se possa realmente alcançar a verdadeira inclusão para esses alunos. Nesse sentido, o trabalho possui relevância por pensar alguns desses fatores que implicam na inclusão escolar de alunos com DV, como o afeto e as práticas pedagógicas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

Tal cenário exige que as escolas se transformem para receber de forma adequada esses alunos. Um caminho interessante envolve o convívio com as diferenças em um ambiente de solidariedade, buscando garantir a igualdade de oportunidades. Todavia, nem sempre é isso o que acontece. Além de escolas especializadas, outro encaminhamento comum é a integração dos alunos com alguma necessidade especial ao sistema regular. Essa integração envolve uma inserção parcial, pois, geralmente, apenas oferece "um lugar" ao aluno, demandando que este se adeque à escola, onde ideal seria uma inserção total de todos os alunos com deficiência na escola regular, o que requer uma profunda transformação da escola. Ela passaria a se constituir em espaço acolhedor das diferenças, permitindo aos alunos desenvolverem-se cognitivamente com um "espírito" de solidariedade, humanidade e respeito ao outro (MANTOAN, 2015).

É importante que o profissional observe o desempenho do aluno em sala de aula, nas atividades de vida diária, no recreio, em ambientes externos, no relacionamento com outras pessoas da comunidade. As informações possibilitarão a elaboração, com a participação da família, de adaptações e complementações curriculares visando a uma inclusão satisfatória (BRASIL, 2005).

Segundo Oliveira (2013), a invisibilidade das pessoas com deficiência nos espaços da escola ocorre devido à sua não participação na vida cultural, sendo necessário assumirem a identidade de pessoa com deficiência condizente com sua condição de cidadão. Faz-se necessário dar visibilidade às diferenças, para que o professor mude sua prática pedagógica, contemplando no planejamento a existência da heterogeneidade.

Os professores de modo geral tentam adequar suas práticas pedagógicas às propostas de inclusão, entretanto faltam-lhes as condições básicas necessárias para atender à diversidade, que requer estrutura que a escola não possui, pois são políticas provenientes de países que já superaram há décadas, os problemas básicos que ocorrem em todo o país, e, por isso, longe da realidade brasileira (DORZIAT, 2013).

Aliado a essas intervenções deve existir um trabalho de orientação adequado a pais e/ou cuidadores e ao próprio indivíduo sobre a condição de cegueira ou baixa visão existente. Mais do que isso, a sociedade como um todo carece de informações a respeito, sendo que essas informações reduziriam situações de preconceito e discriminação existentes. Acima de tudo é preciso enxergar esses indivíduos como capazes, fornecendo incentivos e iniciativas que promovam a autonomia (GUERREIRO, 2012).

Desta forma a escola comum se torna inclusiva quando mantém flexíveis suas práticas capazes de alcançar as necessidades dos sujeitos inseridos nos contextos de aprendizagem. As propostas metodológicas na concepção da Educação Inclusiva preceituam as possibilidades de aprender e acessar o conhecimento a partir das aptidões e das capacidades inerentes a cada indivíduo, visto que todos nós apresentamos um ritmo de aprendizagem diferenciada e isso precisa ser considerado no contexto metodológico de escolarização das capacidades linguísticas e do trabalho direcionado às intervenções escolares, pois, a construção de espaços acessíveis é entendida pelo respeito e pelas possibilidades capazes de direcionar o ser humano à produção, à reflexão e à divulgação do conhecimento e, nesse sentido, a escola é a representação simbólica de um processo social que se constrói humanitário e socialmente (ROPOLI, et al, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão do aluno com baixa visão é construída numa relação dialógica, na avaliação e elaboração de estratégias, onde novas expectativas educacionais poderão

surgir no dia-a-dia, de medo que haja um espaço que propicie aos envolvidos — pais, professores de sala de aula, professores especializados, alunos, enfim toda comunidade escolar — a discussão de caminhos para sua concretização.

Observa-se então a importância de nos mantermos atualizados quanto aos diferentes métodos disponibilizados para o ensino-aprendizagem de alunos com baixa visão, buscando sempre novas capacitações e procurando identificar as necessidades de cada aluno, não somente dos que possuem baixa visão, mas identificar em cada um deles outras deficiências e necessidades para poder os auxiliar de uma forma correta e que seja proveitosa para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. P.; et al. **Representações de alunos surdos sobre a inclusão nas aulas de Educação Física**. Educação Especial, Santa Maria, v. 27, n. 1, p. 65-78, 2014.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. **Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 out. 1978. Seção 1, p. 16857. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/ emc12-78.htm>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. In: Aranha MSF (Org.). Brasília (DF): SEESP/MEC; 208p, 2005.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto alegre: Mediação, 2004.

CBO - Conselho Brasileiro de Oftalmologia. **As Condições da Saúde Ocular no Brasil 2019**. São Paulo, 1ª Edição, 2019.

DORZIAT, A. O profissional da inclusão escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 150, p. 986-1003, set./ dez. 2013.

GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012. Disponível em: <http:// periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/ view/4415/3816>. Acesso em: 16 jul. 2019.

HONNEF, C.; COSTAS, F. A. T. Formação para a educação especial na perspectiva inclusiva: o papel das experiências pedagógicas docentes nesse processo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 20, n. 1, p. 111- 124, jan./jun. 2012.

LIMA, S. S. C.; CARVALHO-FREITAS, M. N.; SANTOS L. M. M. **Repercussões psicossociais da acessibilidade urbana para as pessoas com deficiência física**. Psico, v. 44, n. 3, p. 362-371, jul./ set. 2013.

LIMA. F. J.; SILVA, F. T. S. **Barreiras Atitudinais**: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. Disponível em: <http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Barreiras%20Atitudinais.pdf>. Acesso em 14 jun. 2009.

LORA, T. D. P. **O professor especializado no ensino de deficientes visuais**: um estudo centrado em seus papéis e competências. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 96 p, 2015.

MARTINS, M. A. **Saberes docentes e ensino de matemática para alunos com deficiência visual**: Contribuições de um curso de extensão. 2017. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

MICHELS, M. H. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, RS, v. 24, n. 40, p. 219-232, 2011. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/ viewFile/2668/2440>. Acesso em: 7 ago. 2019.

NOZI, G. S.; VITALIANO, C. R. **Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 333-348, maio/ago. 2012.

OLIVEIRA, C. B. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 961-984, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/ v18n55/09.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2019.

POSSA, L. B.; NAUJORKS, M. I. **Efeitos da racionalidade neoliberal nos discursos sobre inclusão**: o silêncio docente. Educação, Santa Maria, v. 38, n. 2, p. 319-328, 2013.

ROPOLI, E. A.; et al. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

TEMPORINI, E. R.; KARA-JOSÉ, N. **A perda da visão** – Estratégias de prevenção. Arq Bras Oftalmol; 67(4):597-601, 2004.

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE SIMULAÇÃO REALÍSTICA NO ENSINO E TREINAMENTOS EM ENFERMAGEM

Flávio Ademilson Corradini Junior, Adriane Lopes
e-mail: flavio.corradini.junior@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A vertente de ensinar voltada para a educação em saúde gera novos desafios no século XXI, segundo Silveira e Robazzi (2011), relataram que além destes desafios remetem a uma grande preocupação, na intenção do educador repassar seus conhecimentos em que ambos os lados, tanto do facilitador quanto do aluno venham ocupar um papel ativo, fortalecendo a necessidade de ter a constante elaboração de métodos pedagógicos.

Dentre os modelos teóricos do processo de ensino e aprendizagem destacam-se diversos modelos diferentes de processos, determinando a natureza do processo , a forma de como esse processo se dá e seus elementos são objetos de estudos de diferentes áreas, humanas, biológicas, exatas, desta forma pode-se dar diferentes óticas de sistemas de ensino (TEMPSKI, 2017).

Desta forma pensando na educação em saúde o profissional de enfermagem que desde seus estudos desenvolvem o lado teórico e prático, levando a uma associação para sua formação, que no futuro exigirá suas habilidades manuais para realização de procedimentos e raciocínio crítico para atender as peculiaridades de seus clientes, isso pelo fato de que a formação destes profissionais necessitam ir muito além do que é ofertado (SILVEIRA, 2011).

Com isso, a metodologia de ensino e aprendizagem com a simulação realística, tanto nas instituições de ensino quanto nos hospitais ou unidades de emergência estão levando bons resultados aos profissionais, pois para a execução de um atendimento em urgência e emergência necessita do desempenho das técnicas em uma formação eficaz, este desenvolvimento, que é necessário, é um desafio tanto para a equipe de enfermagem, médicos e demais profissionais da saúde que estão inseridos no processo, sendo que muitas das vezes o que é aprendido nos cursos técnicos e superiores não

são suficientes para atender com êxito, como por exemplo, um quadro de emergência (MIRANDA, 2018).

Segundo Baptista et al., em 2014, destaca que a simulação realística, como por exemplo, proporciona um ambiente preparado de forma “artificial”, que utiliza equipamentos e meios que proporcionam um ambiente mais próximo da realidade possível, permitindo treinar, avaliar, rever tanto técnicas quanto situações que acontecem diariamente, ou seja, recriar circunstâncias que possam encontrar no cotidiano profissional, e que irá exigir uma ação ativa. Portanto, permitirá um melhor gerenciamento para diversos tipos de conjunturas.

A autoconfiança e segurança de permitir estar em um ambiente em que traga o profissional e os estudantes mais próximos da realidade, trouxe bons resultados, assim como: acreditação na própria capacidade, satisfação, realismo e competência; com tudo pesquisas demonstraram a satisfação dos estudantes não somente de desfrutarem de uma nova técnica de ensino, mas de poderem reavaliar seus próprios desempenhos e desenvolvimento (BAPTISTA, 2014).

Atualmente a implementação da simulação realística apresenta um método de ensino que permite englobar conhecimento, habilidade, desenvolvimento, prática e raciocínio em uma mesma ação, de forma segura, supervisionada, e que traga a realidade até o estudante ou o profissional, tirando-os da zona de conforto, aplica-se um exercício de realidade, tornando referência na reformulação na educação em saúde (GONZALES, 2013).

2 METODOLOGIA

Realizou-se um estudo de revisão bibliográfica através das bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde) e SciELO (Scientific Eiectronic Libraty Online), embasando-se em artigos de publicações dos anos de 2011 a 2018 no idioma Português. Foi utilizado como palavras-chaves: Simulação; Educação em Saúde; Enfermagem.

Desta forma para nortear o desenvolvimento deste projeto, formulou-se a seguinte questão: Quais benefícios trouxe a simulação realística durante o ensino e a atuação na categoria de enfermagem? Assim para atingir o objetivo proposto, foi realizado a leitura do título e dos resultados e discussões, isto após a leitura na integra de cada artigo citado.

Foram encontrados 42 artigos, sendo que apenas 17 destes foram usados no desenvolvimento e compuseram a amostra final. Para a realização da análise foi utilizado a metodologia: Bardin (1977) que permitiu organizar o conhecimento em categorias, e dividido a análise em três fases.

Primeira fase: realiza-se uma leitura rápida, procurando identificar se o assunto do artigo encontrava-se a resposta da questão elaborada.

Segunda fase: Exploração do material, em que os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo, e para que isso aconteça, foram sendo demarcados os “núcleos de sentido”, ou seja, a identificação dos relatos e o que servia como resposta a questão previamente levantada.

Terceira fase: realizou-se o levantamento dos temas, pois neste tipo de análise é considerado uma regra para o recorte. Após o “recorte” são descritas em categorias em sequências, obtendo as respostas desejadas em forma de categorias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A enfermagem está vivenciando novas estratégias no seu ensino, com novas realidades e modalidades. Tendo como um de seus objetivos reproduzir contextos reais, utilizando estratégias diferenciadas como áudio, vídeos e até mesmo bonecos que substituem humanos, assim conformando o uso do ser humano em práticas laboratoriais, o que permite o registro dos estudantes enquanto vivenciam as atividades no cenário, compondo o debriefing final, este nada mais é do que um facilitador de aprendizagem, o que vai refletir os acontecimentos durante a cena, incluindo o aumento e a retenção de conhecimentos, facilitando o desenvolvimento em suas práticas reais (BAPTISTA, 2014).

Com tudo, o principal objetivo é estimular os estudantes à uma ligação com a prática clínica, sendo um facilitador de oportunidades de aprenderem através da transferência do conhecimento com a prática (BAPTISTA., 2014).

Desta forma para que tudo isso venha acontecer, existem alguns componentes necessários e importantes, um destes são os atores, os que irão ser usados como testes, participadores das cenas, podendo ser tanto os alunos, manequins ou instrutores, podendo variar dependendo da veracidade da situação do cenário e o objetivo à ser alcançado, devem ser caracterizados a imitarem da melhor maneira possível uma situação real (FABRI, 2017).

Outro componente são os manequins, estes podem ser classificados como de alta, média e baixa fidelidade. A simulação de alta fidelidade é muito bem vista pelos estudantes, pois aumenta sua percepção cognitiva e psicomotora com relação a prática clínica, porque é a classificação mais próxima da realidade permitindo alcançar múltiplos objetivos num contexto seguro, através de estímulos de som, voz e até movimentação torácica para realização de uma ausculta, como por exemplo (FABRI, 2017) (PRESADO, 2018).

Além disso os de fidelidade moderada, são mais utilizados em procedimentos menos complexos, permitem poucas intervenções, como procedimentos simples ou para diagnósticos, realização de exames físicos, podendo auscultar através de sons e sistemas do organismo, ausculta cardíaca, pulmonar e até mesmo identificar uma fratura óssea, como por exemplo.

E por fim, ainda existem os mais simples, os que disponibilizam simulação de baixa fidelidade, mais conhecidos como simuladores estáticos, são utilizados para procedimentos mais rápidos e simples, práticas corriqueiras, como uma administração medicamentosa ou punções venosas, no entanto se destaca como um simulador limitado e imperativo, porém bom para auxilio de pequenas práticas (TEIXEIRA, 2011).

Por outro lado, existem outras práticas utilizadas em simulações, como os pacientes padronizados, também conhecidos como pacientes simulados, entendidos como atores treinados, alunos e atores profissionais para a realização das cenas nas simulações, isto quando há a necessidade de interação verbal e imediata com os alunos, este tipo de prática é valido não somente para privilegiar a história desenvolvida pelo docente, mas também permitir o desenvolvimento postural físico e emocional dos envolvidos. Do mesmo modo, vale ressaltar, que há necessidade de utilizar atores profissionais ou os próprios alunos, que podem ter um olhar mais clínico das situações, e em outras ocasiões podem ser utilizado os próprios pacientes, no entanto a utilização dos atores há necessidade de gastos onerosos, no entanto são mais optados em comparação dos pacientes (BRANDÃO, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que a aplicação da simulação realística se torna aplausível tanto na educação em saúde quanto no treinamento de profissionais, desde que tenha uma metodologia embasa e de qualidade, tendo por de trás um facilitador capacitado e treinado para a montagem dos cenários da forma correta e exigida e que disponibilize

caminhos para o encontro de respostas. Utilizar simuladores cabíveis para a realidade de cada instituição e que consiga atingir os pontos de necessidade de cada treinamento ou avaliação que cada perfil de aprendiz queira atingir.

De acordo com os artigos aparentados, foi de fato, que este tipo de metodologia trouxe ganhos de conhecimento, autoconfiança, melhorias no desenvolvimento do ensino aprendizagem, capacitando ainda mais os profissionais, e fornecendo mais segurança, retirada de dúvidas, desenvolvimento ético e humano para os estudantes, e sendo como mais importante.

Proporcionou mais segurança aos pacientes, desde a vertente de aprendizado ao uso do mesmo nos treinamentos de novo colaboradores, como por exemplo.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA. Simulação de Alta-Fidelidade no Curso de Enfermagem: ganhos percebidos pelos estudantes. Rev. Enf. Ref., Coimbra , v. serIV, n. 1, p. 135-144, mar. 2014 . Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832014000100015&lng=pt&nrm=iso > Acesso em 26 abr. 2018.

BRANDÃO, D. Simulação, Pacientes Padronizados e Híbridos. In: AUGUSTO SCALABRINI NETO (Rio de Janeiro). Simulação realística e Habilidades na saúde: Simuladores, Pacientes Padronizados e Híbridos. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017. Cap. 2. p. 11-21.

FABRI, et al . Construção de um roteiro teórico-prático para simulação clínica. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo , v. 51, e03218, 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342017000100418&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 abr. 2018.

GONZALEZ. Diretriz de ressuscitação cardiopulmonar e cuidados cardiovasculares de emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia: resumo executivo. Arq. Bras. Cardiol., São Paulo , v. 100, n. 2, p. 105-113, Feb. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2013000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Ago. 2018.

MIRANDA. Uso da simulação de alta □delidade no preparo de enfermeiros para o atendimento de urgências e emergências: revisão da literatura (Use of high delity simulation in the preparation of nurses for urgency and emergency care: scoping review). Sci Med. 2018;28(1):ID28675. http://doi.org/10.15448/1980-6108.2018.1.28675

ANÁLISE DA SENTENÇA E INTERPRETAÇÃO DO CASO "TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE" A LUZ DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Beatriz Ravágio, Barbara Ambrósio, Jamile Gonçalves Calissi, e-mail: bibiaravagio@gmail.com; baambrosio_serrano@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Após encerramento de investigação a Comissão submeteu a questão a Corte em março de 2015, o que levou a condenação do Brasil, pela sentença dada pela Corte, que pela primeira vez, tratava-se de escravidão contemporânea e tráfico de pessoas.

Desses, vale a pena mencionar alguns que foram marcantes, como a condenação do Brasil no caso Damião Ximenes, que tratava da integridade física e psíquica da pessoa Humana, pois em 1999 um indivíduo foi torturado e morto e morto numa casa de repouso de Guararapes, casa essa conveniada pelo SUS. A sentença da Corte foi clara: indenizar os familiares e colocar em julgamento o criminoso. Providências, essas, cumpridas em 2007, quando foi pago R$250.000,00 a família e, em 2009, condenados os responsáveis pelo crime de maus tratos, com pena de reclusão de seis anos, inclusive para médicos e enfermeiros.

Outro caso julgado e condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos foi o Sétimo Garibaldi, que, segundo a petição, discutia sobre o direito à vida e dever de persecução penal e prestação jurisdicional em tempo razoável. O resumo é dado: em 1998 um trabalhador rural foi morto por pistoleiros encapuzados num acampamento do MST numa Fazenda São Francisco. Os suspeitos não foram processados pelo Ministérios Público, que arquivou o processo em 2004. Tal providencia foi claramente aceita pela juíza, porém, em 2003 havia tido denuncia diretamente a Comissão, o resultado da sentença veio como forma de decreto: 7307/10 que determinou pagamento de indenização de cento e setenta e nove mil dólares a família, determinando também a conclusão do inquérito e a responsabilização dos servidores públicos.

O grande problema dos julgamentos desfavoráveis da Corte está na chamada responsabilização internacional do Brasil, qual seja: instituto jurídico em virtude do qual

o Estado a que é imputado um ato ilícito segundo o direito internacional deve uma reparação ao Estado contra o qual este ato foi cometido. Ou seja, a responsabilidade internacional do Estado decorre de uma transgressão a norma jurídica internacional, bem como a incidência de uma conduta de natureza dolosa ou culposa do autor, ensejando, assim, a discussão sobre a responsabilidade subjetiva e a objetiva.

2 METODOLOGIA

As metodologias utilizadas para resolução do trabalho foi o método dedutivo.

O sujeito do estudo do presente trabalho é a decisão da Corte, levando em conta sua importância e seu efeito para responsabilização internacional.

O objetivo desse trabalho é levar o leitor a entender a dinâmica internacional, assim como conscientizar sobre prováveis prejuízos que essa dinâmica pode trazer ao Brasil. Para isso, um caso foi analisado a luz de um sistema interno e externo, apontado nele todas as relevantes questões trazidas externamente para o Brasil, como um aviso de possível alerta para, por exemplo, embargos internacionais, violação de tratados, perda de credibilidade, etc.

A forma de análise foi simplória e extremamente objetiva: com a sentença em mãos, avaliou-se ponto por ponto da mesma, colocando essa sentença num contexto contemporâneo e analisando como o Brasil se comportou perante essa avaliação externa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As vítimas da escravidão continuam no Brasil, o caso Fazenda Brasil Verde demonstra bem isso, já que em pleno século XXI traficantes de trabalhadores tiram de suas casas "Franciscos" e "Chicos" com promessas de um mundo melhor e o que oferecem são condições de trabalho degradantes e desumana. Essas condições levaram o Brasil até a Corte, onde tudo isso era somado com restrição de liberdade, as opções eram escassas: fugir ou se submeter, sendo que a fuga traria perigo de morte.

O resgate desse grupo de trabalhadores no ano de 2000 contabilizou 85 brasileiros. Dentre esses, 24 Chicos, 14 Tonhos e 7 Zés. Esses são os escravos, numa fazenda pecuária ao norte do Brasil:o dono chama-se João Luiz Quagliato Neto e explorava mão de obra escrava desde 1980.

A sentença desse caso foi proferida em outubro de 2016 e divulgada em dezembro do mesmo ano. As violações foram inúmeras: direito de liberdade (não ser

submetido a escravidão ou servidão); acesso à justiça e garantias judiciais e razoável duração do processo.

Deixando o caso em evidencia ainda mais: em 1997 43 trabalhadores foram resgatados da mesma propriedade, sem proteção nenhuma judicial, foi negado aos mesmos a justiça.

A composição da corte, no momento da sentença, era de seis juízes e a sentença foi no sentido claro e lógico: violou-se o Pacto São José da Costa Rica de 1969, além de o Brasil ter violado suas próprias leis e o decreto sobre tráfico de pessoas (5.017/2004).

Ficou claro para a Corte a violação dos seguintes artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos: art. 6°, 8° e 25.

O artigo sexto trata-se da proibição da escravidão e da servidão, remete-se a ideia de que o tráfico tanto de mulheres quanto de escravos é proibido. Fora isso, o artigo trata de que ninguém será obrigado ou forçado a trabalhar, não devendo, esse, afetar a capacidade física e intelectual do indivíduo.

O artigo 8 trata das garantias judiciais, pois demonstra o que é o prazo razoável um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, sendo assim, o juiz natural, previamente estabelecido por lei.

No artigo 25 tem-se a proteção judicial, pois nele diz que toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais.

> “Art. 1º. É reconhecida como obrigatória, de pleno direito e por prazo indeterminado, a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969, de acordo com art. 62 da citada Convenção, sob reserva de reciprocidade e para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998.”

A servidão é determinada pela Corte IDH por um outro caso, sendo que essa consiste na obrigação de realizar trabalho para os outros impostos esses por meio de coerção e a obrigação de viver na propriedade da outra pessoa sem a condição de alterar essa posição. Essa definição foi dada pelo caso Siliadin vs. França pela Corte Europeia.

Houve, na fazenda Brasil Verde o direito de propriedade e de atributos sobre várias pessoas, com supressão completa de autonomia da vontade das vítimas e com essa pratica reiterada ao longo dos anos com violência, fraude, coação. Esses fatos

foram comprovados com base nas vítimas resgatadas em 1997 e 2000, citadas essas nos parágrafos 199 e 206 da sentença.

O relatório da fiscalização do Ministério do Trabalho informava que os trabalhadores se encontravam em situação de escravidão, dizendo esse relatório que os mesmos foram aliciados por um gato nos locais mais pobres do país (e aí a importância constante de se discutir desigualdade social) viajaram dias de ônibus para chegar numa fazenda e tiveram suas CTPS confiscadas, assinando documentos em branco. As jornadas eram extremamente absurdas (cerca de 12 horas) com descanso de meia hora e um dia livre na semana, na fazenda os escravos dormiam em galpões com dezenas amontoados em redes, sem eletricidades, armários ou camas. Quanto a alimentação o mesmo relatório fala que a mesma era insuficiente, além de ser de péssima qualidade e descontada de seus salários. Os indivíduos se adoentavam, com frequência e não tinham serviços médicos, o trabalho era realizado sob ordens, ameaças e, pasmem, vigilância armada. (SILVEIRA,2018)

A comissão demonstrou também como o Estado é responsável pela violação do artigo 25 da mesma Convenção pois as vítimas não contaram com mecanismos para a proteção de seus direitos, não houve punição dos responsáveis e nem obtenção de reparação, além da falta de investigação efetiva, de forma completa, para esclarecimento de responsabilidade dos fatos, não sendo também garantido recurso judicial.

Importante lembrar que o artigo 149,CP não se torna imprescritível pela decisão da Corte IDH, exatamente porque a sentença limita-se a estabelecer que tal conduta é crime no direito internacional, conforme o jus cogens. O que vale para o direito externo, e o que levou a condenação nesse caso, não que isso modifique o ordenamento jurídico interno. Isso é de fácil verificação no parágrafo 455 da sentença.(SILVEIRA,2018)

Examinando a violação do direito das vitimas pela ineficiência do sistema jurídico brasileiro criminal a Corte revelou em seus parágrafos 404, 405, 406 a extensão de uma abordagem garantivista do processo penal, criticando, assim, a doutrina brasileira, pois destaca: nenhum dos processos foi realizado estudo de mérito de cada questão proposta; essa situação traduziu uma denegação de justiça em prejuízo das vítimas, pela não garantia material e juridicamente da proteção, o Estado não ofereceu a essas vítimas recurso efetivo através de autoridades competentes que protegessem os direitos humanos contra atos que os violem. Os procedimentos, assim, não

determinaram responsabilidade e nem puniram adequadamente os responsáveis, não ofereceram mecanismos de reparação e não tiveram impacto em prevenir que as violações aos direitos das vítimas continuassem.

A Corte, também, ordenou pagamento pelo Brasil de 55 mil dólares ao CEJIL e a CPT devido as despesas processuais que as ongs incorreram ao longo do processo, que tramitou tanto em Washington quanto em São José da Costa Rica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado também deve adotar medidas necessárias para garantir que a prescrição não seja aplicada ao delito de direito internacional da escravidão e suas formas análogas. Pelas ofensas, também, ao direito de liberdade, garantias judiciais e proteção legal a Corte condenou o Brasil a reiniciar investigações criminais, adotar medidas necessárias para que a prescrição não seja aplicada a casos de escravidão e suas analogias, pagar indenizações as vítimas ou seus sucessores e publicar a sentença.

O direito internacional, com todos seus meios de inserção interna, desponta, assim, cada vez mais na busca de uma ética global. Claramente, isso não vem sendo aplicado no Brasil, já que, por adotar a teoria do dualismo moderado, aprova-se, primeiro um tratado, tendo o mesmo que passar pelo Congresso e pela ratificação do Presidente da República para depois ingressar na Constituição Federal. Acontece que, o intuito internacional é o de construir, sobre os alicerces da soberania nacional e dos direitos dos estados, uma nova ética global, assente nos direitos humanos, no estado de direito constitucional e no direito penal internacional. Este é um horizonte que já desponta: a do direito internacional como nova ética da globalização.

A importância, então, de ser aliado do direito externo é enorme, tendo em vista que qualquer país, para sobrevivência e evolução necessita de relações internacionais. E, mesmo o Brasil adotando a teoria dualista, o mesmo já começa a se submeter a julgamentos externos, o que necessita cuidado redobrado com as decisões internas, já que o Supremo Tribunal Federal não é mais a última instância, submetendo o país a análise pela Corte Internacional, reconhecida pelo próprio Brasil. Essa Corte julga os casos de acordo com os Direitos Humanos por ela empregados, ora, se o Brasil se submete a algo, mas não cumpre o que ratificou, isso gera danos irreversíveis, fora a visão internacional que ficará cada vez pior.

Para resolução, então, dessa lacuna, nada melhor do que começar a seguir a risca todos os tratados assinados, modificando o que foi imposto pela sentença. Em regra, “fazendo o que tem que ser feito”, para evitar, assim, uma possível (e provável) responsabilização internacional.

REFERÊNCIAS

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CORTE IDH). Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil. Sentença de 20 de outubro de 2016. Serie C N. 3185. Disponível em<http://www.itamaraty.gov.br/images/Banco_de_imagens/Sentenca_Fazenda_Brasil_Verde.pdf>. Acesso em 01out. 2019.

ALESSON, **A**. **S**. O caso Fazenda Brasil Verde e a condenação do Estado brasileiro por escravidão contemporâneaSão Paulo:Revista Jus Navigandi,2018. Disponível em: < https://jus.com.br/artigos/64698/o-caso-fazenda-brasil-verde-e-a-condenacao-do-estado-brasileiro-por-escravidao-contemporanea> Acesso em: 01 out. 2019

SILVA, G.E. DO NASCIMENTO; ACCIOLY, HILDEBRANDO. **Manual de Direito Internacional Público**, Ed. Saraiva, 15a edição, 2002..

AQUINO, L. G. **Responsabilidade internacional do Estado**. São Paulo:Revista Jus Navigandi, 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14755/responsabilidade-internacional-do-estado> Acesso em: 01 out. 2019

ANÁLISE GERAL DA EMENDATIO LIBELLI E MUTATIO LIBELLI

Beatriz Alves de Paula, Camila Alessandra Pegoraro Panelli, Perla Savana Daniel
e-mail: camila.panelli@hotmail.com,

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise dos dispositivos *emendatio libelli* e *mutatio libelli*, os quais se referem à, possível, reforma da definição jurídica do crime na fase da sentença.

O estudo sobre o tema torna-se necessário e de grande importância, vez que é comum ocorrer a confusão nas suas definições em decorrência da semelhança do nome e também pela pequena sistemática que os diferencia: a existência ou não de fatos novos, que não constam da denúncia/queixa.

De acordo com o princípio do *jura novit curia* (princípio da livre dicção do direito) o juiz é conhecedor do direito, logo, este com a descrição dos fatos, detêm o direito de adequar a conduta a um tipo penal existente, conforme o princípio *narra factum, dabo tibi juris* (narra-me o fato e te darei o direito). Vale, ressaltar que o acusado, defende-se dos fatos e não da classificação jurídica dada na denúncia ou queixa.

O Professor Fernando Capez, juntamente com Rodrigo Colnago (2015, p. 108) fala acerca do tema:

> No processo penal vigora o princípio do *jura novit curia* (princípio da livre dicção do direito), pelo qual se entende que o Juiz conhece o direito, chancelando-se o princípio *narra factum, dabo tibi juris* (narra-me o fato e te darei o direito). Aplica-se tal princípio no processo para explicar que o acusado não se defende da capitulação dada ao crime na denúncia, mas sim dos fatos narrados na referida peça acusatória.

Tendo isso, o juiz poderá modificar a classificação jurídica de duas maneiras, já citadas, que são: *Emendatio Libelli e Mutatio Libelli.*

A *Emendatio Libelli*, é a maneira mais simples de modificação, o juiz ao analisar os fatos, pode entender que estes não estão de acordo com a classificação jurídica descrita na denúncia ou queixa e poderá muda-las, sem necessidade de prévia vista à defesa ou ao Ministério Público.

Esta modificação poderá ser para um crime que comine pena mais gravosa ou menos gravosa, classificando-a como achar mais adequado.

Neste sentido, a *Mutatio Libelli,* é também uma maneira de modificação da classificação jurídica do fato, porém, nesta modalidade há a existência de fatos novos, não descritos na denúncia ou queixa, sendo assim, o crime que antes era um, devido aos fatos acaba tornando-se um crime diferente. Não se tratando de definição jurídica diversa, como no caso acima, mas sim, de nova definição jurídica.

O juiz, ao analisar os novos fatos e chegar à conclusão de que estes não se enquadram mais na descrição dada na denúncia, deverá encaminhar o processo ao Ministério Público, para que seja feito o aditamento da mesma.

Por fim, é de grande valia analisar a Súmula 453 do STF, que ressalta que o instituto da *Mutatio Libelli*, não pode ser utilizado em instâncias superiores.

2 METODOLOGIA

A Metodologia aplicada no presente trabalho foi o material de estudo em sala de aula, com cadernos e explicações e também doutrinas e pesquisas em sites que possuem conteúdo jurídico. Tendo como base a legislação atual, bem como o conteúdo dos artigos 383 e 384, do Código de Processo Penal.

A ideia principal do trabalho é apresentar a delimitação ~~quase que~~ tênue entre as duas modalidades de modificação do conteúdo jurídico, que por mero detalhe pode ser mudado. É importante ressaltar suas diferenças.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O magistrado, ao elaborar a sentença, o fará de acordo com as alegações descritas na denúncia ou queixa, sendo de importância os fatos descritos nas mesmas e não a classificação jurídica propriamente dita.

“No processo penal, o réu se defende de fatos, sendo irrelevante a classificação jurídica constante da denúncia ou queixa”, explica Fernando Capez (2018, p. 542).

Tendo em vista o princípio da correlação, os fatos narrados na peça inaugural devem ter relação lógica com a sentença.

Mutatio Libelli e *Emendatio Libelli* são institutos que permitem, cada um com sua particularidade, que o juiz modifique a classificação jurídica do crime em relação à denúncia inicial.

Esses institutos são previstos no Código de Processo Penal e regulados também por súmula.

Emendatio Libelli é o nome que se dá à classificação diversa, feita pelo juiz, em relação àquela dada na denúncia.

Poder atribuído ao juiz que entender que a classificação legal deve ser outra, ainda que essa nova classificação implique em uma pena maior que a anterior, não havendo necessidade de vista à defesa e nem de observação do princípio do contraditório, uma vez que, quando o réu se defendeu, ele se defendeu da descrição dos fatos (a qual não mudou) e não da classificação legal em si.

Explica o professor Fernando Capez: "Bem se vê que o importante é a correta descrição do fato, podendo o juiz emendar (*emendatio*) a acusação (*libelli*) para dar-lhe a classificação que julgar a mais adequada, mesmo que impondo pena mais severa." (2018, p. 542)

Tem sua previsão legal no artigo 383 do Código de Processo Penal:

> Art. 383. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave. (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).
> § 1o Se, em conseqüência de definição jurídica diversa, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o juiz procederá de acordo com o disposto na lei. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).
> § 2o Tratando-se de infração da competência de outro juízo, a este serão encaminhados os autos. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

Cabe ressaltar que esse instituto pode ser usado em 1º e 2º instância, não existindo nenhuma limitação à segunda instância, apenas, não podendo o tribunal atribuir pena mais severa e que cause prejuízo ao réu, em vista do princípio que proíbe a *reformatio in pejus.*

Para exemplificar o instituto da *emendatio libelli*, Fernando Capez explica: "[...] a denúncia narra que fulano empurrou a vítima e arrebatou-lhe a corrente do pescoço, qualificando como furto tal episódio. Nada impede seja proferida sentença condenatória por roubo, sem ofensa ao contraditório, já que o acusado não se defendia de uma imputação por furto, mas da acusação de ter empurrado a vítima e arrebatado sua corrente."(2018, p. 542).

Mutatio Libelli é uma forma completamente diversa da descrita acima, é um instituto um tanto quanto mais restrito, tendo em vista os motivos que geram a mudança.

Nesse caso, fala-se em mudança na acusação, ou seja, mudança em relação aos fatos que são narrados na denúncia ou queixa, podendo aparecer, por vezes, situações em que o réu não se defendeu, pelos fatos não estarem descritos na denúncia.

Dessa forma, implica esse instituto, no surgimento de uma prova nova, a qual vai alterar a descrição fática.

"Aqui não ocorre simples emenda na acusação, mediante correção na tipificação legal, mas verdadeira mudança, com alteração da narrativa acusatória", explica Fernando Capez e Rodrigo Colnago (2015, p. 110).

Uma vez com fatos alterados, há a necessidade então, de vista ao Ministério Público para aditamento da denúncia em 5 dias, bem como todo o processo de contraditório e ampla defesa ao réu, que também deve ser concluído em 5 dias, podendo este arrolar até 3 testemunhas.

Vale também trazer, a título de saber, a súmula 453 do STF, a qual veda o instituto *mutatio libelli* em 2º instância:

> Súm. 453, STF: Não se aplicam à segunda instância o art. 384 e parágrafo único do Código de Processo Penal, que possibilitam dar nova definição jurídica ao fato delituoso, em virtude de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou queixa.

Tem sua previsão legal no artigo 384 do Código de Processo Penal:

> Art. 384. Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em conseqüência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente. (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).
> § 1o Não procedendo o órgão do Ministério Público ao aditamento, aplica-se o art. 28 deste Código. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).
> § 2o Ouvido o defensor do acusado no prazo de 5 (cinco) dias e admitido o aditamento, o juiz, a requerimento de qualquer das partes, designará dia e hora para continuação da audiência, com inquirição de testemunhas, novo interrogatório do acusado, realização de debates e julgamento. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).
> § 3o Aplicam-se as disposições dos §§ 1o e 2o do art. 383 ao caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).
> § 4o Havendo aditamento, cada parte poderá arrolar até 3 (três) testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).
> § 5o Não recebido o aditamento, o processo prosseguirá. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

Para exemplificar, Capez (2018, p. 544), traz "[...] uma mulher é denunciada por homicídio doloso, acusada de matar um recém-nascido qualquer. Durante a instrução,

descobre-se que a vítima era seu filho e que a imputada atuara sob influência do estado puerperal, elementos não constantes explícita ou implicitamente da denúncia.”
Percebe-se assim, a clara mudança dos fatos e não apenas a correção da tipificação jurídica do crime.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, então, a importância desses institutos e a rigorosa observação da aplicação de ambos, os quais são diferentes.

Na *mutatio libelli*, o fato provado é diferente do fato narrado. Na *emendatio libelli*, o fato é o mesmo, corrige-se apenas a tipificação do crime.

Importante citar que a aplicação de um (e*mendatio libelli)* é permitida em segunda instância, com observação da proibição da *reformatio in pejus*, e o outro (*mutatio libelli)* não permite, com previsão sumulada pelo STF, seu uso em segunda instância.

Ressalta-se também, com o estudo, a distinção de ambos em relação aos fatos, afirmando que, quando há mudança na descrição fática, se faz necessário o curso do processo novamente, incluindo aditamento da denúncia pelo Ministério Público e arrolamento de testemunhas.

REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2018. 25º Edição.

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo. **Prática Forense Penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GOMES, Luiz Flávio. **Qual a diferença entre "mutatio libelli" e "emendatio libelli".** 2014. Disponível em: https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/166134409/qual-a-diferenca-entre-mutatio-libelli-e-emendatio-libelli. Acesso em 08/10/2019, 21:30

STF. Supremo Tribunal Federal. **Súmula 453.** Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=453.NUME.%20NAO%20S.FLSV.&base=baseSumulas. Acesso em 10/10/2019, 15:30

ANÁLISE GERENCIAL DE FLUXO DE CAIXA

Tainá Maciel, Yassmim Ruiz Handous, Flavio Mangili Ferreira, e-mail: yassmimruizz@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade gerencial consiste em um conjunto de práticas e técnicas que auxiliam os gestores na tomada de decisões, reduzindo possíveis riscos através de análises das informações financeira. Por meio de suas análises é possível manter um controle mais eficaz dos gastos e recursos que a empresa possui.

Os relatórios gerenciais são documentos que contêm as informações mais relevantes sobre os processos realizados que envolvem as atividades de uma empresa. Dentre os relatórios gerenciais estão os relatórios gerenciais financeiros. A partir dos relatórios financeiros, é possível enxergar com clareza a situação orçamentária da empresa, analisando a viabilidade para realizar novos investimentos e verificar o andamento do caixa, se está positivo e se está preparado para arcar com despesas futuras.

O Fluxo de Caixa é um modelo de relatório gerencial financeiro, e ele foi escolhido para a realização desta pesquisa pois é extremamente relevante para o gerenciamento financeiro das empresas, visto que, se utilizado corretamente, há várias maneiras de otimizar a gestão, identificando gastos desnecessários, garantindo um maior controle das contas e fazendo projeções para futuros investimentos.

O objetivo desse trabalho é mostrar como aplicar de forma correta a importância de se utilizar o gerenciamento de fluxo de faixa, mostrando as vantagens para as empresas e como aperfeiçoar a gestão deixando-a mais eficaz.

2 METODOLOGIA

Esse trabalho consiste em uma revisão de literatura com o tema “Análise gerencial”, focando em uma ferramenta específica de gerenciamento que é o fluxo de caixa. As bases de pesquisas utilizadas foram o Scielo, Google avançado e periódicos da Capes, além de livros específicos das áreas das ciências contábeis e da administração financeira.

As palavras-chaves utilizadas foram: Contabilidade gerencial, relatórios financeiros, fluxo de caixa, análise, gestão.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A administração financeira pode ser definida como um conjunto de ações que envolvem controle, planejamento e as movimentações financeiras de uma empresa, permitindo que o investimento de capital seja realizado de forma lógica e otimizada, visando sempre o desenvolvimento e aprimoramento, evitando gastos desnecessários, desperdícios e observando as melhores formas de conduzir gestão financeira da empresa.

O administrador financeiro, diante da complexidade do mundo empresarial, precisa ter uma visão abrangente da empresa e de como ela se comporta com o ambiente externo. É necessário que ele adquira técnicas para ter uma visão integral da organização, a fim de enxergar as oportunidades e decidir o que deve ser feito em ocasiões futuras.

Para Gitman (1997), administração financeira se refere à responsabilidade do administrador financeiro de uma instituição, que independente do porte, ramo ou qualquer outra variável, tem o objetivo de conduzir os recursos econômicos da organização. As suas funções estão ligadas a análise, planejamento e controle financeiro, levando em conta todas as informações fornecidas para tomar decisões sobre investimentos e também sobre financiamentos.

Através da contabilidade gerencial, a empresa pode encontrar meios que facilitam os processos de planejamento, tomada de decisão, controle e também a avaliação de desempenho.

“A contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre os eventos econômicos de uma empresa” (ATKINSON et al., 2000, p. 37). A partir da análise do faturamento e lucros e despesas, o contador é responsável por interpretar e explicar os dados contábeis para o gestor.

Para que os objetivos empresariais sejam alcançados, é necessário que a empresa adote em seu sistema de gestão algumas ferramentas gerenciais que irão auxiliar no desenvolvimento empresarial.

Os relatórios gerenciais são documentos que contêm as informações mais relevantes sobre os processos realizados que envolvem as atividades de uma empresa, são utilizados para medir a diferença ou variação entre o que foi planejado e realizado.

Deve conter os objetivos de forma clara, de acordo com a necessidade da empresa, porém se preocupando com o futuro e buscando reduzir os custos e aumentar a produtividade.

Segundo Henrique (2008), são várias as ferramentas da contabilidade gerencial, tais como: balanço patrimonial; demonstração do resultado; fluxo de caixa e elaboração de índices financeiros e econômicos.

O Fluxo de caixa é um registro de tudo o que acontece dentro do setor financeiro de uma empresa, indicando a diferença entre o número de recebimentos e o número de saídas que a empresa possui. A partir disso, sabe-se que o valor dos ativos de uma empresa é igual ao valor de suas exigibilidades somando ao valor do seu patrimônio líquido, dessa forma, o fluxo de caixa dos ativos deve ser igual ao fluxo de caixa a credores mais o fluxo de caixa a acionistas. Essa definição do fluxo de caixa mostra que a empresa terá caixa por meio de diversas atividades, e que esse dinheiro deve ser utilizado também para pagamento de credores.

Silva e Neiva (2014) defendem que o fluxo de caixa é considerado um dos principais instrumentos de análise, propiciando identificar o processo de circulação do dinheiro, visto que ele tem a capacidade de examinar as entradas e saídas de dinheiro que transitaram pela empresa, assim como o qual está projetado para o futuro.

Com o fluxo de caixa, o gestor consegue acompanhar as flutuações das movimentações financeiras e tomar a melhor decisão para a empresa, além de conseguir se programar para uma possível falta de dinheiro em caixa, pedindo maiores prazos para pagamentos, ou se a empresa mantiver lucros analisar onde poderá investir.

4 CONCLUSÃO

A contabilidade gerencial consiste em um conjunto de práticas e técnicas que auxiliam os gestores na tomada de decisões, reduzindo possíveis riscos através de análises das informações financeira. Por meio de suas análises é possível manter um controle mais eficaz dos gastos e recursos que a empresa possui.

O administrador financeiro deve possuir uma visão abrangente da organização, evitar erros e enxergar oportunidades, sendo capaz de tomar decisões da melhor forma possível, visando um melhor futuro para a empresa.

A aplicação eficaz de fluxo de caixa permite ao gestor acompanhar as movimentações financeiras e tomar melhores decisões para a empresa, como também se programar para um possível imprevisto ou projetar um investimento. Um bom

gerenciamento do fluxo de caixa permitirá mais facilidade para a empresa alcançar seus objetivos e trará mais facilidade de liquidar suas dívidas, além de reduzir a necessidade de buscar empréstimos de dinheiro.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Et Al. **Contabilidade gerencial.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2000. 37 p.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração financeira.** 7. ed. Editora Harbra, 1997.

HENRIQUE, Marco Antonio. **A importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa.** 2008. 77 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2008.

SILVA, D. Z. G.; NEIVA, R. M. O Fluxo de Caixa como Ferramenta de Gestão Financeira e Estratégia nas Empresas. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.23-35, 31 dez. 2010. Instituto Metodista de Ensino Superior. http://dx.doi.org/10.15603/2176-9583/refae.v2n1p23-35.

APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO DA DELAÇÃO PREMIADA EM IMPROBIDADE ADMINSTRATIVA

Fabiane Massolini Marchesin, Murilo Capassi, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel, e-mail: perlasavana@hotmail.com e rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa dissertar sobre a possibilidade da aplicação da delação premiada nos casos de improbidade administrativa.

É cediço que a delação premiada não é instituto novo no Brasil sendo somente regulamentada no ordenamento jurídico no ano de 1990, abrangendo somente os crimes hediondos.

O instituto da delação premiada é uma importante ferramenta que objetiva que o réu colabore com as investigações e assim poderá ser agraciado com redução de pena ou até mesmo receber do juiz perdão judicial.

No entanto, a aplicação da delação premiada fora da área criminal gera diversas criticas principalmente no tocante a sua aplicação no caso de improbidade administrativa.

Contudo, diante da falta de fundamentos jurídicos que impeçam sua aplicação no caso de improbidade administrativa, entende-se possível o uso da analogia aliada aos seguintes fatores: primariedade do réu; informação relevante, ou seja, não seria conquista por intermédio do *parquet* e autoridades policiais; temor hierárquico, entre outras hipóteses abaixo discorridas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo apoia-se no método dedutivo-analítico e foi realizado a partir de compilado de teses de doutorado, doutrina e julgados que permitiram expor o tema e demonstrar que é possível aplicar delação premiada na ação de improbidade administrativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Subsiste uma discussão acercado tema em questão, sendo que o entendimento majoritário é pela não aplicação do instituto da delação premiada em ação de improbidade administrativa pelo fato de tratar-se de uma ação civil.

Marcos Paulo Dutra, Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entende que por analogia é possível a aplicação da delação premiada, devido ao fato que ultimamente as transcrições das gravações estão sendo usadas com objetivos não penais. Nesse sentido assevera:

> Tribunais superiores assentaram que a interceptação telefônica, originariamente, só pode ser efetivada para fins penais, ex vi do artigo 5º, XII, da Constituição; porém, uma vez ultimada, as transcrições das gravações podem ser exploradas enquanto prova emprestada para objetivos não penais, desde que correlatos ao crime que ensejou a interceptação (SANTOS, P. 166, 2016).

Este entendimento configura-se pautado devido ao fato do Estado já ter violado a intimidade e privacidade do acusado. Dessa forma, Marcos Paulo leciona que uma vez violado não existe justificativas razoáveis que impedem a aplicação deste material probatório em áreas foram da esfera penal.

Neste mesmo sentido, contudo lecionado Marcos Paulo:

> Se assim ocorre no tocante à interceptação telefônica, disciplinada inteiramente na Constituição Federal, idêntico raciocínio alcança a colaboração premiada e as provas dela derivadas, cujo delineamento é infraconstitucional (SANTOS, p. 166, 2016).

Assim, não existem motivos legais para a não aplicação da delação premiada em ação de improbidade administrativa.

A delação premiada é um mecanismo introduzido no ordenamento jurídico com a finalidade de obtenção de provas e assim resolver crimes com a ajuda do colaborador do acusado que ira fornecera informações às autoridades judiciárias indicando seus comparsas, revelar onde encontra-se o produto do crime ou a vítima e ao mesmo tempo confessar sua participação no evento criminoso.

Na concepção de Fernando Capez:

> Delação ou chamamento do corréu é a atribuição da prática do crime a terceiro, feita pelo acusado, em seu interrogatório, e pressupõe que o delator também confesse a sua participação. Tem o valor de prova testemunhal na parte referente à imputação e admite reperguntas por parte do delator (CAPEZ, p. 417,2011).

Cumpre salientar, para que a delação premiada seja devidamente concedida é necessário que o agente preencha alguns requisitos essenciais para sua caracterização.

O primeiro requisito refere-se à exigência da presença da voluntariedade da colaboração por parte do agente. Qual legislação/lei que prevê a hipótese de aplicação da delação premiada dispõe que é necessário que o agente deva colaborar com as investigações de forma voluntária, não devendo ocorrer à confusão com ato espontâneo tendo em vista que ela somente surge quando não há fator externo influenciando na sua decisão. Na delação premiada há existência de fatores externos, devido ao fato da proposta partir do *parquet* ou até mesmo pelo delegado de policia (MENDONÇA, P. 7, 2014).

O segundo requisito trata de efetividade da colaboração, ou seja, as informações prestadas pelo colaborador devem ser relevantes e concretas e ensejam resultado positivo, como por exemplo, no resgate de vítima com vida ou recuperação de bens. Insta salientar, a informação prestada tem quer ser aquele que os policiais e Ministério Público não conseguiriam obter por seus próprios meios (MENDONÇA, P. 7/8, 2014).

Reza o artigo 13 e 14 da Lei n. 9.807/99:

> Art. 13. Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado:
> I- a identificação dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa; II- a localização da vítima com a sua integridade física preservada; III- a recuperação total ou parcial do produto do crime. Parágrafo único: A concessão do perdão judicial levará em conta a personalidade do beneficiado e a natureza, circunstâncias, gravidade e repercussão social do fato criminoso.
> Art. 14. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime, na localização da vítima com vida e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um a dois terços".

Urge salientar, para o agente ser beneficiário da delação premiada ele der ser primário.

Como uma forma de garantia de assegurar a credibilidade das informações prestada pelo agente, à delação premiada consiste em uma declaração oral, reduzida a termo, pessoal, expressa e voluntária do investigado perante a autoridade a quem está informando (Ministério Público ou delegado de polícia).

Observa-se que a delação premiada somente é um meio para obtenção de provas, sendo que no caso de ato de improbidade não existe disposição em contrario

vedando o uso da analogia. Dessa forma, não existem motivos para a não aplicação da delação premiada em casos de improbidade administrativa.

Deve-se levar em conta que a delação premiada possui ótimos resultados que podem ser visualizado na “Operação Lava jato” e no “Escândalo do Mensalão”. Ambos os caso houve confissões que levaram a descoberta de diversos casos de corrupção contra os recursos públicos (BARBABELA, P. 24).

Igualmente, os fraudadores do dinheiro público normalmente utilizam em seus atos pessoas considerada “laranjas” para praticar a ação delituosa e não ter seu nomes envolvido, estratégia está que dificulta sua identificação, sendo a delação premiada o meio mais efetivo para a descoberta de toda ação (BARBABELA, P. 23).

Mesmo que a lei de improbidade administrativa preveja em seu artigo 17, parágrafo 1ª a vedação da transação, acordo ou conciliação, a colaboração não enquadra-se em nenhuma destas restrições. Quem colabora com informações relevante com a investigação deve ter o direito de ter sua pena diminuída ou até receber perdão judicial, sempre de acordo com sua participação na realização do ato de improbidade.

Ademais, a Lei Federal 12.846/13, popularmente conhecida com Lei Anticorrupção, dispõe em seus artigos 16 e 174 a possibilidade de acordos de leniência que é firmado com pessoa que cometeu o ato ilícito e que possuía informações valiosas que iram auxiliar na investigação que levaram a captura de outros envolvidos na ação delituosa, em troca de algum beneficio. Assim, o acordo de leniência é nada mais que uma deleção premiada (BARBABELA, P. 25).

Outro fundamento que sustenta a tese da utilização premiada nos casos de improbidade administrativa é o fato do artigo 12, parágrafo único, da lei 8.429/92 determinar que juiz na fixação da pena deve levar em conta a extensão do dano causado e o proveito econômico obtido pelo agente (BARBABELA, P. 26).

> Art. 12. (...)
> Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

Ou seja, verifica-se a possibilidade de mitigação das penas. O simples fato o acusado ter colaborado com a investigação e ocasionou a redução da extensão dos danos é causa de mitigação da pena (BARBABELA, P. 26).

Ademais, importante considerar, no caso do partícipe ter praticado o ato de improbidade administrativa por temor reverencial dos seus superiores, ou, não sendo servidor público, ter sofrido ameaças físicas ou morais (BARBABELA, P. 24).

Corroborando o sustentado, vale ressaltar o seguinte julgado.

> PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DELAÇÃO PREMIADA. AUSÊNCIA DE EFETIVA COLABORAÇÃO DO ACUSADO. PERDÃOJUDICIAL. ART. 35-B DA LEI N. 8.884/94. ART. 13 DA LEI N. 9.807/99.VAZIO NORMATIVO. AUSÊNCIA DE PONTO DE COINCIDÊNCIA. ANALOGIA. INVIABILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ARESTO PARADIGMA. MESMO TRIBUNAL DE ORIGEM.SOLUÇÃO IDÊNTICA. NÃO CONHECIMENTO.
> 1. *A colaboração efetiva é imprescindível para a concessão do perdão judicial*, ainda que sob o jugo da legislação apontada pelo recorrente como de aplicação analógica na espécie (art. 35-B da Lei n. 8.884/94), vigente à época dos fatos.
> 2. Por outro lado, a aplicação da benesse, segundo a Lei de Proteção à Testemunha - que expandiu a incidência do instituto para todos os delitos - é ainda mais rigorosa, porquanto a condiciona à efetividade do depoimento, sem descurar da personalidade do agente e da lesividade do fato praticado, a teor do que dispõe o parágrafo único do art. 13 da Lei n. 9.807/99.
> 3. *A Corte de origem, a partir da análise dos elementos probatórios da demanda, concluiu que a colaboração do delator foi prescindível para a elucidação do ato de improbidade, pois a condenação "seria alcançada com a documentação oriunda do Tribunal de Contas do Distrito Federal, mesmo que não houvesse confissão do apelante." (e-STJ fl. 1147).* Essa constatação consignada no acórdão recorrido, além de não ter sido impugnada no apelo especial, não poderia ser modificada na instância extraordinária por envolver reexame de provas, o que atrai os óbices das Súmulas 7/STJ e 283/STF.
> 4. O aresto trazido como paradigma provém do mesmo Tribunal em que prolatado o acórdão hostilizado, o que não caracteriza dissídio pretoriano para o fim de cabimento do apelo nobre pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.
> 5. Recurso especial não conhecido.
> (*Recurso Especial 1477982/DF, Segunda Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Min OG Fernandes, Julgado em 14/04/2015).*

Apesar do julgado acima ser contrário ao prelecionado, o que pretende demonstrar é que para a devida aplicação da delação premiada é necessário que ocolaborador deve prestar seu depoimento de forma clara e apresentar informações relevantes, ou seja, deve haver um resultado positivo das informações prestadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme restou devidamente comprovado nos presente artigo, é possível concluir pela aplicação da delação premiada nas ações de improbidade administrativa por analogia tendo em vista que as transcrições das gravações estão sendo usada para fins não penais.

Ainda, aliada a analogia deve se levar em conta que o colaborador deve ser primário, apresentar informações relevantes no sentido que a informação não seria obtida por intermédio de busca pelo *parquet* e pelo Delegado de Polícia. Ou ainda, nos casos em que o acusado praticou o ato de improbidade administrativa por temor reverencial.

Conforme já explanado acima, a delação premiada não se encaixa no artigo 17, parágrafo 1ª, da lei de improbidade administrativa, ou seja, é possível aplicar a delação premiada diante da falta de vedação expressa.

Neste sentido, não existem motivos que impeçam a aplicação da delação premiada nos casos de improbidade administrativa, principalmente porque mostra-se efetiva sua aplicação, como por exemplo, nos casos da Lava Jato e Mensalão.

REFERENCIAS

BARBELA, Leonardo Duque. A possibilidade de aplicação do instituto da delação premida em caso de improbidade administrativa. 2015.Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Congresso_PatPublico_III/Teses/Livro%20de%20teses.pdf> acesso em: 30/09/2019.

BRASIL. Lei Anticorrupção n° 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre responsabilização administrativa. **VADE MECUM**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, de 2 de junho de 1997. Dispões sobre sanções aplicáveis aos agentes públicos. **VADE MECUM**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas nº 9.807/1999, de 13 de julho de 1999. Estabelece normas para organização e manutenção de programas especiais. **VADE MECUM**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2011.

Mendonça, Ana Paula Gadelha. Aplicabilidade Da Delação Premiada Na Nova Lei De Crime Organizado, 2014.Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas /trabalhos_conclusao/2semestre2014/trabalhos_22014/AnaPaulaGadelhaMendonca.pdf> acesso em: 30/09/2019.

SANTOS, Marcos Paulo Dutra. Colaboração (delação) premiada. Salvador: JusPODIVM. 2016.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial 1477982/DF. Rel. Min OG Fernandes. DJ.23/04/2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201402181189&dt_publicacao=23/04/2015> acesso em: 30/09/2019.

APRESENTAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO ASSISTENCIAL E DO ENFERMEIRO ADMINISTRATIVO NA UNIDADE

Camila Caetano dos Santos, Francislaine Conceição, Renata Castro,
e-mail: camilacaetanojau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Cândido (2012), as Unidades de Terapia Intensivas (UTIs) foram criadas a partir da necessidade de atendimento do cliente cujo estado crítico exigia assistência e observação contínua de médicos e enfermeiros.

O mesmo autor afirma que esta preocupação se iniciou empiricamente com Florence Nightingale, durante a guerra da Criméia no século XIX, que procurou selecionar indivíduos mais graves, acomodando-os de forma a favorecer o cuidado imediato.

De acordo com Ribeiro (2010),o surgimento das UTIs teve origem em meados do ano de 1960, durante a Guerra do Vietnã, quando os soldados feridos necessitavam de um local específico para que pudessem ter acesso a um atendimento, rápido e eficiente, por uma equipe de médicos e enfermeiros, com o passar dos anos foram acrescentadas inovações terapêuticas que contribuíram para o crescimento da terapia intensiva, como a terapia intravenosa para o choque, a transfusão sanguínea, a anestesia, além da remoção de pacientes para meios que estavam melhores equipados.

Para Fernandes et al (2012) e Ferreira (2017) as UTIs surgiram no Brasil na década de 70 no século XX, representando um marco dentro dos progressos obtidos pelos hospitais, visto que antes dela, os pacientes graves eram tratados em enfermarias, faltando assim recursos materiais e humanos para uma melhorar qualidade desse cuidado.

Uma das características da UTI é a de ser uma área grande, bem dinâmica aos profissionais que atuam no setor. A constante circulação de pessoal, a solicitação de exames frequentes, controles e métodos de tratamentos, tendem a levar o funcionário ao desgaste físico e emocional e isso pode interferir no desempenho dos profissionais (ALMEIDA, 2010).

Em relação ao ambiente físico de UTI, Faria (2014) o detalha como um ambiente que apresenta uma série de características sensoriais específicas e odores no ambiente. O ambiente é muito claro, iluminado artificialmente por luz fluorescente, com as janelas sempre fechadas e recobertas por um filtro, de forma que não é possível ver a luz do dia, mantém-se a temperatura geralmente constantemente por aparelhagem de ar condicionado central. Tais características fazem com que este ambiente seja um local onde há quase uma total abolição do tempo e um isolamento do mundo exterior.

Segundo estudos de Jantsch et al (2011) no que diz respeito à caracterização de um enfermeiro fortemente assistencial dentro do intensivismo, o cuidado ocorre junto com uma atuação administrativa e gerencial da unidade. O assistencialismo na UTI ocorre com maior frequência quando comparado a outras unidades hospitalares, por apresentar situações mais complexas de cuidado, não permitindo que os outros profissionais da equipe atuem, já que estes não possuem embasamento para tais atividades, caracterizando a assistencialidade do enfermeiro em uma UTI.

A UTI é uma unidade que requer do profissional uma diversidade de conhecimentos para atuar, com base na heterogeneidade da atenção, visto que se observam várias situações emergenciais instáveis em seu estado geral (MIGUEL, 2012).

Segundo Souza (2014), o enfermeiro assistencialista tem como função atender as necessidades de saúde de pessoas ou das comunidades, logo, no ambiente da UTI, estas funções estão ligadas ao cuidado com o doente crítico que envolve um arsenal tecnológico específico, exigindo dos enfermeiros conhecimentos e habilidades relacionadas ao manuseio de máquinas e às necessidades dos pacientes que dependem delas.

O mesmo autor destaca que o enfermeiro administrativo além da relação individual com o usuário, também atua na responsabilização das atividades dos componentes da equipe de enfermagem e na gerência da assistência. Os enfermeiros são responsáveis pela gerência da unidade, atividade esta que consiste na previsão, provisão, manutenção, controle de recursos materiais e humanos para o funcionamento do serviço e, pela gerência do cuidado que abrange o diagnóstico, o planejamento, a execução e a avaliação da assistência, passando pela delegação das atividades, supervisão e orientação da equipe de enfermagem.

Para Massaroli et al (2015), o enfermeiro dentro da UTI tem diversas funções, que permeiam a coordenação clínica e funcional da unidade, a educação junto à equipe de

enfermagem e também voltada para o paciente e seu familiar. Lembrando, ainda, a função de articular os diversos profissionais envolvidos na assistência a um paciente articulando informações, englobando também, os setores administrativos do hospital que se preocupam com a conta hospitalar e com os fins financeiros da instituição.

2 OBJETIVO

Apresentar as funções de enfermeiro assistencialista e enfermeiro administrativo dentro da UTI.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi a revisão sistemática da literatura, que consistiu em um método que visou à integração de informações simultâneas, permitindo a investigação da tendência das publicações sobre a implantação das UTI, perfil do paciente atendido pelo serviço e atividades desenvolvidas pelos enfermeiros que atuam na área, com um conteúdo critico atual.

As consultas aconteceram por meio de fontes bibliográficas e eletrônicas dos sites de busca Bireme, Scielo e Lillacs, foram também utilizadas, a partir do buscador online Google, trabalhos como monografia, dissertação e tese, todos com abordagem voltada ao assunto em questão. Foram usados também livros e outros materiais que foram pertinentes ao título em estudo num total de 30 achados publicados entre os anos de 2010 a 2018. Os achados mais antigos fizeram parte dos dados históricos que conduziram ao processo de humanização.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A saúde, a doença caminharam inerentemente a existência humana, e as diversas formas de trata-la, preveni-la e reestabelecer a saúde surgiram, pela ação humana através do cuidado (ANDRADE, 2013).

O cuidado então antes realizado por pessoas com perfil de caridade e por motivos religiosos, foi deixado de lado, para ser assumido por pessoas despreparadas, mulheres recrutadas em prisões, nas ruas, não possuidoras de nenhum tipo de formação, na sua maioria analfabetas e de caráter duvidoso.

Segundo Padilha e Mancia (2005), a enfermagem profissional no mundo foi erigida a partir das bases científicas propostas por *Florence Nightingale* que foi influenciada diretamente pela sua passagem nos locais onde se executava o cuidado de

enfermagem leigo e fundamentado nos conceitos religiosos de caridade, amor ao próximo, doação, humildade, e também pelos preceitos de valorização do ambiente adequado para o cuidado, divisão social do trabalho em enfermagem e autoridade sobre o cuidado a ser prestado.

De acordo com Borenstein e Padilha (2009), que também abordam o assunto, os primeiros estudos relacionados com a História da Enfermagem Moderna surgem a partir da segunda década do século XIX, com historiadores anglo-saxões. Estes estudos constituíram a origem dos escritos sobre a enfermagem ocidental.

Almeida (2012) afirma que a primeira ideia de um ambiente exclusivo para observar pacientes que necessitavam de maiores cuidados surgiu com *Florence Nightingale*, em 1854, durante a Guerra da Crimeia. Ela, juntamente com outras 38 voluntárias, partiu para a guerra com a finalidade de tratar os soldados gravemente feridos, separando-os dos menos graves, e com isso conseguiu reduzir a mortalidade de 40% para 2%. Progressivamente, esses ambientes foram se organizando à medida que houve avanço do aparato tecnológico, até a origem das modernas UTIs como hoje são conhecidas.

No Brasil, as UTIs foram implantadas na década de 1970, contribuindo para que a enfermagem em um curto período de tempo adquirisse bases teóricas para sua prática neste novo campo de atuação. Também foi nessa década que surgiram os primeiros cursos de especialização de enfermagem em terapia intensiva, e expandiram por todo o país (RIBEIRO, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo conclui que o profissional de enfermagem é fundamental para a assistência ao paciente durante sua terapêutica, atuando de forma que se evitem eventos adversos, melhorando sua qualidade de vida, uma vez que uma grande maioria desses pacientes se submete a um tratamento relativamente longo quando estão internados em UTI. Diante disso, sabe-se que a assistência de enfermagem nessa unidade de internação deve ser baseada na competência técnica, que envolve os aspectos assistencial e administrativo.

Podemos concluir também que dentre as várias competências que são atribuídas aos enfermeiros cabem-lhes as funções assistenciais e administrativas. No que diz respeito à competência assistencial o estudo demonstra que às funções administrativas requerem do enfermeiro extrema versatilidade em relação aos aspectos burocráticos

para que, por meio delas, possa alcançar os objetivos necessários de uma UTI. É de competência administrativos ter pautas e metas no ambiente de trabalho que visem à qualidade dos resultados, bem como a execução de funções voltadas à boa produtividade, além de prezar pela eficiência e criatividade de sua equipe valorizando o material humano que se encontra a sua disposição, qualidades das pessoas e preocupar-se com o desenvolvimento técnico e científico de sua equipe.

Evidenciando-se também que cabe ao enfermeiro administrativo a manutenção do bom relacionamento com a diretoria hospitalar com seus funcionários além de familiares. Com isso ele serve de acesso entre as partes viabilizando soluções em todos os momentos de crise.

Sobre as funções assistenciais do enfermeiro conclui-se que está diretamente focado na demanda do atendimento e cuidado direto ao paciente. O papel assistencial do enfermeiro em unidade de tratamento intensivo consiste em obter a história do paciente, realizar exame físico, executar procedimentos e intervenções relativas ao tratamento, avaliar as condições clínicas, orientar os pacientes para continuidade do tratamento, ocupando papel importante na assistência ao paciente de alta complexidade, pois ele se configura como ponto de apoio para a equipe quer seja no que se refere à educação e preparo quer seja na coordenação do serviço de enfermagem no que diz respeito a assistência direta ao paciente.

Por tanto, o enfermeiro de UTI, pode se afirmar que ocupa um importante papel nos momentos de fragilidade, dependência física e emocional do paciente, configura-se num importante ponto de apoio para a equipe quer seja no que se refere à educação e preparo ou, na coordenação do serviço de enfermagem, atua no limiar entre o humano e o tecnológico, frente a isso se conclui que o enfermeiro de UTI necessita dispor de habilidades e competências que o permitam desenvolver suas funções eficazmente aliando o conhecimento técnico científico e o domínio da tecnologia a humanização e individualização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. **Qualidade de vida dos profissionais de enfermagem na unidade de terapia intensiva de um hospital de grande porte do município de Dourados/MS.** 2010. 67f. Monografia. (Graduação em Enfermagem) – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Dourados/MS, 2010.

CÂNDIDO, P.W.M. **Assistência de enfermagem em UTI:** humanização na qualidade do atendimento. 2012. Disponível em:

<https:www.webartigos.com/storage/app/uploads/public/588/4ce/a49/5884cea499380816951877.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2019.

FARIA, C. V. G. **As representações sociais da morte para equipes de saúde de dois centros de terapia intensiva.** 2014. 139f. Dissertação (Mestre em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2014.

FERNANDES, G. T. et al. **Tecnologia de ponta em unidade de terapia intensiva (UTI) e sua influência na humanização do cuidado de enfermagem.** 2012. 16f. Artigo original (Graduação em Enfermagem) – Centro Universitário Plínio Leite. Niterói/RJ, 2012.

FERREIRA, A. M. et al. Diagnósticos de enfermagem em terapia intensiva: mapeamento cruzado e Taxonomia da NANDA-I**. Rev. Bras. Enferm.** Ribeirão Preto, v. 69, n. 2, p. 307- 15 mar/abr. 2016.

JANTSCH, L. B. et al. Processo de trabalho da enfermagem em uma unidade de terapia intensiva: a visão do acadêmico. **Rev. Cont. Saúde.** Ijuí, v. 10, n. 20, p.1.259-1.264, Jan./Jun. 2011.

MASSAROLI, R. et al. Trabalho de enfermagem em unidade de terapia intensiva e sua interface com a sistematização da assistência. **Esc. Anna Nery.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 252-258, 2015.

MIGUEL, D. B. **Vivências em uma unidade de terapia intensiva, um relato de experiência.** 2012. 14f. Monografia (Pós-Graduação em Enfermagem em Terapia Intensiva) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Ijuí/RS, 2012.

RIBEIRO, Y. C. **As dimensões do cuidado da enfermeira na unidade de terapia intensiva.** 2010. 83f. Dissertação (Mestre em Enfermagem) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, 2010.

SOUZA, J. L. P. **O enfermeiro como articulador do cuidado nas unidades de terapia intensiva.** 2014. Disponível em:<http://pvista.proevento.com.br/hp/subpaper/dowload.asp?strFileName=501707_5_artigo_de_uti.pdf.>. Acesso em: 11 fev. 2019.

APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA

Liralene Massola Barros, Talita Maiara Michelon, Perla Savana Daniel, e-mail: talitamichelon@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo abordar o crime de apropriação indébita previdenciária prevista no artigo 168-A, *caput*, do Código Penal Brasileiro e seus reflexos na área penal e administrativa.

Dessa forma iniciou-se o presente estudo com uma explanação breve sobre a apropriação indébita, com previsão no artigo 168, *caput* do código penal, viabilizando uma distinção deste tipo penal com o descrito no artigo 168-A.

Após esta diferenciação e com a finalidade de analisar a apropriação indébita previdenciária o item seguinte será tratado o crime propriamente dito, trazendo explicações sobre quando este foi inserido no Código Penal e em que consiste o tipo penal, abordando as noções gerais que lhes são aplicáveis.

Neste artigo pretende-se demostrar um aprofundamento do conhecimento do delito que é praticado por um fragmento da sociedade que não aparece nas estatísticas oficiais.

2 METODOLOGIA

Este artigo foi elaborado por meio de pesquisas bibliográficas de literatura especializada e análise da legislação brasileira que envolve o direito administrativo e o direito penal, com enfoque em seu histórico, leis, sumulas e decretos que analisam a aplicação do crime de apropriação indébita previdenciária.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Apropriação Indébita

O crime de apropriação indébita consiste em o agente usar ou pegar para si um bem que não é seu ou tirar proveito dele causando prejuízo ao verdadeiro proprietário. Este crime está descrito no artigo 168 do Código Penal; apropriar-se de coisa alheia

móvel, de que tem a posse ou a detenção: pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Segundo Capez (2010, pg.585), o tipo penal da apropriação indébita visa à proteção do patrimônio, isto é, o direito à propriedade. De acordo com o autor, neste crime é considerado como sujeito ativo aquele que tem a posse ou detém a coisa e o sujeito passivo é o proprietário ou o possuidor da coisa móvel.

Capez (2010, pg.586), esclarece que a apropriação indébita acontece quando o agente se apropria de coisa alheia móvel, de quem tem a sua detenção ou a posse. O sujeito, que é possuidor ou detentor da coisa, faz a inversão do título da detenção ou da posse e se considera como se fosse realmente o dono.

O autor assegura que o crime é material e se consuma no momento em que o agente transforma a posse ou detenção sobre o objeto em domínio, ou seja, quando passa a agir como se fosse dono da coisa.

O elemento subjetivo para Capez (2010, pg.600) é apenas o dolo, constituindo-se na vontade livre e consciente de apropriar-se da coisa alheia móvel, o que pressupõe a intenção de apoderar-se do objeto, não restituindo-o, agindo como se dono fosse, ou de desviá-la do fim para que foi entregue.

A intenção de apropriar-se da coisa (*animus rem sibi habendi)* passa a existir somente após o agente ter a posse ou a detenção da coisa. Exemplo: o indivíduo que pega um livro emprestado com o amigo. Posteriormente, tem a ideia de não o devolver mais. Nesse caso o agente pratica a apropriação indébita, pois se apropriou de coisa alheia móvel que se encontrava em seu poder.

Entretanto, se o agente recebe a coisa já com o intuito de apropriar-se dela (*dolo ab ovo),* poderá ocorrer o estelionato. Por exemplo: o cliente de uma locadora de vídeo que fornece dados pessoais falsos para cadastro com o objetivo de se apropriar do DVD ou CD que levará consigo.

3.2 Apropriação Indébita Previdenciária

A Constituição Federal em seu artigo 6º assegura como um dos direitos sociais o direito a previdência social, e ainda o artigo 194 da carta magna garante que a" seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (CF,1988).

A apropriação indébita previdenciária teve sua primeira normatização em 1937, no Decreto-Lei nº 65, de 14 de dezembro de 1937 que dispõe sobre o recolhimento das

contribuições devidas por empregadores e empregados aos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões. Esta apropriação passou a ser tipificada pela LOPS (Lei Orgânica da Previdência Social), Lei nº 3.087 de 26 de agosto de 1960.

O Decreto nº 83.081/1979 determinou como crime de apropriação indébita previdenciária o agente que deixa de recolher na época própria contribuição ou outra quantia arrecadada do segurado ou do público e devida à Previdência Social.

Em 1990, com a Lei nº 8.137 a apropriação indébita previdenciária deixa de ser equiparada à apropriação indébita, mas sem autonomia sendo considerado crime contra a ordem tributária. Com a edição da Lei 8.212, em 24 de julho de 1991, a apropriação indébita previdenciária se torna autônoma, constituindo crime deixar de recolher, na época própria, contribuição ou outra importância devida à Seguridade Social e arrecadada dos segurados ou do público, conforme Art. 95, letra d.

Por fim, a Lei 9.983/2000, em seu art. 3º, revogou expressamente o artigo acima ao dispor especificamente dentro do Código Penal, em seu art. 168-A o crime de apropriação indébita previdenciária, que tipificou a conduta do agente que não repassa a previdência social as contribuições recolhidas, no prazo e forma legal, ou ainda aquele que deixa de recolher contribuição ou outra importância destinada a previdência social. Do mesmo modo atua no crime aquele agente que recolhe contribuições devidas a previdência social que tenham integrado despesas contábeis, custos relativos a venda de produtos e ou prestação de serviços, ou ainda aquele que pagar benefício ao assegurado, quando respectivos valores já tiverem sido reembolsados a empresa pela previdência social.

Este crime foi implementado em 200 e está previsto no artigo 168-A do Código penal com a seguinte redação; deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000), pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Dessa forma Capez (2010, pg.598) esclarece que se trate de um crime que possui como objeto jurídico a proteção ao patrimônio, mas, este tipo penal na verdade protege não apenas o patrimônio de uma pessoa ou de algumas, como nos demais crimes previstos dessa modalidade, mas o patrimônio de todos os cidadãos que fazem parte do sistema previdenciário.

De acordo com o autor o artigo incrimina a conduta de deixar de repassar, ou seja, deixar de transferir à Previdência Social (INSS) as contribuições recolhidas dos

contribuintes, no prazo e na forma legal ou convencional. Este tipo penal é um crime próprio, tendo como sujeito ativo aquele que tem o dever legal de repassar à Previdência Social as contribuições recolhidas dos contribuintes. A violação desse dever de repassar que antes era uma simples infração administrativa, tornou-se um ilícito penal.

Já o sujeito passivo do delito é a Previdência Social, ou seja, a União em primeiro plano, e os segurados da previdência em segundo plano, eis que são privados das contribuições recolhidas.

Segundo Damásio (2003, pg.415), os agentes públicos também podem praticar este delito, pois as contribuições das empresas incidentes sobre o faturamento e o lucro, bem como aquelas referentes a receita de concursos de prognósticos, são arrecadadas e fiscalizadas pela Secretaria da Receita Federal, cujos valores devem ser repassados mensalmente ao Tesouro Nacional. De acordo com o autor a violação desse dever legal, que antes era um simples ilícito, tornou-se infração penal.

O bem jurídico protegido no crime de apropriação indébita previdenciária é o interesse patrimonial do Estado e o interesse coletivo da arrecadação e distribuição da despesa pública. O objeto jurídico é a subsistência financeira da Previdência Social, pois se tutela em primeiro lugar o Erário ou a Fazenda Pública, que é titular do crédito.

Para o Supremo Tribunal Federal a apropriação indébita previdenciária é crime omissivo próprio (puro), apesar de haver divergências doutrinárias. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça também vai por essa linha de entendimento: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" (Súmula 283/STF).

Um exemplo deste crime tratado foi o caso do dono da extinta TV Manchete, que sua defesa não conseguiu reduzir a pena de quatro anos e seis meses de reclusão em regime semiaberto que lhe foi imposta pela Justiça Federal em decorrência do crime de apropriação indébita previdenciária. O empresário deixou de recolher à Previdência Social as contribuições previdenciárias descontadas de seus funcionários, o que resultou numa dívida de R$ 1,3 milhão junto ao INSS à época da denúncia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguridade social compreende um complexo sistema de arrecadação, distribuição e administração de riquezas, procurando atender as necessidades dos indivíduos.

Dessa forma a seguridade social merece destaque, pois é dela que derivam a assistência à saúde, previdência social e a assistência social. Sendo um direito previsto na constituição, permite que as condutas que a ela ofendem sejam perseguidas pelo Direito Penal.

Em suma, ao concluir este trabalho, percebe-se a importância de tratar sobre um tema tão rico e com inúmeros questionamentos ainda em aberto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Sumula 283. Disponível em http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2226. Acesso em 25/09/2019.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal, volume 2: parte especial; 11 ed. – São Paulo: Saraiva, 2010, pg. 585-608

FABBRINI, R.N; MIRABETE, J.F. Manual de direito penal: parte especial. 25ª edição, pg. 277-279.

JESUS, Damásio Evangelista de. *Direito Penal: Parte especial*. v. 2. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, pg.415.

AS ALTERAÇÕES DO ENSINO DA ARTE COM A IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Ana Beatriz Forte Bortolucci, Juliana Valenzola, Carla Maria Nicola Coletti
e- mail: bia_bortolucci@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira é um sistema que sofre inúmeras transformações, designando debates diversos sobre a maneira eficaz de como proporcionar a aprendizagem significativa e elevar o índice de qualidade educacional do país. Entretanto, para que este fato se concretize, há o embasamento proveniente de documentos que servem para nortear o trabalho das disciplinas, a fim de revigorar estratégias.

A disciplina Arte enfrentou diversos obstáculos em sua trajetória para ser reconhecida enquanto área epistemológica e obter espaço nestes normativos. Cunha (2012) alega que a área sofreu com a tendência tecnicista e a instauração de uma cultura polivalente; e somente com a divulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 se constituiu enquanto componente curricular obrigatório. Não obstante, a autenticação de um novo documento, que entrará em vigor no ano de 2020, ocasionará modificações no currículo brasileiro e no ensino da Arte: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC tem como objetivo oferecer uma base mínima comum sobre os conteúdos a serem aprendidos por todos os estudantes do país independente de sua região nas modalidades de ensino, entretanto tem sido pauta de debates e críticas recentes devido a vários fatores, um deles corresponde a substituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apesar de não ter um caráter mandatório, são responsáveis por oferecer suporte didáticos aos educadores do país. Iavelberg (2018) traça um paralelo apontando as divergências entre ambos, principalmente em relação à Arte, estão dentre elas: terminologia, predominância disciplinar no currículo, avaliação e a formação dos profissionais que atuarão na sala de aula.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar essas possíveis alterações do ensino da Arte com a implantação da BNCC. Buscando, inclusive, possibilitar uma maior compreensão sobre a posição ocupada pela Arte no currículo através do esboço de seu histórico. Também se pretende comparar os diferentes documentos legislativos

oficiais que embasam a educação brasileira, e identificar os déficits presentes na formação docente. No intuito de alertar os professores para a possível realidade educacional que vivenciarão nos próximos anos.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa científica em questão, a metodologia utilizada consistiu em uma revisão bibliográfica. Na qual foram selecionados livros, artigos, revistas e redes eletrônicas como fonte de inúmeras convicções, ampliando a bagagem de conhecimentos referentes à Arte, seu histórico, legislação e formação docente.

Entre as obras revisadas destaca-se o artigo científico de Cunha (2012), “Ensino de Artes: Dificuldades, Experiências e Desafios”, que apresenta um resgate histórico da trajetória do ensino de Arte no Brasil e seus aspectos legislativos, agregando reflexões sobre sua importância para o desenvolvimento do indivíduo e da postura que o educador deve assumir em sala de aula.

A ênfase sobre a formação docente é contemplada, inclusive, por Farias (2016) no artigo: “As idas e vindas e voltas do ensino de arte no Brasil”, que denuncia o receio que os educadores enfrentam ao se depararem com as mudanças e seu papel onipotente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da investigação de diversos estudos foram obtidos e constatados resultados neste trabalho que permitem e facilitam a compreensão de possíveis consequências ao ensino da Arte com a homologação da BNCC. Segundo Iavelberg (2018), o novo normativo apresenta desproporção em relação ao espaço ocupado pela disciplina, com predominância de páginas contendo orientações destinadas a outras áreas como Português e Matemática. Tal fato está atrelado ao contexto capitalista do século XXI, cuja escola assume uma nova responsabilidade: formar sujeitos que sejam aptos e competentes para atender as demandas do mercado de trabalho. Assim, a priorização de certos componentes curriculares é estratégica, pois articula os interesses mercadológicos, na medida que, a base tem por objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades que contribuam para a manutenção deste processo.

Outro aspecto pertinente a ser considerado corresponde a destituição da Arte no currículo, cujo impacto recai sobre o Ensino Médio, tornando-se facultativa e dependente do interesse dos alunos em frequentá-la. A pouca procura pelos mesmos, condenará a Arte

e o aprimoramento das capacidades críticas, reflexivas e criativas que ela é capaz de desenvolver, resultando, desta forma, em meros executores de ações.

Também foram analisados os novos requisitos para a atuação no âmbito artístico, que consistiram no descarte da exigência de formação específica, podendo um professor graduado em curso de licenciatura em Arte, ou apenas habilitado em uma das quatro Linguagens Artísticas (Artes Visuais, Dança, Teatro e Música) ministrar as aulas. Deste modo, o testemunho do retorno da cultura plurivalente de formação está próximo e de acordo com Peres (2017), o que se pretende é uma atuação superficial, como acontecia na ditadura militar.

Ainda foi possível verificar que muitos profissionais de Arte não estão cientes sobre estas prováveis mudanças ou como aplicar em sua prática os novos pressupostos estabelecidos pela BNCC. Dessa maneira, Farias (2016) identificou como sendo uma das principais dificuldades dos docentes ocasionados devido a complexidade dos objetivos em suas implicações, que propiciam inúmeras interpretações, na maioria das vezes, errôneas e ambíguas.

Entretanto, a solução frente a esta crise parece rescindir sobre o próprio profissional. Cunha (2012) afirma que este deve aperfeiçoar seu conhecimento para ressignificar sua práxis. Em relação às diretrizes da BNCC não deve ser diferente, há a necessidade de estudo e principalmente luta dos educadores em prol de sua valorização.

A diversificação de recursos, metodologias, espaços e estratégias de ensino parece ser uma das possíveis alternativas, de modo, a tornar o ensino artístico mais significativo e amplo, cabendo ao docente o novo desafio de ressignificar sua função e a própria didática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização deste estudo foi possível verificar o estereótipo “recreativo” adquirido pela Arte em sua trajetória histórica e que ainda prevalece até os dias atuais. Tal concepção tende a ser fortalecida pelas conjecturas determinadas na BNCC, que, além de provocar receio por parte dos educadores de como proceder seu trabalho, devido ao desencadeamento de interpretações ambíguas, também exonera a obrigatoriedade do conteúdo de Arte no Ensino Médio.

No entanto, a medida pode interferir de maneira negativa e determinante no desenvolvimento do indivíduo. Afinal, a prática artística permite que o aluno desenvolva sua identidade e autoestima, trabalhe conduzindo suas tensões e sentimentos, potencializando suas percepções, condições estas que influirão na aprendizagem, na conexão com o

próprio eu e com o mundo. A pessoa que aperfeiçoa sua sensibilidade artística e estética tem a capacidade de lidar melhor com seus sentimentos, expressões e ter autoconfiança para estar no meio de um mundo que necessita de seres humanos críticos, criativos e inovadores.

Logo, a Arte também adquire um papel extremamente relevante para a formação do sujeito, não devendo ser menosprezada em detrimento das demais áreas curriculares. É incontestável que o país requer uma mudança em seu setor educacional que vise o acesso de todos os cidadãos à escola. Todavia, a prioridade não se restringe apenas a atender uma quantidade maior de alunos e sim a qualidade do ensino ofertado, sendo este, prejudicado ao não favorecer o desenvolvimento da reflexão crítica, culminando no processo retrógrado epistemológico e social.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Júlia Maria. Ensino de Artes: Dificuldades, experiências e desafios. **Periódico De Divulgação Científica da FALS,** n. 14, dez. 2012. ISSN 1982-646-X. Disponível em: <http://falls.com.br/revela/REVELA%20XVI/art_exp01_14 .pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

FARIAS, Monica Rodrigues de. As idas e voltas do ensino da Arte no Brasil.In: CONFAEB, 26.,2016, Boa Vista. **Anais...**Boa Vista: UFRR, 2016. Disponível em: <http://ufrr.br/confaeb/index.php/anais/category/4artesvisuais?download=26:farias-monica>. Acesso em: 10 ago. 2019.

IAVELBERG, Rosa. A Base Nacional Curricular Comum e a formação dos professores de arte. **Revista Horizontes**, Bragança Paulista, v.36, n.1, p. 74-34, jan. 2018. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/5 76>. Acesso em: 12 jul. 2019.

PERES, José Roberto. Questões atuais do Ensino de Arte no Brasil: O lugar da Arte na Base Nacional Comum Curricular.**Revista Departamento de Desenho e Artes Visuais.** Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2017. Disponível em: <https://www.cp 2.g12.br/ojs/index.php/revistaddav/article/download/1163/859>. Acesso em: 12 jul. 2019.

AS CLÁUSULAS PÉTREAS DEVEM SER ENTENDIDAS DE FORMA ESTRITA, OU HÁ MARGEM PARA INTERPRETAÇÃO, INCLUINDO NESTE ROL, POR EXEMPLO, OS DIREITOS SOCIAIS?

Ariel Fuzinelli Lopes, Guilherme Martins, Sabrina Miranda Ribeiro, Xenia Teodoro de Andrade, Eduardo Arruda Galvão de França, e-mail: eduardogalvaodefranca@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Reforma da Previdência trouxe á tona uma discussão doutrinária que já perdura algum tempo: o artigo 60, § 4º, inciso IV da Constituição (que aborda as cláusulas pétreas) deve ser interpretado com base na letra fria da lei, considerando somente os direitos individuais como pertencentes ao núcleo rígido da magna carta, ou cabe espaço para interpretação e adaptação conforme passa o tempo?

Para José Afonso da Silva, os direitos individuais são sinônimos de direitos fundamentais, e essa nomenclatura seria muito mais abrangente (1998, pg. 179). Já Dimitri Dimoulis e Leonardo Martins colocam como direitos constitucionais as liberdades individuais, públicas, fundamentais e direitos dos homens (2008, pg. 53).

Aceitando que há mais direitos que gozem de proteção, como os direitos sociais, por exemplo, como o poder constituinte derivado reformador pode dispor dessas matérias?

O propósito deste artigo é demonstrar que, com a evolução do mundo, muitos direitos foram se tornando indispensáveis, e que com um esforço hermenêutico, ou seja, com um olhar aprofundado e além da norma, é possível reinterpretar o inciso IV do parágrafo 4º do artigo 60. Além disso, a mutação constitucional, mecanismo pelo qual se manifesta o poder difuso, aquele que muda a Constituição de maneira informal e que nas palavras de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino, altera o conteúdo, o alcance e o sentido das normas constitucionais (2016, pg. 84), também está apta a demonstrar que é possível incluir outros direitos como cláusulas pétreas além dos individuais. Face ao exposto, este estudo visará delimitar a atuação do poder reformador mediante esta nova realidade, que engloba um número muito maior de cláusulas que não podem ser abolidas.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido após intensa pesquisa no ramo, uma vez que, há divergência doutrinária, e para chegar a um resultado, foi preciso avaliar o todo.

O referencial bibliográfico conta com uma lista de constitucionalistas, além de artigos científicos e também o site do Conselho Nacional de Justiça.

Para chegar à conclusão de que o rol de cláusulas pétreas é muito maior do que o artigo 60 demonstra, foi preciso confrontar o trabalho de diversos juristas, o que gerou debate no grupo que projetou este artigo.

A maior dificuldade foi reunir o número máximo de material sobre o tema e discorrer de forma sintética. Os resultados obtidos, no entanto, foram compensatórios, e forneceram aos alunos pesquisadores uma opção de tema para futura pesquisa complexa e aprofundada.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Somente os direitos individuais são considerados cláusulas pétreas? Considerando que não, como o poder reformador atua diante dessa nova realidade? Para responder a estes questionamentos é preciso fazer um resgate histórico e entender que existem (majoritariamente segundo a doutrina), três gerações ou dimensões de direitos.

> Os direitos pertencentes à primeira geração referem-se aos direitos fundamentais do homem, afirmados nas lutas contra os governos absolutos e arbitrários, tendo por escopo limitar a atuação estatal em vista da preservação de direitos como a vida, a liberdade e a igualdade. Os ditos de segunda geração por sua vez decorrem das lutas de classes, das conquistas da classe operaria no século XIX, em vista da afirmação de que o Estado deve não apenas se omitir em praticar atos lesivos a esfera de direitos humanos, mas também promover e salvaguardar situações de direitos humanos relacionadas a vida digna: trabalho, educação, saúde, moradia, dentre outros. Assim, enquanto os direitos de primeira geração se apresentam como direitos negativos (posto que são limites ao Estado), os direitos de segunda geração são positivos, na medida em que exigem ações concretas para a promoção da dignidade humana. A partir do século XX, segundo Bobbio, surge uma terceira geração de direitos, que abrange a preservação do meio ambiente e do consumidor, numa clara preocupação com a manutenção da vida na Terra. (FRANCA, 2009)

Paulo Bonavides ainda vai elencar os direitos de quarta e quinta geração, sendo estes correspondentes a concepção de paz (2011, pg. 579) e aqueles referentes à globalização dos direitos fundamentais (2011, pg. 570)

Feita essa explanação é nítida a importância de cada uma das gerações de direitos. Quando há uma interpretação de forma literal do inciso IV, § 4º do artigo 60 da

Constituição, estamos dizendo que as cláusulas que protegem, por exemplo, o direito dos trabalhadores e o direito dos consumidores, podem ser abolidas, uma vez que não são direitos e garantias individuais.

O maior problema aqui se encontra na imprecisão da expressão “direitos e garantias individuais”. Genaro Carrió adverte que essa briga infinda de doutrinadores acerca de diversos temas, ocorre por conta da falta de precisão nas palavras (2011, pg. 96). Cabe ao intérprete, através de um esforço hermenêutico, que exige um olhar aprofundado para o texto, compreender que a Constituição deve ser vista por outro ângulo com o passar do tempo, adaptando a estrita interpretação para uma análise mais ampla e que atenda as necessidades sociais. Em outras palavras, é deixar o poder difuso se manifestar pela mutação constitucional.

Com relação às limitações de atuação do poder reformador, para entendê-las é preciso falar primeiramente do poder originário. O constitucionalista Michel Temer defende que quando uma assembleia constituinte é formada para criar uma nova Constituição, surge um novo Estado, que pode ser igual geograficamente ou historicamente, mas não é juridicamente falando (1998, pg. 33). Logo, deve-se dizer que o poder originário é aquele inicial, além de ser ilimitado, autônomo e incondicionado. É um poder anterior a Constituição e que se manifesta sempre que o povo precisar. Assim sendo, é um poder de fato, um poder político, vinculado à realidade da vida em sociedade, e que tem como certa obrigação, prever no momento da criação de uma Constituição, quais são os direitos fundamentais que nortearão aquele Estado.

Já o poder reformador, deriva do originário e é um poder de direito, ou seja, possui natureza jurídica. Ele é responsável não por criar uma nova ordem jurídica, mas sim, por reformar a Constituição, manifestando-se através de procedimento específico e por intermédio das PEC’s (propostas de emendas constitucionais). As suas limitações (elas existem e são de consenso da doutrina, marcando uma grande diferença em relação ao poder originário) estão elencadas ao longo do artigo 60 da Constituição. Os incisos I, II e III trazem as limitações formais subjetivas (de iniciativa), os parágrafos 2º, 3º e 5º abordam as limitações formais objetivas. Já o parágrafo 1º vai trazer as limitações circunstanciais. As limitações temporais não foram previstas no texto da Constituição Federal de 1988. As chamadas limitações materiais encontram-se justamente no parágrafo 4º, e são as famosas cláusulas pétreas. O inciso I vai falar da forma federativa de Estado; o II sobre o voto e o III sobre a separação dos poderes. O que gera debate,

e é objeto desta pesquisa, é justamente o inciso IV, trazendo em sua redação que os direitos e garantias individuais não serão objetos de PEC tendentes a aboli-los.

Conforme elucidado acima, num trabalho de interpretação é possível incluir outros direitos neste rol imutável, chamando-os de direitos fundamentais, e não somente individuais. Os direitos sociais estariam nesse grupo, e a Previdência, que citamos como exemplo no início desse artigo, aparece como um direito fundamental. O próprio site do Conselho Nacional de Justiça reconhece que o núcleo rígido da Constituição não se resume somente ao artigo 5º da magna carta.

> Na percepção de Bonavides, a Constituição Federal de 1988 consagra a idéia de Estado Social, uma vez que reconhece a essência dos direitos sociais e os eleva à posição de preeminência contemporânea, nivelando-os, portanto, aos direitos fundamentais. Daí a necessidade de garanti-los e não apenas concedê-los. Ainda conforme o referido autor 'o centro medular do Estado social e de todos os direitos de sua ordem jurídica é indubitavelmente o princípio da igualdade'. (PACHECO, 2010)

Logo, percebe-se que as cláusulas pétreas vão muito além dos direitos individuais e são aquelas que, no entendimento do STF, até podem ser modificadas, desde que com a finalidade de ampliar direitos, e não com a intenção de aboli-los. É por isso que o poder reformador, ao contrário do poder originário, é limitado. Nas palavras de Bobbio (1997, pg. 53), "Quando um órgão superior atribui a um órgão inferior um poder normativo, não lhe atribui um poder ilimitado. Ao atribuir esse poder, estabelece também os limites entre os quais pode ser exercido […]".

Quando se diz que os direitos sociais estão dentro desse núcleo duro da Constituição, se quer dizer que é maior o cuidado na alterabilidade de temas como educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a **previdência social**, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

É por conta disso que a Reforma da Previdência tem gerado inúmeras discussões. Sem entrar no mérito, e somente para contextualizar o raciocínio, quando a PEC 6/2019 impõe uma idade mínima para todos se aposentarem, ela está tendendo a abolir o direito de aposentadoria por tempo de contribuição, onde a idade é dispensável desde que homens atinjam os 35 anos e as mulheres 30 anos de contribuição. Além do mais, são discutíveis os parâmetros para se estipular essa idade mínima, já que o Brasil é um país com dimensões continentais, e basear-se apenas na expectativa de sobrevida é um tanto quanto perigoso, uma vez que esse número varia muito de acordo com cada região.

Após a explanação é preciso dizer que não existe um ordenamento jurídico perfeito, e as lacunas aparecem à medida que ele é experimentado. É preciso transformar esse ordenamento jurídico no melhor que ele possa ser, e não é claro distorcendo-o, mas adaptando-o a nova realidade e necessidades sociais que surgem ao longo dos anos

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notadamente a Constituição Federal possui ainda muitos termos que deixam dúvidas sobre sua forma de interpretação. O inciso IV do parágrafo 4º do artigo 60 é um deles. Dizer que as cláusulas pétreas não se destinam exclusivamente à proteção aos direitos e garantias individuais, mas que é possível incluir neste rol protetivo também os direitos sociais, por exemplo, é recobrar a história e a razão do surgimento de cada uma das gerações dos direitos fundamentais.

Ao interpretar a Constituição de forma mais literal, englobamos um número muito grande de direitos que devem ser protegidos. Isso não significa que esses direitos não podem ser nunca modificados. Segundo Paulo Bonavides (pgs. 196 e 197), dizer que a Constituição em algum aspecto seja imutável, equivaleria cerrar todos os caminhos à reforma pacífica do sistema jurídico. Esses direitos podem ser mudados através das PEC's, onde se manifesta o poder reformador. No entanto, este poder é limitado, diferentemente do poder originário. Logo, as cláusulas citadas não poderiam ser abolidas, mas alteradas visando melhorias nos direitos nela protegidos.

Esse artigo mostra a importância de se olhar para o texto da Constituição de uma forma mais ampla, captando o espírito social da época em que foi promulgada, e não somente a sua literalidade. Com isso, evitamos que direitos extremamente importantes sejam silenciados, tal qual o direito à saúde.

É preciso que a doutrina se modernize para enxergar as mudanças ocorridas pelo decurso do tmpo, e entenda que as conquistas de diversas pessoas, com muita luta e esforço, não podem ser suprimidas por conta de um fetichismo exacerbado acerca da letra fria da lei.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norbeto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10. ed. Brasília: Editora UNB. 1997.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 26. ed., atual. São Paulo:

Malheiros, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988).** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 23 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ serviços: o que são as cláusulas pétreas**. Disponível em: < https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87921-cnj-servico-o-que-sao-as-clausulas-petreas> Acesso em: 23 set. 2019.

CARRIÓ, Genaro R. **Notas sobre derecho y lenguaje**. 6. ed. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 2011.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

FACHIN, Zulmar. **Teoria geral do Direito Constitucional.** Londrina: IDCC, 2006.

FRANCA, Ludmila. **Bobbio e a era dos direitos.** Disponível em: < https://norbertobobbio.wordpress.com/2009/12/10/bobbio-e-a-era-dos-direitos/> Acesso em: 23 set. 2019

JANINI, Tiago Cappi. **Os direitos fundamentais como cláusula pétrea**. Disponível em: < https://docplayer.com.br/22791635-Os-direitos-fundamentais-como-clausula-petrea-los-derechos-fundamentales-como-clausula-petrea.html> acesso em 23 set. 2019.

PACHECO, Júlio César de Carvalho. **Os direitos sociais, no texto constitucional, são considerados direitos fundamentais.** Disponível em <http://www.jurisuladvocacia.com.br/artigos_abertos/18/Os-direitos-sociais--no-texto-constitucional--s%C3%A3o-considerados-direitos-fundamentais> acesso em 23 set. 2019.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado.** 16. Ed., ver, ampl. e atual., São Paulo: Editora Método, 2016.

SILVA. José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 15. ed., rev. e atual., São Paulo: Malheiros, 1998.

TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional**. 14. ed., rev. e ampl., São Paulo: Malheiros, 1998.

AS CONTRIBUIÇÕES DA ARTE PARA O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Gabrielle Aleixo Garcia, Ana Beatriz Forcin, Carla Maria Nicola Coletti,
e-mail: gabii.aleixo67@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa a ideia central foi discutir e destacar a exploração artística das crianças com TEA (transtorno do espectro autista) em favor de seu desenvolvimento, e as contribuições que a arte proporciona. Sem dúvidas uma parte da nossa preconceituosa população se perguntará o nível de habilidades que esta criança pode ter e limitará a arte em colorir ou apreciar imagens. Além de aprimorar os potenciais artísticos (habilidades em decorar ou colorir), as diversas linguagens artísticas: artes visuais, teatro, música, e dança, são propulsoras de melhora na autoestima, contribuem para aprimoramento cognitivo, psicomotor, e nessa pesquisa destaca-se como instrumento de auxílio emocional e social (principais aspectos afetados no autista).

Um novo olhar se faz necessário e notará a música como terapia para distúrbios mentais ou artes visuais como mediadora do processo comunicativo e expresso para o aluno com TEA.

Segundo Leboyer (1995):

> Mais precisamente a criança autista não utiliza o contato visual para chamar a atenção, além disso, há ausência, atraso ou cessação do sorriso em resposta aos sorrisos dos outros. A criança é indiferente aos outros, ela os ignora e não reage à afeição e ao contato físico (p. 15).

O trabalho das artes para com o aluno com TEA requer estratégias do educador, exige que seja um profissional qualificado para realizar o trabalho, sendo ele o principal elemento motivador, que construirá junto do aluno novos contatos. As linguagens artísticas trazem diversas contribuições positivas para o desenvolvimento, basta que saibamos utilizá-las e permitir que o autista se expresse e se descubra através destas.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa se deu através de pesquisas bibliográficas tendo em vista o público-alvo da Educação Especial, especificando as evoluções que cada

linguagem proporcionará ao com tal transtorno durante seu desenvolvimento. Por meio do método de pesquisa utilizado, pode-se evidenciar estratégias, através da arte, que respeitem o processo evolutivo do indivíduo, e procedeu o estudo, identificar qualificações necessárias para realização do trabalho por parte do educador, e promovendo uma nova reflexão sobre à proporção que oferecem as linguagens artísticas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O transtorno Espectro Autista limita as habilidades e condições de interação social, em especial a fala ou comunicação não verbal, necessitando de tratamentos e acompanhamentos especiais. Dentro do trabalho pedagógico o educador especializado para a prática pode desfrutar das linguagens artísticas como elo para o desenvolvimento do aluno.

A partir do trabalho com a música se relacionará a dança, que utiliza o movimento do corpo, cujo sujeito determinará seu campo psicológico, por meio da incorporação de sua ação.

Para Silva (2012):

> À música, quando é bem trabalhada tem a capacidade de desenvolver o raciocínio, a criatividade e outras aptidões […] e quanto maior for a sensibilidade das crianças para o som, de uma forma mais fácil ela descobrirá as suas qualidades (p. 43).

Através da análise de obras, esculturas, contendo diversidade de cores e formas é notório o poder expressivo da obra, neste campo pode-se criar uma alternativa de comunicação. Imagens, por exemplo, funcionam como meio de interação entre o indivíduo e o mundo exterior. Segundo Passerino (2012) "[…] comunicar é usar habilmente um instrumento potente de mediação que é a linguagem humana […] o que inclui símbolos verbais e não-verbais" (p. 223-224).

Também na confecção destes objetos utilizando materiais como tinta, argila, tecido, giz, lápis de cor e outros, é possível a estimulação tátil (permite explorar os objetos), visual e sonora. Apesar de que um aluno ou outro pode ficar a atividade inteira observando as cerdas do pincel; outro pode pintar utilizando as mãos nas tintas, e fazer a arte na mesa e não no papel. Tudo contará com o auxílio do bom trabalho do educador.

Se pensar sobre a troca de papel que o teatro proporciona, vê-se que permite a qualquer criança explorar o mundo imaginário que tem em mente, desenvolvendo ideias,

a consciência do outro e de si próprio. O aluno com o transtorno em questão eleva sua autoestima.

Faz-se importante conhecer estas diferentes proporções a fim de ajudar na construção de novos saberes para o educador, agregando diferentes métodos ao seu trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos obter os resultados satisfatórios com a artes aos alunos com TEA, conseguindo observar que há mudanças entre eles, como a interação, melhora no cognitivo, aumento na área psicomotora, a autoestima é estimulada. Para que este trabalho seja realizado com sucesso é preciso que o educador tenha uma especialização no assunto, que se envolva de corpo e alma com os alunos, para que não seja simplesmente uma aula, mas que seja um complemento para a vida e necessidade individual de cada aluno.

REFERÊNCIAS

LEBOYER, M. **O autismo, a arte e o ensino regular:** uma convivência possível? Florianópolis, 2008.

PASSERINO, L. M. Vitrine Prod. **Contribuições das Artes Visuais e da Música Para o Desenvolvimento de Alunos Portadores de Autismo.** Curitiba, 2016.

SILVA, C. C. R. Vitrine Prod. **Contribuições das Artes Visuais e da Música Para o Desenvolvimento de Alunos Portadores de Autismo.** Curitiba, 2016.

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO LÍDER NA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.

Daiane Aline Pedrosa, Julia Azeituno de Oliveira, Luana Carolina Mageste, Eliomar Borges Furquim, e-mail: juliaazeituno@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As dificuldades enfrentadas pelo líder na implantação de novos processos é uma questão que precisa ser analisada e desenvolvida, assim a organização consegue acompanhar as mudanças necessárias do mercado econômico juntamente com o bom clima da organização.

Sua abrangência é expor novos métodos de liderança na mudança organizacional que sofre diariamente para que os funcionários absorvam essas mudanças e de forma positiva colabore com o novo processo organizacional. Diante dessas mudanças que a organização sofre, um fator que fica em evidencia é a resistência pela mudança, os funcionários com medo do novo, ou por não entender o novo processo resiste e dificulta a implantação do novo processo.

O objetivo dessa implantação de novos processos é fazer com que os líderes e liderados tenha uma relação mais harmoniosa onde o líder entenda as dificuldades e resistências dos seus liderados e ajude ele a superar isso para que a organização atinja seus objetivos na organização.

A mudança é um desafio que precisa ser aceito para a organização ter sucesso, e o líder pode minimizar o processo de transição que é complicado nesse período, principalmente quando o líder não está preparado para lidar com as inseguranças de seus colaboradores.

2 METODOLOGIA

As palavras-chave são liderança e mudança, onde foi abordado as mudanças organizacionais e as formas de liderança para cada situação, com a base de pesquisa Maximiano (2005), Araújo (2006), Chiavenato (2005) e Marques (2018).

3 REVISÃO DE LITERATURA

Maximiano (2005, p. 293) aponta dois estilos de liderança, o Autocrático e o Democrático. Os estilos de liderança são definidos conforme o comportamento do líder, deixando seus liderados com autoridade compartilhada ou centralizando-a.

O estilo autocrático é caracterizado por centralização do poder, somente o líder tem autorização para definir processos dentro da organização. Para Maximiano (2005, p. 293), o estilo autocrático pode transformar-se em autoritarismo e violências contra os liderados. Segundo Araújo (2006), o nível de intervenção do líder é alto no estilo autocrático, somente ele toma decisões e define as tarefas.

O estilo democrático é caracterizado por influência dos colaboradores da organização na tomada de decisões. Conforme modelo de liderança de Tannenbaum e Schmidt, no estilo democrático o líder apresenta problemas e pede sugestões da equipe para resolvê-los, após toma a decisão da melhor sugestão. Permite que a equipe trabalhe e decida sozinha melhores resoluções de serviço, dentro de limites pré-estabelecidos (MAXIMIANO, p. 294). Segundo Araújo (2006), o nível de intervenção do líder é médio no estilo democrático, é discutido com o grupo a programação de trabalho e divisões de tarefas.

Podemos citar diversos estilos de liderança, para Maximiano (2005), uma liderança eficaz deve se ajustar a situação. Uma liderança situacional adequa-se aos diversos acontecimentos ocorridos na organização. A liderança transformacional, para Maximiano (2005), está ligada a carisma do líder, ao poder de afetar os seguidores encorajando-os e inspirando-os, conhecida também como liderança carismática. Na liderança transacional, segundo Maximiano (2005), o trabalho é considerado um sistema de trocas entre contribuições e recompensas, onde são estabelecidas metas e ao atingi-las, são recompensados com premiações em dinheiro e promoções dentro da organização.

As organizações passam por mudanças diariamente. Chiavenato (2005) aborda que a mudança é qualquer modificação feita na empresa que traga eficiência e eficácia para a mesma, essa mudança vem acompanhada de oscilações mercadológicas a fim de melhorar o produto ou serviço da empresa e diminuir os custos operacionais, adequando-se as novidades do mercado, visando sempre a satisfação do cliente e consequentemente ganhando a concorrência. Marques (2018) aborda que na expansão do desenvolvimento econômico, as alterações de necessidades dos clientes e

consumidores são constantes, mudança de hábitos e novas tendências força a organização a mudar, a renovar, a se adaptar e a se ajustar continuamente para não perder o mercado consumidor. Essa mudança cria problemas e resistências nos funcionários, onde os lideres tem que se sobressair com uma solução para os liderados entender o novo processo e se adequar a ele fazendo com que a organização cresça e alcança a eficiência e eficácia, mas essa tarefa não é fácil e também não são todas as organizações que tem total sucesso. Essa mudança mesmo sendo boa acaba gerando uma resistência em diversos comportamentos nos funcionários da organização, dentre elas o medo do desconhecido faz com que os funcionários sintam medo na adaptação do novo, a alteração dos padrões de produção onde o funcionário faz as mesmas atividades há anos causa resistência na nova execução e a segurança do funcionário fica comprometida pelo medo de ser substituído por um funcionário com melhor desempenho.

Com isso, os liderados têm a resistência em não aceitar as mudanças da organização e ainda se manifestam contra, sabotando o novo processo com execução de forma errada ou causando falha na produção tentando mostrar ao líder que o novo processo é uma falha e o processo antigo é a melhor opção.

O sucesso da organização é saber lidar com essas ameaças e dificuldades que o crescimento econômico traz sabendo identificar elas e neutralizar para que os liderados sejam mais receptivos com o novo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do líder na implantação das mudanças é fundamental, pudemos observar as diversas formas de agir e lidar com as situações ocorridas na organização. As resistências dos colaboradores devem ser trabalhadas de forma a entenderem a importância da mudança na organização, para que assim, não arruínem o projeto estabelecido.

O conteúdo auxiliará líderes a conduzir projetos em sua organização e liderados a entender algumas atitudes tomadas pela liderança. Será de extrema importância para minimizar conflitos internos e melhorar o clima organizacional.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. C. **Gestão de pessoas.** São Paulo: Atlas, 2006.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

MARQUES, J. R. **Conceito de liderança transformacional.** Disponível em: <https://www.jrmcoaching.com.br/blog/conceito-de-lideranca-transformacional/> Acesso em: 28 mar 2019.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração:** da revolução urbana a revolução digital. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

AS LINGUAGENS ARTÍSTICAS NAS SÉRIES INICIAIS

Giovana Pires de Aguirra, Carla Maria Nicola Coletti,
e-mail: giovanaaguirra97@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar e compreender a importância do desenvolvimento do ensino de arte durante a primeira infância, com enfoque no período inicial de escolarização. Trata-se de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, em que estão presentes o contexto histórico do movimento dentro das instituições de ensino e sua importância no desenvolvimento infantil considerando a construção integral do sujeito. Abordou o desdobramento da aplicabilidade deste componente curricular aos estudantes e também os desafios enfrentados pelos pedagogos ao se proporem a realizar esse papel de modo satisfatório. Foi fundamentado principalmente nos estudos de autores e também em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Para definir suas diretrizes de pesquisa utilizou como palavras-chave: Educação artística; anos iniciais; desenvolvimento.

Para compreender a importância do ensino de arte nos anos iniciais é importante primeiro, portanto, entender como se deu seu processo de inserção no contexto brasileiro. Primeiramente introduzida pelos jesuítas, ainda no século XVI, o ensino de Arte foi utilizado no Brasil com o intuito de servir como ferramenta de aproximação e catequização, inicialmente dos índios e, posteriormente, dos negros. No século XIX, foi fundada no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, a Academia Imperial de Belas Artes, um grande avanço para este setor no país, que passava oficialmente a valorizar as artes de modo institucional.

Já no século XX foi decisivo para a consagração da importância das artes no país. A partir da Semana de Arte Moderna, na década de 20, artistas famosos começaram a surgir e, principalmente, emancipar a Arte nacional. Na década seguinte, a arte ganhou nas escolas, não como disciplina, mas como forma de expressão. Dessa maneira, recebendo mais e menos importância de acordo com cada governo, a arte continuou até a década de 70, no qual seu ensino passou a ser componente curricular no Ensino Fundamental.

Ainda assim, devido a novidade de sua inserção em sala de aula como componente obrigatório, poucos docentes tinham a formação mínima necessária para poder trabalhar o assunto de modo satisfatório.

Por esse motivo, mudou até 1996, quando uma nova LDB foi criada, agora sob o número 9.394/96. Surge então, uma nova concepção da arte dentro do processo educacional.

> A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na cumplicidade humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos Movimentos Sociais e organizações da Sociedade civil e nas manifestações culturais. (Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases Nacional de 1996/Lei nº 9394/96).

Enfim, o ensino das artes no Brasil foi se formalizando e, dentro do possível, ganhando mais notoriedade e formato, inclusive, oficializado através do Parâmetro Curricular Nacional (PCN) de Arte, que teve como objetivo orientar e padronizar o seu ensino em todo território nacional.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, em que estão presentes o contexto histórico do movimento dentro das instituições de ensino e sua importância no desenvolvimento infantil considerando a construção do sujeito. Foi fundamentado em documentos que norteiam as práticas educativas no ambiente escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo conquistado seu espaço na grade curricular, passa a ser importante entender seu papel na formação do indivíduo e, neste caso, da criança em idade de início da vida escolar, já que a arte na educação, especialmente na primeira infância, é um processo intrínseco a ela, ou seja, inerente e indissociável ao seu ser. Estando intimamente ligada ao ser criança que, em condições ideais, pratica arte como forma de se expressar, vivenciar esses processos artísticos tornam-se interessantes enquanto marcados pela experiência intensa.

No entanto, para Ostetto(2007), é preciso abandonar os caminhos tradicionais da educação e ensino para poder ensinar de modo pleno as linguagens artísticas e, mais ainda, inseri-las de modo a transformar a realidade das crianças. Nesse sentido, o papel do professor responsável pela disciplina de Arte deve ser mais de guia do que de detentor do conhecimento. Entretanto, ainda há diversas dificuldades para se alcançar este meio de educar em Arte.

> É evidente a dificuldade da escola (creches e pré-escolas também!) Em lidar com a arte, com a poética da vida – que pressupõe espaço para a imaginação, a experimentação, a criação e, como parte do processo, espaço para a dúvida e para o erro. Mas, a tranquilidade que pode nos trazer o domínio do já estabelecido (um modelo, um manual, uma técnica) e a segurança que pode nos oferecer a rota conhecida (como aquela pasta com moldes de "trabalhinhos" para passar para as crianças, ainda tão comum entre os educadores!), caminha passo a passo com a impossibilidade da criação. (OSTETTO, 2007, p.30).

Nesse sentido, Kowalski (2012), atribui ao exercício artístico em sala de aula, uma forma de treino para desenvolver as habilidades que serão cobradas ao longo da vida para superar criativamente as adversidades ou então criar possibilidades de novas experiências para a vida adulta, cabe assim ao professor ajudar ao aluno a se encontrar neste caminho e não tolhe-lo ou limitá-lo.

De acordo com teoria criada por Rodrigues, et al (2018), em pesquisa de campo feita com professores do ensino de arte das redes públicas e privadas há três parâmetros que não devem faltar para um ensino artístico eficiente: o relacionamento com os outros; a organização de experiências e a autocompreensão. Esses processos fazem parte do que observou como associação, dissociação e sobrestimação de elementos extraídos da realidade objetiva do homem.

É através das observações de Rodrigues, et al (2018) que é possível entender que o ensino da Arte na escola deve se dar através da observação a respeito do relacionamento do homem com a Arte.

É importante entender que como qualquer outra área de conhecimento a ser desenvolvida por um professor, as habilidades de linguagens artísticas também terão método e linguagens apropriadas para serem aplicadas. Contudo, diferente de outras componentes curriculares que seguem certa regularidade em sua aplicabilidade, o processo artístico não só pode, mas deve ser criado em um ambiente em que não se apeguem conceitos maniqueístas como certo ou errado, bom ou ruim.

Para Vaz (2004), porém, o grande problema, pelo menos no Brasil, é aliar a boa teoria já produzida acerca da prática artística nos anos iniciais, as possibilidades que o professor encontra em sala de aula. Segundo ele, para começar, nem sempre a formação que os professores que ficarão encarregados de desempenhar esse papel na atividade docente, são satisfatórios a ponto de não deixar brechas na formação intelectual específica das artes nas crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que o ensino de arte no Brasil já percorreu um longo percurso de avanços desde o período jesuítico. Diversas conquistas foram estabelecidas e um grande espaço já foi percorrido em busca de um ensino de qualidade, mas isso ainda não foi suficiente. O professor deste componente curricular deve se despir de seu formato tradicional e aliar seus conhecimentos pedagógicos a sua sensibilidade e experiências de vida, para conseguir oferecer aos seus alunos, principalmente os que estão iniciando sua vida escolar, uma educação que realmente os prepare para os desafios que a vida irá lhes oferecer.

REFERÊNCIAS

Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases Nacional de 1996/Lei nº 9394/96 . Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes>. Acesso em 26/04/2019.

BRASIL, MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

KOVALSKI, Isabel. **Criatividade e educação estética na infância.** Caderno da Educação da Infância, 2012. Acesso em 10 de junho de 2019. Disponível em <http://apei.pt/upload/ficheiros/edicoes/CEI.96_IK.pdf>. Acesso em 26/04/2019.

OSTETTO, L. E. **Entre a prosa e a poesia: fazeres, saberes e conhecimento na educação infantil.** In: Pillotto,S. (org.). Linguagens da arte na infância. Joinville/SC: Editora UNIVILLE, 2007.

RODRIGUES, Tamires; GUARDA, Gelvane Nicole; LUZ, Tatiane Nicaretta; BELTRAME, Lisaura Maria. **A arte na educação infantil: Instrumento de desenvolvimento humano, psicointelectual e emocional na infância**. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação-SIRSSE/EDUCERE. PUC/ Paraná, 2018. Acesso em 1 de setembro de 2019. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26986_14097.pdf>. Acesso em 26/04/2019.

VAZ, Ricardo Ottoni Japiassu**. Desafios da (in)formação docente: o trabalho pedagógico com as artes na escolarização**. EcoS Revista Científica: Universidade 9 de Julho, São Paulo, 2004.

AS ORIGINAIS VELOCIDADES DO DIREITO PENAL APLICADAS AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: DA CRÍTICA DE NUCCI À DOUTRINA DE SILVA SÁNCHEZ

Lucas de Lazari Dranski, Bruno Dadalto Bellini,
e-mail: lucasdranski@hotmail.com e brunobellini@hotmail.com.br

1 INTRODUÇÃO

A arte do punir é longeva, e vem sendo praticada desde a pré-história[1]. Ao longo do processo evolutivo da humanidade, ela se expandiu, ramificando-se em incontáveis escolas, teorias e doutrinas.

O tempo foi elemento essencial para identificar a intrínseca relação entre os direitos e garantias fundamentais e a ciência penalista. Em que pese distantes na antiguidade, hodiernamente é consabido que são indivisíveis.[2]

Destarte, sobeja aos autores de vanguarda, empregando-se do quanto já produzido pela consciência jurídica, peregrinar numa trilha de progresso – e não de regresso –, considerando a obediência ao desenvolvimento da humanidade e aos preceitos bem estabelecidos em plano ecumênico, tais como os sacrossantos direitos humanos.

E isso se tem ressaltado porque é necessário mais do que nunca um constante reexame do papel do *ius puniendi*, da legitimidade dos institutos e instituições estatais, e, mormente, das novas políticas e propostas legislativas de ordem criminal.

Não apenas uma vez se tornou observável a dinamicidade agressiva das relações interestaduais e transnacionais, que acaba por imprimir significativa visibilidade ao mundo todo de cenários caóticos de grandezas variadas. Esses problemas humanitários – *verbi gratia* a exacerbada polarização política, o fenômeno da imigração e a expansão da criminalidade – desenredam, nos anseios do povo, o imediatismo penal, responsável por reclamar ao Estado uma célere resposta aos crimes odiosos.

---

1 ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal esquematizado**: parte geral. 2 ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 64-65.
2 Cf. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987, para depreender a evolução do direito penal pormenorizadamente.

Todavia, essa aceleração de cunho populista usualmente é acompanhada de ponderosas consequências, sendo a principal delas a relativização dos direitos e garantias fundamentais dos apenados. Nesse ambiente, surgem os questionamentos: qual o papel do Direito Penal palpitante? A relativização dessas normas é aceitável, haja vista a adoção do fenômeno do neoconstitucionalismo e as agendas político-criminais dos autointitulados Estados Democráticos de Direito?

É com supedâneo nesse raciocínio que Jesús-María Silva Sánchez edificou a famigerada teoria das velocidades. Três seriam, então, os tempos de resposta do Estado às condutas delituosas.

A matéria foi objeto de árduas críticas pelo Professor Guilherme de Souza Nucci, segundo o qual para a sua aplicação necessariamente deveria haver previsão na política criminal – o que, expõe, não ocorre no ordenamento jurídico brasileiro.

Dessa conjectura emerge a dúvida acerca da possibilidade ou não do enquadramento universal das velocidades do Direito Penal nos mais diversos sistemas jurídicos existentes. Seria o plano doutrinário de Silva Sánchez compatível com o arcabouço normativo brasileiro? É o que se pretende, com este trabalho, desvendar, se exequível.

2 METODOLOGIA

Na confecção deste trabalho foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, com o intuito de individualizar as velocidades do Direito Penal, evidenciando sua aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro, e despertando, na comunidade acadêmica, a atenção à observância da legitimidade do Direito Penal atual.

Para tanto, este se baseou, primordialmente, no magistério de Jesús-María Silva Sánchez, autor da teoria ora discutida e de Guilherme de Souza Nucci. Subsidiariamente, outros autores foram estudados – todos devidamente citados e referenciados.

O objeto de estudo deste resumo expandido são as velocidades do Direito Penal originais.[3] Portanto, investigou-se seus conceitos, características e críticas técnicas pertinentes.

Finalmente, registre-se seu caráter essencialmente qualitativo, com ênfase no cruzamento de teorias disponíveis na pesquisa bibliográfica evocada alhures.

---

3 Este último verbete possui o escopo de delimitar a extensão da discussão às três primeiras velocidades, afastando o ingresso no mérito da quarta e quinta, não engendradas por Sánchez, tampouco solidificadas no plano doutrinário.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Em magno capítulo de “Dos Delitos e das Penas”, Cesare Beccaria explana que a origem do direito de punir coincide com a das sociedades (*ubi societas ibi ius*): exaustos da tarefa de assegurar as suas conquistas, os homens deliberadamente sacrificaram parcela de suas liberdades a fim de criar um soberano – possante e inarredável –, cuja função seria assegurar que uns não usurpassem os bens dos outros.[4] [5]

Sem embargo, esclarece o aristocrata milanês que a natureza humana, vilipendiosa, não satisfeita com a sua respectiva proporção de direitos, intenta, sem justiça, apossar-se da dos demais.[6] É nesse átimo que se revela ao Leviatã[7] a premente necessidade de regulamentação de condutas em sociedade, e de punição àqueles que as praticarem, avocando-lhe não só o direito como a competência de fazê-lo.

Isso porque não coadunaria ao tratado social que um grupo seleto de indivíduos exercesse essa função sobre os seus pares, pois equivalentes. Nada mais razoável, assim, que o ente soberano, projetado com as liberdades de todos os que se submeteram aos seus ditames, o faça.

Diante desse panorama, surgiu um direito penal juridicamente organizado, capaz de recolher pessoas ao cárcere e privá-las de seus direitos como medida corretiva, sem que a legitimidade de tais atos pudesse, em tese, questionada.

Por óbvio que, com singela análise da história, é perceptível que o Estado, em muitos momentos, excedeu-se, praticando barbáries face à espécie humana, sob fundamentações inócuas, com substrato em certezas (ou incertezas) religiosas, morais, filosóficas ou juridicamente dissimuladas.

Felizmente, esse comportamento, outrora tão utilizado, vem caindo no esquecimento, comprazendo-se à obsolescência, defronte o reclame de respeito aos direitos do homem.

Isto compeliu as nações a atualizarem suas legislações material e processual penais, sob pena de, não o fazendo, ter questionada a validade destas e, numa

---

4 BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Ed. eletrônica. [*S.l.*]: Ridendo Castigat Mores, 1764, p. 9-10.

5 Cf. LISZT, Franz von. **Tratado de direito penal alemão**. Campinas: Russel, 2003, t. I., p. 74, para mais informações acerca da concepção de que, com o surgimento do homem, igualmente deu-se luz ao direito.

6 *Passim*.

7 O Estado. Terminologia cunhada por Thomas Hobbes em “O Leviatã” (1651), com o objetivo de demonstrar, metaforicamente, a força dele, tal-qualmente a mastodôntica besta bíblica mencionada no Livro de Jó (capítulo 41).

derradeira alternativa, conflagrada a da soberania estatal de per si. Porque, sendo esta última constituída pelo e para o povo, como se aceitar uma governança que não representa os seus interesses?[8]

Este foi o processo que levou muitos dos Estados Democráticos de Direito a restringirem suas penas a medidas privativas de liberdade e restritivas de direitos. Nesse passo, pois, o que se constitui, então, o Direito Penal das velocidades?

Trata-se de doutrina materializada por Jesús-María Silva Sánchez, que classifica o interregno de aplicação do *ius puniendi* em correspondência à localização do crime no espaço-tempo.

A primeira velocidade se nortearia pelos delitos apenados com medidas privativas de liberdade. Neles, o mister do direito penal é o de controle social, porquanto os bens jurídicos violados se referem às liberdades pessoais. Por este motivo, consentir-se-ia com a efetiva proteção das garantias processuais do acusado, diante do lacônico comprimento da extensão danosa.

Nada obstante, caminha em rota diametricamente contrária a segunda velocidade, cuja se delimita às infrações penais engendradas pela revolução industrial, tendo como característica precípua a mossa em desfavor de toda a coletividade. Segundo Silva Sánchez, a esses delitos dever-se-ia admitir certa relativização dos direitos e garantias fundamentais, inclusive com o encurtamento do processo legal, porque as consequências criminosas seriam sobremaneira abrangentes, demandando, via reflexa, veemente celeridade.[9]

Por conseguinte, há a terceira e mais controvertida velocidade. Nela, tudo o que faz o autor, *data venia*, é conectar o nome do instituto ao chamado direito penal do inimigo, cunhado pelo jurista alemão Günther Jakobs. Meio a polêmicas disciplina que, no âmbito das civilizações, distinguir-se-iam os cidadãos de seus inimigos. Àqueles seria aplicado o direito da normalidade (*Bürgerstrafrecht*); a estes, um personalíssimo (*Feindstrafrecht*).[10]

---

8 Isto seria, exatamente, o que anunciado dantes: o despotismo de uma minoria sobre a maioria que, travestido de interesse público, emprega o mecanismo estatal para o privilégio de seus próprios interesses, em detrimento dos demais.

9 Cf. TJSP. Apelação: Ap 011736-98.2013.8.26.0506. Relatora: Rosangela Telles. DJ: 10/06/2019. Tribunal de Justiça de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultadoCompleta.do;jsessionid=D7DEA04DE2F735B2559DB0F42AA347B9.cjsg3>. Acesso em: 02 out. 2019.

10 JAKOBS, Günther. **Criminalización en el estadio previo a la lesión de um bien jurídico**. [*S.l.*]: Estudios, 1985, p. 293-298.

Ela parte do pressuposto de que certos indivíduos são refratários em relação às normas, fonte pela qual não fazem *jus* às garantias fundamentais. Por este motivo, estes deveriam ser punidos com maior rigor, antecipando a proteção penal e minimizando garantias fundamentais.

A despeito da expressiva violação de tudo o que se conhece hoje por processo penal democrático, o autor espanhol defende que essa modalidade de direito já existe, e que sua legitimidade poderia vigorar em crimes de máxima ofensividade, como por exemplo na delinquência sexual violenta e reiterada, na criminalidade organizada e no terrorismo.[11]

Sua visão não é gentilmente recepcionada por Guilherme de Souza Nucci. O magistrado paulista defende que tal teoria sequer pode ser prestigiada na eventualidade de inexistir política criminal – como o é no Brasil – no local-objeto.[12]

A título empírico, o autor indica a instabilidade das decisões dos Tribunais Superiores, que ora se acertam num sentido ora noutro, e o populismo pregado pela Administração Pública, que abre as portas ao direito penal de emergência, em companhia ao Poder Legislativo, inflando a legislação desmedida e desnecessariamente.[13]

Isto é, ao invés de proceder à correção do derrocado sistema penitenciário e à aplicação eficiente e eficaz – termos que não se confundem – do *ius puniendi*, tipificam novas condutas, condenando mais pessoas a uma privação de liberdade que perdeu há muito a sua *ratio essendi*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem verdade que o trajeto a ser percorrido pelo direito penal brasileiro em termos de política criminal é bastante tênue, quase imperceptível. Com altivo respeito, nota-se de uma leitura jurisprudencial panorâmica, que os Tribunais Superiores – os quais possuem por uma de suas finalidades a uniformização de entendimentos – são os principais causadores da instabilidade jurídica.

Exemplo oportuno é o do novel entendimento do Supremo Tribunal Federal, consagrado no julgamento do HC 126.292 – que resgatou posição já superada pelo

11 SÁNCHEZ, 2001, *passim*.
12 NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal**: parte geral: arts. 1º a 120 do Código Penal. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 80-85.
13 *Passim*.

mesmo órgão jurisdicional –, em que tornou a declarar que o cumprimento do *carcer ad poenam* pode se dar já com o acórdão condenatório proferido em 2ª instância, embora a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988[14] e o Código de Processo Penal [15] versem sobre o assunto de forma manifestamente divergente.

Aliado a isto, tem-se os diferentes planos de governo que, substituídos a cada quatro anos, não se dignam a voltar parte de suas políticas em busca de uma solução ao verdadeiro estado de coisas inconstitucional[16] que se metamorfoseou o sistema penitenciário brasileiro. Preocupam-se, sim, em atender às demandas imediatistas populares, em coadjuvação com o Poder Legislativo, sob um nítido propósito: não o de promover a pacificação social, mas o de assegurar a permanência dos interessados no poder.

De mais a mais, em afronta à Nucci, entende-se que a doutrina de Silva Sánchez não merece descrédito por causa da deficiência político-criminal de países subdesenvolvidos. É que a doutrina não deixa de ser fonte do Direito, detendo, outrossim, vasta valia para o desenvolvimento da gnose jurídica.

É o fato de que seus pensadores se submetem à discussão de ideias e apreciação de temas pouco conhecidos, ou ignorados, que implica na difusão destes, dando-lhes destaque suficiente, ao menos com relação às boas teorias, ao ponto de levá-las ao interesse do legislador e julgador, finalmente positivando os valiosos conceitos introduzidos por eles nas mesas-redondas.

Logo, por consequência extrair a ilação de que o direito penal das velocidades possui, sim, grande monta para o ordenamento jurídico brasileiro. Embora não detenha aplicabilidade imediata no cenário nacional, dada a fragilidade ou inexistência de política criminal competente, pode, por amor ao desenvolvimento da ciência penalista, ser discutido e rediscutido, até que seja devidamente sopesado numa eventual atualização legislativa ou jurisprudencial.

---

14 BRASIL. Constituição Federal (1988), art. 5º, LVII. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

15 BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, art. 283. **Código de Processo Penal**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

16 Cf. STF. Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 347: ADPF 0003027-77.2015.1.00.0000. Relator: Ministro Marco Aurélio. DP: 27/05/2015. **Supremo Tribunal Federal**, 2015. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>. Acesso em: 30 set. 2019.

REFERÊNCIAS

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. Ed. eletrônica. [*S.l.*]: Ridendo Castigat Mores, 1764.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

TJSP. Apelação: Ap 011736-98.2013.8.26.0506. Relatora: Rosangela Telles. DJ: 10/06/2019. **Tribunal de Justiça de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultadoCompleta.do;jsessionid=D7DEA04DE2F735B2559DB0F42AA347B9.cjsg3>. Acesso em: 02 out. 2019.

ESTEFAM, A.; GONÇALVES, V. E. R. **Direito penal esquematizado**: parte geral. 2 ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
JAKOBS, Günther. **Criminalización en el estadio previo a la lesión de um bien jurídico**. [*S.l.*]: Estudios, 1985.

LISZT, F. **Tratado de direito penal alemão**. Campinas: Russel, 2003, t. I.

NUCCI, G. S. **Curso de Direito Penal**: parte geral: arts. 1º a 120 do Código Penal. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SÁNCHEZ, J. S. **La expansión del derecho penal**: aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales. 2 ed. rev. e ampl. Madrid: Civitas, 2001.

STF. Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 347: ADPF 0003027-77.2015.1.00.0000. Relator: Ministro Marco Aurélio. DP: 27/05/2015. **Supremo Tribunal Federal**, 2015. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>. Acesso em: 30 set. 2019.

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E A EDUCAÇÃO.

Thais Maciel, Wanderlei Sebastião Gabini,
e-mail: tm.thaa_maciel@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma discussão a respeito do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem, realçando as facilidades e os benefícios que estas trazem para o desenvolvimento de habilidades, que as transformam em um importante recurso pedagógico.

> Novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. As relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência dependem, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos. Escrita, leitura, visão, audição, criação e aprendizagem são capturados por uma informática cada vez mais avançada. Não se pode mais conceber a pesquisa científica sem uma aparelhagem complexa que redistribui as antigas divisões entre experiência e teoria. (LÉVY, 1993, p.7)

Visto que a sociedade atual já nasce familiarizada com as ferramentas tecnológicas (que são uma ótima maneira de interação), estas no ambiente escolar podem ser utilizadas para auxiliar o processo ensino-aprendizagem. Um exemplo são alunos com dificuldade de interação (tímidos), que conseguem trabalhar em conjunto com outros alunos e mostrar seus conhecimentos através da utilização das tecnologias, sendo assim parte ativa e importante do processo de aprendizagem, esses alunos tornam-se confiantes e motivados.

Toda esta revolução impõe à Educação o desafio de absorver a tecnologia em seu contexto, formando indivíduos aptos a interagir, assimilar e se beneficiar destas novas ferramentas, agregando-as à sua trajetória sócio profissional. Segundo Valente, a informática nas escolas deverá ser uma ferramenta facilitadora para a comunicação de profissionais da escola com pesquisadores externos, permitindo a presença virtual desses sistemas, além de ser utilizada para apoiar a realização de uma pedagogia que visa a formação dos alunos proporcionando o desenvolvimento de suas habilidades.

Diferente do que se pensa, a tecnologia na educação não tem o intuito de substituir professores e abolir os métodos tradicionais de ensino, e sim de agregar melhorias aos estudos.

Dentro de sala de aula, é necessário que o professor quebre as barreiras, criando possibilidades de encontros presenciais e virtuais que despertem no aluno a curiosidade para buscar informações e construir seu conhecimento. O reconhecimento dessa era digital tem a intenção de utilizar os recursos eletrônicos como ferramenta que leve à construção de uma metodologia significativa que facilite o aprendizado do aluno. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) "documento que determina as diretrizes do que deve ser ensinado nas escolas em toda a Educação Básica, desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio", em um de seus pilares, traz a tecnologia como ponto importante: A Cultura Digital e como as novas tecnologias devem ser inserida no processo de ensino e aprendizagem, mesmo esta já prevendo o uso das tecnologias em sala de aula, há um desafio para as escolas na efetivação desses recursos.

Ao decorrer dos anos, inúmeras discussões surgiram a respeito da funcionalidade da tecnologia em sala de aula, inclusive sobre o uso de celulares entre os alunos. Entretanto, com a BNCC, a escola tem o desafio de implementar de fato o uso de ferramentas tecnológicas, o que pode ocorrer através das metodologias ativas.

> As metodologias ativas surgem em um contexto de mudanças no paradigma do aprendizado e dos papéis de aluno e professor. O educador não é mais o único responsável por conduzir o ensino, mas o orientador do processo, enquanto o estudante assume o papel de protagonista da sua aprendizagem.

O objetivo é transformar o ambiente escolar em um local instigante de investigação e atraente para crianças e adolescentes.

Exercícios estimulantes, jogos desafiadores, vídeos didáticos e atividades lúdicas e uma série de recursos a serem explorados por alunos e professores, transformam a escola em um local agradável de se frequentar, evitando inclusive, a evasão escolar. Além de mostrar que a inserção da tecnologia ao ensino permite que o professor avalie melhor o desempenho de cada criança nas atividades propostas, pois é possível que o educador receba um feedback das atividades realizadas pelo estudante, o número de acertos e as dúvidas que ele teve durante os estudos. Dessa forma, as matérias podem ser adaptadas de acordo com perfil de cada aluno, de forma que aqueles com alguma deficiência cognitiva possam realizar atividades diferentes enquanto os demais colegas avançam nos exercícios conforme seu conhecimento, buscando sempre novos desafios para todos.

> Embora a humanidade jamais tenha disposto de tamanha gama de informações, o momento atual parece estar a exigir do homem uma reflexão profunda sobre si mesmo, sobre o que é estar neste mundo de tecnologias, informação, máquinas e contatos em diferentes níveis de aproximação. As tecnologias podem acelerar processos, criar novos métodos, encurtar distâncias, ou não. Tudo fica a depender do uso que delas fizermos (COUTINHO, 2002).

Entretanto, há certos cuidados a serem tomados ao utilizar os aplicativos educativos em sala de aula, pois estes precisam estar de acordo com a faixa etária, a leitura crítica e a possibilidade de indução a erros conceituais. O educador deve saber exatamente qual habilidade deve ser desenvolvida na atividade ou aula para assim sugerir e/ou selecionar qual o aplicativo adequado, uma vez que há inúmeros aplicativos interessantes a serem utilizados na escola ou fora dela, o importante é utilizar a cultura digital de forma significativa, saudável e consciente.

2. METODOLOGIA

Foi utilizado o método de pesquisa descritiva com o objetivo de analisar, discutir e problematizar a temática família-escola, através de revisão bibliográfica composta por autores como Lévy, Valente, Coutinho, etc.

Para que a pesquisa acontecesse, foi necessário o estudo de fontes primárias como artigos e relatórios; e fontes secundárias como livros. O estudo teve caráter qualitativo, visto que foi exposto ideias e conceitos de diferentes autores e feita a análise em cima delas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados encontrados propõem uma discussão a respeito da formação do professor e sua qualificação para trabalhar com as novas tecnologias de informação e comunicação, sendo assim, discutido como o este pode utilizar a tecnologia no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, para utilizar essa tecnologia é necessário investir em formação continuada, saindo de seu conforto para se aprimorar, esperando que o professor utilize dessas novidades para criar um ambiente mais dinâmico e despertar o interesse do aluno.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como intuito discutir e refletir as facilidades e os benefícios que as TIC trazem para o desenvolvimento de habilidades, o que as tornam um importante recurso pedagógico.

> O problema está em como estimular os jovens a buscar novas formas de pensar, de procurar e de selecionar informações, de construir seu jeito próprio de trabalhar com o conhecimento e de reconstruí-lo continuamente, atribuindo-lhe novos significados, ditados por seus interesses e necessidades. Como despertar-lhes o prazer e as habilidades da escrita, a curiosidade para buscar dados trocar informações, atiçar-lhes o desejo de enriquecer seu diálogo com o conhecimento sobre outras culturas e pessoas, de construir peças gráficas, de visitar museus, de olhar o mundo, além das paredes de sua escola, de seu bairro, de seu país... (ALMEIDA, 1998)

REFERÊNCIAS

VIEGAS, AMANDA**.** Como o uso da tecnologia é previsto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Somos Par**, 2019. Disponível em: <https://www.somospar.com.br/como-o-uso-da-tecnologia-e-previsto-pela-base-nacional-comum-curricular-bncc/>. Acesso em: 22 set. 2019.

ASPECTOS DE ENFERMAGEM NA DOAÇÃO DE CÉLULAS TRONCO HEMATOPOIÉTICAS

Bruna Vicentini Salemi, Mair Pedro de Souza, Ana Claudia Ferrari dos Santos
e-mail: bruninha_salemi@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A terapia celular com utilização de células-tronco hematopoiéticas (CTH) é um procedimento utilizado há mais de 60 anos e, a partir do seu aprimoramento proporcionou a realização de transplante CTH no mundo todo (INCA,2016).

O transplante de células tronco hematopoéticas (TCTH) tem beneficiado o tratamento doenças onco-hematologógicas em diferentes estágios e faixas etárias, porém segundo dados do Ministério da Saúde, muitos candidatos ao TCTH não dispõe de familiares com compatibilidade para serem doadores aparentados, sendo de 25 a 30% a chance de encontrá-lo no núcleo familiar, necessita-se assim, buscar CTH de pessoas não aparentadas (ALVES, 2010); (REDOME,2018).

O doador ideal, irmão compatível, em geral, encontra-se disponível em 25% das famílias brasileiras, assim para os demais 75%, busca-se identificar doadores alternativos, em registros de doadores voluntários, bancos públicos de sangue, de cordão umbilical ou de familiares parcialmente compatíveis, como no caso os TCTH haploidênticos. Havendo um irmão totalmente compatível, esta será a primeira escolha no processo de seleção do doador (REDOME,2018).

As informações dos pacientes que necessitam de TCTH sem um irmão compatível são incluídas no Registro Nacional de Receptores de Medula Óssea (REREME) e os doadores são cadastrados no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME). A seleção de doadores é criteriosa e é realizada através da tipagem *Human Leukocyte Antigens* (HLA) do receptor e dos familiares de primeiro grau (AZEVEDO, 2000**);** (PEREIRA, 2009). Os dados dos dois registros são cruzados para verificar a compatibilidade entre pacientes e doadores, sendo esta busca realizada de maneira automática e por meio de sistema de informática (REDOME,2018).

Os tipos de TCTH estão relacionados com o núcleo familiar e grau de parentesco do doador com o receptor, sendo denominados: autólogo, alogênico aparentado,

alogênico não apararentado, haploidêntico e singênico (ORTEGA,2004). Para melhor entendimento do procedimento serão descritos os tipos de TCTH, conforme a fonte de obtenção de CTH. No TCTH autólogo as CPH são obtidas do próprio paciente e reinfundidas após aplicação de QT em doses mieloblativas, potencialmente curativas, ocorrendo assim um resgate hematológico com as próprias CPH do paciente (NUCCI, 2000).

Neste caso, a coleta autóloga será realizada durante o período de remissão da doença de base e as CTH serão coletadas e preparadas para o processo de criopreservação, onde em capela de fluxo laminar são acrescentados crioprotetores intracelulares como o Dimetilsulfóxido ou sulfóxido de dimetilo (DMSO), que é um preservante celular e posteriormente congeladas em nitrogênio líquido à 196ºC negativos ou em freezer a 80ºC negativos, para posterior descongelamento e reinfusão. Nesse tipo de TCTH a pega do enxerto geralmente costuma ser mais rápida, especialmente a fonte de CTH for do sangue periférico (YAMADA, 2010).

No TCTH alogênico as CTH são provenientes de um doador geneticamente compatível no sistema HLA, podendo este ser aparentado ou não aparentado, porem este tipo de procedimento apresenta complicações relacionadas a reações imunológicas entre receptor e doador, processo denominado doença do enxerto contra o hospedeiro (DECH) (VOLTARELLI, 2000).

O TCTH alogênico não aparentado ocorre quando um doador compatível não é encontrado no núcleo familiar. Assim os pacientes são inscritos no REREME e são realizadas analises dos dados nos registros REDOME. Se necessário inicia-se a busca de bancos internacionais de MO. As complicações associadas a este tipo de transplante incluem riscos aumentados de falha do enxerto e DECH, quando comparado aos TCTH com doadores aparentados compatíveis (BONASSA, 2000).

No TCTH singênico as CPH são obtidas de um irmão gêmeo idêntico e, portanto, perfeitamente compatíveis. Devido e este fato as complicações e evolução dos procedimentos assemelham-se ao TCTH autólogo (PASQUINI, 2000).

No TCTH haploidênticos, encontram-se algumas vantagens, tais como a disponibilidade imediata do doador, o acesso imediato ao doador para terapia celular no pós-TMO e a possibilidade de selecionar diversos familiares de acordo com características clínicas e alo-reatividade. Como desvantagens podemos citar o potencial maior risco de DECH, a necessidade de depleção de células T in vivo ou ex vivo, levando a uma maior incidência de infecção pela lenta imuno-reconstituição e alta incidência de

recidiva. Mas sem dúvida a grande vantagem é que considerando-se que 40-50% dos pacientes não tem doadores aparentados ou não aparentados compatíveis, haploidênticos de parentes de primeiro grau podem ser encontrados em mais de 95% dos pacientes.

Apesar do procedimento de doação de CTH ser considerado rápido, simples, e de risco, as dúvidas do processo são frequentes. Em geral, as pessoas confundem a doação de medula óssea com medula espinal e acreditavam que podem ficar paraplégicas, entre outros mitos existentes em relação a doação. Camargo e colaboradores destacam que a informação sobre o tema da doação de medula óssea aumentaria o número de doadores voluntários consideravelmente, e assim, as chances de cura dos receptores.

Os profissionais de saúde, em especial a enfermagem, entendendo essa causa sócia e todo o processo técnico cientifico, estão apta para contribuir para melhores resultados, visando o bem estar dos doadores voluntários e dos receptores de medula óssea. O esclarecimento, suas implicações e repercussões poderão ser desmitificadas se for melhor compreendido pelos profissionais da saúde (LACERDA, 2007).

A partir do exposto, várias são as dúvidas referentes ao procedimento de doação de células tronco hematopoiéticas por parte dos interessados em doar, desta maneira, o enfermeiro também poderá contribuir com estas informações e participar ativamente no esclarecimento da população.

Estudar a legislação vigente referente à doação de medula óssea, bem como a implicação deste ato para os doadores voluntários no Brasil. A fim de desmistificar as questões relacionadas ao procedimento e ao recrutamento de doadores de medula óssea.

2 METODOLOGIA

Foi realizada revisão de literatura, sendo esta constituída de artigos, pertinentes ao tema, teses e dissertações, revistas cientificas e pesquisas realizadas em artigos científicos publicados no período de 2007 a 2019, em periódicos nacionais. A pesquisa bibliográfica foi nas bases de dados disponíveis: Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), Sientific Eletronic Library Online (Scielo), e banco de dados bibliográficos, que apresentam periódicos nacionais com artigos pertinentes ao tema. Foram encontrados dez artigos utilizando-se as palavras chave: doadores, doação e transplante de medula óssea. Do total de artigos foram estudados os redigidos em língua portuguesa.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Foram utilizados livros e informações de sites brasileiros do Ministério da Saúde. Observou-se que há pouca publicação sobre o tema, sendo assim, utilizou-se a literatura de portarias, resoluções e sites do Ministério da Saúde como base da revisão.

O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) foi criado em 1993, em São Paulo, para reunir informações de pessoas dispostas a doar medula óssea para quem precisa de transplante. Desde 1998, é coordenado pelo Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), no Rio de Janeiro (REDOME,2019)

Com mais de 4.000 milhões de doadores cadastrados, o REDOME é o terceiro maior banco de doadores de medula óssea do mundo e pertence ao Ministério da Saúde, sendo o maior banco com financiamento exclusivamente público. Anualmente são incluídos mais de 300 mil novos doadores no cadastro do REDOME. O registro americano conta com quase 7,9 milhões e o alemão, com cerca de 6,2 milhões. Ambos foram desenvolvidos e são mantidos com recursos primordialmente privados (REDOME, 2019)

O Registro Nacional de Receptores de Medula Óssea (REREME) é um sistema criado pelo INCA para agilizar o processo de busca de doadores. Para isso, é fundamental que os médicos cadastrem os pacientes com enfermidades que necessitem de transplante para poder acompanha-los e facilitar a busca de alguém compatível (REDOME, 2019)

O processo de seleção de doadores é realizado pelos registros nacionais, a partir do banco de dados dos candidatos à doação, que são os indivíduos que comparecem aos locais que realizam o cadastro, em geral, hemocentros, preencheram um formulário com dados pessoais e coletou-se uma amostra de dez mililitros de sangue para testes, os quais determinam as características genéticas necessárias para a compatibilidade (INCA,2009) A falta de informação é a principal barreira na luta contra as doenças onco-hematológicas, as pessoas confundem doação de medula óssea com medula espinhal e acreditam que podem ficar paraplégica; entre outros muitos mitos existentes em relação à doação. Se a população fosse informada sobre o tema doação de CTH, o problema de falta de doadores voluntários cadastrados reduzir-se-ia consideravelmente, aumentando-se assim, as chances de encontrar um doador de compatível para os que aguardam na lista do Sistema Nacional de Transplantes (CAMARGO, 2010).

Após o desencadeamento do processo, receptores e familiares passam por acompanhamento ambulatorial, sendo avaliado por equipe multiprofissional, através de reuniões, que oferecem informações verbais e escritas sobre as fases do TCTH no centro transplantador, porém em momentos e ocasiões diferentes, respeitando-se o sigilo da identidade do doador voluntário. O enfermeiro atua como agente facilitador, auxiliando pacientes, doadores e familiares no processo de decisão, até a realização do tratamento proposto, e que serão submetidos a uma série de avaliações clinicas, laboratoriais e de imagens, bem como na assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido de doação de CTH (ANDERS,2004); (MACHADO, 2010).

A entrevista realizada pelo enfermeiro complementa o processo de preparação dos pacientes e doadores, proporcionando um vínculo na relação, minimizando o impacto da internação, o que fortalece e encoraja o paciente a enfrentar essa nova realidade (LACERDA, 2007).

A coleta de CTH pode ser realizada por punção aspirativa ou por coleta de aférese. O processo de coleta por punção aspirativa pode ocorrer através de múltiplas punções na crista ilíaca posterior, onde a MO é aspirada. O procedimento é realizado em centro cirúrgico com técnica especifica e equipe especializada, sendo este dia pré estabelecido pela equipe do centro transplantador. O doador é hospitalizado, sendo submetido à anestesia geral ou peridural. (BACAL,2001); (SANTOS,2004).

O processo de coleta por punção aspirativa pode ocorrer através de múltiplas punções na crista ilíaca posterior, onde a MO é aspirada. O procedimento é realizado em centro cirúrgico com técnica especifica e equipe especializada, sendo este dia pré estabelecido pela equipe do centro transplantador. O doador é hospitalizado, sendo submetido à anestesia geral ou peridural. (BACAL,2001); (SANTOS,2004).

O sangue de cordão umbilical ou placentário (SCUP) pode ser coletado antes ou após a dequitação da placenta, realiza-se uma drenagem por gravidade do sangue contido na placenta e no cordão, preferencialmente nos primeiros 15 minutos, o volume médio é de 100ml de sangue, posteriormente as bolsas são preparadas para a criopreservação. (YAMADA, 2009).

No caso de doação de precursores hematopoéticos, o doador voluntário, após cinco dias de administração de um medicamento, por via subcutânea (para a mobilização de células precursoras até o sangue periférico), submeter-se à, ambulatorialmente, a um procedimento chamado aférese, em uma ou duas vezes, para a obtenção de células-tronco circulantes (no sangue periférico). Neste caso, não há necessidade de internação

nem de anestesia, sendo todos os procedimentos feitos pela veia. (HEMOCENTRO, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o processo de doação de CTH é ainda pouco divulgado, sendo conhecido pelos familiares dos pacientes que necessitam do TCTH. Entendeu-se que há necessidade de divulgar as fases do processo de doação de CTH para os profissionais de saúde e assim, estes poderão replicar essas informações para obtenção de mais doadores e para as novas demandas emergentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRALE. **Doenças e Tratamentos: transplante de medula óssea**. Disponível em: <http://www.abrale.gov.br>. Acesso em 20 set, 2009.

ANDRYKOWSKI, M. A. Psychiatric and psychosocial aspects of bone marrow transplantation. **Psychosomatics, New York**, v.35, nº1, p.13-24, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTES E ÓRGÃOS (ABTO). **Registro Brasileiro de transplantes**. Veiculo Oficial. Ano XVI nº-4.2010.

AZEVEDO, W. **Fontes de células tronco hematopoiéticas para transplantes**. Medicina, Ribeirão Preto, 33:381-389, out/dez.2000

BACAL, N. S. et al. Quantificação de células CD34+ em sangue periférico, produto de aférese e cordão umbilical: estudo comparativo de três diferentes metodologias. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**. Maio, 2010.

BONASSA, E. M. A. Enfermagem em terapêutica Oncológica. São Paulo: **Ateneu Editora**, 2000.

CAMARGO, A. et al. Manual Eletrônico do Doador Voluntário de Medula Ósssea. Intercom- **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da comunicação**. 2010

UNICAMP. Doação de medula óssea. Disponível < https://www.hemocentro.unicamp.br/seja-um-doador/doacao-de-medula-ossea/>. Acesso em: 10 Out. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSÉ DE ALENCAR. **Doação de medula óssea**. Disponível <www.inca.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSÉ DE ALENCAR. Disponível <www.inca.gov.br>. Acesso em: 2016.

LACERDA. Prática de enfermagem em transplante de células tronco hematopoiéticas. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 09, n. 01, p,242-250. 2007.

NUCCI, M.; MAIOLINO, A. Infecção em Transplante de medula óssea. **Medicina Ribeirão Preto**, 33:278-293, jul./set.2000.

ORTEGA. Compêndio de Enfermagem em Transplante de Células Tronco Hematopoiéticas: Rotinas e procedimentos em cuidados essenciais e em complicações. **Curitiba: Editora Maio**, p.436.
Registro nacional de doadores de medula óssea (REDOME). Disponível em: <http://redome.inca.gov.br> Acesso em: Set.2019

VOLTARELLI, J. C.; STRACIERI, A. B. P. L. Aspectos imunológicos dos transplantes de células tronco-hematopoiéticas. **Medicina, Ribeirão Preto**, 33: 443-462, out/dez. 2000.

YAMADA. **Papel do Serviço de Hemoterapia em TMO. Transplante de Medula Óssea. Abordagem Multidisciplinar**. São Paulo. 1ª ed. P.71/85.2010.

ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DA PARÓQUIA DIVINO ESPÍRITO SANTO DE JAÚ

Murilo Caetano dos Santos, Danilo Brancalhão Berbel,
e-mail: murilioocaetano@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Uma assessoria de imprensa (AI) pode ser definida como uma imprensa especializada administrada por um ou mais jornalistas com a finalidade de veiculação e gestão de informação e comunicação de uma empresa ou instituição contratante. Neste sentido, a AI é responsável pela manutenção da imagem desta empresa perante seu público externo e no relacionamento com seu público interno, ou seja, seus funcionários.

Segundo Chaparro (2011), em 1906 o jornalista americano Ivy Lee fora contratado pelo empresário John D. Rockfeller para melhorar sua imagem prejudicada perante o público devido aos constantes desentendimentos, escândalos e abuso de poder em suas indústrias. Por sua vez, o jornalista enviou uma carta aos editores de jornais impressos, na época, o mais abrangente meio de comunicação, que estabelecia os princípios das Relações Públicas, que viriam a se tornar mais tarde as Assessorias de Imprensa. Nesta carta, Ivy Lee estabeleceu os princípios éticos de uma AI, como a divulgação de notícias de interesse público, a clareza e objetividade nas informações e a importância de não reduzir este trabalho aos serviços de publicidade e propaganda. Com o passar do tempo e dos fatos noticiosos criados e difundidos pelo jornalista, a imagem de seu empregador perante o público obteve resultados satisfatórios.

No Brasil, segundo Duarte (2011), os serviços de AI se popularizaram a partir da década de 1980, quando jornalistas se interessaram em sair das redações tradicionais e migraram para áreas diversificadas, ganhando maior notoriedade as pautas de negócios e cultura. No entanto, ainda segundo o autor (2011), o trabalho de uma AI ainda é algo novo que necessita ser cada dia profissionalizado, o que inviabiliza o exercício por parte de leigos.

Nesse sentido, a relação da AI deve ser mais abrangente do que o engessamento em técnicas de construção textual, mas um olhar atento, crítico e proativo em tudo o que

acontece ao redor, tornando-se assim uma gestora de informação no que compete à atuação da empresa, administrando as informações que são de interesse público

1.1 Produtos

No contexto atual, a comunicação tem ganhado novos contornos e novas necessidades. O assessor de imprensa deve estar familiarizado com toda a gama comunicacional dos meios analógicos e digitais.

Dentre os serviços prestados por uma AI, destacam-se a criação e gestão de sites, organização de arquivo jornalístico, agendamento e organização de entrevistas, serviços de *clipping*, *press kit*, *releases*, informativos como *house organs*, a realização de auditorias para identificar e analisar os pontos positivos e negativos da comunicação organizacional, entre outros.

Independentemente de qual setor ou público a referida empresa se direcione, o bom relacionamento e a gestão de sua imagem são objetivos que devem receber o devido estímulo e valorização. Voltando-se para o campo da comunicação religiosa, o trato com a assessoria de imprensa e a gestão da informação deve carregar um caráter que demanda atenção do profissional.

1.2 Comunicação religiosa católica

A perspectiva da religiosa não foge desse viés, pois também se encontra na humanidade este desejo de perpassar para seus semelhantes e futuras gerações seus valores e o que professa como fé ou crença.

No Catecismo da Igreja Católica (2000), no número 751, a palavra “igreja” vem do termo grego “*ekkaléin*” que quer dizer “convocação”. Segundo o documento (2000), este termo era utilizado no Antigo Testamento para definir uma assembleia ou reunião da população. Ao atribuir o termo “igreja” para as comunidades católicas atuais, os fiéis assumem a herança do mesmo povo. Outra derivação, por sua vez, o termo “*Kyriaka*” significa “a que pertence ao Senhor”.

Segundo Rops (1988), as primeiras comunidades cristãs foram formadas pelos 12 Apóstolos de Jesus Cristo, outras testemunhas da morte e ressureição do líder espiritual. Neste sentido, sob a liderança de São Pedro, conforme lê-se no Novo Testamento da Bíblia, já havia uma preocupação pela organização e pelo seguimento da doutrina.

Dentre os exemplos de ações comunicacionais ainda neste período, pode-se citar as cartas de São Paulo dirigidas às comunidades cristãs além-palestinas, contendo exortações, conselhos e diretrizes a todos os fiéis.

Através da história, segundo o Rops (1999), a Igreja Católica precisou revisar, refletir e ratificar sua comunicação como o caso dos concílios, grandes reuniões de autoridades eclesiásticas que visavam debater as interpretações das Sagradas Escrituras, os dogmas e o combate aos erros e heresias.

Outro exemplo citado por Rops (1999) diz respeito à reforma católica desempenhada em meados do século XVI, que tinha como cenário as revoltas protestantes iniciadas por Lutero. A igreja precisou refletir sobre seus inúmeros pontos doutrinais, retificá-los e a forma como estavam sendo transmitidos. O espírito da reforma católica perpassou as altas cúpulas eclesiais e os debates acalorados sobre doutrina, servindo também como base para inúmeras reformas entre as ordens religiosas, como o caso da Ordem do Carmelo Descalço, idealizada por Santa Teresa de Jesus e São João da Cruz.

O Concílio Vaticano II, realizado de 1961 a 1965, em meio ao contexto de pós-guerras e guerra fria, surge como forma de atender a necessidade de reaproximar a Igreja de seus fiéis. Sendo assim, estimulou uma renovação singular em vários âmbitos da igreja, especialmente comunicacional, cujo espírito e produtos ecoam até os dias atuais. Nos anos 1980, 1990 e 2000, no Brasil, surgem várias personagens que se tornam influentes na comunicação, como o caso da Comunidade Canção Nova, padre Marcelo Rossi, entre outros.

Este trabalho parte do objetivo de desenvolver e implementar uma Assessoria de Imprensa para a paróquia Divino Espírito Santo, visando estudar sua comunicação atual e desenvolver produtos adequados que complementem, melhorem ou fortaleçam a comunicação da paróquia.

2. METODOLOGIA

Este trabalho utilizou-se de revisão bibliográfica para sua fundamentação. A revisão bibliográfica consta em uma análise e coleta referente à produção literária e acadêmica desenvolvida por estudiosos ou profissionais do tema que se deseja abordar, neste caso, sobre a comunicação.

> Num sentido restrito, é um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema

> estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico. (STUMPF, 2009, p.51)

Também foram realizadas entrevistas em profundidade em formato semiaberto. Para a realização da auditoria de imagem, foi necessário entrevistar algumas pessoas para coletar dados suficientes para um diagnóstico sucinto. As entrevistas em profundidade permitem imersão na informação que se deseja obter. As entrevistas em profundidade são desenvolvidas a partir de um roteiro.

> A entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. Não busca, por exemplo, saber *quantas* ou qual a *proporção* de pessoas que identifica determinado atributo na empresa "a". Objetiva-se saber como ela é percebida pelo conjunto de entrevistados. Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Desse modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas. (DUARTE, 2009, P. 63)

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foi realizada uma auditoria de comunicação que, além de identificar os pontos fortes e frágeis da comunicação paroquial, entrevistou o pároco, padre Diego Machado, e a responsável pelo setor de comunicação, Fernanda Toniatte, que recolheu suas visões e opiniões. A comunicação da Igreja encontra-se deficitária, com vários pontos frágeis no que diz respeito à linguagem visual, por exemplo, na identificação dos banheiros, o serviço de secretaria entre outros. A comunicação nas redes sociais é gerida voluntariamente pela Pascom (Pastoral da Comunicação) e possui engajamento satisfatório por parte do público, porém, a produção é amadora e necessita de uma profissionalização.

Como resultado deste trabalho, traçou-se planejamento para elaboração de um informativo de quatro páginas em formato tabloide para a paróquia, contendo três matérias sobre a história da comunidade, uma entrevista de perfil com o diácono Willian e uma matéria sobre símbolos e liturgia da missa.

Estão programadas seis postagens para Facebook contendo dois vídeos, um do diácono Willian e outro do seminarista Júlio, imagens e textos que abordarão temas como o Natal, explicação do dogma da Imaculada Conceição, a Solenidade de Cristo Rei, entre outros.

A paróquia vem passando por reformas, por isso, a realização da auditoria de comunicação se deu na igreja improvisada no salão. Através deste documento, chegou-se à conclusão de que a comunicação tanto visual como interna de modo geral apresenta muitos pontos de fragilidade. Exemplo disso é a identificação dos serviços realizados como secretaria, indicação dos banheiros e locais de acesso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação profissional e planejada tende a contribuir para o maior engajamento da comunidade na vida religiosa da paróquia. Este trabalho contribui para melhorar a experiência religiosa dos fiéis por possuir ênfase ao sagrado.

Este trabalho serve de protótipo para futuras auditorias e planejamento de comunicação organizacional voltadas para o campo religioso ou não. No que tange à comunidade alvo deste trabalho, a paróquia Divino Espírito Santo da cidade de Jaú, o desenvolvimento desta produção precisou se adaptar com a disponibilidade de poucos recursos mediante as reformas na paróquia em sua sede, o salão paroquial entre outras avarias.

REFERÊNCIAS

CHAPARRO, Manuel Carlos. Cem Anos de Assessoria de Imprensa. *In* : DUARTE, Jorge. **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 3- 21.

DUARTE, Jorge. Assessoria de Imprensa no Brasil. *In*: DUARTE, Jorge. **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a mídia**: Teoria e Prática. 4ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 5-75.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In:* DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Tecnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2.ed - 3.Reimpr- São Paulo**:** Atlas, 2009. p.62-84.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA**. Catecismo da Igreja Católica**; edição típica vaticana. São Paulo: Loyola, 2000

ROPS, Daniel. **A Igreja dos Apóstolos e dos Martires**. Tradução de Emérico da Gama. São Paulo: Quadrante, 1988.

ROPS, Daniel. **A Igreja da Renascença e da Reforma:** II. A reforma católica. Tradução de Emérico da Gama. São Paulo: Quadrante, 1999.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Tecnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2.ed - 3.Reimpr- São Paulo**:** Atlas, 2009. p. 51-61

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO CLIENTE CONVIVENTE COM HIV/Aids

Daiane Thalita de S. Cardoso, Claudia Elisa Furlaneto, Ivana R. Gonçalves
e-mail: calfurlaneto@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) pertence à família retrovírus e é o responsável pela Aids (Síndrome da Imunodeficiência adquirida). A infecção pelo HIV resulta em uma doença crônica e progressiva que acomete o sistema imunológico, fazendo com que haja uma alta taxa de replicação viral, resultando na emergência de variantes virais mais virulentas. A infecção por HIV é contada pelo número de células CD4+, quantidade de partículas virais no sangue e sintomas clínicos (MAGALHÃES; THOMÉ e PASTORE, 2015).

O convívio com o HIV/Aids traz grandes malefícios, podendo gerar nos pacientes desgastes físicos e psicológicos, fazendo com que os mesmos sintam necessidades de um acolhimento intenso e uma assistência mais individualizada, contribuindo assim no processo de hospitalização e restabelecimento da saúde. O profissional de Enfermagem deve oferecer aos pacientes uma assistência humanizada, individualizada, técnica, comprometida, ética e de valorização do ser humano e de suas necessidades (COSTA, 2006). Objetivo: Verificar a literatura acerca da assistência de enfermagem ao cliente convivente com HIV/Aids.

2 METODOLOGIA

Realizou-se buscas online na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico (Google School).

O período de coleta de dados ocorreu nos meses de janeiro de 2019 até abril de 2019.

As palavras chaves utilizadas na pesquisa foram: “Assistência de Enfermagem”, “Conviventes com HIV/Aids” e “HIV/Aids”.

Para atingir o objetivo proposto foi realizada a leitura do título, do resumo de todos os artigos identificados.

A busca compreendeu os dados publicados entre os anos de 2013 a 2019, no idioma português, com resumos e artigos completos disponíveis nas bases de dados. Totalizaram 12.386 artigos científicos. Sendo excluídos 12.364 artigos por estarem repetidos, estarem escritos em outro idioma e não terem proximidade com o tema. Assim a amostra formada foi representada por 16 artigos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O vírus do HIV atinge cerca de 34 milhões de pessoas no mundo, 798.366 casos foram registrados somente no Brasil, acometendo 65% homens e 35% mulheres de todas as classes sociais, sendo maior parte de homossexuais, travestis, transexuais, profissionais do sexo e dependentes químicos. Segundo BELLINI, a população feminina representa 50% destes casos (DOMINGUES et al., 2018; BELLINI et al., 2015).

Os últimos 30 anos tornou-se um grande desafio para a saúde pública trazendo resultados negativos para famílias e comunidades, apresentando um aumento de casos em populações mais pobres.

Diariamente são infectadas cerca de 7.000 pessoas, porém em 2010 apresentou uma diminuição de 16% com os programas de prevenção e tratamento da HIV/Aids (FREITAS et al., 2018)

Em 2015 houve um aumento de 11% de novas infecções, colocando o Brasil em evidência de epidemia, totalizando cerca de 830.000 conviventes. Já no ano de 2016 o número registrado é equivalente à 1,8 milhões de novos casos. Em 2017 foram totalizados 882.810 casos de Aids, sendo a média de 40 mil casos por ano nos últimos cinco (FREITAS et al., 2018; JESUS et al., 2017).

No Brasil a transmissão vertical (TV) teve um aumento significativo, sendo o principal meio de infecção pelo HIV/Aids em menores de 13 anos (PINHEIRO et al., 2017).

Segundo MARTINS (2017) devido a conscientização da realização de pré natal, houve uma diminuição nas taxas de TV. Os aconselhamentos são: orientação e incentivo de realização de testes; utilização precoce do tratamento com TARV; orientação sobre a escolha da via de parto, a qual dependerá das situações obstétricas e/ou da carga viral; orientações no puerpério sobre a não adesão ao aleitamento materno e sobre seus

devidos cuidados, aumentando, assim, as chances de um bebê saudável (MARTINS et al., 2017).

É fundamental que o enfermeiro pesquise dados epidemiológicos disponibilizados pelo Ministério da Saúde para oferecer a devida assistência no acompanhamento do pré-natal (SILVA et al., 2018).

O aconselhamento pré e pós-teste, necessita da atuação do enfermeiro no aconselhamento pré-concepcional, possibilitando a conscientização do risco da TV a mulheres soropositiva, através de orientações sobre métodos contraceptivos disponíveis, podendo optar ou não por uma gestação futura (PINHEIRO et al., 2017).

A TV ocorre em três fases, sendo elas: intra- útero, intra-parto e no pós-parto no período do aleitamento materno, quando realizadas as intervenções necessárias realizadas no pré-natal, parto e puerpério o número de infecções podem chegar a quase zero. No período puerperal cabe ao enfermeiro orientar a continuação do tratamento, enfatizando a contraindicação do aleitamento materno e cruzado, além de fornecer outras orientações nutricionais, informando sempre cada etapa do cuidado dentre do processo cuidar, respeitando suas vontades e desejos. Essas ações são medidas preventivas para redução da TV do HIV (PINHEIRO et al., 2017).

O diagnóstico da infecção pelo HIV traz mudanças na vida do convivente, como demissão, afastamento do emprego, abandono das atividades domiciliares, desinteresse por atividades agradáveis, devido a manifestações da doença. A dificuldade de conviver com uma doença crônica pode desencadear solidão e isolamento e as mulheres conviventes com HIV apresentam maiores chances de sintomas depressivos do que mulheres não infectadas. (REIS et al., 2015).

A APS é fundamental para o sistema de serviço de saúde, pois com ela é que se realiza o primeiro contato, longitudinalidade, coordenação e integralidade, e a orientação familiar e comunitária. Elas são uma forma de atenção regular, capaz de verificar a população que necessita de atendimento, e estabelece um elo entre os conviventes e profissionais. As ações que a APS realiza são: tratamento, a avaliação das necessidades de saúde, o processo de transferência entre os serviços, à diminuição de internações e a satisfação das pessoas que possuem o vírus com a atenção recebida, com isso irá ajudar a promover a saúde e prevenção de danos (PAULA et al., 2017).

O enfermeiro tem papel fundamental na vida do convivente com HIV/Aids, realizando procedimentos durante a internação hospitalar, prestando orientações sobre exames, dieta, medicamentos, informações sobre sua doença e prevenção da mesma. A fim de realizar uma assistência eficaz é necessário ser integral e sistematizado (NÓBREGA et al., 2017).

A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é uma das tecnologias que permite realizar ações e intervenções do profissional de saúde, possibilita a inserção do Processo de Enfermagem (PE) que permite o profissional de saúde identificar, compreender e descrever as necessidades do convivente e sua família, além de registrar a prática. O Diagnóstico de Enfermagem (DE) é uma etapa que compõe o PE, etapa vital, onde o enfermeiro analisa e compreende necessidades primordiais através de diagnósticos, que requer o uso do raciocínio clínico sobre a condição de saúde (NOBREGA et al., 2017).

Em 2013, foi estabelecido o início imediato da TARV para todos os conviventes e com isso houve a melhora da qualidade de vida e redução da transmissão do vírus (DOMINGUES et al., 2018).

Os propósitos da terapia antirretroviral (TARV) são a diminuição da morbimortalidade e a melhoria da qualidade de vida por meio da supressão viral. Isso permite adiar ou evitar a desordem do sistema imunológico caracterizada pela incapacidade de se estabelecer uma imunidade efetiva e uma resposta ao desafio dos antígenos (CALDEIRA et al., 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vírus atinge cerca de 34 milhões de pessoas no mundo, 65% são homens e 35% mulheres, sendo a maior parte homossexuais, travestir, transexuais, profissionais do sexo e dependentes químicos.

Estudos apontam que idosos conviventes com HIV/Aids não possuem os mesmo problemas neuropsiquiátricos, mostrando que a idade é um fator importante a considerar diante do novo perfil da epidemia. Em mulheres a TV teve um aumento significativo, é fundamental que o enfermeiro esteja ciente de dados epidemiológicos para oferecer a devida assistência no acompanhamento do pré-natal.

Os conviventes necessitam de um acompanhamento permanente nos serviços de saúde, na prevenção da doença e assistência à saúde. O enfermeiro tem papel fundamental, identificando necessidades básicas afetadas e o grau de dependência, prestando orientações sobre sua doença e prevenção da mesma, realizando uma assistência integral, eficaz e sistematizada.

Com o aparecimento da TARV houve uma diminuição na replicação do vírus, contribuindo assim, para uma melhor qualidade de vida. A TARV contribui para uma melhor qualidade de vida, permitindo adiar ou evitar a desordem do sistema imunológico. Algumas mudanças de hábito influenciam positivamente no prognóstico, o apoio familiar também é indispensável para o tratamento.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, C. C. L, et al. **Transmissão vertical do HIV: reflexões para a promoção da saúde e cuidado de enfermagem**. **Rev. enferm.**, Bogotá, v. 35, n. 2, p.181-189, agos. 2017. Disponível em:<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012145002017000200181&lng =en&nrm=iso>. Acesso em 23 mar. 2019.

BELLINI, J. M. et al. **Qualidade de vida de mulheres portadoras do HIV**. **Rev. enferm.**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 350-354, agos. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002015000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2019.

COSTA, J. P. da et al. **Expectativas de pacientes com HIV/AIDS hospitalizados, quanto à assistência de enfermagem**. Rev. bras. enferm**.**, Brasília, v. 59, n. 2, p. 172-176, abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672006000200010&lng=en&nrm=iso> Acesso em 13 mar. 2019.

DOMINGUES, J. P. **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS**. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 27, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000200324&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 mar. 2019.

FREITAS, J. P. et al. **Terapia com antirretrovirais: grau de adesão e a percepção dos indivíduos com HIV/Aids**. **Rev. enferm.**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 327-333, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002018000300327&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 mar. 2019.

JESUS, G. J. et al. **Dificuldades do viver com HIV/Aids: Entraves na qualidade de vida. Rev. enferm.** São Paulo, v. 30, n. 3, p. 301-307, mai. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002017000300301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de mar. 2019.

MARTINS, J. P. et al. **HIV na gestação: pré-natal, parto e puerpério. Rev. Eletr.** Ciência & Saúde. Ciência da Saúde Curso de Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia Pontifica Universidade Católia do Rio Grande do Sul**.** Rio Grande do Sul, V. 10, n. 1, mar. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/22695/15411> Acesso em: 27 mar. 2019

PASTORE, D. H. et al. Modelagem Matematica da Imunologia de HIV: Estudo das Celulas de Defesa Ativada. **Proceeding Series of the Brazilian Society of Applied and Computational Mathematics,** Natal, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://proceedings.sbmac.org.br/sbmac/article/view/421/427?fbclid=IwAR156mMykt9qimN3P1qpD4fKVbo0jnmnCsMHim0duXKRNehlnrVQKyvmYs> Acesso em: 23 Março 2019.

PAULA, C. C. et al. **Atenção à saúde de crianças e adolescentes com HIV: avaliação da longitudinalidade**. Rev. enferm., São Paulo , v. 30, n. 2, p. 136-143, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002017000200136&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de mar. 2019.

PEREIRA, F. C.; SILVA, E. J. O processo de trabalho do enfermeiro no pré-natal da gestante com hiv. **Rev. Cultural e Científica do UNIFACEX**, v. 16, n. 2, Junho 2018. Disponivel em: <https://periodicos.unifacex.com.br/Revista/article/view/989/pdf> Acesso em: 23 de março 2019

SOUZA, V. L. de et al. **Diagnósticos de enfermagem da CIPE® para pessoas com Síndrome da Imunodeficiência Adquirida**. **Rev. enferm.**, São Paulo , v. 30, n. 6, p. 573-581, Dec. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002017000600573&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de março 2019.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM PACIENTES COM TRAUMA RAQUIMEDULAR: UMA ATUALIZAÇÃO

Kaliene Terruel Salvático, Adriane Lopes, Giovanna Castilho Davatz Lopes
e-mail: kaliene.ee@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O trauma raquimedular consiste em fratura da coluna vertebral que acomete a medula espinhal causando comprometimentos motores permanentes (SISCÃO, 2007).

Estudos nacionais recentes apontam que cerca de 130 mil brasileiros fazem parte dessa estatística, sendo, em sua grande maioria, vítimas de acidentes de trânsito, ferimentos com armas de fogo, quedas de alturas elevadas, mergulhos em águas rasas e acidentes esportivos (SISCÃO, 2007).

Nos casos de trauma raquimedular a assistência em Enfermagem, simultânea e de caráter integrador dos diversos profissionais da saúde mostra-se relevante. Isto, pois a individualização característica do atendimento prestado por esses profissionais possibilita o manejo adequado nas mais diversas fases e níveis de comprometimento, visando prevenir e tratar as inúmeras complicações associadas ao trauma (BRUNI *et al*, 2004).

Dentro desse contexto há ações da Enfermagem amplamente difundidas para os momentos pré, intra e pós hospitalar. Por exemplo, para o momento pré-hospitalar é descrita a atuação junto à vítima no local do acidente, atentando para a imobilização do pescoço e coluna cervical e o cuidado durante o transporte a fim de evitar qualquer movimento brusco ou posicionamento inadequado (CAFER *et al*., 2005).

Durante a fase de hospitalização a Enfermagem realiza diagnósticos sobre a condição física do paciente para então, junto a equipe multidisciplinar de saúde envolvida, prestar o cuidado específico, atentando para suas limitações e resquícios de capacidades existentes (FARO, 1995; CAFER *et al*., 2005).

No período pós-hospitalar é reconhecida a ação do Enfermeiro realizando o treinamento do paciente, de seus familiares e cuidadores, concebido dentro da perspectiva da educação em saúde (MURTA, 2007).

É de interesse, todavia, investigar a literatura recente sobre a temática a fim de atualizar as informações sobre a atuação da Enfermagem nos casos de trauma raquimedular, aspecto este que objetivou a presente pesquisa.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada para o desenvolvimento do presente estudo encontra-se embasada na pesquisa bibliográfica, fazendo referência a autores que discorrem sobre a temática da Enfermagem e os cuidados desse profissional para com os indivíduos portadores de trauma raquimedular.

Segundo aponta Gil (2002) o estudo bibliográfico encontra-se baseado em literaturas estruturadas, obtidas através da consulta a livros e artigos científicos provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais.

Para tanto, foram pesquisados artigos científicos junto ao banco de dados Scielo e Periódicos Capes, os termos empregados para a busca em português foram: enfermagem (AND) “trauma raquimedular” e enfermagem (AND) “lesão medular”.

Como critério de inclusão estão artigos publicados em periódicos nacionais revisados por pares, no idioma português, que se relacionem diretamente à atuação da enfermagem junto ao paciente com trauma raquimedular e tenham sido publicados nos últimos 10 anos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Encontrou-se 13 artigos científicos que se enquadravam nos critérios de inclusão.

De acordo com os autores Souza Neto, Costa e Mendonça (2014) as ações da Enfermagem aplicadas de forma sistematizada nas primeiras 48 horas contribuem para a sobrevida da vítima de trauma raquimedular. Assim. Chegando ao hospital é imprescindível que a admissão do paciente seja realizada pelo enfermeiro, seguido pelos procedimentos emergenciais realizados pela equipe multidisciplinar. Uma vez que os cuidados devem acontecer de forma específica e simultânea, obedecendo a prioridade observada pelo enfermeiro no atendimento prévio.

Quanto ao perfil do profissional que atua nessa área, Creôncio *et al* (2013) identificaram que os Enfermeiros que atuam no ambiente hospitalar se identificam com a função mas sentem necessidade de maior suporte para treinamento e preparo.

Clares *et al.*, 2019 citaram as terminologias de Enfermagem específicas à lesão medular que precisam ser conhecidas pelo profissional que pretende atuar nessa área.

Observa-se que caberia aos cursos de graduação ou à gestão dos hospitais fornecer treinamento aos profissionais de Enfermagem quanto ao significado dos termos relacionados ao cuidado do lesionado medular, a fim de facilitar sua comunicação e compreensão dos dados fornecidos por toda a equipe.

Frente aos casos de trauma raquimedular observou-se que o Enfermeiro ajuda na adaptação à nova condição por meio dos cuidados, exercendo vigilância regular quanto ao estado de saúde do acometido, reconhecendo as emoções vivenciadas pelo atendido, estabelecendo com este uma relação harmoniosa, além de fornecer sugestões técnicas e informações relevantes, conforme exposto por Amaral (2009).

Assim, nota-se em concordância aos comentários de Albuquerque, Freitas e Jorge (2009), que o Enfermeiro deve avaliar todas as dimensões e segmentos relacionados ao atendimento do lesionado medular, seja frente a formação dos profissionais ou a gestão dos cuidados. Faz–se necessário ainda a interação dos profissionais de Enfermagem junto a todos os envolvidos no processo de cuidados e recuperação dos pacientes, como uma ferramenta humanizadora.

Dos trabalhos investigados, há artigos que tratavam de escalas normalizadas para diagnóstico e intervenção em Enfermagem, incluindo a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF (MACHADO, 2010), a Escala de Independência Funcional – MIF (SILVA *et al.*, 2012) e a escala de Waterlow (STUDART *et al.*, 2011).

Encontrou-se também intervenções de Enfermagem para atuação junto a casos de disrreflexia autonômica (ANDRADE *et al.*, 2013) e mobilidade reduzida (ANDRADE, 2013), além de procedimentos específicos como o autocateterismo vesical intermitente (ASSIS; FARO, 2011) ou criação de vídeos com finalidade educativa para casos de intestino neurogênico (CAPOY *et al.,* 2018).

Associando-se as informações fornecidas pelos diferentes materiais estudados é possível observar que a reabilitação do paciente lesionado é multifatorial e complexa, envolvendo diversos contextos, sociais, profissionais e psicológicos, para tanto o diagnóstico e as ações do Enfermeiro, associadas aos demais profissionais que atuam junto ao processo de reabilitação dos pacientes, são de suma importância para esse processo.

Os Enfermeiros precisam direcionar os familiares e os cuidadores para o treino acerca dos cuidados com a pele do lesionado, aos problemas decorrentes do sistema urinário e excretor, os quais podem provocar infecções junto aos pacientes, vindo a

agravar o quadro, entre outras situações igualmente preocupantes, além de instruir os próprios lesionados quanto ao autocuidado.

Durante o período de internação dos pacientes com trauma raquimedular o Enfermeiro deve estabelecer parâmetros de ações que a família e o cuidador do paciente lesionado deverão ter por ocasião da alta dos mesmos, tendo por foco central a reabilitação do paciente. Para tanto precisa conhecer os pacientes, investigar sua rotina, e a de sua família, abordando-o ainda quanto a sua aceitação e expectativas futuras.

Houve um estudo ainda que apontou a necessidade de inserção do Enfermeiro na pesquisa clínica a fim de aprofundar conhecimentos sobre a temática além de desenvolver a criticidade (CABRAL, 2015).

Foi possível observar que os autores defendem que os profissionais de enfermagem precisam estar melhor preparados para oferecer um atendimento integral aos pacientes, com cuidados estratégicos, sistematizados e focados na reabilitação dos pacientes. Para tanto é necessário maior aprofundamento quanto aos conhecimentos científicos e metodológicos, o que pode ser fornecido pela inserção desde a etapa de graduação, na pesquisa clínica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos investigados trouxeram informações atuais presentes na literatura quanto à atuação do Enfermeiro nos casos de trauma raquimedular.

Após a análise dos artigos referentes o papel da Enfermagem na assistência às vítimas de trauma raquimedular foi possível concluir que a literatura publicada nos últimos 10 anos em português discorre sobre:

- O perfil do profissional Enfermeiro que atua na área; que se identifica com a atenção hospitalar e ao mesmo tempo carece de maiores informações e preparo;
- A ação da Enfermagem junto à adaptação do acometido à nova condição;
- As terminologias específicas referentes ao cuidado em casos de trauma raquimedular;
- Os instrumentos de avaliação normatizados que auxiliam no diagnóstico e tomada de condutas que previnem lesões e favorecem o reestabelecimento funcional e a autonomia;
- As intervenções de Enfermagem para os diferentes sintomas e sequelas apresentados pelos acometidos nas diferentes fases do tratamento;

- A importância da pesquisa clínica para a apropriação do conhecimento científico e desenvolvimento da criticidade frente a temática.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A.L.P. Interpretando as experiências da hospitalização de pacientes com lesão medular. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.62, n.4, p.552-556, Jul./ Ago. 2009.

AMARAL, M.T.M.P. Encontrar um novo sentido da vida: Um estudo explicativo da adaptação após lesão medular. **Revista Escolar de Enfermagem USP**, v.43, n.3, p.573-580, Set. 2009.

ANDRADE, L.T.; CHIANCA, T.C.M. Validação de intervenções de enfermagem para pacientes com lesão medular e mobilidade física prejudicada. **Revista Brasileira de Enfermagem,** v.66, n.5, p.688-693, Set./Out. 2013.

ANDRADE, L.T. de *et al*. Disreflexia autonômica e intervenções de enfermagem para pacientes com lesão medular, **Revista Escolar de Enfermagem USP**, v.47, n.1, p.93-100, Fev. 2013.

ASSIS, G.M. Autocateterismo vesical intermitente na lesão medular. Relato de Exeriência. **Trabalho de Conclusão de Curso. Revista Escolar de Enfermagem USP**, v. 95, n.1, p.289-293, Mar. 2011.

BRUNI, D.S. *et al*. Aspectos fisiopatológicos e assistenciais de enfermagem na reabilitação da pessoa com lesão medular. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p.71-79, Mar. 2004.

CABRAL, L.P.A. Participação do enfermeiro na execução de protocolo de pesquisa clínica de inovação tecnológica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP,** v.49, n.5, p.834-838, 2015.

CAFER, C.R. *et al*. Diagnósticos de enfermagem e proposta de intervenções para pacientes com lesão medular. **Acta Paulista de Enfermagem**. v. 18, n.4, p. 347-353, Out./Dez. 2005.

CAMPOY, L.T. *et al.* Reabilitação intestinal de indivíduos com lesão medular: **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.71, n.5, p.2376-2382, Set./Out. 2018.

CLARES, Jorge *et al.* Terminologia especializada de enfermagem para o cuidado à pessoa com lesão medular. **Revista de Enfermagem da USP,** v.53, n.e 03445, p.1-6, 2019.

CREÔNCIO, S.C.E. *et al.* Perfil dos enfermeiros atuantes em um hospital, quanto à abordagem ao traumatismo raquimedular. **Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v.5, n.4, p.599-605, Out./Nov. 2013.

FARO, A.C.M. Do diagnóstico à conduta de enfermagem: a trajetória do cuidar na reabilitação do lesado medular. **Revista de Enfermagem da** USP, v.29, n.2, p.228-229, Ago. 1995.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, W.C.A. (In) dependência funcional na dependente relação de homens tetraplégicos com seus (in) substituíveis pais-cuidadores. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v.44, n.1, p.53-60, 2010.

MURTA, S.G. Enfrentamento à lesão medular traumática. **Estudos de Psicologia**, v.12, n.1, p.57-63, 2007.

SILVA, G.A. da *et al*. Avaliação funcional de pessoas com lesão medular: Utilização da escala de independência funcional – MIF. **Texto & Contexto - Enfermagem.** v.21, n.4, p.929-932, Out./Dez. 2012.

SOUZA NETO, V.L. Abordagem Propeudêutica de enfermagem ao paciente com trauma raquimedular no pronto atendimento. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde.** Três Corações, v.12, n2, p.716-724, Ago./Dez. 2014.

SISCÃO, M. P. *et al*. Trauma raquimedular: caracterização em um hospital público. **Arquivos de Ciências da Saúde**, v.14, n.3, p.145-147, Jul./Set. 2007.

STUDART, R.M.B *et al.* Tecnologia de enfermagem na prevenção da úlcera por pressão em pessoas com lesão medular, **Revista Brasileira de Enfermagem,** v.64, n.3, p.494-500, Mai./Jun. 2011.

ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM EM PORTADORES DA SÍNDROME DE LA TOURETTE

Amanda Helena de Campos Araújo, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva,
e-mail: amandaraujo18@hotmail.com; perolacruz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Em suas primeiras descrições no meio científico, a Síndrome de La Tourette (ST) foi vista com olhar clinico pelo médico francês Jean Marie Itarol em 1825. Em 1873 Trousseau deu atenção aos famosos tiques, cacoetes, palilalia e seguimentos integrados a síndrome, descrevendo-os e analisando-os. A Síndrome de La Tourett é um distúrbio de origem genética e de causa neuropsiquiátrica determinado por fenômenos compulsivos, que resulta em tiques motores e/ou vocais pelo período igual ou superior a um ano, com inicio antes dos 18 anos de idade. (American Psychiatry Association, 1994; Peterson, 2001; Pauls, 2003)

Jaspers refere em estudo aos tiques, o comportamento dos pacientes que fazem movimentos corporais que causam estranhamento, dado por vezes a impressão de serem intencionais ou de reflexo de proteção. Dos mais inusitados como realizar exercícios militares; comprimir os órgãos genitais com as mãos; escancarar a boca e meter a mão dentro; exprimir compulsivamente palavrões e gestos obscenos; até girar e se torcerem (HOUNIE; PETRIBÚ, 1999)

Devido a grande variação dos tiques, os mesmos foram classificados onde a primeira seria de tiques motores e vocais, que subdividem em simples e complexos. Os primeiros envolvem contrações de grupos musculares, repetidos, rápidos e abruptos, realizados de forma a perceber-se involuntários. Os denominados complexos por sua vez são mais lentos, envolvendo grupos musculares que não estão relacionados de forma funcional, aparentando serem propositais e voluntários (The Tourette Syndrome Classifications Study Group – 1993).

A ST acomete cerca de três a quatro vezes mais o sexo masculino do que o feminino. Quando são considerados tiques isoladamente, a frequência aproximada varia de 1% a 13% nos meninos e 1% a 11% nas meninas. (HOUNIE; PETRIBÚ, 1999)

Considerando o processo da neuroquímica, existem muitas hipóteses que sugerem a atuação do sistema dopaminérgico na patogênese da síndrome, observado ainda que, em sua terapêutica farmacológica os neurolépticos, antagonistas da dopamina, são contemplados como forma efetiva no tratamento da ST, pelo fato de auxiliarem e promoverem diminuição dos tiques (SINGER e MINZER, 2003; LOUREIRO et al., 2005).

Não há evidências até o presente momento, de possibilidades terapêuticas com vistas à cura do transtorno aos que recebem o diagnóstico, dessa forma, intenciona-se o tratamento na forma de acompanhamento para amenizar os sintomas apresentados. São descritos importantes prejuízos psicossociais e na qualidade de vida ocasionados pela ST, sendo de grande importância que o tratamento seja instaurado de forma breve, no intuito de minimizar e aliviar o quadro apresentado. As formas de intervenção que estão associadas ao tratamento são farmacologias e psicológica, tratando cada caso com olhar clinico e individualizado ao paciente (LOUREIRO et al., 2005).

Observado a pouca produção de trabalhos e importante desconhecimento quanto a ST e cuidados necessários, este trabalho objetiva melhor descrever o quadro clínico apresentado pelo sujeito com Síndrome de La Tourette, e propor possibilidades de abordagens na Sistematização da Assistência de enfermagem.

2 METODOLOGIA

Trata-se de revisão bibliográfica realizada a partir da base de dados Scielo (Scientific Eletronic Library Online), partindo-se da seguinte questão chave: Quais os principais diagnósticos de enfermagem e necessidades de cuidados ao sujeito com a síndrome de La Tourette?

Os critérios de inclusão trata-se de artigos disponíveis na integra, em português ou inglês, que tragam a descrição de quadros clínicos e estudos de caso, publicados nos últimos 10 anos.

Para tal, utilizou-se os descritores de assunto ou palavras do título “Síndrome de La Tourette”, “enfermagem e síndrome de tourette” e “assistência de enfermagem”. Foram identificados 27 trabalhos com uma primeira busca na base de dados e selecionados 4 para análise na presente pesquisa.

Após síntese dos artigos incluídos, será realizada a descrição de possíveis diagnósticos de enfermagem através da North American Diagnoses Association (NANDA) e proposto intervenções de enfermagem que se aplicariam ao quadro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

TABELA 1. Artigos selecionados para discussão da presente pesquisa, Jau, SP, 2019.

Titulo	Autores	Foco	Ano
A síndrome de Tourette e a assistência de enfermagem.	TAVAREZ,G ; SANTOS,M;FREITAS,T; GOMES,T; PAIXÃO,R;LIMA,V; FERREIRA,V.	Descrever sobre a Síndrome de Tourette e a assistência de Enfermagem.	2017
Síndrome de La Tourette: revisão de literatura	TEIXEIRA, L.L.C; JÚNIOR, J.M.S.P; NETO,F.X.P; TARGINO,M.N; PALHETA,A.C.P; SILVA,F.A.	Realizar uma revisão de literatura sobre os principais aspectos relacionados à Síndrome de La Tourette.	2011
Síndrome de Gilles de La Tourette: Clínica, diagnóstico e abordagem terapêutica.	OLIVEIRA,A; MASSANO,J.	Discorrer respeito da síndrome de La Tourette, e toda sua abordagem terapêutica.	2012
ATUALIZAÇÕES NEUROCIENTÍFICAS NA SÍNDROME DE TOURETTE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	MACHADO,C.C.S	Revisão integrativa acerca das evidências sobre a ST, a fim de nortear a prática clínica.	2014

Observado ao longo dos artigos selecionados as menções dos sintomas da síndrome, como os tiques vocais e motores, divididos em simples e complexos, vemos variações dos mesmos em forma de palilalia e coprolalia que limitam-se ao pensamento e apenas descobertos quando investigada de forma direta. A exacerbação dos sintomas é elevada em momentos de estresse, ansiedade e irritabilidade, provocando crise de maior duração e de mais repetições. É postos em estudo problemas comportamentais associados a esta síndrome e até mesmo distúrbios do sono. Como os portadores desta patologia são por muitas vezes ridicularizados e sofrem de preconceitos variados, acabam por terem dificuldade de socialização, aprendizagem e em carreira profissional. É relatado também, dntro do circulo familiar conflitos que interferem diretamente na relação parental, colocando em risco a harmonia familiar, o que prejudica ainda mais a rede de apoio e sofrimentos psicossociais (TAVAREZ et al, 2017. TEIXEIRA; et al, 2011. OLIVEIRA; MASSANO 201; MACHADO, 2014.)

Com base nas informações descritas, foi possível identificar os seguintes diagnósticos de enfermagem segundo a NANDA 2015-2017. Após estabelecimento dos diagnósticos, por meio da Classificação das Intervenções de Enfermagem- NIC (2016) foram propostas intervenções de cuidado gerais (NANDA, 2015; . BULICHEK et al, 2016)

TABELA 2. Diagnósticos de Enfermagem e prescrições propostas para sujeitos com diagnóstico da Síndrome de La Tourette, Jau, 2019.

Diagnósticos de enfermagem (NANDA 2015-2017)	Cuidados, intervenções (NIC)
Processos familiares interrompidos, relacionado à mudança do estado de saúde de um membro da família, evidenciado por mudança na disponibilidade para resposta afetiva.	*Ajudar o paciente e ao familiar a identificar situação que evidenciem mudança de comportamento;* *Fornecer informações ao paciente e grupo* familiar sobre a patologia, quadro clínico e melhores formas de lidar; Proporcionar espaços (grupos) de apoio e trocas de experiências e dificuldades.
Controle de impulso ineficaz, relacionado a alteração na função cognitiva evidenciado por irritabilidade.	*Elogiar tentativas de autocontrole.* *Fornecer informações ao paciente e grupo* familiar sobre a patologia, quadro clínico e melhores formas de lidar; *Propor Terapia Cognitivo Comportamental na busca da criação de ferramentas pessoais de autocontrole.*
Controle emocional instável, relacionado a transtorno psiquiátrico, evidenciado por afastamento da situação social e profissional.	*Ajudar o paciente a identificar o impacto do grupo de amigos nos sentimentos de autovalorização;* *Proporcionar espaços de discussão em grupos quando ao quadro apresentado e formas de lidar;*
Risco de baixa autoestima crônica, relacionado a transtorno psiquiátrico.	*Recompensar ou elogiar o progresso do paciente na direção das metas;* *Traçar metas de vida a curto, medio e longo prazo e auxiliar o paciente com o objetivo de atingi-las.*
Risco de sentimento de impotência, relacionado a imprevisibilidade do curso da enfermidade.	*Ajudar a estabelecer metas realistas para atingir uma autoestima maior*; *Incentivar a realização de atividades com as quais o paciente possua afinidade/habildades;*

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os aspectos de modo geral que norteiam a Síndrome de La Tourette é de suma importância para conservar e promover a qualidade de vida de seus portadores.

A ST mostra-se com prejuízos globais na qualidade de vida do sujeito, envolvendo dificuldades psicossociais, na autoestima, autonomia e funcionalidade, necessitando de abordagens ampliadas, integrais e interdisciplinares.

Salienta-se a necessidade de adequada coleta de dados dos sujeitos sob o cuidado do enfermeiro e individualização da sistematização, tendo o presente trabalho apenas a intenção de se ampliar o atual estado de conhecimento deste tema e contribuir para o aprimoramento dos profissionais que por ventura estarão envolvidos no cuidado.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 4th edition (DSM IV), American Psychiatry Association, Washington, DC, 1994.

BULICHEK, G.M.; BUTCHER, H.K.; DOCHTERMAN, J.M. Classificação das intervenções de enfermagem - NIC. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2016. 640 p.

HOUNIE, A.; PETRIBÚ, K. Síndrome de Tourette - revisão bibliográfica e relato de casos 1999 - Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbp/v21n1/v21n1a10.pdf>Acesso em: 04 out 2019. Leckman JF. Tourette's Syndrome. In: Hollander E, editor. Obsessive-compulsive related disorders. Washington: Try Press; 1993.

LECKMAN, J.F.; PETERSON, B.S.; KING, R.A. et al. - Phenomenology of tics and natural history of tic disorders. Adv Neurol 85:1-14, 2001.

LOUREIRO, N. et al. Tourette: por dentro da síndrome. Rev. Psiq. Clín. 32 (4): 218-230 p. 2005

MACHADO, C.C.S. ATUALIZAÇÕES NEUROCIENTÍFICAS NA SÍNDROME DE TOURETTE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA 2014- Disponível em: < http://www.ufjf.br/facfisio/files/2015/02/TCC-CARLA-MACHADO.pdf>acesso em: 04 out 2019.

NANDA. Diagnóstico de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2015-2017. Porto Alegre: Artmed; 2015.

OLIVEIRA, A; MASSANO, J. Síndrome de Gilles de La Tourette: Clínica, diagnóstico e abordagem terapêutica 2012 –Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-34132012000500003> acesso em: 05 out 2019.

PAULS, D.L. - An update on the genetics of Gilles de la Tourette síndrome. J Psychosom Res 55(1):7-12, 2003.

PETERSON, B.S. - Neuroimaging studies of Tourette syndrome: a decade of progress. Adv Neurol 85:179-96, 2001.

ROBERTSON, M.M.; YAKELY, J. Gilles de la Tourette Syndrome and obsessive compulsive disorder. In: Fogel BS, Schiffer RB, Rao SM, editors. Neuropsychiatry. Maryland: Williams and Wilkins; 1996. p.827-70.

TAVAREZ, G; SANTOS, M; FREITAS, T; GOMES, T; PAIXÃO, R; LIMA, V; FERREIRA, V. SÍNDROME DE TOURETTE E A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM 2017. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/58817192/tourette-banner> Acesso em: 02 out. 2019.

TEIXEIRA, L.L.C; JÚNIOR, J.M.S.P; NETO, F.X.P; TARGINO, M.N; PALHETA, A.C.P; SILVA, F.A. Síndrome de La Tourette: revisão de literatura 2011- . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-48722011000400014> Acesso em: 03 out. 2019.

THE TOURETTE SYNDROME CLASSIFICATION STUDY GROUP. Definitions and classification of tic disorders. Arch Neurol. Oct;50(10):1013-6. 1993

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO ACOLHIMENTO EM UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA VINCULADAS AO SUS

Bruna Amato Turino, Gercilene Silveira,
email: brunna_amattoo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, define-se hospital como a instituição devidamente aparelhada em pessoal e material, destinada ao diagnóstico e tratamento de pessoas que necessitem de assistência médica diária e cuidados permanentes de enfermagem, em regime de internação (GUIMARÃES, 2005).

A área de urgência e emergência consiste em um importante componente da assistência à saúde, mas apesar de sua importância, tem se transformado numa das mais problemáticas do Sistema de Saúde. Isto porque, a procura por atendimento nos serviços de emergência e a consequente demanda vem aumentando cada vez mais. Assim, dentre os fatores que geram essa sobrecarga, se pode citar o crescimento desordenado da população, o aumento na incidência de crimes e violência, o aumento significativo de acidentes, doenças cardiovasculares e até a busca de atendimento para problemas simples (MADEIRA et al., 2010).

O acolhimento é um modo de operar os processos de trabalho em saúde de forma a atender a todos os que procuram pelos serviços de saúde, ouvir os pedidos dos pacientes e assumir uma postura capaz de escutar e identificar necessidades e pactuar respostas mais adequadas aos usuários. (LOPES, 2009).

Tendo em vista a complexidade envolvida nos processos de trabalho da equipe de enfermagem na realização do acolhimento nos serviços de urgência e emergência, o objetivo deste estudo é, então, compreender a relevância da atuação de enfermagem na realização do acolhimento dos usuários destes serviços.

2 METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada na pesquisa será a revisão bibliográfica da literatura cujas fontes principais serão utilizadas nas bases de dados LILACS e SciELO e BVS.

Serão consultados artigos a partir do buscador online Google, priorizando publicações como: monografias, dissertações, teses, artigos publicados em revistas especializadas, além de livros e outros materiais pertinentes ao título em estudo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Em seu trabalho dentro da Saúde Pública, o enfermeiro tem encontrado um amplo espaço de desenvolvimento para sua atuação diária, quer seja dentro da consulta de Enfermagem através do atendimento direto à clientela, com o suporte dos exames laboratoriais de rotina e da prescrição medicamentosa padronizada, ou através da educação em saúde (atenção no atendimento e na prevenção das doenças crônicas), tanto desenvolvida em nível individual, também na consulta de Enfermagem, ou em nível coletivo, na comunidade onde o profissional está inserido.

É fundamental que a organização dos serviços de saúde promova um melhor acesso àqueles que buscam o serviço e que cada profissional incorpore em sua rotina a preocupação de identificar os pacientes em situação de maior vulnerabilidade, garantindo lhes atendimento humanizado e resolutivo que são manifestos através do acolhimento. Também se faz necessário o desenvolvimento de ações na comunidade que promovam o aumento da percepção de risco para os agravos à saúde, além de estimular a adoção de práticas seguras para a saúde.

Conclui-se que o acolhimento são as ações educativas que podem ser realizadas por meio de palestras, distribuição de prospectos, além de orientação específica e individual de acordo com a necessidade de cada paciente. Isto pode ser realizado em reuniões junto a lugares comuns da comunidade ou nas dependências da Unidade de Saúde. O enfermeiro deve ter a percepção para que tais orientações sejam efetivamente compreendidas pelo paciente, a fim de minimizar os riscos de eventuais complicações do quadro, além de convencer o paciente a aderir ao tratamento de forma sistemática.

Outro aspecto de suma importância que se nota é que ainda é necessário resgatar a humanização, que é de suma importância para mudar o modelo de gestão e auxiliar o processo de reflexão sobre o comportamento dos profissionais que participam da assistência à saúde. A intenção é conduzir os profissionais a refletirem sobre o ser humano, seus valores, suas necessidades, desejos e interesses. A humanização não se traduz apenas no respeito aos direitos do usuário do serviço de saúde, mas abrange também a apresentação pessoal e a linguagem usada pelo profissional e a dinâmica de trabalho da equipe de atenção, suas interações e interlocuções.

De acordo com Lima (2011), humanizar não é tarefa para um, mas sim uma ação conjunta, porém a essência deve vir de dentro. Cada ser humano deve refletir em si mesmo, em suas atitudes, potencialidades e dificuldades, a fim de utilizá-las de forma positiva em sua prática. A humanização requer um processo reflexivo acerca dos valores e princípios que norteiam a prática profissional, através dela busca-se um tratamento e cuidado digno, além de uma nova postura ética que permeie todas as atividades profissionais e processos de trabalho institucionais.

Humanizar a atenção à saúde é valorizar a dimensão subjetiva e social, em todas as práticas de atenção e de gestão no SUS, fortalecendo o compromisso com os direitos do cidadão, destacando-se o respeito às questões de gênero, etnia, orientação sexual e às populações específicas. É também garantido o acesso dos usuários às informações sobre saúde, inclusive sobre os profissionais que cuidam de sua saúde, respeitando o direito de acompanhamento de pessoas de sua rede social. É ainda estabelecer vínculos solidários e de participação coletiva, por meio de gestão participativa, com os trabalhadores e os usuários, garantindo educação permanente aos trabalhadores do SUS de seu município.

Em relação aos serviços de urgência e emergência concluiu-se que, apesar de eles virem de data remota é necessário que os profissionais neles inseridos busquem continuamente aprimoramento teórico para que toda a assistência seja prestada de forma eficaz e contundente em prol do paciente. Essa forma eficaz diz respeito, além dos aspectos técnicos, também da receptividade aos usuários dentro das unidades de urgência e emergência, utilizando-se para isso dos valores que são preconizados pelo SUS, que são acolher e atender de forma humanizada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A enfermagem tem papel fundamental no processo de acolhimento e humanização em urgência e emergência, não porque é ela que acompanha mais aproximadamente os usuários dos serviços de saúde, mas porque é a enfermagem que tem discutido mais profundamente essa questão.

É a enfermagem que tem resgatado em sua prática profissional o acolhimento e a humanização como aspecto fundamental do seu trabalho. É ela também que tem produzido conhecimento acerca do tema, trazendo-o ao debate e, consequentemente, tem questionado e revisado suas próprias condutas, fazendo enfrentamentos importantes tendo como fundamentos a defesa da vida, principalmente quando o usuário

do SUS encontra em uma unidade de urgência e emergência sob riscos iminentes de morte.

Conclui-se através deste estudo que o atendimento humanizado, principalmente nos setores de urgência e emergência é um ato a ser seguido, mas que requer um certo tempo de adaptação. Trata-se de treinamento das equipes de atendimento da equipe de enfermagem, principalmente aqueles que possuem muitos anos de serviço e que estão acostumados com uma rotina, muitas vezes fria, centrada somente no cuidar, deixando de lado a função de assistir integralmente o doente e seus familiares.

Diante da execução deste trabalho ficou evidente que há possibilidades de implantação de um processo assistencial de acolhimento e humanização em unidades de urgência e emergência, mesmo que em longo prazo, desde que este tema seja abordado na prática e não somente na literatura.

Conclui-se, também, que desta forma, que há bases literárias já consideradas suficientes para se praticar a humanização do atendimento em urgência e emergência.

REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, A. L. F. **Gestão e racionalização na distribuição de medicamentos e materiais clínicos: um estudo de caso no hospital escola da Universidade de Taubaté.** 2005. 120f. Dissertação (Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté. Taubaté/SP, 2005. Acesso em: 21 jun. 2019.

LIMA, A. L. S. **Humanização no atendimento hospitalar: a relação paciente e técnicos de enfermagem no HUSE em 2011**. 2011. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc15-3.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

LOPES, L. **Atendimento de emergência no Brasil.** 2009. 30f. Monografia (Especialista em Conduta de Enfermagem no Paciente Crítico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC. Criciúma/SC, 2009. Acesso em: 21 jun. 2019.

MADEIRA, D. B. et al. **Classificação de risco: perfil do atendimento em um hospital municipal do leste de Minas Gerais.** Rev. Enferm. Integrada Ipatinga: Unileste/MG, v. 3, n. 2, nov./dez. 2010. Acesso em: 21 jun. 2019.

ASSISTÊNCIA DOMICILIAR DE ENFERMAGEM À PESSOA IDOSA COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

Débora Conceição da Cruz, Adriane Lopes
e-mail: debora_cruzdc@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Carmo et al. (2012), a hipertensão arterial é caracterizada pela manutenção dos níveis pressóricos acima dos valores considerados normais. Está associada a inúmeros problemas, principalmente relacionados aos cardiovasculares. É uma doença silenciosa e assintomática em sua fase inicial e seu diagnóstico ocorre em um evento cardiovascular ou crise hipertensiva.

Segundo Miranda et al. (2002), os idosos constituem importante grupo de risco para complicações vasculares relacionadas a HA, e 85% dos acidentes vasculares (AVC) cerebrais ocorrem nesta população. O AVC ainda é uma das principais causas de dependência funcional neste grupo, além de levar a complicações relevantes, como incontinência urinária, disfagia, depressão e dor crônica. A hipertensão arterial é o principal fator de risco modificável para doença vascular encefálica e seu tratamento reduz marcadamente a incidência de eventos cerebrais, como tem sido demonstrado na literatura.

O processo de envelhecimento é encarado como uma condição inevitável na existência humana. Esse processo traz consigo significativas consequências, afetando todos os organismos, resultando em alterações dos padrões fisiológicos de um indivíduo, em uma relação mútua de fatores sociais, culturais, biológicos e psicológicos. Por conta dessa realidade, o conceito de envelhecer pode ser entendido como algo essencialmente subjetivo e de transformações biopsicossociais que invariavelmente modificam aspectos comuns em indivíduos saudáveis, levando-os a novas percepções de enfrentamento da vida (CANCELA, 2017).

O objetivo do estudo é apontar como o enfermeiro deve priorizar a visita domiciliar à pessoa idosa com diagnóstico de hipertensão arterial.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no trabalho será a revisão bibliográfica da literatura, onde se buscará artigos que abordam o assunto relacionado à assistência domiciliar de enfermagem à pessoa idosa com hipertensão arterial sistêmica. Para tal, foram consultadas publicações das bases de dados Scielo, LILACS, livros específicos, artigos científicos além de artigos publicados na internet que versam sobre o assunto em estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Reconhece-se a existência de uma gama bastante ampla de critérios para a demarcação do que venha a ser um idoso. O mais comum baseia-se no limite etário, como é o caso, por exemplo, da definição da PNI (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994). O Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003) endossa essa definição [...]. Já a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera como idosas as pessoas com 60 anos ou mais, se elas residem em países em desenvolvimento, e com 65 anos e mais se residem em países desenvolvidos (CARVALHO, 2009).

Trapp et al. (2016) afirma em suas considerações que o conceito de idoso é diferenciado para países em desenvolvimento e para países desenvolvidos. Nos primeiros, são consideradas idosas aquelas pessoas com 60 anos e mais. Nos segundos são idosas as pessoas com 65 anos e mais.

Segundo dados da OMS apresentados por Oliveira e Rozendo (2014), o número de pessoas com 60 anos ou mais em todo o mundo dobrou desde 1980 e está previsto chegar a 2 bilhões em 2050. Levantamentos estatísticos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2010, 10,8% da população brasileira possuía 60 anos ou mais – aproximadamente 20.590.599 idosos, sendo 9.156.112 (44,5%) homens e 11.434.487 (55,5%) mulheres.

De acordo com Marén (2015), atualmente as doenças cardiovasculares (DCV) são as responsáveis pela maior taxa de morbimortalidade na maioria dos países, situação que têm sido alvo de vários estudos e despertado significativo interesse especial por atingirem grandes contingentes populacionais, além de representar elevados custos sociais e econômicos.

Freitas et al. (2018) afirmam que, relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que as DCV são responsáveis por cerca de 30% de todas as mortes que ocorreram no mundo, quadro este que corresponde a quase 15 milhões de óbitos por ano, sendo que a maioria, em torno de 9 milhões, é proveniente dos países em

desenvolvimento. Esses dados reforçam a importância das DCV, exigindo a adoção de medidas preventivas primárias e secundárias efetivas. A mortalidade por doença arterial coronária (DAC) e acidente vascular encefálico (AVE), corresponde a 80% dos óbitos por doenças cardiovasculares.

Segundo Castro et al. (2015), a hipertensão arterial sistêmica (HAS) é um dos grandes problemas de saúde pública no Brasil e no mundo. É considerada uma patologia crônica, não transmissível, de natureza multifatorial que compromete fundamentalmente o equilíbrio dos mecanismos vasodilatadores e vasoconstritores, levando a elevação da PA para números acima dos valores considerados normais.

Segundo Ferreira e Bodevan (2019), na população idosa brasileira, a HAS apresenta um elevado custo socioeconômico, especialmente devido à sua importância na patogênese de doenças cerebrovasculares e doença arterial coronariana, entre outras. A HAS contribui com 60% das hospitalizações precoces no Brasil gerando custos de até R$ 475 milhões por ano. Afirma-se que a HAS é responsável por 40% dos casos de aposentadoria precoce e de absenteísmo no trabalho no país.

De acordo com Longo et al. (2011), a fisiologia da HAS é um fenômeno de origem multigênicos, que causa lesão dos órgãos alvos: coração, cérebro, rins e retina. Com o envelhecimento fisiológico ocorre o desenvolvimento de processos ateroscleróticos nos grandes vasos e arteríolas, ocasionando perda da distensibilidade e elasticidade, diminuindo sua capacidade com o aumento da velocidade da onda de pulso. A rigidez da parede dos vasos tende a elevar a pressão sistólica e o aumento da velocidade da onda de pulso mantém a pressão arterial diastólica dentro dos valores normais ou pode até diminuí-la. Com isso, a pressão sistólica e a pressão de pulso têm-se definido como adequados preditores de eventos cardiovasculares no idoso.

Para Rodrigues (2011), HAS é diagnosticada pela detecção de níveis elevados e sustentados de PA pela medida casual. A PA deve ser realizada em toda avaliação por médicos de qualquer especialidade e demais profissionais da saúde. Os procedimentos de medida da pressão são simples e de fácil realização. Contudo, nem sempre são realizados de forma adequada. Algumas condutas podem evitar erros, como, por exemplo, o preparo apropriado do paciente, o uso de técnica padronizada e de equipamento calibrado.

Gomes (2014) lembra em seu estudo que quando se leva em consideração a população idosa o comprometimento torna-se ainda maior, uma vez que a prevalência da HAS aumenta progressivamente com a idade, acometendo cerca de 50% a 70% dos

idosos. Atualmente o Brasil possui um elevado número de pessoas idosas e o envelhecimento da população é uma resposta à mudança de alguns indicadores de saúde, em especial a queda da fecundidade e aumento da esperança de vida.

Dessa forma, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado e contínuo são fundamentais para o controle da PA e a redução de complicações decorrentes da doença. A decisão terapêutica baseia-se nas informações sobre a classificação dos níveis de PA e na estratificação do risco individual, obtidos durante a avaliação clínica que engloba modificações no estilo de vida, recomendações dietéticas e o tratamento medicamentoso (GOMES, 2014).

De acordo com Rodrigues et al. (2011), a visita domiciliar é um instrumento de trabalho em enfermagem, e o enfermeiro da Estratégia Saúde da Família (ESF) assume papel importante nessa assistência domiciliar, por estar inserido no contexto familiar, em que a constante avaliação, visão crítica, planejamento e readaptação são necessários diante das diversas dinâmicas familiares existentes, para então estabelecer um cuidado compreensível e adequado ao indivíduo em comunidade.

O atendimento domiciliar, segundo Klakonski et al. (2015), é uma modalidade alternativa à hospitalização que está em franca expansão no Brasil em virtude das mudanças sociais e econômicas ocorridas, por que o país vem passando, especialmente desde 1950. Estas mudanças geraram uma série de modificações no perfil epidemiológico da sua população. Entre elas destaca-se o aumento da população idosa e, por conseguinte, o aumento do número de pacientes idosos em atenção domiciliar.

Para Carvalhais e Sousa (2013), a própria casa é o lugar preferido pelos idosos e suas famílias para viver, mesmo na presença de problemas de saúde crônicos e/ou elevada dependência. Contudo, a permanência dos mais velhos em casa, principalmente em caso de dependência, está dificultada. Isto é devido ao progressivo envelhecimento da população aliado à alteração da estrutura e dinâmica familiar, à elevada incidência de doenças crônicas e incapacidade na velhice e à insuficiência dos serviços de saúde de proximidade alternativos, o que torna ainda difícil a manutenção dos idosos no domicílio.

Santos e Cunha (2017) lembram que essa modalidade tem resultado em maior conforto e segurança ao idoso e sua família, bem como proporcionando cuidado humanizado e qualidade de vida, se comparada ao atendimento institucional. Mas a concreção dessa perspectiva requer um diagnóstico situacional favorecedor de informações quantitativas e qualitativas que contribuam efetivamente para o conhecimento da realidade de saúde da população idosa e da sua dinâmica domiciliar e

familiar. As orientações propiciadas por essas informações permitem a tomada de decisões, de forma que o planejamento do serviço de saúde esteja organizado pelo princípio da equidade, priorizando aqueles que mais necessitem de cuidado.

A visita domiciliar permite ao enfermeiro um acesso próximo às vivências da pessoa idosa e hipertensa e seus familiares, incluindo: condições ambientais e físicas (por exemplo, permite identificar barreiras arquitetônicas); fatores socioeconômicos, espirituais e culturais; recursos disponíveis, condições de higiene e segurança; dinâmica familiar (por exemplo, níveis de entreajuda). Este contexto desafia o enfermeiro a ser criativo, flexível e polivalente (CARVALHAIS, 2013).

No cotidiano do enfermeiro que está envolvido com a visita domiciliar, a consulta de enfermagem está ligada ao processo educativo e deve motivar a pessoa em relação aos cuidados necessários para a manutenção de sua saúde. Na prática, representa importante instrumento de estímulo à adesão às ações na APS e tem sido fundamental no acompanhamento de idosos com pressão arterial limítrofe e portadoras de HAS, sensibilizando-as sobre a sua condição de saúde e pactuando com elas metas e planos de como seguir o cuidado (CARVALHAIS, 2013).

Segundo Klakonski et al. (2015), o papel do enfermeiro no atendimento domiciliar abrange funções assistenciais, administrativas e educativas. Na função assistencial o enfermeiro identifica, realiza diagnóstico e prescreve a prestação do cuidado de saúde em enfermagem a ser realizado com o cliente e família, organiza planeja e coordena os serviços realizados pela equipe de enfermagem. Outra atividade é realizar o prognóstico de enfermagem conforme o nível de complexidade do cliente em seu domicílio, atendendo intercorrências clínicas. Também classifica condições que predispõem o idoso aos riscos de saúde fazendo referência ao caso clínico através de pareceres sistemáticos, realizando ações integradas de correção de risco para educação familiar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que nas últimas décadas vê-se um aumento crescente das pesquisas sobre os idosos, haja vista a abundância de estudos encontrados para a realização deste trabalho científico. Apesar desse aumento de pesquisas, vale ressaltar que essa importância está sendo dada no atual momento histórico e na sociedade ocidental, visto que em outras culturas, ou em outras épocas, a forma como os idosos são ou foram tratados é completamente diferente.

No Brasil, entre as medidas referentes à saúde, a Atenção Primária de Saúde é uma estratégia que tem por finalidade organizar os Sistemas de Saúde de maneira que se possibilite o acesso universal aos serviços e a atenção integral e integrada ao longo do tempo, onde encontram-se inseridas as pessoas idosas.

Conclui-se que a visita domiciliar é uma importante estratégia de intervenção em saúde, em especial à pessoa idosa, que requer atenção profissional qualificada da parte do enfermeiro, pois se reconhece que este tipo de cuidado exige mobilização de competências específicas, principalmente ligadas ao relacionamento interpessoal para atuar com usuários, familiares e em equipe multiprofissional. O enfermeiro em visita domiciliar deve atuar com autonomia, responsabilidade e conhecimento técnico científico próprios do campo. Dessa forma, compreende-se que o trabalho de visita domiciliar deve apresentar diversidade de ações e complexidade específicas que demandam experiência profissional e busca de qualificação para a atuação no domicílio.

O enfermeiro deve priorizar a visita domiciliar à pessoa idosa em virtude das várias limitações que muitas vezes o idoso apresenta. Logo, o envelhecer exige que as práticas de promoção à saúde do idoso sejam permeadas por situações que contribuam em prepará-lo para enfrentar as diversas realidades inerentes ao processo de envelhecimento, de maneira que tais práticas estejam sustentadas por um olhar crítico e emancipador, conduzindo-o para uma velhice bem-sucedida e sem as complicações causadas pela hipertensão.

REFERÊNCIAS

CANCELA, D. M. G. **O processo de envelhecimento**. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0097.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

CARMO, L. M. et al. **Efeito hipotensivo em idosos hipertensos submetidos a uma sessão de exercício resistido**. **Artigo apresentado no III Seminário de Pesquisas e TCC da FUG** no semestre 2012. Acesso em: 06 fev. 2019.

CASTRO, Y. P. P. et al. **Fatores de risco para hipertensão arterial em acadêmicos**. **Rev. Interd**. São Paulo, v. 8, n. 3, p. 128-134, jul./set. 2015. Acesso em: 06 fev. 2019.

CARVALHAIS, M. **Qualidade dos cuidados domiciliares em enfermagem a idosos dependentes. Rev. Saúde Soc**. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 160-172, 2013. Acesso em: 06 fev. 2019.

CARVALHO, R. M. **Ensino de ciências e saúde para idosos: uma proposta de construção de cartilha informativa em grupos de convivência. Rev. PRÁXIS**, ano I, n. 2, p. 47-54, ago. 2009. Acesso em: 06 fev. 2019

FERREIRA, P. A. A. **Características sociodemográficas associadas à prevalência de hipertensão arterial sistêmica**. **Rev. Univers**. Vale do Rio Verde, v. 17, n. 1, p. 1-11, 2019. Acesso em: 06 fev. 2019.
FREITAS, P. et al. **Doenças cardiovasculares**. 2018. Disponível em: <http://www.cesuap.edu.br/anais/congresso-multidisciplinar-2018/poster/101.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

GOMES, S. H. S. **Adesão do idoso ao tratamento da hipertensão arterial sistêmica**. 2014. 26f. Monografia (Especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem – Doenças Crônicas Não Transmissíveis) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2014. Acesso em: 06 fev. 2019.

KLAKONSKI, E. A. et al. **Atuação do enfermeiro no atendimento domiciliar ao paciente idoso: revisão integrativa da literatura**. **Saúde e Pesq.,** v. 8, Edição Especial, p. 161-171, 2015. Acesso em: 06 fev. 2019

LONGO, M. A. T. et al. **Hipertensão Arterial Sistêmica: aspectos clínicos e análise farmacológica no tratamento dos pacientes de um setor de Psicogeriatria do Instituto Bairral de Psiquiatria, no Município de Itapira, SP. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**. Rio de Janeiro, n. 14, v. 2, p. 271-284, 2011. Acesso em: 06 fev. 2019

MARÉN, N. M. **Plano de intervenção para a redução de riscos cardiovasculares na população de Nova Contagem**. 2015. 41f. Monografia (Especialização em Estratégia de Saúde de Família) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/BH, 2015. Acesso em: 06 fev. 2019.

MIRANDA, R. D. et al. Hipertensão arterial no idoso: peculiaridades na fisiopatologia, no diagnóstico e no tratamento. **Rev. Bras. Hipert**., v. 9, p. 293-300, 2002. Acesso em: 06 fev. 2019.

OLIVEIRA, J. M. Instituição de longa permanência para idosos: um lugar de cuidado para quem não tem opção? **Rev. Bras. Enferm**, v. 67, n. 5, p.773-9, set-out. 2014. Acesso em: 06 fev. 2019.

RODRIGUES et al. Visita domiciliar como objeto de reflexão. **Rev. Interd. Novafapi**. Teresina, v. 4, n. 3, p. 44-47, jul./set. 2011. Acesso em: 06 fev. 2019.

SANTOS. Visita domiciliar a idosos: características e fatores associados. **Rev. Enferm. Centro-Oeste Mineiro**, v. 7, n. 2 p. 12-71, 2017. Acesso em: 06 fev. 2019.

TRAPP, E, et al. Inclusão social do idoso: fatores relevantes e a atuação do psicólogo. **Rev. Kairós Gerontol**. São Paulo, v. 19, n. 22, p. 295-310, 2016. Acesso em: 06 fev. 2019.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Grace Cilene Torquatro Branco, Gercilene Cristiane Silveira,
e-mail: ger_silveira@hotmail .com

1 INTRODUÇÃO

Terapias Integrativas e Complementares (TIC) são métodos milenares de tratamento, prevenção e recuperação dos processos saúde/doença agem através de elementos naturais e/ou vegetais, enxergam o indivíduo de forma holística, corpo, mente e espírito e a partir dessa integração objetivam o equilíbrio e a saúde completa do ser humano. São conceitos que visualizam o paciente em sua totalidade e não apenas como um conjunto de partes isoladas, sendo assim, se sobrepõe ao modo de cuidado técnico voltado apenas ao tratamento de doenças isoladas (ALVIM et al., 2013; TROVO et al., 2003; SILVA et al., 2013: GAVIN et al., 2010; BARREIROS et al. 2019).

Somando as Teorias de Enfermagem desenvolvidas por Myra E. Levine, Marta Rogers, Wanda Aguiar Horta e Jean Watson aos conceitos da Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde pode ser definida como: a manutenção e bem estar de todos os ângulos de vivência humana, como: alimentação, sociabilidade com a família, amigos, natureza e meio ambiente onde este está inserido, concretização de projetos, bem estar físico, mental e qualidade de vida , pois o ser humano é holístico. (GNATTA, 2016; NUÑEZ, 2003; MATOS *et al*., 2018; SALLES; SILVA, 2011).

Florence Nightingale (protagonista e mãe da enfermagem moderna) indicava a utilização de óleos essenciais OE Marta Rogers que em sua teoria científica descreve que o indivíduo é o resultado de suas interações mútuas com o meio ambiente e suas variáveis (GNATTA, 2016)

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) reconhece a profissão de enfermagem em sua fundamentação holística de cuidado, por meio do Parecer Informativo 004/95, pelo qual se justifica a utilização das práticas integrativas e complementares (TROVO et al., 2003).

As práticas complementares correspondem a terapêuticas de cuidados a saúde aplicadas de forma natural e holística. Possuem reconhecimento do Ministério da Saúde

e Organização Mundial de Saúde, e podem ser aplicadas em conjunto com a medicina alopática, aumentando as respostas positivas dos tratamentos dispensados a saúde, melhorando a qualidade de vida e bem-estar dos pacientes. Possuem respaldo legal do COFEN para atuação da enfermagem (GNATTA et al., 2016 TROVO et al., 2003; PENNAFORT et al., 2012; ALVIM et al., 2013; BRASIL, 2018).

2 OBJETIVOS

O objetivo geral é definir mediante a legislação COFEN em quais práticas integrativas e complementares o enfermeiro está legalmente apto a atuar e os objetivos específicos elucidam quais práticas integrativas e complementares são competência do legal do enfermeiro, contribui para que a população obtenha conhecimento a respeito das práticas integrativas e complementares e por último contribuir com o conhecimento dos acadêmicos de enfermagem.

3 METODOLOGIA

Realizou-se um estudo de revisão bibliográfica através das bases de dados Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde, e após foram encontrados artigos, monografia e dissertação, relacionados com o tema. A pesquisa não se deu a nenhum período específico, além disso, foram utilizadas outras fontes de pesquisa como sites do COFEN, COREN e Ministério da Saúde, cadernos e revistas de Saúde Pública e livros, devido ao conteúdo atual e/ou que auxiliaram enriquecendo as informações deste trabalho. Os descritores utilizados para a realização da revisão bibliográfica foram: enfermagem, práticas integrativas e práticas complementares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As PIC prestam um trabalho acolhedor e humanizado contribuindo a saúde dos pacientes em casos como: hipertensão arterial sistêmica, redução do nível de colesterol na corrente sanguínea, cuidar de problemas cardíacos, diminuir incômodos produzidos durante a gestação, complicações no parto, redução das dores, cicatrização de feridas, redução de ansiedade, estresse, melhora da qualidade de vida de pessoas idosas, cuida de insônia, previnem e curam diversas doenças, causam menos efeitos colaterais e reações adversas e conscientizam o indivíduo sobre o auto cuidado despertando o entrosamento do paciente em relação às técnicas de saúde e fortalecendo o vínculo

terapêutico (MENDES et al., 2019; CARVALHO, 2017; ANDRADE, 2005; MELO et al., 2013; BARREIROS et al., 2019).

Para que os pacientes se beneficiem dos tratamentos e cuidados oferecidos pelas TIC elas precisam ser do conhecimento e/ou estar inseridas nos programas terapêuticos dos tratamentos convencionais oferecidos pela medicina convencional em: instituições que prestam atendimentos a saúde, sejam estas públicas ou privadas, e durante a formação acadêmica dos universitários também encontra-se a necessidade de abordagens sobre a temática. Em ambos os casos a visão da inclusão holística das práticas integrativas e complementares voltada para a saúde, individuo, sociedade e meio ambiente ao qual estão inseridos, seguindo os princípios e diretrizes SUS devem ser manifestadas (ASSIS et al., 2018).

Estudos apontam a ausência do ensino a respeito das PIC nas escolas de graduação dos profissionais de enfermagem e a insegurança dos profissionais de saúde em indicar ou aplicar as terapias devido à falta de conhecimento (PENNAFORT et al., 2012; NASCIMENTO et al., 2018; MEDEIROS et al., 2019; LOPES et al., 2018; SALLES, 2011; MELO et al., 2013).

Pesquisas também revelam que as Terapias Alternativas têm sido utilizadas cada vez mais pela população na tentativa de alcançar melhores condições de saúde, elevando sua procura em 46%, passando de 216 mil atividades desenvolvidas para 315 mil, entre os anos de 2017 e 2018. Infelizmente em decorrência as dificuldades para se encontrar clínicas e profissionais especializados nas áreas competentes, acabam se sujeitando aos tratamentos com terapeutas que nem sempre possuem formação na área da saúde (PENNAFORT et al., 2012; NUÑEZ, 2003; NASCIMENTO, 2018; LOPES et al., 2018; BRASIL, 2019).

A mais atual aprovação do COFEN, em Práticas Integrativas e Complementares, Resolução 581/218, determina que das 29 terapias existentes no atendimento SUS a enfermagem está apta a exercer legalmente sua atuação profissional em 12 delas, sendo estas as seguintes especializações que cabem ao enfermeiro: Fitoterapia, Homeopatia, Ortomolecular, Terapia Floral, Reflexoterapia Podal, Reiki, Yoga, Toque Terapêutico, Musicoterapia, Cromoterapia, Hipnose e Acupuntura (COFEN, 2018; COREN/SP, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A enfermagem está regulamentada para aplicar as técnicas/procedimentos das práticas integrativas e complementares mediante a formação preconizada pela

legislação COFEN sendo que estas consistem em métodos que enriquecem planos terapêuticos, a qualidade de vida dos pacientes e o trabalho da enfermagem.

É necessário a atuação e o heroísmo da enfermagem no preparo e convencimento dos profissionais e usuários da saúde que participam de instituições, estabelecimentos e clínicas médicas a respeito das Práticas Integrativas e Complementares. E que durante a execução qualificada das terapias não convencionais a enfermagem esteja apta para contribuir oferecendo tratamentos éticos e seguros, que as valorizem.

REFERÊNCIAS

ALVIM, N. A. T. et al. Práticas Integrativas e Complementares no Cuidado: Aplicabilidade e Implicações para a Enfermagem. 17° SENPE Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem, Natal/RN, jun. 2013. Disponível em: <http://www.abeneventos.com.br/anais_senpe/17senpe/pdf/0070pr.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2018.

ANDRADE, R. L. P. Algumas considerações sobre a utilização de modalidades terapêuticas não tradicionais pelo enfermeiro na assistência de enfermagem psiquiátrica. Rev. Latino-Am Enfermagem, v. 13, n. 5, p. 737-742, set./out 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S0104-11692005000500019>. Acesso em: 21 jun.2019.

ASSIS, W. C. et al. Novas formas de cuidado através das práticas integrativas no sistema único de saúde. Rev. Bras. Prom. Saúde, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 1-6, abr./jun., 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/7575>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BARREIROS, R. N. et al. Craniopuntura Japonesa como Instrumento para o Tratamento da Dor não Específica em Profissionais de Saúde. Rev. On Line de Pesq. Cuid. Fundam., v. 11, n. 3, p. 594-998, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6594/pdf_1>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Glossário temático: práticas integrativas e complementares em Saúde. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/12/glossariotematico.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cresce 46% procura por Práticas Integrativas Complementares no SUS. 2019. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45294-cresce-46-procura-porpraticas-integrativas-no-sus-2>. Acesso em: 05 ago. 2019.

CARVALHO, J. L. S. Práticas integrativas e complementares como recurso de saúde mental na Atenção Básica. Rev. Gaúcha Enferm. v. 38, n. 4, p. 1-9, 2017. Disponível

em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v38n4/1983-1447-rgenf-38-04-e2017-0014.pdf> Acesso em: 03 nov. 2018.

COFEN – Conselho Federal de Enfermagem. Resolução Cofen n. 581/2018. 2018. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-581-2018_64383.html>. Acesso em: 29 out. 2018.

COREN/SP – Conselho Regional de Enfermagem São Paulo. 2019. Coren-SP defende a manutenção das PICS no SUS. Disponível em: <https://portal.corensp.gov.br/noticias/coren-sp-defende-a-manutencao-das-pics-no-sus/>. Acesso em: 14 ago. 2019

GAVIN, R. O. S. et al. Terapias alternativas e complementares: uma visão do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. Ciênc. Cuidado e Saúde, v. 9, n. 4, p.760-765, out./dez 2010. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Edilaine_GherardiDonato/publication/277205873_Terapias_alternativas_complementares_uma_visao_do_conhecimento_dos_academicos_de_enfermagem/links/55a0570008aef92d04ce360d/Terapias-alternativas-complementares-uma-visao-do-conhecimento-dosacademicos-de-enfermagem.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

GNATTA, J. R. et al. Aromaterapia e enfermagem: concepção histórico-teórica. Rev. Esc. Enferm. USP, v. 50, n. 1, p. 127-133, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/112702/110628>. Acesso em: 19 jun. 2018.

LOPES, A. C. P. et al. As contribuições da disciplina “terapias complementares com ênfase em plantas medicinais” na prática profissional dos enfermeiros. Rev. On Line Pesq. Cuid. Fundam., v. 10, n. 3, p. 619-625, jul./set, 2018. Disponível em: <www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewFile/6127/pdf_1>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MATOS, P. C. et al. Práticas integrativas e complementares na atenção primaria de saúde. Cogitare Enferm, v. 23, n. 2, p. e54781, 2018. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141485362018000200321>. Acesso em: 09 jul. 2019.

MEDEIROS, S. P. et al. Percepção de Estudantes de Graduação em Enfermagem Acerca do Recebimento do Toque Terapêutico. Rev. On Line Pesq. Cuid. Fundam., v. 11, n. exp., p. 464-469, 2019. Disponível em: < www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6388/pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

MELO, S. C. C. et al. Práticas complementares de saúde e os desafios de sua aplicabilidade no hospital: visão de enfermeiros. Rev. Bras. Enferm., v. 66, n. 6, p. 840-846, nov./dez. 2013. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S00347167 2013000600005>. Acesso em: 02 jul. 2019.

MENDES, D. S. et al. Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem. Journal Health NPEPS. v. 4, n. 1, p. 302-318, Jan./Jun. 2019.

Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/06/999705/3452-128617-pb.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

NASCIMENTO, M. C. et al. Formação em práticas integrativas e complementares em saúde; desafios para universidades públicas. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 751-772, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19817746201800020075 1>. Acesso em: 10 jun. 2019.

NUÑEZ, H. M. F. Terapias alternativas/complementares: o saber e o fazer das enfermeiras do distrito administrativo 71 - Santo Amaro - São Paulo. Rev. Esc. Enferm. USP, v. 37, n. 3, p. 11-18, 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S00806234 2003000300002>. Acesso em: 07 jul. 2019.

PENNAFORT, V. P. S. P. et al. Práticas integrativas e o empoderamento da enfermagem. Rev. Min. Enferm. Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 289-295, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://reme.org.br/artigo/detalhes/531#>. Acesso em: 19 jun.2018

SALLES, L. F. Enfermagem e as Práticas Complementares em Saúde. São Caetano do Sul SP. Yendis Editora. 2011. p, 227

SILVA, N. C. M. et al. Estratégias de ensino das terapias alternativas e complementares na graduação em Enfermagem: revisão integrativa. Rev. Eletr. Enferm. Goiânia, v. 15, n. 4, p. 1061-1067, dez 2013. ISSN 1518-1944. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/20568>. Acesso em: 19 jun.2018

TROVO, M. M. et al. Terapias alternativas/complementares no ensino público e privado: análise do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. Rev. Latinoamer. Enferm., v. 11, n. 4, p.483-489, jul./ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n4/v11n4a11>. Acesso em: 13 jun.2018

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA

Bianca Antonelli Fregolente, Kathleen Fernanda de Moura, Nágila Garcia Galan, Gercilene Silveira, e-mail: ger_silveira@hotmail .com

1 INTRODUÇÃO

A Parada Cardiorrespiratória (PCR) é um motivo de alerta para os responsáveis pela saúde pública no país, sendo um mal súbito na qual acomete milhares de pessoas, independentemente da faixa etária (PEREIRA et al., 2015)

A PCR é um evento que ocorre com frequência nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), uma vez que essas unidades assistem pacientes gravemente enfermos, com instabilidade hemodinâmica acentuada, necessitando de equipes aprimoradas bem como habilidades cognitivas, motoras e atualização das manobras de reanimação. As questões que fundamentam a Reanimação Cardiorrespiratória (RCR) devem ser reconhecidas pelos enfermeiros, uma vez que têm sido motivo de controvérsias e consequentemente como objetivo de esclarecê-las e melhorar os padrões de atendimento (CRUZ et al., 1992).

Em geral, a PCR pediátrica se dá em decorrência da circulação respiratória. O profissional de enfermagem é o profissional que mais tem contato com o paciente, sendo assim é de suma importância que o profissional enfermeiro esteja apto a reconhecer os sinais de PCR, considerando que em pediatria a PCR súbita de origem cardíaca não é uma situação vivenciada continuamente como no paciente adulto (FREITAS, 2018).

Na maioria das vezes, a parada cardíaca nesses indivíduos ocorre predominantemente nos casos de afogamentos, traumas acidentais ou provocados, doenças respiratórias, obstrução das vias aéreas e doenças neurológicas, são os principais agentes desencadeadores desta complicação (SILVA et al., 2016).

Segundo Silva et al., (2016), os serviços de pronto atendimento atendem uma alta demanda de pacientes, isso exige que a equipe trabalhe com rapidez e eficácia com o intuito de minimizar as situações de risco de vida. Diante de uma criança em situação iminente de risco, acontece nesses profissionais e, em profundidade, na equipe de enfermagem, uma variedade de respostas subjetivas, em consequência da intensa experiência que estabelecem com a criança e seus familiares.

A equipe resume toda e qualquer chance que o paciente tem de sobreviver a uma parada, devendo os profissionais estar preparados e munidos de conhecimentos técnicos e científicos para que o trabalho seja realizado com o máximo de excelência (PEREIRA et al., 2015).

2 OBJETIVO

A importância da atuação do enfermeiro em PCR pediátrica.

3 METODOLOGIA

Realizou-se um estudo de revisão bibliográfica através das bases de dados Lilacs, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e após pelo buscador Google foram encontradas monografias, dissertações e teses, material este relacionado com o tema.

Os artigos selecionados e incluídos à pesquisa vão desde o ano de 1992 á 2018. As palavras chave utilizadas para a realização da revisão bibliográfica foram: parada cardiorrespiratória, pediatria e enfermagem.

Após o levantamento de todo o material acerca do assunto foi realizado a organização das informações do que realmente corresponde ao objetivo proposto do trabalho, seguido por leitura e revisão do material.

Existem trabalhos na literatura falando de modo geral da PCR, mas pouco abordado sobre a PCR pediátrica.

Diante disso, referenciou-se a importância do tratamento bibliográfico relacionada ao tema, com a intenção futura de proporcionar orientações às equipes de saúde bem como a capacitação da enfermagem perante os devidos cuidados necessários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Silva et al (2016), a maior parte dos enfermeiros não recebem treinamento ou algum tipo de capacitação para tal, mesmo sendo o profissional a iniciar tal procedimento. Detectou a falta de conhecimento e/ou treinamento adequado pela equipe de enfermagem em lidar com essa complicação.

Para Pereira et al (2015), o atendimento a uma PCR envolve toda uma equipe multiprofissional, tendo como pré-requisito rapidez, eficiência, um conhecimento técnico científico e habilidade técnica, diminuindo os riscos e iatrogenias. Sendo o enfermeiro o que tem papel fundamental na equipe de socorro. Ele que comanda as etapas de

reanimação, atua como administrador, coordenador e educador no processo de treinamento das técnicas.

Segundo Bertolo et al., (2013), há dificuldade na adesão das novas diretrizes da RCP por parte dos funcionários, sendo necessário intervenções de educação permanente na equipe de saúde da emergência pediátrica, para a eficácia do atendimento.

Para Giuriatti et al., (2014), a padronização das condutas na RCP ajuda na adoção de linguagem única dos profissionais de saúde para executar as manobras com eficácia.

Todos os estudos recomendam orientações direcionadas aos profissionais, mostrando a importância da padronização, organização, capacitação e treinamento das equipes de enfermagem, para que durante o atendimento não haja conflitos, garantindo a segurança e uma boa efetivação do procedimento no paciente.

5 CONCLUSÃO

Há uma carência de estudos da área de enfermagem, principalmente aos atendimentos de urgência e emergência pediátrica, em especial a parada cardiorrespiratória (PCR), que configura uma importante área de atuação da enfermagem. A criança em situação de risco em cenário hospitalar necessita de uma assistência de enfermagem qualificada, sujeita a mudanças contínuas com a atualização de protocolos, cabendo aos profissionais da equipe estarem sempre atualizados.

A PCR é motivo de alerta para a saúde pública do país, pois crianças e adultos vêm sendo vítimas desse mal súbito, e é sempre necessária uma intervenção rápida para evitar agravos e possíveis complicações. Porém se for prestado um atendimento rápido e eficaz a esses pacientes, a chance de sobrevida é grande, e com o aumento da tecnologia isso vem favorecendo para que esses números sejam cada vez maiores.

Podemos também apontar a dificuldade no âmbito de inexperiência dos enfermeiros que prestam cuidados a esta faixa etária, estes na maioria das vezes, não tiveram grandes vivências nos cursos de graduação e não tiveram uma formação específica na área de atuação.

REFERÊNCIAS

BERTOLO, V et al. **Conhecimento sobre ressuscitação cardiopulmonar dos profissionais da saúde da emergência pediátrica. Rev enferm**. UERJ, Rio de Janeiro, jul/ago; 22(4):546-50. Recebido em: 15/03/2013 – Aprovado em: 19/06/2014.

DALM, Souza. **Reanimação cardiorrespiratória:
conceito e condutas no atendimento do adulto. Rev Paul Enfermagem**, 1992;11: 103-110.

FREITAS, J. R. **Parada Cardiorrespiratória e atuação do profissional enfermeiro**. **Revista Saberes UNIJIPA**. Ji-Paraná, v. 8, n. 1, jan/jun 2018.

GIURIATTI, M et al. **Norma técnica para intervenção de enfermagem em parada cardiorrespiratória pediátrica**. Res. V.6,n.2,pp.11-17 Mar - Mai 2014.

PEREIRA, D et al. **Atuação do Enfermeiro Frente à Parada Cardiorrespiratória (PCR)**. REBES - ISSN 2358-2391 - (Pombal – PB, Brasil), v. 5, n. 3, p. 08-17, jul-set, 2015.

SILVA, K et al. **Conhecimento de enfermagem na parada cardiorrespiratória em crianças. Rev. Ciênc**. Saúde Nova Esperança – Abr. 2016;14(1):87-94.

SILVA, K. R. et al. **Parada Cardiorrespiratória e o Suporte Básico de Vida no Ambiente Pré-Hospitalar: Revista O Saber Acadêmico**. Santa Maria, v. 43, n.1, p. 53-59, jan./abr. 2017

AVALIAÇÃO DE HABILIDADES SOCIAIS EM CUIDADORES DE IDOSOS

Anaedi Nogueira Patriota, Gersislei Antônia Salado, Elaine Cristina Gardinal Pizato,
e-mail: anaedipatriota@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na teoria do desenvolvimento Erikson (1976), dividiu o desenvolvimento humano em oito estágios, sendo que em cada estágio o ego passa por uma crise, que irá influenciar no sucesso da próxima. O oitavo estágio, chamado de velhice, apresenta como conflito a integridade e a desesperança, quando o ser humano passa a refletir sobre sua vida. Nesse estágio, sobressai-se a sabedoria, que remete ao saber acumulado ao longo dos anos, a capacidade de julgamento maduro e justo, e a compreensão abrangente dos significados, e a forma de ver, olhar e lembrar as experiências vividas (DI GIANNI, 2001; FERNANDES, 2014).

O último estágio da vida humana nos termos de Erikson (1976), corresponde ao um estado que a pessoa atinge depois de ter cuidado de coisas e pessoas, produtos e ideias e de ter-se adaptado aos sucessos e fracassos da existência. Por meio dessas realizações, os indivíduos podem colher os benefícios dos primeiros sete estágios da vida e perceber que sua vida teve certa ordem e significado dentro de uma ordem maior, esse é chamado estado de integridade na velhice. A contraparte essencial da integridade seria o desespero, o vazio da existência diante da morte, a virtude resultante do encontro da integridade e do desespero seria a sabedoria.

De acordo com Santos (2012), vendo dessa forma, quando o envelhecimento ocorre com sentimento de satisfação e valorização do que foi vivido, quando não há arrependimentos e lamentações sobre possibilidades perdidas ou desacertos inevitáveis haverá integridade e ganhos; ao contrário, um sentimento de vazio de tempo desperdiçado e a impossibilidade de recomeçar gera tristeza e desespero.

Idosos que mantêm autonomia, independência e envolvimento ativo com a vida pessoal, com a família, com os amigos, com o lazer, com a vida social, pode-se dizer que tem uma velhice bem-sucedida. Interferindo nesse processo além da genética, há o estilo de vida, e as condições socioeconômicas e culturais que podem dificultar, ou mesmo impedir esse resultado.

No Brasil considera-se velha ou idosa a pessoa que tem 60 anos ou mais, de acordo com o Estatuto do Idoso (2003). Essa etapa da vida é um processo normal e natural, onde as pessoas já passaram por muitos ganhos e também por muitas perdas, as quais destaca-se a saúde como um dos aspectos mais afetados.

Segundo dados do IBGE (2018), a população idosa vem crescendo muito nos últimos anos. As informações da revisão 2018 da Projeção de População do IBGE, estimou demograficamente os padrões de crescimento da população do país, por sexo e idade, ano a ano, até 2060. O que se tem observado é que a população do país deverá crescer até 2047, quando chegará a 233,2 milhões de pessoas. Nos anos seguintes, ela cairá gradualmente, até os 228,3 milhões em 2060. Estimou também que em 2060, o percentual da população com 65 anos ou mais de idade chegará a 25,5% (58,2 milhões de idosos), enquanto em 2018 essa proporção era de 9,2% chegando a 19,2 milhões.

Com a população de idosos aumentando, muitos vão ao longo do tempo necessitar de cuidados, que nem sempre podem ser providos por eles mesmos, e assim sendo, necessitarão de cuidadores. É sempre preferível que a família seja a cuidadora, mas em muitos casos há sempre um membro que deverá responsabilizar-se, muitas vezes tendo que abdicar de sua vida, de seu trabalho, vida social, ficando inteiramente à disposição dessa pessoa. Não é raro se encontrar idosos em situação de risco, sofrendo maus tratos, abandonado à própria sorte, porque os familiares não querem ou não podem cuidar.

Conforme consta na Política Nacional de Saúde do Idoso (Brasil, (1999 p. 14), cuidador é: “Cuidador é a pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, cuida do idoso doente ou dependente no exercício das suas atividades diárias, tais como alimentação, higiene pessoal, medicação de rotina, acompanhamento aos serviços de saúde e demais serviços requeridos no cotidiano, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados como profissões legalmente estabelecidas, particularmente na área de enfermagem”.

Pinto (2016), afirma que pessoas que cuidam de um idoso dependente sentem-se frequentemente sobrecarregadas e relatam menor bem-estar e qualidade de vida quando comparadas a não cuidadores. Em relação a habilidades sociais, reitera que afetam a qualidade de vida, estudos indicam que pessoas socialmente competentes e com melhor repertório de habilidades sociais apresentam uma melhor qualidade de vida e uma menor probabilidade de depressão.

Para Del Prette e Del Prette (2001 p. 31), o comportamento ou sequência de comportamentos que ocorra em uma situação social é considerado como desempenho social, enquanto que o conceito de habilidades sociais envolve as classes de comportamento que existem no repertório de um indivíduo e que contribuem para um melhor desempenho social. Para os autores, o conceito de competência social envolve uma avaliação a respeito da adequação do desempenho de uma pessoa e do efeito que produz em uma determinada situação dentro de uma determinada cultura. Desta forma, dado o caráter situacional das HS, nota-se que uma pessoa socialmente competente em seu trabalho, por exemplo, pode não ser ao cuidar de um familiar idoso, (DEL PRETTE, 2013).

Portanto, investigar as habilidades sociais em cuidadores de idosos é altamente relevante, para identificar e promover alternativas socialmente adequadas e eficazes de lidar com as capacidades e limitações dos idosos, bem como dos demais familiares e profissionais envolvidos.

2 METODOLOGIA

Para fundamentação teórica foram feitos levantamentos bibliográficos nas bases de dados Lilacs, Scielo, MedLine, banco de teses da CAPES, e revistas especificas em gerontologia. utilizando-se as palavras-chave: Idoso; cuidador; habilidades sociais; desempenho social, competência social; assertividade, não se estabeleceu limitações quanto ano das publicações.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Conforme encontrado em Del Prette e Del Prette (1999; 2001; 2005; 2013), um repertório bem desenvolvido de habilidades sociais pode incluir as seguintes classes de comportamento: HS de comunicação (fazer e responder perguntas, pedir e dar feedback, agradecer, manter e encerrar conversação), HS de civilidade (dizer por favor, obrigada, se apresentar e cumprimentar), HS assertivas, de exercício de direitos e cidadania (manifestar sua opinião, concordar, discordar, terminar um relacionamento, conversar com uma autoridade, admitir erro, expressar contrariedade, solicitar mudança de comportamento e lidar com críticas), HS empáticas (se colocar no lugar do outro e oferecer suporte), HS de trabalho em equipe (coordenar grupos, falar em público, resolver problemas, tomar decisões, mediar conflitos e habilidades sociais educativas) e

HS de expressar sentimentos positivos (fazer amigos, ser solidário, cultivar relações afetivas ou de amor).

Ainda segundo esses autores, as habilidades sociais são comportamentos sociais adquiridos por meio de aprendizagem e constituem elemento básico para o desenvolvimento e a manutenção das relações interpessoais (Del Prette & Del Prette, 2008, 2013).

Pinto e Barhan (2014a), avaliaram cuidadores de idosos com dependência física e idosos com deficiência física e cognitiva, e observaram que os cuidadores de idosos com demência relataram sobrecarga, dificuldade para lidar com críticas justas, autocontrole emocional e percepção de necessidades de apoio e serviços da comunidade.

As habilidades sociais e estratégias de enfrentamento de estresse foram investigadas por Pinto e Barhan (2014b), em cuidadoras de idosos para verificar se havia correlação com medidas de percepção de bem-estar psicológico. As autoras concluíram que, as cuidadoras que relataram usar determinadas habilidades sociais e estratégias de enfrentamento de estresse com maior frequência, se percebiam como tendo menos conflitos com a idosa de quem cuidavam, e com menor nível de sobrecarga em alguns fatores.

Piovesan e Batistone (2012), avaliaram as relações entre as habilidades de resolução de problemas (RP) de cuidadores de idosos dependentes e o nível de sobrecarga/estresse experienciado no cuidado. Os autores verificaram níveis moderados de sobrecarga/estresse e tendência à orientação positiva e estilo racional de RP. Concluíram que, o gênero masculino associou-se ao estilo impulsivo de RP e maior sobrecarga/estresse com estilo evitativo. Enfatizaram que na literatura existem relatos, sobre cuidadores de indivíduos portadores de doenças crônicas diversas, a respeito da falta de habilidade e conhecimentos para prover cuidados, o que gera baixo senso de auto eficácia e sentimentos de despreparo. Reiteraram ainda, que a sociedade dispõe de recursos formais para atender às demandas do cuidador e do cuidado, que envolvem algumas iniciativas que, em geral, destinam-se a oferecer apoio informativo e emocional aos cuidadores na tentativa de melhorar a qualidade de vida destes e, portanto, também daqueles que recebem o cuidado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que população idosa vem aumentando nos últimos anos, e deverá aumentar continuamente até 2050, quando a quantidade de idosos deverá estar muito maior, verifica-se também que com o envelhecimento as doenças crônico-degenerativas, tendem a se agravar e como consequência há um aumento na demanda de cuidados prolongados aos idosos fragilizados.

Estes fatores associados levam então, ao entendimento de que é cada vez mais comum o aumento de pessoas que em algum momento da vida, precise cuidar de uma pessoa idosa. Pesquisas indicam que exercer cuidados a idosos dependentes, por um tempo prolongado, costuma gerar estresse e sentimentos de sobrecarga nos cuidadores, além de diminuir a qualidade de vida do mesmo. O processo de cuidar traz ao cuidador com muita frequência, consequências psicológicas, físicas, sociais e financeiras, como maiores taxas de depressão, maior percepção de sobrecarga, maior probabilidade de adquirir doenças coronárias, isolamento social e maiores demandas financeiras, sendo que isso pode ser agravado quando as habilidades sociais dessas pessoas, não estão bem estabelecidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL (1999). Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde do Idoso, aprovada pela Portaria n° 1.395, de 9 de dezembro de 1999. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 237-E, 20-24, 13 dez. Seção 1. Disponivel em: bvsms.saude.gov.br › bvs › saudelegis › prt2528_19_10_2006. Acesso em: 25 ago. 2019..

DEL PRETTE, Z. A. P. (1999). **Psicologia das habilidades sociais: Terapia e educação.** Petrópolis, RJ: Vozes. Acesso em: 25 ago. 2019.

DEL PRETTE, Z. A. P. (2001). **Inventário de Habilidades Sociais (IHS Del Prette): Manual de aplicação, apuração e interpretação.** São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. Acesso em: 25 ago. 2019.

DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2005. Acesso em: 25 ago. 2019.

DEL PRETTE, A. **Habilidades Sociais: Conceitos e campo teórico-prático**. Texto on line, disponibilizado em www.rihs.ufscar.br,2006. Acesso em: 25 ago. 2019.

DEL PRETTE, Z. A. P. **Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas**. Paidéia, 18(4), 517-530,2008 . Acesso em: 25 ago. 2019.

DEL PRETTE, Z. A. P. Social Skills Inventory (SSI-Del-Prette): Characteristics and studies in Brazil. In F. L. Osório (Org.), *Social anxiety disorders: From theory to practice*

(pp. 49-62). Nova Iorque, NY: Nova Science Publishers (2013). Acesso em: 25 ago. 2019.

ERIKSON, E. H. **Identidade, Juventude e Crise. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.**
IBGE. Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/. Acesso em: 25 ago. 2019.

FERNANDES, A. P. C. **Relações intergeracionais e envelhecimento ativo: narrativas de vida de missionários séniores**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. Dissertação de mestrado. Acesso em 19/08/2019. Disponível em www:http://hdl.handle.net/10071/9054.Acesso em: 25 ago. 2019.

PINTO, F. R. F. N. **Bem estar psicológico: comparação entre cuidadores de idosos com e sem demência psicologia, saúde e doenças,** 2014, *15*(3), 635-655 EISSN - 2182-8407 Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde - SPPS – Disponível em: www.sp-ps.com DOI: http://dx.doi.org/10.15309/14psd150307. Acesso em: 25 ago. 2019.

PINTO, F. N. F. R. **Habilidades sociais e estratégias de enfrentamento de estresse**: relação com indicadores de bem-estar psicológico em cuidadores de idosos de alta dependência. *Rev. bras. geriatr. gerontol.* [online]. 2014, vol.17, n.3, pp.525-539. ISSN 1809-9823. http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2014.13043. Disponível em www.scielo.br › scielo. Acesso em: 25 ago. 2019.

PINTO, F. N. F. R. **Construção e análise psicométrica de um inventário de habilidades sociais para cuidadores de idosos familiares**. São Carlos: UFSCar, 2016. 106 p. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br › handle › ufscar. Acesso em: 25 ago. 2019.

PIOVESAN, M. **Habilidades de resolução de problemas e estresse entre cuidadores de idosos dependentes**. Revista Kairós Gerontologia,15(5), 95-116. Set. 201. Disponível em: ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Acesso em: 25 ago. 2019.

SANTOS, R. C. Amigo de o idoso em uma instituição asilar. Webartigos, 2012. Disponível em: https://www.webartigos.com.Acesso em: 25 ago. 2019.

AVALIAÇÃO MEDIADORA: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO QUE SUPERA A PRÁTICA CLASSIFICATÓRIA

Adriele Fernanda Scarabello Peixoto; Larissa Bondezan; Wanderlei Sebastião Gabini,
e-mail: adrielescarabello@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A avaliação nas escolas, foi por muito tempo tratada como instrumento classificatório, instrumento de autoridade para alguns professores e de exclusão em grande período da história. Até mesmo em nossa realidade moderna, a avaliação ainda vem acompanhada de pensamentos do tipo, e seu nome tem causado grande medo e impacto na vida de professores e estudantes. Ao se pensar em avaliação, comumente associamos avaliação à prova, à medida, o que gera grande desconforto para alunos e também para alguns professores; o momento de avaliar e ser avaliado foi e é para alguns, ainda, um momento de grande pavor e agonia. Isso acontece quando a avaliação é usada de forma tradicional, de maneira excludente e que desconsidera todo o trajeto percorrido pelo aluno e é aplicada apenas para medir, o que o aluno aprendeu e o que o aluno não aprendeu.

Entretanto, como aponta Hoffman (2018), como pode o professor medir o que aluno aprendeu e não aprendeu se não é o saber algo pronto e acabado? Se a aprendizagem é um processo contínuo que não se esgota antes do final de nossas vidas? Nessa perspectiva, é que se torna necessário refletir uma nova concepção de avaliação, pois o sucesso da avaliação tradicional nem sempre significa sucesso para os alunos pois, segundo a autora, alunos com excelentes notas e com grande potencial segundo os resultados de uma avaliação tradicional nem sempre tornam-se bons profissionais com sucesso no mercado de trabalho e nem sempre um aluno classificado como “ruim”, pela mesma avaliação, torna-se um profissional ruim, ao contrário, alguns tornam-se profissionais excepcionais com grande destaque. Isto, sugere apenas que a avaliação tradicional é falha ao medir o potencial dos discentes, isto porque o aluno não pode ser medido em notas e classificado, porque ele é um ser integral que se desenvolve a partir do seu contato com o meio, cabendo à escola fazer esta mediação. Portanto, a avaliação mediadora traz ao avaliar uma nova perspectiva: a de avaliar para mediar a aprendizagem do aluno, de forma que seja possível refletir as possibilidades para se

alcançar a maior potencialidade dos seus alunos, considerando toda sua trajetória e subjetividade.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, utilizando livros e artigos que abordam a área em estudo. A pesquisa bibliográfica, para Lakatos e Marconi (2001, p. 183):

> [...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

A partir das leituras, foram identificados os pontos de convergência, o que permitiu estabelecer os aspectos fundamentais para a discussão dos aspectos ligados à avaliação mediadora.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A teoria construtivista tem como um de seus princípios a avaliação, mas é de extrema importância que os professores ajustem a aprendizagem com o contexto sociocultural do aluno, respeitando as individualidades de cada um.

Becker (1993 apud Hoffman 2018, p.57) explicita que existem diferentes maneiras de compreender professor, matéria, escola e aluno. Na educação problematizadora, o conhecimento é construído, investigando a realidade. Assim, torna-se complicado utilizar o método tradicional para avaliar.

Em avaliações, só é possível qualificar as questões como objetivas ou subjetivas no momento da correção, visto que, quando o professor corrige busca respostas certas e erradas através de um gabarito, tornando essa correção objetiva. Entretanto, quando as questões pedem opinião, consideração e dissertação, o professor necessita interpretar a resposta do aluno, subjetivamente, para considerar certa ou errada.

> O ato de avaliar, devido a estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de mais nada, implica a *disposição* de *acolher.* Isso significa a possibilidade de tomar uma situação da forma como se apresenta, seja ela satisfatória ou insatisfatória, agradável ou desagradável, bonita ou feia. Ela é assim, nada mais. Acolhê-la como está é o ponto de partida para se fazer qualquer coisa que possa ser feita com ela. Avaliar um educando implica, antes de mais nada, acolhê-lo no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí, decidir o que fazer (LUCKESI, 2000, p.1).

No entanto, essa subjetividade está no momento da formulação da questão, na qual, o professor tem uma intenção pedagógica. Portanto, muitas vezes, o professor

elabora questões que evitem diversas interpretações dos alunos, para evitar a subjetividade. Mas, na concepção mediadora de avaliação, a subjetividade é um elemento para se trabalhar positivamente. A reflexão deverá estar presente no momento da correção, analisando hipóteses construídas pelos alunos. Se o aluno não reflete sobre suas respostas, o desenvolvimento e o entendimento próprio não é representado.

As avaliações e tarefas na escola, devem ser uma troca de ideias entre aluno e professor, para um diálogo intelectual gradativo e sequencial. Hoffman (2018) aponta que se avaliações e tarefas forem levadas como elementos para processo de construção do conhecimento, é necessário reorganizá-las para se adequar na avaliação mediadora.

Hoffman (2018) estabelece 5 princípios para avaliar na concepção mediadora, os quais serão comentados abaixo. O primeiro princípio é “oportunizar aos alunos muitos momentos de expressar suas ideias” (p. 73), no qual, o professor deve estabelecer diálogo com os alunos, para que compreendam o momento de seu conhecimento, para isso, pode-se desafiá-los, apresentando-lhes diferentes tarefas e soluções.

O segundo princípio, “promover discussão entre os alunos a partir de situações desencadeadoras” (p. 74), se baseia na interação para o desenvolvimento do conhecimento lógico-matemático, os trabalhos em grupo, são ótimos para que os alunos expressem seus pontos de vista espontaneamente.

O terceiro princípio, “realizar várias tarefas individuais, menores e sucessivas, buscando entender as respostas apresentadas pelos estudantes” (p. 76), a mediadora necessita da observação individual de cada aluno, muitas vezes é um processo lento.

O quarto princípio, “em vez do certo/errado e da atribuição de pontos, fazer comentários sobre as tarefas dos alunos, auxiliando-os a localizar as dificuldades, oferecendo-lhes oportunidades de descobrirem melhores soluções” (p. 84), considera que é preciso dar mais valor às ideias e se importar mais com as dificuldades.

O quinto princípio, “transformar os registros de avaliação em anotações significativas sobre o acompanhamento dos alunos em seu processo de construção de conhecimento” (p. 85), tem como base, a responsabilidade do professor em construir práticas avaliativas que se moldam conforme a realidade em que a escola está inserida.

De acordo com os autores pesquisados, a avaliação mediadora tornou-se uma alternativa possível de superar uma visão tradicional de medir o nível de aprendizagem dos alunos. Tendo em vista que a relação entre professor e aluno precisa ser positiva, isto é, a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos é fundamental para a construção do conhecimento na avaliação mediadora, uma vez que na concepção

tradicional tais saberes são desconsiderados. No modelo tradicional, a avalição, considera o que aluno memoriza, repete, a passividade do sujeito, não valoriza as especificidades individuais, o erro é motivo para punição. Em contrapartida, a autora confirma no decorrer da obra que o avalia como mediação se dá essencialmente por meio da proximidade entre quem ensina e quem aprende.

Considerando os benefícios da avaliação e os princípios da avaliação defendida por Hoffman (1994), é necessário que haja um currículo voltado, sobretudo, para o desenvolvimento do aluno, que valorize as experiências do contexto social do aluno, baseado na igualdade e ainda na construção da democracia. Desse modo, pode-se afirmar que o modo de avaliar é uma forma de alcançar resultados que sejam significativos para a transformação do processo de aprendizagem.

Portanto, o professor precisa compreender o significado dessa avaliação e saber colocar em prática no cotidiano da instituição de ensino. O vínculo entre professor e aluno deverá ser estabelecido de maneira que a construção do conhecimento seja contínua. É importante ressaltar o quão é necessário mudanças nos métodos de ensino, os educadores como profissionais capazes de mudar a realidade do aluno tem a possibilidade de estimular o sujeito a fazer questionamentos, a olhar para os erros como uma oportunidade de aprender e criar hipóteses para a resolução de problemas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação mediadora vem para romper a concepção de avaliação como medida classificatória, punitiva e excludente. Trabalha justamente o contrário, como mediadora entre o conhecimento e o aluno. Para se mediar é necessário conhecer, o que implica subjetividade, avaliação contínua, especulações pedagógicas e saída do espaço de conforto para o de confronto com suas práticas e intenções a todo momento em sala de aula. A avaliação mediadora exige do professor uma reflexão crítica sobre a heterogeneidade de sua sala e consequentemente repensar métodos unificados de ensinar e avaliar.

Inovações e mudanças sempre trazem desconfortos por serem grandes desafios no início, entretanto a mudança da concepção tradicional para a concepção mediadora gera grande alívio aos alunos e professores, pois ambos são constantemente avaliados, (o professor em autoavaliação quanto a seus métodos e o aluno quanto a seus avanços e potenciais), mas não como números e notas que se aprovam ou reprovam. Nesta concepção mais humana e por tanto subjetiva, a avaliação é dada como importante aliada do desenvolvimento e potencial de seus discentes e consequentemente dos

docentes, que terão mais alívio ao avaliar seu aluno pensando em suas hipóteses e conhecimento, utilizando-se disso para dar-lhe condições para alcançar o conhecimento e reflexão crítica.

REFERÊNCIAS

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. 34 ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma relação dialógica na construção do conhecimento. **Série Ideias**. São Paulo: FDE, 1994, p.51-59.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Revista Pátio**, ano 3, nº 12, p.1-7, fev./abr. 2000. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BADMINTON: UMA FERRAMENTA DE PROMOÇÃO A SAÚDE

Andreson Ferreira Moreira, Guilherme Augusto Martines,
e-mail: gmartines2000@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O badminton é um dos esportes mais praticado no mundo e possui características similares ao vôlei e ao tênis de campo. É um esporte praticado com raquetes e seu campo de jogo é dividido ao meio por uma rede, o qual evita o contato físico entre os praticantes (LORENZI, 2011).

A prática do badminton no Brasil é de pouca popularidade, ou seja, ainda é limitada, e isso se deve a alguns entraves básicos, entre os quais figuram a falta de estrutura física, falta de profissionais capacitados, pouca disponibilidade de materiais para a prática e a grande carência de material didático em português, condição essa que dificulta o acesso à informação (VARGAS; FERNANDES, 2014).

Atletas praticantes da modalidade possuem como característica apresentar uma baixa porcentagem de gordura corporal, graças à dinamicidade da prática (DURIGAN; DOURADO; STANGANELLI, 2013). Neste sentido, o indivíduo que realizar tal atividade, aumentará seu gasto calórico e assim, facilitará a redução de peso corporal e consequentemente de gordura, melhorando sua saúde e qualidade de vida através da redução dos fatores de risco para o surgimento de doenças hipocinéticas.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo conhecer as peculiaridades da modalidade esportiva, identificando os benefícios à saúde através da prática do badminton.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica, de caráter qualitativo e indutivo. O estudo de revisão bibliográfica ou indireto visa consultar determinadas fontes de informações já analisadas por outras pessoas e publicadas através de meios de documentos, como: livros, artigos, teses, dentre outros (MATTOS; ROSSETO; BLECHER, 2004).

Os autores acima afirmam ainda que se configura como qualitativo, pois não requer o uso de técnicas ou métodos estatísticos e é indutivo, pois parte-se de objetivos específicos para uma conclusão geral.

Para obtenção dos dados da pesquisa, foram utilizados artigos encontrados nas bases de dados da *Scielo* e *Google Acadêmico*, utilizando os
seguintes descritores: Badminton, Esporte e Saúde. Livros e outras fontes de informações também foram utilizados.

3 RESULTADOS

3.1 Aspectos históricos do Badminton

O badminton é um esporte muito antigo e, portanto, sua origem é difícil de ser totalmente esclarecida. Porém, acredita-se que surgiu nas civilizações antigas da Ásia e Europa há mais de dois mil anos (STRAPASSON, 2016).

Segundo Maia (2010), o esporte teve origem na Índia por volta de 1870, onde inicialmente era chamado de Poona, o qual era praticando individualmente ou em duplas. Jogar Poona consistia em manter no ar uma espécie de peteca (chamada também de volante ou birdie), atirada de um lado a outro pelos garotos que portavam um tipo de tamborete, semelhante a um pequeno remo (KATH, 2014).

Acredita-se que o esporte foi levado para a Inglaterra por oficiais do exército britânico passando a ser praticado pela alta sociedade da Europa (MAIA, 2010).

De acordo com a Confederação Brasileira de Badminton, a primeira exibição do esporte foi realizada em São Paulo, no dia 25 de fevereiro de 1984, no SESC (Serviço Social do Comércio) de Pinheiros. Naquela época, o Jornal Gazeta de Pinheiros realizou a cobertura do evento, fato este que entrou definitivamente para a história e foi a "petecada" inicial para o sucesso que o esporte é hoje no país (STRAPASSON, 2016).

3.2 Características do Badminton

Para começar o jogo, o árbitro, com uma moeda ou com a própria peteca, faz um sorteio e o vencedor tem a opção de servir (sacar) ou receber primeiro. Os saques são realizados na diagonal, como no tênis. O serviço, tanto no jogo de simples quanto duplas, inicia-se pelo lado direito da quadra de quem serve, que deve bater na peteca, na altura da cintura, obliquamente sobre a rede, para o seu lado esquerdo da quadra adversária (ARAÚJO, 2012).

Quando o jogador chegar aos 21 pontos, ele terá vencido o set, contudo, se o set estiver empate em 20 pontos, o jogo deverá continuar até que um dos jogadores alcance dois pontos de diferença ou atinja primeiro os 30 pontos, mesmo sem essa diferença (ZANI, 2001).

As partidas são compostas por no máximo três sets, sendo que será sagrado vencedor aquele que vencer primeiro dois sets. As formas de disputa são em simples (masculina e feminina) ou em dupla (masculina, feminina e mista) (ZANI, 2011).

O badminton é considerado o esporte de raquete mais rápido do mundo e, desse modo, exige dos jogadores rapidez no planejamento, execução dos movimentos e acurácia temporal e espacial no posicionamento da raquete para interceptar a peteca. Oferece a oportunidade de desenvolver decisões e respostas rápidas, empreendendo um estímulo potencial para a inteligência sócio cognitiva (ARRUDA et al., 2013).

Figura 1: Quadra de badminton para duplas

Fonte: Campos (2015)

3.3 Parabadminton

O parabadminton (badminton adaptado) foi desenvolvido com o intuito de oportunizar as pessoas com deficiência.

- Nas categorias, nivelando os atletas de acordo com sua deficiência;

- A quadra (diminuição da área de jogo quando necessário, ou seja, no caso dos atletas que utilizam cadeira de rodas e dos atletas com comprometimento dos membros inferiores);
- Equipamentos adicionais (cadeira de rodas específica para a modalidade, muletas e próteses) (STRAPASSON, 2013).

O parabadminton possui seis categorias, dentre elas, duas para pessoas que utilizam cadeiras de rodas, decorrentes de: lesão medular, poliomielite, mielomeningocele, paralisia cerebral, distrofia muscular, acidente vascular encefálico, entre outras; e quatro classes para pessoas que não necessitam do uso de cadeira de rodas, decorrentes de: amputações, paralisia cerebral,malformações, nanismo, entre outras.

3.4 Benefícios à saúde advindos da prática do Badminton

Esta modalidade esportiva é muito acessível para iniciantes, pois é de baixo custo, altamente atrativa e proporciona uma melhora no condicionamento físico de quem o pratica, haja visto que contribui para o desenvolvimento das habilidades motoras básicas (SOUZA et al., 2017).

Além dessas, desenvolve a organização espacial, a coordenação óculo-manual, a coordenação viso-motora, a lateralidade, o equilíbrio, a coordenação motora fina e grossa e o ritmo, além de reforçar o desenvolvimento de capacidades motoras como força, resistência aeróbica, velocidade, flexibilidade e coordenação (SOUZA et al., 2017).

Este esporte possibilita a liberação de uma série de hormônios que ocasionam sensação de bem-estar, redução de sintomas como estresse, ansiedade e depressão, além de melhoras fisiológicas como no sistema músculo esquelético como força e flexibilidade, e no sistema respiratório, ou seja, na capacidade de transportar oxigênio (OLIVEIRA; SEABRA JÚNIOR, 2014).

O esporte é democrático, já que pode ser praticado por todos, inclusive àqueles com deficiências físicas, onde proporciona a reabilitação física, psicológica e social, propicia uma melhora geral da aptidão física, proporciona grandes ganhos de independência e autoconfiança para a realização de atividades da vida diária, além de uma melhora do autoconceito e da autoestima dos praticantes (OLIVEIRA et al., 2017).

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que o badminton é um esporte muito antigo, altamente democrático e o mais rápido que se tem conhecimento. Pode ser praticado por todos de forma amadora nos

momentos de lazer, independentemente de idade, sexo, assim como por indivíduos portadores de deficiência.

Adicionalmente, é uma modalidade muito acessível para iniciantes, pois é altamente atrativa e de baixo custo.

Por sua característica, o esporte propicia ao praticante inúmeros benefícios físicos como o desenvolvimento das habilidades motoras e melhora da composição corporal, haja visto propiciar um grande gasto calórico. Observa-se também benefícios psicológicos e sociais por meio de sua prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURIGAN, J. Z.; DOURADO, A. C.; STANGANELLI, L. C. R. Características antropométricas e de desempenho motor de atletas da seleção brasileira de badminton. **Rev. Bras. Presc. Fisiol. Exérc.** São Paulo, v. 7, n. 38, p. 161-166, mar/abr. 2013.

KATH, I. **O badminton no ensino fundamental**: uma possibilidade pedagógica. 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_edfis_pdp_ismar_kath.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

LORENZI, V. F. **O badminton nas aulas de educação física na proposta crítico-superadora**. 2011. 41f. monografia no curso de pós graduação em educação física escolar, da Universidade do extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2011.

MAIA, D. **Badminton**. 2010. Disponível em: <http://topdiamante.com.br/farois_ver.php?cod=257&cid=32&codfarol=129&codsub=>. Acesso em: 03 jul. 2019.

MATTOS, M. G., ROSSETO, J, A. J. BLECHER, S. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física**: construindo sua monografia, artigo científico e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004.

STRAPASSON, A. M. **Iniciação ao parabadminton**: proposta de atividades baseada no programa de ensino Shuttle Time. 2016. 138f. Tese (Doutora em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2016.

VARGAS, M. T.; FERNANDES, F. M. **A prática do badminton de duplas na educação física**. 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3113/1/Marcelo%20Teixeira%20de%20Vargas.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.STRAPASSON, A. M. **Considerações gerais sobre o parabadminton**. 2013. Disponível em: <http://www.badminton.org.br/admin/upload/documentos/4f20e24812.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.

BANCOS DE DADOS DE PERFIS GENÉTICOS PARA FINS CRIMINAIS: UM PANORÂMA NACIONAL

Vanessa Alves dos S. Silva, Sandra Santos Silva de Souza, Thiago de Souza Candido
e-mail: mvpnessa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A identificação humana é um processo que se baseia no uso de várias técnicas de diferentes áreas do conhecimento, com a finalidade de determinar a identificação de um indivíduo, o que o torna imprescindível para a ciência forense (CARNEIRO, et al. 2017).

Os métodos de identificação humana são classificados em primários e secundários. Os métodos primários são comparações de dados odontológicos, impressões digitais e os perfis de ácido desoxirribonucléicos (DNA) e os secundários são os meios circunstanciais e geralmente, por si só, não são suficientes para certificar a identificação segundo protocolo internacional da Interpol (The International Criminal Police Organization) (BIANCALANA et al., 2015).

O primeiro entre os três é a Papiloscopia, neste método é possível identificar um indivíduo através das papilas dérmicas presentes na palma das mãos e na sola dos pés (impressão digital). Além de identificar indivíduos vivos através da comparação com bancos de dados de impressões digitais, este método pode ser utilizado para identificar cadáveres em diferentes fases do processo de transformação destrutiva, tais como: autólise, putrefação (em estágios iniciais), maceração, saponificação e mumificação. Após a tomada da impressão digital, os resultados digitalizados são enviados para um banco de dados, que retorna com o resultado da identificação, sendo assim este método apresenta-se eficiente por trazer resultados positivos e conclusivos de forma célere (CARNEIRO, et al. 2017).

O método de identificação que utiliza como ferramenta a odontologia forense (arcada dentária) faz-se necessário quando todos os outros métodos de identificação não foram suficientes, muitas vezes os dentes são os únicos resquícios humanos preservados frente à um evento violento, sendo este vestígio utilizado para realizar a identificação de vítimas. Através da comparação da arcada dentária com um exame de

raios X pré-concebido, de mesma localidade anatômica, é possível realizar a identificação (CARNEIRO, et al. 2017).

O último método primário é identificação de indivíduos através da comparação de sequências únicas de moléculas de DNA, esta técnica fornece informações a partir de qualquer tipo de tecido humano, como por exemplo, tecido ósseo, bulbo capilar, saliva, resquícios de epiderme, que serão coletados da própria vítima ou de seus objetos de uso pessoal, podendo ser comparado com perfil genético de familiares ou perfis genéticos de suspeitos, com a sua coleta a partir de uma ordem judicial ou, ainda, sequências gênicas presentes em bancos de dados públicos. Atualmente as técnicas genéticas são consideradas as mais precisas e sofisticadas quando se trata de identificação de seres humanos no âmbito social e criminal (CARNEIRO, et al. 2017).

Os métodos secundários apresentam menor precisão quando comparados aos primários, porém podem ser usados em combinação com técnicas primárias de identificação, sendo esta uma associação crucial para ser incorporados em provas de inquérito criminal ou identificação post-mortem. Dentre os métodos secundários mais comuns, temos: descrição pessoal, presença de tatuagens, dados médicos, evidências encontradas e roupas (CARNEIRO et al. 2017).

Dentre os métodos primários podemos dizer que a técnica genética é a mais confiável e precisa, estas técnicas vêm sendo amplamente utilizadas pelo sistema de justiça de vários países, no meio civil e criminal garantindo a celeridade processual e respostas assertivas no que se diz respeito à culpabilidade de criminosos, identificação de corpos e restos humanos em desastres, exoneração de inocentes, determinação da paternidade e elucidação ou trocas de recém-nascidos (GARRIDO & RODRIGUES 2015).

Com a publicação da Lei 12.654 em 28 de maio de 2012, o governo federal se responsabilizou pelo controle da criminalidade seguindo o modelo internacional (LEMOS, 2014). Por outro lado, apesar da coleta de material genético (DNA) ser um forte recurso na investigação e ser resistente ao tempo e as agressões ambientais, é uma técnica socialmente estigmatizada por alguns, devido a coleta ser compulsória, onde o acusado é obrigado a ceder seu material genético para fins de investigação criminal. Diante deste contexto, apesar da garantia constitucional da não autoincriminação, a legislação brasileira utiliza-se do banco de perfil genético de forma inquisitória, sem expor informações do investigado, que não seja apenas para esse fim (LEMOS, 2014).

Não sendo suficientes as provas obtidas para identificação de um suspeito, faz-se necessário recorrer ao uso desse banco de dados para identificação. Dentre esses métodos citados acima, a genética forense vem sendo utilizada para fins de formação de banco de dados de perfil genéticos. No Brasil a implementação destes bancos de dados de seres humanos teve início no ano de 2010, formado com o auxílio de laboratórios particulares e de universidades. Em maio de 2012, através da Lei 12.654/2012, passou a ser obrigatória a coleta e extração de DNA de acusados por executar crimes violentos de natureza grave contra pessoas, dando origem ao AFIS (Automated Fingerprint Identification System), que se trata de um sistema de base de dados genéticos para fins de uso civil e criminal, utilizado para armazenamento dessas informações para consultas futuras, com o objetivo de identificar de suspeitos em casos de crimes graves (LEMOS, 2014).

Este trabalho tem como finalidade demonstrar as bases da identificação humana a partir de perfis genéticos aplicado à área das ciências forenses, bem como, demonstrar o panorama atual sobre a implementação nacional de bancos de dados de perfis genéticos para fins criminais.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido através da realização de uma revisão bibliográfica, por meio de pesquisa de artigos científicos e outras fontes de informações científicas recentes, contidos nos bancos de dados Scielo, Google Acadêmico, Pubmed e sites governamentais, utilizando os descritores: ciência forense; banco de perfil genético; identificação genética; lei de identificação genética; banco de dados para uso da perícia criminal nos idiomas português e inglês. Treze trabalhos acadêmicos somados a outras informações de fontes governamentais confiáveis foram selecionados no período de 1985 a 2019, segundo a especificidade e relevância relacionados ao tema proposto. Estes trabalhos tratam de assuntos referentes a técnicas relacionadas com a identificação de perfis genéticos humanos para fins criminais e inserção ao banco de perfil genético em âmbito nacional para uso da perícia criminal.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A identificação humana utilizando moléculas de DNA se apresenta como a técnica mais eficaz e sofisticada para este fim atualmente. O DNA pode ser encontrado em diferentes concentrações em todos os fluídos, tecidos e órgãos do corpo humano, e

através de estudos de polimorfismo molecular é possível, utilizando o DNA, criar bancos de perfis genéticos indivíduos-específicos. Esta molécula foi elencada para este fim, pois, além de apresentar variabilidade indivíduo-específica, ela também apresenta baixa reatividade química e grande resistência à degradação, podendo ser encontrada em ambientes com variáveis agressivas à preservação molecular, tais como, as cenas de crime e ser armazenado por longos períodos em condições adequadas para análises futuras (PENA, 2005).

As regiões do DNA que são utilizadas para fim de sequenciamento e identificação humana são denominadas minissatélites, este locus possuí variabilidade genética indivíduo-específica, sendo assim, cada indivíduo possui uma sequência única de pares de bases nestas regiões somadas (JEFFREYS, 1985). No Brasil, a metodologia da "Impressão digital de DNA" foi introduzida em 1988 na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com testes iniciais com sondas de DNA específicas para a identificação de minissatélites (MEDEIROS, et al. 1988).

Para distinguir as características genéticas de um indivíduo do restante da população mundial, é necessário lançar mão do parâmetro matemático denominado probabilidade média de identidade genética (do inglês average match probability), que apresenta a probabilidade de dois indivíduos, ao acaso, apresentarem o mesmo perfil genético para uma sonda utilizada. Pena e colaboradores desenvolveram no Brasil a sonda F10, que sozinha apresenta uma probabilidade média de identidade genética de $4{,}4 \times 10^{-10}$ ou seja, 0,00000000044. Como existem aproximadamente 5×10^{9} seres humanos, esta sonda distingue todas as pessoas da terra, com exceção de gêmeos que apresentam homozigose, apresentando grande sofisticação e assertividade na identificação humana utilizando moléculas de DNA (PENA, 2005).

A partir da década de 90 a técnica de Reação de Polimerase em Cadeia foi introduzida para a utilização na identificação genética. Esta técnica é consistente e poderosa, pois permiti à amplificação de uma pequena região de interesse, denominada microssatélite, em um curto espaço de tempo e em milhões de cópias idênticas, tornando os resultados mais ágeis e precisos. Porém há maior risco de contaminação, por este motivo a execução da técnica necessita de cuidados laboratoriais especiais (PENA, 1993).

Após a implantação dos microssatélites como alvo identificaador, novos marcadores genéticos de identificação foram desenvolvidos. Atualmente os marcadores mais utilizados são os STRs (Short Tandem Repeats), que consistem em regiões

menores que 350 pares de bases indivíduo-específico. Em 2002, Weber e colaboradores conseguiram identificar 2000 polimorfismos no genoma humano, a partir destes dados Pena e colaboradores identificaram 40 pontos possíveis para compor um kit de identificação humana multiplex, sendo assim, foi possível executar 40 reações de PCR de diferentes pontos genômicos concomitantemente em uma única amostra. A probabilidade média de identidade genética desses sítios polimórficos combinados resultou em 5,07 x 10^{-17}, um índice muito abaixo da população mundial, agregando extrema confiabilidade ao método (PENA, 2005).

A medida que houve uma grande expansão mundial da tecnologia da informação, ocorreu o aumento do conjunto de ferramentas com recursos para testes rápidos de DNA e sequenciamento nos laboratórios, maior profundidade de informações do sequenciamento de alelos, metodologias mais sensíveis aplicadas ao trabalho de caso e abordagens probabilísticas de software para evidências complexas, contribuindo para a expansão e modernização da área de investigação criminal a partir de análises genéticas e formação dos bancos de dados de perfil genético (BUTLER, 2015).

O primeiro banco de dados de perfis genéticos forenses foi implementado no Reino Unido e nos Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos, agências governamentais autorizaram a Agência Federal de Investigação (FBI) a estabelecer o National DNA Index System (NDIS). O programa CODIS (Combined DNA Index System) foi lançado em 1998 e permitiu proceder com a comparação dos perfis genéticos de amostras questionadas com outros perfis genéticos pré-existentes no NDIS. As comparações alcançaram os cinquenta estados dos Estados Unidos, permitindo identificar de maneira célere, principalmente, criminosos reincidentes (BUTLER, 2005).

Assim como a maioria dos países, o Brasil iniciou o uso da identificação genética para fins criminais precedente à criação de bancos de dados de perfis genéticos forenses. Na medida em que os laboratórios de genética forense das corporações policiais foram se desenvolvendo no final da década de 1990 e início dos anos 2000, o uso do DNA foi expandido. No início, a genética forense no Brasil era acionada a contribuir nos chamados “casos fechados”. “Este tipo de caso caracteriza-se pela comparação entre perfis genéticos produzidos a partir de amostras biológicas encontradas nos locais de crime ou corpos de vítimas e aqueles perfis produzidos a partir de amostras de suspeitos já conhecidos” (revisado em: DIAS, 2019). Em meados de 2009, houve a implantação do CODIS na política de identificação genética forense, pois foi utilizado pela primeira vez no caso da agência de aviação Air France para a

identificação dos 50 passageiros mortos no voo 447, comparando com materiais genéticos de familiares (GARRIDO, 2015). Em 2012 foi implementado um projeto de banco de perfis genético de DNA no Brasil à nível nacional, a partir da Lei federal 12.654 de maio de 2012, que desenvolveu os primeiros critérios legais acerca do tema, este fato, somado aos avanços da biotecnologia, levou à uma verdadeira revolução na área de identificação criminal no Brasil (DIAS, 2019).

Atualmente, o banco de dados de perfil genético para uso da perícia criminal, apresentou uma grande evolução no Brasil, mais especificamente no estado de São Paulo, tendo o seu foco em coletar amostras genéticas de criminosos envolvidos em casos violentos e de abuso sexual precedente, assim, podendo relacionar os crimes de reincidência não esclarecidos aos respectivos autores com provas irrefutáveis (Portal do Governo do Estado de São Paulo, 2019). De acordo com o site oficial do governo do Estado de São Paulo (2019), foi estabelecido uma meta para realizar a coleta de material genético em indivíduos condenados por crimes hediondos, para posterior depósito no banco de dados de perfis genéticos. Essa meta imposta foi estabelecida pela Secretaria Nacional da Segurança Pública (SENASP), o número a ser atingido seria de duas mil coletas e mil inserções de DNAs para o ano de 2018. A meta foi atingida pelas polícias do estado de São Paulo e foram possíveis a identificação de quinze coincidências genéticas, em oito casos, os materiais permitiram reafirmar a condenação de presos, e em outros sete casos de pessoas já condenada, foi possível liga-las a outros crimes. Além do estado de São Paulo, há outros estados que iniciaram a adesão ao programa, com o objetivo de compor um banco de dados de perfis genéticos de praticantes de crimes hediondos à nível nacional.

4 CONCLUSÃO

A partir dos estudos desenvolvidos concluímos que este trabalho possibilitou entender a importância da utilização de ferramentas genética, para a identificação de indivíduos suspeitos de praticar ou reincidir na prática de crimes hediondos e observar o panorama atual nacional e do estado de São Paulo na implantação do banco de dados de perfis genéticos à nível nacional. Houve um grande avanço em âmbito nacional onde pesquisas e reportagens recentes anunciam com grande frequência os casos que veem sendo solucionados com maior assertividade. Porém há muito no que se evoluir, portanto é uma área em constante crescimento na qual busca desenvolver e agregar novas

técnicas e ferramentas que trarão resultados cada vez mais resolução de crimes graves com maior agilidade e precisão.

REFERÊNCIAS

BIANCALANA, R. C. **Desastres em massa: a utilização do protocolo de dvi da interpol pela odontologia legal**. Revista Brasileira de Odontologia Legal. n. 2, 2015. Acesso em: 04 out. 2019.

BRASIL. Projeto de Lei N. 12.654, de 2012. Dispõe sobre coleta de amostras para fins de análise genética forense e criação do banco de dados nacional de perfis genéticos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 mai. 2012. Acesso em: 04 out. 2019.

BUTLER, J. M. **The future of forensic DNA analysis.** Philosophical Transactions B. n. 370, 2015. Acesso em: 04 out. 2019.

BUTLER, J. M. **Technology and Genetics of STRs Markers.** Elsevier Academic Press, ed. 2, 2005. Acesso em: 04 out. 2019.

CARNEIRO, A. P. **Identificação humana post mortem.** Revista Eletrônica Multidiciplinar, n. 18, ano 2018. Acesso em: 04 out. 2019.

DIAS, T. **Banco de dados de DNA no Brasil**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pós-Graduação em Ciências Forenses) – Centro Universitário de Lavras, Lavras, 2019. Acesso em: 04 out. 2019.

GARRIDO, R. G. **Banco de Perfis Genéticos Brasileiro Três Anos após a Lei no 12.654**. Revista de Bioética y Derecho. n. 35, 2015. Acesso em: 04 out. 2019.

JEFFREYS, A. J. **Breve introdução às impressões digitais de DNA. Revista Brasileira de Genética.** n. 16, 1993. Acesso em: 04 out. 2019.

JEFFREYS, A. J. **Hypervariable 'minisatellite' reagions in human DNA**, Nature. n. 314, 1985. Acesso em: 04 out. 2019.

LEMOS, C. C. **A coleta de perfil genético como forma de identificação criminal- entre a lógica do controle e a fragilidade processual penal.** [2014?]**.** Disponível em: <http://www.pucrs.br//wp-content/uploads/sites/11/2017/03/cristiane_lemos_2014_2.pdf >. Acesso em: 04 out. 2019..

MEDEIROS, A. C. **A simple non-isotopic method for DNA fingerprinting with M13 phage.** Nucleic Acid Resarch. n. 16. 1988. Acesso em: 04 out. 2019.

PENA, S. D. J. **Segurança pública: determinação de identificação genética pelo DNA.** 2005. Disponível em: < http://laboratoriogene.info/Cientificos/Seguranca_Publica.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

SP ULTRAPASSA META DO FEDERAL DE INSERÇÃO DE DNA EM BANCO NACIONAL. **Portal do Governo Do Estado de São Paulo**, 2019. Disponível em: < http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/sp-ultrapassa-meta-do-federal-para-insercao-de-dnas-em-banco-nacional/>. Acesso em: 04 out. 2019.

WEBER, J. L. **Human dialetic insertion/deletion polymorphism.** Am. J. Hum. Genet. N. 71, 2002. Acesso em: 04 out. 2019.

BARREIRAS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ana Carolina Rosalim de Oliveira, Ademir Testa Junior,
e-mail: anac9510@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O estudo do sedentarismo em jovens tem sido muito discutido atualmente, principalmente devido ao grande avanço na tecnologia nessa faixa etária de crianças e adolescentes. Brinquedos, aparelhos eletrônicos e tudo mais que pode conter uma bateria, uma pilha e algumas luzes acesas tira totalmente o foco dos mesmos para a prática de atividade física.

Um dos motivos da busca de respostas para esse problema é que o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis na fase adulta terem o seu início no período da infância e adolescência (SANTOS, 2010).

Antes de tudo, para entender o sedentarismo, precisamos saber a diferença entre atividade física e exercício físico. Segundo Barbanti, qualquer movimento que gere um gasto calórico maior que o de repouso é considerado uma atividade física. Diferente disso, o exercício físico são atividades programadas, com intensidade, duração de treino, carga.

Utilizamos neste trabalho o termo atividade físico pois não trabalhamos com exercícios programados, apenas com as atividades que possam tirar os indivíduos da zona de repouso.

O sedentarismo pode ser entendido como aquele indivíduo que não pratica nenhuma atividade física ou quase zero, por isso, não podemos dizer que apenas porque o indivíduo não pratica exercício físico ele é considerado sedentário. As atividades diárias que exigem pouco esforço já podem eliminar a condição de um indivíduo sedentário (LUCENA, 2015).

Esse estudo teve o objetivo de identificar algumas das barreiras encontradas pelos jovens para a não prática de atividades físicas, identificando quais as causas de existir um número tão alto de jovens sedentários.

2 METODOLOGIA

O seguinte trabalho foi feito de forma qualitativa, por meio de análises bibliográficas, de artigos científicos encontrados no google acadêmico e Scielo, utilizando de palavras chaves: sedentarismo, jovens, exercício físico, sendo utilizadas separadamente ou em conjunto.

A revisão bibliográfica é parte de um projeto de pesquisa, que revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico (SANTOS, 2006, p. 43).

Esse tipo de pesquisa tem o objetivo de trazer à tona os trabalhos já realizados, para que possamos analisar com as atividades cotidianas, buscar um novo método para podermos trabalhar com os jovens com o intuito de que possamos diminuir o número de crianças e adolescentes sedentários.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades físicas estão inclusas no nosso dia a dia, seja em uma caminhada para o trabalho, para os serviços domésticos ou até mesmo executando o nosso trabalho (subir e descer escadas, caminhar durante um período). Porém, sabemos que atualmente, a tecnologia tem tomado conta de todos os setores (TESTA, 2019).

Utilizamos mais os automóveis para locomoção, os serviços braçais são trocados por máquinas, as crianças que começam a fazer uso do celular desde o primeiro ano de vida, enquanto seus pais precisam fazer os seus afazeres e coloca a música, o vídeo, o filme que a criança gosta para uma mera distração. E nesse momento entra o grande problema do século: o sedentarismo. Com o foco em crianças e adolescentes encontramos um número alarmante de jovens sedentários.

Uma fase que acontece por meio de exemplos, enquanto são crianças ainda se consegue exercer uma força maior, mostrar para eles o que é para ser feito, levar na natação, no ballet, no futebol, o que eles estão sendo influenciados a praticar. Chegando a adolescência, os jovens começam a se sentir independentes, dizendo o que querem ou não querem fazer. Um grande problema nessa idade é o meio social em que ele vive. A influência de quem está a sua volta tem um peso muito grande, saber se o amigo vai para a academia, se o amigo pratica esporte, caminha durante o dia, participa das aulas de educação física.

A não prática de atividade na infância e adolescência pode ser crucial para dar sequência na fase adulta. Adultos que não tiveram adolescência ativa, muito menor a

probabilidade da prática de exercícios e atividades na fase adulta, dessa forma precisamos buscar o real motivo da falta de interesse dos jovens com a prática de atividades físicas (SANTOS, 2010).

Alguns jovens nos contam que não praticam as atividades físicas pela falta de tempo, outros ainda reclamam do clima (cidades mais frias como no sul do país). Em alguns estudos, como o de Hino (2010), percebemos em jovens a preferência pelo uso do tempo livre para outro tipo de atividades.

No trabalho de Seabra et al. (2008), encontramos uma tabela que mostra algumas barreiras que os indivíduos dizem influenciar na prática de atividades físicas.

Quadro 1 - Fatores e determinantes dos hábitos de atividade física

Fatores	Determinantes
Demográficos e biológicos	Idade, habilitações acadêmicas, sexo, genética, estatuo socioeconômico, características físicas antropométricas/ composição corporal, etnia.
Psicológicos, emocionais e cognitivos	Gosto pelos exercícios, alcance de benefícios, desejo de exercitar-se, distúrbios do humor, percepção de saúde e aptidão, senso pessoal de competência, motivação
Comportamentais	História de atividade anterior, qualidade dos hábitos dietéticos, processos de mudança
Socioculturais	Influência do médico, apoio social dos amigos/pares, apoio social da família, apoio social dos professores
Ambientais	Acesso a equipamentos (percepção), clima, custos dos programas, interrupção da rotina.
Características da atividade física	Intensidade, sensação subjetiva do esforço.

Fonte: Adaptado de Sallis e Owen (1999)

O indivíduo, quando não tem o prazer pela atividade física, só pratica quando sente a necessidade daquilo, quando começam a surgir problemas de coluna, doenças cardiovasculares, obesidade. Enquanto o indivíduo se julga saudável, apenas por não apresentar doenças, não sente a necessidade e nem a importância da atividade para a sua vida futura.

Segundo Testa Junior et al. (2018, p. 10), a partir do momento que os estudantes entendem os conceitos de atividade física e que isso pode auxiliar na melhoria da saúde, começam a praticar de forma intencional e consciente, ou seja, os indivíduos precisam entender que prática de exercícios não deve ser feita apenas quando tiverem a necessidade, e sim, praticarem com o objetivo de melhoria de vida e saúde.

Hino (2010) ainda nos mostra que os adolescentes buscam companhia para a prática de atividades, um amigo para levar, ou um amigo que frequenta a mesma academia, mesmo clube que o jovem.

Como já citado anteriormente, o início das atividades físicas durante a infância e adolescência pode trazer grande estabilidade para a fase adulta (Souza, 2005), visto que, nessa fase cria-se uma resistência maior, os afazeres ocupam mais tempo, trabalho, cansaço, tarefas domésticas.

Outra observação que Souza e Duarte (2005) colocam em seu trabalho é que, na fase dos 15 e 16 anos os jovens estão mais preocupados com vestibulares, entrando na fase de responsabilidades, de forma que estão com o seu maior foco nos estudos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, podemos notar que o sedentarismo dos jovens está diretamente ligado à sociedade, o meio em que vive e a necessidade que sente para a prática das atividades.

O meio em que o adolescente vive nos mostra o porquê da prática ou não das atividades, como ele é muito influenciado, uma família que não tem o costume de fazer uma caminhada, fazer uma musculação ou levar o filho para o futebol ou para o ballet, muito dificilmente conseguirá fazer com que a criança se torne ativa.

Analisando as barreiras impostas pelos jovens durante esse trabalho, podemos notar que os mesmos muitas vezes acabam não praticando as atividades físicas pela falta de amigos, ou até mesmo pela vontade de ocupar o tempo com outras coisas. Outra observação encontrada é o tempo frio em algumas cidades do país, de forma de que podem ser criados lugares públicos para atender a demanda da população.

Quando analisamos os adolescentes que estão preocupados com vestibulares e trabalho, podem ser criadas campanhas de conscientização, para mostrar o quanto é importante a prática de atividades físicas, para que os jovens pratiquem de forma consciente.

Portanto, podemos ter uma base de como agir com crianças e adolescentes, trazendo influências e buscando formas de integrá-los ao meio das atividades físicas, trabalhando com atividades em grupo e atividades que atraiam essa faixa etária.

REFERÊNCIAS

BARBANTI, V. J. **Dicionário de educação física e esporte**. 2 ed. - Barueri, SP: Manole, 2003.

COPETTI, J.; NEUTZLING, M. B.; DA SILVA, M. C. Barreiras à prática de atividades físicas em adolescentes de uma cidade do sul do Brasil. **Revista brasileira de atividade fisica & saúde**, v. 15, n. 2, p. 88-94, 2010.

DE LUCENA, J. M. S. et al. Prevalência de tempo excessivo de tela e fatores associados em adolescentes. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 33, n. 4, p. 407-414, 2015.

DOS SANTOS, V. **Trabalhos Acadêmicos**. Editora AGE Ltda.
GONÇALVES, M. P.; ALCHIERI, J. C. Motivação à prática de atividades físicas: um estudo com praticantes não-atletas. **Psico-USf**, v. 15, n. 1, p. 125-134, 2010.

LIZ, C. M. et al. Aderência à prática de exercícios físicos em academias de ginástica. **Motriz. Journal of Physical Education.** UNESP, p. 181-188, 2010.

SANTOS, M. S. et al. Prevalência de barreiras para a prática de atividade física em adolescentes. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 13, p. 94-104, 2010.

SANTOS, S. C. Motivos de adesão à prática de atividade física na vida adulta intermediária. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 5, n. 1, 2009.

SEABRA, A. F. et al. Determinantes biológicos e sócio-culturais associados à prática de atividade física de adolescentes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 721-736, 2008.

SOUZA, G. de S. Estágios de mudança de comportamento relacionados à atividade física em adolescentes. **Rev. bras. med. Esporte**, v. 11, n. 2, p. 104-108, 2005.

TESTA JUNIOR, A. et al, Relações entre a prática de atividade física e os saberes sobre a aptidão física em escolares. **Revista CPAQV**, v 10, n 3, 2018

TESTA JUNIOR, A. et al. Prática de atividade física, percentual de gordura e capacidades neuromotoras em escolares. **Revista CPAQV**, v.11, n 1, 2019

BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DO JIU-JITSU EM CRIANÇAS COM AUTISMO

Fabio Bastos de Freitas, Fernando Bastos de Freitas, Paula Grippa Sant'Ana,
e-mail: vyyx@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 40, o renomado psiquiatra austríaco Leo Kanner, então radicado nos Estados Unidos encontrava-se como diretor da ala de psiquiatria infantil do Johns Hopkins Hospital, a partir das suas experiências escreve a obra intitulada "Distúrbios Austísticos do Contato Afetivo", descrevendo casos de indivíduos acometidos por um isolamento extremo, denominando-os como "autista" (CORDIOLI, 2014). Este momento foi considerado histórico e de suma importância, para embasar o tema autismo e refletindo em reconhecimento advindo da Organização Mundial da Saúde – OMS (2017), que passou a considerar o autismo como: "uma síndrome presente desde o nascimento ou que começa quase sempre durante os trinta primeiros meses". Caracterizada por respostas anormais a estímulos auditivos ou visuais, e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada. No Brasil, o Ministério da Saúde, oficializou a forma e classificação desta patologia, por meio do último Manual de Saúde Mental – DSM-V (2012-2013), um guia de classificação diagnóstica, todos os distúrbios do autismo, incluindo Síndrome de Asperger, juntaram-se em um único diagnóstico chamado Transtornos do Espectro Autista – TEA (CORDIOLI, 2014).

O indivíduo caracterizado com o TEA apresenta dificuldades significativas com a comunicação e a interação social, além de distúrbios comportamentais, sendo diagnosticado em sua grande maioria, antes mesmo da criança completar três anos de idade, diferenciado por três grupos distintos, segundo o DSM-V 2012-2013 (CORDIOLI, 2014). Sendo descritos como: "grau nível 1: necessidade de pouco apoio; grau nível 2: necessidade de apoio substancial e grau nível 3: necessidade de apoio muito substancial (CORDIOLI, 2014). Para desenvolver trabalhos com pessoas com TEA, precisa compreender que o indivíduo apresenta significativa inteligência (média ou acima da média). Neste sentindo, é de fundamental importância apurar e desenvolver as habilidades existentes (expressão/compreensão) e incentivá-los para que haja ampliação tanto do repertório social como do intelectual (AGUIAR; DUARTE, 2005). A

recomendação de tratamento previsto pelo DSM-V 2012-2013, sugere que o atendimento, deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar, incluindo médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e professores de educação física. Uma vez que não há tratamento padrão para esta patologia, exigindo de cada profissional um acompanhamento individual, conforme as necessidades pertinentes a cada caso, conforme suas necessidades (CORDIOLI, 2014).

A prática de exercícios físicos, apresenta aspectos positivos no que tange o desenvolvimento global dos praticantes com TEA, pois contribui para diversos benefícios físicos, o que auxilia para processos de adaptações sociais e não aprendizagem formal (SUMMERFIELD, 1976 apud CATELLI, 2016). É importante promover vivências para a criança com TEA para ver com qual modalidade esportiva mais se identifica e se sinta estimulada. Também é relevante que quanto mais nova o indivíduo iniciar a prática de exercícios, melhor para seu desenvolvimento global.

As lutas, em especial o Jiu-jítsu, de primeiro momento, pode implicar em um pré-conceito de impossibilidade e inviabilidade de sua prática, principalmente quando aplicados a pessoas com deficiência. Por vezes, os pais podem ser desestimulados a buscarem por outras modalidades, pois podem ser levadas a acreditar que os filhos não serão capazes de realizar a luta. Ponto fundamental, o profissional de educação física deve estar atento para corresponder e saber lidar com o tipo de deficiência.

Na realização da arte marcial Jiu-jitsu é praticado com contato físico direto, estimulando o respeito pelo adversário e pelos seus próprios limites, promove o conhecimento corporal e autocontrole, por meio de movimentos onde os oponentes iniciam a luta em pé e, consequentemente, terminam no solo (TOLEDO, 2018). Com isso, a compreensão dos benefícios da prática do Jiu-jítsu em crianças com autismo pode ser uma ferramenta no tratamento, agindo principalmente no campo sócio-afetivo, por meio do contato físico, controle sobre a agressividade, autocontrole e conhecimento dos limites do próprio corpo. Nesse sentido, a preparação do profissional é fundamental, fazendo uso de estratégias pedagógicas, fazendo uso de ilustrações, comunicação com gestos e instruções bem objetivas para o entendimento do aluno com TEA. Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar os benefícios da prática do Jiu-jítsu em crianças com autismo.

2 METODOLOGIA

Segundo Lakatos (1996), descreve que para um estudo ser justificável deve observar e atender 3 (três) critérios: importância, originalidade e viabilidade. Pois cruzando conhecimento adquirido ao longo do curso, com o tema proposto, nota-se que o tema é digno de estudo, pela originalidade e importância. Para tanto, se fez necessário a realização de um estudo bibliográfico, com início em dezembro de 2018, com a seleção de artigos nacionais, provindos de bases de dados como Google acadêmico, Scielo e Pubmed. Dando prioridade a obras publicadas nos últimos 10 anos, e utilizando os termos chaves: efeitos, Jiu-jítsu, crianças e autismo. Para a pesquisa estes termos chaves foram utilizados de forma individual e em combinações. Pois, para que haja o conhecimento científico, faz-se necessário que também haja o emprego de uma metodologia com o intuito de realizar abordagem ampla e útil ao trabalho (MARCONI, 1996).

Com isso, Marconi e Lakatos (1996) descrevem que metodologia é uma preocupação instrumental, que trata das formas de se fazer ciência por meio de ferramentas, procedimentos e caminhos, sua finalidade é o de tratar a realidade prática e teórica com o objetivo de atingir a finalidade do trabalho. Pois, para que haja o conhecimento científico, faz-se necessário que também haja o emprego de uma metodologia com o intuito de realizar abordagem ampla e útil ao trabalho (MARCONI, 1996).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prática do Jiu-jítsu é baseada nas artes marciais que carregam valores e princípios em sua estrutura como: respeito, humildade, fidelidade, disciplina, compromisso entre outros. Esses ensinamentos transcendem e atingem os lutadores infantil que levam os ensinamentos e conquistas para além do tatame. O Jiu-jítsu promove durante a prática os valores constantes referentes a disciplina e hierarquia e reflete positivamente no comportamento da criança em todos os ambientes. Os praticantes são estimulados a aprenderem a tratar o próximo com respeito, e são estimulados a respeitar as dualidades e a participar do ensino-aprendizado daqueles que “sabem menos que você”, evidenciando sempre a humildade. Como em qualquer esporte de contato, o jiu-jítsu oferece um ambiente desafiador, que destaca a superação e permite a criança amadurecer para se tornar um cidadão de bem, permitindo realizar a inclusão (GRACIE, 2012). O Jiu-jítsu, propõe o forte contato físico, o respeito pelo

adversário e pelos seus próprios limites, conhecimento corporal e autocontrole por meio de movimentos onde os oponentes iniciam a luta em pé e consequentemente terminam no solo (TOLEDO, 2018). Uma das grandes vantagens oferecidas pelo Jiu-jítsu, principalmente no trabalho com crianças, é o desenvolvimento psicomotor. Durante a luta a pessoa é capaz de desenvolver a coordenação espaço temporal, esquema corporal e ritmo (respiração), além de melhorar algumas capacidades motoras: força, resistência, velocidade e flexibilidade (TOLEDO, 2018, PEREZ, 2018).

A educação física apresenta aspectos positivos no que tange o desenvolvimento global dos praticantes com TEA, pois seus atributos específicos contribuem para a estruturação do corpo no espaço e tempo e incentivam a imitação, o que a torna indispensável para adaptações sociais e aprendizagem formal (SUMMERFIELD, 1976 apud CATELLI, 2016).

As práticas pedagógicas, segundo Rufino (2012), existente no Jiu-jítsu, fazem com que seus praticantes obtenham uma posição crítica e reflexiva, além de possibilitar a consolidação de atitudes criativas, devendo ser considerada inúmeras questões como quem pratica, para que fim se pratica, quais os objetivos e quais as formas de se praticar, entre outras. O Jiu-jítsu adaptado para crianças com TEA, é planejado tendo os mesmos objetivos das aulas de Jiu-jítsu para pessoas com e sem deficiência. O relevante é fazer uso de metodologias que visam a inclusão e que todas as necessidades possam ser atendidas. Possibilitando até a medida que o praticante evolui, um dos maiores desejos, que é a realização de lutar com um oponente, mesmo estando em condições adaptadas (ALMEIDA, 2009; SÉRGIO, 2016). O Jiu-jítsu é uma prática permitindo que os alunos apresentem condições de desenvolverem suas habilidades motoras, contribui para a redução da ansiedade causada pelas TEA.

Ao abordar a agressividade, proveniente da prática do Jiu-jítsu, Antunes e Iwonaga (2013), relatam que esta atitude, fica mais ligada ao fato instintivo, e, não racionalizada, do que, por exemplo, o comportamento de revolta ou rebeldia de uma criança ao praticar o bullying. O Jiu-jítsu, quando disponibilizado a portadores de TEA, pode ser praticado com contato, no entanto, deve-se levar em consideração a resposta da criança e com uso de estratégias pedagógicas promover o contato de maneira gradual e maneira de estimular. Uma das estratégias é promover, aos seus praticantes a oportunidade de superação, e se manterem em contato e a convivência com outros alunos que não possuem deficiência (ALMEIDA, 2005; SÉRGIO, 2016). Com isso, para Aguiar (2005) os educadores têm o papel de estimular as potencialidades da pessoa

com TEA, por meio de atividades lúdicas e jogos adaptados a cada grupo. Pensando no ensino do Jiu-jítsu, o professor deve ser um dos grandes promotores da inclusão e estimular as potencialidades para os praticantes com TEA.

É possível observar em alguns estudos que atividades intra e interpessoais podem ajudar na relação sócio afetivo dos autistas (TIRADENTES, 2017). Através do contato físico pode se ter uma comunicação com o autista, porém é preciso muito cuidado com o tipo de contato para que não haja o bloqueio dessa comunicação. Assim como em qualquer outra arte marcial, o Jiu-jítsu favorece grande diversidade de situações. Induzindo aos seus praticantes sem ou com autismo, movimento e atividades diferentes, conduzindo-os numa constante inovação ou adaptação durante a realização da prática (TIRADENTES, 2017).

Partindo da premissa, que o autismo necessita de uma atenção e olhar mais abrangente, objetivando o campo sócio afetivo, nota-se que o Jiu-jítsu proporciona contato físico, autocontrole, reduz agressividade, conhecimento dos limites do próprio corpo e respeito pelo outro ao observar estes benefícios que a prática do Jiu-jítsu poderá propiciar à criança com TEA, deve-se criar formas que utilize esta modalidade esportiva como uma forma de tratamento parcial e paliativa para eles. Inúmeras vantagens da prática do Jiu-jitsu para os seus praticantes, principalmente para crianças em seu desenvolvimento psicomotor. Durante sua prática esportiva pode se desenvolver o esquema corporal, coordenação, ritmo, respiração, e melhorar a agilidade, resistência e força (TIRADENTES, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de Jiu-jítsu de um modo geral é benéfica para a saúde, pois ela propicia bem-estar, melhora da capacidade cardiopulmonar, desenvolve força, melhora os reflexos da coordenação motora, autoestima entre outros benefícios para os seus praticantes.

Conclui-se que a criança com TEA ao praticar a modalidade de Jiu-jítsu apresenta benefício, desde:

- Contribui para o desenvolvimento da coordenação física e motora;
- Melhora a situação de isolamento, por meio de treino com colegas;
- Promove a disciplina;
- Auxilia na redução da agressividade (quando este se apresenta);
- Auxilia no processo de interação da criança.

Portanto, essa pesquisa nos trouxe a reflexão de que a nossa concepção sobre o referido assunto, fosse totalmente transformada, buscando informações sobre a realidade das crianças com autismo e como implementação de práticas tão simples podem ajudar na vida das pessoas e transformá-las, por que não está ajudando somente a criança, mas a família e uma sociedade trazendo segurança, autoestima, qualidade de vida e autonomia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. Educação Inclusiva: um estudo na área da Educação Física. **Rev. Bras. Ed. Esp.** Marília, v.11, n. 2, p. 223-240. 2005. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/rbee/v11n2/v11n2a5.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ANTUNES, M. M. **Aspectos multidisciplinares das Artes Marcias**. Jundiaí: Paco, 2013. Acesso em:28 de maio 2019.

BATISTA, M. W. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estud. psicol. (Natal**). 2004, vol.9, n.1, pp.101-111. ISSN 1678-4669. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CATELLI, C. Q. O Transtorno do Espectro Autista e a Educação Física Escolar: A Prática do Profissional da Rede Estadual de São Paulo. **Atas CIAIQ**. 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/viewFile/592/581>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CORDIOLI, A. V. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

COSTA, V. B. da Inclusão escolar na educação física: reflexões acerca da formação docente. **Motriz: rev. educ. fis**. 2010, vol.16, n.4, pp.889-899. ISSN 1980-6574. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742010000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: Acesso em:28 de maio 2019.

ENES, C. C. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 163-171, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2010000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 maio 2019.

GURGEL, F. **Jiu-jitsu:** manual do jiu-jitsu. Rio de Janeiro, Editora Tatame, 2000.
GRACIE, R. **Carlos Gracie:** o criador de uma dinastia. Rio de Janeiro: Record. 2012. Acesso em:28 de maio 2019.

HATTORI, A. A. A contribuição do jiu-jitsu no desenvolvimento motor de crianças na faixa etária de 8 anos. **Efdeportes**. Revista Digital. Buenos Aires, Ano 20, nº 209,

outubro, 2015. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd209/a-contribuicao-do-jiu-jitsu-no-desenvolvimento-motor.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MARCONI, M. D. A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996. Acesso em:28 de maio 2019.

OMS. **Organização Mundial da Saúde.** Folha Informativa – Transtornos do espectro autista. 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5651:folha-informativa-transtornos-do-espectro-autista&Itemid=1098>. Acesso em: 15 fev. 2019
.
PASSOS, F. D. M. Jiu-Jitsu como forma de inclusão. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Física da Faculdade Mario Schenberg como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física. 2016. Disponível em: <https://www.webartigos.com/storage/app/uploads/public/599/c28/497/599c284976b75801697871.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ROLIM, A. A. M. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. 2008. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180. Disponível em: <http://brincarbrincando.pbworks.com/f/brincar+_vygotsky.pdf>. Acessado em: 10 ago. 2019.

RUFINO, L. G. B. **A pedagogia das lutas:** caminhos e possibilidades. Jundiaí: Paco, 2012. Acesso em:28 de maio 2019.

TIRADENTES, K. **Diário de um autista.** 2017. Disponível em: <http://www.revistaautismo.com.br/RevistaAutismo002.pdf>. Acesso em 27 de set. de 2019. Acesso em:28 de maio 2019.

TOLEDO, T. Jiu-jitsu para crianças com autismo. **Revista Esporte e inclusão.** 2018. Disponível em: <https://www.esporteeinclusao.com.br/esporte-e-autismo/jiu-jitsu-para-criancas-com-autismo/>. Acesso em 15 fev. 2019. Acesso em:28 de maio 2019.

WALBER, V. B. **As práticas de cuidado e a questão da deficiência:** integração ou inclusão. BVS. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>. Acesso em:28 de maio 2019.

BENEFÍCIOS DO FUTSAL EM CRIANÇAS COM DIABETES TIPO 1

Caio Alves Dias, Paula Grippa Sant'Ana,
e-mail: caioalvesdias@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Diabetes Mellitus é uma doença metabólica, caracterizada por níveis elevados de glicose no sangue (hiperglicemia). Isso ocorre devido à deficiência na secreção da insulina, na ação da insulina ou em ambos (AMERICAN DIABETES ASSOCIATION, 2010).

Em relação a diabetes do tipo 1, ocorre devido à degradação das células Betas-pancreáticas que estão envolvidas na secreção do hormônio da insulina, porém existem dois subtipos que são chamadas de diabetes tipo 1A e 1B. O tipo 1A é conhecido como a autoimune, onde ocorre o processo de insulite (inflamação das ilhotas de Langerhans do pâncreas) o que leva à falência das células Betas-pancreáticas, consequentemente, acarreta em deficiência na produção de insulina. O tipo 1B, chamado como forma idiopática, é a menos comum, que acontece na ausência tanto de insulite quanto dos auto-anticorpos circulantes, sendo eles o anti-descarboxilase do ácido glutâmico, anti-ilhotas e anti-insulina. O pico de incidência desse tipo de diabetes é principalmente entre a faixa etária de 10 a 14 anos, contudo, pode-se desenvolver em indivíduos de qualquer idade (DIB,2008).

Diabetes Mellitus tipo 1 é a mais frequente em crianças e adolescentes, por isso é necessário todo o cuidado para realizar o tratamento corretamente. A grande dificuldade é conseguir manter os níveis de glicose no sangue adequado e quando isso não ocorre, os pacientes ficam muitos suscetíveis a adquirir algumas complicações como a cetoacidose diabética (níveis elevados de glicose no sangue) e hipoglicemia severa (WOLKERS, 2017).

A prática de exercício físico promove diversos benefícios para saúde, inclusive a redução do surgimento de doenças, como obesidade, doenças cardiovasculares, entre outras. Em crianças, todos os aspectos físicos, sociais e mentais são bem estimulados durante o exercício, causando a sensação de bem-estar, fazendo com que a criança se senta muito bem no ambiente em que vive. Com a inclusão da vida ativa, por meio de

exercício físico, na infância, contribui diretamente no crescimento e desenvolvimento saudável da criança, com melhoramento da aptidão física e auxiliando na redução de lesões (SILVA, 2017).

Crianças com diabetes podem praticar atividades físicas normalmente assim como crianças que não tem a doença, porém algumas precauções devem ser adotadas para levar isso de maneira saudável e benéfica. Controlar a insulina, glicose e hábitos nutricionais são essenciais para aderir uma vida ativa de maneira saudável, assim toda informação deve ser bem clara para conseguir praticar as atividades sem preocupações maiores (CARDOSO, 2015).

Durante a prática de exercício físico desencadeia o consumo de diversos substratos energéticos (glicose, aminoácidos e ácidos graxos) que são utilizados para gerar energia para o movimento e com a prática continuada do exercício, a glicose pode ter níveis reduzidos, consequentemente, o que deverá haver acompanhamento médico devido a possíveis reduções na dose diária de insulina (CARDOSO, 2015).

O futsal é uma modalidade esportiva bastante requisitada entre as crianças e adolescentes em fase escolar. Além disso, promove grande solicitação de substratos energéticos, com carácter metabólico misto (aeróbico e anaeróbico). A prática do futsal promove ativação muscular, de caráter dinâmico, com esforços variados e dependentes das diversas capacidades motoras (RÉ, 2008). Crianças que praticam futsal tem uma melhora significativa no desenvolvimento motor, fazendo com que ocorra a maturação dos sistemas psicológicos e biológicos, assim podendo crescer e se desenvolver de maneira saudável (VENÃNCIO, 2010). Além dessa melhora no desenvolvimento motor, a prática de exercícios físicos pela modalidade futsal sendo acompanhada de uma alimentação adequada pode se tornar um método muito eficaz para auxiliar no controle e tratamento de crianças com diabetes mellitus do tipo 1, impedindo que a doença deixe de ser uma limitação (CARDOSO, 2015). Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo verificar a influência da prática da modalidade futsal em crianças com diabetes tipo 1.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica utilizando o método indutivo de maneira indireta, consultado as bases de dados Google Acadêmico, Scielo e Pubmed correlacionando artigos nacionais e internacionais com os seguintes descritores: diabetes, futsal, exercício físico e infância. Foram encontrados na literatura

10 artigos relacionados ao tema e utilizados para elaboração do trabalho. Com objetivo de relacionar as informações encontradas e os benefícios do futsal no diabetes tipo 1 em crianças.

A revisão bibliográfica é muito importante nas pesquisas científicas servindo como base e para ter um amplo campo de estudo, assim a partir de outros pesquisadores pode se desenvolver toda a pesquisa. Também tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito e visto por todo o assunto, além de permitir que se resolva os problemas já conhecidos, também pode explorar novas áreas (MARCONI, 2011).

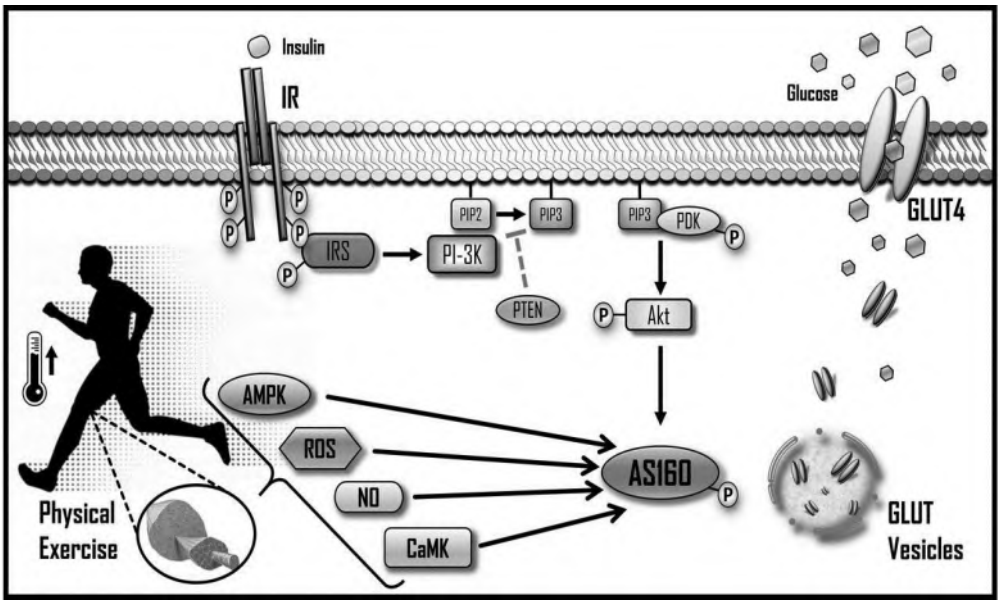
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A criança ao realizar esportes de caráter coletivo promove diversos benefícios, desde trabalhar em equipe, auxilia na construção do desenvolvimento das tomadas de decisão e resolução de problemas. Além disso, na modalidade do futsal também promove benéficos de caráter fisiológico; é uma modalidade que utiliza da via metabólica da glicose (RECKZIEGEL, 2013).

O exercício físico utiliza a glicose armazenada nos grânulos da musculatura esquelética, que está na forma de glicogênio muscular e quando ocorre depleção da taxa de glicogênio, o corpo precisa repor as reservas gastas. A principal maneira de utilizar e de restaurar a glicose pela célula muscular é fazer com que essa molécula entre na célula. Contudo, a entrada deve ser permitida, pois a glicose que é circulante no sangue, não tem livre acesso para o interior, usa-se a via da insulina para permitir a entrada da glicose pela célula. Em indivíduos sedentários, a glicose se dá principalmente pela via mais importante, a dependente de insulina. Quando o indivíduo pratica modalidades, como o futsal, que fazem aumentar o consumo da glicose circulante, estimula vias ainda não esclarecidas pela literatura para aumentar a captação da glicose para o interior da célula, independente da insulina. O indivíduo com o diabetes tipo 1 devida a baixa produção do hormônio da insulina pelo, provocando excesso de glicose no sangue, como consequência, reduz a via de sinalização do transportador de glicose-4 (Glut-4), que não será translocado para a membrana e com isso refletindo que não ocorra a captação de glicose para o interior da célula, para gerar energia por meio da molécula de glicose. A prática de exercícios físicos pela modalidade futsal estimula a produção de proteínas como proteína quinase ativada por AMP, espécies reativas de oxigênio, óxido nítrico e proteína quinase dependente de calmodulina. Essas proteínas agem diretamente no

substrato Akt de 160 kDa, que é uma proteína de peso molecular. Esse substrato Akt de 160 kDa, consegue ativar a vesícula contendo os Glut-4 a se translocam para a membrana, permitindo assim, a entrada da glicose circulante na corrente sanguínea para o interior da célula por uma via independente de (FIGURA 1) (PEREIRA, 2017).

Figura 1 – Mecanismos moleculares envolvidos na captação de glicose no músculo esquelético em repouso e em resposta ao exercício.



Legenda – Insulin: insulina: IR: receptor de insulina; IRS: substrato do receptor de insulina; PI-3K: fosfatidilinositol 3-cinase; PIP2: 4,5-bifosfato de fosfatidilinositol; PIP3, (3,4,5): trifosfato de fosfatidilinositol; PDK: quinase dependente de fosfoinositida; Akt: proteína cinase B; AS160: substrato Akt de 160 kDa; GLUT: transportador de glicose; AMPK: proteína quinase ativada por AMP; ERO: espécies reativas de oxigênio; NO: óxido nítrico; CaMK, Ca2+: proteína quinase dependiente de calmodulina; vesicles GLUT: vesículas de transportador de glicose/ physical exercise: exercício físico.
Fonte: (PEREIRA, 2017).

A prática de exercícios crônico, por exemplo o futsal, praticada por meses, faz com que ocorra a redução dos níveis de glicogênio muscular e posteriormente o hepático. Essa redução provoca diminuição na velocidade em que é produzida a glicose hepática, não sendo capaz de suprir as necessidades fisiológicas, e assim estimula a utilização da glicose sanguínea como fonte de energia, fazendo com que os níveis no sangue fiquem mais baixos. Neste sentido, a modalidade como a do futsal pode estimular essas vias independentes de insulinas para crianças portadoras do diabetes do tipo I (RECKZIEGEL, 2013).

Para que as crianças com diabetes do tipo 1 pratique exercícios físicos de maneira benéfica a saúde, é necessário levar em contas alguns fatores e precauções. É preciso

ter o controle dos níveis glicêmicos da criança para que o exercício seja feito com segurança, para isso acontecer de maneira correta deve-se ter o equilíbrio entre as doses de insulina e a alimentação ingerida, junto a prática de exercício que será feita. O ideal é que não se inicie a prática com os níveis de glicose abaixo de 80mg/dl e nem acima de 250mg/dl (CARDOSO, 2015).

Com o exercício crônico ocorre uma captação maior de glicose pelas células musculares, isso acontece por causa do músculo que utiliza mais glicose durante a prática de exercício e com isso acaba aumentando a sensibilidade á insulina. A prática de 3 a 4 vezes por semana de exercício físico faz com que ocorra um aumento da sensibilidade à insulina e isso pode fazer com que a dose total de insulina necessária durante o dia possa ser reduzida (CARDOSO, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O respectivo trabalho mostrou que a prática da modalidade de futsal promove diversos benefícios à saúde das crianças, principalmente tendo a duração de 3 a 4 vezes por semana e sendo praticado de maneira crônica. Ao praticar exercício físico usa-se a glicose como fonte de energia, com a prática contínua do exercício físico, provocando aumento da sensibilidade da insulina, isso faz com que as células musculares tenham uma captação maior de glicose, por conseguinte reduzindo os níveis de glicose no sangue, por meio da via independente de insulina.

Conclui-se que a prática do futsal pode reduzir os níveis de glicemia por via independente de insulina e que estimulam a captação da glicose para o interior da célula muscular, reduzindo a glicemia. Desta maneira, faz-se necessário o controle da glicemia das crianças para ver se os níveis se encontram de maneira adequada para a prática com segurança. Também é relevante que para se ter uma boa resposta da captação da glicose por efeito da prática do futsal é que haja associação com alimentação adequada. O futsal pode ser incluído na vida da criança com a patologia, pois estimula um dos principais benefícios à saúde que é a redução da glicemia e ainda auxilia no tratamento do diabetes tipo 1, na infância.

REFERÊNCIAS

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION et al. Diagnosis and classification of diabetes mellitus. **Diabetes care**, v. 33, n. Supplement 1, p. S62-S69, 2010.

BRACCO, Mário Maia et al. Atividade física na infância e adolescência: impacto na saúde pública. **Revista de Ciências Médicas**, v. 12, n. 1, 2012.

CARDOSO, V.F.E. **Atividade Física e Diabetes tipo 1 em crianças: estudo de caso para análise de variações das concentrações glicémicas ao longo de 6 meses**. 2015. Tese de Doutorado.

DIB, S.A. Heterogeneidade do diabetes melito tipo 1. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**, 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PEREIRA, R.M. et al. Molecular mechanisms of glucose uptake in skeletal muscle at rest and in response to exercise. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 23, n. SPE, 2017.

RÉ, A.N. Características do futebol e do futsal: implicações para o treinamento de adolescentes e adultos jovens. **Lect Educ Fís Deportes**, v. 127, p. 483-91, 2008.

RECKZIEGEL, R.A.; POZZOBON, A. Avaliação da glicemia em crianças e adolescentes na prática do futsal no período pré e pós-treino. **Cinergis**, v. 14, n. 1, 2013.

SILVA, P.V.C.; COSTA J.R.; LUIZ, A. Efeitos da atividade física para a saúde de crianças e adolescentes. **Psicologia Argumento**, v. 29, n. 64, 2017.

VENÃNCIO, P.E. et al. DESENVOLVIMENTO MOTOR COM A PRÁTICA DO FUTSAL EM CRIANÇAS DE 08 A 11 ANOS DE UMA ESCOLA PARTICULAR EM ANÁPOLIS–GO. In: **IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte e I Congresso Distrital de Ciências do Esporte**. 2010.

WOLKERS, P.C.B. et al . Children with type 1 Diabetes Mellitus: access to special immunobiological and child care. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 51, e03249, 2017.

BRASIL SEM EDUCAÇÃO É BRASIL SEM FUTURO

Cleiton Junior Baicaicoa Gonçalves, Flavielle Barbi Garcia, Hamilton Cesar Hermenegildo Junior, Luan Santos Silva, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: flaviellebarbi@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação é um tema bastante abordado por vários pesquisadores, porém mesmo com tantos olhares voltados para ela ainda há muitos pontos a serem discutidos para chegarmos a uma educação de qualidade.

O objetivo da pesquisa foi estudar a influência da educação no futuro do país, porém tomou-se a liberdade de analisar as raízes desse processo que já refletem no nosso presente, por meio de dados estatísticos.

O nosso olhar deve estar voltado à educação e aos jovens de hoje que precisam ser bem preparados academicamente, saberem se impor de forma crítica, mas com propriedade. O investimento destinado a essa vertente é um investimento que contribuirá a longo prazo, visando o desenvolvimento do Brasil. Ter pessoas críticas, com conhecimentos políticos para opinar é um ponto positivo para o nosso futuro. A educação é uma das vertentes mais importantes para um país, não existe um futuro próspero sem tê-la.

Nosso país enfrenta cada dia mais crises políticas, atentados sociais, crimes raciais e raramente uma notícia que traga paz ao povo brasileiro e aos estrangeiros que escolhem o país como lar. É necessário rever as estratégias, relembrar os acontecimentos e descobrir a melhor maneira de solucionar todas essas situações que expõem cada dia mais a população à violência, além das críticas internacionais que interferem na nossa economia refletindo no desenvolvimento tanto a curto como em longo prazo.

Ainda que muitos acreditem que segurança pública, combate à corrupção e armamento resolverá os problemas da nação, o futuro depende de algo mais simples e fundamental: educação.

O alicerce de uma nação deve ter bases educacionais de qualidade, a partir do momento que for reconhecido isso como premissa principal garantiremos o futuro do

nosso país. Para isso acontecer é necessário um estudo a fundo com pesquisas e muita organização, conhecer o passado para fazer melhor o futuro.

O professor tem um papel imprescindível no avanço da educação, a sua valorização deve entrar em pauta, afinal, são eles que transmitem o conhecimento que será absorvido e levado para a vida toda.

O conhecimento é a arma mais poderosa que uma população pode ter. E é a partir dessa vertente que o atual trabalho pretende explanar as possíveis soluções para fazer da educação de qualidade, oferecida sem distinção pelo país, a melhor maneira de corrigir os problemas enfrentados na atualidade.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2010 e 31 de julho de 2019.

Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Não é de hoje que a Educação no Brasil está ruim, mas, comparado há décadas, como por exemplo do ano de 1980 para trás, deu um grande salto de qualidade. Tendo como base às décadas de 1910 até 1950, o analfabetismo no Brasil era presente na maior parte da população e hoje segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016, apenas 7% da população é analfabeta (FERRARI, 2008).

O Brasil caminha a passos curtos para melhorar sua educação e fazendo uma previsão não muito distante, um país sem educação de qualidade é um país sem futuro, com mão de obra de qualidade escassa, com quase nenhum avanço tecnológico e assim, com o passar do tempo irá perdendo sua grandeza. O fracasso educacional no

Brasil tem muitas raízes, dentre elas a falta de investimentos, que por si só já acaba sendo um dos grandes inimigos da educação brasileira.

Desde a educação primária, onde os alunos aprendem a ler e a escrever, já é possível observar as defasagens e se a educação primária já é precária, como é possível que os alunos, sobretudo os de escola pública, consigam aprender matérias como física, química, filosofia, por exemplo, se não tem uma base educacional de qualidade, e essa base seria as matérias de língua portuguesa e matemática.

Segundo dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2017, 7 em cada 10 alunos saem do ensino médio com um nível de aprendizado insuficiente de Língua Portuguesa e Matemática, sendo os estudantes dessa etapa, apenas 4% conseguem atingir o nível de conhecimento adequado dessas áreas, o que explica o fracasso educacional nas outras disciplinas escolares (FAJARDO; FOREQUE, 2018).

A educação brasileira passa por um momento muito difícil, que já delonga de governos passados, falta investimentos por falta do Governo e o povo está esperando por isso. Em um artigo publicado pelo G1, a colunista relata sobre um encontro com o ex-governador do Rio de Janeiro onde ela apresenta um projeto voltado à formação de professores que a primeira impressão, por parte do ex-governador, teria ficado muito interessado, porém nunca mais se foi falado sobre isso, e o mesmo projeto havia sido deixado para trás. Falta interesse por parte de nossos investidores no futuro no nosso País que é a educação (RAMAL, 2018).

Um dos países com resultados positivos e exemplares é o Japão. O povo japonês tem grande apreço por sua cultura, hábitos e educação. A limpeza da escola é um dos recursos usados para a educação dos pequeninos japoneses. Essa prática ensina não só a importância de um ambiente limpo, mas o trabalho em equipe e o respeito pelo seu próprio trabalho e o daqueles ao seu redor (UNIVERSIA BRASIL, 2019).

Ainda na Ásia, um dos países focou os seus recursos na tecnologia como um papel essencial para melhorar as escolas e o acesso à informação dentro da sociedade. Os investimentos de Singapura em práticas escolares incluem uma internet de alta velocidade para todos no território do seu país aliado à uma plataforma digital com livros essenciais para o desenvolvimento de seus alunos em todas as fases escolares.

A Alemanha também tem exemplos positivos de como o seu sistema educacional pode, de forma simples, desenvolver a sociedade como um todo e transformar uma nação a partir do que ela tem de mais valor: o seu povo (ROCHA; IHARA, 201).

Pode-se dizer que a educação e o desenvolvimento de um país caminham paralelamente. O modo como são educadas nossas crianças reflete consideravelmente no futuro de onde vivemos, por isso é um assunto de extrema importância a ser tratado com a sociedade, com pesquisas e certamente com nossos governantes. A educação tira o país da alienação refletindo no desenvolvimento de maneira positiva.

Para termos um futuro próspero precisamos que todas as ramificações que nos levam até ele estejam muito bem alicerçadas, e a educação de qualidade auxilia nesse processo. Um jovem crítico, que estudou sobre política, por exemplo, e teve uma boa base, sabe exatamente como fazer uma análise dos candidatos que estão prestes a nos representar e realizar seu voto da melhor maneira. Uma decisão consciente do voto tem reflexo no futuro, tanto positiva como negativamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, podemos afirmar que a educação brasileira é de extrema desigualdade e baixa qualidade, o que reflete em diversos outros setores do país, tais como a economia, assim levando o Brasil a uma realidade cada vez mais desigual.

Por fim, podemos concluir que este trabalho tem por finalidade expor as carências de algumas das diversas falhas do sistema educacional brasileiro, assim buscando melhorias dentro da área.

REFERÊNCIAS

FAJARDO, V.; FOREQUE, F. **7 de cada 10 alunos do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática, diz MEC**. Portal G1. 2018. Disponível em: < https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/08/30/7-de-cada-10-alunos-do-ensino-medio-tem-nivel-insuficiente-em-portugues-e-matematica-diz-mec.ghtml >Acesso em: 14 maio 2019.

FERRARI, M. Émile Durkheim, o criador da sociologia da educação. **Revista** Nova Escola. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/456/criador-sociologia-educacao > Acesso em: 12 maio 2019.

RAMAL, A. **Os corruptos agem e a educação paga o pato**. Portal G1. 2018. Disponivel em: < http://g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/os-corruptos-agem-e-educacao-paga-o-pato.html > . Acesso em: 13 maio 2019.

ROCHA, G.; IHARA, R. **Índices de aprendizagem revelam desigualdade**. 2018. Disponível em: < https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/08/31/desigualdade-na-educacao-cria-abismo-dentro-e-fora-dos-estados-veja-ranking-por-redes-localizacao-e-perfil-de-alunos.ghtml > Acesso em: 12 maio 2019.

UNIVERSIA BRASIL. **Conheça 4 Países com os Melhores Sistemas Educacionais**. 2019. Disponível em: < http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2016/10/24/1144860/conheca-4-paises-melhores-sistemas-educacionais.html > Acesso em: 12 maio 2019.

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RESPONSABILIDADE PENAL DO SERVIDOR PÚBLICO E SUA TUTELA NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO

Nathalia Rodrigues Françoloso, Perla Savana Daniel e
Renato Zanolla Montefusco, e-mail: natifrancoloso@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa explanar sobre a responsabilidade penal do servidor público, no que tange aos atos pelo mesmo praticado e o modo pelo qual a legislação pátria tutela aludida responsabilidade, como a Constituição Federal, o Código Penal, o Estatuto do Servidor Público de São Paulo, a Lei do Regime Jurídico dos Servidores Públicos, entre outras.

Desta feita, busca-se demonstrar que além de responder administrativamente, através do devido processo legal administrativo, com base na Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, se for o caso, isto é, se a conduta adotada pelo servidor implicar também num ilícito penal, ele será acionado nesse sentido.

No que tange ao "ilícito penal" a legislação brasileira através do Código Penal estabelece inúmeras hipóteses nas quais o servidor público poderá ser responsabilizado. A responsabilidade penal decorrerá de atuação típica e antijurídica do servidor relacionada ao exercício de suas atribuições, comprovada através do devido processo legal no juízo penal. Se a conduta inadequada do agente afeta, de modo imediato, a sociedade e vem caracterizada pelo ordenamento como crime funcional, o servidor será responsabilizado criminalmente (MEDAUAR, 2011, p. 319).

METODOLOGIA

Para realizar a presente pesquisa o método analítico-dedutivo foi utilizado. A pesquisa bibliográfica corteja dois modelos jurídicos necessários para contextualização do trabalho, doutrinas tanto de direito penal quanto administrativo além da necessária avaliação da legislação pátria e jurisprudência se fizeram necessário.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Além das sanções previstas no âmbito administrativo, como a suspensão de direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário (previstas no art. 37, § 4º, da Constituição Federal), bem como a perda de bens, a proibição de contratar a Administração Pública e a multa (previstas no art. 12, da Lei de Improbidade Administrativa), o servidor, no caso de praticar crime ou contravenção penal, responderá também nessa seara.

> O servidor responde penalmente quando pratica crime ou contravenção. Existem, no ilícito penal, os mesmos elementos caracterizadores dos demais tipos de ato ilícitos, porém com algumas peculiaridades:
> 1. A ação ou omissão deve ser antijurídica e típica, ou seja, corresponder ao tipo, ao modelo de conduta definido na lei penal como crime ou contravenção;
> 2. dolo ou culpa, sem possibilidade de haver hipóteses de responsabilidade objetiva;
> 3. relação de causalidade;
> 4. dano ou perigo de dano: nem sempre é necessário que o dano se concretize; basta haver o risco de dano, como ocorre na tentativa e em determinados tipos de crime que põem em risco a incolumidade pública. (DI PIETRO, 2018, p. 838)

Para fins criminais, o conceito de servidor público é amplo e se aproxima do conceito de agente público. Nesse sentido, o artigo 327, do Código Penal, dispõe: "considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública". O parágrafo 1º do artigo em comento ainda, equipara a funcionário público "quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal[1], e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública".

É o Poder Judiciário quem apura a responsabilidade criminal do servidor e, nos termos do artigo 229, da Lei nº 8.112/90, assegura-se, à família do servidor ativo, auxílio reclusão, nos valores que seguem:

> "*I - dois terços da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;*
> *II - metade da remuneração, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda de cargo*".

[1] No dispositivo em questão, a expressão entidade paraestatal tem causado divergência doutrinária no que tange à sua abrangência, havendo entendimento que abrange tão somente as autarquias e outros que envolvem empresas públicas e sociedade de economia mista.

Em caso de absolvição, o parágrafo 1º, por sua vez, prevê que, sendo o caso do inciso I do dispositivo ora explorado, o servidor terá direito à integralização da remuneração. Referido auxílio cessará imediatamente quando o servidor for posto em liberdade, ainda que na condicional (§ 2º) e, ainda, o benefício, ressalvada as condições supra explanadas, será devido aos dependentes do segurado auxiliado, nas mesmas condições da pensão por morte (§ 3º, todos do mesmo dispositivo legal).

O artigo 70, do Estatuto de São Paulo, a seu turno, dispõe que preso em flagrante, preventiva ou temporariamente ou pronunciado, o servidor será considerado afastado do exercício do cargo, havendo prejuízo da remuneração, até a condenação ou absolvição transitada em julgado e, segundo o parágrafo 1º, art. 70 "*Estando o servidor licenciado, sem prejuízo de sua remuneração, será considerada cessada a licença na data em que o servidor for recolhido à prisão*". Já o parágrafo 2º do mesmo dispositivo narra que, em caso de condenação em regime fechado ou semiaberto, o afastamento da remuneração perdurará até o cumprimento total da pena, exceto se a condenação determinar também a perda do cargo público. Por fim, o artigo 13, da Emenda Constitucional nº 20/98, versa

> Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), que, até a publicação da lei, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social. (Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, artigo 13)

Tendo em vista que o artigo acima configura disposição transitória editada a fim de fixar requisito para acesso ao benefício enquanto lei não estabelecer o mesmo, embora o dispositivo mencione "servidores", imperioso faz-se observar que se trata dos filiados ao regime geral de previdência social. Sendo assim *(...) o objetivo do artigo 13 foi apenas o de definir, transitoriamente, o que se entende por segurados de baixa renda, para fins de auxílio reclusão (DI PIETRO, 2018, p. 839)*.

Destarte, as normas legais referentes ao auxílio reclusão garantido para os servidores estatutários não se alteram.

Para exemplificar,

> RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. OPERAÇÃO CALVÁRIO.ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PECULATO DESVIO POR MÚLTIPLAS VEZES.FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. MEDIDAS CAUTELARES. INADEQUAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.
> 1. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada na necessidade de impedir a continuidade

> delitiva de organização criminosa, infiltrada na CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, voltada ao desvio de verba da saúde pública, no montante aproximado de 2 bilhões de reais, não há que falar em ilegalidade do decreto de segregação cautelar.
> 2. Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.
> 3. Recurso improvido. (RHC 116084 / RJ2019/0222458-8, Ministro NEFI CORDEIRO, T6 - SEXTA TURMA. Data da Publicação/Fonte DJe 23/09/2019).

Trata-se de ementa onde é possível verificar a prisão do servidor público em virtude do cometimento, em tese, do crime de peculato, onde ele almeja a revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, a aplicação de medida diversa desta, sendo, contudo, o recurso improvido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o servidor praticar um ilícito penal, responderá por esse em sua competente esfera, ou seja, embora a Lei de Improbidade Administrativa seja desprovida de critério de criminalização do ato, prevendo sanções de ordem patrimonial, se o ato praticado pelo servidor configurar crime ou contravenção, ele será demandado nesse juízo.

Assim, é cediço que para que o servidor responda penalmente, o ato por ele praticado traga certas características, como o fato da ação ou omissão dever ser antijurídica e típica, por exemplo.

Nesse sentido, enquadrando-se o servidor na descrição de agente público artigo 327 do Código Penal), será esse o sujeito ativo dos ilícitos mencionados no trabalho no que tange à sua prática, bem como o sujeito passivo no processo, quando vir a ser acionado.

Dessa forma, o trabalho discorre sobre as variações ocorridas com a remuneração do servidor, como a redução da mesma e de que forma é assegurada à família do agente, bem como o que ocorre com a própria atuação dele, que pode vir a ser afastado do cargo, ou até mesmo perde-lo, se assim for determinado na condenação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1.988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 18Set. 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº2.848, de 07 de dezembro de 1940.**Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em 18 Set. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968. **Estatuto de São Paulo**. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/compilacao-lei-10261-28.10.1968.html>. Acesso em 19 Set. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.**Lei de Improbidade Administrativa**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm>. Acesso em 23 Set. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.**Dispõe sobre o Regime Geral da Previdência**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em 18 Set. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>. Acesso em 19 Set. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999. **Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm>. Acesso em 27 Set. 2019.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo moderno**: 15ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**: 31ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

CAMPANHA PUBLICITÁRIA: MARIA JOANA CAFÉ & BAR

Ana Luiza Lima de Francesco, Bárbara Corrêa Saqueti, Júlia Colleti Constantino, Júlia Meireles, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar, e-mail: ana.lfrancesco@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Um dos inúmeros objetivos de uma campanha publicitária é desenvolver para uma marca novas formas interessantes e criativas de atrair novos clientes potenciais. Segundo Holff e Gabrielli (2004 p. 29) a função de uma campanha publicitária é “somar seus esforços na obtenção de um resultado positivo de impacto e convencimento do consumidor”.

Para desenvolvimento do projeto experimental a marca que fora selecionada é um bar e café de nome Maria Joana. Com a empresa já selecionada e ciente do projeto, inicia-se a busca por materiais que auxiliem no principal foco e necessidade da marca, o aperfeiçoamento do marketing digital, com ênfase nas redes sociais.

O marketing digital é uma das muitas formas de divulgação que uma empresa pode utilizar para aperfeiçoamento do seu nome no mercado. Para Las Casas (2006) o crescimento da utilização do marketing digital, se dá pelo fato dos vários benefícios associados a ele. Os principais são o conforto, rapidez, um custo inferior, possuindo um relacionamento mais próximo e com a possibilidade de coletar dados com um detalhamento maior.

Analisando as funções e utilizações do marketing digital, proporemos estratégias de implementação que serão adotadas pelo Maria Joana Café & Bar, para fortalecimento e captação de novos clientes. A utilização das redes sociais juntamente com o marketing digital é uma união extremamente interessante e importante. Para Torres (2009) as mídias sociais são sites desenvolvidos para a interação social, compartilhar informações em diferentes formatos, ou seja, as mídias sociais são extremamente importantes para qualquer ação de marketing.

Fora o desenvolvimento de ações voltadas para o marketing digital da empresa, uma das propostas também apresentada ao cliente é a ativação do site da marca, que

já era existente, porém atualmente encontra-se inativo. Possuir um site é muito importante para qualquer marca, visto que, a sua empresa estará sempre presente no ambiente *online*, acessível a maioria das pessoas, já que os clientes em potencial podem recorrer a plataforma para conhecer mais do ambiente, entender e se interessar pelos produtos e benefícios que a marca oferece a eles. O site é vantajoso para o Maria Joana, onde o cliente pode conhecer através de imagens o ambiente, quais são as opções disponíveis em seu cardápio, e até mesmo ficar por dentro de atrações que aconteceram ou irão acontecer e poder estar presente.

Percebendo a grande importância no marketing digital e qual será a sua aplicação, não desmerecendo a forma que o velho marketing possui ainda, adotaremos também conteúdos que serão veiculados nas mídias *offline*, mesclando com a *online*. Para a adoção das mídias *offline*, algumas das propostas que serão posteriormente apresentadas serão o desenvolvimento de flyers, aplicação de outdoor e possível divulgação com spot de rádio. As medidas propostas serão cotadas de acordo com a verba que o cliente possui para publicidade. Após a apresentação de sua receita e cálculo de verba destinada, todos os materiais que serão desenvolvidos estarão "cotados" dentro dela.

Inicialmente o Maria Joana Café & Bar era muito diferente dos dias atuais. A primeira proposta da proprietária era lançar na cidade de Jaú uma franquia de sushi bar, e assim foi feito. Assim que a franquia foi aberta, não havia procura por esse tipo de produto, as pessoas não se interessavam pela culinária japonesa naquele local, e acabou que não houve lucro, os profissionais não sabiam os termos e manuseio correto dos sushis, e vendo isso a proprietária transformou o sushi bar em um bar e café.

O nome Maria Joana surgiu em uma conversa entre amigos, onde eles buscavam nomes que fossem diferentes para o local e pudesse se destacar diante dos outros estabelecimentos da cidade. Então, nada mais único do que um nome próprio, e desde então o Maria Joana atende em Jaú todos os dias da semana, oferecendo a qualquer momento desde um café até drinks e alimentação. Pode-se dizer que o ambiente agrada a todos, é onde encontra-se festas de aniversários, encontros casuais e até mesmo reunião de negócios. A proposta atual da proprietária é transformar o Maria Joana Café & Bar em uma franquia, levar seu nome e seus produtos a outras cidades como Bauru e São Paulo.

2 METODOLOGIA

O primeiro passo para o desenvolvimento do projeto é uma reunião com o cliente para a elaboração do briefing que guiará todo o projeto experimental de conclusão de curso. Durante a reunião de briefing será analisado todos os principais pontos que envolvem a empresa escolhida, com as informações necessárias para desenvolver o capítulo de briefing, foram recolhidas as informações sobre os consumidores diretos e indiretos, público alvo, concorrência, entre outros.

Logo após o desenvolvimento do projeto de pesquisa, é produzido o questionário de pesquisa para buscar através do público suas preferências e gostos. A pesquisa será qualitativa e quantitativa, que buscará principalmente encontrar qual é o público alvo do Maria Joana Café & Bar, buscando também saber através dos consumidores o que eles buscam em um ambiente de entretenimento, quais as suas necessidades que ainda não foram atendidas e que podem ser melhoradas, e que consiga trazer para a marca maiores informações sobre o mercado, resolvendo as principais carências que ela possui atualmente.

A pesquisa é fundamental para discutir e produzir quais serão as ações que serão desenvolvidas para a marca. Através da pesquisa são formulados quais são os objetivos gerais e específicos do projeto experimental. Segundo Kotler e Armstrong (2003, p.45)

> Para ser bem-sucedidas no atual mercado competitivo, as empresas devem estar voltadas para o cliente – conquistando-o dos concorrentes e mantendo-o por lhe entregar valor superior. Mas, para poder satisfazer os consumidores, a empresa deve antes entender suas necessidades e desejos.

Buscaremos também através de uma pesquisa a parte, denominada pesquisa do cliente oculto, analisar qual é o atendimento que é fornecido pela empresa, o possível cliente estará consumindo dentro do café & bar e observará quais são os principais pontos que chamarão a sua atenção, como serviço, produtos, atendimentos, entre outros. Possivelmente será analisado também outros ambientes que apresentam o mesmo estilo que o Maria Joana Café e Bar, alguns exemplos são o Café do Feirante e Monkafé. Esse tipo de pesquisa faz com que compreenda quais são as principais diferenças entre ambientes similares. Logo após a fase de pesquisas concluída poderá ser possível desenvolver a análise SWOT da marca, conseguindo analisar quais são as suas forças, fraquezas, ameaças e oportunidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a adoção das novas técnicas de marketing tanto *online* quanto *offline*, esperamos que o principal resultado a ser observado seja um maior interesse do público para a marca, onde o cliente em potencial irá deparar-se com um ambiente moderno, que atenda às suas necessidades e que seja agradável desde tomar um café ou até mesmo um jantar.

As novas formas de movimentação para o café e bar, espera que o fortalecimento do nome da marca na cidade de Jaú principalmente, sendo reconhecido como um local de lazer, entretenimento e diversão, principalmente aos finais de semana. Abordando o cliente potencial da maneira certeira, trazendo-o para conhecer e prestigiar um ambiente que ele se identifique e frequente, consequentemente.

Para abordar o conteúdo do marketing digital dentro do Maria Joana Café & Bar é fundamental discutir e entender quais são as principais dificuldades que a marca enfrenta no mercado, analisando e observando. O desenvolvimento e adoção de uma campanha publicitária específica a esse ambiente, torna-o mais atrativo e consegue a partir dos meios certos de divulgação cativar e chamar a atenção de seu público alvo ao ambiente, onde o Maria Joana Café & Bar será a primeira opção do cliente quando recorre a um ambiente de lazer, entretenimento e alimentação.

O marketing digital revolucionou a forma de divulgar *online*, onde tornou-se possível alcançar o público alvo de forma rápida, dinâmica e até mesmo personalizada. Torres (2009) enfatiza que a tendência do marketing digital é colocar a marca onde está o consumidor, transmitindo as mensagens certas no momento certo. Permitindo através disso um marketing personalizado, uma mistura de marketing de massa juntamente com o marketing direto, onde a empresa pode se comunicar diretamente com muitos consumidores, entendendo as necessidades individuais de cada um deles.

Após o resultado da pesquisa, foi dado início do desenvolvimento da campanha publicitária para a empresa. Com uma duração de 6 meses, com ponto de partida em fevereiro/20 até julho/20. Sendo os meses de lançamento da campanha fevereiro e março, e o restante como meses de sustentação da campanha. A tática para compor as peças publicitárias, foi criar uma identidade visual diferente para cada mês trabalhado, sempre focando em uma linguagem direcionada a persona obtida com o resultado da pesquisa, onde foram elaboradas peças digitais divulgadas nas plataformas Facebook e Instagram, e mídias tradicionais, como rádio, outdoor, flyer e revista.

Com o orçamento disponibilizado pela empresa, foram distribuídos de forma orgânica para atingir os objetivos de cada mês da campanha. Durante o período de divulgação, contará com eventos oferecidos novamente (festa junina) ou como 1° edição (sorteios em datas comemorativas e festival de inverno).

Título 1: Modelo de postagem para a plataforma Facebook no mês de fevereiro.

Fonte: ELABORADO PELOS AUTORES (2019).

Título 2: Modelo de publicação de página inteira em revista no mês de abril.

Fonte: ELABORADO PELOS AUTORES (2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração e desenvolvimento da pesquisa de mercado, conseguiu-se obter qual é o relacionamento público-alvo da empresa, assim durante o processo de coleta de informações, foi obtida a de que a empresa tinha maior visibilidade como uma cafeteria, porém a pesquisa conseguiu provar que o público se interessa mais pelos serviços de gastrobar que a mesma oferece, onde os concorrentes diretos da empresa, analisados durante o processo de briefing foram descartados, tornando-se irrelevantes após o resultado final da pesquisa.

Através do desenvolvimento da campanha publicitária para a empresa, o processo de briefing, pesquisa, planejamento, mídia e criação obtém a empresa um projeto de crescimento profissional na cidade de Jaú com grande propensão ao sucesso da empresa dentro do mercado que se encontra atualmente. A campanha contará com um planejamento semestral, contendo uma análise detalhada do período de veiculação da campanha, juntamente com os meios que serão utilizados para compor a estratégia de crescimento profissional na cidade de Jaú, afirmando a marca no mercado, com uma tática de desenvolvimento empresarial firme e sólida.

Tendo em vista que a campanha tem a proposta para o próximo ano, em 2020, nos meses de fevereiro a julho, espera-se que nesse período aconteça uma maior interatividade da empresa com os consumidores, principalmente no ambiente das redes sociais, o desenvolvimento de um site agregará maiores qualidades e profissionalismo a identidade visual do Maria Joana Café & Bar.

REFERÊNCIAS

HOLFF, T.; GABRIELLI, L. **Redação publicitária.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

LAS CASAS, A. L. **Administração de marketing:** conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2006.

TORRES, C. **A bíblia do marketing digital.** São Paulo: Novatec Editora, 2009.

COLABORAÇÃO PREMIADA: A LEGITIMIDADE DO DELEGADO DE POLÍCIA

Rilaly Araujo Vitor da Silva,Tamires Parro Costa, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, e-mail: rilaly.araujo@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A “delação” é o ato de delatar/entregar. “Premiada”, como o próprio nome já diz, é uma espécie de “prêmio/ bônus” em que o delator presta informações de seu conhecimento e que são de grande importância para autoridade policial ou judicial, auxiliando no desmantelamento de uma organização criminosa ou descobrimento de uma atividade criminosa, tendo como contrapartida alguns benefícios previstos em lei.

Com a criação do instituto o legislador acreditou ter encontrado um método eficaz e capaz de facilitar um trabalho que o Estado demoraria para desenvolver por conta de os crimes investigados deixarem pouco “rastro”. Assim, a delação passou a ser muito utilizada nos processos atuais que investigam corrupção no Poder Público, já que seus resultados foram significativos.

Diante da atualidade do tema, o presente trabalho foi elaborado com o intuito de abordar sobre os efeitos da delação premiada e fazendo uma breve reflexão a respeito desse instituto, adentrando na legitimidade conferida aos delegados policias para celebração do acordo.

A colaboração premiada ganhou maior evidência com a deflagração da operação nomeada de Lava Jato, com grande repercussão dentro e fora do país, o que fez com que esse tema fosse muito abordado e debatido, despertando interesse e curiosidade de muitos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida usando o método dedutivo, já que parte de um conhecimento preexistente, apenas se aprofundando um pouco mais no assunto. É também teórica, ou seja, fruto de artigos divulgados, jurisprudência e livros sobre o tema.

3 REVISÃO DE LITERATURA

"Delação" diz respeito ao ato de delatar/denunciar alguém. Seu complemento vem de maneira clara demonstrar que aquele que delatar terá uma bonificação.

Esse instituto tem a finalidade de facilitar a investigação criminal, como uma forma de "barganha" entre o réu e a autoridade judiciária ou policial. O acusado ajuda a delatar seus comparsas, disponibilizando-se a entregar integral ou parcialmente os frutos da conduta criminosa ou a dar alguma informação que ajude a desmantelar a organização ou até na localização da vítima, tudo em troca de benefícios, como um abrandamento, substituição ou isenção da sanção.

O instituto em análise faz questionar se o mesmo é ou não ético, pois contraria o princípio do *nemoauditurpropriamturpitudinemallegans* ou, em outras palavras, ninguém pode beneficiar-se da própria torpeza.

Há quem entenda que a delação premiada fere esse princípio. O delator comete algo errado, mas tem a oportunidade (dentro dos requisitos legais) de fazer a colaboração premiada, podendo ser beneficiado com a substituição, diminuição ou até a isenção da pena. Todavia, o instituto já foi consagrado ser constitucional e sua aplicabilidade é plena

A lei também não estipula tempo exato, ou seja, o acordo de delação premiada pode ser feito tanto na fase de investigação como no curso do processo, entretanto, só será válido se homologado pelo juiz.A única exigência que a lei faz é que colaboração seja eficaz.

É recomendável que tanto autoridade policial quanto o Ministério Público busquem sempre a cooperação dos suspeitos, informando-lhes a respeito do instituo, mas sempre deixando bem claro aos delatores seus direitos. É o que determina o Manual da Delação Premiada (ENCCLA, 2014, p. 3):

> As autoridades responsáveis pela investigação devem informar ao colaborador, na presença de seu defensor:
> a) O seu direito constitucional ao silêncio;
> b) A colaboração implicará renúncia a esse direito e compromisso legal de dizer a verdade;
> c) Os benefícios previstos em lei;
> d) As informações devem ser completas, verdadeiras e úteis, do contrário, não terá direito ao benefício.

Em todos os atos o colaborador deve estar acompanhado de seu defensor. O juiz do processo não participará das negociações para firmar o acordo de delação premiada, para que permaneça imparcial no processo. Todavia, o magistrado exercerá seu papel no momento da homologação do acordo e na parte final, onde serão verificadas a

validade e a eficácia das informações fornecidas, para que se apliquem os benefícios trazidos pela delação. Neste momento, serão sopesadas proporcionalmente as informações versus os resultados atingidos por ela, para a concessão da “premiação” ao delator.

Neste particular, assim se posiciona o doutrinador Guilherme de Souza Nucci: “a opção deve levar em consideração o grau de cooperação do delator, pois quanto mais amplo e benéfico aos interesses do Estado, maior deve ser o seu prêmio”(2013, p. 54).

O instituto abordado possui registros desde a idade média, mas a previsão legal da delação premiada foi recepcionada expressamente pela primeira vez, na legislação brasileira, quando da promulgação da Lei dos Crimes Hediondos (Lei n° 8.072/90). O artigo 7° da referida lei trouxe o parágrafo quarto ao artigo 159 do Código Penal, onde prevê a possibilidade do partícipe do crime de extorsão mediante sequestro ser beneficiado caso suas informações levassem ao cativeiro e ao resgate seguro da vítima. A partir de então o instituto passou a integrar outras leis, tais como:

- Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária (Lei n.º 8.137/90), em seu artigo 16º, parágrafo único: “Nos crimes previstos nesta Lei, cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que através da confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de 1 (um) a 2/3 (dois terços)”;

- Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 12.683/12), artigo 2º, que alterou o dispositivo do artigo 1º, § 5º, da lei anterior de Lavagem de Capitais (Lei n.º 9.613/98):

> A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime(BRASIL, 2012).

Em prosseguimento, temos que a mais recente previsão do instituto veio com a Lei nº 12.850/2013 (Lei de Organização Criminosa), em seu art. 3º: “Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova: I - colaboração premiada”;

A colaboração premiada diverge fortemente a doutrina quantos os benefícios ou não do seu efetivo uso, dessa forma é importante colacionar os efeitos positivos e negativos que traz sua utilização.

A colaboração premiada proporciona ao delator ótimos benefícios, o que gera em certa parte da população um desconforto em relação à punição dos criminosos, facilita a

persecução e o processo penal, ajudando com que os agentes foquem a investigação em determinado lugar, pessoa, etc. agilizando o processo e, consequentemente, a punição dos criminosos.

Os efeitos da delação em relação à sociedade e ao próprio Judiciário é enorme, já que se poupa tempo quando se tem determinadas informações privilegiadas, podendo, assim, chegar mais rápido ao restante dos criminosos, evitando dessa forma, outros crimes e até a impunidade dos demais partícipes. Isso gera uma maior eficácia no combate e punição ao crime organizado

Embora seus benefícios sejam bem generosos, como perdão judicial, diminuição da pena, uma pena restritiva de direitos ao invés de privativa de liberdade, etc., não devemos esquecer que a concessão de tais benefícios é baseada na atividade que o delator exercia na organização criminosa e na eficácia de suas informações prestadas à justiça. Assim, um perdão judicial, por exemplo, só será concedido se a conduta da pessoa no grupo criminoso foi de "pequena relevância" e suas delações foram de enorme valor.

A colaboração premiada vem sendo um grande aliado do Judiciário brasileiro, ganhando cada vez mais evidência e espaço. Tem sido fundamental para a recuperação dos frutos das condutas criminosas e o desmantelamento de várias organizações criminosas, como bem pondera Nancy Andrighi, Ministra do Superior Tribunal de Justiça:

> Nestes dias em que a moralidade pública é aviltada de várias formas, devemos fincar cercas protegendo o Estado de Direito da insidiosa corrupção dos agentes públicos. […] O instituto da delação premiada tem se mostrado fundamental na apuração das macroestruturas de corrupção [...] (BRASIL, 2015).

Há quem aponte efeitos negativos ao instituto, os apoiadores dessa corrente entendem ser imoral a justiça fazer um acordo com um criminoso. Partindo do pressuposto de quem ninguém pode se beneficiar da própria torpeza. Alegam que a lei acaba por autorizar uma "traição", acordando com um bandido, ferindo princípios éticos e morais. Tais argumentos negativos são inconsistentes frente aos resultados positivos que os acordos celebrados vêm produzindo.

Quanto a operação lava jato, já foram 158 acordos firmados, 104 prisões temporárias, 97 prisões preventivas, 6 prisões em flagrante, 65 acusações contra 277 pessoas, das quais 33 já houveram sentença, totalizando 157 condenações. Gerando o conforto aos cidadãos brasileiros, que até mesmo os criminosos de colarinho branco não sairão impunes(DHIAMAIQUE, 2017).

Além de que partir de o momento em que o acusado resolve falar/acordar para ajudar as autoridades, ele já está movido pelo arrependimento, remorso ou quiçá pelo medo das penas que pode vir a sofrer pelas suas condutas delituosas.

Ademais, não há que se falar em ética com moralidade de um criminoso, pois aquele que entra para o crime já está isento dessas qualidades. Nesse sentido, o acordo é de grande valia para as instituições policiais e judiciárias, caminhando de mãos dadas com a justiça.

O acordo, conforme o artigo 3° da Lei 12.850/2013 (Lei de Organização Criminosa) pode ser celebrado em qualquer fase da persecução penal, entretanto dispositivos da supracitada lei foram questionados pela Procuradoria Geral da República (PGR), que levou a julgamento a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5508 à julgamento no Supremo Tribunal Federal

No julgamento da ação, o Supremo entendeu pela constitucionalidade dos dispositivos e pela total legitimidade de os delegados de polícia poderão propor o acordo na fase do inquérito policial. Visto que essa fase é de suma importância para esclarecimento dos fatos, colhimento das provas, etc.

É importante colacionar que mesmo o delegado tendo a legitimidade para propor o acordo, o Ministério Público embora não precise necessariamente estar presentes em todas as fases do acordo, ele deve opinar sobre. No entanto a legitimidade para homologar ou não o acordo, diante das informações prestadas continua sendo competência do Poder Judiciário (Juiz). Este irá efetuar o controle do acordo, suas cláusulas e benefícios.

O Ministro Dias Toffoli entendeu que o delegado de polícia, de acordo com as informações colhidas pode representar ao Juiz, nos autos do inquérito policial, a proposta de perdão, ouvindo sempre o Ministério Público anteriormente.

No julgamento, a Advocacia Geral da União (AGU), ressaltou a importância do delegado de polícia e da polícia judiciária num todo, na incansável busca pela verdade dos fatos e o combate às condutas criminosas.

O Supremo Tribunal ao julgar essa ADI pacificou qualquer divergência que poderia vir a ter sobre o assunto, trazendo maior segurança aos cidadãos quanto aos acordos firmados pela polícia judiciária.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto no decorrer no trabalho o instituto da colaboração premiada é uma espécie de “barganha” onde consiste em o acusado ou réu, negocia com a autoridade competente informações de grande relevância troca de benefícios que podem ser concedidos a seu favor. O instituto existe a um bom tempo, embora há pouco tempo tenha sido trazido de forma expressa.

Percebe-se que o instituto foi criado como uma maneira de minimizar e combater as atividades criminosas em conjunto, partindo da ideia de que dentro de uma organização criminosa, um membro está sempre sujeito a ser delatado por outro. Dessa forma se objetivou erradicar e diminuir atividades ilícitas em equipe.

Claro que sua aplicação não pode ser desmedida e sem critérios, sob pena de perdimento de sua credibilidade. Todavia, há de se concordar que o instituto já é um aliado primordial do nosso sistema judiciário e policial no combate às organizações criminosas.

O STF ao conferir pela legitimidade do delegado de polícia em propor o acordo, minimizou os efeitos deletérios de uma longa persecução penal, trazendo por conseguinte maior clareza e verdade aos fatos, e maior celeridade aos processos.

Doravante, espera-se que a colaboração premiada tenha cada vez mais força e autonomia para atingir seu grande objetivo, que desde logo as autoridades policias possam celebrar cada vez mais acordos, diminuindo a criminalidade, aumentando a eficácia da persecução penal, esclarecendo de forma mais rápida e precisa as investigações, dando como sempre grande apoio ao Ministério Público e Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Lenilson da Silva. **Delação premiada à brasileira:** algumas questões relacionadas à constitucionalidade e à eticidade. (Monografia de conclusão de curso UFMS), 2016.

BRASIL**. Lei nº12.683 de 2012**, dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12683.htm . Acesso em 30/08/19;

_____. **Lei nº 12.850/2013**, dispõe sobre as organizações criminosas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm. Acesso em 30/08/19;

_____. **Lei nº 9.613/1998**, dispõe sobre o sistema financeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9613.htm. Acesso em 30/08/19;

_____. Decreto lei n.3.689/194**. Código de Processo Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm Acesso em 30/08/19.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 outubro 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 30/08/19.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade n. 5508.** Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=382031 Acesso em 30/08/19.

BRANDAO. Marcelo. **Janot destaca papel da delação premiada na recuperação de recursos pelo país, 2015**. Disponível em : http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-09/janot-destaca-papel-da-delacao-premiada-na-recuperacao-de-recursos-pelo

DHIAMAIQUE, Diego. **Os efeitos positivos e negativos da delação premiada.**2017 .Disponível em <https://dhiamaique.jusbrasil.com.br/artigos/492487427/os-efeitos-positivos-e-negativos-da-delacao-premiada >. Acesso em 28/08/19 às 14:05;

ENCCLA, 2014. **Manual da colaboração premiada, ENCCLA – 2014**;

FILHO, EujecioCoutrim Lima. **Colaboração premiada: aspectos relevantes e legitimidade do Delegado**. Disponível em <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com .br/artigos/386097341/colaboracao-premiada-aspectos-relevantes-e-legitimidade-do-delegado> Acesso em 28/08/19, às 15:50

MENDES,Jordana da silva. **Delação premiada**: Uma análise acerca da necessidade de regulamentação específica no direito penal brasileiro.

MENDONÇA**,** Ana Paula Gadelha. **A aplicabilidade da Delação Premiada na nova Lei de Crime Organizado (Lei12.850/13)**.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Organização Criminosa**. São Paulo: RT, 2013, p. 54;

PARANANGUÁ. Rafael Silva Nogueira. **Origem da delação premiada e suas influências no ordenamento jurídico brasileiro**. Jusbrasil, 2013.

COLPOCITOLOGIA ONCÓTICA E A ATUAÇÃO DO BIOMÉDICO NO RASTREAMENTO DO CÂNCER CERVICAL

Ana Laura Modolo de Castro, Gabriela Grandeso, Tanize do Espirito Santo Faulin,
e-mail: lauramodolo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A colpocitologia oncótica ou Papanicolaou é um exame do colo do útero importante na prevenção e diagnóstico de carcinoma da cérvice. Lesões pré-cancerosas do colo do útero estão associadas a anormalidades em preparações citológicas realizadas no exame de Papanicolau que podem ser detectadas muito antes que qualquer anormalidade seja visível na inspeção macroscópica (KUMAR, 2013).

No Brasil, em 2017, ocorreram 6.385 óbitos por câncer do colo do útero (DATASUS, 2019). O câncer de colo uterino, ou câncer cervical, é uma doença de desenvolvimento lento, que pode cursar sem sintomas na fase inicial, sustentando a relevância do exame preventivo periódico. No entanto, muitas mulheres ainda não compreendem e têm carência de informação sobre a importância do exame de Papanicolaou na prevenção e diagnóstico precoce do câncer de colo de útero, que, sendo diagnosticado em seu princípio, há tratamento e grandes chances de cura (SANTOS et al, 2015).

O biomédico citologista é um profissional que têm um papel fundamental na área de colpocitologia oncótica uma vez que ele pode realizar a coleta cérvico-vaginal, coloração, leitura e interpretação da lâmina, além de participar no processo de divulgação, orientação e incentivo à realização do exame (ZAPARTE, 2011).

Destarte, a finalidade deste trabalho é esclarecer a importância do exame de colpocitologia oncótica na prevenção do câncer cervical, assim como, expor quais são as barreiras que dificultam a adesão da mulher à realização do exame, e complementarmente, demonstrar a valiosa contribuição que o biomédico citologista pode oferecer nesta área.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando-se artigos científicos dos últimos 10 anos (de 2009 a 2019) disponíveis na base SciELO, aplicando as seguintes palavras-chave: câncer, útero, cervical, citologia oncótica, Papanicolaou, biomédico citologista. As palavras-chave foram utilizadas de diferentes formas combinadas. Para obter informações sobre dados estatísticos e outros dados adicionais, foram também consultados sites governamentais e livros sobre o tema.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O câncer cervical ocupa o sétimo lugar no ranking mundial, sendo o quarto tipo mais comum na população feminina. No Brasil, estimam-se 16.370 casos novos de câncer do colo do útero para cada ano do biênio 2018-2019, com um risco estimado de 15,43 casos a cada 100 mil mulheres, ocupando a terceira posição (INCA, 2017).

O Ministério da Saúde, por meio da publicação “Diretrizes para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero 2016”, recomenda o exame citopatológico em mulheres assintomáticas com idade entre 25 e 64 anos, a cada três anos, após dois exames anuais consecutivos normais. Em caso de resultado de lesão de baixo grau, a indicação é de repetição do exame em seis meses (INCA, 2017). O exame de citologia oncótica possui baixo custo, simples realização, alta sensibilidade, porém baixa especificidade; assim, praticamente todas as alterações podem ser detectadas, apesar de alguns falsos-positivos (MÜLLER, 2010).

O exame de Papanicolaou detecta o câncer de colo de útero em estágio precoce ou anormalidades nas células que podem estar associadas ao desenvolvimento deste tipo de tumor. Além do mais, ele também pode encontrar condições não cancerígenas, como verrugas genitais causadas pelo papilomavírus humano (HPV) e herpes, infecções vaginais causadas por fungos, como a candidíase ou por protozoários, como o *Trichomonas vaginalis* (LINS et al., 2014).

Na coleta do exame de Papanicolaou é inicialmente introduzido um espéculo na vagina para visualização do colo. Em seguida, faz-se um raspado na junção escamocolunar com movimento de rotação de 360° da espátula de Ayres para a coleta de material da ectocérvice. Depois, uma escovinha é introduzida no orifício cervical externo para a coleta do espécime da mucosa endocervical. As células coletadas são colocadas numa lâmina para análise em laboratório (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Depois de coletado, o material é corado por um conjunto de corantes que tem como objetivo a evidenciação de variações na morfologia e nos graus de maturidade e atividade metabólica celular. O método de Papanicolaou utiliza a hematoxilina (um corante básico com afinidade pelo núcleo), o Orange G (um corante ácido com afinidade pelo citoplasma de células queratinizadas) e o EA-65 (um corante policromático que oferece tonalidades diferentes no citoplasma) (CAPUTO, 2010). Após a coloração, o material é observado ao microscópio.

O desenvolvimento da citologia esfoliativa e da colposcopia como técnicas de detecção precoce e de prevenção do câncer cervical, tornou possível a extensão das ações contra a doença a um número maior de mulheres (TEIXEIRA, 2015). MITTELDORF (2016) relata que ao longo dos últimos 30 anos, a triagem de citologia de câncer de colo do útero contribuiu para uma redução de 50% na incidência de câncer cervical nos Estados Unidos e relata que o rastreio adequado pode efetivamente prevenir a doença, uma vez que 50% das mulheres diagnosticadas com câncer cervical nunca foram submetidas a testes de citologia cervical e outros 10% não receberam rastreio nos cinco anos anteriores ao seu diagnóstico. O câncer de colo de útero é raro entre as mulheres que fazem a triagem.

Mesmo havendo o exame de Papanicolaou, que permite a prevenção e detecção precoce do câncer cervical, ainda há uma alta razão incidência/mortalidade das mulheres acometidas por esta neoplasia maligna. Em uma análise publicada por Mascarello et al (2012), foi apontado que as mulheres analfabetas e com até ensino fundamental incompleto representaram 70,9% da amostra de mulheres com câncer cervical, demonstrando que mulheres com baixo grau de instrução têm maior risco de desenvolver esta neoplasia.

Além da baixa escolaridade e desinformação sobre o exame, outros fatores dificultam a adesão das mulheres à realização do teste. Ferreira (2009), ao avaliar os motivos que influenciaram um grupo de mulheres a nunca ter realizado o exame de Papanicolaou após iniciarem a atividade sexual, verificou que os motivos foram: o medo da coleta e do resultado do exame, a dificuldade de acesso aos postos de atendimento, falta de tempo, rotina pesada de trabalho, não ter onde deixar os filhos e o desencorajamento pelo parceiro. Além do mais, muitas mulheres sentem-se envergonhadas e constrangidas durante a realização do exame (SANTOS et al, 2015).

Visto que a coleta do Papanicolaou pode gerar constrangimento e desconforto na mulher, é indispensável que o biomédico ofereça um atendimento humanizado na coleta

do exame, com empatia e ética profissional, respeitando a paciente e transmitindo-lhe segurança e confiança.

A colpocitologia oncótica é uma área em ascensão no mercado de trabalho para o biomédico citologista, tendo extrema importância na saúde pública e favorecendo a prevenção do câncer de colo de útero, mama e outras cavidades corporais que podem apresentar patologias.

O profissional biomédico tem formação generalista, humanista e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual. De acordo com a Resolução nº 78 de 29 de abril de 2002 do Conselho Federal de Biomedicina (CFBM), compete ao biomédico com habilitação em citologia oncótica, realizar a colheita do material cérvico-vaginal e leitura da respectiva lâmina, exceto a coleta de material através do método de punção aspirativa por agulha fina (PAAF). O biomédico pode realizar a leitura de citologia de raspados e aspirados de lesões e cavidades corpóreas, através do método de Papanicolaou. Também, pode atuar no setor de imunohistoquímica e imunocitoquímica no diagnóstico citológico, e assumir responsabilidade técnica, assinando os respectivos laudos (CRBM-1, 2017).

Adicionalmente, a Resolução nº 239, de 29 de maio de 2014, descreve que “o biomédico é capacitado ao exercício de atividades referentes às análises clínicas, citologia oncótica, histologia, análises hematológicas, análises moleculares, produção e análise de bioderivados, análises bromatológicas, análises ambientais, pautado em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da saúde da população em geral” (CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA, 2014).

Para que o biomédico pode atuar em citologia oncótica, é necessário especializações com base no diagnóstico citopatológico, podendo obter aprofundamento através da realização de estágio supervisionado com duração igual ou superior a 500 horas cursadas em instituições oficiais ou particulares, reconhecidas pelo órgão competente do Ministério da Educação ou em laboratório conveniado com instituições de nível superior ou cursos de especialização ou pós-graduação, reconhecidos pelo MEC (CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA, 2019).

Perante o exposto, é notório que o biomédico possui uma significante atuação no rastreamento do câncer cervical, prestando serviços de qualidade desde a coleta, baseada nos princípios éticos, até a execução do exame e emissão do laudo, ou até

mesmo orientando as pacientes e participando de ações educativas em campanhas de conscientização sobre a finalidade do exame de Papanicolaou.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O câncer de colo de útero é um problema de saúde pública, com elevado índice de morbimortalidade feminina em todo o mundo. A colpocitologia oncótica é utilizada para detectar a presença precoce de lesões pré-cancerígenas. Isso favorece o tratamento ou até mesmo impede o desenvolvimento do câncer. Estratégias devem ser elaboradas para combater os diversos fatores, dentre eles a desinformação, que dificultam a adesão de muitas mulheres à realização deste imprescindível exame.

Considerando a importância da informação para a mudança no perfil de morbimortalidade da doença, o biomédico citologista tem uma contribuição inestimável na divulgação do conhecimento acerca da finalidade e importância do exame de Papanicolaou por meio de ações educativas, assim como, na orientação das pacientes sobre o período para iniciar o exame de prevenção, periodicidade que o exame deve ser feito e onde é possível ter acesso ao exame.

Cabe também ao biomédico citologista, e demais profissionais da saúde, efetuar um atendimento humanizado na coleta do exame e executar a análise laboratorial com excelência, auxiliando os médicos no diagnóstico e tratamento.

REFERÊNCIAS

CAPUTO, L. F. G. Técnicas citológicas. *In*: MOLINARO, E. M.; CAPUTO, L.; AMENDOEIRA, R. **Conceitos e métodos para a formação de profissionais em laboratórios de saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; IOC, v.2, cap.4 2010. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/capitulo_4_vol2.pdf. Acesso em 01 jul. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA. Resolução nº 239, de 29 de Maio de 2014.**Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.99, 08 jul. 2014.

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA. **Manual do Biomédico**. História, atuação, importância para a saúde, para educação e para a sociedade brasileira. Disponível em: http://www.crbm1.gov.br/MANUAL_BIOMEDICO.pdf. Acesso em: 01 jul. 2019.

CRBM-1. **Manual do Biomédico**. Edição digital 1º semestre 2017. Disponível em: https://crbm1.gov.br/site/wp-content/uploads/2016/04/Manual-do-Biomedico-Edicao-digital-2017.pdf. Acesso em 01 jul 2019.

DATASUS. Ministério da Saúde. **Mortalidade - Brasil**. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def. Acesso em: 19 jul. 2019.

FERREIRA, M.L.S.M. Motivos que influenciam a não realização do exame de Papanicolaou segundo a percepção de mulheres. **Esc. Anna Nery Ver Enferm**, v.13, n.2, p.378-84, 2009.

INCA - INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2018:** incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2017.

KUMAR, V.; ABBAS, A.K.; ASTER, J.C. **Patologia básica**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LINS, B. et al. Citologia oncótica: aplicabilidade e atuação do profissional biomédico na área. *In*: II CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FSG, 2014, Caxias do Sul. **Anais** [...]. Caxias do Sul: FSG, 2014, v.2, n.2, p. 318-327.

MASCARELLO, K.C. et al. Perfil Sociodemográfico e Clínico de Mulheres com Câncer do Colo do Útero Associado ao Estadiamento Inicial. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v.58, n.3, p.417-426, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Técnico em citopatologia**. Citopatologia ginecológica. Rio de Janeiro: CEPESC, 2012.

MITTELDORF, C. A. T. S. Cervical cancer screening: from Pap smear to future strategies. **J. Bras. Patol. Med. Lab**., v. 52, n. 4, p. 238-245, ago. 2016.

MÜLLER, G.C. Alterações citológicas: uma revisão sobre a importância da Citologia Oncótica. **Unoesc & Ciência - ACBS**, Joaçaba, v. 1, n. 2, p. 87-94, 2010.

SANTOS, A.M.R. et al. Câncer de colo uterino: conhecimento e comportamento de mulheres para prevenção. **Rev Bras Promoç Saúde**, Fortaleza, v.28, n.2, p.153-159, 2015.

TEIXEIRA, L.A. Dos gabinetes de ginecologia às campanhas de rastreamento: a trajetória da prevenção ao câncer de colo do útero no Brasil**. Hist. cienc. Saude – Manguinhos**, v.22, n.1 Rio de Janeiro, 2015.

ZAPARTE, A.; COSER, J. O papel do biomédico no rastreamento do câncer de colo uterino. *In*: XVI Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2011.

COM TATO: REVISTA ADAPTADA PARA DEFICIENTES VISUAIS

Graziela Oliveira da Cruz, Bianca Didoni, e-mail: Graziela_cruz@outlook.com.br

1 INTRODUÇÃO

Esse presente artigo tem como objetivo apresentar levantamentos a respeito da deficiência visual em nosso País, bem como a pesquisa buscando entender o processo de alfabetização desses deficientes e a busca por veículos de informações que estão disponíveis e adequados para esses grupos.

A primeira abordagem caracteriza as diferenças entre os grupos de deficientes visuais para entendermos a necessidade de cada um. Para Gil (2000), o termo deficiência visual abrange um amplo universo, várias áreas e conceitos. Existem dois grupos com características e situações diferentes, grupos de pessoas com baixa visão ou visão subnormal e totalmente cegos.

Indivíduos com baixa visão por sua vez, possuem a capacidade de enxergar, mas dependem de fontes/letras ampliadas e material adaptado de acordo com a necessidade ótica de um. Já pessoas totalmente cegas são caracterizadas como indivíduos com pouca capacidade de enxergar ou que perderam totalmente a visão.

A partir dessas análises e outras a respeito de políticas públicas, acessibilidade e adaptação, criou-se a revista “com tato”, com periodicidade mensal, enfoque direcionado, voltada ao público-alvo (deficientes visuais) e local, limitada a região centro oeste paulista.

Tendo em vista que durante pesquisa de campo, mais especificamente em bancas tradicionais, bibliotecas comuns e bibliotecas de instituições especializadas, não existem acervos de revistas adaptadas. Os materiais encontrados são apenas livros educativos e de leitura recreativa; sendo possível analisar a falta de um produto informativo ou que entretenha.

Contudo, o conjunto de pesquisas e análises serviram de base para a criação da revista adaptada e que pudesse oferecer opções diversas de leitura para deficientes visuais (cegos e baixa visão). O conteúdo deste projeto também está totalmente voltado ao público-alvo, com histórias, notícias e informações sobre a atualidade.

2 METODOLOGIA

Stumpf (2008) acredita que o trabalho de pesquisa bibliográfica se inicia no planejamento, organização e anotação de dados e conteúdos já previamente estudados e analisados a respeito do tema tratado.

A metodologia empregada na elaboração deste projeto está voltada para a revisão de literatura, bem como a realização de entrevistas abertas, entrevistas fechadas e em profundidade, análises de pesquisa, assim como pesquisa de campo e leituras direcionadas.

A busca por materiais se deu também através de pesquisas em bibliotecas, sites, google acadêmico, portal de periódicos CAPES, livros, entre outros. Em seguida, já com a obtenção desses materiais, o próximo passo foi a leitura e anotação de dados que pudessem contribuir para a elaboração da revista.

Além dos diferentes tipos de pesquisas e entrevistas, foram feitas leituras de artigos, textos e livros que ajudassem a entender tanto a necessidade de deficientes visuais quanto a necessidade em relação aos aspectos gráficos para a elaboração da revista adaptada.

Seguindo a linha de raciocínio da autora, fez-se a transcrição do material estudado e a partir daí iniciou-se o processo de criação da revista, através de elaboração de pautas, agendamento de entrevistas, registros fotográficos, escolha de editorias e demais conteúdo.

Outro item estudado e testados foram os aspectos gráficos para a diagramação da revista ampliada para deficientes visuais com baixa visão, tais como escolha de cores, fontes, tamanho de imagens, tipo de fonte, tamanho do texto, entre outros.

No que diz respeito ao Braille (revista para totalmente cegos), foram estudados e analisados aspectos de leitura prática, evitando excesso de pontuação e imagens, uma vez que não será possível incluir fotografias, em relação ao custo dessas inserções e a gráficas disponíveis.

E por fim, é de suma importância destacar o estudo sobre a alfabetização desses indivíduos, como ela funciona, quando começa, conceitos da escrita em braile e diferentes tipos de materiais consumidos por esse público.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A criação da revista poderá servir como uma plataforma totalmente voltada aos deficientes visuais, como um produto que proporcione acessibilidade e seja encarada como indícios e iniciativas de representatividade entre os leitores, principalmente o público-alvo.

O cunho especializado da revista pôde reunir assuntos e histórias totalmente voltados e do interesse de deficientes visuais, assim como informações e demais utilidades. O produto em si poderá oferecer variedades em relação ao conteúdo, leituras, assuntos e curiosidades.

Com idealização deste projeto foi possível, através de pesquisas, a identificação e análise da maior concentração de deficientes visuais por região; o Sudeste foi apontado pelo IBGE 2010, como a região que mais possui indivíduos com problemas de visão (cegueira, baixa visão e outras dificuldades para enxergar).

Foram visitados alguns acervos e também conteúdos digitais para entender que material é oferecidos e quais as formas de adaptação. Nessas visitas em instituições notou-se a escassez em produtos de entretenimentos, variedades; percebeu-se que grande parte dos livros e materiais são oferecidos por entidades governamentais, como por exemplo a Fundação Dorina Nowill.

Houve uma descoberta a respeito da produção de conteúdo com audiodescrição, que são disponibilizados nos portais e sites dessas entidades como forma de projetos, porém uma revista adaptada/ampliada para deficientes com baixa visão ou revista em braile, não foram encontradas em nenhum comércio ou banca da região.

Descobriu-se nesse estudo que apesar do avanço em tecnologias na área de conhecimento de deficientes visuais, não há oferta e acessibilidade em materiais e conteúdos jornalísticos, bem como a ausência da leitura entre esses grupos por falta de material adaptado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo de criação do projeto, desde pesquisas e buscas iniciais, foi perceptível a falta de meios de comunicação, produtos adaptados para o grupo de deficientes visuais. A falta de variedade em conteúdo, plataformas e também a falta de representatividade dessas pessoas.

Algumas iniciativas de políticas públicas foram descobertas nessas pesquisas; instituições voltadas ao aprendizado e inserção dessas pessoas na sociedade na maioria das situações não possuem tanto reconhecimento.

Por outro lado, o que supre a falta de um veículo informativo, são os projetos dessas pequenas instituições regionais; projetos que capacitam e preparam deficientes visuais para o mercado de trabalho, através de oficinas artesanais, cursos especializados, oficinas recreativas, assim como a alfabetização dos assistidos.

Entretanto, essa revista, atendendo a periodicidade mensal, pretende cumprir com todos os objetivos, desde objetivos gerais e específicos, tais como o acesso a informação, variedade em conteúdo, acessibilidade, adaptação e por fim, promover o contato entre leitores e o produto.

O intuito final é de que a revista fique disponível e acessível em bancas, em comércios e até mesmo nas instituições regionais, uma vez que a mesma engloba uma região delimitada e local. A comercialização/distribuição da mesma dependerá da continuação do projeto e dos aspectos mercadológicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de educação a distância. Deficiência visual. Brasília, 2000. 40 p.

DUARTE, J; BARROS, A. Pesquisa Bibliográfica: como revisar pesquisa bibliográfica. *In:* STUMPF, I. R.C. Métodos de pesquisa em comunicação. São Paulo. Atlas, 2008. p. 51-59.

COMENTÁRIOS ACERCA DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL DO SERVIDOR PÚBLICO.

Adan José Guerta de Oliveira, Diego Ximenes Vieira, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, email: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao tratar desse tema, buscar-se-á demonstrar as hipóteses em que um servidor público pode responder pela prática de atos administrativos inclusive na esfera penal, onde poderá ser condenado ou absolvido. Em conjunto com o direito administrativo, está o direito penal, processual penal, dando resguardo para hipóteses de condenação e absolvição do funcionário público. Esse trabalho cientifico é de suma importância pelo fato de nos dias atuais, deparando-se com situações nesse contexto; pessoas sujeitando-se a vários e diferentes crimes para poder de alguma forma beneficiar terceiros com o ato errôneo.

Encontra-se em destaque nesse assunto as leis das quais se relacionam ao servidor público, bem como o nosso código processual penal e código penal. Evidenciando-se um favorecimento do sujeito a fim de resultados a terceiros ou a si próprio, como proceder? Nessa mesma linha de pensamento, quando e por quais motivos haverá a absolvição do servidor uma vez provada sua incorrupção.

2 METODOLOGIA

A Metodologia desse trabalho consistirá em apresentar de forma clara e objetiva os pontos confrontantes do cargo público diante da exposta e recorrente usurpação do cargo e funções para desenvolver a “corrupção” a fim de seu beneficiamento. Consistirá essa pesquisa na análise crítica dos fatos diante da legislação brasileira vigente que trata sobre o assunto aqui dinamizado. Nesse trabalho apresenta-se começo, meio e fim; ou seja, trazendo um breve resumo do assunto, o desenvolvimento e a conclusão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os deveres aos quais os servidores públicos estão sujeitos, estão dispostos no artigo 2º da Lei nº 8.027 de 12 de abril de 1990, qual fala:

> Art. 2º São deveres dos servidores públicos civis:
> I - exercer com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares inerentes ao cargo ou função;
> II - ser leal às instituições a que servir;
> III - observar as normas legais e regulamentares;
> IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
> V - atender com presteza:
> a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas pelo sigilo;
> b) à expedição de certidões requeridas para a defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
> VI - zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
> VII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição, desde que envolvam questões relativas à segurança pública e da sociedade;
> VIII - manter conduta compatível com a moralidade pública;
> IX - ser assíduo e pontual ao serviço;
> X - tratar com urbanidade os demais servidores públicos e o público em geral;
> XI - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Quando um desses incisos do artigo 2º da Lei nº 8.027 de 12 de abril de 1990 não são levados em consideração pelo agente público, haverá divergência de caráter do servidor, uma vez que o mesmo tem que ser obediente ao que a lei dispõe sobre seus deveres.

Haverá possibilidade de condenação do servidor público quando se supõe que no exercício de suas funções ele cometeu um crime e que por meio deste acabou beneficiando a ele mesmo ou demais pessoas de seu círculo de afinidades.

Uma vez apurada as causas do ato criminoso, responderá o servidor público, ao depender de cada caso, administrativamente, e penalmente sobre os atos infringidos.

No processo penal vigora a presunção de inocência, ou seja, a dúvida favorece o réu. Para que ele sofra uma condenação penal, o juízo tem que ter certeza, embora nunca seja uma certeza absoluta, mas uma certeza relativa sobre a infração, a materialidade e a autoria da infração.

No processo administrativo, para uma sanção ser aplicada, bastará que este agente revele através de documentações a violação cometida ao Princípio da Legalidade do Direito Administrativo, cabendo após a verificação de culpa, a aplicação de medidas administrativas para eventual afastamento do agente etc. No direito administrativo diferentemente do direito processual penal, não haverá o beneficiamento do réu através da interpretação do processo, somente se havendo uma causa maior que mostre a necessidade de uma vasta averiguação dos fatos e sua abrangência na área penal, caberá investigação dos fatos e com isso podendo gerar uma condenação administrativa. No que condiz a sansão ora comentada, diz-se que não necessariamente

poderá o agente sofrer demissão em princípio, mas que poderá o servidor público sofrer uma advertência, multa, tudo dependendo do crime e sua gravidade.

Na esfera Penal, no artigo 92 do Código Penal dispõe sobre a condenação do servidor acerca dos crimes cometidos.

Quando em casos que a infração administrativa também encontra previsão no código penal brasileiro, o servidor responderá tanto o processo administrativo quanto à ação penal, apurando os fatos. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade. Segundo o Art. 143 da lei 8.112/90: “A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa”, assim após irregularidade/infração, o ente administrativo promoverá a apuração pelos atos devidos.

Conforme dispõe na Lei 8.112/90, em seu artigo 147 adiante, haverá afastamento preventivo do agente como uma medida cautelar para que o servidor não possa agir diante de irregularidades e atrapalhar o andamento da instauração do processo, poderá o agente ser afastado por até 60 (sessenta) dias. “A denúncia deverá conter a identificação e o endereço do denunciante e será formulada por escrito, confirmada a autenticidade. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto. ” (§ único do artigo 144, lei 8.112/90). Nestes casos o julgamento há de ser feito em até 20 dias, arcando se proferida decisão administrativa, aos dispositivos da Lei 8.112/90 mais especificamente em seu artigo 127.

Havendo condenação criminal é indicativo da existência de ilicitude no ato, poderá ser condenado na esfera administrativa também.

Poderá haver cumulação, assim como mencionado no capítulo anterior, especificamente no art. 125 da lei 8.112/90.

Sobre as possibilidades de absolvição do agente público, dispõe o artigo 126 da Lei 8.112/90:

> Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
> Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema ora elaborado de suma importância, trasferiu o conhecimento sobre as faltas delituosas dos servidores públicos, como podem os órgãos públicos intervirem no ato, e quais são as possíveis formas de condenação em caso de crime, qual a forma trazida em nosso ordenamento jurídico para absolvição; entre outras demais coisas, há muito no que se falar e pesquisar sobre o assunto. Muito embora haja limitações ao direito administrativo em impor sansões mais rígidas aos agentes, temos como subsidiário o nosso Código Penal e Processual Penal que nos garante que haverá uma observância maior aos atos administrativos dos agentes.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Amanda de Abreu Cerqueira; MADEIRA, José Maria Pinheiro. A intercomunicação do direito penal nas esferas do processo disciplinar à luz das recentes decisões dos nossos tribunais. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5923, 19 set. 2019.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO; https://www.cgu.gov.br/sobre/perguntas-frequentes/atividade-disciplinar/penalidades; Acesso em 26 de setembro de 2019.

LENARTE, Marli Terezinha; Processo Administrativo Disciplinar: sentença de absolvição por falta de provas na esfera penal; 05/2014; <https://jus.com.br/artigos/28876/processo-administrativo-disciplinar-sentenca-de-absolvicao-por-falta-de-provas-na-esfera-penal>; Acesso em 26 de setembro de 2019.

MACHADO, Agapito; Perda e Recuperação de Cargo; 02/2018 https://jus.com.br/artigos/64281/perda-e-recuperacao-de-cargo; Acesso em 26 de setembro de 2019.

NORMAS LEGAIS. http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/processo-administrativo-disciplinar-penalidades-prescricao.html

COMPLIANCE
PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DA LEI ANTICORRUPÇÃO

Daiane Caldeira da Silva, Thais Lourenço da Silva, Perla Savana Daniel, e-mail: perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em um período marcado por grandes fatos corruptos, tanto quanto na administração pública quanto na esfera empresarial privada, em um mundo cada vez mais globalizado em que tais práticas se tornem necessárias para que a conformidade de regras e, especialmente para garantir o potencial de segurança das empresas, surge como uma ferramenta poderosa de integração de boas práticas corporativas com impactos em toda a organização.

O compliance é um termo em inglês adaptado ao vocabulário brasileiro. “Comply” tem como significado a sintonia de regras que a legislação estabeleceu para o seu negócio, é a certeza de que a sua empresa está dentro dos padrões de todos os segmentos: trabalhista, previdenciário, financeiro, civil, contábil, entre outros. O termo ganhou espaço no Brasil com a Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98) e com a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13), em que permitiu as pessoas envolvidas a responsabilização criminal, civil.

2 METODOLOGIA

Este estudo consiste em aprofundar conhecimentos de pressupostos teóricos e informações sobre lavagem de dinheiro e comitê de recursos humanos , apresentando os seguintes aspectos: a) objetivo; b) estrutura; c) responsabilidades; e d) conduta ética. Apontado pelas melhores práticas de governança corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

3 RESULTADO E DISCUSSÕES

3.1- O compliance tem por objetivo estimular a participação do setor privado no gerenciamento adequado de conduta e ética, pode ser utilizado como uma ferramenta de controle, proteção e prevenção de possíveis práticas criminosas nas empresas, uma

espécie de transferência de responsabilidade, para que todos os envolvidos tenham sua participação de modo que, a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica seja de menor participação. A ideia surgiu por intermédio da legislação norte-americana, com a criação da *Prudential Securities*, em l950, e com a regulação da *Securities and Exchange Commission* (SEC), de 1960, onde se fez menção à necessidade de institucionalizar os programas de compliance, com a finalidade de criar procedimentos internos de controle e monitoramento das operações entre pessoas. Alguns anos depois, exatamente em nove de dezembro de 1977, registrou-se na Europa a Convenção Relativa à Obrigação de Diligência dos Bancos no Marco da Associação de Bancos Suíços, instituindo as bases de um sistema de autorregulação de conduta, vinculando as instituições, cujo descumprimento resultaria na aplicação de sanções como multas e outras penalidades, e, em outubro de 2001, o Ato Patriótico dos Estados Unidos, criado logo após os atentados terroristas de 11 de setembro. Nota-se que, o compliance pode e deve ser utilizado, tanto como uma ferramenta de controle, proteção e prevenção de possíveis práticas criminosas nas empresas.

Os programas de conformidade também estão ligados à denominada “governança corporativa”, ou seja, um sistema de direção e organização empresarial, abarcando mecanismos regulatórios de mercado. Isto posto, os “programas de integridade” são considerados por muitos como elementos essenciais das práticas negociais.

O compliance pode ser dividido em dois campos de atuação: um, de ordem subjetiva, que compreende regulamentos internos, como a implementação de boas práticas dentro e fora da empresa e a aplicação de estruturas em conformidade com a legislação à sua área de atuação, a fim de prevenir ou minimizar riscos, práticas ilícitas. De outro modo, de ordem objetiva, obrigado por Lei, como é o caso dos artigos 10 e 11 da Lei 9.613/1998 (Lei da Lavagem de Dinheiro).

3.2 LEI Nº 9.613, de 3 de março de 1998, dispõe sobre os crimes de "**lavagem**" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta **Lei**; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências., no Art. 2º prevê o processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei:

III - são da competência da Justiça Federal:

a) quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades

autárquicas ou empresas públicas; o objetivo para instituir um novo tipo penal, mencionada como “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; é resguardar o sistema financeiro nacional contra a indesejável utilização das instituições que o integram para a prática das condutas ilícitas previstas e, criar um órgão colegiado governamental (COAF).

3.3- Práticas da Governança corporativa é um sistema de extrema importância na atualidade. Esse tema vem atraindo a atenção de acadêmicos, executivos, investidores, *stakeholders* e legisladores. Independentemente do tipo, origem ou porte da empresa, alcançar níveis adequados de GC contribui para a sua sobrevivência e perenidade.

Recebe o nome de Governança Corporativa (GC) o “sistema de relacionamento entre os acionistas, os auditores independentes, os executivos da empresa e os conselheiros de Administração, liderado por estes últimos” (LODI, 2000, p. 13). Segundo o mesmo autor, GC pode ser o sistema de relacionamento, assim como o papel que exercem os conselhos de administração.

Em decorrência das fraudes, escândalos e bancarrotas econômicas norte-americanas e britânicas, em 1992, surgiram os primeiros códigos das melhores práticas de GC. A partir daí, o conceito e a prática de GC foram sendo disseminados no mundo (LODI, 2000).

Um exemplo de fraude, que abalou o Reino Unido, foi o caso do Barings Bank (1762-1995), mostrado no filme *Rogue Trader* (*A Fraude*). Lodi (2000, p. 126-127) faz reflexões a esse respeito. O Barings Bank pertenceu à aristocrática família Barings e era chamado de “O Banco da Rainha”. O filme mostra como Nick Leeson, um auxiliar, sem escolaridade e sem qualificação profissional tornou-se o *chief trader* do Banco em Singapura, causando uma perda de US$ 1,4 bilhão e a falência do banco em cerca de dois anos. Auditores da Coopers & Librand poderiam ter impedido o desvio de recursos desde 1993, dois anos antes da quebra do banco. Segundo conclusão de um relatório do Bank of England, objeto do inquérito parlamentar, a má administração levou o Barings ao colapso. Peter Norris, presidente do banco, recebeu multa de 10 mil libras e sua atuação em qualquer entidade financeira foi impedida por três anos. O Barings foi vendido ao ING, banco holandês, por 1 libra esterlina.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), na sua quarta versão do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (2009, p. 19), define GC como “o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os 3

relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle".

O desenvolvimento e estruturação de um programa de Compliance Trabalhista requer Governança Corporativa e da Lei Anticorrupção, o engajamento e vontade dos diretores da empresa para proporcionar uma organização completamente conforme com a legislação nacional e eventualmente internacional, dependendo da operação desta empresa, mas, acima de tudo, é uma ferramenta que garanta a eficácia da empresa em eventuais passivos trabalhista futuros, ou seja, o engajamento dos dirigentes faz com que o programa preventivo seja criado, padronizado e ramificado para todas as áreas da empresa. O processo inicia-se pela análise do objetivo social para correto enquadramento sindical e normas coletivas, passando pela micro e macro gestão de Recursos Humanos e por meio dos procedimentos técnicos na gestão dos funcionários, chegando finalmente à Gestão Corporativa com os dirigentes e na assessoria do dia a dia nas condutas e na tomada de decisões na empresa que têm reflexos trabalhistas e financeiros de uma maneira geral. Os conselhos de administração são apoiados por comitês consultivos, cujos papéis, responsabilidades e âmbito de atuação devem ser bem definidos.

3.4- Conselho de Administração, a importância dos Conselhos de Administração como força interna de controle é de tal ordem que não é possível dissociar as expressões governança corporativa e Conselho de Administração." Essa afirmação leva à compreensão de que não parece ser possível um código de boas 9 práticas de governança corporativa desconsiderar a existência do conselho de administração e dos comitês consultivos.

A composição do conselho de administração depende dos objetivos, estágio/grau de maturidade da organização e expectativas relacionadas à atuação do conselho. Na composição do conselho, a organização deve considerar a criação de um ambiente que gere a livre expressão dos conselheiros e também deve buscar a diversidade de experiências, qualificações e estilos comportamentais para que o conselho agregue as competências necessárias para o exercício eficaz das atribuições. Essas competências estão relacionadas às experiências como executivo sênior, em participação em outros conselhos de administração, em gestão de mudanças e controle de riscos e em gestão de pessoas e conhecimentos de finanças, contabilidade, jurídico, negócios da organização, mercados nacional e internacional e contatos de interesse da organização.

O conselheiro deve ter qualificações, tais como: alinhamento com os valores organizacionais e seu código de conduta, capacidade de percepção e de defender seus pontos de vista, disponibilidade de tempo e motivação. Também são recomendáveis ao conselheiro visão estratégica, conhecimentos das melhores práticas de governança corporativa, capacidade de trabalhar em equipe, de ler e entender relatórios gerenciais, contábeis e financeiros, noções de legislação societária e percepção do perfil de risco da organização. O mandato do conselheiro não deve exceder a dois anos; sua reeleição não deve ser automática e devem ser considerados os resultados de sua avaliação individual. É recomendável que a quantidade de conselheiros seja entre cinco e 11. Há três tipos de conselheiros: independentes, externos e internos. Os **conselheiros independentes** são contratados através de processos formais, tendo escopo de atuação e qualificação bem definidos. Os **conselheiros externos** não têm vínculo com a organização, mas não são independentes; podem ser ex-diretores, ex-funcionários, advogados e consultores prestadores de serviço à organização, sócios ou funcionários do grupo controlador e seus parentes próximos. Os **conselheiros internos** são diretores e funcionários da organização. O presidente do conselho deve estabelecer objetivos e programas do conselho, presidir as reuniões, coordenar e supervisionar as atividades dos conselheiros, atribuir responsabilidades e prazos, além de monitorar o processo de avaliação do Conselho (IBGC, 2009).

3.5. Comitês são órgãos acessórios ao conselho de administração. Podem ser formados comitês específicos como os de auditoria, recursos humanos/remuneração, governança, finanças, sustentabilidade e outros. Os comitês do conselho devem ser formados apenas por conselheiros. Em caso de não haver conselheiro especialista no tema a ser estudado, convidados especialistas externos podem ser contratados. Os comitês de auditoria e de recursos humanos devem preferencialmente ser formados por participantes independentes do conselho, sem a participação de conselheiros internos devido à possibilidade de conflitos de interesse (IBGC, 2009).

3.6 O objetivo desse comitê de auditoria é analisar as demonstrações financeiras, supervisionar a área financeira e monitorar as avaliações e recomendações dos auditores independentes e internos. Pelo menos um dos integrantes deve ter experiência comprovada na área contábil ou de auditoria. O comitê de auditoria deve reunir-se com

o conselho de administração, conselho fiscal, diretor-presidente e demais diretores (IBGC, 2009).

3.7 A finalidade da constituição do comitê de Recursos Humanos é discutir assuntos relacionados à sucessão, remuneração e desenvolvimento de pessoas, além de examinar os critérios para contratação de executivos e avaliar as políticas existentes (IBGC, 2009). Embora seja considerada uma boa prática de GC, muitas organizações não percebem a necessidade de ter comitê de remuneração.

3.8 A Lei Sarbanes-Oxley, aprovada em julho de 2002, pelo Congresso dos Estados Unidos da América do Norte, estabeleceu medidas preventivas para disciplinar o comportamento no mundo corporativo, fundamentada nas boas práticas de governança. As principais normas estabelecidas nessa lei relacionam-se a quatro valores: 1) *compliance* (conformidade legal); 2) *accountability* (prestação responsável de contas); 3) *disclosure* (transparência); e 4) *fairness* (senso de justiça). Os impactos dessa lei e das mudanças que inspiraram na legislação de outros países definiram e ainda estão definindo um novo cenário para a governança corporativa, que pode ser percebido através da tendência dos conselhos assumirem o controle efetivo das corporações; a incorporação de valores da boa governança aos códigos de ética; a redução de conflitos diante da transparência e controle de remunerações e benefícios; e o rigor nas leis e punições (ANDRADE e ROSSETTI, 2007).

As principais regras relacionam-se a: governança corporativa, comitê de auditoria, serviços prestados por empresas de auditoria independente, restrições, responsabilidades e representações de diretores, relatórios e certificados sobre procedimentos de controles internos e critérios para divulgação de informações financeiras (ÁLVARES; GIACOMETTI; GUSSO, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode supor que praticar boa governança corporativa implique somente em seguir regulamentos e normas. GC deve estar pautada na qualidade das atitudes e valores éticos e morais, que devem estar alinhados entre todas as pessoas envolvidas, sejam elas proprietários, acionistas, controladores e os *stakeholders*. O papel da gestão de pessoas diante do sistema de GC é, chamar a atenção aos profissionais que precisam estar próximos dos grupos controladores e influenciá-los nas políticas de gestão de

pessoas, para que haja coerência entre a orientação, a política e a filosofia dos grupos controladores e as práticas na organização. No caso das organizações estatais, a cada quatro anos o governo pode mudar e, com isso, acontecer nova orientação do controlador. No caso das multinacionais, as orientações seguem a matriz da empresa. “Pessoas criam as melhores e as piores práticas”: este é o subtítulo do livro de Steinberg (2003), sintetizando a ideia de que a vontade e o sentimento humanos emanam tudo aquilo que enaltece e também tudo aquilo que é condenável.

Quanto as ferramentas introduzidas por meio da Lei Anticorrupção empresarial dizem respeito a uma nova política internacional de combate e prevenção à corrupção, ao compartilhar a responsabilidade pelo cometimento de atos prejudiciais ao erário e à economia também para o setor privado. Como a pessoa jurídica não pode ser penalmente r5esponsabilizada pelos atos de seus administradores e sócios, devido a ausência da teoria da conduta do direito penal, o legislador precisava achar uma maneira de promover punições disciplinares a própria empresa para se adequar a uma regra internacional de mercado no combate a corrupção, a atividade de prevenção de risco penais cometidos por aqueles que são diretamente responsáveis pela vontade de fazer ou não fazer a pessoa jurídica, com a finalidade criminal das condutas ilícitas descritas na lei de lavagem de capitais (12.683/2012).

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Elismar; GIACOMETTI, Celso; GUSSO, Eduardo**.** *Governança corporativa*: um modelo brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. *Governança corporativa*: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COMPLIANCE, ETICA E TRANSPARENCIA

Bianca Lopes Aiello, Cleonice Correa, Luamir Mello, Perla Savana Daniel, e-mail: bihaiello@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O *"criminal compliance*" vem, aos poucos, conquistando seu espaço no cenário brasileiro. Muito embora o termo seja relativamente recente no país, este já é utilizado fora há alguns anosem países como Irlanda, Dinamarca e Honduras. Na chamada era da globalização, membros de diversos organismos internacionais se uniram em iniciativas conjuntas para enfrentar o crime de lavagem de dinheiro em transações internacionais. A palavra "compliance" tem tido um grande enfoque no meio empresarial brasileiro; as empresas têm adotado diversas medidas preventivas para evitar grandes transtornos futuros. Como muito bem dispõe o dito popular "é melhor prevenir do que remediar", a prevenção é a melhor solução para qualquer problema.

2 METODOLOGIA

Pesquisas bibliográficas de literatura especializada e análise da legislação brasileira que envolve direta e indiretamente o sistema financeiro nacional, o direito empresarial e o direito penal, com enfoque em seu histórico, leis de prevenção a lavagem de dinheiro e o compliance.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os aspectos tradicionais do direito penal têm sido relativizados no enquadramento dos crimes atuais, especialmente nas áreas relacionadas ao setor financeiro e empresarial. O termo *compliance* vem do termo inglês *to comply*, que tem sentido de agir em conformidade (aquiescência) com as leis, padrões éticos, regulamentos internos e externos. Por sua vez o vocábulo *criminal compliance* compreende o sistema de contínua avaliação das condutas praticadas na atividade da empresa, tendo como objetivo evitar a violação de normas criminais, pratica de crimes contra a empresa, ou mesmo práticas danosas sob perspectiva criminal.O criminal compliance não abrange apenas crimes ligados à corrupção e à lavagem de dinheiro, abordando também meras situações

cotidianas dentro das empresas que podem acabar sendo responsabilizadas juridicamente. Apesar de ser uma expressão bastante utilizada em países de primeiro mundo, a ideia do *criminal compliance* ainda é prematura no Brasil. O tema teve seu destaque somente após a Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção. Antes disso o controle era regulado apenas pela Lei 9.613/1998 – Lei de lavagem de dinheiro, que dispõe:Sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção da utilização do sistema financeiro para ilícitos previstos nesta Lei, cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e da outras providências. A Lei de lavagem de dinheiro estabelece um ambiente de obrigações administrativas a serem seguidas pelos sujeitos obrigados, estabeleceu em seu artigo 9° uma série de pessoas obrigadas a manter mecanismos de controle e identificação de clientes e manutenção de registros bem como obrigados a comunicar operações financeiras ao COAF. De acordo com Peter Lilley: A Lavagem é o método por meio do qual os recursos provenientes do crime são integrados aos sistemas bancários e ao ambiente de negócios do mundo todo É através da lavagem que os recursos ilegítimos são transformados em legítimos, para que se apresente limpo na sociedade. As fortunas criminosamente amealhadas, mantidas em locais ou moedas instáveis, são metamorfoseadas em ativos legítimos que passam a ser mantidas em respeitáveis centros financeiros. O dinheiro é vital para todas as atividades criminosas, o processo de lavagem pode ser encarado como o coração e os pulmões de todo o sistema, já que permitem que o dinheiro sujo colocado em circulação fique limpo, garantindo assim a sobrevivência do sistema.

A Lei Anticorrupção elenca em seu 7° artigo como um dos elementos a serem considerados na fixação de sanções Artigo 7°, VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica; Parágrafo único. Os parâmetros de avaliação de mecanismos e procedimentos previstos no inciso VIII do caput serão estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal. O criminal compliance se prega como modo de minimizar os atuais riscos e prevenir os crimes empresariais. Como é possível visualizar na Ação Penal 470 (Mensalão) os diretores das empresas envolvidas foram condenados, apesar de as empresas terem programas de compliance, por terem rejeitado parecer opinativo dos *compliance officers* e persistido nas operações arriscadas que geraram as condutas ilícitas. O compliance se desenvolve onde as exigências jurídicas não são compreensíveis e claras para uma pessoa qualquer no âmbito do comportamento

preventivo, mesmo porque quando o mandado normativo é claro, unívoco e internalizado pelo destinatário, é obvio que não há necessidade de compliance (Rotschi, 2015, p.15)Esse processo tem sua base em três iniciativas principais:A internalização da Convenção de Viena sobre o trafico de entorpecentes; A introdução no ordenamento jurídico a Lei 9.613/1998, que tipifica o crime de lavagem de dinheiro e cria o sistema nacional de prevenção, e sua inserção como membro do Gafi – Grupo de Ação Financeira Internacional. O Brasil assume com esses três passos perante a comunidade internacional o compromisso de implantar um sistema de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, nos moldes internacionais. A convenção de Viena dispunha que o país deveria criminalizar a lavagem de valores oriundos do narcotráfico. Em relação à conscientização do Brasil em adotar uma política de prevenção à lavagem de dinheiro, Corrêa (2013, p.174) destaca que: A participação nesses encontros tem ainda outra consequência: a legislação antilavagem de dinheiro passa a ser vista como avanço civilizacional, modernização e progresso, última resposta das nações avançadas à ameaça representada pelas atividades criminosas adaptadas a um mundo crescentemente globalizado, independentemente de qualquer indício concreto de eficiência dessa legislação no enfrentamento de crimes financeiros. Tendo em vista a simbiose entre lavagem de dinheiro e corrupção, passou-se também a buscar a aderência de grandes grupos empresariais a programa de integridade visando mitigar os riscos de práticas ilegais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto conclui-se que todos os membros da empresa são colocados na mira da persecução criminal, pois na realidade o *criminal compliance* e a responsabilidade de denunciar, abrange todos os dirigentes, funcionários ou supervisores integrantes da empresa ou instituição financeira.Esse ambiente de regulação administrativa, mediante a estruturação da unidade de inteligência financeira nacional e a atribuição à reguladores nacionais, como o Banco Central, a Comissão de Valores Imobiliários e o próprio COAF, entre outros, para estabelecerem as obrigações administrativas a serem observadas pelos sujeitos obrigados a reportar as operações atípicas ou suspeitas ao COAF , aliado à crescente expansão dos programas de integridade das grandes empresas tende a gerar reflexos na investigação criminal, que cada vez mais gerará subsídios para a investigação criminal. Gerando um sistema sólido de fiscalização, onde há a regra básica da fiscalização conjunta, não importando de

quem ela venha, cada integrante da empresa ou instituição financeira pode ser o denunciante, na verdade deve sê-lo, para não ser responsabilizado e assim ser mitigada a prática criminosa. Referidos acontecimentos ensejam uma reação estatal segundo a qual seria necessário o resgate da credibilidade das corporações, sendo imprescindível, para tanto, que as empresas se prevaleçam de medidas aptas a impedir o cometimento de novas ações lesivas e prejudiciais à economia e ao sistema financeiro.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, Márcio Adriano. ***Criminal compliance* e a investigação de crimes contra a empresa.** Disponível em https://www.conjur.com.br/2017 fev08/criminal-compliance-investigacao-crimes-empresa. Acesso em 25 de setembro de 2019.

CORRÊA, Luiz Maria Pio. ***O Grupo de Ação Financeira Internacional.*** *Disponível em* http://funag.gov.br/biblioteca/download/1042 GrupodeAcaoFinanceiraInternacionalGAFIO.pdf. Acesso em 28 de setembro de 2019.

Lei Federal nº 9.613 de 03 de março de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

Lei Federal nº 12.846 de 1º de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm. Acessado em: 22 de setembro de 2019.

PROJURIS. **O que é compliance?** Disponível em https://www.projuris.com.br/o-que-e-compliance/. Acesso em 27 de setembro de 2019.

ROTSCH, Thomas. **Sobre las perguntas científicas y prácticas Del Criminal Compliance**. In: Anuário de Derecho Penal Económico y de la empresa. Jun/2015. Peru. 2015. Disponível em https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/375193693/compliance-e-direito-penal-notas-introdutorias. Acesso em 25 de setembro de 2019.

COMPLICAÇÕES RELACIONADAS A CATETERES VENOSOS PERIFÉRICOS

Daniely Ribeiro da Costa, Gislaine Aparecida R. de M. Barbosa, Ana Claudia Ferrari dos Santos, e-mail: daniribeirocosta94@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O processo de punção venosa periférica que ocorre através da inserção de um cateter em uma veia periférica, principalmente, na rede venosa dorsal das mãos e antebraço, é um ato técnico-científico eminentemente executado pela equipe de enfermagem no âmbito hospitalar (URBANETTO, 2017).

O cateter venoso periférico (CVP) é utilizado para a administração intravenosa de medicamentos, soluções, componentes sanguíneos, nutrição parenteral e também para fins diagnósticos. No entanto, a utilização desses dispositivos não está isenta de riscos de complicações que são ligadas a técnica de inserção do CVP ou relacionadas às propriedades físico-químicas dos fluidos administrados (BRAGA, 2019).

O CVP é inserido durante o período de internação e os cuidados de enfermagem são imprescindíveis para o sucesso da prevenção, promoção, segurança e restabelecimento da saúde e do bem-estar desses clientes, entre esses cuidados destacam-se os relacionados com a inserção destes cateteres, bem como sua manutenção e vigilância (DANSKI,2016).

2 OBJETIVOS

Retratar as complicações relacionadas com o uso do cateter venoso periférico e a importância da assistência de enfermagem.

3 MÉTODO

Trata-se de uma revisão de literatura sobre as complicações relacionadas à utilização de cateteres venosos periféricos. A busca de artigos foi realizada nas bases de dados Scielo e LILACS, no idioma português, identificando aproximadamente 30 artigos, dos quais foram utilizados 10 para o presente estudo. As palavras-chave usadas para a busca foram cateterismo periférico, cateter venoso periférico, enfermagem, obstrução e efeitos adversos. Os artigos analisados foram publicados nos anos de 2011

a 2019, após a identificação dos artigos pertinentes, foi realizada a leitura minuciosa dos artigos na íntegra, com destaque aos pontos relevantes encontrados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura destacou que os fatores de risco para complicações do CVP são variados, sendo relacionadas a não adesão a certas medidas preveníveis, tempo de permanência do cateter; sexo, cor, idade; forma de manutenção dos catetes; material do dispositivo; região anatômica; calibre do cateter; tipo de fármacos administrados, tempo de permanência do cateter superior à 72h, entre outros.

A flebite é uma complicação decorrente do uso de CVP, que se refere a uma inflamação da camada íntima da veia, sendo identificada por manifestações clínicas tais como: dor, eritema, rubor, edema e cordão venoso palpável (ENES, 2016).

Segundo Magerote (2011) os fatores de risco para o aparecimento da flebite são: o tempo de permanência do cateter, local de punção, tempo de internação, uso de antibióticos e número de punções por pacientes. Destacou também que a flebite pode ser uma via inicial de agravos complexos, como as tromboflebites e sepse.

As ocorrências de flebite predominam em cateteres de maior calibre, entre 18 e 20 gauges, e a inserção desse cateter em veias tortuosas e de menor lúmen, como das mãos e punhos, pode causar irritação mecânica na parede vascular. A flebite também está relacionada à fixação dos cateteres com fita hipoalérgica, dificultando a avaliação diária do sítio de inserção (BRAGA,2018).

Quando há infiltração, ocorre lesão nas camadas das veias, e subsequente perfuração, resultando na infiltração de soluções ou medicamentos nos tecidos próximos à inserção do cateter venoso, que pode ser denominada de extravasamento. Esse fenômeno se agrava quando as soluções ou medicamentos infiltrados nos tecidos, apresentam características vesicantes. O sinal clínico mais frequente para identificação da infiltração é o edema, podendo associar-se a outros, como palidez cutânea, dor, diminuição da temperatura e/ou sensibilidade no local. Os casos mais graves de infiltração causam comprometimento circulatório e necrose tecidual (BRAGA,2018).

Outros fatores relacionados a complicações dos CVPs são a fixação, antissepsia inadequada da pele, local de inserção do cateter, forma de manutenção, tempo de permanência, tipo de curativo, tipo de fármaco administrado; idade, função circulatória do paciente, além da habilidade de punção do profissional que instala o acesso venoso. Como essas complicações são preveníveis, a equipe de enfermagem deve adotar

condutas destinadas à prevenção, monitoramento e detecção precoce das complicações advindas desta terapia periférica, visto que os profissionais de enfermagem respondem legalmente pela assistência prestada (BATISTA, 2014).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária recomenda atenção a cinco componentes que estão relacionados a implantação do cateter venoso periférico: 1- higienização das mãos; 2- precaução de barreira máxima; 3- preparo da pele com gliconato de clorexidina > 0,5%, iodopovidona – PVP-I alcoólico 10% ou álcool 70%; 4- seleção de sítio de inserção; e 5 - revisão diária da necessidade de permanência do cateter (LANZA,2019).

Lanza (2019) também informou em seu estudo, que a salinização é um procedimento importante que é utilizado para manutenção da permeabilidade do cateter, e o não uso pode obstruir o vaso sanguíneo, gerando desconforto ao paciente e, como consequência, nova punção, e antes de cada infusão os cateteres venosos devem ser salinizados e aspirados para retorno do sangue, avaliando, assim, funcionamento destes e evitando complicações.

Para identificar precocemente os primeiros sinais e sintomas de traumas vasculares periféricos e melhorar a qualidade dos cuidados, é de suma importância a participação do paciente e/ou familiares nos cuidados. É fundamental que a orientação ao paciente e aos familiares contenham informações sobre complicações, como exemplo: dor no local de inserção do CVP e áreas próximas, e assim haverá interrupção da progressão do processo inflamatório para manifestações clínicas de maior comprometimento tecidual (CAMPOS, 2016).

Recomenda-se que o sistema de infusão seja verificado regularmente pela equipe de enfermagem, do recipiente de solução ao local de inserção do cateter venoso periférico, quanto à integridade, à precisão da infusão, às datas de validade do curativo e ao conjunto de administração. Outros cuidados também envolvem à desinfecção dos conectores antes de cada entrada no dispositivo com técnica de assepsia, pois, os conectores sem agulha e tampas são potenciais locais de contaminação microbiológica intraluminal. Outro risco inerente de infecção é a reutilização das tampas de polifix, após uma vez removida, deve ser descartada e nunca reconectada, devendo ser substituída por nova e estéril a cada uso (LANZA,2019).

5 CONCLUSÃO

O papel da equipe de enfermagem é considerado primordial na prevenção e identificação precoce de complicações dos CVP. A adesão adequada às recomendações que envolvem as boas práticas da utilização do CVP constitui fator importante para prevenção de complicações futuras, o que reforça a importância do cuidado de enfermagem na manutenção dos CVPs, assim como práticas de prevenção e controle de infecção.

REFERÊNCIAS

BATISTA, O. M. A. Fatores de risco para as complicações locais da terapia intravenosa periférica. **Rev. Enferm. UFPI.** Piauí, v.3, n.3, p. 88-93, 2014.

BRAGA, L. M. Flebite e infiltração: traumas vasculares associados ao cateter venoso periférico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.26, e3002, 2018.

BRAGA, L. M. Cateterismo venoso periférico: compreensão e avaliação das práticas de enfermagem. **Texto contexto - enferm**. Florianópolis, v. 28, e 20180018, 2019.

CAMPOS, L. B. Experiências de pessoas internadas com o processo de punção de veias periféricas. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, e20160078, 2016.

DANSKI, M. T. R. Complicações relacionadas ao uso do cateter venoso periférico: ensaio clínico randomizado. **Acta paul. Enferm.** São Paulo, v. 29, n. 1, p. 84-92, Feb. 2016.

ENES, S. M. S. Flebite associada a cateteres intravenosos periféricos em adultos internados em hospital da Amazônia Ocidental Brasileira**. Rev. Esc. Enferm. USP.** Acre, v.50, n.2, p. 261-269, 2016.

LANZA, V. E. Medidas preventivas de infecção relacionada ao cateter venoso periférico: adesão em terapia intensiva. **Rev. Rene**., Ribeirão Preto, v .20, e40715, 2019.

MAGEROTEN, E. D. P. Associação entre flebite e retirada de cateteres intravenosos periféricos. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 486-492, set. 2011.

ROSSINI, F. D. P. Testes microbiológicos de dispositivos utilizados na manutenção de cateteres venosos periféricos. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 25, e2887, 2017.

URBANETTO, J. D. S. Fatores de risco para o desenvolvimento da flebite: revisão integrativa da literatura. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, e57489, 2017.

COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS ATRAVÉS DO PROTOCOLO SPIKES

Maria Isabel Rodrigues, Renata Cristina de Oliveira Souza Castro
e-mail: isabelrodrigues.jau@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, a enfermagem é vista como a profissão voltada para o cuidado ao próximo, a doação de si para com o outro. Porém, o cuidado é algo natural do homem, onde todos são aptos a realizá-lo, tanto o autocuidado quanto o cuidado ao próximo. A enfermagem vem passando por inúmeras modificações e aperfeiçoamentos desde a era de Florence Nightingale. Hoje os profissionais buscam conhecimento e melhorias técnicas, visando o cuidado de qualidade para os pacientes. O foco de atenção da enfermagem são as necessidades bio-psico-sócio-espirituais do ser humano, onde trabalha – se com a prevenção, promoção, reabilitação e recuperação da saúde do indivíduo (VALE, 2011).

Moraes et al (2009) afirmam que a enfermagem deve interagir com o paciente em busca de bons resultados. Para tanto, há necessidade de preparo adequado para utilizar a comunicação como uma ponte de interação, conhecimento e construção de práticas assistências humanizadas com os pacientes.

“Conclui-se que pacientes crianças, adolescentes ou adultos, independente da patologia, terão grande melhoras quando o enfermeiro sem ocultar nada, tenha para com ele uma comunicação adequada” (COSTA, 2009).

Estudo de Pereira (2005) defende que a enfermagem é vista como a arte do cuidar e se depara com vários tipos de patologias, o profissional deve saber lidar com a situação e realizar a comunicação com eficiência. É imprescindível ao profissional, entender seu papel na situação e sua importância para o paciente no momento de sofrimento, tornando o momento mais acolhedor através de suas habilidades de comunicação interpessoal, verbal e não verbais. O ato de comunicar, uma vez feito adequadamente, trará reação de gratidão, onde o paciente e sua família jamais o esquecerão; o contrário, trará uma reação de revolta, onde o paciente e sua família jamais o perdoarão.

Foi pensando na importância da comunicação para o momento crítico, que Buckman criou um protocolo chamado SPIKES, que visa melhorar a comunicação

profissional - paciente. Esse protocolo é composto por seis etapas que auxiliam o profissional a preencher os principais objetivos da comunicação, indo do recolhimento de informações do paciente até a abordagem do tratamento futuro. (ARAUJO, 2012).

2 OBJETIVO

Apresentar e seguir as etapas de um Protocolo (SPIKES) para comunicação de más notícias para pacientes, em que este descreva fortalezas e fragilidades do instrumento.

3 METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada na pesquisa será uma revisão sistemática da literatura, que consiste em um método que visa à integração de informações simultâneas, permitindo a busca por publicações sobre a comunicação de más notícias para os pacientes, apresentando o Protocolo de SPIKES como ferramenta de trabalho do enfermeiro.

Para a busca de referências bibliográficas, serão consultados livros e artigos eletrônicos através dos sites de busca Bireme, Scielo e Lillacs, publicados entre os anos de 2004 e 2019. Os achados mais antigos farão parte dos dados históricos sobre a criação de Protocolos para nortearem as ações dos profissionais.

As palavras chaves utilizadas para a busca foram: Enfermagem. Protocolo de SPIKES. Comunicação de más notícias.

4 REVISÃO DE LITERATURA

A enfermagem é uma das ciências mais antigas do mundo, que já passou por diversas fases, avanços, modificações e aperfeiçoamentos. Pode-se dizer que essa ciência surgiu do desejo de cuidar dos doentes, fazendo-se presente em momentos em que esses, necessitavam de atenção. As mulheres foram as primeiras responsáveis por cuidar dos doentes, onde essas assumiam o papel e expressavam um desejo e habilidade para tal, nasce assim as primeiras enfermeiras. (ANGELO M. et al, 1995)

Durante todo o período histórico, notou-se que a enfermagem começou a se tornar aquilo que todos temiam, “prepotente e capaz de buscar a cura por si”. Florence Nightingale é considerada a fundadora da enfermagem moderna em todo o mundo, ficou conhecida a partir de sua participação como voluntaria na Guerra da Criméia em 1854.

Florence desenvolveu, segundo suas próprias palavras, “o seu espirito de serviço, virtudes morais e adquiriu experiência no cuidado de enfermagem”. (PADILHA,1999)

Foi seguindo os ensinamentos de Florence que a enfermagem foi se desenvolvendo em todos os aspectos e um dos que podemos destacar, que tem um papel muito importante é na área de comunicação. Comunicação vem do verbo latim Communicare, que significa tornar comum, compartilhar, associar, conferenciar, trocar opiniões. A comunicação é a troca de mensagens, que envolve emissão e recebimento das informações, sejam elas verbais ou não verbais. É o processo de interação, partilha e transmissão de informação entre as partes envolvidas (MELO, 1971).

A Comunicação é sempre dinâmica, viva e significa, no seu sentido mais amplo, transferência de experiências. Outra definição para comunicação pode ser a da intencionalidade, levando em conta a “intenção” sendo uma “atividade direcionada a um objetivo, envolvendo uma validação”. (BORDENAVE, 1993).

Segundo o mesmo autor, na comunicação o emissor tenta influenciar o receptor através de uma mensagem. Sendo que, qualquer que seja a reação do receptor, ela faz parte de um universo de hipóteses das intenções do emissor, é dessa forma que o emissor é capaz de convencer, persuadir, influenciar, despertar interesses e sentimentos, provocar expectativas.

É imprescindível que os profissionais de saúde desenvolvam habilidades que permitam despertar relações interpessoais com qualidade, tanto na equipe quanto com os pacientes e seus familiares. Para criar essa relação deve-se entender que cada pessoa tem suas próprias crenças, valores e costumes, que influenciam diretamente na forma de se comunicar. Todos esses aspectos tem uma relevância ao pensarmos em comunicação de “más notícias”. (PEREIRA, 2004)

“Más notícias" são todas as informações que envolvam uma mudança drástica e negativa na vida de uma pessoa e também na sua perspectiva do futuro. Essa comunicação ainda é um grande tabu, afinal ela é complexa e gera uma perturbação tanto no emissor quanto no receptor, é vista como uma das maiores dificuldades para os profissionais de saúde, não apenas pelo receio em encarar as emoções e reações físicas do paciente e familiares, mas principalmente pela dificuldade em conduzir a situação e dinâmica. (PEREIRA, 2013)

Foi pensando nessa dificuldade dos profissionais, que Buckman em 1994 criou um protocolo que auxilia na transmissão de más notícias. Esse protocolo tem como objetivo descrever as principais considerações para auxiliar na comunicação, aliviando

a angústia, tanto para o paciente com o contato com a notícia, quanto para os profissionais que realizam. Buckman nomeou o protocolo de SPIKES, e este é constituído por seis etapas, sendo cada letra de seu nome representada por uma fase e explicação. (LINO, et al, 2011).

O protocolo é dividido em fases, sendo essas: S- Setting up; P- Perception; I- Invitation; K- Knowledge; E- Emotions; S- Strategy and Summary. O primeiro passo (setting up) consiste em preparar o ambiente proporcionando privacidade, conforto e disponibilidade. Para a comunicação de más notícias é necessário que o ambiente seja acolhedor, tranquilo e sem possibilidade de interrupções, o profissional deverá analisar o (os) indivíduos (os) com que ele está prestes a lidar, levando em conta as necessidades particulares de cada um, como crenças e culturas. Para o paciente, nesse momento, é muito importante o apoio de algum familiar, se assim ele desejar. Quanto a forma de estabelecer a comunicação, deve-se manter-se sentado, sem uma barreira entre o profissional e o indivíduo; evitar expressar a ansiedade através da linguagem corporal; deve-se manter contato visual e o toque quando apropriado, mostrando empatia e respeito. (NETO et al, 2013)

O segundo passo (perception) é a fase de perceber tudo que está ocorrendo naquela situação, sentir o paciente e o quanto ele já entende sobre sua situação, perceber seus sentimentos, utilizando de questões abertas para dar a abertura ao paciente. Muitas vezes, esse paciente pode estar em fase de negação, e quando isso ocorrer, deve-se abordar o paciente suavemente antes de comunicar a má noticia (CRUZ, 2016)

Segundo o mesmo autor, o terceiro passo (Invitacion) é quando obtém as informações quanto ao desejo do paciente e de seus familiares em obter as informações, deve-se questiona-los abertamente sobre o que eles desejam saber. Alguns podem querer saber absolutamente tudo o que está de fato ocorrendo; já outros podem não desejar certas informações.

O quarto passo (KnowledgeI) é quanto de fato é transmitida a informação adequadamente, levando em conta que por ser uma má noticia, dever-se ter uma suavidade ao transmiti-la. Utilizando de declarações no começo da fala, como “desculpe”, “sinto muito”, “infelizmente”, permite ao paciente já entender o que vem a seguir e se preparar psicologicamente. A notícia deverá ser transmitida diretamente, com honestidade e respeitando o tempo e os limites do paciente. Mantendo sempre uma linguagem clara, simples e evitar o uso de linguagem técnica, o que poderá atrapalhar

na compreensão. É muito importante certificar-se que o receptor está entendendo a mensagem emitida, perguntando-lhe várias vezes, reforçando a informação quando necessário. Após a transmissão da má notícia, deverá ser dado o tempo para o paciente e a sua família assimilar o que lhe foi informado e permitir a eles ter dúvidas e sana-las. (NETO, 2017)

Segundo o mesmo autor, no quinto passo (Emotions) deve-se reconhecer as emoções e reações do paciente e sua família, sanando suas dúvidas quando houver, transmitindo empatia principalmente. Utilizando de afirmações como “Eu gostaria que a notícia fosse melhor” demonstra empatia.

No sexto e último passo (Strategy) é onde o paciente poderá expressar seus sentimentos, se isolando, revoltando ou apenas aceitando. O profissional deverá estar preparado para minimizar esses sentimentos negativos, repetindo as informações de maneira resumida em uma linguagem que o paciente seja capaz de compreender, demonstrando para ele um plano estratégico de novas intervenções. O enfermeiro deve ter consciência de suas próprias reações, sentimentos e preocupações, para que este consiga manter uma boa relação com o paciente. É recomendado que após esse episódio de transmissão de más notícias, o enfermeiro tire um tempo para ele avaliar suas próprias reações, reconhecendo-as e permitindo uma maior sensibilidade para criar uma habilidade relativa à comunicação. (PEREIRA,2013)

O protocolo foi criado justamente para estabelecer um melhor vínculo, e principalmente, uma comunicação mais eficiente com os pacientes e familiares. Seguindo as etapas do protocolo, os profissionais tem a oportunidade de refletirem o modo como estão se conectando ao paciente. Porém, é importante ressaltar, que o protocolo serve como um norteador, algo para ajudar, pois, deve ser levado em consideração que cada situação exige uma abordagem única, considerando sempre a história de cada família e seus sentimentos e reações. (CALSAVARA, 2019)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo, pode-se notar que a comunicação é de extrema importância, tanto na vida pessoal, mas principalmente, na profissional. É necessário saber se comunicar e saber sua importância para construir relações mais solidas e um ambiente de trabalho mais acolhedor.

Comunicar más notícias é um processo que requer um preparo por parte do profissional para que possa transmitir a notícia de maneira correta ao paciente, deixando-

o confortável, sanando suas dúvidas e acima de tudo, demonstrando empatia por aquela situação.

Conhecer os passos do protocolo SPIKES, preparar o profissional para que ele saiba como agir, saiba o que fazer em cada momento, de maneira correta e exata. Mas deve-se sempre lembrar, para que ocorra uma comunicação eficiente, o profissional deve estar preparado para lidar com as diferenças de cada pessoa, sabendo que cada um carrega em si o peso emocional, de crenças e culturas, o que molda seus pensamentos e decisões.

Pode-se concluir, que o protocolo é um auxiliar na comunicação, que ajudará o profissional, mas ele deverá ser entendido e o profissional deve saber o momento de utilização, utilizando de suas sensações reais ao que está ocorrendo no momento.

REFERÊNCIAS

ANGELO, M. et al. **Do empirismo à ciência: a evolução do conhecimento de Enfermagem**. Rev. Esc. Enf. USP, v.29, n.2, p.211-23, ago . 1995

ARAUJO, J. A. **A comunicação de más noticias: mentira piedosa ou sinceridade cuidadosa.** Revista Hospital Universitario Pedro Ernesto. 2012;11(2): 58-62

BORDENAVE, J. D. **Além dos Meios e Mensagens**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CALSAVARA, V. J. **A COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS EM SAÚDE: APROXIMAÇÕES COM A ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA.** Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica - XXV (1) - 92-102, 2019

COSTA, S. C. **Humanização em Unidade de Terapia Intensiva Adulto (UTI): compreensões da equipe de enfermagem.** Interface (Botucatu)[online]. 2009, vol.13, suppl.1

CRUZ, C. O. **Comunicando más notícias: o protocolo SPIKES**. Diagn Tratamento. 2016;21(3):106-8.

LINO, C. A. et al. **Uso do protocolo Spikes no ensino de habilidades em transmissão de más notícias.** Rev. bras. educ. med., Rio de Janeiro , v. 35, n. 1, p. 52-57, Mar. 2011

MELO, J. M. **Comunicação Social, Teoria e Pesquisa.** Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

MORAES, E. L. et al. **O perfil de potenciais doadores de órgãos e tecidos**. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v.17, n.5, p.716-720, Out. 2009 .

NETO, J. A. C.; et al. **Profissionais de saúde e a comunicação de más notícias sob a ótica do paciente.** Rev Med Minas Gerais 2013; 23(4): 518-525

NETO, L. L. S.; et al. **Habilidade de Comunicação da má Notícia: o Estudante de medicina Está Preparado?**.Revista Brasileira de educação Médica.41 (2) : 260-268; 2017

PADILHA, M. I. C. S. **AS REPRESENTAÇOES DA HISTÓRIADA ENFERMAGEM NA PRÁTICA COTIDIANA ATUAL.** R Bras. Enferm., Bras11ia, v. 52, n. 3, p. 443-454, julJset. 1999

PEREIRA, A. T. G. **COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.** Rev enferm UFPE on line. 2013 Jan;7(1):227-35

PEREIRA, M. A. G. **Má noticia em saúde: um olhar sobre as representações dos profissionais de saúde e cidadãos.** TEXTO & CONTEXTO ENFERMAGEM [EN LINEA] 2005

VALE, E. G. **Construção de um conceito de cuidado de enfermagem: contribuição para o ensino de graduação.** Rev Bras Enferm, Brasília 2011 jan-fev; 64(1): 106-13

COMUNICAÇÃO SUPLEMENTAR ALTERNATIVA

Caio Lara, Keila Fonseca, Lara Santesso, Viviane Rodrigues,
e-mail: caio-lara@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Comunicação Suplementar e/ou Alternativa (CSA) é uma área da prática clínica e educacional que se propõe a compensar a incapacidade ou deficiência do indivíduo com distúrbio severo de comunicação. No Brasil teve início nos anos 70, em São Paulo, por meio de um sistema simbólico. Na década seguinte passou a ser utilizado um sistema com fotos e figuras, mas foi somente na década de 90 que a comunicação alternativa começa a ganhar espaço no campo científico (RIBAS,1994).

Em relação aos tipos de recursos utilizados nessa comunicação temos a alta e baixa tecnologia, em que a baixa tecnologia envolve símbolos e gestos simples produzidos pelo nosso próprio corpo e que são mais acessíveis para os que necessitam desta. Assim, a alta tecnologia envolve um sistema de comunicação mais tecnológico, com recursos mais avançados e computadorizados e muitas vezes mais caros e, por consequência, tornando-o de difícil acesso tanto para os que utilizam quanto para aqueles que fazem o investimento, como por exemplo as escolas (BERSCH; SCHIRMER, 2005).

Essa prática pedagógica pode ser usada para a educação especial em pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, paralisia cerebral, síndrome de Down entre outros que tenham dificuldade de se comunicar por meio da fala e da escrita. Ela é muito adotada por equipes multidisciplinares (terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos).

2 OBJETIVO

Analisar estudos voltados à Comunicação Suplementar Alternativa, envolvendo recursos de alta tecnologia desenvolvidos no Brasil.

3 METODOLOGIA

A metodologia foi embasada em uma pesquisa qualitativa no qual o objetivo é compreender os fenômenos por meio da coleta de dados narrativos, estudando as particularidades e experiências individuais. Para compor a pesquisa, utilizou-se a bibliografia de textos e artigos científicos por meio das bases de dados Scielo e do Google Acadêmico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo estudos, a comunicação alternativa vem facilitando e muito a vida de diversas pessoas que sofrem com algum déficit na fala e na escrita. É mais comum o uso desta em crianças, na educação especial, em que estão passando por um processo muito importante: a alfabetização.

Para que se tenha eficácia, a interação do professor com o aluno nesse trabalho, o professor precisa saber usar a sua metodologia, saber usar a tecnologia mais adequada através das avaliações feitas como pré-requisito onde o objetivo é analisar qual o nível que o aluno se encontra, para assim fazer o uso do melhor método a ser trabalhado juntamente com todos os outros profissionais e da família que participam diariamente na vida dessas pessoas.

O Picture Exchange Communication System (PECS), denominado no Brasil por Sistema de Comunicação por troca de figuras, é um dos métodos mais conhecidos e usados, porém ainda existem outras maneiras como o PCS.

O PECS é um sistema único de comunicação alternativa/aumentativa desenvolvido nos EUA em 1985. Foi implementado com sucesso em todo o mundo, com milhares de alunos de todas as idades que têm várias dificuldades cognitivas, físicas e de comunicação. Consiste em seis fases e começa ensinando um indivíduo a dar uma única figura de um item ou ação desejada a um “parceiro de comunicação” que imediatamente fornece a troca com um item pedido. O sistema prossegue ensinando a discriminação de figuras e como juntá-las em frases. Nas fases mais avançadas, os indivíduos são ensinados a usar iniciadores, responder perguntas e comentar. O principal objetivo do PECS é ensinar comunicação funcional. A pesquisa mostrou que alguns alunos que usam o PECS também desenvolvem a fala.

A seguir serão apresentadas as seis fases do PECS: Fase I- Como comunicar: os indivíduos aprendem a trocar uma figura por itens ou atividades que realmente desejam. Fase II- Distância e Persistência: ainda usando uma única figura, os indivíduos aprendem

a generalizar essa nova habilidade, usando-a em lugares diferentes, com pessoas diferentes e percorrendo distâncias. Eles também são ensinados a serem comunicadores mais persistentes. Fase III- Discriminação de Figuras: os indivíduos aprendem a escolher entre duas ou mais figuras para pedir suas coisas favoritas. Estas são colocadas em uma pasta de comunicação PECS – uma pasta com anéis com fitas auto adesivas onde as figuras são armazenadas e facilmente removidas para comunicação. Fase IV- Estrutura de sentença: os indivíduos aprendem a construir sentenças simples em uma Tira de sentença destacável usando uma figura “Eu quero”, seguida por uma figura do item que está sendo solicitado. Fase V- Solicitação Responsiva: indivíduos aprendem a usar o PECS para responder perguntas como “O que você quer?”. Fase VI- Comentário: Os indivíduos são ensinadas a comentar em resposta a perguntas como “O que você vê?”, “O que você ouve?” E “O que é isso?” Elas aprendem a compor frases começando com “Eu vejo”, “Eu ouço”, “Eu sinto”, “Isto é”, etc. (BONDY; FROST, 1985).

O Picture Communication Symbols (PCS) é um dos sistemas simbólicos mais difundidos e utilizados em todo o mundo é o PCS, criado em 1980 pela fonoaudióloga estadunidense Roxanna Mayer Johnson. No Brasil, o PCS foi traduzido como Símbolos de Comunicação Pictórica. O sistema PCS possui como características: desenhos simples e claros, fácil reconhecimento, adequados para usuários de qualquer idade, facilmente combináveis com outras figuras e fotos para a criação de recursos de comunicação individualizados. São extremamente úteis para criação de atividades educacionais. O sistema de símbolos PCS está disponível no Brasil por meio dos softwares Boardmaker e Boardmaker com Speaking Dynamically Pro. O Boardmaker é um banco de dados gráfico que consiste em um dispositivo simples e de baixo custo confeccionado em papel e plastificado para facilitar a limpeza e aumentar a durabilidade. Esse programa permite confeccionar pranchas com qualidade profissional em minutos; localizar e aplicar símbolos e imagens (coloridas ou não); trabalhar as imagens em qualquer tamanho e espaçamento; imprimir e/ou salvar a prancha de comunicação para uso posterior; criar folhas de tema ou trabalho, lista de instruções pictóricas, livros de leitura, jornais e pôster (SARTORETTO; BERSCH,2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, nesse estudo, conclui-se que a comunicação alternativa possui muitos métodos e técnicas embasadas em tecnologias classificadas como altas e baixas, e que

essas são relevantes para a comunicação de qualquer pessoa que tenha dificuldade em relação a fala e a escrita, não somente em crianças no processo de alfabetização. Então a introdução da Comunicação Alternativa desse ser feita aos poucos, analisando diferentes aspectos do indivíduo desde os mais simples, envolvendo fatores como idade ,sexo, até os mais específicos, fotos da família, amigos, objetos, para que em seguida os profissionais consigam achar a melhor maneira para minimizar o problema e alcançar o seu objetivo.

Mas, ainda vale ressaltar de que nada adianta, a escola ou a instituição ter a tecnologia, o método e o professor não ser capaz de aplicá-lo, pois hoje apesar de ser muito usado e estar em alta o número de profissionais que possuem um curso extra sobre esse tipo de especialização infelizmente é baixo. Outro ponto é que além de não existir muitos profissionais atualizados nessa área, há carência também por parte das pessoas, familiares e pais de indivíduos que sofrem com esse tipo de déficit na comunicação, não possuindo o conhecimento desses vários recursos que ajudam e muito na aprendizagem e principalmente na comunicação que é fundamental para qualquer indivíduo.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R; SCHIRMER, C. Comunicação Alternativa: discutindo a prática pedagógica e a utilização desses recursos. **Criar Educação**, Criciúma, n.2, v.6, jul./nov. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/viewFile/2426/3647>.Acesso em: 29 de set. 2019.

BONDY, A; FROST, L. Sistema de comunicação por troca de figuras (PECS). **Pyramid educational consultants**, 1992. Disponível em: <https://pecs-brazil.com/nossos-fundadores/>. Acesso em: 29 de set. 2019.

RIBAS, J. B. C. Comunicação Alternativa: discutindo a prática pedagógica e a utilização desses recursos. **Criar Educação**, Criciúma. n.2, v.6, jul./nov. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/viewFile/2426/3647>. Acesso em: 29 de set. 2019.

SARTORETTO, M.L; BERSCH, R. O que é PCS. **Assistiva Tecnologia e Educação**, 2019. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/ca.html#topo>. Acesso em: 29 de set. 2019.

CONHECENDO MELHOR A ARNICA MONTANA: USOS CLÍNICOS, DENOMINAÇÕES FARMACOLÓGICAS E ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA UTILIZAÇÃO EM HOMEOPATIA E FITOTERAPIA

Cristiano R. Lopes de Andrade, Fabiana Camila Bativa, Juscineide Almeida de Oliveira, Thais Fernanda da Silva Garcia, Heloísa Donzella,
e-mail: guidibativa@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Arnica montana – também chamada somente de arnica ou tabaco da montanha – tem sua origem nos bosques europeus, abundantemente na parte montanhosa da Europa meridional (Nos alpes, pirineus e nos vosges). No Brasil, se encontra nas regiões montanhosas, como em Minas Gerais do Sul, onde a espécie já se encontra aclimatada (ALONSO, 1998).

Nosso trabalho tem como objetivo apresentar a essa comunidade científica através de revisão bibliográfica, a Arnica montana não apenas como mera planta, e sim como fitoterápico e até mesmo sendo utilizada como tintura-mãe em remédios homeopáticos, onde uma pesquisa odontológica experimental realizada mostra que “[...] Preparações homeopáticas de Arnica montana têm sido prescritas de forma sistemática baseadas na existência de suposta correlação de semelhança, com os sintomas decorrentes de extrações de dentes impactados.” PACHECO, Patrícia da Silva, et al.

Mostraremos no contexto dessa revisão de literatura além dos usos clínicos da Arnica, a maneira de utilização, formas farmacêuticas adequadas para administração, características farmacológicas, toxicidade e contra indicações, e interações medicamentosas que podem ocorrer.

2 METODOLOGIA

Realizamos esse trabalho através do método de revisão bibliográfica. Evidenciamos o uso clínico da Arnica montana além de suas características farmacológicas, suas interações medicamentosas e contraindicações através de trabalhos já publicados, livros, artigos, bulas de remédios, além de exsicatas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 PESQUISA EXPERIMENTAL DE ARNICA HOMEOPÁTICA EM ODONTOLOGIA

Uma pesquisa experimental realizada em um consultório odontológico em Santa Maria com medicamentos homeopáticos com Arnica montana CH6 produzidos pelo laboratório de Tecnologia Farmacêutica e Controle de Qualidade da Faculdade de Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) na cidade de Santiago, nos revela que o efeito desse medicamento homeopático é superior ao do Diazepam no controle da ansiedade (ALONSO, 1998).

Nos mostra também que um grupo de pacientes foi submetido a procedimentos operatórios odontológicos, onde o grupo I utilizou de Arnica montana para alívio da dor pós operatória e o grupo II utilizou de placebo acreditando ser arnica. Do grupo I 60% dos pacientes relataram melhoras na dor e 40% não sentiram efeito, enquanto no grupo II 20% relataram melhoras na dor enquanto 80% disseram não surtir efeito nenhum.

3.2 REMÉDIOS HOMEOPÁTICOS INCOMPATÍVEIS COM ARNICA MONTANA

Segundo o livro “Guia de medicina Homeopática” de Nilo Cairo “Há muitos remédios na Matéria, Medicina homeopática que são inimigos uns dos outros e, portanto, incompatíveis, isto é, que dados alternadamente ou antes ou depois uns dos outros destroem mutuamente seus efeitos.” O livro ainda aponta que no caso da Arnica montana o seu incompatível é Lyssinum (CARVALHO, 2005).

3.3 FORMAS FARMACÊUTICAS DA ARNICA MONTANA

Em uso tópico na forma de gel e pomadas e chás – infusões – podem ser aplicadas várias vezes ao dia, porém podem ter como efeitos colaterais alergias na pele, inchaço ou dermatite vesicular, agindo no sistema nervoso periférico (CARVALHO, 2005).

Já no uso oral sobre diluições homeopáticas deve ser administrada pelo uso em gotas e glóbulos, os efeitos adversos são desconhecidos para preparações homeopáticas, mas quando em via oral em preparações caseiras pode causar alucinações, vertigens, problemas digestivos, complicações cardíacas como arritmias, hipertensão arterial, fraqueza muscular, colapso, náuseas, vômitos e até mesmo a morte, pois age no sistema nervoso central. Vale lembrar que 60g de Arnica montana é a

dosagem letal e, gestantes e lactantes não podem fazer o uso dessa substância uma vez que ela é abortiva (ALONSO, 1998).

3.4 USOS TERAPÊUTICOS DA ARNICA MONTANA

A Arnica montana pode ser utilizada no tratamento de contusões, hematomas e equimoses, contra dores, impede inflamações e tem efeito antisséptico. Ela produz esses efeitos devidos aos seus princípios ativos – Óleos essenciais, álcoois terpenicos, ácidos fenólicos, flavoanóides, taninos, cumarinas entre outros (CARVALHO, 2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arnica montana não é uma mera planta! De fitoterápico a diluição homeopática tem se mostrado um eficiente medicamento para várias patologias.

Enquanto solução homeopática busca amenizar a dor de pós-procedimentos, causando sintomas semelhantes, tratando o ser com integridade. Enquanto fitoterápico mostra-se potente fármaco contra diversas injúrias.

Ainda sobre o experimento odontológico, mesmo os pacientes que tomaram placebo, acreditando ser arnica e não obtiveram melhora do desconforto, boa parte ainda indicaria arnica como forma de tratamento, o que mostra que as pessoas preferem algo supostamente natural ao invés de industrializado.

Recomendamos a essa comunidade científica que se possível, utilizem da arnica quando possível, pois a mesma mostrou resultado nas pesquisas em que fizemos revisão e apresenta vários usos terapêuticos.

REFERÊNCIAS

ALONSO, J.R.A. **Tratados de fitomedicina – bases clínicas e farmacológicas.** – Editora Isis. 1998 – Buenos Aires – Argentina.

Arnica montana. Disponível em: www.florien.com.br/wp content/uploads/2016/06/ARNICA-MONTANA.pdf>. acessado em 01/10/2019.

CAIRO, N. **Guia de Medicina Homeopática.** 1979. 21ª edição. 5ª reimpressão. São Paulo – SP

CARVALHO, L.M. **Efeito da homeopatia Arnica montana, nas potencias centesimais, sobre plantas de artemisia.** REV. BRAS.PL.MED., Botucatu, v.7, n.3, p-33-36, 2005

PACHECO, P.D.S.; GIONGO, J.L. **Avaliação do uso de Arnica montana CH6 no tratamento da doer e do edema pós-procedimento odontológico.** 2013. Disponivel em: http://urisantiago.br/multicienciaonline/adm/upload/v1/n1/6db968a03459e50aaf81e9a46e50465a.pdf

CONTADOR:
PROSPECÇÃO DA PROFISSÃO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Amanda Gabriela Ribeiro, Leticia Ferreira, Flavio Luís Grava Scalco, e-mail: amaandagr@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, sucede-se uma competição global no mercado dos negócios, fazendo com que as organizações procurem a melhor escolha, buscando uma maior qualidade em suas informações e ações, resultando cada vez mais em excelências nos resultados e seus produtos.

No Brasil, o profissional contábil enfatiza-se prestar sua função para desenvolver obrigações do governo, diferente dos Estados Unidos, que desempenha uma importância na área de gestão, numa entidade. De acordo com Santos (2008), o contador deve manter em mente que a contabilidade não é para ele, mas para o usuário e, que a mesma é a linguagem dos negócios, contando a história de cada empresa, sendo assim, conduzindo a missão do contador em aperfeiçoar essa linguagem, buscando aumentar o poder de utilidade aos empresários.

A formação profissional fora do Brasil é um tema pouco explorado pelos contadores. Com base nessa deficiência, desenvolve-se esse projeto para ampliar os conhecimentos dos profissionais, trazendo inovações, conhecimentos, métodos das rotinas padronizadas, desburocratização governamental vantagens e trajetória que necessita ser desenvolvida para exercer a profissão um outro país.

A inovação tecnológica e a usabilidade da Contabilidade em gerenciar empresas, torna passageiro o conhecimento adquirido na faculdade, obrigando o contador a estudar de modo contínuo. O Brasil combina a concessão de total responsabilidade com um baixo nível de educação contábil, e com a grande influência do governo que infere nos setores da contabilidade. As novas adequações incentivaram o contador a inovar e ampliar a visão para novas oportunidades na atuação da contabilidade.

Nos Estados Unidos existe rigor na certificação do conhecimento profissional, os órgãos de classe impõem uma rigorosa bateria de exames, permitindo a emissão de diplomas intermediários, com responsabilidade profissional limitada.

A presente pesquisa é aplicada, abordando a importância da contabilidade gerencial, a qual é utilizada nos Estados Unidos como principal ferramenta dos contadores e esclarece o processo e quais as certificações necessárias para atuar como contador nos Estados Unidos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com base em referencias teóricas publicadas em livros, revistas periódicas e outros. Busca também, conhecer e analisar os conteúdos científicos sobre determinado tema (MARTINS, 2001).

Para a execução deste projeto, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, onde será estudada áreas específicas da contabilidade, as quais são fundamentais para a preparação da nova perspectiva profissional relatada neste trabalho.

Será realizada uma abordagem em documentos e sites americanos para obter o conhecimento do rigoroso processo de avaliação e certificação do profissional nos Estados Unidos, todo o rigor na certificação CPA (Certified Public Accountant). O sítio eletrônico utilizado foram fundamentais para esclarecer o exame e benefícios da certificação.

Com o intuito de averiguar as informações necessárias para o desenvolvimento da profissão, as exigências e obrigações para atuar no país. Toda análise tem como intuito organizar e sumarizar os dados, a fim de fornecer todas as respostas para a resolução de determinado problema proposto a ser investigado.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 As perspectivas do profissional contábil

A maioria dos profissionais veem entraves no processo de exigência de certificação dos conhecimentos obtidos, tornando-se limitados e possibilitando menor concorrência aos capacitados. Langoni (2010) alerta sobre a necessidade de capacitação e de uma nova postura do profissional contábil para se adequar às novas normas, sendo que, aqueles que não se prepararem, serão excluídos do mercado.

Atualmente, a realidade do mercado exige um profissional pronto para assumir novas responsabilidades, sendo um guia dos negócios, colaborando na administração e mantendo a empresa no caminho correto. Tatikonda (2004) afirma que os contadores de hoje gastam menos tempo preparando relatórios, é evidente que gastam seu tempo analisando e interpretando informações para a tomada de decisões da empresa.

Para desempenhar essas funções com a máxima competência, a sua formação hoje deve conter não só noções sólidas de finanças, economia e gestão, mas, também, de ciências humanas, ética e responsabilidade social.

O mercado de trabalho exige do contador um perfil mais estratégico, inovador e dinâmico, não somente para atender a legislação e fazer cálculos complexos, pois com o avanço da tecnologia, os sistemas contábeis estarão automatizados, padronizados e será possível a repetição de ações que softwares serão capazes de fazer, de forma agendada e automática que não será necessário o contador interferir diretamente. Não há mais espaço para profissionais que ainda resistem a transformação digital na contabilidade e não tratam como prioridade a inovação.

Atualmente, uma das ferramentas mais importantes nas grandes empresas americanas e brasileiras, é a contabilidade gerencial, sendo uma ferramenta utilizada na gestão das empresas, tem como característica transformar todas as informações para utilização da sua verdadeira importância que é justamente auxílio na tomada de decisões.

Os profissionais contábeis enfrentam desafios, exigindo sempre se atualizar e obter mais conhecimento, porem hoje é fundamental mudar o foco e ampliar a visão para novas oportunidades na atuação da contabilidade.

3.2 Exame uniforme para CPA

Cabe ressaltar que para a valorização profissional, necessita-se da certificação CPA, uma sigla para Certified Public Accountant, traduzindo-se, significa Contador Público Americano, do mesmo modo que no Brasil tem-se o exame de suficiência. De acordo com Lombard (2016), nos Estados Unidos, uma das licenças obrigatórias mais valorizadas é o Certified Public Accounting (CPA), que habilita o profissional a emitir pareceres qualificados, auditar e aprovar a exatidão de demonstrações contábeis de companhias públicas para que os investidores tenham informações confiáveis. Cada etapa do exame CPA, requisitos e demais informações estão disponibilizadas no portal eletrônico do American Institute of Certified Public Accountants (AICPA).

O exame CPA Uniforme protege o interesse público, ajudando a garantir que apenas indivíduos qualificados se tornem licenciados como Contadores Públicos Certificados (CPAs) dos EUA, onde comprova-se o conhecimento obtido, assim como está esclarecido no Website da NASBA. Dentre as etapas exigidas, são: Auditoria, Ambiente e conceito de negócios, Contabilidade Financeira e regulação.

O Departamento de Negócios e Regulamentação Profissional do Estado da Flórida-EUA, salienta que assim que o profissional estiver devidamente certificado, receberá a licença para exercer a contabilidade pública. Os fornecendo serviços de consultoria em contabilidade, auditoria, impostos, planejamento financeiro e gerenciamento de firmas regularizadas.

Os CPAs são licenciados pelo estado, isso significa que eles passaram por um rigoroso processo de qualificação, e em razão do intenso treinamento somente os CPAs têm autoridade para auditar os livros de uma empresa e assinar a validade de qualquer informação financeira, sendo uma vantagem, pois os contadores não licenciados apenas podem preparar instruções compiladas, o que para muitos clientes não vai ter bons resultados.

O Concelho Federal de Contabilidade divulgou que nos últimos anos começou a haver uma alta procura de pessoas de outros países, até mesmo do Brasil, visando realizar o exame uniforme para CPA. Com isso, os interessados tinham que viajar ao solo ianque, no entanto, a partir de 2013, o exame começou a ser conduzido no Brasil e em alguns outros países da América latina, também, com o intuito de abranger as pessoas que gostariam de ter esta oportunidade, porém, não detinham as mesmas condições de fazer uma viagem internacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo, a formação profissional fora do Brasil no ramo contábil. Com base na deficiência de inovações, maiores conhecimentos, tratamos da importante certificação americana para que um contador público possa desenvolver suas habilidades na profissão. Identificou-se os aspectos, objetivos aplicabilidades e benefícios da certificação profissional obrigatória e facultativa, relevante para o profissional contábil, bem como o processo em que culminam os seus respectivos intuitos. Portanto, disponibilizando de uma visão geral com a prospecção da profissão de um contador nos Estados Unidos e todo o processo para obter o principal certificado na área de contabilidade e finanças americanas.

Para obter a resposta do objetivo da pesquisa, foi necessário evidenciar as características gerais do exame obrigatório para obtenção de registro profissional de contador nos Estados Unidos, analisando seus objetivos e benefícios e, evidenciar as características gerais de grande relevância para profissionais da contabilidade,

analisando seus respectivos pré-requisitos, benefícios na obtenção de certificado e, enfatizando a importância da inovação e atualização do profissional.

Com o atendimento aos objetivos da pesquisa é possível concluir que, devido a importância da contabilidade e do profissional, necessita-se de uma habilitação que possa medir o conhecimento disponibilizado na profissão, por intermédio da certificação obrigatória CPA.

REFERÊNCIAS

LANGONI, C. A. F. **Uma visão da contabilidade no Brasil**. Informativo do CRC – Espírito Santo, 2010.

LOMBARD, Benjamin. **Becoming a Certified Public Accountant:** It is the only way to go. 2016. 25 f. Tese (Doutorado) - Curso de Accounting And Finance, Bridgewater State University, Bridgewater, 2016.

MARTINS, G. A.; PINTO, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**, São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, J. R. **Abordagem aos princípios contábeis americanos versus brasil**. 2008.Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/abordagem-aos-principios-contabeis-americanos-versus-brasil/10544>

TATIKONDA, Lakshmi U. **Naked truths about accounting curricula**: Here is a rallying cry for revamping undergraduate accounting curricula to prepare students to be certified management accountants and not only certified public accountants. Management Accounting Quarterly, vol. 5, n. 4, 2004. Disponível em: <https://www.questia.com/library/journal/1G1-123085921/naked-truths-about-accounting-curricula-here-is-a>

CONTROLADORIA NA GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE GESTÃO DE UMA EMPRESA NO SETOR CALÇADISTA DE JAÚ

Giuliana Thaynara da Silva Santos, Ingrid Lorana Granai Sampaio, Josiana Carolina Fernanda Marcelino, Mara Janaína Oliveira, e-mail: mjanaina_oliveira@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as empresas independentemente do seu porte, com a utilização da tecnologia empregada, a produção e melhorias no processo interno, favoreceram o surgimento e relevância do padrão da controladoria.

A controladoria é a ferramenta das empresas na gestão estratégica, e sendo assim, auxiliando no controle interno nas organizações. Enquadra em suas funções uma elaboração de sistema de informações, importante para desenvolver um processo decisório da empresa (CATELLI, 2001). A controladoria utiliza ferramentas e informações, como um modo de organizar o planejamento, o desempenho no domínio dos negócios, com objetivo de auxiliar o gestor nas tomadas de decisões, a fim de garantir a concorrência, a continuidade e a evolução da empresa (MAROSTEGA, 2014).

A empresa apresentada no projeto é do setor calçadista, estabelecida na cidade de Jaú/SP. Ao iniciar suas atividades, não adquiriu um planejamento estratégico, o que ocasionou instabilidade nos ativos e passivos. O objetivo do presente projeto é apresentar a adequação do planejamento estratégico, seu controle interno e suas classificações dos custos, demonstrando o resultado ao gestor para auxiliar na vitalidade financeira da empresa.

2 METODOLOGIA

O projeto foi realizado como base de pesquisas em livros e artigos. As palavras-chave utilizadas foram: Ferramentas da Controladoria, Gestão Empresarial, controladoria na gestão empresarial, planejamentos e classificação de custos.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A controladoria tem como finalidade contribuir em atividades como a administração, contabilidade, entre outras áreas. Sendo assim, aperfeiçoa a gestão

empresarial a partir do planejamento, execução e controle, auxiliando nas tomadas de decisão acertadas.

Na área da Controladoria são analisadas as atividades em curto e longo prazo, visando consertar os erros durante o processo de gestão, aumentando as chances de acertos. Logo, este trabalho vai além dos conhecimentos burocráticos, tais como controle financeiro e de custos operacionais, compras de matérias ou monitoramento das finanças.

Sell (2004) analisa uma forma para melhorar a utilização da contabilidade pela controladoria que apoia os administradores da empresa e a gerência do modo que o crescimento, flexibilização e adaptação às novidades práticas empresariais à proporção que alega que a controladoria constrói seus pareceres de acordo com as dificuldades geradas pelos dos administradores, utilizando quase sempre como uma maneira de captar informações relatadas nos pareceres decorrentes da contabilidade financeira, onde as informações contidas nos pareceres são modificadas para um linguajar breve e claro para os administradores.

Cabe ressaltar que o modelo contábil- financeiro onde se forma um alicerce para as gerações de informações relativas à controladoria, porém não se deve entender que essa é uma única fonte, considerando que a controladoria possui uma ampla diversidade em seus ramos de administração para demostrar a realidade entro das empresas para os seus gestores.

3.1 Processo de gestão

As empresas atualmente encontram-se em um ambiente competitivo e, para que consigam alcançar seus objetivos, torna-se necessário um processo de gestão. Crozatti (1998) afirma que, para direcionar a empresa a uma posição estratégica, é preciso que o processo de gestão seja constituído do planejamento operacional, com o objetivo de empreender os rumos planejados e de certificar a eficácia do processo produtivo da empresa.

O processo de gestão deve se responsabilizar pela execução das metas, objetivos e missão da empresa, de modo equilibrado e adaptável às modificações. Deve ser desenvolvido com base no processo decisório, contemplar o planejamento, execução e controle e ser mantido por sistema de informações (PEREIRA, 2001). Assim, sua função na controladoria é fornecer informações sobre o desempenho e resultados econômicos, verificando, dessa forma, o processo de elaboração do orçamento.

Segundo Padoveze e Benedicto (2003), o suporte para elaboração de todo processo de gestão elucidará, em todas as suas fases, a cultura organizacional da empresa, ponto enfatizado por Beuren (1998), como um processo que visa certificar que os pareceres de gestão auxiliam os gestores na otimização do desempenho da organização.

O processo de gestão consegue ser demonstrado de várias formas na prática da empresa; entretanto, deve-se sustentar que a decisão tomada conduza ao desempenho de sua missão, assegurando sua adaptação e equilíbrio ao ambiento operacional, necessários para a sua sobrevivência (PEREIRA, 2001).

O controle atinge as etapas em que é parecido com o real, caracterizando ou não as transformações. A intenção do controle é proporcionar que as obrigações da organização sejam realizadas conforme o plano. O que facilita controlar é ter um conjunto de informações eficientes, de maneira capaz de mudar o planejamento conforme as mudanças que ocorrem (CATELLI, 2001).

A controladoria atua no processo de gestão com a finalidade demonstrar aos seus gestores meios eficazes para atingir a eficiência organizacional, de modo onde as decisões estejam alinhadas para uma harmonia na organização, possibilitando assim uma sincronização entre os gestores para um melhor resultado na organização.

A controladoria nesse processo, Padoveze (2002) enfatiza que uma das suas primeiras etapas é sustentar a organização em todo o processo de gestão. Essa sustentação representa, principalmente, em auxiliar os gestores na tomada de decisões através das possibilidades existentes, além disso da formação de informação e mensuração convenientes à sua necessidade.

O profissional da Controladoria atua na área econômica e financeira, por meio de um sistema de informações gerenciais que propicia visão ampla, com base nos dados da contabilidade. Assim, favorecerá o posicionamento dos executivos da empresa, desde o aspecto operacional até o estratégico.

Afirmam que este é um novo campo de ação para profissionais da área Contábil, pois demandam conhecimento e domínio de conceitos de demais disciplinas, como administração, economia, estatística, informática, dentre outras. O controller é o gestor encarregado do departamento de controladoria; sua função é gerenciar de forma eficiente e zelar pelo andamento da empresa, fazendo com que as tarefas desenvolvidas alcancem resultados maiores que os esperados. Com isso, tem como incumbência

manter o executivo da companhia informado sobre o destino que deve tomar, onde deve ir e quais os caminhos a serem traçados.

De forma geral, esse profissional carecerá de capacitação gerencial, domínio da contabilidade gerencial, custos de produção, legislação fiscal, orçamento empresarial, análise e gestão de projetos e aplicação de métodos quantitativos, pois a atividade da controladoria requer aplicação de princípios, os quais contemplam todas as atividades empresariais, desde o planejamento inicial até a obtenção do resultado final.

3.2 Controle Interno

Controle interno compreende ao plano de organização e ao conjunto de métodos e medidas utilizados pela empresa, para preservar seu patrimônio, certificar-se da exatidão e autenticidade das informações contábeis, proporcionar eficiência operacional e incentivar o cumprimento das diretrizes traçadas pela administração.

O controle é um papel gerencial que deve ser preocupação contínua, visando que sejam atingidos os objetivos da organização, com eficiência e efetividade operacional, tendo como metas o desempenho e rentabilidade.

Para a controladoria, é de extrema importância conhecer a condição de um sistema em que o controle interno se firma em razões de diretrizes administrativa, jurídica e político: sem gestão não haveria compromissos nos centros empresariais.

Torna-se relevante que todos os processos anteriores ao controle tenham sido desenvolvidos de maneira que possa gerar informações adequadas, metas claras e passíveis de serem alcançadas, para que essa etapa possa propiciar que os resultados planejados sejam realmente atingidos.

Nessa fase, é responsabilidade da controladoria a verificação dos resultados alcançados com os resultados planejados, representando quais áreas corresponderam ou não as expectativas do planejamento. É imprescindível que a controladoria esteja amparada por um sistema de controles internos compatível, que lhe conceda saber qual o custo mais baixo e se esse custo equipara ao valor previsto.

O controle no processo do planejamento deve ser analisado junto a todas as áreas da instituição, como também da empresa como um todo se estão realmente executando suas atividades de forma correta, ou se os resultados obtidos correspondem às expectativas contidas no planejamento. Os resultados obtidos são confrontados aos orçados, sinalizando assim, a possibilidade de notificar irregularidades ocorridas durante

o processo a fim de solucioná-los. Catelli (2001) afirma a estima do desempenho nessa fase deve ser analítica e global.

Esses controles internos permitem a comparação dos resultados obtidos no decorrer do processo de gestão, que representa o controle das operações da empresa. Um planejamento sem devida estrutura de controle interno como apoio impede a verificação dos resultados, comprometendo todo o planejamento. Durante a etapa de controle a controladoria visa reconhecer os desvios ocorridos.

Em relação à participação da controladoria nesse processo, Padoveze (2002) enfatiza que uma de suas finalidades básicas é amparar a empresa em todo o processo de gestão. Esse apoio consiste, basicamente, em auxiliar os gestores na tomada de decisão.

Catelli (2001), sinaliza a etapa de execução como uma das fases do processo de gestão. Afirmam ainda que, na parte do controle, os resultados alcançados são transmitidos por meio de um sistema de feedback, que expõe aos responsáveis a condição da organização em determinado momento.

3.2.1 Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico trata de termos do futuro, que a entidade irá elaborar e como vão ser utilizados estrategicamente seus recursos. Implica na determinação dos objetivos e metas da corporação, assim como o desenvolvimento de padrões, políticas e estratégias, através das quais eles serão alcançados.

Planejamento estratégico é um agrupamento de planos utilizado pela empresa para se estabilizar no mercado, buscando um melhor agrupamento de diretrizes estratégicas que irão acompanhá-los na realização de sua missão.

Para Femenick et al. (2006), a execução para um planejamento é essencial que a organização possua um vasto conhecimento e controle da sua estrutura interna e tenha poder para avaliar os aspectos práticos e condições do ambiente nas quais se encontram. Nesse planejamento já é determinada visivelmente a missão da empresa e, consequentemente seu modelo de gestão, a partir dos quais serão definidos seus intentos, para que se possa atingir a essa missão e as estratégias primordiais para obter tais objetivos.

Roehl e Bragg (1996) destacam que a controladoria é a área encarregada por realizar a avaliação financeira relacionada com as estratégias a serem deliberadas.

Ansoff e McDonnell (1993) explanam que, no planejamento estratégico, não se espera, necessariamente, que o futuro corresponda à evolução em relação ao passado, mas é importante como primeira medida, uma inspeção do ponto de vista da empresa, identificando tendências, ameaças, possibilidades e descontinuidades que possam modificar as tendências históricas.

Nessa fase, é estabelecido um conjunto de diretrizes estratégicas de caráter qualitativo que tende conduzir o planejamento operacional. O conjunto de diretrizes definidas tem como objetivo salvar-se de ameaças e aproveitar oportunidades, dispor os pontos fortes e superar as deficiências dos pontos fracos (CATELLI, 2001).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Controladoria, segundo Martins (2010) e Padoveze (2002) tem como finalidade, fazer com que a empresa tenha informações claras com relação ao processo decisório dos gestores, favorecendo a tomada de decisão.

Através do levantamento bibliográfico, pode se constatar que a Controladoria favorece a melhoria do desempenho interno e externo da empresa. O uso de dados e analise favorecem na tomada de decisão.

Portanto, a área da Controladoria favorece a organização, principalmente no que refere-se ao planejamento estratégico e orçamentário, ou seja, ela contribui para maior desempenho, redução de custos e maior integração entre departamentos.

REFERÊNCIAS

ANSOFF, H. I.; McDONNELL, E. J. **Implantando a administração estratégica.** São Paulo: Atlas, 1993.

BEUREN, I. M. **Gerenciamento da informação:** um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. São Paulo, Atlas, 1998.

CATELLI, A. **Controladoria:** uma abordagem de gestão econômica. São Paulo: Atlas, 2001.

CROZATTI, J. **Cultura organizacional e gestão econômica.** Um estudo em áreas de controladoria de bancos públicos. Universidade de São Paulo Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 1998.

FEMENICK, T. R. et al. **Conceitos gerais sobre orçamento**. In: FEMENICK, Tomislav R. (Org.) fundamentos, metodologias e práticas do orçamento empresarial. São Paulo: IPEP; Natal: FACEN, 2006.

MAROSTEGA, F. L.; LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J.; SCHNORRENBERGER, D. **Análise da produção científica sobre controladoria nas revista brasileiras de contabilidade.** Pensar Contábil**,** 2014.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **A controladoria no planejamento operacional:** modelo para determinação da estrutura do ativo. Revista de Contabilidade – CRC/SP, São Paulo, 2002.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. **Cultura organizacional:** Análise e impactos dos programas no processo de gestão. In: encontro nacional dos programas de pós-graduação em administração, Atibaia, 2003.

PEREIRA, C. A. **Ambiente, empresa, gestão e eficácia.** In: CATELI, A. (Coord.) Controladoria: uma abordagem da gestão econômica - GECON. São Paulo, Atlas, 2001.

ROEHL, A. J. M.; BRAGG, S. M. **Manual del controller:** funciones, procedimientos y responsabilidades. Bilbao Deusto, 1996.

SELL, G. K. **Uma sistemática para inserir a contabilidade gerencial no processo decisório nas pequenas e médias empresas:** um estudo de caso. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CONTROLE INTERNO DOS ESTOQUES EM HOSPITAIS NA REGIÃO DE JAÚ-SP

Alessandra Flaviane Cardozo, Raquel Magagnatto Vicente, Flávio Luís Grava Scalco,
e-mail: flavio@scalconet.com.br

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, atualmente, começa-se a dar o devido valor ao controle interno, em virtude da necessidade de se implantar um controle em tempo real, pois o mesmo tem a finalidade de prevenir erros, falhas e fraudes dentro das instituições. Controlar seus estoques é um ponto vital para a manutenção de seus negócios. Porém ainda existem empresários que acreditam que o investimento em um bom controle interno é apenas futilidade (PORTAL AUDITORIA,201-).

Além de ter a finalidade de prevenção contra fraudes, falhas e erros o controle interno proporciona ao administrador uma ferramenta de gestão que auxilia nas tomadas de decisões, estabelecendo normas que contribui na redução de custos, permitindo assim, uma maior segurança para a instituição (CARVALHO,2016).

A ausência de um controle interno eficaz na maior parte dos hospitais do interior pode ocasionar desperdícios e consequentemente gastos desnecessários, principalmente em relação ao controle dos estoques, onde podem ocorrer compras indevidas de parte dos medicamentos e faltas de outros, podendo provocar desde simples transtornos até mesmo problemas gravíssimos.

Diante dessa percepção, o presente trabalho tem a intenção de demonstrar a importância da implementação de um eficiente controle interno nos estoques de hospitais utilizando-se para tanto a tecnologia da informação, tornando-a mais acessível e segura. Trazendo consigo vantagens que asseguram um melhor desempenho, segurança nas tomadas de decisões, reduzindo custos, entre outros benefícios.

2 METODOLOGIA

Para a construção desse artigo científico, o embasamento teórico foi através da pesquisa bibliográfica, em livros, artigos científicos e outras fontes paralelas como internet.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Controle Interno

A verificação do controle interno é um processo que auxilia na auditoria por meio do qual medimos a capacidade dos meios utilizados por uma instituição, assim protegendo seus objetivos e consequentemente seu patrimônio (LOPES DE SÁ, 1993).

O controle é um objeto de organização e planejamento quando implantado a execução de tais obrigações se tornam indispensáveis (LOPES DE SÁ, 1993).

O controle interno inclui em um sentido amplo, onde os controles poderão ser tanto para a contabilidade quanto à administração, Almeida (2003) os classifica em:

a) Controles contábeis: auditoria interna, sistemas de conferência, aprovação e autorização, controles físicos sobre os ativos (estoques), distribuir as funções para pessoas de confiança pois terão acesso aos registros contábeis.
b) Controles administrativos: controle de qualidade, estudos de movimentos e tempos, análises do lucro da linha de produção, treinamento dos colaboradores, controle dos negócios aceitos embora ainda não realizados economicamente, análises das transformações entre os valores calculados e incorridos.

Desse modo o controle interno desempenha medidas sistêmicas que conduzam o negócio de forma disciplinada e eficiente, a proteção de recursos e ativos, propicia na detecção dos erros, falhas e fraudes, além de manter os dados contábeis com integridade e precisão e trazendo informações econômicas e financeiras confiáveis nos balanços e demonstrações (LISBOA,201-).

Cada empresa possui bens, direitos e obrigações esses se encontram separados por setores e departamentos que se responsabiliza individualmente à parte que lhe corresponde (ATTIE, 1998).

O controle interno tem o objetivo de proteger o patrimônio empresarial, contra qualquer tipo de riscos ou perdas devidas as irregularidades ou erros (ATTIE, 1998).

Enfim, um sistema de controle interno apropriado é aquele que denuncia de forma rápida e precisa, a necessidade da aplicação de medidas corretivas e preventivas pretendendo eliminar ou mesmo reduzir, perdas resultantes de incapacidades, desvios e da maximização dos lucros da organização (SILVA, 201-).

3.2 Estoque

O estoque é classificado como um ativo circulante, principalmente se ocorrer uma motivação para gerar uma receita, destinadas a vendas, os estoques são o menos

correntes dos ativos circulantes, a regra de realização não se aplica obrigatoriamente a itens exclusivos, mas a todos os estoques (IBRACON, 2000).

O controle precisa elaborar benefícios para cada setor incluídos no organograma operacional, seja, recebimento, armazenamento e distribuição, oferecendo as quantidades que estão à disposição de processo de recebimentos, as devoluções ao fornecedor e as mercadorias recebidas e obtidas (VISTO SISTEMAS, 2017).

Possuir um estoque controlado é ter a quantidade correta de mercadorias para que a instituição possa fluir corretamente e atender sua procura no mercado, sem ter perdas ou prejuízos. O que parece evidente nem sempre é para alguns administradores que até aquele momento não sabem executar o controle de estoque corretamente (EGESTOR, 2019).

3.3 Sistema

A tecnologia da informação é uma das áreas da ciência que se tornou essencial no momento atual, utiliza equipamentos e ferramentas como computadores, sistemas e softwares através desses serão produzidos, armazenados os diversos tipos de informação. Está se desenvolvendo de forma rápida desse modo impulsiona o avanço das tecnologias (TEIXEIRA, 2019).

Os sistemas de informação auxiliam a auditoria para verificar não o acordo com os aspectos contábeis da organização, mas sim se o próprio espaço informatizado, garantindo a honestidade dos dados manipulados pelo computador. A auditoria utiliza os sistemas e equipamentos do TI para executar seu trabalho para isso a auditoria estabelece sua metodologia nela descrevendo os procedimentos a serem adotados, esses objetivos são estabelecidos com base nas atividades da empresa a ser auditada (TEIXEIRA, 2019).

O controle interno numa empresa é essencial para evitar gastos desnecessários, e para isso existem diversos programas que auxiliam na gestão da empresa. O controle de estoque é uma área importante, pois é nele que o gestor saberá exatamente a quantidade de cada item em seu estoque e, além disso, também informará o valor em dinheiro que o estoque está valendo (TEIXEIRA, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle interno é uma ferramenta muito importante para a gestão de uma organização, em conjunto com a tecnologia da informação, registrando, classificando, apurando e resumindo se necessário, todos os processos da instituição, com especial

importância no controle dos estoques de hospitais, podendo detectar erros, falhas ou fraudes e na maioria das vezes apontando os verdadeiros responsáveis.

O controle interno também auxilia na prevenção de desperdícios, demonstrando para o administrador o inventário correto dos estoques, evitando compras desnecessárias e disponibilizando os recursos financeiros em outras áreas mais necessitadas e urgentes, como por exemplo, a compra de medicamentes ou produtos que realmente estejam em falta naquele momento.

O objetivo principal desta pesquisa foi demonstrar a importância de um controle interno eficiente e eficaz nas rotinas administrativas de instituições hospitalares, com ênfase nos estoques, demonstrando ser um ótimo investimento no combate à desperdícios ou perdas por falhas, erros ou desvios, fornecendo informações rápidas e confiáveis para que os administradores tomem decisões seguras, de tal forma que não afete negativamente a empresa num futuro próximo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.C. **Auditoria:** um curso moderno e completo. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.p.63.

ATTIE, W. **Auditoria:** conceitos e aplicações. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.p.110.

CARVALHO, F. **A importância do controle interno**: para a gestão empresarial de pequenas e médias empresas, 2016. Disponível em: < https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-do-controle-interno-para-a-gestao-empresarial-das-pequenas-e-medias-empresas > Acesso em: 27 set. 2019.

CREPALDI, S. Ap. **Auditoria contábil**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.p.376.

EGESTOR. **7 dicas para evitar perdas no estoque da sua empresa**, 2019. Disponível em: < https://blog.egestor.com.br/sistema-de-gestao/controle-de-estoque/> Acesso em: 01 set. 2019.

EXPRESSO NOTICIA. **Controle interno na prevenção de fraudes**, 201-. Disponível em: < https://expresso-noticia.jusbrasil.com.br/noticias/134321/controle-interno-na-prevencao-de-fraudes > Acesso em: 03 set. 2019.

CRC-SP/IBRACON. **Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria.** 5. ed. São Paulo: Editora atlas S.A., 2000. 110 p.

LISBOA, I. **O processo de controle interno – segundo o COSO**, 201-. Disponível em: < https://portaldeauditoria.com.br/o-processo-de-controle-interno-segundo-o-coso/> Acesso em: 03 set. 2019.

PORTAL AUDITORIA. **Controle interno**, 201-. Disponível em: <https://portaldeauditoria.com.br/controle-interno/> Acesso em: 27 set. 2019.

TEIXEIRA, M. Tecnologia é. **Quando e como surgiu a internet? E no Brasil?**, 2019.Disponível em:< https://www.tecnologiae.com.br/quando-como-surgiu-internet-brasil/> Acesso em: 27 mar. 2019.

VISTO SISTEMAS. **Logística hospitalar e materiais de saúde: primeiros passos para um estoque, almoxarifado e transporte seguros,** 2019. Disponível em: < http://www.vistosistemas.com.br/blog/logistica-hospitalar-e-materiais-de-saude-primeiros-passos-para-um-estoque-almoxarifado-e-transporte-seguros/> Acesso em: 01 set. 2019.

CORRUPÇÃO NO SISTEMA LICITATÓRIO

Amanda Leal Ferreira, Amanda Rubio Ferreira de Figueiredo, Taiara Fernanda de Amorim Martins, Perla S. Daniel, Renata Z. Montefusco, e-mail: amandaleal96@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar a corrupção no sistema licitatório. A licitação é um meio administrativo para a seleção de contratantes a serviços da Administração Pública, sendo esta um órgão ou entidade pública. O instrumento não é um controle jurídico, e sim mecanismo para articular uma contratação. E, portanto, por não haver a utilização de formalismo para a seleção de empresas, baseando-se somente na necessidade iminente de serviço, há um leque muito amplo de possibilidades para fraudes, que requerem a observância da União com recursos capazes de eliminar os desvios, sendo desincentivando, reduzindo ou punindo os agentes.

A licitação existe de forma a propiciar a competição nos moldes de adequação ao caráter funcional da Administração Pública, e para tanto, possui vários critérios de julgamento, sendo eles o menor preço; a melhor técnica; e melhor técnica e preço e são obtidos por meio de esforços da Administração pública que visam desestimular práticas ilegais. No entanto, o que ocorre na realidade, é uma congregação entre os setores públicos e privados a fim de beneficiar setores específicos da população, desvirtuando o valor próprio de isonomia material. E esta prática deve ser combatida com esforços de uma fiscalização adequada.

É importante mencionar que essas práticas ilegais ocorrem por meio de uma corrupção passiva, conforme Art. 317, do Código Penal, que menciona “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes, de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem” e ou ativa, conforme Art. 333, Código Penal “Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício”.

E esta corrupção não afeta apenas as empresas públicas privadas e sim, danifica o bem-estar social da nação, atrasando ainda mais o desenvolvimento consistente do

país, que já é deficitário em saúde, educação e políticas públicas. Além disso, a recondução dos recursos públicos não atende às carências da camada economicamente mais frágil da população.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE trata de uma regulamentação internacional para a redução de corrupção no comércio exterior e dá um conceito a esta realidade, conforme:

> Cada parte deverá tomar todas as medidas necessárias ao estabelecimento de que, segundo suas leis, é delito criminal qualquer pessoa intencionalmente oferecer prometer ou dar qualquer vantagem pecuniária indevida ou de outra natureza, seja diretamente ou por intermediários, a um funcionário público estrangeiro, para esse funcionário ou para terceiros, causando a ação ou a omissão do funcionário no desempenho de suas funções oficiais, com a finalidade de realizar ou dificultar transações ou obter outra vantagem ilícita na condução de negócios internacionais. (p. 01)

Além disso, a Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) traz um conceito à corrupção como o abuso de agentes públicos e privados a fim de benefício pessoal por meio de não somente o recebimento de propina, mas a ocorrência de nepotismo, fraude e captura estatal.

Segundo a Transparência Internacional (Perguntas freqüentes. De que forma a corrupção prejudica as sociedades?), entidade de combate à corrupção, a corrupção traz como consequência, não só a estagnação da economia, mas o prejuízo à inovação tecnológica, pois as empresas já estão contratadas antes mesmo da licitação para se mantiver ou entrarem no mercado; provoca a falência de várias empresas que estariam aptas à competição, já que não haverá mais espaço e nem verbas públicas aos empregadores e empregados. Tal situação é encontrada por GABAN; DOMINGUES (2012, p. 162), que prevê que “quanto maior a duração do cartel, maiores os danos aos consumidores”.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa utiliza o método analítico-dedutivo. A análise de doutrinas, legislação pátria e jurisprudência se fizeram presente na execução do trabalho em tela.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente a licitação fere o princípio da isonomia, pois proporciona que empresas ainda não cadastradas, participem da licitação, apenas apresentando documentos que não são exigidos para empresas já cadastradas.

A maioria dos procedimentos licitatórios trazem irregularidades da modalidade Convite, prevista no artigo 22, §3º da lei nº 8.666/93, onde define, delimitando sua forma legal:

> "Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 03 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas".

A corrupção vem do dinheiro público que a empresa oferece o serviço em baixo valor, favorecendo em razão das demais empresas sérias e competentes que oferecem um valor de mercado, com a qualidade que realmente o produto oferece, não se deteriorando antes do prazo comum.

A modalidade da licitação publica não significa somente que serão vencedoras do processo licitatório das empresas que colocam os produtos de baixo valor, mas também não será licito contratar empresas que ofereçam produtos de péssima qualidade e que venha em curto período de tempo tendo o serviço ofertado na obra publica. Vejamos que vários contatos de empresas responsáveis constroem estradas federais, municipais ou estaduais que não oferecem qualidade no seu serviço, como uma chuva ou com trafego intenso de carros, que não se conservam por muito tempo e logo estão esburacados ou cedendo ao peso dos automóveis. Este exemplo é um típico de corrupção do dinheiro publico que a empresa oferece o serviço em baixo valor de mercado, com a qualidade que realmente o produto oferece, não se deteriorando antes do prazo comum.

Sendo assim:

> Pode-se afirmar que parte do resultado dos certames é definida prematuramente, já que, a depender das condições contidas no ato convocatório, sabe-se de antemão quem poderá participar da futura licitação e quem já estará de pronto afastado. Nos mercados em que restrito o número de atores algumas definições bastam para reduzir ainda mais a amplitude da competição e, assim, dirigir o contrato antes mesmo de se conhecerem as propostas. (Cristiana Fortini e Fabrício Motta, 2017, p. 298).

A maneira de fraudar o sistema licitatório está presente em situações como a ausência de transparência no processo e na tomada de decisões, sendo que a população não fica ciente; o acesso inadequado às informações; e a falta de meios para discussões públicas. Estas, sendo importantíssimas para o início do trâmite do certame. Um exemplo se encontra no pregão realizado para contratação de empresas de fornecimento de alimentação a servidores públicos, cujo relatório é o seguinte:

> Relatório Trata-se de representações intentadas por Núcleo Oásis Alimentação Comercial Ltda. EPP, Maurício Ortiz de Morais, Renata Cristina de Carvalho Osório, Efrain Alimentações e Serviços Ltda. EPP e Francisco Costabile Filho contra o edital do Pregão Presencial nº 15/2014, promovido pela Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André – CRAISA, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento de refeições a servidores. A sessão de entrega dos envelopes estava marcada para o dia 22/9/2014. (i) Representação de Núcleo Oásis Alimentação Comercial Ltda. EPP: Insurgiu-se inicialmente contra a não divulgação do orçamento estimado junto ao edital, afirmando que isto fere o princípio da publicidade e desatende os arts. 7º, § 2º, II, e 40, § 2º, II, da Lei 8.666/93. Disse ainda que há ilegalidade na exigência de que não poderá ultrapassar 1 hora e 30 minutos o percurso entre a TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO 2 Cozinha Industrial da Licitante e as Unidades onde serão entregues os alimentos (item 9.4.10 do Anexo I). Sustentou, por outro lado, que a comprovação apenas do vínculo trabalhista do nutricionista responsável técnico está em dissonância com a Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado (item 2.11 do tópico "XV. Exigências" do Anexo II). E defendeu a existência de ofensa ao § 6º do art. 30 da Lei 8.666/93, pelo seguinte: - exigência de vistoria prévia da Diretoria de Alimentação e Nutrição da CRAISA na cozinha industrial da licitante, a ser solicitada até 12/9/2014 para realização entre os dias 18 e 19/9/2014 (item 9.4.8 do Anexo I); (...) exigência de que junto à proposta comercial seja apresentado técnico de segurança do trabalho e também o vínculo empregatício dos profissionais que exercerão as atividades decorrentes da contratação (itens 2.11 e 2.13 do tópico "XV. Exigências" do Anexo II). (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2014)

Importante salientar que uma publicidade deficitária em discordância ao § 3º do artigo 3º da Lei 8.666/93, não é suficiente para caracterizar a corrupção, já que julgados preceituam que:

> Quanto ao delito contra a ordem econômica, objeto da denúncia, para sua caracterização não basta simplesmente a prática de preços similares ou o chamado alinhamento de preços, mas sim que esse alinhamento ou similaridade de preços decorra de efetivo ajuste entre os comerciantes, de modo a fixar artificialmente os preços, eliminando assim a concorrência entre eles, o que sabidamente é nocivo aos consumidores em geral
>
> (TJRS, Apelação n. 70017858093. 2007).

Há que se salientar que apesar de detalhista a Lei nº 8.666/93, não há maiores disciplinas acerca das condições financeiras estipuladas às contratantes, pois há "limitação" (termo utilizado pela legislação tratada) de requisitos a serem observados neste ponto, conforme disposição do art. 31, Lei 8666/93. Possibilita ainda mais a abertura de corrupção, pois de acordo com a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), "cartéis causam danos a consumidores, por meio do aumento de preço ou da restrição da oferta".

Além disso, a Lei 8.666/93 transmite o poder decisório quanto à habilitação e análise de propostas a uma comissão composta por, no mínimo, 3 membros, no entanto, o pregão, por se tratar de modalidade mais célere, possui apenas um agente público. E, conforme parecer de Adilson Abreu Dallari, quanto maior o poder centralizado, mais provável o abuso e risco de corrupção,

> Não é porque se fez uma licitação, não é porque o rito foi seguindo, que o resultado passa a ser sagrado, intocável. A licitação tem-se transformado, sim, numa ritualística inconsequente, numa maneira de acobertar a fraude, de dar segurança àqueles que se aproveitam do dinheiro público. (*Aspectos Jurídicos da Licitação*, 7ª edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2006, p. 212.)

Além disso, o instrumento da licitação é eficaz tanto para combate à corrupção, quanto um meio de praticá-la por agentes da administração de forma proba. O fato a ser desnudado é que a legislação em vigência tem eficácia jurídica, entretanto diante dos inúmeros rompantes de corrupção alardeados no país indaga-se sobre sua efetividade social. Desta feita, a legislação prima pela transparência nas relações entre o Estado e a iniciativa privada, o que não obstante seja uma meta tangível se torna dicotomicamente distante da realidade apresentada à sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato corrupto na política brasileira está atualmente, como uma característica de todos os políticos. Não é incomum e nem mesmo surpreso ouvir alguém falar que “todo político é corrupto”, este rótulo é associado à imagem dos agentes políticos, não sendo algo recente, nem tão pouco característico da época contemporânea, mas sim um rótulo que os nossos representantes governamentais foram conquistando ao longo da historia política da nação onde os anais da história demonstram o desvio comportamental em face de coisa pública por parte da prática de atos ilícitos pleiteados pelos mesmos.

O fato é que a corrupção esta presente na política gestora de todo o Estado Brasileiro. Cabe à população de massa, começar a atentar para esses atos ilícitos, e a cobrar responsabilidade ao invés de negligencia por parte de seus representantes.

Diante de todo o exposto, é inegável a importância do processo licitatório na aquisição de bens ou serviços. A licitação se apresenta como um instrumento fundamental na preservação e consolidação do princípio da igualdade de todos perante a lei, fazendo com que, os gestores com equidade e objetividade, proporcionando aos interessados ampla transparência, mas se não houver fiscalização e boa-fé dos gestores, nada disso irá acontecer. Respeitando os princípios norteadores da

Administração Pública, haverá o uso do dinheiro público de forma eficiente, evitando com isso, o desperdício e a corrupção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.

CAVALCANTI, Francisco. TRF5. **AgRg na SL nº 3.557/02 – PE**, Pleno. Rel. Des. Fed. Francisco Cavalcanti. Julg. 21.9.2005.

Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/assuntos/articulacao-internacional/convencao-da-ocde/arquivos/convencao-ocde>. Acesso em: 03 de out. 2019.

DALLARI, Adilson Abreu. Licitação não é instrumento de combate à corrupção. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-out-19/interesse-publico-licitacao-nao-instrumento-combate-corrupcao>. Acesso em: 29 de set. 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2010. VadeMecum Tradicional - 26ª Ed. 2018. Editora – Saraiva.

Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3678.htm> Acesso em: 02 de out. 2019.

FORTINI, Cristiana; MOTTA, Fabrício. Corrupção nas licitações e contratações públicas: sinais de alerta segundo a Transparência Internacional. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 16, n. 64, p. 93-113, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.editoraforum.com.br/wp-content/uploads/2016/07/corrupcao-licitacoes.pdf> Acesso em: 03 de out. 2019.

GABAN, Eduardo Molan, Juliana Oliveira Domingues, Direito Antitruste, São Paulo: Saraiva, 2012, p. 162.

Ministério Público do Estado de São Paulo. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – CAO- PP. Fraudes em Licitações e Contratos. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilha_Eletronica/fraudesLicitacoes/FraudesLicitacoes.html#prefacio>. Acesso em: 03 de out. 2019.

Organisation for Economic Co-operation and Development. OECD. The rationale for fighting corruption. Disponível em: <https://www.oecd.org/cleangovbiz/49693613.pdf> Acesso em: 02 de out. 2019.

Transparência Internacional. Opiniões e experiências dos cidadãos relacionadas à corrupção. Barômetro Global da Corrupção América Latina e Caribe. 2019, p. 03. Disponível em: <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/54:bgc---barometro-global-da-corrupcao-2019?stream=1> Acesso em: 02 de out. 2019.

TJRS, Apelação n. 70017858093, 4ª Cam., Rel. Des. Constantino Lisboa de Azevedo, DJ 12.4.2007.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sessão 8/10/2014. Disponível em: <http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/epe-m-002-00004358-989-14-3_0.pdf>. Acesso em: 03 de out. 2019.

CRIANÇAS COM DISLEXIA: UM OLHAR PARA ALÉM DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Beatriz Lopes Frolini, Vanessa Barro Canal, Elaine Cristina Gardinal Pizato, e-mail: bia.splan@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo do trabalho de conclusão do curso de psicologia, trata-se de uma revisão bibliográfica que abordará principalmente a autoestima da criança com dislexia e a importância da compreensão dos pais e professores sobre os desafios que a criança enfrenta neste transtorno de aprendizagem.

A dislexia é definida como uma dificuldade de aprendizagem que é caracterizada por problemas na linguagem receptiva e expressiva, oral ou escrita (SILVA, 2009). Segundo Frank (2003) antigamente, as crianças disléxicas eram constantemente rotuladas como “burras” ou “preguiçosas” pelas pessoas.

Na perspectiva social, a criança com dislexia acaba construindo sua subjetividade de acordo com suas interações sociais. O discurso do outro, para a criança disléxica acaba construindo sua visão de sujeito como “incompetente” frente a suas dificuldades de aprendizagem (MASSI; SANTANA, 2011). Através do discurso do outro, crianças disléxicas podem apresentar grande sentimento de medo, frente às suas dificuldades de leitura e escrita (FRANK, 2003).

Dentro do espaço de ensino – aprendizagem a escola precisa estar preparada para oferecer condições pedagógicas que possam servir de ferramenta no processo de aprendizagem e o compromisso da escola em conjunto com a família, para possibilitar ações que desenvolva de forma integral o aluno com dislexia (SILVA, 2015).

É importante que o professor tenha conhecimento sobre a dislexia, pois isto lhe permitirá utilizar estratégias junto destes alunos, para que possam superar os obstáculos decorrentes de sua dificuldade de aprendizagem (ABREU, 2012).

Segundo Abreu (2012), a questão emocional associada à dislexia, a seu ver, é fundamental para qualquer professor. Pois, se não forem trabalhadas devidamente as questões emocionais, podem ocorrer obstáculos que acarretará numa rejeição por parte da criança nas atividades de âmbito escolar.

As famílias ao descobrirem o problema de aprendizagem de seu filho, enfrentam inúmeros desafios e situações que acabam impactando na vivência familiar, podendo provocar ansiedade e frustração para ambos (CARNEIRO, 2011).

Nem sempre é fácil para um pai aceitar a dislexia e o pensamento de que seu filho tem uma doença é notório, surgindo assim dúvidas, medo e inúmeras preocupações quando recebem o diagnóstico de seu filho. Entretanto, os pais precisam compreender que isso não significa que a criança não será capaz de aprender, muito pelo contrário, está necessitará encontrar estratégias que irão lhe ajudar neste processo (CARNEIRO, 2011).

Para uma criança com dislexia o mais importante é a compreensão que vem dos pais, o incentivo nas tarefas da escola, no encorajamento para realização das atividades, na confiança, no amor, no apoio e na ajuda da compreensão do transtorno. Os pais devem ajudar seus filhos a entenderem que mesmo não sendo igual a todas as crianças, possuem suas competências (FRANK, 2003).

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo apresentar estudos desenvolvidos sobre a dislexia nas diferentes áreas do conhecimento para compreender a influência da autoestima para o processo de aprendizagem da criança. Considerando a importância da participação da família e professores como colaboradores para qualidade emocional dessas crianças.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica desenvolvida com base em material já elaborado através de livros e artigos científicos. Através destas fontes, verifica-se as diversas posições a respeito do problema pesquisado (GIL, 2017).

A pesquisa foi desenvolvida por meio de materiais disponíveis em publicações periódicas, com a colaboração de vários autores que tratam do assunto que será abordado na pesquisa. Dentre estas fontes bibliográficas pesquisadas, propõem-se à análise de obras de divulgação científicas ou técnicas já publicadas no meio acadêmico (GIL, 2017).

O procedimento de coleta de dados da pesquisa foi realizado através das publicações disponíveis nas bases de dados PePsic, Scielo, Revista Abpp, Repositório ESEPF, Repositório Científico Lusófona – ReCil, e em livros relacionados sobre o tema.

Por meio de publicações periódicas, foram selecionados os artigos como critério por ano de publicação, entre 2003 e 2018 para coletar informações mais recentes sobre

a temática abordada, em publicações no idioma português, através dos seus resumos e títulos que se referem ao assunto da autoestima em crianças com dislexia.

A busca de dados resultou em um total de 1.781 artigos encontrados nesta pesquisa. Considerando os critérios de inclusão e de exclusão adotados, 8 artigos e 2 livros foram analisados nesta revisão de literatura.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Normalmente, muitas pessoas ainda acreditam erroneamente que a dislexia seja apenas um problema na questão de espelhar números e palavras ou problemas de leitura, entretanto, a dislexia é muito mais complexa e extensa do que apenas isso (FRANK, 2003).

A dislexia é definida como uma dificuldade de aprendizagem que é caracterizada por problemas na linguagem receptiva e expressiva, oral ou escrita (SILVA, 2009).

Desde a infância há sinais que podem mostrar a dislexia, mas apenas é apenas quando a criança entra na escola e possui um contato com a aprendizagem da leitura e escrita, que pode-se apresentar um diagnóstico definitivo. Quando este diagnóstico é precoce, os problemas de frustração da criança podem ser minimizados (SILVA, 2012).

O diagnóstico precoce pode evitar o sentimento de fracasso da criança e com isso, os sentimentos negativos em relação a si próprios e também, reforçar a autoestima (CARVALHAIS; SILVA, 2007).

No processo de aprendizagem, quando a criança começa a escrever uma carta ou uma história, está apresenta dificuldades para pensar na escolha de qual palavra correta deve utilizar no texto. Perante esta atividade, a criança pode frustrar-se com receio de escolher uma palavra que não tenha sentido ortográfico. Por isso, crianças com dislexia, apresentam um medo subjacente perante a essas situações escolares, esta carga emocional pode fazer com que a criança se veja em situações perturbadoras (FRANK, 2003).

Devido a estas situações, simples tarefas ou atividades acabam-se tornando um processo longo para a criança disléxica (FRANK, 2003). É importante compreender, que muitas vezes a criança disléxica não consegue pensar ou lembrar-se da palavra durante os exercícios, consequentemente, isso acaba por diminuir o ritmo da criança. Isso não quer dizer que a criança disléxica é preguiçosa (FRANK, 2003).

O papel do professor é ressaltado, pois o mesmo pode identificar as dificuldades das crianças e conseguir diminuí-las realizando um plano de intervenção para as mesmas (CASTRO, 2013).

Segundo Carvalhais e Silva (2007), a relação dos professores com a criança disléxica é de grande importância, pois os mesmos, por possuírem um contato constante, conseguem detectar as dificuldades que está criança possui, compreender e conseguir evitar as consequências que a criança poderia passar, como discriminação e humilhação.

De acordo com Frank (2003), é importante que os pais estimulem seus filhos a falar sobre seus sentimentos e medos e que os pais respondam as perguntas da criança e expliquem em várias etapas as informações sobre a dislexia para a mesma. É importante que os pais passem o conhecimento para os filhos de que possuem um aprendizado exclusivo, que não precisam ficar envergonhados e que estarão, tanto os pais, como as pessoas mais próximas, presentes para poder ajudá-las (FRANK, 2003).

Pais e professores devem valorizar todas as conquistas alcançadas pela criança disléxica, focando mais nas pequenas conquistas do que em suas falhas (ABREU, 2012). “Quer seja na família, quer seja na escola, estas crianças lidam com situações desafiadoras, mas que ajudam a desenvolver o seu lado emocional” (CASTRO, 2013, p.47).

Segundo Bonini et al. (2010), a baixa autoestima merece uma atenção cuidadosa, pois tem importantes implicações no futuro da criança. Ter o conhecimento a respeito do que está acontecendo na vida desta, propiciará aos familiares, profissionais e envolvidos a compreensão das dificuldades enfrentadas pela criança disléxica no ambiente escolar.

Ressalta-se a importância de ser paciente, sensível e oferecer amparo e apoio para estas crianças, demonstrando que elas não estão sozinhas e que ela terá ajuda da família, dos profissionais e amigos para encontrar formas de conviver com a dislexia (FRANK, 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a revisão bibliográfica, buscou-se compreender nos materiais já elaborados, os temas que permeiam a autoestima da criança com dislexia para a compreensão dos principais aspectos e desafios enfrentados pela mesma nos ambientes nos quais frequentam. Ressaltou-se a importância da participação da família e escola como colaboradores para a qualidade emocional dessas crianças.

Quando apresentam essas dificuldades no início da alfabetização, as crianças com dislexia são rotuladas como desatentas e preguiçosas. Entretanto, é preciso que a escola e a família trabalhem em conjunto na intervenção, para a contenção dos impactos emocionais, para que a criança não gere um abandono escolar (SILVA, 2009).

Verificou-se que a criança com dislexia apresenta grande sentimento de medo e variadas emoções, sendo muitas vezes rotuladas como não inteligentes por familiares, amigos e professores. Uma das dificuldades mais apresentadas pela criança disléxica é a baixa autoestima, que são facilmente apresentadas pela influência do meio ao qual ela convive.

Segundo Bonini et al. (2010) “é constrangedor para a criança disléxica admitir o sentimento de medo”. Observa-se que este medo está relacionado ao pensamento de que as pessoas vão zombar delas, consequentemente, isso acaba fazendo com que a criança se esquive de determinadas situações, pois se sente envergonhada, embaraçada ou ‘anormal’ (FRANK, 2003).

Uma das características mais comuns em crianças com dislexia é a baixa autoestima, que tem entre suas principais causas a frustração e o sentimento de fracasso em tentar vencer as inúmeras dificuldades apresentadas pela dislexia (BONINI et al., 2010).

Quando os pais acompanham a criança em suas dificuldades na vida escolar e no emocional, conseguem ajudar a criança no desenvolvimento de sua autoconfiança sentindo-se apoiadas para realização das atividades escolares e em sua autoestima.

Os pais que elogiam, ressaltam suas capacidades e talentos, passam confiança e esperança para as crianças com dislexia, fazem com que as mesmas tenham equilíbrio emocional e uma autoestima reforçada (CASTRO,2013).

O professor por estar presente constantemente consegue evitar que a criança passe por consequências que podem levar a sua baixa autoestima, pois este professor ajudará a criança a enfrentar suas dificuldades de aprendizagem.

“Uma intervenção compartilhada entre pais e professores é o único caminho para que a criança seja bem-sucedida no seu processo de ensino aprendizagem” (CASTRO, 2013).

Este artigo teve seus objetivos alcançados na busca de outras publicações através das bases bibliográficas já desenvolvidas, podendo afirmar as dificuldades da criança disléxica e a importância da participação da família e da escola como colaboradores para autoestima da criança.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. I. A. de. **Dislexia – aprender a aprender.** 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em ciências de educação) – Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa, 2012. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2933/Tese%20-Dislexia%20-%20Aprender%20a%20Aprender%20-%20%20S%c3%b3nia%20Abreu%20Doc%20Fina.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 set. 2019.

BONINI, F. V. et al. Problemas emocionais em um adulto com dislexia: um estudo de caso. **Rev. Psicopedagogia,** 2010, v. 27, ed. 83, p. 310-322. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/213/problemas-emocionais-em-um-adulto-com-dislexia--um-estudo-de-caso>. Acesso em: 14 set. 2019.

CARNEIRO, S. R. C. **Atitude dos pais e professores em crianças com dislexia.** 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em ciências de educação) – Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1487/tese%20final%20pdf.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 set. 2019.

CARVALHAIS, L. S. A. de; SILVA, C. Consequências sociais e emocionais da dislexia de desenvolvimento: um estudo de caso. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 21-29, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 jul. 2019.

CASTRO, M. R. S. R. de. **A psicoafetividade e a dislexia.** 2012/2013. 159 f. Pós-Graduação em Educação Especial – Domínio Cognitivo Motor – Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto, 2013. Disponível em: <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/1263/1/PG-EE_2013MarciaCastro.pdf>. Acesso em 18 ago. 2019.

FRANK, R. **A vida secreta da criança com dislexia.** 1. ed. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

MASSI, G; SANTANA, O. A. P. de. A desconstrução do conceito de dislexia: conflito entre verdades. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 21, n. 50, p. 403-411, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=2&script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000300013&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 14 set. 2019.

SILVA, A. L. da. Dislexia: dificuldade de aprendizagem e o papel da escola na compreensão e atendimento do aluno com transtorno na linguagem oral e escrita. **Eventos Pedagógicos**, v. 6, n. 4, p. 22-33, 2015. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/2013>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SILVA, E. M. P. da. **A autoestima em crianças com dislexia.** 2012. Dissertação de mestrado (departamento de ciências da educação) – Escola Superior de Educação Almeida Garrett – ESEAG, Lisboa, 2012 Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/xmlui/bitstream/handle/10437/2710/A%20autoestima%20em%20crian%C3%A7as%20com%20dislexia_Eliana%20Silva.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SILVA, S. S. L. da. Conhecendo a dislexia e a importância da equipe interdisciplinar no processo de diagnóstico. **Revista Psicopedagogia**, v. 26, n. 81, p. 470-475, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862009000300014&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CRIME DE PECULATO E SUAS DEFINIÇÕES

Rafael Beluca Minatel, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rafaelcartoriojau@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto o crime de peculato e suas definições junto à Administração do Estado. O legislador penal brasileiro ao elaborar norma para auxiliar o Estado, contra os crimes no âmbito da Administração Pública, cometidos pelos seus próprios funcionários, isto o fez no Código Penal vigente, na Parte Especial, no Titulo XI (Dos Crimes Contra a Administração Pública), visando à proteção dos Princípios Jurídicos.

Na área jurídica, encontra-se disposições acerca dos crimes contra a Administração Pública em forma de normas positivadas e princípios de direito, que podem estar diretamente expressos em nosso ordenamento jurídico ou implícito neste. É objetivo deste artigo, desvelar o crime de peculato e suas definições, as normas penais que tratam sobre o crime de peculato.

Para tanto, definimos o que é Estado e sua organização, Administração Pública, como pessoa jurídica no Estado Democrático de Direito, o funcionário público com sua definição, e por fim, o Crime de Peculato e modalidades definidas pelo Código Penal.

2. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo, o principal instrumento é a metodologia de exploração bibliográfica.

Quanto ao tipo de pesquisa, foi utilizado a consulta na doutrina e legislação, como forma de trazer a tona um conhecimento embasado e fundamentado e não apenas divagações, com intuito de contribuir através do conhecimento.

A abordagem metodológica é a qualitativa, apontadas pelos doutrinadores. A pesquisa bibliográfica foi essencial e feita através de obras que tratam do assunto.

A coleta do material se deu através de livros, pesquisa pela Internet, legislação, enfim todos os meios de informação disponível, sem os quais não seria possível entender e analisar o assunto em questão e chegar a uma conclusão consistente e relevante.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A palavra Estado, grafada com inicial maiúscula, é uma forma organizacional cujo significado é de natureza política. É uma entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada.

As funções tradicionais do Estado englobam três domínios: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Numa nação, o Estado desempenha funções políticas, sociais e econômicas.

Segundo Machado (2002, p. 35), define o Estado como uma “entidade com força superior, bastante para fazer as regras de conduta, para construir o direito positivo”. Nascendo assim o Estado como pessoa jurídica de direito público.

Na Constituição Federal de 1.988, encontram-se os princípios que conduzem o Estado. O Estado se coloca em primeiro plano na proteção dos direitos coletivos através da Administração Pública.

O artigo 37, *caput*, da Constituição Federal defini os princípios da Administração Pública, a saber: "Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

A Administração Pública é dividida em órgãos e conjuntos para a prestação de serviços sociais coerentes que o Estado assume na sociedade.

Em sentido formal, a Administração Pública, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços do próprio Estado ou por ele assumido em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração Pública é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

Conforme disposição acima, as atividades da Administração Pública são exercidas por funcionários públicos, membros da sociedade e constitucionalmente incumbidos da responsabilidade de fazer o aparelho administrativo funcionar, evitando delitos que agridam a sociedade e venham a desvirtuar a concepção do Estado.

No âmbito penal, tem-se o conceito legal de funcionário público, onde o Estado como a Administração Pública busque seguir os princípios administrativos e tenham plena eficácia.

O artigo 327 do Código Penal contém a norma explicativa:

> **Art. 327** - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente e sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
> **§ 1º** Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.
> **§ 2º** A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo Poder Público.

A partir deste posicionamento de funcionário como todas as pessoas incumbidas na função estatal, incluindo-se também o servidor público, podendo o Poder Judiciário aplicar a lei quando ocorrer crimes contra a Administração Pública, sem ofender direitos de seus respectivos titulares.

O crime de peculato e suas modalidades estão assim tipificados no artigo 312 e seguintes do Código Penal, para penalizar os atos ilícitos desvirtuados na prática administrativa estatal de seus supracitados:

> **Art. 312** - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:
> Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.
> **§ 1º** - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
> **§ 2º** - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:
> Pena - detenção, de três meses a um ano.
> **§ 3º** - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Quanto ao artigo 312 do Código Penal que define o peculato, cabe aqui transcrever o entendimento de Nucci (2007, p. 995) com relação ao sujeito deste crime: “o sujeito ativo somente pode ser o funcionário público. O sujeito passivo é o Estado; secundariamente, a entidade de direito público e o particular prejudicado”.

3.1. TIPOS DE PECULATO

O peculato, em decorrência de sua ampla abrangência e proteção a bem jurídico importante, possuí vários tipos como:

Peculato apropriação está disposto na 1ª parte do caput do artigo 312 do CP, acima transcrito, ao passo que, o **peculato desvio** está disposto na 2ª parte do caput.

O **peculato furto** por sua vez encontra-se na disposição do § 1º do artigo 312 do CP.

O **peculato culposo** encontra-se nos §§ 2º e 3º do artigo 312 do CP.

O **peculato estelionato ou mediante erro de outrem** na disposição do artigo 313 do CP:

> **Art. 313** - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:
> Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

O **peculato eletrônico** pode ser de **inserção de dados falsos** ou de **modificação/alteração de sistema de informação ou programa de informática**, nas disposições dos artigos 313-A e 313-B do CP:

> **Art. 313-A** - Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano:
> Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.
> **Art. 313-B** - Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente:
> Pena – detenção, de três meses a dois anos, e multa.
> Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado é uma Pessoa Jurídica de Direito Público e suas atividades têm de ser desempenhadas pela Administração Pública, esta terá o papel de governar a sociedade com o objetivo de obter resultado harmônico em face aos princípios constitucionais que cerceiam a Administração Pública, quais sejam, a legalidade, a impessoalmente, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Entretanto, quando a Administração Pública não obtém êxito quanto a finalidade que almeja, como é o caso da ocorrência do crime de peculato, aplica-se o Código Penal para repreender as condutas ilícitas praticadas por funcionários públicos no exercício de suas respectivas funções.

Em face disso, o Poder Judiciário tem repelido com probidade os casos de crimes que atentam contra a Administração Pública, respeitando os deveres de imparcialidade, honestidade, legalidade e lealdade às instituições. Inclusive, o Judiciário entende que o crime de peculato e suas modalidades são práticas ilícitas que desvirtua os princípios constitucionais administrativos, devendo assim, esse delito ser censurado energicamente, observados os parâmetros da legalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 1996.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

CRIME LICITATÓRIO DO ADMINISTRADOR IMPROBO

Carolina Bernardo, Melissa Carolina Moreira Gomes Vieira, Renan Felipe dos Santos, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Considera-se como ato administrativo improbo, todo e qualquer ato que afronte o princípio da probidade, que configura requisito necessário para a validade de todos os atos administrativos. Pode-se afirmar que a probidade nada mais é do que um subprincípio dentro de uma noção mais abrangente da moralidade, que norteia toda a administração pública.

O legislador pátrio estabeleceu punição ao eventual administrador improbo na Constituição Federal, em seu art. 37, §4º. Todavia, trata-se de norma de eficácia limitada, que teve seu alcance prático somente após a edição da Lei 8.429/92. Ainda sob o viés constitucional, é possível observar o dever de probidade em outros dispositivos, quais sejam: art. 14, § 9º, que trata da inelegibilidade; o art. 15, V, que diz respeito à suspensão dos direitos políticos e o art. 85, V, da CF/88 que traz em seu bojo os crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República.

A Lei de Improbidade Administrativa traz em seu bojo três espécies de condutas que caracterizam atos de improbidade, a saber: os que importam enriquecimento ilícito, modalidade esta que não comporta a possibilidade de conduta culposa; os que causam prejuízo para o erário, que trata-se de ato imprescritível e que permite aferição de culpa do agente; e os atos que atentam contra os princípios da administração pública, ou seja, aqueles que violam os deveres de imparcialidade, legalidade e lealdade. Cumpre salientar que o rol que diz respeito as condutas que configuram atos de improbidade é meramente exemplificativo, e que a mencionada lei tem natureza cível e será nessa esfera que ocorrerá a responsabilização, não constituindo as condutas elencadas como crimes. Todavia, nada impede que uma dessas condutas sejam configuradas como crime, como por exemplo, a corrupção, podendo o agente que praticou a conduta ser processado penalmente.

Para que reste configurado o ato de improbidade, faz-se necessário a presença de um sujeito passivo e um sujeito ativo, nos termos do art. 1º ao 3º da Lei 8429/92, a saber:

> Art. 1º. Os **atos de improbidade praticados por qualquer agente público**, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, **serão punidos na forma desta lei**.
> Parágrafo Único. Estão também sujeitas as penalidades desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefícios ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daqueles para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. **(grifo nosso).**

Com o fim de que haja reconhecimento de eventual ato de improbidade, qualquer cidadão, em pleno gozo de seus direitos políticos poderá propor Ação Popular, que terá por escopo a anulação do respectivo ato lesivo, bem como a condenação ao ressarcimento, consoante o que dispõe o artigo 11 da Lei 4.717/65. Por sua vez, a legitimidade para propositura da ação de improbidade pertence somente ao representante do Ministério Público, nos termos do art. 17 da Lei 8.429/92.

É sabido que para os Entes Federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) atenderem às solicitações da população, e consequentemente, proporcionarem os seus desenvolvimentos estruturais, é imprescindível que a Administração Pública realize compras de materiais físicos e contrate empresas para a execução de obras e prestação de serviços, já que, são essenciais para o bom andamento da "máquina pública". É a partir dessa necessidade que podemos notar a importância das Licitações Públicas.

Em 21 de Junho de 1993, foi criada a Lei nº 8.666 – Lei de Licitações e Contratos, com o intuito de dar transparência em todos os atos da Administração Pública, e dotar aos participantes dos certames de todas as garantias constitucionais que o nosso judiciário brasileiro pode oferecer, de recorrer a cada etapa do certame licitatório quando se sentisse lesado em seus direitos.

A licitação é entendida como a forma pela qual o poder público tem a possibilidade de selecionar uma empresa privada para com ela celebrar um contrato, tem o propósito de garantir que os vínculos contratuais estabelecidos entre o poder público e terceiros sejam regidos pela isonomia e sejam resultado da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. É o que se extrai do artigo 3º da Lei 8.666/93:

> Art. 3º. **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. **(grifo nosso).**

Para que isso ocorra, deverá ser realizado um rigoroso certame e uma análise minuciosa sobre quais dos interessados possuem melhores condições para celebrar a contratação. Além de sua previsão infraconstitucional na Lei 8.666/93, possui também proteção constitucional no art. 37, inciso XXI, constituindo-se também em norma de eficácia limitada, que para sua completa incidência prática necessita da Lei de Licitações.

Importante destacar que a licitação compreende uma série de atos pré-estabelecidos, devendo todos os interessados e a autoridade responsável pela elaboração do ato respeitar as fases e os atos procedimentais, sob pena de configurar a prática de improbidade administrativa e de crime, conforme consignado na jurisprudência abaixo. Constitui-se então, como um procedimento prévio e obrigatório que deve ocorrer sempre que o poder público desejar contratar obras, serviços, compras, alienações e locações com terceiros, tendo como objetivo proporcionar a igualdade nas contratações entre os concorrentes e garantir a moralidade e a eficiência na gestão pública.

A referida lei prevê em seu art. 22 cinco modalidades de licitações, e qual procedimento deve ser aplicado em cada caso concreto, sendo elas: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Ainda, em seu artigo 89 e seguintes, determina em seu texto quais os tipos penais que podem ser aplicados, o que abrange a dispensa e inexigência de licitação fora do certame legal, e quais crimes podem ser praticados de acordo com a jurisprudência colacionada adiante pelo particular em conluio com o servidor público, sendo todos de ação penal pública incondicionada, cabendo à ação penal subsidiária da pública na hipótese de não propositura dentro do prazo legal pelo Ministério Público. Restarão caracterizados os crimes previstos nessa lei, ainda que tentados, sujeitando os servidores públicos, além das sanções penais de detenção e multa, à perda do cargo.

Observa-se que há uma conexão direta entre as leis 8.924/92 e 8.666/93, haja vista que aquele que frauda a licitação por meio de conluio, pratica simultaneamente o crime previsto no art. 90 da Lei de Licitações, bem como o ato de improbidade do art. 10, VIII da Lei de Improbidade. Ainda no que tange as respectivas leis, faz-se mister asseverar que são independentes as esferas cível, administrativa e penal.

Uma das figuras criminosas relativas às irregularidades na licitação, portanto, é a fraude, tipificada no artigo 90 da Lei 8.666/93:

> Art. 90. **Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem** decorrente da adjudicação do objeto da licitação:
> Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. **(grifo nosso)**

As condutas tipificadas nesta figura criminosa atingem diretamente o processo licitatório por meio da quebra do caráter competitivo, ou seja, adotam-se práticas ardilosas para conferir a ilusão de que o certame cumpre o propósito de garantir o contrato mais vantajoso para a Administração, mas na verdade promove-se verdadeira pantomina em que os concorrentes se ajustam para direcionar o resultado da licitação e obter vantagem a partir da adjudicação, consoante entendimento jurisprudencial disposto adiante.

A consumação do crime se dá com o mero ajuste, combinação ou adoção do expediente no procedimento da licitação, independentemente da efetiva adjudicação. Poderá cometer o referido crime o concorrente, bem como, o servidor público que intervir na Licitação, não havendo, desta forma, condição especial (crime comum).Ainda, no que diz respeito ao elemento subjetivo do tipo penal, além do dolo genérico, consistente na vontade e consciência de fraudar a licitação, exige-se ainda o dolo específico ou especial fim de agir, notadamente porque o tipo objetivo positivado exige, para que o crime reste consumado, que o autor pratique manobras fraudulentas com o intuito de obter vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada nesse projeto foi a analítico-dedutiva sendo a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial com o fim de avaliar a aplicação prática das referidas legislações no que toca aos seus efeitos e consequências de suma importância, e a conexão entre ambas, bem como o estudo dos documentos legais inerentes, conforme supramencionado, CRFB/88, Lei 8.429/92 e 8.666/93.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Face todo o exposto depreende-se que se no caso concreto não restar demonstrado pelo órgão de acusação que o acusado, de alguma forma, restou beneficiado economicamente em decorrência da suposta manobra fraudulenta, atípica é a conduta do acusado. Vejamos alguns entendimentos sobre o tema:

> [...] para a perfectibilização do tipo previsto no artigo 90 da Lei nº 8.666/93 é necessária a comprovação do dolo genérico, consistente na vontade livre e consciente de fraudar o procedimento licitatório, e o dolo específico, que se configura na obtenção do proveito econômico. ***Ausente a prova (...) de que os réus tenham enriquecido ilicitamente as custas do erário, não se tipifica o crime de fraude à licitação***. (***TRF-4 – ACR 2003.04.01.037292-2***, Rel. Paulo Afonso Brum Vaz, D.E. 7.1.2009).
>
> [...] para que se configure o delito previsto no artigo 90 da Lei 8.666/93, é necessário que se atinja o caráter competitivo que norteia o procedimento licitatório, de modo a prejudicá-lo. Além disso, ***o prejuízo é inerente ao tipo penal, devendo haver vantagem econômica decorrente da adjudicação do objeto da licitação*** (…). – g.n. – (***TRF-4 – ACR 0001159-53.2006.404.7102***, Rel. Gilson Luiz Inácio, D.E. 27.11.2012).
>
> […] Para a perfectibilização do tipo previsto no artigo 90 da Lei nº 8.666/93 é necessária a comprovação de dano material. Assim, ***não havendo prova cabal de que o réu tenha auferido vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, a absolvição (...) é medida que se impõe***. (***TRF4 – ACR 2003.72.08.005161-0***, Rel. Artur César de Souza, D.E. 29.7.2010).

Uma situação que pode exemplificar o delito mencionado é quando um servidor conduz uma licitação de forma direcionada, objetivando selecionar certo participante.

Pode-se dizer que a fraude nas Licitações é um ato corruptivo mais específico. As fraudes licitatórias, além de contrariarem a moralidade, lisura e idoneidade esperadas dos agentes públicos e dos licitantes concorrentes, também trazem grandes prejuízos financeiros, sacrificando muitas áreas no qual o dinheiro público desviado, poderia ter sido aplicado.

Nesse sentido, leciona Garcia (2013, pag.40):

> O “jeitinho brasileiro” reflete uma “zona cinzenta moral”, em que, a depender das circunstâncias, condutas normalmente tidas como erradas passam a ser vistas como certas ou, ao menos, como toleráveis. A aceitação social da corrupção possui um potencial expansivo diretamente proporcional à possibilidade, ou não, de que certa conduta seja considerada um mero “jeitinho”, o que, sob os olhos da realidade social, a retiraria do plano da ilicitude. Seu combate está diretamente relacionado ao desenvolvimento dos padrões educacionais e da consciência cívica da população, fatores que exigem um processo contínuo de aperfeiçoamento e que somente apresentam resultados satisfatórios a longo prazo.

Nessa mesma linha, afirma Kaercher que a atuação da sociedade contra a corrupção é muito frágil e pouco vista, já que infelizmente a cultura da população brasileira está adaptada a aceitar e tolerar tal situação, em que é melhor se manter inerte, e por consequência não se divulgar, do que agir como cidadão ativo e crítico, perante toda essa problemática. Sendo assim, verifica-se que há certo “temor” das consequências posteriores. Então, para o povo é mais aconselhável ser “prejudicado” pela prática corruptiva do que agir e se mostrar presente na sua prevenção ou até mesmo

no combate (KAERCHER, Jonathan Augustus Kellermann. Patologias corruptivas e a sua relação com as instituições democráticas. 2014, Monografia. (Curso de Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo aos objetivos dessa pesquisa ficou evidenciado que no que toca às fraudes em Licitações não é difícil perceber as suas consequências práticas. O contratante que é beneficiado pelos atos de corrupção, provavelmente, deixará de cumprir os requisitos técnicos que são exigidos para o caso e, sendo assim, não realizará a melhor aquisição/prestação. Desse modo, o custo da corrupção deverá ser transferido para a execução do contrato, o que terá como consequência evidente a prestação ao público com quantidade ou qualidade inferior ao que foi contratado (GARCIA, 2013). Desta forma, quando a corrupção é tolerada pela comunidade, os atingidos são justamente as pessoas mais necessitadas que sofrem de forma direta com os efeitos deste descaso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25/09/2019

_____. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis ao agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Acesso em: 25/09/2019

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm. Acesso em: 25/09/2019

FREDERICO, Victor Daniel Aguiar; MARTINS, Nicolas Brasil; ARRUDA, Lara de Castro; DIAS, Lilia Ferreira Gomes. **Crimes Licitatórios**. Faculdade Luciano Feijão. Cadernos de Graduação. Vol. 2, nº 3. Sobral/CE. 2015.

GARCIA, Emerson. **Improbidade administrativa**. 7. ed., rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013

KAERCHER, Jonathan Augustus Kellermann. **Patologias corruptivas e a sua relação com as instituições democráticas.** 2014, Monografia. (Curso de Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

LIQUER, Isabela Ribeiro. **Breves considerações sobre a Lei de Improbidade Administrativa e sua aplicabilidade aos agentes políticos**. RPGMJ. Belo Horizonte, ano 2, n. 2, pag. 187-214. 2012. Acesso em: 25/09/2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301766172_Breves_consideracoes_sobre_a_Lei_de_Improbidade_Administrativa_e_sua_aplicabilidade_aos_agentes_politicos**.** Acesso em: 25/09/2019

NETO, Juarez Furtado Themótheo**. Atos de Improbidade Administrativa no Procedimento Licitatório**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2010. Acesso em: 25/09/2019. Disponível em:http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29830/1/2010_tcc_jfthem%C3%B3theoneto.pdf**.** Acesso em: 25/09/2019

SARAIVA, José Sérgio; TOFFANO, Marcelo. **Abrangência da Lei de Improbidade Administrativa**. Rev. Eletr. da Faculdade de Direito de Franca. Vol. 9, n. 1. 2014. Acesso em: 25/09/2019. Disponível em: http://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/593/pdf**.** Acesso em: 25/09/2019

ZAN, Marcela Albuquerque. **Crimes Licitatórios à Luz da Teoria do Bem Jurídico Penal**. PUC/SP. Mestrado em Direito. 2016. Acesso em: 25/09/2019. Disponível em: https://leto.pucsp.br/bitstream/handle/7015/1/Marcela%20Albuquerque%20Zan.pdf**.** Acesso em: 25/09/2019

CRIMES CIBERNÉTICOS CONTRA HONRA E UTILIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Nuria Rizzo, Valéria Miranda Aragon, Natalia Lucato, Vanderlei Freitas, e-mail: nuriarizzo97@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta como ideia principal os crimes contra a honra no meio digital, tendo por objetivo demonstrar os conceitos de crimes cibernéticos ou virtuais e dos crimes contra a honra, especialmente, após uma breve abordagem sobre o surgimento da internet, enfatizando as diversas e constantes transformações, tornando-se indispensável na vida das pessoas. Após a compreensão de tais benefícios se faz notar o crescente e excessivo número de crimes virtuais relacionados à honra, dados temerosos que crescem a cada dia.

Nesse sentido, surge a problemática da punibilidade dos autores dos referidos crimes, tendo em vista as dificuldades nas investigações cumuladas com a facilidade no anonimato do agressor. A partir dessa análise, surgiram algumas questões: de que forma o ordenamento jurídico pátrio pune esses tipos de delito? Como diminuir o dano sofrido pelas vítimas de tais crimes?

2 METODOLOGIA

O presente trabalho utilizará o método dedutivo analítico, a partir de uma específica revisão de literatura, pesquisas jurisprudenciais, para fins de coleta de informações sobre conceitos, problemáticas e possível solução para a questão central desse trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A rede internacional de Internet é atualmente um dos meios mais rápidos de comunicação e entretenimento, mas nem sempre foi assim. Sua criação se deu com o intuito de estar ‘’um passo à frente’’ da União Soviética, durante a Guerra Fria. Sendo assim, primeiramente a rede de comunicação era utilizada para que os agentes norte-americanos tivessem ciência e se antecipassem em caso de alguma comunicação

soviética sobre eventuais ataques. Somente por volta de 1990 que a *Internet* começou a se tornar mais acessível à população, quando o engenheiro Tim Bernes-Lee desenvolveu meios para que fossem criadas páginas na internet com maior dinamismo e capacidade gráfica. Segundo Rothman (2013, p. 51), a partir disso, a rede de internet passou a se tornar um lugar interessante onde pessoas podiam utilizar de suas ferramentas para atingir determinada finalidade e expor assuntos com maior facilidade em rede.

Foi em 2006 que as redes sociais ganharam proporções inestimáveis em todo o mundo, havendo um grande avanço para o desenvolvimento da internet, permitindo um acesso facilitado, através do uso de informações pessoais, contidas nos perfis das pessoas, podendo adicionar um amigo ou uma pessoa desconhecida e, assim, se comunicar com ela.

Apesar de terem surgido inúmeros benefícios com as facilidades de acesso à Internet, também surgiram criminosos com especialidade em crimes que acontecem por meio da informática e isso tem se tornado cada vez mais comum nos dias de hoje. Esses crimes podem ser chamados de crimes virtuais, da internet, da informática, por computador, dentre outras várias nomenclaturas. Para se entender os crimes virtuais, devemos entender seu conceito dado por estudiosos do assunto.

O conceito trazido por Luiza Freitas (2005, p. 261) compreende que os crimes virtuais são:

> Atos dirigidos contra um sistema de informática, tendo como subespécies atos contra o computador e atos contra os dados ou programas de computador. Atos cometidos por intermédio de um sistema de informática e dentro deles incluídos infrações contra o patrimônio; as infrações contra a liberdade individual e as infrações contra a propriedade imaterial.

Ou seja, todo e qualquer ato que tem a internet como meio para a prática de crimes pode ser considerado crime cibernético. Um segundo conceito foi trazido pela Convenção de Budapeste (2001), que definiu crimes cibernéticos como: ‘’Os atos praticados contra a confidencialidade, integridade e disponibilidade de sistemas informáticos, de redes de dados informáticos, bem como a utilização fraudulenta desses sistemas, redes e dados’’.

De modo a demonstrar a real falta de segurança na internet, é notório o aumento de ações na justiça brasileira em decorrência dos crimes cometidos no meio cibernético, em especial, os crimes contra a honra.

Há três tipos de crimes contra a honra, todos previstos no Código Penal Brasileiro. O primeiro previsto no artigo 138 do Código Penal, que trata sobre a calúnia, tendo como redação: “Caluniar alguém, imputando-lhe fato definido como crime”. Neste artigo o agente faz comentários relacionados ao fato criminoso inexistente, acusando dolosamente a outrem nas redes sociais.

A difamação, por sua vez, vem descrita no artigo 139 do Código Penal como: “Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação”. No meio digital, refere-se a postagens de ofensas contra terceiros, nas redes sociais, ou, em outros meios eletrônicos, de modo a agredir a honra objetiva do ofendido, influenciando o juízo que terceiros fazem acerca dos atributos de alguém.

No caso de injúria, o artigo 140 do Código Penal, traz como tipo penal: “Injuriar alguém, ofendendo sua dignidade ou o decoro”. Ou seja, trata-se de uma ofensa à honra subjetiva da vítima, influenciando o pensamento que esta pessoa faz acerca de suas próprias qualidades. O crime de injúria virtual ocorre em meios digitais, seja nas redes sociais ou correio eletrônico.

A partir das referidas conceituações, em se tratando de crimes cibernéticos, não em poucos casos, o agente e a vítima encontram-se em lugares diversos, por esse motivo é bem difícil precisar com exatidão onde ocorreu a ação e onde houve o resultado. Segundo Barreto (2016, p.27), nesta circunstância, se adotará a Teoria da Ubiquidade, por ser ela mais ampla e complexa, sendo, portanto, a mais apropriada para esse tipo de delito.

Nota-se que um dos propulsores para a ocorrência desse tipo de delito é a dificuldade encontrada, durante as investigações, devido a impunidade do anonimato.

Noutro giro, em busca de maior rigor ao crime em questão, a lei geral penal tratou de elencar a hipótese de ocorrer qualquer dos crimes contra a honra em redes sociais ou *sites* e nesse caso poderá ser aumentada a pena segundo o previsto no artigo 141 do Código Penal Brasileiro.

Seja ao cometer o crime de injúria, difamação ou calúnia, haverá uma punição mais gravosa por parte do Estado exatamente porque pela internet essas informações desonrosas, e muitas vezes inverídicas, são propagadas com uma facilidade imensamente maior.

Ademais, devido à multinacionalidade da internet, é preciso haver uma melhor cooperação internacional entre os órgãos judiciários e investigativos de diferentes países que atualmente é burocrática. A cooperação internacional entre os órgãos responsáveis

pela persecução penal de diferentes países é hoje indispensável, pois outro método não há para se enfrentar uma nova espécie criminosa que não conhece limites, ou até mesmo se limita a fronteiras.

Na mesma linha, é preciso que o Brasil seja promissor de tratados que envolvam o combate aos crimes virtuais, em razão disso, a Convenção sobre o Cibercrime, de 23 de novembro de 2001, não menos conhecida como Convenção de Budapeste, que é hoje o principal tratado internacional de direito penal e processual penal no dizeres sobre os crimes virtuais e que tem como propósito definir de forma harmônicas entre os países quais os crimes praticados mediante o uso da internet e qual as medidas a serem tomadas para a sua persecução.

Por fim, em um contexto de crimes cibernéticos contra a honra surge uma aliada para diminuição dos danos em potencial causados as vítimas, a justiça restaurativa. Segundo Silva (2017, p. 54), esse tipo de justiça teve origem nas aldeias indígenas e ganhou força, nas décadas de 70 e 80, na Nova Zelândia e no Canadá.

Esse movimento contribuiu para lidar, com eficiência, sobre questões levadas à Justiça Criminal, visando contribuir para a correção de lacunas que a justiça convencional demonstra não ser capaz de solucionar, proporcionando a efetiva reparação do dano para a vítima, trazendo, ainda, um maior equilíbrio as relações e também a necessidade de conscientização do agressor para que seja capaz de assumir suas responsabilidades, bem como reparar o dano causado à vítima, evitando, doravante, comportamentos semelhantes pelo ofensor e reintegrando o mesmo à sociedade.

Por meio do “processo restaurativo”, busca-se a participação das partes e de todos os sujeitos envolvidos no ilícito ocorrido com a finalidade de se identificar a injustiça praticada e de danos decorrentes, que por meio de contatos com esses agentes possam surgir medidas futuras de modo que ajudem na diminuição de novas infrações, trazendo a possibilidade de conciliar o agressor com sua vítima, traçando meios para que aquele compreenda o porquê de suas condutas ilícitas, buscando formas de se evitar tais práticas, procurando a envolvimento dos familiares, da vítima, do agressor e de outros profissionais que possam contribuir para alcançar esse objetivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a facilidade que a comunicação, o comércio, o estudo, as relações sociais ganharam com a ascensão da internet, entretanto, por mais que esse ambiente

tenha todos os benefícios, também é cercado de ameaças e de usuários com más intenções que se utilizam dela para a prática de suas condutas criminosas. Porém, que sejam tomadas medidas que asseguram que a internet seja constituída em um ambiente saudável e livre de ameaças aos seus usuários.

A legislação nacional demonstrou alguns avanços nos últimos anos no que tange à criação de leis que regulem o mundo virtual, como o Marco Civil da Internet. Porém, ainda é uma legislação necessitada de uma melhor regulamentação e maior precisão técnica, com a finalidade de criar tipos penais específicos aos crimes virtuais para evitar que haja a impunidade dos agentes que se utilizam da internet para a prática de condutas ilícitas. Afinal, lacunas abre espaço para impunidades, e ainda existem muitas em nosso ordenamento, nos casos que se tratam de crimes não se pode usar analogia ou interpretação extensiva, visto que deve respeitar o princípio da legalidade e da reserva legal segundo o disposto no artigo 5° da Constituição Federal de 1988.

Sem essa tipificação legal, ainda que em muitos casos a conduta seja reprovável pela sociedade, não há que se falar em crime, pois não está previsto no Código Penal brasileiro. É mister que se defina com clareza os crimes, pois sendo assim os magistrados não encontrarão dificuldades em encontrar um tipo penal aplicável.

É necessário para que sejam combatidos os cibercrimes, uma ação conjunta entre países de todo o mundo. Não podemos continuar nessa inércia, permitindo que criminosos continuem lesando a sociedade impunimente.

Urge que o Governo adote políticas públicas no sentido de conscientizar a comunidade em geral acerca do correto uso dos serviços disponíveis na internet, como as ameaças existentes e as formas de combatê-las. Certos dos riscos apresentados pelo mal uso da rede, bem como das maneiras pelas quais os criminosos usam para a pratica dos atos ilícitos, os usuários estão mais capazes de se defender de agressões virtuais, limitando a probabilidade de êxito das investidas dos criminosos no mundo virtual, pois a prevenção é uma das medidas mais eficazes ao combate dos crimes virtuais.

Por fim vislumbramos que a Justiça Restaurativa, vem como mais uma ferramenta de grande valor no nosso ordenamento jurídico como forma de contribuição efetiva na prevenção, controle e combate a uma série de crimes, buscando a reintegração social do autor e da vítima, esse método está ainda em evolução, no entanto poderá contribuir na reparação do dano da vítima.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Alessandro Gonçalves. **Manual de Investigação Cibernética à Luz do Marco Civil da Internet**. Rio de Janeiro. 2016.

CONVENÇÃO SOBRE O CIBERCRIME. **Budapeste**, 23 nov. 2001. Disponível em: <http://coe.int/t/dg1/legalcooperation/economiccrime/cybercrime/Documents/Convencion%20protocol/ETS_185_Portuguese.pdf>. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

FREITAS, Luiza. **Crimes virtuais disparam no Brasil.** Uol, 2017. Disponível em: .<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2018/02/15/brasil-e-o-segundo-pais-no-mundo-com-maior-numero-de-crimes-ciberneticos.htm> . Acesso em: 03 de outubro de 2019.

ROTHMAN, Paula. **Milhões de buscas inéditas por** dia, 2013. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/google-faz-450-milhoes-de-buscas-ineditas-por-dia/>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

SILVA, A. R. **Crimes Cibernéticos**. Porto Alegre, Rio Grande Do Sul. Brasil: Livraria Do Advogado, 2017. 49 p.

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA OU ESPECIAL – ARTIGO 319-A.

Caroline Alves Mangili, Matheus Evandro Bonfante, Victoria Iazbek, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel, e-mail: matheus.evandro.jau@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O artigo 319-A foi introduzido no Código Penal em 28 de março de 2007 pela Lei nº. 11.466/2007, prevê o delito da omissão do agente público e/ou Diretor de Penitenciária de cumprir o seu dever de vedar ao preso o acesso à aparelhos telefônicos, rádios ou similares que possa permitir a comunicação interna ou externa ao ambiente penitenciário, o delito ficou conhecido como prevaricação imprópria ou especial por conta de sua localização no Código Penal, que está logo após o crime de prevaricação.

Esse crime foi criado para suprir uma lacuna normativa existente até então, visto que na época ocorria a entrada desenfreada de aparelhos telefônicos, desse modo os presidiários mantinham contato com criminosos, o ápice desse problema aconteceu em maio de 2006 com uma onda de rebeliões que atingiram São Paulo e outras cidades de grande porte do interior paulista, conforme apurou-se as rebeliões foram ordenadas por uma organização criminosa, por meio de aparelhos de comunicação indevidamente introduzidos na penitenciária.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente artigo científico serão implementados materiais bibliográficos, jurisprudência e a análise dos mesmos. Será trabalhada a contextualização do delito, criação da Lei 11.466/2007, tendo como problema a entrada de aparelhos de comunicação em penitenciarias.

Serão utilizadas as disciplinas do Direito Constitucional, utilizando o princípio da proporcionalidade, Direito Penal e Direito Administrativo, o estudo será sobre a prevaricação imprópria, elencado no artigo 319-A do Código Penal, e a análise da prevenção e da reprovação do crime.

Assim, serão sistematizados na forma de redação os resultados e as conclusões do artigo científico.

3 ANÁLISE DO ARTIGO 319-A DO CÓDIGO PENAL E PENA COMINADA

O Projeto de Lei 7225/06, criado pelo senador César Borges (PFL-BA), culminou na sanção presidencial da Lei 11.466/2007. Entrou em vigor em março de 2007, e trata sobre o uso de aparelhos de comunicação no interior de presídios.

Essa lei alterou, em primeiro momento, o artigo 50 da Lei de Execução Penal, incluindo em seu rol o inciso VII que trata como falta grave a posse, fornecimento ou utilização de aparelho telefônico, rádio ou similar, que permita a comunicação com outros detentos ou mesmo com o ambiente externo. Em segundo momento, a Lei também alterou o Código Penal, trazendo logo abaixo do artigo 319 do CP (Crime de Prevaricação) o artigo 319-A que ficou conhecido como crime de prevaricação imprópria ou especial, que diz:

> Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo:
>
> Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

Nota-se, portanto, que para o detento, a posse, utilização ou o fornecimento de aparelho de comunicação não constitui crime, mas sim falta grave, gerando a perda de vários benefícios, dentre os quais, pode-se destacar a autorização de trabalho externo, a autorização de saída temporária, a remição, dentre outros. O delito aplica-se apenas ao funcionário público responsável por evitar o acesso do preso a tais aparelhos.

Ademais, a prevaricação imprópria, apesar de não parecer, possui semelhança no elemento subjetivo com o crime de prevaricação elencado no artigo 319 do Código Penal. Conforme decisão do Ministro Felix Fischer no resp. 1.735.513/PR (2018/0087103-0) do STJ, apesar de não aparecer a redação típica *'para satisfazer interesse ou sentimento pessoal'*, essa deve ser presumida diante da sua direta relação com a forma do artigo 319, já que os elementos típicos de um crime não ficam restritos à literalidade da redação normativa, mas pode decorrer de maneira igual de outras fontes, para a correta e exata apreensão da vontade da Lei.

Para configuração do referido crime é necessário o acesso indevido ao aparelho de comunicação, já que o preso não está proibido de ter contato com seus parentes por exemplo. Lembrando que o acesso indevido via telefone fixo também se encaixa no delito, visto que nas penitenciárias possuem telefones públicos.

Trata-se de um crime próprio e só pode ser cometido pelo diretor da penitenciária ou por agente público (todo funcionário público, pessoa física, que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta; conforme o artigo 327, caput, do Código Penal, exerce cargo, emprego ou função pública, embora transitoriamente ou sem remuneração) responsável pela ordem e pela disciplina do presídio. Não se exclui, entretanto, a participação de terceiros não qualificados para a prática do crime, o particular que ingressa, promove, faz intermediação, auxilia ou facilita a entrada de aparelhos de comunicação sem a devida autorização legal comete o crime de favorecimento real elencado no artigo 349-A do Código Penal.

A conduta nuclear do crime de prevaricação imprópria é deixar de cumprir o dever de vedar ao preso acesso a aparelho telefônico, sendo assim, pode ser realizado de forma omissiva ou comissiva. Esse crime se consuma com o acesso do preso ao aparelho de comunicação, ainda que não consiga utilizá-lo, sendo admitida a forma tentada, quando a conduta do sujeito ativo é comissiva.

A pena cominada para esse tipo de infração é a de detenção de 03 (três) meses a 1 (um) ano. O delito é considerado um crime de menor potencial ofensivo, sendo assim o sujeito ativo poderá se valer da transação penal nos termos do artigo 76 da Lei 9.099/95; como a pena mínima é inferior a 1 (um) ano, caso o agente já tiver utilizado do instituto da transação penal e estar impossibilitado pelo prazo de 05 (cinco) anos que trata o §2º, II, do artigo 76 da Lei 9.099/95, ele poderá ainda utilizar o instituto da suspensão condicional do processo.

O Código Penal traz em seu artigo 59 que o juiz estabelecerá, conforme necessário e suficiente, para reprovação e prevenção do crime a quantidade de pena aplicável dentro do limite previsto. Entretanto, visto a gravidade do delito estudado, a pena instituída pelo legislador no artigo 319-A do Código Penal, não reprova e não previne que agentes permitam que aparelhos de comunicação adentrem aos presídios. Para agentes relapsos e mal-intencionados a pena cominada é uma carta branca para fazer vista grossa ou mesmo receber dinheiro para que o aparelho de comunicação possa entrar na penitenciária.

A pena cominada fere o princípio da proporcionalidade, princípio implícito na Constituição Federal de 1988, visto que o legislador abrandou demais a pena do delito consideravelmente grave, sendo insuficiente para prevenção, mesmo que intimidatória, do crime estudado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do artigo 319-A do Código Penal, conclui-se que a tipificação desse delito foi um grande avanço para combater a entrada de aparelhos de comunicação em penitenciárias, punindo o agente público que tem o dever de vedar ao preso o acesso a aparelhos de comunicação, contudo o legislador pecou na hora de cominar a pena do crime, que ficou entre 03 (três) meses e 01 (um) ano, com isso o crime ficou classificado como infração de menor potencial ofensivo, sendo assim o agente público praticante do ato criminoso possui vários benefícios processuais, como por exemplo, o instituto da transação penal, a suspensão condicional do processo, dentre outros. Isso causa uma desproporção entre a gravidade do ato e a pena imposta pelo legislador.

REFERÊNCIAS

ALBECHE, Thiago Solon Gonçalves. A denominada prevaricação imprópria. Nov. 2017. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/10624/a-denominada-prevaricacao-impropria. Acesso em 29/06/2019 às 18h33min.

ANJOS, Fernando Vernice dos. Análise dos Delitos Referentes ao Acesso do Preso a Aparelho de Comunicação: Artigos 319-A e 349-A do Código Penal, revista justitia 204 à 206. Disponível em: http://www.revistajustitia.com.br/revistas/c7ac24.pdf. Acesso em 29/09/2019 às 15h03min.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n 1.735.513 – PR (2018/0087103-0). Relator: Ministro Felix Fischer. Brasília (DF), 27 de agosto de 2.018.

CRUZ, Patrícia. Crimes de Maio causaram 564 mortes em 2006. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/crimes-de-maio-causaram-564-mortes-em-2006-entenda-o-caso. Acesso em 25/09/2019 às 19h55min.

CUNHA, Rogério Sanches; GOMES, Luiz Flávio (Coords.). Direito penal: parte especial. São Paulo: RT, 2008. v. 3.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo/Maria Sylvia Zanella Di Pietro – 28.ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

JESUS, Damásio de. Direito Penal: parte especial. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. V. 4.

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 – Lei de Execução Penal.

PINTO, Sérgio Gonzaga. A polêmica dos telefones no interior dos presídios. Revista Factu Jurídica, 2008. Disponível em: http://factu.br/wp-content/uploads/2015/12/RevistaFactuJuridica2008.pdf#page=20. Acesso em 29/09/2019 às 17h34min.

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: VIOLAÇÃO DO SIGILO FUNCIONAL EM COLISÃO COM O DIREITO À PRIVACIDADE

Gustavo Henrique Messias dos Santos, Thomas Edson Bonifácio Nono, Leonardo Rodrigues Roque, Renato Zanola Montefusco, email: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Administração pública está relacionada com uma sociedade política e juridicamente organizada. Considerando que o Estado é separado em três poderes, Legislativo, Judiciário e Executivo, são funções próprias de cada poder: a elaboração de normas visando à disciplina na sociedade e o bem comum (legislativa); a interpretação das normas elaboradas ao caso concreto (judiciária) e por fim, de igual teor**,** governar o povo e administrar os interesses públicos, de acordo as leis previstas na Constituição Federal (Executiva).

O intuito dessa pesquisa é relacionar a função Executiva do Estado com o crime contra a administração pública de Violação de sigilo funcional, presente no Art. 325 do Código Penal brasileiro. Nesse sentido, será apontado o impacto deste crime na sociedade, demonstrando de que forma ele corrobora para um afronte à administração pública.

Em primeiro plano, embasando-se em doutrinas na seara do direito penal e direito administrativo, serão analisados os conceitos do crime supracitado do ponto de vista técnico, demonstrando as suas peculiaridades. Sucessivamente, será apresentada qual a resposta do Ordenamento jurídico pátrio para com os delitos relacionados ao crime de Violação de Sigilo Funcional.

O estudo do tema é de suma importância no âmbito jurídico considerando que o crime de Violação de sigilo funcional não colide apenas com os princípios norteadores institucionais da Administração pública, pois em alguns casos, também acometem os princípios fundamentais da pessoa humana, como o direito a privacidade.

Diante desta introdução, fica evidente a relevância envolvendo o assunto, bem como sua magnitude para a área acadêmica, devendo ser pesquisado de maneira sistêmica e minuciosa, buscando facilitar a compreensão, tendo em vista o tema relacionar questões técnicas e morais.

2 METODOLOGIA

Para discutir a temática proposta optou-se pela pesquisa qualitativa, utilizando o método dedutivo, através de análise bibliográfica, baseando-se na documentação direta e indireta, bem como na legislação pátria, visto que essa modalidade permitirá um aprofundamento da questão a ser estudada e a demonstração do objetivo da pesquisa, além da necessária exposição da experiência jurisprudencial.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o Art. 325, caput, do Código Penal Brasileiro, compreende o crime de violação de sigilo funcional: *"Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação: Pena – Detenção de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constituir crime mais grave."* A priori pode-se pensar que o crime está em colidência com o princípio da publicidade dos atos da administração pública**,** todavia não, isso porque em alguns casos e situações é necessário que determinados atos e informações permaneçam em sigilo, para que se obtenha segurança na administração do Estado

De acordo com a **LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.**, em seu art. 31, dispõe: "O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais., e ainda, sendo de responsabilidade do agente público, constituindo conduta ilícita "divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal", conforme consta em seu art. 32, IV.

Em síntese, o servidor público que por razão de seu cargo tem acesso a informações sigilosas tem o dever de "guarda-las". Aqui, esse dever tem por objetivo resguardar as informações da administração pública, diverso do disposto nos Arts. 153 e 154 do Código Penal Brasileiro, que resguarda a tutela a liberdade individual no que diz respeito à inviolabilidade do segredo profissional.

A ação nuclear do tipo é "revelar o segredo", aqui, o servidor informa a terceiro por escrito, oralmente ou até digitalmente, o fato que deveria manter sob sigilo. Não se exige número de pessoas para a configuração do crime, basta que a informação seja passada adiante. Em uma segunda modalidade, é a de "facilitar" a revelação de segredo de que deva manter em sigilo.

Trata-se de um crime próprio, pois esse delito só pode ser cometido por funcionário público. Ressalta-se que, de acordo com a doutrina majoritária, haverá a ocorrência do delito ainda que o funcionário público estiver aposentado ou disponível, isso porque embora não exerça mais a função, continua sendo funcionário público. “Pode o crime ser praticado, porém, pelo aposentado, pois este não se desvincula totalmente de deveres para com a administração. ” (MIRABETTE, 2011, p.312)

Usa-se como exemplo, a situação em que o *funcionário público divulga imagens, de que tem acesso*, *de um cadáver relacionado a um crime de homicídio.* Neste caso citado, a consumação do crime colidiu diretamente com o direito à privacidade, garantido pela Constituição Federal de 1988 em seu Art. 5º, inciso X: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.”.

Fica evidente, que no caso narrado, o servidor público usando-se da facilidade do acesso às imagens, compartilha com terceiros as informações que deveriam permanecer em sigilo absoluto, tendo em vista o resguardo da imagem da pessoa envolvida bem como de seus familiares, que diante de certas circunstâncias, a última coisa que desejam, é o compartilhamento de imagens relacionadas com tragédias sociais.

Os fins da administração pública resumem-se em um único objetivo: o bem-estar comum da sociedade. Toda a atividade do administrador deve estar voltada para este fim. Caso o servidor público se afaste ou desvie, contraria a sua função que está investido, pois a sociedade institui a Administração Pública como meio de promover o bem-estar social. Todo ato contrário a esta premissa, deverá ser considerado imoral, tendo em vista não ser do interesse da coletividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se sabe é que mesmo com toda a rigidez legal de proteção ao sigilo das informações pessoais e bancos de dados com informações confidenciais, não é possível confiar totalmente na segurança desses dados.

O exemplo exposto acima é apenas um dos inúmeros casos e versões do crime de violação de sigilo funcional. Fica evidente, nesse sentido, que o Estado tem se mostrado incapaz de controlar a violação do direito à privacidade. Essa realidade não atinge somente os particulares, mas também o próprio Estado com suas informações sigilosas que estão à disposição de possíveis delitos provocados por seus próprios servidores.

Em termos absolutos, a eficiência do serviço público, tem relação direta com o princípio da eficiência, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, tendo em vista que a objetividade jurídica é a regularidade e a continuidade da prestação do serviço.

Pode-se concluir, portanto, uma forte problemática com relação ao tema, sendo que a grande questão está, justamente, em colocar na balança da justiça os eventuais crimes cometidos, colocando em epígrafe a realidade brasileira contemporânea.

5 REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, Vol. III, 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MIRABETTE, Júlio Fabbrini e FABBRINI, Renato N., Manual de Direito Penal, Vol. III, 25ª Ed. São Paulo, Atlas, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

CRIMES CONTRA A HONRA DA PESSOA JURÍDICA

Luiz Felipe de Lima Mesquita, Tiago Della Coletta Marquezini, João Vitor Santos, Perla Savana Daniel, e-mail: luizmesquitafelipe@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Se tratando dos crimes contra a honra, podemos dizer que, no Código Penal brasileiro, são separados em três tipos penais, sendo a calúnia, difamação e a injúria. E esses crimes podem afetar a honra subjetiva e objetiva de alguém, imputando falsamente um crime, imputando fato ofensivo à reputação e até mesmo ofendendo a dignidade e o decoro. Se baseando nesses conceitos do Código Penal, vemos a necessidade de uma atualização dos conceitos de pessoa jurídica e vitimização nos crimes contra a honra.

A importância de abordar esse tema, engloba entre elas, o fato de que atualmente, a grande maioria das empresas (pessoa jurídica) tem aberto seu capital para acionistas, tornando-se assim Sociedades Anônimas, e, com isso, a empresa deixa de ter um só dono. Portanto, o ato criminal contra a pessoa jurídica não se limita somente à honra do dono da empresa, como era pregado antigamente, hoje em dia, este crime fere diretamente à empresa e somente ela.

Com o mundo virtual e tecnológico que se tem hoje em dia, a informação chega à massa da população de maneira quase que instantaneamente e se espalha depressa. Isso faz com que a circulação de dados e notícias se dê nas redes sociais, e é na internet onde se vê as maiores concentrações de reclamações e de *posts* contra empresas que não cumprem de maneira correta os serviços ou até mesmo reclamações falsas feitas por concorrentes para a deterioração da imagem da empresa e com isso, vemos que a empresa se torna detentora de uma honra objetiva e subjetiva.

No contexto atual, a Pessoa Jurídica pode ser responsabilizada por crimes envolvendo o meio ambiente, dentre outros, porém, quando se trata de ser sujeito passivo do tipo penal, há imensa discussão sobre o fato, pois, os doutrinadores mais conservadores se baseiam na ideia de que a pessoa jurídica não tem honra subjetiva para assim, ser vítima de um crime contra a honra. Sendo assim, abaixo evidenciaremos possibilidades das quais a honra da empresa pode ser sim ferida.

2 METODOLOGIA

O objetivo do estudo é de desmistificar a ideia que crimes contra honra não se enquadram como conduta típica e que não possui relevância no meio social, dessa forma, após quebrar esse paradigma, diferenciaremos e explicaremos cada conduta típicas: difamação, injuria e calunia e suas diferenças, demonstrando como se enquadram em relação a pessoa jurídica, além de apresentar exemplos recentes que ocorrem com frequência na sociedade contemporânea, mostrando também as visões doutrinarias que com o passar do tempo, se modificaram em sua perspectiva em relação a honra da pessoa jurídica, como demonstradas em decisões judiciais recentes e passagens de doutrinadores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na tentativa de explanação do tema, alguns pontos são de suma importância:

PESSOA JURÍDICA E SUA VITIMIZAÇÃO. A palavra vítima sempre foi de difícil contextualização e assim com grande dificuldade de encontrar o sujeito passivo de algumas relações. Para isso poderia ser qualquer sujeito dotado de personalidade jurídica, pessoa física ou jurídica, de direito privado ou de direito público e, até mesmo, organismos ou associações sem personalidade jurídica, como a família, a sociedade, a coletividade (FERNANDES, 1995, p. 44).

A teoria da realidade objetiva, também chamada de orgânica parte do princípio que pessoa não é somente o homem, mas também todos os entes dotados de existência real. Portanto vemos as pessoas jurídicas como pessoas reais e, com isso devem ser equiparadas com pessoa física. Possuem capacidade de querer e de agir, o que faz por meio de seus órgãos, da mesma forma que o ser humano comanda com sua cabeça seus membros para executar ações (HENTZ; ROSA; MANDARINO, 2015, p. 403).

Hoje em dia é de suma importância entendermos a vitimização da pessoa jurídica frente à crimes contra a honra, já que basta uma publicação em rede social qualquer para que uma empresa perca sua credibilidade; esse crime afeta a reputação que a empresa quer ter no seu mercado, um “bom nome” empresarial. Fica assim evidenciado que as pessoas jurídicas possam ser vítimas. Muitos doutrinadores rechaçam a ideia de pessoa jurídica ser sujeito passivo de crime contra honra, por não terem honra e aptidão sensorial para perceber os efeitos dos danos.

HENTZ; ROSA; MANDARINO (2015, p. 406) citaram de maneira clara e precisa Hungria ao tratar da pessoa jurídica como vítima de crime contra a honra diz que as

ofensas que são feitas a uma empresa são feitas, na verdade, para seu dono e pessoas que administram. Há de se dizer que nos dias atuais, muitas vezes nem sabemos quem é o dono de tal empresa e também os proprietários podem mudar todos os dias, até dependendo do mercado de ações.

Nos delitos contra o patrimônio (CP, arts. 155 a 183), por exemplo, não há qualquer menção ao patrimônio ser de pessoa física ou jurídica. No entanto, é pacífico que uma empresa pode ser vítima de furto, por exemplo. Ou, ainda, que a Previdência Social seja sujeito passivo de apropriação indébita previdenciária (CP, art. 168-A). Se inexiste vedação nestes casos porque haveria em relação ao delito contra a reputação da pessoa moral? (DOTTI; KNOPFHOLZ, 2008, p. 433). Como já foi dito, a pessoa jurídica pode ser vitima de crimes contra a honra e para melhor entender deve-se analisar cada tipo penal.

DIFAMAÇÃO: "Artigo 139: Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação. Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.".Difamação é imputar falsamente fato ofensivo à reputação de determinada pessoa, no caso na maioria das vezes a difamação é ocorrente entre pessoas no qual qualquer pessoa pode configurar o sujeito ativo do crime no caso o objetivo de difamar alguém é ferir e iludir a forma de que outros indivíduos vejam o sujeito passivo tornando o mesmo mal visto pelos valores sociais vigentes da sociedade.

Dessa forma, difamar alguém para terceiros, ferirá a honra objetiva que configura sua reputação, boa fama ou a maneira como é conhecido pela sociedade, de forma que é possível se beneficiar com isso.

Assim entramos no conceito de difamação de pessoa jurídica que embora antigamente não se aceitava que pessoa jurídica fosse sujeito passivo de crime de injúria e calúnia, no qual atualmente possui outra linha de pensamento, já se tinha a ideia que empresas são possuidoras de honra objetiva.

Portanto, difamação de pessoa jurídica em geral é praticada para o fim de depreciação da marca, em que o sujeito ativo difama os produtos oferecidos da empresa, serviços prestados, causando danos à reputação em relação aos seus consumidores e futuros clientes que por consequência param de adquirir produtos ou serviços acarretando um prejuízo econômico podendo levar até a sua falência, favorecendo assim seu concorrente.

Atualmente, a forma mais comum em difamar pessoa jurídica é em redes sociais, *WhatsApp, Instagram, Facebook, YouTube*, haja vista a facilidade de espalhar boatos que rapidamente ganharam o conhecimento de diversos usuários.

Um dos atuais e mais polêmicos foi o caso da empresa Carrefour, no qual após um segurança ser flagrado matando um cachorro em uma das franquias da Carrefour, diversos *posts* e vídeos difamatórios foram postados alegando que a Carrefour é contra os direitos dos animais e que foi conivente com a agressão ao animal, que deveria ser boicotada por conta de sua falta de sensibilidade.

Dessa forma, a Carrefour acabou possuindo uma visão negativa pelos seus consumidores, mesmo sem ter cometido crime algum, tornando-se assim, sujeito passivo do art. 139 do Código Penal.

CALUNIA: "Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime.Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa."

> **§ 1º** - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.
> **§ 2º** - É punível a calúnia contra os mortos.
> Exceção da verdade
> **§ 3º** - Admite-se a prova da verdade, salvo:
> **I** - se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;
> **II** - se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do art. 141;
> **III** - se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

A Lei de número 9.605/98, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente é importante ser lembrada, pois traz a possibilidade da pessoa jurídica praticar crime, logo, é possivelmente sujeito passivo de crime contra a honra.

Imputar falsamente um fato definido como crime contra uma Pessoa Jurídica no polo passivo vem a ser mais comum, uma vez que a possibilidade de uma empresa cometer crimes é bastante considerável. Esses crimes vão desde os crimes ambientais, previstos na lei 9.605 que, de algum tempo para cá já podem ser tipificados como calúnia, desde que seja imputado falsamente. Quanto aos outros crimes possíveis pela Pessoa Jurídica (Crimes contra ordem econômica, Financeira, Economia popular), não tem lei especifica que os regularmente, portanto, não respondem penalmente pela pratica de tais atos.

Pelo fato de estar especificada na lei do meio ambiente uma situação da qual a empresa pode ser sujeito ativo de um crime, pode se dizer que a mesma se enquadra

como sujeito passivo do crime de calúnia e, portanto, é possível ferir a honra da pessoa jurídica com o ato calunioso.

Como dito anteriormente, os demais crimes possíveis por Pessoa Jurídica como sujeito ativo não tem lei especifica que os regularmente, não se pode julgar procedente uma acusação de calunia por tais crimes, uma vez que, a empresa não responde penalmente por tais atos, sendo assim enquadrado como Difamação.

INJÚRIA: "Artigo 140: Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa."

> § 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena:
> I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;
> II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.
> § 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:
> Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.
> § 3o Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:
> Pena - reclusão de um a três anos e multa.

No que diz respeito à injúria, uma vez que consiste em ferir não somente a dignidade, mas também o decoro, ou seja, agir com decência e pudor, seguindo as normas morais e éticas previstas em determinada sociedade; Podemos dizer que o crime de injúria gera imensa discussão entre os Doutrinadores e Juristas, assim como os demais crimes contra a honra. Recentemente, em fevereiro de 2019, o TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), absolveu um jornalista que vinha sendo acusado de cometer ato de injúria frente à uma distribuidora de combustíveis, afirmando o Juiz José Zoéga Coelho, que não existe injúria contra pessoa jurídica.

> Absolvição Sumária do art. 397-CPP Concluo, pois, que os fatos narrados na queixa evidentemente não constituem crime, razão pela qual absolvo sumariamente CLAUDIO JULIO TOGNOLLLI, dos delitos do artigo 139, combinado como o artigo 141, III, do Código Penal (nove vezes, no total) que lhes foram imputados, o que faço com fundamento no artigo 397, III, do Código de Processo Penal. Deixo de condenar as querelantes no pagamento de verbas de sucumbência, por aplicação analógica do artigo 55, da própria Lei 9.099/95. Torno prejudicada a audiência designada para o próximo dia 25 de fevereiro. (Processo n. 1000911-15.2018.8.26.0050 do TJSP).

Aqueles que afirmam que possa ocorrer tal ato contra Pessoa Jurídica, ainda não conseguiram argumentos plausíveis para provar tal conduta como cabível à honra da mesma, Hentz, Rosa e Mandarino dizem exatamente isso:

> Inegavelmente, as pessoas jurídicas não apresentam apreço próprio de suas virtudes e qualidades, o que impossibilitaria apontá-las como vítimas da conduta de injúria. Porém, há um ponto que merece reflexão: o crime de difamação prevê a conduta de imputar fato ofensivo à reputação de alguém. Este fato necessariamente há de ser certo, determinado. Ocorre que, no plano concreto, existem ofensas proferidas contra a pessoa jurídica que podem atingir sua reputação, sem constituir, necessariamente, um fato. Como exemplo, cite-se o caso de consumidores que deixam mensagens ofensivas, as quais nem sempre são verídicas, em sítios eletrônicos de reclamações, redes sociais e no mundo cibernético em geral, sem caráter fático: "empresa ladra, estelionatária", "empresa inidônea, não comprem", "empresa não entrega produto a consumidores", etc. Nesses casos, não há fato certo e determinado, o que a princípio excluiria a configuração dos delitos de difamação. Todavia, inegável que existe ofensa contra a pessoa jurídica que atinge sua reputação, o bom nome conquistado pela empresa. Se fosse pessoa natural, a questão se resolveria através da imputação do delito de injúria, porque se poderia dizer que tais palavras atingiram sua dignidade. E com relação à pessoa jurídica? Deve se aceitar simplesmente que o fato seja atípico, sob a justificativa de ela não possuir honra subjetiva ou de ser incapaz de "sentir" as ofensas? (HENTZ; ROSA; MANDARINO, 2015, p. 417).

O trecho acima citado mostra, de maneira evidente, que os Tribunais ainda não entraram em uma discussão sobre o crime de injúria contra pessoa jurídica mais detalhada, sendo que a cada dia que passa mais ofensas que não são fatos certos e determinados são dirigidos à empresas para atingir a sua reputação e o nome que a empresa tem em seu mercado.

Pelo fato da Injúria ferir a honra subjetiva, sendo o julgamento que o individuo tem de si, dificulta o entendimento de que uma empresa possa ter um julgamento dela própria; além do que a consumação acontece quando a vítima toma conhecimento do tipo penal, diferente das demais que se consumam assim que terceiros tomam conhecimento da situação. Com isso, a dificuldade de se dizer que a empresa pode ser o sujeito passivo nessa situação só aumenta, devido principalmente ao modo como foi descrito o crime no código penal, por isso a importância de uma atualização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com nossas pesquisas e estudos na área de crime contra a honra da pessoa jurídica vimos a necessidade de uma nova discussão relativizando os crimes contra honra, pois, segundo doutrinadores e juízes já é possível esse crime contra pessoa jurídica. Vemos, com esse tema, como a sociedade se comportava em relação às empresas e suas responsabilidades criminais e como, hoje em dia, ocorreu uma mudança no sentido e no estilo das pessoas jurídicas.

Se tratando desse crime contra a honra, o progresso ao se discutir esse tema é nítido, tendo em vista que a pessoa jurídica sofreu mudanças de acordo com o avanço, porém o Código Penal não acompanhou esse avanço e ainda conta com uma visão de empresa que não vemos mais hoje em dia, como demonstrado no nosso estudo.

REFERÊNCIAS

HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal: vol. VI – arts. 137 a 154. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

FERNANDES, Antonio Scarance. O papel da vítima no processo criminal. São Paulo: Malheiros, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

HENTZ, Luiz Antonio Soares, Larissa Rosa, Renan Porsella Mandarino A PESSOA JURÍDICA COMO VÍTIMA DE CRIMES CONTRA A HONRA.

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA
ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS E ILICITOS PENAIS

Jefferson Cleiton Rossoni Rossi, Luana Grasiella da Silva, Wagner Elias Jacob, email: jerossi_jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo ira abordar questões relacionadas a pratica de crimes e atitudes ilícitas na esfera tributaria, buscando uma maior compreensão sobre os ilícitos que serão objetos da persecução penal e aqueles no qual o contribuinte ou responsável irá responder apenas na esfera administrativa.

Iremos abordar um pouco sobre a investigação preliminar dos crimes tributários e fiscais, tendo em vista que na maioria das vezes, a descoberta de um ilícito tributário é feita pela autoridade administrativa responsável pelo lançamento do tributo durante o respectivo exercício de fiscalização. Sendo constada a pratica de crime tributário, deverá comunicar ao órgão responsável pela averiguação de pratica penal.

Tal ocorrência de crimes contra a ordem tributária são de extrema importância e complexidade e merecem um estudo mais aprofundado, pois o estado para ser soberano depende de tais recursos, que provem sendo pagos pelos cidadãos que a compõe.

Segundo o professor Jardel Luís da Silva diz que a realização de uma investigação preliminar específica nos crimes contra a ordem tributária seria *dispensável*, tendo em vista que a questão já poderia ter sido elucidada por meio do procedimento administrativo.

Porém, tal entendimento não parece o mais adequado, especialmente levando em consideração o modelo de responsabilidade tributária adotada pelo nosso ordenamento jurídico.

Para que se inicie uma Ação Penal Tributária concernente ao crime de sonegação fiscal, é salutar a consumação material do delito, sendo obrigatória, a remessa da *notitia criminis* (notícia crime) ao Ministério Público, sob pena, de carência da Ação Penal por falta do quesito ‘justa causa’.

Tal artigo buscara levar ao leitor as diferentes situações que podem ser caracterizadas apenas como falha tributaria e será analisada pela esfera administrativa como por exemplo o não cumprimento da declaração do imposto de renda dentro do

prazo estipulado, tal atitude não é considerada crime tributário portanto não será julgada na esfera penal, e os casos que durante o lançamento do credito tributário pela autoridade administrativa competente descobre se por exemplo a sonegação de impostos, no qual após levado ao conhecimento das autoridades competentes dará se início a persecução penal por crime tributário.

2 METODOLOGIA

Foi utilizado na composição deste artigo além de diversas consultas a estudos sobre o tema em si, o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66), a Lei 8.137/90 que trata sobre os crimes contra a ordem tributária, consulta bibliográfica com foco na persecução penal e crimes tributários e direito penal tributário

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ponto central do artigo é o estudo e discussão sobre o apontado principalmente nos artigos 1 e 2 da lei 8137/90 que se segue:

> Art. 1° Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:
> I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;
> II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;
> III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;
> IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;
> V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.
> Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
> Parágrafo único. A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso V.
> Art. 2° Constitui crime da mesma natureza
> I - fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;
> II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;
> III - exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal;
> IV - deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento;
> V - utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
> Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. (BRASIL, 1990)

Crimes Materiais e Formais

Os crimes contra a ordem tributária praticados por particular estão previstos nos artigos 1º e 2º da Lei 8137/90, o primeiro é crime material ou de resultado, pois sua consumação se dá quando, através das condutas descritas nos incisos, o agente efetivamente suprime ou reduz tributo ou contribuição ou qualquer acessório, ou seja, é fundamental a ocorrência do resultado previsto no tipo, no caso, a redução ou supressão do tributo para a consumação do crime.

O segundo é crime formal, ou seja, o tipo prevê a conduta e o resultado naturalístico, mas a consumação se configura quando o agente pratica a referida conduta descrita no tipo, sem, contudo, a necessidade da ocorrência do resultado.

Analisando a lei 8137/90 e algumas decisões na esfera penal que fora fundamentada com base nela, além de posicionamentos contrários a imposição de medida penal para combater ilicitudes relacionadas a praticas tributarias, buscou se uma compreensão acerca do que seria suas distinções entre crimes formal e material, e qual a diferença entre ambos no seu resultado e nas suas respectivas penas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo científico no qual foi objeto do presente estudo buscou apresentar os diversos tipos de ilícitos cometidos na esfera tributária, dando destaque para aqueles que são considerados crimes tributários pela legislação vigente e os que são alvos apenas nas penalidades concedidas na esfera administrativa. Citamos ainda a possibilidade de investigação para crimes tributários, como se concebe, quando se inicia e qual o procedimento a ser adotado para que se dê início a persecução penal quando da pratica de crimes tributários.

Tal estudo é de extrema importância para as áreas responsáveis pelo fisco, pois em um estado soberano a garantia dos impostos e fundamental para a manutenção de todo o funcionamento do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8.137 de 27 de dezembro de 1990. Brasília, DF, dez 1990; disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8137.htm. Acesso em 11/10/2018.

SILVA, Jardel Luís da. A investigação preliminar nos crimes tributários; disponível em https://canalcienciascriminais.com.br/a-investigacao-preliminar-nos-crimes-tributarios/; acesso em 11/10/2018.

SPIRANDELLI, Gustavo. A Sonegação Fiscal e o direito tributário; disponível em https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8530/A-sonegacao-fiscal-e-o-direito-tributario; acesso em 11/10/2018.

CUIDADOS PALIATIVOS: BENEFÍCIOS PROPOSTOS JUNTO A PSICOLOGIA HOSPITALAR

Débora Fernanda de Souza, Lais Helena Paes de Oliveira, Adriana Campos Meiado,
e-mail: deborasouza.psico@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, indivíduos acometidos de enfermidades graves ou severas recebiam diagnósticos terminais e eram abandonados pela medicina, devido a impossibilidade de cura para suas doenças. Ainda que o prazo de vida destinado a eles fosse relativamente longo, os mesmos eram desenganados sem apreço e compaixão por suas esperanças ou possibilidades de qualidade de vida até o momento de sua morte.

Ao longo dos anos, por meio dos avanços científicos e da necessidade emergente de humanização nas instituições hospitalares, surgiram os cuidados paliativos, que vieram ao encontro desses indivíduos com expectativas e sonhos ceifados antes mesmo de sua morte. Através de medidas terapêuticas, esses cuidados foram propostos com o intuito de auxiliar na diminuição de repercussões negativas da doença sobre o bem-estar do paciente, e aliviar o sofrimento físico, psicológico, social e espiritual (MORITZ et al., 2008). Para contribuir com esse novo olhar a pacientes terminais, a psicologia hospitalar também foi inserida nesse contexto, promovendo novas possibilidades de conhecimento sobre o processo de terminalidade e ganhando espaço de atuação.

Diante disso, é notório que os aspectos psicológicos presentes em toda e qualquer doença, sejam elas psicossomáticas ou não, podem receber o tratamento proposto pelo psicólogo hospitalar, “pois, toda doença encontra-se repleta de subjetividade, e por isso pode se beneficiar do trabalho da psicologia hospitalar” (SIMONETTI, 2004, p. 15).

Um dos campos de atuação do psicólogo hospitalar é o setor de cuidados paliativos, e esse surgiu como uma filosofia humanitária de cuidar e acolher pessoas em estado terminal, analisando sua dor e sofrimento. O termo “Cuidados Paliativos” é utilizado para designar a ação de uma equipe multiprofissional junto a pacientes fora de possibilidades terapêuticas de cura. A palavra “paliativa” é originada do latim pallium que

significa manto, proteção, amparo, portanto, o cuidado paliativo visa proteger aqueles em que a medicina curativa já não mais acolhe (MONTEIRO, 2010).

Cuidar de alguém que se encontra em estado terminal, significa, estar ao lado de pessoas fragilizadas, com perda de vitalidade e autonomia, dor e depressão. Assim, “o cuidado só é eficaz quando o ser cuidado – o paciente – consente em ser alvo destas ações, cooperando e permitindo ser cuidado quando se sente seguro e confia no profissional” (ARAÚJO, 2007, p. 670).

Os cuidados paliativos não antecipam a morte, nem prolongam o processo de morrer, e a assistência às famílias não se encerra após o óbito do paciente, mas perdura durante o processo de luto, auxiliando esses familiares pelo período que for necessário (GOMES, 2016).

Para os pacientes sob cuidados paliativos, o relacionamento humano é a essência do cuidado para sustentar sua fé e esperança, por meio de expressões de compaixão e afeto, pois, “na relação com o outro trazem a certeza de que são parte importante de um conjunto, o que traz sensação de consolo e realização, além de paz interior” (ARAÚJO, 2007, p. 670).

Destaca-se, portanto, que é necessário ampliar discussões sobre os cuidados paliativos, aperfeiçoando informações sobre o tema e conscientizando a própria população que pouco discute sobre isso, para que o mesmo seja compreendido e interpretado de maneira mais humanizada e esclarecedora (RABELLO, 2010).

Em vista disso, esse estudo vem ao encontro dessa compreensão clara e humanizada, buscando tecer informações sobre o processo de paliar e a participação indispensável do psicólogo hospitalar nesse contexto.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, que consiste na utilização de materiais já elaborados e publicados referentes ao tema específico selecionado (GIL, 2002). A pesquisa possui conotação exploratória, cujo embasamento teórico obteve-se através de livros e artigos científicos.

2.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os materiais para desenvolver a pesquisa foram coletados por meio das bases de dados: Scielo, google acadêmico e Pepsic, sendo que no processo de coleta de dados,

foram utilizadas as seguintes palavras chaves: Cuidados Paliativos, Psicologia Hospitalar, Equipe Multidisciplinar, Família e Qualidade de Vida a Pacientes Terminais.

Dentre os artigos selecionados, buscou-se eleger os que foram publicados nos últimos 20 anos, com o intuito de, por meio de publicações atuais, obter informações necessárias para análise do tema escolhido.

Devido à ampla quantidade de artigos encontrados, por meio das palavras-chave utilizadas e descritas anteriormente, foi necessário adotar um critério de seleção para a escolha dos artigos que serão utilizados como embasamento teórico desse trabalho. O critério consistiu em selecionar os artigos que apresentavam no título o termo cuidado paliativo, e tivessem como uma das palavras-chave a psicologia hospitalar ou equipe interdisciplinar.

Foram escolhidos também artigos selecionados devido à argumentos descritos no conteúdo do resumo, onde esses trouxeram maiores esclarecimentos do tema proposto, visando melhor auxílio na explicação dos benefícios que a psicologia hospitalar pode oferecer diante dos cuidados paliativos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Rabello e Rodrigues (2010) os cuidados paliativos são entendidos como uma filosofia aplicada aos serviços oferecidos independentemente de onde o paciente se encontre, seja num espaço domiciliar ou hospitalar, não implicando um local específico. Dessa forma, tem se como foco, tratar o paciente em sua globalidade, oferecendo atenção integral a sua qualidade de vida (SOUSA, 2010).

A atuação em cuidados paliativos requer uma equipe multiprofissional, composta por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistente social, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, conselheiros espirituais, entre outros profissionais da área da saúde ou voluntários (GOMES, 2016). O propósito desses profissionais, atuando em equipe de atenção aos cuidados paliativos, é oferecer ao paciente condições que atendam às suas necessidades e deem suporte aos familiares, uma vez que, buscam melhoria na qualidade de vida dos pacientes que estão em fase terminal, sem o intuito de abreviar a vida ou prolongá-la por meios artificiais. (FERREIRA, 2011).

Portanto, é imprescindível um espaço seguro para a expressão de sentimentos e pensamentos que fazem parte do momento final da vida, pois todos os envolvidos experimentam diversos medos ao longo do tratamento e da proximidade da morte,

vivenciando muitos sentimentos por insegurança das perguntas não feitas e das respostas evitadas (MELO, 2013).

A psicologia contribui aos cuidados paliativos através de uma visão distinta da doença, que vai além do corpo, pertencendo ao campo da mente, das vivências e expressões da mesma. O psicólogo deve manter o paciente participativo no processo de tratamento, estando atento em detectar conteúdos apresentados na queixa, oferecendo um cuidado integral, identificando desordens psíquicas que geram sofrimento, estresse e também mecanismos de defesa que costumam surgir durante o tratamento (FERREIRA, 2011).

No trabalho oferecido pelo psicólogo, devem estar presentes a empatia e a escuta acolhedora verbal e não-verbal, para que o paciente questiona seus conteúdos internos, suas angústias e sentimentos, assim dando início ao processo de aceitação, elaboração e superação em relação ao seu adoecimento (FERREIRA, 2011).

É fundamental ao psicólogo, promover como valor central a autonomia individual do paciente, para que ele seja respeitado no direito de fazer suas próprias escolhas, dando-lhe informações claras sobre a doença e sua evolução, sempre respeitando seus limites de compreensão e tolerância emocional. Também é imprescindível a equipe atuante em cuidados paliativos adotar esses métodos, para que os cuidados sigam em harmonia (FERREIRA, 2011).

Dessa forma, é extremamente necessário que o psicólogo favoreça o resgate da humanização no ambiente hospitalar, visto que, honrar a dignidade do ser humano fora das possibilidades de cura restabelece a possibilidade de adaptação e manutenção da qualidade de vida, permitindo ao paciente uma vida com mais virtude diante da própria morte (PORTO, 2010).

A equipe em cuidados paliativos deve estar qualificada para identificar as necessidades do paciente, suas prioridades e os recursos disponíveis que ele possui para lidar com o momento em que se encontra, oferecendo também suporte à família e mantendo uma boa comunicação. (FERREIRA, 2011).

O paciente pode reagir de várias formas em relação à sua doença e sua finitude, aceitando ou negando seu quadro, tendo conhecimento de que está morrendo e se sentindo incapaz de aceitar emocionalmente o processo, ou podendo aceitá-lo, sem conseguir verbalizar sua situação (PAIVA, 2014).

Dessa forma, assim como descrito por Manchola et al. (2016), compreender o paciente em todas as suas dimensões de maneira prática e concreta, aceitando que ele

pertence a um contexto e traz consigo uma história repleta de experiências, agindo com dedicação, solidariedade e responsabilidade, inspira positivamente na realidade de quem vivencia situações complexas como a finitude da vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de finitude vivenciado pelo paciente, percorre várias fases até a ressignificação desse momento, portanto, se faz necessário um amparo específico a cada uma dessas fases, respeitando as escolhas e decisões feitas pelo paciente, assim como, esclarecendo todas as dúvidas e questionamentos que possam surgir até a compreensão total dessa finitude.

Sobre a atuação do psicólogo, compreendeu-se que favorecer a autonomia do paciente em cuidados paliativos, através de um ambiente e uma recepção acolhedora e uma comunicação efetiva proporciona ao paciente benefícios durante seu tratamento, pois, podendo o paciente participar das decisões diagnósticas, se mantendo de forma ativa nesse processo, são reduzidos o estresse e o sofrimento vividos nesse período.

Também verificou-se a importância da atuação do psicólogo junto de uma equipe interdisciplinar, pois, a harmonia entre os profissionais é imprescindível, garantido que as escolhas e necessidades tanto do paciente quanto da família sejam atendidas da melhor forma possível, uma vez que, o psicólogo é o mediador dessa comunicação entre equipe de saúde e familiares, promovendo assim o bem-estar dos envolvidos (ORTIZ, 2016).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. M. T. A comunicação com o paciente em cuidados paliativos: valorizando a alegria e o otimismo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 41, n. 4, p. 668-674, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n4/17>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FERREIRA, A. P. Q. O papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos junto ao paciente com câncer. **Revista da SBPH**, v. 14, n. 2, p. 85-98, 2011. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v14n2/v14n2a07.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

GOMES, A. L. Z. Cuidados paliativos. **Estudos avançados**, v. 30, n. 88, p. 155-166, 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142016000300155&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 fev. 2019.

MANCHOLA, C. et al. Cuidados paliativos, espiritualidade e bioética narrativa em unidade de saúde especializada. **Revista Bioética**, v. 24, n. 1, 2016. Disponível em: <

http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/1195/1421>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MELO, A. C. A intervenção psicológica em cuidados paliativos. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 14, n. 3, p. 452-469, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862013000300007>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MONTEIRO, F. F. A importância dos cuidados paliativos na enfermagem. **Revista Dor**, São Paulo, v. 11, n.3, p. 242-248, jul-set, 2010. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1806-0013/2010/v11n3/a1470.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

MORITZ, R. D. et al. Terminalidade e cuidados paliativos na unidade de terapia intensiva. **Revista brasileira de terapia intensiva**, v. 20, n. 4, out./dez., 2008, p. 422-428, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22970/000715411.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 mar. 2019.

ORTIZ, C. C. L. As contribuições da psicologia junto à equipe de saúde diante da morte, luto e perdas de seus pacientes. **Saúde em redes**, v. 2, n. 3, p. 273-280, 2016. Disponível em: http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/686/pdf_38>. Acesso em: 13 ago. 2019.

PAIVA, F. C. L. Ética em cuidados paliativos: concepções sobre o fim da vida. **Revista Bioética**, v. 22, n. 3, p. 550-560, 2014. Disponível em: < https://www.redalyc.org/pdf/3615/361533266019.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

PORTO, G. Psicologia hospitalar e cuidados paliativos. **Revista da SBPH**, v. 13, n. 1, p. 76-93, 2010. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-08582010000100007&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RABELLO, C. A. F. G. Saúde da família e cuidados paliativos infantis: ouvindo os familiares de crianças dependentes de tecnologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 379-388, 2010. Disponível em: < https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1413-81232010000200013&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SIMONETTI, A. **Manual de psicologia hospitalar**. Casa do psicólogo, 2004.

SOUSA, K. C. Ditos, não ditos e entreditos: a comunicação em cuidados paliativos. **Psicologia: teoria e prática**, v. 12, n. 1, p. 97-108, 2010. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v12n1/v12n1a09.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019

CULTURA ORGANIZACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Angela Cristina Ferreira, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: angela_cris_ferreira@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O aumento da concorrência e a procura por aperfeiçoamento na produtividade instituíram um ritmo de vida adoecedor para os indivíduos, com sobrecarga de horas de trabalho e com uma forte pressão para serem cada vez mais produtivos. A área profissional alcançou tanta relevância que o ser humano se sentiu pressionado a ser um superprofissional, o que acarretou problemas em vários campos da vida das pessoas (OLIVEIRA; MINETTI; OLIVEIRA, 2012).

Diversas doenças ocupacionais estão diretamente relacionadas a falta de QVT. Doenças como estresse, Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) são doenças do mundo moderno ocasionadas pelo acúmulo de funções. Nesse cenário, um dos focos da QVT é de se preocupar com a saúde mental e física do trabalhador tentando reduzir o impacto do trabalho excessivo em sua vida (TREICHEL; MORETTI, 2003).

Com o mercado em vasta concorrência, as organizações passam a se atentar mais com o lucro e colocação diante seus concorrentes, requisitando de seus colaboradores mais horas trabalhadas e melhores níveis de resultados em prazos cada vez menores. Há organizações que não se preocupam com a saúde física e mental de seus funcionários e não promovem a Qualidade de Vida no ambiente de trabalho. A sugestão básica para resolver esse impasse é de desenvolver e ofertar um local de trabalho favorável, não somente para a saúde financeira da empresa, mas também para a saúde dos indivíduos que trabalham nesse local e que fazem parte do contexto diário da empresa (SANTANA; RIBEIRO, 2015). Com base nessas informações, o presente trabalho terá por objetivo investigar a relação que a cultura tem com a Qualidade de Vida do trabalhador.

Santos (2014) explica que para que os colaboradores se relacionem bem e para que exista igualdade, é preciso determinar regras que conduzirão como devem agir e como se comportar no âmbito organizacional. Em alguns casos, essas diretrizes são

criadas por meio de uma cultura organizacional e estes comportamentos acabam por definir como deve ser a integração. A cultura organizacional vem sendo o suporte para as empresas há anos; sua base foi introduzida e transmitida pelos princípios do próprio fundador, sendo sua execução de grande importância para toda a empresa, que se apoia em seu conceito para realizar atividades básicas.

Pensando em empresas no qual a cultura tem inclinações mais assertivas, que se preocupam com o bem-estar geral e com a saúde de seus funcionários no desempenho de suas tarefas, Louis Davis, na década de 1970, conceituou esses aspectos como Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Na atualidade o conceito de QVT implica tanto em questões físicas e ambientais, como em questões psicológicas relacionadas ao ambiente de trabalho (CHIAVENATO, 2004).

A QVT é uma temática que vem se sobressaindo cada vez mais no mundo corporativo. É um programa que objetiva simplificar e satisfazer as necessidades dos funcionários durante o desenvolvimento de suas práticas no local de trabalho. O aspecto central dessa temática é a motivação do trabalhador, que está atrelada a satisfação do mesmo com a empresa. A QVT parte do pressuposto de que o envolvimento e a motivação dos funcionários acontecem de modo mais natural em locais em que eles tenham e liberdade de interagir com as decisões da empresa e de se envolverem com atividades propostas que transmitam prazer e bem-estar (RIBEIRO; SANTANA, 2015).

Esse estudo visa compreender a relação que a cultura tem com a qualidade de vida dos trabalhadores e os aspectos culturais que podem influenciar no bem-estar dos mesmos nas organizações de forma a garantir a melhores resultados no que tange a saúde e satisfação dos colaboradores. A intenção dessa pesquisa é de levantar questões que possam ser pensadas e discutidas pelas empresas na implantação de melhorias, a fim de propiciar um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já produzido por outros autores, como livros, artigos científicos de confiabilidade e embasamento científico, podendo ser retirados tanto de bibliotecas como da internet. Dessa forma o pesquisador faz um apanhado de todo este material para uma temática específica, sendo os livros fontes bibliográficas por excelência. O benefício principal da pesquisa bibliográfica está no fato de possibilitar ao investigador o alcance de uma série de conteúdos muito mais

amplos do que aqueles que poderia pesquisar diretamente. Sua importância também é imprescindível nos estudos históricos, uma vez que não há outra forma de conhecer os acontecimentos do passado se não a partir de referências bibliográficas.

As fontes utilizadas foram livros e pesquisas nas bases de dados online como: Scielo, BVS, Pepsic, Periódicos Capes, Revistas Eletrônicas da PUC-SP e Google Acadêmico. Para esse trabalho foram utilizados nove artigos acadêmicos. As palavras-chave utilizadas nas pesquisas foram: cultura organizacional, saúde do trabalhador e qualidade de vida no trabalho.

Para a escolha dos artigos trabalhados, foram feitas leituras dos títulos dos artigos como primeiro critério de exclusão, pois apareceram vários artigos com títulos distantes do objetivo da pesquisa. Após essa primeira seleção, foram feitas leituras dos resumos para analisar se os artigos se adequavam ou não com a proposta do trabalho. Além desse critério de seleção, outra estratégia adotada foi de analisar as referências bibliográficas de alguns artigos encontrados e observar as fontes de pesquisa utilizadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As empresas desenvolvem um tipo de cultura com base nas relações estabelecidas entre os vários componentes do ambiente organizacional (SILVA; ZANELLI, 2004) e essa cultura somente é validada se o comportamento resultante levar a empresa ao sucesso de modo que as metas sejam alcançadas e que haja satisfação das pessoas (SCHEIN 2009). Desse modo, as ações de QVT precisam ser especificadas para cada empresa e devem ser pensadas de modo a melhorar as relações de trabalho para os colaboradores, garantindo satisfação para os mesmos e a eficácia organizacional para o empregador com o aumento da produtividade, redução do absenteísmo e da rotatividade (ADHIKARI; GAUTAM, 2010).

A partir da análise das tipologias culturais elaboradas por Cameron e Quinn (2006) pode-se constatar que a Cultura Clã ou Grupal e a Cultura Adhocracia ou Inovativa são as que mais contribuem para o desenvolvimento de QVT e para o desenvolvimento dos recursos humanos, de modo que a primeira estimula os trabalhos grupais e traça programas de envolvimento dos colaboradores para com a empresa e a segunda propõe local de trabalho dinâmico, empreendedor e criativo. As outras tipologias culturais que são: Cultura Hierárquica e de Mercado ou Racional, possuem caráter controlador, no qual a primeira se destaca pelas regras e políticas, estabilidade eficiência e previsibilidade e a segunda pelo foco na produtividade e competitividade. Esses tipos de

caráter encontrado nas últimas tipologias podem inibir a flexibilidade no trabalho, pois de acordo om Chiavenato (2004) quando uma empresa está direcionada para as pessoas, sua filosofia global e sua cultura organizacional passam a transparecer essa crença. Todavia como sugerem Cameron e Quinn (2006) o equilíbrio entre culturas é importante, pois a ênfase um uma só tipologia pode fazer com que a empresa se torne disfuncional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado para compreender a relação estabelecida entre Cultura e QVT de modo a identificar os aspectos culturais que influenciam no ambiente de trabalho de forma hostil e facilitador, para que questões possam ser pensadas e discutidas pelas empresas de modo que essas possam possibilitar um ambiente mais saudável para os trabalhadores e por consequência adquirir melhores resultados. Pode-se concluir que as Culturas Clã e Inovativa são as que mais contribuem para o desenvolvimento da QVT no trabalho e as Culturas Hierárquica e Racional estão direcionadas ao controle e na direção contrária ao desenvolvimento das pessoas.

Os dados encontrados nesse estudo apontam para a teoria de Schein (2009) sobre os aspectos da Cultura Organizacional em níveis: os artefatos; as crenças e valores e as suposições básicas. Mediante aos estudos realizados pode-se constatar o quanto os aspectos da cultura influenciam diretamente a QVT e que a Cultura Organizacional é quem orienta as práticas de QVT.

Por meio desse trabelho pode-se concluir que cada empresa desenvolve sua cultura com base nas relações estabelecidas entre os vários elementos do ambiente organizacional e essa cultura somente é legitimada se o comportamento consecutivo levar a empresa ao sucesso. Dessa forma, as ações de QVT precisam ser personalizadas para cada empresa de modo a garantir melhores relações de trabalho e satisfação dos colaboradores refletindo em melhores resultados para as organizações (ADHIKARI; GAUTAM, 2010).

REFERÊNCIAS

ADHIKARI, D.R; GAUTAM, D. K. Labor legislations for improving quality of work life in Nepal. **International Journal of Law & Management**, v. 52, n. 1, p. 40–53, 2 fev. 2010.

CAMERON, K. S. QUINN, R. E. **Diagnosing and changing organizational culture**. San Francisco: Jossey-Bass, 2006.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4. ed, 2002.

OLIVEIRA, P. P. T; MINETTI, L. J; DE OLIVEIRA, L. N. Qualidade de vida no trabalho: um enfoque no profissional de Secretariado Executivo de uma instituição federal de ensino superior. **Revista de Gestão e Secretariado**, *2*(3), 87-105, 2012. Disponível em: <> Acesso em: 18 de ago. de 2019

SANTOS, E.M. A importância da cultura para as organizações. Caderno de Administração. **Revista do departamento de Administração da FEA**. Cad. V.8, n.1, Jan-Dez. 2014, p. 19-37. Disponível em: <>. Acesso em: 17 fev. de 2019.

SCHEIN, E. H. Cultura Organizacional e Liderança. São Paulo: **Atlas**, 2009.

SILVA,N. ZANELLI, J.C. Cultura organizacional. In: BASTOS, A.V.B; ANDRADE, J.E.B; ZANELLI, J.C Org(s). **Psicologia Organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegra: Artmed, 2004.

RIBEIRO, L.A. SANTANA, L.C. Qualidade de vida no trabalho: fator decisivo para o sucesso organizacional. **Revista de Iniciação Científica – RIC Cairu**, v.2, n.2, p.75-96, 2015. Disponível em: <>. Acesso em: 24 fev. de 2019.

TREICHEL, A. MORETTI, S. (2003). Qualidade de Vida no Trabalho e Auto-Realização Humana. **Revista Leonardo Pós Órgão de Divulgação Científica e Cultural do ICPG**, 1 (3), 73-80.

CUSTOS DA PRODUÇÃO DE CAFÉ ARÁBICA NA REGIÃO DE TORRINHA

José Fernandes da Silva Neto Dias, Leandro Spoti de Oliveira Leigo, Leonardo Minatel, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: zejau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais muito se fala em crise econômica, queda da bolsa e assuntos do tipo, para os agricultores isso causa um impacto enorme, tendo em vista que não conseguem prever com total certeza seus lucros, portanto é de suma importância que possa ter a maior redução de custos. Para isto, é necessário ter um sistema de análise de custos para que se possa trabalhar tal previsão.

O maior problema da pesquisa surge na seguinte questão: até que ponto um agricultor deve investir em uma cultura que tem uma economia instável, com preços variando dia após dia?

É preciso reduzir ao máximo os custos, para que no fechamento não se apure números negativos. Portanto é necessário levantar os dados e analisar o que é necessário e o que pode ser reduzido. Sendo assim, eliminamos gastos desnecessários e otimizamos os lucros.

O objetivo foi demonstrar os custos do café na região de Torrinha-SP, para que agricultores da região possam analisar e se espelhar na coleta de dados e realizarem em sua propriedade, sendo assim tendo maior controle dos custos e conseguindo minimizá-los.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2010 e 31 de julho de 2019.

Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

No ano de 2018, a produção de café do Brasil totalizou 61,6 milhões de sacas, apresentando crescimento de 37,1% sobre 2017 (CONAB, 2019). Estima-se que a produtividade média de 2019 seja de 27,63 sc./ha, uma redução de 16,5% em relação à safra passada. Os indicadores mostram que o Brasil deverá colher 50,92 milhões de sacas de café, isso corresponde uma diminuição de 17,4% (CONAB, 2019), em relação ao ano passado devido a bienalidade e outro fator negativo é as condições climáticas.

O ciclo bienal é característico do cafeeiro, em especial para o café arábica, e consiste na alternância de um ano com grande florada dos cafeeiros, seguido por outro ano com florada menos intensa, no ano de bienalidade negativa o café se recupera para o próximo ano.

A área total cultivada no país com café (arábica e conilon) totaliza 2,16 milhões hectares, equivalente à cultivada em 2018. Desse total, 319,72 mil hectares (14,8%) estão em formação e 1,84 milhão de hectares (85,2%) em produção. Na atual safra, a área em produção foi reduzida em 1,1%, enquanto a área em formação aumentou 8,7% em relação à safra passada. Por se tratar de uma safra de bienalidade negativa, é normal que os produtores aproveitam para realizar tratos culturais nas lavouras e, consequentemente, diminuir a área em produção (CONAB, 2019).

3.1 Impacto econômico

Considerando os dados divulgadas referente a safra 2018 e 2019 e os preços médios pagos aos produtores em abril de 2018 e de 2019, estimasse que a receita bruta do café arábico no Brasil fique em torno do R$ 13,7 bilhões em 2019, representando um resultado negativo em relação à safra de 2018 que foi R$ 20 bilhões, um recuo de 20,5% (CONAB, 2019).

O café no ano de 2018 foi marcado pelos menores preços no Brasil, no início do segundo semestre o café arábico teve fortes quedas, chegando a ser negociado abaixo de R$ 410,00 a sc. 60 kg. No mês de setembro segundo o CEPEA/ESALQ (Centro de Estudo Avançado dos em Economia Aplicada/ESALQ-USP) a saca do café arábico chego a bater a casa dos R$ 411,72 a saca, tendo a menos cotação desde janeiro de 2014 (CEPEA, 2019).

De julho de 2018 até dezembro de 2018 a média do café arábico fechou em R$ 430,15 a saca, com isso tendo uma queda de 12,7% em relação ao mesmo período da safra de 2017/2018 (CEPEA, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cultivo do café assim como qualquer outro negócio, também precisa ter um controle de custos. Portanto o estudo de seus custos deve ser baseado em suas etapas, podendo assim fazer uma estimativa de preços da produção, podendo se preparar para os custos futuros.

A produção de café não é como um rebanho de gado por exemplo, onde se há gastos praticamente iguais por cabeça. No café, devido a particularidade de cada safra, não podemos trabalhar pensando no lucro que iremos obter, mas sim na redução dos custos que estamos realizando.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **Agromensal Café**. 2019. Disponível em:< https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0461642001549389145.pdf > Acesso em: 15 set. 2019.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira café**. v. 5, n. 2. Brasília, p. 1-61, maio 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DA EXISTÊNCIA DO BIS IN IDEM NA PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA E PENAL AO CRIME DE PECULATO

Amanda Lima, Ana Eliza Tomasim, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel, e-mail: amanda97lima@gmail.com e anaelizatomasim@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar a possibilidade de aplicação concomitante de sanções penais e administrativas a um indivíduo por suas ações. As sanções refletem a maneira que o Estado possui de coibir novas ações e punir as já praticadas.

Neste trabalho, será analisado especificamente a possibilidade de reconhecimento da prática de improbidade administrativa ao indivíduo que cometer o crime de peculato.

A improbidade administrativa encontra previsão na Lei 8.429 de 2 de junho de 1992, denominada Lei da Improbidade Administrativa. A improbidade é caracterizada quando há dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios administrativos. Dentre as penas previstas estão a perda de bens e valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano, perda da função, e outras.

Nesse sentido, Celso Antonio Bandeira de Mello ensina que:

> (...) em caso de atos de improbidade administrativa, sem prejuízo da ação penal cabível, o servidor ficará sujeito à suspensão de direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento do erário, na forma e gradação previstas em lei (art. 37, parágrafo 4º), sendo imprescindível a ação de ressarcimento por ilícitos praticados por qualquer agente que cause prejuízo ao erário (art.37, §5º)

Maria Sylvia Zanella Di Pietro declara que o ato de improbidade administrativa não é um crime, mas poderá coincidir com algum crime definido legalmente. Não ficando assim, prejudicada a ação penal cabível ao caso concreto.

Como vimos, a doutrina possui entendimento coerente com as disposições legais, não havendo divergência quanto à sua aplicação.

O peculato está previsto no artigo 312 do Código Penal, como será visto oportunamente, e encontra lugar no título XI, Capítulo I, que dispõe sobre os crimes

contra a Administração Pública, praticados especificamente por funcionários públicos contra a administração em geral, tais como concussão, corrupção, prevaricação, entre outros. O crime consiste na apropriação de dinheiro, valor ou qualquer bem móvel que o funcionário público detenha a posse em razão do cargo que ocupa. A pena prevista é de dois a doze anos, e multa.

Por caracterizar a aplicação de duas sanções para uma mesma conduta, surge a dúvida sobre a existência de sanção bis in idem, o que traduziria em uma injustiça, já que nosso ordenamento foi desenvolvido no sentido de punir justamente e reintegrar o indivíduo.

Desta maneira, resta evidente e necessidade de estudo e elucidação do tema.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa que utiliza o método analítico-dedutivo e foi desenvolvido utilizando-se da legislação nacional, fontes bibliográficas, jurisprudências, artigos e sites jurídicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão teórica sobre a possibilidade de cominação das penalidades penais e administrativas à conduta descrita como peculato se mostra necessária para que não haja a punição injusta aos indivíduos de nossa sociedade.

O crime de peculato, previsto no artigo 312 do Código Penal dispõe:

> Art. 312 - **Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular**, de que tem a posse **em razão do cargo**, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio**:(...) (grifo nosso)**

Para tal conduta, o Código Penal prevê a aplicação da pena de prisão de dois a doze anos de prisão, e multa, a depender das peculiaridades do caso.

Já a improbidade administrativa encontra previsão, especialmente, nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa. Como exemplo de atitude que se aproxima à disposta no artigo 312 do Código penal podemos citar o caput do artigo 9º da Lei supra, que nos traz a seguinte redação:

> Art. 9° **Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida** em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1° desta lei, e notadamente: **(...) (grifo nosso)**

Para tal conduta, o inciso I, do artigo 12, da Lei de Improbidade Administrativa, prevê penas tais como a perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil, proibição de contratar com o Poder Público, entre outros.

As punições previstas para os artigos 10 e 11 da Lei encontram descrição nos incisos II, III e IV do artigo 12. Entretanto, necessário corte se faz para se manter alinhado ao tema objeto da presente pesquisa e, dessa forma, nos limitaremos ao que dispõe o artigo 9º.

Em retorno ao raciocínio, a resposta para a caracterização da sanção bis in idem pela punição administrativa e penal se mostra negativa. O próprio artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa determina:

> Art. 12. **Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações**, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: **(...) (grifo nosso)**

Este entendimento vem corroborado pela posição sedimentada em nossa doutrina e jurisprudência, no sentido de que as instâncias jurídicas são independentes entre si, podendo um mesmo fato demandar reação de duas áreas distintas do Direito. Neste sentido, temos o seguinte julgado:

> PENAL E PROCESSO DISCIPLINAR. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS DEMISSÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. 1. Doutrina e jurisprudência são unânimes quanto à independência das esferas penal e administrativa; a punição disciplinar não depende de processo civil ou criminal a que se sujeite o servidor pela mesma falta, nem obriga a Administração Pública a aguardar o desfecho dos mesmos. 2. Segurança denegada.(Mandado de Segurança nº 7138/DF – STJ)

Também:

> DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. POLICIAL CIVIL. PECULATO. CONDUTA REITERADA. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DOLO. COMPROVAÇÃO. SANÇÕES. APLICAÇÃO. DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO. DESNECESSIDADE. I. Pratica ato de improbidade administrativa a policial civil que, valendo-se de seu cargo, apropria-se, em proveito próprio, dos valores que tinha posse em razão do recolhimento de fiança prestada quando da lavratura de auto de prisão em flagrante. II. É possível que uma só conduta ofenda simultaneamente mais de um dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade, hipótese em que prevalecerá a sanção mais grave. Aplica-se nesse caso o princípio da subsunção, segundo o qual a conduta e a sanção mais grave absorvem as de menor gravidade. III. Não constitui bis in idem a imposição das penas de perda do cargo público, de suspensão dos direitos políticos e de proibição de contratar com o Poder Público

> quando houver condenação por ato de improbidade, mesmo havendo sentença penal condenatória, ante a independência das instâncias. IV. Negou-se provimento ao recurso

Desta forma, resta clara a possibilidade de aplicação concomitante da sanção penal prevista no artigo 312 do Código Penal com o artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa, não havendo em que se falar na existência de sanção bis in idem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o tema apresentado se mostra relevante à sociedade e merece atenção. As sanções aplicadas pelo Estado não devem se mostrar exageradas ou desproporcionais, uma vez que as punições, em grande maioria, são severas e atingem diretamente a liberdade ou patrimônio do agente.

Há de se reconhecer, como disposto na doutrina e jurisprudência, não existir qualquer impedimento em relação à cumulação de sanções de áreas jurídicas diversas, por se mostrarem os ramos do direito distintos e independentes.

Ainda, é possível concluir que, em havendo violação simultânea de mais de um dos artigos 9º, 10º e 11º da Lei de Improbidade, deverá o julgador aplicar sanções mais graves, em respeito ao princípio da subsunção, que determina a absorção das sanções menores pela mais grave.

Por todo o exposto, o que se extrai do presente estudo é que, apesar de ambas as sanções, administrativa e penal, serem severas, se mostram adequadas e independentes uma da outra quando o agente público comete o crime de peculato.

De uma maneira ou outra, os crimes cometidos contra a administração atingem a sociedade de forma rígida, lesando direta ou indiretamente a incolumidade de cada indivíduo.

Assim, é possível afirmar que não constitui bis in idem a aplicação de sanção administrativa e penal ao indivíduo que exerce conduta idêntica à descrita no crime de peculato.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 8.429, de 02 de junho de 1992. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 de julho de 1992.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

STJ – MS: 7138 DF 2000/0084722-4, Relator: Ministro EDSON VIDIGAL, Data de Julgamento: 28/02/2001, S3 – TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 19.03.2001 p. 74 JBCC vol. 189 p. 387).

Disponível em <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/318686/mandado-de-seguranca-ms-7138-df-2000-0084722-4/inteiro-teor-100235739?ref=amp> Acesso em: 27 set 2019.

TJ-DF APC: 20120111507910 DF 0008127-82.2012.8.07. Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 10/12/2014, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: DJE 22.01.2015 p. 443. Disponível em < https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/162137299/apelacao-civel-apc-20120111507910-df-0008127-8120128070018> Acesso em: 04.out.2019.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 135.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 19ª ed., São Paulo: Atlas, 2005.

DA LEI MARIA DA PENHA E SEUS REFLEXOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

Artur dos Santos Oliveira, Luana Marcelle Pagini, Alessandra Rocha da Silva, Rafael Ribeiro, Maurício de Almeida, e-mail: mauricioalm@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, possui como objeto, o estudo da lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e seus reflexos trabalhistas e previdenciários, reflexos estes, em especial abordados no art. 9º, §2º, II, da referida lei.

Tal dispositivo, garante à mulher em situação de violência doméstica ou familiar a manutenção do vínculo de emprego, quando necessário seu afastamento do local de trabalho em decorrência da violência, por até seis meses.

Este tema é de vital importância, diante do grande número de casos de violência doméstica e familiar registrados contra mulheres no Brasil, lidando com questões relacionadas a direitos humanos e fundamentais relacionados a mulher.

Para desenvolver o presente estudo, foram utilizadas diversas fontes de pesquisas, incluindo o posicionamento atual dos Tribunais Superiores, com o intuito de analisar o conteúdo da Lei Maria da Penha e seus pormenores legais, em específico, com relação ao direito da mulher, na manutenção do vínculo de emprego, nos casos de violência doméstica ou familiar elencadas na lei Maria da Penha.

Sobre este ponto, ainda há diversas dúvidas acerca da aplicabilidade desta referida medida, visto que o legislador foi omisso em diversos aspectos, quanto a quem seria o responsável pela manutenção dos custos quanto à permanência do vínculo de emprego da mulher, por esta razão, o estudo irá analisar quais são os efeitos dessa nova medida de caráter protetivo e seus impactos na seara trabalhista e previdenciária.

2 METODOLOGIA

Para análise do presente estudo, foram utilizadas como forma de pesquisa, as seguintes abordagens teóricas, quais sejam: Qualitativa e Teórica, por intermédio da análise de livros e fontes nacionais quanto internacionais relevantes ao tema; Zetética em relação a conceitos doutrinários, históricos e de direitos humanos e Dogmática, pela utilização de leis, doutrinas e jurisprudências de tribunais superiores pertinentes ao

assunto. Da mesma forma, também foram utilizadas, as seguintes metodologias/técnicas de pesquisa, quais sejam: Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante de toda pesquisa realizada, com relação aos reflexos trabalhistas e previdenciários ocasionados pela instituição da Lei Maria da Penha, é possível destacar os seguintes resultados.

3.1 Conceito de Violência Doméstica e Familiar

A Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006), em seu art.5°, apresenta o conceito de violência doméstica ou familiar contra a mulher.

Tal disposito disciplina que: "configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial".[1]

Violência doméstica é caracterizada pelo local em que foi praticada a violência, neste caso, compreende "o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas".[2]

Violência familiar é aquela praticada no âmbito da família, "compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa"[3].

3.2 Formas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Além da violência conceituada no art.5°, configuram-se formas de violência contra a mulher, às disciplinadas no art. 7° da referida Lei Maria da Penha, conforme disposto a seguir:

a) Violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

b) Violência psicológica, entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da mulher, ou que vise degradar ou controlar seus comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, humilhação, manipulação, chantagem ou perseguição.

[1] Art.5° da Lei 11340/2016
[2] Art. 5°,I, da Lei 11340/2006
[3] Art.5°,II, da Lei 11340/2006

c) Violência sexual, que seria manter ou fazer a mulher participar de relação sexual não desejada, mediante ameaça, coação ou uso da força, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação.

d) Violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração ou destruição dos bens e objetos pessoais pertencentes a mulher.

e) Violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

3.3 Da Constitucionalidade da lei Maria da Penha

A Constituição Federal de 1988 é um grande marco do Estado Democrático Social de Direito, institucionalizando diversos direitos humanos no Estado Brasileiro, estre os quais, está o direito a igualdade de tratamento entre homens e mulheres, previsto em seu artigo 5º, I, que diz o seguinte: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.[4]

Como a Lei máxima do país consagra a igualdade entre homens e mulheres, surgiram debates acerca da inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha, já que somente as mulheres podem fazer parte do polo passivo no crime de violência doméstica, o que, para alguns, violaria o princípio da isonomia.

Todavia, a afirmativa não está correta, visto que o conceito de ‘’igualdade’’ divide-se em ‘’igualdade formal’’ e ‘’igualdade material’’.

A igualdade formal consiste no tratamento igualitário conferido pela lei a todos os indivíduos, independentemente de raça, cor, sexo ou etnia, diferentemente da igualdade material, que “tem por finalidade igualar os indivíduos, que essencialmente são desiguais[5]”.

Na verdade, a lei Maria da Penha nada mais é do que um instrumento de concretização da igualdade material entre homens e mulheres, trazendo efetividade à vontade constitucional.

Neste sentido, Flávia Piovesan e Silvia Pimentel, dizem o seguinte:

> Estudos e pesquisas revelam a existência de uma desigualdade estrutural de poder entre homens e mulheres e grande vulnerabilidade social das últimas,

[4] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
[5] SILVA, Carolina Dias Martins da Rosa e. Igualdade **Formal X Igualdade Material: a busca pela efetivação da isonomia.** 2017. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.57812&seo=1>. Acesso em: 16 mai. 2019..

> muito especialmente na esfera privada de suas vidas. Daí a aceitação do novo paradigma que, indo além dos princípios éticos universais, abarque também princípios compensatórios das várias vulnerabilidades sociais. Neste contexto, a "Lei Maria da Penha", ao enfrentar a violência que de forma desproporcional acomete tantas mulheres, é instrumento de concretização da igualdade material entre homens e mulheres, conferindo efetividade à vontade constitucional, inspirada em princípios éticos compensatórios[6].

Logo, a lei, além de não ser inconstitucional, vem para sanar a omissão do Estado Brasileiro, esta sim, inconstitucional, pois tem como objetivo compensar as vulnerabilidades sociais existentes, pela ausência de políticas públicas.

3.4 Da Manutenção do Vínculo de Emprego

Para oferecer assistência à mulher em situação de risco, uma das medidas instituídas na Lei Maria da Penha foi a manutenção do vínculo trabalhista da vítima, quando necessário seu afastamento do local de trabalho, por até seis meses:

> Art. 9º [...] § 2° O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica: [...]
> II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses[7].

Desta maneira, além de se preservar a integridade física da vítima, buscou o legislador resguardar também sua integridade psicológica, não a deixando desamparada financeiramente numa situação tão delicada quanto é a de violência doméstica.

3.5 Da Natureza do Afastamento

A grande inovação que vem causando discussões no âmbito jus laboral, conforme já salientado, está no artigo 9º desta lei.

> Mostra o referido dispositivo que a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar é tratada como política pública. Reza o §1º do art. 9º da Lei 11.340 que o juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal. As normas acima mencionadas mostram que as características do art. 9º são normas de Assistência Social, necessitando de regulamentação do Poder Público[8].

Entretanto, apesar da grande inovação, o legislador não dispôs sobre a natureza jurídica do afastamento da mulher de seu emprego, no caso de violência doméstica, tampouco sobre os seus impactos no salário e no contrato do trabalho.

---

[6] PIOVESAN; Flávia.; PIMENTEL, Silvia. **Lei Maria da Penha: inconstitucional não é a lei, mas a ausência dela**. 2007. Disponível em: <http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art6.asp>. Acesso em: 19 abr. 2019.
[7] Lei 11340 de 2006.
[8] MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 31ª ed. São Paulo: Atlas S.A. 2015, p. 402.

Diante desta omissão legislativa acerca da natureza jurídica do afastamento, surgiram alguns posicionamentos conflitantes sobre esta questão, entre os quais é possível destacar os seguintes:

a) Suspensão do contrato de trabalho: Posicionamento defendido pelo autor Sérgio Pinto Martins, que diz o seguinte:

> Entendo que os fins sociais da lei mostram a necessidade do afastamento da empregada por seis meses do local do trabalho, mas não o pagamento de salários, sob pena de estar editando norma legal, pois só pode atuar como legislador negativo e não como legislador positivo[9].

Segundo ele, trata-se de hipótese de licença não remunerada, pois não há previsão expressa de ser o afastamento realizado sem o prejuízo do salário, não sendo justo desta forma, o empregador arcar com o ônus do afastamento, já que, além de não receber a prestação de serviços em contrapartida, não foi quem deu causa a lide.

b) Interrupção do contrato de trabalho: Ao qual não haverá prejuízo da remuneração, no tempo em que ocorreu o afastamento.

Sobre este ponto, Delgado diz que:

> Argumenta-se, em segundo lugar, que o dispositivo da Lei Maria da Penha tem, sim, inquestionável natureza de regra de Seguridade Social, além de sua dimensão trabalhista, estando ambas conectadas, do ponto de vista lógico e jurídico. A circunstância de ser regra dessa natureza não exclui, de maneira alguma, a responsabilidade do empregador, uma vez que toda a sociedade participa, segundo a matriz constitucional, do conjunto integrado de ações que compõem essa face da vida pública, social e comunitária[10]''.

Logo, para esta corrente, deve prevalecer a interrupção contratual, pois caso contrário, a mulher seria duplamente apenada, pois além de ser vítima da violência doméstica, ficaria sem sua fonte de subsistência, qual seja, o salário.

3.6 Posicionamento Jurisprudencial em Relação ao Tema

O Superior Tribunal de Justiça, por intermédio de sua sexta turma, julgou um recurso especial, sob segredo de justiça para preservação da identidade da vítima, ao qual tratou da matéria em questão, disciplinando os pormenores com relação ao afastamento da mulher de seu emprego, nos casos de violência doméstica ou familiar.

Tal Acordão, decidiu a questão, abordando os seguintes aspectos[11]:

a) Como primeiro aspecto, é possível destacar que:

> Tem competência o juiz da vara especializada em violência doméstica e familiar

[9] MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 31ª ed. São Paulo: Atlas S.A. 2015, p. 403.
[10] DELGADO, 2015, p. 1172.
[11] STJ – Resp sob segredo de justiça. Relator: Ministro Rogério Schietti Cruz. 6ª Turma. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/SiteAssets/documentos/noticias/RESP%20voto%20relator.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

> ou, caso não haja na localidade o juízo criminal, para apreciar pedido de imposição de medida protetiva de manutenção de vínculo trabalhista, por até seis meses, em razão de afastamento do trabalho de ofendida decorrente de violência doméstica e familiar, uma vez que o motivo do afastamento não advém de relação de trabalho, mas de situação emergencial que visa garantir a integridade física, psicológica e patrimonial da mulher.[12]

Logo, a competência para o julgamento da lide relativa ao afastamento da mulher, não será competência trabalhista, mas sim de um juízo criminal.

b) O segundo aspecto a ser apresentado é o seguinte:

> Tem direito ao recebimento de salário a vítima de violência doméstica e familiar que teve como medida protetiva imposta ao empregador a manutenção de vínculo trabalhista em decorrência de afastamento do emprego por situação de violência doméstica e familiar, ante o fato de a natureza jurídica do afastamento ser a interrupção do contrato de trabalho, por meio de interpretação teleológica da Lei n. 11.340/2006.[13]

É possível notar que o Tribunal entendeu pelo caso de afastamento da mulher de seu emprego, como sendo caso de interrupção remunerada do contrato de trabalho.

c) Como último aspecto decidido pelo STJ, é possível destacar que:

> Cabe ao empregador o pagamento dos quinze primeiros dias de afastamento da empregada vítima de violência doméstica e familiar e fica a cargo do INSS o pagamento do restante do período de afastamento estabelecido pelo juiz, com necessidade de apresentação de atestado que confirme estar a ofendida incapacitada para o trabalho e desde que haja aprovação do afastamento pela perícia do INSS, por incidência do auxílio-doença, aplicado ao caso por meio de interpretação analógica.[14]

Neste caso, foi disciplinado que o ente competente para custear o afastamento da mulher, previsto no art.9°, II, da Lei Maria da Penha (11340/2006), deve ser o INSS, sendo tal competência adquirida apenas, após o prazo de quinze dias do afastamento, sendo estes, custeados pelo empregador.

Desta forma, segundo entendimento do STJ, deve o afastamento do local de trabalho por motivos de violência doméstica, ser abarcado pela seguridade social prevista na Constituição da República, configurando manutenção e estabilidade do vínculo de emprego à vítima mulher, pelo prazo de até seis meses.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou, de forma sucinta, a análise da Lei Maria da Penha e seus reflexos trabalhistas e previdenciários, pois tal tema, é de vital importância para os

[12] STJ. Ementa. Rel. Ministro Rogério Schietti. 6ª Turma. 2019.
[13] STJ. Ementa. Rel. Ministro Rogério Schietti. 6ª Turma. 2019
[14] STJ. Ementa. Rel. Ministro Rogério Schietti. 6ª Turma. 2019

operadores do direito e para a sociedade como um todo, por se tratar se um assunto relacionado a garantias constitucionais de proteção à vida e dignidade da mulher.

Através das pesquisas, foram apresentados, o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a constitucionalidade da Lei Maria da Penha, a análise referente a manutenção do vínculo de emprego, abordando a natureza do afastamento, e a competência para custear os gastos e remunerações com a aplicação da garantia do vínculo de emprego.

Deste modo, foi possível entender de que forma e situações tal direito pode ser requerido pela vítima de violência doméstica e familiar, e quem é o órgão responsável e competente para custear as despesas com a aplicação deste direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. Decreto Lei nº 5.452, de 1° de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm>. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 01 out. 2019.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 14º ed. São Paulo: Editora LTr, 2015.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 31ª ed. São Paulo: Atlas S.A. 2015.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silvia. **Lei Maria da Penha: inconstitucional não é a lei, mas a ausência dela**. 2007. Disponível em: <http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art6.asp>. Acesso em: 29 set. 2019.

SILVA, Carolina Dias Martins da Rosa e. **Igualdade Formal X Igualdade Material: a busca pela efetivação da isonomia**. 2017. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/ ?artigos&ver=2.57812&seo=1>. Acesso em: 26 set. 2019.

STJ – **Resp sob segredo de justiça**. Relator: Ministro Rogério Schietti Cruz. 6ª Turma. Disponível em:< https://bit.ly/353LjTu >. Acesso em: 02 out. 2019.

DA PREMENTE NECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS

Fabiane Massolini Marchesin, Pedro Francisco Monteiro Júnior, Naray Maele de Mello e Tâmara Cesario de Moura, Bruno Dadalto Bellini, e-mail: fabianemarchesin@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Resolução 125, de 29 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010), institui a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. Trata-se de Política Pública de tratamento adequado dos conflitos, em contraposição a impregnada cultura da judicialização, hoje vivenciada pelos brasileiros.

Esta política pública, entre outros objetivos, tem por finalidade promover a pacificação social, buscando reduzir a judicialização exacerbada vivenciada pelos cidadãos.

Em novembro de 2020, essa política pública completará dez anos, e será que a população tem amplo conhecimento desse método adequado de solução de conflitos?

Por conta disto, buscando identificar o conhecimento da população sobre esta Política Pública, alguns cidadãos foram submetidos a um simples questionário.

A pesquisa trabalhou especificamente a conciliação pré-processual, no âmbito do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - da Comarca de Jahu-SP.

Os resultados são alarmantes.

Apesar do significativo período de tempo desde a instituição dessa política pública - quase uma década - ela ainda carece de conhecimento por grande parte da população, pois um grande número dos entrevistados ainda não tinha conhecimento desse método alternativo de solução dos conflitos.

Registre-se, por oportuno, que o sistema até então apresentado caracterizava-se como bipolar, diante de um conflito, o cidadão poderia judicializar ou nada fazer (WATANABE, 2007).

A pesquisa se desenvolveu sob o aspecto quantitativo, baseando-se exclusivamente na coleta de dados.

Nessa senda, a conciliação, enquanto política, pública deve ser fomentada, pois é o método adequado para solução de conflitos, evidenciando-se seu maior grau de satisfação que a solução adjudicada, que é imposta por um terceiro – o Juiz, e padece de diversos percalços, tal qual o significativo tempo para a obtenção da solução (WATANABE, 2007).

Assim, principal objetivo da Conciliação é otimizar a solução do conflito, reverberando, inclusive, no cumprimento do pactuado, pois o processo conciliatório, desde que realizado de forma escorreita, implica em sensação de dever dos conciliados, fazendo com que as próprias partes cumpram a palavra empenhada.

É nesse ambiente que surge a figura crucial para o desenvolvimento eficaz dessa política pública - o conciliador – pois este representa o elo que permite a construção pelas partes da solução do conflito, com uma solução satisfatória para os envolvidos.

A nova sistemática de formação desses agentes é recente, e foi reformulada de maneira ímpar. Essa releitura da formação do conciliador foi o que permitiu o êxito nesta política pública. Isso porque, embora a Conciliação seja utilizada não de hoje, suas novas vestes permitiram o sucesso da política pública. Essa nova roupagem surgiu principalmente da Escola de Harvard, do “Harvard Mediation Program” (HMP).

A redemocratização com a Carta Cidadã de 1988, “escancarou as portas” do Poder Judiciário.

No entanto, no atual momento, justifica-se a adoção do Sistema Multiportas, permitindo ao jurisdicionado o acesso à justiça por diversos meios, não só pela sentença de um Juiz (LORENCINI, 2018).

Portanto, considerados os patentes benefícios da conciliação, de rigor, que o Poder Público, as Entidades de Classe, as Instituições de Ensino etc., divulguem e promovam de forma mais otimizada a Conciliação, beneficiando, assim, toda a sociedade.

2 METODOLOGIA

Para obtenção dos resultados, a busca por informações e dados específicos e concretos tornou-se crucial para que o trabalho se desenvolvesse mediante a pesquisa de campo culminada com a presente pesquisa teórica.

O ambiente delineado para realizar a pesquisa foi o Projeto de Extensão - Universidade Cidadã, realizado no último sábado, dia 05.10.2019, das 9h às 12h, ambiente no qual, os estudantes de Direito aplicaram o questionário.

O estudo assumiu um caráter investigativo-exploratório, razão pela qual, foi resumido a coleta de dados.

Para possibilitar essa coleta, a pesquisa foi realizada amostragem, coletando-se dados de determinada parcela da população, a qual é mais viável, haja vista que essa é utilizada quando há significativa dificuldade em consultar o universo ou a população.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram com base na pesquisa teórica (consulta a doutrinas e artigos relacionados ao tema) e na pesquisa científica (pesquisa de campo e discussão).

No tocante à análise de dados, obtiveram resultados mediante a análise dos questionários, obtendo-se uma análise quantitativa.

O questionário continha sete questões objetivas, voltadas a informações sobre a conciliação.

Foi surpreendente, apesar da maioria dos 51 entrevistados afirmar conhecer a Conciliação – foram 28 contra 23, evidenciando o quão desconhecido ainda é este método adequado – 41 deles responderam que nunca foram submetidos a qualquer procedimento conciliatório.

Disto é possível extrair que o cidadão não está acostumado a negociar, conciliar, transacionar, mas diretamente “bater às portas” do Poder Judiciário.

O Sistema foi engendrado para funcionar dessa forma, não há esgotamento de possibilidades procedimentais, simplesmente judicializa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São evidentes os benefícios da conciliação.

Nesse âmbito, os métodos adequados de solução de conflitos são sobremaneira importantes em todos os casos, pois possibilitam não só a rápida solução dos conflitos com a obtenção de ganhos mútuos, mas também implicam em pacificação social, com maior efetividade no cumprimento do pactuado.

Por conta disso, é imperioso que todos os agentes sociais promovam de forma mais otimizada a Política Pública de tratamento adequado dos conflitos.

Evidencia uma questão cultural cuja influência atinge diametralmente a maneira como a qual o cidadão se relaciona com o Poder Judiciário.

A maioria das pessoas ainda acredita que só há “justiça” quando se aciona o Poder Judiciário.

Por conta disto, deve-se investir em conscientização popular, visando demonstrar os benefícios da Conciliação, e que por intermédio desta, obtém-se uma sentença propriamente dita - homologada pelo Juiz de Direito competente, o que lhe imprime caracteres suficientes para garantir segurança jurídica.

As técnicas de conciliação, desde que bem utilizadas, redundaram uma redução significativa no acervo de processos, especialmente por não serem manejadas novas ações, o que permitiu que o Poder Judiciário julgasse de forma mais célere os processos que o foram (BRASIL, 2019).

Registre-se, ademais, que daqueles que participaram do processo de conciliação, significativo é o número de maior satisfação pessoal em relação ao instituto da conciliação.

Portanto, considerando que hodiernamente, a conciliação é o meio mais eficaz de solução de conflitos e pacificação social, não basta a implementação da política pública, contar com a estrutura, com a disponibilidade do conciliador em facilitar a promoção de um acordo, se não houver conhecimento das partes, dos cidadãos e envolvidos nos conflitos, sobre essa ferramenta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **RESOLUÇÃO N° 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=156. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/. Acesso em: 09 out. 2019.

LORENCINI, M. A. G. L. Sistema Multiportas. *In:* **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem**. 4. ed. São Paulo: Forense, 2018

WATANABE, K. A mentalidade e os meios alternativos de solução de conflitos no Brasil. *In*: GRINOVER, A. D.; WATANABE, K.; LAGRASTA NETO, C. **Mediação e gerenciamento do processo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 6-10.

DA PRISÃO EM FLAGRANTE E DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

João Marcelo da Silva Galvão, Perla Savana Daniel, e-mail: joao-marcelogalvao100@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca esclarecer eventuais dúvidas a respeito da prisão em flagrante, bem como da audiência de custódia. Primeiramente abordar-se-á sobre o flagrante próprio ou perfeito (Art. 302, I e II do CPP) informando quando poderá ser aplicado este tipo de prisão, não sendo objeto do estudo todas as espécies de prisão em flagrante, visto que o enfoque aqui é apresentar a situação que mais ocorre e mais da causa às audiências de custodias, indicando também os abusos por parte das autoridades competentes no procedimento da mesma. Em um segundo momento, será tratado sobre a audiência de custódia, ilustrando o seu procedimento e evidenciando quais são as decisões mais tomadas, neste caso, pelos juízes.

O estudo, ainda, faz uso de dados de órgãos competentes, como o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), para ratificar a abordagem do estudo.

2 METODOLOGIA

Quanto a metodologia, este trabalho faz uso de doutrinas, artigos, pesquisas, porém embasados por dados estatísticos, para a sua elaboração, sendo certo que o método utilizado é o dedutivo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prisão em flagrante nada mais é que a privação da liberdade, de natureza processual, do sujeito ativo do crime, sendo que este para ser preso em flagrante terá que estar cometendo ou ter acabado de cometer o delito ou ainda ter indícios consegue que comprovem que ele foi o agente do crime, estes indícios se dão por instrumentos, armas ou objetos que fazem presumir a autoria do crime. Frente ao exposto, Fernando Capez (2016) resume bem o que seja a prisão em flagrante, como sendo

> "[...] medida restritiva de liberdade, de natureza cautelar e processual, consistente na prisão, independentemente de ordem escrita do Juiz competente, de quem é surpreendido cometendo ou logo após cometer um crime ou uma contravenção" (CAPEZ, 2016, p. 175)

A prisão em flagrante é verdadeira espécie de prisão pré-cautelar e por não se enquadrar em prisão pena, mas tão somente colocar o preso à disposição do juiz. Deste modo, para que ocorra, ela deve preencher os requisitos do fumus boni iuris (fumus comissi delicti) e periculum in mora (periculum libertatis), como bem asseverou Tourinho Filho (2010, p. 455): “Tratando-se, como se trata, de providência cautelar, indispensável a coexistência dos dois pressupostos: fumus boni juris e periculum libertatis.”. A prisão em flagrante é composta por várias espécies, sendo elas: facultativo; obrigatório; próprio; impróprio; presumido; preparado; forjado, esperado; e prorrogado. Neste estudo, será abordada tão precisamente sobre a prisão em flagrante em sua espécie própria, tendo esta sua previsão legal no Artigo 302, incisos I e II do CPP. O artigo 302, incisos I e II, prevê que: Considera-se em flagrante delito quem:

> I - está cometendo a infração penal;
> II - acaba de cometê-la; como se pode observar está em situação de flagrante próprio aquele que for pego cometendo ou que tenha acabado de cometer a infração penal.

Nesta hipótese se faz necessário que o agente seja encontrado praticando o ilícito ou quando acabara de cometer, havendo aqui uma relação de imediatidade entre a prática do ilícito e o momento em que o agente é encontrado. Assim pode-se caracterizar o flagrante próprio como sendo aquele em que o agente é encontrado realizando o ilícito ou logo após a sua prática.

Na prisão em flagrante qualquer um do povo poderá dar voz de prisão ao agente do ilícito e as autoridades policiais e seus agentes deverão dar voz de prisão a quem quer que seja encontrado em flagrante delito. Fica evidente aqui que ao povo é facultado prender em flagrante delito e às autoridades policiais e seus agentes este ato é obrigatório.

Após a prisão do agente, este será encaminhado até à autoridade competente da circunscrição onde foi efetuada a prisão ou não havendo autoridade competente na circunscrição, será encaminhado à do local mais próximo. Dada a apresentação do agente, a autoridade ouvirá o condutor e colherá sua assinatura, entregando cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, dará início a oitiva das testemunhas, que o acompanharem ou na ausência destas as testemunhas que presenciaram a apresentação do agente, e ao interrogatório do agente, colhendo ao fim de cada oitiva as respectivas assinaturas, lavrando ao final, a autoridade competente, o auto de prisão em flagrante (APF). Após este procedimento, existindo ainda dúvidas a respeito da autoria do delito, o agente será mantido preso, por determinação da autoridade policial,

até que este, dentro do prazo de 24 horas realize todo o procedimento que tem que ser feito após a lavratura do auto de prisão em flagrante. A prisão em flagrante de qualquer pessoa e o local onde se encontrem, deverá ser comunicado imediatamente, ao Ministério Público, ao juiz competente e a família do preso ou quem ele indicar. Caso não haja acompanhamento de advogado, dentro do prazo de 24 horas, cópia integral do APF será encaminhado a defensoria pública para que o defensor público represente o acusado. No mesmo prazo, será entregue ao preso a nota de culpa, nela está indicado o motivo da prisão, o nome do condutor, das testemunhas e estará assinada pela autoridade. Neste prazo, também, será enviado ao juiz competente, o APF, podendo este decidir pelo relaxamento da prisão (no caso de ilegalidade da prisão em flagrante), pela conversão em prisão preventiva, aplicação de medidas cautelares diversas da prisão ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. A prisão em flagrante terá duração máxima de 24 horas, não podendo, este prazo, ser prorrogado, devendo o indiciado ser solto imediatamente diante da ilegalidade, pois não pode ficar recolhido em virtude de flagrante por tempo superior ao supramencionado. A soltura pode se dar por relaxamento ou por concessão de liberdade provisória. Pode o juiz, decretar também, a prisão preventiva.

A decisão é tomada pelo juiz na chamada audiência de custódia, sendo esta um meio para que ele decida pelo relaxamento da prisão, pela conversão do flagrante em prisão preventiva, aplicação de medidas cautelares diversas da prisão ou pela concessão da liberdade provisória. Na audiência de custódia o magistrado, fará a oitiva do indiciado, a fim de decidir por uma dessas hipóteses, as quais se encontram no artigo 310 e 319 do CPP, e esta audiência também tem a finalidade de o agente denunciar ao juiz qualquer abuso ou ilegalidade que ocorreu no ato da prisão.

Referente a audiência de custódia, sua previsão legal encontra-se em tratados internacionais que o Brasil faz parte. O art. 7º. 5, do Pacto de São Jose da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos) pontifica:

> Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em 2015 lançou um projeto para garantir que houvesse a implantação das audiências de custódia e criou uma resolução para sua aplicação no Poder Judiciário, Resolução n. 213, de 15 de dezembro de 2015. No Brasil não existe uma lei que regulamente este tipo de audiência, no entanto esta já é objeto

de proposta perante o Congresso. O STF por sua vez, já se posiciona a favor da legalidade desse tipo de audiência.

O CNJ, no ano de 2017, apurou que cerca de 40% das audiências de custódia resultam na concessão de liberdade provisória ao indiciado, este fenômeno ocorre porque os juízes estão tendo uma visão mais humanitária, o que é a finalidade da audiência de custódia, garantir um tratamento mais humano ao indiciado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante ao exposto, conclui-se que a prisão em flagrante é um mecanismo de autodefesa da sociedade e isto fica evidente quando se lê o Art. 301 do CPP “Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.”; sua natureza é cautelar e processual, não necessitando de ordem escrita do juiz, sendo assim um meio rápido e eficiente de se fazer justiça. Em resumo, a prisão em flagrante permite que se faça cessar imediatamente a infração com a prisão do transgressor, em razão da aparente convicção quanto à materialidade e a autoria.

Após a prisão em flagrante o auto de prisão em flagrante é remetido ao juiz no prazo de 24 horas e neste caso o mesmo poderá decretar a soltura do indiciado por relaxamento ou por concessão de liberdade provisória, bem como poderá ser decretado a prisão preventiva do mesmo.

O magistrado na audiência de custodia faz a oitiva do indiciado, sendo esta, elemento essencial, pois por ela é que o juiz toma conhecimento se houve ou não abuso ou ilegalidade no ato da prisão.

Conforme os dados apresentados, podemos ver que a maioria das decisões tomadas pelos juízes nas audiências de custódia são em favor da concessão da liberdade provisória do indiciado, sendo assim evidente que a audiência de custódia é uma excelente ferramenta para a diminuição do inchaço da população carcerária brasileira, a qual é um problema que atinge o sistema prisional brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 30 out. 2019

BRASIL. **DECRETO N° 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992**. Promulga a Convenção Americana dos Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de

novembro de 1969. Brasília, 6 nov. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm#:~:text=Ningu%C3%A9m%20deve%20ser%20submetido%20a,dignidade%20inerente%20ao%20ser%20humano. Acesso em: 30 out. 2019

CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 915 p.

DA REDAÇÃO. Audiências de custódia: Mais de 40% dos casos resultaram em liberdade provisória. *In:* Portal Migalhas. 25 fev. 2015. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI294208,81042-Audiencias+de+custodia+Mais+de+40+dos+casos+resultaram+em+liberdade. Acesso em: 03 out. 2019.

TOURINHO FILHO, F. da C. **Processo penal**. 32. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

DELAÇÃO PREMIADA: UMA ANÁLISE COM ENFOQUE NA OPERAÇÃO LAVA JATO

Amanda Neris, Caroline Ramos de Santis, Isabelle Ribeiro, Mariana Tamires Bregadioli Gonçalves, Perla Savana Daniel, e-mail: isabelleribeiro3@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

"Delação Premiada" é um instituto do Direito Penal muito utilizado no Brasil com o intuito de desvendar crimes. É ofertado pelo Estado um benefício ao infrator em troca de informações que ajudem no esclarecimento de determinado fato delituoso.

O Instituto possui registros desde a idade média, mas só se desenvolveu com o aumento e a sofisticação da criminalidade e com a necessidade de o Estado combater as já tão evoluídas organizações criminosas.

Trata-se de uma causa de diminuição da pena ou alteração do regime prisional para aqueles que contribuem para o desvendar da prática criminosa e que, consequentemente, confessam a autoria ou participação no crime.

Começou a fazer parte efetivamente de nosso ordenamento jurídico através da lei Nº 8.072/90 conhecida como a lei dos crimes hediondos e foi se expandindo por diversos diplomas legais, sendo reforçado pela lei Nº 12.850/13 (Lei das Organizações Criminosas).

O instituto ganhou muito mais publicidade com a Operação Lava Jato.

O Presente trabalho tem por objetivo apresentar o instituto da "Delação Premiada", um pouco de sua história e sua aplicação no Direito Penal Brasileiro, tendo como enfoque seus aspectos positivos e negativos. Também será abordado um pouco da aplicabilidade deste instituto dentro da chamada "Operação Lava Jato", conhecida por ser a maior investigação acerca de corrupção e lavagem de dinheiro já conduzida neste país.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar os aspectos positivos e negativos do instituto da delação premiada. Nesse sentido, a metodologia utilizada no

presente trabalho foi o método dedutivo, através do qual foi realizado pesquisa a doutrinas e a legislação processual penal brasileira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A delação premida (também chamada de colaboração premiada) é um instituto onde um indivíduo, réu em um determinado crime, se compromete a ajudar nas investigações, oferecendo informações ou entregando seus comparsas em troca da diminuição da pena, ou alteração do regime prisional.

Em seu livro, Lima (2016) nos fornece uma ideia objetiva do que vem a ser "Delação Premiada":

> [...] técnica especial de investigação por meio da qual o coautor e/ou partícipe da infração penal, além de confessar seu envolvimento no fato delituoso, fornece aos órgãos responsáveis pela persecução penal informações objetivamente eficazes para a consecução de um dos objetivos previstos em lei, recebendo, em contrapartida, determinado prêmio legal (LIMA, 2016, p. 728-729).

No Brasil, a "Delação Premiada" existe desde as ordenações Filipinas, de 1603 na forma do crime de "Lesa-Majestade", descrito como traição cometido contra a pessoa do rei. Nesta época era oferecida o perdão para aqueles que não eram líderes de movimentos conspiratórios. Dentre os casos, podemos destacar a atitude de Joaquim Silvério dos Reis que, em troca do perdão de suas dívidas com a Coroa Portuguesa, redigiu uma carta de delação em abril de 1789, entregando seus colegas que pretendiam proclamar a república e libertar o Brasil do domínio de Portugal.

A delação também ocorria durante o regime militar brasileiro, porém foi só em 1990 que tal instituto passou a fazer parte do nosso ordenamento jurídico com a entrada em vigor da lei dos crimes hediondos (lei Nº 8072/90).

Está disposto no artigo 8º da referida lei:

> Art. 8º Será de três a seis anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo.
> Parágrafo único. O participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois terços.

A "Delação Premiada" é um instituto que já foi alvo de diversas críticas por não inexistir uma conceituação e delimitação do tema, já que ela está presente em diversas leis, porém cada uma traz especificidades diferentes.

Em 2013, a nova Lei da Organização Criminosa expandiu a ideia de "Delação Premiada" e definiu 5 requisitos para ao mesmo:

> 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:
> I - a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas;
> II - a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa;
> III - a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa;
> IV - a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa;
> V - a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.

Apesar de os requisitos previstos nos incisos II e III serem específicos para crimes praticados em organização criminosa, por analogia podem ser aplicados aos crimes praticados em associação criminosa conforme o art. 288 do Decreto-Lei 2.848/1940, ou em associação para o tráfico ilícito de entorpecentes, conforme art.35 da Lei n.º 11.343/2006.

3.1 EFEITOS DA "DELAÇÃO PREMIADA"

A "Delação Premiada" é um importante instituto para desvendar crimes e desmantelar organizações criminosas. A convenção de Palermo, em seu artigo 26 (Decreto n.º 5.015/2014), lista uma série de medidas para intensificar a cooperação com as autoridades competentes para a aplicação da lei. Em seu "caput" é dito que "Estado Parte tomará as medidas adequadas para encorajar as pessoas que participem ou tenham participado em grupos criminosos organizados", ressaltando o alto valor probatório das delações em conjunto com a dificuldade de se obter provas contra organizações criminosas.

Lima (2016) ponta em sua doutrina as razões pelas quais é utilizado este instituto:

> [...] a doutrina aponta razões de ordem prática que justificam a adoção de tais mecanismos, a saber: a) a impossibilidade de se obter outras provas, em virtude da "lei do silêncio" que vige no seio das organizações criminosas; b) a oportunidade de se romper o caráter coeso das organizações criminosas (quebra da affectio societatis), criando uma desagregação da solidariedade interna em face da possibilidade da colaboração premiada.

3.1.1 EFEITOS POSITIVOS

Em uma publicação no site "Carta Forense" (2008), o doutrinador Guilherme de Souza Nucci aponta alguns pontos positivos da chamada "Colaboração Premiada"

> a) no universo criminoso, não se pode falar em ética ou em valores moralmente elevados, dada a própria natureza da prática de condutas que rompem com as normas vigentes, ferindo bens jurídicos protegidos pelo Estado; b) não há lesão à proporcionalidade na aplicação da pena, pois esta é regida, basicamente, pela culpabilidade (juízo de reprovação social), que é flexível. Réus mais culpáveis devem receber pena mais severa. O delator, ao colaborar com o Estado, demonstra menor culpabilidade, portanto, pode receber sanção menos grave; c) o crime praticado por traição é grave, justamente porque o objetivo almejado é a lesão a um bem jurídico protegido; a delação seria a traição de bons propósitos, agindo contra o delito e em favor do Estado Democrático de Direito; d) os fins podem ser justificados pelos meios, quando estes forem legalizados e inseridos, portanto, no universo jurídico; e) a ineficiência atual da "Delação Premiada" condiz com o elevado índice de impunidade reinante no mundo do crime, bem como ocorre em face da falta de agilidade do Estado em dar efetiva proteção ao réu colaborador; f) o Estado já está barganhando com o autor de infração penal, como se pode constatar pela transação, prevista na Lei 9.099/95. A "Delação Premiada" é, apenas, outro nível de transação; g) o benefício instituído por lei para que um criminoso delate o esquema no qual está inserido, bem como os cúmplices, pode servir de incentivo ao arrependimento sincero, com forte tendência à regeneração interior, o que seria um dos fundamentos da própria aplicação da pena; h) a falsa delação, embora possa existir, deve ser severamente punida; i) a ética é juízo de valor variável, conforme a época e os bens em conflito, razão pela qual não pode ser empecilho para a "Delação Premiada", cujo fim é combater, em primeiro plano, a criminalidade organizada.

Se este instituto não existisse, os investigadores ficariam a mercê de raríssimos meios de provas como documentos, interceptações telefônicas de fonte esgotável, contas bancárias de difícil rastreamento e depoimento de testemunhas viciadas por corrupção e ameaças (COÊLHO, 2015). Apenas a prova testemunhal não seria o suficiente para desmantelar as complexas estruturas de grandes organizações criminosas.

3.1.2 EFEITOS NEGATIVOS

Existem alguns pontos negativos que envolvem este instituto. Para alguns doutrinadores, o mais significativo deles é o que tange a proporcionalidade, pois, uma pena seria aplicada de forma diversa para dois indivíduos que cometeram o mesmo crime.

Outro ponto a ser levantado seria o da ética, pois a base desse instituto é a traição. O Estado premia a ação infame do infrator. Lima (2016) defende tal ideia afirmando que não há ética dentro das organizações criminosas:

> De mais a mais, falar-se em *ética de criminosos* é algo extremamente contraditório, sobretudo se considerarmos que tais grupos, à margem da sociedade, não só têm valores próprios, como também desenvolvem suas próprias leis (LIMA, 2016, p. 1027).

Além disso, a "Delação Premiada" não serviu para quebrar a chamada "Lei do Silêncio" existente nas organizações Criminosas e o mais importante: há um estímulo

para as delações falsas. O Estado não consegue controlar, nem averiguar com certeza a veracidade dos depoimentos realizados pelos infratores, cujo único objetivo é aproveitar os benefícios que o instituto oferece (NUCCI, 2008).

3.2 EFEITOS DA "DELAÇÃO PREMIADA" NO CONTEXTO DA "LAVA JATO"

Nos últimos anos entrou em destaque na mídia brasileira, por ser uma importante ferramenta na condução das investigações, a chamada "Operação Lava Jato" que tem sido alvo de diversas críticas de cunho ético e moral.

A "operação lava a Jato" é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil.

Iniciada em março de 2014 pela Justiça Federal de Curitiba, já foram investigadas e processadas várias organizações criminosas. A "Delação Premiada" é considerado o principal instrumento das investigações.

O doutrinador Cezar Roberto Bitencourt, em um artigo publicado em junho de 2017 na revista "Consultor Jurídico", critica a forma de como este instituto é utilizado nos dias atuais tendo como enfoque a operação "Lava Jato". Para ele a "Delação Premiada" não passa de um fracasso do Estado em combater as organizações criminosas. Nesse tipo de colheita de provas, não é questionado qual seria a motivação que o delator teria para a ocorrência de tal ato. A "Delação Premiada" virou baixaria, ato de vingança.

> Há inegavelmente a ausência de manifestação de vontade livre e consciente de delatores encarcerados, pressuposto básico de validade desse instituto. Na verdade, o uso indiscriminado, abusivo e profundamente deturpado da "Delação Premiada" na "lava jato" deixa incrédulos os operadores jurídicos americanos [...]. Trata-se, a rigor, de uma refinada tortura psicológica, pois os investigados, presos preventivamente na carceragem da Polícia Federal, já sem forças e sem esperanças, e vendo resultados favoráveis de outros delatores, acabam "decidindo" também delatar alguém para minimizar sua condenação certa. Não se sabe, até agora, se sobrará alguém sem a pecha de delator na referida operação (BITENCOURT, 2017).

Bitencourt (2017) também afirma que a maioria dos acordos não possuem base legal. Os chamados "regimes diferenciados" não estão previstos em lei.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A "Delação Premiada" é um importante instituto dentro do Direito Penal Brasileiro. Sem ele, muitas investigações não teriam conclusões tão efetivas. Somente um membro de determinada organização criminosa pode esclarecer de forma segura todo o esquema de trabalho e o organograma existente naquele meio.

O grande problema enfrentado na atualidade é a maneira como a “Delação Premiada” é aplicada. Não há proporcionalidade nas penas aplicadas por infratores que cometeram o mesmo crime. O Estado também não consegue averiguar com precisão a veracidade das informações prestadas. Além disso a Delação se tornou um ato de vingança dentro das próprias organizações criminosas.

Não se pode negar a importância que este instituto possui em nosso ordenamento jurídico, sobretudo quando falamos em “Operação Lava a Jato”, mas deve-se lembrar que é necessário uma revisão neste instituto: seria de suma importância a criação de uma lei específica que a regulamentasse, um debate mais eficaz com a sociedade a respeito desse assunto que tanto a afeta e a idealização de meios mais eficazes de conferir as informações prestadas pelos infratores para que a “Delação Premiada” se torne um meio extremamente eficiente de obtenção de provas.

REFERÊNCIAS

BERMÚDEZ, A. C. Delação premiada existe desde a Idade Média e foi usada na Inconfidência Mineira. *In:* UOL. **UOL Notícias**. São Paulo, 21 maio 2017. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/05/21/delacao-premiada-existe-desde-a-idade-media-saiba-mais-sobre-o-conceito.htm. Acesso em: 05 ago. 2019

BITENCOURT, C. R. Delação Premiada é favor legal, mas antiético. **Consultor Jurídico.** [S.l.], 10 jun. 2017. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2017-jun-10/cezar-bitencourt-delacao-premiada-favor-legal-antietico. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.015, DE 12 DE MARÇO DE 2014**. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Brasília, 12 mar. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em: 13 ago. 2017.

BRASIL. **LEI N° 12.850, DE 02 AGOSTO DE 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infração penais correlatas e o procedimento criminal. Brasília, 2 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. **LEI N° 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos temos do Art. 5°, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Brasília, 25 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, 23 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 13 ago. 2019.

COÊLHO, D. P. **Um plus à investigação da criminalidade econômica:** O valor probatório da colaboração premiada no Direito Penal Econômico e no Antitruste. 2015. 105 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Curso de Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10819/1/2015_DandaraPerassaCoelho.pdf. Acesso em: 05 ago. 2019

FRAZÃO, D. Joaquim Silvério dos Reis: Delator dos inconfidentes. **EBiografia**. 28 out. 2015. Disponível em: https://www.ebiografia.com/joaquim_silverio_dos_reis/. Acesso em: 05 ago. 2019

LIMA, R. B. de. **Manual de Processo Penal** – Volume Único. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2016. 494 p.

NUCCI, G. de S. A Delação no Processo Penal. *In:* CASTRO, E. D. de. **Consultoria e Assessoramento Jurídico Tributário e Criminal (EPC).** Porto Alegre, 1 abr. 2008. Disponível em: http://www.elciopinheirodecastro.com.br/site/doutrinas/a-delacao-no-processo-penal/#:~:text=Delatar%20significa%20acusar%2C%20denunciar%20ou,feito%20pelo%20indiciado%20ou%20acusado. Acesso em: 13 ago.2019.

DELÍRIOS DE UMA POLÍTICA MEMETIZADA - MEMES COMO PROPAGADORES DE MITOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES DE 2018, DO SEGUNDO TURNO.

Hélio Junior Barbosa de Carvalho, João Guilherme da Costa Franco Silva D Arcadia, e-mail: jrcarvalho.helio@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da cibercultura possibilitou a criação de hábitos próprios dentro da comunicação entre os computadores, uma dessas novas formas são os memes. Passando pela genética de Dawkins (1979), os memes conquistaram o espaço na internet fazendo com que os usuários da rede pudessem se expressar, opinar ou apenas se entreter com uma linguagem simples, feita por quaisquer pessoas e sem a necessidade de recursos gráficos avançados (RECUERO, 2009).

A importância de estudar os memes da internet em relação com a política, é justamente por causa da sua linguagem acessível que pode se propagar com facilidade. Além disso, memes podem carregar elementos culturais míticos, carregados de simbolismo e exteriorizar através dessa linguagem, que muitas vezes é voltada para o humor, os pensamentos da sociedade em relação aos acontecimentos cotidianos (CHAGAS, 2016)

As crises políticas podem impactos significativos nas pessoas. Como explica Girardet (1987), em tempos de crise o inconsciente da população fica suscetível para a construção de sentidos que buscam entender os problemas atuais que as pessoas vivem. É nesse contexto que surge o mito político que explora narrativas que envolvem dar um significado para a realidade, utilizando fabulações, mentiras e atividades no inconsciente coletivo gerando problemas de comunicação.

O objetivo é analisar como as novas formas de linguagem e interação na internet podem ter impactos significantes na sociedade. Essa análise será feita por meio dos memes que estiveram em circulação durante as eleições brasileiras, de 2018. Memes esses que estão carregados de mitologias presentes no imaginário social. A mídia social Twitter servirá de análise para esse trabalho. O recorte para essa análise, será o dia 28 de outubro, de 2018, data do segundo turno das eleições presidenciais. Além disso,

serão coletados os memes acompanhados das hashtags #OBrasilVota17 e #ViraVirouHaddad.

Este trabalho não tem a intenção de resolver os problemas que envolvem as pessoas e a política, mas busca discutir uma peça de um amplo quebra-cabeça.

2 METODOLOGIA

A ferramenta de pesquisa é a Netnografia (KOZINETS, 2014). De acordo com Silva (2015), essa metodologia é utilizada para fazer etnografia na internet, aproveitando os dados disponíveis na rede para examinar comportamentos culturais online, geralmente em fóruns, blogs, redes sociais (como é o caso dessa monografia) e etc.

Neste trabalho, a forma de se fazer netnografia, será por meio do lurking ou covert research. Ou seja, de forma anônima. O pesquisador netnográfico deve interagir com os usuários de internet, para obter melhor feedbacks, porém, ele também pode optar por ficar anônimo, “às escondidas”, sem que as pessoas saibam de sua presença.

Pelo fato da internet ter uma grande base de dados disponíveis, é mais fácil o pesquisar se colocar na posição de observador. É claro que, por questões éticas, é importante o netnográfico avisar os participantes da rede sobre sua pesquisa, por outro lado, as vezes as pesquisas abordam temas mais profundos e sensíveis como, sexo, homossexualidade, drogas e etc., assuntos que muitas vezes as pessoas não gostariam de expor. Nesse sentido, é interessante o papel do pesquisar anônimo.

A forma de realizar a metodologia será feita pelas etapas sugeridas por Kozinets (2014): A entrada, coleta de dados, análise e interpretação dos dados e apresentação da pesquisa. A entrada (ou entrée), momento que o pesquisador identifica qual comunidade virtual será analisada. Coleta de dados o pesquisador precisa copiar diretamente todos os dados pertinente a pesquisa, que estão dentro da plataforma que ele observa. A análise e interpretações dos dados obtidos é o momento que o pesquisador coleta tudo que precisa para sua pesquisa e transforma em resultados para responder suas perguntas. Por fim, apresentação de todos esses resultados coletados.

Para realizar o tratamento desses dados será utilizado o software Nvivo que é específico para o tratamento de dados qualitativos. Usado em várias áreas do conhecimento, como marketing, ciências sociais, ciências humanas e áreas da saúde, pode ser útil em muitas ferramentas metodológicas.

Para identificar quais os memes carregam simbolismos mitológicos e como eles dialogam com os usuários de internet, serão criadas categorias que refletem as motivações ideológicas de quem compartilha esses memes.

Baseado nesta tipificação, buscaremos verificar se tais mitos se *aplicam* aos dez memes com maior engajamento de cada hashtag e, em um segundo momento, se tais mitos se replicam no comportamento dos usuários, base do estudo netnográfico.

As categorias são embasadas de acordo o livro Mitos e Mitologias Políticas do historiador Raoul Girardet (1987). São elas: mito da conspiração, mito do salvador, mito da idade de ouro e mito da unidade.

As subcategorias também entram na análise para entender a comunicação política das pessoas através da utilização dos memes. Baseada nas pesquisas de Chagas (2017), que identifica os memes com linguagens políticas, são elas: memes persuasivos, memes de ação popular e memes de discussão pública.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A importância da pesquisa se dá ao fato de que as comunicações mediadas pelos computadores também manifestam os mitos enraizados na sociedade. Isto é, a comunicação dentro da internet, através de uma linguagem nova e acessível, pode se transformar em propaganda ideológica que atinge as pessoas em momentos de crises políticas. Os memes não são os maiores responsáveis pelas discussões políticas e tomadas de decisões, porém, eles se replicam e são compartilhados em massa na internet, gerando identificação com o conteúdo em quem compartilha.

Como proposto pelo corpus, foram coletados memes durantes as eleições do segundo turno, de 2018, que contém as hashtags #ViraVirouHaddad e #OBrasilVota17.

Na figura 1, o mito do salvador garante o surgimento de uma figura que possa responder ou salvar um determinado grupo que está fragilizado. Geralmente ele surge quando o desequilíbrio começa instaurar, tendo que ascender um personagem para o bem do clamor público. Na figura mostra um Bolsonaro armado com uma submetralhadora, uma bazuca e um fuzil. Atrás dele a bandeira do Brasil, ao lado uma bandeira do partido dos trabalhadores (PT) em chamas e uma cidade destruída. Claramente mostrando que a “guerra” não é pela política em si, mas contra o partido dos trabalhadores (PT).

Figura 1 Mito do salvador que remete ao meme de ação popular

Fonte: Twitter

O meme de ação popular reflete a postagem do usuário do Twitter como um todo. Na postagem, além do meme, a hashtag vem acompanhada da frase “Rumo a mudança de verdade” o que identifica patriotismo e um senso partidarismo (mesmo se a pessoa não estiver filiada).

Na figura 2, o mito da unidade fala da união de todos contra o “mal” que pode destruir e corromper as pessoas, ou seja, é a luta por um bem comum. Esse mito tem a pretensão de homogeneizar a sociedade, fazer com que todos acreditem em uma mesma linha de raciocínio e caminhar juntos por um mesmo sentido ideológico.

Na imagem, a foto de uma Drag Queen na urna eletrônica, segurando uma bandeira (possivelmente do partido PT), sendo comparada ao quadro do século XIX que retrata um processo revolucionário representada por uma mulher.

Imagem 2 Mito da unidade que remete ao meme de ação popular

Fonte: Twitter

O meme aqui também é de ação popular, pois acompanhado da frase “qualquer semelhança é mera coincidência” revela militância partidária (mesmo sem estar filiado) e o sentimento de fazer parte de uma mudança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou entender a relação dos memes com a política, especificamente memes carregados de simbolismos míticos proposto por Girardet (1987), e a comunicação política das pessoas por meio dos memes proposto por Chagas (2017).

O trabalho demonstrou que o advento da internet, o surgimento das redes sociais online e a atividade do ciberespaço fez com que as pessoas pudessem inserir a política no cotidiano. Portanto, os usuários de mídias sociais passaram a utilizar novas narrativas construídas em cima de linguagens amadoras para expressar sentimento político.

Se apropriando das técnicas de modificar e disseminar imagens os memes agora servem para reproduzir o que se passa no imaginário social.

A pesquisa conclui que memes cheio de mitologias políticas, de uma certa forma, podem servir de propaganda eleitoral, já que, ao ser compartilhado, ele faz com que o

participante da rede social possa se sentir parte de algo ao ajudar a disseminar esse tipo de conteúdo. Mesmo na internet, mesmo um ambiente virtual, memes são umas das peças que ajudam a completar a falta de sentido quando a política de um país está em crise.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, V. **A febre dos memes de política.** Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, Rio Grande do Sul, v. 25, p. 1-26, jan./fev./mar./abr. 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4955/495557701001/495557701001.pdf. Acesso em: 7 dez. 2016.

DAWKINS, R. **O gene egoísta**. São Paulo: EDUSP, 1979, 230 p.

GIRARDET, R. **Mitos e Mitologias Políticas.** Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KOZINETS, R. V. **Netnografia:** Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014. 203 p.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009. 191 p.

DEPRESSÃO INFANTIL: UMA REALIDADE PRESENTE NA ESCOLA

Luana Daiane Barbieri de Santana, Mayara Bacaccicci, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail: luanadbdesantana@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A depressão se apresenta como um transtorno de humor, sendo um dos problemas que se agrava na sociedade atual, tornando-se comum em crianças. Segundo Thiengo *et al* (2014, p.361) em estudo realizado no Brasil, as taxas de prevalência de depressão infantil variam entre 7% a 12,7%. Atualmente, estimativas apontam que uma entre quatro a cinco crianças e adolescentes no mundo apresenta algum transtorno mental. Os sintomas se assemelham aos do adulto, mas o processo implícito se torna diferente. Uma diferença bastante clara é a de que, quando diagnosticado em crianças, o episódio depressivo normalmente é o primeiro, enquanto em adultos, frequentemente, já ocorreram vários episódios depressivos (FERREIRA, 2008). Não tendo o tratamento adequado, a infância é prejudicada, trazendo consequências para a fase adulta.

Para Souza e Lacerda (2012) o termo depressão é relativamente novo na história, pois surgiu no século XVII, ou seja, foi usado pela primeira vez em 1680, com o intuito de designar um estado de desânimo ou perda de interesse. Em 1750, já no século XVIII, Samuel Johnson incorporou o termo ao dicionário.

A sintomatologia da depressão infantil pode ser identificada por meio de alterações como baixa estima, tristeza, melancolia, angústia, aparente inquietação, ansiedade, sensação de desânimo e falta vontade de fazer as coisas mais simples. Nessa situação, no cotidiano escolar, o aluno permanece apático, sem motivação e não vê sentido nas coisas que o rodeiam, mostrando-se pessimista e preocupado. Quando se apresenta nesse estado, todo o organismo está comprometido, afetando inclusive o sono, o apetite e a disposição física (MONTEIRO; LAGE, 2007).

É importante que a escola e o professor conheçam a depressão infantil para identificá-la, e assim auxiliar no encaminhamento a profissionais qualificados para o tratamento de seus alunos com sintomas depressivos, que além de envolver fatores afetivos, apresenta também componentes cognitivos, comportamentais, motivacionais e fisiológicos (CRUVINEL; BORUCHOVITCH, 2004).

Ao se estudar a relação da depressão infantil e o ambiente escolar o que se constata é o quanto esse ambiente pode ser nocivo à criança com histórico de depressão infantil e como isso pode agravar a patologia. Notadamente se tem ciência de que os principais problemas apresentados por essas crianças no ambiente escolar é com a interação com os pares, situação que leva, muitas vezes, a sofrerem o flagelo do bullying em virtude da depressão (LEMOS; MARBACK, 2016).

No âmbito escolar, os professores não são os responsáveis pelo diagnóstico, uma vez que não possuem formação para tal, porém podem contribuir através da identificação dos sintomas, encaminhando o aluno para um diagnóstico clínico. Nesse sentido, vale ressaltar que o professor é um elemento fundamental que pode contribuir de forma mais que significativa no diagnóstico de depressão na criança em fase escolar, pois através da sua prática ele percebe alguns sinais e sintomas da depressão, situação que deve levá-lo a encaminhar a criança ao serviço especializado, ou seja, encaminhar ao psicólogo e ao psiquiatra. Com ciência de que a criança pode ser diagnosticada com depressão, o professor deve trabalhar em sala de aula com intervenções pedagógicas apropriadas para que se alcance uma redução dos prejuízos na aprendizagem, contribuindo para a redução dos sintomas que se fazem presentes no meio escolar (NOGUEIRA *et al.,* 2014).

Sendo o objeto de investigação da presente pesquisa o aluno que dentro do contexto escolar apresenta a sintomatologia depressiva, e consequentemente o sofrimento, percebeu-se nessa seara, a oportunidade de perscrutar no tema, especialmente sendo futuras pedagogas.

O objetivo geral é analisar a influência positiva ou negativa do contexto escolar em casos de depressão infantil. Em relação aos objetivos específicos: identificar a depressão infantil e seus sintomas; verificar como o quadro depressivo pode ser afetado pelo ambiente escolar; analisar a frequência da depressão infantil no contexto de aprendizagem; comparar as intervenções significativamente positivas e negativas quanto à depressão no contexto escolar.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada a respeito do impacto provocado pela depressão infantil no contexto escolar foi a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (1991, p. 48), é aquela "[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

Esse trabalho, cujo tema é a Depressão Infantil, vem ao encontro de alguns questionamentos pessoais advindos de relatos de psicólogos observados em uma escola particular, onde uma das pesquisadoras vivenciou essa realidade. Uma das psicólogas em questão relatou o que se passava com uma criança de 10 anos após a separação de seus pais, pois a mesma começou a apresentar dificuldades e sintomas depressivos. E sendo o objeto de investigação da presente pesquisa o aluno que dentro do contexto escolar apresenta a sintomatologia depressiva, e consequentemente o sofrimento, compreendeu-se nessa seara, a oportunidade de perscrutar o tema, especialmente sendo futuras pedagogas.

Para a realização de um estudo sobre a depressão infantil no contexto escolar, foi fundamental o esclarecimento do termo depressão, segundo dados do site da Organização Mundial de Saúde (OMS). E a partir da elucidação sobre o transtorno, realizou-se uma busca sobre o papel do professor dentro dessa problemática.

Caracterizar a relação da depressão infantil e o trabalho do professor no âmbito escolar constatando fatores adversos com base nos dados científicos pode ser de grande ajuda para o trabalho desse profissional, ao se observar que os sintomas representados podem prejudicar o desempenho do aluno dentro da sala de aula, afetando o rendimento escolar.

A pesquisa envolveu uma investigação voltada para o tema da depressão infantil no contexto escolar, com base em revistas eletrônicas, artigos, redes eletrônicas e outras fontes de publicação acadêmica, com o intuito de mostrar o papel fundamental do professor que pode contribuir de forma significativa no diagnóstico da depressão na criança em fase escolar, tendo como palavras chaves: o Rendimento Escolar, a Prática Educacional e a Intervenção Pedagógica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio desse trabalho percebeu-se o aumento da depressão em crianças, e como tal fenômeno influencia na escola, em casa e na vida social de quem enfrenta esse mal em pleno século XXI e, com isso, verificou-se como a escola e o professor podem contribuir para ajudar o aluno.

Devido ao aumento de crianças que sofrem desse mal, houve uma expansão das pesquisas na área, evidenciando os prejuízos no rendimento escolar e da vida das mesmas, podendo trazer consequências futuras se não tratadas adequadamente.

Percentuais mostrados pelo Ministério da Saúde e que são apontados por Bortoloni (2016) mostram que se estima que de 10% a 20% de crianças e adolescentes sofram de transtornos mentais. Desse total, 3% a 4% necessitam de tratamento intensivo.

A depressão no âmbito escolar não se manifesta somente por sintomas relativos ao aspecto cognitivo. Têm sido observados com frequência por psicólogos, psicopedagogos, professores e familiares que crianças com diagnóstico de depressão expressarem suas emoções por meio de agressividade, situação que apresentam, comumente, comportamentos de caráter violento que vão desde chutar e arremessar objetos, agredir fisicamente a si mesmo, agressões físicas contra os outros, até insultos verbais, gritos e ameaças de cunho violento. Assim, à medida que o quadro depressivo avança, podem ser observados outros comportamentos relacionados ao ambiente escolar. É importante, portanto, que pais e professores fiquem atentos, para que a criança que ainda não esteja em tratamento possa receber o devido encaminhamento.

Portanto, é fundamental que o professor mantenha-se atualizado, para assim atentar sobre os sintomas presentes em crianças com depressão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa bibliográfica, a depressão é uma doença grave e pode levar as crianças a se sentirem desanimadas, o que pode prejudicar o seu desempenho acadêmico e gerar sofrimento, por isso a importância dos pais e da escola na identificação desse transtorno.

No âmbito escolar, local que a criança passa uma grande parte de seu tempo e onde se pode atentar para os comportamentos do aluno, o baixo rendimento escolar é um exemplo dos primeiros sinais do surgimento de um possível quadro depressivo.

É importante que a escola, o professor e a família sejam acolhedores para com a criança, para que ela não se sinta sozinha e possa enfrentar esse transtorno.

Portanto, é importante o diagnóstico precoce da depressão em crianças, e a participação da escola, professores e pais na ajuda ao combate desse mal, característico do século XXI.

REFERÊNCIAS

BORTOLINI, E. *et al*. Sintomas preditivos de depressão em escolares em diferentes cenários sociodemográficos. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-6, 2016.

CRUVINEL, M.; BORUCHOVITCH, E. Sintomas de depressão infantil e ambiente familiar. **Rev. Psicol. Pesq**. UFJF, v. 3, n. 1, p. 87-100, jan/jun. 2009.

FERREIRA, R; FONSECA, B. C. R. **Depressão infantil**: considerações sobre a contribuição da psicoterapia clínica cognitivo-comportamental no tratamento. 2008. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/9EO7xKkKkuKpmYT_2013-5-13-16-22-40.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

LEMOS, P.; MARBACK, R. F. Depressão infantil e impactos no desenvolvimento do indivíduo. **XV SEPA** – Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, 2016.

NOGUEIRA, T. B*. et al*. **Implicações da depressão no rendimento escolar da criança**. 2014. Disponível em: <http://www.unipacto.com.br/revista-multidisciplinar/arquivos_pdf_revista/revista2014_1/9.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

SOUZA, T. R.; LACERDA, A. L. T. **Depressão ao longo da história**. 2012. Disponível em: <https://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_01_72_.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2019.

THIENGO, D. L. *et al.* Prevalência de transtornos mentais entre crianças e adolescentes e fatores associados: uma revisão sistemática. **J. Bras. Psiquiatr**. Rio de Janeiro, v. 63, n. 4, p. 360-72, 2014.

DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA NAS RELAÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fábio Henrique Alves de Lima Lopes

1 INTRODUÇÃO

A desconsideração da pessoa jurídica é matéria que já não se faz se entender por nenhuma novidade, no entanto é apenas agora que se passou a tratá-la como uma juridicamente possível e, como este trabalho irá exemplificar, muitas vezes necessária.

O abuso da personalidade jurídica é algo que sempre se teve dificuldade em se combater eficazmente, sendo a presente teoria uma direção que aponta a necessidade de se afastar a personificação da empresa para que se adentre nos bens de seus sócios ou, de acordo com Silva (2015) de "sociedades integrantes de grupos econômicos de fato" que, se assim não fosse, não responderiam pelos danos causados.

O raciocínio é bem explicado da seguinte forma, por Koury (2011)

> "… a Disregard Doctrine consiste em subestimar os efeitos da personificação jurídica, em casos concretos, mas, ao mesmo tempo, penetrar na sua estrutura formal, verificando-lhe o substrato, a fim de impedir que, delas se utilizando, simulações e fraudes alcancem suas finalidades, como também para solucionar todos os casos em que o respeito à forma societária levaria a soluções contrárias à sua função e aos princípios consagrados pelo ordenamento jurídico." (KOURY, 2011, p.3).

Foi uma teoria introduzida no país a fim de sanar a omissão legislativa a respeito do assunto da responsabilização dos sócios nos casos de abusos e confusão da pessoa jurídica da qual fazem parte.

Segundo Silva (2015), "No ordenamento Jurídico Brasileiro, jamais podemos nos esquecer, a desconsideração é aplicada como exceção à regra da autonomia dos entes, que é a regra geral."

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da temática, houve a utilização de uma metodologia voltada para a exploração da abordagem teórica qualitativa, elaborando mediante doutrinas e textos coletados de juristas e doutrinadores em sítios eletrônicos respeitados na internet, de forma

dogmática. Com isso, realizou-se uma revisão específica de literatura a partir da coleta de dados presentes na legislação, na doutrina e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, ocasião em que foi realizada uma exposição sobre o tema, de forma sucinta (frente à complexidade e abrangência do assunto aqui tratado).

3 A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO BRASIL

Inicialmente prevista para o combate a fraudes praticadas por sócios da pessoa jurídica e atualmente estando em alta na discussão do meio jurídico em virtude da funcionalidade de sua aplicação principalmente em licitações e contratos administrativos.

O doutrinador Fábio Ulhoa Coelho (2008) desenvolveu a classificação que hoje é a mais usada no meio jurídico administrativo sobre o tema: a Teoria Maior e a Teoria Menor.

Pela teoria maior, autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é afastada em caso de fraude e abuso da sociedade. Já pela teoria menor, o simples prejuízo afasta do credor possibilita afastar a autonomia patrimonial (independentemente de fraude ou abuso).

3.1 TEORIA MAIOR

A teoria maior traz em seu bojo uma proteção maior à pessoa jurídica, tendo a cautela de não tratar a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica com base em simples dúvidas, e sim com fundamentos básicos para que seja passível esta desconsideração. O que seriam tais fundamentos divide a Teoria Maior em duas variantes: a Teoria Subjetiva e a Teoria Objetiva.

3.1.1 TEORIA MAIOR SUBJETIVA

Para esta teoria, a desconsideração é realizada assim que houve a constatação de desvio de finalidade com o abuso de personalidade, e é a mais adotada no direito brasileiro.

3.1.2 TEORIA MAIOR OBJETIVA

Nesta teoria, só há desconsideração quando houver confusão patrimonial entre os bens da pessoa jurídica e de seu sócio, de modo que seja difícil distinguir o real patrimônio de ambos.

3.2 TEORIA MENOR

Para esta teoria, para haver a desconsideração, basta que a pessoa jurídica seja insolvente, inadimplindo uma sua obrigação, daí então entranhando a mão do Estado nos

bens de seus sócios. É uma teoria que transfere o risco do negócio para a sociedade empresarial.

A maioria dos doutrinadores não aceita esta doutrina sob o pretexto de que ela se constituiria em um mal, pois ela foge da autonomia patrimonial que prega a tão aclamada disregard doctrine.

4 DISCUSSÃO DA NECESSIDADE E APLICABILIDADE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA VIA ADMINISTRATIVA

Sendo o Brasil um país democrático, obviamente não se pode resolver a desconsideração da personalidade jurídica via administrativa, apenas via judicial, em casos restritos. Daí vem a mora legislativa. O prejuízo ao credor. O dano ao empresário e investidor que se sentem desorientados diante de um procedimento obscuro de nosso judiciário.

Como fortalecer a via administrativa a fim de que não se caia na crescente onda de judicialização e sem que haja queda de investimentos devido ao fato de nossa economia deixar de ser atrativa?

Apesar de muitas questões estarem em aberto, a adoção (quando possível) pelas partes de um Tribunal de Arbitragem com certeza fortalecerá a temática antes que se espere por uma solução vinda do Estado, diminuindo em muitos os casos na justiça. O moroso Estado brasileiro, ninguém acredita nele, porém esperam que ele resolva todos os problemas existentes.

5 CONCLUSÃO

De acordo com que se viu até aqui, entende-se a necessidade de que o presente tema seja juridicamente debatido até sua pacificação nos tribunais superiores, a fim de que se equilibre a balança entre a coibição do abuso da pessoa jurídica com sua proteção.

Tal entendimento é necessário para que sejam definidas as situações em que ao judiciário poderá resolver a questão sem que os credores percam sua intenção de investimento no país ao mesmo tempo em que os empresários não se sintam tolhidos por uma legislação arbitrária e um judiciário ineficiente. Até lá, como já dito, ficamos no aguardo de uma pacificação jurisprudencial. Ou de uma legislação clara e que respeite os valores de nossa Carta Magna.

REFERÊNCIAS

COELHO, F. U. **Curso de Direito Comercial:** direito de empresa. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 36.

KOURY, S. E. C. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica: aplicação no direito administrativo. **Âmbito Jurídico**, São Paulo, v. 14, n. 9, 1 set, 2011. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/a-teoria-da-desconsideracao-da-personalidade-juridica-aplicacao-no-direito-administrativo/.

SILVA, O. A. M. Desconsideração da personalidade jurídica no Brasil. **Jusbrasil.** 2015. Disponível em: https://otavioaugustomantovani.jusbrasil.com.br/artigos/283254950/desconsideracao-da-personalidade-juridica-no-brasil.

DESEMPENHO COGNITIVO EM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DIAGNOSTICADOS COM DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

Djnefer Borges Santesso, Maria Antonieta Roselli Marson, Ana Vera Niqueritto Bozza,
email: djnepsico@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Conforme Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2016, p.402) o processo de aprendizagem escolar requer habilidades como das funções executivas (FEs) para o desenvolvimento do aluno, a disfunção destas competências trará prejuízos prováveis para o indivíduo em todas as fases da vida e áreas, inclusive baixo desempenho escolar. A relevância das funções executivas e atencionais na aprendizagem é imensurável, no entanto precisamos saber o que são estas habilidades.

Segundo Salles, Haase e Malloy-Diniz (2016) as definições para funções executivas são diversas e ainda não há consenso sobre, no entanto a literatura refere como um conjunto de habilidades e competências para alcançar o objetivo. O modelo de estudo de Miyake (2000 apud DIAS; SEAMBRA 2013), consiste em três habilidades que constituem as funções executivas, como a memória de trabalho, flexibilidade cognitiva e controle inibitório. A partir da fundição destas habilidades surgem como consequência as habilidades de planejamento, raciocínio, resolução, decisão etc.

Segundo Dias e Seambra (2013) o controle inibitório tem como principal função o autocontrole, ou seja, o controle de comportamentos disfuncionais, pensamentos e impulsividade em respostas, seja comportamental quanto emocional, além de estar relacionado com os pensamentos e os processos atencionais, esta relação inibe a atenção a estímulos refutáveis, coordenada pela atenção seletiva, controlando uma gama de reações impulsivas, psicológicas e comportamentais no dia a dia. Já a memória de trabalho refere-se ao armazenamento e a manutenção das informações, como também a integração das informações armazenadas na memória de longo prazo com as informações atuais. Por fim, a flexibilidade cognitiva está relacionada com adaptação e adequação de novas regras, exigindo assim criatividade e flexibilidade para mudanças frente a necessidade.

Tais competências são importantes no processo cognitivo resultando diretamente no funcionamento comportamental, emocional e social. As funções executivas direcionam o comportamento para as adaptações, sendo um mecanismo cognitivo rápido, flexível e importante para mudanças necessárias. O desempenho destas funções executivas conta com os processos atencionais, onde a atenção se divide em subtipos: atenção sustentada, seletiva e serial, sendo importante para atingir a meta. (ROTTA; OHLWEILER; RIESGO, 2016).

Quanto ao desenvolvimento das funções executivas, Dias e Seambra (2013) afirmam que começa na infância, passa pela adolescência e chega ao início da vida adulta, porém algumas habilidades evidenciam-se em fases específicas do desenvolvimento, assim como também a maturação. Mesmo sabendo que o desenvolvimento das funções executivas ocorre em etapas diferentes, a infância demonstra ser um ápice para o desenvolvimento das habilidades executivas, diminuindo modestamente conforme o tempo.

Dias e Seabra (2013) evidenciam o desenvolvimento das funções executivas não apenas para o dia a dia, mas para a aprendizagem do indivíduo frente às regras apresentadas e a detenção do conhecimento. Sabemos que no ambiente escolar o desenvolvimento e as habilidades executivas faz se necessária tanto para a escolarização como também no relacionamento assertivo, deste modo trabalhar estas funções nas escolas é imprescindível.

De acordo com Lima, Travaini e Ciasca (2009) às funções executivas e atencionais estão diretamente relacionados com o progresso das habilidades escolares. Fonseca (2014) afirma que o sucesso escolar depende das competências executivas como: manipular, planejar, memorizar, flexibilizar, pensar, ter autocontrole, atenção e entre outras capacidades. As habilidades coordenadas pelas FEs, são de grande importância para não gerar adolescentes e adultos desinteressados, impulsivos, desorganizados, indisciplinados, desmotivados etc. (SALLES; HAASE; MALLOY-DINIZ, 2016).

Através da neurociência conseguimos compreender a magnitude das funções executivas e atencionais para o aprendizado, conforme Lima, Travaini e Ciasca (2009) afirmou a relação dos progressos escolares com as habilidades executivas. Desta forma este projeto mostra-se importante para o processo de ensino-aprendizagem, produzindo um artigo baseado nos dados coletados e revisão literária, contribuindo tanto com o meio científico onde tal temática é escassa na literatura brasileira, como também nas

intervenções e estratégias na aquisição e desempenho escolar. Corroborando para os educadores a importância das funções executivas e atencionais no processo educativo e a estimulação dentro da sala de aula para um aprendizado eficaz.

Assim, este trabalho tem como objetivo comparar o desempenho executivo atencional e as competências intelectuais de crianças diagnosticadas com transtornos de aprendizagem e crianças com bom aproveitamento escolar.

2 METODOLOGIA

2.1 PARTICIPANTES

O estudo foi realizado com alunos com a média de idade entre 13 a 14 anos do ensino fundamental, que possuíam diagnóstico de distúrbios de aprendizagem e alunos que não possuem, ao total foram 20 alunos, sendo dividido em grupo experimental (10 alunos) e grupo controle (10 alunos). Foram selecionados os participantes que obtiveram desempenho na média e desempenho inferiores na leitura, escrita e aritmética. A seleção dos participantes foi mediante ao boletim com 50% das notas inferiores à média (nota 6).

2.2 LOCAL

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública, localizada no estado de São Paulo, situada na cidade de Jaú-SP. A instituição disponibilizou uma sala para aplicação dos testes com luminosidade e ambiente adequado.

2.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Após a submissão do projeto e a aprovação do Comitê de Ética em pesquisa da universidade, as crianças e os pais/responsáveis foram convidados e informados sobre a pesquisa para obtenção da autorização mediante a participação voluntária e sem ônus. Desta forma os pais e alunos que concordaram com a participação, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que consta com todas as informações da pesquisa (Anexo).

2.4 INSTRUMENTOS E MATERIAIS

Foram utilizados os seguintes instrumentos psicológicos:

2.4.1 Teste Wisconsin Classificação De Cartas (WSC):

O Wisconsin avalia a flexibilidade cognitiva e raciocínio abstrato, habilidades importantes para resolução de problemas, planejamento e alcançar as metas. Sua aplicação tem como média de tempo de 20 a 30 minutos, individual e com faixa etária dos 6 anos e meio aos 89 anos de idade. O teste é composto por quatro cartas estímulos e sessenta e quatro cartas respostas, somando o total de 128 cartas respostas. As cartas são figuras com formas, cores e números. As formas são compostas por símbolos como: cruzes, círculo, triângulo ou estrelas. As cores são compostas por vermelho, amarelo, azul, verde e o número de configurações são: um, dois, três e quatro. O avaliador informa poucos detalhes sobre o teste e avisa-o quando a associação está certa ou errada, e após dez acertos consecutivos o avaliador troca a sequência. A primeira sequência é cor, depois forma e número. Quanto aos escores estes são representados por uma tabela normativa com todas as idades e percentil possíveis.

2.4.2 Testes de Inteligência Não Verbal (TIG- NV)

O teste de inteligência não-verbal avalia atenção, concentração, aprendizagem, conhecimento formal, orientação espacial, comportamento visomotor, memória de reconhecimento e espacial, percepção e flexibilidade cognitiva. Ou seja, o potencial intelectual e os diversos aspectos da inteligência não-verbal, através de atividades de raciocínio não-verbal, com 30 figuras diversificadas com duração em média de 30 minutos, podendo ser aplicado individualmente ou coletivo. A faixa etária é dos 10 anos aos 79 anos. Quanto à correção dos resultados foi utilizada a escala universal quociente de inteligência. A classificação do quociente é >130 muito superior, 120 a 129 superior, 110 a 119 médio superior, 90 a 109 médio, 80 a 89 médio inferior, 70 a 79 inferior e <69 extremamente baixo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A avaliação se deu através de 20 participantes no total, sendo dividido em grupo controle (10 participantes) e grupo experimental (10 participantes), o grupo experimental são alunos laudos com distúrbios de aprendizagem enquanto o outro grupo não possui.

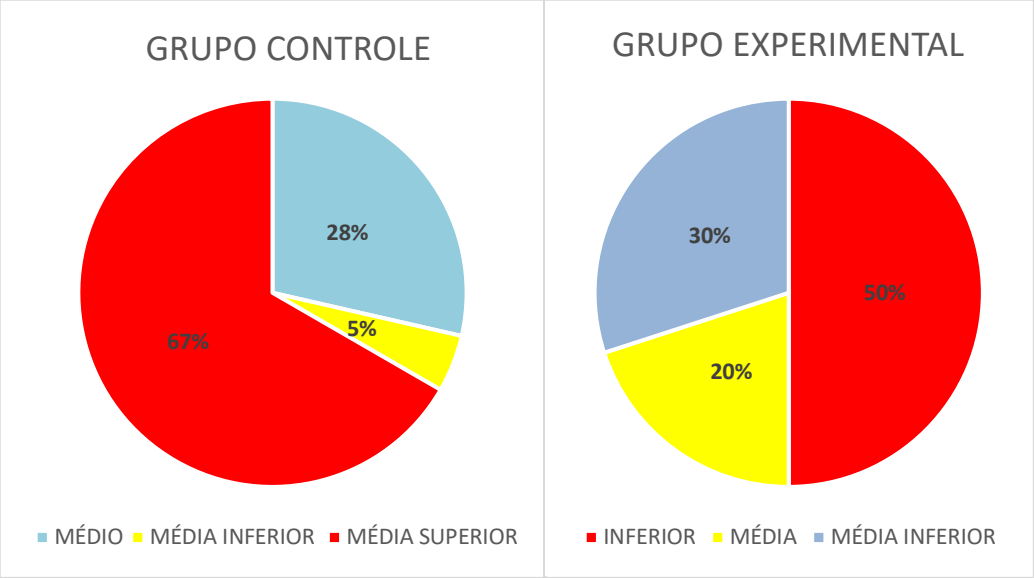
Tabela 1: WCST- Raciocínio abstrato e Flexibilidade cognitiva

N.E.A 128	MÉDIA DO GRUPO CONTROLE	IDADE MÉDIA	N.E.A 128	MÉDIA DO GRUPO EXPERIMENTAL	IDADE MÉDIA	ESCOLARIDADE
N.T.C	95	13-14 ANOS	N.T.C	77,80	13-14 ANOS	6º ao 8º ano
N.T.E	33	13-14 ANOS	N.T.E	50,2	13-14 ANOS	6º ao 8º ano
N.C.C	5,6		N.C.C	3,2	13-14 ANOS	6º ao 8º ano
E.C.P.C	18,9	13-14 ANOS	E.C.P.C	19,9	13-14 ANOS	6º ao 8º ano
F.M.C	3,3	13-14 ANOS	F.M.C	2,8	13-14 ANOS	6º ao 8º ano

N.E.A: número de ensaios administrados**, N.T.C**: número total correto**, N.T.E**: número total de erros, **N.C.C**: número de categorias completadas, **E.C.P.C**: ensaios para completar a primeira categoria**, F.M.C**: fracasso em manter o contexto. *Fonte: Autoras*

A tabela 1 apresenta os resultados da avaliação de flexibilidade cognitiva e de raciocínio abstrato dos participantes, desta forma percebe-se que o grupo controle teve um desempenho melhor nas estratégias cognitivas que o grupo experimental, quando comparados ao número de acertos e o número de categorias completadas. Em relação ao número de erros, fracasso em manter o contexto e ensaios para completar a primeira categoria, o grupo experimental teve uma porcentagem maior que do grupo controle. Assim percebe-se que o grupo experimental teve dificuldades em todas as categorias do teste, tendo dificuldades para alterar as estratégias para obtenção de um resultado satisfatório.

Tabela 2: **Quociente de Inteligência**



Fonte: Autoras

Na tabela 2 a análise dos dados coletados indicou que o grupo controle apresentou nível de inteligência classificado na média inferior com QI entre 80 e 89 (5% dos participantes), média com QI entre 90 e 109 (28% participantes), e média superior com QI entre 110 e 119 (67% dos participantes).

Já no grupo experimental o nível de inteligência foi: Inferior com QI entre 70 e 79 (50% dos participantes), média inferior com QI entre 80 e 89 (30% dos participantes) e média com QI entre 90 e 109 (20% dos participantes).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo comparativo que envolveu crianças com e sem transtornos de aprendizagem identificou que 50% do grupo experimental apresenta nível de inteligência média inferior, enquanto o grupo controle 67% apresenta um nível na média superior, apontando um desempenho maior que o grupo experimental.

Quanto às habilidades executivas atencionais, fica evidente que o grupo experimental apresentou desempenhos inferiores quando comparados ao grupo controle. Esses achados apontam que as crianças do grupo controle, apesar de apresentar raciocínio fluído na média, apresentam performances inferiores em atividades que envolvem flexibilidade psicológica, controle inibitório e atenção. Estas habilidades neuropsicológicas são essenciais para o adequado aproveitamento escolar e quando inferiores prejudicam a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.M. **Relação entre funções executivas e desempenho escolar**. p. 3-9, Trabalho de conclusão de Pós graduação -Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

BOLFER, C. P. M. **Avaliação neuropsicológica das funções executivas e da atenção em crianças com transtorno do déficit de atenção/hiperatividade (TDAH)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CAMPOS, M.C. et al . Confiabilidade do Teste dos Cinco Dígitos em adultos brasileiros. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro , v. 65, n. 2, p. 135-139, jun 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852016000200135&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 de jun. 2019.

DIAS N.M; SEABRA A.G. Funções executivas: desenvolvimento e intervenção. **Temas sobre Desenvolvimento**. v.19, n.107,p.206-12. 2013.

FONSECA, V. Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. **Revista Psicopedagogia**. v.31. p.236-53, dez. 2014.

GUADAGNINI, M. F; SIMÃO, A. N. P. Investigação da atenção de adolescentes que apresentam mau desempenho escolar. **Revista Psicopedagogia.** v.33, n.102, p. 251-61, out. 2016. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/exportar-pdf/495/v33n102a04.pdf>. Acesso em: 24 de set.2019.

LIMA, R. F; TRAVAINI, P. P; CIASCA, S. M. Amostra de desempenho de estudantes do ensino fundamental em testes de atenção e funções executivas. **Revista Psicopedagogia**. v.26 p. 188-99, ago, 2009.

MIGUEL, F. K. Teste Wisconsin de Classificação de Cartas. **Aval. Psicol.** Porto Alegre, v.4, n. 2, p. 203-204, nov. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712005000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 jun. 2019.

PRIFITERA, SAKLOFNE E WEISS, WISC-IV: Interpretação Clínica Avançada. **Person**, 2016.

ROTTA, N.T; OHLWEILER, L.; RIESGO, R.S**. Transtornos da aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. Ed. Porto Alegre: **Artmed**, 2016.

SALLES, J. F; HAASE, V. G; MALLOY-DINIZ, L. **Neuropsicologia do desenvolvimento**: infância e adolescência. Porto Alegre: **Artmed**, 2016.

DESENVOLVENDO AS FUNÇÕES EXECUTIVAS E HABILIDADES SOCIAIS NO ÂMBITO ESCOLAR

Djnefer Borges Santesso, Maria Antonieta R. Marson, Vanessa Canal, Elaine P. Gardinal, e-mail: elainepizato@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Salles, Haase e Malloy-Diniz (2016) refere-se às funções executivas como competências necessárias para o indivíduo alcançar uma meta, ou objetivo. As funções executivas possuem diversas habilidades que interagem entre si, impactando diretamente nas funções emocionais, comportamentais e sociais. Sendo essencial para o processo educativo. As funções executivas são consideradas funções mentais complexas ou superiores e são responsáveis pela capacidade de autorregulação ou autogerenciamento (BARROS; HAZIN,2013, p.13). Nas funções executivas, há vários componentes importantes para a vida, como, o planejamento, a organização, a memória operacional e a flexibilidade cognitiva (BARROS; HAZIN, 2013).

Segundo Dias e Seabra (2013) o papel das funções executivas vai além do desenvolvimento da aprendizagem, sendo evidenciado é de extrema importância estas habilidades para a eficácia das competências de leitura e matemática. Já as habilidades sociais de acordo com Caballo (2006 apud Caetano, 2010) são:

> "… um conjunto de comportamentos emitidos por um indivíduo em um contexto interpessoal que expressa sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos desse indivíduo de modo adequado à situação, respeitando esses comportamentos nos demais, e que geralmente resolve os problemas imediatos da situação enquanto minimizando a probabilidade de futuros problemas".

Conforme Caetano (2010), quando uma pessoa possui uma habilidade social pobre, leva a ter poucos amigos, praticamente nenhum e isso pode aparecer fatores de proteção, como, depressão, ansiedade, esquizofrenia e drogadição.

Teixeira (2017) descreve:

> Para um indivíduo ser habilidoso socialmente, primeiramente é preciso ter a capacidade de automonitoramento, como por exemplo, observar e interpretar os próprios pensamentos e sentimentos numa dada situação, adequando-se às situações de acordo com as demandas. Não agimos da mesma maneira diante de nossos amigos, família e ambiente de trabalho. Cada ocasião necessitará a vestimenta de uma "máscara", filtrando o que é ou não adequado em cada contexto.

Há várias maneiras de ser habilidoso, depende do contexto em que está inserido, como ter empatia, fazer amizades, autocontrole, civilidade e também habilidades sociais acadêmicas (TEIXEIRA, 2017). De acordo com Molina e Del Prette (2006) as dificuldades de aprendizagem são diversas, mas a interação social com seu meio é um fator importante no processo educativo.

Deste modo este projeto visou desenvolver as habilidades executivas de crianças do ensino fundamental, além de criar um espaço de interação social/habilidades sociais. Assim o Estágio Supervisionado em Processos Educativos contribuiu para uma rede de ensino mais eficaz.

2 METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido a partir do Estágio Supervisionado em Processos Educativos, e desenvolvido pelas estagiárias em encontros semanais com a duração total de quatro horas. Os participantes foram turmas de quinto ano (5ªA, 5ª B e 5ª C). E utilizou-se de dinâmicas, atividades específicas, roda de diálogos e jogos a fim de trabalhar as funções executivas e as habilidades sociais.

O projeto teve como objetivo estimular as habilidades executivas e sociais, promovendo um espaço de desenvolvimento nas áreas do planejamento, memória, autocontrole e flexibilidade cognitiva, como também a interação assertiva com os colegas. Assim o estágio colaborou com a demanda existente na escola EMEF Mario Romeu Pelegrino no município de Jaú-SP.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nossa proposta vem para respaldar as necessidades vigentes da Escola, através de atividades inovadoras que buscam resgatar os alunos com dificuldades de aprendizagem, a participação da família na escola e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Hoje, faz-se necessário um novo modelo de educação, pautado em “um paradigma **construtivista** – compreende o conhecimento como processo de construção, transformação -**interacionista**, porque reconhece o sujeito e objeto como organismo vivo ativo, aberto e em constante intercâmbio entre o meio ambiente, com base nos quais um modifica o outro e os sujeitos se modificam entre si, - **sociocultural**, porque compreende que o “ser” se faz na relação, que o conhecimento é produzido na interação com o mundo físico e social com base no contato do indivíduo com a sua realidade, - **transcendente**, porque significa a tentativa de ir mais

além, ultrapassar-se, superar-se, compreender-se como parte integrante do universo, como seres interdependentes e inseparáveis de um todo cósmico" (Ma. Cândida 1998:25). Necessitamos alterar nossa prática para ensinar a pessoa a pensar, possibilitar ao aluno em seu processo de desenvolvimento, a tomada de consciência do seu caminho de aprendizagem; proporcionar uma formação dinâmica, ativa, realizadora e reveladora do definir

As pesquisas bibliográficas vêm mostrando a importância de estimular tais habilidades no âmbito escolar, pois desta forma caminha para um desenvolvimento satisfatório.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalhar as habilidades executivas observamos as dificuldades dos grupos em executar atividades propostas além das resistências que surgiam. Mostrando a precariedade das funções executivas como: controle inibitório, memória de trabalho, memória espacial, atenção sustentada, atenção alternada, atenção dividida, flexibilidade cognitiva e até mesmo potencial intelectual. Desta forma as estagiárias trabalharam de forma singular as dificuldades de cada aluno, através de jogos, dinâmicas, elaboração de história em quadrinhos e fantoches. Visando estimular todo um conjunto de funções executivas.

As habilidades sociais também eram deficitárias nos alunos, principalmente por serem alunos vulneráveis devido a localização geográfica, assim como as famílias disfuncionais existentes. Desta forma foi preciso trabalhar de forma intensiva sobre a temática do bullying, algo até mesmo solicitado pelos próprios alunos, através de roda de conversa/reflexão, jogos e dinâmicas. Ao longo do projeto foi observado que os alunos apresentavam um diálogo mais empático para com os outros.

Mas de uma forma em geral foi possível observar que o projeto colaborou com o olhar empático para com outro, ou seja, habilidades sociais e estimulou a criatividade, controle inibitório e flexibilidade cognitiva. Conclui-se que dessa forma o projeto tenha colaborado com aprendizagem dos alunos além de formação de vínculos entres eles, além de promover um espaço de escuta e acolhimento.

REFERÊNCIAS

BARROS, P.M; HAZIN, I. Avaliação faz Funções Executivas na Infância: Revisão dos conceitos e instrumentos. **Psicologia em Pesquisa**, UFJF, 2013. Disponível

em:<http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/psicologiaempesquisa/article/viewFile/23517/13004>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CAETANO, E. Habilidades Sociais: O que são? **Comporta-se**, 28 mar. 2010. Disponível em:<https://www.comportese.com/2010/03/habilidades-sociais-o-que-sao>. Acesso em: 13 mar. 2019.

Dias NM, Seabra AG. **Funções executivas: desenvolvimento e intervenção.** Temas sobre Desenvolvimento, v.19, p.206-12, 2013.

SALLES, J. F; HAASE, V. G; MALLOY-DINIZ, L. **Neuropsicologia do desenvolvimento**: infância e adolescência. Porto Alegre: Artmed, 2016.

TEIXEIRA, A.M. O que são Habilidades sociais? **Psicocast**, 20 mar. 2017. Disponível em:<https://www.psicocast.com.br/o-que-sao-habilidades-sociais/>. Acesso em: 13 mar. 2019

DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SUAS IMPLICAÇÕES PENAIS

Ana Beatriz Fracassi Ribeiro, Carlos Eduardo Tobal da Silva, Guilherme Carreiro de Almeida, Vânia Souza dos Santos, Prof. Renato Zanolla Montefusco, e-mail: van.souza@live.com

1 INTRODUÇÃO

Em tempos que muito se fala sobre Improbidade Administrativa e Desvio de Verbas Públicas, há um ponto que destaca-se pela sua importância e desumanidade diante da sociedade, que são os desvios de verbas provenientes do Sistema Único de Saúde- SUS, introduzido no ordenamento jurídico pátrio pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Para que haja entendimento da extensão do dano é necessária à exposição dos propósitos do SUS, método de custeio, distribuição destas verbas em questão e sanções cabíveis na seara penal.

O entendimento acerca da extensão do dano inicialmente deve-se ao fato da devida interpretação sobre o art. 196 da Constituição Federal de 1988. O dispositivo constitucional está inserido no Titulo VIII que trata da Ordem Social, no Capítulo II que trata da Seguridade Social na Seção II que trata da Saúde. In verbis a CF/88 dita:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Entretanto, o direito à saúde foi introduzido na Constituição Federal de 1988 no título destinado à ordem social, que tem como objetivo o bem-estar e a justiça social. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, no seu art. 6º, estabelece como direitos sociais fundamentais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância.

O direito a saúde, consagrada na CF/88 como um direito social fundamental, recebeu proteção jurídica diferenciada na ordem jurídico-constitucional brasileira, pois ao reconhecer a saúde como direito fundamental do cidadão, o Estado criou o dever de prestações positivas, através da formulação de políticas públicas sociais e econômicas destinadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde.

Nesse sentido, definir o funcionamento do Sistema Único de Saúde, sua forma de custeio e quais as sanções penais cabíveis aos envolvidos em casos de desvio de verbas.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa utiliza o método analítico-dedutivo com a necessária análise de doutrina especifica, legislação e jurisprudência pátria para alicerçar os argumentos expostos de forma dialógica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na década de 80, buscou-se consolidar o processo de expansão de cobertura assistencial iniciado nos anos 70, constituído inicialmente por uma parcela de intelectuais e profissionais da área da saúde. Após várias propostas de implantação de uma rede de serviços voltada para a atenção primária à saúde, em 1987 é implementado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), que adota como diretrizes a universalização e a equidade no acesso aos serviços, à integralidade dos cuidados, a regionalização dos serviços de saúde e implementação de distritos sanitários e descentralização das ações de saúde, o desenvolvimento de instituições colegiadas gestoras e o desenvolvimento de uma política de recursos humanos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

O SUS foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela lei n° 8080/90. Para a ótica da exposição a que este trabalho se propõe, é necessária a análise dos artigos da Constituição supra citada:

Art. 195-Cabe ao poder público regulamentar, fiscalizar e controlar o sistema¬ de saúde, devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros.

Art. 196-Saúde é direito de todos. É dever do estado garantir a saúde por meio de políticas sociais e econômicas. O objetivo é reduzir o risco de doença com acesso universal e igualitário às ações de proteção e recuperação.

O Supremo Tribunal Federal, em face das garantias mencionadas, emanou entendimento sobre o Estado, em sua totalidade, ter como dever a manutenção e adequação da prestação de serviços relacionados à saúde da sociedade, conforme observa-se a seguir:

Consolidou-se a jurisprudência desta Corte no sentido de que, embora o art. 196 da Constituição de 1988 traga norma de caráter programático, o Município não pode

furtar-se do dever de propiciar os meios necessários ao gozo do direito à saúde por todos os cidadãos. Se uma pessoa necessita, para garantir o seu direito à saúde, de tratamento médico adequado, é dever solidário da União, do Estado e do Município providenciá-lo." (AI 550.530 AgR, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 26-6-2012, 2ª T, DJE de 16-8-2012.)

Seu financiamento é feito em formato tripartite, regulada pelo §2°, art. 198 da Constituição Federal, incisos de I a III:

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015.

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

O STF, em Recurso Extraordinário, mencionado a seguir, afirmando o já exposto pelo artigo e incisos citados acima, reafirmando a jurisprudência, posicionou-se em favor das garantias na forma tripartite, em formato linear, sendo que todos os entes federativos são responsáveis da mesma maneira.

Incumbe ao Estado (gênero) proporcionar meios visando a alcançar a saúde, especialmente quando envolvida criança e adolescente. O SUS torna a responsabilidade linear alcançando a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios." (RE 195.192, rel. min. Marco Aurélio, j. 22-2-2000, 2ª T, DJ de 31-3-2000.)

Quanto à competência de fiscalização dos repasses mencionados, o Decreto 1232/1994, em seu art. 3° menciona o Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do sistema de Controle Interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União. Este órgãos, segundo o site do Conselho Nacional de Medicina, em artigo publicado em fevereiro de 2016 informa números assustadores de quantias desviadas do Sistema Único de Saúde, como é possível ver a seguir:

Nos últimos 14 anos, R$ 4.555.960.367,85 que deveriam servir ao Sistema Único de Saúde (SUS) escorreram pelo ralo da corrupção. Esse é o montante de dinheiro desviado da Saúde, entre 2002 e 2015, segundo constatações encaminhadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) pela Controladoria-Geral da União (CGU). A Saúde responde sozinha por quase um terço (29%) dos recursos federais que se perderam no caminho. Ao todo, a União perdeu R$ 15,9 bilhões em desvios."

Não foram encontrados números atualizados destes desvios, mas é possível observar a barbárie que se trata, quando se ouve nos noticiários a precariedade dos serviços prestados por esta rede de atendimentos. São hospitais sem itens básicos para atendimento, unidades sem médicos suficientes para os atendimentos necessários, são obras que deferiam amenizar a falta de estrutura, paradas por ter os repasses destinados a sua conclusão desviados por quem deveria lutar para que os direitos garantidos pelo art. 196, já mencionado, fossem garantidos a sociedade.

O desvio de verbas públicas que é crime previsto no artigo 312 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940:

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Peculato mediante erro de outrem.

Houve discussão sobre de quem seria a competência para julgamento dos crimes de desvio de verbas públicas que deveriam ser direcionadas ao SUS, ora entendendo que as verbas transferidas pela União se incorporam ao patrimônio do Estado ou da municipalidade, o que confere competência à Justiça Estadual, ora decidindo que as

verbas deslocadas do SUS estão sujeitas à supervisão do Ministério da Saúde, o que atrairia a competência federal, conforme demonstrado nos julgamentos trazidos:

APELAÇÃO CRIMINAL. PROCESSUAL PENAL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. DESVIO DE RECURSOS DO SUS. 1. A decisão que rejeita a exceção de incompetência não se inclui no conceito de decisão definitiva e, tampouco, com força de definitiva, de modo que não se sujeita a recurso de apelação, nos termos do artigo 593 do Código de Processo Penal. 2. Considerando que a questão poderia ser ventilada por habeas corpus, cabível o exame da matéria. 3. O STF e do STJ têm entendimento pacificado no sentido de que a Justiça Federal é o órgão jurisdicional competente para processar e julgar as ações penais relativas a desvios de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS). 2. Havendo desvio de recursos públicos do SUS, a União terá interesse de intervir na causa, pois além de ser a principal financiadora do sistema, tem o dever de fiscalizar o repasse e a aplicação dos recursos, através do Ministério da Saúde e do Tribunal de Contas de União, de acordo com o § 4º do artigo 33, da Lei nº 8.080/90 e do artigo 3º do decreto nº 1.232, de 30/08/94. Precedente da 4ª Seção deste Tribunal.

Atualmente é pacificado o entendimento de que, se a verba desviada é total ou parcialmente federal, mesmo que executada por estado ou município, a atribuição para apuração do desvio é federal, independentemente de ter sido transferida ao ente federado por intermédio de repasse convenial ou “fundo a fundo”, uma vez que o fato de os Estados e Municípios terem autonomia para gerenciar a verba financeira destinada ao SUS não elide a necessidade de prestação de contas perante o Tribunal de Contas da União, nem exclui o interesse da União na regularidade do repasse e da correta aplicação desses recursos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração esses aspectos, pode-se concluir que se não é a mais, é uma das mais graves, a condutado agente improbo que desvia ou se surrupia das verbas que seriam destinadas ao financiamento de ações e serviços públicos de saúde, apesar de o crime de peculato ter como a principal vítima a Administração Pública, também faz vítimas colaterais, que seriam justamente aqueles desvalidos, que não possuem condições financeiras para aderir a um convênio e dependem dos serviços públicos de saúde. As consequências desse crime e desses atos são vistas diariamente nos noticiários onde mostram a precariedade do serviço público de saúde, que se reflete nas imensas filas de esperas para cirurgias e exames simples, tais como raios-x,

ressonâncias entre outros, além de hospitais e postos de atendimentos completamente sucateados sem equipamentos e materiais hospitalares, os leitos dos hospitais cheios e pessoas espalhadas pelos corredores revelam as mazelas de um sistema de saúde que foi saqueado. O peculato de verbas públicas direcionadas ao sistema único de saúde deve ser punido com a devida rigorosidade e fazer com que o agente que se apropria dessas verbas devolva esses valores aos cofres públicos assim como determina a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Legislação do SUS**, Brasília: CONASS, 2003. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg_sus.pdf.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4° Região. **Apelação Criminal. Processual Penal**. Disponível em: https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/147909494/apelacao-criminal-acr-5004244332014404711 7-rs-5004244-3320144047117?ref=serp. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2° Turma). Agravo de instrumento n° 550.53, Paraná. Relator: Min. Joaquim Barbosa. **Pesquisa de Jurisprudência**, Brasília, 26 jun. 2012. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2555288. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). Recurso Extraordinário n° 195.192, Rio Grande do Sul. Relator: Min. Marco Aurélio. **Pesquisa de Jurisprudência**, Brasília, 22 fev. 2000. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=234359. Acesso em: 03 out. 2019.

Desvios no SUS somam mais de R$ 4,5 bilhões. **Conselho Federal de Medicina.** Brasília, DF: CFM, 5 fev. 2016. Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25973:2016-02-05-14-12-53&catid=3:portal. Acesso em: 27 set. 2019.

LAGOA, T.; MORAES, T. Corrupção corrói a saúde e inviabiliza atendimento em hospitais e Upas. *In:* **Hoje em dia.** [S.l.], 4 jul. 2016. Disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/corrup%C3%A7%C3%A3o-corr%C3%B3i-a-sa%C3%BAde-e-inviabiliza-atendimento-em-hospitais-e-upas-1.395849. Acesso em: 28 set. 2019.

NOVO, B. N. *et al.* Legislação do SUS. **Revista Jus Navigandi,** Teresina, v. 24, n. 5814, 2 jun. 2019. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/73160/legislacao-do-sus. Acesso em: 20 set. 2019.

Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona. **Ministério da Saúde.** Brasília, DF: GOV. Disponível em: http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude. Acesso em: 25 set. 2019.

DEVER DE CUIDAR: A RESPONSABILIDADE CIVIL APLICADA AO ABANDONO AFETIVO DOS FILHOS

Cínthia de Souza Palma Tavares, Rossana Teresa Curioni Mergulhão,
e-mail: cinthia.palma@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo discutir e demonstrar o cabimento da aplicação da Responsabilidade Civil aos casos de abandono afetivo dos genitores aos filhos, e com isso, justificar a concessão da indenização por danos morais ao filho lesado, com amparo na Constituição Federal e no Código Civil. Assim, através deste trabalho, pretende-se comprovar a caracterização do abandono afetivo dos pais aos filhos como ato ilícito passível de indenização, como uma violação de direitos do indivíduo em formação que é a criança.

A importância social e jurídica é latente, ainda em constante discussão doutrinária e jurisprudencial, eis que se trata de tema que vem sendo atualmente colocado em pauta pelos Tribunais, diante do crescente número de acionamentos judiciais de filhos que pleiteiam indenização por danos morais dos pais que os abandonaram afetivamente.

Sob o aspecto jurídico, é obrigação dos pais proteger e zelar pelas crianças e adolescentes. A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a sociedade, estabeleceram a família como a primeira responsável pelo cuidado das crianças. Quando tal cuidado não se concretiza, cabe ao Estado, subsidiariamente, interferir. O poder familiar, portanto, é dever dos pais e direito das crianças. Em respeito ao princípio do melhor interesse da criança, ser cuidada pelos pais é direito, para possibilitar o pleno desenvolvimento físico, mental, social e afetivo.

Com a evolução das relações familiares, o afeto tornou-se núcleo familiar e fator determinante no conjunto de obrigações que englobam o pátrio poder; assim, cuidar dos filhos inclui a prestação da afetividade.

O abandono afetivo é a omissão de cuidado, o deixar de educar, assistir, amparar afetiva e emocionalmente o filho, deixar de estar presente, de se comunicar, de se fazer inserir e existir na vida e desenvolvimento da prole, em completo descumprimento de toda a gama de obrigações que são impostas aos pais pela sociedade e pela

Constituição Federal. A falta de carinho, cuidado, o desafeto ou desamor perpetuam na vida do indivíduo abandonado.

O abandono, bem como suas consequências negativas, de cunho moral, àquele que não teve participação ativa dos genitores no seu crescimento, constitui ato ilícito, o qual está previsto no artigo 186 do Código Civil.

Há premente necessidade de enfrentamento do tema, principalmente para que os Tribunais, ao julgarem as causas que pedem indenização por danos morais decorrentes do abandono afetivo, superem o entendimento de que não se pode cobrar amor, ou obrigar alguém a amar os filhos. Através do presente trabalho será trazido a estudo, então, o posicionamento de que amar, de fato, é faculdade, mas cuidar é dever, e o abandono afetivo é o deixar de cuidar.

2 METODOLOGIA

O método utilizado foi o analítico-dedutivo, onde a pesquisa em tela avaliou artigos científicos, doutrina e jurisprudência pátria.

Além disso, a legislação brasileira foi usada como base, principalmente a Constituição Federal e o Código Civil.

O trabalho traz ainda pesquisa descritiva, abordando as principais características de cada elemento trabalhado, a saber, entre outros: a responsabilidade civil, o entendimento doutrinário acerca do significado de abandono afetivo, o detalhamento dos princípios norteadores da proteção à criança e ao adolescente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Constituição Federal, Carta Magna do Brasil, já elencou como fundamentais os direitos das crianças, adolescentes e jovens, ao adotar a **doutrina da proteção integral** e o princípio do melhor interesse da criança. Maria Berenice Dias, citando Paulo Lôbo, traz que “o princípio da proteção integral não é uma recomendação ética, mas diretriz determinante nas relações da criança e do adolescente com seus pais, com sua família”. Esse entendimento se dá pelo fato de que, até completarem 18 anos de idade, as crianças e adolescentes devem ser destinatárias de uma proteção especial (LÔBO apud DIAS, 2015, p. 50).

Em se tratando de legislação sobre o tema, decorrente da adoção pela constituição do princípio da proteção integral, o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/1990) foi implantado como forma de efetivar e garantir o fortalecimento do vínculo familiar, a convivência familiar, a paternidade responsável. O Estatuto da Criança

e do Adolescente, em relação ao papel da família e do Estado na formação das crianças e adolescentes, traz em seu texto o seguinte:

> Art. 4º É **dever da família**, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público **assegurar, com absoluta prioridade**, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Pois bem. As crianças e adolescentes gozam de proteção constitucional e legal para melhor atender aos seus interesses, de modo que cresçam saudáveis e úteis a si mesmas e à sociedade. Dentro do seio familiar, a efetivação dessas garantias se dá pelo exercício, pelos genitores, do *poder familiar.* O poder familiar pode ser visto como um encargo atribuído pelo Estado aos pais, imposto, inclusive, por lei.

O Estado fixa aos pais o **poder-dever** em relação aos filhos, para que sobre eles tenham responsabilidade de formação social, emocional, educacional, afetiva, psicológica, e, nesse sentido, a criança não é objeto de poder dos pais, mas **sujeito de direitos.**

E o exercício do poder familiar não implica somente em assistência material. Muito pelo contrário, como bem esclarece Maria Berenice Dias, "a autoridade parental está impregnada de deveres **não apenas no campo material**, mas, principalmente, no campo existencial, devendo os pais satisfazer outras necessidades dos filhos, notadamente de **índole afetiva***."* (grifo da autora) (DIAS, 2015, p. 462).

Assim, com o nascimento do filho, nasce para os pais a obrigação de assisti-lo, inclusive **afetivamente**. Além disso, o poder familiar é compartilhado entre os dois genitores, em igualdade de condições.

O afeto é elemento norteador das relações familiares, assim como o dever de convivência. Diante deste entendimento, é possível concluir que os filhos têm o **direito** de serem cuidados pelos pais, inclusive com amparo afetivo, de cuidado e amor.

Dizer que as crianças têm o direito de serem cuidadas pelos pais mostra como a figura de ambos os genitores é fator determinante no desenvolvimento humano. Os elementos emocionais, sociais, afetivos e de autoestima se construirão com base nas primeiras concepções emocionais a que a criança tiver acesso.

A doutrina não diverge no sentido de que os pais têm dever de **cuidar** dos filhos. E por cuidar, como já dito, não há como se limitar ao sustento material. O conceito atual de família é centrado no afeto como elemento de construção e desenvolvimento, cabendo aos pais cuidar e educar os filhos sem a eles omitir carinho e amor.

Assim, a falta de afeto, convivência, amor e cuidado gera consequências danosas ao filho, que tendem a perpetuar à vida adulta. A falta de convívio de um genitor com o filho, em relação da quebra do elo familiar original, pode gerar consequências psicológicas graves. A omissão do genitor em cumprir os encargos decorrentes do poder familiar, deixando de atender ao dever de ter o filho em sua companhia, produz danos emocionais merecedores de reparação.

Em se tratando de dano, a matéria deve ser abrangida pelo instituto da Responsabilidade Civil. A doutrina e a jurisprudência, atualmente, ingressaram na discussão sobre indenização por danos morais decorrentes do abandono afetivo.

Em linhas introdutórias, a Responsabilidade Civil busca, havendo dano ao sujeito em decorrência de ação ou omissão de outrem, restaurar, o tanto quanto possível, o equilíbrio moral ou material sofrido. A respeito do restabelecimento do equilíbrio, pondera Maria Helena Diniz:

> O interesse em restabelecer o equilíbrio violado pelo dano é a fonte geradora da responsabilidade civil. Na responsabilidade civil são a perda ou a diminuição verificadas no patrimônio do lesado ou o dano moral que geram a reação legal, movida pela ilicitude da ação do autor da lesão ou pelo risco (DINIZ, 2011, p. 21).

Havendo ação ou omissão que cause dano a alguém, nasce o dever de indenizar. O dano pode ser caracterizado como a diminuição patrimonial ou o dano moral, que não se constitui em perda econômica, mas em aflição, dor, ressentimento, causados pela ação de alguém.

O dano moral é a dor, o sofrimento, o abalo sofrido pelo indivíduo em decorrência de ação ou omissão de terceiro. O abandono afetivo, como já dito anteriormente, é a omissão de um dos dois genitores em proporcionar aos filhos carinho, afeto, convivência e amor.

E o poder familiar se constitui em obrigação dada aos pais, um dever, de criarem os filhos para ampará-los em todos os sentidos, inclusive afetivamente. Desta forma, o abandono afetivo e as consequências dele decorrentes caracterizam ato ilícito, aquele que deve ser indenizado, nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil, abaixo:

> Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
>
> Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

O entendimento de que o abandono afetivo caracteriza ato ilícito e pode sofrer a sansão civil de indenização por danos morais já está sendo adotado pela jurisprudência

brasileira. A Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Nancy Andrigui, já se manifestou favoravelmente à concessão de indenização por abandono afetivo, argumentando em sua decisão o seguinte: “Aqui não se fala ou se discute o amar e, sim, a imposição biológica e legal de cuidar, que é dever jurídico, corolário da liberdade das pessoas de gerarem ou adotarem filhos”. A ministra foi pioneira nesse entendimento, que ainda conclui:

> Apesar das inúmeras hipóteses que poderiam justificar a ausência de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, não pode o julgador se olvidar que deve existir um núcleo mínimo de cuidados parentais com o menor que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social[1].

Desta forma, em virtude dos princípios constitucionais norteadores quanto às crianças e adolescentes e do instituto da responsabilidade civil, o caráter personalíssimo das relações familiares não poderá impedir que o Poder Judiciário, em análise dos casos concretos, aplique a devida indenização quando comprovado dano moral em decorrência do abandono afetivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, é possível concluir que os pais têm um conjunto de obrigações para com os filhos, sendo que o cuidado e o afeto estão inclusos. Com a evolução social e das relações familiares, a criança tornou-se núcleo e prioridade da família. Desta forma, se para os pais o poder familiar é um poder-dever, para os filhos é um conjunto de direitos.

Tanto a Constituição Federal quanto toda a legislação brasileira determinam que a criança deva ser cuidada em sua integridade. O genitor que descumpre essa obrigação comete ato ilícito por violar direito do filho, que, mais que descendente, é indivíduo em formação e sujeito de direitos.

Pelo instituto da Responsabilidade Civil, aquele que comete ato ilícito fica obrigado a repará-lo, ainda que o dano seja moral, ou seja, aquele que se consubstancia na dor, angústia, sofrimento pelo qual o indivíduo passa em decorrência da ação ou omissão de alguém.

Desta forma, é medida adequada e juridicamente possível conceder indenização por danos morais àquele que sofreu abandono afetivo de qualquer dos pais, como forma

[1] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.159.242/SP. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 24 de abril de 2012.

de restituição pelos prejuízos sofridos. A análise do caso concreto deve ser feita, obviamente, mas com a superação do defasado entendimento de que o amor não pode ser exigido e a ascensão do posicionamento jurídico de que a omissão de cuidado é violação de direitos que justifica a medida pleiteada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Cunha de. **Responsabilidade civil no direito de família: angústias e aflições nas relações familiares**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, volume 5: Direito de família**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo curso de direito civil, volume 6: direito de família: as famílias em perspectiva constitucional.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

HINORAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Pressuposto, elementos e limites do dever de indenizar por abandono afetivo**. Repertório de jurisprudência IOB, n. 13, p. 411-418, jun. 2006.

DEVER DO ESTADO EM FORNECER MEDICAMENTOS.

Bianca Neves Piva, João Carlos Ustulin, João Paulo Cespedes, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1.INTRODUÇÃO

A saúde é um importante aspecto a ser considerado no ser humano, no entanto, nem sempre se encontra abundante, em virtude de variados fatores da vida, seja genético, em virtude de ambientes insalubres, bem como hábitos alimentares ou estilos de vida, seja por escolha do próprio individuo ou por influência e determinação da própria sociedade.

Foi com o rompimento de governos autoritários e monárquicos, e o surgimento do Estado Democrático de direito guiado pela ideia de Estado Do Bem Social, influenciado pelos acontecimentos da 1ª e 2ª guerra mundial, o qual se tornou cada vez mais presente nos textos constitucionais e infra-constitucinais nos quais passaram a tutelar os direitos sociais como o direito à saúde, que antes era dever do Cidadão, passou a ser preocupação e dever do Estado.

Na atual Constituição brasileira tal direito é assegurado amplamente, constando no rol de Direitos Fundamentais, e Direitos Sociais, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão brasileiro.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, dispõe sobre as garantias e direitos fundamentais.

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

Os direitos sociais, são aqueles que exigem que o Estado faça alguma coisa, que cumpra uma prestação, e quando o Estado trata a saúde como direito social, este deve suprir as demandas, disponibilizando os tratamentos necessários.

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Ademais. Em seu artigo 196 a Constituição Federal assegura a saúde como direito de todos e dever do Estado.

> Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Tal direito é assegurado em sua amplitude, sendo que para que isso se concretize o Estado estabeleceu serviços e diretrizes para sua viabilização, um desses serviços é a distribuição de medicamentos e determinados procedimentos para quem deles necessite.

No entanto, é de suma importância relatar aqui o modo pelo qual o Estado vem se eximindo da obrigação em determinadas demandas, utilizando a chamada Reserva do Possível, no qual o Estado é obrigado a disponibilizar apenas o que é "possível" financeiramente, o que vem sendo amplamente discutido em nossos Tribunais como algo inaceitável em nossa sociedade, uma vez que se trata de uma questão altamente relevante, qual seja, o direito a uma vida saudável e ao bem estar da população, direito este intimamente ligado à dignidade da pessoa humana.

2.METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo científico, foi realizada uma abordagem qualitativa, por intermédio da análise de bibliografias especializadas na temática em tela e fontes relevantes sobre o tema. Foi utilizado o método dedutivo analítico, baseado em específicas pesquisas na legislação, doutrinas e jurisprudência.

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

A saúde é um Direito Fundamental, previsto na Constituição Federal, Título II, artigos 6º e 196 e seguintes da Constituição Federal de 1988, com intitulação "dos Direitos e Garantias Fundamentais". É Direito social necessário ao exercício da Cidadania e também necessário à efetivação da dignidade da pessoa humana e da própria preservação a vida prevista no artigo 1º desta mesma carta.

A responsabilidade em relação à competência para cuidar da saúde com prevenção e precaução não cabe a um único ente da federação, mas a todos de forma conjunta e solidária, cabendo a qualquer um destes a adoção de políticas públicas com vistas a garantir a efetivação do referido direito, tendo em vista que cabe ao Estado elaborar ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Para a efetivação desse direito foi criado o Sistema Único de Saúde por meio da

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que possui objetivos para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, conforme preâmbulo da mesma lei (BRASIL,1990): “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

O inciso II do artigo 198 da constituição conjugado com o artigo 6º, I, da Lei do SUS, consiste no fornecimento de medicamentos para aqueles que necessitam. Entretanto, existe real distanciamento entre a eficácia jurídica da legislação e a efetividade social da implementação da mesma à sociedade.

Nesse prisma, a CDJU/DGLIS/DLOG/SE/MS, a pedido desta Consultoria Jurídica, elaborou uma atualização dos gastos globais do Ministério da Saúde nos últimos dez anos com decisões judiciais em demandas de saúde, no qual verifica-se que em 2018 foram despendidos R$1.316.474.877,63 (um bilhão, trezentos e dezesseis milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos) pela União Federal com tais demandas. O gráfico abaixo mostra a evolução dos gastos supramencionados ao longo dos anos. Veja-se:

BRASIL. André Luiz Dornelas Brasil de Freitas. Advocacia-geral da União Consultoria-geral da União Consultoria Jurídica Junto Ao Ministério da Saúde Divisão de Subsídios Técnico e Jurídico em Matéria de Saúde. **PARECER REFERENCIAL n. 00008/2019/CONJUR-MS/CGU/AGU:** FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. Brasília: União, 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/abril/24/PARECER-REFERENCIAL-n.%2000008-2019-CONJUR-MS-CGU-AGU.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

Existe um dever do Estado e este não pode se negar a prestar o serviço de saúde, porém tem se eximido, argumentando que existe um limite para a prestação dos serviços, o que chamam de reserva do possível. Esse limite se dá através da previsão orçamentária de cada ente que possui um teto a ser gasto com políticas públicas.

> O princípio da reserva do possível foi aderido também ao direito brasileiro por meio do direito constitucional comparado. No entanto, a administração pública, por meio do Poder Executivo, tem-se orientado por meio do princípio da reserva do possível de forma errônea e, consequentemente, se encontra fazendo uma má interpretação e aplicação dentro do

> ordenamento jurídico brasileiro. Em razão disto, há um vasto número de ações ajuizadas perante o Poder Judiciário, tendo alguns casos especiais que se trata com por exemplos dos remédios órfãos, tratamento terapêutico com valores muito onerosos, portando, a administração pública utiliza-se da reserva do possível com objetivo de se esquivar de suas obrigações. Salienta-se que o direito à saúde está intrinsecamente ligado aos direitos e garantias sociais, de modo que é dever do Estado custeá-lo, garantido o "mínimo existencial" para a sobrevivência do ser humano (ARAUJO.RANGEL.SOARES, 2017).

A Constituição Federal não prevê exatamente essa teoria, mas com base nela, nós teríamos uma regra constitucional do princípio da reserva do possível, ou seja, o Estado se reserva a fazer somente aquilo que é possível financeiramente.

> Não se mostrará lícito, no entanto, ao Poder Público, em tal hipótese - mediante indevida manipulação de sua atividade financeira e/ou político-administrativa - criar obstáculo artificial que revele o ilegítimo, arbitrário e censurável propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar o estabelecimento e a preservação, em favor da pessoa e dos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência. Cumpre advertir, desse modo, que a cláusula da "reserva do possível" - ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível - não pode ser invocada, pelo Estado, com a finalidade de exonerar-se do cumprimento de suas obrigações constitucionais, notadamente quando, dessa conduta governamental negativa, puder resultar nulificação ou, até mesmo, aniquilação de direitos constitucionais impregnados de um sentido de essencial fundamentalidade (BARCELLOS, 2011).

A Teoria da Reserva do Possível não pode prevalecer frente à Teoria do Mínimo Existencial que consiste no conjunto de prestações materiais, dentre elas o fornecimento de medicamentos essenciais para o que o ser humano tenha uma vida digna, sendo sustentado pela doutrina como núcleo central da dignidade da pessoa humana. Vale destacar que esta teoria impede o Estado de qualquer recusa em prover determinados direitos sociais, como por exemplo, o direito à saúde.

> A questão da reserva do possível: reconhecimento de sua inaplicabilidade, sempre que a invocação dessa cláusula puder comprometer o núcleo básico que qualifica o mínimo existencial (*RTJ* 200/191-197). O papel do Poder Judiciário na implementação de políticas públicas instituídas pela Constituição e não efetivadas pelo poder público. A fórmula da reserva do possível na perspectiva da teoria dos custos dos direitos: impossibilidade de sua invocação para legitimar o injusto inadimplemento de deveres estatais de prestação constitucionalmente impostos ao poder público. A teoria da "restrição das restrições" (ou da "limitação das limitações"). Caráter cogente e vinculante das normas constitucionais, inclusive daquelas de conteúdo programático, que veiculam diretrizes de políticas públicas, especialmente na área da saúde (CF, arts. 6º, 196 e 197). [**STA 223 AgR**, rel. min. Celso de Mello, j. 14-4-2008, P, *DJE* de 9-4-2014.]

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se judicializado e tornado este tema no final, mais importante que o debate prévio que é estabelecer quanto, onde e para que serão investidos os recursos. Todas as sociedades democráticas debatem quanto vai para a educação, construção de estradas, publicidade institucional e demais serviços, sendo necessário estabelecer o quanto vai para a saúde e procurar determinar qual é o justo em saúde naquele momento e naquele determinado lugar.

A primeira porta deverá sempre ser a própria administração pública, onde torna-se imperioso persistir para que haja um constante aprimoramento interno de controle para ser respeitado o interesse público primário, qual seja, o interesse da coletividade.

O ideal seria buscar na própria administração pública a disponibilização de tratamentos, no entanto, em razão da má gestão administrativa, isso não é possível, gerando assim o grande número e acúmulo de demandas no poder judiciário e consequentemente o dispêndio de custas processuais face a judicialização da saúde.

O grande ponto da questão aqui é se realmente há a necessidade de se pleitear judicialmente determinado tratamento, quando na verdade seria menos burocrático para o judiciário e para o próprio paciente, ter acesso direto ao tratamento necessário para a saúde sem precisar buscar a tutela jurisdicional.

Uma meta a ser alcançada pela sociedade como um todo, fato a ser lapidado com melhoria na governança administrativa e na ideologia da sociedade face ao devido respeito à figura do Estado do Bem-Estar Social.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Cassiano Silva; RANGEL, Tauã Lima Verdan; SOARES, Hebner Peres. **Teoria da reserva do possível à luz do STF:** a fundamentalidade do Direito à Saúde como argumento justificador ao afastamento da reserva do possível. 2017. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/doutrina/constitucional/teoria-da-reserva-do-possivel-a-luz-do-stf-a-fundamentalidade-do-direito-a-saude-como-argumento-justificador-ao-afastamento-da-reserva-do-possivel>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BARCELLOS, Ana Paula. **A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais:** princípio da dignidade da pessoa humana.. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/58796699/ana-paula-de-barcellos-a-eficacia-juridica-dos-principios-constitucionais-2011-1->. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm.

_____. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1990a. Seção 1. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>.

_____. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental nº 223. Relator: Celso de Mello. **A Constituição e O Supremo.**. Brasilia, . Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201814>. Acesso em: 02 out. 2019.

SILVA JUNIOR, Erones Faustino da. **Direito à saúde e fornecimento de medicamentos pelo poder público.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/34939/direito-a-saude-e-fornecimento-de medicamentos-pelo-poder-publico>. Acesso em: 25 set. 2019.

STF. **STA 223 AgR**, rel. min. Celso de Mello, j. 14-4-2008, P, *DJE* de 9-4-2014. <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201814>. Acesso em: 25 set.2019

DIFICULDADES E HABILIDADES ENVOLVIDAS NO TRABALHO GERENCIAL DO ENFERMEIRO EM PRONTO SOCORRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Joice Lis Ramalho, Mariana Baptistella Salvador, Gercilene Cristiane Silveira, Renata Cristina de O. Souza Castro, e-mail: enfcastro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Gerenciar, de um modo geral, significa ter habilidade para buscar soluções para um problema, definir uma ação com eficiência e resultado. Mas para chegar a esse ponto é necessário refletir, discutir e investigar os fatos para então buscar soluções definitivas e concretas (KURCGANT, 2010).

Graças às mudanças ocorridas com o crescimento tecnológico e científico, ao acesso rápido e fácil às informações online e até mesmo às mudanças no quesito cultural, o público atendido pela área da saúde se tornou mais exigente. Concomitantemente aos fatores anteriormente citados, ocorreu crescimento populacional, aumentando o fluxo e a necessidade de um atendimento mais ágil e eficiente (ARASZEWSKI et al, 2014), como deve ocorrer, por exemplo, no setor de Pronto Socorro, que será estudado no decorrer deste trabalho.

As decisões tomadas pelo profissional nesta área precisam estar de acordo com e protegidas pela lei do Exercício Profissional n°7498, de 25 de junho de 1986 e pelo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem: Resolução COFEN n°311, de 8 de fevereiro de 2007. De acordo com esta lei, o enfermeiro tem a autonomia para a classificação e atuação nos riscos iminentes, juntamente com sua equipe de trabalho.

Na atualidade, o que se busca na atuação do enfermeiro no atendimento em geral, seja em ambiente extra-hospitalar ou intra-hospitalar, é o seu diferencial no planejamento e organização voltados à sua qualidade de serviço. O profissional deve, acima de tudo pensar em equipe, sabendo liderar e planejar, organizando tanto os recursos pessoais quanto materiais voltados ao bom atendimento do paciente, bem como o planejamento a médio e em longo prazo (escalas, controle de insumos, dentre outros), além de utilizar-se da educação continuada, da supervisão e da avaliação de desempenho de toda a equipe, bem como de si mesmo (PERES, 2006). O objetivo da gestão é obter qualidade, produtividade e satisfação (BELLUCI, 2011).

A pesquisa se justifica pelo interesse pela área de Urgência e Emergência, na qual durante a vivência em estágios, surgiram questionamentos acerca do trabalho gerencial do enfermeiro no setor de Pronto Socorro e quais as principais dificuldades, habilidades e ações presentes em sua jornada de trabalho, considerando-se a importância de seu trabalho na área e a necessidade percebida de adquirir tais conhecimentos ainda durante o período de graduação.

2 METODOLOGIA

Para atender aos objetivos deste estudo, foi realizada uma revisão de literatura envolvendo o tema “Gerenciamento de enfermagem em Setor de Urgência e Emergência”.

A revisão de literatura pode ser definida como uma análise cautelosa e vasta das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento. As fontes utilizadas foram secundárias, com resultados qualitativos.

O objetivo da pesquisa é de natureza exploratória. O levantamento do problema de pesquisa foi realizado através da observação cotidiana em estágios, aulas e pesquisas em referências científicas, observando-se a diversidade de obras com o assunto em estudo.

Para o conteúdo teórico, foram selecionados 51 artigos publicados entre 2000 e 2018, que se encaixassem no assunto e estivessem disponíveis na íntegra, sendo que estes compõem a base da pesquisa, porém do total, 34 foram utilizados. Os livros, num total de dois, foram selecionados de acordo com o assunto, sendo estes a minoria da base para pesquisa. Manuais explicativos do Ministério da Saúde e Resoluções do COREN e COFEN também foram utilizados.

Para pesquisa nas bases de dados Lilacs, Scielo, Bireme e no Google Acadêmico, foram utilizadas as palavras chave: Urgência e Emergência, Enfermagem, Gerenciamento. Foram selecionados os artigos que colaboraram com os descritores tomados e os escolhidos foram aqueles que versavam sobre os objetivos pré-situados da pesquisa.

As Leis, Portarias, Guias e Resoluções utilizados na pesquisa foram encontrados na plataforma Google, de acordo com o assunto em questão.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O enfermeiro é o indivíduo responsável pela administração dos serviços de saúde. Desde a sua profissionalização até a execução do trabalho na área, a relação entre o cuidado integral ao paciente e o gerenciamento de serviços ainda é um desafio (FERRAZ, 2000). Isto ocorre, pois embora o cuidado e o gerenciamento devam estar intimamente ligados, na realidade, as funções desenvolvidas pelo enfermeiro são ora majoritariamente administrativo-burocráticas ou especificamente assistencialistas (NOBREGA, 2006).

A imagem do setor saúde, hoje em dia, tem mudado juntamente com o cenário político e social da população brasileira. Ocorre morbimortalidade elevada devido a causas externas tais como violência e acidentes de trânsito, juntamente com o aumento da expectativa de vida, consequentemente gerando aumento na prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), tais como Diabetes Mellitus (DM) e Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS). Desde então, faz-se necessário reorganizar os serviços assistência à saúde, principalmente de Urgência e Emergência que é a porta de entrada de todos os usuários, garantindo assistência de qualidade, não apenas pensando em atendimento imediato (BRASIL, 2013).

Fonseca et al (2003) afirma que a pressão por produção de trabalho por parte das instituições de saúde para com as atividades do enfermeiro e da equipe acarreta o distanciamento do cuidado, o que faz com que o profissional delegue certas atividades de assistência direta ao cliente a outros membros da equipe e prejudique a efetivação de atividades como o gerenciamento.

Os serviços hospitalares de emergência são hoje rotineiramente frequentados por usuários que às vezes não possuem o perfil clínico de uma urgência, na intenção de complementar a atenção recebida nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e/ou unidades de pronto-atendimento. Isso gera superlotação, além de sobrecarga de trabalho para os profissionais (GARLET, 2009).

Consequentemente à crescente procura pelos serviços de Urgência, ocorrem empecilhos decorrentes da superlotação das Unidades, como o número de pacientes superior ao número de leitos, o que afeta o dimensionamento de pessoal para atender a demanda e a rotatividade de clientes. O processo de trabalho pode se tornar fragmentado, pois há necessidade de atendimentos imediatos, prejudicando a dinâmica de funcionamento (MIRANDA et. al, 2012).

Com relação ao papel do enfermeiro na Unidade de Emergência, destaca-se a realização exames físicos, orientação e aconselhamento aos clientes e familiares quanto ao tratamento, obtenção do histórico do paciente de maneira ética e execução do tratamento proposto pela equipe multidisciplinar. Para atuar na Unidade de Emergência, é necessário aplicar a fundamentação teórica, a liderança, discernimento, iniciativa, habilidade de ensino, maturidade e estabilidade emocional. Justifica-se desta maneira a necessidade de constante atualização dos profissionais, para que assim possam atuar em situações inesperadas de maneira assertiva, objetiva e em sincronia com os demais membros (FINCKE, 1980, WEHBE, 2001).

Zambiazi (2014) pontua em seu estudo, as principais atividades gerenciais desenvolvidas pelo enfermeiro na unidade de emergência. São elas: prestação de cuidados ao paciente junto com a equipe multidisciplinar, preparação e administração de medicamentos, coleta de exames especiais, instalação de sonda nasogástrica (SNG), sonda nasoenteral (SNE) e vesicais (principalmente SVD (sonda vesical de demora)), troca de traqueostomia, punção venosa com cateter, curativos de maior complexidade, preparação e checagem do funcionamento de instrumentos de intubação, aspiração, monitoramento cardíaco, realização de controle de Sinais Vitais (SSVV) e executar e anotar evolução dos pacientes sob seus cuidados.

Devido ao grande fluxo de atendimentos e à dinamicidade do Pronto Socorro (PS), é imprescindível que a atuação do profissional seja de qualidade. Daí a importância de treinamentos efetivos não só para enfermeiros, mas também para toda a equipe (técnicos e auxiliares). Desta maneira, o enfermeiro terá maior colaboração de sua equipe e poderá atuar melhor também no quesito gerencial, pois sua equipe será participativa e colaborativa (MONTEZELI, 2009).

O enfermeiro é incumbido de proporcionar a disponibilidade e qualidade de recursos materiais, além de supervisionar e propor melhorias com relação ao ambiente de trabalho e à instituição, conciliando as necessidades do paciente com as demandas que a instituição preconiza, tendo como objetivo a produção do cuidado, que deve ser integral. As competências gerenciais do enfermeiro em um Pronto Socorro, englobam: liderança, tomada de decisão, comunicação, trabalho em equipe e administração do tempo. A liderança situacional é considerada primordial no setor, assim como a facilidade na comunicação (DE LIMA, 2006).

Em um trabalho realizado no Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP), Zambiazi et al (2014) entrevistaram seis enfermeiros, dos quais todos eles citaram como

principal dificuldade na atuação no Pronto Socorro a escassez de colaboradores, com relação ao grande número de clientes. O gerenciamento, por consequência, não é realizado de maneira adequada, ocasionando declínio da qualidade na assistência.

A dinâmica de funcionamento do PS é um desafio para o enfermeiro na organização do setor, pois este é a porta de entrada do hospital, o que faz com que a superlotação seja rotineira (GALVÃO, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada através do referencial teórico, pode-se atribuir como dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros atuantes no Pronto Socorro, a má divisão das atividades administrativas e assistenciais realizadas pelos enfermeiros, visto que o quantitativo de recursos humanos não proporciona a correta realização de ambas (NOBREGA, 2006), o que acarreta também o distanciamento do cuidado (FONSECA et al, 2003).

A superlotação foi citada como uma dificuldade importante e ocorre, dentre outros fatores, devido ao fluxo de pacientes que não possuem o quadro clínico de urgência ou emergência, mas que mesmo assim utilizam-se do PS para sanar suas necessidades (GARLET, 2009).

Zambiazi et al (2014), em um estudo realizado em um Hospital Universitário, obteve como principal dificuldade citada pelos enfermeiros atuantes em Pronto Socorro a escassez de colaboradores em comparação com o número elevado de clientes. Assim, o gerenciamento é prejudicado e a qualidade de assistência declina.

A efetividade do trabalho da equipe de enfermagem perpassa por diversas necessidades para se obter um trabalho de qualidade. A disponibilidade de recursos materiais necessários ao bom funcionamento do setor, supervisão da equipe, indicação de melhorias com relação à estrutura física do ambiente de trabalho e atender necessidades do cliente de acordo com as diretrizes da Instituição são funções do enfermeiro no PS (LIMA, 2006). A realização de treinamentos para a equipe é muito importante, não só para a categoria de auxiliares e técnicos, mas também para os cargos de chefia (MONTEZELI, 2009).

Andrade (2000) defende que para exercer integralmente suas funções dentro do setor, o enfermeiro deve se portar com tranquilidade, agilidade e segurança em suas orientações, tanto no convívio com a equipe quanto com clientes e acompanhantes ou familiares. Ele deve ser capaz de raciocinar rápido, com fácil adaptação às situações

emergenciais e atuar em intercorrências. Essas aptidões são alcançadas através de conhecimentos científicos, competências clínicas e através da experiência de trabalho. Dentre as principais competências gerenciais do enfermeiro, pode-se destacar a liderança, tomada de decisão, comunicação, trabalho em equipe e administração do tempo. A liderança situacional e a facilidade e eficácia na comunicação são imprescindíveis. É importante haver estímulo ao trabalho em equipe e administração do tempo (MONTEZELI et al, 2013, ARASZEWSKI et al, 2013).

Garcia et al, (2012), Bugs (2017), argumentam que o enfermeiro tem papel fundamental no levantamento de suprimentos necessários em seu setor de atuação, desde a solicitação de reparos até o aumento do quantitativo de insumos que recebe em seu setor, baseado em dados coletados durante seu dia-a-dia. O planejamento, avaliação e controle de insumos utilizados é função do enfermeiro, devendo realizar cálculo mensal ou semanal, mantendo um estoque controlado, bem como a solicitação de adequações estruturais necessárias ao bom funcionamento do setor (ZULIANI, 2012).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L.M. **Percepção das enfermeiras sobre a unidade de emergência**. Rev RENE 2000; 1(1):91-7.

ARASZEWSKI, D. et al. O exercício da liderança sob a ótica de enfermeiros de pronto socorro. **Cogitare Enfermagem**, v. 19, n. 1, 2014.

BELLUCI, J. **O Enfermeiro no Gerenciamento à Qualidade em Serviço Hospitalar de Emergência.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472011000400022> Acesso em: 06/08/2019.

BRASIL. **Lei nº 7.498/86**, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília: Diário Ofcial da União; 1986. Seção I, p. 9273-5.

BUGSI. **Dificuldades do enfermeiro no gerenciamento da unidade de pronto–socorro hospitalar**. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 7, n. 1, p. 90-99, 2017.

DE LIMA. **A enfermagem no processo da acreditação hospitalar em um serviço de urgência e emergência**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 19, n. 3, p. 271-278, 2006

FERRAZ, C.A. **As dimensões do cuidado em enfermagem: enfoque organizacional**. Acta Paul Enferm. 2000;13(Especial pt 1):91-7.

FONSECA, M.G. **Razões que levam o enfermeiro a delegar atividades que lhe são privativas**. Enferm Atual 2003; 3 (13): 12-8.

GALVÃO, J. Gerência de serviço de urgência e emergência: fortalezas e fragilidades. **Rev Enfermagem**, v. 6, n. 2, p. 1133-42, 2013.

GARLET, E.R. et al. **Finalidade do trabalho em urgências e emergências: concepções de profissionais**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 17, n. 4, 2009

KURCGANT, P. et al. **Gerenciamento em Enfermagem.** 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara Koogan, 2010.

MIRANDA, C.A. Opinião de enfermeiros sobre instrumentos de atendimento sistematizado a paciente em emergência. **Revista Rene**, Ceará, 13 (2): 396-407, 2012.

MONTEZELI. **Competências gerenciais requeridas de enfermeiros em um pronto-socorro**. Rev. pesqui. cuid. fundam. (Online), v. 5, n. 3, p. 245-252, 2013.

NOBREGA, M.F.B. **Processo de trabalho em enfermagem na dimensão do gerenciamento do cuidado em um hospital público de ensino** [dissertação]. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará; 2006.

WEHBE, G. **O enfermeiro de unidade de emergência de hospital privado: algumas considerações**. Rev Latino-am Enfermagem 2001
março; 9(2): 86-90.

ZAMBIAZI. Gerenciamento de enfermagem em unidade de emergência: dificuldades e desafios. **RAS**, v. 15, n. 61, p. 169-176, 2014.

ZULIANI. Consumo e custo de recursos materiais em unidades pediátricas de terapia intensiva e semi-intensiva. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, n. 6, p. 969-976, 2012.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Aline Cristina Pinto, Gabriela Marostica Bressanin, Grasiela Lima, e-mail: alinejau54@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da educação das relações étnico-raciais, tendo em vista os reflexos do racismo no ambiente escolar no Brasil.

As análises empreendidas partem da perspectiva histórica em que as raízes da discriminação racial remontam ao período colonial, fato que reflete nas relações, nas condições de vida, nas oportunidades e no tratamento dado à população negra desde então.

Há mais de 400 anos era iniciado o sistema escravista no Brasil, no qual os negros oriundos do continente africano foram sumariamente desqualificados e diminuídos como seres humanos, vendidos como mercadorias, sujeitos ao pior tipo de tratamento e considerados como inferiores aos brancos.

Apesar da abolição da escravatura ser decretada em 1888, que nos termos da Lei Áurea deu aos negros escravizados a liberdade, os resquícios desse passado desonroso permanecem até hoje em nossa sociedade, mesmo levando-se em consideração as lutas do movimento negro em prol da igualdade e da justiça, além da conquista de legislação específica e políticas públicas inclusivas.

Dessa forma, a realidade do preconceito e da discriminação racial em pleno século XXI apresentam estatísticas alarmantes, inclusive dentro das instituições escolares, fazendo com que crianças e adolescentes negros, muitas vezes, criem uma autoimagem de inferioridade relacionada a estereótipos racistas. Essa situação se torna extremamente preocupante, pois esta autoimagem e autoconceito que os alunos negros criam de si mesmos trazem grandes impactos emocionais e psicológicos, inclusive no processo de ensino-aprendizagem, o que pode causar o baixo rendimento e a evasão escolar.

Inúmeros são os casos de discriminação racial dentro e fora do âmbito escolar, e os dados sobre tal situação são crescentes e preocupantes. Nesse sentido, Lopes (2005)

afirma que o ambiente desigual em que o indivíduo está inserido influencia diretamente para tal atitude discriminatória, tendo em vista que este comportamento é criado e reproduzido por grupos e pessoas que se relacionam diariamente,

> As pessoas não herdam, geneticamente, idéias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornarem-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações (p. 188).

Assim, o racismo afeta as vítimas de diferentes maneiras, desde o baixo desempenho escolar até as taxas de homicídios contra negros que vem crescendo progressivamente desde 2006, como apontam, respectivamente, o Censo Escolar de 2015 e o Atlas da Violência de 2018 (IPEA, 2018). Segundo estudos feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, o Brasil atingiu o recorde de homicídios, totalizando 62.517 mortes concentradas em uma única cor e uma determinada faixa etária.

Essas estatísticas da violência demonstram que dos quase 60 mil homicídios que ocorrem anualmente no país, 54,1% têm por vítimas pessoas de 15 a 29 anos. Dessas, 71% são negros ou negras. Esses dados são da mais recente edição do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, pesquisa da Secretaria Nacional de Juventude e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), em parceria com a UNESCO. Segundo esta publicação, as chances de um jovem negro ser assassinado são quase três vezes (2,7) maiores que as de um indivíduo branco na faixa etária dos 15 aos 29 anos.

No que se refere ao âmbito escolar, em muitos casos o preconceito acontece diariamente, o que faz com que este ambiente de socialização para a aquisição de conhecimentos e promoção da cidadania se torne um local de violências e exclusão. Além disso, em várias situações o professor se omite e não realiza uma mediação com objetivo de educar para o respeito ao diferente e para a igualdade étnico-racial, ou seja, de educador passa a ser colaborador da discriminação e permite que o aluno discriminado se sinta desrespeitado e injustiçado.

Segundo Gomes (2005) cabe aos professores buscarem elementos que favoreçam tanto a compreensão dessa estrutura racista numa perspectiva histórica, social e antropológica, quanto a superação e rompimento com o “mito da democracia racial” que ainda impera na sociedade brasileira e faz com que o brasileiro não se assuma como racista.

Essa questão, apesar de estar pautada nas políticas públicas do Estado e fazer parte das diretrizes educacionais para a educação básica e ter legislação específica - a

Lei 10.639/03 -, ainda encontra dificuldades para sua implementação no cotidiano escolar. Sendo assim, é imprescindível que existam práticas pedagógicas eficientes contra a discriminação e o preconceito nas instituições de ensino, assim como uma educação que, de fato, tenha como ponto fulcral a construção de uma visão crítica acerca das desigualdades e injustiças tendo em vista a transformação de atitudes racistas em comportamentos éticos e democráticos. Tais ações podem propiciar uma transformação na história e no destino de crianças e adolescentes que sofrem diariamente com a violência do racismo.

Em vista disso, o objetivo desse trabalho é pesquisar e refletir sobre as consequências que a discriminação racial provoca no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que se refere à falta de formação e preparo do educador para a efetivação da educação voltada para as relações étnico-raciais no contexto escolar, assim como os impactos do racismo na autoestima, autoimagem e aprendizagem do aluno negro.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo foi executada uma revisão bibliográfica sobre o tema, com a utilização de artigos, revistas e reportagens online, seguidos dos sites para a comprovação dos dados, além dos livros de autores que são referências na temática como Maria Luiza Tucci Carneiro (1997) que em sua obra exemplifica o mito da democracia racial existente em nosso país e a maneira que essa ideologia dificulta o reconhecimento de práticas racistas na sociedade.

Além disso, Florestan Fernandes (2007), Eliane Cavalleiro (2001), Nilma Lino Gomes (2005), Kabengele Munanga (2001, 2004) e Hélio Santos (2001) também se constituem como referências para esta pesquisa, pois suas obras sobre as questões étnico-raciais no Brasil, especialmente no que se refere à política educacional, à escola e às relações pedagógicas, são reconhecidas e fundamentais para a compreensão deste fenômeno nos seus aspectos históricos, teóricos e metodológicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos estudos realizados, pode-se afirmar que a discriminação racial não se restringe apenas ao preconceito contra o negro, pois é algo maior e que envolve toda a miscigenação existente em nosso país, incluindo raça, credo e etnias. Essa prática racista está presente em nossa sociedade através de gestos, atitudes, palavras e

“brincadeiras consideradas inocentes”, que no decorrer da história do país foi consolidada a partir de mecanismos que destroem a autoestima da pessoa negra, inferiorizando seus antepassados, violando seus direitos e promovendo muitas formas de violência.

A escola como parte da sociedade não está livre destas práticas, pelo contrário, pois é neste espaço que os educandos negros se reconhecem diferentes dos demais ao se depararem com atitudes racistas por parte dos colegas. Essa realidade pode causar nas crianças negras danos e consequências no longo prazo, muitas vezes irreversíveis. Sendo assim, o local que deveria ser de aprendizado e promoção da cidadania se torna traumático e desumano.

A situação torna-se ainda mais grave ao se levar em consideração a falta de preparo dos educadores que, muitas vezes, permitem ou reforçam atitudes preconceituosas e discriminatórias no ambiente escolar, pois consideram as ofensas apenas como “brincadeiras entre amigos”, mas que na verdade são ações que caracterizam o racismo velado do brasileiro.

Sendo assim, “a ausência de iniciativas diante de conflitos raciais entre alunos e alunas mantém o quadro de discriminação. Diante desses conflitos o “silêncio” revela conivência com tais procedimentos” (CAVALLEIRO, 2001, p.153).

Ainda segundo a autora supracitada, o livro didático também aparece como outra maneira de reforçar o racismo dentro das escolas, à medida que as personagens negras encontradas no mesmo são frequentemente reduzidas aos papéis de escravos, empregados domésticos e pessoas humildes e pobres. São representações que favorecem a baixa autoestima dos educandos negros por conta de uma visão estereotipada de suas características pessoais.

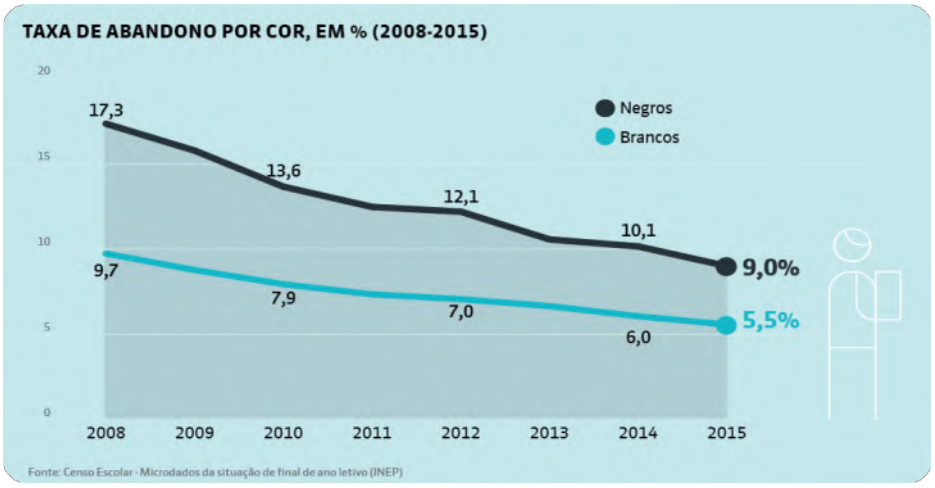
> A autoestima negativa poderá proporcionar uma série de problemas para as crianças no desenvolvimento cognitivo e emocional, pois uma criança com dificuldades de se relacionar com os colegas em sala prejudica a construção de seu conhecimento. (SILVA, 2015, p. 7).

A partir daí, tornar central a ética, a pluralidade étnico-cultural e a diversidade humana no currículo escolar é o ponto de partida para pensar e concretizar um projeto pedagógico antirracista.

Enquanto essas questões não forem verdadeiramente mediadas pela escola e seus sujeitos, o racismo desencadeará problemas de baixa autoestima, negação da identidade negra e outros problemas que resultam em baixos resultados escolares e desempenho inferior em relação aos alunos brancos. Segundo Santos (2001), a escola pública não facilita o desenvolvimento do aluno negro, uma vez que as taxas de

repetência de crianças negras, em todos os anos do Ensino Fundamental, são elevadas se comparadas às taxas das crianças brancas, além do eminente número de evasões que ocorrem ainda nos anos iniciais, como aponta o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Taxa de abandono por cor, em % (2008-2015)



Fonte: Censo Escolar – Microdados da situação de final de ano letivo (INEP). Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/30/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Portanto, observa-se que o âmbito escolar, integrado a uma esfera social racista, é afetado com situações de discriminação racial como tantos outros espaços sociais. Dessa forma, é imprescindível que a instituição de ensino apresente no cotidiano escolar, nos materiais pedagógicos e nos conteúdos a questão da diversidade cultural e étnica, e que se preocupe verdadeiramente com a educação antirracista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a análise empreendida e reflexões realizadas, é possível concluir que se abre uma oportunidade de mudança no cenário de racismo que afeta o Brasil, a partir dos educadores e sua práxis educativa. Nesse sentido, devem ser desenvolvidos e ampliados os conteúdos étnico-raciais na formação inicial e continuada dos docentes, tornando-os imprescindíveis para formar um profissional reflexivo com objetivo de valorizar a consciência negra entre os negros e despertá-la entre os brancos.

Outro ponto importante para enfrentar e superar a prática racista dentro da escola é a relação professor/aluno. Levando-se em consideração que o educador é parte primordial do processo ensino-aprendizagem, se o respeito e o afeto em relação ao aluno negro não acontecerem de forma prioritária, tão pouco ocorrerá por parte de outros alunos. Se o docente não superar seu preconceito e os estereótipos criados em relação

ao educando negro, não terá condições de desenvolver a práxis pedagógica de acordo com as diretrizes curriculares e a legislação pertinente à educação das relações étnico-raciais.

Da mesma forma, para que haja uma atuação antirracista é necessário que ocorra intervenção de órgãos públicos e autoridades políticas educacionais com a efetiva reformulação dos currículos escolares, inserindo de fato o ensino sobre os assuntos étnico-raciais, como determina a Lei 10.639/03, com a finalidade de valorizar a identidade negra, abrangendo temas e conteúdos que contemplem a importância da história do povo negro e sua cultura para a construção da sociedade brasileira.

Sendo assim, a educação antirracista exige que os educadores procurem os elementos necessários para que sua prática pedagógica transforme essa realidade de exclusão encontrada pelo educando negro na instituição de ensino, promovendo uma reflexão coletiva e mudanças de comportamento. A partir daí, a construção da identidade, autoimagem e autoestima do aluno negro se dará de forma positiva, favorecendo seu desempenho escolar, sua aprendizagem e sua formação cidadã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Censo Escolar 2016**. [Online]. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017-pdf/59931-app-censo-escolar-da-educacao-basica-2016-pdf-1/file>. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil e Violência 2017**: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 87 p. Disponível em: <https://mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_direitos_humanos/%C3%8Dndice_de_Vulnerabilidade_Juvenil_%C3%A0_Viol%C3%AAncia_2017.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Racismo na História do Brasil – mito e realidade**. 5ª Ed. São Paulo: Ática. 1997.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação Anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. *In:* CAVALLEIRO, Eliane (Org.) **Racismo e Anti-racismo** – repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**; (2 ed. rev.). São Paulo: Global, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. BRASIL/ MEC/SECAD**. Educação Antirracista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005. p. 39-62.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. [Online]. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

INSTITUTO UNIBANCO. **Desigualdade Racial precisa ser Enfrentada também dentro da Escola**. Rio de Janeiro, nº 30, 2017. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/30/>. Acesso em: 21 abr. 2019.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação Procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos. MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na Escola.** 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p. 185-204, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. *In:* MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola***.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2001, p.8.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In:* **Cadernos PENESB**. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói, Rio de Janeiro. N5. p. 15-23, 2004.

SANTOS, Hélio. **A Busca de um Caminho para o Brasil:** a trilha do círculo vicioso. São Paulo: SENAC, 2001.

SILVA, Samia Paula dos Santos et al. A autoestima da criança negra e suas implicações no processo de aprendizagem. **VII Fórum Internacional de Pedagogia**. Campina Grande, Vol. 1 Ed. 4, ISSN 2316-1086, Realize Editora, 2015.

UNESCO. **Índice mostra a vulnerabilidade dos jovens à violência no Brasil.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/index_outlines_youth_violence_vulnerability_in_brazil/>. Acesso em: 21 abr. 2019.

DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE INDEVIDA DE LICITAÇÃO FACE AO ARTIGO 89 DA LEI 8666/93

Joselaine Job de Souza, Laís Barbosa Conceição, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel, e-mail: joselaine-job@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de forma crítica um dos mais recorrentes crimes licitatórios, qual seja, a dispensa ou inexigibilidade indevida de licitação, prevista no artigo 89 da lei 8666/93.

Conforme dispõe Carvalho (2015, p. 429 apud MASCENA), a administração pública tem como função gerir a coisa pública e proporcionar um equilíbrio social, motivo pelo qual não seria conveniente deixar nas mãos do administrador a liberdade para se escolher as pessoas a serem contratadas, uma vez que tamanha liberdade ensejaria espaço a escolhas impróprias e totalmente desvirtuadas do interesse coletivo. Assim, buscando garantir que o interesse público fosse sempre preservado, foi trazido como regra o dever de licitar.

Nesse sentido, a licitação pode ser definida, como um procedimento administrativo prévio e obrigatório, que deve ser observado pela administração pública na realização de suas contratações seja de ‘‘obras, serviços, inclusive o de publicidade, compras, alienações e locações’’, bem como nas concessões e permissões de serviços públicos, conforme estabelece o artigo 2º da lei 8666/ 1993.

Tal obrigatoriedade de licitar decorre de previsão constitucional expressamente estabelecida no artigo 37, inciso XXI, com ressalva dos casos previstos na legislação. Dispondo no artigo 175, a obrigação de licitar quando tratar-se de concessões e permissões de serviços públicos.

Segundo Di Pietro (2015), o procedimento licitatório tem por objetivo proporcionar uma igualdade de condições entre todos os licitantes participantes do processo licitatório, garantindo, assim, o princípio da isonomia. Além disso, a licitação destina-se a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, que não necessariamente será sempre a de menor preço, mas aquela em que sob uma análise intrínseca do objeto, possibilite maiores benefícios à administração pública.

O processo licitatório e as contratações pela Adm. Pública são regulamentados pela lei nº 8666/93 e, embora a regra geral constitua-se no dever de licitar, a própria lei traz dentre as suas regras, hipóteses em que a licitação deixa de ser obrigatória.

Nota-se, desta forma que as hipóteses em que a administração pública não está obrigada a realizar a licitação estão expressamente previstas em lei. Assim, havendo a dispensa ou a inexigibilidade de licitação fora dessas hipóteses elencadas pela lei, o sujeito incorrerá no crime previsto no artigo 89 da lei 8666/93.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objeto a análise do crime de dispensa ou inexigibilidade indevida de licitação previsto no artigo 89 da lei 8666/93, baseando-se no método dedutivo de pesquisa com a análise de bibliografias administrativas (livros, artigos publicados em revistas cientificas conceituadas, monografias disponibilizadas por instituições de ensino), a legislação pátria e, por fim, a jurisprudência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O artigo 37, XXI, da Constituição Federal, dispõe que:

> A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]
> XXI – *ressalvados os casos especificados na legislação*, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifo nosso)

Em complemento, o artigo 175 da CF disciplina que “Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, *sempre através de licitação*, a prestação de serviços públicos”. (Grifo nosso)

Após a leitura dos mandamentos normativos supracitados, nota-se que, em regra, a Adm. Pública possui o dever de licitar em suas contratações, não sendo, portanto, uma faculdade do administrador. No entanto, a própria CF/88 ressalva alguns casos em que não haverá a obrigatoriedade de se licitar, com relação a obras, serviços, compras e alienações, deixando a cargo da legislação específica tratar sobre a matéria. O mesmo não se aplica às concessões ou permissões de serviços públicos, uma vez que, o artigo

175 da CF/88 é expresso no sentido de que elas ocorrem sempre através de licitação, não deixando com isso espaço para ressalvas.

Consequentemente, a Lei 8666/93 elenca 3 hipóteses em que é permitido o afastamento da licitação, sendo estas: nos casos de dispensa, englobando-se dispensada (art. 17) e dispensável (art. 24), e, nos casos de inexigibilidade (art. 25).

Na dispensada, é a própria lei quem diz que não deve haver licitação em tais casos, por exemplo, a venda de bem imóvel a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo (art.17, I, e), nesse exemplo a alienação do bem deve obrigatoriamente ocorrer de maneira direta.

Na dispensável, a lei deixa em aberto alguns casos em que a Adm. Pública decidirá se dispensa ou não a licitação. Em tese, nada impediria a realização do procedimento licitatório, contudo, ao se levar em conta algumas peculiaridades, o legislador apresenta um rol que admite a faculdade de licitação, como exemplo, quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento (art. 24, VI) (DA CRUZ; BITTENCOURT; JÚNIOR; OLIVEIRA, 2015).

Na inexigível, a licitação é afastada diante da inviabilidade de competição, ou seja, como trata-se de um objeto/pessoa específico, não tem a possibilidade de se instaurar procedimento licitatório para que diferentes interessados concorram, pois, a administração quer adquirir/contratar um objeto/pessoa com características que só ele possui, de modo que, não existe outro concorrente com as mesmas peculiaridades, como exemplo, tem-se a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública (art. 25, III).

Importante mencionar que os artigos 17 e 24 da Lei 8666/93 apresentam rol taxativo, razão pela qual a licitação dispensada, bem como a dispensável, apenas ocorreram nas hipóteses previstas nos referidos artigos, não se admitindo qualquer interpretação extensiva. Já no que tange ao artigo 25 da Lei, este apresenta um rol meramente exemplificativo, expondo apenas algumas das hipóteses de licitação inexigível, ficando a cargo da Administração Pública a análise dos casos concretos e a interpretação de suas circunstâncias fáticas para seu enquadramento neste artigo.

Verifica-se desta forma que, é vedado à Administração Pública realizar contratações de forma direta de obras, serviços, compras e alienações, fora das hipóteses elencadas nos artigos acima mencionados. Assim, havendo contratações com

a inobservância do procedimento licitatório, fora das hipóteses trazidas pela lei, ter-se-á, uma contratação desonesta e indevida.

Quanto a penalização do agente público que comete tal conduta, o artigo 89 da lei 8666/93 dispõe que:

> Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade: Pena - detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa. Parágrafo único. Na mesma pena incorre aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.

Deste modo, o *caput* do artigo 89 trata-se de crime próprio, sendo praticado pelo servidor público que, indevidamente, opta por dispensar ou inexigir licitação, ou que deixe de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade, visando burlar a norma legal e obter proveito. Nesse contexto, o superior hierárquico que confirma o ato ilegal do servidor público e o assessor jurídico que dá parecer de legalidade ao referido ato ilegal, também podem ser sujeitos ativos, cabendo a eles a conduta de deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade (FILHO, 2016).

Importante destacar que o artigo 84 da lei 8666/93 conceitua o servidor público como “aquele que exerce, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público”. Equiparando-se a servidor público “quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista [...]”.

No mais, o servidor público não é único responsabilizado, pois, o parágrafo único do mesmo artigo penaliza também aquele com quem o servidor público contratou e colaborou para o ilícito, ou seja, o beneficiário da conduta ilícita do servidor. Nesse caso, trata-se de crime próprio, sendo praticado por qualquer pessoa, exceto claro, o servidor público que a ele beneficiou (FILHO, 2016).

Acrescenta, ainda, o §2º do artigo 84 que a pena imputada ao funcionário público será aumentada da terça parte, nos casos em que ele for ocupante de:

> [...] cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público.

No tocante à pena de multa, sua base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente (artigo 99).

No mais, o crime do artigo 89 e os demais dispostos na seção III da lei 8666/93, são crimes de ação penal pública incondicionada, ou seja, não dependem de representação, cabendo ao Ministério Público promovê-la. Sendo admitido, porém, que

qualquer pessoa forneça informações sobre os fatos ao Ministério Público, provocando, assim, sua iniciativa (artigos 100 e 101).

O sujeito passivo do delito do artigo 89 é o Estado, representado pela pessoa jurídica a qual foi lesada (“União, Estados, Distrito Federal, Município, suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelos entes federativos”) (FILHO, 2016). Pois, diante de tal ilícito penal, é o Estado quem sofre as consequências, uma vez que, com a falta de licitação, e consequente falta de concorrência, o Estado deixa de auferir para si a proposta mais vantajosa, causando, assim, reflexos nos cofres públicos.

Importante ressaltar que o pleno do STF, bem como a Corte Especial do STJ, exige para que se configure mencionado crime, o dolo específico, ou seja, a intenção de causar prejuízo ao erário e também o efetivo resultado (ou seja, que haja a caracterização efetiva do prejuízo).

Nesse contexto, o STF decidiu:

> EMENTA Ação Penal. Ex-prefeito municipal que, atualmente, é deputado federal. Dispensa irregular de licitação (art. 89, caput, da Lei nº 8.666/93). Dolo. Ausência. Atipicidade. Ação penal improcedente. 1. A questão submetida ao presente julgamento diz respeito à existência de substrato probatório mínimo que autorizasse a condenação do réu na condição de prefeito municipal, por haver dispensado indevidamente o procedimento licitatório para a contratação de serviços de consultoria em favor da Prefeitura Municipal do Recife/PE. 2. Não restou demonstrada a vontade livre e conscientemente dirigida por parte do réu de superar a necessidade de realização da licitação. Pressupõe o tipo, além do necessário dolo simples (vontade consciente e livre de contratar independentemente da realização de prévio procedimento licitatório), a intenção de produzir um prejuízo aos cofres públicos por meio do afastamento indevido da licitação. 3. A incidência da norma que se extrai do art. 89, caput, da Lei nº 8.666/93 depende da presença de um claro elemento subjetivo do agente político: a vontade livre e consciente (dolo) de lesar o Erário, pois é assim que se garante a necessária distinção entre atos próprios do cotidiano político-administrativo e atos que revelam o cometimento de ilícitos penais. No caso, o órgão ministerial público não se desincumbiu do seu dever processual de demonstrar, minimamente, que tenha havido vontade livre e consciente do agente de lesar o Erário. Ausência de demonstração do dolo específico do delito, com reconhecimento de atipicidade da conduta dos agentes denunciados, já reconhecida pela Suprema Corte (Inq. Nº 2.646/RN, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Ayres Britto, DJe de 7/5/10). 4. Por outro lado, o que a norma extraída do texto legal exige para a dispensa do procedimento de licitação é que a contratação seja de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos. Há no caso concreto requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de dispensa de licitação. Ilegalidade inexistente. Fato atípico. 5. Acusação improcedente. 6. Ação penal julgada improcedente. (STF, AP 559 / PE, Primeira Turma, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe de 30-10-2014).

Outrossim, vale lembrar que a tutela repressiva da improbidade administrativa começou na legislação penal. O Código Penal dispõe sobre os crimes contra a Administração Pública praticados por agentes públicos como o peculato, a corrupção passiva, a concussão, o emprego irregular de verbas públicas etc. Ocorre que, mesmo diante de vários artigos disciplinando os crimes contra a Administração Pública, com o passar do tempo, o CP deixou de ser suficiente para a repreensão de todas as condutas ilícitas praticadas pelos agentes públicos. Deste modo, como um auxílio e buscando-se evitar a impunidade de tais condutas, as leis especiais assumiram um papel de grande importância para a punição de atos transgressores da lei, como no caso do crime do art. 89 da lei 8666/93.

O fato é que, leis penais extravagantes também tipificam crimes funcionais, típicos de agentes públicos, como a Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965), e que correspondem à noção de improbidade administrativa. O Código Penal, além da sanção privativa de liberdade, dita como efeito da condenação – que torna certa a obrigação de reparar o dano e a perda de bens produto do crime – a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo (a) igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, ou (b) superior a 04 (quatro) anos nos demais casos, estabelecendo que esse não é automático, devendo ser motivadamente declarado na sentença (art. 92/CP).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em breve conclusão observa-se que o crime previsto no artigo 89 da lei 8666/93 é ato atentatório aos princípios da legalidade e moralidade administrativa, do qual o servidor público contrata de acordo com suas escolhas pessoais, desprezando assim a isonomia e a integridade da concorrência nos procedimentos licitatórios.

O artigo 89 impõe a penalização do servidor público que atua desta forma, além dos terceiros que agem em conluio com ele, não deixando, assim, que tal atitude ilegal passe despercebida aos olhos da Administração Pública.

Destarte, essa penalização se mostrou extremamente necessária, pois nos tempos hodiernos, com tantas condutas desonestas no meio público, criminalizar ao menos uma delas já assegura um “plus” ao respeito aos princípios constitucionais e administrativos, além de produzir um grande alívio aos cofres públicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasilia, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 set. 2019.

_____. **Lei nº 8666, de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências. In: VadeMecum / obra coletiva de editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 27. ed. atual. eampl. São Paulo: Saraiva, 2019.

DA CRUZ, Jamil Manasfi; BITTENCOURT, Marcus Vinicius Corrêa; JÚNIOR, Roberto Azevedo Andrade; OLIVEIRA, Simone Zanotello. **Uma análise dos crimes de licitação e suas penas conforme seção III da lei nº 8.666/93**. 2015. Disponível em: <https://admjamil.jusbrasil.com.br/artigos/259417931/uma-analise-dos-crimes-de-licitacao-e-de-suas-penas-conforme-secao-iii-da-lei-n-8666-93>. Acesso em: 26 set. 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo/Maria Sylvia Zanella Di Pietro**. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FILHO, Ivan Xavier Vianna. **Dispensa ou inexigibilidade de licitação e a responsabilidade penal do particular**. Disponível em: <https://www.editoraforum.com.br/wp-content/uploads/2017/04/artigo-dispensa-licitacao.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

MASCENA, Emanuel. **Licitação conceito e finalidade**.2016. Disponível em: <Https://dremanuelmascena.jusbrasil.com.br/artigos/437367557/licitacao-conceito-e-finalidade >. Acesso em: 26 set. 2019.

DOS CRIMES FALIMENTARES E A LEI 11.101/2005.

Raquel Masiero de Arruda Falcão, Guilherme de Souza Mitiue, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel, e-mail: raqueljau1@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Lei 11.101/2005, popularmente conhecida como Lei de Falências, aborda tanto sobre a falência como a recuperação judicial e extrajudicial do empresário e da sociedade empresária. Na mesma lei estão previstos os crimes falimentares, que são aqueles que decorrem de qualquer ato fraudulento, praticado pelo devedor ou terceiro envolvido, que resulte ou possa resultar em prejuízo aos credores da empresa falida.

Os crimes falimentares estão previstos nos artigos 168 a 178 da Lei 11.101/2005, podendo esses ser praticados pelo devedor ou terceiro, como dito acima, antes ou depois da sentença declaratória da falência, que conceda a recuperação judicial ou homologue a recuperação extrajudicial. Frise-se que nos casos das sociedades, ou sócios, diretores, gerentes, administradores, conselheiros, bem como o administrador judicial, são equiparados ao devedor ou falido para efeitos penais, nesse sentido, vide art. 179 da lei acima citada.

É sobre estes crimes, seu procedimento penal, sua legitimidade (ativa ou passiva), suas espécies, seus tipos e os efeitos da condenação que a presente pesquisa irá tratar.

2 METODOLOGIA

Foi utilizado o método dedutivo com pesquisa bibliográfica em livros, legislação pátria, jurisprudência, sites especializados e artigos científicos, para que fosse possível criar um arcabouço de informações factíveis à exposição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O crime falimentar é um crime contra o patrimônio, sendo que o seu objeto jurídico é o dano causado ao patrimônio dos credores, bem jurídico que está sob a imediata tutela da lei, porque assim ordena o interesse público.

Os crimes falimentares estão dispostos no Capitulo VII da Lei nº 11.101/05, que trata das disposições penais. Na Seção I da legislação observam-se os crimes em espécie, quais sejam:

- Fraude a credores (art. 168);
- Violação de sigilo profissional (art. 169);
- Divulgação de informações falsas (art. 170);
- Indução a erro (art. 171);
- Favorecimento de credores (art. 172);
- Desvio, ocultação ou apropriação de bens (art. 173);
- Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens (art. 174);
- Habilitação ilegal de crédito (art. 175);
- Exercício ilegal de atividade (art. 176);
- Violação de impedimento (art. 177).

Para que as condutas descritas pela legislação falimentar sejam puníveis, é necessário que se façam presentes os seguintes requisitos: existência deum devedor (empresário ou sociedade empresária); existência de uma sentença declaratória de falência, ou concessiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a fraude dolosa e, por fim, o evento de perigo para o comércio.

No art. 180 da Lei 11.101/2005, o legislador declarou que o ato judicial que decreta a falência ou inaugura processo de recuperação é condição objetiva de punibilidade das infrações previstas. Sobre tal condição, o Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim se posicionou, conforme Ementa abaixo transcrita:

> HABEAS CORPUS. **FRAUDE A CREDORES** (art. 168, caput, da lei 11.101/05). trancamento da ação penal pelo **não preenchimento de condição objetiva de punibilidade. revogação da sentença que decretou a falência.** regramento insculpido no **art. 180 da lei 11.101/2005**. constrangimento ilegal evidenciado. ordem concedida para trancar a ação penal. extensão dos efeitos aos corréus na forma do artigo 580 do código de processo penal. **(grifo nosso)**
> (TJ-SC-HC: 20130622552 sc 2013.062255-2 (acórdão), relator: José Everaldo Silva, Data de Julgamento: 30/09/2013, Primeira Câmara Criminal julgado).

O sujeito ativo é o falido (devedor), mas em algumas situações pode ser terceiros, tais como contadores, técnicos, auditores, juiz, representante do MP, o administrador judicial, o perito, avaliador, escrivão, oficial de justiça, leiloeiro, entre outros. Esses terceiros não precisam possuir vínculo de direito com a empresa, bastando apenas o vínculo de fato. Assim, todos eles responderão pelos crimes previstos na lei em estudo na medida de sua culpabilidade.

Já o sujeito passivo, em regra, é o credor. No entanto o falido também poderá ser sujeito passivo (crimes pós-falimentares) se ele não for o autor, necessitando para tanto que um terceiro pratique algum delito que atinja algum interesse do falido que possua proteção legal.

Os crimes falimentares passam a ser investigados pela Polícia, se necessários, para colher provas. A competência para instruir e julgar os crimes já relatados é do juiz criminal da jurisdição onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial (artigo 183 da lei em estudo). Todos os crimes vinculados aos delitos falimentares devem ser julgados no juízo de falência, quando houver continência, como se vê do concurso formal ou ainda concurso de agentes. Haverá separação de processos caso haja concurso material, respeitando-se o rito especial do crime falimentar.

O doutrinador Darcom Pereira de Araújo, em seu livro “A instituição do processo misto dos crimes falimentares no Brasil”, no tocante ao inquérito policial falimentar, o mesmo se constitui como meio eficiente para a promoção da investigação de delitos falimentares, e proclama nos seguintes termos:

> Quanto **à investigação específica** nesta seara, consideramos que **a Polícia Civil contribuirá de forma valiosa**, fornecendo subsídios, inclusive periciais que servirão de lastro para a formação de justa causa para a atuação do membro do parquet. Nesta área **vigora o princípio da especialização da investigação**. **(grifo nosso)**

Os crimes previstos na lei de falência são de ação penal pública incondicionada. Recebida a denúncia ou queixa será observado o rito previsto nos artigos 531 a 540 do Código de Processo Penal, seguindo-se o procedimento sumário.

Ao ser intimado da sentença que decreta a falência ou concede a recuperação judicial ou extrajudicial, o Ministério Público, verificando a ocorrência de crime falimentar, deve promover imediatamente a ação penal ou requisitar abertura de inquérito policial. O prazo para tanto é de seis meses, conforme estabelece o Código de Processo Penal.

Se, porém, o representante do Ministério Público preferir aguardar a apresentação da exposição circunstanciada – relatório que o administrador judicial apresenta ao juiz da falência, no prazo de quarenta dias, tratando das causas da falência do procedimento do devedor antes e depois da sentença, e outras informações detalhadas a respeito da conduta do devedor e de outros responsáveis, se houver, por atos que possam constituir crime relacionado à recuperação judicial ou com a falência –, terá 15 dias para oferecer a denúncia. Na sua omissão, qualquer credor habilitado ou o administrador judicial

poderá oferecer ação penal privada subsidiária da pública, em prazo decadencial de seis meses. A lei estabelece ainda que, em qualquer fase do processo, surgindo indícios da prática dos crimes falimentares, o juiz deverá cientificar o Ministério Público.

São evidenciadas quatro espécies de crimes falimentares: próprios; impróprios; pré-falimentares, inclusive na recuperação judicial ou extrajudicial homologada judicialmente; e pós-falimentares.

Próprios são aqueles cometidos pelo próprio falido. Impróprios são aqueles praticados por outras pessoas que não o falido, tais como o juiz, o membro do MP, o administrador, o escrivão, o oficial de justiça ou o leiloeiro, e até mesmo o credor, seja ocultando bens da massa falida, adquirindo-os ilegalmente etc. Pré-falimentares são aqueles praticados antes da quebra, ou na fase de recuperação judicial ou extrajudicial. Por fim, pós falimentares são aqueles praticados depois da decretação da falência ou da concessão da recuperação.

A Lei de Falências trás 03 espécies distintas de penas em seus arts. 168 a 178, podendo ser pena de reclusão, pena de detenção e, pena alternativa (perda de bens, prestação de serviços à comunidade). Sobre as penas do crime falimentar, o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios as aplicaram conforme Ementa abaixo transcrita:

> PENAL E PROCESSUAL PENAL. **CRIMES FALIMENTARES**. LEI 11.101/05. arts 168 e 178. crime de desobediência. código penal. art. 330. atos fraudulentos. encerramento irregular. existência de passivo. prejuízo de credores. ausência de livros obrigatórios. materialidade e autoria comprovadas. unicidade dos delitos. desobediência. absolvição. nemo tenetur se detegere. redimensionamento da pena. **regime de cumprimento da pena**. modificação. **pena privativa de liberdade**. substituição. parcial provimento. **(grifo nosso)**
> (TJ-DF 20160110608468 DF 0010084-87.2016.8.07.0015, Relator: Nilsoni de Freitas Custodio, Data de Julgamento: 22/11/2018, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE: 26/11/2018. Pág. 136/141).

A pena de reclusão é a mais grave, pois, além de impor ao indivíduo um período de isolamento, só excepcionalmente admite o livramento condicional. A pena de detenção é mais branda, por isso que, em sendo primário, ao indivíduo não é imposto período de isolamento. Já a pena alternativa é a menos rigorosa de todas, consistindo, ou na perda de bens e valores, ou na prestação de serviços à comunidade.

A condenação por crime falimentar implica ao condenado as seguintes restrições, enquanto não for penalmente reabilitado: não pode exercer atividade empresarial; não pode integrar a administração de nenhuma sociedade simples ou empresária, seja como diretor, seja como membro do conselho; e, por fim, não pode gerir empresa na condição de mandatário ou de gestor de negócio.

Esses efeitos não são necessários de qualquer sentença declaratória da falência e devem ser motivadamente declarados na sentença penal. Quando assim ocorrer, eles perduram por até 5 anos após a extinção da punibilidade, salvo se o condenado obtiver reabilitação penal antes disso. Para dar efetividade à norma, prevê-se que, após o trânsito em julgado a decisão penal condenatória, notifica-se a Junta Comercial, para que adote as providências no sentido de impedir qualquer novo registro que conflite com a inabilitação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito ao estudo dos crimes falimentares, em seu gênero, verificou-se ser crime os quais podem ser praticados tanto pelo devedor, quanto por terceiros, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar a recuperação judicial.

A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou homologa a recuperação extrajudicial satisfaz a condição objetiva de punibilidade preconizada no artigo 180 da Lei 11.101/05 no momento de sua prolação, não dependendo para tanto do trânsito em julgado, salvo, excepcionalmente, quando, em caso de recurso de agravo, for concedido pelo tribunal efeito suspensivo.

Sua natureza jurídica é *sui generis,* por possuir características de crime contra o patrimônio, fé pública e atividade empresarial no mesmo estribo. Importante citação se referiu à competência do juízo universal da falência para processar e julgar os crimes falimentares em alguns Estados da Federação, conquanto seja matéria penal especial afeta ao juízo criminal. Uma vez sendo confirmado, através de sentença judicial transitada em julgada, a prática de crime falimentar, o condenado ficará por cinco anos, após a extinção da punibilidade, de ser inscrito perante a Junta Comercial, ficando portando, inabilitado para a prática da atividade empresarial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Darcom Pereira. **A instituição do processo misto dos crimes falimentares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012. p. 88.

BRASIL. **Lei n. 11.101, 2005. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2006.** Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 26/09/2019.

BRASIL. **Presidência da República. Código de Processo Penal. Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 26/09/2019.

BRASIL. **Tribunal De Justiça de Santa Catarina. Habeas Corpus**: 2013.062255-2. Impetrantes: André Melo Filho e outros. Paciente: João Camilo da Silva e outros. Relator: Desembargador Substituto José Everaldo Silva. Florianópolis, 30 de setembro de 2013.

BRASIL. **Tribunal De Justiça do Distrito Federal**. Apelação Criminal nº 0010084-87.2016.8.070015. Apelante: Arnaldo Neves Ferreira. Apelados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Relator: Desembargadora Nilsoni de Freitas Custodio. Distrito Federal, 22 de novembro de 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à Lei de Falências e de recuperação de empresas**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado**. 6ª ed. São Paulo: Método, 2016.

Valor Consulting. **Disposições penais na Lei de Falências (Crimes falimentares)** (Área: Legislação Falimentar). Disponível em: <https://www.valor.srv.br/matTecs/matTecsIndex.php?idMatTec=139>. Acesso em: 26/09/2019.

VIEGAS JUNIOR, Nilvan de Jesus. **Dos crimes falimentares**. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5021, 31 mar.2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/55741>. Acesso em: 26/09/2019.

É CORRETO FALAR SOBRE CRIME DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA?

Ana Carolina Ventura, Audrin de Almeida Camargo, Cesar Augusto Goes de Toledo, Maria Julia Seneda, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: carolinaventura1.6@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A improbidade tem sua origem etimológica do latim, *improbitate* que significa falta de probidade, desonestidade, má índole, mau-caráter. Neste sentido, o ato de improbidade administrativa caracteriza-se por ser a conduta, omissiva ou comissiva, na maioria das vezes dolosa, praticada em desconformidade com o decoro. Tal ato foi contemplado através da Lei 8.429 de 1992, ao qual comina aqueles que afetam o erário público e os princípios basilares da Administração Pública conforme caput do artigo 37 da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Sendo prevista desde a Constituição Federal de 1988, o artigo 37, §4º contempla as penalidades civis e administrativas para quem comete ato de improbidade administrativa:

> Art. 37...
>
> § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. (BRASIL, 1988).

Deste modo, as sanções da lei, da improbidade administrativa estão na relacionadas com responsabilidades administrativas tais como ressarcimento do erário, ou perda de função pública, ou indisponibilidade de bens. São sujeitos ativos da Improbidade Administrativa, ou seja, os praticantes do dolo são eles: os agentes públicos, aqui estando às pessoas que exercem mandato, cargo emprego ou função pública, mesmo que estejam transitoriamente no cargo ou função, por nomeação, contratação, designação, ou eleição, remunerados ou não, também são agentes ativos o terceiro que pode concorrer, induza ou se beneficie para a prática do ato administrativo, um exemplo clássico é empresa A que em conluio de agente público frustre processo licitatório. Por outro lado são sujeitos passivos do ato de improbidade administrativa, ou

seja, o ente que recebe o dolo, a Administração Direta (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), a Administração Indireta (Autarquias, Fundações Públicas, Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública), empresas incorporadas ao patrimônio público (aqui são as empresas que não são sociedade de economia mista nem empresas públicas, mas integram o Poder Público, uma vez que foram incorporadas a este.), entidade cuja criação ou custeio o erário haja concorrido com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual, ou seja são as empresas controladas direta ou indiretamente com o Poder Público, entidades que recebem incentivos, subvenções e benefícios do órgão público, aqui podendo ser de forma creditícia ou fiscal (SESC, SENAR, SENAI, SESI, etc.), e por fim entidades que para sua criação ou custeio o erário concorra, ou haja concorrido com menos de 50% do patrimônio ou receita anual, aqui estão entidades que foram criadas através de parcerias público-privada, sociedades de propósito específico.

Os atos da Lei de Improbidade administrativa são aqueles que dispostos nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429 de 1992, podendo ser aqueles que importem enriquecimento ilícito, causem lesões ao erário, decorrem de concessão ou aplicação indevida de benefícios financeiros ou tributários, e que atentem contra os princípios da Administração Pública.

O procedimento quando da prática de tais atos é uma ação judicial de improbidade administrativa, sendo considerada pela doutrina uma Ação Civil Pública que obedece ao rito ordinário, podendo esta ser proposta tanto pelo Ministério Público, tanto pela pessoa jurídica interessada, exemplo ao identificar indícios de improbidade administrativa através de um procedimento de sindicância na esfera municipal, os procuradores de tal municipalidade poderão ingressar com ação de civil pública pela prática de ato de improbidade administrativa, deste modo o Ministério Público integra a ação por litisconsórcio.

A lei de Introdução ao Código Penal, Decreto-Lei 3914/41, em seu artigo 1°, define crime como sendo:

> "Art 1º Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente." (BRASIL, 1941)

Por mais que a letra da lei traga uma definição, é possível dizer que o conceito de crime ainda é bem amplo, assim são considerados como conceitos principais o material, formal e analítico.

O conceito material busca compreender o que é necessário para que um comportamento seja considerado criminoso, ou seja, se aquela conduta é relevante no âmbito penal. O conceito formal foca sua definição da palavra nas consequências jurídicas, isto é, nas espécies de sanções impostas para o cometimento daquele ato. No entanto, o conceito analítico evidencia o conhecimento da estrutura e elementos do crime, os sistematizando de forma organizada, sequenciada e relacionada[1].

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa foi o método dedutivo-analítica com análise da legislação e jurisprudência pátria, além da avaliação de bibliografia especifica afetada a temática em tela.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os atos administrativos são divididos em cinco espécies, sendo elas: atos normativos, atos ordinários, atos negociais, atos enunciativos e atos punitivos.

Os atos normativos contêm determinações gerais e abstratas, não possuem destinatários determinados, mas incidem sobre todos os fatos ou situações que se enquadrem nas hipóteses que preveem. Esses atos possuem conteúdo análogo ao das leis, diferenciando-se apenas por não poderem criar para os administrados direitos ou obrigações que não estejam estabelecidos em lei. São exemplos de atos normativos: os decretos, os regulamentos, os regimentos, as resoluções, as instruções normativas e as deliberações.

Os atos ordinários, por sua vez, objetivam disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta de seus agentes, atuando internamente nas repartições e alcançando servidores com cargo de chefia. Citamos como exemplo: as portarias, despachos, ordens de serviços, portarias, avisos, circulares e instruções.

Atos negociais são aqueles que possuam declaração de vontade da Administração apta a concretizar certo negócio jurídico ou deferir determinada faculdade ao particular, porém estando em conformidade com as condições impostas pelo Poder Público. Neste sentido, enquadram-se os seguintes atos: licença, autorização,

[1] André Estefam, Victor Eduardo Rio Gonçalves, *Direito Penal Esquematizado*, 5.ed., p. 294.

permissão, homologação, admissão, visto, aprovação, dispensa, renúncia, protocolo administrativo.

Já os atos enunciativos são classificados como aqueles em que a Administração se limita a certificar ou atestar um fato, sem possuir qualquer tipo de vínculo com aquilo que foi enunciado. Dentre os principais estão: Certidões, atestados e pareceres.

Por fim, temos os atos punitivos conceituados como atos que impõe uma sanção da Administração àqueles que infringem disposições legais, regulamentares ou ordinárias dos bens e serviços públicos. Tais atos visam punir e reprimir as infrações administrativas ou a má conduta dos servidores ou particulares para com a Administração. São eles: multa, interdição de atividade, suspensão, advertência.

De acordo com artigo 186 da Lei 10.406 de 2002 (Código Civil), traz a definição mais utilizada para o agente de ato ilícito, como sendo aquele que, por ação, omissão voluntária, negligência ou imprudência, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral. O crime é uma das espécies de ato ilícito no Direito, porém nem todo ato ilícito pode ser configurado como crime, eles podem ser atos ilícitos civis, administrativos, tributários, entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Atos de Improbidade são espécie de ato ilícito de caráter político, administrativo e civil, e o crime é outra espécie de ato ilícito de caráter penal. Assim não podemos falar sobre “Crime de Improbidade Administrativa”, sendo necessário para tal conduta lei que a defina, e o que existe é uma lei que define, classifica, e trás os procedimentos civis, administrativos e políticos do Ato de Improbidade Administrativa, em resumo uma lei de caráter cível, sendo incorreta a nomenclatura “crime de improbidade”.

Muito embora, o agente público que pratica ato de improbidade administrativa, não está excluído de ao mesmo tempo praticar um crime definido em lei, desta forma, o agente responderá tanto por ação civil pública, como ação penal por crime tipificado, de modo independente, podendo ser punido em uma das ações e absolvido de outra, uma vez que cada um seguirá seu processo de forma distinta. É o caso do crime de fraude de licitação tipificado no artigo 90 da Lei 8.666 de 1993, onde o agente público responderá por ação civil pública de Improbidade Administrativa, como Ação Penal.

Sobre a independência de cada instância sendo ela administrativa, cível e penal trás o seguinte julgado que :

> DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE ACÓRDÃO DO TCU X AÇÃO PENAL X AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM. 1. Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que nos autos de Execução de Título Executivo Extrajudicial, consistente em acórdão proferido pelo TCU, rejeitou a exceção de pré-executividade oposta. **2. Com relação à alegação da existência de bis in idem na execução, por estar sendo perseguida por diversas vias processuais, tais como a execução do julgado no TCU, a ação penal e a ação de improbidade administrativa, o Supremo Tribunal Federal já firmou o entendimento de que o ato ímprobo possui natureza civil, ainda que algumas de suas sanções atinjam a esfera dos direitos políticos. (ADI 2797, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, j. em 15.9.2005). 3. Sendo um ato de natureza civil, e considerando a independência existente entre as instâncias, nada impede que a prática deste ato irradie efeitos nas três esferas jurídicas: penal, cível e administrativa, razão pela qual inexiste o bis in idem alegado, nos exatos termos do disposto no parágrafo 4º do artigo 37 da Constituição da República.** 4. Quanto à alegada inexistência de publicação de editais e de existência de penhora de numerário suficiente à satisfação do valor executado, verifica-se que tais alegações deveriam ter sido formuladas pelo Agravante quando da apresentação da exceção de pré-executividade oposta na origem, não sendo possível sua veiculação no presente momento por se tratar de inovação, descabida em sede recursal. 5. Agravo de Instrumento desprovido. (TRF-2 - AG: 00126531720154020000 RJ 0012653-17.2015.4.02.0000, Relator: MARCELO PEREIRA DA SILVA, Data de Julgamento: 17/10/2016, 8ª TURMA ESPECIALIZADA) (grifei)

É importante frisar, segundo julgado acima, que tal assunto já foi pacificado pelo STF, permitindo que uma mesma prática, seja irradiada em outras esferas jurídicas, podendo ela ser tanto de natureza penal, cível ou administrativa, sequer podendo ser considerado um bis in idem, mantendo ainda mais há não caracterização de “crime de improbidade administrativa”, mas tão somente, que tal fato possa ao mesmo tempo ter sido tipificado como crime como pela ação penal, como ilícito civil na ação de improbidade administrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEDRANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 23ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Código Civil de 2002. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm> Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei de Licitações de 1993. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm> Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Código Penal de 1941. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em: 01 out. 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia. **Direito Administrativo**. 30ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direto Penal Esquematizado**: Parte Geral. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

HOLANDA, André Jackson; Torres, Ronny Charles L.. **Improbidade Administrativa**: lei n° 8429/92. 2ª Edição. Salvador: Juspodivm, 2016.

JUSBRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região TRF-2 - **Agravo de Instrumento** : AG 0012653-17.2015.4.02.0000 RJ 0012653-17.2015.4.02.0000. Disponível em: <https://trf-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/396397879/agravo-de-instrumento-ag-126531720154020000-rj-0012653-1720154020000?ref=serp>. Acesso em: 09 out. 2019.

LÉPORE, Paulo; BORTOLETO Leandro. **Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo:** para os concursos de Técnico dos Tribunais e MPU. 3ª edição. Bahia: Editora JusPODIVM, 2016

MAZZA, Alexandre. **Manual do Direito Administrativo**. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A EXPERIÊNCIA DO CEEJA

Istéfani Aparecida Pontes, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail: iste_pontes@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Estudar a educação de jovens e adultos é compreender o quão a educação escolar tem relevância, faz falta e é importante entre esse público em questão.

A modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos, está amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que assegura o ensino para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, mas, nem sempre foi assim, essa conquista é marcada por uma trajetória de lutas e desafios.

Durante muito tempo, o direito dos jovens e adultos foi negado, estudar fora do tempo “convencional”, fora da idade julgada como certa, não era uma opção. A educação era destinada somente para a elite.

Muitos desses jovens e adultos trocaram o ambiente escolar pela necessidade de trabalhar, cuidar dos filhos e não terem condições de continuar estudando. Assim, eram vistos como seres que não faziam parte da sociedade, ou seja, eram sujeitos excluídos e tido como incapazes.

Mas, essa concepção de educação mudou. Atualmente, ao se referir sobre educação de jovens e adultos, logo é destacado a palavra inclusão, em integração daqueles que um dia foram afastados do âmbito escolar. Diante disso, não se pode deixar de citar o grande educador que fez diferença nesse contexto, Paulo Freire.

Freire, com seu método fazia a aproximação da alfabetização com os alunos, com uma palavra geradora, fazia várias outras, sempre respeitando a cultura e interesse de cada um.

Um enfoque sobre esse tema, é o uso dos materiais didáticos não infantilizados, pois são adultos que tem bagagem cultural abrangente e que tem conhecimentos prévios. Esses materiais têm que fazer a ligação com a realidade de cada aluno, com sua rotina, pois cada aluno vive uma realidade diferente. Partindo desses pressupostos, Bannell (2001, p.122) enfatiza:

> É pensar que cada sala de aula está inserida em um contexto sociocultural, que é plural, marcado pela diversidade de grupos e classes sociais, visões de mundo, valores, crenças, padrões de comportamentos etc., uma diversidade que está refletida na sala de aula.

Outro enfoque está nos docentes que trabalham com a EJA. A relação com esses alunos deve ser pautada nos diálogos, a troca de experiência é fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

O docente deve ter a percepção de que seus alunos são diferentes, com problemas diferentes e necessidades diferentes. Com isso, deve usar metodologia que irá favorecer cada um deles, contemplando reflexões e fazendo um ensino de qualidade.

Esse trabalho também traz como foco nos Centros de Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), que conforme o documento da Secretaria do Estado de São Paulo, são escolas “de características próprias de educação e método, e, também, de uma certa flexibilidade, ajustabilidade, criatividade, e aberturas capazes de atender às características específicas daqueles que a procuram” (SÃO PAULO, 1985, p.6).

Portanto, nesse trabalho, fica enfatizado a negação da educação para os jovens e adultos antigamente e agora a conquista dela, com várias oportunidades como o CEEJA, para concluir os estudos.

E também, com o objetivo de esclarecer a importância que a educação exerce na formação do cidadão, orientando, estimulando e possibilitando novas descobertas, transformando informações em conhecimentos.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho, seguiu a metodologia bibliográfica, que, por meio de pesquisas em artigos, livros foram analisados as partes que envolviam a Educação de Jovens e Adultos.

A princípio foi estudado a história e a trajetória da educação dos jovens e adultos, em seguida, uma discussão sobre a contribuição do educador Paulo Freire na EJA, seguindo com os materiais didáticos nesse ensino e o perfil dos profissionais em questão.

O trabalho foi finalizado especificando um novo caminho para essa modalidade de ensino, que são os CEEJAs, que são escolas que permitem a autonomia dos estudantes, dando disponibilidade de horários para que seja feito uma conciliação desses adultos entre escola/trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho desenvolvido e estudado, é importante no aspecto social que ele carrega. Ele retrata uma grande conquista adquirida pelos jovens e adultos que é o direito à educação, que antigamente era permitido somente para elite.

A educação da abrangência a esses jovens e adultos se recolocarem no mercado de trabalho, na sociedade, transformando-os em sujeitos ativos.

Os resultados encontrados no trabalho enquanto educação de jovens e adultos, especificando o CEEJA, trazem a reflexão do quanto essa modalidade de ensino ganhou ênfase e mais procura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema estudado nesse trabalho, faz com que a sociedade perceba o quão importante é o âmbito educacional, pois a educação faz parte do ser humano e o ser humano faz parte da educação, havendo uma troca.

A escola proporciona a educação formal, disponibilizando conhecimento que contribuem para a formação de cada um, como cidadão ativo e participativo na sociedade, respeitando a bagagem cultural e os conhecimentos prévios que cada um leva consigo.

Por meio de pesquisas e livros, compreendeu-se a trajetória da Educação de jovens e adultos que hoje têm a educação garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.304, de 1996 que assegura a educação para aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

Pôde-se compreender também, o CEEJA que destinado a esse público, traz mais chances e possibilidades de concluírem seus estudos, dando maior flexibilidade em relação aos horários, dando autonomia para esse público, podendo conciliar trabalho/estudo.

Concluiu-se que a educação é um meio que faz a reintegração, quem antes era tido como excluído hoje tem vários meios para reverter essa imagem, diante das várias oportunidades de estudo, estudado e delimitado aqui como CEEJA.

REFERÊNCIAS

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Retratos da Escola**. Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008. Disponível

em: <https://www.cnte.org.br/images/stories/2012/revista_retratosdaescola_02_03_2008_formacao_de_professores.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

STRELHOW**,** Thyeles Borcarte**.** Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf>. Acesso em: 10 mar.. 2019.

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES SOCIAIS: REPRODUÇÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA POLÍTICA NA ESCOLA

Sara Frederico Ferrarezi, Grasiela Lima, e-mail: sfferrarezi@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ainda no mundo contemporâneo a desigualdade em relação a oferta da educação de qualidade e inclusiva é uma realidade. Em relação ao Brasil, 7% da população com 15 anos ou mais é considerada analfabeta, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2017. São 11,5 milhões de pessoas analfabetas. Sendo assim, nosso país está atrasado no cumprimento da meta de 6,5% estipulada para 2015 no Plano Nacional de Educação.

Boneti (2013), afirma que “pensar sobre desigualdade implica pensar a condição social; e pensar sobre a condição social implica pensar sobre a diferença”. (p. 275). Na sua visão o conceito de desigualdade parte de parâmetros criados pela sociedade, que passa a determinar condições sociais que sejam consideradas “dignas”, sendo assim, a desigualdade estaria voltada ao indivíduo que não estivesse entre esses parâmetros definidos pela sociedade, consequentemente, esse termo aplica-se ao pobre e não ao rico.

> Considerando a tomada das linhas de pobreza e pobreza extrema, além de outros indicadores como referência, podemos entender que há um foco na dimensão econômica do fenômeno, ao mesmo tempo que a ênfase dada à necessidade de fortalecimento da cidadania assinala a sua dimensão política. A partir da conjugação dessas duas dimensões, também é possível afirmar que [...] há uma caracterização da pobreza como um fenômeno multifacetado. Isso fica claro quando são considerados [...] fatores como local de residência, condição social e econômica, disparidades geográficas, desigualdade de gênero e etnia, estrutura e composição familiar, dificuldade de acesso aos bens culturais, desigualdades educacionais, entre outros fatores. (GARCIA; HILLESHEIM, 2017, apud SALAMA; DESTREMAU, 1999)

Assim, segundo os autores supracitados, a pobreza e a desigualdade social são problemas centrais a serem atacados, sendo a educação uma mediação fundamental para o seu enfrentamento. Contudo, a realidade mostra que esses problemas não estão sendo efetivamente combatidos, na medida em que as desigualdades educacionais constituem grave problema na sociedade brasileira e estão relacionadas à estrutura socioeconômica do país, sendo a pobreza sua expressão mais explícita. Nesse sentido,

os resultados das avaliações das políticas educacionais, especialmente no que se refere aos índices de repetência e evasão escolar, assim como à qualidade do ensino, colocam-se ainda como um desafio a ser enfrentado e superado.

A Prova Brasil – avaliação educacional realizada bimestralmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) tem demonstrado que os problemas de aprendizagem constituem uma barreira para o acesso a níveis mais altos de ensino. Portanto a exclusão escolar e a baixa qualidade do ensino constituem-se em graves problemas para determinadas camadas sociais que são privadas de outros direitos, denotando formas de aprofundamento das desigualdades sociais.

Os dados do analfabetismo funcional – pessoas com dificuldades de entender e se expressar por meio de letras e números em situações cotidianas – apontam que jovens e adultos de 15 a 64 anos, portanto 29,9% da população são analfabetos funcionais segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) de 2018.

A questão do analfabetismo funcional nos remete à qualidade do ensino no Brasil. Nesse sentido, a PNAD 2015 apontou que existem no país 2.802.258 crianças e adolescentes de 4 a 7 anos fora da escola. A exclusão escolar afeta principalmente meninos e meninas das camadas mais vulneráveis da população, majoritariamente pretos e pardos.

Guzzo e Filho (2005) afirmam que as rendas desproporcionais são uma das principais razões para a divergência e evasão em relação a séries e idades dos alunos dentro do ambiente escolar, pois, muitos jovens abandonam a escola para trabalhar e ajudar a família com as despesas.

Dessa forma, os problemas enfrentados por aqueles que estão excluídos da escola, assim como aqueles que sofrem as consequências da má qualidade da educação, especialmente no que se refere ao sistema público de ensino, refletem a problemática da desigualdade da educação no nosso país.

As classes menos favorecidas sofrem com o reflexo das desigualdades sociais do mundo capitalista, que busca apenas o acúmulo de riquezas e onde o Estado deixa a desejar no cumprimento das prerrogativas sociais da educação. Por outro lado, o avanço das políticas neoliberais tem trazido para o campo educacional o crescimento dessas desigualdades, cenário onde muitos jovens abandonam o estudo para buscar seu sustento e os de sua família, especialmente no que se refere à passagem do ensino fundamental para o ensino médio.

Assim, o presente estudo busca refletir, a partir da bibliografia pesquisada, quais são as possíveis soluções apresentadas pelos autores em relação a uma educação igualitária e efetivamente democrática, que promova a mesma qualidade de ensino e a permanência na escola a todas as classes sociais, sem distinção de qualquer natureza, como está previsto nos documentos e na legislação educacional no nosso país.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa focou basicamente em dois autores que trazem um debate fundamental no que se refere ao tema educação e desigualdades sociais. Trata-se, em primeiro lugar, de Bourdieu (1989; 1998) cuja teoria acerca da educação nas sociedades modernas apresenta uma relação entre o papel da escola e a reprodução e legitimação das desigualdades sociais no contexto do capitalismo. Por outro lado, a perspectiva de Freire (1991) e a abordagem da educação como mecanismo de transformação social, através de seus sujeitos.

> Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (p. 126)

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), esse modelo de pesquisa tem como base principal o uso de bibliografias referentes ao tema, destacando-se a visão de diferentes autores. Entre esses materiais, podem ser encontrados artigos, livros, revistas científicas e jornais.

Segundo Manzo (1971 apud MARCONI; LAKATO, 2010), a utilização de bibliografias possibilita “meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (p.166). Os referidos autores afirmam que o uso de bibliografias proporciona uma ampliação dos objetivos da pesquisa inicial.

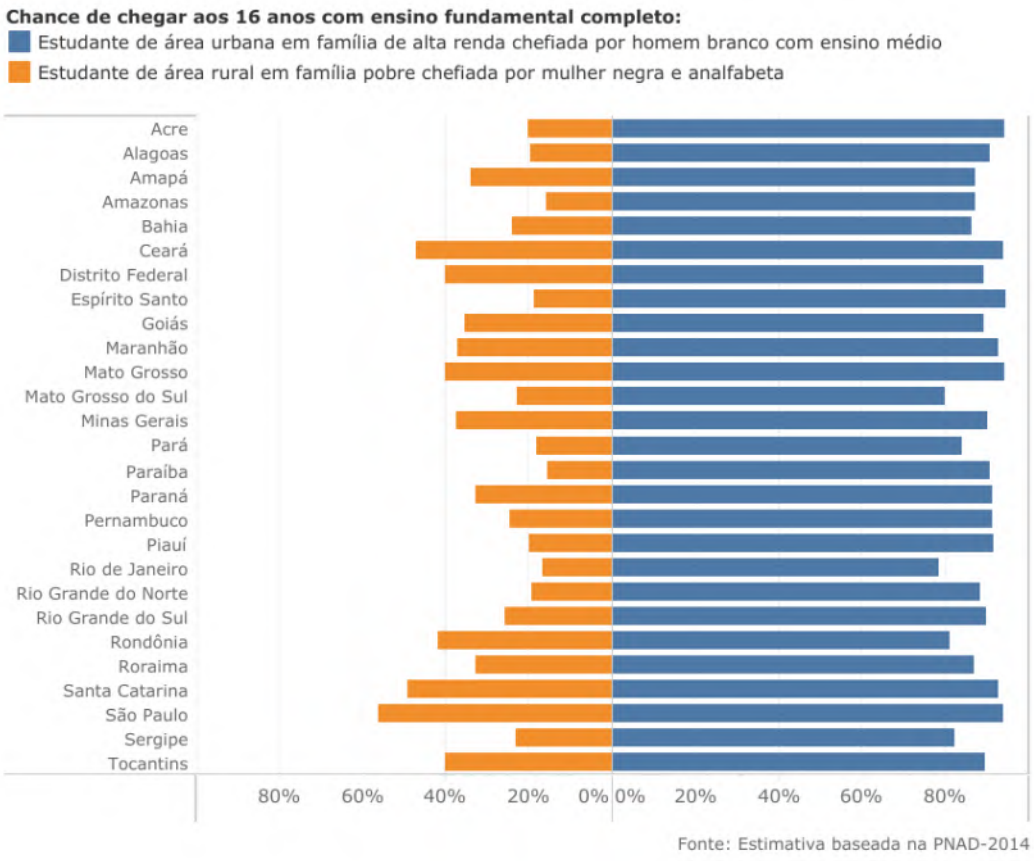
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, que gerou um marco histórico no desenvolvimento humano ao ser proclamada em 10 de dezembro de 1948, toda pessoa tenha direito à instrução. A declaração define que a instrução deverá ser gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais, e que esta etapa elementar será obrigatória. Já para o nível de instrução técnico-profissional,

o acesso também deve ser proposto a todos, bem como a instrução superior, entretanto, nesta etapa o ingresso será baseado no mérito, ou seja, através do processo seletivo que atualmente é conhecido como vestibular (CARVALHO, 2010).

Ainda segundo Carvalho (2010), a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que a instrução deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Promovendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

A Constituição Brasileira é fundamentada na Declaração dos Direitos Humanos, que consagra nos seus artigos os princípios democráticos como a igualdade, liberdade e a dignidade da pessoa humana, assim como assegura os direitos de cidadania. Contudo, no que se refere especialmente ao direito à educação, os dados apontam que as desigualdades ainda prevalecem no sistema educacional brasileiro.



Enquanto as classes privilegiadas têm acesso a uma melhor qualidade de ensino, portanto têm o direito à educação garantido, as classes baixas além de não ter estas mesmas condições, muitas vezes moram em locais de difícil acesso ou até mesmo muito

distantes de uma instituição de ensino. Muitas crianças, portanto, acabam abandonando os estudos para trabalhar e assim ter uma renda a mais na família.

Outros fatores estão ligados à condição de miséria social dessa parcela da população e que dificultam sua entrada e permanência em programas educacionais, como a falta de estrutura de transporte coletivo, falta de escolas no campo, necessidade de trabalhar etc. A formação dos professores também é um fator que preocupa. Não são utilizados profissionais de educação para atuar como alfabetizadores nesses programas, basta ter o ensino médio completo para tal. Essa precarização acaba afetando o processo, comprometendo os resultados esperados ou as metas pretendidas com sua implantação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de homens, mulheres e crianças, do ponto de vista dos interesses do capital, é uma preocupação central no âmbito das condições necessárias para a dominação, coerção e alienação em vista à manutenção da ordem social e à divulgação de novas formas de ser, estar e pensar diante da realidade.

As transformações ocorridas no capitalismo em nível mundial nas últimas décadas, especialmente em relação à globalização e ao neoliberalismo, motivaram reflexões sobre o papel da educação nos meios escolares em face das orientações das políticas sociais em curso, com especial destaque às educacionais, que se mantiveram invariavelmente a mercê dos interesses da classe dominante, em última análise os detentores do orçamento do Estado (FRANCO, 2017).

A educação, enquanto ferramenta libertária de amplos setores desfavorecidos socialmente deve participar de maneira crítica e intensa em todo o tecido social, onde educandos e educadores sejam conscientes de seu papel transformador e da possibilidade de alargamento das limitações colocadas ao pleno desenvolvimento da educação por parte das classes dominantes. Nesse sentido, deve-se ter a clareza de que não só os orçamentos estão em disputa, mas também o saber e o conhecimento que são armas fundamentais para a ocupação dos espaços que ora encontram-se unicamente à disposição das classes dominantes (FREIRE, 2011).

A partir desta conscientização é possível redescobrir caminhos e nortes sociais capazes de delinear o futuro de gerações que lutarão ante o *status quo* determinado pela classe dominante, como parte do processo histórico de construção da educação capaz de soltar as amarras impostas pelo capital que, ao serem aceitos de forma acrítica, acabam por manter a situação de acomodação próxima da letargia. (CARVALHO, 2010).

Assim, as propostas formuladas para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades educacionais vislumbradas nos documentos oficiais do Estado brasileiro configuram uma forma de dissimular um fato incontestável: a incontrolabilidade do sistema do capital. “Em síntese, as diretrizes político-econômicas que nortearam as ações dos governos [...] ainda que neguem a assunção da programática neoliberal, constituem uma variação dessa perspectiva, haja vista que seus fundamentos foram preservados” GARCIA; HILLESHEIM, 2017, p. 145)

Se do ponto de vista dos direitos assegurados constitucionalmente existe uma perspectiva democrática e inclusiva, na realidade as políticas públicas implementadas incorporam uma lógica de mercado na qual os interesses do capital prevalecem e as desigualdades sociais e educacionais não são efetivamente enfrentadas e superadas.

REFERÊNCIAS

BONETI, Lindomar Wessler. **O debate sobre as desigualdades e diferenças sociais na educação no Brasil: significados e contradições**. Perspectiva, 2013, v. 31, n. 1, p. 261-282. Disponível em: <Https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2013v31n1p261>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia: por entre resistências e insistências .2017. Disponível <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php > Acesso em 01 maio 2019**.**

FREIRE, Paulo**. A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez; 1991.

_____ **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

GARCIA, Adir Valdemar; HILLESHEIM, Jaime. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 131-147, set. 2017.

GUZZO, Raquel Souza Lobo. FILHO, Antonio Euzébios. Desigualdade Social e Sistema Educacional Brasileiro: a urgência da educação emancipadora. Escritos educ., 2005, v.4, n.2. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005>. Acesso em: 14 mar. 2019.

MANZO, Abelardo J**. Manual para la preparación de monografias:** una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo. Atlas, 2010.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O Tamanho da Pobreza**: economia política e distribuição da renda. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA EMPREENDEDORES

Ana Paula Mariano, Fernando Rodrigo Martins Junior, Lucas Henrique de Oliveira dos Santos, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: anapaulamariano193@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira para empreendedores é fundamental para a gestão eficaz da empresa. Possuir os conhecimentos financeiros e a disciplina necessária para utilizar a gestão financeira como ferramenta para nortear os caminhos da empresa é extremamente importante, porém, no cenário atual, a cada três adultos no mundo, dois são analfabetos financeiros, ou seja, dois terços da população mundial, não possuem educação financeira. Sem dúvidas, esse é um dado muito preocupante (INSPER, 2016).

A educação financeira é muito mais que aprender a poupar ou um guia de como gastar corretamente seu dinheiro, mas, oferece dados e ferramentas para planejamentos e tomadas de decisões, colaborando para o bom desempenho das empresas e consequentemente para a vida das pessoas.

Este trabalho tem o objetivo de demonstrar o quanto a educação financeira é importante para os empreendedores, começando por discutir o quanto é fundamental esses empresarios possuírem conhecimentos de educação financeira. Afinal, se uma pessoa não consegue controlar e gerir suas finanças pessoais, como ela vai conseguir gerir as finanças de uma empresa?

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2010 e 31 de julho de 2019.

Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Para cada três pessoas no mundo, duas são financeiramente analfabetas. Não existe planejamento financeiro, controle do dinheiro, nem visão do futuro com metas a serem alcançadas, gerando assim, uma lacuna tanto no desempenho financeiro das pessoas, quanto na qualidade de vida delas, já que o setor financeiro influencia diretamente na qualidede de vida do individuo (INSPER, 2016).

No cenário atual, especificamente no Brasil, com as altas taxas de desempregos, ocasionados por demissões em massa, que começou em meados de 2014, gerando uma situação de desânimo, desconfiança e desespero, surgiu como luz no fim do túnel o que anunciava ser a solução desses problemas: o empreendedorismo.

Com as verbas rescisórias, depois de anos de trabalho em uma empresa, o ex funcionário que possuía conhecimento técnico específico em algum segmento e um pouco de tino empresarial, apostava todas as suas economias no nascimento de uma empresa, com a esperança de garantiar seu pão de cada dia.

Porém, a grande questão é que não basta apenas isso. Segundo SEBRAE (2018), a cada 4 empresas abertas, 1 fecha as suas portas antes de completar 2 anos de vida e um dos fatores que determinantes para o fracasso da empresa é o despreparo e a falta de planejamento financeiro (PORTAL EXAME, 2018).

Questões de planejamento para a abertura de um empreendimento, envolvem :

a) Cálculo de Capital de Giro necessário para a saúde do negócio;
b) Negociação de melhores prazos de pagamentos a fornecedores, evitando despesas financeiras com juros;
c) Determinação de um montante a ser investido em estratégias de marketing para alavancar as vendas;
d) Fluxo de caixa, para planejamento de prazos de contas a receber, para manter os pagamentos de fornecedores, colaboradores, impostos e outros em dia;

e) Conhecimentos em gestão de custos para tomada de decisão em cortes de despesas desnecessárias e gerenciamento de desperdícios;
f) Payback, cálculo de retorno do investimento.

São conhecimentos técnicos específicos que demandam muito estudo e pesquisas, porém são ferramentas totalmente possíveis e acessíveis aos empresários que quiserem utiliza-las, além do mais, instituições como o SEBRAE, oferecem consultorias para empresas e profissionais do ramo da contabilidade também conseguem suprir essa necessidade dos empreendedores.

O maior problema é que mesmo quando o empresário reconhece a importância dessa ferramenta e busca um profissional capacitado para ajudá-lo ou mesmo uma consultoria, ele acaba resistindo a diversas mudanças por conta dos seus maus hábitos financeiros enraizados.

Um dos maiores desafios nesse ramo, é fazer com que o empreendedor entenda a importância de separar seus gastos pessoais dos gastos da empresa. A solução é simples: determinar um valor mensal para o empreendedor retirar para seus gastos pessoais, por meio do Pró Labore, e o restante ser especificamente para a empresa, seja para honrar os pagamentos de fornecedores, funcionários e impostos, como também para injetar capital na empresa para que possibilite crescimento e melhoria dos negócios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior desafio para o empreendedorismo é a conscientização do empresário a respeito da importância que tem a educação financeira, tanto para a sua vida pessoal, quanto para a sua gestão empresarial e o quanto ela é determinante para o sucesso ou fracasso nos negócios. Além da conscientização, a dificuldade mora nos maus hábitos financeiros impregnados em nossa cultura mundial, conforme falamos na introdução deste artigo.

O acompanhamento profissional é fundamental, desde que seja feito com profissional que detenha conhecimento técnico, seriedade e responsabilidade, isso é de crucial importância para a obtenção de informações adequadas para as tomadas de decisões certeiras que irão influenciar beneficamente os resultados da empresa.

A busca pela educação financeira é essencial, pois é somente por meio da educação que haverá quebra de paradigmas e construção de novos e bons hábitos.

Para finalizar, buscou-se com esse artigo, linkar a importância dos hábitos financeiros saudáveis pessoais com a gestão financeira empresarial, pois um afeta o

outro e também demonstrar como a Educação Financeira abre as portas para uma gestão eficaz e com excelência garantindo bons resultados, que além de ser bom para o empreendedor, acaba sendo benéfico para toda a sociedade com a geração de empregos fazendo girar a roda da economia: com mais empregos o consumo aumenta, potencializando os negócios e gerando ainda mais empregabilidade, além do mais gera mais arrecadação de impostos, fazendo com que o governo tenha mais meios de retornar esse dinheiro em saúde, educação, segurança, etc.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSPER. **Pesquisa global sobre educação financeira:** S&P Finlit Survey. 2016. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-financas/parcerias/educacao-financeira/> acesso em: 13 out. 2019.

PORTAL EXAME. **1 a cada 4 empresas fecham antes de completar 2 anos, segundo Sebrae.** 2018. Disponível em : <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/1-a-cada-4-empresas-fecha-antes-de-completar-2-anos-no-mercado-segundo-sebrae/> Acesso em: 03 nov. 2019.

SEBRAE. **A importância da educação financeira para empreendedores**. 2018. Disponível em: <http://sebraemgcomvoce.com.br/a-importancia-da-educacao-financeira-para-empreendedores/> acesso em 13 out. 2019.

EDUCAÇÃO SEXUAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O EXERCÍCIO CONSCIENTE DA SEXUALIDADE EM FACE AO COMBATE DA VIOLÊNCIA

Amanda Thais Garcia, Milena Maria Penco Cápua, Patrícia Pelegrina Rosseto,
e-mail: patricia_prosseto@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade, afirma Foucault (1988), é um "dispositivo histórico". Ou seja, é uma concepção social, visto que se estabelece, historicamente, baseada em diferentes discursos sobre o sexo, que regulam, padronizam, que instituem saberes, que criam "verdades". Partindo de tais teorias, compreende-se que na esfera da cultura e da história que se determinam as identidades sociais (além das identidades sexuais e de gênero, incluem-se as identidades de raça, de nacionalidade, de classe, entre outras. Essas várias e distintas identidades formam os sujeitos, na medida em que esses são abordados a partir de situações distintas, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade presume, pois, estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Orientação Sexual nas escolas, desenvolvida por meio dos Temas Transversais, nas diferentes áreas do conhecimento, envolvendo toda a escola na prática educativa, objetivou contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, saúde e responsabilidade (BRASIL, 1998). Até então “A escola brasileira pública e privada, sempre manteve este tema distante de seus procedimentos curriculares e responsabilidades institucionais” (NUNES, 2000).

Para Figueiró (2009), é inconcebível que assuntos referentes à sexualidade ainda não sejam totalmente tratados de maneira que se propicie expandir o conhecimento crítico, de modo cuidadoso, honesto e sistemático pela instituição escolar, em todas as séries. A educação sexual pode favorecer a educação afetiva e a construção da personalidade, facilitando o desenvolvimento equilibrado da pessoa como um todo e contribuindo para a felicidade pessoal. A efetividade de um projeto de educação sexual consciente e emancipador, envolve a preparação da escola e da comunidade, capacitando toda a equipe. E isso envolve habilitação para lidar com as manifestações

da sexualidade de crianças e adolescentes, com formação permanente e discussão das experiências no espaço escolar. É imprescindível o envolvimento dos pais, pois possibilitará a quebra de barreiras e tabus que ainda possam existir nas relações entre pais e filhos.

Ademais, a educação sexual contribui inclusive, para o processo de formação de cidadãos mais humanizados, não se limitando apenas na perspectiva biológica, mas abrangendo ainda o aspecto psíquico-social, que de acordo com Rocha (2013), favorece a redução da violência sexual contra crianças e adolescentes. Rocha et al. (2011), afirmam que nas duas últimas décadas, a ocorrência da violência sexual infantil vem-se apresentando como um problema social alarmante no cenário mundial e brasileiro em particular, compreendendo a necessidade de estudos que apontam para a emergência de políticas públicas voltadas à qualificação das comunidades escolares, visando o enfrentamento deste fenômeno. A escola deve e pode ser uma aliada na rede de enfrentamento e proteção com a luta contra a violência sexual, suscitando o romper do silêncio que ronda os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

O objetivo desse trabalho é demonstrar a importância de trabalhar a educação sexual nas escolas na busca de garantir direitos básicos a todos, como saúde, informação e conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes e no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. E como objetivos específicos, entender por que e para que se deve fazer educação sexual e qual o papel do educador; reconhecer a função da escola como parte de formação integral do aluno como sujeito ativo no processo ensino aprendizagem, através de suas experiências e conhecimento acerca do tema; abordar sobre a necessidade da participação da família na educação sexual; identificar o papel da comunidade escolar no combate à violência sexual. E por fim compreender as propostas apresentadas pelos PCN’s para a inserção da educação sexual como tema transversal nas escolas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo é uma revisão sistemática da literatura, utilizando-se de material elaborado por outros autores, acerca do tema.

Segundo Marconi; Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é a investigação de toda a bibliografia já publicada, em natureza de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Seu objetivo é fazer com que o pesquisador tenha familiaridade com

todo o material escrito sobre um assunto específico, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou no manejo de suas informações. Ela pode ser considerada como a primeira etapa de toda a pesquisa científica.

O processo de busca bibliográfica foi realizado de abril a setembro de 2019 nas seguintes bases de dados: Periódicos Capes, PubMed, LILACS, SciELO e Google acadêmico. Os critérios utilizados para a escolha dessas bases foram de domínio nacional e incluírem artigos relacionados à sexualidade na adolescência, educação e às ciências da saúde. As principais palavras-chaves utilizadas para a pesquisa foram: 1) “educação sexual” e escola; 2) “orientação sexual” e escola; 3) sexualidade e educação; 4) violência sexual e escola.

Tendo em vista a relevância da temática, priorizaram-se as publicações das últimas duas décadas, por ser um período histórico-cultural mais próximo da realidade atual. Contudo, na caracterização do tema sexualidade foi imprescindível a recuperação da trajetória histórica desse conceito, apresentada no início do trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em nossa sociedade, a sexualidade não tem sido explorada e/ou dialogada de modo que as pessoas sejam educadas para compreender o seu exercício.

Educar sexualmente é oferecer condições para que as pessoas assumam seu corpo e sua sexualidade com atitudes positivas, livres de culpas, de preconceitos, de medo, vergonha, bloqueios ou tabus (GONÇALVES et al., 2013).

O diálogo entre a família e a escola é fundamental para o desenvolvimento da sexualidade nos adolescentes. Portanto, se à família cabe um relacionamento mais íntimo e profundo, à escola caberá um relacionamento mais planejado e sistemático (JANEIRO, 2008). Assim, ressalta-se que a educação sexual oferecida pela escola não minimiza a função que a família possui, apenas a complementa (RODRIGUES; WECHESLER, 2014).

Refletir acerca da sexualidade no domínio escolar consiste em perceber esta instituição de ensino enquanto um universo amplamente sexualizado, o qual compreende cotidianamente dimensões sociais, afetivas, físicas, psicológicas e biológicas do desenvolvimento sexual humano (REIS, 2016). O “não dialogar”, facilita a exposição de adolescentes a situações de riscos relacionados ao exercício da sexualidade, como gravidez indesejada, contágio de IST e traumas psicológicos e

emocionais resultantes da vivência de uma sexualidade frustrante (GONÇALVES et al., 2013).

Um estudo realizado por Murta et al. (2012), avaliou um programa preventivo para adolescentes, professores e familiares, focado em direitos sexuais e reprodutivos, resiliência e habilidades sociais assertivas. Evidenciou-se que o programa favoreceu a construção de fatores de proteção para a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, serviu como apoio social para as famílias e sensibilizou para o trabalho em equipe para os professores. Os adolescentes relataram melhoria na qualidade da comunicação com os pais, prática de sexo seguro e tolerância à diversidade. Com isso, houve a sugestão de que as intervenções tivessem maior duração.

A grande complexidade contida nas relações, incluindo diferentes percepções, padrões culturais e sociais e visões de mundo, torna essencial que a educação sexual seja trabalhada a partir de critérios norteadores, por profissionais qualificados, no intuito de diminuir conflitos e visões pessoais (FURLANETTO et al., 2018).

Os princípios e diretrizes norteadores das práticas de Educação Sexual na escola estão contidos em documentos públicos da Educação, como nos PCN (BRASIL, 1997), em projetos estaduais como a “Prevenção também se Ensina”, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e demais documentos voltados às temáticas mais específicas em sexualidade como a cartilha “Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas” (BRASIL, 2009), dentre outros.

A escola deve ser uma grande aliada, ainda, no combate à violência sexual, conhecendo as dimensões do fenômeno e sabendo como enfrentá-lo. De acordo com o Guia Escolar: identificações de sinais de abuso e exploração sexual de criança e adolescente (SANTOS, 2011), quando crianças ou adolescentes sofrem qualquer tipo de violência e não recebem ajuda por parte da comunidade, da escola, ou mesmo da sociedade, internalizam a concepção de que a agressão é algo aceitável, assim perpetuando a violência. Daí a importância da escola na criação de um ambiente de acolhimento, que propicie a escuta de crianças e adolescentes que vêm vivenciando situação de violência sexual. A escuta é o primeiro passo para ajudar aqueles que manifestam a necessidade de apoio. Assim, observa-se interesse crescente em identificar a violência, inclusive o abuso sexual, no contexto escolar.

Santos (2011) destaca que se o educador desconfiar que alguma criança esteja passando por situação de violência sexual, deve conferir se a sua desconfiança procede, mesmo que seja apenas uma suspeita. Em caso de dúvida, deve pedir a opinião de seus

colegas de trabalho. É importante, porém, nunca revelar a identidade da criança ou adolescente, desse modo preservando sua privacidade. É imprescindível que o educador discuta as suas opiniões e as estratégias a serem adotadas com profissionais de outras áreas, tais como médicos, advogados, psicólogos e assistentes sociais.

O governo Federal desenvolve desde 2004 o Projeto Escola que Protege (EqP) por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC. O foco desse projeto é a capacitação de profissionais de educação para atuar em prevenção, atenção e reinserção social e educacional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nas áreas de violência física e/ou psicológica, negligência/abandono, violência sexual, exploração sexual comercial e exploração do trabalho infantil.

O EqP é o primeiro passo da política de prevenção no sentido de ajudar a escola a implementar práticas educativas para sua transformação em espaço de defesa e garantia de direitos, sendo importante contextualizar o sistema de educação e todos os seus agentes (professores, funcionários, diretores, coordenadores, orientadores pedagógicos e técnicos), determinando como eles podem contribuir. Assim, o que faz da escola uma instituição protetora está relacionada ao fato de esse espaço ser constituído de sujeitos. E são esses sujeitos, em suas interações próximas e simbólicas, que constroem e consolidam essa instituição como espaço de proteção (SANTOS, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado no exposto, conclui-se que a educação sexual é uma posição do saber contemporâneo que investe no acolhimento e reflexão dos aspectos que envolvem as vivências e as relações humanas de alunos, pais e profissionais da saúde e da educação.

Os estudos selecionados apontam para a necessidade do estabelecimento da educação sexual emancipatória dentro do contexto familiar e escolar, para assim informar, esclarecer e orientar os adolescentes quanto a práticas seguras da sexualidade. A participação dos pais e professores é relevante para que os adolescentes assumam seu corpo e sua sexualidade com atitudes positivas, livre de medo, culpa e preconceito.

Os princípios e diretrizes norteadores das práticas de Educação Sexual na escola estão contidos em documentos públicos da Educação, como nos PCN (BRASIL, 1997), em projetos estaduais como a “Prevenção também se Ensina”, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e demais documentos voltados às temáticas mais

específicas em sexualidade como a cartilha “Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas” (BRASIL, 2009), dentre outros.

Nesse contexto, a escola deve ser uma grande aliada, ainda, no combate à violência sexual, conhecendo as dimensões do fenômeno e sabendo como enfrentá-lo, fornecendo informações à comunidade escolar afim de possibilitar espaços de debates e estudos sobre temas a respeito da sexualidade e de suas manifestações para os professores, alunos e famílias.

Para identificar as crianças em situação de risco, os profissionais da escola deverão estudar os indícios, sinais e sintomas do abuso sexual para reconhecê-los em sua sala de aula e contribuir para interromper o ciclo de violência sexual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Constituição Federal. Texto promulgado em 05/10/1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 Ago. 2019.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em 29 Ago. 2019.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 23 Mai.2019.

_____. Lei nº 60/2009. Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. Diário da República, n. 151, p. 5097-5098, 2009. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/494016>. Acesso em 30 Ago. 2019.

FIGUEIRÓ, M. N. D (Org.). **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009. 208 p. Disponível em: <http://www.maryneidefigueiro.com.br/pdf/educacaosexual-embuscademudancas.pdf>. Acesso em: 12 Mai. 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 151 p.

FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B.; MARIN, A. H. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, p.550-571, 2018.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-263, 2013.

JANEIRO, J. M. S. V. Educar sexualmente os adolescentes: uma finalidade da família e da escola? **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 29, n. 3, p. 382-390, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 4. ed. 1992. p.43 e 44.

MURTA, S. G.; ROSA, I. O.; MENEZES, J. C. L.; RIEIRO, M. R. S.; BORGES, O. S.; PAULO, S. G.; OLIVEIRA, V.; RIBEIRO, D. C.; DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. Direitos Sexuais e Reprodutivos na Escola: Avaliação Qualitativa de um Estudo Piloto. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 3, p. 335-344, 2012.

NUNES, C.; SILVA, E. **A Educação Sexual da Criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas: Autores associados. 2000. 136 p.

REIS, F. **A educação sexual no portal do professor-MEC: Estudo analítico-descritivo das temáticas referentes à sexualidade no espaço da aula**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Araraquara, SP. 2016.

ROCHA, G. O. R.; LEMOS, F. C.; LIRIO, F. C. Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola. **Cadernos de Educação**, v. 38, p. 259-87, 2011.

ROCHA, G. R. Educação sexual para escolas do ensino fundamental. 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília, 2013.
RODRIGUES, C. P.; WECHESLER, A. M. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 89-104, 2014.ij 5

SANTOS, B. R. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica, RJ: EDUR, 2011. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>. Acesso em: 13 Set. 2019.

EFEITO DA DOAÇÃO DE SANGUE NOS NÍVEIS FÉRRICOS DOS DOADORES

Bruna Muntu da Silva, Tanize do Espirito Santo Faulin,
e-mail: brunamuntu@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, 1,6% da população brasileira é doadora de sangue, sendo 62% do sexo masculino e 38% do sexo feminino. No Brasil, em 2017, foram coletadas 3,4 milhões de bolsas de sangue e realizadas 2,8 milhões de transfusões de sangue. Estima-se que 34% dessas doações de sangue foram doações de reposição - para atender à necessidade de um determinado receptor - e 66% foram doações espontâneas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Na triagem de doadores, os hemocentros cumprem com alto rigor as normas nacionais e internacionais para oferecer segurança e proteção ao receptor e ao doador. (FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE, 2019). Uma das normas se refere à frequência de doação, que deve ser de quatro doações anuais para o homem e três doações anuais para a mulher. O intervalo mínimo entre as doações de sangue deve ser de dois meses para os homens e três meses para as mulheres (ANVISA, 2004).

O intervalo entre as doações deve ser respeitado porque apesar de a reposição do volume de plasma ocorrer em 24 horas e a dos glóbulos vermelhos em 4 semanas, para o organismo atingir o mesmo nível de estoque de ferro que apresentava antes da doação, são necessárias 8 semanas para os homens e 12 semanas para as mulheres (FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE, 2019).

O ferro é vital para todos os organismos vivos por sua participação em múltiplos processos metabólicos essenciais, incluindo o transporte de oxigênio, a síntese de DNA e o transporte de elétrons (SAS/MS, 2013). Sendo assim, este trabalho teve como finalidade revisar estudos brasileiros que avaliam o efeito da doação de sangue nos níveis de ferro de pessoas que doam sangue frequentemente.

2 METODOLOGIA

Foram revisados artigos científicos brasileiros relacionados à doação de sangue e níveis férricos indexados na base SciElo nos últimos 15 anos (2004 a 2019), utilizando

as palavras-chave: doador, doação, sangue, ferro, sideropenia, anemia, ferropênica (isoladamente ou sob a forma combinada). Também foram consultadas informações do Ministério de Saúde, Vigilância Sanitária e de alguns Hemocentros do Brasil.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O ferro é utilizado na síntese da hemoglobina, uma proteína presente nos glóbulos vermelhos sanguíneos os quais transportam oxigênio aos tecidos e gás carbônico dos tecidos aos pulmões (HOFFBRAND, 2017). A quantidade total de ferro no organismo do adulto é, aproximadamente, de 3 g a 4 g (45 mg/kg de peso corporal) sendo que a maior parte (de 1,5 g a 3,0 g) encontra-se ligada ao heme da hemoglobina e tem como função principal a oxigenação dos tecidos. Aproximadamente 300 mg de ferro encontram-se na mioglobina, na catalase e nos citocromos; 3 mg a 4 mg encontram-se no plasma e são ferro de transporte. O restante, de 600 mg a 1500 mg de ferro, são armazenados no fígado, no baço e na medula óssea, sob forma de ferritina e hemossiderina (CANÇADO, 2010).

A anemia por deficiência de ferro ou sideropenia constitui um grave problema de saúde pública. Os sintomas da anemia por deficiência de ferro incluem fraqueza, cefaleia, irritabilidade, síndrome das pernas inquietas e vários graus de fadiga e intolerância aos exercícios ou alotriofagia (apetite pervertido por terra, papel ou outras substâncias não alimentares). Pacientes com ferritina baixa e sem anemia podem ter os mesmos sintomas (SAS/MS, 2014).

A deficiência de ferro pode ocorrer devido a diversos fatores, tais como: gestação, dieta não balanceada, sangramentos, parasitoses, uso de alguns fármacos, hemólise intravascular e hemoglobinúria, procedimentos como hemodiálise, cirurgia, flebotomia e doação de sangue (CANÇADO, 2010).

A bolsa de doação de sangue (450 mL ± 25 mL) contém 200 a 250 mg de ferro, que corresponde a 6% do total de ferro de depósito para o sexo masculino e de 9% para o sexo feminino, e representa um aumento adicional da necessidade diária de ferro de 0,5 a 1,0 mg para uma doação por ano, 2,3 mg para duas doações por ano, 3,0 mg para três e 3,7 mg para quatro doações por ano (CANÇADO et al, 2007).

De acordo com resolução RDC/ANVISA nº 153, de 14 de junho de 2004 - que determina o regulamento técnico para os procedimentos hemoterápicos - para verificar se o candidato a doação não está com anemia, devem ser determinados a concentração de hemoglobina ou o hematócrito, em amostra de sangue do candidato obtida por

punção digital ou por venopunção. A anemia é caracterizada pela redução dos níveis de hemoglobina abaixo dos parâmetros normais para o gênero e a idade. Dessa maneira, para doar sangue, a concentração de hemoglobina não deve ser inferior a 12,5 g/dL para as mulheres e o hematócrito não deve ser menor que 38%. Para os homens, estes limites são de 13,0 g/dL e 39%, respectivamente.

A triagem para anemia em doadores de sangue, a partir da avaliação da hemoglobina e do hematócrito, realizada nos bancos de sangue, pode não ser eficiente em detectar e excluir doadores com depleção dos estoques de ferro e sem anemia evidente. Conforme discutido em MOUSINHO-RIBEIRO et al (2008), o melhor indicador das reservas de ferro do organismo é a ferritina sérica, por apresentar forte correlação com o ferro em depósito nos tecidos. Aproximadamente 1 µg/L de ferritina sérica corresponde a 8 mg - 10 mg de ferro em estoque em um indivíduo adulto. A concentração de ferritina circulante varia de 15 a 300 µg/L para homens e mulheres após a menopausa e 15 a 200 µg/L para mulheres em idade fértil (GROTTO, 2010).

Neste sentido, Passos et al (2005) avaliaram se doadores de sangue do Hemocentro do Amazonas desenvolviam sideropenia sem anemia após doações consecutivas. Para essa avaliação, a ferritina sérica e a hemoglobina foram medidas em doadores de sangue do sexo masculino, com idade entre 18 a 61 anos. Os resultados mostraram que houve depleção do depósito de ferro (níveis de ferritina menores de 20 ng/L) em 7,4% dos primodoadores e em 48,6% dos doadores de repetição. Embora dentro dos valores normais, os níveis de hemoglobina foram significativamente menores nos doadores de repetição. Foi demonstrado que a partir da 5ª doação consecutiva, os doadores estão sob risco de depleção de reservas de ferro, sugerindo que os doadores assíduos devam ser monitorados pela análise da ferritina sérica.

Junior (2015) também relatou a ocorrência de sideropenia sem anemia em doadores de sangue do Hemonúcleo de Foz do Iguaçu. A prevalência de sideropenia entre o total de doadores de sangue foi de 23,7 %, dos quais, 10,7% eram doadores do gênero masculino e 37,5% feminino. A frequência de sideropenia foi significativamente maior nas doadoras não de primeira vez, enquanto a frequência de níveis normais de ferritina foi significativamente maior no grupo de primodoadores. Entre as primodoadoras também foram observados os casos de sideropenia, 7,1%. No gênero masculino, não houve ocorrência de sideropenia entre os primodoadores.

Em outro estudo, Cançado et al (2007) avaliou mulheres doadoras de sangue no Hemocentro da Santa Casa de São Paulo. Em sua análise, a deficiência de ferro estava

relacionada com o número de doações nos últimos 12 meses. Esses dados foram estatisticamente significantes para as doadoras com duas ou mais doações nos últimos doze meses, sugerindo a importância da suplementação de ferro oral em doadoras frequentes de sangue.

Adicionalmente, Machado (2015) avaliou a alteração da hemoglobina em doadores fidelizados, que doaram sangue três vezes no Hemonúcleo de Ponta Grossa no período de um ano. Foi observado que os doadores, que no período de doze meses realizaram as três doações, tiveram seus níveis de hemoglobina ligeiramente diminuídos nas sucessivas doações, com exceção do grupo feminino de faixa etária de 16 a 29 que teve um leve aumento do valor da hemoglobina na segunda doação, mas diminuiu consideravelmente na terceira.

Ante o exposto, ficou evidenciado que após doações sucessivas de sangue, há depleção das reservas de ferro. Medidas devem ser adotadas para manter íntegra a saúde do doador de sangue, que voluntariamente ajuda a salvar outras vidas. A determinação da hemoglobina ou do hematócrito para seleção dos candidatos à doação não exclui indivíduos não anêmicos com sideropenia. A quantificação de ferritina sérica poderia ser introduzida na triagem dos hemocentros, pois tem sido apontada como um teste fidedigno para avaliar o estoque de ferro do doador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto não houver métodos alternativos ou algo que substitua o sangue para ser usado em transfusões, a doação de sangue, que constitui um ato nobre e solidário, continuará sendo imprescindível em nossa sociedade. Uma bolsa de sangue pode salvar até quatro vidas. A mobilização e o engajamento social para conquistar novos doadores são ações indispensáveis.

Igualmente importante é manter a fidelização dos doadores atuais. Constata-se que doações de sangue repetitivas geram depleção de ferro, principalmente em mulheres. No futuro, pode-se desencadear anemia nos doadores e impossibilidade de ser doador(a). Nesse aspecto, a suplementação de ferro oral em doadores frequentes de sangue pode ser adotada como estratégia para manter os doadores saudáveis. Excepcionalmente, os intervalos entre as doações devem ser reconsiderados.

Outra estratégia a ser considerada é o desenvolvimento de técnicas rápidas e eficazes para o diagnóstico de anemia por carência de ferro para o candidato à doação. Tem sido proposto que o nível de ferritina sérica pode ser um indicador confiável das

reservas de ferro do organismo, por apresentar forte correlação com o ferro em depósito nos tecidos. Doadores sem anemia, mas com sideropenia poderiam ser identificados e encaminhados para tratamento com reposição de ferro.

REFERÊNCIAS

ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **RDC nº 153**: Regulamento técnico para procedimento de hematoterapia, Brasília, 14 jun. 2004.

CANÇADO, R.D. et al. Avaliação laboratorial da deficiência de ferro em doadoras de sangue. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter.**, v.29, n.2, p.153-159, 2007.

CANÇADO, R.D.; CHIATTONE, C.S. Anemia ferropênica no adulto – causas, diagnóstico e tratamento. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter**., v.32, n.3, p.240-246, 2010.

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE. Hemocentro de São Paulo. Requisitos básicos para doação de sangue. Disponível em: http://www.prosangue.sp.gov.br/artigos/requisitos_basicos_para_doacao.html. Acesso em 23 jul. 2019.

GROTTO, H.Z.W. Diagnóstico laboratorial da deficiência de ferro. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter.**, v.32, supl.2, 2010.

HOFFBRAND, A.V.; MOSS. P.A.H. **Fundamentos em Hematologia de Hoffbrand**. 7ª ed, Porto Alegre: Artmed, 2017.

JUNIOR, H.Z. **Estudo da ocorrência de sideropenia sem anemia em doadores de sangue no hemonúcleo de Foz do Iguaçu – Paraná.** Artigos científicos de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu em Hemoterapia. Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná. Curitiba, 2015.

MACHADO, M.B. **Variação dos níveis de hemoglobina em doadores fidelizados.** Artigos científicos de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu em Hemoterapia. Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná. Curitiba, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dezesseis a cada mil brasileiros doam sangue. Disponível em: http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45520-dezesseis-a-cada-mil-brasileiros-fazem-doacao-de-sangue. Acesso em: 23 jul. 2019.

MOUSINHO-RIBEIRO, R. C. *et al*., Impacto da doação de sangue nos depósitos de ferro do organismo de doadores. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter**., v.30, n.1, p.61-69, 2008.

PASSOS, L.N.M. et al. Sideropenia sem anemia em doadores de sangue do Hemocentro do Amazonas – Hemoam. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter.**, v.27, n.1, p.48-52, 2005.

SAS/MS – SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAUDE / MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobrecarga de ferro**. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas. Portaria SAS/MS n. 1.324, de 25 de novembro de 2013.

SAS/MS – SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAUDE / MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Anemia por deficiência de ferro**. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas. Portaria SAS/MS n. 1.247, de 10 de novembro de 2014.

EFEITO DO TREINAMENTO DE FORÇA NAS ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA DOS IDOSOS

Bianca Dadalto, Renan Floret Trurini Claro, Leandro Augusto Bisetto,
e-mail: biancadadalto@ymail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, devido ao crescimento populacional de idosos, houve um aumento expressivo de estudos realizados por profissionais da saúde em contribuir para a prevenção e redução da sarcopenia dessa população.

Estes estudos objetivam a compreensão sobre alterações fisiológicas e processos naturais de envelhecimento, relacionando a saúde à prática de exercício físico regular, com melhora na capacidade funcional e qualidade de vida dos idosos. A qualidade de vida é conceituada como qualidade física, social e psicológica. Porém, diversos fatores podem indicar melhor ou pior qualidade de vida, como a capacidade de realizar tarefas simples como sentar e levantar, vestir-se, tomar banho, resistência à fadiga ao caminhar, ter boa condição cognitiva entre outras.

Alterações na mobilidade e independência funcional gera limitações e consequentemente uma maior percepção de sofrimento e perda de capacidade elevando a exigência de esforço físico e cognitivo.

Algumas alterações decorrentes do envelhecimento são: redução no tamanho e número de fibras musculares, da força (dinapenia) e da massa muscular (sarcopenia), levando a consequências como a perda de massa, redução da sensibilidade à insulina, da capacidade aeróbia e da taxa basal déficits nos aspectos de coordenação motora fina e velocidade dos movimentos corporais são afetados devido à redução da massa muscular.

No estudo apresentado por Gomes e seus colaboradores (2009), a redução da força muscular provoca deficiência da marcha e desequilíbrio, aumentando assim o risco de quedas. A maioria dos indivíduos que relatam quedas são do sexo feminino[4] e apresentam menos força de preensão manual. Para incrementos significativos na capacidade funcional e independência diária dos idosos, é recomendável a prática de

treinamento de força, com apontamentos de forte relação entre a força de membros inferiores na melhora da caminhada.

A ACSM apresenta os benefícios do incremento do treinamento de força, sendo eles a redução de peso, melhora significativa na taxa metabólica basal com o aumento do consumo energético em repouso, reduz massa gorda, melhora a ação da insulina, efeitos positivos sobre a manutenção ou incremento na densidade óssea, dentre outros, melhora as funções motoras. O Objetivo deste estudo é analisar os efeitos do treinamento de força para a independência dos idosos em suas atividades diárias, por meio de realização de testes de força de RM submáximo e teste Timed Up and GO (TUG), padrão ouro e mundialmente aplicado para avaliação da capacidade funcional do idoso correlacionando sua independência.

2 METODOLOGIA

O método de abordagem é dedutivo direto, com pesquisa de campo experimental no município de Bocaina – SP, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica em livros e artigos disponíveis no site acadêmico utilizando os descritores: “treinamento de resistência”, “capacidade funcional”, “idosos”, “autonomia”. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética das Faculdades Integradas de Jahu, com o parecer número 3.448.117 e número de CAAE 15424719.3.0000.5427.

Para inclusão foi necessário estar dentro dos parâmetros da idade estabelecida sendo igual ou acima de 60 anos de ambos os sexos, capazes de realizar tarefas cotidianas independentemente, também ser sedentário, não praticar nenhuma atividade física regular e frequente. Para idosas acima de 70 foi obrigatório a apresentação do atestado médico para a participação.

Para a exclusão, estar praticando ou ter praticado exercícios resistidos dentro de um período de 6 meses, também foi excluído caso recusar a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para o início da atividade a pesquisa contou com 7 idosas e foi concluído com 5 idosas sedentárias com idade de 65 a 78 anos apresentando para início da pesquisa média de idade sendo 70±4,76 anos, peso corporal 66,74±13,87 e para altura 159,6±4,72 com IMC de 26,26±6,4 classificado como peso adequado segundo a classificação da tabela 1. Os equipamentos e a ordem dos exercícios foram: cadeira extensora, remada baixa, mesa flexora, peck deck e leg horizontal.

Para avaliar os resultados foi realizado o teste TUG e o teste de RM submáximo. Para estimar a carga os resultados anotados foram aplicados no site www.cdof.com.br/testes12.htm. O método utilizado foi o convencional, composto por 5 exercícios, 3 para membros inferiores e 2 para membros superiores. A primeira semana foi de adaptação, utilizando 50% RM estimado com frequência de 3 vezes semanais em 2 séries de 10 repetições e 2 minutos de intervalo entre as séries. Antes de iniciar o treinamento foram realizadas 10 repetições com o peso do aparelho somente.

Após o período de adaptação, o teste de RM submáximo foi realizado para a troca de intensidade, passando para 80%RM aplicado por mais 3 semanas, a forma de execução se manteve como a anterior, mudando somente as repetições, sendo estas realizadas de 4 a 6 repetições. O tempo total do treinamento foi de 4 semanas e ao final do protocolo foi realizado novamente os procedimentos de coleta inicial, com peso, altura, TUG e RM submáximo.

3 RESULTADOS

A amostra foi composta por 5 idosas com média de idade apresentando 70 anos, sedentárias. Os resultados dos cálculos estatísticos foram realizados através do teste t-pareado apresentando diferenças significativas onde $p<0,05$ também apresentado os valores médios, de desvio padrão e percentual do aumento de força, sendo apresentados na tabela 2, onde apresenta as variáveis obtidas pelas participantes demonstrando a média de idade de 70,2±4,76 com IMC 26,4±6,40 no momento pré- intervenção. O tempo encontrado neste estudo para o TUG foi de 6,8±0,7 não havendo diferenças significativas entre pré e pós-intervenção.

Para os resultados dos equipamentos utilizados foi observado diferenças significativas em mesa flexora apresentando ($p=0,049$) com aumento de 68,3% na força muscular e leg horizontal com ($p=0,20$) com incremento de 33,3% na força, resultando resultados estatisticamente positivos em membros superiores. Em todas as variáveis foi observado aumento na força muscular, como demonstrado no equipamento remada baixa e peck deck com incrementos de 26,9% e 15,6% respectivamente.

Outro fato em que houve alterações positivas, sabendo-se que o treinamento de força apresenta modificações para a redução do peso corporal, foi o qual verificou-se através dos valores de 66,7±13,8 pré intervenção e 65,1±11,5 para pós-intervenção uma redução de 2,5% no peso corporal, também houve redução de 2,3% no resultado de IMC após intervenção, porém não obteve diferenças significativas e foi classificado, segundo

o ministério da saúde (2017) peso adequado. Abaixo a amostragem dos resultados obtidos ao final da intervenção e logo abaixo a representação da classificação de IMC para idosos.

Tabela 1 - Variáveis analisadas

Média das variáveis	Pré-intervenção	Pós-intervenção	%Percentual	Valor de p
Idade	70,25	70,25	0	0
Peso	66,7±13,8	65,1±11,5	-2,5	0,251
IMC	26,4±6,10	25,8±5,20	-2,3	0,262
TUG	6,8±0,7	6,8±0,8	0,0	0,717
Cadeira Extensora	40±3,5	48±6,7	20,0	0,078
Remada Baixa	26±6,7	33±5,4	26,9	0,063
Mesa Flexora	10,1±5,9	17,0±5,9 *	68,3	0,049
Peck Deck	32±5,7	37±4,4	15,6	0,298
Leg horizontal	30±6,1	40±5,4 *	33,3	0,020

Legenda: *Diferenças significativas entre os momentos pré e pós-intervenção ($p<0,05$); ±. Desvio padrão; IMC= índice de massa corporal; TUG= Timed Up and Go.

4 DISCUSSÃO

O presente estudo correlaciona os resultados obtidos da melhora da força com a capacidade funcional e independência no dia a dia através da exibição de dados em média e percentual de força aumentada e também variáveis que apresentaram ($p<0,05$) representando relevância.

No estudo apresentado, um trabalho realizado por Connelly e Vandervoort(1995) afirma não haver efeitos expressivos no aumento da força utilizando 30% a 50%RM. Para Barbosa (2007) de 8 semanas em homens idosos com média de 90 anos, utilizaram 80%RM, 3 séries de 8 repetições com frequência de 3 vezes na semana exibiu aumento de 174% de força nos quadríceps.

Este estudo expõe fatores que relacionam questões sobre a percepção de qualidade de vida e o estudo apresentado por Queiroz e Munaro (2012) com 17 idosas e média de idade de 68,7±5,95 com IMC de 27,7±4,28 Kg/m^2 objetivou avaliar a melhora da força e a autopercepção de saúde, com método ondulatório durante 8 semanas, de 50% a 70%RM, 2 vezes por semana, apresentaram aumentos significativos de força de membros inferiores e superiores sendo para leg press com 69,5%, cadeira extensora 27,4% e 36,7% em supino reto, obtendo respostas positivas na autopercepção de saúde.

Para Silva et al., (2006) a pesquisa realizada com idosas com média de idade 61,1±7,3 anos, IMC representando diferença significativa sendo 27,7±4,8 pré-intervenção, foi aplicada por 12 semanas, 3 sessões semanais realizado com intensidade calculado por zona de 10 a 12 repetições, o IMC apresentou diferença para 27,4±4,7 após, o que não condiz com este estudo onde não houve diferença estatística, porém apresentou redução de 2,3% com p=0,262. Para resultados em força as diferenças observadas foram em mesa extensora com 36,5% e mesa flexora de joelho com 34,3%.

Num estudo apresentado por Castro (2018) com objetivo de avaliar o desempenho cognitivo relacionado ao treinamento resistido realizado com tarefa dupla, 10 idosos com frequência de 2 vezes por semana durante 3 meses, a carga foi de 60 - 80 %RM realizado com 8 a 12 repetições, apresentou melhora significativas na variável do TUG apresentando p=0,015 e em força p=0,001. Para o estudo de Silva (2017) comparou métodos de treinamento de força com o de força e potência, com idosas acima de 60 anos, o treinamento de força durou 10 semanas com frequência semanal de duas vezes e intervalo de 2 minutos houve diferenças significativas de aumento de força em leg sendo p=0,011 e p=0,007 para supino.

O fator que influencia a resposta no aumento da força muscular está ligado às adaptações neuromusculares que acontecem nas primeiras 4-8 semanas. Para Barroso e seus colaboradores (2008) nas primeiras 4-6 semanas, a partir de 8 semanas os fatores hipertróficos auxiliam no incremento de força. Os estudo caracterizam as adaptações neuromusculares como a ocorrência de alterações estímulo do sistema nervoso central, aumento das unidades motoras com maior ativação neural e aumento dos disparos destas unidades, possibilitando adaptações promovendo maior contração das fibras e utilização de unidades motoras.

5 CONCLUSÃO

Foi possível observar melhoras do incremento de força para períodos maiores que 8 semanas. Os fatores que influenciam no aumento da força estão relacionados às adaptação neuromuscular que ocorre dentro de um período de 4 a 8 semanas iniciais, sendo que a partir deste período os fatores hipertróficos auxiliam na força. Neste estudo, houve aumento significativo nas variáveis sendo estes p=0,020 para o leg horizontal com aumento de 33,3% e p=0,049 com aumento de 68,3%.

O treinamento de força promove alterações significativas na funcionalidade geral para a população idosa. O resultado obtido nesta pesquisa conclui que os resultados mais expressivos foram para membros inferiores e que para maiores resultados para outros grupos musculares faz-se necessário um número de amostra maior com maior tempo de duração da intervenção.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO. Treinamento resistido frente ao envelhecimento: Uma alternativa viável e eficaz. Anhanguera educacional. 2008.

BARBOSA. Treinamento com Pesos na Prevenção da Sarcopenia em Idosos. **Biblioteca Digital da UNICAMP**, p. 11, 2007.

BARROSO. Adaptações neurais e morfológicas ao treinamento de força com ações excêntricas. **Revista brasileira de ciência e movimento**, v. 13, n. 2, p. 111-122, 2008.

CABRAL. Tradução e validação do teste timed up and go e sua correlação com diferentes alturas da cadeira. 2011.

CADORE. Adaptações neuromusculares ao treinamento de força e concorrente em homens idosos. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano. Florianópolis, SC. Vol. 14, n. 4 (2012), p. 483-495**, 2012.

CARVALHO. Envelhecimento e força muscular: breve revisão. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 4, n. 3, p. 79-93, 2004.

CASTRO. Efeito do treinamento resistido aliado à estratégia de tarefa dupla na capacidade funcional e desempenho cognitivo em idosos ativos. 2018.

CIVINSKI. A importância do exercício físico no envelhecimento. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 09, 2011.

DA SILVA. Comparação entre o treinamento de força vs o treinamento de potência na capacidade funcional de idosas. **Revista UNI-RN**, v. 16, n. 17, p. 87-112, 2017.

DE ARAÚJO. Alterações morfofisiológicas decorrentes do processo de envelhecimento do sistema musculoesquelético e suas consequências para o organismo humano. **Biológicas & Saúde**, v. 4, n. 12, 2014.

DIAS. Benefícios do treinamento com pesos para aptidão física de idosos. **Acta fisiátrica**, v. 13, n. 2, p. 90-95, 2006.

FERREIRA. Avaliação do estilo e qualidade de vida em idosos: uma revisão de literatura, 2018.

LEITE. Capacidade para desenvolver atividades de vida diária em idosos no município de Várzea Grande, MT, 2018. **Mostra de Trabalhos do Curso de Nutrição do Univag**, v. 3, 2018.

LIMA, L. S. N. Atividade física e quedas em idosos: uma revisão de literatura. 2018.

LOPES. Treinamento de força e terceira idade: componentes básicos para autonomia. **Archives of Health Investigation**, v. 4, n. 1, 2015.

MAIOR. A contribuição dos fatores neurais em fases iniciais do treinamento de força muscular: uma revisão bibliográfica. **Motriz. Journal of Physical Education. UNESP**, p. 161-168, 2003.

MARTINES. Influência do treinamento resistido no aumento da força muscular dos membros inferiores em idosos, 2018.

PANISSET. Exercício físico resistido: um fator modificável na sarcopenia em idosos. **Estud. interdiscip. envelhec**, v. 17, n. 2, p. 293-304, 2012.

QUEIROZ. Efeitos do treinamento resistido sobre a força muscular e a autopercepção de saúde em idosas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 15, n. 3, p. 547-553, 2012.

RATAMESS. Progression models in resistance training for healthy adults. **Medicine and science in sports and exercise**, v. 41, n. 3, p. 687-708, 2009.

RIBEIRO, I. A. et al. Frailty syndrome in the elderly in elderly with chronic diseases in Primary Care. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 53, 2019.

RODRIGUES. TREINAMENTO RESISTIDO NA RETARDAÇÃO DO PROCESSO DE SARCOPENIA EM IDOSOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMATIZADA. **REVISTA UNINGÁ**, v. 55, n. 2, p. 101-116, 2018.

SILVA, C. M. et al. Efeito do treinamento com pesos, prescrito por zona de repetições máximas, na força muscular e composição corporal em idosas. **Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum**, v. 8, n. 4, p. 39-45, 2006.

SOARES. EFEITOS AGUDOS E ADAPTAÇÕES NEUROMUSCULARES DECORRENTE DA MANIPULAÇÃO DE VOLUME E DENSIDADE NO TREINAMENTO DE FORÇA. **Revista CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida| Vol**, v. 9, n. 2, p. 2, 2017.

EFEITOS DA NATAÇÃO EM ASMÁTICOS

Pamela Tamires Ferreira, Rodrigo Augusto Minatel, Juliana Inhesta Limao Thiengo,
e-mail: pamelatamiresfer@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Estudos sobre problemas de saúde mostram que muitas pessoas são diagnosticadas com doenças respiratórias, entre elas a asma.

De acordo com Nely (2008) essa doença é permanente e inflamatória e ocorre devido a uma irritabilidade das vias aéreas que causa também a falta de ar. É seguida por sintomas como, chiados no peito e tosses principalmente na parte da noite.

A atividade física e exercício físico são alternativas aliadas no tratamento da asma, sendo a natação um dos exercícios mais recomendados (JÚNIOR, 2015).

Foram analisados alguns estudos com o intuito de descobrir se realmente essa prática ajuda e auxilia no tratamento da doença.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar os efeitos da prática da natação para asmáticos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter qualitativo utilizando para coleta dos dados a revisão bibliográfica com característica exploratória. Foram pesquisados vários livros e artigos científicos publicados por meio dos sites de busca: google acadêmico, scielo e efdeportes, através das palavras asma, doenças respiratórias e natação.

Os dados coletados em artigos científicos em torno do tema exposto acima e a investigação dos materiais, engloba publicações realizadas no intervalo de 1982 a 2019.

3.REVISÃO DA LITERATURA

3.1 APRESENTAÇÃO GERAL DA ASMA

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) a asma é uma doença inflamatória crônica das vias aéreas, o pulmão do asmático é diferente de um pulmão saudável , como se os brônquios fossem mais sensíveis e inflamados.

Bases da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT, 2012) diz que o gasto com a asma nos EUA é de mais ou menos 56 bilhões de dólares. A estimativa dessa patologia no Brasil é de 20 milhões e casos de internações chegam em um número aproximado de 350.000. No SUS é a terceira ou quarta como motivo de hospitalização.

Segundo a ONU vinculada à OMS no Brasil, indica que de 20% a 30% das crianças têm asma e nosso País ocupa a oitava posição em relação a doença. Em São Bernardo, no ABC, a Câmara Municipal, está instituindo um Programa de Saúde da Criança e do Adolescente para a qualificação dos profissionais da saúde, o primeiro módulo visa atender pessoas com asma.

3.2 FUNÇÕES PATOLÓGICAS DA ASMA

De acordo com Jacques e Silva (1997) o significado da asma é a sufocação caracterizado pelo estreitamento das vias aéreas, principalmente dos brônquios, dificultando assim a respiração.

O indício da asma está relacionada ao aumento de secreção nos brônquios, ocasionando assim a falta de ar e sendo acompanhada além da tosse também de febre. (MOISES,2007)

A causa da asma ainda é desconhecida, mas os fatores genéticos e ambientais serão determinantes para o prognóstico da doença. O grau da inflamação e dos fenômenos irão garantir a classificação da asma quanto a sua gravidade. (MOTA-PINTO,2006)

Como citado acima essa patologia pode ser classificada em determinados graus que são eles: Leve, Moderada ou Crônica. A classificação da gravidade da asma segundo o intervalo de ataques nos indivíduos é a seguinte. Leve: Um ataque a cada dois meses. Moderada: Mais de um ataque a cada dois meses. Crônica: Os sintomas são persistentes de dia e de noite. (DINWIDDER,1992)

Segundo Lapierre (1982), as crises também podem ser classificadas em várias origens que são elas: alérgicas, irritantes, infecciosas, emocionais ou até mesmo a mudança de temperatura.

3.3 NATAÇÃO E SEUS BENEFÍCIOS PARA A ASMA

Kerbej (2002) e Lang, Butz, Duggan, Serwint (2004), apontam que a natação é muito importante devido a objetivos físicos sendo eles: desenvolvimento das qualidades físicas, relaxamento, controle respiratório, melhoria dos problemas posturais, controle

corporal e das habilidades aquáticas. E também objetivos orgânicos tais como: resistência cardiovascular, resistência do sistema respiratório, expansão pulmonar e desenvolvimento do sistema muscular.

Na natação, a ventilação pulmonar deve ser mais eficiente, por isso trabalha-se a resistência aeróbia tornando o asmático capaz de suportar um esforço de longa duração, numa intensidade moderada (KERBEJ, 2002).

De acordo com Teixeira (1991), a prática da natação fortalece o diafragma e os músculos responsáveis pela respiração, como é feita em posição horizontal e com auxílio dos braços nos movimentos, expandem a caixa torácica mantendo os brônquios abertos, facilitando a respiração.

Para Soares e Juvêncio (2010), a natação terapêutica foi desenvolvida a partir da necessidade de se criar um programa que pudesse atender às várias enfermidades respiratórias. Pautados em estudos nas áreas de anatomia, cinesiologia, fisiologia e fisiopatologia do aparelho respiratório, foram pesquisadas e analisadas as técnicas a serem utilizadas em termos de postura na água e atuação dos exercícios respiratórios.

Foram analisados por fisioterapeutas os exercícios dos estilos crawl e costas, a partir dos quais foi elaborado um programa de exercícios posturais, objetivando a prevenção de alterações ósseas da coluna vertebral e torácica, bem como evitar o agravamento das já existentes, além de exercícios respiratórios para a reeducação e aprimoramento da respiração, para fortalecer toda a musculatura do abdômen e músculos dorsais.

Os estilos de natação como: crawl, crawl adaptado, costas e costas adaptados são os que mais favorecem o fortalecimento da musculatura de suporte da coluna vertebral e sua correção, ajudando na diminuição das crises.

Existem três fatores segundo Nieto (1983), que auxilia na escolha da natação para indivíduos com asma, que são eles: Físicos: Desenvolver a capacidade física, habilidades aquáticas, controle corporal e respiratório. Orgânico: Desenvolve resistência cardiovascular, respiratória, resistência pulmonar e expansão dos pulmões. Psicofísicas: Desenvolve a criatividade, equilíbrio emocional, consciência corporal e autoconfiança.

Para Oliveira (1988) a natação deve ser trabalhada como resistência aeróbica aumentando a capacidade do asmático em exercícios de longa duração e moderada intensidade, aumentando assim a resistência pulmonar. A prática da natação em alguns casos diminui as crises podendo até desaparecer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa conclui-se que a prática da natação é uma prática corporal positiva em relação a indivíduos asmáticos. Esse trabalho pode incentivar a ação dessa atividade para a melhora desta patologia, pois aumenta a resistência pulmonar, a expansão dos pulmões, resistência cardiovascular e também do sistema respiratório.

Sendo assim, a natação é a prática corporal mais eficiente para a diminuição das crises quando comparada a outros tipos de exercícios físicos e também na ajuda do tratamento da mesma. Além dos benefícios trazidos pelas propriedades físicas da água para melhora respiratória, também é uma prática que traz prazer a quem a executa.

A natação juntamente com o uso de medicamentos promove o aumento da ingestão de oxigênio e ventilação nos pulmões, melhorando assim o intervalo das crises e uma diminuição significativa nos sintomas da asma.

REFERÊNCIAS

DINWIDDIER. **O diagnóstico e o manejo da doença respiratória pediátrica**, Porto Alegre, Artes Médicas, 1992. Acesso em: 28 set. 2019.

FISCAL, CONSELHO; DA SBPT, COORDENADORES DOS DEPARTAMENTOS; DA SBPT, COORDENADORES DAS COMISSÕES CIENTÍFICAS. **SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA.** Acesso em: 28 set. 2019.

GUALDI, F. R. **Asma e os benefícios da atividade física**. Revista Digital, ano 10, n.72, maio 2004. Disponível em http://www.efdeportes.com. Acesso em: 28 set. 2019.

JACQUES. Influência da natação como coadjuvante terapêutico no tratamento de crianças asmáticas. **Rev. bras. med. esporte**, v. 3, n. 1, p. 15-21, 1997. Acesso em: 28 set. 2019.

JUNIOR. A influência da natação como tratamento de asmáticos. 2015. Acesso em: 28 set. 2019.

KERBEJ, F. C. **Natação: algo mais que 4 nados**. São Paulo: Manole, 2002. LANG, D. M.; BUTZ, A. M.; DUGGAN, A. K.; SERWINT, J. R. **Atividade física em crianças com asma em idade escolar**. Pediatrics, v.113, n.4, abr. 2004, pp.341-346. Acesso em: 28 set. 2019.

LAPIERRE, A. **A reeducação física**, São Paulo, Manole, 1982. Acesso em: 28 set. 2019.

MOISES, M. P. **Atividade Física para asmático**. Ed. Manole Ltda. Copyright © 2007. Acesso em: 28 set. 2019.

NIETO, P. **Educação física e a criança portadora de asma brônquica**, USP, 1983. Acesso em: 28 set. 2019.

OLIVEIRA, P. R. **Natação terapêutica e as doenças obstrutivas bronco pulmonares**. Robe 1994. Acesso em: 28 set. 2019.

SOARES. **A natação enquanto forma de fisioterapia respiratória**. Instrumento-Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, v. 12, n. 1, 2010. Acesso em: 28 set. 2019.

EFEITOS DO TREINAMENTO INTERVALADO DE ALTA INTENSIDADE NA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA GESTACIONAL: UM ESTUDO DE CASO

Giovano Aparecido de Oliveira, Renan Floret Turini Claro
e-mail: giovanooliveira@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde apresenta a gestação como um fenômeno fisiológico, que eventualmente ocasiona problemas cardíacos periparto. Durante esse período, as modificações anatômicas e funcionais do aparelho circulatório acarretam alterações clínicas que podem limitar a possibilidade de realizações de atividades físicas. A Insuficiência Cardíaca Gestacional (ICG), por diminuir a capacidade de bombeamento de sangue, é uma patologia que pode apresentar sinais e sintomas como diminuição da capacidade física, cansaço, dispnéia, palpitação, tontura e edemas nos membros inferiores, com alterações hemodinâmicas associadas ao processo durante a gestação (MANUAL TÉCNICO DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO, 2012).

A atividade física é fundamental na manutenção das capacidades de realização de atividades do cotidiano. Mesmo com esse benefício, a falta de tempo é um dos fatores que barra os indivíduos á praticá-la, ainda mais nos países desenvolvidos (REICHERT et al., 2007). Dessa forma, o Treinamento Intervalado de Alta Intensidade popularmente conhecido como HIIT, do inglês High Intensity Interval Training, que proporciona a realização de forma rápida, está sendo cada vez mais relacionado às pesquisas científicas, centros de treinamento e também no aumento de números de adeptos de práticas esportivas (GILLEN, 2013).

Gillen (2013) caracteriza o HIIT por breves e repetidas séries de exercícios extremamente intensos, com períodos de descanso ou exercícios de intensidade menor. O HIIT tem características de intensidades máximas ou submáximas (SILVA, 2016).

A população que busca a prática do HIIT tem como expectativa a promoção que essa modalidade provoca à saúde. É por meio de sessões que ocupam um curto espaço de tempo que as alterações fisiológicas acontecem (GILLEN, 2013).

As estratégias terapêuticas farmacológicas e dispositivos implantáveis elétricos não resultam na melhora da tolerância do paciente ao EF, já o Treinamento Físico (TF)

visa corrigir essas desvantagens fisiológicas e torna-se um método eficaz para a melhora da percepção do quadro de saúde do paciente (GIALLAURIA et al., 2016).

O HIIT surgiu como forma de quebrar esse paradigma de que esse método possa provocar riscos à saúde e a vida de pacientes com DCV. Riscos esses amenizados pelo acompanhamento de equipe multiprofissional (LAVIE et al., 2015).

O conhecimento sobre o método de treinamento utilizado nesta pesquisa, além de ser inovador, pode ser uma ferramenta importante para o profissional de educação física em sua intervenção profissional

Esse estudo tem como objetivo descrever e analisar as alterações cardiorrespiratórias e morfofuncionais cardíacas ocasionadas pelo treinamento intervalado de alta intensidade na insuficiência cardíaca gestacional. Fornecer dados sobre as variáveis do treinamento auxiliam no momento do planejamento e prescrição da atividade proposta segundo a fase em que o indivíduo com ICG se encontra.

2 METODOLOGIA

Esse trabalho trata-se de um estudo de caso retrospectivo com consulta aos exames realizados anteriormente à pesquisa. Segundo SEVERINO (2012), esse tipo de estudo é realizado com o objetivo de observar os fenômenos que ocorrem em um determinado tempo. Foram também analisados dados médicos da paciente e informações sobre o treinamento realizado no ano de 2016 para o mesmo.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa sob o CAAE 08024919.8.0000.5427., tendo como abordagem o método hipotético-dedutivo, hipotetizando se o treinamento intervalado de alta intensidade afeta positivamente nas variáveis funcionais e morfológicas cardíacas, incluindo a fração de ejeção do ventrículo esquerdo, em pacientes com ICG.

É uma pesquisa direta de cunho quantitativo, ou seja, considera-se que a realidade só é compreendida com base na análise de dados brutos e a uma linguagem matemática a fim de descrever as causas de um fenômeno, as relações entre as variáveis estudadas (GERHARDT, 2009).

A busca de dados bibliográficos foi realizada para conceituar a IC e descrever as variáveis para o treinamento e tratamento. Essa busca foi realizada nas plataformas digitais Google Acadêmico, Pubmed e Scielo, com os descritores “insuficiência cardíaca”, “insuficiência cardíaca gestacional”, “exercício físico” e “treinamento intervalado de alta intensidade”. De todas as buscas nas plataformas digitais, foram

disponíveis 14.900.277 artigos, lidos os resumos de 84 artigos e utilizados no trabalho 19, 3 sites de fontes fidedignas e 1 livro para conceito.

Este estudo foi desenvolvido no município de Jaú, estado de São Paulo, com um indivíduo do sexo feminino, com a idade de 29 anos, portadora de Cardiomiopatia Periparto, no início de janeiro de 2017. A voluntária assinou o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual estavam descritos os possíveis riscos e benefícios associados ao estudo. Os riscos apresentados para este estudo são inerentes à coleta dos dados, ou seja, não ocorreram riscos físicos durante o procedimento de obtenção das informações.

Durante todo o processo de tratamento, exames e internações, ao ser liberada em alta hospitalar, a voluntária de volta a sua cidade de origem, teve a iniciativa de procurar por profissionais de Educação Física. Dessa forma, iniciou o processo de treinamento que teve o monitoramento por testes de exercício cardiopulmonar com intervalo de 6 meses entre eles. Inicialmente foi realizado treinamento com baixa intensidade para adaptação.

A frequência semanal das atividades foram realizadas 2 vezes e com horários aleatórios, os exercícios foram aeróbios e de baixa intensidade (caminhada intervalada) e para o controle da intensidade foi utilizado a freqüência cardíaca, saturação de O_2 e a percepção subjetiva de esforço.

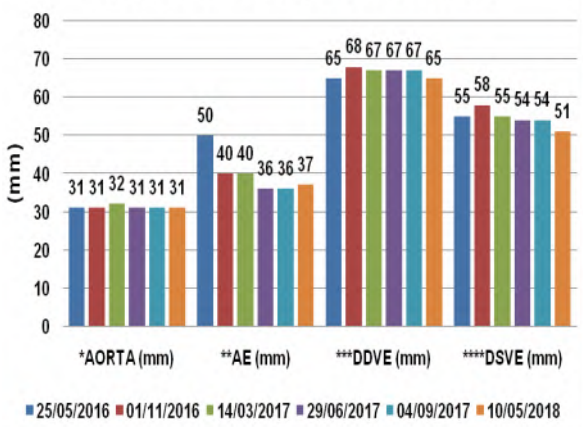
Após um período de quatro semanas de adaptação, a paciente iniciou os treinamentos intervalados de alta intensidade. Esses foram realizados na rua, com velocidade controlada por GPS, de forma a respeitar os achados ergoespirométricos. Para a introdução do método intervalado, eram realizados estímulos de no máximo 30 segundos em alta intensidade (5 km/h) com intervalos passivos de 2 minutos. Esses tiveram como objetivo apresentar estímulos anaeróbios sem a presença da fadiga (submáximos). Após 2 semanas de introdução, os estímulos sofreram aumento de 30 segundos, somando 1 minuto de estímulo por série de alta intensidade.

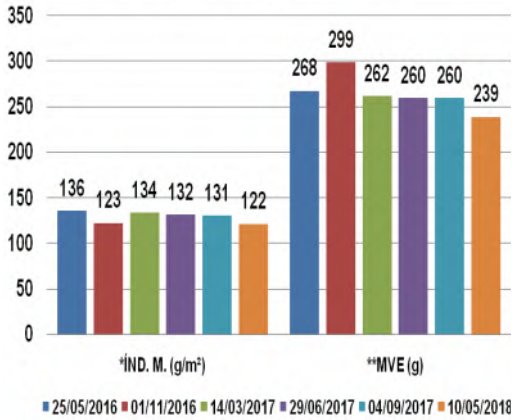
O treinamento intervalado de alta intensidade foi realizado com duração máxima de 1 minuto de estímulo para 2 minutos de pausa ativa durante um período de 6 meses. Acompanhando a evolução do tempo de estímulo, foi aumentado o volume de treino de forma que inicialmente eram realizadas 3 séries e o ao final do protocolo, foram realizadas 8 séries. O aumento de volume aconteceu a cada 4 semanas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Figura 1- Variáveis morfológicas cardíaca. Exame Ecodopplercardiograma.

Figura 2- Variáveis morfológicas cardíaca. Exame Ecodopplercardiograma.

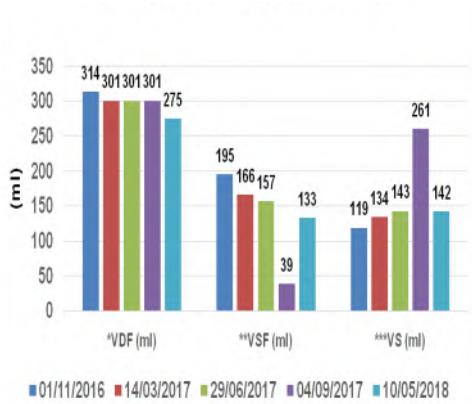


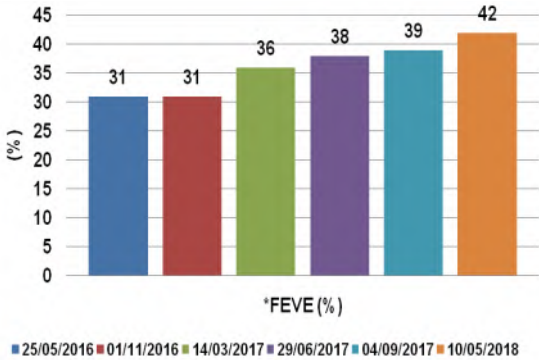


*AORTA (mm)- Diâmetro da Artéria Aorta em milimítros, **AE (mm)- Diamêtro do Átrio Esquerdo em milímetros, ***DDVE (mm)- Diamêtro diastólico ventrículo esquerdo, ****DSVE (mm)- Diâmetro sistólico ventrículo esquerdo em milímetros.

Figura 3-Variáveis morfológicas cardíaca. Exame Ecodopplercardiograma.

Figura 4- Fração de ejeção ventrículo esquerdo. Exame Ecodopplercardiograma.





*VDF (ml)- Volume diastólico final em mililitros, **VSF (ml)- Volume sistólico final em mililitros, *** VS (ml)- Volume sistólico em mililitros

*FEVE (%)- Fração de ejeção ventrículo esquerdo em porcentagem

O presente estudo tem como resultados dados clínicos da voluntária desde o início do tratamento até o momento em que ela iniciou o HIIT. De acordo com o método de treinamento aplicado na voluntária do estudo, os horários de treinos eram variados devido a sua rotina de vida diária e o espaço realizado das atividades pelo seu treinador era a sua residência.

Class (2015) relatam que dependendo das capacidades do indivíduo, os treinadores podem manipular a intensidade, carga, intervalo de descanso, duração do

treino, séries e repetições, intensidade de estímulos e recuperação. O treinador da voluntária antes de colocá-la á uma intensidade maior, foi realizado um trabalho com intensidade menor, ou seja, a voluntária realizou uma caminhada intervala com intensidade baixa para passar por uma adaptação.

De acordo com MOTOLLA et al., (2018) a AF com intensidade moderada torna-se uma intensidade suficiente para que a FC seja elevada. E essa variável é um dos métodos que o treinador utilizou para avaliar a intensidade da voluntária.

A falta de conhecimento sobre os métodos e benefícios das AF para a saúde, torna-se um fator preocupante e a motivação é um componente importante para que haja uma relação com a AF, e inserir precocemente a essa prática pode ocorrer um fator importante (REICHERT et al., 2007).

A orientação e aprovação médica tornam-se um papel importante para a introdução de EF (GILLEN, 2013). Procurar um profissional qualificado de Educação Física é outro fator que complementa um tratamento multiprofissional em pacientes com ICG.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados no presente estudo, o HIIT utilizado como método de treinamento para a paciente estudada levou ao aumento da fração de ejeção e maior tolerância ao esforço. Esses condizem com a retirada da paciente da fila do transplante cardíaco e com melhora da percepção em realizar atividades físicas diárias.

O HIIT apresentou melhora do quadro da paciente de acordo com os dados clínicos morfofuncionais cardíacos e na tolerância ao esforço. É necessário que haja mais estudos científicos com uma amostra maior relacionando o HIIT ao tratamento da ICG.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Denilson Campos de et al. I registro brasileiro de insuficiência cardíaca–aspectos clínicos, qualidade assistencial e desfechos hospitalares. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 104, n. 6, p. 433-442, 2015.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Dallas, TX. Disponível em: <https://www.heart.org/>, Acesso em: 21 jan. 2019.

BOCCHI, Edimar Alcides et al. III Diretriz brasileira de insuficiência cardíaca crônica. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 93, n. 1, p. 3-70, 2009.

CRESS. Interval training. **ACSM's Health & Fitness Journal**, v. 19, n. 6, p. 3-6, 2015.

FREITAS, Elis Marra da Madeira *et al*. Adesão ao tratamento medicamentoso em insuficiência cardíaca. **2018, *apud* METRA, Marco et al. Heart failure 2016: still more questions than answers.** International journal of cardiology**, v. 227, p. 766-777, 2017.**

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIALLAURIA, Francesco *et al*. Exercise training modalities in chronic heart failure: does high intensity aerobic interval training make the difference?. **Monaldi Archives for Chest Disease**, v. 86, n. 1-2, 2016.

GILLEN. Is high-intensity interval training a time-efficient exercise strategy to improve health and fitness?. **Applied physiology, nutrition, and metabolism**, v. 39, n. 3, p. 409-412, 2013.

LAVIE, Carl J. *et al*. Exercise and the cardiovascular system: clinical science and cardiovascular outcomes. **Circulation research**, v. 117, n. 2, p. 207-219, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gestação de alto risco: manual técnico. **Estratégicas**, 2012.

MOTTOLA, Michelle *et al*. 2019 Canadian guideline for physical activity throughout pregnancy. **Br J Sports Med**, v. 52, n. 21, p. 1339-1346, 2018.

REICHERT, Felipe F. *et al*. The role of perceived personal barriers to engagement in leisure-time physical activity. **American journal of public health**, v. 97, n. 3, p. 515-519, 2007.

ROHDE, Luis Eduardo Paim et al. Diretriz brasileira de insuficiência cardíaca crônica e aguda. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 111, n. 3, p. 436-539, 2018.

SEVERINO. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. **Revista e atualizada.** São Paulo: Cortez, 2007. cap. 3, p. 121.

SILVA. **Treinamento Intervalado de Alta Intensidade e Emagrecimento.** Santa Catarina. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/TCC-Robert-Passos-da-Silva-OK.pdf>, Acesso em: 21 jan. 2019.

ELAS NA PAUTA: FINANCIAMENTO E PROFUNDIDADE JORNALÍSTICA NOS PORTAIS AZMINA E UNIVERSA

Laura Agostinho da Silva, João Guilherme da Costa Franco Silva D'Arcadia, e-mail: lauraagostinho@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa pretende entender como ocorre a relação do financiamento privado e coletivo e da profundidade e produção de conteúdo de veículos voltado às mulheres, no caso, AzMina e Universa. O trabalho se dá por meio de análise quantitativa e qualitativa e com aplicação de protocolo com critérios pré-definidos. Foram analisados os conteúdos do mês de março de 2019 nos portais escolhidos para estudo, AzMina e Universa. Faz-se a avaliação de forma objetiva sobre a profundidade e distribuição de pauta dos conteúdos em ambos os portais para, a partir disso, traçar as semelhanças e distanciamento entre os conteúdos nos portais de financiamento distintos.

Reconhecendo as características dos meios tradicionais e alternativos é possível entender como os interesses econômicos, seja visando lucro ou subsistência, refletem na profundidade e linha editorial do veículo para se obter maior subsídio para reconhecer as parcialidades da mídia na construção do conteúdo e fazer uma leitura crítica dos portais.

A hipótese inicial foi a de que o portal Universa, por ter financiamento privado, possui uma equipe maior à disposição, tendo assim maior produção de conteúdo, porém pautas não tão discursivas e reflexivas, visando agradar a um público homogêneo. Enquanto o portal AzMina, de financiamento coletivo, possui uma equipe menor e consequentemente possui menos material publicado, porém com mais abertura em sua linha editorial própria, propondo maiores reflexões e temas pouco abordados na mídia tradicional.

Atualmente lidamos com um cenário midiático no qual, segundo pesquisa realizada em 2017 pela Media Ownership Monitor (MOM) Brasil, cinco grupos controlam 50% dos veículos de comunicação com maior alcance no país, a pesquisa ainda traz que estes são "controlados, dirigidos e editados, em sua maior parte, por uma elite econômica formada por homens brancos". No contexto alternativo, com as possibilidades de alcance

da internet e de forma menos burocrática, a Agência Pública mapeou 79 iniciativas de jornalismo independente no país em 2016, porém longe de ter o alcance dos grandes grupos.

Temos de um lado uma mídia forte e estabelecida e com mais recursos para financiar grandes produções e de outro lado uma mídia alternativa, com menos recursos, porém presume-se que com menos limitações editoriais no que se refere as pautas.

Partindo dessa dupla perspectiva, abordamos nesse trabalho o jornalismo feminista, que vem ganhando espaços em ambos os meios, buscando trazer à pauta questões da luta feminista, como igualdade de direitos, gênero, entre outros pontos.

As mulheres aparecem como público alvo em periódicos da imprensa feminina a partir do fim do século 17, porém esse extrato desenvolve-se visando o consumo e o papel doméstico, sendo assim as temáticas envolvendo a mulher eram basicamente ligadas a moda, casa e coração, e buscavam manter-se dentro das margens do comerciável.

Já no propriamente jornalismo feminista - que visa fomentar e questionar de forma crítica o papel da mulher na sociedade - Céli Regina Jardim Pinto (2003) afirma que o uso constante de jornais era uma das estratégias para ampliar a base de apoio e formar uma opinião pública a favor do movimento feminista. A autora enfatiza que era perceptível a diferença na postura em relação à mulher que escrevia para grande mídia e para pequenos jornais.

Pinto (2003) exemplifica a própria Bertha Lutz, expressiva e importante liderança na conquista do voto feminino, Lutz escrevia sobre direitos civis, pauta em foco, e sob o que atuava, enquanto os jornais independentes, muitas vezes artesanais, tinham publicações de artigos e opiniões mais radicais sobre a condição da mulher que iam além das discussões em primeiro plano da mídia.

Buitoni (1986) traz que dentre os vários obstáculos dos jornais feministas a sobrevivência econômica fora dos tradicionais esquemas da grande imprensa ainda é a maior dificuldade enfrentada.

Atualmente, é percebida na mídia tradicional que a partir da despolitização da imprensa, pós-século XIX, e do crescente objetivo econômico, o jornalismo entrou em uma estreita e complicada relação com o financiamento privado de forma que “se antes era estritamente política, passou a ser também econômica”. (SILVA, 2010), ao passo que a internet viabiliza um meio de comunicação de baixo custo para as iniciativas alternativas e independentes, porém ainda esbarrando em algumas limitações

financeiras, que tentam serem sanadas através de cotas entre os voluntários e os usuários, doações e patrocínios ou ajudas que não residam em um fim comercial.

2 METODOLOGIA

Para a análise do que se propõe o trabalho, foi feita, primeiramente, a revisão de literatura, para entender o campo a ser abordado e os possíveis caminhos e novos direcionamentos. Nessa etapa envolve-se a identificação, seleção e localização de documentos pertinentes à realização do trabalho acadêmico, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los quando necessário Stumpf (2008).

Para chegar-se ao objetivo, foi feito o uso de método de comparação entre os portais escolhidos, Universa e AzMina, sendo eles, respectivamente, de financiamento privado e coletivo.

O site Universa é pertencente ao grupo Folha, que foi ciado em 1921 e prosperou entre os jornais impressos. Visando expandir sua atuação, em 1996 foi ao ar a plataforma Universo Online, mais conhecida como UOL, como o primeiro portal de conteúdo diversos do Brasil,

No dia internacional da mulher de 2018, foi lançado o Universa, uma reestruturação do portal UOL Estilo, apoiando-se num novo tripé. Transforma, no qual o lema é “as mulheres protagonizam um mundo em evolução", inspira, voltado para temas do cotidiano e pausa, com conteúdo voltado ao entretenimento e “descompressão”.

Além da relação direta de financiamento pelo Grupo Folha, o portal Universa também dispõe de espaços reservados à publicidade e conteúdo patrocinado.

Já o portal AzMina surge como uma instituição sem fins lucrativos que tem como missão combater a violência contra a mulher – em seus diversos tipos – por meio da divulgação de informação. A revista online, de mesmo nome, surgiu como “publicação online e gratuita para mulheres de A à Z” a partir de um financiamento coletivo em 2015 que arrecadou R$50 mil de 603 doadores.

Para manter a revista em funcionamento a instituição conta com apoio de fundações para financiamento de propostas específicas, como o fundo internacional MamaCash que realiza doações para projetos de ativismo feminista e permitiu a criação do aplicativo PenhaS, apoio de parcerias, empresas e voluntários.

Visando o financiamento das ações desenvolvidas, o site mantém uma modalidade de assinaturas através do portal de financiamento coletivo Catarse.

Para entender como se comportam esses portais, foi coletado todo o material publicado no mês de março de 2019, considerado o mês da mulher devido ao Dia Internacional da Mulher (8), incluindo todos as grandes editorias do AzMina (“Reportagem”, “Opinião” e Especial”) e as grandes editorias “Transforma”, “Inspira” e “Blogs e Colunas”, excluindo “Pausa” já que o foco pende mais para o entretenimento.

No total, foram coletadas 11 publicações do site AzMina e 649 do site Universa. A partir dessa coleta fez-se duas análises iniciais, para montar um panorama dos portais. As análises valem-se do uso de coleta, codificação e tabulação do material, feito isso, também a interpretação dos resultados e informações.

Para uma primeira classificação dos dados foram criadores descritores para demarcar o tipo de material produzido, sendo eles: reportagem, especiais, blogs e colunas, blogs exclusivos, agência e colaboração.

Após a primeira classificação, identificam-se as editorias. Apesar de existir um certo consenso entre as definições das principais editorias, os portais valem-se de estrutura própria para caracterizá-los. A classificação, portanto, deve ser objetiva, mas ao mesmo tempo atentar-se às distribuições feitas pelos próprios portais.

Sendo assim, para identificar as temáticas ficaram definidos 12 descritores: politica; direitos da mulher; sexualidade e relacionamento; família; casos de repercussão; casos gerais, moda, beleza, casa e decoração; astrologia; outros; violência contra a mulher; mercado de trabalho e propaganda.

As editorias se valem de uma grande abrangência para comportar toda as temáticas abordadas nos portais. Em direitos da mulher e violência contra a mulher, apensar do nome, as temáticas não se resumem ao sujeito exclusivamente pela condição do gênero mulher, envolvem também a mulher no espectro racial e de sexualidade.

Feito o panorama dos portais, parte-se para a análise principal, a aplicação do protocolo de profundidade que visa dimensionar profundidade dos conteúdos veiculados a partir de uma lista de procedimentos que garantem maior precisão na produção jornalística por meio do uso de comparação enquanto método de procedimento, que, aliado às análises quantitativas e qualitativas, “realiza comparações com a finalidade de verificar a similitudes e explicar as divergências” (Lakatos e Marconi, 106, 2003).

Dos 14 critérios estabelecidos, sete são fechadas e dicotômicas (sim e não), quatro são com opções numéricas e três critérios de múltipla escolha. São eles: a localidade do assunto – se nacional ou não; a assinatura do jornalista; existência de

entrevista, quantas e de que tipo; existência de recursos visuais, quantas e autoria; se possui dados informativos e se há contextualização do assunto abordado.

Para aplicar o protocolo fez-se a redução do recorte por parte do portal Universa. Dos materiais autorais, excluindo conteúdos externos à equipe do portal - os de agência e de colaboração – foi selecionado um conteúdo por tema de cada natureza, sendo o que tivesse maior número de comentários – deduzindo-se, então, maior engajamento.

Efetivamente, o protocolo fez-se a aplicação sobre as 11 matérias do portal AzMina e 27 do portal Universa.

Aliando às análises quantitativas e qualitativas nas três etapas, além da aplicação do protocolo, realiza-se "comparações com a finalidade de verificar a similitudes e explicar as divergências" (Lakatos e Marconi, 2003, p.106).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apesar da análise principal ser o protocolo de profundidade, a coleta e organização do material permitem um entendimento maior sobre o cenário a ser analisado, por isso, nas duas primeiras análises propostas, leva-se em consideração o total de material coletado no mês de março para montar um panorama do portal.

Nesse momento já podemos fazer a primeira observação: há uma grande disparidade na quantidade de conteúdo produzido, nos 31 dias do mês de março, enquanto o portal AzMina, de financiamento coletivo, publicou 11 matérias, o portal Universa, de financiamento privado, publicou 649 matérias, somente nas editorias analisadas, chegando a uma média aproximada de 21 matérias por dia.

Podemos supor que por ter financiamento privado consegue estruturar uma equipe maior, para cumprir com metas maiores de produção de conteúdo.

Tabela 1: Natureza dos conteúdos dos portais AzMina e Universa em março de 2019

Natureza	AzMina	Universa
Agência	1 (9%)	134 (20%)
Blogs e Colunas	5 (45,5%)	110 (17%)
Blogs Exclusivos	0 (0%)	13 (2%)
Colaboração	0 (0%)	83 (13%)
Especiais	1 (9%)	4 (1%)
Reportagem	4 (36,5%)	305 (47%)
Total	11 (100%)	649 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Proporcionalmente, o portal AzMina é comporto majoritariamente por blogs e colunas e logo depois as reportagens. Como a internet favorece um meio alternativo de divulgação, popularizam-se os conteúdos do tipo blog informativo, sendo algo mais carregado de opinião, informalidade e liberdade de assuntos - característica é comumente percebida nos meios independentes – para trazer conteúdos especializados, conhecimentos e experiências, sempre partindo de perspectivas pessoais.

Já no site Universa, são as reportagens que compõem a maior parte do portal, tendo logo em seguida os conteúdos de agências, blogs e colunas e blogs exclusivos.

No portal, os blogs também fomentam a informalidade e proximidade com o leitor, porém percebe-se a existência de conteúdos exclusivos a assinantes do portal, sendo uma forma de monetizar o acesso.

Em relação a originalidade de conteúdo, podemos fazer algumas observações ao definirmos que as categorias “reportagem” e “especiais” são conteúdos essencialmente autorais, produzidos pela equipe interna; “blogs e colunas”, “blogs exclusivos” e “colaboração” são terceirizados à equipe interna, porém exclusivos ao portal e categoria “agência” é terceirizado não exclusivo, já que outros portais podem reproduzir o conteúdo.

O site AzMina está dividido entre conteúdo autoral e terceirizado exclusivo, 45,5% cada. Já o portal Universa tem 48% de conteúdo autoral e 32% de terceirizado exclusivo, sendo os 20% restantes referentes a conteúdos de agência, enquanto no AzMina essa categoria representa 9%.

Nota-se que ambos têm conteúdo autoral como a maior parte das publicações no mês de março, porém nota-se que no portal Universa, em comparação com o AzMina, tem menos conteúdo de blogs e mais conteúdo de agências.

Na segunda análise, detalhamos esses materiais por temáticas. Nesse momento, percebe-se que no portal Universa, a maior parte do conteúdo se refere à temática de moda, beleza casa e decoração (21,5%), que como caracterizou Buitoni, formou-se como a principal temática da imprensa feminina. Em seguida estão temas sobre violência contra a mulher (17,5%) e sexualidade e relacionamento (13,5%).

No AzMina, casos de repercussão – todos sobre o assassinato da vereadora e ativista Marielle Franco – e sexualidade e relacionamento aparecem como as temáticas mais presentes no portal, ambas com 18,5%.

Feitas essas análises, para mapeamento do recorte, parte-se para o protocolo de profundidade. Até o momento foi feita a aplicação do protocolo em todos os conteúdos

selecionados, seguindo agora para a codificação e tabulação das informações para que se possa trazer de forma mais precisa e objetiva a comparação dos portais.

Feito isso, aliando aos resultados das duas análises prévias, poderá ser feito um panorama dos portais a fim de identificar as semelhanças e distinções a partir do financiamento.

Nessa etapa, a hipótese inicial parece se sustentar até certo ponto, já é percebido a distinção de que não prevalece na mídia independente escolhida os conteúdos autorais de produção jornalística interna, sendo observado a presença majoritária de blogs e coluna no portal AzMina.

Com a tabulação e interpretação dos dados colhidos a partir do protocolo espera-se esclarecer alguns pontos já observados na aplicação do mesmo, como por exemplo, ambos têm recursos visuais creditados a terceiros, porém o portal Universa recorre diversas vezes a bancos de imagens públicas, que confere certa aleatoriedade ao conteúdo.

A partir do panorama proporcionado pelo resultado do protocolo será possível ver, de forma comparativa, quais as semelhanças e distanciamentos precisos dos dois portais e tirar as considerações em relação a profundidade dos conteúdos veiculados conforme os tipos de financiamento.

REFERÊNCIAS

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

STUMPF, Ida Regina C. in DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

ERA DIGITAL DA PORNOGRAFIA INFANTIL

Anaedi Nogueira Patriota, Gersislei Antonia Salado, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail: anaedipatriota@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de uma breve análise bibliográfica sobre alguns conceitos acerca da pornografia infantil, da divulgação digital, das consequências penais para o praticante do crime.

O surgimento da internet possibilitou a divulgação e comercialização da pornografia infantil, tornando bastante rendável os sites com este tipo de conteúdo, e foi preciso à criação de leis especificas para combater esse tipo de crime, criminalizando os praticantes em todas as formas, desde a divulgação, guarda ou venda de materiais pornográficos com crianças e adolescentes. É inegável que a internet é uma ferramenta importante para o desenvolvimento do mundo moderno, mas também propicia este tipo de crime, especialmente pela dificuldade para descobrir e identificar os criminosos (REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA, fev/mar 2012).

A Safernet é uma ONG que luta contra crimes virtuais, e divulgou que o crime na internet mais denunciado no Brasil em 2013 foi a pornografia infantil**.** O Ministério Público Federal e a ONG SaferNet Brasil identificaram em 2017- 2018, mais de 6 mil sites com conteúdo criminoso, envolvendo principalmente pornografia, abuso sexual e exploração de crianças e adolescentes. O trabalho da polícia federal aumentou em 2017 em torno de 66% o combate a esse tipo de crime, mas é muito difícil para a polícia chegar até os produtores desse tipo de material, que muitas vezes só são descobertos quando os próprios internautas denunciam (SAFERNET BRASIL, 2013).

É considerada pornografia infantil, produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, vender ou expor a venda, oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar, adquirir, possuir ou armazenar, aliciar, assediar, instigar ou constranger, simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual, (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Segundo Marzochi (2003, p. 229),

> Conduta de fotografar é mais grave, pois pressupõe a exploração sexual do menor, a realização efetiva do ato para produção do material, enquanto que publicar consiste em disponibilizar algo já realizado. Nem sempre quem divulga é o mesmo que fotografa. Na maior parte das vezes, aquele que publica ou transaciona fotos utiliza material produzido por terceiros.

Ainda segundo Marzochi (2003), a indústria da pornografia, movimenta milhões em todo o mundo, chegando mesmo a ser a indústria mais lucrativa que o tráfico de drogas e de armas, e que envolve não somente profissionais estabelecidos, mas também amadores, que se utilizam das facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias.

O objetivo deste trabalho foi fazer algumas considerações sobre a pornografia infantil, a divulgação na mídia, aspectos jurídicos implicados e sobre o papel da psicologia jurídica.

2 METODOLOGIA

Para a execução do trabalho foram revisados artigos científicos disponíveis em sites especializados da justiça, plataformas como Scielo, Bireme, Portal Capes, livros e revistas eletrônicas. Para a revisão procurou-se estabelecer uma breve relação da pornografia infantil, sua interpretação no contexto jurídico, e o papel do psicólogo jurídico.

Palavras chave: Pornografia Infantil; Psicólogo Jurídico; Estatuto da Criança e do Adolescente.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo Fernandes (2014), o crime de pornografia de menores apresenta um caráter transnacional, facilitado enormemente pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), podendo o crime de abuso sexual contra uma criança estar sendo cometido num lado do mundo e visualizado, em tempo real, em diversas localizações do planeta. A gravidade da disseminação destas imagens, para além de atentar contra o próprio menor, com repercussões variáveis e podendo estar relacionado com crimes conexos, como o abuso sexual, sequestro, tráfico de pessoas, branqueamento de capitais, e a ampliação do sentimento de insegurança.

No Brasil a pornografia infantil é considerada crime, sendo garantida em lei a proteção da criança e do adolescente contra abusos e exploração sexual, conforme Art. 1º do ECA. Os artigos. 240 e 241 (Lei nº 11.829 de 2008), passaram a vigorar com a seguinte redação: Art. 240, “Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente.”

Tendo como penalidade a reclusão por quatro anos a oito anos, além de multa. No Art. 241, explicita que “Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente”, cuja pena de reclusão, vai de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, (CEDCA-AL, 2010).

A pornografia infantil tem sido discutida no âmbito jurídico, político, de saúde física e mental, e com a evolução da internet, também vem os malefícios da formação de redes de pedofilia, onde se fazem divulgações, aquisições, exposições, de materiais ilícitos, sendo um desafio para as autoridades competentes. Cabe aqui estabelecer a diferença entre a pornografia infantil e a pedofilia, de forma que a primeira diz respeito a qualquer tipo de representação visual erótica ou pornográfica envolvendo crianças e adolescentes, enquanto que a pedofilia corresponde a uma perversão sexual, numa vivência de emoções e condutas erotizados do adulto para com a criança ou adolescente (INELLAS, 2004).

Segundo Filho (2007, p.2),

> A legislação dos países modernos é bem rígida quando se trata de punir a produção e distribuição de fotografias indecentes, que envolvam cenas de sexo com crianças. Então, essa ‘legislação de primeira geração’, está apta a oferecer resposta punitiva a uma primeira categoria de pornografia infantil: a que se realiza com a produção ou distribuição de material proveniente de abuso sexual a crianças reais.

No entanto, ainda segundo Filho (2007, p.3), o art. 241 do ECA (Lei 8.069/90) com sua nova redação, não alcança, as "simulações" de pornografia infantil, pois como visto ela só tipifica a disseminação de imagens que sejam efetivamente a reprodução de cenas que envolvam a participação real de menores. A legislação brasileira é suficiente para reprimir apenas esse tipo de pornografia infantil, mas deixa espaço para a prática de um outro tipo de conduta também nociva à sociedade, que consiste na produção e distribuição de imagens fotográficas contendo sexo explícito que não utilizem crianças reais.

Essa segunda categoria de pornografia infantil é fruto de técnicas de computação gráfica, ou mesmo através do emprego de adultos com a aparência infantil, que simulam cenas de menores envolvidos em relações sexuais explícitas. Esse tipo de material visual aparenta descrever essas cenas, mas na verdade é produzido sem a participação efetiva de uma criança.

O desenvolvimento da tecnologia, sobretudo de softwares de computação gráfica, permitiu produzir e disponibilizar imagens dificilmente distinguíveis de uma fotografia, ou vídeo de uma criança real abusada sexualmente,

Essas simulações fotográficas, caracterizadas pela utilização de imagens de pessoas com aspecto infantil, que não podem ser distinguidas de fotografias de cenas reais

de crianças exploradas sexualmente, também são chamadas de pseudopornografia, termo que é utilizado para definir todo tipo de montagem de imagem indecente criada por recursos computacionais. A legislação brasileira ainda não se mostra adequada para combater esse segundo tipo de pornografia infantil, outros países já resolveram o problema, reformulando suas legislações para reprimir também a pornografia infantil que não represente um registro permanente de um efetivo abuso sexual contra uma criança real (LIMA; ALBERGARIA, 2016).

Quando um adulto produz esses materiais para serem comercializados, utilizando crianças e adolescentes, não avalia o impacto e as consequências danosas, tanto no âmbito físico quanto no psicológico, que essas condutas provocam. No âmbito psicológico as consequências negativas são; depressão, suicídio, estresse pós-traumático, prejuízo no desenvolvimento acadêmico, promiscuidade sexual, problemas com o sono, ansiedade, pânico, medo, o uso de drogas e álcool, sentimento de culpa e desamparo, baixa autoestima, agressividade, fuga de casa, entre outros (PELISOLI, GAVA, DELL'AGLIO, 2011).

A vítima necessita de uma rede de apoio, tratamento médico e psicológico, para minimizar os danos sofridos e em muitos casos, também, os familiares e/ou responsáveis necessitam de tratamento médico e psicológico.

Pelisoli, Gava, Dell'aglio (2011), enfatizaram que o papel do psicólogo é muito importante, nos casos de violência sexual contra crianças, e no caso da pornografia infantil é necessária também a atuação do psicólogo jurídico para investigações pertinentes ao caso e depoimento da vítima.

Assim, o principal papel do psicólogo na área jurídica é o de perito, atuando e auxiliando o processo investigativo, auxiliando questões que envolvem o abuso de menores, sendo muito relevante também para o acolhimento da criança e dos familiares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil a pornografia infantil é considerada crime, passível de punição, de reclusão e multa. Também no Brasil como no mundo, cresce o número da criminalidade na área digital, crimes esses que vêm se popularizando na medida em que a rede se expande e se torna de fácil acesso para todas as pessoas, inclusive crianças e adolescentes.

O psicólogo jurídico tem grande importância na interação entre o comportamento do sujeito e o direito, contribuindo na avaliação do comportamento humano para investigação

do processo em questão. As consequências para a criança e adolescentes vítimas de pedofilia são nefastas, podendo causar sérios danos à saúde física e mental deste e também de seus familiares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, MAC. *Sobre o significado de pedofilia*. Boletim IBCCRIM. São Paulo, v.12, n.149, p. 3, abr. 2005.

CEDCA-AL Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Alagoas, 2010. Disponível em: <cedca_alagoas@hotmail.com www.conselhodacrianca.al.gov.br>. Acesso em 15 ago 2019.

FERNANDES, MFT. A Pornografia de Menores: conceitos e terminologia – Revista de Direito e Segurança, n.° 4 (julho / dezembro de 2014): 55-87. Disponível em <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/06/REVISTA-RDeS-4>. Acesso em 16 ago 2019.

FILHO, D. R. A pornografia infantil virtual e as dificuldades jurídicas para combatê-la – o caso do Second Life. Disponivel em: <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/260907.pdf>. Acesso em 19/10/2019.

INELLAS, Gabriel César Zaccaria de. Crimes na Internet. 2º ed., atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2009.

LIMA, P. M.; ALBERGARIA, P. S. de. O crime de detenção de pseudopornografia infantil – evolução ou involução, Coimbra : Coimbra Editora. - N.º 28 (jan.-abr. 2016), p. 125-169

LOWENKRON, L. Sexualidad, Salud y Sociedad -- Revista Latinoamericana ISSN 1984--6487 / n.15 --dec. 2013 -- pp.37--61 / Lowenkron, L. / <www.sexualidadsaludysociedad.org>. Acesso em 15 de ago de 2019.

NASCIMENTO, CA. Produção Histórica da Violência Sexual ContraCrianças. <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19591_9877.pdf>. Acesso em 15 de ago de 2019.

PELISOLI, C.; GAVA, LL; DELL'AGLIO, DD. Psicologia jurídica e tomada de decisão em situações que envolvem abuso sexual infantil. **Psico-USF** , Itatiba, v. 16, n. 3, p. 327-338, dez. 2011. Disponível em:<www.scielo.br/scielo>. Acesso em 16 de ago de 2019.

MARZOCHI. M. L, Pornografia Infantil. R. Dir. Adm., Rio de Janeiro, 233: 229-243, Jul./Set. 2003. Disponível em: <www.bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em 19 out de 2019.

Revista Brasileira de Segurança Pública. vol.6 n. 1: São Paulo, fev/mar 2012.

ESCOAMENTO DA SOJA BRASILEIRA PARA À CHINA PELO OCEANO PACÍFICO

Ana Laura Lanza Juares, José Francisco do Nascimento, Júlio Cabrioli Lopes, Stephania Hertal Farias Nunes, Paulo Fernando do Nascimento Afonso,
e-mail: stephaniafnunes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) nas últimas décadas o Brasil tem representado papel central na expansão do comércio internacional o tornando como um importante player no mercado global. O Brasil é um dos principais líderes na produção e exportação no ramo agropecuário, com ênfase na exportação do complexo de soja (grãos, farelos e óleos) ficando em segundo lugar com o maior faturamento em vendas externas.

Até 2030, 1/3 dos produtos agrícolas comercializados no mundo será brasileiro, em função da demanda por alimentos nos países asiáticos em especial a China (ALMEIDA; SELEME; CARDOSO NETO, 2013).

Com o crescimento da comercialização asiática, a travessia do oceano atlântico deixara de ser a única rota de escoamento dos commodities brasileiros, esta alternativa de abastecimento do mercado nacional tornou-se importante não apenas para distribuição de grãos para China, mas também pela importância de estabelecer parcerias e garantir crescimento regional com os países da América do Sul. Com isso os governos do Brasil, Peru e China uniram seus interesses e estão desenvolvendo a ferrovia e a rodovia que liga o Brasil aos portos peruanos e chilenos. (ALMEIDA; SELEME; CARDOSO NETO, 2013).

A proposta do estudo foi avançar na investigação da interação entre países com relação à economia e exportação. Foi possível constatar com o estudo a falta de informações sobre, e com isso ressaltar a importância do mesmo.

Desta forma, a pesquisa traz uma analise da economia Brasileira, apresentando suas oportunidades com o mercado chinês e a logística de escoamento de commodities pelo oceano Pacífico. Buscando mostrar se a logística apresenta ou não benefícios para produtores brasileiros.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2010 e 31 de julho de 2019.
Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 O crescimento da China

Com a implantação da política de planejamento familiar da população chinesa lançada no fim da década de 1970, pode se observar que a taxa de crescimento teve redução de 17,49% para 5,65% entre o ano e 2000 e 2010 representando um crescimento médio anual abaixo da metade entre 1970 e 1980 (JIANGLAN; JIE, 2016).

Mesmo a China crescendo a uma taxa baixa (4,88% em 2012) eleva a população em mais de 6 milhões de pessoas ao ano.Com população atual estimada em 1,3 Bilhão de habitantes e extensão territorial de 9.597.000 km², a China possui 165,2 milhões de hectares em áreas cultiváveis, uma quantidade limitada para alimentar seu povo (THE WORLD BANK, 2019). O volume de soja em grãos consumido pela China é 4,03 vezes superior á produção do país, mostrando a sua dependência em importações da soja (EMBRAPA, 2017).

Segundo o MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2016) as exportações brasileiras para a China estão concentradas principalmente em minérios e “commodities” agrícolas. Com foco em três produtos: soja, minério de ferro, e derivados de petróleo/ petróleo bruto. Em contrapartida os produtos importados da China são mais diversificados, como eletrônicos, equipamentos de telefonia, telas de computadores, máquinas entre outros.

3.2 O comércio brasileiro

Em 2013 o comercio mundial alcançou marcas históricas, exatamente no ano em que o valor das exportações mundiais atingiu US$15,24 trilhões. Desde aquele ano ate 2016, o montante negociado só caiu, chegando em U$12,48 trilhões, grande parte dessa queda deu-se por conta das *commodities.*Na última década, a exportação de produtos básicos aumentou 18,6%%, já produtos manufaturados passou de 39,9% para 54,4% em 2016. Nesse período o Brasil reforçou sua exportação de produtos de baixo grau de elaboração ou básico (BRASIL, 2017).

No mesmo ano de queda dos preços internacionais dos commodities, as exportações brasileiras caíram de US$242,03 bilhões em 2013 para US$185,24 bilhões em 2016. Esse efeito fez com que o Brasil caísse na participação do comercio mundial de bens, em 2011, de 1,79%, para 1,48%, em 2016. (BRASIL, 2017)

3.2.1 A soja

Entre 2005 e 2016, a safa de grãos no Brasil subiu de 114,7 milhões de toneladas (2004/2005) para 238,7 milhões de toneladas (2016/2017). A produção de soja cresceu de 52,3 milhões de toneladas para 114,1 milhões nesse mesmo período. Os cinco principais setores de exportação brasileira representando em média de 80% de tudo o que e exportado são: complexo de soja, carnes, complexo de sucroalcooleiro, café, farinhas e preparações (BRASIL, 2017).

O setor que mais exporta é o complexo de soja, no ano de 2010, somente o complexo de soja foi responsável por 26,8% de toda a exportação que subiu 8,8 pontos percentuais até 2016, atingindo uma marca de 35,6% do total exportado pelo Brasil. Sendo assim, o complexo de soja sozinho foi responsável por mais de um terço das exportações do Brasil. Em 2016, a exportações do complexo de soja, sozinhas, tiveram uma participação de 35,6%. Tal participação chegou a 38% em 2014. Entre 2010 e 2016 obteve uma mudança no principal parceiro agropecuário do Brasil. Por anos a união europeia foi o grande importador de produtos agropecuários, porém perdeu sua posição para China em 2013 (BRASIL, 2017).

China é o principal destino de produtos como: óleo de soja, óleo de amendoim, algodão, pasta de madeira e celulose. Entretanto a venda de soja para China já superou a do mundo todo. No ano de 2008 a China exportou 48,6% de toda soja exportada pelo Brasil, chegando em 67,1% em 2011 (BRASIL, 2017)

Atualmente a importação de soja do Brasil para China caiu 72,8%, isso está relacionado com a trégua na guerra comercial entre os EUA e a China e também a uma peste suína africana, que reduz a demanda pelo farelo de soja. A China importou pouco mais de 20 milhões das 27,6 milhões de toneladas da soja entre janeiro e abril. O número representa uma queda de 77,6% que foram registrado no mesmo período em 2018, segundo dados apurados pela agência marítima Cargonave (PORTAL G1, 2019).

3.3 Meios de escoamento pelos portos do Pacífico

3.3.1 Ferrovia transcontinental

Há algum tempo vem sendo elaborada uma rota de escoamento pelo Oceano Pacífico, com a ajuda das Elites Políticas Econômicas Brasileiras, um projeto que vem sendo analisados há anos e que em 2008 foi aprovado. No ponto de vista brasileiro o escoamento pelo Pacífico ficou mais urgente a partir do momento em que a China se tornou nosso maior parceiro comercial no fim da primeira década do século XXI, além é claro da viabilidade econômica (ALMEIDA; SELEME; CARDOSO NETO, 2013).

O projeto tem como objetivo interligar os oceanos Pacífico e Atlântico com uma ferrovia que tem começo no estado Rio de Janeiro no Porto de Açu e término no Porto de Bayovar no Peru, passando por vários estados com isso conecta os maiores polos produtores de Soja do país (VALEC, 201-).

Durante anos de projeto surgem empecilhos, aliás, são 4.900 km de trilhos para a ferrovia chegar no Peru, no caminho temos que passar por florestas preservadas, reservas indígenas e a Cordilheira dos Andes. Nesses pontos as obras foram adiadas para projetos futuros por conta de leis e culturas. A ferrovia Transcontinental é oficialmente identificada como EF-354.

Mesmo com tantos empecilhos o projeto ainda é viável, por conta de ser um meio de transporte mais econômico menos riscos de acidentes e furtos. Sendo assim mais eficaz na rota para China nossa principal parceira comercial e viabilizando custos.

3.3.2 Rodovia transoceânica

Rodovia Transoceânica, também chamada de Rota do Pacífico, começou a ser construída em 2001 finalizando em 2010. Interligando os portos peruanos com os portos brasileiros, para o escoamento dos produtos por meio dos portos do Peru. Partindo de Porto Velho, a rodovia tem 777 km até a divisa entre Brasil e Peru, porém há uma ramificação oferecendo dois percursos diferentes aos brasileiros, sendo até o Porto de

Ilo, a extensão da rodovia totaliza 1.226km e até o Porto de Matarani, 1.419km. Havendo ainda a opção de continuar o percurso até o Porto de Arica (Chile), com um acréscimo de 219km. A Rodovia, ainda, se interseciona com a BR-174, fazendo uma conexão com os portos venezuelanos e no Caribe. (ALMEIDA, SELEME, CARDOSO NETO, 2013).

A principal vantagem da utilização dos portos peruanos para escoamento dos produtos brasileiros é o tempo de viagem, pois entre os portos peruanos até Xangai, na China, é de seis dias ou menos. Outra vantagem é a diminuição dos custos das tarifas pagas para a travessia do canal do Panamá, percurso utilizado entre os navios de partem do Brasil com destino à Ásia (ALMEIDA; SELEME; CARDOSO NETO, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China é um dos principais países que mais cresce no mundo, no entanto sofre com a escassez alimentos, tendo que importar aproximadamente 73% de produtos brasileiros

Com isso surge uma grande oportunidade de crescimento econômico brasileiro, consequentemente o Brasil vem criando rotas alternativas para o escoamento desses produtos, com objetivo de minimizar custos e tempo no transporte. Tendo em vista duas rotas alternativas a Ferrovia e a Rodovia

A ferrovia transcontinental, ainda com tantos empecilhos o projeto é viável, por conta de ser um meio de transporte mais econômico menos riscos de acidentes e furtos. Sendo assim mais eficaz na rota para China nossa principal parceira comercial e viabilizando custos.

A rodovia poderia ser uma rota viável, porem sua infraestrutura é precária por falta de postos de combustíveis, pontes para que a travessia não necessite de balsa e falta de asfalto em alguns trechos.

Concluímos com a nossa pesquisa que depois de serem terminadas, essas seriam as duas melhores rotas de escoamento dos produtos exportados para território chinês.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. A.; SELEME, R.; CARSOSO NETO, J. Rodovia transoceânica: uma alternativa logística para o escoamento das exportações da soja brasileira com destino à China. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 51, n. 2, p. 351-368, abr./jun. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n2/v51n2a08.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio**: principais mercados de destino. 2017. Disponível em: <http://portal.fundacaojau.edu.br:8077/sif/arquivos_disc/materiais/30261/06d671e73a150345fac690b0fb8a65a5.pdf> Acesso em: 22 jul. 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **NASA confirma dados da Embrapa sobre área plantada no Brasil**. 2017. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30972114/nasa-confirma-dados-da-embrapa-sobre-area-plantada-no-brasil >. Acesso em: 20 maio 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JIANGLAN, Y.; JIE, W. **Análise da dinâmica demográfica da China**. IPEA: Brasília, 2016. Disponível em: < <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9060/1/An%c3%a1lise%20da%20din%c3%a2mica.pdf> Acesso em: 15 set. 2019.

PORTAL G1. **Importação chinesa de soja do Brasil cai a 72,8% do total exportado, aponta agência.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/05/15/importacao-chinesa-de-soja-do-brasil-cai-a-728percent-do-total-exportado-aponta-agencia.ghtml> Acesso em: 15 maio 2019

THE WORLD BANK. **População total da China.** 2019. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=CN> Acesso em: 12 ago. 2019.

VALEC. **A ferrovia transcontinental.** 201-. Disponível em: <http://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-transcontinental/a-ferrovia-transcontinental> Acesso em: 15 jul. 2019.

ESCOLA DEMOCRÁTICA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DO CIDADÃO CRÍTICO

Kethleen Rodrigues Alves, Lúcia Helena Ormelese de Barros, e-mail: kethleenalves@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a escola como espaço de inserção social e de formação do cidadão crítico e consciente de seu papel na sociedade. A escola é uma instituição de extrema relevância na sociedade, pois além de fornecer preparação intelectual e moral do aluno, também o insere no social.

Isso se dá pelo fato da escola ser um importante meio social frequentado pelos indivíduos, depois do âmbito familiar. Por conseguinte, possibilita a reflexão sobre a construção da cidadania na sociedade, assim como a convivência e o exercício consciente do seu papel na escola e no meio. Para isso, é necessário o envolvimento de todos, de forma coletiva, para uma prática escolar que possibilita a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo.

A escola assume várias funções, e com a complexidade da sociedade atual, ela deixa de praticar a sua função inicial que é a socialização do saber sistematizado. O ambiente escolar, como instituição social, não se encarrega do saber empírico, espontâneo, do senso comum, que surge da experiência cotidiana dos indivíduos, porque o seu papel é precisamente o de socializar o saber sistematizado.

Acredita-se que educar não é apenas instruir, mas oferecer uma experiência significativa que prepare para a vida. Portanto, procurou-se fazer da escola um ambiente rico em práticas e atividades voltadas para uma formação que possibilite aos educadores e alunos vivenciar a cidadania, transferindo estas ações para outras instâncias da sociedade, firmando-se como pessoas que fazem a diferença.

O espaço escolar não deve apenas preocupar-se com a formação intelectual do educando, mas também e principalmente, com a sua formação enquanto ser humano ético, participativo, realizado no campo pessoal e profissional. Então, é preciso repensar a questão da formação para a efetivação do papel do cidadão na sociedade, fazendo com que a escola se organize como um espaço vivo, onde a cidadania é exercida a todo momento.

O papel da escola vai além, cabe-lhe preparar os jovens para o futuro em busca de oportunidades para uma sociedade mais justa e igualitária, pois ser cidadão é ter participação ativa no meio social, é ter educação de qualidade, é ter garantido seus direitos e reconhecer os seus deveres. Nesse sentido, uma educação voltada para a cidadania propicia uma formação que sugere a compreensão, a tolerância, a solidariedade e o respeito à diversidade social e cultural.

E para que o educando passe a agir como um verdadeiro cidadão é necessário fazer com que a cidadania seja vivenciada no cotidiano escolar. Muitas práticas precisam ser mudadas, seja pela direção, professores, funcionários, pais e alunos. Exige-se um novo olhar sobre o papel da escola.

Candau (1999, p. 112) complementa,

> Educar para a cidadania exige educar para a ação político-social e esta, para ser eficaz, não pode ser reduzida ao âmbito individual. Educar para a cidadania é educar para a democracia que dê provas de sua credibilidade de intervenção na questão social e cultural. É incorporar a preocupação ética em todas as dimensões da vida pessoal e social.

Nesse âmbito, uma escola quando democrática e participativa pode auxiliar na mudança da realidade social em que, muitas vezes, prevalece a desigualdade, a discriminação a que são submetidos os indivíduos. Desta forma, a escola valorizará a construção do pensamento autônomo crítico, permitindo que os cidadãos observem e atuem sobre o ambiente social nas diferentes esferas.

2 METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento bibliográfico, por meio de livros, análises de textos e artigos científicos sobre o tema. O aporte teórico da pesquisa fundamentou-se, principalmente, nos autores Libâneo, Luckesi, Candau e Saviani, os quais contribuíram para essa pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando o papel da escola é de socializar o conhecimento e promover o pleno desenvolvimento do indivíduo como cidadão, ela se torna democrática. Sendo, um local de convivência que organiza o saber de modo que os conceitos transversais como justiça, respeito e solidariedade sejam compreendidos, assimilados e vividos. Com essa visão, a escola propõe uma atitude crítica, que levará o aluno a identificar possibilidades de reconhecer seus limites nas ações e nas relações com o outro.

É necessário formar uma escola que está sempre atenta à qualidade do relacionamento entre seus alunos, professores, pais e gestores, pratica a cooperação, o diálogo, reforçando o respeito mútuo, tão determinante para o convívio democrático, o que determina o conhecimento e as informações para os princípios da construção da cidadania na escola.

Para que a escola vivencie a cidadania como um todo, os alunos precisam conhecer para aprender a gostar, precisam entender os significados e sua respectiva importância para praticar. Cidadania se aprende na prática e se a escola favorece a aprendizagem da cidadania, a primeira coisa a fazer, é tornar possível entre os alunos, o exercício da mesma. Para o exercício da cidadania, se faz necessária a compreensão e o respeito aos direitos humanos. Só é de fato cidadão, o indivíduo que conhece os seus direitos, usufruir dos mesmos e em contrapartida, respeita os deveres advindos destes direitos. Complementando esta linha de pensamento, Lima (2002, p. 71) afirma que “A educação escolar para a cidadania só é possível através de práticas educativas democráticas, desta forma, promove valores, organiza e regula um contexto social em que se socializa e se é socializado”.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, reconheceu oficialmente a escola como um direito de todos. Segundo Brasil (1988) o artigo 205 da Constituição Federal ressalta que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A partir do artigo supracitado, verificou-se que a escola possui um papel que vai além da transmissão de conhecimento e que visa o mercado de trabalho. Na sociedade contemporânea, ela possui o papel de auxiliar na formação do cidadão. Ser um cidadão, pode ser entendido como ser um indivíduo que possui direitos, deveres, mas que também tem consciência de seus atos.

De acordo com Pinsky (2005, p. 3),

> Afinal, o que é ser cidadão? Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila.

Nesse sentido, é de suma importância que se pense na escola como um meio que esclareça e apresente quais são os direitos e deveres, assim como a possibilidade de

reivindicar que sejam atendidos. Essa ação contribui para a existência de uma sociedade mais justa e igualitária (MANZINI COVRE, 1991, p.10).

A partir de uma educação que procure demonstrar para o aluno que ele pode reivindicar seus direitos e deveres, este indivíduo compreende que pode agir no meio social, mas que para isso precisa compreender seu funcionamento. Isso implica na construção de sujeitos ativos que possuam pensamento autônomo, com espírito crítico e democrático (FÓRUM EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA, 2008, p.17).

É preciso ter em mente, que para formação de um cidadão crítico e participativo, a escola deve proporcionar um ambiente e uma metodologia adequados, como também deve ser um espaço de atuação pública do aluno para expressar ideias e opiniões, o que lhe permitirá agregar mais conhecimento que auxilie na formação.

> A participação é um princípio da democracia que precisa ser trabalhado: é algo que se aprende e se ensina. A escola será um lugar possível de para essa aprendizagem, se promover a convivência democrática em seu cotidiano, pois aprende-se a participar, participando [...] (BRASIL, 1997, p. 41).

Segundo Libâneo (1990, p. 29) “A difusão dos conteúdos é a tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais”. Quando o educando age dentro do ambiente escolar, isso denota o exercício da cidadania, que por sua vez acarreta em transformação social (LIBÂNEO, 1990).

Nessa concepção de educação o papel do professor torna-se o de intermediar as atividades em sala de aula, para que as discussões e participação dos alunos ocorram de forma produtiva, apresentando-o também a importância da troca de conhecimentos e opiniões divergentes da sua, trabalhando assim, o respeito.

De acordo com Luckesi (1994, p. 115),

> Nas práxis pedagógicas, o educador é aquele que, tendo atingido o nível de cultura necessário para o desempenho de sua atividade, dá direção ao ensino e aprendizagem. Ele assume o papel de mediador entre a cultura elaborada, acumulada e em processo de acumulação da humanidade.

É no sentido de utilizar a realidade social ao qual o aluno pertence, que se trabalha a criticidade e a transformação. A escola prepara o aluno para a vida adulta, suas contradições e aspectos, fatos históricos e sociais que influenciam a realidade social. O indivíduo então estará mais apto a agir na sociedade, em busca de uma real democratização, que abranja a todos, e não se limite às classes dominantes**.** (LIBÂNEO, 1990).

Na visão de Saviani (2000), atualmente é atribuída à educação uma espécie de status de slogan, de que está nela a saída para diversos problemas sociais, como a violência, problemas ambientais e exclusão social. Em suma pode-se dizer que a

educação é um elemento determinante nas relações sociais, “sendo capaz, em consequência, de modificá-las pelo seu intrínseco poder”.

Espera-se que nesta reflexão, a maneira de conduzir o processo ensino e aprendizagem sofra mudanças positivas quanto à participação, responsabilidade, sensibilidade e respeito com o outro e que a formação do educando dê um salto de qualidade, não só em relação ao saber sistematizado, mas em sua formação enquanto ser humano, que pensa, se relaciona, interage e busca soluções para os problemas, visando uma melhor convivência na sociedade atual, tão carente da formação de autênticos cidadãos, que respeitam os direitos dos outros, que possuem boa autoestima, que sabem lutar por seus direitos e têm consciência de seus deveres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola precisa assumir o papel de educar para a vida, de educar para a vivência e convivência no mundo contemporâneo, e nesse contexto está a educação para a cidadania. Por sua vez, o aluno desse mundo contemporâneo, necessita identificar seu lugar, sua posição como cidadão, seus direitos e deveres, e para que, principalmente, possa respeitar os outros e a opinião dos outros.

A falta desse tipo de educação é facilmente observada no momento político atual, no qual ofensas e acusações trocadas em nome de ideais e o uso da máquina pública para benefícios pessoais, desvirtuam completamente o papel do cidadão e o significado da democracia. Esse cenário é resultado de um modelo tradicional de currículo, que se mantém forte nas escolas brasileiras.

É de suma importância ressaltar que, além de ser um ambiente influenciável pelo meio, a escola através de suas práticas de ensino também é um fator que exerce influência no ambiente e nas relações sociais.

Este trabalho apontou para a importância e relevância de um ambiente escolar com práticas educativas que propiciem a formação integral dos educandos no sentido de formar cidadãos que compreendam seus direitos, deveres e o funcionamento da realidade social para que estejam aptos a exercer de fato sua cidadania e a buscar a mudança positiva da sociedade.

Portanto, é importante ressaltar que a escola possui um papel fundamental na formação de cidadãos críticos, que são capazes de compreender e interferir na realidade social para buscar a transformação da mesma. Desse modo, é necessário que as práticas educativas estejam comprometidas o tempo todo, nas diversas áreas de estudo,

para que se alcance o objetivo comum, que é a formação da consciência crítica e autônoma dos educandos.

REFERÊNCIAS

BRASIL Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Apresentação dos Temas Transversais. Ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição Federal. Capítulo III. Da educação, da Cultura e do Desporto. Seção I. Da Educação. 2008. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp>. Acesso em: 15 out. 2019.

CANDAU, Vera M. *et al*. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4639131/mod_resource/content/1/7-%20MANZINI-COURE.pdf>. Acesso em :15 out. 2019.

COVRE, M. L. M. **O que é Cidadania?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo-SP: Editora brasiliense, 1991.

FÓRUM EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA (2008). **Objetivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Ação de Educação e Formação para a Cidadania**. Disponível em: <http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/ Objectivos_para_ Cidadania_Forum_ EducCidadania.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização Da Escola Pública:** A Pedagogia Crítica Social dos Conteúdos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1990.

LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical:** Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002. Guia da escola cidadã; v. 4.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. Brasília: Editora Cortez, 1994. Disponível em: http://www.biblioteca.sumare.edu.br/vinculos/PDF_OBRAS/3307_miolo.pdf . Acesso em: 15 out.2019.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da Cidadania**. [S.l] Osasco-SP: Editora Contexto: 2005. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/pinsky/ pinsky_introd_hebreus1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica primeiras aproximações**. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

ESCOLA E EDUCAÇÃO: UMA CONCEPÇÃO FREIREANA

Lizandra Larissa dos Santos, Célia Regina Auler Pereira Furuta, e-mail: lizandra_lari@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Paulo Freire é considerado um teórico da educação que até os dias de hoje é bastante citado no mundo acadêmico. Suas obras destacam a importância do processo educacional para a conscientização e libertação, assim como para o reconhecimento da figura do oprimido e opressor. Essa pedagogia crítica é defendida em seus trabalhos como sendo a única maneira de haver transformação na sociedade atual. Educador brasileiro que chegou a ser exilado no período da Ditadura Militar (1964-1985) por suas ideias serem consideradas subversivas, Freire possui grandes críticos às suas obras, bem como é fonte de inspiração para muitos.

A área educacional no Brasil é um tema instigador, visto que a realidade por nós vivenciada deve ser estudada e investigada de maneira que seja possível entendê-la dentro do contexto atual, assim como todo processo histórico. O que se pode afirmar é que o número de analfabetos funcionais é elevado, contribuindo para o fracasso educacional. Partindo desses pressupostos considera-se que o sistema educacional no país acaba não cumprindo com seus objetivos, prescritos na Constituição Federal bem como pelas Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Estatuto da Criança e do Adolescente e tão pouco se insere na perspectiva de Freire sobre a “leitura de mundo” que deve ocorrer para que haja transformações sociais.

O questionamento que irá versar este trabalho é: Baseado nas concepções defendidas por Freire, ou seja, sob sua ótica, qual é o papel da escola, dentro do processo educacional? Portanto, a partir do material analisado, pretende-se propor uma reflexão sobre se durante o processo de educação formal a escola proporciona ao educando a competência evidenciada por Paulo Freire e quais são as competências necessárias para que de fato haja mudanças expressivas na sociedade.

Este trabalho tem por objetivo, a princípio, analisar as concepções de Paulo Freire acerca do papel educacional no âmbito formal, em que o próprio autor nomeia como “pedagogia crítica e libertadora”, essencial para que haja mudanças expressivas.

2 METODOLOGIA

Os trabalhos publicados acerca das obras de Paulo Freire são extensos, sendo necessário, portanto, selecionar aqueles que se encontram dentro da temática abordada para a revisão bibliográfica. Um de seus livros mais conhecidos*, Pedagogia do Oprimido*, contribuiu para enriquecer a reflexão, justamente por conta da análise acerca da figura do oprimido e do opressor e a relação que existe no âmbito educacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Lustosa (2016), ao analisar a pedagogia freireana e a educação popular, ressalta que a preocupação de Freire era que os indivíduos tivessem compreensão de como funciona a sociedade em que se encontram, reconhecendo seu papel nesse contexto, bem como tornarem-se conscientes, contribuindo para transformações sociais. Em sua concepção Freire enfatiza a pedagogia libertadora, que se opõe à massificação, à padronização e à dominação. Nesse sentido, a educação problematizadora defendida por Freire, deve ocorrer em uma relação dialógica entre a figura do educador e do educando, que ao contrário da concepção bancária, deve promover a criticidade em seus alunos:

> Por isto o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro nem tampouco tornar-se simples troca da, ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987,p.37).

Paulo Freire em suas obras deixa explícito a importância da esperança, pois para ele, se o indivíduo é consciente de que os seres humanos são seres inacabados, estes devem sempre buscar com esperança. Essa “esperançosa busca” nada mais é do que alcançar a transformação da realidade e a intervenção no mundo, questões tão discutidas em todas as suas obras.

Oliveira, Pereira e Zientarski (2012, p.214) em seus estudos analisam a figura dos opressores e oprimidos e as relações de poder na escola sob a ótica de Paulo Freire dentro do contexto neoliberal. Salientam inicialmente que o Estado é o opressor e o professor o oprimido, relacionando questões como a implementação de políticas educacionais que acabam reestruturando esse ambiente por seguir um modelo neoliberal, que acaba impactando a educação e o trabalho docente. De acordo com os autores esse modelo tem por objetivo seguir os “ditames dos organismos internacionais”. O professor, não tendo consciência da opressão, muitas vezes acaba culpando o aluno

e sua família pelo fracasso escolar, e ainda segundo os autores referenciados, o fato desses profissionais não assumirem uma posição contrária à realidade exposta, acabam "pactuando" com o que lhe é imposto, havendo certa imposição de critérios que fazem com que o oprimido se sinta, em alguns casos, atraído pelo opressor:

Segundo Freire (1987, p.28) "a irresistível atração pelo opressor". Pelos seus padrões de vida. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo"

Todas essas questões levantadas giram em torno não somente de política, mas também de capital econômico diante dos interesses do Estado. Segundo Oliveira, Pereira e Zientarski (2012), a visão de Freire acerca da neutralidade do professor nada mais é do que a ausência de envolvimento com as questões relacionadas ao macro contexto social, político e econômico. Para Freire, essa neutralidade não existe e não há por que o professor esconder seus posicionamentos, afirmando que a omissão acaba sendo um desrespeito com o aluno.

Por esses motivos, escolher pela neutralidade é puro comodismo e hipocrisia por medo de acusar as injustiças, e ainda "alguns marcos" definirão sua opção ou a favor do oprimido ou do opressor. (FREIRE, 1996).

Nessas premissas, é importante que sejam feitas análises para que haja de fato apropriação do conhecimento. Critica o modelo de professor que tem atitudes reacionárias, que somente "depositam valores e conhecimentos" (FREIRE, 1987, p. 34).

De acordo com os aspectos elencados considera-se que os temas geradores são aliados dessa pedagogia que contribuirá para a reflexão da realidade vivenciada pelo educando, no que afirma Freire (1987, p.50):

> Esta investigação implica, necessariamente, numa metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que, conscientizadora também, proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos temas geradores e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos.

Além disso, a educação como um processo de humanização é valorizada por Freire em que salienta que educar consiste em "construir gente, humanizar os humanos na luta em denunciar e superar os elementos desumanizadores" (FREIRE, 1987).

Essa educação humanizadora deve ser exercida pelo professor em suas relações com o aluno. Isso demonstra a preocupação de Freire na formação humana para o futuro dos educandos que estão em processo de construção e desenvolvimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente vivencia-se no Brasil um período em que o professor encontra dificuldade em expressar abertamente seu posicionamento, por questões políticas e ideológicas, acabam sendo acusados de subversivos e influenciadores, o que gera insegurança e medo em boa parte dos educadores. A dúvida que fica em educadores não acomodados é: como trabalhar da maneira correta, sem que haja alienação? A censura, como fora discutida, é por conta de interesses do próprio estado e das classes dominantes. As classes inferiores acabam sendo “coisificadas”. Seu objetivo com isso é manter a “ordem”, sem participação das camadas populares.

A escola pode e deve posicionar-se e fazer com que o aluno reflita sobre sua realidade e se posicione sobre ela também. Os artifícios a serem utilizados podem ser variados, basta que haja iniciativa. Freire defende exatamente essa leitura de mundo por parte dos indivíduos, para que não haja o que ele chama de “comodismo”.

O objetivo deste trabalho não é findar as discussões relacionadas ao papel da escola na educação formal e do educador neste processo, tão pouco resumir em linhas gerais o que defende Paulo Freire sobre este assunto. Antes, é propor a reflexão sobre a realidade que se pode constatar e o que se pode alcançar a partir da teoria analisada. A igualdade é almejada pelos considerados “oprimidos”, o caminho a ser descoberto e percorrido para alcançá-la, para o autor analisado se dá também através da trajetória elencada, considerando-se desde a reflexão, dialogicidade, leitura de mundo, conscientização e o principal: humanização. Saindo do estado de coisificação ou despersonalização, para valorização como seres humanos. É importante ressaltar que o próprio Paulo Freire reconhece que esse processo educacional por si só não leva a sociedade a libertar-se da opressão. É preciso mais. Porém, não há dúvidas de que a educação pode contribuir para a sociedade dar um grande passo rumo à libertação e à igualdade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LUSTOSA, Kelyana da Silva. **Educação popular e a pedagogia freireana**: contribuições dos anos 60 para a atualidade. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. III CONEDU , 2016 Campina Grande (PB).Universidade Federal de Campina Grande ,2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/ revistas/ conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA2_ID4808_15082016164937.pdf>. Acesso em: 03 out.2019.

OLIVEIRA, Oséias Santos de; PEREIRA, Sueli Menezes; ZIENTARSKI, Clarice. Opressores e oprimidos sob ótica freireana: relações de poder no cotidiano escolar. **Interacções.** v.8, n. 21, p. 113-123, 2012. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/1525>. Acesso em: 03 out.2019.

ESCUTA, ACOLHIMENTO E PSICOEDUCAÇÃO COM PACIENTES, ACOMPANHANTES/FAMILIARES E FUNCIONÁRIOS DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE PEDERNEIRAS

Gabriela Carvalho, Gabrielle Pupo, Juliana Mazo, Vânia Delpino, e-mail: vaniapsico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A origem da palavra hospital vem do latim “hospes”, que significa hospede, dando origem a palavra “hospitalis” e “hospitium”, sendo o primeiro designado ao local onde na antiguidade se hospedavam além dos doentes, viajantes e peregrinos; já segunda denominação era designada para o local onde encontravam-se pobres, incuráveis e insanos, ou seja, hospício, denominação essa utilizada durante muitos anos para os hospitais psiquiátricos.

Ao longo dos anos, a forma de atuação e de objetivos dos hospitais foram se alterando. “Verifica-se que as primeiras figuras humanas a exercerem a arte de curar foram os sacerdotes dos templos e, estes, os primeiros locais para onde iam os doentes.” (MOSIMANN, 2011). Sendo assim, inicialmente era um local sem muitas funções curativas, para posteriormente com os avanços da medicina e a construção dos hospitais gerais, tendo a função curativa e de restabelecimento da saúde.

Foi no século XI, na Inglaterra, em 1084 que surgiu o primeiro hospital Geral, o St John, e posteriormente no mesmo século, devido a demanda ao combate da lepra-hanseníase, construíram o primeiro hospital especializado, Hospital St. Bartholomew.

Os primeiros hospitais eram locais para pobres, mulheres desamparadas, velhos e doentes crônicos, que devido a tecnologia médica disponível no período apenas possibilitam uma melhora do sofrimento do doente, mas não a restauração da saúde. Sendo assim, os hospitais carregam um estigma de local onde as pessoas iam morrer.

Em meados do séc. XIX, o desenvolvimento da medicina, o uso de métodos assépticos e antissépticos que diminuirá drasticamente o número de mortes por infecção, a introdução da anestesia, permitindo a realização de cirurgias sem dor e com a possibilidades de êxito, contribuíram muito para alterar a imagem do hospital que, consequentemente, deixou de ser um lugar aonde os pobres iam para morrer, transformando-se em local onde os enfermos podiam curar-se (MOSIMANN, 2011).

No momento da sua internação hospitalar, o paciente, passa a ter que se enquadrar nas rotinas, normas e organização da instituição para que possa acontecer um funcionamento adequado do hospital, esse fato faz com que o paciente perca sua individualidade e identidade, passando a ser mais um prontuário médico, em meio a tantos que por ali passam ao longo dos dias.

> Quando uma pessoa adoece e necessita de hospitalização, várias alterações são impostas à sua rotina, independentemente de sua vontade. Ela não é mais o comandante do seu navio, sua vida, e não sabe ao certo em que direção ele andará, em que porto irá desembarcar. É nesse momento que a equipe de saúde direciona suas ações a ela e o médico se torna o grande responsável pela "rota" a ser seguida. Tendo a vida guiada pelas mãos do médico, o paciente cria, muitas vezes, uma relação de dependência com este profissional (GOIDANICH, 2012, p. 3-4).
>
> Através dos relatos dos pacientes do HC, se destaca a inquietação diante das mudanças, da incapacidade momentânea e da dependência em relação aos cuidadores. Aflora a questão, muito difundida na sociedade capitalista, de que o indivíduo deve ser independente e produtivo, deve sempre estar disposto a realizar suas tarefas com êxito e sem "perturbar" a vida alheia. O sujeito que adoece está vulnerável a ser considerado inútil e não ocupar um lugar social de reconhecimento. (GOIDANICH, 2012, p. 7).

Dentro desse contexto, temos o psicólogo hospitalar, que poderá atuar em várias frentes e diversos ambientes da instituição. Sua função principal é auxiliar o paciente e sua família a lidar com as dificuldades trazidas pelo adoecimento, com os medos, as mudanças e as inseguranças. O psicólogo ainda se torna um elo entre a equipe profissional e o paciente e sua família, além de auxiliar os profissionais da instituição a lidarem com os acontecimentos e as perdas ocorridas nesse ambiente.

> Mais que uma atuação determinada por uma localização, a "Psicologia hospitalar é o campo de entendimento e tratamento dos aspectos psicológicos em torno do adoecimento" – aquele que se "dá quando o sujeito humano, carregado de subjetividade, esbarra em um 'real', de natureza patológica, denominado 'doença' (...)." (MOSIMANN, 2011, p.16).

É nesse sentido que buscaremos atuar em nosso estágio, compreendendo a dinâmica da instituição, as demandas apresentadas, e intervir de forma a minimizar o sofrimento psicológico, que forem apresentados pelos pacientes, familiares e pelos próprios funcionários da instituição.

2 METODOLOGIA

2.1 Tema para estudos

Embasaremos nossos estudos e desenvolvimento do projeto na afirmativa de Simonetti (2004) "curar sempre que possível, aliviar quase sempre, consolar sempre", utilizando artigos e livros que nos embasem para a escuta e acolhimento dos pacientes e seus familiares, sendo inicialmente os descritos abaixo.

- Manual de Psicologia Hospitalar: o mapa da doença;
- A psicologia hospitalar e o hospital;
- Acolhimento e escuta como prática de trabalho do psicólogo no contexto hospitalar;
- Os desafios do psicólogo no atendimento a pacientes internados no pronto socorro;
- A importância do acompanhamento psicológico no processo de aceitação da morte;
- A prática do psicólogo hospitalar em equipe multidisciplinar.

O olhar da psicologia sobre demandas emocionais de pacientes em pronto atendimento de hospital geral. Desenvolveremos também psicoeducação nas áreas que apresentarem demanda ao longo do período.

Esperamos que por meio da nossa atuação na instituição consigamos:

- Propiciar aos pacientes e seus familiares/acompanhantes, acolhimento e escuta frente a situação vivenciada por eles, buscando fornecer suporte psicológico para minimizar seu sofrimento frente o adoecimento;
- Junto a equipe multiprofissional que atua na instituição, desejamos alcançar a união de todos os integrantes e propiciar suporte psicológico para lidarem com as demandas apresentadas por eles devido conviverem diariamente com a vida e a morte.
- Junto a toda a população atendida pela instituição, propiciar uma conscientização sobre as questões de saúde preventiva.

2.2.1 Objetivo Geral

Buscamos ao longo do período de estágio entrar em contato com a real demanda do hospital referente a psicologia hospitalar e o papel desse profissional nesse setor. Promover a escuta e acolhimento, promoção da saúde por meio de trabalho de psicoeducação e buscar promover a saúde psicológica de pacientes, acompanhantes e funcionários da instituição. “Uma meta importante da psicologia hospitalar é a de que ela não estabelece uma meta individual a ser alcançada pelo paciente, mas simplesmente aciona um processo de elaboração simbólica do adoecimento.” (MOSIMANN, 2011).

2.2.2 Objetivos específicos

Temos então como objetivos específicos:

- Identificar as demandas apresentadas pela instituição;
- Promover a escuta e acolhimento dos pacientes, acompanhantes/familiares e equipe profissional;
- Desenvolver projetos de psicoeducação e promoção da saúde junto a comunidade que utiliza dos serviços prestados pelo hospital; e
- Analisar e avaliar os resultados obtidos ao longo do processo, identificando as dificuldades e os sucessos promovidos por meio da nossa atuação na instituição.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O Ministério da Saúde define o Hospital como uma instituição vital para o funcionamento de uma sociedade, com o objetivo de proporcionar assistência médica à população de forma integral, curativa e preventiva. Pode ser utilizado também como centros de educação, bem como contribuir em pesquisas na área da saúde. Atualmente, o hospital deixa de ter um papel apenas de abrigo de peregrinos e doentes como em outro momento da história, tornando-se uma instituição planejada, com atuação técnica de alto complexidade.

A organização hospitalar, assim como outros ambientes de prestações de serviços sociais, estrutura-se em níveis hierárquicos, mas tem como objetivo mais as atividades centradas no paciente. Os procedimentos exercem ação direta junto ao paciente, tais como: serviço médico, serviço de enfermagem e por certos aspectos a eles ligados, o serviço social, fisioterapia, psicologia e outros. Os serviços considerados auxiliares são os que não trabalham diretamente com o paciente, mas procura o estabelecimento do diagnóstico ou contribui no tratamento médico. No ambiente hospitalar existe também serviços institucionais são os que atuam de forma indireta, tais como: voluntariado, filantropia, grupos operativos que visam proporcionar bem-estar e conforto aos pacientes (IAMAMOTO, 2008).

No momento da sua internação hospitalar, o paciente passa a ter que se enquadrar nas rotinas, normas e organização da instituição para que possa acontecer um funcionamento adequado do hospital. Esse fato faz com que o paciente perca sua individualidade e identidade, passando a ser mais um prontuário médico em meio a tantos que por ali passam ao longo dos dias. O desafio das equipes multidisciplinares no ambiente hospitalar, na atualidade, é humanizar e garantir atendimentos éticos. Ou seja, para que o sofrimento do paciente e as percepções de dor sejam humanizados, é preciso que as palavras expressadas pelo sujeito sejam entendidas pelo outro. A humanização depende de nossa capacidade de falar e ouvir, do diálogo com aqueles que nos cercam (PESSINI, 2002).

Na realidade do adoecimento, a pessoa revela e potencializa a sua subjetividade e se depara com uma realidade patológica denominada doença, que se encontra instalada em seu próprio corpo, e assim produz inúmeros aspectos psicológicos que podem se revelar no paciente, na família e até mesmo na equipe profissional (CAMPOS, 1995).

Dentro desse contexto, temos o psicólogo hospitalar, que poderá atuar em várias frentes e diversos ambientes da instituição. Sua função principal é auxiliar o paciente e sua família a lidar com as dificuldades trazidas pelo adoecimento, com os medos, mudanças e inseguranças. O psicólogo ainda se torna um elo entre a equipe profissional, paciente e sua família, além de auxiliar os profissionais da instituição a lidarem com as demandas específicas e as perdas ocorridas nesse ambiente. A Psicologia hospitalar é a possibilidade de entendimento e tratamento das características psicológicas em torno do adoecimento. Dessa forma, é o cuidado e a preocupação com o sujeito humano, carregado de sua subjetividade, sensibilizado pelo seu estado patológico, denominado "doença" (SIMONETTI, 2004).

Segundo Chiattone (2003), a atuação do psicólogo hospitalar promove mudanças, atividades curativas e de prevenção e visa diminuir o sofrimento que a hospitalização e a doença causam ao sujeito. Ao se deparar com os aspetos psicológicos que se encontra a doença, nos defrontamos com diversas manifestações psíquicas da subjetividade humana, tais como: sentimentos, desejos, pensamentos, comportamentos, fantasias, lembranças, estilos de vida, e o modo de adoecimentos que é intrínseco de cada ser. Dessa forma, o objetivo do desenvolvimento do trabalho do psicólogo é proporcionar uma reflexão sistêmica no contexto vivido e a possibilidade de resinificar sua visão durante o período de tratamento ou internação.

No espaço hospitalar, o psicólogo tem uma função ativa, real e indispensável, e não de mera interpretação. Sua atuação reforça o nível de comunicação, e corrobora com o trabalho estrutural e de adaptação do paciente e familiar ao enfrentamento da adversidade inerente à doença. Sendo assim, a atuação deve se direcionar em nível de apoio, atenção, compreensão, suporte ao tratamento, elaboração dos sentimentos, a possibilidade de se esclarecer dados reais sobre a doença e fortalecimento dos vínculos familiares. Portanto, a atuação do psicólogo é permeada por uma multiplicidade de solicitações como: preparação do paciente para procedimentos cirúrgicos (pré e pós-operatório), exames, auxílio ao enfrentamento da doença e seu tratamento, atenção aos transtornos mentais associados à patologia, tornando o paciente ativo no seu processo de adoecimento e hospitalização (CANTARELLI, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, podemos concluir que o trabalho no hospital realizado pelos estudantes terá como maior enfoque propiciar aos pacientes e seus familiares/acompanhantes, acolhimento e escuta frente a situação vivenciada por eles, buscando fornecer suporte psicológico para minimizar seu sofrimento frente o adoecimento. Junto a equipe multiprofissional que atua na instituição, desejamos alcançar a união de todos os integrantes e propiciar suporte psicológico para lidarem com a demandas apresentadas por eles devido conviverem diariamente com a vida e a morte. Referente à população atendida pela instituição, propiciar uma conscientização sobre as questões de saúde preventiva. O psicólogo possui como principal função dentro do hospital proporcionar acolhimento aos pacientes e seus familiares e também através desse acolhimento reduzir as angústias que a internação causa, também tirar dúvidas que surgem através da hospitalização em relação a doença que não foram esclarecidas com a equipe médica. O psicólogo acrescenta ao hospital a humanização, justificando assim toda a atuação dos estudantes durante o estágio.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, T. C. P. **Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo em hospitais**. São Paulo: EPU, 1995. 112 p.

CANTARELLI, A. P. S. Novas abordagens da atuação do psicólogo no contexto hospitalar. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 137-147, dez. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-08582009000200011. Acesso em: 22 mar. 2019.

CHIATTONE. H. B. de C. Prática Hospitalar. *In*: Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar, 8., 2003, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia da Saúde e Hospitalar, 2003, p. 20 – 32. Disponível em https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-hospitalar/a-atuacao-do-psicologo-no-contexto-hospitalar. Acesso em: 25 mar. 2019.

FERRACIOLI, N. G. M.; VENDRUSCULO, J.; SANTOS, M. A. dos. Quando a psicanálise entrou no centro cirúrgico: um relato de experiência. **Vínculo**, São Paulo, v. 14, p. 1-12, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902017000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2019.

GOIDANICH, M.; GUZZO, F. Concepções de vida e sentimentos vivenciados por pacientes frente ao processo de Hospitalização: o paciente cirúrgico. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 232-248, jan./jun. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582012000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2017. 496 p.

LEITE, K. L.; YOSHII, T. P.; LANGARO, F. O olhar da psicologia sobre demandas emocionais de pacientes em pronto atendimento de hospital geral. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 145-166, jul./dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582018000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2019.

MELO, A. F. V. de; *et al.* A importância do acompanhamento psicológico no processo de aceitação de morte. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 152-166, abr. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Rede assistencial do SUS**. Brasília. Disponível em: https://www.saude.gov.br. Acesso em: 29 mar. 2019.

MOSIMANN, L. T. N. Q.; LUSTOSA, M. A. Psicologia hospitalar e o hospital. **Revista SBPH**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 200-232, jan./jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2019.

PESSINI, L. Humanização da dor e sofrimento humanos no contexto hospitalar. **Revista Bioética**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 51-72, 2002. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/21. Acesso em: 22 mar. 2019.

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar**: o mapa da doença. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 201 p.

TONETTO, A. M.; GOMES, W. B. A prática do psicólogo hospitalar em equipe multidisciplinar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, p. 89-98, mar. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2019.

VELASCO, K.; RIVAS, L. A. F.; GUAZINA, F. M. N. Acolhimento e escuta como prática de trabalho do psicólogo no contexto hospitalar. **Disciplinarium Scientia,** Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 243-255, 2012. Disponível em: https://www.periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1741/1645. Acesso em: 13 abr. 2019.

ESTADO CONFESSIONAL E A CONSTITUIÇÃO CRISTÃ DOS ESTADOS

Diego Dhiamaique Miranda da Costa, Vanderlei Freitas Nascimento Junior, e-mail: diego.dhiamaique.jus@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

É comum hoje no estudo do Direito Constitucional a propagação da ideia do "Estado Laico", cujo fundamento é o princípio democrático de participação popular do qual decorreria toda sua legitimidade, principalmente diante da pluralidade de ideias.

Assim o objetivo deste trabalho é, não adentrando ao mérito de qual modelo estaria correto, expor um modelo oposto, explicitando o que seria um Estado Confessional, escolhendo por modelo o Estado Católico.

De acordo com a Doutrina Social da Igreja (DSI), o homem nasceu como um ser social, não sendo possível que consiga sozinho o necessário e útil para sua vida, nem alcançar a perfeição do espírito e do coração, sendo, portanto, a vida em comunidade concessão da benignidade da Providência Divina, visto que o homem por si, é um ser frágil diante das adversidades naturais, devendo se servir da sociedade civil e doméstica para alcançar a perfeição de sua existência (Leão XIII, 1885).

Para que a sociedade funcione adequadamente, é necessário que se apoie em uma estrutura sólida de organização e hierarquia, cuja a autoridade procederia do Direito Natural, e que, por consequência, teria Deus por autor, devendo toda estrutura lhe ser sujeita e obedecer-lhe, pois todo poder decorre de sua única vontade.

Nesse sentido, observa-se que, apesar de o modelo católico de política favorecer a existência de regimes monárquicos, é destaque da DSI que tais preceitos podem se adaptar a qualquer forma de governo.

Contudo, *"seja qual for a forma de governo, todos os chefes de Estado devem absolutamente ter o olhar fito em Deus, soberano Moderador do mundo, e, no cumprimento do seu mandato, a Ele tomar por modelo e regra"* (*Ibdem*).

Assim sendo, emanando todo o poder de Deus que constitui seus governantes para que governem segundo a justiça e o direito, e não para que abusem de seu poder privando o seu povo do essencial, é natural, também, que o povo reconheça o governo

como tal e a ele se sujeite com confiança paternal. Não haveria, portanto, licitude na rebeldia, devendo prevalecer a caridade e a obediência, desde esta obediência fosse legítima.

Pautada por esses princípios e tendo Deus como fonte de todo o poder, é necessário que, tanto a sociedade quanto o próprio governante, cumpram com seus deveres para com Deus, sendo o principal dever render-lhe o culto devido.

Além disso também são deveres do governante: I - favorecer a religião; II - protegê-la com a sua benevolência; III - cobri-la com a autoridade tutelar das leis; e III - nada estatuírem ou decidirem que seja contrário à integridade dela (*Ibidem*).

Todos esses direitos e deveres, decorrem do fato de que o homem nasce não apenas com uma finalidade natural, mas também de uma finalidade sobrenatural e só alcançaria esta através de meios legítimos (sacramentos) que são oferecidos pela única e verdadeira religião, sendo, portanto, necessário que o governante lhe beneficie em favor das demais, não privando o homem da ordem da graça, pois deve atuar para o bem comum dos homens.

Assim sendo, existiriam dois poderes que atuariam em conjunto: o eclesiástico e o civil. Contudo, o poder civil deveria ser submisso ao poder eclesiástico no que tange às coisas legitimas, pois o poder eclesiástico teria sido constituído pela própria divindade para que conduzisse o povo à Salvação. Nesse sentido, insiste Leão XIII (1885):

> Como o fim a que a Igreja tende é de muito o mais nobre de todos, assim também o seu poder prevalece sobre todos os outros poderes, e de modo algum pode ser inferior ou sujeita ao poder civil. Efetivamente, Jesus Cristo deu plenos poderes aos seus apóstolos na esfera das coisas sagradas, juntando-lhes tanto a faculdade de fazer verdadeiras leis como o duplo poder que dela decorre, de julgar e de punir (1885).

Portanto, seria necessário equilibrar esses poderes na ordem de atuação como se fossem corpo e alma, devendo sempre aquele ser sujeito a este pois enquanto um atua para os bens terrenos, o outro atuaria para bens da eternidade, agindo cada um de acordo com sua própria natureza, “já que Jesus Cristo mandou dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (*Ibdem*).

Para a consecução de tais fins é imprescindível a formação religiosa leiga de maneira que essa classe venha a participar das políticas em vários âmbitos se aplicando a fazer com que a autoridade pública atenda à educação religiosa e moral dos jovens, da forma como convém aos cristãos, consistindo, assim, em dever grave de todo católico.

> Na constituição do Estado, tal como a acabamos de expor, o divino e o humano são delimitados numa ordem conveniente; os direitos dos cidadãos são

> assegurados e colocados sob a proteção das mesmas leis divinas, naturais e humanas; os deveres de cada um são tão sabiamente traçados quão prudentemente salvaguardada lhes é a observância. Todos os homens, nesse encaminhamento incerto e penoso para a cidade eterna, sabem que tem a seu serviço guias seguros para conduzi-los à meta, e auxiliares para atingi-la. Sabem, do mesmo modo, que outros chefes lhes foram dados para obter e conservar a segurança, os bens e as outras vantagens dessa vida (Leão XIII, 1885).

Isto posto, decorreriam daí alguns problemas no que tange à legitimidade do Estado Católico, visto que este não se pauta na ideia democrática de que o Poder decorre da vontade popular, além do que surgiriam conflitos numerosos quanto a pluralidade de ideias, principalmente no que tange à existência do Deus (do qual emanaria todo o poder) e como atribuir essa união entre Igreja e Estado diante da inúmera quantidade de religiões existentes.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva e explicativa que visa elucidar a substância de um Estado Confessional, visando esclarecer a sua forma de ser e de agir.

Para isso escolheu-se o modelo católico de Estado, partindo-se do método dedutivo de análise de diversas bibliografias (encíclicas, doutrina católica, e legislações que adotam princípios confessionais).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em um Estado fundamentado na ideia de que todo poder emana de Deus, deve ser legitimado primeiramente na prova da existência de Deus. Ao contrário do que se difunde a partir da filosofia imanentista moderna, é necessário ressaltar que para a Doutrina Católica a existência de Deus não se fundamenta em um “sentimento religioso”, mas na demonstração racional e objetiva da existência de Deus, pautando-se em provas filosóficas e, principalmente, em exercícios lógicos pelos quais qualquer ser humano poderia chegar na conclusão da existência de um ser Supremo do qual emanaria toda a criação. A ideia de que Deus é conhecido através de uma “espécie de intuição do coração”, pela qual Deus infunde no homem a persuasão quanto à sua existência, foi algo condenado pelo Papa São Pio X (1907), que explana que através de tais ideias “se abre caminho para o ateísmo”.

Para tanto, São Tomás de Aquino (*apud* FEDELI), cuja filosofia e teologia foram brilhantes e influenciada diretamente por filósofos gregos como Sócrates, Platão e

Aristóteles (que já na antiguidade haviam chegado na conclusão da existência de Deus), elaborou as chamadas 5 vias, como a explicação de todas as vias são

A primeira delas é a via do Movimento, é considerada a prova mais clara. É evidente que dentro das coisas físicas há aquelas que mudam (água que evapora, parede branca que é pintada de verde), nessas coisas que mudam é possível se observar que há qualidades ou perfeições, ou qualidades que podem vir a adquirir. Quando o objeto possui determinada característica, se diz que ele a possui em ato, quando pode vir a adquirir se diz que ele a possui em potência.

Nenhum objeto pode adquirir sozinho determinada característica, é necessário para que receba a característica daquele que a possui em ato e esse ser que a possui em ato também recebe essa característica e assim sucessivamente até se chegar até a primeira causa motora em uma sequência finita.

> Se a seqüência de movimentos fosse infinita, sempre a potência precederia o ato, e jamais haveria um ato anterior à potência. É necessário que o movimento parta de um ser em ato. Se este ser tivesse potência, não se daria movimento algum. O movimento tem que partir de um ser que seja apenas ato. [...]Ora, esses movimentos se dão no espaço e no tempo. Tempo-espaço são mensuráveis. Portanto, não são movimentos que se dão no infinito (*Ibidem*).

Assim sendo, chega-se a um primeiro Ser que possui todas as perfeições em ato e que não possui potência, a esse primeiro ser se denomina Deus. Outras teorias corroboram para com esse raciocínio, entre elas podemos encontrar a do *Big Bang*.

A segunda via que se pode utilizar na demonstração da existência de Deus é a via da causalidade eficiente. Esta via explana que todo efeito possui uma causa anterior, pois no mundo não haveria nenhum objeto que fosse sua causa em si. Para que uma pessoa existisse era necessário que seus pais se relacionassem, da mesma forma os seus avós e assim numa escala sucessiva. Assim também o é com o fogo, que é produzido pelo calor aplicado a uma superfície inflamável, que decorre do atrito de objetos, que resultou de uma energia aplicada de forma natural ou humana e assim sucessivamente. O que se demonstra com isso é que para que existisse essa sucessão de causas era necessária uma primeira causa, pois nenhuma sequência resulta do infinito e nenhum movimento nasce por si. Sócrates foi o primeiro a reconhece-la ao exprimir à beira da morte “causa das causas, tem pena de mim” (FEDELI).

Dessa forma, é inevitável a demonstração de que a Fé na existência de Deus é um ato puramente racional e não emotivo.

Contudo, mesmo que se prove a existência de Deus, isso por si não basta para se legitimar um Estado puramente católico, pois muitas religiões se aplicam na difusão de uma fé em um ser transcendente. Dessa forma, como determinar que apenas uma estaria com a razão?

Essas provas decorreriam portanto da existência de milagres que são mecanismos pelos quais Deus provaria sua doutrina. Nisso insiste o Papa Leão XIII (1885):

> Provas numerosíssimas e evidentes, a verdade das profecias, a multidão dos milagres, a prodigiosa celeridade da propagação da fé, mesmo entre os seus inimigos e a despeito dos maiores obstáculos, o testemunho dos mártires e outros argumentos semelhantes, provam claramente que a única religião verdadeira é a que o próprio Jesus Cristo instituiu e deu à sua Igreja a missão de guardar e propagar.

Milagres não seriam, portanto, fenômenos dos quais a ciência poderia explicar com o simples uso da razão, nem seriam como os prodígios que poderiam ser realizados por qualquer ente espiritual como os anjos e demônios (como levitar objetos), milagres seriam fatos extraordinários que decorreriam da vontade Divina e que apenas Deus poderia realizar (criação de um objeto advindo do nada, manipulação de astros, curas inexplicáveis, etc.), “chama-se milagre tudo o que Deus faz, fora das causas que nós conhecemos” (AQUINO, 2005).

Enquanto nas outras religiões haveriam meros prodígios, a religião Católica seria a única na qual onde ocorreriam os verdadeiros milagres e, portanto, seria a única verdadeira.

Assim sendo, caberia portanto definir qual seria o lugar social dessas religiões no plano estatal. Alguns pensariam, por lógica, na supressão, contudo não é dessa forma que se manifestaria o Estado Católico. O Pontífice Leão XIII deixou claro que não se deve obrigar ninguém a abraçar a fé, pois esta é um exercício livre da vontade, sendo que é possível que existam, portanto, outros cultos dentro de um Estado, mas desde que este reconheça que não estão em pé de igualdade.

Essa foi a posição adotada pela Constituição Política do Império do Brazil de 1824*:“A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo”* (Brasil, 1824).

Na visão católica de Estado, não se manifesta a ideia que Moraes expõe em seu livro de Direito Constitucional de que: *“O constrangimento à pessoa humana de forma a renunciar sua fé representa o desrespeito à diversidade democrática de ideias, filosofias*

e a própria diversidade espiritual" (2016), mas *"a liberdade de pensar e publicar os próprios pensamentos, subtraída a toda regra, não é por si um bem de que a sociedade tenha que se felicitar; mas é antes a fonte e a origem de muitos males"* (LEÃO XIII, 1885).

A Liberdade verdadeira consistiria, portanto, no uso da inteligência que nos atribui o conhecimento do bom e do mau para evitar aquilo é prejudicial e escolher entre aquilo que é útil de forma a saciar a nossa vontade que deverá, em todas as circunstâncias ser submissa à razão. Não há liberdade quando se escolhe um mal travestido de bem, pois disso decorrem os vícios e os vícios cerceiam diretamente a liberdade (LEÃO XIII, 1888).

Por isso deverá o Estado Católico coibir os cultos públicos de outras religiões, não incorrendo em cerceamento de liberdade, visto que estas outras religiões cegariam o homem e o privariam da Salvação gerando exatamente o cerceamento da sua liberdade. Liberdade não é o direito de propagar um erro, mas a busca de evita-lo, pois um homem só é livre quando pode escolher entre dois bens e não quando esta apto a escolher o mal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto, tem-se que o Estado Cristão, ou o Estado Católico, se pautaria não no acordo de vontades, mas em um conjunto objetivo de verdades que emanaria de um Criador Absoluto, que ao contrário de um sentimento, é demonstrado através da reta razão, onde uma religião se sobressairia como a Verdadeira pois é dela que decorre as manifestações sobrenaturais pelas quais Deus confirmaria sua doutrina.

Nesse sentido, os governantes, independentemente da forma de governo adotada, teriam de se sujeitar a essa religião não podendo a contrariar, devendo a favorecer em razão das demais, ainda que se admitisse o culto privado de outras entidades, visto que não se pode obrigar ninguém à Fé, pois essa decorre exclusivamente da vontade.

Trata-se de um tema complexo que não abarca hoje um número significante de trabalhos, do qual se mostra interessante de tratar em ocasiões futuras.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Volume II. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BRASIL. **Constituicão Politica Do Imperio Do Brazil** (1824). Outorgada em 22 de Abril de 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 03 de out. 2019.

FEDELI, Orlando. **Existência de Deus**. Montfort. Disponível em <http://www.montfort.org.br/bra/cadernos/religiao/existencia/>. Acesso em 03 de out. 2019.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Libertas Praestantissimum** (1888). Publicada em 20 de Junho de 1888. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_20061888_libertas.html> Acesso em: 04 de out. 2019.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Immortale Dei** (1885). Publicada em 1º de Novembro de 1885. Disponível em <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei.html>. Acesso em: 03 de out. 2019.

PIO X. **Carta Encílica Pascendi Dominici Gregis** (1907). Publicada em 8 de Setembro de 1907. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html>. Acesso em: 03 de out. 2019.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. – 32. ed.– São Paulo: Atlas, 2016.

ESTRESSE EM ESTUDANTES DO ÚLTIMO ANO DE ENFERMAGEM DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Daniela de Souza, Letícia Cristina Ribeiro, Caroline Aparecida Urgnani de Almeida, Ana Paula Ribeiro Razera, e-mail: danizinha2073@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O termo estresse é conhecido na atualidade como uma tensão, pressão, irritação que pode afetar o indivíduo tanto fisicamente como emocionalmente (HIRSCH *et al*., 2015; CESTARI *et al*., 2017). Lipp (2000) acrescenta que o estresse é uma reação do organismo diante de situações difíceis ou excitantes, que pode ocorrer com qualquer pessoa independentemente da idade, raça, sexo e situação socioeconômica.

Ao estudar as causas do estresse, Selye (1956 *apud* FARIA; CARDOSO, 2010) descreveu a teoria da Síndrome da Adaptação Geral (SGA), o qual classificou em três fases: fase de alarme ou alerta compreendida como o começo do processo de estresse, definido como a quebra da homeostase, quando o organismo se depara com uma possível situação de ameaça; fase de resistência compreendida quando o organismo tenta encontrar familiaridade ou neutralizar o agente agressor podendo ocorrer por um longo período; fase de exaustão caracterizada pelo desgaste físico e emocional do indivíduo, cujo organismo obteve uma sobrecarga ou uma dificuldade de neutralizar os agentes agressores.

No entanto, Lipp (2005) identificou um modelo quadrifásico para o estresse, designado de quase-exaustão, que ocorre após a fase de resistência e pode ser caracterizado por um enfraquecimento do organismo.

Atualmente diversos estudos têm mostrado que os estudantes de enfermagem experimentam elevados níveis de estresse. Dentre eles, destacam-se os estudantes do último ano, os quais vivenciam momentos de estresse decorrentes de preocupações referente ao conteúdo programático, aproximação da conclusão do curso, além da transição da vida acadêmica para laboral, gerando um aumento da sua responsabilidade (SILVA, 2011; PRETO *et al*., 2018; CESTARI *et al*., 2017).

Nesse contexto, o presente estudo objetivou identificar os níveis de estresse em estudantes do último ano de enfermagem de uma instituição de ensino superior.

2 METODOLOGIA

Estudo transversal e descritivo, de abordagem quantitativa, realizado em uma instituição de ensino superior, entre agosto e setembro de 2019.

A população foi composta por estudantes do curso de graduação em enfermagem matriculados no quinto ano (10º semestre). Como critérios de inclusão foram considerados alunos com idade igual ou superior há 18 anos e que aceitaram participar do estudo. A amostra constou de 23 estudantes.

Inicialmente, obteve-se a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme parecer nº 3.350, a seguir, foi solicitada aos participantes do estudo a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário sociodemográfico para caracterização da amostra, e, para a identificação do nível de estresse, o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL), que visa a identificar, de forma objetiva, a sintomatologia de estresse, os tipos psicológico ou somático e a fase em que se encontra (alerta, resistência, quase-exaustão e exaustão). A pesquisa contou com a presença de uma colaboradora da Psicologia que foi responsável pelo fornecimento e aplicação do instrumento ISSL, considerando tratar-se de instrumento específico da área, além de fazer as orientações pertinentes em todo o processo.

A correção e análise dos dados foram feitas conforme referenciais normativos do instrumento (LIPP, 2005). Para a tabulação dos resultados utilizou-se o Programa Excel, versão 2015. Os resultados foram submetidos à análise estatística descritiva, incluindo a média, desvio-padrão, frequência relativa e absoluta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra resultou em 23 estudantes com média de idade de 26 anos (±4,7). Quanto à caracterização dos participantes, em relação ao gênero, evidenciou-se prevalência do feminino (87%), solteiros (74%), sem filhos (78%) e com classificação socioeconômica média (65%). Ao serem questionados sobre vínculos empregatícios, 52% relataram possuir vínculo único, com jornada de trabalho de 6 horas (79%). Observou-se que 70% não possuíam bolsa de estudo, e 83% não possuíam financiamento estudantil.

No presente estudo, em relação à caracterização dos graduandos, a idade média foi de 26 anos, variando de 21 a 37 anos, corroborando com a literatura, reforçando a ideia de que a Enfermagem está em processo de rejuvenescimento (NETO XIMENES *et al*., 2017; MACHADO *et al*., 2015).

Quanto ao sexo, o feminino prevaleceu. Mota *et al*. (2016) afirmam a predominância da mulher pelo fato da profissão ser ligada tanto historicamente como culturalmente às práticas femininas.

Ao serem questionados sobre o estado civil e número de filhos, prevaleceu os solteiros e sem filhos. Garcia *et al*. (2016) afirmam que as mulheres estão priorizando a formação profissional e inserção no mercado de trabalho deixando em segundo plano o sonho do casamento e dos filhos.

Quanto à classificação econômica verificou-se que os discentes possuíam uma renda per capita média, entre dois a três salários mínimos. Segundo Souza *et al*. (2013) a renda de um estudante no ensino superior com mensalidade, transporte, alimentação, material didático e vestuário como despesas torna-se desfavorável frente aos gastos.

Quanto ao vínculo empregatício, prevaleceram os que possuíam empregos e com jornada de seis horas. O aluno que cursa a faculdade e exerce uma atividade profissional, sofre mais desgaste do que aquele que só cursa a faculdade. A duplicidade de papéis pode ser um fator importante para desencadear o estresse (SILVA, 2011). Para Lima, Vieira, Costa *et al*. (2015), um novo perfil está compondo os acadêmicos de enfermagem, estando muitos deles inseridos no mercado de trabalho, atuando na área da saúde ou não.

Ainda em relação à caracterização dos estudantes, prevaleceram os que não possuíam bolsa de estudo ou financiamento estudantil. Esse resultado diferencia-se da literatura, onde existe um grande porcentual de alunos com algum tipo de bolsa ou financiamento estudantil**.** De acordo com Siquelli & Cária (2016), para o aluno ter direito a algum tipo de bolsa ou financiamento estudantil ele precisa cumprir certas exigências como ter concluído o ensino médio em escolas públicas, ter realizado o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e ter renda per capita familiar bruta por pessoa de, no máximo, 1,5 salários mínimos, caso ele não atinja um desses requisitos ele não consegue o benefício. O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI) são programas criados pelo governo federal para estudantes economicamente menos favorecidos de instituições de ensino privadas (OLIVEIRA *et al*.,

2016). Existem hoje vários outros programas para quem deseja ingressar em uma faculdade, dentre eles: PROIES, SISU, Lei de Cotas, entre outros.

Atualmente diversos estudos têm enfatizado a temática sobre estresse, que pode ser definido como um conjunto de situações que produz mudanças no comportamento físico e/ou emocional do indivíduo (LIPP, 2005). Desta forma, os dados obtidos por meio do ISSL demonstraram que 78% da amostra estudada manifestaram sintomas de estresse, com maior indício na fase de resistência (61%), conforme destacado na Figura 1. Dentre os estudantes de enfermagem com sintomas de estresse, prevaleceram os sintomas psicológicos em 89% e os sintomas físicos em 11%.

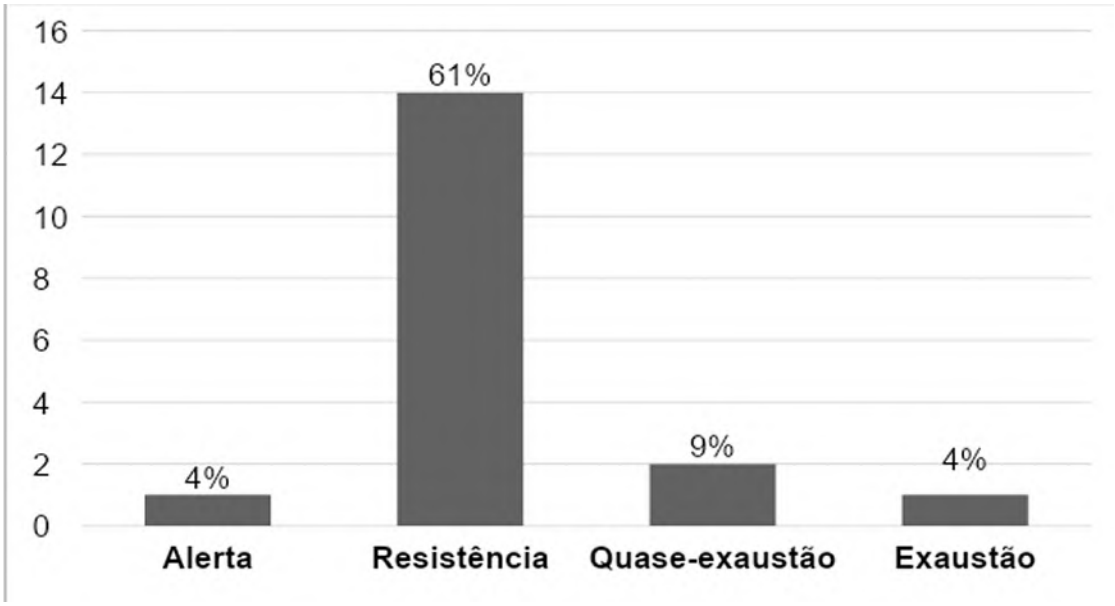


Figura 1. Incidência das fases de estresse nos estudantes de enfermagem.

A fase de resistência apresenta níveis acima de 50%, corroborando com estudos em outras populações de risco que evidenciaram a predominância da fase de resistência (KESTEMBERG *et al*., 2017; DALRI *et al*., 2014). Essa condição aponta para a presença de estresse já instalado, que, segundo Selye (1983), a fase de resistência indica que o indivíduo está na fase de alerta há algum tempo e, por isso, há o declínio da disposição, tendência ao cansaço, redução do organismo contra infecções e falhas de memória. Nesta fase, o organismo tenta restabelecer o equilíbrio interno por meio de uma ação reparadora, gastando energia para essa adaptação.

O estresse nos estudantes de enfermagem pode começar no período de formação afetando negativamente a qualidade de vida dos mesmos, interferindo no plano de estudo e tornando um obstáculo para o desempenho estudantil e para o profissional

(SANTANA *et al*., 2018). O universitário se depara com situações desafiadoras que além de influenciar no processo de ensino-aprendizagem também interfere principalmente em suas condições de saúde, ressaltando que o último ano de curso é intensificador do estresse pelas preocupações referente à aproximação da conclusão do curso e a de transição da vida acadêmica para laboral (PRETO *et al*., 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu concluir a presença de estresse nos estudantes de enfermagem do último ano de graduação de uma instituição de ensino superior com maior indício na fase de resistência, com percentual elevado da sintomatologia psicológica.

Desta forma, este estudo torna-se relevante para mostrar aos estudantes do curso de enfermagem, a importância e necessidade de conhecerem sobre a temática abordada para desenvolverem medidas de proteção à saúde no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

CESTARI, V. R. F. *et al*. Estresse em estudantes de enfermagem: estudo sobre vulnerabilidades sociodemográficas e acadêmicas. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 190-196, mar./abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103210020170002001 90&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jul. 2019.

DALRI, R. de C. de M. B. *et al*. Carga horária de trabalho dos enfermeiros e sua relação com as reações fisiológicas do estresse. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 6, p. 959-965, nov./dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104116920140006009 59&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jul. 2019.

FARIA, A. M. D. B.; CARDOSO, C. L. Psychosocial aspects of caregivers of children with câncer: stress and coping. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, p.13-20, jan./mar. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/7hS9byhJWx7xz9rxcF6LX9R/abstract/?lang=en. Acesso em: 12 jul. 2019.

GARCIA, A. K. A.; MORAES, A.; GUARIENTE, M. H. D. de M. Perfil de estudantes ingressantes de um curso de enfermagem do Sul do Brasil: caracterização dos hábitos de leitura e estudo. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 37, n. 2, p. 47-54, jul./dez. 2016. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/24499. Acesso em: 08 jul. 2019.

HIRSCH, C. D. *et al*. Preditores do estresse e estratégias de coping utilizadas por estudantes de Enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 224-229, maio/jun. 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103210020150003002 24&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jul. 2019.

KESTEMBERG, C. C. F. *et al*. Estresse em graduandos de enfermagem. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 25, 2017. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/26716. Acesso em: 08 jul. 2019.

LIMA, C. de A. *et al.* Correlação entre perfil sociodemográfico e acadêmico e formas de ingresso na graduação de enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 9, n. 4, p. 7986-7994, maio 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10551. Acesso em: 08 jul. 2019.

LIPP, M. E. N. **Crianças estressadas:** causas, sintomas e soluções. 3 ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 16-18.

LIPP, M. E. N. **Inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL**). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MACHADO, M. H. *et al*. Características gerais da enfermagem: o perfil sócio demográfico. **Enfermagem em Foco**, v. 7, p. 9-14, jan. 2016. Disponível em: http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/686. Acesso em: 11 jul. 2019.

MOTA, N. I. F. *et al*. Estresse entre graduandos de enfermagem de uma universidade pública. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Droga**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, p. 163-170, jul./set. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180669762016000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 jul. 2019.

NETO XIMENES, F. R. G. Perfil sociodemográfico dos estudantes de enfermagem da universidade estadual vale do Acaraú (UVA). **Enfermagem em Foco**, v. 8, n. 3, p. 75-79, nov. 2017. Disponível em: http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1532. Acesso em: 12 jul. 2019.

OLIVEIRA, A. P. da S.; NUNES, S. L.; MUSSE, J. de O. O inesperado futuro profissional: perspectiva do graduando de enfermagem. **Ciências Biológicas e de Saúde Unit**, Aracaju, v. 3, n. 3, p. 79-94. out. 2016. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernobiologicas/article/view/2829. Acesso em: 12 jul. 2019.

PRETO, V. A. *et al.* Percepção de estresse nos acadêmicos de enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 12, n. 3, p. 708-715, mar. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/231389/28030. Acesso em: 12 jul. 2019.

SANTANA, L. de L. *et al.* Estresse no cotidiano de graduandos de enfermagem de um instituto federal de ensino. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, [S.l.],

v. 8, p. 27-38, set. 2018. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/2738. Acesso em: 12 jul. 2019.

SILVA, V. L. S. *et al.* Fatores de estresse no último ano do curso de Graduação em Enfermagem: percepção dos estudantes. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 121-126, jan./mar. 2011. Disponível em: http://www.facenf.uerj.br/v19n1/v19n1a20.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

SIQUELLI, S. A.; CÁRIA, N. P. O reconhecimento do valor social do prouni na visão dos bolsistas egressantes. **Revista de Ciências Humanas,** Rio Grande do Sul, v. 17, n. 28, p. 19-38, jul. 2016. Disponível em: http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2150. Acesso em: 08 jul. 2019.

SOUZA, N. V. D. de O. *et al*. Perfil socioeconômico e cultural do estudante ingressante no curso de graduação em enfermagem**. Revista de enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 718-722, dez. 2013. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/11432. Acesso em: 08 jul. 2019.

EXERCÍCIO RESISTIDO PARA MULHERES: ESTÉTICA E SAÚDE?

Gean Carlos Z. Beato, Lucas Boen Dos Santos, Juliana Inhesta Limão Thiengo, e-mail: gean_beato@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o reconhecimento da necessidade da prática de atividade física regular em benefício da saúde vem despertando entre as pessoas, a procura pela prática. A prática da atividade física regular influência nos níveis de aptidão física do indivíduo, onde o tornará mais ativo, logo, automaticamente sua saúde será favorecida (GUEDES, 1995). Os mesmos autores destacam que existe um grande número de evidências científicas demonstrando que o hábito de praticar exercícios físicos se constitui como ferramenta fundamental para programas de saúde e reabilitação de determinadas patologias que contribuem para o aumento dos índices de morbidade e mortalidade.

O exercício físico tem sido apresentado também como um dos principais recursos para obtenção e satisfação de um corpo perfeito. Porém, utilizar o exercício físico como instrumento de aquisição meramente estético pode acarretar danos à imagem corporal e à saúde principalmente na mulher adulta que vive um momento de transição na aparência corporal (VIEIRA, 2009).

Para salientar, exercício e atividade física possuem conceitos distintos. Atividade física pode ser definida como qualquer movimento corporal produzida por um musculo esquelético, que resulta em um gasto energético maior que os níveis de repouso, já o exercício físico é uma atividade física planejada, organizada, estruturada, repetitiva que tem como objetivo melhorar a saúde ou alguma capacidade física (GUEDES, 1995).

A partir do ponto de vista da saúde, questiona-se até que ponto a prática do exercício físico visando questões estéticas são benéficos a saúde de uma mulher. As variedades das práticas de atividade física controlada com relação a corpo em forma e a ideia de evitar riscos à saúde, tem sido utilizado pela mídia como ferramenta fundamental de convencimento dessa prática, sendo assim, a preocupação excessiva com a aparência pode levar algumas pessoas a prática de atividades físicas de forma equivocada, incoerente e ineficaz (OLIVEIRA, 2010).

O exercício resistido feito regularmente para mulheres desempenha resultados fisiológicos significativos, desenvolvendo a resistência cardiorrespiratória, a aptidão músculo esquelética, diminuição dos níveis de gordura corporal, melhoram os níveis energéticos básicos e colocam seus praticantes em um grupo com menor risco de apresentar doença cardíaca, câncer, diabetes, osteoporose e outras doenças (LESSA, 2007).

2 OBJETIVO

Compreender e identificar os motivos que fazem com que as mulheres busquem a prática do exercício resistido e seus efeitos com relação a estética e a saúde.

3 METODOLOGIA

O estudo foi realizado partindo de uma revisão bibliográfica, pelo fato de ser elaborado de material já publicado. Foram analisados 21 estudos entre artigos e livros, dentre os anos de 1992 a 2013, com o intuito de formular uma base sólida para todo o trabalho e encontrar as respostas para a indagação proposta.

A fundamentação teórica baseada no conhecimento geral de autores das áreas relacionadas, foram retiradas das fontes de dados a Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, além de artigos e livros escritos em língua portuguesa que apresentassem pontos convergentes com a temática do estudo. Para a busca foram utilizados os termos: exercício resistido para mulheres, musculação para mulheres, saúde e estética, saúde mulheres, estética mulheres.

O trabalho trata-se de uma abordagem qualitativa, de ordem exploratória. A ordem exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, envolvendo levantamento bibliográfico (SILVA, 2005).

4 RESULTADOS

4.1 Imagem corporal feminina

Hansen e Vaz (2004) nos apresenta que o culto do corpo nas academias encaminha a uma busca incansável trilhada por meio de uma árdua rotina de exercícios, através dos quais se pretende superar os próprios limites em nome de contornos corporais concebidos como ideais.

Notamos que nas academias o espelho e a balança representam a voz da verdade que irá indicar os números do sucesso ou do fracasso na luta pelo aperfeiçoamento do

corpo, em outras palavras, o espelho pode ser o confessionário e que a fita métrica é o termômetro que mede o incentivo a tal busca (HANSEN, 2004).

Muitas mulheres ao aderirem um programa de atividade física planejada e supervisionada, na maioria das vezes não tem a clareza dos benefícios que esse estilo de vida proporcionará a sua saúde, colocando o desejo de melhorias estéticas a frente das benfeitorias intrínsecas. Porém, mesmo com o desconhecimento esses indivíduos acabam conquistando benefícios à saúde quando elaborados e executados de forma adequada (ROSÁRIO, 2008).

4.2 Aspectos psicológicos atrelado a busca do corpo perfeito

O desrespeito ao corpo feminino e a tentativa de reduzi-lo a objeto de consumo são flagrantes. Os meios de comunicação, em especial as revistas chamadas femininas repetem um padrão de beleza corporal à exaustão, procurando de certa forma convencer a mulher de que é fundamental assemelhar-se a este modelo para ser aceita socialmente. A difusão desse padrão tem sido apontada como um dos fatores importantes para o crescimento do número de casos de transtornos alimentares (MALDONADO, 2006).

O impulsionamento para a busca do corpo perfeito, influenciado pelas mídias de fácil acesso e o desejo da aceitação social, interferem na saúde psicológica de mulheres. Isso acaba acarretando há distúrbios sobre uma ideologia do corpo feminino perfeito, fazendo com que essas mulheres se submetam a condições ilícitas para alcançarem resultados ilusórios (LIMA *et al*., 2013).

A anorexia e a bulimia nervosas, por exemplo, são distúrbios de conduta alimentar, que se caracterizam pela abstenção voluntária dos alimentos e pela ingestão compulsiva, seguida de vômitos, respectivamente. Compreendem, em uma série de distúrbios psicológicos e comportamentais, relacionadas a uma distorção de uma real imagem corporal. Esses quadros têm predominância em adolescentes do sexo feminino, de classe socioeconômica média e alta, quase sempre em países desenvolvidos (RIBEIRO *et al*., 1998).

4.3 Prática do Exercício Físico

A necessidade da prática de exercícios físicos em benefício a saúde, vem despertando uma enorme atenção de todos. Essa prática influência diretamente nos níveis de aptidão física do indivíduo, onde o tornará mais ativo, logo, automaticamente

sua saúde será favorecida (GUEDES, 1995). Segundo os autores, existe um grande número de evidências científicas demonstrando que o hábito de praticar exercícios físicos se constitui como ferramenta fundamental para programas de saúde e reabilitação de determinadas patologias que contribuem para o aumento dos índices de morbidade e mortalidade.

4.4 Exercícios resistidos para mulheres

O exercício resistido no geral acarreta benefícios tanto intrínsecos (fisiológicos) como externos no aspecto corpo como imagem, tais mudanças propiciam uma melhora na composição corporal (diminuindo a quantidade de gordura), onde nos traz por consequência melhoras em taxas de colesterol, diminui os riscos de problemas cardíacos, melhoras dermatológicas, melhoras das taxas hormonais, combatendo também problemas emocionais como estresses e depressões, melhora a densidade óssea, diminui os riscos de problemas arteriais e diabetes, melhora a postura corporal, tonifica a musculatura, melhora a força, a resistência, o condicionamento e algumas outras capacidades físicas, melhorando como um todo nossa disposição, capacidade para atividades do dia a dia, sono, dores articulares entre outras (HAWERROTH, *et al*., 2010).

5 CONCLUSÃO

Ao avaliar as referências teóricas, afim de embasar uma resposta a questão de pesquisa, compreende-se que a procura do exercício resistido para mulheres, tem uma tendência maior a estética do que por saúde.

Pois notamos a estética como uma alternativa viável e até muito indicada por profissionais para aqueles que procuram resultados estéticos como perder peso, tornear músculos, dar uma forma especial ao corpo.

Porém alguns cuidados com a prática dos exercícios resistidos para objetivos estéticos devem ser tomados, pois em nome da beleza muitas pessoas procuram soluções rápidas, e a maioria dessas soluções trazem consigo efeitos colaterais indesejados.

O uso de substâncias ilícitas, de treinamentos inadequados e excessivos, a aquisição de próteses de silicone, ou outros tipos de cirurgias em prol a melhora de volume de uma região especifica, e o impulso excessivo da boa forma e do corpo perfeito, muitas vezes manipulado e arquitetado pelo comércio e a mídia, pode fazer com

que esse indivíduo venha a se lesar e causar um desequilíbrio de alguma forma a seu corpo.

Corrobora-se também a importância do papel do profissional de educação física de proliferar o real objetivo do exercício a fim de conscientizar a importância dessa prática em prol da saúde e estética. Com isso, conclui-se que, quem procura tratar da saúde poderá alcançar um nível estético bom e quem procurar a estética deve dar muita atenção à saúde e não deixar que ter a imagem corporal “ideal” a qualquer custo seja um fator prejudicial à saúde.

REFERÊNCIAS

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Atividade Física, Aptidão Física e Saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, [Santa Catarina], v. 1, p. 18-35, 1995. Disponível em: https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/451.

HANSEN, R.; VAZ, A. F. Treino, culto e embelezamento do corpo: um estudo em academias de ginástica e musculação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 26, p. 135-152, set. 2004. Disponível em: http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/109.

HAWERROTH, D.; KULKAMP, W.; WENTZ, M. D. Exercícios resistidos e qualidade de vida: impacto na capacidade funcional e benefícios terapêuticos. **Lecturas: Educación Física y Deportes,** Buenos Aires, v. 15, n. 143, abr. 2010. Disponível em: https://efdeportes.com/efd143/exercicios-resistidos-beneficios-terapeuticos.htm.

LESSA, P.; OSHITA, T. A. D.; VALEZZI, M. Quando as mulheres invadem as salas de musculação: aspectos biossociais da musculação e da nutrição para mulheres**. CESUMAR**, [Maringá], v. 9, n. 2, p. 109-117, jul./dez, 2007. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/551.

LIMA, A. F. de; BATISTA, K. de A.; LARA JUNIOR, N. A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. **Psicologia em Estudo.** Maringá, v. 18, p. 49-59, jan./mar, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/dj8qFH9Dk5SBKtLNhnYDY4q/abstract/?lang=pt.

MALDONADO, G. R. A educação física e o adolescente: a imagem corporal e a estética da transformação na mídia impressa. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte,** v. 5, p. 59-76, 2006.

OLIVEIRA, A. P. de. Culto ao corpo e exposição de produtos na mídia especializada em estética e saúde. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, p. 31-51, jan./mar, 2010. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/3127.

RIBEIRO, R. P. P.; SANTOS, P. C. M. dos; SANTOS, J. E. dos. Distúrbios da conduta alimentar: anorexia e bulimia nervosa. **Medicina,** Ribeirão Preto, v. 31, jan./mar. 1998. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/7317.

ROSÁRIO, F. R. do; LÍBERALI, R. Perfil de Saúde e Antropométrico dos Indivíduos Iniciantes na Prática da Musculação. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**. São Paulo, v. 2, n. 7, p. 64-78, jan./fev. 2008. Disponível em: http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/68.

SILVIA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/33206387/metodologia_da_pesquisa_e_elaboracao_de_dissertacao-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1665977689&Signature=OKCpoFXWvUYEkdSMuj4BhpLam3uoF~agU6Tho2lkGHa9HGTEnERAEOLNs5ZggT9jOS3ijiJnJDOQbgVHTA9yJCY6cYgJN9WAV4WU618Jm3lvLPZO3PWDYUL4j2VtYPfHTb-dxhHT01egIFIZoiMWbHZtuu58fMK7fmbkDwpixs5Lg1X~NgJ9jkNOyOqMxj46zx9WOznTUjX7ngZgUIFWXrhYzT6cxF0xV2402pvJjiPooREkiXX-QXvZoqz66N2MmWl7jQQdawVui7OUPsnFYoFn5y0nE5gfTeUtM6yiU5zcHLxA51lhflL5K1sFYJEGDphPYvPa7teYJrVBsObm6A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA.

VIEIRA, A.; SOUZA, J. L. de. Boa Postura: Uma Preocupação com a Estética, a Moral ou a Saúde? **Movimento**. Porto Alegre, v. 15, p. 145-165, jan./mar. 2009. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/20824.

EXERCÍCIOS FÍSICOS NA PREVENÇÃO DA OSTEOPOROSE

Gabrieli De Barros Friche, André Luiz Cezarino Dos Santos, Ademir Testa Junior, e-mail: gabrielifriche2019@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Exercício físico deve ser compreendido como uma forma de atividade física na qual deve ser feito um planejamento bem estruturado e com movimentos corporais repetitivos e tendo um objetivo de melhora física e podendo atuar de forma positiva na saúde do indivíduo (MARQUIADE, 2009).

A prática de exercícios físicos regularmente, principalmente para as pessoas da terceira idade, é fundamental, pois expõe esse indivíduo aos mais agudos benefícios de sua prática. O exercício no cotidiano pode trazer resultados quase que imediatos, podendo ser vistos em curto prazo (CIVINSKI, 2011).

“A osteoporose é um distúrbio osteometabólico caracterizado pela diminuição da densidade mineral óssea (DMO), com deterioração da microarquitetura óssea, levando a um aumento da fragilidade esquelética e do risco de fraturas” (NETO, 2002, p. 344).

Segundo Silva, Prado e Dall’asta (2000), Osteoporose é silenciosa, com um avanço lento e gradual, sem emissão de dor e sintomas. Não tem cura, mas pode ter vários aliados para sua prevenção, que recomendasse ter início no período de formação óssea. A osteoporose tem algumas classificações, a primeira é caracterizada por ocorrer em mulheres pós-menopausa, senil, idiopático adulto jovem. Tem também a osteoporose secundária, que tem como causas problemas endócrinos, digestivos, reumáticos e uso de drogas. Suas manifestações clínicas são observadas por fraturas nas vértebras, punhos, perda de altura e deformidade na coluna. Ainda citam que suas principais vítimas são do sexo feminino, devido suas características hormonais e menopausa sendo que após 4 a 8 anos a mulher tem perda óssea excessiva.

Nesse sentido, Oliveira *et al*. (2019) diz que, o exercício físico segue em uma relação positiva com a densidade mineral óssea, podendo conservá-la, ou seja, tem relação direta com a preservação óssea.

Objetivou-se entender os benefícios do exercício físico para as pessoas com tendência à osteoporose.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi organizado de maneira indutiva e indireta utilizando-se de pesquisa bibliográfica. Foram consultados sites como Google Acadêmico, Scielo e Pubmed, utilizando como palavras-chave: Osteoporose/Exercício físico, Benefício do exercício físico, prevenção da osteoporose.

Foram utilizados 12 artigos relacionados ao tema e como critério de exclusão foi utilizado resumo, título e objetivo, com o intuito de relacionar as informações encontradas para a influência do exercício físico na prevenção da osteoporose.

Foi escolhida a pesquisa bibliográfica pois é onde o autor consegue produzir sua pesquisa com base em estudos específicos. A revisão bibliográfica utiliza de toda bibliografia tornada pública que tenha relação com o tema proposto, desde artigos científicos, teses, livros e monografias (MARCONI *et al*., 2002).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o estudo realizado por Civinski *et al.* (2011), a prática regular do exercício físico traz benefícios corporais, sociais e psicológicos, essas pessoas tendem a ter diminuição em seus níveis de triglicerídeos, redução da pressão arterial, aumento de massa muscular e diminuição na perda mineral óssea. Os exercícios resistidos ajudam na manutenção da massa muscular e densidade óssea, fortalecendo os ossos e músculos. Podemos destacar também um aspecto muito importante para a saúde do idoso, a grande diminuição de quedas e consequentemente de fraturas. Além da redução de chances de adquirir osteoporose, artrite, hipertensão, é válido frisar também a diminuição da taxa de gordura e o aumento da força muscular. Tais benefícios são cruciais para a saúde do indivíduo e para sua total autonomia.

Já o autor Ruschel *et al*. (2010, p. 482), diz que “O exercício regular produz efeitos na densidade, no tamanho e na forma dos ossos, resultando em melhoras substanciais na resistência mecânica”.

Através dos resultados encontrados nos artigos entende-se que a prática regular de exercício físico faz com que ocorra um aumento da densidade óssea, sendo assim, ocorre uma melhora nas suas substâncias de calcificação, fortalecendo os ossos e músculos e proporcionando bem-estar físico e saúde.

Cadore *et al*. (2005), dizem que o exercício físico resistido traz benefício para aumento de massa na DMO, causado pelas atividades físicas com maiores potências, pois maiores intensidades causam resposta imediatas na densidade mineral óssea.

Deste modo os melhores treinamentos para prevenção e tratamentos da osteoporose são o que contém carga elevadas e 3 séries de 8 a 12 repetições (CRISPIM *et al*., 2008)

Quadro 1 - Estudo envolvendo o treinamento resistido com pesos e a osteoporose

Autores	**Amostra**	**Procedimentos**	**Métodos**	**Resultados**
Jesup *et al*. (2003)	18 mulheres em torno dos 69 anos	Treinamento de força de 50 a 75% de 1RM	Absorciometria radiológica por raio-x de dupla energia (DEXA)	Aumento na densidade óssea do colo do femoral
Aveiro *et al.* (2006)	12 mulheres em torno de 68 anos com osteoporose	Alongamentos e treinamentos de força de 50% de 1 RM		Melhora na força dos músculos do tornozelo, também houve uma melhora na marcha e no equilíbrio
Chien; Yang; Tsauo	28 mulheres, entre 60 e 70 anos (pós menopausa) com osteoporose	Fortalecimento dos músculos extensores e flexores do tronco	Absorciometria radiológica por raio-x de dupla energia (DEXA)	Aumento na força e mobilidade do tronco

Fonte: Crispim, Silva, Souza *et al*. (2008)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos presentes estudos, conclui-se que o exercício físico afeta diretamente as causas da osteoporose, podendo ajudar os indivíduos com uma vida mais saudável e com prática de exercício físico eficaz, tendo o aumento de sua calcificação óssea. Com isso prevenindo-os de tal doença que afeta grande parte da população, vivendo melhor e com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AVEIRO, M. C. *et al*. Influence of a physical training program on muscle strenght, balance and gait velocity among women with osteoporosis. **Revista Brasileira de Fisioterapia,** São Carlos, v. 10, n. 4, p.441–448, out./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfis/a/73gQgnpnsZbMZNqJ9F867ZP/abstract/?lang=en.

CADORE, E. L. *et al.* Efeitos da atividade física na densidade mineral óssea e na remodelação do tecido ósseo. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte,** [São Paulo], v. 11, n. 6 nov./dez. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/ppVRtw7VXmLF8ZyG3zrVRQp/abstract/?lang=pt.

CHIEN, M. Y.; YANG, R. S. Homebased trunk-strengthening exercise for osteoporotic and osteoporotic and osteopenic postmenopausal women without fracture- a pilot study. **Clinical Rehabilitation**, [S.l.], v. 19, p. 28-36, fev. 2005. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1191/0269215505cr844oa.

CIVINSKI, C.; MONTIBELLER, A.; OLIVEIRA, A. L. de. A importância do exercício físico no envelhecimento. **Revista da UNIFEBE**, Brusque, v. 1, n. 9, p.163-175, jan./jul. 2011. Disponível em: https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/RevistaUnifebe/article/view/68.

CRISPIM, S. M. *et al.* Treinamento resistido com pesos no tratamento da osteoporose em mulheres. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v. 2, n. 7, p. 97-109, jan./fev. 2008. Disponível em: http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/70.

JESUP, J. V. *et al*. Effects of exercise on bone density, balance, and self-efficacy in older women. **Biological Research for Nursing**, [S.l.], v. 4, n. 3, jan. 2003. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1099800402239628.

MARCONI, M. de A.; LAICATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.

MERQUIADES, J. H. *et al*. A importância do exercício físico para a qualidade de vida dos idosos. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v. 3, n. 18, p. 597-614, nov./dez. 2009. Disponível em: http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/213.

OLIVEIRA, J. I. V. de. *et al.* Atuação do profissional de educação física para a prevenção e tratamento da osteoporose em idosos/Performance of the physical education professional for the prevention and treatment of osteoporosis in the elderly. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 809-819, mar./abr. 2019. Disponível em: https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/1220.

PINTO NET, A. M. *et al*. Consenso brasileiro de osteoporose 2002. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 42, n. 6, p. 343-354, nov./dez. 2002. Disponível em: https://dms.ufpel.edu.br/static/bib/consenso_brasileiro_osteoporose.pdf.

RUSCHEL, C.; HAUPENTHAL, A.; ROESLER, H. Atividade física e saúde óssea: princípios fundamentais da resposta a estímulos mecânicos. **Motriz,** Rio Claro, v. 16, n. 2, p. 477-484, abr./jun. 2010. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/2498.

SILVA, A. F. da; PRADO, C. N.; DALL'ASTA, A. Assistência de enfermagem na prevenção da osteoporose. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v. 1, p. 101-111, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/778.

EXERCÍCIOS RESISTIDOS EM INDIVÍDUOS ADULTOS HIPERTENSOS

Caio Fernando Scarpim, Paula Grippa Sant'ana, e-mail: caio_dtcross@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial (HA) é uma doença crônica não transmissível, considerada atualmente, um problema de saúde pública mundial (LOBO *et al*., 2017). No ano de 2011, a HA no Brasil foi a principal causa de morte, e em 2013 a hipertensão arterial autorreferida foi de aproximadamente 24,1% (ANDRADE *et al*., 2015), Indivíduos hipertensos podem desenvolver problemas como Acidente Vascular Encefálico (AVE), Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), Insuficiência Cardíaca (IC), Doença Arterial Periférica (DAP), Doença Renal Crônica (DRC) (MALACHIAS *et al*., 2016). Portadores de HA tem o dobro de chance de desenvolver a Diabetes Mellitus (DM), e também desenvolver a aterosclerose (BRANDÃO, 2018).

O tratamento para a HA pode ser realizado de forma medicamentosa, indicada para todos pacientes hipertensos com baixo e alto risco cardiovascular, ou de forma não medicamentosa, indicadas para pacientes pré-hipertensos como uma ferramenta para auxiliar no tratamento (BRANDÃO, 2018). O tratamento não medicamentoso pode ser realizado de diferentes formas, uma delas é a prática de exercícios físicos, contribuindo no tratamento da H.A. (MALACHIAS *et al*., 2016).

O exercício físico leva o organismo sair da situação de homeostase, gerando um estresse metabólico, molecular e gênico, e consequentemente, promove adaptações fisiológicas podendo variar de acordo com o tipo de exercício que pode ser estático (sem movimento articular) ou dinâmico (com movimento articular), intensidade, duração, massa muscular envolvida, fornecendo estímulos específicos para o organismo que acarretam em diferentes respostas cardiovasculares (BRUM *et al*., 2004).

Os exercícios resistidos (ER) têm sido abordados pela literatura como uma nova alternativa para o controle da HA. Durante a realização do ER, a PA tende a se elevar de forma significativa, isso ocorre devido ao aumento do débito cardíaco, através do aumento da atividade simpática, da redução do tônus parassimpático e de uma vasoconstrição; a magnitude dessa resposta pressórica está ligada a intensidade do

exercício, ao volume e a massa muscular envolvida. Devido ao aumento da PA de forma aguda, existe a preocupação de utilizar altas intensidades durante o treinamento em indivíduos acometidos pela HA, o que gera dúvidas em relação a prescrição, aos possíveis benefícios e, consequentes riscos dessa prática. Já, o efeito hipotensor ainda não é totalmente esclarecido pela literatura (NOGUEIRA *et al*., 2012). Neste sentido, é de grande importância entender essa relação da opção não medicamentosa (exercício resistido) no controle e na prevenção da hipertensão arterial, a fim de saber se é um método seguro e benéfico aos indivíduos hipertensos. Portanto, o presente estudo teve como objetivo, analisar o efeito do exercício físico resistido como tratamento não farmacológico no controle e melhora da pressão arterial em indivíduos adultos hipertensos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica indutiva se caracteriza pela utilização de registros anteriores documentados em teses, artigos e livros, de forma especifica a fim de obter uma conclusão mais ampla sobre o tema, analisando dados já coletados por outros pesquisadores de forma indireta, permitindo explorar áreas já conhecidas ou novas (SEVERINO, 2007).

A abordagem qualitativa não se utiliza de dados estatísticos para demonstrar os resultados da pesquisa, ela direciona o autor a obter conclusões dos fenômenos estudados, sem quantificar os dados observados (NEVES, 1996).

No presente estudo trata-se de uma pesquisa indutiva, indireta, de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. Para a realização do mesmo, foram utilizados artigos científicos que visam estudar o exercício físico resistido em diferentes intensidades como forma de tratamento não medicamentosa para indivíduos portadores de Hipertensão Arterial, encontrados nas plataformas de pesquisa do Google Acadêmico, Pubmed, Scielo, revistas científicas e livros. Os descritores utilizados foram: Hipertensão Arterial, Exercícios Físicos Resistidos e Tratamento Não farmacológico da Hipertensão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pressão arterial é a pressão existente no interior das artérias exercida contra as suas paredes, podendo ser calculada pela equação de Poiseuille-Hagen, que é o produto

da resistência vascular periférica pelo débito cardíaco, assim devido a essa relação quaisquer fatores que alteram estas duas variáveis também alteram a PA (LOLIO, 1990).

Segundo a 7º Diretriz Brasileira da Hipertensão Arterial (MALCHIAS *et al*., 2016), a HA é uma condição clínica multifatorial que se caracteriza por sustentar elevados níveis pressóricos, igual ou maior que 140 mmHg para PAS e/ou 90 mmHg para PAD, geralmente associada a fatores como, distúrbios metabólicos, alterações nas funções e/ou nas estruturas de órgãos-alvo, agravada por outros fatores de risco (FR), como obesidade, dislipidemia, intolerância à glicose e diabetes melitus (DM). Quando a PAS e a PAD situam-se em categorias diferentes, a maior deve ser utilizada para classificação da PA. A HA é classificada de acordo com valores de referência expressos abaixo (Quadro 1):

Classificação	PAS (mmHg)	PAD (mmHg)
Normal	≤ 120	≤ 80
Pré-hipertensão	121-139	81-89
Hipertensão estágio 1	140-159	90–99
Hipertensão estágio 2	160-179	100 – 109
Hipertensão estágio 3	≥ 180	≥ 110

Quadro 1- Classificação da Pressão Arterial
PAS- Pressão Arterial Sistólica, PAD- Pressão Arterial Diastólica, mmHg- Milímetros de Mercúrio, ≤ igual ou menor, ≥ igual ou maior.
Fonte: Malachias *et al.* (2016)

A HA gera uma sobrecarga pressórica ao coração, esse por sua vez se adapta desenvolvendo hipertrofia ventricular concêntrica patológica, a fim de compensar a deficiência promovida ao sistema cardiovascular, com a HA crônica pode acarretar em insuficiência cardíaca e até a morte súbita (MACIEL, 2001). Contudo, o treinamento resistido também é capaz de favorecer a hipertrofia ventricular concêntrica fisiológica gerada pela sobrecarga pressórica promovida ao ventrículo esquerdo, no entanto, o efeito cumulativo do treinamento ocorre de maneira fisiológica, sem danos ao coração e, consequentemente, ao organismo como um todo (MAGALHÃES *et al*., 2008).

Dentro desse contexto de hipertrofia cardíaca, podemos observar dois tipos dela, a patológica e a fisiológica, que são causadas por sobrecargas de pressão ou de volume, desenvolvendo hipertrofia concêntrica ou excêntrica dependendo do estímulo oferecido ao sistema cardiovascular (MILL, 2001; FRANCHINI, 2001). A sobrecarga de pressão é o aumento do esforço realizado pelo coração imposto pelos elevados níveis de pressão arterial para bombear o sangue por meio dos vasos sanguíneos. Essa sobrecarga gera estresse ao músculo cardíaco promovendo um mecanismo de compensação por meio

da hipertrofia concêntrica do mesmo, caracterizada pelo crescimento dos cardiomiócitos e deposição dos sarcômeros em paralelo (MILL, 2001; FRANCHINI, 2001), já a sobrecarga de volume é um estímulo onde há um aumento de volume de sangue nas câmaras cardíacas, essas se dilatam e ocorre adição dos sarcômeros em série favorecendo assim a hipertrofia excêntrica a fim de suprir as necessidades impostas pelo organismo (FRANCHINI, 2001).

Em estudo, de revisão da literatura, realizado por Mendes *et al.,* (2017), que tinha como objetivo avaliar os efeitos do exercício resistido em idosos hipertensos, observou hipotensão pós-exercício (HPE) em indivíduos normotensos e principalmente hipertensos; essa resposta varia dependendo da intensidade, volume, intervalos de recuperação e massa muscular envolvida. Os protocolos de Mendes et al*.,* (2017) com 50% e 75% de uma repetição máxima, com maior número de repetições em 50% e menor em 75%, demonstrou benefícios cardiovasculares em ambas as intensidades e uma influência positiva no controle da pressão arterial além de favorecer uma melhora na qualidade de vida dos pacientes.

Battagin *et al*. (2010), afirma que o exercício resistido é um adjunto ao programa de treinamento físico direcionado ao tratamento da hipertensão, porém pouco utilizado devido à escassez de informações sobre os limites seguros de resposta pressórica aguda. O autor investigou o efeito agudo dessa modalidade em 25 pacientes hipertensos, em diferentes grupos musculares: quadríceps femoral, grande dorsal e bíceps braquial, com intensidades de 50%, 60% e 70% do RM, obtendo as medidas de PA em repouso, imediatamente após cada série do exercício e após 5 minutos de recuperação. Observou aumento de PAS imediatamente após a realização do exercício em todas as intensidades, mas com maior elevação da PAS, quando se exercitou o quadríceps com cargas mais elevadas, comprovando que exercitar grandes grupos musculares tende a promover maior elevação da PA, e que é possível aplicar essa modalidade de exercício em indivíduos hipertensos de forma segura.

No estudo de revisão bibliográfica sobre o efeito Hipotensor pós-exercício (HPE) dos exercícios aeróbios e resistidos em hipertensos, analisando 32 artigos, sendo 27 sobre exercícios aeróbios e 5 sobre exercícios resistidos em diferentes intensidades, concluiu que não há um modelo de prescrição para os exercícios resistidos que promova maiores reduções de PA, portanto para manter a segurança dos indivíduos, a intensidade deve ficar em torno de 50% de 1RM, observando HPE em ambas modalidades e aparentemente reduções de maior magnitude e duração em exercícios aeróbios

(ANUNCIAÇÃO, 2010).

Pesquisa desenvolvida com idosas hipertensas, analisou dois grupos com intensidades diferentes para a realização do exercício resistido, Grupo 1 (G1) realizando 2 séries de 8 RM, e grupo 2 (G2) realizando 2 séries de 16 RM com metade da carga do G1, foram realizadas 3 sessões semanais em dias alternados por 8 semanas, os exercícios utilizados foram: leg press, supino reto, extensão de joelhos com cadeira extensora, puxada frontal, flexão de joelhos em mesa flexora, abdução de ombro com halteres, abdução unilateral de quadril com cross over e rosca direta com barra, concluindo que o G1 obteve reduções na Pressão Arterial Diastólica (PAD) e Pressão Arterial Média (PAM), enquanto no G2 ocasionou redução na PAM e uma tendência a redução da PAD, e afirma que por se tratar de um estudo piloto se faz necessário a realização de estudos com amostras maiores para a confirmação dos dados (NOGUEIRA, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os exercícios físicos resistidos de diferentes intensidades, favorecem a diminuição nos níveis de pressão arterial em indivíduos hipertensos de diferentes idades e níveis de classificação distintos de hipertensão, esse efeito hipotensor é uma resposta cardiovascular ao estímulo oferecido. A magnitude dessa resposta é influenciada pela intensidade, duração, repetições e massa muscular envolvida. Torna-se de fundamental importância o controle dessas variáveis durante a execução do mesmo, já que nesse tipo de modalidade há o aumento significativo da frequência cardíaca e da pressão arterial de forma aguda, garantindo assim, a segurança em aplicá-lo em indivíduos hipertensos. Neste sentido, o exercício físico resistido é uma ferramenta de tratamento não farmacológico, que pode ser utilizada no controle e até melhora de indivíduos com hipertensão arterial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. S. A. *et al*. Prevalência de hipertensão arterial autorreferida na população brasileira: análise da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 297-304, abr./jun. 2015. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ress/2015.v24n2/297-304/pt/.

ANUNCIAÇÂO, P. G.; POLITO, M. D. Hipotensão Pós-Exercício em Indivíduos Hipertensos: uma Revisão. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia,** [Rio de Janeiro], v. 96, n. 5, p.e100-e109, maio. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abc/a/RgvBNsTFJ9bYLYk6p8TQLFw/?lang=pt.

BATTAGIN, A. M. *et al*. Resposta pressórica após exercício resistido de diferentes segmentos corporais em hipertensos. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia,** [Rio de Janeiro], v. 95, n. 3, p. 405-411, set. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abc/a/Xw55JdM5v5Dx4tvcXXmvhyb/?format=html&lang=es.

BRANDÃO, A. A. Manual da hipertensão arterial. **SOCERJ**, Rio de Janeiro, RJ. 2018.

BRUM, P. C. *et al*. Adaptações agudas e crônicas do exercício físico no sistema cardiovascular. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 18, p. 21-31, ago. 2004. Disponível em: http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/11/adaptacoes-musculares-ao-exercicio-fisico1.pdf.

CUNHA, E. S. da. *et al.* Intensidades de treinamento resistido e pressão arterial de idosas hipertensas – um estudo piloto. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte,** [São Paulo], v. 18, n. 6, p. 373-376, nov./dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/PtGrGWWhhxv7gNfbwzNSfxr/abstract/?lang=pt.

LOBO, L. A. C. *et al*. Tendência temporal da prevalência de hipertensão arterial sistêmica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [Rio de Janeiro], v. 33, n. 6, p. 1-13, jul. 2017. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2017.v33n6/e00035316/pt/.

LOLIO, C. A. de. Epidemiologia da hipertensão arterial. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 24, n. 5, p. 425-432, out. 1990. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/xQSh9QZXwVy6rbjTf6YDWXK/?format=html.

MACIEL, B. C. A hipertrofia cardíaca na hipertensão arterial sistêmica: mecanismo compensatório e desencadeante de insuficiência cardíaca**. Revista Brasileira de Hipertensão**, [Rio de Janeiro], v. 8, n. 4, p. 409-13, out./dez. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Benedito-Maciel/publication/255657019_A_hipertrofia_cardiaca_na_hipertensao_arterial_sistemica_mecanismo_compensatorio_e_desencadeante_de_insuficiencia_cardiaca/links/5b434a8d458515f71cb5b012/A-hipertrofia-cardiaca-na-hipertensao-arterial-sistemica-mecanismo-compensatorio-e-desencadeante-de-insuficiencia-cardiaca.pdf.

MAGALHÃES, F. de C. *et al*. Hipertrofia cardíaca induzida pelo treinamento físico: eventos moleculares e celulares que modificam o fenótipo. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 7, p. 185-193, mar. 2008. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/REMEF/Remef_7.1/artigo_17.pdf.

MALACHIAS, M. V. B. *et al*. 7ª Diretriz brasileira de hipertensão arterial: apresentação. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, Rio de Janeiro, v. 107, n. 3, p. 1-103, set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abc/a/FhvxcKzNy5BDDbd55FgRw6P/?lang=pt.

MENDES, D. M. C. *et al*. Exercícios resistidos em idosos hipertensos. **Revista Ciência e Saúde On-line**, [São Paulo], v. 2, p. 1-8, 2017. Disponível em: https://www.revistaeletronicafunvic.org/index.php/c14ffd10/article/view/64.

MILL, J. G.; VASSALLO, D. V. Hipertrofia cardíaca. **Revista Brasileira de Hipertensão**, [Rio de Janeiro], v. 8, p. 63-75, jan./mar. 2001. Disponível em: http://departamentos.cardiol.br/dha/revista/8-1/008.pdf.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54648986/PESQUISA_QUALITATIVA_CARACTERISTICAS_USO-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1665983350&Signature=TpD-vgsCDkRCOFxrou2bWM8yjLwxsY8ls8vMJlQsWCsd1vGAFDdkk31AjBt8EVmj4soNtlYR5abB55k3ziVRw0PHAGD5ClxmCWrBqJPh6nttzRy3W9FghBn~zcnmbcXuOCY9dbtQjNWzeWWJu-LKntrbNKr8NzgjAvN1vKdtykuBxJ0mtGSFFDUF-dHjiVl4eJzeismb4xNgy6awB1V26m5jmsF9Bn99QwOWE1WsUWp0A8R2X74t0xX2uSRtUl0lXr-l5NZxR5ALVXDpkxZG2~EwYtUlEUrEBU9VQbP66cp5lVwR5VkMoKGh8a9Zgoni3vHhpN59o~ZBynnn7A12mQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA.

NOGUEIRA, I. C. *et al*. Efeitos do exercício físico no controle da hipertensão arterial em idosos: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 587-601, set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/V4GZjJXLNgNXXfFPpjVRMLL/abstract/?lang=pt.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. ver. São Paulo: Cortez, 2007. 154 p.

EXISTENCIALISMO DE HEIDEGGER E EVIDÊNCIAS PSICANALÍTICAS NO CONTO "AMOR" DE CLARICE LISPECTOR

Gabriela Ortolani Castelo, Isabella Unterrichter Rechtenthal, Cesar Wiliam Furqui Massoco, e-mail: ortolanicastelo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O conto ‘’Amor’’ de Clarice Lispector faz parte da obra ‘’Laços de Família’’ cuja data de publicação foi o ano de 1960. Este conto trata da temática cotidiana, mas evidencia através de epifanias (súbita sensação de entendimento sobre um determinado evento) e eventos metafóricos a questão do existencialismo, o sentido de ser e a supressão dos desejos do indivíduo. Todos estes itens serão, de modo intenso, demonstrados através da vida de Ana (protagonista); uma mulher que a sociedade majoritariamente julgaria como sendo comum, isto é, dona de casa e entregue a uma vida rotineira.

A perspectiva pela qual será abordada a questão do existencialismo presente no conto é a de Heidegger (Ser e Tempo, 1927). O esquecimento do ser, isto é, o esquecimento por parte da filosofia ocidental em relação ao ser e o foco dado aos objetos (o que é exterior) foi fundamental para que Heidegger pudesse desenvolver suas colocações. Dessa forma, o filósofo desenvolve os conceitos de ‘’o ser-aí’’ (*Dasein*); o ‘’ser-em’’; o ‘’ser-com’’ e o ‘’ser-para’’; porém, o que será destacado neste contexto refere-se ao ‘’ser-aí’’ e o ‘’ser-para’’ (HEIDEGGER, 1999, p.33).

Outro aspecto que será abordado durante a discussão sobre o conto é a evidência, por meios psicanalíticos, da supressão de desejos e emoções da protagonista Ana. Para este fim, será necessário definir e desenvolver os conceitos de “resistência’’ e “repressão” instituídos pelo contexto da psicanálise; por primeiro, definimos resistência como a ‘’ força psíquica que se opõe a tornar consciente um pensamento’’ (BOCK, TEIXEIRA, FURTADO, 1999, p. 95). Depois, define-se por repressão ‘’o processo psíquico de encobrir, fazer desaparecer da consciência uma ideia ou representação insuportável e dolorosa na origem do sintoma.”(BOCK, TEIXEIRA, FURTADO, 1999, p. 95). Todas essas bases teóricas serão utilizadas para que o objetivo em título já exposto seja atingido.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste projeto de pesquisa é caracterizada pelo estabelecimento do conto ‘’Amor’’ como base e objeto de análise; uma vez que para tal finalidade é conveniente adotar as considerações de Heidegger sobre a existência humana e também a abordagem psicanalítica de Sigmund Freud. São as obras: ‘’Laços de Família’’ – Clarice Lispector, ‘’Ser e Tempo’’ – Martin Heidegger, ‘’Psicologias’’ - Ana Mercês Bahia Bock, Maria de Lourdes Trassi Teixeira e Odair Furtado e ‘’ Introdução à Psicologia’’ – Linda Davidoff.

Outrossim, constitui a metodologia deste trabalho a consideração de artigos previamente realizados por diferentes autores sobre o contexto exposto, além da leitura crítica e selecionada de livros relacionados ao tema. Para a realização das conceituações deu-se a necessidade também de buscar respaldo na própria biografia de Martin Heidegger (Heidegger - Zeljko Loparic, 2004), pois buscou diferenciar-se e pela aplicação de seus conceitos, com sua própria trajetória filosófica, mostrou-se um ser autêntico; divergindo assim, de seu precursor Husserl, para novas concepções do ser no mundo. Nesse sentido, esta bibliografia aplica-se ao contexto da obra de Clarice, pois permite que a comparação dos seres (de Heidegger e de Ana), em termos de autenticidade, seja feita.

Além disso, é relevante citar a principal contribuição de Heidegger para a tradição filosófica e contemporaneidade, isto é, o desvelamento do ser que se dá no tempo. Simplificando, o indivíduo deve lembrar-se e dar sentido ao seu ser (FRANÇA, L.FABIANO, 2013). E a partir dos embasamentos como o artigo e a biografia apresentada, observa-se a possibilidade de relacionarmos o conto, os aspectos psicanalíticos com as referências devidamente apresentadas e os conceitos filosóficos de Heidegger.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para dar início à discussão do tema, é necessário que previamente a história da personagem e protagonista Ana seja brevemente contextualizada a fim de que detalhamentos posteriores sejam compreendidos e melhor colocados.

Ana, como dito anteriormente, é uma simples dona de casa e mãe, vale ressaltar: em uma sociedade de cultura patriarcal, não é valorizada e deseja viver de modo estável, seguro financeiramente e emocionalmente. Por mais que ao longo de toda sua vida nos fique nítido durante a narrativa que Ana realmente escolheu viver desta maneira, torna-

se ainda mais preciso que a personagem reprima seus sonhos e desejos em prol das tarefas domésticas e maternas. ‘’Criara em troca algo enfim compreensível, uma vida de adulto. Assim ela o quisera e escolhera’’ (LISPECTOR, 1998, p.11); ‘’O calor era forte no apartamento que estavam aos poucos pagando. Mas o vento batendo nas cortinas que ela mesma cortara lembrava-lhe que se quisesse podia parar e enxugar a testa, olhando o calmo horizonte. Como um lavrador. Ela plantara as sementes que tinha na mão, não outras, mas essas apenas.’’(LISPECTOR, 1998, p.11)

A partir da leitura do trecho acima é possível, além de constatar que Ana é uma mulher comum e estava aos poucos pagando seu apartamento como um membro da classe média, notar uma personagem apresentada como um ser de poucas possibilidades, segundo os conceitos de Heidegger.

A filosofia proposta por Heidegger em seu sentido completo é significativamente mais complexa comparada ao que aqui será exposto. Porém, para que seja compreendido o motivo pelo qual Ana permanece um ser de poucas possibilidades, cabe a explicação do que é o ‘’ ser-aí’’ ou ‘’*Dasein*’’. O *Dasein*, em Ser e Tempo (HEIDEGGER, 2008), é a possibilidade deste ser ou realidade humana de relacionar-se com os instalados neste mundo; um dos objetivos de Heidegger é mostrar-nos que a realidade humana é o ser-aí , este, encontra-se em meio a várias possibilidades, possíveis de serem realizadas ou não; sobre a realização das possibilidades, percebe-se que esta é própria do ser.

Ainda nas considerações de Heidegger; encontra-se o ‘’ser-para’’, isto é, aquele projetado às possibilidades e exerce o modo de ser do próprio ser, é o ser autêntico. Já o ser considerado inautêntico, é aquele que se perde em sua cotidianidade, sujeitando-se às projeções dos outros seres.

Dessa forma, podemos observar nitidamente a inautenticidade da protagonista Ana, segundo os conceitos de Heidegger. Afinal, submete-se sempre às necessidades dos filhos e do marido, esquecendo-se do próprio ser (principal questão levantada por Heidegger).

Durante a narrativa, ao andar em um bonde, Ana percebe e fixa seu olhar em um cego mascando *chicles*, destinando sua atenção toda ao movimento de sua mastigação. Como observa-se no excerto a seguir:

> Ele mastigava goma na escuridão. Sem sofrimento, com os olhos abertos. O movimento da mastigação fazia-o parecer sorrir e de repente deixar de sorrir, sorrir e deixar de sorrir — como se ele a tivesse insultado, Ana olhava-o. E quem a visse teria a impressão de uma mulher com ódio. Mas continuava a olhá-lo, cada vez mais inclinada — o bonde deu uma arrancada súbita jogando-a desprevenida para trás, o pesado saco de tricô despencou-se do colo, ruiu no

> chão — Ana deu um grito, o condutor deu ordem de parada antes de saber do que se tratava — o bonde estacou, os passageiros olharam'' (LISPECTOR, 1998, p.12)

Neste trecho, ocorre a epifania de Ana, ou seja, a personagem desperta para algo nunca antes percebido de forma inusitada. O movimento da mastigação do homem e também o fato de ser cego, significam para Ana a ilustração de sua própria vida; '' o movimento de sorrir e deixar de sorrir... sorrir e deixar de sorrir...'' mostram o seu cotidiano e o quanto é repetitivo e mecânico, mais uma vez o conceito de inautenticidade de Heidegger se aplica na existência de Ana. Além disso, é possível a partir do conceito psicanalítico de motivação inconsciente (motivos que acionam os comportamentos dos indivíduos) caracterizar a personagem e sua própria vida, que encontram-se sem um sentido de existir.

Destaca-se também o fato de que o homem era cego, isto é, Ana perturba-se ainda mais pois percebe como, até aquele momento, seus dias passavam e ela estava vivendo uma vida sem sentido próprio. Não enxergava aquilo que estava vivendo, isto é, tudo aquilo presente ao seu redor.

Além disso, vale ressaltar que quando Ana derrubou o saco de tricô no chão, os ovos embrulhados no jornal foram quebrados. Este acontecimento também é passível de conceituação psicanalítica, uma vez que representa o inconsciente da protagonista vindo à tona.

> O Inconsciente é o conjunto dos conteúdos não presentes no campo atual da consciência. É constituído por conteúdos reprimidos, que não têm acesso aos sistemas pré-consciente/consciente, pela ação de censuras internas. (BOCK, TEIXEIRA, FURTADO, 1999, p. 95).

Logo após a descida do bonde, Ana atravessa o Jardim Botânico e ali presencia outras experiências as quais lhe fazem ver com ainda mais nitidez o que estava acontecendo consigo e a personagem então vai tomando consciência daquilo que era inconsciente.

> O consciente é o sistema do aparelho psíquico que recebe ao mesmo tempo as informações do mundo exterior e as do mundo interior. Na consciência, destaca-se o fenômeno da percepção, principalmente a percepção do mundo exterior, a atenção, o raciocínio. (BOCK, TEIXEIRA, FURTADO, 1999, p. 96).

Porém, Ana lembrou das crianças esperando-lhe com fome e o marido que iria chegar e os parentes os quais chegariam para o jantar, foi correndo para casa e até chegar à porta do edifício parecia estar a beira de um desastre: “O menino que se aproximou correndo era um ser de pernas compridas e rosto igual ao seu, que corria e a

abraçava. Apertou-o com força, com espanto. Protegia-se tremula. Porque a vida era periclitante. Ela amava o mundo, amava o que fora criado.'' (LISPECTOR, 1998, p.14)

E apesar de toda sua experiência com o autoconhecimento, Ana afirma que ''ama o que fora criado'', isto é, deseja ainda viver para seus filhos e à espera do marido. Perto do horário para dormir, Ana em uma conversa com seu marido retorna ao ciclo repetitivo de seus dias e à vida de aparências, nitidamente exposta quando diz a autora: ''Cansados do dia, felizes em não discordar, tão dispostos a não ver defeitos. ''; além de manter aparências o trecho nos mostra a ideia psicanalítica de repressão no caso, o pensamento de revolucionar seus relacionamentos e sua vida: "E, se atravessara o amor e o seu inferno, penteava-se agora diante do espelho, por um instante sem nenhum mundo no coração. Antes de se deitar, como se apagasse uma vela, soprou a pequena flama do dia." (LISPECTOR, 1998).

E por fim, para evidenciar mais uma vez psicanaliticamente os conceitos de resistência e repressão, a autora utiliza-se da expressão:'' apagasse uma vela'', significando assim o recomeço de um ciclo de inautenticidade, segundo Heidegger.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de pesquisa buscou relacionar as ideias básicas do existencialismo de Heidegger com alguns conceitos psicanalíticos tomando como referência uma obra literária.

Além dos objetivos científicos e preestabelecidos, é necessário considerar o contexto da obra literária e termos a percepção de que esta é a realidade de muitas pessoas, principalmente mulheres numa sociedade que tanto desvaloriza os serviços domésticos como a nossa. Sendo assim, os conhecimentos filosóficos e psicológicos vinculados a partir deste trabalho geram a contribuição para que tanto a comunidade científica tenha acesso à novas ideias, quanto para que a sociedade como um todo saiba reconhecer a verossimilhança entre a literatura e o que somos psicologicamente.

REFERÊNCIAS

BOCK, ANA; TEIXEIRA, MARIA DE LOURDES; FURTADO, ODAIR. **Psicologias**: Uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRAGA, Tatiana Benevides Magalhães; FARINHA, Marciana Gonçalves. Heidegger: em busca de sentido para a existência humana. **Abordagem Gestalt**, Goiânia , v. 23, n. 1, p. 65-73, abr. 2017. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100008&lng=pt&nrm=iso>>. Acesso em 26 ago. 2019.

CRITCHLEY, SIMON; SCHURMANN, REINNER. **Ser e Tempo de Heidegger**. São Paulo: Mauad Editora Ltda, 2016.

DAVIDOFF, L. LINDA. **Introdução à Psicologia.** 3ª Edição. São Paulo: Pearson, 2001.

FRANÇA, L. FABIANO. O Legado de Heidegger à contemporaneidade, 2013. **Kínesis.** Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/fabianofranca.pdf>. Acessos em 27 ago. 2019

LISPECTOR, Clarice. **Laços de Família**. São Paulo: Rocco, 1998.

LOPARIC, ZELJKO. **Heidegger.** São Paulo Zahar, 2016.

MASSOCO, Cesar W. F. **Toda Mafalda: contribuições para o ensino da Filosofia.** Dissertação do Programa de Pós-graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação, Área de Educação, Curso de Mestrado Profissional, da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP. (Páginas 65-70). 2016. 99 f.

MOREIRA, Rita. Uma leitura psicanalítica da personagem Ana em Amor de Clarice Lispector. Web Artigos, 2008. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/uma-leitura-psicanalitica-da-personagem-ana-em-amor-de-clarice-lispector/12468>. Acessos em 26 ago. 2019

FATORES DESENCADEANTES DO PROCESSO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL E LITIGIOSO

Tainá da Silva, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino, e-mail: vaniapsico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo o resultado de uma pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,2019), realizada no período entre 2016 e 2017, houve uma alteração significativa entre os valores de registros de uniões, tendo o casamento, uma diminuição para 2,3%, o número de divórcios um aumento de 8,3%.

Com essas informações e alterações tão distintas, surge logo, a dúvida e o questionamento de o porquê esses fatos acontecerem, quais os fatores que influenciam essas escolhas e o que faz com que a frase, até então predominante, “até a morte nos separe” deixe de se concretizar na vida dos indivíduos. Pode-se conjecturar que os fatores socioeconômico-culturais estejam envolvidos e influenciando a sociedade e a família, que atualmente se apresenta menos conservadora em relação ao casamento (ZORDAN, WAGNER E MOSMANN, 2012). Dessa forma, levando-se em consideração esses fatores, foi elaborada uma pesquisa em busca de melhor compreender o divórcio, esse fenômeno social que se apresenta na vida das famílias e casais, e os motivos que os levam a separação conjugal.

O divórcio consensual finaliza qualquer tipo de sociedade e vínculo conjugal, extinguindo a obrigação entre os cônjuges (Poder Judiciário do Estado de Roraima, 2019). A ação pode ser realizada através de um advogado ou Defensoria Pública do Estado e quando não há concordância entre um dos parceiros, para findar a união estável, de divórcio litigioso (não amigável), estabelecendo assim, a diferença entre os dois tipos de divórcios existentes e possíveis para a resolução do caso. Desta forma, segue o procedimento de separação, que não só envolverá duas pessoas, no caso o casal, mas a família em si, como também, provavelmente incluirá a guarda dos filhos, a posse dos bens materiais, entre outros aspectos, com o envolvimento dos aspectos emocionais da família.

Entre 2000 e 2007, registou-se um crescimento de 19.643 para 25.255 divórcios (mais 33%), segundo o Instituto Nacional de Estatística. Já os casamentos registam uma quebra de 27% face ao mesmo período segundo o Instituto Nacional de Estatística, 2010 apud Martins, 2010.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado a partir da consulta em materiais bibliográficos em sites específicos como Scielo, Google Acadêmico, Bireme e do Poder Judiciário. As palavras chaves utilizadas foram: divórcio, litigio, consensual. Os artigos foram selecionados a partir do enfoque apresentado no resumo, que traz os fatores desencadeadores do divórcio.A presente pesquisa é de caráter bibliográfica.

3 REVISÃO DE LITERATURA.

Segundo RAMALHO (2016) o divórcio consensual diz respeito ao divórcio em que há concordância do casal em todos os termos da dissolução do casamento. Havendo acordo sobre o fim do casamento, a partilha dos bens, a guarda dos filhos e eventual pagamento de pensão alimentícia, caso assim concordem, estarão diante de um divórcio consensual ou “amigável”. Se não houver filhos menores de idade ou incapazes, o divórcio pode ser feito no cartório (extrajudicial) sendo necessário a presença de advogado (os cônjuges podem ter advogados diferentes ou um só advogado para ambos) e neste caso o processo é rápido.

Caso existam filhos menores ou incapazes, mesmo que o divórcio seja consensual, é preciso que este seja feito perante um juiz, com a participação do Ministério Público, sendo necessário um processo judicial. Também exige advogado, que pode ser o mesmo para os dois.

Porém se o casal não estiver de acordo, será necessário um processo judicial para discutir, além do divórcio, diversos assuntos, como por exemplo: partilha dos bens, pensão alimentícia (para um dos cônjuges e / ou para os filhos), guarda e visita dos filhos e dano moral. O divórcio costuma ser rápido (o Estado não pode manter os dois casados), mas a discussão da partilha e da pensão pode ser demorada. Nesse caso, é necessário um advogado para cada um.

O divórcio litigioso, por outro lado, é aquele em que uma ou ambas as partes não concordam sobre um ou mais termos da dissolução do casamento, havendo, portanto, necessidade de que um juiz, seguindo as regras legalmente estabelecidas, resolva o

conflito. O divórcio litigioso ocorre quando um cônjuge pede a decretação do divórcio sem a concordância do outro.

Trata-se do fim do casamento de forma não amigável, caso em que não há prazo mínimo para sua requisição. Com a nova lei de divórcio, o casal que o pretende não precisa mais passar pela separação judicial, como não há também a necessidade da demonstração de culpa por parte do outro cônjuge, tendo sido diminuída a burocracia do processo.

No entanto, quando há o litígio (divórcio litigioso - caso de conflito entre as partes), não há a possibilidade de este ser realizado extrajudicialmente (em cartório), caso em que obrigatoriamente será judicial, e em razão do conflito cada parte terá que ser representada por um advogado distinto. Partindo da premissa de que ninguém é obrigado a se manter casado e respeitado os prazos processuais, o juiz pode, inclusive, postergar a decisão sobre partilha de bens ou guarda, e adiantar o deferimento do pedido de divórcio – caso em que se dissolve o vínculo e deixa para depois a discussão patrimonial. A figura da pensão entre os ex-cônjuges (seja este homem ou mulher) dá-se com base no binômio necessidade x possibilidade (necessidade em receber e possibilidade de o outro cônjuge arcar com a pensão), geralmente, perdura até que o ex-cônjuge necessitado consiga se restabelecer no mercado de trabalho (RAMALHO 2016).

Normalmente o casal atribui vários fatores que culminam no divórcio, segundo Graaf e Kalmijn (2006) apud Martins (2011) distinguem três tipos de motivos que levam ao divórcio: as questões relacionais, os problemas comportamentais e os problemas sobre o trabalho e a divisão do mesmo. Observam três tendências importantes: a normalização do divórcio, a “psicologização” dos relacionamentos, e a emancipação das mulheres. Motivos graves para o divórcio considerados temporalmente, como a violência e infidelidade, tornaram-se menos importantes.

Também a falta de compromisso e a alienação emocional são apontados como principais motivos para a dissolução do casamento, mostrando que resultados adversos podem estar relacionados com os défices de competências centrais como a comunicação e a resolução de problemas (BODENMANN et al., 2007 apud MARTINS, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os motivos apontados como maiores causadores do divórcio são brigas e discussões constantes, agressões do companheiro, alcoolismo entre outros.

O divórcio pode ser feito de maneira consensual na qual ambos os conjugues concordam com a separação, e também de maneira litigiosa na qual os envolvidos não concordam com a maneira que está sendo feito o divórcio quanto a divisão de bens, a guarda dos filhos e até mesmo quando um deles não querem o divórcio.

O divórcio consensual tende a ser mais fácil devido a aceitação de ambas as partes, o processo judicial ocorre com mais rapidez em virtude de não ter complicações.

Já o divórcio litigioso, devido à discordância dos conjugues, normalmente se arrasta por muito tempo e pode causar grande desgaste emocional, além do já provocado por uma separação. A situação se agrava ainda mais quando há filhos envolvidos, pois, além da luta pela partilha dos bens do casal, a guarda dos filhos acaba acirrando a disputa.

REFERÊNCIAS

DIVORCIO LITICIOSO. O que é divórcio litigioso e consensual. Poder judiciário do estado de Roraima. Disponível em <www. http://www.tjrr.jus.br/> Acesso em 25 de março de 2019.

ESTATÍSTICA DE DIVÓRCIO E CASAMENTO. IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.com.br> Acesso em 25 de março de 2019.

LAGO, V M; AMATO, P; TEIXEIRA, P A; ROVINSK, S L R; BANDEIRA, D R. “Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação.” Estudos de Psicologia outubro - dezembro 2009. Disponível em www.Scielo.com.br Acesso em 10 de abril de 2019.

RAMALHO, S V; **Divórcio consensual ou litigioso: o que é e como funciona?**. Jus Brasil 15 de junho de 2016. Disponível em <www.jusBrasil.com.br> acesso em 21 de março de 2019.

ZORDAN, E P; WAGNER, A; MOSMANN, C. **O perfil dos casais que vivenciam divórcios consensuais e litigiosos: uma análise das demandas judiciais.** Psico-USF, Bragança Paulista, v. 17, n. 2 maio-agosto 2012. Disponível em < www.scielo.com.br> acesso em 23 de março de 2019.

MARTINS, A. I. R. **Impacto do divórcio parental no comportamento dos filhos fatores que contribuem para uma melhor adaptação. implicações médico- legais**. 2011. Repositório Aberto da Universidade do Porto.Disponivel em < https://repositorio-aberto.up.pt/> acesso em 23 de março de 2019.

FERRAMENTAS DA INDÚSTRIA 4.0

Bianca Ernesto Ocon, Caroline Alves Ferreira, Larissa Perez, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: larissaperez201@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Caracterizada pela conexão de sistemas e máquinas inteligentes, a quarta revolução industrial, ou Indústria 4.0, termo que surgiu como referência ao projeto iniciado pelo governo alemão que visa o desenvolvimento das tecnologias industriais e a competitividade das fábricas inteligentes, compreendendo ondas de novas descobertas em diversas áreas

Novas tecnologias devem ser utilizadas para integrar o homem e máquina, onde o homem deixa de realizar atividades repetitivas para se preocupar com o planejamento da produção. As máquinas podem utilizar várias informações geradas pela própria inteligência artificial, antecipando as falhas e falta de suprimento e outras interrupções que atualmente exigem a intervenção dos humanos.

Essa indústria já está presente em vários países, onde essa mudança vem tornando os processos produtivos mais competitivos. É primordial que a indústria brasileira siga os passos para se atualizar e não perder, ainda mais terreno no cenário mundial. É um desafio no Brasil, pois temos poucos incentivos para pesquisas.

O estudo se justifica pela relevância de refletir sobre os possíveis impactos da automatização de atividades e outras mudanças que estão ocorrendo nas empresas, para as profissões que envolvem a área de negócios, em função da emergência da indústria 4.0.

2 METODOLOGIA

O estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica. As bases de pesquisa consultadas foram o Scielo, Periódicos da Capes e Google Avançado. As palavras-chave utilizadas foram indústria 4.0, revolução tecnológica e integração de processos.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A primeira revolução teve início na Inglaterra por volta do século XVIII. Sua principal característica foi à passagem da manufatura para o processo fabril, também se caracterizou por várias descobertas em fatores que favoreceram as indústrias, essas descobertas resultaram em expansões metalúrgicas, siderúrgicas e nos transportes. A segunda revolução industrial iniciou-se na metade do século XIX. Foi à fase do grande avanço científico e tecnológico.

De acordo com Abrantes (2018) a terceira revolução aconteceu em meados do século XX, com a evolução tecnológica e científica. foi o período do surgimento da energia atômica, as conquistas tecnológicas e o uso de elementos radioativos. Esses fatores foram essenciais para a radicalização da modernização dos dias atuais. Em cada uma dessas revoluções, as máquinas passaram a disputar ou roubar o protagonismo do homem em diversas funções.

A grande diferença entre essas tendências é o ritmo de adoção. Antes, eram necessárias décadas ou séculos para que uma tecnologia se tornasse padrão nas indústrias. Hoje em dia, em poucos anos, uma tendência vira regra. A indústria 4.0, que é a quarta revolução, representa a fusão dos mundos digitais, físicos e biológicos. Com ela surge a inteligência artificial e a robótica. As expectativas apontam um crescimento positivo alegando uma ótima oportunidade e enfatizam a possibilidade de desenvolvimento dos países.

O Brasil possui um grande potencial para a indústria 4.0. Mas, mesmo com esse grande potencial, estamos estagnados e bem à trás em comparação a outros países em desenvolvimento. Implantar essa realidade da Quarta Revolução Industrial é desafiador. Alguns impulsionadores físicos dessa transformação são conhecidos como veículos autônomos, impressões 3D, robótica avançada e outros materiais.

A maior singularidade dessa revolução é a integração dos processos que possibilitam a associação da realidade ao digital. Outra mudança relevante é a previsibilidade, facilitando a realização e previsão de possíveis falhas e agendamento de processos de maneira automatizada. O seu principal objetivo é relacionar o modelo de produção centrado nas inovações tecnológicas, e o foco é transformar os processos produtivos mais customizáveis uma característica que não era tão viável nas outras revoluções.

Pode-se relacionar a quarta revolução industrial como a busca mais rápida de operações instantâneas, estudo de dados e descentralização de produção. Segundo

Silveira (2016) o termo indústria 4.0, foi criado através de um projeto de estratégias do governo alemão voltado à tecnologia. Essa revolução trará grandes mudanças que irão impactar futuramente no mercado de trabalho, as empresas estão procurando agregar aos produtos necessidades e preferências de cada cliente, com isso os profissionais precisarão se adaptar, pois novas tendências já estão surgindo.

A indústria 4.0 favorece o gestor, ao identificar e analisar as tendências e as demandas no mercado. Possibilita a agilidade e praticidade em colocar uma mercadoria nova em praça. Essa indústria ressalta aspectos positivos para o shopper, eles terão acesso aos produtos com maior qualidade e com um custo reduzido. Assim como resultados positivos, essa indústria 4.0 também ressalta os possíveis resultados negativos. Um dos problemas dessa nova revolução é a utilização da inteligência artificial para fins escusos, sendo eles fake news, guerras e golpes. Dentro desse ângulo negativo, podemos citar os ciberataques e as espionagens (FIA, 2018).

3.1 As possibilidades da indústria 4.0

A tecnologia e a inteligência artificial estão transformando as indústrias, assim gerando um novo método de empresa, que está cada dia mais avançado. Para isso as empresas precisam das nove principais tecnologias, para suprir as necessidades das novas tendências de empresa. De acordo com Spricigo (2018) os pilares da indústria são:

a) Robôs automatizados: com eles iria ter um aumento de produção e uma redução de custo;
b) Manufatura aditiva: impressão em 3D, com pesquisa e desenvolvimento de uma linha de produção das fábricas;
c) Simulação: uma visão do real para o mundo virtual, antes mesmo da tomada de decisão;
d) Integração vertical e horizontal: está nos sistemas internos da empresa, ajuste para cadeia no valor agregado;
e) Internet das coisas (Iot): permitirá a interligação de objetos do mundo real com o mundo virtual por meio de sensores, com o objetivo de ofertar intercomunicação dos objetos entre si, trocando informações sobre tudo;
f) Big Data: é a análise e a interpretação de grandes volumes de dados de grande variedade, com ela é possível aumentar a produtividade, reduzir custos e tomar decisões de negócios mais inteligentes;

g) Computação em nuvem (cloud): é um serviço de armazenamento e disponibilização online, não precisando mais de um servidor físico para guardar os dados;
h) Segurança cibernética: conjunto de internet das coisas e armazenamento em nuvens, com os dados interligados irá surgir uma governança de TI;
i) Realidade aumentada: aumentar a eficiência da indústria, treinar os funcionários em seu setor, assim operar uma máquina ou processo crítico à distância.

Analisando todos os pontos onde os fatos com a coleta, armazenamento e tratamento de dados, a conexão entre máquinas e sistemas se torna mais eficiente e eficaz dentro de uma empresa, buscando antecipar a informação e prevenindo qualquer adversidade. Assim buscando a inteligência artificial onde a inovação pode trazer uma tomada de decisão de máquina sem a interferência humana.

3.2 Desafios para a adoção da indústria 4.0

Para a implantação da quarta revolução industrial há vários desafios, quando falamos de empresas que já estão estabelecidas no mercado antes mesmo dessa mudança tecnológica, o desafio se torna ainda maior. Pois a uma tendência em querer deixar a estrutura como está, o medo das mudanças e de correr risco está presente na maioria da população. Na verdade, o maior medo é de não se adaptar ao novo mercado.

A introdução da quarta revolução deve ser feita passo a passo, para ser alcançada com sucesso, oferecendo retorno de investimento atrativo para os proprietários, servindo como um incentivo para futuras instalações. Segundo Duarte (2018) essa nova revolução traz três grandes desafios que devem ser vencidos pelas empresas:

1. Melhoria de processos produtivos: a indústria 4.0 aumenta a competitividade das indústrias, reduzindo custos de transformação e manutenção. É preciso saber utilizar as novas tecnologias no processo produtivo para evoluir, pois elas levarão á resultados que os métodos tradicionais não alcançavam.
2. Desenvolvimento acelerado de produtos: haverá uma aceleração nos lançamentos dos produtos, a intenção é diminuir esse tempo de lançamento. Precisará ter conhecimento do produto para poder evolui-lo gradativamente e adaptá-los aos novos consumidores que estão sedentos por novidades a todo o momento, para manter um bom nível frente à concorrência.
3. Criação de novos modelos de negócio: envolve repensar toda a estrutura da empresa, pensando até mesmo em como oferecer o produto de uma forma diferente

para o cliente. Para isso será necessário a utilização das novas tecnologias, podendo inovar o modelo de negócio de várias empresas.

Cloud, Iot e Big Data são as novas tecnologias que devem estar presentes nas empresas num futuro próximo. O grande desafio das companhias que buscam fazer parte dessa transformação digital é a criação de valor, na prática é ter um valor real para o negócio. Muitas vezes, o processo digital é implantado, mas nada é feito com ele. É apenas mais uma burocracia que deixa de ser uma empresa tradicional e se torna digitalizada. O objetivo é aplicar a tecnologia com planejamento e inteligência, para que os resultados sejam estipulados antes e alcançados depois.

3.3 Os profissionais da indústria 4.0

Os profissionais que desejam conquistar um espaço dentro das novas tendências do futuro são imprescindíveis que dominem em diversas áreas, idiomas e competências emocionais, pois com a chegada da robótica, as pessoas precisarão ter mais estudo em todas as áreas. Segundo Kantor (201-) é necessário estar preparado para desenvolver novas atividades e estar disposto em atuar em um ambiente de trabalho complexo, sendo assim, mais resiliente.

É necessário possuir conhecimentos básicos dos processos industriais e uma visão técnica, pois o profissional não será responsável apenas por exercer uma parte específica da linha de montagem, mas por todo o processo produtivo. Os profissionais que queiram trabalhar na indústria 4.0 precisam estar preparados para trabalharem com máquinas e processos mais complexos, mandando informações em tempo real.

Esses profissionais precisam ser flexíveis, pois irão trabalhar com máquinas mais avançadas, que são capazes de gerar dados e emitem sinais quando precisam de manutenções, onde todas as informações são passadas para o homem em armazenamento, em nuvem e em tempo real, onde até mesmo da sua casa ele consegue acessar, facilitando a tomada de decisão. Sendo assim é necessário ter senso crítico para analisar de forma precisa os dados de fornecidos pela rede, podendo concluir os resultados de forma eficiente.

Com o avanço dos processos é necessário que os colaboradores tenham um bom relacionamento entre si para conseguir equilibrar as relações já que serão necessários vários tipos de competência, desde chão de fábrica até o alto escalão. Além disso, é fundamental o inglês, que é referência no mundo dos negócios, para se comunicar com outros profissionais de outros países, estudar e até mesmo por trabalhar com máquinas

importadas. Para ser um profissional de sucesso tem que ter uma boa comunicação, estar sempre se atualizando e buscando mais conhecimento.

3.4 O Brasil está pronto para essa revolução?

As empresas do mundo correm contra o tempo para entrarem na nova era que é a indústria 4.0. Trazendo um universo de grandes e diferentes possibilidades para as indústrias. Máquinas que conversam entre si, armazenam dados na nuvem, identificam antecipadamente erros e fazem as devidas correções sem precisarem de ajuda.

O Brasil em relação aos outros países está muito atrasado em suas pesquisas e desenvolvimento para essa nova revolução, que já se tornou uma realidade em outros países como os Estados Unidos, porque existem grandes projetos com contribuições do governo e empresas privadas. Algumas indústrias brasileiras já automatizaram seus processos, mas ainda não conseguiram alcançar a manufatura digital.

De acordo com Wentzel (2016), o Brasil na última década reduziu a desigualdade social, porém para entrar nessa nova indústria é necessário que haja mais investimentos em educação e inovações, para assim reverter o cenário brasileiro. Mesmo sendo desafiador implantar esse novo método, as empresas precisam estar preparadas para uma nova cultura organizacional voltada para o mundo digital, onde a análise de dados será protagonista dos negócios.

A quarta revolução industrial desencadeou várias mudanças estruturais nas organizações e com isso abordagens inovadoras são necessárias para acelerar a transformação. Algumas ações que irão alavancar o país nessa nova fase são simplificações e reduções das estruturas, investimentos em infraestrutura tecnológica e treinamentos, implementações de políticas públicas que elevem a efetividade do sistema educacional e criação de projetos de incentivo para a geração de postos de trabalho focados em conhecimento e criatividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As indústrias estão em processo constante de mudança. Após terem passado por três estágios, desde máquinas a vapor na primeira revolução industrial e evoluindo com as máquinas comunicando-se virtualmente, coletando dados e tomando decisões. Podemos observar que as indústrias estão cada vez mais próximas da produção feita exclusivamente por robôs que vem para facilitar o trabalho braçal do homem, podendo

tem as informações em tempo real, conseguindo trabalhar sem parar e padronizando os produtos.

Será preciso estar atento e disposto a novas mudanças para não ficar para trás no mercado. Ela vem para suprir a necessidade da flexibilidade na produção, conseguindo produzir produtos exclusivos e sem ter um aumento excessivo no preço. Porém o custo da implantação dessa nova tecnologia é alto, então será fundamental que o governo auxilie para financiar os custos das capacitações dos funcionários e implantação do novo sistema de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, B. **Terceira revolução industrial:** tudo sobre a chamada revolução informacional. 2018. Disponível em:< https://www.stoodi.com.br/blog/2018/08/14/terceira-revolucao-industrial/ >. Acesso em: 6 mai. 2019.

DUARTE, T. **Os 3 maiores desafios impostos pela indústria 4.0**. 2018. Disponível em: < https://www.industria40.ind.br/artigo/16461-os-3-maiores-desafios-impostos-pela-industria-40>. Acesso em: 17 abr. 2019.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO. **Indústria 4.0:** o que é, consequências, impactos positivos e negativos [guia completo]. 2018. Disponível em:< https://fia.com.br/blog/industria-4-0/>. Acesso em: 11 mai. 2019.

KANTOR, L. **Indústria 4.0:** o que vai mudar na sua vida? 201-. Disponível em:< https://saiadolugar.com.br/industria-4/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

SILVEIRA, C. B. **O que é indústria 4.0 e como ela vai impactar o mundo**. 2016. Disponível em:< https://www.citisystems.com.br/industria-4-0/ >. Acesso em: 7 mai. 2019.

SPRICIGO, B. **Resumo sobre indústria 4.0**: entenda rapidamente os conceitos e beneficios. 2018. Disponível em: <https://www.pollux.com.br/blog/resumo-sobre-industria-4-0-entenda-rapidamente-os-conceitos-e-beneficios/.> Acesso em: 15 abr. 2019.

WENTZEL, M. **'Quarta revolução industrial':** como o Brasil pode se preparar para a economia do futuro. 2016. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160122_quarta_revolucao_industrial_mw_ab >. Acesso em 11 de jun. 2019.

FLAVONÓIDES DE AÇÃO CENTRAL: A AÇÃO DA QUERCETINA

Stella Lima, Marisa Schiavon, Liliane Oliveira, Sandra Santos, Heloísa Donzella, e-mail: stellalfm@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No dia a dia da farmácia, estamos acostumados a relacionar os flavonoides a ação antioxidante periférica, esquecendo-nos que estes polifenóis também tem ação central e, portanto, podem apresentar efeitos muito indesejáveis.

Os flavonoides representam um dos grupos de compostos fenólicos mais importantes e diversificados entre os produtos de origem natural. Essa classe de compostos estão amplamente distribuídos por todo o reino vegetal e até o presente são conhecidas mais de 4200 variedades de flavonoides (SIMÕES *et al*., 2007).

Estes compostos os bioativos do grupo dos polifenóis, encontrados em vários representantes do reino vegetal, são responsáveis pela formação da pigmentação das plantas (cores azul, avermelhada e violeta) para atrair polinizadores, estão presentes em relativa abundância entre os metabólitos secundários de plantas e podem ser subdivididos em seis classes: flavonas, flavanonas, isoflavonas, flavonóis, flavonóides e antocianinas (AHERNE; O'BREN, 2002).

Dentre tantos flavonoides, o escolhido para ser analisado foi a quercetina que é utilizado pelas suas propriedades farmacológicas: antioxidante, anti-inflamatória, antimicrobiana e antitumoral (SIMÕES *et al*., 2007).

Presente na planta Ginkgo Biloba é vendido em farmácias e drogarias como "medicamento isento de prescrição", ou seja, o paciente munido apenas das informações de "internet" e do "boca a boca" pode adquirir buscando apenas o efeito anti-inflamatório para veias e artérias leva consigo uma gama de efeitos colaterais que vão da sua intervenção na cadeia do ácido aracdônico à intervenção em sequências bioquímicas gerando ação central (SANTOS; RODRIGUES, 2017).

2 METODOLOGIA

Através de pesquisas em artigos científicos e sites relacionados a área da saúde, buscou-se informações sobre medicamentos que contenham o flavonoide quercetina em

sua constituição com vistas a encontrar alguma citação cientifica que justificasse a sua terapêutica, pois há uma vasta área de utilização, dentre elas o uso na vascularização periférica, uso no tratamento de doenças neurodegenerativas como Alzheimer, no combate a demência e até mesmo uso no tratamento de asma.

Após buscas e análises, pode-se concluir que apesar de muito se falar das ações terapêuticas no sistema periférico, pouco foi estudado em relação a efeitos farmacológicos e colaterais no sistema central, o que não justifica as ações farmacodinâmicas e farmacocinéticas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Um documento aprovado no site da ANVISA (2003) direcionado a profissionais de saúde, apresentava 35 estudos realizados com 3.541 participantes, onde 33 estudos se mostraram positivos no tratamento de Alzheimer, apesar desta vantagem não há histórico de mecanismo de ação, mesmo que a condição seja ocasionada pelo mau processamento de certas proteínas do Sistema Nervoso Central.

Por um lado não temos muitas informações sobre a ação central do Ginkgo Biloba, por outro temos inúmeros estudos que provam sua eficiência na vascularização sistêmica, com sua ação ligante seletiva a parede plaquetária, o medicamento causa uma inibição do fator de agregação das plaquetas (PAF), assim, tendo efeito antitrombótico, esse mecanismo também auxilia na viscosidade do sangue, tornando-o mais fluido.

Outro mecanismo do medicamento flavonoico é o estímulo a óxido nítrico (NO), do qual é importante mediador no relaxamento das células do endotélio vascular, em uma cascata de relaxamento que envolve como produto principal a arginina, quando ocorre a interação com o O_2 molecular, o sítio guarnidino nitrogenado da L-arginina, com o óxido nítrico sintase como catalisador, há a produção do óxido nítrico + L-citrulina, após atingir o músculo vascular liso o NO influência a ativação da enzima guanilato ciclase, formando o produto monofosfato cíclico de guanosina (cGMP), assim, ocorrendo o relaxamento da musculatura vascular lisa.

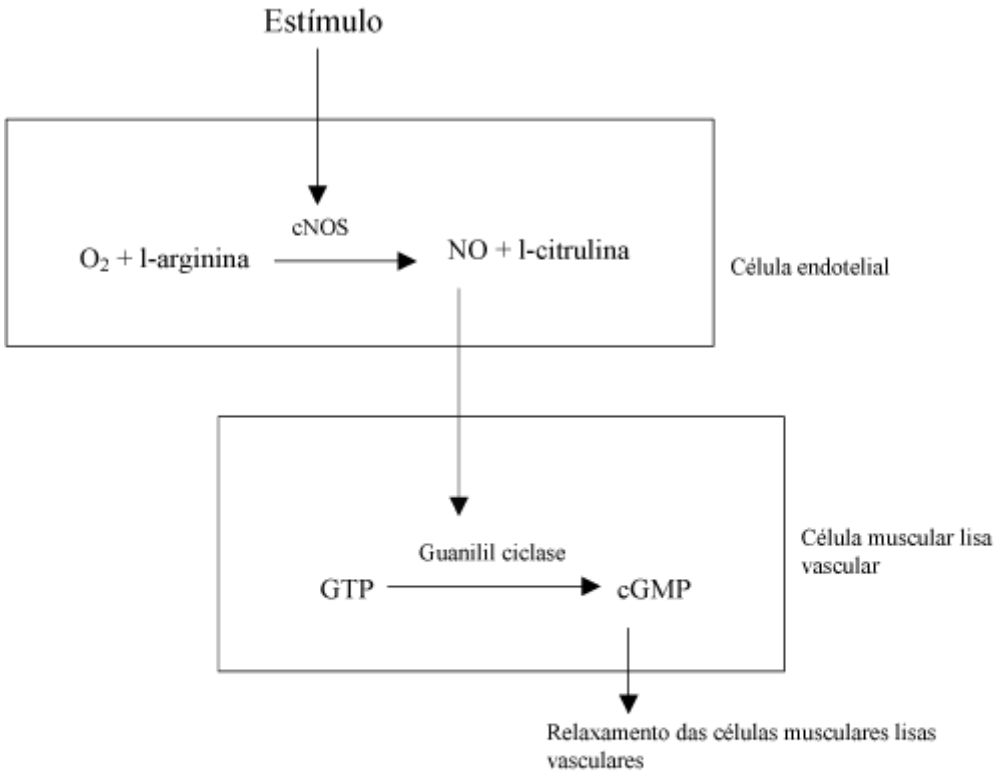


FIGURA 1 - Mecanismo de vasodilatação mediado pelo óxido nítrico (NO), em resposta a vários estímulos, como bradicinina ou acetilcolina. A enzima óxido nítrico-sintase constitutiva (cNOS) utiliza o oxigênio molecular (O_2) e o aminoácido l-arginina para formar o NO. O NO ativa a guanilil ciclase nas células da musculatura lisa vascular, aumentando o nível de monofosfato cíclico de guanosina (cGMP), produzindo relaxamento e vasodilatação. Adaptado de FARREL & BLAKE, 1996[21].

(Imagem obtida no artigo de revisão "**Óxido Nítrico. Revisão**", disponível no site SciElo).

Todo o mecanismo descrito acima é mencionado como vascularização periférica, entretanto envolve enzimas que contribuem para o sistema central, porém não há relação de efeitos colaterais com essas enzimas.

Com a vasodilatação e a diminuição na viscosidade do sangue, o farmacêutico deve sempre ter em mente que uma interação medicamentosa ou um quadro clínico oculto pode levar o paciente a um problema mais grave. Quando pensamos em um trombo ainda não descoberto, a vasodilatação pode causar um embolismo, ou quando não conhecemos o histórico medicamentoso do paciente, uma fluidez a mais no sangue do paciente que faz uso regular de uma Ácido Acetilsalicílico ou Varfarina pode causar sangramentos e hemorragias, segundo estudos desenvolvidos pela Farma USCS de São Caetano do Sul e publicados pela Revista de Ciência Farmacêutica Básica e Aplicada (PUPPO; SILVA, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse uso indiscriminado do medicamento deve-se ter estudos comprovando sua ação periférica e central. Através de estudos já realizados, este artigo tem como objetivo analisar quaisquer efeitos colaterais que possam estar diretamente ligados com o Sistema Nervoso Central, do qual não há muitos registros de testes ou estudos, e informar para problemas decorrentes da utilização do medicamento.

A falta de estudos que comprovam sua ação no Sistema Nervoso Central deve ser evidenciada, uma vez que um dos possíveis efeitos colaterais são palpitações, sintomas diretamente ligados com o Sistema Nervoso Autônomo, causando o desequilíbrio entre o Sistema Simpático e Parassimpático.

O artigo trabalha para que essa falta de estudos e testes sejam observadas e tenham importância para os riscos que o paciente tem tomando o medicamento e os riscos que o farmacêutico corre em vender sem ciência do histórico medicamentoso do paciente.

Os remédios fitoterápicos merecem maior atenção em relação a efeitos adversos, o artigo traz para a realidade farmacêutica como o uso indiscriminado e sem orientação de um medicamento que, apesar de muito comum e conhecido, ainda não apresenta estudos comprovando sua ação terapêutica central, comprometendo a qualidade de vida do paciente.

REFERÊNCIAS

AHERNE, S. A.; O'BREN, N. M. Dietary flavonols: chemistry, food content, and metabolism. **Nutrition**, [S.l.], v. 18, p. 75-81, jan. 2002. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0899900701006955.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Governo Federal**. Brasília, DF: ANVISA, 2003. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br. Acesso em: 02 out. 2019.

CERQUEIRA, N. F.; YOSHIDA, W. B. Óxido Nítrico. Revisão. **Acta Cirúrgica Brasil**, [São Paulo], v. 17, n. 6, p. 417-423, nov./dez. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000600011. Acesso em: 02 out. 2019.

PUPPO, E.; SILVA, C. P. Levantamento do perfil medicamentoso e freqüência de associações entre o Ginkgo (Ginkgo biloba L.) e ácido acetilsalicílico, em usuários atendidos pela FarmUSCS de São Caetano do Sul. **Revista de Ciência Farmacêutica Básica e Aplicada**, [São Paulo], v. 29, p. 53-58, jan. 2008. Disponível em: http://rcfba.fcfar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/493. Acesso em: 02 out. 2019.

SANTOS, D. S. dos; RODRIGUES, M. M. F. Atividades farmacológicas dos flavonoides: um estudo de revisão. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 7, n. 3, p. 29-35, set./dez. 2017.

SIMÕES, C. M. O. *et al*. (Org.). **Farmacognosia:** da planta ao medicamento. 6. ed. Porto Alegre: UFSC, 2007.

FORMAÇÃO DE CUSTOS NA PRODUÇÃO DE OVOS FÉRTEIS DE AVES AVÓS

Alexandre Cartura, Amanda Cristina Marcellino, Mateus Leandro de Melo, Antônio Henrique Barbosa Real, e-mail: alexandre_cartura@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Na avicultura busca-se com dedicação e persistência a eficiência máxima tanto na maximização da produção buscando excelência na qualidade quanto na redução de custos. A cadeia produtiva avícola é composta por várias fases, começando pelas aves avós. O custo de criação destas aves e de formação do ovo incubável produzido é fundamental para o restante da cadeia, isso porque esse custo é transferido para as demais fases do processo até chegar no produto final para consumo, cuja produção em 2018 superior a 12 milhões de toneladas de carne de frango (ABPA, 2019).

Neste contexto, o método de custeio utilizado é de grande importância para atender as necessidades da organização, pois não será de muita valia um sistema de custos se não for apropriado a atividade e se as informações não forem mensuradas e utilizadas em tempo hábil pelos gestores.

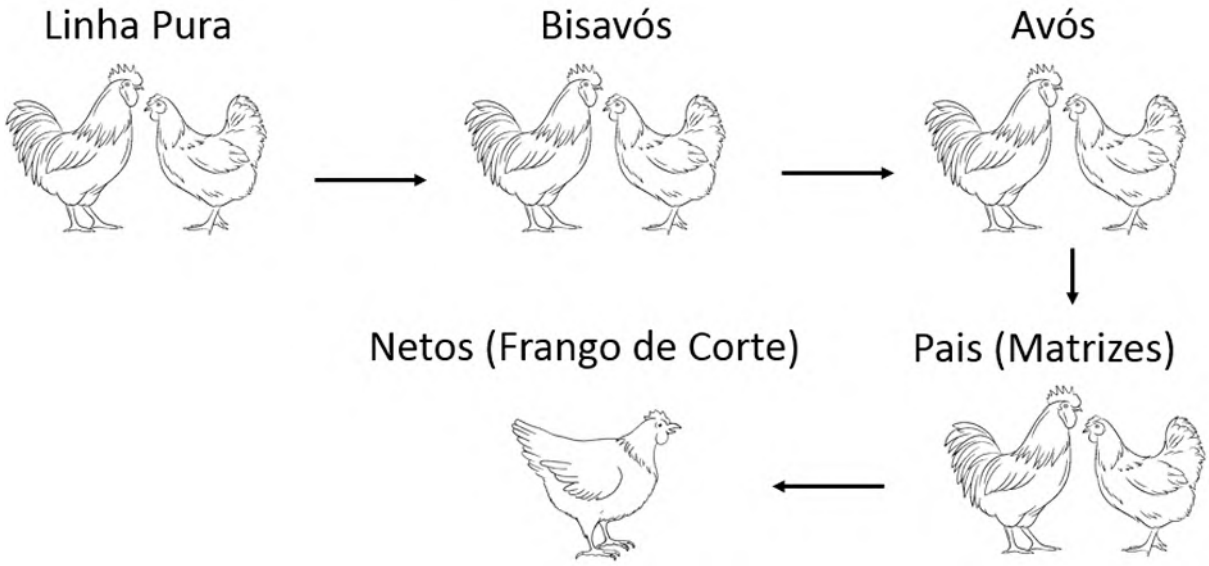
Este artigo tem por objetivo verificar os itens de formação do custo do ovo de uma ave avó, bem como verificar o método de custeio mais apropriado para esse ramo da avicultura, além de identificar a importância da contabilidade de custos na tomada de decisão.

2 METODOLOGIA

O estudo foi feito com base em dados fornecidos por uma granja de aves avós estabelecida na região de Jau/SP. A cadeia produtiva da avicultura tem várias etapas para chegar ao produto final, ou seja, a carne de frango em suas diversas apresentações, como frango inteiro, embutidos, cortes e outros. Em cada etapa, o custo gerado na produção é transferido para a etapa seguinte. Este estudo foi direcionado em uma das etapas da cadeia produtiva, as aves avós, que são a base da cadeia de produção de carne de frango para venda, diferente das bisavós, as aves avós são vendidas para empresas do ramo alimentício dar início ao processo de produção de carne.

São denominadas aves avós devido a relação familiar que existe no processo, pois o frango de corte, aquele que é abatido e transformado em carne para consumo, são considerados netos dessas aves. A Figura 1 demonstra essa genealogia de forma mais clara.

Figura 1 – Genealogia na cadeia avícola de produção



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2019).

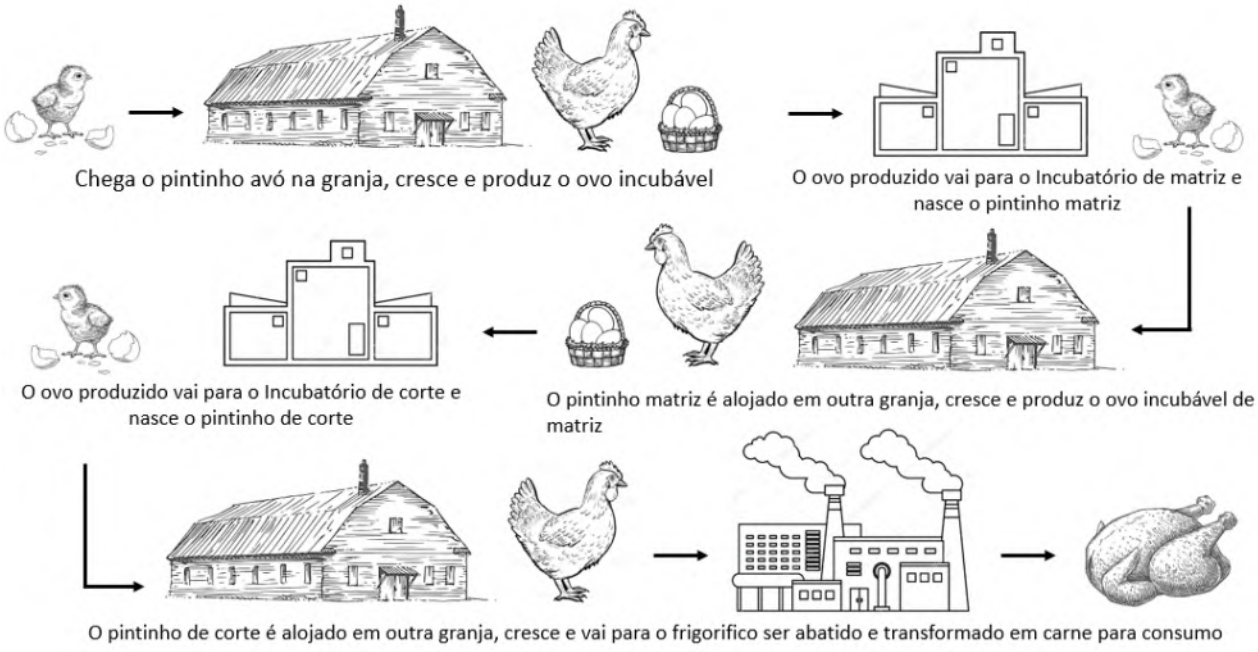
Para um melhor entendimento do processo produtivo da carne de frango, a Figura 2 demonstra o fluxograma partindo das aves avós.

2.1 Descrição do processo na fase produção

Os pintinhos quando chegam na granja são alojados em aviários para crescimento chamados de recria, onde são tratados até as 22 semanas de idade, após isso são transferidos para os aviários de produção, próprios para a postura de ovos. Cerca de duas ou três semanas depois, com 25 semanas de idade, as aves começam a produzir ovos bons para incubação que são transferidos diariamente para o Incubatório da empresa seguir com o processo.

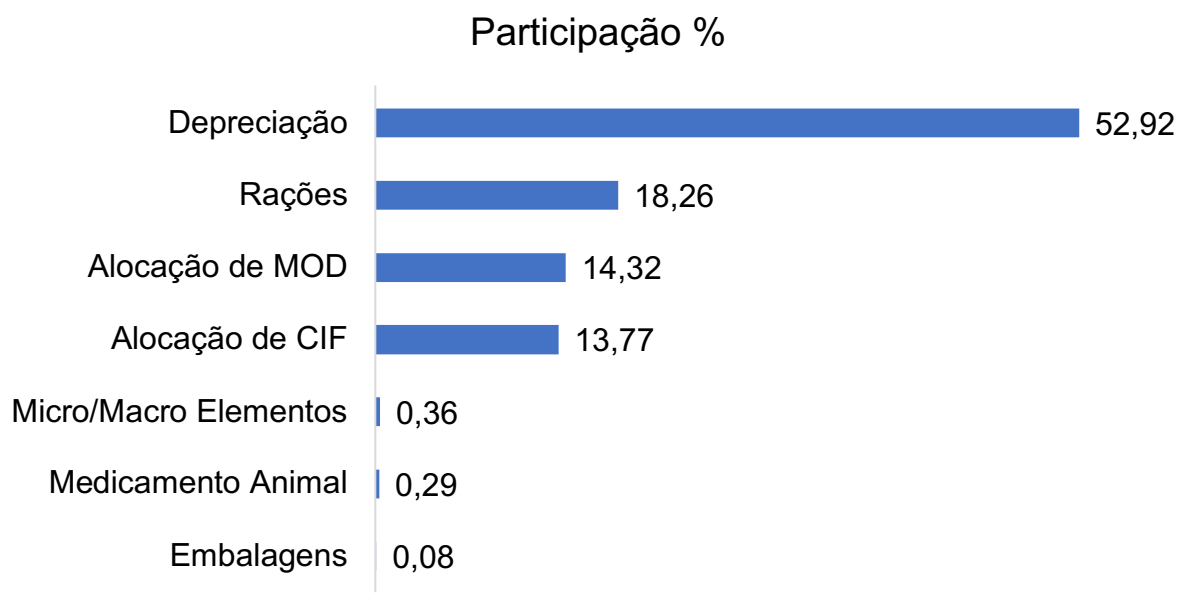
Conforme demonstrado na Figura 3, o custo do ovo é composto por categorias de consumos, como depreciação, ração, Mão de obra direta – MOD, Custos indiretos de fabricação – CIF, medicamentos e outros, onde cada uma tem sua participação no montante.

Figura 2 – Fluxograma do processo produtivo



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2019).

Figura 3 – Grupos de itens na composição do custo do ovo



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2019).

O sistema de depreciação utilizado pela empresa é o valor de aquisição da ave mais os gastos para sua criação até 22 semanas de idade dividido pela previsão da produção de ovos até 66 semanas de idade, o resultado é multiplicado pelo número de ovos produzidos no mês. Já os custos indiretos, são controlados via orçamento, por

exemplo gastos com produtos de limpeza e desinfecção, energia elétrica, manutenção são debitados em contas de razão que serão alocadas também ao custo do ovo por meio do método de unidade de esforço de produção - UEP.

A alocação de MOD e CIF foi determinado pela empresa por meio do consumo de ração, o lote que consome mais ração recebe mais alocação de MOD e CIF. Por meio do método UEP todos os gastos indiretos e Mão de obra direta são alocados ao custo do ovo. Nesse processo da avicultura não tem despesas, pois tudo o que é consumido e gasto na granja é para ser possível a produção de ovos, diferente de uma indústria que fabrica um produto para venda, que possui setor comercial onde as despesas são lançadas para resultado.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Atividade Avícola Brasileira

Os primeiros passos da avicultura brasileira foram dados por produtores familiares, a produção de aves era para a geração de renda da propriedade, mas pouco antes de 1930 a avicultura tornou-se rapidamente comercial (CEPEA, 2014).

Somente na década de 70 que se efetivou o desenvolvimento na avicultura, com a entrada de empresas processadoras no mercado e especialistas no processo de produção de frango. Desde 1975 a avicultura de corte se consolida no mundo como uma das mais importantes fontes de proteína animal, e que no Brasil a produção apresentou nos últimos 35 anos um aumento médio anual de 10% (EMBRAPA, 2011).

3.1.1 Atividade Regional

A Coordenadoria de Defesa Agropecuária – CDA, é um órgão da administração pública direta do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, organizada pelo Decreto N.º 43.512, de 2 de outubro de 1998, e tem por finalidade dentre outros deveres controlar e fiscalizar a qualidade dos produtos de origem animal. Em sua estrutura existem os Escritórios de Defesa Agropecuária – EDA conforme capítulo III, seção I, artigo 3º § V do decreto, servindo como regionais de apoio. O EDA do município de Jaú/SP é a regional responsável pelas cidades de Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Brotas, Dois Córregos, Igaraçu do Tietê, Itaju, Itapuí, Jaú, Lençóis Paulista, Macatuba, Mineiros do Tietê e Torrinha (CDA, 2019).

Nos dados apresentados na tabela 1, fornecidos pelo E.D.A Jaú, podemos visualizar a abrangência do segmento avícola em nossa região, com 224 produtores em 14 cidades.

Tabela 1 – Quantidade de produtores avícolas da regional Jaú, 2019

Categoria	Quantidade Produtores
Frango de Corte	214
Postura Comercial	3
Matriz	4
Ovos para vacina	2
Avós	1
Total	**224**

Fonte: DADOS DA PESQUISA (EDA Jaú 2019).

3.2 Métodos de custeio

Custear significa acumular, determinar custos, e custeio ou custeamento são métodos de apurar os custos, ou seja, maneiras que procedemos com a acumulação e apuração dos custos (CREPALDI, 2018).

3.2.1 Custeio por absorção

O custeio por absorção consiste na apropriação de todos os custos fixos e variáveis que se relacionam com a produção do período. Neste método de custeio é importante distinguir os custos e as despesas, pois as despesas são contabilizadas imediatamente contra o resultado do período, enquanto somente os custos relativos aos produtos vendidos terão o mesmo tratamento. O custo relativo aos produtos acabados que ainda não tenham sido vendidos estará ativado juntamente com o estoque destes produtos (VICECONTI; NEVES, 2010).

3.2.2 Custeio baseado em atividades – ABC

Como o próprio nome diz, é um custeio por atividade, para Martins e Rocha (2015) atividade é uma ação que utiliza recursos materiais e humanos que geram bens ou serviços, e uma sequência de atividades é denominado como processo. Um exemplo disso é o processo de suprimentos, onde dentro deste tem várias atividades como requisitar, comprar, receber e estocar materiais. Através do ABC pode ser feito uma análise mais precisa dos custos por atividade e processo, diferente dos processos tradicionais de rateio, como por exemplo o método de absorção onde os custos indiretos são repartidos arbitrariamente (CREPALDI, 2018).

3.2.3 Unidade de Esforço de Produção – UEP

De acordo com Martins e Rocha (2003) UEP é uma unidade de medida do trabalho e fundos empregados na produção de muitas mercadorias de uma planta (bens ou serviços), ou uma medida mais comum para o empenho produtivo de cada posto operativo.

O método UEP aplica-se com as afinidades entre seus esforços, dessas relações pertence nesse método as informações de custos. Em cada cargo eficaz, são distintos os índices de custos (custos por hora) juntando todos os índices relevantes, tendo um custo horário. Nesses custos são calculadas várias formas diferentes das de que fica no sistema do custo usual (BORNIA, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estudo permitiu evidenciar os custos do processo de formação do ovo incubável de aves avós, que consideram: depreciação da ave, consumo de ração, alocação MOD e CIF, medicamentos, embalagem e outros insumos. Destaca-se nessa fase a importância da mensuração e análise dos custos visto que esse valor será transferido para as etapas posteriores da cadeia de produção da empresa.

Constatou-se que a empresa em questão faz uso do método de custeio da unidade de esforço de produção - UEP, pois devido a gama de produtos elaborados a partir da carne de frango, esse método facilita a distribuição dos custos diretos e indiretos por meio da unidade de medida em horas.

O estudo visou evidenciar o processo de formação de custo do ovo incubável da ave avó e o método de custeio utilizado no intuito de contribuir demonstrando a importância da análise de custo pelos gestores de grandes empresas bem como para pequenos produtores rurais para a apoio na tomada de decisão, podendo até mesmo implantar novos sistemas de custeio como por exemplo o ABC, apurando o custo por atividade para verificar se existe a possibilidade de otimizar alguma atividade buscando a redução de custo no processo e consequentemente melhor rentabilidade do produto final. Isto posto denota-se a importância do estudo e a necessidade de controle de custos de produção com dados fidedignos.

REFERÊNCIAS

ABPA, Associação Brasileira de Proteína Animal. **A saga da avicultura brasileira**: como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne de frango. 2011.

Disponível em: <http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/publicacoes/informes-especiais>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ABPA, Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório anual**. 2019. Disponível em: <http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/publicacoes/relatorios-anuais>. Acesso em: 06 set. 2019.

BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos:** aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CDA, Coordenadoria de Defesa Agropecuária. **Nossos endereços**. 2019. Disponível em: < https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/enderecos/jau/>. Acesso em: 06 set. 2019.

CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Evolução da avicultura no brasil.** 2014. Disponível em < https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0969140001468869743.pdf >. Acesso em: 01 set. 2019.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Contabilidade de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Os 35 anos que mudaram a avicultura brasileira.** 2011. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/907864/os-35-anos-que-mudaram-a-avicultura-brasileira>. Acesso em: 01 set. 2019.

MARTINS, E.; ROCHA, W. **Métodos de Custeio Comparados:** custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade de custos:** teoria, prática, integração com sistemas de informação (ERP). São Paulo: Cengage Learning, 2013.

VICECONTI, P. E.; NEVES, S. **Contabilidade de custos**: um enfoque direto e objetivo. 9. ed. São Paulo: Frase Editora, 2010.

FORMAÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM PROL DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Isabela Defende Firmino, Natália Rodrigues de Lourenço Prado, Renato Zanolla Montefusco. Email: isabeladefende7@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os setores e serviços públicos são ordenados pelo próprio sistema público. Porém, em determinadas áreas, o poder público não consegue atender o exigido em lei, e na maioria dos casos o problema é a falta de verba para adequar, modernizar ou organizar a funcionalidade do referido setor.

Uma medida que vem sendo adotada pelo poder público é a privatização de serviços, concedendo ao setor privado algumas funções que são cabíveis, e tais medidas estão se encaixando no sistema penitenciário, pois a população carcerária vem crescendo significativamente nos últimos anos, exigindo mais recursos, mais profissionais, como também mais estrutura, e na maioria das ocasiões, os estados não consegue acompanhar o crescimento necessário para o bom funcionamento do sistema prisional.

O sistema carcerário brasileiro se encontra em uma situação precária, tendo diariamente violações aos direitos dos presos, desde as estruturas dos presídios até a falta de atendimento jurídico. Sendo assim, o Estado está em busca de uma alternativa, como a parceria público-privada, tentando solucionar o problema.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida usando o método dedutivo, já que parte de um conhecimento preexistente, apenas se aprofundando um pouco mais no assunto, para obter uma conclusão a respeito do tema. É teórica, por ser fruto de artigos divulgados. É dogmática, pois não propõe um questionamento novo, mas, sim, aprofundar o conhecimento em algo já existente. Será também utilizada a pesquisa bibliográfica, a fim de trazer à baila o posicionamento dos doutrinadores sobre o tema.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, será analisado um pouco do sistema prisional e toda sua aplicabilidade. No segundo, abordaremos os

dados do nosso atual sistema prisional. Já o terceiro capítulo contempla os efeitos que tem a privatização do setor público, o que levará o estudo para uma conclusão.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Privatização tem um conceito pela ciência da administração, política e econômica do que de direito em si; cabendo como tarefa analisar a viabilidade jurídica, em medidas privadas, de inovações e disciplinas legal da matéria. Como observa Jorge A. Aja Espil, na obra de Juan Carlos Cassagne (1992:14, pag 17),

> A chamada privatização era, até pouco tempo, uma daquelas palavras exóticas que os dicionários se omitiam de incluir. Apenas recentemente, em começos da década de 80, as novas edições dos léxicos norte-americanos começam a dar conta de sua definição: 'popular e embaraçosos jargão destinados a desembaraçar o Estado de funções próprias do setor privado'. Está claro que o conceito de privatização importava em redefinir o âmbito próprio do estado, mudar suas antigas por novas fronteiras, mediante uma revitalização das liberdades econômicas dos indivíduos.

Com a fixação de algumas privatizações, diferenças entre o público e o privado ficaram nítidas. A gestão privada de presídios ainda está em estágio embrionário no país, mas tem sido mencionada por governadores como alternativa para enfrentar o caos do sistema penitenciário. E onde estão as prisões privadas do Brasil? São 32 unidades no total distribuídas em 21 cidades do território nacional. Sendo oito unidades no Estado do Amazonas, oito na Bahia e cinco unidades em Minas Gerais.

Conforme estudos publicados em 14 de junho de 2019, pelas especialistas Katia Brembatti e Giulia Fontes, em comparação com as despesas alegadas pelos governos em presídios 100% geridos pelo sistema público, o valor por preso no modelo privado fica mais caro. Mas o cálculo dos estados pode estar desconsiderando os gastos previdenciários com os servidores, como também a qualidade incomparável de serviço prestado, onde no sistema privado é aplicada qualidade consideravelmente melhor, incluindo todos os requisitos de ressocialização, fazendo assim, essa diferença de valores ser aceitável. Lembrando que os valores variam substancialmente em função do tipo de obrigação e de serviço prestado em cada contrato administrativo (como alimentação e agentes de segurança).

Desde 2012 onde foi implementada a primeira parceria público–privada no sistema prisional brasileiro. O referido complexo prisional, que está localizado em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, abriga aproximadamente

2000 detentos, distribuídos em três unidades: duas para regime fechado e uma para regime semiaberto. Vale lembrar que em seus anos de existência, nunca houve motim, rebelião ou mortes violentas.

O Governo do Estado de Minas Gerais paga R$ 3.500,00 mensais per capita à empresa GPA (Gestores Prisionais Associados), que administra e organiza o complexo penitenciário. Porém, somente a metade do valor é referente ao custo do detento e à manutenção do presídio. A outra metade do valor pago é referente a reembolso pelos investimentos na construção do complexo prisional, totalmente erguido e equipado pela iniciativa privada, ao custo de R$ 280 milhões de reais (2012). O presídio é equipado com instalações médicas e odontológicas, salas de aula, oficinas de trabalho e áreas de lazer, atendendo as solicitações previstas em lei, além de um exemplar sistema de monitoramento e segurança.

A empresa GPA afirma que os dois mil presos têm atividades educacionais no presídio, sendo que tais atividades consistem em aulas que vão da educação fundamental, passando pelo ensino médio, técnico e universitário. Contam também com 80 matriculados em cursos do Pronatec e 32 fazem faculdade à distância (em média). Outros 60 detentos seguem cursos religiosos. São ministradas também aulas de música. Em 2014, foi oferecido e aplicado aos presos oficinas de teatro para a montagem de apresentações, visando a ressocialização e qualificação do preso.

O presídio oferece aproximadamente 350 vagas de empregos, proporcionadas por empresas que incentivam e firmam parcerias oferecendo oportunidade de recolocação no mercado de trabalho. Como observado no modelo proposto pela administração pública mineira e implementado pela GPA, se não houver execução de atividades, o detento, por exemplo em regime fechado, só poderá ficar no pátio por duas horas diárias. Por esse motivo livros, aulas e ofertas de emprego são cortejadas pelos internos. Trata-se de uma maneira de incentivar o detento a sair da zona de conforto, buscando a ressocialização e melhoria pessoal com a devida qualificação educacional e profissional.

Os presos são expostos a um rigoroso sistema de segurança, seguindo padrões testados e estabelecidos. Nesse sentido, os detentos circulam algemados e permanecem assim enquanto aguardam médicos, dentistas ou psicólogos. Quando em atividade, como trabalho, aulas, refeições, lazer os internos ficam com as mãos livres, sempre em áreas gradeadas e fortemente monitoradas. O sistema de segurança conta com 792 câmeras, portas automatizadas, detectores de metal e aparelhos de raio-X.

Estão sendo implantados scanners corporais para acabar com as revistas íntimas dos visitantes, evitando constrangimento daqueles e aumentando a qualidade de monitoração. As três unidades têm bloqueadores de celular.

No contexto acima ainda é interessante ser observado que não existem carcereiros e sim monitores/supervisores, que trabalham com colete a provas de balas, sem armas letais. A força policial, devidamente equipada, fica nas muralhas e em volta do complexo. A segurança, em qualquer ocorrência que seja necessária é feita pela polícia militar, que executa também a escolta dos presos para sus, fórum e qualquer lugar necessário, ações estas que estão previstas no contrato de PPP.

Os gestores de toda empresa privada responsável pelo sistema penitenciária têm de prestar contas bimestrais ao governo estadual, sendo constantemente avaliadas, pois devem manter o bom desempenho em 380 indicadores avaliados. Em caso de irregularidade, estão sujeitos a multas, suspensão de pagamentos, podendo até perder a concessão. Porém, “nem tudo são flores”, pois esse sistema levanta questionamentos a seu desfavor, Laurindo Minhoto, professor de sociologia na USP e autor da obra **“**Privatização de presídios e criminalidade” afirma:

> O Estado está delegando a sua função mais primitiva, seu poder de penalizar, de punir e o monopólio da violência. O sucateado estado e sobretudo saturado, assume desta forma sua ineficiência e transfere uma de suas funções mais básicas para empresas que podem realizar o serviço de forma mais pratica, ágil e eficiente, porém esta forma se dá através da obtenção de lucro. (MINHOTO, Laurindo. 2000, Ed. Max Limonad)

O maior perigo desse sistema é o encarceramento em massa. Em um país como o Brasil, um dos líderes no ranking dos países com maior população carcerária do mundo e que em vinte anos, entre 1992-2012, aumentou esta população em 380%, segundo dados do DEPEN, o fato é que há tendência de ainda mais encarceramentos.

Vale ser mencionado que nos Estados Unidos ocorreu a privatização deste setor através de um fortíssimo endurecimento das sanções penais, como também para uma repressão policial ainda mais ostensiva e rigorosa, ou seja, começou a se encarcerar mais, como também o tempo de permanência na prisão só aumentou. Atualmente, as penitenciárias privadas nos EUA movimentam um bilionário sistema, que anualmente está orçado em 37 bilhões de dólares.

O lucro dessa atividade se dá no corte de gastos. As empresas adquirem os presídios com intuito maior de reduzir os gastos que os estados não conseguiram cortar,

desta forma, a empresa como a lucrar, transformando o detento em fonte de lucro, indagando-se se o detento se torna um commodities em mero ato negocial. Sendo um dos motivos de lucro a lotação, é necessário o sistema prisional tem que operar com no mínimo 90% das vagas ocupadas para que possa ter lucro.

Já na esfera pública, é difícil encontrar um ponto positivo no sistema prisional, muitos estados estão em situação lastimável que é necessária aplicação de intervenção federal. O estado do Rio de Janeiro encontra-se com o sistema penitenciário extremamente debilitado, superlotado e totalmente fora das regras estabelecidas e exigidas, com estruturas defasadas e sem condições de estruturação imediata por parte do poder público estadual.

O sistema carcerário do Rio de Janeiro é considerado prioridade e um dos maiores desafios para a referida intervenção na segurança pública do estado. O debilitado sistema é composto por 43 unidades com capacidade total para aproximadamente 28 mil pessoas. Porém, no momento, é ocupado por 51 mil detentos, conforme dados do Ministério da Justiça. Com um sistema de 43 unidades prisionais, 33 estão superlotadas. E, destas 33, 13 abrigam mais que o dobro de prisioneiros do que sua capacidade, algumas unidades trabalham com até 174% de sua capacidade devida.

É diante das superlotações, que se observa o envolvimento de presos em organizações criminosas**,** e, a falha de controle e contingenciamento são os principais problemas enfrentados pelas penitenciárias brasileiras atualmente. Diante do cenário caótico, por óbvio, se tornou cotidiano as rebeliões em presídios, sempre carregados de resultados negativos, lastimáveis, de sentenciados que lutam entre si, na maioria das vezes por facções distintas, funcionários e familiares de detentos transformados em reféns, resgates solicitados de forma absurda, fugas realizadas por criminosos, e por fim, a total incapacidade das autoridades competentes em face de organizações criminosas, cada dia mais presente nos Estados brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante um sistema prisional precário e superlotado, é praticamente impossível pensar ao aplicar políticas de ressocialização de presos no Brasil. Tal observação deve-se ao fato de estar-se diante de ambientes insalubres, sem segurança ou controle, sendo que desta forma o crime organizado encontra espaço suficiente para proliferar e se fortalecer e desenvolver suas atividades. É de dentro das cadeias que facções têm

planejado e executado a venda e distribuição de drogas. As prisões também são oportunidades de aliciamento e recrutamento de novos traficantes.

Visando garantir a própria sobrevivência encarcerados de menor periculosidade, acabam se submetendo à hierarquia das facções presentes nas unidades carcerárias. Quando essas pessoas deixam o cárcere, diante da escassez de medidas de ressocialização qualquer espécie de educação e qualificação voltam a sociedade ainda piores, tendo, por vezes como única saída aliar-se ou submeter-se ao crime organizado.

Se deve destacar que o Estado é falho na estrutura do sistema penitenciário, em muitos casos não ocorre sequer a separação adequada dos detentos, como também é pequena a estrutura e oferecimento de atividades visando a ressocialização do preso, desta forma, facilitando o ingresso a criminalidade.

Já no Estado de São Paulo concentra-se metade da população encarcerada do Brasil, e como ocorre em outras unidades federativas a escalada da superpopulação, desumanização e desgoverno do sistema penitenciário se tornou patente. Nesse sentido, não é apenas pertinente, mas necessário e urgente a formação e adequação de um grupo de trabalho permanente sobre ressocialização nas prisões, para reunir e potencializar os esforços de pessoas e instituições dedicadas à promoção dos direitos humanos das pessoas presas e dos direitos educativos, fazendo valer a lei, visando sempre a valorização da vida humana, almejando o mínimo de capacitação do detido para que possa ingressar de forma qualificada e positiva ao meio civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Katia Brembatti e Giulia Fontes. Publicado em 14 de junho de 2019, **A Gazeta do Povo - LINK DA MATÉRIA** https://especiais.gazetadopovo.com.br/politica/presidios-privados-no-brasil/

MINHOTO, Laurindo Dias. **Privatização de Presídios e Criminalidade**. 2000, São Paulo/SP, Ed. Max Limonad.

Parcerias público-privadas - Conceito, princípios e situações práticas, Bruno Sanna Camacho - LINK DA MATERIA https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI62352,41046-parcerias+publicoprivadas+Conceito+principios+e+situacoes+praticas

Sistema prisional do RJ é um dos piores do mundo - LINK DA MATÉRIA http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/sistema-penitenciario-do-rio-de-janeiro.

Sistema e formação da equipe do presidio privado - LINK DA MATÉRIA https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/governo-de-sp-vai-conceder-presidios-a-iniciativa-privada.shtml).

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FRACASSO ESCOLAR: UM OLHAR IMPORTANTE PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Gabrielle Rodrigues Xavier; Isabella Helena Fuzel, Magda Cristina Scipioni Verissimo,
e-mail: gab--@live.com

1 INTRODUÇÃO

O fracasso escolar é uma problemática no contexto educacional do Brasil, manifestou-se no século XX, quando grande parte da população das classes inferiores tiveram a oportunidade de frequentar a escola (BARROS; CONCEIÇÃO; FONTENELE, p. 4, 2012).

O fenômeno do fracasso escolar está cada vez mais presente no contexto social, por diversos motivos, que podem ser classificados em extraescolares e intraescolares. O primeiro refere-se a má qualidade de vida que grande parte da população escolar brasileira enfrenta atualmente devido a condição financeira e econômica, ocasionando a fome, desnutrição, falta de moradia, saneamento básico precário, entre outros fatores, que intrinsecamente acabam afetando a vida dos alunos e de toda sociedade. O segundo engloba a questão curricular, o trabalho dos docentes e demais especialistas envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e a avaliação sobre os alunos (LACERDA, 2007, p.4).

Nessas premissas, uma parte dos alunos não adquirem os conteúdos necessários propostos pelos currículos escolares, ocasionando o fracasso. Procura-se, então, um culpado e, geralmente, esta culpa recaí sob a prática e a formação docente, mesmo podendo este fenômeno ocorrer por diversas causas como: questões familiares, psicológicas, socioeconômicas, más condições de vida e relações interpessoais dentro do ambiente escolar.

Segundo Tardif (2008 *apud* OLIVEIRA; SANTOS; SILVA; 2017, p.4664), a metodologia aplicada nos cursos de formação inicial de professores ocorre de forma aplicacionista, ou seja, os alunos se encontram submetidos a aulas durante alguns anos que são embasadas em disciplinas que contém no currículo, para em seguida aplicar os conhecimentos adquiridos, isto quer dizer que, quando se deparam com a prática surge um enorme vazio. A profissão docente necessita da teoria bem como da prática, e diante

deste pensamento é notável que elas não seguem juntas, a prática profissional não está presente nos cursos de formação.

É importante que a prática e a teoria se atrelem em qualquer formação, principalmente, na formação do alfabetizador, pois além do futuro professor aprender os conteúdos que irá ministrar para que seu aluno se desenvolva, ele deve saber como aplicá-los para que o educando tenha uma aprendizagem significativa.

É fundamental compreender como o aluno aprende e processa as informações, já que, o processo de alfabetização, se caracteriza como complexo, uma fase onde a criança enfrentará dificuldades que devem ser consideradas para que a aquisição da linguagem escrita ocorra. Para isso, o professor deve ter conhecimento sobre áreas que compõem o ciclo de alfabetização, pois nesse processo destaca-se a consciência fonológica, que é definida por Riviére (2001, p.124 *apud* CARVALHO, 2010, p.28), como a habilidade de diferenciar e utilizar os sons característicos da língua e as relações entre grafema e fonema. Os fonemas são representados por grafemas na prática escrita, nem sempre um grafema consegue representar um fonema, ou seja, os fonemas constituem-se na menor unidade da palavra, e o grafema é a representação da escrita.

Estes conhecimentos estão inclusos no saber que o professor deve adquirir para compreender as hipóteses de escrita que as crianças constroem como estabelece a concepção da Psicogênese da Língua Escrita, que se preocupa em descrever o processo de ensino-aprendizagem do ponto de vista do aluno (WEISZ, 1998). Esta teoria trouxe um avanço para a alfabetização, mudando alguns conceitos e ampliando o olhar pedagógico. É fundamental que o docente trabalhe as hipóteses de leitura e escrita das crianças com base na teoria da Psicogênese da língua escrita, pois ela possui relevância no processo de ensino-aprendizagem.

Além das práticas necessárias ao professor para que o aluno não fracasse no processo de alfabetização, faz-se necessário destacar a necessidade de uma boa relação entre professor aluno, sabendo-se que é este profissional o responsável pelo desenvolvimento do aluno. Se esta relação não for trabalhada pelo docente, a dificuldade, a falta de empatia e de interesse de seu aluno podem surgir, gerando o fracasso escolar. Para tanto, o professor precisa assumir o papel de mediador, conhecer as particularidades, interesses e as necessidades dos alunos, para que possa planejar suas aulas de acordo com esses aspectos, possibilitando uma aprendizagem significativa e consequentemente despertando interesse.

Portanto o trabalho docente pode ser considerado um ponto crucial em relação ao fracasso escolar, devendo ser executado em prol de seu aluno, considerando suas dificuldades, agindo sobre elas, visando sempre sua evolução.

A intenção do presente trabalho foi desvendar as possíveis causas do fracasso escolar, as competências que o aluno precisa desenvolver para alfabetizar-se, e como o professor deve lidar com a dificuldade do aluno, trabalhando os conteúdos juntamente com estratégias e intervenções de ensino para que este não atinja o temido fracasso escolar.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a compreensão do fracasso escolar no processo de alfabetização foi realizada através de pesquisas bibliográficas publicadas em livros.

Para a compreensão e definição de fracasso utilizou-se o livro de Bossa, Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico do ano de 2002, tratando deste fenômeno em diversas perspectivas, além deste foi consultado o trabalho de Weisz, *O* diálogo entre ensino e aprendizagem do ano de 1999, focando nas questões referentes aos estudos sobre alfabetização, como se dirige o processo de ensino-aprendizagem e o papel do professor frente a este contexto.

Além destes, foram utilizados artigos online para complementar a pesquisa, que trouxeram contribuições importantes, como as possíveis causas que levam ao fracasso do aluno, os conteúdos necessários a serem adquiridos no processo de alfabetização, bem como o papel do professor como mediador neste período complexo da vida do aprendiz.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio deste trabalho percebeu-se o quanto o fracasso escolar está presente na sociedade, como ele influencia no cotidiano escolar e que se faz necessário avançar os estudos nesta área, bem como a postura de familiares, professores, psicólogos e de todos os envolvidos no processo de aprendizagem, para que busquem alternativas no combate a esse fenômeno.

Há tempos que este fato marca presença no contexto escolar e pouco foi feito para solucionar este problema, procurar culpados não trará a solução, é necessário investir em formação profissional de qualidade e em práticas pedagógicas que atendam as reais necessidades e dificuldades de cada aluno, tendo em vista que uma sala de

aula é constituída pela heterogeneidade, cabendo ao docente propor atividades diferenciadas e adaptadas.

Considerar e compreender o contexto familiar e sociopolítico que o aluno convive, além de compreender as questões psicológicas, que desencadeiam o fracasso escolar é fundamental para a busca de soluções, que englobam, desde a relação que o docente irá estabelecer com o aluno, bem como as práticas pedagógicas e teorias que irá utilizar, as estratégias e intervenções, que constituem-se como ações imprescindíveis por parte do profissional docente para que o insucesso do aluno não ocorra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da utilização de livros e artigos bibliográficos foi possível verificar que o presente assunto, o fracasso escolar, possui várias justificativas, dentre elas as causas intra e extraescolares. Com isso, torna-se importante a presença da família no cotidiano escolar, para oferecerem o suporte necessário, bem como o trabalho do professor frente a esta problemática. Este por sua vez deve incumbir-se de mediar este processo complexo da alfabetização, utilizando estratégias e teorias que visem o desenvolvimento de seu aluno em busca do conhecimento, intervindo sempre que necessário.

O processo de alfabetização não é uma fase simples na vida escolar do aprendiz, pois é neste período que começará a enfrentar dilemas e contradições sobre o que já sabe frente ao que está aprendendo. É neste momento que o professor deve manter uma postura de mediador, auxiliando os alunos em suas dificuldades e necessidades, mantendo uma relação amigável e respeitosa, buscando sempre caminhos para avançar os saberes de seus alunos, bem como de sua prática profissional.

O fracasso escolar pode ocorrer através de diversas causas, porém procurar culpados para esta ocorrência não se constitui em uma alternativa eficaz para solucionar este problema a curto prazo. É necessário motivar os discentes em relação ao processo de ensino-aprendizagem, proporcionando-lhes condições favoráveis à aprendizagem do sistema da língua escrita, ajustadas às suas reais dificuldades e necessidades, para que assim não atinjam o fenômeno do fracasso escolar, tão prejudicial na formação do aprendiz.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nadia Aparecida. **Fracasso Escolar um olhar psicopedagógico**. São Paulo: Artmed, 2002.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar:** um diálogo entre a teoria e a prática**.** 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LACERDA, C. K. F. R. Repetência e fracasso escolar. **Repetência**, [*s. l.*], 2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_chislaine_keile_fernandes_ruiz_lacerda.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SANTOS, C. A. O.; SILVA, C.C.F.; OLIVEIRA, A. B. C. M. Formação de professores: O desafio da prática*. In:* XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE,2017, Curitiba. Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2017. p. 4642-4654.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999. v. 1. 133p.

WEISZ, T. **As contribuições da Psicogênese da Língua Escrita e algumas reflexões sobre a prática educativa de alfabetização**. As contribuições da psicogênese da língua escrita, São Paulo, FDE, 1988. Disponível em: <http://docplayer.com.br/73529717-As-contribuicoes-da-psicogenese-da-lingua-escrita-e-algumas-reflexoes-sobre-a-pratica-educativa-de-alfabetizacao-1.html>. Acesso em: 15 out. 2019.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM AMBIENTE QUE SE RETROALIMENTA DA PRÁTICA SOCIAL E HUMANA.

Ana Beatriz Ciamaricone, Gabriela Justulin, Lúcia Helena Ormelese de Barros, e-mail: ana_ciama@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O conceito de formação de professores exige que se reflita sobre a teoria e prática e, consequentemente, ao significado do papel do professor na sociedade. Nessa direção, este estudo tem como base a realidade brasileira, os diferentes contornos do papel docente, produzidos socialmente, os quais favorecem a apreensão conceitual da formação de professores. Devido a isso, o objetivo dessa investigação é compreender a formação de professores no Brasil em uma perspectiva social e humana.

Os anos 90 trouxe o repensar da formação inicial e contínua dos professores através das práticas pedagógicas, tendo em mente que o professor é um profissional que reflete criticamente sobre sua prática cotidiana, a fim de entender as características específicas do processo de ensino.

E então, como formar professores? Há uma necessidade de se investir na formação, entendendo a necessidade do trabalho pedagógico exercido pelo professor como mediação nos processos constitutivos da cidadania dos alunos, com a finalidade de superar o fracasso e as desigualdades escolares.

Segundo Pimenta (1999, p.28) há uma necessidade de refletir na ação, sobre a ação e sobre a reflexão na ação, sendo uma proposta metodológica para construir uma identidade necessária de professor, articulando a política de formação e a pesquisa, as tendências de análise sobre a formação de professores denominados de reflexivos.

A formação docente passa de aspectos curriculares e disciplinares para os aspectos profissionais do professor. Sendo assim, a formação de professor na linha reflexiva propõe uma valorização política do professor de forma pessoal e profissional, propiciando uma formação contínua, inovações tecnológicas, sociais e humanas, portanto há uma necessidade de ressignificar a identidade dos professores.

A necessidade de estudar o professor e sua formação é um desafio permanente que se estabiliza na sua condição humana e em sua organização social. As mudanças

na sociedade definirão sempre novas ideias para a educação dos homens e, como decorrência, diferentes aportes no papel e formação de professores.

Em relação a formação inicial, é preciso o desenvolvimento de um currículo formal com conteúdo e atividades dentro da realidade das escolas, devem possibilitar uma nova prática docente, tendo como objeto de análise a ampliação do universo cultural e científico daquele que ensina, dadas as necessidades e exigências culturais e tecnológicas da sociedade.

2 METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento bibliográfico, por meio de análises de textos e artigos científicos sobre o tema. O aporte teórico da pesquisa fundamentou-se, principalmente, nos autores Pimenta, Estevão, Fazenda, Isaia e Arroyo, os quais contribuíram para essa pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É importante refletir sistematicamente a respeito da formação de professores, pois considerando sua real e natural condição questionadora para o futuro docente, esta pode contribuir, também, para processos educativos emancipatórios do educando. Assim, o conhecimento recebido durante a formação pode ser imposto, como pode servir de instrumento de poder em um contexto discursivo determinado e transformador daquele que ensina e daquele que aprende.

Dessa forma, o paradigma inspirador das ciências exatas e naturais, pode ser marcado também pelas ciências sociais e humanas e assim, retroalimentar-se de conhecimentos. Nele, a formação de professores tem sua inspiração com base na pedagogia, sociologia e filosofia.

A estrutura da carreira, a metodologia trabalhada nas aulas, a reflexão apoiada em grandes autores facilita a implantação e/ou implementação de projetos inovadores. Desse modo, a graduação tem que partir do diagnóstico de suas necessidades, vários e diferentes projetos, compondo um programa de formação docente contínua que ocorra num processo articulado fora e dentro da escola, sendo bastante enriquecedor.

No entendimento de Estevão (2001, p. 185) a respeito da formação:

> A formação como uma prática social específica e como uma verdadeira instituição que cumpre certas funções sociais relacionadas com a reprodução, regulação e legitimação do sistema social. [...] a formação, ao mesmo tempo, celebra determinados valores, por vezes contraditórios, ligados quer ao mundo empresarial e gerencialista, quer ao mundo cívico e da cidadania.

Com base na citação acima, percebe-se que a concepção da formação não é neutra, então é preciso analisá-la a partir da prática social e humana e não apenas de uma compreensão meramente técnica. Cada olhar de observação modifica o objeto de estudo que no caso é a formação docente, é importante uma reflexão sistematizada, pois em muitas situações a análise pode assumir uma contribuição emancipatória e autônoma.

> O domínio do conteúdo não se restringe mais ao conhecimento consistente de uma área específica, mas se exige que esse conhecer se articule com outros saberes e práticas, criando espaços para uma produção que vai além das fronteiras disciplinares. É a busca de um conhecimento técnico-científico, interdisciplinar e transdisciplinar. (FAZENDA, 1996).

Nesta mesma visão, Arroyo (2004) defendeu uma formação humana, extrapolando a usual interpretação que confina a formação aos espaços e tempos determinados. Para o autor, "a pedagogia nasce quando se reconhece que essa formação, envolvendo a ideia de fabricar o mundo humano, faz parte de um projeto, uma tarefa intencional, consciente" (p. 226).

Em conformidade com essa posição, é possível afirmar que a formação de professores é iniciada na educação familiar e cultural até a sua vida acadêmica, um ciclo vital na formação do profissional da educação.

Nesse contexto, Isaia (2006) menciona um processo formativo docente que engloba, [...] tanto o desenvolvimento pessoal quanto o profissional dos professores, contemplando de forma inter-relacionada ações auto, hétero e interformativas. (p. 351)

Tendo em vista que a educação vem assumindo, enquanto possibilidades diferenciadas do desenvolvimento profissional dos professores que dependem da formação inicial e da formação continuada. Então, os cursos de licenciatura, segundo a legislação brasileira, são os responsáveis pela formação inicial de professores para atuação na educação básica do país. Já a formação continuada refere-se a iniciativas instituídas no período que acompanha o tempo profissional dos professores. Pode ter formatos e duração diferenciados, assumindo a perspectiva da formação como processo. Tanto pode ter origem na iniciativa dos interessados como pode inserir-se em programas institucionais. Nesse caso, os sistemas de ensino, as universidades e as escolas são as principais agências mobilizadoras dessa formação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo as informações traçadas, é possível assumir, porém, que elas indicam posições contemporâneas e servem como reflexões sobre formação de professores: um ambiente que se retroalimenta da prática social e humana.

Vale ressaltar que todas as fases que marcam a formação de professores produziram conceitos e apresentaram-se como produtoras de ações formativas, influenciando e sendo influenciadas pelas políticas, legislações e culturas. A temática da formação de professores é um estudo inesgotável e instigador na educação superior, pois provoca diferentes abordagens de estudo e exige desdobramentos para análise e compreensão.

Uma das exigências da profissionalização é a formação continuada dos docentes de todos os níveis, as quais provocaram a necessidade de repensar a sua formação inicial. Parece que a necessidade de estudar do professor é permanente na sua condição humana e em sua organização social. Isso porque as mudanças na sociedade definem novos desafios para a educação do homem. Esse se coloca como um permanente desafio para a pesquisa e para a universidade.

Conclui-se que, a finalidade da formação de professores tem o propósito de contribuir para o processo de humanização dos alunos e desenvolver conhecimentos e habilidades que possibilitam a construção contínua do saber-fazer docente, a partir da realidade vivida por eles, mobilizando a didática para a construção da sua identidade profissional.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Profissão de mestre.** São Paulo: Cortez, 2004.

ESTEVÃO, Carlos. Formação, gestão, trabalho e cidadania. Contributos para uma sociologia crítica da formação. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano XXII, n. 77, p. 185-206, dez. 2001.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade.** Campinas: Papirus, 1996.

ISAIA, Silvia. **Processo formativo docente.** Verbete. Enciclopédia de pedagogia universitária. Brasília: MEC/INEP, 2006, p. 351.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores:** identidade e saberes da docência. São Paulo: Cortez, 1999, p. 15 a 34.

FORMAS DE PROVIMENTO E DESLIGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Kennedy F. Espricigo Bergamo Sede, Irineu Grandesso Neto, Daiane Talita Pincelli Moratelli, Renato Zanolla Montefusco, email: i1990@msn.com

1 INTRODUÇÃO

Os servidores públicos, são as pessoas físicas que trabalham na administração pública, sendo obrigatório passar em concurso público para exercerem tais profissões. Nesse sentido, segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2007, p.431):

> Servidor público em sentido amplo, são as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos.

Neste ato as pessoas que trabalham na administração sem o concurso serão afastadas, pois esta atitude não poderá se convalidar, quando ela parar de exercer a profissão ela não precisará devolver as remunerações recebidas, somente não poderá mais exercer o cargo.

Devido ao princípio da isonomia, todos terão direito ao ingresso através de provas ou provas e títulos a depender da complexidade do cargo, fazendo com que aqueles “não concursados” deixem de ocupar cargos na administração pública a não ser que sejam cargos de livre nomeação e exoneração. Tanto brasileiros, quanto os estrangeiros podem prestar concursos; o qual será de provas ou provas e títulos de acordo com a complexidade do cargo, carecendo ainda preencher certos requisitos, conforme dispõe o art. 5º, L. 8112, são requisitos básicos para investidura em cargo público:

> I – a nacionalidade brasileira;
> II – o gozo dos direitos políticos;
> III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
> IV – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
> V – a idade mínima de dezoito anos;
> VI – aptidão física e mental. **(...)** (grifo nosso)

Algumas condições para inscrição em concurso e ingresso no serviço público são, via de regra, solicitadas aos candidatos a cargos nos processos seletivos. São elas: estar em dia com obrigações eleitorais; se do sexo masculino, estar quite com obrigações militares; ser brasileiro nato ou naturalizado; na data de nomeação, contar com idade igual ou superior a dezoito anos; não ter sido demitido por justa causa por ato de

improbidade no serviço público ou exonerado do serviço público, mediante decisão transitada em julgado; apresentar, no ato da nomeação, a certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelo Cartório Distribuidor do Fórum, quando solicitado; possuir, na data da nomeação, o grau de escolaridade para o exercício do cargo; entre outros requisitos que devem estar especificados no edital do concurso

2 METODOLOGIA

O método é o analítico dedutivo, com extração discursiva do conhecimento a partir de premissas gerais aplicáveis a hipóteses concretas, pois procede do geral para o particular. O meio a ser utilizado será a pesquisa bibliográfica em conjunto à análise do ordenamento jurídico pátrio.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Indaga-se, de início, quando um funcionário público pode ser demitido?

Decorrente do Princípio da Legalidade, a administração pública só pode fazer o que estiver determinado em lei, e assim dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Federais; a demissão (com base no artigo 132, da Lei 8.112/90) será aplicada em alguns casos específicos (com caráter de sanção punitiva). Há por parte do legislador, uma imposição legal, não havendo possibilidade de ignorá-la. Desse modo, caracterizadas essas hipóteses abaixo consignadas, o administrador estará vinculado ao que determina a lei e deverá aplicar a penalidade.

Demissão por cometimento de crimes contra a Administração Pública, prevista no inciso I, do art.132 da Lei 8.112/90. Ademais, os crimes contra a administração pública estão listados no Código Penal, do art. 312 a 326.

Observa-se a figura do peculato, que é a apropriação de valor ou bem público ou particular, em proveito próprio, em razão de ter a posse desse valor ou bem por conta de ser servidor público, por exemplo, se apropriar de um equipamento da repartição, em benefício próprio. Ainda se observa o emprego irregular de verbas ou rendas públicas, em desconformidade com a lei; a corrupção passiva, que consiste em solicitar ou receber, em razão do cargo, vantagem indevida ou simplesmente aceitar a promessa dessa vantagem, por exemplo, o agente que aceita propina para deixar de aplicar uma multa a um particular.

Um ponto importante da demissão por cometimento de crime contra a administração pública é a chamada “independência das instâncias”.

Na demissão do servidor, a instância criminal é independente da administrativa. Isso significa que a Administração não necessita aguardar o desfecho do processo criminal para demitir o servidor. Na prática, a Administração vai abrir um PAD (Processo Administrativo Disciplinar) e, uma vez constatado o cometimento do crime contra a administração pública, pode aplicar a pena de demissão.

Demissão por abandono de Cargo ou inassiduidade. O abandono de cargo é a ausência intencional do servidor público ao serviço por mais de 30 dias consecutivos, por exemplo, no caso de greve, o servidor não comparece ao serviço como forma de protesto. Já a inassiduidade habitual é a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias não consecutivos, num período de doze meses restará configurada a inassiduidade.

Não menos importante observa-se a Improbidade Administrativa, a lei 8.112/90 estabelece como causa de demissão a prática de “improbidade administrativa”, o problema é que a lei não estabelece com clareza, quais as condutas que podem ser enquadradas como “ato de improbidade”. A jurisprudência do STF (RMS 24.194/DF) e do STJ (MS 12.262/DF) estabelecem que a penalidade de demissão, fundada no inciso IV do art. 132, deve ser aplicada como resultado de um processo administrativo disciplinar (PAD). A ampla defesa deve ser assegurada ao servidor público, independentemente da eventual existência de uma ação civil pública de improbidade administrativa ajuizada com base na Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), ainda que motivada pelos mesmos fatos apurados no PAD.

Ademais, observa-se a demissão por incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição. Trata-se de conduta desregrada de viver. Vislumbra-se pessoa depravada, de procedimentos vulgares, escandalosos, que chocam os valores morais e os costumes. A infração funcional caracteriza-se na pratica de ato na presença de outras pessoas e deve estar relacionada com o exercício das atribuições do servidor. É a conduta escandalosa com desprezo às convenções ou a moral vigente. Sob o ponto de vista do estatuto funcional, a principal diferença reside no fato de que a conduta escandalosa não precisa ser cometida publicamente para que caracterize a infração disciplinar.

Em tempo há insubordinação grave em serviço. Juridicamente, o termo “insubordinação” é utilizado para qualificar o comportamento do servidor que desrespeita uma ordem direta e pessoal do seu superior, desde que a ordem não seja manifestamente ilegal. Ou seja, se o superior determina que o servidor execute uma

tarefa simples e rotineira e o servidor não cumpre a tarefa, não acarretando maiores prejuízos, ele não pode ser demitido por insubordinação.

Insta ser mencionada a figura da ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de terceiros. A violência física só deve ser usada em situações excepcionais e de forma moderada, bem definida pelo legislador. Nesse sentido, exceto em legítima defesa, seja própria ou de terceiros (seja servidor ou não), a ofensa física gera a demissão do servidor público, por exemplo, o chefe de um servidor público tenta agredi-lo e ele reage, dominando totalmente o agressor.

Ademais a figura da aplicação irregular de dinheiros públicos. Esse dispositivo, ao contrário do que parece, não visa a proteção do dinheiro público, mas, sim, garantir que o destino do dinheiro seja o correto, definido por lei. Por este motivo, se houver furto, desvio ou apropriação indébita de dinheiro público, não se aplica a demissão por esta hipótese. Para se configurar o ilícito funcional estar caracterizado a figura do recurso irregularmente aplicado.

Não menos importante e a revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo no exercício de suas funções, o servidor pode lidar com várias informações de cunho sigiloso e para coibir a revelação de segredos obtidos pelo servidor público no exercício da função pública, a lei prevê a hipótese de demissão, porém entende se como informação sigilosa aquela que se refere à segurança do Estado e da Sociedade, assuntos que devem ficar fora do alcance do cidadão.

A lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional tem previsão explicita que visa a proteção do patrimônio público, em duas vertentes. A primeira está relacionada à perda de dinheiro público, ou seja, do caráter monetário/financeiro do ilícito cometido pelo servidor. Abrangendo atos associados à apropriação indébita, ao furto e ao desvio do dinheiro público. Outra vertente é a da dilapidação do patrimônio nacional.

Questão de grande vulto é a corrupção. O ilícito também é conhecido como “corrupção ativa”. O Código Penal no artigo 317 consigna o crime de corrupção, lembrando que há independência das instâncias, caso haja um ilícito de corrupção, ocorrerá responsabilização criminal e administrativa. Para poder ser demitido, é necessário que o servidor público atue de forma ilegal ou indevida. Caso o servidor tenha recebido vantagem indevida para a prática de ato regular, trata-se do ilícito funcional de corrupção passiva (artigo 117, XII), exemplo de é a figura do servidor que pede propina para facilitar um determinado procedimento administrativo, como a expedição de um

alvará de funcionamento, enquanto que na corrupção passiva, o terceiro é quem sugere o pagamento da propina.

Por fim, a figura da acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, essa, se ocorrer, pode ser causa de demissão de um deles ou mesmo, no caso de comprovada má-fé, de todos eles. Entretanto, a Constituição Federal, em seu artigo 37, prevê hipóteses lícitas de acumulação:

> XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.
> A de dois cargos de professor;
> A de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
> A de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Contudo, se a acumulação ilegal se der de boa-fé, ao servidor será dado prazo para optar por um dos cargos. O STJ entende que, o pedido de exoneração, de ofício, por parte do servidor público, de um dos cargos que ele acumule indevidamente, feito no curso de processo administrativo disciplinar instaurado para apuração da acumulação ilegal de cargos, implica a extinção do processo por falta do objeto. Mas, se a acumulação ilegal de má-fé, verificada e firmada em processo administrativo, caracteriza a falta grave, e o servidor pode perder todos os cargos e ainda ser obrigado a restituir o que recebeu indevidamente. Transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117 da Lei 8.112/90:

> Art. 117. Ao servidor é proibido:
> IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
> X – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
> XI – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
> XII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
> XIII – aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
> XIV – praticar usura sob qualquer de suas formas (emprestar dinheiro a juros);
> XV – proceder de forma desidiosa (falta de zelo com as obrigações);
> XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

Tratada as hipóteses de demissão indaga-se acerca da exoneração. Esta ocorre via de regra, a pedido do servidor ou por livre determinação da autoridade responsável pela nomeação. Nesses casos, é solicitado o desligamento do cargo, não havendo necessidade de expor os motivos, é uma decisão pessoal e discricionária, respectivamente. Há também, a possibilidade de exoneração quando o servidor não atender a dois requisitos: Não atender às condições do estágio probatório ao final do período de 3 anos ou quando, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo de 15 dias.

Adota-se o sistema trifásico de dosimetria de pena. Ocorre que na seara disciplinar o problema é acentuado, visto inexistirem critérios semelhantes àqueles fixados pela legislação penal. Ademais, não se pode olvidar a existência de posicionamento que defende a impossibilidade de individualização da reprimenda, nas hipóteses em que o legislador estabelece uma pena fixa, como a demissão, por exemplo, em que pese tal entendimento, deve prevalecer a posição contrária, na medida em que a imposição constitucional de individualização da pena, prevista expressamente no art. 5º., inciso XLVI, se estende aos processos disciplinares. Nesse sentido, a jurisprudência estabelece:

> […] O art. 128 da Lei n. 8.112/1990 impõe a ponderação, caso a caso, da natureza e da gravidade da infração cometida, dos danos que dela provierem, das circunstâncias agravantes ou atenuantes e dos antecedentes funcionais. A individualização da pena é preceito constitucional que deve ser observado também no processo disciplinar. Precedentes […]
> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – MS 15905 / DF-MANDADO DE SEGURANÇA 2010/0205792-1, Ministro CÉSAR ASFOR ROCHA – Primeira Seção, DJ 14.08.12.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto que, o Provimento é o ato administrativo pelo qual ocorre o preenchimento de cargo público, e é regulamentado pela Lei Nº 8.112, de 11 de novembro de 1990.

Dentre as formas legais de acesso ao cargo público no Brasil, temos a originária, e a derivada. Enquanto nessa, a forma de provimento decorre de um vínculo anterior entre Servidor e Administração, naquela, pressupõe a inexistência de uma relação jurídica anterior mantida entre o Servidor e a Administração através da nomeação.

Importante também, salientar contrariando a ideia do cidadão em geral, onde tem-se a ideia de um servidor público como sendo intocável, há sim, casos específicos

ensejadores do desligamento da função. Como aludido na discussão da pesquisa não significa ato punitivo ao servidor e ocorre quando o servidor não pretende continuar exercendo sua função e opta por sair, ou quando não cumpre alguns requisitos obrigatórios definidos em lei, como por exemplo, não atender às condições do estágio probatório ao final do período de 3 anos ou quando, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido. Na contramão, a demissão que ocorre em caráter de punição administrativa em hipóteses acima observadas. É a Lei nº 8.112 de 1990, conhecida como Estatuto dos Servidores Públicos Federais que elenca os deveres, proibições e punições dos servidores públicos no âmbito federal.

Por fim, independentemente da hipótese, o servidor, para ser demitido, tem que ser submetido a Processo Administrativo Disciplinar, com direito ao contraditório e a ampla defesa.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.>. Acesso em: 19 out. 2019 (18:00:00).

_____. **Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 19 out. 2019 (18:00:00).

COELHO, Gabriela. **Servidores públicos com mau desempenho poderão ser demitidos**. Consultor Jurídico, Brasilia-DF: 10 jun. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-10/servidores-publicos-commau-desempenho-demitidos>. Acesso em: 19 out. 2019 (17:30:00).

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. 9.ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

LOURENÇO, Messias José. **Critérios para a demissão do servidor público**. Jus. Páginas 1-9. nov. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70418/criterios-para-a-demissao-do-servidor-publico>. Acesso em 19 out. 2019 (18:30:00).

FRAUDE NA LICITAÇÃO PÚBLICA

Gracieli Fabri Cornachin, Lais Amoroso Ferrari, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, e-mail:gracieli_fabri@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A licitação, de observância obrigatória para toda Administração Pública, está prevista no artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988. Como aludido, a base legal do contexto licitatório está prevista em âmbito constitucional, entretanto encontra previsão infraconstitucional na Lei 8.666/93 (Lei Geral das Licitações e Contratos Administrativos) e Lei 10.520/2002 que estabelece o pregão, dentro do Artigo 37 da Constituição.

Mesmo diante de mecanismos licitatórios expressos é possível ser observado, ainda assim, a fraude licitatória impulsionada por desrespeito à legislação. Nesse sentido, a presente pesquisa busca tecer argumentos que esclareçam a figura da fraude licitatórias e estabelece pontos de possíveis soluções para tal problema.

A licitação é regida pela Lei 8.666/93. Esse procedimento administrativo é obrigatório para as Entidades Governamentais, e ocorre quando a Administração abre a todos os interessados, que se adequem às condições expostas no edital, a oportunidade de participar da licitação, apresentando propostas para a realização de obra ou serviço em pauta, sendo selecionada aquela que for mais viável e vantajosa ao atendimento do interesse público. Nesse contexto, existem princípios norteadores que envolvem a relação jurídica estatal face aos interessados de observância obrigatória, quais sejam: a) Princípio da igualdade: está implícito ao princípio da competitividade, já que assegura igualdade de direitos a todos os interessados em contratar, constituindo crime aquele que fraudar ou frustrar o caráter competitivo deste procedimento para obter vantagem; b) Princípio da publicidade: não há licitação sigilosa, sendo públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo o conteúdo das propostas até sua abertura; c) Princípio da probidade administrativa: refere-se a agir com honestidade no âmbito da Administração; d) Princípio da vinculação ao edital: este ato convocatório é a “lei interna” da licitação, estando, portanto, todos os participantes a ele vinculados. O não cumprimento das condições expostas no edital implica na nulidade do procedimento; e)

Princípio do julgamento objetivo: o edital deve ser claro quanto ao julgamento a ser utilizado, devendo este último conter regras prévias e induvidosas.

Estes princípios são muito importantes para a real observância e entendimento do funcionamento da licitação pública.

A Lei 8.666/93 em seu artigo 22, prevê cinco modalidades de licitação, são elas: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. A Lei 10.520/02 institui como modalidade de licitação o pregão, que pode ser utilizado na aquisição de bens e serviços comuns.

A concorrência é modalidade que se encaixa para todos os interessados que tenham comprovado os requisitos necessários indicados no edital. A concorrência tem destacada a característica da universalidade e ampla publicidade. A primeira faz referência a possibilidade de todo e qualquer interessado que, na fase de habilitação preliminar, comprove preencher todos os requisitos do edital, necessários à execução de seu objeto. A segunda é quesito que faz valer o procedimento, tendo a necessidade de divulgação completa do edital, para que todos tenham conhecimento de tal planejamento.

Já a tomada de preço, é a modalidade de preços para os interessados devidamente cadastrados, ou para aqueles que apresentem os documentos necessários para inscrição até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, com a devida qualificação. O particular cadastrado recebe um “certificado de registro cadastral” com validade de, no máximo, 01 ano, no qual consta a categoria em que se incluiu, observada sua especialização.

O convite é destinado a contratação de menor valor, fazendo dela a modalidade mais simples. É necessário no mínimo três interessados, podendo ser cadastrados ou não, que no prazo de 05 dias úteis serão convidados a apresentar suas propostas. Os interessados que estiverem cadastrados na correspondente especialidade e tiverem manifestado seu interesse com antecedência de 24 horas da apresentação da proposta, mas não foram convidados, também terão a oportunidade de participar do procedimento licitatório. Essa modalidade exclusivamente não divulga totalmente seu material, tendo em vista que a cópia do instrumento convocatório (carta - convite) será fixada na própria repartição, especificamente no quadro de avisos.

Dispõe ainda o §7º, do art. 22, da Lei em referência, que quando for impossível a obtenção do número mínimo de três licitantes, por limitação do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, deverá tal situação ser devidamente justificada. Neste

caso, haverá repetição do ato convocatório, porém convocando agora outros possíveis interessados, de modo a garantir que se cumpra o determinado no §3º, do art. 22 supracitado, ou seja, que o número de convidados seja de, no mínimo, três interessados.

O concurso é a modalidade de licitação entre todos os interessados para a escolha do trabalho, mediante instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores. Seguindo as exigências do ato convocatório, cada candidato deverá apresentar seus trabalhos, através desse ato, serão selecionados e devidamente julgados. O edital deverá ser publicado com antecedência de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias, com a possibilidade de prorrogação em razão das características do trabalho a ser apresentado.

O leilão é a modalidade de licitação para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para alienação de bens imóveis previstos no art. 19, a quem oferece o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação (art.22, §5º, da Lei de Licitação).Exige-se a prévia avaliação do bem a ser leiloado, bem como a ampla publicidade do ato convocatório desta modalidade. A licitação de bens imóveis ocorre pela concorrência, salvo hipóteses previstas no art. 19 da lei supra.

Por fim, o pregão, conforme a Lei 10.520/02, admite em seu texto que a União, Estados e Municípios possam adotar essa modalidade de licitação para aquisição de serviços de padrões de desempenho e qualidade possam ser definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Esses bens ou serviços desta modalidade são disputados através de propostas e lances em sessão pública. Pode ser aplicado subsidiariamente para tal modalidade a Lei de Licitação, sendo obrigatório o requisito de menor preço no julgamento das propostas.

O pregão será realizado em duas fases, sendo a interna onde encontra-se justificativa para a necessidade desta contratação, determinando o objeto e as regras de habilitação e aceitação das propostas, as sanções aplicadas em caso de inadimplemento e as cláusulas do contrato, e a externa que se inicia com a convocação dos interessados e após, conduz à sessão pública de julgamento, tendo prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da data de publicação do aviso (meio de convocação) para a apresentação das propostas.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa utiliza o método analítico-dedutivo. A análise da legislação pátria, da jurisprudência e de doutrinas especializadas são os elementos basilares observados de forma qualitativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Fraude é ato de má-fé, onde um indivíduo ou um grupo, tenha o intuito de burlar uma norma ou um procedimento entendido como correto, ou não cumprir determinado dever, burlando o processo da competição, por interesse próprio ou de terceiros para se beneficiar.

Dentro da licitação, a fraude é muito comum. A licitação é um procedimento tutelado pela Constituição Federal e pela Lei 8.666/93, para que todos os Órgãos da Administração Pública realizem a contratação de serviços ou a compra de produtos. Por ser um procedimento tão comum, abre as portas para esquemas ilícitos e de má fé, voltados para desfalcar os cofres públicos.

A fraude de direcionamento é enquadrada no momento em que o licitante já escolheu quem vai ganhar, havendo diversos motivos para direcionar a devida vaga a pessoa, podendo ser de boa ou má intenção se caracteriza como fraude, pois o direcionamento é enquadrado por já terdeterminado o licitante vencedor, mesmo com a possibilidade de enquadrar outras empresas com melhores potenciais e possibilidades de gerar melhores serviços. Para esclarecer, esse esquema impede a livre concorrência das empresas, gerando assim o enriquecimento ilícito de diversas pessoas com licitações vencidas de forma fraudulenta.

> STJ – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL EDcl no REsp 1726930 RJ 2018/0026748-6 (STJ)

Uma outra maneira de fraudar a licitações é na especificação do objeto, tendo como exemplo, a pessoa descrever o produto de determinada marca, sendo assim a única que poderá fornecer esse produto. O projeto básico é uma das formas de direcionar o ganhador de uma licitação, no entanto, há algumas maneiras de descobrir tais fraudes, quais sejam: a) Quando o projeto básico não apresenta os requisitos mínimos; b)· Quando o autor do projeto tem vinculação com a empresa licitante; c) Quando está direcionada para uma empresa a vencer.

Sobre a fraude na documentação e nas propostas, é possívelimaginar um determinado grupo de pessoas que tem por objetivo fraudar as licitações por meio de “empresas fantasmas”, onde não existe realmente essa empresa, com sócios “laranjas” (que não tem conhecimento que fazem parte dessa sociedade), são diversas irregularidades que a compõe, utilizando-se como endereço locais abandonados ou até mesmo uma residência comum. Pode-se verificar que a empresa diferente tem sócios com parentesco ou até são os mesmos, com a combinação de preço para que a empresa possa vencer a licitação.

Podendo concluir que o erro no documento é considerado um vício, com deformidade entre a matéria e a vontade do outro constituinte que o produziu, pois o conteúdo do documento não é coerente com a ideia proposta para quem a produziu.

Certo erro tem como ação voluntária e involuntária, considerada certa ou errada, de maneira benéfica ou de prejudicar a outrem, em relação à matéria contida no documento.

Quanto a fraude no sobrepreço,como o próprio nome diz e sendo fácil prever, essa modalidade de fraude, sendo identificada quando o valor é acima do comum, utilizado para elevar o valor real da licitação e por fim o prejuízo nos cofres públicos, pois não recebeu aquilo que foi licitado. Algumas hipóteses de fraudes serão abaixo mencionadas a título de embasamento aos argumentos supramencionados.

> TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONVÊNIO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. EXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO. CONLUIO ENTRE OS LICITANTES. CITAÇÃO. AUDIÊNCIA. ALEGAÇÕES DE DEFESA. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO. MULTA. INIDONEIDADE PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÃO. 1. Julgam-se irregulares as contas, com condenação em débito e aplicação de multa ao responsável, em face da não-comprovação da execução do objeto conveniado. 2. Cabe ao gestor o ônus de comprovar a regular aplicação dos recursos recebidos mediante convênio. 3. Fixar-se-á a responsabilidade solidária do agente público e de terceiro contratado que hajam concorrido para o cometimento do dano apurado. 4. Configurada a ocorrência de fraude à licitação, declara-se a inidoneidade para licitar das empresas envolvidas. 5. É admitida a prova indiciária como fundamento para a declaração de inidoneidade de empresa licitante, independendo, para tanto, o recebimento de qualquer benefício pela empresa, bastando, tão-somente, a participação na fraude.

A fraude no superfaturamento é tipo de fraude é diferente, pois é identificada com a entrega do produto, por exemplo, foi licitada a compra de 100 mesas para determinada prefeitura, mas foram entregues somente 70 mesas, no entanto a nota fiscal consta como a entrega exata das 100 mesas, como a entrega foi realizada com a comprovação da sua nota fiscal, dificulta a identificação e a investigação para saber se o material não

chegou a prefeitura, ou foram desviados após a sua entrega, desta forma é caracterizada a fraude de superfaturamento. Como exemplo, segue jurisprudência sobre essa modalidade de fraude:

> TCE-MG- PROCESSO ADMINISTRATIVO PA 703315 (TCE-MG)
> - Município de Cabeceira Grande – Poder Executivo – Processo Administrativo PA 703315 (TCE-MG).

Outra hipótese é a conhecida fraude nas medições realizadas. Essa modalidade de fraude acontece quando em uma obra, com o fim de gerar lucro, o licitante deixa de cumprir aquilo que foi contratado, como por exemplo, utilizar material de qualidade inferior, quando era para se utilizar material de melhor qualidade, com este ato podendo causar prejuízos e danos a obra. Portanto essa fraude tem o objetivo de gerar renda acima do que já conseguiu através de economia dos materiais utilizados. Como exemplo, segue jurisprudência sobre essa modalidade de fraude:

> Acórdão nº 3947/2009- 1ª Câmara (Recurso pendente de apreciação) do TCU – Tribunal de Contas da União.
> Trecho do Voto
> No caso dos Srs. ..., a responsabilização decorre do fato de terem atestado a realização de serviços que, em verdade, não foram executados.
> 63. O atesto da realização de serviços é fase importante da ordenação de despesa, na qual é efetuada a liquidação da despesa, significando para a Administração que o serviço encontra-se efetivamente realizado e em condições de ser pago.

As fraudes em licitações é um dos crimes que mais causa danos aos cofres públicos. Para diminuir os danos aos cofres públicos é possível utilizar os seguintes meios: a) Estruturação do projeto básico; b) Descrição correta do objeto a ser comprado ou contratado; c) Estipulação de exigências estritamente necessárias; d) Efetivo levantamento de preços e condições de habitação para empresas.

Por fim, uma forma de extinguir as fraudes, seria encontrar um método onde a licitação se torne cada vez mais transparente. Ao se falar de transparência observa-se o princípio explicito da publicidade no art. 37, *caput*, da CF/88 como elemento norteador das relações da administração pública face à coletividade. Entretanto, por mais que seja um princípio explícito no texto constitucional observa-se seu contínuo desrespeito face à inúmeros fatos que descortinam o respeito ao bem público e da própria coletividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a elaboração deste trabalho foram utilizados alguns princípios que são importantes para o procedimento da licitação, expondo como a administração deve se comportar em relação à licitação e aos tipos de fraudes que ocorrem, abordando alguns pontos relevantes, onde a administração pública pode atuar com mais vigor, para coibir

essas práticas fraudulentas, no intuito de zelar pelo dinheiro dos tributos recolhidos dos cidadãos.

Também indicou que um modo eficaz para inibir a fraude seria a transparência da licitação, tornando-a mais acessível à população, em que o método de pesquisa para ter conhecimento de todo o teor possibilite a fiscalização de todo o trajeto da licitação.

De modo claro e objetivo esse artigo demonstrou que com o trabalho do governo em conjunto com a população podemos inibir e pôr fim a essa prática que vem desfalcando em grande escala os cofres públicos brasileiros, com um trabalho de qualidade e pessoas capacitadas trabalhando em prol de uma administração pública integra e efetiva, tais crimes serão inibidos.

5 REFERÊNCIAS

Acórdão nº 3947/2009- 1ª Câmara (Recurso pendente de apreciação) do TCU – Tribunal de Contas da União**.**

ALEXANDRINO, Marcelo, PAULO, Vicente. **Resumo de Direito Administrativo descomplicado**. 9ª edição São Paulo: Método, 2015.

BRASIL Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm>

STJ – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL EDcl no REsp 1726930 RJ 2018/0026748-6 (STJ)

TCE-MG- PROCESSO ADMINISTRATIVO PA 703315 (TCE-MG)- Município de Cabeceira Grande – Poder Executivo – Processo Administrativo PA 703315 (TCE-MG).

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONVÊNIO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. EXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO. CONLUIO ENTRE OS LICITANTES. CITAÇÃO. AUDIÊNCIA. ALEGAÇÕES DE DEFESA. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO. MULTA. INIDONEIDADE PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÃO

GESTÃO DE PESSOAS NA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS

Caroline Moreira dos Santos, Michele dos Anjos de Oliveira, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: carol_moreira28@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Diante de tantas mudanças ocorrendo nesse mundo, pode-se concluir que o mundo do trabalho também sofreu diversas transformações. Essas transformações estão refletindo diretamente nas organizações pedindo assim novas formas de gestão de pessoas, fazendo-se necessário nesse mundo tão competitivo.

Segundo Santos (2004), os modelos de Gestão de Pessoas são as formas como a organização se organiza frente ao gerenciamento do comportamento humano; esses modelos sofrem modificações constantes para se adequar às novas realidades. Um dos atuais objetivos é diferenciar a organização frente ao seu mercado, gerando uma contribuição positiva na imagem e na competitividade.

A Gestão de Pessoas e suas políticas e práticas, entendem o colaborador como fator estratégico, uma vez que ele passa a ser a peça chave para o alcance de efetividade e competitividade organizacionais cada vez maiores (DEMO; FERNANDES; FOGAÇA, 2012, p. 91).

A cultura de uma organização sustenta o processo de socializações por meio do sistema de valores, sendo tais valores vivenciados como uma experiência subjetiva compartilhada (MENDES; TAMAYO, 2001, p. 39).

Segundo Mendes e Tamayo (2001), os valores têm um papel tanto de atender aos objetivos organizacionais, quanto de atender às necessidades dos indivíduos. Eles podem passar mensagens e comportamentos importantes, fazendo com que a participação e a reprodução permitam a liberdade dos indivíduos em aceitar ou não determinados conteúdos ou a eficiência do controle dessa liberdade.

Demo, Fernandes e Fogaça (2001, p. 93), disseram que: “Os valores pessoais são aprendidos e desenvolvidos com o convívio familiar, escolar e nas interações sociais, enquanto os valores organizacionais são introduzidos pelo dono ou por indivíduos com forte influência no ambiente organizacional”.

Dessa forma, pode-se dizer que os valores organizacionais influenciam os

comportamentos que por consequência influenciam as práticas existentes na organização. E para transformar informações em conhecimentos e decisões, é necessário que as organizações forneçam as condições adequadas para que os colaboradores possam desenvolver suas habilidades e competências.

Com isso, este projeto foi direcionado para a intervenção junto com a funcionária responsável pela Gestão de Pessoas na empresa, e aos funcionários que trabalham na fábrica na parte da produção, para realizar um suporte nas melhorias e crescimento da empresa, junto a temas que foram trabalhados, entre outros assuntos que foram estipulados juntamente com a empresa e a demanda existente.

Mesmo com as inúmeras variações que podem permear uma demanda, quando nos atentamos a realidade do âmbito organizacional, existem alguns temas pertinentes e que se mostram de suma importância para um bom desenvolvimento da empresa e do bem-estar dos funcionários. Dentre os temas que permeiam o âmbito organizacional a qual foi elaborado o projeto, podem-se destacar questões como a descrição de cargo, o recrutamento e seleção, a Integração, treinamentos, segurança do trabalho, entre outros.

1.2 DESCRIÇÃO DE CARGO E RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Entre as práticas importantes em Gestão de Pessoas, temos; o Planejamento de Recursos Humanos, um processo que garante ter o número e o tipo de pessoas adequadas, nos locais corretos e na hora certa, capazes de realizar as tarefas que ajudam a organização a atingir seus objetivos, podendo ser planejado anualmente, semestralmente ou mensalmente; Recrutamento e Seleção de Recursos Humanos, onde o recrutamento é importante para que haja bons funcionários em determinados cargos, pois esses irão futuramente trabalhar na organização e ajudar a atingir as metas e objetivos. (PIZOLOTTO, 2003).

Seguindo a ideia de Marras:

> Está presente também a forma de recrutamento, como: interno, que privilegia os próprios recursos da empresa, podendo ocorrer em formas de transferência, promoção, programas de desenvolvimento e planos de carreira funcional; externo, que supre uma necessidade da empresa no seu quadro de efetivos; e a misto, que é quando as empresas utilizam o recrutamento interno e o externo ao mesmo tempo (MARRAS, 2000a, p. 71 *apud* PIZOLOTTO, 2003, p. 737).

Após a realização o recrutamento, em seguida vem à seleção de pessoal, que, é uma atividade de responsabilidade que tem por finalidade escolher, sob metodologia específica, o candidato que melhor se enquadra com o perfil traçado na organização. Uma vez que a vaga conquiste uma certa quantidade de candidatos durante o processo de recrutamento, um ou mais candidatos, foram identificados como os mais adequados

para a posição durante a seleção. (PIZOLOTTO, 2003). E por fim, é necessário a Integração de Recursos Humanos.

Para um melhor entendimento sobre os cargos, estrutura da organização, recrutamento e seleção dos candidatos, a ferramenta que contribui nesse processo é a Descrição de cargo e Análise de cargo. “Cargo é o nome que se dá a posição que uma pessoa ocupa dentro da empresa, e Função é o conjunto de tarefas e responsabilidades relacionadas a esse cargo” (PIZOLOTTO, 2003, p. 738).

Dentre os vários processos, segundo Pizolotto (2003), a descrição de cargos consiste na imposição organizada das tarefas ou atribuições de um cargo e a caracterização na identificação dos requisitos necessários para o desempenho dessas tarefas ou atribuições.

Com isso, ela consiste no detalhamento, descrição dos requisitos, responsabilidades e importância das atividades de um cargo. Deixando o colaborador ciente de seus deveres, como deve executar suas funções e como pode contribuir para que a empresa alcance seus objetivos (PIZOLOTTO, 2003).

2 METODOLOGIA

O trabalho é baseado em pesquisas de materiais e artigos científicos específicos, encontrados no Google acadêmico e no Scielo, aos objetivos propostos, com atividades de intervenção na empresa Elopack, para adquirir um melhor conhecimento sobre os processos em Gestão de Pessoas.

2.1 ÁREA DE PESQUISA

O estudo foi realizado na empresa ELOPACK, localizado no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Torrinha.

2.2 POPULAÇÃO

A população foi de 60 trabalhadores de uma equipe em atuação da instituição das áreas de auxiliar de linha de produção, sendo 39 homens e 12 mulheres, com faixa etária de 18 anos a 52 anos. 4 mulheres que trabalham no escritório, na parte financeira, no setor de compras de madeiras, uma que é responsável em cuidar da qualidade do produto e uma que administra o RH da empresa. E mais 4 funcionários, onde 3 atuam como técnicos em vendas e 2 são estagiários no setor comercial. Todos em diferentes níveis hierárquicos.

2.3 INSTRUMENTOS

2.3.1 Descrição de Cargos

A descrição de cargos foi realizada por meio de questionários semi-estruturados, para coletar informações como, a formação, experiência e competências que o indivíduo deve ter para atuar em determinadas funções.

2.3.2 Recrutamento e Seleção

O recrutamento e Seleção foi realizado por meio de uma prova de conhecimentos específicos referentes a cada cargo, sendo necessário o acerto de setenta e cinco por cento da prova ou experiência de no mínimo um ano.

2.4 PROCEDIMENTOS

2.4.1 Descrição de Cargos

O questionário foi aplicado nos funcionários no período de trabalho.

2.4.2 Recrutamento e Seleção

Foi utilizado entrevistas e provas em grupos e individuais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Na empresa Elopack, o recrutamento e seleção é realizado por meio de divulgações em pontos comerciais e redes sociais, onde são divulgadas quais vagas estão abertas, assim como quais funções estão disponíveis. Os interessados devem deixar seus currículos no escritório da empresa para que os currículos sejam avaliados e enfim, os indivíduos sejam chamados para a entrevista. Após essa etapa, é importante analisar os currículos de cada indivíduo para ver se os requisitos que a vaga exige, correspondem com as funções anteriores que o indivíduo avaliado exercia ou se o mesmo tem alguma experiência na área.

Para saber quais requisitos são necessários para atuar em determinadas áreas, é de extrema importância que a empresa tenha a descrição de cargos. Na empresa Elopack, foram realizadas as descrições de cargos para cada função e junto com a descrição, foram elaboradas provas de acordo com cada exigência, onde os indivíduos que passaram pela etapa da entrevista, realizaram a prova e tiveram que acertar pelo menos setenta e cinco por cento da prova ou então, terem no mínimo um ano de

experiência na área selecionada.

O Recrutamento e Seleção foram realizados pela funcionária responsável pelo departamento de RH, onde a mesma junto com a estagiária elaborou uma prova com alternativas de conhecimentos específicos, para que cada indivíduo que passou pela entrevista tenha sido avaliado não apenas pela entrevista, mas também pelo conhecimento, sendo necessário acertar no mínimo setenta e cinco por cinco das perguntas ou ter um ano de experiência na área foi avaliado.

O procedimento para a seleção é relativamente igual em todos os cargos, o candidato recebe a proposta para uma entrevista para a vaga que está em aberto na área de RH, e ao aceitar, participa de uma entrevista realizada através de perguntas, como, qual a pretensão salarial, carga horária, benefícios que a empresa oferece, e o serviço que será necessário ser realizado. Após ser feita essa etapa, aplica-se uma prova com questões alternativas referentes aos conhecimentos da exigidos para a vaga, e uma prova dissertativa ou prática. Essa prova e a entrevista são repassadas para um dos donos da empresa, que irá selecionar três desses candidatos e então realizará uma segunda entrevista para enfim dar seguimento a contratação.

3.2 DESCRIÇÃO DE CARGO

As descrições de cargos foram realizadas com os funcionários de cada setor, onde cada um respondeu um questionário com perguntas abertas sobre a formação, experiência e competências necessárias que o indivíduo deverá possuir para trabalhar em determinadas funções. As descrições de cargos realizadas foram: analista financeiro, auxiliar de almoxarifado, compradora de madeiras, controladora de qualidade, encarregado de produção, estagiários no setor comercial, líder de produção, técnico em vendes, motorista carreteiro e inspetor de qualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos encontros semanais, da observação e da oportunidade da experiência prática realizada na empresa, foi possível adquirir um conhecimento muito importante em processos básicos de Gestão de Pessoas, onde foi acompanhado o processo de recrutamento e seleção, treinamento, integração e descrição de cargo, na área da psicologia organizacional e do trabalho. A empresa é uma indústria e comércio de embalagens que desenvolve pallets, e vem crescendo, e contratando muitos funcionários, renovando equipamentos e máquinas, e com isso é de extrema importância

o serviço na área do RH ou do psicólogo organizacional, que deve ter a grande responsabilidade para atuar no momento do recrutamento e seleção, da integração e descrição de cargos, assim como outros deveres que cada empresa exige.

Foi observado que para melhoria da empresa, seria interessante a contratação de mais funcionários para o escritório, pois alguns ficam responsáveis por mais de uma função e isso acaba sobrecarregando, mas são detalhes que aos poucos estão sendo averiguados e consertados.

Com isso, pode-se concluir que a empresa é um bom lugar para se adquirir experiência, e o estágio é uma ótima chance para aproveitar a oportunidade de absorver novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos** – O capital humano das organizações; São Paulo, editora Campus, 2009.

DEMO, G; FERNANDES, T; FOGAÇA, N. A Influência dos Valores Organizacionais na Percepção de Políticas e Práticas de Gestão de Pessoas. **Revista Eletrônica ADM.** Porto Alegre, v.23, n.1, p. 89-117, jan./abr. 2017.

MENDES, A.M; TAMAYO, A. Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. **Psico-USF**. v. 01, n. 6, pg. 39-46, jan./jun. 2001.

PIZOLOTTO, M.F. **Um estudo em micros e pequenas empresas de Indústria de Transformação da região do Médio-Alto-Uruguai do Rio Grande do Sul.** Brasília, 2003.

GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ATUAL

Daiana Cristina Terzi Frigério, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail: daiaterzi@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sociedade vem passando por transformações. A escola por ser uma instituição social também está se transformando. Diante deste cenário gerir uma instituição escolar não tem demonstrado ser uma tarefa muito simples, muitos são os desafios a serem enfrentados, principalmente pelo gestor, afinal a gestão dessa instituição acontece em um ambiente em constante mudança.

Questões relacionadas ao papel que o gestor deve desempenhar dentro da instituição, como administrar um ambiente tão diverso e quais os conhecimentos necessários para atender às novas demandas que se apresentam estão cada vez mais se apresentando como objeto de interesse e discussão de estudiosos da área educacional.

Contextualizando a temática da gestão escolar é possível afirmar que este é um conceito que vem sendo construído historicamente e está impregnado de valores e significados, pois até então estava mais direcionado aos aspectos administrativos da função. Com o intuito de superar as limitações do conceito de administração surge a expressão gestão escolar educacional.

O conceito de gestão educacional, de acordo com Lück (2011, p. 55) [...] “abrange uma série de concepções, tendo como foco a interatividade social, não consideradas pelo conceito de administração e portanto, superando-a”.

Contudo, para que a gestão pudesse ser contemplada a partir de um novo olhar, orientada pelos princípios democráticos e caracterizada pela participação coletiva nos processos de decisões, muitos paradigmas tiveram que ser quebrados, ideias como as de democracia, por exemplo, estão sendo cada vez mais levadas em consideração, haja visto, a necessidade de promover a interação das dimensões políticas e pedagógicas nas conduções dos processos de organizações educacionais (LÜCK, 2011).

Desse modo surge o interesse pelo processo de formação do gestor, pois entende-se a necessidade de uma formação diversificada a fim de atender às novas demandas de trabalho.

Por esta razão, o presente estudo pretende discutir a prática do gestor escolar abordando seus desafios e possibilidades, tendo em vista que um de seus papéis é assegurar a qualidade do processo de ensino aprendizagem, compreendendo e relacionando suas funções aos novos desafios enfrentados pela instituição.

Assim sendo, a gestão, não deve ser encarada apenas como um processo mecânico de administração, mas deve esforçar-se para ser algo mais humano, dinâmico e democrático, procurando estabelecer conexões e promover a participação entre todas as áreas, pessoas e ambientes que compõem a instituição escolar.

2 METODOLOGIA

Para delinear uma metodologia sobre a temática da gestão escolar e os desafios da educação atual, inicialmente recorreu-se a um levantamento acerca das considerações que contextualizam a temática em questão, logo em seguida, houve a necessidade de entender as funções designadas a instituição escolar bem como ao gestor frente às novas demandas educacionais que se apresentam. Cabe ressaltar que o presente estudo não tem por objetivo fornecer receitas prontas para a efetivação da gestão democrática e para solucionar os desafios que se apresentam, até mesmo porque isso não seria condizente com o que foi defendido: a autonomia e a construção de uma gestão que seja capaz de envolver todos os participantes do processo objetivando alcançar as metas traçadas.

Cada argumento utilizado para embasar esta pesquisa foi levantado através de pesquisas bibliográficas publicadas em livros, sendo os de autoria de Heloisa Lück os mais utilizados e, também, por intermédio de revistas eletrônicas e artigos que contemplavam o assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através dos estudos realizados é possível afirmar que há, atualmente, novas demandas sociais que acabam refletindo na instituição escolar. Desse modo, evidencia-se a crescente atenção dedicada à gestão escolar e aos fatores que auxiliam o gestor no desempenho de sua função. Tanto o ambiente escolar, quanto o papel do gestor vem

passando por transformações, o que se esperava de ambos há alguns anos, já não é o mesmo que se espera hoje.

Entre os aspectos investigados aponta-se a democracia como sendo um dos fatores com maior destaque pelos autores, pois cada vez mais os indivíduos estão percebendo a importância de se exercer o seu efetivo papel de cidadão dentro da sociedade na qual está inserido.

Contudo, incluir a democracia no processo de gestão educacional propõe uma mudança de paradigmas, uma nova compreensão da organização educacional e de seus processos, sem deixar de lado o objetivo maior da escola que é oferecer subsídios para que os alunos alcancem o sucesso no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem.

Para que este objetivo seja alcançado o diretor desempenha uma importante função através de um trabalho planejado e integrado. Por isso, gerir democraticamente implica no compartilhamento de responsabilidades, na promoção da participação de todos os envolvidos no processo educacional de forma democrática, visando sempre a melhoria do ensino.

Nesta visão, a gestão, portanto, deixou de ser apenas um processo mecânico de administração e esforça-se para ser algo mais humano, dinâmico e democrático, procurando estabelecer conexões e promover a participação entre todas as áreas, pessoas e ambientes que compõem a instituição escolar.

Para gerir democraticamente é necessário o compartilhamento das responsabilidades, a promoção da participação de todos os envolvidos no processo educacional de forma democrática tendo sempre como foco a melhoria do ensino. Para isso deve ser objetivo da gestão democrática e participativa envolver todos os segmentos interessados em promover uma educação para a cidadania com vistas a fortalecer o ideal de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

Considera-se, portanto, que a efetivação da Gestão Democrática passa pelas condições materiais e imateriais que as instituições promovem para assegurar sua realização, e não somente pela previsão deste princípio na legislação (SILVA, 2015).

No entanto, sabe-se que não há neutralidade na escola, assim como não há neutralidade no gestor e no processo como um todo dessa forma, é possível conceber a gestão democrática como um processo político, que pressupõe a participação de todos os envolvidos, embasada no diálogo, a fim de transformar o cotidiano escolar numa

prática significativamente voltada à formação humana, ou seja, um indivíduo capaz de conhecer sua realidade e agir sobre ela, podendo transformá-la.

A esse respeito, Libâneo (2015, p. 22) argumenta:

> As pesquisas que buscam saber que características de uma escola fazem diferença no que diz respeito ao nível de qualidade de ensino e que ganham reputação na comunidade, mostram que o modo como a escola funciona – suas práticas de organização e gestão – faz a diferença em relação aos resultados escolares dos alunos.

Existem alguns aspectos que devem ser observados pelo diretor no que se refere à promoção da aprendizagem e à formação dos alunos. O primeiro deles trata da centralidade da gestão pedagógica e sugere que a dimensão pedagógica é aquela para qual as demais convergem, justamente por ser a mais importante do processo por estar diretamente envolvida com o foco da escola que é promover o desenvolvimento integral do sujeito.

O processo de ensino aprendizagem é um processo complexo, dinâmico e abrangente necessita de uma gestão específica que seja capaz de envolver a articulação entre concepções, estratégias, métodos e conteúdos, demandando esforços, recursos e ações com base nos resultados pretendidos, por isso, a necessidade de constituir-se a gestão pedagógica em uma das dimensões mais relevantes no trabalho do diretor, sendo de sua responsabilidade “a atualidade dos processos pedagógicos, a contextualização de seus conteúdos em relação à realidade, os métodos de sua efetivação, a utilização de tecnologias, a dinâmica de sua realização, a sua integração em um currículo coeso” [...] (LÜCK, 2009, p. 94).

Outra dimensão que merece destaque é a gestão de pessoas. Nela a liderança desempenhada pelo diretor exerce relevante influência sobre a equipe por ele liderada, sendo dele a função de mobilizar e orientar todos os participantes da comunidade escolar sensibilizando-lhes para uma visão de conjunto sobre a educação, o papel da escola e de todos que nela participam.

Como pré-requisito para o exercício dessa liderança, o diretor aciona diversos aspectos da gestão de pessoas: motivação, formação de equipe e compartilhamento de responsabilidades, capacitação profissional, comunicação e relacionamento interpessoal (LÜCK, 2009).

A dimensão administrativa também merece destaque por seu aspecto dinâmico, haja visto que tal gestão envolve aspectos como a gestão de serviços, dos recursos físicos e financeiros, a organização dos registros escolares, a utilização adequada de instalações e equipamentos, a preservação do patrimônio escolar, a interação escola

comunidade e a captação e aplicação de recursos didáticos e financeiros, afinal apenas ter acesso aos recursos não é sinônimo de educação de qualidade, o que efetivamente proporciona uma educação de qualidade é o uso que se faz deles.

Logo, saber lidar com cada situação, no coletivo e também no individual, administrar, auxiliar no pedagógico, motivar e encorajar corpo docente e discente, são algumas das tarefas atribuídas ao gestor.

No entanto, para que este profissional desenvolva as competências necessárias para o seu campo de atuação faz-se necessário que o mesmo esteja sempre na busca de novos conhecimentos, até mesmo porque

> [...] a educação é um processo permanente e nos aponta a direção para um caminho que faça sentido e respeite o outro em seu inacabamento, destacando que a educação e a formação permanente se fundam nessa eterna inconclusão, "no saber que podemos saber mais" (FREIRE, 1993, apud CASTRO; AMORIM, 2015, p. 45, grifo do autor).

Sendo assim existe a necessidade de se repensar a formação inicial deste profissional, promovendo maiores investimentos nesta formação, garantindo um conhecimento que desenvolva nele o desejo de educar-se, melhoria nas condições de trabalho e remuneração adequada para que tenha condição de continuar seu processo de educação.

Outra questão que exige que o gestor esteja em constante processo de aperfeiçoamento refere-se aos recursos tecnológicos. Porém, inserir as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no contexto escolar, não é uma tarefa fácil ao gestor, pois inúmeros são os empecilhos, entre eles: dificuldades de recursos para obtê-los, armazenamento em espaço adequado, treinamento de pessoal para seu manuseio, entre outras.

No entanto, superadas essas dificuldades as vantagens educacionais são alcançadas: flexibilidade em aspectos de tempo, dinamismo e otimização de atividades, recursos e distâncias, além da modernização de processos escolares.

Outro desafio relacionado ao trabalho do gestor são os resultados educacionais, pois "por melhores que sejam os processos de gestão escolar, pouco valor terão, caso não produzam resultados efetivos de melhoria da aprendizagem dos alunos" (LÜCK, 2009, p. 55).

Essa gestão de resultados corresponde a um desdobramento de monitoramento e avaliação tendo como foco os resultados do desempenho da escola. Por isso, os indicadores de desempenho servem tanto para apontar sucessos como também para expor as dificuldades e limitações da instituição.

Sobretudo, não basta conhecer os resultados, é preciso saber o que fazer com eles. Por isso, cabe ao gestor estabelecer na escola práticas de monitoramento de todos os processos educacionais e da avaliação dos resultados, em todos os segmentos envolvendo e orientando todos os participantes da comunidade escolar, promovendo assim ações, estratégias e mecanismos de acompanhamento da aprendizagem dos alunos que visem a melhoria e a qualidade do ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de pesquisas bibliográficas, com a utilização de livros e artigos verificou-se que o papel do gestor escolar nos dias atuais como responsável de todas as competências pedagógicas, administrativas e recursos humanos é uma tarefa complexa e de difícil desempenho que requer muita competência, esforço e preparação.

Devido os desafios da educação atual o “ser gestor” deixou de ser uma função meramente burocrática, pois as atuais exigências para o exercício da função são cada vez maiores, visto que a abrangência da gestão escolar demanda uma atividade reflexiva permanente.

Nessa perspectiva, o gestor contemporâneo desempenha o importante papel de gerir o sistema como um todo, tendo sempre como norte a ideia de que o objetivo maior de uma escola é oferecer subsídios para que os alunos alcancem o sucesso no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem e, o papel do diretor para que esse objetivo seja alcançado é relevante contudo, os autores pesquisados esclarecem que ele alcançará melhores resultados se o trabalho for planejado e desenvolvido de forma integrada.

Considera-se portanto, que a gestão escolar tem amplo caráter sendo associada a um conjunto de estratégias de intervenção, mobilização, organização e articulação que orientam a promoção de mudanças nos processos educacionais, objetivando a formação e aprendizagem dos alunos, capacitando-os para enfrentar os diversos desafios sociais.

Por isso, um bom gestor deve dialogar, ouvir, coordenar, respeitar o próximo, ter uma boa expressão, manter sempre metas. Cabe acrescentar, que o bom gestor deve ter a responsabilidade de liderar, motivando sua equipe de modo que todos desenvolvam o compromisso de participar e colaborar nas práticas cotidianas, pensando sempre na melhoria e qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

CASTRO, M.M.C.; AMORIM, R.M. de A. A formação inicial e continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida. **Cad. CEDES**. Campinas, v. 35, n. 95, p. 37-55, Abr. 2015. Disponível em: <http://www.-scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622015000100037&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jul 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6 ed. São Paulo: Heccus, 2015.

LÜCK, H. **Gestão Educacional**: Uma questão paradigmática. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

SILVA, C. G. da. **Dimensões da Gestão Escolar**: saberes e práticas do Diretor de Escola, 2015. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://sapientia.pucsp.br/-handle/handle/9860>. Acesso em: 08 maio 2019.

GESTÃO FINANCEIRA: UMA ABORDAGEM SOBRE A DIFICULDADE DA GESTÃO DE CAIXA PARA MICROEMPREENDEDORES NA CIDADE DE JAÚ-SP

Ana Clara Bueno de Oliveira, Bruno Fantini Antoniazi, Felipe Matheus Ferreira Leite, Reinaldo Aparecido Tomé, Mara Janaina Gomes de Oliveira, e-mail: bueno.anaclara@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Diante do atual cenário socioeconômico que se encontra o país e elevadas taxas de desemprego (que hoje está estimado em 11,6%, segundo dados divulgados pelo IBGE), a saída encontrada por algumas pessoas tem sido a abertura do próprio negócio. Essa situação é comprovada pela considerável parcela de empresas de pequeno porte existente em nosso país - de acordo com o Sebrae (2018), atualmente 99% delas são micro e pequenas empresas, representando um total de 6,4 milhões de estabelecimentos. Dessa forma, pode-se comprovar que elas são responsáveis também pelo desenvolvimento da economia nacional, sendo importantíssimo assim buscar as melhores maneiras de gestão, para garantir a permanência delas no mercado (SARINGER, 2019).

Infelizmente, tem sido comum deparar-se com as notícias de microempresas que encerraram suas atividades por falta de recursos financeiros, devido a ausência de planejamento, conhecimento e aplicação correta de seu caixa. Em 2015, 60% das empresas encerraram suas atividades após 5 anos de atuação, conforme dados do IBGE, por não resistiram às dificuldades. Quando entrevistados pelo SEBRAE (2014), algumas dessas empresas justificaram esse acontecimento pelo fato de não terem lucro e pela dificuldade de gerarem recursos para o pagamento de fornecedores. Em outras palavras, a carência de uma boa gestão financeira dos recursos resultou na falência. Acredita-se que um dos fatores fundamentais para estudo nesse sentido seja a importância da separação dos gastos e ganhos pessoais dos empresariais.

Com isso, a pesquisa terá como finalidade auxiliar os microempreendedores que não possuem o preparo financeiro necessário para proteger seus negócios da falência empresarial. Além de despertar o leitor para a importância de uma eficaz gestão de caixa

para garantia do sucesso, vantagem competitiva e consequente permanência no mercado.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido mediante revisão bibliográfica de artigos, livros e páginas em plataformas eletrônicas.

Com o intuito de estudar o perfil do microempreendedor, consultamos o livro de LONGENECKER et al., 2015, além de uma consulta aprofundada no site da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e Serviço de Proteção ao Crédito Brasil (2015). Buscamos desenvolver o trabalho com base em exemplares publicados nos últimos 5 anos, para que nossa pesquisa apresentasse os dados mais próximos da realidade atual.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Perfil do Microempreendedor no Brasil

Os empreendedores são aqueles que se propõem a abrir novas empresas, de acordo com as necessidades do mercado. Eles detectam a oportunidade, e formulam seu negócio para satisfazer as necessidades dos consumidores. Todo indivíduo, ao estabelecer uma empresa para suprir as demandas do mercado, estará sujeito a riscos. Porém, esse empreendedor poderá colaborar com a progressão e inovação do setor econômico, estimulando mudanças benéficas para a economia (LONGENECKER et al., 2015).

Um estudo realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e Serviço de Proteção ao Crédito Brasil – CNDL e SPC Brasil (2015) identificou que, nas micro e pequenas empresas, os empresários são em sua maioria homens (61%), com idade entre 35 e 54 anos (54%). Mais de 50% da amostra total pertencem ao comércio, sendo desses, 10,7% no segmento alimentício.

CNDL e SPC Brasil (2015) enfatizam que, 46% dos micros e pequenos empreendedores possuem ensino superior completo ou pós-graduação/especialização/MBA. Os dados de Escolaridade versus Faturamento se mostraram equivalentes, ou seja, quanto mais elevado o grau de escolaridade, maior a média de faturamento do empreendimento.

Os empreendedores que possuem ensino fundamental incompleto têm uma média de faturamento anual de R$ 186.100,17. Os que possuem ensino fundamental, médio incompleto ou médio completo faturam acima de R$ 300.000,00. Superior

incompleto, R$ 430.904,44. Superior completo, R$ 483.037,47. Aqueles que possuem pós-graduação (Especialização/MBA) chegam a uma renda que ultrapassa os R$ 700.000,00. E os mestres e doutores atingem uma média anual de R$ R$ 1.266.100,30. (CNDL E SPC, 2015).

A renda familiar para quase metade (46,2%) dos responsáveis pelas micro e pequenas empresas entrevistados pelo CNDL e SPC Brasil (2015), é de R$ 2.364,00 a 7.888,00.

O estudo aponta que 66% dos microempreendedores e pequenos empreendedores possuem entre 1 a 4 funcionários, dos quais, 89% são registrados e 87% dos empresários estão no mercado há mais de 9 anos. Muitos relacionam a dificuldade de empreender e crescer ao cenário político-econômico, em conquistar e manter clientes, lidar com carga tributária elevada, entre outros. Mais da metade dos empreendedores recorrem ao próprio dinheiro na hora de iniciar um negócio. Dos entrevistados, 68% fazem capital de giro com recursos próprios, 17% utilizam cartão de crédito, e 14% cheque especial (CNDL; SPC Brasil, 2015).

3.2 Administração Financeira

3.2.1 Fluxo de Caixa

A organização financeira é essencial para a empresa e deve ser realizada diariamente. Para isso, o empreendedor dispõe de uma ferramenta básica, o fluxo de caixa, que controla e planeja as finanças do negócio (SEBRAE, 2019).

O fluxo de caixa demonstra as fontes de caixa e seu uso, ou seja, demonstra de onde veio o dinheiro da organização e para onde ele foi. Comumente o resultado de lucro do demonstrativo de resultado de uma empresa é confundido com o resultado de caixa. Uma empresa pode ter bom desempenho no demonstrativo de resultado, mas simultaneamente poderá estar ficando sem caixa. O gerenciamento correto do fluxo de caixa é fundamental para a sobrevivência da empresa, visto que sem caixa ficaria inviável a sustentação do negócio (LONGENECKER et al., 2015).

Ressalta que para o processo ser o mais eficiente possível todas as receitas e despesas, incluindo as de baixo valor, deverão ser registradas. A partir do registro de todas essas informações de entradas e saídas de caixa da empresa o empreendedor terá a sua disposição uma grande base de dados que o auxiliará no processo de tomada de decisões.

Para obter resultados positivos é importante estimar as receitas futuras, bem como ter conhecimento da sazonalidade das vendas, que dependendo do setor da empresa, podem ser voláteis. Quase certas, as despesas também devem ser estimadas, a fim de evitar surpresas negativas. Porém, é importante ter conhecimento de que o saldo de caixa apurado não indica se o negócio está tendo lucro ou prejuízo em suas operações, já que há prazos para recebimento e pagamento (SEBRAE, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa revisão bibliográfica foi possível identificar o perfil do microempreendedor brasileiro. Conforme os dados apresentados no estudo, verificou-se que o grau de escolaridade está diretamente ligado ao retorno financeiro que a empresa possui, tendo em vista que gestores com melhor preparo intelectual conseguem tomar decisões estratégicas.

Conforme os dados estatísticos comprovou-se que o problema mais recorrente dos microempresários brasileiros está diretamente associado as finanças empresariais, sendo um dos fatores destacados o elevado índice de tributação, que faz com que a empresa destine boa parte de seus recursos para o pagamento de impostos, reduzindo assim a lucratividade da mesma.

Desse modo, os autores estudados defenderam como ferramenta indispensável para uma eficaz gestão o Fluxo de Caixa, que corresponde ao controle das entradas e saídas do caixa da empresa. A implantação desse instrumento possibilita ao gestor um maior domínio sobre seu negócio, uma vez que permite que ele tenha uma visão mais clara sobre a situação econômica que sua empresa se encontra e busque estratégias para reverter essa condição antes que ela se agrave. Conclui-se assim, que o fluxo de caixa torna possível o diagnóstico prévio da saúde financeira organizacional e é indispensável para quem busca a permanência e sustentabilidade no mercado.

REFERÊNCIAS

CNDL; SPC BRASIL. **Perfil das micro e pequenas empresas brasileiras.** 2015. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/relatorio_perfil_mpe1.pdf>. Acesso em:15 mar. 2019

IBGE. **Cadastro central de empresas – CEMPRE**. 2016. Disponível em: < https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cempre/quadros/brasil/2016> Acesso em 20 fev. 2019.

LONGENECKER, J. G. et al. **Administração de pequenas empresas.** 13. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SARINGER, G. **Brasil fecha 2018 com 12,2 milhões de desempregados, diz IBGE.** Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/brasil-fecha-2018-com-122-milhoes-de-desempregados-diz-ibge-31012019> Acesso em 23 fev.2019.

SEBRAE. **CAUSA MORTIS** - O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida. 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortis_2014.pdf> Acesso em 22 fev.2019.

SEBRAE. **O que é o fluxo de caixa e como aplicá-lo no seu negócio.** 2019. Disponível em: < http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como-implantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD> Acesso em 21 abr.2019.

GINÁSTICA ABDOMINAL HIPOPRESSIVA NO TRATAMENTO DE DISFUNÇÕES DO ASSOALHO PÉLVICO

Beatriz Rodrigues Mortari, e-mail: beatrizmortari@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A pelve é a parte mais inferior do tronco, constituída de dois ossos ilíacos que se articulam posteriormente com o sacro e anteriormente entre si através da sínfise púbica (BARACHO, 2007), possui a forma de funil e foi construída ao longo da evolução para o suporte e proteção de órgãos (ROSSETTI, 2016). Sua cavidade inferior liga-se ao assoalho pélvico, importante estrutura formada por músculos, ligamentos e fáscias, que possui o papel de sustentar os órgãos pélvicos, manter a continência, a função sexual e permitir a passagem do feto (MOURA; MARSAL, 2015).

A parte mais profunda do assoalho pélvico é composta pelos músculos pubococcígeo, puborretal, iliococcígeo, coccígeo, transverso profundo do períneo e esfíncter da uretra. Suas disfunções implicam em incontinência urinária de esforço ou urgência, incontinência fecal e prolapso de órgãos pélvicos (BARACHO, 2007), afetando negativamente a qualidade de vida e gerando situações de constrangimento (ROGERS, 2017). Já os músculos bulboesponjoso e isquiocavernoso, que fazem parte da porção mais superficial do assoalho pélvico, em associação com os músculos elevadores do ânus, participam da função sexual. Quando hipertônicos, podem levar ao vaginismo e acarretar, por sua vez, em dispareunia. Quando hipotônicos, podem provocar diminuição das sensações vaginais, anorgasmia, e até mesmo incontinência urinária durante o ato sexual (BARACHO, 2007).

O tratamento de recomendação grau A para essas disfunções envolve os recursos da fisioterapia para fortalecimento da musculatura perineal e mudanças no estilo de vida (GLISOI, 2011). A cinesioterapia é a ferramenta mais utilizada pelos fisioterapeutas e tem se mostrado altamente eficaz no exercício do assoalho pélvico. Entretanto, para que a prática seja feita adequadamente, é preciso que a mulher tenha uma boa consciência corporal da região, o que é raro na cultura ocidental (LATORRE *et al*., 2011). Cerca de 37,2% a 44,9% das mulheres sem disfunções do assoalho pélvico não conseguem contrair corretamente a musculatura e 25% delas realizam o movimento

contrário. Já em pacientes com incontinência urinária, por exemplo, essa porcentagem sobe para 65,5% (COSTA *et al*., 2011).

Nesse sentido, a Ginástica Abdominal Hipopressiva (GAH) vem conquistando espaço como uma alternativa no tratamento de disfunções pélvicas. Essa técnica consiste na associação entre um conjunto de posturas e movimentos respiratórios, com o objetivo de diminuir a pressão intra-abdominal e provocar a ativação sinérgica entre os músculos do assoalho pélvico e os músculos abdominais (RIBEIRO *et al*., 2017). O objetivo do presente estudo é verificar na literatura disponível nas bases de dados científicas os efeitos da GAH nas diversas disfunções do assoalho pélvico, justificando ou não o seu uso.

2 METODOLOGIA

Foi realizado uma revisão de literatura nas bases de dados científicas PubMed, PEDdro, Cochrane, LILACS e google acadêmico, utilizando os descritores pelvic floor, hypopressive e physical therapy.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desenvolvida da década de 80, a Ginástica Abdominal Hipopressiva consiste na contração ativa dos músculos transversos abdominais e intercostais, associada a apneia de até 10 segundos, após inspiração diafragmática e expiração lentas e profundas. Além do fortalecimento abdominal, esses movimentos supostamente geram uma contração reflexa dos músculos do assoalho pélvico (MAP) (LATORRE *et al*., 2011).

O estudo realizado por Stupp *et al*. (2011) comparou a ativação dos MAP durante a contração isolada, com a técnica da GAH e com os dois métodos associados. Para isso, foi utilizada a eletromiografia, técnica de monitoramento da atividade elétrica muscular, em 34 mulheres nulíparas sem disfunção do assoalho pélvico e que soubessem contrair corretamente a musculatura, além conseguirem realizar a técnica hipopressiva. Constatou-se que a contração provocada pela GAH é menos efetiva comparada com a contração isolada dos MAP, e que esta por sua vez é tão efetiva quanto a combinação dos dois métodos. Até a presente data, não foi encontrado na literatura consultada nenhum trabalho similar a este, não sendo possível colacionar os resultados.

Em relação ao tratamento das disfunções do assoalho pélvico, existem alguns trabalhos publicados que analisaram o efeito da GAH. No estudo de Costa *et al*. (2011),

foram selecionadas 14 mulheres com Incontinência Urinária de Esforço (IUE), das quais 12 finalizaram o tratamento, e aplicado um protocolo de GAH durante 12 semanas. Nesse período, as pacientes foram treinadas e orientadas a realizar os exercícios em casa, associados a contração voluntaria dos MAP. Ao final da intervenção, quatro pacientes relataram não perder mais urina e sete relataram melhora significativa. A função dos MAP, avaliada por ultrassonografia bidimensional e palpação bidigital, também apresentou bons resultados.

Em estudo similar, de Valente *et al*. (2015), foram selecionadas 6 mulheres com IUE e aplicado um protocolo de GAH durante 4 semanas. Foi avaliada a força perineal e do transverso do abdômen através da escala Ortiz e perineômetro, que demonstraram incremento das varáveis após a intervenção. Além disso, todas as pacientes consideraram-se satisfeitas e recomendariam o tratamento a outras mulheres.

Ainda em relação à IUE, o estudo realizado por Ribeiro *et al*. (2017) também selecionou 6 mulheres com essa disfunção e aplicou um protocolo de GAH durante 4 semanas. Para a avaliação da força perineal foi utilizado o perineômetro e foi aplicado o King's Health Questionnaire (KHQ), que mensura a qualidade de vida de pessoas incontinentes. Todas as pacientes apresentaram melhora significativa na força de contração dos MAP, diminuição dos sintomas de esforço e melhora pouco significativa na qualidade de vida.

Já o trabalho publicado por Resende *et al*. (2012) buscou avaliar o efeito do protocolo de GAH em 58 mulheres com prolapso de órgãos pélvicos de grau II, durante 3 meses. Para isso, as pacientes foram divididas em três grupos: um realizou os hipopressivos associados a contração dos MAP, outro apenas as contrações isoladas e o terceiro foi o grupo de controle. Os três grupos receberam orientações de mudança no estilo de vida, relacionados aos fatores de risco para as distopias. Para a avaliação utilizou-se a escala Oxford modificada e eletromiografia. Ao final do tratamento, o grupo que realizou apenas as contrações isoladas apresentou maior melhora dos aspectos analisados, e tanto este grupo como o que realizou os hipopressivos apresentaram resultados mais satisfatórios do que o grupo que recebeu apenas orientações. É importante destacar que apenas este estudo utilizou grupo de controle.

Não foram encontrados, na literatura consultada, estudos que utilizassem o protocolo de GAH no tratamento de incontinência fecal, bem como de disfunções sexuais.

Ao analisarmos os trabalhos que compararam o efeito da GAH e do treinamento isolado dos MAP, é possível notar que a última técnica se destaca com maior eficiência. Porém, podemos citar como limitações dos estudos a falta de padronização de instrumentos avaliadores, a falta do grupo de controle e o número pequeno de participantes. Dessa forma, são necessários mais estudos clínicos que possam justificar a aplicação do protocolo de GAH no tratamento das disfunções do assoalho pélvico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fisioterapia é o tratamento de primeira linha das disfunções do assoalho pélvico. Entre as técnicas utilizadas, a Ginástica Abdominal Hipopressiva, desenvolvida na década de 80, vem ganhando espaço como uma alternativa ao treinamento da musculatura do assoalho pélvico, uma vez que este exige maior consciência e percepção corporal das pacientes. Entretanto, por se tratar de uma técnica relativamente nova, ainda são escassas as evidências que colaboram para justificar o seu uso na prática clínica. Dessa forma, conclui-se que é fundamental a realização de mais estudos que avaliem a eficácia da técnica.

REFERÊNCIAS

BARACHO, E. **Fisioterapia aplicada à obstetrícia, uroginecologia e aspectos da mastologia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 579 p.

GLISOI, S. F. das N.; GIRELLI, P. Importância da fisioterapia na conscientização e aprendizagem da contração da musculatura do assoalho pélvico em mulheres com incontinência urinária. **Revista Brasileira de Clínica Médica**, [São Paulo], v. 9, n. 6, p. 408-13, nov./dez. 2011. Disponível em: https://search.bvsalud.org/gim/resource/en/lil-606361
.

LATORRE, G. F. S. *et al*. Ginástica hipopressiva: as evidências de uma alternativa ao treinamento da musculatura do assoalho pélvico de mulheres com déficit proprioceptivo local. **Fisioterapia Brasil**, [Pernambuco], v. 12, n. 6, nov./dez. 2011. Disponível em: https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/960.

MOURA. J. F. A. de L. Cinesioterapia para o fortalecimento do assoalho pélvico no período gestacional. **Revista Visão universitária**, [Mato Grosso do Sul], v. 3, p. 186-201, 2015. Disponível em: http://www.visaouniversitaria.com.br/ojs/index.php/home/article/view/57.

RESENDE, A. P. M. *et al*. Can hypopressive exercises provide additional benefits to pelvic floor muscle training in women with pelvic organ prolapse? **Neurourology and Urodynamics**, [Nashville], v. 31, p. 121-125, jan. 2012. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/nau.21149.

RIBEIRO, F. S. *et al*. Impacto dos exercícios hipopressivos na qualidade de vida da mulher com incontinência urinária de esforço. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, [Bahia], v. 7, n. 4, p. 452-461, nov. 2017. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/1520.

ROGERS, R. G. *et al.* Pelvic floor symptom and quality of life changes during first pregnancy: a prospective cohort study. **International Urogynecology Journal**, [S.l.], v. 28, n. 11, p. 1701-1707, nov. 2017. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s00192-017-3330-7.

ROSSETTI, S. R. Functional anatomy of pelvic floor. **Archivio Italiano di Urologia e Andrologia**, [Pavia], v. 88, p. 28-37, maio 2016. Disponível em: https://pagepressjournals.org/index.php/aiua/article/view/aiua.2016.1.28.

SELEME, M. R. Ginástica hipopressiva como recurso proprioceptivo para os músculos do assoalho pélvico de mulheres incontinentes. **Fisioterapia Brasil**, [Pernambuco], v.12, n. 5, set./out. 2011. Disponível em: https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/940.

STUPP, L. *et al*. Pelvic Floor Muscle and Transversus Abdominis Activation in Abdominal Hypopressive Technique Through Surface Electromyography. **Neurourology and Urodynamics**, [Nashville], v. 30, n. 8, p. 1518-1521, ago. 2011. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/nau.21151.

VALENTE, M. G. *et al*. Efeitos da ginástica abdominal hipopressiva sobre a musculatura pélvica em mulheres incontinentes. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 4, p. 237-241, out./dez. 2015. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/6471.

GOLAÇO: UM PROGRAMA JORNALISTICO PARA O RÁDIO SOBRE AS TRANSMISSÕES ESPORTIVAS NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Marcos Antonio Siboldi, Danilo Brancalhão Berbel, e-mail: marcosiboldi@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Desde a sua origem, o rádio mantém um papel fundamental na vida da sociedade, ele é o único veículo que nos proporciona receber informações fazendo alguma coisa, seja nos deveres de casa, no trabalho e até dirigindo. A primeira transmissão de rádio no Brasil foi no ano de 1922, na inauguração da radiotelefonia brasileira durante as comemorações do dia da independência com o discurso do presidente Epitácio Pessoa. Neste mesmo ano, foi criada a primeira rádio do país: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro pelo fundador Edgard Roquete-Pinto. Roquete criou também o primeiro jornal de rádio brasileiro: o Jornal da Manhã. O comentarista trazia diariamente as principais notícias do jornal impresso.

O Jornalismo esportivo no rádio, especialmente o futebol, tem uma longa história. Até as décadas de 1920 e 1930, o futebol era praticado somente pela elite. Foi com o surgimento do rádio que o futebol começou a se popularizar. Levar um radinho de pilha aos estádios e ouvir as transmissões esportivas enquanto assistia a uma partida de futebol transformou-se para muitos em um hábito. A primeira transmissão esportiva foi a narração do jogo entre Seleção de São Paulo e Paraná no campo da Floresta em São Paulo, narrado por Nicolau Tuma no dia 19 de Julho de 1931, através das ondas da Rádio Educadora Paulista. Nos anos de 1970, começa a explosão das transmissões esportivas. Muitas emissoras, principalmente as do Rio e São Paulo, investem forte no jornalismo esportivo. O narrador esportivo é aquele que leva emoção aos ouvintes e a briga era em chamar a atenção e conquistar a audiência (COELHO, 2011, p.28). Nos finais dos anos de 1970, todos os domingos as rádios davam um show de transmissão. Em São Paulo, não faltava opção: tinha Globo, Jovem Pan, Tupi, Record e Bandeirantes, Difusora, Capital e Excelsior, afiliada da Rede Globo.

Para Coelho (2011, p28), o fenômeno do rádio dos anos de 1970 em São Paulo foi Osmar Santos. Ele nasceu na cidade de Osvaldo Cruz, interior de São Paulo. Devido a sequelas ocasionadas por acidente de carro, Santos deixou de narrar e atualmente, ao

lado do seu irmão Oscar Ulisses, comanda a equipe de esportes da Radio Globo em São Paulo.

Outro narrador que deixou marcas no rádio brasileiro foi Fiori Giglioti, conhecido como Locutor da Torcida Brasileira. Giglioti nasceu em 1928 na cidade de Barra Bonita e faleceu no dia 08 de junho de 2006 vítima de falência múltipla dos órgãos. Quando narrador, criou frases como “abrem-se a cortinas e começa o espetáculo”, “tempo passa”, “aguenta coração” e outros. Sua primeira narração foi em 1947 nas ondas da Lins Rádio Clube. Na cidade de São Paulo, começou na Radio Bandeirantes (hoje Rádio Jovem Pan), teve também algumas passagens pelas Rádios Tupi, Record e Capital. Realizou várias coberturas dos Campeonatos Paulista e Brasileiro, além de 10 coberturas de Copas do Mundo. Devido ao profissionalismo conquistou 162 títulos de cidadania.

Algumas cidades do interior de São Paulo ingressaram cedo na radiofusão, como é o caso de Dois Córregos com a fundação da Rádio Cultura no ano de 1952. Antes da sua inauguração, os serviços de informações da cidade eram realizados num serviço de alto falante instalado em um bar localizado na Rua 15 de Novembro, esquina com Avenida D. Pedro I. Os sons eram gerados por cornetas afixadas em um poste. Segundo Lima (1998), o fato se deu por iniciativa do proprietário do bar, José Calissi, batizando o serviço de “Rádio Clube Comercial”.

Com o passar do tempo, esse estúdio foi transferido para bilheteria do Cine São Paulo (hoje Centro Cultural Nilson Prado Telles). Ainda segundo Lima (1998), os serviços de alto falante do Cine São Paulo funcionavam no período da noite até às 22 horas. Por ocasião de falecimentos, os serviços eram postos em funcionamentos durante o dia.

No dia 22 de junho de 1952, com o prefixo ZYR-54 com 100 watts de potência e na frequência de 680 kHz, a família Simonettis inaugura a Rádio Cultura e Dois Córregos ingressam no mundo da radiodifusão. O primeiro estúdio funcionou no prédio da Associação Atlética Mocoembu (um dos tradicionais clubes de futebol da cidade).

> Em 1956, assumiram a direção da emissora: Luiz Pavanelli, Antônio Pavanelli, Guilherme Pavanelli Neto e José Duarte Grego. Neste período, a rádio funcionava em uma casa já demolida, na Avenida Dom Pedro I, onde atualmente é o Restaurante Tutti Pronti. Cerca de três anos depois, a rádio chegou a sua terceira diretoria, integrada pelos irmãos Camargo: Gilberto, Antônio João e José Eduardo. Posteriormente, Léo Guaraldo e Antônio Oswaldo do Amaral Furlan também estiveram ligados à cúpula da diretoria. (RÁDIO CULTURA, 2019)

O estúdio da emissora também chegou a funcionar na parte superior prédio do Barato Móveis, localizado na mesma Rua 15 de novembro. O transmissor na época

funcionava no terreno da Prefeitura Municipal, onde funciona hoje o Terminal Rodoviário. No ano de 1977 foi transferido para um local próprio na Chácara São Sebastião.

No dia 13 de agosto de 1973, já em sua terceira diretoria, o estúdio é transferido para um imóvel localizado na Avenida Frederico Ozanan. Durante seu trajeto a Rádio Cultura atuou em vários prefixos: ZYR-54 com 100 watts de potência 680 kHz, ZYE 274 na mesma frequência e potência, ZYK 579 operou na faixa dos 1580 kHz e na de 1460 kHz com 250/500 watts.

No ano de 1995, A Rádio Cultura avança em tecnologia, com a diretoria formada apenas pelos irmãos Camargo “Antonio João e José Eduardo” importam um transmissor dos Estados Unidos e elevam sua potência de 1000 watts para 10.000 watts, e sua frequência é mudada para 990 kHz. Neste mesmo ano, é instalado o estúdio dois na cidade de Jaú, funcionando em um imóvel localizado em uma avenida atrás da rodoviária, passando de emissora local para emissora regional. A Rádio Cultura é uma forte ferramenta na comunicação local em sua trajetória teve muita influência nas decisões do município. Desde a sua inauguração, revelou talentos do rádio como: Carlos Nascimento, Paulo Roberto Monteiro, Denílson Mônaco, Antenor Zago, Clineu Alves de Lima, Laerte Maziero, Salvador Moreira da Costa, Pedro Arnaldo Fornaciali, José Maria Bernardo, Jairo Alves de Lima, Flávio Barbosa, Luiz Carlos Bonzanini, Wilson Garbelini e Dulcinéia Bussacarini.

Em matérias esportivas, a Rádio Cultura sempre manteve um espaço para divulgação do esporte. No ano de 1980, ainda nos tempos da antiga Telesp, onde transmissão dependia de técnicos para instalar os fios telefônicos, com toda essa dificuldade, a Radio Cultura gerenciada por José Augusto da Cruz montou uma equipe para transmitir jogos de campeonatos locais e rodadas envolvendo equipes da cidade no Campeonato amador Regional. A equipe era comandada pelo Jornalista e Advogado José Aparecido Voltolim. Mesmo atuando com recursos limitados, a rádio dava conta do recado e a equipe era como nos moldes das grandes emissoras com repórteres de campo, comentaristas, equipe de apoio que buscavam informações dos campeonatos paulistas e Brasileiro. No ano de 1995 sobre o comando de Ademir Leonel é formada uma equipe profissional para transmissão de jogos do Campeonato Paulista, Brasileiros e até jogos de Seleção.

A partir deste cenário de pesquisa, o presente trabalho acadêmico vem a somar com outros trabalhos voltados ao radiojornalismo, sendo mais uma opção de consulta e pesquisa aos futuros alunos. Além de um breve relato do Jornalismo esportivo, a principal

essência desse conteúdo será voltada à história de uma emissora de Rádio da região de Jaú, valorizando assim os profissionais que ali trabalham e outros que ali passaram e fizeram história no radio jornalismo regional.

O objetivo geral deste trabalho é criar um programa radiofônico denominado “Golaço” e transmitir aos ouvintes assuntos ligados ao esporte – desde sua história até chegar ao jornalismo Esportivo e às transmissões esportivas, citando os narradores que se tornaram ícones das transmissões esportivas, apresentando áudios de transmissões históricas.

Como objetivos específicos, busca-se abordar os assuntos mais abrangentes relativos à transmissão esportiva da Rádio Cultura de Dois Córregos no ano de 1995. Apresentar áudios de transmissões da época, entrevistas com ex-locutores e integrantes da equipe. E entrevistar o atual gerente da Rádio, Márcio Macheste, levando ao conhecimento de todos os atuais projetos da Rádio e projetos Futuros, entre eles a migração de AM para FM.

2. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica é um importante recurso usado na obtenção de um planejamento inicial de qualquer trabalho de pesquisa. Através de consultas a documentos, identificação e localização da pesquisa escolhida, garante-se o enriquecimento na credibilidade trabalho.

A Revisão de Literatura é um trabalho contínuo e acompanha o pesquisador desde a formulação do problema, objetivos do estudo até análises e resultados. Segundo Stumpf (2008), a consulta à bibliografia pertinente é uma atividade que acompanha o investigador, o docente ou aluno e ao mesmo tempo que orienta a condução do trabalho. Trata-se da coleta, leitura, análise e concatenação de ideias que permite fundamentar uma pesquisa. São consultados livros, artigos científicos, publicações de eventos acadêmicos, entre outras obras de referência.

Outro procedimento metodológico adotado neste trabalho são as entrevistas em profundidade: técnicas de obtenção de informações através do diálogo para fundamentação de um trabalho, sendo muito utilizado com frequência no Jornalismo.

As entrevistas em profundidade permitem enriquecer as informações sobre o assunto pesquisado e abordado. Segundo Duarte (2008, p. 61), foi a partir da segunda guerra mundial que as entrevistas passaram a possuir metodologia própria.

Trata-se de recurso metodológico que contribui na execução de um projeto de pesquisa, possibilita buscar respostas e a partir delas iniciar uma análise, discutir, fazer prospectivas e identificar o problema.

As entrevistas em profundidade são individuais e classificadas como abertas, semiabertas e fechadas. As abertas e semiabertas são do tipo profundidade. A aberta parte de um tema central e a semiaberta, de um roteiro básico. A entrevista fechada inicia com um questionário e são feitas com perguntas iguais para todos. Neste trabalho, foram utilizadas as entrevistas semiabertas, partindo de um roteiro de perguntas, mas permitindo a exploração ampla do tema a partir das respostas dos especialistas selecionados.

A seleção de fontes ocorreu devido a sua ligação à Rádio Cultura de Dois Córregos, como os jornalistas José Aparecido Voltolin e Branco Venarusso, o narrador Ademir Leonel e o repórter Denilson Mônaco.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O programa “Golaço” está dividido em seis blocos com dez minutos cada, totalizando 60 minutos. O primeiro bloco conta com: abertura, apresentação do trabalho e narração sobre a origem do esporte e suas principais modalidades. O segundo bloco fala sobre o jornalismo esportivo no rádio e os principias ícones das narrações e apresentação. O terceiro bloco traz a Rádio Fusão em Dois Córregos e entrevistas com José Aparecido Voltolim e Branco Venarusso. O quarto bloco fala da Rádio Cultura nas transmissões esportivas, formação da primeira equipe profissional entrevistas com Ademir Leonel e Denilson Monaco, apresentação de áudios. O quinto bloco destaca entrevista com o Gerente Marcio Macheste falando sobre os projetos atuais e futuros da Rádio Cultura, abordando assuntos relativos à migração de AM para FM. O sexto e último bloco apresenta consideração finais e agradecimentos.

Em entrevista cedida pelo Jornalista e Advogado José Aparecido Voltolin, ele divide a comunicação de Dois Córregos em duas partes: antes do surgimento da Rádio Cultura e depois.

> Antes da rádio e depois da rádio, tem uma diferença muito grande. 1952 foi a fundação da Rádio Cultura, antes tinha um serviço de alto falante que anunciava todas as novidades da cidade, funcionava principalmente nos finais de semana e a partir do momento que veio uma emissora de rádio legalmente estabelecida, então a comunicação em Dois Córregos mudou, passou a ter uma emissora de rádio precocemente, uma emissora para o tamanho de Dois Córregos, ela ganhou uma emissora em uma época em que o rádio era um veículo de comunicação extraordinário em tempo em que não existia televisão. (VOLTOLIN, 2019).

Outro assunto importante relatado por Voltolin (2019) se refere às transmissões esportivas realizadas pela Rádio Cultura nos anos de 1980.

> Junto com outros colegas e amigos, resolvemos montar uma equipe esportiva. Então a Rádio Cultura já tinha, pelo que tenho conhecimento, um histórico de equipe esportiva. Mas que pela dificuldade do passado era muito complicado montar uma equipe semiprofissional, tempo da Telesp, onde o cidadão que trabalhava tinha que ir até o campo ajeitar a linha, os fios de telefones, para que o som pudesse ir até a rádio. Com toda essa dificuldade, montamos uma equipe semiprofissional, onde nós transmitíamos os jogos do Campeonato Amador e varzeano. (VOLTOLIN, 2019).

Para o radialista, a época em que montaram equipe para participar dos grandes campeonatos é de destaque na história das rádios.

> Montamos uma equipe nos moldes de equipes dos grandes centros, principalmente naquela época na Rádio Bandeirantes em São Paulo, claro que não como o rol e força na Rádio Bandeirantes, mas com repórteres de campos, com locutor esportivo, no caso era eu, comentaristas, equipe completa com plantão no rádio que buscavam informações dos Campeonatos Brasileiro e outros. (VOLTOLIN, 2019).

Voltolin destaque tempos importantes para a rádio quanto à transmissão esportiva, com ênfase para Clineu Alves de Lima, que foi um marco para a cidade de Dois Córregos e para o rádio no interior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Jornalismo Esportivo é uma grande área de atuação e necessita interesse e gosto pelo assunto. Este trabalho apresenta bastante conteúdo sobre o futebol, mas o esporte em si é abrangente e representando por várias modalidades, merecendo destaque e produções específicas – tanto para rádio como para outros veículos de comunicação. O profissional que escolher trabalhar com jornalismo esportivo terá em mente que não é somente o Futebol. Obrigatoriamente, ele terá que saber um pouco sobre as outras modalidades, para isso irá gerar mais empenho na procura de pesquisas e entrevistas. Nas transmissões esportivas, depende muito do talento do narrador, ele é o profissional responsável em transmitir aos ouvintes um cenário imaginário, fazendo com que a audiência enxergue a partida com os ouvidos. As linguagens narrativas do futebol são complexas e cheias de técnicas. Isso torna o trabalho acadêmico, de pesquisa e resgate histórico, relevante para os novos profissionais da área. Para produção deste trabalho, houve dificuldades quanto às fontes de informação, agendamento e realização de entrevistas e até na elaboração das pautas. Por outro lado,

houve empenho na montagem e edição do programa, transformando-o em futura referência para a elaboração de trabalhos semelhantes.

REFERÊNCIAS

AERP – Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná. **Website da AERP**. Curitiba. Disponível em: https://aerp.org.br/geral/radio-tradicao-e-modernidade-em-uma-das-midias-mais-usadas-no-mundo/. Acesso em out. 2019.

DUARTE, Jorge; Barros Antonio. **Metódos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2 e. São Paulo: Contexto , 2009

COELHO, Paulo Vinicius. **Jornalismo Esportivo**. 4 e. São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA, Clineu Alves. **Folhas Secas**. Dois Córregos, SP: Contexto, 1998.

RÁDIO CULTURA. **Website da Rádio Cultura**. Dois Córregos, SP. Disponível em: http://www.radioculturaregional.com.br/. Acesso em: out. 2019.

VOLTOLIN, José Aparecido. **Entrevista para Marcos Siboldi**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo das Faculdades Integradas de Jaú. Set. 2019.

GRAVIDEZ NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Júlia Maganha, Perla Savana Daniel, e-mail: julia.maganha@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, que possui a terceira maior população carcerária do mundo, tem complicações com a situação carcerária, mas este problema é demonstrado nos presídios masculinos. As penitenciárias femininas sofrem de maneira alarmante, de forma agravada para as gestantes e/ou lactantes que se encontram reclusas.

A situação do sistema penitenciário feminino é afrontosa aos Direitos Humanos. As mulheres, submetidas ao aprisionamento, ficam com as condições residuais do sistema masculino, que é a "prioridade" no investimento estatal; ou seja, o que fica "inútil" para o cárcere de homens é destinado ao das mulheres, que além do abandono do Estado, ficam "esquecidas" pelos familiares.

Segundo pesquisa do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (2016), das pouco mais de 37 mil mulheres aprisionadas metade está envolvida com o tráfico de drogas, além de enquadrar-se nas estatísticas de uma sociedade machista: 50% com idade de 18 a 29 anos, 62% solteira, 62% negra, 65% não cursou o ensino médio, maioria é mãe, não possuem antecedentes e possuem dificuldade em permanecerem em empregos formais.

Diversas são as previsões legais sobre os direitos das mães reclusas, como no art. 5º, L, da Constituição Federal, que afirma condições para lactante presa permanecer com seu filho no período da amamentação; o art. 17, IV, da Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/1984); o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 9º, que reafirma as condições necessárias para gestante e lactantes com crianças até 12 anos; entre outras. O Brasil também é signatário das Regras de Bangkok, que é mais um documento afirmativo sobre o tratamento que a gestante deve receber no período de cárcere.

A falta de estrutura para manter um filho com sua mãe privada de liberdade, ou seja, a falta de creches, de celas com espaço suficiente, é uma afronta aos Direitos Humanos. Outra situação aflitiva é a falência no atendimento médico, inclusive nas situações em que as mulheres passam o trabalho de parto algemadas – mesmo com a

proibição legal. Essas são questões que devem ser tratadas nas discussões sobre o fracasso do sistema carcerário brasileiro.

O cárcere gera, por si só, sentimentos e efeitos turbulentos, além disso a socialização de homens e mulheres acontece de maneira diferente, sendo estas estigmadas em padrões de submissas e passivas ao sexo masculino. As encarceradas já são excluídas e estigmatizadas, pela sociedade machista, e carregam “um fardo” por serem mulheres. Após seu ingresso na prisão, recebem uma mancha de delinquente, que se estenderá, mesmo depois da soltura, o que pode ser explicado pela Teoria do Etiquetamento Social[1].

Além da reinserção social e a aproximação da família, as mulheres deveriam gozar das condições necessárias para cuidar de seu filho e ter uma gestação digna durante o período de aprisionamento e o posterior. Dessa maneira, reduziria os danos sociais e pessoais na vida dessas mães, que muitas vezes não conseguem dar o cuidado necessário às crianças, quando em liberdade.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica, básica pura, quali-quantitativa, através de artigos científicos que trataram do assunto com diversas frente. A legislação, nacional e internacional, também foi utilizada para pesquisa – Lei de Execução Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal, Regras de Bangkok.

A leitura de doutrinadores como Santa Rita, Borges e Olga Espinoza, entre outros, foi fonte de pesquisa do projeto, bem como a coleta de dados estatísticos em órgãos como o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça.

A disposição da pesquisa foi multidisciplinar, englobando conteúdos de Direito Processual Penal e Constitucional, além de questões internacionais e de Direitos Humanos. Os temas abordados foram sendo dispostos de maneira conectada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história do sistema penitenciário brasileiro é marcada pelo abandono de políticas públicas na área penal, assim como o desrespeito aos Direitos Humanos.

[1] A Laabeling Approach Theory, ou Teoria do Etiquetamento Social, é uma teoria criminológica marcada pela ideia de que as noções de crime e criminoso são construídas socialmente a partir da definição legal e das ações de instâncias oficiais de controle social a respeito do comportamento de determinados indivíduos.

Desde a implantação da prisão no Brasil, a função da penitenciária nunca foi agradável, pois era utilizada para alojar escravos, doentes, inimigos políticos, ou seja, servia para abrigar e também punir os infratores das regras, mas um lugar que é usado para punir, não consegue alojar de maneira digna (D'EÇA, 2006).

As mulheres aparecem na segunda metade do século XIX, no Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sendo presas no Calabouço; 187 escravas junto com homens. No século XX, mesmo com a separação dos detentos por categorias criminais, não existem estabelecimentos penais exclusivamente femininos, com a justificativa de ser um número reduzido de detentas.

Dificilmente são construídos presídios femininos, geralmente são prédios improvisados (conventos antigos, escolas e hospitais desativados). Quando há um local novo sendo feito é através dos moldes das prisões masculinas, que acabam não atendendo as particularidades femininas, assim como as normas penais e sua execução, bem como a expressão da sexualidade feminina ser vista apenas como objeto de satisfação masculina (Borges, 2007).

O direito à saúde, defesa, assistência social e trabalhos são deveres do Estado, porém não acontece, mesmo com o entendimento que uma pessoa condenada à prisão está privada apenas do direito à liberdade, as detentas são privadas de tudo.

A estrutura médica especializada para mulheres, ainda não foi identificada na maioria dos estabelecimentos (Pesquisa feita pelo Ministério da Justiça, em 2008). Estes informaram que o acompanhamento pré-natal das gestantes presas é realizado pelo SUS.

Durante a Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 2012, o Brasil recebeu uma repreensão por desrespeitar os Direitos Humanos, inclusive questões de gênero, em seu sistema carcerário; ou seja, o sistema prisional feminino brasileiro foi considerado inadequado internacionalmente.

Além a situação dentro da prisão, as mulheres possuem a preocupação de quando forem soltas, pois há uma gama diversificada de dificuldades como a obtenção de trabalho – devido ao estigma de "ex-presidiária" –, a reinserção na comunidade, a aceitação da família que muitas vezes preferem ignorar o fato de ter um membro que esteve no sistema prisional.

Segundo informações do Departamento Penitenciário Nacional, há apenas 58 presídios no país que são exclusivamente femininos. A maioria dos estabelecimentos penais em que elas se encontram detidas são mistos, e nelas são adaptadas alas e celas

para as mulheres, sem qualquer tipo de tratamento voltado para a ressocialização das presas, com equipamentos como creche ou berçário para seus filhos.

A desigualdade é nítida, principalmente por não atender as especificidades da mulher, além de infringir o do princípio constitucional de individualização da pena, da qual decorre a regra constitucional de Direito Penal explicitada no artigo 5º., inciso XLVIII, segundo o qual "[...]a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado...".

A mulher, mesmo inserida no contexto social, foi e é discriminada (FRANCO, 2004). Essa situação é decorrente do uso do discurso médico e psicanalítico a respeito das diferenças entre masculino e feminino, que transmite estereótipos dos papéis sexuais.

O próprio cárcere produz, internamente, efeitos e sentimentos análogos (LOPES, 2007). A despeito disso, mulheres e homens são socializados de maneiras distintas, havendo uma maior convergência de objetivos moralizadores nas detentas, para que estas assumam padrões de submissão e passividade (ROSTAING apud ESPINOZA, 2004).

As encarceradas já são excluídas e estigmatizadas, pela sociedade machista, e carregam "um fardo" por serem mulheres. Após seu ingresso na prisão, recebem uma mancha de delinquente, que se estenderá, mesmo depois da soltura, o que pode ser explicado pela Teoria do Etiquetamento Social (Labeling Approach Theory).

O aumento do número de detentas, com o passar dos anos, confirma teses realizados por ativistas, tempos atrás, que afirmavam que depois de assumirem a "chefia" da casa, com a ascensão do feminismo, a pressão financeira aumentou sobre elas, situação que também é comprovada com os crimes cometidos que serviriam para complemento de renda (crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas, são dois grandes exemplos).

O perfil das gestantes reclusas se dá por meio da observação do Projeto UMI[2], metodologia abordada em razão da falta de informações sobre as gestantes e com o objetivo de obter algum embasamento e expor algumas peculiaridades dessas mulheres.

Esses dados apontam o envolvimento na adolescência dessas mulheres com situações de infração. As mulheres que se encontram custodiadas na UMI são oriundas

[2] Faixa etária dessas mulheres: 50% (idade entre 18 e 25 anos). Estado civil: 99% são solteiras. Inserção escolar: 72% possuem o ensino fundamental incompleto. Motivo do aprisionamento: 43% estão presas por envolvimento com o tráfico de drogas. Já responsabilidade pelos filhos, enquanto permanecem em situação de prisão, 58% dos filhos estão sob responsabilidade das avós. Esses dados demonstram que 72% das pessoas que assumem a responsabilidade pelas crianças, tratam-se de outra mulher (BARBOSA, 2010, p.4)

de famílias em risco e vulnerabilidade social, sendo grande elas as responsáveis por chefiar o lar. Partindo deste princípio, quando são presas “levam” toda a sua família para o encarceramento também.

É garantido ao filho de uma presa o direito à liberdade desde o nascimento, em contrapartida o artigo 9º do ECA prevê que “*o poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade*”. Em complemento deste, a Lei de Execução Penal traz em seu artigo 83, § 2º, a regulamentação dos estabelecimentos penitenciários; “*os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade*.”.

No artigo 89, da LEP, dispõe que, mesmo depois da amamentação, as crianças que ainda dependem da mãe podem ficar até os sete anos de idade com a liberdade cerceada.

> Art.89, LEP: “[...] A penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar a crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa. ”

O artigo 5º, em seu inciso XLIX, da Constituição Federal (1988) garante ao cidadão recluso o respeito à integridade física e mental. Como garantia das condições básicas nos presídios, a Lei nº 7.210/94, apresenta as assistências que o Estado deve comprimir, são elas: à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

De acordo com o artigo 117, da LEP, será admissível o regime aberto em residência particular em caso de condenada gestante. Fica a dever do Estado, da OAB, assim como a Defensoria Pública, estender a prisão domiciliar a todos os casos que a unidade prisional não tiver condições ideais.

Por regra, genitoras que não oferecem risco a si ou a outrem, possuem a garantia de passar parte da gestação em casa, para cuidar de seu filho até os 06 meses de idade, para que o vínculo materno e familiar seja fortalecido, garantindo um crescimento saudável à criança.

Assim como o sistema prisional, o sistema de saúde pública está em crise. As verbas para saúde não são suficientes, e quando existem, são corrompidas pela má gestão e a corrupção.

Além da situação que as dependentes químicas passam, durante do aprisionamento, algumas grávidas sequer fizeram o pré-natal e Papanicolau (exames

obrigatórios no acompanhamento da gravidez) e até situações em que o parto foi realizado dentro da prisão.

Segundo as detentas, a administração dos presídios e os médicos responsáveis receitam remédios controlados para mantê-las "dóceis". Ainda de acordo com relatos de detentas, algumas delas alegam nunca ter visto um ginecologista ou obstetra durante a gestação. Outras contam ter dormido no chão já com gravidez avançada ou com o bebê recém-nascido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal intuito desta pesquisa foi demonstrar que existem previsões legais, nacionais e internacionais, sobre o dever do Estado em manter uma gestante e uma mãe junto ao filho, mesmo quando em condição de encarceramento.

A garantia dos direitos é diretamente ligada com a economia com destinação a melhorias, inclusive de vagas, visando a diminuição da superlotação, porém não é o único problema que gera a crise do sistema prisional brasileiro, mas um conjunto de situações degradantes que comprometem as condições dos reclusos, muitas vezes ferindo os Direitos Humanos, tais como a dignidade humana, o acesso à saúde e ao trabalho, entre outros, permitindo que estes cumpram a pena com o mínimo de dignidade.

A busca por melhorias é inevitável, muito além da legislação é o cumprimento delas, porém as políticas públicas não o crescimento da população prisional, nem as especificidades das necessidades femininas. As conquistas provindas de leis, julgados e tratados internacionais são muitas, porém insuficientes, ainda. Esta mudança poderá ocorrer se o Estado, aliado com a população, concorrer para que os direitos das presas gestantes e mães sejam garantidos e atendidos.

REFERÊNCIAS

BORGES, Paulo César Corrêa. **Direito penal democrático.** 1. ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.hmt>. Acesso em 25 de março de 2019.

BRASIL. **Lei 7.210**, de 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em 25 de março de 2019.

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 26 de março de 2019.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

FRANCO, Alberto Silva. Prólogo. In: ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

ITTC. **Orientações para uma política de desencarceramento de mulheres** – implantando as regras de Bangkok no Brasil. Disponível em: <http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2016/04/orientacoes.pdf> Acesso em 21 de abril de 2019.

LOPES, Rosalice. **Memórias de pesquisa: a experiência de uma psicóloga no interior de uma prisão feminina**. Imaginário, São Paulo, v.13, n.14, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2007000100020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 de abril de 2019.5

SILVESTRIN, Sara Helena Piccoli. **As violações aos direitos das mulheres mães e gestantes nas penitenciárias femininas brasileiras**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177317>. Acesso em 08 de abril 2019.

VASONE, Nathália Blockwitz; SANTANA, Isael José. **Mulheres e prisão: gestação e liberdade.** Universidade Federal de Santa Catarina. Paranaíba, 2015. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/3111-4606-1-pb_1.pdf>. Acesso em 01 de abril 2019.

WUNDER, Patrícia Talita Steiernagel. **Reflexões sobre o artigo 5º, inciso L, da Constituição Federal de 1988, e as condições das mulheres encarceradas no período de gestação e aleitamento materno.** Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grando do Sul. Ijuí, 2014. Disponível em <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2564>. Acesso em 23 abril de 2019.

GURU DO EMPREENDEDOR: UMA PLATAFORMA DE MARKETING PARA MICRO EMPREENDEDORES

Bruno Storion, Murilo Ronchesel, e-mail: bruno_storion@hotmail.com.br

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da tecnologia e a tentativa de simplificação para aberturas de CNPJ, iniciou-se um processo de expansão empresarial, somente no mês de janeiro de 2018, foram registrados 180.146 novos Microempreendedores Individuais (MEI), aproximadamente 86% das novas empresas no Brasil.

Concatenado a esse dado de abertura de novas MEI's no Brasil, é importante frisar que ao mesmo tempo em que empresas são abertas o Brasil, praticamente o mesmo montante é fechada, segundo dados do IBGE, no ano de 2015, ano em que foi realizada a última pesquisa, 708,6 mil empresas foram abertas, enquanto 713,6 mil foram fechadas, sendo assim o Brasil um país em que mais empresas fecham as portas em um ano do que são criadas.

Segundo o professor Edison Kalaf, do Business School São Paulo (BSP) em entrevista para o portal de notícias Terra no ano de 2012, sobre fatores que acarretam a falência de empresas, um dos fatores de uma microempresa fechar as portas é a falta de divulgação e planeamento de marketing, no momento de abrir a empresa, os empresários se esquecem de guardar dinheiro para marketing e divulgação, neste momento os empreendedores e empresários não se atentam ou não sabem a importância do marketing para empresas, algumas vezes ignorado por ser encarado como um gasto e não um investimento e outras pela falta de conhecimento no assunto.

O investimento em marketing é primordial para o lançamento, sobrevivência e renovação de uma empresa, independente de seu porte, seja uma microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), micro empreendedor individual (MEI) ou outra modalidade.

O problema encontrado então é a alta taxa de falências no mercado empreendedor (IBGE – 2015) devido à má estrutura de marketing e não investimento publicitário, esse fator se tornou incentivo para a produção de uma solução para essa deficiência. Como proposta para a solução deste problema vem o Guru do

Empreendedor, um aplicativo que compartilhará ensinamentos sobre marketing, com o foco no empreendedor, funcionará como uma plataforma de e-learning, onde você aprende através da internet. O aplicativo conta com a participação de especialistas em marketing e empreendedorismo para compartilhar seus conhecimentos e garantir uma segurança para o empreendedor em relação ao marketing.

2 METODOLOGIA

Como o objetivo da pesquisa é adquirir conhecimentos sobre marketing que possam ser transformados em um aplicativo para celulares que ajude o microempreendedor a alavancar sua empresa e transformá-la em uma marca forte o método de pesquisa utilizado foi o de pesquisa bibliográfica com caráter exploratório, pois como explica Antonio Carlos Gil:

> Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. (GIL, 2002, P.41)

Podemos perceber através de pesquisa embasada nos dados do SEBRAE e IBGE que a taxa de empresas fechadas está quase na taxa de novas empresas, o que pode ser um dado preocupante e desfavorável aos negócios, e um dos principais fatores para isso é a falta de divulgação e investimento em marketing, como disse o professor Edison Kalaf, do Business School São Paulo (BSP) em entrevista para a Terra em 2012.

Essa dificuldade que os empreendedores encontram com o marketing se tornou o ponto motivador para a criação de um aplicativo que ajudasse essa pessoa a tirar sua empresa da estagnação e criar uma empresa de valor, onde qualquer dúvida pudesse ser tirada e explicada para esse empreendedor, e onde fossem passadas “lições de casa” para que possa ser aplicada na empresa tornando esse aplicativo, um mentor, um guru de marketing, o que nos traz o nome Guru do Empreendedor.

Para embasar as ideias do aplicativo e conseguirmos criar um guru, foram realizados estudos onde podemos criar uma relação entre marketing, brand equity e comunicação, os três pilares para transformar o empreendedor comum em um empreendedor de sucesso, com uma marca forte e reconhecida no mercado em que atua.

Através de estudos, embasados em teóricos como, Kotler, Keller, Aaker, Azevedo e Pomeranz podemos perceber que esse conhecimento sobre marketing pode ser totalmente aplicável para empresas, e ensinado, e podemos chegar a conclusão de que

para se conceber uma marca forte precisamos passar pelo caminho de: Conquistar e manter clientes, investir em marketing para conquistar resultados, precisamos ter uma comunicação clara com o clientes, atingir o conhecimento de marca, gerar lealdade e gerar valor. Com esses estudo propostos podemos transformar a empresa e gerar uma marca forte a partir de uma microempresa, o que acaba refletindo até diminuição da taxa de empresas que fecham as portas, sendo uma ferramenta extremamente importante para o empreendedor.

Também foi realizado um estudo sobre as tecnologias na comunicação, onde pudemos analisar e compreender como se comportam os aplicativos, o que se tornou muito importante para nortear a produção do Guru do empreendedor, que será todo pensado para que agrade funcionalmente e visualmente ao empreendedor que consumirá o Guru do empreendedor, já que é de conhecimento que o visual e funcionalidade são de demasiada importância para prender a atenção e manter o consumidor utilizando o aplicativo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com esses dados do Serasa sobre a alta taxa de empresas que faliram no ano de 2015 junto com o conhecimento de Edson Kalaf em entrevista ao portal de jornalismo Terra no ano de 2012 é proposto um produto que ajude os empreendedores a começar a conhecer e investir em marketing, para, através dos meios digitais conquistarem seus primeiros resultados positivos para sua empresa com técnicas como patrocínio em redes sociais (Facebook e Instagram) e patrocínio em plataformas de pesquisa (Google). Ainda no livro Marketing de Resultados, os autores trazem técnicas para avançarmos com os clientes que conquistamos através da comunicação proposta para a obtenção de mais clientes, agora vamos começar a trabalhar algumas estratégias para que o nosso lead se torne aquecido, é o momento de realmente vender o nosso produto ou serviço para os nossos clientes potenciais, para isso usaremos estratégias de marketing por duas vertentes.

É interessante observar como os autores Abaetê de Azevedo e Ricardo Pomeranz abordam o tema no livro *Marketing de Resultados*, como por exemplo, o uso de marketing permissivo, que vem na contramão do marketing tradicional e de interrupção. O marketing de permissão trabalha totalmente o oposto do marketing de interrupção, aqui o anunciante deve pedir a permissão para encaminhar suas ofertas e anúncios para

esse público, e com esse novo estilo de marketing, paramos de gritar metaforicamente para as pessoas,

> Dessa maneira, a necessidade de altos investimentos para chamar a atenção das pessoas é substituída pela alocação de recursos para as estratégias de desenvolvimento contínuo do relacionamento com o público-alvo (AZEVEDO E POMERANZ, 2004, p.75).

Essa comunicação permissiva deve seguir três premissas para ser funcional e não ser inconveniente, a primeira e principal é que essa comunicação deve ser antecipada, o seu envio deve ser permitido, um exemplo é o e-mail marketing e o spam, o e-mail marketing é permissivo, o spam é o e-mail que não é autorizado, o que o torna inconveniente.

O segundo ponto dessa comunicação permissiva é transmitir uma mensagem personalizada, pois a pessoa te dá acesso a se comunicar com ela, porém ela espera uma mensagem pessoal, algo customizado para ele, já que ele te dá essa intimidade, quer receber um tratamento individual, então devemos prestar atenção ao modo de comunicação para manter esse possível cliente ao escopo de contatos, com o passar dos anos e com o advento de novas tecnologias, podemos criar uma comunicação personalizada de forma automatizada, hoje é fácil listar plataformas que já realizam esse contato e que dependem cada vez menos de intervenção humana. E como item final a mensagem deve ser relevante, você precisa apresentar algo que interesse ao seu consumidor, senão tudo que foi trabalhado até aqui será perdido, e para isso a empresa deve estar sempre antena da sobre o que seus contatos estão consumindo e seus interesses, para assim não perder o tempo investido em contato.

Nesta capitulo conseguimos analisar algumas maneiras para obter resultados, podemos analisar as divergências entre o marketing de interrupção e o marketing permissivo, onde podemos perceber que em vários casos o marketing de permissão pode ser a alternativa mais atrativa para atingir o publico com eficiência, já que ele não tem sua atividade interrompida, como uma comercial de televisão que interrompe a programação e ele dá o aval, a permissão para você enviar conteúdo publicitário para ele, porém não devemos desmerecer o marketing de interrupção, onde entramos no quesito em que uma comunicação não exclui a outra. Porém como o público do aplicativo Guru do Empreendedor é focado em MEI, o principal marketing a ser utilizado é o permissivo, já que podemos começar com pouco dinheiro e atrair mais a atenção dos consumidores o que cura a ferida dos micro empreendedores individuais que é o

processo de inicialização de sua empresa, onde o orçamento para investimento em publicidade é reduzido e deve ser muito bem estruturado e que não corra os riscos do marketing de interrupção, que não é tão efetivo quanto o marketing permissivo, que será utilizado para que cada centavo valha a pena para o empreendedor. Dentro do mix de marketing que será utilizado no aplicativo, podemos citar Facebook/Instagram Ads, email marketing e outras ferramentas que serão apresentadas posteriormente.

Logo, o resultado dessa pesquisa se torna o produto, o aplicativo roda como web app,, onde não exige nenhuma instalação, não consumindo a memoria do celular e podendo ser executado em computadores, e não só em celulares. Apenas com o login que pode ser feito através do facebook o empreendedor já pode conferir o conteúdo criado especialmente para ele. O aplicativo visa ser o mais simples possível, tanto para atrair o consumidor quanto para facilitar o processo de aprendizagem, logo, não é necessário criar um cadastro complicado com vários tópicos, apenas um login de facebook já basta. O conteúdo será dividido em módulos, onde o empreendedor passa por todo processo de aprendizado. Os módulos contam com conteúdo de texto, áudio e vídeo, sendo os conteúdos de vídeo mais complexo, exigindo mais atenção do empreendedor, o áudio um conteúdo mais leve e rápido, já o texto traz uma intervenção teórica ao entrevistado. Assim o aplicativo é fácil e intuitivo, visando sempre melhorar a experiência do consumidor e fazer com que ele se torne um usuário fiel e alavanque o seu negócio com o aprendizado adquirido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização pesquisas baseadas em dados do IBGE, Serasa e Sebrae pode-se analisar que o Brasil passa por um processo onde mais empresas fecham as portas do que abrem, e o principal fator desse dado é a falta de investimento em marketing.

Através dessa descoberta, pode-se traçar uma oportunidade de mercado, onde ensinar o básico de marketing para empreendedores através de um aplicativo com a proposta de estender a vida da empresa e garantir o futuro ao empreendedor.

A contribuição do aplicativo Guru do Empreendedor para a sociedade é no fato de ajudar o empreendedor com os quesitos marketing, tanto teórico quanto prático e empreendedorismo, com isso, a taxa de fechamento de empresas seria reduzida e o desemprego derivado dessas empresas também seria reduzida, assim proporcionando benefício social e econômico em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

AAKER, David A. Marcas: Brand Equity Gerenciando o Valor da Marca. São Paulo: Negócio Editora, 1998

COSTA, Gilberto. Negócios Eletrônicos: Uma abordagem estratégica e gerencial. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

DA SILVA, Flavio Augusto. Geração de Valor 2: Plantando sonhos, colhendo conquistas. 1. ed. [S. l.]: Sextante, 2015.

DA SILVA, Flavio Augusto. Geração de Valor 3: É só o começo. 1. ed. [S. l.]: Buzz, 2016.

DA SILVA, Flavio Augusto. Geração de Valor: Compartilhando inspiração. 1. ed. [S. l.]: Sextante, 2014.

DE AZEVEDO, Abaetê; POMERANZ, Ricardo. Marketing de Resultados. 1. ed. São Paulo: M.Books do Brasil Editora, 2004.

GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVATTO, Ana Claudia. Propaganda Responsável: é o que todo anunciante deve fazer. 1. ed. [S. l.]: Senac, 2007.

JANEIRO tem recorde de novos microempreendedores individuais registrados. 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-deimprensa/janeiro-tem-recorde-de-novos-microempreendedores-individuaisregistrados>. Acesso em: 28 dez. 2018.

KOTLER, Philip; HAYES, Thomas; BLOOM, Paul. Marketing de Serviços Profissionais: Estratégias Inovadoras para Impulsionar sua Atividade, sua imagem e seus Lucros. 2. ed. rev. [S. l.]: Manole, 2002.

KOTLER, Philip. Marketing 4.0: Do tradicional ao digital. [S. l.]: Sextante, 2017.

KOTLER, Philiph; KELLER, Kevin. Administração de Marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

ROCHA, Erico. Como usar a internet para alavancar suas vendas ou criar um negócio digital do zero: o guia definitivo. São Paulo: Buzz, 2017.

SANIELE, Bruna. Conheça 5 fatores que levam uma pequena empresa à falência. 2012. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/conheca-5fatores-que-levam-uma-pequena-empresa-afalencia,80087e29dd66b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 28 dez. 2018.

HEIDEGGER A PARTIR DA LINGUAGEM

Victoria Rebeca de Castro, Aguinaldo José da Silva Gomes, e-mail: xvictoria.psico@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa discutir a questão da linguagem a partir do filósofo existencialista Martin Heidegger· A compreensão da linguagem com o referencial ontológico heideggeriano mostra relevância ao devolver ao homem sua liberdade originária, com especial importância às áreas do conhecimento humano, tal como a analítica de abordagem existencial-fenomenológica que tem seu fundamento metodológico pautado na ontologia compreendida por Heidegger, em que a linguagem não aprisionada aos conceitos técnico-científicos modernos é ponto de partida (FEIJOO, 2017).

Em “A caminho da Linguagem”, Heidegger (2015) fala que habitualmente a linguagem é apresentada como ativação dos órgãos vocais da fala ou como um instrumento a serviço do homem. Refletir a partir da linguagem é compreender seus modos de dizer, seja o pensamento, a poética, a escuta, o silêncio ou o próprio falar e comunicar. Para o filósofo, a linguagem é a morada do ser e nesse sentido falar da linguagem é um estar a caminho do lugar onde o ser já está.

Ontologicamente compreendida a linguagem é essencialmente polissêmica e capaz de ir além da exatidão dos conceitos. Em virtude disso, a linguagem pensada por Heidegger (2015) só poderá ser escutada com o abandono dos significados semânticos e com a busca de experiências com a linguagem que superem seu uso como instrumento de informação. Heidegger (2015, p. 122) ressalta que “[...] é indispensável perdermos o hábito de só ouvir o que já compreendemos”.

Dutra (2017) alerta para o risco de cair nas armadilhas cotidianas e, perdendo-se na linguagem que foge à reflexão, perder o sentido de si e da própria existência, mantendo oculta sua condição de liberdade. Ao pensar nesse perigo, reconhecido pela ontologia heideggeriana, é encontrado o sentido de cuidar do lugar onde mora o ser, quer dizer, de cuidar das questões da linguagem.

Por compreender a precisão de tal cuidado e as restrições de escuta da linguagem originária em decorrência da familiaridade humana aos modos de linguagem comuns, fica em aberto o reconhecimento das possibilidades de aceno para a escuta da linguagem. Assume-se que no meio acadêmico o aceno para a escuta da linguagem ontológica alcance maiores possibilidades de visão a partir de uma escrita literária.

Considerando isso, este trabalho tem como objetivo principal compreender a noção de linguagem discutida por Heidegger e o pensamento heideggeriano a partir da linguagem. Além disso, há o objetivo secundário de investigar como a linguagem ontológica tem sido referenciada na literatura brasileira.

2 METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos foi realizada uma revisão bibliográfica exploratória qualitativa, o que quer dizer que a pesquisa se deu por meio da leitura e análise de literatura já publicada para mostrar o que se fala a respeito da temática, a fim de proporcionar o conhecimento do leitor sobre o assunto.

O procedimento da coleta de dados, isto é, o levantamento da literatura, aconteceu por meio da pesquisa das palavras-chave “Heidegger” e “Linguagem” nas bases de dados Scielo e Pepsic. As palavras-chave foram pesquisadas com o indicador “palavras no título”. A busca resultou no encontro de seis trabalhos, sendo um deles referente a uma tese de doutorado constando apenas o resumo na base de dados, por esse motivo o trabalho não foi incluído. Foram incluídos os outros cinco trabalhos, por se tratarem de artigos científicos com as palavras “Heidegger” e “Linguagem” no título.

3 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Duarte (2005) a reflexão ontológica heideggeriana a respeito da linguagem está presente em toda a sua obra, desde Ser e Tempo, mostrando-se com maior exuberância em suas obras tardias. A crítica de Heidegger refere-se aos modos de entendimento da linguagem enquanto instrumento de comunicação, como um conjunto de signos lógicos e gramaticais potencializados pelo aparelho fonador, conforme sugerem os linguistas. Dessas definições não se pode dizer que são falsas, mas que encobrem o caráter originário do discurso enquanto constituinte da abertura do ser-aí, obscurecendo a ligação ontológica entre o ser que somos e o ser da linguagem. O discurso da linguagem preso aos modos impróprios e cotidianos de ser-aí pode ser

referido como falatório, um regulador que obstrui a apropriação das possibilidades de linguagem e oculta o sentido do que se fala e da escuta.

Ontologicamente compreendida a linguagem não se trata de uma atividade pertencente ao homem. Contrapondo-se ao pensamento tradicional, é o homem que pertence à linguagem e existe a partir dela (DUARTE, 2005). Daí compreende-se que a essência da linguagem está na própria constituição existencial de abertura.

Segundo Duarte (2005), em “Ser e Tempo” no parágrafo 34 Heidegger se dedica a uma distinção entre discurso e linguagem. O discurso é compreendido como uma instância ontológica de expressão das línguas ônticas. O discurso articula a compreensibilidade significativa do ser-no-mundo, que já se encontra aberto à compreensão, possibilitando a comunicação entre os homens. Nessa trama, o discurso e a compreensão se dão a partir das possibilidades existenciais da escuta e do silêncio, que são também modos de dizer. Duarte (2005) mostra que somente quem se cala pode ouvir a si mesmo e aos outros, que escuta não é simplesmente ouvir ruídos, assim como falar não quer dizer emitir sons e silenciar não quer dizer a ausência de som.

De acordo com Duarte (2005) essas primeiras reflexões são constituintes do período da ontologia fundamental da análise da linguagem, em proximidade com a analítica existencial, em que a linguagem teria o mesmo modo de ser do ser-aí e evidencia seu poder de amostragem, referido como a saga que põe o homem a caminho de um dizer mais próprio. Mais tarde, as ideias de Heidegger passam por um desdobramento em que o ser-aí é compreendido como já lançado na clareira do ser, quer seja, na própria linguagem. No pensamento tardio emerge o pensar a essência da linguagem como o mesmo que pensar a essência do homem, conduzindo-o ao seu lugar de essência – a linguagem. A linguagem é então compreendida como a casa do ser, em sua essência que se mostra apenas em indícios e acenos.

Nesse segundo momento, o pensamento da linguagem é poético-meditativo, não objetificante, não calculante e não representacional. Duarte (2005) adverte que pensar a linguagem meditativa requer exposição ao estranho, requer interrogação do ser da linguagem. Não pretende prestar informações, resolver coisas, causar efeitos e fornecer justificativas. A linguagem poético-meditativa apenas experimenta acolher o pensamento e a linguagem.

Segundo Stefani e Cruz (2019) o problema da linguagem pensado por Heidegger é uma questão das possibilidades da linguagem, que ao criar o mundo com seus modos

de dizer assume a condição das possibilidades de ser-no-mundo. Falar de linguagem é falar a partir dela mesma, pois precede e ultrapassa o homem.

Entre os possíveis da linguagem, a interpretação e a lógica se mostram, mas não dão conta de compreender sua pluralidade tampouco a questão do ser, ao contrário, acabam por tangenciar o esquecimento do ser que somente retornará à luz a partir da linguagem ontologicamente compreendida. A ontologia da linguagem acena para uma análise da totalidade, contrapondo-se à análise das significações isoladas apreendidas pelo pensamento científico moderno (STEFANI; CRUZ, 2019).

Stefani e Cruz (2019) retomam que a linguagem como casa do ser constitui a recusa da tentativa de controlá-la e compreendem que a linguagem autêntica toca com seu vigor o homem quando este já não é capaz de encontrar palavras para dizer aquilo que o provoca. Nesse sentido, a linguagem é um incessante estar a caminho do novo.

De acordo com Castro (2014) o pensamento de Heidegger acerca da linguagem fala de uma desconstrução da noção de sujeito e subjetividade presentes no pensamento ocidental moderno. A desconstrução se dá pela ideia de que a linguagem não é externa ao sujeito, tal como um sujeito de linguagem, mas é o lugar onde o ser está, isto é, o ser habita o mundo ocupado pela linguagem. Isso decorre da condição de ser-no-mundo e ser-com-outros.

O fundamento ontológico da linguagem é o falar e o falar é co-originário da abertura de ser-no-mundo juntamente com a afetação e o compreender. A ideia do falar mostra que a linguagem não preexiste à fala, isto é, não é um instrumento já dado à disposição do homem, mas é condição ontológica. De acordo com Castro (2014), o falar é entendido como sentido, que partindo da compreensão lançará o Dasein na interação com outros.

Ontologicamente falando, o falar não exprime uma interioridade no mundo exterior, pois ser-aí é já ser para fora. O falar é a articulação da compreensão com o sentimento das situações vividas, portanto co-originário com a afetação e o compreender. O falar é-com o sentimento de ser-no-mundo e com a compreensão. Ao ser pronunciado o falar se torna linguagem (CASTRO, 2014).

Na explicitação de uma compreensão há o chamado da comunicação. Castro (2014) fala da diferenciação feita por Heidegger da comunicação ôntica em relação ao fenômeno ontológico da comunicação. Do ponto de vista ôntico a comunicação quer dizer falar com o outro. Do ponto de vista ontológico a comunicação equivale ao sentido da experiência de compreender alguma coisa, tem como fundamento o falar.

É em consideração a isso que Castro (2014) sugere que o problema heideggeriano da linguagem possa ser um problema da comunicação, isto é, um problema de ser-aí-com-outros. Nesse sentido, a comunicação está para o sentido intersubjetivamente constituído pela experiência de ser-no-mundo-com. O sentido não quer dizer que as estruturas significantes sejam interpretativas, mas as mesmas.

Sampaio, Araújo e Macedo (2015) evidenciam um diálogo possível entre Heidegger e Mikhail Bakhtin, ambos filósofos estudiosos de Husserl, acerca da compreensão do acontecimento do ser na linguagem. Segundo os autores, ambos os filósofos propuseram o retorno à filosofia primeira, quer seja, o pensamento da verdade do ser, o questionamento sobre o sentido das coisas e o acesso ao que a linguagem diz.

Ao compreender a linguagem como experiência pensante, Sampaio, Araújo e Macedo (2015) atestam que, tanto para Heidegger quanto para Bakhtin, a linguagem como condição do pensamento do ser é irrepetível e criativa. Outra ligação entre os filósofos é a ideia de que a experiência com a linguagem está para além da aquisição de conhecimentos linguísticos.

Bakhtin e Heidegger aproximam suas linhas de pensamento também ao compreender a presença do ser no mundo com os outros a partir da linguagem, ao compreender a escuta da linguagem como a convocação do pensamento que se move em abertura no compromisso com sua historicidade e na compreensão de que a linguagem abrange significados já dados com os quais o ser entra em contato ao ser lançado no mundo (SAMPAIO; ARAÚJO; MACEDO, 2015).

Segundo Loparic (2004) os problemas de Heidegger são com a linguagem e não sobre ela. Um dos problemas fundamentais de Heidegger com a linguagem é o que diz respeito à linguagem objetificante, representada por Kant, e que distancia o ser da pergunta fundamental do que são as coisas ou os entes e propicia seu próprio esquecimento, ameaçando o sentido do ente-ser.

Loparic (2004) fala sobre como Kant desenvolveu uma categoria de conceitos para entender as perguntas fundamentais, com bases lógico-semânticas. Com seus conceitos, a compreensão da essência dos entes é abandonada, os entes ou objetos são determinados por categorias conceituais.

Conta Loparic (2004) que para Heidegger a ideia de objetificação dos entes é perigosa, pois quando o ser é determinado como objeto possível de representação fica exposto à técnica moderna e tão logo aos conceitos comuns, tais como os propostos por Kant. Representado pelos conceitos, a casa do ser se oculta e a linguagem torna-se tão

somente uma suposição semântica. Desabrigado o ser se prende e perde o sentido. Eis o perigo da linguagem: ficar reduzida a um discurso conceitual de mundo definido intuitivamente. A defesa contra tal perigo, sugere Loparic (2004), é a fuga da linguagem objetificante e o retorno à essência da linguagem, isto é, a ela mesma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, é possível chegar às considerações finais de que o pensamento de Heidegger a partir da linguagem passa por um desdobramento que dá indícios iniciais em “Ser e Tempo”, com a questão da ontologia, as preocupações com os modos de ser-no-mundo, o falar, a comunicação, a compreensão originária e outros constituintes existenciais. Chega então ao pensamento tardio, em “A caminho da linguagem” e “Cartas sobre o humanismo”, em que o problema da linguagem constitui o problema da morada do ser. Em ambos os tempos, mantém a crítica ao entendimento da linguagem enquanto instrumento, signo e conceito. Permanece também o diálogo acerca da escuta e do silêncio como modos de dizer. Em virtude desses dois tempos do pensamento heideggeriano é que se pode notar as diferentes falas entre a literatura encontrada.

É possível ressaltar a crítica aos conceitos de linguagem modernos. Contudo, isso não quer dizer que tais conceitos sejam falsos e devam ser abolidos, o que se pretende é uma suspensão deles com via à escuta do que diz a linguagem que é própria do ser, que é criativa, que se dá em abertura, que devolve ao homem seu poder-ser em liberdade e que por vezes vigora em silêncio.

Este trabalho contribuiu com o levantamento de reflexões e discussões acerca do problema da linguagem pensado por Heidegger, implicando na compreensão de sua ontologia fundamental. Ressalta-se a pertinência da temática à analítica fenomenológico-existencial, embora o trabalho apresente a limitação de não referir-se diretamente a ela.

REFERÊNCIAS

CASTRO, F. F. Linguagem e comunicação em Heidegger.**Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 85-94, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532014000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 27 set. 2019.

DUARTE, A. Heidegger e a linguagem: do acolhimento do ser ao acolhimento do outro. **Natureza humana**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 129-158, jun. 2005. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302005000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 27 set. 2019.

DUTRA, E. Plantão Psicológico Numa Clínica-Escola: A Escuta do Sofrimento Existencial de Universitários. In: FEIJOO, A. M. L. C.; LESSA, M. B. M. F. (Org.). **Fenomenologia e práticas clínicas II**. 1. ed. Rio de Janeiro: IFEN, 2017, p. 109-129.

FEIJOO, A. M. L C. Impasses da Clínica Psicológica Existencial em um mundo tecnocrata. In: FEIJOO, A. M. L. C.; LESSA, M. B. M. F. (Org.). **Fenomenologia e práticas clínicas II**. 1. ed. Rio de Janeiro: IFEN, 2017, p. 31-50.

HEIDEGGER, M. **A caminho da linguagem**. Tradução Márcia Sá Cavalcante Schuback. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

LOPARIC, Zeljko. A linguagem objetificante de Kant e a linguagem não-objetificante de Heidegger. **Natureza humana**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 9-27, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302004000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 27 set. 2019.

SAMPAIO, M. C. H.; ARAUJO, K. D. S.; MACEDO, E. B. I. Bakhtin e Heidegger: caminhos para a compreensão e interpretação do acontecimento do ser na linguagem. **Bakhtiniana, Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 205-221, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732015000300205&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2019.

STEFANI, J.; CRUZ, N. O. Compreensão e linguagem em Heidegger: ex-sistência, abertura ontológica e hermenêutica. **Bakhtiniana, Revista de Estudos do Discurso**, v. 14, n. 2, p. 112-127, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732019000200112>. Acesso em: 27 set. 2019.

HIDROGINÁSTICA: BENEFÍCIOS PARA O PÚBLICO IDOSO

Ana Beatriz Arruda Marcoantonio, Marcela Thaís Lima, Juliana Inhesta Limão Thiengo,
e-mail: anabia_arruda_marco@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural do ser humano, nesta fase ocorre uma série de alterações fisiológicas, psicológicas e sociais que variam de pessoa para pessoa.

O processo de envelhecimento conduz várias mudanças no organismo, sendo elas: perda progressiva das aptidões funcionais: neuro motoras, musculares, cardiorrespiratórias e cardiovasculares. Essas mudanças aumentam a probabilidade do sedentarismo, pois essas alterações promovem dificuldade para o movimentar-se (ALVES *et al*. 2004).

Silva (2014) destaca que os idosos precisam adaptar essas transformações acarretadas com o avanço da idade, para possibilitar que os mesmos tenham uma vida saudável e prazerosa. Essas adaptações podem ser facilitadas com a atividade física ou com o exercício físico, sendo a hidroginástica uma ótima opção para esse grupo, garantindo um envelhecimento com qualidade de vida.

A prática da hidroginástica é caracterizada por exercícios físicos no meio liquido o que facilita a realização de movimentos que no ambiente terrestre seriam mais difíceis ou impossíveis de serem realizados, além de trazer inúmeros benefícios aos seus praticantes.

Novais (2001) argumenta que as atividades mais recomendadas por médicos para os idosos são a hidroginástica e a natação, pois estas são práticas corporais desenvolvidas no meio líquido, proporcionando menor impacto nas articulações durante o exercício, o que promove menos riscos à saúde e ao mesmo tempo propicia a melhora do desempenho físico e motor.

Um fator relevante para o desenvolvimento da pesquisa é o fato de que o público idoso brasileiro está aumentando e vivendo por mais tempo, e que o mesmo necessita de um acompanhamento especializado por um profissional de Educação Física para viver melhor. Para isso a prática da hidroginástica, devido aos efeitos físicos da água

sobre o organismo, é uma prática adequada e recomendada também por outros profissionais da saúde, com isso pode-se afirmar a importância do tema de estudo para a sociedade atual. O objetivo do trabalho foi identificar os efeitos da hidroginástica na qualidade de vida do idoso.

2 METODOLOGIA

O estudo consiste em uma pesquisa qualitativa caracterizada indireta por meio de uma revisão bibliográfica com a ideia de identificar os efeitos que a pratica da hidroginástica proporciona aos idosos.

E para a realização dessa pesquisa foram utilizados os termos: hidroginástica, hidroginástica para idosos, benefícios da hidroginástica, envelhecimento, métodos de pesquisas, nas bases de dados: Scielo e Google Acadêmico. Sendo utilizados para a construção desse trabalho artigos científicos, textos acadêmicos e livros datados de 2001 a 2014.

A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (MARTINS, 2001).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Santos (2002), o processo de envelhecimento varia de cada pessoa, pois está relacionado a diferentes fatores como: hereditariedade, estado emocional, condições econômicas e culturais. Schneider e Irigaray (2008) relatam que a pessoa mais velha é compreendida como idosa quando chega aos 60 anos, independente do seu estado biológico, psicológico e social.

No processo de envelhecimento, ocorrem diversas mudanças nos aspectos físicos, motor e psicossocial que interferem no dia a dia dos idosos. As diminuições progressivas das aptidões físicas são características físico-funcionais que ocorrem no processo de envelhecimento do idoso.

É observado que o número de idosos vem aumentado cada vez mais. Segundo a projeção divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) a população brasileira está a caminho do envelhecimento. E o percentual de pessoas acima de 65 anos passara de 9,2% para 25,5% até o ano de 2060. Segundo dados da pesquisa, pessoas com mais de 65 em 2010 representava 7,3% da população, já em 2034 atingirá 15% da população, ultrapassando de 20% em 2046.

Os dados da projeção do IBGE (2018) apontam que a população idosa deve dobrar no Brasil até o ano de 2040 em relação com os números de 2017. Outros dados do IBGE (2018) que está disponível no R7 também relatam o aumento no número de idosos com o passar dos anos. Enquanto isso o número de crianças e adolescentes vão reduzirem. Diante disso podemos entender que o mundo está envelhecendo e o envelhecimento está relacionado com a diminuição da fecundidade e da mortalidade e com o aumento da expectativa de vida.

O envelhecimento de forma ativa tem provocado um aumento na expectativa de vida para as pessoas da terceira idade, sendo assim os efeitos ruins causados pelo envelhecimento com alguns cuidados podem ser modificados.

A atividade física é o fator principal na prevenção das alterações fisiológicas que são advindas com o tempo. E com a redução dessas alterações vai ocasionar um aumento na expectativa de vida (MATSUDO, 2001; LIMA, 2010).

A hidroginástica é uma atividade que vem sendo muito procurada, pois é um exercício de baixo impacto e, além disso, reduz os riscos de lesões. Ela é realizada na água e com isso os exercícios se tornam mais fáceis de serem realizados, composta por um programa de exercícios aeróbios que procura atender os objetivos de cada pessoa.

A hidroginástica no Brasil surgiu no fim da década de 70, e atualmente vem crescendo cada vez mais e se tornando uma das atividades mais praticadas pela sociedade, sendo o maior público indivíduos da terceira idade (CARVALHO, 2002).

Segundo Teixeira, Pereira e Rossi (2007) a procura da hidroginástica pela terceira idade está ligada à manutenção da saúde, fatores sociais e por recomendações médicas. A frequência regular de um idoso às aulas de hidroginástica afetam, por exemplo: a manutenção e promoção da independência, reduz o risco de hospitalização.

A hidroginástica é uma atividade que por ser realizada na água tem a capacidade de melhorar os cincos componentes do condicionamento físico, sendo eles: condicionamento respiratório, força muscular, resistência muscular, flexibilidade e composição corporal (SILVA, 2010). Além disso, proporciona relaxamento para o corpo e mente.

Podemos considerar a hidroginástica como uma atividade divertida e prazerosa onde é possível ter uma grande interação entre os indivíduos e também do professor passando autoconfiança, inibindo a vergonha e fazendo com que os indivíduos se soltem mais e sintam-se à vontade. Através dela, vai ocasionar uma melhora da capacidade

aeróbia, resistência cardiorrespiratória, da resistência e força muscular, flexibilidade e do bem-estar geral.

O exercício no ambiente aquático possui a água como resistência ao movimento promovendo o fortalecimento muscular, também possibilita maior amplitude fazendo com que os idosos realizem atividades com maior flexibilidade. Portanto, a hidroginástica traz resultados positivos em relação à melhoria das atividades diárias dos idosos. Além de auxiliar nas doenças causadas pelo envelhecimento. Proporcionando uma melhora significativa para a vida dos idosos com relação à autonomia e independência (MARCIANO, 2008).

Além de ser um exercício de fácil execução a hidroginástica é divertida e atrativa, desenvolve qualidades físicas como coordenação, flexibilidade, força e resistência, sendo capaz de corrigir a postura e desvios de coluna. Além dos benefícios físicos da atividade, ela proporciona benefícios sociais e psicológicos, o idoso acaba se distraindo nas aulas, fazendo novas amizades, se divertindo e interagindo com os indivíduos, tornando uma pessoa socializada.

Um fator que diferencia a hidroginástica é que as aulas são realizadas com músicas e diversos materiais como: flutuadores, coletes, aquafins, halteres, bastões e caneleiras. Isso torna as aulas dinâmicas e mais motivacionais, sendo considerada uma atividade no combate do estresse e ansiedade (MOTA, 2009).

Atualmente a prática regular da hidroginástica vem influenciando os idosos a praticarem outras atividades físicas, tornando responsável por diversos motivos que se modificam, sendo eles: a convivência com outras pessoas, melhor desempenho na realização das atividades diárias, benefícios nos aspectos funcionais, físicos e emocionais (MARCIANO, 2008). Por isso é extremamente importante estimular a inserção do idoso em programas de hidroginástica, pois além dos benefícios físicos que proporciona, no aspecto do relacionamento pessoal e interação social vai ter uma melhora positiva.

Ferreira e Mann (2013) investigaram os principais fatores que levam os idosos a praticarem a hidroginástica. Os resultados obtidos foram que os principais fatores em se praticar a atividade são qualidade de vida, indicação médica e indicação dos amigos. Já os fatores secundários que levam os idosos a praticarem são estéticos e por conhecer os benefícios que a hidroginástica proporciona.

Diante os resultados vistos anteriormente são diferentes os motivos que levam os idosos a praticarem a hidroginástica. Sendo assim é observado que o principal motivo

onde se destaca nesse estudo é a qualidade de vida. A qualidade de vida é um fator que tem que ser levado muito a sério, e os idosos tem consciência que a prática de hidroginástica vai beneficiar a sua saúde de forma positiva. Com isso, a maioria deles entra no programa de hidroginástica para manter ou melhorar sua qualidade de vida e assim evitar problemas ou doenças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada, constatou-se que a pratica da hidroginástica contribui na qualidade de vida dos idosos, pois é uma pratica indicada a essa faixa etária e contribui como forma de proporcionar melhor qualidade de vida dos idosos.

Com os resultados obtidos, é possível perceber que a hidroginástica ajudando a reduzir os efeitos do processo de envelhecimento, proporcionar autonomia aos idosos, além de oferecer um espaço para convívio social.

A hidroginástica é uma atividade física que vai envolver as habilidades motoras básicas, que são extremamente importantes para essa faixa etária, pois através do seu desenvolvimento, tornam uma pessoa idosa independente para realizar todas suas atividades diárias.

Por ser uma atividade no meio liquido é considerada uma pratica facilitadora para esse público, pois permite realizar movimentos que no ambiente terrestre seriam mais difíceis ou impossíveis de serem realizados, como também, é uma atividade prazerosa e divertida que vai oferecer auxílio nos aspectos físico-funcionais e socioemocionais.

Com a realização desse estudo, foi possível identificar que a hidroginástica para o idoso, contribui de forma significativa no seu aspecto físico, onde melhora o equilíbrio, força, flexibilidade, coordenação motora, capacidade respiratória, circulação sanguínea, resistência e facilita a execução de atividades. Já no psicológico vai auxiliar na melhora da autoestima, alivio de tensão e estresse, reduz a ansiedade, melhora o sono, traz mais alegria de viver, em relação ao aspecto social vai permitir a sociabilização entre as pessoas, melhorando assim o convívio social, e contribuindo para uma vida saudável de forma segura e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. V. *et al*. Aptidão física relacionada à saúde de idosos: influência da hidroginástica. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [Niterói], v. 10, p. 31-37, fev. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/6M9B6hsQ4bjxWzRqwv6k6Bn/abstract/?lang=pt.

CARVALHO, K. A. de; MAIA, M. R.; ROCHA, R. M. C. A percepção da melhora da capacidade funcional em indivíduos de terceira idade praticantes de hidroginástica de uma academia de Juiz de Fora. **Revista Digital Vida e Saúde**, v. 2, 2003.

FERREIRA, C. M.; MANN, L. Hidroginástica para idosos motivos para escolha e principais benefícios. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 18, n. 184, set. 2013. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd184/hidroginastica-para-idosos-beneficios.htm. Acesso em: 12 jul. 2019.

LIMA, A. P. de; DELGADO, E. I. A melhor idade do Brasil: aspectos biopsicossociais decorrentes do processo de envelhecimento. **Ubra e Movimento – Revista de Educação**, Paraná, v. 1, n. 2, p. 76-91, set./out. 2010. Disponível em: http://posgrad.ulbra.br/periodicos/index.php/actabrasileira/article/view/3063.

MARCIANO, G. G.; VASCONCELOS, A. P. S. L. Os benefícios da hidroginástica na vida diária do idoso. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, [Juiz de Fora], n. 4, p. 1-26, jan./jun. 2008. Disponível em: http://re.granbery.edu.br/artigos/MTI5.pdf.

MARTINS, G. de A.; PINTO, R. L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001. 92 p.

MATSUDO, S. M. M.; MATSUDO, V. K. R.; BARROS NETO, T. L. Envelhecimento e atividade física, **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [São Paulo], v. 7, p. 2-13, jan./fev. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/D6gQ8hMqWZdknzYh7jNf8jq.

MOTA, E. F. R. **Atividade de hidroginástica:** a terceira idade socialmente ativa. 2009. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso – Gerontologia: Qualidade de Vida) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

NOVAIS, R. G. A importância da hidroginástica na promoção da qualidade de vida em idosos, **Cooperativa do Fitness,** Minas Gerais, jan. 2009. Disponível em: http://www.cdof.com.br/idosos4.htm. Acesso em: 27 ago. 2019.

SANTOS, G. A. dos. Conceito de saúde e doença na representação social da velhice. **Revista Virtual Textos & Contextos**, [Porto Alegre], v. 1, p. 1-12, nov. 2002. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/936/716.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/LTdthHbLvZPLZk8MtMNmZyb/abstract/?lang=pt.

SILVA, A. G. da; RIBEIRO, J. C. Hidroginástica na terceira idade. **Ágora: Revista de Divulgação Científica**, Mafra, v. 17, n. 2, 49-59, 2010. Disponível em: http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/180.

SILVA, J. P. da. *et al.* **Os benefícios da hidroginástica na terceira idade**. Faculdade Atenas, [S.l.], p. 1-13, 2017. Disponível em:

http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/4___OS_BENEFICIOS_DA_HIDROGINASTICA_NA_TERCEIRA_IDADE.pdf. Acesso em: 19 nov. 2018.

TEIXEIRA, C. S.; PEREIRA, E. F.; ROSSI, A. G. A hidroginástica como meio para manutenção da qualidade de vida e saúde do idoso. **Acta Fisiátrica**, [São Paulo], v. 14, n. 4, p. 226-232, dez. 2007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102868.

IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A FÁBULA

Giovana Stéfani Carvalho, Flávia Prado Leandro Melo, Isabella Unterrichter Rechtenthal, e-mail: flavia.plmelo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em professor, logo se questiona qual a formação necessária e qual é o tipo de aluno que ele deve formar. Diante de uma sociedade de constante transformação, tal formação passa por mudanças contínuas.

Hoje os tempos são outros: para alfabetizar uma criança, é preciso ter em mente o letramento, sendo este o que dá a base por meio do social de cada indivíduo. Assim, esse professor deve dispor de uma noção ampla de linguagem incluindo aspectos psicológicos, sociais, biológicos, antropológicos, entre outros. Além desses conhecimentos, é preciso que esse profissional tenha os hábitos de pôr em prática adequando sua linguagem para cada meio social, dando o exemplo (LAJOLO, 2005).

Desse modo, o presente texto propõe, em um primeiro momento, a discussão da formação do professor de Língua Materna (Português) no Brasil e, em seguida, apresentar como o trabalho com a fábula em sala de aula pode auxiliar no processo de formação a partir dos critérios supracitados (LAJOLO, 2005).

2 METODOLOGIA

Ele se baseia em pesquisa bibliográfica, visando a importância do trabalho com as fábulas dentro de sala de aula e sua função social. Os artigos que trouxeram a base para o presente, são: “A Formação do Professor e a Literatura Infanto-Juvenil” de Marisa Lajolo (2005), “Leitura de fábulas em sala de aula” (2012) de Elma Jane das Virgens Silva Santos e Prof. Dr. Flávio França. “Fábula como subsídio para a formação de leitores e para o resgate de valores éticos e morais” (2013) de Nair Nunes Oldra E Juci Mara Cordeiro. “A fábula como instrumento para iniciação à literatura no Ensino Fundamental anos finais” de Rônia Gerlânia de Souza Santana (2016). Todos eles foram coletados com base na plataforma Google Acadêmico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente, a literatura nas escolas tem um papel secundário, o que recebe destaque é o ensino da língua portuguesa pura e apenas de textos que são considerados necessários para a formação (provas e vestibulares). Isso se torna prejudicial, pois dificulta um pouco o processo de formação do leitor crítico e por isso é importante que haja uma saída para essa problemática.

É aí que aparecem os estudos acerca do uso das fábulas dentro das salas de aula, desde o ensino infantil até o ensino médio. Ele é um texto fácil de usar, muitas vezes usado como “tapa buracos” em que os professores a usam superficialmente, sem aprofundar os verdadeiros objetivos.

E é a partir dos estudos que estão sendo feitos recentemente, que apresentaremos agora algumas das situações encontradas e possíveis caminhos a serem seguidos quanto o trabalho da poesia na sala de aula, com um enfoque maior no ensino social que está contido nelas (OLDRA; CORDEIRO, 2013).

Para seguir sobre o assunto, é necessário saber onde e em que circunstâncias as fábulas surgiram. O autor grego Esopo, voltava suas obras para questões sociais da época como: vaidade, estupidez, agressividade... tendo como personagens os animais. A partir daí, La Fontaine fica conhecido como pai da fábula moderna por modernizá-las trazendo-as para as situações reais da sociedade atual.

Dentro desse contexto não podemos deixar de citar o escritor brasileiro Monteiro Lobato, que recriou muitas fábulas.

Segundo (FREIRE, 1982) “o ato de ler é, antes de tudo, um ato político”. O que ele quer dizer com isso? Freire, quer passar a mensagem de que somos pessoas antes de tudo e pessoas têm o poder de mudar o mundo a sua volta. As fábulas por sua vez, têm essa função social de passar uma mensagem implicitamente através da moral, ela, se utilizada da forma correta pode servir de instrumento educacional para o senso crítico e o desenvolvimento da criança leitora e como consequência uma imaginação mais aguçada. Uma importante informação sobre sua moral é de que ela não necessariamente precisa ser lida, diante da concepção de pedagogia atual o professor ao final da história pode indagar a criança para que ela diga a mensagem que a mesma está querendo passar. Segundo o artigo “Fábula como subsídio para a formação de leitores e para o resgate de valores éticos e morais” (OLDRA; CORDEIRO. 2013), tomou-se como base uma abordagem de ensino no Colégio Estadual Humberto de Campos no Paraná pelo motivo da proposta do gênero fábula despertar o interesse dos alunos para a

aprendizagem da língua inglesa. Diante disso, foi apresentado uma referência histórica do gênero promovendo o seu reconhecimento, em seguida foi trabalhada a biografia dos principais fabulistas que já foram citados no texto. Por fim, foram desenvolvidas atividades com algumas fábulas e discussões importantes sobre as relações humanas.

Pode ter a conclusão de que se não orientado da forma certa, os trabalhos com as fábulas podem se tornar equivocados, trazendo um sentido inverso ao que fora proposto. Para a leitura do professor, orienta-se que este a faça de forma breve e sonde os conhecimentos dos alunos para poder fazer um trabalho de mediação e tradução da língua inglesa para a portuguesa. A partir da aplicação, pode-se observar que tanto professores quanto alunos mostraram-se mais motivados.

Assim como todos os processos de aprendizagem, o ensino da literatura nas escolas também passou por mudanças. O modo de ensinar tem de acompanhar o passar do tempo e as tecnologias. Hoje em dia, os livros didáticos têm um espaço maior dentro do ensino da língua portuguesa, agregando o que os currículos pedem, e a literatura acaba ficando com um papel secundário.

E diante dessa problemática, percebemos o quão é importante que a literatura ganhe destaque nas salas de aula, para a formação de leitores e pensadores mais críticos, conhecendo mais sobre o mundo e como pensar é imprescindível.

Até porque, a leitura é importantíssima atualmente. Tudo o que fazemos e passamos adiante é feito pela escrita, ainda mais por conta de toda a tecnologia que possuímos. O desenvolvimento dessa literatura letrada, já citada anteriormente, se dá inicialmente nas escolas, onde aprendem que a mesma pode ser uma forma de expressão e conhecimento. O primeiro acesso a essa leitura se dá pelas histórias contadas, lá na educação infantil e se desenvolvem com o passar do tempo.

Diante da dificuldade dos alunos se concentrarem e se interessarem pelos livros e histórias mais longas, a fábula vem como uma maneira de incentivar e conservar o gosto do estudante pela literatura, não só aquela obrigatória na escola, mas também a que fazemos por prazer: “Sabemos que alguns textos são trabalhados na escola com o objetivo de perceber se o estudante consegue ler plenamente e compreender o que está explícito no texto” (SANTANA, 2016). A conversa sobre esse tipo de texto, e todos os outros, deve ser mais valorizada do que vemos atualmente, e deixar essa visão de que apenas os textos literários (obrigatórios) sejam dominantes.

O trabalho com o gênero em estudo, possibilita o trabalho não apenas de gênero, mas a interpretação de textos, análise de criticidade, a linguagem que é usada, e também

valores e relacionamento com os demais. Além disso, é possível trabalhar a fábula com os alunos na questão de comportamentos, dentro e fora da sala de aula, assim como na formação de indivíduos. Em vista disso, temos que “Fábulas são histórias curtas que relatam situações do cotidiano, frequentemente, por meio de animais com características humanas que representam tipos humanos” (OLDRA; CORDEIRO, 2013, p.8).

Tendo em vista que as fábulas são escritas da forma narrativa, podemos perceber como pode ser fácil o trabalho com elas, desde os alunos menores até os maiores. Assim como já foi explicitado, no Brasil podemos destacar o trabalho de Monteiro Lobato.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um projeto de pesquisa inicial, ainda há poucos resultados, mas o que ao final deste trabalho pôde-se concluir é que a fábula se torna essencial para a formação do aluno leitor e crítico, considerando que há uma função social por trás como um currículo oculto cujo objetivo é desenvolver todos os aspectos da criança, ou seja, Integralmente.

Desse modo, é essencial que o trabalho com a fábula em sala de aula seja repensado e constantemente retomado, visto que se trata de um instrumento não só de entretenimento literário, mas também de formação da cidadania.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, Flávio, SANTOS, Elma Jane das Virgens Silva. Leitura de fábulas na sala de aula. **Graduando.** Feira de Santana. v. 3, n. 4, pp. 13-23, jan./jun, 2012. Disponível em: <http://www2.uefs.br/dla/graduando/n4/n4.13-23.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LAJOLO, Marisa. A Formação do Professor e a Literatura Infanto-Juvenil. **Ideias. Centro de Referência em Educação “Mario Covas”.** São Paulo. 2005. p. 29-34. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_05_p029-034_c.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

OLDRA, Nair Nunes. CORDEIRO, Juci Mara. Fábula como subsídio para a formação de leitores e para o resgate de valores éticos e morais. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor - Cadernos PDE**. v. 1, Paraná, 2013, p. 2-18.

SANTANA, Rônia Gerlânia de Souza. **A fábula como instrumento para iniciação à literatura no Ensino Fundamental anos finais**. (Monografia). Universidade de Brasília. Brasília. 2016.

IMPORTÂNCIA DO REGIME DE CAIXA E COMPETÊNCIA

Pedro Bento Prado, Renan Camilo, Wanderson Estevão, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

1 INTRODUÇÃO

O conceito de regime de caixa e competência é indispensável para o desenvolvimento das atividades financeiras e contábeis de uma entidade. Como será demonstrado no decorrer desta pesquisa, é necessário possuir a compreensão da diferença entre ambos os regimes para apurar e interpretar de maneira eficiente as informações, pertinentes ao resultado da empresa.

Segundo Agustini (1999), o regime de caixa apresenta as posições reais da empresa, demonstrando efetivamente os recursos que percorreram dentro da entidade, decorrente de cada mês em questão. De acordo com a Lei 6.404/76 Art. 177, é apresentado o regime de competência, como o modo em que os registros permanentes de escrituração deverão ser mantidos, obedecendo aos princípios da contabilidade e prescrições da legislação comercial, observando os critérios ou métodos contábeis regulares ao tempo e registrando as mutações patrimoniais.

A princípio, será apresentado de maneira teórica o modelo relacionado ao regime de caixa e competência, exemplificando suas definições, através de referências literárias que abordam este tema. Em seguida, a exemplificação prática de ambos os regimes, buscando auxiliar quanto ao entendimento destes aspectos no desenvolvimento da entidade, relacionado aos prazos de recebimento e pagamento dos direitos e obrigações da sociedade empresarial.

O objetivo deste trabalho é demonstrar as diferenças entre o regime de caixa e competência, assim como o modo que devem ser tratados e analisados para a eficiência da informação, quanto a sua análise e, consequentemente, melhor tomada de decisão.

2 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado é a revisão bibliográfica, cujo procedimento consiste em apresentar o tema proposto, através do levantamento de informações, considerando os materiais disponíveis sobre o assunto como livros, artigos científicos, publicações, entre outros.

A revisão bibliográfica possui a vantagem de permitir ao pesquisador a cobertura de um conjunto de fenômenos muito mais amplo do que aquele que poderia ser pesquisado diretamente.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Regime de caixa

Segundo o portal da contabilidade, o regime de caixa é o regime contábil que apropria e relaciona na escrituração contábil os pagamentos e recebimentos de uma entidade, ou seja, suas receitas e despesas, estas são efetivas e realizadas por intermédio de moeda corrente ou equivalente, desconsiderando o momento em que são adquiridas. Alguns aspectos da legislação fiscal permitem a sua utilização para fins tributários, entretanto, de forma alguma poderá ser substituído o regime de competência pelo regime de caixa, visto que, contraria um princípio contábil.

Agustini (1999) apresenta o regime de caixa como o que compreende as posições reais de uma empresa, no giro de capital, demonstrando a veracidade do capital que percorreu no mês, consistindo a fundamental importância em possuir planilhas de detalhamento do fluxo de caixa, tornando-se instrumento de pessoas físicas para auxiliar em suas análises. Contudo, os impactos causados pelos resultados do regime de competência se apresentam no ativo e passivo, todos nos respectivos períodos em que os fatos geradores ocorrem, não quando se recebe ou paga.

Regime de caixa demonstra a situação financeira da empresa, através do espelhamento do fluxo de caixa. Segundo Matias (2014), o fluxo de caixa é um instrumento que evidencia o resultado entre as entradas e saídas de dinheiro e consequentemente causa impacto no capital de giro. Também poderá ser definido como o conjunto meios que possibilita, avaliar antecipadamente, as decisões relacionadas à administração de recursos financeiros.

Portanto, referente a receita é considerado o que efetivamente foi recebido, retrata os custos e despesas com o que efetivamente foi pago, e através da demonstração do fluxo de caixa obtém verdadeiramente toda a entrada e saída de dinheiro (Tabela 1).

Tabela 1 – Regime de Caixa

Transação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Compra de produto para revenda	-R$ 20.000,00			
Pagamento de contabilidade (Serviço Fevereiro)		-R$ 700,00		
Pagamento de comissões referente a vendas de fevereiro			-R$ 8.000,00	
Pagamento do Imposto sobre Vendas de fevereiro			-R$ 4.150,00	
Recebimento de vendas efetuadas em favereiro (produtos comprados em Janeiro)				R$ 45.000,00
Resultado por Fluxo de caixa	-R$ 20.000,00	-R$ 700,00	-R$ 12.150,00	R$ 45.000,00

Fluxo de Caixa Acumulado	R$ 12.150,00

Fonte: DOMINIE O FLUXO DE CAIXA DA SUA EMPRESA (2019).

Na Tabela 1, as compras de produtos para revenda foram realizadas no mês de Janeiro com relação a Fevereiro no valor de R$ 20.000,00; no mês de fevereiro é realizado o pagamento de serviços de contabilidade no valor de R$ 700,00; em março ocorrem dois pagamentos, o primeiro de R$ 8.000,00 referente ao pagamento de comissões e o segundo referente ao pagamento de impostos, ambos em relação a fevereiro e em abril, houve o pagamento de R$ 45.000,00 referente às vendas realizadas em Fevereiro.

Desta forma, conforme identificação, o regime de caixa comprova que o mês de janeiro dispõem de um caixa negativo de R$ 20.000,00; em Fevereiro saldo negativo de R$ 700,00; março saldo negativo de R$ 12.150,00 e em abril o recebimento das vendas que consequentemente ajustam o fluxo de caixa, fornecendo o fluxo acumulado nos quatro meses o valor de R$ 12.150,00.

3.2 Regime de competência

O regime de competência é utilizado na contabilidade para escrituração de suas demonstrações, com base na Lei 6.404/79, Sociedades anônimas; Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) 00, Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 26, Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Considerado um princípio contábil, que, na prática, deve ser estendido a qualquer alteração patrimonial, seja qual for sua natureza ou origem. Sob este regime, a apropriação das receitas e despesas é feito de acordo com o período em que foram

realizadas, independentemente de seu recebimento ou pagamento. Diferentemente do regime de caixa, onde as apropriações são realizadas após efetivo pagamento e recebimento, o regime de competência mostra-se vantajoso por oferecer a possibilidade de previsão, uma vez que inclui lançamentos futuros na contabilidade da empresa (Tabela 2).

Tabela 2 – Regime de Competência

Transação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Compra de produto para revenda		-R$ 20.000,00		
Pagamento de contabilidade (Serviço Fevereiro)		-R$ 700,00		
Pagamento de comissões referente a vendas de fevereiro		-R$ 8.000,00		
Pagamento do Imposto sobre Vendas de fevereiro		-R$ 4.150,00		
Recebimento de vendas efetuadas em favereiro (produtos comprados em Janeiro)		R$ 45.000,00		
Resultado por Competência	R$ -	R$ 12.150,00	R$ -	R$ -

Fluxo de Caixa Acumulado	R$ 12.150,00

Fonte: DOMINIE O FLUXO DE CAIXA DA SUA EMPRESA (2019).

Na demonstração do regime por competência, utilizando-se da Tabela 2 - Regime de Competência, verifica-se que todos os valores são correspondentes ao mês de fevereiro e evidenciam um resultado por competência de R$ 12.150,00 que indica um fluxo de caixa futuro, no qual será observado ao final do mês de abril.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que, apesar da natureza oposta ao momento do registro do fato gerador destes dois regimes, eles tornam-se complementares quando o intuito é possuir boas ferramentas de gestão financeira e contábil. O regime de competência, demonstrando o real desempenho da entidade, se está sendo obtido um resultado positivo ou negativo, ou seja, se as atividades da empresa estão gerando lucro ou prejuízo; e o regime de caixa, controlando o fluxo de caixa, recebimentos e pagamentos, e quando este fluxo ocorrerá, programando de forma consciente o fluxo futuro de recursos da entidade.

Assim, a avaliação e análise dos regimes de caixa e competência, devem ser realizadas de forma conjunta, para prover informações confiáveis que formarão a base das tomadas de decisão da empresa.

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, C. A. **Capital de giro:** análise das alternativas e fontes de financiamento. 2. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

BRASIL**. LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações, Brasília, DF, dezembro 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm Acesso em: 08 de setembro de 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80&utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost Acesso em: 08 de setembro de 2019.

MATIAS, A. B. **Finanças corporativas de curto prazo:** a gestão do valor do capital de giro. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Regime de caixa**. Disponível em: http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/regime-de-caixa.htm Acesso em: 08 de setembro de 2019.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS CIVIS E PENAIS DA AÇÃO COMPETENTE

Débora Maria Nunhez, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: dnunhez@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, as ações daquele que governa, devem refletir os princípios da ética, da probidade, da lealdade, da boa-fé, observância das leis que assegurem a boa administração pública. A contrário senso, a má administração pública traz consequências nocivas que vitima toda a sociedade.

Nicolau Maquiavel é preciso ao discorrer sobre a arte de administrar e manter um Estado e o equilíbrio entre aptidões e atos de um governante no texto de 1513:

> Desde que não se tirem nem os bens nem a honra aos homens em geral, esses vivem felizes, e se terá combater somente a ambição de poucos, a qualquer pode ser refreada por meio de meio de muitas maneiras e com facilidade. Fá-lo desprezível o ser considerado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto. E essas são coisas que devem ser evitadas pelo príncipe como um nauta evita um rochedo. Deve ele procurar que em suas ações se reconheça grandeza, coragem, gravidade e fortaleza, e quanto às ações privadas de seus súditos deve fazer com que a sua sentença seja irrevogável, conduzindo-se de tal forma que ninguém passe pela mente enganá-lo, nem em fazê-lo mudar de ideia.
> O príncipe que conseguir formar tal opinião de si adquire grande reputação; e contra quem é reputado dificilmente se conspira e dificilmente é atacado enquanto for tido como excelente e reverenciado pelos seus (MAQUIAVÉL, 2006, p. 91).

Como ato ilícito, a improbidade administrativa era prevista no nosso ordenamento jurídico para agentes políticos apenas, enquadrando-os no crime de responsabilidade; os demais servidores eram punidos por enriquecimento ilícito no exercício do cargo. A lei era silente quanto à improbidade. A Constituição Federal de 1988 introduziu o ato de improbidade no capítulo da administração pública, e trouxe no artigo 37 *caput* o princípio da moralidade. Lesão ao princípio, constitui um ato de improbidade (§4º). Trata-se de conceito axiológico compatível com a evolução do princípio da legalidade que culminou com a instituição do Estado Democrático de Direito (DI PIETRO, 2019, p. 1024).

Sendo a norma constitucional de eficácia limitada, sua necessária regulamentação ocorreu em 02 de junho de 1992 com a promulgação da Lei 8.429. A Lei tem abrangência nacional, por conseguinte, sua observação é obrigatória para a

União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituindo-se em ferramenta imprescindível para a edificação de uma boa administração pública. A Lei não define improbidade administrativa, mas traz um extenso rol, não taxativo, de condutas que se enquadram como “atos de improbidade administrativa” classificados em três categorias; e estabelece as sanções aplicáveis, dispõe sobre os sujeitos ativos e passivos do ato de improbidade administrativa, sobre o procedimento administrativo de apuração e ação judicial (os legitimados para figurar o polo ativo e passivo, o rito a ser adotado, prescrição, medidas cautelares). Os atos de improbidade administrativa e suas correspondentes sanções que a Lei estabelece são endereçados precipuamente para os agentes públicos, cuja definição consta do art. 2º; não obstante, a Lei também abrange pessoas que não sendo servidores públicos, concorrem com o servidor público para a prática de atos de improbidade ou deles se beneficiam (art. 3º). Naturalmente que, se pessoas não classificadas como agente público praticarem qualquer ato contrário à administração pública serão punidas com base na legislação penal e/ou civil cabíveis em cada caso concreto (ALEXANDRINO, 2010, p. 858-861).

Vale ressaltar ainda que, o Supremo Tribunal Federal pacificou o entendimento de que agentes políticos sujeitos ao regime de crime de responsabilidade, não são alcançados pela Lei 8.429/1992 (Informativo 471/STF).

A Lei estabelece rigorosas sanções de ordem administrativa com a perda da função pública (ato cometido por servidor público), proibições de contratar com o Poder Público, proibição de receber do Poder Público benefícios fiscais ou creditícios; de ordem civil com a indisponibilidade dos bens (medida cautelar para assegurar futura execução) e ressarcimento dos danos causados ao erário, e de ordem política com suspensão dos direitos políticos (direitos e garantias fundamentais). Há na Lei sanções não previstas no §4º do art. 37 da CF/88. Isso é possível, pois a norma constitucional traz em seu rol, não taxativo, as consequências mínimas advindas de atos de improbidade.

A lei pune severamente os servidores que praticam um ato de improbidade contra a Administração Pública. Mas, o que se entende por ato de improbidade administrativa? Sendo imprescindível a propositura de uma ação competente, perante o Poder Judiciário, a Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), tal como determina a nossa Constituição Federal, em seu artigo 129, inciso III, é a adequada para os atos de improbidade? Quais os principais argumentos dos doutrinadores que sustentam que a ação de improbidade administrativa é ação competente a ser proposta? Por que não há consenso doutrinário?

O presente estudo tem como objetivo trazer à discussão os argumentos doutrinários em prol da natureza penal dos atos e sanções de improbidade administrativa, incompatíveis com a Ação Civil Pública, e a forte oposição daqueles que defendem a natureza civil dos atos de improbidade. Como objetivo específico, o presente estudo discutirá os elementos característicos das sanções aplicáveis aos os atos de improbidade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa se apoia no método analítico-dedutivo. Para tanto, a necessária avaliação da legislação pátria, a experiência jurisprudencial dos tribunas superiores e análise da bibliografia especializada se fizeram necessárias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apesar das divergências doutrinárias acerca da natureza jurídica dos atos de improbidade administrativa e de suas sanções, o estudo revelou ser harmônico o entendimento entre os doutrinadores de que a boa administração pública também depende da correta aplicação do sistema jurídico de controle revestido de imparcialidade, na extensão máxima admissível no caso concreto, e da importância de conceitos precisos dos institutos jurídicos para afastarem a incerteza e insegurança jurídica. O Superior Tribunal de Justiça nos traz seu entendimento de ato de improbidade administrativa.

> (...) o ato de improbidade é uma ilegalidade qualificada pelo intuito malsão do agente, atuando sob impulsos eivados de desonestidade, malícia, dolo ou culpa grave. Dessa atuação malsã do agente, ademais, deve resultar (i) o enriquecimento ilícito próprio ou alheio (art. 9º da Lei 8.429/92, (ii) a ocorrência de prejuízo ao Erário (art. 10 da Lei 8.429/92) ou (iii) a infringência aos princípios nucleares da Administração Pública (arts 37 da Constituição e 11 da Lei 8.429/92). Observe-se, ainda, que a conduta do agente, nos casos do art. 9º e 11 da Lei 8.429/92, há de ser sempre dolosa, por mais complexa que seja a demonstração desse elemento subjetivo; nas hipóteses do art. 10 da Lei 8.429/92, admite-se que posse ser culposa, mas em nenhuma hipótese legais se diz que possa a conduta do agente ser considerada apelas do ponto de vista objetivo, gerando a responsabilidade objetiva. (AgRg no AREsp.83.233/RS de Relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia, DJe 3.6.2014).

Sendo assim, a improbidade administrativa, caracterizada como ato contrário ao direito, deve estar tipificada na lei, não sendo necessário, tal como ocorre nos crimes classificados como formais, a ocorrência de dano para o exaurimento da intenção

improba. As penas reproduzidas pela norma infraconstitucional, Lei 8.429/92, Artigo 12 *caput* e parágrafo único são aplicadas, considerando a gravidade do fato, a extensão do dano, o proveito patrimonial do agente infrator além de outros critérios. Di Pietro nos atenta sobre a concomitância das instâncias penal, civil e administrativa, quando atos são cometidos contra a administração pública (princípio da autonomia das instâncias). Sendo assim, o agente infrator pode responder por processos instaurados nas três instâncias concomitantemente, sendo a comunicabilidade entre as instâncias perfeitamente plausível, observados os dispositivos legais que disciplinam a matéria (2019, p. 1029).

Em relação à ação competente a ser proposta, o estudo revelou que a doutrina diverge muito, sendo este o ponto nevrálgico de toda discussão doutrinária, ressalvados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório que devem ser observados em qualquer hipótese.

Parte da doutrina entende como competente a ação civil pública (Lei 7.347/85), para apuração dos atos de improbidade administrativa, reconhecendo sua natureza civil e não penal. Esse entendimento decorre, segundo a pesquisa, do fato de a Constituição Federal, em seu artigo 129, inciso III, determinar que a ação civil pública é o meio processual adequado, a ser manejado pelo Ministério Público e outras entidades, na defesa do patrimônio público e social, do meio ambiente e demais direitos difusos e coletivos. Essas vozes consideram que os atos de improbidade administrativa atingem o erário público, o bom funcionamento dos serviços públicos, a moralidade, a legalidade e que esses conceitos se inserem no amplo conceito de direitos difusos e coletivos, pois ainda que indiretamente, afetam toda a sociedade. Discute-se muito acerca dos conceitos amplos como “outros interesses difusos e coletivos”, visto que não se pode negar o forte cunho subjetivo que recai no entendimento desses conceitos. Em oposição a isso, parte da doutrina entende que o legislador ao utilizar “outros interesses difusos e coletivos” quis dizer que tanto os interesses nomeados, quanto os não nomeados (difusos e coletivos) hão de ser tutelados pelo Ministério Público quando forem difusos e coletivos. É imperioso observar que a Lei 8.429 regula plenamente a matéria sobre o processo para a respectiva apuração, e não faz qualquer menção à remessa subsidiária da matéria ao apreço da Lei 7.347/85, mas tão somente ao Código de Processo Penal (art. 17, §12, Lei 8.429/92). Falar-se-ia, então, em Ação de Improbidade Administrativa e não em Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa. Neste sentir, esclarece Hely Lopes Meirelles

> (...) frequentemente chamando-a de ação civil pública de improbidade administrativa. Trata-se, a nosso ver, de prática de pouca técnica jurídica, pois a ação de improbidade administrativa tem natureza, contornos e regramento próprios, não se confundido com aqueles específicos das ações civis públicas em geral (2005, p. 211).

Há, portanto, relevante diferença entre os dois institutos; as ações civis públicas têm caráter civil. Constitui o direito-poder constitucional de provocar o Poder Judiciário para satisfazer de um interesse ligado à obrigação de dar, fazer ou não fazer, ou condenação em dinheiro. A seu turno, a ação de improbidade administrativa, disciplinada pela Lei 8.429/92, traz outras condenações não previstas pela Ação Civil Pública, e como já dito, não faz menção de remessa aos institutos da Ação Civil Pública, referindo-se, subsidiariamente às normas do processo penal. As sanções aplicadas pela Lei de Improbidade Administrativa são tidas como as mais graves do ordenamento jurídico, pois restringem os direitos constitucionais e legais conferidos à qualquer pessoa (cidadania, vida digna e honrada, suspensão dos direitos políticos, etc.), e buscam o ressarcimento patrimonial. A distinção, portanto, conforme indica o estudo, reside na aplicação da pena pelo Estado, e não na reparação do dano, presente nos dois institutos. A ação penal constitui-se no direito-poder de provocar o Poder Judiciário, com vistas à apenação do condenado e como consequência o ressarcimento patrimonial pelo dano causado.

Dentre as características da ação criminal presentes na Ação de Improbidade Administrativa, está a técnica da subsunção do fato tido como típico à hipótese legalmente prevista de forma abstrata. A norma penal descreve uma conduta e à esta conduta impõe uma pena ao infrator. O mesmo ocorre com a Ação de Improbidade administrativa, embora proferida em sede de jurisdição civil.

Os autores Vanderlei Aníbal Júnior e Sérgio Roxo da Fonseca[1] citam o voto proferido pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça César Asfor Rocha no julgamento do HC 22432, sobre a natureza penal da ação de improbidade administrativa.

> A Lei nº 8.429/92 prescreve, no seu art. 12, um largo elenco de sanções de sumíssima gravidade, sendo de destacar a perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por um lapso de 8 a 10 anos (art. 12, I); a primeira sanção (perda de função pública) é a mais exacerbada do Direito Administrativo Disciplinar e a outra (suspensão dos direitos políticos) é a mais rude exclusão da cidadania.
> "A meu ver, a Lei nº 8.429/92 veicula inegáveis efeitos sancionatórios, alguns deles, como a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, somente impingíveis por ato de jurisdição penal, o que faz legítima, ao que entendo, a aplicação da mesma lógica sistêmica que se usa nessa forma

[1] Fonseca, SérgioRoxo da; AníbalJúnior, Vandeley. **Natureza Penal da sanção por improbidade administrativa**. disponível em https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI34430,31047-Natureza+penal+da+sancao+por+improbidade+administrativa. Acesso em: 28/09/2019.

> jurisdicional especializada (penal), onde não se duvida da plena fruição do foro especial por prerrogativa de função.
> "De menor relevo, ao que posso ver, que a Lei nº 8.429/92 denomine de civis as sanções de que cogita, pois a natureza das sanções consistentes na perda da função pública e na suspensão dos direitos políticos, por mais que se diga ao contrário, extrapolam abertamente os domínios do Direito Civil e se situam, também sem dúvida, nos domínios do Direito Penal (sancionatório).

Outra distinção entre as ações de natureza civil e as de natureza penal, refere-se à sentença. A sentença condenatória civil refere-se a prestação de dar, fazer ou não fazer. A sentença de uma ação de improbidade administrativa, ainda que denominada ação civil, apreciará a existência da materialidade delituosa, a autoria do fato, a presença do dolo na conduta, o nexo de causalidade entre o ato ilícito e o fato típico e utilizará a ponderação na aplicação da pena, e a aplicará ao infrator. Não se trata, portanto de apuração de dano meramente patrimonial. Em relação às sanções aplicadas, verificou-se que as restrições de direitos aplicadas para o ato de improbidade administrativa são sanções aplicadas em circunstâncias especiais, considerando que esses direitos recebem o mais amplo grau de proteção constitucional (cidadania, direitos sociais, isonomia, etc.). São bens caros à pessoa humana, e não podem ser reduzidos aos limites impostos pelo direito civil (patrimonialista).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo trouxe informações importantes sobre as divergências doutrinárias acerca da natureza jurídica das sanções aplicadas ao ato de improbidade administrativa, as características da ação civil pública (Lei 7.347/85), da Ação de Improbidade Administrativa e seu campo de incidência.

Observa-se que, embora a ação de improbidade administrativa tenha uma estrutura de natureza preponderantemente penal, por motivos históricos, e não outros, foi arrastada para o âmbito da jurisdição civil. E nesse ponto, a exigência histórica não se apiedou do sistema jurídico. Faz-se necessária a discussão doutrinária, sempre, visto que enseja reflexões, análises críticas, o que contribui com o entendimento do ato administrativo e suas reais implicações para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO. Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 18ª Edição. São Paulo: Método. 2010.

BRASIL. **Ação Civil Pública**. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm: acesso em 28 de setembro de 2019.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28/09/2019.

_____. **Lei de Improbidade Administrativa**. disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Acesso em: 28 de setembro de 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial Nº83.233/RS (20110201934-0)**. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Julgamento realizado em 25 de fevereiro de 2014. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25138054/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-83233-rs-2011-0201934-0-stj/inteiro-teor-25138055?ref=juris-tabs> Acesso em: 29/09/2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32ª edição. São Paulo: Forense, 2019.

FONSECA, Sérgio Roxo da; Aníbal Júnior, Vanderley. **Natureza Penal da sanção por improbidade administrativa**; disponível em <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI34430,31047-Natureza+penal+da+sancao+por+improbidade+administrativa>. Acesso em: 28/09/2019.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução Ciro Mioranza. 2ª edição. São Paulo: Escala. 2006.

MEIRELES, Hely Lopes. **Mandado de Segurança**. São Paulo: Malheiros, 2005, 28ª edição.

INCOMPLETUDE DO CALENDÁRIO VACINAL INFANTIL

Vitória Torino Marto, Ana Paula Ribeiro Razera, e-mail: vitoriatorino10@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A imunização consiste numa intervenção de saúde pública considerada segura, econômica e eficaz para prevenir doenças transmissíveis, melhorar a qualidade de vida e evitar mortes principalmente nas populações de maior vulnerabilidade (BARATA, 2013). O Calendário Nacional de Vacinação do Brasil contempla não só as crianças, mas também adolescentes, adultos, idosos, gestantes e povos indígenas, sendo de caráter obrigatório, previsto sob a legislação federal conforme decreto n° 78.231 de 12 de agosto de 1976. No Brasil, o acesso as vacinas são gratuitas por meio do Programa Nacional de Imunização (PNI), iniciado em 1973, que estabelece parâmetros de cobertura vacinal (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). O acompanhamento do cartão vacinal da criança pela equipe de enfermagem, assim como o seu monitoramento é essencial para alcançar altas coberturas vacinais.

Desta forma, a preocupação quanto ao cumprimento do calendário vacinal infantil é ainda maior, uma vez que, atualmente, além dos pais evitarem o processo de vacinação, as doenças estão cada vez mais presentes na sociedade. O descuido com o calendário básico de vacinação de crianças pode acarretar diversos agravos, podendo reverter-se em graves problemas de saúde pública, aumentando o risco de desenvolver doenças nas crianças e nos seus familiares, tornando-se real o risco de surgirem epidemias na comunidade. Um dos fatores que levam a incompletude do calendário vacinal são as condições socioeconômicas e o nível de escolaridade dos pais, além de crenças, superstições e mitos, aumentando o risco de mortalidade infantil por doenças que poderiam ser prevenidas (SILVEIRA *et al*., 2007).

Com o surgimento do PNI, verificou-se a redução de mortes pelas doenças existentes, porém, movimentos anti-vacinação encontram-se presentes e são persuasivos. A ausência da vacinação infantil provoca preocupações e receios aos serviços de saúde, aumentando a probabilidade das crianças adquirirem doenças além do risco de morte. Nesse sentido, o papel da equipe de enfermagem está relacionado na

promoção e prevenção da saúde como na divulgação dos benefícios associados à vacinação, para melhorarem a qualidade de vida das crianças e da população em geral.

Assim, este estudo teve como objetivo caracterizar as contribuições de estudos nacionais que abordaram a incompletude do calendário vacinal infantil.

2 METODOLOGIA

Utilizou-se a revisão integrativa da literatura, a qual possibilitou identificar resultados de pesquisas sobre a incompletude do calendário vacinal infantil na área da enfermagem. Esta metodologia permite a abordagem de diversos tipos de estudos, permitindo uma vasta análise do assunto abordado e uma síntese de conhecimento produzido (MENDES, 2008). Para nortear a condução da revisão foi delineada a seguinte pergunta: “quais as produções científicas nacionais, na área de enfermagem, que abordaram a incompletude do calendário vacinal infantil?”

Para o presente estudo, foram selecionados periódicos indexados na base de dados SCIELO (Scientific Eletronic Library Online), utilizando-se os descritores: programas de imunização; imunização; vacinação; criança. Os dados foram categorizados em: programas de imunização e criança; imunização e criança; vacinação e criança, utilizando os operadores booleanos sempre que necessário.

Como critérios de elegibilidade foram adotados os artigos publicados em periódicos nacionais no período de 2009 a 2019, cuja metodologia contemplava a incompletude do calendário vacinal infantil. Os resultados foram organizados e analisados descritivamente. Para a estratificação dos resultados, foi construído um instrumento de coleta de dados aplicado a cada artigo selecionado, contendo informações sobre a identificação do artigo e autores, local de realização do estudo, objetivos, procedimentos metodológicos, resultados e discussão, conclusões e recomendações para a prática da enfermagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foram encontrados 76 estudos a partir da consulta na base de dados. Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 15 estudos. Destes foram excluídos sete por se encontrarem em mais de uma caracterização (exemplo: imunização e criança; vacinação e criança). Assim, a amostra desta revisão foi constituída por 8 artigos científicos que obedeceram aos critérios de inclusão e foram organizados conforme o objetivo, método, resultados e conclusão. O Quadro 1

representa as especificações de cada um dos artigos quanto ao título, autoria, periódico e objetivo do estudo.

Quadro 1. Artigos levantados na base de dados SCIELO sobre a incompletude do calendário vacinal infantil, no período de 2009 a 2019, Jaú, São Paulo, 2019.

Título do artigo	Autores	Periódico	Objetivo
Participação em dias nacionais de vacinação contra poliomielite: resultados de inquérito de cobertura vacinal em crianças nas 27 capitais brasileiras.	MELLO, M. L. R.; MORAES, J. C.; BARBOSA, H. A.; FLANNERY, B.	Revista Brasileira de Epidemiologia, v.13 n.2, Jun. 2010, p. 278-288.	Avaliar a participação das crianças pertencentes à coorte de nascidos em 2005 nos DNV contra a poliomielite e o papel desses dias na melhoria da cobertura vacinal dos outros imunobiológicos constantes do PNI, nas capitais brasileiras e no Distrito Federal.
Análise da situação vacinal de crianças pré-escolares em Teresina (PI)	FERNANDES, A. C. N.; GOMES, K. R. O.; ARAÚJO, T. M. E.; MOREIRA-ARAÚJO, R. S. R.	Revista Brasileira de Epidemiologia, v.18 n.4, Dez. 2015, p. 870-882.	Analisar a situação vacinal de crianças pré-escolares em Teresina (PI).
Cobertura vacinal e mortalidade infantil em Campina Grande, PB, Brasil.	FRANÇA, I. S. X.; SIMPLÍCIO, D. N.; ALVES, F, P.; BRITO, V. R. S.	Revista Brasileira de Enfermagem, v.62 n.2, Abr. 2009, p. 258-271.	Investigar o número de crianças cadastradas nas UBS de Campina Grande-PB no período de 2000 a 2005; se nesse período o município atingiu a cobertura vacinal das crianças menores de um ano de vida. E quais as possíveis barreiras enfrentadas pelos vacinadores para alcançar a meta 100% de vacinação infantil proposta pelo PNI .
Avaliação de coberturas vacinais de crianças em uma cidade de médio porte (Brasil) utilizando registro informatizado de imunização	FERREIRA, V. L. R.; WALDMAN, E. A.; RODRIGUES, L. C.; MARTINELI, E.; COSTA, A. A.; INENAMI, M.; SATO, A. P. S.	Caderno de Saúde Pública, v.34 n.9, 2018.	Avaliar as coberturas vacinais oportunas e atualizadas de crianças aos 12 e 24 meses de idade, nascidas entre 1998 e 2013, por meio do RII mais antigo do Brasil.
Avaliação do monitoramento rápido de coberturas vacinais na Região ampliada de Saúde Oeste de Minas Gerais.	SANTOS, G. R. D.; SILVA, S. S.; GUIMARÃES, E. A. A.; CAVALCANTE, R. B.; OLIVEIRA, V. C.	Epidemiologia Serviço de Saúde, v.25 n.1, Mar. 2016.	Avaliar resultados do Monitoramento Rápido de Coberturas Vacinais (MRC) para as vacinas do calendário da criança na Região Ampliada de Saúde Oeste do estado de Minas Gerais.
Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados:	SILVA, F. S.; BARBOSA, Y. C.; BATALHA, M. A.; RIBEIRO,	Caderneta de Saúde Pública, 2018, vol. 34, n. 3.	Estimar percentuais de incompletude para vacinas do Calendário Nacional de Vacinação da Criança, para o

coorte de nascimento BRISA, São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil.	M. R. C.; SIMÕES, V. M. F.; BRANCO, M. R. F. C.; THOMAZ, E. B. A. F.; QUEIROZ, R. C. S.; ARAÚJO, W. R. M.; SILVA, A. A. M.		primeiro ano de vida e fatores associados a eles, tanto para o esquema vacinal para novas vacinas (EVNV) quanto para o esquema vacinal para antigas vacinas (EVAV), em crianças de 13 a 35 meses de idade.
Coberturas vacinais por doses recebidas e oportunas com base em um registro informatizado de imunização, Araraquara-SP, Brasil, 2012-2014.	TAUIL, M. C.; SATO, A. P. S.; COSTA, A. A.; INENAMI, M.; FERREIRA, V. L. R.; WALDMAN, E. A.	Epidemiologia Serviço de Saúde, v.26 n.4, Dez. 2017.	Descrever as coberturas vacinais por tipo de vacina aos 12 e 24 meses de idade, no município de Araraquara, estado de São Paulo, Brasil.
Cobertura vacinal e fatores associados ao esquema vacinal básico incompleto aos 12 meses de idade, São Luís, Maranhão, Brasil, 2006.	YOKOKURA, A. V. C. P.; SILVA, A. A. M.; BERNARDES, A. C. F.; FILHO, F. L.; ALVES, M. T. S. S. B.; CABRA, N. A. L.; ALVES, R. F. L. B.	Caderneta de Saúde Pública, v.29 n.3, Mar. 2013.	Avaliar a cobertura vacinal e investigar a associação entre esquema vacinal básico incompleto e fatores socioeconômicos e demográficos aos 12 meses de idade.

Estudos demonstram, a baixa proporção de crianças vacinadas na faixa etária de maior risco para as doenças contagiosas e a cobertura elevada alcançada pelas vacinas de rotina do PNI, embora nem sempre homogênea entre os diversos grupos sociais e as diferentes vacinas (YOKOKURA *et al*., 2013; TAUIL *et al*., 2017). Alguns fatores foram apontados na literatura como obstáculos para a vacinação, tais como: baixa renda, residência em área rural, extremos de idade materna, maior número de filhos, maior ordem de nascimento, baixa escolaridade materna, trabalho materno fora do lar, maior número de moradores no domicílio, residência há menos de um ano na área, falta de conhecimento acerca das doenças contagiosas, ausência de seguro-saúde e presença de doença na criança (YOKOKURA *et al*., 2013).

A vacinação infantil no primeiro ano de vida é fundamental para a prevenção de várias doenças transmissíveis e é um dos fatores determinantes para a redução do coeficiente de mortalidade infantil, por isso destaca-se a importância dos profissionais de saúde e os pais/responsáveis conhecerem o calendário de vacinação infantil e as reais contra indicações estabelecidas pelo PNI, garantindo a adesão da população aos programas de vacinação e consequente redução das doenças (FRANÇA *et al*., 2009).

A imunização está entre as melhores estratégias de prevenção de morbimortalidade na infância e seu custo-benefício supera as ações terapêuticas e de reabilitação da saúde. Trata-se de um processo ativo e que depende, principalmente, da iniciativa do cuidador da criança, além dos médicos e demais profissionais de saúde por terem influência na decisão dos pais quanto à recomendação de vacinar os seus filhos (MELLO *et al*., 2010).

Para que a criança seja considerada imunizada, é essencial respeitar o esquema vacinal preconizado para cada idade, uma vez que o atraso na vacinação pode ser tão prejudicial quanto não vacinar (FERNANDES *et al*., 2015). De acordo com Ferreira *et al*. (2018), analisar a cobertura vacinal do esquema completo é fundamental, pois altas coberturas de vacinas específicas não garantem as coberturas do esquema completo. Além disso, verificam-se maiores incompletudes para as vacinas meningocócica C e pneumocócica 10-valente, que passaram a integrar o calendário de vacinação infantil em 2010, estando relacionado a descontinuidade no abastecimento dessas vacinas, demora na realização de capacitação dos profissionais e não indicação dessas novas vacinas pelos profissionais por desconhecimento.

Contudo, em relação aos fatores associados, identificou-se menor vacinação entre filhos de mães adolescentes, ou seja, engravidar na adolescência pode ser desfavorável a saúde dos filhos (SILVA *et al*., 2018). Portanto, a diversidade das condições de vida da população e as desigualdades de raça, sexo e situação socioeconômica podem refletir em coberturas vacinais diferenciadas, sendo necessárias estratégias de vigilância que busquem compreender as variações verificadas nesses indicadores e os possíveis fatores determinantes para o não alcance das coberturas vacinais preconizadas (SANTOS *et al*., 2016).

Porém, ainda existem muitas crianças que deixam de ser vacinadas pelos mais diferentes fatores, que abrangem desde o nível cultural e econômico dos pais, até causas relacionadas a crenças, superstições, mitos e credos religiosos (SILVEIRA *et al*., 2007). Sendo assim, considera-se necessária a mobilização da população, principalmente das famílias que possuem crianças, uma vez que a informação correta com o esclarecimento de dúvidas promove uma vacinação segura e adequada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo identificou informações objetivas e aprimoradas a respeito da ausência de vacinação infantil acerca do calendário de imunização.

Assim, conclui-se que a prática da vacinação pode se tornar fortemente sustentável e longitudinal sob a forma de cuidado mais integrador, buscando a compreensão das diferentes situações e aproximando as famílias dos serviços de saúde, gerando novas relações e desdobrando novas possibilidades na prática de enfermagem em saúde pública, com vistas à redução das oportunidades perdidas em imunização, assim como a morbimortalidade por ausência de vacinação.

REFERÊNCIAS

BARATA, R. B.; PEREIRA, S. M. Desigualdades sociais e cobertura vacinal na cidade de Salvador, Bahia. **Revista Brasileira de Epidemiologia,** [São Paulo], v. 16, n. 2, p. 266-277, jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/3NsdZWTHFFL5MRrKVStcBPm/abstract/?lang=pt.

FERNANDES, A. C. N. *et al.* Análise da situação vacinal de crianças pré-escolares em Teresina (PI). **Revista Brasileira de Epidemiologia,** [São Paulo], v. 18, n. 4, p. 870-882, out./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/zYfxhdWGBQpSckZXjWxNHFy/abstract/?lang=pt.

FERREIRA, V. L. de R. *et al.* Avaliação de coberturas vacinais de crianças em uma cidade de médio porte (Brasil) utilizando registro informatizado de imunização. **Cadernos de Saúde Pública**, [Rio de Janeiro], v. 34, n. 9, p. 1-11, set. 2018. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2018.v34n9/e00184317/pt/.

FRANÇA, I. S. X. de. *et al.* Cobertura vacinal e mortalidade infantil em Campina Grande, PB, Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem,** Brasília, v. 62, n. 2, p. 258-264, abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/KTVV3XdMv8RWKB76hCFpvhv/?format=html&lang=pt.

MELLO, M. L. R. *et al.* Participação em dias nacionais de vacinação contra poliomielite: resultados de inquérito de cobertura vacinal em crianças nas 27 capitais brasileiras. **Revista Brasileira de Epidemiologia,** [São Paulo], v. 13, n. 2, p. 278-288, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/xPVzTgYQhkpzzM3TkGPj8tw/abstract/?lang=pt.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto – Enfermagem,** Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de normas e procedimentos para vacinação**. Brasília: DF, Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf.

SANTOS, G. R. D. *et al.* Avaliação do monitoramento rápido de coberturas vacinais na Região Ampliada de Saúde Oeste de Minas Gerais, 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, p. 55-64, jan./mar. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/yhbP5KwSZ59ZSkLbWS9mYwR/abstract/?lang=pt.

SILVA, F. de S.; SILVA, A. A. M. da. Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento BRISA, São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [Rio de Janeiro], v. 34, n. 3, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/rffgtWkzw7ndPSwHzVfttsz/abstract/?lang=pt.

SILVEIRA, A. S. de A. *et al.* Controle de vacinação de crianças matriculadas em escolas municipais da cidade de São Paulo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [São Paulo], v. 41, n. 2, p. 299-305, jun. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/VRgR7J3y4mFsbvbx8KP9Sqz/abstract/?lang=pt.

TAUIL, M. de C. *et al.* Coberturas vacinais por doses recebidas e oportunas com base em um registro informatizado de imunização, Araraquara-SP, Brasil, 2012-2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 835-846, out./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/mBC7bbJPHPpDDv55cFRbsKB/abstract/?lang=pt.

YOKOKURA, A. V. C. P. *et al.* Cobertura vacinal e fatores associados ao esquema vacinal básico incompleto aos 12 meses de idade, São Luís, Maranhão, Brasil, 2006. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 522-534, mar. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/X6NmNG3gWcvGv75BhfqtdJh/abstract/?lang=pt.

INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA ESCRITA DO ADOLESCENTE

Leonardo Rafael Ocon, Sarah Raquel Tomioto Garcia,Solimar Guindo Messias Bonjardim, e-mail: leorafaocon@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em tempos que a era tecnológica abrange todos os meios de comunicação verbal e não verbal e vem atraindo todos os tipos de públicos de variáveis faixa etárias, a leitura de livros e todos os seguimentos de tipologias textuais tem se tornado menos atrativos, causando um déficit na escrita ocorrendo pobreza de vocabulário e erros ortográficos os quais atingem nossas crianças e adolescentes em idade escolar.

O uso excessivo da Internet tem provocado forte discussão sobre a influência que a tecnologia tem sobre o ensino, o aprendizado e especialmente na forma de escrever dos jovens. Por essa razão que o presente tema “Influência das Redes Sociais na Escrita do Adolescente” se torna de grande importância a ser debatido nos dias atuais. E é conveniente que se faça uma investigação sobre os efeitos que o uso das ferramentas tecnológicas, em especial a Internet por meio das redes sociais: Facebook, WhatsApp, Twitter, Instagram, etc., tem ocasionado na escrita dos adolescentes. E, também, buscando entender como a introdução cada vez mais cedo em suas vidas influenciando seu aprendizado e comportamento.

Nunca a escrita e a leitura foram tão utilizadas como nos dias de hoje, porém a comunicação em tempo real e a rapidez com que vivemos tem feito com que as pessoas, principalmente os adolescentes, adotassem novas tendências para escrever, levado a escrita a passar por um processo de transformação. A questão é que a preocupação com o ensino e com as transformações da linguagem escrita e falada, tem levado esse tema a ser debatido constantemente entre os estudiosos da área de linguagem, pedagogos e cientistas, que buscam dar suas contribuições através de análises sobre as vantagens e desvantagens do uso da tecnologia e é por meio desse estudo que também buscará dar a sua contribuição.

Essa é uma discussão inicial e discute a linguagem da internet e das redes sociais, e seus usos sociais a partir da compreensão dos estilos da escrita, nas atividades de leitura e de produção escrita entre os adolescentes.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográficas, como artigos, livros, dissertações, teses e fontes paralelas, como a internet.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Internet, atualmente, causou o aumento da interação entre as pessoas por diversos meios de comunicação. Sendo ela um dos meios mais utilizados por estar vinculada a várias formas que possibilitam a comunicação virtual, seja ela escrita, falada ou através de imagens. Pode-se afirmar que assim como a maneira de se comunicar tem passado, nos últimos anos, por mudanças, o ensino e a forma de escrever das pessoas também tem acompanhado essa tendência e passado por um processo revolucionário que não pode ser negligenciado.

Para Ribas *et al* (2007, p. 04) a revolução na escrita veio para ficar, já que acontece de forma instantânea e surpreende tanto os que a idolatram, quanto aqueles que a veem como um perigo. Porque acreditam que a escrita virtual pode trazer consigo grandes prejuízos aos alunos em fase de alfabetização, principalmente se atentarmos para a influência que as ferramentas tecnológicas tem causado sobre a forma das pessoas interagirem com o mundo, sobretudo os mais jovens.

Othero (2004, p. 15-16) afirma que os tempos digitais fizeram um novo tipo de escrita ser criada. Segundo o autor frases curtas e expressivas, palavras abreviadas e modificadas surgiram de forma que agilizem a trocar mensagens. Afinal é preciso ser rápido na Internet, uma vez que a conversa é em tempo real e pode ocorrer com mais de uma pessoa ao mesmo tempo.

A realidade é que a importância da escrita tem mudado ao longo dos anos. Anteriormente quando nos sentávamos para escrever um texto, em sua grande maioria eram redações apenas escritas para o professor ler e que se tratavam simplesmente de um trabalho para nota. Mas à medida que as pessoas passaram a utilizar mais a Internet, elas tomaram a consciência de que podem publicar textos com suas opiniões sobre determinados assuntos e que o público deles é muito maior.

É nesse sentido que Gomes (2013) constrói sua ideia, dizendo que à medida que as pessoas passaram a utilizar mais a Internet, elas tomaram a consciência de que podem publicar textos com suas opiniões sobre determinados assuntos e que o público deles é muito maior. O que os motiva a continuar escrevendo e produzindo artigos cada

vez melhores, tornando assim o ambiente online algo muito poderoso, pois as pessoas passam a escrever coisas que têm impacto em seus mundos.

Marcuschi (2010, p. 36) orienta que “a escrita seria um modo de produção textual discursiva para fins comunicativos”, deve-se incentivar o aluno a escrever, mas deve-se orientá-lo a ser um escritor consciente e fazer com que o ato da escrita seja um ato agradável e prazeroso. Essa escrita deve ser feita usando a linguagem culta do Português e nunca se deve fazer o uso da linguagem da internet em textos, principalmente em textos escolares.

A utilização da internet é uma realidade para boa parte dos brasileiros e é cada vez mais frequente nos espaços escolares. E muito atraente, devido a facilidade em seu acesso, além de disponibilizar ao aluno e ao professor uma enorme quantidade de programas de lazer, entretenimento e estudo. São perceptíveis as diferenças de escritas quando se relaciona redes sociais com portais de notícias da internet (ALMEIDA, 2003). A necessidade de comunicação instantânea faz com que as pessoas utilizem abreviações nas palavras, no intuito de maior agilidade ao teclar suas mensagens, por exemplo, em redes sociais.

O uso da internet a favor da escola é enorme quando se destina às pesquisas e disponibilidade de conteúdo didático. Porém é necessário que o aluno perceba o quão produtivo as ferramentas computacionais escolares podem ser para ajudá-lo em sua vida escolar (FREITAS e COSTA, 2012). Além disso, é importante que ele perceba as diferenças de escrita de “mundos” entre sites de bate-papo e redes sociais com a escrita em linguagem formal. Desta forma, fez-se necessário um estudo cujo objetivo é analisar a influência da linguagem virtual na escrita do adolescente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa está em sua fase inicial, isto é, na fase de levantamento bibliográfico para posterior coleta de dados. O resultado será objeto de estudos futuros que servirá de base para o Trabalho de Conclusão de Curso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth de Bianconcini. **Educação a distância na internet: abordagens e contribuições nos ambientes digitais. Educação e pesquisa.** São Paulo: 2003. Disponível em: <http:www.scilo.br/pdf/ep/v29n2/a10v29n2.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. COSTA, Sérgio Roberto. **Leitura e escrita de adolescentes na escola**. 6ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Patrícia. **Será que o Twitteremburrece os alunos?**, 2013. Disponível em: <http://porvir.org/sera-twitter-emburrece-os-alunos/>. Acessado em: 09 set. 2018.

KOCH, Ingedore G. Villança. **Argumentação e linguagem**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 10ª ed. São Paulo, 2012.

MARCUSCHI, Luís Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARQUES, M. O. **A escola no computador: linguagens articuladas, educação outra**. Ijuí: Unijuí, 2003.

OTHERO, Gabriel de Ávila. **A língua portuguesa nas salas de bate-papo: uma visão lingüística de nosso idioma na era digital**. Novo Hamburgo: Othero, 2004.

QUILES, Claudia Natalia Saes. **O uso do computador na escola: mapeando os "modos de ensinar" na sala de tecnologia educacionais(ste).** Disponível em> <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2487_1780.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

RIBAS, Elisângela et al. **A influência da linguagem virtual na linguagem formal de adolescentes**, 2007. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo9/artigos/8dElisangela.pdf>. Acessado em: 09 set. 2018.

INFLUÊNCIA DO DESENHO ANIMADO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Bruna Lopes Pontes, Letícia Carmello Preter, Karina Ferraz Tozze, e-mail: karinatozze@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os recursos tecnológicos presentes na sociedade atual tem causado grande impacto na vida dos indivíduos. Em destaque, a mídia televisiva que também acompanhou toda a evolução ocorrida nos últimos anos.

Durante o período da infância é desenvolvido conceitos como autonomia, capacidade de socialização e se inicia o desenvolvimento da identidade. Os desenhos animados são atrativos para as crianças, pois as animações são coloridas, apresentam movimentos, músicas e tratam de assuntos dos quais elas também vivenciam. É através desse meio lúdico que o desenvolvimento intelectual, social e físico vai se aprimorando, e é por meio dele também que a criança vai internalizar o que aprendeu assistindo e reproduzindo em seus comportamentos. A partir dessa concepção, pode se concluir que a personalidade da criança é influenciada positiva ou negativamente de acordo com a identificação que ela vai ter com determinado personagem, daí é importante verificar se o conteúdo assistido é um bom exemplo ou não, ressaltando que as imagens visuais dos desenhos podem ser interpretadas de maneiras distintas por cada indivíduo.

Segundo Miguel e Contino (2012, p.103) “Percebe-se então que as crianças se envolvem com o que veem na TV, e que esta apresenta subsídios necessários para suas vivências pessoais, sociais e culturais”. A forma como será interpretada implicará em seu cotidiano e nas relações com o mundo. De acordo com Luciane, Maria Angela e José Vicente (2005, p.97), "A partir do desenho, a criança organiza informações, processa experiências vividas e pensadas, revela seu aprendizado e pode desenvolver um estilo de representação singular do mundo". Ainda, segundo Ponte (1998) a mídia tem influência não somente nas formas de pensar, mas principalmente em "aquilo em que se pensa" referente aos temas e conteúdos escolhidos.

O objetivo deste projeto é atentar-se ao conteúdo que é assistido pelo público infantil, com o intuito de compreender qual a relação existente entre os desenhos animados e o desenvolvimento infantil. A partir da análise dos conteúdos assistidos, a

intenção é mostrar como os desenhos animados influenciam o comportamento das crianças. Através de uma pesquisa se demonstrará a importância de entender a realidade da criança e tornar compreensíveis as questões que surgirem acerca dos mesmos.

Na infância, o indivíduo começa a desenvolver o autoconhecimento e adquirir conhecimento de fatores externos. A pessoa fortalece as vertentes de acordo com o que vive em seu meio, adquirindo as experiências e novas formas de pensar e compreender. A imaginação da criança é um dos pontos mais importantes, é a fase que ela observa o que acontece e logo após reproduz em suas atividades comportamentos semelhantes ao que presenciou.

Sendo assim, o projeto de pesquisa tem a finalidade de promover o questionamento sobre qual a importância dos desenhos animados durante a infância e o quanto eles influenciam no comportamento e desenvolvimento dos indivíduos. É esperado que os resultados possam contribuir para a conscientização dos pais e/ou cuidadores além de profissionais que trabalhem com determinada área, a fim de terem o conhecimento necessário para intervir de forma positiva no desenvolvimento das crianças.

2 METODOLOGIA

Através da pesquisa, aqui apontada, se demonstrará a importância de entender a realidade da criança e tornar compreensíveis as questões que surgirem acerca dos mesmos. Daí a importância do pareamento com uma pesquisa de campo a fim de provar os resultados.

A pesquisa foi realizada em Jaú-SP e os participantes foram pais de crianças de 04 à 07 anos e o questionário abrange temas como comportamento, relacionamento, conteúdo dos desenhos e diálogos.

O método utilizado é o questionário, dialogando com pais, pois eles percebem de imediato a mudança de comportamento social e escolar. A conclusão será obtida após analisar os dados e transcrever os resultados que conseguimos com a entrevista e posteriormente o fechamento da pesquisa e do trabalho em si.

O questionário utilizado para realizar a pesquisa contém três questões abertas e quatro questões fechadas. As questões fechadas são: 1) Com que frequência seu filho assiste desenhos animados? Tendo como opção para resposta: diariamente, semanalmente ou mensalmente 2) Quantas horas por dia seu filho fica em frente a

TV/celular ou computador? Com as opções de 1 a 2 horas; de 3 a 4 horas e de 4 horas ou mais, e 3) Seu filho apresenta comportamentos violentos semelhantes a algum desenho? Com as opções de sim e não e se sim relatar quais. Já as questões abertas eram: 4) Como você se relaciona com o seu filho? 5) Como é o comportamento do seu filho na escola? 6) Você nota diferença no comportamento do seu filho quando ele não assiste desenho? e 7) Você sabe qual é o conteúdo do desenho que seu filho assiste?

O principal objetivo é verificar quais são os desenhos animados que as crianças se envolvem atualmente, pesquisar sobre o que se trata cada um e quais seriam as influências no desenvolvimento da infância. No segundo momento, é essencial o diálogo com a família, alertando sobre o enredo e sobre as consequências que poderão ser causadas na criança.

Em relação ao ambiente escolar, conversar com os pais a fim de prevenir e atentar para futuros acontecimentos de violência, raiva ou mudança de comportamento repentina. Tais atos podem estar associados ao conteúdo assistido, e quando identificado no início será benéfico tanto para o aluno como para a família e demais ambientes que ele estará incluído.

Segundo Paula e Junior (2014)

> Essas ferramentas metodológicas possibilitam a realização de procedimentos e reflexão que atendam as necessidades dos estudantes não apenas informando, mas lhe fornecendo subsídios para formular ideias e argumentos, sendo também um instrumento de desenvolvimento moral e intelectual (p.1663).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Logo abaixo serão apresentados os resultados obtidos através do questionário. Eles estão contidos na tabela “Influência do Desenho Animado no Desenvolvimento Infantil”.

De acordo com as informações relatadas pelos pais, a frequência que os filhos ficam entretidos com o desenho animado corresponde pelo menos 04 horas ou mais da sua rotina diária, ou seja, representa uma carga horária grande em relação às atividades da criança.

Segundo a resposta dos participantes, todos relataram um bom relacionamento com o filho (a) e nenhum apresenta comportamento inadequado na escola ou em casa em decorrência dos desenhos animados.

INFLUENCIA DO DESENHO ANIMADO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL					
	P1	**P2**	**P3**	**P4**	**P5**
QUESTÃO 1	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente	Semanalmente	Diariamente
QUESTÃO 2	4 horas ou mais	De 3 à 4 horas	4 horas ou mais	De 3 à 4 horas	De 1 à 2 horas
QUESTÃO 3	Não	Não	Não	Não	Não
QUESTÃO 4	Bem, comunicativo.	Bem	Bom, quando ficamos juntos.	Bem	Relacionamento normal, da atenção e carinho.
QUESTÃO 5	Bom. Já deu trabalho, mas nada além do normal para a idade.	Bom	Muito bom.	Até hoje nunca deu trabalho	Não vai para a escola.
QUESTÃO 6	Não.	Não.	Não. Carinhoso e atencioso sempre.	Não	Brinca normalmente com os brinquedos
QUESTÃO 7	Animes de lutas.	Sobre princesas.	Animes japoneses.	Sobre princesas.	Ensina movimento do corpo, cuidado com animais e o valor da amizade.

Os conteúdos assistidos pelas crianças nessa faixa etária (04 à 07 anos), geralmente englobam princesas, no caso das meninas e lutas e animes, no caso dos meninos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Goldberg, Yunes e Freitas (2005, pg.97), a criança organiza seu aprendizado através das informações que ela recebe e das experiências que ela vivencia.

A influência do comportamento gerado nas crianças a partir dos desenhos animados é despertada também pelo ambiente em que vive, a forma como se relaciona com os pais, professores e amigos e fatores externos da vida dessa criança.

O resultado da pesquisa contradiz com essa informação, pois os participantes não notam influência ou agressividade no comportamento dos filhos ocasionados pelo desenho infantil. Vale ressaltar que essa pesquisa se fundamenta em um pequeno número de participantes que possuem vínculos com as aplicadoras, o que pode ter influenciado nas respostas, sendo assim, é optativa uma pesquisa futura, envolvendo faixa etária diferente, um número maior de participantes e questionários mais abrangentes.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. L. A.; VIEGAS, R. F.; MIRANDA, A. R. **Desenhos animados na formação da criança.** Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, Brasília, V. 2, 5 Brasil, p. 31-32, 2006.

FERNANDES, A. H.; OSWALD, M. L. B. M. **A recepção dos desenhos animados da TV e as relações entre a criança e o adulto: Desencontros e encontros.** Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 65, p. 25-41, Jan./ Abr. 2005.

GOLDBERG, L. M.; YUNES, M. A. M.; FREITAS, J. V. **O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 1, p. 97-106, jan./abr. 2005.

HANAUER, F. RISCOS E RABISCOS - **O desenho na educação infantil.** Revista de educação do ideau, v. 6, n. 13, Jan./ Jul. 2011.

MIGUEL, T. P.; CONTINO, A. L. B. **A influência da televisão sobre o comportamento psicossocial de crianças.** Revista Científica da Faminas, Muriaé/ MG, v. 9, n. 1, Jan./ Abr. 2013.

OLIVEIRA, D. M. S.; MORAIS, A. **Conflitos interpessoais e desenho animado: Um estudo sobre os estilos de resolução predominantes.** PsicolArgum, v 34(84), n. 01-14, Jan./ Mar. 2016

PAULA, E. S.; JUNIOR, A. F. N. **O desenho animado como ferramenta pedagógica: Relato de uma experiência na disciplina de ensino de ciências.** Revista da SBEnBio, v. Enebio e II Erebio Regional 1, n. 7, Out. 2014.

RAMOS, E. M. O. et al. **Os desenhos animados na mídia televisiva: implicações para o imaginário infantil.** EFDeportes.com,Revista digital, Buenos Aires, v. 15, n 153, Fev. 2011.

REIS, C. M. **A influência dos desenhos animados no comportamento infantil.** Graduanda de Comunicação Social – hab. Relações Públicas da UNISINOS.

SILVA, M. D. S.; AGUILERA F. **A influência dos desenhos animados no comportamento de crianças ao brincar – Uma revisão.** Revista Lugares de Educação [RLE], Bananeiras-PB, v. 5, n. 11, p. 104-117, Ago.-Dez. 2015.

INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO AERÓBIO E ANAERÓBIO NA MASSA DE GORDURA CORPORAL DE ADOLESCENTES OBESOS

Caio Matheus Salcedo de Oliveira, Lidia Fernanda Codatto, Renan Flore Turini Claro,
e-mail: renan_turini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, os níveis de obesidade vêm crescendo rapidamente no mundo todo nas últimas décadas, tornando-se um dos maiores problemas de saúde pública, acarretando na morte de milhares de pessoas todos os anos (WHO, 2013).

Há tempos notamos o excesso de peso e o sedentarismo explícito. A carência de interesse no exercício físico acompanhado de uma alimentação não balanceada apresentam como características do indivíduo que levam a obesidade.

A obesidade é uma doença de agentes múltiplos, destacando-se entre estas causas o aumento do sedentarismo e da tecnologia. O ato de viver no sedentarismo pode acarretar em uma perda progressiva de massa magra e redução do metabolismo basal, causando assim o aumento de massa gorda e o provável aparecimento de doenças cardiovasculares dentre outras complicações. (HILL, 1999; ZULIM, 2011).

A literatura mostra que atividades físicas possuem papel essencial para o emagrecimento, conservação do peso corporal e controle de doenças que aparecem devido à obesidade. Desta forma, este trabalho tem como objetivo verificar a interação do treinamento aeróbico e anaeróbio na obesidade.

2 METODOLOGIA

Para elaborar este trabalho, realizou-se uma pesquisa nas bases de dados do Google Acadêmico. As palavras-chaves utilizadas foram “exercícios aeróbios”, “exercícios anaeróbios” e “obesidade”. Durante a pesquisa, foram encontrados 20 artigos. Desses, foram selecionados 20 para serem utilizados como fontes de informação para a produção deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Treinamento Aeróbio

De acordo com Grünelwald & Wöllzenmüller (1984), treinamento aeróbio é a competência de domínio de executar um trabalho muscular durante um extenso período, sem exibir consideráveis sinais de cansaço, com atributos que geram a sua melhor aplicação: frequência, duração e intensidade. Os exercícios aeróbios, segundo Mc Ardle (1998), são aqueles que fazem uso do oxigênio como principal fonte de energia, sob a forma de adenosina trifosfato-ATP, para geração de trabalho muscular.

Treinamento Aeróbio Contínuo

O método de treinamento aeróbio contínuo possui a característica de desenvolvimento aeróbia. Nele é utilizado grandes volumes de treino com baixa intensidade e ausência de intervalos (PTV, 2017).

Treinamento aeróbio intervalado

É realizado na alternância de atividades, entre alta ou baixa intensidade de velocidade, demonstra melhor funcionamento para aumentar a aptidão cardiorrespiratória em pessoas que já fazem exercícios e se alimentam corretamente (HELGERUD *et al*, 2007). De acordo com Santos (2004), o treinamento intervalado é feito na intensidade acima do limiar anaeróbio ou no limiar e pode ser usado para aprimorar o rendimento em provas aeróbias e anaeróbias, dependendo de alguns fatores como duração, intensidade e do tempo de recuperação.

Treinamento Aeróbio em Circuito

Neste treinamento são destacados diferentes exercícios com diferentes efeitos, com ou sem implementos, e o método de execução podendo ser feito por tempo ou número de repetições (JONATH, 1966; TUBINO, 1984). O condicionamento e a dimensão na qual é realizado o exercício aeróbio podem influenciar na dimensão e a contribuição da via aeróbia que é proporcionalmente acrescida com o aumento da permanência do exercício (SANTOS, 2004).

Treinamento Anaeróbio

O treinamento anaeróbio é feito de atividades que causam uma carga e descarga muscular. De acordo com Chaves *et al*. (2007, p .247), “essa sobrecarga pode ser

aplicada com equipamento padronizado para levantamento de pesos, roldanas ou molas, barras imóveis ou uma série de dispositivos isocinéticos e hidráulicos". Embora a definição anterior leve em consideração a modalidade de treinamento, é possível utilizar a via anaeróbia em exercícios de corrida, natação e ciclismo.

Treinamento Combinado (Aeróbio e Anaeróbio)

Carneiro (2011) relatou que a junção dos exercícios é mais eficiente para o emagrecimento. De acordo com (GUIMARÃES, 2008) este treinamento é empregado porque proporciona um melhor equilíbrio entre a redução da massa gorda e aumento da massa magra. Entretanto, não há nada comprovado cientificamente.

Francischi *et al*. (2001) descrevem que para combater a obesidade é necessário fazer atividades físicas, sendo esta a ferramenta mais eficaz pois promove um elevado gasto energético e leva a perda de gordura. Assim, faz com que o indivíduo que está acima do peso consuma mais energia ao invés de acumulá-la. O mais importante do estudo é que o exercício aeróbio feito com exercício anaeróbio causa uma perda da gordura corporal mais eficaz do que que cada exercício isolado. Sendo assim, os exercícios quando feito em conjunto possuem um melhor resultado. Tais exercícios podem se dividir em alguns programas, como treinamento de força e resistência aeróbia, exercícios de flexibilidade/ alongamento, em cada um considerando benefícios desiguais (HAKKINEN *et al*., 2003).

Faria (2011) completa dizendo que o exercício resistido é um forte estímulo para o aumento da massa, força e potência muscular, podendo assim, ajudar a manter a musculatura e maximizando a diminuição de gordura corporal. Em contraste com o que foi dito acima, o trabalho de resistência aeróbia aumenta o consumo máximo de oxigênio, a atividade das enzimas oxidativas, os estoques de glicogênio intramuscular, a densidade e capacidade mitocondrial dos músculos, melhora a capacidade de difusão pulmonar, o débito cardíaco, a densidade capilar e o controle da saturação da hemoglobina (HAKKINEN *et al*., 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obesidade é um dos principais problemas de saúde pública no mundo, sendo considerada uma doença que preocupa por várias razões, tais como, sociais, psicológicas e metabólicas. Está atrelada ao desenvolvimento de comorbidades que podem, inclusive, levar à morte (PINHEIRO *et al*., 2004).

O presente estudo, de acordo com autores citados acima afirmam que o treinamento aeróbio e anaeróbio é capaz de promover alterações positivas na composição corporal de indivíduos obesos. Observa-se que se feitos separadamente, os indivíduos terão resultados, mas que se utilizarem o treinamento combinado terão mais ganhos.

O exercício aeróbio esteve presente na maioria das pesquisas feitas sobre programas de treinamento, no entanto, de acordo com que foi lido e pesquisado para este trabalho, nota-se que, de acordo com embasamento científico melhores resultados são aqueles que trabalharam o exercício aeróbio combinado com o anaeróbio.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO. J. A.; BRAGA, M. A. O. Exercício físico e o metabolismo de gordura: influências na obesidade. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 16, n. 155, abr. 2011. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd155/exercicio-fisico-e-o-metabolismo-de-gordura.htm. Acesso em: 24 out. 2013.

CHAVES, C. R. M. de M. *et al.* Exercício aeróbio, treinamento de força muscular e testes de aptidão física para adolescentes com fibrose cística: revisão da literatura. **Revista Brasileira de Saúde Maternidade Infantil**. Recife, v. 7, n. 3, p. 245-250, jul./set., 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/BnVRXCdjz7YtDKDkHKrJy3F/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 out. 2013.

FARIA, T. C. S. de. **Contribuição da musculação para o processo de emagrecimento em mulheres.** 2011. 44 f. Monografia (Bacharel em Educação Física) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2011. Disponível em: http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/defesas/20150715160545.pdf. Acesso em: 24 out. 2013.

FERNANDEZ, A. C. *et al.* Influência do treinamento aeróbio e anaeróbio na massa de gordura corporal de adolescentes obesos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [São Paulo], v. 10, n. 3, p. 152-158, maio/jun. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/g8GTXXfC8djVtyy6t9msRnd/?lang=pt&format=html. Acesso em: 24 out. 2013.

FRANCISCHI, R. P.; PEREIRA, L. O.; LANCHA JUNIOR, A. H. Exercício, comportamento alimentar e obesidade: revisão dos efeitos sobre a composição corporal e parâmetros metabólicos. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 117-140, jul./dez, 2001. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/139894. Acesso em: 24 out. 2013.

GRÜNEWALD, B.; WOLLZENMULLER, F. **Esportes aeróbicos para todos**: corrida, natação, ciclismo, canoagem, remo, ginástica. Rio de Janeiro: Ao Livro técnico, 1984. 128 p.

HAKKINEN, K. *et al*. Neuromuscular adaptations during concurrent strength and endurance training versus strength training. **European Journal Applied Physiology**, v. 89, p. 42-52, 2003. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s00421-002-0751-9. Acesso em: 24 out. 2013.

HELGERUD, J. *et al*. Aerobic high-intensity intervals improve VO2max more than moderante training. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, Indianapolis, v. 39, n. 4, p. 665-671, 2007. Acesso em: 24 out. 2013.

JONATH, U. **Entrenamiento Circuito**: técnicas de educación física para las escuelas, clubes, fuerza armadas y polícia. Buenos Aires: Paidós, 1967. 198 p.

MARSON, P. *et al.* Comparação de eficácia entre programa de exercício aeróbio e anaeróbio na modificação da composição corporal. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, [São Paulo], v. 7, n. 2, p. 151-158, 2008. Disponível em: https://fontouraeditora.com.br/periodico/article/292. Acesso em: 24 out. 2013.

MCARDLE, W. D. *et al.* **Fisiologia do exercício:** energia, nutrição e desempenho humano. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 695 p.

PTV. **MÉTODOS DE TREINAMENTOS AERÓBIOS CONTÍNUOS**. Disponível em: www.personaltrainervirtual.com.br/2017/02/15/metodos-de-treinamento-aerobios-continuos/. Acesso em 19 set. 2018.

OKADA, G. T. *et al.* Resultado de diferentes frequências semanais de treinamento sobre a composição corporal e aptidão física. **Motriz**, Rio Claro, v. 14 n. 3, p.2 41-251, jul./set. 2008. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/708. Acesso em: 24 out. 2013.

PINHEIRO, A. R. de O.; FREITAS, S. F. T. de; CORSO, A. C. T. Uma abordagem epidemiologica da obesidade. **Revista de Nutrição,** Campinas, v. 17, n. 4, p. 523-533, dez. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/yb5FgzvgCVPZVsxtsNp384t/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 out. 2013.

REIS FILHO, A. D. dos. *et al.* Efeitos do treinamento em circuito ou caminhada após oito semanas de intervenção na composição corporal e aptidão física de mulheres obesas sedentárias. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**. São Paulo, v. 2, n. 11, p. 498-507, set./out. 2008. Disponível em: http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/111. Acesso em: 24 out. 2013.

SANTOS, J. W. dos. **Protocolos de treinamento aeróbio intervalado e da periodização para natação com ratos**. 2004, 186 p. Tese (Doutorado em Ciências da Motricidade) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências do campus de Rio Claro, São Paulo, 2004. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100392/santos_jw_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 out. 2013.

TUBINO, M.J.G. **Metodologia científica do treinamento esportivo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ibrasa. 1984. 435 p

VESPASIANO, B. de S.; TIENE, D. C. F. Treinamento aeróbio: perspectivas sobre intensidades voltadas ao emagrecimento em adolescentes. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**. São Paulo, v. 6, n. 32, p. 116-122, mar./abr. 2012. Disponível em: http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/199. Acesso em: 24 out. 2013.

WHO. World Health Organization. **Nutritional anaemias**. Obesity and overweight. Disponível em: http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/. Acesso em: 24 out. 2013.

ZULIM, F. D.; FERREIRA, F. C. Composição corporal de homens adultos praticantes de exercícios resistidos e não praticantes de atividade física. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, [São Paulo], v. 10, p. 75-79, 2011. Disponível em: https://fontouraeditora.com.br/periodico/article/756. Acesso em: 24 out. 2013.

INFLUÊNCIA DO TREINAMENTO INTERVALADO EM ADOLESCENTES OBESOS

Ana Paula Saraiva Marreiros, Mairis Pedro dos Santos, Paula Grippa Sant'Ana,
e-mail: saraiva20.ps@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A obesidade é considerada uma epidemia mundial e um problema de saúde pública. A partir das últimas décadas houveram aumentos progressivos da doença (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2000). No Brasil, a prevalência de obesidade envolve 34,8% do sexo masculino e 32% do sexo feminino da população com faixa etária infanto-juvenil e 32% dos adultos e 25% com classificação mais graves, como doenças cardíacas, por exemplo (DALMASO *et al.*, 2019). Estudos nacionais constataram que a maioria dos adolescentes não são fisicamente ativos (SILVA, 2000), isso estaria associado às mudanças do estilo de vida contemporâneo, como os avanços tecnológicos e redução de espaços livres nos centros urbanos, acarretando assim, em declínio no nível de atividade física (LAZZOLI *et al.*,1998).

Na situação da obesidade, principalmente em indivíduos adultos, é uma condição na qual os tecidos adiposos estão hipertrofiados, ou seja, grandes quantidades de gotículas de gordura no interior da célula adiposa. Isto leva a um alto grau de atividade inflamatória, elevando síntese de grande quantidade citocinas pró-inflamatório, levando um quadro de inflamação, aumentando o número de células de defesa, especificamente os macrófagos, refletindo em acentuação de disfunção do sistema orgânico. Outra consequência da hipertrofia do tecido adiposo é a diminuição do fluxo sanguíneo na obesidade, que leva a hipóxia, a inflamação e infiltração de macrófagos. Além da hipertrofia, também ocorre a hiperplasia do tecido adiposo, contudo, isto ocorre em predominância da infância. As células adiposas são multiplicas em quantidade, ou seja, na infância ao multiplicar o tecido adiposo, corre o risco mais de se tornarem indivíduos obesos, pois além de aumentar de tamanho, foi produzido grandes quantidades de células adiposas. A hipertrofia e a hiperplasia na infância é perigoso, pois aumenta o risco do indivíduo se tornar obeso na fase adulta. (QUEIROZ *et al.*, 2009).

Uma das principais preocupações que envolvendo a relação entre sedentarismo e a obesidade infantil, é a chance de se tornar um indivíduo obeso, e isto pode refletir

com consequências na fase adulta com desenvolvimento de doenças, como hipertensão, síndrome metabólica, diabetes, problemas articulares e de limitação movimentos. Neste sentido, é indicado que crianças e adolescentes cresçam com estímulos de hábitos de vida saudáveis, como prática de exercício físico, alimentação adequada, promovendo a redução da obesidade em toda a sua estrutura, a infância a fase adulta (LAZZOLI *et al*., 1998).

Em regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, as doenças crônicas-degenerativas tornam-se mais comuns pela adoção do estilo de vida sedentário. Em relação aos adolescentes, estão cada vez mais vulneráveis a maus hábitos de vida como a alimentação, tabagismo e consumo de bebidas alcoólicas, que proporcionam o agravamento dos fatores biológicos como riscos cardiovasculares, hipertensão arterial, obesidade, hiperinsulinêmia e hipercolesterolemia (NOBRE *et al*., 2006). Mudança no estilo de vida com a inclusão da prática do exercício físico regular, pode proporcionar vários benefícios à saúde, auxiliando na prevenção de doenças, possuindo um papel fundamental nas condições físicas, psicológicas, mental, aumentando a autoestima, bem-estar e ajuda na socialização (BOIS *et al*., 2005 *apud* SILVA; COSTA JUNIOR, 2011).

Entre os exercícios físicos, existem vários métodos de treinamento, um deles é o treinamento intervalado de alta intensidade (High Intensity Interval Training – HIIT) sendo composto por sessões rápidas de exercícios intermediários de alta intensidade, realizado com um esforço “total”, com uma intensidade igual ou maior a 90% de volume de oxigênio pico (VO_{2pico}), com períodos de recuperação aeróbicas (GIBALA; MCGEE, 2008; BOUTCHER, 2011; GIBALA *et al*., 2012). De acordo com a intensidade do treino, um único esforço pode durar de alguns segundos a vários minutos, com múltiplos esforços separados por até alguns minutos de repouso ou de exercícios de baixa intensidade (GIBALA; MCGEE, 2008). Conforme estudos realizados em indivíduos obesos, os treinamentos intervalados auxiliam no tratamento da obesidade reduzindo a evolução da patologia, aumentam o volume de oxigênio máximo ($VO_{2máx,}$) sensibilidade à insulina e redução do percentual de gordura (MANCILLA, 2014; DEL VECCHIO; GALLIANO; COSWIG, 2013).

A obesidade por ser considerada problema de saúde pública e causar vários problemas à saúde, é importante estudar maneiras e métodos de como diminuir o número de crianças e adolescentes obesos, pois sendo essa faixa etária a responsável de influenciar que tipo de pessoa ele será em sua vida adulta sedentarismo ou

fisicamente ativo e fazendo sobrecarregar os orçamentos público com cirurgias bariátrica, e tratamentos farmacológicos de doenças desenvolvidas por conta da patologia, sendo que poderia ser evitada na infância e adolescência. Contudo, existem lacunas na literatura que assegurem a segurança de crianças e adolescente ao realizar treinamentos intervalados, com intensidades acima de 80%, do Vo2máx. Portanto, o presente trabalho tem o objetivo verificar o efeito do treinamento intervalado (TI) de diferentes intensidades na perda de peso e na qualidade de vida de adolescentes obesos.

2 METODOLOGIA

Foi realizado uma pesquisa de revisão bibliográfica utilizando como base de dados Google Acadêmico, Sciello, Springer link e livros da biblioteca da Faculdade Integradas de Jahu utilizando os seguintes descritores: obesidade, treinamento intervalado, atividade física. Foi escolhido como tema a obesidade na adolescência, por ser um problema de saúde pública mundial. Esta pesquisa buscar esclarecer quais os treinamentos intervalados, mais recomendado para adolescentes obesos, correlacionando artigos nacionais e internacionais com esse tema.

Foi escolhido a revisão bibliográfica, pois o pesquisador pode ter contato direto com o que foi publicado na literatura, podendo ampliar seus conhecimentos sobre o mesmo (LAKATOS; MARCONI, 2003)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os benefícios dos exercícios de alta intensidade em relação a perda de gordura são o aumento da taxa metabólica em repouso (TMR), consequentemente, gasto energético superior ao treinamento de caráter contínuo (JAKICIC, 2002 *apud* MORENO, 2009). Um dos efeitos dos exercícios de alta intensidade é manter a TMR em valores altos por um longo período após o esforço físico (SKENDER, 1996 *apud* MORENO, 2009).

O método de treinamento de TA (treinamento aeróbico) e TI em 28 adolescentes do sexo masculino de 15 a 18 anos, com orientação nutricional durante 12 semanas, foi divido em 3 grupos: TA, 40-60 min de bicicleta ergométrica a 60-70% do $VO_{2máx}$); TI: 12 tiros de 30 segundos na bicicleta ergométrica com uma carga de 25 watts x 0,8 da massa corporal com velocidade máxima, com recuperação ativa de 3 min; e um grupo controle somente com uma alimentação balanceada. Os grupos TI e TA apresentaram redução

de massa corporal significativa, porém o TI é mais eficiente na redução de gordura dos membros inferiores (FERNANDEZ, 2004).

Tabela 1. Resultados dos estudos analisados

Autor/ano	**Amostra**	**Período**	**Treino efetuado**	**Resultados**
(Fernandez e colaboradores, 2004)	28 adolescentes do sexo masculino	12 semanas	No TA o ciclo ergômetro, 40 a 60 minutos (min) a 60-70%. No TI 12x30segundos (seg) com carga alta e velocidade máxima + 3min de recuperação ativa.	Sendo o TI é mais eficiente na redução dos membros inferiores.
(Racil e colaboradores, 2013)	34 adolescentes	12 semanas	Todas as sessões incluíram 3 períodos diferentes: as sessões foram iniciadas por um aquecimento de 10 min de jogging contínuo em intensidade moderada (50% do MAS), seguido de 5 min de alongamento e 5 rajadas curtas de acelerações de 20m.	Ocorrendo uma redução da gordura corporal, taxa de colesterol, aumento do $VO_{2máx,}$ melhora a sensibilidade à insulina.
(Aparecido, 2018)	25 adolescentes de ambos o sexo.	6 sessões.	Corrida em esteira com aquecimento realizado por 2min a 25% V_{pico}, 6 séries de 60seg a 100% V_{pico} interpassados por 3min de recuperação ativa a 50% V_{pico}, mais período de desaquecimento com 2 min a 25%Vpico.	Aptidão cardiorrespiratória, aumento da oxidação, contribuição de carboidratos.

No estudo que avaliou 34 adolescentes obesos de 15 anos, foram divido em 3 grupos: HIIT com 11 adolescentes: MIIT (treinamento intervalado de intensidade moderada), também contendo 11 adolescentes; e um grupo controle com 12 indivíduos. Os HIIT em adolescentes comparados com exercícios MIIT ao decorrer de 12 semana, os que praticaram HIIT obteve a diminuição da taxa de colesterol, resistência à insulina, triglicérides e redução da circunferência da cintura. Alcançando melhores resultados em relação ao método contínuo (RACIL, 2013).

No estudo de Aparecido (2018), avaliou 25 adolescentes de 12 a 16 anos de ambos o sexo, ativos ou irregularmente ativos conforme IPAQ (Questionário Internacional de Atividade Física), foram divididos em dois grupos, o com intolerância a

insulina (CRI) com 13 indivíduos e sem intolerância à insulina (SRI) com 12 indivíduos. Foram efetuadas 6 sessões de HIIT, obtendo resultados positivos como melhora da aptidão cardiorrespiratória com aumento de VO_{2pico} de 11,29% no CRI e de 12,88% no SRI, aumento da oxidação e contribuição de carboidratos para a demanda energética em ambos os grupos

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o treinamento intervalado em diferentes intensidades pode contribuir para melhorar a saúde do adolescente obeso, levando a alterações fisiológicas positivas como na prevenção de doenças desenvolvidas pelo sedentarismo e obesidade, contendo benefícios a saúde como redução da gordura corporal, estabilidade do colesterol, aumento do $VO_{2máx}$, melhora a sensibilidade a insulina, melhora da aptidão cardiorrespiratória, oxidação e contribuição de carboidratos. Além dos resultados serem em prazos menores que os promovidos em exercícios contínuos melhora significativamente na qualidade de vida e cotidiano dos adolescentes.

As diferentes intensidades do treinamento intervalado acabam despertando um interesse maior na prática de exercício físico para crianças e adolescentes, obtendo assim qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

APARECIDO, J. M. L. **Influência do treinamento intervalado de alta intensidade sobre variáveis de desempenho cardiorrespiratório e oxidação de substratos em adolescentes obesos com e sem resistência insulínica**. 2018. Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, 2018.

BOUTCHER, S. H. High-Intensity Intermittent Exercise and Fat Loss. **Journal of Obesity**, [S.l.], v. 2011, p. 1-10, 2011. Disponível em: https://www.hindawi.com/journals/jobe/2011/868305/.

DALMASO, S. B. *et al*. Prevalence of Overweight and Obesity in Elementary School Students of Vitória, ES. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 43, p. 61-82, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lucas-Guimaraes-Ferreira/publication/332107231_Prevalencia_de_Sobrepeso_e_Obesidade_em_Escolares_do_Ensino_Fundamental_do_VitoriaES/links/6033c951a6fdcc37a845b5fd/Prevalencia-de-Sobrepeso-e-Obesidade-em-Escolares-do-Ensino-Fundamental-do-Vitoria-ES.pdf;.

DEL VECCHIO, F. B.; GALLIANO, L. M.; COSWIG, V. S. Aplicações do exercício intermitente de alta intensidade na síndrome metabólica. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Pelotas, v. 18, n. 6, p. 669-687, nov. 2013. Disponível em: https://cienciadotreinamento.com.br/wp-

content/uploads/2017/07/APLICA%C3%87%C3%95ES-DO-EXERC%C3%8DCIO-INTERMITENTE-DE-ALTA-INTENSIDADE-NA-S%C3%8DNDROME-METAB%C3%93LICA.pdf.

FERNANDEZ, A. C. *et al.* Influência do treinamento aeróbio e anaeróbio na massa de gordura corporal de adolescentes obesos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [São Paulo], v. 10, n. 3, p. 152-158, maio/jun. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/g8GTXXfC8djVtyy6t9msRnd/?lang=pt&format=html.

GIBALA, M. J. *et al.* Physiological adaptations to low-volume, high intensity interval training in health and disease. **The Journal of Physiology**, [S.l.], v. 590, n. 5, p. 1077-1084, jan. 2012. Disponível em: https://physoc.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1113/jphysiol.2011.224725.

GIBALA, M. J.; MCGEE, S. L. Metabolic Adaptations to Short-term High-Intensity Interval Training: A Little Pain for a Lot of Gain? **Exercise and Sport Sciences Reviews**. v. 36, n. 2, p. 58-63, abr. 2008. Disponível em: https://journals.lww.com/acsm-essr/Fulltext/2008/04000/Metabolic_Adaptations_to_Short_term_High_Intensity.3.aspx%C2%A0.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia do trabalho cientifico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

LAZZOLI, J. K. *et al*. Atividade física e saúde na infância e adolescência. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [Niterói], v. 4, n. 4, p. 107-109, jul./ago. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/FYF9LC6DWWKRDQCz33xwNLk/?lang=pt.

MANCILLA, R. et al., Ejercicio físico interválico de alta intensidad mejora el control glicêmico y la capacidad aeróbica en pacientes com intolerancia a la glucosa. **Revista Médica de Chile**, Santiago, v. 142, p. 34-39, 2014. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0034-98872014000100006&script=sci_arttext.

MORENO, C. M. C.; LIBERALI, R.; NAVARRO, F. Obesidade e exercício físico: os benefícios do exercício intermitente de alta intensidade no processo de emagrecimento. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 3, n. 16, p. 298-304, jul./ago. 2009. Disponível em:

NOBRE, M. R. C. *et al.* Prevalências de sobrepeso, obesidade e hábitos de vida associados ao risco cardiovascular em alunos do ensino fundamental. **Revista da Associação Médica Brasileira**, [São Paulo], v. 52, n. 2, p. 118-124, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ramb/a/3kQYDvRj3Shc3YYjspQnQXQ/?stop=next&lang=pt&format=html.

QUEIROZ, J. C. F, *et al.* Controle da adipogênese por ácidos graxos. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabolismo**, [São Paulo], v. 53, n. 5, p. 582-594, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abem/a/Bk9wnqPVbky85s4HDg3GJBj/abstract/?lang=pt.

RACIL, G. *et al.* Effects of high vs. moderate exercise intensity during interval training on lipids and adiponectin levels in obese young females. **European journal of applied physiology**, [S.l.], v. 113, p. 2531-2540, 2013. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s00421-013-2689-5.

SILVA, P. V. C.; COSTA JUNIOR, Á. L. Efeitos da atividade física para a saúde de crianças e adolescentes. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 29, n. 64, p. 41-50, jan./mar. 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/20614.

SILVA, R. C. R. da; MALINA, R. M. Nível de atividade física em adolescentes do Município de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1091-1097, out./dez. 2000. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v16n4/3612.pdf.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA INDÚSTRIA 4.0

Eliezer Afonso, José Vinícius Canola, Priscila Carolina Verza, Reginaldo Sabino, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: priscila_verza@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As indústrias possuem diversos processos repetitivos e frequentes. Consequentemente, estas são as primeiras atividades que são substituídas ao introduzir a inteligência artificial nas indústrias. Pensando em processos contínuos, essa tecnologia se torna essencial, pois elimina erros decorrentes de desatenção ou fadiga humana, e introduz um novo patamar de produtividade.

A indústria 4.0 é um conceito de indústria proposto recentemente e que engloba as principais inovações tecnológicas dos campos de automação, principalmente a Inteligência Artificial, controle e tecnologia da informação, aplicadas aos processos.

Os principais empecilhos encontrados e enfrentados pelas empresas em sua transição para a Indústria 4.0 são os seguintes apresentados: A falta de conhecimento, alto custo para implantação, qualificação de profissionais, ausência de infraestrutura e incentivos e inexperiência no processo de transição.

Durante todo o de 2018, pôde-se acompanhar diversas novidades envolvendo Inteligência Artificial. Em abril, uma montadora alemã lançou o primeiro manual de carro cognitivo. A plataforma permite que o dono do veículo, ao baixar um aplicativo no smartphone, possa tirar qualquer dúvida sobre o carro simplesmente dizendo o que está acontecendo, em linguagem natural, através de um chat ou até enviando imagens. Em maio, um dos que mais chamou atenção foi apresentado pelo Google, em seu evento mundial para desenvolvedores realizado na Califórnia.

Em uma demonstração de deixar qualquer um de boca aberta, a plataforma inteligente fez chamadas telefônicas muito semelhantes ao que faria qualquer ser humano. No meio do ano, em julho, o Google anunciou seu primeiro centro de pesquisa em inteligência artificial na África. A empresa já possui outros 14 espalhados pelo mundo, mas a maioria fica nos Estados Unidos e na Europa. No mesmo mês, o Facebook comprou uma startup inglesa focada em inteligência artificial por cerca de 100 milhões

de reais. O foco é aprofundar as aplicações baseadas em linguagem natural, basicamente, o modo como falamos.

A Inteligência Artificial também foi para o espaço. A NASA - Agência Espacial Norte Americana, usou a tecnologia da IA para descobrir novos planetas. Os cientistas treinaram uma rede neural que analisa dados de um telescópio espacial com a missão de buscar novas vidas ou civilizações. E com um simples cintilar das estrelas a rede neural é capaz de identificar planetas verdadeiros em 96% do tempo.

A Saúde, também foi beneficiada com novas aplicações da Inteligência Artificial. Em agosto, uma empresa ligada ao Google anunciou a criação de um sistema inteligente que consegue diagnosticar mais de 50 condições analisando apenas os olhos de uma pessoa, é possível prever câncer, riscos cardíacos e até mesmo a personalidade do indivíduo. Com um investimento cada vez mais massivo das grandes empresas de tecnologia e uma adoção cada vez mais de diferentes setores, a Inteligência Artificial deve continuar surpreendendo nos próximos anos.

O objetivo central do estudo foi compreender os impactos da transformação digital e tecnológica para a indústria e promover uma discussão sobre o desenvolvimento e a implantação da Inteligência Artificial na Indústria 4.0.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2015 e 31 de julho de 2019.
Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Não se pode afirmar ao certo qual será o futuro da Inteligência Artificial (IA), mas hoje, somos capazes de realizar previsões mais assertivas, conforme já observados em algumas empresas atuais.

O avanço da Inteligência Artificial é temido por muitos, a sociedade tem receio de que ela traga uma escassez de empregos, porém não temos nenhuma base científica que possa comprovar a proporção que esse problema poderá tomar.

A IA é fundamental para a Quarta Revolução Industrial (Indústria 4.0). Deve-se refletir que a tecnologia não veio para tomar o lugar dos profissionais nas indústrias, mas sim, mudar a forma de pensar no quesito de linha de produção.

Em respeito à tecnologia, os norte-americanos priorizam o assunto e estão sempre á frente de outros países, mas todos estão buscando tecnologias para agregar em novas linhas de produção, a linha de raciocínio para implementar a Inteligência Artificial no processo de fabricação e serviços.

O Brasil tem demonstrado uma forte adoção dessas tecnologias, mas ainda precisa estar mais aberto para a inovação, disponibilizar recursos e adotar políticas claras. É preciso garantir que as máquinas trabalhem em conjunto com as pessoas (KAUFMAN, 2018).

O desafio crucial não é criar novos empregos, mas criar novos empregos nos quais o desempenho dos humanos seja melhor que o dos algoritmos (HARARI, 2016).

O impacto da Inteligência Artificial na transformação da sociedade começa aos poucos a ser compreendido. Uma dose mínima de inteligência aplicada a um processo ou a objetos vai elevar a eficácia de qualquer sistema a outro nível.

A Inteligência Artificial será a força principal de competividade no futuro. Já se encontra no ponto de inflexão, onde acelera de forma exponencial. Será a nova eletricidade (TAURION, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à falta de conhecimento, nota- se que é vital que os gestores sejam educados quanto a este novo modelo de funcionamento da indústria, seus benefícios e forma de implantação. A Indústria 4.0 oferece muitos benefícios, mas é preciso aprofundar os conhecimentos para aplicá-los de forma adequada.

Em relação ao custo de implantação, as tecnologias utilizadas apresentam preços e opções cada vez mais acessíveis. Além disso, como em qualquer investimento, o valor necessário para a sua implantação é compensado pelo desempenho - como através da redução de falhas na produção, economia de energia, potencialização da mão de obra ou aumento da eficiência e produtividade da empresa.

Sobre a inexperiência no processo de transição, é de extrema importância, a qualificação dos gestores e profissionais responsáveis pelo gerenciamento da indústria, além de utilizar serviços de consultoria quando necessário para estudar de forma particularizada o caso de cada empresa. Projetos piloto são uma alternativa para testes em menor escala dos efeitos da transição – e aprender com eles as carências a serem supridas para os próximos projetos.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARARI, Y. **Homo Deus:** uma breve história do amanhã. 2016. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?id=MGAIDQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR >.

KAUFMAN, D. **Inteligência escolhe imóvel certo pra você**. 2018. Disponível em: <https://dorakaufman.blog/Inteligencia-artificial-escolhe-imovel-certo-para-voce/ >.

TAURION, C. **A inteligência artificial está perto do seu ponto de inflexão.** 2018. Disponível em < https://cio.com.br/a-inteligencia-artificial-esta-perto-do-seu-ponto-de-inflexao/ >.

INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS

Ruan Navarro, Leticia Pastorello, Michele Augusta, Perla Savana Daniel, e-mail: ruannavarro1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a tecnologia vem ganhando espaço no cotidiano das pessoas e de todas as sociedades em geral. Com o passar dos anos a tecnologia veio se enraizando na cultura e em todos os aspectos das sociedades modernas. Como é possível se notar, com os avanços tecnológicos foram possíveis grandes evoluções em áreas perenes e de extrema importância para a vida das pessoas, entretanto, essa revolução trouxe consigo problemas cada vez mais inertes e aprofundados nas mesmas. O assunto tratado, interceptações telefônicas, é um exemplo disso. A tecnologia trouxe a facilidade de comunicação entre pessoas, fez a distância se tornar uma coisa muita mais subjetiva e irrelevante do que fora em outrora. Porém com essa facilidade de comunicação foi possível para os mal intencionados, leia-se aqui, criminosos, um intenso aumento nas suas relações criminosas, sujeitando assim a sociedade atual a um aumento significativo dessas ações.

As interceptações telefônicas vieram para ajudar as autoridades legais a lidar com essa situação, trazendo para as mãos dos “homens das leis” também a facilidade da velocidade e das comunicações.

Enfim a tecnologia e seus avanços potencializaram um problema, mas também avançaram com uma possível hipótese de investigação e solução desses mesmos problemas. Ela gerou, aumentou, mas também de certa forma se protegeu de um avanço tecnológico problemático.

2 METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza quanto ao objetivo como sendo de caráter descritivo. A finalidade da pesquisa descritiva é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos. O processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Para tal foram utilizadas

pesquisas bibliográficas em legislação pátria, jurisprudência e sites especializados para assim ser possível o embasamento das informações necessárias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As interceptações telefônicas podem ser classificadas e definidas como sendo: a) interceptação telefônica: é a captação da comunicação telefônica alheia por um terceiro, sem que os interlocutores saibam disso. A e B conversam enquanto C escuta, sem que os dois primeiros saibam; b) escuta telefônica: também é a interceptação da comunicação telefônica por um terceiro, mas com uma diferença: um dos interlocutores sabe; c) gravação clandestina: é a gravação da conversa por um dos interlocutores, sem a presença de um terceiro, e sem que a outra parte saiba. Ex.: "A" grava a sua conversa telefônica com "B", sem que este saiba. Para a lei de interceptação telefônica, importam apenas a interceptação e a escuta.

A interceptação telefônica e escuta – tem como objetivo a produção de prova em investigação criminal e em instrução processual penal. Acompanhando o progresso tecnológico, a lei fala em “comunicações telefônicas de qualquer natureza”. Ora, e não poderia ser diferente. Caso contrário, criminosos poderiam manter a comunicação por SMS ou *Whatsapp*, sem que nada pudesse ser feito para interceptar a troca de mensagens. No art. 1º, parágrafo único, a lei 9296/96 estende a sua aplicação à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática. Portanto, e-mail e *chat* também podem ser interceptados.

Portanto as leis tiveram que se adaptar à realidade atual das sociedades, através de suas atualizações, se não estariam totalmente ultrapassadas nos dias atuais e não serviriam de nada pois os criminosos iriam “driblá-las” com extrema facilidade. Uma lei de 1996 não tem consistência suficiente para englobar causas desconhecidas do ano de 2019 por um exemplo. Na época da criação da lei não era tão comum o uso dos celulares, e da internet no geral, para comunicação, sim, existia, mas não como nos dias atuais, onde todos esses meios estão “à beira de um clique’’, nas mãos de quase todos. Nisso todas as possíveis formas de comunicação tentam ser englobadas nas investigações, desde a conhecida e antiga ligação até as mais recentes e populares redes sociais.

As interceptações de comunicações telefônicas para sua utilização em investigação criminal, deverão seguir todos os dispostos na Lei de Interceptações Telefônicas, Lei 9.296 de 1996.

A interceptação telefônica deverá ocorrer através do segredo de justiça para não atrapalhar ou sujeitar o processo a complicações dependendo também de ordem de juiz competente para ser autorizada e validada.

O sigilo das comunicações durante o processo precisa existir para não expor a intimidade e privacidade do próprio investigado em situações fora a criminal, assim como de terceiros que possam estar nas interceptações.

Em determinados casos previstos em lei não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas, a exemplo disso são os casos em que não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal; a prova puder ser feita por outros meios disponíveis; o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção. (Art. 2° – Lei 9296/96).

A lei determina então que as interceptações telefônicas são o último meio utilizado para juntar provas em um processo, devendo ser utilizada quando for de extrema e suma importância. O conceito dessa utilização em último caso se correlaciona com os dispostos na Constituição Federal em que se é citado em seu artigo 5º, X, que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Portanto a interceptação telefônica deve ser feita cuidadosamente e minimamente seguindo todos os ditames da lei, com risco de se não, violar princípios constitucionais e possivelmente inviabilizar o processo como um todo.

Poderá ser determinada a interceptação telefônica pelo juiz de oficio ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal, do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.

O Delegado de Polícia então só poderá requerer a interceptação antes da instauração do processo, nas investigações, na fase pré-processual. O Ministério Público e o Juiz diferentemente poderão requerer pela interceptação na mesma fase do Delegado de Polícia quanto durante a fase processual, onde o processo já está acontecendo.

Se cumprida a necessidade da interceptação, pedidos verbais podem ser admitidos em situações excepcionais, presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada a sua redução a termo. Em prazo máximo de 24 horas, o Juiz decidirá sobre o pedido.

A adequação real, portanto, é regida e suportada pela lei, casos em que a urgência de interceptação ao caso prático é protegida pela mesma.

Muitas vezes conversas só serão realizadas uma única vez e as autoridades só possuirão essa chance de coletar as informações e provas necessárias, portanto o disposto anteriormente citado lhes dá rapidez e a possibilidade de se atingir seus objetivos necessários.

A decisão do Juiz deverá ser fundamentada, justificando assim os porquês e a legalidade da decisão, sob pena de nulidade e indicando a forma de execução da diligência.

A lei conceitua que a interceptação não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo, quando comprovada a indispensabilidade do meio de prova. Entretanto há entendimento consolidado nos Tribunais Superiores (STF, 2012) que o prazo da interceptação telefônica levará em consideração critérios de proporcionalidade e complexidade, enquanto ela for necessária sob o ponto de vista probatório deverá ser mantida e deixando de ser necessária não será mais prorrogada ou deverá ser revogada sua autorização.

Para os procedimentos da interceptação poderão ser requisitados serviços técnicos especializados às concessionárias de serviço público.

A autoridade policial assim deve continuar com as diligências, acompanhados do MP, e todas as provas e conversas coletadas transcricionadas a termo resumidamente e entregues ao Juiz ao fim da interceptação.

Como a interceptação poderá acontecer por longo período possivelmente gerará muito material, muitas horas de conversas, e, por isso o resumo deverá ser utilizado para a liquidez e rapidez do processo. As informações e conteúdos considerados desnecessários pela autoridade policial deverão ser assistidos pelo MP, sendo facultada a presença do acusado ou de seu representante legal para ser assim inutilizados e descartados aos autos.

Tal possibilidade traz um senso a mais de justiça entre as partes, impedindo que somente seja utilizado no processo o que prejudique o réu/acusado.

Fora da legalidade, sem autorização judicial, a interceptação telefônica, de informática ou telemática e quebra de segredo de justiça, constituirá crime, tendo sua pena constituída de reclusão, de dois a quatro anos e multa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, portanto, que a lei de interceptações de comunicações se fez de extrema importância para adequação e realização da justiça. Se seguida completamente será de grande valia para o processo como um todo e para toda a sociedade no geral.

Com a globalização, a necessidade de adequações nos ramos da justiça se faz necessária e através da lei e dos entendimentos dos Tribunais Superiores e das autoridades isso é possível.

A adequação ao caso concreto se faz presente e a busca incansável pelo direito e justiça constituem requisito fundamental para isso.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 9296**, de 24 de julho de 1996. Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >.

CASTRO, Leonardo. **Interceptação Telefônica**: dicas rápidas que podem salvar uma questão em sua prova, x/x/2015. Disponível em: https://leonardocastro2.jusbrasil.com.br/artigos/207388192/interceptacao-telefonica-dicas-rapidas-que-podem-salvar-uma-questao-em-sua-prova. Acesso em 02/10/2019.

STF. HABEAS CORPUS : HC 106129 MS. Relator: Ministro Dias Toffoli. DJ: 06/03/2012. Disponível em JusBrasil: https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21457537/habeas-corpus-hc-106129-ms-stf. Acesso em 29 nov. de 2019.

INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM COLABORADORES DE UM ABRIGO PARA IDOSOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Felipe Henrique dos Santos, Barbara Romano Guermandi, Luan da Silva Inácio, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: feelipehs@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A relação do trabalho na realidade contemporânea se mostra sempre em constante mudança, dessa forma, o mercado exige novas maneiras de gestão de pessoas, já que, nos tempos atuais existe um grande valor pelo conhecimento que essas pessoas portam e que acabam por influenciar diretamente nas organizações. Segundo Pilozotto (2003), referente a temática das organizações, o valor de seus produtos depende cada vez mais do percentual de inovação, tecnologia e inteligência incorporados. Dessa maneira, a organização necessita oferecer um ambiente com condições adequadas para que essas transformações aconteçam.

Diante essa nova necessidade das organizações, torna-se importância uma gestão de pessoas qualificada para favorecer e suprir as necessidades encontradas, necessitando, portanto, de um melhor entendimento da abordagem conceitual sobre a gestão de pessoas. Rios (2008) expõe que a nova ordem de trabalho a qual fragmenta os processos pode tornar o trabalhador alienado, com esse sentido, essas atividades podem se tornar penosas, cujo retorno financeiro não é suficiente, na área da saúde não ocorre de forma diferente, pois são muitas as exigências existentes. Dutra (2002) também apresenta algumas exigências que o mercado atual impõem a gestão de pessoas, como a necessidade de uma estrutura e organização flexível que se adapte ao constante movimento do mercado e da sociedade.

Portanto, é possível perceber a importância da gestão de pessoal assim como relata Gil (2001), a gestão de pessoas como uma função gerencial para a cooperação de pessoas que atuam nas organizações, fundamenta ainda que se pode classificar a gestão de pessoas em cinco subsistemas principais nas práticas de gestão, sendo elas: provisão; aplicação; manutenção; desenvolvimento e monitoração (*apud* POLIZOTTO, 2003).

Nessa perspectiva o presente projeto visa uma intervenção psicossocial para a gestão de pessoal do abrigo Vila São Vicente de Paulo, que exerce atividades de acolhimento e assistência humanitária desde 10 de outubro de 1939. Busca-se a realização de um diagnóstico organizacional para o levantamento das necessidades do local e a partir dessa atividade, juntamente com a equipe gestora, realizar um modo ativo de participação para suprir as necessidades encontradas, promovendo uma melhor gestão para a instituição e a experiência necessária para os estagiários na graduação do curso de psicologia.

Dentre os temas que permeiam o âmbito organizacional, no que diz respeito a gestão de pessoas a qual será elaborado o projeto, podem-se destacar ações como as anteriormente mencionadas classificadas em cinco subsistemas principais na gestão de pessoas: provisão; aplicação; manutenção; desenvolvimento e monitoração. Objetiva-se a partir dessas ações principais na gestão de pessoas a elaboração com a equipe existente na instituição, visando uma construção de conhecimento sobre os itens e a promoção da saúde e do bem-estar dos mesmos, a qual acaba por interferir diretamente na promoção assertiva das atividades da instituição.

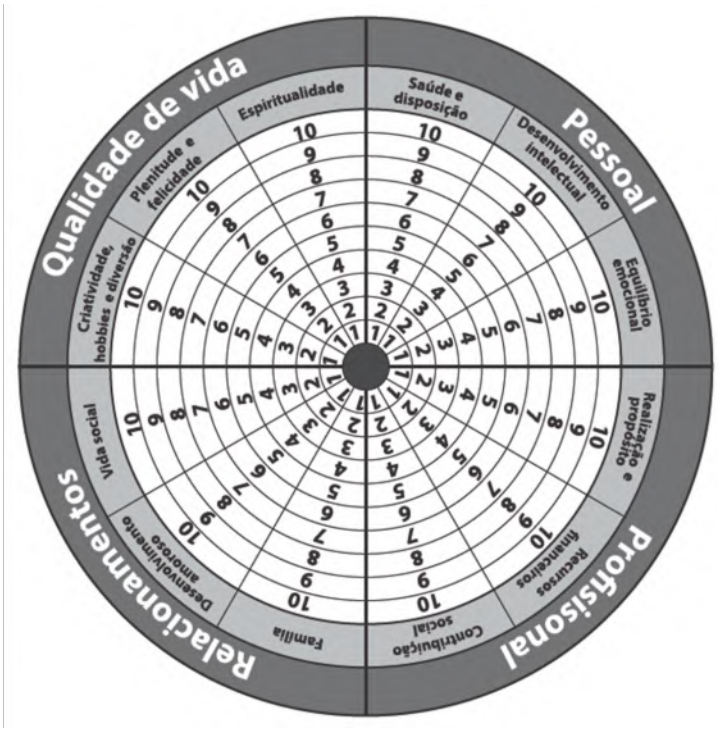
A aplicação do projeto justifica-se pela necessidade da experiência de conhecimento tanto prático como teórico acerca da psicologia organizacional que complementa a graduação do curso de psicologia, com a execução do projeto, espera-se uma promoção para ambas as partes, à instituição um aprimoramento da gestão de pessoas e aos estagiários um espaço de atuação supervisionada.

2 METODOLOGIA

A elaboração desse Projeto de Estágio teve como foco o auxílio à equipe gestora da instituição Vila São Vicente de Paulo, localizado na região centro-oeste, no município de Jaú-SP. A população foi de 28 trabalhadores, ambos os sexos, com variedades na faixa etária, e diferentes níveis hierárquicos. Inicialmente, a partir de um diagnóstico organizacional foi possivel estabelecer as necessidades existentes da demanda, sendo elas: a concepção acerca da qualidade de vida dos colaboradores e a elaboração do termo Missão, Visão e Valores da instituição. Para a discussão acerca desses temas os estagiários realizaram um estudo de revisão bibliográfica para ter um respaldo teórico assertivo frente as temáticas.

Os materiais utilizados para a descrição sobre a qualidade de vida dos colaboradores foi realizada pelos estagiários, através da entrega do questionário Roda

da Vida que é composta por quatro esferas, subdivididas por três aspectos: Pessoal (saúde e disposição, desenvolvimento intelectual e equilíbrio emocional); Profissional (realização e propósito, recursos financeiros e contribuição social); Relacionamentos (família, desenvolvimento amoroso e vida social); e Qualidade de Vida (criatividade, hobbies e diversão, plenitude e felicidade e espiritualidade), como na imagem abaixo:



Em seguida foi realizada uma avaliação e agrupamento (em gráficos) dos dados obtidos.

A Missão, Visão e Valores foi construída por meio de entrevistas semiestruturada, a qual foi descrito um exemplo e, em seguida, foi questionado a opinião do colaborador a respeito da instituição a partir das seguintes questões: “Para você, qual seria a missão da Vila São Vicente de Paulo?”, “Para você, qual seria a visão da Vila São Vicente de Paulo?” e “Para você, quais seriam os valores da Vila São Vicente de Paulo?”.

A partir desses métodos foi possível dar um suporte de conscientização, dialogando sobre os vários aspectos que envolvem cada um desses temas, para que os colaboradores tenham uma visão geral e não fragmentada, com essa intervenção o grupo espera prestar um auxílio aos colaboradores e também adquirir conhecimento nessas práticas que são necessárias para a graduação no curso de Psicologia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A roda da vida visa possibilitar uma reflexão sobre áreas fundamentais da vida e a obtenção de dados para discussão, auxiliando no agrupamento e comparação destes. Ela é composta por cinco esferas, subdividida por três aspectos: Pessoal (saúde e disposição, desenvolvimento intelectual e equilíbrio emocional); Profissional (realização e propósito, recursos financeiros e contribuição social); Relacionamentos (família, desenvolvimento amoroso e vida social); e Qualidade de Vida (criatividade, hobbies e diversão, plenitude e felicidade e espiritualidade). Cada subtópico é composto pela Escala Likert (de 0 a 10), sendo 0 como muito ruim e 10 como muito bom, e os colaboradores teriam que classificá-los com base em sua compreensão individual. Esta ferramenta foi aplicada em 11 colaboradores e individualmente.

De início, os estagiários explicaram sobre as esferas e subtópicos e entregaram para os colaboradores responderem. A respeito da esfera Pessoal, observou-se que os colaboradores classificaram os três subtópicos como ótimos (saúde e disposição 103 e desenvolvimento intelectual 100), sendo o equilíbrio emocional o que obteve menor pontuação (92). Sobre a esfera Profissional, os colaboradores também descreveram considerá-la satisfatória, tendo a contribuição social com maior pontuação (102). Já nos Relacionamentos observou-se a menor pontuação geral das quatro esferas, sendo o desenvolvimento amoroso a com menor pontuação (87) e a família com a maior (103). Sobre a Qualidade de vida, a criatividade, hobbies e diversão foi o subtópico com menor pontuação das quatro esferas (84), mas também o maior (espiritualidade recebeu 109 pontos).

A partir dos resultados obtidos foi possível perceber um bom nível de satisfação dos colaboradores, fator que está intimamente relacionado à questão da qualidade de vida no trabalho, assim como expõem Palacios, Almeida e Rezende (2011), a satisfação no ambiente de trabalho além de proporcionar uma melhor qualidade de vida também aumenta o nível de comprometimento do colaborador com a instituição.

Para a definição dos aspectos Missão, Visão e Valores da instituição, explanado como base para a construção de estratégias, objetivos e metas e definição para o público dos benefícios da instituição. Os estagiários realizaram inicialmente uma conversa com todos os colaboradores a respeito da temática e a explicação dos objetivos da atividade e então utilizaram um questionário estruturado previamente para a coleta de dados das informações.

Foi possível notar uma visão ampla dos colaboradores acerca da temática, com respeito ao aspecto da Missão, os termos que mais se destacaram foram: bem-estar e o

cuidado aos idosos. No âmbito da Visão, a instituição tem como foco se tornar referência de qualidade para outros locais e por último com relação aos Valores, os termos que mais se destacaram foram: empatia, ética e o trabalho em equipe. Posteriormente, a partir dos dados coletados os estagiários puderam estruturar o quadro de Missão, Visão e Valores, segue abaixo:

Missão: A Vila São Vicente de Paulo possui como missão o acolhimento e assistência humanitária de idosos em situação de vulnerabilidade social, buscando proporcionar uma melhor qualidade de vida e o bem-estar nos aspectos físicos, emocionais e espirituais; garantindo-lhes uma extensão do âmbito familiar e a interação com a comunidade local, respeitando suas subjetividades e um envelhecimento saudável.

Visão: A instituição possui como visão ser referência no acolhimento de idosos em situação de vulnerabilidade social, a partir de um aprimoramento das técnicas de acolhimento e estratégias de interação com a comunidade.

Valores: Empatia, transparência, ética, trabalho em equipe, comprometimento, humanização e respeito ao acolhido, sua família e a comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o projeto realizado na instituição, houve um aproveitamento dos estagiários de diferentes formas, conhecer ativamente e ter contato com uma realidade diferente de atuação, na qual nos proporcionou novas experiências e a elaboração de novas formas de conhecimentos no âmbito da psicologia organizacional, que são necessários para a construção da graduação do curso de psicologia.

Para a instituição a qual realizamos o projeto, podemos destacar a possibilidade de uma melhor compreensão dos temas propostos, por parte dos colaboradores, os temas foram construídos juntamente com a participação e o interesse e necessidade da demanda existente, dessa forma, proporcionando uma melhora nas relações interpessoais existentes na instituição em que os colaboradores estão inseridos. A partir da elaboração do quadro de Missão, Visão e Valores, também foi proporcionado à instituição a possibilidade da construção de estratégias, objetivos e metas com maior clareza e a definição para o público dos benefícios que a instituição oferece.

REFERÊNCIAS

DUTRA, J. S. **Gestão de Pessoas**: Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002. 216 p.

GIL, A. C. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2001. 312 p.

PIZOLOTTO, M. F. A Gestão de Pessoas: um estudo em micros e pequenas empresas da indústria de transformação da região do Médio-Alto-Uruguai do Rio Grande do Sul. *In*: EGEPE – encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas. 3., 2003, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 735-748. Disponível em: https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/52.pdf. Acesso em: 04 abr. 2019.

PUENTE-PALACIOS, K.; ALMEIDA, R. S.; REZENDE, D. V. O impacto da interdependência no trabalho sobre a efetividade de equipes. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 18, n. 59, p. 605-623, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302011000400003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2019.

RIOS, I. C. Humanização e Ambiente de Trabalho na Visão de Profissionais da Saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 151-160, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000400015 Acesso em: 11 abr. 2019.

THOMAS JUNIOS, W.; PICARELLI FILHO, V. **Remuneração Estratégica**: A Nova Vantagem Competitiva. São Paulo: Atlas, 1999. 224 p.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO PERFIL PSICOPATA

Isabella Unterrichter Rechtenthal, e-mail:bellaur@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O estudo da psicopatia no Brasil é um campo muito recente e com poucos estudos aprofundados. Esta área é responsável por traçar, descobrir e tratar aquelas pessoas consideradas “perturbadas” pela sociedade devido suas atitudes.

A fundamentalidade do tema ajuda a comunidade e profissionais da área como um todo a entenderem certas características e traços que, inicialmente, podem ser notados nesse ser e irá ajudá-los ase defenderem e direcioná-los.

Em foco principal na área da psicologia e da criminologia, a visão geral é que estudos introdutórios do perfil psicopata possuem grande valor, uma vez que possibilitam a identificação, certas premeditações de acontecimentos, o estudo de cada indivíduo (principalmente quando criança) em seu contexto para que se tenha um trabalho personalizado, focado e que as pessoas ao seu redor estejam em alerta em suas atitudes.

> Após se concretizar, a psicopatia se torna um fator de risco: podem ocorrer atos infracionais, pois os indivíduos acometidos por este transtorno têm maior facilidade em utilizar charme, manipulação, mentira, violência e intimidação para controlar as pessoas e alcançar seus objetivos (APA, 2002; RICHELL ET AL., 2003; VALMIR, 1998, p. 3).

Levantamos como questão a falta de estudos mais aprofundados à mente deste ser com ausência de afeto e emoções. Estudos avançaram até determinado ponto, porém é perceptível a estaticidade atual de tais estudos, limitando-se principalmente a aspectos de perfil e as estratégias de cometerem seus atos. A maior parte de pesquisas são desenvolvidos no exterior enquanto no Brasil, a fundamentação científica ainda possui muitas limitações no que se refere a esse requisito.

O objetivo desta revisão literária é introduzir o estudo de psicopatia dando maior visibilidade para este transtorno de personalidade, e, fomentando o campo de pesquisa para que se tenha além de um tratamento adequado, leis que atendam eficazmente as demandas apresentadas.

2 METODOLOGIA

Para conseguirmos apresentar este estudo inicial sobre a psicopatia, utilizamos de pesquisas anteriores em formato de artigos, livros e amparo nas leis para explicitar como esses indivíduos são, agem e são punidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A psicopatia é considerada um transtorno de personalidade e não uma doença mental como muitos pontuam. Para a Psiquiatria, este perfil possui a ausência de delírios, alucinações, manifestações neuróticas, depressão, ansiedade, desorientações, entre outras características que geralmente estão presentes em outros transtornos ou doenças mentais.

Hervey Clecley foi o responsável por publicar o primeiro estudo detalhado sobre a psicopatia em 1941 em sua obra *A máscara da sanidade*. Nela, ele acabou descrevendo diversos detalhes sobre esse desajuste como o comportamento antissocial, o egocentrismo patológico, a falta de remorso, charme superficial, e a incapacidade de sentir amor ou afeição (está ligado com a ausência dos sentimentos). Reafirmando seus estudos, o artigo “O Perfil do Psicopata” (s/d) diz que estes seres não conseguem se vincular emocionalmente a outras pessoas, não apresentando respostas psicofísicas ligadas ao medo e ansiedade.

Em um teste chamado BEM (bateria de emoções morais) elaborado pelos brasileiros Oliveira-Souza e Moll, foram apresentados que em pessoas de perfil psicopata existe um aumento das atividades nas áreas referentes a cognição, e uma diminuição de atividades nas áreas referentes à emoção. Ou seja, isso ajuda a comprovar algumas das características já estudadas referente ao ego inflado e a ausência de tais sentimentos, e reforça a ideia de que psicopatas possuem total ciência de seus atos e atividades, sendo sua deficiência no campo das emoções e afetos.

Segundo a obra *Mentes Perigosas* da psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva (p.19), o psicopata possui níveis de gravidade que podem ser leve, moderado ou grave. Ou seja, embora existam aspectos do perfil semelhantes entre eles, o transtorno pode ser percebido de diferentes maneiras. O que quero dizer é que não necessariamente o psicopata irá cometer um assassinato sórdido para se enquadrar em tal transtorno. Ele pode cometer roubos, trapaças, golpes, enganar, agredir verbalmente, e o ápice, cometer crimes brutais com métodos aprimorados. Caracterizando e diferenciando

através de sentimentos de satisfação, poder para com outro, e prazer, como se fossem algum tipo de “Deus” e suprindo a si próprio.

Um objeto de estudo para ilustrar as características pesquisadas sobre o transtorno de personalidade e a criminalidade, é o protagonista das histórias em quadrinhos *Coringa* da editora Panini Comics. Conhecido como o palhaço do crime, já apresentou diversas interpretações em vários meios de comunicação diferentes, originando-se ao bobo e cômico da série de TV dos anos 60 seguindo o psicopata niilista da longa-metragem “O Cavaleiro das Trevas”, incorporado, de modo excepcional e assustador, por Heath Leadger. Não será analisado o enredo em quadrinhos integralmente, mas sim configurações imagéticas e algumas entrelinhas de temática que elucidam a insanidade crônica do personagem. No contexto, além de ser o psicopata mais apavorante de Gotham (cidade onde a história ocorre), ele apresenta traços como postura de superioridade, onde no clímax ele identifica estar sendo investigado, do alto dos edifícios góticos e sombrios. O criminoso percebe e demonstra inteligência – ao menos ele manipula isso.

Nesse universo histórico, há profundos componentes dignos de observações: a ocupação de poder Coringa – Batman, como também o psicopata agir algumas vezes atribuindo uma força bruta, que transcende sobre o município de Gotham e move suas condutas contra tudo e todos. Além disso, a tonalidade vermelha sangue é compatível ao vermelho na boca do Coringa. Os esguichos de sangue nas obras se desconfigura com sorrisos ao oposto, da maneira que a própria ação de sorrir fosse posto em evidência pelo psicopata.

Não é a todo o momento que o psicopata será um assassino em série (serial killer). Um indivíduo psicopata concerne-se em particularidades como simpatia e sensatez, entretanto não oscilaria na oportunidade de cometer um crime. Com isso, ao articularmos sobre seu crime, não vai apresentar sentimentos e nem expressar culpa por seus comportamentos. Não obstante há o ainda contestável tema da presença do instinto agressivo em nossa natureza, abordadas entre as teorias psicanalíticas sobre essência da compulsão à repetição e propriedades da excitação e o prazer estimulados de expressões especificadas por Freud na ilustre obra *Além do princípio do prazer* de 1921.

Cada transtorno de personalidade tem características únicas que estarão relacionadas às práticas de seus atos, geralmente atos ilícitos.

Para que ocorra a aplicação de uma pena e o julgamento, cada uma dessas características deve ser analisada especificadamente. Essa análise é feita por uma

perícia médico-legal determinada pelo juiz, capacitada para apuração da higidez mental e demais fatores prevalecentes.

A distinção entre imputabilidade, inimputabilidade e de semi-imputabilidade é extremamente necessária, pois é ela quem determina toda a aplicabilidade da pena ao agente.

> É considerado inimputável aquele criminoso que, ao tempo do cometimento do crime, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Não é o caso dos psicopatas, pois, como já foi dito antes, eles não possuem mentes adoecidas. Sua deficiência encontra-se no campo dos afetos, e não no campo cognitivo. Assim, ao cometerem um crime, os psicopatas são capazes de entender o caráter ilícito do fato, tendo consciência de seus atos e dos motivos que levaram ao delito (Cavalcante, sem data, *on-line, s/p*).

No caso dos psicopatas, ocorre a semi-imputação, semi-responsabilidade ou responsabilidade diminuída;ou seja, o sujeito entende a ilicitude do ato cometido. Contudo, age independente deste entendimento ea vista disso, respondem pela prática do ilícito com redução de pena.

> O parágrafo único do art. 26 do Código Penal trata dos semi-imputáveis:
> Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (BRASIL, 1940, *on-line).*
> Nessa hipótese, o sujeito é imputável, contudo para tomar decisões com plena compreensão e autodeterminação, exigiria condição que não possui inteiramente. Desta forma, a responsabilidade por sua conduta é menor, o grau de culpabilidade é reduzido, podendo a pena ser diminuída de um a dois terços (TRINDADE, 2007, p.457).

O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime (BRASIL, 1940, *on-line).*

> Aos imputáveis aplicar-se-á a pena e aos inimputáveis uma medida de segurança, porém aos semi-imputáveis aplica-se tanto a pena como a medida de segurança, mas nunca as duas, haja vista que isso afeta o princípio do *non bis in idem*. A aplicação de uma ou outra é feita pela observância das circunstâncias pessoais do infrator, se o seu estado mental evidenciar a necessidade de um tratamento, o agente cumprirá uma medida de segurança, mas se esse estado não se manifestar se submeterá ao cumprimento de uma pena (BARBOSA, 2016, s/p).

É importante diferenciar tais medidas, sendo que a pena condena a conduta ilícita prevenindo a ocorrência de novos crimes, já a medida de segurança apresenta como finalidade o tratamento do indivíduo (BARBOSA, 2016).

Nas entrevistas, o pensamento dos especialistas no quesito de uma possível cura ou recuperação é sempre unânime. A psicanalista Julia Barany (2014, s/p) afirma

“psicopatia não tem cura”. Ana Beatriz B. Silva (2008, s/p) traz que “psicopata não tem recuperação”, já para Guido Palomba (2012, s/p) são “seres humanos irrecuperáveis, devendo ficar em um local longe da sociedade, pois cometeria crimes novamente”.

Conforme o art. 97 do Código Penal, existem hoje duas espécies de medida de segurança: a internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, ou, na falta deste, em estabelecimento adequado, para os crimes apenados com reclusão; e o tratamento ambulatorial, para os ilícitos com pena de detenção. (BRASIL, 1940, on-line)

> Quanto ao retorno a sociedade estudos mostraram que psicopatas reincidiram cerca de 5 vezes mais em crimes violentos em 5 anos de sua liberdade da prisão (TRINDADE, 2007, s/p).

A lei de execução penal nº 7.210/84 traz a importância de uma avaliação criminológica para individualização da pena e sua ressocialização, como demonstra em seu art. 5º. A Lei de execução também analisa a periculosidade do agente determinado por perícia médica (art. 175º LEP) (BRASIL, 1984, *on-line*).

> Ocorre então que, apesar de ferir princípios constitucionais, para alcançar uma seguridade para os seres humanos em geral e prevenção dos crimes contra a vida, estes indivíduos teriam que ser mantido em estabelecimentos com caráter perpétuo, dada a sua situação e inviável ressocialização. Vale ressaltar que estes estabelecimentos têm que ser apropriados para tais criminosos (CARDOSO, 2018, s/p).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todo o conteúdo revisado nesta pesquisa, fica notório não apenas no Brasil, mas de forma geral, o déficit em aprofundamentos nas áreas em que se diz respeito sobre perfil, tratamentos e penalidades para estes indivíduos. É conspícuo o perigo com esses seres humanos de boa lábia, mas é necessária a atenção para a banalização exercida atualmente em casos e crimes, e sem dúvidas, ressaltar o papel que a mídia possui na exposição de tais situações.

Com esse artigo, pode-se compreender e evoluir a ideia que os transtornos de personalidade são um conjunto que também detém as suas particularidades e carecem de maiores estudos, assim sendo, poderão ser realizadas intervenções que vão além dos parâmetros das leis, fazendo-se conhecimentos psicológicos mais aprofundados para a constatação do que o levou ao crime ou ações, tendo em consideração os diversos contextos. Assim, segundo Hansenne (2003, s/p), é não menos importante de referir que ao longo dos tempos a personalidade começa a ser considerada importante noutros domínios da psicologia, como na inteligência e nas emoções.

Projetamos com este estudo, explorar a todos os dedicados nesta abordagem a evoluir desta forma numa ciência mais forte e profunda.

REFERÊNCIAS

AZARELLO, Brian; BERMEJO, Lee. **Coringa**. São Paulo: Panini Comics, 2009.

BARANY, Júlia. **Psicanalista Júlia Barany fala sobre Psicopatia.** Publicado em 24 de outubro de 2014. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=VFWEj_tghUw>. Acesso em 03 de out. 2019.

BATMAN: O Cavaleiro das Trevas. Direção: Christopher Nolan. Produção: Emma Thomas Charles Roven Christopher Nolan. Intérprete: Harvey Dent. Roteiro: Warner Bros. Pictures. Chicago: Harbra, 2008. DVD.

BRITO, Dayana Maria Alves Brito. **O perfil do psicopata.** [s.d.].

CARDOSO, Patrícia. **Punibilidade dos psicopatas: a aplicação da pena aos portadores de transtorno de personalidade no ordenamento jurídico brasileiro**. São Francisco de Barreiras. Disponível em: <https://patriciachaves00.jusbrasil.com.br/artigos/591267700/punibilidade-dos-psicopatas-a-aplicacao-da-pena-aos-portadores-de-transtorno-de-personalidade-no-ordenamento-juridico-brasileiro>. Acesso em: 03 de out. de 2019.

DAVOGLIO, Tárcia Rita; GAUER, Gabriel J. Chittó; JAEGER. João Vitor Haeberle; TOLOTTI, Marina Davoglio. **Personalidade e psicopatia: implicações diagnósticas na infância e adolescência.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. **Teorias da Personalidade**. [*S. l.*]: Harbra, 2002.

LUIZ DE GODOY, Leonardo. Psicopatia. **Psicologia da Educação**, [*s. l.*], [21] 2019. Disponível em: http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20162/SLC0631-1/psicopatas.pdf. Acesso em: 4 out. 2019.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

OLSHAKER, Mark; DOUGLAS John**. Mindhunter: o primeiro caçador de serial killers americano.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

PALOMBA, Guido; MAGNO, Levy. **Documentário Matar Pra Ver Cair**. Publicado em 10 de fevereiro de 2012. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=xe91JdJXMy4&t=85s>. Acesso em 03 de out. de 2019.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: O psicopata mora ao lado**. 2ª edição. São Paulo: Editora Globo S.A, 2014.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Psicopata sem Censura**. Publicado em 19 e novembro de 2008. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=Sv98xU9QxYw >. Acesso em 03 de out. 2019.

IRISINA: UM HORMÔNIO SECRETADO NA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS

Camila Fernanda de Oliveira Brombini, Renan Floret Turini Claro, e-mail: milabrombini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Uma vida fisicamente ativa nos dias de hoje é de suma importância, devido ao crescimento gradual do sobrepeso, obesidade e doenças degenerativas. A miocina Irisina proporciona principalmente uma melhora na homeostase metabólica, na perca de peso, entre outros benefícios em estudo (FLEMING *et al*., 2014).

Estas miocinas são estimuladas através do exercício físico e produzidas e liberadas pelo músculo esquelético que tem funções endócrinas, metabólicas e cognitivas (PEDERSEN; FEBBRAIO, 2012). Elas participam como mensageiras dos: músculos, tecido adiposo, fígado, coração, cérebro e vasos sanguíneos (PEDERSEN, 2012). Dentre estas miocinas trataremos em especial a Irisina, que é investigada em recentes estudos e como precursor ou um dos precursores Bostrom *et al*. (2012), descobriu que cuja concentração aumenta durante o exercício físico, levando à geração de calor, esse hormônio é secretado pelo músculo esquelético como produto da Fibronectina Tipo III de 5 domínios (FNDC5) em ratos e humanos.

O nome Iris foi utilizado por fazer referência ao deus grego (mensageiro), por isso Irisina, onde seu papel primário parecia ser o de realizar uma comunicação entre o músculo e o tecido adiposo, para haver um aumento da disponibilidade de energia para o trabalho muscular, vindo dessa geração de calor, sendo assim inserida no grupo de substâncias chamadas miocinas, em função de sua secreção muscular (BOSTROM *et al*., 2012); antes pouco se sabia sobre a etiologia do “browning”, porém com o estudo desse peptídeo Irisina, abriu horizontes para explorar mais sobre a contração muscular e a necessidade energética.

Na perspectiva mais detalhada de Bostrom *et al.* (2012), os mecanismos moleculares da Irisina iniciados pelo exercício físico, que induz o aumento da expressão de PGC1-α (Peroxisome Proliferator-Activated Receptor-Gamma Coactivator 1 alpha) no músculo, é co-ativador e/ou regulador das citocinas inflamatórias, esse aumento é acompanhado por uma maior expressão de FNDC5 (Fibronectin typeIII Domain-

Containing protein 5*).* O FNDC5 é clivado (quebra das moléculas em simples), liberando na circulação sanguínea a Irisina, que se liga a um receptor ou receptores na superfície dos adipócitos de gordura branca, essa ligação regula positivamente a liberação de UCP1, essa regulação positiva de UCP1 provoca um desacoplamento da respiração mitocondrial provocando o escurecimento das células e promovendo a perda de energia na forma de calor aumentado. Nessa clivagem de FNDC5, que é regulado pelo PGC1-α, evidenciou durante o treinamento de endurance.

Segundo Magosso (2015), ressalva que o FNDC5 é conhecido pela literatura por induzir a expressão de UCP1 nos tecidos adiposos brancos, produzindo calor através da Irisina. Descobriu-se ainda que a miosina seja induzida proporcionalmente à intensidade de tremores pela exposição ao frio no estudo de Lee *et al*. (2014), além da prática de exercício, estímulos esses que aumentam a expressão de proteínas relacionadas ao *browning* nos adipócitos da região especificamente do pescoço e no TAB subcutâneo. Isso mostra que apenas determinados tipos de células adiposas parecem responder a ação de Irisina, o que nos faz perceber que realmente esse novo peptídeo possa interferir na ocorrência da transformação molecular de células adiposas e que os trabalhos que não encontraram esses efeitos possam ter sofrido influências do local/células analisadas. Dois achados com novas descobertas indicam um mecanismo neural de controle do metabolismo de adipócitos. Observaram Dun *et al*. (2013), a imunorreatividade de Irisina nas células de Purkinje do cerebelo e Piya *et al*. (2014) identificaram ainda a presença de Irisina no hipotálamo, em neurônios paraventriculares co-localizados junto com o peptídeo Y, além da detecção no líquido cerebroespinal, necessitando mais atenção e maiores investigações.

Com relação à neurogênese, um estudo in vitro de Moon, Dincer e Mantzoros (2013), mostrou que o estímulo de doses suprafisiológicas de Irisina aumentam um fator primário relacionado a esse contexto. Contudo que contribui para instigar as pesquisas, tem muito a desvendar sobre a Irisina e suas correlações e Sanchis-Gomar *et al*. (2012); Dun *et al*. (2013), relatam que esta desempenha um grande papel protetor nas desordens metabólicas, como: doenças cardiovasculares, diabetes mellitus tipo II e esteatose hepática. Além da redução da obesidade e processos inflamatórios que a permeiam, a Irisina pode ter um papel potencial no tratamento da osteoporose e doenças neurodegenerativas. Assim o objetivo do estudo foi descrever os principais achados relacionados aos benefícios da Irisina, por meio de uma revisão de literatura.

2 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. Segundo Silva, Castro-Silva e Moura (2018), esta abordagem consiste em um processo de formação de pesquisadores qualitativos na área da saúde, na qual ocorre em um contexto marcado pela complexidade da intersecção entre dois campos – o campo da pesquisa qualitativa e o campo da saúde – que, longe de serem campos estáveis, do ponto de vista de uma organização interna, comportam diferenças importantes que estabilizam modos heterogêneos de se configurar como organizadores desses temas.

Foram selecionados, 73 artigos científicos que tratam de diferentes abordagens da Irisina. A busca foi realizada nos bancos de dados do Google Acadêmico, Scielo, Revistas científicas, Pubmed e livros. Os descritores utilizados foram: browning, exercício físico e irisina. Após seleção do artigo pelo título apresentado, foi lido o resumo e selecionado pela utilização da irisina como protagonista do trabalho. Foram considerados apenas artigos e livros publicados nos últimos vinte e três anos (1997 a 2019).

Para análise das informações buscou-se convergência e divergências entre as teorias apresentadas pelos autores. Por se tratar de um assunto recente, as pesquisas apresentaram abordagens diversas como obesidade, doenças de Alzheimer, doenças degenerativas, doenças articulares e metabólicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Bostrom *et al*. (2012), não era possível estabelecer a real relação de causa e efeito dessa ocorrência, seja por uma diminuição de FNDC5/Irisina, browning e seus efeitos benéficos que acabam levando a uma piora metabólica, ou a presença de um estado metabólico ruim que interfere na queda desses peptídeos. Até então não tinham sido realizados estudos que verificassem os efeitos do tratamento com Irisina em humanos, mas aos poucos essas intervenções estão acontecendo. Porém, em animais já era possível, ao estimular a secreção de Irisina e, consequentemente, aumentar os níveis circulantes, constatou-se que ratos obesos perderam peso e melhoraram a sensibilidade insulínica, motivando outros trabalhos a analisarem o tratamento com Irisina.

Segundo o estudo recente de Leblanc *et al*. (2017), foi realizado com 11 jovens obesos, verificou que próximo aos 45 minutos de sessões agudas de exercícios

aeróbicos (EA) e resistidos (ER), existe uma diferença significativa com a elevação no nível de irisina, sendo mais expressante no exercÍcio aeróbico, quanto aos valores absolutos. Em porcentagem a diferença entre os 2 tipos de exercícios chega quase a 40% de liberação do hormônio.

Com sua característica de secreção e ação, a Irisina se assemelha às características de outros hormônios (SPIEGELMAN, 2013).

Castillo-Quan (2012), concluiu em sua revisão denominada “Da gordura branca à marrom, através da irisina de miocina dependente de PGC-1 α: implicações para diabetes e obesidade” que reforça as pesquisas para afirmar que o eixo PGC-1α-FNDC5-irisina pode fazer parte do a nova geração de produtos terapêuticos para doenças relacionadas à insulina e obesidade. O PGC-1α beneficia tecidos que não possuem uma função metabólica primária, como o cérebro, portanto, o FNDC5 e a irisina podem ser relevantes para doenças neurodegenerativas, desta maneira, benefícios do exercício no cérebro são cada vez mais reconhecidos, por isso seria interessante determinar se o derivado muscular FNDC5 pode indicar o cérebro de maneira endócrina, talvez a melhora da função cerebral.

Dois estudos, de Seale (2013) e Lee *et al*. (2014), também mostraram que a Irisina sinaliza a termogênese de TAM, principalmente a partir da exposição ao frio. Em relação a mudanças de temperaturas, outro estudo Aydin (2014), constatou um aumento da Irisina no soro e na saliva de indivíduos submetidos a alta temperaturas, provavelmente pela necessidade energética em propiciar o resfriamento corporal, sendo assim, tanto em situações de frio ou calor ocorre a ação da irisina. A secreção de Irisina é estimulada também pelo estresse oxidativo, que causa danos nas células musculares Gouni-Berthold *et al*. (2013), diferentemente da leptina que parece diminuir a expressão de FNDC5 (GUTIERREZ-REPISO *et al*., 2014).

No estudo de Tsuchiya *et al*. (2015), foram comparados a resposta da irisina ao exercicio de: resistência, resistido e com um protocolo misto, os resultados mostraram que no protocolo de exercícios de força, a resposta da irisina foi significativamente maior ($P < 0,05$) em relação aos outros dois protocolos, sendo assim, depende do tipo de exercicio e sua duração, que irá estimular mais liberação de irisina.

Para Qiu *et al*. (2015), em sua meta-análise, analisaram o efeito do treinamento crônico nos níveis de Irisina circulante na população adulta, o estudo incluiu 8 artigos, dos quais dois, tipo controlado aleatoriamente, assim como Hecksteden *et al*. (2013), eles obtiveram resultados conclusivos, determinando que o treinamento diminui

significativamente ($p < 0,05$) os níveis circulantes de Irisina, isso explicaria por que a irisina não é apenas uma miocina, mas também uma adipocina, então, ao treinar cronicamente, a composição corporal muda, incluindo a porcentagem de gordura, possibilitando a diminuição da irisina (ROCA-RIVADA *et al*., 2013; MILLER; KOCEJA; HAMILTON, 1997; PIMENTA *et al*., 2013). Sendo assim, esta miocina promissora e com várias crescentes linhas diferentes de estudos estão surgindo cada vez mais para avanço da ciência.

Assim Lourenço *et al*. (2009), confirmou as investigações acerca dos benefícios sobre a DA, mostrando que o nível de FNDC5/irisina é diminuído no cérebro de indivíduos com a doença e em camundongos modelos de DA e eles passaram a mostrar que a produção de oligômeros beta-amilóide (AβO) resulta em FNDC5/redução da irisina no seu *in vitro*, ex vivo, e modelos in vivo, tanto geneticamente quanto farmacologicamente reduzindo o FNDC5/nível de irisina no cérebro de normais camundomgos prejudicam a plasticidade sináptica e certos tipos de memória e aumentando o nível resgatou essas deficiências.

Análises eletrofisiológicas e comportamentais revelaram que, o aumento dos níveis de FNDC5/irisina no cérebro de camundongos com DA, melhora significativamente na plasticidade sináptica e memória, descobertas significativas e instigantes para mais investigações.

Foi recentemente descoberto por Kim *et al*. (2018), o receptor identificado através do qual a Irisina exerce seus efeitos: a integrina αV, um receptor transmembrana presente no TAB e também nos osteócitos. Quando ativado no TAB este receptor promove um “amarronzamento” do TAB (aumento da expressão de UCP-1 e aumento na densidade mitocondrial) gerando um tecido mais ativo metabolicamente e protetor no que diz respeito a doenças metabólicas, ou seja, o browning.

Por outro lado, este mesmo receptor quando ativado pela irisina no tecido ósseo, produz reabsorção óssea (ao contrário do esperado) via ativação da via da esclerostina e subsequente ativação de pré-osteoclastos em osteoclastos ativos, desta forma outras pesquisas serão necessárias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi apresentada a Irisina de início como uma miocina e logo mais do que isso, demonstrada como uma adipocina, assim tornando-se um grande alvo terapêutico. Quem sabe futuramente sintético e acessível para todos, após muitas pesquisas com

ratos e humanos. Vários estudos mostraram os benefícios da liberação de irisina na prática de exercícios físicos, sendo assim cada vez mais evidente a importância dos exercícios físicos na vida das pessoas, vem tomando proporções cruciais, em todos os aspectos, seja por estética ou como tratado aqui, relacionando a doenças buscando a qualidade de vida.

Sendo assim, vários estudos curiosos e instigantes estão surgindo e cada vez mais precisando de intervenções e investigações acerca dos achados de abordagens diversas como obesidade, doença de Alzheimer (degenerativas), doenças articulares (ósseas) e metabólicas.

REFERÊNCIAS

AYDIN, S. *et al*. Cardiac, skeletal muscle and serum irisin responses to with or without water exercise in young and old male rats: cardiac muscle produces more irisin than skeletal muscle. **Peptides**, [S.l.], v. 52, p. 68-73, fev. 2014. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0196978113004105.

BONFANTE, I. L. P. *et al*. Novos achados relacionados ao tecido adiposo: uma revisão de literatura sobre o browning e irisina. **Arquivos de Ciências da Saúde**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 9-15, abr./jun. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ivan-Bonfante/publication/281805809_NOVOS_ACHADOS_RELACIONADOS_AO_TECIDO_ADIPOSO_UMA_REVISAO_DE_LITERATURA_SOBRE_O_BROWNING_E_IRISINA/links/565066a908ae4988a7ab5f12/NOVOS-ACHADOS-RELACIONADOS-AO-TECIDO-ADIPOSO-UMA-REVISAO-DE-LITERATURA-SOBRE-O-BROWNING-E-IRISINA.pdf.

BOSTRÖM, P. *et al*. A PGC1-α-dependent myokine that drives brown-fat-like development of white fat and thermogenesis. **Nature**, [S.l.], v. 481, p. 463, jan. 2012. Disponível em: https://www.nature.com/articles/nature10777.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: BOURDIEU, P. **Le champ scientifique**. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, [S.l.], n. 2/3, p. 88-104, jun. 1976. Disponível em: https://cienciatecnosociedade.files.wordpress.com/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf.

CASTILLO-QUAN, J. I. From white to brown fat through the PGC-1α-dependent myokine irisin: implications for diabetes and obesity. **Disease Models & Mechanisms**, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 293-295, 2012. Disponível em: https://journals.biologists.com/dmm/article/5/3/293/3247/From-white-to-brown-fat-through-the-PGC-1.

DUN, S. L. *et al*. Irisin-immunoreactivity in neural and non-neural cells of the rodent. **Neuroscience**, [S.l.], v. 240, p. 155-162, jun. 2013. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306452213001917.

GOUNI-BERTHOLD, I. *et al*. Effects of lipid-lowering drugs on irisin in human subjects in vivo and in human skeletal muscle cells ex vivo. **PLOS ONE**, [S.l.], v. 8, n. 9, p.

e72858, set. 2013. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0072858.

FLEMING, M. *et al*. Global, regional, and national prevalence of overweight and obesity in children and adults during 1980–2013: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2013. **The Lancet**, [S.l.], v. 384, n. 9945, p. 766-781, ago./set. 2014. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0140673614604608.

GUTIERREZ-REPISO, C. *et al*. FNDC 5 could be regulated by leptin in adipose tissue. **European Journal of Clinical Investigation**, [S.l.], v. 44, n. 10, p. 918-925, ago. 2014. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/eci.12324.

HECKSTEDEN, A. *et al*. Irisin and exercise training in humans–results from a randomized controlled training trial. **BioMed Central Medicine**, [S.l.], v. 11, n. 235, p.1-8, 2013. Disponível em: https://bmcmedicine.biomedcentral.com/articles/10.1186/1741-7015-11-235.

KIM, H. *et al*. Irisin mediates effects on bone and fat via αV integrin receptors. **Cell**, [S.l.], v. 175, n. 7, p. 1756-1768, dez. 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0092867418313345.

LEE, P. *et al*. Irisin and FGF21 are cold-induced endocrine activators of brown fat function in humans. **Cell Metabolism**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 302-309, fev. 2014. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1550413114000060.

LEBLANC, B. D. R. *et al*. Exercise-induced irisin release as a determinant of the metabolic response to exercise training in obese youth: the EXIT trial. **Physiological Reports**, [S.l.], v. 5, n. 23, p. e13539, dez. 2017. Disponível em: https://physoc.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.14814/phy2.13539.

LOURENCO, M. V. *et al.* Exercise-linked FNDC5/irisin rescues synaptic plasticity and memory defects in Alzheimer's models. **Nature Medicine**, [S.l.], v. 25, p. 165-175, jan. 2019. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41591-018-0275-4?furriel=40903d1a1b70500000dadb82f7d508b66b38b22e.

MAGOSSO, N. S. S. **Efeitos do treinamento de força e da reposição hormonal no mecanismo de ação de irisina de ratas ovariectomizadas**. 2015, 54 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Fisiológicas) – Programa Institucional de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8178.

MILLER, W. C.; KOCEJA, D. M.; HAMILTON, E. J. A meta-analysis of the past 25 years of weight loss research using diet, exercise or diet plus exercise intervention. **International Journal of Obesity**, [S.l.], v. 21, p. 941-947, out. 1997. Disponível em: https://www.nature.com/articles/0800499.

MOON, H. S.; DINCER, F.; MANTZOROS, C. S. Pharmacological concentrations of irisin increase cell proliferation without influencing markers of neurite outgrowth and synaptogenesis in mouse H19-7 hippocampal cell lines. **Metabolism**, [S.l.], v. 62, n. 8,

p. 1131-1136, ago. 2013. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0026049513001145.

PEDERSEN, B. K.; FEBBRAIO, M. A. Muscles, exercise and obesity: skeletal muscle as a secretory organ. **Nature Reviews Endocrinology,** [S.l.], v. 8, p. 457-65, ago. 2012. Disponível em: https://www.nature.com/articles/nrendo.2012.49.

PEDERSEN, B. K. A muscular twist on the fate of fat. **New England Journal of Medicine**, [S.l.], v. 366, n. 16, p. 154-1545, abr. 2012. Disponível em: https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/Nejmcibr1201024.

PIMENTA, N. M. *et al*. Body fat responses to a 1-year combined exercise training program in male coronary artery disease patients. **Obesity**, [S.l.], v. 21, n. 4, p. 723-730, maio 2013. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/oby.20273.

PIYA, M. K. *et al*. The identification of irisin in human cerebrospinal fluid: influence of adiposity, metabolic markers, and gestational diabetes. **American Journal of Physiology-Endocrinology and Metabolism**, [S.l.], v. 306, p. E512-E518, jan. 2014. Disponível em: https://journals.physiology.org/doi/full/10.1152/ajpendo.00308.2013.

QIU, S. *et al*. Chronic exercise training and circulating irisin in adults: a meta-analysis. **Sports Medicine**, [S.l.], v. 45, p. 1577-1588, set. 2015. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s40279-014-0293-4.

ROCA-RIVADA, A. *et al*. FNDC5/irisin is not only a myokine but also an adipokine. **PLOS ONE**, [S.l.], v. 8, n. 4, p. e60563, abr. 2013. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0060563.

SANCHIS-GOMAR, F. *et al*. FNDC5 (irisin) gene and exceptional longevity: a functional replication study with rs16835198 and rs726344 SNPs. **Age**, [S.l.], v. 36, n. 6, p. 9733, 2014. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11357-014-9733-1.

SEALE, P. Brown adipose tissue biology and therapeutic potential. **Frontiers in Endocrinology**, [S.l.], v. 4, n. 14, p. 1-2, mar. 2013. Disponível em: https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fendo.2013.00014/full.

SILVA, A. da; CASTRO-SILVA, C. R.; MOURA, L. de. Pesquisa qualitativa em saúde: percursos e percalços da formação para pesquisadores iniciantes. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 632-645, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/XZh9NzxWmDrbV7HD9wS4Yxp/abstract/?lang=pt.

SPIEGELMAN, B. M. Banting Lecture 2012: Regulation of adipogenesis: toward new therapeutics for metabolic disease. **Diabetes**, [S.l.], v. 62, n. 6, p. 1774-1782, maio 2013. Disponível em: https://diabetesjournals.org/diabetes/article/62/6/1774/16038/Banting-Lecture-2012Regulation-of-Adipogenesis.

TSUCHIYA, Y. *et al*. Resistance exercise induces a greater irisin response than endurance exercise. **Metabolism**, [S.l.], v. 64, n. 9, p. 1042-1050, set. 2015. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0026049515001420.

JURISPRUDÊNCIA SOBRE O CRIME DE DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO

Eliane Mendonça Bonato, Heidy Tomazelli Fornarolle, Juliana Maria Canassa, Mário Fernando Padula, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para que a administração pública realize suas atividades, faz-se necessário, na maioria dos casos, contratar com agentes particulares a execução de serviços, obras e outros. Para tanto, estabeleceu o legislador a necessidade da observância do procedimento licitatório. A Constituição artigo 37, XXI e a Lei 8.666/1993, não deixou a critério de oportunidade e conveniência do administrador aqueles com quem devam contratar, então, criou-se o procedimento licitatório obrigatório que antecede ao próprio contrato e que se encontra esculpido na Lei acima mencionada. É de relevo salientar, que a própria Lei excepciona, em alguns casos, o dever da administração pública em licitar e nesses casos observa-se a contratação direta. Este procedimento, pode ser dispensado diante das hipóteses taxativas elencadas no rol dos artigos 24 e no rol exemplificativo do 25 da Lei 8.666/1993. A não observância pela administração dos incisos que compõe os referidos dispositivos e havendo a dispensa indevida da licitação ou de sua inexigibilidade, pode levar a administração pública através de seu agente público a responder no âmbito administrativo, civil e penal, pelo crime de improbidade administrativa, ou pelo crime de responsabilidade se cometido pelo agente político. Assim, demonstra o artigo 89 da Lei da licitação, que tal inobservância classifica o agente público em um delito penal.

O que se indaga é: será que o agente para se enquadrar em tal delito penal do artigo 89 da Lei, faz-se necessário que haja dano ao erário e o dolo específico, ou basta a mera conduta do agente para ser assim classificado?

A priori, o que se observa é que não há na doutrina uma unanimidade sobre a natureza jurídica a ser aplicado, pois a Lei 8.666/1993 é omissa. O que se verifica, é que, quando é atribuído ao delito natureza jurídica material chega-se à conclusão, que para ser classificado como delito é necessário a comprovação de dano ao erário e o dolo especifico do agente. Quando se é atribuído ao caso natureza jurídica formal, basta a

mera conduta, sendo desnecessário o dano ao erário para a classificação do delito. Assim essa lacuna deixada pela lei, proporciona o livre arbítrio do julgador diante do caso concreto.

Ressalta-se, que a depender do posicionamento do julgador ou do julgamento de um colegiado em relação a essa indagação, modifica também a jurisprudência em relação ao caso. Nesta senda, o presente trabalho visa realizar uma pesquisa jurisprudencial, sobre o que o tribunal tem decido diante dos casos concretos e suas consequências. Esse é o propósito do trabalho do ENIC.

2 METODOLOGIA

A método utilizado é o dedutivo, através de pesquisa jurisprudencial e também foi utilizado de fontes paralelas como a internet. Os sujeitos da pesquisa, é o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal e suas decisões jurisprudenciais em face dos delitos cometidos que estão assentados no artigo 89 da Lei 8.666/93, que prevê como delito penal a dispensa indevida da licitação ou a sua inexigibilidade quando tal hipótese não esteja no rol dos artigos 24 e 25. O estudo propõe analisar as jurisprudências trazidas e delinear o resultado dessas decisões

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na doutrina não se verifica uma unanimidade, mas há alguma predominância, em relação ao entendimento de que o delito que consta no artigo 89, da Lei 8.666/1993 é um delito de mera conduta, ou seja, é desnecessário a comprovação do dano aos cofres públicos. Pode-se ilustrar com o posicionamento de José Paulo Baltazar Júnior, Paulo José da Costa Júnior, Vicente Grego Filho, Hely Lopes Meirelles e Di Pietro. Todos eles defendem que o caput do artigo 89 consuma-se com a mera dispensa ou inexigibilidade não autorizada em lei. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em uma palestra conferida, teria dito o seguinte:

> Que um dos motivos que respaldou o legislador a minudenciar, até de certa forma exagerada, segundo a doutrinadora, as formalidades pertinentes as modalidades de licitação foi uma tentativa de barrar a prática de atos de corrupção envolvendo essa matéria, que sempre foi palco de verdadeiros absurdos envolvendo recursos públicos [1]

[1]DI PIETRO, Maria Sylvia Zanela. Painel 6. **A lei n. 8666/93 e o RDC. A inversão das fases. Seminário "20 anos da Lei federal n. 8.666/93.** Escola Superior de Gestão de Contas Públicas. Conselheiro Eurípedes Sales. Tribunal de Contas do Município de São Paulo". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tRvPPdgsL9E. Acesso em: 28 set. 2019

Já Marçal Justem Filho, com posição contrária a essa corrente, aduz que:

> Não se aperfeiçoa crime do artigo 89 sem dano aos cofres públicos, ou seja, o crime consiste não apenas na indevida contratação indireta, mas na produção final danoso. Se a contratação direta, ainda que indevidamente adotada, gerou um contrato vantajoso para a administração não existirá crime. Não se pune mera conduta ainda que reprovável, em deixar de adotar a licitação. O que se pune é a instrumentalização da contratação direta que possa erar lesão patrimonial à administração[2].

Passando para o âmbito jurisprudencial, é preciso deixar bem vincado, que o Superior Tribunal de Justiça até o ano de 2012 não havia um entendimento pacificado sobre a questão, no entanto, uma divergência de relevância foi lançada nos autos da Ação Penal Pública Incondicionada n. 480/MG, promovida pelo Ministério Público Federal. A denúncia constava, que determinada conselheira do Tribunal de Contas de Minas Gerais, que ao se afastar de sua função para exercer o cargo de prefeita do município de Três Pontas/MG, teria a ré fracionado despesas de eventos relacionados ao carnaval, com o intuito de enquadrar a hipótese como dispensa de licitação em virtude do baixo valor do objeto, elencado no inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/1993. No seu julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça a Ministra Relatora Maria Thereza de Assis Mouro, baseando-se nos precedentes daquela Corte, entendeu que se tratava de crime formal e julgou procedente a pretensão punitiva do Estado.

> (...) a denunciada, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Três Pontas, nos dias 13 e 22 de fevereiro de 2001, naquele município, presentes as mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, portanto em continuidade delitiva, por quatro vezes inexigiu licitação fora das hipóteses legais, realizando Jurisprudência da CORTE ESPECIAL RSTJ, a. 24, (227): 17-170, julho/setembro 2012 21 a contratação direta da pessoa jurídica de direito privado "Marco Paulo Gama de Andrade Júnior-Arena 1", para organização e promoção dos festejos do Carnaval 2001" realizado nos dias 24 a 27 de fevereiro de 2001 e custeado por verbas públicas, especificamente para:
> 1) Locação de "sonorização de linha com quarenta caixas de som e cabos";
> 2) Serviços de "chuva de prata";
> 3) Locação de trio elétrico;
> 4) Prestação de serviços de raio laser.
> Tais contratações foram feitas pelo município, representado pela denunciada, com dispensa de licitação fulcrada no art. 24, inc. II, da Lei Federal n. 8.666/1993, ao entendimento de que seus valores – não superiores a R$ 8.000,00 (oito mil reais) – dispensariam o certame seletivo, quando em verdade, pelo conjunto da contratação da mesma empresa, totalizando R$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), constata-se verdadeiro fracionamento tendente a burlar a exigibilidade de licitação.[3]

---

[2] JUSTEM FILHO. Marçal, **Comentários a lei de licitações e contratos administrativos**. Lei 8.666/1993. 16 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revistas dos tribunais 2014. p. 1176.

[3] BRASIL. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Jurisprudência. Corte Especial**. Revista Eletrônica. https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-eletronica-2012_227_1_capJurisprudencia.pdf. p. 5. Acesso em 29 set. 2019.

No entanto o Ministro Cesar Asfor Rocha, abriu divergência, arguindo que desconhecia os precedentes da Corte e fundamentou:

> Ouso divergir da orientação das turmas componentes da Terceira Seção, por entender que as infindáveis e naturais dúvidas que gravitam em torno da legalidade dos atos praticados em todos os momentos pelas administrações em geral, ensejando erros e acertos por parte dos agentes públicos, inclusive pelos mais habilitados juridicamente, impõem uma interpretação mais cuidadosa e restritas das normas punitivas, sobretudo as do âmbito criminal. Ademais, o engessamento da atividade administrativa mediante ameaças de condenações criminais é tão pernicioso quanto a sua liberação total, descontrolada, sendo necessário encontrar um ponto de equilíbrio na interpretação das normas jurídicas destinadas a punir os agentes públicos, os quais tem a obrigação de impedir uma desastrosa estagnação da atividade estatal.[4]

Para o Ministro, ficou sedimentado o fundamento ora citado. Ademais, acompanhou a divergência os Ministros: João Otavio de Noronha, Massami Uyeda, Laurita Vaz, Castro Moreira, Felix Fischer e Teori Aino Zavaschi. Dessa decisão do Superior Tribunal de Justiça, restou demonstrado, que os crimes previstos no artigo 89 da Lei 8.666/1993 para que sejam assim tipificados deve haver a presença do dolo específico de causar dano ao erário e a caracterização do efetivo prejuízo ao erário.

No entanto, até 2015 a quinta e a sexta turma do Superior Tribunal de Justiça que tinha entendimento contrário, passou a julgar conforme, a jurisprudência pacificada:

> Processo: AgRg no AREsp 975652 SP 2016/0229800-1Órgão julgador: T5-quinta Turma
> 1.A jurisprudência desta corte é no sentido que a consumação do crime previsto no art. 89 da Lei 8.666/1993, exige a demonstração do dolo específico e do efetivo prejuízo aos cofres públicos causado com a conduta.[...]
> 3.Agravo regimental não provido. Acordão: negado provimento ao Agravo Regimental[5].

Em comento a jurisprudência acima, a doutrina disciplina que o caput do artigo 89 faz referência ao delito cometido pelo funcionário público e o parágrafo único faz referência ao delito praticado por um particular e para corroborar tal entendimento ao artigo 89, Marçal Justem Filho profere que:

> A distinção entre os crimes previstos no caput e no parágrafo único é evidente então. O crime do caput do artigo 89, tem por materialidade a conduta de promover a contratação direta indevidamente. Trata-se de crime cuja

[4] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Jurisprudência. Corte Especial**. Revista Eletrônica. https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-eletronica-2012_227_1_capJurisprudencia.pdf. p.41. Acesso em 29 set. 2019.

[5] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Agravo de Recurso especial AgRg no AREsp 5652 SP 2016/0229800-1**. T5 QUINTA TURMA. Relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/425529549/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-975652-sp-2016-0229800-1?ref=serp. Acesso em 29 set. 2019

> configuração pressupõe a qualidade de funcionário público, numa acepção ampla. A conduta criminosa somente pode ser consumada por um sujeito investido na condição de agente estatal e no exercício da competência para deliberar sobre o aperfeiçoamento de contratação administrativa sem licitação. Já o crime do parágrafo único do artigo 89 da Lei 8.666/1993 envolve a conduta de um particular, que pode ou não integrar os quadros de uma pessoa administrativa. Mas se integrar os quadros dessa pessoa, o sujeito não é um titular da competência para deliberar sobre a contratação direta.[6]

Desta forma, em relação a decisão do Agravo regimental ora mencionado, deu-se ao parágrafo único, ou seja, para o particular ou não, o entendimento que para se enquadrar no delito também precisa haver dano ao erário e dolo específico.

Um outro exemplo a ser trabalhado data de 02 de abril de 2019, no HC 480533SP 2018/0312150-4:

> Órgão julgador- T6 – Sexta Turma
> HABEAS CORPUS. CRIME DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. ART. 89 DA LEI 8.666/93.AUSENCIA [...]
> 4.Habeas corpus concedido para reconhecer a inépcia da denúncia, diante da ausência de demonstração do elemento subjetivo específico de dano ao erário e seu efetivo prejuízo, e determinar o trancamento da Ação Penal 00011104-86.2009.8.0624. Acordão: por unanimidade, conceder a ordem nos termos do Sr. Ministro Relator. O Srs. Antônio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogério Schietti Cruz votaram com o sr. Ministro Relator[7].

Cabe ressaltar, que as jurisprudências apresentadas, afronta a Convenção da Organização da Nações Unidas, um mandamento internacional:

> Art. 9º Cada Estado participante, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, adotará as medidas necessárias para estabelecer sistemas apropriado de contratações públicas, baseados na transparência, na competência e em critérios objetivos de adoção de decisões que sejam eficazes, entre outras coisas, para prevenir a corrupção[8].

O que se pretende com esses acórdãos é demonstrar que no corrente ano a jurisprudência vem se mantendo firme no entendimento, que o crime do artigo 89 da Lei 8.666/1993 está condicionado ao dano ao erário e o dolo especifico do agente para classificar como crime do mencionado artigo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[6]JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Lei 8.666/1993, 16 ed. VER. atual e ampl. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2014, p. 1176.
[7]BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus. HC 480533 SP. 2018/0312150-4**. T6 – SEXTA TURMA. Relator Ministro Nefi Cordeiro. https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/697913138/habeas-corpus-hc-480533-sp-2018-0312150-4?ref=serp. Acesso em 29 set. 2019
[8]BRASIL. Decreto n. 5.687 de 31 de janeiro de 2006. **Promulga a convenção das nações Unidas contra corrupção.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm. Acesso em: 29 set. 2019

Através do resultado dessa simples evolução jurisprudencial, ora apresentada, pode se considerar que os princípios elencados no artigo 37 da Constituição Federal e artigo 4º da Lei 8.429/1992, que tem como bem jurídico tutelado a proteção desses princípios, juntamente com os objetivos do procedimento licitatório, estão sendo na atual conjuntura, relativizados pela jurisprudência posta, permitindo aos agentes públicos pelo critério de oportunidade e conveniência do administrador, a premissa de quando contratar e com quem contratar, e propiciando, ao contrário do que foi mencionado anteriormente, escolhas arriscadas e permitindo desvio da finalidade do procedimento licitatório, pois a dispensa da licitação ou inexigibilidade da mesma, não observa a pluralidade de propostas e consequentemente não proporciona isonomia e a possibilidade aos particulares no direito de contratar.

Diante do posicionamento jurisprudencial, perde-se a lisura das concorrências e contratações, abrindo margem para a violação da isonomia e dispondo a possibilidade de se obter a proposta mais vantajosa para a administração pública. Ademais, como foi comentando anteriormente, percebe-se que a Convenção da Organização da Nações Unidas, um mandamento internacional, não teve nenhuma relevância para a jurisprudência atual. Foi totalmente descartada a prevenção de contratos que em nada visam o interesse público e a isonomia entre os contratantes concorrentes.

O presente estudo, para a solução desse impasse, que o legislador na própria Lei 8.666/1993 expresse com todas as letras, que o crime elencado no artigo 89 e em seu parágrafo único, se refere a delito de mera conduta, a fim de resguardar todos os princípios e objetivos do procedimento licitatório. O declínio da lei 8.666/1993 relativizada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça contribui para o aumento de improbidades administrativas e crimes de responsabilidade quando cometidos por agentes políticos. A Lei passa a ser apenas figurativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 5.687 de 31 de janeiro de 2006. **Promulga a convenção das nações Unidas contra corrupção.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm. Acesso em: 29 set. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Agravo de Recurso especial AgRg no AREsp 5652 SP 2016/0229800-1**. T5 QUINTA TURMA. Relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/425529549/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-975652-sp-2016-0229800-1?ref=serp. Acesso em 29 set. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus. HC 480533 SP. 2018/0312150-4**. T6 – SEXTA TURMA. Relator Ministro Nefi Cordeiro. https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/697913138/habeas-corpus-hc-480533-sp-2018-0312150-4?ref=serp. Acesso em 29 set. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Jurisprudência. Corte Especial**. Revista Eletrônica. https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-eletronica-2012_227_1_capJurisprudencia.pdf. p. 5. Acesso em 29 set. 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanela. Painel 6. **A lei n. 8666/93 e o RDC. A inversão das fases. Seminário "20 anos da Lei federal n. 8.666/93.** Escola Superior de Gestão de Contas Públicas. Conselheiro Eurípedes Sales. Tribunal de Contas do Município de São Paulo". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tRvPPdgsL9E. Acesso em: 28 set. 2019.

JUSTEM FILHO. Marçal, **Comentários a lei de licitações e contratos administrativos**. Lei 8.666/1993. 16 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revistas dos tribunais 2014. p. 1176.

LEI 11.340/2006: ASPECTOS FUNDAMENTAIS RELATIVOS ÀVIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER.

Isabela Lopes Machado Alonso, Priscila Pessoa Silva, Raphaella Macedo Parietti Milhorine, Perla Savana Daniel, e-mail: isabela_alonsojau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a violência psicológica prevista na lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, que em seus artigos dispõe como finalidade a proteção da mulher frente à violência doméstica, bem como estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência familiar ou afetiva.

A lei 11.340/2006, em seu artigo 5º, apresenta o conceito de violência doméstica, a qual a configura como qualquer ação ou omissão, que ocasione desde sofrimentos psíquicos até a morte da mulher, ou seja, a ofensa máxima ao direito à vida, bem juridicamente tutelado no art. 5º, “caput”, da Constituição Federal.

A Lei Maria da Penha também traz em seu seio o ambiente em que as agressões ocorrem e em que relações a violência doméstica pode ser caracterizada, sendo elas: o âmbito da unidade doméstica, a unidade familiar e qualquer relação íntima de afeto.

A violência contra a mulher nas relações domésticas e familiares foi por muito tempo ignorada, tanto pelo Estado quanto pela sociedade em geral, possuindo a ideia de que as agressões se mostravam como uma postura ideal do homem em face à mulher, que consideravam a mesma como seres intelectualmente insuficientes e desprovidas de qualquer direito, sujeitando-se às vontades do próprio homem. Com isso, a Lei Maria da Penha surgiu com a ideia de proteção, possuindo mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, que por sua vez é a agressão dividida entre parceiros íntimos, definindo os tipos de violência de 5 (cinco) maneiras, cada qual com sua particularidade, sendo elas: física, patrimonial, sexual, moral e psicológica.

A violência física é a agressão mais evidente, a que deixa vestígios e, portanto, detectá-la se torna mais fácil. A agressão patrimonial é entendida como qualquer conduta que cause, entre outras, retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos,

sejam eles instrumentos de trabalho, documentos pessoais, direitos ou recursos econômicos. Já a violência sexual, de forma simplificada, é a qual o agressor constrange a vítima a ter relações sexuais ou presenciar o ato sem seu consentimento. A violência moral é entendida como qualquer conduta que configure os institutos penais relativos à difamação, calúnia ou a injúria. E, por último, mas definitivamente não menos importante, a violência psicológica, principal tema do presente estudo, que se revela como qualquer conduta que cause dano emocional, sendo suas características e formas analisadas quando do desenvolvimento deste artigo.

A violência doméstica afeta as mulheres tanto na vida pessoal, quanto no trabalho, em suas relações sociais e na saúde. Torna-se impressionante o número de mulheres que sofrem agressões no âmbito doméstico, na maioria das vezes sem um propósito, em um lugar onde deveriam sentir afeto, acolhimento e principalmente proteção. A Lei Maria da Penha veio proporcionar de forma adequada o enfrentamento contra as agressões, mostrando de forma eficaz que a violência se manifesta aos poucos e de forma sorrateira dentro das relações domésticas.

O intuito do presente artigo será demonstrar como a violência psicológica se mostra a base para o início de todas as outras agressões, visto que sua atuação se dá de forma isolada e se mantém estruturada durante todo o ciclo de violência vivido pela mulher.

2 METODOLOGIA

Para elaborar o presente trabalho será utilizada a pesquisa teórico-dogmática, transitando entre as searas do direito constitucional, direito penal, bem como a psicologia, haja vista que o direito não é uma ciência exata e busca respaldo através da interdisciplinaridade.

A elaboração deste artigo científico será através de revisão bibliográfica, consistentes em artigos de periódicos, teses, dissertações, bem como gráficos e consultas normativas, haja vista que são de extrema relevância para dar o devido embasamento e argumentação para este trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente, tem-se como escopo explanar especificamente acerca da violência psicológica sofrida por mulheres no ambiente familiar, uma vez que a Lei 11.340/06, já explanada no tópico “1” deste artigo, foi criada como um instrumento de proteção as

mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, conforme podemos observar em seu art. 1º, que dispõe:

> Art. 1º. Esta Lei cria mecanismos para **coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.(grifo nosso)

Antes de adentrar propriamente no estudo da violência psicológica, cumpre a conceituação do termo "violência doméstica" (o que se faz de suma importância para compreensão do tema). Tal conceituação encontra-se amparada legalmente no artigo 5º da Lei 11.340/06, que prevê:

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
> II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
> III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
> Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Conforme afirma Caravantes (2000, p.229):

> A violência intrafamiliar pode ser compreendida como qualquer ação ou omissão que resulte em dano físico, sexual, emocional, social ou patrimonial de um ser humano, onde exista vínculo familiar e íntimo entre a vítima e seu agressor.

Desse modo, com base na narração legislativa e nos dizeres de Caravantes, pode-se conceituar a "violência doméstica" como aquela que ocorre no âmbito familiar ou doméstico, entre quaisquer dos membros de uma determinada família.

Este tipo de violência é termo genérico, que se desdobra em cinco modalidades específicas de violência, quais sejam: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral; todas previstas no art. 7º da Lei 11.340/06.

Essas cinco modalidades de violência são todas enquadradas como espécies do gênero "violência doméstica", porque sob o enfoque da Lei 11.340/06, todas elas podem ocorrer dentro do espaço doméstico.

É certo, que apesar de cada uma das cinco espécies de violência doméstica estarem previstas de forma separada no art. 7º da Lei 11.340/06, a violência doméstica,

na prática, não ocorre com apenas uma das espécies de violência isolada, mas sim com um entrelace de várias delas. Porém, cumpre a análise da ligação existente entre a violência psicológica e as demais espécies de violência doméstica.

Ao tratar da violência doméstica, tendo como vítima especificamente a mulher, tem-se como possíveis agressores: maridos, amásios, amantes, namorados atuais, ou, até, ex-namorados ou ex-cônjugues. Desta forma, neste artigo, compreende-se por violência doméstica contra a mulher aquela que ocorre entre pessoas que tenham ou já tiveram relacionamento, tendo a violência, como pano de fundo, uma relação que, mesmo desfeita, ainda deixou questões inacabadas. Muitas vezes, ainda permanecem vínculos afetivos permeados por mágoas, ressentimentos ou dependência psicológica, que impedem ou dificultam que a vítima possa identificar uma situação de violência.

A violência doméstica psicológica, além de ser mascarada pela cultura machista da sociedade brasileira, muitas vezes também não é detectada como violência por estar associada a fenômenos emocionais, frequentemente agravados por fatores, tais como: o álcool, a perda do emprego, problemas com os filhos, sofrimento ou morte de familiares e outras situações de crise. Situações estas, que além de fragilizarem ainda mais as vítimas, também são utilizadas pelos agressores como uma falsa justificativa para o seu comportamento agressivo e criminoso.

Para melhor compreensão desta espécie de violência, ou seja, a violência doméstica psicológica contra a mulher, vejamos a conceituação de Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto (2018, p. 82):

> Por violência psicológica entende-se a agressão emocional (tão ou mais grave que a física). O comportamento típico se dá quando o agente ameaça, rejeita, humilha ou discrimina a vítima, demonstrando prazer quando vê o outro se sentir amedrontado, inferiorizado e diminuído, configurando a *vis compulsiva.*

É importante destacar que a violência psicológica é, na maioria dos casos, utilizada pelo agressor como instrumento base/inicial, para que ele cometa todas as outras modalidades de violência. A título exemplificativo, pode-se utilizar a violência doméstica física contra a mulher, que na maioria dos casos, inicia-se de forma lenta e silenciosa, de forma que o agressor, utilizando-se da violência psicológica, manifesta-se primeiramente cerceando a liberdade individual da vítima, avançando posteriormente para o constrangimento, a humilhação, até que a vítima encontre-se suficientemente fragilizada, aponto de aceitar intensas agressões físicas, sentindo-se na maioria dos casos como a causadora de seu próprio sofrimento, uma vez que o agente, através de artifícios psicológicos, a faz acreditar que suas ações é que deram causa as agressões

(como o agressor que justifica seu comportamento abusivo, colocando a culpa na vestimenta “inadequada” da vítima).

O problema dessa modalidade de violência, é que diferente das outras modalidades, ela não é detectada facilmente, (como uma agressão física, por exemplo, que deixa marcas externas), o que dificulta ainda mais a sua prevenção e coibição, uma vez que as sequelas causadas são subjetivas e imperceptíveis para as vítimas e para profissionais desqualificados da área.

Além do mais, a violência psicológica não afeta somente a vítima de forma direta. Ela atinge também a todos que presenciam ou convivem com a situação de violência. Por exemplo, os filhos que testemunham a violência psicológica entre os pais, podem passar a reproduzi-la, começando a agir de forma semelhante com a irmã, colegas de escola e, futuramente, com a namorada e cônjuge/companheira, o que em longo prazo, acaba por perpetuar a violência doméstica através da reprodução cultural, onde ela é transferida de geração a geração e nunca se finda.

Para coibir esse tipo de violência, que tem se mostrado prejudicial para a sociedade como um todo, uma vez que gera danos psicológicos que podem ser irreversíveis a todos os indivíduos envolvidos, é necessário que a sociedade brasileira deixe de negligenciar a violência psicológica contra a mulher e passe a tratá-la com mais enfoque, uma vez que ela (a violência psicológica) é a raiz dessa erva daninha (violência doméstica), que precisa ser extirpada de nossa comunidade. Com a publicização dos primeiros sinais de manifestação da violência psicológica, a sociedade, de um modo geral, pode passar a ter uma visão diferenciada, podendo identificá-la tão logo se manifeste e refreá-la, evitando assim que se agrave ou se transforme em violência física.

Na busca desta finalidade (extirpar a violência doméstica) é necessário que a comunidade acadêmica dedique-se mais ao estudo da violência psicológica, levando a conhecimento dos leigos que essa modalidade está longe de ser algo normal e passível de aceitação, devendo ser combatida até que seja extirpada da vida cotidiana brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto, fora observado que a violência psicológica praticada contra a mulher é uma das violências mais veladas, muitas vezes tornando-se a base para a entrega da mulher a um ciclo de violência doméstica, a entrega de sua liberdade ao agressor, tendo este o domínio sobre a vítima em todos os ambientes de sua vida.

O estudo e a capacitação referente a violência doméstica psicológica se faz necessário, uma vez que o agressor se utiliza da violência psicológica como meio de manipulação para a satisfação de suas vontades, com atitudes muitas vezes tidas como aceitáveis perante a sociedade, causando uma série de riscos como o isolamento social, a manipulação comportamental da vítima, dando abertura para que se instale nesse ambiente todas as outras violências.

Em suma, a Lei Maria da Penha foi um grande avanço dentro do ordenamento jurídico pátrio, porém observa-se que há muito o que ser estudado e compreendido, principalmente diante de uma sociedade culturalmente machista e opressora, que ainda não entende a mulher como um sujeito de direitos, cabendo aos acadêmicos a atribuição de evidenciar práticas abusivas e agressões em todas as suas formas, por meio da divulgação e orientação a toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Brasileira**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 05 de outubro de 2019.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília, 07 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 05 de outubro de 2019.

BASTOS, Marcelo. **Violência doméstica e familiar contra a mulher. Lei "Maria da Penha". Alguns comentários**. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/violencia_criminalidade_marcelo_lessa_bastos.pdf. Acesso em 05 de outubro de 2019.

COLOSSI, Patrícia; FALCKE, Denise. **Gritos do Silêncio: A violência psicológica no casal.** Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/11032/10404. Acesso em 05 de outubro de 2019.

FONSECA, Denire; GALVÃO, Cristiane; BARBOSA, Noêmia. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf. Acesso em 05 de outubro de 2019.

LEVY, Lídia; GOMES, Isabel. **Relação conjugal violência psicológica e complementaridade fusional**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200012. Acesso em 05 de outubro de 2019.

LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Guilherme Henrique Gatto Correa, Ana Keila de França Mendes, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: guilhermegatto14@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a Lei de Improbidade Administrativa (LIA, 8.429/92), seus aspectos e alterações ao longe de sua vigência, a qual prevê sanções de natureza civil aos agentes públicos e, excepcionalmente, aos particulares que cometerem atos que caracterizem enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e atentem contra os princípios da administração pública. A lei encontra sua base no §4º, art. 37 da Constituição Federal (CF). Tal artigo traz as sanções previstas na Carta Magna, bem como novas formas de sanção. Houve discussões acerca da constitucionalidade da referida lei, em virtude de sua inovação nas sanções cabíveis.

Hoje, já superadas, pois se considerou que a Carta Magna trazia apenas um rol exemplificativo de sanções, e que as novidades visavam apenas ampliar a proteção sobre bem jurídico a ser tutelado, no caso, a Administração Pública, mormente a moralidade. Não sendo, assim, caso de inconstitucionalidade o fato de conferir maior proteção e buscar maior amplitude e eficácia da mesma.

Cabe ressaltar que seu procedimento é independente dos eventuais procedimentos administrativos, previstos no estatuto do servidor e ações penais, pois muitas vezes as infrações contidas na Lei de Improbidade também encontram previsão no Código Penal. Destarte, sendo possível a cumulação de instâncias, não havendo que se falar em *bis in idem*, inclusive havendo comunicabilidade entre as esferas.

Em um contexto de busca cada vez maior pela transparência da Administração Pública e parcimônia para com seus recursos, a referida lei é de grande ajuda tanto para a proteção do interesse público, quanto para a responsabilização daqueles que eventualmente atentem contra ele.

2 METODOLOGIA

O artigo, baseado no método analítico-dedutivo, tem como objeto de estudo a Lei de Improbidade Administrativa, suas nuances, implicações, jurisprudência e, por fim, atualizações, desde que fora implementada.

Análise de julgados, suas consequências, precipuamente no tocante à sua eficiência no combate à improbidade, objeto principal da lei, bem como tendências doutrinárias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo se mostra de suma importância tendo em vista que o combate à improbidade reflete diretamente no seio da sociedade. Mormente aqueles que mais necessitam do aparelho estatal, com melhores prestações de serviços, melhor infraestrutura, melhor remuneração dos agentes públicos, maior confiança na lei e nos sistemas de governo.

Principalmente, uma maior eficácia na punição e menor taxa de impunidade acaba por inibir outras condutas ímprobas.

Probidade é aquela conduta que atende aos requisitos de honestidade, lealdade, boa-fé, princípios éticos e morais. Logo, qualquer conduta que vá de encontro a estes valores será considerada ímproba.

Comparando a moralidade e a probidade, o Texto maior trouxe a improbidade como uma forma de violação do princípio da moralidade (art.37, caput, CF).

Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, os atos de improbidade são ainda mais amplos que os da imoralidade, pois não abrangem somente os atos desonestos ou imorais, mas, também os ilegais.

No entanto, quando se fala em improbidade como ato ilícito, como infração:

> [...] sancionada pelo ordenamento jurídico, deixa de haver sinonímia entre as expressões improbidade e imoralidade, porque aquela tem um sentido muito mais amplo e muito mais preciso, que abrange não só atos desonestos ou imorais, mas também e principalmente atos ilegais. Na lei de improbidade administrativa (Lei nº 8 . 429, de 2-6-92), a lesão à moralidade administrativa é apenas uma das inúmeras hipóteses de atos de improbidade previstos em lei. (DI PIETRO, 2014, p. 901)

A improbidade administrativa, nos termos de hoje, é então qualquer conduta que desvirtue a função pública e seus princípios, um desvio da finalidade, mormente, o interesse público.

Tratando da independência das instâncias, regra, há que se dizer da comunicabilidade e interferência de uma na outra, exceção. No caso da ação penal, esta pode ter grande influência sobre as outras, são elas:

a) Inexistência de fato ou negativa de autoria - nesse caso, o acusado deve obrigatoriamente ser absolvido nas outras esferas. A razão é óbvia, alguém não pode ser penalizado, em qualquer esfera que seja, por um fato que não cometeu ou que sequer existiu. Não deve, no entanto, ser confundida com uma eventual absolvição por insuficiência de provas, neste caso, poderá ser condenado nas outras instâncias. Vale dizer, também, que a esfera penal pode sobrestar o andamento das demais, pois é decisão discricionária do juízo cível ou do administrador encarregado do processo.

b) Condenação na esfera criminal - a interferência aqui será no sentido de que se foi condenado na esfera criminal, deverá, obrigatoriamente, também o ser nas cíveis e administrativas. Inclusive com o empréstimo de provas, respeitado o contraditório e ampla defesa.

Trazendo à baila os sujeitos do ato de improbidade, estes podem ser ativos e passivos, e o conceito de agente público, previsto nos art. 2 e 3 da LIA, é o mais abrange possível, podendo ser temporário ou não, remunerado ou não, da administração direta ou indireta e dos três poderes.

> Art. 2° Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.
> Art. 3° As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Percebe-se que mesmo quem não é agente público pode ser responsabilizado como autor do ato de improbidade (ato impróprio), podendo ser pessoa física ou jurídica, todavia, somente em concurso com um agente público, nunca sozinho. Respondendo nas sanções em que houver compatibilidade.

Tal responsabilização depende de um fator subjetivo, qual seja, o conhecimento da condição de agente público daquele agente que será responsabilizado conjuntamente, art. 30 do Código Penal. As elementares do crime, sejam objetivas ou subjetivas, comunicam-se, desde o coautor tenha conhecimento. Conforme Guilherme de Souza Nucci:

> Comunicam-se as elementares, sejam objetivas ou subjetivas: mais uma vez, exige-se que as elementares tenham entrado no âmbito de conhecimento de todos os agente, para afastar a responsabilidade penal objetiva. (2017, p. 596)

Os sujeitos passivos do ato de improbidade são todas as pessoas políticas, órgãos dos três poderes, os membros da administração direta e indireta, bem com os particulares que recebam do erário algum tipo de subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício.

Em se tratando de agentes políticos, havia discussão se estes poderiam ser enquadrados como sujeitos passivos do ato de improbidade, hoje, o tema está pacificado e sua responsabilização também é possível, salvo o Presidente da República.

Os atos de improbidade originalmente previstos na LIA são aqueles que importam enriquecimento ilícito (art.9º), causa prejuízo ao erário (art. 10º) e os que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11º).

O único artigo que prevê a responsabilização do agente tanto na modalidade culposa quanto na dolosa, é o artigo 10, atos que causam prejuízo ao erário. Logo, os que importam enriquecimento ilícito e atentam contra os princípios da Administração Pública, somente são admitidos na forma dolosa.

> PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPATINGA. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL SEM CONCURSO PÚBLICO. DOLO GENÉRICO. AFRONTA AO ART. 11 DA LEI N. 8.429/92. AGRAVO INTERNO PROVIDO.
> I - Originariamente, trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, consistente na contratação de servidores sem concurso público. Sob o fundamento de inexistência de prova do dolo ou má-fé do réu, os pedidos iniciais foram julgados improcedentes em primeiro grau. O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais desproveu o recurso do Ministério Público.
> II - É pacífica a orientação desta Corte Superior no sentido de que o ato de improbidade administrativa, previsto no art. 11 da Lei 8.429/92, exige a demonstração de dolo, o qual, contudo, não precisa ser específico, revelando-se suficiente o dolo genérico.
> III - No presente caso, o dolo genérico decorre da própria contratação sem concurso público, pois é evidente que o gestor público precisa ter ciência de que não pode haver contração de servidor efetivo sem a prévia aprovação em concurso público. A vedação ao ingresso no serviço público sem a realização de concurso público deflui dos princípios assentados no art. 37 da Constituição Federal, motivo pelo qual não se faria possível afastar o dolo do agente público que realiza contratação sem observar a regra constitucional.
> IV - Agravo interno provido.
> (STJ - AgInt no AREsp Nº 1366330 - MG 2018/0242691-4, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgament0: 16/05/2019, T2 – SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: Dje 23/05/2019)

Conforme visto, no caso em tela, temos exemplo de duas características muito importantes da lei, a possibilidade de julgamento de pessoas políticas, como o prefeito,

bem como a suficiência do dolo genérico para a constatação da improbidade. Tal característica faz-se mister frente o intuito da lei, proteção mais abrangente possível ao interesse público.

As sanções previstas na LIA podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do dano causado. Exceto pelo dano causado ao erário, que quando houver, além de imprescritível, é obrigatório. Dessas sanções, apenas as penas de perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória, visto que de outro modo afetariam presunção de inocência.

> AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CARACTERIZAÇÃO DO ILÍCITO DISPOSTO NO ARTIGO 11 DA LEI 8.429/92. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE DA EFETIVA OCORRÊNCIA DE DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO. APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NO ARTIGO 12 DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONDENAÇÃO DAS RÉS EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
> Restando comprovado que as servidoras públicas ajustaram o recebimento de proventos sabidamente indevidos, pela realização de serviços que jamais foram prestados, resta caracterizado o ato de improbidade administrativa, sendo irrelevante a não ocorrência de efetivo prejuízo ao Erário com a devolução voluntária das quantias subtraídas.
> A escolha da penalidade imposta pela Lei de Improbidade Administrativa não é aleatória, devendo ter alguma relação com o fato que caracteriza a improbidade.
> O ato de improbidade tem relação com o exercício de função pública, especialmente com o recebimento indevido de proventos, o que impõe a perda de tal função e o pagamento de multa.
> Para a fixação do valor da multa deve ser sopesado o arrependimento voluntário das servidoras públicas, que promoveram a devolução do dinheiro público indevidamente desviado, e a falta de prejuízo efetivo ao Erário.
> Movida a ação pelo Ministério Público, possível a condenação das rés em honorários advocatícios, que devem reverter ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, nos termos da Constituição Estadual e Lei Estadual nº 12.241/98.
> (TAPR - Sexta C.Cível (extinto TA) - AC - 251902-2 - Maringá - Rel.: Desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima - Unânime - J. 21.12.2004).

O julgado supracitado explicita a situação em que os autores da improbidade devolveram voluntariamente o proveito ilícito, não causando quaisquer prejuízos efetivos ao erário, mas não foram eximidos das sanções previstas na LIA, visto que tal conduta causaria, na prática, um incentivo à transgressão da norma. Geraria, assim, um esvaziamento de sentido, pois essa busca a preservação da conduta reta, e impedimento à aplicabilidade da lei, bastando ressarcir o dano para sair impune.

A última alteração na LIA foi em 2018, no caso, a inclusão do inciso X, art. 11, que trata dos atos que atentam contra os princípios da Administração Pública. Em busca de

coibir uma nova forma de transferência de recursos públicos para fins escusos nas instituições de saúde privados.

Na ação de improbidade, a legitimidade ativa é do Ministério Público (MP) ou da pessoa jurídica lesada, devendo em qualquer caso haver a atuação do MP, sob pena de nulidade, art. 17, §4º. A atuação da pessoa jurídica lesada deve ser chamada, mas sua participação não é obrigatória. Sendo vedada qualquer forma de transação, acordo ou conciliação nas referidas ações, visto que tais institutos acabariam por esvaziar a lei de improbidade, art. 17º, §1º, LIA.

Por fim, no tocante a prescrição, o prazo é de 5 anos para os agentes que exercem mandato, cargo em comissão ou função de confiança, sendo o termo inicial o momento em que o agente deixa o cargo. Para os demais servidores, o prazo prescricional será o mesmo previsto para as transgressões punidas com demissão (a bem do serviço público), nos termos do Estatuto dos Servidores da respectiva Pessoa Jurídica. Salvo a pretensão de reparação dos prejuízos ao erário causados pelo agente, que de acordo com a constituição, é imprescritível (CF/88, art. 37, §5º).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a lei de improbidade administrativa segue com o intento de trazer mais transparência, probidade e parcimônia no uso da máquina pública. Com necessárias atualizações em busca de uma maior efetividade frente às diversas e novas situações em que há desvio do interesse público.

Em um contexto atual de forte combate às condutas ímprobas, tal lei em forte evidência, faz-se mister tanto para coação quanto para a efetiva punição daqueles agem sozinhos ou em conluio, a fim de priorizar interesses particulares e escusos, em detrimento do público.

Deve ser mantida “viva”, pois assim é a corrupção. O *status quo* não pode e não deve ser mantido, destarte, é possível vislumbrar um futuro com melhor qualidade vida para aqueles que mais necessitam da ação estatal e, nos dias de hoje, são os menos favorecidos. A improbidade é cometida não por quem precisa do Estado, mas por quem não precisa e apenas se dispõe a tal encargo com vistas a favorecer-se.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito administrativo** / Ricardo Alexandre, João de Deus. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04/10/2019.

_____. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.** Lei de Improbidade Administrativa. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm>. Acesso em 04/10/2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo** / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. - 27. ed. - São Paulo: Atlas, 2014.
MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado**: parte geral – vol. 1 / Cleber Masson – 11º ed. rev., atual. E ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO. 2017.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – Ag Int no AREsp Nº 1366330 - MG 2018/0242691-4, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJ: 16/05/2019, **JusBrasil**, 2009. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/712954903/agravo-interno-no-agravo-em-recurso-especial-agint-no-aresp-1366330-mg-2018-0242691-4?ref=juris-tabs> Acesso em: 04/10/2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Apelação Cível: 251902-2 Rel.: Desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima. DJ: 21/12/2004, **JusBrasil**, DJ:6802. Disponível em: <https://tjpr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6373290/apelacao-civel-ac-2519022-pr-0251902-2?ref=juris-tabs> Acesso em: 04/10/2019.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO AMBITO MUNICIPAL

Larissa Gromboni, Paloma Tentor De Gaspari, Renato Zanolla Montefusco
e-mail: larissagromboni@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi aprovada em 04 de Maio de 2000, sendo regida pela Lei Complementar nº 101. Esta tornou-se importante por tratar-se da gestão fiscal da administração pública exigindo cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. No entanto, se estas regras estipuladas pela gestão pública forem descumpridas acarretará em crime regido pela Lei nº 10.028/2000que versa sobre crime contra as finanças públicas.

Dessa forma, com a vigência da LRF espera-se a inovação no modo de administrar os recursos municipais impondo limites nas despesas, regras para cumprimento de orçamentos, transparência nos gastos e aplicações de sanções para descumprimentos legais.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar se a LRF tem efeito na gestão de recursos públicos.

2 METODOLOGIA

O que será estudado neste trabalho é a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101). Será analisado quais são os seus efeitos na gestão pública dos recursos municipais, bem como as consequências para seu descumprimento. Foi utilizada uma análise de dados qualitativa através da leitura da Lei Complementa nº 101, além de doutrinas e jurisprudenciais utilizando-se do método analítico-dedutivo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A LRF foi baseada no artigo 165, §9º da Constituição Federal e teve como propósito limitar os gastos as receitas públicas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, adotando medidas de planejamento governamental, organização, transparência de ações e controle interno e externo. Além de que, os administradores

ficam responsáveis pelas ações realizadas durante suas funções e sujeitos a penalidades definidas pela LRF.

Neste sentido menciona Ângela Cristina Pelicioti(2000, 109):

> A LRF dá suporte à criação de um sistema de planejamento, execução orçamentária e disciplina fiscal, até então inexistente no cenário brasileiro. Tem o objetivo de controlar o déficit público, para estabilizar a dívida em nível compatível com o status de economia emergente. Seu aspecto inovador reside no fato de responsabilizar o administrador público pela gestão financeira, criando mecanismos de acompanhamento sistemático (mensal, trimestral, anual e plurianual) do desempenho.

Assim, com a edição da LRF foram criados mecanismos de prestação de contas e ainda houve reforço nos que já existiam. O intuito é evitar irresponsabilidades do governo para futuramente não gerar impostos.

3.1 PRINCÍPIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

3.1.1 PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO

A lei fala em diversas vezes sobre a necessidade do administrador de planejar, no sentido de prever ações, projetar situações, diagnosticar com precisão a sua necessidade, inclusive em termos de recursos públicos, e como deverá concretamente alcançar as metas delineadas.

É através do planejamento que, observando o controle fiscal rígido imposto pela lei, os gestores públicos poderão distinguir nitidamente o que é importante, o que é prioritário e o que é imprescindível, para alocar da melhor maneira os recursos disponíveis e não incorrer na necessidade de interromper ações e despesas de interesse social imediato.

3.1.2. PRINCÍPIO DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

O controle é a função pela qual a Administração e o contribuinte verificam se os planos, objetivos, metas, recursos ou insumos foram alcançados e utilizados com eficiência.

A fiscalização financeira e orçamentária no âmbito municipal realiza-se mediante controle externo da Câmara de Vereadores, com o auxílio do Tribunal de Contas dos Estados ou do Município, onde houver, e controle interno do Executivo Municipal (LRF, art. 59), na forma da lei (CF, art. 31 e §§). Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal possibilita ao cidadão que denuncie qualquer irregularidade ou ilegalidade,

responsabilizando corretamente quem efetuar denúncia infundada ou inverídica (Lei 10.028, de 19.10.2000, art. 1º).

As normas gerais sobre fiscalização financeira e orçamentária constam dos arts. 75 a 81 da Lei 4.320/1964, sob o título controle da execução orçamentária, bipartido em controle interno e controle externo, em conformidade com a Constituição Federal (arts. 31, 70 e 71). Também a LRF, no art. 59, prevê o exercício do controle externo e interno, enumerando nos incisos e parágrafos os principais pontos que devem ser analisados.

3.1.3. PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA

A transparência é assegurada na LRF, arts. 48-49, através dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; das prestações de contas e respectivo parecer prévio; do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, bem como das versões simplificadas desses documentos, aos quais deverá ser dada ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos de acesso público, ampliando assim diversos mecanismos de cunho democrático a disposição da sociedade.

A transparência na Lei de Responsabilidade Fiscal está assegurada pelo incentivo à participação da população e pela realização de audiências públicas no processo de elaboração como no curso da execução dos planos, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos, um bom exemplo desde modelo é o orçamento participativo, que significa a abertura do processo orçamentário à participação da população, em que os cidadãos são convidados a tomarem as decisões sobre a melhor forma de aplicar os recursos públicos.

Além disso, conforme acima mencionado a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 48, determina a divulgação ampla em veículos de comunicação, inclusive via internet, dos relatórios com informações que tratam das receitas e das despesas, possibilitando verificar sua procedência e a autenticidade das informações prestadas.

Prevê, ainda, o art. 49 da LRF que as contas apresentadas pelo prefeito municipal ficarão disponíveis durante todo o exercício, na respectiva Câmara de Vereadores e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Desse modo, os cidadãos, por sua vez, terão à sua disposição as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo durante todo o exercício, no âmbito tanto do respectivo Poder Legislativo, como do órgão técnico responsável por sua elaboração.

3.1.4 PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE

O princípio da Responsabilidade, nada mais é do que o dever maior de qualquer gestor arrecadar o máximo permitido em lei e só gastar até o limite de sua receita, obedecendo aos parâmetros fixados por lei.

Preceitua LRF, em seu artigo 11, que “constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da federação”.

É, pois, necessária à ampliação da receita por meio de outras fontes, tendo-se em vista que os municípios não podem sobreviver apenas das transferências constitucionais e/ou voluntárias de outros entes. Ao contrário, devem, efetivamente, ter uma política mais “agressiva” com relação à cobrança de todos os tributos de sua competência, tais como IPTU e ISS.

Por arrecadação de tributos deve-se entender uma efetiva política de cobrança, através de lançamentos de impostos, inclusive os inscritos na dívida ativa do contribuinte devedor, não mais como ocorria antes do advento da LRF, quando ficava a administração aguardando que o contribuinte, de forma espontânea, comparecesse ao órgão de arrecadação de tributos para “ver se devia alguma coisa” e, caso afirmativo, efetuar o pagamento.

Ressalte-se, que as previsões de receita para a elaboração dos orçamentos devem obedecer às normas técnicas e legais, além de mais verossímil possível, levando em consideração os diversos fatores que influenciam, ou podem vir a influenciar em sua constituição como, entre outros, o crescimento econômico, a variação dos índices de preços e a evolução da receita nos últimos três anos.

A gestão responsável é, pois, uma gestão atual e urgente, a figurar na ordem do dia do administrador público. Muitos progressos já foram atingidos, mas tem-se a consciência de que é preciso muito mais, para que se possa definitivamente alcançar o tão almejado equilíbrio que deve existir entre a economia e a sociedade, onde os cidadãos tenham atendidas suas necessidades básicas, as comunidades reconheçam presente a máquina pública a prover-lhes a saúde, a educação, o saneamento, o lazer, a segurança pública.

Assim, pode-se asseverar que a LRF surgiu da necessidade de serem estabelecidas normas de finanças públicas, capazes de modificar a forma irresponsável como alguns administradores públicos vêm tratando a coisa pública, sem um mínimo de

escrúpulos e, o que é pior, sem sofrer qualquer sanção, já que a legislação em vigor até então, era ineficaz para punir os infratores.

> REsp 1804943/PBRECURSO ESPECIAL2019/0086838-5
>
> AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS TRANSFERIDOS A ENTES MUNICIPAIS. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. INTERESSE DE ENTE FEDERAL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO POLO ATIVO DA DEMANDA. LEGITIMIDADE ATIVA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. 1. Cuida-se de inconformismo com acórdão do Tribunal de origem que julgou extinto o feito sem resolução do mérito, por reconhecer a ilegitimidade ativa do MPF para entrar com ACP para condenar o Município de Juru/PB a dar o devido cumprimento aos ditames legais atinentes à divulgação de informações de interesse público relacionadas a repasses de verbas da União. 2. Na origem foi proposta Ação Civil Pública visando compelir o município recorrido a cumprir as exigências da Lei 12.527/2011 (Leide Acesso à Informação) e da Lei Complementar 131/2009 (Lei da Transparência), bem como do Decreto 7.185/2010, impondo-se transparência aos gastos públicos, que abrange verbas advindas da União.(...) 5. Nessa linha de entendimento, precedente desta Segunda Turma sob a relatoria da eminente Min. Eliana Calmon: "... tratando-se de malversação de verbas federais, repassadas pela União ao Município de Canoas/RS, para aporte financeiro ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE FNDE. cujoobjetivo é atender as necessidades nutricionais de alunos matriculados em escolas públicas, razão pela qual é inquestionável a competência da Justiça Federal e a legitimidade ativa do MPF". (AgRgno AREsp 30.160,RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 2011/2013). (...)8. Deveras, a competência federal é tão patente que o art. 73-C da Lei de Responsabilidade Fiscal (incluído pela LC 131/2009) estabelece que o não atendimento, até o encerramento dos prazos previstos no art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3° do art. 23 da Lei Complementar101/2000, isto é, o não recebimento das transferências voluntárias enquanto perdurar essa irregularidade. (...)11 Ressalta-se que a demanda proposta pelo Parquet Federal veicula típico interesse transindividual, que ultrapassa a esfera pessoal dos indivíduos envolvidos e atinge uma coletividade de pessoas, repercutindo no interesse público e no respeito aos princípios da transparência e publicidade de gastos públicos envolvendo a aplicação de verbas federais, e a proteção ao Erário. (...) 13. Por conseguinte, considerando a possível repercussão do eventual descumprimento das prescrições legais citadas sobre repasses de verbas da União, reconhece-se a legitimidade do MPF para propor apresente ACP e fixa-se a competência da Justiça Federal para este caso, haja vista o entendimento cristalizado pelo STF e pelo STJ. 14. Recurso Especial provido.

Diante disto, com base na jurisprudência acima citada conclui-se que é dever dos municípios prestarem contas com relação ao destino final de verbas concedidas pela União para utilização com a coletividade, uma vez que é interesse desta saber se a verba realmente foi utilizada em seu destino final. Além de que, é competência da União julgar estes feitos, por se tratar de interesse da coletividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a LRF é um importante instrumento para a gestão de finanças públicas, em especial a municipal, visto que há procedimentos que visam melhorar o modo de gestão administração de recursos públicos. Além de que, para atender os anseios da sociedade a LRF prevê diversas formas de penalizar o gestor por seus atos ilícitos e irresponsáveis.

Dessa forma, a LRF busca oferecer para a sociedade uma elaboração de planos com participação popular, ou seja, ela é um instrumento de democracia que busca o crescimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República Federativa do Brasil. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>.

_____, Presidência da República Federativa do Brasil. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm>.

CASTRO, Flávio Régis Xavier de Moura. **Lei de responsabilidade fiscal: abordagens pontuais; doutrina, legislação.** Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

CASTRO. José Nilo de. **Direito municipal positivo.** 6. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CRUZ, Flavio da et al. (Coord.) **Lei de responsabilidade fiscal comentada**. 2. ed.
FIGUEIREDO, Carlos Maurício et. al. **Comentários à lei de responsabilidade fiscal.** 2. ed. São Paulo: RTs, 2001.

FIGUEIREDO, M. **A Lei de responsabilidade fiscal**: notas essenciais e alguns aspectos da improbidade administrativa. Disponível em:<http://www.direitopublico.com.br/pdf>.

KHAIR, A. A. **Lei de responsabilidade fiscal**: guia de orientação para as prefeituras. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2000.

MEIRELLES. Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro.** 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MOTTA,Carlos Pinto Coelho. *Responsabilidade fiscal. Belo Horizonte:* Del Rey , 2001.

OLIVEIRA, Regis *Fernandes* de. *Responsabilidade fiscal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, *2001***.**

SILVA, Edson Jacinto da. **O município na lei de responsabilidade fiscal**. São Paulo: Editora de Direito, 2001.

TABORDA, Maren Guimarães. **O princípio da transparência e o aprofundamento dos caracteres fundamentais do direito administrativo**. In Revista de Direito Administrativo, nº 230. São Paulo: Renovar, 2003.

TAVARES. Martus. **Fazendo o dever de casa com responsabilidade**. Disponível em: <www.cidadesdobrasil.com.br>.

LEITURA NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Larissa Carolina Alves, Cintia Milene Favaro Bochembuzio, e-mail: lalalovegood@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho traz um estudo sobre incentivo ao ato da leitura na escola, com o objetivo de compreender os desafios gerados pelas tentativas de motivação à leitura, e de discutir as possibilidades de criar o hábito de ler para proporcionar mudanças significativas e oportunidades na vida de um indivíduo.

Sabe-se que a leitura é uma prática essencial à formação integral de crianças e jovens, mas é comum o aborrecimento, a preguiça, até mesmo a aversão em alguns casos. Assim, para incentivar o hábito da leitura, o docente está sempre diante de novos desafios e em busca de estratégias motivadoras para desenvolver atividades em sala de aula.

Apresentando uma reflexão sobre o processo da leitura e sua relevância, por estar presente em diversos aspectos sociais, este trabalho busca compreender os desafios que os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental enfrentam no dia a dia ao mediarem a formação de leitores. Com base nessa relação de obstáculos e frustrações, mas também de conquistas e aprendizados, tentar-se-á expor estratégias que permitam aos alunos desenvolver o hábito e o gosto pela leitura.

Diante das novas tecnologias e do dinamismo que o mundo infantil apresenta, existem muitos desafios no incentivo ao hábito da leitura, por isso é importante que isso ocorra desde cedo, a partir do processo de alfabetização até o real entendimento do que se está lendo. Estratégias adequadas precisam ser implantadas pelo professor nas atividades de leitura em sala de aula, de modo que leve sempre em consideração que essa prática deve ser significativa e contextualizada.

A leitura deve fazer parte dos momentos de aprendizagem diariamente, com o intuito de tornar-se uma prática social, possibilitando o contato com variadas obras, em prol da melhoria do desempenho do aluno e da sua compreensão do assunto lido, de maneira crítica.

2 METODOLOGIA

Através de uma pesquisa bibliográfica, será feita uma análise qualitativa da prática de leitura desenvolvida em salas de aula do Ensino Fundamental I e dos processos de aprendizagem que isso envolve. Em seguida, será necessária a discussão das definições de leitura contemporâneas para ser possível propor estratégias que possibilitem o desenvolvimento de uma leitura significativa e transformadora. Ao abordar os desafios no ensino da leitura, poder-se-á refletir sobre práticas de leitura que possam ser trabalhadas na sala de aula com a finalidade de amenizar essas dificuldades.

Para tanto, o estudo, fruto de um trabalho de conclusão de curso, discutirá ideias de Magda Soares, Ezequiel Silva, Paulo Freire, Ingedore Villaça Koch, Vanda Maria Elias, Émerson de Pietri, Regina Zilberman, entre outros teóricos e pesquisadores da linguagem e da educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A leitura normalmente é associada a um livro, um jornal ou uma revista, porém o ato de ler não abrange somente a leitura de um material palpável ou impresso, essa atividade também pode ser vista com uma perspectiva mais moderna, no mundo digital, e até mesmo o ato de compreender nossa vida cotidiana e as pessoas, ou seja, todo o mundo que está a nossa volta.

Segundo Freire (2006, p. 11), “a leitura de mundo antecede a leitura da palavra”. As vivências são importantes para se compreender o que é lido, fazendo uma relação entre o texto e o contexto. Desse modo, constrói-se uma relação com a leitura desde muito antes da alfabetização.

O indivíduo passa a realizar uma leitura das pessoas com que convive, dos lugares onde passa, dos objetos que manuseia, das imagens que o rodeiam, para só mais tarde praticar uma leitura das palavras dentro de algum texto.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasil (2001, p. 53), instrumento norteador de apoio às práticas pedagógicas, no tópico Prática de leitura, apresenta a seguinte definição para esse objeto de estudo:

> A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo na construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc.

Ou seja, a leitura é fundamental para o convívio em sociedade, pois ela está presente em todos os lugares à nossa volta como, por exemplo: programas televisivos,

celulares, embalagens, etc. Com ela é que enviamos e recebemos informações dos mais diferentes tipos e interagimos.

Para Martins (1984, p.28), o que a escola procura como material de leitura normalmente não é tão significativo quanto o que é proporcionado em outros aspectos do contexto geral em que os leitores se adentram. Existe a preferência de leituras distintas das que são exigidas na sala de aula.

A cobrança e a obrigatoriedade com atividades entediantes de leitura ou avaliações escritas acabam afastando alguns alunos dessa prática que passa a ser vista apenas como uma tarefa escolar e não são encaradas como um ato prazeroso e que proporciona entretenimento.

De acordo com Reis (2013, p. 197), é necessário estar reconsiderando sempre o ensino da leitura. Com o passar dos anos, diversos problemas podem se manifestar, como a formação precária de professores que gera consideráveis consequências na vida dos próprios profissionais, como dificuldade para ensinar, e também, na vida dos alunos, como a evasão, analfabetismo funcional, desinteresse, entre outros.

Sendo assim, a formação de leitores deve ser discutida ao lado desse outro tema – a formação de professores - buscando identificar problemas, idealizar formas de intervenção e proceder de forma direta no que foi reconhecido como falha. Um professor que não estimula o hábito de ler em si mesmo terá dificuldade em passar o mesmo hábito adiante.

Soares (2005, p. 18) afirma que a leitura, apesar de ser feita por uma única pessoa, não é um ato solitário, “é interação verbal entre indivíduos, e indivíduos socialmente determinados”. Afirmando que, entre os indivíduos envolvidos no processo de leitura - o autor e o leitor -, haja enunciação, ou seja, uma situação de comunicação aberta ao diálogo.

O ato de ler não é constituído apenas pela leitura, concentração e conhecimentos do leitor, esse ato depende também da coerência que o autor consegue transmitir em seu texto. As palavras, informações e ideias precisam estar bem organizadas para que, no momento da leitura, o decodificador das informações que no caso seria o leitor, capte as informações com clareza e compreenda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização deste trabalho, tornou-se possível verificar a importância da leitura dentro de cada vivência. Discutiu-se a forma na qual ela é presente antes

mesmo de se adquirir conhecimentos do que ela é e antes de a dominar. Foi possível compreender melhor quais as dificuldades enfrentadas pelos professores, assim como entender aspectos pedagógicos que dificultam o gosto do aluno pela leitura, como a utilização de textos que não se conectam com eles. Esses desafios precisam ser superados, pois a leitura é o pilar principal para a compreensão de todos os outros conteúdos, além de sua inegável importância social.

Entretanto, esses desafios precisam ser trabalhados também pelos responsáveis dos alunos, estimulando e praticando o hábito de ler dentro de casa com as crianças, pois isso torna a leitura dentro de sala mais agradável. E, com essa prática constante, o aluno desenvolve habilidades importantes como compreensão, relações de sentido, exposição de ideias e formulação de opinião própria.

Durante os primeiros anos, essa leitura não precisa partir necessariamente de um texto, afinal a comunicação e a interpretação também se desenvolvem quando a criança é estimulada a interagir com outras pessoas, com lugares, com objetos, praticando o ato de ler e interpretar o mundo.

Logo, o mais importante é, além de dominar o ato de ler e escrever, fazer com que o aluno domine também o ato de interpretar, isso fará com que ele faça a diferença na sociedade e com que ele se torne uma pessoa capaz de compreender situações e criar argumentos para defender seu ponto de vista. Assim, o indivíduo se torna mais criativo e reflexivo quanto ao mundo a sua volta. Irá entender que, para que um texto funcione, as informações devem se conectar com o leitor, deve haver um diálogo partindo do emissor que possibilite a interação com o receptor.

REFERÊNCIAS

BRASIL.Secretaria de Educação Fundamental **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental I) – Língua Portuguesa**. 3. ed. Brasília: MEC, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 48. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, José do Prado. **Princípios e Métodos da Orientação Educacional**. 2. ed. São Paulo; Atlas, 1984.

REIS, Andreia Rezende Garcia; MAGALHÃES, Tânia Guedes. Leitura e escrita: desafios para a escola pública da atualidade. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, [*S. l.*], 2013. Disponível em:

<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5304/4450>. Acesso em: 8 jun. 2019.

SOARES, Magda Becker; et al; ZILBERMAN, Regina (org.). **Leitura: Perspectivas Interdisciplinares**. 5. ed. São Paulo: ática, 2005.

LEVANTAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DE PAIS E CUIDADORES SOBRE A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO INDIVÍDUO PORTADOR DE PARALISIA CEREBRAL

Caroline Lombardi, Luana Gabriel, Nagila Garcia Galan de Oliveira, e-mail: na_galan@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A paralisia cerebral (PC) também conhecida como encefalopatia crônica da infância é uma patologia do grupo das encefalopatias hipóxico-isquêmicas perinatal, sendo a mais comumente a deficiência neurológica progressiva que incluem uma grande variedade de anormalidades denominadas paralisia cerebral (MILBRATH *et al.*, 2012).

A paralisia pode ocorrer de diferentes modos, sendo eles por meio de lesões cerebrais ou anomalias que acontecem durante o desenvolvimento fetal quando o cérebro se encontra imaturo ou nos primeiros momentos de vida, que está relacionado a um déficit motor e postural não-progressivo que pode ser classificada pela análise do tônus muscular, padrão de expressão motora, região de comprometimento cerebral e gravidade (BALTOR *et al.*, 2014).

Em sua maioria, o paciente pode apresentar dificuldade nas atividades de autocuidado, apresenta funcionalidade física prejudicada, bloqueio social, distúrbios na fala e intelecto. Metade dos pacientes portadores da PC relatam afasia, devido a dificuldade de controle da maxila, dos lábios e da língua no qual torna esse processo de aprendizado e fortalecimento mais dificultoso. Sendo assim é significativo a presença de um cuidador frequente, que acompanhe essa criança diariamente, a fim de notar seus avanços e dificuldades, para junto com a equipe multidisciplinar desenvolver um atendimento específico e completo promovendo saúde e bem-estar (DANTAS *et al.*, 2012).

O paciente com PC devem ser assistidos por uma equipe multidisciplinar, na qual o principal enfoque terapêutico é a fisioterapia, pois diferentes métodos serão empregados de acordo com as manifestações clínicas, a fim de auxiliar no desenvolvimento motor (LIMA, CIPRIANO e SILVA, 2017).

É de extrema importância que o profissional estabeleça uma relação próxima e contínua com a família, relembrando e ensinando a essência do cuidado integral para

suprir as necessidades do outro, considerando aspectos sociais, culturais e afetivos. O cuidado não é focado apenas no conceito biológico, mas também na escuta sensível e o diálogo compreensivo por parte do profissional (MILBRATH *et al*., 2012). Sendo assim, o indivíduo portador de PC, deve ser avaliado não somente pelos aspectos físicos, mas também, pelos aspectos psicológicos, sociais e espirituais, que nem sempre são levados em consideração (DANTAS, 2010), esse é um papel fundamental do profissional enfermeiro e dos demais profissionais de uma instituição que atende pessoas com esse tipo de deficiência.

O objetivo do trabalho visa descrever as experiências que pais e cuidadores tiveram sobre a assistência de enfermagem ao indivíduo portador de paralisia cerebral atendido em uma unidade de Jaú/SP, especializada em tratar e prevenir deficiências.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, realizado por meio de um questionário semi estruturado, aplicado a pais e cuidadores de indivíduos com PC que frequentam uma instituição de Jaú/SP, especializada em prevenir e tratar deficiências. A análise das respostas foi realizada por meio da técnica da análise de conteúdo.

Inicialmente, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica por meio dos dados coletados no Scielo e *Google* acadêmico, e assim, foram encontradas monografias e dissertações relacionadas ao tema.

Após o levantamento do material, foram organizadas as informações do que condiz ao objetivo do trabalho e foi iniciado a elaboração do questionário, seguido da seleção do local de pesquisa de campo e das respectivas autorizações oficiais. Após a autorização, foi realizado o convite aos pais e cuidadores das respectivas crianças diagnosticadas com PC a participarem do estudo, que consistiria em responder a um questionário minuciosamente elaborado com perguntas claras e objetivas, de modo que os participantes sintam-se livres para respondê-los.

A pesquisa teve aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa das Faculdades Integradas de Jahu, com parecer nº 3.325.921. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi apresentado a cada participante antes da coleta de dados, mantendo sigilo e preservação de sua identidade, podendo desistir da participação da pesquisa a qualquer momento e ter informações complementares através do CEP da faculdade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 30 atendidos na instituição com diagnóstico de PC, 13 pais ou cuidadores aceitaram participar da pesquisa. Destes, dois foram excluídos por não ter respostas suficientes para colaborar com os objetivos propostos. As idades dos portadores de PC, que frequentam a instituição de deficientes de Jaú, variaram de 2 a 32 anos, sendo, 5 do sexo masculino e 6 do sexo feminino.

De acordo com o questionário aplicado, pode-se obter as seguintes respostas se os pais e cuidadores:

a) Receberam orientações de enfermagem durante o diagnóstico;

"Sim, todos os tipos de orientações necessárias todas as vezes que tenho dúvidas, é assim até hoje." (P3)

"Não me recordo." (P4)

"No início não." (P7)

Diante do diagnóstico de PC, a família passa por momentos delicados de negação e luto. Quando um membro da família adoece ou manifesta uma deficiência, os demais também "adoecem". Assim, é de extrema importância a orientação de profissionais sensibilizados e competentes tecnicamente para a construção de conhecimento para os familiares e para elaboração de um projeto terapêutico que atenda às necessidades do portador (DANTAS, *et al*., 2010).

b) Qual ou quais foram seus maiores desafios;

O maior desafio dos cuidadores de PC é lidar com os problemas motores, os pacientes não possuem força no tônus muscular e, consequentemente, não conseguem sustentar seus próprio corpo, necessitando de cadeira de rodas ou cama para que possam realizar suas atividades rotineiras.

"Sentar e falar." (P1)

"Locomoção." (P4)

"Locomoção." (P7)

"Coordenação motora e alimentação que é causada pelo retardo." (P11)

O fato que mais influência na repercussão da doença são as dificuldades nas atividades de vida diária, segundo os relatos das mães. A espasticidade que dificulta os movimentos, a hipotonia que não permite a fixação de algumas posturas e as crises convulsivas são algumas das outras manifestações clínicas existentes que dificultam o cuidado domiciliar (DANTAS, *et al.,* 2012)

c) Como foi e como é a interação entre o indivíduo com PC e a família;

O relacionamento dos portadores de PC nem sempre é a melhor possível. Além de problemas para falar, os pacientes tem dificuldades para demonstrar suas emoções. Porém, com o tempo, a família começa a reconhecer todos os sinais que o portador manifesta. No entanto, ao serem questionados quanto ao relacionamento entre o portador e os familiares, a resposta foi unanime, todos responderam que as crianças possuem boa relação com os cuidadores.

"Ótima." (P2)

"Perfeita." (P4)

"Tem muito amor entre nós todos de casa." (P6)

Nota-se que a comunicação ultrapassa o sentido das palavras e a família compreende o significado e desejos pelas manifestações do ente. É possível desenvolver uma maneira própria de comunicação, já que a criança não se expressa verbalmente, mas manifesta seus desejos e demonstra entendimento daquilo que lhe é comunicado. (BALTOR, *et al*., 2014)

d) O enfermeiro foi importante para o tratamento;

Sabe-se que a enfermagem tem grande importância para a assistência de um paciente com necessidade de cuidados especiais.

"*Muito importante, pois nos ajuda em qualquer eventualidade que ocorra.*" (P1)

"*Ajuda no acompanhamento*." (P2)

"*As enfermeiras da APAE me ajudam a cuidar da saúde da minha filha, o acompanhamento delas é muito importante*." (P3)

"*Fundamental e necessária*." (P8)

"*A enfermagem é importante com a minha necessidade de receitas para minha filha*." (P10)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tece como intuito, investigar a qualidade das orientações de enfermagem diante de um paciente portador de Paralisia Cerebral, podendo observar diferentes posições diante do tema abordado.

Esta pesquisa teve como limitação o número reduzido de participantes por se tratar apenas de uma escola de educação especial, que trabalhe com portadores de PC. Outro limite encontrado foi a pouca adesão de respostas ao questionário apresentado.

Contudo, a referente pesquisa contribuiu para melhor compreender as maiores dificuldades enfrentadas pelos familiares e cuidadores de paciente com paralisia cerebral, permitindo observar a grande necessidade de orientação de um profissional capacitado. A fim de aumentar a confiança daqueles que precisam de assistência.

REFERÊNCIAS

BALTOR. R. R. M.; BORGER, A. A.; DUPAS, G. Interação com a criança com paralisia cerebral: comunicação e estigma. **Escola Anna Nery**, [Rio de Janeiro], v.18, p. 47-53,

jan./mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/CHtZgxWZjsFjwfbTnp8wNCC/abstract/?lang=pt.

DANTAS, M. S. de A. *et al.* Facilidades e dificuldades da família no cuidado à criança com paralisia cerebral. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [Porto Alegre], v. 33, n. 3, set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/bSWy5FjftgPHZy99pNGqJvw/?lang=pt&format=html.

DANTAS, M. S. de A. *et al*. Impacto do diagnóstico de paralisia cerebral para a família. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 229-237, jan. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/xrRPWbkCSmYFrptLPJnz34w/abstract/?lang=pt.

LIMA, A. S; CIPRIANO, D; SILVA, E. F. Paralisia Cerebral. *In:* Simpósio Internacional de ciências integradas da UNAERP, 14., 2017, Guarujá. **Anais** [...]. Guarujá: UNAERP, out. 2017.

MILBRATH, V. M. *et al*. Família da criança com paralisia cerebral: percepção sobre as orientações da equipe de saúde. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 4, out./dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/JSmC7T4tqZCRBJr4SdDSmyR/abstract/?lang=pt.

LITERATURA E TV: ADAPTAÇÃO DA OBRA "OS MAIAS" DE EÇA DE QUEIRÓS

Gabriela Garcia Tosi, Marcelo Mott Peccioli Paulini, e-mail: gabrielaggarcia97@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa estabelecer relações entre a obra portuguesa "Os Maias", de Eça de Queirós, publicada no ano de 1888, e sua adaptação homônima, escrita por Maria Adelaide Amaral, transmitida pela Rede Globo de Televisão em 2001, totalizando 44 capítulos.

As relações apresentadas neste artigo variam desde mudanças significativas na trama, como a volta tempestuosa de Maria Monforte ao Ramalhete, até pequenos ajustes necessários para um melhor aproveitamento da história.

Mas para que essas relações sejam facilmente entendidas, a primeira pergunta a ser feita é: o que é uma adaptação? Guimarães (2002) diz que a adaptação não é somente a transposição de um texto literário para outro veículo, mas sim uma corrente infinita de referências a outros textos, sendo assim um fenômeno cultural.

O que muitos não sabem é que essa relação entre a literatura e a representação é antiga, ocorrendo muito antes do surgimento da televisão e do cinema. No século XIX, autores famosos como José de Alencar e Machado de Assis tinham suas obras adaptadas e encenadas nos teatros.

Uma preocupação diz respeito a como transpor para a linguagem audiovisual uma obra tão importante e significativamente crítica aos preceitos e costumes da sociedade lisboeta do século XIX, tratando de temas atemporais, ainda presente na sociedade atual, tais como o adultério, casamentos por interesse e desavenças políticas.

Pensando nisso, Furtado (2003) evidencia que o trabalho de um roteirista vai muito além do que apenas escrever, há uma preocupação em representar para o visual, de forma satisfatória, tudo aquilo que o leitor já imaginou ao ler a obra original, para que o leitor sinta que aquilo a que está assistindo seja igual ou melhor àquilo que havia imaginado.

Atrelado a isso, estão os chamados "recursos audiovisuais" como a trilha sonora, fator importantíssimo para um resultado de qualidade, pois através da música, composta

exclusivamente para a obra ou não, consegue-se emocionar o público durante determinada cena.

Dessa forma, o objetivo deste artigo perpassa por aspectos gerais sobre como adaptar para a televisão um importante texto literário frente à sociedade atual, sem que sua essência seja perdida e quais as preocupações da autora da minissérie Os Maias em manter a verossimilhança do texto original; e como a escolha da trilha sonora e a ambientação dos cenários podem contribuir para a elaboração de um trabalho perfeito.

2 METODOLOGIA

Em primeiro plano uma vasta pesquisa em livros, artigos científicos, dissertações e teses a respeito de obras transportadas para a televisão brasileira ao longo do tempo foi feita com o objetivo de caracterizar as maiores dificuldades em transformar literatura em um recurso audiovisual, dando maior enfoque à obra *Os Maias* do escritor português Eça de Queirós e sua adaptação televisiva escrita por Maria Adelaide Amaral.

Em seguida o trabalho se restringiu ao romance Os Maias de Eça de Queirós e uma análise mais aprofundada sobre as características sociais e psicológicas, resultados de fatores trágicos e melodramáticos que assolam tanto os personagens que protagonizam a obra, quanto o Ramalhete. Além de um estudo sobre como as mulheres eram representadas na literatura do final do século XIX.

Em um último momento, a adaptação feita pela autora Maria Adelaide Amaral, foi o objeto de estudo do terceiro capítulo, discutindo as notórias diferenças entre literatura e televisão, contrapondo as características analisadas no momento anterior com as encontradas na minissérie e as informações reveladas pela própria autora em entrevistas, revelando então as principais diferenças e o motivo das alterações no enredo da obra original.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao início da pesquisa, definimos o conceito de adaptação que, segundo Guimarães (2002 p. 92), constitui-se em “um fenômeno cultural que envolve processos dinâmicos de transferência, tradução e interpretação de significados e valores histórico-culturais”, para que, posteriormente, houvesse a comparação com o trabalho apresentado por Maria Adelaide Amaral sob direção de Luiz Fernando Carvalho em 2001 para a Rede Globo de Televisão. Aqui pode-se observar que uma adaptação nada mais é do que uma releitura ou reescrita de uma obra já escrita e publicada, mas que possui

os traços estilísticos de seu autor original, mudando algo que o autor da adaptação julgue necessário para uma melhor apresentação ao seu público alvo na televisão.

Em seguida, houve a análise dos aspectos físicos e psicológicos dos personagens protagonistas do romance *Os Maias* e suas principais características que contribuíram enormemente com as críticas da sociedade portuguesa do século XIX, o olhar crítico sobre a mulher através dos personagens Maria Eduarda Runa, Maria Monforte e sua filha Maria Eduarda da Maia, aspectos trágicos e melodramáticos na obra como o incesto e os acontecimentos do destino, bem como as características políticas e psicológicas da obra de Eça de Queirós.

Finalmente, uma pesquisa a respeito dos detalhes sobre a transposição verbal/visual, principalmente com relação à preocupação da equipe da Rede Globo em viajar a Portugal, para que tudo fosse o mais verossímil possível, figurinos, cenários, trilha sonora, elenco, a fim de obter um resultado perfeito ou que chegasse muito próximo a obra original. Além do empenho e dedicação da autora Maria Adelaide Amaral, que utilizou outra obra para a escrita do roteiro da adaptação (A Relíquia), com a intenção de trazer um impacto maior aos telespectadores que, segundo ela, o livro não traz. Ainda segundo a autora, os capítulos de uma minissérie devem ser fortes e impactantes, principalmente o primeiro e o último, a fim de “prender” a atenção do público, tornando seu trabalho adequado ao novo veículo de comunicação e sua linguagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pode-se notar que um processo de adaptação de uma obra literária requer um cuidado especial na transposição da linguagem verbal para a linguagem não verbal, visando aproximar a produção de seu texto original, tornando-a verossímil.

É claro que nem toda adaptação é cem por cento fiel à obra inspiradora, isso acontece porque cada autor possui diferentes objetivos com aquela produção e, muitas vezes, uma modificação, seja ela na linguagem, no enredo, ou em qualquer outro aspecto, visto por ele como necessário para o entendimento da obra, é válida.

Dessa forma, cabe ao autor e a produção televisiva preocupar-se com o cenário, figurino, música, elenco e outros fatores fundamentais que, ao serem observadas pelo telespectador, ativem em seu subconsciente que aquilo o que ele está assistindo tem relação ou não com o que foi lido ou imaginado anteriormente.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Jorge. **A adaptação literária para cinema e televisão**. Passo Fundo: 10ª Jornada Nacional de Literatura, 2003. Disponível em: < http://www.casacinepoa.com.br/as-conex%C3%B5es/textos-sobre-cinema/adapta%C3%A7%C3%A3o-liter-%C3%A1ria-para-cinema-e-televis%C3%A3%o>. Acesso em: 30 set. 2019.

GUIMARÃES, Hélio. O romance do século XIX na televisão: Observações sobre a adaptação de Os Maias. In: PELLEGRINI, Tânia (Org.) et al. **Literatura, cinema e televisão.** São Paulo: Senac, 2002. p. 91-115.

QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias**. São Paulo: Nova Alexandria: 2000.

SOBRAL, Filomena Antunes. **A obra prima Os Maias de Eça de Queirós numa leitura cinematografada- olhares sobre a cultura lusitana**. Estudos Iberos-Americanos. Porto Alegre,set-dez 2014. v.23, n. 3, p.642-653.

MASSACRES NAS ESCOLAS: PRECISAMOS FALAR SOBRE O BULLYING

Ana Carolina Motta, Gabriele Fernanda Poyo, Jorge Fernando Marzanati, e-mail: gabipoyo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará a temática do bullying e a sua relação com os massacres realizados em escolas. Tais atos de violência extrema, nesse ambiente específico, impactam a sociedade ao mostrar a crueldade do autor ao atacar estudantes e professores em um espaço que visa a construção e disseminação do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento, bem como a transmissão de valores sociais e culturais (RODRIGUES, 2012).

O bullying, segundo Freire e Aires (2012), é caracterizado como uma nova forma de violência que ocorre no ambiente escolar, cujos atos são noticiados pela mídia e preocupam pais, alunos e sociedade de modo geral. Apesar de acontecimentos que já evidenciavam, historicamente, a ocorrência de bullying nas escolas, os estudos de sua prática começaram nas décadas de 1960 e 1970, na Suécia e na Dinamarca, e ganharam força nos anos seguintes, quando, a partir da década de 1980, os estudos feitos por Dan Olews, na Noruega, definiram como bullying atos de características agressivas, antissociais e repetitivas, praticados por estudantes no ambiente escolar (CANAVEZ, 2015).

A ocorrência de bullying, mesmo que este seja praticado dentro do ambiente escolar, é um problema da sociedade como um todo, pois interfere no desenvolvimento dos envolvidos, prejudicando aspectos cognitivos, emocionais e sociais e traz graves consequências. Sua análise vai além da culpabilização e todo o contexto de relações socioeducacionais deve ser observado. Logo, qualquer intervenção deve considerar as diferenciações nas dimensões educacionais, familiares, individuais e sociais (FREIRE; AIRES, 2012).

Estudos recentes apontam para a importância da psicologia e de seus estudos nas mudanças dos paradigmas da instituição escolar atual, que se encontra deficitária, com problemas, como: a ausência de profissionais capacitados, de equipes multidisciplinares, de práticas inclusivas e efetivas, da participação da família do aluno no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, a superlotação das salas de aula,

professores sobrecarregados, entre outros, o que contribuiu para o aumento dos casos de bullying nas últimas décadas (RODRIGUES, 2012).

Rodrigues (2012, p. 16) ainda acrescenta que:

> O sistema educacional perde muito com o bullying, porque ele gera absenteísmo dos estudantes, é causa relevante de evasão escolar, interfere no rendimento de todos os alunos, tumultua a rotina dos três segmentos, motiva a alta rotatividade dos docentes e inspira o porte de armas por crianças que tentam se proteger ou afirmar-se diante de bullies.

É importante e necessária a presença do profissional de psicologia no contexto escolar. Deste modo, o objetivo deste trabalho é descrever as características da prática de bullying, suas consequências, como, por exemplo, a ocorrência de massacres em escolas, e o papel da psicologia na mudança desse paradigma, bem como as possibilidades de intervenção.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a de revisão bibliográfica, pautada em artigos científicos que trazem estudos acerca do bullying e de sua caracterização como um elemento-chave para a compreensão do que leva um indivíduo a cometer um ato extremo de violência em um ambiente específico, a instituição escolar.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Não há uma resposta consensual para o conceito de bullying, embora seja possível afirmar, de maneira geral, que se trata de uma relação de violência física, moral ou psíquica (RODRIGUES, 2012).

No dia 20 de abril de 1999, na cidade de Littleton, no Colorado, dois adolescentes entraram armados na Columbine High School e abriram fogo, matando doze estudantes, um professor e ferindo mais de 30 outras pessoas. Logo depois, atiraram contra si mesmos dentro da escola (VIEIRA; *et al*, 2009).

Freitas Jr. (1999 apud Rodrigues, 2012) evidencia que devemos dar certa importância ao caso de Columbine, pois o rótulo bullying não era muito comentado tornando-se desconhecido, mas os autores registraram, antes de sua ação sangrenta, que não suportavam mais as chacotas dos colegas onde tornou tudo mais claro e explícito que miraram, especialmente atletas e minorias étnicas.

Temos também o caso de Brenda Ann Spencer, moradora de San Diego, Califórnia, que, aos 16 anos, assassinou dois adultos e feriu crianças que chegavam na escola, situada na frente de sua casa. A motivação era o fato de não gostar de segundas-

feiras e que tal ação quebraria a rotina, deixando o dia menos detestável. O caso de Wu Huanming, na China, no ano de 2010, invadiu a creche de Hanzhong, matou sete crianças e dois adultos com um cutelo, e se suicidou posteriormente. E o caso de Andrew Golden, 11 anos, e Michell Johnson, 13 anos, que mataram cinco pessoas e feriram dez na Escola Secundária Westside, Estados Unidos da América, no final da década de 1990 (RODRIGUES, 2012).

Rodrigues (2012) pontua o contraste por esses atos ocorrerem em instituições escolares, contexto que tem por objetivo a construção da cidadania e deve garantir a segurança de todos os que o frequentam, fornecendo todo o suporte para a aprendizagem, desenvolvimento e formação intelectual e social. Dados indicam que em 45 anos foram registrados 66 casos de ataques em escolas e que em 87% destes, os atiradores foram vítimas de bullying.

Ainda para a autora (2012, p. 13), o bullying:

> Não é um fenômeno novo, pois existem várias referências, na literatura, de situações rotuladas, hoje, como bullying. Brackel registra o caso de moças despejando água numa estudante recém-chegada a um colégio de Bruxelas (Bélgica), no século XIX. Na literatura brasileira, é possível citar Pompéia (1992) e Rego (1980).

Podemos classificar o bullying como direto e indireto. É definido bullying direto quando as vítimas são atacadas diretamente por meio de apelidos, agressões físicas, ameaças, roubos, ofensas verbais ou expressões e gestos que geram mal-estar às vítimas. Já o indireto caracteriza-se como ações que levam a vítima exclusivamente ao isolamento social envolvendo atos como situações de indiferença, difamação e exclusão (FREIRE; AIRES, 2012).

Já o cyberbullying é um tipo de bullying e mais recente. Consiste em comportamentos agressivos que ocorrem no mundo virtual. É marcado por mensagens escritas em redes sociais ou enviadas à vítima, fotos ou vídeos postados e compartilhados, que neste caso, a vítima é atingida diversas vezes pelo grande número de pessoas que visualizam a foto ou o vídeo (RONDINA; MOURA; CARVALHO, 2016).

A escola é um ambiente que beneficia o desenvolvimento de habilidades, competências, formação e desenvolvimento de conceitos, saberes e opiniões, tendo o papel fundamental de buscar alternativas para o enfrentamento e prevenção do bullying (FREIRE; AIRES, 2012).

Abordando este tema, vemos a importância da atuação do psicólogo escolar, que realizará um trabalho de prevenção e enfrentamento da violência no contexto em que ocorre o bullying, onde esta linha de atuação exige a capacidade de analisar, pesquisar

e apreender as múltiplas relações que caracterizam a instituição escolar e os agentes nela envolvidos, identificando as necessidades de aperfeiçoamento dessas relações. (FREIRE; AIRES, 2012).

Logo, uma atuação psicológica institucional preventiva deve estar ligada na promoção de reflexões, conscientizações e as funções dos indivíduos, com um foco em desenvolver competências e habilidades para a superação de obstáculos e para estabelecer ou reestabelecer relações sociais mais saudáveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bullying é a prática que envolve violência física, moral ou psíquica contra estudantes que têm individualidades emocionais, corporais, étnicas, ideológicas, comportamentais ou religiosas. Implica em relação desarmônica onde o que se julga mais forte demonstra discriminação por quem dispõe dessas individualidades (RODRIGUES, 2012).

As vítimas do bullying resultam em pessoas dependentes de drogas lícitas e ilícitas, ansiedade, depressão, insegurança, agressividade, portador de doenças psicossomáticas. Em alguns casos, os estudantes humilhados acabam cometendo suicídio. Em casos extremos o suicídio ocorre após ato violento e sangrento contra os colegas, principalmente se a vítima porta algum tipo de arma (RODRIGUES, 2012).

O Psicólogo reconhece atitudes e comportamentos que prejudicam as relações interpessoais, resultantes em atos violentos, agressivos e conflitantes, Por este fato, a presença de um Psicólogo escolar é essencial (FREIRE; AIRES, 2012).

O Psicólogo escolar deve analisar as relações no contexto escolar, bem como a instituição como um todo, o meio que está inserido e a demanda que atende. Após identificar as relações dentro da instituição, o Psicólogo deve trabalhar as opções de melhoria, construindo um espaço mais saudável e relações mais positivas (FREIRE; AIRES, 2012).

O corpo docente deve participar na análise de intervenções, levando em conta toda a instituição e a comunidade. A conscientização dos alunos sobre individualidade e respeito devem ser o principal tema abordado por este profissional. A escuta Psicológica dentro e fora da instituição é imprescindível (FREIRE; AIRES, 2012).

A maior problemática sobre o bullying é a falta do preparo acadêmico para lidar e identificar essas situações. O trabalho preventivo é escasso e muito necessário, os alunos sentem essa necessidade. Atividades e dinâmicas para reflexão sobre a violência

e estratégias de enfrentamento do problema é uma possibilidade de trabalho (OLIVEIRA-MENEGOTTO; *et al*, 2013).

Diante da crise de autoridade docente, outra solução seria programas públicos que envolvam os professores visando promover a segurança dos estudantes que sofrem algum tipo de violência (OLIVEIRA-MENEGOTTO; *et al*, 2013).

O bullying é um assunto sério e grave, deve ser investido nessa prevenção e em estratégias de identificação da problemática dentro do contexto escolar e fora dele (OLIVEIRA-MENEGOTTO; *et al*, 2013).

REFERÊNCIAS

CANAVEZ, F. A escola na contemporaneidade: uma análise crítica do bullying. **Psicol. Esc. Educ.** [online]. vol.19, n.2, p.271-278, 2015. ISSN 2175-3539. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572015000200271&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 set. 2019.

FREIRE, A. N.; AIRES, J. S. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v. 16, n. 1, p 55-60, jan/jun 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100006>. Acesso em: 30 set. 2019.

OLIVEIRA-MENEGOTO, L. M.; PASINI, A. I.; LEVANDOWSKI, G. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, SP, v. 15, n.2, p. 203-215, mai./ago. 2013. ISSN 1516-3687 (impresso), ISSN 1980-6906 (on-line). Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000200016>. Acesso em: 30 set. 2019.

RODRIGUES, G. C. O bullying nas escolas e o horror a massacres pontuais. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], n. 11, mar. 2012. ISSN 1982-4807. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/13877>. Acesso em: 30 set. 2019.

RONDINA, J. M.; MOURA, J. L.; CARVALHO, M. D. Cyberbullying: o complexo bullying da era digital. **RE. SAÚD. DIGI. TEC. EDU.**, Fortaleza, CE, v. 1, n. 1, p. 20-41, jan./jul. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/resdite/article/view/4682>. Acesso em: 30 set. 2019.

VIEIRA, T. M.; MENDES, F. D. C.; GUIMARAES, L. C.. De columbine à virgínia tech: reflexões com base empírica sobre um fenômeno em expansão. **Psicol. Reflex. Crit.** [online]. vol.22, n.3, p.493-501, 2009 ISSN 0102-7972. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-79722009000300021&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 set. 2019.

MATERIAIS ADAPTÁVEIS PARA DEFICIENTES VISUAIS.

Giovana Alves Pereira da Cruz, Milene Macedo Liz, Paloma Aparecida Camargo, Carla Maria Nicola Coletti, e-mail: camargopaloma2016@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A partir de 1950 a inclusão social passou a ser discutida através de leis, projetos e políticas voltadas às crianças com necessidades especiais como uma forma de agregação tanto na sociedade como no ambiente escolar.

A educação, particularmente dos deficientes visuais ou com baixa visão é vista atualmente como um desafio, principalmente na rede regular de ensino, pois apenas a aceitação da criança nesse ambiente não é suficiente, isso ocorre devido à falta de capacitação e conhecimento tanto da escola como dos professores.

Um dos desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual está relacionado com a falta do oferecimento de materiais adaptáveis para que a criança possa aprender de forma inclusiva e significativa. Estes estudantes devem ser tratados nas mesmas condições que o aluno que enxerga, com materiais pedagógicos adaptados e professores adequadamente capacitados.

Segundo Sassaki (1997), o processo de inclusão acontece a partir de uma inserção mais radical, completa e sistemática, da pessoa com deficiência na sociedade, em que a mudança é deve partir do meio e não adaptação do indivíduo.

O objetivo do trabalho é analisar a importância de recursos táteis para crianças com deficiência visual como uma forma de diminuir as dificuldades enfrentadas, contando também como um modo de salientar o respeito das diferenças e a inclusão em sala de aula diante dos outros alunos.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisas bibliográficas, apresentando justificativas qualitativas que salientam a importância de recursos pedagógicos adaptados para crianças com deficiência visual. A adaptação dos materiais são motivadores e facilitadores do processo de ensino e aprendizagem para as crianças com deficiência visual e também para os normovisuais.

Os recursos pedagógicos precisam ser concretos, atrativos e construídos com base no contexto em que a criança está inserida, para que assim, possa obter melhor compreensão no que está sendo ensinado, permitindo-lhe autonomia para que se desenvolva a partir da adaptação do material didático.

Para alunos com baixa visão, os recursos promovem melhoria em seu desempenho visual sob realização de atividades. Para os alunos cegos, existem leitores de telas, livros digitais, linha Braille, entre outros recursos que foram projetados; também podemos citar os materiais com recursos que temos em nosso dia a dia e que podem ser confeccionados para alunos com deficiência visual.

Os materiais utilizados para confeccionar poderão ser aqueles de baixo custo, eles podem ser arroz, milho, feijão, algodão, grãos de cereais, E.V.A, pois ele pode nos trazer um alto relevo e também em algumas outras texturas diferentes. O professor, a partir disso, será capaz de elaborar gráficos, mapas, formas geométricas. Isso faz com que o aluno possa entender com mais facilidade o que está acontecendo em aula, pois isso possibilita que ele participe mais. Como destaca Vasconcellos (1993), o treinamento é imprescindível para que o deficiente visual possa utilizar, com eficácia, a linguagem gráfica. Torna-se importante destacar que esta preparação é condição, para o entendimento da linguagem dos mapas pelas crianças e pelos adultos, que podem usar todos os seus sentidos sem restrições. Abaixo serão explanados modelos de como seriam esses recursos que podem ser utilizados dentro da sala de aula.

Imagens táteis: Podem ser confeccionados pelos materiais citados acima, para que o aluno tenha mais aprendizagem durante as aulas.

Figura 1 - Mapa tátil geográfico do Brasil.

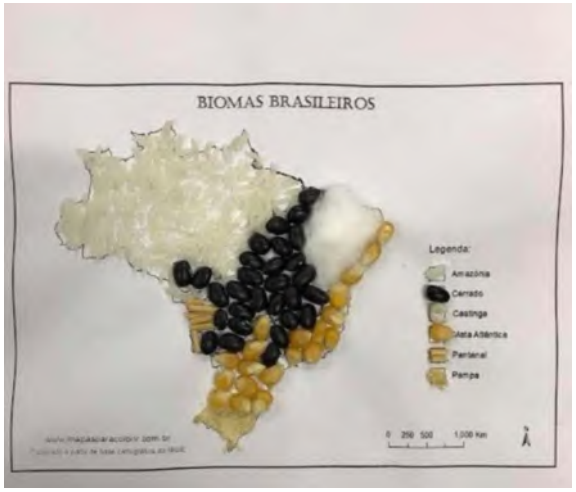
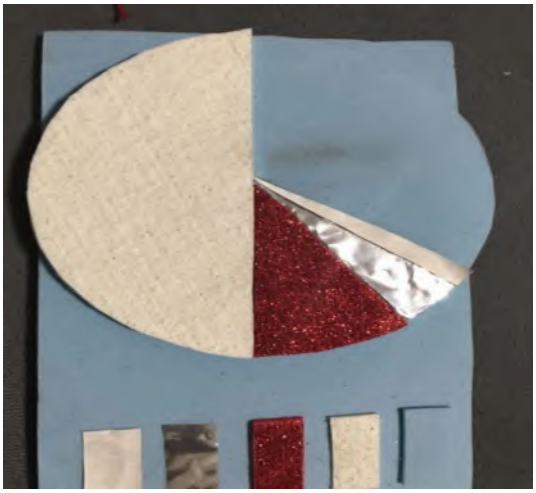


Figura 2 - Gráfico tátil sobre a porcentagem.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o cego - também para os deficientes de visão subnormal – a exploração tátil adquire o propósito de identificar as características do objeto de análise e revelar o maior número de detalhes possível, propiciando o reconhecimento de texturas, da natureza física dos objetos, da presença ou ausência de diversos componentes e do contraste tátil da consciência dos materiais utilizados (DALLABONA, 2011).

Notamos que os recursos táteis são de extrema importância para o aluno com deficiência visual, pelo fato de fazer com que facilite o processo de aprendizagem deste aluno para que futuramente tenha a chance de ingressar em universidades ou alguma outra instituição de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados, fica claro a importância de materiais didáticos adaptados para crianças cegas ou normovisuais, tendo como foco o incentivo e a facilitação para o processo de ensino aprendizagem. No entanto, pra que isso se concretize é necessário que professores juntamente com a coordenação escolar criem métodos eficazes para a inclusão desta criança no contexto educacional. A utilização destes materiais não favorece apenas aos alunos com deficiência, mas também aos outros, ajudando-os a entender melhor o conteúdo que não obtiveram sucesso com os materiais padronizados, sendo assim, essa estratégia trará benefícios a todos do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

LIMA, Patrícia Campos, FONSECA, Letícia. **RECURSOS TÁTEIS ADAPTADOS OU CONTRUÍDOS PARA ENSINO DE DEFICIENTES VISUAIS.** 2016.

PONTES, Ana Clara Nunes, FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **O USO DE RECURSOS DIDÁTICOS ADAPTADOS NA ESCOLARIZAÇÃO E INCLUSÃO DE EDUCANDO CEGOS E DE BAIXA VISÃO.** 2018.

RÉGIS, Tamara Castro, CUSTÓDIO, Gabriela Alexandre, NOGUEIRA, Ruth Emilia. **MATERIAIS DIDÁTICOS ACESSÍVEIS:** Mapas táteis ferramentas para a inclusão educacional. Vitória, ES, 2011.

MEDIAÇÃO APLICADA AOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Camila Slompo Felippe, Larissa Fernanda Rossi, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, e-mail: camila_slompof@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo procura apresentar as técnicas de mediação aplicadas na resolução de casos que envolvam alienação parental cometida por pais em relação a seus filhos.

A sociedade precisa entender a importância de manter, de forma saudável, o contato regular dos filhos com ambos os genitores ou com seus pais afetivos (como nos casos de adoção, por exemplo), mesmo após um divórcio. No entanto, esse convívio nem sempre ocorre de forma pacífica e sadia. Diante de um cenário como este, de rompimento do relacionamento dos pais e processo de guarda do menor, abre-se espaço para se tratar da chamada alienação parental, assunto bastante relevante no direito de família. Esse quadro precisa ser resolvido o quanto antes, para que as consequências vivenciadas pelo menor sejam as menores possíveis. É nesse contexto que se fala em mediação, método que caminha ao lado da via judicial, visando preservar os interesses do menor.

Será abordado o conceito básico de alienação parental, de métodos alternativos de solução de conflitos, em especial a mediação, bem como uma análise sobre as possibilidades de aplicação, suas vantagens e eficácia. Importante dizer que o objetivo deste estudo é apresentar a mediação como alternativa eficiente para os casos de alienação parental, fugindo aos longos e dispendiosos processos judiciais que apenas geram sentenças, sem olhar de fato para as pessoas envolvidas e suas questões emocionais.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo científico, foi utilizado o método dedutivo analítico, consistente numa específica revisão de literatura, baseada em pesquisas na legislação, livros, doutrinas, artigos científicos e revistas jurídicas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

É muito comum que a Alienação Parental surja simultaneamente a uma alteração no seio familiar, como quando do término do relacionamento do casal ou o novo matrimônio de um dos genitores, por exemplo. Quando essas situações ocorrem, é natural que exista o inconformismo e a tristeza por parte do ex-cônjuge. O problema é que, não raras vezes, esses sentimentos são transmitidos, de forma proposital, ao menor envolvido nesse meio litigioso, fazendo com que, muitas vezes, ele passe a enxergar o outro genitor de forma errônea, caracterizando a Alienação Parental.

Quando este cenário se desenvolve na vida de um menor, muitos sintomas e sentimentos podem surgir, tais como a sensação de solidão, de angústia, de medo, tristeza profunda e revolta, que podem ter reflexo em atividades a serem desempenhadas pela criança ou adolescente, como baixo rendimento escolar e dificuldade para se socializar. Diante desse quadro, diz-se que o menor sofre da Síndrome de Alienação Parental (SAP).

Assim, a Alienação Parental pode ser entendida como uma campanha psicológica realizada por um dos genitores ou por qualquer outra pessoa que detenha o poder de vigilância sobre o menor, a fim de que este construa sentimentos negativos quanto ao outro genitor ou ao outro guardião ou vigilante.

Desta forma, é preciso entender que a Alienação Parental fere o direito constitucionalmente previsto, uma vez que, quando exercida sobre o menor, este tem seu direito à convivência familiar e até mesmo à dignididade, ao respeito e à saúde, violados. É por isso que, para reforçar e garantir ainda mais esses direitos, no dia 26 de agosto de 2010, a Lei n. 12.318/2010, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Referida Lei, mais conhecida como Lei da Alienação Parental, cuida de diversos pontos acerca desse assunto tão relevante para o Direito de Família, abordando conceitos, questões processuais, guarda, etc.

É oportuno observar o parágrafo único do artigo 2º, da Lei n. 12.318/10, *in verbis*:

> Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:
> I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
> II - dificultar o exercício da autoridade parental;
> III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
> IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
> V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

> VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
> VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Cumpre destacar que o rol deste dispositivo legal é meramente exemplificativo, fato que se estende para todos os seus aspectos: as hipóteses e sujeitos que podem incidir em Alienação Parental.

O Direito de Família, por lidar com inúmeras questões emocionais, deve sempre observar uma Justiça mais humanizada, de forma a prezar pelo respeito e dignidade dos envolvidos, principalmente quando estes forem crianças ou adolescentes em processo de desenvolvimento psíquico.

A Mediação surge como método alternativo de solução de conflitos, para que as partes encontrem, juntas, uma forma de resolver um conflito em comum. Nesse contexto, Fernanda Tartuce (2018, p. 356) diz que:

> Nesse tão peculiar ramo jurídico, em respeito à sua capacidade de autodeterminação, o indivíduo deve estar pronto para definir os rumos de seu destino, sabendo identificar o melhor para si sem necessitar da decisão impositiva de um terceiro, que não conhece detalhes da interação entre os envolvidos.
> No mais, avulta a importância da mediação porque o sistema jurídico brasileiro vem cada vez mais valorizando a realização de atos negociais pelos indivíduos para a definição, por si próprios, de suas situações jurídicas.

A Mediação Familiar, de acordo com Denise Maria Perissini da Silva (2011, p. 147):

> A mediação familiar é um procedimento estruturado de gestão de conflitos peloqual a intervenção confidencial e imparcial de um profissional qualificado, o mediador, visa restabelecer a comunicação e o diálogo entre as partes.

A mesma autora ainda complementa (2011, p. 147):

> O objetivo da mediação é a responsabilização dos protagonistas, para que sejam capazes, por si mesmos, de formular acordos duráveis. Por isso, a mediação não pode/deve ser vista como uma forma de meramente “desafogar o Judiciário”, e sim como um modo eficaz de solução de conflitos, principalmente conflitos familiares, realizada preferencialmentepor psicólogos.
> Ao contrário do que se pensa, a mediação não é “fazer as pazes”, a mediação não busca “fazer o acordo”, mas resolver um conflito por meio da comunicação assistida/viabilizada por um terceiro imparcial.

Assim, pode-se entender a Mediação como uma forma de solução de conflitos que ocorre através da conversação entre os envolvidos, a qual é facilitada por meio de um auxiliar da justiça, denominado mediador, ser dotado de imparcialidade, de forma que as próprias partes possam encontrar uma solução consensual para o conflito. Nesse

sentido, Fernanda Tartuce expõe (2018, p. 203):

> A mediação configura um meio consensual porque não implica a imposição de decisão por uma terceira pessoa; sua lógica, portanto, difere totalmente daquela em que um julgador tem autoridade para impor decisões.

Percebe-que a Mediação não se configura por sentenças impostas por magistrados, mas sim de acordos realizados entre as partes, o que pode significar maiores chances de sucesso na resolução do conflito e maior adesão aos pontos acordados, uma vez que foram estabelecidos de maneira consensual.

Importante dizer que o mediador ocupa papel de extrema relevância no curso da Mediação, visto que, sem ele, não seria possível um diálogo direcionado e pacífico entre as partes. Sobre o papel do mediador, Fernanda Tartuce (2018, p. 223) diz o seguinte:

> Compete ao mediador viabilizar espaços de comunicação entre as partes de modo a promover o debate e estimular a compreensão mútua pela apresentação de novos pontos de vista sobre a situação controvertida; tais percepções, que são extraídas da conversação instaurada, podiam ser até então imperceptíveis por falhas de comunicação inerentes ao estado conflituoso.

Entende-se que o mediador é designado para que conduza um diálogo entre os envolvidos no litígio. Dessa forma, de acordo com Marcus Vinicius Rios Gonçalves (2018, p. 303):

> Eles devem receber um preparo adequado para que saibam como estimular e favorecer a autocomposição e que os capacite a perceber as expectativas e frustrações das partes, bem como a conhecer as técnicas que permitam encontrar uma solução que possa satisfazer aos envolvidos, ou fornecer-lhes subsídios para que eles próprios possam encontrá-la.

Nesse sentido, assim dispõe o artigo 11, da Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015:

> Art. 11. Poderá atuar como mediador judicial a pessoa capaz, graduada há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e que tenha obtido capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM ou pelos tribunais, observados os requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Justiça.

Nota-se que é imprescindível, por força de lei, que o mediador possua capacitação para desenvolver tal função de forma eficaz. Importante distinguir quando se faz necessário a atuação de um mediador ou de um conciliador, assunto tratado nos parágrafos do artigo 165, do Código Processual Civil, *in verbis*:

> [...] § 2º O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio,

> sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.
> § 3º O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

Sobre essa questão, pontua, com brilhantismo, Marcos Vinicius Rios Gonçalves (2018, p. 303):

> Algum tipo de vínculo sempre haverá entre os litigantes, ainda que se trate de vínculo decorrente do litígio. Mas o mediador intervirá quando já havia vínculo anterior ao conflito. A ligação, o liame entre os envolvidos, não é exclusivamente relacionado ao litígio e já existia anteriormente.
> Em um conflito decorrente de acidente de trânsito, justifica-se a atuação do conciliador, porque inexiste vínculo anterior entre os envolvidos no acidente. E possivelmente deixará de existir quando o conflito for solucionado. O mesmo em relação aos litígios decorrentes de descumprimento de um contrato.
> Diferente é a situação quando o litígio versar sobre questões familiares, sejam referentes a cônjuges e companheiros, sejam relativas a parentes. Nesse caso, já havia um vínculo anterior dos envolvidos, e é de se esperar que ele persista, depois que o conflito for solucionado. O mesmo ocorre nas questões envolvendo direito de vizinhança, em que há uma relação prévia entre os envolvidos, a decorrente da vizinhança, que poderá persistir após a resolução do conflito.
> A mediação é adequada para vínculos de caráter mais permanente ou ao menos mais prolongados, e a conciliação para vínculos que decorrem do litígio propriamente, e não tem caráter de permanência.

Ou seja, o mediador atua nos casos em que já havia algum liame entre as partes antes do nascimento do conflito e que, provavelmente, continuará existindo mesmo após adissolução do litígio em questão.

Como já dito anteriormente, a Mediação se mostra como opção mais eficaz do que uma sentença dada por um juiz, visto que as soluções são buscadas pelas próprias partes, sem a intervenção de um terceiro que não conhece as minúcias do litígio. Nos dizeres de Fernanda Tartuce (2018, p. 358):

> O efeito verdadeiramente pacificador almejado pela prestação jurisdicional dificilmente é obtido com a imposição da decisão do juiz. Se as próprias partes puderem protagonizar a administração do conflito compreendendo suas múltiplas facetas e abordando-as de forma ampla e produtiva, certamente haverá mais chances de superação da situação conflituosa e de adesão aos termos definidos no acordo. Como se percebe, a mediação sempre tem pertinência como meio consensual de abordagem do conflito familiar. Mesmo se a demanda já se encontra pendente de definição em juízo pode haver espaço para conversas.

Diante de tudo que foi dito até aqui, deve-se questionar de que maneira a Mediação pode ser útil nos processos que tratam do fenômeno da Alienação Parental.

Respondendo tal questão, Denise Maria Perissini da Silva diz que (2011, p. 147):

> Ela pode ajudar nos conflitos de SAP, em linhas gerais, porque aqueles conflitos não elaborados, que normalmente seriam discutidos por meio de longos, onerosos e desgastantes processos judiciais, são transformados em diálogos e compartilhamento de decisões, com a intervenção do mediador. Muitas soluções impostas por "acordos" forçados ou sentenças judiciais acabam sendo reapresentados e rediscutidos novamente no Judiciário, porque as pessoas não conseguiram elaborar adequadamente o significado afetivo de determinadas situações conflitivas da separação do casal ou dos cuidados com os filhos comuns.

Na mesma linha de raciocínio, Fernanda Tartuce ilustra (2018, p. 358):

> Com a facilitação do diálogo pelo mediador, os sentimentos das partes podem ser enfrentados e compreendidos. Sendo-lhes permitido um espaço apropriado para a reflexão e o resgate de suas próprias responsabilidades, os mediandos poderão separar os sentimentos dos reais interesses, deixando para trás o passado e podendo se reorganizar para os tempos futuros.

Assim, nota-se que a Mediação é uma alternativa bastante positiva na resolução de casos que envolvam a Alienação Parental, uma vez que, por meio do mediador, visa uma relação harmônica entre os envolvidos, para que possam tomar decisões em conjunto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, diante de casos que envolvam Alienação Parental, é fundamental que sejam adotadas medidas capazes de garantir o menor prejuízo ao menor.

Nota-se que o Código de Processo Civil preza sempre por procedimentos que caminhem em direção ao consenso entre os envolvidos, utilizando-se, por exemplo, de métodos alternativos de solução de conflitos, nos quais as próprias partes possuem o poder de decidir em conjunto, entre elas mesmas, a melhor solução para o conflito. Então, surge a aplicação do instituto da Mediação, que nada mais é do que um procedimento conduzido por um auxiliador da Justiça, também conhecido por mediador, sempre dotado de imparcialidade, que almeja retomar o diálogo entre os envolvidos e, consequentemente, dissolver o conflito entre os mesmos sem a necessidade de longos e desnecessários processos judiciais.

Observados os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada, é possível dizer que a Mediação se faz bastante eficaz na solução de conflitos que abordam a Alienação Parental, pois busca a harmonia entre as partes, que podem deliberar conjuntamente através de um diálogo conduzido pelo mediador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Planalto, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>. Acesso em: 03 out 20198.

_____. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Planalto, Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 27 set 2019.

_____. **Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.** Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Planalto, Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm> Acesso em: 27 set 2019.

_____. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Planalto, Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 27 set 2019.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Guarda compartilhada e síndrome da alienação parental**: o que é isso?. 2.ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2011.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

MEDICALIZAÇÃO DO IDOSO NA ATENÇÃO BÁSICA: RISCOS E CUIDADOS

Michelle Camila MarineliOrtolani, Renata Lourdes Rodrigues Caldeira e Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, e-mail: perolacruz@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da ciência e tecnologia, o crescimento da população idosa tem se tornado um fenômeno global. Em parte, isso se deve às consequências das políticas públicas bem elaboradas em diversas áreas, fornecendo melhores condições de saúde (COYLE, 2017; POLTRONIERE; COSTA; SOARES, 2015).

O envelhecimento é um processo biológico, associado a idade, onde o indivíduo apresenta perdas nas reservas fisiológicas afetando a sua capacidade intrínseca (OMS, 2015). Sendo um processo individual, irreversível e não patológico, aumentando a possibilidade de morte, diante ao estresse do meio ambiente (OPAS, 2003). Por tanto, envelhecer não significa ser ou estar doente, mas significa que essa população merece receber cuidados diferenciados. Afinal, é um público que necessita de conservação e uma qualidade de vida, exigindo do Estado, da sociedade e família um apoio necessário para o desenvolvimento de proteção e assistência voltadas aos idosos (SANTOS, 2016; COSTA 2019).

Estima-se que em 2025 o Brasil ocupará o 6° lugar de pessoas idosas, e em 2050 alcançará os 22,71% da população total. Ocasionando grandes consequências para o sistema de saúde, seus orçamentos e aos trabalhadores de saúde (OMS, 2015; OPAS 2012). Segundo a Organização Mundial de Saúde (2015), é considerado idoso o habitante de um país em desenvolvimento, com 60 anos ou mais. Fator que facilita o aparecimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como doenças respiratórias, doenças cardíacas, acidente vascular cerebral, diabetes mellitus, câncer e demência.

Consequentemente, os idosos demandam cuidados especiais não apenas pela às alterações fisiológicas e fisiopatológicas, mas também pelo uso de medicamentos. Afinal, a idade pode afetar a metabolização dos medicamentos, necessitando de uma farmacocinética diferenciada, podendo ser alteradas a sensibilidade aos efeitos terapêuticos e a reações adversas das drogas (NEGRÃO, 2019).

Em 1985, a Organização Mundial da Saúde definiu o uso racional de medicamentos (URM) como o medicamento adequado conforme as necessidades clínicas, em doses que atendam às necessidades individuais, por um tempo determinado e de baixo custo. A medicalização é o modo de como a medicina se apropria e controla a vida dos homens, interferindo na construção de conceitos, normas de moral, costumes prescritos e de comportamentos sociais (BASTOS, 2017).

O enfermeiro é o responsável por coordenar a unidade, sua equipe e tem autonomia para realizar ações voltadas para a população (BRASIL, 2017). Com a finalidade de reduzir as complicações ocasionadas pelas patologias, nas quais, gera dependência e diminuição da capacidade funcional nos idosos. Inserindo a família para uma melhor aceitação aos cuidados, e juntamente ao idoso, estimular o autocuidado (NAKATA, 2017).

Dessa forma, o objetivo do trabalho é descrever o uso de fármacos por idosos na Estratégia Saúde da Família, em município do interior do estado de São Paulo.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, transversal e de caráter descritivo. Para Collado, Lucio e Sampieri (2013), a pesquisa quantitativa representa um conjunto de processos, que através da coleta de dados testa hipóteses, medindo com precisão as variáveis do estudo. Os estudos transversais figuram a situação de uma população em um determinado momento (ROUQUAYROL; ALMEIDA, 2006). Buscando descrever, através da pesquisa descritiva, os contextos, perfis de pessoas, grupos, processos ou qualquer outro fenômeno que é submetido a análise, especificando suas características. Obtendo assim, coleta as informações de maneira independente ou conjunta mostrando com precisão suas dimensões (COLLADO; LUCIO; SAMPIERI, 2013).

O local de realização refere-se a uma Unidade Mista de Atenção Básica com uma equipe Estratégia Saúde da Família (ESF), composta por cinco micro áreas, na qual uma encontra-se descoberta, em um município do interior do estado de São Paulo com população estimada em 36.000 habitantes.

Participaram da presente pesquisa os idosos da área de abrangência da ESF, sendo os critérios de inclusão indivíduos de 60 anos ou mais, que residem na área de abrangência, e estivessem contidos nos registros de cadastro de moradores dos profissionais da equipe, e que aceitem formalizar a participação na pesquisa. Critérios de exclusão referem-se a indivíduos com déficit cognitivo ou na comunicação oral que

impeça o entendimento do questionário, ou que não resida na área de abrangência. Foram consultados os registros dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), inclusive da área descoberta, sendo a quantidade total de idosos cadastrados encontrada de 272 indivíduos.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, aplicado através de visitas domiciliares. Coletado os medicamentos utilizados de forma contínua por mais de 30 dias.

Cabe destacar que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos com a CAAE: 11527019.9.0000.5504. Todos os participantes foram informados de forma clara dos objetivos e dos métodos da pesquisa e assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, conforme as Diretrizes e Normas Regulamentadoras em Pesquisa, da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram da pesquisa 68 idosos, sendo 28 homens (41,17%) e 40 mulheres (58,83%), com idade que varia de 60 a 83 anos. Dentre os participantes, 10 idosos não faziam uso de nenhuma medicação contínua (14,70%). Das pessoas idosas entrevistadas 58 (85,29%) relataram uso de medicamentos contínuos, com quantidades de fármacos diferentes por indivíduos que variaram de 1 a 11 drogas. Cerca de 180 fármacos diferentes foram utilizados pelos idosos, em função de patologias ou necessidade terapêutica, distribuídos em apresentações farmacêuticas diferentes. Considerando o total de participantes, a média encontrada de medicamentos utilizados neste trabalho foi de 2,64 drogas/idoso. Com relação às classes mais presentes, os dados estão descritos na tabela 1.

No presente estudo, a prevalência encontrada se assemelha ao estudo de Duarte *et al*. (2019), onde os idosos entrevistados (77,8%) referiram o uso de medicamento contínuo, com uma porcentagem menor, porém em ambos a maior prevalência de idosos entrevistados foi do sexo feminino (70,4%). Corroborando que os medicamentos mais utilizados foram os relacionados ao controle de hipertensão arterial sistêmica (37,0%).

TABELA 1. Classes de medicamentos, utilizados por idosos de uma ESF, em município do interior do estado de São Paulo, 2019.

Classes	Medicamentos	Idosos que fazem uso (nº)	Idosos que fazem uso (%)
Cardiovascular	Propanolol, Digoxina	6	3,33
Anti-hipertensivos	Losartana, Enalapril, Atenolol	52	28,88
Anticoagulantes	AAS, Clopidogrel	8	4,44
Antilipemiantes	Sinvastatina, Atrovastatina	15	8,33
Diuréticos	Hidroclorotiazida, Furosemida	12	6,66
Antiulcerosos	Omeprazol, Ranitidina	9	5
Hipoglicemiantes/ Hormonais	Metformina, Insulina, Puran	25	13.88
Anticonvulsivantes	Rivotril, Fenobarbital,	10	5,55
Benzodiazepínicos	LeptalDiazena,	14	6,66
Antipsicótico	ClonazepanHaldol,	9	1,11
Antidepressivo	HisperidonaSertralina, Fluoxetina		5
Vitaminas/Suplementos	Ácido Fólico, Complexo B, Vit. D3, Cálcio	8	4,44
Broncodilatadores	Alenia, Berotec	5	2,77
Outros	Colágeno, Mifortic, Tracolino, Daflon	7	3,88
Total		180	100

Fonte: Elaboração própria

Segundo Rozenfeld (2003), as mulheres apresentam estado funcional inferior e maior exposição ao adoecimento, necessitando de maior número de medicamentos para o controle sintomático de doenças. Além delas se preocuparem mais com a saúde e se cuidarem mais (ARAÚJO *et al.*, 2019). Em relação as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), o estudo de Bezerra *et al*. (2016), aponta que os medicamentos mais utilizados pelos idosos foram de HAS (59,1%) e diabetes mellitus (25,2%). Fato preocupante, pois, a HAS não controlada pode gerar fatores de riscos como complicações cardíacas, cerebrovasculares e renais. Estando entre as principais causas de morbimortalidade entre idosos (PIZZOL *et al*., 2012). Diabetes mellitus apresenta um grave problema de saúde pública, devido à alta prevalência no mundo e maior entre os idosos pela morbidade e por estar relacionada aos principais riscos cardiovasculares e cerebrovasculares (BEZERRA *et al.*, 2016).

Os achados deste estudo apontam também que os antilipemiantes teve uma porcentagem significativa, visto que estes medicamentos têm ação sobre o aparelho cardiovascular e são prescritos devido à morbimortalidade entre os idosos (PIZZOL *et al*., 2012).

Considerando o grupo de medicamentos psicoativos, esses aparecem em 18% dos relatos dos idosos. Prado *et al.* (2017), encontram em inquérito domiciliar no município de Campinas – SP, 11% de uso entre os idosos, com classes que se assemelham a presente pesquisa de antidepressivos (58%), ansiolíticos (28%) e antipsicóticos (17%). Importante salientar o risco de uso contínuo de psicotrópicos na população idosa, em especial benzodiazepínicos, aqui sendo encontrado 6,66% de uso. Autores trazem como inapropriado a utilização nesta população devido seus efeitos cumulativos, independentemente de sua meia-vida (AGS, 2015).

Os idosos, por sua longevidade, tem um convívio maior com doenças crônicas, se tornando grandes consumidores de serviços de saúde e de medicamentos. Sendo o grupo mais medicalizado, representando os maiores indicadores de prevalência e incidência de comorbidades. O uso de medicamentos requer cuidados especiais, mesmo se tornando benéfico em muitas situações (BEZERRA, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível com o presente trabalho identificar o uso de medicamentos contínuos pelos idosos no campo da Estratégia Saúde da Família, sendo esse uso presente na grande maioria dos participantes, geralmente com poli farmácia, ligados ao controle principalmente de doenças crônicas cardiovasculares.

Foi observado também uma variação ampla de classes, com alta prevalência de uso inclusive de medicações psicotrópicas, grupo que deve demandar especial atenção dos profissionais, familiares e demais envolvidos no cuidado.

Ressalta-se assim a importância da avaliação adequada do uso de fármacos pelos idosos a fim de se evitar iatrogenias, diminuir riscos, interações e efeitos adversos possíveis. O profissional enfermeiro em sua rotina de cuidados, deve-se colocar atento a essas questões, e abordar nos diversos momentos e cenários de cuidados a respeito do uso junto a idosos e familiares.

REFERÊNCIAS

American Geriatrics Society. American Geriatrics Society 2015 updated Beers Criteria for potentially inappropriate medication use in older adults. **Journal of the American Geriatrics Society**, [S.l.], v. 63, n. 11. P. 2227-2246, out. 2015. Disponível em: https://agsjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jgs.13702.

ARAUJO, B. N. de. *et al.* Automedicação e uso inadequado de medicamentos na terceira idade. **Revista Saúde e Meio Ambiente – RESMA**, Três Lagoas, v. 8, p. 21-35, jan./jul. 2019. Disponível em: https://desafioonline.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/6714.

BASTOS, H. P. As instituições saúde e educação e o efeito desse encontro-Medicalidade e patologização. **REVELA - Revista Eletrônica Acadêmica**, [S.l.], v. 21, p. 197-215, dez. 2017. Disponível em: http://www.fals.com.br/revela/revela027/edicoesanteriores/ed21/AS_INSTITUI%C3%87%C3%95ES_SAUDE_E_EDUCACAO_E_O_EFEITO_DESSE_ENCONTRO.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.

BEZERRA, T. A.; BRITO, M. A. A. de; COSTA, K. N. de F. M. Caracterização do uso de medicamentos entre idosos atendidos em uma Unidade Básica de Saúde da Família. **Cogitare Enfermagem**, [Paraná], v. 21, p. 1-11, jan./mar. 2016. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/43011.

COSTA, A. E. K. da. *et al*. Envelhecimento humano: reflexões a partir do diário de campo de um pesquisador. **Research, Society and Development**, Itajubá, v. 7, p. 01-10, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5606/560659008016/560659008016.pdf.

COYLE, C. E.; MUTCHER, J. E. Aging With Disability: Advancement of a Cross-Disciplinary Research Network. **Research on Aging,** [S.l.], v. 39, n. 6, p. 683-892, 2017. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0164027516681895?journalCode=roaa.

DUARTE, G. M. *et al.* Caracterização do consumo de medicamentos e polifarmácia entre idosos da universidade da maturidade. **Revista Humanidades e Inovação**, [S.l.], v. 6, n. 11, p. 109-119, 2019.

NAKATA, P. T.; COSTA, F. M. da; BRUZAMOL, C. D. Cuidados de enfermagem ao idoso na estratégia da saúde da família: Revisão integrativa. **Revista de Enfermagem UFPE,** Recife, v. 11, p. 393-402, jan. 2017. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-30588#:~:text=Conclus%C3%A3o%3A,qualidade%20de%20vida%20do%20idoso..

NEGRAO, J. A. da S. Os malefícios da automedicação na terceira idade. **Revista Saúde Multidisciplinar**, [S.l.], v. 5, p. 05-14, 2019. Disponível em: https://fampfaculdade.com.br/wp-content/uploads/2019/11/1-OS-MALEF%C3%8DCIOS-DA-AUTOMEDICA%C3%87%C3%83O-NA-TERCEIRA-IDADE.pdf.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Guia Clínica para Atención Primaria a las Personas Mayores**. 3. ed. Washington: OPAS, 2003. 405 p.

DAL PIZZOL, T. da S. *et al.* Uso de medicamentos entre idosos residentes em áreas urbanas e rurais de município no sul do Brasil: um estudo de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 104-114, jan. 2012. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csp/v28n1/11.pdf. Acesso em: 6 jul. 2015

POLTRONIERI, C. F.; COSTA, J. S.; SOARES, N.; **Políticas Públicas à pessoa idosa**: uma breve discussão da proteção social. Londrina, 2015

PRADO, M. A. M. D. do; FRANCISCO, P. M. S. B.; BARROS, M. B. de A. Uso de medicamentos psicotrópicos em adultos e idosos residentes em Campinas, São Paulo: um estudo transversal de base populacional. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 747-758, out./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ress/2017.v26n4/747-758/pt/.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. de. Epidemiologia e saúde. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2006. 708 p.

ROZENFELD S. Prevalência, fatores associados e mau uso de medicamentos entre os idosos: uma revisão. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 717-724, maio/jun. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/6ZQC58hrmdjt8cCQqgPpcPD/abstract/?lang=pt.

SAMPIERI, R. H. *et al.* **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.

SANTOS, S de C. Saúde do idoso: Reflexões acerca da integralidade do cuidado. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 29, p. 118-127, dez. 2016. Disponível em: https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/6413.

Conference of Experts on the Rational Use of Drugs. **The ratioal use of drugs**: report of the conference of experts. Geneva: WHO, 1985. 304 p. Disponível em: https://apps.who.int/medicinedocs/documents/s17054e/s17054e.pdf. Acesso em: 08 set. 2019

SERRANO, R. E. Noncommunicable diseases prematurely take 16 million lives annually, WHO urges more action. *In:* WHO – World Health Organization. **Western Pacific.** Manila, 19 jan. 2015. Disponível em: https://www.who.int/westernpacific/news/item/19-01-2015-noncommunicable-diseases-prematurely-take-16-million-lives-every-year-who-urges-countries-to-invest-in-best-buy-interventions. Acesso em: 6 set. 2019

WHO – World Health Organization. **World report on ageing and health**. Geneva: WHO, 2015. 26 p. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_eng.pdf;jsessionid=42528629FF953BC35B6B624FE4C19F94?sequence=1. Acesso em: 22 ago. 2019

MENOS POBRE MAIS DESIGUAL

Adrian Felipe De Andrade Massoca, Pedro Algusto Gomes da Silva, Vinicius Pucca Pereira, Caio Luiz Goulart, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: adrian.massoca1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Pesquisa em questão é relevante por ser um assunto muito amplo e complexo. Mostrando assim outra análise sobre a desigualdade no Brasil e como ela afeta diretamente a vida dos mais pobres. Vamos identificar os principais pontos de como essa desigualdade aumentou mesmo havendo uma diminuição nos índices de pobreza.

É importante salientar o que implicou nessa disparidade que chegou até os dias de hoje. Política, economia, preconceito, herança histórica, uma série de fatores que podemos listar e tirar as conclusões. Traçando metas, objetivos e estratégias podemos ter um futuro de melhora e prosperidade, mesmo que seja um processo lento, ainda há tempo de se reverter.

O objetivo geral deste estudo é detectar, analisar e expor as principais diferenças socioeconômicas entre migrantes do nordeste e residentes dos centros urbanos da região sudeste.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2010 e 31 de julho de 2019.

Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Neste momento, o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%, e apenas oito bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população no planeta1. Por outro lado, a pobreza é realidade de mais de 700 milhões de pessoas no mundo. Trata-se de uma situação extrema (OXFAM, 2017).

A desigualdade e a pobreza não são inevitáveis. São, antes de mais nada, produtos de escolhas políticas injustas que refletem a desigual distribuição de poder nas sociedades. Mudar essa realidade requer novas escolhas políticas, reiteradas ao longo do tempo, e sustentadas por uma sociedade com igual acesso à democracia.

Nos últimos anos, tornou-se comum no Brasil ler, ouvir e discutir a respeito da chamada “nova classe média brasileira”, a classe C. O debate sobre esse tema foi impulsionado primeiramente pela publicação dos resultados de uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A pesquisa da FGV lançou luzes sobre uma grande transformação socioeconômica que, de fato, tem estado em curso na sociedade brasileira nos últimos anos (NERI, 2008).

Entre 2002 e 2008, milhares de indivíduos e famílias obtiveram aumentos substantivos em seus rendimentos e, como consequência, houve um crescimento importante de seu poder de consumo. Baseando-se neste fato, Neri (2008) denominou essa camada social de “classe média no sentido estatístico”.

Em 2018 havia no Brasil 52 milhões de pessoas mergulhadas na pobreza, com rendimento inferior a US$ 5,50 por dia. Em 2017, o Brasil ganhou 12 novos bilionários. Agora, são 43 ao todo. Ao mesmo tempo, despencou 19 posições no ranking de desigualdade social da Organização das Nações Unidas (ONU), aparecendo entre os dez primeiros com maior disparidade socioeconômica: os 5% mais ricos da população detêm a mesma fatia de renda que os outros 95% (COHEN, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese a pesquisa apresentada mostra o quão diversificados podem ser os fatores que acarretam na desigualdade, está sendo relacionada ao financeiro, embasando – se no poderio de compra de compra de determinadas células sociais,

generalizando: a elite financeira: A possuinte de um “power achievment” elevado, e a Classe pobre, frágil em comparação com a elite.

O consenso adquirido nesta pesquisa é de que há uma enorme crise relacionada a falta de empregos, não para todos, porém quem se sobressai dentro desta crise é quem possui alguma capacitação acadêmica ou faz parte da elite.

REFERÊNCIAS

COHEN, M. **Desigualdade, um traço histórico no Brasil**. Revista Problemas Brasileiros. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NERI, Marcelo. (2008), *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro, Centro de Políticas Sociais/FGV Editora. [Links]

OXFAM. **A distância que nos une:** um retrato das desigualdades brasileiras. 2017. Disponível em:< https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/ >. Acesso em: 27 ago. 2019.

MERCADOS DE CAPITAIS

Alessandra De Biazzi, Érica Fernanda Correa, Manoela Geraldo Lima, Jose Augusto Ribeiro, e-mail: erica_lks@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O mercado de capitais é um sistema de distribuição mobiliário de investimento com liquidez, permitindo que as empresas façam emissões de títulos para viabilizar a sua capitalização e seus projetos futuros. Dando um retorno para quem investe nos diversos ativos financeiros existentes no mercado.

Segundo Pinheiro (2006, p.135), o mercado de capitais surgiu quando o mercado de crédito passou a não atender as necessidades da atividade produtiva, nas condições de prazos, custos e exigibilidades, com tudo sua finalidade é financiar as atividades produtivas e o capital de giro das empresas, por meio de recursos de médio e longo prazo.

Este artigo tem como objetivo apontar os estudos sobre o Mercado de Capitais, sua composição, suas operações, o Mercado de Balcão, a Bolsa de Valores, principais ativos de valores mobiliários, entre outros. O entendimento dos diversos conceitos é o principal para a compreensão do mecanismo de funcionamento deste importante Mercado.

O mercado de capitais é um conjunto de instituições financeiras e agentes econômicos (compradores e vendedores), envolvidos em operações de prazo médio, longo ou indeterminado, onde esses agentes negociam títulos e valores mobiliários, nas bolsas de valores e mercados de balcão. (ANDREZO, 2006, p.1-3).

A definição exata de mercado de capitais, é nada mais que um sistema de distribuição de valores mobiliários, com o objetivo de prover liquidez aos vários títulos existentes, de forma a melhorar o fluxo de capitais entre os agentes econômicos.

Quem são esses agentes? Eu, você, todo mundo que tem algum tipo de poupança, os bancos, as corretoras, as empresas e os governos. Com o mercado de capitais fica mais fácil realizar investimentos em grandes.

1. A falta de capitais, tão velha quanto o Brasil, tem sido considerada por modernos estudiosos de nossa economia antes uma consequência da falta de mecanismos adequados de captação de poupança da coletividade, do que uma real inexistência da poupança que necessariamente constitui o ponto de partida para a formação de capital e, por conseguinte, para o desenvolvimento econômico." - Folha da São Paulo, 21-IV-A finalidade deste artigo é examinar esses problemas e propor um programa de reformulação, destinado a realizar os seguintes objetivos.
2. O mercado de capitais é um dos meiosmais eficiente para a captação de recursos que permitam a expansão dos empreendimentos, e captação de uma forte opção de investimento através da negociação de ações. Trata-se de um sistema de distribuição de valores mobiliários, com o propósito de proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização.
3. Saber qual a importância do mercado de capitais e a sua principal função é de permitir às empresas a captação de recursos mediante a emissão de seus valores mobiliários. Do ponto de vista legal, o mercado de capitais no Brasil é o mercado de títulos e valores mobiliários emitidos pelas empresas e regulado pela CVM.

2 METODOLOGIA

O objetivo principal de nossa pesquisa é demonstrar a importância e o funcionamento do Mercado de Capitais no Brasil. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma revisão bibliográfica do tema, utilizando-se para este fim, livros, artigos científicos, revistas especializadas e dados obtidos em sites institucionais.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O Mercado de capitais, de acordo com Assaf Neto (2010 p. 143) é uma grande fonte de recursos de longo prazo para investimentos da economia, assumindo o papel relevante no processo de desenvolvimento econômico. A atuação do mercado de capitais se processa por diversas modalidades de financiamento de longo prazo para capital de giro e capital fixo. O mercado de capitais atua também com operações de prazo indeterminado, como aquelas que envolvem emissão e subscrição de ações.

Segundo Fortuna (2005) Mercado de Balcão é um mercado sem local físico determinado para a realização das transações. Elas são realizadas por telefone, entre as instituições financeiras. Neste mercado, normalmente, são negociadas ações de empresas não registradas na BOVESPA, além de outras espécies de títulos. O mercado

de balcão é dito organizado quando se estrutura como um sistema de negociações de títulos e valores mobiliários administrados por entidade autorizada pela CVM.

Porque investir nos mercados de capitais? Por sua vez a poupança é um mau investimento. À medida que cresce o nível de poupança individual e a poupança das empresas (entende-se por poupança o lucro das mesmas) constituem a fonte principal do financiamento dos investimentos de um país. Tais investimentos são o motivo do crescimento econômico, por sua vez, gera aumento de renda, com consequente aumento da poupança e do investimento, assim por diante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar um conhecimento mais aprimorando no qual pesquisando a melhor maneira de aplicação de recursos dos poupadores e conhecer o mercado para melhor uso e retorno dos investidores e investimentos mais adequados, o mercado de ações incentiva não apenas a formação da poupança interna, mas, particularmente, a geração de poupança de longo prazo. É inegável a relação entre a formação de poupança com os processos de crescimento autossustentado e manutenção do desenvolvimento econômico.

O mercado de capitais via o uso eficiente dos recursos e o momento correto da tomada de decisão, torna o próprio mercado cada vez mais eficiente e esse efeito é transmitido aos demais setores da economia.

Por sua vez, um mercado eficiente proporciona uma ampla gama de alternativas de financiamento, isoladamente ou pela combinação entre as diversas opções, reduzindo custos financeiros, o que contribui decisivamente para a saúde financeira das empresas, com consequente valorização do capital investido pelos acionistas. A demanda por informações do sistema financeiro, por parte do mercado de capitais, é um fator que estimula a cultura empresarial

REFERÊNCIAS

ANDREZO, A. F. **Mercado financeiro: Aspectos históricos e conceituais**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Thomson Learning, 2006, p.1-3.

ASSAF, A. N. **Fundamentos de administração Financeira.** São Paulo: Atlas, 2010.

BARTH, I. G. **IPO – INICIAL PUBLIC OFFERING (OFERTA PÚBLICA INICIAL): UM INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO**. 2007. 130f. Monografia (Curso de Economia) – Faculdade de Economia e Ciências Contábeis, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

GERMAIN, L. Eficiência de Mercado: um Espelho para as Informações. In: **Dominando Finanças**. São Paulo.

PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. (Orgs). **Gestão em redes: práticas de avaliação, formação e participação na saúde**. Rio de Janeiro: 2006. p. 135

ROSS, S. A. et al. **Administração Financeira: Corporate Finance**. São Paulo: Atlas, 2002.

METAMORFOSE: UMA REVISTA SOBRE A DESCONSTRUÇÃO DOS PADRÕES ESTÉTICOS FEMININOS

Ana Paula de Oliveira Parra, Bianca Giordana Zaniratto, e-mail: anap.parra@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Esse presente artigo tem como objetivo apresentar levantamentos a respeito dos padrões estéticos femininos que são impostos pela sociedade, bem como compreender os motivos e as consequências de tais imposições.

A primeira abordagem contextualiza o leitor sobre os conceitos de estética e corpolatria, termo que para Sueitti (2015) trata-se de uma ideologia, na qual o indivíduo busca incansavelmente a perfeição, o corpo ideal. Trata ainda sobre a influência da moda no que diz respeito as mudanças da ditadura da beleza conforme as décadas e a falta de representatividade que estampam as capas das revistas.

O artigo analisa ainda como a junção da imposição dos padrões e das consequências psicológicas desenvolveram a sociedade do consumo.

A partir de tais análises foi elaborado o projeto experimental Metamorfose, revista que terá periodicidade mensal, enfoque no público feminino de classe B e C, mas não descartando atingir outras leitoras e sendo limitada a microrregião de Barra Bonita.

Tendo em vista que durante a pesquisa foi constatado que grande parte dos periódicos se mantêm propagando e incentivando os padrões estéticos e o consumo desenfreado para alcançá-lo, foi compreendida a necessidade de uma revista que fuja dos padrões, fazendo com que seu público-alvo seja representado e tenha acesso a conteúdos que condizem com sua realidade e desmitifiquem aquilo que foi imposto por tantos anos.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste projeto experimental as metodologias utilizadas foram pesquisa bibliográfica e entrevista em profundidade.

Pesquisa bibliográfica é o planejamento global que qualquer trabalho científico requer. Ele se inicia com a identificação, localização e obtenção de bibliografia e vai até a apresentação de um texto sistematizado sobre toda literatura examinada.

Como parte fundamental na elaboração da revista, a entrevista em profundidade é um recurso metodológico para obtenção de dados, recolhendo respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte que é previamente definida por meio das informações que se deseja obter.

As entrevistas ocorrem, geralmente, de maneira individual, podendo ser realizadas em conjunto se necessário, e são classificadas entre abertas, semi-abertas e fechadas.

Entrevistas classificadas como abertas são exploratórias, flexíveis e fluem livremente, podendo originar outras perguntas, desde que se mantenha o objetivo dos questionamentos. Já a entrevista com estrutura semi-aberta possui um roteiro que direciona o diálogo. Para a entrevista fechada é necessária a elaboração de um questionário estruturado, com perguntas-padrão, para que seja possível estabelecer relação e comparação entre as respostas. Durante a entrevista não é possível modificar a pergunta para um indivíduo, tampouco discutir a respeito das respostas fornecidas.

Além de escolher a estrutura da entrevista, é necessário escolher a fonte correta.

Para o projeto experimental Metamorfose foram utilizadas entrevistas em profundidade de estruturas abertas e semi-abertas e as fontes do tipo especialista e personagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A constante divulgação da mídia de um determinado padrão de beleza feminino – mulheres brancas, jovens, magras e sensuais que, aparentemente, esbanjam independência e felicidade – exclui a presença dos diferentes corpos da sociedade, não simbolizando as mulheres no plural, mas a mulher, no singular, num único padrão.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), o Brasil é habitado por 190.755.799 milhões de pessoas, sendo que as mulheres representam 48,14% da população brasileira, tendo as mais diversas características físicas. No entanto, nem todas essas mulheres e suas diversidades são representadas pela mídia.

A imposição de tais padrões estéticos que são propagados por veículos de comunicação, além de serem um gatilho para o desenvolvimento de distúrbios

psicológicas, como ansiedade, depressão, transtornos alimentares, entre outros, desencadeia um consumo desenfreado do público feminino que não se sente representado.

> A sociedade tenta de todas as maneiras controlar seus indivíduos, e a estipulação de um padrão de beleza é uma forma de manipular uma grande maioria que visa a autossatisfação e a felicidade promovidas por meio desse paradigma de manequim 34. Por meio do domínio que exerce, quem não segue e não está dentro do padrão imposto, não está apta a fazer parte do círculo social, ou seja, a necessidade de participar e de ser vista pela sociedade é tamanha que as mulheres estão cada vez mais dispostas a fazer qualquer coisa para atingir esse objetivo inalcançável. (DOMINGUES, 2016, p.02).

A persuasão para o consumo ocorre por meio de conteúdos encontrados em revistas femininas que associam a satisfação da mulher à aparência física, enfatizando a necessidade de um corpo magro e remodelado pela prática de exercícios físicos, atrelada a dietas milagrosas, chás e sucos desintoxicantes. Outros conteúdos persuasivos são os truques, dicas e tendências de maquiagens ou novos e milagrosos tratamentos faciais, além de cuidados e embelezamentos dos cabelos.

Depois de tais conteúdos - baseados em propagandas de produtos, imagens de mulheres lindas, felizes e realizadas, textos estrategicamente elaborados que visam aproximar a leitora do conteúdo, por meio de citações repetitivas, com palavras cheias de alegria e otimismo no futuro - os periódicos começam abordar assuntos de comportamento feminino, como dicas para relacionamentos saudáveis, para sucesso profissional, entre outras, atrelando esse sucesso à aparência física, como se a receita para a felicidade estivesse publicada ali, nas páginas da revista.

Com o intuito de encontrar a tal felicidade, ser a mulher ideal e aceita socialmente, a leitora daquela revista passa a procurar incansavelmente por tratamentos estéticos e produtos que a ajudem. “As revistas que têm como tema central a beleza e comportamento se tornam um manual que dita regras de beleza a serem seguidas para alcançar supostamente a felicidade e satisfação, que não tem fim, na sociedade da abundância” (VISCARDI; SOTTANI; MACHADO, 2012, p. 07).

A sociedade de consumo será abordada no projeto experimental Metamorfose por meio da pauta “Os mitos do peso”. Nessa reportagem, a nutricionista esclarece que somente pelo peso da pessoa na balança não é possível identificar ou atrelar problemas de saúde, já que outros fatores, que não o peso, podem desencadear patologias. A especialista informa ainda os malefícios que os consumos de inibidores de apetite trazem e as consequências, emocionais e físicas, que “dietas da moda”, essas estampadas nas revistas, causam para o corpo. Com intuito de trazer essa realidade para mais perto da

leitora, foram entrevistadas outras duas mulheres, que de acordo com o Índice de Massa Corporal (IMC) estão abaixo e acima do peso, mas que não possuem nenhum problema de saúde e em algum momento da vida já foram vítimas de comentários indesejados que as fizeram almejar um novo corpo, como os de capa de revistas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do projeto experimental é possível identificar a falta de representatividade nos periódicos, assim como a influência que os veículos de comunicação detêm sob a sociedade.

Os temas abordados nesse projeto experimental têm como objetivo romper os paradigmas quanto aos padrões estéticos impostos socialmente e lançar um olhar crítico sobre a sociedade do consumo em que estamos inseridos, além de enfatizar a importância de uma reavaliação dos produtores de conteúdo, quanto ao que publicam e veiculam em suas plataformas, passando a dar voz para aquelas mulheres que não se sentem representadas, estampando em suas revistas mulheres de verdade, sem edições em softwares, sem padrões a serem atingidos e sem uma falsa felicidade atrelada ao consumo.

No entanto, também não se pode descartar a necessidade de uma reavaliação da sociedade, de mulheres que se sujeitam às ditaduras de beleza como algo aceitável, numa disputa pelo belo, pelo papel social, que acabam desencadeando rivalidade entre a classe, sendo que o momento é de sororidade, de união e imposição pelo fim das ditaduras, sejam elas quais forem.

REFERÊNCIAS

DOMINGUES, L. R. C. **O padrão de beleza imposto pela sociedade brasileira influencia no desenvolvimento de distúrbios psicológicos**. 2016.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2ª edição. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

SUEITTI, M. A. G; SUEITTI A. P. S. **A corpolatria e os transtornos da imagem corporal: uma realidade que exige atenção e cuidado maldita.** Protestantismo em revista, São Leopoldo, v. 37 Ed. Esp. Extra, p. 102-111, jun. 2015.

VISCARDI, A. W.; SOTTANI, S. M.; MACHADO, F. C. V. **Narcisismo na sociedade do espetáculo: consumo e beleza feminina nas capas da revista Claudia.** Estação Científica, Juiz de Fora, nº 07, junho/2012.

MÉTODOS DE TREINAMENTO INTERVALADO NA PREVENÇÃO DA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA

Mariane Géglio, Paula Grippa Sant'Ana, e-mail: paulagrippa@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A insuficiência cardíaca (IC) é uma síndrome clínica complexa, com caráter sistêmico, nesta condição o coração é incapaz de realizar adequadamente a função de bombear o sangue rico em oxigênio para o organismo e recebê-lo rico em dióxido de carbono. Decorrente da alteração na função inadequada do miocárdio desencadeia a disfunção cardíaca, onde ocorre suprimento inadequado do sangue para o corpo, não conseguindo atender as necessidades metabólicas tissulares, podendo manter o retorno venoso normal ou dependendo dos casos os indivíduos apresentam somente elevadas pressões de enchimento. Além disso, ocorre mudanças hemodinâmicas que resultam em distúrbios bioquímicos e biofísicos nas células miocárdicas (BOCCHI *et al*., 2009), sendo considerada como um desafio para área clínica por atingir cerca de 26 milhões de pessoas no mundo (GRAVINA, 2017).

Atualmente, a IC é um problema de saúde pública no Brasil, considerada uma doença de alto custo para a sua gestão, sendo uma das causas mais frequentes de internações por doenças cardiovasculares, tendo altos índices de mortalidade em nosso país (BOCCHI *et al*., 2009). Por causa disso nas últimas duas décadas começaram a serem mais frequentes pesquisas relacionadas sobre os benefícios do exercício físico nesses pacientes, porém são encontradas algumas dificuldades em relação ao exercício físico em indivíduos com IC, por causa das alterações sistêmicas ocasionadas pela patologia, como a dispneia, cansaço e baixa tolerância ao esforço, o que dificulta a introdução de exercícios como terapia (MARINO, 2013).

O treinamento intervalado é classificado como um método que envolve uma preparação com alternâncias entre os períodos de trabalho, recuperação, devendo a intensidade e duração ser bem controladas. Contém algumas variações como o método intervalado extensivo, que consiste em um treinamento com estímulos de média duração, método intervalado intensivo com predominância dos estímulos de curta duração e o treinamento intervalado de alta intensidade (HIIT), com treinos por um curto

período de tempo em alta intensidade, com repetições de ciclos alternados a período de descanso (EVANGELISTA, 2017). Aumento da capacidade de lidar com as demandas físicas diárias, melhora do volume de oxigênio de pico, aumento do limiar anaeróbio, economia de trabalho e motivação (BENDA *et al*., 2015) e auxiliando para aumento da adesão dos pacientes de IC a treinamentos físicos (REICHERT *et al*., 2007).

O exercício físico pode ser um grande aliado na redução da mortalidade, número total de eventos cardíacos e hospitalizações ocasionadas pela IC, quando praticados de maneira regular, proporcionam adaptações fisiológicas para a manutenção da saúde, promovendo melhoras do estado oxidativo e redução da atividade nervosa simpática (AIKAWA *et al*., 2014).

Sendo importante se entender os diferentes métodos de treinamentos e como podem ser utilizados para esses indivíduos, pois ao desenvolver a insuficiência cárdica vem às limitações e as dificuldades de realizar as atividades cotidianas, geradas pelas modificações fisiológicas, disfunção cardíaca, mudanças hemodinâmicas, remodelação cardíaca etc. A escolha pelo método intervalado é que ele proporciona um grande estimulo nos músculos periféricos, sem prejudicar quem está treinando, além de um aumento da capacidade de bombear o coração e aptidão cardiovascular com a reversão do remodelamento cardíaco, proporciona várias adaptações fisiológicas junto a exercícios de alta intensidade e curta duração, além de promover a motivação. Porém ainda existem lacunas na literatura e bastante receio por parte da clínica médica quanto à utilização dos protocolos de treinamento envolvendo métodos volumes e intensidades para as pessoas com insuficiência cardíaca. Neste sentido, estudos que possam elucidar os benefícios dos métodos de treinamentos, como o intervalado, e que possam contribuir de tal maneira na melhorar da condição do paciente com insuficiência cardíaca devem ser explorados. Portanto, este estudo tem como objetivo verificar os efeitos dos métodos de treinamento intervalado na prevenção e tratamento da insuficiência cardíaca.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica utilizando o método indutivo de maneira indireta, consultado as bases de dados Google Acadêmico, Sciello, Pubmed e Circulation correlacionando artigos nacionais e internacionais com os seguintes descritores insuficiência cardíaca/heart failure, treinamento intervalado/ interval training, hight intensity interval training e método de treinamento. Foram encontrados na literatura 25 artigos relacionados ao tema e como critério de exclusão

foram relacionados ao título, resumo e foco e ano de publicação. Com objetivo de relacionar as informações encontradas e os efeitos de um treinamento intervalado em pacientes com IC.

Foi escolhida a pesquisa de revisão bibliográfica, pois através dela o pesquisador pode ter contato direto com que já foi publicado na literatura sobre determinado assunto, assim podendo ampliar seu conhecimento sobre o mesmo. A utilização do método indutivo foi escolhida, pois com ela o pesquisador deverá desenvolver a sua pesquisa através de registros específicos para conseguir atingir conclusões mais amplas do conteúdo abordado (LAKATOS; MARCONI, 2003).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao desenvolver a insuficiência cardíaca o coração poderá desenvolver as sobrecargas pressóricas e volumétricas assim gerando um aumento das pressões de enchimento e incremento no trabalho do coração que acarreta no processo de remodelação cardíaca (MCMURRAY *et al*., 2012). A remodelação é definida como um conjunto de mudanças moleculares, celulares e intersticiais cardíacas que gera no miocárdio alterações no seu tamanho, massa, geometria, composição, forma e função após a lesão cardíaca (AZEVEDO *et al*., 2015). Ela é um processo tempo dependente e em longo prazo pode causar disfunção, insuficiência cardíaca e até a morte súbita (CICOGNA, 2000).

O treinamento intervalado é classificado como um método que utiliza estímulos repetitivos, podendo ser curtos ou longos de exercícios que envolvam alta intensidade sendo ela acima de 85% do VO2 máximo, intercalados a períodos de recuperação, devendo as variáveis intensidade e recuperação sempre ser bem controladas. Combina o treino com alternância entre seus estímulo e o tempo de recuperação, permitindo assim que o indivíduo alcance intensidades que o mesmo não seria capaz de sustentar em treinos com períodos mais prolongados, graças a isso até indivíduos com baixa tolerância ao esforço podem realizar seus treinos com intensidades e volumes que dificilmente conseguiriam em métodos contínuos, assim podendo promover melhoras fisiológicas em seu treinamento (MARINO, 2013).

Quando comparado os métodos intervalado ao contínuo, o primeiro seria o tem a vantagem de conseguir aumentar muito mais o volume suportado na realização de trabalho de alta intensidade, isso acontece fisiologicamente por ele envolver uma menor glicólise anaeróbia durante o treino, assim contribuindo para o sistema anaeróbio alático

conseguir suportar mais facilmente o estímulo aplicado (REIS, 2003). Nele encontramos a melhora do VO2 pico, limiar anaeróbico, função endotelial e mitocondrial, qualidade de vida e função ventricular sistólica, mostrando ser mais eficaz em avaliar variáveis de grande impacto prognóstico da IC como VO2 pico, limiar anaeróbio, o equivalente respiratório de oxigênio (VE/VCO2) e fração de ejeção do ventrículo esquerdo como uma delas (MARINO, 2013).

Tabela 1 - Relação entre o método intervalado x contínuo na insuficiência cardíaca

Referência	Objetivo	Protocolo	Resultados
WISLOFF *et al*., 2007	Comparou a efetividade entre os métodos contínuo e intervalado, a função cardiovascular.	3 vezes na semana por 12 semanas. Método contínuo moderado (70% da frequência cardíaca máxima) Intervalo aeróbico (95% da frequência cardíaca máxima).	$VO_{2\ pico}$ e a função endotelial tiveram melhores no grupo intervalado e ambos obtiveram melhoras na qualidade de vida, considerando que a intensidade do exercício ocasionou a melhora no remodelamento do ventrículo esquerdo, na capacidade aeróbica, função endotelial e a qualidade de vida em pacientes com insuficiência cardíaca pós-infarto
NUNES, *et al*., 2015	Comparou os métodos intervalado e contínuo com seus parâmetros hemodinâmicos, remodelação cardíaca e capacidade máxima de exercício.	Ambos na esteira: Continuo 50 minutos por dia com velocidade de 15 m / min., sendo 60% da velocidade máxima. Intervalado de 40 min. por dia, sendo com 8 min. de aquecimento a 10 m / minutos e exercício a 15 m / minutos utilizando 92% da velocidade máxima.	Os dois proporcionaram melhoras na remodelação cardíaca e nos parâmetros hemodinâmicos, mas o grupo de treinamento intervalado conseguiu melhores resultados em relação à melhora da capacidade máxima do exercício.
FU *et al*., 2013	Comparar a influência do método intervalado na capacidade funcional, eficiência respiratória e hemodinâmica.	Treinamento aeróbico intervalado com intervalos de 3 minutos a 40% e 80% do $VO_{2\ pico,}$ e treino continuo moderado de 60% do $VO_{2\ pico}$ por 30 minutos, ambos foram realizados a 3 vezes na semana por 12 semanas.	Ambos contribuíram para melhora da qualidade de vida, sendo intervalado demonstrou melhoras na absorção de oxigenação cerebral, muscular e na função hemodinâmica, reduzindo o estresse oxidativo e marcadores inflamatórios.

Fonte: (WISLOFF *et al*., 2007; NUNES *et al*., 2015; FU *et al*., 2013).

Com o método intervalado permitindo que os pacientes consigam completar treinos de curto período em alta intensidade, seguido de um período de descanso (ULRIK *et al*., 2007). Possibilitando através das intensidades mais altas, ocasionar um desafio para a capacidade de bombeamento do coração, gerando um aumento considerável da aptidão cardiovascular e reversão do remodelamento cardíaco. Podendo ainda promover graças a isso grandes estímulos nos músculos periféricos sem gerar tanto estresse cardiovascular de maneira significante (MEYER, 2001). Podendo ser indicados para a remodelação cardíaca na IC, sendo ressaltado a sua efetividade, segurança e tolerância de exercício desses pacientes (BENDA *et al*., 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os métodos de treinamento intervalado contribuem para a prevenção e melhora do estado clínico de pacientes com insuficiência cardíaca, por meio do processo não farmacológico e torna-se uma opção segura de tratamento, desde que utilizado com o controle das variáveis de treinamento.

O efeito dos métodos de treinamento intervalado na prevenção e tratamento da insuficiência cardíaca proporciona melhoras: no processo de remodelação cardíaca, débito cardíaco, dispneia, VO2 pico, limiar anaeróbico, função endotelial, mitocondrial, função ventricular sistólica, aumento da fração de ejeção, função cardíaca entre outros e, consequentemente, na qualidade de vida do paciente. Para que os benefícios dos métodos intervalados, neste tipo de patologia ocorram, são importantes que haja bom senso na utilização da relação volume-intensidade e o tempo de duração das sessões; o não controle pode elevar o risco de morte. Existem estudos na área, contudo, as informações são limitadas em relação à insuficiência cardíaca e o método intervalado, sendo relevante haver mais pesquisas relacionadas com protocolos de treinamento intervalado com volumes e intensidades.

REFERÊNCIAS

AIKAWA, P. *et al*. Reabilitação cardíaca em pacientes submetidos a cirurgia de revascularização do miocárdio. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [São Paulo], v. 20, p. 55-58, jan./fev. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/3NsygGsFhcj7KdFc6M93m8z/abstract/?lang=pt.

AZEVEDO, P. S. *et al*. Remodelação Cardíaca: Conceitos, Impacto Clínico, Mecanismos Fisiopatológicos e Tratamento Farmacológico. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, [Rio de Janeiro], v. 106, jan. 2016. Disponível e: https://www.scielo.br/j/abc/a/4yjgXQtNdjWyXXxPGK4XPvp/?lang=pt&format=html.

BENDA, N. M. *et al*. Effects of high-intensity interval training versus continuous training on physical fitness, cardiovascular function and quality of life in heart failure patients. **Plos One,** [S.l.], v. 10, n. 10, out. 2015. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0141256.

BOCCHI, E. A. *et al.* III Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, [Rio de Janeiro], v. 93, p. 1-71, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abc/a/XrJZJkL945HZqpd3dZgdPrf.

CICOGNA, A. C.; OKOSHI, M. P.; OKOSHI, K. História natural da remodelação miocárdica: da agressão aos sintomas. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo**, [São Paulo], v. 10, p. 8-16, jan./fev. 2000. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-266112.

EVANGELISTA, A. L. **Treinamento de corrida de rua: Uma abordagem fisiológica e metodológica**. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2017. 144 p.

FU, T. C. *et al*. Aerobic interval training improves oxygen uptake efficiency by enhancing cerebral and muscular hemodynamics in patients with heart failure. **International Journal of Cardiology**, [S.l.], v. 167, p. 41-50, jul. 2013. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0167527311021437.

GRAVINA, C. F.; WEI, J. II Diretrizes Brasileiras em Cardiogeriatria Sociedade Brasileira de Cardiologia. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, [Rio de Janeiro], v. 95, n. 3, p. 1-112, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abc/a/H39nmsdjDNDCGs88gnSPVRP.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho cientifico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MARINO, P. O Exercício Intervalado nas Doenças Cardiovasculares. **Revista DERC**, v. 19, n. 4, 2013.

MCMURRAY, J. J. V. *et al*. Guidelines for the diagnosis and treatment of acute and chronic heart failure 2012. **European Heart Journal**, v. 33, n. 14, 2012.

MEYER, K. Exercise training in heart failure: recommendations based on current research. **Medicine and Science in Sports Exercise**, [S.l.], v. 33, n. 4, p. 525-531, abr. 2001. Disponível em: https://journals.lww.com/acsm-msse/Fulltext/2001/04000/Exercise_training_in_heart_failure_.4.aspx.

NUNES, R. B. *et al*. Interval and continuous exercise enhances aerobic capacity and hemodynamic function in CHF rats. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v.1 9, n. 4, p. 257-263, jul./ago. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfis/a/dYhs9PFTY8r3P7SZ6jcmr6R/abstract/?lang=en.

REICHERT, F. F. *et al*. The role of perceived personal barriers to engagement in leisure-time physical activity. **American Journal of Public Health**, [Washinston], v. 97, n. 3, p. 515-519, mar. 2007. Disponível em: https://ajph.aphapublications.org/doi/full/10.2105/AJPH.2005.070144.

REIS, J. D. S. **O treinamento intervalado de alta intensidade aplicado ao controle do peso corporal.** Graduação Bacharelado em Educação Física - UNICAMP. São Paulo, p. 50. 2003.

WISLOFF, U. *et al*. Superior cardiovascular effect of aerobic interval training versus moderate continuous training in heart failure patients: a randomized study. **Circulation**, [Dallas], v. 115, n. 24, p. 3086-3094, jun. 2007. Disponível em: https://www.ahajournals.org/doi/full/10.1161/CIRCULATIONAHA.106.675041.

MODA NO YOUTUBE: A NOVA FORMA DE LEVAR INFORMAÇÃO PARA O PÚBLICO FEMININO

Tatiane Aparecida Dias Chaves, Bianca Giordana Zaniratto, e-mail: tatianedias92@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Moda não se reduz apenas a produtos, roupas, sapatos e acessórios, mas é uma forma de arte, representação, comportamento e estilo de vida. Pensada do ponto de vista antropológico e sob o viés de teorias da comunicação, como os Estudos Culturais, pode-se dizer que a moda é uma produção simbólica. Tendências de moda estão presentes em muitos lugares, como revistas, vitrines, passarelas dos mais variados desfiles. Por ser considerada como vestuário, a moda é compreendida como abordagem estética (CAMPOS; RECH, 2010).

Para Moraes (2012), a moda está presente em qualquer sociedade, como algo popular definido pelo senso comum. Mais que seguir tendências, a moda representa um movimento cultural, podemos mostrar muito sobre nós através de nosso estilo.

Este projeto propõe-se a criar um canal de jornalismo de moda para a plataforma YouTube, onde informações relevantes serão passadas para o público com uma linguagem leve e descontraída.

A pergunta-problema a ser resolvida: Como um canal de moda no YouTube pode levar informação sobre moda e trazer conteúdo eficaz e informativo, além de influenciar mulheres comuns a buscar o seu estilo e criar novos padrões?

A hipótese é que um canal de moda no YouTube pode ser informativo e comunicar de modo a influenciar mulheres a se descobrir dentro do universo da moda e encontrar seu estilo. A forma de desenvolver essa influência pode ser com uma linguagem simples e explicativa.

Ter um estilo próprio vai além de seguir tendências, mas antes compreender o que elas significam e adaptar ao seu cotidiano. Moda não é apenas usar o que está em alta entre as “it girls”, mas usar o que te representa e ser sua própria inspiração. Muitas mulheres não sabem como colocar informação de moda em seus looks por isso se inspiram em blogueiras ou pessoas famosas e acabam seguindo uma tendência de

forma equivocada, transformando a moda em algo que não as favoreçam, ou pior, em um fardo pesado, difícil de seguir.

A realização deste projeto se justifica e é pertinente, pois determinadas pessoas gostam de acompanhar conteúdo de moda para se informar e poder estar por dentro de todas as tendências, além de aprender truques para usar no dia a dia, como transformar seus looks, melhorias em seu estilo de vida e também dicas de beleza, seja num tutorial de maquiagem, receitas caseiras, entre outros, além de mostrar para mulheres comuns que a moda pode ser usada ao seu favor, de uma forma simples e descomplicada. Mudanças certeiras podem transformar um look e trazer informação de moda para a produção.

Este projeto pretende reforçar o papel transformador do conhecimento e da informação na sociedade contemporânea, descomplicar a moda através de uma comunicação clara, objetiva e simples que provoque mudança de comportamento e contribua para que mulheres encontrem seu estilo próprio, criando suas próprias tendências de moda, de uma forma simples para que assim se sintam mais confiantes, bonitas, estilosas e possam se tornar uma referência de estilo, influenciando outras mulheres a se descobrir e usar a moda a seu favor, valorizando sua autoestima.

2 METODOLOGIA

Neste tópico, abordam-se os métodos usados para a pesquisa e elaboração do conteúdo deste projeto experimental. A pesquisa bibliográfica foi usada para a formular a base do conteúdo, se complementando com a pesquisa e entrevista.

Para Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica foi fundamental para analisar e interpretar o conhecimento já existente na área científica sobre o assunto, aprofundar-se no tema e adquirir conhecimento, sendo uma produção aprofundada e concreta do objeto de estudo. Então a pesquisa bibliográfica resulta em um grande alcance de informação, ajudando na construção e melhoria do conceito estudado, tornando o projeto mais sólido e com melhores fundamentos (LIMA; MIOTO, 2007).

O método de entrevista usado neste projeto experimental é a entrevista em profundidade. Desta forma, será possível obter mais informações para elaboração de conteúdo. Segundo Batista, Matos e Nascimento (2017), a entrevista é empregada em diversos campos devido a sua flexibilidade, sendo usada para coleta de dados, obtenção de informação, compreensão e subjetivação do indivíduo entrevistado por meio de suas respostas.

A entrevista não é um questionário, pois as perguntas de uma entrevista, na grande maioria, são abertas. A entrevista pode ser de vários modelos, desde uma conversa informal, até algo mais padronizado e formalizado. Para este projeto experimental, o modelo de entrevista usado foi o informal, sendo conversas descontraídas, com foco no tema tratado. Assim foi possível obter informações necessárias para a criação de conteúdo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A moda se contextualiza como um elemento da história do cotidiano feminino, além de respectivos hábitos de consumo e posição que ocupa na sociedade. As primeiras lembranças de moda vêm desde a infância através das bonecas, projetando para o futuro. As mulheres se apresentavam na forma elegante em que as mulheres apareciam nas revistas de moda (SCHOLL; SOUZA; WENDT, 2010).

Os figurinos têm a força ritualísticas das máscaras do teatro grego que eram usadas como a principal forma de transformação dos atores em diferentes personagens e caracterizações. Isso acontece com os trajes, que são capazes de transmitir um significado perante a sociedade, “A roupa é capaz de transmitir não somente o conteúdo manifesto, mas aspectos latentes da personalidade da pessoa, inferidos de acordo com sua apresentação” (DEL-VECHIO; SCHOLL; WENDT, 2009).

Segundo Del-Vechio, Scholl e Wendt (2009), o figurino expressa uma linguagem visual. Cada parte que o compõe, seja a roupa, acessório ou maquiagem, tem um sentido próprio que passa informação sobre a personagem e sua situação. Assim sendo, o figurino é fundamental para passar uma mensagem por uma obra artística (DEL-VECHIO; SCHOLL; WENDT, 2009).

As roupas também tinham a finalidade de modificar a aparência e construir um novo corpo para cada ocasião. Dessa forma, a moda construía uma silhueta que passava uma mensagem que representava uma posição e informação. Os looks com ombreiras deixavam as mulheres mais robustas, o que passava a informação de serem fortes para o trabalho. Cores fortes e chamativas compõem looks com personalidades e demonstram estilo.

A roupa demonstra a identidade de seu usuário e como ele quer ser visto pelo mundo. A composição do look demonstra um sistema de signos que se manifesta de forma não verbal, suas ideias, valores e personalidade. O corpo sofre transformações para acompanhar a moda. “Portando significados para além da roupa, a moda como

sistema oferece um discurso de corpo estratégico em sua expressão que, mediante este movimento de afetação corporal, torna a roupa um “capricho” do corpo, simulando e dissimulando conforme suas vontades”, (ARAUJO; LEORATTO, 2013).

Como a moda passa muita informação de representatividade do indivíduo, ele busca por tendência para saber o que comprar, precisando recorrer à credibilidade do jornalismo para obter informações seguras, precisas e confiáveis do que usar para passar uma imagem correta. Por ter muitas opções, o consumidor prefere seguir uma referência e adota a imprensa de moda como fonte de inspiração pois o jornalismo de moda orienta e traz informações de qualidade na forma de um passatempo para o dia a dia. (MORAES, 2012).

Para Borges (2014, p.39), o jornalista de moda deve informar, traduzir, selecionar, explicar, editar e filtrar, o que presenciou para uma boa colocação no veículo de comunicação. Ele deteve detectar o que vai virar tendência para poder ensinar ao seu leitor a melhor forma de usá-la.

Segundo Moraes (2012), em 1959, as revistas “Claudia” e “Manequim” fixaram o jornalismo de moda de vez no Brasil com seus respectivos lançamentos. Com isso, a moda entrou no gosto das brasileiras e as revistas estrangeiras (“Vogue” e “Elle”) desembarcaram no Brasil. A moda começou a movimentar a economia do país e fez com que o Brasil entrasse no circuito de moda no fim de 1990.

A internet proporcionou surgimento de outros canais de informação sobre moda, possibilitando levar o conteúdo para um número maior de pessoas. Um destes novos meios de informação é a plataforma de vídeos YouTube, que conta com vários canais especializados em jornalismo de moda.

O YouTube nasceu em junho de 2005, fundado por Chad Hurley, Steve Chen e JawedKarim, que eram ex-funcionários do Paypal, um site de comércio online. A plataforma não era a única que possibilitava que os usuários publicassem e assistissem vídeos.

Segundo Burgess e Green (2009), o YouTube conta com uma interface simples e não estabeleceu limite para vídeos serem publicados, além de permitir funções básicas de rede social, na qual o usuário pode se conectar com outros membros, gerar URLs e códigos HTML, o que possibilita que os conteúdos fossem publicados em outros sites e redes sociais.

Em 2006, o Google comprou o YouTube por 1,65 bilhão de dólares e, em novembro de 2007, a plataforma se tornou o site de entretenimento mais popular do

Reino Unido. No começo de 2008, o YouTube estava entre os dez sites mais acessados do mundo. Em abril de 2008, a plataforma já contava com mais de 85 milhões de vídeos, sendo responsável por 37% dos vídeos assistidos nos Estados Unidos (BURGESS; GREEN, 2009).

O YouTube se tornou um fenômeno em todo mundo, crescendo cada vez mais com o passar dos anos. Muitas pessoas viram na plataforma a oportunidade de expor suas ideias e até se tornarem "celebridades na web". Para Dornelles (2015), os internautas querem se expor e ganhar fama. "Isso faz com que os internautas construam subjetividades a partir de suas experiências pessoais e as comercializem em seus respectivos canais de comunicação" (DORNELLES, 2015).

Segundo Dornelles (2015), o YouTube é uma evolução da televisão aberta, onde o público busca transparência de identidade. Na plataforma, pode-se observar a semelhança dos vlogs com os reality shows. "Quando a vida privada se torna pública, e as intimidades são expostas. O fato de estar visível torna-se tão relevante quanto o próprio posicionamento dos atores sociais frente a determinados temas" (DORNELLES, 2015).

Na área "YouTube para Imprensa", no site da plataforma, no campo "estatística", o YouTube informa que tem mais de 1,9 bilhão de usuários, se tratando de quase um terço de usuários da internet. Os internautas consomem mais de um bilhão de horas de vídeo, gerando bilhões de visualizações diariamente. Desse consumo, 70% dos conteúdos são visualizados de dispositivos móveis. A plataforma está presente em versões locais em 91 países, sendo possível acessar o YouTube em 80 idiomas diferentes, o que corresponde as necessidades de 95% dos internautas. Estes dados foram coletados em 21 de março de 2019.

Sobre o investimento da plataforma nos criadores de conteúdo, o campo "estatística" informa que nos últimos anos houve um crescimento de 40% dos canais que somaram seis dígitos nas receitas anuais, e canais com receitas anuais de cinco dígitos aumentaram mais de 50%. Os canais que conquistaram mais de um milhão de inscritos cresceram ano a ano, mais de 75%.

Para Brito (2016), os "youtubers" ganharam relevância na mídia e aceitação de consumidores de conteúdo de mídias tradicionais pela facilidade do acesso que o YouTube proporciona. O público pode acessar os vídeos de qualquer lugar onde há acesso à internet, em qualquer horário. A diversidade dos conteúdos e a linguagem informal também são fatores para o grande acesso da plataforma.

Outro ponto importante é a interação do consumidor com o conteúdo. É possível dar um feedback instantâneo através das opções “gostei” e “não gostei”, além do espaço para comentário, onde o consumidor pode ser mais preciso em seu ponto de vista (BRITO, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo informar mulheres sobre o mundo da moda com uma linguagem clara e objetiva. Pretende-se influenciar as consumidoras deste conteúdo a descobrirem-se, usando a moda como aliada, se as tendências forem usadas de formas corretas, respeitando cada estilo e personalidade.

Para isso é necessário levar informação de qualidade para as mulheres se sentirem confiantes e seguras para se descobrirem no mundo da moda. Para isso, o YouTube é perfeito para desmitificar o conceito de que o conteúdo de moda é uma informação elitizada, pois a plataforma possibilita o acesso da mulher comum a informação de forma leve e simplificada, informando com rapidez.

O conteúdo precisa ser destinado à pessoa comum, pois a tendência precisa ser adaptada ao seu dia-a-dia, mostrando que a tendência das principais semanas de moda do mundo pode ser usada como inspiração para o look de um dia comum.

É importante ressaltar a defesa da criatividade e moda sustentável, influenciando as mulheres que consumirem estes conteúdos a reutilizarem suas peças, usando truques ou até customizando para transformá-las totalmente. Ainda sobre sustentabilidade, o projeto pretende incentivar a compra de roupas em brechós, principalmente porque a moda reflete épocas do passado, assim o consumo de moda pode ficar um pouco mais sustentável.

O principal objetivo é mostrar para o público-alvo que a moda pode ser algo descomplicado e ser usada para a melhoria da imagem de cada um e aumento de autoestima.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, D. C.; LEORATTO, D. Alterações da silhueta feminina: a influência da moda. **Revista Brasileira Ciência Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 717 - 739, set 2013.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, 2017.

BORGES, V. T., COM QUE ROUPA EU VOU? O jornalista especializado como formador de opinião e agente de consagração no campo da moda. **Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, v.4, n.4, p. 25-44, jun. 2014.

BRITO, M. P., Ascenção dos youtubers: linguagem e formato dos novos produtores de vídeo da web, Brasília, 2016.

BURGESS, J.; GREEN, J., YouTube e a Revolução Digital Como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

CAMPOS, A. Q.; RECH, S. R., CONSIDERAÇÕES SOBRE MODA, TENDÊNCIA E CONSUMO. **Iara Revista de Moda, Cultura e Arte**, São Paulo, v.3,n.3, p. 171-195, dez. 2010.

DORNELLES, J. P., O fenômino Vlog no YouTube: Análise de conteúdo de vloggers brasileiros de sucesso. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre - RJ, 2015.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 35-45, 2007.

MORAES, J. C., O espírito do jornalismo de moda: uma leitura das revistas Elle, Estilo e Vogue, Distrito Federal, 2012.

DEL-VECHIO, R.; SCHOLL, R. C.; WENDT, G. W. Figurino e Moda: Intersecções entre criação e comunicação. **Intercon – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**. Blumenau. 2009

SCHOLL, R. F.; SOUZA, E. A.; WENDT, G. W. Por trás dos panos: moda, história e constituição do feminino. **RIC – FFC**, São Paulo, v.14, n.1, p. 1-11, 2010

YouTube para Imprensa. YouTube, 2019. Disponível em https://www.**youtube.com/intl/pt- BR/yt/about/press/. Acesso: 21 mar. 2019**.

MORTALIDADE DE MULHERES POR AGRESSÕES NO BRASIL: PERFIL E ESTIMATIVA (2016-2017)

Weslley Fernandes Aleixo, Maria Beatriz Nunes Graciano, Thiago de Souza Candido,
e-mail: weslley36@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulher pode ser definida como “qualquer ato de violência de gênero que resulta, ou pode resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou sofrimento para a mulher”. Este tipo de violência pode resultar em graves consequências para o sistema de saúde pública, como por exemplo: gravidez indesejada, aborto induzido, problemas ginecológicos e doenças transmissíveis. Além disto, podem causar depressão, distúrbios alimentares e outras formas de transtornos mentais, como abuso de álcool e outras drogas. Portanto, é um importante problema de saúde pública a ser estudado (PASINATO, 2016).

Até meados de 1983 a violência contra a mulher era um problema comum na sociedade brasileira. Em uma sociedade que demonstrava pensamentos predominantemente machistas, este tipo de crime não demandava a devida atenção, e assim, não era reconhecido com suas especificidades e suas peculiaridades. Após o icônico caso Maria da Penha Maia Fernandes, que foi por duas vezes vítima de tentativa de assassinato pelo ex-companheiro em 1983, a perspectiva sobre a violência contra a mulher apresentou uma nova visão. Na primeira tentativa de assassinato, Maria da Penha, foi alvejada com um tiro que a deixou paraplégica. Devido ao descaso da justiça nacional, instâncias internacionais foram acionadas. Em 2001, após 18 anos, a Organização dos Estados Americanos (OEA) responsabilizou o Brasil por omissão e negligência no que diz respeito a violência doméstica. Este órgão internacional recomendou então a tomada de medidas voltadas a criação de políticas públicas que inibissem a violência doméstica e familiar contra a mulher (VICENTIN, 2011).

Em resposta a recomendação, em 7 de agosto de 2006 foi sancionada a lei n° 11.340 que ficou conhecida como Lei Maria da Penha. A lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Entre estes, destacam-se medidas integradas de prevenção como a oferta de atendimento policial especializado, em

particular nas delegacias de atendimento à mulher (os DEAMS) e a promoção e realização de campanhas educativas de prevenção a violência contra a mulher. São previstas ainda medidas de assistência a mulher em situação de violência doméstica e familiar, bem como medidas de urgência voltadas a proteção da vítima (BRASIL, 2006).

O Brasil foi o 16° pais da América latina a aprovar a lei sobre feminicídio, e ao reconhecer a magnitude desta problemática em nosso país, houve a distribuição de subsídios para que o estado e a sociedade possam unir esforços no combate contra a violência contra a mulher. Porém, ao analisar a taxa de mortalidade feminina no Brasil em suas regiões, observa-se que algumas regiões, mesmo que com sua população menos numerosa há maior índice de mortes do sexo feminino e isto está diretamente ligado a problemas socioeconômicos e culturais (VASCONCELOS, 2011).

Com isto, esta pesquisa científica tem por objetivo compilar, analisar e estimar a taxa de mulheres mortas por agressão a cada 100 mil habitantes mulheres, em âmbito nacional, regional e estadual, disponibilizados no banco de dados Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) de domínio público, nos anos de 2016 e 2017, contribuindo com informações balizadas cientificamente para futura prevenção deste tipo de morte.

2 METODOLOGIA

Foi realizado um estudo descritivo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), gerenciado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), e alimentado pelas declarações de óbito (DO). Os dados referem-se ao período 2016-2017 (dois últimos anos disponibilizados). Os dados foram selecionados por região do Brasil, seus estados e os respectivos anos. Os filtros utilizados para selecionar o tipo de morte foram: segundo causas externas (104-113) e agressões (110), de acordo com a 10ª versão do Código Internacional de Doença (CID-10). Após isso, houve ainda utilização do filtro para o sexo feminino. Após a obtenção do número absoluto de mulheres mortas por agressão separados por regiões, estados e ano, estes dados foram compilados e organizados no software Excel.

Os dados brutos populacionais de mulheres residentes em cada região e estado foram obtidos na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em cada região, estado e o respectivo ano, para a realização de cálculos estatísticos segundo o número de habitantes. Após obtenção dos dados foram aplicados os cálculos estatísticos recomendados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São

Paulo para se obter o número de mulheres mortas por agressão a cada 100 mil habitantes do mesmo sexo utilizando o software Excel.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste trabalho, foram analisadas as taxas de mulheres mortas por agressão, a cada 100 mil habitantes do mesmo sexo, nos anos de 2016 e 2017 nas regiões e estados do Brasil. No ano de 2016, o Brasil contabilizou um total de 4.635 mortes de mulheres por agressão em números absolutos, sendo 11% na região Centro-oeste, 12% na região Norte, 14% na região Sul, 30% na região Sudeste e 33% na região Nordeste. Já em 2017 foram contabilizadas 4928 mortes de mulheres por agressão em números absolutos, sendo 9% na região Centro-oeste,13% na região Norte, 13% na região Sul, 29% na região Sudeste e 36% na região Nordeste, porém os números absolutos não refletem com precisão os índices de violência contra a mulher nos respectivos estados, pois deve-se levar em consideração o índice populacional para se realizar uma análise com maior precisão da vulnerabilidade feminina e dos padrões de violência em questão.

Em relação às taxas de mulheres mortas por agressão à cada 100 mil habitantes mulheres, em 2016, observa-se que a região Norte obteve destaque, pois apresentou as maiores taxas, demonstrando numericamente 6 mulheres mortas por agressão a cada 100 mil habitantes do mesmo sexo. A região centro-oeste demonstrou as menores taxas, sendo 3 mortes. Em 2017 se observa como destaque a região Norte, mantendo-se a taxa numérica de 6 mulheres mortas por agressão a cada 100 mil habitantes do mesmo sexo. A menor taxa de 2017 foi apresentada na região nordeste, demonstrando 1,5 mortes.

Analisando todos os estados individualmente observamos que nos anos de 2016 e 2017, Roraima, presente na região Norte, apresentou as maiores taxas de morte, sendo 9,6 e 10 respectivamente, corroborando com os dados em âmbito regional. Em 2016 o estado Mato Grosso do Sul apresentou a menor taxa de morte do Brasil, 0,57, sendo menos de uma mulher morta por agressão a cada 100 mil habitantes do mesmo sexo, porém no ano seguinte sua taxa foi de 4,4 mulheres mortas por agressão, demonstrando um crescimento próximo de oito vezes em um ano. Em 2017 o estado do Rio Grande do Norte apresentou as menores taxas, sendo 0,67, demonstrando uma queda aproximada de oito vezes em relação ao ano anterior, pois demonstrava a taxa de 5,64.

As taxas observadas de mortalidade de mulheres devem ser analisadas com cautela, segundo estudiosos Meneghel e Hirataka (2011). No estudo destes pesquisadores, entre os anos de 2009 e 2013, a região Sudeste foi analisada com cautela, pois aquelas por evento, cuja intenção é indeterminada, mostram-se ascendentes, o que podem estar subestimando as taxas de homicídio nesta região. Este estudo concluiu que nas regiões que apresentam perfil de ascendência, pode haver subnotificações de casos de homicídios. Neste estudo, vários estados da federação brasileira apresentaram um aumento entre os anos de 2016 e 2017 em aproximadamente dois pontos na taxa de mortes, como, por exemplo, o Espírito Santo. Em 2016 este estado apresentou 5,0 e em 2017, 7,5 em suas taxas. Porém quem mereceu destaque neste ponto foi o estado do Mato Grosso do Sul, pois teve um salto de 0,67 para 5,64 entre os anos analisados, assim podemos afirmar que há uma grande probabilidade de uma extensa subnotificação desta classificação de homicídios no ano de 2016 neste estado.

Os resultados evidenciados podem ser reflexo da redução da violência estrutural que ocorreu nessas regiões. Segundo Meneghel e Hirataka, há uma relação entre violência urbana e a violência de gênero, pois estudos desta no período de 2003-2007, os estados brasileiros com maiores taxas de violência urbana apresentam maiores taxas de feminicídio (MENEGHEL & HIRATAKA, 2011).

Sabe-se que as regiões de maior vulnerabilidade social estão mais dispostas ao poder do crime organizado e do narcotráfico, aumentando a violência estrutural e com ela a violência doméstica (GARCIA *et al*., 2015; MENGEL & HIRATA, 2011). Enquanto isso, a redução progressiva de mortes por essa causa foi observada nas regiões brasileiras que concentraram a maior parte de serviços especializados de proteção às mulheres em situações de violência. Neste sentido, chama a atenção das regiões Norte e Nordeste não apresentarem redução do risco para homicídio de mulheres no último ano de análise, no qual a Lei Maria da Penha já se encontrava em execução deste 2006. Contudo a existência de uma lei não é capaz de promover mudanças expressivas na realidade caso não haja esforços para mudanças culturais (GARCIA *et al*., 2011; MENEGHEL, *et al*., 2013; VILELLA *et al*., 2011).

Além das questões gerais abordadas, um estudo sobre feminicídios em Ontário, Canadá, revelou que, no período de 1974 a 1994, aproximadamente 20% dos assassinatos de mulheres cometidos por parceiros íntimos ocorreram em locais públicos, tais como ruas, parques, ambientes laborais ou repartições públicos (GARTNER *et al*.,

1998). Assim, é razoável levar em consideração que parte dos óbitos ocorridos em hospitais ou outros serviços de saúde, decorrentes de agressões, também podem ser definidos como feminicídio (GARCIA *et al*., 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, diante de todas as análises realizadas, foi possível chegar à conclusão de que as taxas de mortalidade do sexo feminino vítimas de agressão apresentam seus maiores índices na região Norte, mais especificamente no estado de Roraima em ambos os anos analisados, isto se deve ao fato de que as desigualdades históricas já existentes se reproduziram, intensificaram e se tornaram mais visíveis nesses espaços urbanos, gerando conflitos e expressões de distintas formas de violência, que inclusive se manifestam na diferença de gênero.

Ainda assim, na atualidade, mesmo com grandes avanços em leis, projetos, todos os aspectos que tem a finalidade de reduzir taxas de mortalidade e agressão que acometem mulheres, notícias do mundo todo registram uma persistência em relação a este tipo de crime considerado hediondo. Por fim, precisamos ressaltar a importância das denúncias e proteção à mulher, salvando então, os direitos humanos que deveriam atribuir a todos os indivíduos presentes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2010:** uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 372 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2010.pdf.

BRASIL. Projeto de Lei n° 11.340, de 2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 ago. 2006. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/77244.

GARCIA, L. P. *et al.* Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. **Revista Panamericana de Salud Publica**, [Washington], v. 37, n. 4/5, p. 251-257, 2015. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v37n4-5/v37n4-5a10.pdf.

GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S. de; HOFELMANN, D. A. Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 383-394, 2011. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?pid=S1679-49742013000300003&script=sci_arttext.

GARCIA, L. P.; SILVA, G. D. M. da. **Mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: Perfil e estimativas corrigidas (2011-2013)**, Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 42 p. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/144615/1/853182515.pdf.

MENEGHEL, S. N. *et al.* Femicídios: narrativas de crimes de gênero. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 17, n. 46, p. 523-533, jul./set. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/wgWcYGHZyGQ4FrZjxxXC3Nw/abstract/?lang=pt.

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Feminicídio: homicídios femininos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, [São Paulo], v. 45, n. 3, p. 564-574, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/C6XjntCBHFNFjXZJ96tGMBN/?format=html&lang=pt.

ROUSSEFF, D.; GOMEZ, N. L.; MENICUCCI, E. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres.** Brasília: ONU-Mulheres, 2016. 132 p. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

VICENTIM, A. A trajetória jurídica internacional até formação da lei brasileira no caso maria da penha. **Revista Latinoamericana de Derechos Humanos,** [Costa Rica], v. 22 p. 209-228, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/derechoshumanos/article/view/3743.

VILLELA, W. V. Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 113-123, mar. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rCy8cZSkNLRMG6rczzzRN5J/abstract/?lang=pt.

MOTIVOS DA INSATISFAÇÃO CORPORAL EM ADOLESCENTES RESULTANTE DA SITUAÇÃO SOCIODEMOGRAFICA E DA INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS E DA MÍDIA

Gabriel Alves Pereira, Vitória Aparecida Mussio Areias, Guilherme Martines, e-mail: gabrielpereira2014@yahooo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A imagem corporal pode ser denominada como uma percepção pessoal dos indivíduos sobre seus próprios atributos físicos (MUTH, 1997). Atualmente, a mídia exerce grande influência nas tendências corporais, ditando novos estilos, impactando os adolescentes que buscam entrar em concordância com as novas tendências.

Essa faixa etária tem como característica comportamental a contestação que os tornam vulneráveis, inconstantes, seguidores de líderes e ídolos, grupos e modas, que resulta em preocupações exacerbadas com o corpo e sua aparência (MUTH, 1997). Todos os adolescentes desenvolvem em sua mente uma imagem de seu próprio corpo, e quanto mais esse corpo se distancia do real, maior será a probabilidade de conflitos, resultando em insatisfação com sua própria autoestima (CHIPKEVITCH, 1987).

No sexo feminino, por conta de todas as tendências somadas às alterações biológicas, físicas, psicológicas e sociais, este grupo acentuasse na preocupação com sua imagem corporal, e também sua insatisfação (PETROSKI, 2012).

Este trabalho objetiva evidenciar o quão os adolescentes se sentem insatisfeitos com sua própria imagem corporal, ligados principalmente com os fatores antropométricos e sociodemográficos.

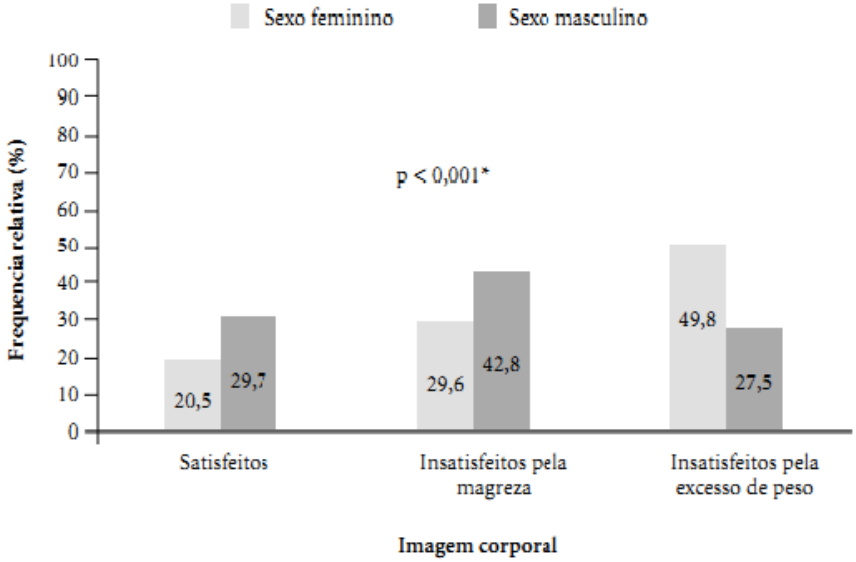
2 METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Bibliográfica de caráter qualitativo e indutivo. Para a obtenção dos artigos, utilizou-se a base de dados do Google Acadêmico por meio dos seguintes descritores: Imagem Corporal, Adolescentes, Aparência e Corpo. Livros e outras fontes de informações também foram utilizados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Felden *et al.,* (2015), avaliou a imagem corporal de adolescentes do ensino público de São José/SC e chegou à conclusão que a insatisfação corporal está relacionada à magreza e/ou excesso de peso como se pode observar na figura 1 (abaixo).

Figura 1: Insatisfação com a imagem corporal dos adolescentes do ensino público de São José-SC, estratificado por sexo.



Fonte: FELDEN *et al.* (2015)

De acordo com os dados da pesquisa acima, pode-se observar que o sexo masculino está mais satisfeito com seu corpo em relação ao sexo feminino, porém os resultados invertem-se quando se analisa a insatisfação com a magreza e com o excesso de peso, onde é predominante no sexo masculino e feminino, respectivamente.

Pode-se observar que as redes sócias influenciam diretamente na Imagem Corporal (IC), já que os usuários de aplicativos como Facebook, Instagram e Snapchat possuem maior probabilidade de estarem insatisfeitos com sua IC, haja visto que nessas plataformas a imagem do corpo perfeito é muito divulgada (LIRA *et al*., 2017). Neste sentido, é possível analisar os assuntos de interesses dos jovens na tabela 1.

Tabela 1: Frequência de respostas sobre redes sociais em adolescentes do sexo feminino (N= 212) – São Paulo, 2017.

	Nunca	Raramente ou às vezes	Frequentemente ou sempre
Você segue redes sociais que falam sobre dieta e alimentação "saudável"?	52,8%	35,9%	11,3%
Você segue redes sociais que falam sobre exercício físico?	55,2%	30,2%	14,6%
Você concorda que para emagrecer é necessário "força, foco e fé"?	6,1%	23,1%	70,8%
Você já se sentiu influenciada a "cortar" da sua alimentação comidas "não saudáveis"?	36,5%	37,9%	25,6%
As redes sociais são fontes de informação sobre alimentação e dieta para você?	31,6%	48,6%	19,8%
As redes sociais são fontes de informação sobre o que é um corpo saudável para você?	32,1%	41,9%	26%
Você já fez alguma dieta ou outra recomendação sobre alimentação feita pelas redes sociais?	74,5%	17,5%	8%
As redes sociais influenciam nas suas escolhas alimentares diárias?	68,9%	23,1%	8%
As redes sociais influenciam na sua percepção e relação com seu corpo?	48,1%	28,3%	23,6%

Fonte: Lira *et al*. (2017)

Quando se analisa a condição sociodemográfica, os rapazes apresentam insatisfação com sua magreza, já as meninas insatisfação com o excesso de peso, de maneira que a classe alta apresenta maior índice de obesidade em relação às outras classes. Esses dados corroboram com o estudo acima, conduzido por Felden *et al*. (2015).

Felden *et al*., (2015) evidenciam que a principal motivação para a insatisfação com a imagem corporal é a estética. Os adolescentes com uma renda baixa e pertencentes a uma baixa classe econômica se sentiram mais insatisfeitos com a magreza.

Os mesmos autores apontam que estudos realizados em 2011 já demonstravam que adolescentes com baixa renda desejavam tem corpos maiores que o seu atual. Também foi constatado que o local de moradia influencia na insatisfação com o excesso

de peso, onde, geralmente adolescentes que habitam nos centros desejam tem corpos menores que o seu atual.

Notou-se também que os adolescentes desejam ter um corpo diferente do que apresentam atualmente. Este fenômeno não é particular do Brasil, sendo que ocorre também em países como Hong Kong e Emirados Árabes Unidos (PELEGRINI *et al*., 2014). Os indivíduos do sexo feminino possuem uma insatisfação com a silhueta, buscado sempre reduzir suas medidas (LIRA, *et al*., 2017).

O adolescente busca o corpo que idealizou em sua mente, e utiliza muitos métodos para conquistá-lo, entrando em distúrbios alimentares ou até mesmo utilizando anabolizantes.

Azevedo *et al*. (2012) pesquisou sobre os recursos utilizados para se alcançar o corpo perfeito e concluiu que 35% dos participantes masculinos e 5% dos femininos relataram utilizar pelo menos uma das seguintes substâncias: nandrolona, testosterona, stanozolol, clembuterol, oximentolona, durateston, deca durabolin, oxandrolona, pulmonil, deposteron, Primobolan, dexa, propionato de testosterona, trembolona, boldenona, efedrina, turinabol e lipostabil", tendo como principal finalidade a melhora da estética.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a imagem corporal dos adolescentes exige atenção e intervenção dos profissionais da área da Saúde, já que a maioria dos indivíduos demonstram insatisfação com sua própria imagem.

De uma forma geral, os meninos estão mais insatisfeitos com a magreza, enquanto as meninas com excesso de peso corporal.

Neste sentido, é essencial a conscientização por parte desses profissionais, evitando que os adolescentes recorrem a recursos maléficos a sua saúde, tendo como único objetivo atender ao estereótipo corporal imposto pelos recursos midiáticos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. P. *et al*. Dismorfia muscular: A busca pelo corpo hiper musculoso. **Motricidade**, [Portugal], v. 8, p. 53-66, 2012. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/240.

CHIPKEVITCH, E. O adolescente e o corpo. **Pediatria Moderna**, v. 22, n. 6/7, p. 231-233, jul. 1987.

FELDEN, É. P. G. *et al*. Fatores sociodemográficos e imagem corporal em adolescentes do ensino médio. **Ciência & Saúde Coletiva**, [rio de Janeiro], v. 20, n. 11, p. 3329-3337, nov. 2015. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2015.v20n11/3329-3337/.

LIRA, A. G. *et al*. Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, [Rio de Janeiro], v. 66, n. 3, p. 164-71, jul./set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/6NrPypcRchnc35RH9GLSYwK/?lang=pt&format=html.

PELEGRINI, A. *et al*. Dissatisfaction with body image among adolescent students: association with socio-demographic factors and nutritional status. **Ciência & Saúde Coletiva**, [Rio de Janeiro], v. 19, n. 4, p. 1201-1208, abr. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/vf9JnGrwtHssfv33HJFGwgr/abstract/?lang=en.

PETROSKI, E. L.; PELEGRINI, A.; GLANER, M. F. Motivos e prevalência de insatisfação com a imagem corporal em adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, [Rio de Janeiro], v. 17, n. 4, p. 1071-1077, 2012. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v17n4/v17n4a28.pdf.

MUSCULAÇÃO VS AERÓBICO: QUAL O MÉTODO MAIS EFICAZ PARA O EMAGRECIMENTO

Jonas Rafael Batista, Larissa Oliani, Renan Floret Turini Claro, e-mail: Renan_turini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Cresce, a cada dia, a consciência de que a prática regular de atividade física é importante para o bem estar físico e mental das pessoas, sejam elas crianças, jovens ou adultos, correspondendo a um importante fator de proteção da saúde. Segundo Lazzoli (2018), há um número significativo de pessoas que buscam as academias, em busca de solucionar os efeitos negativos advindos da obesidade em que se encontram. Condicionantes a essas variáveis, algumas melhoras significativas são apresentadas, por indivíduos, quando dão início à prática de exercícios, tais como fortalecimento muscular, postural e desenvolvimento ósseo (LAZZOLI, 2018).

Estes indivíduos tendem cada vez mais a adotar um estilo de vida saudável e ativo, fazendo com que grande parte adote uma vida saudável, vindo a satisfazer estes parâmetros. Assim, a realização de exercícios físicos para a melhora do condicionamento físico e promoção da saúde é muito discutida por vários autores, no qual cada um descreve os meios e treinamentos específicos.

Perder peso de forma efetiva requer foco, disciplina e regularidade nos exercícios, além de mudanças na alimentação. Mas qual exercício físico é mais impactante no emagrecimento? Exercício aeróbico ou musculação? Essa é a problemática que o artigo aponta e busca responder de modo simples e didático.

Muitas pessoas defendem que se você quiser perder gordura precisa fazer exercícios cardiorrespiratórios, e que para quem deseja construir músculos precisa ser adepto somente à musculação, porém a questão é se isso realmente é verdade. Responder essa questão não é tão simples assim, existem condições necessárias para dizer o que seria correto ou não nessa afirmação, tudo vai depender da proporção de gordura corporal armazenada, hábitos alimentares, regularidade e intensidade na realização de exercícios físicos entre outros aspectos.

A musculação realmente é um fator de emagrecimento, pois ela promove o desenvolvimento da massa muscular, tendo em vista que os músculos são os tecidos mais metabolicamente ativos de nosso organismo e por isso estão diretamente ligados às várias atividades desenvolvidas em nosso dia a dia, ou seja, é o mesmo que dizer que quanto mais massa muscular você tiver, maior será o gasto energético para a sua manutenção.

O aeróbico é responsável pela melhora da saúde cardiorrespiratória, ou seja, ajuda na mobilização da gordura como fonte de energia e auxilia no alcance de maiores intensidades durante os treinos de musculação, dessa forma sendo ambos excelentes aliados no processo de emagrecimento.

Para tanto, se faz necessário mostrar qual dos dois métodos discutidos, é o mais eficaz para o processo de emagrecimento, musculação ou aeróbico?

Para responder essa pergunta, esse tem como objetivo avaliar qual o melhor método de treinamento para estimular o processo de emagrecimento.

2 METODOLOGIA

Focando na realização de um trabalho promissor e bem elaborado, Marconi e Lakatos (1996) relatam que há necessidade de haver uma ligação entre conhecimento e metodologia, uma vez que ambas, bem empregadas, resultam em um trabalho completo.

Tanto para Marconi e Lakatos (1996), a metodologia deve ser uma preocupação instrumental, que vise abordar formas de se realizar ciência por meio de ferramentas, procedimento e caminhos, com a devida finalidade de tratar a realidade teórica e prática, condicionantes ao trabalho.

Para que haja a construção do referido trabalho proposto, Marconi e Lakatos (1996) mencionam, que a pesquisa bibliográfica, com a seleção de artigos nacionais, provindo de bases de dados como Google acadêmico, Scielo e EFDeportes.

E, o presente trabalho, contempla as obras publicadas, desde o ano de 2000, até a presente data, e utilizando os termos chaves: aeróbico, emagrecimento e musculação. Para a pesquisa estes termos chaves foram utilizados de forma individual e em combinações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de apontarmos qual dos dois métodos possa vir a ser o mais eficiente no processo de emagrecimento, Gentil (2014 *apud* GUIMARÃES, 2017), descreve que a prática da atividade aeróbica junto com anaeróbica para promover um maior gasto calórico, perda de massa gorda e manutenção da massa magra. Arruda e colaboradores (2010 *apud* GUIMARÃES, 2017) demonstram que o treinamento de força promove também hipertrofia sendo o aumento da massa muscular importante para o aumento da taxa metabólica basal, o que propicia a oxidação lipídica.

Recentemente verificou-se que a intensidade é uma das variáveis mais importantes durante a prescrição do treinamento para alcançar os objetivos. Segundo Silva (2010), essa intensidade, reflete diretamente no consumo extra de oxigênio, para compensar o déficit do mesmo. Dado fato, tem sua nomenclatura em inglês conhecida como: *excess post-exercise oxygen consumption*, ou seja, EPOC, caracterizado por ser:

> O consumo de oxigênio permanece elevado porque o esforço físico provoca a perda da homeostase, alterações da temperatura, da concentração de íons e de substratos. Esses desequilíbrios exigem esforços maiores dos sistemas fisiológicos (cardiovasculares, respiratórios e endócrinos e outros), fazendo com que consumam mais oxigênio (PORTO, 2012, p. 45).

Já que EPOC é localizado logo após atividades aeróbicas e também anaeróbicas, a indícios que o exercício resistido produza maior EPOC. Sendo que há dois fatores que contribuem para isso. Sendo o primeiro referente as respostas hormonais que podem ser alterar o metabolismo, especificamente catecolaminas, cortisol e GH. E o segundo refere-se ao dano tecidual acompanhado do estímulo para a hipertrofia tecidual, pois a síntese de proteína é diminuída durante o exercício em si, mas após o exercício existe um fenômeno compensatório, em que o turnover de proteína parece ser estimulado. (PORTO, 2012).

Assim, as causas do EPOC como resultado de exercício intenso podem ser: Ressíntese de ATP e CP; Ressíntense de lactato para glicogênio; oxidação de lactato no metabolismo energético; restauração do oxigênio no sangue; efeitos termogênicos da temperatura central elevada; efeitos termogênicos dos hormônios, particularmente da catecolamina, adrenalina e noradrenalina e efeitos da frequência cardíaca elevada, ventilação e outros níveis elevados da função fisiológica (ALMEIDA, 2011).

Segundo Silva (2010), esse consumo extra de oxigênio seria utilizado para compensar o déficit de oxigênio, por isso foi chamado nos primeiros estudos de débito

de oxigênio. Posteriormente, tornou-se mais apropriado chamá-lo de consumo excessivo de oxigênio após o exercício. Sendo que Porto e Garcia Junior (2012) descrevem que quanto mais intenso e prolongado for o exercício, maior será o desequilíbrio provocado, e consequentemente maior a dívida de oxigênio e por mais tempo seu consumo permanece elevado durante a recuperação.

Para tanto, Silveira Pinto, Lupi e Brentano (2011) relatam que o EPOC prolongado pode ser considerado uma vantagem para indivíduos que buscam aumentar seu gasto energético, porém para que o indivíduo realize uma sessão de exercícios prolongados com intensidade limite entre aerobiose e anaerobiose deve estar muito bem, quando condicionado fisicamente, o que não é encontrado na população acima do peso.

Para o caso do emagrecimento, a alta intensidade do treinamento acelera o metabolismo para promover a diminuição do tecido adiposo, além de diminuir o tempo da sessão de treinamento (GUIMARÃES, 2017). Após a análise feita dos referenciais teóricos, o que a literatura diz de forma unânime é que os dois métodos podem agir como que aliados nesse processo. Cada método possui características diferentes, porém são formas distintas de promoção de gasto calórico. Utilizando ambos a seu favor e sempre sob os olhares e orientações de profissionais de educação física para que os procedimentos de ambos possam ser executados seguindo o período adequado de utilização de cada método aqui descrito, o que a literatura sempre evidencia é que cada pessoa possui características diferentes como: metabolismo, histórico médico, regularidade e intensidade das atividades físicas, estrutura física, alimentação, limitações, e são exatamente todas essas variáveis que influenciam diretamente no processo de emagrecimento do indivíduo e em qual dos métodos vai ocasionar a maior perda de peso, logo a junção de ambos sempre será a melhor maneira (ARAUJO, 2000).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a questão levantada pela presente pesquisa é algo comum e presente na vida de indivíduos que frequentam academias, sempre com a dúvida de qual o melhor método para que ocorra perda de peso, realmente significativa. O que a pesquisa vem dizer é que o mais importante antes de tudo é sempre buscar uma vida saudável aliando junto aos exercícios uma reeducação alimentar saudável também, e sempre tendo o auxílio de um profissional da área. Outra coisa foi que a pesquisa apenas se baseou em dados qualitativos a respeitos dos dois métodos, mostrando o que ambos podem trazer de benefícios para seus praticantes, porém, julgamos que seria

interessante também através de uma pesquisa mais profunda e de testes de campos levantados, catalogar e estudar dados quantitativos e dessa forma ponderar dados numéricos que comprovem que o mais eficaz realmente é a pratica mútua da musculação com os exercícios aeróbicos a seu favor que vai resultar em melhores condições para que o processo de emagrecimento ocorra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. V. de *et al*. Consumo de oxigênio de recuperação em resposta a duas sessões de treinamento de força com diferentes intensidades. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [São Paulo], v. 17, n. 2, p. 132-136, mar./abr. 2011. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbme/a/FRZhpBck6LGLVMXMsXhSqNb/abstract/?lang=pt. Acesso em: 05 set. 2019.

ARAUJO, D. S. M. S. de; ARAUJO, C. G. S. de. Aptidão física, saúde e qualidade de vida relacionada à saúde em adultos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [São Paulo], v. 6, n. 5, p. 194-203, set./out. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/7WvcGv53qG8x4V5ndjfscMD. Acesso em: 05 set. 2019.

GUIMARÃES. V. F.; WERLANG, C. C.; MARESANA, R. F. Comparativo do treinamento aeróbico antes e depois do treinamento resistido para a redução do percentual de gordura em mulheres jovens iniciantes na musculação. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo. v. 11. n. 69. p. 716-724. nov./dez. 2017. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6125327. Acesso em: 05 set. 2019.

LAZZOLI, J. K. Atividade física e saúde na infância e adolescência. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [São Paulo], v. 4, n. 4, p. 107-109, jul./ago. 2018, Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/FYF9LC6DWWKRDQCz33xwNLk/?lang=pt. Acesso em: 01 jun. 2019.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PORTO, R. M., GARCIA JUNIOR, J. R. Consumo extra de oxigênio após exercícios aquáticos, em cicloergometro e de resistência. **Colloquium Vitae,** [Presidente Prudente], v. 3, n. 2, p. 44-53. Disponível em: http://revistas.unoeste.br/index.php/cv/article/view/682. Acesso em: 01 jun. 2019.

PINTO, R. S.; LUPI, R.; BRENTANO, M. A. Respostas metabólicas ao treinamento de força: uma ênfase no dispêndio energético. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, [Florianópolis], v. 13, n. 2, p. 150-157, abr. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-00372011000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 set. 2019.

NEUROCIÊNCIA E AQUISIÇÃO DA ESCRITA: COMO O CÉREBRO APRENDE

Amanda Carolina de Lima, Magda Cristina Scipioni Verissimo, e-mail: amanda_ca_lima@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A neurociência está cada vez mais integrada no contexto educacional, em específico na aprendizagem. Ela traz o modo como o cérebro aprende, como os neurônios se ligam uns aos outros criando sinapses e como reagem a estímulos para que isso aconteça. Essa nova ciência mostra que os estímulos neurais trabalham junto com a memória, armazenando as informações e dando acesso a elas quando preciso.

O conceito principal da neurociência é estudar o sistema nervoso e com essa ciência torna-se possível conhecer o desenvolvimento e funcionamento desse sistema e agir sobre ele. De acordo com os conceitos da neurociência, existem três elementos com funções fundamentais, sendo eles: o sistema nervoso que é dividido em duas partes (central e periférico), os neurônios (principal unidade sinalizadora) e as sinapses (transmite, bloqueia e modifica informações para os neurônios e células) (LENT, 2010). É por meio desses elementos que o cérebro está a todo momento processando, recebendo e passando informações para o corpo de modo geral. Cada uma dessas funções estão ligadas umas às outras e cada uma opera de uma maneira, mas sempre juntas.

Segundo Mietto (2012), o cérebro é um órgão que está sempre em movimento, principalmente quando se trata em aprender, pois a aprendizagem deste ocorre quando um ou mais dos seus sistemas funcionam juntos. Cada região de cérebro tem seu papel na aprendizagem, hipocampo (concretiza a memória), sistema límbico (controla as emoções), região frontal (cognição, linguagem e escrita), região parietal (reconhece as letras, codifica e decodifica), região temporal (percepção visual e sonora) e região occipital (coordena e reconhece os objetos e a escrita).

Com os conceitos da neurociência a aprendizagem ganha um sentido maior, pois valoriza o aluno despertando sua motivação e promovendo uma experiência de aprendizado diferente, prazerosa e significativa.

Grossi *et al*. (2015, p. 39), explica o papel do educador com a neurociência. “Por isso, quando o educador compreende que cada um de seus alunos aprende de modo diferenciado, poderá se transformar em um facilitador do processo de ensino e aprendizagem, ressignificando sua prática docente”.

Já a escrita é uma habilidade que requer dedicação e exercícios constantes e cada cérebro processa essa ação de forma diferente. Para alguns a escrita pode ser um sistema fácil e para outros não. É notório que essa habilidade deve ser ensinada, para que a criança tome consciência de como se compõe o código alfabético para que alcance e consolide a escrita.

Conforme Lima (2010, p. 4). “somente a leitura não leva à escrita e uma das contribuições mais importantes da neurociência é a explicitação de que escrever se aprende escrevendo”. Quando uma criança aprende a escrever ela atribui novos significados a sua visão de mundo, deixando então marcas nele e transformando-as em memórias coletivas.

Desta forma a neurociência abrange o cérebro em todos os seus processos para a aprendizagem, em específico a escrita, portanto de acordo com Kandel (2009, p.32, *apud* Grossi, 2015, p. 38) “A aprendizagem na verdade é, nada mais nada menos, que uma série de alterações que ocorrem nas células nervosas que compõem nosso cérebro. Quando uma dada célula está envolvida em aprender, ela literalmente cresce”.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo analisar a importância e a contribuição da neurociência para o processo de aquisição da escrita, mostrando como o cérebro aprende junto a estímulos neurais. Relacionar os aspectos cognitivos do processo de alfabetização.

2 METODOLOGIA

Para a realização dos estudos sobre Neurociência e Aquisição da Escrita: Como o Cérebro Aprende, foi feita a pesquisa através de consulta e levantamento bibliográfico por meio da coleta de informações sobre o tema escolhido na área através de livros, artigos científicos e artigos acadêmicos disponibilizados em meios eletrônicos. Para mostrar o quanto a neurociência é relevante na educação, a pesquisa teve início com a apresentação da origem e dos conceitos da neurociência, em seguida a contribuição desta ciência para a educação e por fim mostra como o cérebro humano aprende, principalmente na aquisição do sistema de escrita, relacionando os aspectos cognitivos junto à alfabetização.

No decorrer dos estudos, foram encontrados poucos artigos relacionados ao tema, pois a neurociência é relativamente recente no campo da educação. Portanto, foram utilizados dois livros, sendo um sobre neurociência, onde Lent (2010) fala sobre os conceitos fundamentais da neurociência e o outro sobre a neurociência no campo da educação, em que Cosenza (2011) enfatiza algumas maneiras de como o cérebro aprende, além de alguns artigos na área da neurociência e da educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neurociência é a área que estuda o sistema nervoso, mas que está ligada a diversos outros campos. Essa ciência busca desvendar todo o sistema nervoso e periférico e a influência do mesmo no funcionamento do corpo humano de modo geral, desde sua estrutura, seu desenvolvimento e até mesmo as alterações que ocorrem conforme o passar do tempo. Apesar de todos os avanços dessa área, o cérebro ainda surpreende com as descobertas que o envolve, afinal é ele quem controla todos os processos mentais, físicos e emocionais, relacionados ao corpo humano.

A palavra Neurociência pode ser considerada jovem, o termo surgiu em 1970, mas desde a antiguidade o sistema nervoso vem sendo estudado e se tornando um dos maiores desafios da humanidade. Anos atrás o estudo do cérebro humano foi descoberto, tendo evidências até mesmo de ancestrais pré-históricos. Bear et al. (2008, p. 5). “Escritos recuperados de médicos do Egito antigo, datando de quase 5000 anos atrás, indicam que eles já estavam bastante cientes de muitos dos sintomas de lesões cerebrais”.

Esse estudo prevaleceu durante todo o tempo, os filósofos da Grécia e os romanos a estudaram, mas foi com a chegada do século XVIII, que surgiram estudos mais aprofundados sobre o sistema nervoso, e com o surgimento das tecnologias como o Raio X e a tomografia. A neurociência foi inaugurada no ramo da pesquisa e essa ciência foi recebendo contribuições de muitas áreas do conhecimento, ajudando a entender melhor o cérebro.

De acordo com os conceitos da neurociência, existem três elementos (funções) fundamentais para estudá-la, são eles, o sistema nervoso que é dividido em duas partes (central e periférico), os neurônios (principal unidade sinalizadora) e as sinapses (transmite, bloqueia e modifica informações para os neurônios e células). (LENT, 2010). O sistema nervoso está a todo momento se comunicando com o organismo, ele capta as mensagens transmitidas pelo ambiente, interpreta, arquiva e elaborar respostas que

podem ser transmitidas por movimentos, sensações ou constatações, reúne todas as estruturas neurais que ficam dentro do crânio e da coluna vertebral. Ele é constituído pela medula espinhal e pelo encéfalo.

A medula espinhal é cilíndrica, em seu centro há um canal estreito composto por líquido e mostra funções motoras e sensitivas sobre o controle do funcionamento imediato do corpo. O encéfalo é irregular com dobras, é ele quem as capacidades cognitivas e afetivas dos seres humanos; sua cavidade é cheia de câmaras com líquidos denominados ventrículos, além disso nele há diversas subdivisões (LENT, 2010).

Outro grande ponto sobre os estudos da neurociência são os neurônios, células presentes que compõem o sistema nervoso, são eles quem conduz, recebe e transmite os impulsos nervosos através do corpo, respondendo então a estímulos. Estas células, portanto, são as unidades básicas do sistema que processa esses estímulos e cada neurônio consegue transmitir informações entre si através das sinapses (LENT, 2010). O neurônio, portanto, se diferencia das demais células por ter uma morfologia adaptada ao processamento de informações recebidas, além de ser rápido e ágil na captação das mesmas.

Já as sinapses são junções entre a terminação de um neurônio e a membrana de outro para uma célula, geralmente são chamadas de neurotransmissores, pois transmitem impulsos nervosos, fazendo conexão entre células vizinhas para toda rede neural. Portanto a sinapse é o chip do sistema nervoso, pois consegue transmitir, bloquear ou modificar mensagens entre duas ou mais células, realizando assim um perfeito processo de absorção de informação (LENT, 2010).

Na educação Grossi *et al*. (2015, p.1) mostra o quanto relevante se faz a neurociência “O conhecimento acerca da neurociência ultrapassou a área da medicina e, atualmente, é foco de estudo da Pedagogia na busca da compreensão da melhor maneira de ensinar para alcançar todos os alunos”.

Os professores, estão buscando compreender como o cérebro age no quesito da aprendizagem, como é o seu funcionamento em relação a selecionar e armazenar informações importantes, para que a mesma aconteça. A neurociência mostra que para que a aprendizagem ocorra, no sistema nervoso existe uma plasticidade com capacidade de fazer e desfazer ligações entre os neurônios por conta das interações do ambiente externo e interno do corpo, outro fator importante é a atenção, é por meio dela que se consegue focar determinados aspectos nos ambientes e selecionar então a informação importante.

Cosenza *et al* (2011, p. 49) explica que “O cérebro não tem necessidade nem capacidade de processar todas as informações que chegam a ele. Por meio da atenção ele pode dedicar-se às informações importantes, ignorando as que são desnecessárias”.

Logo depois que se foca a atenção, o cérebro precisa guardar as informações que foram selecionadas, então entra a memória. Esta é processada por sistemas neurais específicos, e são subdivididas para internalizar as informações. São elas, a memória sensorial que está ligada a operacional, a memória de trabalho, a memória explícita e a implícita. De acordo com Cosenza *et al (*2011), a memória sensorial dura alguns segundos e corresponde somente aos sistemas sensoriais relacionados a ela, se a informação recebida for considerada relevante ela é mantida na consciência por um tempo maior pelo sistema de repetição (feito por recursos verbais ou visuais), se não será descartada.

“A memória de trabalho, ou memória operacional, é uma memória transitória, *on-line,* onde são armazenadas e processadas as informações necessárias ao desempenho de uma tarefa que requer a consciência”. Cosenza *et al* (2011, p.60). Dentro dessa memória ocorrem os processos de repetição, elaboração e consolidação.

Um dos conhecimentos escolares mais importantes é a escrita, este conhecimento pode ser visto como complexo por muitos, por ser organizado, com regras, padrões e estruturas, mas é dele que parte todos os outros conhecimentos adquiridos na escola. Além do mais, é um direito de todos saber escrever, pois a partir da escrita é que se consegue expressar-se, comunicar-se com o outro e ir em busca do próprio conhecimento. Desse modo, quando trabalhado a alfabetização está é interligada com a neurociência, pois a neurociência cognitiva utiliza vários meios para relacionar o cérebro e a cognição na área da educação.

A neurociência caracteriza que a aprendizagem do cérebro na escrita se dá por classes gramaticais, pois existem áreas especializadas para processar, substantivos, verbos, sintaxe e semântica. Isso acontece porque cada parte desse cérebro é trabalhada de uma maneira diferente, por meio de sílabas, listas de palavras, conjugações etc. Lima (p.6) explica que “A escrita tem uma grande resiliência no cérebro e que a maior resiliência está no verbo de ação. Na verdade, verbo de ação é o que o aluno precisa dominar para aprender conceitos de qualquer área. Quando constatado que os alunos estão lendo, mas não entendem o que eles estão lendo, é porque eles não têm noção da semântica do verbo, o que significa o verbo, então, não dá para

entender o conceito de física, não dá para resolver o problema de matemática, não dá para desenvolver conhecimentos de história, de geografia, etc.”.

Uma outra observação que a neurociência traz sobre os processos cognitivos, é que o cérebro aprende de modo mais fácil quando as aprendizagens são realizadas a partir do que o aluno já sabe, pois ele trabalha movendo saberes existentes.

A neurociência mostra que mesmo havendo relações entre a leitura e a escrita, ambas são processos distintos como diz Grando (2013, p.26) “No cérebro, as partes envolvidas na leitura são diferentes das partes envolvidas na escrita. Assim sendo, não é possível determinar uma única região cerebral como sendo a área responsável pela linguagem, uma vez que várias áreas do cérebro estão ligadas à atividade linguística. Essa, por sua vez, não se restringe às habilidades de leitura e de escrita, englobando, também, a comunicação oral, gestual e gráfica.”

Em relação a alfabetização, se faz necessário que a criança receba vários estímulos que sejam contextualizados e significativos, no âmbito da escrita, como manusear letras, de plástico ou madeira, ver imagens, ouvir e cantar músicas, dessa forma ela irá fazer várias ligações neurais e estabelecendo relações sinápticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A neurociência voltada para a educação, ajuda a entender não somente como o cérebro funciona para a aquisição da aprendizagem, mas também como o professor deve agir para facilitar esse processo. Compreendendo, desta forma como utilizar estratégias de forma positiva, para obter resultados extremamente satisfatórios.

Percebe-se no decorrer do trabalho que para adquirir a escrita é necessário praticá-la para preservá-la no cérebro. Com isso a neurociência propõe que os professores estimulem a criança com leituras e escritas diárias para facilitar o processo de consolidação da memória da criança e ajudando-a a deixá-lo de modo permanente em seu cérebro, pois quando trabalhado de modo contínuo a mesma está sempre tendo que pensar, escolher e alinhar a palavra para conseguir criar, transmitir ou comunicar alguma mensagem.

É notável o quão importante a neurociência é para a educação e como a mesma já beneficia, mas é necessário que os professores e pedagogos, conheçam e estudem essa nova ciência. Os professores, além dos conhecimentos da neurociência para com a educação, necessitam conhecer melhor as pesquisas neurocientíficas relacionadas a ela. Dessa forma conseguirão compreender o desenvolvimento cerebral e construir

currículos baseados no mesmo, para se beneficiarem dessas descobertas e conseguirem trabalhar em sala da melhor maneira possível, facilitando assim a aprendizagem de seus alunos.

REFERÊNCIAS

BEAR, M. F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M. A**. Neurociências:** Desvendando o sistema nervoso. 3 ed. Porto Alegre: Artmed. 2008.

COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação** Como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed. 2011.

GRANDO, K. B. Pensando a alfabetização a partir de contribuições das neurociências**. Revista Acadêmica Licencia&acturas**, Ivoti, v.1, n. 1, p. 25-29. jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/5/3>. Acesso em: 06 set. 2019.

GROSSI, M. R.; LEROY, F. S.; ALMEIDA, R. B. S. Neurociência: Contribuições e experiências nos diversos tipos de aprendizado. **Revista periódica Abakós PUC**, Minas Gerais, v.7, n.2, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/abakos/article/view/P.2316-9451.2015v4n1p34>. Acesso em: 21 maio 2019.

LIMA, E. S. Apropriação da Leitura e Escrita. Portal domínio público, biblioteca digital. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003267.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2019.

LENT, R. **Cem bilhões de neurônios?** Conceitos fundamentais da neurociência. 2 ed. São Paulo: Atheneu. 2010.

MIETTO, V. L. A importância da neurociência na educação. **Blog Neurociências em benefícios da educação, diferentes olhares que se complementam.** 5, abr. 2012. Disponível em: <http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2012/04/importancia-da-neurociencia-na-educacao.html>. Acesso em: 21 mai. 2019.

NEUROCIÊNCIA: UMA POSSIBILIDADE PARA DESFAZER O ESTIGMA DAS AULAS DE MATEMÁTICA

Fernanda de Almeida Lins, Lauriane Valentim de Freitas, Lucia Helena Ormelese de Barros, Celso Henrique Nicola, e-mail: feralmeidalins@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2007, criou-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com o objetivo de medir a qualidade de ensino nas instituições brasileiras, o que foi possível monitorar o desempenho dos estudantes de todo Brasil nas áreas de português e matemática, e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Tratando-se de índice de aprendizagem, a disciplina de matemática tem se destacado quanto ao mau desempenho dos alunos nesta área. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) a média em matemática está entre as menores dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Diante dos dados apresentados é de fundamental importância que o professor questione sua prática pedagógica; entenda como o aluno aprende e busque novas aprendizagens para sala de aula.

Esta área que estuda como o aluno aprende é tratada por grandes teóricos da Psicologia, como Piaget, Vygotsky, Wallon e Ausubel. Suas investigações neurológicas partem do entendimento de como acontece o funcionamento cerebral para aprender.

Nesta perspectiva, um novo conceito vem surgindo através das descobertas da neurociência que é um grande desafio do século XXI, como o sujeito pensa, como dialoga e como adquire autonomia no processo de aprender. O que hoje a Neurociência defende sobre o processo de aprendizagem se assemelha ao que os teóricos, acima citados, mostravam por diferentes caminhos cognitivos.

No entanto, se faz necessário entender que a Neurociência não fornece estratégias ou metodologias de ensino para melhorar as condições de aprendizagem, isto é trabalho da Pedagogia, por meio do estudo da didática. Assim, três grandes áreas podem colaborar para o entendimento desta questão, a Neurociência, a Psicologia e a Pedagogia.

Nesse sentido, o objetivo desta investigação é oferecer indicações do papel da neurociência cognitiva ao professor e a escola para combater o estigma de que aprender matemática é complexo. Essa abordagem se desenvolverá com bases cognitivas e neurais de como aprender a matemática. Nesse caso, fica o questionamento sobre como o professor pode enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, usando as contribuições da Neurociência?

2 METODOLOGIA

Para realização deste trabalho, a revisão bibliográfica foi o procedimento de pesquisa adotado, a partir de levantamento de livros, artigos, entre outras publicações; bem como a análise dos mesmos, seguida de seleção esmiuçada para embasamento estrutural da pesquisa, e também estudos complementares. Estes materiais foram estudados com ênfase e contribuíram para a realização da pesquisa em questão. A pesquisa bibliográfica centra-se em material publicado e baliza os estudos desta proposta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma das maiores dificuldades do docente é enriquecer sua prática de ensino acerca de uma aprendizagem significativa e prazerosa. Desta maneira torna-se indispensável a busca por novas aprendizagens em sala de aula, uma vez que existem várias formas de ensinar. Levando em consideração, que o estudante apresenta grande dificuldade em aprender matemática, a qual está presente em seu cotidiano e irá acompanhá-lo durante toda sua vida. Isto sugere a importância do entender, fazer e praticar a matemática.

Nota-se, então, a necessidade de conhecer o funcionamento e desenvolvimento do processo de aprendizagem. É nesse momento que a neurociência passa a colaborar, segundo Relvas (2012), a

> **Definição de Neurociência**
> É um campo de estudo entre Anatomia, Biologia, Farmacologia, Fisiologia, Genética, Patologia, Neurologia, Psicologia, Psiquiatria, Química, Radiologia e os vislumbrados estudos inerentes à educação humana no ensino e na aprendizagem." (RELVAS, 2012.).

De acordo com Pizyblski *et al* (2009), os estudos da neurociência e sua relação com a matemática vêm auxiliando as novas práticas pedagógicas, porque ao conhecer o cérebro e seu funcionamento pode-se entender como ocorre a aprendizagem

matemática, e como ela é representada neurologicamente. Esta aprendizagem é mais do que assimilar conteúdos escolares, ela leva a ampliação dos conhecimentos e, sobretudo, melhora as estruturas intelectuais do educando, gerando concentração, estimulando a cognição e aumentando a capacidade de percepção nas demais áreas do conhecimento.

Segundo Relvas (2012), o papel do professor diante desse estudante é provocar desafios, promover ações reflexivas e permitir o diálogo entre emoções e afetos, pois as aulas emolduradas pela emoção têm significado para a vida e jamais serão esquecidas. Quando as conexões afetivas e emocionais ocorrem, elas controlam as emoções, as funções de aprendizado e da memória. A autora ainda explica que essas conexões, devem ser preservadas:

> [...] pois são centelhas energéticas que provocam a liberação das substâncias naturais, os mensageiros químicos conhecidos por serotonina e dopamina, pois estão relacionados à satisfação, ao prazer e ao humor. Já o estresse em sala de aula provoca outra liberação de adrenalina e cortisol, substâncias que agem como bloqueadores da aprendizagem e que alteram a fisiologia do neurônio, interrompendo as transmissões das informações das sinapses nervosas. (RELVAS, 2012).

Tendo em vista os aspectos mencionados, o professor que busca o enriquecimento da sua prática pedagógica, precisa instigar e propor novos desafios ao seu educando, a fim de estimular o cérebro a aprender e compreender as novas informações transmitidas.

Os estudos da neurociência demonstram que qualquer pessoa é capaz de aprender matemática de forma fácil e prazerosa, até mesmo os conteúdos de alta complexidade, pois a plasticidade cerebral comprova que o cérebro cresce e se modifica de acordo com a jornada da aprendizagem. Neste caso, durante o desenvolvimento do ser humano é preciso oferecer aprendizagens matemáticas de forma diversa, por meio do visual, do criativo, da resolução de situações problemas e sempre encorajando o aluno que ele é capaz, pois o erro faz parte do aprendizado. A neurociência comprovou que isso é o que promove o desenvolvimento cerebral. Desistir não contribui em nada para a evolução da jornada de aprendizagem.

Afinal, as melhores aulas de matemática são aquelas que conseguem engajar os alunos em atividades e que focam na compreensão do problema e na sua resolução, em vez da memorização pela repetição ou da desistência por pensar que é incompetente para esse aprendizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da neurociência na prática pedagógica traz diversas contribuições para o processo de ensino aprendizagem. Isso demonstra a necessidade do professor entender o funcionamento do cérebro e seu desenvolvimento, o que certamente é uma possibilidade para desfazer o estigma das aulas de matemática. Tendo o aluno um novo caminho para aprender, de maneira que seu interesse seja constantemente estimulado pelas novas formas de aprendizagens que a neurociência aborda, ele certamente encontrará significado no que está sendo estudado.

Para que o estudo da Matemática se torne uma realidade no contexto escolar, as práticas pedagógicas devem ser pensadas e desenvolvidas, visando atender as necessidades do aluno com dificuldades em apreender o conteúdo específico da disciplina. Tem-se ainda que considerar que a educação atual está diante de uma demanda que aprende de forma diferente e pode agregar os conhecimentos, em favor do seu processo de aprendizagem.

Portanto, a referida pesquisa buscou apropriar-se dos fundamentos da Neurociência, que consiste nos processos mentais e cognitivos, para intervir nas práticas de sala de aula, especificamente nas aulas de matemática, entendendo que os aspectos relacionados são relevantes para promover a aprendizagem. A pesquisa também constatou que as intervenções de cunho cognitivo desenvolvidas no contexto escolar dão sentido e significado à aprendizagem, podendo representar ganhos positivos, até mesmo, para a qualidade de vida do indivíduo.

Dessa forma, enquanto o profissional da educação tem um olhar voltado para o público que não aprende, muitas vezes, designado por estigma construído pela própria sociedade em relação a disciplina de matemática, a Neurociência não conseguirá resolver o problema. Assim, quando o professor embasado na Neurociência intervir, visando à desmistificação de conceitos, aquilo que era tido como padronização passa a acreditar na potencialidade do indivíduo, fundamentando e intervindo nas suas práticas pedagógicas, demonstrando que as estratégias pedagógicas que respeitam a forma como o cérebro funciona são eficientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Média em matemática está entre as menores do Pisa**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/222-noticias/537011943/42771-media-em-matematica-esta-entre-as-menores-do-pisa>. Acesso em: 21 set.2019.

PIZYBLSKI, L. M.; SANTOS JUNIOR, G.; PINHEIRO, N. A. M. Relações entre o Ensino da Matemática e a Neurociência. I Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia, **Anais** [...]. Curitiba, 2009. p. 1138/1152. Disponível em: <http://www.sinect.com.br/anais2009/artigos/10%20Ensinodematematica/Ensinodematematica_artigo22.pdf>. Acesso em: 22 set.2019.

RELVAS, M. P. **Neurociência na Prática Pedagógica.** Rio de Janeiro: Wak, 2012.

NOVAS TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES DESSA RELAÇÃO.

Daniele Tábata de Matos, Wanderlei Sebastião Gabini, e-mail: danielevulpix@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nas escolas, a falta de motivação dos alunos é um grande problema para aprendizagem, fazendo com que o rendimento escolar não seja o suficiente para a formação. Valente (1999) aborda o desafio de implantar mudanças nas escolas, adequando-a às exigências da sociedade.

As novas ferramentas tecnológicas têm grande importância no contexto educacional como recursos didáticos na sala de aula, pois propiciam aos alunos e professores uma nova forma de ensinar e aprender.

> Essas novas tecnologias cooperam para o desenvolvimento da educação em sua forma presencial (fisicamente), uma vez que podemos usá-las para dinamizar nossas aulas em nossos cursos presenciais, tornando-os mais vivos, interessantes, participantes e mais vinculados com a nova realidade de estudo, de pesquisa e de contato com os conhecimentos produzidos.[...] (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2012, p. 152).

Isso permite levantar questionamentos sobre como motivar os alunos na interação em sala de aula. O tema faz refletir que o ensino tradicional não é suficiente, e que os alunos precisam estar diretamente ligados à sociedade cada vez mais globalizada para ampliarem seus conhecimentos.

A internet é o que mais motiva os alunos atualmente; por essa razão, é fundamental o uso em sala de aula, e a utilização de softwares educativos como ferramentas de trabalho do professor e de estudo do aprendiz. É necessário que o educando utilize a tecnologia de maneira consciente. Indezeichak (p.9) comenta que “Tão importante quanto a tecnologia em si, é como ela está sendo usada para fins educacionais”.

Os autores Sartori, Hung e Moreira (2016, p.144) em suas pesquisas em uma escola de Florianópolis, afirmaram que:

> Quando da caracterização no tocante ao uso das TICs pelos professores da rede básica de Florianópolis, destaca-se que 63,40% reconhecem e avaliam visões ao redor da adoção das TICs e das habilidades requeridas para o aproveitamento destas, 76,60% indagam e refletem sobre o uso das TICs a favor

> das necessidades de aprendizagem dos estudantes e 62% avaliam e refletem regularmente sobre investigações atualizadas e aplicações práticas promissoras para usar as TICs a favor da aprendizagem.

Percebe-se, de acordo com a pesquisa, que ainda há professores que não sabem como fazer uso proveitoso das tecnologias na sala de aula, outros questionam e averiguam como se beneficiar utilizando-as, e a grande maioria reconhece a necessidade da aprendizagem dos alunos permeado pelas tecnologias. Dessa maneira, compreende-se a importância da formação continuada dos professores, para que saibam como motivar e ensinar os alunos na era digital.

O presente estudo tem como objetivo discutir o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, mediante o uso das novas tecnologias, e as possibilidades geradas com essa integração.

Em um mundo cada vez mais globalizado, a tecnologia tem sido uma ferramenta muito importante para a educação, pois a quantidade de informação que a internet traz, amplia e aprofunda os conhecimentos já adquiridos de forma tradicional. A escola que participa desse novo contexto torna-se um lugar agradável, instigante e atrativo para os alunos. Existem vários recursos a serem explorados pelos professores e que são úteis para serem utilizados em sala de aula, como exercícios estimulantes, jogos desafiadores e vídeos didáticos.

2 METODOLOGIA

Em um primeiro momento foram realizadas leituras de livros e artigos que abordam os temas tecnologias na educação e mudanças na sociedade. O trabalho tem caráter qualitativo, centrado em uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Marconi e Lakatos (2015, p.43-44), “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]”. Segundo Pereira (2004, p. 21) dados qualitativos são esclarecidos do seguinte modo:

> O dado qualitativo é a representação simbólica atribuída a manifestação de um evento qualitativo. É uma estratégia de classificação de um fenômeno aparentemente imponderável que, fixando premissas de natureza ontológica e semântica, instrumentaliza o reconhecimento do evento, a análise de seu comportamento e suas relações com outros eventos.

Em um segundo momento foi analisado o resultado dos empregos das tecnologias em sala de aula, por meio de resultados existentes nas referências utilizadas. Foi estudado o comportamento dos alunos nesse novo processo de ensino-aprendizagem e se as decorrências afetam a aquisição do conhecimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Vive-se em uma era digital e os alunos estão totalmente inseridos nesse contexto, e é por isso que a escola deve integrar as tecnologias na sala de aula, para que o processo de ensino-aprendizagem seja inovador, motivador e eficiente. Dessa forma, criam-se novos recursos de ensino e de planejamento para o professor, que auxiliará o conhecimento do aluno de maneira atraente e ao mesmo tempo garantindo o aprendizado eficiente. A internet fornece uma infinidade de informações, através do celular e do computador, por isso é necessário o preparo e organização para a utilização dessas ferramentas, para que o aluno seja beneficiado com esses recursos, e não prejudicado ao obter informações inadequadas, ou até mesmo falsas.

Os aprendizes estão a todo momento com o celular na mão, acessando as redes sociais, enviando mensagens e fazendo buscas online, e os professores já não têm mais controle sobre esse aparelho. Por esse motivo, surgiu a necessidade de adaptar o celular como ferramenta de ensino e de maneira planejada, utilizando aplicativos didáticos, como por exemplo, jogos, programas que auxiliem no aprendizado de uma segunda língua, pesquisas e leituras de textos. O professor deve orientar os alunos para o uso consciente desse aparelho na sala de aula, para que os resultados sejam satisfatórios. Essa possibilidade, como destaca Lopes e Pimenta (2017), tem relação direta com a efetividade da aprendizagem.

O professor ao utilizar o computador como recurso didático, oportuniza o aprendizado colaborativo, dinâmico, participativo, um ambiente atrativo, além de aproximar a comunicação entre o educador e os aprendizes. A aprendizagem colaborativa é importante, como destaca Carneiro (2002), pois eles se auxiliam e cooperam nas atividades, assim a interação é um dos resultados positivos do emprego da informática na educação.

> Alguns professores, que já utilizam com maior frequência e de algum modo a informática, indicam algumas ideias positivas relativas à troca de experiências, tanto no uso do computador quanto nas atividades trabalhadas com alunos. Percebem que este aparelho, quando utilizado de forma contextualizada, pode ajudar na resolução de situações-problema, nas atividades de aprendizagem ou no acesso a informações. Outros, no entanto, ainda perdem a possibilidade de trabalhar com essa ferramenta, que pode tornar o ambiente da sala de aula mais dinâmico e o aluno mais interessado. (p.67-68)

O computador é um recurso que contribui na construção do conhecimento, e colabora no processo do ensino-aprendizagem, se usado corretamente. A rede disponibiliza vários softwares que podem ser utilizados de maneira didática, jogos

educativos, vídeos, ferramentas de textos que incentivam a leitura e possibilitam momentos de prática da escrita.

Percebe-se que as tecnologias no contexto escolar são ferramentas facilitadoras que colaboram na educação, desde que o professor utilize de maneira planejada e de forma mediada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo apontou que o ensino tradicional já não é mais suficiente para os alunos, pois a sociedade moderna adaptou as tecnologias como facilitador do cotidiano, e também é usada para diversão, comunicação e entretenimento. No ambiente escolar não pode ser diferente; as escolas devem incluir esses recursos tecnológicos como ferramentas educativas porque os alunos estão conectados o tempo todo. Essas ferramentas são atrativas para o aluno, e se usadas de forma didática facilitam no processo de ensino-aprendizado e resultam em benefícios para o aprendiz.

O computador e o celular são duas ferramentas que o professor de Língua Portuguesa pode utilizar em sala para atrair os alunos e trabalhar de maneira dinâmica. Esses instrumentos aproximam os alunos e o professor, pois a comunicação é fundamental nas atividades, e eles se auxiliam, cooperam e colaboram na aprendizagem. Dessa forma, a interação é consequência de aulas bem-preparadas, e essas aulas interativas, motivam os alunos que desempenham melhor as atividades.

O professor, nesse contexto, deixa de ser o centro do conhecimento e passa a ser o mediador, auxiliando os aprendizes na autonomia pela busca desse conhecimento. A rede fornece uma infinidade de informações, e o professor precisa estar atento para intervir, quando necessário, para que os alunos interiorizem conteúdos verdadeiros e de competência da disciplina. As tecnologias permitem que os professores planejem as aulas de maneira inovadora e modernize a metodologias, de modo que facilite e contribua no desenvolvimento do aluno.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, R. **Informática na educação**: representações sociais do cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002.

INDEZEICHAK, S. T. **O professor de língua portuguesa e o ensino mediado pela tecnologia**.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2015.

MORAN, J. M; MASETTO, M. T; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 19. ed. Campinas: Papirus, 2012.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados Qualitativos**: Estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais. São Paulo: Edusp, 2004.

SARTORI, A. S; HUNG, E. S; MOREIRA, P. J. **Uso das TICs como ferramentas de Ensino e Aprendizagem**. Notas para uma prática pedagógica educomunicativa. Caso Florianópolis 2013/2014. ed. Unijuí, Jan./Abr. 2016.

VALENTE, J. A. Mudanças na sociedade, mudanças na educação: o fazer e o compreender. *In*: VALENTE, J. A. (Org). **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas, UNICAMP/NIED, 1999.
Disponível em: <http://usuarios.upf.br/~teixeira/livros/computador-sociedade-conhecimento.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

O AMADURECIMENTO DA CRIANÇA PERANTE AO RIO NA LITERATURA

Gabriel Pessotto Galera, Marina Delgado, Isabella Unterrichter Rechtenthal, email: gabrielgalera02@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde o começo da produção literária, a questão da simbologia foi introduzida gradativamente nas mais diversas obras de vários países onde a escrita foi ganhando força artística. De acordo com Silva (2003), a área de estudo que foca na simbologia literária busca compreender o elemento diferenciador em relação a muitas outras obras já produzidas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir sobre o amadurecimento da criança perante ao rio em duas obras, da literatura norte-americana e brasileira, respectivamente: “A Terceira Margem do Rio” de João Guimarães Rosa e “As Aventuras de Huckleberry Finn” de Mark Twain”.

Segundo Araújo e Ferreira (2013 pág. 9), a figura do rio na literatura se relaciona com o fato de que a influência da água na vida de indivíduos de uma determinada região pode resultar na superação de uma realidade opressora. Nesse sentido, no conto *“A Terceira Margem do Rio”* de João Guimarães Rosa, podemos considerar, segundo Silva, Almeida e Miranda (2017), que o personagem principal, o filho abandonado pelo pai, vê na figura do rio algo que o motiva a pensar na distância que a “fuga” de seu pai rumo ao desconhecido com sua canoa, e, motiva-o, diariamente, ano após ano, a enfrentar o motivo pelo qual a sua realidade é triste e saudosa.

Além disso, temos na obra de Mark Twain a figura de Huckleberry Finn, sua relação com o Rio Mississippi e o amadurecimento do personagem. Segundo Hatoum (2005), o rio é um mito nos Estados Unidos e teve um grande impacto na produção literária norte-americana no século XIX e XX. É através do grande Mississippi que Huck tem suas aventuras com seu amigo Jim, escravo negro fugido, e acaba por amadurecer sua visão de mundo e conviver melhor com o fato de que seu próprio pai, bêbado e violento, o maltratou e apenas se interessava pelo “tesouro” encontrado por Huck e Tom Sawyer, estimulado em 12 mil dólares, e, também, ir contra às regras de uma sociedade que, segundo Ramos (pág. 27, 2008), é carregada de um sentimento de superioridade da raça branca sobre a negra.

Dentro da área acadêmica, considera-se importante o estudo da simbologia na literatura, pois a humanidade por si só é amante de símbolos e possui uma relação de longa data. Portanto, considera-se necessária a discussão sobre a influência do rio na literatura e nos destinos dos personagens, nesse caso, duas crianças de duas obras em questão sendo analisadas e suas trajetórias de amadurecimento da visão de mundo, preconceito racial e até mesmo de si mesmos, tendo ao seu lado a figura paterna inerente ao fato da tristeza e fracasso que acompanham os personagens principais por um período considerável para o desenrolar das histórias, a figura do preconceito enraizado numa sociedade marcada pela economia escravocrata e pela religião do século XIX numa cidade provinciana do sul dos Estados Unidos.

2 METODOLOGIA

O procedimento de pesquisa presente neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, utilizando artigos, livros e outras publicações. Toda a pesquisa é baseada em materiais previamente publicados sobre o tema. Os materiais de apoio utilizados são o conto “A terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa (presente no livro Primeiras Estórias), o livro “As aventuras de Huckleberry Finn” de Mark Twain.

Também foram utilizados o livro paradidático “O semiárido na literatura – a água dá o tom: sugestões de atividades de ensino”, de Humberto Hermenegildo Araújo e José Luiz Ferreira, que aborda a simbologia da água na literatura brasileira; o livro “Literatura Inglesa para brasileiros: curso completo de Literatura Inglesa e cultura inglesa para estudantes brasileiros”, de Alexandre Meireles da Silva, que trata das simbologias presentes em obras literárias; o artigo de Adriano Pereira da Silva, Edna Lopes de Almeida e Renata Sara Miranda, “A terceira margem do rio – João Guimarães Rosa – análise”, que trata de diversos aspectos sobre o conto; a entrevista intitulada “A literatura e a fúria” que trata sobre a importância do Rio Mississipi.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Durante a pesquisa realizada constatou-se que a figura da água exerce um forte papel na jornada de ambos os personagens do conto *“A terceira margem do rio”* de Guimarães Rosa e do livro *“As aventuras de Huckleberry Finn”* de Mark Twain. Na Literatura Brasileira, segundo Araújo e Ferreira (2013), há diversas representações da relação do povo com a água, principalmente em obras que abordam personagens do Nordeste do país, que por grande parte do ano estão com este recurso em falta,

relatando as diferentes formas que eles buscam para conviver em harmonia com o ambiente. Muitas obras retratam também as formas de devastação pelas quais os personagens passam, relacionando-as com a seca prolongada.

Ainda segundo Araújo e Ferreira (2013), o tema da água sempre se faz presente em diversos textos literários brasileiros, se mostrando um fenômeno que não se mantém o mesmo, não permanece restrito, o mesmo irá acontecer com os personagens, que passam por diferentes experiências e mudanças.

O conto *"A terceira margem do rio",* de Guimarães Rosa, narra a história de uma família cujos personagens não são nomeados, para representar as famílias brasileiras como um todo. O pai decide construir uma canoa e, mesmo com a desaprovação de todos os seus parentes, embarca em um rio. Conforme o tempo passa acontecem diferentes mudanças na aparência dos personagens e, também, em suas personalidades. Entretanto, o pai permanece estático em seu lugar, mas ainda se modificando. Por muitas situações o pai é chamado para voltar até mesmo quando seu neto nasce, mas nada é capaz de fazê-lo sair daquele posto. Sendo assim, a família precisa se reestruturar sem aquela figura, a mãe é a grande responsável por isso. Ao final do conto, o filho faz uma última tentativa, sugere trocar de lugar com o pai e, pela primeira vez, o pai se vira. Tal atitude amedronta o filho, que foge ao final do conto.

Mesmo sem possuir falas, o pai é o personagem que está em busca de algum significado existencial, ao entrar na canoa se coloca em uma jornada de identidade existencial, a terceira margem do rio representa sua transcendência, uma viagem para o interior do próprio personagem (SILVA, ALMEIDA, MIRANDA, 2017), como é possível destacar neste trecho de José Fernandez (1986):

> A atitude do pai — entrar em um barco para não ir a parte alguma — explica a necessidade imperiosa de imprimir um sentido à existência, de procurar uma forma de encontrar a sua identidade, de se afirmar como ser humano e assumir a subjetividade da história, mesmo sem narrá-la. (FERNANDEZ apud SILVA, ALMEIDA, MIRANDA, 2017).

Em alguns momentos do conto o filho lembra-se de seu pai, caracterizando-o sempre no pretérito imperfeito, mostrando que tais características já não se fazem mais presentes na personalidade de seu pai e confirmando as mudanças que a jornada trouxe (SILVA, ALMEIDA, MIRANDA, 2017).

Um importante símbolo presente no conto é a barca em que o pai passa grande parte da narrativa, podendo representar a morte ou a vida. O personagem acredita ao estar na barca que está livre e em busca do seu renascimento. (SILVA, ALMEIDA, MIRANDA, 2017).

A figura do rio se faz presente por toda a narrativa, ele simboliza a forma com a qual a vida segue, sendo uma representação da “mudança constante, a existência humana e o seu curso com sucessão de desejos, de sentimentos, de intenções em com possibilidades de desvios” (SILVA, ALMEIDA, MIRANDA, 2017). Outra característica importante do conto é a comparação que o narrador faz entre o pai e o rio, este é caracterizado como calado enquanto aquele é caracterizado como quieto. Silva, Almeida e Miranda (2017) ainda destacam a figura do rio como uma metáfora para a passagem, representando toda a experiência da existência.

A figura da travessia também é um símbolo importante, segundo Silva, Almeida e Miranda (2017) ela representa a busca pela mudança, o entender da existência e o encontrar de sua identidade.

Ainda segundo os autores do artigo, a metáfora do rio é uma representação da eternidade, símbolo de vida e passagem, além de sugerir cansaço, dor e peso. No livro de Twain, temos que considerar a grandiosidade do Rio Mississippi e, por consequência, a forte influência na trajetória de Huckleberry Finn e suas aventuras com seu amigo escravo Jim após fugir de casa por conta de seu violento pai e suas ameaças constantes.

De acordo com Hatoum (2005), o rio Mississippi foi um rio de extrema importância para a economia escravocrata estadunidense no século XIX e, além disso, também para a produção literária, sobretudo a de William Faulkner em “Palmeiras Selvagens”, livro escrito em meados dos anos 1920 e, também, no livro escrito por Mark Twain, um dos objetos de estudo deste trabalho.

Ainda segundo Hatoum (2005), o grande Mississippi teve outro aspecto de influência na vida da população sulista do país e que permanece como um tema relevante e atual: o extremismo religioso que ditava regras na vida dos sulistas. Segundo Ramos (pág. 27, 2008), há em pauta no livro o questionamento de Huckleberry Finn quanto à tentativa de ajudar um escravo negro fugitivo a tornar-se livre, atitude que não condizia com a moral do século XIX.

Nessa época em questão, em meio a tantos problemas sociais e religiosos – afinal, como morador da pequena cidade provinciana de Saint Petersburg do sul dos Estados Unidos, Huck se vê como uma peça importante no contexto problemático vivido por seu país naquela época – podemos considerar que, com sua tentativa de ajuda ao amigo, o amadurecimento de sua figura infantil começa a acontecer, logo que é nesse momento que a “rebeldia” e a chance de quebrar os fortes padrões da época de uma sociedade preconceituosa começam a mudar a visão de mundo do protagonista.

Ainda segundo Ramos (2008), o autor Mark Twain trabalhou como piloto no rio Mississippi e, durante um longo período de tempo, velejou para participar de episódios ligados à Guerra Civil Americana. Também, é neste rio que Huck tem suas aventuras com seu amigo Jim, escravo negro fugitivo. O rio representa o espaço físico em que o amadurecimento do personagem acontece, além de representar, o que para Araújo e Ferreira (2013), a superação de uma realidade opressora por meio da carga mística e influenciadora que as águas do rio têm na vida dos personagens que as circundam.

Consoante Silva, Almeida e Miranda (2017), o ato de atravessar o rio, neste caso na obra de Twain, o rio Mississippi, representa que a passagem de tempo e o movimento de travessia feito por Huckleberry Finn e Jim, puderam oferecê-los a compreensão de si mesmo, da própria sociedade e suas questões raciais e econômicas e de sua relação com o próximo, todos combinando rumo a um processo de amadurecimento que os levarão a um estado diferente do que encontramos na figura da criança, mas, sim, na figura de um indivíduo maduro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diversas obras literárias a presença do rio não se faz por acaso, sendo um recurso de grande importância para o desenvolvimento de tais narrativas. Conforme observado no conto de Guimarães Rosa, “A terceira margem do rio”, e no livro de Mark Twain, “As aventuras de Huckleberry Finn” seus respectivos rios se fazem presentes com a simbologia da mudança e da redescoberta de seus personagens. Não somente o novo, mas também a representação de desejos, sentimentos e vontades podem ser representadas pelo rio.

O rio Mississipi é, além de todos os simbolismos ao seu redor, um local de grande importância para a história do seu país, sendo citado em diversas obras literárias. No livro de Twain o rio é palco de grande parte da jornada dos personagens principais, sendo o local em que há o amadurecimento, representando a influência da água para aqueles que que passam por ela.

No conto de Guimarães Rosa o rio também se mostra carregado de simbolismos, sendo uma representação do curso da vida e como ela está sempre em constante mudança e isso é perceptível no conto, porque todos os personagens passam por mudanças que são reflexo do acontecimento relacionado ao rio, a partida do pai em uma barca.

Espera-se que o estudo da simbologia na literatura contribua para o avanço na área acadêmica relacionada aos símbolos da natureza e seu papel na construção de enredos literários.

REFERÊNCIAS

A LITERATURA E A FÚRIA. Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1109200509.htm> Acesso em: 1 out. 2019.

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo; FERREIRA, José Luiz. **O semiárido na literatura - a água dá o tom: sugestões de atividades de ensino.** Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2013.

ROSA, Guimarães. **Primeiras Estórias**. 15 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SILVA, Adriano Pereira da; ALMEIDA, Edna Lopes de; MIRANDA, Renata Sara Ferreira de. “A Terceira Margem do Rio - João Guimarães Rosa” Análise. **Revista Eletrônica de Educação e Ciência**. vol. 7. 2017, p. 17-36.

SILVA, Alexander Meireles da. **Literatura Inglesa para Brasileiros: Curso Completo de Literatura Inglesa e Cultura Inglesa para Estudantes Brasileiros**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2006.

TWAIN, Mark. **As aventuras de Huckleberry Finn**. Tradução de Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

O APRENDER NO HOSPITAL: A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR

Michele Carolina Morais Deonizio, Elaine Gardinal Pizato, e-mail: michele_karol@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A psicopedagogia nasceu no final do século XIX em função dos problemas de aprendizagem e do fracasso escolar, num contexto europeu, perpassando um período de mudanças históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais. Concomitantemente houve uma ampliação do acesso à escolarização, ou seja, quem não freqüentava a escola passou a freqüentar, surgindo à necessidade de formação de mão de obra especializada (GRASSI, 2013).

Já no Brasil, a explicação para os problemas de aprendizagem tem início com justificativas baseadas em fatores orgânicos e com forte influência da literatura e pesquisas estrangeiras. Na década de 60 a classe profissional tinha como foco a busca pelo fracasso escolar por meio de sondagens e avaliavam o desenvolvimento físico e psicológico, predominando a visão organicista e patológica acerca do indivíduo com dificuldade de aprendizagem, permitindo que a ideia de patologia fosse difundida no nosso meio escolar, onde professores encaminhavam os alunos com uma hipótese diagnóstica aos médicos e os mesmos reforçavam com a medicalização (SCOZ, 2004).

No ano de 1992 por meio de um congresso foram apresentadas as práxis da psicopedagogia, passando de um enfoque clínico centrado na patologia para um enfoque multidisciplinar, contribuindo para uma ação transformadora na escola. Porém para que se consolidasse como uma área de atuação, a mesma perpassou por outras ciências e acompanhou diferentes períodos da história do desenvolvimento e do ensino-aprendizagem, para só assim se tornar uma área de estudo, pesquisa, produção de conhecimento e atuação, podendo ter um enfoque preventivo ou terapêutico (Scoz, 2004).

Tanamachi (2003) também tenta definir o papel do psicopedagogo não como um mero “resolvedor” de problemas, mas como um profissional que dentro de seus limites e de sua especificidade, pode ajudar a escola a remover obstáculos que se interpõem entre

os sujeitos e o conhecimento e a formar cidadãos por meio da construção de práticas educativas que favoreçam processos de humanização e reapropriação da capacidade de pensamento crítico.

A hospitalização de crianças em idade escolar pode ser um dos fatores que interfira no processo de aprendizagem. Diante disso qual o papel do psicopedagogo e como sua atuação pode beneficiar o processo de aprendizagem no ambiente hospitalar?

Este artigo tem como objetivo apresentar a importância da atuação do psicopedagogo no âmbito hospitalar e identificar fatores que possam prejudicar o processo de ensino/aprendizagem de crianças em idade escolar hospitalizadas e como o profissional de psicopedagogia pode intervir para que esse ambiente se torne favorável para aprender.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada pode ser caracterizada como descritiva. De acordo com Gil (1991) esse tipo de pesquisa visa proporcionar a descrição de características de determinada população ou fenômeno. A pesquisa exploratória pode utilizar do ponto de vista de procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica. Quando se fala em pesquisa bibliográfica trata-se de um estudo descritivo e exploratório sobre uma temática definida, que apresenta como principal vantagem permitir uma ampla cobertura de um dado fenômeno.

O presente trabalho utilizou como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, através da pesquisa de artigos científicos e livros-técnicos relacionados à temática abordada, selecionados de acordo com sua pré-leitura e pertinência à temática. Os materiais obtidos foram coletados através de pesquisa bibliográfica nas seguintes bases de dados: CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Google Acadêmico. Para a pesquisa foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Psicopedagogia, aprendizagem, hospital.

A amostra dos artigos e livros foi selecionada por conveniência, isto é, foram selecionados artigos que discorressem sobre a psicopedagogia no âmbito hospitalar. A escolha do material, o critério de inclusão dos dados na pesquisa, deu-se pela leitura e análise dos resumos dos materiais coletados verificando, assim, sua pertinência com a temática. O conteúdo analisado encontra-se exposto nos capítulos que seguem. Vale ressaltar que, apesar da revisão bibliográfica, a temática relacionada à atuação do psicopedagogo no âmbito hospitalar ainda é restrita em relação à quantidade de material

divulgado. Assim, foi realizada uma exposição lógica e reflexiva e em argumentação com a temática pesquisada.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Amorim (2004) fala da importância do processo de humanização ao receber uma criança e seus familiares para internação, favorecendo o alívio do sofrimento do paciente como parte de um processo coerente e aperfeiçoado da conduta da equipe. Pois os primeiros contatos serão importantes para o paciente suportar o período de internação.

Para este autor o psicopedagogo é um dos profissionais que pode fazer esse acolhimento no setor e apresentar calmamente a esse paciente o ambiente no qual ficará internado, no caso se o houver uma brinquedoteca ou uma ludoteca é importante a apresentação para que essa criança saiba que existe algo a se fazer naquele determinado ambiente. Pois ao ser hospitalizado muitas vezes, por longos períodos de internação, o paciente perde o contato com suas atividades normais, como brincar ou ir à escola por dias, meses, espaço de tempo intercalado ou durante toda sua infância dependendo do seu estado de saúde.

Noffs e Rachman (2007) relatam que o trabalho da psicopedagogia no hospital tem como intenção o acompanhamento educacional de crianças e jovens internados para tratamento de saúde, diante da impossibilidade de freqüentar a escola. Essa população depende de formas alternativas de organização e oferta de ensino durante o período de internação, de modo a satisfazer os direitos à saúde e educação definidos na lei, visando à mobilização do processo de aprender.

Embora os autores citados anteriormente façam menção ao professor e psicopedagogo hospitalar como profissionais ligados a área da aprendizagem, os mesmos deixam claro que ambos exercem papéis diferentes nesse processo, de modo que, o psicopedagogo pode oferecer uma formação específica ao docente da classe hospitalar, levando-o a refletir sobre seu papel, que não é o mesmo que na sala regular. Um dos trabalhos que o psicopedagogo pode desenvolver com os docentes da classe hospitalar é pautado em alinhar o currículo baseado em competências e habilidades, permitindo ao professor desprender-se da obrigatoriedade de ensinar conhecimentos específicos escolares e comprometendo-se com o desenvolvimento de valores pessoais e sociais para o desenvolvimento humano.

A atuação do psicopedagogo na instituição hospitalar pode ser interventiva, utilizando técnicas, atividades como reuniões e discussões, com o objetivo de promover

a reflexão do professor acerca da sua atuação que é essencial para que essa modalidade de ensino seja efetiva. A realização da leitura psicopedagógica permite ao profissional compreender como ocorre e qual o significado que a aprendizagem tem para cada aluno, atuação do psicopedagogo deve fazer-se presente em todos os momentos em que ocorra a aprendizagem, desde o planejamento de uma atividade, passando pela formação, discussão dos casos com educadores e por fim intervindo nas dificuldades de aprendizagem (LIMA E NATEL, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado torna-se evidente e indispensável à atuação do psicopedagogo no ambiente hospitalar para que o processo de aprendizagem escolar e desenvolvimento não sejam interrompidos para crianças e adolescentes em idade escolar que passam por longos períodos de internação. Esta área também tem se preocupado em delinear seu papel de atuação para que não seja confundido com o do professor e vice-versa.

As pesquisas mostraram que o psicopedagogo pode estar a frente de muitos papéis de atuação no ambiente hospitalar como, participação na adaptação do currículo da classe hospitalar, orientações e escuta aos docentes e intervenções nas dificuldades de aprendizagem, assim como preparar esse escolar para o momento da alta e a reinserção do mesmo no ambiente escolar e na classe regular. Embora muitos hospitais no Brasil já tenham aderido essa modalidade de ensino, ainda existe uma lacuna e muito trabalho pela frente acerca da conscientização para que as demais instituições compreendam a importância deste trabalho, tanto para o desenvolvimento escolar deste paciente, quanto para o auxílio no seu processo de recuperação em si.

A psicopedagogia embora seja uma ciência consolidada que se apropriou de questões relacionadas à aprendizagem e suas dificuldades, ainda é desconhecida para o senso comum e está arduamente conquistando seu espaço. Portanto é de extrema importância que mais estudos sejam realizados acerca dessa modalidade de ensino para que cientificamente fique cada vez mais evidente sua efetividade enquanto área de atuação e também para que surjam novos horizontes e expansão do seu campo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, I. C. Atendimento psicopedagógico em enfermaria pediátrica. **Rev. Psicopedagogia**, 2 GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas.1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas. 1991.

GRASSI, T.M. **Psicopedagogia: um olhar, uma escuta**. Curitiba: InterSaberes, 2013, 1ª ed.1(64): 72-83. 2004.

LIMA, M.C.C; NATEL, M.C. A psicopedagogia e o atendimento pedagógico hospitalar. **Rev. Psicopedagogia**, 27(82): 127-39. 2010.

NOFFS, N.A; RACHMAN, V.C.B. Psicopedagogia e saúde: Reflexões sobre a atuação psicopedagógica no contexto hospitalar. **Rev. Psicopedagogia**, 24 (74): 160-8. 2007.

SCOZ, B. Psicopedagogia e realidade escolar. 11º ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

TANAMACHI, E. R.; MEIRA, M. E. M. **A atuação do psicólogo como expressão do Pensamento Crítico em Psicologia e Educação**. In: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (Org.). Psicologia Escolar: práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

O ASSÉDIO MORAL NOS ESPORTES COLETIVOS

Leandro Fermino Cavalcante, Pedro Queirós, Vanderlei de Freitas Nascimento Júnior,
e-mails: vanderlei.adv.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O assédio moral, apesar de repudiada pela sociedade em geral, é algo presente em diversos contextos, cada qual com suas consequências, tornando-se, por motivos óbvios, nocivas ao ser humano, pois a prática deste ato, principalmente quando reiterada (o que, conceitualmente, caracteriza em definitivo a consumação do assédio, sendo ele moral ou sexual, mesmo que, por vezes, não se tenha registro da ocorrência de tal ato) gera um dano que, quando não irreversível, perdura por um bom tempo na mente de quem a sofreu (até porque a vítima na situação, por vezes, sofre de maneira solitária, contida e quieta, o que acaba por dar vez à reiteração da ocorrência do assédio) tornando-se uma preocupação mundial visto que, independentemente da época, do tipo de pessoa que se encontra como vítima, sua classe social, etnia, religião, emprego, entre tantos outros aspectos, se tem relatos da prática do assédio moral há tempos.

O presente trabalho, portanto, irá discutir sobre o assédio moral quando presente dentro dos esportes considerados coletivos, nas suas mais diversas modalidades, com enfoque nas consequências junto a uma expectativa de redução futura.

O assédio moral não possui público-alvo, estando presente até mesmo em momentos inesperados, tornando o estudo do tema algo interessante para que se mensure o possível tamanho do dano gerado na vítima, tendo em mente um conceito precípuo do qual se torna evidente um certo desequilíbrio emocional, com proporções variadas, que levantam a hipótese de uma possível depressão, bem como o bloqueio de informações do atleta às pessoas que o rodeiam, usado por ele como forma de proteção, que pode fazer com que tais atitudes por ele tomadas podem fazê-lo retroagir em sua carreira esportiva, alterando rendimentos e desempenhos podendo, até mesmo, ocasionar uma possível interrupção e paralisação na carreira. Com o trabalho de pesquisa, se busca tentar compreender o motivo pelo qual tais fatos acontecem (por se tratar de um tema extremamente relativo) e, como isso pode (ou não) ser controlado e

evitados antes mesmos que chegar em esferas policiais, bem como ocasionar um declive na carreira no esportista.

2 METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica com consultas às doutrinas relacionadas ao direito desportivo e às leis e códigos pertinentes e relevantes ao assunto, juntamente com a presença também dos métodos dedutivos, que fizeram com que fossem tiradas conclusões diante de uma extração de dados e buscas. Busca o presente trabalho mostrar a evolução das normas e regulamentação dos esportes e, as penalidades aplicáveis àqueles que cometam alguma infração para que a prática esportiva, qual seja ela, se torne algo seguro e saudável de ser feita, através de uma solução preliminar de conflitos que vierem a surgir, sendo o direito desportivo um ramo autônomo do direito, possuindo normas, princípios fundamentais e institutos sistematizados que visam disciplinar a prática do desporto em suas diversas modalidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor ser esclarecido tal tema que, apesar de ser de extrema relevância mediante a sociedade presente, muitos não sabem do que se trata, pois desconhecem seu real conteúdo. Obviamente que, por não se tratar de uma ciência exata, não há em questão um conceito único para defini-lo, ao passo em que grande parte dos conceitos encontrados por doutrinadores e pesquisadores são pautados em pilares que estruturam a característica de um real assédio, sendo por vezes até complementares um ao outro, com a intenção de vê-los um dia, de maneira constante e gradativa, extintos de uma futura sociedade.

Diante de tais fatos, faz-se necessário conceituar e classificar, de acordo com o que se entende atualmente, sobre o que seria o assédio moral, sob à luz de diversos pontos de vistas. Hirigoyen (2010, p. 19), ratificando o fato de que o assédio moral não se apresenta como uma ciência concreta, entende que a ocorrência da prática de um assédio moral, afirmando o seguinte:

> Pequenos atos perversos são tão corriqueiros que parecem normais. Começam com uma simples falta de respeito, uma mentira ou uma manipulação. Não achamos isso insuportável, a menos que sejamos diretamente atingidos. Se o grupo social em que tais condutas aparecem não se manifesta, elas se transformam progressivamente em condutas perversas ostensivas, que têm

> consequências graves de serem compreendidas, estas se calam e sofrem em silêncio.

Logo após, Hirigoyen também define o tema como sendo (*Op. cit.*, p. 65):

> [...]toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.

A partir de um conceito já definido, é possível e necessário que se classifique os tipos de assédios morais, para que haja um entendimento maior sobre o fato a ser estudado. Existem, em linhas gerais e segundo o próprio TST (2019, p. 8-10) em cartilha própria publicada, três conceituações ao assédio: (I) Vertical, que é cometido em uma relação preexistente de subordinação; (II) Horizontal manifestada em ambientes nas quais não há hierarquia e; (III) Misto, quando há um assédio moral vertical e horizontal, concomitantemente. Lembrando que não necessariamente terão de ter dois personagens, podendo cometer e/ou ser cometidas mediante um grupo de funcionários.

No que tange a classificação vertical, esta pode ser subdivida em (I) Descendente: do superior ou grupo de superiores contra o funcionário, a fim de obter deste algo que não faz parte de sua função e; (II) Ascendente: funcionários ou grupo de funcionários contra o chefe, a fim de "boicotá-lo" para conseguir o que lhes interessa.

Ainda sobre a classificação do assédio moral, há o entendimento deste dos tipos (I) Interpessoal: quando ocorre entre as partes sem que a empresa ou ambiente de trabalho tenham ciência e; (II) Institucional: quando, sabendo do assédio moral, a empresa se faz conivente e inerte (TST, 2019, p. 7).

Pensando dessa forma, o TST (2019, p. 13), em sua cartilha que alerta ao combate ao assédio moral dentro de um ambiente de trabalho, listaram algumas das consequências sofridas pela vítima, para que, quando identificadas por terceiros, possa ser de auxílio para dar um primeiro (ou próximo) passo em busca de uma breve solução. As consequências podem se dar em diversas esferas e isso foi também ilustrado pela cartilha, a começar pelas consequências ao empregado vítima do assédio, quais sejam:

- Distúrbios digestivos;
- Dores de cabeça;
- Hipertensão arterial (pressão alta);
- Alteração do sono;
- Irritabilidade;
- Crises de choro;
- Abandono de relações pessoais;
- Problemas familiares;

- Isolamento;
- Depressão;
- Síndrome do pânico;
- Estresse;
- Esgotamento físico e emocional;
- Perda do significado do trabalho; e
- Suicídio.

Sob o mesmo olhar e com o mesmo intuito, o extinto MTE listou em sua cartilha consequências oriundas também do assédio moral, porém vistos pelo ponto de vista do empregador, na medida que este, inclusive, pode ser um dos personagens praticantes do assédio moral, bem como pode estar empregando (sem a sua percepção) um agressor em sua empresa, por exemplo. De acordo com o MTE (2013, p. 26), o assédio moral pode ocasionar:

> - Queda da produtividade e menor eficiência, imagem negativa da empresa perante os consumidores e mercado de trabalho;
> - Alteração na qualidade do serviço/produto e baixo índice de criatividade;
> - Doenças profissionais, acidentes de trabalho e danos aos equipamentos;
> - Troca constante de empregados, ocasionando despesas com rescisões, seleção e treinamento de pessoal;
> - Aumento de ações trabalhistas, inclusive com pedidos de reparação por danos morais;

A partir do entendimento de que a qualidade técnica que um atleta possui sobre o outro se difere, é necessário o mesmo entendimento de que, a carga psicológica entre um e outro pode apresentar-se diferente também, podendo um atleta não estar apto a aguentar a pressão e responsabilidade de atuar em uma equipe de peso e tradição (está por consequência, vem a ter alta visibilidade e, consequentemente, cobrança), tendo em vista que não se fala em máquinas, mas sim, pessoas. No que tange o tema, Carolina Diniz Paniza (2011, p. 2), em artigo que escrevera ao TST, denominado “Os atletas profissionais do futebol e o assédio moral do trabalho”, faz um breve, porém, pertinente comentário, qual seja:

> Evidente que a dor pertence à subjetividade e dependerá de cada indivíduo, assim, toda relação de trabalho marcada pelo desrespeito à dignidade do trabalhador, forçando-o a se tornar mero mecanismo de produção, desconsiderando sua condição de ser humano, merecedor de descanso e remuneração justa, sem dúvida campo vasta para o presente tema.

Em um primeiro entender, a rápida ação do clube para que o mal seja cortado pela raiz é de suma importância, para que possa haver um menor prejuízo em se tratando da relação entre clube e atleta, bem como a rápida recuperação deste, caso possível. Ao clube, para tomar decisões coerentes e eficazes, pensando primeiramente no ser humano lesado e, após isso, no atleta, é necessário estar bem estruturado para conter

e eliminar o mal, tendo em vista que o assédio moral é um fenômeno que atinge primeiramente o psicológico do indivíduo nas mais diversas proporções, justamente pelo fato da maneira de pensar e agir dentro de relações interpessoais em um mesmo ambiente de trabalho ocasionando, tão logo, a desconexão e desconcentração do atleta para com o seu principal objetivo dentro de uma equipe, o que passa a ser resultado de uma gestão mal sucedida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do presente trabalho, tiram-se várias conclusões sobre o presente tema, mediante um processo de estudo que é feito até que se chegue a um posicionamento final acerca do assédio moral e sua ocorrência nos esportes coletivos.

De fato, o assédio moral não é um tema irrelevante, surge ao assediador como uma oportunidade de constranger alguém a ponto de tornar-se tal pessoa frustrada e, assim sendo, conseguir intimidá-la e reprimi-la para que esta pessoa satisfazer os desejos daquele que o pretende. Não raras as vezes, o assédio moral é sequer denunciado, com medo da exposição da denúncia, e em se tratando do atleta de esportes coletivos, esse medo aumenta, pela exposição dos fatos tomar uma proporção maior.

As doutrinas e as diversas maneiras ilustradas de lidar com o assédio moral ajudam a vítima, em sua maioria, a se proteger do pós-trauma, quando o assédio já estiver sido consumado e a vítima precise de apoio para manter-se psicologicamente equilibrada, tanto para seguir sua vida pessoal, quanto para quem sabe, conseguir imprimir o rendimento que vinha tendo desportivamente. Porém é preciso aceitar que, diante dos fatos, tira-se a conclusão de que o assédio moral é um fenômeno que pode ser reduzido gradativamente ano após ano, desde que haja também uma gradativa repulsão da sociedade, mas não extinto e exaurido do contexto da sociedade.

Tal conclusão se faz pelo fato da consequência se dar geralmente a longo prazo, sendo estes os casos mais difíceis de lidar, pois ali estarão as maiores sequelas; também porquê a doença obtém caráter psíquico, estando portanto menos perceptível aos nossos olhos; ainda pois é algo relativo, podendo, a depender do contexto, interpretação e reação dos personagens ali inseridos, não se considerar um assédio moral, algo a ser separado por uma linha tênue; além do mais, porque é necessário que se analise singularmente o contexto de cada ocorrência, tendo em vista que, se feita uma pesquisa na origem do indivíduo caracterizado como sendo um dos personagens da pratica do

assédio moral, se pode, por vezes, concluir que o assédio moral foi feito de maneira leve e modo inocente.

Nunca se sabe por que motivos específicos o assédio moral ocorre, sabe-se, no entanto, que a sua prática desencadeia uma série de consequências individuais e de terceiros, sendo das mais diversas intensidades. Da mesma maneira que não se tem a ciência do real motivo da ocorrência do assédio, também se faz impossível, mesmo que se tente, a sua extinção, porém há um caminho (longo, árduo, porém próspero) para a sua almejada redução. E é para isso que se batalha.

REFERÊNCIAS

HIRIGOYEN, Marie France. **Assédio Moral: a violência perversa do cotidiano.** Tradução: Maria Helen Huhner.12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Cartilha sobre o assédio moral e sexual**. Disponível em: http://www.siemaco.org.br/CartilhaAssedioSexual.pdf?fbclid=IwAR3krJs3w0rFng7ugloRqWh5NTLurzMyeqwSlCj5HSdFL2D0FgCWNlPqfXI. Acesso em 09/10/2019

NASCIMENTO, Sonia Mascaro. **Assédio moral**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PANIZA, Carolina Diniz. **Direito Trabalhista Desportivo - Os atletas profissionais do futebol e o assédio moral do trabalho**. Revista do Direito do Trabalho – RDT. Brasília: Revista dos Tribunais – RT. 2011. p. 254 – 264.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Cartilha de prevenção ao assédio moral "Pare e Repare – Por um ambiente de trabalho + positivo"**. Disponível em: http://www.tst.jus.br/documents/10157/55951/Cartilha+assédio+moral/573490e3-a2dd-a598-d2a7-6d492e4b2457. Acesso em 09/10/2019.

O COMBATE A LAVAGEM DE DINHEIRO NO BRASIL

Luiz Gustavo Fracassi Ribeiro, Mayara Fernanda Gonçalves da Silva, Renato Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A lavagem de dinheiro é algo que remonta aos primórdios da civilização. Segundo MENDRONI, 2013, apresenta os piratas como sendo os piratas, um dos primeiros exemplos da prática de lavagem de dinheiro. Atualmente, os métodos e os indivíduos que a praticam evoluíram, sendo praticada hoje pelos mais variados criminosos, como corruptos, narcotraficantes, terroristas entre outros.

Atualmente, diferente do que ocorria nas primeiras tentativas de lavagem de dinheiro, existem diversos meios pelos quais os interessados podem praticar o ilícito, porém, os métodos disponíveis para identificação, prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

Atualmente temos no Brasil diversas leis, resoluções, instruções normativas de diversos órgão reguladores, como Banco Central (BACEN), Comissão de Políticas Monetárias (CPM), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que visam criar mecanismos de identificação e prevenção a tais delitos. No Brasil a primeira lei que veio a tratar do tema foi a Lei 9.613/98, que foi a primeira lei brasileira a tipificar a lavagem de dinheiro, porém havia algumas falhas, como por exemplo o rol taxativo dos crimes antecessores que caracterizariam a lavagem de dinheiro.

Com a entrada em vigor da Lei 12.683/2012, os legisladores buscaram corrigir as lacunas existentes na lei anterior, enquadrando assim, o Brasil, no rol de países que possuem uma legislação moderna e eficiente no combate ao crime de lavagem de dinheiro.

A entrada em vigor da referida Lei, considerada como sendo de 3ª geração, elevou nosso país a um patamar mais elevado no que tange o combate a este ilícito penal. Dentre os quais podemos destacar os Estado Unidos da América, o Reino Unido, a França, dentre outros países considerados de 1º mundo.

O presente artigo tem a intenção de apresentar os métodos disponíveis para o Brasil identificar e combater a lavagem de dinheiro em âmbito nacional e internacional,

colaborando com autoridades estrangeiras e buscando a cada dia se manter a frente dos novos métodos que os criminosos utilizam para branquear seus capitais obtidos ilicitamente.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado através de pesquisas bibliográficas, doutrinarias e jurisprudenciais buscando identificar os meios disponíveis para o combate à lavagem de dinheiro, bem como acompanhar a evolução desses meios frente a evolução dos métodos utilizados pelos criminosos para lavar o dinheiro obtido ilegalmente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

o crime de lavagem de dinheiro, ou branqueamento de capitais, como também é conhecido, se tornou objeto de grande atenção por parte dos governando por volta do fim da década de 80, quando se tornou evidente a capacidade e o grande poder de articulação de setores do crime organizado. Sentindo a desvantagem, os Estados passaram a buscar uma cooperação internacional, unindo forças para identificar e coibir as práticas de lavagem de dinheiro, e, atingindo o crime organizado em seu financiamento.

A origem da lavagem de dinheiro remonta às raízes das civilizações. Segundo MENDRONI, 2013, um dos exemplos remotos de lavagem de dinheiro remonta a pirataria, no século XVII.

Os piratas do século XVII, para dar uma aparência licita aos produtos de saques, e para manter os navios e armamentos necessários utilizavam-se de um esquema onde os produtos obtidos de maneiras ilícitas eram levados a comerciantes Americanos que possuíam boa reputação (ocultação), estes, por sua vez, entregavam aos piratas diversos produtos de menor valor, quem em tese, seria mais fácil de explicar, e de burlar as fiscalizações (dissimulação) e quando se aposentavam o que, em grande maioria dos casos, corria na Inglaterra, eles se utilizavam-se da aparência (falsa) de que obtiveram suas grandes fortunas de maneira licita, através de negócios legítimos feitos nas colônias (integração).

De acordo com Badaró e Bottini – 2013, a utilização da expressão “lavagem de dinheiro” foi utilizada por autoridades norte-americanas para explicar o método utilizado pela máfia em meados dos anos 30 para explicar a obtenção de seus altos lucros: a exploração de máquinas de lavar automática. Segundo essa explicação, mafiosos

famosos, como Al Capone, utilizavam de estabelecimentos legítimos onde ofereciam serviços de lavagem de roupas, e todo dinheiro obtido ilegalmente era declarado como se tivesse sido obtido através dessas empresas legitimas, pagando os respectivos impostos e utilizando recursos ilícitos como se lícitos fossem. Notamos novamente nesse exemplo, as 3 etapas essenciais para o branqueamento do capital, os mesmos observados no caso dos piratas do século XVII.

Para identificar a lavagem de dinheiro a doutrina se habitou a dividir a lavagem em etapas, ou fazes, as quais se fazem necessárias para sua caracterização material.

Segundo UIF (Unidade de Inteligência Financeira – antigo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras), entidade vinculada ao Banco Central, a lavagem de capitais se divide em três etapas: Colocação, Ocultação e Integração.

Na primeira etapa, a Colocação, o agente busca inserir o dinheiro “sujo” no sistema financeiro oficial, essa etapa é a parte mais perigosa de todo o processo de lavagem de capital e pode se dar de diversas maneiras, como, por exemplo, através de empresas de fachadas que declaram o dinheiro como proveniente de bens e serviço que, de fato, nunca foram prestados; ou simulação de compra e vende de imóveis e outros ativos; a conversão de dinheiro em bens materiais cujo valor seja de difícil aferimento, entre outros, nessa etapa o limite é a criatividade doa gente que deseja lavar seu capital.

Já na segunda etapa, a Ocultação, ocorre a tentativa de esconder a origem do dinheiro, dificultando assim que uma eventual investigação chegue à origem ilícita do dinheiro. Nesta etapa o agente utiliza de meios que confundam quem estiver tentando rastrear o dinheiro para isso, os meios mais comuns são: transferências sucessivas entre contas e bancos; deposito do dinheiro de maneira fracionada; investimento em empresas de fachadas; transferências do dinheiro para contas abertas em nome de laranjas. Esta etapa é a que exige maior capacidade intelectual do agente.

Na terceira fase ocorre a Integração, ou seja, o dinheiro já passou por tantas operações que sua origem ilícita está suficientemente longe, de maneira que o agente possa utilizar o dinheiro como se lícito fosse. Não é incomum que ao chegar nesta etapa o agente tenha pago todos os impostos e taxas necessários em uma operação normal, uma vez que, o objetivo principal do agente, não é ter o máximo de dinheiro possível, mas sim ter o dinheiro como se fosse limpo e utilizá-lo da maneira que bem entender sem ter o risco de ser descoberto.

O combate à lavagem de dinheiro no Brasil.

O Brasil deu um passo importante para combater a lavagem de dinheiro com o advento da Lei 12.683/12 que modificou a Lei 9.613/98, que como principal mudança retirou o rol taxativo dos crimes que antecederiam a lavagem de dinheiro, entrando assim nas legislações classificadas como sendo de 3ª geração.

A referida Lei, além de retirar o rol taxativo dos crimes antecedentes, passou a prever em seu artigo 9º o seguinte:

> Art. 9o Sujeitam-se às obrigações referidas nos arts. 10 e 11 as pessoas físicas e jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não:
> I - a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira;
> II – a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial;
> III - a custódia, emissão, distribuição, liqüidação, negociação, intermediação ou administração de títulos ou valores mobiliários.
> Parágrafo único. Sujeitam-se às mesmas obrigações:
> I – as bolsas de valores, as bolsas de mercadorias ou futuros e os sistemas de negociação do mercado de balcão organizado;
> II - as seguradoras, as corretoras de seguros e as entidades de previdência complementar ou de capitalização;
> III - as administradoras de cartões de credenciamento ou cartões de crédito, bem como as administradoras de consórcios para aquisição de bens ou serviços;
> IV - as administradoras ou empresas que se utilizem de cartão ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou equivalente, que permita a transferência de fundos;
> V - as empresas de arrendamento mercantil (**leasing**), as empresas de fomento comercial (**factoring**) e as Empresas Simples de Crédito (ESC); (Redação dada pela Lei Complementar nº 167, de 2019)
> VI - as sociedades que efetuem distribuição de dinheiro ou quaisquer bens móveis, imóveis, mercadorias, serviços, ou, ainda, concedam descontos na sua aquisição, mediante sorteio ou método assemelhado;
> VII - as filiais ou representações de entes estrangeiros que exerçam no Brasil qualquer das atividades listadas neste artigo, ainda que de forma eventual;
> VIII - as demais entidades cujo funcionamento dependa de autorização de órgão regulador dos mercados financeiro, de câmbio, de capitais e de seguros;
> IX - as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que operem no Brasil como agentes, dirigentes, procuradoras, comissionarias ou por qualquer forma representem interesses de ente estrangeiro que exerça qualquer das atividades referidas neste artigo;
> X - as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades de promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis;
> XI - as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem jóias, pedras e metais preciosos, objetos de arte e antigüidades.
> XII - as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de luxo ou de alto valor, intermedeiem a sua comercialização ou exerçam atividades que envolvam grande volume de recursos em espécie; (Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012)
> XIII - as juntas comerciais e os registros públicos; (Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012)

> XIV - as pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, em operações: (Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012)
> a) de compra e venda de imóveis, estabelecimentos comerciais ou industriais ou participações societárias de qualquer natureza; (Incluída pela Lei nº 12.683, de 2012)
> b) de gestão de fundos, valores mobiliários ou outros ativos; (Incluída pela Lei nº 12.683, de 2012)
> c) de abertura ou gestão de contas bancárias, de poupança, investimento ou de valores mobiliários; (Incluída pela Lei nº 12.683, de 2012)
> d) de criação, exploração ou gestão de sociedades de qualquer natureza, fundações, fundos fiduciários ou estruturas análogas; (Incluída pela Lei nº 12.683, de 2012)
> e) financeiras, societárias ou imobiliárias; e (Incluída pela Lei nº 12.683, de 2012)
> f) de alienação ou aquisição de direitos sobre contratos relacionados a atividades desportivas ou artísticas profissionais; (Incluída pela Lei nº 12.683, de 2012)
> XV - pessoas físicas ou jurídicas que atuem na promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de transferência de atletas, artistas ou feiras, exposições ou eventos similares; (Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012)
> XVI - as empresas de transporte e guarda de valores; (Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012)
> XVII - as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de alto valor de origem rural ou animal ou intermedeiem a sua comercialização; e (Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012)
> XVIII - as dependências no exterior das entidades mencionadas neste artigo, por meio de sua matriz no Brasil, relativamente a residentes no País. (Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012)

As pessoas físicas ou jurídicas identificadas nesse artigo estão sujeitas, conforme os arts. 10 e 11 a: identificar e manter atualizado o cadastro de clientes; registrar as transações em moeda nacional ou estrangeiras, títulos e valores mobiliários, ou qualquer outro ativo possível de ser convertido em dinheiro; adotar políticas e procedimentos de controle interno, compatíveis com seu porte e volume de operações; cadastrar e manter atualizado o cadastro nos órgãos regulador ou fiscalizador, e na falta desse no COAF; atender as requisições formuladas pelo COAF; dentre outras.

Através dessa legislação, temos, como linha de frente no combate a lavagem de dinheiro no Brasil o COAF, uma vez que, coimo visto no paragrafo anterior, diversos setores do mercado possuem obrigações de informar os órgãos reguladores de suas atividades ou diretamente o COAF sobre operações suspeitas, que tragam consigo algumas das características inerentes ao branqueamento de capitais.

Mas afinal, o que é o COAF? O Conselho de Controle de Operações Financeiras é o órgão responsável pela inteligência financeira do Brasil, criado seguindo as recomendações do grupo de EGMONT sobre inteligência financeira. O COAF é composto por um presidente nomeado pelo Presidente da República por indicação do ministro da Fazenda, e mais 11 conselheiros designados, em ato do ministro da Fazenda,

proveniente dos seguintes órgãos: Agencia Brasileira de Inteligência (ABIN); Banco Central do Brasil (BACEN); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Controladoria Geral da União (CGU); Policia Federal (PF); Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Presidência Social; Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN); Receita Federal do Brasil (RFB) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Tal variedade visa ampliar os horizontes do COAF, uma vez que cada um dos conselheiros trás consigo uma grande bagagem de conhecimento adquirido em seus órgãos de origem, dando assim um maior espectro para identificação da lavagem de dinheiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos métodos mais moderno e eficaz para identificação e combate a lavagem de capitais é a existência de uma unidade de inteligência financeira. No Brasil, como vimos esta unidade foi criada pela lei 9.613/98 e se chama COAF.

Dentre suas atividades e obrigações se destacam a supervisão administrativa de setores sensíveis. no âmbito da inteligência financeira vimos que cabe ao COAF receber os dados das instituições obrigadas a fornecerem, organizá-los e, após os tramites, emitir relatórios de inteligência financeira a a fim de munir de informações as autoridades competentes para investigar o crime. Cabe também ao COAF, a função de regular determinados segmentos, elaborando regras sobre métodos de registro de informações de clientes e atividades suspeitas.

Nesse sentido o COAF, através de sua Assessoria Internacional, apresentou 10 sinais de alerta que se realizados de forma conjunta ou sistemáticas, é provável a ocorrência da lavagem de dinheiro. São eles: Movimentações incompatíveis com a capacidade econômico-financeira; constas movimentadas por procuração; movimentações de grandes volumes de depósitos; retiradas sistemáticas, em sua maioria, por meios eletrônicos; atuação contumaz sem revelação dos reais beneficiários; contas que não demonstram se resultado das atividades normais dos envolvidos; operações com estrangeiros ou em regiões de fronteiras; indícios de manipulação do mercado paralelo de câmbio; venda simulada de passagens aéreas e; indícios de evasão de divisas, conforme apresentado por LIMA (2014).

Vemos assim, que o COAAF representa um importante órgão na luta com contra a lavagem de dinheiro, sendo, inclusive, reconhecido internacionalmente, tendo recebido

o prêmio Brasil de destaque no combate a corrupção na 5ª conferência internacional promovida pela associação nacional dos Delegados de Polícia Federal.

REFERÊNCIAS

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime de lavagem de dinheiro. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LACERDA, Vinicius. **A lavagem de dinheiro no Brasil e os métodos de prevenção e combate do COAF.** Disponível em <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI291556,51045-A+lavagem+de+dinheiro+no+Brasil+e+os+metodos+de+prevencao+e+combate> acesso em 14 de out. 2019.

BOTTINI, Poerpaolo Cruz; BADARÓ, Gustavo Henrique, Lavagem de dinheiro – Aspectos penais e Processuais Penais

O CORTEJO DO ESDRÚXULO: VEIGUEANO E FREUDIANO

Victor Sousa, Isabella Unterrichter Rechtenthal,
e-mail: 1999victorss@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto lavoisiano “Nada se cria, tudo se transforma”, é ilusório deixar de cotejar produções literárias com caracteres similares, esdrúxulas, no espaço-tempo. O ensaio *“Das Unheimliche”,* de Sigmund Freud, pai da psicanálise, neste caso, está paralelizado ao conto *“O Galo Impertinente”* do livro *“A Estranha Máquina Extraviada”*, de José Veiga, autor goiano imerso no Realismo Fantástico.

Principiando desse cotejo, este trabalho levanta a seguinte problemática: Quais as congruências possíveis nas obras de Freud e Veiga? Levando em consideração a imergência do último na escola literária que o integra e suas relações no pensamento do médico neurologista.

Com base nessa indagação, a presente pesquisa busca subsídio para suprir tal carência literária no estudo diacrônico do esdrúxulo. Uma vez que os autores nunca foram academicamente trabalhados de forma que seus nomes estejam emparelhados como objeto de pesquisa.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica dialética de literatura comparativa, utilizando do texto original do conto *“O Galo Impertinente”* de José Jacinto Veiga; *“O Inquietante”*, tradução de César de Souza do *“Das Unheimliche”* de Sigmund Freud; Introdução à vida de Veiga e as congruências do ensaio freudiano e o conto veigueano através do texto de Irene Severina Rezende a cerca da vida do brasileiro e da escola literária do Realismo Fantástico, com inserções de José Hildebrando Dacanal e Irlemar Chiampi em relação às características consoantes da escola literária ao enredo do conto e a transição do realismo-naturalismo para a nova tendência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O título do ensaio freudiano, "*Das Unheimliche*" é o ponto de partida no percurso que estabelecemos traçar. A palavra alemã *unheimliche* é antagônica à *heimliche* [familiar], perceptível pelo prefixo –in, que indica recalque, negação.

Propiciando a inferência de que o sentimento de medo, que muito se confunde com o de estranhamento, surge a partir do momento em que o indíviduo não tem familiaridade, consciente ou não, para com essa experiência.

Mas essa conclusão não é inversamente proporcional, dessarte, nem toda experiência nova, não familiar, é necessariamente assustadora, algumas o são, seja pela inocência de não se saber como lidar com elas, a perca de controle ou inúmeros outros fatores que possam acarretar no mesmo, mas nem todas o são.

Consoante com a concepção freudiana, as possibilidades de ação do sentimento de inquietação se estende a duas possibilidades, em dois âmbitos diferentes, quer no mundo palpável, onde os indivíduos coabitam um espaço físico, quer na ficção, um cenário imaginativo em que tudo é possível, nesse contexto através de um enxerto literário.

O postulado freudiano estabelece que quando se remete ao sentimento de estranheza na vida de um indivíduo, este ocorre quando "[...] complexos infantis reprimidos são reanimados por uma impressão exterior [...]" assim como quando "incertezas primitivas, supostamente superadas parecem voltar a atormentar o indivíduo."

Do outro lado, ao que se remete ao sentimento de estranheza na ficção, este ocorre de formas diferentes entre os indivíduos, na medida em que os autores podem moldar mundos ímpares, onde estes podem conter o que bem desejarem, sendo conteúdos coincidentes ou não com a realidade do indivíduo em questão; Cabe ainda destacar que o leitor terá a possibilidade de se submeter tanto às normas de seu mundo, real, junto ao mundo correspondente pela ficção, do criador literário.

> No caso dos contos populares de magia, os mais estranhos ou inquietantes acontecimentos não despertam em nós nenhum sentimento de estranheza, porque sabemos, enquanto leitores, que nos submetemos às regras que regem esse tipo de realidade criada dentro do espaço da obra literária. (REZENDE, 2008. p. 31.)

Sendo assim, questões e situações que seriam julgados e classificados como *Heimliche* ou *Unheimliche* na vida real, podem não se encaixar na mesma classificação quando se trata de literatura.

> O mundo dos contos de fadas, por exemplo, abandonou desde o início o terreno da realidade e aderiu abertamente às convenções animistas. Realização de desejos, forças ocultas, onipotência dos pensamentos, animação do inanimado, são outros tantos efeitos usuais nos contos que impedem estes de dar a impressão da estranheza inquietante. Com efeito, para que este sentimento aflore é necessário que haja debate, a fim de decidir ser o "incrível", que foi superado, não poderia apesar de tudo ser real. (FREUD apud REZENDE, 2008. p. 31)

Na medida em que *Unheimlich* se direciona a capacidade de experimentar a sensação de estranheza, essa acaba ocorrendo em graus desiguais entre os indivíduos, na medida em que, se o mesmo estiver intelectualizado com o mundo, menos coisas acarretarão nele o sentimento e a sensação de desconcerto, de estranhamento.

> O artista aparenta situar-se no terreno da realidade comum. Ele adota então todas as condições que na vida real regem o aparecimento do *Unheimliche*, e tudo o que na vivência possua este caráter, também o possuirá na ficção. Mas, neste caso, o artista pode exaltar e multiplicar o *Unheimliche* para muito além do que é possível na vida real, fazendo ocorrer o que jamais, ou raramente, sucederia na realidade. De certo modo, entrega-nos à nossa superstição, que acreditávamos superada; engana-nos, ao prometer-nos a realidade vulgar, para em seguida sair dela. (FREUD apud REZENDE, 2008. p. 32.)

Freud diferencia o estranho do amedrontador, os paralelizando ao fantástico e o terror, de forma com que o estranho esteja para o fantástico assim como o amedrontador está para o terror. Divergentes no ponto em que a gradação de familiaridade, ou não, o definirá em questão.

Os contos de fadas são fantásticos por já possuírem um caráter imaginativo, mas exceder as expectativas contidas sobre os contos de fada nos conduziria para uma experiência estranha. O amedrontador segue o mesmo paradigma, acarretando ao terror de acordo com as nivelações de familiaridade.

No cenário literário ficcional brasileiro, quando se trata de contos fantásticos, se sobressai a corrente literária que nos referimos como Realismo Fantástico, Mágico ou Maravilhoso, que surgiu como um movimento literário reacionário ao Realismo e ao Naturalismo, além de uma resposta aos regimes ditatoriais que se alastravam na América do Sul.

Segundo Irlemar Chiampi, O "[...] realismo mágico veio a ser um achado [...] que cobria [...] a complexidade temática [...] do novo romance e a necessidade de explicar a passagem da estética realista-naturalista para a nova visão ("mágica") da realidade."

Consoante José Hildebrando Dacanal, a singularidade do Realismo Fantástico está no elo da realidade e o universo mágico, transparecendo elementos fantasiosos ou extraordinários de forma axiomática e trivial.

Entretanto, a literatura latino-americana não tinha superado completamente o Naturalismo, refletindo traços regionalistas na produção literária do Realismo Fantástico.

Portador de uma produção literária imersa em regionalismos, José Jacinto Veiga, propagado como José J. Veiga, foi um jornalista, advogado, tradutor e escritor goiano, que iniciou carreira de escritor aos 44 anos, é considerado um dos maiores autores lusófonos do Realismo Fantástico, cuja produção pode ser considerada reacionária ao período ditatorial que o Brasil perpassava em 1967, quando A Estranha Máquina Extraviada, uma coletânea de contos fantásticos com traços absurdos foi publicada.

O Galo Impertinente é o décimo conto da obra e o objeto de estudo do presente trabalho, analisando em seu conteúdo elementos que condizem com o ensaio sobre o inquietante de Freud e aspectos do Realismo Mágico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência axiomática do galo singular em um cenário cotidiano é um traço típico do Realismo Fantástico, corrente literária à que o conto faz parte. Não se contesta em momento algum a aparição de um galo tão ímpar, que acarreta em um impasse quanto a seu tamanho.

> Os viajantes contavam como iam indo muito bem pela estrada, embalados pela lisura do asfalto, quando de repente, saído não se sabe de onde, **um galo enorme aparecia diante do carro.** [...] **Nunca se chegou a acordo quanto ao tamanho do galo, as descrições feitas pelos viajantes emocionados iam de pinto a jumento.** Talvez cada um tivesse sua razão: quem poderia afirmar que ele não escolhesse um tamanho para cada ocasião? (VEIGA, 2010. p. 81 e 82, grifo nosso)

Quanto ao regionalismo presente no Realismo Fantástico e típico da escrita veigueana, fruto de um vínculo mantido pela não superação completa do Naturalismo, suscita no cenário interiorano que se reflete interiorizado na obra, pontuando o seu fundo de palco.

> Quem tinha de atravessar a região ia abrindo picadas pelo mato, passando rios com água pelo peito, subindo e descendo morros cobertos de malicia e unha-de-gato. [...] trilha larga coberta de capim e plantas rasteiras [...] (VEIGA, 2010. p. 80 e 83)

O Realismo Fantástico é, também, uma rechaça à soberania militar na América do Sul. José Veiga veladamente utilizou de artificio dois aparelhos que remetem ao militarismo para transparecer o caos destrutivo que os regimes ditatoriais empunham na ficção e na realidade.

> Como último recurso apelou-se para o ministério da guerra. Primeiro mandaram um canhão pesado, que só serviu para abrir rombos no leito da estrada. Depois recolheram o canhão e mandaram um tanque com ordens de destruir. [...] Os soldados perderam a paciência e abriram fogo, vários disparos a curta distância. [...] Quando as labaredas cessaram, no chão só ficou um monte de metal fundido. (VEIGA, 2010. p. 80 e 83)

O galo de tamanho controverso seria, na primeira via da bifurcação freudiana, a do mundo palpável, agente de certo estranhamento para com os mais imaginativos e menos céticos, pela familiaridade com galos regulares, mas os indivíduos que contrastem com essas características podem ser tomados por um terror desordenado, em decorrência do nivelamento de estranheza para com o galo ora minúsculo, ora colossal.

Todavia, como o referencial aponta para um mundo da segunda via, a do mundo ficcional, os critérios são intrínsecos aos universos autorais de acordo com a gradação de verossimilhança desses para com o real, quanto mais deturpado e alheio à realidade, mais à margem do absurdo ser aceito ele está.

Os níveis de estranheza e aceitabilidade para com a experiência são inversamente proporcionais, quanto maior a gradação de um, menos provável é a existência do outro.

> Pessoas que iam experimentar a excelência da estrada voltavam **assustadas**, jurando nunca mais passar lá – quando não caíam num mutismo de fazer dó, como se tivessem sofrido um abalo muito grande por dentro. (VEIGA, 2010. p. 81, grifo nosso)

REFERÊNCIAS

CHIAMPI, Irlemar. **O Realismo Maravilhoso: Forma e Ideologia no Romance Hispano-Americano**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

DACANAL, José Hildebrando. **Realismo Mágico**. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1970.

FREUD, Sigmund. **Das Unheimliche (O Inquietante)**. Disponível em: <http://postllc.fflch.usp.br/sites/postllc.fflch.usp.br/files/O%20INQUIETANTE.pdf>. Acesso em 22 de Setembro de 2018. p. 329-376.

FREUD, Sigmund. **O Sinistro (Das Unheimliche)**. In:_____. **Obras Completas**. Vol XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 274-314.

REZENDE, Irene Severina. **O Fantástico no Contexto Sócio-Cultural do Século XX: José J. Veiga (Brasil) e Mia Couto (Moçambique)**. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VEIGA, José Jacinto. **O Galo Impertinente**. In: _____. **A Estranha Máquina Extraviada: Contos**. (15ª ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 79-84.

O CRIME DE CONCUSSÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Mayara Milani, Renata Carla Louzada Mario, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel, e-mail:mah.milanimm@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar o crime de concussão da administração pública, abordando seus elementos, sujeitos, penalidade, fazendo uma breve observação que nos trará uma noção ampla de seu surgimento e contextualização no âmbito administrativo e penal.

Desta forma a temática que envolve o Crime de Concussão na Administração Pública foi escolhida por ser um dos delitos mais expoentes do Código Penal que transcende à administração. O referido tema é de grande relevância sócio-jurídica e econômica por registrar algumas reflexões e posições sobre a corrupção, formas, causas e consequências do crime, que causam prejuízo a economia, gerando reflexos em outros setores do direito e da administração pública, sendo esta, capaz de afetar negativamente até mesmo o desenvolvimento de um país e a vida de todos.

“Administração” é palavra que pode conter diversos significados, inter-relacionados. Em se tratando de Administração Pública pode se definir como aparelho estatal, ou seja, conjunto formado por um governo e seus agentes administrativos regulados por um ordenamento jurídico (BRESSES PEREIRA,1995), que consiste no conjunto das normas, leis e funções existentes para organizar a administração dos Estados em todas as suas instancias e tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais expostos na carta republicana de 1988 (art. 37, *caput*) conhecidos como princípios explícitos que norteiam o modo ao qual a Administração Pública deve atuar, tais princípios são: da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A função desses princípios é de dar unidade e coerência à Administração Pública, em relação direta com o Direito Administrativo, controlando as atividades administrativas de todos os entes que integram a federação brasileira (União, Estado, Distrito Federal e Municípios). Nesse contexto, a administração pública exerce suas funções por meio de seus agentes, órgãos, entes e atividades públicas, garantindo a direta e imediata

realização dos fins alcançados pelo Estado. As ações que contrariem tais princípios, além de serem invalidadas, se ocorrerem em concomitância a atos elencados no Código Penal como infração penal deverão ser julgados na esfera criminal.

A Administração pode assumir duas vertentes: a ideia de servir e executar e a de direção ou gestão, em ambas há a presença da relação de subordinação e hierarquia.

Em suma é possível definir Administração Pública como toda atividade do Estado.

Para o Direito Penal, segundo Antônio Pagliaro e Paulo José da Costa Júnior, (in Antonio Pagliaro, 2009, p. 1.006) o conceito de administração pública é mais amplo. Abrange toda a atividade estatal, seja administrativa, legislativa ou judiciária, em sentido subjetivo e objetivo. Em direito penal, administração pública equivale a sujeito-administração e atividade administrativa. O conceito de funcionário público, para efeitos penais, está expresso no artigo 327, do Código Penal, que em sua nova redação elegeu o critério funcional, ao definir que é funcionário público aquele que exerce atividade típica da Administração.

Essa definição é válida para todos os casos em que o Código Penal ou leis especiais se refiram a funcionário público, seja quando esse é sujeito ativo do crime, seja quando é sujeito passivo, o ofendido. Não importa que o sujeito seja empregado, ou não, não importa que o encargo seja exercido temporária ou permanentemente, voluntária ou obrigatoriamente, com retribuição ou não. O fato é que, desde que o sujeito desenvolva atividade de fato ou específica será reconhecido como funcionário público.

Como acima mencionado, o funcionário público como explica o Código Penal, é aquele que desenvolve atividade de fato ou específica. Nesse contexto existem crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral e dos crimes praticados por particular contra a administração em geral, dentre as várias hipóteses o crime de Concussão.

O crime de Concussão é observado no artigo 316 do Código Penal:

> Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:
> Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa.
> §1º Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:
> Pena – reclusão, de três a oito anos, e multa.

Tem, portanto, sua ação nuclear consubstanciada no verbo exigir, isto é, ordenar, reivindicar, impor como obrigação. O funcionário público exige da vítima o pagamento de

vantagem que não é devida (trata-se de uma espécie de extorsão, só que praticada não mediante o emprego de violência ou grave ameaça). “Agora, o particular (houvesse ou não motivo justo de temer) compreende e teme; e oferece o dinheiro” (JESUS, 2013, p. 324).

A exigência da vantagem, segundo o próprio tipo penal, pode ser formulada pelo funcionário público ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas sempre em razão dela. Consuma-se no momento em que a exigência chega ao conhecimento da vítima, independentemente da efetiva obtenção da vantagem visada. Não desnatura o crime, portanto, a devolução posterior da vantagem ou a ausência de prejuízo.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é analítica-dedutiva. A análise de acervo doutrinário pátrio acerca de direito administrativo e direito penal, artigos científicos, legislação e jurisprudência se fizeram necessárias para a execução da presente pesquisa. Para ser possível conceituar administração pública, servidor público e crimes contra a administração pública em especifico o crime de concussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tal crime dar-se-á com a consubstanciação do verbo *exigir,* isto é, ordenar, reivindicar, impor como obrigação. O funcionário público exige da vítima o pagamento de vantagem que não é devida. Trata-se de uma espécie de extorsão, só que praticada não mediante o emprego de violência ou grave ameaça, mas valendo-se o agente do *metus publicae potestatis* (medo do poder público).

O crime de concussão consuma-se quando a exigência chega ao conhecimento da vítima, independentemente da efetiva obtenção da vantagem visada. Trata-se de crime formal. A obtenção da vantagem é mero exaurimento. Não desnatura o crime, portanto, a devolução posterior da vantagem ou a ausência de prejuízo. É possível a tentativa. A ação penal é pública.

> A conduta deve comportar a assunção, explícita ou implícita, de poderes conexos com o cargo de funcionário público. Em suma, a exigência deverá relacionar-se com a função que o agente desempenha ou irá desempenhar. (COSTA; PAGLIARO, 2009, p. 86).

O funcionário público faz exigência de uma vantagem, onde há uma ameaça a vítima, pois se não haveria um mero pedido ou solicitação o que caracterizaria corrupção

passiva. Na concussão, o funcionário público constrange, exige vantagem indevida. A vítima, temendo alguma represália, cede à exigência.

A concussão é uma forma especial de extorsão praticada por funcionário público com abuso de autoridade. Como já mencionado, ocorre uma ameaça que, entretanto, não pode ser grave (de morte, de prisão etc.). Assim, como o crime de extorsão tem pena maior, caso o funcionário empregue violência ou grave ameaça para exigir dinheiro da vítima, responderá por este crime.

No § 1º do artigo 316 do Código Penal há o excesso de exação onde o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

Prevê o § 2º do referido artigo figura qualificada do crime de excesso de exação quando o funcionário recebe o tributo ou contribuição indevidamente, para recolhê-los aos cofres públicos, e os desvia em proveito próprio ou alheio. Nesse caso, a pena é de reclusão de dois a doze anos. Essa figura qualificada tem relação apenas com a modalidade de excesso de exação em que o tributo ou contribuição são indevidos, e o funcionário os desvia para si ou para outrem. Caso o funcionário receba tributo ou contribuição devidos e deles se apodere, o crime será o de peculato.

A exigência da vantagem não devida, segundo o próprio tipo penal para configuração do crime de Concussão, pode ser formulada pelo funcionário público ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas sempre em razão dela. Assim, ainda que o agente se encontre fora do exercício da função pública, isto é, esteja de licença, ou em férias, ou, embora nomeado, ainda não tenha tomado posse, a exigência de vantagem feita, em função de sua autoridade pública, configura o crime em tela. Contudo, a conduta de exigir do crime de concussão não implica em constranger, núcleo do tipo de extorsão e que aponta sua prática em uma verdadeira coação. Coagir não é exigir, pelo menos não é ainda. Na conduta de exigir, o funcionário público provoca uma sensação de medo no particular, de modo a intimidá-lo com o seu poder legítimo, caso o funcionário passe a ameaçar o particular em face de uma eventual recusa, ou até mesmo utilizar-se de violência física para compelir, ele particular, a cumprimento de sua ordem, crime de extorsão haverá. Registre-se o respeitável entendimento doutrinário de que, mesmo existindo a ameaça na conduta de exigir, se esta não foi determinante, ou foi desnecessária para impelir o comportamento do particular no cumprimento da vantagem indevida, o crime continua sendo concussão.

No contexto supramencionado acerca da temática observa-se exemplo da experiência jurisprudencial no Informativo 42 do STJ, qual seja:

> EMENTA. Art.316, caput, do CP. Crime de Concussão. Enfermeira. Cobrança para acompanhar paciente ate outro município. Vantagem indevida. Autoria e materialidade comprovadas. Sentença Condenatória Mantida. RECURSO IMPROVIDO. (Apelação crime n°70057369563, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Newton Brasil de Leão, Julgado em 31/07/2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa foi possível observar e aproximar dois modelos jurídicos do ordenamento jurídico pátrio, o direito penal e administrativo. A administração pública através de seus agentes interage com a coletividade. E, nessa interação existem ilícitos penais praticados exclusivamente por estes. Dentre estes ilícitos, a concussão.

É, na lição da doutrina, a violência praticada contra os súditos, para satisfação de interesse particular, ou uma forma de extorsão praticada por funcionário público, de sorte que alguns países o configuram como extorsão agravada. É um dos crimes mais graves contra a Administração Pública.

Aqui, nos parece que o a expressão vantagem pode significar tanto de natureza econômica como de outra natureza – sexual, moral, profissional etc. –, pois a lei não distingue. Tal afirmativa se reforça através de uma interpretação terminológica com o excesso de exação (forma clássica de concussão). Posto que a lei não distingue, a vantagem poderá ser patrimonial ou não patrimonial a vantagem poderá ser representada por uma coisa (dinheiro, títulos, joias), mas pode também consistir num bem imaterial (uma fórmula química ou matemática, uma promoção, uma condecoração).

Portanto, ao ser punido o agente que comete crime contra a administração pública está-se a garantir para a coletividade uma administração pública que respeita o interesse público primário, qual seja, o interesse precípuo da coletividade.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**, 4, parte especial, Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual até Dos Crimes Contra a Fé Pública. 6º ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**.Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 27.09.2019

GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios. **Direito Penal Esquematizado**: Parte Especial. São Paulo: Saraiva, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte especial, volume III, 10 ed., Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

HUNGRIA, Nélson. **Direito Penal**.19ed. V.3. São Paulo: Saraiva, 2010.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal**, 3º volume: parte especial, dos crimes contra a propriedade imaterial a dos crimes contra a paz pública.21 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 2ed., v.2., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

SZKLAROWSKY, Leon Frejda. Crimes praticados por funcionários contra a Administração Pública e improbidade administrativa. **RevistaJusNavigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 4, n. 37, 1 dez. 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Camara,2015.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Estado, aparelho do Estado e sociedade civil**. Brasília: ENAP,1995.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 19. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1990.

O CRIME DE ESTELIONATO NA ATUALIDADE

César Augusto Thomazi, Ricardo Antonio Martinez, Perla Savana Daniel, e-mail: perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O estelionato é um dos crimes mais antigos que se conhece e que até os dias atuais faz vítimas frequentes. A palavra estelionato vem do latim *stellionātu*, que significa: engano, logro. Mas no direito brasileiro também é um crime contra o patrimônio que tem previsão legal no Código Penal, no Título II, Capítulo VI, artigo 171, onde sua descrição é: "obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento".

Esse crime pode ser praticado por qualquer pessoa que tenha a intenção de levar a vítima ao engano, criando fato ou situação que a leve a cometer erro pensando estar agindo de forma correta e assim o sujeito ativo obtém uma vantagem indevida sobre este equívoco.

É classificado como crime "material", ou seja, que necessita sa ocorrência de um resultado para a sua consumação, sendo que o prejuízo (vantagem indevida) causado pode recair tanto sobre à vítima como terceiros (pessoas conhecidas). Cabe aqui a observação de que se o crime recair sobre pessoa desconhecida, será caracterizado o crime contra a economia popular.

O estelionato é crime doloso, não cabendo em sua tipificação a forma culposa. Mas em algumas situações a pena do agente que pratica o crime em questão pode ser aumentada, nos termos dos parágrafos 3º e 4º, do artigo 171:

> § 3º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.
> § 4º Aplica-se a pena em dobro se o crime for cometido contra idoso.

Mas, de forma a tornar a compreensão sobre o crime melhor, pode-se concluir que para a existência do estelionato são necessários quatro requisitos essenciais:

a) obtenção de vantagem, por meio de **fraude**;

b) ter causado prejuízo a outra(s) pessoa(s) obtendo **vantagem indevida**;

c) uso de ardileza, ou método que induza ao **erro**, e

d) da indução ao equívoco resulte em obtenção de **vantagem indevida.**

A prática do estelionato aperfeiçoa-se conforme o desenvolvimento da sociedade, e hodiernamente é possível constatar um alto número do crime em tela através de fraudes em sistemas de tecnologia e informática, atingindo pessoas físicas e jurídicas, ou na emissão de cheques sem fundos, ou em golpes como o chamado "bilhete premiado" ou, ainda, as chamadas "pirâmides financeiras".

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado a partir do estudo de obras doutrinárias e jurisprudenciais, assim como pesquisas de casos concretos noticiados e apurados pela mídia, pela Polícia Judiciária e pelo Poder Judiciário.

Por meio deste alinhamento foi possível verificar que a criminalidade deste tipo penal não diminui, sendo que os meios de execução não só se inovam com o desenvolvimento da sociedade, como aumentam em determinados campos, como é o caso do estelionato virtual, o estelionato emocional etc.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estelionato executado com meios tecnológicos praticamente mantém o criminoso no anonimato e este fator é estímulo para que cresçam as estatísticas acerca deste tipo penal. Com a comodidade de acesso ao comércio eletrônico, que facilita a compra de produtos e serviços de forma remota, a prática de crimes contra os consumidores tem sido uma forma crescente de prática de estelionato, a ponto de em 5 anos (entre 2009 e 2014) ter alcançado um aumento de 70% no registro dessas ocorrências em Brasília-DF (Correio Braziliense, 09/08/2010) e nesta "onda" se elevam os índices sendo que os prejuízos causados à sociedade são enormes.

Partindo desta premissa, se faz importante analisar os meios e as técnicas por criminosos para aplicação deste crime, e quais as ferramentas que o Estado possui, incluindo o ordenamento jurídico e sua a efetividade na repressão diante da prática deste ilícito que abrange as esferas civil e criminal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, segundo levantamento realizado em 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a pesquisa PNAD C (em www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&) cerca de

116 milhões de brasileiros estão conectados à internet, o que equivale a mais da metade da população nacional. É um número consideravelmente alto e, devido a infraestrutura do ramo da conectividade e à vulnerabilidade dos usuários, as autoridades devem estar em crescente alerta. Dos 116 milhões de usuários, 76% se utilizam do sistema Net Banking (ou banco digital) para realizar consultas e transações bancárias segundo a IPSOS Brazil, 2019 (https://www.ipsos.com/pt-br/global-citizens-and-data-privacy)

Na tentativa de coibir ou diminuir a prática deste ilícito a Polícia Federal implantou a operação "Segurança Digital" que tem como objetivo desarticular organizações criminosas especializadas em fraudes bancárias pela internet, em diversos estados brasileiros se utilizando de um sistema de inteligência e rastreamento dos principais infratores. Sítios eletrônicos como o "Monitor das Fraudes" também são ferramentas importantes de detecção e denúncia deste crime.

Medidas como estas têm sido eficazes para o combate ao estelionato eletrônico, mas, devido a dinamicidade da tecnologia e o acesso irrestrito a todos os meios eletrônicos disponíveis, se torna praticamente impossível a eliminação deste ilícito de nosso meio.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, J.N.G. **Algumas observações sobre o estelionato. A questão da pessoa induzida em erro.** 27.09.2010. Disponível em: https://www.airesadv.com.br/algumas-observacoes-sobre-o-estelionato-a-questao-da-pessoa-induzida-em-erro/. Acesso em 05.10.2019

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal.**

VICECONTI, P. E. V.; NEVES, S. **Introdução à economia**. 8. ed. São Paulo: Frase Editora, 2007. 622 p.

MELLO, L. A. **A onda maldita**: como nasceu a Fluminense FM. Niterói: Arte & Ofício, 1992. Disponível em: <http://www.actech.com.br/aondamaldita/ creditos.html> Acesso em: 13 out. 1997.

Monitor das Fraudes. Disponível em: http://www.fraudes.org/. Acesso em 05.10.2019.

IBGE - www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=

IPSOS - https://www.ipsos.com/pt-br/global-citizens-and-data-privacy

Operação Segurança Digital combate fraudes bancárias na internet. 25.10.2018: http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2018/10/operacao-seguranca-digital-combate-fraudes-bancarias-na-internet. Acesso em 05.10.2019.

O CUIDADOR DA PESSOA COM DOENÇA DE ALZHEIMER: ASPECTOS SOCIAIS E EMOCIONAIS DO CUIDADO E DO LUTO

Anelisa Lavagnini, Letícia Ramos da Silva, Ana Vera Niquerito Bozza, e-mail: leeramos1612@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é considerado um processo gradual e inevitável, que culmina da deterioração física e acometimento cognitivo progressivo (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Diante disso, há um aspecto relevante que está associado paralelamente ao envelhecimento populacional: o aumento das doenças crônicas degenerativas, como por exemplo, as demências, estando entre elas o Alzheimer (SILVA *et al*., 2013).

De acordo com Dalgalarrondo (2008), a Doença de Alzheimer (DA) é considerada uma doença neurodegenerativa insidiosa e lenta, com início geralmente em pessoas com idade entre 60 e 65 anos. Seu quadro clínico é manifesto por perdas cognitivas, sendo elas, linguagem, memória, perda das funções visuoespaciais, empobrecimento e incapacitação de desenvolvimento de atividades de vida diárias (AVDs).

O cuidado com a pessoa com DA é diário e em geral o familiar/cuidador precisa abdicar de suas prioridades para se dedicar as tarefas relacionadas a atenção ao idoso, o que pode acarretar em uma redução da qualidade de vida desse familiar. Assim sendo, conviver com essa doença pode provocar sentimentos inóspitos de desordem, medo, insegurança e perdas graduais cotidianas (GODOY CASSOL *et al*., 2018).

Segundo Godoy Cassol *et al*., (2018), “a DA envolve uma série de perdas que repercutem na dinâmica familiar e conduzem, algumas vezes, os familiares à desordem, expressas na vivência do luto antecipado”. Isto posto, o luto antecipatório foi um conceito criado em 1940 para se referir ao processo experienciado antes da morte iminente de um ente querido. Essa experiência engloba muitos sentimentos complexos diante da dor perda da pessoa emocionalmente próxima e também causa grande impacto na vida cotidiana (ALMEIDA, 2013).

Diante disso, a pesquisa apresentada a seguir consiste em um estudo sobre os sentimentos que permeiam a vida do cuidador/familiar da pessoa acometida pela doença de Alzheimer, sendo estas, a partir da descoberta da doença e após a morte do seu ente

querido. Esse estudo se mostra importante para o conhecimento na área de Psicologia e, do mesmo modo, a áreas de saúde em geral, por permitir o entendimento dos processos envolvidos no enfrentamento da doença de Alzheimer.

Assim sendo, o objetivo geral é analisar os impactos sociais e emocionais provocados nos familiares/cuidadores de pessoas com DA; e como objetivos específicos: identificar as dificuldades encontradas diante do cuidado com o paciente; apontar os principais sentimentos evidenciados pelos familiares/cuidadores e verificar o processo de luto de familiares/cuidadores que possuem seu ente falecido.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado no modelo exploratório, com abordagem qualiquantitativa e dá-se mediante pesquisa de campo utilizando-se questionário divulgado por meio eletrônico, utilizando-se a plataforma Google Forms.

A pesquisa contou com 81 participantes de ambos os gêneros, os quais são cuidadores/familiares de indivíduos com DA, sendo estes, com existência de grau de parentesco entre cuidador e paciente com DA, seja ela de forma consanguínea ou legal (cônjuges com união estável).

O convite para a participação da pesquisa ocorreu por meio da rede social Facebook.

O questionário foi realizado por meio eletrônico online, e a partir da plataforma online Facebook foi realizada a divulgação em grupos fechados de apoio aos cuidadores e familiares de pessoas com DA, sendo estes: “Alzheimer e Depressão – Cuida de mim!!!” e “1 sujeito chamado Alzheimer”.

Em se tratando de pesquisa envolvendo seres humanos, foram providenciados documentos, tais como, TCLE, e termo de confidencialidade, a serem analisados juntamente com o projeto, pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FIJ - Faculdades Integradas de Jaú, os quais foram submetidos em análise na Plataforma Brasil, visando a proteção da integridade dos participantes do estudo, bem como garantir a segurança do próprio pesquisador. A pesquisa aceita está inscrita sob o CAAE nº 14063519.6.0000.5427.

O TCLE foi apresentado a cada participante antes do início do questionário para que este estivesse ciente dos riscos (as questões a serem respondidas não provocaram danos morais, físicos, financeiros ou religiosos, entretanto, pôde haver desconforto emocional diante das perguntas do questionário) e benefícios (esse estudo se mostra

importante para o conhecimento na área de Psicologia e nas áreas de saúde em geral, por permitir o entendimento dos processos envolvidos no enfrentamento da doença de Alzheimer) apresentados pela pesquisa, bem como ser notificado de sua participação voluntária e sem ônus.

O presente estudo foi realizado no modelo exploratório, desse modo, para a realização da pesquisa, foi elaborado um instrumento com 25 questões, sendo 14 questões de múltipla escolha e 11 questões abertas. No início são perguntas para caracterização da amostra (idade, cor de pele, escolaridade, gênero e se está empregado ou não). Em seguida, são questões sobre o grau de parentesco e depois específicas sobre o cuidado e o sentimento ocasionado por tratar este tipo de paciente.

O questionário foi formulado pelas autoras de forma eletrônica e disponibilizado pela plataforma Formulários Google.

A coleta de dados, através do site Formulários Google (formulário disponível no apêndice A), seguiu as etapas: solicitação de aceite do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e entrevista individual com perguntas pré-estabelecida pelas pesquisadoras. As respostas dos participantes foram coletadas através do questionário com 25 questões fechadas, sendo 14 obrigatórias: 8 questões para estabelecimento do perfil da amostragem, 2 a respeito da busca por informações sobre a doença, 1 sobre auxílio do cuidado, 2 a respeito da ajuda psicológica e 1 a respeito do pertencimento a grupo de apoio, e 11 questões abertas: 5 obrigatórias para todos os participantes e 3 que eram específicas para serem respondidas apenas por aqueles que correspondiam ao solicitado pela questão.

Para a análise dos dados, foi realizado um estudo exploratório de abordagem qualiquantitativa. Diante das respostas, foi necessário a apreciação de gráficos disponibilizados pela plataforma online “Formulários Google”, e os resultados das questões abertas foi feito a categorização de trechos dos depoimentos com conteúdo parecidos, que buscou identificar principalmente similaridades entre as respostas apresentadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário foi respondido por 81 (100%) participantes, sendo que 78 (96,3%) se identificaram como sendo mulheres e 3 (3,7%) como homens. O dado apresentado pela pesquisa reforça a afirmação encontrada de que a mulher é quem mais desempenha o papel de cuidado (DA NOVA CRUZ; CAVALHEIRO, 2008).

Em relação a idade dos participantes da pesquisa, é possível observar que 33% tem idade entre 35 e 44 anos, seguido de 25,9% com idade entre 45 e 54 anos, e 19,8% apresentam idade entre 55 e 64 anos. Sendo assim é possível dizer que a maioria dos cuidadores envolvidos na pesquisa tem idade de 35 a 64 anos. Em uma pesquisa realizada por Mendes e Santos (2016), os dados apresentados foram similares, já que a idade apresentada pelos cuidadores envolvidos nesta pesquisa feita pelos autores foi entre 32 e 69 anos de idade. O que, de acordo com eles, gera preocupação já que uma parte dos cuidadores são considerados idosos, ou seja, também requerem cuidados específicos para si (MENDES e SANTOS, 2016).

A pesquisa realizada demonstrou que 82,7% dos participantes possuem parentesco de 1º grau (pai/mãe, filho (a), genro/nora) com o familiar acometido por DA, 14,8% dos participantes são parentes de 2º grau (Irmão/Irmão, neto(a), Cunhado(a)) e 2,5% têm parentesco de 3º grau (Tio(a), Sobrinho(a)). Também foram constatados 03 (3,7%) participantes que nas respostas posteriores identificaram-se como sendo cônjuges das pessoas com DA.

Diante da doença, não raro, quem se habilita aos cuidados geralmente são as pessoas que têm parentescos mais próximo com o doente, comumente filhos (as), noras, netos (as) e cônjuges, principalmente do sexo feminino, o que pode ser justificado pela proximidade da relação envolvida na relação de cuidado (DA SILVA *et al*.,2013)

Após as questões sobre identificação do perfil dos cuidadores/familiares da amostra, ao qual fora respondido o questionário fornecido pelas autoras, perguntou-se aos respectivos participantes deste estudo para descreverem como se tornaram cuidadores de seus familiares com DA. De acordo com a análise das informações fornecidas, pôde-se quantificar que 63,4% das respostas mostraram que os indivíduos/sujeitos tornaram-se cuidadores por vontade própria; 9,8% respostas correspondiam ao abandono pelos demais familiares; 7,3% das respostas citaram que já moravam junto com o familiar com DA. A escolha do cuidador/familiar geralmente não é de forma aleatória, os motivos que fazem com que o familiar se torne cuidador da pessoa com DA podem ser variados e a decisão de quem vai se tornar cuidador provoca uma reorganização das atividades diárias de tal pessoa. Às vezes, é apresentado como desejo do doente, falta de opção, ou até mesmo de modo inesperado, fazendo com que um familiar tome a frente como responsável pelo cuidado (CAMARGO, 2010).

Em relação aos sentimentos apresentados pelos participantes a respeito da descoberta/diagnóstico do Alzheimer, das 81(100%) respostas 27% continham, de

alguma forma, mencionado o sentimento de tristeza, 18,8% mencionaram medo, 10,6% descreveram sentimentos de negação e não aceitação, outras 10,6% respostas continham descritos sentimentos como susto, choque e confusão.

Diante da descoberta da doença de Alzheimer, a família enfrenta diversos sentimentos, como citados anteriormente, tal descoberta, pode se dizer, que se reflete como marco divisor de águas na vida desses familiares e assim sendo, após tal evento necessitam reorganizar sua estrutura a fim de atender às novas demandas que surgirão com a doença (DA SILVA *et al*., 2013).

Das 81 (100%) pessoas participantes da pesquisa, 12 (14,8%) responderam que seu ente querido é falecido. Para verificar o que ocorreram de mudanças na vida desses cuidadores após a morte de seu familiar, foi solicitado que os participantes que possuíssem familiares falecido respondessem a essa questão. Foi obtido 15 (100%) respostas válidas, e destas, pôde-se perceber que na maioria das respostas (29,43%) os participantes responderam que sentem “vazio” em relação a perda de seu ente, 23,53% mencionaram que perderam a referência, o rumo ou ficaram desorganizados.

O familiar geralmente se mostra preparado para o que vai enfrentar, sendo assim a finitude é reconhecida por ele. Sentimentos de dor e saudade permeiam o familiar/cuidador do idoso com DA após a morte de seu ente querido, entretanto, o sentimento de dever cumprido é presente (SILVA e SANTOS, 2012).

Outro dado obtido se trata de como foi a elaboração do luto dos cuidadores/familiares após a morte dos seus entes queridos. Por se tratar de uma pergunta não obrigatória, houveram 15 (100%) respostas válidas, em que nestas foi possível identificar que os cuidadores/familiares, mencionam ser difícil, podendo ser por conta da nova rotina ou por sentir falta da pessoa que se foi, na pesquisa, 43,8% relatos trazem esses elementos em seu conteúdo. Sentimentos de estar tentando entender o que aconteceu ou de estar se organizando apareceram em 18,8% das respostas, indicando o impacto causado na vida do cuidador. Outros sentimentos, como culpa e arrependimento (6,2%), tristeza/dor (12,5%) e missão cumprida/tranquilo (12,5%), também estiveram presentes nas respostas, entretanto em menor frequência.

De acordo com Papalia e Feldman (2013), existe um padrão clássico de luto no qual existem estágios que a pessoa enlutada vivencia até a aceitação da perda e a readaptação ou adaptação da vida sem o ente querido. Ainda de acordo com os autores, as perdas mais difíceis na idade adulta são as de cônjuge, dos pais ou de um filho.

Diante do processo de elaboração do luto pode haver saudade e necessidade da presença do ente querido. O tempo do luto é variável em cada indivíduo e em alguns casos podem durar anos e em outros pode-se dizer que este processo nunca acaba. Quando o tempo de cuidado com o familiar é extenso a sensação de vazio pode ser presente e preencher esse vazio pode ser uma tarefa penosa (KOVÁCS, 1992).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale salientar a importância de novos estudos a cerca desse tema, principalmente no aspecto da retomada da vida deste cuidador após a morte do paciente com DA. As autoras encontraram uma escassez de pesquisas referentes a questão da elaboração do luto e a reorganização da vida após a perda.

Dentro das perspectivas da doença de Alzheimer e do contexto que está se abarca, sugere-se também um olhar mais voltado da Psicologia a este público destinado, afim de novas descobertas para o auxílio e apoio, a familiares e cuidadores do paciente com DA.

O cuidado com o idoso que possui doença de Alzheimer, não modifica apenas a vida do paciente em si (sua rotina, perda da independência, lapsos de memória, etc.), mas repercute principalmente a pessoa, o cuidador que toma a frente da doença. A partir do diagnóstico, grandes decisões são tomadas, muitas vezes estas sem possibilidades de escolhas, como por exemplo, quem será o cuidador e com quem ou onde o doente irá morar.

Este estudo possibilitou categorizar, identificar e descrever as emoções vivenciadas pelas pessoas que assumem o papel de cuidadores de pessoas com DA. O papel de cuidado se torna árduo e contínuo tomado de emoções distintas e ambíguas referente ao cuidado e a pessoa com DA. O processo de enfrentamento faz com que os familiares/cuidadores necessitem de estratégias diárias para lidarem com os sentimentos causados por essa situação.

O luto antecipatório se faz presente no decurso do cuidado da pessoa com DA, visto que diante das perdas graduais que ocorrem nos estágios da doença, o familiar/cuidador se vê no processo de despedida do familiar. Este luto perdura até a perda concreta do ente querido e esta perda culmina em uma nova organização da vida desse familiar/cuidador, agora tendo que lidar com ausência.

REFERÊNCIAS

ADI – ALZHEIMER'S DISEASE INTERNATIONAL. **Informe Mundial sobre el Alzheimer 2018:** La investigación de vanguardia sobre la demencia: Nuevas fronteras. Londres, 2018. Disponível em: https://www.alzint.org/u/worldalzheimerreport2018-spanish.pdf.

ALMEIDA, F. B. de. Estudo do luto antecipado em cuidadores de doentes com demência. 2013. 102 p. Dissertação (Mestrado em Psicogerontologia) – Departamento de Psicologia, Instituto Superior de Ciências da Saúde Norte, Gandra, 2013. Disponível em: https://repositorio.cespu.pt/handle/20.500.11816/305.

CAMARGO, R. C. V. F. de. Implicações na saúde mental de cuidadores de idosos: uma necessidade urgente de apoio formal. **SMAD. Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, [Ribeirão Preto], v. 6, n. 2, p. 231-254, 2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/38715.

CRUZ, M. da N.; HAMDAN, A. C. O Impacto da doença de Alzheimer no Cuidador. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 13, n. 2, p. 223-229, abr./jun. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/FfkpRGDyG5QmgjfpXt5vfrk/abstract/?lang=pt.

SILVA, M. B. M. da. *et al*. Tornando-se um cuidador de um familiar com Alzheimer: o rito de passagem. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde,** Vitória, v. 15, n. 3, p. 14-23, jul./set. 2013. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/44674.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 438 p.

GODOY, A. de G. *et al*. (Re) organização familiar de pessoas idosas com a doença de Alzheimer na perspectiva da complexidade. **Disciplinarum Scientia – Ciências da Saúde**, Santa Maria, v. 19, p. 11-23, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/2425.

MENDES, C. F. M.; SANTOS, A. L. S. dos. O cuidado na doença de Alzheimer: as representações sociais dos cuidadores familiares. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, p. 121-132, jan./mar. 2016. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sausoc/2016.v25n1/121-132/.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

O CURRÍCULO OCULTO: UMA PRODUÇÃO DE APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS QUE INFLUENCIAM AS ATITUDES, COMPORTAMENTOS E PERCEPÇÕES DIANTE DOS PROBLEMAS DA VIDA

Denise Alves, Gabriela Carmello, Lúcia Helena Ormelese de Barros.
E-mail: bilubarros05@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação tem como objetivo compreender o currículo oculto como instrumento norteador da construção do conhecimento. O Currículo oculto é um termo usado para denominar as influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores, representando tudo o que os alunos aprendem diariamente em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, que vigoram no meio social e escolar. Exercendo assim uma influência não consciente, mas eficaz na formação, tal como os conteúdos que não são explícitos em planos e programas de estudo, manifestando-se de forma implícita nas aprendizagens, tanto dentro da sala de aula como em outros espaços escolares.

Araújo (2018, p.38) descreve o currículo como não sendo "[...] algo neutro, [...] ele é ideológico e carregado de interesses políticos, econômicos e culturais, como já mostravam as teorias críticas do currículo". Contudo, o currículo escolar é uma ferramenta metódica e sistemática, utilizado pela escola para promover o desenvolvimento de seus alunos.

Os propósitos do currículo apresentam-se em meio às atividades políticas de duas maneiras: a oficial conforme elaborada por leis ou por representantes políticos, gestores públicos, grupos organizacionais. E no caso do currículo não-formal se refere às metodologias de ação que são sempre dotadas de intenções e aplicadas com vistas a atingir objetivos previamente idealizados.

No entanto, um outro tipo de ensinamento, que não é encontrado nos currículos formais, mas que também tem sido uma ferramenta ideológica de transmissão de saberes dentro do ambiente escolar, permanece de maneira implícita, concretizando comportamentos e percepções que são levados pelo resto da vida, é chamado de Currículo Oculto.

Dessa forma, sabe-se que a escola é um lugar de formação do indivíduo e extensão da sociedade, é de sua responsabilidade pensar o que se faz dentro dela, principalmente implicitamente e ideologicamente através do Currículo Oculto. Isso quer dizer que em situações de sala de aula, o que acontece fora do esperado pelo professor são fatos que não estão no planejamento, o que contribui com o currículo real de forma implícita na construção do conhecimento do aluno.

Para Silva (2010), "o currículo oculto é constituído por aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explicito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes".

Então, nessa perspectiva o currículo está relacionado com o contexto social e econômico em que o aluno convive no seu cotidiano, isso se torna verdade se o professor utilizar da sua formação para relacionar suas práticas pedagógicas com a realidade de seu aluno.

Sacristán (2000, p. 129), acrescenta que:

> O contexto social, econômico, político e cultural que o currículo representa, ou deixa de fazê-lo, deve ser o primeiro referencial em relação a como analisar e avaliar um currículo. Esse é o primeiro contexto prático externo para entender a realidade curricular: o exercício de prática políticas, econômicas e sociais que determinam as decisões curriculares, não podendo se esquecer que o currículo proposto para o ensino é o fruto das opções tomadas dentro dessa prática. Esquecer isto na formação de professores/as implicaria reduzi-los a consumidores passivos de algo dado, cujos valores não se discutem.

Tendo em vista que para gerenciar alguns fatos decorrentes da sala de aula, o professor tem que desenvolver competências que possibilitem ao educando um aprendizado para vida, tais competências se desenvolvem com as experiências vividas dentro da sala de aula, o que implica em exercício e treino.

Neste contexto de reflexão acerca das relações entre Currículo Oculto e a educação planejada é necessário problematizar os conteúdos, à luz de uma visão social coerente para pensar, discutir e transformar o meio em sua volta.

Torna-se, então, importante pensar sobre o currículo oculto presente no espaço escolar em sua totalidade, bem como a relação aluno e professor que pode influenciar nos comportamentos; ou levar educadores a uma posição de conformismo ou euforia, promovendo o estigma de fracasso ou o sucesso escolar. Isso depende como o currículo oculto, o currículo oficial e a formação do professor pode influenciar no cotidiano escolar.

Portanto, diante do ambiente de sala de aula o aluno recebe conhecimentos produzidos através de aprendizagens significativas que influenciam as atitudes, os comportamentos e as percepções diante dos problemas da vida.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi a pesquisa bibliográfica através de artigos científicos e livros para explorar as definições do currículo oculto, bem como sua finalidade e influência no contexto escolar. De modo, a entender a ação influenciadora do currículo oculto sobre o comportamento dos alunos e a visão dos professores em relação a estes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A instituição escolar, como uma organização estruturada física, administrativa e pedagogicamente, influi na percepção do que o aluno pensa e espera do sistema. O que ocorre é que o aluno precisa entender o sentido da escola, para direcionar os seus esforços e objetivos. E a escola precisa entender a sua função social e resgatar o seu sentido em todos os âmbitos, inclusive em suas relações humanas.

Giroux (1986) propôs três bases fundamentais que permitem compreender melhor como se dá o processo de concepção do currículo oculto no ambiente escolar:

> As escolas não podem ser analisadas como instituições removidas do contexto socioeconômico em que estão situadas; as escolas são espaços políticos envolvidos na construção e controle do discurso, dos significados e das subjetividades; os valores e crenças do senso comum que guiam e estruturam a prática escolar não são universais a priori, mas construções sociais baseadas em pressuposições normativas políticas (p. 70).

O Professor na escola não tem assumido a diversidade da sala de aula que está sobre sua responsabilidade, ao invés disso, tem se ajustado aos seus próprios conceitos, não possuindo uma visão crítica sobre os valores que incorpora sua relação com os alunos, não se conscientizando de seus ensinamentos implícitos.

O currículo oculto nas escolas serve para reforçar as regras que cercam a natureza e o uso dos conflitos. E estabelece uma rede de suposições que visam determinar regras sobre a conduta dos estudantes. Esse processo é uma maneira bastante tímida de trabalhar conceitos transversais para a formação global do aluno, uma vez que tais intervenções acontecem, geralmente, sem que estejam deliberadamente sistematizadas ou incluídas nas disciplinas.

Em um currículo oculto, as suposições em sala de aula não são planejadas, pelo fato de serem acidentais. Dessa maneira, um assunto de interesse de todos pode acarretar danos no processo de aprendizagem, quando é apenas a informação ou ideia explicada pelo professor, ou seja, a sua própria visão. Nesse sentido, é preciso explanar diversas formas de pensamento para que o aluno possa discernir e tomar a decisão por si só.

Então a escola deve ter condições de constituir a educação por meio de estratégias pedagógicas que visam à capacidade de antecipar ações, de eleger continuamente metas a partir de um quadro de valores historicamente situado, e de se lançar em busca das mesmas. E, assim, instaurar a democracia e os debates na sala de aula e em toda a escola, para a transformação de uma comunidade democrática.

Essa forma democrática de pensar o currículo, leva-se a ideia de que este não é imparcial, é social e culturalmente definido, reflete uma concepção de mundo, de sociedade e de educação, implica relações de poder, sendo o centro da ação educativa. A visão do currículo está associada ao conjunto de atividades intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo. Sendo um instrumento político que se vincula à ideologia, à estrutura social, à cultura e ao poder.

> Vejo o currículo como um conhecimento particular, historicamente formado, sobre o modo como as crianças tornam o mundo inteligível. Como tal, esforços para organizar o conhecimento escolar como currículo constituem formas de regulação social, produzidas através de estilos privilegiados de raciocínio. Aquilo que está inscrito no currículo não é apenas informação – a organização do conhecimento corporifica formas particulares de agir, sentir, falar e "ver" o mundo e o "eu", (POPKEWITZ, 1994, p. 174). (Grifo do autor)

Quando ocorre a organização dos conhecimentos e tem a forma particular do professor em ministrar a sua aula, o Currículo Oculto inclui diversos valores, por exemplo: religião, preconceitos, regras de comportamento, opinião, respeito e até discriminação a escola pode ensinar, mesmo sem mencioná-los em seu currículo. O professor, por meio do seu comportamento e atitudes dissemina no ambiente escolar saberes, valores, práticas e ideologias que não estão prescritos no currículo formal e que são ensinados de forma implícita, subjetiva e até mesmo subliminar. No entanto, o Currículo Oculto se manifesta muito além do comportamento e atitudes do docente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões e conceitos aqui expostos, percebe-se a importância de se compreender o Currículo Oculto no contexto escolar e como ele impacta na formação do

aluno, tanto na formação escolar como em sua formação social, emocional, relacional, dentre outras. A formação do indivíduo está relacionada não somente com os saberes ou conhecimentos escolares formalmente estabelecidos no currículo prescritivo, mas é amplo e envolve situações que emergem do cotidiano escolar, cabendo ao professor a sensibilidade para fazer a integração das situações do currículo real ao que acontece em sala de aula.

É relevante saber a necessidade de conhecer o espaço cultural em que a escola está inserida, que tipos de relações sociais os alunos que frequentam essa escola têm perante a sociedade. Partindo desse ponto, o professor elabora um planejamento direcionado a esse público. Quando isso ocorre há grandes possibilidades de ocorrências de fatos inesperados acontecer durante a aula e o professor ficar sem saber como proceder. Nesse momento, o Currículo Oculto é uma ferramenta poderosa na mão de um professor competente, que saiba manuseá-la com sabedoria. Aproveitando esses momentos de situações não planejadas, o professor pode criar um vínculo de confiança entre ele e seus alunos, possibilitando desenvolver métodos que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem, que possam encaminhar cidadãos ativos, críticos, capazes de melhorar o meio onde vive com ações humanas e politicamente corretas.

Para que a aprendizagem ocorra, exige do professor habilidades e competências, não terá um modelo ou fórmula que é só aplicar e funciona, deve-se construir junto a sua clientela que se propõe a ensinar.

Enfim, o papel do professor é fundamental, por ter como principal motivação mediar o aluno ao processo de ensino, considerando que este já traz um conjunto de saberes. Cabe, então, ao professor o fazer pedagógico em sala de aula e propiciar um ambiente organizador para favorecer uma aprendizagem qualitativa e reflexiva, permitindo aos estudantes o papel de protagonista no desenvolvimento da aprendizagem. Para tanto, deve se ter especial atenção ao Currículo Oculto, assim a escola estará desenvolvendo sua principal função social, que é a formação de indivíduos críticos e capazes de reconhecer as estruturas que visam dominar e perpetuar a relação de dominadores e dominados.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, V. P. C. O conceito de currículo oculto e a formação docente. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**. v. 3, n. 6, p. 29-39. Jul/dez. 2018.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação** (para além das teorias da reprodução). Petrópolis, Vozes, 1986.

POPKEWITZ, T. S. História do Currículo, Regulação Social e Poder. In: SILVA, T. T. da. (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (Ciências sociais da educação). p. 173-210.

SILVA, M. J. L. Um aspecto da função ideológica da escola: o currículo oculto. **Boletim Técnico do Senac**. v. 22, n. 2, maio/agosto 1996

O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS PARENTAIS: UM ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Fernanda Santos, Márcia Alves Vieira Chiarato, Karina Ferraz Tozze, e-mail: ferborbasantos@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a adolescência é descrita por autoras como Papalia e Feldman (2013) como um período que nomeia a passagem da infância para vida adulta, inclusive abrangendo rituais de passagem dependendo da cultura que este adolescente está incluído e demarca variadas transformações envolvendo fenômenos psicofisiológicos. Entendendo o período da adolescência é possível uma análise do desenvolvimento humano deste momento em frente à influência parental, sendo entendida mais amplamente frente às HSE-P – Habilidades Sociais Educativas parentais. No olhar da psicologia comportamental, essas habilidades sociais são entendidas como um conjunto de comportamentos emitidos pelo individuo em uma relação interpessoal possibilitando a expressão de sentimentos, desejos, direitos e deveres que resultam em respostas comportamentais positivas ou negativas mediante a relação (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2008). Desta forma, pesquisas e projetos concernentes a essa área são realizados como, por exemplo, o programa PROMOVE-PAIS proposto por Bolsoni-Silva e Marturano (2008) que propõem grupos interventivos com pais promovendo o treino dessas HSE-P com um referencial voltado para a Psicologia de Análise Comportamental Aplicada e pode ser executado visando a melhorados problemas de comportamento do público infanto-juvenil a partir do desenvolvimento e treinos das HSE-P, utilizando materiais como a *"Cartilha de Orientação para Pais"* (BOLSONI-SILVA; MARTURANO; SILVEIRA, 2006).

Gomide (2006) aponta que algumas práticas educativas parentais estão diretamente relacionadas com o desenvolvimento de problemas comportamentais nos filhos. Quando essas práticas educativas parentais são usadas de forma positivas podem levar ao ganho de comportamentos positivos da mesma forma e quando usados de formas negativas podem levar a um ganho significativo de comportamento negativo (PATTERSON; REID; DISHION, 2002). É importante ressaltar que a saúde mental

parental também é primordial na relação com os filhos, pois mediante pesquisas de Bolsoni-Silva, Loureiro e Marturano (2016) ficou evidente que a saúde mental dos pais, incluindo depressão materna, podem afetar o desenvolvimento saudável de habilidades sociais dos filhos e dos comportamentos positivos. O auto cuidado dos pais à sua saúde e desenvolvimento comportamental habilidoso deles é um influenciador contextual aos filhos (BOLSONI-SILVA; LOUREIRO; MARTURANO, 2016). Levando em consideração o momento do desenvolvimento do adolescente Pamplin e Del Prette (2006) apontaram a importância dos pais participarem ativamente da construção de vida dos filhos e quão pertinente é que se façam um acompanhamento no decorrer de sua adolescência.

Ao se referir a comportamentos negativos, Achenbach e Delbrock (1979) apresentam os conceitos de problemas de comportamentos. Para os autores, os problemas de comportamentos externalizantes e comportamentos internalizantes afetam diretamente o desenvolvimento da criança e do adolescente. Dentre esses comportamentos, pode-se mencionar o que estariam relacionados aos comportamentos externalizantes sendo atitudes como: irritabilidade, nervosismo, rebeldia, desobediência, dominância, agressividade e provocação; e as atitudes que estariam relacionadas aos comportamentos internalizantes seriam: o desinteresse por atividades acadêmicas, tristeza, depressão e retraimento social (ACHENBACH; DELBROCK, 1979). Na relação entre pais e filhos, é possível notar que os excessos e déficits comportamentais apresentados pelos pais acabam influenciando diretamente no surgimento de problemas de comportamentos nos filhos (PINHEIRO, 2006). No caso dos excessos comportamentais, entende-se como sendo comportamentos problemáticos devido a excesso em frequência, intensidade, duração ou ocorrência sob condições em que sua frequência socialmente aceita é próxima a zero (KANFER; SASLOW, 1976). No caso dosdéficits comportamentais dos pais, considera-se como sendo aqueles comportamentos problemáticos porque deixam de ocorrer com suficiente frequência, com intensidade adequada, da maneira apropriada ou sob condições socialmente previstas (KANFER; SASLOW, 1976). Sendo assim, se não haver propostas para a manutenção destas relações parentais, os problemas negativos nos jovens tem uma maior aptidão para o aumento.

As Habilidades Sociais Educativas Parentais (HSE-P) são aptidões na forma de interagir e educar os menores que os pais ou responsáveis podem desenvolver com o propósito de alcançar comportamentos funcionais e adequados desses jovens como resultados de seu envolvimento com seus filhos (BOLSONI-SILVA; BORELLI, 2012). De

acordo com Bolsoni-Silva (2009), as HSE-P abrangem três classes de comportamentos: 1) **comunicação:** no que se refere aos diálogos e interrogações voltadas para interação com seus filhos; 2) **a expressão afetiva:** ao apresentar feedback positivo e negativo para as respostas apresentadas por seus filhos, da mesma forma ao brincar e aconchegá-los; e também 3) **estabelecer limites**: regras que estes devem seguir respeitando a hierarquia familiar, tarefas propostas e no mesmo contexto, o treino de habilidades na capacidade de impor esses limites, envolveria investigar para identificar erros, cumprir promessas no quesito reforçador ou punitivo, desculpar-se e ensiná-los a pedir desculpas.

Diante disso, tem-se como objetivo principal avaliar a importância da interação parental na fase mais tardia da menoridade, a adolescência. De maneira específica, possibilitar a divulgação da contribuição dos programas interventivos da Psicologia Comportamental no desenvolvimento, treino e manutenção das HSE-P para redução das queixas de problemas comportamentos externalizantes de adolescentes.

2 METODOLOGIA

O levantamento bibliográfico sobre a adolescência no que se remete às habilidades sociais educativas parentais e os comportamentos desse adolescente mediante a elas. A partir da utilização de palavras-chaves como: adolescência; habilidades sociais educativas parentais e comportamentos externalizantes. Apesar da extensa quantidade de materiais científicos disponibilizados online atualmente, foram selecionados artigos de acordo com a compatibilidade com a temática do Promove-Pais proposta por Bolsoni-Silva (2007), dentre eles artigos referentes ao treinamento das HSEP (BOLSONI-SILVA, BORELLI, 2012) e à aplicação de tais técnicas comportamentais mais recentes como as efetuadas por Tozze e Bolsoni-Silva (2017).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Bolsoni-Silva e Borelli (2012) os treinamentos de habilidades sociais em estudos e intervenções com pais e responsáveis são cruciais para prevenir problemas comportamentais no período infanto-juvenil. Assim, a partir da realização dessas intervenções é constatado o aumento de HSE-P, diminuição dos problemas de comportamentos disfuncionais na juventude (BOLSONI-SILVA; BORELLI, 2012).

Diante disso, apresenta-se o PROMOVE-PAIS, como programa interventivo em grupo para pais e responsáveis, proposto por Bolsoni-Silva, Bitondi e Marturano (2008).

Esse programa possui um referencial voltado para a Análise Comportamental Aplicada e pode ser executado de maneira a melhorar os problemas de comportamento do público infanto-juvenil, provendo aprendizagem de HSE-P. E como material de apoio ao PROMOVE PAIS, existe a *"Cartilha de Orientação para Pais"* (BOLSONI-SILVA; MARTURANO; SILVEIRA, 2006), que aborda temas como: treinos comunicação; treinos de expressões de sentimentos no que se refere a dar feedback, expressar sentimentos negativos, elogiar e agradecer; aprender habilidades de civilidade; estudos dos direitos humanos; conhecer diferentes habilidades para interação no quesito de saber se expressar e também receber e lidar com críticas; estabelecer limites no sentido de estabelecer regras, aprender tomar atitudes para consequenciar comportamentos negativos dos filhos, estabelecer um planejamento de modos de interagir com os filhos, solicitar mudança de comportamento e negociar; e por fim, a influência do relacionamento do cônjuge na relação com os filhos.

Segundo Bolsoni-Silva, Bitondi e Marturano (2008) a aplicação de instrumentos durante o programa é irrefutável, sendo recomendada, além das entrevistas investigatórias iniciais já citadas, a utilização de escalas e questionários avaliativos também dos avanços a partir das atividades propostas no decorrer da intervenção.Posteriormente, de acordo com o programa explanado por Bolsoni-Silva, Bitondi e Marturano (2008), podendo-se trabalhar com maior aprofundamento as habilidades terapêuticas interventivas. A partir do mapeamento multifatorial dos comportamentos disfuncionais feito anteriormente, o terapeuta pode ensinar habilidades para esses pais e responsáveis aprenderem práticas e ensinarem seus filhos a importância da obediência e acatamento das regras, de forma homeostática entre atitudes de exigência e responsividade na interação com estes (BOLSONI-SILVA; BITONDI; MARTURANO, 2008). De acordo com Bolsoni-Silva, Bitondi e Marturano (2008), durante as sessões com este intuito, o terapeuta pode utilizar-se de exposição teórica dialogada, tarefas de casa e treinamento de habilidades inclusive podendo usar a técnica do role playing, para depois ser avaliado a efetividade de tais práticas e dado um feedback para os participantes.

O PROMOVE-PAIS prova sua eficiência no processo interventivo com pais e a propagação das HSE-P em pesquisas contínuas e com êxito em resultados (BOLSONI-SILVA; SILVEIRA; MARTURANO, 2008; BOLSONI-SILVA; BORELLI, 2012; ORTI; BOLSONI-SILVA; VILLA, 2015; TOZZE; BOLSONI-SILVA, 2017), sendo possível observar melhorias das HSE-P e na diminuição dos comportamentos problemas dos

filhos. Assim, dentre os programas terapêuticos que abordam esses treinamentos de habilidades com pais e responsáveis, também são descritas por Bolsoni-Silva et. al. (2010) as variáveis causas para o abandono do tratamento. Essas causas podem ser classificadas a partir: das características do participante, por exemplo, baixa motivação, pais solteiros, psicopatologia, isolamento e traços agressivos; contexto sócio-demográfico relacionado à idade, situação financeira e escolaridade; e até mesmo, relacionado ao tratamento, pois há desistência nos casos de longos períodos de atendimento, por falta de informação do quanto um maior reforçamento pode auxiliar para melhores resultados (BENETTI; CUNHA, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visível a importância do núcleo familiar no desenvolvimento infanto-juvenil e nessa pesquisa foi possível averiguar a qualidade da relação parental a partir do desenvolvimento de comportamentos habilidosos socialmente para essa díade mediante aos programas que promovem HSE-P. A partir dos dados desses programas avaliados, é interessante afirmar que a população parental requer tal atenção psicológica de manutenção e treinos destas habilidades sociais incluindo programas com períodos mais extensos, com mais de dez sessões, em clínicas-escolas que poderiam possibilitar atendimentos gratuitos a uma demanda mais vulnerável que necessita de auxílio para o desenvolvimento de uma relação parental mais sadia.

Portanto, torna-se necessário valorizar o impacto da interação parental e meios educativos com os indivíduos jovens no momento do desenvolvimento na adolescência. A influência destes pais ou responsáveis para a formação dos valores, habilidades interpessoais, maneiras de interagir e principalmente condutas comportamentais externalizantes positivas com consequências futuras para esses jovens é de suma importância em pesquisas para não ser banalizada. Nesse sentido, a presente pesquisa visou avaliar a importância da interação parental na fase mais tardia da menoridade, a adolescência, e contribuir para redução das queixas de problemas comportamentos externalizantes de adolescentes.

REFERÊNCIAS

ACHENBACH, T. M.; EDELBROCK, C. S. The ChildBehavior Profile: II. Boys aged 12–16 and girls aged 6–11 and 12–16. **Journalofconsultingandclinicalpsychology**, v. 47, n. 2, p. 223, 1979.

BENETTI, S. PC; CUNHA, T. RS. Abandono de tratamento psicoterápico: implicações para a prática clínica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 60, n. 2, p. 48-59, 2008.

BOLSONI-SILVA, A. T. Intervenção em grupo para pais: descrição de procedimento. **Temas em psicologia**, v. 15, n. 2, p. 217-235, 2007.

BOLSONI-SILVA, A. T. et al. Práticas parentais e repertório infantil: caracterização da demanda por atendimento e predição de abandono. **Aletheia**, n. 32, 2010.

BOLSONI-SILVA, A. T.; BITONDI, F.; MARTURANO, E. M.. Intervenção em grupo para pais: a importância do diagnóstico comportamental individual. **Análise do comportamento: Avaliação e intervenção**, p. 79-100, 2008.

_____. Intervenção em grupo para pais: a que Estar Atento com Relação à Intervenção e às Habilidades Terapêuticas? **Análise do comportamento: Avaliação e intervenção**, p. 102-135, 2008.

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R.; MARTURANO, E. M.. Comportamentos internalizantes: associações com habilidades sociais, práticas educativas, recursos do ambiente familiar e depressão materna. **Psico**, v. 47, n. 2, p. 111-120, 2016.

BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO, E. M. A qualidade da interação entre pais e filhos e sua relação com problemas de comportamento de pré-escolares. **Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal**, p. 89-104, 2006.

BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO, E. M.; SILVEIRA, F. F.. Cartilha informativa. Orientação para pais e mães. **São Carlos: Suprema**, p. 1-4, 2006.

BOLSONI-SILVA, A. T.; SILVEIRA, F. F.; MARTURANO, E. M.. Promovendo habilidades sociais educativas parentais na prevenção de problemas de comportamento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 10, n. 2, p. 125-142, 2008.

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas. **Paidéia**, v. 18, n. 41, p. 517-530, 2008.

GOMIDE, P. I. C.. Inventário de estilos parentais: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação. **Petrópolis: Editora Vozes**, 2006.

ORTI, N. P.; BOLSONI-SILVA, A. T.; VILLA, M. B. Assessment of the effects of a parental intervention with mothers of children with internalizing problems. **Advances in Research**, v. 4, n. 5, p. 279-292, 2015.

PAPALIA, D.; FELDMAN, R.. **Desenvolvimento Humano**. 12° ed. ArtmedEditora, 2013.

PATTERSON, G.; REID, J.; DISHION, T. Antisocial boys. Comportamento anti-social. **ESETec Editores Associados, ISBN**, v. 10, p. 091615405X, 2002.

PINHEIRO, M. I. S. et al. Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 19, n. 3, p. 407-414, 2006.

TOZZE, K. F.; BOLSONI-SILVA, A. T.. Intervenção em grupo com pais de adolescentes com problemas de comportamento internalizantes. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 19, n. 4, p. 6-24, 2017.

O DESRESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTES BRASILEIROS COM A MAJORAÇAO DO PIS/COFINS SOBRE COMBUSTÍVEIS PROMOVIDO PELO DECRETO 9.101/2017

Luiz Antônio Scursoni, Ítalo Jose Aquilante Calciolari, Guilherme Fernando Cunha, Wagner Elias Jacob, e-mail: luizscursoni@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de arrecadar cerca de R$ 11 bilhões no ano de 2.017, o Presidente Michel Temer, juntamente com seus ministros da área econômica (Fazenda e Planejamento), selou o aumento das alíquotas do PIS/COFINS sobre combustíveis (gasolina, diesel e etanol) no início do ano de 2017. A justificativa para se adotar tal medida foi para combater o crescimento da dívida pública, cujas receitas estavam abaixo do esperado devido à lenta recuperação da economia, graças às frustações nas votações importantes no Congresso Nacional, como a do “Refis” e a da “desoneração da folha de pagamentos”.

O que surpreende não é o velho e fracassado hábito de colocar na conta do contribuinte os rombos feitos pelo governo, mas sim a flagrante inconstitucionalidade do Decreto 9.101/2017, instrumento utilizado, na oportunidade, pelo Presidente da República para aumentar as alíquotas, violando manifestamente os princípios da legalidade e da anterioridade nonagesimal, verdadeiros limites ao poder de tributar, expressos na Constituição Federal em seu artigo 150, I e III.

Por esse motivo, é de suma importância este estudo, que visa explorar os limites do poder de tributar, analisando o caso concreto que gerou aumento das contribuições PIS/COFINS no ano de 2.017, e, além disso, destacar a triste realidade do contribuinte brasileiro que, cotidianamente, tem seus direitos mitigados pelo governo, que parece esquecer os limites da Carta Maior face a ânsia de manter o equilíbrio das contas públicas.

2 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a estrutura das garantias fundamentais que protegem os contribuintes brasileiros e que, abominavelmente, são afrontadas pelo governo de

forma cotidiana, assim como no Decreto 9.101 de 2017, objeto deste estudo, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma metodologia lógico-dedutiva, explorando a mais moderna doutrina e atual jurisprudência dos órgãos superiores, sempre utilizando como guia de interpretação a Constituição Federal de 1988, bem como o Código Tributário Nacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Garantias Constitucionais

Em uma concepção bastante abrangente e simples, é possível compreender a existência do Estado como um mecanismo utilizado pela sociedade para ajudar a cada cidadão alcançar sua plenitude, ou seja, o Estado é uma ferramenta que existe com a finalidade de buscar o bem comum para a sociedade em geral. Para isso, o Estado necessita de recursos financeiros e as duas principais formas para se obter esses recursos necessários são através de receitas e lucros de suas empresas e patrimônios, também chamada de forma originária de arrecadação ou receita originária, tal qual um particular labora em busca de recursos; e a outra forma é a chamada receita derivada, que é a maneira por meio da qual o Estado, usando de suas prerrogativas de direito público (supremacia), edita leis que obrigam o particular a entregar parte de seu patrimônio aos cofres públicos, independentemente de sua vontade.

Nos Estados contemporâneos, a principal forma de obter recursos é a derivada, ou seja, por meio da tributação. E no sistema brasileiro não é diferente. Por esse motivo, é inegável que o Direito Tributário consiste em matéria fundamental para a vida na sociedade moderna, uma vez que, ele regra inúmeros atos praticados por toda população em cada dia, podendo até, por vezes, passar despercebido, porém gera diversos impactos no cotidiano da população em geral.

No Brasil, em 1966, com o advento da Lei 5.172 (Código Tributário Nacional - CTN), o Estado erigiu a gênese do atual sistema tributário. Algumas décadas mais tarde, em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal (CF), que recepcionou o CTN, o Estado teve através do artigo 145 da CF a parametrização exordial de seu Poder de Tributar. Entretanto, no mesmo sistema tributário, o art. 150, objetivando proteger o contribuinte, estabeleceu restrições que limitam o poder de tributação, trazendo, assim, garantias que propiciam garantias, à sociedade, contra a sanha arrecadatória do Estado.

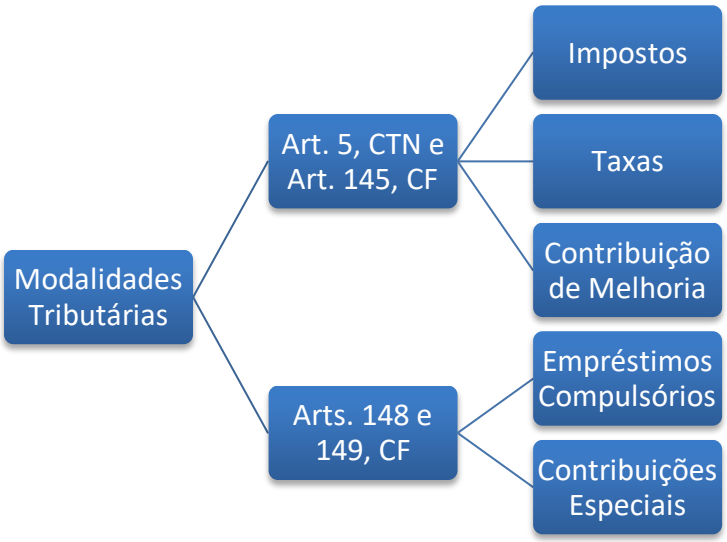
Nada obstante, se, por um lado, o cidadão tem obrigação de pagar os tributos, conforme expresso no art. 3º, CTN, por outro, o Estado tem a obrigação de respeitar a "capacidade contributiva" do mesmo cidadão, assegurando-lhe o mínimo existencial, corolário do prestígio devido ao Princípio da Capacidade Contributiva.

Modalidades Tributárias

O atual entendimento do Supremo Tribunal Federal é de que a teoria quíntupla (também chamada de quintapartida, ou pentapartida) é a que melhor guarda sintonia com o atual modelo adotado pela Constituição Federal vigente.

Ainda que o art. 5º do CTN, em consonância com o art. 145 da CF, disponha que os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria, levando a acreditar que existam apenas esses três tipos, o texto constitucional estabelece outras duas modalidades de tributações, em seus artigos 148 e 149, sendo eles, respectivamente: os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

Graficamente, a teoria atualmente aceita pela jurisprudência do STF e condizente com a Constituição Federal, é:



A modalidade "imposto" é definido no art. 16 do CTN como "tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte". Assim, é possível concluir que impostos são tributos não vinculados e, conforme ensina Ricardo Alexandre, "se sustenta sobre a solidariedade social", já que pessoas que obtêm rendimentos devem contribuir com os entes federativos, ajudando o Estado no alcance do bem comum, o que o caracteriza como de caráter contributivo. Tais recursos devem ser utilizados em benefício de toda a

coletividade, portanto. São exemplos de impostos o IR (União), o ICMS (Estados) e IPTU (Municípios).

As “taxas”, conforme o inciso II do art. 145 da CF, são tributos que podem ser instituídos pelos entes federativos “em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição”, o que as torna, diferentemente dos impostos, tributos vinculados, pois atrelam o Estado ao contribuinte no momento em que este recolhe o tributo em favor daquele. Logo, desde que presente uma das situações previstas no artigo, é possível que o Estado constitua a cobrança de taxa.

Já as “contribuições de melhoria” são tributos destinados a ressarcir gastos públicos na realização de obras e aprimoramento de infraestrutura, consoante leciona Ricardo Alexandre. São tributos vinculados à realização de uma obra pública que tenha como consequência um incremento do valor de imóveis pertencentes aos contribuintes.

“Empréstimos compulsórios”, conforme dispõe a CF em seu artigo 148, são tributos de competência exclusiva da União e sua característica marcante é a obrigatoriedade de restituição e somente podem ser instituídos mediante lei complementar para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

“Contribuições especiais”, quinta espécie de tributo inserida na CF, está prevista no artigo 149 e, salvo algumas exceções trazidas pelo §1º do mesmo artigo, também são tributos de competência exclusiva da União e têm como peculiaridade a finalidade para qual são criadas, conforme pode-se observar na parte inicial do artigo: *“Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas (...)”* (grifos nossos).

A partir da leitura do art. 149 da CF, depreendem-se três possibilidades para que a União institua essa tributação, sendo elas:

a) Contribuições sociais: São utilizadas pela União no intuito de arrecadar recursos para atividades relacionadas à ordem social – bem-estar e a justiça social. Esta subcategoria tributária ainda é subdividida em: a.1) Contribuições da Seguridade Social: Aquelas disciplinadas no art. 195, I, II e II, da CF. São exemplos o PIS/PASEP (art. 239, CF) e a COFINS; a.2) Outras contribuições sociais: Previstas no §4º do artigo 195 da CF, para garantir a manutenção ou expansão da seguridade social; a.3) Contribuições sociais

gerais: voltadas à área social, como o salário-educação, previsto no art. 212, §5º, CF, e as contribuições para os chamados serviços sociais autônomos (art. 240 da CF).
b) Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE): a finalidade da CIDE é justamente intervir na economia, incentivando determinado setor (ex: CIDE-combustíveis, prevista no artigo 177, §4º, CF).
c) Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas: visa ao financiamento de atividades de interesse de instituições representativas ou fiscalizatórias das categorias profissionais ou econômicas (ex: a contribuição sindical, cobrada dos participantes de determinadas categorias profissionais).

No art. 149, §1º, CF/88, temos uma exceção à exclusividade da União: *"Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União"*.

Limitações ao Poder de Tributar

Dentre os princípios que norteiam as limitações do poder de tributar, há dois, em especial, que merecem maior destaque, pois são princípios que norteiam toda a estrutura do sistema tributário brasileiro. São eles os Princípios da Legalidade e da Não Surpresa.

O Princípio da Legalidade, gravado no inciso I do artigo 150, veda que a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios aumentem ou exijam tributos sem lei que o estabeleça. Este Princípio, além de ser um dos que regem o Direito Tributário, também confirma preceitos fundamentais de um Estado Democrático de Direito, já que a legalidade é um princípio essencial de todo o sistema constitucional, tal como expresso no artigo 5º, inciso II da CF/88, garantindo que *"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei"*. Importante não se olvidar que o mencionado princípio também é requisito para a majoração de tributos, conforme, inciso II do art. 97 do CTN, *"Somente a lei pode estabelecer: II – a majoração de tributos, ou sua redução"*.

O Princípio da Não Surpresa, fusão dos princípios da Anterioridade Anual (art. 150, III, b, CF), com o Princípio da Noventena (art. 150, III, c, CF), existe para garantir segurança jurídica ao sujeito passivo da relação tributária, estabelecendo um intervalo de tempo (*vacatio*) entre a publicação da lei e a possibilidade de sua exigência. Portanto, dá ao contribuinte previsibilidade futura, oferecendo a ele um tempo para que possa

preparar seu orçamento para a cobrança maior que virá pelo tributo instituído ou majorado.

O Princípio da Anterioridade (art. 150, II, b) veda o ente federativo de cobrar tributos “no mesmo exercício financeiro e que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou”.

Nesse mesmo diapasão, a alínea “c” no inciso III do artigo 150 estabelece o Princípio da Noventena, que impede que a cobrança de um tributo seja possível antes de *“decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou (...)”*

Portanto, o Princípio da Não Surpresa, em regra, garante que um imposto não pode ser instituído ou majorado no mesmo exercício financeiro da publicação da lei e também fixa um prazo mínimo de 90 dias, acabando com as publicações de leis nos últimos dias do ano-calendário, que burlavam o tal preceito.

Análise da questão

Dessa maneira, se por um lado, o Estado tem a prerrogativa de, através de lei instituir impostos e obrigar os particulares, independentemente de sua vontade, por outro, o Estado está claramente vinculado às limitações impostas e garantidas por nossa Carta Magna.

Conforme foi possível constatar durante este estudo, os governantes, em especial os brasileiros, costumam utilizar, sem nenhum pudor, do Poder de Tributar conferido ao Estado para, em horas de crise econômica, aumentar - ou instituir – tributos, aproveitando-se da compulsoriedade de tal medida. Nesse sentido, o Presidente Michel Temer não fez diferente, pois na ânsia de combater o crescimento da dívida pública e conter o rombo nas contas públicas, majoraram, via decreto, as alíquotas do PIS/COFINS sobre combustíveis no início do ano de 2017. Ao adotar tal conduta, o que mais surpreende é o descaso que a Chefia do Executivo Federal e sua equipe tiveram, pois, dessa maneira, desrespeitaram as garantias constitucionais do contribuinte. Flagrantemente o governo, ao publicar o Decreto 9.101/2017, desprezou os princípios da legalidade e da anterioridade nonagesimal, limites ao Poder de Tributar consubstanciado pela Constituição Federal nos incisos, I e III do artigo 150.

O governo primeiramente desrespeitou o Princípio da Legalidade quando escolheu instituir esse aumento via “decreto”. Como visto, somente Lei pode exigir ou aumentar um tributo e o decreto tem *status* hierarquicamente inferior, pois não passa de

um ato unilateral do executivo, sem o crivo de poder legislativo. Na sequência o governo também não obedeceu ao Princípio da Não Surpresa, pois os impostos PIS/COFINS são contribuições existentes para custear a seguridade social, em conformidade com os artigos 195 e 239 da CF e, portanto, vige a necessidade de se obedecer a noventena.

A questão, no momento, encontra-se *sub judice* no bojo do RE 986296, em face do qual reconheceu-se repercussão geral, mas que, ainda, não fora julgado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo verificou, portanto, a inconstitucionalidade de um ato governamental, em específico, que fora exarado com o fito de resolver seus problemas atinentes às contas públicas, convolando-se, assim, num inequívoco desrespeito aos Princípios da Legalidade e da Anterioridade Nonagesimal, verdadeiros limites ao poder de tributar, expressos na Constituição Federal, o que torna o ato presidencial, veiculado pelo Decreto 9.101 de 2017, objeto deste estudo, flagrantemente inconstitucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 9.101 de 20 de jul. de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9101.htm. Acesso em 10 de Outubro de 2019.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 10 de Outubro de 2019.

Lei n 5.172, de 25 de Outubro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm. Acesso em 10 de Outubro de 2019.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário.** 12. Ed. Rev., atual. e ampl. – Salvador – Ed. JusPodivam, 2018.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** – 18. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2014

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direitos humanos.** 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional.** 11. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. – (Série IDP)

VICECONTI, P. E. V.; NEVES, S. **Introdução à economia**. 8. ed. São Paulo: Frase Editora, 2007.

O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO PENAL

Camila Ramos de Oliveira; Robson Douglas de Lima Rossoni
Orientadores: Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco E-mail:
perlasavana@hotmail.com; rzmontefusco@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O Direito administrativo é um conjunto de regras e princípios que cuida da organização e do funcionamento da Administração Pública, também cuida das relação com particulares no exercícios de atividades de interesse público, dentre as várias atividades da Administração Pública, a função sancionatária da administração merece um apreciação, como objetivo do presente trabalho, a sancionatária vem com intuito de promover e disciplinar o interesse geral, ou seja, trata-se de uma sanção de caráter disciplinar, no qual, diferente do Direito Penal, onde se aplica sanções de caráter de pena exigindo, obrigatoriamente, a pratica de um crime e sua verificação em um processo penal em contraditório, com direito a ampla defesa.

No mesmo assunto, se estamos em frente às infrações que não necessitam de pena privativa de liberdade devemos dar ênfase a outros ramos do direito além do Direito Penal entra aí destacando-se como mais qualificado o direito administrativo Sancionador.

Esse ramo do Direito Administrativo vem se mostrando cada vez mais núcleo de estudo dos doutrinadores e juristas brasileiros, e se mostrado como importante instrumento do exercício do *ius puniendi* estatal. Registra-se que não se excluía aplicação de diversos ramos ao mesmo fato, contudo, o direito penal somente deveria ser aplicado aos fatos mais graves.

Contudo não em todas as vezes se mostra dividida e harmônica a relação entre os ramos do direito. Certas dificuldades aparecem por questões legislativas, outras por falta de definição doutrinária sobre o direito Sancionador.

O direito administrativo Sancionador é um tema de estudos relativamente novo no Brasil, por tal motivo vem se encontrando dificuldades até mesmo na conceituação desse instituto. Sendo o mais próximo do alicerçado Poder de polícia administrativo.

Tem um tempo que a doutrina vem dando tratamento específico ao poder Sancionador das entidades públicas, distinguindo-o do poder de polícia. Assim distancia-se as limitações impostas tendo por base o poder administrativo de polícia, que tem caráter de proteção preventiva de interesses públicos. Das punições vindas do do exercício de um autêntico poder administrativo Sancionador, que tem caráter repressivo.

O direito administrativo sancionador pode dar resposta as infrações menos graves que não carece de pena privativa de liberdade desinflamando o poder judiciário penal dando mais serenidade aos processos mais graves que precisão de mais atenção e de repressão mais direta do poder judiciário.

2 METODOLOGIA

Com esse trabalho queria-se desenvolver uma linha de raciocínio que ligasse o Direito administrativo ao Direito Penal para que aquele pudesse adentrar este acelerando o processo de sancionamento e ainda sim ser eficaz em suas medidas punitivas sem a necessidade do crivo judiciário para a aplicação das penas. Para isso usamos o método de pesquisa explicativo, buscando em fontes secundários, por doutrinadores, e terceiras, como resumos; O resultado da pesquisa foi de forma qualitativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mesmo que sejam ramos do direito distintos, guardam grandes semelhanças entre si. O direito administrativo Sancionador, no Brasil, é objeto de grandes discussões principalmente na doutrina. Uma das grandes distinções entre o Direito Penal e o direito administrativo sancionador é que naquele as penas são personalíssimas, ou seja, não passam da pessoa do condenado, já na seara administrativa as sanções, como no caso de multas, podem atingir os sucessores do infrator como herdeiros ou empresas adquirentes. Também No que diz respeito aos sujeitos o direito penal em sua regra é limitado a pessoas físicas por outro lado o direito administrativo aplica suas sanções tanto a pessoas físicas como pessoas jurídicas.

Mas talvez a maior diferença entre o Direito Penal e o direito administrativo sancionador esteja na matéria de culpabilidade, já que o direito administrativo permite a responsabilidade objetiva independendo de culpa, enquanto no terreno penal a culpa em sentido amplo (dolo, imprudência, negligência ou imperícia) aparece como elemento essencial na configuração da responsabilidade do infrator.

As peculiaridades do direito administrativo sancionador impõem cautelas especiais. Isto porque, apesar de ser considerado ramo distinto do direito penal, o direito administrativo sancionador é considerado um braço do direito punitivo estatal, com origens no “poder de polícia”, ainda que possua certa flexibilidade na sua aplicação, como assinala Fabio Medina Osório (2011). Neste sentido, alguns princípios tradicionais do direito penal ganham relevo no terreno do direito administrativo sancionador, como é o caso da aplicação de lei posterior mais benéfica ao administrado, além dos princípios gerais processuais consagrados constitucionalmente, como o do devido processo legal, da ampla defesa e do direito ao contraditório. Os precedentes administrativos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) confirmam estes dizeres na prática.

Com análise de grandes casos envolvendo o direito administrativo sancionador como por exemplo o caso “Grande Stevens” e de outros precedentes europeus dá-se para perceber que o direito administrativo sancionador a depender do grau de severidade das sanções impostas pela administração pública pode ter sim um caráter penal. Isto foi justamente o que ocorreu no caso italiano, cujas sanções administrativas foram consideradas de natureza penal. Já no âmbito brasileiro, assim como Helena Regina lobo da Costa (2016) informou: que tal assunto “não é um tema tradicional”, pois trata-se de uma terminologia recente, onde há a necessidade de estudos para melhor adequação.

Há casos em que o Poder Executivo, aplica sanções de caráter administrativo, mas de fato são situação em que a via judiciária está sempre aberta, como exemplos: ilícitos tributários, sanções impostas pelo Fisco, cartel e condutas anticoncorrenciais, sanções impostas pelo CADE, CDN e sua lista de sanções impostas a agentes que atuam no mercado de valores mobiliários, e entre outras condutas.

É importante analisar o Condão da sanção administrativa imposta sendo que o grau de severidade é um aspecto muito importante, pois existe o perigo dessas sanções administrativas serem consideradas de natureza penal e, portanto, passível de incidência do princípio da vedação do Bis in idem em relação a eventuais sanções criminais nesse momento necessário e cuidado especial por parte da autoridade administrativa.

O direito administrativo Sancionador, tem todas as características para agir em prol da celeridade dos processos penais menos gravoso, mesmo sendo a natureza de suas sanções distintas, aplicado da forma correta, pode desinflamar o judiciário brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito, enquanto fenômeno social, está em constate transformação e evolução. Nesse movimento, surgem novos institutos e outros já tradicionais passam por questionamentos. É o que pode ser observado no atual estágio de desenvolvimento do ordenamento jurídico pátrio.

Como exposto, o Direito Penal, ramo já tradicional no direito moderno, vem passando por crises, sobretudo por sua inflação legislativa e a crise das penas privativas de liberdade. Por outro lado, surge um novo ramo, dentro do Direito Administrativo, de viés sancionador, que possui cunho repressivo, podendo dar resposta as infrações menos graves que carecem da pena privativa de liberdade.

Mas como se trata de um tema recente precisa ser estudado mais a fundo pela doutrina. Há muita confusão sobre o conceito de direito administrativo Sancionador, que chega a ser confundido, por alguns, com o Poder de Polícia Administrativa, que é mais antigo e alicerçado no direito brasileiro. Contudo, tais institutos não podem ser tratados como sinônimos, sendo que este último possui caráter preventivo, enquanto aquele repressivo.

Portanto, pode se perceber que o ordenamento passa por um momento de transformação, com possibilidade de grande crescimento desta nova disciplina sancionadora aqui estudada.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Rafhaella. **Racionalidade penal e o direito administrativo sancionador**. Disponível em: **https://canalcienciascriminais.com.br/racionalidade-penal-e-o-direito-administrativo-sancionador/** Acesso em 25/09/2019

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 77

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal I**. - 18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016. p. 97.

OSÓRIO, Fábio Medina. **Direito Administrativo Sancionador**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

TORRES, Guilherme Coutinho. **O Direito Administrativo Sancionador e sua relação com o Direito Penal**. Disponível em: **https://jus.com.br/artigos/73354/o-direito-administrativo-sancionador-e-sua-relacao-com-o-direito-penal?fbclid=IwAR21YjCJDIlbpBdYljMsHDCZqpAF6Y4iNtfJWjP7nnDp0AteeflOhpuUPUY.** Acesso em 26/09/2019

O DISCURSO PERIFÉRICO DE BEZERRA DA SILVA

Wesley Rodrigues de Oliveira, Isabella Unterrichter Rechtental,
e-mail: wesleyoliveirasrwro@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual está repleta de vozes pungentes que lutam por um espaço, para terem a chance de serem ouvidas, e enfim, expressar o mais profundo âmago de suas causas e é pensando nessa luta entre representatividade e esquecimento, que este trabalho propõe uma análise de uma das maiores vozes do morro e da periferia como um todo, Bezerra da Silva, o cantor que por meio de um lirismo em alto e bom tom, representou toda uma sub cultura, que passava por uma repressão ditatorial nos anos 70, como afirma DIAS (2003) “E, óbvio, a reação não se fez esperar: os militares desceram o pano sobre nossos verdes anos em 1964” a jornalista refere-se aos anos anteriores a repressão como “anos verdes” pois retoma a ideia de prosperidade e esperança, popularmente ligada a essa cor. Portanto, essa nova fase “pós verde” com tais dificuldades, torna Bezerra ainda mais um ícone inegável de resistência, conseguiu abordar temas pouco debatidos na época e que até nos dias de hoje são motivo, muitas vezes, de tabu. Mas, mais do que isso, ele trouxe às mídias, a periferia e o jeito malandro de ser, pondo à frente dos olhos da sociedade e dos holofotes, uma maneira diferente do que haviam feito até o momento, fugindo completamente do que se propagava na televisão da época, que na maioria das vezes, produzia apenas o que era de interesse político, causando ainda mais impacto com seu trabalho, pois esse jeito diferente de tomar as mídias, fez do seu produto (a música) algo que colocava em prática o que ele mesmo cantava: a malandragem, a malandragem de driblar todas os filtros de produção cultural de seu meio e fazer vir à tona, o que não era apreciado, o que não era pra estar dentro da mídia, uma cultura até então deixada de lado, com costumes não convencionais, esse que é um traço muito forte da literatura periférica, reportar uma cultura, assim como aponta ELEISON (2013) “[...]a cultura popular na sua relação com a cultura de periferia nos permite forjar o termo “cultura popular periférica”[...]”. Utilizando desse termo, pode-se então dizer que esses traços de Bezerra são a manifestação de uma cultura popular periférica. Levando em conta que toda música é uma literatura, já

que apresentam características relevantemente similares aos poemas do trovadorismo. “A presença de refrão, nessas poesias, atesta a presença de um coro, portanto não podemos pensar nessas poesias medievais sem o acompanhamento musical. As poesias nada mais são do que canções, versos cantados” (ALGERI, 2007).

Com manifestações por meio de poemas cantados, cantigas satíricas, de escárnio, Bezerra tinha em suas músicas um pouco desses objetivos; retratar críticas ao sistema repressor da época sem ser muito direto, com um certo jogo de palavras, como por exemplo “tem coca aí na geladeira”, que descreve, não literalmente, o “jogo” dos moradores do morro em tentar driblar as autoridades. Essa, entre outras características, foram um fator determinante para realizar a análise lírica de Bezerra da Silva.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi produzido tendo como base um levantamento bibliográfico, observando as obras de Bezerra da Silva e observando o contexto em que estavam inseridas para uma análise melhor aprofundada em suas canções, considerando que a análise é uma interpretação dada através de uma organização lógica, como afirma MASSAUD (2007) “entende-se por princípios gerais de análise literária uma primeira tentativa de sistematização e esclarecimento.” Considerado essa sistematização, é apresentado a relação entre o papel do cantor como representante da cultura periférica por meio de seus métodos de trocadilhos e jogos de palavra, estruturando suas músicas e explicando a interpretação por trás desses recursos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Representar uma cultura periférica de maneira lúdica e única foi (e ainda é) o que esse estudo aponta perante Bezerra da Silva, seu trabalho e sua repercussão foram inegavelmente bem sucedidas, ao cantar o que o próprio povo queria expressar em suas cantigas nos bares, em nível nacional o cantor representou, sem falhas, a cultura dos habitantes da periferia, contrapondo em suas canções, críticas e exaltações, mostrando que, apesar das condições estarem longe de serem o ideal que o morro tanto precisava e almejava, ainda sim as pessoas da periferia eram verdadeiros cidadãos ao conseguirem sobreviver em meio a tanta desigualdade e baixas expectativas para a vida, tudo isso foi relatado por Bezerra através da imagem do malandro, mostrando que malandro, ao contrário do que a cultura predominante queria mostrar, não era quem praticava atividades ilícitas ou moralmente não aceitas, mas sim, eram estes cidadãos

sobrevivendo a cada dia, da melhor maneira possível, mesmo entre tantas precariedades.

Essas características são notáveis no momento em que se cria uma análise em suas canções, como quando retira-se as características de um bom malandro na música “Malandro é Malandro e Mané é Mané”, obra essa que representa perfeitamente como é a sagacidade de ser um merecedor de tal título. Logo em seguida, fica ainda mais notável como é esse malandro em ação, uma vez que é passado como são as características, agora é passado a prática dessas qualidades em “A Fumaça Já Subiu Pra Cuca”, pois claramente a letra retrata um, entre outros, recursos utilizados pela malandragem para se safar de várias situações, muitas vezes opressivas e inevitáveis.

Toda essa construção, com muita intertextualidade entre suas músicas, é o que faz de Bezerra da Silva uma pessoa tão importante quando falamos sobre representatividade, já que, com tanto estilo e carisma, ele fez um legado na história do morro, sendo um dos poucos que naquela época, dos anos 70, deu voz a quem era tão calado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bezerra da Silva é historicamente um dos principais recursos de expansão cultural do morro, esse que representa não só as favelas cariocas, mas todas as margens sociais brasileiras, pois assim como esse cantor, outros, também inspirados em suas obras, ocuparam um papel semelhante, tornando assim Bezerra um dos pioneiros em representatividade da periferia, contribuindo excepcionalmente para a criação da literatura periférica.

Contudo cabe ainda acrescentar que reconhecer e analisar a fundo esses acontecimentos, é enraizar e integrar ainda mais a inclusão da periferia e garantir um espaço e direitos cada vez maior à quem carece de reconhecimento cultural.

REFERÊNCIAS

ALGERI, N. A poesia trovadoresca e suas relações com a literatura de cordel e a música contemporânea. Disponível em: <**http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/810-4.pdf**>. Acesso em: 15 de set. 2019.

DIAS, L. **Anos 70:** Enquanto corria a barca. 2.ed. São Paulo: Senac, 2004.

ELEISON, A. Marcos fundamentais da literatura periférica em são paulo. **Revista de Estudos Culturais.** V. 1, 2013. Disponível em:

<http://each.uspnet.usp.br/revistaec/?q=revista/1/marcos-fundamentais-da-literatura-perif%C3%A9rica-em-s%C3%A3o-paulo> Acesso em 01 de set. de 2019.

MASSAUD, M. **A análise literári**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

O EFEITO DO EXERCÍCIO FÍSICO NA DIMINUIÇÃO DO ESTRESSE OXIDATIVO

Francisco Augusto Supricio, Paula Grippa Sant'ana,
e-mail: FranciscoAugusto-Bio@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Todo tipo de seres vivos que fazem o uso da metabolização do oxigênio ou hidrogênio para a obtenção de energia, desde uma simples bactéria até nos seres humanos estão propícios ao estresse oxidativo. Isto, devido ao número elevado na produção de espécies reativas, que são geradas sempre ao final de cada processo de respiração celular. O estresse oxidativo ocorre em decorrência de um grande desequilíbrio entre o estado pré-oxidativo e pró-oxidativo que está relacionado diretamente com o desenvolvimento de enfermidades crônicas e/ou degenerativa (CAMPOS; LEME, 2018).

Com o aumento do consumo do oxigênio várias vias metabólicas são acionadas resultando em grande produção de radicais livres, o aumento do número de radicais livres está relacionado diretamente ao surgimento de muitas patologias com: enfisema pulmonar, doenças inflamatórias, aterosclerose, câncer e envelhecimento (SCHNEIDER; OLIVEIRA, 2004).

Exercícios físicos são importantes fatores para a promoção da saúde. Contudo, a realização de exercícios físicos de caráter intensos e prolongados ou até mesmo exaustivo, podem promover inflamação crônica e a quadro de infecções. Possível causa e/ou consequência envolve o aumento exagerado da síntese de compostos pró-oxidantes, conhecidos como espécies reativas do oxigênio. Esta elevação pode reduzir a capacidade antioxidante corporal, situação conhecida como estresse; constantemente relacionado ao aumento de lesões a diversos constituintes celulares, principalmente sobre as membranas, com degeneração dos fosfolipídios, conhecido como peroxidação lipídica. O exercício físico ponde induzir os que originam a produção de espécies reativas do oxigênio como mitocôndrias, processo de isquemia e reperfusão tecidual, a inflamação e elevada liberação de íons metais. Neste sentido é relevante conhecer os reais benefícios do exercício físico associados aos efeitos do estresse oxidativo.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo de verificar os efeitos do exercício físico sobre o estresse oxidativo.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza descritiva, qualitativo utilizando como método a revisão sistemática de literatura, realizada entre setembro e outubro de 2019. Para a coleta dos artigos foram usadas as seguintes bases de dados: Scielo e Google Acadêmico.

A análise iniciou-se com a leitura dos títulos dos estudos. Por fim, foi realizada a leitura dos textos selecionados pelos critérios de inclusão e analisados de acordo com a proposta do estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estresse oxidativo é o aumento da formação de radicais livres e à incapacidade do sistema antioxidante combatê-los. Isso ocorre em situações de grande demanda física, e também em patologias como: infecções, cânceres, diabetes, doenças reumatológicas, doenças neurodegenerativas, e entre outras. Os radicais livres agem principalmente na membrana das células, no ácido desoxirribonucleico (DNA) e nas proteínas, isto provoca lesões que são responsáveis por alterações da função celular. O desequilíbrio da formação de radicais livre e, consequentemente, o estresse oxidativo devem ser reduzidos. O organismo precisa de radicais livres para: a ativação do sistema imunológico e combate de infecções bacterianas; produzir óxido nítrico (NO) e, prevenindo possíveis alterações da pressão arterial, e ainda nas reações dos processos de detoxificação de medicamentos no órgão, fígado.

Segundo Schneider *et al*. (2004), uma célula entra em estresse Oxidativo (EO) quando há um desequilíbrio entre o sistema prooxidativo e antioxidativo causado por um grande aumento na geração de espécies reativas de oxigênio. O aumento na geração EROS pode causar muitos problemas para as células, entre eles danos na formação do DNA e Proteínas provocando alterações na formação celular.

As espécies reativas de oxigênio (EROS) são produzidas pelo nosso organismo durante o metabolismo do oxigênio. Muitas vezes eles se tornam tóxicos para a célula, mas em alguns casos os EROS são benéficas, como por exemplo para o sistema imunológico onde auxiliam na eliminação dos agentes responsável pela inflamação (CAMPOS; LEME, 2018).

A respiração celular é a maior fornecedora de energia para a célula. Ela pode ocorrer de duas maneiras aeróbica e anaeróbica com ou sem a utilização de oxigênio. As moléculas passam pelo processo de quebra durante a respiração celular neste processo gera uma grande produção de energia. Tanto a respiração aeróbica quanto a anaeróbica tem como objetivo primário a quebra da glicose através da glicólise para o fornecimento de energia, ao final do processo é formado o ácido Pirúvico. Durante a glicólise são produzidos os íons de Hidrogênio livres, estes são tóxicos para a célula, a primeira resposta da célula é produzir NAD+ receptador de Hidrogênio Livres controlando assim o nível de concentração do mesmo no meio infra celular (CAMPOS; LEME, 2018).

Como descrito por Barbosa *et al*. (2010) a geração de radicais livres ocorre na Mitocôndria, Membrana plasmática e no citoplasma durante os processos de metabolização, os íons de cobre e ferro são grandes facilitadores para a formação de radicais livres. As gerações de espécies reativas de oxigênio estão diretamente ligadas a redução tetravalente, esta faze causa um desequilíbrio quanto a quantidade de elétrons e leva a uma instabilidade celular podendo causar danos a estrutura celular. As principais espécies de EROS são Superóxido ($O2^{\bar{}}$), Hidroperoxila ($HO2¬^{-}$), hidroxila (OH^{-}) (CAMPOS e LEME, 2018). O aumento do número de radicais livres foi relacionado diretamente ao surgimento de muitas patologias com: enfisema pulmonar, doenças inflamatórias, aterosclerose, alguns tipos de câncer e envelhecimento (SCHNEIDER; OLIVEIRA, 2004).

O sistema antioxidante é o sistema responsável por inibir ou reduzir a concentração de radicais livres no meio intracelular, ajudando no processo de reestruturação das estruturas biológicas lesadas, ele pode ocorre de duas maneiras Sistema enzimático que e feito pelas proteínas Superóxido Dismutase (SOD), Catalase (CAT) e Glutationa Peroxidase (GPx) que agem de forma a controlar a formação de radicais livres causadores de danos oxidativos para a célula, e o sistema não enzimático conta com a ajuda de compostos de origem dietéticas como vitaminas e minerais os que mais se destacam são vitamina C (ácido ascórbico), e os percursores de vitaminas E e A (BARBOSA *et al*., 2010).

Nos últimos anos, muitos estudos têm tentado elaborar uma maneira de aumentar a atividade da defesa antioxidante durante o exercício aeróbio de maneira farmacológicas ou através de suplementação, entretanto, nem um destes métodos se mostraram tão eficazes quanto o próprio estado oxidativo do organismo, que faz com

que as células aumentem a produção de antioxidantes afim de cessar o surgimento de lesões (CRUZAT *et al*., 2007).

Estudos realizados em atletas logo após o exercício mostram um grande aumento na secreção de ferro e cobre, mostrando que a pratica de exercício diários podem produzem uma adaptação nos mecanismos de defesa contra o estresse oxidativo, impedindo que a célula entre em estado oxidativo. Estudos mostram que os aumentos dos mecanismos de defesa dependem diretamente do nível de treinamento, quanto maior o VO2max maior a atividade da enzima antioxidante GPX protegendo a célula de possíveis danos celular (SCHNEIDER; OLIVEIRA, 2004).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o estresse oxidativo está associado a patologias como enfisema pulmonar, doenças inflamatórias, aterosclerose e alguns tipos de câncer. A realização de exercícios físicos, com intensidade de moderada a intensa promove melhora e eficácia nas adaptações do sistema antioxidativo, estimulando aumento na secreção de íons de ferro e de cobre, impedindo que a célula entre em estado oxidativo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, K. B. F. *et al.* Estresse oxidativo: conceito, implicações e fatores modulatórios. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n. 4, p. 629-643, jul./ago. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/Fvg4wkYjZPgsFs95f4chVjx/abstract/?lang=pt.

CAMPOS, M. T. G.; LEME, F. de O, P. Estresse oxidativo: fisiopatogenia e diagnóstico laboratorial. **Pubvet**, [Maringá], v. 12, p. 1-8, jan. 2018. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180721141217id_/http://www.pubvet.com.br/uploads/b6549d41cf307ea6ef99fec75354f20f.pdf.

CRUZAT, F. V. *et al.* Aspectos atuais sobre estresse oxidativo, exercícios físicos e suplementação. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [São Paulo], v. 13, n. 5, p. 336-342, set./out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/3SyZGDnKnvjzSC8M6Bg4fgR/abstract/?lang=pt.

SCHNEIDER, C. D.; OLIVEIRA, A. R. de. Radicais livres de oxigênio e exercício: mecanismos de formação e adaptação ao treinamento físico. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 10, n. 4, p. 308-313, jul./ago. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/wwCFLrKpJhzX8fyYQG7zw5b/abstract/?lang=pt.

O ENSINO ALÉM DOS CONTEÚDOS, VOLTADO PARA A PRÁTICA DO PROFESSOR REFLEXIVO

Letícia de Souza, Wanderlei Sebastião Gabini,
e-mail: leticia_souza1999@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 90 os métodos de ensino passam a serem vistos sob uma nova perspectiva, proposta por John Dewey (1859 – 1952) na qual o ensino vai além do mecanicismo e da simples reprodução de conteúdos, implicando a prática reflexiva do professor no desenvolvimento de seus trabalhos. Nos dias atuais a difusão desse tema se faz necessária, uma vez que a sociedade atual vivencia realidades excêntricas que "exigem" do professor uma reflexão, segundo Pimenta (2000), sobre suas ações, em suas ações e reflexões sobre as ações, nas próprias ações.

Espera-se que o professor contemporâneo esteja preparado para lidar com situações extracurriculares, considerando em sua prática pedagógica a realidade social na qual está inserido, considerando seu papel na transformação da sociedade que é composta por si e seus alunos. Segundo Paulo Freire (2001) esse perfil de professor evidencia a necessidade da fuga do ensino bancário, no qual o professor apenas deposita conhecimento e os alunos o recebem de maneira passiva.

Zeichener (2003) afirma que todos os professores são reflexivos, contudo, o que os difere é o modo como refletem, para ele a reflexão na maioria das vezes se restringe as técnicas e busca de soluções para os problemas que já vivenciaram, não estando assim preparados para o inesperado, para as perguntas que os alunos possam fazer que fujam ao comum no cotidiano.

Entretanto, para que o perfil do professor reflexivo possa ser desenvolvido pelos profissionais da educação é necessária uma formação acadêmica na qual o profissional tenha conhecimento sobre as teorias da educação e sobre um ensino diferenciado, voltado para a prática e reflexão de suas próprias ações em sala de aula. Além disso, estar sempre buscando a formação continuada, para estar atualizado às tendências pedagógicas e diferentes práticas de ensino.

Dentre as pesquisas relacionadas ao tema, atualmente o posicionamento de Ghedin (2008) com relação à atuação do professor é de que há um amadurecimento com relação as experiências vividas, dentre as alegrias e as tristezas, na construção do conhecimento, portanto esta não pode ser considerada uma atividade encerrada, pronta, mas sim algo que poder ser construído diariamente, com base na reflexão e investigação do assunto.

2 METODOLOGIA

A realização do trabalho se deu a partir de uma pesquisa bibliográfica, fazendo uso de periódicos e artigos científicos elaborados por profissionais da área da educação que com base nos grandes teóricos auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com Gil (2006) a pesquisa bibliográfica permite que seja realizada uma busca de dados com maior amplitude, quando comparada a um estudo realizado de maneira direta.

Posteriormente as análises foram possíveis formular e organizar pontos que facilitaram a coleta de dados para a composição do trabalho.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Para Libâneo (2008) o professor reflexivo deve realizar uma autoanálise de suas ações, para que não ocorra problemas com relação às vivências em sala de aula, embora aconteça, mas que o professor esteja preparado para enfrentar tais problemas, repensando suas ações e sobre o resultado delas. Afirma também que a escola básica trata-se de um meio de democratização da sociedade aos que possuem menos recursos, sendo assim necessário o posicionamento do professor reflexivo que em suas propostas pedagógica considera a reforma educacional.

Habermas (1982) afirma que um dos motivos pelos quais a educação ainda presencia perfis de profissionais com base em racionalidade técnica, aos meios que se apropriam dessa atividade para atingir seus objetivos de cunho político e deixar de lado valores e questões de caráter moral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização do trabalho é possível pontuar os aspectos que deveriam fazer parte da vivência de um docente, como a reflexão sobre suas ações, revisão de sua prática e a necessidade de voltar o ensino de seus conteúdos para proporcionar

perspectiva aos alunos, com relação ao poder de transformação social que eles têm quando analisam e associam os conteúdos teóricos à prática.

Podendo assim ter um olhar mais sensível às defasagens da educação brasileira que ainda evidencia métodos racionais e técnicos, despreocupados com o olhar para o todo. Também considerando a importância da formação inicial e continuada no desenvolvimento do perfil do profissional reflexivo, que não somente se dedica ao conteúdo que deve ser ensinado, mas que também reflete e proporciona reflexão a seus alunos através de suas estratégias e metodologias de ensino reflexivas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ramires Santos Teodoro. DAVID, Alessandra. Debates em educação: **Saberes docentes e o professor reflexivo.** Maceió, v.7, n.13, jan/jun, 2015

FAVERO, Altair Alberto. TONIETO, Carina. ROMAN, Marisa Fátima. **Educação**. Santa Maria, v.18, n.2, p.277-288, maio/ago, 2013.

GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. (Orgs). **Professor reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MENEZES, Marcos Vinicius Marcondes. SELINGARDI, Gabriela. ACTIO: **Compreendendo o que é ser um professor reflexivo ante a ação pedagógica**, Curitiba, v.2, n.3, p. 270-286, out/ dez. 2017

O ENTRAVE CAUSADO NA VIDA DOS OPERADORES DO DIREITO PELO ESTRESSE, NO ÂMBITO PESSOAL E JURISDICIONAL.

Elias Felipe Pinto, Eduardo Henrique da Silva, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino,
e-mail: eliasfelipe00@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

É certa a seriedade, eficácia e dependência de toda a sociedade juntoao Sistema Jurídico, que visa solucionar os amontoados de problemas e conflitos que atingem o meio social do ser humano. A mais bela função da humanidade, disse Voltaire, é a de administrar justiça. O referencial teórico a ser utilizado como base para esse trabalho cientifico diz respeito ao Direito Civil. Apoiados na ideia de que o estresse psicológico pode afetar tanto os operadores do Direito que transitam no sistema jurídico como, de forma direta ou indireta, os cidadão que necessitam da resolução de seus conflitos.

O Direito Civil é o ramo do Direito que lida com as relações de ordem reguladoras e obrigações da ordem privada pertencente as pessoas, aos seus direitos, deveres, obrigações e relações junto a sociedade em que vivem. Em contraposição, os esforços provocados pelos operadores de Direito, visando a resolução de conflitos, o bem social e até mesmo a procedência do mérito em favor de seus clientes, podem levá-los a experimentar altos níveis de estresse, em razão dos amontoados de responsabilidades determinadas aos operadores.Tais comprometimentos podem acabar por transformar, ainda que de modo sutil, as relações interpessoais e intrapessoais. (Significados por TIÉ LENZI, 2018)

O amontoado de processos nas filas dos fóruns, a necessidade de resolução mais que imediata, a cobrança dos clientes pela sentença julgada procedente, as mudanças consecutivas no ordenamento jurídico, o grande número de profissionais denominados concorrentes, a contagem dos prazos judiciais, a preocupação com os honoráriose, em especial, os intermináveis conflitos como por exemplo os decorrentes do Direito da Família, são fatores que podem afetar a vida do operador de Direito.

O estresse nada mais é que uma resposta física do corpo, quesofre uma sobrecarga psicológica e física, decorrente do ambiente de trabalho, das relações pessoais, dentre muitas outras. Usa como meio, o estado de alerta demonstrando a necessidade de

mudança de hábitos, para que o corpo não sofra um colapso como ataques cardíacos, arritmias, e afins.

Ressaltando que, o operador tende a lidar com muitos conflitos, que acabam por possuir um aspecto duradouro. Essa persistência de conflitos acaba por impactar não somente o operador de Direito, como também o corpo jurídico como um todo. Logo, se o operador segue bloqueado de certa forma, pelos altos níveis de estresse, com concentração e total dedicação afetada, pode desencadear um rol de profissionais com o desempenho limitado.

Depreende-se dessa breviloquente introdução, o demonstrado interesse de levantarquestionamentos e ponderações a respeito das condições estressantes a que são expostos os operadores de Direito, e os efeitos nocivos que tais alterações no psicológico do ser humano podem acarretar, gerandoprejuízos tanto a ele mesmo, quanto ao Sistema Jurídico, que depende de inteira capacidade de concentração, esmero e dedicação para o bem e zelo do Ordenamento Jurídico e a imparcialidade perante a sociedade. Para Juan Luís Vives, a justiça definia-se como o vínculo das sociedades humanas; as leis emanadas da justiça delineavam a alma de um povo.

2 METODOLOGIA

Costumeiramente ouve-se falar em agressões físicas ao trabalhador, como os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais, todavia as agressões psíquicas, apesar de sua demasiada importância, acaba passando despercebida algumas vezes, não sendo tão comentadas, como por exemplo, o estresse.

O estresse foi considerado pela Organização Internacional do Trabalho como um dos mais graves problemas de saúde da atualidade. Sendo assim, buscou-se através de um método explicativo de pesquisa, explanar este tema, conectando as ideias já existentes a fim de compreender as causas e efeitos relacionados a este assunto e ligá-lo à realidade vivida no ambiente Jurídico, em que o estresse tem prejudicado a excelência na execução do trabalho, impedindo que os Operadores de Direito consigam exercer suas funções em seu melhor nível de excelência.

Um dos meios utilizados para o desenvolvimento da temática, foi o Artigo elaborado pela advogada, especialista em Direito do Trabalho pela Amatra– IX (Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região do Estado do Paraná), Caroline Bittencourt Mamcarz, que abordou o estresse e síndromes de esgotamento no trabalho como causas de doenças ocupacionais, onde procurou dissertar acerca dos danos que

a saúde mental do trabalhador sofre devido a competitividade no ambiente de trabalho, esgotamento, entre outros fatores, e disponibiliza algumas ideias para que haja uma melhoria na qualidade de vida do trabalhador brasileiro, e entre tais ideias, ressalta-se o alcance do bem-estar, que somente será atingido quando a atividade permitir que o trabalhador ”descarregue” as energias psíquicas, caso isso não ocorra, a energia acumulada afetará o próprio trabalhador, podendo lhe causar doenças.

Durante a pesquisa, pode-se averiguar uma notícia relevante, na qual a síndrome de *Burnout* -ou esgotamento profissional- foi reconhecida recentemente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como estresse crônico (que será explicado futuramente) e agora está incluída na Classificação Internacional de Doenças (CID). Esta lista da OMS foi definida com base nas conclusões de especialistas de todo o mundo e serve para estabelecer tendências e estatísticas de saúde. A nova versão do documento, no caso, CID -11, passará a valer oficialmente a partir de 1 de janeiro de 2022.

Em suma, buscou-se por intermédio destes artigos e materiais, concatenar o estresse e suas propriedades com as condições a que são expostos os Operadores de Direito, desde o amontoado de processos nas filas dos fóruns, a necessidade de resolução mais que imediata dos conflitos, a cobrança dos clientes pela sentença julgada procedente, as mudanças rotineiras do ordenamento jurídico, o elevado número de profissionais denominados concorrentes e até as preocupações com os honorários. Todo este acúmulo causa um impacto devastador na vida intra e interpessoal do Operador de Direito.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando o Sistema Jurídico Brasileiro, em todos os níveis, esferas e âmbitos, tem-se o operador de Direito como uma das ferramentas fundamentais para a execução, aplicação e desempenho da Justiça. “A base da sociedade é a justiça; o julgamento constitui a ordem da sociedade; ora o julgamento é a aplicação da justiça.” – Aristóteles (ARISTOTELES, A Política, traduzido por Martin Claret, em 2002).

Logo, se o operador de Direito não se encontra em sua ampla capacidade, mas sim com desgaste, acaba por oferecer menos que sua capacidade total de rendimento profissional, por assim dizer, não trabalha com total efetividade, o que acaba por resultar em um déficit Jurídico, tanto para o Operador, como para os usuários, e isso reflete na esfera pessoal e familiar.

O estresse é então, mais que um mero resultado de tensões, mas um amontoado de pressões estressores que, quando persistentes, causam grandes males. As lacunas e sobrecargas do sistema Jurídico e até mesmo do Operador que por amor ao que faz, acaba por se auto sobrecarregar de tarefas e atividades, que acabam por não colaborar com seu o desenvolvimento e execução das tarefas, faltando com a praticidade e agilidade, exigindo assim do Operador muito mais do que em tese seria necessário. O Operador vê-se obrigado a dedicar mais esforços a cada caso, o que pode acarretar deficiência no desempenho.

Como exemplo tem-se o Direito da família onde os conflitos, em especial os que envolvem herança e acabam na esfera judicial, tendem a ser esgotantes para os Operadores de Direito, pois as divergências e litígios perduram por dias, meses, e até mesmo, anos.

O papel do operador vai além do profissional, é certo que o mesmo deve saber diferenciar, as alçadas, contudo os casos e ações vão além do papel e do escritório, muitas ações, em suma principalmente as de mais relevância, propendem a sair do papel, do site da justiça e até mesmo do escritório e acompanham o operador para a sua vida pessoal. Assim, mais do que saber separar as competências, é inevitável a necessidade de saber controlar e não se deixar se controlado pelo estresse.

Todavia, para que haja um entendimento maior quanto a este fenômeno que tem constantemente afetado a população, especificamente, os operadores de Direito, faz-se necessário explanar as definições e conceitos acerca do estresse, e quais são os tipos de estresse, para isto, utilizou-se como base, uma notícia elaborada pelo Hospital Israelita Albert Einstein (**Tudo sobre o estresse**,13/07/2016):

> Estresse é um termo que se vulgarizou nos últimos tempos, porém na verdade caracteriza um mecanismo fisiológico do organismo sem o qual nós, nem os outros animais, teríamos sobrevivido. Se os antepassados das cavernas não reagissem imediatamente, ao se deparar com uma fera faminta, não teria deixado descendentes. Os seres humanos existem porque os ancestrais se estressavam, isto é, liberavam uma série de mediadores químicos (o mais popular é a adrenalina), que provocavam reações fisiológicas para que, diante do perigo, enfrentassem a fera ou fugissem.

O estresse é uma defesa natural que ajuda as pessoas sobreviverem, mas a cronicidade do estímulo estressante acarreta consequências danosas ao organismo. Embora a tendência do indivíduo seja elaborar estratégias para resolvê-las, muitas vezes, ele vai se adaptando às exigências do chefe intransigente, à situação econômica difícil, aos revezes do dia a dia. Se não conseguir criar essas estratégias, seu organismo

não irá reagir convenientemente diante dos problemas e dará sinais de cansaço que podem afetar os sistemas imunológico, endócrino, nervoso e o comportamento do dia a dia.

Em suma, o estresse é uma resposta física do organismo a um estímulo. Quando estressado, o corpo humano “pensa” estar sob ataque e ativa o modo “lutar ou fugir”, liberando uma mistura um tanto que complexa de hormônios e substâncias químicas, como a adrenalina, noradrenalina e o cortisol, preparando assim o corpo humano, para a ação física (**TATIANA PIMENTA**, 2017).

O estresse não é necessariamente algo ruim, como posteriormente será clarificado, contudo, a manutenção de um estado de estresse por longos períodos, tende a ser prejudicial à saúde.

Como já mencionado, quando se é submetido a atividades estressoras, como o trabalho, surgimento de um novo filho, mudança de casa e/ou emprego, o corpo reage gerando hormônios, que produzidos pelas glândulas suprarrenais ou então, pela medula das glândulas suprarrenais (como é o caso da noradrenalina), tem por função ajudar o organismo a controlar os níveis de estresse, geralmente funcionando como uma “resposta ao estresse”, e esta resposta automática vêm sendo desenvolvida desde os tempos arcaicos, desde os antepassados, que tinham o estresse como uma forma de protegê-los de predadores e outras ameaças, já que diante do perigo, o corpo humano entra em ação, inundando a corrente sanguínea com estes hormônios, que acabam elevando a frequência cardíaca, respiratória, e também a pressão arterial (TATIANA PIMENTA, 2018).

Atualmente, o Operador de Direito já não enfrenta a ameaça de ser devorado por um predador, porém convive com múltiplos problemas e desafios diários, que quando acumulados geram o estresse, que se não mediado, podem devorá-los.

No estudo internacional “Fatores de risco psicossociais para doença arterial coronariana: mecanismos fisiopatológicos. – traduzido", Whittaker Krantz aponta que estas tensões emocionais repentinas podem desencadear ataques cardíacos, arritmias e até mesmo a morte súbita. Embora isto ocorra principalmente entre pessoas que já possuem um histórico de doença, algumas pessoas desconhecem que possuem algum problema cardíaco, até que o estresse agudo culmine em um princípio de infarto ou algo mais gravoso.

Quando o estresse começa a interferir na capacidade de viver uma vida normal, ele torna-se ainda mais perigoso, pois algumas pessoas acabam utilizando hábitos

negativos, como o elevado consumo de álcool e o tabagismo, para lidar com estas tensões.

Assim como fora mencionado anteriormente, o estresse nem sempre é algo ruim. Adaptando Há pelo menos 3 espécies de estresse, sendo elas:

> - **Agudo**: Forma mais comum de estresse. É a reação do organismo, frente à um desafio, ocorrendo em situações em que se recebe uma notícia totalmente inesperada, ou em uma discussão, erro de trabalho e até mesmo em um acidente Geralmente, é considerado um “estresse saudável “, já que ensina nosso corpo a reagir em situações estressantes futuras.
>
> **- Agudo Episódico**: Ocorre quando se tem um estresse frequente, duradouro, ocasionado ao indivíduo, desempenho abaixo do esperado em suas atividades, excesso de pessimismo, irritação contínua, preocupação excessiva, que gera efeitos nocivos à saúde, pois a pessoa normalmente “aceita” o estresse como parte da vida, desenvolvendo quadros de gastrite, úlcera e outras patologias.
>
> - **Crônico**: É o estresse persistente, que se prolonga por longos períodos de tempo, e quase nunca desaparece. Em geral, decorrem de experiências traumáticas ocorridas na primeira infância, que são internalizadas e permanecem dolorosas e presentes, e podem ainda, influenciar na personalidade, crença e até visão de mundo e sociedade do indivíduo. Assim como no estresse agudo episódico, as pessoas portadoras, se acostumam com este estresse e tratamos como parte de si.
>
> Adaptado de "The Stress Solution" por Lyle H. Miller, PhD, e Alma Dell Smith, PhD4 –

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela observação dos aspectos apresentados nesse estudo, constatou-se evidente a presença do estresse na vida dos operadores de Direito e que de fato, essa exaustão interfere sim, em sua grande maioria nos contextos da vida, seja pessoal, profissional, familiar, físico (saúde corporal), intelectual, social, financeiro, dentre outros.

Como relatado, o estresse é fundamentado na autodefesa do organismo físico, quando sobrecarregado física e intelectualmente. Assim o estresse é um aviso de que algo não está bem na rotina e isso deve ser revisto, seja a carga operacional, o grande acumulo de horas de trabalho somado à docência, coordenaçãoou a qualidade de alimentação. O estresse serve para lembrarda condição humana e da necessidade deabrirmão de certas coisas para adquirir o bem estar psicológico e pessoal.

A finalidade deste estudo então é advertir e alertar sobre a necessidade de dominar o estresse, por mais que ele defraude a energia, mesmo que não seja tão

iminente sua melhora junto ao Sistema Jurídico, apesar da evidente perseverança por parte dos operadores, em fazer do sistema jurídico um lugar mais efetivo.

Existem meios mais eficazes e que ocasionam menos efeitos colaterais para se controlar e extravasar o estresse, como a prática de esportes e exercícios físicos, a meditação, o lazer, entre muitos outros. Para que assim ocorra o melhor desempenho profissional e pessoal. Trazendo assim mais efetividade e agradabilidade não somente o sistema jurídico, bem como também, a vida pessoa dos Operadores do Direito.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A Política**. [Tradução: Torrieri Guimarães]. São Paulo, Martin Claret, 2002.

GROENINGA, GISELLE. **O ESTRESSE NO EXERCÍCIO DO DIREITO DA FAMÍLIA: a angústia no judiciário.** Disponível em: <https://docplayer.com.br/81878856-O-estresse-no-exercicio-do-direito-de-familia-a-angustia-no-judiciario-giselle-groeninga-1-introducao.html>.

HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN.**Tudo sobre o estresse.** Tudo sobre o estresse. Disponível em: <http://einstein.br/notícias/tudo-sobre-estresse>. Publicado em 13/07/2016.

KRANTZ, DS, WHITTAKER, KS & SHEPS, DS (2011). **"Fatores de risco psicossociais para doença arterial coronariana: mecanismos fisiopatológicos*:*Washington, DC: APA.** Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=ydB2DwAAQBAJ&pg=PA591&lpg=PA591&dq=1+Krantz,+DS,+Whittaker,+KS&source.>

MAMCARZ, CAROLINE BITTENCOURT**. O Direito do Trabalho pela Amatra IX**. Publicado pela Revista Eletrônica, em Agosto de 2013.

MILLER, LYLE H, PhD4, e Alma Dell Smith, PhD4 **"The Stress Solution",** Disponível em <https://www.apa.org/centrodeapoyo/estres>.

MOTTA, THUANY. **OMS (Organização Mundial da Saúde) reconhece esgotamento profissional como doença.**Disponível em :<http://otempo.com.br/interessa/saude-e-ciencia/oms-reconhece-esgotamento-profissional-como-doenca>. Acesso em 28/05/19)

PIMENTA, TATIANA. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/estresse-saiba-como-ele-afeta-sua-saude/>

O GRITO DE SOCORRO VELADO: A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER

Ana Paula Leite, Grasiela Lima, e-mail: anapaulla.leite@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) a palavra violência vem do latim *(vis)*, que significa força e se refere a noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro, definindo a violência como o uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002). Sendo assim, dentre as diferentes formas de violência, o presente estudo destaca a questão da violência contra a mulher, mais especificamente a violência psicológica.

No entanto, a mulher quando violentada, além de sofrer as agressões físicas, sexuais, morais e patrimoniais, também sofre as agressões psicológicas. Trata-se de um tema de extrema importância na contemporaneidade, uma vez que envolvem sequelas muitas vezes irreparáveis para suas vítimas.

Ademais, esse tipo de violência na sociedade é um grande desafio a ser enfrentado, tendo em vista sua invisibilidade social e a partir daí serão investigados os danos causados à mulher que vive em situação de violência psicológica, assim como a importância da assistência psicológica por meio de estratégias de intervenção psicossocial com equipes multiprofissionais e ações intersetoriais.

Desse modo, a proposta deste trabalho é buscar compreender do que se trata a violência psicológica no âmbito das diferentes formas em que a violência contra a mulher se manifesta, com a pretensão de investigar questões específicas relacionadas à violência psicológica contra a mulher, delimitando suas causas e consequências.

2 METODOLOGIA

Considerando que o objetivo é conhecer os danos psicológicos mediante a permanência de mulheres em situações de violência psicológica, a proposta

metodológica definida foi de uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com GIL (2010), é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar diversos ângulos em relação a determinado assunto.

Sendo assim, o presente estudo tem como base pesquisas em artigos, teses, revistas científicas, bem como em fontes institucionais como o Ministério da Saúde, Data Senado, entre outros. Para a compreensão do fenômeno também foi utilizado o método explicativo, que tem por finalidade "[…] identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos". (PRODANOV, 2013, p. 53).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2006, sob a Lei n° 11.340, entrou no cenário jurídico-legal brasileiro a Lei Maria da Penha, assim nomeada em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que durante vinte anos vivenciou constantes agressões e duas tentativas de assassinato por parte do seu marido, adquirindo como uma das consequências a sua paraplegia (RODRIGUES, 2014). Esta definição mostra que esse tipo de violência além de causar o sofrimento moral, causa o dano psicológico, como a ansiedade, depressão, medo, perda da autoestima, frustração, sentimento de insuficiência, insegurança, vergonha, culpa humilhação, fobias, síndrome do pânico, distúrbios alimentares e do sono, distúrbios pós-traumáticos, tentativa de suicídio e automutilação, tabagismo, abuso de álcool e drogas, entre outros.

A bibliografia especializada tem discutido novos termos como *gaslighting*, *mansplaining*, ainda pouco estudados. O gaslighting é um termo utilizado para se referir à violência emocional através da manipulação psicológica que leva a mulher e as pessoas ao seu redor acharem que ela enlouqueceu ou que é incapaz (STOCKER; DALMASO, 2016). O mansplaining é uma junção de man (homem) e explaining (explicar), homens que explicam. Ocorre quando um homem desmerece o conhecimento de uma mulher e dedica seu tempo para explicar algo que é obvio, como se ela não fosse capaz de compreender. (LIGUORI, 2015). É importante ressaltar que as vítimas de violência psicológica muitas vezes pensam que o acontece não é grave ou importante para tomar atitudes que possam impedir esses atos novamente, inclusive em denunciá-los aos órgãos competentes. Algumas vítimas acreditam que não teriam crédito, caso denunciassem seu agressor.

A vítima é orientada a procurar a rede de proteção para mulheres: Delegacias de Mulheres, Defensorias Públicas, Juizados Especiais, Centros de Referência às

Mulheres, Organizações de Mulheres e Central de Atendimento à Mulher (180). O psicólogo presta assistência às mulheres vítimas de violência psicológica com a finalidade de fortalecimento das mulheres, promoção da autoestima, redução da ansiedade, acolhimento do sofrimento e intermediação de diálogo entre o casal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O psicólogo nesse contexto é extremamente necessário realizando um trabalho de acolhimento, oferecendo um ambiente seguro e confiável para a partilha de experiências, compreendendo a construção do sujeito, seja ela individual ou grupal, junto com a equipe multiprofissional, colocando então para a psicologia não somente o questionamento dos modelos clínicos tradicionais mas a provocação da necessidade de (re) construção de novos lugares e centros de acolhimento as mulheres vitimas de violência psicológica.

REFERÊNCIAS

BARSTED; L.L, HERMANN; J, coordenadores. **Instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos: os direitos das mulheres são direitos humanos.** Rio de Janeiro: CEPIA; 1999.

CASIQUE, Leticia Casique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. **Violência contra mulheres: reflexões teóricas**. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 2006, 14.6.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade; DE SOUSA, Rita de Cássia Barbosa. **Violência Psicológica contra a mulher: Dor Invisível.** In: X Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Sociedades Desiguais e paradigmas em confronto. 2009. p. 237-244.

DATA SENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>. Acesso em maio de 2019.

DE MEDEIROS LAGO, V. et al. **Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação**. Estudos de Psicologia, v. 26, n. 4, p. 483-491, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v26n4/09.pdf>. Acesso em abril de 2019.

ECHEVERRIA, B. Gabriela. **A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade.** Centro Universitário Tiradentes.

ESTADÃO. **Acreditamos que a agressão é apenas olho roxo**. Disponível em: <https://emais.estadao.com.br/blogs/lindeza/acreditamos-que-agressao-e-apenas-olho-roxo-mas-a-violencia-psicologica-me-deixou-muitas-marcas/>. Acesso em agosto de 2019.

G1. **Mulher sofre violência psicológica por quase 20 anos e é primeiro caso denunciado pelo MP no Acre**. Disponível em: < https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2018/09/17/mulher-sofre-violencia-psicologica-por-quase-20-anos-e-e-primeiro-caso-denunciado-pelo-mp-no-acre.ghtml>. Acesso em agosto de 2019.

G1. **Mulher vítima de violência psicológica relata 15 anos para se livrar de ameaças.** Disponível em: < https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2018/07/23/mulher-vitima-de-violencia-psicologica-leva-15-anos-para-se-livrar-de-ameacas-questionario-ajuda-a-identificar-abusos-no-relacionamento.ghtml>. Acesso em agosto de 2019.

LIMA, A. G.; ARAUJO, ALVES, I. **A efetividade da lei de violência doméstica e familiar contra a mulher e os institutos de proteção.** In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XX, n. 163, ago 2017. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.phpn_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19301&revista_caderno=22>. Acesso em abril de 2019.

MDH, GOV. **Balanço anual**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/agosto/balanco-anual-ligue-180-recebe-mais-de-92-mil-denuncias-de-violacoes-contra-mulheres>. Acesso em agosto de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada – Portaria GM/MS nº 1271/2014 e SINAN versão 5.0. Disponível em: << http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/acidentes-e-violencias/notificacao-de-violencia-interpessoal/>. Acesso em agosto de 2019.

MIRANDA, C. M. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil.** NIEM/UFRGS, 2009.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia PL; COUTO, Márcia Thereza. **Violência e saúde: estudos científicos recentes**. Revista de Saúde pública, v. 40, p. 112-120, 2006. Disponível em: < https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0034-89102006000400016&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em agosto de 2019.

SILVA, L. E.; OLIVEIRA, M. C. **Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, p. 3523-3532, 2015.

WERBA, C. Graziela; CARVALHO, C. Michele. **NÃO NOS DEIXAM FALAR, ENTÃO NÃO SOMOS INTERROMPIDAS: a linguagem sexista propagando a discriminação de gênero**. Disponível em: < http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ci/article/view/3481/pdf_1>. Acesso em maio de 2019.

O IMPACTO DO EXERCÍCIO FÍSICO EM ASMÁTICOS

Daniela Calobrizi, Renan Floret Turini Claro, e-mail: renan_turini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A asma brônquica é uma doença crônica inflamatória de grande prevalência mundial atingindo em torno de 7-15% dos indivíduos. No Brasil estima-se que a quantidade seja de 10 milhões de asmáticos. A grande massa está relacionada a crianças com percentual de 20-30%, já que os primeiros sintomas dela se manifestam na infância. Existindo o fato de ocorrências de morbidade e mortalidade em todos os países incluindo o Brasil (MACHADO *et al*., 2004).

A doença proporciona ao indivíduo um custo direto ou indireto dependendo de seu nível sócio-econômico. Asmáticos tendem a requisitar médicos e frequentar hospitais com tais frequências, para diagnósticos laboratoriais, medicamentos sendo de alto custo ou não, entre uma crise ou outra. Além de ser um grande fator de afastamento escolar e do trabalho. No Brasil, estima-se anualmente 350 mil casos de internações pelo sistema único de saúde (SUS), e cerca de 7 mil mortes diárias pela mesma. Entretanto os percentuais ainda não são mensuráveis por não constatarem os atendimentos em clínicas médicas e hospitais particulares (MACHADO *et al*., 2004).

O quadro clínico da doença são sintomas frequentes de tosse crônica, dispnéia expiratório estando ou não em períodos de crise, enrijecimento do tórax e sibilo (ruído agudo que oferece ênfase na asma). Caso for diagnóstica no primeiro período da vida (infância) ela é considerada extrínseca, pois é associada ao alergênico, ou seja, o desenvolvimento da crise é relativo a ácaros, pólen, uso de repelentes, perfumes, hidratantes, pelos de animais, entre outros. Podendo variar os sintomas de indivíduo para indivíduo. Por outro lado, quando é diagnosticada no período adulto ela é chamada de intrínseca, ou seja, não é alergênica. Ela tem como característica os bronquiodilatadores que respondem mal a determinados tratamentos dando origem ao uso de corticoides e a uma queda brusca de disfunção pulmonar (VIEIRA *et al*., 2008).

O tratamento consiste em medicamos de variáveis tipologias, entre elas imunoterapia para evitar que ocorra a crise e em dias que a mesma se mantém em sua origem é administrado corticoide e histamina entre outras drogas para abduzir a doença. O

tratamento consiste em evitar novas crises e manter uma qualidade de vida mais prolongada para o indivíduo, mantendo-se de fato em pequenas quantidades para que não ocorram efeitos adversos do medicamento. O maior problema é que indivíduos asmáticos não fazem o correto uso dos medicamentos acarretando assim em crises mais fortes e mais visitas médicas e hospitalares. O método terapêutico tem como base proporcionar uma vida normal ao indivíduo com base que ele possa fazer suas atividades diárias e extras (OLIVEIRA, 2009).

Asmáticos apresentam uma tolerância menor com relação ao exercício físico pelo fato de serem encontradas limitações na prática de atividade física regular. Porém não se generaliza tal conclusão por se tratar de que cada indivíduo tem seu grau de obstrução da via aérea em repouso, diferenças em suas capacidades respiratórias e na dispneia que por sua vez representam um grau de redução de atividade física e um estilo de vida mais sedentário. Entretanto pesquisas recentes relatam que os asmáticos que estiverem clinicamente estáveis e saudáveis com sua patologia a atividade física aponta ser o fator determinante do bem-estar do indivíduo (BASSO *et al*., 2010).

Este estudo teve como objetivo apontar fatores determinantes na atividade física dos portadores da asma com o intuito de preservar a melhora e qualidade de vida do indivíduo. Relatando exercícios e as finalidades da mesma com o objetivo de conscientizar da importância do exercício físico para os asmáticos.

2 METODOLOGIA

No presente estudo, foi utilizado o método indutivo de caráter qualitativo, tratando-se de uma revisão bibliográfica. O método indutivo baseia se em dados já constatados, ofertando se partir de uma verdade particular para uma visão mais ampla (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A pesquisa qualitativa tem como característica sua amplitude, e é desenvolvida ao longo do trabalho, não tendo como objetivo enumerações em seu conteúdo sendo de fato as estatísticas do trabalho quantitativo. Nela se faz o fato do pesquisador abranger um contato direto ou indireto com a relação do estudo, sendo que nela é comum que o pesquisador tente entender os fenômenos da pesquisa, obtendo a base de seu trabalho ou seja não trabalhando com enumeráveis e imensuráveis (NEVES, 1996).

Revisão Bibliográfica é de fato todo conhecimento científico já publicado. Não sendo uma repetição do mesmo mais uma nova versão com outra visão e assunto mais inovador (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Este estudo baseou-se em vinte artigos da língua portuguesa. Contendo o auxílio do livro da temática proposta (Diagnóstico e Controle da Asma). Os artigos foram lidos inteiramente com a proposta de resumir cada um deles, os meios de pesquisa foram o Scielo, Google acadêmico, Bireme. Os artigos que não tiveram o conteúdo temático utilizado foram eliminados do mesmo. O livro foi lido nos capítulos que proporcionava continuidade na temática, ele foi adquirido na biblioteca do curso, sendo requisitado por mim, com o intuito de enriquecer o tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Autor (ano)	Participantes	Intervenção	Resultados	Conclusão
(SOUZA; PEREIRA; 2005)	30 crianças com idade entre 11 e 13 anos, de ambos os sexos, com asma intermitente.	3 vezes por semana, com exercícios aleatórios, exercícios com broncoprovocação com metacolina, corrida livre em 50m; bicicleta ergométrica e espirometria.	Houve estabilidade asmática em 19 crianças após a corrida livre, em 14 após exercícios com a espirometria e em 23 após o broncoespasmo	A broncoprovocação é um método eficiente para diagnosticar asma e obter melhorias nos sintomas, sendo a melhor opção antes de programar a corrida de 50m, colocando o teste em primeiro.
(GONÇALVÉS *et at.*, 2008)	20 pacientes asmáticos	Divididos em dois grupos com 10 portadores em cada um deles, o 1º grupo foi para o experimento de educação dos exercícios expiratórios e o 2º grupo com a mesma programação anterior porém acrescentando condicionamento aeróbio em 70% da FC máxima obtida.	O Segundo grupo apresentou melhoras relativamente visíveis na saúde, na qualidade de vida e na redução dos sintomas que a mesma se situa, o primeiro grupo obteve menos melhorias em relação ao segundo.	A prática de exercícios físicos melhora a vida e sintomas do portador, além disso, aspectos psicossociais acarretam melhora na vida dos adultos em qualquer grau de asmático.
(BASSO *et al.*, 2010)	19 adolescentes asmáticos e 19 saudáveis, com idade entre 11 e 15 anos de ambos os sexos	Teste de espirometria do Teste de Caminhada de 6 minutos (TC6), Teste de Degrau de 6 minutos (TD6). O nível de atividade física foi diagnosticado pelo questionário Internacional de atividade física (IPAQ).	No TD6, foram apresentados menores valores adquiridos pelos alunos, seja na sua frequência cardíaca, em seu índice de massa corporal. No TC6 houve melhoramento em seu índice de ventilação voluntária máxima (VVM), dispneia teve altos índices de melhora durante e após os exercícios físicos realizados.	O TD6, apresentou diferenças significativas nos exercícios físicos quanto para asmáticos ou não. Houve benefícios na TC6 e nos níveis de atividades físicas para quais quer grupos específicos. Constatando que, há melhoria na qualidade de vida do indivíduo asmático e melhorias conforme sua constância.

Quadro 1 - Resumo dos artigos analisados sobre a prática de atividades físicas na asma descrevendo os autores, protocolos adotados e conclusão.

O quadro 1 acima afirma que exercícios para asmáticos apresentam melhorias em sua performance, assim como na qualidade de vida e diminuição dos sintomas agregados da mesma. Os exercícios mais indicados para asmáticos são natação e corrida, pois apresentam maior esforço pulmonar acarretando em melhor adaptação do indivíduo,

desenvolvendo a capacidade de inspiração e expiração. Esses esportes ocasionam forte impacto nessa área, e a expansão torácica leva a diminuição dos sintomas da mesma, assim como a brônquio dilatação, melhoria do VO2 máximo, brônquio hiperresponsividade brônquica, aumento da capacidade aeróbica e diminuição na quantidade de medicamentos utilizados pelos portadores, já que com isso o mesmo se mantém com menor tempo de crise asmática e grandes períodos sem a mesma apresentada no organismo.

Segundo Bernard (2010), a natação é um esporte efetivamente comprovado para asmáticos pois induz a broncoconstrução. Este é o estado no qual o músculo liso, presente na parede brônquica, se contrai levando a redução na passagem de ar pelas vias aéreas. Estima-se que esse efeito se dá ao alto índice de umidade. Isso ocorre pelo constante impacto com a água reduzindo as secreções expelidas pelo organismo.

Para Teixeira (2010), o nível de condicionamento físico do asmático se observa a partir do aumento da sua resistência cardiorrespiratória, o que lhe permite suportar melhor os agravos da saúde, ou seja, fornece-lhe reservas para enfrentar as crises obstrutivas. A prática regular de exercícios físicos aumenta a tolerância ao mesmo a melhora a capacidade de trabalho com menor desconforto e broncoespasmo. O apetite, que é diminuído em casos de crise, é estabilizado em consequência do processo de treinamento físico. Também são encontrados efeitos benéficos como a melhoria na qualidade do sono, diminuição do uso de medicamentos controlados ou não sensação de bem-estar e autocontrole da asma são características de que o exercício físico oferece resultados comprovados e melhora a condição física.

Portanto fica claro que para asmáticos melhorarem sua capacidade respiratória, exercícios são fundamentais e a compreensão das funções orgânicas do esforço físico seja de fato um fator a se aplicar a cada ser humano, com intuito de que o organismo seja preparado para trabalhar em prol do mesmo e não contra (TEIXEIRA, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os exercícios físicos são uma intervenção importante para asmáticos, melhorando sua qualidade de vida, física, mental e social. Sendo que a consistência do exercício físico é essencial para essa condição mais estável do seu quadro clínico.

Entende-se que o melhor exercício para asmáticos, em quaisquer graus de sua doença, são os de característica aeróbias, e as modalidades mais indicadas e descritas na literatura são a natação e corrida. Ambas estão associadas ao treinamento constante das vias respiratórias, diminuindo sintomas e o uso de medicamentos controlados ou não, as crises são abolidas por grandes períodos e até o ocorre aumento de suas capacidades

cardiorrespiratórias e pulmonares.

Portanto fica nítido que, exercício físico e asma são componentes que devem estar associados à vida de um portador da mesma, com os benefícios que ocorrem desde seus primeiros treinamentos

REFERÊNCIAS

BASSO, R. P. *et al*. Avaliação da capacidade de exercício em adolescentes asmáticos e saudáveis. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 14, n. 3, p. 252-258, maio/jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfis/a/7PJZD5WGJJT4tzMgNdLrNsm/?lang=pt&format=html.

BERNARD, A. Asma e natação: pesando os benefícios e os riscos. **Jornal de pediatria**, Rio de Janeiro, v. 86, n. 5, p. 351-352, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jped/a/Mbhhw8hMLYypKnLGqQjPyMS/?lang=pt.

GONÇALVES, R. C. *et al*. Efeito de um programa de condicionamento físico aeróbio nos aspectos psicossociais, na qualidade de vida, nos sintomas e no óxido nítrico exalado de portadores de asma persistente moderada ou grave. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 127-135, mar./abr. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfis/a/mnq7VLdrYYbFCFjfzXz97Vg/abstract/?lang=pt.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração,** São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54648986/PESQUISA_QUALITATIVA_CARACTERISTICAS_USO-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1666154666&Signature=EWAO7qiDyzsOkmE3YzdMdCXQgi2nBSBsesNEz2uOZqiBoTmfhCOxoeO0gFHi6DAz85D0AW7vWyppIbIB1IbT0nK8WIVyjfnHKUzOdGBd9mhIbyWsKnodBAsFuQqAiD033KSE9Z6qC5SLnob2fPDsBA8XW1xKQoI~VwN5ha7e0QL7pft9MjUP0u33DzQXx-sCYIG7MuYZ4rK6xUED2nhMfYz-LmoEcByFdDi59w~Ba9J6P17Zukr8i2hSH7dhcqTfbxj-Gd0H~vLvBzzxuhNkSY52pXCt2dDElAy-0umM8ZFvyv1ZADzK3CDT-hpKnyeNDMFd-0Fni5Cw~Jewz8NfzQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA.

SOUZA, A. C. T. G.; PEREIRA, C. A. C. Testes de broncoprovocação com metacolina e com exercício em bicicleta e corrida livre em crianças com asma intermitente. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, p. 65-72, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jped/a/9LsnZGQsqyvtvZhKLYGRZNJ/abstract/?lang=pt.

TEIXEIRA, L. *et al*. Asma: da teoria à prática. *In:* SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, 7., 1998, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: EEFE-USP, 1998, p. 121-129. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001016323.

WICHER, I. B. *et al*. Avaliação espirométrica e da hiper-responsividade brônquica de crianças e adolescentes com asma atópica persistente moderada submetidos a natação. **Jornal de Pediatria,** Rio de Janeiro, v. 86, n. 5, p. 384-390, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jped/a/N5G58jxWCSCdHbcQRBWN8dB/abstract/?lang=pt.

O IMPACTO PSICOSSOCIAL DA MASTECTOMIA EM MULHERES DIAGNOSTICADAS COM CÂNCER DE MAMA

Daiana Cruz, Taisa Leonel, Patrícia Pelegrina Rosseto, e-mail: cprosseto@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

A palavra câncer foi nomeada pela primeira vez por Hipócrates, considerado o pai da medicina, mas o caráter destruidor da doença foi citado por Galeno, médico romano (131-201 d.C.) da Era Cristã, e que definiu a doença como incurável, determinando que após o diagnóstico havia pouco a se fazer (EGGERS, 2002)

O câncer são células anormais que crescem de forma desordenada no corpo humano, e se espalham atingindo outras células saudáveis, tornando uma doença extremamente maligna que mais causam temor na sociedade, por ter se tornado um estigma de mortalidade e dor. A palavra câncer tem origem grega Karkínos, que significa caranguejo (INCA, 2009).

O câncer de mama ou carcinoma mamário surge em forma de nódulos na mama ou axila, em alguns casos facilitando a identificação por meio do autoexame (DUARTE; ANDRANDE, 2003). A sua incidência é mais comum no meio feminino, raramente acomete mulheres com idade inferior a 35 anos, podendo multiplicar rapidamente e evoluir com a idade, tem prevalência em mulheres com idade de 40 a 60 anos (SILVA, 2011).

Para o Ministério da Saúde, no Brasil em 2018, a estimativa da incidência de câncer de mama em mulheres, está em torno de 59.700 novos casos, ou seja, uma taxa de 29,5% (MINISTÉRIO DA SAÚDE; INCA, 2018)

O tratamento para o câncer de mama diagnosticado precocemente pode ser considerado mais eficiente no combate da doença, entretanto quando o câncer encontra-se em estágio avançado, o tratamento passa a ser doloroso e mais difícil (SILVA, 2008).

Após a especificação do câncer de mama, define-se a melhor forma de tratamento a ser executado que dependera da proporção da doença e seus traços. Entre os tipos de tratamento encontram-se a radioterapia, a quimioterapia, hormonioterapia e a cirurgia, que podem ser administrados individual ou simultaneamente (RODRIGUES, 2016).

Dentro de todo esse processo a mastectomia vai além de um procedimento cirúrgico e, essa experiência envolve os mais diversos sentimentos negativos, podendo levar a mesma a vivenciar e elaborar um sentimento de luto pelas perdas sofridas, necessitando assim aceitar e ressignificar a imagem do novo corpo e as implicações decorrentes desse fato (RODRIGUES, 2016; CARDOSO, 2016).

À medida que a mulher se encontra conectada com uma doença oncológica, que põe em risco a sua vida, surge inseguranças, sofrimento, dor, ansiedade e medos, principalmente o medo da morte (DIAS *et al*., 2002).

O medo da morte é registrado no consciente da mulher desde o diagnóstico podendo estender após o término do tratamento. Para Kovács (1992), o diagnóstico de uma doença maligna aflora a fragilidade humana e uma proximidade com a própria finitude, tornando a morte cada vez mais próxima.

Maluf, Mori e Barros (2005) afirmam que a mulher com câncer de mama, volta-se para suas questões internas e as confronta com o seu novo estado de saúde, até que possa elaborar esse processo.

Apesar de a sobrevivência ser a meta primordial do tratamento, não se pode desviar o olhar dos aspectos subjetivos e relacionais, que são totalmente associados ao estado de bem-estar físico, psíquico, social, existencial e espiritual que compõem a qualidade de vida total do paciente (HUGUET *et al*., 2009).

A doença provoca alterações importantes na imagem corporal da mulher, que podem afetar a vivencia da sexualidade e satisfação (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER *et al*, 2009).

Visto que a mulher mastectomizada entra num processo de sofrimento, consequente à perda da mama e o simbolismo que esta representa, além de outros fatores que implicam tal situação, o que gera o desencadeamento do medo da morte e os modos de enfrentamento do mesmo, cuja elaboração ou não, dependerão dos recursos psicossociais que cada mulher possui. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender o impacto vivenciado pelas mulheres diagnosticadas com câncer de mama após a mastectomia, e com isso conhecer a forma como as mulheres lidam com as transformações provocadas com esse tipo de tratamento.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um levantamento bibliográfico, sobre os impactos que a mastectomia causa na vida das mulheres com câncer de mama. Para GIL (1999), as pesquisas que

podem ser definidas como bibliográfica são, na sua maioria, aquelas que visam discutir sobre ideologias ou ainda as que visam compreender e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre um deliberado assunto, tema ou problema.

A pesquisa foi realizada nos meses de março a outubro de 2019, fundamentada com base em materiais já elaborados, principalmente de livros e artigos científicos, do Portal Scielo, do Google Acadêmico. Foi desenvolvida ao longo das etapas descritas: a escolha do tema; o levantamento bibliográfico; leitura do material; análise do conteúdo; interpretação, em que foi possível considerar os pontos importantes dos dados colhidos; e, por fim, sua elaboração, embasada nos autores citados no decorrer da discussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A mulher mastectomizada vivencia o sentimento de ser uma pessoa incompleta, e nesse momento, as ocorrências ao longo da sua vida influenciam situações negativas na aceitação da nova imagem. A mama feminina representa um simbolismo e um conceito que a mulher faz de si mesma. Ela é a confirmação da feminilidade e da sexualidade. Sendo assim, sua perda pode ser algo arrasador.

As primeiras preocupações que surgem no período da cirurgia são relacionadas à perda da feminilidade com comprometimento da sexualidade, desfiguramento, atração sexual e perda do parceiro, além da possível mudança dos papéis sociais (ARÁN *et al*.,1994).

Quando a imagem corporal vai se alterando sucessivamente, como no processo de envelhecimento, o corpo se modifica por etapas, sem provocar influencias tão profundas na personalidade. Na mastectomia, a imagem da mulher é modificada bruscamente, sem tempo de adaptação (ARAUJO; FERNANDES, 2008).

Em relação ao papel social, a mulher mastectomizada passará por mudanças em sua rotina, podendo ficar impedida de realizar as atividades domésticas mais simples. Os movimentos e atividades antes desempenhadas com facilidade passam a ser diminuídos em função da alteração na força do braço que foi submetido à cirurgia (AMÂNCIO; SANTANA; COSTA, 2007).

Faria JB, Seidl EMF (2005) ressalta que a utilização de técnicas cirúrgicas resulta na cura de mais de 50% dos casos, no entanto a espiritualidade como estratégia de enfrentamento diante da neoplasia mamaria, ocupa um espaço importante na vida das pacientes podendo ajuda-las a encontrar seu significado e sua conexão no mundo.

O tratamento do câncer, muitas vezes, é longo, o que gera um grande desgaste emocional e físico, requerendo persistência e esperança do paciente e de sua família

(MOTTA, 1998). Ao receber o diagnóstico de câncer da mama, a mulher precisará do apoio familiar, e é necessário que a família não esqueça suas próprias necessidades, sendo solidária, não permitindo que a paciente se deixe vencer pela doença. O afeto familiar permite à mulher manter certa estabilidade para lutar contra a doença. Sendo assim, consegue suprir suas carências emocionais, alcança uma melhor aceitação e orientação comportamental (FERNANDES, 2003).

É importante mencionar que o psicólogo oncológico visa manter o bem-estar psicológico do paciente, identificando e compreendendo os fatores emocionais que intervêm na sua saúde. O papel desse profissional também é prevenir e reduzir os sintomas emocionais e físicos que podem ser causados pelo câncer e seus tratamentos, levar o paciente a compreender o significado da experiência do adoecer, promovendo assim ressignificações desse processo (GUNTERT, 1995).

Messa e Prado (2002) afirmam que reconstruir a mama pode caracterizar a preservação da autoimagem da mulher, melhor qualidade de vida e, portanto, um processo de reabilitação menos traumático. Vários recursos de cirurgia plástica estão à disposição para aliviar os sentimentos pela alteração física provocada pela mastectomia.

A reconstrução pode ser executada logo após a cirurgia ou em outro momento, de acordo com a indicação médica. Há várias técnicas que podem ser utilizadas, sendo necessário uma escolha apropriada dependendo de cada caso. Pode ser um implante artificial de silicone, solução salina ou reconstituição com retalhos dos músculos abdominal ou grande dorsal (PRADO, 2002).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O indivíduo é o único ser que tem a consciência da própria finitude e essa consciência faz com que o homem tente esquivar-se da própria morte, sendo inevitável esse processo. Perante o diagnóstico de uma doença maligna como o câncer, e que tem o estigma de ser mutilador, incurável e mortal, os mais diversos sentimentos negativos serão vivenciados.

O saber-se portador de câncer é, em geral, angustiante, porque apesar dos avanços terapêuticos que permitem uma melhoria na taxa de sobrevida e na qualidade de vida do paciente, mantem-se o estigma de doença dolorosa.

A mastectomia traz implicações para a vida e para a imagem corporal da paciente. Mesmo que este não seja um recurso terapêutico aplicado em todos os casos, ele é frequente e gera repercussões emocionais relevantes, alterando não apenas a imagem psíquica, como também a imagem física que a paciente tem de si mesmo.

Assim, o modo de lidar com as vivências psicossociais, está relacionada à personalidade, bem como o meio em que está inserida e a fase em que cada mulher encontra-se na vida. Portando, é favorável que o psicólogo junto com a equipe multidisciplinar e a família possa compreender melhor os sentimentos marcantes e significativos desta fase, bem como as diferentes reações psicológicas que podem acompanhar esta alteração física, espiritual e familiar.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, V. M.; SANTANA, N.; COSTA, S. Mulher mastectomizada e sua imagem corporal. **Revista Baiana de Enfermagem**. Salvador, v. 21, p. 41-53, jan./abr. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/3911.

ARÁN, M. R. *et al.* Representações de pacientes mastectomizadas sobre doença e mutilação e seu impacto no diagnóstico precoce do câncer de mama. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 45, n. 11, p. 633-690, nov. 1996. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-189040.

ARAÚJO, I. M. A.; FERNANDES, A. F. C. O significado do diagnóstico do câncer de mama para a mulher. **Escola Anna Nery – Revista de Enfermagem**, [Rio de Janeiro], v. 12, n. 4, p. 664-671, dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/fT9P8SpfWhZhY47X4GRkgzy/abstract/?lang=pt.

DIAS, C; COSTA, D; GARRIDO, I. A Sexualidade e o jovem com doença oncológica. **Enfermagem Oncológica**, p. 9-12, 2002.

DUARTE, T. P.; ANDRANDE, A. N. de. Enfrentando a mastectomia: análise dos relatos de mulheres mastectomizadas sobre questões ligadas à sexualidade. **Estudos de Psicologia**, [Natal], v. 8, p. 155-163, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epsic/a/zMkGXvW9JLBmkdPvDHvS4dN/abstract/?lang=pt.

EGGERS, S. A história do câncer em direção a cura. **Revista Hands,** v .10, 2002.

FARIA, J. B. de; SEIDL, E. M. F. Religiosidade e enfrentamento em contextos de saúde e doença: revisão de literatura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [Porto Alegre], v. 18, n. 3, p. 381-389, dez. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/NpQ6BzVkrs3W9YRXKDZNvNK/abstract/?lang=pt.

FERNANDES, A. F. C. **O câncer de mama e a repercussão na vida familiar**. J SBMCE, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GUNTERT, A. E. de V. A. Contribuições da psicológica para o tratamento e reabilitação do paciente com câncer. **Acta Oncológica Brasileira**, [São Paulo], v. 15, n. 2, p. 84-88, mar./abr. 1995. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-155316.

HUGUET, P. R. Qualidade de vida e sexualidade de mulheres tratadas de câncer de mama. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, [São Paulo], v. 31, n. 2, p. 61-67, fev. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgo/a/6wybzX4NFxDnzDT6Dd55SXS/abstract/?lang=pt.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estimativas 2010: Incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2009. 98 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estimativa_2010_incidencia_cancer.pdf.

MALUF, M. F. de M.; MORI, L. J.; BARROS, A. C. S. D. O impacto psicológico do câncer de mama. **Revista Brasileira de Cancerologia,** [Rio de Janeiro], v. 51, n. 2, p. 149-154, abr./jun. 2005. Disponível em: https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/1974.

MESSA, A. A. Análise de repercussões psicológicas de paciente mastectomizada, em seguimento ambulatorial. **Nursing**, 2011

Comitê de Estatísticas Sociais. Câncer no Brasil: dados de registro de base populacional. *In:* IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Registro de Câncer de Base Populacional**, 2018. Disponível em: https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/ministerio-da-saude/registro-de-cancer-de-base-populacional-rcbp.html#:~:text=Hoje%20existem%20mais%20de%2020,em%20uma%20%C3%A1rea%20geogr%C3%A1fica%20delimitada..

MOTTA, M. da G. C. **O ser doente no tríplice mundo da criança, família e hospital**: uma descrição fenomenológica das mudanças e resistências. 1997. 211 p. Tese (Doutorado em Filosofia de Enfermagem) – Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. 223 p. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1374.

PRADO, J. A. F. de A. **Supervivência**: novos sentidos na vida após a mastectomia. 2002. 76 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/83955.

RODRIGUES, J. C. J.; SILVA, L. C.; CARDOSO, R. A. Câncer de mama: do diagnóstico ao tratamento. **Revista Master,** Araguari, v. 1, jan./jun. 2016.

SILVA, P. A. da; RIUL, S. da S. Câncer de mama: fatores de risco e detecção precoce. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 64, n. 6, p. 1016-1021, nov./dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/TMQQbvwZ75LPkQy6KyRLLHx/abstract/?lang=pt.

SILVA, R. M. da; MAMEDE, M. V. **O conviver com a mastectomia**. 1998. 156 p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-4848.

O MERCADO DE EVENTOS

Gabriel de Agostini Zago, José Augusto Pereira Ribeiro, e-mail: zago_biel@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O mercado de eventos, não para de crescer em nosso meio, pesquisas realizadas pela Associação Brasileira de Empresa e Eventos (2013), apontam que em 2013 o mercado representou 4,2 % do PIB nacional, girando algo em torno de R$ 210 bilhões, representando umas das áreas mais atrativas e de maior giro no mercado brasileiro.

Estudos recentes apontam o mercado como um dos mais promissores para os próximos dez anos, entre eles estão casas de festas e eventos, organizações de feiras, congressos, exposições e festas.

Segundo um pesquisa da CWT Meetings & Events,a previsão é que no ano de 2019 o crescimento do mercado seja de 5 a 10%, colando um expectativa muito grande sobre aonde o mercado vai se projetar e como vai ser a atuação nesse setor em um futuro próximo.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente projeto será concentrada nas análises e compilações doutrinárias e bibliográficas a partir dos estudos de artigos publicados relativos ao tema pertinente. Além disso, foram utilizadas pesquisas de mercado, dando ênfase à Pesquisa II Dimensionamento Econômico da Indústria de Eventos no Brasil (2013) realizada pela ABEOC - Associação Brasileira de Empresas de Eventos no ano de 2013. Por fim, utilizou-se revistas eletrônicas, jornais, dicionários, artigos e trabalhos científicos e da web, bem como abriu-se espaço para opiniões pessoais acerca do tema proposto.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 O início

A palavra evento do latim “Eventu”, que quer dizer “acontecimento”. (DICIO, 2019). Se classificarmos o tema evento como é discutido hoje, podemos dizer que o

primeiro evento registrado na historia data da época de 776 a.C, onde ocorreu a primeira olimpíada em honra a Zeus (PORTAL EDUACAÇÃO, 2019).

Quando pensamos em eventos na antiguidade, um dos primeiros pensamentos que vem a tona é o Coliseu em Roma, construído para abrigar mais de 50 mil espectadores (SUPER INTERESSANTE, 2011) em torno de uma arena presente ainda como cartão postal da cidade eterna. Já no Brasil, podemos pautar o primeiro evento realizado em território nacional a Primeira Missa realizada em solo como nosso primeiro grande evento.

3.2 A Importância do mercado de eventos

Trata-se de um mercado importante da economia brasileira, a área de eventos representou em 2013 um impacto no PIB nacional de 4,2%, dado que a área de serviços responde 75,8% do PIB (ABRASEL, 2019), o mercado de eventos incide diretamente 5,55% na área de serviço nacional, movimentando bilhões de reais por ano.

3.2.1 Dados Macros

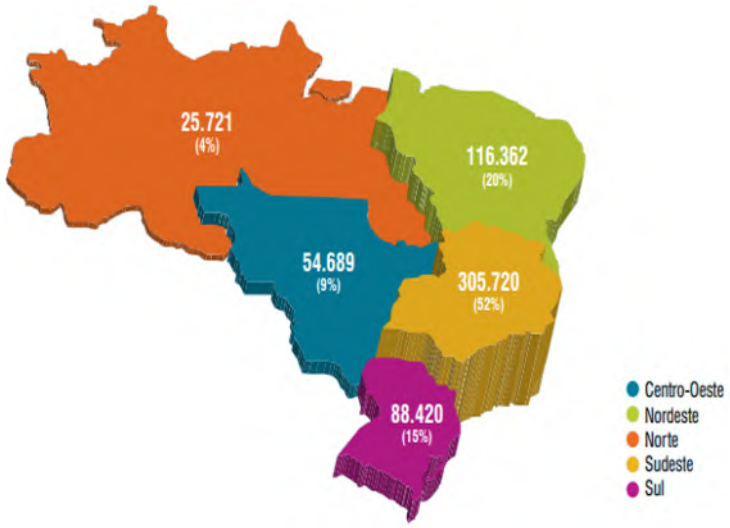
Cerca de 14% de alocação de verbas de marketing para negócios B2B (negócios para negócios), é direcionada para feiras conferências e eventos em geral. Atualmente são realizados cerca de 500 mil eventos por ano em solo brasileiro (MOBLLE, 2019). De acordo com os dados da SindBufê de 2015, o setor quintuplicou seu tamanho em 12 anos.

Em 2013, o Brasil sediou 590 mil eventos, tendo a participação de 202,2 milhões de pessoas que gastaram um ticket médio de R$ 161,80. Também nesse ano as receitas das empresas tiveram um aumento de 18 vezes, se comparadas a 2001. Segundo a pesquisa da ABEOC – 2013, o mercado contribuiu em 2013 com R$ 48,69 bilhões em impostos.

3.2.1.2 Distribuição Geográfica dos eventos

Em relação à distribuição geográfica dos eventos, a pesquisa revelou que o Sudeste continua respondendo pela maior parte do mercado, com 305.720 eventos (52%), seguido pelo Nordeste, com 116.362 (20%), Sul, com 88.420 (15%), Centro-Oeste, com 54.698 (9%), e Norte, com 25.721 (4%). (ABEOC, 2013) (Figura 1).

Figura 1 - Distribuição geográfica de eventos no Brasil, 2013

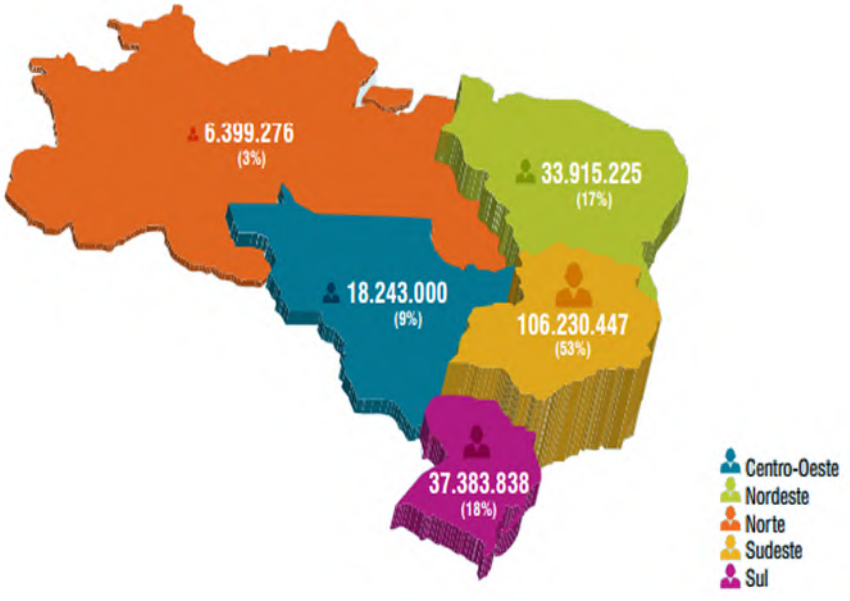


Fonte: ABEOC (2013).

3.2.1.3 Distribuição de participantes

No total participaram de eventos brasileiros em 2013, 202.171.787 de pessoas. Sendo a região do Sudeste com o maior número de participantes, 106.230.447, representando 52,5% do total, enquanto o sul representou 18,49%, seguidos por Nordeste com 33.915.225 participantes, 18.243.000 no Centro-Oeste e o Norte que representou apenas 3% dos participantes nos eventos brasileiros. (ABEOC, 2013) (Figura 2).

Figura 2 – Distribuição de participantes em eventos no território nacional, 2013.

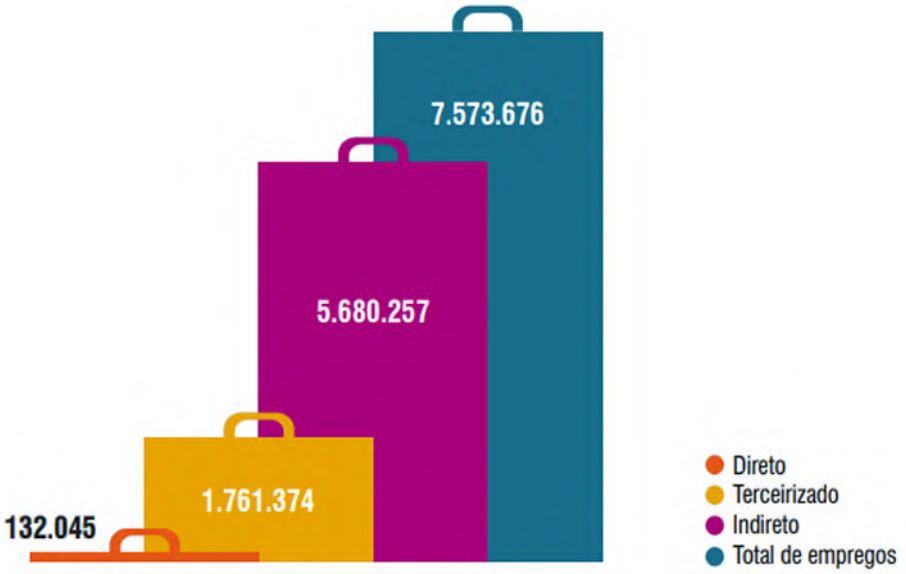


Fonte: ABEOC (2013).

3.2.1.4 – Empregos gerados pelos eventos.

Sendo responsável por 7.573.676 de empregos o mercado de eventos necessita de uma intensiva mão de obra para a execução, porém uma pequena parcela dessa quantidade de empregos são gerados diretamente no mercado, algo em torno de 1,75 % dos empregos gerados, a maior parcela fica com os empregos gerados indiretamente, correspondendo a 75 % dessa parcela e os 23,25 % restantes corresponde aos terceirizados. (ABEOC, 2013) (Figura 3).

Figura 3 – Empregos gerados pelo mercado de eventos, 2013.



Fonte: ABEOC (2013).

3.2.2 O reflexo do mercado na economia dos EUA

Em um novo estudo realizado pelo Events Industry Council e elaborado pela Oxrford Economics, mostrou que eventos presenciais desempenham papel fundamental para a economia nacional e para o fortalecimento dos setores americanos.

a) Entre 2009 e 2016, o setor teve um crescimento de 23% gerando US$ 325 bilhões em gastos diretos e US$ 845 bilhões em geração de negócios.
b) Gerou renda de US$ 104 bilhões em impostos, e contribuição de US$ 446 bilhões no PIB americano.
c) Em 2016, 251 milhões de participantes participaram de 1,9 milhões de eventos.
d) A cada US1 gasto em eventos presenciais gera benefício adicional de 160% para a economia norte-americana (US$ 1,60) (REVISTA EVENTOS, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de eventos cada dia mais está em ascensão na economia global representando 4,2% do PIB nacional, girando em torno de 590 mil eventos no ano de 2013, tendo a participação de 202,2 milhões de pessoas, sendo representado pelo sudeste 52% dos eventos brasileiro. Crescendo de 5% a 10% por ano e girando em 2013, 210 bilhões de reais, representando uma área com maior crescimento e de expectativa de mercado, com uma representatividade superimportante para a economia nacional. Na representação de empregos gerados, os empregos fixos ligados diretamente ao mercado de eventos representaram 132.540 de empregados, já a representatividade de empregos indiretos representa 5.680.257 empregos e 1.760.880 de empregos terceirizados.

REFERÊNCIAS

ABEOC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS, (2013). **II dimensionamento econômico da indústria de eventos no Brasil – 2013.** Disponível em: http://www.abeoc.org.br/wp-content/uploads/2014/10/II-dimensionamento-setor-eventos-abeoc-sebrae-171014.pdf. Acesso em: 12 maio 2019.

SUPER INTERESSANTE, (2011). **O que foi o coliseu de Roma?.** Disponível em: https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-coliseu-de-roma/. Acesso em 13 maio 2019.

DICIO, (2019). **Significado de evento**. Disponível em https://www.dicio.com.br/evento/. Acesso em 13 maio 2019.

PORTAL EDUCAÇÃO (2019). **A história dos eventos**. Disponível em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/a-historia-dos-eventos/61220. Acesso em 12 maio 2019.

MOBLLE, (2019). O ponto de vista de um investidor sobre o mercado de eventos. Disponível em:https://www.moblee.com.br/blog/o-ponto-de-vista-de-um -investidor-sobre-o-mercado-de-eventos/. Acesso em 12 maio 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO (1997). A história da igreja católica. Disponível em : https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj250917.htm. Acesso em 12 maio 2019.

REVISTA EVENTOS (2018). **O setor de eventos é essencial para uma economia saudável e próspera!.** Disponível em: https://www.revistaeventos.com.br/blog/ Eventos-de-sucesso!O-setor-de-eventos-e-essencial-para-uma-economia-saudavel-e-prospera!/44119. Acesso em 12 maio 2019.

ABRASEL (2019). **PIB do Brasil cresce 1,1% em 2018; setor de serviços é o principal destaque.** Disponivel em: https://abrasel.com.br/noticias/noticias/pib-do-brasil-cresce-1-1-em-2018-setor-de-servicos-e-o-principal-destaque/. Acesso em 18 setembro 2019.

O PAPEL DAS EMPRESAS PARA A REDUÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELAS EMBALAGENS PLÁSTICAS

Milena Sanchez Dutra, Monique Martins Fagian, Solimar Guindo Messias Bonjardim,
e-mail: mihsanchezdutra@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os seres humanos desde o princípio têm uma relação contraditória com o meio ambiente, pois o homem necessita do meio ambiente para viver e sobreviver e, ao mesmo tempo, as relações humanas e ações para sobreviver afetam diretamente o meio ambiente (NUNES, 2007). Desse modo pode-se afirmar que o homem destrói a cada momento o meio necessário para sobreviver. Esse fato acontece devido à busca desenfreada pelo desenvolvimento econômico, proposta pelo capitalismo, visto que suas ações levam à poluição e à degradação ambiental.

Dentre tantos, um dos problemas ambientais enfrentados, é a poluição causada pela grande quantidade de resíduos sólidos gerados, principalmente de embalagens plásticas, que por serem utilizadas uma única vez e, logo em seguida, descartadas, representam grande preocupação em relação aos impactos ambientais que podem causar. Mesmo quando descartadas corretamente, ou seja, em aterros sanitários, causam grandes transtornos, devido ao espaço que ocupam e ao longo processo de decomposição, que pode chegar a 400 anos. E quando descartadas incorretamente, poluem rios, mares e até oceanos, causando então, problemas ambientais maiores ainda.

Diante disso, a sociedade vem se preocupando cada vez mais com a preservação do meio ambiente, considerando que esses impactos, quando negativos, não prejudicam só o meio ambiente, mas também a saúde, a segurança e o bem-estar da população, interferindo diretamente em sua qualidade de vida.

Assim, são necessários estudos que levem a novas alternativas, visando a substituição, a reciclagem e a reutilização desses resíduos ou, quando não for possível uma dessas ações, a sua correta destinação final, objetivando a conservação do meio ambiente e a viabilidade econômica das empresas.

As empresas possuem papel importante na redução dos impactos causados por suas embalagens plásticas, buscando diferentes formas para organizar a destinação desse resíduo ou substituí-lo por outros materiais, proporcionando assim, através da inovação, vantagem competitiva à essas empresas, que poderiam utilizar esse fator como marketing ambiental. É nesse contexto que este trabalho foi elaborado, discutindo impacto ambiental do plástico e as alternativas que podem ser utilizadas pelas empresas para a redução dos impactos causados pelos resíduos das embalagens plásticas.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi realizada revisão da literatura, na qual levantou assuntos relacionados ao tema, por meio de pesquisas bibliográficas em livros, revistas, jornais, artigos, sites na Web, teses e dissertações, bem como pesquisas documentais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Barbieri (2011), os problemas ambientais se intensificaram, principalmente, após a Revolução Industrial, na qual surgiram novas técnicas de produção, visando o crescimento e o desenvolvimento econômico, exigindo maior quantidade de recursos. Riegel, Staudt e Daroit (2012), afirmam que o progresso e o desenvolvimento geraram um grande aumento na escala produtiva, proporcionando a melhoria da qualidade de vida e o crescimento populacional.

Para Landim et all (2015), as novas tecnologias associadas à vida moderna causaram um grande aumento na produção de resíduos sólidos, que na maioria das vezes, permanecem no meio ambiente por milhares de anos, principalmente as embalagens plásticas, gerando uma crise ambiental, econômica e social. A contradição pode ser percebida nessa afirmação, visto que, é necessário o crescimento, mas é direito de todos ter e viver em um ambiente saudável. Ao poluir e degradar o meio ambiente na busca pelo crescimento econômico, o ser humano está prejudicando sua própria saúde e bem-estar. E, por esse motivo, cada vez mais, este tema está sendo discutido em fóruns e debates internacionais (Nunes 2007).

Com relação às embalagens plásticas, segundo o Ministério do Meio Ambiente, um terço do lixo doméstico é composto por embalagens, que após utilizadas uma única vez, são descartadas e, nem sempre de maneira correta. Dessa forma, na maioria das vezes, são descartadas em lugares impróprios, como em aterros e lixões, causando

superlotação. Para Riegel, Staudt e Daroit (2012), as embalagens são consideradas produtos com o seu ciclo de vida próprio e seguem tendências de mercado em relação aos seus aspectos econômicos, ecológicos e mercadológicos. Dessa forma, causam danos ambientais desde o seu processo produtivo até o seu pós consumo, uma vez que após serem utilizadas levam muito tempo para se degradarem, principalmente no caso das embalagens de plástico, que se comparadas às embalagens de outros materiais, é uma das que mais demora para se decompor.

De acordo com Piatti e Rodrigues (2005), os plásticos representam grande parte do lixo produzido. O plástico é o segundo maior constituinte do lixo, perdendo apenas para o papel que tem um tempo de decomposição baixo em detrimento do plástico. Assim, devido ao seu longo tempo de decomposição, vêm causando sérios problemas ambientais. Uma vez que necessitam de aterros sanitários cada vez maiores e mais distantes dos centros urbanos.

A coleta seletiva e a reciclagem são algumas medidas educacionais e técnicas que podem ser utilizadas para minimizar esse problema. Além disso, as conferências mundiais, as indústrias e associações ligadas ao meio ambiente discutem e fomentam pesquisas para diminuir e tratar todo os resíduos plásticos. As discussões apostam em programas de logística reversa, gestão ambiental empresarial, entre outras.

Em 2002, por exemplo, 105 mil toneladas foram coletadas e recicladas e o crescimento dessa prática tem aumentado 18% ao ano à medida que os sistemas de coleta e separação vão se desenvolvendo. Em 2011, no Brasil, foram reciclados aproximadamente 21,7% de plásticos, o que representa em torno de 953 mil toneladas por ano. No qual, as próprias indústrias começaram a realizar a reciclagem do plástico, para reaproveitar as perdas da produção. De acordo com o CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem), ao ser reprocessado, o plástico pode ser reutilizado como matéria-prima para a fabricação de outros produtos como conduítes, sacos de lixo, baldes, cabides, garrafas de água sanitária e acessórios para automóveis.

Para que a reciclagem aconteça, é necessária a coleta seletiva, no qual a população deve separar as embalagens de resíduos orgânicos e de outros resíduos não recicláveis. E, após ser separado, deve ser entregue a programas de coleta seletiva existentes ou em cooperativas de catadores. Piatti e Rodrigues (2005), ao discutir sobre os resíduos afirmam que a coleta seletiva além de melhorar o problema da destinação do lixo, possibilita economizar matéria-prima, considerando que, o petróleo e o gás natural, utilizados para a produção do plástico, possuem suas reservas limitadas.

Além disso, segundo a ABRE, a reciclagem proporciona benefícios sociais, uma vez que muitas famílias sobrevivem através da coleta, triagem e reciclagem do PET, benefícios econômicos, pois é um setor que movimenta a economia e, por fim, benefícios ecológicos, pois as embalagens PET são 100% recicláveis.

O PET possui em torno de 60% de reciclagem pós-consumo, sendo um dos polímeros com melhores resultados de reciclagem. Após o PET, está o PEBD, com cerca de 20% de reciclagem pós-consumo. Já os demais polímeros possuem reciclagem pós consumo inferiores a 10%. O PET reciclado passou a ser utilizado para revestir o interior de veículos pelas indústrias nacionais. Além de serem utilizados para a produção de roupas e tecidos. Sua utilização vem crescendo cada vez mais, principalmente nos seguimentos bottle-to-bottle (46%), têxtil (25%), automotivo (11%) e outras áreas (18%). Os mesmos autores afirmam que devido à diversidade de polímeros existentes, a reciclagem de embalagens plásticas não é algo fácil.

As embalagens de plástico convencional são as que possuem maior quantidade de resíduos descartados de forma irregular no meio ambiente, causando poluição de rios, mares e solos, pois demoram muito tempo para se degradar. A produção de embalagens biodegradáveis é uma alternativa para a redução desses resíduos e consequentemente dos impactos por eles causados. Conforme Landim et all (2015), para um produto ou embalagem ser sustentável, é necessário que seja produzido através de materiais ambientalmente corretos, com tecnologias limpas e energia renovável para o seu transporte e reciclagem e deve ser recuperável após a sua utilização.

Assim, devido aos percalços encontrados para a coleta, reciclagem e reutilização do plástico, algumas empresas são obrigadas perante a lei de implantar as embalagens retornáveis. Isso tanto para diminuir o descarte quanto para o descarte correto de embalagens com alta taxa de periculosidade. Essa ação é classificada como logística reversa.

De acordo com Machado (2011), Logística Reversa na Lei 12.305/2010, é um sistema que tem por objetivo realizar a coleta e a devolução dos resíduos sólidos à sua empresa de origem, a fim de que ela se responsabilize com o seu produto pós consumo, reaproveitando o em seu processo produtivo ou dando lhe uma destinação ambientalmente correta. Sendo também uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social, através da inclusão dos catadores nesse processo, uma vez que o retorno desses resíduos não poderá ser realizado gratuitamente pelo serviço público de limpeza urbana. Dessa forma, caso a empresa não tenha o seu próprio sistema de logística

reversa, ela deverá, em parceria com cooperativas ou associações de catadores, realizar esse sistema de forma remunerada.

Ao implantar a logística reversa, obrigatória ou apenas pela responsabilidade social empresarial, a empresa adere ao processo de cuidado com o meio ambiente. Muitas empresas, para essa implantação e total funcionamento, criam um setor/grupo que realiza o sistema de gestão ambiental na organização, discutindo e procurando soluções para inserção nesse mercado concorrencial e, também, com visão para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Barbieri (2011), gestão ambiental é um conjunto de instrumentos, meios e ferramentas que visam atingir objetivos específicos para o meio ambiente, ela pode atuar em operações já existentes, a fim de corrigir e melhorar a situação ambiental ou para prevenir impactos ambientais, encontrando soluções antes que os problemas apareçam. Para isso podem ser realizadas auditorias ambientais, avaliações do ciclo de vida do produto, estudos de impactos ambientais, sistemas de gestão ambiental, relatórios ambientais, rotulagens ambientais, gerenciamento de riscos ambientais, educação ambiental, entre outras.

Essa discussão insere-se nas atuais discussões que focam não apenas no reciclar e reutilizar, mas principalmente no consumo. Para Landim et all (2015), um dos grandes problemas ambientais é a não reutilização e reciclagem das embalagens. Cada vez mais se faz necessária a mudança da postura do consumo, tendo em vista que, algumas soluções para o problema do lixo são a redução do consumo, a reutilização de materiais e a reciclagem, visando assim o desenvolvimento sustentável, que é o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, através das pesquisas realizadas, foi possível concluir que os resíduos plásticos, principalmente, em forma de embalagens, vêm causando impactos cada vez maiores, não só no meio ambiente, mas também na saúde e na qualidade de vida dos animais e dos seres humanos. E, por esse motivo, a sociedade está buscando, cada vez mais, a redução desses resíduos. É nesse sentido que as empresas devem buscar alternativas inovadoras para a redução dos resíduos plásticos gerados através de suas embalagens, atendendo não só ao apelo da sociedade, mas também às legislações.

O Sistema de Gestão Ambiental, por exemplo, é essencial, uma vez que é através dele, que a empresa irá definir as medidas necessárias para prevenir, reduzir ou corrigir

os impactos ambientais que estão sendo causados por ela. Como também a reciclagem, que é uma das alternativas mais utilizadas hoje em dia para reduzir a quantidade de resíduos plásticos. A logística reversa também é uma alternativa pela qual as empresas devem recolher o seu resíduo e dar a ele o destino mais adequado, podendo ser reciclado, reutilizado ou descartado de maneira adequada, porém, para que ela aconteça é necessário que a sociedade esteja consciente e faça a separação de seus resíduos para a coleta seletiva.

A utilização de biodegradáveis também é uma forma muito eficiente de reduzir a quantidade de resíduos plásticos gerados, uma vez que não irá ocupar os aterros e lixões por milhares de anos como o plástico, pois se degrada rapidamente com a ação do meio ambiente. Essas alternativas podem reduzir a quantidade de resíduos plásticos gerados e, consequentemente, os seus impactos ao meio ambiente e à sociedade. Tendo em vista que o papel das empresas é primordial para que medidas como essas sejam implantadas. Dessa forma, além de benefícios em relação ao meio ambiente, a empresa poderá utilizar tais medidas como estratégias de marketing, aumentando sua credibilidade no mercado em relação aos seus concorrentes.

REFERÊNCIAS

ABRE Associação Brasileira de Embalagem. **Meio Ambiente e a Indústria de Embalagem**, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Sol_B/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/TCC_2019/Ambiental/cartilha_meio_ambiente.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

BARBIERI, J.C. **Gestão Ambiental Empresarial**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE**. CEMPRE informa**, n 157. Disponível em: http://cempre.org.br/. Acesso em: 10 agosto de 2019.

LANDIM, A. P. M; BERNARDO, C. O; MARTINS, I. B. A; FRANCISCO, M. R; SANTOS, M. B; MELO, N. R. **Sustentabilidade quanto às embalagens de alimentos no Brasil**.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 19ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. **Impacto das embalagens no meio ambiente**. Disponível em: https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/consumo-consciente-de-embalagem/impacto-das-embalagens-no-meio-ambiente.html. Acesso em 10 de julho de 2019.

NUNES, P. H. F. **Meio Ambiente e Mineração: Desenvolvimento Sustentável**. 1ª Ed. Curitiba: Editora Juruá, 2007.

PIATTI, T. M.; RODRIGUES, R.A.F. **Plásticos: características, usos, produção e impactos ambientais. Série: Conversando sobre ciências em Alagoas**. Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 51f, 2005.

RIEGEL, I.C; STAUDT, D; DAROIT, D. **Identificação de aspectos ambientais relacionados à produção de embalagens de perfumaria – contribuição para projetos sustentáveis**. Gest. Prod., São Carlos, v. 19, n. 3, p. 633-645, 2012.

O PAPEL DE ENFERMAGEM FRENTE A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

Beatriz Francine Fernandes Silva, Daniely Ribeiro da Costa, Maria Emília Serafim Rodrigues e Giovanna Castilho Davatz Lopes, e-mail: bia-jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Equipe consiste em um agrupamento de pessoas com a finalidade de aumentar a produtividade. Permite, assim, a conexão entre diferentes práticas para a busca coletiva de objetivos e resultados em comum (PEDUZZI, 2001).

Equipe multiprofissional, por sua vez, é aquela em que há profissionais de diferentes áreas atuando conjuntamente, cada qual com suas técnicas, dividindo o trabalho para a melhoria dos serviços prestados (PEDUZZI, 2001; SANTOS, 2007).

Um grande desafio para as equipes multiprofissionais é desenvolver a interdisciplinaridade, ou seja, a integração dos diferentes saberes pelo estabelecimento de diálogo, transferindo conhecimentos (FERIOTTI, 2009). Esta prática desvenda e encontra soluções diferentes para as diversas problemáticas, propicia o surgimento de novas aplicabilidades, além de modificar internamente cada área envolvida e gerar novas disciplinas (SANTOS, 2007; FERIOTTI, 2009).

Na saúde, a equipe multiprofissional é composta por profissionais pertencentes principalmente a quatorze áreas, que englobam Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional (VIEIRA; MOYSES, 2017).

Dentro das equipes de saúde cada elemento é uma peça fundamental de toda a engrenagem. O atendimento integral à saúde é composto, portanto, da ação conjunta das diferentes categorias, pois, apesar do saber específico de cada uma, existe uma relação de interdependência e complementaridade. Assim, sempre que atuam de forma conjunta as realizações se multiplicam e os riscos são reduzidos, favorecendo a qualidade de vida dos atendidos (PREVIATTI; LOBO; PEREIRA, 2013).

A Enfermagem, profissão regulamentada pela Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 (BRASIL, 2006) é uma das áreas que compõem as equipes de saúde. Possui

conhecimentos próprios, voltados para o atendimento do ser humano nas áreas de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde. Sua prática é sempre conjugada com a competência necessária para lidar com o ser humano, expressa através da comunicação, da ética e do respeito aos seus direitos e valores (BRASIL, 2003).

Com isso, a Enfermagem constitui-se em um importante componente da equipe de saúde, pois presta assistência e permanece junto ao paciente nas 24 horas do dia, dispondo de um maior contato. Assim, por ser a Enfermagem que se faz mais presente junto ao paciente, poderia estabelecer com ele a relação de ajuda necessária para prestar o cuidado e distinguir suas maiores necessidades (FILIZOLA; FERREIRA, 1997).

Segundo estudos realizados na década de 1990 e nos anos 2000, o Enfermeiro buscou reformular, articular e integrar suas ações com os demais membros da equipe, o que lhe constituiu um desafio, visto que sua formação integrava sua atuação apenas com os profissionais que compunham a equipe de Enfermagem composta em parceria com os auxiliares e técnicos (VILLA; MISHIMA; ROCHA, 1997; PEDUZZI, 2001).

O Enfermeiro também tem se destacado como a categoria profissional que vem contribuindo nos processos de planejamento, implantação, avaliação de programas de saúde, incluindo também o papel de coordenar equipes como ocorre, por exemplo, no Programa de Saúde da Família (REMEL; FRACOLLI, 2006).

Devido aos aspectos acima descritos realizou-se o presente trabalho, objetivando atualizar conhecimentos sobre a atuação da Enfermagem frente à equipe multiprofissional em saúde, baseando-se em textos científicos publicados nos últimos 5 anos.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa consistiu de uma revisão bibliográfica. Para sua realização buscou-se artigos científicos e textos acadêmicos (trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses) nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico.

Os termos utilizados para a busca foram papel, atuação, enfermagem, interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar e multiprofissional combinados de diversas maneiras com os boleanos AND e OR.

Adotou-se como critério de inclusão o material possuir texto completo disponível, ter sido publicado nos últimos cinco anos e estar no idioma português. No buscador Google Acadêmico foram analisados os textos até a quinta página de busca. Foram

excluídos os trabalhos que não se relacionavam à temática. Por fim, aplicando-se os critérios de inclusão e exclusão foram encontrados 8 artigos. Desses, 5 pelo buscador Google Acadêmico e 3 pelo Scielo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na realidade brasileira em que historicamente a ação dos profissionais foi pautada em práticas individuais, o compartilhamento do cuidado trouxe novas reflexões sobre o agir na saúde (SILVA; ASSIS; SANTOS, 2017).

Nesse sentido, fez-se necessária a construção de formas inovadoras e interativas de gestão a fim de ultrapassar os limites institucionalizados do cuidado tradicional (SILVA; ASSIS; SANTOS, 2017).

Observa-se dentro desse contexto, em que o Enfermeiro era visto apenas como prestador de cuidados nas diferentes fases dos tratamentos de saúde (NICOLAU, 2015), a inclusão de estratégias gerenciais e de planejamento em sua formação (SILVA; ASSIS; SANTOS, 2017).

Vinculado à essa temática, os autores RICHTER *et al*. (2019) descreveram que a trajetória histórica da classe tem revelado a luta das mulheres por espaços de atuação e autonomia. Por conseguinte, Enfermeiras tem assumido cargos de chefia, exercendo a liderança, resolvendo conflitos e tomando decisões assertivas para o alcance de resultados. Os autores comentaram ainda, que em busca de explorar as oportunidades de atuação profissional, Enfermeiras têm se inserido, inclusive, em ações empreendedoras na busca por processos inovadores em saúde.

Em resposta à ascensão da Enfermagem no mercado de trabalho (RICHTER *et al*., 2019) todos os membros da equipe multiprofissional em saúde já reconhecem essa área pelo exercício da liderança da gestão do cuidado. Também pela atuação na educação continuada dos trabalhadores, alavancando a capacitação do capital humano para às exigências do sistema de gestão da qualidade (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

Nesse sentido, Lanzoni *et al.* (2015) destacaram com base em dados da literatura que o Enfermeiro desempenha, junto à equipe de saúde, uma atuação diferenciada, fazendo a mediação dos conflitos interpessoais e das ações do trabalho coletivo. Realizaram então, o recorte de uma pesquisa denominada “Liderança do Enfermeiro na Atenção Básica à saúde (ABS) sob a perspectiva da complexidade” na qual questionou-se Enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família sobre a liderança exercida. Os autores descreveram que os Enfermeiros participantes perceberam-se na condição de ser

genuinamente líderes. Ao mesmo tempo declararam estimular a liderança dos demais membros da equipe de saúde, sendo essa ação empregada de forma a contribui e incentivar a atuação integrada dos trabalhadores da área no setor público.

Santos *et al.* (2016), por sua vez, relataram que nos serviços hospitalares de emergência os Enfermeiros são responsáveis pela gerência do cuidado e da assistência. No que se refere à organização do trabalho, esses profissionais integram, simultaneamente, as equipes de Enfermagem e multiprofissional, ocupando uma posição central na articulação e mediação das ações desempenhadas por ambas. Por meio deste estudo identificaram-se quatro estratégias utilizadas pelos Enfermeiros para promover o trabalho em equipe. São elas: articulação das ações profissionais, estabelecimento de relações de cooperação, construção e manutenção de vínculos amistosos e gerenciamento de conflitos.

Fontes, Anjos e Santos (2017) estudaram a atuação do enfermeiro na unidade de terapia intensiva. Enfatizaram que esse profissional visa participar integralmente da equipe multiprofissional, cuidando do ambiente, das necessidades do cliente e da família que se faz presente. Nesse aspecto, reforçaram que as habilidades conjuntas da equipe multiprofissional são necessárias para a qualidade diária do atendimento. Porém, coloca o Enfermeiro como peça fundamental na tomada de decisões dentro da equipe por sua formação favorecer o exercício da liderança, justamente por desenvolver seu trabalho de forma articulada, pensando e planejando com as demais áreas como um todo.

Associando-se as informações fornecidas pelos diferentes materiais estudados é possível observar que o Enfermeiro tem um importante papel frente a equipe multidisciplinar nos variados meios de atenção em saúde (UBS, ESF, Clínicas, Hospitais e outros), no qual vem enfrentando e superando desafios, se adequando ao novo contexto de atuação em liderança de equipe e medidas de tomada de decisão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os 8 artigos analisados foi possível verificar que a atuação da Enfermagem frente a equipe multidisciplinar vem sendo palco de diversas discussões sobre formas de liderar para melhor atuação de toda a equipe envolvida no cuidado. Com isso, foi discutido o papel do Enfermeiro que a articulação das ações profissionais, estabelecendo relações de cooperação, construção e manutenção de vínculos, além da mediação de conflitos.

O presente estudo tem a intenção de contribuir para que estudantes de Enfermagem conheçam o papel da área escolhida frente às equipes multiprofissionais. Além disso, se mostra como um alerta para que os cursos de graduação desenvolvam as competências necessárias em seus discentes para o desempenho do papel de articulador interprofissional e líder.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Câmera de Regulação do Trabalho em saúde**. Brasília – DF, 2006.

BRASIL. **Profissionalização de Auxiliares de Enfermagem**. Brasília – DF, 2003.

ERMEL, R. C.; FRACOLLI, L. A. O trabalho das enfermeiras no Programa de Saúde da Família em Marília/SP. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [São Paulo], v. 40, n. 4, p. 533-539, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/RCPnFgk798M59VQhZ5Gqbqp/?format=html&lang=pt.

FERIOTTI, M. de L. Equipe multiprofissional, transdisciplinaridade e saúde: desafios do nosso tempo. **Vínculo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 179-190, jul./dez. 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1394/139422410007.pdf.

FILIZOLA, C. L. A.; FERREIRA, N. M. L. A. O envolvimento emocional para a equipe de enfermagem: realidade ou mito? **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, p. 9-17, maio 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/N3fggMFKCTGp8yjB4KgtrPt/abstract/?lang=pt.

FONTES, L. S.; ANJOS, Y. Y. F.; SANTOS, E. S. **A interação do enfermeiro com a equipe multidisciplinar**. *In:* Congresso Internacional de Enfermagem, 2017. Disponível em: https://eventos.set.edu.br/cie/article/viewFile/6025/2045.

LANZONI, G. M. M *et al*. Ações/ interações que motivam a liderança de enfermagem no contexto da atenção primária à saúde. **Texto contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 24, n. 4, p. 1121-1129, out./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/7FR6Prw9GqH7cPHNRLDPwvp/abstract/?lang=pt.

NICOLAU, I. R. **Atuação do Enfermeiro em Equipe Multiprofissional no Cuidado a Obesos Grau III**. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Assistencial) – Escola de Enfermagem Autora de Afonso Costa, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2015. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/3056.

OLIVEIRA, J. L. *et al*. Atuação do enfermeiro no processo de acreditação: percepções da equipe multiprofissional hospitalar. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S.l.], v. 31, n. 2, p.1-9, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/17394.

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, p. 103-109, fev. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/PM8YPvMJLQ4y49Vxj6M7yzt/abstract/?lang=pt.

PREVIATTI, D.; LOBO, E.; PEREIRA, J. Em Busca da Interdisciplinaridade: o trabalho multiprofissional na gestão pública em saúde para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS). **Coleção Gestão da Saúde Pública**, Florianópolis, v.1, p. 178-189, 2013.

RICHTER, S. A. *et al*. Ações empreendedoras em enfermagem: desafios de enfermeiras em posição estratégica de liderança**. Acta Paulista de Enfermagem**, [São Paulo], v. 32, p. 46-52, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/xzsHBHMdGRcdCgq474yP5Ht/abstract/?lang=pt.

SANTOS, J. L. G. *et al*. Estratégias utilizadas pelos enfermeiros para promover o trabalho em equipe em um serviço de emergência. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 37, p. 1-7, mar. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/ZxVZ8k73pX6yyPJJzRYsbsH/abstract/?lang=pt.

SANTOS, S. S. C. *et al*. Interdisciplinaridade: a pesquisa como eixo de formação/profissionalização na saúde/enfermagem. **Revista Didática Sistêmica**, [S.l.], v. 5, p. 13-22, jan./jun. 2007. Disponível em: https://repositorio.furg.br/handle/1/631.

SILVA, S. S. da; ASSIS, M. M. A.; SANTOS, A. M. dos. Enfermeira como protagonista do gerenciamento do cuidado na estratégia saúde da família: diferentes olhares analisadores. **Texto contexto – Enfermagem**, [S.l.], v. 26, n. 3, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/Z8HvTPNDjv9MjLQHvKwQdTn/abstract/?lang=pt.

VIEIRA, A. L. S.; MOYSES, N. M. N. Trajetória da graduação das catorze profissões de saúde no Brasil. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 401-414, abr./jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/mkGtJZDqKxwFQkYT9jdspqw/abstract/?lang=pt.

VILLA, T. C. S., MISHIMA, S. M.; ROCHA, S. M. M. A enfermagem nos serviços de saúde pública do Estado de São Paulo. **O trabalho de enfermagem**, São Paulo, p. 27-60, 1997. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/000930046.

O PAPEL DO ENFERMEIRO EM UTI NA PREVENÇÃO DE PNEUMONIA ASSOCIADA À VENTILAÇÃO MECÂNICA

Monica Caetano, Gercilene Cristiane Silveira, e-mail: monicacaetanoortiz@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) se deu num momento em que acontecia alta mortalidade de soldados na guerra da Crimeia em 1854. Florence Nightingale, enfermeira moderna muito à frente do seu tempo, agrupou todos os soldados feridos em um mesmo ambiente onde os mesmos foram monitorizados continuamente e com rigoroso controle de higiene (ALMEIDA, 2017).

A primeira UTI moderna foi criada nos EUA, na cidade de Baltimore, em 1923 pelo médico Walter Dandy. Em continuidade aos avanços da ideia original, o que a história demonstra que o médico Peter Safar foi então considerado o primeiro profissional intensivista, pois, conforme se relata o contexto histórico, foi ele quem criou, no ano de 1962, a primeira UTI dentro do ambiente hospitalar. Peter Safar também passou a ser responsável por criar e ofertar a disciplina de cuidados críticos para turma de medicina, projetou a primeira ambulância de suporte intensivo e foi um dos fundadores da Society of Critical Care Medicine, primeira sociedade voltada para tratamentos intensivos (ALMEIDA, 2017).

A UTI surgiu, no Brasil, nos anos 70, e são destinadas ao atendimento de pacientes críticos com possibilidade de recuperação e que necessitam de uma assistência, permanente e especializada, médica e de enfermagem (FERREIRA, 2017).

A UTI é um dos setores no hospital considerado crítico, onde as ocorrências de eventos adversos ao cuidado de enfermagem merecem uma análise particular, pois há uma maior susceptibilidade por parte dos pacientes devido à gravidade do seu quadro clínico, podendo resultar em uma ameaça adicional à vida. São exemplos de eventos adversos: extubação acidental, úlceras por pressão, má fixação de cateteres, tração de sondas, quedas, falta de anotações de enfermagem e a prescrição de cuidados pelo enfermeiro (SANTOS, 2016).

A ventilação mecânica (VM) é um dos procedimentos mais frequentemente empregados em UTI, sendo imprescindível para a manutenção da vida de pacientes

graves. Seus objetivos principais são a manutenção das trocas gasosas em níveis adequados e a redução do trabalho ventilatório, até que a condição clínica que resultou na indicação de VM seja resolvida ou compensada (BARBAS *et al*., 2014; HOLANDA *et al*., 2018).

Quando o paciente necessita de ventilação mecânica invasiva ou não invasiva, por um tempo superior à seis horas diárias por mais de três dias, esta é considerada ventilação mecânica prolongada. Sabe-se também que, o uso prolongado da ventilação mecânica pode desenvolver efeitos deletérios ou colaterais não só no aparelho respiratório, mas em todos os sistemas do corpo humano (CASTRO, 2013).

O uso de ventilação mecânica na UTI é frequente e expõe os pacientes ao risco de adquirir pneumonia associada à ventilação mecânica (PAV) que pode ser definida como aquela que se desenvolve 48 horas a partir do início da ventilação mecânica até 48 horas após a extubação. Uma vez instalada esta infecção pode trazer repercussões hemodinâmicas e respiratórias graves. A PAV é comumente caracterizada por febre, leucocitose, acúmulo e aumento de secreção no trato respiratório sendo, essa às vezes, purulenta, além de infiltrados bilaterais ou opacificações à radiografia do tórax. Essa infecção é considerada grave, pois, acarreta piora da troca gasosa, o que agrava os parâmetros ventilatórios, uma vez que provoca comprometimento dos bronquíolos respiratórios e alvéolos que são preenchidos por exsudato inflamatório (AMARAL; IVO, 2016).

Diante desse panorama, é fundamental que ações de prevenção da PAV sejam prioritárias nas instituições de saúde, a fim de promover segurança aos pacientes que necessitam de assistência ventilatória invasiva durante sua internação em UTI. Nesse ínterim, torna-se elementar a identificação dos principais fatores de risco para PAV, os quais são descritos na literatura como modificáveis e não modificáveis. Os fatores não modificáveis incluem idade, escore de gravidade, doenças neurológicas, traumas e cirurgias. Já os fatores modificáveis referem-se a intervenções que incluem vigilância microbiológica periódica, instituição de protocolos de prevenção, redução de prescrições inadequadas de antimicrobianos, entre outras.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente o presente estudo será pautado na revisão bibliográfica da literatura, onde se buscará aqueles artigos que especificamente abordam o assunto

relacionado a atuação do enfermeiro que atua em UTI e tem como objetivo prevenir a ocorrência de pneumonia em virtude da ventilação mecânica.

Sendo assim serão consultadas as publicações contidas nas bases de dados Scielo, LILACS. Podem ser utilizados também livros específicos, artigos científicos além de artigos publicados na internet, tais como monografias, dissertações, teses e seus congêneres, desde que versem sobre o assunto a ser estudado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DA PAV

Segundo estudo realizado por Maran *et al*. (2019), a PAV é considerada uma patologia de alta letalidade nas UTIs, por isso deve ser prevenida por meio de ações e intervenções da equipe multidisciplinar, o que é sabidamente possível de ser realizada. A capacitação dos enfermeiros e da equipe multiprofissional é essencial para a prevenção de infecções hospitalares, ou seja, de doenças secundárias adquiridas após a entrada em ambiente hospitalar. Os profissionais de enfermagem, por manterem contato direto e ininterrupto com os pacientes, desempenham importante papel no desenvolvimento e aplicação de programas de prevenção de IRAS, incluindo a PAV. Outros profissionais da equipe de saúde, como os fisioterapeutas, também podem contribuir para prevenção desse evento adverso. Contudo, para que medidas eficazes sejam adotadas, é primordial que esses profissionais tenham conhecimentos específicos relacionados aos cuidados de prevenção (NASCIMENTO *et al*., 2014).

Conforme Rodrigues *et al*. (2017), as medidas preventivas da PAV, em sua maioria, são realizadas pela equipe multiprofissional, em especial pela enfermagem, que se responsabiliza por vários mecanismos de prevenção, seja em atividades administrativas, de supervisão e de treinamento de pessoal.

3.2 HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS

Para Ferreira (2017), as mãos são o principal meio de transmissão das IRAS, e, não menos importante, são o meio mais utilizado no contato com os pacientes. Vale salientar que a higienização das mãos é a medida mais simples na prevenção das IRAS, uma medida de baixo custo e que se, realizada corretamente, remove microrganismos adquiridos no contato com pacientes. As mãos também devem ser higienizadas após o uso de luvas, pois microrganismos proliferam dentro do ambiente úmido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que atualmente o profissional de enfermagem tem papel fundamental na assistência ao paciente durante sua terapêutica, pois sua atuação tem por objetivo a minimização de eventos adversos, conduta que visa melhorar a qualidade de vida, uma vez que a grande maioria de pacientes internados nessa unidade se submete a tratamento relativamente longo. Por conta disso, a assistência de enfermagem deve ser humanizada a esse paciente, uma vez que se faz indispensável total atenção em todas as fases do tratamento, mesmo quando se tem a convicção de que o paciente está evoluindo para óbito.

Nota-se que a PAV pode trazer grave repercussão para o paciente acometido por essa condição e apresenta um grande impacto nas taxas de morbimortalidade, no tempo de VM, no tempo de permanência na UTI e no aumento dos custos assistenciais. Diante disso, é fundamental a seleção e a aplicação de medidas baseadas em evidências, apropriadas para cada serviço de saúde e de acordo com as necessidades individuais dos pacientes, visto que tais medidas, comprovadamente, quando aplicadas coletivamente, diminuem a densidade de incidência de PAV, uma das mais frequentes infecções relacionadas à assistência à saúde nas UTIs.

As IRAS atualmente representam um grave problema de saúde pública nos hospitais e, em UTI, elas são consideradas mais graves, devido ao fato de os pacientes se encontrarem em estado crítico, tornando-os, portanto, mais propensos a adquirir determinada infecção.

Fica evidente a necessidade de implementação de protocolos para otimizar o serviço de atendimento ao paciente em sepse. Isso tem por intuito desenvolver de forma assertiva e individualizada ações de enfermagem no cuidado ao paciente em choque séptico, pois o enfermeiro é o elo central da equipe, visto que planeja e coordena as ações de enfermagem apoiado no conhecimento técnico-científico.

O profissional de enfermagem é fundamental para a assistência ao paciente durante sua terapêutica, atuando de forma que se evitem eventos adversos, melhorando sua qualidade de vida, uma vez que uma grande maioria desses pacientes se submete a um tratamento relativamente longo e, consequentemente, internação em UTI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. V. D. de. **Perfil do paciente idoso internado em unidade de terapia intensiva neurológica em um hospital público no Distrito Federal**. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em

Enfermagem, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/24455.

AMARAL J. M.; IVO, O. P. Prevenção de pneumonia associada à ventilação mecânica: um estudo observacional. **Revista Enfermagem Contemporânea**, [Salvador], v. 5, p. 109-117, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/926.

BARBAS, C. S. V.; AMADO, V. M. Recomendações brasileiras de ventilação mecânica 2013. Parte I. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, [São Paulo], v. 26, n. 2, p. 89-121, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbti/a/Whwrm75h6MJwr5C6JmJg73Q/abstract/?lang=pt.

BARBOSA, L. da S. *et al*. Uso da ventilação mecânica invasiva em dois hospitais públicos de São Caetano do Sul: um estudo epidemiológico. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 8, n. 24, p. 16-24, abr./jun. 2010. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/1053.

CASTRO, I. C. B. de. **O uso prolongado da ventilação mecânica**: efeitos deletérios. 2013. 16 f. Monografia (Bacharel em Fisioterapia) – Atualiza Cursos, Salvador, 2013. Disponível em: http://bibliotecaatualiza.com.br/arquivotcc/FUTI/FUTI07/CASTRO-ilbenice.PDF.

FERREIRA, J. V. Infecção hospitalar na unidade de terapia intensiva: revisão bibliográfica. *In:* II CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2017, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: UEPB, jun. 2017. p. 1-8. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2017/TRABALHO_EV071_MD1_SA4_ID1591_15052017153412.pdf.

HOLANDA, M. C. *et al*. Assincronia paciente-ventilador. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, Brasília, v. 44, n. 4, p. 321-333, 2018. Disponível em: https://www.jornaldepneumologia.com.br/details/2835/pt-BR/assincronia-paciente-ventilador.

MARAN, E. *et al*. Prevenção da pneumonia associada à ventilação mecânica sob a ótica de acadêmicos de enfermagem. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, v. 11, p. 118-123, jan./mar. 2019. Disponível em: http://www.ciberindex.com/index.php/ps/article/view/P111118.

SILVA, S. G. da. *et al*. Pneumonia associada à ventilação mecânica: discursos de profissionais acerca da prevenção. **Escola Anna Nery,** [Rio de Janeiro], v. 18, n. 2, p. 290-295, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/7MRCLBJ5SXGkyHq6BKJ7WxF/abstract/?lang=pt.

O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR NAS AULAS DE ARTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIATIVIDADE INFANTIL

Andressa Jurachek Jayme, Andreza Cristina da Silva, Bruna Fernanda Gonçalves, Suselaine Zaniolo Mascioli, e-mail: brunafernanda51@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, resultado de pesquisa de conclusão de curso de Pedagogia que está em momento de finalização, tem como tema o papel do professor como mediador nas aulas de arte para o desenvolvimento da criatividade infantil. Seu objetivo foi analisar e discutir sobre a relação mediadora entre professor e aluno na educação infantil, e de que forma a disciplina Arte pode ser aplicada na educação da criança, qual o valor da disciplina e como a mesma pode ajudar na educação do aluno, incentivando-o a pensar, agir de maneiras diferentes por meio das linguagens artísticas buscando favorecer o desenvolvimento criativo do individuo.

> A arte existe desde que homens e mulheres expressam seu imaginário. A arte pertence ao ser humano, é uma de suas maneiras de se desenvolver, criar e recriar mundos. O exercício da imaginação proporciona um olhar diferenciado e distanciado da realidade, capaz de vasculhá-la, investigá-la e criar diferentes possibilidades de compreendê-la. [...] A arte propicia igualmente o exercício da sensibilidade. A pintura, a música, a dança, a representação teatral, a escultura e tantas outras formas artísticas aguçam nossos sentidos e provocam sensações diversas nas pessoas. (VIANNA e STRAZZACAPPA, 2009, p. 117).

Pelo exposto na citação acima, ponderamos que a arte é patrimônio cultural da humanidade, linguagem significante do homem, que é sujeito racional e sensível. Com base nos autores que contribuíram para esse artigo, percebemos que a arte pode ser vista de diversas formas, sendo algo muito amplo, e com isso traz consigo diversas vantagens, principalmente para as crianças que a praticam, seja por meio do desenho, da dança, da invenção de histórias, ou até mesmo do próprio consumo de tudo que foi citado, como na leitura de livros.

Segundo Santos; Costa (2014) a criança, desde que nasce, depara-se com um repertório de símbolos e significados construídos pelas gerações que a precederam e, participando das práticas culturais do seu grupo, reconstrói os significados do mundo físico, psicológico, social, estético e cultural. O mundo simbólico será conhecido e

resinificado no convívio e acesso aos jeitos de pensar e fazer e aos códigos, entre eles os códigos da Arte.

A organização de sentidos para esse mundo simbólico, à disposição das crianças, é um ato criador ao mesmo tempo individual e coletivo. Ao reconstruir os sentidos das experiências para si, a criança articula as experiências externas às suas possibilidades de percepção e leitura de mundo. Para que crianças, jovens e adultos se interessem por arte é essencial que as equipes de educadores das escolas e redes de ensino se qualifiquem e se dediquem ao ensino, não basta apenas ensinar, é preciso estar atualizado nas práticas de sala de aula.

Segundo Canto (2015) o desenvolvimento da criatividade na Educação Infantil tem um papel fundamental, pois ela envolve os aspectos cognitivo, sensitivo, cultural, corporal, entre outros. Diante disso é preciso instigar as crianças por meio de todos seus sentidos, e o professor precisa saber como trabalhar a criatividade no seu aluno. De acordo com o autor é preciso pensar a respeito desse educador, e se o mesmo teve ou esta tendo uma formação adequada, para que seja capaz de favorecer o desenvolvimento da criatividade no educando.

O professor exerce grande influência no aprender do aluno, por isso sua mediação deve ser de qualidade, envolvendo o aluno e a arte. Os alunos devem aprender por interesse e curiosidade, não porque está sendo pressionado. O professor tem a grande responsabilidade de construir ou destruir no aluno a representação da consciência de si como capaz de aprender. Sendo assim é de extrema importância para o desenvolvimento da criatividade no aluno, proporcionar experiências criativas, estimuladoras e que auxiliem o desenvolvimento das relações e das descobertas pessoais, cabendo ao professor essa tarefa, pois é na relação do indivíduo e seu entorno que existe a criatividade. Mas o que significa criatividade? Como trabalhar a criatividade na educação infantil? Como o professor deve mediar essas aulas, tornando-as interessantes e permitindo que os alunos se expressem e sejam criativos?

Esse estudo tem por objetivo compreender o desenvolvimento da criatividade infantil, por meio das aulas de artes e o papel do professor como mediador desse processo.

2 METODOLOGIA

Para o estudo utilizamos a pesquisa bibliográfica, para analisar como a criatividade da criança acontece através das artes e a postura do professor durante as

aulas, baseado em diversas fontes como artigos científicos, revistas, autores como Santos; Costa, Canto, entre outros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através do estudo compreendemos a importância das aulas de artes para o desenvolvimento da criatividade infantil e o papel do professor como mediador desse processo. Na arte a criança reflete sua história e cultura, expressa sua percepção, que está sendo construída a respeito do mundo, suas emoções, sentimentos e sensações, e sendo assim o professor deve fazer com que esse ensino se torne significativo na vida dela, planejar as aulas, para que as mesmas despertem o interesse das crianças, utilizar as artes nas salas de aula, não de uma forma mecânica ou como distração.

O educador deve ser um mediador entre o objeto de conhecimento e a criança, permitindo que ela crie e se expresse de diferentes formas. Esse estudo contribui para uma prática de ensino de artes que deve começar na Educação Infantil, aguçando o interesse e criatividade da criança para atividades artísticas que ajudem no seu desenvolvimento e formação, ressaltando o papel do professor como mediador do processo de ensino e aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino das artes na educação, por muito tempo, foi visto como uma forma de passa tempo ou distração, os alunos não tinham um espaço adequado para expressar sua criatividade, faziam copias de figuras, que muitas vezes não representava algo para eles, o ensino de arte estava voltado para técnicas do fazer mecânico onde o aluno não era valorizado, o professor era aquele que detinha o conhecimento e o transmitia e o aluno ouvia, não havia uma troca de saber entre ambos.

Atualmente essa ideia vem mudando apesar de em algumas escolas ainda possuir essa forma de aprendizado. O foco está no sujeito que é um ser produtor de história que cria e recria, e o professor assume um papel importante, o de mediador entre o aluno e o conhecimento.

Para Ujiie (2013, pág. 31) o objetivo maior do ensino da Arte é socializar os bens culturais da humanidade, aproximar os alunos de produções artísticas, que não teriam acesso pela mídia, ampliar os horizontes e a qualidade das experiências estéticas dos alunos, canalizar e auxiliar na construção de um repertório cultural consubstanciado, que integre as experiências anteriores a entrada na escola e as constituídas neste âmbito

formativo de excelência. Pode-se afirmar que o ensino da Arte na escola promove alegria e é uma disciplina do gosto da maioria dos alunos.

> A alegria nas aulas de artes pode ocorrer de forma intensa em duas situações: uma, quando aos alunos é dado o direito de simplesmente experimentar, tatear, sentir o prazer de apenas explorar os materiais ou divagar entre ideias incipientes, sem o peso do compromisso de apresentar "para nota" um produto ao final da atividade; a outra, quando os alunos realizam atividades capazes de despertar sentidos plenos para eles, e isso ocorre quando se identificam com a proposta de trabalho e se reconhecem como autores, quando constatam que podem criar algo novo por meio de sua ação – uma folha em branco que se transforma numa pintura, um som forte produzido pela batida no tambor, uma sensação de leveza resultante de um movimento rápido em rodopio. (ALMEIDA, 2009, p. 19).

Para ser professor de arte é necessário como em qualquer outra área ter real conhecimento daquilo que se faz, mas acima de tudo ser um amante da arte. Ser professor de arte não é dar tudo pronto, mastigado, é instigar, mediar, é fazer com que o aluno faça parte do processo de ensino aprendizagem, não memorizar e copiar ideias transmitidas, mas sim fazê-los ter um pensamento crítico, reflexivo, se expressarem de diversas formas e deixarem fluir sua criatividade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Célia Maria de Castro. **Concepções e práticas artísticas na escola**. In: FERREIRA, Sueli (org.). O ensino das artes: construindo caminhos. 7 ed. Campinas-SP: Papirus, 2009, p. 11-38

CANTO, Fernanda Soares Godoi Yano do. **Desenvolvimento da criatividade da criança: Um diálogo com docentes da educação infantil**. Presidente Prudente, 2015. Disponível em: http://bdtd.unoeste.br:8080/tede/bitstream/tede/928/1/Fernanda%20Dissertacao%20-%20defesa%20Final%20hoje.pdf. Acesso em: 03 out. 2019.

SANTOS, Maria; SANTOS, Zuleika. **A Arte na educação infantil: Sua contribuição para o desenvolvimento**. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/325d6200-a6f7-420b-8192-7f3fade7ee4d/A%20arte%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20sua%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20desenvolvimento.pdf. Acesso em: 03 out. 2019.

UJIIE, Nájela Tavares. **Teoria e metodologia do ensino da arte**. 707. ed. Guarupava UNICENTRO, 2013. p. 31 ISBN .. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/927/5/Teoria%20e%20Metodologia%20do%20Ensino%20da%20Arte.pdf. Acesso em: 4 out. 2019.

VIANA, Tiche; STRAZZACAPPA, Márcia. **Teatro na educação: reinventando mundos**. In: FERREIRA, Sueli (org.). O ensino das artes: construindo caminhos. 7 ed. Campinas-SP: Papirus, 2009, p. 115-138.

O PAPEL DO PROFESSOR NA RELAÇÃO COM A APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DISLEXIA

Júlia Marques Longo, Loise Lopes Miranda, Viviane Rodrigues, e-mail: jmljulia@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente nas escolas brasileiras, a presença de crianças com transtornos de aprendizagem de origem genética ou neurobiológica nas salas de aula é comum. Alunos com tais transtornos são diagnosticados com mais facilidade que antigamente para que assim, recebendo uma atenção especial e acompanhamento necessário tenha seu desempenho escolar cada vez mais próximo ao de uma criança que não necessita de estratégias para que seu processo de aprendizagem se desenvolva dentro do esperado para cada idade.

Um dos transtornos de aprendizagem que vem chamando a atenção da equipe escolar e dos pais é a dislexia. Há algum tempo atrás era pouco falada, tratada como preguiça ou falta de vontade de aprender. Tal transtorno é uma das causas que prejudica o rendimento escolar do aluno que, quando não recebe o auxílio necessário no processo de identificação e diagnóstico corre sérios riscos de se tornar uma criança retraída por pensar que é um ser ignorante, que não tem capacidade de aprender, ela se fecha para questões relacionadas à sua aprendizagem e com isso esse processo fica cada vez mais difícil.

Os estudos sobre a dislexia surgiram a partir do momento em que foram observadas dificuldades de crianças na leitura e na escrita e habilidades em outras disciplinas. Há uma grande discordância entre autores quando se fala em conceito e definição de dislexia, mas um detalhe é de concordância unânime “a dislexia é um termo que se refere às crianças que apresentam sérias dificuldades de leitura e, consequentemente de escrita, apesar de seu nível de inteligência ser normal ou estar acima da média” (MORAIS, 2003, p. 94).

Vale ressaltar que nem toda criança com dificuldades de aprendizagem é disléxica. Existem muitos problemas que afetam o cognitivo e alguns deles são dados como questões externas. Porém, não podemos desconsiderar o fato de que a dislexia é

responsável pela dificuldade de milhões de crianças para leitura e escrita, principalmente nas séries iniciais.

O principal objetivo desse trabalho é enfatizar a importância e responsabilidade do professor no processo de diagnóstico não só da dislexia, mas também de qualquer outra dificuldade que as crianças possam apresentar logo nos anos inicias da escola.

2 METODOLOGIA

Temos como base a pesquisa bibliográfica, que consiste em reunir informações e conhecimentos disponíveis para elaboração de um trabalho. Segundo Lakatos e Marconi (1987) a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado em livros, revistas, jornal, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o mesmo.

De acordo com Cervo e Bervian (1976) qualquer tipo de pesquisa em qualquer área do conhecimento, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação em questão, quer para fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa.

Para que a criança aprenda melhor, existe a necessidade de ela se sentir bem no ambiente em que o processo de aprendizagem vai acontecer. No caso do aluno com dislexia, é de responsabilidade não só dos pais, através do estímulo e incentivo, mas da escola e mais especificamente do professor, fazer com que a sala de aula se torne um ambiente agradável, onde o aluno se sinta à vontade ao saber que, mesmo que seu desenvolvimento seja mais “lento” que o das outras crianças, ele não será julgado por isso. Para Frank (2003), à medida que vamos descobrindo mais coisas sobre a dislexia, nossos métodos para aprender a lidar com ela vão continuar melhorando.

É necessário que a criança conheça o seu problema e saiba porque o seu desenvolvimento é diferente dos outros alunos. Deve-se fazer com que ela entenda que tem uma dificuldade específica, mas que isso não a torna diferente dos colegas de sala. Por isso, a criança disléxica deve ser sempre motivada, e valorizada a cada conquista, para que restaure sua autoconfiança, tornando assim, o processo de ensino-aprendizagem mais fácil e prazeroso para ela.

Davis (1942) ressalta:

> Ter dislexia não faz de cada disléxico um gênio, mas é bom para a autoestima de todos os disléxicos saberem que suas mentes funcionam exatamente de

> mesmo modo que as mentes de grandes gênios. Também é importante saberem que o fato de terem um problema com leitura, escrita, ortografia ou matemática não significa que sejam burros ou idiotas (DAVIS, 1942, p.31).

É muito importante que os pais e educadores se unam em função de enfrentar os desafios que a dislexia implica e que apoiem um ao outro, principalmente a criança, para que esses obstáculos sejam superados mesmo que aos poucos, sempre lembrando que cada pessoa tem seu tempo para tudo, inclusive para aprender.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2016, a Associação Brasileira de Dislexia (ABD) enfatizou a importância das intervenções em casos de dislexia ou dificuldades de aprendizagem e disponibilizou vários tipos de intervenções por meio do Centro Especializado em Distúrbios de Aprendizagem (CEDA), cada um de acordo com a idade escolar do aluno.

Na idade pré-escolar o professor deve ter como foco a estimulação de aptidões metalinguísticas que são responsáveis pela aprendizagem da leitura e escrita ajudará no sucesso de todos os anos escolares.

No Ensino Fundamental 1 e 2 o foco deve ser a alfabetização com vários estímulos neurossensoriais (visual, auditivo, articulatório, cinestésico) é a mais indicada. O processo fônico (relação entre os sons da fala – Fonemas – e as letras – Grafemas) será o ideal tanto para os disléxicos, quanto para qualquer criança no processo de alfabetização

No Ensino Médio deve-se focar na leitura e compreensão. A leitura entre todas as atividades cognitivas é a mais complexa. A compreensão de uma leitura é como o leitor se conecta com o texto. Esta é a maior dificuldade do disléxico.

Na idade adulta o oco deve ser a leitura, compreensão e produção de textos. Será ensinada a importância da reescrita no processo criativo, por meio da capacidade de questionar, repensar, refazer, reestruturar e aperfeiçoar todas as ideias.

A fala, a linguagem e a linguagem escrita são o que permitem o ser humano se comunicar, se expressar e interagir com o meio. Atualmente, a linguagem pode ser compreendida como prática social.

> Para mim sociedade e cultura se imbricam necessariamente. Então quando eu digo que a língua é o lugar de interação dos membros de uma coletividade, são os membros de determinada cultura. Então é claro que língua, sociedade e cultura são intimamente ligadas [...] linguagem e pensamento são mutuamente constitutivos. E o pensamento humano é construído no interior da cultura em que se vive (KOCK apud. XAVIER, 2005, p.124).

O conhecimento da língua é indispensável, pois permite que o ser humano se integre num processo educativo.

É muito importante a intervenção de profissionais capacitados e legalmente habilitados, entre eles, o fonoaudiólogo é considerado um dos profissionais mais relevantes no processo de aprendizagem da língua de uma criança disléxica. Ele tem aptidão para auxiliar o aluno no processo de aquisição da linguagem escrita, fator indispensável para sua evolução como aluno e como cidadão que está inserido em uma determinada cultura e em uma sociedade.

O modelo de escola comum certamente não é o mais indicado nem o mais confortável para alunos disléxicos por valorizar a leitura e a escrita e as colocar como base para as aprendizagens futuras. Mas, em contrapartida, na maioria dos casos é na escola que a dislexia é percebida e nesse contexto o educador deve estar aberto e disposto para lidar com diferenças, porque apesar de o modelo de escola que estamos acostumados não ser o mais indicado, alunos com dislexia não necessitam de uma sala especial, pois têm muito a oferecer e a aprender com seus colegas e professores.

> Quando a criança ingressa na escola para o início da alfabetização, já possui domínio de sua linguagem oral, ou seja, possui as estruturas linguístico-cognitivas preparadas para aprender a ler e escrever, porém ainda não é capaz de associar a oralidade com os aspectos da leitura e escrita (CAPELLINI, 2001; CAPELLINI; SALGADO, 2003, p. 10; CAPELLINI *et al*, 2004).

É fato que em uma sala de escola pública, por exemplo, torna-se complicado dar maior atenção somente a alguns alunos da sala e é aí que entra o papel de outros profissionais da área da educação.

Atualmente, nem todas as escolas contam com o apoio de psicólogos, psicopedagogos, neuropsicólogos e fonoaudiólogos. Nesses casos, cabe à família, com o auxílio da instituição de ensino encaminhar a criança aos profissionais que vão poder ajudá-la de forma mais completa a complementar e trabalhar melhor as questões que são trabalhadas em sua sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível averiguar por meio desse estudo, que existe uma necessidade muito grande de profissionais, principalmente da área da educação para o diagnóstico e o acompanhamento de crianças com dislexia.

A atuação do pedagogo nessa perspectiva é muito importante, pois em grande parte dos casos o diagnóstico começa quando ele nota a dificuldade do aluno e começa

a prestar mais atenção nele, no seu comportamento e desenvolvimento e a partir daí passa a trabalhar para que essa criança seja diagnosticada, preferivelmente cedo, para que os “danos” sejam menores a longo prazo.

Outro fator a ser observado, é a formação dos professores, que não se aprofunda em assuntos como habilidades para trabalhar com crianças com dificuldades de aprendizagem ou dislexia, pois muitas das vezes não são diagnosticadas e por não acompanharem os colegas, esses alunos acabam por se tornar “indisciplinados” e a partir daí, passam a ser julgados como “casos perdidos” e passam a receber menos atenção dos professores.

REFERÊNCIAS

ABD, Associação Brasileira de Dislexia. Como é feita a intervenção?. 19 set. 2016. Disponível em: <www.dislexia.org.br/como-e-feita-a-intervencao>. Acesso em 10 out. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1976.

DAVIS, Ronald D. O dom da Dislexia. Editora: Rocco, 2004.

FRANK, Robert. A vida secreta da criança com dislexia. São Paulo: M. Books do Brasil, 2003;

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnica de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.

MORAIS, Antônio Manuel Pamplona. Distúrbios da aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica. 10. ed. São Paulo: Edicon, 2003.

RAYMUNDO, Rafael Tourinho. Pesquisa Bibliográfica: tudo o que você precisa saber para fazer a sua. 02 fev. 2019. Disponível em: <www.viacarreira.com/pesquisa-bibliografica>. Acesso em: 10 out. 2019.

O PARADOXO DA TOLERÂNCIA: COMENTÁRIOS DE RAWLS E WALZER NO TOCANTE AO PROBLEMA ENGENDRADO POR KARL R. POPPER

Lucas de Lazari Dranski, Jamile Calissi,
e-mail: lucasdranski@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

"*O homem nasceu livre e, não obstante, está acorrentado em toda a parte.*"[1]. Esta foi uma das mais célebres afirmações do filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau, em sua obra denominada "Do Contrato Social".

Com ela, o autor introduziu na consciência política o processo por que entendia legitimar a soberania de um povo. Isto é, partindo-se do pressuposto de que cada indivíduo possui, inerentemente à sua natureza, a liberdade e outros direitos naturais, a despeito da característica indisponível destes, seria permitido a eles ceder porção de suas autonomias a fim de originar o Estado, cujo devidamente precedido de uma norma fundamental que organizasse sua competência, teria, com a finalidade de cumprir o seu mister, a prerrogativa de restringir a independência alheia.

Tem-se, assim, a liberdade por verdadeiro sustentáculo da organização social, sem a qual a segunda fadar-se-ia à destruição. Aí a relevância de se discutir o tema, suscitando fenômenos que visem atentar às suas instituições ou à sua própria *ratio essendi*, sob o escopo preventivo e, quando tardiamente, remediativo.

Ora o paradoxo que envolve o princípio da tolerância é avocado sinteticamente por Karl R. Popper, em seu título "A Sociedade Aberta e Seus Inimigos". Dentre outros referentes à soberania, o filósofo austro-britânico explana que ele consiste na constatação de que "*a tolerância ilimitada pode levar ao desaparecimento da tolerância*"[2]; não por um rito natural e inarredável. É que, segundo ele, o ato de estendê-la aos intolerantes, sem que preexistam defesas sociais para suportar o comportamento atentatório à liberdade desse último grupo, seria um tipo de auto sabotagem.

[1] ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social:** Princípios de Direito Político. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 21.
[2] POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. V. 1. O fascínio de Platão. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974, p. 289.

O aludido excerto, que logrou vida tão-só em 1945, conquistou, desde então, posição de destaque nos debates teórico-acadêmicos, dada a fundamentabilidade de seu busílis. Todavia, em que pese o contexto histórico de sua publicação, cujo leva ao entendimento de que o trabalho se volta aos movimentos beligerantes, especialmente à Segunda Guerra Mundial, verifica-se sua atemporalidade diante da ascensão moderna do ultraconservadorismo e da persistência de governos ditatoriais ao redor do globo – vide Primavera Árabe.

Pelo momento, sobeja esclarecer que este conteúdo não ambiciona solucionar o paradoxo proposto por Popper. Distante disto, pois, tarefa hercúlea. O que se pretende acá é identificar as nuances do problema, inclusive deflagrando a recepção da teoria no cenário ecumênico (especificamente no correspondente aos pensadores John Rawls e Michael L. Walzer), para instigar o leitor ao interesse e à reflexão no assumpto.

2 METODOLOGIA

Para a confecção deste trabalho, foi utilizado o método de pesquisa exploratória, com a finalidade de distinguir os profusos aspectos do problema apresentado, reavivando na comunidade acadêmica o interesse pelo tema.

Para tanto, o trabalho se baseou, primordialmente, no magistério de Karl Raimund Popper, Michael Laban Walzer e John Rawls, além de outros autores subsidiários.

O objeto de estudo deste resumo expandido é o paradoxo da tolerância. Em decorrência disto, analisou-se sua natureza, complicações e críticas técnicas a seu respeito.

Finalmente, registre-se seu caráter essencialmente qualitativo, com ênfase no cruzamento de teorias disponíveis na pesquisa bibliográfica citada alhures.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A pergunta sobre a qual aparenta se concentrar o paradoxo de Popper é: devemos tolerar os intolerantes? Consoante seu desenvolvimento a resposta deveria ser sim, sem, com isto, prestar juramento absoluto. Admitir-se-ia a relativização dessa hipótese em estância *ultima ratio*.

Explico, citando-o:

> [...] enquanto pudermos contrapor a elas [filosofias intolerantes] a argumentação racional e mantê-las controladas pela opinião pública, a supressão seria por certo pouquíssimo sábia. Mas deveríamos proclamar o direito de suprimi-las, se necessário mesmo pela força, pois bem pode suceder que não estejam

> preparadas para se opor a nós no terreno dos argumentos racionais e sim que, ao contrário, comecem por denunciar qualquer argumentação; assim, podem proibir a seus adeptos, por exemplo, que deem ouvidos aos argumentos racionais por serem enganosos, ensinando-os a responder aos argumentos por meio de punhos e pistolas. Deveremos então reclamar, em nome da tolerância, o direito de não tolerar os intolerantes. Devemos exigir que todo movimento que pregue a intolerância fique à margem da lei e que se considere criminosa qualquer incitação à intolerância e à perseguição [...].[3]

Como é possível depreender, Popper projeta uma resistência pacífica às ameaças ao ordenamento social, empregando-se, portanto, os próprios instrumentos que a coexistência proporciona. Destarte, exclusive no panorama último, em que não haja alternativa à ameaça ou lesão ao princípio da liberdade, senão por meio da limitação dos direitos fundamentais de 1ª dimensão dos agrupamentos intolerantes, seria permissível essa medida.

Alumie-se, por devoção à dissertação, que o filósofo valida inclusive o uso da força para a supressão desses direitos. Isto indica o apreço que devota ao arcabouço libertário, primando a organização pública sobre todas as coisas. Sobre essa circunstância, complementa com excelência John Rawls, professor estado-unidense, em sua *magnum opus* “Uma Teoria da Justiça”:

> [...] a manutenção da ordem pública é uma condição necessária para que todos atinjam seus objetivos, quaisquer que sejam (desde que se situem dentro de certos limites). [...] Restringir a liberdade de consciência dentro dos limites, por mais imprecisos que sejam, do interesse do Estado na ordem pública é uma limitação derivada do princípio do interesse comum, isto é, o interesse do cidadão representativo igual. O direito do governo de manter a segurança e a ordem públicas é um direito que atribui competência, um direito que o governo deve ter para poder executar o seu dever de apoiar imparcialmente as condições necessárias, a fim de que todos possam promover seus interesses e cumprir suas obrigações segundo o seu entendimento nelas.
> Além disso, a liberdade de consciência só deve ser limitada quando há suposições razoáveis de que não fazê-lo prejudicará a ordem pública que o governo deve manter. Essas suposições devem basear-se em evidências e formas de raciocínio aceitáveis para todos. Devem apoiar-se na observação comum e nas maneiras de pensar que são geralmente reconhecidas como corretas (incluindo-se os métodos da investigação científica racional que não forem controversos).[4]

Deste ponto, não se pode olvidar que, com a suso lucubração, não se extrai da ordem pública sua supremacia ante a liberdade religiosa e filosófica. Tal-qualmente sedimentado, vislumbra-se apenas sua preponderância em garantir aos demais o exercício de suas liberdades, coagindo os elementos incompatíveis a se adaptarem ao mecanismo, ou serem expelidos dele.

---

[3] *Opus citatum*.
[4] RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 231-232.

Malgrado a sensibilidade do tema, esclarece o mesmo autor que esses argumentos são aceitos porque:

> [...] uma facção intolerante não tem direito de se queixar quando uma liberdade igual lhe é negada. [...] Uma acusação é um protesto dirigido de boa-fé a outro. Exige a violação de um princípio que as duas partes reconhecem. [...] A justiça não exige que os homens permaneçam inertes, enquanto outros destroem os fundamentos de sua existência.[5]

Aqui, reflete-se acerca de liame interessante da matéria sob tela: o contorno dos direitos dos intolerantes é razoável na medida de suas intolerâncias. Não se pode punir aquele que prega a superposição de seu credo com a morte, mas com a supressão de sua liberdade de expressão, pois equivale ao instrumento atacado. O paradoxo, labirinticamente, seria a sua própria solução.

Michael L. Wazer, teórico político norte-americano, por seu turno, amplia a discussão, enfatizando outras instituições que não o próprio Estado. Em sua obra, "*On Toleration*", ele aduz que apesar das severas críticas tecidas aos intolerantes, ao deparar-se com a conceituação destes, encontrou-os mais perto de si do que cria.

Sustenta com maestria, então, no capítulo "*Tolerating the Intolerant*", que muitas vezes os adeptos à teoria de Popper são outrossim intolerantes. Sempre mencionando os grupos religiosos – sem prejuízo de adaptação a outras organizações de fim social *in lato sensu* –, ressalta o fracasso dos Estados que, no decorrer do processo histórico da humanidade, confundiram-se com a Igreja.

Propõe, em seguida, infame método solutivo:

> Religiões e partidos que almejam o controle total podem ser tolerados em nações democrático-liberais [...], e usualmente o são. Porém, [...] a autonomia delas de ingressar no poder estatal também pode ser barrada, inclusive a de concorrer com ele. Neste caso, a segregação significa que eles estão confinados na sociedade civil: eles podem orar, dissertar e se reunir; a eles é permitida tão somente uma existência sectária.[6]

In allis verbis, combater-se-ia a intolerância deles com uma intolerância "legítima", necessária à preservação do bem comum.

---

[5] *Ibidem*, p. 236.
[6] WALZER, Michael. **On toleration**: The Castle Lectures in Ethics, Politics and Economics. New Haven; London: Yale University Press, 1997, p. 82, tradução livre.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tolerância compõe, à companhia de outras unidades principiológicas, a fundação de uma sociedade moderna, politicamente organizada e, sobretudo, democrática.

O problema proposto por Karl. R. Popper aparenta ser desprovida de soluções que não entrem em contradição com sua razão de ser. Isto é, falhou-se em desvendar, por ora, uma maneira de não tolerar os intolerantes sem incidir na armadilha paradoxal do catedrático da Universidade de Viena, tornando-se o que se busca repelir.

Fala-se em restringir seus direitos em nome da ordem pública, ou de legitimar certa modalidade de intolerância, pecando, no mesmo ínterim, em objetar cenário em que, afora da zona conflitante, ultime a contradita.

Como aduzido no exórdio, esta peça não tem o escopo de esgotar o tema que três augustos pensadores, *data venia*, não deram cabo. Espera-se, sem embargo, haver alcançado seu objetivo, qual seja, despertar no leitor o interesse pela defesa da sociedade, ensejando a deliberação de novas teorias, capazes, quiçá, de solucionar o paradoxo da tolerância, sublimemente.

REFERÊNCIAS

FUREDI, Frank. On tolerance. **Policy**: A Journal of Public Policy and Ideas, St. Leonard, v. 28, n. 2, Winter 2012, p. 30-37.

POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. V. 1. O fascínio de Platão. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**: Princípios de Direito Político. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

WALZER, Michael. **On toleration**: The Castle Lectures in Ethics, Politics and Economics. New Haven; London: Yale University Press, 1997.

O PECULATO DE USO SOB A ÓTICA PENAL E ADMINISTRATIVA DA LEI 8.429 de 1992

Ana Carolina Basso, Euzienay Eliude Liu de Oliveira, Karoline Souto Murari, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: carol.basso98@hotmail.com.br

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo a análise do ato praticado em face da Administração Pública Direita ou Indireta que caracteriza ato de improbidade administrativa e que, ao mesmo tempo, também é tipificado como crime de peculato, tendo em vista o enquadramento jurídico tanto na seara criminal quanto na seara administrativa. Desse modo, ocorrerá dois processos distintos, com sanções na esfera criminal, cível e administrativa. Nesse sentido, surge a problemática se tal processamento seria configurado como *bis in idem*. Destarte a Constituição Federal vigente prevê que os atos que configurem improbidade administrativa a sanção prevista no §4º, artigo 37, que *são* suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

O ordenamento jurídico supracitado prevê que o ato de improbidade terá o processo administrativo, assim também como processo de ação penal cabível, se for o caso, conforme será explanado no decorrer do presente trabalho.

Cumpre ressaltar que a Constituição Federal traz no artigo 37, *caput*, princípios basilares da Administração Pública Direta e Indireta dos Três Poderes da Federação Brasileira, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Todavia, salienta-se que derivados destes há outros princípios em leis infraconstitucionais, de ordem pública, que regem a Administração Pública, que não podem ser descumpridos, pois são compostas de deveres. Assim sendo, aquele que atentar contra os princípios implícitos e explícitos que regem a Administração Pública sofrerá sanções de acordo com o ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional.

Para analisar a relação do ato de improbidade administrativa com o crime de peculato de uso, primeiramente tem-se que entender a tipificação de cada instituto separadamente no Ordenamento Jurídico. O ato de improbidade administrativa está

previsto na Constituição Federal vigente, artigo 37, *caput*, conforme já mencionado anteriormente; assim também como na Lei nº 8.429/90.

Assim sendo, o presente trabalho visa verificar o peculato de uso, suas especificações e características, bem como sua relação com o furto de uso, com o Código Penal e com a Lei de Improbidade Administrativa.

2 METODOLOGIA

A utilização de doutrinas como ferramenta para pesquisa histórica de dados, se faz peculiar para entender melhor as sanções impostas. Fundamentalmente será utilizado pesquisa de artigos científicos. Assim também como, a utilização de pesquisa jurisprudencial. O uso da legislação Constitucional e Infraconstitucional se faz fundamental para comparação das sanções previstas.

Primeiramente, desempenhou-se análise do crime de peculato e seu conceito para posteriormente ser enquadrado e analisado o conceito do peculato de uso, equiparando-o ao furto de uso, que são condutas que se diferem por a primeira estar vinculada apenas a administração pública.

Além disso, verificou-se se seria uma conduta sancionável, já que não está prevista pelo Código Penal e concluiu-se que a Lei de Improbidade Administrativa pune o ato, mesmo que para o uso particular e mesmo que em um ato posterior venha a ocorrer a devolução.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A lei 8.429/1992 trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O peculato de uso é definido pelo uso momentâneo de um bem público pelo servidor, que tem a intenção apenas de utilizá-lo e em seguida devolvê-lo. Dessa forma, assemelha-se ao furto de uso, este é a retirada do bem da esfera de disponibilidade da vítima apenas para o seu uso transitório, passageiro e depois o devolve no mesmo local e estado em que se encontrava, segundo Fernando Capez (CAPEZ, 2013, p. 442), pois, o funcionário público apenas tem como propósito a utilização do bem público, devolvendo-o após o uso, contanto que seja um bem infungível. Portanto, o peculato de uso equipara-se ao furto de uso, porém, aquele ocorre na esfera administrativa, mediante

previsão na Lei como sendo ato de improbidade administrativa. Para sua caracterização, como dito anteriormente, faz-se necessário que o objeto seja infungível.

O crime em tela possui seis formas diferentes: peculato apropriação (art. 312, *caput*, 1ª parte, CP), peculato desvio (art. 312, *caput*, 2ª parte, CP), peculato furto (art. 312, §1º, CP), peculato culposo (art. 312, §2º, CP), peculato mediante erro de outrem ou peculato-estelionato (art. 313, CP) e peculato eletrônico (arts. 313-A e 313-B, CP). O artigo 312, caput, por sua vez, prevê que:

> Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa. (DECRETO-LEI 2.848/1940).

No crime de peculato há o *animus domini,* isto é, a vontade do agente de apropriar-se do bem público e não devolvê-lo, conforme os ensinamentos do Prof. Fernando Capez:

> O peculato próprio, na realidade, constitui uma apropriação indébita, só que praticada por funcionário público com violação do dever funcional. Aí reside o diferencial do crime em estudo. Antes de ser uma ação lesiva aos interesses patrimoniais da Administração Pública, é principalmente uma ação que fere a moralidade administrativa, em virtude da quebra do dever funcional. (CAPEZ, 2012, p. 540).

Ações que ferem a moralidade administrativa são aquelas que violam a honestidade, a ética, a boa fé, conforme preceitua Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

> Não é fácil estabelecer distinção entre *moralidade administrativa* e *probidade administrativa*. A rigor, pode-se dizer que são expressões que significam a mesma coisa, tendo em vista que ambas se relacionam com a ideia de honestidade na Administração Pública. Quando se exige probidade ou moralidade administrativa, isso significa que não basta a legalidade formal, restrita, da atuação administrativa, com observância da lei; é preciso também a observância de princípios éticos, de lealdade, de boa-fé, de regras que assegurem a boa administração e a disciplina interna na Administração Pública. (DI PIETRO, 2019, p. 1791)

A Constituição Federal de 1988 incluiu em seu texto o Princípio da Moralidade administrativa para preservar a ética e a legalidade e para combater a corrupção e a impunidade nos setores públicos. Anteriormente a essa inovação, a improbidade administrativa era aplicado somente aos agentes políticos, punindo os demais por enriquecimento ilícito, que veremos mais adiante. Após a Constituição de 1988, em decorrência do princípio da moralidade, passou-se a aplicar a todos os agentes públicos e envolvia outras sanções além do enriquecimento ilícito.

Conforme leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

> (...) quando se fala em improbidade como ato ilícito, como infração sancionada pelo ordenamento jurídico, deixa de haver sinonímia entre as expressões *improbidade* e *imoralidade*, porque aquela tem um sentido muito mais amplo e muito mais preciso, que abrange não só atos desonestos ou imorais, mas também e principalmente atos ilegais. Na lei de improbidade administrativa (Lei nº 8.429, de 2-6-92), a lesão à moralidade administrativa é apenas uma das inúmeras hipóteses de atos de improbidade previstos em lei. Note-se que essa lei definiu os atos de improbidade em três dispositivos: no artigo 9º, cuida dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; no artigo 10, trata dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário; e no artigo 11, indica os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública. (DI PIETRO, 2019, p. 1794)

O peculato de uso é uma modalidade do peculato. Para a maior parte da doutrina e jurisprudência, esta conduta é considerada atípica em relação ao Código Penal. Isso quer dizer que o fato de um agente público praticar um ilícito administrativo não significa que estará praticando um ilícito penal, como é o caso do peculato de uso, no qual a conduta é atípica, ou seja, não está prevista pelo Código Penal como crime e, por isso, houve a necessidade de ser sancionada uma lei especial para punir os atos de improbidade praticados pelos funcionários públicos, conforme preceitua o art.1º da Lei 8.429/1992, *in verbis*:

> Art. 1°. Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei. (Lei nº 8.429/1992).

Analogamente ao furto de uso, o peculato de uso também não é considerado um ilícito e, desta forma, não é punível, remetendo-se a questão para a prova do dolo, na qual, se a apropriação do bem for de caráter definitivo e dolosa, há peculato em outra forma, porém, se a apropriação do bem for de caráter temporário, restituindo o patrimônio público ou devolvendo o bem, há peculato de uso, que é conduta atípica e impunível. Há, ainda, a possibilidade do peculato de uso na modalidade tentada, isto é, caso o funcionário público tente levar o objeto para utilizá-lo e por motivos alheios à sua vontade, o mesmo não se concretizar, incorrerá em processo administrativo por peculato de uso tentado.

A condutado peculato de uso não configura crime, mas o servidor que a praticou responderá processo administrativo. Uma vez que para a Administração Pública o ato do agente que usa bem público constitui ato ilícito, mesmo que o funcionário tenha agido sem a intenção de obter o bem para si de forma definitiva e efetue reposição espontânea e integral do objeto. Por isso, o simples uso do bem pelo agente público para fins

particulares, por mais que não esteja previsto pelo Código Penal e, em razão disso, seja conduta atípica e impunível, o peculato de uso é caracterizado como ato de improbidade administrativa, conforme o art. 9°, IV, da Lei 8.429/1992, que refere-se à modalidade de improbidade administrativa de enriquecimento ilícito, no qual:

> Art. 9º. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente: [...] XII – usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei. (Lei nº 8.429/1992).

Por esse ângulo, se o agente público for denunciado, deverá prestar contas por intermédio de um processo administrativo. Nesse sentido, a própria lei, em seu art. 12, apresentam as sanções cabíveis para o agente público que pratica um ato de improbo, quais sejam:

> Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009). I – na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos. (Lei nº 8.429/1992).

Essas sanções também são previstas pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 37, § 4º, de modo que o art. 23 da Lei no 8.429/1992 traz o prazo de prescrição para a aplicação das mesmas, que é de cinco anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou função de confiança.

Com relação ao Princípio da Insignificância (também chamado de Princípio da Bagatela) que pertence à esfera penal e é utilizado para intervir nos casos em que a conduta praticada é considerada moralmente menos lesiva do que outras condutas. Não caberá no âmbito dos crimes praticados contra a Administração Pública, uma vez que a mesma se sujeita aos seus próprios princípios, sendo os cinco principais, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de modo que a violação de um deles já caracteriza conduta reprovável. Isso ocorre porque na Administração Pública, seja direta ou indireta, só podem ser praticados atos previstos em lei e todos eles são norteados pelos princípios elencados no art. 37 da CF/88.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, analisou-se o peculato de uso que, conforme indicado, não se encontra previsto no rol dos artigos 312 e 313 do Código Penal, o que faz com que o peculato de uso não possa ser punível criminalmente. Nesse sentido, o agente que apenas utiliza algum bem do patrimônio público sem a intenção de apropriar-se para si do bem, não pratica crime, mas pratica ato ilícito administrativo, podendo incorrer nas sanções previstas pelo art. 12, I, da Lei 8.429/92 por enriquecimento ilícito.

Pode-se concluir que um ato de improbidade administrativa pode equiparar-se a um crime se estiver previsto no Código Penal ou em outra lei, derivando do próprio art. 37, §4º, da Constituição Federal, onde transcreve que a lei estabelecerá sua forma e gradação sem prejuízo da ação penal cabível. Por isso, um ato de improbidade administrativa definido na Lei 8.429/92 pode corresponder a um crime previsto no Código Penal ou em sua legislação complementar, sendo o exemplo dos crimes contra a Administração Pública, previstos na Seção IV, Título XI, do Decreto-Lei nº 2.848 de 1940 (Código Penal).

Portanto, analogamente ao furto de uso, o peculato de uso, por não ser tipificado pelo Código Penal, não permite ao Estado que puna criminalmente alguém por este fato, mas poderá incorrer nas sanções previstas pela Lei de Improbidade Administrativa por enriquecimento ilícito.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. [Constituição (1988)]. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília: [*s. n.*], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2019.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: Parte Especial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 860 p. v. 3. *E-book* (860 p.).

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: Parte Especial. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 694 p. v. 2.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32. ed. rev. atual. e aum. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 1932 p. *E-book* (1932 p.).

IMMICH, Dione Micheli de Freitas Pedroso; RIGHI, Thais Silva; MEDEIROS, Vladimir Haag. Peculato de uso: um paralelo entre o Código Penal Brasileiro e a lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Direito Público. Porto Alegre, IOB; IDP, ano 11, n. 61, p.208-227, jan./fev. 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

PECULATO de uso: análise crítica. [*S. l.*]: Bruno Milanez, 10 nov. 2017. Disponível em: https://canalcienciascriminais.com.br/peculato-de-uso-analise-critica/#targetText=Essa%20regra%20contempla%20como%20crime,dinheiro%2C%20valor%20ou%20bem). Acesso em: 30 set. 2019.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. [*S. l.*], 2 jun. 1992. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Acesso em: 30 set. 2019.

O PERFIL DE LIDERANÇAS EM CARGOS DE SUPERMERCADOS

Bruna Rodrigues Mansano, João Vitor Ananias Bueno, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: joaovitordc200@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Força do novo cenário do mundo da gestão exige um líder diferente daquele dos padrões do passado, que se transformará acima de tudo em um grande agente promotor e fomentador das adequações internas. A mudança no meio organizacional vem se tornando-se uma constante e essas mudanças está cada vez mais relacionada a liderança cujo foco está em como elas fornecem uma visão e estratégia, como passam a cultura e valores comuns da empresa com uma colaboração no crescimento, inspiração e motivação aos seus colaboradores.

Liderança é um processo social no qual se estabelecem relações de influência entre pessoas. O processo de liderança se verifica em infinitas situações. Ao observar que toda pessoa e capaz de ter uma influência sobre os outros sendo assim toda pessoa pode vir a ser um líder.

O estudo tem como objetivo de mostrar as duas teorias mais utilizados hoje em dia e a liderança transformacional e transacional onde as duas teorias conseguem englobar todas as características de um líder inovador que busca ensinar seu colaborador e também nos mostrar as características de um líder autoritário e como e seus métodos de liderança.

2 METODOLOGIA

As palavras chaves são liderança transformacional e liderança transacional, foi abordado suas características, suas funções e formas essenciais, com a base de pesquisa em artigos da Scielo e Google avançado buscando autores como Gois (2011), Bento (2008), Maximiano (2005) e Rego (1998).

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Liderança transformacional e liderança transacional

Nos anos 80, a visão mecanicista da liderança perdeu relevância, desvalorizando o líder que conduz a equipe de forma mecânica, hierárquica e prescritiva e começando vislumbrar o líder como alguém que consegue liderar sua equipe de acordo com sua realidade organizacional, tendo seus valores como suporte (GÓIS, 2011).

O estilo de liderança transformacional e transacional são os mais estudados internacionalmente. Supõe-se que a existência de um outro modelo se protela pelas atitudes do gestor à sua liderança transformacional e transacional. A liderança são temas mais encontrados na literatura da psicologia organizacional, atitude por ser vista como protetora de comportamento e a liderança pelo papel importante que os gestores ocupam nas organizações (MAXIMIANO, 2005).

3.2.1 Liderança transacional

A liderança transacional busca atingir o ponto fraco dos seguidores, consegue por meio de recompensas e até mesmo por ameaças que os colaboradores consigam trabalhar e alcançar as metas desejadas. Segundo Maximiano (2005) as recompensas matérias são utilizadas por líderes transacionais, algumas oferecidas na administração de projetos são:

a) Promoções

b) Aumento de salário

c) Autonomia e liberdade no uso do tempo

d) Ser atendido quando solicitar transferência designação para outros, projetos e dispensas.

Liderança transacional tem duas formas essenciais: o reforço de contingência e gestão por exceção (GÓIS, 2011):

1. Reforço de contingência: O reforço de contingência é utilizado de uma forma constante nos processos de reforço positivo ou negativo, usando essa forma desse modo acaba sendo um instrumento de motivação. Quando o colaborador faz seu trabalho e cumpre o que foi acertado, o líder da uma recompensa e não dá uma advertência fazendo assim um reforço positivo, quando o colaborador não faz seu trabalho e não cumpri o que foi acertado o líder utiliza-se de um reforço negativo.
2. Gestão por exceção: Fazendo uma gestão por exceção o líder só vai intervir quando os processos estão sendo mal utilizados ou quando o objetivo, inicialmente

apresentado não for atingido. Quando os procedimentos tiverem funcionando normalmente ele evita dar novas instruções de funcionamento, permitindo que os colaboradores continuem a exercer as funções como sempre fizeram, esse modo de gestão da ênfase ao gestor controlador.

3.2.2 Liderança transformacional

Os líderes transformacionais conseguem atingir seus colaboradores apelando para os sentimentos mais nobres, dando ênfase nas suas contribuições que fazem para o grupo. Neste estilo de liderança, o líder apresenta certos atributos como visão, valores e demonstra um comprometimento focado no futuro: “torna-se moral, pois eleva o nível de conduta humana e a aspiração moral do líder e do liderado, e assim tem um efeito de transformação em ambos” (BENTO, 2008, p.146).

Neste sentido, Rego (1998) descreve vários temas e funções importantes para um eficácia maior na liderança transformacional.

1) Desenvolvimento de uma visão
    a) Permite canalizar as energias coletivas dos membros organizacionais para um futuro desejável.
    b) Inspira os seguidores, dá significado ao seu trabalho e da satisfação a necessidade humana de ser relevante, útil e colaborativo
    c) Facilita as decisões e a iniciativa. Ajuda os indivíduos a decidir o que é bom ou mau, aceitável ou não, importante ou banal.
2) Desenvolvimento da confiança e empenhamento das pessoas:
    a) Uma visão não pode ser difundida pela coação mas sim pela persuasão e confiança.
    b) Sem confiança não existe dedicação, e sem esta não e possível implantar a visão.
3) Facilitação da aprendizagem organizacional:
    a) Permite efetuar melhoramentos no planejamento estratégico.
    b) Facilita a adaptação as modificações
    c) Possibilitam redirecionar a visão tendo em vista as transformações, oportunidades e ameaças encontradas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo mostrar duas teorias sobre liderança, uma teve como foco estudar características de uma liderança voltada em buscar como um líder

que consegue o motivar seu liderado de uma forma colaborativa onde ele dá espaço para o colaborador possa da sua opinião, a outra teoria estuda teve um foco de mostrar as características e os métodos de um líder autoritário que utiliza formas muito inadequadas para motivar seu liderado.

REFERÊNCIAS

BENTO, A. (2008). **Os estilos de liderança dos líderes escolares da região** a**utónoma da madeira**. Em Costa, J. A., Neto-Mendes, A. & Ventura, A. (Ed.), Trabalho Docente e Organizações Educativas. Aveiro: Universidade de Aveiro.

GÓIS.C.S. **Liderança transformacional, transacional e laissez-faire- um estudo de caso.** Tese de mestrado. Escola superior de educação Almeida Garret, Lisboa.2011

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da escola científica a competitividade da economia globalizada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

REGO.A. **Liderança nas organizações:** teoria e prática. Aveiro: Universidade de Aveiro.

O PODER CENTRADO NO GESTOR: UM ALIBI PARA O FRACASSO

Aline Fernanda Paleari Martinello, Lucia Helena Barros,
e-mail: alinepmccb@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O termo gestão deriva do latim *gestione* e significa gerir, gerência, administração. Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando atingir determinado objetivo. Gerir é fazer as coisas acontecerem e conduzir a organização para os objetivos. Portanto, gestão é o ato de conduzir para a obtenção dos resultados desejados.

O presente artigo tem por objetivo contextualizar a história da gestão no Brasil e identificar as características democráticas e participativas no ambiente escolar. Com base em fundamentos teóricos foi levantado questionamentos sobre os fatores que influenciam no processo de gestão.

Embora o cenário educacional brasileiro, tenha uma trajetória de mais de 500 anos, os primeiros escritos sobre administração escolar aparecem por volta de 1930, um momento histórico da revolução industrial, quando, alguns estudiosos, considerados pioneiros da educação brasileira, começaram a dar um enfoque diferente a forma de se administrar a educação. Dentre os pioneiros, que se preocupavam com a administração educacional estavam Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Carneiro Leão e Darci Ribeiro.

No decorrer dos tempos administrar uma escola passa a ser um trabalho para realizar objetivos, alcançar metas, tomar decisões, planejar, organizar, liderar e ter o controle das ações. Dessa forma, a administração é uma das formas de gestão, pois define objetivos e metas, e quais recursos serão necessários para alcançá-las, envolvendo colaboradores. Isso determina que bons processos de gestão dependem e se baseiam em processos e cuidados de administração bem resolvida.

Sobre isso, afirma Paro:

> A possibilidade de uma administração democrática no sentido de sua articulação, na forma e conteúdo, com os interesses da sociedade como um todo, tem a ver com os fins e a natureza da coisa administrada. No caso da Administração Escolar, sua especificidade deriva, pois: a) dos objetivos que se buscam alcançar com a escola; b) da natureza do processo que envolve essa busca. Esses dois aspectos não estão de modo nenhum desvinculados um do outro. A apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, como

> objetivos de uma educação transformadora, determinam (...) a própria natureza peculiar do processo pedagógico escolar; ou seja, esse processo não se constitui em mera diferenciação do processo de produção material que tem lugar na empresa, mas deriva sua especificidade de objetivos (educacionais) peculiares, objetivos estes articulados com os interesses sociais mais amplos e que são, por isso, antagônicos aos objetivos de dominação subjacentes à atividade produtiva capitalista (PARO, 1996, p.151).

Isso demonstra que gestão educacional não surgiu para substituir a administração escolar e sim para complementá-la em aspectos até então não contemplados, pois esta abrange as relações sociais e democráticas existentes no âmbito escolar.

Embora o campo da gestão escolar esteja sendo estudado e discutido devido as reformas educacionais, é preciso questionar o porquê de tantos fracassos escolares. Um dos fatores predominantes nesta esfera é que os gestores educacionais, de um modo geral, da atualidade, estão arraigados na forma tradicional de administrar, pois não se sentem seguros para uma gestão democrática.

Neste sentido é colocado por Gadotti (2004), que não podemos pensar que a gestão democrática resolverá todos os problemas de Ensino ou da Educação:

> Mas a sua implementação é, hoje, uma exigência da própria sociedade que a enxerga como um dos possíveis caminhos para a democratização do poder na escola e na própria sociedade (GADOTTI, 2004, p. 92).

Por fim, a gestão escolar vem apresentando uma grande importância em âmbito mundial, tornando-se evidente a necessidade de que as instituições adotem uma gestão democrática e participativa, para que haja o desenvolvimento pleno do ensino e da educação como um todo. O que determinará a responsabilidade da gestão escolar que é a de responder pela gestão administrativa, pedagógica, de recursos financeiros e gestão de pessoas, sabendo o gestor liderar, delegar e descentralizar as funções para a sua equipe, e principalmente focar no sucesso do processo ensino/aprendizagem e resolver os fracassos existentes. Sabendo que para esse cenário ocorrer o gestor necessita descentralizar o poder, promover tomadas de decisões coletivas, assim a participação será de todos os envolvidos no processo, e o poder não centraliza apenas no gestor, pois isso, se ocorrer, será um álibi para o fracasso escolar.

2 METODOLOGIA

Através da pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, fundamentada em ideias e pressupostos teóricos contidos em leituras de livros e artigos científicos. Isso aborda

o aprofundamento sobre o tema, o despertar para outros conceitos e a reflexão sobre a importância da prática dos profissionais envolvidos na gestão escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O resultado da atual pesquisa, propõe um novo olhar para a gestão administrativa das escolas brasileiras, visto que a mesma se encontra arraigada em conceitos tradicionais e não se encontra aberto para novas ideias. Devido a globalização e as novas tecnologias que surgem a todo momento, é preciso se adequar aos novos modelos de administração e participar ativamente de todos os setores do processo de ensino aprendizagem.

Com a necessidade de mudanças forçadas pela globalização e uma nova visão de mercado de trabalho, estabelece novas formas de administração, não há mais lugar para a centralização do poder, mas buscar o trabalho coletivo, surge assim uma nova concepção. Nesse sentido, Kuenzer (2001, p. 34) tem a seguinte opinião:

> Como resposta às novas exigências de competitividade que marcam o mercado globalizado, exigindo cada vez mais qualidade com menor custo, a base técnica de produção fordista, que dominou o ciclo de crescimento das economias capitalistas no pós-guerra até o final dos anos 60, vai aos poucos sendo substituída por um processo de trabalho resultante de um novo paradigma tecnológico apoiado essencialmente na microeletrônica, cuja característica principal é a flexibilidade. Este movimento, embora não seja novo, uma vez que se constitui na intensificação do processo histórico de internacionalização da economia, reveste-se de novas características, posto que está assentado nas transformações tecnológicas de organização e gestão de trabalho.

Ou seja, o gestor educacional precisa deixar de lado paradigmas do passado, e se adequar as novas formas de gestão, sendo estas democráticas, participativas, com o envolvimento de toda a comunidade escolar e com um poder descentralizado. Com isso percebe-se uma grande necessidade das escolas em trabalhar coletivamente, assim, deve surgir formas diferenciadas de participação de seus envolvidos. A partir desse novo entendimento de gerir uma escola, é possível atender melhor às necessidades da comunidade local e a escolar, tornando-se uma prática auxiliar para o gestor, que passa ser mais um membro que participa e decide e não o único a tomar decisões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos concebidos, percebe-se que a administração sempre foi muito importante para as organizações, tanto para as empresas como para as escolas e, antes mesmo de existir o termo administração, a sociedade já exercia o ato de

administrar. No entanto, atualmente seria necessário um novo conceito de administração. Logo, a gestão vem como um novo entendimento de gerir as instituições, sendo criado o termo Gestão no campo educacional.

Frente a aquisição da concepção de gestão, é preciso considerar que a gestão democrática nas escolas é de extrema relevância, pois proporciona um trabalho coletivo e compartilhado, onde todos estão em busca de um objetivo em comum: a qualidade de ensino.

Ao fim, considera-se que o fracasso na gestão escolar, muitas vezes, está ligado a falta de preparo dos administradores, que se prendem ao passado e não estão abertos aos novos conceitos de gestão democrática, prendendo- se a funções burocráticas, e centralizando o poder em si, alegando uma sobrecarga de trabalho, não dando devida importância ao seu principal objetivo que é a formação de alunos pensantes e reflexivos para atuar na sociedade.

O gestor não é o centro do poder, mas sim aquele que colabora para o bom funcionamento da escola, juntamente com a comunidade escolar, delegando tarefas e funções, consciente da capacidade da sua equipe escolar, maiormente, da sua obrigação principal, que é a de ser mediador entre o conhecimento e o aluno.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. Autonomia da Escola. 6. ed. São Paulo: Cortez, (Guia da escola cidadã; v.1), 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão. Brasília: INEP, 1991.

PARO, Vitor Henrique. Eleição de Diretores: A escola pública experimenta a democracia. Campinas: Papirus, 1996.

O POLIAMOR NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS: UMA EXPLANAÇÃO DO ASSUNTO EM FACE DO DIREITO AO POLIAMOR RECONHECIDO COMO ENTIDADE FAMILIAR

Carlos Rodrigues Marson, Cleiton Farias, Raul Afonso Peres, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior, e-mail: carlosrod.marson@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar a relação chamada poliamor, analisando as normas de direito, mais especificamente sob a égide dos direitos humanos, do direito de família, do contratual e do patrimonial, e a forma como o assunto vem sendo tratado nas esferas judiciais e extrajudiciais, em contraponto com a visão da sociedade.

2 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos gerais, a pesquisa será do tipo exploratório. Para tanto utilizará no seu delineamento a busca na rede mundial de computadores e livros, a fim de compreender e trazer a discussão uma base teórica condizente com a realidade atual, contextualizando conceitos e fatos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O poliamor é uma espécie de relação afetiva onde há mais que dois envolvidos e todas as partes estão cientes disto, o termo poliamor, deriva do grego poli: vários/muitos e do latim amor e, segundo o dicionário online “Meu Dicionário”, o termo é entendido como um “modelo de relação amorosa em que uma pessoa mantém um relacionamento com mais de um parceiro, o que é aceito por todos os que estão envolvidos”.

Nas palavras de PILÃO e GOLDENBERG (2012): “o poliamor depende de seu oposto para fazer sentido, uma vez que se constituiu como uma série de discursos de crítica à exclusividade afetivo sexual.” Nota-se que pode ter surgido como uma rebeldia ao sistema, já que acaba sendo um contraponto aos relacionamentos monógamos considerados pela sociedade como corretos ou ideais, ou seja, o poliamor seria uma maneira de libertar-se das opressões sociais.

Há extrema intolerância social com a prática, criada pelo moralismo extremo dos dias atuais, que taxa os adeptos do poliamor como pessoas imorais e pecadoras, o que

é uma atitude intolerante e preconceituosa, posto que é um direito de todos a liberdade de escolher a forma como se relacionam e vivenciam sua afetividade.

É comum a atitude da sociedade de julgar os próximos, discriminando as pessoas, antes de analisar o caso em questão. Como analisa FREIRE, 2013, o poliamor não é apenas a prática de sexo grupal, mas sim um conjunto de ideais de amor e liberdade, partindo do pensamento de que o amor, para ser vivenciado, não está atado a monogamia, e de que este status não é natural do ser humano, mas sim algo costumeiro.

> Os ideais do amor romântico (a união única e eterna) também são desafiados pelo poliamor; estes ideais pautam a sociedade ocidental, cujo paradigma central das relações amorosas apoia-se na ideia de considerar que o casal se relacione apenas entre si, vivenciando a relação a dois. Neste sentido, essa forma alternativa de amor recusa a monogamia como princípio ou necessidade (Féres-Carneiro & Zivani, 2009; Klesse, 2011; Wolfe, 2003 apud FREIRE, 2013).

Até a presente data quase nenhuma união poliafetiva recebeu status de família, ou de relacionamento comum. Na esfera jurídica brasileira, percebe-se, de acordo com o artigo 226 da Constituição Brasileira de 1988, que a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, mas, de acordo com o parágrafo terceiro deste mesmo artigo, para efeito da proteção do Estado, somente será reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, portanto, não sendo admitida no sentido de família nem a união homossexual ou a poliafetiva, o que acaba dando um caráter de seletividade a legislação.

A monogamia não está expressa na legislação como princípio da união estável, mas apenas do casamento, eis que o código civil enuncia que não podem casar as pessoas casadas, sob pena de nulidade do casamento (art. 1.521, VI, e 1.548). Em relação à união estável, muito ao contrário, admite-se até que a pessoa casada tenha um vínculo de convivência, desde que esteja separada judicialmente, extrajudicialmente ou de fato (art. 1.723, §1º, do CC/2002), o que denota um tratamento diferenciado a respeito da liberdade de constituição das duas entidades familiares.

Mesmo que o casamento homossexual já tenha sido acolhido pelo ordenamento jurídico, é muito forte a concepção religiosa e moral de que o casamento, a família correta e legal, é a união entre um homem e uma mulher. Os homossexuais, a partir de muita luta e estudos psicossociais adquiriram tal direito, o que demandará muitos anos ainda para acontecer com o poliamor. É imprescindível para um país que se intitula democrático reconhecer todas as espécies de relações e famílias, tal como afirma PEIXOTO (2014):

> A poliafetividade também é um arranjo familiar pautado pelos laços de afetividade pelos participes dessa relação, advindos de livre manifestação da vontade, e assim como outras entidades familiares, geram efeitos jurídicos. A constituição da família é o que menos importa, o elemento qualificador é vínculo decorrente desse afeto.

No Brasil, o primeiro registro de uma união poliafetiva ocorreu em 2012. No caso, um homem e duas mulheres que já viviam juntos na mesma casa há três anos oficializaram sua união por meio de uma escritura pública de união poliafetiva, na cidade de Tupã, estado de São Paulo, com o objetivo de estipular regras relativas ao direito patrimonial nos casos de eventual separação ou morte de um dos envolvidos, e de prever que ambos se reconhecem mutuamente como uma família. No entanto, o instrumento não tem nenhum fundamento legal positivado, haja vista que não há lei que o regulamente e que as jurisprudências são distoantes no tocante a esse tema.

No ano de 2015, também foi noticiada a elaboração de escritura pública similar, pelo 15º Oficio de Notas do Rio de Janeiro, porém o caso é diferente por envolver três mulheres, em união homopoliafetiva, com elaboração de testamentos entre elas e de diretivas antecipadas de vontade, que dizem respeito a tratamentos médicos em caso de se encontrarem com doença terminal e na impossibilidade de manifestarem vontade.

Segundo Flavio Tartuce (2017),

> Ao contrário do que defendem alguns juristas, não parece haver nulidade absoluta no ato, por suposta ilicitude do objeti (art.166, in. II, do CC/2002). Pensamos que a questão não se resolve nesse plano do negócio jurídico, mas na sua eficácia. Em outras palavras, o ato é válido, por apenas representar uma declaração de vontade hígida e sem vícios dos envolvidos, não havendo também qualquer problema no seu objeto. Todavia, pode ele gerar ou não efeitos, o que depende das circunstâncias fáticas e da análise ou não de seu teor pelo poder judiciário ou outro órgão competente.

Pesquisando na jurisprudência brasileira, pode-se constatar que já existem alguns casos de poliamor, que muitas vezes são tratados como concubinato. Por exemplo:

> DÉCIMA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
>
> APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000210-95.2009.8.19.020
>
> APELANTE: REGINA HELENA GENUÍNO
>
> APELANTE: HANRY GENUÍNO HENRIQUE
>
> APELADO: PAULO ELIAS BARÇA FILHO E OUTRA
>
> RELATOR: DESEMBARGADOR GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO.
>
> APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. PRETENSÃO AO RECONHECIMENTO DO DIREITO DE SE DESPEDIR DO EX-CONSORTE. RELAÇÃO CONCUBINÁRIA. POSSÍVEL EM TESE QUE O EMPECILHO AO ACESSO AO ACAMADO, ATUALMENTE FALECIDO, CONFIGURASSE OFENSA À MORAL, TENDO EM VISTA O

> DIREITO À FELICIDADE, A CONCEPÇÃO POLIAMORISTA E A PRELAZIA DA AFEIÇÃO. PORÉM, NÃO HOUVE PROVA DO EMBARAÇO ALEGADO, PELO QUAL OS REÚS TERIAM IMPEDIDO A VISITAÇÃO AUTORAL. ÔNUS DO ART. 333, I, DO CPC. PROVA TESTEMUNHAL FRÁGIL, SUPORTADA EM DECLARAÇÃO DA AUTORA E DE SUA FILHA. FORÇA PROBANTE REDUZIDA, PELA MÁCULA DE TER SIDO INFLUENCIADA PELA TESE DA PARTE AUTORA. RECURSO DESPROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Na plena maioria dos casos, todas as partes possuem plena consciência das relações paralelas e vivem bem com isso. O problema encontrado é relativo aos direitos sociais e patrimoniais na esfera privada neste tipo de união, já que em virtude da ausência de regulamentação, apenas o relacionamento que for reconhecido terá direitos assegurados como tal, o que gera injustiça e insegurança para as pessoas adeptas dessa espécie de união, que devem, caso queiram dispor de seus bens, fazê-lo em vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poliamor é um tipo de relação que está presente em nossa sociedade, portanto o que ocorre de fato deve ser reconhecido pelo direito para dirimir as injustiças decorrentes da sua inexistência no ordenamento. Nas questões sucessórias e patrimoniais encontram-se os principais limbos jurídicos que necessitam ser sanados.

Percebe-se que a saída encontrada para o caso, dada a até então inércia dos poderes legislativo e judiciário na regulamentação do assunto, é a celebração de escrituras públicas que buscam reconhecer a existência da entidade familiar e dispor sobre os direitos patrimoniais que serão aplicados aos seus membros. Em vez de um ato só, a solução jurídica para casos como os relatados está em várias minutas.

Neste sentido, cabe observar que, caso não seja possível o reconhecimento da validade dessas escrituras pelo direito de família, o caminho do direito contratual, por contratos de sociedade de participação, por promessas de doação e de alimentos, por plano de saúde e de previdência privada e outros negócios jurídicos patrimoniais, pode indicar a solução.

Se conflitos morais e jurídicos vedam o reconhecimento da união poliafetiva pelo Direito de Família, o mundo dos contratos pode perfeitamente aceitar o que ali se propõe.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Sandra Elisa de Assis. **POLYAMORY, A NON-EXCLUSIVE WAY OF LOVING: VALUES AND AFFECTIVE S CORRELATES**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

HUMBERT, Georges Louis. **Direito fundamental individual à liberdade sexual e às formas plurais de constituição da família no Brasil: validade jurídica da família multiafetiva a partir de uma análise constitucional humanística na obra e voto do Ministro Ayres Britto na ADI 4277 e ADF 132**. Revista Direito- UNIFACS, nº 187 (2016).

NASSIF, Luis. Poliamor: **Rio registra segundo caso de união estável entre três pessoas no país**. GGA O Jornal de Todos os Brasis. Acesso em Out. 2019.

PEIXOTO, Kamila Fernandes. **Uniões poliafetivas e seu reconhecimento como instituto jurídico- entidade familiar**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito)- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

PILÃO, Antonio C., e GOLDENBERG, Mirian. **Poliamor e Monogamia: Construindo Diferenças e Hierarquias**. Revista Artemis, Edição V.13; jan-jul, 2012.

TARTUCE, Flavio. **Da escritura pública de união poliafetiva - Breves considerações**. 2017. Disponível em: < https://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI257815,31047-Da+escritura+publica+de+uniao+poliafetiva+Breves+consideracoes> Acesso em: 17. Out. 2019.

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM UMA SOCIEDADE CULTURALMENTE DIVERSIFICADA

Lucas Meschieri, Suzana Abrunhosa, e-mail: lucasmeschieri@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A língua portuguesa, assim como outros idiomas, possui variações, as quais estão ligadas à diversidade no dialeto dos indivíduos e ao uso cotidiano da fala e da escrita dentro de uma sociedade. Essas particularidades são chamadas de *variações linguísticas* e nelas destacam-se os sotaques, o vocabulário específico de cada indivíduo, do grupo e da região, assim como as gírias e as expressões.

No Brasil, é possível notar a diversidade cultural e as diferenças existentes entre cidades e estados. Devido ao tamanho do país, considera-se que quanto mais longe um estado é do outro, maior será a diferença cultural e, consequentemente, haverá acentuada pluralidade quanto aos dialetos. É importante salientar que essas variedades linguísticas, segundo Bagno (1999), são consequências de fatores históricos, sociais, econômicos e de escolarização. Com base nessa ideia, pode-se afirmar que a língua é a maior expressão da cultura de um povo e, com o passar do tempo, ela se transforma.

Paralelas às mudanças decorrentes das variações, surgem, então, algumas ideias negativas relacionadas a elas. Muitas vezes são inconscientes por parte da população em geral, mas, em outras circunstâncias, parecem ser intencionais, causadas pela classe dominante do país, como uma forma de segregação através da língua.

As situações geradas pelo menosprezo das variedades linguísticas, principalmente as que dizem respeito às minorias, e pela supervalorização da linguagem culta regida pela gramática Normativa, ocasionam um preconceito altamente equivocado, chamado de Preconceito Linguístico. Essa é uma questão relevante, que deve ser abordada amplamente nas escolas e na sociedade.

A presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre as variações linguísticas e a causa do Preconceito Linguístico, além do impacto na vida do indivíduo discriminado por sua fala, e como o ensino, em especial o de Língua Portuguesa, está ligado a ele. A pesquisa fundamenta-se na análise de alguns autores e pesquisadores linguísticos, como Marcos Bagno, Dino Preti, Carlos Alberto Faraco, Clézio Roberto Gonçalves, entre

outros. Este estudo leva em consideração o contexto histórico-social-econômico, as idades e os motivos que acarretam o surgimento deste tipo de preconceito na sociedade brasileira, assim como uma discussão para elucidá-lo e desconstruí-lo.

2 METODOLOGIA

Para a execução deste trabalho, foi realizada a escolha do tema, tendo em vista a necessidade de se expor o assunto, devido às consequências negativas que afetam a vida dos indivíduos que sofrem o preconceito linguístico, a fim de desmistificar e esclarecer sobre a desconstrução do mesmo. Foi feito um levantamento bibliográfico a respeito do assunto, na visão de diversos estudiosos da língua, como Bagno, Faraco e outros, sobre tópicos referentes às normas da língua, às variações linguísticas, ao preconceito linguístico e ao ensino de língua portuguesa sob a perspectiva linguística.

O método de pesquisa adotado, do ponto de vista dos objetivos, foi o Explicativo, que, segundo Parnadov e Freitas (2013), é quando o pesquisador procura expor e esclarecer os porquês e as causas, através do registro, da análise, da especificação e da interpretação dos fenômenos observados. Ao analisar a maneira técnica, isto é, o procedimento pelo qual foi construída a pesquisa, tem-se então a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de vários tipos de fontes: artigos, livros, teses e bibliografias publicadas sobre o tema proposto. Dessa forma, foram coletadas as informações necessárias, a fim de caracterizar, exemplificar, discutir e refletir sobre o preconceito linguístico, notório, na sociedade brasileira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo deste estudo, conseguiu-se constatar que diversos preconceitos são decorrentes do uso língua. A respeito da norma culta, que está associada aos critérios da gramática normativa, ou seja, à norma-padrão, destaca-se a ideia de que quanto mais próxima a fala de um indivíduo é da escrita (com base nas regras gramaticais), mais culto socialmente ele é considerado. Assim, entende-se que a norma culta é um instrumento de ascensão social, mas Bagno (1999, p.69) contesta e explica com um exemplo que esse ponto de vista é uma questão política e ideológica da classe dominante. O autor salienta que:

> se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles dominam a norma culta. Só que a verdade está muito longe disso como bem sabemos nós, professores, a quem são pagos alguns dos salários mais obscenos de nossa sociedade.

Em relação às variações linguísticas quanto ao preconceito, na perspectiva histórica, observa-se que quanto mais o português-brasileiro é próximo ao português arcaico ou ao português de Portugal, mais correto ele é considerado. Esse é um ato de pré-conceito, uma língua ser inferior a outra, partindo de uma assimilação histórica. Na questão geográfica, um dos equívocos é pressupor que uma região possui os melhores vocábulos ou sotaques. As variações linguísticas sociais são as mais afetadas diretamente pelo preconceito linguístico. Preti (1977, p.20) afirma que:

> Um político, um Chefe de Estado, um dirigente industrial, um "executivo", assim como um bancário ou um operário não tem, via de regra, o mesmo nível de linguagem, embora possam conviver diariamente na comunidade em que atuam. Seu idioleto (saber lingüístico individual) varia de acordo com sua cultura, posição social e instrução.

Uma pessoa que não possui o domínio da norma-padrão geralmente é considerada pela classe dominante como alguém que não sabe se comunicar ou não tem capacidade intelectual (associação da fala com a inteligência). Desconsiderar ou menosprezar esse tipo de variação suscita em sério problema social para muitos indivíduos.

No ensino, salienta-se principalmente a importância de uma mudança mais rápida da gramática normativa, ou seja, uma atualização próxima à realidade da língua falada.

> Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia. Meu objetivo atualmente, junto com muitos outros lingüistas e pesquisadores, é acelerar ao máximo essa próxima cheia… (BAGNO, 1999, p.10)

Entende-se, por fim, que a língua é fluida e as gramáticas são normas "engessadas", que ditam o modo como as pessoas devem falar. Certamente as gramáticas têm sua importância, mas a língua é algo longe de se homogeneizar, justamente por apresentar variações e nem todos têm o acesso às normas gramaticais, já que a escolarização no Brasil, apesar de garantida por lei, na prática, ainda é um privilégio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pode auxiliar na reflexão das pessoas sobre como se forma e se dissemina o preconceito linguístico, manifesto por todo país. Isso ocorre por diversos

fatores, sendo o principal o menosprezo das variedades linguísticas de âmbitos regionais e também de classes sociais desprestigiadas.

Ademais, é possível inferir que a imposição e a supervalorização da norma culta pela classe dominante acarretam em desprestígio social para muitos brasileiros. Em uma sociedade extremamente desigual, em que poucas pessoas têm acesso ao domínio da norma-padrão, há, dessa forma, uma segregação através da linguagem.

Por fim, nota-se que ainda existe um preconceito linguístico muito explícito no país, no entanto percebe-se também um avanço, nos últimos anos, por parte do sistema de ensino, que lentamente vem incluindo as variedades linguísticas nas escolas, através dos PCNs e de capítulos em materiais escolares, como livros didáticos, promovendo aos poucos, mas de forma progressiva, a desconstrução do preconceito quanto à forma de se usar a língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico:** O que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma-padrão brasileira**: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. Linguística da norma. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p.37-60.

PRETI, Dino. **Sociolinguística, os níveis da fala.** São Paulo: Nacional, 3. ed. 1977.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universiade Freevale, 2013, p.49 e 69.

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DA CRIANÇA COM DISLEXIA

Karina Fernanda Bernardo, Michele Cristina Macedo, Viviane Rodrigues, e-mail: karinafernandabernardo@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Em muitas escolas há queixas de baixo desempenho acadêmico, tarefas incompletas e resistência em frequentá-las. Estas queixas são, geralmente, associadas a inúmeros fatores como: preguiça, falta de acompanhamento familiar, desmotivação, práticas docentes desvinculadas da realidade dos alunos, dentre outras. Entretanto, podem ser também decorrentes de transtornos de aprendizagem, como, por exemplo, a dislexia, que atinge cerca de 10% a 15% da população mundial (LIMA, 2012).

O termo dislexia foi criado pelo oftalmologista Rudolf Berlin Stuttgart, em 1887, na Alemanha e atualmente, segundo a Associação Brasileira da Dislexia (2016) é "caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração".

No Brasil, as dificuldades de leitura, bem como a dislexia, foram abordadas em pesquisas a partir de 1965 (AJURIAGUERRA, 1990 *apud* LIMA, 2012). Posteriormente, em 1983 foi criada a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), com o objetivo principal de divulgar e ampliar as informações sobre a dislexia, tendo em vista que o rápido diagnóstico auxilia o processo de alfabetização, favorecendo a aprendizagem da leitura e escrita da criança com dislexia.

Conforme Fernandes (2009), é possível identificar várias maneiras de se classificar a dislexia e modos de subdividi-la, tendo em vista que há uma variação de acordo com a concepção de cada autor. Entretanto, a classificação em dislexia adquirida e dislexia do desenvolvimento é a mais aceita internacionalmente. A dislexia adquirida, segundo Fernandes (2009), acontece devido a uma lesão cerebral que atinge as habilidades de leitura já desenvolvidas. Esse tipo de dislexia se subdivide em: profunda ou fonética, superficial, semântica ou fonológica, auditiva e visual.

As causas deste transtorno de aprendizagem, são, ainda, desconhecidas nos campos de pesquisas. Entretanto, há diferentes teorias sobre sua possível causa.

Segundo Carvalhais e Silva (2007), há várias teorias explicativas sobre as possíveis causas da dislexia de desenvolvimento, entre as quais temos: teorias cognitivas, de base neurobiológica, teorias genéticas e hereditárias e teorias que se apoiam em fatores ambientais.

No entanto, cabe ressaltar que a heterogeneidade existente entre as crianças com dislexia deve ser considerada de acordo com suas classificações e causas, sendo que "cada aluno com dislexia provavelmente apresentará questões particulares na sua aprendizagem" (BARDOSA, 2014, p. 24). Considerando que, mesmo que os disléxicos sejam classificados com um mesmo tipo de transtorno sempre haverá uma heterogeneidade entre eles.

Assim sendo, o aprendizado da criança com dislexia, será cercada por dificuldades. Desse modo, a alfabetização e o letramento, definidos como aprender o bê-a-bá, ou seja, tornar o indivíduo capaz de ler e escrever; e "resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita" (SOARES, 2005, p. 39), respectivamente; da criança com dislexia ocorrerá de modo diferente das crianças que não possuem o transtorno.

Dessa forma, fica evidente que durante o processo de alfabetização da criança disléxica, é essencial que o educador tenha o conhecimento dos diferentes métodos de alfabetização, bem como das particularidades apresentadas por cada aluno, para que possa então realizar o processo ensino-aprendizagem através de intervenções e adaptações necessárias que atendem as necessidades do educando, sendo que não há um método único para se trabalhar com os alunos disléxicos.

Conforme argumenta Petronilo (2007), crianças que possuem dificuldade na alfabetização, aprendem conforme os outros, entretanto, demonstram lentidão neste processo, tendo em vista que todos aprendem, porém, alguns apresentam maiores dificuldades que outros.

Segundo Pimenta (2012), uma das dificuldades que pode ser encontrada pelos disléxicos é a falta de consciência dos fonemas, que é um fator importante para a aprendizagem da leitura, pois há uma relação entre fonemas e grafemas em nosso sistema alfabético, bem como confusões com grafemas, inversões, omissões, adições ou substituições de letras, sílabas ou palavras.

Para Rodrigues e Ciasca (2016), a dificuldade enfrentada pelos disléxicos referente à escrita, pode fazer com que estes alunos evitem escrever, podendo apresentar dificuldades em realizar cópias de forma adequada, e também um estilo de

escrita manual inadequado ou mesmo a disgrafia, definida como a principal dificuldade da escrita manual.

Entretanto, conforme argumentam Ianhez e Nico (2002), crianças com dislexia não possuem apenas dificuldades, mas podem apresentar habilidades em diferentes áreas cognitivas, como facilidade para construir, ou consertar objetos, ideias criativas e encontrar soluções originais para os problemas, possuir habilidades de pintura ou desenho, ótimo desempenho no esporte, música ou dança, demonstrar grande afinidade com a matemática, revelar-se bom contador de histórias, lembrar-se de detalhes.

Assim, como o aluno com dislexia possui diversas dificuldades durante o processo de aprendizagem, o professor também as apresenta, acompanhadas de dúvidas, pois há professores que não as compreende e considera que a culpa das dificuldades concentra-se na falta de vontade em aprender demostrada pelos alunos, desse modo, “o mau desempenho do aprendiz é justificado em função dele próprio que acaba por carregar a culpa de seu “fracasso” e de sua “incapacidade” para aprender” (MASSI; SANTANA, 2011, p. 403).

De fato, o professor exerce uma função primordial no processo ensino-aprendizagem, principalmente no que se refere a alfabetização. Tendo em vista que os sinais e dificuldades na dislexia ficam mais evidentes e interferem nesta etapa da aprendizagem, assim é necessário que o professor busque compreender o aluno e suas dificuldades, utilizando estratégias e metodologias de ensino eficazes.

Ianhez e Nico (2002) e Mousinho (2009), sugerem algumas estratégias, como: uso de recursos visuais e materiais de apoio; elaboração de rotinas em sala de aula; realização de aulas de revisão; uso de provas orais; desconsiderar os erros de ortografia; uso da tecnologia em sala de aula e aumento do limite de tempo para realização de provas e atividades.

Entretanto, é válido ressaltar que, o professor não pode trabalhar sozinho quando refere-se a dislexia, visto que esse educando vai precisar de um auxílio de uma equipe multidisciplinar, que é constituída por fonoaudiólogo, psicopedagogo e psicólogo, sendo necessário também um trabalho com toda a sala de aula e com os colegas, para que possam também ajudar os colegas em suas dificuldades.

A partir do exposto, o objetivo do presente trabalho é buscar compreender como ocorre o processo ensino-aprendizagem da criança com dislexia, além das dificuldades comuns entre os disléxicos durante o processo de alfabetização, logo em seguida, evidenciar o papel do professor em relação ao aluno com dislexia.

2 METODOLOGIA

Para a realização dos estudos sobre o processo de alfabetização e letramento da criança com dislexia, foi feita a revisão de literatura, através de um levantamento de pesquisas bibliográficas já realizadas sobre a área. Após a revisão de literatura, foi realizado um breve histórico sobre o termo dislexia, bem como definição e levantamento dos tipos mais característicos acerca da dislexia, e suas possíveis causas, além de diferenciar os termos letramento e alfabetização.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da revisão de literatura realizada, pode-se selecionar estudos voltados para intervenções com crianças com dislexia, sendo eles: Desempenho de escolares com dislexia do desenvolvimento em tarefas fonológicas e silábicas (GERMANO; PINHEIRO; CAPELLINI, 2009), Dislexia: um estudo de caso (FERREIRA, 2011) e Avaliação de um programa computadorizado para intervenção fônica na dislexia do desenvolvimento (OLIVEIRA; LUKASOVA; MACEDO, 2010).

O estudo desenvolvido por Germano, Pinheiro e Capellini (2008), que tem por objetivo caracterizar o desenvolvimento de alunos com dislexia e outros que apresentam bom desempenho escolar em atividades fonológicas e silábicas, realizado durante o mês de novembro de 2006, o qual foi necessário a participação de 26 estudantes entre oito e doze anos, de ambos os sexos, que frequentavam o Ensino Fundamental da cidade de Marília, localizada no estado de São Paulo.

Os alunos foram divididos em dois grupos, o primeiro constitui-se de 13 crianças que foram diagnosticados com dislexia do desenvolvimento e o segundo, foi formado por crianças com um bom desempenho acadêmico.

Logo após, aplicaram uma prova de consciência fonológica (Instrumento de Avaliação Sequencial-CONFIAS). Essa avaliação é dividida por duas partes, a primeira é referente à consciência silábica e a segunda parte é referente ao reconhecimento dos fonemas.

Desse modo, a pesquisa de Germano, Pinheiro e Capellini (2008), demostrou que as crianças com dislexia do desenvolvimento apresentam dificuldades quanto a identificação de rima e produção de palavras com o som dado, mostrando um déficit para acessar os códigos fonológicos, representações fonológicas e de armazenamento fonológico, o que evidenciou a necessidade de intervenções adequadas no ensino de crianças com dislexia, principalmente no que se diz respeito à alfabetização.

Outro estudo na área é o desenvolvido por Ferreira (2011), que propôs uma intervenção para o ensino de pessoas com dislexia e contou com a participação de um aluno do sexo masculino do 3º ano do Ensino Fundamental I, com suspeita de dislexia.

A intervenção realizada por Ferreira, possui como objetivo "favorecer o êxito na aprendizagem da leitura e da escrita; desenvolver a expressão oral, através de atividades de percepção e de memória auditiva e visual; estimular a condição psicomotora com o apoio de jogos diversos" (FERREIRA, 2011, p. 48). Esta intervenção consistiu em dezesseis aulas, planejadas de modo a estimular e explorar de maneira lúdica a aprendizagem do aluno e as habilidades avaliadas nos testes iniciais.

Ao término, foi possível verificar que após a intervenção ocorreram alguns progressos relativamente com relação as dificuldades iniciais que o aluno demonstrava. Desse modo, o estudo realizado por Ferreira (2011), permitiu demonstrar que a implantação de estratégias e práticas eficazes como o uso do lúdico podem desenvolver significativamente a aprendizagem dos alunos com dislexia.

Outra pesquisa na área refere-se ao uso de um *Software Alfabetização Fônica Computadorizada,* desenvolvido por Oliveira, Lukasova e Macedo (2010), que teve a participação 20 alunos com dislexia e idade média de 11 anos, que tiveram como requisito a leitura característica de disléxicos, os quais foram divididos em dois grupo de 10 alunos cada, onde um recebeu as intervenções e outro não.

O software utilizado na intervenção é composto por dois módulos: consciência fonológica, relacionada ao reconhecimento de palavras, rima, aliteração, sílabas e fonemas; e alfabeto, que trabalha as vogais e consoantes (fonemas e grafemas), com exercícios que buscam desenvolver a consciência fonológica.

Ao termino das intervenções, foi possível observar que a utilização do *Software Alfabetização Fônica Computadorizada,* promoveu melhora significativa nas habilidades de leitura e compreensão de sentenças escritas, bem como na consciência fonológica, além de interferir positivamente também na velocidade de leitura e escrita de palavras isoladas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pesquisa acerca do tema é possível observar que a criança com dislexia, assim como a criança sem o transtorno apresenta dificuldades durante o processo de alfabetização e letramento, os quais podem ser superados através de metodologias alternativas. Entretanto, há uma carência por parte dos educadores em

como lidar com alunos disléxicos, principalmente pelo fato de esses alunos estarem inseridos em uma sala heterogênea, que apresenta também outras dificuldades.

Além disso, cabe ressaltar que, as intervenções devem ser realizadas por uma equipe multidisciplinar, que envolve profissionais como fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogo e neuropsicólogo, bem como a presença da família, para que possam desenvolver as habilidades necessárias para que a aprendizagem do aluno disléxico ocorra de modo eficaz.

Desse modo, conclui-se que, a alfabetização e letramento da criança com dislexia é uma condição possível, caso exista a parceria entre família, escola e especialistas na área, que irão nortear esta aprendizagem, considerando as características e peculiaridades de cada disléxico, visto que este quadro não é homogêneo e padrão, sendo necessário que ocorra adaptações e intervenções diferenciadas por parte do professor para que o aluno disléxico aprenda com maior facilidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. **O que é dislexia?** Disponível em: http://www.dislexia.org.br/o-que-e-dislexia/. Acesso em: 28 mar. 2019.

BARDOSA, C. F. F. **Dislexia**: dificuldades de aprendizagem na escola. 2013. 30f. Monografia (Especialista na Pós Graduação em Educação). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Medianeira, 2013.

CARVALHAIS, L. S. de A.; SILVA, C. Consequências sociais e emocionais da dislexia de desenvolvimento: um estudo de caso. **Pró-Fono Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** (ABRAPEE), v.11, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2007.

FERNANDES, P. P. **Dislexia, um dos entraves da educação.** Disponível em: https://pedagogiaaopedaletra.com/monografia-dislexia-um-dos-entraves-da-educacao/. Acesso em: 12 abr. 2019.

FERREIRA, C. S. S. **Dislexia:** um estudo de caso. 2011. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial – Domínio Cognitivo-Motor). Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra, 2011.

FIGUEIREDO, N. P. A dislexia como uma das principais causas dos distúrbios de aprendizagem na área da leitura e da escrita. **Revista de Pedagogia Perspectivas em Educação**, set.- dez. 2009.

GERMANO, G. D; PINHEIRO, F. H; CAPELLINI S. A. Desempenho de escolares com dislexia do desenvolvimento em tarefas fonológicas e silábicas. **Revista CEFAC**, vol.11, no.2, São Paulo, Abr/Jun. 2009.

IANHEZ, M. E.; NICO, M. E. **Nem sempre é o que parece**: Como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

LIMA, I. G. S. A dislexia e o contexto escolar. 2012. 15f. **Anhanguera Educacional**. Anhanguera, v. X, n. N, 2012.

LIMA, T. **Dislexia afeta até 15% da população, diz especialista de Sorocaba, SP.** Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2012/01/ dislexia-afeta-ate-15-da-populacao-diz-especialista-de-sorocaba-sp.html. Acesso em: 29 mar. 2019.

MASSI, G; SANTANA, A. P. de O. A desconstrução do conceito de dislexia: conflito entre verdades**. Paidéia**. v.21, n.50, p. 403-411, set.-dez. 2011.

OLIVEIRA, D. G; LUKASOVA, K; MACEDO E. C. Avaliação de um programa computadorizado para intervenção fônica na dislexia do desenvolvimento. **Psico-USF**, v. 15, n. 3, p. 277-286, set./dez. 2010.

PETRONILO, A. P. da S. **Dificuldade de aprendizagem na leitura e na escrita.** Brasília, 2007. 54 p. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília. Centro de Ensino a Distância, 2007.

PIMENTA, D. C. F. G. Dislexia: um estudo sobre a percepção de professores do ensino fundamental. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5, Uberlândia: 2012. **Seminário**. Disponível em: http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/ cepae.faced.ufu.br/VSeminario/trabalhos/288_1_1.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

RODRIGUES, S. das D; CIASCA, S. M. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. **Revista Psicopedagogia**. v. 33.n.100.p.86-97. 2016.

SOARES, M. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA E O TDAH

Veridiana Arruda Penteado, Adriana Meiado,
e-mail: veri_penteado@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Assim como todo o processo de desenvolvimento integral de um indivíduo, os transtornos de aprendizagem também merecem um cuidado especial e um olhar diferenciado. Segundo Silva (2014), não se pode apenas julgar a criança com TDAH como um "cérebro defeituoso" e sim, ter justamente esse olhar diferenciado, pois a autora afirma que o cérebro do TDAH, apresenta um funcionamento bastante peculiar, e é exatamente esse que acaba sendo responsável tanto por suas melhores capacidades, como por suas maiores angústias e desacertos vitais.

Para Rotta (2015), o cérebro é um dos órgãos mais complexos do corpo humano, constituindo-se no centro de controle para registro, processamento e respostas relacionadas ao intelecto, sensações, emoções, comportamento e memória. No entanto, não é um órgão estático, mas plástico, ou seja, extremamente adaptável e responsivo aos estímulos externos.

É pensando nisso que o presente artigo traz como proposta o olhar diferenciado do professor de Língua Portuguesa, às crianças com TDAH, pois o processo de ensino e aprendizagem é repleto de características únicas que, se unidas de maneira adequada, colaboram para o para o bom desempenho do aluno.

Segundo Azeredo (2014), os sinais sonoros e também os chamados gráficos, com os quais nossos discursos são materializados, transportam sentidos que são elaborados durante o processo de ouvir/ser e de falar/escrever. Assim como toda a rica bagagem que constitui nossa herança cultural e assegura nossa identidade social e histórica, essas manifestações da língua tornam-se uma propriedade coletiva incomparavelmente flexível e adaptável aos interesses dos indivíduos, às circunstâncias comunicativas, e aos caprichos do tempo e/ da história, atualmente, tais adaptações da comunicação transcendem ainda determinados transtornos de aprendizagem, a fim de auxiliar o indivíduo independentemente da situação e circunstância vivida. Ainda conforme

Azeredo (2014), entre os objetivos dos estudos da linguagem está a descoberta dos mecanismos e dos artifícios que utilizamos tanto para produzir esses sinais sonoros e gráficos que organizam nossos discursos, quanto para atribuir-lhes sentido.

Muitos professores continuam tentando fazer com que os alunos dominem conceitos que pouco os ajudará no desenvolvimento de habilidades linguísticas, defendendo o ensino sistemático da disciplina, enquanto que, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN-LP, 1998), determinam que só uma proposta que associe reflexão e uso poderá efetivamente melhorar o desempenho linguístico dos alunos. Diversos autores, como Vasconcellos (2010) e Freire (2002), também defendem a ideia de que para se ter uma aprendizagem eficaz é necessário que o educador proporcione, sim, o ensino da norma culta, mas que priorize, ao mesmo tempo, a compreensão de quando, como e por que utilizar os recursos sistemáticos da língua no momento de se expressar em diferentes situações.

Para Bagno (2000), a qualidade do ensino não está na quantidade de acertos das respostas-padrão ou nos conceitos fragmentados, mas sim na valorização das diferenças que enriquecem as ações educativas e proporcionam a reflexão dos conteúdos. Percebe-se, então, a necessidade de ressaltar a verdadeira essência da comunicação, que é a diversidade.

Além disso, Travaglia (2001), assim como Bagno (2000), defende a ideia de que a língua não pode ser concebida como uma questão de certo e errado. Deve ser entendida pelo aluno como transmissão de identidade cultural, social, histórica e ideológica, fazendo de sua sistematização apenas mais um item de aprendizagem, sem priorizá-la, pois, “Estaremos, dessa forma, desenvolvendo a sua competência comunicativa. ” (TRAVAGLIA, 2001, p. 236).

Segundo o PCN-LP (1998), com as transformações ocorridas em nossa sociedade, surgiu a necessidade de ampliar os horizontes, aprofundar os debates educacionais, e indagar quais os melhores caminhos para um processo de aprendizagem eficaz, respeitando as diversidades regionais, culturais, sociais e políticas e principalmente, no contexto, psicopedagógicas, existentes no país.

> O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para

> garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. (PCN-LP, 1998, p.19)

É justamente devido a todas essas críticas e novas abordagens que os estudos linguísticos foram se aprimorando e caminhando junto às diversidades psicopedagógicas encontradas atualmente. Levando-se em conta a realidade linguística atual, e os transtornos de aprendizagens que cada vez mais fazem parte do dia a dia escolar, torna-se necessário repensar a educação e a aquisição das competências e habilidades comunicativas. O processo de ensino da Língua Portuguesa deve passar a trabalhar os aspectos da língua, interpretando as novas necessidades de comunicação e abrindo espaço para novas perspectivas que podem ser englobadas no âmbito da Linguística.

2 METODOLOGIA

Segundo Rotta (2015), a chamada "aprendizagem normal" está longe de ser fazer parte dos transtornos próprios da aprendizagem, mas sim, perto de situações desfavoráveis que levam à grandes dificuldades para aprender, e que, dentro desse processo, os aspectos mais relevantes estão relacionados à escola. "Muitas vezes, a criança em idade escolar é discriminada e até emocionalmente agredida, pois não está apresentando desempenho escolar esperado; no entanto, o responsável por tal situação pode estar no ambiente que a rodeia. (ROTTA, 2015, p. 07)

A autora ainda afirma que a aprendizagem consiste em um processo de aquisição, conservação e evocação do conhecimento, e que ocorrem quando o indivíduo é submetido a estímulos e/ou experiências que as traduzem por modificações cerebrais. Seguindo o contexto, Rotta (2015), ressalta também a necessidade de o educador estar em condições de adaptar o ensino a cada criança.

Segundo Silva (2014), outra autora que merece destaque por seus estudos,

> **(...)** os portadores de TDAH são injustamente rotulados de preguiçosos, mal-educados "bicho-carpinteiro", avoados, irresponsáveis ou rebeldes, mas na realidade possuem um funcionamento cerebral diferente, que os fazem agir dessa forma. O TDAH ou simplesmente TDA é caracterizado pela seguinte tríade de sintomas: desatenção, impulsividade e hiperatividade mental e/ou física. Manifesta-se ainda na infância e está presente em 3 a 7% nas crianças em idade escolar. Tais crianças frequentemente apresentam dificuldades de concentração e de relacionamentos, ocasionando incompreensão de amigos, pais e professores. (SILVA, 2014, p. 02)

Além disso, a autora ressalta que um dos maiores problemas que rodeiam esses indivíduos é a falta de conhecimento a respeito, tanto por parte da população, quanto em algumas áreas específicas como a educacional. Muitas pessoas com TDAH passam a

sua vida inteira sem ter a mínima noção de que o “problema” tem solução e de que apenas precisam de um diagnóstico e tratamento adequados. Menos conhecido do público em geral é o fato de que a hiperatividade física nem sempre está presente nos portadores de TDAH, pois ainda segunda Silva (2014), somente 50% desses indivíduos apresentam agitação física. Por isso, a condição básica para se firmar o diagnóstico de TDA é a hiperatividade mental. Isso dificulta sua concentração, em função da tempestade de pensamentos e ideias que pairam em suas mentes.

Conforme Silva, Santos e Moraes (2015), um outro filósofo, Noam Avram Chomsky, criador da Gramática Gerativa, revolucionou ainda mais os estudos linguísticos ao abandonar o modelo Behaviorista de entender a linguagem. Deixou para trás um modelo mecanicista, feito apenas por cópia e repetição, dando lugar à ideia da criatividade humana em se comunicar, relacionando-a à estrutura biológica. Conforme os autores, Chomsky atrubui um importante papel ao estímulo externo, dizendo que este ativa o funcionamento da linguagem, a qual passa a ser ampliada a partir da experiência vivida em diversas situações.

Neste processo, é possível interpretar que as modificações ocorridas na língua e na questão fisiológica do ser humano, não estão inteiramente ligadas à sucessão de gerações, mas mesclam-se, pois os indivíduos falantes não têm consciência das leis das línguas, apenas a reproduzem. Além disso, seja qual for a alteração sofrida em determinada língua, seja ela isolada ou combinada, sempre acarretará o descolamento da relação entre o significado e o significante, atribuindo ainda outras correpondências entre a matéria fônica e a ideia, podendo assim mais uma vez, variar conforme o desenvolvimento físico e cognitivo dos indivíduos.

Diante do exposto, percebe-se que há a necessidade de se adequar o ensino em sala de aula, afinal são vários os desafios encontrados pelos docentes ao trabalhar a língua materna. Muitos alunos apresentam certas dificuldades em se expressar, seja oralmente ou na forma escrita, com problemas ortográficos, morfológicos, sintáticos, sentido e sequenciação das ideias, entre outros, além disso, como já citado, grandes são os transtornos de aprendizagens diagnosticados existentes nesse meio. Em razão disso, é preciso que os professores busquem, a todo momento, novas ideias, estratégias e abordagens que tragam a realidade vivida pelos educandos para o ambiente escolar, motivando-os a aprender.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Koch (2003) reforça que toda essa construção de saber, que vai desde a compreensão do estudo da estruturação até o funcionalismo da língua, está diretamente ligada à conceituação do trabalho com textos, pois a significação desse método de ensino é interpretada como edificação histórica e social e, por esse motivo, se torna um ótimo instrumento para intervir nas difculdades de expressão.

Nessa vertende, sendo extremamente complexo e multifacetado, o texto precisa que seus segredos sejam desvendados para que a aprendizagem seja completa. A importância de se trabalhar com textos está na riqueza de características variadas que eles possuem. Analisar um determinado texto, torna possível abordar diferentes aspectos da língua, destacando a partir das heterogeneidades as principais características reais da comunicação.

> [...] é a Linguística Textual que poderá oferecer ao professor os subsídios indispensáveis para a realização do trabalho acima mencionado: a ela cabe o estudo dos recursos linguísticos e condições discursivas que presidem a construção da textualidade e, em decorrência, à produção textual dos sentidos. Isso significa, inclusive, uma revitalização do estudo da gramática [...]. (KOCH, 2003, p. 93)

Koch (2003) ressalva também que a leitura contínua permite a aquisição de um vocabulário enriquecido, conduzindo, assim, a um bom desenvolvimento da oralidade. Afirma que juntas, fala e sua codificação adequada, permitem ao aluno se tornar autônomo, aprendendo a compor suas próprias ideias, estabelecendo suas próprias relações linguísticas, investigando e obtendo hipóteses que serão colocadas no papel como uma conclusão de seus pensamentos.

O PCN-LP (1998) destaca que outro meio importantíssimo da aquisição do conhecimento linguístico através de textos é o trabalho com a intertextualidade, na qual está reunida uma rica forma do aprender, possibilitando a abrangência de discursos comuns a diferentes disciplinas e moldando assim o ensino, para que o mesmo prenda a atenção de um TDAH. Mesmo que várias características não sejam explícitas, o diálogo mútuo abre ao ensino um grande leque de interação entre teorias e práticas, permitindo a formulação do saber crítico-reflexivo, superando a maioria das fragmentações existentes dentro do transtorno e dando a oportunidade do aprofundamento dos diversos conhecimentos.

Neste momento, nota-se a importância de se repensar o sistema de ensino: os textos não podem e nem devem ser lidos de uma mesma maneira. É essa riqueza encontrada entre diferentes gêneros textuais que faz com que a leitura, a fala e a escrita

se tornem meios valiosíssimos de comunicação ao representarem a peculiaridade da diversidade brasileira.

> [...] Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prover-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível. (BAKHTIN, 1997, p. 302)

Paulo Freire (2002), dentro de todo esse processo fundamental, destaca a figura do professor, um dos integrantes principais que necessita desempenhar papéis muito importantes para um bom desenvolvimento e aprimoramento do ensino. De maneira geral, Freire (2002) afirma não existir docência sem discência, ou seja, o objetivo de um professor é sempre estar atento a seus alunos, proporcionando-lhes o melhor ensino e garantindo-lhes a melhor aprendizagem. Para isso, devem ser utilizadas metodologias que englobem eficiência e determinação do professor para com a classe. O docente deve estar sempre comprometido com aquilo que faz.

> Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade. (FREIRE, 2002, p. 26).

Freire (2002) adverte que ensinar exige aceitação do novo, exige risco e rejeição a qualquer forma de discriminação, realizando assim o reconhecimento e a assunção da identidade cultural. Também ressalta a importância da consciência do inacabamento, em que defende a ideia de que todo o ser humano, por mais que aprenda, é um ser inacabado, podendo sempre ser surpreendido por um novo aprendizado.

Partindo de todo o pressuposto supracitado, segundo Rotta (2015), torna-se imprescindível que o professor repense suas práticas e estratégias a fim de garantir o desenvolvimento integral do aluno com déficit de atenção e hiperatividade. Ou seja, a palavra-chave para o bom desempenho desses alunos é a diversidade de estratégias, dentre elas: quando o professor der alguma instrução, pedir ao aluno para repetir as instruções ou compartilhar com um amigo antes de começar as tarefas; não criticar e apontar em hipótese alguma os erros cometidos como falha no desempenho. Alunos com TDAH precisam de suporte, encorajamento, parceria e adaptações. esses alunos

devem ser respeitados, pois isto é um direito, a atitude positiva do professor é fator decisivo para a melhora do aprendizado.

Além disso, é importantíssimo garantir uma estruturação eficiente, adaptações ambientais na sala de aula, como: mudar as mesas e/ou cadeiras para evitar distrações. Não é indicado que alunos com TDAH sentem junto a portas, janelas e nas últimas fileiras da sala de aula. É indicado que esses alunos sentem nas primeiras fileiras, de preferência ao lado do professor para que os elementos distratores do ambiente não prejudiquem a atenção sustentada.

Outro resultado que aparentemente é simples, mas que pode garantir o sucesso do aluno com TDAH no decorrer das atividades é usar mecanismos e/ou ferramentas para compensar as dificuldades memoriais: tabelas com datas sobre prazo de entrega dos trabalhos solicitados, usar post-it para fazer lembretes e anotações para que o aluno não esqueça o conteúdo. Além disso, é imprescindível respeitar o tempo que cada aluno precisa para concluir uma atividade, dar tempo extra nas tarefas e nas provas para que ele possa terminar no seu próprio tempo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem é um fenômeno social e universal, imprescindível para o bom funcionamento de todas as sociedades. É uma ligação de sistemas que vem sendo questionada e modificada desde os tempos remotos. Ela proporciona a interação entre as pessoas, seja na fala, na escrita ou nas mais variadas interações comunicativas, e ocorre em diferentes maneiras, modificando o meio, ou seja, a forma com que a linguagem resulta nas sociedades depende das estruturas e das relações que ocorrem entre as classes sociais, que por sua vez influenciam valores, costumes, e visões sócio-político-econômico-culturais.

Por estar inserido em uma sociedade diversificada, o ambiente escolar propicia diversas trocas de experiências e transmissões de conhecimento e, dentro deste contexto, está o integrante mediador principal, o professor da língua materna. Ele deve considerar os conhecimentos linguísticos pré-existentes e, a partir disso, auxiliar o aluno com transtornos de aprendizagens da melhor maneira possível, transformando o ensino em um processo do desenvolvimento da autonomia dos mesmos, perante o conhecimento.

É preciso que o docente sempre repense suas práticas pedagógicas e suas abordagens, para que possa minimizar as dificuldades dos alunos, realizando conexões

entre o conteúdo e o ensino, levando os educandos a compreender os aspectos sistemáticos da língua e a utilizar eficientemente os recursos que ela oferece, ajudando a tornar a sala de aula um espaço favorável à descoberta e à construção do novo.

Portanto, como ressalva Leal (2006), para se trabalhar tanto a Língua Portuguesa como qualquer outra disciplina, professores devem repensar constantemente suas práticas pedagógicas, construindo dinâmicas que favoreçam o aprendizado e para isso acontecer é necessário comprometimento e envolvimento por parte do educador. O autor também sustenta que a educação é o instrumento fundamental para que possamos romper com os paradigmas da sociedade, é direito de todos, e o acesso a uma educação cheia de oportunidades proporciona não apenas a riqueza material, como também a espiritual, em seus valores, crenças e respeito.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos de. A Linguística, o Texto e o Ensino da Língua: notas para continuar o debate. **Revista Idioma**, v.1, n.26, p. 15-21, janeiro, 2014

BAGNO, Marcos. Da Gramática Tradicional da Antiguidade à ciência linguística moderna. In: _____. **Português ou Brasileiro?**: um convite à pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.p. 15-67.

BAKHTIN, Mikhail. Os Gêneros do Discurso. In: _____. **Estética da criação verbal.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-327.

BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais: **Língua Portuguesa**: Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A possibilidade de intercâmbio entre Linguística Textual e o ensino de língua materna**. Revista Veredas**, v. 5, n.2, p. 85-94, dezembro, 2003.

LEAL, Guilherme Peirão. Formação de Professores. In: CIVITA, Roberto. **Reescrevendo a educação**: Propostas para um Brasil melhor. São Paulo: Scipione, 2006. p. 52-57.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. **Transtornos da Aprendizagem:** Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. 2ª ed. **São Paulo: Artmed, 2016.**

SILVA, Alan Jorge Barros Da; SANTOS, Cristiano Pereira Dos; MORAES, Jardel Oliveira De. **Numa visão Linguística:** O que é gramática? Quais os tipos e as suas comparações? Disponível em: <http://jorge51.blogspot.com.br/2015/04/ numa-visao-linguistica-o-que-e.html>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Inquietas: TDAH** - desatenção, hiperatividade e impulsividade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Questões Fundamentais para o Ensino da Gramática. In: _____. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º grau. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-67.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Mudança do Sistema. In: _____. **Avaliação da Aprendizagem:** Práticas de Mudança - por uma práxis transformadora. 10ª ed. São Paulo: Libertad, 2010. p. 211-224.

O PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Juliene Aléxsia da Silva Graciolla, Maria Cristina Canola, Viviane Rodrigues, e-mail: julienegraciolla@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se caracteriza por um transtorno do neurodesenvolvimento, acarretando comprometimento da interação social, comunicação verbal e não-verbal e comportamento restrito e repetitivo. Os sintomas começam a surgir logo no início da infância, mas muitos podem não se manifestar até que a rotina de vida da pessoa com TEA os traga à tona, normalmente expondo limites de capacidade para enfrentá-los (MARINI, 2018).

O desenvolvimento físico de um autista é considerado típico, entretanto possui grande dificuldade com a interação social e afetiva. As crianças com autismo respondem muito bem a intervenção precoce e intensiva (GADIA; BORDINI; PORTOLESE, 2013). Como ainda não se sabe a causa, o TEA permanece como distúrbio neurológico crônico, e não doença regular, devido à complexidade e variedade de número e intensidade de sintomas.

Apesar do grande avanço das pesquisas científicas, ainda não se sabe ao certo o que acontece para o desenvolvimento desse transtorno. Porém, acredita-se que 90% das pessoas que apresentam TEA possuam fatores genéticos relacionados, e apenas 10% seriam causados por fatores ambientais (CHRISTENSEN *et al.*, 2016).

Por maior que seja a dificuldade para entender e se adaptar a estes novos indivíduos, eles possuem direitos dentro da sociedade. Independentemente de sua condição, histórico familiar e necessidades. Portanto, torna-se necessário a inclusão desta criança dentro do processo de ensino e aprendizagem nas escolas, tornando possível o contato com outras crianças, proporcionando o seu desenvolvimento (BOLTE, 2014).

Quando se trata da inclusão de crianças autistas, algumas peculiaridades devem ser destacadas para que o acolhimento transcorra de forma a receber não só a criança, bem como garantir a sua escolarização. Desta forma, é necessário entender como esta

criança aprende melhor, ou seja, por estimulação visual usando figuras e desenhos, e para desenvolver a consciência fonológica - processo de decodificação de sons e letras, ele deve primeiramente aprender a soletrar, separar as sílabas, formar frases. Esse processo auxilia na construção da consciência fonológica.

Para que a inclusão ocorra de forma benéfica é necessário também que os profissionais sejam capacitados para este trabalho, pois, atualmente os casos de crianças com TEA aumentaram consideravelmente no Brasil e a alfabetização destes alunos se tornam um desafio para os educadores, pais e escola.

Assim, o objetivo do presente estudo visa entender as nuances dentro do campo do processo de aquisição da leitura e da escrita para as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa de revisão bibliográfica segundo Severino (2007) a qual pretende demonstrar os atuais estudos na área de leitura e escrita para crianças com o Transtorno do Espectro Autista.

Contudo, realizou-se uma busca nas bases de dados do Google Acadêmico, Scielo, Revista Educação e sites que tratam com a educação inclusiva de autistas. O artigo presente foi baseado em artigos científicos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), livros sobre o assunto e periódicos voltados para o campo da educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente análise realizada demonstra a importância da linguagem e da fala, focando também na diferença de cada tipo de linguagem (verbal e não verbal) para as crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA).

As crianças com TEA são capazes de decodificar de forma precisa, mas não necessariamente compreender o conteúdo expresso. Assim, para muitos autores esta questão se faz necessária para melhor atender a criança com TEA e auxiliar seus educadores a respeito da importância da leitura e da linguagem usada pelas mesmas. Os estudiosos já citados e os que serão citados a seguir buscam uma visão mais aprofundada deste assunto, para com isto envolver cada vez mais estes alunos e os professores na busca do ensino de leitura para crianças com TEA.

A Leitura Dialógica (um tipo de Leitura Compartilhada) citada por Whalon (1979, *apud* Walter, 2017), é um modelo interativo de leitura, que tem por objetivo desenvolver

habilidades de linguagem oral, a qual busca estimular a participação ativa da criança. Este método necessita de um adulto que leia para a criança, durante e após a leitura os dois trocam ideias sobre o texto, o adulto deve favorecer a interação por meio de perguntas estratégicas para recebimento de respostas pela criança. Por meio destas estratégias, o adulto dará à criança a capacidade de se impor ativamente na formulação de pensamentos críticos a respeito da leitura realizada, tornando possível que o aluno desenvolva habilidades de linguagem oral, obtendo sucesso na compreensão leitora.

Este modelo de leitura se relaciona com o programa Reading to Engage Children with Autism in Language and Learning (Recall), o qual utiliza intervenções para o desenvolvimento de habilidades de comunicação e leitura para crianças com TEA. Neste trabalho, o professor realiza uma leitura repetidamente durante vários dias, intercalando com múltiplas leituras do mesmo livro. Após certo entendimento por meio do aluno sobre o livro, são adicionadas questões a cada duas páginas, um conjunto de três imagens para a resposta, com apenas uma correta. Este modelo visa atender a necessidade da criança com TEA para realizar questões e dar respostas quando solicitado (WALTER, 2017).

Os achados neste estudo sugerem “que a Leitura Dialógica associada às adaptações do programa Recall (WALLON *et al*., 2015) é uma opção promissora para melhorar a compreensão da leitura em crianças com TEA” (WALTER, 2017, p. 41).
Alguns outros métodos abordados nesta pesquisa envolvem o uso da tecnologia no auxílio da alfabetização dentro da sala de aula regular.

Um dos meios de trabalhos para serem realizados pelos alunos autistas, é o uso da internet, os autores Fernandes *et al*. (2014), Tenório e Vasconcelos (2014), descrevem dois métodos utilizando o celular e o iPad no qual eles utilizam a leitura e escrita nas práticas sociais.

A pesquisa de Fernandes *et al*. (2014) descreve o uso de um aplicativo para alfabetizar crianças com TEA pelo celular móvel, onde a criança ou o responsável terá acesso a uma grande lista de palavras, o tal aplicativo utiliza o método de Realidade Aumentada (RA), o mesmo utilizado por cirurgiões e profissionais da área médica, todas as palavras e imagens são mostradas a criança em RA, facilitando sua visualização, memorização das palavras e letras e interação com o aluno autista. Este aplicativo possui um banco de dados que é apresentado no menu inicial, após escolher a categoria, ela será redirecionada ao banco de palavras ou símbolos que abrangem esta categoria. Por

exemplo, categoria letras, todas as letras do alfabeto serão mostradas em RA para a criança.

O estudo de Tenório e Vasconcelos (2014), descreve o uso do iPad em sala de aula. O qual auxiliará a criança nas construções de frases e escritas diárias, com jogos de memorização, musicais, alfabetização entre outros. Este método descreve o uso do aplicativo bloco de notas no qual a criança deve escrever o seu dia a dia e realiza escritas da sala de aula. Auxiliando nas construções da escrita de modo interativo e proporcionando melhor visualização das palavras.

Estes trabalhos comprovam que os estudantes com TEA são capazes de aprender, porém necessitam de um método coerente com suas necessidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visa mostrar que a interdisciplinaridade se faz necessária para o desenvolvimento social e completo do aluno com TEA. Com o estudo se torna possível conhecer a criança e seus desenvolvimentos linguísticos de decodificação e codificação. As crianças com TEA necessitam de uma atividade mais ampla e repetitiva no caso da linguagem para aprimorar a memorização no avanço da leitura e no processo de escrita. Esta pesquisa se encontra em processo de finalização, porém, os resultados encontrados até o momento, comprovam que as crianças com TEA são capazes de entender e se desenvolverem de maneira completa, tanto no social como no cognitivo.

REFERÊNCIAS

BOLTE, S. **Is autism curable?** Developmental Medicine and Child Neurology, Suécia, 2014.

CHRISTENSEN, D. L. *et al*. Prevalence and characteristics of autism spectrum disorder among 4-year-old children in the autism and developmental disabilities monitoring network. **Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics**, p. 1-8, 2016.

FERNANDES, F. G. *et al*. **Sistema para auxílio na alfabetização de crianças com autismo utilizando realidade aumentada para dispositivos móveis**. 2014. Tese (Conferência de Estudos em Engenharia Elétrica) - Universidade de Uberaba, Uberlândia - MG, 2014.

GADIA, C.; BORDINI, D.; PORTOLESE, J. Estratégias de identificação: Autismo - como identificar. *In*: BRUNI, A. R. *et al*. **Cartilha Autismo e Educação**. São Paulo: Autismo e Realidade, 2013

MARINI, E. Por dentro e por fora: O que evoluiu e o que ainda falta no trabalho de inclusão efetiva das pessoas com Transtorno de Espectro Autista no ensino regular do país. **Revista Educação**, São Paulo, 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TENÓRIO, M. C. A.; VASCONCELOS, N. A. L. M. **Autismo:** A tecnologia como ferramenta assistiva ao processo de ensino e aprendizagem de uma criança dentro do Espectro. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Congresso Internacional de Educação e Inclusão) - Unidade Acadêmica de Garanhuns, Garanhuns - PE, 2014.

WALTER, E. C. **Os efeitos de um programa de compreensão da leitura oral dialógica por criança com autismo**. 2017. 143 f. Mestrado em Educação (Mestrado em educação) - Programa de pôs graduação em educação, Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

O PROCESSO EVOLUTIVO DO DIREITO PENAL E A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Maria Caroline dos Santos Souza, Willian Albuquerque da Silva, Perla Savana Daniel,
e-mail: mcarolinesantos@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a importância e evolução dos princípios constitucionais norteadores do direito penal material, e analisar, a partir de doutrina, jurisprudência e comparações históricas, a relevância do tema para as ciências jurídicas, assim como a necessidade de preservação dos mesmos.

De acordo com a comunidade científica, o homem inteligente existe há cerca de doze mil anos, contudo, a organização social e jurídica da forma que se conhece atualmente passou por um longo processo de evolução e aperfeiçoamento para que se formasse um sistema jurídico capaz de tutelar os direitos fundamentais e seus princípios norteadores, bem como punir de forma ponderada os atos ilícitos, sejam civis ou penais.

O Direito Penal, de acordo com grande parte da doutrina, surge para combater as práticas criminosas e dá ao Estado a titularidade dessa regularização e punição. O que expressa um grande avanço se comparado ao sistema jurídico da forma que funciona hoje e como era aplicado anteriormente.

Expressões que revelam o pensamento da época são extremamente comuns na sociedade, é o caso da frase ‘’olho por olho, dente por dente’’ que sintetiza o Código de Hamurabi acerca da vingança privada, onde a lei permitia que o próprio indivíduo punisse quem infringisse alguma regra posta.

Nesse caso não havia a figura de um Estado titular do direito de punir, não era ele quem se responsabilizava pela aplicação da lei, muito pelo contrário, ele delegava essa responsabilidade para que o próprio ofendido buscasse pleitear seu direito, seja a reparação do dano ou a punição propriamente dita de algo que era irreparável.

É somente a partir da segunda metade do século XX que surge a discussão sobre a ideia de um sistema legal mais ético, onde as leis principiológicas devem ser observadas, e a constituição, principalmente no que tange os direitos fundamentais servem de norte para a criação de qualquer lei.

2 METODOLOGIA

O trabalho utilizou o método dedutivo, onde foram analisadas as visões de doutrinadores penalistas, além de comparações históricas e jurídicas que atestam a gravidade e relevância do assunto em questão. Diante disso, foi feita interpretação da legislação vigente, dos princípios norteadores da Constituição Federal e dos artigos relacionados aos direitos fundamentais. Também foi feita análise do Código Penal, especialmente na parte geral.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim como já dito anteriormente, durante um grande período da história, os direitos eram garantidos a partir da lei do mais forte. Ou seja, o conceito que se tem nas ciências jurídicas de lide como uma pretensão só era resolvido com a aplicação do direito feita pela própria pessoa que teve algum bem jurídico violado.

O Código de Hamurabi, por exemplo, no artigo 196, tinha uma parte específica dos delitos e das penas, onde previa, entre outros, a possibilidade de lesão corporal, a morte e a reparação exagerada do dano como formas de punição ‘’Se alguém arranca o olho a um outro, se lhe deverá arrancar o olho’’.

É muito comum que algumas pessoas acreditem que esta é a forma mais pura da justiça, pois pune ou repara o dano na mesma intensidade que ele foi causado, porém, inúmeros fatos contribuíram para a evolução desse conceito de vingança privada e contribuíram para um segundo momento em que a pena aplicada era um pouco mais proporcional.

A Lei de Aquilia no Direito romano contribuiu gradativamente para o fim da vingança e propôs o recebimento de dinheiro para reparar o dano causado pelo autor do ilícito e a necessidade de verificação de culpa do agente.

A filosofia também já se encarregou em analisar o assunto por diversas vezes, os filósofos contratualistas definem um conceito muito mais elaborado de punição, este que substitui a autotutela e dá ao Estado a responsabilidade de punir.

> O contrato social é um instrumento que estabelece direitos e deveres. Ele fundamenta o direito dos homens a viver sob o regime de leis através das quais é determinado a cada um o que é seu e assegurado contra a usurpação por parte de todos os outro. O contrato constitui um meio de socialização sob o domínio de um princípio do direito (normativo) que expressa a vontade consensual ou o consentimento racional de todos os participantes. (POLÍTICA, Sabedoria).

De acordo com Thomas Hobbes (2003, p.109), expoente do contratualismo, a figura do Estado serve para apaziguar a sociedade, pois sem ele viveríamos em uma guerra de todos contra todos onde não seria possível a busca pela harmonia. O contrato social é na verdade a legitimidade dada ao estado para que ele seja o responsável em aplicar a justiça.

Mesmo com o claro avanço, ainda não se podia falar em uma questão propriamente principiológica aplicada ao Direito Penal, pois por mais que houvesse agora a figura do Estado e não mais a vingança privada, os direitos humanos e princípios do Direito não eram observados.

Acreditava-se nesse momento em um estado extremamente forte, rigoroso e punitivo. O condenado, portanto, deveria cumprir a pena da forma mais severa possível para mostrar a seriedade da justiça e servir de exemplo para a sociedade como um todo a fim de coibir a prática de crimes.

Foi somente depois das duas grandes guerras, onde diversas atrocidades foram cometidas, que começou se observar a necessidade da aplicação e preservação de alguns princípios, independentemente do crime que tinha sido cometido.

A Declaração Universal do Direitos Humanos teve uma grande contribuição na promoção desses ideais, os quais influenciaram a criação das constituições e emendas contemporâneas com o objetivo de garantir direitos fundamentais relacionados principalmente ao princípio de dignidade da pessoa humana, este que é norteador de todos os outros princípios, nenhum princípio pode ser contrário a dignidade da pessoa humana em que contribuem para a aplicação do direito material de forma mais justa.

Anteriormente havia também a figura do estado formal de direito em que se criavam normas com o objetivo precípuo de coibir o arbítrio do absolutismo monárquico, submetendo a todos ao que estava escrito na lei, ou seja, havia normas escritas cabendo a todos respeitá-las, mas havia restrição ao que estava escrito, assim bem conceitua Capez (2012, P. 22)

> No Estado Formal de Direito, todos são iguais porque a lei é igual para todos e nada mais. No plano concreto e social não existe intervenção efetiva do Poder Público, pois este já fez a sua parte ao assegurar a todos as mesmas chances, do ponto de vista do aparato legal. De resto, é cada um por si.

Desse modo, nos remetia normas socialmente injustas delineadas por um caráter de impessoalidade não se observando o respeito às garantias individuais. A Constituição de 1988 foi além do conceito de igualdade formal em um Estado apenas de direito, pois trouxe também a ideia do Estado democrático, onde a lei não deve apenas ser seguida

em seu conteúdo literal, mas estabelece leis que além de proporcionar igualdade formal entre os indivíduos conceitua normas que possui, conteúdo e adequação social.

Dito isto, a constituição democrática de direito do Brasil revela princípios que são norteadores dos diversos ramos do direito. Posto isso, o trabalho buscou separar e entender quais deles podem ser aplicados ao Direito Penal.

O princípio da **dignidade da pessoa humana** é a base que orienta toda formação do direito penal, isto é, quando o legislador cria a norma penal, deve não só descrevê-la formalmente, mas também adotar um tipo incriminador que selecione, dentre os comportamentos humanos, aqueles que realmente possuem lesividade social. O princípio da dignidade da pessoa humana é provedor de todos os outros mais específicos que norteiam a norma penal brasileira, os quais são:

Insignificância ou bagatela: Introduzido no sistema penal em 1964, por Claus Roxin, fundado no Direito Romano aplicado apenas a casos concretos. De acordo com Capez (2012, p.27): "Segundo tal princípio, o Direito Penal não deve preocupar-se com bagatelas, do mesmo modo que não podem ser admitidos tipos incriminadores que descrevam condutas incapazes de lesar o bem jurídico". Desta feita, se não há lesividade alguma ao bem jurídico tutelado pela norma, não haverá adequação típica e não havendo essa, os pequenos danos deverão ser considerados atípicos, isto é, a conduta praticada e o resultado são tão insignificantes que o Estado sequer as responsabiliza.

Alteridade ou transcendentalidade: Refere-se à proibição de criminalização de condutas que lesem unicamente a pessoa a quem praticou, por exemplo, homem que se automutila não deve ser responsabilizado, pois a conduta dele não transcendeu a esfera individual, portanto não atingiu nenhum bem jurídico alheio.

Legalidade: Previsto no Art. 5º XXXIX da Constituição Federal – Garantia Individual Constitucional e Art. 1º do Código Penal "Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal". Para que alguém seja punido por alguma conduta praticada esta deve estar prevista, do contrário não há o que se falar em responsabilização.

Intervenção mínima: O direito penal deve apenas atuar em "*última ratio*", quando não há alternativa, "o ramo penal só deve atuar quando os demais campos do Direito, os controles formais e sociais tenham perdido a eficácia e não sejam capazes de exercer essa tutela" Capez (2012, p. 35).

Proporcionalidade: Por este princípio ao punir uma conduta criminosa a punição não deve ultrapassar os limites do dano causado, ou seja, a pena não deve ser maior

que o crime praticado pelo agente, tampouco ser mais branda. Portanto, deve ser proporcional a conduta praticada.

Humanidade: Podemos observá-los no Art. 5º, III, XLVI, XLVII e XLIX da Constituição Federal e decorre também da Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948 e do Pacto de San José da Costa Rica. Aqui a aplicação do direito penal deve ocorrer de modo a não ultrapassar os limites da dignidade do agente, isto significa não aplicar penas que possam atingir fisicamente e mentalmente o agente, assim como a tortura, trabalho forçado, pena de morte, entre outras vedadas pela Constituição.

Igualdade: Além de estar expresso no Art. 5° da Constituição Federal encontra-se também presente no Direito Penal, ou seja, o agente não pode ter uma punição diferenciada de acordo com características físicas ou outras formas de discriminação. Desse modo, a punição deve sempre está atrelada a conduta praticada e nunca a pessoa que será punida.

Presunção de inocência: De extrema relevância, pois ao acusado é assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa. Logo, até que não exista sentença penal condenatória transitada em julgado, presume-se inocência dos fatos que lhes são imputados.

Em suma todos os princípios supracitados são em sua essência normas retiradas da Constituição Federal, que é a base de compreensão para todas as outras normas de Direito Penal. Não é, portanto, parâmetro meramente informativo e auxiliar na interpretação de outras normas, mas também caracteriza força normativa, sob a possibilidade de declaração de inconstitucionalidade da norma que contrariar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, ordenamento jurídico além dos princípios supracitados possuímos inúmeros que objetivam fornecer a segurança jurídica para a sociedade em geral, pois, impedem a criação de governos autoritários e justiceiros. O crime só se classifica como tal a partir do momento em que a lei define e essa definição deve anterior à conduta do agente, que não pode ter adequação típica, ou seja, não permite que se associe devido à semelhança.

Tendo em vista esses aspectos, torna-se clara a importância dos princípios constitucionais e a devida aplicação no Direito Penal, pois, são eles frutos do processo de evolução histórica, além do importantíssimo papel de contribuição para a visão humanística acerca do criminoso que muitas vezes é ignorada pela sociedade. O fato de

uma pessoa cometer um crime não o excluí das garantias previstas nos direitos fundamentais constitucionais.

Portanto, quando o legislador cria leis e o operador do direito as aplica, deve-se levar em conta todos os princípios anteriormente estabelecidos pela lei maior. Qualquer lei ou punição que vá contra os limites estabelecidos pela Constituição Federal é inconstitucional, logo não deve ser aplicado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acesso em 17 de maio de 2019.

BRASIL. Código Penal (1940), **DECRETO-LEI N° 2.848**, Brasília, DF, Senado Federal, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm, acesso em 17 de maio de 2019.

Convenção americana de direitos humanos, Disponível em: http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm, acesso em 17 de maio de 2019.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**, Vol. 1, Ed. 16.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Nizza da Silva, Martins Fontes, São Paulo, 2003

JESUS, Damásio Evangelista de**. Direito Penal,** Vol. 1, Ed. 36.

SABEDORIA POLÍTICA. **Os contratualistas**, Disponível em: https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-moderna/os-contratualistas/, acesso em 17 de maio de 2019.

HAMURÁBI. **Código de Hamurabi**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm, acesso em 17 de maio de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**. Declaração Universal dos Direitos Humanos**, Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf, acesso em 17 de maio de 2019.

O SANTO GRAAL NA LITERATURA INGLESA ANTIGA E MODERNA

Guilherme da Silva Trombini, Elaine Regina Cassoli,
e-mail: guilhermetrombinipazebem@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A magia e o desconhecido fomentam a imaginação humana, suas crenças e realidades. O Santo Graal, talvez, seja um dos tesouros que mais fascina o imaginário do ser humano, religioso ou não, que busca formas para sustentar sua teoria e mostrar o verdadeiro Graal, a partir de hipóteses literárias ou dogmáticas, que ajudam a tornar essa relíquia um fato insólito e diversificado.

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre os possíveis simbolismos do Santo Graal e suas similaridades nas obras A Demanda do Santo Graal, inspirada no poema de Thomas Mallory do século XV e nos escritos de Robert de Boron do século XIII e no livro O Código da Vinci, de Dan Brown, de 2003. Sabe-se que tais obras são de épocas distintas e estão separadas por oito séculos, contudo apresentam semelhanças no desenvolvimento de suas narrativas. A tradicional história do Rei Arthur e seus cavaleiros que fora escrita em manuscritos por Robert de Boron, foi traduzida ao português brasileiro por Heitor Megale em 1988, e apresenta uma visão tradicional do Graal, contraposta por Brown.

Embora existam muitos trabalhos literários ou científicos sobre tal questão, não foi possível encontrar consenso sobre o que de fato seria o Santo Graal, artefato esse que ultrapassa a literatura e chega à realidade, atingindo outras classes como os Cavaleiros Templários, ordem existente na Idade Média, que se diz detentora do Graal. Não existe um Graal, mas vários, frutos das hipóteses surgidas nos mais diversos âmbitos da sociedade, seja religioso, social ou cultural.

Segundo Amado (2009), o Santo Graal seria uma força mística na história dos Cavaleiros da Távola Redonda, que surge no contexto da literatura inglesa como um objeto poderoso e mágico, capaz de suprir as necessidades básicas do ser humano, como a alimentação e a salvação. Pretende-se, com essa pesquisa, fazer uma breve demonstração de como o simbolismo e a forma do graal foi analisada pelos autores, ao

longo do tempo e, além disso, quais fatos e eventos reais ou literários os influenciaram na criação de suas obras.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica por meio da leitura de obras da literatura, teses, dissertações e artigos científicos.

Conforme Lakatos e Marconi (2010):

> A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tomada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (LAKATOS E MARCONI, 2010, p. 166)

Gill (2008), reitera que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica permite explorar áreas que ainda não foram exploradas, além de um novo conceito sobre algum tema já abordado, sobre outra visão, chegando a novas conclusões. Não se recomenda trabalhos oriundos da internet.

3 REVISÃO DE LITERATURA

As histórias do Rei Arthur e os cavaleiros da távola redonda são um importante marco da cultura inglesa e de sua literatura. O enredo foi transmitido primeiramente de forma oral, sendo, posteriormente, escrito por Robert de Boron, em cujos escritos se baseia a tradução brasileira de Heitor Megale (1988). A lenda apresenta, em primeiro plano, Rei Arthur, que teria existido no século V ou VI na Inglaterra, liderando o reino de Camelot e seus cavaleiros. Em *A Demanda do Santo Graal*, na sua versão em língua portuguesa de Megale (1988), pode-se ler as aventuras de Arthur e seus cavaleiros, como Galaaz, Boorz e Percival, em busca do cálice no qual teria sido coletado o sangue de Cristo após a crucificação, objeto que teria sido levado à Grã-Bretanha por José de Arimateia, que operaria milagres, como a fartura de comida ou mesmo aparecendo misticamente, envolto em brumas e luzes durante as reuniões da távola redonda.

Conforme Megale (1988), a história enfatiza que apenas um cavaleiro puro e virgem poderia chegar ao Graal, e ter conhecimento de suas maravilhas, como acontece com Galaaz, o mais puro dos cavaleiros, que chega ao Graal em Coberic, e tem a graça

de receber a Eucaristia do céu, como fora narrado pelos manuscritos de Boron. Na mesma obra, cita-se, também, que Lancelote não conseguiu tocar o Graal, por seu pecado, transmitindo a dimensão do sagrado, que só alguém de alma preparada, santa, conseguiria provar e ter dimensão de suas grandes obras.

Em contrapartida à significação do Graal vista em *A Demanda do Santo Graal*, Baigent, Leigh e Lincoln (1982), apresentam *O Santo Graal e a Linhagem Sagrada*, um livro descritivo de fatos, ora históricos, ora míticos, sobre o que de fato seria o Graal, não mais apenas o cálice sagrado, Graal cristianizado pela igreja medieval, mas, a possibilidade desse artefato ser uma pessoa, Maria Madalena. Além disso, essa obra teria inspirado a construção do enredo de *O Código da Vinci*, de Brown (2003).

Brown (2003) apresenta um personagem, Jacques Saunière, que possuiria a chave de um segredo, o local onde estaria o corpo de Maria Madalena, que, nessa interpretação, seria o Santo Graal. A trama se desenvolve a partir o assassinato de Saunière, momento no qual, a partir de intepretações de mensagens criptografadas deixadas pelo finado, Sophie Neveu e Robert Langdom, saem numa jornada em busca do objeto sagrado, descobrindo, em meio à perseguição policial, incentivada por membros da igreja, que o Graal seria, na verdade, a linhagem de Cristo, descobrindo, por fim, que a própria protagonista, Sophie, seria descendente direta de Jesus e Maria Madalena, contrariando, assim, o Graal-cálice que os cavaleiros da távola redonda procuravam.

As lendas do Santo Graal sempre estão envolvidas em grandes e demoradas procuras. Em *A Demanda do Santo Graal* os cavaleiros procuram-no incansavelmente, passando por diversos reinos e por diversas batalhas, restando poucos vivos, e apenas um que pode provar diretamente do Graal, cálice. Em O Código da Vinci, Sophie e Robert também o procuram, na sua outra forma, e depois de muitas análises, Langdon chega à conclusão de que o Louvre abriga o corpo de Madalena, nesse caso, o Graal. A grande relação entre os livros, um de lendas medievais, outro, um romance contemporâneo, está nas relações que suas personagens apresentam com o objetivo da descoberta do Graal, a salvação do mundo! Se Rei Arthur e seus cavaleiros acreditavam que o Graal os livraria das mazelas do reino, como a fome e lhes apresentaria as verdades de Deus, relembrando, do ponto de vista cristão, em *O Código da Vinci* o objetivo é quase o mesmo, apresentar ao mundo a verdade sobre a vida de Jesus e de Maria Madalena, libertando a humanidade do domínio da igreja, que teria imposto sua verdade como única. Tanto para Brown (2003) como para Boron (século XIII) e Mallory (século XV) os

mistérios de Deus seriam revelados pelo encontro do Graal, seja na forma humana ou material.

As obras se cruzam, ainda, em outro ponto: Nos manuscritos de Boron, o Graal teria sido levado à Inglaterra por José de Arimateia, que teria fugido da Terra Santa devido à perseguição aos cristãos. Arimateia se estabelecera em Glastonbury, onde o Graal teria sido conservado por um grupo de mestres de uma linhagem real, com o objetivo de proteger o objeto poderoso. Já para Brown (2003), o Graal é protegido pelo Priorado de Sião, sociedade secreta que manteria o segredo da linhagem do sangue de Jesus, existindo por muitos séculos, chegando aos dias atuais. Em *O Código da Vinci*, o Graal, Maria Madalena, teria também fugido, mas para França, junto com Arimateia. Percebemos que em ambos os casos José de Arimateia é o guardião do cálice, seja ele a taça ou a mulher, e que ambos contêm o sangue de Cristo, se na Demanda do Santo Graal, o próprio sangue derramado no madeiro da cruz, e o corpo, em forma da hóstia que vem do céu, em *O Código da Vinci*, o sangue do Cristo correndo na criança que seria sua filha, no ventre de Madalena.

Para Cox e Oxbrow (2007), em An a to z of King Arthur and the Holy Grail, outros predicativos podem ser encontrados nas obras referentes ao Santo Graal. Em *A Demanda do Santo Graal*, os responsáveis pela busca do cálice são os cavaleiros da távola redonda, fato que pode ser comparado aos Cavaleiros Templários, defensores do Graal, que o teriam protegido durante a Idade Média, desde Jerusalém, até sua extinção em 1307. Também observa-se a relação entre a sacralidade feminina, tanto em *O Código da Vinci*, sendo o Graal uma mulher, Maria Madalena, como nas lendas arturianas, com a Dama do Lago sendo a sacerdotisa mor de Avalon.[1]

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das leituras de O Código da Vinci e A Demanda do Santo Graal e comparando-os, foi possível identificar semelhanças entre a visão do Santo Graal e seu simbolismo nessas obras, apesar das diferenças sociais e religiosas das épocas que foram lançadas. Também foi possível analisar as diferenças quando à concepção do que de fato seria o Graal material, cálice ou pessoa, e também as semelhanças no Graal simbólico, seu poder e suas implicações religiosas.

[1] Comparação que será explorada no TCC (trabalho de conclusão de curso) do autor.

Conclui-se, portanto, que o papel do Santo Graal na literatura é manifestado por uma religiosidade diversificada, como objeto ou pessoa sagrada, sendo centro de histórias totalmente diferentes em seu contexto, mas que se tornam semelhantes em sua forma, proporcionando viagens fantásticas a mundos distantes ou próximos que fascinam aqueles que tentam entender, de forma lógica, essas histórias.

REFERÊNCIAS

AMADO, André Miele. **Graal: O Caminho do Guerreiro. Análise Imagético-Antropológica do Mito do Herói**. João Pessoa. UFPB, 2011.

BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard; LINCOLN, Henry. **O Santo Graal e a Linhagem Sagrada**. Tradução de Nadir Ferrari. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1982.

BORON, Robert de**. A Demanda do Santo Graal**: manuscrito do século XIII, texto sobre os cuidados de Heitor Megale. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BROWN, Dan. **O código Da Vinci**. Tradução de Celina Cavalcante Falck-Cook. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

COX, Simon; OXBROW, Mark. **An a to z of King Arthur and the Holy Grail**. Edinburgh: Mainstream Publishing Company, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS. Eva Maria: MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

O SONHO DE UM PAÍS MODERNO

José Carlos Tesore Junior, Danilo Avante, Edilson Xavier dos Santos Junior, Evyla Silva, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: juh.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho ressalta a prioridade da falta de infraestrutura que nosso país apresenta a nós população em relação ao transporte rodoviário, que hoje em dia é um dos principais meio de transporte. Antigamente a logística optou pelas rodovias, sendo assim investindo pouco no transporte ferroviário e fluvial, que por sinal, nosso país possui uma imensa costa marítima e uma bacia hidrográfica, mas tendo pouco uso de ambas. O prognóstico é que cerca de 70% da carga transportada pelo Brasil é movimentada pelas rodovias, enquanto 18% passaram por rodovias e 12% pelas fluviais.

Diante dessas estatísticas, em uma sociedade tecnológica e informacional em que vivemos, é fundamental que a população reflita sobre nossos problemas em que enfrentamos na infraestrutura. E que podemos de algum modo, ajudar na ampliação de conhecimentos, sempre fazendo modificações no objeto de pesquisa, para que em um planejamento a longo prazo consiga chegar na sua eficácia.

Neste sentido, este trabalho almeja, quando divulgado, trazer benefícios a população e propriamente ao país em geral, além de promover o desenvolvimento, a criatividade e habilidades além de sua realização pessoal de ver um país melhor.

O Brasil, país hoje com mais de 209 milhões de habitantes, que por vários motivos está atrasado na linha da tecnologia e inovação das rodovias, perante há vários países desenvolvidos, como o EUA, motivo de uma precariedade no setor de infraestrutura, no qual em vários países são meios facilitadores e beneficiadores para a economia e desenvolvimento interno. Em vista que o transporte rodoviário é o principal meio de transporte no Brasil, temos por objetivo analisar a realidade brasileira.

A justificativa dessa pesquisa é analisar e identificar os motivos da precariedade na infraestrutura do Brasil e possíveis melhorias, para que assim haja um melhor desenvolvimento econômico e elevação do uso da tecnologia, visando tornar-se um país de primeiro mundo. O objetivo desta pesquisa é identificar como uma infraestrutura rodoviária de qualidade pode ajudar o desenvolvimento econômico do Brasil.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2010 e 31 de julho de 2019.

Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa. Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Infraestrutura brasileira

A infraestrutura é a base fundamental para o desenvolvimento de um país, subdividida entre: infraestrutura econômica, social e urbana. Infraestrutura econômica é um conjunto, ou seja, uma junção entre os fatores de sistema de transporte, das telecomunicações e outros serviços considerados fundamentais, tais como o saneamento, presença de instituições educacionais e de saúde, entre outros (VIEIRA; GONDIM, 2012).

Infraestrutura e desenvolvimento econômico no meio geográfico são fundamentais para um país desenvolvido fornecer emprego e atrair investimentos. O Brasil investe pouco em infraestrutura e a consequência recai sobre o aumento no custo da manutenção dos meios de transporte, elevando o valor do frete.

Dados apontam que cerca de 1,7milhoes de quilômetros cortam o Brasil, onde são escoados mais de 50% de cargas, sendo que 80% de suas rodovias não são pavimentadas, apenas 12% das malhas apresentam pavimentação e 7,6% em planejamento (ILOS, 2011).

3.2 Tecnologia

Algumas tecnologias permitem simplificar a construção de estradas e prolongar sua vida útil como a Geoweb, uma rede feita de tecido de poliéster ou fitas de polietileno

que forma uma estrutura estável ao ser colocada no solo antes da aplicação do asfalto. As células são preenchidas de cascalho ou areia e depois o asfalto é aplicado por cima. Essa tecnologia é amplamente utilizada na construção de estradas e ferrovias, a distribuição mais uniforme do peso faz com que as rachaduras na superfície do asfalto apareçam com menos frequência (BIDIM, 2011).

A utilização de drones para construção de estradas e reparos tem sido mais frequente. Em 2017 foi apresentado um modelo de drone para reparar as estradas rapidamente com mínima participação humana. Em caso de reparo a estrada vai ser interditada ou bloqueada e o drone irá escanear a pista, sendo capaz de determinar onde é necessário fazer reparos (WIGGERS, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil está atrasado na utilização da tecnologia e inovação em rodovias, perante vários países desenvolvidos, como o Estados Unidos. A falta de incentivos em pesquisa e desenvolvimento é a principal causa.

REFERÊNCIAS

BIDIM. **Utilização de Geoweb para proteção de talude na rodovia BA-099 estrada do Coco, Salvador-BA.** 2011. Disponível em:< http://www.bidim.com.br/casosdeobra/utilizacao-de-geoweb-para-protecao-de-talude-na-rodovia-ba-099-estrada-do-coco-salvador-ba/ >. Acesso em: 22 ago, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ILOS. **Cenário da infraestrutura rodoviária no Brasil.** 2011. Disponível em:< https://www.ilos.com.br/web/cenario-da-infraestrutura-rodoviaria-no-brasil/>. Acesso em 18 maio 2019.

VIEIRA, L.; GONDIM, C. E. **Infraestrutura brasileira:** desafios e oportunidades. Jornal O Estado de São Paulo. 2012. Disponível em:< https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,infraestrutura-brasileira-desafios-e-oportunidades-imp-,931679> Acesso em: 15 abr. 2019.

WIGGERS, K. **Reserarchers use drones to detect potholes, cracks, and other road damage.** 2019. Disponível em:< https://venturebeat.com/2019/04/15/researchers-use-drones-to-detect-potholes-cracks-and-other-road-damage/ >. Acesso em: 30 jun. 2019.

O TEMPO E O FANTÁSTICO NA OBRA CEM ANOS DE SOLIDÃO DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ

Julia Ravagnolli Caroso, Marcelo Mott Pecciolli Paulini,
e-mail: juliaravagnoli@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa mostrará as marcas do realismo fantástico na obra Cem anos de solidão, dando ênfase nas características temporais e seu papel para fazer com que a obra seja considerada integrante do gênero fantástico. Obra de extrema relevância para a Literatura Fantástica e para a Literatura Latino Americana, o estudo dos aspectos que dizem respeito à passagem do tempo e às características do gênero fantástico são de fundamental utilidade para a compreensão da obra.

Cem anos de solidão, do autor colombiano Gabriel García Márquez, foi publicado em 1967 e teve mais de 30 milhões de exemplares vendidos. Traduzida em 35 idiomas, a obra é responsável pelo chamado “boom” da literatura fantástica e da literatura Latino Americana. Além das várias marcas do realismo fantástico presentes, a questão temporal chama atenção de leitores e estudiosos pela originalidade com que é tratada.

O presente trabalho tem como principal objetivo identificar as marcas temporais que caracterizam o gênero fantástico na obra Cem anos de solidão. Além disso, reconhecer as marcas narrativas do tempo na obra, identificar as marcas do gênero fantástico na obra e caracterizar as marcas temporais fantásticas no enredo da obra.

2 METODOLOGIA

Em um primeiro momento será realizada a leitura de livros e artigos científicos sobre a obra Cem anos de solidão focando no gênero fantástico e as características do maravilhoso e nas marcas temporais que constroem essa narrativa, considerando sua importância na Literatura latino-americana.

Em um segundo momento será feita a leitura e análise dos conceitos de tempo segundos filósofos e estudiosos e a leitura e análise de artigos que conceituem o gênero fantástico e apontem sua relevância para a Literatura latino-americana.

Em um terceiro momento serão analisadas e comparadas partes do livro que tenham características temporais e do gênero fantástico separadamente. Após isso essas características serão analisadas em conjunto para que se reconheça a importância dessa junção na escrita da obra.

Em quarto e último momento será realizada a escrita do trabalho, seguido de revisão, entrega e defesa para conclusão de curso.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Levando em consideração e importância dessa obra, uma pesquisa abordando as particularidades do romance é algo pertinente às possibilidades múltiplas nos estudos sobre a obra. Assim sendo, as particularidades que foram estudadas nessa obra foram as marcas temporais e o gênero fantástico.

Primeiramente, foi preciso compreender os conceitos que seriam analisados dentro da obra. O tempo sempre foi objeto de muitos estudiosos que buscaram defini-lo de alguma forma, sendo para a maioria deles algo relacionado com o movimento. Segundo Martins (2004, p.65)**,** para Aristóteles o tempo seria contínuo e infinito conjuntamente. É contínuo pois ocupa um movimento contínuo e o movimento é contínuo pois se desenvolve em um espaço contínuo. Para São Tomás de Aquino e Santo Agostinho o tempo foi criado juntamente com o universo, ou seja, antes da criação do universo não havia o tempo porque não havia movimento. Em contrapartida, para Immanuel Kant, o tempo é algo da nossa intuição, uma representação da realidade em nosso interior.

Aprofundando o conceito de tempo, temos os conceitos de tempo mítico circular e de linear cronológico. A maioria das civilizações antigas acreditava em um tempo cíclico, pois eles se baseavam em fenômenos naturais para marcar o tempo, ou seja, a passagem do tempo seria algo circular e não contínuo. “O tempo mítico, de modo geral, apresenta uma estrutura circular. Além disso, trata-se de um tempo reversível, que realiza o retorno em sua própria narrativa ou repetição cíclica.” (BARROS, 2013, p.125)

O tempo linear surge com o cristianismo, com a vinda do Messias. Com o anúncio de sua vinda e sua espera, manifesta-se a percepção de um tempo unidirecional. Baseando-nos nisso, retomamos a concepção de tempo de Santo Agostinho que diz que o tempo só passou existir após a criação do universo e dos movimentos de mudança da Terra.

Após analisadas essas concepções de tempo, esse elemento foi analisado na esfera narrativa, na qual ele é de importância fundamental. Na visão de Ricoeur (1994) o tempo humano e a narrativa se enlaçam para alcançar seu pleno significado, ou seja, eles são, de certa maneira, perfeitamente interligados e um supre o outro para que cada um alcance seu ideal. Sendo assim, o tempo precisa se vincular em uma narração, a narração precisa de uma situação temporal para encontrar sentido.

Compreendendo algumas concepções de tempo, foi necessário pesquisar sobre as características do fantástico, também chamado realismo mágico, que surgiu por volta do século XVIII, no período conhecido como época das luzes. Como descrito por Fernandes (2002), o termo que designa este gênero origina-se de expressões latinas *"phantasticu"* e do grego *"phantastikós"*, que derivam da expressão *"phantasia"*, que se relaciona a tudo que é criado pela imaginação, que é fabuloso.

A incerteza que produz no leitor entre o fato sobrenatural ser algo da imaginação ou se esse fato sobrenatural realmente aconteceu, é uma condição extremamente importante para que o gênero se denomine fantástico.

Além dessa vacilação do leitor, outro fator importante para a definição do gênero fantástico é a presença de elementos do cotidiano, esses elementos facilitam a identificação entre o leitor e os personagens e, consequentemente, auxilia na dupla interpretação do surreal.

Há muitos episódios do livro Cem anos de solidão que fazem com que a obra seja classificada dentro do realismo fantástico. Remédios, a bela, é com certeza uma das personagens que mais causam perturbação nos leitores. Remédios era dona de uma beleza sem igual, que fazia com os homens que a vissem ficassem totalmente loucos.

Um dos episódios do livro que mais causa estranheza no leitor tem Remédios, a bela, como protagonista, pois em uma tarde ela simplesmente se eleva aos seus e nunca mais retorna. "[...] e se perderam com ela para sempre nos altos ares onde não podiam alcança-la nem os mais altos pássaros da memória." (MÁRQUEZ, 2016, p. 257/258)

Outra cena muito curiosa é a das borboletas amarelas que perseguem Maurício Babilônia. O que mais tem de interessante nesse caso é que mais ninguém nota as borboletas amarelas ao redor de Maurício Babilônia além de Meme. "Mas, quando Maurício Babilônia começou a persegui-la como um fantasma que só ela identificava na multidão, compreendeu que as borboletas amarelas tinham alguma coisa a ver com ele." (MÁRQUEZ, 2016, p. 310)

Com a questão do tempo na obra, percebemos que em quase toda ela o tempo é circular e podemos perceber isso claramente com algumas declarações de Úrsula, a matriarca da família. Mesmo estando cega, Úrsula nota um estranho comportamento semelhante entre alguns integrantes da família, como José Arcádio Buendía e Aureliano Triste, e com José Arcádio Segundo e Aureliano. Essa repetição de acontecimentos fez com que ela declarasse que o tempo estava dando voltas.

Além das percepções de Úrsula acerca do tempo, temos algumas cenas que dão a ideia de circularidade do tempo, como a do Coronel Aureliano Buendía com seus peixinhos de ouro e a de Amaranta tecendo a mortalha. O Coronel Aureliano fabricava peixinhos de ouro e os vendia por uma moeda de ouro, e com essa moeda ele fabricava outro peixinho, entrando em um círculo de produção. Amaranta, ao tecer sua mortalha, desfazia várias vezes o que já havia feito para que sua morte não chegasse assim que ela terminasse de tecer.

Apesar da obra ser praticamente toda em um tempo circular, podemos observar alguns vestígios que marcam um tempo cronológico, como a presença de carros e do cinema na cidade. Além disso, Márquez traz pra a história um tempo linear histórico ao relatar sobre a companhia bananeira e o massacre de seus operários, em que se inspirou em um massacre de trabalhadores grevistas que ocorreu na Colômbia em 1928. Com esse fato que inspirou o acontecimento em Macondo, Gabriel García Márquez cria um entendimento de que Macondo não é uma cidade totalmente fictícia, pois ela aparece então inserida na história latino-americana.

O início do livro é marcado por algo totalmente atemporal, mas no final da trama elementos trazem a noção de um tempo cronológico que fica mais identificável e mais nítido para o leitor. Reconhecendo os dois pontos do livro estudados, o tempo e o fantástico, assim como disse Santana et al. (2018), “As estruturas textuais de natureza temporal são fundamentais para que se alcance o fantástico das mesmas”, reconhecemos a importante relação entre eles e a dependência de um para criar o efeito do outro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa feita, podemos perceber que os elementos temporais e as marcas fantásticas formaram um enlace primoroso para a construção do efeito desejado por Gabriel García Márquez na obra Cem anos de solidão. A mistura de um tempo linear

com um tempo circular teve grande contribuição para a obra se encaixar no realismo mágico, além das cenas com um efeito fantástico explícito.

Há muitas cenas na obra que comprovam tanto a passagem de um tempo cíclico, que é predominante na história, quanto as marcas de um realismo fantástico. Úrsula faz várias afirmações sobre suas percepções de um tempo circular, além de vários episódios que nos dão essa ideia, como a do coronel Aureliano, Amaranta e outros personagens. O fantástico se faz presente em muitos acontecimentos do romance, tendo Remédios, a bela, coma uma das suas principais protagonistas dessas cenas. Além de Remédios, a bela, temos Meme (apelido de Renata Remédios) em muitos acontecimentos que envolvem o fantástico e com isso podemos comprovar a percepção de Úrsula de que os destinos das pessoas ligadas ao mesmo nome se repetiam. O mais curioso dentre as características do fantástico é que tudo parece muito natural e é possível perceber isso em Cem anos de solidão; um acontecimento sobrenatural ocorre e as pessoas lidam com ele como se fosse algo natural, isso faz com que o leitor sinta uma vacilação entre "real" e "irreal", o que é um fator de extrema contribuição para que o efeito fantástico ocorra.

Essa obra é de grande peso na literatura mundial e com essa pesquisa vários aspectos nela estudados, como o tempo, o fantástico e a complementação que esses elementos dão um para o outro enriquecem a compreensão sobre esse romance.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. Considerações comparadas sobre a forma circular do tempo mítico e suas relações com o rito. **Revista esboços.** Florianópolis, v. 20, n. 30, p. 123-140, dez. 2013.

FERNANDES, Luiz Carlos. O fantástico e o maravilhoso da solidão Latino-americana. **Itinerários**, Araraquara, n.19, p. 55-65, 2002.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão.** 96. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

MARTINS, André Ferrer Pinto. O conceito de tempo. *In:* **Concepções de estudantes acerca do conceito de tempo:** uma análise à luz da epistemologia de Gaston Bachelard. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade da Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. p. 62-121.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa (tomo 1)**. Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

SANTANA, Andressa Bandeira. *et al.* **O tempo fantástico no romance "Cem anos de solidão".** *In:* XIX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL. Cascavel: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018.

O TRANSTORNO DE PERSONALIDADE LIMÍTROFE E A APRENDIZAGEM

Mônica Souza, Taila Souza, Ana Vera Niquerito Bozza,
e-mail: monica.souza_98@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Os transtornos de personalidade podem ser definidos por padrões generalizados e persistentes de perceber, reagir e se relacionar que causam sofrimento significativo ou comprometimento funcional. Os transtornos de personalidade variam significativamente em suas manifestações, mas acredita-se que todos sejam causados por uma combinação de fatores genéticos e ambientais. Muitos se tornam menos graves com a idade, mas certos traços podem persistir com alguma intensidade após os sintomas agudos que levaram ao diagnóstico de um transtorno diminuírem. O diagnóstico é clínico. O tratamento é feito com terapias psicossociais e, algumas vezes, terapia medicamentosa (KAIN, 2016).

O Manual Diagnóstico de Doenças (DSM-V 5) divide os transtornos de personalidade em três grupos (A, B e C), com base nas características semelhantes.

O grupo A refere-se ao transtorno da Personalidade Paranoide, caracterizado por desconfiança e suspeitas em relação aos outros, de modo que as intenções são interpretadas como maldosas, que se manifesta no início da idade adulta e está presente em uma variedade de contextos, transtorno da personalidade esquizoide e distanciamento das relações sociais e uma faixa restrita de expressão emocional em contextos interpessoais, que se manifesta no início da idade adulta e está presente em uma variedade de contexto e por último transtorno da personalidade esquizotímica que é os déficits sociais e interpessoais, marcado por desconforto agudo e reduzida capacidade para relacionamentos íntimos, além de distorções cognitivas ou perceptivas e comportamento excêntrico (MAZER; MACEDO; JURUENA,2017).

O grupo B se clássica em transtorno da personalidade antissocial: desrespeito e violação dos direitos alheios, que ocorre desde os 15 anos, e transtorno da personalidade borderline: instabilidade dos relacionamentos interpessoais, da autoimagem e dos afetos e acentuada impulsividade, que se manifesta no início da idade adulta e está presente em uma variedade de contextos, transtorno da personalidade histriônica busca atenção

de todos e por último transtorno da personalidade narcisista que significa grandiosidade em fantasia ou comportamento), necessidade de admiração e falta de empatia, que se manifesta no início da idade adulta e está presente em uma variedade de contextos (MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017).

O Grupo C se classifica em transtorno da personalidade dependente, necessidade global e excessiva de ser cuidado, que leva a um comportamento submisso e aderente e a temores de separação, que se manifesta no início da idade adulta e está presente em uma variedade de contextos, transtorno da personalidade esquiva que e inibição social, sentimentos de inadequação e hipersensibilidade à avaliação negativa, que se manifesta no início da idade adulta e está presente em uma variedade de contextos, e por último transtorno da personalidade obsessivo-compulsiva preocupação com organização, perfeccionismo e controle mental e interpessoal, à custa de flexibilidade, abertura e eficiência, que se manifesta no início da idade adulta e está presente em uma variedade de contextos (MAZER; MACEDO; JURUENA, 2017).

O transtorno de personalidade limítrofe é caracterizado por um padrão generalizado de estabilidade em relacionamentos, autoimagem, humor e comportamento, bem como hipersensibilidade a possibilidade de rejeição e abandono (SKODOL, 2018).

Não é muito abordado, porém merece atenção, pois as causas podem acarretar problemas na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (SKODOL, 2018).

Fica evidente a necessidade de tratar e cuidar de alunos com esse tipo de transtorno, respeitando seus limites e levando em conta as graves consequências quando não tratado corretamente. O principal objetivo é conscientizar a existência da limítrofe e apresentar possíveis meios de tratamento (SKODOL, 2018).

2 OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo geral descrever os danos físicos, psicológicos e sociais mais frequentes decorrentes da superexposição dos adolescentes às ferramentas o transtorno de personalidade limítrofe, além de identificar o papel e a atuação do psicólogo neste contexto.

3 METODOLOGIA

O trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica e sistemática. Pretendeu-se, portanto, combinar as principais e atuais literaturas imbricadas ao tema de pesquisa que

unem estudos sobre tecnologia, adolescência e psicologia.

Para tanto, foram utilizados livros acadêmicos, artigos e revistas científicas relacionadas ao tema do projeto através de plataformas de busca como BVS/LILACS, Scielo e Google Acadêmico.

Do total de artigos e revistas científicas encontradas, 20 foram selecionados para a produção do trabalho em questão (Tabela 1). O critério de exclusão dos demais materiais (salvo exceções em que o conteúdo encontrado não fornecia dados suficientes à elaboração do projeto) se baseou respectivamente em:

- Ano de publicação no período de 2010 a 2019;
- Língua portuguesa;
- Combinações entre palavras chaves principais como: limítrofe; transtorno de aprendizagem; transtorno de personalidade e saúde mental;
- Artigos e revistas repetidas em mais de uma plataforma de busca;
- Leitura dos artigos e analises.

Tabela *1* - Palavras-chaves para pesquisa de artigos e revistas científicas

Palavra-chave	Nº artigos Encontrados	Nº artigos Selecionados	Nº artigos Utilizados
LIMÍTROFE	7	5	4
PERSONALIDADE	20	1	1
APRENDIZAGEM	4	4	1
TRANSTORNO DE PERSONALIDADE	20	7	1
SAÚDE MENTAL	15	1	1
Total			

Fonte: Bases de pesquisas BVS/LILACS, Scielo e Google Acadêmico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O transtorno de personalidade limítrofe é uma informação genética herdada dos pais (hereditário) e também sofre influências de fatores ambientais como o estresse na infância, abuso sexual, físico, separação dos pais, entre outros (SKODOL, 2018).

Pessoas com transtorno de personalidade limítrofe geralmente apresenta os seguintes comportamentos: temperamento volátil e agride verbalmente amigos, parceiros e a família, sobretudo quando acredita que alguém não está atendendo às suas

exigências exageradas de apoio; automutilação e tentativa suicídio, com intuito de não ser abandonada pelas pessoas porque em parte ela não quer ficar sozinha, às vezes, ela se sente sozinha como se absolutamente não existisse. Faz coisas imprudentes de maneira impulsiva, por exemplo, prática sexo sem proteção, dirige com negligência, gasta em excesso, uso drogas ou bebe em excesso, sarcasmo constante, amargura ou constantes ataques de raiva, após a explosão a pessoa com frequência sente vergonha e culpa, reforçando que é uma má pessoa postura da pessoa varia dependendo da percepção que ela tem sobre a disponibilidade e o apoio de outras pessoas. Quando a pessoa se sente apoiada, ela pode ficar vulnerável e carente e, quando se sente ameaçada ou decepcionada, ela pode ficar com raiva e desvalorizar as outras pessoas; a pessoa com esse transtorno também sabota a si mesmo quando está prestes a alcançar um objetivo, para que os outros tenham a impressão que ela está tendo dificuldades, por exemplo, desarticular-se da faculdade pouco antes de se formar ou arruinar um relacionamento promissor. Quando estas pessoas se sentem muito estressadas, elas podem ter episódios breves de paranoia, sintomas que se parecem com psicose (como alucinações) ou dissociação (SKODOL, 2018).

Embora a maioria dos comportamentos autodestrutivos não seja fatal, uma em cada dez pessoas com personalidade limítrofe morre devido ao suicídio (SKODOL, 2018).

O diagnóstico acontece através de uma avaliação de um médico com base em critérios específicos e o tratamento indicado e a psicoterapia e medicamentos. Na área da psicoterapia são trabalhadas algumas terapias especificas como: terapia comportamental dialética; sistemas de treinamento para previsibilidade emocional e resolução de problemas; tratamento baseado em mentalização; psicoterapia focada em transferência; terapia focada em esquemas; manejo psiquiátrico geral (SKODOL, 2018).

Na área dos medicamentos estão: medicamentos que ajudam estabilizar o humor; medicamentos antipsicóticos novos (de segunda geração); Inibidores seletivos de receptação da serotonina (SKODOL, 2018).

Devido as contrastantes mudanças de humor, nos dias que está bravo, com raiva, medo, o aluno não quer ir à escola, quando ele se auto agride se machucando, tentando suicídio, como ingerindo medicamentos, se cortando, tomando venenos, acaba frequentemente faltando as aulas ocasionado numa futura evasão escolar. O aluno com esse transtorno acaba não tendo um bom aproveitamento dos conteúdos de

aprendizagem, pois os seus sintomas acabam afetando seus aspectos psicológicos e fiscos, ocasionando em um desvio de atenção, interesse pelos conteúdos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo identificou que a pessoa com transtorno de personalidade limítrofe pode também mudar drasticamente sua autoimagem, mostrado por uma mudança súbita dos seus objetivos, valores, opiniões, carreiras ou amigos, é caracterizado por parecer dramático, emocional ou errático.

Ressalta que e preciso mais atenção para esse tipo de transtorno que, muitas vezes passa despercebida pelos professores, pais e sociedade, que acham que é apenas um drama, uma birra, um jeito de chamar atenção, uma coisa de momento, que por causa da falta de informação sobre o assunto que não e abordado na escola nem em casa, acaba dessa maneira ocasionado em um avanço para um caso mais grave, que é essencial estar atento aos alunos, suas atitudes, gestos, manias dentro e fora do ambiente escolar, que haja uma parceria entre escola, pais e um especialista da área da saúde para juntos promover o melhor tratamento para o bem estar do aluno, incentivando palestras sobre o tema.

Fica evidente a importância de levar informações para os profissionais que estarão nas escolas e que possivelmente encontre alunos com esse tipo de transtorno. Podendo identificar e encaminhar para avaliação/diagnóstico e posteriormente tratar da doença. Possibilitando assim, melhor desenvolvimento na aprendizagem dos alunos e melhorando suas relações com a sociedade.

REFERÊNCIAS

KAIN, **Lois Choi,** Visão geral dos transtornos de personalidade. **Manual MSD, Versão Saúde para a família**, jan.2016. Disponível em: < msdmanuals.com/pt/profissional/transtornos-psiquiátricos/transtornos-de-personalidade/visão-geral-dos-transtornos-de-personalidade/>. Acesso em: 01 out.2019.

MAZER, Angela K.; MACEDO, Brisa Burgos D.; JURUENA, Mário Franscisco.Transtornos da personalidade. **Revista USP**. v.50, supl.1, jan. de 2017. Disponível em: <http://revista.fmrp.usp.br/2017/vol50-Supl-1/Simp9-Transtornos-da-Personalidade.pdf/> Acesso em 01 out.2019.

SKODOL, Andrew. Transtorno de personalidade limítrofe (TPL). **Manual MSD, Versão Saúde para a família**, ago.2018. Disponível em: < https://www.msdmanuals.com/pt/casa/dist%C3%BArbios-de-sa%C3%BAde-

mental/transtornos-de-personalidade/transtorno-de-personalidade-lim%C3%ADtrofe-tpl?query=limitrofe/>. Acesso em: 27 set.2019.

O ÚLTIMO RESPIRO DA SOLIDÃO: UM FOTODOCUMENTÁRIO SOBRE IDOSOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

Karina Nunes Dinhane, Danilo Brancalhão Berbel, e-mail: danberbel@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2018), entre 2012 e 2018, a população idosa brasileira teve um crescimento de 26%. Esses dados revelam um aumento da expectativa de vida. Em casos de abandono familiar, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) estão se tornando tendência, devido à procura por serviços que ofereçam cuidado aos idosos. Assim, esse trabalho visa responder o seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto do abandono de idosos em ILPIs no interior de São Paulo? Diante disso, esse trabalho tem como objetivo narrar as histórias para sensibilizar a população a respeito do idoso e da dignidade humana ao final da vida.

O produto jornalístico trata-se de um fotodocumentário que pretende apresentar os impactos do abandono e a qualidade de vida dos idosos em ILPIs, através da produção de um fotolivro composto por narrativas de cinco personagens. A escolha das fontes ocorreu nas primeiras visitas ao Abrigo São Lourenço em Jaú, priorizando a hierarquia das histórias e o grau de relevância. A fundamentação teórica se propôs abordar os principais conceitos do fotojornalismo e questões relacionadas às ILPIs.

O fotojornalismo, por meio das técnicas fotográficas, produz conteúdos visuais ao jornalismo. Para Monteiro (2016), é uma construção narrativa de imagens e textos diagramados em uma página de revista ou jornal, em que seu significado é feito através do diálogo entre as duas linguagens – verbal e não verbal – conforme vemos nas manchetes, legendas, lide e créditos.

Kobré (2011) afirma que “os fotógrafos de hoje fazem mais do que apenas registrar a notícia. Eles se tornaram intérpretes visuais usando suas câmeras e objetivas, sensibilidade à luz, e habilidades de observação apurada para dar aos leitores a sensação de como um evento realmente era.” (KOBRÉ, 2011, p. 416)

Ao que diz respeito às Instituições de Longa Permanência para Idosos, o aumento dessa população demanda procura por um local que cuide dessas pessoas. As ILPIs

oferecem serviços de cuidado proporcionando bem-estar, atendimentos médico e qualidade de vida.

Para Costa e Mercadante (2013), é preciso pensar em novas formas de inclusão dos idosos nas instituições, com a reestruturação para obter uma melhorar na qualidade de vida. “Embora grande parte da população concorde que o melhor lugar para o idoso seja ao lado da família, as condições vividas pelas famílias, principalmente nas grandes cidades, acabam acarretando o acolhimento dos idosos em instituições” (COSTA; MERCADANTE, 2013, p.220).

2 METODOLOGIA

Para a realização desse projeto, foi utilizado o fotodocumentário, gênero do fotojornalismo que visa registrar e documentar acontecimentos baseado na escolha e planejamento antecipado dos temas abordados. Utiliza narrativas fotográficas para documentar histórias, apresentando estilos de vida, lugares e problemas.

Na produção das imagens, optou-se pelo uso de fotografias intimas e emotivas, permitindo à narrativa abordar as histórias de vida dos idosos residentes em ILPIs, buscando chamar atenção e imersão do leitor. Os planos e ângulos causam impacto ao fotodocumentário. As perspectivas permitiram trazer diferentes “olhares” à cena, isso gera maior impacto e drama a uma imagem.

Para obter maior dramaticidade, o uso do close-up ajuda a levar o leitor a um contato mais próximo com o tema. “Nessa distância próxima, a face de uma pessoa retorcida pela dor ou radiantemente feliz, evoca empatia nos leitores” (KOBRE, 2011, p.16). Pensando nesse aspecto, foi utilizada a fotografia em preto e branco, com o intuito de trazer drama e realismo às cenas e o aprofundamento do olhar às narrativas abordadas. Kobré (2011) afirma que fotografias em P&B transmitem dignidade e seriedade, os tons de cinza podem significar um estilo de fotografia documental.

No projeto experimental, o uso dessas técnicas foi imprescindível no que diz respeito a cobertura fotográfica, pois através delas foi possível dramatizar e impactar o leitor, permitindo contar as histórias das personagens. A entrevista em profundidade é importante para a elaboração das narrativas do trabalho. Nesse projeto experimental, foi utilizada a entrevista do tipo aberta, de caráter exploratório e flexível. Assim, não há uma sequência obrigatória e predeterminada de questões ou respostas. E a entrevista semiaberta, que possui um questionário como guia para a apuração necessária dos dados.

O planejamento e a escolha das personagens que compõem o fotolivro foram feitos a partir do conceito de fontes de Duarte (2009). Para ele, as fontes informantes-chave são essenciais e não podem ser substituídas. No fotolivro, essas fontes são cinco mulheres com idade a partir dos 60 anos: Maria Cecília Varollo (69 anos), Dirce Dugolin Shimith (80 anos), Maria de Lourdes Cardoso (89 anos), Rosalina Motta da Conceição (114 anos) e Luzia Pires Livio (80 anos). Todas são moradoras do Abrigo São Lourenço em Jaú, São Paulo.

A seleção das entrevistadas ocorreu devido ao interesse e relevância das histórias de vida e pela questão de muitos moradores dessa instituição, por motivos da idade e estado de saúde, não conseguirem falar ou não apresentarem ideias conexas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento do fotolivro precisou de planejamento para organizar a cronologia das narrativas. Assim, as histórias são apresentadas de acordo sua hierarquização, grau de relevância e emoção causados no leitor.

A primeira história, mais leve, narra a vida de Maria Cecília Varollo. Com 69 anos, tem duas filhas, é aposentada e viúva. Ela encara a vida com leveza e está sempre sorrindo, apesar dos fatos ruins da vida.

Figura 1. Maria Cecília Varollo em uma atividade sobre os benefícios da água para a saúde, promovida pelo Abrigo São Lourenço em setembro de 2019.

Fonte: elaboração própria

A segunda história, mais reflexiva, conta sobre Dirce Shimith com 80 anos, de pouco estudo e criada na área rural de Itapuí. Ela cresceu aprendendo a cuidar dos afazeres da casa. Casou-se e teve três filhos. Infelizmente, acabou perdendo dois filhos em acidentes de trânsito. Foi morar na instituição com o marido, que faleceu devido ao câncer. Diferente da primeira personagem, Dirce lamenta não estar em seu lar. Apesar de gostar dos cuidados da equipe, para ela, é difícil continuar morando ali.

A terceira história, mais engraçada e curiosa, fala sobre Rosalina Motta da Conceição, a Marlene, como prefere ser chamada. Ela tem 114 anos. Não tem parentes vivos e é a mais velha da instituição. Ela tem uma superstição: se um dia deitar na cama, ela morre. Por isso, passa o tempo todo sentada em sua poltrona. Outra história engraçada sobre ela é que, até um tempo atrás, ela queria levar seu criado mudo para todos os lugares em que ia, até ao banheiro. Hoje, ela já não faz mais questão disso. Apesar de alguns problemas de visão e audição, ela se alimenta sozinha, tem forças para caminhar até o banheiro, mas com ajuda.

A quarta história, maior impacto e emoção, conta sobre Maria de Lourdes Cardoso, a Lurdinha, como é carinhosamente chamada, que está há quase 30 anos no abrigo. Tem paralisia infantil, sem parentes vivos e está totalmente debilitada. A sua alimentação é feita por meio de comidas líquidas e água. Ela não fala, mas entende o que está acontecendo ao seu redor. No entanto, tem apresentado piora no estado de saúde devido à idade. Hoje, ela precisa da ajuda do oxigênio para respirar.

Figura 2. Em 2019, Lurdinha precisa da ajuda do oxigênio e passa os dias deitada na cama hospitalar do Abrigo São Lourenço, em Jaú.

Fonte: elaboração própria

A quinta e última história deixa uma porta aberta para a felicidade e esperança neste momento da vida. Luzia Pires, com 80 anos, é viúva e seus dois filhos já faleceram. Hoje, ela vive um relacionamento com Vidal Aparecido dentro da instituição. Juntos, eles passam a maior parte dos dias, um fazendo companhia ao outro. É um namoro da terceira idade, os dois passam a tarde no convívio da instituição, mas pelas regras dormem em alas separadas. A expectativa cresce até chegar o momento de se verem após o almoço e passam a tarde juntos, de mãos dadas, conversando sobre a vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas que compõem esse fotolivro mostraram que há idosos felizes e confortáveis em morar nessas instituições, mas, por outro lado, há moradores tristes, debilitados, sem família e inconformados por se sentirem abandonados.

As experiências obtidas nas visitações ao Abrigo São Lourenço possibilitaram refletir sobre as atividades exercidas, como oficinas de alfabetização, esportes, artesanato, dança, cinema e beleza, cujo objetivo é fortalecer vínculos com a comunidade, desenvolver habilidades motoras e cognitivas, além de trabalhar a autoestima e incentivar o cuidado com a aparência e higiene pessoal. Assim, é notório o papel dessas instituições para proporcionar qualidade de vida, atendimentos sociais e a reintegração do idoso à sociedade.

O ambiente que vivem possui algumas adaptações para acessibilidade, o espaço dispõe de áreas de repouso, bem-estar e convívio. Além de quartos e banheiros para os moradores, espaços para estoque de alimentos e produtos em geral, capela, nas alas masculina e feminina e refeitório. Os funcionários possuem banheiros, refeitório, salas para equipe de enfermagem, assistência social e coordenação.

No que diz respeito aos moradores, pode-se observar que existe o isolamento, o sentimento de angústia, solidão e a carência afetiva. Isso ocorre devido ao abandono das famílias, que abrigam esses idosos na instituição e acabam não fazendo visitas e outros que acabam não tendo outra opção a não ser morar em uma ILPI. Esse ponto permite concluir que todos têm algum tipo de patologia e medicação controlada e que a tristeza e a depressão afetam o estado de saúde.

Por outro lado, há uma parcela de pessoas alegres e que preferem estar dentro da instituição, por sentirem que são acolhidos, amados e que possuem visitas familiares com frequência.

Durante as visitas para elaboração do projeto experimental, foi possível identificar, por meio de olhares perdidos, gestos de afeto e até palavras, o sentimento de carência e solidão que se fazem presente em alguns idosos.

A equipe de cuidadores sempre dá atenção e carinho aos moradores, além da rotina que seguem, todos participam das atividades, passeios e momentos de convívio. As visitas são abertas às famílias e ao público em horário determinado. Há profissionais de enfermagem, psicóloga, fisioterapeuta, nutricionista, assistente social e terapeuta ocupacional.

Contudo, por meio desse trabalho, é possível afirmar que os idosos precisam de visibilidade perante a sociedade, para chamar a atenção ao abandono físico e afetivo desses idosos.

REFERÊNCIAS

COSTA, Maria Carla N.S. MERCADANTE, Elizabeth Frohlich**. O Idoso residente em ILPI (Instituição de Longa Permanência do Idoso) e o que isso representa para o sujeito idoso**. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo (SP), Brasil: 2013.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2.ed. São Paulo. Atlas, 2009.

IBGE, Instituito Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.** 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24437&t=resultados. Acesso em: mar. 2019.

KOBRÉ, Kenneth. **Fotojornalismo:** uma abordagem profissional. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MONTEIRO, Charles**. História e Fotojornalismo:** reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64 - 89. jan. /abr. 2016.

OBESIDADE NA INFÂNCIA, CONSEQUÊNCIAS NO FUTURO E COMO COMBATÊ-LA

Lucas Medina, Lucas Borges Calixto, Ademir Testa Junior, e-mail: lucasmedina.jau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Mello *et al*. (2004), definir a palavra obesidade hoje em dia é fácil quando não se prendemos por questões mais cientificas. O aumento de massa na infância é observado por altura e no crescimento da idade óssea, no entanto o aumento da massa gorda continua, e a idade óssea permanece. A puberdade pode acontecer a qualquer momento, mais cedo ou mais tarde, acarretando a altura final diminuída devido ao fechamento das cartilagens precocemente.

A obesidade infantil vem apresentando um aumento muito rápido ao longo dos últimos anos e é considerada uma epidemia no mundo todo, o que se mostra muito preocupante devido às complicações na saúde causadas por esse problema, como hipertensão, dislipidemia e a intolerância à glicose (OLIVEIRA; FISBERG, 2003). As identificações dos fatores de risco para a obesidade infantil são fundamentais para que medidas preventivas sejam tomadas, com o fim de modificar este quadro que se tornou, atualmente, um sério problema de saúde pública (LIMA *et al*., 2013).

Segundo Escrivão *et al*. (2000), a obesidade é considerada um dos principais problemas de Saúde Pública nos países desenvolvidos, sua prevalência vem aumentando de forma significante também naqueles em desenvolvimento, onde geralmente coexiste com a desnutrição. A obesidade não é um fenômeno recente na história da humanidade; entretanto nunca havia alcançado proporções epidêmicas como atualmente se observa. As causas para explicar esse aumento tão importante no número de obesos no mundo estão ligadas às mudanças no estilo de vida e nos hábitos alimentares. Nota-se a utilização cada vez mais frequente de alimentos industrializados, geralmente com alto teor calórico às custas de gordura saturada e colesterol, e os avanços tecnológicos proporcionaram maior sedentarismo, como se verifica entre as

crianças e os adolescentes que permanecem muitas horas sentados em frente aos aparelhos de televisão, videogames e computadores.

O objetivo desse artigo científico foi relatar os problemas que a obesidade está trazendo para as crianças de hoje em dia, e os problemas que ela causará no futuro, servindo de mecanismo de prevenção para essa doença que traz grandes consequências na saúde física e mental de milhões de indivíduos. Há também o objetivo de ressaltar e mostrar que crianças saudáveis se tornam adultos saudáveis, mostrando pesquisas e dados que comprovem que o método mais eficaz de combater a obesidade em adultos, é tratando dela bem antes, logo na infância.

2 METODOLOGIA

Revisão bibliográfica de diversos artigos envolvendo a obesidade na infância. Foram selecionados artigos que trataram desse assunto envolvendo fatores causadores da obesidade, consequências a curto, médio e longo prazo, aspectos sócio culturais, entre outros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi apresentado, segundo Meyer, Luft e Mello, (2004) que a quantidade total de gordura, o excesso de gordura em tronco ou região abdominal e o excesso de gordura visceral são três aspectos da composição corporal associados à ocorrência de doenças crônico-degenerativas. O aumento do colesterol ruim (HDL) é um fator de risco para doença coronariana, e esse risco é ainda maior quando associado à obesidade. O sobrepeso triplica o risco de desenvolvimento de diabetes melittus.

Apresentou-se também um exemplo muito comum de doença que atinge muitos adultos e que pode ser facilmente tratada se for identificada e combatida logo na infância: a aterosclerose. Tendo início na fase da infância, essa doença é causada pelo depósito de colesterol nas artérias musculares causa um a estria de gordura nesses vasos. Se não tratada pode progredir para doenças ateroscleróticas de grau avançado, sendo reversível durante a infância adotando hábitos saudáveis como a alimentação adequada e atividades físicas (MEYER; LUFT; MELLO, 2004).

A partir de estudo de Escrivão *et al*. (2000) foi identificado que a obesidade é uma das principais causas de hipertensão arterial em crianças e adolescentes, favorecendo complicações cerebrovasculares e cardiovasculares futuras. As complicações ortopédicas e posturais são bastante frequentes na obesidade, devido ao trauma

provocado nas articulações pelo excesso de peso. As articulações dos joelhos são as mais envolvidas, e o deslizamento da epífise da cabeça do fêmur também é comum em obesos. Na obesidade podem ocorrer alterações da função pulmonar, com diminuição do volume residual e do volume expiratório máximo e tendência para redução geral do volume pulmonar. Nas formas graves de obesidade pode ocorrer a síndrome de Pickwik, caracterizada por hipoventilação, sonolência durante o dia e apneia do sono.

Existe uma gama de aspectos que são influenciadores no aspecto alimentar de uma criança, sendo eles, fatores externos: família, atitudes de pais e amigos, questões socioculturais, influência e contato com mídias e propagandas, consumo de fast-foods, conhecimentos de nutrição e manias alimentares, e fatores internos: necessidades e características psicológicas, imagem corporal, valores e experiências pessoais, autoestima, preferências alimentares, e transtornos compulsivos (MEYER, LUFT e MELLO, 2004).

É importante também os testes aplicados em crianças e adolescentes para identificar e diagnosticar a composição corporal e obesidade. Pode-se utilizar os valores de peso e da altura, calculando assim o índice Peso/Estatura (P/E), que é a relação entre o peso encontrado e o peso ideal para a idade altura no percentil 50 (P50), multiplicado por 100, sendo o resultado dado em porcentagem. O padrão de referência frequentemente usado é o NCHS. O P/E é geralmente utilizado na infância. Considera-se sobrepeso quando o valor encontrado estiver maior do que 110% e menor do que 120% e obesidade quando ele é igual ou maior do que 120%. Na adolescência, é mais adequado o índice de massa corporal (IMC), que é a relação entre o peso em quilos e a estatura em metros ao quadrado. O resultado encontrado deve ser comparado com tabelas de percentis, segundo sexo, idade (acima de 6 anos) e raça (ESCRIVÃO *et al*., 2000).

Outro aspecto abordado foi o senso comum entre professores de educação física em escolas sobre a relação da atividade física e obesidade infantil. Em pesquisa feita por Brandão *et al*. (2018), foram feitos questionários a respeito da consciência dos profissionais de educação física nas escolas sobre a importância da atividade física na luta contra a obesidade infantil.

Na questão 1, questionou-se aos entrevistados se os mesmos acreditavam que deveriam contribuir com a formulação do Projeto Pedagógico da Escola (PPP) tem como propostas que possam conscientizar seus alunos sobre o tema obesidade, auxiliando o educando na prática de uma vida saudável. De acordo com os dados ilustrados através

da figura 1, 8 5% dos voluntários afirmaram que consideram importante sua participação na elaboração do PPP da escola, enquanto apenas 15% afirmaram considerar que o profissional de Educação Física não deve participar (BRANDÃO *et al*., 2018).

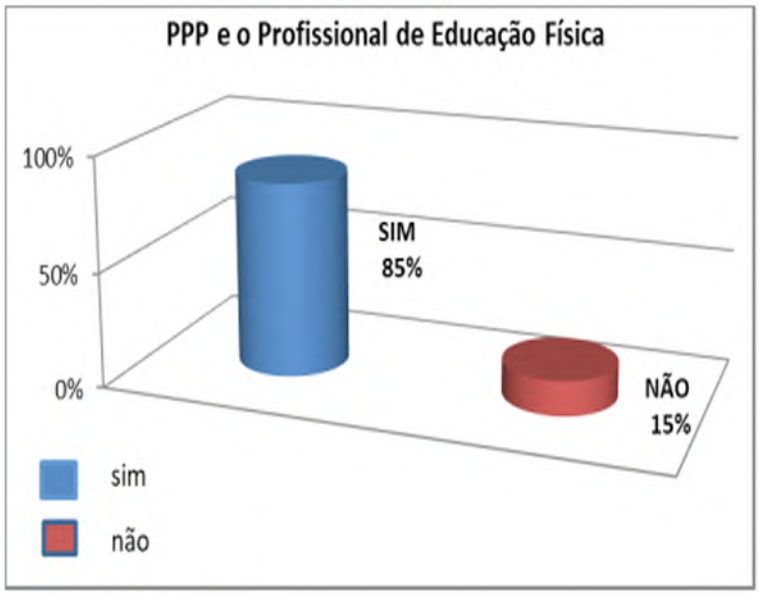


Figura 1 - Visão dos entrevistados a respeito da sua inclusão na formulação do projeto pedagógico da escola.
Fonte: (BRANDÃO *et al*., 2018).

Segundo Brandão *et al*. (2018), os professores entrevistados ressaltaram ainda a importância em trabalhar diversos temas relacionados à saúde em suas aulas. Isto pode ser um indicativo de que a utilização de temas transversais representa uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Para 15% dos entrevistados, as aulas de Educação Física Escolar não são o momento ideal para que aconteça essa conscientização até porque segundo alguns o número reduzido de aulas inviabilizaria tal questão.

Outro aspecto observado foi que em pesquisa de Lima *et al*. (2013) foram revisadas 15 publicações a respeito da obesidade infantil e das 15 publicações, 53,33% (8) delas correspondem a estudos literários, enquanto que 26,66% (4) correspondem a pesquisa de campo, 20% (3) a estudos transversais e 6,66% (1) a estudos retrospectivos. E, no que diz respeito aos anos das publicações, elas distribuíram-se da seguinte forma: um estudo publicado em: 2012, 2009, 2006 e 2004; dois estudos publicados em 2010; e três estudos publicados em: 2011, 2008 e 2007. Isso mostra que além dos estudos da obesidade infantil serem muito recentes, faltam estudos feitos em campo, com coletas de dados e pesquisas laboratoriais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa, concluímos que é muito importante o combate a obesidade infantil pois ela é a causadora de muitas doenças hipocinéticas e cardiovasculares, enfatizando que é importantíssimo a prevenção da hiperplasia das células de gordura na infância, uma vez que ao se multiplicarem elas se tornam muito difíceis de serem reduzidas em volume. Foi entendido também que é de conhecimento comum que a obesidade deve ser debatida nas escolas e devem ser feitos programas de prevenção desse problema, porém faltam iniciativas públicas para esses programas serem colocados em prática.

A abordagem da temática é considerada importante pelos professores atuantes no ensino infantil, pois as aulas de Educação Física podem ter o propósito de conscientizar os alunos quanto aos malefícios associados à obesidade, e da importância da prática de atividade física. A Educação Física Escolar não pode perder de vista o caráter multifatorial inerente a área da saúde, e como disciplina escolar, não deve deixar de lado sua preocupação em subsidiar e encorajar os alunos a adotarem um estilo de vida saudável.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, D. C. *et al*. A educação física e a prevenção da obesidade infantil no ensino fundamental II. **Conhecimento & Diversidade**, [Niterói] v. 10, n. 22, p. 67-78, set./dez. 2019. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/4748.

ESCRIVÃO, M. A. *et al*. Obesidade exógena na infância e na adolescência. **Jornal de Pediatria,** [Porto Alegre], v. 76, n. 3, p. 305-310, 2000. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180720114 0id_/http://www.jped.com.br/conteudo/00-76-S305/port.pdf.

MELLO, E. D. de; LUFT, V. C.; MEYER, F. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes? **Jornal de Pediatria,** [Porto Alegre], v. 80, n. 3, p. 173-182, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jped/a/GftqBGnnCyhvZ89C9M4Pqsv/?format=html&lang=pt.

LIMA, L. N. de; GONÇALVES, M. S.; SILVA, N. M. O. V. da. **Fatores de risco envolvidos na obesidade infantil:** revisão integrativa. 2013. 29 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Faculdade Integrada de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/2086/FATORES%20DE%20RISCO%20PARA%20OBESIDADE%20INFANTIL%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

OLIVEIRA, C. L. de; FISBERG, M. Obesidade na infância e adolescência: uma verdadeira epidemia. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, [São Paulo], v. 47, n. 2, p. 107-108, abr. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abem/a/DJnZ8PhntzYgBrwXYqRGtqn/?lang=pt.

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA FAMILIAR: INFORMAÇÕES E FERRAMENTAS PARA OBTER A SAÚDE FINANCEIRA DOMÉSTICA

Daniel dos Santos Coutinho Peruzzi Solimar G.M. Bonjardim, e-mail: daniel-peruzzi@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Brasil passa por um momento de recessão econômica e a população mais carente, que mais sofre com a diminuição do poder aquisitivo, muitas vezes não tem noções de economia doméstica. Por ser preciso cortar alguns gastos e remanejar recursos, é preciso informação e conhecimento de ferramentas que possam ajudar na gestão da casa, sem que haja um déficit nas contas bancárias.

O economista Luís Carlos Ewald, professor de finanças, que já participou de um quadro sobre o tema no programa Fantástico, da rede Globo, escreveu um livro intitulado "*Sobrou Dinheiro! Lições de economia doméstica*" (EWALD, 2004), que será uma das bases do nosso projeto.

A Band recentemente lançou um programa nos mesmos moldes do Fantástico, chamado "Me poupe: dívidas nunca mais", apresentado pela consultora Nathália Arcuri, jornalista que tem livros publicados sobre economia doméstica, um site com o mesmo nome do programa (https://mepoupenaweb.uol.com.br/) e um canal no YouTube (https://www.youtube.com/channel/UC8mDF5mWNGE-Kpfcvnn0bUg).

Isso nos mostra a importância de abordar o assunto e de pesquisar se essas informações realmente chegam à população que precisa delas e de que maneira. São problemas emergentes, de pessoas que nasceram em uma era de consumo, que têm acesso ao crédito, mas nunca tiveram uma educação financeira.

Mesmo que as informações sejam abundantes e livres na internet, muitos não sabem como utilizá-las a seu favor, principalmente quando se trata de economia doméstica. Nosso objetivo, portanto, é fornecer informações sobre economia doméstica de forma simples, prática e objetiva, por meio de conteúdos direcionados às famílias participantes, após uma avaliação de seus padrões de consumo e endividamento.

Esse projeto se destina a famílias de média ou baixa renda, e o uso da tecnologia estará presente, porém, de forma simples, já que os usuários podem acessar as

informações - artigos e vídeos- que recomendaremos, de qualquer *smartphone*. Um dos problemas na obtenção de informações pode ser a barreira com a leitura. Alguns sujeitos podem ter dificuldades para ler artigos maiores e com conceitos mais complexos, por isso, sempre que pudermos, optaremos por vídeos educativos que tratem do tema a ser aprendido.

2 METODOLOGIA

Os sujeitos serão selecionados por interesse espontâneo ou a convite do pesquisador. Adultos em uma faixa etária de 18 a 50 anos, uma faixa economicamente ativa e que engloba muitos responsáveis por uma família inteira. Receberão algumas instruções iniciais e serão incentivamos a colocar em uma planilha todos os seus gastos mensais para dimensionar o tamanho de suas necessidades e de suas possíveis dívidas.

Haverá um canal de comunicação direto com o pesquisador, por um grupo, ou individualmente no aplicativo Whatsapp. Periodicamente, os sujeitos receberão dicas e vídeos sobre economia doméstica direcionados para suas maiores dúvidas e necessidades. Podem ocorrer também reuniões presenciais caso seja necessário.

2.1 APOSTILA

No primeiro contato com os sujeitos, será entregue uma apostila com dicas de economia doméstica e uma planilha para que as famílias preencham com sua receita e gastos mensais. Essa planilha será analisada individualmente para que se possa traçar um planejamento direcionado àquela família e direcionar os conteúdos que ela receberá.

2.2 GRUPO VIRTUAL (WHATSAPP)

Será criado um grupo virtual para troca de experiências e informações. Selecionamos o Whatsapp, pelo fato de ser facilmente acessado por qualquer celular e porque muitos o utilizam diariamente. Ter acesso a essa rede social é um dos requisitos para a participação na pesquisa. Expor sua situação financeira às vezes é difícil para algumas pessoas, por isso, para resguardá-las, as que não quiserem participar do grupo, receberão as informações individualmente.

A troca de mensagens e as dúvidas que surgirem nesse canal também ajudarão a direcionar as ações para essas famílias.

2.3 DIRECIONAMENTO DOS CONTEÚDOS

Após a análise dos dados enviados, dos padrões de consumo das famílias, os conteúdos serão selecionados e enviados para o grupo. Talvez nem todos tenham os mesmos problemas, mas os conteúdos, além de ajudar quem já tem esse problema, alertará os outros membros a não cometerem os mesmos deslizes.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Temos que a população tem acesso à informação, à tecnologia, mas não tem um direcionamento para utilizá-las a seu favor quando o assunto é economia doméstica. Ao buscarmos na internet sobre o assunto, diversos sites e canais do YouTube tratam do tema, alguns de forma vaga, outros de forma bastante formal, o que intimida algumas pessoas que não compreendem totalmente o que está sendo passado como informação e como aplicá-la em seu dia a dia.

Pesquisamos alguns livros como o Sobrou Dinheiro! (EWALD, 2004), o Caderno de Educação Financeira (BUAES; COMERLATO; DOLL, 2015), desenvolvido por pesquisadores da UFRS, que trazem dicas de como utilizar o dinheiro que se tem da melhor maneira. No entanto, nos encontramos em um país que lê cada vez menos e que busca informações por outros canais, como é o caso do YouTube, que disponibiliza vídeos sobre os mais diversos assuntos, inclusive sobre economia doméstica.

Porém, mesmo com tanta informação, quem está precisando de orientação financeira, não consegue organizar tudo que recebe e colocar em prática de forma efetiva. Se fosse tão simples, muitos não estariam endividados e com o orçamento familiar apertado.

Pudemos notar também que o conhecimento sobre economia e finanças, muitas vezes não vem de livros específicos na área, mas de *best sellers*, como Os Segredos de uma mente Milionária (EKER,2006), Pai Rico, Pai Pobre (KIYOSAKI &LECHTER,2011), nos quais algumas situações relatadas podem ajudar, assim como a motivação para que haja uma mudança de vida, mas esses livros não abordam o problema de forma simples e prática.

Além disso, a maioria desses *best sellers* sobre a vida financeira ensinam como “enriquecer” e não como a manter uma vida econômica equilibrada. Por essa razão que queremos entregar conteúdos dentro da realidade da maioria das famílias brasileiras, para que elas possam aplicar e terem suas finanças estabilizadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser ainda um projeto, visamos, em primeiro lugar, alertar a população sobre a necessidade de conhecimentos sobre economia doméstica. Buscaremos pessoas interessadas em adquirir conhecimentos de forma simples e objetiva e de participar de discussões que podem colaborar com o progresso financeiro de outras famílias.

Ao final dessa jornada, pretendemos receber o retorno dos participantes nos relatando se houve ou não melhoras após receberem as ferramentas necessárias para conter gastos desnecessário e cumprir um orçamento realista dentro de seus lares.

REFERÊNCIAS

BUAES, Caroline Stumpf; COMERLATO, Denise; DOLL, Johannes. **Caderno de educação financeira:** viver bem com o dinheiro
que se tem. – Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2015.

EKER, T. Harvey. **Os segredos da mente milionária**: aprenda a enriquecer mudando seus conceitos sobre dinheiro e adotando os hábitos das pessoas bem-sucedidas. Editora Sextante, Rio de Janeiro, 2006.

EWALD, Luís Carlos. **Sobrou dinheiro!**: lições de economia doméstica. Bertrand Brasil, 8ª edição. Rio de Janeiro, 2014.

KIYOSAKI, Robert T,; LECHTER, Sharon L. **Pai Rico, Pai Pobre**: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. Elsevier, Rio de Janeiro, 2011

ORGULHO DE SER CAIPIRA – PODCAST SERTANEJO

Tayná Pavaneli Martins, Bianca Didoni, e-mail: taynapavaneli.jau@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a finalidade de contar em formato podcast a história da música sertaneja passando por vários pontos da sua evolução e como o rádio evoluiu para que isso acontecesse de maneira gradativa, e como isso vem influenciando os meios de comunicação nos últimos anos

Com a invenção do rádio no início dos anos 1930, mas a sua ascensão foi nos anos 40 a chamada década de ouro do rádio. Até hoje, com o surgimento de novas mídias e tecnologias, consegue atrair público e manter audiência, mesmo se reinventando em novas formas de distribuição e plataforma. Segundo pesquisa brasileira de mídia, ainda é um dos meios mais acessados pela população brasileira para acesso a informação e entretenimento

O rádio foi um dos meios responsáveis pela popularização de um dos gêneros mais característicos da cultura nacional. A música sertaneja passou por várias fases antes de ser esse fenômeno, não se imagina o preconceito que a cerca de um pouco mais de 30 anos passamos para chegar aonde estamos. Antes era considerada música se caipira, mas hoje é conhecida mundialmente.

O Podcast é um meio que vem sendo muito abordado pelas mídias sociais, não apenas internet, mas rádios e televisão já estão utilizando essa ferramenta como uma forma de informação, afinal de qualquer lugar é possível gravar um podcast e colocar nas redes sociais para que as pessoas possam atribuir a esse meio.

O termo “Podcast” resulta da junção entre o Ipod (equipamento desenvolvido pela empresa Apple e que reproduz MP3), e o Broadcast (emissão radiofónica). A concepção dessa tecnologia teve início em 2004, quando o ex-VJ da MTV “Adam Curry” e o programador “Dave Winer” criaram um software que permitia descarregar automaticamente transmissões de rádio na Internet diretamente para os seus Ipods, tornando-se uma forma eficiente para publicação de arquivos digitais (áudio, vídeo, imagem…) na Internet, através de atualizações para o computador

A relação do podcast com a música sertaneja é muito mais abrangente do que podemos imaginar alguns sites estão apostando nisso para cada vez mais trazer à música sertaneja para um público mais jovem, mostrando para eles de onde veio para onde chegamos e para onde vamos, mostrando cada vez mais a evolução. Ambos podem andar junto, o podcast tem a finalidade de falar em poucos minutos um determinado assunto, a música sertaneja por sua vez vai para lugares que nunca imaginamos, e ambos podem relevar situações cotidianas com suas peculiaridades.

A escolha do tema é pela admiração do gênero e por mostrar que o estilo musical sofreu mutações ao longo de sua trajetória, mas sempre foi muito vivo na nossa cultura, além de contar um pouco sobre quem fez e faz parte dessa história até hoje. Fiz o possível para que a minha opinião não se sobressaísse, a final quando gostamos de algo temos tendências em fazer uma certa propaganda

A escolha do nome é uma frase de uma música gravada por Chitãozinho e Xororó chamada caipira, condiz com a minha sensação ao falar sobre o tema no qual eu admiro tanto.

O principal objetivo desse projeto é contar a história da música sertaneja de uma maneira diferenciada para que as pessoas que gostam se identifiquem mais e quem não gosta pelo menos conheça esse gênero que é muito presente no país. O início será de onde veio que seria uma breve história da música caipira, passando em seguida para o foco que é os anos 80 e anos 90, trazendo para os dias atuais com o domínio das mulheres que estão cada vez mais participando desse gênero, mostrar o quanto com o tempo evoluiu o estilo.

Este trabalho irá abordar de maneira sucinta o início da música sertaneja nas rádios, dando uma maior contextualização para os anos 90 quando ela explodiu na mídia e vai falar sobre o feminejo, movimento que desde 2016 trouxe para um gênero até então considerado machista a força das mulheres também na música. Produzir conteúdo jornalístico historiográfico sobre a história da música sertaneja através de novos formatos radiofônicos (podcast), contribuir para difusão da informação sobre este gênero musical, levar conhecimento ao público sobre a música sertaneja, exercitar a produção jornalística radiofônica, cultural e especializada.

2 METODOLOGIA

Para trazer embasamento teórico, a pesquisa bibliográfica se faz presente neste trabalho para poder entender sobre os conceitos relacionados a história da música sertaneja e o novo formato de se transmitir mensagens que é o podcast.

Logo em seguida o trabalho aborda esta nova mídia que será explorada em relação a sua aplicação de transmitir a história do sertanejo de um jeito informativo com entretenimento que será voltado para o público que gosta desse estilo musical. O principal foco será os anos 1980 e 1990, mas serão feitos podcasts contando o início e a era das mulheres no sertanejo que surge nos anos de 2010. Serão três podcasts contando a história da música sertaneja com uma média de 15 minutos cada um, com entrevistas de pessoas ligadas ao gênero como Day e Lara, Daniel Dantas (cantor sertanejo de Jaú), a dupla Rosa e Rosinha também da nossa cidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a execução do trabalho foi identificado que a música sertaneja está muito mais ligada à nossa história do que imaginamos, ela se deu inicialmente, através do jornalista Cornélio Pires que apresentava um programa jornalístico de rádio e colocava os chamados modões para tocar em seu programa, numa época de ouro do rádio.

Na TV as emissoras de maior porte apresentavam programas voltado ao gênero, um muito conhecido até hoje é o Viola Minha Viola, da TV Cultura, a atração teve sua última exibição no dia 13 de agosto de 2019, apresentado por Inezita Barroso até o ano de sua morte (2015)

O podcast é uma ferramenta cada vez mais usada para trazer as pessoas para as informações, o fato de ele ser mais despojado faz com que o diálogo com as pessoas seja mais rápido e bem mais descontraído. Uma maneira interessante de contar do início ao como o termo abordado se iniciou ou até mesmo uma matéria como ela discorreu. Para um produto é interessante porque a pessoa pode fazer de qualquer lugar, rádio, celular ou até mesmo gravador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou um aprofundamento sobre o gênero musical, que cada vez mais atrai uma multidão com suas canções marcantes que embalam em um ritmo brasileiro e mostra suas raízes e suas vertentes.

Esse podcast (Orgulho de ser caipira) tem a finalidade de trazer para o público a essência da boa música, falar de um tema que para algumas pessoas é taxada por sua história, não é vergonha gostar de algo, faz parte da nossa cultura, somos muito mais caipiras do que queremos e imaginamos, principalmente aqui no interior.

No meu ponto de vista será bem interessante porque vai aproximar as pessoas de um gênero novo para contar uma história, que do ponto de vista jornalístico se inicia por um jornalista. Para mim foi muito interessante e esclarecedor aprender e entender um pouco mais o como a nossa cultura é rica e o como tudo nos leva ao sertanejo.

Poder contar algo que eu tive a oportunidade de acompanhar desde sempre é um grande aprendizado e um grande privilégio.

REFERÊNCIAS

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de radiojornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Lendas Brasileiras**.7. ed. 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O desafio das tecnologias e o fim das ilusões**. São Paulo: Paulus, 2009.

ORIENTAÇÃO DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM À FAMÍLIA E PACIENTES DE LLA SUBMETIDOS A MADIT

Ana Julia Trentin, Bruna Baltieca Garcia do Nascimento, Adriane Lopes, Gercilene Silveira, e-mail: lopesadriane98@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O câncer ou cancro é uma patologia caracterizada pela proliferação anormal de células que tem seu crescimento desordenado e passam a atuar malignamente invadindo tecidos e órgãos. As células mutantes infiltram nos tecidos e migram para os vasos linfáticos e sanguíneos, dirigindo-se para outros lugares do corpo e provocando o fenômeno denominado metástase (SASAKI *et al.,* 2017).

Um processo patológico que começa quando uma célula anormal é transformada por mutação genética do DNA celular. Essa célula anormal forma um clone e começa a se proliferar de maneira anormal, ignorando os sinais de regulação do crescimento no ambiente que a circunda; as células adquirem características invasivas, e as alterações têm lugar nos tecidos circunvizinhos (SMELTZER; BARE, 2012).

De acordo com o instituto nacional do câncer (INCA), no Brasil assim como nos países desenvolvidos, o câncer é a primeira causa de mortalidade por doença em crianças de 0 a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 18 anos (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2008).

As leucemias correspondem cerca de 25% a 35% dos casos de câncer na fase infanto-juvenil (RODRIGUES; CAMARGO, 2003). Os sintomas mais apresentados nos casos de leucemia são ocasionados pela deficiência das células sanguíneas como anemia, fadiga, falta de ar, palpitação, dor de cabeça, baixa imunidade ocasionada pela diminuição dos glóbulos brancos, sangramentos devido Á diminuição das plaquetas, e aparecimento de esquimoses que são machas roxas ou petéquias que é caracterizada por aparecer como pontos roxos (INCA, 2018).

Com o diagnóstico precoce é o tratamento correto a taxa de sobrevida é de 70%, devido ao avanço de estudos, a padronização de protocolos mundialmente, o aprimoramento da tecnologia que possibilita diversas modalidades de tratamento (ARRUDA-COLLI, 2016).

A Leucemia Linfoide Aguda (LLA) corresponde a 80% dos casos de crianças diagnosticadas com leucemia (PERONDI *et al*., 2019). As modalidades de tratamento para LLA incluem radioterapia e transplante da medula óssea, porém o mais utilizado é a quimioterapia, ou seja, utilização de químicos que interferem no crescimento das células cancerígenas, podem ser usados sozinho ou em combinação, podem ser administrados através da via oral, intramuscular, subcutânea, intravenosa, intra-arterial, intratecal, intraperitoneal, intravisical, aplicação tópica e intra-retal (ANDRADE; SILVIA, 2007).

O profissional de enfermagem na maioria das vezes tem mais contato com o paciente e com o familiar ou cuidador, por isso deve estar preparados para orientar sobre os efeitos que as medicações podem ocasionar e como ocorre cada procedimento que á o paciente é submetido (CAZÉ; BUENO; SANTOS, 2010). Um desses procedimentos é a quimioterapia MADIT (metotrexato, citarabina e dexametasona intratecal) que segundo o protocolo GBTLI-99 é utilizado para profilaxia e tratamento para leucemia no sistema nervoso central (SNC) (CAZÉ; BUENO; SANTOS, 2010).

1.1 OBJETIVO GERAL

Orientar o familiar ou cuidador sobre o procedimento MADIT em pacientes oncológicos pediátricos portadores de Leucemia Linfoide Aguda (LLA).

2 METODOLOGIA

Realizou-se um estudo de revisão bibliográfica através das bases de dados Lilacs, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e após buscando o Google Acadêmico foram encontradas monografias, dissertações e teses relacionados com o tema.

Os artigos selecionados e inclusos à pesquisa vão desde o ano de 2003 a 2016. Os descritores utilizados para a realização da revisão bibliografia foram: câncer, leucemia, câncer pediátrico, cuidados de enfermagem em pacientes pediátricos oncológicos. Das referências encontradas na literatura para a realização deste trabalho foram encontrados 28 artigos científicos, sendo utilizados 14 para elaboração do mesmo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A hospitalização por si só torna-se uma situação extremamente desgastante e delicada na vida de qualquer pessoa, ainda mais se tratando da fase infantil com uma doença grave, pois afeta a vida de toda a família. Com a aprovação do acompanhante

durante o período de hospitalização infantil a prestação dos cuidados passou a ser feita também para a família (VIEIRA; CASTRO; COUTINHO, 2016).

A doença oncológica é uma patologia tratável, com o diagnóstico precoce aumentam-se as chances de cura. Porém ocorre um grande impacto na vida das pessoas, social, economicamente, e principalmente psicológica em relação a como essa família lidará com essa nova rotina (COSTA; CEOLIM, 2010)

Os profissionais de enfermagem devem estar preparados para fornecer suporte físico, emocional e teórico, além de aliviar a dor e a sustentação da segurança e esperança, pois o familiar ou cuidador estarão passando por uma nova fase de conhecimento, medo e de fragilidade (PARO *et al*., 2005).

É primordial que a equipe de enfermagem saiba orientar o familiar ou cuidador da criança portadora da LLA sobre os procedimentos e cuidados que será submetida. Essa orientação deve começar desde o primeiro atendimento, já que a enfermagem é o elo entre o paciente e a equipe multidisciplinar (PARO *et al*., 2005).

O uso de matérias educativo tem como finalidade dar uma assistência qualificada, apoio, manter e promover o processo de saúde e doença e o uso de folders torna um processo mais concreto (DIAS, 2017).

Um dos procedimentos invasivos mais realizados em crianças e adolescentes portadores de LLA é a aplicação intratecal da MADIT, que tem por finalidade o impedimento da chegada de células cancerígenas até o sistema nervoso central. Essa aplicação pode ocasionar dúvidas sobre o procedimento e como é realizada a administração dessa medicação, já que não é um procedimento que possui grande repercussão. Por isso produzimos um folder ilustrativo com a intensão de facilitar a compreensão, orientação além de permitir a leitura em um momento de mais tranquilidade emocional que possibilitando um melhor entendimento do procedimento e seus cuidados pré e pós-aplicação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos durante todo o estudo, que a incidência do câncer ainda é alta e vem aumentando com o passar dos anos, inclusive a incidência das neoplasias infanto-juvenil que tem aumentado consideravelmente, e como ainda não se sabe as causas que podem iniciar seu desenvolvimento, a principal forma de tratamento é o diagnóstico precoce da doença.

Um dos principais agentes quimioterápicos é a MADIT administrada via intratecal, que tem como objetivo a prevenção, a fim de evitar que as células cancerígenas

alcancem o SNC (sistema nervoso central). Esse procedimento é considerado invasivo, realizado normalmente dentro do centro cirúrgico com anestesia, causando medo, angustia e ansiedade tanto na criança ou no adolescente como em seu familiar ou cuidador.

Com isso e possível concluir que é de extrema importância que a equipe de enfermagem seja bem orientada e tenha conhecimento científico, além da compaixão e empatia, permitindo assim, criar um vínculo não só com a criança ou com o adolescente, mais também com o familiar ou cuidador, que terá mais confiança para tirar suas dúvidas em relação ao procedimento, além de expressar seus medos e angustias.

Por este motivo as orientações devem ser ofertadas de forma simples e de fácil compreensão, levando em conta a cultura, situação socioeconômica e o grau de conhecimento. Além de a enfermagem transparecer mais credibilidade na hora de dar à diretriz, além de ter o conhecimento para abordar de uma forma adequada, e estar preparados para esclarecer as dúvidas quantas vezes forem necessárias.

O folder ilustrativo tem como intensão facilitar a compreensão de uma maneira mais simples possível, além das figuras que permitem uma visualização melhor do procedimento, visando suprir as necessidades dos pacientes e do seu familiar ou cuidador, possibilitando o esclarecimento de suas dúvidas.

Esperamos que o presente estudo tenha contribuído para a compreensão de forma mais clara e objetiva do papel da enfermagem na educação em saúde ao paciente oncológico pediátrico.

Apêndice 1

Apêndice 2

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. da; SILVA, S. R. da. Administração de quimioterápicos: uma proposta de protocolo de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 60, n. 3, p. 331-335, maio/jun. 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2670/267019611017.pdf. Acesso em: 6 set. 2019.

ARRUDA-COLLI, M. N. F. de. *et al*. Uma recaída de câncer pediátrico: um estudo sobre a experiência materna. **Psicologia USP,** São Paulo, v. 27, n. 2, p, 307-314, maio/ago. 2016. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305146816018. Acesso em: 01 maio 2019

CAZÉ, M. O.; BUENO, D.; SANTOS, M. E. F. dos. Estudo referencial de um protocolo quimioterápico para leucemia linfocítica aguda infantil. **Revista HCPA**, Porto Alegre. v. 30, p. 5-12, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/23680. Acesso em: 01 maio 2019

COSTA, T. F. da; CEOLIM, M. F. A enfermagem nos cuidados paliativos à criança e adolescente com câncer: revisão integrativa da literatura. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 776-784, dez. 2010 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472010000400023. Acesso em: 05 set. 2019

DIAS, A. R. **Construção e avaliação de um folder educativo com enfoque na orientação para casais soro discordantes sobre práticas reprodutivas seguras e as principais formas de transmissão do HIV**. 2017. 16 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão da Política de DST, AIDS, Hepatites Virais e

Tuberculose) – Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, universidade Federal do Rio Grande do Norte, Teresina, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/43912. Acesso em: 06 set. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Estatuto da criança e do adolescente**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 96 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_crianca_adolescente_3ed.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

INCA - Instituto Nacional do Câncer. **Estimativa 2012 - Incidência de Câncer no Brasil**. Disponível em: https://www.gov.br/inca/pt-br. Acesso em: 06 set. 2019

PARO, D.; PARO, J.; FERREIRA, D. L. M. O enfermeiro e o cuidar em oncologia pediátrica. **Arquivos de Ciência da Saúde**, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 151-7, jul./set. 2005. Disponível em: https://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/vol-12-3/06%20-%20ID132.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.

PERONDI, B. L. B. *et al*. A enfermagem nos cuidados paliativos de crianças com leucemia linfoide aguda terminal. **Revista Ciências da Saúde e Educação IESGO,** [Goiás], v. 1, p. 29-36, jun. 2019. Disponível em: https://revista.iesgo.edu.br/ojs/index.php/CSEI/article/view/9. Acesso em: 14 ago. 2019.

RODRIGUES, K. E.; CAMARGO, B. de. Diagnóstico precoce do câncer infantil: Responsabilidade de todos. **Revista da Associação Médica Brasileira,** [São Paulo], v. 49, p, 29-34. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ramb/a/7C3yWzyvb5x5sX98jm8jsgR/abstract/?lang=pt. Acesso em: 13 ago. 2019.

SASAKI, V. D. M. *et al*. Reabilitação de pessoas com estomia intestinal: revisão integrativa. **Revista de Enfermagem UFPE**, Recife, v. 11, n. 4, p. 1745-1754, abr. 2017. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/fr/biblio-1032109.

SMELTZER, S. *et al.* Brunner & Suddarth: Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 2404 p.

VIEIRA, A. P. M. S.; CASTRO, D. L.; COUTINHO, M. S. Assistência de enfermagem na oncologia pediátrica. **Revista Atualiza Saúde**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 67-75, jan./jun. 2016. Disponível em: https://atualizarevista.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Assist%23U00eancia-de-enfermagem-na-oncologia-pedi%23U00e1trica-v-3-n-3.pdf. Acesso: 07 set. 2019.

ORIENTAÇÕES DE ENFERMAGEM A ADOLESCENTES MÃES QUANTO AOS RISCOS DE AMAMENTAÇÃO CRUZADA

Tiago Rodrigo Garcia, Gercilene Cristiane Silveira, e-mail: garcia-tr@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

A adolescência caracteriza-se como a etapa do desenvolvimento humano e de transição entre a infância a idade adulta, com processo de maturação biológica, psicológica e social, além de ser considerada como momento de conflito ou de crise. É um importante ciclo existencial do indivíduo com tomada de posição familiar, social e sexual diante dos membros do grupo ao qual pertence. Estima-se que por ano, no mundo, aproximadamente 16 milhões de adolescentes entre 15 a 19 anos de idade tornam-se mães. Um em cada dez partos é de adolescentes, o que corresponde a 11% de todos os nascimentos (AGUIAR *et al*., 2018).

De acordo com Monteiro e Pereira (2018), a multiplicação de adolescentes grávidas é um fenômeno quase universal, sendo o maior problema de saúde pública. A gravidez não planejada entre adolescentes é uma situação que faz parte da realidade diária da sociedade. Mesmo com as transformações vividas no atual momento, com as mudanças na forma de agir e no comportamento das pessoas, com a quebra de vários tabus e alterações nos hábitos sexuais dos brasileiros, a gravidez precoce ainda se faz presente. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que em 2001 a população brasileira compunha-se de aproximadamente 32 milhões de adolescentes de 10 a 19 anos, sendo que 50,04% dessas são representados por homens e 49,96% por mulheres.

Para Gomes *et al*. (2015), o aleitamento materno é amplamente incentivado por ser o alimento mais completo e ideal para crescimento e desenvolvimento infantil, com vantagens para a nutriz, bebê e sociedade/nação. É recomendado exclusivamente até o sexto mês de vida e complementado até dois anos ou mais. Contudo, uma importante contraindicação é a infecção pelo HIV, que teve seu advento no final da década de 70 do século passado e desde então tem sido uma doença prevalente em todo o mundo.

Atualmente, o aleitamento cruzado é uma prática não recomendável, pois se evidenciou que através do leite materno as crianças podem ser contaminadas por

algumas doenças, tais como aquelas causadas pelos seguintes agentes: Humanimuno deficiency virus (HIV); Human T lymphotropicvirus (HTLV); Citomegalovirus (CMV); entre outros (PEREIRA *et al*., 2015).

Justifica-se o estudo desse assunto pelo fato de que é necessário se fazer uma análise das práticas de amamentação vigentes, especificamente o aleitamento cruzado, que implique na construção de uma base de conhecimento capaz de levar a encontrar ou validar propostas eficientes para a transformação da situação atual com relação a atos que podem tornar a prática do amamentar em algo inseguro, contrariando o que é preconizado, ou seja, amamentar é saudável, porém, dependendo das circunstâncias, nem sempre. Diante do desconhecimento de adolescentes sobre os cuidados da amamentação e sua importância para o bebê o estudo tem por objetivo pontuar os perigos e as consequências da amamentação cruzada para a saúde da criança.

2 METODOLOGIA

A metodologia que será utilizada para o estudo será a revisão bibliográfica da literatura cujas fontes principais que serão selecionadas para a pesquisa serão as bases de dados LILACS e SciELO cujos artigos foram publicados a partir do ano de 2000 até os dias atuais. Poderá também se utilizar o buscador online Google trabalhos como monografia, dissertação e tese, todos com abordagem voltada ao assunto em questão. Serão usados também livros e outros materiais que forem pertinentes ao título em estudo.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Estudo realizado por Silva *et al*. (2010) define a adolescência, sobre a perspectiva da Organização Mundial de Saúde (OMS), como o período que vai dos 10 aos 19 anos de idade, o qual é marcado pelo crescimento e desenvolvimento acelerado.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa uma inflexão, onde a noção de adolescência adquiriu maior visibilidade, principalmente, pela atuação mais próxima da sociedade através dos conselhos tutelares. Seu recorte etário é delimitado dos 12 aos 18 anos pelo ECA e, seu conceito ampliado de um processo de crescimento e desenvolvimento biológico, psicológico e social, deve ser norteado pelo entendimento de que, essa trajetória rumo à maturidade biológica é vivida simultaneamente e desigualmente mediante processos culturais e sociais (MACÊDO, 2010).

Segundo Santos e Bouzas (2019), a taxa de gestação na adolescência no Brasil é alta para a América Latina, com 400 mil casos/ano. Quanto à faixa etária, dados do Ministério da Saúde revelam que em 2014 nasceram 28.244 filhos de meninas entre 10 e 14 anos e 534.364 crianças de mães com idades entre 15 e 19 anos. Esses dados são significativos e requerem medidas urgentes de planejamento e ações. Estudo realizado por Silva e Ferreira (2015) aponta para possíveis causas da gravidez na adolescência, das quais se destacam a falta de lazer, a desestruturação familiar, a necessidade de expressar amor e confiança, entre outros, podem levar a adolescente a iniciar uma vida sexual precocemente e sem cuidados, aumentando o risco de uma gestação indesejada.

Na concepção de Ribeiro *et al*. (2015), a gravidez traz vários efeitos sociais negativos na vida da adolescente, como: perda das oportunidades educacionais, de trabalho e redução das chances de um casamento feliz, com limitações de oportunidade. Ocorrem também efeitos psicológicos associados ao conflito emocional e educacional frente à situação da maternidade. Shimizu e Lima (2009) afirmam que a consulta de enfermagem se apresenta como um instrumento de suma importância na atenção à adolescente gestante, pois têm como finalidade garantir a extensão da cobertura e melhoria da qualidade pré-natal, principalmente por meio da introdução das ações de preventivas e promocionais as gestantes. É requerido, do profissional além da competência técnica, sensibilidade para compreender o ser humano e o seu modo de vida e habilidade de comunicação, baseada na escuta e na ação dialógica.

Com uma visão ampla sobre a questão pré-natal, Sabino (2007) afirma que a atenção pré-natal é um dos quatro pilares da maternidade segura, juntamente com o planejamento familiar, o parto seguro e a assistência obstétrica essencial, como formula o Programa de Saúde Materna e Maternidade Segura da Divisão de Saúde Familiar da OMS, como forma de assegurar às mulheres – incluem-se também as gestantes adolescentes – uma gravidez e partos seguros e bebês saudáveis.

Para assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida e à saúde, o Ministério da Saúde do Brasil inclui em sua política, como regra geral, estratégias voltadas para a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, bem como contempla, em situações de minoria, a sua contraindicação, sempre que essa prática coloque em risco a vida e a saúde da criança (PEREIRA, 2014).

O autor acima enfatiza ainda que embora a amamentação seja reconhecida como a melhor forma de alimentação da criança, propiciando inúmeras vantagens tanto para a mãe para o filho, conferindo importante proteção à criança, ela pode também ser uma

importante fonte de infecção, haja vista que nutrizes com enfermidades infecciosas podem transmitir agentes patogênicos pelo leite materno para a lactente. O aleitamento cruzado é um tema pouco estudado e merece ser investigado. Sobre a amamentação cruzada Pereira *et al*. (2015) abordam o assunto e lembram que no Brasil a proibição da amamentação cruzada é lei, conforme o estabelecido pela Portaria n. 1.016, de 26 de agosto de 1993, a qual dispõe sobre a proibição da amamentação cruzada, ou seja, proíbe que as mães amamentem outros recém-nascidos que não os seus ou que permitam que seus filhos sejam amamentados por outra nutriz.

De acordo com Nogueira (2009), o enfermeiro deve ter em mente que a amamentação cruzada é uma prática culturalmente aceita no Brasil considerada, inclusive, como um ato de solidariedade. No entanto, como se viu, esta prática é desestimulada e contraindicada pelo Ministério da Saúde, pois ela representa um risco adicional de transmissão vertical do HIV por mulheres soropositivas. É indispensável que o enfermeiro entende que a deficiência dessa informação faz com que as puérperas desconheçam os perigos desta prática e reafirmem a ideia de que amamentar outra criança ou deixar sua criança ser amamentada, seja uma forma de salvar sua vida.

Apesar de todas as recomendações quanto aos riscos do aleitamento cruzado, este se configura como uma prática ainda muito recorrente. Portanto, através do levantamento de dados referentes ao conhecimento e práticas sobre o aleitamento cruzado entre as mulheres grávidas atendidas em um programa de saúde, o presente trabalho teve como propósito por meio da apresentação de seus resultados e discussão, enfatizar sobre a importância da temática abordada e sobre a devida atenção ao tema que deve ser despendida pelas mães e futuras mães, bem como pelos os profissionais de saúde e futuros profissionais (PEREIRA *et al*., 2015).

Segundo Pereira (2014), nessa perspectiva, a saúde da criança é a prioridade, e a ação amamentar ou não amamentar, é apenas um dos elementos que compõem o cuidar, cujo objetivo maior é o de prevenir a instalação de doenças incuráveis promotoras de uma existência limitada, sofrida e/ou à morte prematura da criança. Dessa maneira, considera-se válido fazer uma análise das práticas de amamentação vigentes, especificamente o aleitamento cruzado, que implique na construção de uma base de conhecimento capaz de levar a encontrar ou validar propostas eficientes para a transformação da situação atual com relação a atos que podem tornar a prática do amamentar em algo inseguro, contrariando o que é preconizado, ou seja, amamentar é saudável, porém, dependendo das circunstâncias, nem sempre.

Em relação à amamentação cruzada estudo realizado por Von Seehausen *et al*. (2017) concluiu que além do baixo nível socioeconômico, apenas a multiparidade está associada ao a não adesão da amamentação cruzada, ou seja, mulheres que tiveram gestações anteriores praticaram menos o aleitamento cruzado. Assim, mães multíparas apresentam uma maior prevalência de aleitamento materno e de aleitamento materno exclusivo. Contudo, a falta de experiência prévia com a amamentação foi relatada como justificativa para a interrupção do aleitamento materno, dificuldades com as quais a mãe sem experiência não consegue lidar. Assim, por prática cultural enraizada, é possível entender que o aleitamento cruzado é praticado frequentemente por mães adolescentes primíparas frente às dificuldades e necessidade de apoio destas mães para amamentar.

De acordo com Sardinha *et al*. (2010), o enfermeiro é o profissional fundamental para a promoção do aleitamento materno, sendo o momento ideal no pré-natal, mas não se descartam outros momentos, pois ela sempre é válida em qualquer ocasião. Tem-se o programa de aleitamento materno Proame, em que a mãe e o bebê participam até os seis meses de vida da criança reforçando, ainda mais, a promoção do aleitamento materno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se também que a gravidez na adolescência é caracterizada como um grave problema de Saúde Pública no Brasil, já que a adolescente e seu filho ficam, muitas vezes, vulneráveis a riscos físicos, psicológicos, sociais e, acima de tudo, à saúde do bebê por meio da amamentação cruzada. A amamentação cruzada tem maior incidência entre mães em condições vulneráveis: mães adolescentes, baixa nível de escolaridade, menor nível socioeconômico, número insuficiente de consultas pré-natais e primíparas.

Fica evidente que é necessário maior esclarecimento para as adolescentes que amamentam maior ênfase sobre os riscos da amamentação cruzada, pois o que se notou é que muitas delas em virtude de vários fatores de nível social impedem que elas tenham ou busquem informações sobre a amamentação. O estudo mostra que a amamentação cruzada traz sérios riscos à saúde do bebê, mas que essa prática ainda é muito recorrente, apesar de proibida. Logo, para o enfermeiro toda essa realidade serve de evidência para que na abordagem sobre aleitamento materno com as mães adolescentes seja inserido o tema amamentação cruzada, tantas vezes esquecido.

Conclui-se ainda, que diante da importância do assunto o enfermeiro tem papel preponderante na orientação, educação e atenção à adolescente em todas as fases do processo de ser mãe, principalmente quando ela procura atendimento nas UBS. O papel da atenção do enfermeiro visa, principalmente, a redução das taxas de morbimortalidade materna e infantil, adotando-se medidas que assegurem a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério e assistência neonatal, momento extremamente oportuno para abordagem sobre a amamentação cruzada e seus malefícios.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. A. R. *et al*. Experiência da gravidez entre adolescentes gestantes. **Revista de Enfermagem UFPE on line,** [Recife], v. 12, n. 7, p. 1986-1996, jul. 2018. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-986844.

GOMES, C. S. *et al*. Amamentação cruzada, da negligência às virtudes morais: estudo descritivo. **Online Brazilian Journal of Nursing**. Niterói, v. 14, n. 3, p. 263-272, mar. 2015. Disponível em: https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/5157.

MACÊDO, M. R. de C. **Políticas públicas e promoção da saúde dos adolescentes e jovens do sexo masculino**: saúde sexual e reprodutiva, masculinidades e violências. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2327.

MONTEIRO, A. K. D.; PEREIRA, B. G. Causas e consequências da gravidez na adolescência: uma abordagem interdisciplinar entre ciências humanas e da saúde. **Revista de Saúde Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v. 3, p. 1-20, maio. 2018. Disponível em: https://revista.domalberto.edu.br/revistadesaudedomalberto/article/view/159.

NOGUEIRA, C. R. M. **Conhecimento sobre aleitamento materno de parturientes e prática de aleitamento cruzado na Unidade Hospitalar e Maternidade Venâncio Raimundo de Souza - Horizonte – Ceará**. 2008. 59 f. Dissertação (Mestre em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2338.

PEREIRA, C. R. G. *et al*. Prevalência de aleitamento cruzado e saberes sobre esta prática. **Revista Paraense de Medicina**, Pará, v. 29, n. 3, p. 69-77, jul./set. 2015. Disponível em: http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2015/v29n3/a5607.pdf.

PEREIRA, C. R. G. **Prevalência de aleitamento cruzado e saberes sobre esta prática, entre as gestantes atendidas na estratégia saúde da família do município de Belém, estado do Pará**. 2014. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Medicina) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/int-5407.

RIBEIRO, K. R. *et al*. Associação entre gravidez na adolescência, prática do bullying e evasão escolar em escola pública de Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil. **Revista Científica Internacional**, v. 10, p. 186-243, jan./mar. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277651368_ASSOCIACAO_ENTRE_GRAVIDEZ_NA_ADOLESCENCIA_PRATICA_DO_BULLYING_E_EVASAO_ESCOLAR_EM_ESCOLA_PUBLICA_DE_CAMPOS_DOS_GOYTACAZES_RJ_BRASIL.

SABINO, A. M. N. F. **A enfermeira e a atenção pré-natal em São José do Rio Preto.** 2007. 126 f. Tese. (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-19032008-161915/en.php.

SANTOS, K. F.; BOUZAS, I. Prevenção da gravidez na adolescência. Guia Prático de Atualização. Departamento Científico de Adolescência. **Sociedade Brasileira de Pediatria**, n. 11, jan. 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Adolescencia_-_21621c-GPA_-_Prevencao_Gravidez_Adolescencia.pdf. Acesso em: 04 fev. 2019.

SARDINHA, D. M. *et al*. Promoção do aleitamento materno na assistência pré-natal pelo enfermeiro. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, [Recife], v. 13, n. 3, p. 852-857, mar. 2019. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1015887.

SHIMIZU, H. E.; LIMA, M. G. As dimensões do cuidado pré-natal na consulta de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 62, n. 3, p. 387-92, maio/jun. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/CRj6fLyrcGmSTrdLmR8gPwf/abstract/?lang=pt.

SILVA, C. P.; FERREIRA, F. V. G. **Os desafios da gravidez na adolescência e a promoção da saúde**. 2015. 33 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharel em Enfermagem) – Faculdade Integrada de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/2049/OS%20DESAFIOS%20DA%20GRAVIDEZ%20NA%20ADOLESC%C3%8ANCIA%20E%20A%20PROMO%C3%87%C3%83O%20DA%20SA%C3%9ADE.pdf?sequence=1.

SILVA, V. C. *et al*. Gravidez na adolescência em unidades de saúde pública no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Revista Adolescente & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 60-67, out./dez. 2010.

VON SEEHAUSEN, M. P. *et al*. Fatores associados ao aleitamento cruzado em duas cidades do Sudeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [Rio de Janeiro], v. 33, n. 4, p. 1-10, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/xGztBgGLgBkWZ5vZnNLQg4y/?lang=pt#:~:text=O%20baixo%20n%C3%ADvel%20socioecon%C3%B4mico%20esteve,de%20seis%20consultas%20pr%C3%A9%2Dnatais..

ORIENTAÇÕES DE ENFERMAGEM PARA CRIANÇAS, SOBRE PREVENÇÃO AOS ACIDENTES DOMÉSTICOS

Karolayne Natalia Raimundo, Wesley Junior Bueno de Lima, Renata Cristina de Oliveira Souza Castro, e-mail: enfcastro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O acidente doméstico tem se revelado como uma das principais causas dos atendimentos, internações, incapacidades e óbitos em crianças e adolescentes em vários países e tem contribuído, de forma considerável, para manter elevada a taxa de morbimortalidade infantil (SCHVARTSMAN, 1987; SANTOS, 1988; CORDERO ABAD *et al*., 1989; JONES, 1993).

A morbimortalidade decorrente dos acidentes infantis continua alta em todo o mundo. A prevenção tem sido apontada como alternativa para diminuir estes agravos e destaca-se o papel da escola como um ambiente fundamental para a promoção da saúde e desenvolvimento integral da cidadania, o que implica em segurança e educação (LIBERAL *et al*., 2005).

Segundo dados do MS (2017), para faixa etária de (0 a 14 anos) zero a quatorze anos, os acidentes foram responsáveis por 3.733 mortes e 117.577 hospitalizações de meninos e meninas em 2016. Estimativas mostram que para cada morte de uma criança, outras quatro ficam com sequelas. Onde podem gerar consequências emocionais, sociais e financeiras à família e à sociedade.

O desenvolvimento da profissão da Enfermagem tem uma longa e importante trajetória, iniciada por *Florence Nightingale,* que preconizava as observações sistemáticas do indivíduo e do ambiente como forma de desenvolver o conhecimento dos fatores que promovem o restabelecimento da saúde (CUNHA, 2002).

Estudos de Stocco *et al.* (2011) ressaltam a credibilidade na implantação de cursos de primeiros socorros, para atendimentos nos diversos ambientes de convivência, como matéria didática na grade curricular das Escolas, capacitando desde os alunos de ensino fundamental, ensino médio, professores e população tornando – os assim, multiplicadores de conhecimento. Através do curso de noções básicas de primeiros

socorros até os de nível de conhecimento mais avançados, tornando os alunos aptos a prestar um pré-atendimento hospitalar mais adequado e seguro.

Primeiros-socorros são cuidados prestados, rapidamente, às pessoas (vítimas) em situações de acidentes ou mal súbito, no local onde está ocorrendo. Estes cuidados podem salvar vidas ou evitar que situações mais graves aconteçam até que o socorro especializado chegue. O socorrista (profissional que atende a vítima) deve avaliar a situação e a vítima, garantir sua segurança e a segurança do local e prestar os primeiros-socorros (DRAGANOV, 2007).

2 OBJETIVO

Destacar a atuação do enfermeiro como orientador das crianças, sobre como estas devem proceder no caso de presenciar acidentes domésticos.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho trata – se de revisão da literatura com enfoque na atuação do enfermeiro (a) como orientador da criança e adolescentes sobre a maneira como eles podem agir caso presencie uma situação de acidente doméstico infantil.

O critério de inclusão para utilização dos materiais bibliográficos foi selecionar os mais recentes sobre o tema e na língua portuguesa. Foram escolhidos também aqueles trabalhos que conseguiram conciliar harmoniosamente, educação e saúde. Há bibliografia mais antiga para contemplar dados históricos. Há publicação entre os anos de 1987 e 2018. Como critérios de exclusão têm-se os trabalhos que tratam de patologias específicas e que não abordam formas de cuidado. As palavras chaves que nortearam as buscas foram: Enfermagem, Educação, Acidentes domésticos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Souza (1997), os acidentes domésticos estão relacionados, à sua rede social, como o estilo de vida, fatores educacionais, econômicos, culturais e sociais, por curiosidade da criança, e os principais acidentes ocorridos são, quedas, queimaduras, aspirações e introduções de corpos estranhos e intoxicações exógenas.

Segundo dados do Ministério da Saúde (MS) (2017) estima - se que os acidentes domésticos são responsáveis por 3.733 mortes e 117.577 hospitalizados meninos e meninas em 2016. E para cada morte de uma criança, outras ficaram com sequelas permanentes, que provavelmente gerarão consequências emocionais, sociais, financeiras à família e à sociedade.

Segundo a Organização Pan-americana de Saúde - OPAS (1995), a promoção da saúde no âmbito escolar parte de uma visão integral e multidisciplinar do ser humano, que considera as pessoas em seu contexto familiar, comunitário, social e ambiental.

Segundo Costa *et al.* (2013), a escola deve ser um espaço social interessante para o desenvolvimento transdisciplinar, por ser um local de elaboração de muitas possibilidades para a execução de uma educação para saúde racional, satisfatória e ordenada, instrumentalizando os alunos para a vida cotidiana.

O docente enfermeiro como integrante da equipe multidisciplinar tem por ação educativa, seja ela individual, em grupo ou em massa deve se programar e preparar recursos de diversos modos, para que tenham uma abordagem unificada e coerente (ZANOTTI, 1996; SILVA, 2006).

A enfermagem ultrapassou o processo, a interação e a relação com os seres humanos, para desenvolvimento e currículo integrado. Com desenvolvimento da criatividade e do intelecto, para a prática e para a pesquisa, promovendo a sua satisfação no cuidado ao próximo (CUNHA, 2002).

O enfermeiro, como educador em saúde, atuará no intuito de preparar o indivíduo, desenvolvendo suas habilidades de autocuidado e não para a dependência, sendo, portanto, um facilitador nas tomadas de decisões (MENEZES e ROSA, 2004).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o desenvolvimento do trabalho com as Escolas Promotoras de Saúde, movimento internacional, começa a ter força também no Brasil oferecendo oportunidades de crescimento e desenvolvimento em um ambiente saudável, com a participação dos setores da saúde e educação, família e comunidade (BRASIL, 1997a).

Contudo pode – se observar através dos autores citados, que saúde e educação são de grande valia, pois o ensinamento oferece segurança para iniciativas nas crianças, fazendo assim que outras pessoas também consigam ver, como a promoção da saúde faz juntos diante.

Quando entramos na graduação de enfermagem não tínhamos nenhuma noção onde a gente poderia atuar como profissionais, assim com a realização dos estagio, vêm problemas acontecendo e nada a ser feito, mediante alguns problemas, visto na mídia, e por relatos de alunos de ensino médio e fundamental, que tiravam sua dúvida nos postos de saúde, de como socorrer uma pessoa quando sofre um corte por arma branca, vítima de engasgamento, parada cardiorrespiratória, desmaio e choque e entre outros, em sua residência, pensando nisso foi realizado um estudo, para mostrar que

enfermeiros podem ser educadores em rede pública, e que é de suma importância o profissional de saúde realizar práticas educativas, pensando como prevenir, pensamos em colocar crianças, ensinando de forma divertida e segura sobre acidentes domésticos nas escolas.

O enfermeiro (a) tem papel importante na promoção de saúde e na prevenção de agravos à saúde, é um educador em potencial. Cabe a este profissional, realizar prática educativa com familiares, cuidadores, alunos das Escolas de ensino fundamental, médio e nível superior. Atua como multiplicador como professor de primeiros socorros ensinando crianças que irão desenvolver práticas e metodologias de fácil execução, para desenvolver conhecimento sobre acidentes domésticos, oferecendo maiores oportunidades para que a vítima possa ser salva.

De forma geral o enfermeiro e de sua atribuição prover ações, planejar assistência educativa com ênfase na segurança, protegendo, estimulando as atividades na área da saúde, transformando crianças para dar assistência rápida.

O conceito “urgência” é uma situação que deve e merece atenção e cautela com exata velocidade. Em um cenário de urgência que não haja cuidados adequados, é possível que ela evolua para uma situação de “emergência”, elevando os riscos para morte. Assim, é de suma importância, que no momento de urgência, seja atendida brevemente.

Na Medicina, a emergência é um quadro que exige uma situação de cirurgia ou rápido atendimento. Em situações que possui uma característica mais imediata de emergência, pode sim, haver risco de morte. Para que isso não seja, Saúde e educação são dois pontos importantes, que contribuem para uma boa melhoria, porém ambas é esquecido, e não são desenvolvidas e nem investidas. Por falta dos recursos necessários e de pessoas que contribuem para uma boa prática.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde, Departamento de Informática do SUS. **DATASUS**. Indicadores e Dados Básicos, Brasil, 2017.

BRASIL. **Portaria n° 737, de 16 de maio de 2001**. Política nacional de redução de morbimortalidade por acidentes e violência. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt0737_16_05_2001.html.

Ministério da Saúde, **Secretaria de Vigilância em Saúde**, Departamento de Análise de Situação de Saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

COSTA, G. M. *et al.* Promoção de saúde nas escolas na perspectiva de professores do ensino fundamental. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, [Goiás], v. 15, n. 2, p. 506-515, jul. 2013. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fen/article/view/15769.

CUNHA, S. Z. A. da. A educação em enfermagem e seu compromisso social. **Revista Centro de Educação**, [Santa Maria], v. 27, p. 23-38, 2012, Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/4466.

LIBERAL, E. F. *et al*. Escola segura. **Jornal de Pediatria,** Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, nov. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jped/a/8sLR3tHL5z6tFh6m97567Bp/abstract/?lang=pt.

MENEZES, G. A.; ROSA, R. dos S. D. Práticas educativas em saúde: a Enfermagem revendo conceito na promoção do autocuidado. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 8, n. 2, p.337-340, abr./jun. 2004. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-397459.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE**. Comissão de Especialistas em Educação em Saúde da Organização Mundial da Saúde**. Washington: OMS, 1954.

OPS - ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. **Educación para la salud**: un enfoque integral. Washington: OPS, 1995. Disponível em: https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2017/promocion-salud-intersectorialidad-concurso-2017-educacion.pdf.

PELICIONI, M. C. F.; TORRES, A. L. **A escola promotora de saúde**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1999. 14 p.

SCHVARTSMAN, S. *et al.* Aspectos pediátricos das intoxicações exógenas agudas no Município de São Paulo. **Revista Paulista de Pediatria,** [São Paulo], v. 2, n. 7, p. 24-27, 1984. Disponível em: http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=ADOLEC&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=26099&indexSearch=ID.

SOUZA, L. J. E. X.de; RODRIGUES, A. K. de C.; BARROSO, M. G. T. A família vivenciando o acidente doméstico: relato de uma experiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [Ribeirão Preto], v. 8, p. 83-89, jan. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/SpD67PJQV6J34YCBK9BTSPk/abstract/?lang=pt.

STOCCO, J. A. O enfermeiro na educação escolar ensinando noções básicas de primeiros socorros para alunos do ensino fundamental. **Revista Eletrônica da Facimed,** Cacoal, v. 3, n. 3, p. 363-370, jan./jul. 2011. Disponível em: https://silo.tips/download/o-enfermeiro-na-educaao-escolar-ensinando-nooes-basicas-de-primeiros-socorros-pa.

ZANOTTI. R. Expandindo as fronteiras da educação em enfermagem globalmente**. Revista Latino-Americana de Enfermagem,** Ribeirão Preto, v. 4, p. 189-196, jan.1996. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/fwnmtVqRzTCMpqQF8wKHzfD/?lang=pt.

OS CONCEITOS DA CULTURA POPULAR E A EDUCAÇÃO

Silvia O. Gimenez, Solimar G. M. Bonjardim,
e-mail: silviaoliveiragimenez@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Cultura popular é um componente ativo na vida do ser humano e conceitua-se como um conjunto elementos culturais de uma sociedade, transmitida oralmente pelas pessoas mais velhas para as mais novas. A cultura, em sua formação, é influenciada pelas crenças da comunidade de cada região, por exemplo: variações na música, dança e gastronomia.

Nesse sentido, entende-se que a cultura está na formação te todos os seres humanos. E, de acordo com Freire (1983), não existe um ser humano sem cultura, sem elementos que influenciaram sua formação. Da mesma forma que não existe seres humanos ignorantes, sem conhecimento e educação. Na verdade, o mundo deve entender que a cultura e a educação são diversas entre si. Cada um tem um tipo de conhecimento, cultura e educação. Isso difere as pessoas.

O autor supracitado, Paulo Freire, uma vez questionado pelo repórter Ricardo Kotscho sobre o que é “Cultura”, respondeu que era um:

> (...) debate que tinha a ver com as relações entre ser humano e o mundo; o papel do trabalho na transformação do mundo e o resultado dessa transformação na criação de um outro mundo que, esse sim, é criado por nós, o mundo da cultura que se alonga no mundo da História. (FREIRE,1987, p.15-16).

Então, os conceitos de cultura e a educação estão aqui discutidos como conceitos intrínsecos, impossíveis de serem separados. E, devido a esse status, qualquer modificação em um, acarreta na mudança do outro. Por isso, as transformações acontecem casadas, influenciadas pelas relações sociais, econômicas e políticas.

A cultura e a educação como algo artificial, influenciados, sofrem todas as transformações originárias do produto coletivo da vida humana. E a dimensão que, na atualidade, gera discussões controvérsias é a dimensão popular da cultura. A Cultura popular dos menos favorecidos, dos chamados de ignorantes e sem conhecimento.

Antes de qualquer discussão, é preciso lembrar a afirmação acima de Freire (1983), este enfatiza que o conhecimento é diverso. Não se deve achar que existe alguém ignorante. Antigamente o conhecimento de selar um cavalo era o ápice do conhecimento. Atualmente, devido as mudanças sociais, políticas e econômicas, uma pessoa que tem esse tipo de conhecimento popular é vista e classificada como ignorante.

Diante disso essa discussão dos conceitos de educação e cultura popular ganham importância, é necessário o entendimento e relação desses. A dimensão da cultura, torna-se estruturante para a prática da educação popular, e nela associa uma identidade de uma sociedade.

Carlos Estevam (1983), afirma que, só será possível modificação na sociedade através da consciência política revolucionária, e a cultura, como uma construção histórica e social, seja como concepção ou dimensão do processo social. Assim, a Cultura Popular na Educação Popular, são transmitidas, preservadas e transformadoras em virtudes de fazer o bem para a mudança do ser humano.

Portanto, o objetivo deste estudo é discutir a relação entre os conceitos cultura popular e educação, enfatizando a importância da preservação da cultura no processo de ensino aprendizagem.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, apenas em fontes secundárias, na qual realiza-se análise qualitativa de conceitos, principalmente para o entendimento dos conceitos da Cultura Popular e a Educação Popular, entre outros correlacionados.

3 DISCUSSÕES

A Educação e a Cultura, são considerados instrumentos de transformação social. Para Paiva (1984 apud OLIVEIRA, 2001, p.25), a compreensão da cultura popular deveria partir da valorização da produção cultural das massas e criação das condições para que o povo pudesse não somente produzir cultura, mas usufruir da sua própria cultura.

Uma das características que diferencia o ser humano dos animais irracionais é a produção de cultura. Segundo PILETT I (1999),

> Todas as pessoas têm cultura. Melhor dizendo, todas as pessoas vivem de acordo com determinada cultura. A cultura abrange a maneira de viver (agir, pensar e sentir) de um povo. Maneira de viver que pode ter aspectos comuns e

> aspectos diferentes em relação amaneira de viver de outros povos. A forma de organização social de um povo, portanto, também parte de sua cultura. (PILETTI,1999, p. 210).

De acordo com Maciel (2011), a Educação e a Cultura manifestam-se como instrumentos de transformação social, passando a ser pensadas, proposta e praticadas a partir das condições das classes populares.

Para Brandão (1985), ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo, ou muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser, ou conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1985, p.7).

Em seus textos Freire (2003) destaca de forma ampla a palavra “cultura”, e podemos compreender que se refere a um conceito associado ao povo, de acordo com a descrição:

> Todos os povos têm cultura, porque trabalham, porque transformam o mundo e, ao transforma-lo, se transformam. A dança do povo é cultura. A música do povo é cultura, como cultura é também as formas como o povo cultiva a terra. Cultura é também a maneira como que o povo tem de andar, de sorrir, de falar, de cantar, enquanto trabalha(...) Cultura são os instrumentos que o povo usa para produzir. Cultura é a forma como o povo entende e expressa o seu mundo. Cultura é o tambor que soa pela noite adentro. Cultura é o ritmo do tambor. Cultura é a ginga dos corpos do povo ao ritmo dos tambores (FREIRE, 2003, p. 75-76).

Sem dúvida, a cultura popular faz parte do dia a dia das pessoas, ou seja, da vida dos seres humanos. E, segundo Ferreira Gullar (Apud FÁVERO, 1983, p. 49), a expressão “cultura popular” designa, na vida brasileira, um fenômeno novo cuja importância está na razão direta dos complexos fatores sociais que o determinam. E complementa:

> A cultura popular é, em suma, a tomada de consciência da realidade brasileira. Cultura popular é compreender que o problema do analfabetismo, como o da deficiência de vagas nas Universidades, não está desligado da condição de miséria do camponês, nem da dominação imperialista sobre a economia do país. Cultura popular é compreender que as dificuldades por que passa a indústria do livro, como a estreiteza do campo aberto às atividades intelectuais, são frutos da deficiência do ensino e da cultura, mantidos como privilégios de uma reduzida faixa da população. (...) É compreende, em suma, que todos esses problemas só encontrarão solução se realizarem profundas transformações na estrutura sócio-econômica e consequentemente no sistema do poder. Cultura popular é, portanto, antes de mais nada, consciência revolucionária. (GULLAR Apud FAVERO, 1983, p. 51-52).

A palavra cultura, de acordo com o autor supracitado, é bastante complexa, pois, na visão antropológica, defini significados que dão sentido ao desenvolvimento das

sociedades humanas no mundo, pois, é um conjunto de diversos aspectos, como crença, costumes, leis, valores, etc.

De um modo geral:

- A cultura num aspecto mais amplo fala sobre um conjunto de práticas pelas quais o ser age sobre e transforma o que está na natureza.
- Para o antropólogo, definir o que é cultura, é enfatizar o modo e a forma de viver dos humanos e, ao mesmo tempo a maneira de viver em grupos sociais.
- Cultura caracteriza um conjunto de conhecimentos, valores, de crença e de hábitos de um povo ou de uma época.

Nesse contexto, pode-se concluir que um indivíduo não pode dizer que não possui cultura, ninguém nasce fora de um contexto social, seja ele qual for. PILETTI (1999), defini que todas as pessoas ao longo da vida, adquirem conhecimentos (a língua materna, uma profissão, etc...), crenças (religião, por exemplo), hábitos (modo de vestir, costumes alimentares, normas de comportamento (o que se pode e o que não pode fazer), e todos utilizam diversos instrumentos (lápis, caderno, enxadas, carros, maquinas, etc...), para realizar suas atividades. Tais conhecimentos, crenças, hábitos, normas e instrumentos fazem parte da cultura. (PILETTI, 1999, p.210).

A Educação Popular, vinculada com a classe trabalhadora é, no entanto, uma educação ético-política e intelectual dessa categoria, acontecendo em todos os ambientes educativos, atendendo todos os interesses das camadas populares. Sendo assim, desejar tornar os sujeitos idealizadores de sua própria cultura, mas tendo a escola como um lugar fundamental de sua realização, por ser um espaço de cultura, ciência e de tecnologia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n°9394/96, expressa o avanço dessa percepção, transcrito em seu artigo1°:

> A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB, 2000, p.9).

Segundo Souza (2003), a Educação Popular é compreendida conquanto a atividade cultural e de desenvolvimento de cultura, tendo em vista a construção da humanidade do ser humano em suas diferentes feições. Sem tal afirmação não conseguimos compreender e avançar na construção idealizadora do indivíduo jovem ou

adulto, libertando-o e tornando capaz de refletir, indagar, problematizar a sua consciência de mundo de forma crítica e objetiva.

No conceito de Marques (2002), o professor deve livrar-se de conceitos aprendidos e repassados aos alunos. Para ele, o professor deve produzir com os alunos os conceitos que irão operar para entender as relações com que lidam, além de problematizar a realidade, criar situações para estimular o aluno a falar, a ouvir, ocasionando uma ampliação de conhecimentos.

Para os autores Delizoiciv, Angotti e Pernambuco (2009), o ensino de ciências torna-se mais atrativo e reconhecido pelos alunos e pelos professores quando este proporciona aprendizagem significativa, ou seja, conhecimentos que faz ou farão parte do cotidiano de cada processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, tem crescido nos últimos tempos as pesquisas visando a superar o modelo tradicional de ensino. Carvalho (2000), por exemplo, observou que, o ensino está reduzido à transmissão de conceitos prontos, e para ele, a escola tem outro papel. Para o autor, a escola deve dotar as pessoas de “condições “teóricas e práticas para que elas utilizem, transformem e compreendam o mundo da forma mais responsável possível”. Assim, para ele, a expansão da Ciência trouxe a necessidade de se ensinar nas escolas o conhecimento produzido por ela, mas com o propósito de ser utilizado pelos alunos para lidar com aspectos de sua vida diária.

A cultura e a educação sofrem influências sobre o motivo socioeconômico e do político, e é devido a esta condição mútua que cresce o papel da educação ao desenvolvimento como compromisso social. Fonseca (2009), diz que

> vivemos em uma sociedade de classes onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas ultrapassam os limites da imaginação. Essas desigualdades são responsáveis pela situação de “apartação” reinante, na qual, muitas vezes, “rico” e “pobre” só se encontram em situações de faxina ou assalto. Por um lado, condomínios de luxo, rodeados de grades de ferro, por outro, favelas que se estendem até os quatros horizontes, levando a justaposição, na mesma sociedade, de modos de vida radicalmente diferentes um do outro. É responsabilidade de todo cidadão zelar pela erradicação desta desigualdade, resultado de estruturas políticas e econômicas perversas. (FONSECA, 2009, p.03).

Em resumo, o papel da escola, nas instituições educacionais, é de contestar criticamente os meios de pensar, de sentir, de atuar os resultados na sociedade perante a construção das demandas sociais contemporâneas e ética, em síntese, seria o de recriar a cultura popular na escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, nessas palavras iniciais é preciso ressaltar que todos têm cultura seja ela qual for, e através da educação, saber usar a cultura como instrumento para a transformação social, possibilitando a formação e o desenvolvimento dos educandos. Esse é um princípio ético-político de valorização do ser humano, de suas experiencias de vida e cultural.

Para finalizar, conclui-se que a cultura popular e a educação popular são voltadas para a transformação e o conhecimento de valores, de crenças, e hábitos de um povo. E ambos buscam conquistar o seu reconhecimento no contexto social.

A discussão sobre os termos apresentados acima estão sendo desenvolvidos e trabalhados. O objetivo está em fase de construção e aprimoramento.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. A educação popular na escola cidadã. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

CARVALHO, W. (Org.). Biologia: o professor e a arquitetura do currículo. São Paulo: Articulação Universidade/Escola LTDA,2000.

DEIZOICOV, D; ANGOTTI, J. A. PERNANBUCO, M. M. Ensino de ciências: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: <http//www.cortezeditora.com.br/ensino-de-ciencias-fundamentos-e métodos-298.aspx/>. Acesso em 30de maio de 2016.

ESTEVAM, C. A questão da cultura popular. In: FÁVERO, O. (Org.). Cultura popular e educação popular: Memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983, p. 33-47.

FONSECA, C. W. Antropologia, Educação e Cidadania. Porto Alegre, 2009. Disponível em: < http://www.geeeeemp.org.br/files/antropologia.pdf> Acesso em:04de Maio de 2009.

FREIRE, P; BETTO, F. Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. 5. ed. São Paulo: editora Atica,1987. (Serie Educação em Ação).

FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 45. ed. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 2003.

GULLAR, F. Cultura popular. In: FÁVERO, O. (org.). Cultura popular e educação popular. Memórias dos anos 60. 2°ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001, p.49-55.

MACIEL, J. Fundamentação teórica do sistema Paulo Freire de educação. Estudos Universitários- Revista da cultura da Universidade do Recife, no.4, abril- Junho, Recife,1963.

MARQUES, M. O. Educação nas Ciências: interlocução e complementariedade. Ijuí: Unijuí; 160. 2002.

PILETTI, N. Sociologia da Educação. 18°ed. São Paulo: Ática, 1999.

SOUZA, J.F. O núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular (NUPEP/ UFPE) - Belo Horizonte, 2006.

OS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DA IGREJA CATÓLICA

Ademir Fernando Amadeu, Jamile Gonçalves Calissi, e-mail: afamadeu@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

É pacificado que os Direitos Humanos são importantes para a pessoa humana e, muito embora os documentos que estipulem os Direitos Humanos sejam recentes, isto é, positivados, desde sempre a humanidade se preocupou com a questão humana no sentido de sua dignidade, seus valores, seus princípios e deveres. Sob essa perspectiva, observa-se, a partir de uma análise mais profunda a respeito daquilo que são os Direitos Humanos, uma ligação profunda e intima com o Direito Natural e com o próprio ensino da Igreja.

O Papa João XXIII, em 1963, na encíclica *Pacem in Terris* (2018), afirmou que o respeito à pessoa humana implica que se respeitem os direitos que decorrem de sua dignidade de criatura, e direitos que são, inclusive, anteriores à sociedade, sendo, portanto, responsáveis por legitimar toda a lei moral presente. Nesse sentido, ainda segundo o Papa, é muito importante que tais direitos sejam positivados, pois sem o verdadeiro respeito a tais fundamentos, uma autoridade só será capaz de agir mediante força ou violência.

Nessas reflexões é possível ainda perceber a exortação católica que afirma serem a defesa e a promoção da dignidade da pessoa humana deixadas ao homem pelo Criador e, por sua vez, os homens são rigorosamente responsáveis e obrigados a esse dever. É bem verdade que os Direitos Humanos sofreram muitas alterações com o passar dos anos, sobretudo de 1980 para cá. O presente estudo não tem a finalidade de discutir as várias etapas e ideias de formação dos Direitos Humanos, mas tão somente observá-los e analisá-los à luz do ensinamento do Magistério Católico.

É presente, também, um preconceito generalizado por parte de quem se propõe a falar de Igreja e sociedade, sobretudo porque, atualmente, tem-se a noção de que a fé deve ser vivida em um ambiente fechado, sem declarações públicas, num laicismo perverso.

Essa confusão sobre o papel da Igreja na sociedade tem sua origem em um problema bastante complexo para a mentalidade moderna, e que diz respeito aos próprios

fundamentos dos direitos humanos. Disse Bento XVI (2011), certa vez, no parlamento alemão, que a ideia do direito natural é vista, nos dias de hoje, como uma doutrina católica bastante singular, sobre a qual não valeria a pena discutir fora do âmbito católico, de tal modo que quase se tem vergonha mesmo só de mencionar o termo. Dois fatores são responsáveis por isso, quais sejam: a cisão entre fé e razão, que gerou uma noção de lei natural rígido, sem a consideração de processos históricos; e o surgimento da doutrina positivista, cuja explicação sobre o ser humano tende a reduzi-lo a uma natureza apenas funcional. À luz daquilo que ensina a Igreja Católica, compreender-se-á outra visão do que são os Direitos Humanos.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a de caráter indutivo, partindo das definições presentes em documentos tanto religiosos quanto seculares. A relação feita entre um e outro parte do princípio do Direito Natural que, embora dedutivo, no presente trabalho baseou-se em outros livros que tratam do assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pode-se afirmar que, muito embora a Igreja Católica tenha se preocupado com os direitos dos homens de todos os tempos e, em seu auge, na Idade Média, com a criação das Universidades, Hospitais e Escolas, o assunto só foi plenamente desenvolvido em meados do século XIX. A área da Igreja que lida com essa questão dos Direitos é a chamada Doutrina Social da Igreja que, por sua vez, é responsável por apontar os caminhos pelos quais os católicos devem contribuir socialmente, juntamente dos princípios necessários para o bom desenvolvimento da sociedade, sempre tendo em vista o bem comum.

Na época moderna, o Papa Gregório XVI (1831-1846) condenou a escravidão dos negros com a bula *In Supremo Apostolatus* (1839) contribuindo, desta forma, para o fim deste tráfico. No início do século passado, o Papa Pio XI (1922-1939) bradou contra os totalitarismos de direita e de esquerda, utilizando-se da encíclica *Non abbiamo bisogno* (contra o fascismo), *Mit brenender Sorge* (contra o nazismo alemão) e *Divini Redemptoris* (contra o comunismo). Também Pio XII (1939-1958) foi um pregador incansável a respeito da dignidade da pessoa humana, contribuindo deveras, inclusive, com listas definindo o que seriam tais direitos.

Acontece, porém, que o documento que deu início àquilo que seria a Doutrina Social da Igreja foi a encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, em 1891. Nesta encíclica, o Santo Padre teceu considerações a respeito da condição dos operários, da importância da propriedade privada, criticou tanto a filosofia marxista quanto a filosofia liberal e falou da atuação dos governos, daquilo que deveria ser feito para o bom desenvolvimento da sociedade. Importante ressaltar que nessa época o Papa criticava o conflito sobre a luta de classes e propunha uma concórdia entre as classes, além de estipular as obrigações tanto dos patrões quanto dos empregadores.

Um segundo documento bastante importante foi a encíclica, já citada, *Pacen in Terris*, do papa João XXIII (2018, p. 7), de 1963, para o aniversário de 15 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Faz-se mister salientar que esta encíclica foi publicada com a finalidade de falar a respeito daquilo que é a verdadeira Paz na Terra, portanto, João XXIII dizia que seria necessário que todas as coisas assumissem a ordem para qual foram criadas, isto é, sendo cada coisa feita para um fim, uma vez que este fim fosse respeitado, a chamada Paz na Terra seria alcançada. Afirma o papa que

> "[...] imprimiu o Criador do Universo no íntimo do ser humano uma ordem, que a consciência deste manifesta e obriga terminantemente a observar: *mostram escritos em seus corações os mandamentos da lei, segundo o testemunho da sua própria consciência. [...] São de fato essas leis que indicam claramente como regular na convivência humana as relações das pessoas entre si, as dos cidadãos com as respectivas autoridades públicas, as relações entre os diversos Estados, bem como as dos indivíduos e comunidades politicas como a mundial, cuja criação é hoje urgentemente postulada pelo bem comum universal".*

Além de, em um segundo momento, afirmar, também (João XXIII, p. 9):

> "Em uma convivência humana bem constituída e eficiente, é fundamental o princípio de que cada ser humano é pessoa; isto é, natureza dotada de inteligência e vontade livre. Por essa razão, possui em si mesmo direitos e deveres, que emanam direta e simultaneamente de sua própria natureza. Trata-se, por conseguinte, de direitos e deveres universais, invioláveis e inalienáveis".

Como se observa, fala João XXIII (2018), seguindo a mesma linha de Leão XIII (2018), sobre a lei natural gravada no coração do homem e, por sua vez, necessárias para tais reflexões.

Nesse contexto, cumpre agora esclarecer o que é essa lei natural imposta no coração do homem. Muito embora aqui se esteja falando sobre a visão da Igreja em relação aos Direitos Humanos, a lei natural é muito anterior até mesmo à criação da Igreja. Um dos primeiros a falar sobre ela foi o filósofo Aristóteles.

Nem todos os preceitos da lei natural são evidentes. Eles precisam ser refletidos e analisados pela razão, para que possam ganhar clareza e força de adesão. Nesse sentido, como explica Santo Tomás de Aquino (2001), que a lei natural pode ser destruída do coração humano, seja por más persuasões, como se dão erros relativos às conclusões necessárias na ordem especulativa, seja por maus costumes e hábitos corruptos, ou seja, em condições como essa, restam a anarquia e a lei dos mais fortes.

Fica claro, desta forma, que a lei natural deve ser aquela responsável por colocar o homem no "trilho de sua natureza", não podendo, por sua vez, ser desviado, uma vez que o corolário de tal desvio seria a própria decadência do homem, e é por essa razão que o Estado, na pessoa de seus legisladores, tem o dever de tutelar esses direitos, a fim de que a pessoa humana seja plenamente realizada em sua própria natureza.

A experiência da Segunda Guerra Mundial levou a Organização das Nações Unidas a explicitar certos direitos invioláveis e inalienáveis que são devidos à pessoa, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ela foi aprovada na assembleia do dia 10 de dezembro de 1948 por 48 votos a favor, 8 abstenções dos países do bloco soviético, além de Arábia Saudita e África do Sul e nenhum voto contra. A frase "explicitar certos direitos invioláveis" foi utilizada não por acaso, já que tais Direitos são muito anteriores à própria Organização das Nações Unidos, e anteriores, inclusive, à sociedade.

Muito se discute se o fundamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos seria concernente aos contratualistas ou aos naturalistas, todavia, ao se deparar com a visão contratualista é possível observar que esses direitos, que são fundamentais agora, podem deixar de ser fundamentais em outros momentos. E foi essa, inclusive, a crítica feita pela Igreja diante da 6ª Assembleia Geral da Pontifícia Academia para a Vida, em 11 de fevereiro de 2000, na pessoa do arcebispo Tauran, enviado do Vaticano à época em assuntos relacionados a ONU, na qual a ideia deste era de se mitigar o direito à vida e a proposição dos chamados direitos sexuais e reprodutivos a fim de legitimar o aborto.

Os direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos são invioláveis por princípio natural, inalteráveis, e muito tem a ver a visão católica com isso, uma vez que os documentos religiosos supracitados trazem as diversas definições presentes na própria Declaração. A título de exemplo, os artigos 1º, 2º 3º, 4º e 5º falam a respeito da vida, da liberdade, do combate à escravidão, tortura, da fraternidade – que é a mais autêntica forma de caridade, sendo todos discutidos de forma mais aprofundada nos documentos. Tais princípios não podem ser violados pelo legislador pois são

princípios que permitem ao homem ser plenamente homem e buscar sua plena realização.

A título de exemplo, afirma Gregório XVI em 1839 a proibição do tráfico de pessoas, da escravidão, sob qualquer pretexto, independente de motivos e, na mesma linha, o arcebispo Tauran (2000) afirmou a defesa da vida como princípio inabalável, todos seguindo os mesmos pareceres da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O artigo 11º fala sobre a presunção de inocência, sedimentando o princípio cristão de presumir a bondade em toda e qualquer pessoa, até que se prove o contrário. O artigo 15º estipula o direito de pertença, em que toda pessoa tem direito a uma nacionalidade, além do 16º trazer a constituição da família como elemento de direito natural, anterior à própria sociedade. Traz também o princípio de direito natural sobre a liberdade de religião. Em certo sentido, muito embora a visão aqui apresentada seja a Católica, baseia-se, ainda, a fé católica, em Jesus Cristo que não forçava ninguém a segui-lo, dando ao homem uma elevação em seu livre arbítrio. Fica evidente, também, a igualdade entre homem e a mulher, sendo está também de direito natural, uma vez que, enquanto seres humanos e independente de suas diferenças biológicas, ambos têm os mesmos direitos e deveres.

Por fim, nos muitos outros artigos que se encontram na Declaração, se analisados à luz dos documentos citados, ficará clara a semelhança. O último artigo, por sua vez, o 30º, estabelece que nenhum ato poderá ser realizado para destruir os direitos e liberdades lá presentes e é, de certa forma, um dos principais, pois é o que garante a positivação dos direitos naturais ali presentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A semelhança da Declaração Universal dos Direitos Humanos com os textos da Doutrina Social da Igreja Católica é notória. Grave é a atitude de certas instituições que querem mitigar tal importância, reduzindo os direitos humanos – fundamentais – a uma mera convenção político-legislativa. Como já afirmado, onde não se defende os direitos naturais do homem, inalienáveis e invioláveis, encontra-se apenas decadência e perversão, sobretudo quando, por trás, observa-se o *lobby* político de atores com interesses funestos e agressivos à própria pessoa humana.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica. v. I-II, q. 94, a. 6.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BENTO XVI, Papa. **Discurso do papa no Parlamento Alemão.** Palácio Reichstag, Berlim. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20110922_reichstag-berlin.html>. Acesso em: 04 out. 2019.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948**.** Disponível em**:** <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica *Pacem in Terris* (Sobre a Paz de Todos os Povos).** São Paulo: Paulinas, 2018.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica *Rerum Novarum* (Sobre a Condição dos Operários)**. São Paulo: Paulinas, 2018.

GREGÓRIO XVI, Papa. **Carta Apostólica *In Supremo Apostolatus* (Sobre a Suprema Dignidade do Apostolado).** Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/in_supremo/>. Acesso em: 04 out. 2019.

TAURAN, Jean-Louis. **The Defence of Life in the Context of International Policies and Norms (A defesa da vida no contexto das políticas e normas internacionais).** Disponível em <http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_doc_20000211_tauran-acdlife_en.html>. Acesso em 04 out. 2019.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica *Mit Brennender Sorge* (Sobre a situação da Igreja Católica no Reich Germânico).** Disponível em: <https://www.institutojacksondefigueiredo.org/documentos-da-igreja/carta-enciclica-mit-brennender-sorge>. Acesso em: 04 out. 2019.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica *Non abbiamo Bisogno* (Sobre a Ação Católica na Italia).** Disponível em <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_29061931_non-abbiamo-bisogno.html>. Acesso em: 04 out. 2019.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica *Divini Redemptoris* (Sobre o Divino Redentor e o Comunismo ateu).** Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/divini_redemptoris/>. Acesso em: 04 out. 2019.

OS IMPACTOS DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Maria Isabel Dos Santos Alves, Elaine Gardinal Pizato,
e-mail: isabelalves1909@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em muitas áreas da vida, as pessoas se envolvem na convivência diária com pessoas diversas, cada um a sua maneira e com um determinado grau de envolvimento. No ambiente escolar, por exemplo, a interação entre indivíduos se dá através de muitas situações, desde a chegada do funcionário/aluno/professor ao recinto, até o momento de retorno às suas residências.

Santos (2012) relaciona a afetividade com as atividades escolares e seu sucesso, dizendo que para que haja um excelente aprendizado é necessário que o aluno não seja forçado a fazer nada, mas que aja por si só, por seus próprios esforços, pois na relação precisa existir respeito mútuo.

Essas interações, principalmente as que buscam alcançar um determinado objetivo pré-estabelecido, contribuem constantemente nos resultados, seja positiva ou negativamente.

Nesse ponto, destaca-se a importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem, especificamente nas relações entre o corpo docente e o corpo discente. Assim, a psicopedagogia traz um novo olhar para o que pode ser estudado a fim de se alcançar a excelência na aprendizagem, se mostrando indispensável o estudo de todos os fatores determinantes nesse processo.

> Ao longo do caminho acadêmico as interações se alternam, e a afetividade reflui para dar espaço à intensa atividade cognitiva, assim que a maturação põe em ação o equipamento sensório-motor necessário à exploração da realidade. (DANTAS, 1992, p.90).

Entre esses fatores, o campo da afetividade vem ganhando destaque a medida em que as relações vão se estreitando e aprofundando durante um ou mais anos letivos de interações, sendo estritamente importante que haja a discussão da afetividade no campo da educação.

Wallon (2006) enfatiza que a dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento. Para o autor, a emoção, uma das dimensões da Afetividade, é instrumento de sobrevivência inerente ao homem, além de ser “fundamentalmente social”.

Assim, serão vistos conceitos que permeiam a afetividade, como pensamentos de grandes autores, elucidando seus conceitos e sua importância, juntamente com resultados na educação de crianças e adolescentes do ensino fundamental, o que facilitará o entendimento do tema e trará uma nova perspectiva e um novo cuidado com a afetividade em sala de aula e em seu ambiente escolar como um todo.

2 METODOLOGIA

Salomon (1977, p. 136) apud Andrade (2003), associa a pesquisa à atividade científica, onde o trabalho científico passa a designar a concreção da atividade científica, ou seja, a investigação e o tratamento por escrito de questões abordadas metodologicamente.

Já Filho (2006) considera que o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos. Assim, o ato de pesquisar buscar conhecer o fenômeno da realidade a ser pesquisada e suas particularidades, como Lüdke e André (1988) tratam:

> Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. (1988, p. 1)

O trabalho exige uma pesquisa investigativa, que se dará através da pesquisa bibliográfica em relação aos estudos dos conceituados autores já citados anteriormente, se caracterizando também como uma pesquisa exploratória.

De acordo com Andrade (2003), são finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

Em geral, essa pesquisa se desenvolverá na área teórica e, em relação aos procedimentos, podemos classificar tal pesquisa como Pesquisa Bibliográfica, focando-

se no impacto da afetividade presente ou ausente na vida de crianças e adolescentes do ensino fundamental, participantes do processo ensino-aprendizagem básico.

O tratamento dos dados coletados será realizado e demonstrado através de teorias e gráficos, visando uma melhor interpretação acerca do tema e apresentação das informações.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica abordando a representatividade da afetividade, seus conceitos e aplicações, observando as causas e impactos da mesma no processo de ensino-aprendizado das crianças e dos adolescentes.

Serão recorridos a renomados autores, tais como:

- ✓ João Barroso, em sua obra que visa o desenvolvimento de uma cultura voltada a participação de todos os entes na escola;
- ✓ Eliana Bhering, que aborda as possibilidades e as dificuldades nas interações;
- ✓ Vitor Paro, que analisou a contribuição dos pais, o ensino e sua qualidade;
- ✓ Danda Prado, com seu estudo sobre conceitos de família;
- ✓ Reali, Tancredi, Szymanski, Pereira e Carvalho, entre tantos outros autores que abordam a questão das relações sociais, a representatividade do ensino, os encontros e desencontros nas relações e suas implicações.
- ✓ Henry Wallon e o desenvolvimento cognitivo da criança a partir da emoção e sua teoria da afetividade.

Desta forma, tais autores renomados serão estudados a fim de que sejam compreendidos os conceitos e as interações dos entes, seja família, comunidade escolar, sociedade e até mesmo da escola para com o indivíduo. Assim, será possível elencar os pontos positivos e negativos da afetividade para aprendizagem.

E, nos dias atuais, mais do que nunca, fala-se muito sobre as causas da indisciplina, do decaimento de rendimento escolar o que acarreta uma evasão de crianças e jovens, enfatizando a figura do aluno e da família, o que minimiza o papel do professor, um dos indivíduos mais importantes na educação, minimizando também a contribuição da escola e de outros elementos, também protagonistas e responsáveis por esses problemas.

Para aprofundar o tema, muitos aspectos serão levados em consideração na pesquisa e, consequentemente, na posterior análise dos dados, visto que diversos

fatores influenciam, tanto na afetividade ou em sua ausência, quanto no reflexo da mesma nas situações de aprendizagem.

Para Wallon (apud MAHONEY; ALMEIDA, 2004) é indispensável ao professor entender a afetividade, em que a emoção (um dos seus aspectos mais importantes) é contagiosa, afetando diretamente o comportamento do aluno, influenciando a dinâmica da sala de aula e a postura do professor, que deve estar preparado para colaborar na solução dos conflitos.

Para tanto, o presente estudo trará a luz o real impacto da afetividade e o quão forte é a sua influência nesta etapa fundamental de formação do ser humano, objetivando, principalmente, elucidar o impacto e buscar trazer a essas crianças uma afetividade mais positiva possível e que trará mais resultados benéficos aos envolvidos.

Para elucidar a afetividade, Paro (2000) nos diz que a interação só tem a enriquecer, que os filhos se sentem amados quando os pais valorizam suas ações e seus trabalhos, participando ativamente de sua vida, inclusive na acadêmica. Ora, se há resultados positivos quando os filhos se sentem amados pelos seus pais, também haverão resultados positivos quando os alunos se sentirem apoiados por seus professores.

As famílias devem, inclusive, exercer a participação efetiva através de tomadas de decisões junto a gestão e corpo docente da instituição, na elaboração de projetos pedagógicos, na realização de eventos escolares, entre outros. Tal participação mostrará ao alunado que há grande preocupação relacionada a sua educação, e que todos estão trabalhando juntos para que tenha um melhor ensino dia a dia, enfatizando a importância da educação e fazendo com que o aluno se sinta importante enquanto indivíduo na sociedade escolar e familiar.

Neste processo, as famílias podem ou não ser aliadas da escola, colaborando ou deixando de colaborar neste processo:

> Outro fator a ser considerado refere-se às estratégias de socialização familiar: se são complementares ou não às da escola e isto depende muito da classe social a que a família pertence. As famílias podem desenvolver práticas que venham a facilitar a aprendizagem escolar (p. ex., preparar para a alfabetização) e desenvolver hábitos coerentes com os exigidos pela escola (p.ex., hábitos de conversação), ou não... *(*SZYMANSKI, 1997, p. 216)

Por parte da escola, cabe a ela facilitar o caminho para estas interações e participações. Assim, Perrenoud (2000) aponta a necessidade do desenvolvimento da

competência de informar e envolver os pais, dentre outras competências por parte do professor, não restringindo apenas a gestão da escola, sendo esta compartilhada.

Segundo Bhering (2002), a família e a escola são analisadas como dois microssistemas sociais que têm papéis complementares no processo educacional, promovendo situações articuladas e significativas.

É na família que as crianças nascem, crescem e se desenvolvem e, dentro desta instituição familiar ela tem seu primeiro contado com o mundo social:

> A família como toda instituição social, apesar dos conflitos é a única que engloba o indivíduo em toda a sua história de vida pessoal. É no contexto familiar que a criança adquire suas primeiras experiências educativas e aprende a se harmonizar nós diferentes ambientes, independente das normas que lhe são impostas, através da família, da escola ou qualquer que seja a realidade vivida na sociedade. (PRADO, 1981, p. 9)

O segundo ambiente em que as crianças são inseridas após o ambiente familiar é a escola na qual ela é inserida a uma nova realidade: a de uma sociedade historicamente construída, onde, no ensinamento escolar, as crianças encontraram meios e armas para desenvolver habilidades e potencialidades.

Acerca do papel da escola com a afetividade, Szymanski (1997) nos traz outros pontos:

> A escola, entretanto, tem uma especificidade- a obrigação de ensinar (bem) conteúdos específicos de áreas de saber, escolhidos como sendo fundamentais para a instrução de novas gerações. O problema das crianças de aprenderem fração é da escola. Família nenhuma tem essa obrigação. Por outro lado, professora alguma tem de dar "carinho maternal" para seus alunos. Amor, respeito, confiança, sim, como professora e membro adulto da sociedade. *(*SZYMANSKI, 1997, p. 216)

Portanto, o trabalho de construção de um ser humano contribuinte em uma sociedade desenvolvida, é trabalho de diversos entes, cada um com sua tarefa, importância e especificidade. Como dito na citação anterior, respeito e confiança são as palavras chaves para questões básicas de um indivíduo que conviva em conjunto com outras pessoas, afinal, não há aprendizagem efetiva em um ambiente que não o propicie.

Além dos autores citados inicialmente e apesar de Piaget e Vygotsky terem enfatizado em seus estudos a importância da Afetividade no processo de aprendizagem, foi Wallon (2006) que trabalhou de forma mais profunda esta questão, citando que a vida psíquica evolui a partir de três dimensões: motora, afetiva e psíquica, que coexistem, atuam e se desenvolvem de forma conjunta e, mesmo que em determinado momento uma dimensão pareça dominar, essa dominância se alterna e as conquistas ocorridas em uma dimensão são consequentemente incorporadas às outras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da breve revisão da literatura podemos observar que o tema afetividade foi muito citado como um objeto a ser amplamente estudado, vista a sua máxima importância.

Nos dias atuais, como muito se houve falar em disciplinas e desafios no ensino-aprendizagem, torna-se extremamente fundamental aprofundarmos assuntos que estejam diretamente ligados ao desempenho do alunado enquanto futuros cidadãos da sociedade.

Desta forma, o presente trabalho irá contribuir significativamente à comunidade escolar em geral, elucidando conceitos, reunindo informações e trazendo um novo olhar ao impacto, seja positivo ou negativo, da afetividade na construção do ser e de seu saber.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BARROSO, J. **Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola**. Cadernos de Organização c Gestão Escolar (Lisboa), 1995c.

BEZERRA, R. J. L. **Afetividade como condição para a aprendizagem: Henry Wallon e o desenvolvimento cognitivo da criança a partir da emoção.** Revista Didática Sistêmica. UFRS, 2006.

BHERING, E.; DE NEZ, T. B. **Envolvimento de pais em creche: possibilidade e dificuldades de parceria.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 18, n. 1, p. 63-73, jan-abr. 2002.

CARVALHO, P. E. M. **Relações entre família e escola e suas implicações de gênero**, UFPB, Cadernos de pesquisa, n. 110, p. 143-155, jul. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n110/n110a06.pdf>. Acesso em: 07.set.2019.

DANTAS, H. **A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon.** In LA TAILLE, Yves de. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.** Yves de La Taille, Marta Kohl de Oliveira, Heloysa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.

FILHO, J. M.; DALBÉRIO, O. (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2006.

LAKOMY, A. M. **Teorias Cognitivas da Aprendizagem.** Curitiba: FACINTER, 2003.

LA TAILLE, Y. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.** Yves de La Taille, Marta Kohl de Oliveira, Heloysa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.

LÜDKE, M. A.; MARLI, E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1988 – (temas básicos de educação e ensino).

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. **Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon.** Revista da Psicologia da Educação, nº 20 – 2005. Acessado em 07.set.2019.

MUNIZ, C. S. **A influência da relação afetiva no processo de escolarização.**www.abpp.com.br/54.htm
NUNES, Vera. **O papel das emoções na Educação.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SZYMANSKI, H. **Encontros e desencontros na relação família-escola**. Ideias, n. 28, p. 213-225, 1997

PARO V. H. **Qualidade do Ensino: A contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000. 126 p.

PEREIRA, F. **As representações dos professores de educação especial e as necessidades das famílias.** 1996. 127f. Tese (Doutorado em Educação). Secretariado Nacional para reabilitação e integração das pessoas com deficiência, Lisboa, Portugal, 1996.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PRADO, D. **O que é família**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

REALI, A. M. M. R.; TANCREDI, R. M. S. P. (2002). **Interação escola-famílias: concepções de professores e práticas pedagógicas**. In M. G. N. Mizukami & A. M. M. R. Reali (Orgs.), Formação de professores, práticas pedagógicas e escola (pp.74-98). São Carlos: EdUFSCar.

SALLA, F. **O Conceito de afetividade de Henry Wallon**. novaescola@fvc.org.br. Outubro 2011. novaescola@fvc.org.br

SANTOS, F. M. A importância da afetividade no processo de ensino e aprendizagem como mediadora da práxis educativa no Ensino Superior.2012 www.unisulma.edu.br. Acessado em 07.set.2019.

SILVA, A. L. S. D. **Afetividade na Educação Infantil.** novaescola@fvc.org.br. Acessado em 07.set.2019.

OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA 4.0 NA CADEIA DE SUPRIMENTOS

Gabriela Caroline Baltazar da Silva, João Victor Antonioli Sobrinho, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: joaov.antonioli@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, estudos sobre a gestão da cadeia de suprimentos têm sido realizados predominantemente nas indústrias manufatureira e de bens de consumo. Por se tratar de um conjunto de atividades que envolvem a produção, armazenamento e transporte de produtos ou serviços, é realizada uma troca de todas as informações necessárias entre os setores, com o intuito de diminuir o número de falhas e as descontinuidades na produção.

Considerando todo o potencial da cadeia de suprimentos no cenário atual, a pesquisa desenvolvida tem como objetivo mostrar quais foram às mudanças após a quarta revolução industrial e a possibilidade de desenvolver uma empresa independente e inteligente. A independência é no sentido de que ela mesma se gere, por meio de tecnologias imersivas e com inteligência artificial de ponta. Estudos defendem que a indústria 4.0 aliada a uma eficiente gestão da cadeia de suprimentos, irá contribuir para auxiliar na redução de custos e prazos de entrega e melhorar os processos de uma organização, visando analisar oportunidades de melhorias com base nos recursos desenvolvidos através da indústria 4.0.

Essa nova fase está sendo composta por inovações tecnológicas como robótica, inteligência artificial, realidade aumentada, big data (análise de volumes massivos de dados), nanotecnologia, impressão 3D, biologia sintética e a chamada internet das coisas, onde cada vez mais dispositivos equipamentos e objetos serão conectados uns aos outros por meio da internet. A quarta revolução industrial não se define por cada uma destas tecnologias isoladamente, mas pela convergência e sinergia entre as quais possuem forças juntas para sintonizar-se ao futuro.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de

material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos". As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2010 e 31 de julho de 2019.

Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A indústria tem recebido nos últimos anos uma grande evolução, adquirindo uma profunda constante de desenvolvimento da eletrônica e dos meios de comunicação. Diante disso, com esses desenvolvimentos, surgiram inúmeras iniciativas para levar a filosofia da inovação para dentro da indústria. Tal processo deu origem ao que se denomina Quarta revolução Industrial ou Indústria 4.0 (STEVAN JR.; LEME; SANTOS, 2019).

Para Stevan Jr., Leme e Santos (2019) redes de comunicação industrial ou simplesmente redes industriais tem como finalidade estabelecer a comunicação entre equipamentos e operadores dentro do processo de produção.

A Quarta Revolução Industrial é impulsionada pelas tendências de conectividade, materiais avançados que permitem o desenvolvimento de novos sensores, tecnologia de processamento mais rápido, redes de produção avançadas, redes de dispositivos de fabricação e controlados por computadores, permitindo uma integração entre o real e o virtual de maneira muito mais integrada. Neste caso, o processo da indústria 4.0 tem alterado profundamente os processos de produção das empresas nos mercados. A partir de Sistemas Cyber-Físicos, Internet das Coisas e Internet dos Serviços, os processos de produção tendem a se tornar cada vez mais eficientes, autônomos e customizáveis.

Para Turban, Rainer Junior e Potter (2003, p. 41), "Não é possível criar de forma eficiente uma empresa do século 21 com tecnologia do século 20, que é orientada funcionalmente." Isso porque, muitas vezes os dados de vendas, produção e estoque são incluídos separadamente, em sistemas isolados. Entretanto, o processamento

desses dados deve ser realizado simultaneamente. Por isso, deve-se dar a importância dos sistemas serem integrados.

A partir de Sistemas Cyber-Físicos, Internet das Coisas e Internet dos Serviços, os processos de produção tendem a se tornar cada vez mais eficientes, autônomos e customizáveis. Isso significa um novo período no contexto das grandes revoluções industriais (LEE; BAGHERI; KAO, 2015). Com as fábricas inteligentes, diversas mudanças ocorrerão na forma em que os produtos serão manufaturados, causando impactos em diversos setores do mercado.

Através da integração efetiva dos elementos da cadeia, com o aprimoramento global dos custos e de desempenhos, podemos alcançar ganhos mais expressivos do que a soma dos possíveis ganhos individuais de cada participante, quando atuando separadamente (NOVAES, 2007).

Portando, segundo Martins e Campos (2010) uma boa cadeia de suprimentos precisa estar sempre bem-organizada e estruturada para possuir um controle e uma visão macro do processo em si, para se alcançar os benefícios esperados, entre eles a redução dos custos operacionais, um dos maiores focos dos empreendedores. A cadeia de suprimentos ideal, não deve ser totalmente fixa, baseada apenas em técnicas e custos atuais, isso porque, as condições iniciais estão sempre mudando, por isso, ela precisa ser constantemente revisada. Quanto mais flexível à cadeia, menos deslocamento de pessoal ela sofrerá. Assim, as empresas, para garantir um diferencial competitivo, devem cada vez mais ter SCMs projetadas para a flexibilidade e eficiência. A cadeia de suprimentos é fundamental para o crescimento empresarial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa nova indústria inteligente esta ligada a outras indústrias inteligentes, trocando informações sobre processos, planejando automaticamente cada uma das etapas de produção entre os fornecedores.

O Brasil ainda está muito mal posicionado para conseguir utilizar das novas estruturas e dinâmicas do capitalismo global que marcam a expansão da Quarta Revolução Industrial. Ficaria sobre critério de a política industrial viabilizar a “competitividade” das empresas por meio da subvenção de estímulos creditícios e tributários, além de proteção comercial.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KUPFER, D. **A indústria do futuro no Brasil e no mundo.** IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2019. Disponível em: <https://iedi.org.br/media/site/artigos/20190311_industria_do_futuro_no_brasil_e_no_mundo.pdf >. Acesso em: 05/10/2019

LEE, J.; BAGHERI, B.; KAO, H. A. (2015). **A cyber-physical systems architecture for industry 4.0-based manufacturing systems**. Manufacturing Letters, 3, 18-23.

MARTINS, P. G.; CAMPOS, P. R.; **Administração de materiais e recursos patrimoniais.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

STEVAN JR., S. L.; LEME, M. O.; SANTOS, M. M. D. **Indústria 4.0**: fundamentos, perspectivas e aplicações. São Paulo: Erica, 2018.

TURBAN, E.; RAINER JUNIOR, R.K.; POTTER, R.E. **Administração de tecnologia da informação**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2003.

OS JOGOS E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA

Giovanni Oliveira Bonati, Wanderlei Sebastião Gabini,
e-mail: giovannibonati@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ensino de língua inglesa no cenário da educação brasileira atual está desgastado e não atende às necessidades da sociedade contemporânea. Os alunos não se sentem mais motivados a aprenderem a língua estrangeira inglesa na escola por não conseguirem relacioná-la ao seu contexto. Isso deve-se ao fato de que a sociedade mudou, e com essas mudanças vieram, também, mudanças necessárias na educação.

> A sociedade da Informação está baseada nas tecnologias de informação e comunicação que envolvem a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios eletrônicos, como rádio, televisão, telefone e computadores, entre outros. Essas tecnologias não transformam a sociedade por si só, mas são utilizadas pelas pessoas em seus contextos sociais, econômicos e políticos, criando uma nova comunidade local e global: a Sociedade da Informação. (GOUVEIA, 2004, p. 1)

Tem-se, então, o conceito de sociedade da informação. A sociedade da informação compreende a sociedade atual do século XXI, fortemente influenciada pelas tecnologias da informação. Segundo Almeida e Silva (2011, p. 5) “A escola, que se constitui como um espaço de desenvolvimento de práticas sociais se encontra envolvida na rede e é desafiada a conviver com as transformações que as tecnologias e mídias digitais provocam [...]”. As tecnologias influenciam praticamente todas as esferas da sociedade humana e consequentemente, afetam a educação e o ensino de língua inglesa. O ensino de língua inglesa atual encontra-se em divergência com as características dessa nova sociedade, trazendo métodos de ensino tradicionais e estruturalistas, que não levam em conta a contextualização do uso da língua inglesa nas tecnologias, justamente por se prender ao ensino da língua que pertencia a outro momento histórico-social. As situações de uso da língua inglesa hoje, estão presentes em todas as situações de uso da tecnologia, e o conteúdo dessa língua encontra-se massivamente nessas situações. Porém o ensino tradicional não considera esse fato e

é possível notar a necessidade de vincular a cultura das tecnologias da sociedade da informação ao ensino de língua inglesa.

Entre as mudanças necessárias, a formação do profissional é uma das mais importantes. O professor de língua inglesa do sistema de ensino atual, encontra-se na posição de imigrante digital. Isso significa que o indivíduo não cresceu e se desenvolveu no ambiente já dominado pelas tecnologias, e por isso, está em uma situação de "estrangeirismo", não conseguindo se adaptar e negando a importância desses mecanismos na sociedade atual. (PRENSKY, 2001). Isso implica à necessidade de formações continuadas e, dos professores, e a inclusão dessas tecnologias nas metodologias de ensino.

A sociedade de informação proporciona o compartilhamento geral da língua estrangeira. Os alunos não são mais expostos aos conteúdos apenas na escola, agora existem muitos conteúdos disseminados, que podem ser acessados a qualquer momento. A busca pela autonomia e o desenvolvimento de cidadãos autodidatas faz com que o professor se transforme em um auxiliador na busca do conhecimento, ocasionando situações de aprendizagem a partir de metodologias ativas que apresentem desafios e características motivadoras. A inserção do uso das tecnologias, como o videogame, nas aulas, torna-se muito proveitosa.

O objetivo do presente trabalho é discutir o potencial que os bons videogames apresentam para o ensino de língua inglesa atual, contextualizados na sociedade de informação e sendo incorporados nas metodologias ativas como forma de resgate do uso da língua estrangeira inglesa para a vivência do aluno que vive na sociedade contemporânea.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho analisou as contribuições de pesquisadores, fazendo um elo entre os videogames e o ensino de língua inglesa, mostrando os potenciais que essa tecnologia tem para contribuir com a aprendizagem dessa língua. Para que isso acontecesse, foi necessária uma análise bibliográfica sobre o tema, trazendo uma interpretação qualitativa dos materiais já existentes.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 21), "[...] uma leitura de estudo nunca deve ser realizada sem se determinar de antemão seu objetivo ou propósito, sem entender parte do que se lê [...] sem avaliar, discutir e aplicar o conhecimento emanado da análise e síntese do texto lido".

Foram selecionadas publicações e reflexões já existentes sobre o tema, e após isso, aconteceu uma interpretação e comparação entre os materiais, chegando a um resultado. As informações obtidas foram agrupadas em duas categorias: as deficiências do ensino de língua inglesa na atualidade e os potenciais que os *games* trazem para a aprendizagem dessa língua.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A importância dessa análise está presente na necessidade de adaptar as metodologias do ensino de língua inglesa atuais ao contexto da sociedade de informação, utilizando o videogame como ferramenta principal. Num contexto mais geral, as tecnologias apoiam no desenvolvimento da autonomia e trazem a necessidade da interpretação de várias linguagens, trazendo a reflexão do que está sendo estudado e contextualizando o conhecimento.

> As tecnologias favorecem o desenvolvimento de uma série de capacidades e permitem o contato com linguagens variadas. A tecnologia eletrônica – televisão, videocassete, máquina de calcular, gravador e, principalmente, o computador – pode ser utilizada para gerar situações de aprendizagem com maior qualidade, ou seja, para criar ambientes em que a problematização, a atividade reflexiva, a atitude crítica, a capacidade de decisão e a autonomia sejam privilegiadas. (MERCADO, 2004, p. 65)

Fica claro que o papel do professor perante o uso das variadas tecnologias na aula de língua inglesa é muito importante, e sua função não é substituída pelas máquinas. “[...] a tecnologia deve servir para enriquecer o ambiente educacional, propiciando a construção. Nesse sentido, professor é fundamental no processo de aprendizagem [...]’’ (KOCH, 2013, p. 15)

Gee (2003) afirma que os bons videogames apresentam princípios básicos para a aprendizagem, entre eles, quatro principais: interação, desafio, exploração e produção. Esses princípios exploram a capacidade dos videogames de proporcionarem motivação para que o jogador continue sua jornada dentro dos desafios dos jogos. Além disso, dentro da questão do ensino de língua inglesa, “[...] independentemente de os gêneros variarem, já há uma recorrência de jogos que possuem a língua inglesa como interface e podem propiciar, de forma menos ou mais abrangente, oportunidades para a aprendizagem dessa língua estrangeira [...]” (SOUZA; OLIVEIRA; SANTOS, 2018, p. 133). Por isso, os bons *games* apresentam as oportunidades de desafio aliadas à forte presença dos conteúdos em língua inglesa que trazem uma contextualização do uso da língua. Existe também uma suavização da tensão que a aprendizagem da língua inglesa.

Muitos alunos sentem dificuldades pela insegurança e medo de errar, características que podem ser evidenciadas como variáveis afetivas (Krashen, 1985). Esses aprendizes se sentem mais à vontade ao experienciar o erro na utilização da língua.

Comprovou-se, também, que os bons *games* caminham lado a lado com a educação de qualidade, contando com mecanismos de superação de desafios e motivação, além de diminuir o filtro afetivo (KRASHEN, 1985) simplesmente porque proporcionam uma liberdade ao aluno, que fica isento de riscos. Além disso, os bons videogames trazem linguagens, com a língua inglesa, que precisam ser interpretadas para que se possa obter sucesso no decorrer do *game.* Os princípios de Gee (2003), a respeito das características que os bons jogos apresentam na aprendizagem também reforçaram o valor pedagógico dos *games*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, foi constatado que os videogames, os bons videogames, apresentam características que auxiliam no ensino da língua inglesa. Não apenas por apresentarem, na grande maioria das vezes, conteúdos de textos e outras linguagens, mas também porque suas estruturas trazem princípios que trabalham questões cognitivas e motivacionais importantes, como o desafio, a produção e as informações totalmente contextualizadas. Foram analisados alguns *games* a partir dos 36 princípios de Gee (2003), e todos eles continham elementos importantes para a aprendizagem e alfabetização, diretamente e indiretamente.

Juntamente à função dos videogames, é evidente também a necessidade de incorporar as outras diversas tecnologias no ambiente de ensino, já que essas ferramentas podem propiciar diversas oportunidades de aprendizagem diferenciada, aproximando os conteúdos ao universo do aluno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B; SILVA, M. G. M. Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web-currículo. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 7, n. 1, abr. 2011. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum. Acesso em: 11 maio. 2019.

GEE, J. P. **What videogames have to teach us about learning and literacy**. New York: Palgrave/Macmillan, 2003.

GOUVEIA, L. M. B. Sociedade da informação: notas de contribuição para uma definição operacional. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, n.

1, nov., 2004. Disponível em: http://www.homepage.ufp.pt/lmbg/reserva/lbg-socinformacao04.pdf. Acesso em: 11 maio. 2019.

KOCH, M. Z. **As tecnologias no cotidiano escolar**: uma ferramenta facilitadora no processo ensino-aprendizagem. 2013. 35 f. Dissertação (pós-graduação a distância especialização lato sensu em gestão educacional) Universidade federal de Santa Maria, Sarandi, 2013.

LAKATOS**,** E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MERCADO, L. P. L. (Org). **Tendências da utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação**. Maceió: edUFAL, 2004.

PREMSKY, M. Digital native, digital immigrants. Digital native immigrants. **On the horizon, MCB university press**, Bingley, v. 9, n. 5., 2001. Disponível em: https://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf. Acesso em: 11 maio. 2019.

SOUZA, V. V. S; OLIVEIRA, M. A; SANTOS, V. J. V. F. Jogos digitais e possibilidades para aprender a língua inglesa no ensino médio. **Revista Travessias Interativas,** São Cristóvão, v. 8, n. 15, jun. 2018. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/article/view/8886/7064. Acesso em: 10 ago. 2019.

KRASHEN, S. **The Input Hypothesis**: issues and Implications. 4. ed. New York: Longman, 1985.

OS MÉTODOS DE ENSINO DOS ESPORTES COLETIVOS

Ana Laura Codatto, Monik Bisoni, Ademir Testa Júnior,
e-mail: starmonik@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A prática dos esportes e jogos coletivos é das mais diferentes etnias e culturas e através de sua prática esses conhecimentos são passados para as crianças, adolescentes e adultos, tornando parte da sua cultura (SANTANA, 2001).

A escolha pela prática dos esportes coletivos é influenciada pelo fator social, pelas suas vivências na escola, assim as pessoas conhecem o esporte e acabam gostando e iniciando a sua prática. A importância disso é que sendo a prática algo que ele escolheu, será mais fácil a sua aprendizagem (CAREGNATO, 2013).

O ensino da sua prática deve seguir os princípios como um processo na busca pela aprendizagem. Assim o professor, ao ensinar o seu aluno, deve procurar por métodos e pedagogias que possam inseri-lo no processo de iniciação esportiva de maneira que não crie vícios de movimentos inadequados. Podendo ser utilizado como método de ensino exercícios de jogos reduzidos, assim colocando número reduzido de jogadores num espaço menor do que as medidas oficiais utilizadas na prática desse esporte (OLIVEIRA, 2002).

Foi feita uma análise sobre as diferentes constantes dos esportes coletivos, em que todas as modalidades possuem denominadores comuns e seis variáveis: a bola, o terreno (espaço de jogo), parceiros, adversários, um alvo e regras. Todos os esportes coletivos contêm princípios operacionais de ataque e defesa. Os de ataque são: conservação individual e coletiva da posse de bola, progressão da equipe e da bola em direção ao alvo a ser atingido e finalização da jogada. Os de defesa são: recuperação da bola, impedir o avanço da equipe adversária e da bola em direção ao alvo a ser protegido pela sua equipe e impedir a finalização da equipe adversária. Para esses dois princípios operacionais serem aplicados da melhor maneira é necessário que seja passado da maneira mais eficaz para intervir e resolver as situações de jogo (BAYER, 1994).

O método é a maneira que o professor usa para conduzir seus alunos para conseguir chegar ao seu objetivo final como uma prática de ensino. É a ação do professor será dirigir e estimular o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos, assim podendo utilizar intencionalmente um conjunto de ações e condições visando a melhora do entendimento de seu aluno (TENROLLER e MERINO, 2006). O objetivo do trabalho foi conhecer e comparar os diferentes de métodos de ensino utilizados nos esportes coletivos.

2 METODOLOGIA

Utilizou-se de livros disponíveis no acervo da biblioteca das FIJ e artigos científicos da SciELO e Google acadêmico usando os seguintes descritores: pedagogia do esporte, esportes coletivos e métodos de treinamento. Fazendo uma revisão bibliográfica de maneira indireta, pois não fomos pesquisar no campo, mas sim utilizamos livros e artigos sobre o tema. Pesquisa de caráter descritiva, onde queremos descrever e relacionar os conteúdos encontrados na literatura para chegarmos a uma verdade ampla.

Em uma pesquisa Moreira (2004) relata que nesse modelo de estudo são reunidos a discussão de informações envolvidas na área podendo ser componentes de artigos, trabalhos completos ou relacionado às publicações que apresentam desenvolvimento de determinado tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O método é a maneira que o professor usa para conduzir seus alunos para conseguir chegar no seu objetivo final como uma pratica de ensino. É a ação do professor será dirigir e estimular o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos, assim podendo utilizar intencionalmente um conjunto de ações e condições visando a melhora do entendimento de seu aluno (TENROLLER; MERINO, 2002).

Libâneo (2002) afirma que método de ensino é a ação do professor, ao dirigir e estimular o processo de ensino para a aprendizagem dos alunos, quando passa a ser utilizado intencionalmente um conjunto de ações. Já para Canfield (1981) os métodos de ensino deduzem maneiras mais organizadas e sistemáticas para se obtiver resultados favoráveis. Ou seja, o ambiente interfere na maneira com que o aluno aprende, então é necessário interagir com o método de ensino para obter resultados favoráveis na obtenção da aprendizagem.

Os métodos de ensino em especial nos esportes coletivos são amplamente conhecidos como formas inter-relacionados de trabalho, estabelecidos entre o professor e o aluno dentro do processo de ensino-aprendizagem (GONZALEZ, PÉREZ, DIEZ, 2004).

Segundo Santini e Voser (2008 p. 52), “todos os professores em suas atividades de ensino devem ter conhecimento do processo de aprendizagem e dos métodos de ensino á serem aplicados”. Portanto, pode-se afirmar que não existe um método único, universal e válido para alcançar os objetivos, mas existe também uma série de recursos que definem e conformam um e outro método permitindo, desta forma, a consecução dos mesmos resultados.

O bom professor é aquele que está na busca constante de um método melhor e adequado para seus alunos, respeitando a realidade, o momento e, principalmente as características individuais de seus alunos (SANTINI; VOSER, 2008).

Quando o professor for escolher o método com que for trabalhar, ele deve estar consciente das vantagens e desvantagens que cada método apresenta e também escolher um método que facilite o ensino-aprendizagem de seus atletas e que traga prazer e alegria que devem ser constantes no processo de aprendizagem (MELO, 2001).

Entre os métodos, existe o analítico, que foca no seu treinamento desenvolver os componentes técnicos, repetitivamente até ser dominado estas técnicas. Ele é um dos mais aplicados na iniciação esportiva, devido esse método ser centralizado no desenvolvimento de habilidades técnicas, através de análises de jogada e técnicas já existentes, assim, se trabalha de forma gradual para se obter o nível mais elevado da técnica em si. Porém devido ao grau de dificuldade e complexidade de desenvolver as habilidades técnicas para iniciantes, devem ser divididas em fundamentos técnicos, inicialmente fora do contexto do jogo e depois progressivamente aplicados a situações reais de jogo, quando relacionamos com o futebol, temos os fundamentos técnicos como: passe, drible e chute. Porém na medida em que ampliam as habilidades técnicas, os jogadores adquirem mais recursos para enfrentarem situações problemas de caráter tático (GRECO, 1998).

O método global introduz o aluno ao esporte através de algumas alterações nas regras e intervenção do professor para apontar acertos e erros e pode limitar aspectos técnicos e avaliação de desempenho. Tendo a participação do professor é muito mais importante que nos outros métodos, pelo simples fato onde o mesmo deverá mostrar

todos os erros e acertos dos alunos, sempre dando um feedback para que o aluno compreenda o resultado de suas ações dentro do jogo, assim ocorrendo uma progressão motora e mental. Tem se mostrado muito mais eficiente comparado ao método analítico, devido atender o desejo e expectativa de jogo pelos alunos e também pelo professor (BORGES 2016).

O método misto parcializar o movimento do esporte que o professor deseja ensinar. Esse método permite que o professor utilize dentro de uma única aula exercícios e jogos, assim ensinando também a destreza motora ao aluno, e possibilita a prática de exercícios isolados, bem como a iniciação ao jogo através de formas jogadas dos esportes coletivos. Ou seja, primeiramente é feita a execução do gesto completo e em seguida o gesto é dividido em partes para serem realizadas as correções do movimento. O método misto consiste em ensinar uma facilidade motora pelo método global, ou seja, apresentando todo o seu conjunto e retornando para alguma parte da destreza que o educando tenha dificuldade de realizar utilizando método analítico e voltar novamente ao método global, desta sincronia surge o método misto (XAVIER, 1986).

MÉTODO	CARACTERÍSTICAS
MÉTODO GLOBAL	ENSINA O ESPORTE INTRODUZINDO O ALUNO NO JOGO PROPRIAMENTE DITO.
MÉTODO ANALÍTICO	FOCA NO SEU TREINAMENTO DESENVOLVER OS COMPONENTES TÉCNICOS, REPETITIVAMENTE ATÉ SER DOMINADO ESTAS TÉCNICAS.
MÉTODO MISTO	UTILIZA AS CARACTERÍSTICAS DOS MÉTODOS ANALÍTICAS E GLOBAIS COM O FOCO NAS NECESSIDADES DO GRUPO.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método analítico é importante, pois trabalha separadamente os componentes técnicos do aluno, repetidas vezes até serem dominadas essas técnicas.

O método global introduz o aluno através do jogo propriamente dito e com intervenções do professor, onde o mesmo deve apontar os erros e acertos dos alunos,

porém pode prejudicar um pouco a parte técnica.

O método misto é uma mistura do método analítico e do global, onde se unem os dois.

Onde o profissional de Educação Física deve escolher o melhor método a ser trabalhado com seus alunos, dependendo da situação em que se encontram.

REFERÊNCIAS

BAYER, Claude. **O ensino dos desportos colectivos.** Lisboa: Dinalivros, 1994.

BORGES, S. L. **Metodologias de ensino dos esportes coletivos na iniciação esportiva escolar em atividades extracurriculares.** Anais do EVINCI – UniBrasil. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/962>. Acesso em: 28 mar. 2019.

CANFIELD, J. T. **Aprendizagem motora.** Santa Maria, Gráfica da UFSM, 1981.

CAREGNATO, André Felipe. **Adesão, Aderência e Abandono no Cenário dalniciação esportiva:** Comparação Entre o Futsal Escolar e o Clubístico. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

GRECO. P.J. **Iniciação esportiva universal 2:** metodologia da iniciação esportiva na escola e no clube. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MELO, R. S. **Futebol da iniciação ao treinamento.** Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

OLIVEIRA, V. **O processo de ensino dos jogos desportivos coletivos: um estudo acerca do basquetebol.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas,2002.

SANTANA, W.C. **Futsal:** Metodologia da Participação. 2ª ed. Londrina.2001.

SANTINI, J.; VOSER, R. C. **Ensino dos esportes coletivos:** uma abordagem recreativa. Canoas: Editora Ulbra, 2008.

TENROLLER, C. A.; MERINO, E. **Métodos e Planos para o ensino dos esportes.** Canoas: Ulbra, 2006.

XAVIER, T. P. **Métodos de Ensino em Educação Física.** São Paulo: Manole, 1986.

OS VÁRIOS INGLESES: PRODUTOS DO INGLÊS GLOBAL

Maria Clara Justino de Oliveira, Elaine Regina Cassoli,
e-mail: mriaclj@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa compreender como é estabelecido o conceito de língua global e como o inglês inseriu-se nessa categoria, mudando não apenas o seu status ao redor do mundo como também todos os paradigmas preexistentes, abrangendo esferas internacionais, políticas, sociais e artísticas.

A língua inglesa começou a ser disseminada por entre as Ilhas Britânicas, porém foi apenas no final do século XVI que o inglês deu seu passo fundamental rumo à globalização, fruto do deslocamento dos peregrinos que se instalaram em colônias norte-americanas, atualmente conhecidas como Estados Unidos e Canadá. Mais tarde, com a colonização de outras regiões tais como o Caribe, Austrália, Nova Zelândia, o sul asiático e diversos outras, o inglês consolidou-se como uma língua a ser contemplada e reputada. No início, estima-se que cerca de 5 a 7 milhões de pessoas falavam a língua inglesa, restringidas às Ilhas Britânicas; porém, entre o reinado de Isabel I (1603) e o de Elizabeth II (1952), essa população cresceu para 250 milhões, a maioria, agora, residindo fora das Ilhas Britânicas.

Considerando-se o exposto, é possível questionar de que maneira a colonização britânica impactou a camada sociolinguística dessas regiões e o que, exatamente, significou a nova reputação de língua global contemplada ao inglês.

Pretende-se pesquisar neste estudo de que maneira a expansão dessa língua ao redor do mundo resultou em algumas novas identidades e variações linguísticas existentes.

2 METODOLOGIA

A metodologia bibliográfica empregada para o desenvolvimento deste trabalho fez o uso de livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações, buscando, nesses, respostas às dúvidas previamente levantadas: o surgimento da língua inglesa, a sua disseminação

ao redor do mundo, a maneira com que alcançou o status que atualmente possui, as diferentes variações da língua e o que isso implicou às vertentes linguísticas existentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história da língua inglesa é intrinsicamente ligada à própria história das Ilhas Britânicas. Sabe-se que os primeiros habitantes da área eram os Ibérios, conhecidos pelos seus monumentos, e que depois a ilha foi invadida pelos povos Celtas em 700 A.C., seguidos pelos romanos, cuja ocupação perdurou até 407. Foi nesse mesmo ano que tribos germânicas, entre elas os anglo-saxões, conquistaram a terra. Essas tribos, ao encontrarem-se com a população celta, isolaram-na para os cantos da ilha e os invasores, depois de sua progressiva conversão ao Cristianismo, passaram a ser "considerados os verdadeiros fundadores da Inglaterra" (Pires, 2002, p. 24). A mistura das línguas desses povos, tendo como base o anglo-saxão acompanhado de influências do latim, foi chamada de Old English. Posteriormente, no século XI, com a invasão dos normandos, a língua anglo-normanda instalou-se como idioma das classes dominantes enquanto o Old English desenvolveu-se para o Middle English. O impacto do francês tanto na cultura quanto na língua em si foi incontestável; contudo, na Guerra dos Cem Anos (1337-1453), o seu declínio em território bretão foi findado e a declaração do Parlamento, em 1362, realizou-se em inglês. Adiante, o inglês se desenvolveu juntamente da imprensa e, notavelmente, das contribuições de William Shakespeare, celebrado como um dos responsáveis por modificar significativamente o léxico da língua (Algeo, 2010), e atingiu sua versão moderna, semelhante àquela atualmente empregada.

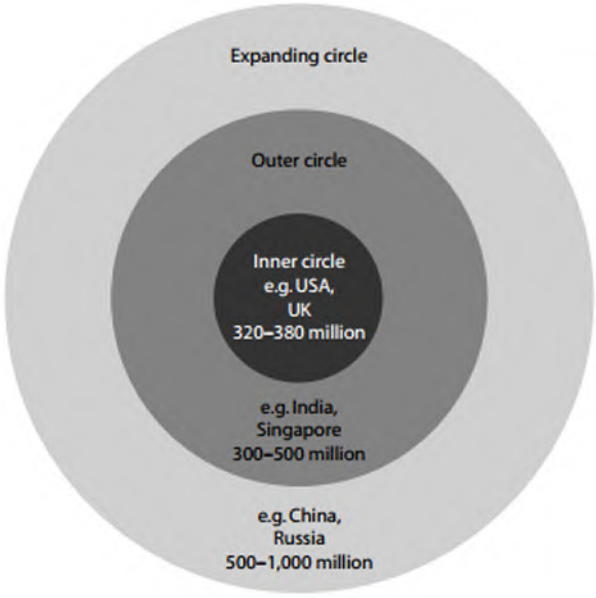
Dessa maneira, Pires (2002) classifica a evolução do inglês em quatro períodos: Old English ou Anglo-Saxon (de 450 a 1066); Early English ou Semi-Saxon (de 1066 a 1250); Middle English (de 1250 a 1500); e Modern English do século XVI aos dias atuais. (PIRES, 2002, p. 25)

Como já demonstrado anteriormente, de maneira estritamente histórico-geográfica, a língua inglesa foi trazida das Ilhas Britânicas à América por meio da colonização e depois teve o mesmo processo repetido em diversas outras áreas conquistadas pelos povos britânicos: Caribe, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, o sul da Ásia, a antiga África colonial, o sudoeste da Ásia e o sul do Pacífico. Adicionalmente, nos dias presentes, o status concebido à língua provém de outro fator além da expansão do poder colonial britânico: o rápido crescimento econômico dos Estados Unidos. Tendo apenas esse país 70% dos falantes do inglês como língua

materna, pode-se concluir que os Estados Unidos têm grande impacto na maneira com que a língua se comporta e evolui (Crystal, 2003).

Na visão do linguista americano Braj Kachru (1980), é possível categorizar a existência da língua inglesa em três círculos concêntricos:

> em primeiro lugar, o círculo interno (Reino Unido, Estados Unidos) onde a língua inglesa funciona como uma L1 (ou língua nativa); em segundo lugar, no círculo externo (Índia, Nigéria) onde o idioma foi impingido aos povos subjugados pelo poderio britânico; e em terceiro lugar, no círculo em expansão (China, Brasil) onde o inglês é estudado como língua estrangeira. (SCHMITZ, 2013, p. 2)



Fonte: Crystal (2003, p. 61).

Para Crystal (2003), o inglês global não foi apenas consequência da colonização britânica e de seu então poder político e econômico. De fato, muito além disso, outros fatores importantes que merecem ser citados encontram-se vinculados à mídia, por sua vez intrinsicamente ligada à atividade política e progenitora da propaganda e da imprensa. Essas, no século XIX, tiveram grande repercussão ao redor do mundo ao difundir a língua. Mais recentemente, a língua inglesa, com suas variações, também influenciou o âmbito internacional:

> Atualmente, o inglês americano é muito influente por causa do domínio dos Estados Unidos sobre o cinema, televisão, música popular, comércio e tecnologia (incluindo a internet). Entretanto, há muitas variedades de inglês ao redor do mundo, incluindo o inglês australiano, inglês canadense, inglês sul-africano, inglês indiano, entre outros (DIAS, JUCÁ e FARIA, 2013, p.12, apud DÉA, tradução de DÉA).

Quando uma nova língua é introduzida em uma comunidade e esse idioma dá mais oportunidades a esse grupo, tanto no trabalho quanto na vida em geral, a língua anterior tende a perder seu prestígio (Rohmah, 2005). Entretanto, o que torna uma língua global não é necessariamente a quantidade de pessoas que a falam, mas sim quem são essas pessoas. Crystal (2003) adiciona que o latim, por exemplo, se tornou a língua franca durante o Império Romano não porque os romanos eram mais numerosos, mas sim porque eram os que detinham mais poder; tal imposição perdura por muito mais tempo com a ascensão do poder eclesiástico da igreja católica romana. Quem detém o poder também detém o domínio de todos os âmbitos, sejam eles tecnológicos, culturais e econômicos; logo, uma língua não existe de maneira independente de seu contexto, posição ou falantes.

O inglês, atual detentor desse poder, é a língua que dita as respostas e costumes ao mundo. Entretanto, o fato é que a cultura propriamente restrita ao universo dos falantes nativos não é a mesma daquela dos que o estudam como língua estrangeira. Semelhantemente, com a presença do multiculturalismo e do aumento da imigração, nem sempre os falantes nativos são aqueles que se inserem em uma realidade tipicamente ligada à língua. Dessa maneira, com a mistura de etnias, culturas, raças e classes, o inglês também se misturou, se adaptou, e fez surgir diversos outros “ingleses”, ou seja, diversas outras variações linguísticas. Pires (2002) já antevê:

> No terceiro milénio o mundo será por isso multilíngue. As pessoas falarão várias línguas e o Inglês terá o papel de principal agregador, sendo a língua utilizada em todas as regiões do mundo.
> A questão que levanta é saber qual o modelo de Inglês que os estudantes, ou as pessoas, esperam aprender com o surgimento de várias maneiras de falar o Inglês, numa sociedade multilíngue. (PIRES, 2002, p. 32)

Um exemplo clássico desses novos ingleses provém do contraste e das diferenças entre o inglês britânico e o americano, que estão presentes não somente na fala, mas também na escrita e até mesmo no entendimento de certas expressões. Mais afundo, nos Estados Unidos, Webster (1789), conforme diz Crystal (2003), publica uma obra intitulada *Dissertations on the English language*, na qual defende que, para fins patrióticos, era necessário que os Estados Unidos criasse uma unidade linguística entre si para desbancar aquelas do Reino Unido, as quais ele considerava como ultrapassadas e inúteis para o contexto americano. Como os Estados Unidos era uma nação independente, não havia motivos para que fossem seguidos os modelos britânicos.

Siqueira e Souza (2014) adicionam:

> Na sua jornada pelo mundo, o inglês foi sendo apropriado e recebeu a influência de muitas línguas locais, dando, no contato direto, origem a "outros" ingleses, em especial naquelas sociedades que passaram pelo jugo colonialista da Inglaterra. É exatamente por isso que hoje se reconhecem ingleses como *Singlish* (falado em Cingapura), *Hinglish* (falado na Índia), *Swahinglish* (falado no Quênia e Tanzânia), entre outros. (SIQUEIRA; SOUZA, 2014, p. 35, ênfase dos autores)

Esses novos ingleses se assemelham ao conceito de dialeto; entretanto, ao contrário desses, existem em escala internacional e se aplicam a regiões e países inteiros ao invés de uma área diminuta. (Crystal, 2003) Porém, da mesma maneira com que os dialetos são concebidos como a identidade individual de um grupo específico, as variações também existem como uma marca da origem do falante. As variações irão sempre espelhar a realidade do contexto em que se inserem: se relacionarão às pessoas, ao ambiente e aos costumes gerais, pois é, necessariamente, por meio da língua que uma comunidade consegue comunicar seus valores, pensamentos, desejos e ideias. Dessa maneira, o inglês falado na Nigéria é visivelmente diferente do britânico; são diferentes culturas incorporadas em diferentes contextos.

Contudo, de qualquer maneira, não importando a variação ou o gênero do inglês falado, algo é certo: todas essas culturas conseguem se comunicar entre si usando uma mesma língua, uma mesma unidade, e é isso o que caracteriza a verdadeira essência do inglês contemporâneo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho foi possível traçar uma breve trajetória dos pontos básicos da história da língua inglesa e explicar, também de maneira sucinta, o papel que a colonização teve na disseminação do idioma pelo mundo e como isso configurou a criação e existência dos novos ingleses.

Conclui-se que o inglês atingiu seu status de língua global graças ao poder que lhe foi concebido, e, por meio desse poder, influenciou o restante do mundo que não o tem como uma língua materna. Contudo, por causa de sua extensa expansão, o idioma sofreu mudanças a fim de adaptá-lo à realidade de cada região ou país, de maneira com que o fenômeno dos novos ingleses, conceito semelhante ao de dialeto, surgiu e atualmente é abordando com interesse.

REFERÊNCIAS

ALGEO, John. **The Origins and Development of the English Language.** 6. ed. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2010.

CRYSTAL, David. **English as a Global Language.** 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2003.

DÉA, Carolina Marques. **GLOBAL ENGLISH: Análise da representação do falante de Inglês como Língua Franca em um material didático.** 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154373/dea_cm_me_arafcl.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2019.

PIRES, Eliane Cristine Raab. **A língua inglesa: uma referência na sociedade da globalização.** Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2002. Disponível em: < https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/215/1/67%20%20A%20língua%20inglesa.pdf >. Acesso em: 2 out. 2019.

ROHMAH, Zuliati. English as a global language: Its historical past and its future. **Jurnal Bahasa & Seni**, [s.l.], v. 33, n. 1, p.106-117, fev. 2005. Disponível em: < http://sastra.um.ac.id/wp-content/uploads/2009/10/English-as-a-Global-Language-Its-Historical-Past-and-Its-Future-Zuliati-Rohmah.pdf >. Acesso em: 2 out. 2019.

SCHMITZ, John Robert. Looking under Kachru's (1982, 1985) three circles model of World Englishes: the hidden reality and current challenges. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [s.l.], v. 14, n. 2, p.373-411, 4 mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1984-63982014005000010. Acesso em: 2 out. 2019.

SIQUEIRA, Sávio; SOUZA, Juliana da Silva. INGLÊS COMO LÍNGUA FRANCA E A ESQUIZOFRENIA DO PROFESSOR (ENGLISH AS A LINGUA FRANCA AND TEACHER SCHIZOPHRENY). **Estudos Linguísticos e Literários**, [s.l.], n. 50, p.31-64, 8 nov. 2014. Universidade Federal da Bahia. http://dx.doi.org/10.9771/2176-4794ell.v0i50.14811. Acesso em: 2 out. 2019.

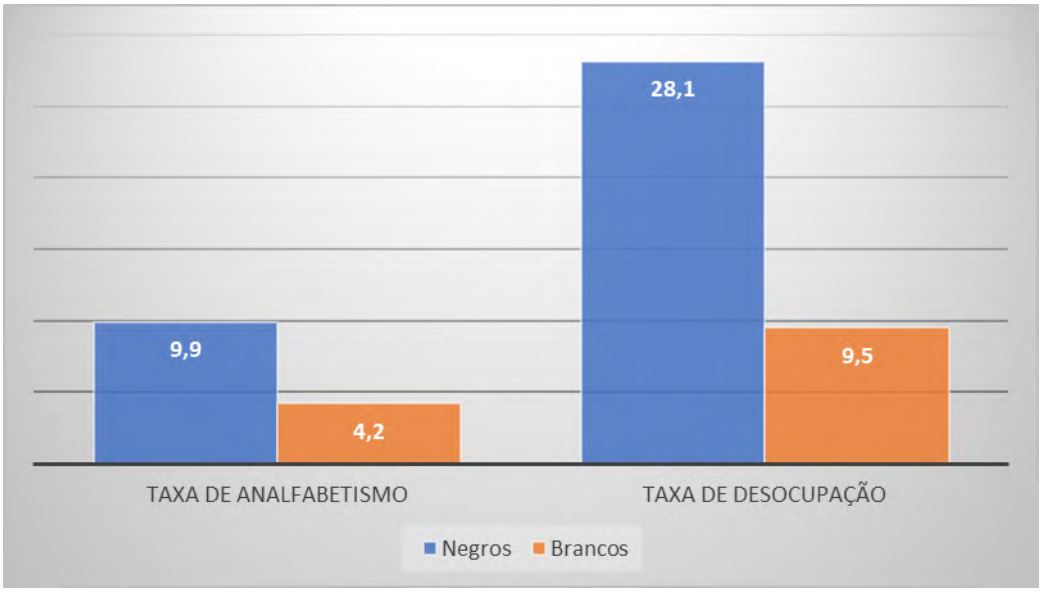
PAPO DE PRETO: UM PODCAST SOBRE AS TEMÁTICAS DA CULTURA NEGRA

Fernanda dos Reis Marques, João Guilherme da Costa Silva Franco D'Arcadia, e-mail: fernandareismarques98@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nesse trabalho abordaremos a representatividade da cultura negra por meio de um podcast intitulado Papo de Preto. Os negros são a maior parte da população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, o percentual de negros (pretos e pardos) no Brasil era de 54,9% em 2016. Mas eles são os que menos tem acesso à educação, trabalho qualificado e possuem o maior número de desocupação.

Gráfico 1- Taxas de analfabetismo e desemprego (2016-2017)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

Podcasts são programas de áudios que permite ao ouvinte uma experiência exclusiva, direta e autônoma. Os usuários escolhem o conteúdo e o momento em que vai consumi-los. O Papo de Preto é um projeto que tem como objetivo discutir as questões raciais por meio de temas importantes, a fim de representá-los e suprir a falta de produtos voltados para esse público.

Após realizações das pesquisas para a elaboração desse trabalho, é possível analisar a não representatividade dos negros, Sodré (1999) afirma que a mídia assume um papel elitista e desigual sobre os afrodescendentes.

Os negros são minorias na dramaturgia, propagandas e as escolha editorial de parte dos produtos jornalísticos, isso apresenta o desequilíbrio na mídia. Nas formas de relatar um fato ocorrido com negro até a bancada do jornal há pouca representação da realidade da população brasileira. França (2006) discute que a falta de negros nas redações dá continuidade ao racismo "É por isso que o mais importante dizer que enquanto o número de negros nas redações for tão pequeno quanto hoje o discurso racista permanecerá permeando as pautas" (FRANÇA, p.15, 2006).

Os atrasos na mídia são grandes, a primeira bancada composta por dois negros aconteceu em 2017 pelos jornalistas Luciana Camargo e Rodrigo Cabral no jornal RedeTVNews. A primeira bancada com uma mulher negra no Jornal Nacional, foi em 2018 apresentado por Maria Júlia Coutinho, no mesmo ano Joyce Ribeiro foi a primeira mulher negra a mediar um debate na televisão, o fato ocorreu nas eleições presidenciais transmitido pela TV Aparecida.

Os jovens são os maiores ouvintes de podcast, segundo a PodPesquisa de 2018, realizada pela Associação Brasileira de Podcasters – ABPod. 60% dos entrevistados que ouvem podcats tem idade entre 19 a 39 anos. O Papo de Preto foca seu conteúdo para esse público, porque são os que mais consumem essa a mídia.

O propósito desse trabalho é apresentar por meio dos episódios do Papo de Papo as temáticas da cultura negra como: representatividade, saúde, feminismo, cultura entre outros assuntos a importantes para coletivo. A participação de convidados negros escolhidos de acordo com a proximidade do tema e a locução informal comtemplando o do público alvo, acreditamos alcançar o objetivo.

2 METODOLOGIA

Os métodos e procedimentos utilizados para a realização desse trabalho se divide em duas partes, a primeira atende a pesquisa teórica que se utilizou de revisão bibliográfica e a segunda parte, procedimental, focada na produção do produto decorrente das entrevistas em profundidade.

A pesquisa bibliográfica, segundo Stumpf (2008), é o ponto inicial para um projeto de pesquisa. Nele constam as principais informações para se formular um texto em que serão apresentadas as realizações do pesquisador.

As pesquisas para a realização da parte teórica foram feitas por meio de artigos científicos e livros baseados nos assuntos abordados no trabalho. Quanto mais se estuda durante as pesquisas mais se aprende e ao final o resultado poderá ser melhor e servir de base para novos pesquisas. O trabalho tem dois capítulos de fundamentação teórica, o primeiro intitulado imprensa e racismo no Brasil contemporâneo fala a respeito da mídia e histórico do racismo. O segundo capítulo trata do podcast e a ressignificação da cultura audiofônica, aonde se discute a história do rádio e seu sucessor podcast.

As entrevistas em profundidade segundo Duarte é “um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiencia subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (DUARTE,2008, p.62). O mais importante desse método é aprender através das informações cedidas pelo entrevistado.

As entrevistas foram realizadas em estúdio de acordo com um roteiro prévio e de acordo com o tema, houve possibilidade de novas questões de acordo com decorrer das conversas. Também foram utilizados áudios de entrevistas feitas por WhatsApp com convidados que não podiam estar presentes, mas eram imprescindíveis para a construção do projeto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O nome do podcast é Papo de Preto partiu da ideia central do programa, um bate papo com pessoas pretas sobre assuntos da cultura negra. Os programas se dividem por temas em sete temas: representatividade, família negra, cultura pop negra, negros na internet, feminismo negro, saúde da população negra e LGBT+. A locução ficou dividida entre duas vozes, uma feminina e uma masculina, para não ter monotonia nos timbres de voz. Tem duração média de 15min a 13min e é composto pela discussão e um quadro tarja preta – dicas geralmente relacionadas com o tema.

O logo foi construído fundo amarelo com bolinhas pretas, na frente está posicionado o rosto de perfil de uma pessoa negra falando, em balão de histórias em quadrinhos, o nome do programa Papo de Preto. A cor amarela fortemente utilizada no logo foi escolhida, pois é comumente utilizada nas culturas africanas. Enquanto o negro é a representação de todas as pessoas que participaram do programa. A letra utilizada é sem serifas e seguem o estilo de grafite que é uma arte comum dos negros.

Figura 1- Logo Papo de Preto

Fonte: Juliano Feliciano Santos

A distribuição do programa será feita por meio do Spotify, plataforma de distribuição de áudios como podcasts e músicas e também aplicativos de podcast. Essa primeira edição conta sete episódios e há intenção do dar continuidade ao projeto.

As gravações foram realizadas no estúdio de rádio das Faculdades Integradas de Jaú nos dias 23 a 27 de setembro de 2019.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem a intenção de auxiliar a representatividade dos negros na sociedade, dando voz a esse grupo por meio de um podcast que debate as questões sobre a cultura negra.

É importante para a área da comunicação, pois permite uma análise crítica sobre o papel da mídia a respeito das questões raciais. Os meios de comunicação social assumiram papel excludente sobre os negros, tratando-os de maneira estereotipadas. É necessária mais atuação dos negros em redações e novelas para criar ambiente mais justo, é com esse viés que o Papo de Preto foi criado, a produção e execução e feita por pretos, pensado no público negro.

O projeto comtempla os jovens a parcela mais afetada com o racismo e a falta de representatividade como consta no PNAD. É na formação desse público que o incentivo sobre autoaceitação e consciência de história provoca o empoderamento e a reivindicação por espaço.

O trabalho é inédito para as Faculdades Integradas de Jaú, o projeto é o primeiro no formato podcast, discutindo sobre cultura negra. Existem outros dois trabalhos de conclusão de curso sobre negros no acervo de comunicação. É importante estimular o debate sobre o grupo no ambiente acadêmico e a participação dos mesmo como docentes e estudantes nas faculdades.

Entender a situação dessa população no país faz com que o pensamento de pertencimento e necessidade de movimentação cresça para defender e reivindicar o direito do negro. O trabalho trouxe muitas questões desconhecidas para o debate e acreditamos que somente por meio de diálogo é possível compreender a vivência do outro e assim criar empatia e lutar pela garantia dos direitos.

Compreendemos que este trabalho atingiu o objetivo inicial de apresentar temáticas negras por meio de um podcast dinâmico e objetivo, voltado para os jovens afim de promover a igualdade e diminuição do racismo.

REFERÊNCIAS

Agência IBGE. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos >. Acesso em: 01 de maio de 2019

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo. Atlas, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

PARA ALÉM DO CÁRCERE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Anelisa Fugita, Robson Ferreira Silva, Rinaldo Correr, e-mail: anelisafugita@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a relação existente entre a função do Estado e as metodologias que dão sustentação aos processos de aplicação das penas, imputadas aos indivíduos em conflito com a lei, colocam em discussão a ressocialização como um dos caminhos para lidar com essa problemática. Assim, um novo conceito permite o envolvimento de setores, não direcionado ao lucro, como alternativa de estreitar resgate vinculares entre os indivíduos privados de liberdade e a sua comunidade de origem, assim como, à comunidade local, à família de um modo adequado e construtivo para a possibilidade de reinserção social.

O sistema carcerário brasileiro é, sem dúvida, um problema social. A situação dramática em que se encontra não é oriunda somente desse momento histórico, mas também de um efeito cultural de uma política punitiva e vingativa, que deixa de lado os investimentos. A punição controla e classifica todas as práticas ilícitas, para que essas não sejam toleradas. Está mostra ao indivíduo que saia desse padrão, que toda infração intolerável, tenha como consequência um castigo de que ele não poderá escapar (FOUCAULT, 1975).

Redígolo (2012) afirma que o encarcerado carrega uma série de representações que, na maior parte das vezes, são autodepreciativas. Estar no ambiente prisional, um lugar inimaginável, influenciado por organizações com força política e econômica, aumenta e fortalece o estigma e altera as representações sociais desse indivíduo institucionalizado. O indivíduo passa, de maneira geral, a ser julgado e rotulados, partido sempre de um preconceito.

Portanto, o artigo pretende, utilizando-se das estratégias metodológica da revisão bibliográfica, criar uma articulação de diálogo entre a psicologia, comunidade cientifica e sociedade acerca da temática sistema prisional e processos de ressocialização. Nessa proposta, com a utilização da Teoria das Representações Sociais, pretende-se analisar as representações de egressos do sistema penitenciário. Como elemento norteador da

pesquisa, será definido como referências investigativas os seguintes pontos: Que concepções os indivíduos que cumprem/cumpriram penas desenvolvem a) acerca de si próprio, b) do sistema prisional, c) das causas e consequências do conflito entre indivíduo e a observância da lei d) quais as consequências que esse ambiente provoca na vida do indivíduo reinserido na sociedade

2 METODOLOGIA

Este estudo de natureza bibliográfica trouxe como ênfase, a investigação de aspectos das representações sociais de indivíduos que permaneceram privados de sua liberdade em instituições totais.

Por isso, a pesquisa utilizou-se de artigos de diferentes autores, publicados em base de dados online, além da leitura de livros sobre a temática escolhida, com o objetivo de proporcionar um diálogo entre comunidade científica e sociedade.

A pesquisa foi realizada com a observação e análise das informações disponíveis em ambiente digital, nas bases de dados como: PePsic, Scielo, Google Acadêmico, JOTA, além de livros de literatura corrente, voltados para os assuntos de Psicologia Social e conceitos e teorias de estigma e representações sociais.

Por meio da utilização de palavras chaves nas bases de dados online, foi possível encontrar material de qualidade para o artigo, utilizando-se do seguinte critério para seleção: data de publicação, entre 2004 e 2019, idioma em português e análise dos títulos e resumos com a temática das representações sociais e estigma de egressos do sistema penitenciário.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há muito tempo, o sistema judiciário brasileiro, pune, exclui e encarcera aquele indivíduo que não age de acordo com a lei. “O encarceramento era um meio, não era o fim da punição” (FOUCAULT, 2007). A privação da liberdade não puniu somente o corpo, mas também a alma.

Então, a partir da influência de várias doutrinas, dentre as quais se destacam a norte-americanas e as europeias, o sistema jurídico brasileiro foi se orientando por novas teses relacionadas ao crime, criminoso e o próprio sistema carcerário.

Atualmente o sistema carcerário é retratado por grandes lotações, sendo uma constante afronta aos princípios da dignidade humana. Além disso, o esse sistema punitivo se mostra uma fábrica do crime que não para de fabricar delinquentes. O

isolamento em celas, trabalhos inúteis que lhe são impostos, não pensam no homem livre em sociedade. (FOUCAULT, 2007).

Dito isso, o cárcere ao invés de “reparar” o indivíduo, o leva cada vez mais para o mundo do crime além de marcá-lo infinitamente como criminoso, estigmatizando e alterando suas subjetividades e representações sociais.

A representação social de um indivíduo se forma desde seu nascimento, e pode ser entendida do coletivo. Na Teoria das representações sociais esse fenômeno é conceituado como “um conjunto de conceitos, proposições e explicações criados na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual” (MOSCOVICI, 1981 p.181). São os ambientes físicos e sociais de um indivíduo que fixam suas representações, moldando as sociedades de acordo com elas (MOSCOVICI, 2015). São criadas para “convencionalizar” os indivíduos objetos, pessoas ou acontecimentos em categorias e, aos poucos, colocá-las em um modelo determinado partilhado por um grupo de pessoas.

Com o seu ingresso no sistema carcerário, o indivíduo recebe novas representações sociais, moldadas pelo grupo que ao qual está pertencendo, o de “prisioneiro”. No interior dos muros que os separam do mundo externo, com uma mudança na constituição de “eu”, os encarcerados, convivem com pessoas que possuem os mesmos estigmas que os seus, dificultam a sua volta ao convívio social.

O sistema prisional, foca na punição que deve ser aplicada no indivíduo infrator da lei, que negligencia a volta desse indivíduo na sociedade, dificultando a sua reintegração após cumprimento da lei.

Laurerman e Guazina (2013) afirmam que mesmo fora da prisão, o sujeito continua sendo controlado e vigiado de outra forma. Nesse controle, que não são os mesmos da instituição carcerária, mas que tem a mesma finalidade objetiva-se colocar barreiras frente ao que não se consegue dar conta, ao que foge os padrões, trazendo, como possível consequência, o estigma.

Agora em liberdade o indivíduo se encontra rotulado, deixando de ser observado em sua totalidade e passa a se resumir como alguém que, um dia, esteve preso, sofrendo punição por um erro cometido e já pago.

Por isso, a ressocialização do indivíduo ainda preso, se faz necessário para que esse possa se adaptar a sua condição de liberdade, tornando seu retorno, sua reintegração, na sociedade cada vez mais natural e igualitária.

O trabalho dos centros de ressocialização (CR), se mostram uma alternativa cada vez mais eficaz no sistema judiciário brasileiro. Com o ingresso restrito e construído sob

regras rígidas, o indivíduo participante desse sistema tem uma oportunidade de resgate da sua representação social, ser visto como um ser antes da reclusão. É uma tentativa de reverter aquilo que uma vez foi conhecido e cristalizado. Tornar familiar para o reeducando, algo que a muito tempo não era, ser um indivíduo livre tornando-se visível para a sociedade que o via como excluído, um monstro sendo punido pelas suas infrações intoleráveis (MOSCOVICI, 1981).

Machado e Sloniak (2015) mostram que, a filosofia de reabilitação do CR visa à "reintegração social", fazendo o ofensor retornar à sociedade com as qualificações e recursos apropriados, seguindo estratégias que evita a reincidência. Esses recursos e qualificações são afetivas (laços de família, autoestima incrementada), sociais (autoconsciência, capacidade de solucionar problemas e de negociar conflitos dentro de um grupo) e materiais (dinheiro na conta de poupança, qualificação profissional e contatos no mercado de trabalho).

Portanto, o sistema carcerário, mas segrega o indivíduo do que reintegra, aumentando cada vez mais a sua população devido a sua condição de fábrica do crime. Logo, os CRs são sim um modelo bem-sucedido sob muitos aspectos, porque promove a autoestima do encarcerado, oferece oportunidades de trabalho e estudos, cursos profissionalizantes, ajudando a compreender e ressignificar seus modelos e projeto de vida futura. Moralmente, oferece um ambiente penal positivo e humano, sendo o oposto ao vivenciado no sistema prisional convencional, regido por violência e brutalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema judiciário brasileiro foi desenvolvido para vingar, punir e excluir aquele indivíduo que não está de acordo com a lei, mas em vez de ressocializar acaba aumentando as chances da volta ao cárcere sendo então, a prisão um ambiente que não para de fabricar delinquentes.

A consequência de toda essa história é uma comunidade carcerária cada vez maior, dentro de presídios superlotados e de condições precárias, com pessoas de diversas classes sociais, formando grupos e facções criminosas que se tornam cada dia mais expertises no crime organizado.

Para o indivíduo, além de condições inumanas vivenciadas no cárcere, a sua subjetividade é alterada junto as suas representações sociais. Entende-se por representação social, as crenças de uma sociedade que, através da interação social, se constrói dentro de uma sociedade uma realidade comum. Para a realidade brasileira,

aquele que infringe a lei deve ser punido, excluído e “marcado” para o resto da sua vida como “criminoso”.

Os centros de ressocialização (CR) aspiram a “des-rotulação” dos ofensores para que esse possa ser visto não mais como um criminoso, mas sim como um ser individual. Enquanto o Sistema funciona como uma escola do crime, os centros de ressocialização (CR) requalificam os reeducandos como membros da sociedade respeitadores das leis.

Por isso, se faz necessário discutir essa temática com a população além dos muros, para que essa, assim como o ex-encarcerado, tenha suas representações sociais originais restauradas, acontecendo então a reinserção total do egresso do sistema penitenciário na sociedade de forma cada vez mais igualitária.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vorazes, 2014.

LAUERMANN, J.D.; GUAZINA, F. M. N. **Para além dos muros institucionais:** problematizando os discursos dos egressos do sistema prisional. Barbaroi, n. 38, p. 178-197, 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2536>. Acesso em: 13/04/2019

MASCOVICI, S. **As representações sociais:** investigação em psicologia social. 11. ed. Petrópolis, RJ. Editora Vorazes, 2015.

MACAULAY, F; RECONDO, F. Os centros de ressocialização no estado de São Paulo, Estado e sociedade civil em um novo paradigma de administração prisional e de reintegração de ofensores. **RAE, Jota**, 2015. Disponível em <www.jota.info/especiais/os-centros-de-ressocializacao-no-estado-de-sao-paulo-28072015> acesso em 10/08/2019.

MACHADO, B.A.; SLONIAK, M. A. Disciplina ou ressocialização? Racionalidades punitivas, trabalho prisional e política penitenciária. **Rev. Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 189-222, Jun 2015. Disponívelem:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180824322015000100189&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/03/2019

OTTOBONI, M. Ninguém e irrecuperável, São Paulo: Cidade Nova, 2001.
REDÍGOLO, N. C. Sistema Penitenciário e seus estigmas: o caso paulista. **Revista LEVS**, n. 9, 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/2238>. Acesso em 06/04/2019

PARTICIPAÇÃO DA INTERLEUCINA–15 ESTIMULADA PELO EXERCÍCIO FÍSICO NA REGULAÇÃO DO METABOLISMO DURANTE O ENVELHECIMENTO DA PELE

Mariana de Campos Soriani, Beatriz Ferreira Alves, Paula Grippa Sant'Ana, e-mail: mah_soriani@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A pele é o maior órgão do corpo humano, constituída por três camadas sobrepostas sendo a epiderme, a derme e a hipoderme. A epiderme considerada a camada mais superficial, é formada por tecido epitelial estratificado (várias camadas de células) pavimentoso (células achatadas) e queratinizado, as células são unidas e não existem nenhum tipo de substância intercelular, estando em constante renovação; a derme é a camada intermediária, essencialmente composta por fibras elásticas e colágenos, possui circulação sanguínea e linfa, nesta á a presença de nervos; por fim, a hipoderme, sendo a camada interna a qual protege os órgãos e evita a perda de calor, devido sua constituição lipídica (MAGALHÃES, 2010).

O processo de envelhecimento cutâneo é progressivo e inevitável ao longo da vida, onde ocorre modificações de materiais genéticos por meio de enzimas, alterações proteicas e a redução da proliferação celular e, consequentemente, o tecido perde a elasticidade, a capacidade de regular as trocas aquosas e a replicação do tecido se tornam menos eficiente. Além disso, ocorrem oxidações químicas e enzimáticas envolvendo a formação de radicais livres (RL) das quais aceleram esse fenômeno de envelhecimento (HIRATA *et al*., 2004).

São dois eventos de envelhecimento que ocorrem na epiderme, o intrínseco ou cronológico e o extrínseco. O primeiro é decorrente do tempo, o qual seu fator predominante corresponde a genética, estado hormonal e reações metabólicas. Nele estão presentes os efeitos naturais do tempo, como por exemplo o efeito da gravidade, o ressecamento cutâneo, as modificações da composição da epiderme as quais geram mudanças na espessura da pele. Já o segundo, é ocasionado por efeitos ambientais, influenciados pelo estilo de vida, como a exposição crônica aos raios UVA/UVB, uso de toxinas, poluição do ar, entre outros (HIRATA *et al*., 2004), clinicamente é possível verificar maiores agressões, a derma se apresenta com manchas, áspera, espessa,

amarelada, frouxa e dura, podendo apresentar pré-disposição a câncer de pele a partir dos 20 anos, devido redução e disfunção das células de Langherans (JENKINS, 2002).

Além de todas as mudanças citadas, foi possível verificar alterações no metabolismo das citocinas, as quais são glicoproteínas que desempenham um papel central na mediação e regulação das respostas imunológicas, atuando como intermediárias nas células do sistema imune, hematopoiético e neuroendócrino, ou seja, são responsáveis pela coordenação, amplificação e regulação da magnitude e duração dos eventos inflamatórios e, consequentemente, de seus efeitos (SILVA; MACEDO, 2011). Embora, cada citocina apresente uma estrutura, elas compartilham várias propriedades e ações pleiotrópicas, ou seja, habilidade de uma citocina agir em diferentes tipos celulares. Sendo assim, podem possuir o mesmo efeito funcional, e capacidade de: influenciar a síntese e ações de outras citocinas, podendo ter ações locais ou sistêmicas; dar início às ações por ligação de receptores específicos nas células alvo, sinais externos regulam a expressão de seus receptores, influenciando no potencial de resposta das células as citocinas e alteram a expressão gênica em células-alvo para expressarem novas funções ou proliferação.

As citocinas são produzidas e secretadas principalmente pelas células do sistema imunológico (TEODORO, 2010). Existem diversos tipos de citocinas, que podem ter atividade pró-inflamatória, anti-inflamatória, ou ainda, de moduladora da inflamação e reguladora da ativação de vias energéticas para suporte deste processo (SILVIA; MACEDO, 2011). As citocinas podem ser divididas funcionalmente em três categorias, sendo elas: mediadoras e reguladoras da imunidade inata (TNF, IL1, IL12, IL10, IL15), mediadoras da imunidade adaptativa (IL2, IL4) e estimuladoras de hematopoese (IL7, IL3) (TEODORO e MOREIRA, 2010). Contudo, Oliveira *et al*. (2011), agruparam as citocinas em interleucinas (IL, numeradas de IL-1 a IL-35 sequencialmente), fatores de necrose tumoral (TNF), quimiocinas, interferons (INF) e fatores de crescimento mesenquimal. Referente as interleucinas são citocinas sintetizadas principalmente por leucócitos (linfócitos T) e atuam ou não (em alguns casos) sobre os mesmos, as quais desempenham papel de mediadoras nas respostas imunológicas. Male *et al*. (2014) complementa, algumas são produzidas por fagócitos mononucleares ou por células nos tecidos. O efeito que a interleucina produz, depende da ação, muitos de seus efeitos ocorrem em cadeia e inibem o sistema imune. Existem mais de 36 tipos numerados pela ordem de descoberta e possuem duas classificações, sendo elas anti-inflamatória e pró-inflamatória (PEREIRA *et al*., 2015).

A proteína quinase ativada por monofosfato de adenosina (AMPK) é a principal proteína reguladora do estado de energia celular. A ativação de AMPK instiga uma série de eventos de sinalização que, em última análise, regulam o metabolismo de glicose, colesterol e ácido graxo. A AMPK pode ser ativada por metformina, hipóxia e condições que aumentam o AMP intracelular, como exercício (PEREIRA *et al*., 2015). O AMPK é uma molécula sinalizadora ativada durante o exercício de endurance (alto volume e baixa intensidade) e tem como resultado alterações que ocorrem nos níveis de fosfato energético da fibra muscular. Essa molécula regula diversas vias energéticas nos músculos. Uma vez ativada, a AMPK, leva a uma inibição das vias metabólicas que consomem energia como a síntese de glicogênio, ou aumento na produção de fatores que ajudam a aumentar a produção de ATP (adenosina trifosfato), como a ativação da biogênese mitocondrial (PACHECO *et al*., 2017).

Crane *et al*. (2015), testaram o envolvimento da AMPK na expressão da IL-15 em camundongos, utilizando músculo esquelético, observaram alteração de AMPK e taxas de IL-15 através do exercício de endurance em esteira, identificando que a expressão da IL-15 está envolvida com o metabolismo da pele, sofrendo ação da AMPK. O exercício físico altera de maneira significativa o metabolismo do corpo como um todo e protege contra a deterioração física associada a diversas patologias. Embora as adaptações positivas mais bem estabelecidas envolvam tecidos metabólicos como fígado, músculo esquelético ou sistema cardiovascular (LANZA *et al*., 2008; SEALS *et al*., 2009). Recentemente, foi identificado que o treinamento físico pode induzir a biogênese e prevenir a disfunção mitocondrial sistêmica e os sintomas progeróides em ratos mutados, no gene da polimerase gama, incluindo uma prevenção da deterioração da pele (SAFDAR *et al*., 2011).

As mutações decorrentes dos anos no DNA mitocondrial (mtDNA), acarretam degradações mitocondriais, ocorrendo um progressivo declínio funcional do tecido. Com isso, Safdar *et al*. (2011), descrevem que o exercício de resistência promete aplacar a disfunção mitocondrial no envelhecimento e efeitos correlacionados, devido ao rejuvenescimento sistêmico das mitocôndrias. Além disso, Crane *et al*. (2015) observaram que treinamento de endurance em idosos com SED (sedentarismo) aumentou o conteúdo de colágeno e o número de cópias de mtDNA da pele. Outros demonstraram que o exercício agudo apresentou aumento na expressão de citocinas pró e anti-inflamatória (tnf-A, il-1b, il-6, il-10, il-1ra, il-8, il-15) no tecido muscular estriado esquelético e no sangue (OLIVEIRA *et al*., 2011). Há contradição nos estudos

encontrados: Tamura *et al*. (2001) mostrou que o exercício físico elevou transitoriamente a concentração sérica de IL-15, enquanto Nielsen *et al*. (2017) relatou não ter alteração, e Tamura *et al*. (2001) diz que pode haver relação com o tempo da coleta sanguínea pós exercício para análise da concentração de IL-15.

Diante do exposto, a busca pela juventude e beleza estética principalmente envolvendo a pele, são decorrentes de diferentes fatores, como: pessoais (autoimagem e consequentemente autoestima), midiáticos e sociais. Com tal demanda no processo de combate/retardo do envelhecimento, principalmente, no que tange a pele, torna-se necessário mais estudos relacionados a intervenção do profissional de Educação Física no combate a senescência cutânea, por meio de exercícios físicos, envolvendo diretamente as reações metabólicas desejáveis.

Este trabalho tem como objetivo compreender a participação da interleucina–15 estimulada pelo exercício físico na regulação do metabolismo durante o envelhecimento da pele.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa indutiva, indireta e bibliográfica. Foram pesquisados artigos e livros publicados sobre o tema escolhido. Foram encontrados artigos científicos que tiveram suas teorias lidas e analisadas a fim de compreender os processos de formação das citocinas, interleucinas, AMPK por meio do exercício físico e sua influência na epiderme para o combate ao envelhecimento. Foram considerados apenas artigos e livros publicados nos últimos vinte e nove anos (1990 a 2019).

Os artigos foram encontrados nas bases de dados, Scielo, Bireme, Pubmed, Google acadêmico e biblioteca das Faculdades Integradas de Jaú. Para isto foram utilizadas as seguintes palavras chaves: Citocina, Interleucina 15, AMPK, Exercício físico, Envelhecimento e Pele.

Após a leitura e seleção de trechos importantes das fontes pesquisadas, as ideias foram relacionadas e correlacionadas com o objetivo de explicar a relação entre as enzimas AMPK, glicoproteina interleucina – 15 (IL-15) e o retardo ao processo de envelhecimento na epiderme.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Atualmente, a busca pela juventude e beleza estética, principalmente da pele,

vem crescendo excepcionalmente, isso ocorre devido a fatores pessoais (autoimagem e consequentemente autoestima), midiáticos e sociais. Portanto, torna-se necessário mais estudos relacionados à intervenção do profissional de Educação Física na manutenção do envelhecimento cutâneo através de exercícios físicos. O envelhecimento pode ser caracterizado como uma fase inevitável da vida de todo e qualquer ser vivo, podendo ser mais atenuado para uns e mais rápida para outros (CAETANO, 2006). Falar sobre senescência abre um leque imenso de definições, podendo ser elas, psíquicas, físicas, motoras ou até mesmo estética. Podemos caracterizar como uma diminuição geral das capacidades da vida cotidiana, ou como um período de vulnerabilidade e de cada vez maior dependência dos familiares. Porém, o envelhecimento pode ser simplesmente definido como as diversas alterações que ocorrem durante o tempo de vida, dentro delas, mudanças do sistema cardiovascular, cardio respiratório, sistema nervoso e alterações no tecido epitelial cutâneo.

A epiderme é segmentada em quatro ou cinco camadas, dependendo da região do corpo, como por exemplo as regiões palmo plantares, possuem cinco camadas, já no restante do corpo é composta por apenas quatro camadas. A mais profunda denomina-se de camada basal, ou seja, ela é a base de todas as outras, conhecida também como germinativa, pois é nela onde ocorrem as mitoses para que se tenha a renovação celular. Esta é formada por uma única fileira de queratinócitos e tem formato cúbico. Acima da camada basal, encontra-se a camada espinhosa, constituída por estratos de células, pouco achatadas e com núcleo central. Um diferencial é que as células apresentam projeções citoplasmáticas com filamentos de queratina (tonofilamentos), os quais as mantêm unidas, devido à presença dos desmossomos. Todo esse arranjo confere um aspecto espinhoso. A terceira camada, chamada de granulosa é formada por cinco faixas de queratinócitos que possuem grânulos de queratina, nela os queratinócitos encontram-se mais achatados. E por último, temos a camada córnea, a qual tem trinta fileiras de queratinócitos totalmente planos e que já se encontram mortos, ou seja, perderam seu núcleo e suas organelas (CAMARGO, 2018)

Os tecidos gradualmente passam por mudanças de acordo com a idade, sendo que, no cutâneo, essas alterações são facilmente reconhecidas. Atrofia, enrugamento, ptose e lassidão representam os sinais mais aparentes do derma senil. O suporte estrutural determinado pela derme vai se perdendo com o avançar da idade, de modo que a pele se torna menos elástica, mais fina e menos hábil para resistir a alterações mecânicas e assim a epiderme tende a se tornar seca, flácida e muito fina (PAPELÉO;

CARVALHO, 2005). Estas mudanças são determinadas através de forças ambientais ou extrínsecas e fatores intrínsecos, alguns deles relacionados com alterações no tecido conjuntivo da derme. Exercícios físicos regulares previnem a disfunção mitocondrial sistemática e os sintomas progeróides em camundongos e humanos, incluindo a prevenção da deterioração da pele. Diante disso, foram identificadas várias proteínas secretadas pelo músculo esquelético, dentre elas, as interleucinas, que podem mediar funções fisiológicas importantes em outros órgãos, demonstrando um grande potencial para o controle metabólico do tecido periférico (PEDERSEN; FEBRAIO, 2012). Foi constatado que o exercício físico possui a capacidade de regular o metabolismo mitocondrial da pele, com aumento da biogênese mitocondrial, avaliado no DNA mitocondrial e na expressão gênica de indivíduos ativos e de grupos sedentários (SAFDAR *et al.*, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O músculo esquelético produz maior quantidade de AMPK através dos exercícios de endurance, como consequência, aumenta-se a secreção de IL-15 no sangue, esta, se encaminha para os tecidos epiteliais, mais especificamente no núcleo da célula, ativando a transcrição de proteínas alvos para combater o processo de envelhecimento cutâneo (FIGURA 3). Neste sentido, gera aumento na proliferação celular estimulando a síntese de colágeno promovendo a melhora significativa a saúde da pele, aumentando a elasticidade, prevenindo as rugas e linhas de expressões finas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO E.T.; PAPALÉO N. P. **Geriatria Fundamentos, Clínica e Terapêutica**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2005. 788 p.

CRANE, J. D. *et al*. Exercise-stimulated interleukin-15 is controlled by AMPK and regulates skin metabolism and aging. **Aging cell**, [S.l.], v. 14, n. 4, p. 625-634, abr. 2015. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/acel.12341.

FISHER, G. J. *et al*. Mechanisms of photoaging and chronological skin aging. **Archives of dermatology**, [S.l.], v. 138, n. 11, p. 1462-1470, nov. 2002. Disponível em: https://jamanetwork.com/journals/jamadermatology/article-abstract/479061.

HIRATA, L. L.; SATO, M. E. O.; SANTOS, C. A. de M. Radicais livres e o envelhecimento cutâneo. **Acta Farmaceutica Bonaerense**, Paraná, v. 23, n. 3, p. 418-24, 2004. Disponível em: https://www.fisiosale.com.br/assets/2ciclos-da-pele-0309.pdf.

NIELSEN, A. R. *et al*. Expression of interleukin-15 in human skeletal muscle–effect of exercise and muscle fibre type composition. **The Journal of Physiology**,

[Massachusetts], v. 584, p. 305-312, set, 2007. Disponível em: https://physoc.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1113/jphysiol.2007.139618.

OLIVEIRA, C. M. B. de. *et al*. Citocinas e dor. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 255-265, mar./abr. 2011. Disponível em: http://www.rba.periodikos.com.br/journal/rba/article/doi/10.1590/S0034-70942011000200014.

PEDERSEN, B. K.; FEBBRAIO, M. A. Muscles, exercise and obesity: skeletal muscle as a secretory organ. **Nature Reviews Endocrinology**, [Londres], v. 8, n. 8, p. 457-465, abr. 2012. Disponível em: https://www.nature.com/articles/nrendo.2012.49.

SAFDAR, A. *et al.* Endurance exercise rescues progeroid aging and induces systemic mitochondrial rejuvenation in mtDNA mutator mice. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, [S.l.], v. 108, n. 10, p. 4135-4140, fev. 2011. Disponível em: https://www.pnas.org/doi/abs/10.1073/pnas.1019581108.

TAMURA, Y. *et al*. Upregulation of circulating IL-15 by treadmill running in healthy individuals: is IL-15 an endocrine mediator of the beneficial effects of endurance exercise? **Endocrine Journal**, [S.l.], v. 58, n. 3, p. 211-215, 2011. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/endocrj/58/3/58_K10E-400/_pdf/-char/ja.

PEDAGOGIA ALTERNATIVA: ESTARÃO AS ESCOLAS BRASILEIRAS PREPARADAS PARA ATENDER AOS NOVOS OBJETIVOS DO SÉCULO XXI?

Ednalva Luzia Borges Melchior, Samara de Lima Ramos, Lucia Helena Ormelese de Barros, e-mail: ednalva.b.melchior@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi escolhido a partir da relevância do tema no decorrer da graduação e as possíveis mudanças que tal estudo pode trazer em prol de uma aprendizagem significativa. Intitulado como “Pedagogia Alternativa: Estarão as escolas brasileiras preparadas para atender aos novos objetivos do século XXI?”. O projeto almeja auxiliar explicitar os desafios da trajetória educacional e mostrar pedagogias alternativas para suprir as necessidades deste século.

As pedagogias alternativas se constituem nos diversos saberes do processo pedagógico e de diferentes recursos no cenário didático que contribuem para uma estratégia de ensino aperfeiçoada. Em consequência do modelo tradicional é visível a precariedade quanto a educação, desse modo, cresce a procura por métodos alternativos e eficazes, capazes de promover um ensino diversificado, democrático e interdisciplinar. Frente a isso, procura-se evidenciar a crescente necessidade de promover um aprendizado efetivo para o aluno, com mecanismos mais dinâmicos, provocando o interesse pelo conhecimento e o colocando como centro no processo de ensino aprendizagem.

Segundo Libâneo (2011, p. 28) “a escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informação e transformar-se num lugar de análise crítica e produção da informação, pois o conhecimento possibilita a atribuição de significado à informação”.

O projeto foi elaborado em três capítulos, no início descreve sobre a História da Educação no Brasil para se reconhecer a trajetória e evolução, de maneira relevante compreender a sua origem, o avanço e os retrocessos da educação através do tempo. Ao longo da história, a educação conquista diversas legislações que embasam e norteiam o processo do conhecimento, colocando em vigor uma educação laica, gratuita e para todos, sem preconceitos e sem restrições. Apesar de tantas reformas

educacionais, ainda se encontra diversas barreiras que prejudicam a educação, o que será abordado no segundo capitulo desse estudo.

Dessa forma, os desafios educacionais brasileiros apresentam os principais conflitos no campo escolar, como por exemplo a falta de capacitação e de formação continuada de professores, que se sentem desvalorizados pela falta de investimento na educação, acarretando em mais problemáticas: falta de qualidade nas aulas e nos projetos pedagógicos, falta de interesse e motivação para travar aulas visando atender as novas exigências de cada indivíduo. Diante deste contexto, mudanças são necessárias para o aperfeiçoamento desses profissionais da educação para que transformações maiores sejam possíveis.

Por último será abordado as habilidades e competências que as escolas devem promover, além de oferecer situações favoráveis para a interação e comparação de situações que perpassem o limite escolar, de modo que os alunos levem tais aprendizados para a vida. Assim, todos os conteúdos disciplinares devem fazer sentido para o aluno, levando em consideração as necessidades de cada um, ligadas as práticas sociais do mesmo, levando-os a assumir valores primordiais para a vida em sociedade. Ruiz (2003) expõe que no caso do professor, precisa haver o conhecimento da realidade em que se inserem seus alunos:

> Educadores e educadoras precisam engajar-se social e politicamente, percebendo as possibilidades da ação social e cultural na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade classista. Para isso, antes de tudo necessitam conhecer a sociedade em que atuam e o nível social, econômico e cultural de seus alunos e alunas. (2003, p. 56)

Isso é demostrado através de um olhar diferenciado para a educação é indispensável e propor mudanças para a melhoria do ensino. Desse modo, os apontamentos servirão como base para promover e alavancar novas discussões diante do tema apresentado.

2 METODOLOGIA

Este estudo se desenvolveu por meio de uma pesquisa bibliográfica no âmbito da educação brasileira, fundamentado em ideias e pressupostos teóricos contidos em leituras de artigos, trabalhos acadêmicos e revistas científicas de diversos autores, a fim de obter definições e características pertinentes para o Trabalho de Conclusão de Curso.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após pesquisas e discussões por meios de leituras, alguns resultados demonstraram que devido aos crescentes desafios que a sociedade impõe à escola e esta não busca alternativas inovadoras e competentes para atender essa nova demanda de alunos com interesses e expectativas diferenciadas deste século. Pode-se considerar que a falta de mudanças nas metodologias e estratégias pedagógicas por parte do professor e toda equipe escolar são evidentes.

Então, por reconhecer que o Brasil possui uma diversidade social e cultural muito grande, o que se faz necessário entender que a escola deve atender a todos de forma integra, eficiente, dinâmica e democrática.

Com essa visão de mundo é que a legislação vigente a partir da década de 80 deixa explícita os direitos e deveres das crianças e jovens, dando prioridade a educação escolar de qualidade e não uma escola precária e propícia a exclusão social e a evasão, ambientes desestruturados, professores desqualificados e aulas desinteressantes tornaram-se um dos principais cenários das escolas públicas brasileiras.

É evidente a necessidade de mudanças no cenário educacional para que a evasão e o insucesso escolar diminuam, alternativas pedagógicas devem fazer parte do cotidiano da escola e assim, mudar o ambiente escolar e torná-lo acolhedor. As pedagogias alternativas são diversas, cada uma tem sua característica própria, mas o foco principal de todas é o aluno. O aluno deve ser o centro do conhecimento, deve ser escutado e compreendido, ocorrendo assim um ensino enriquecido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando é mencionado uma educação de qualidade, alguns fatores são determinantes como: uma educação democrática, gestores e professores eficientes, alunos disciplinados, entre outros aspectos. Para que isso ocorra em uma escola de ensino público no Brasil, a educação precisa ser refletida e redimensionada.

Atualmente há um retrocesso, com tantas tecnologias em prol de uma educação transformadora ocorre o baixo índice de avaliações de desempenho dos alunos, os índices crescentes de analfabetismo, a falta de condições estruturais na sala de aula, do despreparo dos professores, a falta de investimento e outros indicadores demonstram que a educação está sucateada. Em pleno século XXI, professores que são formadores do desenvolvimento das crianças, não conseguem dar suas aulas de forma eficiente. Aulas vazias, sem conexões, alunos exclusos devido alguma deficiência. Tais índices

são preocupantes se levar em consideração as inúmeras legislações e documentos oficiais, que são pilares para a educação brasileira.

O professor deve ser um agente transformador que necessita possibilita aos alunos usar a reflexão, criatividade e criticidade, na qual a aprendizagem seja de maneira diversificada com planos de aula bem elaborados e inclusão de inovações tecnológicas para a melhoria do contexto educacional.

Isso demonstra que os recursos tecnológicos não são suficientes para tornar a aprendizagem efetiva sem o acompanhamento e a mediação do professor, pois sua principal função é ser um criador de ambiente de aprendizagem e de valorização do aluno, a inovação não está restrita ao uso da tecnologia, mas a maneira que o professor utiliza tais recursos.

Portanto, as mudanças na educação dependem também dos alunos. Alunos curiosos e motivados facilitam enormemente o processo, estimulam as melhores qualidades do professor, tornam-se interlocutores lúcidos e parceiros de caminhada do professor-educador. Alunos motivados aprendem e ensinam, avançam mais, ajudam o professor a ajuda-los melhor.

Assim, é preciso traçar caminhos para uma educação de qualidade que permite transformações individuais e coletivas, sendo válido ressaltar a elaboração do Projeto Político Pedagógico que atenda às necessidades da escola, trabalhando de maneira mais dinâmica, diversificada e coerente com as necessidades dos alunos, só assim é possível ter melhorias concretas na educação.

REFERÊNCIAS

LIBANEO, J. C**. Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v. 2)

RUIZ, M. J. F. O papel social do professor: uma contribuição da filosofia da educação e do pensamento freiriano à formação do professor. **IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN**. 2003.

PEDAGOGIA E LETRAS DAS FIJ: AS TARDES DE DOMINGO NO PARQUE DO RIO JAÚ

Célia Regina Auler Pereira Furuta, Wanderlei Sebastião Gabini,
e-mail crfuruta@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais é a ampliação do conceito de educação, mas é evidente que as transformações contemporâneas contribuíram para consolidar esse entendimento como um fato com muitas peculiaridades, ocorrendo em muitos lugares, extrapolando os muros da escola.

Segundo Caro (2014), em se tratando de educação esta não se encontra reduzida à educação escolar, pois se observa apenas uma parte da realidade, considerando que há outras formas de educação, denominadas de não formal ou informal, que podem ser tão formais e significativas quanto à educação formal, que possibilitam crianças, jovens, adultos e idosos a superar a carência educacional.

No entanto, o conceito, assim como as ações desenvolvidas pela educação não formal, tem crescido e evoluído de forma bastante notável e, atualmente, consta nos planos para formação de distintos profissionais da educação; com ela se identificam numerosas realizações que não param de se estender e diversificar (CARO,2014).

Partindo desses pressupostos, considera-se que:

> As demandas socioeducacionais do mundo contemporâneo exigem um olhar mais abrangente sobre Educação. [...] Trata da Educação do homem integral, em todas as suas relações com a sociedade, inclui a diversidade individual e social, abrange as transformações e os avanços do conhecimento e se dirige a todas as faixas etárias e a todas as etapas da vida (MACHADO,2014, p. 121).

Nessas premissas, a Pedagogia Social constitui um elo de ligação entre os processos de aprendizagem e a dimensão sociopedagógica, pois prioriza atenção às classes menos favorecidas na questão da cidadania, e que requisitam intervenções socioeducacionais relativas a aspectos ecológicos e ambientais, trânsito, artes, cultura, esporte, lazer, vício, dependência de drogas, dentre outros. De fato, na realidade educacional na qual nos deparamos atualmente, é difícil não associar a educação às questões sociais.

As atividades e ou instituições socioeducativas orientadas para esse cuidado e ajuda, são definidas como agentes que respondem a necessidades específicas de determinados setores da sociedade, particularmente das crianças, adolescentes e jovens (CALIMAN,2011).

Entretanto sobre essas concepções, fundamenta-se a essência do ensinar, pautada na competência técnica, no saber ensinar, em aprimorar o próprio conhecimento, adaptar-se às novas situações para poder ajudar na construção do conhecimento dos outros. Nesse sentido está o ato de ensinar que se traduz em abrir horizontes, extrapolar os limites da sala de aula, criar, superar e recriar expectativas. Diante de tais mudanças na educação, novos paradigmas são necessários no sentido de possibilitar ao futuro educador uma nova identidade e vivências que extrapolam a sala de aula.

Segundo Ghedin (2002, p.135),

> A experiência docente é espaço gerador e produtor de conhecimento, mas isso não é possível sem uma sistematização, que passa por uma postura crítica do educador sobre as próprias experiências. Refletir sobre os conteúdos trabalhados, as maneiras como se trabalha, a postura frente aos educandos, frente ao sistema social, político, econômico, cultural, é fundamental para se chegar à produção de um saber fundado na experiência.

Nesse sentido, propôs-se um projeto de educação com objetivo de potencializar aos futuros educadores experiências que possam transcender os limites da sala de aula, contribuindo para uma formação idealizada para a demanda de uma sociedade em constante transformação, aspecto que requer reconstruir conhecimentos e estratégias de ação de forma permanente e que possa atender os diversos contextos. Para tanto, teoria e prática, reflexão e ação, são premissas fundamentais para o aprofundamento e a renovação de práticas pedagógicas.

Estas considerações estão alinhadas a concepção de Novoa (1992) que enfatiza que a formação do educador não se constrói apenas por acúmulo de conhecimentos e técnicas, mas através de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas, da reconstrução permanente de uma identidade pessoal e por um princípio de responsabilidade social. “Hoje, a realidade da escola obriga-nos a ir além da escola. Comunicar com o público, intervir no espaço público da educação, faz parte do *ethos* profissional docente.”

Libâneo (2010, p.38-9) evidencia que atualmente há necessidade de formar:

> [...] profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas sócio-educativas de tipo formal e não formal e informal, decorrentes de novas realidades - novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação de formas de lazer, mudanças de ritmo de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental - não apenas na gestão ,supervisão e coordenação pedagógica de escola , como também na pesquisa, na administração de sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias e de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para a terceira idade [...]

Esses preceitos vêm ao encontro com os dizeres de Libâneo e Pimenta (2011) que enfatizam que os processo de formação deve contribuir para humanização dos alunos, possibilitando o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências, atitudes e valores para que possam construir seu saber-fazer a partir da necessidade e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano.

Portanto é notório que ante às novas realidades econômicas, sociais, avanços tecnológicos, mudanças na estrutura familiar entre outras, impõem-se novas exigências sobre a qualidade da educação e consequentemente na formação de educadores. Nesse sentido surgem novos paradigmas que visam entender essa nova concepção de educação e nas diferentes formas de construção do saber.

2 METODOLOGIA

Após o compartilhamento de ideias com os alunos do quarto ano de Pedagogia e Letras, e de acordo com fundamentação teórica a partir de livros, artigos científicos, dissertações e teses disponibilizadas em meio eletrônico, idealizou-se um projeto visando contribuir para formação de educadores, no intuito de oportunizar a eles a realização de horas complementares e estágios da Pedagogia Social; aspectos necessários e fundamentais para conclusão de curso.

Para tanto ficou estabelecido que nas tardes do último domingo dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro, utilizando o Parque do Rio Jaú, seriam desenvolvidas atividades com objetivo de favorecer o desenvolvimento de aspectos cognitivos, motor e social de crianças e jovens frequentadores do referido espaço. Assim sendo, todos os meses no período que antecede a apresentação no Parque, tem-se um encontro no horário de uma pré-aula para discussão sobre o tema que será apresentado e orientação sobre as propostas de atividades. Posteriormente, também numa pré-aula, os alunos devem apresentar suas ideias e material já elaborados. Nesse momento há

troca ideias entre os indivíduos dos grupos e acordos sobre o que, como, e por que será apresentado.

Os temas para realização das atividades ficaram estabelecidos como:

Agosto: Resgate de brincadeiras antigas - destacando a importância para desenvolvimento de aspectos culturais, sociais, físicos e cognitivos.

Setembro: Preservação do Rio Jaú - com abordagem sobre importância da preservação do rio, destino adequado do lixo naquele espaço, elencando as cores da reciclagem, tempo para decomposição do lixo no ambiente, relação de interdependência da fauna e flora do local, entre outros.

Outubro: Educação para o trânsito - salientando as regras de segurança para pedestres e motoristas, para condução de animais entre outras.

Novembro: Vida saudável - envolvendo alimentação, higiene, lazer, atividades físicas e descanso.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer dos encontros na pré -aula, com os alunos dos Cursos de Pedagogia e Letras, observou-se a proatividade individual e dos grupos para a realização da proposta de trabalho e ações educativas, bem como no momento de interação com os usuários do Parque do Rio Jaú.

Esse espaço é considerado adequado para prática de educação não formal, de contato lúdico e dinâmico, por constituir um ambiente natural, aberto, cujos frequentadores são crianças, jovens e adultos que aproveitam as tardes de domingo para descontração e lazer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Pedagogia Social com domínio da chamada ação social, a intervenção pedagógica assume exigências muito próprias, em conformidade com as especificidades dos problemas e situações observadas na realidade vivida. Funciona como um agente integrador do processo de desenvolvimento humano, sendo que essa mediação nomeadamente atua no eixo escola-família-comunidade, numa perspectiva de articulação entre os espaços de aprendizagem formal, não formal e informal.

Nesse sentido é notório a necessidade de formação de profissionais que estejam aptos a refletir e desenvolver práticas educativas que possam atender às exigências do contexto atual, por meio de um processo dialógico, intuitivo, imaginativo, comunitário,

participativo e afetivo, visando uma sociedade mais humana, justa e igualitária. Esse processo exige não apenas competência técnica do educador, mas também a solidariedade humana e o compromisso político com o educando, na medida em que sua prática social educativa é direcionada ao resgate da cidadania plena.

Partindo desses pressupostos, optou-se por disponibilizar oportunidades para os que alunos dos Cursos de Pedagogia e Letras pudessem experienciar situações de aprendizagem extra sala de aula e para que tenham possibilidade de se tornarem educadores em potencial em diferentes espaços educativos.

REFERÊNCIAS

CALIMAN, G**.** Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação UNISAL -** Americana/SP-Ano.XII-n.23-2ºSemestre/2010. Disponível em: https://sites.unicentro.br/wp/ cursodepedagogia/files/2011/08/caliman-pedagogia-social-transformadora.pdf. Acesso em: 14 set. 2019

CARO, S.M.P. Educação Social: uma questão de relações. *In*: SILVA, R. da; SOUZA NETO, J.C.de; MOURA, R.A.de. **Pedagogia Social.** 3. ed. v.1. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2014.

GHEDIN, E. Professor reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. *In:* PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**12. ed. São Paulo: Cortez,2010.

LIBÂNEO, J.C; PIMENTA, S.G. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. *In:* PIMENTA, S.G. **Pedagogia e Pedagogos**: caminhos e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Cortez,2011.

MACHADO, E.M. A Pedagogia Social: reflexões e diálogos necessários*. In*: SOUZA NETO, J.C.; MOURA, R.A. (orgs). **Pedagogia Social**. 3.ed. v.1 São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2014.

NOVOA, A. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. Disponível em: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf .Acesso em 14 set.2019

PEDAGOGIA EMPRESARIAL: UMA NOVA VISÃO DE APRENDIZAGEM NAS ORGANIZAÇÕES

Victória Fernanda Maran, Lucia Helena Ormelese de Barros,
e-mail: vi.maran19@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surgiu pela curiosidade em conhecer uma pedagogia fora dos ambientes escolares. Através dessa concepção e leituras apoiadas em autores do referido tema, o objetivo traçado para coleta de conhecimentos é buscar alternativas diferenciadas para atuação no mercado de trabalho da Pedagogia. Atualmente, o ramo educativo vem se deparando com diferentes áreas de trabalhos e a Pedagogia, por sua vez, expande seu mercado profissional, possibilitando a transmissão de conhecimento em diferentes locais, não somente dentro do ambiente escolar.

Nesta perspectiva, a modernização da sociedade pede para que a educação cresça e, diante deste contexto, as organizações precisam de um passo a mais através da formação continuada desses profissionais, buscando na Pedagogia a resolução de seus problemas.

Moscovici (2006, p. 47) conclui que:

> [...] vale enfatizar, reiteradamente, que as relações interpessoais no grupo, são tão ou mais importantes do que a qualificação individual para as tarefas. Se os membros relacionam-se de maneira harmoniosa, com simpatia e afeto, as probabilidades de colaboração aumentam muito, a sinergia pode ser atingida e resultados produtivos surgem de modo consistente.

Com a reconstrução de conceitos básicos da Pedagogia Empresarial, como criatividade, espírito de equipe, empatia e gestão compartilhada, pode-se afirmar que haverá um melhor rendimento dos colaboradores na empresa. Gadotti (2000, p. 215) reforça que "para mudar a prática, é preciso reconceituá-la, ou seja, buscar novos conceitos que possam explicitá-la de outra forma". Sendo assim, a Pedagogia Empresarial apresenta estratégias e processos que garantem a aprendizagem, tendo como propósito gerar mudanças e capacitar o ser para construir e atuar em algo diferenciado.

Este tipo de Pedagogia foi criado para fornecer suporte e estrutura para quebrar paradigmas, pois cada vez mais as empresas descobrem a importância da educação no trabalho. Isso visa a melhoria da qualidade de prestação de serviços, o aperfeiçoar da atuação profissional e pessoal, alinhando os valores da empresa com a equipe, o que colabora para que os indivíduos façam parte do contexto em que atua.

Devido a isso, a inserção da educação dentro das instituições empresariais tornou-se uma estratégia para a fortificação das companhias, diante de um cenário em constante transformações, pois antigamente o mercado de trabalho não valorizava o seu profissional, contentava-se com a mão de obra e realização de tarefas. Dessa forma, a Pedagogia Empresarial vem colaborar na formação de competências que abordam a socialização, fortalecendo a experiência profissional do colaborador.

Para que seja possível inserir essa nova visão de aprendizagem nas organizações, utilizando o profissional da educação, é necessário um investimento nas pessoas, para estas possam criar, desenvolver, produzir e melhorar o seu desempenho profissional e social. Outro ponto relevante do Pedagogo Empresarial em sua função é desenvolver técnicas, treinamentos, palestras motivacionais, dinâmicas especiais e metodologias criadas especificadamente para a equipe.

Contudo, o Pedagogo Empresarial no campo da gestão de pessoas tem um trabalho contínuo, junto ao setor de recursos humanos da empresa, para realização de um levantamento de dados que contribui na construção da formação necessária do colaborador, o que exige tempo e esforço de todos os envolvidos para atingir os resultados desejados.

E por final, a tecnologia tem sua contribuição inovadora que auxilia o Pedagogo na empresa com métodos e estratégias, tornando a dinâmica acessível e amigável, fazendo com que os colaboradores sintam prazer ao desenvolver suas atividades.

2 METODOLOGIAS

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica através de artigos científicos, livros e dissertações de mestrado. Espera-se que esta metodologia possa servir como suporte para um melhor entendimento das questões que permeiam a pedagogia empresarial e suscitar novas discussões a respeito do campo de atuação do profissional docente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O curso de Pedagogia sempre foi visto como uma formação voltada para a atuação em sala de aula nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Porém, o curso ampliou as áreas de atuação, oferecendo ao profissional, espaço em ambientes não escolares para desenvolver seu trabalho.

O pedagogo pode atuar em trabalhos diferenciados, como o de desenvolver programas de treinamento empresarial em recursos humanos, assessorar pedagogicamente em serviços de comunicação de massa (jornais, revistas, etc.) e difusão cultural (museus, feiras), atuar no terceiro setor (ONG'S), na coordenação de programas em saúde, trânsito e meio-ambiente, elaboração e acompanhamento de estudos, planos, programas e projetos da área de educação, ainda que não escolares, gestão educacional nas escolas e nas empresas de qualquer setor econômico e o recrutamento, seleção e a elaboração de programas de treinamento e projetos técnico-educacionais em instituições de diversas naturezas.

Frente a essa visão ampliada da Pedagogia, as faculdades e universidades precisam repensar seus currículos e propiciar vivencias diferenciadas nos estágios supervisionados. Com essa nova concepção, a Pedagogia Empresarial terá mais credibilidade no curso de Pedagogia, sendo claro que para atuar em empresas é necessário desenvolver, constantemente, habilidades técnicas e práticas para auxiliar os funcionários. Só assim, com a presença de um pedagogo, é que a empresa conseguirá construir conhecimentos na gestão de pessoas, elaboração de projetos, coordenação de equipes, focalizando estratégias de aprendizagem cooperativa que sejam significativas nesta função.

Então, diante das modificações que vêm ocorrendo no mundo corporativo, as portas das empresas estão se expandindo para novos profissionais, entre eles está o pedagogo, gerando sua inclusão neste espaço.

E assim, a Pedagogia Empresarial foi criada para dar suporte à estruturação das mudanças, ampliação e aquisição de conhecimento no espaço organizacional. Considerando que a empresa é um espaço educativo com pessoas em torno de uma atividade com objetivos e metas bem definidas, pode-se considerar que a Pedagogia será um campo de atuação interessante na busca de estratégias e metodologias que garantam a aprendizagem e apropriação de informações e conhecimentos para obter bons resultados finais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início, o pedagogo era cercado pelos muros escolares, hoje é um profissional capacitado para atuar em espaços extraescolares e que desenvolve o papel de educador, sensibilizador e humanizador. Sendo assim, as empresas e órgãos de diferentes esferas, necessitam de pedagogos para desenvolver atividades em busca de melhorias em seu espaço de trabalho.

Pôde-se, então, entender que as organizações estão começando a enxergar a educação como uma saída para alguns de seus problemas. Com essa visão, as escolas de ensino superior devem rever a formação geral do pedagogo e não só voltar sua formação para a área escolar.

Com isso, o ambiente corporativo atual tem buscado investir no capital intelectual dos seus funcionários com a finalidade de permanecer ativo frente à competitividade existente na sociedade do conhecimento, assim como, desenvolver o potencial humano como ferramenta para o sucesso empresarial.

Portanto, essa investigação se fez importante porque mostrou o quanto é indispensável a inserção do pedagogo em empresas que fomentam um aprendizado adequado aos seus colaboradores como profissional e como pessoa, pois, a cada processo de mudança enfrentado, mais fortalecido este ficará. Assim, esse estudo trouxe uma discussão atual sobre os campos de atuação do pedagogo, que se integra também no âmbito da área empresarial.

Enfim, é de grande valia separar o que é escolar do que é educativo, pois o pedagogo pode atuar tanto nas escolas quanto em organizações, ou seja, em áreas que requerem trabalhos educativos e valorizam a qualificação profissional quanto no processo ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariana Cyrilli Batista; VERLOFFA, Thamiris Carolini Dias. **Pedagogia Empresarial:** o novo papel dos profissionais da educação. 2017.Trabalho de Conclusão de Curso - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium. Lins, 2017.Disponível em: unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/61055.pdf. Acesso em: 11 out 2019.

O PEDAGOGO EMPRESARIAL E A ATUAÇÃO NA EMPRESA (PÁGINA 2). Só pedagogia. Disponível em: https://www.pedagogia.com.br/artigos/pedagogo/index.php?pagina=1.Acesso em: 29 out 2019.

PERCENTUAL DE GORDURA E CAPACIDADE AERÓBIA EM CRIANÇAS

Jonatha Danilo Oliveira e Rafaela Guilherme, Ademir Testa Junior, e-mail: Jhony312@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico, facilita e muito as atividades pessoais, no trabalho, com estudos, nos momentos de lazer etc., estimulando o crescimento ao sedentarismo, pois o interesse é grande ao executar a maioria dessas tarefas que são cotidianas (TESTA JUNIOR *et al*., 2017). Atualmente, a obesidade infantil destaca-se como grave problema de saúde pública, com início em idades cada vez mais precoces (CORDEIRO *et al*., 2016).

Durante a fase de crianças e adolescentes, ganham massa corporal, mas as que utilizam diariamente a tecnologia, tendem a ter aumento gradativo de massa de gordura, pelo fato de não se exercitarem o suficiente (RONQUE *et al*., 2007). É associado ao comportamento sedentário a elevação de percentual de gordura corporal ou obesidade, e há prevalência em crianças e adolescentes classificados como sedentários e irregularmente ativos (TESTA JUNIOR *et al*., 2017).

Um estilo de vida saudável está ligado a uma vida longe do sedentarismo e também a outros fatores como uma boa alimentação e um sono adequado, por exemplo. (CRISTINA SILVA *et al*., 2016). Com uma prática regular de atividades físicas, os benefícios para uma boa aptidão física são inúmeros. Relacionada diretamente ao bem-estar. Desempenho satisfatório durante o esforço físico, tarda a fadiga excessiva, melhora capacidades neuromotoras, tendo ligação direta a um estilo de vida mais ativa (TESTA JUNIOR *et al*., 2017). Sendo um fenômeno que vem atingindo uma grande parte de crianças e adolescentes, variando diversos transtornos à saúde, isso chama a atenção dos profissionais da área e pesquisadores (RONQUE *et al*., 2007).

O presente estudo objetivou descrever e correlacionar o percentual de gordura e a capacidade aeróbia em crianças de um centro educacional de Bocaina, SP.

2 METODOLOGIA

O presente estudo utiliza o método indutivo vulgar em pesquisa direta descritiva. Participaram da pesquisa, 25 escolares com idades de 06 a 12 anos. A escolha dos participantes ocorreu através de convite, o qual poderá aceitá-lo ou rejeitá-lo. Para participar da pesquisa, os escolares deveriam apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2.1 Informações sobre o projeto de pesquisa:

Participaram da pesquisa 25 escolares, com idades de 06 a 12 anos.

A escolha dos participantes ocorreu através de convite, o qual poderiam aceitá-lo ou não. Para participar da pesquisa, os escolares deveriam apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado pelos escolares e pelos seus respectivos responsáveis legais. Os participantes também deveriam participar de todas as atividades propostas ao longo do processo de pesquisa para que os resultados produzidos pelo mesmo fossem considerados no presente estudo.

O IPAQ, Questionário Internacional de Atividade Física, fundamenta-se no estudo de Matsudo *et al*. (2001), e é destinado à mensuração do nível de prática de atividade física, classificando-os em: muito ativo; ativo, irregularmente ativo e sedentário. O IPAQ apresenta-se em duas versões: a curta e a longa. Para o presente estudo, elegeu-se a versão curta; por tratar-se de um estudo com escolares sendo essa mais simples, para que todos pudessem responder às questões de maneira fidedigna.

2.2 Teste de Resistência cardiorrespiratória (corrida/caminhada de 6 minutos)

O teste foi aplicado em local plano com marcação do perímetro da pista. Para a realização do teste foram necessários: cronômetro e ficha de registro. Os alunos foram divididos em grupos adequados às dimensões da pista. Informamos os alunos sobre a execução do teste, dando ênfase ao fato de que deveriam correr o maior tempo possível, evitando piques de velocidade intercalados por longas caminhadas.

O protocolo de Slaughter (CHARRO *et al*., 2010) tem a finalidade de mensurar o percentual de gordura de jovens de 8 a 17 anos de idade. A escolha deste protocolo está justificada pelo fato das aferições serem feitas no ambiente escolar, de forma que as medidas do protocolo não requerem que os escolares exponham o corpo.

O protocolo utiliza apenas duas dobras cutâneas: a tricipital e a subescapular. A dobra tricipital (TR) foi aferida de forma longitudinal, na parte posterior do braço, entre o

ponto acromial e o olécrano. E a dobra de panturrilha média foi aferida de forma longitudinal, com o indivíduo sentado e o joelho flexionado a 90º (noventa graus), na altura da maior protuberância lateral da panturrilha (CHARRO, et al., 2010).

As aferições foram realizadas com adipômetro científico, da marca OPUS Max, cuja leitura é apresentada em milímetros e décimos de milímetros. Para o cálculo do percentual de gordura dos escolares do sexo masculino realizar-se-á a equação: %GC = 0,735 (TR+PM) + 1,0. E para os escolares do sexo feminino, a equação: %GC = 0,610 (TR+PM) + 5,1.

Para a análise estatística, foi utilizado o software IBM SPSS Statistics 22. Inicialmente, foi analisada a normalidade dos dados através do teste de Shapiro-Wilk. Logo, foi aplicada a estatística descritiva, de forma que os dados foram apresentados em média e desvio padrão para as variáveis de percentual de gordura e resistência cardiorrespiratória. Além disso, as variáveis da aptidão física foram classificadas segundo o protocolo de Gaya *et al*. (2016), cujos dados foram apresentados em percentuais por classificação de cada teste. Em adição foi aplicado o teste de Pearson para verificar a existência e a força da correlação entre a resistência e o percentual de gordura. O nível de significância adotado foi de $p>0,05$.

Respeitando as normas de conduta em pesquisa experimental com seres humanos (Resolução 466/12 do CNS), o estudo foi realizado após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. O pesquisador leu, esclareceu e orientou todos os voluntários sobre os objetivos e procedimentos aos quais eles foram submetidos, explicitando todos os riscos e benefícios, além da liberdade de poderem desistir de participarem da pesquisa a qualquer momento sem penalização ou prejuízo algum. Só foram estudados voluntários que aceitaram participar do referido estudo e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

A identidade de todos os voluntários foi mantida em total sigilo. Para tanto, no momento do preenchimento do formulário do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, utilizado para registro de análises dos dados, garantindo desta forma a não identificação do voluntário ao longo da manipulação dos dados. A obtenção do TCLE dos voluntários foi feita pelo pesquisador responsável logo no início da pesquisa.

As informações assim obtidas, a partir de todos os testes realizados, poderão ser usadas para fins de pesquisa científica e divulgação dos resultados desde que a privacidade dos voluntários seja sempre resguardada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Nível da prática de atividade física

Apesar de observarmos a presença de crianças ativas e muito ativas entre os participantes, o que é comum para a idade, já que as brincadeiras de movimento fazem parte do cotidiano das crianças, notou-se que a maioria apresentou nível de atividade físico irregular. A irregularidade na prática de atividade física é derivada do tempo que as crianças têm destinado às atividades digitais, tais como jogos em celulares, computadores, assistir TV etc. O nível de atividade física depende, entre tantos fatores, dos estímulos ambientais e culturais aos quais as crianças são submetidas. Inclusive o estudo de Testa Junior *et al*. (2019), que verificou o nível de atividade física em crianças com 9 anos de idade, mostrou que as crianças de um bairro periférico de uma cidade do interior paulista são majoritariamente muito ativas, diferentemente dos resultados encontrados nesta pesquisa. No estudo de Araújo Junior et al que tem por objetivo avaliar o nível de atividade física em adolescentes por gênero mostrou que não foi encontrado, nenhum indivíduo sedentário igualmente apresentado no presente estudo, onde o número de sedentários foi 0. Já o número de participantes classificados como muito ativos se mostrou muito maior no gênero masculino enquanto que os classificados como ativos ou pouco ativos são maiores no gênero feminino, diferentemente do que foi avaliado neste estudo, onde prevaleceu o gênero feminino como irregularmente ativos e no masculino como ativos.

Na primeira variável, analisada é possível identificar o nível de atividade física, onde não houve nenhum avaliado classificado como sedentário, 52% classificados como irregularmente ativos, 32% ativos e 16% muito ativos. Estes resultados foram obtidos através da aplicação do questionário IPAQ, que visa mensurar o nível de prática de atividade física de pessoas, com classificações de sedentário, irregularmente ativo, ativo e muito ativo. Como a maioria foi classificado como irregularmente ativos, ainda há prevalência aos riscos. As crianças precisam ter atividades físicas que sejam regulares e precisas, para que tenham resultados positivos em relação a um estilo de vida mais saudável, fora dos fatores que os leve ao sedentarismo e obesidade.

No teste que avaliou o percentual de gordura dos avaliados, foi constatado que 60% deles estão com nível de gordura adequado, ou seja, entre 6,01 a 10% para o sexo masculino e 12,01 a 15% para o sexo masculino. O nível baixo teve 20% dos avaliados, moderadamente alto com 12% e alto e excessivamente alto ficaram em 4% cada. Com

estes dados pode-se avaliar que essas crianças, na maioria delas, tem uma vida regularmente saudável, com índice de gordura adequado, ou seja, conseguem ter um balanço energético em suas alimentações.

No teste de corrida e caminhada (PROESP), foram avaliados como fraco 28% dos escolares, 4% razoável e bom, 28% como muito bom e 3% como excelência. Nas avaliações foi notória a diferença de metros percorridos pelos avaliados, onde os mesmos fadigavam ainda durante o tempo de teste (6minutos). Visto que para uma boa saúde é necessária uma vida ativa, uma boa alimentação, prática de exercícios físicos regular, uma parte dos avaliados demonstrou ter uma prática de exercícios físicos muito baixa se comparado a outros que conseguiram demonstrar uma aptidão física muito boa.

De acordo com Testa Junior *et al*. (2019) E que a prática regular de atividades físicas pode ser uma ferramenta importante para o desenvolvimento e melhora das capacidades neuromotoras, podendo contribuir para a adoção do estilo de vida fisicamente ativo.

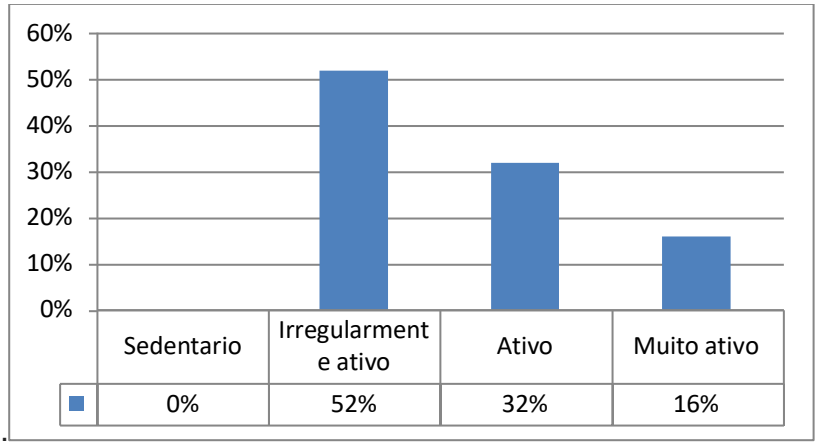


Gráfico 1 –Percentual de participantes segundo a classificação do nível de atividade física % - percentual, Classif. – classificação
Fonte: Os autores (2019).

Tabela 1 –Médias (□) e desvios padrões (dp) das variáveis da aptidão física

Variável	□ (n=25)	Dp
Resistência(m)	835,12	±131,7
% Gordura	17,59	±7,23

□– média, dp – desvio padrão, %– percentual, n–número, m-metros
Fonte: Os autores (2019)

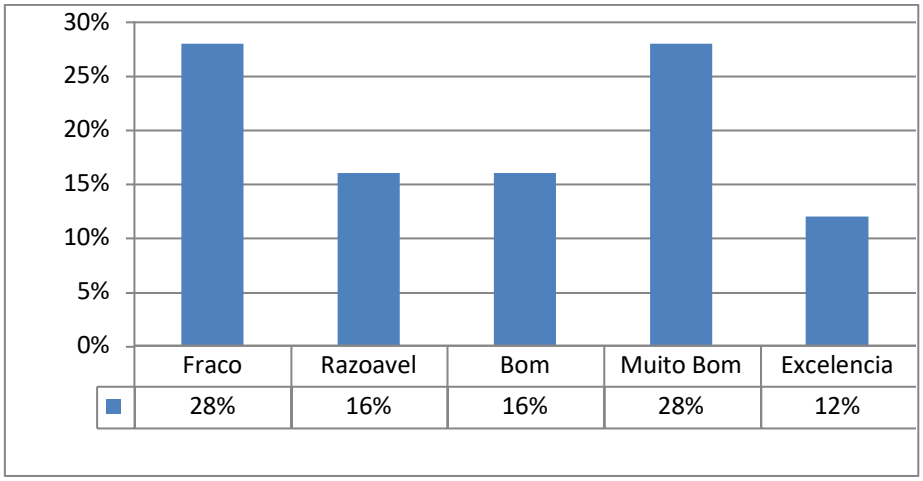


Gráfico 2–Percentual de participantes segundo a classificação da resistência
% - percentual, Classif. – classificação

Classificação do percentual de gordura

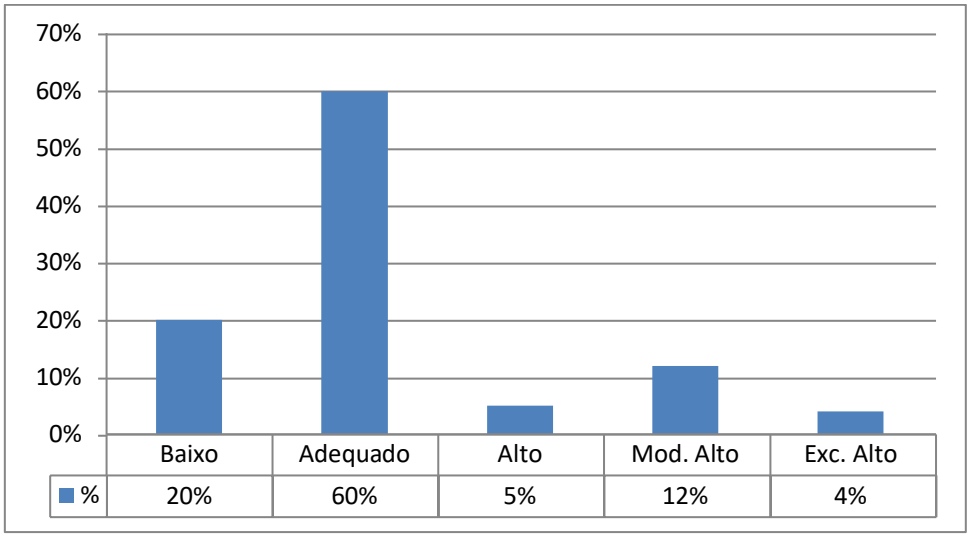


Gráfico 3 –Percentual de participantes segundo a classificação do nível de gordura
% - percentual, Classif. – classificação – Mod. alto – moderadamente alto – Exc. Alto – Excessivamente alto

Fonte: Os autores (2019)

Tabela 2 - Coeficiente de correlação entre percentual de gordura, força abdominal e flexibilidade

Variáveis	R de Pearson	p valor
Resistência % gordura	-0,629	0,001*

%G = percentual, R-coeficiente de correlação, * p<0,05

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais achados do presente estudo foram que a maior parte das crianças avaliadas se apresentaram majoritariamente irregularmente ativos, sendo os meninos

mais ativos em relação às meninas. A média de resistência foi classificada entre fraca e boa, e o percentual de gordura como adequado. A maioria das crianças tiveram a resistência classificada como fraca ou muito boa e o percentual de gordura como adequado (Rocha *et al*., 2014).

REFERÊNCIAS

ROCHA, E. A.; ROSE, G. J.; SCHIVINSKI, C. I. S. Nível de atividade física e funcional de crianças atletas. **Journal of Human Growth and Development,** [Santo André], v. 24, n. 2, p. 127-134, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/79843.

RONQUE, E. R. V. *et al*. Composição corporal em crianças de sete a 10 anos de idade, de alto nível socioeconômico. **Revista Brasileira Medicina Esporte**, [São Paulo], v. 13, n. 6, p. 366-370, nov./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbme/a/BjCymzs5Dyv39YT5HKVtx3p/?lang=pt&format=html.

SILVA, L. C. da; LACORDIA, R. C. Atividade física na infância, seus benefícios e as implicações na vida adulta. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**. [Juiz de Fora], n. 21, p. 1-24, jul./dez. 2016. Disponível em: http://re.granbery.edu.br/artigos/NTU3.pdf.

SOUZA, E. A. de *et al*. Atividade física e alimentação saudável em escolares brasileiros: revisão de programas de intervenção. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 1459-1471, ago. 2011. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v27n8/02.pdf.

TESTA JUNIOR, A.; PELLEGRINOTTI, I. L. Percentual de gordura corporal, prática de atividade física, força e flexibilidade de escolares. *In:* CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E MOTRICIDADE HUMANA, 10., 2019, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: SPEF, 2019, p. 1-2. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/ciefmh/2017/TRABALHO_EV083_MD1_SA3_ID514_EXT_22042017141154.pdf.

TESTA, J. A. Nível de Atividade física e percentual de gordura em escolares de 17 anos de idade. **Revista Corpo e Movimento,** [Passos], v. 8, p. 26-31, jan./dez. 2017.

PESQUISA DE MERCADO PARA CAMPANHA PUBLICITÁRIA: BROOKS HAMBURGUERIA – JAÚ

Ana Laura Moreira, Isabela Maestre Sifrade, Marcos Ruan Meira Silva, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar, e-mail: annamooreira16@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

A Franquia Brooks Hamburgueria trabalha com a produção e venda de lanches artesanais e vem se tornando uma forte influência no centro-oeste paulista. Atualmente existem 30 restaurantes abertos com apenas três anos de vida.

O projeto experimental trabalhará com a Franquia que se encontra na cidade de Jaú, inaugurada no dia 10 de outubro de 2017, com o intuito de construir uma campanha publicitária para a marca. O proprietário era cliente do concorrente da hamburgueria e não se sentia 100% satisfeito, foi através de uma conversa informal com um familiar que decidiram arriscar a montar o seu próprio negócio de maneira que suprisse as suas necessidades, que não eram correspondidas pelo seu opositor. O que facilitou a ideia se concretizar foi ter amizade com o possuinte da franquia.

No início do comercio a comunicação não era bem-sucedida, pois existia falta de conteúdo e não atingia o público-alvo. Na história da comunicação da empresa já foi trabalhado com propagandas em mídias tradicionais como rádios e jornais, e também mídias digitais as redes sociais Facebook e Instagram. Nos dias de hoje as únicas mídias utilizadas são as redes sociais, porém hoje a comunicação está mais sensata atingindo um número de público maior e com menor investimento em comparação com as mídias tradicionais.

1.1 Contextualização

O presente trabalho mostra-se importante, visto que o mercado de hambúrgueres e outros alimentos gourmets tem crescido cada vez mais, contando com diversos estabelecimentos que buscam, na comunicação, uma forma de se destacarem em relação à concorrência.

De modo que a empresa atua no mercado de ramo alimentício, considerado uma necessidade básica do ser humano. Isso nos motiva em saber que sempre haverá um

espaço a ser conquistado no mercado, desde que seja bem trabalhado as estratégias de marketing, de forma que a empresa se aproxime de seu consumidor criando intimidade e fidelização.

O mercado de hambúrgueres gourmet principalmente quando se trata de franquias, um novo modo de produzir lanches profissionalmente utilizando produtos de alta qualidade. É um bom setor para apostar-se devido ao seu grande crescimento durante esses anos,

A Hamburgueria Brooks como se trata de franquia tem essa visão de crescimento de mercado, porém em nossa pesquisa de mercado a primeira Hamburgueria que vem à mente dos consumidores é a Red Burguer, hoje em dia a Brooks se relaciona com o seu público apenas pelas redes sociais devido ao baixo custo, mas não possui uma alta presença da marca na cidade. Desta forma, entende-se que um estudo completo para a realização de um projeto semestral de comunicação publicitária para o cliente irá auxiliá-lo a se consolidar neste mercado, atraindo o público almejado.

1.2 Problema de pesquisa

Para que possamos desenvolver a pesquisa desejada, um dos primeiros passos é descobrir qual o problema que devemos solucionar. O problema definido auxiliará em ter uma direção clara para a construção dos próximos passos da pesquisa. Podendo interpretar o problema como:

> Definir um problema significa especifica-lo em detalhes precisos e exatos. Na formulação de um problema deve haver clareza, concisão e objetividade. A colocação clara do problema pode facilitar a construção da hipótese central. ” Marconi, Lakatos (2011, p. 12)

Por conseguinte, o questionamento desse atual projeto se estabelece em: “Qual o grau de participação de mercado que a Brooks Hamburgueria tem na cidade de Jaú?”

1.3 Objetivo geral

O Objetivo geral de um projeto experimental se encarrega de apresentar o tema central resumidamente com um sentido mais amplo sobre a ideia do trabalho acadêmico. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 219) o objetivo geral “está ligado a uma visão global e abrangente do tema.” Em harmonia com a explicação de Souza (et al. 2013, p. 26):

> O objetivo geral “[...] é muito semelhante à pergunta estabelecida no problema da pesquisa, com a diferença de que o objetivo deve sempre começar com o

> verbo no infinitivo, indicando a ação a ser realizada para responder à questão proposta pela pesquisa". (SOUZA et al. 2013, p. 26)

Portanto, devido ao problema formulado para o desenvolvimento deste projeto, o objetivo geral se torna a empenhar-se com a Brooks Hamburgueria para produzir uma boa estratégia de marketing e comunicação de forma que a empresa ganhe visibilidade na cidade de Jaú por proporcionar uma vivencia diferenciada no mercado.

1.4 Propósito do artigo

Com este trabalho pretendemos descobrir qual é o grau de participação que a Hamburgueria Brooks tem na cidade de Jaú em relação a vendas, com o objetivo de produzir ações estratégicas para que ocorra um aumento positivo de consumidores fiéis para a empresa.

O presente trabalho mostra-se importante, visto que o mercado de hambúrgueres e outros alimentos gourmets tem crescido cada vez mais, contando com diversos estabelecimentos que buscam, na comunicação, uma forma de se destacarem em relação à concorrência. Desta forma, entende-se que um estudo completo para a realização de um projeto anual de comunicação publicitária para o cliente irá auxiliá-lo a se consolidar neste mercado, atraindo o público almejado. Empenhar-se com a Brooks Hamburgueria para produzir uma boa estratégia de marketing e comunicação de forma que a empresa ganhe visibilidade na cidade de Jaú por proporcionar uma vivencia diferenciada no mercado.

A produção do projeto de conclusão de curso torna-se importante por contribuir para a nossa caminhada acadêmica, nos fortalecendo como profissionais, além de que cada vez mais os estudantes se deparam com mercados onde há muita concorrência por isso precisa-se saber quais são os passos para a produção de um trabalho com qualidade. Em nosso caso sendo importante para a sociedade pois ela passa a estar ciente sobre as opções de restaurantes gourmets que o mercado na cidade oferece.

2 METODOLOGIA

A metodologia tem a sua importância por ser uma ferramenta que contribui na produção da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2007):

> A metodologia é diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana

> e outros elementos que possam surgir no campo da investigação. (MARCONI; LAKATOS, 2007.)

O método de pesquisa cientifica que usamos para a realização desse projeto de conclusão de curso foi a pesquisa exploratória, esta técnica consente em escolher as maneiras que melhor corresponde a pesquisa, o método de pesquisa escolhido pode assessorar na construção das hipóteses, esse tipo de pesquisa é utilizado quando não se tem muitas informações sobre o caso estudado e por meio dela é levantado informações mediante entrevistas e pesquisas de campo.

Dentro deste domínio, Gil (2008) diz que a metodologia descreve os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Para nos auxiliar incluímos pesquisas qualitativas focadas em analisar opiniões e progredir as ideias, coletar um fluxo de informações detalhadas. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009 p. 31) a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Pesquisa quantitativa, ela quantifica dados numéricos recolhidos através dos questionários que desenvolvemos e aplicamos, coleta informações especifica. Gerhardt e Silveira (2009 p. 33) também nos dizem que diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população.

Além disso, utilizamos em nosso questionário questões múltiplas escolha, perguntas abertas e de escala de avaliação. Por meio destas estatísticas geradas através dos questionários possíveis identificarmos quem são os consumidores e seus hábitos e outros dados essenciais para a criação de uma campanha publicitária.

2.1 Pesquisa de mercado

Para que tenha sido feita a pesquisa de mercado a amostragem empregada foi a não probabilística, neste tipo de amostragem, não se faz uso de formas aleatórias de seleção e nem aplicação de fórmulas estatísticas. (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.37). Nós aproveitamos a maneira de conveniência, a escolha dos entrevistados é de acordo com o entrevistador, já que a pesquisa foi feita com pessoas que concordaram em participar e estavam presentes na localidade em que foi feita a coleta.

2.2 Método de tabulação e análise

Utilizamos a técnica de investigação através de um questionário, que nos oferece a liberdade de entrevistar um grande número de indivíduos e permite certo anonimato do mesmo. Decidimos capturar os depoimentos de maneira indireta com a ajuda do entrevistador.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O público-alvo da Brooks Hamburgueria Jaú são os habitantes da cidade de Jáu-SP, totalizando em 148.581 (informações do último censo realizado pelo IBGE), justamente pelo objetivo traçado para a campanha publicitária que consiste em fazer com que a marca seja mais relevante na cidade atraindo novos clientes com potencial de fidelização.

Segundo as informações coletadas durante e pela pesquisa, a maioria dos entrevistados foi o público feminino com uma baixa diferença comparado ao público masculino, todavia como a diferença entre os gêneros são mínimas e o nosso ramo é o segmento alimentício trabalharemos de forma igualitária.

Foi analisado a faixa etária deste público e o nosso público-alvo são jovens adultos de 18 a 25 anos, nos abre a oportunidade de criar conteúdo que tenha relação com esse tipo de público, qual a linguagem correta para se utilizar que tenha afinidade com a idade da pessoa. A idade ajuda a escolher os meios de comunicação a serem utilizado, e influencia na decisão de compra.

Um pouco mais da metade dos interrogados gostam de usufruir da serventia do Delivery, um novo termo que vem sendo utilizado devido ao aumento de demanda desse serviço entre os estabelecimentos alimentícios, como cada vez mais as vidas das pessoas estão corridas e precisam de praticidade, as pessoas tornam como uma opção a entrega de comida. Os pedidos podem ser feitos através do próprio telefone da empresa ou pelos aplicativos de celular, pensando neste mercado a Brooks Hamburgueria abriu uma cozinha própria para atender somente estes tipos de pedidos, o que segundo a nossa pesquisa foi confirmado o sucesso, já que o público da Hamburgueria gosta de consumir a comida em suas casas sem sair de suas rotinas. Porém com o resultado da exploração, o público da empresa tem a preferência de consumir os produtos no próprio salão da Brooks Hamburgueria,

Para complementar quando questionados em qual ambiente mais costumam jantar, já que o nosso público sai para comer fora a cada quinze dias, as Hamburguerias gourmets ficaram na escala de terceiro lugar. Sendo que o público-alvo tem uma renda mensal de 2 a 4 salários mínimos e no momento em que foram abordados sobre o preço que estaria disposto a pagar por uma refeição, é um assunto que se torna indiferente para ele. Mas também questionamos a opinião dos consumidores sobre o custo do cardápio e foram considerados razoáveis.

A maioria dos consumidores da empresa já a visitou de duas a quatro vezes, no entanto não possuem informações sobre as promoções realizadas no local e demonstraram maior interesse em receber promoções de combos de lanches e drinks, logo em seguida por descontos.

Foi notório como qualidades da Hamburgueria a qualidade dos produtos oferecidos pelo restaurante, avaliado em um bom atendimento ao cliente e higiene do local. Mas também houve a descoberta de uma deficiência já que a grande parte do público não segue a Brooks nas redes sociais sendo que atualmente é o único meio de comunicação usados pela empresa para manter uma relação com o consumidor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Brooks Hamburgueria é uma franquia focada no mercado alimentício, seção a qual é necessidade para o ser humano sobreviver, esse fator se torna uma razão para motivar cada vez mais a conquistar espaço no mercado de forma inteligente e estratégica.

Ao decorrer do projeto descobrimos a visão que empresa tem de si mesma e a visão que o seu público tem diante da marca. Com a junção destas informações foi possível descobrir onde estavam os erros de comunicação por parte da Hamburgueria e estabelecer procedimentos de melhoria dessa relação para o aumento de vendas.

Hoje em dia a comunicabilidade da empresa está apenas nas redes sociais, com investimentos no Instagram e Facebook. Através da pesquisa realizada por nós para esse projeto experimental com o foco em descobrir qual é realmente o público da empresa, para que se possa direcionar o conteúdo certo para a pessoa certa, descobrimos que a maior parte dos potenciais clientes não tinham contato com as redes sociais da Hamburgueria, sendo assim não recebem informações promocionais e a marca acaba não tendo presença no dia a dia dos consumidores.

Por meio destes resultados que a campanha publicitaria anual foi planejada pensando em restabelecer esse vínculo com o público, já que foram coletadas maiores

informações sobre os gostos da população. Nos induzindo a escolher meios de comunicação para aproximação da marca no mercado, pensando estrategicamente em quais pontos são importantes serem trabalhados para assim aumentar o Market share da empresa na cidade de Jaú.

REFERÊNCIAS

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de Pesquisa. 1. ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico:** resultados preliminares – Jaú. Rio de Janeiro. 2009. isponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jau/panorama. Acesso em: 16 jul. 2019.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003..

SOUZA, D. I.; et al. **Manual de Orientações para Projetos De Pesquisa.** Novo Hamburgo: FESLSVC, 2013.

PONDERAÇÕES ACERCA DO CRIME DE PECULATO

Gabriel Murari Aiub, Igor de Moraes Salles Calado, Matheus Ruiz de Moura, Murilo Surian, Perla Savana Daniel, e-mail: perlasavana@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como escopo, discorrer e explanar a respeito do crime de peculato, quem são os sujeitos, quais são suas espécies, as principais semelhanças e diferenças com outros crimes contra a Administração, bem como apresentar os casos concretos e de maior relevância ocorridos no atual cenário do nosso país.

O peculato está previsto no ordenamento jurídico brasileiro no artigo 312, do Código Penal, e consiste em um crime praticado contra a Administração Pública, no qual, o funcionário público apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem imóvel público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

Nesse contexto, em um primeiro momento será abordado a metodologia acerca do crime aqui tratado, por conseguinte, será posto em pauta a figura do funcionário público, tanto no âmbito administrativo como no campo penal, bem como todas as espécies de peculato prevista no Código Penal brasileiro, quais sejam: peculato apropriação, peculato desvio, peculato furto, peculato culposo, peculato mediante erro de outrem e peculato eletrônico, seguidamente, será realizada a distinção entre as figuras que se assemelham ao peculato, apontando suas principais diferenças. Por fim, nas considerações finais, serão evidenciados os exemplos concretos mais relevantes do crime em questão, que motivaram o levantamento do presente tema.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho, constituiu-se a partir de uma pesquisa descritiva exaustiva, a fim de expor todas particularidades do crime de peculato, as espécies elencadas pelo Código Penal, bem como para definição do conceito de funcionário público e, fundamentadamente, as figuras, que o Código Penal prevê, como também a ideia trazida pela Lei 8.429/92, conceituando o funcionário público no âmbito

do direito administrativo, assim como as figuras semelhantes ao crime aqui tratado, exemplificando, ao final, com casos notadamente conhecidos da aludida infração.

3 DISCUSSÕES E RESULTADOS

3.1 QUEM É CONSIDERADO FUNCIONÁRIO PÚBLICO?

Na esfera do Direito administrativo, considera-se agente público o indivíduo que se executa atividade pública, de forma transitória ou definitiva, independente de remuneração. A Lei 8.429/92, também chamada de Lei de improbidade administrativa, em seu artigo 2º, conceitua o agente público como: “todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior”.

Noutro giro, o Código Penal, em seu artigo 327, “*caput*”, traz o conceito de funcionário público, e prevê: “considera-se funcionário público, para efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública”.

Nesta toada, o conceito de funcionário público abrange-se aos agentes investidos de poder público, os funcionários temporários, bem como para o simples exercício de uma função pública, ainda que não remunerada, como por exemplo, a atuação dos jurados no Poder Judiciário, ou então os estagiários informais.

É imperioso, também, verificar a existência da figura equiparada de funcionário público, prevista no §1º, do artigo 327, do Código Penal, que dispões: “equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública”.

Já no §2º do mesmo artigo, o Código Penal traz uma agravante quando os funcionários públicos ocuparem cargos de comissão, função de direção ou assessoramento: “a pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público”.

Em suma, esse conceito pode ser aplicado também aos crimes impróprios, cometidos por particulares contra a Administração em geral.

3.2 ESPÉCIES DE PECULATO PREVISTAS NO CÓDIGO PENAL

O **Peculato apropriação** é previsto na primeira parte do artigo 312 do Código Penal, e conforme o dispositivo, a conduta é "Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio", tendo como sanção uma pena de reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Esta modalidade é denominada como peculato próprio, cujo o verbo núcleo do tipo se trata de “apropriar”, o que não se confunde com a tipificação prevista no artigo 168 (apropriação indébita), do Código Penal, como será oportunamente explanado no presente trabalho. Desta feita, o funcionário público, em razão de seu ofício, exerce a posse do bem público ou particular que a ele é confiado e dele se apropria. Contudo, pode se asseverar, ainda, que o bem apropriado pelo agente público, não necessariamente precisa ser apropriado em detrimento de seu ofício, como exemplo, “A”, entrega a “B”, seu amigo e funcionário de repartição pública, quantia devida a ser paga na repartição, no entanto, “B”, apropria-se do referido valor. Nota-se que, nesse caso, “B” não se aproprio do bem em razão de seu ofício, mas sim da relação de confiança em que “A “lhe depositava. A consumação, por tratar-se de crime material, ocorre quando o agente trata o bem como se fosse de sua propriedade, causando dano patrimonial ao Estado.

A figura do **peculato desvio**, por sua vez, está prevista na segunda parte do “*caput*” do artigo 312, do Código Penal, e de igual forma, é considerado uma espécie de peculato próprio. Desta sorte, o agente recebe a posse do bem e a ela lhe dá destinação diversa da que se exige por lei, em direito próprio ou de terceiros. No presente caso, o verbo núcleo do tipo é a conduta de desviar.

Consumação: Se dá no momento em que o funcionário público altera a destinação prevista pela lei, em detrimento próprio ou alheio.

Em se tratando de **peculato furto** por sua vez encontra-se disposto no § 1º do artigo 312 do Código Penal:

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Trata-se de crime material, denominada como peculato impróprio. Dessa maneira, é uma modalidade de furto, na qual, o agente subtrai o bem público ou particular,

essencialmente em razão de sua ocupação, admitindo-se a concorrência de agentes que podem ou não ser funcionários públicos, necessitando que o agente público pratique determinado ato que beneficie a subtração pelo particular. Vale ressaltar, porém, que em caso de furto de coisa particular em repartição pública, estamos diante da hipótese de malversação.

Consumação: Se dá quando o valor ou bem sai da esfera da administração pública e ingressa no domínio do autor.

Na figura culposa, no **peculato culposo**, o agente é negligente ou imprudente em sua conduta, o que facilita para que outra pessoa, de forma dolosa, pratique um crime, como a subtração de um bem público. Trata-se de ação culposa em ação dolosa alheia.

Especificamente no caso do peculato culposo, deve-se aferir se houve uma violação do dever objetivo de cuidado. Não é exigível que o funcionário público seja extremamente cuidadoso (um cuidado superior ao esperado do "homem médio"). Nesse caso, a defesa tem como possibilidade estratégica a demonstração de que o resultado (subtração do bem público) não era previsível, razão pela qual não haveria culpa inconsciente, tampouco a consciente.

O Peculato culposo encontra-se nos §§ 2º e 3º do Artigo 312 do CP:

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Exemplo de peculato culposo: pessoa que, por negligência, deixa carro público com a chave na ignição, por ventura, o carro é posteriormente furtado.

O **peculato estelionato ou mediante erro de outrem,** trata-se de crime funcional próprio, pois só pode ser cometido por funcionário público. Para que o crime ocorra é indispensável que a vítima atue erroneamente de maneira espontânea. Significa dizer que ela tem que errar por conta própria, pois se ela for induzida a erro, o crime praticado será de estelionato. Embora o nome do delito seja peculato estelionato, a vítima não é levada ao erro, mas sim, chega a ele por conta própria.

E com o erro cometido o funcionário público apropria-se indevidamente do dinheiro ou qualquer outra utilidade proveniente do desempenho de seu cargo.

O peculato estelionato ou mediante erro de outrem na disposição do Artigo 313 do CP: Art. 313 do CP - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Exemplo de peculato estelionato: o funcionário público se apropria de dinheiro que sabe que recebeu de um erro de outrem, assim resguardando o valor para ele próprio.

Por fim, o **peculato eletrônico ou peculato inserção ou modificação de dados falsos em sistema de informações**, encontra previsão legal nos Artigos 313-A e 313-B do CP: Art. 313-A do CP - Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

3.3 FIGURAS SEMELHANTES

É muito importante ressaltar que o peculato é um crime que não se confunde com apropriação indébita. À vista disso, ocorre apropriação indébita quando uma pessoa está em posse de um bem de outra, essa posse é consentida, porém o possuidor passa a agir como se o bem fosse dele, (exemplo: você empresta um vídeo game para um amigo, que não devolve quando é cobrado). Ou seja, a apropriação indébita ocorre entre particulares, diferentemente do peculato, que ocorre com um funcionário público em serviço.

O crime de peculato, da mesma sorte, não deve ser confundido com o delito de corrupção. Assim sendo, o crime de corrupção está previsto no Código Penal, assim como o peculato, e ambos têm relação com práticas corruptas, mas que, no entanto, verificam-se diferenças. A corrupção passiva é cometida apenas por funcionário público, mas diferente do peculato, ela não tem relação com apropriação ou desvio de bens, pode se caracterizar com o simples pedido ou recebimento de vantagem que não lhe é devida no exercício do cargo, como por exemplo o recebimento de propina. É possível que o servidor cometa ambos os crimes, um exemplo é o recebimento de propina (corrupção) para favorecer uma empresa em um processo licitatório (peculato), os dois crimes juntos configuram um crime continuado. De outra banda, a corrupção ativa tem semelhanças menores com o peculato, pois é cometida por um agente privado, que oferece uma vantagem indevida à funcionário público, não sendo necessário aceitação por parte do funcionário público para que seja caracterizado o crime.

3.4 QUEM PODE PUNIR?

Incorrendo o funcionário público em crime, este poderá ser obrigado a arcar com alguns meios de punição. Para tanto, os meios de punição se entendem como meios internos e externos. Sendo assim, os meios internos são punições em que o agente será responsabilizado pela própria Administração, no qual será assegurado ao infrator o direito ao contraditório e ampla defesa. Já, por outro lado, no âmbito externo, o autor estará sujeito as sanções do Poder Judiciário, no qual, responderá criminalmente, nos termos do Código Penal, o que não significa dizer que será somente responsabilizado no campo penal, podendo vir a responder, além da esfera criminal, na esfera cível e administrativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para enfatizar todo o contexto explanado, importante se faz destacar, os casos concretos mais relevantes ocorridos no cenário brasileiro. O primeiro deles, ocorrido no ano de 2010, Natan Donadon exercia o mandato como deputado federal e foi condenado pelo STF pelo crime de peculato, a decisão foi reafirmada em um recurso julgado em 2013, após o julgamento o supremo determinou a prisão do deputado que era acusado de ser líder de um esquema de desvio de recursos na Assembleia Legislativa de Rondônia, na época em que o mesmo era deputado estadual, esse esquema envolvia uma empresa de publicidade entre os anos de 1995 e 1998. A Assembleia fazia falsos contratos de prestação de serviços publicitários, que não eram realizados de fato. Foram 8.4 milhões de reais pagos com cheques pelos supostos serviços.

Como outro exemplo tem o caso do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil (pertencente à administração pública indireta), Henrique Pizzolato, que era envolvido com o esquema do mensalão. Segundo investigações ele teria agido como coordenador no desvio de mais de 74 milhões de reais de um fundo com recursos do Banco do Brasil para uma empresa de Propaganda de Marcos Valério. Além disso o STF afirma que ele teria se apropriado de quase 3 milhões de reais.

Diante de todos os apontamentos realizados no presente estudo, verifica-se que o crime de peculato possui severas consequências para o agente que o pratica, tanto na esfera da administração pública, quanto no meio penal, que, se configuradas, haverá responsabilizações, independentemente da das penalizações administrativas, tendo em vista que consistem em instâncias independentes, permitindo se asseverar que, em sua

autoria admitem-se figurar tanto funcionário público quanto o particular, desde que este último atue juntamente com o agente público, em conluio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **DECRETO-LEI N° 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940**, Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 4 out. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992**, Rio de Janeiro, 2 jun.1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm. Acesso em: 4 out. 2019.

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal parte especial**. 9. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva. 2005

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 1990.

BLUME, B. A.; FIGUEIREDO, D. O que é peculato e quais as diferentes modalidades do crime? **Politize**. Florianópolis, 15 mar. 2017. Disponível em: https://www.politize.com.br/peculato-o-que-e/#toggle-id-1. Acesso em: 04. out. 2019.

PANTOLFI, L. M. Explanação do Crime de Peculato. **Jusbrasil**, [S.l.], 31 maio 2019. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/74322/explanacao-do-crime-de-peculato. Acesso em: 4 out. 2019.

PRÁTICAS DE LETRAMENTO ALIADAS AO MÉTODO FÔNICO

Anna Katharina Marinho, Fernanda Brito Amaral, Cintia Milene Favaro Bochembuzio, e-mail: a.kathi@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A tradição histórica escolar tem mostrado que uma tendência pedagógica busca refutar a anterior. Foi o que ocorreu com a tendência progressista, uma abordagem que praticamente anula o método fônico, que se apresentou bastante eficiente nos tempos em que foi utilizado. Diante disto, é importante que o professor procure entender os métodos que demonstraram ser eficazes em outros tempos, para desenvolver, em sua prática cotidiana, o método mais adequado à sua clientela e aos objetivos a serem alcançados. O método fônico, apesar de não ter sido utilizado na maior parte das escolas atualmente, obteve bons resultados no tempo em que foi utilizado em sala de aula.

Assim esse trabalho busca discutir o que foi estudado sobre o método fônico até o momento para, a partir desse levantamento, abordar como ele pode ser utilizado nos dias atuais para auxiliar na qualidade do ensino.

O método fônico de alfabetização funciona basicamente pela combinação de letras e palavras ao seu fonema som. A partir do reconhecimento do som de cada letra, a criança consegue unir os sinais gráficos formando sílabas e palavras. Esse processo inclui uma consciência fonêmica e uma instrução fônica sistemática, abordagens que podem resultar em uma alfabetização eficaz e significativa.

É notório que avaliações externas à escola têm apresentado altos índices de fracasso escolar, com habilidades de leitura e escrita abaixo do esperado para alunos de todas as fases educacionais. Portanto é preciso que métodos de alfabetização que já se mostraram eficazes possam ser reutilizados e aprimorados às novas exigências da sala de aula atual.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica, abordando temas como alfabetização, letramento e o método fônico, com foco, principalmente, nos teóricos Magda Soares, Angela Kleiman e Paulo Freire.

O objetivo dessa pesquisa é discutir o que foi estudado sobre o método fônico até o momento para, a partir desse levantamento, abordar possibilidades de como ele pode ser utilizado nas salas de aula atualmente, com o intuito de aprimorar as práticas de alfabetização e de letramento.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As discussões contemporâneas sobre alfabetização buscam diferenciar e conceituar alfabetização e letramento. A alfabetização é “ação de ensinar ou aprender a ler e a escrever”. Essas práticas se concretizam com o letramento, que é o “estado ou condição de quem não apenas saber ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita” (SOARES, 2005, p.47).

Muitos brasileiros ainda são considerados analfabetos funcionais, pois as pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita; não adquirem competência para usar a leitura e a escrita em seu dia a dia; não desenvolvem as habilidades necessárias para se envolver ativamente em práticas sociais de leitura e escrita.

O surgimento da palavra letramento e a diferenciação desta para a alfabetização resultou em uma perda de especificidade do processo de alfabetização nas duas últimas décadas. Isso, entre muitos variados fatores, pode explicar essa atual “modalidade” de fracasso escolar e em alfabetização. Como aponta Magda Soares (2005, p. 9), “a perda de especificidade da alfabetização acontece por conta da mudança conceitual a respeito da aprendizagem da língua escrita que se difundiu no Brasil a partir de meados dos anos de 1980”. Abordagens progressistas foram tomadas a um raciocínio literal e contundente, em que, muitas vezes, modelos pedagógicos distorcidos passaram a ser aplicados com o entendimento de que tudo é construído pelo próprio aluno a seu tempo.

“Uma visão interacionista rejeita uma ordem hierárquica de habilidades, afirmando que a aprendizagem se dá por uma progressiva construção do conhecimento, na relação da criança com o objeto ‘língua escrita’” (SOARES, 2004, p.14)

Em relação a isso, Magda Soares (2004, p.11) reflete que a concepção construtivista da alfabetização trouxe uma:

> [...] falsa inferência, a de que seria incompatível com o paradigma conceitual psicogenético a proposta de métodos de alfabetização. [...] Talvez se possa dizer que, para a prática da alfabetização, tinha-se, anteriormente, um método, e nenhuma teoria; com a mudança de concepção sobre o processo de aprendizagem da língua escrita, passou-se a ter uma teoria, e nenhum método.

Por isso é preciso que as abordagens conversem entre si e o que for positivo de cada estudo seja ressaltado para a melhoria da qualidade educacional.

Na perspectiva neuropsicológica, "aprender a ler consiste em colocar em conexão dois sistemas cerebrais presentes na criança bem pequena: o sistema visual de reconhecimento das formas e as áreas da linguagem" (DEHAENE, 2012, p. 213, *apud* BARBOSA; SOUZA, 2017, p.28). Assim, pode-se recuperar os benefícios do método fônico para facilitar a associação da sonoridade com a grafia.

De acordo com Kleiman (2001), a leitura começa pelos olhos e passa por um processamento no cérebro ativando diferentes tipos de memória. Primeiramente passa pela memória de trabalho que fatia a palavra em unidades significativas. Depois, com a memória intermediária (considerada um repositório de conhecimento ativado, em alerta), o indivíduo acessa a memória de longo prazo (que abrange o conhecimento e regras para uso e organização da linguagem), buscando o valor semântico da palavra.

> O aluno que lê vagarosamente, sílaba por sílaba, terá dificuldades para lembrar o que estava no início da linha quando ele chegar no fim. Ele deve, portanto, ser capaz de reconhecer instantaneamente as palavras: se a palavra for uma unidade reconhecida, ele poderá ler mais rapidamente, conseguindo assim lembrar unidades passíveis de interpretação semântica (KLEIMAN, 2001, p.36).

Para ser alfabetizada a criança precisa compreender a estrutura da língua na qual está inserida, pois a linguagem e realidade se prendem dinamicamente. “A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (FREIRE, 2014, p.4). A leitura que a criança faz do mundo será um grande conhecimento para enriquecer sua leitura da palavra.

Associando cotidiano, grafia e pronúncia, o método fônico pode ser um caminho para facilitar o processo de alfabetização de muitas crianças. Esse método é pautado na utilização da Rota Fonológica durante a atividade da leitura, com enfoque totalmente direcionado para as relações entre as letras e os sons, ou seja: “a escrita exige do indivíduo um conhecimento fonológico e fonêmico consciente para viabilizar o entendimento das correspondências entre as classes de sons e os grafemas, permitindo a segmentação da sílaba, necessária nos sistemas alfabéticos” (MASCARELLO; PEREIRA, 2014, p. 7 *apud* BARBOSA; SOUZA;2017, p. 11).

A instrução fônica sistemática, a consciência fonêmica, a fluência de leitura oral, o ensino de vocabulário e a compreensão de textos são componentes essenciais do método fônico. Muitas práticas de letramento podem ser aliadas nesse processo: a leitura compartilhada, a leitura em voz alta, a escrita colaborativa. Enfim, com práticas diárias

eficientes, as crianças passam a utilizar a língua oral de forma apropriada e a compreender a língua escrita de maneira mais ampla.

> [...] Além disso, a instrução fônica sintética sistemática é significativamente mais eficaz em melhorar o conhecimento do alfabeto e a leitura de crianças de nível socioeconômico baixo [...]. Em todas as séries, a instrução fônica sistemática melhora a habilidade de escrita dos bons leitores, sendo que o impacto mais forte é na pré-escola. [...] Os efeitos da instrução fônica sistemática e precoce (isto é no ensino infantil) são substanciais e significativos tanto na pré-escola quanto na primeira serie do ensino fundamental, o que indica que programas fônicos sistemáticos devem ser implementados nessas idades e series. (CAPOVILLA; SEABRA, 2010, p. 80 *apud* FREITAS, 2011, p. 38 e 39).

Deste modo, é notório que a inclusão do método fônico resulta em benefícios notórios para recuperação de déficits presentes em todas as séries. De acordo com Soares (2004, p.9), esses déficits são revelados por avaliações externas à escola:

> [...] avaliações estaduais (como o SARESP, o SIMAVE), nacionais (como o SAEB, o ENEM) e até internacionais (como o PISA). Esse baixo índice é observado ao longo de todo o ensino fundamental, chegando mesmo ao ensino médio, e se traduz em altos índices de precário ou nulo desempenho em provas de leitura, denunciando grandes contingentes de alunos não alfabetizados ou semialfabetizados depois de quatro, seis, oito anos de escolarização.

Medidas precisam ser tomadas para que esse quadro se reverta e a alfabetização pelo método fônico já se mostrou ser uma possibilidade interessante.

Freitas (2011, p.50) indica que esse método:

> [..] deve ser introduzido de modo gradual, com complexidade crescente. Isso deve ocorrer à medida que a criança for adquirindo uma boa habilidade de fazer decodificação grafofonêmica fluente, ou seja, depois que ela tiver recebido instruções explícitas e sistemáticas de consciência fonológica e de correspondências entre grafemas e fonemas.

4 CONCLUSÃO

Diante dos desafios da atual realidade escolar brasileira e após os estudos realizados, observa-se que a alfabetização e o letramento devem ser trabalhados de forma integrada. Pois a alfabetização sem a reflexão crítica é uma prática ultrapassada, visto que atualmente busca-se formar o aluno holisticamente. De acordo com os PCN's de Língua Portuguesa, um dos objetivos é que, ao final do ensino fundamental, o educando seja capaz de compreender os textos orais e escritos com os quais se defronta em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz. Para que o aluno alcance este objetivo, primeiramente ele deve ser bem alfabetizado.

O método fônico considera a predefinição biopsicológica ao qual nosso cérebro está preparado, portanto, se utilizado juntamente com processamentos contextualizados da prática progressista, pode ser considerado um método muito eficiente de alfabetização. A partir do estímulo auditivo e visual, a criança desenvolve a leitura e a escrita relacionadas a suas práticas cotidianas.

Para o processo de alfabetização e letramento, o método fônico pode favorecer a aprendizagem da articulação adequada dos fonemas, estimular a produção oral e escrita, além de desenvolver a leitura de modo progressivo na relação entre sons e palavras.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, D. T.; SOUZA, N. N. O método fônico sob a perspectiva a neuropsicológica. **Revista da UNIFEBE**, v.1, n.22, set/ dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Português. Brasília, DF, 1997.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se complementam. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

FREITAS, P. G. **Um olhar sobre o método fônico**. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em pedagogia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. [Orientador: Prof. Ms. Juarez Gomes]. Disponível: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/PATRICIA%20GOMES%20DE%20FREITAS.pdf>. Acesso no dia 28 de setembro de 2019.

KLEIMAN, A. **Oficina de leitura**: teoria e prática. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2. ed. , 10. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação.** , n. 25, jan/ fev/ mar/ abr, 2004.

PRATICAS EXPRESSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Isabele Fonseca Sipliano, Julia Piccelli, Carla Maria Nicola Coletti,
e-mail: isabele.fs@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O movimento faz parte da vida da criança logo após sua chegada ao mundo visando o seu desenvolvimento. Vai adquirindo a capacidade de controlar o seu corpo, assim possibilitando uma interação com o meio em que se encontra. As atividades lúdicas são indispensáveis às crianças para assimilação dos conhecimentos artísticos e estéticos uma vez que possibilitam o exercício e o desenvolvimento da percepção, da imaginação, das fantasias e de sentimentos.

Desde muito cedo, as crianças são podadas e levadas a treinar o seu corpo para se manter disciplinado, paciente e quieto, isso porque, “a permanente exigência de contenção motora pode estar baseada na ideia de que o movimento impede a concentração e a atenção da criança, ou seja, que as manifestações motoras atrapalham a aprendizagem”. (Brasil, 1998). Sendo assim, nem todos os professores estão dispostos a utilizar os elementos psicomotores no aprendizado de seus alunos. O movimento durante o período de escolarização não é mero ato de mexer partes do corpo ou percorrer novos espaços, mas é como a criança se comunica e interage com o meio social.

Na Educação Infantil, pilar para todas as etapas seguintes da vida, o movimento precisa estar em evidência, por isso as instituições devem propiciar momentos para que as crianças se expressem por meio de gestos, posturas e ritmos.

O trabalho tem como objetivo estudar as práticas expressivas durante a primeira infância, com enfoque na dança, o presente trabalho demonstra a importância do “se movimentar” dentro do período inicial de escolarização, abordando o desenvolvimento psicomotor e social quando o corpo é utilizado nas práticas diárias.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, em que estão presentes o contexto histórico do movimento dentro das instituições de ensino e sua importância

no desenvolvimento infantil considerando a construção integral do sujeito. Foi fundamentado principalmente nos estudos de Ferraz e Fusari (1993), Wallon (1995) e em documentos que norteiam as práticas educativas em ambientes escolares, como Brasil (1998).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A modalidade de Froebel, em que eram privilegiadas as atividades lúdicas com ênfase no desenvolvimento sensório-motor chegou no Brasil no final do século XIX.

Até então a educação de tal faixa etária era feita exclusivamente em casa. Contudo, passou a ganhar força somente depois do século XX, quando o principal debate no ramo da educação era sobre o cuidado, a prevenção e preparação da infância. Concomitantemente, o movimento escolanovista ganhava mais força no país e apontavam algumas premissas que poderiam atender plenamente as mudanças socioeconômicas (urbanização) e políticas.

Nos anos de 1960, muitos profissionais da educação estavam buscando formas de melhorar o ensino segundo as práticas sociais discutidas até então. Vincularam suas ideias as propostas educacionais de Paulo Freire (1996) que visava uma educação mais humana e contextualizada pelo ambiente em que o estudante estivesse inserido.

Desta forma, considerando a criança e o "ser criança" Fusari (1993) aponta que é necessário adequar o trabalho realizado pelo professor com o objetivo máximo de desenvolver expressões e percepções infantis. Para isso, é necessário que o corpo seja descoberto e construído perante experiências com o conhecimento artístico. Isso porque, durante a infância é que se desenvolve o conhecimento sensível, tornando-a consciente de suas potencialidades e sua expressividade.

Considerando tais pontos, segundo Brasil (1998, p.15):

> As maneiras de andar, correr, arremessar, saltar resultam das interações sociais e da relação dos homens com o meio; são movimentos cujos significados têm sido construídos em função das diferentes necessidades, interesses e possibilidades corporais humanas presentes nas diferentes culturas em diversas épocas da história.
> Diante disso, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), demonstra a importância do trabalho do movimento dentro do ambiente escolar. Segundo tal documento as instituições de ensino desde muito cedo começam a adestrar seus alunos para que sejam capazes de se manter sentados e quietos durante longos tempos, já que se conclui que o movimento é inimigo da concentração. Porém, através de atitudes como essa, a escola limita seu aluno, tornando-o passivo aos processos educativos.

Dado isso, a ação corporal é a primeira forma de aprendizagem da criança, já que a motricidade está diretamente ligada a atividade mental. É por meio do movimento, que em muitos momentos aparentam ser involuntários, que se constrói um vocabulário gestual fluente. Sendo assim, é importante pontuar que o movimento dentro das instituições de ensino de Educação Infantil não é mero ato de mexer partes do corpo, mas é a forma como a criança se comunica com o meio social e como demonstra suas emoções e sentimentos.

A dança, por exemplo, não consiste somente em mexer-se de forma ritmada, mas é um ato político e social do corpo. Por este motivo, faz parte de uma das quatro linguagens artísticas trabalhadas pelo currículo do ensino básico, que são artes visuais, teatro, música e dança.

Na Educação Infantil, o movimento precisa estar em evidência, portanto, a escola deve propiciar momentos para que a criança se expresse por meio de gestos, posturas e ritmos. Porém, isso não acontece de forma recorrente. A deficiência de momentos planejados e com objetivos traçados se dá por um despreparo por parte do professor com relação a intencionalidade ao desenvolver o movimento e ao despreparo da escola que oferece poucos recursos para se trabalhar.

As atividades precisam ser pensadas de acordo com o público alvo, e não serem traçadas como algo fixo e engessado, mas dar a oportunidade de as crianças participarem do momento de elaboração de danças e coreografias, para que se sintam parte daquilo e não somente reprodutores. Dessa forma:

> A dança para a educação infantil necessita estimular a descoberta e não a padronização; a improvisação e não a repetição de movimentos previamente determinados. Uma dança que não aprisione o movimento, mas liberte a imaginação e a criatividade e a expressão, que germine das ações básicas do cotidiano e suas combinações (andar, girar, saltar, dobrar, torcer). (ALMEIDA, 2016, p.27).

Partindo desses pressupostos, são inúmeras as possibilidades que o professor tem para trabalhar a dança de forma efetiva dentro de suas aulas. Por meio de tal atividade, ele conseguirá trabalhar a organicidade do ambiente e traçar diversas metodologias para melhorar os relacionamentos e agregar diferentes sujeitos ao grupo.

Nesse sentido, o Brasil (1998) incentiva a utilização do movimento, com enfoque na dança desde o momento em que a criança nasce, por meio das músicas mais variadas, do estímulo auditivo e incentivo do movimento. Para isso, o documento apresenta formas de trabalhar de acordo com cada fase de desenvolvimento da criança.

Segundo Silva, Beloto e Carreiro (2017), trabalhar a dança no período da primeira infância, é aproveitar da maneira mais eficiente possível para desenvolver habilidades psicomotrizes além de desenvolver a empatia. Borges (1994) afirma que as crianças possuem um alto poder de imaginação e por essa razão que estão explorando o tempo todo, por isso é tão importante aprimorar as habilidades motoras.

Silva, Beloto e Carreiro (2017), também afirmam que os processos vivenciados cognitivamente e psicomotoramente produzem resultados satisfatórios no aprendizado das crianças. Quando o professor se propõe a trabalhar de forma orgânica, as crianças ganham culturalmente, pois normalmente se trabalha com objetos da cultura em que o aluno está inserido.

Segundo Berge (1988) o modo mais correto de fazer a criança evoluir sua psicomotricidade é produzir aulas dinâmicas e divertidas, sem estabelecer técnicas. Os mediadores devem apenas orientar as diversas possibilidades de movimentações, tornando-se receptor da expressão de seus alunos. É necessário, no entanto, estabelecer um trabalho que sirva de base para as crianças. Portanto, apresentam alto poder de imaginação e administração e tem por objetivo explorar objetos e ambientes novos. A coordenação motora também é desenvolvida nesse período e, então, é necessário explorá-la para aprimorá-la o máximo possível.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, dança não é somente uma brincadeira, mas é um instrumento para a busca de movimentos livres e espontâneos. É de suma importância que o professor seja capaz de preparar aulas dinâmicas e divertidas, sem estabelecer técnicas, somente orientando e propondo novas possibilidades de movimentos para que a criança tenha autonomia para se expressar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda de Souza. **Que dança é essa?** Rio de Janeiro: Summus Editorial, 2016.

BERGE, Yvonne. **Viver o seu corpo:** por uma pedagogia do movimento. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BORGES, Teresa Maria Machado. **A criança em idade pré-escolar.** São Paulo: Ática, 1994. cap. 12.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, Brasilia: MEC/SEF, 1998.

FERRAZ, Heloisa; FUSARI, Maria F. de Resende; **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SILVA, Stella Denanni Lopes da; BELOTO, Elaine Scarpinelli; CARREIRO, Eduardo Augusto. Atividades Rítmicas e Expressivas e Suas Contribuições Psicomotoras na Educação Infantil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Edição 03. Junho de 2017. Acesso em 10 de agosto de 2019. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/psicomotoras

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa, Estampa, 1995.

PRINCÍPIOS DE ATENDIMENTO EM PRIMEIROS SOCORROS E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ACADEMIAS

Danilo Cruz Carneiro, Rodrigo Matheus Jorge, Ademir Testa Junior, e-mail: danilocruz456@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo Campos, Moreira e Souza (2015), exercícios físicos são de suma importância para a saúde. No entanto, a prática de exercícios também pode ocasionar lesões musculoesqueléticas e/ou serem agravadas pela prática da musculação. É observável o alto índice 64% de lesões provocadas por acidentes nas academias (COSSOTE; SILVA; MIRANDA, 2016).

Entre todas as lesões a musculação é a mais citada como principal causadora de lesões. Os maiores índices de lesão na prática de exercícios físicos são em distensão muscular e lesões em ombros e joelhos (SILVA, 2018).

Vale ressaltar que, independentemente da lesão, há necessidade do acompanhamento do profissional de educação física qualificado, tendo como meta reduzir através da prevenção e diminuir a consequência da lesão.

No presente trabalho considerou-se emergência as situações que necessitam de atendimento correto à vítima, mas que não demanda necessidade extrema ou risco de morte. Já as urgências são as situações que necessitam de atendimento imediato, que deverão ser resolvidas rapidamente e, portanto, apresentam risco de morte ou agravamento rápido das lesões (LUONGO, 2014). Os primeiros socorros referem-se às ações iniciais realizadas por um socorrista, imediatamente após alguma ocorrência de acidente a fim de reduzir o risco de morte e o agravamento das lesões, mantendo-se as funções vitais da vítima (SANTOS, 2018).

Por isso é importante que os profissionais de Educação Física que atuam nas academias, conheçam as maneiras de atuação em situações de primeiros socorros. Para tanto, é indispensável a disseminação dos princípios em primeiros socorros, cuja finalidade será de instruir e orientar professores e alunos sobre como proceder diante de situações de urgência e emergência.

Nesse contexto, o objetivo do presente estudo foi compreender os princípios básicos de atendimento em primeiros socorros em relação à atuação do profissional de Educação Física nas academias.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de um trabalho indutivo, indireto e bibliográfico pelo fato de ser oriundo de trabalhos publicados referentes ao assunto. Segundo Severino (2012), a pesquisa se torna bibliográfica quando o registro for feito a partir de pesquisas anteriores como obras literárias, artigos e teses defendidas.

Para tanto, foram utilizados 3 livros como base de referência: Tratado de primeiros socorros de Jussara Luongo publicado em 2014, a 5ª edição do livro Primeiros socorros no esporte de Flegel, publicado em 2015, e Primeiros socorros e atuação do profissional de Educação Física publicado por Santos em 2018 através do Conselho Regional de Educação Física do estado de São Paulo. A escolha foi baseada na premissa de que o primeiro livro apresenta as informações de atendimento em primeiros socorros de uma maneira geral, logo o segundo está pautado especificamente nas situações relacionadas às atividades de movimento, tais como o esporte e exercícios físicos.

Somente foram considerados outras referências quando apresentaram informações relevantes e não semelhantes às obras de Luongo (2014) e Flegel (2015). Tal decisão baseia-se na detecção da redundância das informações apresentadas entre eles e pela atualidade dos procedimentos em primeiros socorros apresentada nas obras eleitas para a construção do presente trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A PREVENÇÃO DOS ACIDENTES NAS ACADEMIAS

É comum as pessoas entenderem que, como um acidente é uma situação não prevista, as pessoas entendam que não é possível prevenir tais ocorrências. Nessa perspectiva, acredita-se que as situações da vida humana estão sob a determinação do acaso. No entanto, vale ressaltar que a crença de que um acidente não pode ser evitado, prejudica seu processo de prevenção. Os acidentes compõem grande parte dos problemas relacionados à saúde pública atualmente (FLEGEL, 2015).

O profissional deverá ter ciência e saber quais são os limites fisiológicos dos alunos, prevenindo e reduzindo índices de acidentes nas academias. Agir prontamente de maneira preventiva em relação à acidentes é responsabilidade moral do profissional de Educação Física que atua nas academias (LUONGO, 2014).

A primeira ideia é exatamente a exigência de que o socorrista deve, antes de qualquer ação para ajudar as vítimas, proteger a si. Pois não é desejável que o socorrista se torne mais uma vítima do acidente. O segundo ponto a ser considerado é que o socorro especializado demora alguns minutos para chegar ao local do acidente, então há que se preocupar em ligar o mais rápido possível para que se tenha os recursos específicos de atendimento o mais rápido possível. Somente após obedecer às duas primeiras ideias é que devemos iniciar o atendimento da vítima seguindo os protocolos de primeiros socorros para cada caso especificamente.

Prevenir – refere-se às ações do socorrista de proteger-se antes de qualquer ação para ajudar a vítima;

Alertar – refere-se ao ato de ligar e/ou chamar o socorro especializado para que inicie o caminho em direção ao local do acidente;

Socorrer – refere-se ao início dos procedimentos específicos para atendimento da vítima na situação de acidente.

A partir da reflexão acima foram elaborados os princípios básicos para atendimento em primeiros socorros (LUONGO, 2014).

Para tanto, é de extrema relevância a realização da avaliação primaria, também conhecida como sistema ABCDE descrita por Luongo (2014):

A - Avaliação das vias Aéreas com controle da coluna cervical utiliza a resposta verbal como maneira eficaz para descobrir se ocorreu alguma obstrução das vias aéreas, possíveis agitações e ruídos na respiração também podem ser fatores que indicam obstrução da via aérea causada por possível queda da língua, resíduos alimentares, sangue ou corpo estranhos, fratura da face ou traumas cervicais.

B - garantir a Boa respiração do sujeito acidentado como notar presença da cianose (aumento da hemoglobina não oxidada) causando a coloração do indivíduo azul ou roxo ou podendo ser desvio da traqueia.

C - Circulação, garantir a boa circulação respiratória que é a frequência cardíaca funcionando bem, e o fluxo sanguíneo seja o suficiente para manter os sinais vitais da vítima.

D - Avaliação neurológica, visando descobrir se ouve Danos relacionados a memória ou movimentos mecânicos. Tem relação ao nível de consciência do acidentado. Protocolo de atendimento utiliza critérios com variáveis do tipo abertura ocular, resposta verbal e resposta motora relacionado com respostas e de acordo com cada respostas contendo um score. Ao final é somado as respostas com o score, o menor sempre será 3 pontos no score. Valores iguais ou inferiores a 8 indicam necessidade da internação imediata.

E - Exposição do sujeito no local do acidente, contexto em que aconteceu o acidente, exposição climática. Até a chegada do socorrista especializado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que é indispensável a utilização de um manual para primeiros socorros em academias, auxiliando o profissional de Educação Física no atendimento específico a fim de reduzir danos diretos ligados a saúde. Devidos procedimentos citados na revisão bibliográfica, até a chegada do socorro específico, cabe ao responsável pelo aluno, tomar as decisões corretas de atendimento de primeiros socorros, sendo auxiliado pelo manual em primeiros socorros para academias, com o objetivo de preservar a vida e não permitir o agravamento de lesões.

REFERÊNCIAS

COSSOTE, D. F. **Desempenho do profissional de educação física em casos de parada cardiorrespiratória**: considerações sobre a formação profissional. 2013. 92 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2013/252.pdf.

ALVES, R. da F.; SILVA, C. A. F. da. Trajetória do conteúdo primeiros socorros como componente curricular dos cursos de educação física da IES do estado do rio de janeiro. **Corpus et Scientia**, [S.l.], v. 7, n. 2, nov. 2011. Disponível em: http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/corpusetscientia/article/view/135.

FLEGEL, M. J. **Primeiros socorros no esporte.** 5 ed. Barueri: Manole, 2015. 288 p.

LUONGO, J. **Tratado de primeiros socorros.** São Paulo: Rideel, 2014. 392 p.

SANTOS, E. F. dos. **Primeiros socorros e atuação do profissional de Educação Física**. São Paulo: CREF, 2018. 112 p.

PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Gabriel Scarre Budin, Jeferson Alves, Kennedy Henrique Vieira, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O tema a ser abordado nesse projeto é julgado por muitos como um “tema da moda”, se ele é taxado como tal, já está mais que na hora de ser abordado e procurarmos solução, nosso sistema prisional é muito carente e com falhas gigantescas, vemos a alguns anos vários programas de reportagem, colunistas entre outras fontes da mídia fazendo trabalhos mostrando como está a situação, é algo chocante um país que visa sempre estar crescendo não conseguir sequer amenizar os problemas de nossas penitenciárias, diante de tantos fatos que me chama atenção com esse problema me fez querer pesquisar e compreender um pouco mais sobre esse defeito na sociedade vejo não como um problema impossível de resolver mais que requer uma atenção e pessoas competentes para estar à frente, para mim a privatização como exemplos de várias outras coisas, como a telefonia que ocorreu privatização no Brasil deram certo, não é o governo abrir mão de ser poder de punir, mais sim ele contar com ajudas extras para manter um indivíduo com restrição de liberdade. No Brasil acredito que é algo totalmente viável e que a exemplo de Ribeirão das Neves – MG onde se localiza o primeiro (PPP) Parceria Público Privado, uma presidio privado que vem funcionando e com bons números comparados com os presídios espalhados pelo Brasil, nesse caminho pretendo entender um pouco mais sobre esse tema.

2 METODOLOGIA

A pesquisa a ser realizada será bibliográfica, de maneira dedutiva buscando entender um contexto geral sobre as prisões e aprofundando na privatização desse sistema, também usando documentos como artigos de jornais com notícias de fatos que acontecem dentro das cadeias, duas formas de textos a ser explorada Zetética e Dogmática, além de todos os livros, leis que estão ligadas ao tema serão usadas oportunamente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ato de punir infratores vem desde sempre, antes era como se fosse um castigo para quem não tivesse uma conduta julgada correta, na história sempre se teve um tratamento forte com essas pessoas, não respeitando o ser humano que cometeu o erro, e terá que pagar por ele. Foucault afirma:

> "[...] A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída a sua fatalidade não a sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro" (FOUCAULT, 1999, p. 13).

Esse conceito faz com que as pessoas reflitam sobre cometer crimes pois sabem que terá uma punição para isso, e esse conceito foi aos pouco colocado a dúvida sobre as pessoas de bem, é fácil fatos que são visivelmente no mínimo incorretos e com previsões no Código Penal que os responsáveis não são punidos.

É bem verdade que nosso ordenamento jurídico prevê formas diferenciadas de cumprir a pena, como privativa de liberdade, restritiva de direito e multa. É também reconhecido aos presos o trabalho dentro das prisões, com a renda podendo até mesmo beneficiar seus dependentes, nosso ordenamento parece muito bonito na teoria, mas o que é a realidade é diferente, como as condições de nossas cadeias espalhadas pelo território. Nosso país é o quarto com maior população carcerária do mundo e há muita gente sendo presa devido ao uso abusivo da prisão provisória e não ampliar as audiências de custódia.

Para termos uma privatização do sistema carcerário é necessário mudanças, a aperfeiçoamentos, todos aspectos a serem estudados e explanado no decorrer do trabalho, um exemplo mesmo são sobre as mulheres que requer muitos cuidados exclusivos somente a elas, cuidados esses que estão sendo amassados e jogados fora, com questão de higiene, a própria estética da mulher em se cuidar é diferenciada, em uma concessão de privatização de um presidio somente feminino poderia trazer consequências ótimas, porque é muito mais fácil fazer critérios na licitação com todos requisitos que os direitos humanos exige e podem ser colocados inúmeros, tudo o que o estado não vem conseguindo fazer pode ser minuciosamente detalhado e colocado como critério, onde as empresas que tiver interesse na concessão serão obrigadas a cumprirem, e o governo pode criar um cargo com efetiva prestação de relatórios mensais e esse ter obrigatoriamente entrada liberada e com garantia de segurança nas sua visitas. Temos experiências que estão dando certo assim como lados que são contra por

outros motivos, então nesse trabalho irá desenvolver um estudo ampliado e detalhado sobre o tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a colonização do Brasil se tem relatos de castigos a quem descumprisse as ordens, esse castigo era mais direcionado aos escravos, esses eram acorrentados em troncos por dias, na sua maioria das vezes sendo torturados.

As prisões começam mais tarde, elas se encontravam nos porões das repartições públicas, lá ficavam as pessoas que davam trabalho ou tinham cometido algum crime. Em todas as cadeias os presos eram tratados como alguém ruim, que não dispunha de direitos, foi apenas com a constituição de 1.824 que foi determinado regras para as cadeias para que pudesse manter presos.

A Constituição de 1824 acabou com o Açoite, a tortura e qualquer forma de maus tratos aos presos, garantido que o ambiente fosse limpo e seguro, separando os réus em repartições. Foi logo após que se teve um grande marco na história carcerária do Brasil, a construção de um presídio em São Paulo chamado Carandiru, fazendo assim a extinção da Cadeia Pública e o Presídio Político da Capital, separando os réus, os primários dos reincidentes e todos pelos seus delitos praticados. Sua capacidade inicial era de 1.200 presos, mas chegou a abrigar 8.000 presos, sendo considerado o maior presídio da América Latina, ele era aberto ao público para visitas atraindo políticos, estudantes de direito, autoridades de diversos países, era um verdadeiro símbolo de prisão.

No ordenamento jurídico brasileiro é assegurado ao réu que seja condenado somente após decisão condenatória transitada em julgado, onde não há mais recursos a serem julgados, salvo prisões em flagrante, prisões temporárias e a prisão preventiva. A prisão em flagrante se caracteriza quando o infrator é pego cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la, a chamada prisão temporária serve para prevenir que suspeitos eliminem vestígios ou indícios do crime, chamada de prisão cautelar, durante o inquérito policial.

A prisão preventiva é decretada pelo juiz em qualquer fase do inquérito policial, para garantir a ordem judicial social. Além dessas formas de o infrator ser preso sem decisão condenatória transitada em julgada, é permitido que fosse feita a prisão do agente em decisão condenatória em segunda instância, pelo fato que essa é a última fase onde é julgado os fatos do caso.

Hoje no Brasil temos cerca de 1.500 estabelecimentos penais, sua população carcerária já ultrapassa 175% da sua capacidade, na região Norte os presídios chegam a receber três vezes mais do que podem suportar, números fornecidos pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), surpreender ainda mais, de março de 2017 a fevereiro de 2018 em um total de 1.456 unidades houve mortes em 474 delas, em 81 estabelecimentos houve registro de maus- tratos internos praticados pelos servidores, em 436 presídios foram registrados lesões corporais.

Os estados com maiores números de população carcerária do país são; Amazonas, Ceará, Pernambuco, Paraná e Alagoas e o menor é o Espírito Santo, que mesmo assim tem números de superlotação em suas penitenciárias.

A população com maior representação por idade no Brasil é de jovem, dos 18 aos 24 anos que chegam a marca dos 30% de toda população carcerária, em seguida está a faixa dos 25 aos 29 anos com 25%. Se somarmos, temos mais da metade só na faixa dos 18 aos 29 anos.

Os crimes que mais são motivos de prisões são praticados sem emprego de violência, contra o patrimônio e relacionado às drogas. Ficou comprovado que o preso tem até quatro vezes mais probabilidade de cometer suicídio que a população geral.

De toda população carcerária predomina as pessoas de classe pobre, a eficácia da lei se restringe a essa população. As desigualdades de oportunidades levam o sujeito a cometer crimes, não é uma regra, porém números coincidentemente ou não levam a comprovar esse fato.

Em determinados presídios não se tem atendimento médico, como é o caso da região Nordeste em que 58,75% não dispõe desse serviço de atendimento ao preso.

O assunto da situação que se encontra nosso sistema prisional é constantemente debatido no parlamento. Proposta de endurecimento das penas é sempre colocado em pauta, mas o que acontece é que o sistema já está superlotado, hoje o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, com aproximadamente 800 mil detentos, sendo que se têm vagas para aproximadamente 400 mil. Fato esse que faz presos ir até o judiciário pedir a liberdade com o argumento de que as condições impostas ferem os direitos humanos.

Com toda essa população carcerária é nítido que o controle dentro deles fica quase que impossível, em muitos casos quem controla a criminalidade e o tráfico dentro e fora do presídio são as facções.

É com grande facilidade que detentos têm acesso a celular e aparelhos eletrônicos dentro dos presídios, fazendo a comunicação com membros de fora e não saindo da criminalidade, até mesmo comandando operações de dentro da própria cela. Receber telefonemas de dentro das prisões é comum, além da comunicação com a facção, outra finalidade dos aparelhos eletrônicos é dar golpes na população.

A falta de educação e oportunidade depois que o preso ganha a liberdade faz com que se aumente o número de reincidentes, a questão da ressocialização do preso tem que passar pela capacitação profissional, para que ele tenha oportunidade e deixe para trás a criminalidade.

Para termos uma privatização do sistema carcerário é necessário mudanças, a aperfeiçoamentos, todos aspectos a serem estudados e explanado no decorrer do trabalho, um exemplo mesmo são sobre as mulheres que requer muitos cuidados exclusivos somente a elas, cuidados esses que estão sendo amassados e jogados fora, com questão de higiene, a própria estética da mulher em se cuidar é diferenciada, em uma concessão de privatização de um presidio somente feminino poderia trazer consequências ótimas, porque é muito mais fácil fazer critérios na licitação com todos requisitos que os direitos humanos exige e podem ser colocados inúmeros, tudo o que o estado não vem conseguindo fazer pode ser minuciosamente detalhado e colocado como critério, onde as empresas que tiver interesse na concessão serão obrigadas a cumprirem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Taxa de ocupação dos presídios brasileiros é de 175%, mostra relatório dinâmico "Sistema Prisional em números"**. 18 jun. 2018. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias-cddf/11314-taxa-de-ocupacao-dos-presidios-brasileiros-e-de-175-mostra-relatorio-dinamico-sistema-prisional-em-numeros. Acesso: 24 out. 2019.

CARVALHO, A. B. de; CARVALHO, C. de. **Reformas penais em debate**. 1. ed. Rio de Janeiro: LUMEN JURIS, 2005. 176 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SEIDLER, E.; CARAPUNARLA, H. L. **Privatização do sistema prisional:** Solução ou Falência? **Revista Jus Navigandi,** [S.l.], nov. 2015. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/44611/privatizacao-do-sistema-prisional-brasileiro-solucao-ou-falacia. Acesso em: 04 out. 2019.

RODRIGUES, A. de M. **O novo olhar sobre a questão penitenciaria**. São Paulo: Revista Tribunal, 2011.

RODRIGUES, J. S. Privatização do sistema penitenciário brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, [S.l.], p. 1-5, dez. 012. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/22979. Acesso em: 24 out. 2019.

PROBLEMÁTICAS VIVENCIADAS NAS UNIDADES PRIMÁRIAS DE SAÚDE QUE PODEM INFLUENCIAR NA ALTA DEMANDA EM OUTROS NÍVEIS DE COMPLEXIDADE

Carol Agostini Refundini, Ivana Regina Gonçalves, e-mail: carol_refundini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Direito do cidadão e dever do Estado são lemas do SUS (Sistema Único de Saúde) desde a década de 80. O sistema possui caráter público, pautado nas diretrizes e princípios da universalidade, equidade e integralidade, e apresenta três tipos de níveis de saúde articulados como redes entre si e hierarquizados, sendo eles a Atenção Primária à Saúde (APS), Atenção Secundária e Atenção Terciária. A porta de entrada aos serviços do SUS pelo usuário é feita por meio da APS, ela é a ordenadora do sistema é responsável por resolver 80% dos casos que chegam às unidades, e também se comunica com os outros tipos de redes de atenção que integram o sistema (SANTOS; LACERDA, 1999; CARVALHO, 2013; GONTIJO *et al*., 2017).

A alta demanda em serviços de saúde em centros de alta complexidade, como hospitais, remete a desarticulação que está ocorrendo entre os níveis de atenção à saúde e se torna uma questão preocupante a ser enfrentada, com a perspectiva de ampliar o acesso à população usuária dos serviços de saúde (PIRES *et al*., 2010).

A justificativa dessa pesquisa é que as verificações dos problemas enfrentados na atenção primária em saúde podem influenciar na alta demanda em outros níveis de complexidade do SUS.

2 METODOLOGIA

Para nos nortear nesta revisão utilizamos a seguinte questão: Qual é o conhecimento produzido sobre problemáticas vivenciadas nas unidades primárias de saúde que podem influenciar na alta demanda em outros níveis de complexidade?

A análise de conteúdo na modalidade temática foi o referencial metodológico, de Bardin foi o referencial teórico utilizado, o que permitiu organizar o conhecimento em categorias (BARDIN, 1977).

Para tanto realizou-se buscas online na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online).

O período de coleta de dados ocorreu nos meses de Janeiro de 2019 a Março de 2019. As palavras chaves utilizadas na pesquisa foram: “superlotação”, “atenção terciária”, “serviços de saúde” e “enfermagem”.

A busca compreendeu os dados publicados entre os anos de 1999 a 2018, no idioma português, com resumos e artigos completos disponíveis na base de dados selecionados. Totalizaram 700 artigos científicos. Não sendo excluído nenhum artigo por estar repetido na base de dados, foram excluídos 120 artigos por estarem no idioma inglês, foram excluídos 8 artigos por estarem no idioma espanhol e 563 não corresponderam à pergunta norteadora. Assim a amostra formada foi representada por 9 artigos.

Dentre as categorias levantadas nos artigos, apresenta-se neste material, a produção do conhecimento relativo à temática "problemáticas vivenciadas nas unidades primárias de saúde que podem influenciar na alta demanda em outros níveis de complexidade?", reunindo-se em nove categorias:

1 - Ausência de acolhimento prestado ao usuário nas unidades de atenção básica à saúde;

2 - Dificuldade relacionada ao acesso do usuário às unidades básicas de saúde;

3 - Déficit de integração entre os agentes comunitários de saúde e a comunidade, dificultando a formação de elo na atenção primária à saúde;

4 - Relação profissional deficitária na atenção primária à saúde com os usuários;

5 - A dificuldade da continuação do cuidado longitudinal;

6 - Resistência da clientela à equipe multidisciplinar e a busca centrada em consultas médicas;

7 - Tempo de espera elevado para receber atendimento na APS;

8 - Falta de informações aos usuários que dificultam a adesão ao tratamento;

9 - Escassez de recursos humanos nas unidades básicas de saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Ausência de acolhimento prestado ao usuário nas unidades de atenção básica à saúde

O acolhimento é o ponto inicial referente ao primeiro contato que o usuário terá em sua recepção na Unidade Básica de Saúde, seguindo a preconização da Política

Nacional de Humanização do SUS, ele é um dos pilares fundamentais na construção da maior adesão ao tratamento pelo usuário. O acolhimento realizado em muitas unidades básicas de saúde não segue aquilo que este preconizado na Política Nacional de Humanização do SUS, causando divergências entre a política de saúde estabelecida e o que de fato é exercido nos serviços de saúde. Muitas vezes, é devido à falta de planejamento específico que interfere diretamente no trabalho dos profissionais e leva a realização do trabalho de maneira inadequada (TEIXEIRA, 2005; VILLELA *et al*., 2009; MOIMAZ *et al*., 2010; PIRES *et al*., 2013; GONTIJO *et al*., 2017; CARRAPATO; CASTANHEIRA; PLACIDELI, 2018).

3.2 Dificuldade relacionada ao acesso do usuário às unidades básicas de saúde

Todavia o acesso dificultoso dos usuários às unidades, propiciam para a elevação na procura destes por outros níveis de atenção que os ajudem a solucionar o problema de saúde referido no então momento, fator negativo para a APS, já que esta é a porta de entrada dos usuários e o acolhimento é um dos fatores de maior relevância e satisfação do paciente (PIRES *et al*., 2013; CESAR *et al*., 2014; PAIVA *et al*., 2015; GONTIJO *et al*., 2017; CARVALHO *et al*., 2018).

3.3 Déficit de integração entre os agentes comunitários de saúde e a comunidade, dificultando a formação de elo na atenção primária à saúde

Dentro da equipe multidisciplinar, os Agentes Comunitários também possuem valor de grande importância, porem quando este papel não é executado da forma correta, gera interferências na formação de elos com a comunidade e acaba dificultando a ação e interação dos ACS para a resolução dos problemas de saúde na comunidade (VILLELA *et al*., 2009; MOIMAZ *et al*., 2010; GONTIJO *et al*., 2017; CARRAPATO; CASTANHEIRA; PLACIDELI, 2018).

3.4 Relação profissional deficitária na atenção primária à saúde com os usuários

A dificuldade no estabelecimento de vínculos na relação profissional/usuário interfere na resolutividade dos problemas e impede o alcance da longitudinalidade no atendimento do usuário tendendo a gerar insatisfação nos pacientes da APS (CESAR *et al*., 2014; PAIVA *et al*., 2015; GONTIJO *et al*., 2017; CARRAPATO; CASTANHEIRA; PLACIDELI, 2018).

3.5 A dificuldade da continuação do cuidado longitudinal

A baixa coordenação efetiva dos enfermeiros nas UBS, interferem na longitudinalidade do atendimento prestado aos usuários e afeta diretamente a continuidade do tratamento na mesma unidade, gerando resistência pelos usuários que não possuem a UBS como local de referência (CESAR *et al*., 2014; PAIVA *et al*., 2015; GONTIJO *et al*., 2017).

3.6 Resistência da clientela à equipe multidisciplinar e a busca centrada em consultas médicas

É importante que a potencialidade na resolução dos casos em 80% na APS seja efetiva por todos os profissionais que a compõem e também pelas tecnologias que fazem parte dela, pois tendem a contribuir para que ações de resistência à equipe multiprofissional comumente vista sejam sanadas e melhorem o cenário hoje encontrado nas UBS (VILLELA *et al*., 2009; GONTIJO *et al*., 2017; CARRAPATO; CASTANHEIRA; PLACIDELI, 2018).

3.7 Tempo de espera elevado para receber atendimento na APS

É fato que, quanto maior o tempo que o cliente tem que esperar para conseguir um primeiro atendimento na UBS e que este seja de qualidade e supra suas necessidades, a satisfação referente ao atendimento consequentemente será abaixo do ideal, gerando insatisfação da população assistida devido à escassez de recursos que são encontradas na Rede de Atenção Primária à Saúde. Pressupõe-se que aumentará a quantidade de pessoas que irão buscar atendimento em unidades que compreendem a Atenção Terciária à Saúde (VILLELA *et al*., 2009; PAIVA *et al*., 2015).

3.8 Falta de informações aos usuários que dificultam a adesão ao tratamento

As informações aos usuários que buscam pela APS são extremamente importantes para o sucesso na adesão ao tratamento e continuidade do cuidado, quando a falta desse fator interfere no atendimento e consequentemente no tratamento do paciente, todo este processo tende a interferir na resolutividade do problema dificultando a adesão (PAIVA *et al*., 2015).

3.9 Escassez de recursos humanos nas unidades básicas de saúde

Quando o objetivo de promover a prevenção e promoção de saúde na APS torna-se difícil de ser obtida devido à escassez de recursos humanos, ou seja, falta de equipe multiprofissional de saúde, reflete pertinentemente na qualidade do serviço de saúde que a comunidade recebe e o reflexo acaba sendo a alta demanda por atendimento encontrada em Unidades especializadas na Atenção Terciária à Saúde (MOIMAZ *et al*., 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se verificar que as problemáticas vivenciadas nas unidades primárias de saúde que podem influenciar na alta demanda em outros níveis de complexidade estão relacionadas à ausência de acolhimento ao acesso do usuário às unidades básicas de saúde, dificuldade relacionada ao acesso do usuário às unidades básicas de saúde, déficit de integração entre os agentes comunitários de saúde e a comunidade, dificultando a formação de elo na atenção primária à saúde, relação profissional deficitária na atenção primária à saúde com os usuários, a dificuldade da continuação do cuidado longitudinal, resistência da clientela à equipe multidisciplinar e a busca centrada em consultas médicas, tempo de espera elevado para receber atendimento na APS, falta de informações aos usuários que dificultam a adesão ao tratamento, escassez de recursos humanos nas unidades básicas de saúde.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977. 225p.

CARRAPATO, J. F. L.; CASTANHEIRA, E. R. L.; PLACIDELI, N. Percepções dos profissionais de saúde da atenção primária sobre qualidade no processo de trabalho. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 518-530, abr./jun. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/PmjC6YSs8SYzmWLrd7ccHJH/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2019.

CARVALHO, B. R. *et al*. Avaliação do acesso às unidades de atenção primária em municípios brasileiros de pequeno porte. **Caderno Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 462-469, out./dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadsc/a/QytvTFHnXvGQDzqw6MdTd5f/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2019.

CARVALHO, G. A saúde pública no Brasil. **Estudos Avançados**, [São Paulo], v. 27, n. 78, p. 7-26, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142013000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2019.

CESAR, M. C. *et al*. Avaliação da atenção primária no município de Piracicaba, SP, Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 296-306, out. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/NqQjJW3QVWjYg8KBMNhQbzw/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2019.

GONTIJO, T. L. *et al*. Avaliação da atenção primária: o ponto de vista de usuários. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 114, p. 741-752, jul./set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/sDq9jQLDc6Ngdh6Vy4WrHFj/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2019.

MOIMAZ, S. A. S. *et al*. Satisfação e percepção do usuário do SUS sobre o serviço público de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1419-1440, dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/mhKYHzfQFwKrLKct9WW4rBb/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2019.

PAIVA, M. B. P. *et al*. Uma contribuição para a avaliação da Atenção Primária à Saúde pela perspectiva do usuário. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 925-950, jul./set. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/jRdK9hTRF4HbWgVt8F6pycB/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2019.

PIRES, M. R. G. M. *et al*. A utilização dos serviços de atenção básica e de urgência no sus de belo horizonte: problema de saúde, procedimentos e escolha dos serviços. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, p. 211-222, mar. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/pWPPSMbZM4gnCd9TN9W6Yyj/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2019.

SANTOS, S. R. dos; LACERDA, M. do C. N. de. Fatores de satisfação e insatisfação entre os pacientes assistidos pelo SUS. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 52, p. 43-53, mar. 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/JsWxNf5pZMYyx6kpJWfDyfq/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2019.

TEIXEIRA, R. R. Humanização e Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [Rio de Janeiro], v. 10, n. 3, p. 585-597, set. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/G5f3n43ZtHJ7pBVjcD6ZcrJ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2019.

VILLELA, W. V. *et al*. Desafios da atenção básica em saúde: a experiência de Vila Mariana, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 1316-1324, jun. 2009. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csp/v25n6/14.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

PROCEDIMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE

Katy Evelin Almeida Santos, Kézia Marilia Sambo Ribeiro,Renato Zanolla Montefusco e Perla Savana Daniel, e-mail: keziasambo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho será demonstrada a importância de estudar a lei de improbidade administrativa, sendo de extrema relevância para o mundo jurídico, haja vista que há um ponto controverso importante, qual seja, a celeuma se improbidade é ou não considerada crime. Importante observar os estudos direcionados nessa área levando em consideração a problemática a ser superada, tendo em vista que a matéria tem muita repercussão nos meios midiáticos, diante dos inúmeros escândalos de corrupção no país.

A presente pesquisa buscará esclarecer pontos relevantes, quanto aos procedimentos adotados para que esses atos de improbidade perpetrados por administradores públicos e terceiros não se mantenham impunes e que as medidas cabíveis de acordo com a Lei 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa, sejam empregadas.

A primeira indagação a ser observada é com relação ao fato do ato de improbidade ser ou não considerado crime e a resposta é objetiva, qual seja, a improbidade administrativa não é crime. De fato, é um erro do agente público ou particular, que é punível sim, mas a sanção é de natureza civil, e é nessa esfera que o servidor da administração será responsabilizado. A ação de improbidade, desta feita, é de natureza civil que visa punir os agentes públicos e particulares que atuem em colaboração ou se beneficiando da atuação do agente, por atos de improbidade. Poderá ser proposta pela Pessoa Jurídica lesada, ou seja, uma das entidades elencadas no artigo 1º da Lei 8.429/92 que tenha sofrido o ato de improbidade, as condutas que importam em enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário, as condutas que atentam contra os princípios da administração pública também caracterizam atos de improbidade, conforme artigos 9º, 10º e 11º da Lei 8429/92 ou pelo Ministério Público.

É de suma importância verificar que se a ação for proposta pelo Ministério Público, a entidade lesada deverá ser intimada para, em tendo interesse, atuar como litisconsorte

ativo. Por sua vez, se a Pessoa Jurídica lesada propuser a ação, *o parquet* deverá atuar, necessariamente, como fiscal da lei.

Nesse sentido, analise-se o julgado a seguir:

> "Administrativo e processual civil. Agravo regimental no agravo de instrumento. Mandado de segurança. Inquérito civil instaurado pelo ministério público para o fim de apurar a prática de ato de improbidade administrativa por parte de 45 magistrado. Possibilidade. Súmula n. 83 do stj. Artigos 9º, 10º e 11 da lei n. 8.429/1992 não prequestionados, bem como os artigos 29 a 45 da lc n. 35/1979. Súmula n. 211 do stj. Alegação de violação a artigos de lei sem a devida fundamentação. Súmula n. 284 do stf. Ausência de violação do art. 535 do cpc."

2 METODOLOGIA

A metodologia de um trabalho consiste no caminho seguido pelo pesquisador, com a formulação de um problema até a comprovação de uma hipótese, ou seja, a resposta ao problema, que será dada ao final da pesquisa. É por meio do método que um pesquisador consegue atingir seus objetivos.

Os métodos de abordagem utilizados para a realização de um trabalho científico são os de caráter mais geral, os quais são responsáveis pelos critérios selecionados para o desenvolvimento da pesquisa. De acordo com o que está sendo exposto pelo trabalho. O indutivo é responsável pela generalização, sendo seu objetivo levar o pesquisador a encontrar conclusões mais amplas, partindo de uma questão particular para uma geral.

O presente trabalho foi elaborado através de pesquisas realizadas em bibliotecas e sites especializados. Ainda em construção, até este momento, apresenta os principais debates quanto aos procedimentos administrativos e processo judicial elencados na legislação infraconstitucional, e suas principais características.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ato de Improbidade Administrativa, é previsto na Lei nº 8429/1992 mais conhecida como LIA (Lei de Improbidade Administrativa), indaga-se, portanto, o que caracteriza um ato ímprobo do administrador, quem ele atinge, quais suas consequências para o mundo do direito, suas sanções e punições.

A Lei de Improbidade Administrativa define em seus art. 9º a 11º um rol exemplificativo das condutas que caracterizam improbidade administrativa, dividindo-se em quatro grupos distintos: atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito (art.9º); ato de improbidade que causam prejuízo ao erário (art.10 º); atos que atentem contra os princípios da administração pública (art. 11º).

As ações de improbidade se referem, por exemplo, a um funcionário que recebeu dinheiro ou qualquer vantagem econômica para facilitar a aquisição, permuta ou locação de um bem móvel ou imóvel, a contratação de serviços pela administração pública, ou ainda utilizar veículos da administração pública para uso particular. Outro tipo de enriquecimento ilícito seria receber dinheiro para tolerar a prática de jogos de azar, prostituição ou narcotráfico.

Superada a definição de improbidade, na legislação infraconstitucional insta ser observado em parâmetro constitucional sendo esta elencado no artigo 37 § 4 da Constituição Federal de 1988

> **Art. 37.** A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:
>
> **§ 4º** Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

No que tange às sanções no dispositivo supramencionado, surgem demasiados questionamentos, isso por não serem as únicas sanções existentes, tendo a elencadas na Lei 8.429/1992, (art. 12º). Entretanto a principal divergência de entendimento doutrinário se instaura a respeito dos questionamentos de que se as sanções da LIA, são constitucionais, fato esse que já foi superado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ao entender que a LIA ao ampliar o rol de sanções mínimas não representa inconstitucionalidade.

Os sujeitos passivos da ação de improbidade se subdividem em passivo absoluto que abrangem a administração direita e indireta de todos os poderes e entes da federação; empresa incorporada ao patrimônio público; entidade privada da qual o erário participe com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual e os sujeitos passivo relativo que englobam as entidades privadas da qual o erário participe com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da recita anual e entidades privadas que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.

Os sujeitos ativos dos atos de improbidade são os agentes públicos ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por qualquer forma de investidura, inclusive eleições; terceiros que induzam, concorram ou se beneficiem da prática do ato de improbidade.

Destarte o conceito de agente público ser bastante amplo o que inclui, mesário de eleição, estagiário, notários e tabeliães, inclusive não é preciso ser agente público para responder por improbidade, caso elencado na legislação pelo terceiro, porém jamais poderá praticar ato de improbidade isoladamente, apenas em concorrência com o agente público. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Reclamação Constitucional n. 2.138, de 13-6-2007, passou a entender que a Lei de Improbidade não se aplica aos agentes políticos quando a mesma conduta já for punida pela Lei dos Crimes de Responsabilidade – Lei n. 1.079/50.

Abaixo, as partes mais importantes do referido julgado:

> EMENTA: RECLAMAÇÃO. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CRIME DE RESPONSABILIDADE. AGENTES POLÍTICOS. I. PRELIMINARES. QUESTÕES DE ORDEM.
> 1. Improbidade administrativa. Crimes de responsabilidade. Os atos de improbidade administrativa são tipificados como crime de responsabilidade na Lei n. 1.079/1950, delito de caráter político-administrativo. 2. Distinção entre os regimes de responsabilização político-administrativa. O sistema constitucional brasileiro distingue o regime de responsabilidade dos agentes políticos dos demais agentes públicos. A Constituição não admite a concorrência entre dois regimes de responsabilidade político-administrativa para os agentes políticos: o previsto no art. 37, § 4º (regulado pela Lei n. 8.429/1992), e o regime fixado no art. 102, I, *c* (disciplinado pela Lei n.1.079/1950). Se a competência para processar e julgar a ação de improbidade (CF, art. 37, § 4º) pudesse abranger também atos praticados pelos agentes políticos, submetidos a regime de responsabilidade especial, ter-se-ia uma interpretação ab-rogante do disposto no art. 102, I, *c*, da Constituição (Rcl 2.138/DF, Tribunal Pleno, j. em 13-6-2007, rel. Min. Nelson Jobim, Rel. p/ acórdão Min. Gilmar Mendes).

Fato é que a improbidade administrativa apesar de ser considerada um ato ilícito, não é delimitado como um crime, tendo em vista a natureza de sua legislação, ou seja, para que seja conceituada como tal, é preciso existir uma lei com natureza penal nesse sentido. Por outras palavras, pode ocorrer que algum dos ilícitos definidos em lei como ato de improbidade corresponda a um crime definido em lei, por exemplo, a um dos crimes contra a Administração Pública previstos no capítulo pertinente do Código Penal ou a um dos crimes de responsabilidade definidos na legislação específica sobre a matéria. Entretanto a ilicitude elencada no ato de improbidade é de natureza civil, impossível assim conceituar o sujeito que o pratica como criminoso.

Assim é possível afirmar que jamais se permite confundir crime de responsabilidade com ato de improbidade, até porque a própria Constituição distingue os dois termos, sendo possível a coexistência das duas hipóteses e, consequentemente, a punibilidade por improbidade e pelo delito de responsabilidade.

Preceitua o caput do art. 14 da LIA que qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a

apurar a prática de ato de improbidade, importante destacar que a representação não é condicionada, ou seja, qualquer pessoa poderá representar a autoridade administrativa a fim de que seja apurada a prática do ato ímprobo, contanto que a denúncia carece ser escrita ou reduzida a termo, com as referidas qualificações, descrição do fato e autoria, e elencar provas de que tenha conhecimento.

A Lia aduz que em caso de inobservância de uma dessas formalidades a representação poderá ser rejeitada, não sendo fato impeditivo de ser representado ao Ministério Público, conforme § 2º.

No caso de observância da representação deverá a autoridade imediata apuração dos fatos, com exceção aos estatutários federais que deverá ser processada na forma da Lei 8.112/90, para os casos de militares devem ser observados os regulamentos específicos.

Caso o processo seja instaurado, este deve ser levado ao conhecimento do Ministério Público e do Tribunal de Contas, caso necessite indicar representante para a apuração. Importante salientar que quando o MP não intervir no processo este obrigatoriamente atuará como *custus legis* (fiscal da lei) sob pena de nulidade de todo o processo.

O rito da ação de improbidade é ordinário, ou seja, seguirá os trâmites comuns dos processos dessa natureza, a propositura pelo MP ou pela pessoa jurídica interessada, ocorrerá dentro do prazo de 30 dias da efetivação de medida cautelar, sendo as três medidas reguladas na Lei 8429/1992, no art. 7 , 16 e 20, quais sejam as disponibilidade de bens, sequestro de bens e afastamento do agente público, de mais em que pese as presentes providencias trata-se de um rol exemplificativo, aberto, medidas atípicas que podem ser adotadas para real efetividade do processo.

Após o recebimento da petição inicial o juiz procederá à intimação do réu para que no prazo de quinze dias apresente sua defesa prévia. É atribuído ao juiz o prazo impróprio de trinta dias para acolher ou rejeitar esta defesa.

Se rejeitada a defesa prévia e recebida a petição inicial, cita-se o réu para que possa ou agravar de instrumento a decisão de rejeição da defesa prévia ou apresentar sua contestação.

A falta de intimação para apresentação de defesa prévia arguida pela defesa foi causa de nulidade relativa, porém nesse caso há de se provar o prejuízo da parte, conforme entendimento jurisprudencial no REsp 1194009/SP.

> PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA

> FUNGIBILIDADE RECURSAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DEFESA PRELIMINAR. ART. 17, § 7º, DA LIA. NULIDADE RELATIVA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. PRECLUSÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

Já o art. 17 § 11, delimita que o juiz pode a qualquer fase processual, sentenciar o julgamento de mérito quando reconhecer sua inadequação, esse julgamento antecipado se fará sem julgamento do mérito. Ademais, por expressa disposição, é vedada o acordo ou conciliação conforme o caput do art. 17º da LIA.

Ainda, segundo a Lia é expressamente vedada o instituto da transação, acordo ou conciliação, vedação está imposta no caput do art. 17º

Findada a parte postulatória, e os atos a que a lei elenca, o juiz está apto a julgar o processo de improbidade o que acarretará caso seja julgada procedente a reparação do dano ou, a decretação das perdas dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio do infrator, determinará o pagamento ou a reversão de bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito (art. 18).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode olvidar que a ação de improbidade é grande aliada ao cotidiano, para questionamentos de inúmeras mazelas a que são impostas atualmente a sociedade.

A lei de improbidade é um instrumento normativo eficaz do sistema jurídico pátrio no combate a desonestidade pública, a malversação e a corrupção.

Em um país com um notável índice de corrupção e que pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, sem energia elétrica, água encanada ou serviços públicos essenciais, como saúde e educação não se admitem, em hipótese alguma que não sejam no mínimo investigados e punidos quaisquer que sejam os atos ímprobos da administração pública.

A improbidade administrativa encontra-se no dia a dia, porém a falta de conhecimento em mecanismos preceituados em diversas legislações a que o cidadão poderia se utilizar para denunciar; se torna um empecilho, exatamente por não se ter maior propagação dessas normas a que é de direito público e a todos deveriam ser propagadas.

A inércia por parte da população em denunciar faz com que os agentes públicos se sintam inatingíveis, ou quando alguns o fazem o sistema protelatório e arcaico não traz respostas rápidas e eficazes. É notório que a legislação de improbidade trouxe inúmeros avanços, dentre os quais os regramentos específicos para o procedimento das apurações dos atos de improbidade, porém estes precisam ser propagados por se tratar

de um bem difuso, qual seja a moralidade administrativa, sendo este de tamanha relevância para o atual cenário em que vive.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, D. D. P. A aplicação da Lei de Improbidade Administrativa aos agentes políticos: análise crítica da Reclamação n. 2.138/DF do Supremo Tribunal Federal**. Conteúdo Jurídico**, Brasília, 12 out. 2019. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52622/a-aplicacao-da-lei-de-improbidade-administrativa-aos-agentes-politicos-analise-critica-da-reclamacao-n-2-138-df-do-supremo-tribunal-federal. Acesso em: 12 out 2019.

BARBOZA, M. N. (Coord). **Cem Perguntas e Respostas sobre Improbidade Administrativa**: Incidência e aplicação da Lei n. 8.429/1992. 2ª ed. rev. e atual. Brasília: ESMPU, 2013. 144 p.

BORGES, C. **Manual de Direito Administrativo Facilitado**. 2 ed. ampl. e atual. Salvador: Juspodium, 2017. 1408 p.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. **Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992**, Rio de Janeiro, 2 jun. 1992, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.429%2C%20DE%202%20DE%20JUNHO%20DE%201992&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20san%C3%A7%C3%B5es%20aplic%C3%A1veis,fundacional%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 05 out. 2019.

MATTOS, M. R. G. de. Os vinte anos da lei de improbidade administrativa. Consultor Jurídico. **Rótulo da Moralidade**, [S.l.], 6 dez. 2012. Disponível em https://www.conjur.com.br/2012-dez-06/mauro-mattos-vinte-anos-lei-improbidade-administrativa.

STJ, EDcl no REsp 1194009/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 17/05/2012, DJe 30/05/2012.

PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM SURDEZ

Letícia Fernanda Kakoi, Maria Fernanda Barbosa Ramos, Viviane Rodrigues, e-mail: leticiakakoi.125@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade, as pessoas surdas utilizavam as mãos como forma de comunicação. Os primeiros registros foram confirmados pelo filósofo Aristóteles que descreve uma reflexão sobre a ausência de fala e a partir dessa ausência, as pessoas naturalmente utilizariam as mãos para gesticular seus desejos e necessidades.

O filósofo Romano Sêneca (4 a.C. a 65 d.C.), relatando sobre a Antiguidade, afirma, em um de seus escritos, que todos os nascidos defeituosos ou monstruosos eram mortos assim que os defeitos fossem percebidos: “não é devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis” (SÊNECA *apud* SILVA, 1986, p. 128-129).

Ainda no final do século XV, não existiam escolas ou instituições voltadas para os surdos e sua educação, mas os professores particulares já existiam, e eram eles que levavam conhecimento e educação para a casa das crianças surdas, principalmente em se tratando de famílias ricas e nobres.

Assim, no início do século XVI, começaram a aparecer percepções diferentes sobre o tema, que punham em xeque a premissa de que os surdos não podiam aprender. Desta forma, Cardano (1501-1576), já naquela época, defendia o ensino da linguagem escrita concomitantemente com o uso de sinais, alegando que a escrita representava os sons da fala e realizando essa ligação, era possível que o surdo também adquirisse conhecimentos necessários para a vida em sociedade.

O primeiro professor de surdos que se tem notícia é o espanhol Pedro Ponce de Leon (1520-1584). Em sua época, Frei Ponde de Leon ensinava as crianças surdas das famílias ricas através de sinais, treinamento de voz e leitura labial. No século XVII, quarenta anos após a morte do Frei, Juan Pablo Bonet publicou o primeiro livro de sinais para surdos do mundo. Suas aulas partiam do princípio de que era importante uma alfabetização completa, ou seja, escrita e gestual, por isso, Bonet é considerado o percursor da Comunicação.

O século XVIII foi um período de mudanças para as pessoas surdas, foi a partir daí que começaram a surgir instituições coletivas especializadas em educação para surdos, principalmente na França com o Abade Charles Michel De L'Epée, na Inglaterra com Thomas Braidwood e na Alemanha com Samuel Heinick. Os três estudiosos possuíam metodologias diferentes e apresentaram no decorrer dos anos, resultados também diferentes no que diz respeito a alfabetização de crianças surdas.

Uma referência é Thomas Braidwood, que desenvolveu um alfabeto digital para ensinar escrita e fala para as crianças, utilizado até hoje no país. Portanto, Samuel Heinick tinha uma outra visão sobre o assunto, em seus estudos Heinick defendia que a linguagem mais importante a ser aprendida era a linguagem falada, portanto, essa deveria ser a metodologia utilizada. Heinick ia mais longe e alegava que o ensino de gestos e sinais poderia prejudicar o processo de aprendizagem das crianças.

O francês Charles De L'Epée é considerado de extrema importância na história dos estudos linguísticos acerca das línguas de sinais. Em 1775 fundou a primeira escola para surdos com aulas coletivas em seu gênero, ou seja, linguagem gestual. O abade francês pôde observar a partir da convivência com grupos de surdos, que eles adquiriam uma linguagem própria apoiada no canal visto-gestual que era demasiada satisfatória para a comunicação. A partir daí desenvolveu uma metodologia que fora chamada "sinais metódicos", que continham sinais e gestos interligados entre si formando palavras e frases estruturalmente parecidas com o francês e possibilitava o aprendizado do francês falado e escrito.

Segundo Lacerda (1998), no século XX iniciaram-se os maiores estudos sobre a língua de sinais e sua implicação na educação de surdos, visto o grande insucesso educacional crescente perante a abordagem do oralismo. Apesar da proibição dos oralistas no uso de gestos e sinais, era raro encontrar uma escola ou instituição para surdos que não tivesse desenvolvido às margens do sistema, um modo próprio de comunicação através de sinais.

Em contra a partida, foi neste período também, por volta da década de 50 que o movimento oralista ganhou novo destaque que vieram através de novas tecnologias, capazes de desenvolver aparelhos de audição para crianças muito pequenas, sendo eles os Aparelhos de Amplificação Sonora Individual (AASI). Essas crianças passaram então, a ser encaminhadas para escolas regulares comuns da rede pública, com direito a uma "Sala de Recursos" e "Classes especiais" para que fossem melhor atendidos.

Os primeiros passos de Libras no Brasil foram com o alfabeto manual, de origem francesa em 1857. Fundou-se no Rio de Janeiro a primeira escola para surdos do Brasil.

A partir do século XVI, iniciou-se a luta pela educação dos surdos, na qual ficou marcada a atuação de um padre francês, chamado Eduard Huet, que também era surdo. Em 1857 ele veio ao Brasil a convite de D. Pedro II, que possuía um neto surdo e tinha o objetivo de criar uma instituição que fosse capaz de alfabetizar crianças com o mesmo problema. Foi então fundada a primeira escola para surdos do país, chamada na época de Imperial Instituto de Surdos Mudos. A escola continuou crescendo e funciona até hoje, com o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

A partir da criação do INES, os brasileiros com surdez tiveram a oportunidade de contar com uma escola especializada para sua educação e então o uso da Libras para o ensino.

Foi somente na década de 60 que surgiu no Brasil o primeiro estudo linguístico voltado para a Língua de Sinais. Este estudo realizado nos Estados Unidos por William Stokoe, Klima e Bellugi foi de extrema importância, visto que comprovou que a Libras é uma língua como outra qualquer e possui uma linguagem própria, assim como a linguagem oral.

A década de 80 foi marcada por mudanças e estudos no que diz respeito à Libras. Além de estudos linguísticos no Brasil sobre a língua de sinais, profissionais começaram a defender a Libras a partir de artigos publicados pela Gallaudet University. Esses estudos indicavam que a criança surda teria que utilizar a linguagem de sinais o mais cedo possível para que desenvolvesse suas habilidades (principalmente de comunicação) satisfatoriamente, aprendendo mais adiante, caso necessário a linguagem oral.

Em 2002, a Língua Brasileira de Sinais foi finalmente reconhecida como uma língua oficial do Brasil através da Lei 10.436/2002. Ou seja, a língua mãe dos surdos passou a ser a Libras, e a segunda língua seria a língua portuguesa escrita, no caso do Brasil. Essa linha é chamada de bilinguismo e é a que vale atualmente dentro do contexto educacional. Além de reconhecer a Libras como língua oficial, a Lei também garante o respeito à identidade, à cultura e à toda comunidade surda.

A abordagem educacional conhecida como bilinguismo visa o conhecimento dos surdos o uso de duas línguas, seja em ambiente educacional ou social em diversas situações do cotidiano e de práticas discursivas, sendo elas: a língua portuguesa escrita (segunda língua) e a Libras (primeira língua).

Essa proposta educacional começou se estruturar após o decreto 5.626/05, regulamentando a lei de Libras, prevendo a organização de turmas bilíngues, constituído por alunos surdos e ouvintes, oferecendo o português na modalidade escrita.

Dessa maneira, o presente trabalho tem como finalidade analisar estudos que estão de acordo com a temática sobre o processo de inclusão dos alunos surdos e como ele acontece dentro do ambiente escolar.

2 METODOLOGIA

Para delinear uma metodologia sobre o processo de educação inclusiva de alunos com surdez, inicialmente a pesquisa bibliográfica apresenta uma abordagem bem como a definição e história dos surdos e do deficiente auditivo.

Como consulta, foi usado o acervo bibliográfico, dissertações, teses e fontes paralelas, como por exemplo, a internet e periódicos científicos. Essas são as fontes que dão base para o estudo realizado no ramo da educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É importante que haja um uso constante da escrita como forma de comunicação, acesso aos diferentes tipos de escritas, considerar o conhecimento de cada um sobre a língua de sinais, pois, será a base linguística para que aprendam a língua portuguesa escrita, bem como qualquer outra língua. Há pouca alfabetização, processo de leitura e escrita de surdos, há limitações dos surdos em aprender a língua portuguesa escrita, como mostra o estudo de Rodrigues e Barros (2019).

Um estudo realizado por Guarinello e Gregolin (2005) a partir de produções de textos realizadas por participantes surdos, aponta elementos importantes para a compreensão e domínio da língua escrita, sendo eles: utilização da escrita para a comunicação; conhecimento de diferentes tipos de escritas; utilização elementos do dia a dia para a inserção da escrita; considerar o conhecimento prévio dos alunos em relação à LIBRAS.

Como estudado por Guarinello, Massi e Berberian (2007) em sessões de terapias fonoaudiológicas, é importante utilizar o diálogo para a construção da modalidade escrita. Pode-se realizar esta atividade com diversificados tipos de escrita como: jornais, livros, receitas, entrevistas, gibis, revistas, contos, poesias, fábulas.

Neste estudo foram desenvolvidas duas estratégias de aprendizagem: na primeira a terapeuta trazia textos e a partir da leitura destes, o paciente escrevia. Já na segunda

estratégia, a terapeuta e o paciente dialogavam sobre determinado tema em Libras e depois o paciente escrevia. A leitura foi realizada em conjunto, e quando necessário, a terapeuta interferia para esclarecimento de dúvidas relacionadas a compreensão de palavras ou no sentido das frases.

Outra estratégia eficiente utilizada é a sessão de terapia de fonoaudiologia, trabalhando com o uso de diversas modalidades de escrita, como por exemplo: jornais, gibis, livros, revistas, apresentando sujeitos, poesias, contos, fábulas, entre outros. Assim há uma facilidade da apropriação da língua portuguesa escrita.

A terapia funciona da seguinte forma: o terapeuta traz o material, lia o mesmo em conjunto, escreviam e discutiam o tema em língua de sinais, após a discussão o paciente escrevia algo a respeito.

Outro estudo importante realizado por Pereira e Almeida-Verdu (2012), baseado nos trabalhos de Fonseca (1997), diz respeito ao processo de leitura e escrita realizada por alunos de 11 a 14 anos que utilizam a LIBRAS ainda em fase de alfabetização. As autoras chegaram à conclusão de que os participantes têm mais facilidade para responderem perguntas por meio de seleção e cópia, em contra partida, os participantes demonstraram dificuldade em respostas relacionadas à leitura e escrita, incluindo as atividades de ditado.

Duas relações foram consideradas importantes para as autoras: combinação entre Libras e a palavra escrita e relação entre palavra escrita e imagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de pesquisas bibliográficas, com a utilização de livros e artigos foi possível verificar que a libras ainda não é conhecida por todos e a inclusão acontece apenas em alguns espaços reservados. Sendo assim, é considerado um obstáculo diário para as pessoas com necessidades especiais.

Sabe-se que os métodos que priorizam a repetição e memorização não são devidamente corretos para que os surdos compreendam a funcionalidade da língua portuguesa escrita. A criança surda somente irá compreender o uso da língua portuguesa escrita quando esta estiver presente no seu dia-a-dia e for utilizada como ferramenta de interação e comunicação. Somente por meio da interação de ambos é que o surdo compreenderá as especificidades desta língua e da sua diferença com a Língua Brasileira de sinais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.D. **Atendimento Educacional Especializado**: análise das concepções de bilinguismo por profissionais da Escola Municipal Santa Luzia em Duque de Caxias/RJ. 2014. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

BALIEIRO, A.C. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100004. Acesso em: set. 2019.

BENEDETTO, L.S.; SCHLÜNZEN, E.T.M.; SANTOS, D.A.N. História das Pessoas Surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual. In: Sheila Zambello de Pinho. (Org.). **Caderno de formação**: formação de professores: Bloco 02: Didática dos conteúdos. 1ed. 1ed.São Paulo-SP: Cultura Acadêmica, 2012, v. 11, p. 49-55.

BRASIL. **Decreto nº 5.626** de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.571/2008**, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394/96, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_CEB_132009.pdf. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: set. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Lei 10.845 de 2004 sobre a AEE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10845.pdf>. Acesso em: set. 2019.

CAMPBELL, S. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009
GÓES, M.C.R. **Linguagem, surdez e educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

LODI, A.C.B. Educação Bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/2005. **Educação e Pesquisa**, v. 39, p. 49-63, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a04.pdf. Acesso em: out. 2019.

RODRIGUES, V.; BARROS, D. **A relação entre a Língua de Sinais Brasileira e o processo de alfabetização de alunos surdos**. Presidente Prudente, 2019.
SILVA, A.M. **Educação Especial e Inclusão escolar**: História e Fundamentos. Curitiba: Ibpex-série Inclusão escolar. 2010.

PRODUÇÃO DE ENERGIA: BIOELETRICIDADE

Ana Julia Alves, Ana Julia Rovaris, Luana Gallis Silva, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: aninha-alves13@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo informações da UNICA, ao todo, o Brasil possui 64 usinas sucroenergéticas com o certificado Energia Verde. Juntas devem produzir, ao longo de 2019, um total de 19.598 GWh, tanto para o autoconsumo das unidades industriais quanto para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Toda a energia renovável gerada é equivalente a abastecer mais de 10 milhões de residências o ano inteiro, superior a toda geração anual de carvão mineral e a evitar a emissão de 6 milhões de tCO^2. Além disso, por ser uma geração concentrada no período seco e crítico do SIN, estima-se que poupe 13% da energia armazenada total nos reservatórios das hidrelétricas no sub mercado Sudeste/Centro-Oeste, responsável por 60% do consumo de energia elétrica no país (UDOP, 2019).

O processo de produção da bioeletricidade, a partir dos resíduos de cana, consiste em colher a cana-de-açúcar e transportá-la para a usina. Depois do processo de moagem é obtido um caldo que será encaminhado para a produção de açúcar e etanol. Sobra-se então resíduos (bagaço e a palha), que são os principais componentes na criação da eletricidade. A partir destes resíduos, caracterizado como biomassa, o mesmo é colocado em caldeiras e a partir desse processo é gerado um vapor que produz algumas variações de energia. A energia mecânica é uma destas variações, que é responsável por movimentar as turbinas responsáveis pela geração da terceira forma energética, a bioeletricidade. O Brasil tem um grande potencial para a produção de cana-de-açúcar, e por sua vez um grande potencial de produção de bioeletricidade com os resíduos do mesmo (COPERSUCAR, 2018).

A importância do estudo se justifica pela importância para estimular o crescimento e priorizar a participação das fontes de energia renovável na matriz energética brasileira,

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2010 e 31 de julho de 2019.

Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 O renascimento da bioeletricidade

Estima-se que o consumo de energia no Brasil crescerá 40% nos próximos dez anos. Desta forma, será preciso aumentar significativamente a oferta de energia, inclusive de eletricidade, para atender esta demanda pujante; sem risco de suprimento (apagões) e, de preferência, a custos que não inviabilizem a retomada do crescimento da indústria nacional. Para isso, estão disponíveis no Brasil diversas fontes de eletricidade viáveis em grande escala: algumas cuja disponibilidade tem característica intermitente, como a eólica e a solar (a incidência varia ao longo de um dia); outras são de característica sazonal, como a hidroeletricidade e a bioeletricidade do bagaço da cana (RUIZ, 2015).

O atual desafio do Brasil tem sido o de aumentar a geração firme para reduzir a dependência pelas hidrelétricas. No entanto, as atuais térmicas a gás natural, carvão e óleo combustível têm um custo de geração muito alto, dentre outras razões.

Com isso, Ministério de Minas e Energia e a Empresa de Pesquisa Energética começaram a estimular o desenvolvimento de novos projetos de geração térmica de base via leilões federais, como, por exemplo, o leilão chamado A-5 (venda futura para entrega em cinco anos). Nessa levada, o Governo, a partir de 2013, passou a considerar a bioeletricidade também como uma fonte de geração de base, independentemente da biomassa utilizada. Como os projetos com gás natural e carvão são os de maior custo

de geração, o preço-teto dos leilões foi majorado para que se tornassem viáveis (RUIZ, 2015).

O saldo final é que ganha o meio ambiente, ganha o setor da bioeletricidade e ganham os consumidores, que continuarão, no futuro, consumindo energia limpa e pagando um preço bem mais baixo do que os atuais custos de geração das térmicas a gás, óleo e carvão.

O termo bioeletricidade atrela-se usualmente aos potenciais eléctricos e correntes eléctricas que são produzidos ou que ocorrem em organismos vivos. Os potenciais são gerados por uma diversidade de processos biológicos.

3.2 O Potencial da Bioeletricidade

As regiões de maior potencial instalado continuarão sendo o Sudeste e Centro Oeste, onde o consumo também é maior. O estado de São Paulo, com 191 usinas de açúcar e etanol, apresenta o maior potencial de contribuição ao SIN. A potência instalada no país passará de 109.578 MW para 171.138 MW, tendo um aumento total de 56%.

Para estimular este crescimento e priorizar a participação das fontes de energia renováveis na matriz energética nacional o governo federal criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA). Os investimentos totais no setor em Pequenas Centrais Hidrelétricas, Biomassa e Eólica no período 2010/2020 representam a ação efetiva do governo em incentivar este segmento de energia.

Conforme Markestrat (2018), os aspectos importantes de observação nas regiões são:

1. A localização das usinas em operação e as usinas em projeto.
2. A localização das subestações.
3. A malha das linhas de transmissão que cortam o estado.
4. A capacidade das linhas de receberem mais conexões, aumentando sua energia distribuída.

A localização das usinas em operação e em projeto é importante, pois acaba sendo um fator determinante no momento de conectar a usina com a rede de transmissão e obter a viabilidade de vender seu excedente de energia elétrica advinda da cogeração.

Os investimentos necessários para conectar as unidades geradoras à rede de distribuição são de responsabilidade das geradoras. O volume de investimento na conexão está diretamente relacionado à distância da usina ao ponto mais próximo do

Sistema Interligado Nacional e às condições da rede de transmissão para receber a carga adicional gerada pela usina.

O Brasil projeta-se como uma das maiores potências energéticas mundiais. A discussão e avaliação do potencial de bioeletricidade requer a definição e delimitação do conceito de potencial.

O potencial teórico é aquele onde todo o bagaço e toda palha são gaseificados. Então, o gás é utilizado para a produção de eletricidade. O potencial econômico é uma do potencial técnico do energético. Cabe destacar, que por se tratar de uma energia sazonal, a disponibilidade de energia no período seco do ano é próxima à potência instalada (CASTRO; BRANDÃO; DANTAS, 2010).

Ao se passar do potencial técnico para o potencial econômico, existem duas questões que exigem análise cuidadosa; o uso da palha, pois a utilização de 50% da palha que está disponível não encontra aderência com os processos de produção da bioeletricidade; e a modernização das plantas de cogeração de usinas antigas, pois o movimento de aumento da escala de produção das plantas industriais é de grande relevância para viabilizar em termos econômicos o potencial técnico de geração de bioeletricidade. Toda a planta sucroenergética investe necessariamente em cogeração para suprir suas próprias necessidades de energia (CASTRO; BRANDÃO, DANTAS, 2010).

E para ser exportada é necessário um investimento para a modernização de uma planta para produzir excedentes de energia que será remunerado através da comercialização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstra que no Brasil há uma grande produção da cana-de-açúcar e com isso a maioria das usinas reconhecem o benefício de se produzir energia renovável, e com isso ajudará também a reduzir o uso dependente das usinas hidrelétricas, favorecendo com o uso da bioeletricidade. O Brasil tem uma grande vantagem por ter uma grande abundância no quesito agrícola, sendo que é o pais que mais produz a cana-de-açúcar, e com a reutilização do bagaço se tornando uma fonte de energia mais limpa é uma forma de não haver desperdícios e fazendo com que assim seja produzido uma nova fonte de energia. Gerando assim um ganho para o meio ambiente, e também para os consumidores que no futuro poderão ter uma energia limpa e com custos mais baixos em relação à produção das energias térmicas.

A bioeletricidade é complementar a fonte hídrica, gerando assim uma economia e gastos menores de água nos reservatórios. Sendo também uma fonte de energia sustentável ao meio ambiente. O consumo de energia no Brasil que crescerá 40% nos próximos dez anos. Desta forma, será preciso aumentar significativamente a oferta de energia, inclusive de eletricidade. Para isso, estão disponíveis no Brasil diversas fontes de eletricidade viáveis em grande escala: algumas cuja disponibilidade tem característica intermitente, como a eólica e a solar; outras são de característica sazonal, como a hidroeletricidade e a bioeletricidade do bagaço da cana.

REFERÊNCIAS

CASTRO, N. J.; BRANDÃO, R.; DANTAS, G. A. **O potencial da bioeletricidade, a dinâmica do setor sucroenergético e o custo estimado dos investimentos.** Texto de discussão do setor elétrico, n. 29. Gesel: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:< http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/tdse/TDSE29.pdfhttp://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/tdse/TDSE29.pdf >. Acesso em: 22 ago. 2019.

COPERSUCAR. **Saiba como é o funcionamento de uma usina de cana-de-açúcar.** 2018. Disponível em: https://www.copersucar.com.br/noticias/funcionamento-de-uma-usina-de-cana-de-acucar/**. Acesso em: 10 out. 2019.**

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARKESTRAT. **Oportunidades no mercado de bioeletricidade com o bagaço de cana-de-açúcar.** Disponível em: < http://markestrat.com.br/upload/13a5662f780d9f7a372a9658ad3f5aea-pub_20130730151902_projetodemarestmarkestrat.pdf>. Acesso em 05 out. 2019.

RUIZ, E. T. N. F. O renascimento da bioeletricidade. **Revista** Agroanalysis. São Paulo: Editora FGV, 2015.

UNIÃO NACIONAL DA BIOENERGIA. **Programa reconhece produção de bioeletricidade em usinas.** 2019. Disponível em:< https://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1176593>. Acesso em: 04 set. 2019.

PRODUÇÃO DE ENERGIA: PETROLEO E GÁS NATURAL

Crislane Tauane O. Ferreira, Leonardo de Oliveira Peretti, Lhais Fernanda de Siqueira, Luana Callegari, Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: afonso@conectcor.com.br

1 INTRODUÇÃO

O petróleo e o gás natural são fontes de energia que agregam grande importância econômica e tecnológica, pois são através de seus recursos que se realizam inúmeras atividades.

No decorrer deste estudo, foi discutido a importância desses elementos para a economia, mostrando também quais são os impactos no desenvolvimento do país, e esclarecendo as vantagens e desvantagens do uso dessas substâncias. Um dos maiores problemas na produção de energia através de petróleo e gás natural, é que estes são fontes de energia não renováveis, colocando em pauta o possível esgotamento das reservas disponíveis. Em específico o petróleo, que nos dias de hoje constituem uma boa parte da economia de diversos países.

Os países não querem ficar para trás das inovações e desenvolvimentos, visto que é uma grande concorrência entre diversas patentes. O Brasil é um grande exemplo disso, onde pesquisas apontam que será aplicado até 2025 mais de 30 bilhões de reais para inovação de uma utilização mais sustentável (PORTAL EXAME, 2019).

Portanto, por este trabalho enfatizamos a necessidade de conscientizar sobre os impactos ambientais, discutir a possível escassez do produto e analisar o fator de risco que mais abalaria a economia, trazendo também opções de energias renováveis.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”. As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2010 e 31 de agosto de 2019.

Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa. Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O petróleo e o gás natural são recursos de grande importância, que já causou uma grande crise mundial. Com sua descoberta, o petróleo tornou-se a fonte de energia não renovável mais ativa na vida da sociedade. O produto foi tão precioso, ao ponto de ganhar o apelido de “ouro negro”. (SCIELO, 201-).

Levando em consideração ser uma fonte de energia de alta tecnologia, compreendemos o motivo de tanta concorrência entre grandes patentes, e uma evolução visível em novas técnicas de extração, refino e produção de derivados, na intenção de superar expectativas, ser inovador e produzir cada vez mais.

Percebemos o quão fundamental passou a se tornar para o dia a dia das indústrias, e da sociedade contemporânea. Mas o uso está cada vez mais abusivo, com os países líderes produzindo em média 10 milhões de barris de petróleo por dia. (LARCO, 2019).

Segundo a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em 2018 o mundo consumiu mais petróleo do que em qualquer outro ano registrado. Foram 98,82 milhões de barris de petróleo por dia. A estimativa é de que a demanda aumente para 100,23 milhões de barris por dia em 2019. Diante de sua importância como matéria-prima, a venda do petróleo e de seus derivados é relevante para a política e comércio mundial (BBC NEWS, 2019).

As reservas mundiais estão em constante atualização, mas nem sempre conter uma grande reserva é sinônimo de vender tudo ou conter uma maior riqueza. Um exemplo claro disso é a própria Venezuela, que possui uma grande reserva de petróleo, e ainda assim está vivendo um momento de crise, com inflações em níveis altíssimos. Ainda que essa crise tenha sido desencadeada por vários outros fatores (BBC NEWS, 2019). Estudos apontam que em 30 a 40 anos as fontes de energia não renováveis podem se esgotar. Isso causaria um grande desequilíbrio, principalmente em países dependentes do produto como matéria-prima (O PETRÓLEO, 2019).

A matriz energética mundial ainda é predominantemente composta pelo consumo de energia produzida por fontes não renováveis, somando 54% o total de utilização de energia produzida através de petróleo e gás natural (IEA, 2018). Percebe-se assim como se faz necessário aumentar a produção de energia por meios renováveis, fundamentado em que futuramente já não teremos reservas suficientes para suprir a necessidade mundial apenas com a produção de energia por meio de fontes não renováveis.

Não deixando de lado que atividades da indústria petrolífera envolvem diversos impactos ao meio ambiente, desde o processo de extração até o consumo, como os constantes vazamentos que ocorrem nas plataformas de extração petrolífera, que coloca em risco a vida de todo o ecossistema marítimo e também gera a poluição hídrica, que resultam em diversas consequências negativas para o meio ambiente (FREITAS, 2012).

Observando os aspectos negativos da produção de energia a partir de fontes não renováveis sugerem-se alternativas para suprir a necessidade de energia através de fontes renováveis. Baseado em que a emissão de gases de efeito estufa é menor quando comparados a produção a partir de fontes de energias convencionais, as fontes renováveis são consideradas fontes limpas de produção, diante disso sua inserção no mercado mundial vem ganhando cada vez mais espaço.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética fontes de energias renováveis são consideradas inesgotáveis, dado que sua disponibilidade se renova após seu consumo. Temos atualmente como exemplos de fontes renováveis a produção por meio hídrico, gerada através da água dos rios; solar; eólica, gerada através do vento; biomassa, gerada por meio de matéria orgânica; geotérmica, energia do interior da Terra; oceânica, energia das marés e das ondas e o hidrogênio, energia química da molécula de hidrogênio (BRASIL, 201-).

De acordo com a pesquisa de Rastreamento de Energia Limpa do IEA, algumas tecnologias caminham para o desenvolvimento sustentável, dado o avanço registrado em 2017. Para o alcance das metas estabelecidas o setor de energia necessita do aperfeiçoamento de edifícios, indústria e transporte para meios mais eficientes em termos energéticos. Entretanto ainda não estamos caminhando para o alcance dessas metas, é fundamental a descarbonizarão dos processos de produção, assim a integração desses fatores se torna mais importante a partir do aumento da oferta de energia obtida por meios renováveis (IEA, 2018).

Portanto, nota-se a fundamental importância de investimento em pesquisa na área de desenvolvimento de tecnologia para a efetiva produção de energia, para que

possamos buscar a melhor forma de substituir a energia proveniente do petróleo e gás natural, e consequentemente termos a solução para o esgotamento de insumos e substituir a atual matriz energética mundial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar como fundamental importância, não apenas o uso mais adequado da energia, mas também a forma mais inteligente de se investir na energia de petróleo e gás natural. O grande e acelerado crescimento dessa produção no setor industrial, faz com que além de um desenvolvimento muito grande nas áreas econômicas, tenhamos por consequência, um grande nível de poluição. Podendo então dizer que a forma de utilização é um ponto chave desses recursos, uma vez que a poluição gerada pelo uso indevido de recursos naturais é uma grande problemática.

O desenvolvimento alcançado foi expressivo, porém, o aperfeiçoamento é cada dia mais necessário visando o futuro e novas fontes de energia que possam ser reaproveitadas e assim diminuir o índice de poluição.

Dessa forma desenvolvendo uma energia mais limpa e que mantem a mesma tecnologia em que todas as patentes buscam no petróleo e também no gás natural.

REFERÊNCIAS

BBC NEWS. **Países com maiores reservas de petróleo, e por quê isso não é um sinal de riqueza.** 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47795371>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. **Fontes de energia**. Brasília, DF, 201-. Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/abcdenergia/fontes-de-energia>. Acesso em 11 de maio de 2019.

FREITAS, V. P. A. **Exploração do petróleo, a economia e o meio ambiente.** 2012. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-out-07/segunda-leitura-exploracao-petroleo-economia-meio-ambiente>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Renováveis 2018. **Análise de mercado e previsão de 2018 a 2023.** 2018. Disponível em: <https://www.iea.org/renewables2018/ > Acesso em: 18 de maio de 2019.

LARCO. **A importância do petróleo para a economia mundial.** 2019. Disponível em: <http://www.larcopetroleo.com.br/noticias/a-importancia-do-petroleo-para-a-economia-mundial/>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

O PETRÓLEO. **A importância do petróleo para o desenvolvimento.** 2019. Disponível em: <https://www.opetroleo.com.br/opiniao-a-importancia-do-petroleo-para-o-desenvolvimento-do-brasil/> Acesso em: 15 de maio de 2019.

PORTAL EXAME. **Investimentos em pesquisa no setor de petróleo e gás.** 2019. Disponível em: https://exame.abril.com.br/economia/investimentos-em-pesquisa-no-setor-de-petroleo-e-gas-crescem-66/ . Acesso em: 12 de agosto de 2019.

PRODUTIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Graziele de Oliveira Coelho, Julia da Silva Ciamariconi, Nathalia Aranda Macacari
Paulo Fernando do Nascimento Afonso, e-mail: gra.coelho@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A produtividade é um indicador de eficiência econômica no país. Tal eficiência pode ser medida através da produtividade do trabalho mais a produtividade total dos fatores que levam à movimentação da economia.

O padrão de vida brasileiro está preso em um estilo de vida de alto padrão que não condiz com o atual sistema de renda média, sendo este associado ao histórico déficit de crescimento produtivo. Entretanto, este é essencial para gerar empregos melhores e aumentar o padrão de vida da população. A baixa produtividade pode ter gerado frustrações no passado, mas pode também abrir caminhos para o futuro. O Brasil merece um crescimento econômico sustentável e inclusivo, que esteja não só ao alcance da classe predominante. Em meio de diversos fatores levantados para promover a produtividade, faremos ao longo deste projeto um breve estudo sobre como o desenvolvimento tecnológico é primordial para que juntos levemos o Brasil a ser um país de primeiro mundo.

O objetivo dessa pesquisa é identificar como o aumento do desenvolvimento tecnológico pode contribuir de forma essencial no aumento da produtividade brasileira.

2 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

As buscas foram realizadas em três bases de dados bibliográficas — Periódicos da Capes, Scielo e Google Avançado. Foram incluídos todos os artigos originais indexados no período entre primeiro de janeiro de 2010 e 31 de julho de 2019. Foi realizada uma leitura com a finalidade de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

Houve o comprometimento em citar os autores utilizados no estudo conforme as normas da ABNT 6023 que dispõe sobre os elementos a serem incluídos e orienta a compilação e produção de referências.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A importância do desenvolvimento tecnológico na produtividade

Atualmente, entende-se que o crescimento e a competitividade de uma economia dependem fortemente de sua capacidade de gerar e empregar novos conhecimentos. O conhecimento e o desenvolvimento tecnológico vêm crescendo e trazendo benefícios à sociedade através de novas oportunidades, com meios que facilitam o cotidiano de uma geração que tem pressa e precisa de praticidade. São fundamentais na geração de empregos melhores e aumento no padrão de vida das pessoas, ao reduzir preços e elevar a qualidade dos produtos consumidos.

Nas empresas de grande porte por exemplo, são disponibilizados treinamentos para muitos funcionários que não tem o conhecimento tecnológico, obtendo assim bons retornos e ampliando conhecimentos para desempenho de atividades com sucesso e criação de novas alternativas (BANCO MUNDIAL, 2018a)

3.1.1 Consequências das mudanças tecnológicas

É notório o mundo vive o grande ápice da influência do avanço tecnológico, acompanhado pela facilidade de acesso ao conhecimento. No entanto, a geração atual está habituada a muitas vezes usar a tecnologia em assuntos irrelevantes, como jogo e outros. Sendo assim, perdem a própria vitalidade e vivem mais para si mesmo e apenas com seus interesses próprios, deixando de lado a possibilidade de adquirir novos conhecimentos e contribuir para o descobrimento de novos.

O avanço tecnológico traz consigo grandes melhorias e qualidades, porém é preciso que saibamos aproveitá-las de forma construtiva, para que não nos tornemos apenas simples usuários (BANCO MUNDIAL, 2018a). Os avanços tecnológicos possibilitam desenvolver a economia, contribuindo para a produtividade do país, aumentando o PIB e permitindo alcançar metas traçadas. Também é possível a formação de novas indústrias, gerando novos postos de emprego e contribuindo para o aumento da renda da população.

3.1.2 A influência da inovação tecnológica nas classes sociais trabalhadoras

Muitas pessoas estão preocupadas com a possibilidade de os avanços tecnológicos reduzirem as oportunidades para os mais pobres, provocando efeitos negativos dos pontos de vista social e financeiro. Tais avanços podem ocasionar na substituição da mão de obra não qualificada por trabalhadores que dominem as competências exigidas para o processo operacional, aumentando as taxas de desemprego (BANCO MUNDIAL, 2018b).

Entretanto, a inovação tecnológica possibilita maior desenvolvimento da economia, expansão dos mercados e do comércio exterior. Dessa forma, os indivíduos menos favorecidos, quando tiverem acesso à educação e treinamentos – tanto no campo privado quanto no campo público -, poderão ter aumento em sua renda, ocasionado por melhores oportunidades de emprego.

3.1.3 Reformas necessárias para se colher benefícios das novas oportunidades criadas pelos avanços tecnológicos

Sem o aumento da produtividade brasileira, seria praticamente impossível aumentar a renda das pessoas menos favorecidas. Muitos sistemas de governo propõe a distribuição igualitária de renda, através de medidas intervencionistas que aumentam a renda dos mais pobres em detrimento da redução da renda dos ricos. Na prática, entretanto, nenhum país conseguiu crescimento seguindo esse método. Reduzir drasticamente a renda do rico não necessariamente aumentará a renda do pobre, e se o fizer, será temporariamente pois a tendência é de os escassos recursos findem.

A cobrança de tributos é lícita, assim como medidas estatais que visem maiores oportunidades para os mais pobres. Entretanto, para que ocorra o desenvolvimento econômico do país e consequentemente a melhoria na renda geral das pessoas, o investimento em tecnologia deve ser acompanhado da aquisição de competências por parte do indivíduo, seja na escola, seja no mercado de trabalho, para lidar com esse aperfeiçoamento. É preciso proporcionar oportunidades de educação para que os mais pobres acompanhem o crescimento tecnológico do país, entrem no mercado de trabalho e consequentemente, ascendam socialmente (BANCO MUNDIAL, 2018b).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia pode ser definida como um produto da ciência e da engenharia, pois envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas que tem por objetivo a

resolução de problemas e aperfeiçoamento do processo produtivo. Com isso podemos considerá-la como um fator de produção qualitativo.

A tecnologia depende de vários recursos, entre eles os chamados recursos de capital, onde a população economicamente ativa mobiliza um variado e complexo conjunto de instrumentos que tem por objetivo oferecer suporte às operações produtivas.

É notório o mundo vive o grande ápice da influência do avanço tecnológico, acompanhado pela facilidade de acesso ao conhecimento. Sem o aumento da produtividade brasileira, seria praticamente impossível aumentar a renda das pessoas menos favorecidas. Muitos sistemas de governo propõe a distribuição igualitária de renda, através de medidas intervencionistas que aumentam a renda dos mais pobres em detrimento da redução da renda dos ricos

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BANCO MUNDIAL. Emprego e crescimento: a agenda da produtividade. **O imperativo da produtividade no Brasil**. 2018a. Disponível em:< http://documents.worldbank.org/curated/pt/203811520404312395/pdf/123969-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P162670-EmpregoeCrescimentoAAgendadaProdutividade.pdf >. Acesso em: 23 ago. 2019.

BANCO MUNDIAL. Emprego e crescimento: a agenda da produtividade. **Crescimento da produtividade com inclusão.** 2018b. Disponível em:< http://documents.worldbank.org/curated/pt/203811520404312395/pdf/123969-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P162670-EmpregoeCrescimentoAAgendadaProdutividade.pdf >. Acesso em: 23 ago. 2019.

PROFICUIDADE DA CRISPR-CAS9 NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE COLO UTERINO CAUSADO PELO PAPILOMAVÍRUS HUMANO

Edymara dos Anjos Oliveira, Graziele de Oliveira Galvão, Tanize do Espírito Santo Faulin, email: edymarajahu@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O sistema CRISPR/Cas9 foi observado inicialmente no sistema de defesa das bactérias contra a invasão de bacteriófagos. Durante os estudos, notou-se que na invasão, o DNA do fago se incorpora ao DNA bacteriano em regiões chamadas de CRISPR (do inglês, Clustered Regularly Interspaced Short Palindromic Repeats). Observou-se que na sequência de nucleotídeos dessas regiões havia repetições em forma de palíndromo, espaçadas curiosamente por trechos de DNA de fago incorporado (SNUSTAD; SIMMONS, 2017; JINEK *et al.*, 2012).

Próximo a região CRISPR existe também um gene para a transcrição de uma proteína denominada Cas9 (do inglês, Crispr Associated Protein) que consiste em uma nuclease capaz de realizar clivagens quando guiada por um tipo especial de RNA. Utilizando um RNA desenvolvido em laboratório, pesquisadores então desenvolveram técnicas para a aplicação desse sistema em material genético de outros organismos. Esse RNA é modificável e pode se ligar ao gene que se deseja alterar e então, cliva-lo, induzindo a substituição por outro (SNUSTAD; SIMMONS, 2017).

A técnica CRISPR/Cas9 trouxe inúmeros avanços nas pesquisas da área da saúde, principalmente, a esperança na utilização dessa ferramenta para o tratamento de doenças consideradas incuráveis, como o câncer. Uma das aplicações importantes dessa técnica é para o tratamento do câncer cervical, também denominado câncer de colo de útero, causado pelo papilomavírus humano (HPV). Com a técnica CRISPR é possível alterar e inibir reguladores de ciclo celular, altamente expressos no câncer cervical como as proteínas CDK7 e E6, sendo esta última, característica de modificações do ciclo celular em infecção por HPV de alto risco (SHANSHAN *et al*, 2019; TAKASHIRO *et al.*, 2018; LIMA; SILVA; RABENHORST, 2013).

A importância dos estudos no tratamento do câncer de colo uterino se deve principalmente à sua alta incidência mundial. Segundo a Organização Mundial da Saúde,

o câncer cervical “é o quarto câncer mais frequente em mulheres, com um número estimado de 570.000 novos casos em 2018, representando 7,5% de todas as mortes por câncer feminino” (WHO, 2019). Países em desenvolvimento ou com pouco acesso aos serviços de saúde mostram maiores taxas de mortalidade relacionadas ao câncer cervical (WHO, 2019). Todavia, mesmo com os controles de rastreamento do câncer pelo exame de Papanicolaou e as campanhas de conscientização e de vacinação contra HPV, o Brasil ainda apresenta altas taxas para o câncer do colo do útero (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Em razão do exposto, o presente trabalho visa abordar o avanço e os desafios da aplicação da inovadora técnica CRISPR/Cas9 para o tratamento de câncer de colo uterino causado pelo HPV.

2 METODOLOGIA

A elaboração do presente trabalho utilizou artigos cujo critério para a seleção foi a publicação entre os anos de 2012 a 2019. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed e SciELO, utilizando as seguintes palavras-chave de forma isolada ou combinada: CRISPR-Cas9; cervical; câncer; HPV; E6; CDK. Foram selecionados artigos nos idiomas inglês e português, assim como foram incluídos na pesquisa, artigos que tiveram realização experimental e observacional. Após leitura dos artigos, foram descartados os que não foram considerados relevantes para o desenvolvimento do trabalho em um total de 14 artigos achados, e foram ampliados em novas buscas aqueles que necessitavam de um domínio maior de conhecimento.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Nos primeiros estudos envolvendo a bactéria Streptococcus pyogenes, notou-se um sistema peculiar de imunidade da bactéria contra DNA de fagos invasores. Em um lócus de transcrição, no DNA da bactéria, notou-se a presença de DNA de fago ao lado de repetições palindrômicas de nucleotídeos, denominadas posteriormente de CRISPR. Esse lócus permitia a transcrição de duas cadeias complementares, que ao se hibridizarem associavam-se a uma endonuclease chamada Cas9, a qual, na invasão por bacteriófago era guiada por esse complexo de RNA híbrido até o DNA viral, clivando-o, impedindo a infecção da bactéria (SNUSTAD; SIMMONS, 2017).

A observação inicial em Streptococcus foi publicada em 2012, na revista Science, onde duas mulheres tiveram papel importante nesse trabalho (PRINCESS OF ASTURIAS FOUNDATION, 2015). Emmanuelle Charpentier e Jennifer Doudna descreveram nessa pesquisa a utilização desse sistema na imunidade das bactérias e concluíram que as clivagens realizadas pela Cas9 eram específicas e que poderiam ser mediadas e utilizadas em outras células de organismos vivos (JINEK *et al.*, 2012). Logo então, diversos pesquisadores começaram a fazer uso da técnica, desenvolvendo RNAs de laboratório para os primeiros estudos envolvendo edição genética. Em 2016, a revista Nature publicou que o comitê do NIH (National Institutes of Health) dos Estados Unidos havia aprovado os primeiros estudos utilizando o CRISPR/Cas9 em células humanas para a terapia do câncer (REARDON, 2016).

Anteriormente a esses eventos, já haviam sido aprovados estudos de segurança em células humanas infectadas por HIV e outra técnica imunoterápica na utilização de células de doadores, que ao serem geneticamente modificadas, promoveriam o combate as células cancerígenas sem serem afetadas pelas mesmas (REARDON, 2016).

No tratamento de câncer cervical, promissores são os resultados dos estudos já apresentados. O câncer do colo do útero é uma patologia que evolui de forma lenta e progressiva com alterações nas células na parte inferior do útero. A idade média das mulheres afetadas é cerca de 50 anos, porém pode afetar mulheres jovens acima de 25 anos (CONSOLARO; MARIA-ENGLER, 2012).

O principal fator causador do câncer cervical é a infecção persistente por alguns tipos de HPV, transmitido durante a relação sexual. Entre os tipos de alto risco estão: 16, 18, 45 e 56. Os tipos de HPV de alto risco são os principais responsáveis pela incorporação do DNA do vírus ao DNA da célula (KUMAR; ABBAS; ASTER, 2013), interferindo diretamente nos fatores de proteção ligados a replicação celular, como reguladores de ciclo celular e os pontos de checagem do DNA antes que a célula entre em mitose (LIMA; SILVA; RABENHORST, 2013). Ainda outros fatores podem contribuir para a mulher desenvolver a doença, todavia os tipos 16 e 18 do HPV são responsáveis por cerca de 70% de todos os casos de câncer do colo do útero em todo o mundo (BRUNI *et al*., 2019).

Uma pesquisa recente utilizou o sistema CRISPR/Cas9 em células de camundongos infectadas por HPV de alto risco (TAKASHIRO *et al.*, 2018). O alvo dessa pesquisa era a proteína E6, expressa em células infectadas por HPV. Em HPV de alto

risco, as ações de proteínas E6 e E7 são altamente oncogênicas (KUMAR; ABBAS; ASTER, 2013). A proteína E6 pode inibir os efeitos dos pontos de checagem na célula, induzindo as células com DNA lesado a se replicarem. Isso ocorre porque a proteína E6 consegue se ligar a um complexo que permite a degradação da proteína p53, uma importante participante dos pontos de checagem na célula (LIMA; SILVA; RABENHORST, 2013). A p53 medeia o reparo do DNA e caso isso não seja possível, induz a célula à apoptose. Com a degradação da p53 pela proteína E6, maiores as chances da célula se replicar com lesões no DNA e proliferar o avanço tumoral. (TAKASHIRO *et al.*, 2018).

Outro estudo publicado por Shanshan *et al.* (2019) mostra a utilização da edição genética na inibição do gene da quinase dependente de ciclina-7 (CDK7), que tem função importante na ativação dos complexos ciclina/CDK, pela quinase ativadora de CDK (CAK). O complexo CAK possui CDK7 como um dos constituintes que participa ativamente da regulação do ciclo celular. A expressão de CDK7 leva a progressão do ciclo celular, logo, em quantidades elevadas, essa progressão pode ficar desregulada levando ao aparecimento de câncer. A inibição de CDK7 revela então uma das promissoras pesquisas como futura alternativa no tratamento do câncer cervical (LOLLI; JOHNSON, 2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A técnica CRISPR/Cas9 tem alcançado bastante progresso dentro da engenharia genética, e através dela inúmeras são as possibilidades de utilização, principalmente, nas terapias contra o câncer. Uma possível aplicação futura da técnica CRISPR/Cas9 que também tem alcançado devida atenção no cenário atual como medida de tratamento contra o câncer é a imunoterapia, na qual seria realizada a edição genética dos glóbulos brancos do paciente.

No que se refere ao câncer cervical, vários fatores da infecção viral por HPV estão envolvidos no processo tumoral, e a maioria deles é expresso por genes de DNA, podendo então demonstrar eficácia nos futuros tratamentos devido a especificidade que o sistema CRISPR/Cas9 oferece.

Contudo, as desvantagens do CRISPR/Cas9 necessitam ser estudadas, visto que efeitos em longo prazo ainda não são conhecidos pelas pesquisas atuais.

REFERÊNCIAS

BRUNI, L. *et al*. ICO – Information Center on HPV and Cancer. **Human papillomavirus and related diseases report**, out. 2019. Disponível em: https://www.hpvcentre.net/statistics/reports/XWX.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

CONSOLARO, M. E. L.; MARIA-ENGLER, S. S. **Citologia clínica cérvico-vaginal:** Texto e atlas. 1. ed. São Paulo: Roca, 2012. 288 p.

JINEK, M. *et al*. A programmable dual RNA-guided DNA endonuclease in adaptive bacterial immunity. **Science**, [Washington], v. 337, n. 6096, p. 816-821, ago. 2012. Disponível em: https://www.science.org/doi/full/10.1126/science.1225829.

KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; ASTER, J. C. **Patologia Básica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIMA, M. A. P.; SILVA, C. G. L.; RABENHORST, S. H. B. Papel das Proteínas Precoces do Papilomavírus Humano na Carcinogênese. **Revista Brasileira de Cancerologia,** v. 59, n. 4, p. 565-573, dez. 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8688.

LOLLI, G.; JOHNSON, L. CAK-Cyclin-dependent Activating Kinase: a key kinase in cell cycle control and a target for drugs? **Cell Cycle**, v. 4, n. 4, p. 572-577, abr. 2005. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.4161/cc.4.4.1607.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMEZ DA SILVA. **Estimativa 2018:** Incidência de Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2017. 128 p. Disponível em: https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/115/55. Acesso em: 22 set. 2019.

PRINCESS OF ASTURIAS FOUNDATION. **Emmanuelle Charpentier and Jennifer Doudna, Princess of Asturias Award for Technical and Scientific Research**, 2015. Disponível em: https://www.fpa.es/en/communication/emmanuelle-charpentier-and-jennifer-doudna-princess-of-asturias-award-for-technical-and-scientific-research.html. Acesso em: 23 set. 2019.

REARDON, S. First CRISPR clinical trial gets green light from US panel. **Nature News**, jun. 2016. Disponível em: https://www.nature.com/news/first-crispr-clinical-trial-gets-green-light-from-us-panel-1.20137. Acesso em: 23 set. 2019.

SHANSHAN, Z. *et al*. CDK7 inhibitor suppresses tumor progression through blocking the cell cycle at the G2/M phase and inhibiting transcriptional activity in cervical cancer. **OncoTargets and Therapy**, v. 12, p. 2137–2147, maio 2019. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6434917/.

SNUSTAD, D. P.; SIMMONS, M. J. **Fundamentos de genética**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. 600 p;

TAKASHIRO, Y. *et al*. CRISPR/Cas9mediated cervical cancer treatment targeting human papillomavirus E6. **Oncology Letters**, v. 17, n. 2, p. 2197-2206, fev. 2019. Disponível em: https://www.spandidos-publications.com/10.3892/ol.2018.9815#.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Papilomavírus humano (HPV) e câncer cervical**, fev. 2019. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/human-papillomavirus-(hpv)-and-cervical-cancer. Acesso em: 22 ago. 2019.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Health Statistics 2019:** monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. Suíça: WHO, 2019. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/324835/9789241565707-eng.pdf?ua=1. Acesso em: 22 set. 2019.

PROFISSIONAL DO DIREITO, FUTURO E TECNOLOGIA.

Marcos Alexandre Baicaicoa, Silvio Ferracini Junior, e-mail: mab.baicaicoa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Direito em sua representação, ou seja, seu papel para com a sociedade, diz propriamente qual o tamanho de sua importância, pois é ferramenta fundamental para organização e bem estar social. Sendo de grande valia, não é necessário somente compreender o Direito e sim o levar para adiante, buscando então para isso reflexões, informações e fundamentos para novas teses.

Em um mundo no qual a constante mudança está presente, necessita-se cada vez mais de bases sólidas para a formação de ideias e argumentos, sendo então utilizado para a elaboração deste artigo o livro do professor de história Yuval Noah Harari, *Homo Deus (2016)* e *A quarta revolução industrial (2016)* de Klaus Schwab. Ambos livros apresentam uma grande mudança em nossa sociedade de forma que implicará novos entendimentos sobre o ser humano e sua forma de viver. Busca-se através deste artigo relacionar estas mudanças na área do Direito.

Tem de se ter cautela quando busca-se falar sobre para onde caminhará o Direito, o ser humano e a sociedade. Toda e qualquer forma expressa é apenas uma estipulação do que poderá acontecer, mas sempre que contendo a fundamentação devida para tais condições, torna-se uma grande base para se planejar sobre o futuro campo de atuação do atual estudante do direito. O artigo menciona sobre o futuro do profissional do Direito, quais características serão mais desejadas, quais vertentes serão de maior importância e num espaço de longo tempo a reflexão se este profissional continuará a existir ou não.

METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa baseia-se em levantamento de referencial bibliográfico pelo método dedutivo para sustentar as informações defendidas e apresentadas. Para isso, basear-se-á em artigos, livros, palestras e revistas relacionados ao tema do trabalho em questão. As bases desta apresentação são *Homo Deus (2016),* de Yuval Noah Harari e *A quarta revolução industrial (2016)* proposta por Klaus Schwab.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o passar de desenvolvimento do ser humano, em seu aspecto histórico, constituiu-se muitos modelos de sociedades, como Impérios, Monarquias, nas quais obtinham o Direito, as vezes não nesta mesma nomenclatura e também com parâmetros e ideais totalmente diferentes, mas antes de ir para este ponto é de fundamental importância se atentar ao período anterior à sociedade.

Partindo de uma ideia contratualista, antes de serem constituídas civilizações, se teve ciência do que foi chamado por filósofos contratualistas de “Estado de Natureza”. O Estado de Natureza seria um período no qual o ser humano não tinha regras sociais para que pudesse ser dito o que pode ou não ser feito, o que é certo e errado. Simplesmente se quisesse algo o adquiria utilizando o uso dos meios que lhe seriam cabíveis, como por exemplo a “lei do mais forte”.

Esta é uma visão contratualista que foi abordada por grandes filósofos como Thomas Hobbes, John Locke e Jean- Jacques Rosseau, cada um com sua característica. Atingida a capacidade e os meios para a formação das sociedades foi necessário estipular acordos, regras de condutas e comportamentos, que foram se moldando e se transformando no que conhecemos atualmente como a ciência do Direito. Com o decorrer do desenvolvimento humano foram obtidos fundamentos diferentes para a criação do direito, que foram grandes bases durante períodos, e as dividimos em Jusnaturalismo, Jus-positivismo e Pós-positivismo.

O Jusnaturalismo é o entendimento que consiste na busca do direito natural, no qual é universal, imutável, independente da vontade humana e sua constituição é anterior a tudo. Jusnaturalismo Teológico é uma vertente onde apresenta-se a ideia de um ser superior, criador de tudo que se existe. Este ser nos dá direitos naturais independentemente de nossas crenças. Já o Jusnaturalismo Racionalista são onde os humanos por seu bom senso e razão determinam os direitos naturais.

O Jus-positivismo é o entendimento de que o direito é aquilo que é posto como norma, o que pertence ao ordenamento jurídico e a vinculação deste poder está, geralmente, na mão dos Estados ou quem constitui poder político. É obtido destas duas vertentes, o Jus-positivismo Exegético e o Jus-positivismo Normativista. O primeiro tem como marco o início do Código Francês de 1804 e a escola da Exegese, onde o Juiz é a “boca da lei” e sua aplicação é sob a subsunção da lei. O segundo está ligado a um pensamento de Hans Kelsen, idealizador da Teoria Pura do Direito, onde deve ser

ignorado para as decisões jurídicas vertentes da sociologia, política, história e somente aceitas as alternativas presentes no ordenamento, para que o direito seja puro.

Após os dois, surge o Pós-positivismo onde uma das características é trazer o Direito junto a moral, tanto para sua produção de efeitos e sua validade. É na verdade uma junção dos dois anteriores, obtendo mudanças para que seja resolvido os problemas do séc. XX. É o período atual em que vivemos.

Há uma ligação especial sobre estes eventos do direito com o desenvolvimento do ser humano. O professor Yuval Noah Harari explica o porquê de seres humanos terem se tornado o ser em especial referência de nosso planeta e isto descarta a presença de um ser superior. A cooperação em grande escala é a referência em que seres humanos se diferenciam de outros seres. Podemos cooperar na escala de que, se um país estiver passando por um problema outro o poderá ajudar fornecendo o necessário. E este poder de cooperação fez o ser humano dominar este planeta. No livro Teoria Geral do Processo, logo em seu início o direito é apresentado como " uma das formas – sem dúvida, a mais importante e eficaz dos tempos modernos- do chamado *controle social* ..." (CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R.; 2009, p.25). O Direito é uma destas vertentes que constituiu a cooperação e a formação para o desenvolvimento do ser humano.

Esta cooperação apresentada pelo professor Yuval é por ele mesmo refletida sobre as verdades que trazem. Ele traz uma nova definição sobre o que chamamos de religião e a identifica da seguinte maneira: "a religião é criada por humanos, e não por deuses, e é definida por sua função social, e não pela existência de deidades. Religião é *qualquer coisa* que confira legitimidade sobre-humana a estruturas sociais humanas. A religião legitima normas e valores humanos ao alegar que eles refletem leis sobre-humanas" (Harari, Yuval Noah, 2016, p. 189). Inúmeras religiões, tanto no senso comum quanto ao novo significado dado, que existem ou existiam cooperaram conosco. O resultado no qual podemos tirar é que o Direito foi influenciado e ainda é por religiões.

Este novo significado é de extrema importância para percebemos a mudança de leitura histórica proposta pelo professor. A religião na qual estamos atualmente vivendo é a humanista. Deixamos cada vez mais nossa crença de lado e colocamos acima analises matemáticas, biológicas, químicas. Seria um exemplo de já não ser mais costume rezar a deuses para que chova e tenha um bom plantio, e sim que se tenha feito análises técnicas para isso.

Esta religião se divide em três vertentes que são socialista, liberalista e evolutiva. A vertente socialista vem com sua proposta e revolta ao sistema liberalista pelo fato de indagar que esta opção perpetua a desigualdade, sendo dado privilégios as elites e a massas pobreza. A vertente evolutiva vem com a ideia de um gênero humano superior, como sabemos bem presente o exemplo do nazismo, que tinha sua raça superior e que as demais as denegriam. A vertente liberalista acaba se pautando na máxima liberdade aos indivíduos para chegar ao paraíso, entendiam ter um tipo de “mão invisível”, como Adam Smith apresentou na teoria do capitalismo, só que no liberalismo. Dando a liberdade aos indivíduos está “mão invisível” os proporcionariam paz e prosperidade.

Klaus Schwab afirma em seu livro que estamos agora entrando sobre a quarta revolução Industrial, também chamada de revolução 4.0, onde a tecnologia tem uma grande interação com coisas físicas, digitais e biológicas. O professor Yuval com sua perspectiva histórica explica a partir de onde e em qual ramo está mudança começou e foi no ramo da biologia. A atual posição adotada pelo ramo da biologia é a de que os seres humanos e tudo o que existe se resume ser somente algoritmos e quando esta tese é elencada junto da teoria de Darwin sobre a evolução do ser humano nos dá novos entendimentos e abre espaços para novas religiões.

Ser algoritmos a todo momento significa que qualquer ato que desencadeie uma substância, aumento de batimentos cardíacos, ou algo do tipo, com o uso da tecnologia necessária, é possível ser decifrado mesmo antes de isso ser exposto por nós mesmo. Decisões não envolvem um livre-arbítrio e sim um conjunto de algoritmos. Este novo entendimento opõe a crença liberalista de um eu interior, de livre arbítrio, pois se decifrada é possível manipulá-la. Da mesma maneira que toma-se remédios antidepressivos e outras drogas que controlam o emocional, pode se utilizar dos mesmos para obter controles mais precisos e direcionamento cerebral. O professor Yuval descreve o possível surgimento de duas novas religiões, sendo elas o tecno-humanismo e o dataismo. O tecno-humanismo seria as tecnologias sendo utilizadas junto do ser humano para o elevar em suas características. O dataismo teria como ponto máximo o conjunto de dados, sendo eles mais importantes e quem os domine tem a mais nova e forte forma de poder.

Com todas estas mudanças, ambos livros nos dão dados de mesma fonte sobre quais empregos tem menos probabilidades de serem extintos. São de Carl Benedikt Frey e Michael Osborne, pesquisadores de Oxford e a tabela reproduzida a seguir retirada de *A quarta revolução industrial (2016).*

Menos propensas (á automação).

Probabilidade	Profissão
0,0031	Assistentes sociais de abuso de substância e saúde mental
0,0040	Coreógrafos
0,0042	Médicos e cirurgiões
0,0043	Psicólogos
0,0055	Gerentes de recursos humanos
0,0065	Analista de sistemas de computador
0,0077	Antropólogos e arqueólogos
0,0100	Engenheiros marinhos e arquitetos navais
0,0130	Gerentes de vendas
0,0150	Diretores

Fonte: Carl Benedikt Frey e Michael Osborne, Universidade de Oxford, 2013.

A algum tempo existe uma simples questão que vem se tornando uma grande problemática. Uma avaliação mede realmente se a pessoa aprendeu o conteúdo? Você pode simplesmente dizer sim ou não, mas o fato é que atualmente a avaliação é a forma de aferição de conhecimento. É fato que se preparar para uma prova não necessita que domine uma grande parte de conhecimento sobre outras áreas que são também importantes, simplesmente você tem que acertar a questão e pode a ter marcado sem que tenha o conhecimento. Atitudes, tanto de lógica como de prova, não só moldou o Direito como também seus profissionais.

Ives Gandra da Silva Martins em *A Cultura do Jurista* faz sua análise sobre dois tipos de profissional do Direito. O jurista e o operador do direito. O operador do direito como explica é conhecedor da lei, é aplicador, utiliza a lei como instrumento para defesa ou ataque, mas nunca cria, inspira, idealiza. Simplesmente tem conhecimento prático mais elevado. Em muitos momentos o profissional do direito não precisa de que seja conhecido o processo histórico de algo, por exemplo, para ser aceita uma petição inicial, mesmo que muitos tenham dificuldade, é simplesmente abrir o código e reproduzir um rol taxativo. Um trabalho lógico, você analisa o que quer, o que é necessário e preenche os requisitos. O jurista é diferente, ele é um profissional que cria, inspira, idealiza e como diz Ives, “produtor de Ciência”. É base para o direito em sua forma geral e não simplesmente sobre casos concretos. Buscar compreender o fenômeno. Como cita Ives,

“Deve ser, pois, historiador, filósofo, economista, sociólogo, futurólogo, psicólogo, sobre não desconhecer os rudimentos das Ciências Exatas”. (p.10). O operador do direito foca na resposta e o jurista na pergunta.

Leandro Karnal em sua palestra “Ler é viver” realizada em 08/11/2016, diz a seguinte frase: “Todos os ditadores, sejam de direita ou de esquerda, mexeram na área de humanas, porque entenderam que ali na escola do ensino médio e no curso superior as aulas de história, filosofia, ciências sociais, poderiam incomodar o poder”. O poder destas áreas se mostra de tal maneira. O domínio destas áreas gera a independência, não só no sentido ao qual estamos acostumados e sim independente do sistema no qual o Estado impõe, ao qual a sociedade se baseia e que somos influenciados, ainda mais agora com avanço tecnológico, sobre propagandas e grandes grupos de poder.

Com as bases das quais temos sobre o futuro, a tecnologia irá suprir de maneira mais eficaz, em todos os sentidos, funções que obtenham reiterada lógica e serviços repetitivos. Grande parte das funções serão automatizadas. Robson Vitorino nos mostra que há no Brasil um sistema chamado Watson da IBM (International Business Machines), já atuante na área de advocacia e medicina, capaz de detectar nuances, ironias e charadas. O mercado será cada vez menor para operadores do direito.

Está informação não só é de fundamental importância para os profissionais e sim também as instituições formadoras. É esquecido que, por exemplo, a OAB é apenas uma prova, te dá reconhecimento para que possa usufruir de sua formação, mas não afere o quanto de conteúdo você realmente domina. Instituições que prepararem pessoas somente para uma prova e não para o mercado de trabalho futuro estão se arruinando. Como Klaus Schawb cita em seu livro, “Até o momento, a evidência é a seguinte: a quarta revolução industrial parece estar criando menos postos de trabalho nas novas industrias do que as revoluções anteriores”. (SCHAWB, Klaus, 2016, p.22). Cada vez mais o mercado estará mais exigente e não será ter conhecimento para passar em uma prova o conhecimento necessário para a sobrevivência no mercado de trabalho. O mercado ditará o nível do profissional. Harari em seu livro faz uma reflexão sobre este fechamento no mercado de trabalho: “Ainda não chegamos lá, mas é concebível que num futuro não muito distante scanner de ressonância magnética funcional façam as vezes de infalíveis detectores de mentiras. O que isso fará com milhões de advogados, juízes, policiais e detetives? Pode ser que tenham que voltar para a escola e aprender uma nova profissão”. (HARARI, Yuval Noah,2016, p. 316).

Diferentemente das outras revoluções, em um espaço curto de tempo a tecnologia avança. O modelo pretendido de profissional pelo mercado muda e cada vez mais irá ser exigido a capacidade de adaptação constante. Ambos livros citam sobre a internet das coisas, onde a rede de internet será conectada a vários objetos inteligentes que nos aconselharam, melhoraram nossa saúde, qualidade de vida e moldaram os profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato em principal questão é uma mudança na esfera social que por Klaus Schawb se designa ser chamado de *A quarta revolução industrial* e pelo professor Yuval Noah Harari de um surgimento de uma "nova religião". Esta mudança cada vez mais esta suprindo categorias profissionais pela automação e exigindo um perfil novo de profissional. Para todo o profissional do direito e para os estudantes é de essencial importância se discutir como está o mercado de trabalho e prévias de como irá ser.

O jurista surge pautado em conhecimentos aprofundados em outras áreas, no que para um tempo e para operadores do direito não se tinha necessidade, e é uma das possíveis diferenciações que manterá o profissional do direito independente da mudança. Suas interligações em outras áreas proporciona um leque amplo e flexível para o profissional, podendo assim, garantir cada vez mais seu espaço no mercado de trabalho, não desenvolvendo somente atividades costumeiras e sim pisando em territórios que serão menos afetados. Em desenvolvimento, esta pesquisa busca diferentes pontos de vista do fenômeno que está acontecendo na sociedade e os relacionam com o profissional do direito.

REFERÊNCIAS

CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria geral do processo.** 25° ed.- São Paulo: Malheiros editores LTDA, 2009.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus uma breve história do amanhã.** 1° ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KARNAL, Leandro. **Ler é viver.** In: 62 ° feira do livro de Porto Alegre. Porto Alegre, 08/11/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HO9OcIszQOM

MARTINS, Ives Gandra da Silva. A cultura do jurista. **Revista do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados.** São Paulo: 08/10/1999, publicação semestral n°17, junho/2000.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial.** São Paulo: Edipro, 2016.

VITORINO, Robson. **A Quarta Revolução Industrial e seus Impactos na Advocacia.** São Paulo: Nova Cultural Ltda, 2016. Disponível em: https://www.ab2l.org.br/quarta-revolucao-industrial-e-seus-impactos-na-advocacia/

PROJEÇÕES SOBRE OS EFEITOS DA ANSIEDADE NO DESEMPENHO FÍSICO EM PRATICANTES DE CROSSFIT: UMA REVISÃO A PARTIR DE ESTUDOS EM OUTRAS MODALIDADES.

João Paulo Campanhã Monterosso, Weligton Rodrigo Botaro, Juliana Inhesta Limão Thiengo, e-mail: joaopaulo_monterosso@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, iremos discutir como a ansiedade pré-competitiva dos atletas de Crossfit®, pode afetar diretamente seu desempenho e performance, baseado em uma projeção em outras modalidades esportivas. Nos dias de hoje, é um tema pouco estudado e novo, onde uma pesquisa clara e completa, obtendo resultados satisfatórios, pode ajudar de maneira direta, os atletas em seu âmbito competitivo, de treinamento e até mesmo, em sua vida pessoal.

Para esse trabalho, considerou-se ansiedade sendo uma insegurança, expectativa de algum período, ou até mesmo um desafio existente (SILVA *et al*., 2019).

Dessa mesma forma, Crossfit® é a união de diversas modalidades esportivas, como atletismo, levantamento de peso olímpico e ginástica artística. Segundo a própria Crossfit Brasil (CROSSFIT BRASIL, 2019) site oficial da prática no país, é a união de exercícios constantemente variados, funcionais e de alta intensidade e que pode ser adaptado para cada tipo de pessoa, de acordo com suas habilidades.

Criado por Greg Glassman, ao final dos anos 90, virou um fenômeno fitness no Brasil e no mundo. Se praticado corretamente, sob supervisão de um profissional bem instruído e preparado, proporciona melhora no maior equilíbrio, coordenação, agilidade, força, potência, resistência muscular e cardiovascular, entre outros. Porém, ainda assim, não se deve pular etapas, e procurar seguir a evolução de cada um, em sua velocidade de cognição, respeitando a resposta do organismo individualmente. Os atletas de Crossfit®, buscam a melhora constante no desempenho físico e performance nos campeonatos, sendo de extrema importância, a evolução diária em treinamentos intensos e disciplinados.

A ansiedade antes da competição, é um fator psicológico estável, onde os estímulos são semelhantes ao de se sentir ameaçado, podendo afetar diretamente o controle e performance do atleta, possuindo diferentes níveis de acordo com cada

ambiente apresentado (ROSE; VASCONCELLOS, 1997). Muitas vezes, essa ansiedade pode ser confundida com o medo, julgando que, já que os seus estímulos, como citado acima, são semelhantes. Para alguns, essa sensação de difícil mensuração e definição, pode agir de forma positiva, para outros, pode prejudicar diretamente seu desempenho em um campeonato.

Fazendo um paralelo na busca dos atletas em busca de suas máximas performances, podemos entender que desempenho é a execução de trabalho com competência ou eficiência. Sendo assim, podemos dizer que desempenho esportivo é a execução dos movimentos de uma determinada modalidade esportiva com maior eficiência ou competência possível, o que acarreta uma melhor performance, e dentro de um ambiente competitivo esportivo, uma possível vitória ou destaque perante os outros participantes.

Mas o conceito não se limita aí, pois é preciso a avaliação de muitas outras variáveis que envolvem o treinamento físico em si, condição de saúde do indivíduo, ausência de patologias ou lesões, ausência de substâncias como drogas, uma nutrição adequada, além de fatores culturais e econômicos favoráveis.

Por ser uma modalidade nova o Crossfit® não apresenta muitos assuntos, e na atualidade é uma das modalidades que mais vem crescendo no país, com isso esse estudo tem o objetivo de buscar novas informações que possam auxiliar o controle da ansiedade pré-competitiva em atletas de Crossfit® e consequentemente proporcionar melhor desempenho em seus treinamentos e competições.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter qualitativo por meio de uma revisão bibliográfica. Leite (2008), define que uma pesquisa qualitativa é o estudo em que os dados podem ser interpretados de diferentes formas dependendo da visão do leitor.

Já a revisão bibliográfica é a pesquisa cujos dados e informações são coletados em obras já existentes e servem como base para a análise e a interpretação dos mesmos, formando um novo trabalho científico (LEITE, 2008).

Para a coleta dos dados utilizou os sites de busca Google Scholar e sites oficiais sobre o Crossfit® para pesquisar artigos sobre o tema, também foi utilizado livros encontrados na biblioteca da Faculdades Integradas de Jaú. Para a construção da pesquisa foram utilizados artigos referentes à ansiedade pré-competitiva, desempenho físico e Crossfit® datados de 2008 a 2019, elaborando assim essa revisão bibliográfica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Pennacchioni, Machado e Morão (2016), a ansiedade pode ser considerada um estado emocional de temor, apreensão ou até mesmo uma sensação de desastre iminente.

De acordo com Martens (1990), citado por Barbacena (2008), a ansiedade cognitiva está relacionada às competições que envolvem estratégias, ex: (xadrez, golfe, sinuca), e consiste em pensamentos negativos e preocupações sobre o desempenho, incapacidade para se concentrar e atenção desportiva. Já a ansiedade somática citada pelo mesmo autor, está relacionada a esporte com características aeróbias, ex: (lutas, corridas, natação e crossfit) e é uma preparação das manifestações físicas da ativação, caracterizadas por sensações físicas.

Com isso mostra - se que a ansiedade pode ser benéfica, pois ajuda o atleta a ficar mais atento no início das competições. E em certo ponto, ela pode acabar interferindo no rendimento do competidor, deixando-o preocupado (SILVA *et al*., 2019). Com isso muitos pesquisadores procuram respostas emocionais apresentadas pelos atletas, tornando a ansiedade pré-competitiva um foco de estudo de grande interesse dentro da psicologia esportiva. (SILVA *et al*.,2019).

De acordo com Barbacena e Grisi (2008) o nível de ansiedade cognitiva e somática deveriam diminuir os níveis de autoconfiança do atleta, mas isso não ocorreu, pois os atletas treinavam seu nível de autoconfiança de acordo com o grau de competitividade

Os resultados de Silva (20190 mostram que os atletas iniciantes de Jiu-Jítsu que venceram as suas lutas de estreia apresentavam um índice grande de autoconfiança e consequentemente níveis baixos de ansiedade cognitiva e somática. Sendo que os níveis de ansiedade cognitiva e ansiedade somática eram menores, do que a dos jovens que perderam a sua primeira luta. Assim o grupo dos perdedores sofreu com algumas respostas fisiológicas de ansiedade tipo: tremores, rigidez muscular.

O Crossfit® por ser uma prática de alta intensidade, pode utilizar desse estudo para obter um maior controle da ansiedade pré-competitiva e adaptar os resultados a sua modalidade, já que pode se ver que o nível de pressão e ansiedade são praticamente equivalente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo não encontrando referências específicas sobre ansiedade pré-competitiva em atletas de Crossfit, é possível verificar por meio da revisão bibliográfica que um dos fatores para diminuir os níveis de ansiedade pré-competitiva dos atletas em geral é treinar sua autoconfiança e preparar-se bem para a competição, e que nem sempre a ansiedade pode atrapalhar o desempenho do atleta, e que há casos em que a ansiedade ajuda o próprio competidor a se concentrar mais, ficando mais ligado e ajudando seu desempenho.

REFERÊNCIAS

BARBACENA, M. M.; GRISI. R. N. de F. Nível de ansiedade pré-competitiva em atletas de natação. **Revista Conexões**, Campinas, v. 6, p. 31-39, 2008. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637869.

CROSSFIT BRASIL. Disponível em: http://www.crossfitbrasil.com.br/site/index.php/o-que-e-crossfit/. Acesso em: 02 out. 2019.

MACHADO, L. C. Ansiedade pré-competitiva e desempenho em atletas de Crossfit. 2018, 23 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2018. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/12898.

LEITE, F. T. **Metodologia cientifica:** métodos e técnicas de pesquisa – monografias, dissertações, teses e livros. 1. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

SILVA. D. C. F. *et al*. Avaliação dos níveis de ansiedade pré-competitiva sobre o rendimento de lutadores iniciantes de Jiu-Jítsu. **Revista Diálogos em Saúde,** [Paraíba], v. 1, n. 2, p. 33-47, jul./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/dialogosemsaude/article/view/206.

PENNACCHIONI, P. A.; Machado A. A.; Morão K. G. **Investigação sobre medo e ansiedade nas artes marciais**. 2016, 31 p. - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, 2016.

PROJETO EXPERIEMNTAL: CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA ESTÚDIO DE TATUAGEM TSURU TATTOO

Caroline dos Reis Marques, Débora Capobianco Goes, Leonardo Henrique Pinheiro de Oliveira, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar e-mail: dbragoes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ambiente mercadológico da tatuagem é conhecido pelo uso de cores fortes e fontes pesadas na composição de sua comunicação e entendemos que esse contexto não se enquadra nas necessidades do cliente, ou seu público-alvo. O estúdio Tsuru Tattoo hoje conta com uma comunicação ineficaz que não atinge seu *target*, sendo necessário um reposicionamento completo de marca.

O estúdio surgiu em 2018 através de uma parceria entre dois tatuadores: Yuri Sertain e Rogério Oliveira, com a ideia de atingir todos os tipos de público, com diferentes técnicas de tatuagem. O nome foi escolhido por sua representatividade e a carga que traz consigo. Tsuru, no Japão, é uma ave sagrada, envolta em diversas lendas e crenças. Seu diferencial de mercado é a versatilidade e preço justo, capacidade de criar e trabalhar com vários estilos de tatuagem. O TsuruTattoo quer ser visto como um estúdio para todos.

Hoje o estúdio não possui uma identidade visual e não consegue atingir seu público-alvo. As publicações são feitas de forma aleatória e sem um objetivo central. Além dos problemas enfrentados em manter um diálogo com o cliente em potencial, o logo do Tsuru Tattoo não condiz com o objetivo inicial que é ser um estúdio para todos.

A comunicação da concorrência é mais bem trabalhada em alguns pontos, com a definição de uma identidade visual e o fortalecimento da marca de alguns dos principais estúdios dentro da cidade de Jaú. Visto isso, o propósito é criar um diferencial não apenas visual, mas na comunicação do Tsuru Tattoo também, fugindo dos padrões usados pelos demais estúdios da região.

Esse projeto experimental tem como objetivo principal abrir caminhos para que o estúdio Tsuru Tattoo se torne uma referência no que diz respeito a tatuagens de maneira municipal e regional. Para isso, o principal foco é fortalecer a marca, através de estratégias de comunicação, como uma padronização que vai desde o espaço físico, até

os novos conceitos que serão adotados nos meios digitais, tornando assim a marca forte no mercado de tatuagens na cidade de Jaú e em toda a região.

2 METODOLOGIA

Dentro dos métodos usados, foram desenvolvidas questões qualitativas, onde o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. E questões quantitativas, que buscam a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. Ela quantifica os dados e generaliza os resultados da amostra para os interessados.

Além do citado acima, será realizada uma pesquisa bibliográfica que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O objetivo aqui é de dar continuidade aos dados coletados com o questionário e encontrar uma solução cabível ao cliente de forma que seus objetivos sejam alcançados ao final da campanha a ser desenvolvida posteriormente.

Também foi utilizado o método estatístico para a pesquisa, pois baseia seus dados em fatos matematicamente comprováveis. O cálculo amostral para a aplicação da pesquisa exploratória foi feito com base na população da cidade de Jau, SP, que hoje é de 148581 mil habitantes, com uma margem de erro de cinco para mais ou para menos e nível de confiança de 95%. Chegamos a uma amostra de 383 questionários a serem aplicados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados colhidos através da pesquisa aplicada, pudemos observar a predominância do publico feminino, com idade entre 18 e 25 anos e renda mensal aproximada de dois a quatro salários-mínimos.

Dentro desse grupo de mulheres a maioria não possui nenhuma tatuagem mas tem a intenção de fazer, dentre os que já possuem tatuagem a intenção também é continuar a fazer. Quando perguntado sobre a opinião que têm sobre a tatuagem a grande maioria respondeu positivamente deixando “arte corporal” e “forma de expressão” como as duas opções mais votadas respectivamente.

Sobre os estilos de tatuagem dentre os quatro selecionados, *fineline* e realismo ficaram respectivamente com a maior quantidade de respostas, seguidos por *oldschool*

e *blackwork*, com uma diferença mínima. Esse ponto do questionário mostra que o público alvo é bem diversificado e foca em vários estilos diferentes.

A pesquisa mostrou que o ambiente procurado pelo potencial público é um ambiente claro e que foge dos padrões dos estúdios de tatuagem visualmente poluídos. Além disso, o público busca por higiene e qualidade na hora de fazer sua tatuagem.

Uma informação decisiva que a pesquisa apontou, foi que o publico conhece o tatuador Yuri Sertain, mas não conhece o estúdio TsuruTattoo. Com isso, podemos concluir que o objetivo principal da campanha será tornar o estúdio conhecido a esse público.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados da pesquisa realizada, conseguimos encontrar qual é o público-alvo do estúdio e seus nichos. Entendemos que para melhorar os resultados do Tsuru Tattoo, é necessária uma mudança completa na marca, criando assim uma identidade visual que atingira principalmente seu público-alvo.

O novo logo e identidade visual fogem das tradicionais artes usadas por estúdios de tatuagem, sem perder sua essência. Desse modo, apresentamos algo completamente novo, compreendendo as necessidades do cliente e respeitando sua história.

A campanha desenvolvida tem a cara do Tsuru Tattoo com um toque de requinte que agrada e puxa seu público-alvo pra perto. A criação de um site e um blog para além do uso das redes sociais, tem como objetivo informar o potencial cliente e facilitar sua busca por referências, informações e o portfólio dos tatuadores do Tsuru Tattoo, criando um diálogo mais fácil e colocado a marca em evidência no mercado municipal de tatuagem.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 9.ed. São Paulo: Atlas,2009.

KOTLER, Philip. Marketing 4.0. São Paulo: Sextante, 2017.

PROJETO EXPERIMENTAL:
CLIENTE: BROOKS HAMBURGUERIA - JAÚ

Bruno Passadori Cardoso, Davi Tervedo dos Santos, Nathaly Barbieri Marcondes, e-mail: davi.tervedo@gmail.com, brunesco.cardoso@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho mostra-se importante, visto que o mercado de hambúrgueres e outros alimentos gourmets têm crescido cada vez mais, contando com diversos estabelecimentos que buscam, na comunicação, uma forma de se destacarem em relação à concorrência. Desta forma, entende-se que um estudo completo para a realização de um projeto semestral de comunicação publicitária para o cliente irá auxiliá-lo a se consolidar neste mercado, atraindo o público almejado. Empenhar-se com a Brooks Hamburgueria para produzir uma boa estratégia de marketing e comunicação de forma que a empresa ganhe visibilidade na cidade de Jaú por proporcionar uma vivência diferenciada no mercado.

O planejamento estratégico foca na estratégia organizacional dentro da empresa. Segundo Kotler (1992, p.63), “planejamento estratégico é definido como o processo gerencial de desenvolver e manter uma adequação razoável entre os objetivos e recursos da empresa e as mudanças e oportunidades de mercado”. Além disso, o plano estratégico conta com a participação de todos os presentes na equipe “envolvendo a empresa como uma totalidade, abrange todos os recursos e áreas de atividade, e preocupa-se em atingir os objetivos em nível organizacional.” nos diz CHIAVENATO (2003, p.171).

Um bom planejamento conduz a empresa por vertentes precisas, Chiavenato (1987, p. 275) afirma que:

> (...) o planejamento implica fundamentalmente em traçar o futuro e alcança-lo, sua essência consiste em ver as oportunidades e problemas do futuro e explorá-los ou combatê-los conforme o caso. O planejamento é um processo que começa com a determinação de objetivos; define estratégias, políticas e detalha planos para conseguí-los; estabelece um sistema de decisões e inclui uma revisão dos objetivos para alimentar um novo ciclo de planificação.

O conceito de planejamento estratégico é “[...] o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela empresa”, segundo Oliveira (2007a, p.47). O planejamento estratégico de uma empresa abrange a sua política e filosofia que são fundamentais para a organização empresarial. É a partir dela que a empresa ganha uma personalidade corporativa e define uma posição em meio à sociedade, podendo planejar os seus próximos passos.

O Market Share representa a atuação da empresa no mercado, retrata uma parcela do comercio. Esse conceito nos auxilia para avaliar a potência da empresa no mercado e as suas fraquezas. Além do mais, saber se o produto está sendo bem aceito no mundo dos negócios e descobrir nichos de oportunidades de vendas segmentadas.

Portanto pretende-se levantar uma pesquisa para verificar o nível de Market Share nos dias de hoje que a Brooks Hamburgueria possuí em relação a todos os seus concorrentes para que possamos entender e definir em o quanto poderá aumenta-lo.

Com este trabalho pretendemos descobrir qual é o grau de participação que a Hamburgueria Brooks tem na cidade de Jaú em relação a vendas, com o objetivo de produzir ações estratégicas para que ocorra um aumento positivo de consumidores fieis para a empresa.

2 METODOLOGIA

O planejamento estratégico foca na estratégia organizacional dentro da empresa. Segundo Kotler (1992, p.63), “planejamento estratégico é definido como o processo gerencial de desenvolver e manter uma adequação razoável entre os objetivos e recursos da empresa e as mudanças e oportunidades de mercado”. Além disso, o plano estratégico conta com a participação de todos os presentes na equipe “envolvendo a empresa como uma totalidade, abrange todos os recursos e áreas de atividade, e preocupa-se em atingir os objetivos em nível organizacional. ” Nos diz CHIAVENATO (2003, p.171).

Um bom planejamento conduz a empresa por vertentes precisas, Chiavenato (1987, p. 275) afirma que:

> (...) o planejamento implica fundamentalmente em traçar o futuro e alcança-lo, sua essência consiste em ver as oportunidades e problemas do futuro e explorá-los ou combatê-los conforme o caso. O planejamento é um processo que começa com a determinação de objetivos; define estratégias, políticas e detalha planos para conseguí-los; estabelece um sistema de decisões e inclui uma revisão dos objetivos para alimentar um novo ciclo de planificação.

Levantamos uma pesquisa em torno da missão que a Brooks Hamburgueria definiu, o levantamento iniciou-se através dos recursos da análise SWOT. Para Serra, Torres e Torres (2004, p. 28) “a função primordial da SWOT é possibilitar a escolha de uma estratégia adequada – para que se alcancem determinados objetivos – a partir de uma avaliação crítica dos ambientes internos e externos”. A análise SWOT tem forte participação no planejamento e gestão da empresa, além disso, serve como uma metodologia para que a empresa possa verificar todos os seus ambientes internos e externos, de maneira que intervenha a descobrir boas estratégias empresariais dentro do mercado.

Ao levantarmos os resultados desta pesquisa, geramos um esquema de estratégias que nos guie por percursos que nos levem a alcançar os objetivos traçados, minimizando as chances de tomar decisões erradas nos dando uma maior segurança do sucesso. Paiva diz:

> O planejamento estratégico é o auxílio para a alta administração e tem por principal objetivo nortear as ações gerenciais da empresa, baseado em um plano previamente estabelecido com metas e estratégias visando evitar tomadas de decisões equivocadas, já que o mercado é extremamente competitivo e sem margem de erro (PAIVA).

ETAPAS DE CAMPANHA

Para a produção de uma campanha publicitária existe uma variedade de meios de comunicação à disposição para a veiculação. Porém a escolha de qual utilizar não é uma tarefa tão árdua quando se tem as informações corretas sobre o mercado atual e conhecimento suficiente sobre seu cliente.

O desenvolvimento desta campanha publicitária para a Brooks Hamburgueria, cujo objetivo é aumentar o seu Market Share na cidade de Jaú, fará o uso dos meios de comunicação tradicionais e digitais, já que no histórico de comunicação da empresa já houve parcerias com duas agências de propaganda, trabalhos feitos em um curto espaço de tempo com mídias tradicionais e atualmente com forte participação na mídia digital.

ANÁLISE SWOT

A Análise SWOT[1] é dividida em duas partes, externa e interna e dentro de cada divisão existem mais duas divisões. Na área externa trabalhamos com ameaças e oportunidades que são acontecimentos que a empresa não pode prever nem controlar,

[1] Avaliação global das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (KOTLER, 2000).

mas pode tomar decisões diante de cada ameaça ou oportunidade. Na parte interna fica as fraquezas e forças, que são características da empresa que podem ser controladas pela mesma, mudada, melhorada ou extinta dependendo de qual for a sua posição estre essa separação.

QUADRO 1- Matriz SWOT

FORÇAS ● Produtos com boa qualidade; ● Ambiente agradável; ● Bom Atendimento; ● Preço justo pelo produto oferecido; ● Higiene priorizada diante o local e os funcionários; ● Cozinha própria para Delivery;	FRAQUEZAS ● Não possui estacionamento para os clientes; ● Ausência de ações em publicidade e propaganda na mídia tradicional; ● Maior mesa comporta apenas oito pessoas; ● Não tem grande visibilidade nas redes sociais;
OPORTUNIDADES ● Indicação orgânica através das pessoas; ● Clientes com faixa etária variada; ● Reconhecida na região; ● Maior interesse de pessoas pelo ramo alimentício gourmet;	AMEAÇAS ● Hamburgueria próxima; ● Número grande de concorrentes na cidade; ● Aumento de hamburguerias gourmet na cidade;

MONITORAMENTO DAS REDES SOCIAIS.

Quando nos relacionamos à presença da Brooks Hamburgueria nas redes sociais, mais precisamente o Facebook e Instagram, a franquia ela não possui um grande número de visibilidade por parte do público. Foi possível chegar a esta conclusão devido à pesquisa que realizamos em busca de um maior conhecimento sobre a marca na cidade de Jaú. De 100% dos entrevistados nesse projeto, 60,6% não seguem a Hamburgueria nas redes sociais, sendo que atualmente a empresa se dedica na publicidade e propaganda apenas neste meio.

Ainda assim, as páginas contêm todas as informações necessárias como dias e horários de funcionamento, o local do estabelecimento e o telefone por qual responde ao Delivery. Ao analisarmos melhor as páginas, é notável o fluxo de conteúdo postado constantemente, com post comunicando todas as promoções dos produtos existentes durante a semana, além de interagir com os clientes que frequentam o salão

compartilhando os *stories*[2] que fizeram de seus pedidos e marcando a Brooks, uma ação que se torna positiva para empresa, pois o próprio cliente passa a ser propagador do restaurante.

OBJETIVO DE COMUNICAÇÃO

O objetivo de comunicação é transmitir uma mensagem que o receptor irá decodificar da maneira correta, sendo um público segmentado ou não.

A Hamburgueria deve ter uma comunicação clara com seu público e de forma criativa para atrair novos clientes, sem que haja ruídos no meio dessa mensagem para a decodificação ser feita corretamente e de maneira que todos possam compreender. Sendo assim, a comunicação sendo eficaz, ela trará resultados positivos no final da campanha realizada.

> Podemos conceituar comunicação como o processo pelo qual mensagens são transmitidas de um emissor para um receptor, sendo seu significado compreendido por este. Assim, é perfeitamente possível dizer que um anuncio de revista, um *spot* de rádio ou mesmo um *display* no ponto de venda devem transmitir claramente o significado pretendido pelo anunciante ou marca na sua comunicação com o público pretendido. (SÁ et al., 2010, p. 44)

O principal objetivo da Brooks é se tornar referencial entre tantas Hamburguerias da cidade de Jaú, aumentando o seu Market Share.

OBJETIVOS DE MARKETING

O objetivo real de marketing para a Brooks é aumentar a sua visibilidade e popularidade na cidade de Jaú, trazendo um aumento dos resultados de 40% em vendas em um período de seis meses.

Pretendemos trabalhar com o *Inbound Marketing*[3] com o cliente Brooks Hamburgueria, já que o objetivo do trabalho é aumentar o grau de participação da empresa no mercado de vendas. Dessa maneira poderemos construir conteúdos ao quais as pessoas de interessem em conhecer a Hamburgueria por suas qualidades de ambiente e atendimento, anunciar promoções e ofertas que são oferecidas durante a semana, estimulando um público novo a conhecer a empresa para que se tornem futuramente possíveis clientes fiéis.

---

[2] Os usuários publicam fotos e vídeos rápidos, que podem ser editados, mas sem filtros, e que só podem ser visualizados por um período curto de tempo, pois saem do ar em 24 horas.

[3] Busca de novos clientes para a empresa através de um conteúdo de qualidade que busque chamar atenção, normalmente também o chamam de Marketing de atração (ENDEAVOR, 2014).

COMUNICAÇÃO INTEGRADA DE MARKETING

A comunicação integrada de marketing também conhecida pela sigla “CIM”, tem como finalidade unir ações que transmitam o valor da marca, consequentemente fortalecendo a imagem da empresa no mercado (Fitzpatrick 2005).

Essa é uma das razões a qual a CIM será necessária para a comunicação da Hamburgueria Brooks, onde a empresa busca se consagrar no mercado da cidade de Jaú na área de produção de hambúrguer artesanal.

Existem algumas ferramentas que são usadas para ter sucesso no CIM:

- **Publicidade e Propaganda;**
- **Outdoor;**
- ***QR Code*[4];**
- **Marketing Direto;**
- **Mídias sociais;**
- **Rádio.**

Nos dois primeiros meses março e abril, foi trabalhado a comunicação em cima de ações para que desperte interesse do público em nos seguir nas redes sociais, além da mídia tradicional aumentar a presença da empresa na sociedade para que ela seja sempre lembrada como uma opção. Dentro da campanha serão agenciados os períodos sazonais, que neste caso está o dia da mulher e dia das mães, uma vantagem já que o nosso público a maior parte é feminino.

Utilizado Outdoor criando presença da marca na cidade e divulgando promoções sobre Dia das Mulheres e Dia das Mães, spots de rádio atingindo um público segmentado, as redes sociais para reforçar as promoções feitas neste período e abrindo espaço para interação entre empresa e público com ações como sorteios. Além do mais, os panfletos auxiliarão as mídias tradicionais na comunicação, sendo um meio de baixo custo de produção e um alto alcance de público.

Nos meses de maio e junho, será empenhado em sustentar a campanha, ou seja, produção de material promocional visto que, a marca já deu início a criar uma presença na cidade, se manterá os meios de comunicação utilizados ao lançar a campanha.

Nos últimos dois meses de campanha serão aproveitados para manutenção da imagem da marca. Sempre se promovendo na cidade para se manter uma marca

[4] O *QR Code* é um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado usando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera. Esse código é convertido em texto, um endereço URI, um número de telefone, uma localização georreferenciada, um e-mail.

presente na vida do público, ainda sim trabalhará com os períodos sazonais e promoções habituais do restaurante.

A campanha parte sempre da produção de material promocional que visa aumentar o volume de público que visita a Hamburgueria e consuma também através do Delivery, com estratégias que façam os clientes novos serem fidelizados. Sem esquecer-se dos períodos sazonais que foram sempre demarcados, como os Dias dos Namorados, Dia dos Pais e aniversário da cidade de Jaú.

Referências

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ENDEAVOR **- Ebook Inbound Marketing – o guia definitivo** – Endeavor Brasil/ Rockcontent/ Webinsider, 2014. Disponível em < https://endeavor.org.br/inbound-marketing-guia-definitivo/> Acesso em: 30 out. 2019.

FITZPATRICK, Kathy R. The Legal Challenge of Integrated Marketing Communication (IMC): Integrating Commercial and Political Speech. **Journal of Advertising**, ano 4, n. 34, p. 93-102, 2005.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**: Análise, Planejamento, Implementação e Controle. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1992.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing.** 12. ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico:** Conceitos, Metodologia e Práticas. 22.ed., São Paulo: Atlas, 2005.

SERRA, F.; TORRES, M. C. S.; TORRES, A. P. **Administração Estratégica.** Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores, 2004.

SÁ, P. R. G. et al. **Comunicação Integrada de Marketing.** 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

PROPOSTAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM AUTISMO

Nairiany Maria Capeloza, Viviane Rodrigues, e-mail: naa_capeloza@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-DSM 5 (APA, 2013), o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por um transtorno do neurodesenvolvimento, ou seja, uma condição que altera o nível de desenvolvimento com relação à idade cronológica. Esse transtorno está cada vez mais pautado de estudos que buscam melhorias na realidade educacional e na aprendizagem de crianças espectro autistas.

Foram desenvolvidos métodos e procedimentos com objetivo de fazer a criança espectro autista ser incluída na escola no seu processo de ensino aprendizado. Cada vez mais, muitos estudos tem sido realizados para entendimento desses métodos.

É de grande importância que professores da área entendam que o processo de ensino deve ser observado com grande cautela com relação entre a mediação pedagógica cotidiana e a formação de conceitos, possibilitando o encontro das experiências que ocorrem nesse processo.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo apresentar o processo de ensino aprendizagem dessas crianças, expondo os três grandes grupos de domínio que são prejudicados: área social, linguagem e comunicação e comportamento e pensamento, além de apresentar propostas intervenções educacionais, tais como: Análise Aplicada do Comportamento (ABA), Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS), Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Limitações (TEACCH) e SON-RISE que são muito utilizadas no processo de ensino atual.

2. METODOLOGIA

Para a confecção deste artigo realizou-se uma pesquisa bibliográfica para discutir os processos de ensino e aprendizagem da criança com espectro autista, com planejamento baseado no processo de pesquisa, entendendo desde da definição de conteúdo, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O professor como mediador deve obter uma grande empatia com seu aluno a fim de perceber quais são suas dificuldades e os significados construídos por seus alunos com TEA. O professor que trabalha junto a seu aluno com autismo, na perspectiva do desenvolvimento da linguagem, contribuirá como agente de mediações para a reconstituição e a melhora da vivência emocional de seu aluno, para que seu ser, muitas vezes revelado em suas ações, supere as reações afetivas imediatas para outros contínuos. Do mesmo modo, a linguagem contribuirá para a compreensão e o estabelecimento de regras que são elaboradas nas relações com o outro, no contexto real e natural e por meio do diálogo.

Apesar da sua limitação, a escola é possível. O aluno com autismo pode ser escolarizado quando lhe são oferecidas oportunidades para que esse processo ocorra, com um professor que tenha conhecimento sobre o autismo e métodos educacionais mais adequados para ensiná-lo.

Os principais e mais reconhecidos comprometimentos do transtorno autista encontram-se nas áreas da comunicação, comportamento e interação social. Essas dificuldades fazem com que o aluno com autismo tenha certas limitações no processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, saber o que devemos ensinar para uma criança autista passa a ser fundamental, pois as mesmas não se ajustam as formas habituais de avaliação. Por isso, caracterizamos os principais tipos de intervenção educacional como:

Uma das intervenções educacionais é a ABA (Analise do Comportamento Aplicado). De acordo com Camargo e Rispoli (2013), como uma abordagem científica, ABA é definida como um método para avaliar, explicar e modificar comportamentos embasados nos princípios do condicionamento operante introduzidos por Skinner (SKINNER, 1953). É uma área do conhecimento que desenvolve pesquisas e aplicações a partir dos princípios básicos da análise do comportamento. A ABA pode ocorrer em diversas populações em diversos contextos, na qual, onde houver comportamento humano, ali pode haver ABA, ou seja, pode ser aplicada à crianças e adultos com ou sem necessidades especiais em clínicas, escolas, hospitais, em casa, no ambiente de trabalho ou na comunidade. Não é um método ou um pacote de intervenções fechadas, ela é uma área de investigação e aplicação dinâmica que evolui na medida que novos princípios comportamentais são descobertos por meio de pesquisa científica da análise

do comportamento. Um dos principais processos comportamentais estudados pela análise do comportamento como um todo é a aprendizagem.

Segundo Oliveira (2015), sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS) foi desenvolvido com o objetivo de ajudar crianças e adultos autistas e com outros distúrbios de desenvolvimento a conquistar sua capacidade de comunicação. É um Método simples, e quando bem elaborado e aplicado apresenta resultados na comunicação através de cartões em crianças que não falam e na organização da linguagem verbal para as crianças que falam, mas que precisam organizar a linguagem. Segundo Fonseca e Ciola (2016), o tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Limitações (TEACCH), trata-se de uma intervenção bastante utilizado em todo o mundo, utiliza uma avaliação chamada PEP-R (perfil psicoeducacional revisado) para avaliar a criança, caracterizado como um programa de aprendizado individualizado.

O TEACCH trabalha com os princípios da organização, rotina, tarefas estruturadas, material visualmente mediado, ensino de relações de causa e efeito, comunicação alternativa, espaços com suas funções, delimitações físicas, eliminação de estímulos concorrentes e controle do comportamento.

De acordo com Battisti e Heck (2015), nos diz que o método Son-Rise que busca fazer com que todos os envolvidos com a criança autista sejam capazes de juntos construírem novas maneiras de comunicação e interação, através de atividades lúdicas que forneçam o aprendizado, a autonomia e a inclusão. Esse método destaca que a aceitação do autista em relação ao potencial de desenvolvimento desta pessoa, são princípios básicos para o tratamento. Son Rise busca ajudar o autista a ter a motivação para se interessar pelo outro, ou seja, inspirar a criança a participar ativamente de relacionamentos sociais através de interações alegres, espontâneas e dinâmicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos, pode-se destacar que a pesquisa realizada por meio deste artigo, relata e busca melhorias na realidade educacional da criança e na sua aprendizagem onde a mesma está inserida. Apesar de uma criança autista apresentar algumas dificuldades leves, médias ou severas, para seu desenvolvimento cognitivo, comportamental e social, ao tentar se relacionar com a sociedade, principalmente em sala de aula com crianças “normais”, é preciso incluí-las dentro do contexto geral da escola respeitando as suas limitações para que a mesma possa aprender e participar, estando incluída e não somente integrada. Para isso foram desenvolvidos métodos e

procedimentos conhecidos como propostas de intervenções educacionais. São elas: ABA, PECS, TEACCH e SON-RISE.

Na teoria, a escola é entendida como tendo o papel principal de educador para a vida social. Por fim, é muito importante que a mesma desenvolva, execute e realize competências pedagógicas de aprendizagens para os indivíduos independentes de suas limitações, possibilitando então um melhor acolhimento e compreensão para com todos os alunos espectros autistas.

REFERÊNCIAS

BATTISTI, A; HECK, G. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica.** Universidade federal da fronteira sul, Campus de Chapecó. 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1251/1/BATTISTI%20e%20HECK.pdf>. Acesso em: setembro de 2019.

CAMARGO, S; RISPOLI, M. **Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos.** Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313128786010.pdf>. Acesso em: setembro de 2019.

DSM5 - Manual diagnostico e estatístico de transtorno mentais – 5º edição Disponível em: <https://books.google.com.br >. Acesso em: setembro de 2019.

FONSECA, M; CIOLA, J. **Vejo e aprendo: Fundamentos do Programa TEACCH**: 2º edição. Ribeirão Preto, SP: Book Toy, 2016.

OLIVEIRA, G. et al. **Considerações da aplicação do método PECS em indivíduos com TEA**, Goiânia, v.42, n3, p.303-314,2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Patrick/Downloads/1896-Texto%20do%20artigo-2549-1-10-20150409.pdf>. Acesso em: setembro de 2019.

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: UMA BUSCA PELA IDENTIDADE E EMPATIA

Ana Vitória Leandrin, Diandra Andrades Silva, Emely Terentin, Giovana do Rego, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail: ana.leandrin_jahusp@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade apresentar o que fora aplicado ao longo do período de estágio básico em Psicologia Social Comunitária, o campo escolhido fora uma Entidade de amparo que abriga somente meninas de 6 a 15 anos no contraturno da escola. Está instituição tem como princípio apresentar a estas meninas caminhos aos quais mostrem uma forma melhor de se viver em sociedade; devido a vulnerabilidade social que elas se encontram dentro de suas residências. Pois muitas vezes a realidade de vida destas meninas e a percepção para o futuro é muito pequena. Desta forma esta entidade vem como o intuito de proporcionar uma visão para o futuro quais elas aprendam, um melhor convivo em sociedade; é nesta que as meninas aprendem desde muito jovens a se impor sobre seus direitos utilizando do bom diálogo e respeito com os demais, entre outros aspectos proporcionando um desenvolvimento, emocional, cognitivo e social.

Mas nem sempre proporcionar estes ensinamentos é algo fácil, uma vez que cada menina ali acolhida vem com suas vivência e crenças de um ambiente familiar muitas vezes conflituoso. Identificar estas histórias para algumas instituições também exige um grande esforço; “Algumas instituições de amparo podem saber muito pouco sobre as histórias das crianças que acolhem, uma realidade que assusta, pois se tem a sensação de estar diante de “crianças sem história”. Infelizmente, aquelas crianças com seus rostinhos, personalidades, dificuldades e encantos tão diversos acabavam reduzidas às genéricas “crianças”. (TEMER, C de T. 2005; Instituto Fazendo História).”

Esta é uma realidade que incomoda orientadores e os próprios funcionários e técnicos das instituições, mas não é por descaso ou falta de interesse que isso acontece, mas porque lidar com as histórias de vida dessas crianças é uma tarefa complexa e delicada, na verdade um grande desafio.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – promulgado em 1990 e revisto em 2009 com a Lei 12.010, substituiu a legislação anterior (Código de Menores, de 1979) e trouxe mudanças significativas na história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, colocando em prática um novo paradigma, a Doutrina da Proteção Integral.

A partir dessa mudança de concepção, todas as crianças e adolescentes passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, olhados e respeitados como indivíduos dotados de vontade e personalidade próprias, participando das decisões que lhe dizem respeito e sendo ouvidos de acordo com sua capacidade e grau de desenvolvimento. (TEMER, C de T. 2005; Instituto Fazendo História).

Na relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos ou subalternos. Esse novo paradigma inclui a noção de que família, sociedade e Estado têm obrigações em relação à criança e ao adolescente; proteger e propiciar condições para seu pleno desenvolvimento não são atos de generosidade ou caridade, e sim uma obrigação legal, conforme:

> Art. 4º – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O autor destaca: “construiu-se um objeto abstrato, a ‘criança’, destinado a passar por níveis diversos e sucessivos de aquisição de competências, cada um deles constituindo uma etapa na fabricação da personalidade dos indivíduos” (Javeau, 2005, p.382).

O termo infância apresenta um caráter genérico, cujo significado resulta das transformações sociais, o que demonstra que a vivência da infância se modifica conforme os paradigmas do contexto histórico e outras variantes sociais como raça, etnia e condição social. (Kramer, 2003, p.19)

Formando assim indivíduos únicos que precisam de uma formação adequada de conceito e preconceitos, para que não haja um julgamento sem prévio conhecimento do assunto. Essa formação começa vindo de casa e ao longo da trajetória de vida da criança vai se formando com as vivencias no mundo, podendo ser negativa ou positiva. Antes de essas experiências serem definitivas, qualquer tipo de orientação sobre determinados assuntos: como racismo, etnia, intolerância religiosa, feminismo entre outros, empatia e respeito ao próximo, é de extrema importância para a formação do pensamento destas crianças e jovens. A partir desse momento que a identificação social se formará, e será incorporado no autoconceito do indivíduo.

É a partir desses conflitos intergrupais (envolvendo discriminação, exclusão social, exploração e opressão individual e coletiva), que a identidade de cada pessoa vai sendo construída. Pereira (2002) corrobora essa ideia quando declara que a identidade racial e social é uma construção histórica, que vai muito além dos caracteres biológicos e físicos específicos de uma raça; sendo elaborada, na verdade, com base em interpretações socioculturais dadas a esses caracteres (Silva, 2002).

2 METODOLOGIA

O projeto de estágio foi desenvolvido na instituição Pró-Meninas Entidade de Amparo, localizada na cidade de Jaú-SP, que faz parte dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos- SCFV, que atende meninas de 6 a 15 anos. As equipes multiprofissionais e interdisciplinares envolvem psicólogo, orientadores, assistente social, coordenadores, que atuam em campos diferentes mais com o propósito de intervir e proporcionar às meninas um lugar de amparo.

O trabalho das estagiárias em psicologia foi com meninas de 06 a 11 anos, seguindo esses objetivos:

- Estabelecer o vínculo através de respeito e empatia;
- Estimular a curiosidade, a imaginação e a criatividade;
- Ajudar a criança a perceber e a lidar com os sentimentos e as emoções;
- Minimizar problemas comportamentais, como agressividade, hiperatividade e comportamentos destrutivos;
- Reconhecer a própria identidade: nome completo, filiação, idade, quantidade de irmãos;
- Observar, reconhecer e valorizar as diferentes histórias do grupo;
- Desenvolver a imaginação e a criatividade;
- Identificar suas preferências em relação a tudo que o cerca, a sua realidade;

O grupo de estagiárias de dividiu em dois, um ficou com meninas de 6 a 8 anos e o outro grupo com meninas de 9 a 11 anos. Cada grupo possuía vinte meninas, fora realizado ao longo do estágio 10 encontros, todas as manhãs de quartas – feiras no período das 7h:30min as 11h:30min e a cada encontro fora abordado um tema, para ambos os grupos o público atendido são meninas em estado de vulnerabilidade social e dificuldades no ambiente familiar. Com as meninas menores as atividades desenvolvidas foram proporcionando o desenvolvimento psicomotor e lateralidade, aproximação grupal entre as meninas com o uso da empatia e respeito ao próximo, a importância da amizade.

Já com o grupo de meninas maiores foram trabalhadas atividades com o intuito de proporcionar conhecimento de si e de como lidar com o outro; utilizando temas como a importância em respeitar as diferenças, empatia para fortalecimento de vínculos entre o grupo, falando e expressando sentimentos, resgate de memórias e visão para o futuro.

3 RESULTADOS E DICUSSÕES

O resultado relacionado a teoria mostrou um melhor desenvolvimento psicomotor e nas relações interpessoal. Através da teoria de Piaget foi possível observar as etapas para serem trabalhadas para cada menina, foi possível ter como base as fazes propostas, com as atividades foi possível alcançar um maior enriquecimento perante a teoria e a prática observada. O campo de estágio proporcionou as meninas novas experiências, que contribuíram para uma ampliação de suas aprendizagens, uma vez que as meninas tiveram uma grande aceitação.

Os objetivos do estágio foram alcançados de maneira satisfatória, todas as atividades foram aplicadas sem nenhuma restrição por parte da instituição. A participação do grupo proporcionou um grande aprendizado tanto para elas quanto para as estagiárias. As intervenções foram pautadas em aplicações de atividades lúdicas e dinâmicas, com o intuito de proporcionar interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Foi possível trabalhar com as meninas aspectos como a empatia, imaginação, controle das emoções, reconhecimento dos valores, estimulando o respeito ao próximo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi satisfatório, as estagiárias conseguiram fazer o que tinham planejado, e com uma interação das meninas, as mesmas entenderam o que foi proposto, e foram abertas às atividades, as estagiárias se surpreenderam com as atitudes de algumas meninas, uma vez que elas confiaram e se abriram. A partir desta confiança foi possível notar a mudança em relação a uma melhora no vínculo do grupo. Proporcionar conhecimento, observa si e do outro, estabelecendo uma relação interpessoal e um melhor convívio em sociedade. Dentro dos objetivos foi possível ver uma melhora no autoconhecimento das meninas no que desrespeito as elas e na convivência na instituição. As meninas se mostraram dispostas em aceitar o que lhes era levado. Através do estágio foi possível observar como as relações modificaram a partir dos encontros.

A partir desse campo foi possível ver como o psicólogo se faz necessário para o acolhimento e escuta das demandas na instituição, tendo em vista as vulnerabilidades e as questões sociais a serem trabalhadas. Foi possível observar como o psicólogo tem ou pode agir e para onde poderão ser encaminhados os diversos casos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, LBP. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.

CARDOSO, L M N. A criança abrigada e a sua família: marcas e trajetória/ Lorena Márcia Nascimento Cardoso. – Salvador, 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. Esta é nossa história! São Paulo: Alaúde, 2013
INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. História de vida: identidade e proteção. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

PEREIRA, J. B. B. (2002). O negro e a identidade racial brasileira. In: Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. Racismo no Brasil. (pp. 6571). São Paulo: Peirópolis.

SILVA, P., PEREIRA, A. & CAMINO, L. (2002). O desenvolvimento racial e o processo de branqueamento em crianças. In: VI CCHLA. Conhecimento em Debate. [CD-ROM]. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba.

TEMER, C de T. Instituto Fazendo História. Fazendo minha história Guia de ação para colaboradores. 2005.

PSICOPEDAGOGIA EMPRESARIAL: O PSICOPEDAGOGO AUXILIANDO NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM EM AMBIENTES FABRIS.

Salete Rosemara Gazola, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli, e-mail: salete_gazola@live.com

1 INTRODUÇÃO

1.1 Psicopedagogia: um novo campo de estudo

Este artigo é fruto de pesquisa inicial, que posteriormente será apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia. Tem como tema a Psicopedagogia Empresarial, buscando explicitar as formas de atuação do profissional pedagogo dentro das organizações empresariais. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é de verificar a importância do profissional psicopedagogo em ambientes coorporativos, bem como divulgar este campo de trabalho para a sociedade, sua importância e benefícios.

A Psicopedagogia Empresarial se constitui de profissionais capacitados que atuam dentro das empresas e organizações, dando suporte técnico aos colaboradores, ajudando-lhes e auxiliando-lhes a entenderem suas funções para assim realizar de maneira mais qualitativa seu trabalho, é a aprendizagem constante por meio de estratégias como dinâmicas, cursos, reciclagens, diálogos e orientações. O psicopedagogo inserido dentro da empresa visa desenvolver o potencial humano, intelectual, mental, cultural, físico e de trabalho em equipe dentro de ambientes fabris.

Segundo Grassi (2009) anteriormente ao surgimento da psicopedagogia, no século XIX, alguns médicos, psicólogos, psiquiatras e educadores se interessaram pelas questões da aprendizagem humana, e suas dificuldades, porém “adotavam os mesmos princípios, tanto para crianças com deficiência como para as ditas normais”. (p. 26). Já no início do século XX as áreas da medicina e psicologia deram um grande enfoque para o desenvolvimento e aprendizagem, por meio, principalmente, de pesquisas e testes.

De acordo com Grassi (2009) o nascimento da psicopedagogia esta intimamente vinculado ao contexto social, político e econômico de mudanças ocorridas no século XIX, principalmente na Europa. Com o capitalismo em crescimento, a mão de obra tinha de ser mais qualificada, por isso era preciso oferecer algum tipo de instrução aos futuros

trabalhadores. Consequentemente, com a universalização da escola, os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos foram ficando cada vez mais explícitos, e os testes de inteligência começaram a ser utilizados para medir a capacidade intelectual.

Em conformidade com Grassi (2009) a francesa Jane Mary, por volta da década de 40 a 50, utilizava o termo pedagogia curativa para se referir ao trabalho realizado com aqueles que não aprendiam. Tal termo aos poucos foi sendo substituído por Psicopedagogia, visto que o propósito das duas sempre fora o mesmo, ou seja, de disponibilizar "[...] atendimento terapêutico aos alunos que não conseguiam acompanhar os conteúdos escolares e apresentavam desempenho aquém do esperado [...]" (p. 43), como também apresentavam condutas inconvenientes por não atingirem a aprendizagem esperada para sua faixa etária.

1.2 A Psicopedagogia no Brasil

Conforme Amorim (s.d.) na América do Sul a referência inicial da Psicopedagogia está na Argentina, país em que esta é concebida como curso de graduação. Já no Brasil foi por volta de 1970 que se deu início à especificação dessa área de estudo, influenciada também pelas tendências pedagógicas nacionais. Porém, apenas como tratativa de patologias neurológicas, assim a "[...] intervenção nos problemas de aprendizagem associados às disfunções neurológicas, ou seja, ainda mantendo a visão medicalizante de suas origens [...]" (p. 8). Assim, a prioridade não era caracterizar as aptidões, mas apontar as deficiências.

Amorim (s.d.) afirma que posteriormente a este período, por volta do início dos anos 80, na cidade de São Paulo, houve a abertura e realização do primeiro curso de Psicopedagogia, com o intuito de reeducar crianças "portadoras de deficiências". O curso fora ministrado no Instituto Sedes Sapientiae, sendo estes os profissionais pioneiros que deram origem a atual ABPp (Associação Brasileira de Psicopedagogia). A partir disso "a ABPp divulga o campo de atuação da Psicopedagogia por meio de publicações, publicações de casos e situações de aprendizagem que se destinam a pesquisas e experiências, nos Boletins e na Revista Psicopedagogia". [...] (p. 10), e assim garante a continuidade dos estudos, dando suporte aos profissionais da psicopedagogia.

1.3 A Psicopedagogia Empresarial

Segundo o código de Ética do Psicopedagogo, formulado e reformulado pela Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp, 2011) que tem como finalidade

explicitar diretrizes, princípios e orientar os profissionais que atuam nesta área de conhecimento, cita em seu Capítulo I – Art. 1° que “a Psicopedagogia é um campo de atuação em Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio histórico [...]”. (p. 1).

A Psicopedagogia, conforme descrito anteriormente, por ser um campo de atuação intimamente ligado à educação, pois trabalha com a identificação das dificuldades de aprendizagem, visando melhoria nos desempenhos destes processos, acaba sendo desconsiderada, pelo senso comum, de aplicação e atuação em outros segmentos e âmbitos, como por exemplo, dentro das empresas, auxiliando na gestão de pessoas, em cursos de aperfeiçoamento de função, por meio do auxilio da aprendizagem dos colaboradores.

Machineski, Silva e Machado (2011) defendem que o profissional psicopedagogo inserido dentro da empresa pode auxiliar os colaboradores, a fim de que estes aprendam de maneira mais efetiva suas funções, diagnosticando falhas nos processos, para assim sanar dificuldades, sejam individuais e/ou coletivas, e a partir de tais levantamentos buscar soluções para manutenção da empresa, por isso, acredita-se que:

> Com a globalização da economia e a revolução tecnológica, os colaboradores das empresas da atualidade necessitam estar dia a dia se reciclando e adquirindo conhecimento, para que possam permanecer competitivos no mercado. (MACHINESKI, SILVA E MACHADO, 2011, p. 1621).

Atualmente as empresas necessitam vender cada vez mais seus produtos, visto que a globalização e o capitalismo gera concorrência acirrada e qualquer falha nos processos fabris pode resultar na perda de um cliente potencial. Seja por preço, prazo, qualidade, atendimento, credibilidade e confiabilidade entre outros, tais fatores serão decisivos para o consumidor final decidir qual produto deve fazer parte de seu cotidiano e de sua família.

> Sem a preocupação com o desenvolvimento pessoal e intelectual de seus colaboradores, o que, na atual conjuntura, pode se tornar um problema para a continuidade das atividades das organizações. A colaboração do psicopedagogo no contexto das empresas possibilita a intervenção e a introdução de novas abordagens, auxiliando o desenvolvimento dos colaboradores, fortalecendo os valores e os objetivos dessas empresas. (LOBATO, 2018, p. 2).

Dessa forma é necessário que os colaboradores sejam encorajados, instruídos e auxiliados por profissionais habilitados que proporcionem segurança, e gerem confiança,

para que aqueles passem a ser também empreendedores ativos e potenciais “[...] nos processos de aprendizagem internos [...] justamente porque conhecendo todo o processo produtivo e de pós-produção esses funcionários desenvolvem suas atividades com maior acuidade e responsabilidade.” (LOBATO, 2018, p. 2).

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa está em andamento, e será entregue no ano de 2020 como pré-requisito básico para Conclusão de Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia pelas Faculdades Integradas de Jaú. Sendo esta realizada de maneira qualitativa de cunho teórico-bibliográfico, elaborada a partir de livros, artigos científicos, dissertações e teses e fontes paralelas, como revistas, jornais, além de materiais disponíveis em meios eletrônicos, bem como pesquisa documental com análises de documentos legais que embasam a Psicopedagogia. Assim, o objetivo geral deste estudo é de verificar a importância do profissional psicopedagogo em ambientes coorporativos, bem como divulgar este campo de trabalho para a sociedade, sua importância e benefícios.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o presente momento, percebe-se que atualmente as empresas que possuem uma política de valorização de bem-estar de seus colaboradores, cuidando de sua integridade mental, psicológica, bem-estar físico, e, também, de adequada remuneração, ou seja, preza por proporcionar mais qualidade de vida para seus colaboradores, oportunizando-lhes melhores condições de trabalho, pois é notável que um sujeito motivado e estimulado produz cada vez mais, melhor e com comprometimento em nome de sua empresa.

Dessa forma, é perceptível que a aprendizagem organizacional reflete na qualidade do produto, influenciando de maneira positiva ou negativa em sua aceitabilidade no mercado. Ao conhecer e sentir-se parte integrante do local de trabalho e da organização, criam-se laços de confiança e relação de igualdade horizontal, tais relações são imprescindíveis na busca estratégica do aumento de lucratividade, provindo de compras realizadas por consumidores satisfeitos e fiéis aos produtos e a marca.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, acredita-se que a empresa que proporcionar formação continuada para seus colaboradores, investindo na aprendizagem, como em cursos de

reciclagem para funcionários mais antigos, acolhimento adequado para os iniciantes, expondo-lhes a política de qualidade, princípios éticos e normas, definindo funções de maneira clara e objetiva, sem deixar dúvidas sobre os procedimentos adequados, priorizando sempre o potencial humano que em cada sujeito existe.

Faz-se necessário também, por meio da aprendizagem, tornar o ser/sujeito, neste caso os colaboradores, mais reflexivos e pensantes, exercendo seu poder de tomada de decisão dos processos, visto que como enfatizou Paulo Freire “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”. Assim, acredita-se que quando a empresa não proporciona oportunidades de melhoria, certamente terá em seu escopo de pessoal, colaboradores descontentes e insatisfeitos.

Neste sentido, as empresas e organizações podem gerar experiências mais prazerosas, sem é obvio deixar a lucratividade em segundo plano, mas estabelecer e manter um equilíbrio a fim de que haja um desenvolvimento, tanto qualitativo, quanto quantitativo. E, partindo deste princípio atingir metas, objetivos e altos padrões de produção, sempre por meio de diálogo e de melhoria contínua no sistema de ensino aprendizagem de seus colaboradores, internos e externos.

REFERÊNCIAS

AMORIN, E. S. **Psicopedagogia**: Regulamentação e Identidade Profissional. Artigo Cie ntífico veiculado pela Internet. Disponível em: http://blog.newtonpaiva.br/pos/wp-content/uploads/2013/02/E4-P-27.pdf. Acesso em: 16 maio. 2019.

CÓDIGO DE ÉTICA DA ABPp. Conselho Nacional do Biênio 91/92, revisão biênio 95/96 e revisão triênio 2008/2010 e 2011/2013 aprovado em 2011. São Paulo, 2011 Disponível em: http://www.abpppara.com.br/wp-content/uploads/2012/03/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-%C3%BAltima-revis%C3%A3o-Simp%C3%B3sio.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

GRASSI, T. M. **Psicopedagogia**: um olhar, uma escuta. Curitiba: Ibpex, 2009.

LOBATO, G. A. B. **A psicopedagogia e a aprendizagem educacional:** a importância da gestão do conhecimento no desenvolvimento de pessoas. 2018. Revista Eletrônica de Administração da Universidade de Santa Úrsula – Reasu. Vol. 3, n. 1. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/REASU/article/view/324. Acesso em: 03 set. 2019.

MACHINESKI, R. S.; SILVA, R. T. M.; MACHADO, A. C. T. A. **Atuação e potencialida des do psicopedagogo na área de recursos humanos empresarial**. 2011, 13 f. Artigo (Curso de Especialização em Psicopedagogia Institucional) Instituto Superior de Educação do Paraná INSEP, Paraná, 2011. Disponível em: http://www.conhecer.org .br/enciclop/2011b/ciencias%20humanas/atuacao.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.

QUININA: FARMACOTERAPIA NA MALÁRIA

Flávia Caroline Nogueira, Karina Parra, Odair José Dias de Oliveira, Weslley Fernandes Aleixo, Heloísa Donzella, e-mail: flaviaa-nogueira@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A condessa de Chinchón, esposa do vice-rei espanhol no Peru, foi acometida de forte febre terçã no ano de 1638 e, após ingerir uma poção feita pelos índios chamada “quina-quina” a febre cedeu, finalmente com a continuidade do tratamento ocorreu a cura. Os padres jesuítas desta missão espanhola levaram o pó para a Europa para vendê-lo como um medicamento, que depois ficou conhecido como “pó dos jesuítas” (OLIVEIRA, 2009).

Talvez tenha sido este o primeiro evento que desencadeia a série de desenvolvimentos, experimentações, conquistas e enganos que envolvem a busca da cura da malária.

O “pó branco dos jesuítas” é originário das raízes da árvore de Cinchona (homenagem à condessa Chinchón) tem cerca de 20 m de altura e pertence à família das Rubiáceas. O gênero como Cinchona do qual as espécies mais importantes são: *Cinchona ledgeriana, C. officinalis, C. calisaya e C. pubescens* (OLIVEIRA, 2009).

Pelletier e Caventou (1820) isolaram do “pó dos jesuítas” um alcaloide com extrema atividade contra a malária e o denominaram de quinina. Inúmeros outros métodos foram desenvolvidos para extrair o alcalóide e vendê-lo como medicamento. (OLIVEIRA, 2009).

A extração e exportação para a Europa da Kina (nome indígena da árvore) tornou-se processo lucrativo e, o governo peruano proibiu a exportação de semente para manter o controle deste mercado. Ingleses e alemães contrabandeavam algumas sementes e formaram novas plantações, mas, estas sementes contrabandeadas (*C. calisaya e C. pubescens*) não possuíam as maiores porcentagens de quinina. Então, os alemães adquiriram de forma legal sementes de *Cinchona ledgeriana*, espécie que possui a maior porcentagem de quinina, estabelecendo plantações extensivas e dominando o mercado mundial em 1918 (OLIVEIRA, 2009).

Assim sendo, é que hoje podemos dizer que: a quinina é um alcaloide de gosto amargo que tem funções antitérmicas, antimaláricas e analgésicas. É um estereoisomero da quinidina. O sulfato de quinina é o quinino e é extraído da quina. A quinina, pó branco, inodoro e de sabor amargo, é uma substância utilizada no tratamento de malária e arritmias cardíacas.

Esse trabalho, tem por base procurar se há uma melhor terapia para o tratamento da malária e entender por que após 500 anos, este alcalóide continua sendo muito utilizado para tratamento desta patologia e também em tratamentos alternativos como na homeopatia e fitoterapia.

2 METODOLOGIA

Para concretização desse trabalho utilizamos revisão bibliográfica embasando-nos em livros, artigos e bulas de medicamentos.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Um dos mecanismos de ação é o de inibição de síntese de proteínas do plasmódio, o que impede seu desenvolvimento.

A quinina é eficaz contra o *P. falciparum*, sendo usada isoladamente em áreas onde os tipos desta espécie ainda não desenvolveram resistência ou em associação com antibióticos para aquelas áreas com comprovada resistência a esse antimalárico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Quando em uso isolado, associa-se a baixa adesão devido a necessidade de medicação por pelo menos 7 dias, resultando em tratamento incompleto. No Brasil, a quinina continua sendo uma droga em associação com a doxiciclina ou tetraciclina. (BARATA, 1986).

Para uso de quinina isolada, é necessário 25mg do sal de quinina/kg/dia por 7 dias. Quando necessário esquema de quinina associada, podemos usar 30 mg do sal de quinina/kg/dia por 3 dias com 3,3 mg/kg/dia de doxiciclina de 12/12hs, ou 250 mg de tetraciclina 8/8hs por 7 dias, ou 20 mg/kg/dia de clindamicina 6/6hs por 5 dias.

Estudos (ANVISA, 2018) demonstraram que doses terapêuticas de quinina não induzem o parto e que a estimulação das contrações e sofrimento fetal associado a quinina pode ser atribuída a febre e outros efeitos. Entretanto, o risco de hipoglicemia induzida por quinina é maior para gestantes, sendo assim liberado o seu uso durante a gravidez.

Devido aos seus possíveis efeitos colaterais na gravidez a associação recomendada para gestante e crianças menores de 8 anos é quinina+clindamicina (ANVISA, 2018).

Durante a amamentação o uso de quinina não é contra-indicada pois a quinina e seus metabólitos serão eliminados pelas enzimas e suco gástrico do lactente (ANVISA, 2018).

Dentre os efeitos adversos mais comuns temos os distúrbios visuais, incluindo visão confusa com fotofobia, diplopia, diminuição do campo visual, alterações visuais de cores, zumbido no ouvido, surdez e vertigem, dor de cabeça, náusea, vômito, febre, apreensão, agitação, confusão e síncope (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

No decorrer da história percebemos que houve a tentativa de utilizar a “quina” na produção de medicamentos fitoterápicos e de medicamentos homeopáticos buscando a redução dos efeitos adversos buscando maior aderência ao tratamento da malária.

Para a confecção do medicamento homeopático, é utilizado o córtex seco e reduzido a pó, macerado em álcool a 70% na proporção de 1/20 para obter a tintura mãe. As diluições e sucussões hahnemannianas a partir da TM, serão utilizados no tratamento homeopático (KEUSSEYAN, 2010).

No tratamento fitoterápico, a quina é utilizada a partir da casca do caule, sob a forma de infuso, pó, decocto, sendo utilizado como tônico e anti-inflamatório. No vinho é usada contra a anemia (GANDHI; TRINDADE; PINTO; FERREIRA; CATELLA, 1989).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho podemos concluir que o quinino foi o primeiro medicamento correntemente usado para tratar malária, tendo sido abandonado seu emprego principalmente após o início do emprego da cloroquina. A partir da década de 60 com o surgimento de resistência do *P. falciparum* à cloroquina voltou-se a utilizar o quinino isolado ou em associação para tratar tal infecção.

Com o objetivo de avaliar clinicamente a resposta ao quinino de pacientes com malária por *P. falciparum*, foram analisados os prontuários de 484 pacientes atendidos no Laboratório de Malária da SUCEN e acompanhados por pelo menos 28 dias, e que haviam recebido diferentes esquemas terapêuticos com quinino isolado ou em associação. Do total, 81,0% dos pacientes foram curados pelos esquemas empregados, sendo que dos restantes apenas 0,6% foram R2 e nenhum R3.

O desenvolvimento de outros fármacos antimaláricos, tanto de origem sintética quanto naturais, como a cloroquina e a primaquina, resultou na diminuição do uso farmacológico de quinina. Entretanto, é ainda o fármaco mais eficiente contra a malária produzida pelo Plasmodium falciparum (P.Plasmodium).

REFERÊNCIAS

BARATA, L. C. B; BOULOS, M.; DUTRA, A. P. Emprego da associação tetraciclina e quinino no tratamento da malária causada pelo Plasmodium falciparum. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, [Minas Gerais], v. 19, n, 3, p.135-137, jul./set. 1986. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/bY3xY3vrQgCG8v8zFxdzBds/abstract/?lang=pt.

GANDI, T. S. M. *et al.* Plantas medicinais de Minas Gerais, Brasil. **Acta Botânica Brasílica**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 202-208, 1989. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abb/a/NWtVgShMXy8nsNHKWTytBvx/?lang=pt.

KEUSSEYAN, D. A. China Officinalis. **Associação Brasileira de Reciclagem e Assistência em Homeopatia**, [S.l.], 2010. Disponível em: https://www.abrah.org.br/wp-content/uploads/2010/07/China-officinalis-Patogenesia.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Fármacos Antimaláricos**: relatório 2015. Brasília. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/saude. Acesso em: 30 set. 2019.

OLIVEIRA, A. R. M.; SZCZERBOWSKI, D. Quinina: 470 anos de história, controvérsias e desenvolvimento. **Química Nova**, [São Paulo] v. 32, n. 7, p. 1971-1974, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/qn/a/mWPDYJjzGn9gMkz43JNRFTw/?lang=pt.

REFLEXOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA SAÚDE PÚBLICA

Jaqueline Alessandra de Sousa, Márcia Maria Meneghelli Alves da Silva, Thalia Martins Lopes de Oliveira, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: jaque01234@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho pretende-se explicar qual a importância da saúde e como ela é defendida pela Constituição Federal, já que é um direito fundamental do ser humano. Também tenta-se demonstrar que ela é necessária para a vida, sendo, esta, o direito fundamental mais importante previsto pela Constituição Federal.

Pretende-se explicar, também, com este trabalho, o que é a improbidade administrativa, apresentando e explicando suas modalidades. Expõe ainda, que as sanções estabelecidas ao agente público são penais, administrativas, eleitorais, político-administrativas e civis, sendo elas aplicadas dentro da improbidade administrativa. Por fim, procura-se explicar sobre o reflexo da judicialização na saúde pública, por afetar, esta, com os desvios de dinheiro, que são necessários para sua manutenção.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido de forma qualitativa, tendo sido utilizadas algumas bibliografias específicas e artigos científicos sobre a matéria estudada. Assim tal estudo foi elaborado a partir do método dedutivo, com enfoque particularmente dogmático, cujo objetivo primordial é demonstrar a importância do tema na atualidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É certo dizer que a Constituição Federal, protege direitos fundamentais, principalmente a vida, sendo a saúde pública um direito de todos e dever do Estado, assim, esta, é de extrema importância. Mas, mesmo que a saúde seja de grande importância, considerada mínimo existencial, ainda assim, existem poucos recursos, que não são suficientes para ajudar a todos que a necessitam. Segundo Silva (2014, p.31)

> A evolução conduziu à concepção de nossa Constituição de 1988 que declara ser a saúde direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante politicas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção e recuperação, serviços e ações que são de relevância pública (art. 196 e 197). A Constituição o submete a conceito de seguridade social, cujas ações e meios se destinam, também, a assegurá-lo e torná-lo eficaz.

Por causa da sua relevância, a saúde, por ser um direito de todos, deve ser vigiada pelo Poder Público, conforme o que diz Silva (2014, p.844):

> As ações e serviços de saúde são de relevância pública, por isso ficam inteiramente sujeitos à regulamentação, fiscalização e controle do Poder Público, nos termos da lei, a que cabe executá-los diretamente ou por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Se a Constituição atribui ao Poder Público o controle das ações e serviços de saúde, significa que sobre tais ações e serviços tem ele integral poder de dominação, que é o sentido do termo controle, mormente quando aparece ao lado da palavra fiscalização.

A saúde, é um direito fundamental, prevista na Constituição Federal, que reflete na dignidade humana. Pelo princípio da dignidade da pessoa humana, deve-se atender as necessidades básicas do ser humano, observando o princípio do mínimo existencial.

De acordo com Sarlet apud Magalhães e Alcará (2017, p.4):

> O valor da dignidade humana atinge todos os setores da ordem jurídico política-brasileira, sendo dever do Estado editar leis e realizar políticas públicas visando à satisfação das necessidades vitais básicas de seus cidadãos, velando por sua existência digna. Da mesma maneira, é dever da sociedade agir em conjunto para a efetivação concreta de tais leis e políticas públicas. Nesse sentido, a dignidade da pessoa humana é um limite e também uma tarefa estatal. Pertence a cada indivíduo isoladamente, não podendo ser alienada, violada ou perdida. Como prestação ativa imposta ao Estado, o respeito à dignidade humana reclama que as ações estatais estejam guiadas no sentido da preservação das condições de dignidade já existentes, bem como na promoção da dignidade ainda por conquistar, criando condições possibilitadoras de seu pleno exercício e fruição pelos indivíduos. Afinal, em muitas situações não se torna possível ao indivíduo, isoladamente, obter as condições para a realização de suas necessidades existenciais básicas, necessitando-se aí do concurso de ações do Estado e da sociedade como um todo.

Nota-se que, a saúde pública é o básico para a vida, seguindo o princípio do mínimo existencial, previsto na Constituição Federal, e no princípio da reserva do possível, o Estado atua para cumprir com direitos importantes, como o direito à saúde, na medida do possível, de acordo com o orçamento, contudo garantido os direitos fundamentais, mesmo em situações de precariedade extrema.

A improbidade administrativa é o ato ilegal ou contrário aos princípios da Administração, cometidos por agentes públicos no cumprimentos de suas funções. A lei 8429/1992, estabelece três modalidades de ato de improbidade; Enriquecimento ilícito: o agente público obtém vantagem patrimonial indevida, mas se for condenado nesta modalidade, ocorrerá a perda de todos os bens e valores acrescido ilicitamente ao seu patrimônio; segundo prejuízo ao erário: causa dano ao patrimônio público ou houve prejuízo aos cofres públicos deverá haver o ressarcimento integral do prejuízo e atentado contra os princípios: há uma violação dos principais princípios da administração: legalidade, honestidade, lealdade e imparcialidade.

Os agentes passivo e ativos segundo Di Pietro (2015, p.981):

> Não é necessário ser servidor público com vínculo empregatício, para enquadrar-se como sujeito ativo da improbidade administrativa. Qualquer pessoa que preste serviço público ao Estado é agente público e também qualquer forma de provimento.
> São agentes públicos: agentes políticos, servidores públicos. Os militares e os particulares em colaboração com o Poder Público.
> Sujeitos Passivos: São as entidades que podem ser atingidas por atos de improbidades administrativos, seja ela Direta, Indireta, Autarquias, Fundações, também são incluídas as empresas que recebem algum tipo de subsídios do Poder Público, seja da União, Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios, também estão incluídas as entidades privadas: SESI, SENAI, e outras que recebem recursos públicos. (DI PIETRO, p.980,2015).

As sanções ao agente público poderão ser: penais, administrativa, eleitorais, político-administrativas e civis. Os atos considerados como de improbidade administrativa concernem em diversas sanções, previstas no § 4º do art. 37 da CF/88 e no art. 12 da Lei 8.429/92:

> Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pelaLei nº 12.120, de 2009).

Nos termos do art. 37, § 4º, da CF:

> Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

O Estado deve garantir o direito a saúde, pois se trata de um direitofundamental, onde a Administração tem a obrigação de garantir uma saúde de qualidade a sociedade. O direito a saúde é um direito social fundamental garantido pela Constituição de 1988.Segundo José Afonso da Silva (2014, p.844):

> O sistema único de saúde, integrado de uma rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, constitui o meio pelo qual o Poder Público cumpre seu dever na relação jurídica de saúde que tem no polo ativo qualquer pessoa e a comunidade, já que o direito à promoção e à proteção da saúde é também um direito coletivo. O sistema único de saúde implica ações e serviços federais, estaduais, distritais (DF) e municipais, regendo-se pelos princípios da descentralização, com direção única em cada esfera de governo, do atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, e da participação da comunidade, que confirma seu caráter de direito social, de um lado, e de direito social coletivo, de outro. É também por meio dele que o Poder Público desenvolve uma série de atividades de controle de substância de interesse para a saúde e outras destinadas ao aperfeiçoamento das prestações sanitárias. O sistema é financiado com recursos do orçamento da seguridade social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. A EC29/2000, dando nova redação ao art. 198, previu que essas entidades apliquem, anualmente, em ações e serviços de saúde pública recursos do produto de suas arrecadações tributárias e de transferência em percentagens e critérios estabelecidos em lei complementar, mas o art. 77 do ADCT, acrescido

> pela mesma Emenda, já estabelece o percentual de 5% para União, 12% para os Estados, dos 15% para os Municípios e Distrito Federal, até a promulgação da referida lei complementar.
> Com os desvios de dinheiro na saúde pública surge a necessidade da população de procurar outras formas para que o Estado cumpra com seu dever e proporcionar no mínimo uma saúde de qualidade, surgindo assim a judicialização da saúde, onde a corrupção se faz presente atingindo a todos os usuários do sistema de saúde.

De acordo com ex ministro Joaquim Barbosa:

> A judicialização dos direitos sociais à saúde é um tema “superlativo” e deve ser enfrentado sem rodeios em razão do número cada vez mais frequente de decisões administrativas e judiciais referentes ao pleito de cidadãos na busca por essa garantia elementar”.

Com o crescente e assustador números de cidadãos que procuram as vias judiciárias para conseguir remédios e cirurgias, crescem também as formas de corrupção principalmente do ramo farmacêutico e dos laboratórios, que praticam preços abusivos dos medicamentos, muitas vezes essenciais para a preservação da vida e colocam até remédio em fase de experimento no comercio.

Os atos de improbidade administrativa ocorre em todas as esferas da Administração Pública, seja ela: União, Estados, Município, administração direta ou indireta. As condutas que devem ser repelidas no âmbito público são as que envolvem a destinação dos recursos, e consequentemente a forma de aplicação e os desperdícios existentes, ressaltando que diariamente a população é privada de suas necessidades mais básicas, decorrente dos atos de improbidade que rebaixam o princípio da supremacia do interesse público em decorrência aos interesses particulares dos agentes públicos ímprobos e corruptos. Há uma distinção entre improbidade administrativa, corrupção e má-gestão. É notória e prejudicial o mal uso das verbas públicas que prejudicam o funcionamento da saúde pública, com a corrupção, o dinheiro é desviado para atender interesses particulares, sendo que a maioria da população estão sofrendo em hospitais sem condições de atendimentos com aparelhos obsoletos, faltas de médicos e enfermeiras e assim vidas são ceifadas diariamente seja aguardando por leitos, medicamentos ou atendimento digno.

Há uma necessidade que a Lei de Improbidade seja aplicada com mais rigor, afastando assim que os corruptos e maus gestores se beneficiem obtendo vantagens e prejudicando a maioria da população. Outro problema que surge e que com o aumento de ações no Judiciário para se obter medicamentos, cirurgias ou outros tratamentos e que além dos recursos não serem suficientes abre se uma oportunidade para que seja mais fácil o desvio de dinheiro prejudicando a coletividade.

Jurisprudência

> EMENTA: PACIENTE COM HIV/AIDS – PESSOA DESTITUÍDA DE RECURSOS FINANCEIROS – DIREITO À VIDA E À SAÚDE – FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS – DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5º, CAPUT, E 196) – PRECEDENTES (STF) – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL
> INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. – O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular – e implementar – políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, inclusive àqueles portadores do vírus HIV, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. – O direito à saúde – além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas – representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQUENTE. – O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política – que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro – não pode converter-se em promessa Constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES. – O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àquelas portadoras do vírus HIV/AIDS, dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, caput, e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. (STF – RE 271.286/RS, rel. Min. Celso de Mello, DJ 24.11.2000).

Atualmente o sistema de saúde não consegue na integridade suprir todas as necessidades da população, muitas vezes precisa-se recorrer ao Judiciário para que direitos fundamentais sejam respeitados.

O Estado alega que não tem dinheiro suficiente para conseguir suprir essas necessidades, com base na teoria da reserva do possível. Todos os entes da Federação, seja em qualquer esfera estão comprometidos com o auxílio e dever de dar a coletividade o mínimo existencial. Já que a saúde é um direito fundamental de todos e dever do Estado, quando a Administração não cumpre seu papel de satisfazer a todos que necessitam, seja porque não tem recursos ou seus recursos são limitados, a única alternativa é recorrer ao Poder Judiciário para satisfazer a necessidade da população, principalmente a mais carente. Cabe ao Judiciário intervir para que esses direitos sejam

cumpridos, não que seja usurpação de poderes, mas uma garantia do direito à vida e a dignidade da pessoa humana, ambos princípios basilares que norteiam a Constituição. O Judiciário age diante da violação dos direitos, corrigindo distorções e violações cometidas pela Administração Pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que, o direito à saúde é um direito fundamental para a vida humana é que é protegido pela Constituição Federal de 1988, sendo considerada o básico para se viver, respeitando o princípio do mínimo existencial. Nota-se que a improbidade administrativa é um ato ilegal, sendo impostas sanções para a ilegalidade e por ir contra princípios da Administração. É correto dizer que, é dever do Estado garantir a saúde pública, sendo, esta, um direito social fundamental previsto pela Constituição Federal, devendo, assim, ser investida qualidade para a população que a necessita. Também, pode-se dizer que o Estado deve proteger, este direito fundamental, dos atos ilícitos, para que o dinheiro não seja desviado de um setor tão importante como o da saúde, e para que a população usuária não precise recorrer à justiça para ter seus direitos garantidos. Portanto, o Estado deve tomar providências para cessar ou, ao menos, diminuir a corrupção, para cumprir com seus deveres estabelecidos em lei.

REFERÊNCIAS

AFONSO José. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37ª ed., revistada e atualizada nos termos da Reforma Constitucional, emenda Constitucional n. 76, de 28.11.2013. São Paulo – SP: Malheiros Editores Ltda.

Di PIETRO, Maria Sylvia Zanella**, Direito Administrativo**, 28. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MAGALHÃES, Jaqueline Silva apud ALCARÁ, Marcos. **REFLEXOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA SAÚDE PÚBLICA**. v. 5, n. 1, Nov-Dez/2017, p. 156-174. Disponível em: <file:///C:/Users/2016demo/Downloads/2357-7376-1-PB.pdf>. Acesso 26 de setembro 2019.

PLANALTO, **Lei 8429 de 1990**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12120.htm>. Acesso 24 de setembro 2019.

JUS BRASIL, **JURISPRUDÊNCIA**. Dispobível em: < https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/779142/agregno-recurso-extraordinario-re-agr-271286-rs>. Acesso 09/10/2019.

PLANALTO, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso 09/10/2019.

REGGIO EMILIA: A ABORDAGEM QUE INSPIRA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Letícia Do Carmo Munhoz, Lucelene Aparecida Gazolla, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli, e-mail: susezan@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

"[...] Dizem-lhe enfim: que as cem não existem. A criança diz: ao contrário, as cem existem" (Loris Malaguzzi). O presente trabalho tem como objetivo analisar os princípios norteadores da abordagem Reggio Emília como suporte para o desenvolvimento da criança e a construção do protagonismo infantil, dando ênfase em seu método de ensino e aprendizagem, retratando a importância do ateliê e de seus ambientes e o papel do professor e a documentação pedagógica.

Para Edwards, Gandini e forman (2016), a abordagem Reggio Emília trabalha as inúmeras linguagens da criança, seu potencial, sua autonomia e a vê como uma peça fundamental a ser lapidada para o seu próprio sucesso como pessoa e como luz para um mundo melhor:

> A abordagem incentiva o desenvolvimento intelectual das crianças por meio de um foco sistemático sobre a representação simbólica. As crianças pequenas são encorajadas a explorar seu ambiente e a expressar a si mesmas através de todas as suas "linguagens" naturais ou modos de expressão. (EDWARDS, GANDINI, FORMAN, 2016, p. 23).

Conforme Edwards, Gandini e Forman (2016), o papel do professor é voltado para a provocação de oportunidades e de descobertas, através de uma facilitação alerta e inspirada e de estimulação do diálogo, de ação conjunta e da co construção do conhecimento pela criança, assim, diante da convicção em que que os professores seriam os únicos responsáveis por todas as questões relativas ao aprendizado foram sendo desconstruídas, e as crianças passaram a ocupar o papel central no processo de ensino e aprendizagem.

Ainda em conformidade com Edwards, Gandini & Forman (2016), o papel do professor é voltado para a provocação de oportunidades e de descobertas, através de uma facilitação alerta e inspirada e de estimulação do diálogo, de ação conjunta e da coconstrução do conhecimento pela criança.

Diante dos argumentos apresentados, nota-se que a abordagem de Reggio Emília tem muito a enriquecer no desenvolvimento da criança e no sucesso da Educação Infantil. A abordagem transforma a educação infantil e a forma como a criança é vista, trabalhando sua linguagem e sua autonomia, provando que a criança pode ser protagonista de sua aprendizagem.

Diante dos fatos, acredita-se que a abordagem Reggio Emília pode ser um suporte, servir de base para o trabalho do educador e o protagonismo infantil.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, realizado a partir de livros, artigos científicos, dissertações e teses e fontes paralelas, como internet, revistas e jornais, bem como pesquisa documental com análises de documentos legais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Brasil (1988), a concepção de criança é um conceito historicamente construído e que vem se modificando ao longo do tempo. Boa parte das crianças brasileiras enfrentam um cotidiano bastante hostil, conduzindo-as a precárias condições de vida, abuso e exploração. Enquanto outras crianças são protegidas, recebendo de suas famílias e da sociedade os devidos cuidados para o seu desenvolvimento. “Essa dualidade revela a contradição e conflito de uma sociedade que não resolveu ainda as grandes desigualdades sociais presentes no cotidiano”. (p.21).

Em conformidade com Mascioli (2013), em análises feitas sobre o conceito da infância, é possível constatar significativas alterações no decorrer da história, no qual “[...] compreender tais mudanças conceituais, consideradas ao ponto de vista histórico, pode revelar muito sobre a situação da infância nos dias atuais” (p. 63) e compelem buscas para se compreender esse sentido da infância como cidadãos ativos, assim, a criança traz consigo a aprendizagem e potencial através de sua interação e brincadeiras, vivenciadas no cotidiano com as crianças da mesma faixa etária e também com adultos, podendo expressar-se de modo afetivo, tendo suas próprias frustações, resolvendo possíveis conflitos existentes experienciando emoções no seu cotidiano.

A abordagem Réggio Emília se destaca por tudo aquilo que foi realizado ao longo do tempo no campo da educação, a qual hoje, é reconhecida como centro de inovação e ponto de referência e inspiração para educadores ao redor do mundo. Réggio guarda a impressionante história de como Loris Malaguzzi, um jovem professor italiano, dedicou

sua vida durante anos transformando sua paixão, em conjunto com pais e membros da sua comunidade, para a construção de uma “nova escola” ao fim da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Gandini, tudo começou seis dias após a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1945, no qual Loris Malaguzzi um dos principais contribuintes e idealizador da abordagem, presenciou e participou de toda essa transformação na Educação Infantil. Malaguzzi se vê maravilhado e incrédulo diante de tal ideia, da possibilidade de se construir tal escola, o inventário para a sua construção, o empenho das pessoas que trabalhariam arduamente e o olhar para as crianças daquele local, fizeram com que se dedicasse inteiramente a realização daquele sonho. Ele que era professor e fora convidado por aquelas pessoas, que lhe relataram alguns pormenores:

> [...] Construiremos a escola por nossa conta, trabalhando à noite e aos domingos. A terra foi doada por um fazendeiro; os tijolos e as vigas serão retirados das casas bombardeadas; a areia virá do rio; o trabalho será realizado por todos nós, como voluntários. (MALAGUZZI, 2016, p. 57).

Cardoso (2018) ressalta que Reggio Emília desenvolveu sua própria filosofia e pedagogia, e os métodos de organização e os princípios de organização ambiental são como um todo unificado. O espaço assume um papel primordial, as crianças são impulsionadas a explorar as inúmeras possibilidades que os ambientes lhes proporcionam e a se expressarem através de todas as linguagens infantis, intitulada por Malaguzzi como: “as cem linguagens da criança” que envolvem pinturas, desenhos, palavras, movimentos, músicas, dentre outras. A educação em Reggio Emília é vista como uma atividade comunitária e também como um modo de compartilhar a cultura, havendo uma exploração simultânea entre crianças e adultos, abordando tópicos relacionados à investigação e discussão.

Em conformidade com Edwards, Gandini e Forman (1999), na abordagem Reggio Emíla as crianças são encorajadas a explorar o ambiente, incentivando seu desenvolvimento intelectual e a se expressar através de todas suas linguagens naturais e por suas expressões, seja movimentos, palavras, pinturas, montagens, desenhos, dramatizações, músicas e expressões corporais. A abordagem é vista como uma forma de exploração conjunta, na qual as crianças especulam, discutem e expressam tudo o que foi observado pelas mesmas. A proposta tem como objetivo mostrar a abordagem pedagógica voltada para a criança como protagonista na construção de seu próprio conhecimento.

Edwards, Gandini e Forman (1999), ressalta a criança e seu protagonismo como foco da abordagem. Um dos aspectos centrais da abordagem gira em torno da Pedagogia da Relação em que envolve a participação de professores e dos próprios pais na escola, não apenas em reuniões para saber do comportamento de seus filhos, mas sim participando e fazendo parte dela, como uma família. Nessa relação, as crianças aprendem com o outro, por meio de diálogo, na troca de ideias e informações.

Em conformidade com Edwards, Gandini e Forman (2008, p. 151), na abordagem, a troca social é essencial para a aprendizagem, na qual as crianças constroem em conjunto seu conhecimento acerca do mundo, cooperando e até mesmo entrando em conflito com as hipóteses que surgem no decorrer das atividades, usando as ideias de uma para o desenvolvimento da ideia de outra, ou ainda, para explorarem uma trilha ainda não explorada em um espaço organizado para favorecer relacionamentos e interações entre as mesmas.

Para Marafon e Menezes (2017), Loris Malaguzzi ao criar o ateliê, teve como princípio revolucionar o ensino e aprendizagem nas escolas para crianças pequenas. Portanto, em Reggio Emilia, o ateliê é um espaço em que a criança tem a possibilidade de fazer com as próprias mãos, sendo assim se torna um lugar de sensibilização estética, exploração individual, além de ser um lugar planejado para se conectar os inúmeros projetos das diferentes salas de aula. As autoras classificam o ateliê como uma oficina, onde as ideias das crianças se manifestam e se multiplicam com o uso de diversos materiais, dentre esses materiais existe a linguagem "[...] para expressar e comunicar, fazendo parte do processo de aprendizagem, permitindo que a criança crie de maneira inesperada, com possibilidades ilimitadas [...]" (p. 5996).

Segundo Gandini (2016), o espaço documenta o trabalho desenvolvido pelas crianças. Os mesmos são exibidos por todos os cantos da escola, moldando o espaço e proporcionando aconchego, contribuindo para a documentação sobre as atividades específicas, o enfoque educacional e as etapas do processo.

> [...] Acima de tudo, é um modo de transmitir aos pais, aos colegas e aos visitantes o potencial das crianças, suas capacidades em desenvolvimento e o que ocorre na escola. Naturalmente, também torna as crianças conscientes da consideração que os adultos têm por seus trabalhos. Finalmente, as exposições ajudam os professores na avaliação dos resultados de suas atividades e contribuem para seu próprio avanço profissional (GANDINI, 2016, p. 146).

Ainda de acordo com Gandini (2016), "o ambiente é visto como algo que educa a criança; na verdade, ele é considerado o "terceiro educador", juntamente com a equipe

de dois professores" (p. 148). Para que possa agir como um educador, o ambiente precisa ser flexível, passando por modificações frequentes pelas crianças e professores, para que possa se manter atualizado e sensível perante a necessidade de ser protagonista na construção do conhecimento. Loris Malaguzzi ressalta sobre a valorização do espaço, ressaltando o seu poder de organizar, promover relacionamentos agradáveis, além da criação de um ambiente atraente, com a possibilidade de mudanças e aprendizagens diversas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem de Reggio Emília transforma a educação infantil e a forma como a criança é vista, trabalhando sua linguagem e sua autonomia, provando que a criança pode ser protagonista na sua aprendizagem.

Diante dos fatos, acredita-se que a abordagem Reggio Emília pode ser um suporte, servir de base para o trabalho do educador e o protagonismo infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL.[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasilia, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: www.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 23. mar. 2019.

CARDOSO, R.S. **A leitura da documentação pedagógica com o crivo de referências freireanos:** subsídios para uma formação de professoras que trabalham com bebês e crianças pequenas. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Formação de Professores) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.Acesso em: 15.abr.2019

EDWARDS, C. GANDINI, L. FORMAN, G. **As Cem Linguagens da Criança:** a abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999.Acesso em: 23.mar.2019

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G.; **As Cem Linguagens da Criança:** a abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância. v.1. Porto Alegre: Penso, 2016.Acesso em: 29.jun.2019

MARAFON, D.; MENEZES, A.C. A Abordagem de Reggio Emília para a Aprendizagem na Educação Infantil. **Educere, XIII Congresso Nacional de educação.** Paraná, 2017. Disponível em htpps:/educere.bruc.com.br/arquivo/psf2017/26611_13639.pdf. Acesso em: 17 ago 2019.

MASCIOLI, S. A. Z. As propostas e o trabalho pedagógico com as múltiplas linguagens curriculares na educação infantil. *In*: SOMMERHALDER, A. (Org). **A Educação Infantil**

em Perspectiva: fundamentos e práticas docentes. São Carlos: EdUFSCar, 2013.03.Acesso em: ago.2019

REGIME TRIBUTÁRIO E SUAS ESCOLHAS

Renan C. Videira, Tatiana S. Moreno, Wagner V. M. de Morais, Flavio Scalco, e-mail: renan.videira@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O sucesso de uma empresa passa pelo procedimento de escolha de regime tributário, a atenção para o firmamento da opção é essencial, pois um erro neste processo pode acarretar na geração de impostos inadequados, causando problemas para a empresa, tanto em âmbitos fiscais com a Receita Federal e até mesmo financeiros da empresa. Existem três tipos de Regime de tributação que as empresas podem aderir, são eles: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. Após a abertura da empresa, é primordial que a inserção em um desses regimes seja acompanhada e analisada por um responsável experiente na área, o contador.

Hoje em dia muitas empresas acabam optando pelo regime tributário incorreto, na maioria das vezes por erro dos escritórios à qual estão vinculadas, problema este que pode ter sido acarretado pela falta de preparo ou de vontade do contador responsável.

Com este artigo pretendemos trazer de uma forma rápida e objetiva como escolher o regime tributário mais adequado à empresa, seja ela de pequeno, médio ou grande porte.

2 METODOLOGIA

Neste artigo apresentamos uma discussão inicial sobre o assunto proposto acima. Para a realização e desenvolvimento da mesma utilizaremos inicialmente referências bibliográficas como artigos, discussões de site especializados e livros de analises contábeis e de legislações tributárias. Após essa primeira fase utilizamos os estudos empíricos no desenvolvimento de uma planilha onde serão realizados os cálculos necessários para obter os resultados que iremos apurar e analisar a fim de transmitir ao cliente a melhor opção de regime ao qual sua empresa irá se adequar; formularemos dados simulados baseados em empresas reais as quais não iremos divulgar devido a um acordo de confidencialidade; e, por fim, serão feitos planejamentos e estudos no mercado, rendimento sobre negócio em análise detalhada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No mercado atual dos escritórios contábeis apura-se que a grande maioria opta por adequar os seus clientes ao regime do Simples Nacional pela facilidade no qual ele irá trabalhar com o mesmo, afim de fazer as apurações e gerações de guias (FRABRETTI, 2006). Diante dessa afirmação, é necessário esclarecer que os principais regimes tributários, conforme discute o SEBRAE (s/d), e suas características são:

- Simples Nacional: este regime possui alíquotas menores e mais simplificadas juntamente com sua administração facilitada, proporcionando controle de arrecadação em uma guia unificada que irá englobar as esferas municipais, estaduais e federais.

- Enquadrar-se como microempresa ou de empresa de pequeno porte;
- Cumprir os requisitos previstos na legislação;
- Recolhimento dos tributos abrangidos mediante documento único de arrecadação – DAS;
- Possibilidade de os estados adotarem sublimites para EPP em função da respectiva participação do PIB. Os estabelecimentos localizados nesses estados cuja receita bruta total extrapolar o respectivo sublimite deverão recolher o ICMS e o ISS diretamente ao estado ou ao município.
- Abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a contribuição para a seguridade social destinada à previdência social a cargo de pessoa jurídica (CPP).

- Lucro Presumido: Este Regime tributário é bastante utilizado por prestadores de serviço.

- Para empresas com lucro superior a 32% do faturamento bruto, podem ter grandes vantagens dessa modalidade.
- A base de calcula para o recolhimento de impostos varia de com a atividade de cada empresa.

- Lucro Real: Este regime as empresas de maior porte costumam escolher, sendo pouco utilizado pelas PMEs.

- No Lucro Real, a empresa paga o IR e a contribuição social sobre a diferença positiva entre a receita da venda e os gastos operacionais em determinado período;
- Costuma interessar as empresas somente quando existe a combinação de um grande volume de faturamento com negócios que possuem margens de contribuição apertadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta é uma discussão inicial, apresenta apenas a formulação da nossa ideia e formulação do problema. Com isso o trabalho pronto pretende-se desmistificar esse tabu, facilitando para até mesmo o próprio cliente. E, baseando-se nos possíveis custos e resultados da empresa, saber se o escritório e o profissional contábil está trabalhando para seu melhor resultado e não somente recolhendo mensalmente os honorários pré-estabelecidos. Com este estudo podemos oferecer ao cliente um serviço mais ético e profissional, através da elaboração de um planejamento tributário a principio superficial que é indispensável para a saúde da empresa.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria da Receita Federal. **Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS.** Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>Acesso em 02/10/2019.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributaria**. 10.Ed. São Paulo, ATLAS, 2006 P.32

SEBRAE. **Conheça os três regimes tributários**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/conheca-os-tres-regimes-tributarios,1ddf8178de8c5610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 02/10/2019.

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS E A DISPENSA DO "HABITE-SE"

Paula Santos Matiello, Renato Montefusco Zanolla, e-mail: pcaroljau@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O termo de conclusão da obra, popularmente conhecido como "habite-se", é uma certidão emitida pelos Municípios atestando que o imóvel ali construído ou reformado, cumpre com todos os parâmetros adequados e necessários para habitação, o tema encontra-se regulamentado pela Lei de Registros Públicos nº 6.015 de 31 de Dezembro de 1973. Para o proprietário do imóvel, o habite-se também serve como comprovante de que a obra seguiu o que foi pré-aprovado pela Administração Pública Municipal.

Para emissão da certidão de conclusão de uma obra, é necessário que o projeto de construção ou reforma elaborado por um engenheiro seja apresentado ao Órgão Municipal da cidade para aprovação, depois de aprovado dar-se a inicio as obras conforme o projeto. Ao final das obras, o fiscal da Prefeitura se desloca até o endereço para averiguar, não havendo divergência, expede-se a certidão podendo o imóvel ser habitado, ou se for o caso, utilizado para os fins comerciais previamente solicitados e aprovados.

Ocorre que, imóveis localizados em bairros de baixa renda, adquiridos por intermédio de programas habitacionais, no qual o Governo cria novos bairros para os que desejam obter sua casa própria, mas não tem condições financeiras para tal finalidade, não cumprem as exigências necessárias, são construídos sem expedição do "habite-se" ao final da obra. Além de não cumprirem os requisitos exigidos pelo Município, sofrem modificações ao longo dos anos sem que haja prévia autorização, dificultando-se, desta feita a emissão da certidão, o que impede o devido registro no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição da localidade do imóvel em nome do proprietário, sendo estes irregulares.

Os imóveis aqui mencionados são concedidos mediante pagamento irrisório, valores abaixo do mercado, e não possuem escritura. Ao final do pagamento que na maioria das vezes alcançam 30 anos, os moradores procuram a Prefeitura da cidade (tanto) para regularizá-los, quanto para transferir mediante compra e venda, e registrar sua escritura junto ao Cartório de Registro de Imóveis, o que não é possível.

2 METODOLOGIA

O presente artigo visa evidenciar a importância da dispensa do habite-se em imóveis localizados predominantemente em área de baixa renda. Inúmeros são os casos, dos quais, proprietários de imóveis de baixa renda e custo adquiridos em programas habitacionais do Governo, buscam a regularização, o que até então parecia uma missão quase impossível. A questão da regularização do habite-se é prejudicial não só por motivos de habitação, quiçá alienação, já que grande parte dos imóveis adquiridos nos dias de hoje são mediante financiamento. Para tanto se utilizará o método analítico-dedutivo com análise bibliográfica e legislação pátria.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante ao problema apresentado acima, foi aprovado em Agosto deste ano de 2019 a alteração na Lei de nº 6.015 de 31 de Dezembro de 1973 dispensando o habite-se na averbação de casas uni familiar, que contenha apenas um pavimento, finalizado há mais de 05 anos, em áreas predominantemente de baixa renda, segue trecho:

> *"Art. 247-A. É dispensado o habite-se expedido pela prefeitura municipal para a averbação de construção residencial urbana uni familiar de um só pavimento finalizada há mais de 5 (cinco) anos em área ocupada predominantemente por população de baixa renda, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia."*.

O Consultor Jurídico da Associação Brasileira dos Mutuários de Habitação (ABMH), Riuler de Jesus,[1] em matéria publicada na Assessoria da ABMH, disse acreditar que com a desburocratização na emissão dessa certidão, seja injetado no Estado dinheiro decorrente de tributos de propriedade. A medida também irá reduzir o número de imóveis irregulares, com a dispensa da certidão para aqueles que possuem um só pavimento com mais de cinco anos, os imóveis poderão então ser registrados, e posteriormente vendidos mediante recolhimento de impostos de transferências, custas cartorárias referentes ao registro e emissão de escritura, dentro outros impostos.

Antes da alteração na Lei dos Registros dispensando o habite-se, este era documento imprescindível para regularização do imóvel junto a Administração Pública Municipal. Conforme mencionado inicialmente, o habite-se é expedido ao final da obra quando confirmado pelo Técnico ou Engenheiro da Prefeitura que a mesma foi realizada

[1] Assessoria de Imprensa da ABMH/SE. **Lei dispensa regularização de habite-se para moradia de baixa renda.** Disponível em https://infonet.com.br/noticias/economia/lei-dispensa-regularizacao-de-habite-se-para-moradia-de-baixa-renda/. Acesso em 03 de Outubro de 2019.

mediante prévia aprovação, após, é feita a averbação do imóvel para daí então dar andamento aos trâmites cartorários a fim de se obter o registro do imóvel seja residencial ou comercial, lembrando que as taxas variam em cada Município/Estado. A jurisprudência abaixo visa evidenciar os entendimentos acerca do tema:

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA -INTERESSE PROCESSUAL - VERIFICAÇÃO - LEGITIMIDADE PASSIVA - PRESENÇA - EMISSÃO DE HABITE-SE - OMISSÃO - LIMINAR - DEFERIMENTO - MANUTENÇÃO. - Há interesse de agir quando o provimento jurisdicional pretendido mostra-se necessário e útil à tutela do direito do qual a parte afirma ser titular - As autoridades responsáveis pela prática do ato administrativo, são legítimas para figurar no polo passivo do mandado de segurança onde pleiteia a coibição de ato violado de direito líquido e certo, ainda que por omissão - Tendo o impetrante comprovado o preenchimento dos requisitos necessários à obtenção do Habite-se, cabível a manutenção da decisão que deferiu sua expedição.*
> *TJMG. (19 de Agosto de 2019). Agravo de Instrumento AI 10000190279372001 MG Relator Alexandre Santiago DJ: 06/08/2019. Acesso em 12 de 10 de 2019, disponível em JusBrasil: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/745504049/agravo-de-instrumento-cv-ai-10000190279372001-mg?ref=juris-tabs>*

Também se espera uma mudança por partes dos bancos que fornecem financiamentos para aquisição de imóveis, já que um dos requisitos indispensáveis para liberação é a certidão de habite-se[2]. A mudança na Lei foi de grande valia para aqueles que possuem imóveis, adquiridos mediante planos habitacionais, de baixa renda, já antigos, porém irregulares, que terão a chance de reconhecê-los como propriedade, registrá-los nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis, e consequentemente tornando-os objeto de novas negociações jurídicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo notícia publicada no Jornal do "Correio Braziliense"[3], cerca de 50% dos imóveis no país são irregulares, por diversos motivos, seja pela falta de expedição do habite-se antes dos possuidores do imóvel adentrá-lo, por falta de averbação e/ou de registro, informação fornecida pelo Ministério de Desenvolvimento Regional. Não são apenas imóveis de baixa renda, mas sim de todas as classes sociais, nos mais variados bairros e cidades do país.

A falta de regularização causa prejuízos financeiros ao país também já que esses imóveis são como "inexistente" nos registros, não podem ser ofertados em garantia, não

[2] Assessoria de Imprensa da ABMH/SE. **Lei dispensa regularização de habite-se para moradia de baixa renda.** Disponível em https://infonet.com.br/noticias/economia/lei-dispensa-regularizacao-de-habite-se-para-moradia-de-baixa-renda/. Acesso em 03 de Outubro de 2019.
[3] RIBEIRO, Luiz. **Metade dos imóveis no país são irregulares segundo Ministério**. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/07/28/interna-brasil,774183/imoveis-irregulares-no-brasil.shtml>. Acesso em 03 de Outubro de 2019.

incidem impostos sobre eles, seja em inventário, venda, doação, por isso o advogado Renato Góes, presidente da comissão de Regularização Fundiária da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo, acredita que o problema é antigo, vem desde o descobrimento do Brasil.[4]

A regularização do imóvel é importante, por isso a simplificação na emissão de documentos para regularização dos mesmos é também de extrema importância, o país precisa evoluir de maneira organizada, contudo, é necessário ajustar os problemas existentes atualmente. A alteração na Lei dos Registros que dispensa o habite-se em imóveis com mais de cinco anos permitirá que muitos brasileiros regularizem suas casas, tornando-as objeto de novas negociações, na esperança que um dia todos tenham suas residências regularizadas. Aos poucos esses problemas vão sendo resolvidos, de trás pra frente, conforme as necessidades.

REFERÊNCIAS

PAPINI, Roberto. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. **Sociedade anônima e mercado de valores mobiliários.** <http://rexperts.com.br/habite-se-certificado-de-conclusao-da-obra/>. Acesso em 01 de Outubro de 2019.

FORTUNA, E. 19. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013. **Mercado Financeiro: Produtos e serviços.** Disponível em: <https://fluxoconsultoria.poli.ufrj.br/blog/arquitetura-construcao/habite-se/>. Acesso em 03 de Outubro de 2019.

FEDERAL, Senado. **CCJ Aprova dispensa de habite-se para cassas térreas uni familiares.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/22/ccj-aprova-dispensa-de-habite-se-para-casas-terreas-unifamiliares>. Acesso em 03 de Outubro de 2019.

GLOBO, G1. **Bolsonaro sanciona lei que permite famílias pobres tirarem escritura sem ter o habite-se.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/09/bolsonaro-sanciona-lei-que-permite-familias-pobres-tirarem-escritura-sem-ter-o-habite-se.ghtml>. Acesso em 02 de Outubro de 2019.

DUARTE, Felipe. **O que mudou com a lei que dispensa o habite-se.** Disponível em: <https://fellipesd.jusbrasil.com.br/artigos/748892529/o-que-mudou-com-a-lei-que-dispensa-o-habite-se>. Acesso em 01 de Outubro de 2019.

RIBEIRO, Luiz. **Metade dos imóveis no país são irregulares segundo Ministério.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/07/28/interna-brasil,774183/imoveis-irregulares-no-brasil.shtml>. Acesso em 03 de Outubro de 2019.

[4] RIBEIRO, Luiz. **Metade dos imóveis no país são irregulares segundo Ministério**. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/07/28/interna-brasil,774183/imoveis-irregulares-no-brasil.shtml>. Acesso em 03 de Outubro de 2019

MERCADANTE, Ivan. **O que é o habite-se.** Disponível em: <https://ivanmercadante.jusbrasil.com.br/artigos/159853722/o-que-e-habite-se>. Acesso em 03 de Outubro de 2019

Assessoria de Imprensa da ABMH/SE. **Lei dispensa regularização de habite-se para moradia de baixa renda.** Disponível em https://infonet.com.br/noticias/economia/lei-dispensa-regularizacao-de-habite-se-para-moradia-de-baixa-renda/. Acesso em 03 de Outubro de 2019.

RELAÇÃO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS E ATIVIDADES FÍSICA EM IDOSOS COMO FORMA DE TRATAMENTO NA DEPRESSÃO

Gabriel Marcelo Genaro, Luan de Souza Rodrigues, Giovanna Castilho Davatz Lopes,
e-mail: luanrodrigues_s@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O número de idosos vem aumentando em todo o mundo, fato que também é realidade no Brasil. De acordo com estimativas do IBGE (2017), de 2017 a 2042 o país pode dobrar o número de indivíduos com idade superior aos 60 anos, de 28 milhões para 57 milhões de pessoas.

Sabe-se que o envelhecimento é um fenômeno biopsicossocial, ou seja, engloba aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Considerando assim, sua interferência em todos os domínios da vida, a maior preocupação é que esses idosos desenvolvem depressão (VEIGAS; GONÇALVES, 2009).

Dados da literatura indicam que a depressão, estado físico e mental, caracterizado por mudanças de humor, tornando o sujeito infeliz, desanimado e abatido, é cada vez mais comum na terceira idade (VEIGAS; GONÇALVES, 2009).

A depressão no idoso surge frequentemente associada a um contexto de isolamento social, perda de qualidade de vida e ao surgimento de doenças clínicas graves. Dentre os sintomas que ajudam a diagnosticar a doença nesta população se encontram: alteração do apetite, alteração do sono, desconfiança e suspeitas injustificadas de outras pessoas, hipocondria, mudanças abruptas de humor com sinais de ansiedade ou irritabilidade, pensamentos suicidas e sentimento de inutilidade (PEARSON; BROWN, 2000). Cabe ressaltar que o idoso deprimido possui duas vezes maior chance de risco de suicídio dos que os não deprimidos (PEARSON; BROWN, 2000).

Em contrapartida, pesquisas sobre qualidade de vida indicam que a atividade física e o exercício físico favorecem a saúde mental (CHEIK *et al.*, 2008). Importante esclarecer que ambas as modalidades envolvem movimentos esqueléticos intencionais ou voluntários que resultam em gasto energético. Entretanto estas se diferenciam, pois enquanto a atividade física não é algo sistematizado ou planejado, ocorrendo

naturalmente pela necessidade do ser humano em seu dia a dia, o exercício físico é uma sequência de movimentos sistematizados, programados para aprimorar as valências físicas, equilibrar ou aumentar musculatura ou reduzir o peso, (JUNIOR, 2008).

Baseando-se na temática apresentada, o presente trabalho objetivou relacionar a prática de atividade física ou exercício físico como forma de tratamento da depressão em idosos.

2 METODOLOGIA

Este trabalho, de caráter qualitativo, baseou-se na coleta dos dados via revisão bibliográfica com finalidade exploratória. Foram pesquisados artigos científicos por meio da plataforma de busca online Google Acadêmico. Utilizou-se como palavras chave atividade física, exercício físico, depressão e idoso.

Como critério de inclusão adotou-se artigos que estavam nas duas primeiras páginas de busca e que apresentaram coerência com a temática: Relação das práticas de exercícios ou atividades físicas em idosos como forma de tratamento da depressão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Seguindo-se a metodologia descrita foram selecionados 10 artigos científicos, os quais foram publicados entre os anos de 2002 e 2011.

De acordo com Mazo *et al*. (2005) o período da terceira idade requer ajustes emocionais, físicos, intelectuais e sociais, além do indivíduo estar exposto a alterações na visão, audição, memória e estresse causado pelo processo de aposentadoria. Todos esses fatores acarretam o estado depressivo nessa população.

Os mesmos autores colocaram as atividades físicas como promotoras de bem-estar e diminuição do processo depressivo devido aos efeitos fisiológicos causados pela mesma.

A utilização da atividade física é um dos métodos para tratamento da depressão de menor custo, de forma não-farmacológica é capaz de gerar nos idosos benefícios que vão além da melhora do quadro depressivo, mas também melhorias físicas e intelectuais (CALDAS, 2006).

Então para um envelhecimento saudável e com qualidade de vida é importante a prática de atividades aeróbicas regulares, de fortalecimento muscular, de equilíbrio, além de mudanças para adoção de uma vida saudável e ativa. Estes hábitos se mostram capazes de controlar doenças crônicas não transmissíveis (MATSUDA, 2009).

A prática de atividades física influencia no aumento na autoestima e diminuição dos quadros da depressão, portanto é importante sua implantação em centros dia e em instituições de acolhimento de idosos (TEIXEIRA *et al*., 2016).

Os trabalhos coletados evidenciaram que a atividade e exercícios físicos são fundamentais para idosos que possuem depressão, mudando positivamente o quadro com o passar do tempo.

Dentre as modalidades utilizadas com esse fim, Stella *et al*. (2002) enfatizam que o exercício físico aeróbico como pedalar, andar ou correr por 30 minutos, seguido por 5 minutos de descanso, com frequência de 3 vezes por semana propicia alívio do estresse e da tensão por conta do aumento da taxa de hormônios conhecidos como endorfinas, que agem no sistema nervoso reduzindo os transtornos depressivos.

Em outro artigo (CHEIK *et al*., 2003) é dito que a realização de exercícios físicos estaria resultando em uma série de alterações bioquímicas e fisiológicas que estão envolvidas com a liberação de neurotransmissores e a ativação de receptores específicos, assim auxiliando ao combate contra a depressão e ansiedade.

Moraes et al. (2007) investigaram a temática com três grupos de idosos, que foram separados em: exercício (resistência e flexibilidade), medicamentos e combinando (exercício e medicamento). A melhora no quadro dos pacientes ocorreu de imediato nos três grupos, sem diferença estatisticamente significativa. Entretanto, nova análise dos grupos após seis meses mostrou que quanto maior for o tempo de prática de exercícios físicos, melhor será a recuperação do acometido, além de apresentar menos recaídas que os demais. A atividade física mostra-se eficaz para a melhoria desse quadro, visto que proporciona aos praticantes efeitos antidepressivos, verificados via mudanças no fluxo sanguíneo, no metabolismo do córtex pré-frontal e na regulação hormonal do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal.

Júnior *et al*. (2008) verificaram o exercício como tratamento da depressão em idosos, comparando o gênero. Como resultados, identificaram no que se refere aos aspectos cognitivos, que mulheres apresentam redução no número de erros perseverativos, ou seja, passam a apresentar uma maior flexibilidade mental. Essa diferença inter-gêneros foi explicada pelos autores como sendo decorrente da maior escolarização das mulheres participantes de sua pesquisa.

Contudo, Júnior *et al*. (2008) encontraram benefícios cognitivos após a prática de exercícios físicos em todos os idosos participantes da pesquisa. Assim, concluíram que

exercícios aeróbios beneficiam a cognição, mas que os e exercícios de força também favorecem a saúde mental de idosos.

Com a investigação feita, acredita-se que seja aconselhável a implantação de programas relacionados a exercícios físicos junto ao SUS, Sistema Único de Saúde, convênios e também instituições asilares na tentativa de prevenir ou reduzir os agravos da depressão em idosos.

A importância de o idoso realizar exercícios físicos prescritos e acompanhado por um profissional de Educação Física se deve ao fato da necessidade de se respeitar os limites e individualidades de cada idoso, orientando corretamente de forma a favorecer o estado de saúde geral de cada indivíduo.

Entretanto, a atividade física também se apresenta como eficaz na diminuição dos quadros de depressão, visto que causa uma melhora nas atividades cerebrais e aspectos hormonais relacionados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo científico, concluiu-se que a prática de exercícios físicos e de atividades físicas em idosos funciona positivamente no combate à depressão. Essa pesquisa pode incentivar os idosos a ter uma vida mais ativa como forma de tratamento para essa doença.

Sendo assim, exercícios físicos e atividades físicas são muito eficientes no tratamento da depressão, pois diminuem o estresse e a tensão, modificando questões hormonais e neurais vinculadas aos transtornos depressivos.

REFERÊNCIAS

CHEIK, N. C. *et al*. Efeitos do exercício físico e da atividade física na depressão e ansiedade em indivíduos idosos. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 45-52, jul./set. 2008. Disponível em: http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/08/atividade-fisisica-depressao-e-ansiedade-em-idosos.pdf.

COSTA, R. A.; SOARES, H. L. R.; TEIXEIRA, J. A. C. Benefícios da atividade física e do exercício físico na depressão. **Revista do Departamento de Psicologia. UFF**, [Niterói], v. 19, p. 273-274, jan./jun. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/RpX434mLxwCh976f4b3dKqw/?lang=pt.

GUMARÃES, J. M. N.; CALDAS, C. P. A influência da atividade física nos quadros depressivos de pessoas idosas: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.l.], v. 9, n. 4, p. 481-492, 2006. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rbepid/v9n4/08.pdf.

IBGE. Estimativas da População. Tabelas 2017. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=16985&t=resultados. Acesso em: 07 out. 2019.

QUADROS JUNIOR, A. C. de. *et al*. Estudo do nível de atividade física, independência funcional e estado cognitivo de idosos institucionalizados: análise por gênero. **Brazilian Journal of Biomotricity**, Itaperuna, v. 2, p. 39-50, mar. 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/930/93020103.pdf.

MATSUDO, S. M. M. Envelhecimento, atividade física e saúde. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, [São Paulo], n. 47, p. 76-79, 2009. Disponível em: https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/bis/article/view/33831.

MAZO, G. Z. *et al*. Tendência a estados depressivos em idosos praticantes de atividade física. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humo**, [Florianópolis], v. 7, p. 45-49, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/view/3782.

MORAES, H. *et al*. O exercício físico no tratamento da depressão em idosos: revisão sistemática. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, [Porto Alegre], v. 29, p. 70-79, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rprs/a/prMmBH7m6Wj7qkYNqRwJH9Q/abstract/?lang=pt.

PEARSON, J. L.; BROWN, G. K. Suicide prevention in late life: directions of suicide for Science and practice. **Clinical and Psychological Review**, [S.l.], v. 20, n. 6, p. 685-705, ago. 2000. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272735899000665.

STELLA, F. *et al*. Depressão no idoso: diagnóstico, tratamento e benefícios da atividade física. **Motriz. Journal of Physical Education. UNESP**, Rio Claro, v. 8, n. 3, p. 90-98, ago./dez. 2002. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/6473.

TEIXEIRA, C. M. *et al*. Atividade física, autoestima e depressão em idosos. **Cuadernos de Psicología del Deporte**, Murcia, v. 16, n. 3, p. 55-66, dez. 2016. Disponível em: https://revistas.um.es/cpd/article/view/278431.

VEIGAS, J.; GONÇALVES, M. A influência do exercício físico na ansiedade, depressão e stress. **Psicologia**, [S.l.], v. 10, p. 1-19, 2009. Disponível em: http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0485.pdf.

RELAÇÃO ENFERMEIRO E PACIENTE: A EMPATIA COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO PARA A RESTAURAÇÃO DA SAÚDE.

Chayene Birelo, Gabriela Izar, Laiz Ferreira, Vânia Delphino, e-mail: laiz013_jau@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Quando o paciente recebe a notícia que ficará internado, a informação causa certo impacto em sua vida. O paciente passa a sentir medo, ansiedade, angústia, além de se sentir abalado social e psicologicamente, reações que são justificáveis visto que ao passar por um processo de hospitalização a rotina da pessoa é completamente modificada: por ordens médicas, o paciente fica limitado ao leito, sentindo-se inútil ou até mesmo carregando um sentimento de culpa. Essas situações acabam influenciando o seu psiquismo e interferindo no caso clínico. Assim sendo, entende-se que a equipe de enfermagem precisa criar estratégias que tenham, principalmente, a empatia como base de apoio, visando restaurar tanto a saúde física quanto a emocional das pessoas.

Para obter uma noção inicial da relevância do assunto a ser discutido, foram realizadas pesquisas nas bases de dados SciELO e CAPES. Vale ressaltar que os resultados apresentados adiante são frutos de aproximações.

Na base SciELO, descritores como “enfermeiro", “enfermagem", “paciente", “relação” e “interpessoal” resultaram em 20 artigos encontrados. Por outro lado, utilizando os mesmos descritores em inglês, ou seja, “nurse”, “nursing”, “patient", “relationship" e “interpersonal" foram encontrados 15 artigos. Ademais, com os termos em inglês, não foram obtidos resultados relevantes nos últimos 5 anos, porém nos últimos 10 anos, 15 artigos foram exibidos.

Na base CAPES, palavras-chaves semelhantes, contando com a adição de “empatia”, resultaram em 20 artigos. De outro modo, utilizando descritores em inglês com a inclusão de “empathy”, foram encontrados 2.500 artigos. Outrossim, ainda em inglês, os resultados no último ano e nos últimos 5 e 10 anos foram, respectivamente, 400, 1.200 e 1.700 artigos.

Desta forma, através da análise realizada, faz-se necessário desenvolver projetos de pesquisa sobre a relação enfermeiro-paciente norteada pela empatia, visto que a compreensão emocional utilizada de maneira eficaz pode ajudar na restauração da saúde. Destaca-se que há uma quantidade significativa de publicações acerca do tema, porém, considerando o impacto social deste, os resultados ainda são escassos.

O objetivo da presente pesquisa é reforçar a necessidade que o profissional de enfermagem tem em cultivar uma boa relação interpessoal com o paciente, além de empregar estratégias embasadas na empatia, tencionando recuperar a saúde do enfermo. Sendo assim, as palavras-chaves mais utilizadas foram enfermeiro, paciente, empatia e estratégia.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração do estudo, foram realizadas análises nos materiais coletados através de sites que estão acessíveis nas bases de dados SciELO e CAPES.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, uma vez que houve levantamento de dados, compreensão e interpretação sobre a empatia no âmbito hospitalar, gerando uma base de conhecimento. Foram empregados artigos publicados a partir do ano 1996 até o corrente ano, entretanto, foram priorizados aqueles com publicação mais atualizada.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No período de internação, o paciente costuma apresentar sintomas melancólicos, decorrente de um quadro depressivo, que, consequentemente, acarretam uma diversidade de manifestações, tais como ansiedade, angústia e medo. Ademais, o enfermo vivencia dificuldades em relacionar-se devido sentir-se física e psicologicamente inseguro (ORIÁ; MORAES; VICTOR, 2004)

Um dos principais motivos desses sentimentos é o local do internamento, sendo que esse é ameaçador e rodeado de pessoas desprovidas de saúde, com altos níveis de falecimento, sofrimento e tristeza. Nesse momento, o quadro clínico, bem como a vida do paciente, é totalmente alterado (BERTONE; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2007)

A vivência do cliente em um hospital é bem delimitada, uma vez que ele é supervisionado pela equipe multidisciplinar de saúde constantemente. Por conseguinte, tem uma rotina bem exaustiva.

O fato do afastamento da família nesse período de fragilidade serve como um agravante que gera muita dificuldade e desconsolo, tendo em consideração que os entes

queridos podem estar presentes apenas em horários de visitas. Ademais, sua alimentação passa a ser controlada e há horários específicos para a parte higiênica.

Decorrente do processo de hospitalização, o cliente fica com uma desestabilidade emocional, passando a pensar negativamente e criando fortes paradigmas catastróficos. Ele acredita que é impossível ter a sua enfermidade curada e que pode vir a óbito. Esse tipo de pensamento não é notório para a equipe de enfermagem, visto que essa situação ultrapassa a linha de conhecimento técnico. Nesse momento, é prescindível que a equipe de enfermagem entre em ação, criando estratégias para minimizar esse sofrimento físico e psicológico, além de tentar contradizer essas barreiras negativas. (SIQUEIRA *et al*., 2006)

É de extrema importância o papel do profissional de enfermagem nos leitos hospitalares para o acompanhamento bem como para o auxílio humanizado, que enfatize a compreensão e fortaleça a empatia. Vale ressaltar que o cuidado humanizado advém da inteligência emocional, ou seja, quando o profissional de saúde possui um desenvolvimento emocional, ele tem a capacidade de lidar com as próprias emoções e usufruí-las em benefício próprio. Além disso, ele também aprende a compreender os sentimentos e comportamentos do outro.

Para apresentar melhor desenvoltura intelectual, é indeclinável que o indivíduo possua o controle das emoções, abordando a importância da empatia e salientando que todo relacionamento, consequente do vínculo criado procede da sintonia emocional, da capacidade de empatia. (CARRARO; RANDÜZ, 1996)

Dessa forma, para um melhor relacionamento com o enfermo, o profissional da área poderá utilizar esse canal estratégico, através do comportamento empático, apaziguando as lacunas criadas por pensamentos negativos. Nesse caso, a empatia caracteriza-se como a principal e a mais eficaz tática restauradora da saúde.

Segundo Fish e Shelly (1986, p. 110), conforme citado por Carraro e Randüz (1996, p. 51) “empatia é a capacidade de entender aquilo que uma pessoa está sentindo e transmitir-lhe compreensão, mantendo ao mesmo tempo certa objetividade para poder prestar a ajuda necessária”. Segundo essas autoras, dois outros elementos podem evidenciar-se numa relação interpessoal. Um deles, a simpatia, aquele primeiro contato, primeiro olhar, primeiro sorriso... O outro, a intelectualização, onde se observam e se coletam dados objetivamente, sem se envolver. Elas afirmam que somente quando sentimentos e fatos são colocados lado a lado e objetivamente analisados se chegará a descobrir a(s) causa(s) de o cliente sentir como se sente.

Kathleen Stephany, psicóloga e professora da Faculdade de Ciências da Saúde de Douglas College, diz em seu livro intitulado “Cultivating Empathy”, que considera a empatia uma base de comunicação efetiva e uma das mais importantes habilidades a serem desenvolvidas pela equipe de enfermagem (STEPHANY, 2014 *apud* TEREZAM; REIS-QUEIROZ; HOGA, 2016). Ademais, pode-se citar como exemplo desse benefício mútuo o estudo concretizado por Baron-Cohen (2011) que constatou, através da ressonância magnética, a iluminação dos circuitos neurais nos momentos em que a pessoa expressa e/ou recebe atos empáticos (TEREZAM; REIS-QUEIROZ; HOGA, 2016).

Consequentemente, a prática da empatia no ambiente hospitalar passa a ser um tratamento terapêutico, tendo em vista facilitar o entendimento do paciente quanto ao porquê de seus devaneios e a aceitação de seu tratamento de forma positiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o processo de internação de um paciente e toda a mudança radical em seu cotidiano, fortalece-se a necessidade de profissionais capacitados e qualificados não só tecnicamente, mas também emocionalmente. A empatia desses profissionais deve ultrapassar o grau de instabilidade, a sensação de insegurança e deve elevar o bem-estar do paciente. Destarte, ressalta-se também a eficiência e a eficácia desses devidos atendimentos humanizados, transparecendo e valorizando o tratamento de maneira positiva.

O profissional da área de enfermagem necessita de muita inteligência emocional devido a situações que possam causar desconforto em seus clientes. Logo, é preciso transparecer uma imagem afetiva e compreensiva, que torne positivo e valorize o tratamento.

REFERÊNCIAS

BERTONE, T. B.; RIBEIRO, A. P. S.; GUIMARÃES, J. Considerações sobre o relacionamento interpessoal enfermeiro-paciente. **Revista Fafibe On Line**, Bebedouro, v. 3, p. 1-5, ago. 2007. Disponível em: http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/ arquivos/ revistafafibeonline/sumario/11/19042010141352.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

CARRARO, T. E.; RADÜNZ, V. A empatia no relacionamento terapêutico: um instrumento do cuidado. **Cogitare Enfermagem,** Curitiba, v. 1, n. 2, p. 50-52, jul./dez. 1996. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/8739/6060. Acesso em: 20 jul. 2019.

ORIÁ, M. O. B.; MORAES, L. M. P.; VICTOR, J. F. A comunicação como instrumento do enfermeiro para o cuidado emocional do cliente hospitalizado. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 292-297, 2004. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fen/article/view/808. Acesso em: 18 jul. 2019.

SIQUEIRA, A. B. *et al*. Relacionamento enfermeiro, paciente e família**:** fatores comportamentais associados à qualidade da assistência. **Arquivos Médicos do ABC**, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 73-77, 2006. Disponível em: https://www.portalnepas.org.br/amabc/article/viewFile/243/239. Acesso em: 22 jul. 2019.

TEREZAM, R.; REIS-QUEIROZ, J.; HOGA, L. A. K. A importância da empatia no cuidado em saúde e enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.l.], v. 70, n. 3, p. 697-680, maio/jun. 2017. Disponível em:http://www.scielo.br/pdf/reben/v70n3/pt_0034-7167-reben-70-03-0669.pdf. Acesso em:14 jul. 2019.

RELAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS ALÉRGICOS E A MICROBIOTA HUMANA

Jaqueline Samara de Oliveira Marinho, Inaiane Boscarini, Tanize do Espirito Santo Faulin, email: jackmarinhojau20@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A hipersensibilidade imediata, também chamada de alergia ou atopia, é uma reação que começa rapidamente em poucos minutos de estimulação antigênica e tem grandes consequências patológicas. Repetidos ataques destas reações, podem levar a doenças alérgicas crônicas, com lesão tecidual e remodelamento. As formas mais comuns das doenças alérgicas são a rinite alérgica (febre do feno), asma brônquica, dermatite atópica (eczema) e alergias alimentares (ABBAS, 2012).

Aproximadamente 20 a 30% da população mundial sofre de algum tipo de doença alérgica e a incidência vem aumentando no mundo todo (WORLD ALLERGY ORGANIZATION, 2013).

Há evidências crescentes de que a microbiota humana desempenha um papel primordial em doenças mediadas pelo sistema imune, entre elas as alergias. A microbiota é um conjunto de micro-organismos (bactérias, arqueas, fungos, vírus e protozoários) que vivem no corpo humano colonizando a pele e mucosas, como as do trato respiratório, gastrointestinal e geniturinário (UNTER MAYR *et al*., 2018).

A microbiota adiciona uma enorme quantidade de genes ao genoma humano, aumentando-o potencialmente em até 200 vezes. Como resultado, a composição da microbiota humana pode ser importante no âmbito da saúde ou doença (PASCAL *et al*., 2018). Neste sentido, a finalidade deste trabalho é fazer uma revisão bibliográfica sobre o efeito da microbiota humana no desenvolvimento de doenças alérgicas.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica baseada em livros de imunologia e microbiologia e sites institucionais. Foram utilizados também artigos com acesso livre indexados na base PubMed dos últimos 2 anos (2017 a 2019) que abordassem a relação da microbiota humana com processos alérgicos, utilizando as seguintes palavras-chave

em inglês: microbiome, allergy, asthma, hygiene, human microbiota, fecal transplantation.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A alergia é um tipo de hipersensibilidade imunológica em que a resposta imune estende-se além do limite habitual de reconhecer apenas patógenos estranhos e abrange também o que deveria ser antígenos ambientais inócuos (ROITT, 2013). Esses antígenos são tipicamente encontrados no meio ambiente, como o pólen e fezes do ácaro da poeira, ou em alimentos, como crustáceos e sementes oleaginosas. A exposição de indivíduos não alérgicos a essas substâncias não ocasiona uma reação alérgica (LEVINSON, 2011).

A alergia não é uma doença em si, mas um mecanismo que leva à doença. Na prática clínica, a alergia se manifesta na forma de várias condições diferentes, como anafilaxia, urticária, angioedema, rinoconjuntivite alérgica, asma alérgica, doença do soro, vasculite alérgica, pneumonite por hipersensibilidade, dermatite atópica (eczema), dermatite de contato e reações granulomatosas, bem como as reações de hipersensibilidade induzidas por alimentos ou drogas (EAACI, 2014).

Os antígenos inalados provocam rinite ou asma, antígenos ingeridos geralmente provocam vômito e diarreia, e antígenos injetados provocam efeitos sistêmicos na circulação. A concentração dos mastócitos em vários órgãos-alvo influencia a gravidade da resposta alérgica. Os mastócitos são abundamentes na pele e na mucosa do trato respiratório e gastrintestinal, e estes tecidos frequentemente sofrem a maior parte das lesões nas reações de hipersensibilidade imediata (ABBAS, 2012).

Há uma forte predisposição familiar à alergia, sugestiva de fatores genéticos. A ocorrência de alergia depende de muitas interações genéticas complexas com vários fatores ambientais. Idade, sexo, história de infecção, estado nutricional e exposição a alergênios também influenciam. Outro fator é a capacidade geral de sintetizar anticorpos IgE - quanto maior é o nível de IgE no sangue, maior é a probabilidade de atopia (ROITT, 2013).

Na resposta alérgica, os antígenos induzem células $CD4^+$ TH2, que então ajudam as células B a produzir anticorpos IgE específicos para os antígenos e que se ligam a receptores Fc nos mastócitos e nos basófilos. Quando estes anticorpos IgE associados às células fazem liberação cruzada com o antígeno, as células são ativadas para liberar rapidamente uma variedade de mediadores, que provocam o aumento da

permeabilidade vascular, vasodilatação e contração do músculo liso brônquico e visceral. Após a resposta imediata, há uma reação de fase tardia, isto é, um componente inflamatório que se desenvolve de forma mais lenta caracterizado pelo acúmulo de neutrófilos, eosinófilos, macrófagos e células CD4+ TH2. Esta última reação é desencadeada pelas citocinas produzidas pelas células TH2 e pelos mastócitos, assim como pelos mediadores lipídicos secretados pelos mastócitos (ABBAS, 2012).

Recentemente tem sido estudada a composição da microbiota humana e sua implicação nas alergias alimentares, respiratórias e cutâneas (PASCAL *et al*., 2018). Há uma enorme variedade de micro-organismos na superfície e dentro do corpo humano, que constituem a microbiota. A microbiota protege o corpo humano - seu hospedeiro - contra doenças, impedindo o crescimento elevado de micro-organismos nocivos e produzindo substâncias úteis, como a vitamina K e algumas vitaminas do complexo B. No entanto, sob determinadas circunstâncias, a microbiota pode causar doença. A relação entre a microbiota e o hospedeiro é chamada de simbiose, uma relação entre dois organismos, na qual pelo menos um deles é dependente do outro. A relação simbiótica pode ser do tipo comensalismo (um dos organismos beneficia-se enquanto o outro não é afetado), mutualismo (ambos os organismos são beneficiados) ou parasitismo (o micro-organismo beneficia-se obtendo nutrientes à custa do hospedeiro) (TORTORA; FUNKE; CASE, 2017).

O estabelecimento de uma microbiota intestinal estável normalmente acompanha duas grandes transições na infância. A primeira transição ocorre logo após o nascimento, durante a lactação, e resulta na predominância de Bifidobacterium na microbiota intestinal. A segunda transição ocorre durante o período de desmame, sendo inseridos alimentos sólidos e continuando com leite materno, promovendo o estabelecimento de uma microbiota complexa dominada pelos filos Bacteroidetes e Firmicutes. Essas alterações continuam até três anos de idade, e posteriormente, os humanos adquirem uma microbiota intestinal estável de “Enterótipos” (Bacteroides, Prevotella e outros Firmicutes*)* (TANAKA; NAKAYAMA, 2017).

Já foi demonstrado que animais criados em laboratório, livres de micro-organismos, desenvolvem mais facilmente asma alérgica do que os camundongos criados de forma convencional. A reconstituição da microbiota de camundongos neonatos (mas não de adultos) protege os animais contra doenças alérgicas. Essa proteção pode ser mediada pela ativação de resposta imune por componentes microbianos ou por metabólitos secretados por eles (EAACI, 2014).

Tentando explicar a relação entre os micro-organismos e os processos alérgicos, David Strachan sugeriu em 1989 que as alergias poderiam ser prevenidas por infecções transmitidas por contato não higiênico no início da vida, o que ficou conhecida como a "Hipótese da higiene". Esta hipótese foi apoiada por estudos posteriores revelando associações inversas entre alergias e infecções endêmicas por patógenos virais (vírus da hepatite A), bacterianos (Helicobacter pylori*)* ou por protozoários (Toxoplasma gondii), que são transmitidos principalmente pela via fecal-oral. A hipótese da higiene ganhou força quando a incidência de asma e alergia estava aumentando em pessoas da zona urbana em comparação com as pessoas que viviam na zona rural, mostrando um efeito positivo da exposição microbiana (EGE, 2017).

Anos mais tarde, em 2010, Graham Rook propôs a “Hipótese dos velhos amigos” como um refinamento da hipótese da higiene para explicar a elevação na ocorrência de doenças alérgicas. A hipótese denomina como velhos amigos os micro-organismos não prejudiciais que evoluíram junto com o organismo humano, incluindo alguns parasitas que os humanos têm convivido por um longo tempo. É proposto que os diversos micro-organismos que compõe a microbiota interagem com o sistema imunológico humano e induzem imunidade para prevenir a hipersensibilidade. Postula-se que o uso de antibióticos e mudanças na dieta após a industrialização, podem ter levado a uma perda da diversidade dos micro-organismos e, portanto, a um sistema imunológico descontrolado (SHIMOJO; IZUHARA, 2017).

Seguindo essa linha de pesquisa, entre 2008 e 2013 foi realizado o Projeto do Microbioma Humano nos Estados Unidos, com o objetivo de caracterizar os micro-organismos de passagens nasais, cavidade oral, pele, trato gastrointestinal e trato urogenital de 300 indivíduos saudáveis para posteriormente avaliar o impacto da microbiota na saúde humana e na doença (INSTITUTE FOR GENOME SCIENCES, 2019).

Desde então, tem sido demonstrado que diversos fatores, tais como o tipo de parto (normal ou cesariana), o tipo de dieta durante o desenvolvimento (leite materno ou fórmula), dieta ocidentalizada (rica em gordura com baixo teor de fibras) e uso de antibióticos podem afetar o estabelecimento da microbiota humana, ter uma variedade de efeitos negativos sobre a saúde do sistema imunológico e podem causar o surgimento de alergias (HONG; KIM; SURH, 2017).

Os antibióticos induzem a disbiose - alteração na microbiota do hospedeiro - que impacta diretamente o desenvolvimento de dermatite atópica e asma. A idade em que a

criança é exposta inicialmente pode ser importante, o uso materno de antibiótico durante a gestação aumenta o risco de alergia em crianças, e o uso de antibióticos no primeiro mês de vida tem sido relacionado à alergia ao leite de vaca. A administração de antibióticos está associada à inflamação alérgica severa das vias aéreas em neonatos, mas não em adultos. Até mesmo baixas doses de antibióticos podem afetar a composição da microbiota (PASCAL *et al*., 2018).

Além de alergias, a disbiose está associada a várias outras doenças, incluindo obesidade, distúrbios cerebrais e doenças auto-imunes (TANAKA; NAKAYAMA, 2017). Nesse sentido, muitas estratégias terapêuticas destinadas a restabelecer o equilíbrio do ecossistema intestinal estão sendo estudadas. Essas estratégias incluem a administração de probióticos, prebióticos, simbióticos, terapia com bacteriófagos, bactérias predatórias, transplante de consórcio de bactérias e transplante fecal (GAGLIARDI *et al*., 2018). O transplante de fezes, por exemplo, tem sido proposto como uma opção promissora de tratamento da síndrome do intestino irritável. O objetivo da técnica é a aplicação de uma solução de material fecal de um doador saudável no intestino de um receptor com alergia, com a intenção de restaurar a composição microbiana alterada do intestino e torná-lo saudável (CHONG *et al*., 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A composição da microbiota humana é influenciada por diversos fatores, do nascimento ao longo da vida, como o tipo de parto, amamentação, uso de antibióticos e dieta. O desenvolvimento da microbiota está relacionado ao desenvolvimento do sistema imune e acredita-se que a disbiose esteja ligada às doenças autoimunes e alérgicas. Diante desta recente compreensão, abre-se um vasto campo de estudo dentro da imunologia e da microbiologia para entender os mecanismos de interação da microbiota e do sistema imune, que fornecerá suporte para abordagens clínicas inovadoras aos pacientes alérgicos.

REFERÊNCIAS

ABBAS, S.; LICHTMAN, B. K.; PILLAI, D. H. **Imunologia celular e molecular.** 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 560 p.

CHONG, P. P. *et al*. The microbiome and irritable bowel syndrome - a review on the pathophysiology, current research and future therapy. **Front Microbiol**., v. 10 n. 1136, jun. 2019. Disponível em: https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fmicb.2019.01136/full.

EAACI - European Academy of Allergy and Clinical Immunology. **Global Atlas of Allergy**, [S.l.], 2014. Disponível em: https://www.eaaci.org/globalatlas/GlobalAtlasAllergy.pdf. Acesso em: 26 jul. 2019.

EGE. M. J. The hygiene hypothesis in the age of the microbiome. **Annals of the American Thoracic Society**, [S.l.], v. 14, n. 5, p. S348-S353, nov. 2017. Disponível em: https://www.atsjournals.org/doi/full/10.1513/AnnalsATS.201702-139AW.

GAGLIARDI A. *et al*. Rebuilding the Gut Microbiota Ecosystem. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [S.l.], v. 15, n. 8, p. 1-24, ago. 2018. Disponível em: https://www.mdpi.com/1660-4601/15/8/1679.

HONG. S. W.; KIM. K. S.; SURH. C. D. Beyond hygiene: commensal microbiota and allergic diseases. **Immune Network**, v. 17, p. 48-59, 2017. Disponível em: https://synapse.koreamed.org/upload/synapsedata/pdfdata/0078in/in-17-48.pdf.

INSTITUTE FOR GENOME SCIENCES. **Human Microbiome Project**. University of Maryland School of Medicine. Disponível em: https://hmpdacc.org/hmp/. Acesso em 27 jul 2019.

LEVINSON, W. **Microbiologia médica e imunologia**. Tradução: Flávio Guimarães da Fonseca; Danielle Soares de Oliveira Daian. 13. ed, Porto Alegre: Artmed, 2016. 800 p.

PASCAL, M. *et al*. Microbiome and Allergic Diseases. **Front in Immunology**, [S.l.], v. 9, n. 1584, jul. 2018. Disponível em: https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fimmu.2018.01584/full?fbclid=IwAR0yIGagW__2GXtdBxqmjlwCcjwZScu5vovzHyWs_Iq2iKWLPXClfKwfXho.

ROITT, I. M. **Fundamentos de imunologia**. 12. ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 568 p.

SHIMOJO, N.; IZUHARA, K. Old friends, microbes, and allergic diseases. **Allergology International,** [S.l.], v. 66, n. 4, p. 513-514, 2017. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/allergolint/66/4/66_513/_article/-char/ja/.

TANAKA. M.; NAKAYAMA. J. Development of the gut microbiota in infancy and its impact on health in later life. **Allergology International**, [S.l.], v. 66, n. 4, p. 515-522, out. 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1323893017301119.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 962 p.

UNTERSMAYR. E. *et al*. AllergoOncology: microbiota in allergy and cancer - a European Academy for Allergy and Clinical Immunology position paper. **Allergy**, v. 74, n. 6, p. 1037-1051, jan. 2018. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/all.13718.

WORLD ALLERGY ORGANIZATION. **White Book on Allergy**. Wisconsin: WAO, 2013. 248 p. Disponível em: https://www.worldallergy.org/UserFiles/file/WhiteBook2-2013-v8.pdf.

RELATO DE ESTÁGIO COM ENFOQUE EM HABILIDADES SOCIAIS DESENVOLVIDO EM UM NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAÚ-SP

Andréia Sacchardo Barbosa, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail: andreia_sacchardo@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado do Projeto de Estágio desenvolvido para a disciplina Estágio em Psicologia Institucional ou Comunitária; foi desenvolvido e aplicado no Núcleo de Convivência Social Fraterno Auxiílio Cristão (FAC) ou mais conhecido como Pastoral do Menor, que atende crianças de 6 a 15 anos no contraturno escolar.

Após observação do público atendido na Instituição, verificou-se a necessidade de trabalhar principalmente as habilidades sociais, pois a Pastoral do Menor é um espaço de convivência que atende crianças e adolescentes encaminhadas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) em situação de vulnerabilidade social. De acordo com relatos dos profissionais da Instituição, a maioria das crianças apresentam dificuldades de comportamento na escola; e no dia-a-dia da Instituição foi possível observar que constantemente as crianças se envolvem em conflitos uns com os outros, tem dificuldades de ouvir o colega, esperar sua vez para falar, não respeitam os colegas e funcionários e não são empáticos. Esses comportamentos surgem principalmente pelo fato de essas crianças não terem tido situações/condições que favorecessem o desenvolvimento das habilidades sociais.

A partir disso, buscou-se pesquisas e trabalhos que embasassem a intervenção enfocando esse tema. Diversos estudos verificaram a necessidade de trabalhar sempre que possível conteúdos, dinâmicas e atividades que favoreçam o aprendizado das habilidades sociais, considerando o sujeito como um sujeito social em função de suas relações com os outros, ao seu pertencimento social e a sua integração dentro de uma rede de comunicações (interpessoais, institucionais ou de massas). A família e a escola devem promover situações que auxiliem o desenvolvimento do aluno como ser social e ser ativo na sociedade em que vive:

> Na infância e na adolescência, as práticas educativas da família e da escola, juntamente com a experiência de convivência com os colegas, são as

> principais condições para a aquisição e o aperfeiçoamento das habilidades sociais e da competência social. (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2013, p. 19)

Os autores Batista e Marturano (2015) recomendam que esse trabalho deve ser realizado tanto nas escolas como em instituições que têm ambientes coletivos e que oferecem atividades no contraturno escolar, ou seja, os núcleos sociais.

De acordo com os autores citados acima: “profissionais vinculados a serviços de educação não formal dessa natureza têm a possibilidade de planejar livremente suas propostas de atividades educativas” (BATISTA E MARTURANO, 2015, p. 343)

As habilidades sociais são comportamentos aprendidos que envolvem interações sociais e podem ser ensinadas, aprimoradas e generalizadas. Elas têm sido vistas como fator importante de saúde mental, associado ao exercício da cidadania e ao sucesso pessoal e profissional. (BATISTA E MARTURANO, 2015)

Estão divididas em sete categorias:

- *Autocontrole e expressividade emocional* (reconhecer e nomear as emoções próprias, controlar da ansiedade);
- *Civilidade* (Cumprimentar pessoas, aguardar a vez para falar);
- *Empatia* (observar, ouvir e demonstrar interesse pelo outro, mostrar respeito às diferenças);
- *Assertividade* (expressar sentimentos negativos, concordar ou discordar de opiniões, lidar com críticas e gozações);
- *Fazer amizades* (apresentar-se, elogiar, oferecer ajuda, iniciar e manter conversação);
- *Solução de Problemas interpessoais* (acalmar-se diante de situações problema, pensar antes de tomar decisões, avaliar possíveis alternativas de solução);
- *Habilidades Sociais acadêmicas* (seguir regras, fazer e responder perguntas).

O objetivo principal do trabalho foi promover o desenvolvimento de repertórios de habilidades sociais, por meio da observação, da reflexão, estímulo e da vivência de situações cotidianas, fazendo com que as crianças percebam a importância de: desenvolver relações interpessoais positivas, saber expressar e controlar emoções e sentimentos de forma socialmente aceita e esperada, atuar de modo assertivo, defendendo seus direitos e respeitando os demais e comportar-se de forma a relacionar-se apropriadamente com seu meio social.

2 METODOLOGIA

As atividades foram planejadas e desenvolvidas com crianças entre 6 a 10 anos que frequentam o Núcleo de Convivência Social Fraterno Auxiílio Cristão (FAC). No total foram realizados dez encontros: o primeiro foi com o intuito de fazer uma avaliação diagnóstica e fazer um contato inicial, o segundo foi uma apresentação dos objetivos e da estagiária e realizada a Dinâmica do Presente.

No terceiro encontro foi realizada a Dinâmica Eu tenho sentimentos com o intuito de desenvolver a habilidade de expressar sentimentos e falar sobre eles; no quarto encontro foi feita uma reflexão sobre a importância do uso das Palavras Mágicas para melhorar a comunicação e a civilidade. No quinto encontro foram trabalhados dois vídeos que levaram a reflexão sobre a importância da empatia e foram realizadas discussões sobre situações ocorridas na Instituição e que necessitavam ser repensadas empaticamente por alguns alunos. No sexto encontro foram trabalhadas questões da assertividade fazendo com que os alunos refletissem no assunto com situações do cotidiano escolar e complementado com o vídeo O poder do pensamento sobre a matéria. No sétimo encontro foi realizada a dinâmica A Ilha do Tesouro, após roda de conversa sobre a importância do trabalho em equipe e do compartilhar. No oitavo encontro foram realizadas duas brincadeiras que envolviam as habilidades de cooperação, refletir em situações de conflitos e se colocar no lugar do outro. No nono encontro foi ressaltada a importância das pessoas que convivem diretamente com as crianças, principalmente as monitoras da Instituição: as crianças confeccionaram cartas para as funcionárias expressando os sentimentos. No décimo encontro foi realizada a dinâmica da União, enfatizando a importância de todos se ajudarem e se unirem para serem melhores; foi realizado o encerramento e avaliação final.

É importante ressaltar que ao final de cada atividade as crianças eram estimuladas a colocar em prática o que haviam vivenciado nas atividades e dinâmicas em suas casas e na escola; e sempre no início de cada encontro era retomado o tema do encontro anterior, e questionado como haviam aplicado a habilidade aprendida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da observação e relato das crianças, e das monitoras e psicóloga da Instituição foi possível verificar que o projeto alcançou seus objetivos pois possibilitou aos alunos a reflexão sobre a importância de expressar os sentimentos, de se colocar no lugar do outro, de respeitar o próximo, de elogiar as pessoas próximas; e desenvolver habilidades

de empatia, assertividade, de resolução de conflitos interpessoais –importantes para viver em sociedade. A medida que os encontros foram acontecendo, os assuntos tratados em encontros anteriores eram retomados, e as crianças lembravam todos os temas, possibilitando verificar que foram encontros significativos que favoreceram a assimilação dos assuntos. Também foi possível perceber em algumas situações dentro da Instituição: as crianças se comportaram da forma como havia sido abordado nos encontros (empaticamente).

É importante ressaltar que os resultados foram baseados na autoavaliação das crianças e na avaliação dos profissionais da Instituição, não sendo possível avaliar os resultados da intervenção de forma integral, pois para isso seria necessário realizar verificação sistemática dos comportamentos dos alunos nos outros espaços que convivem: escola, família, entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi conduzido com o intuito de promover o desenvolvimento de repertórios de habilidades sociais nas crianças do Núcleo de Convivência Social Fraterno Auxiílio Cristão (FAC), o qual proporcionou reflexões, vivências e experiências de como se expressar e se comportar apropriadamente no seu meio social e de se relacionar de modo assertivo com seu meio social, proporcionando qualidade de vida para as crianças.

Constata-se a importância de se trabalhar com Habilidades Sociais pois atualmente verifica-se um grande número de crianças com dificuldades de comportamento principalmente pelo fato de não terem tido situações /condições que favorecessem o desenvolvimento das mesmas.

Considerando que diversos fatores contribuem para o não-desenvolvimento das habilidades sociais, entre eles: o desequilíbrio, a realidade das famílias disfuncionais, e a negligência dos professores em trabalhar esses aspectos nas aulas, torna-se evidente a necessidade de desenvolver projetos semelhantes que trabalhem as habilidades sociais principalmente em Instituições que oferecem o contraturno escolar e até ampliar o trabalho estabelecendo parceria com as escolas, ampliando a possibilidade de avaliar a criança em outros espaços.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Saulo Valmor; MARTURANO, Edna Maria. **Intervenção para promover habilidades sociais e reduzir problemas de comportamento de crianças em um núcleo social**. Pesquisas e práticas psicossociais, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 313-

326, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?scrip t=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 mar. 2019.

DEL PRETTE. Z. A.P. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2013.

DEL PRETTE, A; DEL PRETTE, Z. A. P(org.). **Habilidades Sociais. Intervenções efetivas em grupo**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2011

RESGATE DE MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS - PROJETO DE ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA

Caroline Ap. Urgnani de Almeida, Larissa Daiane Sgorlon, Liara Rodrigues Oliveira, e-mail: liara_ro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O projeto de estágio “Resgate de Memórias Autobiográficas em Instituições de Longa Permanência para Idosos”, realizado no primeiro semestre de 2019, na disciplina de Estágio Básico em Psicologia Institucional e Comunitária III, teve como enfoque compreender o envelhecimento de acordo com a percepção de idosos que vivem em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, localizada em um município no interior do estado de São Paulo. Buscando também trabalhar a dinâmica do envelhecimento a fim de expandir esta percepção, como uma forma de resgatar a autoestima deste público. Tendo em vista que o processo de envelhecimento vem ganhando destaque na atualidade, estando atrelado ao aumento da expectativa de vida dessa população, entretanto esse enfoque tem se voltado para o bem estar físico e mental, isto é, como ficar saudável, mas desconsiderando os aspectos emocionais e de como os indivíduos possuem perspectivas e medos em relação ao envelhecimento, que traz consigo preconceitos e as ideias de invalidade e inutilidade.

Os conceitos em relação ao processo de envelhecer mudam de acordo com os aspectos individuais, socioculturais e econômicos, bem como, em relação às diversas visões que cada área do conhecimento possuem acerca deste processo. Desta forma os autores descrevem como o conceito de envelhecer é algo subjetivo e singular para cada indivíduo, bem como, é influenciado pelos aspectos sociais.

> “Vigostky (1991) considera os aspectos do desenvolvimento do homem, mas entende que é necessário estudar as relações sociais de produção que acontecem na existência do homem em cada período da vida para que seja de fato compreendido, de maneira que o homem se caracteriza pela unidade entre o material e o psicológico, entre o pessoal e o social.” (ANTUNES, NOVAK e MIRANDA. 2014.p.156).

Entretanto apesar da velhice englobar diversos conceitos de desenvolvimento, saúde e potencialidades, ela ainda é vista por muitos como algo ruim, que representa doenças, uma incapacidade do indivíduo de ser produtivo, ter sonhos e objetivos, manter os vínculos familiares e de se sentir realizado, tais características geram um questionamento em relação à velhice, que está em um processo de transformação de acordo com as possibilidades socioeconômicas do contexto em que o individuo vive. Apesar de segundo ROCHA 2018, o processo de envelhecimento ser uma demanda que necessita de mudança de olhar e ações por parte da sociedade e políticas públicas, ainda encontram-se muitos desafios, como o fato do paradigma de não criar estereótipos, pois cada indivíduo possui uma singularidade e um modo de vivenciar o envelhecimento. Apesar de áreas como medicina, psicologia, assistência social, educação física e entre outras, tentarem desmistificar esse conceito, as mesmas acabam-se autossabotando, como por exemplo: “Atualmente, o discurso geriátrico tenta acabar com a visão que associa a velhice com doença, entretanto, Laslett (1991, citado por L. Silva, 2008) considera que esse procedimento se contradiz e encontra oposições na própria maneira de funcionamento do conhecimento médico.” (ANTUNES, NOVAK e MIRANDA. 2014.p.156), desta forma estes autores consideram que não adianta buscar tentar transformar o conceito de velhice, se a realidade não estiver preparada para acolher esse conceito, se a sociedade e os profissionais não estão prontos para atuar nesta transformação.

De acordo com as pesquisas científicas é possível inferir que as questões socioeconômicas são fatores que irão influenciar diretamente a vivência do envelhecimento como, por exemplo, a questão do trabalho, enquanto alguns idosos trabalham para se ocuparem e sentirem ativos, outra parcela precisa trabalhar para complementar a renda. Um ganho em relação a esse período é o fato que muitos idosos estão pensando em estudar, e estão buscando informações sobre a Universidade da Terceira Idade, local em que eles possuem acesso a vários cursos, outro aspecto positivo foi em relação às formações de novos vínculos sociais, isto é, eles estão buscando se socializar mais e ter mais companhia. Em contrapartida ainda predomina-se a visão de que a velhice está atrelada a invalidez, perda de autonomia, falta de perspectivas de futuro, dessa forma muito dos idosos não se consideram velhos, pois não apresentam nenhuma dessas características, muitos falam que não chegaram à velhice, pois ainda continuam ativos e independentes. Por fim, o estudo realizado por Antunes, Novak e Miranda 2014, tem abordado aspectos que contribuem para facilitar o processo do

envelhecimento e a respeito do papel do psicólogo no meio deste processo, bem como, para facilitar as novas transformações que o mesmo está vivenciando. Estes autores consideram que o processo de envelhecimento engloba:

> "Uma velhice bem sucedida não depende unicamente do idoso, mas também "das chances do individuo quanto a usufruir de condições adequadas de educação, urbanização, habitação, saúde e trabalho durante todo o curso de sua vida" (p.72). É necessário também que haja equilíbrio entre os limites e potencialidades individuais, permitindo-lhe lidar com as perdas inevitáveis do envelhecimento." (ANTUNES, NOVAK e MIRANDA. 2014.p.157)

Ainda, com o estudo realizado por Antunes, Novak e Miranda 2014, fica claro a percepção de que a velhice bem sucedida depende de todos, é um processo tanto singular quanto coletivo e ambos precisam estar em equilíbrio e colaboração. Desta forma os autores afirmam que:

> "Pensa-se em uma atuação do psicólogo na qual este se utilize de recursos que favoreçam a reogarnização da rotina na preparação para a aposentadoria, contribuindo para o aumento da autoestima que muitas vezes estava ligada ao trabalho remunerado, além de ressignificar esta fase da vida em todos os aspectos importantes para cada idoso em particular, promovendo um novo sentido para a sua vida, inserindo e valorizando suas histórias, seus valores, crenças e espiritualidade. (ANTUNES, NOVAK e MIRANDA. 2014. p.157)

Os autores ainda reinteram, que cabe ao psicólogo realizar um trabalho que potencialize o desenvolvimento deste idoso, mostrando-lhe e buscando que compreenda que ainda existem diversas possibilidades para ele, sempre respeitando a sua subjetividade e limitações, bem como, ajudando-o a lidar com algumas mudanças que esta nova fase da vida traz, e com as quais terá que se adaptar como é ilustrado abaixo.

> Deste modo, cabe ao psicólogo entender o idoso, como protagonista de uma história única, e como um ser capaz de aprender e se desenvolver, mesmo que apresente algumas limitações. Não basta encaminhá-lo para grupos de terceira idade, mas sim ouvi-lo terapeuticamente, buscando ajudá-lo a viver melhor o seu dia a dia." (ANTUNES, NOVAK e MIRANDA. 2014. p.162).

2 METODOLOGIA

O projeto de estágio foi desenvolvido na Vila Vicentina em Brotas – Sociedade de São Vicente de Paulo, uma Organização da Sociedade Civil (OSC), privada, de cunho filantrópico, que também integra a rede socioassistencial do município, sendo uma entidade de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais, a entidade se enquadra como uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Sendo assim a instituição acolhe idosos e

funciona como uma “casa”, com regras que facilitam a convivência , e busca propiciar o seu bem-estar na medida do possível. Atualmente a entidade acolhe 45 idosos de ambos os sexos com idades entre 50 a 95 anos, e busca oferecer serviços que auxiliem o máximo possível do seu bem-estar. A maior parte dos idosos chega a Vila Vicentina devido alguma vulnerabilidade, ou em busca de melhores cuidados. Alguns idosos que estão na entidade possuem uma doença psiquiátrica de fundo, ou estão em processo de demência, ou se enquadram em ambos os casos, sendo assim as demandas em relação a estes assistidos é o acolhimento, e o alívio do sofrimento, entretanto a outros assistidos que muitas vezes apresentam os aspectos cognitivos um pouco mais preservados, trazem outras demandas como acolhimento de suas angústias, e frustrações, ressignificação em relação à perda da autonomia ou de algumas funções, trabalha-se os vínculos familiares, a reparação ou a falta deles, perspectivas futuras, atividades que propiciem uma autonomia dentro das limitações, psicoeducação e grupos, bem como outras demandas.

Desta forma o objetivo geral do projeto era favorecer o resgate de memórias dos assistidos da instituição, através da escuta ativa, identificando elementos psicossociais, afetivos e biográficos, bem como, trabalhar através destas memórias o presente e as perspectivas do futuro.

Através dessa intervenção busca-se trabalhar o protagonismo dos indivíduos dentro da sua própria história e resgate da autoestima. Enquanto que como objetivos específicos tinha-se a confecção de um livro, a partir de escutas feitas com os assistidos, acolhendo todos os elementos que possam surgir, história de vida, afeto, vida cotidianas e questões psicossociais.

A fim de atingir esses objetivos foram realizadas dez intervenções. A primeira ocorreu com o objetivo de realizar o mapeamento da instituição a fim de identificar as questões dos assistidos, bem como, compreender qual a dinâmica da instituição e quais as melhores atividades a serem desenvolvidas. A partir da segunda até a oitava intervenção ocorreu às escutas ativas tanto individuais quanto em grupo com os assistidos que possuíam a cognição preservada e que quiseram participar, em que eles contaram a respeito das suas vivências, memórias, sonhos, desejos, hobbies e entre outros. Já as últimas intervenções tinham como objetivo confeccionar materiais que iriam compor o livro, desta forma realizou-se uma oficina em grupo com fotos antigas de locais da cidade, em que os assistidos olharam as fotos e trocaram memórias e histórias entre si, além de propiciar através de fotos atuais, comparações entre o passado e o presente

a fim de trabalhar a questão que mudanças acontecem, já a segunda oficina em grupo, foi de recortes de revistas, que tinha como objetivo realizar também troca de experiências, mas, sobretudo trabalhar questões sobre sonhos, desejos, gostos e afinidades. A última intervenção tinha como enfoque presentear os assistidos com o livro para que eles o enxergassem como o resultado concreto da intervenção de estágio, bem como se tinha a proposta de encerrar o vínculo criado durante a intervenção.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os objetivos do projeto foram alcançados no tocante ao resgate da autoestima e das memórias de vida de cada um, em que puderam expor fatos importantes de suas vidas, realizando desta forma uma reflexão de que as memórias são importantes, mas que não podem deixar de viver o hoje, pensar e planejar o futuro. Os assistidos se sentiram valorizados e importantes por ter alguém interessado em ouvi-los, pelo fato da maioria ser carente, mesmo alguns achando suas histórias e passagens irrelevantes, fizeram questão de contar cada detalhe. A apresentação do livro foi o fechamento que necessário para o trabalho realizado, pois nele ocorreu a representação da história de cada um dos assistidos, bem como, os seus gostos e particularidades, propiciando o protagonismo de que eles sentem falta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos objetivos traçados, a intervenção foi satisfatória, pois através das escutas ativas foi possível propiciar um acolhimento das vivências, desejos e expectativas dos assistidos, compreender sobre as diferentes perspectivas que cercam o envelhecimento, bem como foi possível favorecer o contato com novas experiências que podem contribuir com a reflexão em relação à autoestima, que em longo prazo pode repercutir em efeitos positivos, já que a intervenção de estágio gerou um estímulo motivador. Além disso, o estágio proporcionou a aprendizagem em relação à rotina e o trabalho do psicólogo dentro de uma instituição de longa permanência, bem como, as habilidades e os desafios que o manejo com idosos necessita, como o modo de falar, as ações, limitações, expectativas, tenacidade e entre outros. Portanto os objetivos foram atingidos, bem como, pôde-se observar que os temas relacionados ao envelhecimento ainda permanecem como a dualidade entre perspectivas e desesperança, acolhimento e preconceito, que afetam o modo de viver da pessoa idosa, pois como já foi dito o processo de envelhecer é composto de pluralidades subjetivas e sociais, deixando claro

o quão importante se tornou importante a mudança de pensamento da sociedade, indivíduo e autoridades competentes, pois a políticas públicas são um fator importante nessa mudança.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Patricia; AMARAL, Rita; BRANDÃO, Vera. **Oficina de memória autobiográfica: conversando com idosos em: o registro das memórias vivas**. Revista Kairós, São Paulo, n.2, v.1, jan.2009, p. 257-274. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2791>. Acesso em: 02 abr. 2019.

GOLLNICK ANTUNES, Ingrid; TEREZINHA PIANOWSKI NOVAK, Marly; REGINA MIRANDA, Vera. **O Processo de envelhecer na atualidade na visão do idoso.** Psicologia Argumento, Curitiba, n.79, v. 32, nov. 2017, p. 151-164 Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20577/19823>.. doi:http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.32.S01.AO14. Acesso em: 10.abr. 2019.,

ROCHA, Jorge Afonso da. **O envelhecimento humano e seus aspectos psicossociais**.Revista Farol, Rolim de Moura, n. 6 v. 6, jan. 2018, p. 77-89. Disponível em: < http://www.revistafarol.com.br/index.php/farol/article/view/113>. Acesso em: 02 abr. 2019.

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS SOB A ÓTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

Renata Cristina Soares Tibúrcio, Vânia Ap.Borim Moreto, e-mail: renata_tiburcio@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

De maneira geral no meio social, quando se estabelece um conflito, "o encarceramento é a reação normal ao crime nas sociedades contemporâneas ocidentais; funcionamos sob o pressuposto da prisão" (ZEHR, 1990, p. 34). Sobre essa relação das partes interessadas entre si e o Sistema de Justiça, Santana (2011, p. 44) afirma que a rigidez e normativas atrelados aos ritos processuais, no sistema de justiça, numa “situação artificial da relação processual, como se os envolvidos fossem máquinas que participassem apenas e tão somente por meio de seus representantes legais e, ao final da demanda, obtivessem uma solução imposta pelo juiz”. Na contramão dessa forma de praticar a Justiça surge a Justiça Restaurativa.

A Justiça Restaurativa (JR) está baseada em valores como o empoderamento, a participação, autonomia, respeito, buscando sentido e de pertencimento na responsabilização pelos danos causados, não negligenciando a satisfação das necessidades que surgem a partir dos conflitos (SOUZA, et al, 2007). A JR, busca "o ato de se fazer justiça por meio do diálogo que esclarece e conscientiza e não por meio do julgamento" (PENIDO, 2008, p.203).

A Justiça Restaurativa tem suas bases de prática nos povos nativos dos Estados Unidos e Canadá. Estes, entendiam justiça na coesão e não na coerção. Povos ancestrais inspiraram esse tema e se entendiam interconectados e interdependentes, formando um todo vivo. Sendo assim, quando um não estava bem, todos sofriam o mesmo dano e eram responsáveis por promover a ordem. Todos então, se engajavam no processo de cura, já que eram responsáveis pela ofensa e reparação. Essa modalidade surgiu na década de 70, num contraponto ao sistema existente, originando movimentos sociais em desacordo com a postura punitiva (BONINI; CANDIDO, 2015).

Essa forma de enxergar e aplicar a justiça também pode ser contemplada nas raízes organizacionais da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura dos povos), que em seu ato constitutivo, no dia 16 de novembro de 1945, logo

após o termino da segunda grande guerra mundial, onde trinta e sete países ratificaram a carta que estabelecia a organização e proclamava: “se as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz”. A “Cultura de paz” se propõe a lidar com o conflito e encontrar respostas às condições violentas, gerando diálogo, consenso e comunicação não violenta, levando em consideração que o conflito está implícito nas relações humanas e o que o difere está na forma como se responde a ele. Aqueles que se engajam na Cultura da Paz de forma ativa, direcionam sua experiência e forma de convivência através das bases da Justiça Restaurativa. Desconstruir uma cultura já cristalizada hoje se faz necessário. Muitas vezes há intenção de se fazer diferente, mas não se sabe como fazê-lo, sendo a Justiça Restaurativa uma destas novas formas.

Muito embora seja o mais utilizado, o modelo da justiça retributiva, não é a única forma de se ler a justiça no Ocidente, onde outros modelos predominaram ao longo da maior parte da história, mas todos trazendo um viés punitivo (ZEHR, 1990). No contraponto desse modo de atuação, surge a Justiça Restaurativa propondo ser "alternativa e complementar de resolução de conflitos", baseada em valores como “o empoderamento, a participação, autonomia, respeito, buscando sentido e de pertencimento na responsabilização pelos danos causados, não negligenciando a satisfação das necessidades que surgem a partir dos conflitos" (SOUZA, et al, 2007, p. 12-13).

Esta maneira de recuperar as relações fragilizadas visa o futuro e não o passado e busca reparar os relacionamentos sem focalizar a culpabilidade. Nessa perspectiva, Pinto (2012, p. 22) afirma que “A justiça convencional diz: você fez isso e tem que ser castigado! A justiça restaurativa pergunta: o que você pode fazer agora para restaurar isso?” É importante destacar que durante a dinâmica restaurativa a adesão é voluntária e cabe aos participantes relatarem os fatos, perceberem que chegou o momento de solucionar o conflito, ou interromper o processo. Sendo assim, implantar práticas restaurativas, como alternativa para resolução de conflitos, em diversos ambientes, especialmente nas escolas, é possibilitar uma educar para a democracia para o diálogo e para a paz.

O objetivo de popularizar a Justiça Restaurativa em todo território nacional se justifica por ela oferecer condições mínimas de justiça que carece uma sociedade, como igualdade, liberdade respeito e diálogo. Essa modalidade de ação procura também estimular a articulação do justo e do bom, através da ética civil, sinalizando o justo como algo necessário que quando ausente, promove um declínio para a sociedade no que diz respeito às questões morais e também no quesito dignidade humana (ANDRADE, 2012).

O intento de fomentar essa relevante discussão, é a que o presente trabalho se propõe, ao trazer da margem para o centro a intervenção dos conflitos através da JR, a fim de que seja vista e discutida à luz da ciência, como uma possibilidade de amenizar as questões que se apresentam em conflitos escolares.

2 METODOLOGIA

A natureza da pesquisa foi básica, descritiva. A busca foi realizada em fontes primárias e secundárias. A base de dados scielo foi a mais utilizada, como também foi realizada pesquisa documental através de matérias de aprimoramento para desenvolvimento de profissionais da área jurídica, artigos, apostilas, dissertações.

Os artigos pinçados foram escolhidos a partir da leitura de seu título e respectivos resumos, segundo critério do pesquisador. Palavras chave: Justiça Restaurativa, Justiça Retributiva, resolução de conflitos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prática restaurativa prima pelo resgate das relações que foram rompidas por um problema, um conflito ou infração. A dinâmica instaurada oportuniza a reconstrução do malfeito e depende da vontade das partes: vítima e agressor.

Um dos precursores da justiça restaurativa Howard Zehr (2008, p. 12), sinaliza em uma tabela, as principais diferenças entre a justiça retributiva e a restaurativa

LENTE RETRIBUTIVA	LENTE RESTAURATIVA
O crime é definido por uma violação à lei.	O crime é definido pelo dano à pessoa e ao relacionamento.
Os danos são definidos em abstrato.	Os danos são definidos concretamente
O crime está em uma categoria distinta dos outros danos.	O crime está reconhecidamente ligado a outros danos e conflitos
O Estado é a vítima.	As pessoas e os relacionamentos são as vítimas
O Estado e o ofensor são partes no processo	A vítima e o ofensor são partes no processo.

As necessidades e os direitos das vítimas são ignorados.	As necessidades e os direitos das vítimas são a preocupação central.
As dimensões interpessoais são irrelevantes	As dimensões interpessoais são centrais
A natureza conflituosa do crime é velada.	A natureza conflituosa do crime é reconhecida.
O dano causado ao ofensor é periférico.	O dano causado ao ofensor é importante.
A ofensa é definida em termos técnicos, jurídicos.	A ofensa é compreendida em seu contexto total: ético, social, econômico e político

TROCANDO AS LENTES (2008)

De acordo com a tabela afixada, nota-se a forma como a Justiça Restaurativa protagoniza o indivíduo que foi prejudicado com o ato infracional, como também aquele que em um dado momento de sua existência está infrator. Oportunizar a mudança de rota, diferentemente de outra postura é uma das características mais relevantes da Justiça Restaurativa, uma vez que tira dos bastidores e traz para o palco principal os envolvidos e suas respectivas petições. Por outro lado, a postura punitiva do modelo vigente de justiça, acaba por alimentar ainda mais as questões conflituosas segundo alega Scuro Neto, (1999) “A intenção não seria prevenir crimes aterrorizando infratores, mas castigá-los com redobrada crueldade por causa dos delitos que cometeram”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Justiça Restaurativa se apresenta como uma possibilidade de olhar por outra perspectiva as demandas de justiça. Em um universo onde se definiu de forma punitiva, ela vem para trazer uma nova oportunidade de se pensar no ser humano.

Fundamentada nas questões dos Direitos Humanos, ela vem abordando o direito para todos os humanos com direitos. Lembrando também e principalmente, das vítimas que muitas vezes tem menos privilégios (se é que se pode dizer isso, sobre aquele que de uma forma ou de outra já foi prejudicado) do que aqueles que cometem os delitos, mas não os deixando alienados, porém, lhes dando a oportunidade de serem vistos em cada momento do processo, tendo inclusive direito a fala e ser compreendido neste ínterim. Dar voz aos incluídos no processo é realmente algo que tem feito a diferença em diversos lugares, instituições e escolas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. R. P. de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des) ilusão.** Rio de Janeiro: Renavan**,** 2012.

BONINI, L. M. M.; CANDIDO, V. Br**. Cultura De Paz E Justiça Restaurativa Em Escolas De Guarulhos: parceria entre a justiça e a educação**. 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/13116/2305>. Acesso em outubro de 2019.

ONU **(Organização das Nações Unidas). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução** 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas. 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em outubro de 2019.

PENIDO. E. de A. "**Justiça e Educação: parceria para a cidadania" em Heliópolis/SP: a imprescindibilidade entre Justiça Restaurativa e Educação**. Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v. 9, n. 50, p. 196-204. Jun/Jul 2008

PINTO, R. S. G. **Justiça Restaurativa é possível no Brasil?.** In: SKAKMON, C.; Resolução 2002/12- Organização das Nações Unidas (ONU) - Princípios básicos para utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal. Disponível em: <http://www.justica21. Acesso em outubro de 2019.

SANTANA, C. da S. **Justiça restaurativa na escola: reflexos sobre a prevenção da violência e indisciplina grave e na promoção da cultura de paz,** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente – SP, 2011. Disponível em https://repositorio.unesp.br › bitstream › santana_cs_me_prud.pdf.txt. Acesso em outubro de 2019.

SCURO N., P. **Manual de sociologia geral e jurídica: lógica e método do direito, problemas sociais, comportamento criminoso, controle social.** São Paulo: Saraiva, 1999.
SOUZA, A. P. et al. **Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a** cidadania. São Paulo: Cecip, 2007.

ZEHR, H**. Trocando as Lentes. Um novo foco sobre o crime e a Justiça Restaurativa**. São Paulo. Palas Athena, 2008.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO EM ACIDENTES RODOVIÁRIOS

Felipe Vendrame Molan, José Henrique Paleari Faiolli, Maria Eduarda Evangelista, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: rzmontefusco@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

De praxe é possível afirmar que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito, esta regra está expressa no Código Civil, em seu artigo 186. Entretanto, quando um agente público comete um ato lesivo a um particular, esse não é pessoalmente responsabilizado, por estar agindo em nome do estado, sendo assim, em um primeiro momento, o estado deverá arcar com a indenização resultante do dano.

A Constituição Federal de 1988, de forma muito lucida, estabelece que as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, entretanto para que isso aconteça necessário se faz a observação e o estudo sobre dois elementos essenciais para a configuração da responsabilidade civil do estado, sendo um a pratica do ato lesivo e a outra o nexo de causalidade.

O Brasil, até o ano de 2017, possuía malha rodoviária total de 1.720.700,6 Km sendo que a manutenção desta malha é atribuição da administração pública, observadas as concessões públicas onde a obrigação da manutenção é transferida à uma empresa privada. Quando ocorre um acidente de trânsito provocada pela falta de manutenção na rodovia, inexistindo concessão, nasce o dever ressarcitório do estado.

O objetivo da presente pesquisa é demonstrar a responsabilidade civil presente no ordenamento jurídico brasileiro associando modos determinados de acidentes de trânsito com a responsabilidade civil do estado, consequentemente demonstrando do dever indenizatório do mesmo.

2 METODOLOGIA

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, será feita a análise sobre responsabilidade civil do Estado em acidentes rodoviários através da pesquisa explicativa.

Foram escolhidos artigos científicos, a legislação do Código Civil, combinado comas Leis de Trânsito Nacional, nos quais ambos contribuíram para abordar o complexo ressarcimento do Estado em danos ocorridos a condutores em rodovias nacionais.

O estudo deste trabalho será fundamentado em ideias e pressupostos que doutrinadores e pesquisadores apresentam significativa importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise: relação objetiva e subjetiva no direito de ressarcir, agente causador do dano, respaldo legal para o acidentado requerer indenização junto ao Estado. Para tal, tais objetos serão estudados em fontes secundárias como trabalhos acadêmicos, artigos, livros e afins, que foram aqui selecionados.

Assim sendo, o trabalho transcorrerá a partir do método conceitual-analítico, visto que utilizaremos conceitos e ideias de outros autores, semelhantes com os nossos objetivos, para a construção de uma análise científica sobre o nosso objeto de estudo.

O método de pesquisa escolhido favorece uma liberdade na análise de se mover por diversos caminhos do conhecimento, possibilitando assumir várias posições no decorrer do percurso, não obrigando atribuir uma resposta única e universal a respeito do objeto.

As referências sobre a responsabilidade civil do Estado, sob algumas características que serão apresentadas neste trabalho, não apresentam previsões irreversíveis, já que as possibilidades de análise são inúmeras quando se trata da expressão sociocultural de uma sociedade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil pode ser entendida, resumidamente, como o dever de reparação de um dano, ainda que moral, causado a terceiros, segundo Maria Helena Diniz.

> A responsabilidade civil é a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão do ato por ela mesma praticado, por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal.

Igualmente Caio Mario da Silva Pereira, em seu livro “Responsabilidade Civil de acordo com a Constituição de 1988”, define com maestria a responsabilidade civil.

> A responsabilidade civil consiste na efetivação da reparabilidade abstrata do dano em relação a um sujeito passivo da relação jurídica que se forma. Reparação e sujeito passivo compõe o binômio da responsabilidade civil, que então se enuncia como o princípio que subordina a reparação à sua incidência na pessoa do causador do dano. Não importa se o fundamento é a culpa, ou se é independente desta. Em qualquer circunstância, onde houver a subordinação de um sujeito passivo à determinação de um dever de ressarcimento, aí estará a responsabilidade civil.

Dessa forma, podemos concluir que a reparação do dano pode ou não se fundamentar na culpabilidade do agente que provocou o dano, gerando assim a necessidade de avaliar o caso concreto para avaliar a existência do dever de ressarcimento.

3.1.1 RESPONSABILIDADE SUBJEIVA

A responsabilidade subjetiva possui como fundamento a culpa do agente causador do dano. Neste caso, é necessário que se comprove a culpa, demonstrando igualmente o nexo causal da conduta, seja uma ação ou omissão, com o dano provocado. Neste sentido Silvio Rodrigues afirma:

> [...] para alcançar a indenização, necessário se faz que a vítima prove não só o ato do agente e o dano sofrido, coo também a relação da causalidade e, principalmente, a culpa do réu.

3.1.2 RESPONSABILIDADE OBJETIVA

Diferente da anterior, na responsabilidade objetiva a comprovação da culpa é afastada por determinação legal. Restando somente a necessidade de provar apenas a existência do dano e o nexo de causalidade. Nas palavras de Maria Helena Diniz:

> [...] responsabilidade objetiva, se fundada no risco, que explica essa responsabilidade no fato de haver o agente causado prejuízo à vítima ou a seus bens (RF, 284: 274; RT, 579: 135, 611: 275, 620:197). É irrelevante a conduta culposa ou dolosa do causador do dano, uma vez que bastara a existência do nexo causal entre o prejuízo sofrido pela vítima e a ação do agente para que surja o dever de indenizar.

3.2 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

A responsabilidade do estado surge no ordenamento jurídico brasileiro de forma discreta, sendo que nas constituições de 1824 e 1891 não previa a responsabilidade do estado, mas sim a responsabilidade do agente público na ocorrência de abuso ou omissão praticada no desempenho da função. Posteriormente, é adotada a responsabilidade solidária do agente público e o estado.

As constituições promulgadas a partir do ano 1946 adotaram a responsabilidade objetiva, sendo estabelecido o direito regressivo contra o agente público causador do dano. Dessa maneira a Constituição Federal de 1988, adotando a responsabilidade objetiva do Estado estabelece em seu artigo 37, § 6º que:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

> (…)
> § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Deste modo, quando ocorre o evento danoso devido uma ação ou omissão de um agente público, ainda que este não possa ser identificado, o estado possui o dever de ressarcimento.

Pode-se abstrair igualmente do artigo anterior a regra da responsabilidade subjetiva do agente público, estes compreendidos como todos aqueles que exercem função pública, de modo permanente ou transitório, de maneira remunerada ou não.

3.3 ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DO SISTEMA DE VIAÇÃO

A lei 10.233/01 criou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), órgão responsável pela administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, possuindo atribuições elencadas no artigo 82 da mesma lei

> Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:
> I – estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para os programas de segurança operacional, sinalização, manutenção ou conservação
> […]
> IV - administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, em hidrovias situadas em corpos de água de domínio da União, e instalações portuárias públicas de pequeno porte.

Do mesmo modo, contudo no âmbito estadual, os Departamentos de Estradas de Rodagem (DER), criados por decretos, possuem a atribuição de executar o programa rodoviário, programar, executar e controlar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, obras, conservação, operação e administração das estradas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade do estado sofreu uma evolução gradativa junto com as constituições brasileiras, sendo que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a responsabilidade objetiva do estado quanto aos danos causados a terceiros, ainda que o agente público responsável não possa ser identificado.

A administração pública, por meio da desconcentração, pode cria órgãos públicos como o DER e o DNIT para melhor atender o interesse público. Esses órgãos, em especifico, possuem a atribuição de administrar e conservar o sistema de viação brasileiro, seja em âmbito federal ou estadual.

Quando um particular sofre um acidente de trânsito é preciso observar o caso fático. Caso o dano ocorra devido, por exemplo, a falta de manutenção no asfalto, onde o buraco fure a roda de um veículo, o estado respondera objetivamente pelo dano causado, uma vez que seu órgão responsável falhe com suas atribuições.

A presente pesquisa demonstra a isonomia do sistema jurídico brasileiro, uma vez que além dos particulares, o estado também está sujeito a responsabilidade objetiva, gerando, portanto, segurança jurídica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei 10.233**, de 05 de junho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10233.htm>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

BRASIL. **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

CNT. **Malha rodoviária total**. Disponível em: <http://anuariodotransporte.cnt.org.br/2018/Rodoviario/1-3-1-1-1-/Malha-rodoviária-total>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

DINIZ, Maria Helena, **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 23ª edição. V. 7º Editora Saraiva. São Paulo.2009.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **RESPONSABILIDADE CIVIL**. 9ª edição. Editora Forense. 1999.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. V. 4. 20ª edição. Editora: Saraiva. São Paulo. 2003.

RESPONSABILIDADE PENAL NOS CRIMES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Bianca Leticia Audacio, Gabriela Ignácio de Godoy, Sabrina de Melo, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel, e-mail: jaubianca@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A responsabilização penal nos crimes de improbidade é de suma importância visto que, só dessa forma os agentes públicos e terceiros que praticam ilícitos contra a administração pública podem ser coibidos pelos desvios éticos, protegendo dessa forma o princípio constitucional expresso da moralidade administrativa no *art. 37, caput, CF/88*.

A prática do ilícito penal não se enquadra somente em uma das espécies clássicas de responsabilidade, mas sim em um pouco de cada, sendo elas, penal, civil, política ou administrativa. Dessa forma o agente público pode em tese ser processado politicamente (crime de responsabilidade), penalmente (Código penal e legislação extravagante), civilmente (ressarcimento), administrativamente (estatutos dos servidores e normas disciplinares) e, também, por improbidade administrativa. Como disserta o Artigo 37, Parágrafo 4º da Constituição Federal*: "Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".*

O problema da má administração pública vem vitimando a sociedade desde os tempos mais remotos e que continua até os dias atuais. É importante dissertar que o trabalho por uma boa administração pública dependerá também de uma boa aplicação do sistema jurídico de controle.

Sobre a responsabilização do agente que pratica o ato de improbidade além de descrito na Constituição federal, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) também apresenta as sanções aplicadas aos agentes, além de facilitar que atos administrativos ilegais, praticados sem gravidade ou má-fé, sejam considerados ímprobos e sofram as severas sanções previstas na lei. Além de dissertar também o Artigo 513 do Código de Processo Penal:

> "Os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com

> declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas".

A experiência jurisprudencial demonstra que há inúmeras condenações que envolvem desde o mero atraso na entrega de prestação de contas, ainda que posteriormente aprovadas pelo órgão competente, até esquemas nacionais de enriquecimento ilícito de agentes públicos em vultosos desvios em prejuízo ao erário.

Vale ressaltar que o objetivo do presente trabalho nada mais é que dar a importância da responsabilização dos agentes públicos que praticam o ato de improbidade e as devidas sanções cabíveis e previstas na legislação.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa se desdobra com base no método analítico-dedutivo atravésde pesquisas bibliográficas que apresentam e dissertam sobre improbidade administrativa e sanções cabíveis na responsabilização do agente. Para tanto,foram analisadas doutrinas específicas, a Lei de Improbidade Administrativa (LIA) e o Código de Processo Penal, além de jurisprudências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A improbidade administrativa se relaciona com a desonestidade na conduta do administrador público, podendo ser praticada também por pessoa que não é servidor e que infringe a moralidade pública.

Hely Lopes Meirelles disserta que:

> *(...) o administrador público está, durante toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, como também às exigências do bem-comum, não podendo se afastar deste, nem se desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.*

Segundo Celso Antonio Bandeira de Mello apud Marino Pazzaglini, *"Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma, pois a desatenção aos princípios, poderá implicar ofensa a um mandamento específico e obrigatório, como também a todo o sistema de comandos".*

Os atos de improbidade estão definidos nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92. Muitos deles podem corresponder a crimes definidos na legislação penal e a infrações administrativas definidas nos Estatutos dos Servidores Públicos. Nesse caso, nada impede a instauração de processos nas três instâncias, administrativa, civil e criminal. A primeira vai apurar o ilícito administrativo segundo as normas estabelecidas no Estatuto funcional; a segunda vai apurar a improbidade administrativa e aplicar as sanções previstas na Lei

nº8.429/92; e a terceira apurar o ilícito penal segundo as normas do Código de Processo Penal.

O ato de improbidade administrativa para acarretar a aplicação das medidas sancionatórias previstas na Constituição, exige a presença de determinados elementos: sujeito passivo, sujeito ativo, ocorrência de ato danoso, prejuízo para o erário ou atentado contra os princípios da Administração Pública, e o elemento subjetivo: dolo ou culpa.
Os atos de improbidade compreendem três modalidades:

a) Os que importam enriquecimento ilícito (art. 9º);

b) Os que causam prejuízo ao erário (art. 10);

c) Os que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11).

A violação do artigo 11 pode ser que não traga qualquer prejuízo ao erário, mas acentua-se um grau de desonestidade de quem viola ou mesmo mostra a deslealdade com o poder público, justificando a imposição da multa civil dentro dos prazos prescricionais contidos no art. 23 incisos I e II da Lei retroaludida.

A referida Lei de Improbidade administrativa prevê três formas de medidas cautelares especificas que são:

- A indisponibilidade de bens, prevista no artigo 7°:

  "Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado".

- O sequestro de bens, previsto no artigo 16:

  "*Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado danos ao patrimônio público.*
  § 1º O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.
  § 2° Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais".

- Afastamento provisório do agente público no exercício do cargo, emprego ou função, previsto no artigo 20, Parágrafo único:

  "A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
  Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual".

A moralidade administrativa como um dos princípios norteadores da administração pública, induz que se não for cumprido, vai haver ofensa à legalidade, que, segundo Marcelo Figueiredo *"a moralidade é uma excelente aliada na busca da finalidade do ato, do*

interesse público, do ato discricionário, na análise de desvios de finalidade". Assim, se a moralidade administrativa não for cumprida, vai haver violação do postulado e com isso, justifica a identificação de lesão à probidade administrativa prezada pelo texto constitucional.

Conforme sustentado, os seguintes julgados expõem:

> *EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - MÉRITO - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLARIA - CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO - CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DOLO - CONFIGURAÇÃO - SENTENÇA MANTIDA. 1. A Lei nº. 8.429/92 individualizou o lapso prescricional de acordo com a natureza do vínculo jurídico estabelecido pelo agente público como sujeito passivo em potencial, ou seja, tratando-se de vínculo temporário (mandato, cargo em comissão ou função de confiança), o prazo é de 05 (cinco) anos a partir da sua dissolução que, no caso, deu-se com o término do mandato de vereador. 2. Para a configuração do ato de improbidade administrativa, faz-se necessário, a princípio, que a conduta do agente público e do particular que a induziu, para ela concorreu ou dela se beneficiou (art.3º, LIA), resulte na percepção de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício da atribuição pública; ou no prejuízo patrimonial das entidades amparadas pela proteção legal (art.1º); ou, ainda, na violação dos deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições. Imprescindível, ainda, para a configuração do ato ímprobo, a presença do elemento volitivo do agente: dolo, nos casos descritos nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92; e dolo ou culpa, nos demais casos abarcados pelo art. 10. 3. A investidura em cargo efetivo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvada a possibilidade de contratação por tempo determinado para o exercício de função pública, quando destinada a atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, II e IX, da CF/88), nos casos expressamente estabelecidos em lei. 4. A documentação carreada, demonstra, sem qualquer dúvida, que o réu, na condição de Presidente da Câmara Municipal de Olaria contratou pessoas para exercer os cargos efetivos de Oficial Administrativo e de Auxiliar de Serviços Gerais, sem a devida realização de concurso público, atuando de forma consciente, posto que sabia sobre natureza dos cargos. 5. Não conhecer do 2º e 3º apelos (deserção), afastar a prejudicial de prescrição negar provimento ao 1º apelo.*
>
> *ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADEADMINISTRATIVA. ART. 10, XIII, DA LEI N. 8.429/1992. ELEMENTO SUBJETIVO CULPA E NECESSIDADE DE DANO AO ERÁRIO.*
> *1. Na hipótese dos autos, trata-se de ação civil pública de improbidade administrativa em razão da conduta do art. 10, XIII, da Lei 8.4289/1992.*
> *2. A atual jurisprudência do STJ é no sentido de que para a configuração dos atos de improbidade administrativa previstos no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa (atos de Improbidade Administrativa que causam prejuízo ao erário), com a exceção da conduta do art.10, VIII, exige-se a presença do efetivo dano ao erário (critério objetivo) e, ao menos, culpa. Precedentes: REsp1.206.741/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe24/4/2015; AgRg no AREsp 107.758/GO, Primeira Turma, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe 10/12/2012; REsp 1228306/PB, Segunda Turma, Rel. Ministro Castro Meira, DJe 18/10/2012.*
> *3. O Tribunal de Origem atestou a prática de ato de improbidade administrativa previsto no art. 10, XIII, da Lei 8.429/92, diante da presença do elemento subjetivo doloso do então Prefeito ao autorizar a utilização do ônibus escolar para finalidade estranha ao interesse público. Ademais, da leitura do acórdão da Corte de origem constata-se a existência de dano ao erário, consubstanciado nas despesas com a realização do transporte.*
> *4. Agravo interno não provido.*

Conforme exposto acima, a experiência jurisprudencial nos demonstra que para a prática do ato de improbidade administrativa, deve o agente ter um vínculo jurídico estabelecido com a administração pública, e da sua conduta violar princípios básico norteadores, como da legalidade, honestidade, imparcialidade, etc. Nos casos descritos nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92, deve o agente ter agido com dolo, e nos descritos no artigo 10, com dolo ou culpa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar que de um lado o objeto jurídico tutelado na espécie é a própria Administração Pública, seja direta ou indireta, aí compreendendo toda atividade do Estado e demais entidades públicas, tais como as Fundações, bem como o Poder Legislativo em suas quatro esferas do poder.

De outro, também o Patrimônio Público e as Finanças Públicas, bem como os diversos Princípios da Administração Pública (legalidade, moralidade, probidade, razoabilidade, eficiência e impessoalidade). Quando configurado o dano pelo agente causador, nasce daí a obrigação de indenizar, conforme estabelecido na própria **LIA**, cabendo ao agente reparar os prejuízos acarretados à Administração Pública. “A improbidade administrativa é o contrário de probidade, que significa integridade de caráter, honradez. Sendo assim, a definição mais clara de improbidade é desonestidade, mau caráter”.

Conforme jurisprudências supramencionadas, para a configuração do ato de improbidade administrativa, a princípio faz-se necessário que a conduta do agente público ou particular que a induziu, para ela concorreu, ou dela se beneficiou resultando na percepção de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício da atribuição pública, além da violação de deveres pertinentes ao exercício da função, como honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições. Além de que para a configuração dos atos de improbidade administrativo que causam prejuízo ao erário, exige-se o critério objetivo, ou seja, o efetivo dano ao erário.

REFERÊNCIAS

AgInt no REsp 1542025 / MG. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/590376766/agravo-interno-no-recurso-especial-agint-no-resp-1542025-mg-2015-0164433-7?ref=juris-tabs.

Apelação Cível 1.0386.15.0023771/001. Disponível em: https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0386.15.002377-1%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar. Acesso em: 25 set.2019.

BRASIL. Constituição Federativa. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm> acesso em: 25 set.2019.

CASTRO, José Carlos de. **Improbidade administrativa**, programa de pós-graduação, mestrado em direito, 2006. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/GAEMLTNMNGGA.pdf> Acesso em: 25 set.2019

Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>acesso em: 25 set. 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 28ª. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2015

FIGUEIREDO, Marcelo. **O controle da moralidade na Constituição**. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 91

Lei de Improbidade Administrativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm>acesso em: 25 set.2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. Ed. Revista dos Tribunais, 15ª edição, 1990, p. 79

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. In: FILHO, Marino Pazzaglini. **Princípios constitucionais reguladores da Administração Pública**. São Paulo: Editora Atlas, 2000. p. 17.

RISCO DE INFECÇÃO RELACIONADO À PUNÇÃO VENOSA PERIFÉRICA

Keite Kelli Aparecida Conceição Rocha Chagas, Talita Morgana Puci Franco, Ana Paula Ribeiro Razera, e-mail: keitek10@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O cateterismo venoso periférico representa um dos procedimentos mais presente no cotidiano da enfermagem, sendo uma das intervenções mais empregada no cuidado com o paciente. Para isso, é necessário a qualificação técnico-científica dos profissionais para a sua execução, proporcionando um acesso venoso seguro e eficaz (MALAVOLTA *et al*., 2002).

O acesso venoso periférico é indispensável para a administração de fluidos, medicações, concentrados de hemácias e plaquetas, nutrição parenteral, coleta de exames laboratoriais, além da monitorização do estado hemodinâmico de pacientes críticos (SHIMADA, 2014).

Diversos fatores podem dificultar o sucesso na realização deste procedimento, oferecendo medo, desconforto e ansiedade aos pacientes que dele necessitam e um desafio aos profissionais de enfermagem (OLIVEIRA, 2015).

Segundo Bennett (2005), as causas para infecções relacionadas aos cateteres periféricos incluem o tipo de material utilizado, trombogenicidade, duração prolongada da cauterização, local da punção, técnica realizada, assepsia na inserção, higienização das mãos do profissional na instalação e/ou no manuseio, além dos fatores relacionados ao paciente. Dentre eles, destacam-se a visualização e o calibre do vaso, além da mobilidade, inserção, trajeto, diâmetro, elasticidade, integridade, localização e o fato de serem ou não palpáveis.

Apesar de amplamente utilizados, existem muitas complicações a eles associadas, podendo ser locais ou sistêmicas, ocasionando um aumento da morbidade e mortalidade dos indivíduos, prolongando os períodos de internações e o aumento dos custos hospitalares (SHIMADA, 2014).

Nesse sentido, este estudo teve como objetivo caracterizar as contribuições de estudos nacionais que abordaram os fatores de risco de infecção relacionado à punção venosa periférica.

2 METODOLOGIA

Utilizou-se a revisão integrativa da literatura, a qual possibilitou identificar resultados de pesquisas sobre os fatores de risco de infecção relacionado a punção venosa periférica, na área da enfermagem. Esta metodologia permite a abordagem de diversos tipos de estudos, permitindo uma vasta análise do assunto abordado e uma síntese de conhecimento produzido (MENDES, SILVEIRA e GALVÃO, 2008). Para nortear a condução da revisão foi delineada a seguinte pergunta: “quais as produções científicas nacionais, na área de enfermagem, que abordaram os fatores de risco de infecção relacionado à punção venosa periférica?”.

Para o presente estudo, foram selecionados periódicos indexados nas bases de dados SCIELO (Scientific Eletronic Library Online) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), utilizando-se os descritores: cateterismo periférico e infecção.

Como critério de elegibilidade foram adotados os artigos publicados em periódicos nacionais no período de 2009 a 2019, cuja metodologia contemplava os fatores de risco de infecção relacionado a punção venosa periférica, na área da enfermagem. Os resultados foram organizados e analisados descritivamente. Para a estratificação dos resultados, foi construído um instrumento de coleta de dados aplicado a cada artigo selecionado, contendo informações sobre a identificação do artigo e autores, local de realização do estudo, objetivos, procedimentos metodológicos, resultados e discussão, conclusões e recomendações para a prática da enfermagem.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Inicialmente foram encontrados 45 estudos a partir da consulta das bases de dados. Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 6 estudos que obedeceram aos critérios de inclusão e foram organizados conforme o objetivo, método, resultados e conclusão. O Quadro 1 representa as especificações de cada um dos artigos quanto ao título, autoria, periódico e objetivo do estudo.

Quadro 1. Artigos levantados nas bases de dados SCIELO os fatores de risco de infecção relacionado a punção venosa periférica, no período de 2009 a 2019, Jaú, São Paulo, 2019.

Título do artigo	Autores	Periódico	Objetivo
Atuação da enfermagem na prevenção e controle de infecção de	MENDONÇA KM, NEVES HCC, BARBOSA DFS,	Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2011	Discuti o papel desta equipe sob a perspectiva da prevenção e controle de infecções de corrente

corrente sanguínea relacionada a cateter	SOUZA ACS, TIPPLE AFV, PRADO MA	abr/jun; 19 (2):330-3	sanguínea relacionada a cateter
Diferença de tempo de positividade: método útil no diagnóstico de infecção de decorrente sanguínea relacionada com cateter?	CORRÊA KLG, ALMEIDA GMD, JUNIOR JNA, ROSSI F.	Bras Patol Med Lab, v.48, n.3, p.195-202, jun 2012	Avalia na rotina a DTP como ferramenta auxiliar no diagnóstico de ICSRC e determina os principais microrganismos isolados.
Flebite associada a cateteres intravenosos periféricos em adultos internados em hospital da Amazônia Ocidental Brasileira	ENES SMS, OPITZ SP, FARO ARMC, PEDREIRA MLG.	Rev Esc Enferm USP.2016;50(2) :263-271	Identifica a presença de fatores de flebites e os fatores que influencia o desenvolvimento desta complicação em pacientes adultos internados no hospital da Amazônia Ocidental Brasileira.
Incidência de complicações locais e fatores de risco associados ao cateter intravenoso periférico em neonatos	DANSKI MTR, MINGORANCE P, JOHANN DA,VAYEGO AS, LIND J.	Rev Esc Enferm USP.2016;50(1) :22-28	Avalia a incidência de complicações relacionada ao uso de cateteres periféricos intravenosos em neonatos e identifica os fatores de riscos associados.
Medidas preventivas de infecção relacionada ao cateter venoso periférico: adesão à terapia intensiva	LANZA VE, ALVES APP, CAMARGO MAS, CACCIARI P, MONTANDON DS, GODOY S.	Rev Ren. 2019; 20:e40715	Analisa a adesão dos profissionais de enfermagem as medidas de prevenção de infecção por cateter venoso periférico
Práticas relacionadas ao uso do garrote durante à punção venosa periférica: uma revisão de escopo	OLIVEIRA ASS, COSTA PJS, BRAGA LM, GRAVETO JMGN, OLIVERA VS, PARREIRA PMSD.	Rev. Latino-Am. Enfermagem 2019;27:e3125	Mapear as evidências disponíveis a respeito das práticas dos profissionais de saúde no que concerne ao uso do garrote durante a punção venosa periférica e à contaminação microbiológica associada.

Medidas preventivas relacionadas aos procedimentos com acesso vascular são negligenciadas na prática por todos os profissionais envolvidos, com destaque para a equipe de enfermagem. As infecções de corrente sanguínea relacionadas com a punção apresentam impacto significativo na morbidade e mortalidade de pacientes internados, além de elevar custos hospitalares. Desta forma, um diagnóstico acurado e rápido dessas infecções pode otimizar as condutas clínicas e terapêuticas, poupando a retirada precoce dos cateteres.

Algumas práticas dos profissionais de enfermagem representam um risco potencial de contaminação microbiana para os pacientes, entre elas a descontaminação

ineficiente do garrote. Além disso, práticas profissionais associadas, como falta de higienização rotineira das mãos e a não utilização de luvas durante a punção venosa periférica, podem contribuir para a contaminação microbiológica desses dispositivos, ou vice-versa. Nesse sentido, as implicações para a prática da enfermagem comportam o conhecimento das complicações e seus fatores de risco.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infecção relacionada à punção venosa periférica é delegada principalmente pela equipe de enfermagem e certifica na qualidade da assistência, bem como segurança ao paciente e aos próprios profissionais, além da redução do tempo de internação e de custo. Com a análise do risco de infecção foi possível identificar a presença de fatores que podem influenciar no desenvolvimento de complicações durante a punção venosa periférica.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, K. DE L. G. *et al*. Diferença de tempo de positividade: método útil no diagnóstico de infecção de decorrente sanguínea relacionada com cateter? **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, [Rio de Janeiro], v. 48, n. 3, p. 195-202, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-24442012000300007. Acesso em: 01 out. 2019.

DANSKI, M. T. R. *et al*. Incidência de complicações locais e fatores de risco associados ao cateter intravenoso periférico em neonatos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [São Paulo], v. 50, n. 1, p. 22-28, jan./fev. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n1/pt_0080-6234-reeusp-50-01-0022.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

ENES, S. M. S. et al. Flebite associada a cateteres intravenosos periféricos em adultos internados em hospital da Amazônia Ocidental Brasileira. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [São Paulo], v. 50, n. 2, p. 263-271, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n2/pt_0080-6234-reeusp-50-02-0263.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

LANZA, V. E. *et al*. Medidas preventivas de infecção relacionada ao cateter venoso periférico: adesão em terapia intensiva. **Revista Rene**, [Fortaleza], v. 20, n. 40715, jan./dez. 2019. Disponível em: http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/40715/pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

MARTINS, K. A.; TIPPLE, A. F. V. Adesão às medidas de prevenção e controle de infecção de acesso vascular periférico pelos profissionais da equipe de enfermagem. **Revista Enfermagem em Foco**, [S.l.], v. 7, n. 4, p. 485-492, out./dez. 2008. Disponível em: http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/977. Acesso em: 30 set. 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**, [Santa Catarina], v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

MENDONÇA, K. M. *et al*. Atuação da enfermagem na prevenção e controle de infecção de corrente sanguínea relacionada a cateter. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 330-333, abr./jun. 2011. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/16244. Acesso em: 30 set. 2019.

OLIVEIRA, A. M. **Fatores associados ao sucesso da punção venosa periférica em adultos**. 2015. 105 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/41451/R%20-%20D%20-%20ANDREY%20MACIEL%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

OLIVEIRA, A. S. S. *et al*. Práticas relacionadas ao uso do garrote durante a punção venosa periférica: uma revisão de escopo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [Ribeirão Preto], v. 27, n. 3125, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v27/1518-8345-rlae-27-e3125.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

SHIMADA, C. S**. Acesso venoso em Oncologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SANÇÕES PENAIS NO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Bruno de Almeida Grigio, Gustavo Molica, Renan Cícero da Silva, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco, e-mail: brunogrigio21@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em Improbidade Administrativa, pra definir um conceito para tal ato, precisa-se antes de tudo pautar uma interpretação no sentido da moralidade e probidade administrativa, onde o ato ímprobo encontra seus pilares fazendo referência a não utilização da moral e honestidade não bastando para tanto ter uma legalidade formal, para tal interpretação é preciso se valer de princípios éticos como lealdade pautado na observância da boa-fé, respeitando sempre a disciplina interna da administração. O que traz á tona em face dos servidores, que cometem o ato ímprobo, a índole de não confiáveis perante a sociedade.

Sobre o conceito de improbidade administrativa Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2018, p. 1099) sustenta que:

> Não é fácil estabelecer distinção entre moralidade administrativa e probidade administrativa. A rigor, pode-se dizer que são expressões que significam a mesma coisa, tendo em vista que ambas se relacionam com a idéia de honestidade na Administração Pública. Quando se exige probidade ou moralidade administrativa, isso significa que não basta a legalidade formal, restrita, da atuação administrativa, com observância da lei; é preciso também a observância de princípios éticos, de lealdade, de boa-fé, de regras que assegurem a boa administração e a disciplina interna na Administração Pública.

A lei que trata da improbidade administrativa (lei nº8. 429/92) define os atos ímprobos em três categorias sejam elas: atos que importam em enriquecimento ilícito (art.9); atos que causam prejuízo ao erário (art.10º); atos que causam enriquecimento ilícito ou dano material, e por último, atentam contra os princípios da administração pública (art.11). Os traços característicos dos atos ímprobos citados são baseados na má-fé e desonestidade, assim é perceptível que em tais atos é o agente público falta com probidade em face da administração publica.

A constituição federal de 1988, em seu art.37 II, preconiza que para prestar um serviço público qualquer indivíduo, desde que respeitado o art. 5º da Lei nº 8.112/90, é preciso se submeter ao um concurso publico de provas ou provas e títulos. Após ser aprovado em cargo, emprego público ou até exercer função pública o servidor público

deve sempre zelar pela probidade de seus atos agindo em consonância a legalidade e moralidade, porém quando tal servidor pratica um ato ilícito fica sujeito a responsabilização administrativa, civil e penal. Cumpre ressaltar que tais áreas de responsabilização são independentes e autônomas, podendo o servidor receber as sanções administrativas, cíveis e também as penais, desde que não exista alguma hipótese de absolvição criminal por ocorrência da inexistência do fato em si, repercutindo diretamente na sanção administrativa.

Em se tratando de sanções administrativas o servidor poderá ser demitido independentemente de decisão judicial, sendo caracterizada e cumprida apenas como punição interna em relação ao servidor, tem como efeito prático somente a manutenção e ou destituição do cargo do mesmo.

A responsabilidade civil pessoal quer por ação ou omissão no exercício de função pública (lato sensu) é de caráter subjetivo, dependendo de dolo ou culpa, e se estadeia principalmente nas Leis da Ação Popular e da Improbidade Administrativa (Leis 4.717/1965 e 8.429/1992), sem embargo da ação regressiva com fundamento no § 6º do art. 37 da Constituição de 1988 quando o Poder Público tenha sido condenado a ressarcir dano causado a direito alheio e, é claro, desde que a ação ou omissão seja diretamente imputável ao agente público.

A tutela repressiva da improbidade administrativa começou na legislação penal. O Código Penal dispõe sobre os crimes contra a Administração Pública praticados por agentes públicos como o peculato, a corrupção passiva, a concussão, o emprego irregular de verbas públicas etc. O fato é que, leis penais extravagantes também tipificam crimes funcionais, típicos de agentes públicos, como a Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965), e que correspondem à noção de improbidade administrativa. O Código Penal, além da sanção privativa de liberdade, dita como efeito da condenação – que torna certa a obrigação de reparar o dano e a perda de bens produto do crime – a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo (a) igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, ou (b) superior a 04 (quatro) anos nos demais casos, estabelecendo que esse não é automático, devendo ser motivadamente declarado na sentença (art. 92).

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa utiliza o método analítico-dedutivo. Para tanto pesquisas efetuadas a doutrina especializada, legislação e jurisprudência pátria se fizeram necessárias, bem como analise de artigos especializados no tema, para melhor aprofundamento e ênfase no assunto ora tratado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Responsabilização do Servidor em Diferentes Esferas

O agente público, ao praticar uma conduta contrária ao Direito, pode incorrer, em determinados casos, numa violação a normas de diferentes áreas do ordenamento jurídico. Veja-se o exemplo do depositário judicial que se apropria do bem depositado, sendo que, nesse caso, o depositário é considerado funcionário público para fins penais, nos termos do art. 327 do Código Penal. Ao fazer isto, tal agente incorre, num primeiro momento, no delito previsto no art. 312 do CP, qual seja, o de peculato, dado que se apropriou de bem que tinha a posse em razão do cargo. Porém, tal agente também é considerado público para fins de improbidade administrativa, dado que se insere nos arts. 1º e 2º da Lei 8429/92, e sua conduta também encontra correspondência no art. 9º da referida lei, sendo, por conseguinte, um ato de improbidade administrativa.

Assim, a responsabilização do agente em modelos jurídicos distintos do ordenamento jurídico pátrio, pelo mesmo fato, configuraria, aparentemente, a vedada prática do *bin in idem*. Porém, doutrina e jurisprudência, inclusive a do Supremo Tribunal Federal, admitem a aplicação, nesta situação, do chamado Princípio da Autonomia das Instâncias, que possibilita que um mesmo fato seja valorado por diferentes esferas jurídicas sem que, com isso, configure a vedada dupla imputação. Além disso, o princípio encontra previsão expressa no art. 125 do Estatuto dos Servidores Públicos da União, que dispõe que "*as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si*".

Nesse sentido, elucidativo o julgado do STJ, onde consta que:

> *A sanção administrativa é aplicada para salvaguardar os interesses* exclusivamente funcionais da Administração Pública, enquanto a sanção criminal destina-se à proteção da coletividade. Consoante entendimento desta Corte, a independência entre as instâncias penal, civil e administrativa, consagrada na doutrina e na jurisprudência, permite à Administração impor punição disciplinar ao servidor faltoso à revelia de anterior julgamento no âmbito criminal, ou em sede de ação civil, mesmo que a conduta imputada configure crime em tese. Ademais, a sentença penal somente produz efeitos na seara administrativa, caso o provimento reconheça a não ocorrência do fato ou a negativa da autoria. (STJ, RMS 18.688\RJ, Rel. Min. Gilson Dipp, DJU 09.02.05).

Extrai-se, do supracitado julgado, que há uma aparente exceção à aplicação do princípio ora tratado, qual seja, quando o juízo penal declara a negativa de autoria (as provas constantes dos autos esclarecem que o servidor não praticou o fato a ele imputado) ou de materialidade (o conjunto probatório demonstra que o fato atribuído ao servidor sequer ocorreu). Porém, nota-se que, neste caso, o juízo penal faz sua valoração sobre uma questão de fato, quando o princípio serve para lidar com questões de direito. Assim, se o magistrado decidir que o fato não existiu, ou que o agente público não foi o seu autor, operará, de acordo com a fase processual na qual a decisão foi proferida, a força da preclusão ou da coisa julgada materiais, impedindo que o mesmo assunto seja tratado por qualquer outro órgão julgador.

Essa é a inteligência do art. 935 do Código Civil, que dispõe que "a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal" (grifos nossos). Conclui-se, por conseguinte, que o princípio ora tratado, longe de ser um caso de permissão de *bis in idem*, serve para valorar um fato regulado por normas de diversas áreas do mundo jurídico, dada a complexidade do Direito Moderno e de suas diversas ramificações.

A inovação da LC 157/16 e o novo ato de Improbidade Administrativa

Além dos atos de improbidades já conhecidos, presentes nos artigos 9, 10 e 11 da lei 8.429/92 e que trata das sanções previstas aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, foi adicionado, novo dispositivo que conceitua mais um ato de improbidade administrativa no ano de 2016. A alteração está disciplinada no art. 10-A do texto legal e foi inserida pela Lei Complementar 157/16.

Nessa lei, estão dispostos os atos de improbidade advindos de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário, e está em vigência desde 30 de dezembro de 2017. Mesmo a matéria de improbidade administrativa sendo disciplinada por lei ordinária haja vista que a tutela de quaisquer matérias, por meio de lei complementar, deve ser exigida expressamente pela Constituição Federal no rol do art. 37 § 4º. O artigo que acrescenta esse ato foi legislado por via complementar abrangendo os impactos que sua instituição causaria na gestão tributária e financeira em nível municipal, e, também, as disposições alocadas no art. 156, III, par. 3º da CF.

O Estado, em virtude do combate à corrupção procura sempre ampliar as leis que definem os crimes contra ele. Por exemplo, os denominados crimes de responsabilidade (lei 1.079/50 e DL 201/67); a LC 135/10 (a "Lei da Ficha Limpa"), que alterou a LC 64/90 para estabelecer novas hipóteses de inelegibilidade; a lei 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil, de pessoas jurídicas, pela prática de atos contra a administração pública.

O art. 10-A da Lei de Improbidade foi inserido no ordenamento jurídico brasileiro a fim de ser pioneiro em um conjunto de normas eficazes, relacionando-se, diretamente, com os artigos já conhecidos dessa lei como o art. 9.º (enriquecimento ilícito), 10 (dano ao erário) e 11 (violação aos princípios da administração), do mesmo diploma legal, além do art. 52 do Estatuto da Cidade (lei 10.257/01).

Portanto, nota-se que embora conceituadas formalmente como normas complementares, as normas trazidas pela LC 157/16 são, materialmente, leis ordinárias.

No que diz respeito ao texto legal:

> Art. 10-A constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da LC 116, de 31 de julho de 2003 –

As sanções relativas a esta improbidade estão previstas no inciso art. 12, IV, da lei 8.429/92, inserido pela LC 157/16, sendo elas: a) perda da função pública; b) suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos; e c) multa civil de até três vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se deste modo, que o dever de probidade é de total relevância para a administração publica, devendo ser seguido por todos os agentes públicos.

Por fim, nota-se que o legislativo busca, utilizando o ordenamento jurídico, mais um meio de combate à corrupção presente no Estado, e dependerá, para sua efetividade, não somente a letra da lei, mas sim, e primordialmente. A cooperação dos servidores do poder público, unidos num único propósito.

REFERÊNCIAS

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella -**Direito administrativo**.-31-. ed. rev. atual e ampl.–Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Vademecum Juspodim:2019/Salvador: Juspodivm, 5.ed, 2019.

NOGUEIRA JÚNIOR, Alberto. Revisitando o **princípio da autonomia das instâncias administrativa**, cível e penal em matéria de responsabilidade de servidor público. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 3968, 13.05.2014. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/28392. Acesso em 28.09.2019.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Atos de Improbidade Administrativa**. 13.08.2019. Disponível em: http://genjuridico.com.br/2018/08/13/atos-de-improbidade-administrativa/. Aceso em 28.09.2019

GENOSO, Gianfrancesco7.06.2018 https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI281319,101048-A+LC+15716+e+o+novo+ato+de+improbidade+administrativa Acesso em 28.09.2019

SATISFAÇÃO E AUTOCONFIANÇA DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM EM CENÁRIOS CLÍNICOS SIMULADOS COM PRESENÇA DE FERIDAS

Wabison Júnior Fernandes Dos Santos, Márcia Cristina Vieira Guida, Elaine Cristina Negri Santos, e-mail: wabison@icloud.com

1 INTRODUÇÃO

O processo de educação em saúde vem sofrendo transformações nos últimos anos, essas influenciadas pelo avanço tecnológico e velocidade das informações (SILVA *et al.*, 2010). A simulação clínica é uma estratégia pedagógica de ensino do âmbito das metodologias ativas, que tem tornado o processo de ensino aprendizagem agradável e aprazível quando comparado ao ensino tradicional (BRANDÃO; COLLARES; MARIN, 2014). Avaliar a satisfação e autoconfiança dos estudantes de enfermagem na aprendizagem com simulação clínica de alta fidelidade.

2 METODOLOGIA

Estudo quantitativo, descritivo e transversal. Para coleta de dados foi elaborado um workshop intitulado "Assistência de Enfermagem ao paciente com feridas". Participaram os estudantes matriculados no 3° e 4° ano do curso de graduação em enfermagem. Após a inscrição os alunos receberam uma aula expositiva dialogada sobre o tema. Posteriormente realizaram treino de habilidade e simulação clínica de alta fidelidade. O cenário de alta fidelidade contou com a participação de atores e mulagem. Após a realização do debriefing, os participantes responderam a dois instrumentos. Este estudo foi submetido ao comitê de ética e pesquisa da Unoeste sob o protocolo n°.1.919.312, CAAE: 64309716.7.0000.5515.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram deste estudo 53 sujeitos, sendo 47 (88%) do gênero feminino, 06 (12%) do gênero masculino, com idade média entre 18 e 24 anos. O grupo de estudantes é bastante heterogêneo, 12 indivíduos (22,6%) já eram auxiliares ou técnicos de enfermagem e 8 (15%) já possuíam alguma outra formação superior na área da saúde. Entre estes, 15 (28%) já estão inseridos no mercado de trabalho na área da saúde. A

Escala de Satisfação com Experiências Clínicas Simuladas é dividida em três domínios (dimensão prática, dimensão realismo e dimensão cognitiva) pontuada de 1 a 10. Em todos os domínios e na escala geral a média de satisfação foi cerca de 9,45. Com relação a Escala d e Satisfação dos Estudantes e Autoconfiança na Aprendizagem possuí dois fatores (satisfação e autoconfiança com aprendizagem), tanto para os fatores como para a escala geral a média de 1 a 5 foi de 4,5.

Segundo Negri et al., 2017, em uma revisão da literatura identificou que o realismo traz benefício e sucesso à atividade, levando os participantes a encararem a estratégia como legítima e autêntica. O realismo na simulação contribui para aproximar o estudante do ambiente próximo da realidade, provocando respostas que ele teria na prática, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e habilidades para tomada de decisão do estudante.

Estudos apontam que a satisfação do estudante com a aprendizagem dentro de ambiente simulado depende de fatores de estrutura adequada para aplicabilidade da estratégia, o que se faz necessário seguir um modelo compacto onde o mesmo deve compreender, características como objetivos, resolução de problemas, e apoio ao estudante durante o debriefing (COUTINHO; MARTINS; MAZZO, 2014).

A inserção de experiências de aprendizagem por simulação nas disciplinas curriculares dos cursos de graduação em enfermagem é uma estratégia eficiente que proporciona satisfação e autoconfiança, permitindo a integração teoria-prática e o desenvolvimento das competências necessárias (OLIVEIRA, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos participantes é do gênero feminino, uma característica histórica da Enfermagem. Apesar da maioria dos indivíduos possuírem uma menor idade, parte considerável já possui conhecimento da área da enfermagem ou da área da saúde e já estão inseridos no mercado de trabalho, um aspecto das faculdades privadas. Ambas as escalas aplicadas apresentam uma convergência de valores para verificação de constructos, com autovalores em suas pontuações, superiores aos dos autores originais. Tais resultados apontam que a simulação clínica tem um grande potencial de aceitação entre os estudantes, trata-se de uma estratégia pedagógica eficaz principalmente em cenários de alta fidelidade.

Conclui-se que a simulação clínica é de grande aceitação entre os estudantes. Tratando-se de uma estratégia pedagógica eficaz, principalmente em cenários de alta

fidelidade, onde possibilita aos estudantes executar a prática em um ambiente seguro e realístico. Viabilizando assim a utilização das tecnologias de ensino e aprendizagem, conseguindo obter dados do seu desempenho.

A simulação permite aumentar a capacidade e a percepção dos pontos positivos e negativos, sendo uma ferramenta inovadora que reflete diretamente na satisfação e autoconfiança do estudante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. G. dos S. *et al*. Validação para a língua portuguesa da escala Student Satisfactionand Self-Confidence in Learning. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [Ribeirão Preto], v. 23, n. 6, p.1007-1013, nov./dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n6/pt_0104-1169-rlae-23-06-01007.pdf. Acesso em: 19 maio 2019.

BAPTISTA, R. C. N. *et al*. Satisfação dos estudantes com as experiências clínicas simuladas: validação de escala de avaliação. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [Ribeirão Preto], v. 22, n. 5, p. 709-715, set./out. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/3NPqY6ZGGfPRhSd6dLXF49m/abstract/?lang=pt. Acesso em: 06 jun. 2019.

BAPTISTA, R. C. N. *et al*. Simulação de alta-fidelidade no curso de enfermagem: ganhos percebidos pelos estudantes. **Revista de Enfermagem Referência**, [Coimbra], v. 4, p. 135-144, fev./mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0874-02832014000100015&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 06 jun. 2019.

COUTINHO, V. R. D.; MARTINS, J. C. A.; PEREIRA, M. de F. C. R. Construção e validação da escala de avaliação do debriefing associado à simulação (eadas). **Revista de Enfermagem Referência**, [Coimbra], v. 4, n. 2, p. 41-54, maio/jun. 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3882/388239972005.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

GAMBA, M. A.; PETRI, V.; COSTA, M. T. F. **Feridas: prevenção, causas e tratamento**. Rio de Janeiro: Santos, 2016.

NEGRI, E. C. *et al*. Simulação clínica com dramatização: ganhos percebidos por estudantes e profissionais de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [Ribeirão Preto], v. 25, n. 2916, p.1-10, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692017000100604&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 set. 2019.

NEWMAN, T. B. *et al*. Delineando estudos transversais e de caso-controle. In: HULLEY, S. B. *et al*. **Delineando a pesquisa clínica**: uma abordagem epidemiológica. 3. ed. Porto alegre: Artmed, 2008. p. 127-144.

OLIVEIRA, S. N. de. **Simulação clínica com participação de atores para o ensino da consulta de enfermagem**: uma pesquisa-ação. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123331/325335.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 24 set. 2019.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: métodos, avaliação e utilização. Tradução: THORELL, A. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SATISFAÇÃO NO TRABALHO COMO FATOR GERADOR DA QUALIDADE DE VIDA: A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO

Letícia Rodrigues de Almeida, Taís Fernanda de Moura, Maria Madalena Lazari Kawashima, e-mail: lealmeida00@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Qualidade de Vida no Trabalho surge nas organizações como uma estratégia de gestão que busca atender as necessidades individuais e coletivas dos colaboradores, que estão diretamente ligadas aos fatores como a motivação, a satisfação, o bem estar social, psicológico e físico. A qualidade de vida no trabalho busca o equilíbrio entre as expectativas do indivíduo e da organização, visando melhorias na satisfação das pessoas e melhores resultados organizacionais.

O trabalho de uma pessoa é muito mais do que as atividades óbvias realizadas na rotina diária em uma organização, como organizar papéis, programar um computador, atender clientes, entre outras funções. O trabalho requer a convivência com pessoas, o cumprimento de regras e políticas organizacionais, o alcance de padrões de desempenho e a aceitação de condições de trabalho oferecidas, ou seja, a avaliação que um funcionário faz de sua satisfação ou insatisfação com o trabalho é resultado de uma complexa somatória de diferentes elementos (ROBBINS, 2009).

A insatisfação no trabalho é um fator que gera efeitos prejudiciais na vida pessoal e profissional de colaboradores de diversas organizações, que dependem do empenho de seus funcionários para um bom rendimento e produtividade. Com base nessa questão verifica-se a importância de entender o ponto de vista das pessoas sobre o problema dentro da qualidade de vida no trabalho e considerar qual o nível de satisfação dos trabalhadores nas empresas atualmente.

De acordo com Ogata (2018) o interesse pelos programas de qualidade de vida nas organizações está sendo cada vez maior. Aspectos como o alto custo da assistência médica, a necessidade da melhoria na produtividade e no ambiente organizacional e o envelhecimento da força de trabalho são alguns dos motivadores para buscar uma solução que auxilie na melhora desses obstáculos. A necessidade de atender essas demandas tem estimulado as organizações a lançarem ações e programas de qualidade

de vida. Entretanto, é possível perceber uma grande diversidade de abordagens e iniciativas, que variam de acordo com o tipo de empresa, localização, formação profissional do gestor, do programa e das necessidades da organização. Nessas circunstâncias, as empresas estão realizando atividades, muitas vezes sem planejamento prévio, com frequente comprometimento no resultado final.

Como objetivo principal, a pesquisa busca mostrar o quanto é relevante para empresas investir na qualidade de vida de seus colaboradores, mostrando de maneira explicita o quanto a satisfação no trabalho fornece benefícios para o funcionário e para a empresa em que atua. Busca-se avaliar o quanto os retornos ofertados pela empresa em forma de salários e promoção, o quanto a convivência com os colegas e as chefias e o quanto a realização das tarefas propiciam ao empregado sentimentos gratificantes.

2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foi utilizado à pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é um estudo realizado ou desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Segundo Gil (2002, p. 44) esse tipo de pesquisa "[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos." O levantamento bibliográfico preliminar contribuiu para a definição do tema, expondo a possibilidade de pesquisar sobre a satisfação no trabalho como sendo um fator gerador da qualidade de vida, de forma que possibilitou a obtenção de respostas ao problema da pesquisa.

A base bibliográfica se deu através de diferentes autores que foram citados conforme as normas da ABNT encontrados em estudos de livros e artigos online localizados nas bases acadêmicas BVS Psicologia Brasil e Scielo, utilizando as palavras chaves: qualidade de vida, satisfação no trabalho e motivação.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Em virtude da globalização e das inovações tecnológicas, o tema qualidade de vida no trabalho têm sido muito pesquisado e desenvolvido nas empresas durante as últimas décadas. Com esse novo cenário, surgiu à necessidade das empresas discutirem sobre qualidade e criarem um novo olhar corporativo para as questões do bem-estar de seus colaboradores. A QVT tem sido uma ferramenta para indicar as experiências humanas e o grau em que os colaboradores são capazes de satisfazer suas necessidades pessoais pelo trabalho na organização (CHIAVENATO, 2014).

Segundo Limongi-França (2010), a qualidade de vida no trabalho é um conjunto de ações de uma empresa que envolve diagnóstico e implantação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais dentro e fora do ambiente organizacional, visando propiciar melhores condições de desenvolvimento humano para e durante a realização do trabalho. A qualidade de vida no trabalho é constituída a partir do momento em que se olham empresas e pessoas como um todo, é a junção de vários elementos que proporcionam bem-estar não só físico, mas também social e psicológico.

De acordo com Davis e Newstrom (2010) a QVT produz um ambiente organizacional mais humanizado e tem o propósito de servir tanto os interesses mais altos dos trabalhadores quanto às suas necessidades mais básicas, ela procura aproveitar as melhores habilidades dos trabalhadores e encorajar a desenvolver suas capacidades. A ideia é que os trabalhadores são recursos humanos e precisam ser desenvolvidos, não somente usados. O trabalho não deve ter condições excessivamente negativas, nem submeter os colaboradores a tensões inadequadas que possam prejudicar ou desagradar sua humanidade e nem ser arriscado ou perigoso. Ele deve, sim, construir a capacidade de os trabalhadores desempenharem outros papeis que contribuam para o desenvolvimento social em geral.

Chiavenato (2014, p.419) demonstra que a QVT objetiva compreender “posições antagônicas: de um lado, a reivindicação dos empregados quanto ao bem-estar e satisfação no trabalho, do outro, o interesse das organizações quanto a seus efeitos sobre a produtividade e a qualidade no trabalho”. Empregado e empregador são vistos como partes interdependentes, porém ambos influenciam diretamente no desenvolvimento da organização. Para que os objetivos da organização sejam alcançados, é de fundamental importância que haja uma relação entre seus objetivos e os objetivos dos empregados.

Quando um colaborador não possui incentivo, qualidade de vida e motivação desenvolve doenças e um estado de não satisfação, como diz a teoria de Herzberg, um colaborador não satisfeito causa enormes danos à produtividade e aos objetivos da organização (ROBBINS, 2005).

Na atualidade, é quase impossível pensar em bons resultados para a empresa, sem pensar primeiramente pelas pessoas que estão envolvidas no trabalho. As organizações já se deram conta da importância das pessoas e da forma como são administradas, houve uma grande mudança com relação ao que ocorria no passado quando o foco era direcionado apenas na tecnologia do produto ou processo, nos mercados protegidos ou regulamentados, no acesso a recursos financeiros e economias

de escala. Embora as pessoas precisem ser administradas pelas organizações, não se pode perder de vista que elas são seres humanos e querem ser felizes e ter qualidade de vida, que tem outros vínculos e que seus objetivos nunca coincidem integralmente com os da organização, mesmo que relacionados (LACOMBE, 2005).

Segundo Reis (2016) o profissional que se sentem bem, motivado e feliz por estar trabalhando em determinada organização melhora sua capacidade profissional e sua produtividade tanto em termos qualitativos (melhor relacionamento, atendimento ao cliente, clareza mental, comunicação, motivação e confiança)quanto quantitativos (aumento de vendas, redução de desperdícios e acidentes de trabalho).Diante disso, as organizações precisam buscar permanentemente a satisfação das necessidades de seus colaboradores, para que possam obter resultados eficazes e satisfatórios.

A satisfação no trabalho está entre os fatores que compõem a QVT e pode ser um elemento determinante na geração dessa ferramenta. Conforme Siqueira (2008) a satisfação no trabalho representa o quanto o funcionário vivencia experiências prazerosas no contexto das organizações, como: o salário, os colegas, a chefia, as promoções, o próprio trabalho, entre outras.

No modelo proposto por Siqueira (2008), são investigados cinco fatores (satisfação com os colegas; com o salário; com a chefia; com a natureza do trabalho e com as promoções). Investigar a satisfação no trabalho significa avaliar o quanto os retornos ofertados pela empresa em forma de salários e promoção, o quanto a convivência com os colegas e as chefias e o quanto as realizações das tarefas propiciam ao empregado sentimentos gratificantes ou prazerosos. As dimensões que envolvem os colegas de trabalho e a chefia são relativas ao ambiente social, têm em vista que contemplam aspectos no cargo ocupado. O salário e as promoções são inerentes a políticas de gestão de pessoas que proporcionam interação entre o trabalhador e a organização, de forma que se avalia uma relação de troca.

Existem autores que defendem a satisfação no trabalho como indicador de desempenho do trabalho importante para o interesse empresarial, tais como: aumento do desempenho e da produtividade, permanência na empresa e redução de faltas ao trabalho (SIQUEIRA, 2008).

A insatisfação de um colaborador promove comportamentos indesejáveis e desvantajosos, que podem gerar impactos negativos para a organização onde está inserido, como: alta rotatividade de funcionários maiores taxas de absenteísmo. Se houver alta insatisfação no trabalho a rotatividade tem a probabilidade de ser elevada. A

razão da relação entre esses dois fatores considera outros aspectos, que exercem um papel na decisão de um colaborador em permanecer ou não no emprego, como por exemplo, a situação econômica. Já o absenteísmo apresenta uma relação inversa com relação à satisfação no trabalho, ou seja, quando os funcionários estão muito satisfeitos tendem a se ausentar menos no trabalho. Entretanto, existem outras razões que influenciam essa relação, como por exemplo, o grau que um funcionário sente que seu trabalho é importante, se uma pessoa sente que seu trabalho é muito importante será menos provável se ausentar (ROTHMANN; COOPER, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise de resultados a QVT foi relacionada com a EST. Com base em todos os fatores discutidos pode-se concluir que o aumento da qualidade de vida aumenta também a satisfação no trabalho com relação a diferentes aspectos. Ambos os assuntos possuem conceitos em comum, apesar de suas características próprias.

Sendo assim, o presente estudo buscou aprofundar a discussão sobre qualidade de vida e satisfação no trabalho. Diante do que foi abordado, este conteúdo apresenta uma contribuição para a área organizacional, uma vez que os resultados demonstrados fornecem informações para o avanço do tema e evidencia as vantagens e a necessidade de sua prática e execução nas empresas.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. São Paulo: MANOLE, 2014.

DAVIS, K.; NEWSTROM, J. W. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem organizacional. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos humanos:** princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2005.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho – QVT:** conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010

OGATA, A. **Guia prático de qualidade de vida:** como planejar e gerenciar o melhor programa para a sua empresa. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

REIS, J. **A importância da qualidade de vida no trabalho:** como a qualidade de vida e o bem estar influenciam o clima e o comportamento de uma pessoa dentro de organizações. Administradores, 2016. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-da-qualidade-de-vida-no-trabalho>. Aceso em 13 mai. 2019.

ROBBINS, S. P. **Conceitos básicos da motivação**. In: Comportamento organizacional. 11. ed.São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional.** 11ª. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

ROTHMANN, I.; COOPER, ; C.L. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

SIQUEIRA, M. M. M. (org). **Medidas do comportamento organizacional:** ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SAÚDE MENTAL EM FOCO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO REALIZADO NO HOSPITAL THEREZA PERLATTI DE JAÚ E SUAS REPERCUSSÕES

Caroline Cantão de Paula Maria, Marcela Gomes Torensan, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail: liara_ro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um relato de experiência do estágio desenvolvido a partir da disciplina de Estágio Básico III em Psicologia Social Comunitária do 7º semestre do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Jaú, que foi realizado junto a Associação Hospitalar Thereza Perlatti de Jaú, sob orientação da supervisora Ms. Liara Rodrigues de Oliveira.

Durante o século XIX, a exclusão de pacientes com transtornos mentais do convívio social fazia parte das políticas públicas em saúde mental no Brasil. Além da própria doença, a situação de abandono e negligência em que muitos se encontravam contribuía para a reclusão desses indivíduos. A desinstitucionalização dos manicômios, como eram chamados, ganhou força com o movimento da reforma sanitária em meados da década de 70, tornando-se uma das principais pautas em discussão do movimento. Conforme Junior et al. (2015, p.84),

> Com a constituição de novas leis que corroboraram a eliminação do modelo manicomial, o foco de atuação dos hospitais deixa de abranger somente a hospitalização para priorizar o tratamento de seus usuários, introduzindo dessa forma o princípio da humanização.

No cenário atual brasileiro, os hospitais psiquiátricos modernos dedicam-se não só à residência e tratamento especializado dos pacientes que apresentam transtornos mentais, como visa também a remissão sintomatológica e reinserção desse indivíduo ao seio familiar e social do qual é participante.

Sobre a manutenção de leitos psiquiátricos nos tempos atuais, Pacheco et al (2003) afirma que a internação somente é indicada em casos nos quais todos os recursos extra-hospitalares anteriores tenham se esgotado, e/ou quando o tratamento ambulatorial por si só é ineficiente. Com o aumento de dispositivos de assistência à saúde mental, no entanto, essa é uma realidade cada vez mais distante, visto que os

serviços oferecidos visam atender à demanda dessa população sem precisar retira-los da vida em sociedade.

A Associação Hospitalar Thereza Perlatti de Jaú (AHTP), é um dos equipamentos de saúde mental que compõe a rede de atenção aos indivíduos com transtornos mentais, sendo referência para o Departamento Regional de Saúde de Bauru – DRS VI, em 68 municípios ou aproximadamente 1.600.000 habitantes. Hoje com 380 leitos, a AHTP é reconhecida como modelo de atendimento em psiquiatria pela Secretaria de Estado da Saúde, devido as suas inovações e abordagens técnicas com implantações de Programas como Hospital-Dia, Centro de Apoio Neurológico e Lar Abrigado.

O projeto teve como finalidade o engajamento dos usuários da AHTP em seus respectivos setores – Hospital-Dia e setor masculino de dependência química – nas propostas de intervenção terapêuticas desenvolvidas juntamente da equipe multidisciplinar do hospital, visando estimular sentimentos de autonomia e autoconhecimento através das técnicas de dinâmicas de grupo e psicoeducação.

2 METODOLOGIA

Durante três meses foi possível observar e acompanhar o trabalho da psicóloga e equipe técnica responsável no Hospital-Dia e no setor masculino de dependência química situados no Hospital Thereza Perlatti e fazer breves intervenções através de atividades programadas, apresentadas a seguir, além de obter informações a respeito do funcionamento do hospital psiquiátrico e sua rede de apoio.

Os pacientes do Hospital-Dia são pessoas que possuem algum transtorno psiquiátrico, porém não precisam de internação, somente de acompanhamento psicológico e ambulatorial. Esse setor tem o objetivo de reabilitar psicossocialmente seus pacientes estimulando a sua independência e promovendo saúde e bem-estar, através de grupos terapêuticos, sendo a oficina de jornal realizada pela equipe e estagiárias, um desses grupos que teve como objetivo discutir e desenvolver com um expositor com o tema “luta antimanicomial” comemorado em maio.

Ao decorrer dos encontros, a equipe e as estagiárias discutiram sobre o tratamento realizado pelos antigos manicômios que após muita luta foi transformado em um tratamento humanizado dentro dos hospitais psiquiátricos, sempre estimulando os pacientes para que compartilhassem opiniões a respeito do tema. Na última semana de abril, um material foi confeccionado pelos próprios participantes, com informativos a

respeito do tema comemorado, contendo imagens comparativas de manicômios, dos atuais hospitais psiquiátricos humanizados e textos contando a história e a importância da “luta antimanicomial”.

No setor masculino de dependência química, as estagiárias optaram em observar e acompanhar a psicóloga nas atividades realizadas, fazendo apenas pequenas intervenções ao fim do estágio. Foi possível acompanhar os grupos de psicoeducação, nos quais foram abordados temas como drogas lícitas e ilícitas, e um grupo com foco terapêutico, onde foram desenvolvidas rodas de conversa sobre as histórias de vida dos pacientes e as suas respectivas motivações para darem um rumo diferente às suas vidas. Ao longo dos encontros, as estagiárias tiveram a oportunidade de acompanhar outras rotinas como: atendimentos individuais e entrevistas para preenchimento de Projeto Terapêutico Individual (PTI). Por fim, nas duas últimas semanas foi possível desenvolver dois grupos onde foram aplicadas duas dinâmicas “linha do tempo” e “carta para mim mesmo” respectivamente, que tiveram como foco as expectativas após a alta médica e motivação em relação ao futuro dos pacientes, reforçando a importância em continuarem com o tratamento e tomarem o controle de suas vidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência de estágio realizado no Hospital Thereza Perlatti cumpriu com o seu principal objetivo de conhecer e compreender o funcionamento de uma instituição psiquiátrica e a rotina do profissional da psicologia nesse ambiente.

A escolha do tema “Luta Antimanicomial” para a oficina de jornal foi um acerto da psicóloga com as estagiárias, pois além de ser pertinente com o ambiente hospitalar psiquiátrico, foi possível discutir com os pacientes sobre as mudanças conquistadas e observar as suas percepções a respeito do espaço em que estão inseridos.

De modo geral, o estágio realizado no Hospital Thereza Perlatti foi uma experiência enriquecedora para as estagiárias, tanto para o crescimento acadêmico, quando para o amadurecimento pessoal. Ter a oportunidade de realizar o estágio de psicologia institucional em um hospital psiquiátrico proporcionou a desconstrução de pré-conceitos e receios que possam vir de opiniões de senso comum. Além de promover essa desconstrução, a experiência ampliou a compreensão da importância da instituição para a população que necessita de acompanhamento psiquiátrico.

O aprendizado com a psicóloga responsável e com a equipe técnica, além do contato direto com os pacientes de ambos os setores, foi de extrema importância para

a quebra de paradigmas e pré-conceitos, que são cultivados quando não se conhece um hospital psiquiátrico de fato. Sendo assim, a experiência de estágio foi satisfatória, pois através do contato com o ambiente hospitalar psiquiátrico foi possível compreender a importância da sua funcionalidade junto às redes de apoio para a população que necessita dos seus serviços.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou contribuir para uma prática que busca constantemente sua atualização sem deixar de lado o olhar humanizado e incansável daqueles que cooperam para uma sociedade menos excludente e mais consciente de seus deveres.

A construção de vínculo com os usuários ao longo dos encontros possibilitou um ambiente facilitador e participativo, e as intervenções foram cuidadosamente planejadas a fim de preservar a subjetividade dos participantes. Quanto à evolução dos quadros, foi possível acompanhar durante o período do estágio a alta de dois usuários do Hospital-Dia que foram gradualmente desligados do serviço até retomarem sua rotina junto à família e sua comunidade, dessa forma passando a ter os dispositivos de atenção psicossocial como referência.

No setor masculino de dependência química também foi possível observar avanços quanto ao processo de desintoxicação, sendo esse o objetivo fundamental do serviço. A principal problemática neste setor está relacionada à rejeição dos familiares em aceitar a alta dos internos, sendo que em alguns casos até mesmo o contato telefônico era dificultado por estes.

Como vimos, é de extrema importância desvincular o conceito de um hospital psiquiátrico humanizado ao do modelo manicomial que conhecemos, uma vez que o primeiro reconhece o indivíduo com transtornos mentais como sujeito de direitos e tem como principal objetivo a reabilitação e reintegração de seus usuários. Desconstruir tais pensamentos, no entanto, configura-se como um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais e colaboradores que atuam na associação hospitalar. Para tanto, investe-se anualmente em palestras, feiras e outros eventos abertos ao público como forma de desmistificar e divulgar o trabalho realizado e mobilizar a sociedade.

A saúde mental constitui um campo muito vasto no qual os estudantes de psicologia têm a oportunidade de vivenciar na prática tantos conteúdos e conceitos apreendidos na teoria. Portanto, a experiência foi de grande aprendizado para as

estagiárias, possibilitando ampliar seus horizontes acerca do contexto atual psiquiátrico – muitas vezes pouco abordado ao longo da graduação – e suas demandas, especialmente sobre o papel do psicólogo, que ocupa um espaço significativo na equipe multidisciplinar do hospital.

REFERÊNCIAS

PACHECO, Marco Antônio et al. **Aspectos do funcionamento de uma unidade de internação psiquiátrica de um hospital geral**. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul [online]. 2003, vol. 25, suppl.1, pp.106-114. ISSN 0101-8108. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81082003000400011&script=sci_abstract&tlng=pt/>. Acesso em 20 de Outubro de 2019.

PESSOA JUNIOR, João Mário et al. A política de saúde mental no contexto do hospital psiquiátrico: desafios e perspectivas. **Esc. Anna Nery**. 2016, vol. 20, n. 1, p. 83-89. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452016000100083&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 de agosto de 2019.

SEGURANÇA DO PACIENTE: IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Natália Fernanda Sarti de Antonio, Savio da Silva Godoy, Liliana da Silva Godoy Cardoso, Gercilene Cristina Silveira, e-mail: ger_silveira@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O ministério da Saúde lançou a Portaria MS/GM nº 529/2013 na qual estabelece, um conjunto de protocolos básicos, definidos junto à Organização Mundial de Saúde, são eles: prática de higiene das mãos em estabelecimentos de Saúde; cirurgia segura; segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos; identificação de pacientes; comunicação no ambiente dos estabelecimentos de Saúde; prevenção de quedas; úlceras por pressão; e outros. Esses protocolos são os recomendados pela OMS (BRASIL, 2014). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada dez pacientes no mundo é vítima de erros e eventos adversos relacionados aos cuidados com os pacientes. No Brasil, a importância da comunicação efetiva como meta de segurança do paciente foi difundida com a publicação da portaria Ministerial 529/2013 (BRASIL, 2014; MARQUES; LIEBER, 2014).

A comunicação pode ser eletrônica, verbal ou escrita, devendo ser oportuna, precisa e completa, que seja de fácil entendimento, reduzindo assim a ocorrência de erros, o que resulta na melhoria de segurança do paciente (SANTOS *et al*., 2010).

O trabalho foi desenvolvido em busca de verificar se as falhas na comunicação ou mesmo a falta de comunicação pode em algum momento prejudicar a segurança do paciente.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de pesquisa bibliográfica exploratória. Os assuntos foram abordados de forma qualitativa descrevendo as informações obtidas, analisando-as indutivamente e interpretando os fenômenos e a atribuição de significados neste processo.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Em 2013, o ministério da saúde, anunciou a portaria MS/GM nº 529/2013 estabelece que um conjunto de protocolos básicos, são eles: prática de higiene das mãos em estabelecimentos de saúde; cirurgia segura; segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos; identificação de pacientes; comunicação no ambiente dos estabelecimentos de Saúde; prevenção de quedas; úlceras por pressão (BRASIL, 2014). Os objetivos desses protocolos são de nortear e fornecer ferramentas necessárias, instrumentalizar e construir uma prática assistencial segura e estão definidos na RDC nº 36, de 25 de julho de 2013 da ANVISA (BRASIL, 2014).

A primeira meta é a identificação do paciente. O protocolo de identificação correta é destinado para uso em determinado tipo de procedimento ou tratamento, prevenindo a ocorrência de erros e enganos que o possam lesar, pois, a correta identificação do paciente visa assegurar que o mesmo receba o tratamento a ele destinado, evitando a ocorrência de erros ou enganos que possam prejudicá-lo (BRASIL, 2017).

A segunda meta é a comunicação no ambiente de saúde. A comunicação é fundamental para um bom desenvolvimento de qualquer trabalho, é o elo de interação que fortalece o vínculo entre a equipe de trabalho e o cliente. A comunicação pode ser verbal, escrita, oral, não verbal, por gestos, pela postura. É importante salientar que a força de trabalho em equipe significa trabalhar com diferentes pessoas, com diferentes habilidades e conhecimentos para a gestão de um problema em comum, levando-os a compreenderem as habilidades e potencialidades de cada membro da equipe (NOGUEIRA, 2015; JOHNSON *et al*., 2012).

A terceira meta é a segurança da prescrição, uso e administração de medicamentos. O processo da administração correta de um medicamento vai muito além de aplicar uma injeção no paciente. Para minimizar as falhas, há um protocolo “Segurança na Prescrição, Uso e Administração de Medicamentos. A ocorrência de erros de medicação e o risco de dano para o paciente são fatores contribuintes para redução da segurança no cuidado à saúde (BRASIL, 2014; COHEN, 2006).

Para garantir que a administração seja feita de forma adequada é necessário que haja a verificação dos “sete certos na administração de medicamentos”, que são: paciente certo; medicamento certo; via certa; hora certa; dose certa; documentação certa; e razão. Recentemente foram incluídos mais dois certos, que são a forma certa e resposta certa (MALCOLM; YISI, 2010).

Outra meta é a Cirurgia Segura. O protocolo foi desenvolvido com a finalidade de determinar as medidas a serem implantadas para reduzir a ocorrência de incidentes e eventos adversos e a mortalidade cirúrgica, possibilitando o aumento da segurança na realização de procedimentos cirúrgicos, no local correto e no paciente correto, por meio do uso da Lista de Verificação de Cirurgia Segura desenvolvida pela citada organização (BRASIL, 2013).

A Higiene das Mãos também faz parte das principais metas propostas pelo ministério da saúde. De acordo com Brasil, o protocolo contempla as técnicas de higiene simples, a higiene antisséptica, a fricção antisséptica das mãos com preparação alcoólica, e a antissepsia cirúrgica das mãos, pois, as mãos dos profissionais de saúde podem adquirir microrganismos multirresistentes por meio de contato direto com pacientes colonizados ou infectados por esses agentes e também Procedimentos laboratoriais pelo contato com o meio ambiente ou superfícies próximas ao paciente (BRASIL, 2013).

As quedas são um evento traumático, multifatorial e habitualmente involuntário e inesperado, acarretando consequências para o indivíduo, familiares, profissionais, instituições de saúde, assim como para a sociedade, Torna-se, portanto, fundamental sua correta caracterização, evidenciando suas especificidades. As consequências decorrentes de uma queda podem ser divididas em três grandes grupos: físicas, psicológicas e sociais (FIOCRUZ, 2019; SOUSA, 2014).

As lesões por pressão são ferimentos originados pelo contato do paciente com a superfície do leito, de poltronas e dispositivos, como sondas e cateteres, são causa de grande desconforto para o paciente, além de aumentar os riscos de infecções, o tempo de hospitalização e os custos do tratamento (IBSP, 2018). O mesmo autor descreve que a lesão por pressão pode levar até à internação prolongada, sepse e mortalidade.

Estudos apontam que a ocorrência de eventos adversos no processo de atendimento aos pacientes hospitalizados acarreta complicações na evolução de sua recuperação, aumento de taxas de infecções e do tempo médio de internação (BRASIL, 2017).

As pulseiras de identificação vêm sendo utilizadas justamente para aumentar a segurança do paciente, porém, quando feita de forma inadequada, os riscos de falhas aumentam significativamente. Inúmeros erros e falhas na identificação acontecem por não seguir corretamente os protocolos, originados muitas vezes de identificação de maneira equívoca falhas de comunicação ou dos sistemas de segurança, muitas vezes

por ausência e falta ou indisponibilidade de pulseiras de identificação, pacientes homônimos, parônimos e a própria rotatividade de leitos, dentre outros (SANTOS, 2019; TASE, 2018).

A comunicação e a informação na área de saúde têm importância crítica e estratégica, e se torna fácil de existirem problemas de comunicação entre profissionais de saúde e pacientes. Os erros acontecem por diversos fatores, e muitos deles por circunstâncias semelhantes, e estão associados direta ou indiretamente por falhas humanas. No entanto, outras áreas do conhecimento demonstraram em experimentos que os erros raramente são cometidos por negligência, e ocorrem por falhas e inconsistências nos sistemas e processos de trabalho (CARVALHO, 1996; WHO, 2017).

Os erros de medicação que ocorrem com maior frequência são: falhas de comunicação; ambiente de trabalho inadequado; medicamentos com nomes iguais ou parecidos, escrita e instruções de uso; uso de abreviaturas; falhas na execução de procedimentos ou técnicas; falta de conhecimento sobre os medicamentos; problemas no armazenamento e dispensação; problemas de rotulagem ou embalagens semelhantes; violação de regras; falhas na conferência das doses; falta de informação sobre os pacientes; erros de transcrição; problemas relacionados dispositivos de infusão de medicamentos; monitoramento inadequado do paciente; erros de preparo; uso inadequado do medicamento e falta de padronização (COHEN, 2007).

Brasil (2017) descreve que existem diversos indicadores para monitorar os eventos adversos relativos aos pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos, tais como: cirurgias em sítio errado, complicações anestésicas, corpo estranho deixado no corpo do paciente durante o procedimento, deiscência de ferida operatória, desordem fisiológica e metabólica pós-operatória, embolia pulmonar ou trombose venosa profunda no pós-operatório, falência respiratória pós-operatória, hemorragia ou hematoma pós-operatório, infecção de ferida pós-operatória, óbitos de pacientes cirúrgicos, sepse pós-operatória, além de indicadores relacionados a eventos obstétricos.

Segundo Brasil (2009), a base para a prevenção e o controle de infecções é construída sobre uma série de precauções simples, bem estabelecidas e comprovadamente eficazes e amplamente valorizadas. A higiene das mãos é o item principal das Precauções Padrão e é indiscutivelmente a medida mais eficaz de prevenir e controlar as infecções.

As quedas estão entre os principais eventos adversos a serem prevenidos em instituições de saúde. Entre os pacientes idosos hospitalizados ou em cuidados

domiciliares, as quedas estão entre as causas mais comuns de injúrias, provocando traumas teciduais, fraturas e até mesmo a morte. Além dos danos físicos e emocionais, as quedas afetam a confiança do paciente e da família nos serviços de saúde, descreve ainda que, a adoção de medidas preventivas, por meio de protocolos assistenciais, estímulo e busca ativa visando o aumento da notificação, assim como programas de educação continuada para a equipe e para os pacientes e acompanhantes são consideradas estratégias efetivas para a redução dos índices de quedas nos serviços de saúde (BRASIL, 2017)

Para o mesmo autor, as lesões por pressão se constituem em um grande desafio para o cuidado de saúde, representando elevados custos financeiros e emocionais para os pacientes, familiares e para as organizações de saúde, as lesões por pressão são consideradas evitáveis, em muitos casos, devido à adoção de medidas de prevenção.

Estudos mostram que a comunicação e o trabalho em equipe na saúde são determinantes na qualidade da assistência ao paciente. No Brasil, a importância da comunicação efetiva como meta de segurança do paciente foi difundida após publicação de Portaria Ministerial 529/2013 (BRASIL, 2013).

As falhas de comunicação são a principal causa de eventos adversos ao paciente. Estudos apontam que falhas no trabalho em equipe e na comunicação entre os profissionais de saúde têm sido um dos principais fatores que contribuem para os erros e eventos adversos na atenção à saúde.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que, para minimizar eventos adversos e prevenir que o erro chegue até o paciente é fundamental a implantação de protocolos básicos de segurança do paciente e que as diversas ferramentas relacionadas a comunicação efetiva são altamente recomendável para boas práticas em prol de favorecer a efetividade da comunicação e efetivar o gerenciamento das ações dos profissionais de saúde em prol do paciente. Outro fator discutível é a necessidade de discussões dos gestores dos serviços de saúde com a equipe de enfermagem e a comissão de gerenciamento de riscos da instituição, com a finalidade de planejar ações de melhoria contínua, com foco na educação em serviço, que possam reverter em maior adesão e também reformulação de protocolos assistenciais, de forma a estarem mais condizentes à realidade institucional numa perspectiva de envolvimento da equipe assistencial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Segurança do paciente em serviços de saúde:** Higienização das mãos. Brasília: Anvisa, 2009. 105 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seguranca_paciente_servicos_saude_higienizacao_maos.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDAÇÃO ORWALDO CRUZ. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática.** Brasília: Anvisa, 2017. 168 p. Disponível em: https://www.saude.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2017-09/2017-anvisa---caderno-1---assistencia-segura---uma-reflexao-teorica-aplicada-a-pratica.pdf.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Protocolo de Cirurgia Segura.** Brasília: Anvisa, 2013. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/portaria_2095_2013.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

TEIXEIRA, J. A. C. Comunicação e cuidados de saúde: desafios para a psicologia da saúde. **Análise Psicológica***,* [S.l.], v. 14, p. 135-139, 1996. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/3541.

COHEN, M. R. **Medication errors**. Washington: AmPharm Assoc. 2006. 680 p.

SOUSA, P.; WALTER, M. (Org.)**. Segurança do Paciente: conhecendo os riscos nas organizações de saúde.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. 524 p. Disponível em: https://books.scielo.org/id/tzvzr.

IBSP - INSTITUTO BRASILEIRO PARA SEGURANÇA DO PACIENTE. **Lesão por pressão: como estruturar um programa completo.** São Paulo, nov. 2018. Disponível em: https://www.segurancadopaciente.com.br/qualidade-assist/lesao-por-pressao-como-estruturar-um-programa-completo/. Acesso em: 31 jul. 2019.

JOHNSON, H. L. *et al*. Patient Safety: break the silence. **AORN J**. v. 95, n. 5, p. 591-601, 2012. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22541770. Acesso em: 26 jul. 2019.

KOHN, L. T. *et al.* **To err is human**. Washington: National Academy Press, 2000.

MALCOLM, E.; YISI, L. The nine rights of medication administration: an overview. **British Journal of Nursing**, [S.l.], v. 19, n. 5, p. 300-305, 2010. Disponível em: https://www.magonlinelibrary.com/doi/abs/10.12968/bjon.2010.19.5.47064.

MARQUES, L. F. G.; ROMANO-LIBER, N. S. R. Estratégias para a segurança do paciente no processo de uso de medicamentos após alta hospitalar. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 401-420, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/ykQXGPZ8qWrdNHs7RPnHRTB/?format=html&lang=pt.

MARQUES, L. de F. G.; ROMANO-LIEBER, N. S. Segurança do paciente no uso de medicamentos após a alta hospitalar: estudo exploratório. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1431-1444, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/66ZkZbmVLB47Vch6YQgvb9t/abstract/?lang=pt.

MINISTERIO DA SAÚDE. **Portaria n° 529, de 1° de abril de 2013**. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), Brasília, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html. Acesso em: 10 jun. 2019.

NOGUEIRA, J. W. da S.; RODRIGUES M. C. S. Comunicação efetiva no trabalho em equipe em saúde: desafio para a segurança do paciente. **Cogitare Enfermagem**, [Curitiba], v. 20, n. 3, p. 636-640, 2015. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/40016/26245. Acesso em: 26 set. 2019.

SANTOS, M. C. dos. *et al.* Comunicação em saúde e a segurança do doente: problemas e desafios. **Revista Portuguesa de Saúde Pública,** v. 10, p. 47-57, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/3120.

SOUSA, P. *et al*. Gestão do risco de quedas, úlceras por pressão e de incidentes relacionados com transfusão de sangue e hemoderivados. *In*: SOUSA, P.; MENDES, W. (Org.). **Segurança do paciente**: conhecendo os riscos nas organizações de saúde. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014. p. 263-293.

TASE, T. H.; QUADRADO, E. R. S.; TRONCHIN, D. M. R. Avaliação do risco de erro na identificação de mulheres numa maternidade pública. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [Brasília], v. 71, p. 120-125, fev. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/gzTzKYScHfSd77pgyCmhg3c/abstract/?lang=pt. Acesso em: 2 out. 2019.

WHO (World Health Organization). **World Alliance for Patient Safety**: forward programme 2006-2007. Geneva Switzerland: WHO, 2006-2007. P. 64. Disponível em: https://apps.who.int/iris/handle/10665/69349. Acesso em 28 jul. 2019.

SEGURANÇA DO PACIENTE:
6 METAS INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA DO PACIENTE

Pâmela S. da Costa Marques, Jefferson C. Machado; Ester C. de O. Godoy, Julio C. Canela, Gercilene Silveira, Adriane Lopes, e-mail: pamyihp@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A segurança do paciente vem sendo considerado um tema de grande relevância na área da saúde, onde se engloba a assistência e os serviços a ser prestado a este paciente, o que por sua vez torna-se um requisito fundamental na gestão de qualidade, e está intrinsecamente relacionada a todos os profissionais da área de saúde, onde se torna o pilar inicial de toda uma assistência adequada a este paciente ou cliente, quando envolve o caráter de toda uma equipe multidisciplinar, durante estes serviços de saúde a serem prestados (DOMINGUES *et al*., 2014).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a segurança do paciente é definida como a redução, a um mínimo aceitável, do risco de dano desnecessário associado ao cuidado de saúde. Outra definição também aceita é que segurança do paciente é definida como o conjunto de ações e atitudes que visam reduzir a ocorrência de danos e evitar eventos adversos ao paciente durante o cuidado médico-hospitalar (WHO, 2009).

A OMS demonstrando preocupação com a situação criou a World Alliance for Patient Safety (Aliança Mundial pela Segurança do Paciente) que tem como objetivo organizar os conceitos e as definições sobre segurança do paciente e propor medidas para reduzir os riscos e diminuir os eventos adversos (BRASIL, 2013).

No cenário nacional, a portaria GM/MS nº 529/2013 aprova a instituição do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) pelo Ministério da Saúde (MS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que tem como um dos objetivos a implementação dessas metas internacionais de segurança do paciente, sendo assim essas metas. Observando os seis protocolos abordados acima, sintetizam-se de forma coerente as seis metas, lançadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), para direcionar as ações importantes na assistência ao paciente, sendo elas:

Meta 1: identificar corretamente os pacientes;

Meta 2: melhorar a comunicação entre profissionais de saúde;

Meta 3: melhorar a segurança na prescrição, no uso e na administração de medicamentos;

Meta 4: assegurar cirurgia em local de intervenção, procedimento e paciente corretos;

Meta 5: reduzir o risco de infecção associado aos cuidados de saúde;

Meta 6: reduzir os riscos de lesões provenientes de quedas e úlceras por pressão.

O Programa Nacional de Segurança do Paciente define a cultura de segurança em cinco perspectivas tais como: Cultura na qual todos os trabalhadores, incluindo profissionais envolvidos no cuidado e gestores, assumem responsabilidade pela sua própria segurança, pela segurança de seus colegas, pacientes e familiares, Cultura que prioriza a segurança acima de metas financeiras e operacionais, Cultura que encoraja e recompensa a identificação, a notificação e a resolução dos problemas relacionados à segurança, Cultura, que, a partir da ocorrência de incidentes, promove o aprendizado organizacional e a Cultura que proporciona recursos, estrutura e responsabilização para a manutenção efetiva da segurança (BRASIL, 2013).

No entanto, a cultura de segurança do paciente é um componente crítico da qualidade nos serviços de saúde, que pode ser entendida como: A cultura de segurança de uma organização e o produto dos valores individuais e do grupo, atitudes, percepções, competências e padrões de comportamento que determinam o compromisso com, e o estilo e proficiência de gestão da saúde e segurança de uma organização. Organizações com cultura de segurança positiva são aquelas caracterizadas por comunicação baseada na confiança mútua, por percepções compartilhadas da importância da segurança e na confiança na eficácia de medidas preventivas (SILVA; MELLEIRO, 2015).

Em um estudo realizado em maio de 2015 que descreveu a cultura de segurança do paciente em organização hospitalar, tendo como um total de 511 profissionais de enfermagem, 267 pessoas compuseram a amostra de forma aleatória, sendo que 128 atenderam aos critérios de inclusão e responderam ao Questionário “Pesquisa sobre Segurança do Paciente em Hospitais”, perfazendo taxa de resposta de 47,94% (SILVA; ROSA, 2016).

Considerando as dimensões do instrumento que avalia a cultura de segurança, destacaram-se com respostas negativas, “Trabalho em equipe na unidade” com 67% (338), “Expectativas sobre o seu supervisor e chefe e ações promotoras da segurança do paciente” com 66,3% (330), “Aprendizado organizacional – melhoria contínua”, 53,8% (198) e “Transferências internas e passagens de plantão” com 50,9% (255),

representando as principais áreas com potencial de melhoria. Dentro do estudo não houve dimensões com respostas globais positivas definidas com área de força (SILVA; ROSA, 2016).

2 OBJETIVO

Identificar a utilização das 6 metas internacionais de segurança do paciente em periódicos de enfermagem.

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado para responder ao objetivo de estudo foi uma revisão bibliográfica, método que permite a busca de análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema, possibilita a síntese de vários estudos publicados, permite a geração de novos conhecimentos e pode apontar lacunas de conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos (MENDES *et al*., 2008).

Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), para o processo de elaboração de uma revisão integrativa, seis fases precisam ser criteriosamente seguidas, as quais foram: definição da questão de pesquisa, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão com busca na literatura, definição das informações a serem extraídas dos estudos, avaliação dos estudos incluídos, interpretação dos resultados e síntese dos dados.

Para realizar a seleção dos estudos, utilizaram- se os sistemas de base através do acesso Online, utilizando as seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde/Biblioteca Virtual em Saúde (LILACS/BVS), Índice Bibliográfica Espanhol em ciências da Saúde/Biblioteca Virtual em Saúde, IBECS/BVS, BDENF.

Para a seleção dos artigos foi realizada consulta aos Descritores em ciências da Saúde (DeCS) e identificou-se os descritores utilizados: Segurança do Paciente, Gerenciamento de Segurança, Equipe de Enfermagem, Cultura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível identificar através dos estudos analisados que os artigos foram os tipos de publicação predominante, especialmente no ano de 2014, seguido do ano de 2017, principalmente em duas revistas, a saber: Revista Gaúcha de Enfermagem e Revista da Escola de Enfermagem da USP.

Quanto aos objetivos dos estudos encontrados, a mensuração de incidentes/ fatores de risco para a ocorrência de quedas foi o mais recorrente. Já os tipos de delineamento mais adotados pelos pesquisadores foram os métodos quantitativos, transversais de modalidade descritiva, empregando modelos estatísticos e correlacionais visando buscar associações entre ocorrência de quedas e outras variáveis.

Os instrumentos mais adotados para coleta dos dados das referidas publicações foram: A Morse Fall Scale-Versão brasileira, Questionários sociodemográficos, seguido de Roteiros elaborados pelos autores dos estudos, aplicados em adultos internados em unidades clínicas e cirúrgicas. A região sul foi preponderante quanto ao local de realização das pesquisas analisadas neste trabalho.

O instrumento de medida e orientação mais utilizado para o planejamento do cuidado no Brasil, demonstrado nas pesquisas de Mata *et al*. (2017), Urbanetto *et al*. (2016), Bittencourt *et al*. (2017), Pasa *et al*. (2017), Sarges, Santos e Chaves (2017), Remor, Cruz e Urbanetto (2014) e Severo (2015) foram a Morse Fall Scale traduzida e adaptada para o contexto brasileiro, esta que é composta por seis itens onde são atribuídas pontuações diferentes a cada aspecto avaliativo, como por exemplo: histórico de quedas - envolvendo episódio de queda nos últimos três meses (zero ponto) ou não (25 pontos); Se apresenta diagnóstico secundário recebe 15 pontos, caso contrário, zero ponto; se necessita auxílio na deambulação ou está acamado, por exemplo, recebe zero ponto. Caso utilize equipamentos que ajudem na locomoção (bengalas/muletas etc.) recebe 15 pontos, se o paciente precisa fazer uso do mobiliário/parede para ficar em pé/deambular (30 pontos); com terapia endovenosa ou heparinizado recebem 20 pontos, caso não recebam (zero ponto); marcha - normal (zero ponto), fraca (10 pontos), comprometida (20 pontos); e estado mental-orientado (zero ponto), superestima capacidade/esquece limitações (15 pontos). Após a somatória, classificam-se em baixo risco pontuação entre 0 e 24 pontos, moderado entre 25 e 44 e alto risco em pacientes que apresentaram pontuação maior/igual a 45 pontos, necessitando de ações interventivas mais rapidamente (URBANETTO *et al*., 2013; MORSE; MORSE; TYLKO, 1989).

No que diz respeito aos resultados encontrados em relação aos fatores de risco para o aumento do risco/ocorrência de quedas no ambiente hospitalar mais citados foram: Apresentar marcha/deambulação prejudicada, possuir histórico de quedas anteriores, dispor de alta pontuação nas escalas que avaliam risco para quedas, ter déficit cognitivo/ neurológico, utilizar diversos medicamentos (poli farmácia), além de ter

idade aumentada/elevada, estar em unidades de internação, ser portador de HAS ou Diabetes Mellitus, vertigens, déficit visual, depressão, estar em pós operatório ou o local apresentar piso escorregadio/molhado, assim como ausência de grade nas laterais do leito e iluminação inadequada, respectivamente.

Em relação às publicações que abordaram estratégias preventivas contra a ocorrência de quedas, os principais fatores proteção citados foram: realizar uma avaliação adequada através de escalas que mensuram o risco para quedas, formação para a equipe de forma contínua e frequente, elevar as grades laterais dos leitos, assim como investimento institucional para implantar comitês de Segurança do Paciente e programas de prevenção de quedas. Alternativas apresentadas foram manter campainha/luz de chamada e pertences próximos ao paciente, orientar pacientes e acompanhantes sobre o possível risco durante sua estadia no contexto hospitalar, além de promover uma relação de proximidade com o paciente para que ele possa sentir-se confortável para solicitar auxílio e realizar suas atividades.

A identificação de fatores ambientais/extrínsecos como pisos irregulares, molhados, iluminação inadequada, bem como, verificar as condições dos equipamentos e móveis comumente utilizados pelos pacientes como camas, cadeiras de rodas, barras para apoio e outros equipamentos para deambulação garantem um levantamento mais completo para um planejamento direcionado às prioridades de cada caso, prevenindo assim a ocorrência de quedas por fatores de fácil identificação e intervenção preventiva (ALMEIDA; ABREU; MENDES, 2010).

5 CONCLUSÃO

Podemos então concluir que a segurança do paciente está diretamente ligada à redução de atos inseguros nos processos assistenciais e a necessidade do uso das metas descritas buscando alcançar os melhores resultados para o paciente. Pois os erros cometidos durante a prática assistencial pelos profissionais da saúde não são atos intencionais, mas decorrentes de uma falha no processo assistencial.

Eventos adversos podem gerar lesões temporárias ou permanentes, óbitos, maior tempo de hospitalização, maior demanda medicamentosa e maior dependência assistencial.

Desta forma faz-se necessário um pensamento crítico reflexivo a respeito do gerenciamento de risco voltado para a segurança do paciente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. E. L. de. *et al*. Adaptação e validação do Hospital Survey on Patient Safety Culture em versão brasileira eletrônica. **Epidemiologia e Serviço de Saúde**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 455-468, jul./set. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222017000300455&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Nacional de Segurança do Paciente.** 2013. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1243-sas-raiz/dahu-raiz/dahu/seguranca-do-paciente/seguranca-do-paciente-l2/28063-apresentacao-programa-nacional-de-seguranca-do-paciente. Acesso em: 25 ago. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução nº 0543/2016. Atualiza a norma técnica para anotação de responsabilidade técnica pelo serviço de enfermagem e define atribuições do enfermeiro responsável técnico, Brasília, 18 abr. 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05092016-2_39205.html. Acessado em: 28 maio 2019.

DOMINGUES, A. N. *et al*. Desenvolvimento de jogo educativo sobre segurança do paciente para ensino profissionalizante de enfermagem. *In:* ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, set. 2014, São Carlos. **Anais** [...]. São Carlos: UFSCar, 2014, p. 1-15. Disponível em: http://www.sied-enped2014.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2014/article/view/609/309. Acesso em: 25 mar. 2019.

JOINT COMMISSION INTERNATIONAL (JCI). Joint Commission International Accreditation Standards for Hospitals. **WHO Collaborating Centre for Patient Safety Solutions**. 2013. Disponível em: http://www.jointcommissioninternational.org/WHO-CollaboratingCentre-for-Patient-Safety-Solutions/. Acesso em: 29 mar. 2019.

NEWMAN, T. B. *et al*. Delineando estudos transversais e de caso-controle. *In*: HULLEY, S. B. *et al*. **Delineando a pesquisa clínica:** uma abordagem epidemiológica. 3. ed. Porto alegre: Artmed, 2008. p. 127-144.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem:** avaliação de evidências para a prática de enfermagem. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 658 p.

SILVA-BATALHA, E. M. S. da; MELLEIRO, M. M. Cultura de segurança do paciente em um hospital de ensino: diferenças de percepção existentes nos diferentes cenários dessa instituição. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 432-441, abr./jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000200432&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 mar 2019.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. The Conceptual Framework for the International Classification for Patient Safety. **Final Technical Report and Technical**. Annexes, 2009. Disponível em: http://www.who.int/patientsafety/taxonomy/en/. Acesso em: 7 maio 2019.

SENE NÃO É APENAS UMA PLANTA. UM ALERTA SOBRE O USO INDISCRIMINADO DE GLICOSIDEOS ANTRAQUINONICOS DE AÇÃO SISTEMICA.

Murilo Rafael Mellon, Bruno Fernando Tiburcio, Maria Eduarda Carreira Carneiro, Vanessa Alves dos Santos Silva, Heloisa Donzella, e-mail: murafael.mellon@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

"O sene é uma planta nativa da Arábia e África Ocidental, sendo muito cultivado na Índia. A sua introdução na fitoterapia foi feita por médicos árabes no século IX" (CUNHA, 2006 *apud* MANSO, 2013)

"O sene é considerado um laxante estimulante e o seu modo de ação é baseado em dois mecanismos: a motilidade do colón é aumentada o que leva a uma redução do tempo do trânsito intestinal comum a secreção dos eletrólitos (Na+, Cl-) para dentro das células epiteliais e, simultaneamente, um aumento da permeabilidade das junções e estimulação da secreção de água e eletrólitos para o lúmen do cólon (EMA, 2007)." (MANSO, 2013).

Nosso trabalho visa conscientizar os membros dessa comunidade científica a respeito dos glicosídeos antraquinônicos de ação sistêmica, como o sene.

Parte dessa conscientização tem como objetivo atingir pessoas que fazem o uso indiscriminado dessas substâncias. Esse uso pode ocorrer por uma série de fatores, um deles por exemplo é a perda de peso.

Abordaremos também o fato do medicamento ser isento de prescrição médica, estando a fácil acesso para compra e tendo disponibilidade para automedicação sem consulta de um profissional da saúde adequada. O que pode inclusive interferir em tratamentos com fármacos de uso contínuos como anti-hipertensivos e anticoncepcional.

Exploraremos os mecanismos de ação, interações medicamentosas como já citado, efeitos adversos como cólicas e desconforto abdominal, desregulação eletrolíticos que podem levar a perda do tônus cardíaco, perda de globulinas séricas, dentre outras. Apresentaremos um quadro clínico de uma paciente que fazia uso prolongado de Senna alexandrina e suas complicações devido aos efeitos adversos do medicamento que pode provocar danos sistêmicos.

2 METODOLOGIA

Para elaboração dessa revisão utilizamos trabalhos e pesquisas já realizadas, afim de propor melhor conscientização.

Para concretização desse trabalho utilizamos livros, artigos e bulas de remédios.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 MECANISMO DE AÇÃO

De acordo com o encontrado na bula de Sene Herbarium “[...] possui uma ação laxativa e atua estimulando as contrações no intestino grosso, resultando em um trânsito acelerado do bolo fecal. Com isso, há uma diminuição na absorção de líquidos pelo intestino grosso, o que mantém o conteúdo intestinal com grande volume e pressão.” E isso se deve segundo ainda a mesma bula devido ao estímulo da contração peristálticas e inibição das contrações locais, e com isso há uma redução na absorção da quantidade de líquidos e eletrólitos através do intestino grosso (HERBARIUM).

Esse medicamento além de tudo aumenta o estímulo da secreção de NaCl, o que altera a pressão osmótica fazendo com que aumente o conteúdo de água e eletrólitos no intestino fazendo com que o bolo fecal tome característica diarreica (HERBARIUM).

3.2 INTERAÇÕES

3.2.1 MEDICAMENTOSAS E EFEITOS ADVERSOS.

Os principais efeitos adversos do Sene são:

3.2.1.1 CÓLICAS E DESCONFORTOS ABDOMINAIS

“O uso do sene pode ocasionar desconforto no trato gastrintestinal, com presença de espasmos e cólicas abdominais.” (HERBARIUM). Isso devido como já citado aos estímulos das contrações peristálticas e inibição das contrações locais. Isso requer diminuição da dose que será administrada do medicamento.

3.2.1.2 DISTÚRBIOS ELETROLÍTICOS

“O uso crônico ou superdosagem pode resultar em diarreias, com distúrbios eletrolíticos, principalmente hipocalemia, acidose ou alcalose metabólica, albuminúria e hematúria.” (HERBARIUM). Por exemplo: A perda de Potássio pode gerar problemas na tonicidade cardíaca pois devido à falta desse eletrólito a célula não consegue fazer com

que a bomba de sódio/potássio funcione, não gerando a DDP necessária para contração do músculo cardíaco.

3.2.1.3 PERDA DE GLOBULINAS SÉRICAS

"No sangue estão presentes duas classes de proteínas, a Albumina e as Globulinas. A Albumina é uma proteína de elevado valor biológico que é encontrada no plasma do sangue e é sintetizada pelo fígado. É a principal proteína circulante no organismo humano e é responsável pelo transporte plasmático de várias substâncias. O fígado é o único órgão responsável pela produção de Albumina. As Globulinas abrangem enzimas, anticorpos e mais de 500 outras proteínas. [...] Níveis baixos de proteínas totais alertam para uma possível alteração hepática, renal ou uma doença na qual as proteínas não são absorvidas corretamente no intestino ou existe uma deficiência das mesmas nos alimentos ingeridos ou ainda por perda acentuada das mesmas." (SOUSA,).

A Bula do Sene Herbarium ainda nos adverte que o medicamento pode causar diminuição da globulina sérica (sistêmica) – uma vez que como citada acima isso pode ser causada pela deficiência de absorção (Ato que acontece pois o sene produz devido ao transito acelerado do bolo fecal) e devido à perda acentuada dessas proteínas – e albuminúria, o que explica a mudança na cor da urina de pessoas que tomam sene prolongadamente. (HERBARIUM)

3.2.1.4 EXEMPLO DE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS

O Sene pode interferir na absorção de drogas (que podem ser de uso contínuo, afetando seu tratamento) – uma vez que faz com que o bolo fecal passe rapidamente pelo intestino – como anti-hipertensivos. Imagine a situação onde uma pessoa toma um anti-hipertensivo para o controle de sua pressão arterial e, esse anti-hipertensivo não é bem absorvido pois passa com maior rapidez pelo intestino – que é o seu local de absorção – logo, essa pessoa não terá concentrações plasmáticas desse medicamento suficientes para eficácia do tratamento (HERBARIUM).

3.3 ESTUDO DE CASOS

"[...] mulher de 42 anos de idade foi admitida no serviço de emergência do hospital de Londres, com um histórico de cinco dias de agravamento da dor epigástrica, anorexia, vómitos e febre intermitente. Relatou que já há dois anos que fervia folhas secas de sene e que bebia cerca de 200 ml por dia. Realizaram-lhe um ECO com doppler e encontraram

um trombo obstruindo a ramificação da veia porta e ramo direito. O lúmen do vaso foi obstruído impedindo o fluxo de sangue (SOYUNCU *et al*., 2008).” (MANSO, 2013)

No caso acima a paciente apresentava dor epigástrica, causada pela indução do Sene nas contrações peristálticas e inibição nas contrações locais. Encontra-se anoréxica pois o sene não a possibilita de absorver todos os nutrientes necessários a saúde, resultando em subnutrição. O que possivelmente pode ter causado o trombo, associado a outros possíveis fatores de risco é que com a perda de eletrólitos e a estimulação de secreção de NaCl, que altera a pressão osmótica fazendo com que aumente o conteúdo de água no intestino, faça com que o sangue se torne mais viscoso, aumentando a pressão arterial, que é fator de aumento da coagulação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso indiscriminado de sene deve ser reduzido, pois pode levar pessoas a casos clínicos como o que já foi citado na seção anterior deste trabalho.

Algo que facilitaria uma maior rigorosidade com esse tipo de medicamento é a presença de prescrição obrigatória, assim como antibióticos, pois além de dificultar a compra para uso indevido, não levaria a problemas com tratamentos envolvendo fármacos de uso contínuo como anti-hipertensivos e anticoncepcionais.

REFERÊNCIAS

_____. **Introdução à fitoterapia**: utilizando adequadamente as plantas medicinas. Colombo: Herbarium Laboratório Botânico, 2008. Disponível em: https://herbarium.com.br/produtos/sistema-digestorio/sene-herbarium/.

_____. **Senne extrato seco:** constipação ocasional. **InfinityPharma**, São Paulo, 17 jul. 2012, Disponível em: https://infinitypharma.com.br/uploads/insumos/pdf/s/senne-ext-seco.pdf.

COSTA, I. C. F. *et al.* A importância da atenção farmacêutica no uso de fitoterápicos emagrecedores contendo sene (*Cassia angustifólia* Vanh). **Revista Especialize On-line IPOG**, v. 1, v. 10, p. 1-15, dez. 2015. Disponível em: https://docplayer.com.br/19784327-A-importancia-da-atencao-farmaceutica-no-uso-de-fitoterapicos-emagrecedores-contendo-sene-cassia-angustifolia-vanh.html.

DALAQUA; M. D. *et al.* Avaliação da composição mineral das folhas de sene por espectofotometria de absorção atômica**.** *In:* ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2014, Presidente Prudente. **Anais** [...]. Presidente Prudente: UNOESTE, 2014, p. 62-68, Disponível em: http://unoeste.br/site/enepe/2014/suplementos/area/Vitae/Farmácia/AVALIAÇÃO%20DA%20COMPOSIÇÃO%20MINERAL%20DAS%20FOLHAS%20DE%20SENE%20POR%20ESPECTROMETRIA%20DE%20ABSORÇÃO%20ATÔMICA.pdf.

MANSO, C. I. M. P. **Consumo de laxante particularmente de Sene numa Farmácia do Nordeste Transmontano.** 2013. Dissertação (Mestrado em Farmácia e Química de Produtos Naturais) - Instituto Politécnico de Bragança, Universidade de Salamanca, Bragança, 2013. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/9211/1/Cristiana%20Manso.pdf.

SOUSA, G. de. A albumina e a globulina na detecção de doenças do fígado. *In:* SAPO. **SAPOLIFESTYLE,** Lisboa. Disponível em: https://lifestyle.sapo.pt/saude/saude-e-medicina/artigos/a-albuminaglobulina-na-detecao-de-doencas-no-figado.

SÍNDROME DE BURNOUT NA ENFERMAGEM: UMA ANÁLISE DA LITERATURA

Sabrina Giovana Martins, Bruna Camila Fernandes Dorta, Jhenifer Prescilla Dias, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino, email: vaniapsico@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O estresse pode ser descrito como um conjunto de reações psicofisiológicas que atuam como resposta à fatores estressores que estejam causando sofrimento e tensão psicológica, desequilibrando o processo homeostático do organismo (UENO *et al*., 2017). Os estressores [...] provocam um discreto e constante aumento da pressão arterial e do número dos batimentos cardíacos que, sem dúvida, trazem consequências nefastas para o organismo (VARELLA, 2012).

O estresse está amplamente relacionado com a área da saúde, além de requerer conhecimento adquirido na formação, exige-se um bom preparo psicológico. Trata-se de uma área difícil de lidar, por vivenciar mortes, dor, sofrimento, perdas, tristeza e relações de afeto desenvolvidas ao longo do tempo de tratamento do paciente. Ademais, o extenso tempo de trabalho, duplas e longas jornadas de trabalho, colocam o indivíduo em situação de risco à saúde integral (GOULART *et al*., 2014; UENO *et al.,* 2017).

Todas as responsabilidades que fazem parte da vida do trabalhador dessa área podem acarretar problemas com o passar do tempo, caso não sejam desenvolvidas estratégias de enfrentamento e ações preventivas nas instituições. De acordo com Pimentel (2018), o estresse pode causar mudanças na capacidade de concentração, na memória, afetar o coração e o sistema imunológico, contribuir para o envelhecimento, o aumento de peso, as mudanças de humor, problemas dermatológicos e nos dentes e cabelos, depressão, ansiedade e outros sintomas.

Conforme aponta Ribeiro *et al*. (2018, p. 2), o estresse pode acarretar também:

> [...] o desenvolvimento da síndrome metabólica, distúrbios do sono, diabetes, hipertensão, enfermidades psicossomáticas, síndrome de *burnout*, depressão, uso de substâncias psicoativas, além de queda na produtividade, absenteísmo, insatisfação laboral e baixa qualidade de vida no trabalho.

Levando-se em consideração os estressores do contexto laboral, dentre as síndromes geradas pelo ambiente ocupacional encontra-se a Síndrome de Burnout. A Síndrome de Burnout (SB) é uma patologia exclusiva do trabalho, que em inglês significa

''esgotamento''. A SB possui três dimensões: Exaustão Emocional, Despersonalização e Baixa Realização Profissional. (MASLACH; JACKSON, 1997). A Exaustão emocional caracteriza-se pelo esgotamento e falta de energia, de forma que o trabalhador observa que a sua eficiência não é mais como antes. A Despersonalização é o estágio da insensibilidade (descaso) do trabalhador perante os seus colegas de trabalho, clientes e objetos. Já a Baixa Realização Profissional, envolve o sentimento de insatisfação e negativação com o trabalho.

De acordo com o conhecimento empírico, os profissionais da saúde estão mais suscetíveis ao desenvolvimento da síndrome, sendo que os dados informam que os enfermeiros são os mais atingidos pela SB por estarem em contato direto com morte e luto dos pacientes, o que leva o profissional a experimentá-la (GIL-MONTE; GARCÍA-JUESAS; HERNÁNDEZ, 2008). A alta carga horária, plantões, pressão psicológica, os acontecimentos presentes, mudanças de setor, conflitos entre os cargos da enfermagem, discordância/falta de afinidade e respeito com os colegas de trabalho e baixa motivação/reconhecimento do trabalho são conflitos geradores da ansiedade e estresse, que promovem a desmotivação dos profissionais da saúde (LAUTERT, 1997 *apud* ROSA, 2005).

O envolvimento com pessoas é indispensável na enfermagem, e estar em contato com os problemas e doenças dessas pessoas podem causar raiva, vergonha, medo, pena e sentimento de incapacidade por não conseguir ajudar completamente o paciente, levando à frustração, então, a constante vivência dessas circunstâncias podem levar ao esgotamento emocional, direcionando o indivíduo ao Burnout (MASLACH; JACKSON, 1997). Portanto, o presente trabalho objetivou identificar possíveis fatores de risco para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout no contexto de enfermagem, bem como, compreender seu impacto na qualidade de vida do trabalhador desta área.

2 MÉTODO

A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica exploratória de artigos que abordam a temática em estudo. Dos 25 artigos analisados, 12 foram selecionados para a pesquisa e dentre eles, uma entrevista. A busca foi realizada nas base de dados Scielo, Pepsic e Google Acadêmico entre o período de 2012 a 2018, utilizando os termos: “Síndrome de Burnout”, “Enfermagem” e ‘’Estresse ocupacional’’.

3 RESULTADOS

De acordo com pesquisa de campo realizada por Vidotti *et al*. (2016), o nível de Burnout foi maior em trabalhadores de enfermagem do período diurno e as pessoas desse período demonstraram insatisfação com sua carga horária de sono e falta de controle em relação ao trabalho, o que favorece o aumento do cansaço emocional. A despersonalização foi associada aos enfermeiros com vida sedentária e com baixa carga de sono. Esse sedentarismo também se associou com a baixa realização profissional. Porém, nos satisfeitos com o retorno financeiro, foram diminuídas as chances de despersonalização e baixa realização profissional.

Em relação aos trabalhadores insatisfeitos com a carga de sono do período noturno, se mostraram com mais exaustão emocional. Os trabalhadores que não possuem filhos, possuem menor grau de exaustão. Os trabalhadores que possuem três ou mais anos de serviço na instituição, tiveram mais índices de despersonalização. As pessoas que se mostraram satisfeitas com lazer e que tinham religião apresentaram queda nas chances de despersonalização e baixa realização profissional. Auxiliares e técnicos de enfermagem ficaram na categoria de baixa realização profissional. Uma outra fonte de pesquisa sociodemográfica (FRANÇA; FERRARI, 2012) apresentou dados em que o Burnout foi identificado em maior número no gênero feminino, maior número significativo nos profissionais mais velhos em relação aos mais novos e predominância em trabalhadores com ensino superior completo.

4 CONSIDERAÇÃO FINAL

A partir da realização deste estudo, pode ser observado que os profissionais da enfermagem estão vulneráveis ao desenvolvimento de inúmeras doenças. A literatura apontou maior prevalência da Síndrome de Burnout na área de enfermagem devido à alta demanda e estressores ocupacionais que estes profissionais estão expostos frequentemente. A Síndrome de Burnout constitui-se de etapas, as quais muitas vezes são despercebidas ou confundidas apenas como estresse laboral, contribuindo para um prognóstico tardio e insatisfatório. As análises mostram o impacto dessa síndrome na qualidade de vida do profissional de enfermagem, bem como, a percepção de desgaste diário, falta de energia e cansaço emocional. Quanto ao profissional de enfermagem, considera-se relevante construir estratégias que visem reduzir e melhorar o ritmo de trabalho, e considerando os aspectos psicológicos, reconhecer sua função e capacidade, fazer exercícios de relaxamento físico e psicológico; mudar maus hábitos que produzem

o estresse crônico. Assim, poderá estabelecer um vínculo positivo com a instituição e com sua área de trabalho melhorando a qualidade de vida e a carreira profissional.

Portanto, considera-se primordial a elaboração de programas visando a prevenção da Síndrome de Burnout, tendo em vista que a mesma infere negativamente no desempenho profissional e emocional do indivíduo, causando sofrimento dentro e fora do ambiente laboral. Como melhorias, sugere-se que as instituições hospitalares revejam o modo como reconhecem seus funcionários e valorizam essa profissão. Estratégias que fortaleçam a equipe, proponham a divisão das tarefas de forma flexível e proporcionem o acolhimento do funcionário, podem ser utilizadas como recurso para contribuir para a melhora da qualidade de vida no trabalho neste contexto.

PALAVRA CHAVE: Síndrome de *Burnout,* Enfermagem, Estressores Ocupacionais.

REFERÊNCIAS

FRANCA, F. M. de; FERRARI, R. Síndrome de Burnout e os aspectos sócio-demográficos em profissionais de enfermagem. **Acta Paulista Enfermeira**, [São Paulo], v. 25, n. 5, p. 743-748, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002012000500015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 set. 2019.

GIL-MONTE, P. R.; GARCIA-JUESAS, J. A.; HERNANDEZ, M. C. Influencia de la sobrecarga laboral y la autoeficacia sobre el síndrome de quemarse por el trabajo (burnout) em profesionales de enfermeira. **Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, v. 42, p. 113-118, abr. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 set. 2019.

GOULART JUNIOR, E. *et al.* Trabalho e estresse: Identificação do estresse e dos estressores ocupacionais em trabalhadores de uma unidade administrativa de uma instituição pública de ensino superior (IES). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 7, p. 1-17, jan. 2014. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/3193/319330058002.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

HOLMES, E. S. *et al*. Burnout syndrome in nurses acting in primary care: an impact on quality of life. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [S.l.], v. 6, n. 4, p. 1384-1395, out./dez. 2014. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3311. Acesso em: 25 set. 2019.

MASLACH, C.; JACKSON, S. E.; LEITER, M. **The Maslach Burnout Inventory Manual**. Evaluating Stress: A Book of Resources. 3 ed. 1997. 28 p.

MEDEIROS-COSTA, M. E. *et al*. Occupational Burnout Syndrome in the nursing context: an integrative literature review. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [São Paulo], v. 51, n. 3235, p. 1-12, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342017000100801&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 set. 2019.

PIMENTEL, J.; **Estresse Crônico:** Os 10 piores efeitos sobre o corpo**.** Disponível em: https://drjulianopimentel.com.br/artigos/estresse-cronico-piores-efeitos/. Acesso em: 25 set. 2019.

RIBEIRO, R. P. *et al*. Estresse ocupacional entre trabalhadores de saúde de um hospital universitário. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 39, n. 65127, p. 1-6, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472018000100421&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 set. 2019.

ROSA, C. da; CARLOTTO, M. S. Síndrome de Burnout e satisfação no trabalho em profissionais de uma instituição hospitalar. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1-15, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 set. 2019.

UENO, L. G. S. *et al*. Estresse Ocupacional: Estressores referidos pela equipe de enfermagem. **Revista de Enfermagem – UFPE online**, Recife, v. 11, n. 4, p. 1632-1638, abr. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/15232/18002. Acesso em: 27 set. 2019.

VARELLA, D.; Estresse. **Revista UOL**, São Paulo, jan. 2012. Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas-2/estresse. Acesso em: 27 Set. 2019.

VIDOTTI, V. *et al*. Síndrome de Burnout e o trabalho em turnos na equipe de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [Ribeirão Preto], v. 26, n. 3022, p. 1-10, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692018000100337&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 set. 2019.

SÍNDROME DE DOWN E A INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR

Elis Jordany Morais Guimarães, Janaina de Fatima Custódio, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail: liara_ro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A síndrome de Down (SD) é uma condição crônica que impõe múltiplos desafios não só à criança acometida, mas também à toda sua família. Trata-se de uma desordem cromossômica, a trissomia do cromossomo 21 cuja frequência é de 1:750 nascidos vivos, tendo como fator de risco preponderante a idade materna avançada (35 anos) (PUESCHEL, 1999; CAPONE, 2004). O diagnóstico clínico pode ser realizado nas primeiras horas de vida da criança pelas suas características físicas (fenotípicas) e, posteriormente, confirmado por análises citogenéticas do cariótipo de células em metáfase (PUESCHEL; SCHWARTZMAN, 1999). Apresentaremos em nosso trabalho, a inclusão de crianças com síndrome de Down no ensino regular, enfatizando e entendendo as diretrizes e possibilidades da escolarização é importante inclusão dessas crianças ou adolescentes atualmente. Discutiremos questões sobre as dificuldades de aprendizagem que estão presentes nesta síndrome, assim como, os aspectos que são trabalhados na escola regular.

No Brasil, a educação inclusiva visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, a qual garante a todos o direito à igualdade Art. 5º Lei nº 13.146/2015. No seu artigo, trata do direito de todos à educação, visando ao "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" No artigo 206, inciso 1, coloca como um dos princípios para o ensino a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola". Em conformidade com tal Constituição, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, aprovou nova lei baseada no disposto da Convenção de Guatemala, que trata da eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência e deixa clara a impossibilidade de tratamento desigual aos deficientes. O delineamento da pesquisa será sobre o que é realmente uma inclusão dentro das escolas e se isso se aplica efetivamente para que a pessoa seja realmente bem acolhida em seu ambiente

escolar, principalmente pelos alunos, professores e equipe de docentes, pois é no contexto escolar que serão adquiridas as primeiras vivências e os primeiros conhecimentos no meio social.

O objetivo do estudo foi analisar de forma geral a inclusão na escola regular de indivíduos com SD e as dificuldades apresentadas diante deste processo.

Serão enfocadas as questões que englobam a inclusão dessas pessoas no contexto escolar, as dinâmicas e dificuldades que a síndrome enfrenta principalmente no contexto social, aproximando melhor do que é a síndrome de Down e desafios de uma inclusão e sociabilidade dentro do ambiente escolar e de ensino regular, aspectos sobre o campo de educação inclusiva se realmente essas condições são cumpridas e efetivadas dentro das escolas e através dessa pesquisa explicativa, exploratória entendermos e compreendermos mais sobre a temática em questão.

2 METODOLOGIA

O estudo foi realizado através de uma revisão bibliográfica explicativa com base em artigos científicos, teses e dissertações, livros e revistas cientificas, as buscas foram feitas no site Scielo e Pepsico, utilizando-se das palavras chaves, tais como: síndrome de Down, inclusão, desenvolvimento infantil, ensino.

A revisão bibliográfica explicativa, segundo os autores Cervo e Bervian (1983, p. 55) a pesquisa bibliográfica explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Por essa afirmação entendemos que quando o pesquisador se propõe a fazer uma pesquisa bibliográfica, está ciente que deverá, com base nessa pesquisa, explicar ou apresentar um resultado para uma determinada situação, que será sua contribuição para a ciência ou área de atuação.

A escolha dos artigos foi com base em suas informações e dados reais que permitiram identificar sua contribuição para a revisão bibliográfica, suas informações sobre os assuntos tratados, veracidade e a realidade em vários contextos, assim como, as datas mais recentes das publicações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Crianças com SD apresentam, de modo geral atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e prejuízos nas funções cognitivas (SCHWARTZMAN, 2003). O mesmo autor relata que tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o comportamento não estão exclusivamente relacionados à sua alteração cromossômica, mas sim ao restante

do seu potencial genético e, principalmente, ao estímulo social que recebe do contexto sociocultural a qual está inserida.

Vygotsky (1996) compreende que um sujeito ativo interativo constrói e é construído pelo seu meio sócio cultural, ou seja, esse meio por sua vez, deve lhe oferecer formas de perceber e organizar essas informações recebidas, que vão se constituindo em elementos psicológicos que fazem a mediação entre o sujeito e o mundo.

Sendo assim, o desenvolvimento não depende exclusivamente da condição genética, mas sim de fatores tanto biológicos quanto sociais, considerando que tais fatores vão além do determinismo genético. Diante desse pressuposto, verifica-se que um indivíduo que possui uma deficiência orgânica, não estará privado de interagir com o seu meio social, mas sim, terá uma maneira particular de se apropriar do conhecimento, cabendo ao meio sócio cultural disponibilizar mecanismos para que essa aprendizagem e desenvolvimento ocorram (VYGOTSKY, 1997).

Nota-se que a influência familiar no desenvolvimento, comportamento e formação da personalidade do deficiente se dá, primordialmente, por meio das relações estabelecidas. As interações e as relações entre os membros do sistema familiar mostram que o desenvolvimento da pessoa não pode ser isolado da família. Quanto mais informação a família tiver sobre a deficiência, mais preparada estará para a busca de suportes e apoios que contribuam para o desenvolvimento de seu familiar (SILVA, DESSEN 2001 p. 23)

Segundo o tratado de Salamanca (1996) o adequado para a estrutura de ação em educação especial é que as escolas deveriam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais entre outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes ou superdotadas, crianças de rua e trabalhadoras, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos inferiorizados ou marginalizados.

A lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A Lei trata que são vedadas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados por planos, cotas e seguros privados de saúde, em razão de sua condição.

Pereira Silva e Dessen (2007), descrevem que o ambiente escolar ganha destaque como espaço para aprendizagem e desenvolvimento de habilidades sociais. A

família, e escola é um importante microssistema promotor do desenvolvimento. Trata-se da segunda instituição social de maior importância para as crianças pré-escolares e, em especial, para aquelas com deficiências, sendo assim no que refere à sua característica estimuladora de funções cognitivas e sociais de cada uma. A interação faz parte de um processo que é construído passo a passo, e as pessoas envolvidas exercem influência uma sobre a outra, intervindo cognitiva e emocionalmente. A interferência possibilita mudanças e, consequentemente, construção, desenvolvimento do conhecimento e afetividade nos envolvidos. É por meio da interação que cada um permite e experimenta a confiança em si e no outro de acordo com as atividades propostas durante o ensino e as situações cotidianas de sala de aula. Tudo isso está relacionado com o saber fazer, sendo essa a capacidade de o professor conduzir com sucesso o processo de aprendizagem de todos seus alunos, o autor destaca que essa é a dimensão em que os professores mais reclamam não ter domínio. Por fim, a terceira se configura nas atitudes dos professores em relação ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Sendo assim, é possível entender que é um marco na história o processo de inclusão, e trata de uma importante e progressiva mudança. Os muitos avanços são resultado de um processo marcado por contradições. Isso porque a educação inclusiva desafia o simples sistema de rede, valores e a organização do ensino entre escolas públicas e privadas, e exige sua transformação para que o direito de participação e aprendizado pleno no contexto escolar se torne, de fato, uma realidade para todos no Brasil e no mundo, onde essas crianças possam ter o seu lugar juntamente a todas as outras crianças, mas com sua atenção e especificidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir com análise das informações discorridas neste estudo bibliográfico podemos ressaltar que crianças com SD apresentam, de modo geral, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e prejuízos nas funções cognitivas (SCHWARTZMAN, 2003). Desse modo, determinadas condições contribuem para o desenvolvimento escolar dessa criança, porém, é importante não determinar um padrão de desenvolvimento e comportamento previsível a todas elas.

A maioria das escolas de nosso país, apresenta carência nos recursos pedagógicos, nas adaptações arquitetônicas, ausência no mobiliário e utensílios

adequados para o atendimento às necessidades educacionais especiais, assim como, profissionais especializados para acompanhar e orientar tal processo.

Ressaltando Amaro (2006) diz que as escolas regulares inclusivas, permite que o processo inclusivo em sala de aula não se baseie em utopias e na tentativa de adequar o aluno a algo que ele jamais será. Mas sim à possibilidade real de observar e conhecer a subjetividade de cada criança, construindo objetivos e metas. Sendo assim sabemos que o ensino regular é a educação comum entre todos, e uma educação especial é para pessoas com dificuldades e deficiências, entre transtornos de aprendizagem em diferentes faixas etárias e todos são dignos desta educação, entre as escolas públicas ou privadas. As famílias também podem contar com o apoio das APAE's eles fazem um trabalho exemplar que conta com o trabalho de uma equipe multidisciplinar composta por fisioterapeutas, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogas, psicóloga e pedagogas. Ao chegarem à instituição, as famílias são recebidas por essa equipe que oferece atendimentos às crianças, além de orientações e apoio as famílias. Podemos concluir então que para que a inclusão escolar seja efetiva é necessário averiguar se os direitos daquelas crianças não estão sendo violados, averiguar se a escola está incluindo essas crianças de forma adequada e se dentro de suas famílias e salas de aula suas habilidades estão sendo exploradas e desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

AMARO, D.G. Educacao Inclusiva, Aprendizagem E Cotidiano. Casa do Psicólogo, 2006. Acesso em: 29 abr. 2019.

BASES, LEI DE DIRETRIZES E. da Educação Nacional. **LDBEN. Lei**, 1996. Acesso em: 02 jun. 2019.

CAPONE, G.T. Down Syndrome genetic insights and thoughts on early intervention. **Infants Young Child.** v.1, n.1. p. 45-58, 2004. Disponível em: <https://journals.lww.com/iycjournal/Fulltext/2004/01000/Down_Syndrome__Genetic_Insights_and_Thoughts_on.7.aspx>. Acesso em: 02 abr. 2019.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.. **Metodologia científica: para uso de estudantes universitários.** 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

GOMES, C.G.S.; MENDES, E.G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 3, p. 375-396, 2010. Acesso em: 10 abr. 2019.

PEREIRA-SILVA, N. L.; DESSEN, M. A. Crianças com e sem síndrome de Down: valores e crenças de pais e professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Carlos, v. 13, n. 3, p.429-446, 2007. Disponível em:

<http://www.portaleducacao.com.br/arquivos/arquivos_sala/media/objeto_de_aprendizagem_criancas_sindrome_down_valores_crencas_pais_professores.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2019.

PUESCHEL, S. M. **Síndrome de Down: guia para pais e educadores. Campinas:** Ed. Papirus, 1999. Acesso em: 20 abr. 2019.

SAAD, S.N. (2003). **Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de Down**. Rev. Bras. Ed. Esp., 9 (1), 57-78. Acesso em: 15 abr. 2019.

SCWARTZMAN, J. S. (2003**). Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon.
SILVA, Maria Odete Emygdio da. Educação Inclusiva: um novo paradigma de Escola. **Revista Lusófona de Educação**, n. 19, p. 119-134, 2011. Acesso em: 02 abr. 2019.

SILVA, N.L.P.; DESSEN, M.A. Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 17, n. 2, p. 133-141, 2001. Acesso em: 15 abr. 2019.

SIMÃO, L.M.; MARTINEZ, A.M. O outro no desenvolvimento humano: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia. 2004. Acesso em: 12. abr. 2019.

SOUZA, H.A. et al. Constituição e educação inclusiva: a Lei Federal 13.146/2015. Saber Digital, v. 9, n. 2, 2017. Acesso em: 12 abr. 2019.

VYGOSTSKY, L.S. (1996). **A Formação social da mente.** 5a Ed. São Paulo: Martins Fontes. Acesso em: 02 abr. 2019.

VYGOSTSKY, L.S. (1997). **Obras Escogidas: Fundamentos da Defectologia.** Vol. V. Madrid: Visor. Acesso em: 02 abr. 2019.

SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS – ESOCIAL

Ana Clara Venturini, Gisele Priscila de Angelis, Laura Pereira, Tamires Fernanda Lopes, Valter Julian Junior, e-mail: clara-venturini@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, conhecido como eSocial, foi criado pelo Governo Federal, com a intenção de simplificar a burocratização que acontece devido a quantidade de informações prestadas pelos contribuintes.

Este trabalho busca selecionar informações atualizadas sobre o eSocial, para um levantamento de dados corretos para a proposta que será apresentada. Com base nisso, o trabalho terá como intuito esclarecer todas as dúvidas que surgirem em relação ao tema, explicar de forma clara e objetiva todos os pontos do projeto, visando o governo, os empregadores e os trabalhadores.

Dessa forma, por ser um sistema recente, gera certos impasses e questionamentos que somado com a falta de informação ou a veracidade dela, poderá ocasionar problemas relacionados ao seu funcionamento. Conhecendo esses acontecimentos, o projeto foi realizado para solucionar o ocorrido.

2 METODOLOGIA

Este presente trabalho tem como intuito utilizar informações, mediante pesquisa bibliográfica através de livros, de sites da Receita Federal e eSocial, artigos e cartilhas explicativas e basear-se na legislação vigente sendo que a revisão abrange todo o período a partir do ano de 2017 até os dias atuais, no qual nos dará base referente ao sistema implantado para o desenvolvimento do mesmo.

As bases utilizadas para compor a metodologia foram colhidas em sites da internet, incluindo artigos científicos relacionados ao assunto. Priorizou-se para as pesquisas os sites oficiais dos órgãos públicos envolvidos, como Receita Federal do Brasil, site oficial do INSS, entre outros.

A revisão de literatura se compreende em um planejamento dentro do projeto de pesquisa, onde se utiliza de textos teóricos para embasamento do trabalho, assim como outros tipos de informações que serão aproveitadas para dados importantes. Relacionando estudos revisados com o tema, no caso o eSocial, que tem como importância unir todas informações previdenciárias, fiscais e trabalhistas em um único sistema de dados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 O sistema do eSocial

O sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) foi instituído pelo decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 e desde então sua legislação e implantação são objetos de estudo. O investimento aplicado para desenvolvimento da plataforma foi de R$100.000.000,00 (cem milhões).

Em 2007 instituiu-se o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) que tem como principal objetivo promover a integração dos fiscos, através do cruzamento das informações contábeis e fiscais fornecidas pelos contribuintes. Em seguida, no ano de 2009, o projeto piloto foi implantado através da junção dos principais órgãos do governo, como o Ministério do Trabalho, Receita Federal, INSS, Caixa Econômico Federal e Previdência Social, agrupados com empresas e Softwares Houses, com o objetivo estender o SPED à área trabalhista; e, por fim, em 2012 o SPED Social foi nomeado eSocial. Em 2013 surgiram os primeiros manuais e layouts e em 2018 entrou em vigor. No segundo semestre de 2019 foi informado que o sistema será substituído por um mais simplificado, requerendo apenas as informações de obrigações acessórias, entrando em vigor em janeiro de 2020. As organizações estão estudando e procurando desenvolver soluções na área da tecnologia da informação para se ajustar a nova sistemática

Além do objetivo principal do eSocial, o próprio sistema acarretará mudanças que serão uteis para o governo, trabalhadores e empregadores, pois reuni todas os dados facilitando o acesso das informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

3. 2 EFD-Reinf

Instituída pela IN RFB n° 1.701/2017 a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), é uma obrigação na qual tem ligação com SPED, e está sendo estruturado para complementar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

A EFD-Reinf terá informações que foram enviadas por meio da DIRF e da GFIP, além dos dados da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, que são executadas pelos contribuintes na EFD-Contribuições

3.3 DCTFWeb

Instituída pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 1787 de 07 de fevereiro de 2018, refere-se à uma obrigação tributária acessória, onde o contribuinte declara as contribuições previdenciárias e destinadas a terceiros. É gerada a partir de informações do eSocial e EFD-REINF depois de recebido, nessa ordem, os débitos e créditos, realiza vinculações, em seguida calcula o saldo a pagar. Após o envio da declaração, permite a emissão do documento de arrecadação, DARF.

A DCTFWeb irá substituir as declarações e o sistema da GFIP E SEFIP, onde a mesma deverá ser apresentada mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao fato gerador.

O modo de ser declaradas as informações é através do certificado digital que cada entidade deve possuir para envio das informações obrigatórias. Eventualmente se a empresa deixar de enviar as declarações está sujeita às penalidades (Figura 1).

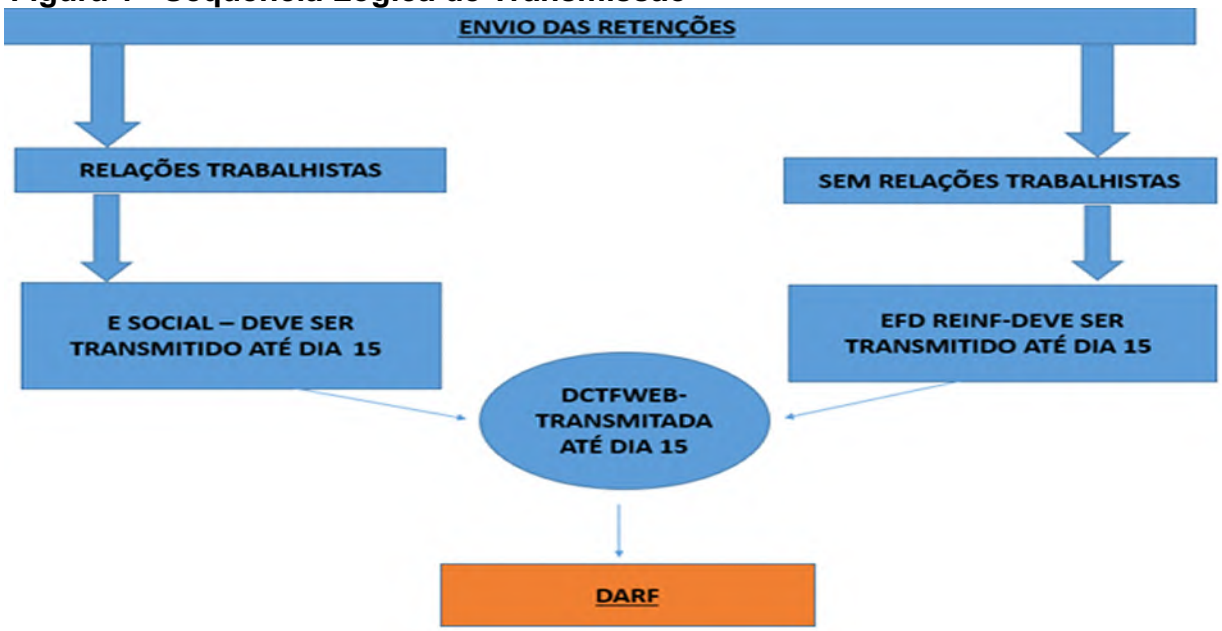
3.4 Mudanças com a implantação do eSocial

A intenção do fisco com a ferramenta do eSocial é simplificar o envio supervisionado feito eletronicamente através do banco de dados (sped), surgindo então o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das obrigações ficais, previdenciária e trabalhista (eSocial).

De modo geral, o eSocial é o processo sistemático que abastece eletronicamente os órgãos da administração pública com dados dos trabalhadores, com ou sem vínculo empregatício, bem como os eventos ocorridos com eles, resultando em uma diminuição da burocracia e mais simplicidade para as empresas.

Esse processo sistemático gera vantagens ao governo, como maior centralização na entrega das obrigações, maior integração dos sistemas informatizados das empresas, padronização e integração dos cadastros das pessoas físicas e jurídicas no âmbito dos órgãos participantes do projeto. Porém, também surgem desvantagens para as empresas, como gastos com a atualização dos seus sistemas de RH, folha de pagamento, treinamento para os departamentos (pessoal e RH), necessidade de revisão de processos internos, entre outros.

Figura 1 - Sequência Lógica de Transmissão



Fonte: DADOS DA PESQUISA (2019).

No segundo semestre de 2019 foi anunciado mudanças previstas em janeiro de 2020 para a modernização do eSocial, com o intuito de facilitar o envio das informações para a plataforma. O governo denominou como o "O novo eSocial", que nada mais é a substituição do eSocial para outros dois sistemas que dividira as informações trabalhistas e previdenciária em um e as informações trabalhistas em outro.

As informações prestadas pelos empregadores serão apenas requeridas aquelas que promovam efetiva substituição de uma obrigação acessória, ocorrendo uma redução dos eventos inteiros. Há uma estimativa de que 38 dos eventos prestados, 10 serão excluídos. Outra mudança que ocorrerá também é a exclusão de campos, que ainda geravam dúvidas, tais como CNH, CTPS, RIC, RG, NIS e RNE, que estão presentes no cadastro dos empregados.

Profissionais que utilizam o eSocial discutiram propostas que podem simplificar as informações e minimizar erros decorrentes de informações incorretas. As principais ideias para o sistema são:

a) Foco na desburocratização: substituição das obrigações acessórias
b) Não solicitação de dados já conhecidos
c) Eliminação de pontos de complexidade
d) Modernização e simplificação do sistema
e) Integridade e continuidade da informação
f) Respeito pelo investimento feito por empresas e profissionais

Lembrando que o eSocial não está suspenso, os prazos continuam mudando apenas para os novos dados e novas fases que implementaram o sistema. Em relação as MEI, ME e EPP foi disponibilizado um ambiente na web simplificado para a prestação de informações. Os empregadores domésticos terão em breve novas ferramentas que irão facilitar para o empregador.

Figura 2 - Exigências que serão realizadas no eSocial

Fonte: GUIA TRABALHISTA (2019)

O objetivo do cronograma do E social é estabelecer os prazos de entregas de acordo com o processo de implantação, fornecendo informações para maior agilidade de entrega ao fisco.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas está sendo desenvolvido pelo Governo Federal como uma ferramenta que agiliza o processo de fiscalização, uma vez que todas as informações estão reunidas dentro de um único banco de dados, sendo assim possível para o fisco garantir e supervisionar que as empresas e trabalhadores estão cumprindo as leis e exigências, das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Todas as informações necessárias estarão registradas em um único lugar. Os trabalhadores serão beneficiados por terem seus dados resguardados pela fiscalização controlada e justa e para os empregadores facilitará

o acesso às informações, proporcionando agilidade na parte da administração dos funcionários por parte da empresa, gerando assim ganho de produtividade, maior segurança jurídica e menos custos operacionais, resultando em mais tempo para ser dedicado a outras tarefas. Sendo assim as empresas terão a possibilidade de ver toda sua relação com o trabalhador através do sistema na internet e o Governo Federal maior transparência e facilidade no processo de fiscalização.

REFERÊNCIAS

CONTÁBEIS. **DCTFWeb.** 2018. Disponível em**:**< https://www.contabeis.com.br/artigos/4927/dctfweb-o-que-e-como-e/>. Acesso em:1. Mar.2019

FOLLI INFORMÁTICA. **ESocial**, 2017. Disponível em:<https://www.folli.com.br/htm/esocial4.html>. Acesso em:1. Mar.2019

METADADOS. **15 Obrigações que o eSocial vai substituir**, 2018. Disponível em:<https://www.metadados.com.br/blog/obrigacoes-esocial-substituir/>. Acesso em :1. Mar.2019

PORTAL **ESOCIAL. Conheça o eSocial**, 2017. Disponível em:<http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>. Acesso em:1. Mar.2019

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL. **EFDReinf.** Disponível em**:**<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1494>. Acesso em:1. Mar.2019

REDE JORNAL CONTÁBIL**. ESOCIAL: cronograma de mudanças para o 2° semestre**. Disponível em https://www.jornalcontabil.com.br/esocial-cronograma-de-mudancas-para-o-2o-semestre/>. Acesso em:20. Set.2019

ESOCIAL: tudo que você precisa saber em 2019. Disponível em: <https://blog.sage.com.br/esocial-2019-cronograma/> Acesso em:23. Set.2019

GUIA TRABALHISTA. **Cronograma de implementação do esocial é dividido em grupos de empresas**. 2019 Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/Cronograma-esocial-grupo-de-empresas.htm> Acesso em 21. Set.2019

SUICÍDIO ENTRE ADOLESCENTES NA ÚLTIMA DÉCADA NO BRASIL: UMA EPIDEMIA DE RISCO SILENCIOSA

Ana Caroline de Arruda, Maria Eduarda Gazoli Borges, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail: caroline_d_arruda@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As estimativas apresentadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018) apontam que no ano de 2020, cerca de 1,53 milhões de pessoas cometerão suicídio, o que representa um ato suicida a cada dois segundos, esse ato é visto como a segunda maior causa de morte no mundo. O índice de mortalidade por suicídio aumentou 60% nos últimos 45 anos, nesse período os maiores coeficientes de suicídio mudaram da faixa etária de pessoas mais idosas para as mais jovens**,** consideradas na fase da adolescência:

> De acordo com o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990): "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade." (BRASIL, 1990).

A transição da infância para a adolescência, segundo Moreira e Bastos (2015), gera problemas existenciais que podem levar os adolescentes a apresentarem pensamentos suicidas em baixa frequência e de forma esporádica, isso é caracterizado como parte normal do processo de entender o significado da sua existência ou da sua morte, além disso, nessa fase existe a dependência e a independência extremas e esses anseios podem ou não ser relatados a família. Estes comportamentos tendem a se dissipar conforme o amadurecimento do indivíduo, porém quando o adolescente não consegue elaborar soluções para os problemas dessa transição, enxergar apenas a possibilidade de finalização da vida. Por isso, esta questão precisa ser acompanhada de forma mais próxima e de maneira mais efetiva. Diversos comportamentos são apresentados pelos adolescentes, entre eles: automutilação, corte dos pulsos, abuso de drogas (tentativa de overdose), ingestão de medicamentos, principalmente sedativos. Desta forma, deve-se atentar às frustrações demonstradas, para identificar o que é patológico do que não é, podendo indicar um quadro depressivo, por exemplo. Os fatores mais associados à ideação suicida na adolescência são multifacetados e incluem transtornos mentais, características pessoais, sociais, familiares e problemas comportamentais do próprio adolescente. Dentre

os fatores que mais se destacam, estão: a depressão, desesperança, solidão, tristeza, preocupação, ansiedade, baixa autoestima, agressão por parte de pais e amigos, pouca comunicação com os pais, ser abusado fisicamente e psicologicamente – *bullying (*prática de atos violentos, intencionais e repetidos, contra uma pessoa indefesa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas) na escola, uso de substâncias, entre outros.

Diante disso, uma abordagem interdisciplinar para o atendimento ao comportamento suicida necessita de uma organização de trabalho baseado em equipe, que requer intervenções técnicas e interação entre os profissionais que, de maneira planejada, colocam em prática seus planos de ação. Para Abreu, Lima e Soares (2010), a comunicação, a articulação das ações e a compreensão das diferenças técnicas tornam-se indispensáveis para que a equipe alcance seus objetivos. Portanto, a soma dos saberes das diversas profissões envolvidas no ato de cuidar, colabora para que a situação seja abordada de forma mais adequada e garantindo a preservação da vida.

Portanto, fica explícita a relevância do tema abordado que traz a eminente necessidade de atenção para que a sociedade compreenda e reconheça o que é o suicídio e seus primeiros sinais, principalmente entre seus familiares e amigos próximos a fim de poder ajudar e orientar. É preciso quebrar o silêncio que envolve este fenômeno cada vez mais presente em nossa sociedade, a fim de trazê-lo à consciência. O tema deve ser objeto de interesse e investigação, principalmente por profissionais da área da saúde; em virtude disso, este trabalho tem como objetivo compreender os motivos que levam os adolescentes a tentarem ou até mesmo cometerem o suicídio; pretende-se enfocar o trabalho do Psicólogo diante da situação de risco**.** Além disso, verificar quais as redes de apoio estão envolvidas com a prevenção e sua relação com a Saúde pública. Por essa razão, buscar-se-á fomentar reflexões para psicólogos de todo o Brasil, contribuindo para pesquisas e orientação de como proceder diante de situações de risco e na prevenção desta fatalidade.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir do embasamento metodológico de revisão bibliográfica que, segundo Gil (2008), consiste em uma pesquisa desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros, artigos e revistas científicas, relacionados ao tema. Esse tipo de pesquisa também é indispensável nos estudos históricos e em determinadas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.

A pesquisa foi efetuada a partir de informações coletadas em livros e artigos científicos, por meio das bases de dados: Google Acadêmico, Scielo e PePsic. Teve como auxílio no processo de coleta de dados as palavras-chave: Suicídio, Adolescência, Família, Psicologia, Área da Saúde, Prevenção e Redes de Apoio.

Foram utilizados em média sessenta artigos e oito livros que auxiliaram na pesquisa, levando em considerações o ano de publicação no período de 2000 a 2018, fontes confiáveis das quais os artigos são cientificamente aprovados e publicados com palavras chaves que condizem ao tema. Os critérios utilizados para selecionar os artigos basearam-se em temas que falam sobre a questão do suicídio na adolescência, redes de apoio, prevenção, papel do psicólogo, sentimento relacionado ao ato, família e dados estatísticos que comparam o índice de suicídio que vem crescendo em todo o mundo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o Ministério da Saúde (2017), no Brasil em média 11 mil pessoas tiram a própria vida por ano. É a terceira maior causa de morte de brasileiros entre 15 e 29 anos, ficando atrás somente de mortes por acidente de trânsito e homicídios. Ainda de acordo com o mesmo Ministério, entre os anos de 2011 e 2015, o número de suicídios cresceu 12%.

Observa-se que na última década houve um crescimento alarmante em todas as faixas etárias. Segundo Lovisi e col (2009), a própria casa é o cenário mais frequente de suicídios (51%), seguida pelos hospitais (26%). Os meios mais utilizados são enforcamento (47%), armas de fogo (19%) e envenenamento (14%).

Peixoto (2006) descreve que a adolescência começa com importantes mudanças físicas, de temperamento e termina com a formação de valores e de identidade. Guerreiro e Sampaio (2014) complementam que essa fase é considerada como uma etapa de desenvolvimento e maturação da vida entre a infância e a vida adulta. Para Oliveira (2013), a adolescência é a fase onde existe uma grande inquietação e oscilação emocional diante das transformações que ocorrem (caso da puberdade), às tarefas que exigem atenção e empenho, às grandes dúvidas e certezas que surgem, tantas vezes desproporcionadas ou contrapostas. Por vezes, o adolescente é incapaz de lidar com sucesso e o desafio, podendo levá-lo consequentemente a tentar o suicídio, onde há, portanto um fracasso de desenvolvimento, seja em nível individual, familiar ou social, determinando uma visão negativa de si mesmo, provavelmente construindo essa imagem desde a infância. Desta forma, como

citado por Peixoto, Saraiva e Sampaio (2006) é neste momento que questões como o sentido da vida, a morte, a imortalidade e o suicídio assumem a maior relevância.

Esses fatores mostram a necessidade do desenvolvimento de estratégias de intervenção através de programas de promoção de saúde ou educação para a saúde voltada aos adolescentes. A oferta de um espaço de escuta é muito importante, pois a falta de oportunidade para refletir sobre seus sentimentos, provavelmente, os expõe a mais riscos ou colaboram na intensificação de sentimentos ruins, levando muitas vezes a pensamentos de morte.

A família desempenha um papel muito importante na vida de qualquer ser humano, portanto, para Rosa (2010), é na família que o adolescente em risco busca compreensão, ajuda e consolação. Entretanto, a maior parte dos familiares e pessoas mais próximas não têm conhecimento suficiente para fornecer assistência necessária ao paciente, causando assim sofrimento em ambas as partes.

Familiares e pessoas próximas dos pacientes, segundo Barrero (2008), Ram, Darshan, Rao, e Honagodu (2012) podem colaborar na prevenção do suicídio, pois são capazes de ajudar os profissionais de saúde na detecção precoce e no gerenciamento do paciente em risco de suicídio. A fim de atingir este objetivo, toda a família deve ser informada quanto à prevenção do suicídio, pois é uma causa evitável de morte.

Dentre os profissionais necessários para o enfrentamento do suicídio, destaca-se o psicólogo. Macchgivaerni (2012), discorreu sobre a participação deste profissional frente a esta situação sendo de extrema importância, pois visa avaliar o risco, realizar psicoterapia de apoio ao paciente, orientar familiares e, de acordo com as necessidades, encaminhar o paciente também a outros serviços de saúde para acompanhamento.

Além do apoio de profissionais da área da saúde, existem também programas que contribuem para prevenção do suicídio, entre eles se encontra os *hotlines* (linhas diretas). *Hotlines* são serviços de atendimento emocional por telefone, que tiveram início nos próprios centros de prevenção. A proposta dos *hotlines* é oferecer ao indivíduo em crise emocional uma intervenção por telefone.

Existe também o CVV, programa que visa prestar, voluntariamente, apoio emocional a qualquer pessoa que necessite. Segundo o Boletim do CVV (2006), o número 188 foi criado com o intuito de atender esses indivíduos em crise emocional.

A prevenção do suicídio pode ser classificada em três classes, são elas: universais, seletivas e específicas. Mrazek (1994) explica que a prevenção universal busca reduzir a incidência de novos casos por meio de ações educativas; a seletiva centraliza-se em grupos

expostos a situações de risco; enquanto a específica dirige-se a indivíduos que manifestam desejo ou ideação suicida.

Além dos programas citados, Bondy (2018) relata sobre a existência de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e estruturas do Sistema Único de Saúde (SUS), que são compostos por uma equipe multidisciplinar, na qual realizam atendimentos a pessoas com problemas de saúde mental, colaborando também com a diminuição da incidência de suicídios e oferecendo maior orientação/cuidados a pessoas com ideação ou tentativa e seus familiares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com este estudo, o suicídio vem crescendo consideravelmente na última década no Brasil. Especialmente entre adolescentes e jovens. Analisando os sinais e comportamentos que os indivíduos que tentaram o suicídio apresentam, constata-se que a maioria das pessoas com ideação suicida comunica seus pensamentos e intenções. A falta do contato físico e da interação social que o uso excessivo da tecnologia vem ocasionando, forma um hiato nas relações e dificulta ainda mais a detecção de possíveis sinais de pensamentos suicidas.

O suicídio trata-se de um fenômeno social, cujos comportamentos indicativos podem ser observados já no contexto familiar, podendo ser expressos através da comunicação verbal e não verbal, por meio de discursos e comportamentos de alerta, como por exemplo, a manifestação pelo desejo de “não viver mais”, ou de “não ter vontade para viver”, falas que ameaçam a desistência pela própria vida e condutas que colocam em risco o seu próprio bem-estar. Desse modo, a família pode ser o primeiro recurso de quem precisa de ajuda, ao identificar tais manifestações em algum membro.

É imprescindível que todos se envolvam, pois trata-se de um indivíduo com uma vida única e singular. Além disso, deve ser predominante o respeito e a consideração pela dignidade humana, levando em consideração as suas especificidades, oferecendo mais politicas públicas que colaborem de maneira significativa na vida do indivíduo, proporcionando um espaço no qual ele possa falar sobre os seus sentimentos e angústias.

Nesse sentido, os psicólogos desempenham um papel indispensável de acolhimento e escuta que em muitos momentos pode ser considerado o ambiente que lhe possibilite maior segurança. É diante do profissional que muitas vezes o paciente consegue aliviar suas dores emocionais. A pessoa com ideação suicida pode, com o psicólogo, ter sua visão mais nítida, sem a ‘neblina’ de preconceitos e medos que o acometem e contemplar um horizonte de possibilidades, resgatando ou reelaborando os sentidos de sua existência.

REFERÊNCIAS

ABREU, K. P. de et al. Comportamento suicida: fatores de risco e intervenções preventivas. **Revista Eletrônica de Enfermagem.** Goiânia. Vol. 12, n. 1, p. 195-200**,** 2010. Disponível em: <://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/85271>. Acesso em: 19 jan. 2019.

BARRERO, S. A. P. **Preventing suicide**: A resource for thefamily. Annalsof General Psychiatry, 2018. Disponível em: <http://www.annals-general-psychiatry>. Acesso em: 10 jun. 2019

BOND, L**. Centros de assistência de saúde mental ajudam na prevenção ao suicídio**. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-09/centros-de-assistencia-de-saude-mental-ajudam-na-prevencao-ao-suicidio>. Acesso em 4 ago. 2019.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Óbitos por causas externas**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def>. Acesso em 15 jun. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed., p.44 – São Paulo: Atlas, 2002.

GUERREIRO D.; SAMPAIO D. **Comportamentos autolesivos em adolescentes**: uma revisão da literatura com foco na investigação em língua portuguesa. Ver. Port Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, 2013. Acesso em: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0870902513000308>. Acesso em 11 jun. 2019.

LOVISI, G. M. et al. **Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006**. Revista Brasileira de Psiquiatria, 31(Supl. II), 86-93, 2009.

MACCHGIVAERNI, J. **Elaboração de um instrumento para registro de atendimento psicológico a tentativas de suicídio**. Monografia Residência Integrada Multiprofissional em Saúde: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

MOREIRA, L. C. O.; BASTOS, P. R. H. O. Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 445-453, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n3/2175-3539-pee-19-03-00445.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MRAZEK, P.J; HAGGERTY, R. J. **Reducing risks for mental disorders**: Frontiers for preventive intervention research. Washington DC: National Academy Press, 1994.

_____ . **O planejamento e a sustentabilidade do CVV**. Boletim do CVV, ano 40, n. 375, p. 1- 11, 2006.

OLIVEIRA, A. **Ilusões: A Melodia e o Sentido da Vida na Idade das Emoções** - Representações Sociais da Morte, do Suicídio e da Música na Adolescência. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS: quase 800 mil pessoas se suicidam por ano. **Nações Unidas Brasil**, 2018**.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-quase-800-mil-pessoas-se-suicidam-por-ano/>. Acesso em 15 abr. 2019

PEIXOTO, B.; SARAIVA, C. B.; SAMPAIO, D. **Comportamentos Suicidários em Portugal**. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Suicidologia, 1ª edição, 2006.

RAM, D et al. **Suicide preventionispossible**: A perceptionafter suicide attempt. Indian Journal of Psychiatry, n.54. 2012.

ROSA, M. **A importância da família para pacientes com depressão**. Disponível em: <www.neuroestimulacao.com.br/blog.php>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SUPORTE PSICOSSOCIAL JUNTO AOS MORADORES DO ABRIGO SÃO LOURENÇO DE JAÚ

Emiliana Dias, Larissa Leitte, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail:liara_ro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O trabalho se retrata a uma intervenção de estagio em Psicologia Social Comunitário, realizada com a população de idosos com a faixa etária entre 60 a 100 anos de idade. A atenção para o idoso institucionalizado se faz necessária pois para muitas pessoas o envelhecer é um processo doloroso e muito complexo,por acarretar transformações em diversos aspectos como psicológico, biológico e social.

Segundo Picollo Moscardine e Costa (2010) aponta que a maioria das pessoas não percebe que está envelhecendo ou se percebem preferem não falar sobre essas mudanças. Estudos afirmam que o envelhecimento vem acompanhado de muitas experiências, que geram maior criatividade para lidar com as condições da vida, porém, indicam um declínio significativo nas habilidades que os levam a acreditar que são incapazes no aspecto físico e cognitivo.

A arte terapia é um recurso muito eficaz e é visto como uma oportunidade de expressão para os idosos. Para pacientes com sintomas depressivos, sentimento de solidão ou de invisibilidade social a arte terapia promove um espaço no qual seus sentimentos e pensamentos são materializados e vistos. Para pacientes isolados socialmente e em sua rotina, que se sentem ociosos, improdutivos e incapazes, a arte terapia resgata a motivação, a sensação de se sentirem ativos, capazes, produtivos e criativos, agindo diretamente em sua autoestima e humor.

De acordo com Minicato e Freitas (2007):

> Por meio da arte terapia, também se proporciona o desenvolvimento do processo de aprendizagem e de reflexão, pode acontecer o despertar de novas sensações e possibilidades de um futuro, mesmo se encontrando em estado fragilizado e final da vida (MINICATO; FREITAS, 2007, p.88).

A prática e o treino contribuem para um aumento dos seus desempenhos, muitas vezes a diminuição das capacidades cognitivas na velhice é ocasionada por doenças, fatores comportamentais, psicológicos e sociais, mais do que por envelhecimento em si.

O estágio retratado foi realizado no Abrigo São Lourenço de Jaú, onde vivem exatamente 68 idosos de ambos os sexos; a instituição recebe idosos a partir dos 60 anos de idade possuindo algumas exceções com diversos casos familiares, onde alguns visitam freqüentemente, alguns mais raramente e outros que não possuem família, além das diversas patologias desde autismo, Alzheimer e depressão.

O objetivo do projeto foi trabalhar com esses idosos suas habilidades, aflorar suas capacidades, auxiliar psicologicamente em suas patologias ajudando no desenvolvimento cognitivo. Para isso foram usadas atividades específicas, rodas de conversa, formas de lazer, entre outras, aumentando ainda mais a qualidade de vida dos idosos.

2 METODOLOGIA

O trabalho realizado no 1° semestre de 2018, com início no mês de março, acontecendo todos os sábados, das 8h ás 13h, no abrigo São Lourenço de Jaú,com idosos de 60 á 100 anos de idade, em um total de 9 encontros.

Foram abordados vários temas para estudos, buscados em artigos na internet, vídeos relacionados ao tema, textos e livros, abrangendo várias partes como a qualidade de vida para idosos; habilidades sociais em seu convívio; capacidades cognitivas; como trabalhar com idosos que possuem Alzheimer; patologias como depressão e autismo na terceira idade; atividades e meios de abordagem.

- **O primeiro encontro** (17/03/18), o contato dos estagiários com os moradores do abrigo e início da formação de vínculo com os mesmos. Por meio de observação e conversa, coletaram-se dados sobre as emoções, necessidades e histórias de vida dos indivíduos.
- **O segundo encontro** (24/03/18),foi realizada a dinâmica “meu vizinho” onde seu objetivo foi de relembrarem os nomes dos companheiros. Logo após aplicou-se a atividade dos 5 sentidos, para por meio deles relembrarem histórias passadas
- **O terceiro encontro** (07/04/18), a dinâmica aplicada foi “do espelho” que consiste em buscar resgatar a identidade.
- **O quarto encontro** (14/04/18), a arte terapia foi escolhida como atividade para estimular a criatividade, a memória, integração social, coordenação, motora e cognitiva, além de proporcionar bem-estar e ânimo.
- **O quinto encontro** (28/04/18), a proposta foi de trabalhar a motricidade, por meio de atividades variadas.
- **O sexto encontro** (05/05/18), o intuito foi resgatar a autoestima dos moradores.

- **O sétimo encontro** (12/05/18), aplicação da dinâmica, papel colorido, para trocarem entre si experiências e histórias.
- **O oitavo encontro** (19/05/18), dinâmica dançar para se conhecer, buscando a integração entre os idosos de uma forma descontraída.
- **O nono encontro** (26/05/18), como encerramento houve a realização de um café da manhã especial, realizado pelos estagiários e logo em seguida uma dinâmica de despedida. Como forma simbólica, será deixada na instituição um mural com fotos de todos os momentos vivenciados durante todo o estágio.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho foi realizado com atividades de expressões artísticas, a arte terapia que proporcionaram o desenvolvimento das capacidades motoras que apóiam a realização de suas vidas cotidianas, focalizando no bem-estar e a auto-imagem. Segundo Guedes (2011) por se encontrarem em um contexto fragilizado diversos fatores de se encontrar asilados acaba contribuindo para um isolamento social, inatividade física e mental, resultando em diminuição da qualidade de vida.

Sendo assim foi proporcionado aos idosos atividades que visassem estimular a independência funcional, auxiliando na autonomia dos idosos e proporcionando uma atenção qualificada para melhorias na qualidade de vida destes.De acordo com George (2013) a arte terapia tem uma sensibilidade de intervenção que ajuda a curar a dor psicológica, para aumentar a compreensão e empatia, promovendo oportunidades para a auto-reflexão, bem como melhorias nos parâmetros fisiológicos como (pressão arterial, frequência cardíaca e taxas respiratórias.(GEORGE,2013)

Sendo assim Impactou-se de forma positiva o melhor controle emocional desses idosos e resgate da auto-estima, estimulando suas habilidades sociais e sua qualidade de vida, proporcionando maior bem-estar perante a sua situação atual, por meio das atividades de arte terapia realizadas durante os encontros efetuados, pois de acordo com da Costa Vieira, Da Silva e Barreto (2008) “consiste a relevância de atividades dinâmicas para auxiliar no resgate da autoestima dos idosos institucionalizados”. Sendo considerados grandes ganhos emocionais e reconstrução de resgate de identidade. (DA COSTA; DA SILVA; BARRETO, 2008)

Na realização dos encontros foram utilizadas dinâmicas e roda de conversação para estabelecimento de vínculo envolvendo os idosos a participarem das atividades propostas e desenvolvendo ações para atingirem os objetivos delineados. De acordo com

Mendes e Soriano (2017) apontam a importância do vínculo grupal proporciona espaço para que possam expressar seus sentimentos, desenvolvendo atividades que despertem no idoso o interesse em participar, como por exemplo, o uso da Arte terapia que possibilita momentos de reflexões, expressão e acalento.

Como meio de recurso o local do abrigo foi disponibilizado para que o projeto fosse desenvolvido da melhor forma. Todos os encontros obtiveram interação dos idosos. Onde foi possível observar uma grande necessidade de escuta dos mesmos, Pois era percebido a necessidade de relatos de historias de vidas passadas, até mesmo por conta da arte-terapia despertar o resgate de vivencias passadas, promovendo assim um aumento da autoestima o que, se tornava muito prazeroso para os idosos, minimizando os problemas originários da baixa autoestima como a depressão.(BORGES,2018)

A arte terapia contribui no sentido de promover benefícios psicológicos, elevando a motivação e agindo como um elemento de distração, além de tornar a atividade mais agradável, aperfeiçoamento da autoestima, a autodeterminação e faz com que o idoso se sinta bem, livre, tranquilo e realizado causando aceitação da própria idade e de sua atual condição (RODRIGUES, 2012).

Entretanto os benefícios alcançados neste trabalho com a arte terapia foi de grandes valores para os idosos, proporcionado humanização no espaço em que conviviam harmonizando resgate de autoestima da autoimagem, levando a capacidade de se sentirem mais leves mais relaxados e descontraídos, ou seja promovendo na vida dos idosos melhorias na qualidade de vida mesmo institucionalizados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se a importância do psicólogo nas instituições de idosos, pois muitos deste público experienciam momentos solidão por defrontar-se com a finitude em sua existência, sendo assim é fundamental um respaldo e beneficiamento psicológico. Mantém-se, evidente também a importância da elaboração de atividades as quais auxiliam na cognição, motricidade e parte emocional deste público. Não é por conta de se encontrarem em condição asilar que não possuem voz e precisam assim perderem sua identidade. Muito pelo contrário, devem receber todo acolhimento sensível e escuta cautelosa de maneira integral favorecendo para uma qualidade de vida e bem-estar neste processo que cabe o envelhecer.

O conhecimento do dia a dia dos idosos asilados, proporcionou um grande conhecimento de trajetória em seu contexto familiar, em suas dificuldades sendo capaz de

trabalhar suas habilidades, capacidades, e promoção de seu bem-estar de uma forma integral. Ressalta-se a importância de se proporcionar aos idosos um bem-estar integral referente em sua qualidade de vida, mesmo se encontrando em fase de finitude, alcançado de maneira gratificante e intensa afetivamente, todo um trabalho cauteloso e sensível em que o contexto do idoso necessita.

Portanto, todos os encontros permitiram a essa população uma experiência de bem-estar integral, mesmo com suas limitações, desfrutaram de todas as atividades propostas. Contudo percebe-se que a uma falta de atenção dos profissionais da área da saúde para lidar com todas as questões, pois há uma escassez em respaldo público para esta população. Sendo assim precisaria ser reforçado a atenção para este público, em relação a obtenção de serviços e atividades para beneficiação psicológica dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. M. P.; FIRMO, R; SILVA, C. **Aspectos positivos e negativos da velhice**. Revista Portal de Divulgação, São Paulo, ano IV,p. 45, out. 2013. .Disponível em:https://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/viewFile/416/416> Acesso em :Outubro de 2019

ALVES-SILVA Júnia Denise, SCORSOLINI-COMIN Fabio. **Idosos em instituições de longa permanência:** Desenvolvimento, condições de vida e saúde, p. 820-830. Público 26-06-2012. Uni. São Paulo, Ribeirão preto.

BORGES, J. O. P. et al**. A arteterapia como instrumento na melhora da autoestima em idosos institucionalizados**. 2018.Disponivél em : http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1617> Acesso em :Outubro de 2019

DE FREITAS, M. C; QUEIROZ, T. A; DE SOUSA, J. A. V. **O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 44, n. 2, p. 407-412, 2010. Disponível em:<https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/40555> Acesso em: Outubro de 2019

GARCIA Aline, PASSOS Aline, CAMPO Anna Thereza. **A depressão e o processo de envelhecimento.** Ciências e cognição. V.07. p. 111-121. Publicado 31 março 2006. Disponivél em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1806-58212006000100010&script=sci_abstract&tlng=en Acesso em :outubro de 2019

MORAES, Eliana Maria D'ávila. **A prática da Arte terapia com a terceira idade.** Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/a-pratica-da-arteterapia-com-a-terceira-idade/57041> Acesso em: 01/04/2018 ás 20:20.

MINCATO, P. C; FREITAS, C. R. Qualidade de vida dos idosos residentes em instituições asilares da cidade de Caxias do Sul-RS. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 4, n. 1, 2007.Disponivél em:<http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/122/98>Acesso em: outubro de 2019

NERI, Mario. **Dinâmica de grupo para Terceira Idade. Nosso Jornal**, 2013, Disponível em: < http://www.nosso.jor.br/dinamica-de-grupo-para-terceira-idade/>
Acesso em: 18/03/2018 ás 20:34.

OLIVEIRA Janiene Melo de; ROZENDO Célia Alves. **Instituição de longa permanência para idosos: um lugar de cuidado para quem não tem opção.** Revista Brasileira de enfermagem, p. 1-07 Publicado 08-07-2014.Disponivél em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n5/0034-7167-reben-67-05-0773> Acesso em: outubro de 2019

PICCOLO, G.M; MOSCARDINI, S.F; COSTA, V.B. Historiography of production in periodicals by Sadao Omote. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 1, p. 107-126, 2010.Disponível em: https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/6273/1/FINAL_Jos%c3%a9%20Carlos%20Ver%c3%adssimo%20Out_2018.pdf acesso em: outubro de 2019

DA COSTA VIEIRA, L. M; DA SILVA, A. O; BARRETO, M. E. S. **EXPRESSÃO ARTÍSTICA E AUTO ESTIMA DE IDOSOS E IDOSAS INSTITUCIONALIZADOS**.2008 Disponível em:<http://www.xxcbed.ufc.br/arqs/gt1/gt1_22.pdf> Acesso em: Outubro de 2019.

GUEDES M. H. M; GUEDES H. M; ALMEIDA M.E.F; **Efeito da prática de trabalhos manuais sobre a autoimagem de idosos**; rev. Bras. Geriatria. Gerontologia., Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232011000400012&script=sci_arttext&tlng=es Acesso em :outubro de 2019

GEORGE DR, Stuckey HL, **Whitehead MM. An arts-based intervention at a nursing home to improve medical students'attitudes toward person with dementia**. Acad Med. 2013 Jun;88(6):837-42. Disponível em: https://journals.lww.com/academicmedicine/fulltext/2013/06000/An_Arts_Based_Intervention_at_a_Nursing_Home_to.29.aspx Acesso em : outubro de 2019

RODRIGUES, N. S**. Influência da audição musical na prática de exercícios físicos por pessoas adultas.** Rev Bras Educ Fís Esporte 2012;26(1):87- 95 Disponível em: http://www.periodicos.usp.br/rbefe/article/view/16875> Acesso em :outubro de 2019

SUPORTE PSICOSSOCIAL JUNTO AOS REEDUCANDOS DO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO EM JAÚ

Milena Fernanda Serrano, Rosicleia Pereira de Albuquerque Correa, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail: cleia.albuquerque24@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O foco das ações propostas neste trabalho é o Centro de Ressocialização (CR), situado no município de Jaú, SP. É um estabelecimento penal destinado a presos do sexo masculino que estejam cumprindo penas privativas de liberdade em regime fechado e semiaberto e a custódia de presos provisórios que se encontra sobre a tutela da Secretária da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, tendo como missão obter melhor resultado na ressocialização dos reeducandos. De acordo com Siqueira (2005) citado por Faustino e Pires (2007, p. 50):

> A transição para o modo de produção capitalista trouxe alterações também na forma de conceber o crime e o criminoso e, por consequência, no tipo de pena a ser imputada. É isso que justifica o surgimento do moderno direito penal e a substituição, embora gradativa, das penas de morte e outras centradas no corpo do indivíduo, para as penas privativas de liberdade, colocando o cárcere na posição de prisão-pena.

O trabalho desenvolvido pelas estagiárias no CR a partir do estágio em Psicologia Social Comunitária, buscou resgatar questões como a identidade, pois o cárcere distância o sujeito de sua identidade, segundo Moutinho e Puckcar (2017, p. 05)

> Atualmente, ao adentrar no Sistema Prisional o sujeito perde sua identidade, sendo identificado por um número de matrícula, quando não, pelo artigo da lei que foi violado. Assim, seres humanos tão diferentes em sua singularidade, nos presídios, são igualados a outrem por terem cometido algum tipo de crime.

Ao possibilitar a vivência do estágio, o Centro de Ressocialização contribui com os reeducandos de forma a minimizar os riscos de reincidência por não se tratar de um sistema meramente punitivo, mas que além de desenvolver competências de trabalho, possibilita momentos de reflexão por intermédio dos estudantes de psicologia, momento de olhar para si, de forma a amenizar e canalizar os diversos sentimentos e sofrimentos que trazem consigo. De acordo com Moutinho e Puckar (2017, p. 7):

> O ideal seria o Sistema Prisional atuar de forma a minimizar os riscos de reincidência. Para isto, o ambiente prisional não deve ser meramente punitivo, deixando os internos propensos a pensamentos vingativos ou de fuga, mas um ambiente que contribua com a ressignificação de vida do indivíduo punido, isto pode

> ser alcançado por meio de medidas simples, como chamamento nominal, igualdade de tratamento, no que diz respeito a uma conduta ética.

Essa humanização e preservação dos direitos humanos consiste na preservação da identidade do sujeito, o que não ocorre no sistema prisional, no Centro de Ressocialização em Jaú, atual campo de estágio, proporciona aos reeducandos a oportunidade de trabalho, o trabalho compõe a identidade e a dignidade do homem, é de extrema importância, pois gera experiência e habilidades facilitando o processo de reintegração social.

Este projeto busca responder as seguintes inquietações ao decorrer de seu desenvolvimento: Quais são os impactos emocionais que o ambiente prisional provoca na vida do indivíduo? Qual a importância de se trabalhar os aspectos emocionais e preparar os reeducandos para a reinserção na sociedade? Quais as contribuições da psicologia no campo de estágio e sua importância para o êxito no processo de ressocialização?

2 METODOLOGIA

A seleção e controle dos reeducandos que participaram das atividades foi realizada pela diretora do Centro de Ressocialização, que prestou total auxilio para o desenvolvimento das atividades realizadas.

O tema escolhido para pesquisa e início dos estudos foi a ressocialização do preso no Brasil, assim como suas variações: ressocialização, centros de ressocialização, instituições carcerárias, dinâmicas de grupo aplicadas à ressocialização ou ambiente prisional. Com realização de encontros semanais com dois grupos de sete reeducandos do sistema semiaberto com o total de dez encontros.

Para a execução do trabalho foram pesquisados artigos científicos disponíveis em sites especializados, plataformas como Scielo, Bireme, Portal Capes, livros e revistas eletrônicas.

O estágio teve como objetivo contribuir por meio das metodologias de dinâmica grupal e atividades em grupo com identificação, compreensão e intervenção, das diversas situações vivenciadas pelos reeducandos no ambiente prisional, auxiliando no suporte psicossocial e no processo de ressocialização deles.

A partir do conhecimento da psicologia, trabalhar os aspectos emocionais, fortalecimento de vínculos, emancipação dos reeducandos e as diversas possibilidades de escolha, mudança como pessoas que podem se reinventar e transformar suas histórias.

Na primeira visita, conversamos com a diretora Vera que nos passou material para leitura sobre as regras e normas do CR.

No segundo encontro realizamos a dinâmica de apresentação, que consiste em jogar uma bola de papel um para o outro se apresentando, falando nome, o trabalho que exerce no CR e uma qualidade.

Na terceira visita aplicamos a dinâmica do Desejo. Essa atividade é feita com bexigas e trabalha três questões importantes: o objetivo de cada um para quando sair do Centro de Ressocialização, a expectativa do que pretendem encontrar lá fora, e o que estão dispostos a fazer para ter uma vida diferente.

Para o quarto encontro, preparamos uma roda de conversa para discutir sobre temas como: as diferenças, os estigmas, preconceitos, intolerância e como podemos lidar com essas situações que causam sofrimento psíquico.

No quinto encontro, trabalhamos com a dinâmica linha da vida, com o objetivo de trabalhar os projetos futuros dos reeducandos e trazer indagações e situações problemas para que possam refletir e projetar suas ações em determinadas situações verificando a questão das escolhas e do autocontrole.

Preparamos uma dinâmica para o sexto encontro com a finalidade de trabalhar a autoestima, essa dinâmica consiste em colar uma folha de papel nas costas de cada reeducando e pedir que escreva qualidades nas costas dos colegas.

No sétimo encontro buscamos trabalhar a convivência em comunidade através de duas dinâmicas, a primeira consistia em separar os reeducandos em dois grupos, um que montou uma figura humana individualmente ou seja cada um fez uma parte do corpo que lhe foi atribuído, e o outro grupo montou a figura humana trabalhando em conjunto, a ideia foi mostrar que os resultados são melhores quando trabalhamos em equipe, e a importância de valorizar o outro, pois somos seres sociais e precisamos um dos outros. A segunda dinâmica é a dinâmica do pirulito, os reeducandos tinham que abrir o pirulito que estava na boca sem usar as próprias mãos, ou seja, dependiam dos outros colegas para realizar essa tarefa.

O oitavo encontro teve dois momentos distintos, no primeiro realizamos atividade “Carta para o futuro”, pedimos para eles escreverem uma carta para eles mesmo daqui a cinco anos, o segundo momento foi proporcionar a vivência com uma técnica de relaxamento.

O nono encontro com os reeducandos foi marcado por uma roda de conversa e acolhimento das vivencias e sentimentos que surgiram na saidinha.

No último encontro foi realizado uma confraternização com direito a comidinhas, e música no violão tocada por um dos reeducandos, um momento muito emocionante para todos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de estágio, no decorrer de cada atividade aplicada, e a medida que o vínculo ia se estabelecendo foi possível conhecer um pouco da história de vida dos reeducandos, começando pelo fator que os levaram ao cárcere, acarretando sentimentos como arrependimentos, vergonha, angústias, inseguranças, saudade da família, medo de não consegui reestruturar suas vidas, entre outros. Porém, houve também reflexões sobre as consequências de fazer escolhas, a responsabilidade de responder por seus atos, a importância de avaliar como estão sendo estabelecidas as relações interpessoais, o desenvolvimento do autoconhecimento e a abertura de possibilidade futuras.

O projeto teve seus objetivos alcançados, pois foi possível trabalhar as atividades com os reeducandos, trazendo novas possibilidades, objetivos e perspectiva de futuro, além de aliviar ainda que por um momento o sofrimento psíquico, promovendo bem-estar e dignidade, olhando para os sujeitos e suas potencialidades, ajudando-os a enxergar para além dos estigmas que lhes foram impostos na atual situação do cárcere.

O estágio foi satisfatório pois houve abertura dos reeducandos para receber os conteúdos preparados pelas estagiárias, que dessa forma puderam contribuir com a elaboração de diversas emoções e habilidades, favorecendo a aquisição de novos padrões de crenças e comportamentos, dessa forma, o trabalho realizado trouxe muita experiência e realização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da experiência resultante do trabalho, fica evidente a importância do suporte psicossocial junto ao sistema penitenciário do país, onde se faz necessário o trabalho de reintegração social de presos, sob um olhar humanizado com o objetivo de contribuir para construção de novos rumos para a execução penal, dando ênfase na dignidade da pessoa privada de liberdade e as possibilidades de humanização de um contexto ultrajante e impossibilitado de recuperar qualquer ser humano.

Diversos estudos nos mostram as importantes contribuições da atuação do psicólogo junto ao sistema carcerário, fazendo-se assim necessário a ampliação de projetos de assistência social que venham expandir a atuação do profissional na área.

Diante dessa realidade, o serviço do Centro de Ressocialização é de grande importância para o processo de ressocialização dos reeducandos, preparando-os para retornar à sociedade. Percebemos também através do resultado apresentado ao final do projeto a importância de proporcionar mais vivência de lazer aos reeducandos, como por exemplo encontros para que pudessem tocar instrumentos e cantar, notamos que esse tipo de atividade além de proporcionar o bem-estar e o relaxamento dos reeducandos, proporciona a interação entre os mesmos, aliviando assim as tenções e processo de ansiedade.

REFERÊNCIAS

CRs. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/cr.html#>. Acesso em: 18 de mar. de 2018.

FONSECA, Karina Prates da. **(Re)Pensando o crime como uma relação de antagonismo entre seus autores e a sociedade**.Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 26, n. 4, p. 532-547, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 de mar. de 2018.

MACAULAY, Fiona. **OS CENTROS DE RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.** DISPONÍVEL EM < https://jota.info/especiais/os-centros-de-ressocializacao-no-estado-de-sao-paulo-28072015 >. Acesso em: 18 de mar. de2018.

ORDEM DO DIA. **Casos de sucesso – Centros de ressocialização de presos**. 2016. (4min16s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fqeOyIaSdrI>. Acesso em: 18 de mar. de 2018.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice.**Aprendendo a ser e a conviver**. FTD, 1999.

TVLJAU. **Centro de Ressocialização (CR) promove a 2ª Jornada de Cidadania e Empregabilidade/ Jaú**. 2016. (3min9s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ide3F1QEU7A>. Acesso em: 18 de mar. de 2018.

TIPOS E CONSEQUÊNCIAS DE CRIMES AMBIENTAIS PRATICADOS NO BRASIL

Leonardo Barban Pereira, Lucas de Chico Foganholo, Perla Savana Daniel, e-mail: leu546nardo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A questão ambiental tem sido palco para várias discussões atualmente. O número de ONGs cresce cada vez mais, protegendo a fauna e a flora que são alvos de vários ataques. Estes se dão de várias maneiras, com a progressista industrialização e a falta de respeito que essas indústrias possuem com o meio ambiente, o desmatamento, poluição vinda de automóveis, queimadas, são parte dos problemas que causam o tão discutido aquecimento global. É importante ressaltar todos estes males, levando em consideração a causa deles, e o resultado na natureza e na vida do ser humano.

O aquecimento global se da pelo efeito estufa, e com a intensificação deste vemos um aumento na temperatura no planeta Terra. Foi comprovado pelo principal órgão responsável pela sistematização e divulgação de estudos relacionados com o aquecimento global, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que o notável aumento na temperatura possui a participação do ser humano. Dados mostrados pelo IPCC relatam que no século XX foi onde se deu inicio ao aumento das temperaturas em razão aos desdobramentos ambientais para dar origem as Revoluções Industriais. Segundo o órgão, foi o período mais quente desde o término da última glaciação, e as previsões para o século XXI são desanimadoras.

2 METODOLOGIA

Diante desse total descaso com o meio ambiente, foram criadas iniciativas para conter esses problemas. Em 1992 o governo brasileiro deu origem ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), um órgão criado na intenção de promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade.

Em 1998, foi criada a LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Com a iniciativa da criação desta lei, a qual responsabiliza tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas pelas suas práticas que danificam o meio ambiente, como se extrai dos artigos 2 e 3 desta lei.

> Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.
>
> Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativas, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
> Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

Para a responsabilização dos crimes cometidos contra o meio ambiente, a autoridade competente deverá observar vários quesitos a respeito da tipicidade dos fatos. A lei aplicará a pena levando em consideração a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental e a situação econômica do infrator, no caso de multa (vide artigo 6 desta lei).

As penas restritivas de direitos são autônomas, elas substituem as privativas de liberdade quando tratar-se de crime culposo ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos, a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do crime indicar que a substituição seja suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime, entretanto, as privativas de direito terão a mesma duração que as restritivas de liberdade (vide artigo 7 desta lei).

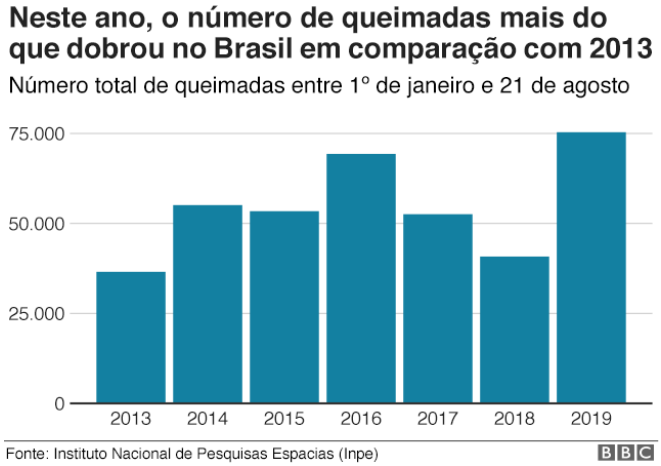
Pode-se afirmar que a maioria responsável pela destruição do meio ambiente são as indústrias, porém, uma grande parte da poluição, desmatamento, provém da própria sociedade, que desconhecem os problemas que um simples plástico jogado numa rodovia, rio, pode causar. Diante disso, existem circunstâncias atenuantes para as penas, expostas no artigo 14 desta lei, se dão como:

Art. 14.
Além das condições que atenuam a pena, existem também as que agravam, quando estas não constituem ou qualificam crime, sendo elas:
I - reincidência nos crimes de natureza ambiental;
II - ter o agente cometido à infração:
a) para obter vantagem pecuniária;
b) coagindo outrem para a execução material da infração;
c) afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
d) concorrendo para danos à propriedade alheia;
e) atingindo áreas de unidades de conservação ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso;
f) atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos;
g) em período de defeso à fauna;
h) em domingos ou feriados;
i) à noite;
j) em épocas de seca ou inundações;
l) no interior do espaço territorial especialmente protegido;
m) com o emprego de métodos cruéis para abate ou captura de animais;
n) mediante fraude ou abuso de confiança;
o) mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental;
p) no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;
q) atingindo espécies ameaçadas, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes;
r) facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.

Nos crimes previstos nessa lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.

Existem vários tipos de crimes ambientais cometidos dentro do Estado Brasileiro, tendo destaque maior para os Incêndios Criminoso (queimadas), Poluição do solo realizado por despejo irregular de substâncias químicas, corte ilegal de madeira não havendo reflorestamento e o despejo irregular de resíduos hospitalares em locais que não possuem a adequação necessária.

Levando em consideração os resultados dos últimos anos, o crime ambiental mais praticado é o do Incêndio Criminoso (cometida principalmente no centro-oeste e norte do Brasil) o gráfico a seguir mostra o crescimento gradativo que ocorre por ano das queimadas no Brasil.



O aumento dos pontos de incêndios criminosos que ocorrem no Brasil se da por conta da flexibilização das leis, principalmente no ano de 2019 onde o Presidente da República autorizou um Decreto Lei nº 9.760 de 11 de abril de 2019, que autoriza as queimadas fora da Amazônia, mudando o foco do norte do país, descendo ao centro-oeste.

As mesmas queimadas acarretam inúmeras consequências para o país e a população local, contribuindo para o aumento do efeito estufa, desequilibrando o clima local, comprometendo o solo e dentre outros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar uma breve leitura nos estudos previamente apresentados, podemos perceber que um dos crimes ambientais mais praticados é o da queimada (sendo mais difícil de localizar o autor em uma fauna muito densa, como a brasileira), porém, existem outros tipos de crimes ambientais pouco mencionados que também contribuem principalmente para a perda do solo e a contaminação dos lençóis freáticos, que seriam os crimes cometidos por empresas têxtis que despejam elementos químicos no solo e empresas hospitalares, com seus resíduos hospitalares descartados de maneiras incorretas, isto sem contar com as empresas madeireiras que desmatam sem autorizações, adentrando até mesmo regiões protegidas.

Muitas pessoas não têm nenhuma ciência do que está sendo realizado no país, tanto para a proteção, tanto para os crimes que são ocorridos diariamente, este estudo, tem por principal finalidade conscientizar a quem possa interessar e alertar a todos sobre os riscos de todos e quaisquer tipos de crimes ambientais.

REFERÊNCIAS

ALVES PENA, Rodolfo e SOUSA, Rafaela. **Aquecimento Global.** Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/aquecimento-global.htm – Acesso em 2 de outubro de 2019.

BRASIL. LEI Nº 13.844, DE 18 DE JUNHO DE 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm#art85**.** Acesso em 3 de outubro de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em 2 de outubro de 2019.

SHALDERS, André**. Locais com mais queimadas também tiveram mais desmatamento.** Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49443561 Acesso em 2 de outubro de 2019.

TORRES, Lucena. **Quais os principais crimes cometidos por empresas no Direito Ambiental?** Set. 2019. Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** Acesso em: 2 de outubro de 2019.

TOXIDADE DA CARAMBOLA NO PACIENTE RENAL CRÔNICO

Bianca Farias Granai, Maria Emilia de Lima Serafim Rodrigues, Maria Laura Batista Primo, Michelle Beatriz Alves Tortola, Ana Claudia Ferrari dos Santos, Adriane Lopes, e-mail: biancagranai1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A carambola, fruta originária da Ásia e muito difundida na maioria dos países tropicais, tem sido reportada como contendo uma neurotoxina capaz de provocar graves alterações neurológicas em pacientes com histórico de nefropatia crônica. Dentre estas alterações podemos observar desde quadros leves, como soluços e confusão mental, até quadros mais sérios, como convulsões e morte (MOREIRA *et al.,* 2010).

A intoxicação por carambola foi descrita pela primeira vez em 1980, por Munir e Lam, na Malásia, onde se verificou um efeito depressor da fruta sobre o sistema nervoso central. Em 2001, Chen *et al*. e Fang *et al*., correlacionaram o alto nível de oxalato na carambola com o desenvolvimento de nefropatia aguda em ratos e, mais recentemente, Fang *et al*. (2007) demonstraram o importante papel do oxalato na neurotoxicidade da carambola, induzindo mioclonia e convulsões tônico-clônicas em ratos nefrectomizados, alimentados com extrato de carambola (MOREIRA *et al.,* 2010).

Segundo estudos de Oliveira e Aguiar (2015) o papel de advertência deve ser assumido por todos os envolvidos no tratamento do paciente renal crônico, não somente pelo nutricionista, recomendando-se até que pessoas com função renal normal também evitem a ingestão da fruta, tanto na forma de suco como in natura.

1.1 OBJETIVO

O objetivo deste estudo é orientar a população e os profissionais de saúde, quanto à toxidade da carambola para a saúde humana, principalmente os indivíduos que possui nefropatias ou função renal diminuída.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada consiste em uma revisão bibliográfica também denominada

de revisão de literatura ou referencial teórico. Para sua realização buscou-se artigos científicos e textos acadêmicos, nas bases de dados Scielo sendo selecionados nove artigos, dos quais quatro foram utilizados para o presente estudo.

As palavras-chave utilizadas para a busca de artigos foram: carambola, toxidade, neurotoxina e saúde. Como critério de inclusão adotou-se o material conter texto completo disponível, publicado dos últimos dez anos, no idioma português. Foram excluídos os trabalhos que não se relacionavam à temática ou que já existiam dados citados em outros trabalhos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÂO

A carambola é uma planta pertencente à família Oxalidaceae, originária da Ásia, e foi introduzida no Brasil no início do século XVIII, considerada típica das regiões tropicais. Em alguns países, é utilizada como método terapêutico, na forma de suco ou chá de suas folhas para a prevenção de diabetes e hipertensão arterial. Produz efeitos considerados positivos, como: ação expectorante, diurético, supressor de tosse, atenuante de dores de cabeça, náuseas e vômitos (VANELLI *et al.*, 2014).

A fruta tem em sua composição a presença de minerais e vitaminas (A, C e complexo B), e ácido oxálico ou oxalato. Entretanto, o uso da carambola, pode induzir nefropatia e neurotoxicidade incluindo nefropatia aguda por oxalato em portadores de Insuficiência Renal Crônica (IRC), ou em pessoas que apresentem funções renais diminuídas. Sendo proibido à ingestão da carambola por estes indivíduos, devido às alterações neurológicas, os quadros de soluços e confusão mental e até mesmo convulsões a evoluir a óbito. Essas alterações ocorrem pelo fato da insuficiência renal ocorrer e os rins não terem a capacidade de filtrar essa toxina. O intervalo de tempo para o início dos sintomas pode ocorrer após oito horas após a ingestão da fruta (MOREIRA *et al*., 2010; VANELLI *et al.*, 2014).

Oliveira e Aguiar (2015) destacaram que a ação multiprofissional para alertar os pacientes com Doença Renal Crônica quanto à proibição do consumo da carambola, é fundamental e necessária. Apesar do conhecimento global dos riscos da ingestão de carambola em pacientes com IRC e recomendações sobre esse risco são presentes em publicações científicas e em diferentes meios de comunicação. Em algumas cidades, como em Jaú, no estado de São Paulo, foi estabelecido lei municipal e, no Mato Grosso do Sul, lei estadual, que obrigam bares, lanchonetes e outros estabelecimentos similares a exibir material alertando para os riscos do consumo de suco de carambola por doentes

renais (BARRETTI, 2015). E segundo o mesmo autor, coube a nefrologistas e pesquisadores brasileiros as maiores contribuições no conhecimento clínico e farmacológico da intoxicação por carambola na DRC, tendo sido o Jornal Brasileiro de Nefrologia (JBN) o veículo de divulgação da sua primeira descrição clínica grave.

O primeiro relato de neurotoxicidade da carambola foi observado na década de 80, na Malásia, a toxina apresentou-se como um depressor no Sistema Nervoso Central, no qual foi testado o extrato da fruta em camundongos saudáveis em via peritoneal apresentando convulsões após a administração da toxina. Há relatos de que a neurotoxicidade ocorre devido à presença de oxalato na carambola; porém, achados recentes mostram que o efeito neurotóxico se dá pela toxina caramboxina, que parece inibir o sistema GABAérgico, um aminoácido neuroativo que atua como principal neurotransmissor no sistema inibitório do sistema nervoso central (SNC), envolvendo alterações como soluços e confusão mental, até quadros mais sérios como convulsões e morte. Essa neurotoxina presente na carambola pode atravessar a barreira hematoencefálica, a qual é uma estrutura membranica que atua principalmente para proteger o SNC de substâncias químicas presentes no sangue. Em virtude de sua distribuição disseminada, os receptores de GABA influenciam em muitos circuitos e funções neurais, assim a não inibição do sistema GABAérgico favorece ao aparecimento das convulsões tônico-clônicas (OLIVEIRA; AGUIAR, 2015; VANELLI *et al.*, 2014).

Moreira (2010) observou que em indivíduos sem nefropatias, a neurotoxina presente na carambola é absorvida, distribuída e excretada pela via renal, sem comprometimentos ao organismo; porém em pacientes com IRC a toxina não é devidamente excretada, ocorrendo elevação de níveis séricos, o que permitiria sua passagem pela barreira hematoencefálica e consequente ação sobre o sistema nervoso central.

Em relação ao tratamento, existem vários tipos disponíveis, mas a hemodiálise vem como a melhor opção e recomenda-se não utilizar a diálise peritoneal, pois não apresentam resultados satisfatórios (VANELLI *et al.*, 2014). A hemodiálise recomendada seria a diária, sendo realizada cerca de 5 a 10 horas, pois apresenta melhores resultados e boa eficácia na eliminação da neurotoxina. Em casos mais severos, pode-se utilizar a diálise como opção, realizada diariamente para melhor resultado. Já a hemodiálise precoce e agressiva pode ser uma alternativa positiva para regredir o risco de óbito, mas pode não ser o suficiente para a completa recuperação do paciente. A hemoperfusão pode ser utilizada de emergência, técnica utilizada para filtrar o sangue através de uma

máquina extracorpórea, com substâncias absortivas como, carvão ativos, minerais, enzimas ou resinas, com o objetivo de eliminar toxinas ou metabólicos da circulação. Podendo ser realizada uma vez ao dia, a hemoperfusão tem sido uma ótima alternativa na prevenção de óbitos e maiores complicações neurológicas nesses casos (VANELLI *et al.*, 2014).

Segundo estudos no Brasil em agosto de 1990, foi oferecida inadvertidamente uma canastra de carambolas a 18 pacientes renais crônicos em tratamento dialítico no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu-UNESP e à equipe de saúde. Dez pacientes ingeriram carambola; destes, oito desenvolveram soluço, que ocorreu nas primeiras 12 horas após a ingestão. Os dois pacientes que ingeriram a fruta e não tiveram soluço o fizeram antes da hemodiálise. Dentre os que recusaram a fruta, nenhum apresentou soluço. Nenhum dos integrantes da equipe de saúde apresentou soluço Iniciaram a primeira descrição clínica dos efeitos tóxicos da ingestão de carambola em pacientes com doença renal crônica (DRC), em publicação do Jornal Brasileiro de Nefrologia, em 1993 (BARRETTI, 2015).

Em outro caso clinico descrito por Moreira *et al*. (2010), realizado no hospital metropolitano de São Paulo (SP) observaram um paciente do sexo masculino, de 56 anos de idade, hipertenso e diabético, com diagnóstico de insuficiência renal crônica, ainda sem necessidade de tratamento dialítico. Dois dias antes da internação hospitalar o paciente ingeriu quatro carambolas. Cerca de 24 horas após a ingestão da fruta, o paciente passou a queixar-se de mal-estar e cefaleia, associados a náuseas e vômitos. Após a ingestão de carambola, veio a apresentar rebaixamento de nível de consciência e crises convulsivas reentrantes. Foi iniciado tratamento hemodialítico convencional, sem melhora do quadro clínico e com evolução a óbito quatro dias após ingestão da fruta (MOREIRA *et al*., 2010).

Os estudos demonstraram a toxidade da carambola e seus riscos, destacando a importância de se alertar os pacientes com nefropatia crônica, em tratamento conservador ou dialítico, a não ingerir a carambola, papel este que deve ser assumido por toda a equipe multiprofissional envolvida no tratamento do paciente nefropata (MOREIRA *et al*, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo foi possível identificar os efeitos da ingestão da carambola para o organismo humano que possui IRC, bem como destacar a importância

do profissional de saúde conhecer os sinais e sintomas da intoxicação, para que possam tomadas medidas imediatas na presença de casos ou suspeitas. Outro fator está ligado a prevenção da intoxicação, por meio da ação da equipe multidisciplinar de saúde nas orientações a população

REFERÊNCIAS

BARRETTI, P. Intoxicação por carambola em pacientes com doença renal crônica: da primeira descrição clínica à caramboxina. **Jornal Brasileiro de Nefrologia**, [São Paulo], v. 37 n. 4, p. 426-430, out./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jbn/a/GwP7LYvvTwzF7r4QtdSD7WM/?lang=pt. Acesso em: 28 out. 2019.

MOREIRA, F. G. Intoxicação por carambola em paciente com insuficiência renal crônica: relato de caso. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva,** [São Paulo], v. 22, n. 4, out./dez. 2010. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbti/a/4T3y3zrPykFtLkYDZx3NGnh/?lang=pt&format=html. Acesso em: 28 out. 2019.

OLIVEIRA, E. S. M. de; AGUIAR, A. S. de. Por que a ingestão de carambola é proibida para pacientes com doença renal crônica? **Jornal Brasileiro de Nefrologia,** [São Paulo], v. 27, n. 2, p. 241-247, abr./jun. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jbn/a/Xmy8DPXsfpSX6GRQ6kHn8mR/abstract/?lang=pt. Acesso em: 27 mar. 2019.

VANELLI, C. P.; CORREA, T. H. do A.; CORREA, J. O. do A. Carambola (Averrhoa carambola): sua neurotoxicidade e abordagens terapêuticas. **HU Revista**, Juiz de Fora, v. 40, n. 3 e 4, p. 129-133, jul./dez. 2014. Disponível em https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/2378. Acesso em: 20 fev. 2019.

TRABALHO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR

Guilherme Henrique Oliveira, Pâmela Priscila Luque, Marcel Henrique Bertonzzin, e-mail: mbertonzzin@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho do psicólogo hospitalar começou com o foco principal no atendimento de enfermos e familiares dentro de hospitais com a proposta de acolhimento dos mesmos. (Gorayeb, R. 2001) A psicologia hospitalar é diferente da psicologia da saúde, pois a hospitalar vai abranger somente os hospitais. Já a psicologia da saúde, além de hospitais abrange centros comunitários, fazendo intervenções na sociedade. (Gorayeb, R. 2001)

Como mencionado anteriormente, é dentro dos hospitais que a psicologia hospitalar atua, visando amenizar o sofrimento dos envolvidos. O trabalho do psicólogo hospitalar é dar ouvidos e voz ao paciente e seus acompanhantes, pessoas que deixaram o conforto de seus lares, a rotina de trabalho ou estudos para passarem por esse período no hospital por tempo determinado ou não. (GORAYEB, R. 2001)

Esse processo se resume ao entendimento da sua condição atual, buscando a aceitação da doença e o modo de conviver com ela durante o processo de melhora ou cura. Os seus métodos são terapias grupais, dinâmicas de grupo, psicoeducação, entre outras. (Gorayeb, R. 2001). Muitas vezes o psicólogo assume o papel de portador de notícias devido à gravidade da situação e o desconforto dos outros profissionais da saúde, em dar atualizações sobre o quadro clínico, seja para os pacientes ou para a família. (Gorayeb, R. 2001). Com o intuito de conhecer o trabalho do psicólogo hospitalar e abranger algumas áreas que o mesmo atua, iniciamos a pesquisa.

2 METODOLOGIA

Com intuito de apresentação de um trabalho acadêmico no segundo ano de psicologia foi realizada uma revisão bibliográfica levantando dados e informações já pesquisadas, mostrando o trabalho do psicólogo hospitalar na questão da bioética.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Decidimos abranger a questão da bioética do psicólogo hospitalar envolvido com os cuidados paliativos e a prática da eutanásia.

Segundo Leone, Priveta e Cunha (apud Junqueira, 2012 p.02) a bioética " tem como objetivo indicar os limites e as finalidades da intervenção do homem sobre a vida, identificar os valores de referência e racionalmente proporíeis, denunciar os riscos das possíveis aplicações", ou seja, é o campo da ética que se ocupa de dilemas que envolvem a vida e a morte, dentre os quais se encontram o aborto, clonagem, reprodução assistida e a eutanásia, sendo este seu principal objeto de reflexão atualmente.

Nos cuidados paliativos alguns princípios são: fornecer alívio para a dor, para sintomas estressantes; explicar que a vida e a morte são processos naturais; não apressar ou adiar a morte; conciliar os aspectos psicológicos, sociais e espirituais, ao aspecto clínico de cuidado com o paciente, oferecer apoio para ajudar a família a lidar com a situação da doença do paciente; oferecer suporte para o paciente viver o mais ativamente possível até a morte. (Porto, Lustosa, 2010)

A assistência em cuidados paliativos tem como ponto focal a prevenção e controle de sintomas nos pacientes e suporte para os mesmos e seus familiares. Sendo esse trabalho realizado por uma equipe multiprofissional. (Porto, Lustosa, 2010)

Ainda que existam as áreas especificas de cada profissional, todos que atuam têm que ter a capacidade de identificar os sintomas e conhecer as técnicas básicas de tratamento. A escuta, o apoio e a orientação são de grande importância aos cuidados. (Porto, Lustosa, 2010)

Quando citamos a questão da bioética trazemos a eutanásia que é um assunto bastante polêmico, pois se trata da questão da vida ou morte de uma pessoa. Tem como objetivo acelerar o processo de morte, reduzindo dor e sofrimento em pacientes incuráveis. (Cruz, 2005)

Existem opiniões que são contra e a favor a eutanásia, os que se colocam a favor defendem que o paciente deve ter o direito de escolher se prefere viver ou morrer e que também se trata de uma questão de humanismo livrar o paciente de uma prorrogação na qual é clara que não haverá nenhum tipo de melhora, apenas um prolongamento do sofrimento. (Cruz, 2005)

Os que se posicionam contra trazem uma questão religiosa e também a questão de oportunismo relacionada aos bens materiais que o paciente possui, muitas vezes a família se interessa somente nisso, sendo assim aproveitam da situação em que o paciente se

encontra. Por conta da situação em que o paciente se encontra o mesmo pode sofrer uma pressão psicológica sentindo-se um peso para os familiares e com isso acredita que acelerar o processo de morte será a melhor solução. (Cruz, 2005)

Conforme Cruz (2005, pág.22) “a função do psicólogo é limitada, cabe a ele acolher os familiares e o paciente em sua decisão final, resguardando ao máximo sua dignidade e sua integridade como ser humano que é, respeitando, assim, o que versa o Código de Ética Profissional do Psicólogo”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética no contexto da psicologia leva seus profissionais a pensarem no paciente como um ser único, levando em consideração não só suas singularidades, mas também sua relação com o ambiente em que vive.

É dever do psicólogo promover a saúde e a qualidade de vida para o indivíduo e para a sociedade. Sendo assim, ele deve repudiar quaisquer tipos de contribuição para a promoção de discriminação, violência, crueldade, exploração e opressão, bem como é seu dever estar atento e coerente com suas responsabilidades sociais. Como aponta Angerami (apud Cruz, 2005, pág.22)

Quando o psicólogo se encontra com um paciente que já tenha esgotado as opções de tratamento medicinal e se encontra em fase terminal este profissional possui extrema importância para o mesmo e seus familiares.

Apesar de não interferir diretamente no dilema ético, o profissional da psicologia se encontra inserido nesse dilema, o que torna importante a reflexão sobre as questões citadas no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Elisa Kern de; BORNHOLDT, Ellen. **Psicologia da saúde x psicologia hospitalar: definições e possibilidades de inserção profissional.** Rev**.** Psicologia ciência e profissão, Brasília, v. 24, n. 3, p. 48-57, 2004. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 de agosto de 2017.

CRUZ, Taisa Ferraz da Silva. Psicologia hospitalar e eutanásia. *Rev.* ***SBPH*** [online]. 2005, vol.8, n.2 [citado 2019-10-24], pp. 17-23 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200003&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1516-0858.

Gorayeb, R. (2001). A prática da Psicologia Hospitalar. Em M. L. Marinho & V. E. Caballo (Orgs.), **Psicologia Clínica e da Saúde** (pp. 263-278). Londrina: UEL-APICSA.

JUNQUEIRA, Cilene Rennó. Bioética. Disponível em: <https://www.unasus.unifesp.br /biblioteca_virtual/esf/2/unidades_co nteudos/unidade18/unidade18.pdf> Acesso em: 25 de out. de 2019.

TRABALHO PREVENTIVO DO PSICOPEDAGOGO NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: IDENTIFICAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DOS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Heloisa Fernanda Zanato, Fábio Henrique Pinheiro,
e-mail: helo_zanato@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

No ambiente escolar encontramos alunos com diferentes costumes e culturas, vindos de famílias com suas próprias crenças e visões de mundo. Quando agrupados e estudando na mesma sala, percebemos as suas características individuais, bem como suas respectivas personalidades, atitudes e valores.

A escola sendo um ambiente de apropriação do conhecimento necessita levar em conta os conhecimentos prévios dos alunos, uma vez que tal posicionamento é de extrema importância para a aprendizagem, pois, em concordância com Piaget (1983, p. 215) “para que um novo instrumento lógico se construa, é preciso sempre instrumentos lógicos preliminares; quer dizer que a construção de uma nova noção suporá sempre substratos, subestruturas anteriores e isso por regressões indefinidas”.

Evidentemente a identificação dos transtornos de aprendizagem nas instituições escolares é de extrema importância para o pleno desenvolvimento dos alunos. Dessa forma, o papel do psicopedagogo torna-se imprescindível contribuindo assertivamente para o desenvolvimento dos mesmos.

Assim, o trabalho buscou atentar-se ao seguinte objetivo: realizar levantamento bibliográfico sobre o tema delineado e relacionar a prática desenvolvida em sala de aula de acordo com as ideias dos autores pesquisados. Além disso, especificamente objetivou-se: verificar na a literatura pesquisada quais os transtornos de aprendizagem mais frequentes no ambiente escolar e o seu impacto no desenvolvimento acadêmico dos escolares, bem como analisar as implicações da falta de diagnóstico dos comportamentos não investigados, demonstrar a importância da atuação do psicopedagogo nas instituições escolares.

No decorrer dos dias letivos, os professores buscam conhecer as características de cada aluno, seus pontos fortes e dificuldades. Quando observam um determinado comportamento fora do esperado perante, por exemplo, a uma resolução de problema

ou exercício direcionado pelo professor, sinalizam que algo está acontecendo e deve ser investigado. Existem diferentes respostas para o aparecimento de tais comportamentos. Quando o aluno passa a ser observado por profissionais especializados podem ser identificados transtornos de aprendizagem que justifiquem tais características.

Este estudo justifica-se pela necessidade de contribuir com os profissionais da educação e com a família, no sentido de apontar a importância da identificação dos transtornos escolares para o desenvolvimento dos alunos. Grandes são as dificuldades que os professores encontram em sala de aula e quando um aluno apresenta um comportamento diferente dos demais, faz-se necessário a intervenção e a identificação das raízes daquela conduta.

Segundo Bossa (2008, p. 22):

> O campo das dificuldades escolares é marcado por concepções que sempre privilegiaram um aspecto do ser humano, desconsiderando a complexidade que a questão impõe.

No momento em que não são identificadas as dificuldades daquele aluno, o trabalho do professor acaba tornando-se dificultado, inviabilizando muitas vezes a utilização das metodologias mais assertivas. Em muitos casos, o próprio docente não demonstra interesse em realizar intervenções.

Para o desenvolvimento de tal tema, buscaremos refletir sobre as seguintes questões: Qual a preocupação que as escolas demonstram pelo processo de identificação dos transtornos de aprendizagem? A intervenção e o levantamento de dados sobre os alunos contribuem para melhoria do cotidiano escolar? Quais abordagens e metodologias os professores utilizam para contribuir ao desenvolvimento do educando?

Nesse contexto, evidencia a importância da atuação do psicopedagogo como trabalho preventivo e de intervenção nas instituições escolares. Por meio do seu trabalho, contribui efetivamente para o desenvolvimento das potencialidades dos educandos. O profissional utiliza diferentes procedimentos e estratégias em suas práticas, entre elas, a avaliação psicopedagógica, dispondo de informações necessárias para compreender o aluno em sua totalidade.

2 METODOLOGIA

Para esta pesquisa foi utilizado como metodologia à pesquisa bibliográfica sobre o referido tema, por meio de um levantamento de fontes que embasassem a

problematização deste estudo. As informações foram coletadas em livros, teses, artigos e revistas científicas da área da educação e saúde.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Para esse estudo foram utilizados estudos que contribuíram para a formação das ideias desenvolvidas, destacando o contexto histórico dos transtornos de aprendizagem, os principais tipos, bem como, o papel do psicopedagogo nas instituições escolares. Discute-se também o desconhecimento dos professores quanto ao tema transtornos de aprendizagem.

De acordo com Fletcher et al. (2009) o primeiro trabalho relevante para a compreensão dos transtornos de aprendizagem foi realizado por Gall em 1926, a partir, das suas atividades com os transtornos da linguagem oral. Outros nomes como Hammil, Broca e Orton trouxeram grandes contribuições para o campo os transtornos de aprendizagem, levando em consideração os estudos anteriores, revisando os resultados obtidos e acrescentando novas ideias e contribuindo efetivamente para a ampliação do conhecimento desse campo de pesquisa.

O livro organizado por Rotta, Ohlweier e Riesgo (2006) trata sobre a temática dos transtornos de aprendizagem, entre aspectos neurobiológicos e multidisciplinares, contando com a ajuda de 24 colaboradores, sendo 16 médicos e 8 profissionais afins. O livro foi dividido em três partes. A parte 1 traz capítulos sobre anatomia, fisiologia e neuroquímica, genética, semiologias neurológica, psicológica e psicopedagógica, finalizando com um capítulo sobre as dificuldades de aprendizagem. Na segunda parte do livro são apresentados os Transtornos de Aprendizagem, abordando o Transtorno Específico da leitura e escrita-dislexia, desde a perspectiva da neurobiologia até a visão da psicopedagogia e fonoaudiologia. A última parte apresenta situações específicas que também influenciam na aprendizagem dos escolares.

Os autores desses estudos diferenciaram dificuldades e transtornos de aprendizagem, salientando a respeito da linguagem e da importância em identificá-los, contribuindo para melhor aprendizagem dos educandos, ressaltando assim suas potencialidades. Contudo, Torgesen (1991 apud Fletcher 2009, p. 29) enfatiza que:

> Diferenças individuais em aprendizagem poderiam ser compreendidas analisando-se as diferentes maneiras em que as crianças abordam as tarefas de aprendizagem, procedimentos educacionais devem ser preparados conforme os padrões de potencialidades e de fraquezas no processamento de cada criança e crianças com processo de aprendizagem deficientes podem ser ajudadas a

> aprender de maneira normal com o uso de métodos de ensino que enfoquem suas potencialidades, em vez de suas fraquezas.

Segundo Passeri (2014) que estudou o trabalho preventivo e de intervenção do psicopedagogo nas instituições de ensino, o trabalho de prevenção está direcionado à formação e orientação de outros profissionais quanto a questões fundamentais de ensino como metodologias e estruturas didáticas. Porém, quando a criança já apresenta determinadas dificuldades de aprendizagem, é primordial iniciar com o trabalho diagnóstico psicopedagógico e de intervenção. Dessa forma, a autora destaca que os procedimentos como: anamnese, análise do material escolar, relacionamento com a escola e o desempenho escolar da criança, como também a aplicação de avaliações psicopedagógicas e exames complementares são elementos fundamentais para o diagnóstico e a escolha das metodologias específicas para as dificuldades encontradas.

Carvalho, Crenitte e Ciasca (2007) realizaram um estudo com 55 professores do Ensino Fundamental em uma escola da rede pública, com cinco anos de experiência prática e encontravam na sala de aula alunos com dificuldades de aprendizagem. O questionário apresentado era composto por três perguntas, sendo duas delas múltipla escolha e uma pergunta aberta para verificar o conhecimento do professor. As perguntas eram respondidas voluntariamente, sendo explicado aos participantes o objetivo da pesquisa que estava sendo realizada. As questões tinham como tema: alunos que apresentam distúrbio de aprendizagem, as diferenças entre distúrbio e dificuldade escolar e as causas do distúrbio de aprendizagem. Após a análise das respostas dos questionários, os autores do estudo averiguaram que “11% dos professores pesquisados acertaram todas as três perguntas que se referem ao mesmo assunto (conhecimento sobre distúrbio de aprendizagem e dificuldade de aprendizagem), 18% acertaram duas perguntas, 36% acertaram uma pergunta, e, outros 35% erraram todas as perguntas”, evidenciando que existe incompreensão dos professores em relação a temática discutida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada buscou apontar a importância do psicopedagogo nas instituições escolares. Neste sentido, o trabalho do profissional visa contribuir para a identificação dos transtornos escolares e a realização de formação aos outros profissionais em caráter preventivo.

Com os resultados encontrados nas pesquisas e literatura analisadas, pode-se afirmar que o papel da Psicopedagogia Institucional é extremamente essencial, evidenciando assim, sua contribuição para o desenvolvimento das crianças, destacando suas potencialidades, pontuando como positivo os benefícios que este trabalho gera para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos bem como em suas interações e relações interpessoais com os demais agentes da sociedade.

REFERÊNCIAS

BOSSA, N. A**. Fracasso escolar:** um olhar psicopedagógico**.** Porto Alegre: Artmed, 2008.Acesso em: 30 set. 2019

CARVALHO, F. B. de.; CRENITTE, P. A. P.; CIASCA, S. Maria. Distúrbios de aprendizagem na visão do professor. **Revista Psicopedagogia.** V. 24, p. 229-239, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862007000300003>. Acesso em: 19 set. 2019.

FLETCHER, J. M. et al. **Transtornos de aprendizagem:** Da Identificação à Intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2009.Acesso em: 25 set. 2019

PASSERI, S. M. R. A psicopedagogia nos distúrbios e dificuldades de aprendizagem**.** In: CIASCA, S. M. (Org.). **Distúrbios de Aprendizagem:** Proposta de Avaliação Interdisciplinar. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 164-185.Acesso em: 19 set. 2019

PIAGET, J. **A epistemologia genética.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.Acesso em: 19 set. 2019

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S de. **Transtornos da aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2006.Acesso em: 09 set. 2019

TORGESEN, J. K. Further studies of learning disabled children with Severe performance problems on the digit span test**.** Learning Disabilities research and practice, 6(3): 134-44. apud FLETCHER, J. M. et al. **Transtornos de aprendizagem: Da Identificação à Intervenção.** Porto Alegre: Artmed, 2009.Acesso em: 16 set. 2019

TRÁFICO DE PESSOAS E A EXPLORAÇÃO SEXUAL

Marina Lopes Sangeroti, Rebecca Caroline Ramos, Perla Savana Daniel,
E-mail: marinasangerotti@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A intenção desse trabalho é gerar um debate sobre o tema tráfico de pessoas, com foco na exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes.

O tráfico de pessoas é um crime organizado que constrói uma grave ameaça a humanidade como, a integridade física, a saúde mental da vítima. A ONU cita que o tráfico de pessoas é a terceira maior atividade lucrativa, e que de 2012 á 2014 foram feitas 63.000 vítimas no mundo inteiro.

Mulheres tem sido a maior parte das vítimas, seria em torno de 75%, destinadas diretamente para a exploração sexual, e em 2014 teve um aumento de homens vítimas desses crimes, para realização de trabalhos forçados. As crianças ficam em segundo lugar nesse ranking, representando 25% á 30% do total, segundo o site da ONU

O crime se trata de uma conduta muito complexa, pois possui relação direta com os princípios morais e éticos, violando brutalmente a dignidade do ser humano e a sua liberdade (principalmente a sexual), que são considerados inerentes ao individuo, cabendo ao Estado o dever de protegê-lo.

Por fim esse projeto focará no tráfico de pessoas com o fim da exploração na sexual, tendo base referências bibliográfica e sites de pesquisas como ONU (Organização das Nações Unidas).

2 METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza quanto aos objetivos como sendo de caráter descritivo exploratório, já que busca explorar informações relacionadas ao tema com o objetivo de descrever como se dá o processo de tomadas de decisão da Organização Mundial do Turismo.

Os estudos descritivos buscam especificar as propriedades, características e perfis importante de um fenômeno que se submeta a análise, e na abordagem qualitativa visa a coleta de informações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O governo brasileiro assinou o Protocolo da ONU para prevenir, suprimir e punir o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças em 2004, ampliando assim o amparo legal para o combate desse crime. Segundo o relatório mundial do tráfico de pessoas do UNODC, cerca de 54% das vítimas são mulheres e 44% são crianças.

O tráfico de pessoas pode trazer o envolvimento de apenas uma pessoa ou de um grupo de pessoas. A conduta se inicia com o aliciamento das vítimas e chega ao fim com a sua exploração pelo agente do crime, que a mantém em cativeiro e a submete a condições degradantes, similares á servidão.

A vítima muitas vezes é enganada com a promessa de uma vida melhor, no entanto em vez de melhores condições, as mulheres são tratadas como escravas sexuais e obrigadas a servir inúmeros clientes para o lucro de seu aliciador.

A exploração de seres humanos ocorre das formas mais variadas, são inúmeras as possibilidades de violentar, humilhar e discriminar alguém. Não obstante, a exploração sexual merece uma atenção especial, pois viola brutalmente a dignidade da pessoa humana, que deveria ser livre para realizar escolhas, tais como onde e com o que trabalhar, mas são submetidas a trabalhos sexuais para satisfazer o interesse econômico de criminosos que não possuem nenhum medo de serem punidos.

O que percebe é que as mulheres que sofrem tal prática são em sua maioria pessoas que buscam de alguma forma melhores condições de vida, sendo assim, a sedução de tais mulheres se torna muito fácil, pois devido à baixa escolaridade e instrução, muitas acreditam no que é dito pelos aliciadores e aceitam ser traficadas para poder trabalhar no exterior. No entanto, a maioria destas mulheres sequer sabe que o seu tráfico está sendo realizado com o fim de explorá-las sexualmente, e as que já estão inseridas muitas vezes não estão cientes das condições desumanas as que serão submetidas.

A exploração sexual constitui uma gravíssima violação aos direitos humanos, na medida em que interrompe direitos fundamentais como a liberdade de escolha, o direito ao próprio corpo e a vivência saudável da sexualidade. O mercado do sexo cresce diariamente e com ele sua diversificação onde a inclusão da criança e o adolescente é uma mercadoria de grande valor e com a demanda em crescimento. É de se observar que a exploração sexual ocorre tanto em cidades grandes, quanto em pequenos municípios do Brasil, que ganha forças devido à organização criminosa, que reduz crianças e

adolescentes á condição de mercadoria e são vendidos como meros objetos destinados ao prazer sexual de adultos com dinheiro.

O crime de traficar pessoas é recorrido em todo o mundo, desde muitos séculos atrás, sendo que primeiramente não tinha um caráter ilícito, e com o evoluir do tempo e dos instrumentos normativos que foram elaborados, foi considerado crime e está resguardado por instrumentos legislativos internacionais e as leis nacionais. E o Brasil não é diferente, já que nosso país tem grande recorrência desse delito, sendo as mulheres brasileiras consideradas uma das principais vítimas do tráfico de pessoas.

Vale ressaltar que a única forma de dar combate razoável a esse crime seria um esforço global. O tráfico de pessoas além de representar um enorme desafio para as agências nacionais e internacionais de aplicação da lei, também apresenta desafios para as políticas de direitos humanos, na medida em que as vítimas desse crime sofrem inúmeras violações tanto por parte dos traficantes quanto por parte das organizações governamentais que supostamente deveriam protegê-las. Os grupos criminosos escolhem o tráfico de seres humanos por conta dos autos lucros e baixo risco ao ‘’negócio’’. Traficar pessoas, pode render mais, pois podem ser usadas repetidamente.

O tráfico de seres humanos faz parte da nossa vida e está mais próximo do que podemos imaginar. O Brasil foi o último país a promover a abolição do trabalho obrigatório. Os navios negreiros conduziram por 300 (trezentos) anos, milhões de pessoas, entre elas mulheres, homens e crianças para o trabalho agrícola. O trabalho era a base da exploração, que também se aplicava a servidão doméstica à exploração sexual e as violências físicas. ‘’A escravidão reverberava a lógica do corpo circunscrito do escravo, no princípio de um século, outro fluxo contínuo de pessoas se iniciou, agora proveniente da Europa’’ (DAMÁSIO DE JESUS, 2003, p 71). Milhares de pessoas, famílias, deslocaram-se da Europa para os países de novo mundo, fugindo da fome e da perseguição, em busca da realização de seus sonhos.

No que diz respeito às crianças, quanto mais novas, mais valiosas no mercado da prostituição, de preferência virgem, com aspecto saudável, sem estudo e com uma qualidade de vida precária. Em relação a configuração do tráfico de crianças, pode-se dizer que a incidência é bem menor se confrontada ao de adolescentes e ao de mulheres. Esta verificação se fundamenta nos dados concernentes as rotas dos relatórios regionais.

Quando se trata de várias vítimas ao mesmo tempo, os aliciadores são no sexo masculino, mas quando se trata de apenas de uma vítima específica entra as mulheres por demonstrar maior credibilidade a quem está sendo aliciada. Diferente das vítimas, os

aliciadores brasileiros possuem nível médio ou superior, são casados, empresários de casas de show, agência de turismo, de casamento, donos de bares e casas de jogos.

Os aliciadores do tráfico de pessoas fazem parte de uma organização criminosa marcada pela impunidade, esta ocorre em razão a dificuldade do Estado em aplicar medidas de prevenção, proteção e repressão da conduta que realmente produzam algum efeito. Na entanto, tal crime é muito profundo e demanda uma organização e inteligência maior de quem o pratica, por isto é possível estabelecer que o perfil dos traficantes varie de acordo com as pretensões do mercado.

Existem duas formas de ludibriar a vítima a ser traficada, a primeira é a oferta de algum trabalho comum, sem qualquer envolvimento sexual. Neste caso a vítima é totalmente enganada e aceita a proposta achando que viajará para realizar um serviço qualquer. Já na segunda maneira, a pessoa transportada geralmente já está envolvida com a prostituição e concorda em ir para realizar está atividade ou qualquer outra do tipo.

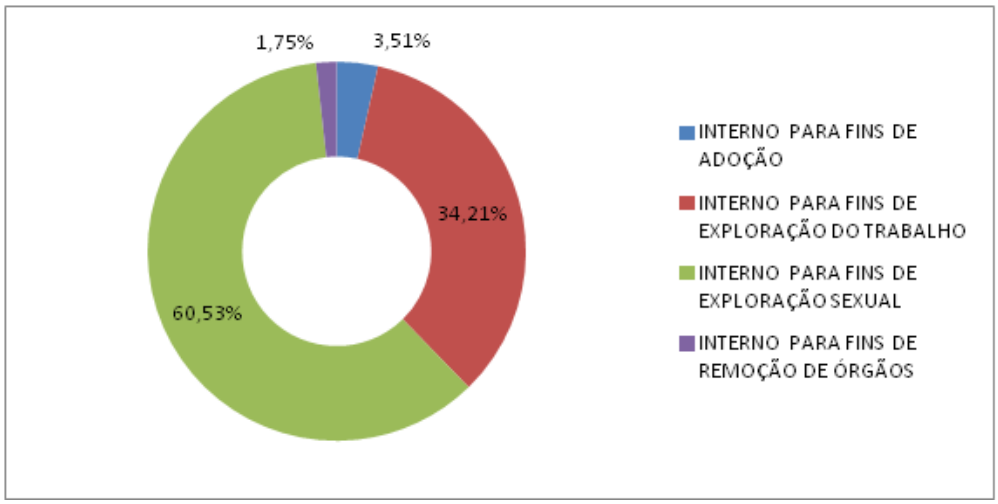
A análise do aspecto econômico a exploração sexual remonta em primeiro lugar, ao fenômeno da globalização da prostituição. Nesse sentido, essa indústria do sexo não apenas traz lucros para os bordéis ou clubes de Streep, mas também outros fatores da economia, desde hotéis e linhas aéreas até motoristas de táxi responsáveis por levar os turistas ao mercado de serviço sexual, o que influência bastante na inserção da prostituição nos números econômicos dos países receptores.

No entanto, é de se lembrar que essa indústria do sexo tem íntima relação com o tráfico de pessoas, especialmente de mulheres, isso porque, ao se tornar relevante o mercado do sexo, se valoriza o corpo como mercadoria, o que torna o tráfico um meio lucrativo para manter a indústria sexual funcionando. Tal perspectiva é ainda mais sensível quando se observa que muitas dessas mulheres, ao atuarem nesse nicho turístico. Promovem não apenas o giro do capital no país onde trabalham como também enviam remessas valiosas para seu núcleo familiar em seu país de origem, mantendo a subsistência deste.

A prostituição é a principal atividade industrial do sexo, que também envolve a pornografia, o turismo sexual, a exploração sexual, o tráfico de pessoas, dentre outros fatores ligados á sexualidade.

Resumindo, a prostituição é um termo de conteúdo pejorativo, ferida pela desonra que lhe foi lançado ao longo dos tempos. Por ora deve-se começar pelo descobrimento da ‘’nova prostituição’’, aquela que se despe do seu ranço de imoralidade patente, para

‘’vestir a roupagem’’ de um trabalho ilícito, como outro qualquer, embora complexo e de difícil execução.



Fonte: GOV. BR

Quando se fala em tráfico de pessoas, a figura masculina surge automaticamente. De fato, os homens são a maioria neste ‘’mercado’’, mas há também a participação de mulheres. De acordo com a OIT, com base na pesquisa do Ministério da Justiça e no Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes (UNODC), os homens predominam a prática do crime. No enquanto, as mulheres também se apresentam de forma significativa como agentes, e atuam em 43,7% (quarenta e três, sete) nessa área. A OIT constata que os acusados possuem em sua maioria mais de 30 (trinta) anos de idade, sendo assim, as mulheres passam a imagem de confiança ao induzir a vítima, através de conselhos, a aceitar propostas feitas pelos traficantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre o tráfico de pessoas buscou trazer um panorama geral dos aspectos mais importantes dessa conduta tão rica em detalhes e particularidades. Além de demonstrar como foi a evolução desta conduta que a princípio não era considerada como ilícita e ao longo dos séculos passou a ter esse caráter criminoso, tanto num ponto de vista internacional quanto nacional.

O tráfico de pessoas constitui um crime complexo e abrangente, praticado em todo o mundo desde o início da humanidade. No entanto, ainda há uma estranheza no seu tratamento, a exemplo disto é possível citar mídia brasileira, que divulga pouquíssimos dados relacionados ao mesmo, sendo extremamente rara alguma reportagem que relate

algum dos inúmeros casos ocorridos no país ou que verse sobre os diversos programas de prevenção, proteção e repressão ao crime, promovida por entidades governamentais e não governamentais.

Essa qualidade de crime exige, também, a prática de eficazes programas de proteção e assistência a vítima, pois o comum é que ele seja praticado por meio de redes organizadas, com vítimas sofrendo ameaças, caso recorram á polícia. Ademais, a vítima não pode ser tratada como criminosa ou, puramente, como imigrante ilegal sob pena de agravamento da delicada situação em que já se encontra.

REFERÊNCIAS

APROVAÇÃO III PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS. Publicado em: 19/07/2019. Disponível em: https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica brasileira/dec-9440-18-iii-plano.pdf. Acesso em: 23/09/2019.

JESUS, Damásio de. Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças, ed. Saraiva, São Paulo, 2003.

NUCCI, Guilherme. (2015). PROSTITUIÇÃO, LENOCÍNIO E TRAFICO DE PESSOAS – ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E PENAIS – 2ª EDIÇÃO. Ed. Saraiva, São Paulo.

SMITH, A. D. (2017). TRÁFICO DE PESSOAS PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL. RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS.

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR

Ana Estela Pereira, Elaine Cristina Gardinal Pizato,
e-mail: estelapereira.adm@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A disciplina de Educação Especial e Inclusiva atende crianças com vários tipos de transtorno na educação infantil, dentre eles o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). No momento atual são frequentes as queixas relacionadas a problemas de atenção com a memória, controle do impulso e do excesso de agitação motora das crianças no ambiente escolar. Por isso é imprescindível a conscientização dos futuros professores acerca das questões que permeiam o TDAH, o qual se pode apresentar de múltiplas formas em diferentes graus.

O processo de ensino e aprendizagem passa por muitos desencontros, surgindo conflitos em decorrência das dificuldades de aprendizagem que se apresentam em alguns alunos. Tanto por omissão da escola como também por parte da família podem resultar duas situações características: de um lado a falta de formação específica do professor para trabalhar com este aluno que o coloca em uma situação de conflito, e de outro lado tem-se o aluno que se sente excluído e fracassado por um sistema do ambiente escolar de ensino que visa apenas crianças que tem um bom rendimento em sua aprendizagem (SANTOS; KAULFUSS, 2012).

Entende-se que a criança com TDAH precisa de um ensino diferenciado das outras, no que diz respeito a sua especificidade. É fundamental, portanto, que todos os profissionais que trabalham diretamente com essas crianças busquem conhecimento especializado de qualidade para atendimento a essas características e que os educadores compreendam essa diversidade para receber os alunos sem descriminá-los (BONADIO; MORI, 2013).

O TDAH tem urgência em ser diagnosticado e analisado, o educador estará auxiliando na construção de um contexto educacional que traga alicerces para esse e tantos outros transtornos da atualidade educacional. Atualmente, com a demanda

inclusiva de inserção de todas as crianças em salas regulares, os educadores necessitam estar cada vez mais capacitados para assumirem posturas eficazes de acolhimento e integração nas redes de ensino (BONADIO, MORI, 2013).

O processo ensino-aprendizagem requer dedicação não apenas dos educadores, mas a participação consciente e constante dos pais/responsáveis, visto que a escola surge em um segundo momento da vida do indivíduo, o que atribui uma responsabilidade imensa aos pais, ou a quem exerce a função, de educar. Para compreender a relação entre escola e família se faz necessário mensurar a importância de ambas no desenvolvimento das crianças bem como entender o contexto histórico das mesmas. (FERNANDES, 2017).

2 METODOLOGIA

Constituem numa pesquisa bibliográfica, na análise de artigos científicos nacionais, livros pesquisados nas principais bases de dados na área de educação, alusivos à temática. A pesquisa contemplará a Bvs, Scielo, Google Acadêmico, Cartilha Inclusão Escolar e outras bases de dados alusivas ao assunto publicado entre os anos de 2007 a 2019. Os descritores utilizados serão: Ensino Fundamental; Inclusão Escolar; Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os transtornos de aprendizado que são comumente encontrados na infância constituem, segundo Konkiewitz (2013), tanto pela sua alta frequência bem quanto pelo grau de sofrimento e de disfunções que podem ser momentâneas ou tardias, um problema de saúde pública. Por conta de suas alterações na vida do indivíduo, é possível que se afirme que esses transtornos trazem complexas implicações psicológicas tanto no âmbito familiar, social e econômico. Há evidências de que as crianças acometidas têm um autoconceito mais negativo do que as outras.

Siqueira e Giannetti (2008) lembram que os transtornos de aprendizagem atualmente são diagnosticados quando o indivíduo é submetido a testes padrões e individuais cujos resultados de leitura, matemática ou expressão escrita estão significativamente aquém do ideal para a idade em determinado momento de sua escolarização ou nível de inteligência.

Dentro dessa linha de raciocínio é seguro afirmar que a dificuldade de aprendizagem se caracteriza como um problema inerente à criança cuja origem é de ordem neurobiológica, ficando, portanto, eliminadas os fatores emocionais, familiares e

ambientais, embora a coexistência desses sejam plenamente possíveis. Esse ponto leva a entender que é implícita a ideia de que no homem os processos cognitivos estão separados dos processos emocionais.

Dada a importância do assunto, Boimare (2011) asseguram que os distúrbios de aprendizagem têm sido um desafio interessante para os professores e pedagogos que estão preocupados com o conteúdo aprendido por seus alunos. Trata-se de um ramo amplamente explorado pela Neurociência e pela Psicopedagogia e pouco explorado no âmbito da Pedagogia, e os pedagogos são ou deveriam ser os principais interessados no tema, pois são os que mais convivem com essa clientela em sala de aula e precisam buscar mais conhecimentos sobre o que e quais são os distúrbios, transtornos ou problemas que afetam a aprendizagem, quais as principais características e como lidar com eles.

Há fortes indícios de que as crianças com TDAH enfrentam diariamente muitos problemas, talvez até mais do que crianças sem o transtorno. Desta forma, é imprescindível o apoio da família, principalmente os pais, pois o ambiente familiar é, inegavelmente, a base inicial para que a criança desenvolva sua afetividade e sociabilidade. Nesse contexto de interação com o outro, agindo como seres sociais, ela forma as primeiras regras, conhecimentos, valores, que são tão necessários para se viver em família e em sociedade (SILVA, 2009).

É evidente no contexto atual que a escola e a família vêm sofrendo significativas mudanças, fenômeno esse que vem sendo percebido ao longo de alguns anos. Logo, é de grande significância entender como tais mudanças ocorreram, entendimento esse que se faz imprescindível para a compreensão de como isso afeta o contexto atual. Mensurar tais mudanças não significa que tenha sido um progresso ou regresso nessas instituições. A relevância é trazer à tona a importância de ambas na educação de crianças (FERNANDES, 2017).

Notadamente, a questão do aspecto social tem importantíssima função para o processo de constituição do sujeito. Dessa forma, evidencia-se que a mediação é indispensável para essa mesma constituição de indivíduo, independentemente se ela tem algum transtorno ou não, como é o caso da criança com TDAH. Diante disso, no que se refere à aprendizagem, a mediação do professor, inegavelmente é essencial para o desenvolvimento da criança. Porém, mais que a escola, o que se pode afirmar é que a família é a instituição de maior responsabilidade pela criança, razão pela qual ela é a mais importante no processo de mediação entre a criança e a socialização das situações

que a cerca. Mediando a relação da criança com o mundo, a família, especificamente os pais, colabora para a sua formação (SILVA, 2009).

4 CONCLUSÃO

No momento atual são frequentes as queixas relacionadas a problemas de atenção com a memória, controle do impulso e do excesso de agitação motora das crianças no ambiente escolar. Por isso é imprescindível a conscientização dos futuros professores acerca das questões que permeiam o TDAH, o qual se pode apresentar de múltiplas formas em diferentes graus.

O objetivo geral é proporcionar aos futuros professores a compreensão acerca das questões que permeiam o TDAH, reconhecendo as características que os alunos com esse transtorno apresentam em seu quadro clínico. Os objetivos específicos visam conceituar o TDAH para o processo de inclusão dessas crianças na educação infantil e ensino fundamental; conscientizar educandos da necessidade de qualificação no processo de inclusão, da necessidade de conhecimento especializado para atendimento a essas especificidades, compreensão dessa diversidade para receber os alunos sem descriminá-lo.

Ao ser identificado o TDAH o professor passa a ter um papel crucial: o da inclusão dessa criança ao ambiente escolar. É sabido que o aluno com TDAH necessita de um ambiente escolar e de professores preparados para lidar com as dificuldades inerentes ao seu quadro clínico.

A inclusão, na atualidade, é de suma importância, uma vez que esse quadro clínico se faz mais presente no ambiente escolar diante da rica heterogeneidade do alunado. Esse cenário indica a necessidade de aprofundamento da reflexão sobre o desenvolvimento humano e as práticas desenvolvidas no contexto escolar.

No contexto da Educação Especial como modalidade de educação escolar, refletir sobre a prática pedagógica no Atendimento Educacional Especializado fica evidente que ela tem especial significado, haja vista que nesta modalidade de ensino, evidencia-se que ensinar é mais que transmitir conhecimentos, é favorecer ao estudante público alvo da Educação Especial a condição necessária para seu desenvolvimento. Isso tem por objetivo possibilitar que este mesmo estudante possa se conduzir pela vida de forma autônoma.

REFERÊNCIAS

BONADIO, R. A. A.; MORI, N. N. R. **Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade**: diagnóstico da prática pedagógica. Maringá: Eduem, 2013.Acesso em: 10 jul. 2019.

BORIM, C. P. et al. Atuação psicopedagógica na relação entre o professor e o aluno com TDAH. **Rev. Educ. Foco**, n. 10, p. 166-184, 2018.Acesso em: 22 jul. 2019.

FERNANDES, M. S. **Crianças com dificuldade de aprendizagem**: a implicação da família. 2017. 49f. Monografia (Bacharel e Licenciatura) – Faculdade de Educação e Meio Ambiente. Ariquemes/RO, 2017.Acesso em: 01 jul. 2019.

KONKIEWITZ, E. C. Transtornos de aprendizado e de comportamento na infância: uma visão transdisciplinar. In: KONKIEWITZ, E. C. (Org.). **Aprendizagem, comportamento e emoções na infância e adolescência**: uma visão transdisciplinar. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2013. Cap. 1, p. 7-17. Acesso em: 01 jul. 2019.

SANTOS, A. C. S. C.; KAULFUSS, M. A. **Processo de ensino aprendizagem no contexto escolar**: dificuldades e transtornos de aprendizagem. 2012. Disponível em: <http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/pm0THBirmu7AcM5_2017-1-21-11-26-11.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

SILVA, D. T. **Reflexões sobre a criança hiperativa**: família e escola. 2009. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Pedagogia) – Centro Universitário Municipal de São José. São José/SC, 2009. Acesso em: 03 jul. 2019.

SIQUEIRA, C. M.; GIANNETTI, J. G. Mau desempenho escolar: uma visão atual. **Rev. Assoc. Med. Bras**. São Paulo, v. 57, n. 1, p. 78-87, 2011. Acesso em: 03 jul. 2019.

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Luciana de Oliveira Risso, Viviane Rodrigues, e-mail: viviane_reb@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende gerar contribuições aos profissionais da educação que atuam com crianças e jovens com Transtorno de Déficit de Atenção e hiperatividade (TDAH). Sabe-se que este tema é de grande relevância no mundo escolar atualmente, onde muitas crianças passam por dificuldades escolares e não são diagnosticadas devido a inúmeros fatores, dentre estes, a falta de informação dos professores.

Sabe-se que o TDAH é um transtorno neuropsiquiátrico caracterizado por um nível de agitação, impulsividade e desatenção atípica no plano do desenvolvimento e que prejudica a criança desde a primeira infância (TREMBLAY et al. ,2013).

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (APA, 2013), estima-se que o TDAH atinge entre 3 e 7% das crianças em idade escolar no mundo todo e que os meninos apresentam uma maior taxa de prevalência do TDAH que as meninas.

Em se tratando dos sintomas do TDAH, pode aparecer em várias combinações. Como a Desatenção, Hiperatividade e a impulsividade. Segundo Arruda (2006, p.11):

> Os principais sintomas do TDAH são: dificuldade de atenção, hiperatividade e impulsividade. (Estes sintomas ocorrem em intensidade e combinações variadas, por exemplo, uma criança com TDAH pode ser predominantemente desatenta (e menos hiperativa e impulsiva), enquanto outra apresenta a hiperatividade e impulsividade), enquanto outra apresenta a hiperatividade e impulsividade em maior expressão do que a desatenção.

Contudo, compreende-se que o diagnóstico do TDAH é o primeiro passo para que as pessoas com esse transtorno neurológico possam receber intervenção adequada e viver com qualidade, alcançando objetivos ao longo de cada fase da vida.

De acordo com o DSM-5 (APA, 2013), para se chegar a um diagnóstico correto de TDAH, é necessário que a criança apresente pelo menos seis sintomas de desatenção e\ou seis sintomas de hiperatividade \impulsividade por pelo menos seis meses, em dois ambientes diferentes (casa e escola por exemplo) e antes dos sete anos

de idade, pois não existe, até o momento, nenhum exame ou teste que possa sozinho fornecer seu diagnóstico.

De acordo com Silva (2003), dificuldades maiores começam a surgir no âmbito escolar quando a criança é solicitada a cumprir metas e seguir rotinas. Ainda em conformidade com a autora, a criança hiperativa precisa ajustar-se às regras e à estrutura de uma educação continuada, trazendo grande desconforto.

Segundo a Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA), é na escola que o TDAH mais se manifesta, pois o sistema escolar é um espaço das primeiras experiências sociais da criança, é o momento em que ela aprende a exercitar seus valores, suas formas de comportamento, suas habilidades e, ocasionalmente, demonstrar algumas dificuldades.

Com isso, o papel da escola, segundo Silva e Souza (2005), é fundamental para o desenvolvimento global da criança, incluindo o desenvolvimento social e de linguagem, principalmente para as que apresentam TDAH.

Contudo a formação continuada de professores é vital para a educação inclusiva. O conhecimento das características neurobiológicas dos transtornos e deficiências que interferem na aprendizagem, permite ao docente a aplicação de uma intervenção específica para cada aluno, respeitando as suas habilidades e limitações (PESSOA, 2019).

Assim, o interesse pelo tema surgiu a partir de observações na realidade institucional e o pouco conhecimento de alguns professores sobre o conceito de hiperatividade, principais sinais e sintomas.

Desta maneira, considera-se que esta pesquisa se torna relevante, pois compreender estudos sobre a percepção dos professores sobre o TDAH trará a possibilidade de organizar projetos de formação continuada tendo como base o conhecimento que possuem sobre o assunto, bem como trabalho a serem realizados em outras localidades servindo de métodos de avaliação e modelos preventivos.

2 METODOLOGIA

A realização desse trabalho foi inicialmente baseada numa revisão do referencial bibliográfico, que de acordo com Fonseca (2002, p. 32), é realizada por meio do "levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros eletrônicos, artigos científicos, revistas cientificas e páginas de web sites". Dessa forma, a pesquisa bibliográfica, ou seja, o material utilizado foi

separado de acordo com a abrangência do tema. Com a finalidade de aprofundar teórica e cientificamente o estudo.

Realizou-se análise do material selecionado através da leitura crítica, em que permitiu identificar quais os meios e para ajudar o aluno com TDAH, e a importância da formação do professor para uma base de conhecimento gerais da docência para a capacitação na área da educação especial. O trabalho iniciou-se, devido ao interesse pelo assunto e a importância tema, sendo objeto de construção do trabalho de conclusão de curso.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente, a denominação Transtorno do Déficit de Atenção / Hiperatividade (TDAH) é utilizada consistentemente por se tratar do termo adotado pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais ou DSM-IV.

Autores pesquisadores como Barkley (2002) e Cunha (2001) consideram o TDAH como um dos distúrbios de comportamento que afeta a vida do indivíduo tanto socioafetiva, como profissional e, principalmente, escolar e, com isso, ele pode ser caracterizado por atividade motora excessiva, falta de atenção, impulsividade. Atualmente, o TDAH tem sido mais comentado, o que gera uma atenção maior dos familiares e da escola acerca dos sintomas apresentados pela criança.

É útil que professores também tenham pelo menos uma noção básica sobre TDAH, sobre a manifestação dos sintomas, e as consequências em sala de aula. Conclui-se que é fundamental que se repense a questão da formação do professor no sentido de que este se sinta capacitado para atuar com a criança hiperativa na Educação Inclusiva.

A formação deste profissional que atua ou que vai atuar com a criança hiperativa, deve ser pautada na Educação Inclusiva, visto que ele será colocado diante de situação as mais diversas, ou seja, esse professor terá que saber o que fazer e como agir no convívio com a criança hiperativa (ARAUJO, 2004)

Como conclusão final, resta acrescentar que o trabalho do professor, dos pais, psicólogos, psicopedagogos e da instituição como um todo, podem trazer contribuições valiosas para se chegar ao diagnóstico de hiperatividade e, trabalhando em equipe, poderão alcançar uma melhoria na conduta da criança, na sua aprendizagem e na sua situação global. Realizar este trabalho, para esta pesquisa foi garantir, no mínimo,

informações, conhecimentos, sentimento de realização e um olhar, à criança hiperativa, de maneira mais globalizada.

É importante que os professores conheçam técnicas e estratégias que possam auxiliar os alunos com TDAH para terem melhor desempenho, sendo que em alguns casos é preciso ensinar aos alunos técnicas específicas para minimizar as suas dificuldades.

Segundo a Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA, 2017), existem algumas estratégias pedagógicas para alunos com TDAH:

Atenção, memória sustentada:

Algumas técnicas para melhorar a atenção e memória sustentadas

1 – Quando o professor der alguma instrução, pedir ao aluno para repetir as instruções ou compartilhar com um amigo antes de começar as tarefas.

2 – Quando o aluno desempenhar a tarefa solicitada ofereça sempre um feedback positivo (reforço) através de pequenos elogios e prêmios que podem ser: estrelinhas no caderno, palavras de apoio, um aceno de mão. Os feedbacks e elogios devem acontecer sempre e imediatamente após o aluno conseguir um bom desempenho compatível com o seu tempo e processo de aprendizagem.

3 – NÃO criticar e apontar em hipótese alguma os erros cometidos como falha no desempenho. Alunos com TDAH precisam de suporte, encorajamento, parceria e adaptações. Esses alunos devem ser respeitados. Isto é um direito! A atitude positiva do professor é fator decisivo para a melhora do aprendizado.

Tempo e processamento das informações

1 – Permitir como respostas de aprendizado apresentações orais, trabalhos manuais e outras tarefas que desenvolvam a criatividade do aluno.

2 – Reduzir ao máximo o número de cópias escritas de textos. Permitir a digitação e impressão, caso seja mais produtivo para ao aluno.

3 – Respeitar o tempo que cada aluno precisa para concluir uma atividade. Dar tempo extra nas tarefas e nas provas para que ele possa terminar no seu próprio tempo.

Organização e técnicas de estudo

1 – Dar as instruções de maneira clara e oferecer ferramentas para organização do aluno desenvolver hábitos de estudo. Incentivar o uso de agendas, calendários, post-it, blocos de anotações, lembretes sonoros do celular e uso de outras ferramentas tecnológicas que o aluno considere adequado para a sua organização.

2 – Na medida do possível, supervisionar e ajudar o aluno a organizar os seus cadernos, mesa, armário ou arquivar papéis importantes.

3 – Utilizar diariamente a agenda como canal de comunicação entre o professor e os pais. É extremamente importante que os pais façam observações diárias sobre o que observam no comportamento e no desempenho do filho em casa, assim como o professor poderá fazer o mesmo em relação às questões relacionadas à escola.

Técnicas de aprendizado e habilidades metacognitivas

1 – Explicar de maneira clara e devagar quais são as técnicas de aprendizado que estão sendo utilizadas. Exemplo: explicar e demonstrar na prática como usar as fontes, materiais de referência, anotações, notícias de jornal, trechos de livro, etc.

2 – Definir metas claras e possíveis para que o aluno faça sua autoavaliação nas tarefas e nos projetos. Este procedimento permite que o aluno faça uma reflexão sobre o seu aprendizado e desenvolva estratégias para lidar com o seu próprio modo de aprender.

Inibição e autocontrole

1 – Dar frequentemente feedback (reforço) positivo. Assinale os pontos positivos e negativos de forma clara, construtiva, respeitosa. Este monitoramento é importante para o aluno com TDAH, pois permite que ele desenvolva uma percepção do seu próprio desempenho, potencial e capacidade e possa avançar motivado em busca da sua própria superação.

2 – Permitir que o aluno se levante em alguns momentos, previamente combinados entre ele e o professor. Alunos com hiperatividade necessitam de alguma atividade motora em determinados intervalos de tempo. Exemplo: pedir que vá ao quadro (lousa) apagar o que está escrito, solicitar que vá até a coordenação buscar algum material, etc., ou mesmo permitir que vá rapidamente ao banheiro ou ao corredor beber água. Este procedimento é extremamente útil para diminuir a atividade motora e, muitas vezes, é ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIO para crianças muito agitadas.

Por isso o resultado desse trabalho mostra que o papel do professor com a criança hiperativa, segundo Rohde e Benczik (1999, p.83), “tem uma importância fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento mental de crianças e adolescentes com TDAH. O professor deve ter o máximo de informações a respeito do transtorno. É importante manter uma boa relação e comunicação entre a escola e os pais”.

Portanto, essa é a real importância da formação do professor diante do aluno com TDAH, pois através de simples estratégias o professor pode e muito auxiliar e ajudar o acriança com esse transtorno no processo ensino-aprendizagem dentro da sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações obtidas por meio deste trabalho, conclui-se que o TDAH é um transtorno que cada vez mais envolve instituições educacionais em estudo cientifico para o esclarecimento do TDAH, acreditando que o professor e os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem estudem, com seriedade, sobre o tema. Por isso, a importância da formação acadêmica do professor para o auxílio desse transtorno onde permite ao docente a aplicação de uma intervenção específica para cada aluno, respeitando as suas habilidades pessoais.

Os estudos mostram que não é tão simples diagnosticar um indivíduo hiperativo, pois é necessário envolver uma coleta de dados com pais, criança e escola. O professor, na maioria das vezes, é o primeiro a identificar se o aluno tem os sintomas do TDAH. Essa identificação não pode ser superficial e baseada apenas em atitudes e atos agitados. É preciso conhecer quais as definições, os sintomas e os meios de enfrentamento do distúrbio.

Com isso, conclui-se que a parceria família e escola é essencial, mas para que isso aconteça, os profissionais da educação precisam de formação adequada que contemple a inclusão em sala de aula. Por isso que se o diagnóstico não for bem identificado pelas pessoas em sua volta, as consequências no agir poderão ser manifestas sobre diferentes formas de impulsividade, agressividade, incontrolável. Nesta afirmação mostra a importância do papel do professor na vida do aluno com TDAH.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders.** 4. th. Revised Text Edition. Washington DC: APA, 2004.Acesso em 28.set.2019.

ARAUJO, R.P. **O papel do professor no convívio com a criança hiperativa.** 2004.36f. Trabalho de conclusão de curso(monografia)curso pedagogia- Centro universitário de Brasilia-UNICEUB, Faculdades de ciências da educação – FACE.Brasilia.2004disponívelem:https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/6767/1/20213708.pdf.Acesso em: 28.set.2019.

ARRUDA, A. M. **Levado da Breca**. São Paulo: editora, Ivete A.A.C. Arruda, 2006. 150 p. Acesso em 18.set.2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DÉFICIT DE ATENÇÃO. **O que é TDAH**. [S.l]: ABDA, 2014. Disponível em: < https://tdah.org.br/algumas-estrategias-pedagogicas-para-alunos-com-tdah/ Publicado por ABDA | jun 20, 2017 | Dicas para educadores / . Acesso em:03.ago.2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, 2002.Apostila.Disponível em:<http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>.Acesso em: 28.Set.2019.

FORTUNADO, S. A. de O. **A escola e o TDAH**: práticas pedagógicas inovadoras pós-diagnóstico. X Congresso Nacional de Educação – Educere; I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE – PUC – Nov. 2011. Acesso em 28.set.2019.

ROHDE, L.A.P.; BENCZIK, E.B.P. **Transtornos de déficit de atenção / hiperatividade: o que é? Como ajudar?** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. Acesso em 18.set.2019.

SILVA, R.A.; SOUSA, L.A.P. **Aspectos linguísticos e sociais relacionados ao Transtorno de DéficitdeAtenção /hiperatividade**. Disponível em: <http://www.revistacefac.com.br/revista73/artigo%201. pdf >. Acesso em: 25.09.2019.

TREMBLAY, R.E.; BOIVIN, M, P. RDeV, eds. Schachar R. **Hiperatividade e déficit de atenção (TDAH).**eds. Schachar R, ed. tema. *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância* [on-line]. http://www.enciclopedia-crianca.com/sites/default/files/dossiers-complets/pt-pt/hiperatividade-e-deficit-de-atencao-tdah.pdf. Atualizada: Julho 2013. Acesso em:26.09.2019

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ENFOQUE NAS HABILIDADES SOCIAIS

Thayná Bonani Medieros, Gabrielle de Brito Teixeira, Gustavo Rezende Felippe, Elaine Cristina Gardinal Pizato, e-mail: elainepizato@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o número de crianças diagnosticadas com TEA (Transtorno do espectro autista), tem aumentado de modo significativo e preocupante tanto para os familiares, quanto para a sociedade em geral. As pessoas não estão completamente preparadas para lidar com esta demanda, que segundo a literatura, este transtorno desencadeia prejuízos do desenvolver das habilidades sociais que são responsáveis pela interação da criança com o ambiente e as pessoas ao seu redor, sendo assim, o presente estudo vem com o intuito de analisar mediante revisão bibliográfica, como estas crianças podem desenvolver suas habilidades sociais, incluindo neste processo, todas as pessoas que fazem parte da sua rotina diária, frente ao saber de que esta habilidade deve ser estimulada com o auxílio de técnicas terapêuticas, como citado por autores que abordam este assunto. A literatura aponta que esta criança deve ser encaminhada a um pediatra que por sua vez, seguirá a melhor conduta e encaminhamentos cabíveis. Diversos fatores podem interferir no diagnóstico e nos programas de intervenções, inclusive o ambiente familiar ao qual a criança convive por isso a necessidade de um diagnóstico preciso, para que o tratamento possa ser eficaz.

Nesta demanda, a Assembleia Legislativa (2015) afirma que nenhum ser humano é igual ao outro e o mesmo se refere a crianças com TEA, ou seja, duas ou mais crianças podem apresentar os mesmos sintomas, porém em níveis de acometimento diferentes. Uma criança típica está sujeita a apresentar algum dos sintomas e não ser autista. Deve-se considerar a quantidade e intensidade de características que a criança apresentar, que nortearão como conduzir o estimulo da mesma, aproveitando ao máximo suas capacidades e habilidades. Diante ao exposto, nota-se que os déficits de habilidades sociais, os comportamentos, interesses e ou atividades restritos e repetitivos presentes no transtorno do espectro autista, são características comportamentais que atrapalham de certa forma o processo de interação social da criança, independente do meio em que ela se encontra.

Neste caso, o presente estudo vem com intuito, de evidenciar e analisar como as crianças com TEA podem desenvolver habilidades sociais, priorizando seu desenvolvimento interpessoal, de modo que todos os indivíduos que convivem com ele, façam parte deste processo, incluindo os pais, familiares, cuidadores, comunidade escolar, e equipe multidisciplinar.

2 METODOLOGIA

Este artigo trata-se de uma revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento interpessoal de crianças com autismo, visando suas habilidades sociais, ou seja, como desenvolve-las, diante das dificuldades apresentadas.

Entende-se que a pesquisa bibliográfica realiza a "coleta e armazenagem de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações relevantes". Caldas (1986, p.15).

Á partir da compilação e análise de diversas fontes bibliográficas, teremos um contato amplo com conhecimentos sobre a temática investigada, o que possibilitará a utilização e integração dos dados dispersos de variadas publicações, de modo a melhorar o delineamento conceitual em torno do objeto de estudo exposto (Gil, 2002).

A coleta de dados deste trabalho foi realizada no período de fevereiro a setembro de 2019, através de uma revisão da literatura nas bases de dados, Google Acadêmico, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletrônic Library Online (SCIELO), Sistema de Bibliotecas da UNICAMP (SBU) e Livros relacionados ao assunto. Foram definidos como critério de inclusão: artigos publicados entre os anos de 1980 á 2015. As palavras-chave utilizadas foram "autismo", "desenvolvimento", "habilidades sociais", "crianças" e "psicólogo". Foram definidos como critério de inclusão, artigos científicos publicados no idioma português. Inicialmente, a busca de artigos científicos que se adequassem aos critérios de inclusão se deu nas bases LILACS e SCIELO e em seguida, se estendeu as demais utilizadas mencionadas na tabela 1. Após a leitura dos títulos dos artigos, notou-se que alguns deles se repetiram nas diferentes bases e outros não preenchiam os critérios deste estudo. Foram selecionados 62 artigos para leitura do resumo e excluídos os que não diziam respeito ao propósito deste estudo. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 43 artigos que preenchiam os critérios inicialmente propostos e que foram lidos na integra. Na seleção final, foram excluídos os artigos de autorrelatos e finalizada a seleção, apenas

32 artigos foram escolhidos e utilizados na construção do estudo. Como resultados, foram obtidos 19 artigos no Google Acadêmico, dos quais apenas 10 estavam de acordo com este estudo. Na LILACS, dos 15 artigos encontrados, foram selecionados 6 artigos. Em seguida, da sabe de dados da Scielo, foram selecionados 9 artigos, de um total de 20 artigos. Já na SBU, dos 8 artigos selecionados, 7 foram utilizados.

Desta forma, os artigos finais foram classificados pela complementação do contexto em concordância ao tema, sendo que, após a seleção dos artigos previamente definidos, este passo a passo foi seguido: leitura exploratória, leitura seletiva e escolha do material que se adequou ao tema, leitura analítica e analise dos textos, em seguida, os mesmos artigos foram revisados e classificados de acordo com as soluções apresentadas, finalizando com a realização de leitura interpretativa e redação do artigo, pós estas etapas, constituiu-se um corpus do estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo deste estudo foi evidenciar como as habilidades sociais de crianças com TEA podem ser estimuladas, sendo assim, a partir da pesquisa bibliográfica realizada, ficou evidente que a habilidade de interação social é um dos fatores importantíssimos no desenvolvimento de qualquer criança, porém, as crianças com transtorno do espectro autista, apresentam rigorosas dificuldades no desenvolver desta habilidade e segundo o DSM-5 (2014, p.57) “Em crianças pequenas com o transtorno do espectro autista, a ausência de capacidades sociais e comunicacionais pode ser um impedimento á aprendizagem, especialmente á aprendizagem por meio da interação social (...)”. Em contrapartida, Del Prette e Del Prette (2011) relatam que atualmente é possível estimular as habilidades sociais, pois houve um enorme avanço no desenvolvimento de procedimentos e estratégias que permitem uma estruturação no treinamento destas habilidades, dentre eles, esta o (THS) Treinamento de Habilidades Sociais, que consiste em um conjunto de atividades estruturadas e planejadas, visando as dificuldades de cada criança e seguindo alguns parâmetros, todavia, este processo deve ser mediado e conduzido por um terapeuta.

Todavia, antes de iniciar qualquer sessão de terapia, é fundamental que o psicólogo esteja atualizado com os trabalhos e pesquisas recentes relativos à sua especificidade para orientar a família referente ao trabalho que será iniciado. A sua sensibilidade diante da criança e do nível de comprometimento desta é importante para que ele saiba adequar propostas terapêuticas que realmente a beneficiem (Ellis, 1996).

Segundo Amiralian (1986) o psicólogo deve ter conhecimento e compreensão do desenvolvimento e aprendizagem da criança, ser conhecedor dos efeitos produzidos pela incapacidade no desenvolvimento afetivo, perceptivo, motor e cognitivo. “Uma outra tarefa a que o psicólogo pode ser chamado é para a avaliação diagnóstica da criança” (Amiralian, 1978, p.66). De acordo com Windholz (apud Schwartzman, 1995), nos últimos 30 anos, vários tratamentos foram baseados em orientações teóricas diversas e de níveis de abrangência diferentes (terapias individuais, psicanalítica, orientação cognitiva e outras). Esses tratamentos foram aplicados na tentativa de ajudar a pessoa com autismo a adquirir um repertório mais funcional, diminuindo, assim, os vários distúrbios de conduta. Para Windholz, atualmente, a terapia comportamental é considerada a mais bem desenvolvida, confiável e eficaz no atendimento da pessoa com autismo.

Uma das opções é o método TEACCH, que em inglês significa tratamento e educação para crianças autistas ou com problemas relacionados à comunicação, foi desenvolvido em 1996, sob a coordenação de Eri Schopler, na Universidade da Carolina do Norte. Através desse método, o psicólogo preocupa-se em envolver os pais como co-terapeutas e colocálos como grandes agentes no desenvolvimento dos filhos, realizando um trabalho individual para cada criança, nos níveis de diagnóstico, atividades domiciliares e educação especial em escolas e grupos. O psicólogo solicita dos pais colaboração referente à troca de apoio emocional terapeuta/ pais, e também atuação mútua na defesa dos direitos sociais das crianças autistas, entre eles a criação de serviços de qualidade a preços acessíveis (Gauderer, 1997).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa bibliográfica nos permitiu observar que as dificuldades no desenvolvimento das habilidades sociais, são características de crianças com TEA e até o momento não foram encontrados vestígios do porque isso acontece. É possível observar que estas crianças, necessitam de cuidados e atenção redobrada, independente do meio ao qual estará inserida, pois se não estar respaldada de adaptações e estruturas, esta criança não conseguirá interagir com as pessoas e o ambiente a sua volta, pois este “bloqueio” acontece a nível neuronal. Como mencionado anteriormente, todo ser humano se desenvolve através da vivência e troca de experiência que faz, e se isto não acontecer, fica quase impossível de se desenvolver. Outro fator que nos chama a atenção, se refere ao ambiente familiar ao qual a criança

convive, pois a mesma pode apresentar comportamento atípicos, devido a traumas vivenciados no ambiente doméstico, deste modo fica evidente que toda criança a partir do momento em que apresentar comportamentos inapropriados a sua idade, deve ser direcionada a um médico especialista, para que sejam seguidas as devidas condutas, em relação a diagnóstico, tratamento, estimulações e etc, pois toda criança é capaz de aprender, inclusive crianças diagnosticas com o Transtorno do espectro autista, basta que receba as devidas intervenções.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p.50-59. Acesso em: 20. Set. 2019.

AMIRALIAN, M.L.T.M. **Psicologia do Excepcional**. vol. 8. São Paulo: E.P.U., 1978. Acesso em: 01 out. 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNANBUCO. **Cartilha: Transtorno do Espectro do autismo.** Mesa Diretora, 18º Legislatura. Pernambuco, 2015 . Acesso em: 20. Set. 2019.

BOSA, C. A. **Autismo: intervenções psicoeducacionais**. Ver. Bras. Psiquiatria. São Paulo, v.28, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20. Set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção á Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo**. Brasília, 2013. 74p. Acesso em: 20. Set. 2019.

CABALLO, V. E. **O treinamento em habilidades sociais:Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento.** São Paulo: Santos Livraria Editora, p.361-398, 1996. Acesso em: 30 Jul. 2019.

CAMARGO, S. P. H. **Competência social, inclusão escolar e autismo: Um estudo de caso comparativo**. (Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp048753.pdf>. Acesso em: 30 Jul. 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cartilha Direito das Pessoas com Autismo**. São Paulo, 2011. Acesso em: 13. Set. 2019.

DEL PRETTE, Z.; DEL PRETTE, A**. Habilidades sociais e Analise do comportamento.** Revista Perspectivas, 2010, vol. 01, nº02. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/89bfd6_ad8b815844a44ccfa667cb38495fe505.pdf. Acesso em: 13. Set. 2019.

GAUDERER, C. **Autismo e Outros Atrasos do Desenvolvimento – Guia Prático Para Pais e Profissionais**. 2ª ed. revista e ampliada. Revinter, 1997. Acesso em: 10. Ago. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002. Disponível em: <http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 10. Ago. 2019.

MARTINS, M. R. R. **Inclusão de alunos autistas no ensino regular: concepções e práticas pedagógicas de professores regentes**. 159f. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília – Brasília, 2007. Acesso em: 10. Ago. 2019.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. H. B.; REVELES L. T. G. **Mundo Singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Acesso em: 10. Ago. 2019.

SILVA, M.; MULICK J. A. **Diagnóstico o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas**. Psicologia Ciência e Profissão. 2009. Acesso em: 13. Set. 2019.

SCHWARTZMAN, J. S.; ASSUMPÇÃO, F.B.J.; e colaboradores. **Autismo Infantil**. São Paulo: Memon, 1995. Acesso em: 13. Set. 2019.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar.** São Paulo, SP: Ícone, 2001. Acesso em: 20. Set. 2019.

TRANSTORNO MENTAL COMUM EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM ENVOLVIDOS NO CUIDADO ONCOLÓGICO

Aline Josefina Galiano, Dirce Carolina Batista Primo, Ana Cláudia Ferrari dos Santos, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva, email: Anafs70@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os casos de câncer, nas últimas décadas, aumentaram de forma significativa sendo considerado um problema de saúde pública mundial. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se para o ano de 2030, 27 milhões de casos de câncer no mundo e 17 milhões de mortes (INCA, 2017).

As mutações genéticas que precedem às alterações celulares levam ao desenvolvimento da doença, que poderão ocorrer por de carga genética hereditária ou serem adquiridas frente à exposição de diversos fatores químicos, físicos e biológicos ao longo da vida. A célula inicialmente altera e forma um clone e prolifera-se de maneira anormal, essas células adquirem características invasivas, ocorrendo alterações de tecidos adjacentes, infiltrando a rede vascular e linfática, que acabam por transportar essas células para outras regiões do corpo (BRUNNER; SUDDARTH, 2011).

O cuidado de enfermagem ao paciente oncológico notadamente necessita de uma abordagem integral, buscando compreender o paciente como um ser único. Torna-se possível criar estratégias de cuidado, permitindo a escuta ativa, participando do processo o próprio sujeito e sua família. O tratamento pode tornar-se exaustivo, devido o tempo exigido, tornando a trajetória longa e cansativa, sendo essencial o apoio durante todo o processo (VIEIRA *et al*., 2012).

Assim, o profissional de saúde necessita agir com empatia, solidariedade, humanização, afeto e exercer a escuta constante, são essenciais para essas situações em que os sujeitos encontram-se tão fragilizados (STUMM, 2008).

A importância dos transtornos mentais para a saúde pública relacionam-se com a cronicidade e incapacitação, sendo também, agravante para outras doenças crônicas não transmissíveis, além da ocorrência de lesões de origem intencionais ou não intencionais (LUCCHESE *et al*., 2014).

Dentre as variações dos sofrimentos mentais, podemos trazer mais recentemente, o termo Sofrimento Mental Comum (TMC). A expressão TMC é trazida como um conjunto de sintomas que interrompem a funcionalidade normal do indivíduo, porém não configuram em categoria nosológica de outras doenças psiquiátricas, mas caracterizam-se por um problema de saúde pública (RODRIGUES *et al*., 2014).

Alvez *et al*. (2015) trazem o TMC como um conjunto de sintomas psicossomáticos, caracterizados na maioria das vezes por insônia, mal-estar gástrico, diminuição da concentração, irritabilidade, fadiga e dores de cabeça. Apesar de não apresentarem um grau intenso de gravidade, comprometem a qualidade de vida dos acometidos e o rendimento profissional (ALVES *et al*., 2015).

Tendo em vista o contexto dos profissionais de saúde que lidam com pacientes oncológicos, e a problemática dos sofrimentos mentais nesse público, tais como, impacto na qualidade de vida e absenteísmo, justifica-se a presente pesquisa para compreender a situação que envolve o cotidiano destes profissionais. Dessa forma, objetivou-se identificar a prevalência do TCM entre profissionais de enfermagem de uma instituição que prestam cuidado ao paciente oncológico, em município do interior do estado de São Paulo.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de campo, transversal, descritiva, com abordagem quantitativa dos dados realizada num hospital que presta atendimentos na área oncológica do interior do estado de São Paulo e a população participante englobou os profissionais da equipe de enfermagem, sendo eles, técnicos e enfermeiros que atuam em oito setores dessa instituição. As unidades que compuseram os setores em que os profissionais de enfermagem atuavam foram: internação toraco abdominal, unidade de terapia intensiva, unidade de internação de urologia, unidade de internação de oncologia, unidades de internação do transplante de medula óssea I, II e III, unidade de cuidados paliativos e unidade de atendimento à mulher. O total de equipe de enfermagem alocada nesses setores, somando 380 profissionais.

Como instrumento para coleta de dados optou-se por utilizar o Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20), instrumento recomendado pela Organização Mundial da Saúde, criado para rastrear transtornos psiquiátricos em serviços de atenção primária (HARDING *et al*., 1980), e validado no Brasil (MARI; WILLIAMS, 1986). Trata-se de questionário autoaplicável, anônimo, de curta duração. Utilizou-se ponto de corte

diferente entre homens e melhores, sendo seis ou mais respostas “sim” para os homens e 8 ou mais respostas “sim” para as mulheres, considerados casos suspeitos de TMC Brasil (MARI; WILLIAMS, 1986).

O tamanho da amostra foi calculado estimando-se a taxa de prevalência de TMC para a população de profissionais da saúde, de 28% (ALVES *et al*., 2015), com variação de 2% e utilizando-se intervalo de confiança de 95,5%, sendo ainda previsto uma possível perda de aproximadamente 20% (FONSECA; MARTINS, 2015).

Aos interessados em participar foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido, e somente após assinatura, aplicado o instrumento para coleta de dados. O sigilo das informações e identidade foi resguardado durante todas as fases da pesquisa. Os participantes correm risco mínimo de exposição de suas informações, não havendo identificação do participante no questionário utilizado. Obteve-se aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Amaral Carvalho sob número de CAAE 79831917.1.0000.5427.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A população total de profissionais de enfermagem alocados nas unidades participantes da pesquisa foi de 345 profissionais, sendo que 170 destes, aceitaram e assinaram o TCLE, sendo integrados como participantes desta pesquisa.

Desses profissionais, 53 tratam-se de Enfermeiros, 113 Técnicos de Enfermagem e 5 auxiliares de enfermagem, compondo os plantões diurnos e noturnos nas 8 unidades de internação. A proporção entre os sexos foi de 74 % (126) de participantes do sexo feminino e 26 % (44) do sexo masculino.

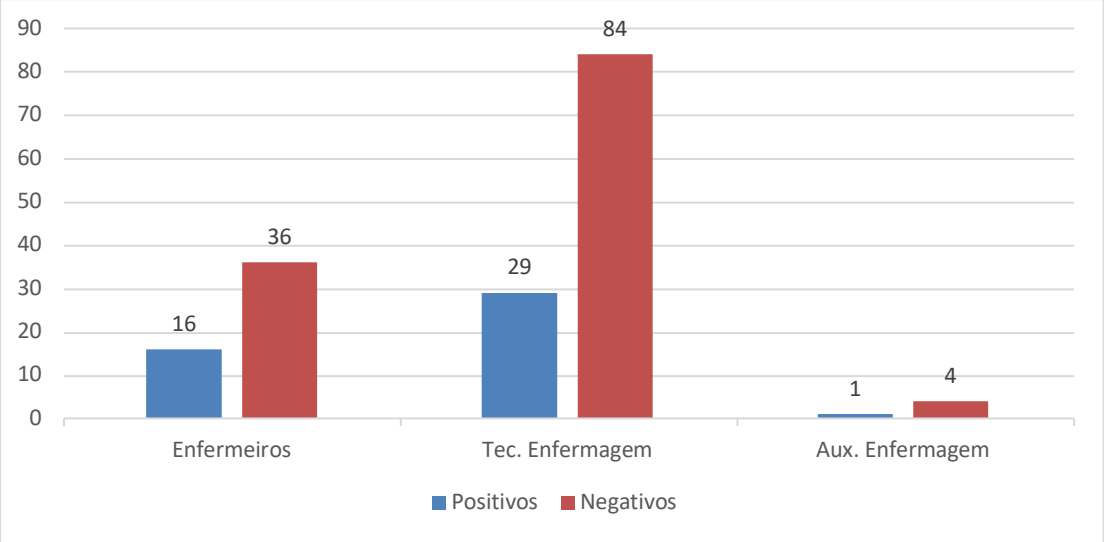
A taxa de prevalência geral para casos sugestivos de TMC encontrada foi de 23,8% (47). Comparando os dois gêneros, observa-se maior porcentagem de risco ao TMC no sexo masculino com 38,6%(17).

Comparando os resultados de possíveis casos de TMC nos 8 setores, 3 setores foram destacados com maiores percentuais. Sendo UTI com 47,6% em um universo de 42 participantes, UI Oncologia com 33% em um universo de 15 participantes, e UI TMO com 26% em um universo de 34 participantes.

Quando comparadas as prevalências por categoria profissional, temos que, dos 53 enfermeiros que responderam ao questionários, 31% apresentaram resultados positivos ao TMC, dos 113 técnicos de enfermagem, 26% apresentaram resultados

positivos ao TMC e dos 5 auxiliares de enfermagem participantes, 20% apresentaram valor sugestivo de casos de TMC (FIGURA 1).

Figura 1. Profissionais de enfermagem de uma instituição hospitalar com pontuação sugestiva de TMC, por categoria, interior do estado de São Paulo, 2019.



No âmbito hospitalar existem vários fatores que desencadeiam estresse profissional devido problemas ocasionadas por sofrimentos psicológicos consequente da responsabilidade e do vínculo afetivo com o paciente (LINCH *et al*., 2010)

Em um hospital público da cidade de Joinville em Santa Catarina, observou-se entre os profissionais de enfermagem uma prevalência de TMC de 20%, sendo outras variáveis identificadas nessa população, distúrbios mentais (7%), dor (33%), cansaço físico e mental (13%), e perda de interesse pelas coisas (67%) (AYALA *et al*., 2017).

O trabalho de Ayala *et al*. (2017) ainda relaciona o sofrimento psíquico e emocional da enfermagem, na unidade oncológica, com a complexidade dos pacientes, e o tratamento agressivo que os mesmos são submetidos, evidenciando dificuldade do profissional em lidar com a situação. Destacam ainda a importância de se oferecer suporte emocional coletivo de trabalhadores (AYALA *et al*., 2017)

Em pesquisa realizada em hospital no município de Feira de Santana na Bahia, com 309 profissionais da enfermagem, encontrou-se 35% de casos suspeitos de TMC, sendo dentre as diferentes categorias, levemente superior dentre os técnicos de enfermagem, com 38,1%. Dentre os problemas de saúde apontados, os diagnósticos relacionados a problemas mentais e posturais foram os mais destacados. As principais queixas encontradas referem-se a dor nas costas (61,8%), dor nas pernas (66,4%) e cansaço mental (47%) (RODRIGUES *et al*., 2014).

Trabalhos sugerem que sejam analisados os programas de proteção e promoção a saúde dos trabalhadores, abrindo espaços para escuta, reflexão e apoio aos mesmos, levando em conta a adaptação frente aos agentes estressores que pode ser uma das causas que justificam a variabilidade na prevalência de TMC nos diferentes ambientes (MOREIRA *et al*., 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado no presente trabalho uma considerável prevalência do Transtorno Mental Comum entre os trabalhadores da enfermagem, que podem impactar na qualidade de vida e cuidado prestado por esses aos usuários.

Sinais, sintomas e fatores concomitantes são relatados pelos trabalhos, como dor, anedonia e doenças mentais, e podem servir de sinais de alerta para a suspeita e abordagem. Destaca-se a importância de as instituições terem um olhar para o resguardo da saúde mental desses trabalhados, com a identificação das situações mais estressantes e oferecimento de estratégias de apoio e seguimento dos casos.

Os resultados dessa pesquisa podem contribuir na descrição desta problemática dentre os trabalhadores e na formulação de políticas institucionais de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. P. *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns entre profissionais de saúde. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 64-69, jan./fev. 2015. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/8150.

AYALA, A. L. M.; FELICIO, A. C. R.; PACHÃO, J. Sofrimento dos profissionais que atuam no setor de oncologia em um hospital público de Joinville, SC. **Revista de Atenção à Saúde**, São Caetano do Sul, v. 15, n. 51, p. 106-117, jan./mar. 2017. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/4376.

BRASIL, Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Câncer. **Estimativa 2010:** incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2009. 98 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estimativa_2010_incidencia_cancer.pdf.

FONSECA, J. S; MARTINS, G. A. **Curso de Estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

HINKLE, J. L.; CHEEVER, K. H. **Tratado de enfermagem médico- cirúrgica**, 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 2256 p.

LINCH, G. F. da C.; GUIDO, L. de A.; UMANN, J. Estresse profissional da saúde: produção do conhecimento no centro de ensino e pesquisa em enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 542-547, jul./set. 2010. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4836/483648972023.pdf.

LUCCHESE, R. *et al*. Prevalência de transtorno mental comum na atenção primária. **Acta Paulista de Enfermagem**, [São Paulo], v. 27, n. 3, 200-207, jul. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/hPYgLCWcbcyrsWt5jhgxT5z/abstract/?lang=pt.

MARI, J. de J; WILLIAMS, P. A validity study of a Psychiatric Screening Questionnaire (SRQ 20) in primary care in city of Sao Paulo. **The British Journal of Psychiatry**, v. 148, p. 23-26, 1986. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/the-british-journal-of-psychiatry/article/abs/validity-study-of-a-psychiatric-screening-questionnaire-srq20-in-primary-care-in-the-city-of-sao-paulo/94BFEFAF754ADABF52A244AEA28BC436.

MOREIRA, I. J. B. *et al*. Perfil sociodemográfico, ocupacional e avaliação das condições de saúde mental dos trabalhadores da estratégia de saúde da família em um município de Rio Grande do sul, RS. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 38, p.1-12, jan./dez. 2016. Disponível em: https://rbmfc.emnuvens.com.br/rbmfc/article/view/967.

RODRIGUES, E. P. *et.al*. Prevalência de transtornos mentais comuns em trabalhadores de enfermagem em um hospital da Bahia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [Brasília], v. 67, n. 2, p. 296-301, mar./abr. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/8cTX7L9pgrbBS8sdXwcsTLy/abstract/?lang=pt.

SANTOS, M. de O. Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil. **Revista Brasileira de Cancerologia,** v. 64, p. 119-120, 2018. Disponível em: https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/115.

STUMM, E. M. F., LEITE, M. T., MASCHIO. G. Vivências de uma equipe de enfermagem no cuidado a pacientes com câncer. **Cogitare Enfermagem,** Curitiba, v. 13, p. 75-82, jan./mar. 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4836/483648978010.pdf.

VIEIRA, G. B. *et.al*. Impacto do câncer na autoimagem do indivíduo: uma revisão integrativa. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 26, n. 2, p. 533-540, maio/ago. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/6749.

TREINAMENTO EM COMUNICAÇÃO NA EMPRESA VIDROCOR

Beatriz Lopes Frolini, Vanessa Laura Momesso, Maria Madalena Lazari Kawashima,
e-mail: bia.splan@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Se faz de grande significância compreender os processos de gestão para maiores desdobramentos do trabalho, é por isso que segundo Piazolotto (2003), novas formas de gestão são necessárias devido as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, refletindo diretamente nas organizações. Por conta disso é essencial que ocorra a renovação no modelo de gestão, pois nos dias atuais o mundo está cada vez mais competitivo, um fator que está sendo o diferencial são as pessoas, pois buscam o conhecimento.

A gestão de pessoas nas organizações assume papel relevante na realidade competitiva atual, pois suas políticas e práticas devem criar capacidades que levam a uma competitividade maior (FIUZA, 2010).

Tendo em vista a elaboração de missão, visão e valor que se faz necessário envolver o assunto. No que diz respeito às organizações, o termo missão refere-se relativamente ao planejamento estratégico, que tem como proposito explicar para o cliente o que a organização desempenha em seu negócio e quais são seus beneficiários (FERREIRA, 2016). Segundo Terence (2002) a empresa deve determinar a missão de forma sucinta, definindo de forma clara os tipos de produtos e serviços que são oferecidos pela empresa.

No âmbito organizacional, o termo visão faz parte do planejamento estratégico que define o que a empresa espera alcançar em determinado tempo, sem distanciar-se da realidade da empresa (FERREIRA, 2016).

No contexto organizacional, os valores referem-se a considerações importantes para realização de objetivos. Representando a natureza filosófica da organização na percepção de alcançar o sucesso da empresa (FERREIRA,2016). Dentro das organizações, encontra-se crenças e costumes este conjunto formam os valores fundamentais da empresa, fornecendo a sustentação para as tomadas de decisão (OLIVEIRA, 2009).

Colocando em pauta o desenvolvimento do treinamento em comunicação que se torna importante conhecer essa temática. A comunicação nas organizações é um dos

recursos mais importantes para que a empresa consiga alcançar seus objetivos e bons resultados. O conceito de comunicação é definido como um ato de transmissão de informações ou mensagens entre os indivíduos (SEGER; ECKHARDT; GESSI, 2016).

Comunicar-se significa tornar uma determinada informação comum para uma ou mais pessoas, esse processo é fundamental para que a informação chegue até o destinatário e para que este compreenda a mensagem (SEGER; ECKHARDT; GESSI, 2016).

“A comunicação eficaz ocorre quando o significado pretendido da mensagem é o significado percebido pelo receptor, ou seja, a mensagem foi transmitida de maneira clara sem problemas de sofrer distorções” (SEGER; ECKHARDT; GESSI, p. 8, 2016).

Outro aspecto importante do trabalho é a inteligência emocional, que é a capacidade de identificar e compreender os próprios sentimentos, onde o indivíduo aceita estas emoções como habilidades aprendidas, tendo controle destas emoções quando elas se manifestam, identificando seu comportamento a fim de adquirir a capacidade para identificar e diferenciar seus sentimentos dos outros, para que possam atuar no desenvolvimento efetivo durante o relacionamento com pessoas e grupos (FERREIRA, 2016).

O objetivo do trabalho foi produzir juntamente com os colaboradores a implantação de missão, visão e valores para a empresa; produzir melhorias na integração da equipe, de forma a desenvolver materiais, dos quais a empresa poderá obter e colocar em prática; promover o fortalecimento da comunicação da empresa através de treinamentos voltados para a área da comunicação, abordando temas como a comunicação não-violenta, treino de assertividade, habilidades sociais, inteligência emocional, empatia, escuta e psicoeducação.

2 METODOLOGIA

O estudo foi realizado na empresa Vidrocor Tintas e Ferramentas, localizado na região centro-oeste do estado de São Paulo, na cidade de Barra Bonita. O estágio foi realizado com todos os funcionários da equipe da filial de Barra Bonita, sendo de ambos os sexos. Os materiais utilizados foram: papel cartão ou cartolina; cola; tesoura; caneta e caneta hidrográfica; folhas de papel sulfite A4; projetor de vídeo e caixa de som.

Para a aplicação do projeto fora elaborado um cartaz explicativo sobre missão, visão e valores de uma empresa aleatória, para que os funcionários pudessem se embasar nele. Após, os colaboradores colocaram em um papel a missão, visão e valores da empresa

Vidrocor, diante da sua perspectiva. As estagiárias então, selecionaram alguns que melhor descreverão a atuação da empresa e passaram para os donos.

As estagiárias elaboraram também aproximadamente 16 encontros em treinamento em comunicação, que foram realizados com os funcionários da empresa Vidrocor. Os mesmos foram subdivididos em dois grupos, para que a empresa não ficasse desfalcada nos atendimentos aos clientes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação a elaboração de missão, visão e valores, a maior parte dos colaboradores responderam o questionário, sendo o total da amostra dezessete respostas. As estagiárias então, escolheram três e após elaboraram missão, visão de valores a partir dessas três respostas escolhidas. Apresentaram para a proprietária os três escolhidos e também o que fora elaborado por elas. Ficando assim a critério dos proprietários a escolha final. Os proprietários não participaram da amostra, sendo a análise realizada pelos colaboradores.

Aos assuntos propostos para o treinamento em comunicação, foram levantados juntamente com uma das proprietárias da empresa. Sendo necessário a exposição de assuntos como: introdução sobre a comunicação no ambiente de trabalho, empatia, emoções, ouvir, assertividade, habilidades sociais, inteligência emocional, técnicas da psicologia para a exposição dos conteúdos. Após esse levantamento, as estagiárias iniciaram as pesquisas sobre os conteúdos que seriam expostos. Dessa forma, se certificaram de enviar os conteúdos para a proprietária da empresa e juntamente com a mesma, organizaram um cronograma.

A equipe foi dividida pela proprietária em duas turmas, as quais receberiam o treinamento em dias diferenciados, sendo o tempo disponibilizado para a realização do mesmo de uma hora por semana, no caso, toda sexta-feira das 15h00 às 16h00. Ao decorrer do estágio, como desdobramento, os proprietários também participaram do treinamento em comunicação realizado pelas estagiárias. Ao decorrer do estágio, fora inserida mais uma turma, sendo assim, o cronograma de atividades fora modificado pela proprietária. Devido a isso, as estagiárias não puderam expor a última temática do treinamento, que seria inteligência emocional. Também para que a turma três possuísse o mesmo conteúdo passado para as outras turmas, as estagiárias precisaram passar três temáticas em um dia. Sendo assim, os dias que seriam realizados separadamente sobre

os assuntos habilidades sociais e comunicação não-violenta, tiveram que ser encaixados no mesmo dia, para que as três turmas tivessem acesso ao mesmo conteúdo programado.

Com relação aos conteúdos apresentados, os mesmos mostraram-se muito eficientes, pôde-se notar que fora agregado conhecimentos para toda a equipe, além de técnicas para que pudessem aplicar ao ambiente empresarial. Em decorrência dos encontros, muitas temáticas surgiram, inclusive sobre a comunicação com o cliente, pois em diversas situações os funcionários possuem dificuldades no manejo de clientes com a comunicação agressiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa pode se beneficiar com o trabalho das estagiárias para o desenvolvimento de missão, visão e valores da empresa, que a mesma não possuía. O treinamento em comunicação se fez muito efetivo para os colaboradores da empresa Vidrocor, proporcionando conhecimento sobre a temática, técnicas para desenvolve-la, além de propiciar um ambiente colaborativo para o crescimento individual e da equipe, fazendo com que a empresa desenvolva ainda mais suas técnicas comunicativas. Tendo sido levantado a necessidade da realização do treinamento em comunicação com os clientes, dessa forma, coloca-se como proposta para a próxima turma trabalhar essa temática com os colaboradores da empresa.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, A. V. S. Elementos de articulação: missão, visão, valores e a identidade organizacional. **Revista Eduicep**, v. 1, n. 1, 2016.

FERREIRA, F. da C. A importância da inteligência emocional no contexto organizacional. **XII congresso nacional de excelência em gestão.** 29 e 30 de setembro de 2016.

FIUZA, G, D. **Políticas de gestão de pessoas, valores pessoais e justiça organizacional.** Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review), v. 11, n. 5, 2010.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, praticas. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PIZOLOTTO, M. F. **A GESTÃO DE PESSOAS:** um estudo em micros e pequenas empresas da indústria de transformação da região do Médio-Alto-Uruguai do Rio Grande do Sul. In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 3., 2003, Brasília. Anais... Brasília: UEM/UEL/UnB, 2003, p. 735-748.

SEGER, F. A; ECKHARDT, F. T; GESSI, N. L. A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES. 2016. Disponível em: http://www.fema.com.br/sitenovo/wp-content/uploads/2016/09/2-A-Import%C3%A2ncia-da-Comunica%C3%A7%C3%A3o-nas-Organiza%C3%A7%C3%B5es.pdf Acesso em: 24/03/2019

TERENCE, A. C. F.; Planejamento Estratégico como Ferramenta de Competitividade na Pequena Empresa: Desenvolvimento e Avaliação de um Roteiro Prático para o Processo de Elaboração do Planejamento. Dissertação de Mestrado - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia de Produção, São Paulo, 2002.

TRISSOMIA DO CROMOSSOMO 21: UMA ABORDAGEM SOBRE A NÃO DISJUNÇÃO CROMOSSÔMICA E A TRANSLOCAÇÃO ROBERTSONIANA

Beatriz Baglie Cunha, Adriana de Freitas Jesus, Débora de Oliveira Souza, Tanize do Espirito Santo Faulin, email: beatrizbaglie@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A trissomia do cromossomo 21, conhecida também como Síndrome de Down (SD), é uma aneuploidia, ou seja, uma alteração cromossômica numérica em que há excesso de material genético. Na espécie humana, as células somáticas possuem 46 cromossomos, sendo 22 pares de cromossomos autossômicos e um par de cromossomos sexuais. Porém, na trissomia do 21, as células possuem 47 cromossomos, devido à presença de um cromossomo autossômico 21 extra (SNUSTAD; SIMMONS, 2017).

Três eventos citogenéticos estão relacionados à formação de embriões trissômicos: a não disjunção cromossômica durante a gametogênese, a não disjunção cromossômica durante as clivagens no período pré-embrionário e a translocação robertsoniana. Estes eventos são responsáveis por 95%, 1% e 4%, respectivamente, dos casos de SD. (KUMAR; ABBAS; ASTER, 2013).

A SD é caracterizada por anormalidades do desenvolvimento e retardo mental. Qualquer outra trissomia de cromossomos autossômicos resulta em letalidade embrionária ou em morte logo após o nascimento (LODISH *et al.*, 2014). No Brasil nasce uma criança com SD a cada 600 e 800 nascimentos, independente de etnia, gênero ou classe social (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Portanto, a finalidade deste trabalho é realizar uma abordagem sobre os três eventos citogenéticos envolvidos na formação de células com trissomia do cromossomo 21, de modo a revisar os conceitos sobre alterações cromossômicas numéricas presentes em livros utilizados no ensino superior.

2 METODOLOGIA

Foram selecionados os principais livros de genética, patologia, bioquímica e embriologia usados no ensino superior em cursos de graduação da área da saúde. Os

termos buscados nos livros foram: trissomia; síndrome de Down; aneuploidia; não disjunção; mosaico; translocação robertsoniana. Após busca dos termos e leitura, foram selecionados dez livros para compor a revisão bibliográfica.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A SD é uma doença genética cujos indivíduos acometidos apresentam perfil facial achatado, olhos com prega epicântica, estatura baixa, mãos curtas com uma prega na parte intermediária e uma língua grande e sulcada. Adicionalmente, apresentam retardo mental, com QI na faixa de 20 a 50. As mulheres podem ser férteis e produzir progênie normal ou trissômica, mas os homens são estéreis, com raríssimas exceções (GRIFFITHS *et al*., 2016).

Aproximadamente 40% dos pacientes com SD têm doença cardíaca congênita, incluindo defeitos do septo atrial, malformações da valva atrioventricular e defeitos do septo ventricular. Várias outras malformações congênitas, incluindo atresias do esôfago e do intestino delgado, também são comuns (KUMAR; ABBAS; ASTER, 2013).

Invariavelmente, os indivíduos com SD desenvolvem doença de Alzheimer por volta dos 40 anos. Isso acontece porque o gene que codifica a proteína precursora amilóide está localizado no cromossomo 21 e, portanto, está triplicado, ocasionando a formação de placas insolúveis no cérebro compostas pelo peptídeo β-amilóide (VOET; VOET, 2013; LODISH *et al.*, 2014).

Uma das causas da trissomia do cromossomo 21 tem relação direta com a meiose, um tipo especial de divisão celular que leva a formação do espermatozóide e do ovócito, gametas masculino e feminino, respectivamente. Estas células sexuais contêm metade do número de cromossomos presentes nas células somáticas porque o número de cromossomos é reduzido durante a meiose (MOORE; PERSAUD; TORCHIA, 2013).

Ocasionalmente, os cromossomos não conseguem separar-se corretamente durante a divisão celular, fenômeno este conhecido como não disjunção cromossômica. Disjunção significa segregação normal de cromossomos homólogos ou cromátides irmãs para polos opostos nas divisões meióticas ou mitóticas. A não disjunção é uma falha desse processo, na qual dois cromossomos ou duas cromátides se dirigem incorretamente para um mesmo polo celular e não para o outro (GRIFFITHS *et al.*, 2016).

Quando ocorre não disjunção com o par do cromossomo 21 no momento da formação dos gametas, estes terão um cromossomo 21 extra ou um cromossomo 21 a menos. A união desses gametas com gametas normais resultaria em dois tipos de

zigotos: trissômicos, com um cromossomo 21 extra, ou monossômicos, com apenas um cromossomo 21. A monossomia do 21 é incompatível com a vida (KUMAR; ABBAS; ASTER, 2013). A trissomia do 21 é compatível com a vida, mas este desequilíbrio cromossômico gera uma dose extra das proteínas codificadas no cromossomo 21 que interfere no desenvolvimento adequado do embrião, causando a SD (ALBERTS; DENNIS; KAREN *et al*., 2017).

A propensão de um par de cromossomos à não-disjunção tem sido associada a alterações na freqüência ou localização dos eventos de recombinação na meiose I. Um par de cromossomos com poucas ou nenhuma recombinação, ou com uma recombinação muito próxima do centrômero ou do telômero, pode estar mais suscetível à não-disjunção do que um par de cromossomos com um número e uma distribuição de eventos de recombinação mais típicos (NUSSBAUM; MCINNES; WILLARD, 2016).

Na maioria dos indivíduos com SD, a trissomia é o resultado da não disjunção na gametogênese da mãe, durante a primeira divisão meiótica em 75% a 80% dos casos (SCHOENWOLF *et al.*, 2016).

A idade materna ideal para a reprodução é geralmente considerada entre 18 e 35 anos. A probabilidade de anormalidades cromossômicas no embrião aumenta após os 35 anos de idade materna. Em mães mais velhas, há um risco maior de SD ou outra forma de trissomia na criança (MOORE, PERSAUD, TORCHIA, 2013). A idade materna, portanto, tem forte influência na incidência da SD. Ela ocorre em um em 1.550 nativivos de mulheres acima de 20 anos de idade, em contraste com um em 25 nativivos de mulheres acima de 45 anos de idade (KUMAR; ABBAS; ASTER, 2013).

Com a idade, possivelmente os cromossomos homólogos apresentam menos probabilidade de permanecerem unidos durante a meiose. Em mulheres, todos os ovócitos interrompem a meiose antes do nascimento. A meiose é retomada a cada período menstrual, o que significa que os cromossomos homólogos devem permanecer adequadamente associados por décadas. Essas associações entre os cromossomos podem ser romper com o tempo, levando a não disjunção cromossômica na gametogênese de mulheres mais velhas (GRIFFITHS *et al.*, 2016).

Aproximadamente 1/3 das trissomias são decorrentes de não disjunção na gametogênese do pai. Assim como a idade materna, a idade paterna também exerce influência nas aneuploidias, principalmente a partir do 55 anos de idade (BORGES-OSORIO; ROBINSON, 2013). Além do mais, verifica-se que a taxa de novas mutações aumenta com a idade paterna, com o número de novas mutações na linhagem

germinativa masculina dobrando a cada 16,5 anos. Como as espermatogônias se dividem por toda a vida, elas acumulam erros nas cópias genéticas, por isso um homem mais velho é mais suscetível a passar mutações à sua prole do que um homem mais jovem (SCHOENWOLF *et al.*, 2016).

Uma segunda causa da trissomia do cromossomo 21, é a não disjunção cromossômica em células durante a clivagem (mitose) na embriogênese. O embrião resultante se desenvolve como um mosaico de células normais com 46 cromossomos e células com trissomia do 21 (SCHOENWOLF *et al.*, 2016). O mosaicismo é, portanto, caracterizado pela presença de duas ou mais populações de células com diferentes complementos de cromossomos no mesmo indivíduo. As manifestações clínicas nesses casos são variáveis e mais brandas, dependendo da proporção de células anormais. (KUMAR; ABBAS; ASTER, 2013).

A translocação robertsoniana é a terceira causa da trissomia do cromossomo 21. Neste tipo de translocação, dois cromossomos acrocêntricos sofrem quebras nas regiões centroméricas, havendo troca de braços cromossômicos inteiros. A translocação robertsoniana entre os cromossomos 14 e 21 forma um novo cromossomo, constituído pelos braços longos do 14 e do 21. Um indivíduo com translocação desse tipo, casando-se com uma pessoa normal, terá o risco teórico de 1/3 de ter filhos com SD, 1/3 de ter filhos normais (porém portadores balanceados da translocação como o genitor) e 1/3 de ter filhos perfeitamente normais (BORGES-OSORIO; ROBINSON, 2013). Os filhos com SD do progenitor com translocação robertsoniana, terão material cromossômico extra não como cromossomo extra, mas como uma translocação do braço longo do cromossomo 21 para o cromossomo 14. (KUMAR; ABBAS; ASTER, 2013).

A trissomia ou monossomia do cromossomo 14 e a monossomia do cromossomo 21 são condições letais, mas a trissomia do cromossomo 21 não é. Por isso, é possível que um progenitor com translocação robertsoniana, apesar de normal, tenha filhos com SD (SNUSTAD; SIMMONS, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à evolução das técnicas de biologia celular e molecular, há uma compreensão mais clara dos fenômenos envolvidos na formação de indivíduos com trissomia do cromossomo 21.

Os estudos apontam o risco aumentado de nascimento de portadores da SD em mães e pais com idade avançada, devido a não disjunção cromossômica na

gametogênese. Por outro lado, a não disjunção cromossômica mitótica e a translocação robertsoniana não apresentam relação com a idade dos progenitores. No caso da translocação robertsoniana, há uma recorrência de SD em famílias nas quais um dos progenitores é um portador de translocação.

REFERÊNCIAS

ALBERTS, B. *et al.* **Fundamentos da biologia celular.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 864 p.

BORGES-OSORIO, M. R.; ROBINSON, W. M. **Genética Humana**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2013. 784 p.

GRIFFITHS, A. J. F. *et al*. **Introdução à genética**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 780 p.

KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; ASTER, J. C. **Patologia básica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2013. 928 p.

LODISH, H. *et al*. **Biologia celular e molecular**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 1244 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes de atenção à pessoa com síndrome de Down**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 62 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_sindrome_down.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. **Embriologia básica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 368 p.

NUSSBAUM, R. L.; MCINNES, R. R.; WILLARD, H. F. **Genética Médica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 400 p.

SCHOENWOLF, G. C. *et al*. **Embriologia Humana**. 5. ed. Elsevier: Rio de Janeiro, 2016. 576 p.

SNUSTAD, D. P.; SIMMONS, M. J. **Fundamentos de genética**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. 600 p.

VOET, D.; VOET, J. G. **Bioquímica**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 1512 p.

UM "PROJETO SOCIAL DE REFORÇO" NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE PARA TRANSFORMAR O DOMÍNIO TEÓRICO/PRÁTICO

Lorena da Silva, Mariana Cristina Ferreira dos Santos, Lúcia Helena Ormelese de Barros, e-mail: bilubarros05@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado instrumentaliza o aluno na construção de sua práxis pedagógica e compreende as relações existentes no processo escolar. Com essa formação na graduação, o aluno age com maior criticidade e criatividade, colaborando para transformar o desempenho de sua função com eficiência.

Isso demonstra que a formação não ocorre pelo acúmulo de conhecimentos e técnicas, mas por meio de um trabalho reflexivo e crítico sobre a prática e assim, acontece uma construção contínua da identidade pessoal e profissional. Dessa forma, o estágio parte da concepção teórica/prática que se apresenta num constante processo de ação/reflexão, promovendo transformações no cotidiano escolar.

A pesquisa provoca uma discussão sobre o estágio supervisionado na área, abordando o domínio teórico e a prática no campo profissional dos cursos de licenciatura. Busca trazer uma reflexão sobre a ação da aplicabilidade e as mudanças na visão pedagógica, incluindo as questões sociais e culturais trazidas pelo aluno.

Outro ponto relevante nesta investigação é o percurso metodológico das diferentes áreas do conhecimento que serão aprofundadas e aplicadas nas questões relativas ao estágio. Em outras palavras, contribui a partir de um ensino intencional e planejado para uma ação de intervenção, ajudando os alunos/docentes a perceberem-se como sujeitos ativos de sua identidade profissional.

O estágio supervisionado em questão ocorre num "Projeto Social de Reforço Escolar" nas Faculdades Integradas de Jaú, recebendo alunos da rede pública estadual e municipal, com defasagem nas disciplinas de matemática e português. Este tipo de Estágio proporciona ao licenciado de Pedagogia e Letras uma visão sobre o campo de atuação e também as dificuldades encontradas nas áreas sociais, políticas e culturais. Então, o licenciado deve estar ciente da clientela recebida, buscando novas

metodologias, recursos tecnológicos e atualizações que serão necessárias para melhor entendimento de conteúdos e formação do ser.

Para tanto, o objetivo dessa investigação é conhecer a prática como elemento norteador da formação do profissional docente, sendo indispensável para o desenvolvimento dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de Pedagogia.

Por fim, o domínio teórico do professor em sala de aula é importante para obter êxito no desempenho da prática. Há grandes desafios na aplicabilidade dos estágios, pois estes são responsáveis, muitas vezes, pelos bons e maus momentos e até pela desistência da carreira, devido às experiências concebidas neste período, pois é demonstrado o verdadeiro sentido da profissão.

2 METODOLOGIA

O presente estudo assume inicialmente um caráter bibliográfico, trata-se de uma pesquisa elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros e artigos de periódicos. No segundo momento, a pesquisa é "ligada à práxis, ou seja, à prática histórica em termos de conhecimento científico para fins explícitos de intervenção; não esconde a ideologia, mas sem perder o rigor metodológico". (Demo, 2000, p. 22).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando a prática como relevante no processo de aprendizagem, e que, muitas vezes, a teoria estudada durante o curso está distante da realidade, o que promove uma fragmentação na reflexão entre a teoria e a prática.

> Também, com frequência, se ouve que o estágio tem de ser teórico-prático, ou seja, que a teoria é indissociável da prática. Para desenvolver essa perspectiva, é necessário explicitar os conceitos de prática e de teoria e como compreendermos a superação da fragmentação entre elas a partir do conceito de práxis, o que aponta para o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na escola, dos professores, dos alunos e da sociedade. (PIMENTA, 2004, p. 34).

É necessário ressaltar que os princípios do estágio supervisionado dos cursos de Pedagogia e Letras passam a ter sua importância quando o conhecimento teórico apreendido em sala de aula é aplicado na realidade escolar. Isso ocorre quando os alunos participantes do "Projeto Reforço" das Faculdades Integradas de Jaú, aos

sábados, atendem alunos das escolas públicas e particulares do 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

É notável o quão significativo é uma experiência que estabelece uma ligação com o campo profissional dos futuros professores. O “Projeto Reforço” propicia o refletir sobre os resultados da teoria apreendida no âmbito da sala de aula e provoca uma discussão para tomadas de decisões, o que fortalece o desempenho profissional.

Os alunos atendidos pelo aluno/docente do curso de Pedagogia e Letras se tornam a primeira experiência educacional, na qual é reconhecido o processo de ensino aprendizagem e a intervenção pedagógica. É apreendido conhecimentos de grande valor profissional como a sequência de conteúdos, planejamento de aulas, o diagnóstico no primeiro contato, autoavaliação, a relação professor/aluno, a devolutiva do desempenho do aluno na escola de origem, o contato com outros profissionais na busca de soluções pedagógicas. Com isso, o êxito da prática favorece o entender de uma educação de qualidade.

Para Saviani:

> [...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 1997, p.17).

Muitos alunos que frequentam o “Projeto Reforço” são carentes, necessitam de atenção, buscam melhorias nos conteúdos apreendidos na escola, e contam com o auxílio pedagógico dos alunos/docentes do curso de Pedagogia e Letras. Esse projeto faz com que se valorize a importância do planejamento das aulas, o uso da didática e metodologia adequada para que o aluno aprenda. Outro ponto relevante do Projeto é indagar o porquê o aluno/docente está participando, seria pela necessidade de complementação das horas de estágio para a conclusão do curso ou pela necessidade de ajudar no processo de aprendizagem de uma criança, pois existe o gosto pelo ensinar e o colaborar com a questão social.

A intervenção pedagógica do aluno/docente, nesse caso, permite que haja uma análise com um olhar mais criterioso, na procura de contribuições, que seja essencial para aquisição da aprendizagem e, assim, colabore com o aluno e com a escola de origem do mesmo. Com essa visão de Estágio Supervisionado, utilizando-se da prática, que é uma etapa indispensável no processo de formação no Curso de Pedagogia e

Letras, faz com que o aluno/docente possa suprir as necessidades e obter êxito na carreira profissional.

Pimenta (2004) considera que a finalidade do estágio é propiciar ao aluno uma aproximação à realidade na qual atuará. Essa experiência possibilita uma rica oportunidade escolar, para desenvolver-se profissionalmente, contribuindo para a construção de uma prática educativa a partir da análise, da crítica e das novas maneiras de fazer educação.

Assim, é necessário que o professor esteja seguro de si, se aproprie do conhecimento e da prática cotidiana de sala de aula para, consequentemente, alcançar o objetivo e fazer parte de uma educação de qualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio é um momento de pensar o fazer pedagógico, que pelo fato do fazer atribui-se o real valor daquele momento. Em um sentido mais amplo o Projeto Social de Reforço citado tem a proposta principal de trazer a prática profissional para perto dos futuros professores, para pensar os conceitos aprendidos teoricamente, os acontecimentos ocorridos na prática e entender que ele é o sujeito de sua história, o que exige envolvimento e comprometimento político, estabelecendo assim relações sociais que dificilmente seriam alcançadas na teoria.

Pode-se afirmar que aprender e ensinar ao mesmo tempo, é uma experiência extremamente válida, pois compreende que o processo de ensino e aprendizagem se mobiliza através de discussões, reflexões, saber ouvir, respeitar as vivências e as contribuições do aluno e da família. É preciso sair da nossa zona de conforto, pedir ajuda para outros profissionais, ler, pesquisar e planejar.

Desse modo, estagiar na própria prática permite o aprimoramento do olhar, o desejo de fazer algo novo, de ampliar nossos fazeres e saberes. O que certamente contribuiu não apenas para formação profissional, mas, principalmente para uma educação voltada para a apropriação do saber social e humano.

Através dessa investigação e do “Projeto Social de Reforço”, justifica-se a importância do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura de Pedagogia e Letras, pois se comprova na prática o que a teoria descreve e assim, entende-se o verdadeiro sentido de educar.

REFERÊNCIAS

DEMO, P. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. Acesso em: 01 out. 2019.

PIMENTA, S. LIMA, M. Estágio e Docência. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. Acesso em: 01 out. 2019.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1997. Acesso em: 01 out. 2019.

USUÁRIAS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, PREJUÍZOS AO FETO E RECÉM-NASCIDO: INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM

Taisa Antunes Corrêa, Patrícia Kelly Silvestre, e-mail: tacorrea@outlook.com.br

1 INTRODUÇÃO

Segundo estudo de Fonseca *et al*. (2017), o termo droga tem origem holandesa – *drogg* – que quer dizer folha seca, podendo ser classificada em ilícita ou lícita, ou seja, é qualquer substância capaz de promover mudanças fisiológicas ou comportamentais nos seres vivos. Essa denominação está relacionada a um processo antigo quando em quase todos os medicamentos se utilizavam vegetais em sua composição.

O parecer de Lima (2013) diante dessas definições mostra que a definição aceita no meio científico é aquela proposta pela Organização Mundial da Saúde, que aponta como droga toda substância sintética ou natural que ao ser introduzida no organismo vivo pode alterar as suas funções.

Segundo Yabuuti e Bernardy (2014), as drogas classificadas em ilícitas são as que possuem sua produção, consumo e comercialização de forma ilegal, entre as quais algumas aparecem a maconha, o crack, a cocaína, a heroína as anfetaminas entre outras.

As drogas com classificação em lícitas possuem autorização do Estado, comercialização e consumo sem ou com receita médica são representadas principalmente, pelo álcool, tabaco, cafeína, plantas alucinógenas e medicamentos psicoativos. Entretanto, o álcool e o tabaco são as substâncias que mais causam mortes passíveis de prevenção no mundo (KASSADA *et al*., 2014).

Pensando no uso de drogas ilícitas e lícitas por mulheres, o início do consumo delas está acontecendo de forma cada vez mais precoce apresentando números elevados de crescimento, acarretando consequências danosas a saúde (ALEXANDRINO *et al*., 2016).

Quando se trata de gestantes usuárias de drogas possuem baixa adesão à assistência do pré-natal, situação que faz com que haja importantes complicações obstétricas e ginecológicas com maior incidência, e quando elas comparecem aos

serviços de saúde elas tem tendência a não relatar o consumo da droga, especialmente quando se trata de álcool e cocaína (LIMA *et al*., 2015).

Segundo Barbosa *et al*. (2018), com a exposição às substâncias psicoativas pela gestante tem-se como reflexo no feto efeitos semelhantes aos “sentidos” pela mãe, e seus efeitos irão depender do princípio ativo e farmacodinâmico, do tempo de consumo, da frequência e da dose utilizada, podendo resultar em abortamento, morte ou má-formação fetal entre outras alterações. É importante, portanto, que se ressalte que o consumo dessas substâncias não é recomendado durante a gestação, e a utilização de medicações devem ser administradas com atenção e com orientação médica.

Com base nos dados apresentados pretende-se realizar uma pesquisa bibliográfica para obter conhecimento sobre os prejuízos sofrido pelo feto e recém-nascido com o uso de substâncias psicoativas pela mãe, também será abordado o preconceito e a falta de esclarecimentos e encaminhamentos especializados sofrido pelas gestantes e as intervenções de enfermagem. Através deste trabalho é possível ter o conhecimento para contribuir na vida das gestantes usuárias, visto que se sentem discriminadas e não buscam o apoio da saúde.

2 METODOLOGIA

Realizou-se um estudo de revisão bibliográfica através das bases de dados do Scielo*,* Lilacs e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), encontrado também através de pesquisa pelo Google Acadêmico, onde foram encontradas revistas especializadas e materiais relacionados ao tema.

Os materiais selecionados e inclusos à pesquisa vão desde o ano de 2013 a 2018. Os descritores utilizados para a realização da revisão bibliográfica foram: gestação, drogas ilícitas e lícitas – as mais usadas –, prejuízos para o recém-nascido, preconceito da enfermagem, falta de informação e a função do enfermeiro.

Após o levantamento de todo o material acerca do assunto foi realizado a organização das informações do que realmente corresponde ao objetivo proposto do trabalho, seguido por leitura e revisão do material.

Existem trabalhos na literatura falando de modo geral do uso de drogas ilícitas e lícitas na gestação, mas pouco que abordam o conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre os efeitos do uso das drogas, a falta de orientação e a possibilidade de encaminhar as gestantes para tratamento especializado, e na maioria dos casos o preconceito é o primeiro que se destaca. Diante disso, referenciou a importância do

trabalho bibliográfico relacionada ao tema com a intensão futura de proporcionar manuais de orientações às gestantes, assim como a capacitação da enfermagem para o atendimento do perfil desses pacientes/clientes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cenário epidemiológico mundial e brasileiro traz dados que mostra o tamanho da expansão do uso de drogas pela população feminina especialmente de álcool e cocaína, sendo que a mesma pode ser consumida na forma de pó ou na forma impura como o crack e merla. Aponta-se o consumo por diversas associações como o empobrecimento, falta de moradia, situação social, multiparidade e comorbidades obstétricas e psiquiátricas (RODRIGUES *et al.,* 2017).

O abuso de substâncias psicoativas se mantém como um problema significativo na sociedade, e são maiores quando o grupo de risco é gestante, causando graves problemas obstétricos e ginecológicos. Pensando nas gestantes usuárias existe baixa adesão à assistência ao pré-natal, e na maioria das vezes não relatam o uso da droga dificultando o acompanhamento que está associado a complicações da mãe e do feto (LIMA *et al.,* 2015).

De acordo com Nepomuceno *et al.* (2018), o consumo das drogas ilícitas como maconha, cocaína e crack, tanto aquelas lícitas como álcool e o tabaco, na gestação elas trazem prejuízos a mãe e ao feto devido a rápida passagem pela barreira transplacentária e hematoencefálica que é facilitado pela sua lipossolutividade chegando até o feto.

O uso de cocaína e crack tem sido associado com o abrupto trabalho prematuro de parto, bem como com o aumento da taxa de baixo peso do bebê ao nascer, microcefalia e anomalias congênitas (FEMININA, 2018).

Segundo Feminina (2018), o uso de maconha gestacional está relacionado à restrição de crescimento intrauterino, maior incidência de líquido tinto de mecônio, nos recém-nascido alterações no comportamento como a inquietação, irritabilidade, desatenção, crises de choro e tremores, mau desenvolvimento no tubo neural.

A exposição fetal ao álcool e tabaco ocasiona, principalmente, a síndrome de abstinência neonatal, os efeitos adversos do etanol na gravidez são bem descritos pelo termo abrangente chamado distúrbio do efeito alcoólico fetal, que inclui déficits físicos, comportamentais e cognitivos. Fumar durante a gravidez quase dobra o risco de ter um bebê de baixo peso ao nascer e aumenta o risco de parto prematuro. Vale lembrar que

essas substâncias são absorvidas pela criança através do leite materno (MAIA *et al.,* 2015).

Figura 1: Hérnia diafragmática causada pelo uso de cocaína e crack, ocorre devido a herniação das vísceras abdominais para o tórax. Porém, se houver maior gravidade pode ocorrer também a hipoplasia pulmonar severa, assim, a criança após o nascimento apresentará sérios problemas respiratórios, bradicardias e cianose persistente. O aumento da sobrevida ocorre caso haja diagnóstico precoce (RENNER *et al*., 2012).

Fonte: Renner *et al*. (2012)

Figura 2: Recém-nascido com peso de nascimento, perímetro cefálico, comprimento, fissura palpebral e borda vermelha do lábio superior menores que o 10º percentil para a idade gestacional, nariz antevertido, filtro nasal liso, implantação baixa dos pavilhões auriculares e síndrome de abstinência (MESQUITA, 2010, p.373).

Fonte: Maia *et al*. (2015)

Atualmente, diante dos diversos momentos da assistência pré-natal, o profissional de saúde deve detectar o consumo dessas substâncias através do diagnóstico precoce, facilitando para a intervenção e criação de possibilidades para o acesso aos serviços especializados para o tratamento e alternativas para enfrentar o uso das drogas e com isso evita-se complicações neonatais e maternas (FONSECA *et al.,* 2017).

A principal barreira para o acompanhamento dessas gestantes usuárias é o preconceito sofrido pelos próprios profissionais da saúde que não possuem competências técnicas e psicossociais, e o julgamento da sociedade, interferindo no relato de que fazem uso de substâncias psicoativas. Sendo que é indispensável o acompanhamento sistemático e integral, pois elas podem esclarecer todas as suas dúvidas, e intervir precocemente e trabalhar de forma diferenciada para reverter essa situação (KASSADA *et al.,* 2014).

O enfermeiro precisa agir como intermediador entre a prestação de assistência de enfermagem e o impacto das drogas na vida da gestante, e sua atuação como profissional deve se embasar em todos os passos da Sistematização da Assistência de Enfermagem além disso agir sem preconceitos (FONSECA *et al.,* 2017).

Fonseca *et al.* (2017) ressalta um outro problema encontrado no acompanhamento pré-natal, a falta de continuidade no atendimento ou encaminhamento para o serviço de saúde especializado, quando as gestantes relatam que são usuárias das substâncias, pensando que se sentem julgadas e não possuem o acompanhamento para o enfrentamento do problema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo do trabalho, acredita-se que a detecção precoce pelos profissionais de enfermagem, permitindo o acolhimento das gestantes usuárias precocemente poderá favorecer a adesão e acompanhamento pré-natal e tratamento da dependência química, minimizando as complicações obstétricas e clínicas, além de promover a redução de danos e melhor qualidade de vida para a mãe e a criança.

O preconceito interfere em todas as hipóteses de intervenção, certamente existe um certo preconceito conforme a droga utilizada, quando usam as drogas lícitas sentem-se apoiadas e são estimuladas a procurarem ajuda, ao contrário quando usam drogas ilícitas não são apoiadas sentem discriminadas pelos profissionais que as atendem.

Diante de tudo isso as gestantes usuárias sofrem preconceito e falta de encaminhamento para serviços de saúde especializados, que contribui para o abandono do pré-natal causando maiores problemas para a saúde pública.

Acredito que com este trabalho realizado levarei esse conhecimento que muitas das vezes não é divulgado em busca de modificações dessa realidade, onde os profissionais da área da saúde devem discutir essa temática dentro dos centros e comunidade e intervir neste cenário.

REFERÊNCIAS

_____. Publicação oficial da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia**. Revista Femina,** São Paulo, v. 46, p. 1-68, 2018. Disponível em: https://www.febrasgo.org.br/pt/femina/item/476-femina-revista-femina-2018-vol-46-n-1.

ALEXANDRINO, J. S. *et al*. Repercussões neurológicas nos fetos expostos a drogas lícitas durante a gestação: uma reflexão teórica. **Sanare – Revista de Políticas Públicas**, Sobral, v. 15, p. 82-89, jan./jun. 2016. Disponível em: https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/932.

BARBOSA, S. M. S. *et al*. Repercussões anatomofisiológicas em recém-nascidos expostos a drogas ilícitas no período gestacional: revisão narrativa. **Revista de Medicina da UFC**, Ceará, v. 4, n. 58, p. 46-51, jun. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38671.

FONSECA, P. M. M. *et al*. Gestante usuária de crack: desafios encontrados no pré-natal. **Revista Científica UMC**, Mogi das Cruzes, v. 2, n. 2, p.1-11, ago. 2017. Disponível em: http://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/view/125.

KASSADA, D. S. *et al.* Percepções e práticas de gestantes atendidas na atenção primária frente ao uso de drogas. **Escola Anna Nery: Revista de Enfermagem.** Maringá, v. 18, n. 3, p. 428-434, jul./set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/G3ZyhDF54DzbkTJn5Lt67Dr/abstract/?lang=pt.

LIMA, E. H. **Educação em saúde e uso de drogas:** Um estudo acerca da representação da droga para jovens em cumprimento de medidas educativas. 2013. 246 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Centro de Pesquisa René Rachou, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/7244/Tese%20completa%20revisada%2024%20out%202013%20-%20Eloisa%20Lima.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

LIMA, L. P. de M. *et al*. O papel do enfermeiro durante a consulta de pré-natal à gestante usuária de drogas. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 41, jul./set. 2015. Disponível em: https://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/394.

MAIA, J. A. *et al*. Consequências do uso de drogas durante a gravidez. **Revista Enfermagem Contemporânea,** [São Paulo], v. 4, n. 2, p. 122-128, jul./nov. 2015. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/664.

MESQUITA, M. A. Efeitos do álcool no recém-nascido. **Revista Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 368-375, jul./set. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eins/a/Fd3tw6StTr8cPvgdqgVVmqp/abstract/?lang=pt.

NEPOMUCENO, E. *et al*. Uso de álcool de drogas no período puerperal: uma revisão bibliográfica. **Revista de Iniciação Científica da LIBERTAS**, São Sebastião do Paraíso, v. 3, n. 2, p. 76-77, dez. 2013. Disponível em: http://www.libertas.edu.br/revistas/index.php/riclibertas/article/view/43.

RODRIGUES, A. S *et al*. Cuidado a mulheres envolvidas com drogas: representações sociais de enfermeiras. **Revista Brasileira de Enfermagem,** [Brasília], v. 70, p. 71-78, jan./fev. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/6BkyMCZStxSvTwk7htV4ShM/abstract/?lang=pt.

YABUUTI, P. L. K.; BERNARDY, C. C. F. Perfil de gestantes usuárias de drogas atendidas em um centro de atenção psicossocial. **Revista Baiana de Saúde Pública**, [Sorocaba], v. 38, n. 2, p. 345-353, abr./jun. 2014. Disponível em: https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/538.

VACINAÇÃO CONTRA HERPES-ZÓSTER EM ADULTOS E SUA RELAÇÃO COM A QUEDA DA MORBIDADE E DE COMPLICAÇÕES DA DOENÇA

Silmara Elaine Ferraz Storti de Pieri, Fabiana Camila Bativa, Maria Eduarda Carreira Carneiro, Flávia Caroline Nogueira, Tanize do Espirito Santo Faulin, e-mail: silmara@drogariaalvoradajau.com.br

1 INTRODUÇÃO

Popularmente conhecido como “cobreiro”, o herpes-zóster (HZ) é caracterizado por erupção cutânea unilateral, dolorosa e vesicular, com distribuição que acompanha os dermátomos (ZOSTAVAX, 2015). O HZ é causado pelo mesmo vírus da varicela ou catapora - vírus varicela-zóster (VVZ). Após a resolução da catapora, que ocorre principalmente na infância, o VVZ continua latente nos gânglios espinhais da raiz dorsal e sua reativação pode surgir em qualquer fase da vida, mais predominantemente em indivíduos imunocomprometidos e acima de 55 anos, causando o herpes-zóster (PORTELLA; SOUZA; GOMES, 2013).

Entre 2008 e 2013, a frequência de internações por HZ variou entre 4.378, 5.084 e 5.151 casos por mês no Brasil nas faixas etárias 60-69, 70-79 e mais de 80 anos, respectivamente (MOTA; CARVALHO, 2016). Os pacientes geralmente permaneceram internados por volta de 7 a 14 dias, caso tenha manifestações graves e/ou complicações podem prolongar o tempo de internação, gerando maiores custos ao sistema de saúde (JUNIOR *et al*., 2017).

Para a prevenção de HZ e de suas complicações, foi introduzida recentemente no Brasil uma vacina de VVZ vivo atenuado da cepa Oka/Merck (ZOSTAVAX, 2015). A vacina é indicada para imunização de indivíduos a partir de 50 anos de idade e pode ser aplicada em clínicas particulares, contudo não está incluída no Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Tendo em vista que a vacina contra HZ é pouco lembrada pelos médicos e pouco conhecida pela população brasileira, este trabalho tem como objetivo, mostrar a importância da vacinação como meio de prevenção da doença e de suas complicações, pois apesar de o HZ apresentar mortalidade insignificante, possui razoável morbidade e interfere na qualidade de vida dos afetados

Foi realizada uma revisão bibliográfica baseada em bulas e guias de vacinação, assim como em artigos científicos das bases PubMed e SciELO publicados entre 2013 e 2019, utilizando as palavras-chave: herpes-zóster, vacina, vírus, varicela e morbidade.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Herpes-zóster deriva dos termos gregos herpein (rastejar) e zoster (cinto) (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2015). Os sintomas do HZ iniciam-se com queimação na pele na região de um determinado dermátomo, frequentemente acompanhada de febre, calafrios, cefaleia e mal-estar; evolui para eritema cutâneo maculopapular até um estágio final de crostas. Apresenta distribuição periférica nos trajetos dos nervos envolvidos, normalmente unilateral, circunscrita a um dermátomo e predomina no tórax e na face. Entretanto, pode envolver dois ou mais dermátomos (PORTELLA; SOUZA; GOMES, 2013).

De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil (2019), o HZ pode se apresentar como uma doença benigna ou levar a complicações e outras formas clínicas graves, podendo, inclusive, levar à morte. Nos últimos anos tem sido descrita uma importante relação do zóster com vasculopatias, como infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral e isquemia cerebral transitória (SBIm/SBGG, 2019). As principais complicações do HZ são as afecções neurológicas (ataques isquêmicos transitórios, paralisia facial e Síndrome de Ramsey Hunt), as oftalmológicas (ceratite, esclerite, uveíte, necrose aguda da retina e conjuntivite) e a neuralgia pós-herpética (COELHO *et al*., 2014).

A neuralgia pós-herpética é caracterizada por dor neuropática crônica com persistência mínima de um mês no trajeto do nervo afetado e que se inicia entre um e seis meses após a cura das erupções cutâneas, podendo durar anos. A neuralgia pós-herpética pode se manifestar com diferentes sintomas sensoriais como queimação, formigamento, ardor, fisgada ou pontada (PORTELLA; SOUZA; GOMES, 2013).

O diagnóstico do HZ na maioria das vezes é clínico, devendo ser realizado o diagnóstico diferencial com outras patologias cutâneas e atentando-se as manifestações clássicas como pródromos de dor, erupção cutânea e distribuição em dermátomo. Se houver dificuldade diagnóstica pode ser realizada a reação em cadeia da polimerase (PCR) para o DNA do VVZ, em células coletadas na base da lesão (COELHO *et al*., 2014).

O tratamento preconizado para HZ é a terapia antiviral com aciclovir, valaciclovir ou fanciclovir. Esses três medicamentos têm eficácia comprovada (os dois últimos com eficácia superior, porém maior custo) por ensaios clínicos randomizados em termos de redução da formação de novas lesões, aceleração da resolução das lesões já existentes e diminuição da intensidade da dor aguda. O tratamento é indicado para todos os imunocomprometidos com herpes-zóster, bem como para os imunocompetentes com idade igual ou superior a 50 anos, dor moderada ou grave, erupção cutânea severa ou envolvimento fora do tronco (COELHO *et al*., 2014).

A terapia antiviral específica, iniciada em até 72 horas após o surgimento das erupções cutâneas, reduz a ocorrência da neuralgia pós-herpética. O uso de corticosteróides, na fase aguda da doença, não altera a incidência e a gravidade da neuralgia pós-herpética, porém reduz a neurite aguda, devendo ser adotado em pacientes sem imunocomprometimento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Com o propósito de prevenir o HZ e suas complicações, foi desenvolvida uma vacina contendo vírus vivos atenuados - Zostavax® - com 14 vezes mais antígenos do que a vacina varicela do mesmo fabricante, administrada em dose única. Esta vacina foi licenciada no Brasil em 2014 para pessoas com mais de 50 anos de idade. No caso daqueles que já apresentaram quadro de herpes-zóster é preciso aguardar o intervalo mínimo de seis meses e preferencialmente de um ano entre o quadro agudo e a aplicação da vacina (SBIm/SBGG, 2019).

Existem outras vacinas de glicoproteínas recombinantes, que não são feitas com vírus vivo atenuado, mas estas não têm ainda testes em grandes populações (PASTERNAK, 2013).

Um estudo retrospectivo estimou a eficácia da vacina Zostavax® em uma coorte de indivíduos acima de 50 anos de idade vacinados na Suécia entre 2013 e 2016. Neste estudo, a vacinação teve uma eficácia geral de 34% e quando estratificado por idade, o grupo de 61 a 75 anos foi o único grupo etário que apresentou um risco reduzido de HZ, comparado ao grupo não vacinado (BLOM; YIN; ARNHEIM-DAHLSTRÖM, 2019).

Adicionalmente, um estudo de prevenção do HZ (the Shingles Prevention Study) demonstrou que a vacinação reduziu claramente a morbidade do HZ e da neuralgia pós-herpética entre os adultos acima de 60 anos. Os dados mostram uma redução em 61,1% a duração da dor e desconforto causados pela doença, em 66,5% a incidência de neuralgia pós-herpética e em 51,3% a incidência do HZ em adultos acima de 60 anos (OXMAN *et al*., 2005 *apud* MORRISON *et al*., 2015). No entanto, há um declínio da

eficácia da imunização ao longo do tempo (MORRISON *et al*., 2015) e ensaios clínicos estão sendo realizados para avaliar a possibilidade de se utilizar uma dose de reforço da vacina depois de alguns anos nos indivíduos vacinados (LEVIN *et al*., 2016).

Uma revisão realizada por Gagliardi *et al*. (2016), que avaliou a eficácia e segurança da vacinação para prevenção do herpes-zóster em adultos acima de 60 anos sem comorbidades imunossupressoras, mostrou que a vacina contra o zoster é bem tolerada, produzindo poucos eventos adversos sistêmicos e eventos adversos no local da injeção de intensidade leve a moderada.

Todos os relatos de experiência adversa pós-comercialização recebidos em todo o mundo entre 2006 e 2016 de profissionais de saúde após a vacinação com Zostavax® e submetidos ao banco de dados de segurança global da Merck Sharp & Dohme Farmacêutica foram analisados por Willis *et al.* (2017). De acordo com a análise, houve um total de 23.556 relatórios, sendo que 93% não eram graves. Os eventos adversos mais relatados foram reações no local da injeção depois de dois dias e HZ duas semanas após a vacinação. No entanto, a maioria dos casos de HZ foi causada pelo VVZ tipo selvagem. HZ confirmado por análise de PCR como sendo da cepa vacinal foi identificada em um indivíduo imunocompetente 8 meses após a vacinação e em 4 indivíduos imunocomprometidos.

Portanto, após mais de 10 anos de comercialização da vacina Zostavax® e mais de 34 milhões de doses distribuídas em todo o mundo, a vacina demonstra um perfil de segurança favorável e consistente com o observado em estudos clínicos (WILLIS *et al*., 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vacinas, em geral, são muito lembradas e usadas por médicos pediatras para crianças e adolescentes, porém são esquecidas para adultos e idosos. É importante para quem cuida dessas populações, que sejam feitas as vacinações recomendadas, incluindo a de HZ, pois esta doença causa considerável morbidade em idosos.

O HZ é uma doença infecciosa cujo acometimento aumenta com a progressão da idade devido à diminuição da imunidade, causando grande impacto na qualidade de vida dos idosos, principalmente devido à dor associada ao quadro.

Como a expectativa de vida em quase todo o mundo tem aumentado, a incidência do HZ também aumentou, sendo fundamental o investimento na prevenção da doença.

A prevenção do HZ pode ser feita por precauções de contato, mas, principalmente, por meio de vacina de vírus vivo atenuado, que foi introduzida recentemente no Brasil, porém ainda não disponível no Sistema Único de Saúde. A vacina é indicada para imunocomprometidos e pessoas com mais de 60 anos de idade, e pode ser usada por pacientes acima dos 50 anos.

A vacina é uma ferramenta promissora para a redução da incidência de HZ, bem como de suas complicações, causando assim uma redução na morbidade e uma melhoria da qualidade de vida da população idosa. Espera-se que a vacinação contra o HZ possa, futuramente, alterar a epidemiologia e a história natural do HZ e da neuralgia pós-herpética. A adesão à vacina por médicos e pacientes, e sua introdução no Programa Nacional de Imunizações, podem ser o início para esta mudança.

REFERÊNCIAS

BLOM, K.; YIN, L.; ARNHEIM-DAHLSTRÖM, L. Effectiveness of the herpes zoster vaccine Zostavax® in Stockholm County, Sweden. **Vaccine**, v. 37, n. 31, p. 4401-4406, jul. 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264410X19307698.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Etymologia: varicella zoster virus. **Emerging Infectious Diseases**, v. 21, n. 4, p. 698, abr. 2015. Disponível em: https://stacks.cdc.gov/view/cdc/29340.

COELHO, P. A. B. *et al*. Diagnóstico e manejo do herpes-zóster pelo médico de família e comunidade. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 32, p. 279-285, jul./set. 2014. Disponível em: https://www.rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/994.

GAGLIARDI, A. M. Z. *et al.* Vaccines for preventing herpes zoster in older adults (Review). **Cochrane Database of Systematic Reviews**, [S.l.], v. 132, n. 4, mar. 2016. Disponível em: https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD008858.pub4/full.

JUNIOR, T. G. M. C. *et al*. Perfil clínico das internações por herpes zoster em um hospital universitário. **HUPE**, [Rio de Janeiro], v. 16, n. 2, abr./dez. 2017. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistahupe/article/view/37633.

LEVIN M.J. et al. Cellular and humoral responses to a second dose of herpes zoster vaccine administered 10 years after the first dose among older adults. **The Journal of Infectious Diseases**, v. 213, p. 14-22, jan. 2016. Disponível em: https://academic.oup.com/jid/article/213/1/14/2459341.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Herpes Zóster (Cobreiro):** causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção. Disponível em: http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/herpes-zoster. Acesso em: 17 jul. 2019.

MORRISON, *et al*. **CID**, v. 60, n. 6, p. 900–909, 2015.

MOTA, A. M.; CARVALHO-COSTA, F. A. Varicella zoster virus related deaths and hospitalizations before the introduction of universal vaccination with the tetraviral vaccine. **Jornal de Pediatria,** Rio de Janeiro, v. 92, n. 4, p. 361-366, out. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jped/a/6BCZBjyTxYw3S9h9nYQRHxd/abstract/?lang=en.

PASTERNAK, J. Vacina contra herpes-zóster. **Einstein**, São Paulo, v. 11, p. 133-134, mar. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eins/a/LFCQYk58BXYG6kBGjrw3YhK/?lang=pt.

PORTELLA, A. V. T.; SOUZA, L. C. B.; GOMES, J. M. A. Herpes-zoster e neuralgia pós-herpética. **Revista Dor,** São Paulo, v. 14, n. 3, p. 210-215, jul./set. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdor/a/jv5nD4nDcZj4cNG7wRLDVLs/.

SBIm; SBGG. **Geriatria - Guia de vacinação**, Rio de Janeiro, 2016/2017. Disponível em: https://sbim.org.br/images/files/guia-geriatria-sbim-sbgg-3a-ed-2016-2017-160525-web.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

WILLIS, E. D. *et al*. Herpes zoster vaccine live: A 10 year review of post-marketing safety experience. **Vaccine**, v. 35, n. 52, p. 7231–7239, dez. 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264410X17315724.

LEMOS, F. C. **ZOSTAVAX**: vacina herpes-zóster (atenuada). Campinas: Merck Sharp & Dohme Farmacêutica, 2015. Disponível em: http://200.199.142.163:8002/FOTOS_TRATADAS_SITE_14-03-2016/bulas/41182.pdf.

VALERIANA OFFICINALIS L. E SUA AÇÃO NO SISTEMA NERVOSO CENTRAL

Bruno Dominguez, Maria Beatriz Nunes Graciano, Silmara Elaine Ferraz Storti de Pieri, Simone Cristina Lopes dos Santos, Heloísa Donzella, e-mail: brunodomin@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Valeriana officinalis L. é uma planta herbácea perene pertencente à família Valerianaceae (BOMBARDELLI, 1995), é também conhecida por amantila, bardo selvagem, erva gata, valaricana e badarina. Seu habitat natural é a Europa e norte da Ásia, encontra-se nos bosques e nas encostas dos Alpes e dos Apeninos, mas frequentemente a mais de 2000 metros de altitude (BALLONE, 2005).

A Valeriana é conhecida pela sua efetividade no tratamento de ansiedade e insônia na terapêutica fitoterápica. A espécie vegetal contém, principalmente, valepotriatos, sesquiterpenos e lignanas. Seus mecanismos de ação incluem: atuar na formação reticular por meio de um efeito estabilizante sobre os centros vegetativos e emocionais, restaurando o equilíbrio autônomo-fisiológico; inibir a GABA transaminase no Sistema Nervoso Central (SNC); atuar como agonista parcial de receptores de adenosina. Sua utilização possui segurança relativamente alta, apresenta menos efeitos colaterais, não causa dependência e é bastante acessível à população.

Entre os medicamentos utilizados para o tratamento da ansiedade e insônia, encontram-se os benzodiazepínicos, que são os mais prescritos para este fim, como por exemplo, alprazolam, diazepam, clonazepam, flurazepam, lorazepam, dentre outros. Porém, de uma maneira geral, seu uso prolongado produz efeitos adversos como dependência, sedação diurna, má qualidade do sono, o que induz a busca por tratamentos alternativos seguros, entre eles os produtos fitoterápicos.

Segundo Secchi e Virtuoso, a insônia é um distúrbio do sono que consiste na incapacidade de iniciar ou manter o sono, ou ter uma duração e qualidade adequada para restaurar a energia e o estado de vigília normal. O ácido gama-aminobutírico (GABA) considerado um neurotransmissor importante, tem um papel chave no estresse e na ansiedade, reduzindo a atividade neuronal. Estudos mais recentes mostraram um aumento na concentração de GABA nas fendas simpáticas após a administração de Valeriana, demonstrando assim sua aplicação terapêutica.

No entanto, em casos de superdosagem (doses de raiz superiores a 20mg) podem ocorrer sintomas adversos leves como fadiga, câimbras abdominais, tensionamento do tórax, tontura, tremores e midríase que desapareceram no período de 24 horas após descontinuação do uso. Altas doses de V. officinalis podem causar bradicardias, arritmias e redução do peristaltismo intestinal (ANVISA, 2018).

Isso demonstra que apesar de se tratar de um medicamento fitoterápico, a V. officinalis também possui efeitos adversos e sua utilização não pode ser indiscriminada. Por esse motivo ela é encontrada nas farmácias e drogarias com tarja vermelha e os dizeres "Venda sob prescrição médica".

Buscando esclarecer os mecanismos de ação dos princípios ativos obtidos da V. officinalis, o presente trabalho realizou uma revisão de literatura com o objetivo de esclarecer que plantas medicinais tem ação terapêutica e devem ser tratadas com os mesmos cuidados dos medicamentos sintetizados.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica baseada em artigos científicos das bases Pubmed e Scielo publicados até o ano 2019, utilizando as palavras-chave: Valeriana officinalis, insônia, terpenos de ação central, ansiedade, fitoterapia. Também foi utilizado o bulário oficial da ANVISA, onde foram coletadas informações sobre os diversos medicamentos contendo extrato de V. officinalis como princípio ativo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Através da história, percebe-se que desde a antiguidade as propriedades sedativas da Valeriana officinalis L. que tem sido usada como planta medicinal há mais de 2000 anos, desde o tempo da antiga Grécia e Roma onde já a usavam como diurético, analgésico e espasmolítico (SCHULZ, 1998). Os seus usos terapêuticos foram descritos por [17,24,35] Hipócrates (460-377 a.C.) e mais tarde por Dioscórides (séc. d.C.). No século II, Galeno já prescrevia esta planta para a insónia. O nome valeriana só começou a ser utilizado por volta dos séculos IX ou X. Pensa-se que a palavra terá vindo do latim “valere” que significa estar saudável ou forte. Parece também que o nome da planta pode ter sido dado em honra de Publius Aurelius Licinus Valerianus, imperador de Roma entre 253 e 260. Durante a II Guerra Mundial, foi usada em Inglaterra para aliviar os sintomas de stress. Está descrito o uso da valeriana na medicina tradicional para tratar uma grande variedade de problemas de saúde como dores de cabeça, náuseas, distúrbios hepáticos,

problemas das vias urinarias, infecções vaginais por leveduras, inflamação da garganta, e também como antitranspirante, antidoto de venenos, analgésico e antigripal. Tradicionalmente, estão igualmente associadas a valeriana propriedades digestivas, podendo ser usada como adjuvante em estados espasmoliticos do musculo liso e em cólicas gastrointestinais de origem nervosa. Existem ainda referencias do seu uso como anti-helmíntico, diurético, diaforético, adjuvante na histeria, estimulante do apetite, e muito mais (SCHULZ, 1998).

Apesar de todas as utilizações tradicionais da Valeriana officinalis, apenas existem estudos científicos que apontam sua utilização apenas como sedativo ligeiro e promotor do sono. Estes efeitos são derivados da raiz da planta que deve possuir no mínimo dois anos de idade, com colheita nas estações verão-outono. Dentre seus componentes químicos estão os óleos essências que possuem mais de 150 constituintes identificados, os principais são: os monoterpenos, dos quais borneol, principalmente na forma de éster (acetato e isovalerato de bornilo, sendo o acetato de bornilo um dos compostos de maior concentração do óleo essencial), canfeno, α e β-pineno; Sesquiterpenos, como valeranona, valerenal, valerenol, valerianol, e também bisaboleno, cariofileno, pacifigorgiol e ledol ; Ácidos carboxílicos sesquiterpénicos, menos voláteis, dos quais fazem parte os ácidos valerénico, acetoxivalerénico, hidroxivalerénico. Além dos óleos essências, o valpotriato é um componente presente na planta fresca Pode eventualmente existir em pequenas quantidades se a secagem for realizada a uma temperatura inferior a 40°C, uma vez que estas são moléculas muito instáveis e decompõe-se facilmente pelo calor, humidade ou variações de pH, originando outros compostos.

Por possuir uma ação depressora no sistema nervoso central, a valeriana pode interferir na ação de certos fármacos também depressores centrais. Com as benzodiazepinas, o efeito de interação pode resultar num aumento da depressão do sistema nervoso central ou numa redução da efetividade das benzodiazepinas. Por medida de precaução, não se recomenda o uso concomitante de valeriana com outros sedativos. Existem dados contraditórios em relação ao efeito provocado ao nível do citocromo P450. Em estudos realizados *in vitro* foi demonstrada uma inibição moderada a forte das isoenzimas CYP34A e CYP2D6, no entanto, estudos em humanos não confirmam totalmente esta inibição, indicando ser improvável que a valeriana provoque interações clinicamente relevantes por estes mecanismos (ANVISA, 2018).

Seu meio de administração se dá pela via oral 0,84 mL de três a cinco vezes ao dia. Como auxiliar no tratamento de insônia leve deve-se tomar uma dose única meia hora antes de deitar-se (EMA, 2016); 1,5 mL três vezes ao dia para o tratamento de tensão nervosa e 3 mL para o tratamento de insônia leve meia hora antes de deitar-se (EMA, 2016), 10 mL até três vezes ao dia (EMA, 2016). Sua forma farmacêutica em extrato seco é indicada para auxiliar no alívio da tensão nervosa e insônia leve (WHO, 1999; BARRETT, 2004; POYARES *et al*., 2005; BENT *et al*., 2006; NUNES & SOUSA, 2011; BRASIL, 2014; EMA, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Valeriana Officinalis L. é um medicamento herbal popular usado no tratamento de distúrbios de ansiedade e sono. Embora os efeitos ansiolíticos e sedativos sejam atribuídos principalmente à modulação da transmissão GABA-ergic, o mecanismo de ação não foi totalmente investigado em seres humanos. Protocolos não invasivos de estimulação cerebral podem ser usados para elucidar os mecanismos de ação de substâncias psicoativas no nível cortical em humanos.

Apesar de seu uso indiscriminado e de sua história de uso para diversos tratamentos, este fitoterápico deve ser utilizado de forma moderada, sob acompanhamento médico pois não é adequado para o tratamento de transtornos agudos do sono e de estresse mental (GOONERATNE, 2008; EMA, 2016).

Seus efeitos adversos incluem tremor, cefaleia, disfunção hepática, distúrbios cardíacos e, além disso, há recomendação de suspender o uso do fitoterápico duas semanas antes de cirurgias, para que não haja interação substâncias anestésicas (WONG & TOWNLEY, 2011).

REFERÊNCIAS

Farmacopeia Brasileira. **Formulário de Fitoterápicos Farmacopeia Brasileira**. Brasil: ANVISA, 2018. 222 p. Disponível em: http://bibliotecadigital.anvisa.ibict.br/jspui/handle/anvisa/836.

BALLONE, G. J. **Fitoterápicos**. [S.l.]: Psicweb, 2005.

BARRETT, M. **The handbook of clinically tested herbal remedies**. New York: The Haworth Herbal Press, 2004. 1508 p.

BENT, S. *et al.* Valerian for Sleep: a systematic review and meta-analysis. **The American Journal of Medicine**, [S.l.], v. 119, n. 12, p. 1005-1012, dez. 2006.

Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0002934306002750.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Instrução Normativa nº 02, de 13 de maio de 2014**. Publica a "Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado" e a "Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado". 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/int0002_13_05_2014.pdf.

EMA - European Medicines Agency. **European Union herbal monograph on Valeriana officinalis L. radix.** London: Committee on Herbal Medicinal Products (HMPC), fev. 2016. Disponível em: https://www.ema.europa.eu/en/documents/herbal-monograph/final-european-union-herbal-monograph-valeriana-officinalis-l-radix_en.pdf.

GOONERATNE, N. S. Complementary and alternative medicine for sleep disturbances in older adults. **Clinics in Geriatric Medicine**, [S.l.], v. 24, p. 1-19, fev. 2008. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0749069007000675.

NUNES, A.; SOUSA, M. Utilização da Valeriana nas perturbações de ansiedade e do sono: qual a melhor evidência? **Acta Médica Portuguesa**, [S.l.], v. 24, n. 4, p. 961-966. 2011. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/48218011/1572-2221-1-PB-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1666098248&Signature=J3bkzNtUhQu0B7FxjTGq~Ynwm8HTb2NPaN31E5qqTZpM5IcBS5rY9a8oNfYckTgMY5hAlmPXdEG85e8wc~9IwKfV~btz-iEmXz9aKuVmW4OiAkoyiQpVn15fp7-sqD8FOMrLUTKXfQGvzzCFNxxyYbKtXqYYAYLrimnxFmLvlEdCQLCnoDEBOCxC-GEZyQ8R3oNrdvvU7Xv4b5x8UbhQzQ7BPDu0mX9MXswT8Nr9cwvj4ifyUPHfZ~v5-PRz5jakSko6QRxY8~QaX0dULMEOGEVMKDyQbJxsi2FlPGNktzHpR4f4IAdn6pTMz2KFBfe2JKwOWkePIgTtlZDVvSP84w__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA.

POYARES, D. *et al.* Hipnoindutores e insônia. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [São Paulo], v. 27, p. 2-7, maio 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/jDRdy7hGVfTtSFJVXM6j9RL/?format=html&lang=pt.

SCHULZ V, HANSEL R, TYLER VE**. Valerian. In: Fitoterapia Racional**. ed.3 ,p. 73-81, Berlim, 1998.

WHO, World Health Organization. **WHO monographs on selected medicinal plants**. Geneva, Switzerland: World Health Organization, v. 1. 1999.

WONG, A.; TOWNLEY, S. A. Herbal medicines and anaesthesia. **Continuing Education in Anaesthesia, Critical Care and Pain**, [S.l.], v. 11, p. 14-17, fev. 2011. Disponível em: https://www.bjaed.org/article/S1743-1816(17)30281-0/fulltext#relatedArticles.

VARIÁVEIS AFETIVAS NA AQUSIÇÃO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: A IMPORTÂNCIA DE ARRISCAR-SE

Larissa Alves de Melo, Elaine Regina Cassoli, e-mail: lariamelo0@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No desenvolvimento das pesquisas sobre Aquisição de Segunda Língua ou Língua Estrangeira, têm-se pesquisado muito sobre a relação que pode existir entre as diferenças individuais dos aprendizes com a aquisição da língua-alvo e pode-se citar alguns pesquisadores como por exemplo Brown, (2000); Krashen, (1985).

Brown, (2000) salienta que o domínio afetivo é difícil de descrever cientificamente. Um grande número de variáveis afetivas está implícito na relevância do lado emocional do comportamento humano para o processo de aquisição de línguas. O problema de se buscar explicações afetivas para o sucesso da linguagem é apresentado pela tarefa de subdividir e categorizar os fatores do domínio afetivo. Somos tentados a usar termos abrangentes como se fossem cuidadosamente definidos.

Para Brown, (2000):

> O afeto se refere às emoções ou sentimentos. O domínio afetivo é o lado emocional do comportamento humano e ele pode ser sobreposto ao aspecto cognitivo. O desenvolvimento dos estados afetivos, sentimentos sobre si mesmo e sobre outros com quem estamos em contato.

Pode-se concluir pela citação de Brown (op. cit) sobre o domínio que este pode afetar a cognição, desse modo influenciando o que pode ser internalizado pelo aprendiz.

Cittolin (2003), está em consonância com Brown, (2000) a respeito da aquisição da língua-alvo poder estar relacionada às variáveis afetivas, como exemplo: motivação, autoconfiança e ansiedade, tendo como efeito o aumento ou a diminuição da internalização de qualquer conhecimento compreensível que é recebido.

Conforme Brown, (2000):

> Compreender como os seres humanos sentem, respondem, acreditam e valorizam é um aspecto extremamente importante de uma teoria da aquisição de linguagem...uma consideração de fatores específicos de personalidade no comportamento humano e como eles se relacionam com a aquisição da segunda língua.

De acordo com Brown (op. cit.) o ser humano possui características e sentimentos que podem influenciar na aquisição de uma nova língua e existem fatores que são considerados específicos no comportamento dos seres humanos e relacionam-se com a aquisição.

Brown (2000), salienta diversos fatores da personalidade considerados específicos no comportamento humano. Dentre eles o autor aponta que a autoestima é o aspecto mais difundido de qualquer comportamento humano. Pode-se afirmar que nenhuma atividade cognitiva ou afetiva bem sucedida é capaz de ser realizada sem algum grau de autoestima, autoconfiança, conhecimento de si mesmo e crença em suas próprias capacidades para desempenhar essa atividade.

O autor salienta que o senso de autoestima das pessoas provem do acúmulo de experiências que as mesmas obtiveram, provenientes delas mesmas ou das avaliações do mundo externo.

Para compreender melhor a autoestima, salienta-se três níveis gerais que foram descritos na literatura para capturar sua multidimensionalidade: a global, a situacional e a de tarefa.

A autoestima global é uma avaliação geral ou predominante que faz com que o próprio valor se acumule ao longo do tempo e em várias situações. A autoestima situacional ou específica refere-se às autoavaliações de alguém em situações específicas da vida, como interação social ou em certos traços relativamente definidos, como capacidade comunicativa de inteligência, capacidade atlética ou traços de personalidade. A autoestima de tarefa, refere-se a certas ações em situações pontuais que podem se referir a auto-avaliação de um aspecto específico, como por exemplo, falar e escrever.

Segundo, (BROWN, 2000, apud ADELAIDE HEYDE, 1979) foi realizado um estudo sobre os efeitos dos três níveis de autoestima no desempenho de uma tarefa de produção oral por estudantes universitários americanos que estavam em processo de aprendizagem da língua francesa. Após a averiguação dos resultados foi observado que a autoestima parece ser uma variável importante na aquisição de segunda língua (ou língua estrangeira), principalmente em vista dos fatores transculturais da aprendizagem do idioma estrangeiro.

Outro fator citado por Brown (2000), é a inibição, que está intimamente relacionado, em alguns casos, com o conceito de autoestima. Todos os seres humanos, em sua compreensão de si mesmos, constroem conjuntos de defesas para proteger o

ego. O próprio recém-nascido não tem conceito formado de si mesmo e gradualmente aprende a identificar seu próprio ser que é diferente dos outros seres.

Em consonância com Guiora (1972) e Ehrman (1996) , Brown (2000), concorda que o ego humano abrange o chamado “ego da linguagem” ou “natureza egoísta” que pode ser considerado uma parte muito pessoal da aquisição de segunda língua. A aquisição de linguagem, pode em determinado momento, envolver algum grau de conflito de identificação, à medida que os alunos de língua assumem uma nova identidade com sua competência recém-adquirida. Os autores concluem que, o ego considerado correto da linguagem pode permitir que os alunos consigam diminuir as inibições que podem impedir que os mesmos alcancem o sucesso na aquisição da língua estrangeira.

Como já citado, entende-se que existem determinados fatores específicos que muitas vezes podem inibir a aquisição de segunda língua do aluno, contudo a variação de riscos pode ser considerada uma das mais relevantes nesse aspecto, pois esse fator se encontra em muitas questões na aquisição e na pedagogia da segunda língua. De acordo com Brown (2000), a impulsividade foi descrita como um estilo que poderia surtir efeitos positivos na aquisição da linguagem, contudo como já citado anteriormente, a construção de defesas em torno de nossos egos podem trazer prejuízos ao aluno.

Por outro lado, compreende-se que fatores que sugerem assumir riscos podem ser considerados características importantes no aprendizado bem-sucedido de um segundo idioma, pois os alunos precisam estar dispostos a experimentar palpites sobre o idioma e devem correr o risco de estarem errados. O autor compreende que o aluno silencioso na sala de aula pode ser considerado alguém que não está disposto a parecer tolo quando erros são cometidos. Dessa maneira, entende-se que a autoestima está intimamente ligada ao fator de risco, pois quando esses erros tolos são cometidos, uma pessoa com alta autoestima global não se assusta com as possíveis consequências de ser ridicularizada.

Segundo, Brown (2000) compreende-se que ansiedade pode ser considerado o fator afetivo que está intrinsecamente entrelaçado com a autoestima, a inibição e a variação de riscos. Para o autor, a ansiedade desempenha um importante papel afetivo na aquisição da língua estrangeira, embora todos saibam o que é ansiedade e todos experimentam sentimentos de ansiedade, esse fator afetivo ainda não é fácil de definir, pois está associado a sentimentos de inquietação, frustração, insegurança, apreensão ou preocupação, os quais podem levar o aluno a possuir diversos problemas na

aquisição da língua estrangeira e até mesmo na socialização com os demais alunos dentro da sala de aula.

O ser humano pode ser considerado o animal que mais se importa com o processo de socialização e que necessita manter laços uns com os outros, contudo essa socialização ocorre através da linguagem verbal e não verbal. Entretanto, observa-se que para obter a comunicação entre os indivíduos é necessário que haja empatia entre os mesmos. De acordo com Brown (2000), a empatia é o processo de se colocar no lugar de outra pessoa, de ir além do eu para entender o que outra pessoa está sentindo e pode ser analisado como o principal fator de harmonia entre os indivíduos em uma sociedade. Entende-se que a linguagem é um dos principais meios de empatia existentes e visa-se a comunicação não verbal como facilitadora do processo de empatia, assim, não deve ser negligenciada pela sociedade.

No processo de aquisição de língua estrangeira, encontra-se Krashen (1982), o qual criou a teoria das cinco hipóteses para aquisição de língua estrangeira. A primeira hipótese é a diferença entre aquisição e aprendizagem, destacando-se que a aquisição assemelha-se ao modo como as crianças adquirem o conhecimento, que é inconsciente e a aprendizagem, a maneira de adquirir o conhecimento de forma consciente, como os tópicos ensinados em sala de aula.

A segunda hipótese de Krashen, é a hipótese da ordem natural, que segundo o autor, é a maneira que adquirimos partes de uma língua de maneira previsível. Segundo o autor, alguns itens gramaticais tendem a ser adquiridos antes do que outros. Krashen explica que a ordem na qual adquirimos a primeira língua é considerada similar à ordem de aquisição do segundo idioma, contudo não são idênticas.

A terceira hipótese é o modelo monitor, o qual identifica a produção de enunciados em outra língua como fruto de um conhecimento considerado inconsciente e que o conhecimento consciente tem como função o monitoramento, o qual serve para visar à precisão gramatical.

A quarta hipótese é a hipótese do “input”, que de acordo com Krashen (1982), pode ser a tentativa de explicar como ocorre a aquisição do segundo idioma. O “input” é o insumo fornecido ao aluno para que haja aquisição e segundo Krashen (op. cit.) esse insumo deve ser diversificado, abundante e ser um pouco maior do que o conhecimento que o aluno possui (i+1).

A quinta hipótese de Krashen (1982) é a do Filtro Afetivo, nessa hipótese o autor acredita que variáveis afetivas podem ter um papel facilitador no desempenho da

aquisição da língua estrangeira e o filtro afetivo é uma barreira invisível que deve ser mantida baixa para que o aluno esteja aberto aquisição, se mantiver o filtro afetivo alto com muita ansiedade, baixa motivação e inibição pode tornar mais difícil o processo de aquisição.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa se desenvolverá através do estudo qualitativo e bibliográfico. Segundo Marconi e Lakatos (2015), a pesquisa bibliográfica estende-se através de fontes secundárias abordadas através de livros, dissertações e teses, entre outros. Dando ao pesquisar material necessário para que suas afirmações sejam validadas.

Segundo os mesmos autores, uma pesquisa qualitativa faz-se necessária quando o objeto de estudo não pode ser investigado e classificado a partir de bases quantitativas devido à complexidade de suas estruturas.

Esse estudo também contou com uma pesquisa de campo a partir de um questionário que foi aplicado aos alunos do oitavo semestre do curso noturno de licenciatura em Letras, de modo individual, dentro da sala de aula de uma instituição de ensino superior do interior do Estado de São Paulo e teve como objetivo identificar as percepções dos alunos quanto as suas próprias variáveis afetivas no seu processo de aquisição da língua, com ênfase na importância da capacidade de arriscar-se para efetivar esse processo. Os alunos foram selecionados, por cursarem o último ano da graduação em Letras e já possuir embasamento teórico para avaliar suas variáveis afetivas no processo de aquisição, eles não tiveram seus nomes pessoais identificados na pesquisa, mas foram atribuídos nomes fictícios afim de preservar suas identidades.

Com base no questionário as respostas serão categorizadas, esse método, pode ser entendido como um procedimento que busca compilar dados que tiverem afinidades, buscar categorizá-los mediante bibliografia de autores que comprovam tal enunciação.

Portanto, neste estudo analisa-se se o fator de personalidade e a capacidade de arriscar-se do indivíduo, se pode facilitar, ou não, seu desempenho na aquisição da língua estrangeira.

Por último será realizada a tabulação dos dados da pesquisa afim de contribuir para o tema proposto: variáveis afetivas na aquisição de língua estrangeira: a importância de arriscar-se.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao serem indagados se tinham alguma dificuldade em se comunicar em inglês os sete participantes responderam afirmativamente, sendo que quatro deles declararam ter falta de vocabulário na língua-alvo, um deles alegou problemas na compreensão da fala e na elaboração de frases.

Quando lhes foi perguntado se sentiam medo do que as pessoas iam achar quando os ouvissem falar a língua inglesa Joana e Matheus responderam que se sentiam inseguros ao se comunicarem oralmente. Maria diz que há uma certa expectativa por parte das outras pessoas quando se é aluno de Letras, "*eles esperam que você fale bem e isso atrapalha o desempenho da língua".* Na pergunta *"Você acha que em algumas circunstâncias o seu filtro afetivo atrapalhou o seu processo de aquisição de línguas?"* Os participantes foram quase unânimes ao dizer que sim, apenas o participante Mario disse que o filtro afetivo não o atrapalhou. As respostas de como o filtro afetivo os afetou foram diferentes, por exemplo:

Maria: Sim, considerando que tomo constantes medicações para conter a ansiedade, estou sempre acompanhado por uma carga emocional que me atrapalha muito na aprendizagem.

Isabela: Sim, acredito que se eu tivesse me arriscado mais, sendo para errar ou para acertar, eu estaria mais avançada no meu processo.

Observa-se que o filtro afetivo alto pode apresentar diferentes tipos de problemas quanto a aquisição da língua

Ao serem indagados se gostavam de se arriscar os participantes Joana, Mario e Matheus responderam que não; Isabela alegou que quando se sente confortável com a situação não tem problemas em arriscar-se e Rafaela respondeu que gosta de conhecer coisas novas, portanto se arrisca.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com esse estudo, entende-se que o medo de arriscar-se para que possam adquirir a língua estrangeira encontra-se permanente presente dentro da sala de aula e internalizada nos alunos, dessa maneira essa pesquisa faz relação com os fatores afetivos enfrentados durante o processo de aquisição/aprendizagem dos alunos, além disso, foi abordado através da pesquisa de campo, os principais problemas relacionados com os filtros afetivos dos estudantes e até mesmo com os problemas mais encontrados por eles, como por exemplo: medo, ansiedade e baixa autoestima.

Foi observado que os alunos estão encontrando maior dificuldade em arriscar-se no processo de aprendizagem, pois a insegurança e o medo de se constranger perto dos demais alunos faz com que deixem de expor aquilo que pensam. Contudo, a autonomia descrita por alguns deles, os instiga a obter mais conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BROWN, H.D. **Principles of language learning teaching**. 4 ed. Longman, 2000.

CITTOLIN, S.F. **A afetividade e a aquisição de uma segunda língua: a teoria de Krashen e a hipótese do filtro afetivo**. Disponível em: https://revistas.utfpr.edu.br/rl/article/view/2254 Acesso em: 09 de março de 2019.

GARDNER, R. C.; MACINTYRE, P.D**. On the Measurement of Affective Variables in Second Language Learning.** *Language Learning*, v. 43, n. 2, p.157-194, 1993.

KRASHEN, S. **Principle and Practice in Second Language Acquisition.** 1. ed: Pergamon Press Inc., 1982

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Pesquisa bibliográfica**. In MARCONI, M. A.;

LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed – 10. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

TAMIOZZO, T.C. **A influência dos fatores sócio-afetivos e características comportamentais de adolescentes no processo ensino aprendizagem de língua estrangeira inglês**. Disponível em: http://bibliodigital.unijui.e du.br:8080/xmlui/handle/123456789/765 Acesso em: 24 fev. 2019.

VOLUZ, T.C. As hipóteses de Krashen: Influências e possíveis aplicações no ensino de espanhol como língua estrangeira. **Revista Versalete**. Curitiba. V. 1, n. p. 30 – 40, jul-dez. 2013

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Frederico dos Santos Paixão, Gabriel Poli Pelon, Giovani Bincoleto, Luiz Henrique Valentim da Silva, Perla Savana Daniel, e-mail: henriquesupermercado@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a violência contra a mulher, também elencar sua relevância e citar os número de casos dos últimos anos, bem como mostrar algo que foi criada para uma maior eficiência no combate a violência doméstica, como a Lei nº 11.340\06 Lei Maria da Penha e os seus efeitos na vida das mulheres vítimas de violência. Posteriormente pretende-se mostrar um breve panorama da violência contra a mulher depois da promulgação da Lei em questão.

Além disso, o trabalho visa analisar políticas públicas que estejam de acordo com o dispositivo legal e também salientar os tipos de violência cometidos com maior incidência contra mulheres e compreender as políticas de proteção à mulheres brasileiras à luz da Lei Maria da Penha.

A violência cometida contra as mulheres na maioria das ocorrências acontece no âmbito doméstico, familiar e manifesta-se em especial na relação entre homem e mulher, pois é quando o agressor possui uma relação de “afetividade” com a vítima, que por vezes surge a discriminação. Infelizmente ainda é considerada um fenômeno social e cultural, que na maioria dos casos o silêncio da vítima predomina, seja por medo de represarias ou até mesmo de ficar sem ter pra onde ir.

A violência contra as mulheres é um problema universal que atinge milhares de vítimas, na maioria das vezes de forma silenciosa e dissimulada. Trata-se de um crime que não costuma obedecer nenhum nível social, econômico, religioso ou cultural específico, como poderiam pensar algumas pessoas e sim um sofrimento indescritível que imputa às suas vítimas, muitas vezes irreparável, também ficou comprovado que a violência doméstica inclui a Negligência Precoce e o Abuso Sexual, podendo impedir um bom desenvolvimento físico e mental da vítima , além é claro de traumas psicológicos muito graves, havendo a necessidade de assistência do mesmo durante tratamento indispensável.

2 METODOLOGIA

Para este trabalho foram feitas revisões na doutrina, leis e em índices e apontamentos referentes às políticas públicas nacionais para a mulher.

3 RESULTADOS

Dentre várias políticas adotada, a primeira que podemos citar é a criação de delegacias especializadas no atendimento à mulheres vítimas de violência, sendo que a primeira foi criada em 1985, onde São Paulo foi o primeiro Estado-membro a possuir uma. No Brasil, em 2012, o número delegacias deste gênero era de 374, representando apenas 7% dos mais de 5,5 mil municípios brasileiros.

Esse número é realmente pequeno se levado em consideração o número de denúncias recebidas pelo Ligue 180 naquele ano, mais de 1,8 mil ligações por dia.

Outra política desenvolvida para auxiliar no combate a violência contra a mulher foi a criação da Central de Atendimento à Mulher, mais conhecido como Ligue 180, criado em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, como já foi mencionado, somente no ano de 2012 a central recebeu mais de 88.685 ligações, sendo constatado um aumento de 600% no número de denuncias quando comparado ao ano de 2006 (12.664 denúncias), e no ano de 2013 o numero de ligações bateu a marca de 532.711, e desde que o serviço foi criado já foram computadas mais de 3,6 milhões de ligações.

Conforme estabelecido pela lei, dentro do rol de políticas a serem desenvolvidas para combater a violência contra a mulher, está a criação de varas especializadas no processamento e julgamento de litígios que envolvam violência contra a mulher, segundo um levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há cerca de 66 unidades judiciárias com competência exclusiva para julgar tais casos, entretanto existe um desequilíbrio na distribuição destas unidades no Brasil, sendo que este foi feito para estudar a possibilidade de criação de outras 54 unidades.

Outro dado levantado é o de que no final de dezembro de 2011 haviam sido processados mais de 600 mil procedimentos pelas varas e juizados especializados na matéria.

4 DISCUSSÃO

A violência contra a mulher por ser fruto de uma evolução histórica, muitas vezes praticada por alguém do seu âmbito familiar, sendo um trágico quadro atual que vincula na sociedade devido à falta de informação e a conceitos socioculturais ainda enraizados,

porém configura-se como um dos mais graves problemas a serem enfrentados, sendo um dos maiores desafios sociais dos últimos tempos.

Históricamente a mulher sempre foi submissa ao homem, nas sociedades antigas ela somente servia ao homem cozinhando, cuidando da casa e filhos. Não tinha participação em assuntos que naquela época era direcionado apenas aos homens, os quais tomavam as decisões importante para a época e assim a sociedade de uma forma geral acabava tratando a mulher como um ser inferior.

Entretanto, tal pensamento não evoluiu como deveria, veja-se:

> A cultura da violência doméstica decorre das desigualdades no exercício do poder, levando assim uma relação de "dominante e dominado", que apesar de se obter avanços na equiparação entre homens e mulheres, a ideologia patriarcal ainda vigora, e a desigualdade sociocultural é uma das principais razões da discriminação feminina. (DIAS,2007, p.15-16).

João Farias Júnior diz que:

> A mulher era subjugada através dos padrões patriarcais, sendo seu comportamento moldado rigidamente,Todavia, fora das amarras severas do patriarquismo, vê-se que a mulher não conseguiu libertar-se dos padrões que lhe foram impostos (FARIAS JÚNIOR, 2001, p.207)

Em seu preâmbulo, a Constituição Federal de 1988, enaltece a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil e a instituição de um Estado Democrático que deveria assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, além da liberdade, segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Estes são os valores de uma sociedade fraterna, sem preconceitos e fundada na harmonia social.

Não bastou o dispositivo constitucional para garantir a segurança da mulher de forma geral, dentro e fora de casa. Muitas mulheres sofreram, como ainda sofrem, para enfim conseguirem recorrer a Comissão Internacional de Direitos Humanos. Desta forma. tal instituição condenou o Estado brasileiro a tomar providências buscando uma solução para a questão da violência contra a mulher

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica existe em todo o mundo, e está previsto em lei, atinge todas as diferentes classes socias, viola os direitos humanos e um dos sintomas mais visíveis desse fato é a desigualdade de poderes nas relações entre homens e mulheres, deixando-as assim elas mais vulneráveis.

O seu combate é uma responsabilidade de toda a sociedade será necessário conscientização da sociedade no intuito de não mais reproduzi-la, quebra do silencio quando este ocorrer, qualificação no seu atendimento quando solicitado e principalmente

estruturas disponíveis e adequadas para a realização do seu atendimento quando necessário, se atentando também em Medidas efetivas, multidisciplinares, das áreas médicas, jurídicas, econômicas e sociais nas quais serão fundamentais na prevenção da violência contra a mulher.

Mudar o comportamento social e cultural da sociedade não será fácil, mas com muito trabalho e medidas educativas que busquem a conscientização, a população ganhará novas forças para dizer não a violência doméstica e conjugal.

REFERÊNCIAS

ARJONA, Reciane Cristina. VIOLÊNCIA DOMÉSTIA CONTRA MULHER, 2019. Disponível https://recianearjona.jusbrasil.com.br/artigos/724677229/violenciadomestica-contra-mulher?ref=feed > Acessado em: 03 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº11.340. de 07 de ago. de 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acessado em: 03 out. 2019

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da penha na Justiça: LEI 11.340/2006:da efetividade da lei de Combate à Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher . São Paulo: Revista dos Tribunais,2007. p. 15 e 16.

FARIAS JÚNIOR, João. Manual da Criminologia.3. Ed. Atual. Curitiba: Juruá, 2001. p. 207.

VIVÊNCIAS ACADÊMICAS: FATORES ASSOCIADOS AO ADOECIMENTO PSÍQUICO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Taise Regina de Oliveira Martinez, Cláudia Cristina Iquiene Moreira, Liara Rodrigues de Oliveira, e-mail: t.olly@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com o incremento de novas políticas sociais de incentivo ao ingresso no ensino superior, hoje, as universidades se tornaram mais acessíveis à população em geral. Segundo dados do último Censo de Educação Superior (MEC/INEP, 2019), o Brasil possui 8,4 milhões de alunos matriculados no ensino superior, sendo o ingresso a Universidade marcado por mudanças complexas na forma como o estudante vivência diversas áreas de sua vida (PAPALIA; FELDMAN, 2010).

Soares e Del Prette (2015), discorrem que ao ingressar na universidade, o estudante vivência uma sensação de conquista e vitória. Porém, este período pode se tornar complicado se houver dificuldade no processo adaptativo do discente, com relação às novas formas de aprendizagem, socialização, acomodação de novos hábitos e disposição para relacionamento com os colegas e professores.

Quando passado o entusiasmo inicial, o estudante muitas vezes desiste diante dos inúmeros desafios encontrados, o que alimenta os índices de evasão. A evasão universitária é uma preocupante realidade, segundo dados do II Seminário Evasão no Ensino Superior, realizado em 2015 pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, com participação de gestores das Instituições de Ensino Superior e autoridades do MEC, a média anual da evasão em instituições públicas e privadas apresentada ficou entre 21% e 22%. Porém, se considerar apenas os primeiros períodos dos cursos, a média pode atingir 50% dos estudantes (CRUB, 2016).

Considerando que o aluno passa por diversos estressores no decorrer da graduação e a partir da observação e vivência da rotina de um curso de psicologia em uma faculdade privada do interior de São Paulo, notou-se um considerável desgaste físico e emocional por parte dos estudantes, com base nos fatores a cima citados. Nesse sentido, questiona-se a qualidade das vivências acadêmicas em geral, e como elas podem corroborar como fatores de adoecimento psíquico para esses alunos.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa busca através de referencial teórico constituído por artigos científicos, utilizando busca nas bases de dados do Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e o PePsico**,** levantar dados sobre a prevalência de adoecimento psíquico em estudantes no ambiente universitário, visando contribuir para melhor compreensão e identificação dos fatores implicados nesse processo e assim contribuir com a identificação de possíveis formas de enfrentamento e construção de estratégias de apoio a esses estudantes.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratória, elaborada através de levantamento bibliográfico. Segundo Gil (2002), parte considerável dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem desse tipo de pesquisa reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que se fosse pesquisar diretamente.

Também será utilizada a abordagem qualitativa para levantamento do conteúdo, sendo que, “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

O estudo foi desenvolvido através de análise de material coletado em livros e publicações de artigos científicos disponíveis nas bases de dados do Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e PePsic, utilizando as seguintes palavras-chave: adoecimento, faculdade, universitário, sofrimento psíquico, conceitualização, saúde mental, evasão, ensino superior. A utilização dos filtros resultou em um total de 1.058 artigos, onde primeiramente através da leitura dos títulos foram selecionados 38, prosseguindo para leitura dos resumos daqueles que eram compatíveis com o tema, onde foram selecionados 20 e que através da leitura mais apurada resultou em 18 para compor a pesquisa. Também foram utilizados dados estatísticos contidos no site do Governo- Instituto de Estudos e Pesquisas- INEP.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Para o estudo do adoecimento psíquico de discentes é pertinente o entendimento sobre o que seria a saúde mental. A Organização Mundial da Saúde define o conceito

de saúde mental como não somente a ausência de um transtorno mental, mas como um estado de bem-estar no qual, cada indivíduo pode realizar seu próprio potencial, podendo enfrentar o estresse normal da vida, trabalhar de forma produtiva e ainda ser capaz de contribuir para com a sua comunidade (WHO, 2008). Nessa perspectiva, considera-se que a saúde mental do indivíduo está relacionada a amplos fatores, não somente ao bem-estar físico, mas aspectos psicológicos, sociais e pessoais, que se inter-relacionam e influenciam na percepção do indivíduo sobre si e sua forma de se relacionar com o meio.

Para Silva *et al*. (2007), a sensação de bem-estar ou satisfação está fortemente ligada com a capacidade do indivíduo em lidar com a ocorrência de eventos em seu dia a dia, e também defendem que a ruptura na sensação de bem-estar psicológico pode resultar em dificuldade de manejar eventos considerados estressantes nas diversas esferas de sua vida, o que acaba por afetar o comportamento do indivíduo e a percepção da sua saúde. Cabe aqui o cuidado de não generalizar, pois o bem-estar individual é subjetivo, e vai depender da percepção e capacidade do sujeito de se relacionar frente à demanda de objetivos, expectativas, frustrações, preocupações, responsabilidades e exigências do ambiente que se vivência.

A literatura apresenta o ambiente universitário como fator influente na saúde mental do estudante, pois exige que o estudante desenvolva uma série de habilidades diante do novo contexto, que não se restringem somente a conteúdos acadêmicos, mas também com desenvolvimento de relações interpessoais, comprometimento com objetivos pessoais e profissionais, reorganização e planejamento financeiro e da rotina, etc. (SILVA, 2010). Nessa perspectiva, a vida acadêmica apresenta um período de mudanças que exigem reorganização e direcionamento por parte do universitário. Para Bohry (2007), nessa fase além dos fatores de estresse acadêmico, também há significativos fatores de estresse pessoal. Segundo levantamentos de Fagundes e Ludermir (2005), o sofrimento psíquico, muitas vezes expressos através de depressão e ansiedade apresenta uma alta prevalência nesse ambiente, variando entre 25% a 34%.

A universidade é um espaço de fundamental importância para o desenvolvimento da vida, uma vez que promove um aprimoramento profissional e pessoal (BARDAGI, 2007). As exigências acadêmicas em diversos momentos desorganizarão o aparelho psíquico dos estudantes, sendo importante que estes possuam um repertório comportamental suficientemente satisfatório para reorganizar, assimilar e equilibrar novamente, conseguindo assim, atender todas as demandas vinculadas ao curso. Muitos

alunos apresentam carências de competências e habilidades, provenientes de falta de recurso pessoal, precária estrutura educacional durante o ensino médio, ausência de suporte familiar, carência financeira, etc., devido a esses inúmeros fatores, considera-se que os estressores podem sobrevir de forma mais intensa aos alunos.

Outro momento que pode ser considerado como estressor para o aluno é início da prática do estágio, pois é o período em que o aluno percebe na prática as consequências e limitações do seu conhecimento, momento que pode vir acompanhado de insegurança frente ao novo papel desempenhado. Estudos de Palacio *et al*. 2007, referente a cursos que abrangem a área da saúde, demonstram que as primeiras intervenções junto aos clientes, costumam despertar ansiedade, medos e dúvidas quanto a forma de intervenção. Os estudantes ficam à frente de um novo momento de crise, medo de não dominarem os conteúdos já aprendidos, de cometer algum erro e prejudicar o cliente, não serem reconhecidos por parte dos colegas e professores e de não serem capazes de assumir um papel de mais iniciativa e responsabilidade diante dos estágios e pós-formatura.

Para além do estágio, o aluno também precisa lidar com a sobrecarga de estudos, que se faz necessária diante da necessidade de constante atualização, já que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo. Essa competitividade, muitas vezes, se traduz na sala de aula, gerando conflitos e acarretando problemas emocionais. Nesse contexto que exige reorganização por parte do aluno, muitos estudantes se lamentam pela escassez de tempo para realizarem atividades sociais com os amigos e com a família, o que pode resultar em sentimento de esgotamento psíquico (FERRAZ; CARDONA; MONTE, 2009).

Também são relevantes as questões financeiras, que podem sim avigorar o desdobramento de transtornos mentais (BAYRAM; BILGEL, 2008), uma vez que, trazem consigo muitas preocupações e desgastes no sentido de adequar-se a este novo contexto e demandas.

Desta forma, considera-se que o aluno pode enfrentar diversas dificuldades no decorrer da graduação, Maroco e Tecedeiro (2009) atentam para o risco do desenvolvimento da Síndrome de Bournout, tendo em vista que muitos alunos chegam a vias de um esgotamento físico e mental, o que reforça a fragilidade deste grupo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se por parte da sociedade, uma grande dificuldade em reconhecer que o ambiente educacional possa, sim, adoecer o sujeito á ele exposto, talvez a discrepância seja pelo papel social que o conhecimento possui em nosso meio, sendo ele, até então, o responsável por libertar, aprimorar, evolucionando a humanidade desde os primórdios; nisso, entra a contrariedade, seria ele capaz de provocar o efeito reverso?

Estudos comprovam que os discentes em geral iniciam suas carreiras acadêmicas de forma muito otimista e esperançosa. Depositando no curso, todos os seus anseios e desejos mais íntimos. No entanto, as variáveis e exigências existentes no decorrer do processo de aprendizagem, podem sim, se tornar um fardo muito pesado para os alunos, muitas vezes desavisados e despreparados, psicologicamente, emocionalmente, fisicamente e financeiramente.

Romantizar esta fase é natural, trata-se de um momento de renovo e descobertas, leva tempo para que o sujeito compreenda e consiga se adaptar ao seu novo papel social, bem como as demandas que estão atreladas a ele.

O aumento da carga de estudo, a necessidade de estabelecer um melhor aproveitamento de tempo e recursos, e a inevitável necessidade de disponibilizar tempo e energia para a socialização, a capacidade de desenvolver e manter relacionamentos interpessoais são primordiais, mas amadurecimento não é imediato, e conseguir equilibrar todas essas questões de forma satisfatória é difícil. Infelizmente muitos alunos, mesmos após terem realizado todos os esforços, acabam por se render e desistir da graduação.

O trabalho comprova e reforça a necessidade de atenção a este tipo de público, que muitas vezes tem seus sonhos frustrados pela simples falta de acolhimento ou pela falta de empatia por parte de seus pares, e também pela inexistência de um suporte institucional, em um mundo tão individualista e voltado à exigência de produção, onde a subjetividade é diariamente questionada e colocada à prova, se faz necessário que as instituições de ensino se diferenciem, e ofereçam para além do conhecimento obrigatório, um ambiente verdadeiramente favorável para um desenvolvimento biopsicossocial pleno.

REFERÊNCIAS

BARDAGI, M. P. **Evasão e comportamento vocacional de universitário: estudos sobre o desenvolvimento de carreira na graduação**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio

Grande do Sul, 2007. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10762/000602010.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 18 ago. 2019.

BAYRAM, N.; BILGEL, N. The prevalence and socio-demographic correlations of depression, anxiety and stress among a group of university students. **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, [S.l.], v. 43 n. 8 p. 667-672, 2008. Disponível em: https://blogs.umass.edu/gwis/files/2015/07/Bayram-Bilgel-2007.pdf Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2018**: Notas estatísticas. Brasília, DF. 2019. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf

BOHRY, S. **Crise psicológica do universitário e trancamento geral de matricula por motivo de saúde**. 2001. 240 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2817/1/2007_SimoneBohrydeOliveira.pdf Acesso em: 18 de ago. 2019.

CRUB, CRUB sedia segunda edição do Seminário Evasão no Ensino Superior. **Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras,** 2016. Disponível em: http://www.crub.org.br/?p=4977. Acesso em 18 ago. 2019.

FAGUNDES, V. L. D.; LUDERMIR, A. B. Common mental disorders among health care students. **Revista Brasileira de Psiquiatria,** [São Paulo], v. 27, n. 3, p.194, set. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462005000300007 Acesso em: 18 de ago. 2019.

FERRAZ, H. F.; CARDONA, S.; MONTE, P. G. Psychological exhaustion and disorders of health in psychology students. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.14, n. 2, p. 349-353, abr./jun. 2009 Disponível em http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n2/v14n2a15.pdf Acesso em: 14 set. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

MAROCO, J.; TECEDEIRO, M. Inventário de Burnout de Maslach para estudantes portugueses. **Psicologia, Saúde e Doenças,** Lisboa, v. 10, n. 2, p. 227-235, 2009. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862009000200007. Acesso em: 13 set. 2019.

PALACIO, L. M. A. *et al*. Autoestima y relaciones interpersonales en jóvenes estudiantes de primer semestre de la División Salud de la Universidad del Norte, Barranquilla (Colombia). **Salud UNNINORTE**, Barranquilla, v. 23, p. 32-42, jul. 2007.

Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-55522007000100005. Acesso em: 12 set. 2019.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano.** 10. ed. Porto Alegre: Artmed. 2010. 892 p.

SILVA, R. A. *et al*. Bem-estar psicológico e adolescência: fatores associados. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1113-1118, maio 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n5/13.pdf Acesso em: 18 ago. 2019.

SILVA, R. R. da. **O perfil de saúde de estudante universitário**: um estudo sob o enfoque da psicologia da saúde. 2010. 90 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10300/SILVA%2c%20RACHEL%20RUBIN%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2019.

SOARES, A. B.; DEL PRETTE, Z. A. P. Habilidades sociais e adaptação à universidade: convergências e divergências dos construtos**. Análise Psicológica,** Lisboa, v. 33, n. 2, p. 139-151, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312015000200001. Acesso em: 01 out. 2019.

WHO – World Health Organization. What is mental? *In*: ON LINE Q. A, 2008. Disponível em: http://www.who.int/features/qa/62/en/index.html. Acesso em: 18 ago. 2019.

YOGA COMO TRATAMENTO COMPLEMENTAR NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Priscila Antunes Ribeiro, Larissa Borges Dos Santos, Guilherme Martines, Giovanna Castilho Davatz Lopes, e-mail: priantunes_@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O yoga é uma palavra que vem do sânscrito e seu significado pode ser compreendido como união, junção, integração e conexão. O seu surgimento ocorreu através de uma escola filosófica há quase 6.000 anos. Essa prática propõe o caminho de volta para a nossa religação, nesse sentido nos encontramos num estado de dualidade, imersos na identificação com aquilo que apresentamos ser, nossa personalidade. Entretanto, há necessidade de reconhecimento com o nosso lado espiritual, transcendental (CAVALARI, 2011; CAMARGO; PIANGETINI, 2018).

O yoga é uma filosofia de vida e autoconhecimento amparada por princípios técnicos, filosóficos e éticos que oferecem orientação em forma de exercícios práticos para que a união do ser com sua própria consciência espiritual aconteça. É necessário, portanto, um devido equilíbrio em ambas as partes para alcançar a tão esperada plenitude (CAVALARI, 2011).

Contudo, observou-se que mesmo o yoga sendo uma prática milenar existem poucos trabalhos científicos que o relacionam à saúde, mais especificamente com a população pertencente ao espectro autista.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) descreve um grupo de perturbações do desenvolvimento neurológico. Algumas manifestações são: irritabilidade, falta de interatividade social e isolamento (CAMARGO; PIANGETINI, 2018). Levando em consideração as informações citadas a cima, foi analisado como essa prática milenar pode auxiliar no tratamento de indivíduos com TEA, trazendo benefícios aos sistemas psicomotor, psicossomático e inclusive cognitivo, aspecto esse que motivou o presente trabalho. O objetivo do presente trabalho foi investigar o yoga como terapia nos casos de autismo.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica, ou seja, “Revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre o tema específico” (SANTOSCAN; DELORO, 2006, p. 43). Para sua realização buscou-se artigos científicos e textos acadêmicos (trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses) nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico, Bireme e Pubmed.

Os termos utilizados para a busca de artigos foram yoga, ioga e autismo, associados e combinados de diversas maneiras, nos idiomas português e inglês.

Como critério de inclusão adotou-se o material publicado dos últimos cinco anos e foram excluídos os trabalhos que não se relacionavam à temática, após a análise de título e resumo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Com a metodologia descrita, foram encontrados 11 textos científicos, 3 no idioma português no Google Acadêmico e 8 em inglês no Pubmed. Não foram encontrados materiais envolvendo a temática nos buscadores Bireme e Scielo.

O TEA é um distúrbio neurodesenvolvimental que aparece na idade da primeira infância entre 18 e 36 meses. Além de problemas de comportamento, os acometidos sofrem com dificuldades com o sono e problemas gastrointestinais (NARASINGHARAO; BALARAM; NAVANEETHAM, 2017).

Dentre os principais problemas comportamentais das crianças com TEA estão a falta de comunicação e interação social, menor tempo de atenção, comportamento repetitivo e restritivo, falta de contato visual, comportamentos agressivos e auto lesivos, problemas de integração sensorial, problemas motores, atraso no desenvolvimento da linguagem, problemas de aprendizagem que acarretam deficiência nas atividades acadêmicas, ansiedade e depressão. Esses sintomas estão predominantemente presentes durante a infância e podem variar de muito leves a muito graves em todos os grupos étnicos e socioeconômicos (SINGER; RAMITA, 2016; NARASINGHARAO; BALARAM; NAVANEETHAM, 2017; LITCHKE; LIU; CASTRO, 2018).

Como a prevalência de TEA tem aumentado constantemente nas últimas duas décadas, chegando, por exemplo, ao fato de ser diagnosticada 1 em cada 68 crianças conforme estudos de Litchke, Liu e Castro (2018), há necessidade de serem investigados métodos de tratamento.

Nesse contexto, Vidyashree *et al.* 2019 referem que há poucas opções de intervenção para esse público com base em evidências científicas. Quanto a isto, Singer

e Ramita (2016) enfatizaram que todos os tratamentos precisam ser submetidos ao rigor de ensaios clínicos bem projetados a fim de que seja comprovada a redução de sintomas com risco mínimo.

Höfer *et al.* (2019) consideram que pelo fato da medicina complementar alternativa ter sido utilizada com eficácia para indivíduos com diversos distúrbios somáticos e psíquicos, pode ser uma boa opção de tratamento no TEA. Descrevem como fazendo parte desta área da medicina as intervenções médicas alternativas que englobam sistemas como a homeopatia e a acupuntura; e as intervenções mente-corpo, nas quais são incluídos o yoga, a musicoterapia, terapia com animais e o biofeedback, por exemplo.

Tendo estudado o uso das terapias mente-corpo incluindo yoga, meditação e Mindifulness, Hourston e Atchley (2017) afirmaram que poucos estudos foram realizados com pessoas com TEA e que pouco foi avaliado quais das abordagens têm sido utilizadas e seus propósitos. Os autores não encontraram, em sua investigação, nenhum estudo sobre yoga avaliando seus resultados sobre emoções ou aspectos mentais no TEA.

Vidyashree *et al.* (2019) comentaram que das práticas mente-corpo o yoga, atualmente praticado por mais de 20 milhões de pessoas em todo o mundo, deve ser investigado por já ter se mostrado, em alguns estudos científicos, como uma possível intervenção eficaz no TEA.

Para utilizar o yoga como método de tratamento no TEA, há necessidade de planejar sessões estruturadas (NARASINGHARAO; BALARAM; NAVANEETHAM, 2017) que devem ser ajustadas de forma organizada, como programas de treinamento, a fim de aprimorar aspectos específicos capazes de amenizar os sintomas de autismo (SOTOODEH *et al.*, 2017).

Camargo e Piagentini (2018) afirmaram, com base em pesquisas bibliográficas, que o fato que muito chama a atenção é que o yoga interfere no funcionamento cerebral, social e cognitivo em todas as idades e condições, possivelmente, devido a mediação do professor com o grupo. Deste modo, desperta ou faz emergir expectativas e capacidades de realizações positivas em cada um, trazendo aos praticantes autoconfiança e tranquilidade para mudarem a si mesmo e, consequentemente, o meio que os cercam.

Os autores Camargo e Piagentini (2018) afirmaram ainda, que aprendizagem é um processo contínuo de autoconhecimento, determinado pelas relações com o meio e

com o outro. Relações essas que, quando mediadas, como feito pelo professor de yoga com o grupo, favorecem o aprendizado de modo lúdico, prazeroso e significativo.

Neves *et al.* (2018) descreveram que na prática de yoga, os alunos inicialmente tiveram maiores dificuldades nos exercícios da consciência do corpo, foram os que também indicaram ter menor consciência do espaço que os envolvia e da atividade na qual estavam a participar. No que se refere à área do Conhecimento de Si, foram avaliadas a evolução nas Competências Pessoais e Sociais, tendo os resultados obtidos revelado que todos os alunos, sem exceção, melhoraram de forma muito significativa, destacando-se: aumento da concentração; melhor gestão das emoções, verificando-se maior controle perante o surgimento de agitação interna, e havendo maior registo de momentos de serenidade e alegria durante as aulas; melhoria na autoestima; aumento da persistência e dedicação enquanto vivenciavam a aula do yoga. Para além dos benefícios estudados diretamente, foram observados progressos que ultrapassaram os objetivos iniciais.

Litchke, Liu e Castro (2018) comentaram, com base em dados da literatura, que tanto as posturas tradicionais do yoga como o trabalho respiratório oferecem a oportunidade para os indivíduos com TEA se concentrarem em si mesmo, aprimorarem sua consciência corporal durante a transição de uma atividade para outra melhorando habilidades motoras e sensoriais. Reforçaram que o yoga tem sucesso na melhora da atenção, do contato visual e do envolvimento com outras pessoas tanto em sala de aula como em ambiente domiciliar.

Esses autores Litchke, Liu e Castro (2018) aplicaram práticas de yoga a cinco crianças com idade de 5 a 13 anos com TEA em sessões de 1 hora, duas vezes semanais durante um mês, observaram redução em suas barreiras sociais e emocionais. A modalidade de yoga utilizada para a intervenção foi o Mandala, em que os participantes ficam dispostos em círculo durante a realização das posturas. Os autores avaliaram o humor dessas crianças pela expressão facial utilizando uma escala denominada Modified Facial Mood Scale, escala de humor facial modificada, que possui as classificações 1=entediado, 2=triste, 3=tímido, 4=frustrado, 5=satisfeito, 6=orgulhoso, 7=feliz e 8= muito entusiasmado. Os resultados indicaram melhora do humor de 80% para 100%, ou seja, todas as crianças passaram a demonstrar humor agradável ou positivo. Ao analisarem o discurso dos profissionais que realizaram a intervenção com as crianças, foram identificados três principais aspectos associados aos benefícios da

experiência de yoga: (a) aprimoramento do humor e expressão das emoções, (b) aumento da empatia com os outros e (c) melhoria das habilidades de trabalho em equipe.

Scroggins, Litchke e Liu (2016) realizaram um estudo de caso com um menino de 7 anos com síndrome de Apert e Asperger que participou de 8, 45 min sessões de yoga multissensoriais, duas vezes por semana, durante 1 mês. A comparação entre os resultados pré e pós prática mostraram redução de comportamentos perturbadores, progressão da capacidade de permanecer na mesma tarefa, além da melhora na consistência e desempenho de cada postura de yoga. Houve, também o desenvolvimento da expressão de emoções positivas, no engajamento social e na capacidade de olhar em volta. Observou-se que a criança passou a ter melhor habilidade de se autorregular e reduzir o estresse utilizando a técnica “respiração do leão”. Os achados indicaram, portanto, que o yoga traz efeitos benéficos ao desempenho físico, social e emocional.

Devido ao fato de indivíduos com TEA apresentarem disfunção autonômica leve, Vidyashree *et al.* (2019) aplicaram yoga em 50 crianças com TEA a fim de verificar seu efeito sobre a variabilidade da frequência cardíaca em curto prazo. Após 3 meses de intervenção, encontraram melhora significativa dos índices relacionados à frequência cardíaca nessas crianças. O que mostra que yoga como intervenção terapêutica ajuda a obter um equilíbrio e otimização das funções autonômicas.

Narasingharao, Balaram e Navaneetham (2017) estudaram o efeito do yoga sobre o sono, problemas comportamentais e funções gastrintestinais de 64 crianças com TEA divididas em 2 grupos: 32 pertencentes ao experimental e 32 no grupo controle. Realizou-se intervenções de yoga no grupo experimental, de 75 minutos na primeira hora após a chegada na escola, durante 3 meses. O grupo controle seguiu com as atividades acadêmicas habituais. Observaram, no grupo experimental, que as crianças passaram a dormir durante a noite toda sem qualquer interrupção do sono. Observou-se, também, melhora da respiração durante o sono, com redução do ronco. Em relação a alimentação, passaram a comer de forma equilibrada ao invés de comer demais o tempo todo. Além de aceitarem diferentes tipos de alimentos, o que favorece a absorção de nutrientes. Sobre o comportamento, observou-se aumento da atenção, contato visual e da permanência sentado em sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o yoga aplicado de forma estruturada durante 1 hora a 75 minutos de 1 vez por semana, duas vezes por semana ou diariamente, durante um período de 1 mês a 3 meses reduziu sintomas do TEA, melhorando aspectos comportamentais, cognitivos, sono, aspectos gastrintestinais e frequência cardíaca.

Notou- se que há escassez de pesquisas envolvendo a temática no Brasil o que indica a necessidade de mais trabalhos científicos no país, em especial no idioma português.

É possível apontarmos a eficácia da intervenção através do yoga como tratamento complementar do TEA, devido aos resultados positivos apresentados pelos artigos científicos investigados.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, E. A. O. de (org.); PIAGENTINI, S. P. Neurociências, yoga e educação. **Revista de Pós-graduação Multidisciplinar**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 237-250, nov./fev. 2018. Disponível em: http://www.fics.edu.br/index.php/rpgm/article/view/711.

CAVALARI, T. A. **Yoga**: caminho sagrado. 2011. 280 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/837787.

HOFER, J. *et al.* Complementary and alternative medicine use in adults with autism spectrum disorder in Germany: results from a multi-center survey. **BMC Psychiatry**, [S.l.], v. 19, n. 53, p. 1-8, 2019. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1186/s12888-019-2043-5.

HOURSTON, S.; ATCHLEY, R. Autism and mind–body therapies: a systematic review. **The Journal of Alternative and Complementary Medicine**, [S.l.], v. 23, n. 5, p.3 31-339, maio 2017. Disponível em: https://www.liebertpub.com/doi/abs/10.1089/acm.2016.0336.

LITCHKE, L. G.; LIU, T.; CASTRO, S. Effects of multimodal mandala yoga on social and emotional skills for youth with autism spectrum disorder: An exploratory study. **International Journal of Yoga**, [S.l.], v. 11, p. 59-65, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5769200/.

NARASINGHARAO, K.; BALARAM, P.; NAVANEETHAM, J. Efficacy of structured yoga intervention for sleep, Gastrointestinal and behaviour problems of ASD children: an exploratory study. **Journal of Clinical and Diagnostic Research: JCDR**, [Índia], v. 11, n. 3, p. 1-6, mar. 2017. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5427410/.

NEVES, M. J. O. **A prática do Yoga Sámkhya nas Unidades de Ensino Especializado e Estruturado da Ilha da Madeira**. 2018. 264 f. Dissertação (Mestrado

em Ciências da Educação: Educação Especial, Domínio Cognitivo-Motor) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2018. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/6919.

SCROGGINS, M. L.; LITCHKE, L. G.; LIU, T. Effects of multisensory yoga on behavior in a male child with Apert and Asperger syndrome. **International Journal of Yoga**, [S.l.], v. 9, p. 81-84, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4728965/.

SINGER, A.; RAMITA, R. Complementary and alternative treatments for autism part 2: identifying and avoiding non-evidence-based treatments. **AMA Journal of Ethics**, [Illinois], v. 17, n. 4, p. 375-380, abr. 2015. Disponível em: https://journalofethics.ama-assn.org/article/complementary-and-alternative-treatments-autism-part-2-identifying-and-avoiding-non-evidence-based/2015-04.

SOTOODEH, M. S. *et al.* Effectiveness of yoga training program on the severity of autism. **Complementary Therapies in Clinical Practice**, [S.l.], v. 28, p. 47-53, ago. 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1744388117301135.

VIDYASHREE, H. M. *et al.* Effect of yoga intervention on short-term heart rate variability in children with autism spectrum disorder. **International Journal of Yoga**, [S.l.], v. 12, p. 73-77, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6329223/

A ESTÉTICA NA INFLUÊNCIA DA AUTOESTIMA, AUTOMOTIVAÇÃO E BEM ESTAR DO HOMEM NA BUSCA DE UM PADRÃO DE BELEZA

Luane Sagioro, Patrícia Mangili, e-mail:patriciamangili@hotmail.com

RESUMO

No Brasil, o culto à estética vem aumentando progressivamente. A necessidade de estar dentro de um padrão de beleza imposto pela sociedade, onde a imagem é cada vez mais valorizada e corpos idealizados brilham diariamente nos anúncios de televisão e nas redes sociais, apresentam uma grande demanda na criação de novos procedimentos e técnicas diferenciadas, fazendo com que a estética possa ser configurada de diversas maneiras. Devido ao grande número de mulheres que se sentem insatisfeitas com o seu corpo por influências midiáticas a corrida desenfreada em busca da perfeição, as cirurgias têm se tornado um mercado rentável. Os padrões de beleza impostos pela sociedade, tornam o ”ideal” de corpo uma tortura em busca da perfeição. A vaidade ultrapassa os limites em busca do padrão perfeito. Deste modo, esse trabalho tem como objetivo debater e analisar a atuação de procedimentos e métodos que fazem com que as pessoas aumentem a preocupação com a imagem pessoal e a estética em geral. Para tal realização, utilizaremos dados de sites confiáveis para fundamentar a nossa pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Autoestima. Padrão Estético. Imagem corporal. Estética. Procedimentos Estéticos.

A ESTRUTURA DE UM TRIBUNAL DO JÚRI: ASPECTOS E FUNCIONAMENTO

Emilly Nicole Sanches Bispo; Karolyne Victoria Bueno da Silva; Tales Martins de Lacerda, Patricia A. Mangili, e-mail: patriciamangili@hotmail.com

RESUMO

Tribunal com júri, instituído no Brasil desde 1822 previsto na constituição federal, é responsável por julgar crimes dolosos contra a vida, portanto as decisões do Tribunal do Júri são tomadas por maioria de votos, e consequentemente, o presidente iráproferir a sentença que, conforme artigo 492 do Código de Processo Penal Brasileiro, poderá ser de condenação ou absolvição. Não obstante, a sentença será lida em plenário pelo presidente, antes de encerrada a sessão de instrução e julgamento. Neste tipo de tribunal, cabe a um colegiado de populares - os jurados sorteados para compor o conselho de sentença, declarar se o real é culpado ou inocente. Sendo assim o jurado, além da idoneidade e idade mínima de dezoito anos, deve ser capaz (perfeita faculdade mental) e ser cidadão, ou seja, estar em gozo de seus direitos políticos, ter residência na comarca e ser alfabetizado. O objetivo desse trabalho é apresentar o funcionamento de um tribunal com juri, identificando todos os aspectos relacionados a sua formação e desenvolvimento. O artigo será realizado através de livros básicos e precisos, com o auxílio de sítios eletrônicos.

PALAVRAS-CHAVE: Júri. Culpado. Direitos. Colegiado. Sentença. Código penal. Decisões. Presidente. Absolvição.

A IMPORTÂNCIA DA CORES NA PERCEPÇÃO VISUAL DO CONSUMIDOR

Ana Lívia Medice Rother, Gustavo Amaral Rother, Maria Carolina Pegorin, Rafael Henrique Lotério, Patrícia Alessandra Mangili, e-mail: mcarolina.pegorin@gmail.com

RESUMO

O presente estudo aborda a constante importância das cores na arte de explorar, criar e entregar valores para satisfazer as necessidades do mercado mundial, assim como, em escolhas do dia a dia. Constantemente, elementos presentes em propagandas e anúncios publicitários são identificados pela óptica e inconscientemente traduzidos pelo cérebro, tornando-se agentes estimulantes para o ser humano; logo, sua influência nas escolhas aquisitivas é imperceptível. O objetivo desse estudo é analisar propagandas de grandes marcas associando a relação das cores com a intenção comunicativa. A pesquisa realizada segue uma metodologia de natureza descritiva mediante conteúdos bibliográficos, explorando anúncios publicitários de multinacionais do ramo alimentício, como a empresa japonesa de laticínios, Yakult e a maior cadeia de cafeterias mundialmente conhecida como Starbucks. Além disso, a pesquisa indica que a percepção fisiológica e simbólica das cores pode impactar fundamentalmente na decisão do consumidor, pois a partir da interpretação de conteúdos visuais, intuitivamente há reações psicológicas que nos proporcionam decisões das mais básicas às mais difíceis dentro do nosso cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Cores. Marketing. Propagandas. Consumo. Cotidiano. Influência.

A INFLUÊNCIA DOS PAIS NA VIDA ACADÊMICA DE SEUS FILHOS

Tamires Bienzobás, Caroline Guedes Quintella, Patricia Alessandra Mangili, e-mail: patriciamangili@hotmail.com

RESUMO
Abordar o tema família/escola no processo de ensino e aprendizagem, é sempre, com certeza, muito desafiador. No entanto, é fato que, quando a criança percebe que os pais se interessam e participam dos seus estudos e experiências escolares, desenvolve-se de forma segura e com boa autoestima. Dessa forma, no momento que isso ocorre, a tendência é que os alunos se dediquem mais, por se sentirem amados e apoiados. Pais e escola, na verdade, devem formar uma equipe que trabalhe com base na colaboração e compartilhamento, agindo em parceria desenvolvendo ações colaborativas que sejam verdadeiramente capazes de melhorar o rendimento das crianças. Para tal discussão, foi realizada uma pesquisa na escola da rede municipal de ensino, EMEF professora Maria de Lourdes Camargo Mello, com os responsáveis dos alunos da 3ª Série do ensino fundamental. O objetivo da pesquisa é compreender a importância da relação família-escola no processo de ensino-aprendizagem do educando das crianças, sendo essa a principal questão a ser respondida nessa pesquisa. Foi realizada uma produção qualitativa e bibliográfica, sendo estruturada através de métodos investigativos em forma de estudo de caso, utilizando como técnica de coletas de dados: questionários, fundamentada por diversos autores renomados neste assunto: Zagury (2004), Szvmanzki (2003), Maranhão (2004).

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Educação. Pesquisa. Família-escola.

A INTERAÇÃO A CRIANÇA AUTISTA COM A FAMÍLIA

Eyshila Franciely de A. Francisco, Isabella Moreira L. da Silva, Isabelle Milanez, Rainara Romão, Patrícia Alessandra Mangili, e-mail: patriciamangili@hotmail.com

RESUMO

O autismo, transtorno do espectro autista (TEA), tem como uma das característicasa dificuldade de socialização, até mesmo com seus familiares.O autismo é um distúrbio que se origina na primeira infância e tem efeitos extremamente desfavoráveis no desenvolvimento social, que afeta o cérebro e o desenvolvimento intelectual da criança, trazendo implicações na comunicação e na linguagem, dificultando sua interação com o ambiente e com as pessoas ao seu redor. No entanto, a forma que essas dificuldades se manifestam variam muito de pessoa para pessoa. Algumas crianças, por exemplo, não desenvolvem habilidades de linguagem, e os que desenvolvem possuem problemas de comunicação. Além disso, a demanda vivida pela família é necessária para a tentativa de maior desenvolvimento da criança, pois segundo Leo Kanner “Este transtorno ou condição mental tem sido motivo de inúmeras discussões e controvérsias em relação ao seu diagnóstico, causas e tratamentos adequados” por isso é importante o auxílio da família para um melhor desenvolvimento dos tratamentos existentes.O objetivo desse estudo é investigar e discutir a interação do autista com sua família, pesquisa realizada com crianças com até 10 anos de idade. O estuda realizado é um levantamento de dados por meio de uma pesquisa investigativa. A indagação indica os problemas coletivos das crianças com tal deficiência que atrapalha seu rendimento e sua inclusão na sociedade.

PALAVRAS- CHAVE: Autismo. Sociedade. Comunicação. Crianças. Famílias.

A LEI EM CASOS DE CRIMES COMETIDOS POR PESSOAS COM DISTÚRBIOS PSICOLÓGICOS

Annye Camilly Dias Silva, Pedro Henrique Bacacci, Patrícia A. Mangili, e-mail: patriciamangili@hotmail.com

RESUMO

Há casos na justiça que não são simplesmente resolvidos com métodos tradicionais, pois, muitas vezes, os acusados apresentam problemas psicológicos que tornam esses casos mais complicados de se julgar. Pessoas com tais problemas mentais têm vários fatores a se observar, no entanto a lei brasileira ainda não apresenta de forma clara como agir em crimes dessa natureza. Tem de se observar se os culpados continham intenções erradas ou foram influenciados por outros indivíduos para cometer o crime e em muitas vezes as punições para os acusados são muito leves para seus atos como exemplo: um assassinato pode levar a uma pena de 6 a 20 anos; já pessoas que provam que tem problemas psicológicos podem ter penas totalmente reduzidas, ou apenas serem obrigados a passar por tratamentos em locais especializados em pessoas assim para serem incluídas na sociedade novamente. O objetivo deste artigo é descrever e analisar as leis que condizem casos que envolvem pessoas avaliadas com distúrbios psicológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Lei. Distúrbios Psicológicos. Julgamento. Crime.

A SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS POLICIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Iasmim Aires, Pablo Emanuel, Mariana Araújo, Patrícia Alessandra Mangili, e-mail: patriciamangili@hotmail.com

RESUMO

No contexto brasileiro, os policiais não têm o seu devido reconhecimento. Infelizmente, humanos que se arriscam todos os dias de sua vida, não sabem se vão voltar para casa ou não, e, além disso, são muito pouco reconhecidos. Os números de PM mortos a cada ano só aumentam, e com eles, vão-se todo o descaso, toda falta de reconhecimento etc. As notícias dos telejornais e veículos impressos demonstram a brutalidade contra os policiais, e já são décadas de ausência de medidas efetivas em favor dos policiais no país. Assim como outras categorias profissionais, como professores, motoristas do transporte públicos e servidores, os policiais são essenciais para o funcionamento da máquina. Sem uma polícia unida, forte e estruturada, a tendência é que a vulnerabilidade da segurança do cidadão brasileiro fica cada vez mais acentuada. Sabendo de tal contexto, este artigo tem o objetivo de descrever as dificuldades dos policiais por meio de relatos e índices que comprovam a situação degradante desses profissionais no estado de São Paulo. Para isso, a metodologia utilizada é descritiva por meio de pesquisas teóricas e dados coletados divulgados na mídia.

PALAVRAS-CHAVE: Notícia. Polícia. Segurança. Dificuldade.

Referências

FILHO, Francisco Alexandre. **O descaso e a falta de reconhecimento da dignidade do policial pelo Estado,** Gazeta do povo, São Paulo, 2018. Disponível em https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/odescaso-e-a-falta-de-reconhecimento-da-dignidade-do-policial-pelo-estado-a5c3btplupsqld2mhwhkyjwfb/. Acesso em 10 de outubro de 2019

A UTILIZAÇÃO DE MICROORGANISMO NA DECOMPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS: UMA ALTERNATIVA ECOLÓGICA PARA A REDUÇÃO DE RESÍDUOS PROVENIENTES DO REFEITÓRIO ESCOLAR

Gabriela Zenatti Gianti, Ana Rosária Aniceto, e-mail: giantigabriela@gmail.com

RESUMO

Este projeto tem o propósito de mostrar e exemplificar funcionalidades e benefícios oferecidos pelas bactérias para os indivíduos. Sendo assim, o público alvo do trabalho é a sociedade como um todo, englobando todas as idades, com um propósito de agregação de conhecimento a respeito disso. A disseminação deste projeto tem como objetivo, também, defender o uso deum meio alternativo de plantação, realizada sem compostos químicos em excesso e sim com compostos químicos orgânicos, os quais são oferecidos e formados, por exemplo, pelas bactérias, que, por seu turno, trazem diversos benéficos para o solo, mas são muitas vezes vistas unicamente como ameaças à saúde humana. Em vista disso, o trabalho pretende desmistificar o senso comum de que a bactéria traz somente malefícios, comprovando, por meio de discussões e apresentações de seu uso, aplicações benéficas delas, como a compostagem, a qual consiste na decomposição de resíduos (animal/vegetal), encontrados sem muitos esforços e utilizados para complementar a terra com macro e micronutrientes que oferecem, por exemplo, uma melhora na retenção de água e diminuição de erosões. O desenvolvimento do artigo se baseia em estudos publicados por comissários de meio ambiente, professores e doutorandos de universidades com grande prestígio, como o Dr. Carlos Eduardo P. Cerri, Emídio Cantídio Almeida de Oliveira, Raul Henrique Sartori, Tiago B. Garcez e Margot Wallström. A articulação da ideia se desenvolve na escola Etec Joaquim Ferreira do Amaral (Jaú- SP), com o auxílio e instruções da bióloga presente. A criação do espaço para a compostagem formada se dá dentro do ambiente escolar, e as matérias orgânicas utilizadas são as sobras de frutas e partes de verduras não utilizadas nas refeições. A compostagem, é realizada por bactérias e fungos, sendo conferida a quantidade de composto ali presente e realização de análises do solo. Como encaminhamento de trabalho, sugere-se uma possível parceria com a escola técnica agrícola, ETEC Urias Ferreira, também localizada na cidade de Jau-SP, cujos cursos voltados para a área de agropecuária, além de oferecerem maior e mais especificado detalhamento a respeito dos usos das bactérias como fontes alternativas, pode, a médio e longo prazo, ajudar a ETEC sede (Joaquim Ferreira do Amaral), a beneficiar-se com a obtenção de suficientes compostos orgânicos para seus próprios plantios no jardim da escola, além da conscientização por parte da população a respeito de uma produção mais saudável.

REFERÊNCIAS

O que é compostagem e como fazê-la em casa. Disponível em: http://portais.univasf.edu.br/sustentabilidade/noticias-sustentaveis/o-que-e-compostagem-e-como-faze-la-em-casa. Acesso em 10/10/2019 às 20h45min

O. E. C. A. et al.Compostagem. Disponível em:https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Compostagem_000fhc8nfqz02wyiv80efhb2adn37yaw.pdf. Piracicaba/SP. Acesso em 10/10/2019 às 21h

WANGEN, D. R. B., FREITAS, I. C. V.Compostagem doméstica: alternativa de aproveitamento de resíduos sólidos orgânicos. Disponível em:http://orgprints.org/24494/1/Wangen_Compostagem.pdf. Uberlândia/MG. Acesso em 11/10/2019 às 11h

Exemplos de compostagem e de recolhas seletivas bem-sucedidas. Disponível em: https://ec.europa.eu/environment/waste/publications/pdf/compost_pt.pdf. Acesso em 09/10/2019 às 17h25min

Compostagem. Disponível em: http://www.esalq.usp.br/cprural/upimg/evento/arq/22.pdf. Acesso em 11/10/2019 às 13h

COMPORTAMENTOS DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Tainara Regina dos Santos Silva, Hiran Brenan Sivieri Daniel, Patrícia Alessandra Mangili, e-mail: patriciamangili@hotmail.com

RESUMO

A síndrome de down ainda não apresenta uma explicação cientificamente do porqueoóvulofemininoouoespermatozoidemasculinoterem24cromossomos ao invés de 23, mas sabe-se que é a incidência genética mais comum (um a cada 700 nascimentos) independendo de qualquer característica cultural ou física. Ademais, vale salientar que a alteração cromossômica não pode ser modificada, sendo assim, não se tratando de uma doença, nem mesmo havendo uma cura. Nosso intuito é descrever atitudes comportamentais de crianças com trissomia do cromossomo 21, comumente chamada de síndrome de down, no meio familiar, ajudando-os a alcançar um bom desenvolvimento de suas capacidades pessoais e avançar com crescente nível de realização e autonomia. Interpretar como o cromossomo 21 extraafetanasuaevoluçãofísicaepsíquica, além de seus possíveis potenciais cognitivos. Entender de que maneira, programas de intervenção precoce auxiliam na estimulação neuromotora e psicopedagógico.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Down. Desenvolvimento. Comportamento. Intervenção. Alteração.

GESTÃO DE PRODUÇÃO E LOGÍSTICA.
ESTUDO DE CASO: MVK – MATERIAIS METÁLICOS E MDF

Caio Vinícius Bienzobás, Caroline da Silva Francisco, Evandro Ap. Pecori,
e-mail: evandro.pecori@etec.sp.gov.br

RESUMO
Segundo Chiavenato (2000) a administração é o processo de planejar, organizar, controlar e checar. Ela concomitantemente aos processos produtivos e logísticos é de extrema importância para qualquer instituição. E hodiernamente encontramo-nos em um ambiente altamente competitivo entre empresas e cada uma delas necessita de vantagens para sobressair-se uma sob as outras. Dessa maneira, esse artigo tem por objetivo analisar esses processos dentro da Empresa MVK, que atualmente está localizada na rodovia que liga as cidades de Mineiros do Tietê/SP à Dois Córregos/SP e produz gôndolas e displays para grandes e pequenas marcas, exportando até mesmo para o exterior. Neste, é possível observar os processos, analisá-los e encontrar possíveis fragilidades e gargalos, buscando sugestões viáveis para resolvê-los. O administrador possui a importância de conseguir observar esses processos e buscar as sugestões. Dentro da empresa MVK pode-se observar processos como a aquisição de materiais, recebimento e conferência dos materiais, armazenagem, saída da matéria-prima do estoque, processos produtivos, manual, montagem, pintura, embalagem, distribuição, verificação de qualidade, devolução e sustentabilidade e qualidade de vida. Em cada uma destas atividades foi possível observar que os processos comportam se de maneira exata e que estão flexíveis para possíveis mudanças que possam vir a ser necessárias. Foi possível observar ainda alguns gargalos dentro da empresa, como a falta do controle de perda de material. Para elucidar esta fragilidade foi necessário o uso da tecnologia, ou seja, aplicativos que façam esse controle de quais materiais foram perdidos e os motivos. Além disso, identificou-se que a verificação de qualidade é feita apenas ao final do processo e para o melhoramento deste é necessária a aplicação da ferramenta Gestão da Qualidade Total (GQT), sendo que a qualidade deve estar presente em todos os processos. Outro gargalo visível foi a não utilização da ferramenta curva ABC-XYZ, responsável por demonstrar prioridade dentro controle de estoque e armazenagem, e para solucionar essa fragilidade basta implementar a utilização de tal ferramenta. Em síntese, é possível concluir que a Administração e suas vertentes possuem papel crucial dentro das empresas e precisam de toda atenção e cuidado pois qualquer erro pode decidir se a empresa continuará ou não no mercado.

PALAVRAS- CHAVE: Gestão. Logística. Produção.

REFERÊNCIAS
GUEDES, R. **Administração: uma introdução**. Portal Administradores, 2016. Disponível em:< https://administradores.com.br/artigos/administracao-uma-introducao. Acesso em 11/10/2019 às 15h32min.

LOGÍSTICA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO NA INDÚSTRIA DE BEBIDAS VILLA JAHU

Ana Lívia Fabricio Peres, Larissa Telles de Lima, Evandro Aparecido Pecori, e-mail: evandro.pecori@etec.sp.gov.br

RESUMO

Na área da Administração, o seguimento da logística, busca otimizar os processos operacionais de empresas, indústrias, fábricas e etc., para que ocorram de forma ágil, com redução de tempo/custos, com fluxo correto de informações e dinamizando o deslocamento de materiais, seja entre o estoque e o processo produtivo ou entre estoque e o consumidor final. Dentro das atividades pertinentes à logística, encontram-se a armazenagem e distribuição de produtos e/ou materiais, que são de vital importância para evitar perdas e para que o controle de estoque seja eficiente, identificando, possíveis falhas operacionais. Desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar os processos de armazenagem e distribuição da empresa Villa Jahu – Indústrias e comércio de bebidas, identificando possíveis falhas operacionais durante essas atividades. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica relacionada a logística, com as contribuições de: Ballou (1993); Vianna (2000) dentre outros, e um estudo de caso nas dependências da Indústria de Bebidas Villa Jahu, por meio de uma visita dirigida. Dentre os aspectos observados durante a visita, verificou-se que após a embalagem dos fardos, os refrigerantes são empilhados e levados até o estoque de produtos acabados. Neste local eles são organizados de acordo com a rotatividade de cada produto, para que a distribuição possa ser feita de maneira organizada. Um pedido de faturamento é enviado ao estoque e nele deve constar, obrigatoriamente, as seguintes informações: número de pedido, nome do cliente, endereço completo para a entrega e especificações do produto (descrição, lote, fabricante e quantidade). Passados esses tramites, os produtos são encaminhados para o abastecimento da frota, sendo a capacidade máxima de carregamento é de quatro caminhões por vez. Nesta etapa, também, é repassada ao motorista toda a rota de entrega que deve ser seguida. Após a observação e análise crítica dos procedimentos da empresa, foi possível observar aspectos relevantes com relação ao funcionamento da empresa como: a organização dos processos de armazenagem e distribuição, os critérios de armazenagem do estoque e a frota de veículos para distribuição dos produtos. Entretanto, constatou-se aspectos que merecem atenção especial, visto que podem acarretar prejuízos para empresa, como: ajustes em relação às frestas das janelas e portas do estoque, para melhor adequação e preservação dos produtos, evitando possíveis perdas. Considerando os aspectos observados com base na revisão bibliográfica, conclui-se que os conceitos de logística relacionados a armazenagem e distribuição dos produtos, são observados e aplicados dentro da empresa. A aplicação desses conceitos é também evidenciada na integração dos processos produtivos, promovendo a otimização dos espaços com agilidade e organização, levando em conta a frequência de saída e validade dos produtos. Desse modo, é possível observar que os conceitos da logística referentes a armazenagem e distribuição estão presentes nos processos operacionais de separação dos produtos, na definição de rotas e no abastecimento das frotas.

REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronald H. - Logística Empresarial - Transportes, administração de materiais e distribuição física. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1993

VIANA, João José - Administração de Materiais - Um Enfoque Prático. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. Anais.

O EFEITO DO ÁLCOOL NO ORGANISMO

Gabriela Voltolin, Giovanna de Oliveira Siqueira, Júlia Sciré de Grande, Patrícia Alessandra Mangili, e-mail: patriciamangili@hotmail.com

RESUMO

O consumo excessivo de bebidas alcoólicas é a causa da maioria dos acidentes de trânsito, provoca comportamento antissocial, e inúmeros problemas a saúde. Nosso artigo tem como objetivo analisar e investigar o impacto do alcoolismo na vida social e como ele afeta o trabalho, família, saúde mental e como ele age no organismo. Para realizar a pesquisa foram utilizados artigos científicos publicados no meio eletrônico. Basicamente os efeitos do alcoolismo na vida do indivíduo são comuns, onde estão as dificuldades familiares de relacionamento entre pais e filhos e até mesmo conjugal, o que leva frequentemente à separações e rompimentos. Decorrem de diversas questões, como financeiras, absenteísmo no trabalho e a falta de emprego, aumento dos gastos domésticos, pelo valor do produto em si priorizando suas compras em torno da bebida alcoólica. Socialmente além dos citados, embriaguez ao volante, direção perigosa, multas e apreensões, violências domésticas, no trânsito e pessoais levam o alcoolista a não conseguir dar conta de sua vida social e familiar. Entretanto, por maior sofrimento que esta doença traga às famílias, observa-se que o hábito de beber geralmente se inicia no seio familiar e é na própria família onde deve estar o ponto forte para o tratamento, seja ele qual for o escolhido. O apoio familiar é a parte mais difícil e a mais necessária.

PALAVRAS-CHAVE: Álcool. Saúde. Família. Vício.

O FORO DE SÃO PAULO E SUAS INFLUÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA

Wilson Junior, Guilherme Bueno Magro, Patrícia A. Mangili, e-mail: patriciamangili@hotmail.com

RESUMO
Criado em 1989 pela iniciativa de Lula, Frei Beto e Fidel Castro, o Foro de São Paulo ainda é uma organização de poder pouco conhecida, mesmo que anualmente líderes políticos tenham se reunido para discutir estratégias geopolíticas de natureza socialistapara a aplicação nos países de terceiro mundo da América Latina. Nesse sentido, o corrente artigo pretende trazer ao debate público tal esquema de influência política, a qual é supostamente desconhecida pelos principais órgãos de mídia brasileiros, para que, consequentemente, haja uma conscientização acerca do modus operandi dessa força política presente na sociedade e nos desdobramentos da cultura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Foro de São Paulo. Poder. América Latina. Influência. Sociedade e Cultura.

PASSAGEM SÓ DE IDA: AS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS ENTRE JAHU E O ASILO COLÔNIA AIMORÉS NOS ANOS 1930 E 1940

Beatriz Galazini Góis dos Santos, Felipe Costa Hespanhol, Yan Carlo Missaci, Pedro Ernesto Miranda Rampazo, e-mail: pedro_e.m.rampazzo@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca compreender as relações entre o Asilo Colônia Aimorés (localizado no Instituto Lauro de Souza Lima, em Bauru), a sociedade e o poder público jahuense durante as décadas de 1930 e 1940, anos iniciais de funcionamento do Asilo Colônia, analisando as propagandas, reportagens e documentos ligados aos entes mencionados e aos hansenianos de Jahu. Para isso, o grupo está realizando análises de periódicos e documentos governamentais, bem como discussões sobre história regional e história da saúde voltada ao recorte espaço-temporal. A utilização do periódico se justifica por dois motivos, primeiro porque apresenta as notificas, artigos, reportagens e propagandas importantes para a pesquisa, segundo porque a imprensa se mostra como representante de parte da opinião de uma sociedade sobre si (JEANNENEY, 2003, p. 213). O uso do recorte espacial se justifica a partir da perspectiva de Martins (2009), devido a busca no regional para rememorar e criar identidade a participar da rede de significados gerados pela regionalidade. Os eixos temáticos supracitados transitam entre importantes aspectos para a formação dos discentes, compreendendo a aspectos afirmados pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Esses aspectos dizem respeito a culminância do projeto, sendo o incentivo a pesquisa científica, integração da escola com a sociedade e consubstanciação e construção da identidade regional através do estudo e divulgação de sua história. Até o momento foram realizadas discussões teórico-metodológicas, e foi iniciada a análise da fonte periódica (jornal Commércio do Jahu). A pesquisa tem o término programado para o final do mês de novembro de 2019.

REFERÊNCIAS

JEANNENEY, J. N. **A mídia**. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Trad. Dora Rocha. 3e. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213-225.

MARTINS, M. L. **História Regional**. In: PINSKY, L. B. (org). Novos Temas nas aulas de História. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 135-152

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

ÍNDICE DE DOS TRABALHOS POR AUTOR

Adan José Guerta de Oliveira, Diego Ximenes Vieira, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	616
Ademir Fernando Amadeu, Jamile Gonçalves Calissi	1517
Ademir Fernando Amadeu, Nathália Mariah Mazzeo Issa Vieira	124
Adrian Felipe De Andrade Massoca, Pedro Algusto Gomes da Silva, Vinicius Pucca Pereira, Caio Luiz Goulart, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1203
Adriele Fernanda Scarabello Peixoto, Larissa Bondezan, Wanderlei Sebastião Gabini	547
Alejandro de Moraes Stoduto, Renan Floret Turini Claro	243
Alessandra De Biazzi, Érica Fernanda Correa, Manoela Geraldo Lima, Jose Augusto Ribeiro	1206
Alessandra Flaviane Cardozo, Raquel Magagnatto Vicente, Flávio Luís Grava Scalco	662
Alexandre Cartura, Amanda Cristina Marcellino, Mateus Leandro de Melo, Antônio Henrique Barbosa Real	973
Aline Cristina Pinto, Gabriela Maróstica Bressanin, Grasiela Lima	812
Aline Fernanda Paleari Martinello, Lucia Helena Barros	1413
Aline Josefina Galiano, Dirce Carolina Batista Primo, Ana Cláudia Ferrari dos Santos, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva	1886
Alisson Rafael de Campos, Cezar Alves Pires Neto, Renato Zanolla Montefusco	380
Amanda Carolina de Lima, Magda Cristina Scipioni Verissimo	1244
Amanda Gabriela Ribeiro, Leticia Ferreira, Flavio Luís Grava Scalco	650
Amanda Helena de Campos Araújo, Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva	514
Amanda Leal Ferreira, Amanda Rubio Ferreira de Figueiredo, Taiara Fernanda de Amorim Martins, Perla S. Daniel, Renata Z. Montefusco	667
Amanda Lima, Ana Eliza Tomasim, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel	732
Amanda Nascimento, Mariana Martins, Marina Fabiana Martins, Isabella Unterrichter Rechtenthal	164
Amanda Neris, Caroline Ramos de Santis, Isabelle Ribeiro, Mariana Tamires Bregadioli Gonçalves, Perla Savana Daniel	753
Amanda Thais Garcia, Milena Maria Penco Cápua, Patrícia Pelegrina Rosseto	853
Ana Beatriz Arruda Marcoantonio, Marcela Thaís Lima, Juliana Inhesta Limão Thiengo	1059
Ana Beatriz Ciamaricone, Gabriela Justulin, Lúcia Helena Ormelese de Barros	991
Ana Beatriz Forte Bortolucci, Juliana Valenzola, Carla Maria Nicola Coletti	457
Ana Beatriz Fracassi Ribeiro, Carlos Eduardo Tobal da Silva, Guilherme Carreiro de Almeida, Vânia Souza dos Santos, Renato Zanolla Montefusco	786
Ana Beatriz S. Santos, Maria Gabriele Rossini, Stephanie Santos, Cintia Milene Favaro Bochembuzio	167
Ana Beatriz Vilela, Bruna Gomes dos Santos, Letícia Alves de Lima, Marcel Henrique Bertonzzin	59
Ana Carolina Basso, Euzienay Eliude Liu de Oliveira, Karoline Souto Murari, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	1402
Ana Carolina Colognese, Ana Vera Niquerito Bozza	143
Ana Carolina Contador Zaccheo, Tâmara Cesário de Moura, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	227
Ana Carolina Garcia, Larissa Magnani Gonçalo, Mara Janaina Gomes de Oliveira	220
Ana Carolina Motta, Gabriele Fernanda Poyo, Jorge Fernando Marzanati	1181
Ana Carolina Rosalim de Oliveira, Ademir Testa Junior	565
Ana Carolina Ventura, Audrin de Almeida Camargo, Cesar Augusto Goes de Toledo, Maria Julia Seneda, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	832
Ana Caroline de Arruda, Maria Eduarda Gazoli Borges, Liara Rodrigues de Oliveira	1825
Ana Clara Bueno de Oliveira, Bruno Fantini Antoniazi, Felipe Matheus Ferreira Leite, Reinaldo Aparecido Tomé, Mara Janaina Gomes de Oliveira	1022
Ana Clara Nachbar, Ludmila Freidemberg, Natália Quevedo e Lucia Helena Ormelese de Barros	281
Ana Clara Venturini, Gisele Priscila de Angelis, Laura Pereira, Tamires Fernanda Lopes, Valter Julian Junior	1819
Ana Cláudia da Silva de Melo, Ana Flávia Souza Silva, Renan Floret Turini Claro	247
Ana Claudia Francelin, Henrique Volpe, Leandro Alexandrino de Oliveira, Leonardo Marmol Pessoto, Perla Savana Daniel	264
Ana Estela Pereira, Elaine Cristina Gardinal Pizato	1868
Ana Flavia Cancian Scatambulo, Caroline Ferreira, Rafaela Marreti, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	42
Ana Julia Alves, Ana Julia Rovaris, Luana Gallis Silva, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1640

Ana Julia Trentin, Bruna Baltieca Garcia do Nascimento, Adriane Lopes, Gercilene Silveira	1492
Ana Laura Americo Aureliano, Suselaine A. Zaniolo Mascioli	209
Ana Laura Codatto, Monik Bisoni, Ademir Testa Júnior	1539
Ana Laura Lanza Juares, José Francisco do Nascimento, Júlio Cabrioli Lopes, Stephania Hertal Farias Nunes, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	896
Ana Laura Modolo de Castro, Gabriela Grandeso, Tanize do Espírito Santo Faulin,	606
Ana Laura Moreira, Isabela Maestre Sifrade, Marcos Ruan Meira Silva, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar	1587
Ana Laura Rossi Froes, Juliana Pultrin Vaccarelli, Kesia Pereira de Souza, Carlos Alberto Barbosa Ferraz	334
Ana Letícia dos Santos, Giovanna Biazotto da Cruz, Tainá Juliane Ferreira Kil, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	233
Ana Luiza Lima de Francesco, Bárbara Corrêa Saqueti, Júlia Colleti Constantino, Júlia Meireles, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar	593
Ana Paula de Oliveira Parra, Bianca Giordana Zaniratto	1210
Ana Paula Leandrin, Mateus da Silva Santos, Larissa de Melo Silva, Carlos Alberto Barbosa Ferraz	339
Ana Paula Leite, Grasiela Lima	1350
Ana Paula Mariano, Fernando Rodrigo Martins Junior, Lucas Henrique de Oliveira dos Santos, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	849
Ana Paula Saraiva Marreiros, Mairis Pedro dos Santos, Paula Grippa Sant'Ana	1104
Ana Paula Scalco Ramos, Viviane Rodrigues	103
Ana Vitória Leandrin, Diandra Andrades Silva, Emely Terentin, Giovana do Rego, Liara Rodrigues de Oliveira	1686
Anaedi Nogueira Patriota, Gersislei Antônia Salado, Elaine Cristina Gardinal Pizato	541
Anaedi Nogueira Patriota, Gersislei Antonia Salado, Vânia Aparecida Borim Moretto	891
Andréia Sacchardo Barbosa, Liara Rodrigues de Oliveira	1737
Andreson Ferreira Moreira, Guilherme Augusto Martines	552
Andressa Jurachek Jayme, Andreza Cristina da Silva, Bruna Fernanda Gonçalves, Suselaine Zaniolo Mascioli	1388
Anelisa Fugita, Robson Ferreira Silva, Rinaldo Correr	1555
Anelisa Lavagnini, Letícia Ramos da Silva, Ana Vera Niquerito Bozza	1300
Ângela Cristina Ferreira, Maria Madalena Lazari Kawashima	724
Anna Katharina Marinho, Fernanda Brito Amaral, Cintia Milene Favaro Bochembuzio	1601
Antônio Henrique Valenzola, Gabriel Rojo, Leonardo Felipe Rubio Farinha, Lucas Polizel Nave, Clerison José de Souza Bueno	116
Ariane Roza Antônio, Wanderlei Gabini	205
Ariel Fuzinelli Lopes, Guilherme Martins, Sabrina Miranda Ribeiro, Xenia Teodoro de Andrade, Eduardo Arruda Galvão de França	461
Artur dos Santos Oliveira, Luana Marcelle Pagini, Alessandra Rocha da Silva, Rafael Ribeiro, Maurício de Almeida	737
Beatriz Alves de Paula, Camila Alessandra Pegoraro Panelli, Perla Savana Daniel	431
Beatriz Arlete Real Pereira, Caroline Fernanda Leandro, Liara Rodrigues de Oliveira	307
Beatriz Baglie Cunha, Adriana de Freitas Jesus, Débora de Oliveira Souza, Tanize do Espírito Santo Faulin	1897
Beatriz Francine Fernandes Silva, Daniely Ribeiro da Costa, Maria Emília Serafim Rodrigues e Giovanna Castilho Davatz Lopes	1377
Beatriz Lopes Frolini, Vanessa Barro Canal, Elaine Cristina Gardinal Pizato	674
Beatriz Lopes Frolini, Vanessa Laura Momesso, Maria Madalena Lazari Kawashima	1892
Beatriz Ravágio, Barbara Ambrósio, Jamile Gonçalves Calissi	425
Beatriz Rodrigues Mortari	1027
Bianca Antonelli Fregolente, Kathleen Fernanda de Moura, Nágila Garcia Galan, Gercilene Silveira	537
Bianca Dadalto, Renan Floret Trurini Claro, Leandro Augusto Bisetto	866
Bianca Ernesto Ocon, Caroline Alves Ferreira, Larissa Perez, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	961
Bianca Farias Granai; Maria Emilia de Lima Serafim Rodrigues, Maria Laura Batista Primo, Michelle Beatriz Alves Tortola, Ana Claudia Ferrari dos Santos; Adriane Lopes	1848
Bianca Ferrinho Burgos, Caroline Milani Andrião, Perla Savana Daniel	346
Bianca Leticia Audacio, Gabriela Ignácio de Godoy, Sabrina de Melo, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel	1758
Bianca Lopes Aiello, Cleonice Correa, Luamir Mello, Perla Savana Daniel,	627
Bianca Neves Piva, João Carlos Ustulin, João Paulo Cespedes, Renato Zanolla Montefusco	799

Bianca Priscila Herrera, Elaine Regina Cassoli,	354
Brenda Leslye Marinho dos Santos, Marcos Rogério Padovani Toyosato, Saulo de Freitas Padial, Perla Savana Daniel	373
Bruna Amato Turino, Gercilene Silveira	520
Bruna Firmino de Souza, Paloma Cristina Gonçalves, Lúcia Helena Ormelese de Barros	131
Bruna Lopes Pontes, Letícia Carmello Preter, Karina Ferraz Tozze	1093
Bruna Maria Mazo Cardoso, Fabio Henrique Pinheiro	386
Bruna Muntu da Silva, Tanize do Espírito Santo Faulin	860
Bruna P. Candido, Jacqueline Ramos Pereira, Juliane Fonseca Sipliano, Perla Savana Daniel	109
Bruna Rodrigues Mansano, João Vitor Ananias Bueno, Maria Madalena Lazari Kawashima	1409
Bruna Vicentini Salemi, Mair Pedro de Souza, Ana Claudia Ferrari dos Santos	489
Bruno de Almeida Grigio, Gustavo Molica, Renan Cícero da Silva, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	1769
Bruno Dominguez, Maria Beatriz Nunes Graciano, Silmara Elaine Ferraz Storti de Pieri, Simone Cristina Lopes dos Santos, Heloísa Donzella	1920
Bruno Passadori Cardoso, Davi Tervedo dos Santos, Nathaly Barbieri Marcondes	1675
Bruno Storion, Murilo Ronchesel	1046
Caio Alves Dias, Paula Grippa Sant'Ana	577
Caio Fernando Scarpim, Paula Grippa Sant'ana	944
Caio Lara, Keila Fonseca, Lara Santesso, Viviane Rodrigues	642
Caio Marcelo Sertain, Marcel Henrique Bertonzzin	391
Caio Matheus Salcedo de Oliveira, Lidia Fernanda Codatto, Renan Flore Turini Claro	1098
Camila Caetano dos Santos, Francislaine Conceição, Renata Castro	446
Camila Fernanda de Oliveira Brombini, Renan Floret Turini Claro	1132
Camila Ramos de Oliveira; Robson Douglas de Lima Rossoni, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	1328
Camila Slompo Felippe, Larissa Fernanda Rossi, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	1189
Carlos Rodrigues Marson, Cleiton Farias, Raul Afonso Peres, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	1417
Carol Agostini Refundini, Ivana Regina Gonçalves	1621
Carolina Bernardo, Melissa Carolina Moreira Gomes Vieira, Renan Felipe dos Santos, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	686
Caroline Alves Mangili, Matheus Evandro Bonfante, Victoria Iazbek, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel	699
Caroline Ap. Urgnani de Almeida, Larissa Daiane Sgorlon, Liara Rodrigues Oliveira	1742
Caroline Cantão de Paula Maria, Marcela Gomes Torensan, Liara Rodrigues de Oliveira	1785
Caroline dos Reis Marques, Débora Capobianco Goes, Leonardo Henrique Pinheiro de Oliveira, Nathaly Barbieri Marcondes Cesar	1672
Caroline Lombardi, Luana Gabriel, Nágila Garcia Galan de Oliveira	1172
Caroline Moreira dos Santos, Michele dos Anjos de Oliveira, Maria Madalena Lazari Kawashima	1009
Célia Regina Auler Pereira Furuta, Wanderlei Sebastião Gabini	1571
César Augusto Thomazi, Ricardo Antonio Martinez, Perla Savana Daniel	1296
Chayene Birelo, Gabriela Izar, Laiz Ferreira, Vânia Delphino	1725
Cínthia de Souza Palma Tavares, Rossana Teresa Curioni Mergulhão	793
Cleiton Junior Baicaicoa Gonçalves, Flavielle Barbi Garcia, Hamilton Cesar Hermenegildo Junior, Luan Santos Silva, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	583
Crislane Tauane O. Ferreira, Leonardo de Oliveira Peretti, Lhais Fernanda de Siqueira, Luana Callegari, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1645
Cristiano R. Lopes de Andrade, Fabiana Camila Bativa, Juscineide Almeida de Oliveira, Thais Fernanda da Silva Garcia, Heloísa Donzella	646
Daiana Cristina Terzi Frigério, Wanderlei Sebastião Gabini	1015
Daiana Cruz, Taisa Leonel, Patrícia Pelegrina Rosseto	1359
Daiane Aline Pedrosa, Julia Azeituno de Oliveira, Luana Carolina Mageste, Eliomar Borges Furquim	470
Daiane Angélica Nazzi Monte, Lúcia Helena Ormelese de Barros	119
Daiane Caldeira da Silva, Thais Lourenço da Silva, Perla Savana Daniel	620
Daiane Thalita de S. Cardoso, Claudia Elisa Furlaneto, Ivana R. Gonçalves	502
Daniel dos Santos Coutinho Peruzzi Solimar G.M. Bonjardim	1484
Daniela Calobrizi, Renan Floret Turini Claro	1354
Daniela de Souza, Letícia Cristina Ribeiro, Caroline Aparecida Urgnani de Almeida, Ana Paula R. Razera	927

Daniela Fernanda Viotto, Lais Medeiros da Silva, Nicoly Figueiredo Avanço, Verusla Veridiane Viaro Galante, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino	406
Daniele Santos, Lucas Carvalho, Silvana Cristina Martiello Ferrari	71
Daniele Tábata de Matos, Wanderlei Sebastião Gabini	1256
Daniely Ribeiro da Costa, Gislaine Aparecida R. de M. Barbosa, Ana Claudia Ferrari dos Santos	631
Danilo Cruz Carneiro, Rodrigo Matheus Jorge, Ademir Testa Junior	1611
Débora Conceição da Cruz, Adriane Lopes	524
Débora Fernanda de Souza, Lais Helena Paes de Oliveira, Adriana Campos Meiado	718
Débora Maria Nunhez, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	1075
Denis Rafael Da Silva, Guilherme Augusto Martines	326
Denise Alves, Gabriela Carmello, Lúcia Helena Ormelese de Barros	1307
Diego Dhiamaique Miranda da Costa, Vanderlei Freitas Nascimento Junior	920
Djnefer Borges Santesso, Maria Antonieta R. Marson, Vanessa Canal, Elaine P. Gardinal	782
Djnefer Borges Santesso, Maria Antonieta Roselli Marson, Ana Vera Niqueritto Bozza	775
Ednalva Luzia Borges Melchior, Samara de Lima Ramos, Lucia Helena Ormelese de Barros	1567
Edymara dos Anjos Oliveira, Graziele de Oliveira Galvão, Tanize do Espírito Santo Faulin	1654
Eliane Mendonça Bonato, Heidy Tomazelli Fornarolle, Juliana Maria Canassa, Mário Fernando Padula, Renato Zanolla Montefusco	1140
Elias Felipe Pinto, Eduardo Henrique da Silva, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino	1343
Eliezer Afonso, José Vinícius Canola, Priscila Carolina Verza, Reginaldo Sabino, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1111
Elis Jordany Morais Guimarães, Janaina de Fatima Custódio, Liara Rodrigues de Oliveira	1813
Emiliana Dias, Larissa Leitte, Liara Rodrigues de Oliveira	1832
Emilly Marsola Sbardellini, Luana Berto Marcos, Luana Frigerio Bonatti, Evandro Ap. Pecori	140
Erika Silva, Fabio Bassan, Guilherme Martines	295
Estefanny de Oliveira Batista, Jonas Gabriel Lavelli, Lúcia Helena Ormelese de Barros	272
Evelin Aparecida do Prado Mosconi, Taís Nascimento dos Santos Bonfim, Rinaldo Correr	398
Fabiane Massolini Marchesin, Murilo Capassi, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel	440
Fabiane Massolini Marchesin, Pedro Francisco Monteiro Júnior, Naray Maele de Mello, Tâmara Cesario de Moura, Bruno Dadalto Bellini	744
Fabio Bastos de Freitas, Fernando Bastos de Freitas, Paula Grippa Sant'Ana	570
Fábio Henrique Alves de Lima Lopes	771
Felipe Henrique dos Santos, Barbara Romano Guermandi, Luan da Silva Inácio, Maria Madalena Lazari Kawashima	1120
Felipe Vendrame Molan, José Henrique Paleari Faiolli, Maria Eduarda Evangelista, Renato Zanolla Montefusco	1753
Fernanda de Almeida Lins, Lauriane Valentim de Freitas, Lucia Helena Ormelese de Barros, Celso Henrique Nicola	1251
Fernanda dos Reis Marques, João Guilherme da Costa Silva Franco D'Arcadia	1550
Fernanda Góes Reis Gonçalves, Graziela Lima	98
Fernanda Santos, Márcia Alves Vieira Chiarato, Karina Ferraz Tozze	1313
Fernando T. Lemos, João S. Carmo, Vânia Ap. Borim M. Delpino	17
Flávia Caroline Nogueira, Karina Parra, Odair José Dias de Oliveira, Weslley Fernandes Aleixo, Heloísa Donzella	1696
Flávio Ademilson Corradini Junior, Adriane Lopes	420
Francisco Augusto Supricio, Paula Grippa Sant'ana	1336
Frederico dos Santos Paixão, Gabriel Poli Pelon, Giovani Bincoleto, Luiz Henrique Valentim da Silva, Perla Savana Daniel	1932
Gabriel Alves Pereira, Vitória Aparecida Mussio Areias, Guilherme Martines	1234
Gabriel de Agostini Zago, José Augusto Pereira Ribeiro	1365
Gabriel Marcelino Rodrigues, Gustavo Donisete Bussada Júnior, Jamile Barbieri Espindola, Paulo César Vasconcelos, Fernando Frederico de Almeida Júnior	94
Gabriel Marcelo Genaro, Luan de Souza Rodrigues, Giovanna Castilho Davatz Lopes	1720
Gabriel Murari Aiub, Igor de Moraes Salles Calado, Matheus Ruiz de Moura, Murilo Surian, Perla Savana Daniel	1594
Gabriel Pessotto Galera, Marina Delgado, Isabella Unterrichter Rechtenthal	1261
Gabriel Sanches Scudilio, Eduardo Santos de Mattos, Leandro Ferreira de Souza, Marcos Vinício Brandão, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	351

Gabriel Scarre Budin, Jeferson Alves, Kennedy Henrique Vieira, Renato Zanolla Montefusco	1615
Gabriela Caroline Baltazar da Silva, João Victor Antonioli Sobrinho, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1530
Gabriela Carvalho, Gabrielle Pupo, Juliana Mazo, Vânia Ap. B. Delpino	913
Gabriela Cristina de Oliveira, Elaine Regina Cassoli	366
Gabriela Garcia Tosi, Marcelo Mott Peccioli Paulini	1177
Gabriela Ortolani Castelo, Isabella Unterrichter Rechtenthal, Cesar Wiliam Furqui Massoco	951
Gabriele Priscila Dias, Suselaine A. Zaniolo Mascioli	313
Gabrieli De Barros Friche, André Luiz Cezarino Dos Santos, Ademir Testa Junior	940
Gabrielle Aleixo Garcia, Ana Beatriz Forcin, Carla Maria Nicola Coletti	467
Gabrielle Rodrigues Xavier; Isabella Helena Fuzel, Magda Cristina Scipioni Verissimo	986
Gean Carlos Z. Beato, Lucas Boen Dos Santos, Juliana Inhesta Limão Thiengo	934
Gian Luca Paes dos Santos, Perla Savana Daniel, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	36
Giovana Alves Pereira da Cruz, Milene Macedo Liz, Paloma Aparecida Camargo, Carla Maria Nicola Coletti	1186
Giovana Bertoloto, Lúcia Helena Ormelese de Barros	154
Giovana Pires de Aguirra, Carla Maria Nicola Coletti,	474
Giovana Stéfani Carvalho, Flávia Prado Leandro Melo, Isabella Unterrichter Rechtenthal	1066
Giovanni Oliveira Bonati, Wanderlei Sebastião Gabini	1534
Giovano Aparecido de Oliveira, Renan Floret Turini Claro	878
Giuliana Thaynara da Silva Santos, Ingrid Lorana Granai Sampaio, Josiana Carolina Fernanda Marcelino, Mara Janaína Oliveira	655
Grace Cilene Torquatro Branco, Gercilene Cristiane Silveira	531
Gracieli Fabri Cornachin, Lais Amoroso Ferrari, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	1002
Graziela Oliveira da Cruz, Bianca Didoni	612
Graziele de Oliveira Coelho, Julia da Silva Ciamariconi, Nathalia Aranda Macacari, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1650
Guilherme da Silva Trombini, Elaine Regina Cassoli	1453
Guilherme Henrique Gatto Correa, Ana Keila de França Mendes, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	1153
Guilherme Henrique Oliveira, Pâmela Priscila Luque, Marcel Henrique Bertonzzin	1853
Guilherme Leonardo Albertin Moraes, Luana Cristina Falavigna, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	65
Gustavo Henrique Messias dos Santos, Thomas Edson Bonifácio Nono, Leonardo Rodrigues Roque, Renato Zanola Montefusco	703
Hélio Junior Barbosa de Carvalho, João Guilherme da Costa Franco Silva D'Arcadia	760
Heloisa Andreia Botura, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	214
Heloisa Fernanda Zanato, Fábio Henrique Pinheiro	1857
Isabela Defende Firmino, Natália Rodrigues de Lourenço Prado, Renato Zanolla Montefusco	980
Isabela Lopes Machado Alonso, Priscila Pessoa Silva, Raphaella Macedo Parietti Milhorine, Perla Savana Daniel	1147
Isabele Fonseca Sipliano, Julia Piccelli, Carla Maria Nicola Coletti	1606
Isabella Unterrichter Rechtenthal	1126
Istéfani Aparecida Pontes, Wanderlei Sebastião Gabini	838
Jackeline Xavier da Silva, Murilo Henrique Svet da Silva, Rebeca Milani Plassa, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel	83
Janaina Cristina de Campos, Vânia Moretto Borim Delpino	195
Jaqueline Alessandra de Sousa, Márcia Maria Meneghelli Alves da Silva, Thalia Martins Lopes de Oliveira, Renato Zanolla Montefusco	1700
Jaqueline Samara de Oliveira Marinho, Inaiane Boscarini, Tanize do Espírito Santo Faulin	1730
Jefferson Cleiton Rossoni Rossi, Luana Grasiella da Silva, Wagner Elias Jacob	714
Jéssica Fernanda dos Santos Pereira, Elaine Gardinal Pizato, Renan Floret Turini Claro	173
João Marcelo da Silva Galvão, Perla Savana Daniel	748
João Paulo Campanhã Monterosso, Weligton Rodrigo Botaro, Juliana Inhesta Limão Thiengo	1668
Joice Lis Ramalho, Mariana Baptistella Salvador, Gercilene Cristiane Silveira, Renata Cristina de O. Souza Castro	805
Jonas Rafael Batista, Larissa Oliani, Renan Floret Turini Claro	1239
Jonatas Luiz Godoy, João Guilherme Guizzardi, Guilherme Augusto Martines	361
Jonatha Danilo Oliveira e Rafaela Guilherme, Ademir Testa Junior	1580
José Carlos Tesore Junior, Danilo Avante, Edilson Xavier dos Santos Junior, Evyla Silva, Paulo Fernando	1458

do Nascimento Afonso	
José Fernandes da Silva Neto Dias, Leandro Spoti de Oliveira Leigo, Leonardo Minatel, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	729
José Guilherme Lameza, Márcio Américo Mageste, Luiz Fernando Sartori, Wagner Elias Jacob	48
Joselaine Job de Souza, Laís Barbosa Conceição, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel	819
Júlia Maganha, Perla Savana Daniel	1039
Júlia Marques Longo, Loise Lopes Miranda, Viviane Rodrigues	1392
Julia Ravagnolli Caroso, Marcelo Mott Pecciolli Paulini	1461
Juliana Aparecida Cappa Reverth, Rute Cristiane de Souza Avelino, Adriane Lopes	288
Juliana Cristina Antonio, Tamíris Cristina Destro, Adriana Campos Meiado	53
Juliene Aléxsia da Silva Graciolla, Maria Cristina Canola, Viviane Rodrigues	1442
Kaliene Terruel Salvático, Adriane Lopes, Giovanna Castilho Davatz Lopes	508
Karina Fernanda Bernardo, Michele Cristina Macedo, Viviane Rodrigues	1426
Karina Nunes Dinhane, Danilo Brancalhão Berbel	1473
Karolayne Natalia Raimundo, Wesley Junior Bueno de Lima, Renata Cristina de Oliveira Souza Castro	1505
Katy Evelin Almeida Santos, Kézia Marilia Sambo Ribeiro, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel	1627
Keite Kelli Aparecida Conceição Rocha Chagas, Talita Morgana Puci Franco, Ana Paula Ribeiro Razera	1764
Kennedy F. Espricigo Bergamo Sede, Irineu Grandesso Neto, Daiane Talita Pincelli Moratelli, Renato Zanolla Montefusco	995
Kethleen Rodrigues Alves, Lúcia Helena Ormelese de Barros	902
Laiza Adriana Canola, Isabella Unterrichter Rechtenthal	158
Larissa Alves de Melo, Elaine Regina Cassoli	1925
Larissa Carolina Alves, Cintia Milene Favaro Bochembuzio	1167
Larissa Gromboni, Paloma Tentor De Gaspari, Renato Zanolla Montefusco	1160
Larissa Manteca de Faria, Ana Clara Galluppe Maghiani, Caroline Aparecida Catto, Marcelo Mott Peccioli	151
Laura Agostinho da Silva, João Guilherme da Costa Franco Silva D'Arcadia	884
Leandro Fermino Cavalcante, Pedro Queirós, Vanderlei de Freitas Nascimento Júnior	1272
Leonardo Barban Pereira, Lucas de Chico Foganholo, Perla Savana Daniel	1843
Leonardo Rafael Ocon, Sarah Raquel Tomioto Garcia, Solimar Guindo Messias Bonjardim	1089
Letícia de Souza, Wanderlei Sebastião Gabini	1340
Letícia Do Carmo Munhoz, Lucelene Aparecida Gazolla, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	1706
Letícia Fernanda Kakoi, Maria Fernanda Barbosa Ramos, Viviane Rodrigues	1634
Letícia Rodrigues de Almeida, Taís Fernanda de Moura, Maria Madalena Lazari Kawashima	1779
Lilian Maldonado Coutinho, Fabio Henrique Pinheiro	202
Liralene Massola Barros, Talita Maiara Michelon, Perla Savana Daniel	452
Lívia Maria dos Santos, Adriana Marques de Oliveira	136
Lívia Tessaroli Ret, Lucia Helena Ormelese de Barros	329
Lizandra Larissa dos Santos, Célia Regina Auler Pereira Furuta	908
Lorena da Silva, Mariana Cristina Ferreira dos Santos, Lúcia Helena Ormelese de Barros	1902
Lorena Luzetti, Juliana dos Santos Freire, Leticia Malmercic Vicente, Wanderlei Sebastião Gabini	277
Louise Bianco Soares Rafani, Fábio Henrique Pinheiro	190
Luana Daiane Barbieri de Santana, Mayara Bacaccicci, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino	766
Lucas de Lazari Dranski, Bruno Dadalto Bellini	478
Lucas de Lazari Dranski, Jamile Calissi	1397
Lucas Medina, Lucas Borges Calixto, Ademir Testa Junior	1479
Lucas Meschieri, Suzana Abrunhosa	1422
Lucas Rocha, Elico Coura, Pablo Gustavo da Silva, Caio Roberto Mora, Perla Daniel Savana	89
Luciana De Oliveira Risso, Viviane Rodrigues	1873
Luiz Antônio Scursoni, Ítalo Jose Aquilante Calciolari, Guilherme Fernando Cunha, Wagner Elias Jacob	1320
Luiz Felipe de Lima Mesquita, Tiago Della Coletta Marquezini, João Vitor Santos, Perla Savana Daniel	707
Luiz Gustavo Fracassi Ribeiro, Mayara Fernanda Gonçalves da Silva, Renato Z. Montefusco	1278
Marcos Alexandre Baicaicoa, Silvio Ferracini Junior	1660
Marcos Antonio Siboldi, Danilo Brancalhão Berbel	1032
Maria Caroline dos Santos Souza, Willian Albuquerque da Silva, Perla Savana Daniel	1447
Maria Clara Justino de Oliveira, Elaine Regina Cassoli	1544

Maria Isabel Dos Santos Alves, Elaine Gardinal Pizato	1523
Maria Isabel Rodrigues, Renata Cristina de Oliveira Souza Castro	635
Maria Julia Gabriel, Mateus Borges Oliveira, Ademir Testa Junior	240
Mariana de Campos Soriani, Beatriz Ferreira Alves, Paula Grippa Sant'Ana	1560
Mariane Géglio, Paula Grippa Sant'Ana	1214
Marina Lopes Sangeroti, Rebecca Caroline Ramos, Perla Savana Daniel	1862
Matheus Muntú da Silva, Jamile Gonçalves Calissi	30
Mayara Milani, Renata Carla Louzada Mario, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel	1290
Michele Carolina Morais Deonizio, Elaine Gardinal Pizato	1267
Michelle Camila Marineli Ortolani, Renata Lourdes Rodrigues Caldeira e Pérola Liciane Baptista Cruz e Silva	1196
Milena Fernanda Serrano, Rosicleia Pereira de Albuquerque Correa, Liara Rodrigues de Oliveira	1838
Milena Sanchez Dutra, Monique Martins Fagian, Solimar Guindo Messias Bonjardim	1370
Monica Caetano, Gercilene Cristiane Silveira	1383
Mônica Souza, Taila Souza, Ana Vera Niquerito Bozza	1467
Murilo Caetano dos Santos, Danilo Brancalhão Berbel	496
Murilo Rafael Mellon, Bruno Fernando Tiburcio, Maria Eduarda Carreira Carneiro, Vanessa Alves dos Santos Silva, Heloisa Donzella	1803
Nairiany Maria Capeloza, Viviane Rodrigues	1682
Natália Fernanda Sarti de Antônio, Savio da Silva Godoy, Liliana da Silva Godoy Cardoso, Gercilene Cristina Silveira	1790
Nathalia Rodrigues Françoloso, Perla Savana Daniel e Renato Zanolla Montefusco	588
Nuria Rizzo, Valéria Miranda Aragon, Natalia Lucato, Vanderlei Freitas	693
Pâmela S. da Costa Marques, Jefferson C. Machado; Ester C. de O. Godoy, Julio C. Canela, Gercilene Silveira, Adriane Lopes	1797
Pamela Tamires Ferreira, Rodrigo Augusto Minatel, Juliana Inhesta Limão Thiengo	873
Paula Santos Matiello, Renato Zanolla Montefusco	1715
Pedro Bento Prado, Renan Camilo, Wanderson Estevão, Paulo Fernando do Nascimento Afonso	1070
Priscila Antunes Ribeiro, Larissa Borges Dos Santos, Guilherme Martines, Giovanna Castilho Davatz Lopes	1943
Rafael Beluca Minatel, Perla Savana Daniel, Renato Zanolla Montefusco	681
Raquel Masiero de Arruda Falcão, Guilherme de Souza Mitiue, Renato Zanolla Montefusco, Perla Savana Daniel	826
Renan C. Videira, Tatiana S. Moreno, Wagner V. M. de Morais, Flavio Scalco	1712
Renata Cristina Soares Tibúrcio, Vânia Ap.Borim Moreto	1748
Renata Ribeiro, Suselaine Ap. Z. Mascioli	185
Rilaly Araujo Vitor da Silva,Tamires Parro Costa, Vanderlei de Freitas Nascimento Junior	599
Rita de Cássia Oliveira, Viviane Rodrigues	76
Rosane Cristina da Silva, Fernando Frederico de Almeida Júnior	301
Rosimeire Fernanda da Silva Sabatel, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	179
Ruan Navarro, Leticia Pastorello, Michele Augusta, Perla Savana Daniel	1115
Sabrina da Silva Nascimento, Viviane Rodrigues	254
Sabrina Giovana Martins, Bruna Camila Fernandes Dorta, Jhenifer Prescilla Dias, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino	1808
Salete Rosemara Gazola, Suselaine Aparecida Zaniolo Mascioli	1691
Sara Frederico Ferrarezi, Grasiela Lima	842
Silmara Elaine Ferraz Storti de Pieri, Fabiana Camila Bativa, Maria Eduarda Carreira Carneiro, Flávia Caroline Nogueira, Tanize do Espírito Santo Faulin	1914
Silvia O. Gimenez, Solimar G. M. Bonjardim	1510
Stella Lima, Marisa Schiavon, Liliane Oliveira, Sandra Santos, Heloísa Donzella	968
Tainá da Silva, Vania Aparecida Borim Moretto Delpino	957
Tainá Maciel, Yasmim Ruiz Handous, Flavio Mangili Ferreira	436
Taisa Antunes Corrêa, Patrícia Kelly Silvestre	1907
Taísa Gurizan, Adriana Meiado	413
Taise Regina de Oliveira Martinez, Cláudia Cristina Iquiene Moreira, Liara Rodrigues de Oliveira	1936
Tamara Turini Gomes, Luiz Fernando Kakoi, Perla Savana Daniel	24
Tatiane Aparecida Dias Chaves, Bianca Giordana Zaniratto	1221
Tayná Pavaneli Martins, Bianca Didoni	1488

Thais Maciel, Wanderlei Sebastião Gabini	485
Thayná Bonani Medieros, Gabrielle de Brito Teixeira, Gustavo Rezende Felippe, Elaine Cristina Gardinal Pizato	1880
Tiago Rodrigo Garcia, Gercilene Cristiane Silveira	1498
Tifany Marques, Ana Vera Niquerito	259
Valdirene Josiane da Silva de Proença, Vânia Aparecida Borim Moretto Delpino	147
Vanessa Alves dos S. Silva, Sandra Santos Silva de Souza, Thiago de Souza Candido	557
Vanessa Serinolli, Wanderlei Sebastião Gabini	320
Veridiana Arruda Penteado, Adriana Meiado	1433
Victor Sousa, Isabella Unterrichter Rechtenthal	1285
Victória Fernanda Maran, Lucia Helena Ormelese de Barros	1576
Victoria Rebeca de Castro, Aguinaldo José da Silva Gomes	1052
Vitória Theodoro Libutti, Suselaine Zaniolo Mascioli,	267
Vitória Torino Marto, Ana Paula Ribeiro Razera	1082
Wabison Júnior Fernandes Dos Santos, Márcia Cristina Vieira Guida, Elaine Cristina Negri Santos	1775
Wesley Rodrigues de Oliveira, Isabella Unterrichter Rechtental	1332
Weslley Fernandes Aleixo, Maria Beatriz Nunes Graciano, Thiago de Souza Candido	1228

INICIAÇÃO CIENTÍFICA JUNIOR

Luane Sagioro, Patrícia Mangili	1950
Emilly Nicole Sanches Bispo; Karolyne Victoria Bueno da Silva; Tales Martins de Lacerda, Patrícia A. Mangili	1951
Ana Lívia Medice Rother, Gustavo Amaral Rother, Maria Carolina Pegorin, Rafael Henrique Lotério, Patrícia Alessandra Mangili	1952
Tamires Bienzobás, Caroline Guedes Quintella, Patricia Alessandra Mangili	1953
Eyshila Franciely de A. Francisco, Isabella Moreira L. da Silva, Isabelle Milanez, Rainara Romão, Patrícia Alessandra Mangili	1954
Annye Camilly Dias Silva, Pedro Henrique Bacacci, Patrícia A. Mangili	1955
Iasmim Aires, Pablo Emanuel, Mariana Araújo, Patrícia Alessandra Mangili	1956
Gabriela Zenatti Gianti, Ana Rosária Aniceto	1957
Tainara Regina dos Santos Silva, Hiran Brenan Sivieri Daniel, Patrícia Alessandra Mangili	1959
Caio Vinícius Bienzobás, Caroline da Silva Francisco, Evandro Ap. Pecori	1960
Ana Lívia Fabricio Peres, Larissa Telles de Lima, Evandro Aparecido Pecori	1961
Gabriela Voltolin, Giovanna de Oliveira Siqueira, Júlia Sciré de Grande, Patrícia Alessandra Mangili	1963
Wilson Junior, Guilherme Bueno Magro, Patrícia A. Mangili	1964
Beatriz Galazini Góis dos Santos, Felipe Costa Hespanhol, Yan Carlo Missaci, Pedro Ernesto Miranda Rampazo	1965